



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 04/1986 a 11/1986.



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 04/1986 a 11/1986.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VIII ABRIL/86

N° 31

A LUTA CONTINUA:

ISONOMIA JÁ



Depois de criar uma enorme polêmica em todos os países por onde passou, a saga brasileira do filme *Je Vous Salue, Marie*, de Godard, chegou a UFRJ transformando o Reitor Horácio Macedo num dos mais valentes heróis do combate contra a censura e trazendo de volta a discussão da autonomia universitária, que durante anos esteve afastada da relação dos grandes temas nacionais. A questão foi levantada pelo reitor durante a cerimônia de posse da economista Maria da Conceição Tavares como diretora do Instituto de Economia Industrial, na presença de três boquiabertos Ministros de Estado. No início do mês, a diretoria da Adufrj esteve em Brasília cobrando dos representantes do poder legislativo e executivo uma posição quanto a autonomia universitária e a censura. (pág. 3).

HISTÓRIA DO RIO

(PÁGINA 5)

ELEIÇÕES NA ANDES

(PÁGINAS 8 E 9)

UFRJ ELEGE O VICE-REITOR

(PÁGINA 4)

CULTURA NO FÓRUM

(PÁGINA 10)

Terminamos o ano de 1985 denunciando a manipulação de índices feita pelo governo federal que insistia em conceder-nos um aumento de apenas 75%, alegando que ele representaria um ganho real de 6% em relação a inflação. Chegou-se a pensar em greve geral, que no entanto não chegou a acontecer com a confirmação do índice de aumento em 89%. Veio o pa-

cote, o fim da inflação e a redução do imposto de renda retido na fonte, mas a nossa luta continua, pois a universidade ainda precisa de verbas, democracia e autonomia, e os professores das universidades fundacionais continuam recebendo salários até 50% superiores aos nossos, para desempenharem a mesma função. Portanto, a luta continua. (págs. 6 e 7).

EDITORIAL

O bolso é a parte mais sensível do corpo humano, sentenciava o Sr. Antonio Delfim Netto nos seus tempos de ministro. Ele também dizia que o bolo teria de crescer para ser repartido e assim, na prática, preocupava-se com o bolso de poucos. Delfim Netto como ministro errou muito, acertou como conhecedor da natureza do homem. Talvez o mais puro idealista possa sonhar com povos mobilizados exclusivamente por grandes ideais, mas nem mesmo ele lamentará que os brasileiros se mobilizem na fiscalização do cumprimento de um item básico da reforma monetária, o congelamento dos preços. Eles cuidam do seu próprio bolso, o que se não configura um grande ideal, não deixa de ser uma legítima preocupação.

Essa simples constatação deveria servir para calar os críticos do plano de Inflação Zero. Mas, ansiosos pelo caos que os "levaria" diretamente ao poder, esses setores insistem em não enxergar a melhora radical que o nível de vida do povo brasileiro sofreu nos últimos dois meses. Passados 60 dias desde o 18 de fevereiro, o salário do professor da UFRJ que aparentemente foi reduzido em 1,5%, na verdade sofreu

um ganho de cerca de 28,5%, se levarmos em conta a inflação em torno de 30% que estaria corroendo os nossos salários se não fosse dado esse tratamento de choque na economia nacional.

Marcada a nossa posição em favor de qualquer iniciativa que venha a melhorar a realidade política, social e econômica do país, voltamos às nossas lutas, pois o movimento organizado dos trabalhadores, daqui por diante, tem uma responsabilidade enorme a cumprir. A questão das verbas para a universidade, da redemocratização, da autonomia, e nesse momento, principalmente da isonomia salarial com as fundações - bandeira que vem sendo levantada há meses pela Adufrj e que só agora recebeu apoio da Andes - ainda não foram resolvidas. Somos todos professores universitários, e não podemos admitir desníveis salariais que vão de 10% até 50% (ver tabela na página 6) nas diversas categorias. O pacote econômico desafiou um pouco a situação do professor universitário, mas a nossa luta continua, e somente organizados e unidos poderemos conquistar a autonomia, as verbas, a redemocratização e a isonomia salarial.

Numa entrevista ao novo diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, o fundador da entidade e atual coordenador do programa de pós-graduação de Engenharia Química, Alberto Luiz Coimbra, conta a história da Coppe, a relação com os governos do golpe e os caminhos da ciência brasileira com a Nova República.

Pinguelli - Coimbra, o País conquistou a democracia, e você é, agora, o coordenador do Programa de Pós-Graduação de Engenharia Química após ter sido perseguido pelo autoritarismo do regime militar, que o afastou da COPPE apesar de você tê-la criado há mais de 20 anos e dirigido por mais de dez anos. Como você se sente?

Coimbra - De fato, aparece na nossa frente a esperança de um governo mais coerente, que de um lado continue a apoiar os esforços e iniciativas de promover a pesquisa e o ensino pós-graduado nas universidades, e do outro mude o modelo sócio-econômico. O novo modelo de desenvolvimento do país deve ser baseado essencialmente nos seus próprios recursos humanos e materiais com um mínimo de dependência do exterior. De um lado, o auxílio que as agências - FINEP, CAPES, CNPq, MIC, etc - concedem à pesquisa e ao ensino de pós-graduação tem existido, às vezes até adequadamente. Por outro lado, o modelo econômico adotado nestes 20 anos de escuridão está aberto completamente a todo tipo de penetração de tecnologia estrangeira, multinacional ou transnacional, como queiram chamar, que entram no país com vários disfarces - filiais, empréstimos com cláusulas de importação de tecnologia, acordos de transferência de tecnologia e assistência técnica. Esta situação torna a verba para pesquisa tecnológica até sem propósito por frustrar os mestres e doutores e tornar quase inútil a pesquisa na Universidade que não é aproveitada pelo setor produtivo, permanecendo, nas estantes das Bibliotecas.

A esperança é que o Ministério de Ciência e Tecnologia ataque este problema dando prioridade às iniciativas nacionais, entendendo a importação indiscriminada de tecnologia via pacotes fechados.

Pinguelli - Qual medida prioritária você proporia ao MCT?

Coimbra - Que o MCT tenha como uma prioridade encorajar a proteção da indústria genuinamente brasileira, principalmente a que desenvolve e utiliza tecnologia avançada. Considero tímida todas as medidas de proteção e reserva de mercado até agora tomadas. Os países hoje fortes e poderosos adotaram medidas protecionistas embora defendam que países como o Brasil não as adotem. Há exemplos importantes de empresas que, com a devida reserva de mercado, conseguem desenvolver pesquisa. É preciso fortalecer os órgãos que disciplinam a importação de tecnologia e de insumos.

Pinguelli - Como fazer isto no quadro desta absurda dívida externa?

História da Coppe

Coimbra - Esta é uma situação terrível. A posição de devedor nos inferioriza e o esforço que temos que fazer para nos desenvolvermos à nossa própria custa terá que ser redobrado. Aí eu só vejo uma solução, temos que adiar indefinidamente o pagamento da dívida para podemos respirar e colocar as coisas em ordem e promover o crescimento industrial e agrícola. Porque se esta produção não crescer não teremos nunca como pagar a própria dívida. Os credores precisam ter mais consciência deste fato. Só acredito em desenvolvimento à custa de nosso próprio esforço no qual o trabalho vai substituir o capital que nos falta. E este esforço só será conseguido se cuidarmos do bem estar do nosso povo, o que o simples pagamento da dívida conforme está sendo cobrado está impedindo.

Pinguelli - Enfim, o fundamental além da reserva de mercado, é reforçar o mercado interno e adiar o pagamento da dívida externa.

Coimbra - Devemos fechar nossas fronteiras a muitos tipos de importação e exportação, até nos tornarmos suficientemente fortes para então transacionarmos em pé de igualdade, em intercâmbio bilateral não com vantagem só para o outro lado. O que não quero é continuar a cubar nossas minas e medir as nossas riquezas em parcelas da dívida externa. Estamos sacrificando a produção de alimentos para a população por considerá-las simplesmente itens de exportação. Falar de universidade sem tocar nos problemas sócio-econômicos é inócua pois sua atividade se torna de pouca utilidade para a comunidade. Não adianta resolver o problema da UFRJ e da COPPE isoladamente, nem adianta montar uma grande estrutura na FINEP e CNPq e criar o Ministério de Ciência e Tecnologia enquanto não se cuidar dos prementes problemas relacionados com a injustiça social que assolam a Nação. Há que se cuidar do povo em primeiro lugar e a universidade pode contribuir para isto aliando a tecnologia e a ciência ao humanismo. Só o povo bem alimentado, vestido, morando com dignidade poderá contribuir para resolver problemas da dívida externa.

Pinguelli - Em 1985, for premiados três professores da UFRJ, todos aliando a competência científica à dedicação ao ensino e à luta pelo avanço democrático do País. O Fernando Lobo Carneiro que recebeu o prêmio Bernardo Houssay da OEA pelo seu trabalho na área de Engenharia Civil, o José Leite Lopes que recebeu o prêmio Estácio de Sá do Estado do Rio de Janeiro pelo seu trabalho na Física Teórica, e você que rece-

beu o prêmio Metal Leve de Tecnologia em São Paulo. Isto significa que algo está mudando no sentido de reconhecer o mérito e a competência aliados à consciência de cidadão!

Coimbra - Isto significa que valores sempre existem embora nem sempre haja condições para aproveitá-los na plenitude da sua capacidade. É o mesmo que acontece com os produtos principais de uma pós-graduação como a da COPPE, que são os mestres e doutores. Persistindo o modelo econômico, adotado pelos governos autoritários que enfim nos deixam, esses mestres e doutores não são aproveitados, o País buscando lá fora soluções para os seus problemas, por menores que sejam. Tecnologia é igual a saber fazer e só se aprende a fazer, fazendo. Os Leites Lopes e Lobos Carneiros acabam mal aproveitados pelo País. Às vezes eu pergunto para que ministrar ensino de um certo nível se estes conhecimentos adquiridos infelizmente não vão ser aproveitados. Por exemplo, o Leite Lopes foi trabalhar na França em parte por falta de estímulo e em parte porque foi afastado compulsoriamente da Universidade pelo AI-5. O Lobo Carneiro que estava esquecido teve na COPPE a oportunidade de criar uma verdadeira escola na área de estrutura. Aliás a Engenharia Civil é dos ramos da Engenharia a que mais é aproveitada no País e a demanda fez com que a área do Lobo Carneiro florescesse. Infelizmente o mesmo não se pode dizer das outras engenharias ditas industriais, como a Mecânica, a Química, a Metalúrgica, a Naval, a Nuclear, que permanecem dependentes da tecnologia estrangeira frustrando os engenheiros e técnicos.

Pinguelli - Você está falando basicamente em desenvolvimento tecnológico e industrial e suas relações com o desenvolvimento econômico e social. Mas, a COPPE daquele tempo era também um centro de ciência da engenharia onde se estuda muita matemática e física, etc., inclusive seu livro de "Mecânica do Contínuo" retrata isso. Como você vê hoje o papel da ciência na formação do engenheiro.

Coimbra - Cada vez são mais importantes os fundamentos teóricos da engenharia especialmente a Matemática, a Física e a Química. A engenharia em todos os seus níveis da graduação ao doutorado é caracterizada por fazer uso dos princípios básicos da Física, Química e Matemática. É através desses princípios que se fica conhecendo a natureza que nos cerca e aprendemos a aproveitar o que ela nos oferece para o nosso bem. A base científica nunca cai de moda ao passo que os métodos de aplicação estão sem-

pre mudando.

Pinguelli - Quer dizer que você tem uma visão integrada da Universidade, dando importância desde as áreas fundamentais até as aplicadas, chegando ao social e humanístico. Aliás, isto está também refletindo na história da COPPE, da qual saíram os Núcleos de Computação Eletrônica, a Pós-Graduação em Matemática, a de Economia, a de Administração além de ter apoiado fortemente a Física. Eu me lembro que você quando Diretor da COPPE exigia que os professores da Pós-Graduação dessem aula também na Graduação. Isto não ocorre mais agora. O que você acha?

Coimbra - De fato, a COPPE durante os primeiros anos de sua existência, quando a nossa integração na Universidade apresentava mais problemas, chegou a recusar a oferta de se transferir para um aprazível local na Barra da Tijuca, que naquela época ainda não era "imobiliada" como hoje, onde se criaria um centro de pesquisa e pós-graduação livre dos chamados acaques das Universidades tradicionais como a UFRJ. Entretanto recusamos a tentadora oferta porque sempre achamos que pós-graduação e graduação devem caminhar juntas e indivisíveis, uma se beneficiando da outra. Sempre declaramos que o nosso lugar é na UFRJ junto a uma massa de estudantes que freqüenta uma instituição de ensino gratuito como deveria ser a educação de todos os níveis do País. Não nos sentiríamos bem em uma Universidade privada. É verdade que a participação dos docentes da COPPE na graduação já foi maior, o que é demonstrado claramente no próprio Programa de Engenharia Química. Ainda somos um pouco repelidos como inovadores pelo ranço da tradição e pela desorganização administrativa da Universidade que faz com que ela não defina harmonicamente seus quadros docentes pois não se pode conceber em uma Universidade moderna um professor que não seja capaz de, ao mesmo tempo, conduzir a pesquisa, o ensino de pós-graduação e o de graduação trabalhando em regime de tempo integral. É um absurdo esta dicotomia entre graduação e pós-graduação.

Pinguelli - Você não acha que é preciso definir bem os dois tipos de professores - o de tempo integral, que deve ser pago integralmente para se dedicar como você falou ao ensino e à pesquisa e o professor que é profissional fora da Universidade e só dá aulas nela.

Coimbra - Sim, é claro que se deve aproveitar o potencial dos elementos da comunidade que podem contribuir na Universidade, ela não deve estar fechada à contri-

buição daqueles que têm uma experiência prática. Por exemplo, especialistas podem ser convidados para participar de seminários, para ministrar cursos e até colaborar em teses. Poderia haver convênios com empresas para que especialistas fossem liberados a participar da vida acadêmica por algum tempo, em benefício mútuo. O que não concordo é com professor misto que permanentemente divide o seu tempo entre Universidade e atividade externa. Este, que vem de uma tradição que deve ser abandonada, em geral procura a Universidade para conquistar as honras do título de Professor em benefício da sua vida profissional lá fora.

Pinguelli - Como você começou na COPPE?

Coimbra - Os primeiros docentes do núcleo de Pós-Graduação da Engenharia Química foram o Giulio Massarani, Afonso da Silva Telles e o Carlos Augusto Perligeiro. Na sua trajetória a COPPE recebeu apoio de diversas pessoas. Na sua implantação tiveram papel decisivo o professor norte-americano Frank Tiller, o economista José Pelucio Ferreira, então do BNDE e o professor Antonio Couceiro então presidente do CNPq. Na UFRJ os professores Athon da Silveira Ramos, Afonso Henriques de Brito e Carlos Chagas, juntamente com os reitores Pedro Calmon, Clementino Fraga e Raimundo Aragão compreenderam a importância e apoiaram a implantação de uma escola de pós-graduação.

Pinguelli - Você critica a dependência técnica e eu concordo, mas é claro que no campo acadêmico e científico é fundamental a cooperação internacional, não acha?

Coimbra - É claro, o problema é a Pessoa Jurídica e não as Pessoas Físicas. São as Pessoas Jurídicas que fogem à guerra. As Pessoas Físicas fazem o amor e a paz. A COPPE desde o seu primeiro dia procurou e obteve a assistência técnica estrangeira. O Programa de Engenharia Química, pioneiro da COPPE, começou suas atividades com apoio de professores norte-americanos enviados por entidade como a OEA, a Comissão Fulbright e a Fundação Rockefeller. Mais tarde, a COPPE recebeu a assistência técnica francesa, britânica, alemã, holandesa e, finalmente, uma importante contribuição da União Soviética que em 1967 nos enviou cinco professores de Leningrado e Moscou de altíssima competência. Um deles, Dmitri Rostovtsev pode ser considerado o fundador do nosso Programa de Engenharia Naval. A ousadia de ter trazido esta assistência técnica custou caro, e hoje tenho certeza que contribuiu, em parte, para o meu ruidoso afastamento em 1973.

Pinguelli - Você associa este ato ao seu afastamento da Direção da COPPE?

Coimbra - Sim. O regime resultante da chamada "Revolução de 1º de Abril" que na realidade foi a composição de Movimentos Militares de natureza salarial com os de natureza anti-socialista, cometeu muitas arbitrariedades. Esperamos nunca mais ter de voltar essas injustiças.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D200 — Telefone: 590-4799 ou 280-9322 Ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária, CEP — 21.944 — Caixa Postal 68531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e redação: Agostinho Vieira (reg. prot. 17575).

Colaboração: Carter Anderson e Aloy Jupiaira Braz

Fotografia: Amauri Alves e Robson Curvello
Diagramação: Leondiniz Lucena (reg. prof. 13078-2262).

Ilustração: Cesar Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Aloisio Ribeiro da Costa

1.º Vice-Presidente: José Henrique Sanglard

2.º Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1.º Secretário: Hélio de Mattos Alves

2.º Secretário: Raffaele G. G. Infante

1.º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

2.º Tesoureiro: Nivalde José de Castro.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física

Raphael de Haro Junior, Oswaldo de Medeiros

Ritter (Representantes); Sheila Chirola Garcia,

Máximo Ferreira da Silveira (Suplentes).

Instituto de Química

Marco Antonio F. Faria

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud (Representante)

Ilda Maria Lauria Vasconcellos (Suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lucia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (Suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de

Abreu Penna (Representantes); Maria da Graça

F. F. Schalcher, Olinto Antonio Pegoraro

(Suplentes)

Instituto de Psicologia

Phrygia Arruda (Representante)

Maria Julieta Somló Sathler (Suplente)

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol (Representante)

Carlos Augusto (Suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (Representante)

Lia Hasenclever (Suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva (Representante)

Jaderson Sócrates Lima (Suplente)

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (Representante)

Roberto Guarnetti Nassaralla (Suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José Roberto

Lapa e Silva (Representantes); Norma Colino

Sarmento Figueredo, Diana Maul de Carvalho,

Vanda Marques da Silva (Suplentes)

Instituto de Microbiologia

Leila de Souza Fonseca (Representante)

Manuel José Gil Esteves (Suplente)

Instituto de Biologia

Margaretha D. M. Van Weerelt (Representante)

Deia Maria F. dos Santos (Suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy G. Castro Teixeira, Ednilson Porangaba

Costa (Representantes); Carmelo Sansone,

Maria José Santos Alencar (Suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (Representante)

Waldyr Mendes Ramos (Suplente)

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (Suplente)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira (Representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (Suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Roni Marques (Representante)

Roberto Bravo de Souza (Suplente)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (Representante)

Silviã Maria Cruzeiro da Silva (Suplente)

COPPE

Antonio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de

Blás (Representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (Representante)

Elisabeth Ermel da C. Monteiro (Suplente)

Museu Nacional

Arline Souza de Oliveira (Representante)

Maria Julia da Costa Belém (Suplente)

Faculdade de Letras

Godofredo de Oliveira Neto, Sonia Salomão

Khêde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (Re-

presentantes); Suzana D'Avila, Alberto de

Souza Pinto Filho, Beatriz Vieira de Resende

(Suplentes).

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Frossard Barbosa, Maria Amália A. A.

Magalhães (Representantes); Maria Angela

Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho

(Suplentes)

Escola de Belas Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (Representante)

Murillo Mendes Guimarães (Suplente)

Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais

Paulo Roberto Ribeiro Costa (Representante)

Maria Celia do Nascimento (Suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (Representante)

Eliane Moreira Vaz (Suplente)

NUTES

Eliane Brigida de Moraes Falcão (Representante)

(Suplente)

Antonio Filomeno (Suplente)

Escola de Engenharia

Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar

Achselrad, José Luciano de Souza Menezes, Os-

valdo Pereira Filho, Carlos Elizio Barral

Ferreira (Representantes)

Je Vous Salue, Autonomia

A saga brasileira do filme *Je Vous Salue, Marie*, de Godard, transformou o Reitor Horácio Macedo num dos seus mais valentes heróis. Ao garantir a projeção do filme no **campus** da UFRJ, Horácio deu aula de desobediência civil a muito líder do movimento social. Mais que isso, levantou o tema da autonomia universitária, que há anos constava do repertório de palavras de ordem apenas dos setores mais radicais do movimento estudantil.

A questão, aliás, não poderia ser levantada de forma mais intempestiva e corajosa. No dia 14 de março, durante a cerimônia de posse de Maria da Conceição Tavares como diretora do Instituto de Economia Industrial, o tom elogioso dos discursos foi repentinamente substituído por uma denúncia veemente contra o autoritarismo do governo, que, através da Polícia Federal, cobrava do reitor a censura ao projeto dos estudantes de exibir o filme de Godard. Entre a platéia boquiaberta, estavam os ministros Rafael de Almeida Magalhães, Celso Furtado e Renato Archer.

- Foi uma boa oportunidade de levantar o tema da autonomia universitária - diz Horácio Macedo. "É uma contradição que um governo capaz de medidas de grande alcance social, como o pacote econômico, tome medidas de caráter tão repressivo como essa."

Apesar da ameaça do Minis-



Nem o calor do quinhentão afastou a comunidade que queria assistir filme em protesto contra a censura

tro da Justiça, Paulo Brossard, de enquadrar o reitor no artigo 330 do Código Penal, o filme foi mais uma vez, exibido na quarta-feira, 19 de março, sem problemas. Para Horácio Macedo, porém, a questão da autonomia universitária vai muito além de **Je Vous Salue, Marie**.

- As universidades têm auto-

nomia acadêmica, financeira e administrativa consignada em lei, mas, na realidade, isso só funciona em tese - argumenta o reitor.

Horácio acredita que o cipoal de leis criadas durante o regime militar é tal que a autonomia universitária tornou-se uma abstração. Para ele, o Conselho Federal de Educação é um

superórgão gerador de portarias que impedem a elaboração de currículos, a definição de processos de avaliação docente e discente e até a estruturação de cursos.

- Na parte financeira, a autonomia também é nula - diz. "As verbas de pessoal e custeio, além de insuficientes, já vêm alocadas. E, em matéria

de autonomia administrativa, não podemos preencher nem as vagas por aposentadoria e falecimento".

Polícia Federal

Quando a polêmica em torno do filme parecia contornada, Horácio Macedo recebe no dia 25 de março, uma intimação da Polícia Federal para prestar depoimentos naquele órgão. No dia seguinte, ao invés de se dirigir à polícia, o reitor comparece ao auditório do Centro de Tecnologia, onde uma enorme assembleia protestava contra aquela arbitrariedade. A intimação absurda, exigia, além da presença do reitor, o nome e o curso de todas as pessoas envolvidas com a exibição do filme.

Para Horácio Macedo, a intimação não passava de uma "intimação deslavadamente inaceitável", mas foi mais uma vez a professora e economista Maria da Conceição Tavares, quem resumiu a revolta da comunidade:

- Como posso aceitar que qualquer delegadeco da Polícia Federal se ache no direito de querer fichar os dedos e fotografar Horácio Macedo? Isso não tem pé nem cabeça. A universidade é um órgão federal e o reitor um funcionário público. A polícia devia ter chamado o Ministro da Educação para ir depor com ele. Dessa forma, enquanto a polícia e a Justiça forem o que são hoje, não teremos democracia nesse país.

Censura nunca mais

A comunidade Universitária vem a público repudiar, veementemente, a intervenção em nossa Universidade, através da intimação feita pela Polícia Federal ao Reitor da UFRJ.

Entendemos que este ato constitui uma violação do espaço e da autonomia universitária, atingindo de forma contundente o seu corpo social no que lhe é mais caro: sua liberdade de expressão. Não podemos aceitar que a exibição do filme "JE VOUS SALUE, MARIE" dentro do **Campus** possa, nestes tempos de reorganização democrática, servir de motivo para ações policiais de qualquer tipo, visando ao constrangimento da inteligência e da cultura.

A Universidade não abre mão de sua prerrogativa de conhecer, analisar, criticar e elaborar as mais diversas mani-

festações culturais, formulações científicas e artísticas, e não admite interferência de organismos estranhos na sua tarefa de produção do saber.

Esta posição das entidades representativas dos segmentos universitários (professores, funcionários e estudantes) já foi defendida por todos os decanos e diretores em reunião recente (18/03/86) quando se enfatizou a rejeição de qualquer interferência de organismos repressivos em atividades que impliquem o aprimoramento cultural de seus professores, funcionários e alunos.

Associação dos Docentes da UFRJ -ADUFRJ

Associação dos Servidores da UFRJ - ASUFRJ

Diretório Central dos Estudantes da UFRJ.

Adufrj em Brasília

O Presidente da Associação dos Docentes da UFRJ, Aloísio Ribeiro da Costa, e o Tesoureiro, Cláudio Miguel Ávila, acompanhados de representantes da Adufrj e do DCE, estiveram nos últimos dias 3 e 4 de abril em Brasília, cobrando dos representantes do poder legislativo e executivo, o arquivamento do processo contra o Reitor Horácio Macedo e exigindo uma posição desses políticos, em defesa da autonomia e contra a censura.

Na entrevista com o Ministro da Educação, Jorge Bonhaussem, o ministro informou que não tinha recebido nenhum comunicado oficial dos reitores, e disse que qualquer interferência sua, seria uma posição contrária à autonomia universitária.

Em seguida os representantes da comunidade estiveram no Ministério da Justiça, onde se encontraram com o Secretário Geral do Ministério, Honório Pereira Severo, uma vez que o Ministro

Paulo Brossard se encontrava viajando. Honório Pereira informou que estava suspensa a proibição do Reitor deixar o país, e que ele teria liberdade para ir e vir. Admitiu que houve excesso de autoridade policial tanto na UFRJ quanto na PUC de São Paulo, mas ressaltou que a universidade não é um território livre precisava respeitar as leis do país. Ao final ele considerou o encontro proveitoso e prometeu levar ao ministro o resultado da conversa, acreditando que o momento era bastante propício para esvaziar a polêmica e transferir o caso da esfera policial para a política, arquivando o inquérito na Polícia Federal.

Por último, os diretores da Adufrj estiveram na Câmara dos Deputados onde obtiveram o apoio de todos os grandes partidos, com alguns deputados manifestando o seu repúdio contra a censura e o indiciamento do Reitor durante a sessão da câmara.

Balanço Geral da Adufrj (1985)

ATIVO PASSIVO		DEMONSTRAÇÃO DA CONTA		DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM 31/12/85	
CIRCULANTE		"RESULTADO DO EXERCÍCIO" EM 31/12/85			
Caixa	201.102	A Contribuição — Andes	42.798.530	Fotocópias	3.006.360
C.E.F. C/ Caderneta de Poupança	604.158	a Participação em Congresso	20.247.549	Despesas c/ Telefone	5.143.304
Bancos	51.450.800	a 13º Salário	6.987.997	Condução	1.085.970
	52.256.060	a Férias	2.759.382	Despesas Diversas	821.000
PERMANENTE IMOBILIZADO		a Despesas Financeiras	11.344	Honorários	4.011.400
Móveis, Utensílios e Instalações	5.240.107	a Pis.	561.904	Limpeza e Conservação	185.000
Total do Ativo	57.496.077	a Material de Consumo	9.967.611	Lanches e Refeições	294.630
		a Iapas.	10.752.211	Aluguéis de Máquinas	343.327
CIRCULANTE		a FGTS	4.569.922	Material Escritório	835.155
Iapas a Recolher	2.363.428	a Salários	48.139.962	Despesas Bancárias	35.220
FGTS a Recolher	1.118.933	a Despesas de Divulgação	92.919.450	Fretes e Carretos	230.000
PIS a Recolher	406.553	a Despesas Administrativas	26.210.811	Locação de Filmes	3.014.000
Contas a pagar	3.059.717	a Deslocamentos	28.031.265	Portes e Telegramas	3.591.259
	6.948.631	a Abono Pecuniário	500.000	Serviços de Terceiros	400.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		de Mensalidade de Associados	333.080.000	Material de Consumo	345.000
Fundo Associativo	50.547.446	de Receitas Financeiras	1.888.807	Assinaturas	1.993.260
Total do Passivo	57.496.077	a Fundo Associativo "Superavit" verificado n/exercício que se transfere ao fundo supra	40.510.869	Contribuição Sindical	52.798
			334.968.807	Contribuição	517.931
			334.968.807	Impostos e Taxas	248.280
				Multas	56.917
					26.210.811

CARTA À ADUFRJ

A matéria "A UNE é legal. E agora ME?" do último boletim da ADUFRJ levou a diretoria do DCE a uma discussão que se materializa nessa carta. A matéria citada, ao abordar o movimento estudantil em especial na UFRJ, fez uma análise a nosso ver superficial da crise que vive o movimento. Deixando de lado alguns erros sobre fatos que a matéria contém, nossa carta vai no sentido de contribuir para a clarificação dos debates que dizem respeito à comunidade da UFRJ. Contamos com a tradição de democracia do conjunto do movimento de estudantes, funcionários e professores da UFRJ - no qual a ADUFRJ certamente sempre se incluiu - para vermos essa carta publicada no próximo boletim da entidade. Assim, temos certeza, essa atitude contribuirá em muito para o aprofundamento das saídas e alternativas que interessam a todas as categorias da comunidade universitária da UFRJ.

As razões da crise
Nenhum movimento social pode superar um estágio de crise se não define para si um papel, uma função social claramente delimitada; ao lado disso, não terá avanços se não conseguir conquistar vitórias ainda que parciais. O ME brasileiro viveu um auge em 77/79 quando assumiu na sociedade o papel de ponta de lança da luta democrática. Com o esvaziamento desse papel, a partir de uma conjuntura em que a classe trabalhadora entrou em cena, a passagem da ME para uma política de reivindicações específicas abriu um período de obstáculos no movimento, pela dificuldade de fazer essa transição com uma política justa, adequada ao novo período. Ao lado disso, o movimento aprofundou sua crise pela incapacidade de obtenção de vitórias nacionais frente a um forte aparelho de Estado que nada concedia sobre verbas, expansão da democracia, etc: foi o momento em que o fato do ME estar desligado do processo produtivo - portanto com pouco poder de barganha - se mostrou uma limitação gritante para o período.

Se isso não fosse o bastante, a direção nacional do movimento aprofundou essa crise ao pendular sua postura entre medidas burocráticas de

um lado, até o freio puro e simples do movimento, quando por exemplo das mobilizações de caráter nacional em 1982.

Na UFRJ
Essa crise necessariamente se refletiria na UFRJ, e se refletiu. Apesar disso, surgiu um movimento que levou à chapa Nada Será Como Antes em 82, que integrava um esforço nacional para criar uma alternativa do movimento que recompusesse as forças do ME em bases democráticas e combativas. Os projetos de porte no campo cultural, como o Encontro da Juventude Cio da Terra que reuniu 10 mil jovens no Rio Grande da Sul faziam parte desse esforço, que procurara combinar trabalhadores desse país, e que desse conta das especificidades dos universitários enquanto larga parcela da juventude.

Apesar de todas as dificuldades, com o ME ainda afundado em sua crise de dimensão nacional, vivemos momentos significativos, em especial na gestão 83, onde se destacaram a luta contra a perda de terrenos da UFRJ para o Canecão, e a mobilização que impediu a tentativa da reitoria passada de expulsar 3 estudantes, lideranças do movimento; essa última luta levou a que, pela primeira vez após cerca de 15 anos, os estudantes da UFRJ novamente se levantassem numa greve unificada de praticamente todas as escolas que pós quase 4 mil estudantes no prédio da Reitoria.

Enfim, o único meio de fugir da subjetividade de avaliações pessoais é o crivo da prática, para se julgar a orientação que tem sido proposta ao movimento estudantil da UFRJ. Desde 1982, todas as eleições do DCE/UFRJ levaram a vitória de chapas que no geral eram uma continuidade das idéias de recomposição do movimento defendidas pela Nada Será Como Antes.

Hoje
Além das inúmeras dificuldades de participação, hoje temos alguns cursos na UFRJ com seus CAS desestruturados: é o caso da Psicologia, Letras, Comunicação, IFCS e EBA. No entanto, quem não quiser ser injusto ou tendencioso, terá que enumerar também os aspectos positivos de um movimento cujo lado negativo já é propagandeado a farta: um movimento que sempre esteve ganho para propostas avançadas de transformação

da universidade e da sociedade; que soube atravessar 7 anos de vida sem a institucionalização de suas entidades e instância, e mesmo assim, conseguiu garantir sua unidade política e organizativa; um movimento que soube inclusive superar com serenidade ataques infames de ordem moral, sabendo respondê-los, ao ter sólida aliança que abrangeu os pós-graduandos, a ASUFRJ, a ADUFRJ e o próprio atual Reitor, um movimento, enfim, que talvez mais que qualquer outro rompeu com o corporativismo mesquinho e por isso conclama hoje a ADUFRJ e a ASUFRJ a construírem juntos em 86 um Congresso Paritário das 3 categorias. Um movimento que hoje joga seus esforços para ter a máxima unidade que faça com que a comunidade da UFRJ tenha vitórias em suas lutas e ultrapasse os limites conservadores estabelecidos pelo Ministério da "Nova República".

Combater o preconceito
O preconceito contra o movimento estudantil da UFRJ - localizado em especial nos meios mais elitista da comunidade - tem sem sombra de dúvida base real nas suas fraquezas, erros e vícios; ninguém quer aqui negar esse fato.

O problema começa quando esse preconceito é alimentado por bolsões de pensamento conservador - que algumas das chapas "anárquicas" acabaram por representar. Ou então pelo sectarismo de visões que criticam a linha política que hegemoniza o movimento quando queriam em verdade ver sua linha hegemonizando.

A matéria produzida pelo boletim nº 30, pelo tratamento que deu ao tema, jogou mais para aumentar o preconceito do que para clarear o assunto. Isso para nós é fato, mesmo acreditando que esse não tenha sido o objetivo ou intenção dos responsáveis pela matéria.

Atenciosamente,
Diretoria do DCE Mário Prata da UFRJ.

Nota do Editor: Todas as informações contidas na reportagem "A UNE é legal. E agora ME?" foram dadas com base em fatos passados e declarações de pessoas envolvidas, inclusive a própria diretoria do DCE. Portanto, nenhuma ressalva pode ser feita ao material publicado.

SERVIÇO SOCIAL

A Congregação da Escola de Serviço Social marcou seu protesto, em reunião de caráter extraordinário, pela impugnação do nome da professora Gelba Cavalcante Cerqueira como membro da Comissão Julgadora do concurso para professor titular do Departamento de Administração Educacional, na Faculdade de Educação. A conduta da Congregação dessa Faculdade foi criticada e classificada de "contraditória" por ter aprovado, de início, o nome da professora para integrar a Comissão,

como consta do ofício nº 35, do dia 24 de janeiro último. Além disso, à professora não foi comunicada a suspensão do concurso - senão à última hora - e não foi dado o direito de se defender dos argumentos levantados para a impugnação, quaisquer que fossem. Segundo a Escola de Serviço Social, a Congregação da Educação teria usado como justificativa "resguardar a objetividade e a imparcialidade do aludido concurso".

HALLEY

Dada a passagem perigosa do Cometa Halley, o Observatório do Valongo preparou, para acompanhamento dos interessados, a trajetória aparente ou geocêntrica do Cometa Halley.

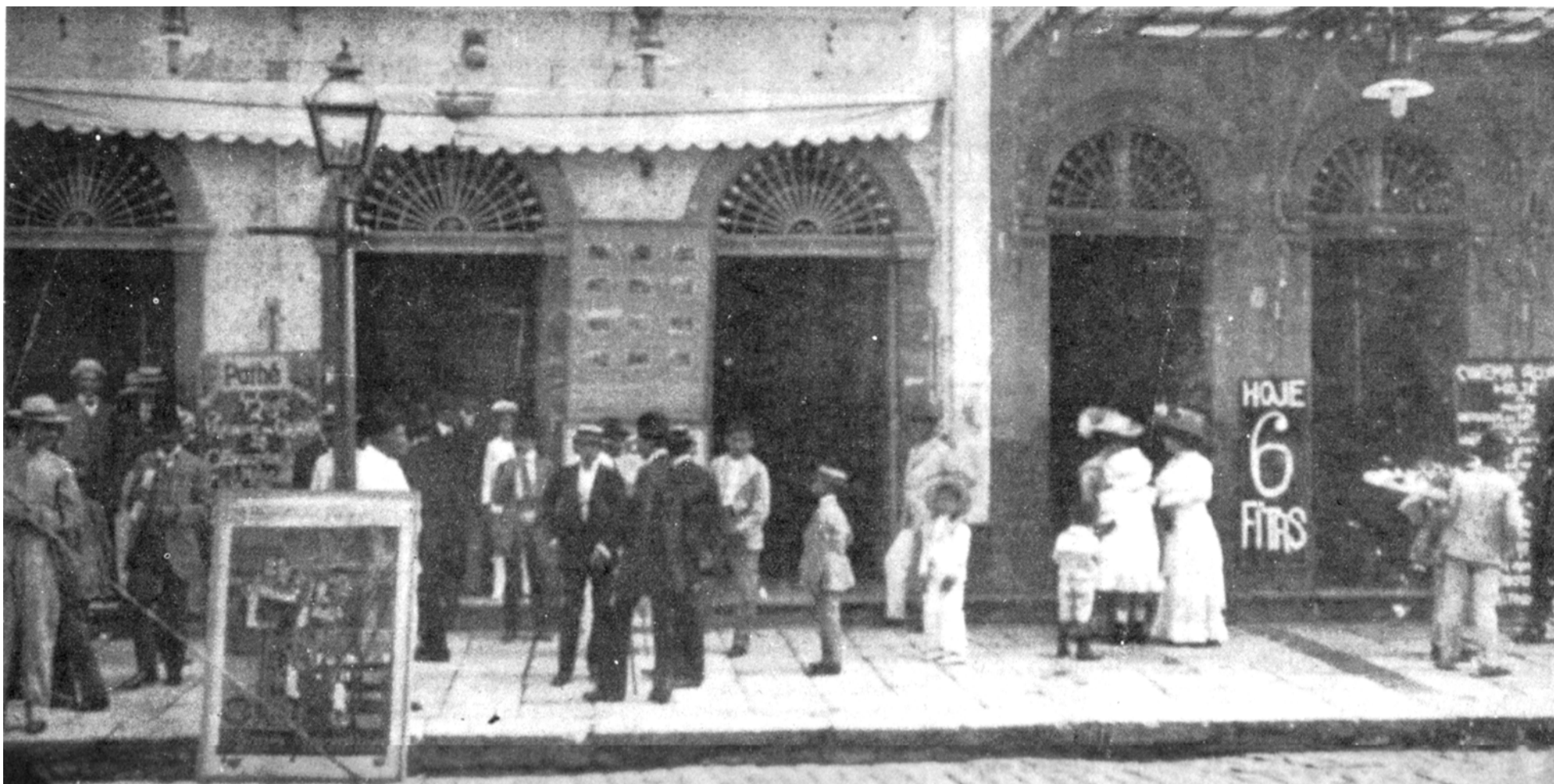
Nesses últimos dias de abril, quan-

do sua condição de visibilidade é mais favorável, o Observatório do Valongo estará com três telescópios à disposição da comunidade universitária. As reservas para a observação telescópica, podem ser feitas pelo telefone 253-1248.

CADERNOS DA ADUFRJ

Foi lançado, no último dia 7, um novo espaço para debate de idéias: os **Cadernos da ADUFRJ**. Durante o lançamento, no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, CCMN, o presidente da ADUFRJ, Aloisio Ribeiro da Costa, sublinhou o esforço inicial da gestão anterior no sentido de abrir este espaço onde o ensino, a pesquisa e a cultura pudessem trafegar como informação livre. Convidou, ainda, todos que queiram expor idéias e abri-las à discussão a publicar seus artigos. No pri-

meiro número, os **Cadernos da ADUFRJ** trazem artigo de Maria da Conceição Pinto de Góes sobre **Aspectos da formação da classe trabalhadora - Rio de Janeiro, 1889-1911** e de Ronaldo Lima Lins sobre **a Universidade e a Nova República**. Há também um trabalho sobre a **Reestruturação da Carreira de Docente** assinado por Joel Requeira Teodósio, ex-presidente da ADUFRJ, entre outros. Os sócios receberão os Cadernos pelo correio.



Cine Royal e Pathé: os mais antigos da Tijuca, que surgiram por volta de 1910

PUR conta história do Rio

Trabalhando sobre a questão do desenvolvimento urbano, o Núcleo de Planejamento Urbano e Regional, PUR, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, elabora e executa projetos que convergem para a necessidade urgente de uma política de desenvolvimento da cidade. Como diz o professor Luiz César Queiroz Ribeiro, “enquanto não equacionarmos as questões do controle da especulação imobiliária e do transporte urbano, a cidade continuará crescendo sem equilíbrio, injusta e de forma predatória”.

Voltando-se agora para a Favela da Maré - declarada **campus** vicinal pelo Reitor onde realizará projetos especiais, e dando continuidade à edição do projeto História dos Bairros - memória urbana, com a publicação de mais um volume - sobre Copacabana - o PUR tenta junto à Universidade viabilizar um Laboratório de Memória Urbana do Rio. A idéia do Laboratório nasceu com a equipe que elaborou as teses que serviram de base às edições da história dos bairros.

Durante quatro anos pesquisou-se no PUR a formação e transformação do espaço construído do Rio, do século XIX aos anos 40. Junto a este trabalho

algumas teses foram tomando corpo: sobre cortiços e estalagens, Vila Izabel, Grajaú e Copacabana, subúrbios da Central do Brasil, e outros temas. “Notamos”, conta o professor Luiz Cesar, “que íamos juntando informações em número muito maior do que utilizaríamos nos trabalhos. Foi quando surgiu a idéia de usá-las na totalidade e abri-las a um público maior que o restrito público das teses”.

Não era fácil concretizar essa recuperação da história dos bairros através de monografias. Foi preciso que a João Fortes Engenharia patrocinasse as edições. **Botafogo** foi o primeiro bairro a ter sua memória revirada e trazida à tona - isso, há três anos. Há pouco foi a vez da **Tijuca** (“O fascínio que a floresta exercia sobre o europeu e o clima ameno atraíram para ali uma verdadeira colônia de nobres, principalmente franceses, que se dedicaram com grande intensidade à plantação lucrativa do café”). Em breve, e ainda com o apoio da João Fortes, sai **Copacabana**.

O Laboratório de Memória Urbana do Rio, segundo Luiz Cesar, viria a absorver a equipe de pesquisa - que não faz parte do corpo docente da Universidade - que elaborou as

monografias do projeto História dos Bairros - memória urbana, envolvendo-a num trabalho mais sólido e profundo. “Ír-amos extravasar a fronteira dos livros através de cursos de extensão, produção de material didático, registro da memória oral”.

“Num primeiro momento”, explica o professor, “foi do interesse de empresas como a João Fortes editar as monografias, pois significavam publicidade. Este trabalho que tentaremos desenvolver não interessa a elas de imediato. E mesmo quando começarmos a propor edições sobre bairros operários, a história de Irajá, isto não mais interessará às empresas. Então tentaremos uma edição menos cara, que permita o acesso mais fácil às informações coletadas”.

Assim, o PUR espera que a própria Universidade dê condições para que o Laboratório saia do papel e da cabeça dos pesquisadores. O projeto já foi enviado para a Reitoria e a Sub-reitoria de extensão. Para o Laboratório estão previstos equipamentos de audiovisual - fotografia, vídeo, aparelhagem de som.

Como pesquisa, crítica e ação andam juntas, o PUR en-

tra no projeto da Favela da Maré com a mesma vontade que luta pelo Laboratório. “Fomos procurados por associações de moradores da Maré para ajudá-los. Notamos, então, que já existia o contato entre outras áreas da Universidade e a comunidade da Maré. Só que o trabalho era descoordenado”, diz Luiz Cesar. Fazer a Universidade trabalhar como um todo articulado junto aos moradores da favela é a intenção do Reitor quando a declara **campus** vicinal. E isto se dará em dois níveis: um, de cunho curricular com a devida orientação; e outro, com projetos experimentais - da saúde à educação, da assistência social ao planejamento urbano. Estão em estudos as formas de alocar recursos financeiros e humanos para os projetos.

Ao mesmo tempo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano estuda como formar uma assessoria - o Fórum Permanente sobre o Rio de Janeiro - onde pudesse integrar o PUR com seus trabalhos. “Discutir medidas novas para o desenvolvimento urbano é básico. Elaborar e implantar uma política de transportes coletivos e gerar moradias.

Esse convênio com a Secretaria é uma forma de abrir espaços às críticas que temos de fazer ao modelo de uso do solo urbano que faz o Brasil. Nosso contato com entidades como a FAMERJ é outra forma embrionária de articular uma crítica do desenvolvimento urbano”.

Para o professor Luiz Cesar, elaborar uma política significa exatamente não agir de forma isolada. “Não dá para pensar a Barra da Tijuca ou a Ilha isoladamente. Esse tipo de visão é típico do populismo que trata tudo a **varejo**, criando a ilusão de que cuidando do **picado** está se dando soluções. Isso só desmobiliza”. Mas essa não é a única forma de se fechar os olhos da população a problemas de porte. “A Lei de Zoneamento Urbano tramita no Congresso desde 1980. No começo, ainda anteprojeto de lei, foi centro de acalorada discussão: os empresários da construção civil foram contra e patrocinaram campanha nos jornais. Mas isto era jogar lenha na fogueira. Então amordaçaram a discussão: pressionaram os jornais a nada publicar. Hoje, pouca gente fala da lei”.

PROFESSORES VOLTAM À LUTA

Terminamos o ano de 1985 denunciando a manipulação de índices feita pelo governo federal que insistia em conceder-nos um aumento de apenas 75%, alegando que ele representaria um ganho real de 6% em relação a inflação. Chegou-se a pensar em greve geral, que no entanto não chegou a acontecer com a confirmação do índice de aumento de 89%. Veio o pacote, o fim da inflação e a redução do imposto de renda retido na fonte, mas a nossa luta continua, pois a universidade ainda precisa de verbas, democracia e autonomia, e os professores das universidades fundacionais continuam recebendo salários até 50% superiores ao das autarquias, para desempenhar a mesma função (ver tabela ao lado). Estamos retomando a nossa mobilização, e somente unidos e certos da nossa responsabilidade nesse momento de transição por que passa o país, conquistaremos uma universidade mais livre, competente e autônoma, além de salários dignos e condições de trabalho justas.

Tabela comparativa entre os salários das autarquias e fundações

Autarquias			Fundações		
Categoria	Janeiro	D.L. 2283	Janeiro	D.L.2283	Dif. (%)
Aux. 1	6.723,00	6.648,48	6.527,29	9.973,82	50,6
Aux. 2	7.028,00	6.953,67	6.583,66	10.472,52	50,6
Aux. 3	7.727,00	7.531,83	7.196,34	10.996,15	45,9
Aux. 4	8.325,00	8.235,30	7.556,16	11.545,96	40,2
Ass. 1	9.119,00	9.019,47	7.877,93	12.037,72	33,4
Ass. 2	9.950,00	9.841,18	8.213,51	12.550,40	27,5
Ass. 3	10.789,00	10.670,30	8.563,33	13.084,83	22,6
Ass. 4	11.622,00	11.496,02	8.928,06	13.642,25	18,6
Adj. 1	12.419,00	12.283,46	9.254,28	14.148,36	15,1
Adj. 2	13.150,00	13.006,36	9.602,80	14.673,27	12,8
Adj. 3	13.811,00	13.660,42	9.959,06	15.217,64	11,3
Adj. 4	14.377,00	14.219,82	10.328,51	15.788,21	10,5
Tit. 4	15.814,00	15.641,81	11.553,96	17.654,68	12,8

Observações:

1 — D.L.2283 de 28/02/86 — fórmula do anexo do decreto

2 — A tabela acima apresenta para todas as categorias e níveis, os salários incluindo as gratificações de DE e de nível superior (20%).

DIA NACIONAL DE LUTA

Professores de todo o país se mobilizaram no último 27 de novembro - Dia Nacional de Luta - pela Isonomia Salarial e por mais verbas para a Universidade. Nesse dia, a diretoria da Adufrj e da Andes distribuíram o seguinte documento:

Mais uma vez, os docentes das IES públicas federais são obrigados a se mobilizarem a nível nacional para denunciar publicamente a insensibilidade governamental em relação às questões concretas da Universidade Brasileira. Ao contrário das manifestações de cunho meramente propagandista, do MEC, a crise

do ensino superior público mantém-se inalterada.

As suplementações orçamentárias para 1985 continuam absolutamente insuficientes para a manutenção das atividades da Universidade. A despeito da aplicação da Emenda João Calmon - anunciada pelo governo como "Lei Áurea" da Educação -, para 1986, se mantidas as atuais diretrizes para o ensino superior, a situação tenderá a se agravar, porque as dotações orçamentárias previstas serão mais uma vez insuficientes. Isto significa a manutenção de uma política de suplementação que

impede o planejamento sério e responsável, além de desprezitar a autonomia universitária. A sistemática escassez de recursos para o ensino público e gratuito tem gerado um funcionamento precário da Universidade, distanciando-a cada vez mais das reais necessidades da sociedade brasileira.

Além disto, as péssimas condições de trabalho, aliada à baixa remuneração dos docentes, têm prejudicado o ensino e desestimulado o desenvolvimento da Ciência.

A continuidade desta situação é inaceitável. Por isto, estamos mais uma vez mobilizados no Dia Nacional de Luta por

isonomia salarial, ou seja, a erradicação das diferenças salariais existentes entre Autarquias e Fundações Federais e pela destinação de recursos orçamentários necessários e suficientes ao pleno funcionamento da IES Públicas. Este dia nacional inicia uma nova fase do processo de luta, que será mantida até a conquista das justas reivindicações que, historicamente, o movimento docente tem formulado em defesa de uma Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Competente e Democrática.

Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1985. ADFURJ/ANDES

O APOIO DO CRUB

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) também marcou a sua presença na luta pela isonomia salarial e por mais verbas para a universidade. No final do ano passado, eles distribuíram a seguinte nota:

Considerando a necessidade de se defender, clara e positivamente a Universidade pública e gratuita; a necessidade de que as autoridades educacionais compreendam e reconheçam a gravidade dos problemas gerados pela crise orçamentária e financeira das Universidades, provocando um processo permanente de desgaste para seus dirigentes, que vêm a maior parte de seu tempo dispersar-se na luta pela obtenção de recursos exigidos pela simples sobrevivência da Instituição; a im-

possibilidade de planejar responsabilmente e administrar racionalmente com uma dotação orçamentária inicial estabelecida em condições irreais, sabendo-se que deve ser aumentada, através de suplementações, mas não se tendo a certeza de quando serão concedidas e por quais critérios serão estabelecidas; a insuficiência do orçamento de manutenção das Universidades para 1986, fixado pelo MEC para as IES, que corresponde apenas à correção nominal da ordem de 100% do orçamento realizado em 1985, para uma inflação da ordem de 200%.

O Crub decidiu expedir a seguinte nota de esclarecimento, pela qual torna público o caráter imperioso e emergencial das seguintes medidas:

- distribuir a todas as IES federais, e na mesma proporção das suplementações anteriores, o crédito suplementar já autorizado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, em 12/11/85.

- Redistribuir imediatamente às Universidades no mínimo mais um trilhão de cruzeiros para 1986, o que permitiria, pelo menos, a recuperação dos valores reais do orçamento de 1985, que é notoriamente insuficiente, podendo ser utilizados, se não houver outra possibilidade, os recursos preliminarmente reservados ao MEC para programas especiais, captando-se recursos de outras fontes para a implementação destes projetos;

- excluir urgentemente as Universidade

do âmbito dos sucessivos decretos que impedem a contratação de pessoal, mesmo em caso de substituição, e compra de material permanente, uma vez que aí estão incluídos equipamentos para laboratórios e até mesmo livros;

- agilizar a aprovação dos novos Planos de Cargos e Salários das Universidades federais fundacionais implantando-os impreterivelmente em janeiro de 1986, evitando-se desta forma nova crise nestas Universidades;

- estabelecer a Isonomia salarial entre as Universidades autárquicas e fundacionais, não só para docentes, como também para servidores;

Conselho de Reitores das Universidades do Brasil.



Assembléia durante a greve de 1984

CEG elabora proposta de Vestibular isolado

A UFRJ vem discutindo o acesso ao Ensino Superior pelo instrumento do Concurso Vestibular em diversos níveis de seus órgãos acadêmicos. A discussão em tela tem sido objetivo de inúmeras sessões do Conselho de Ensino de Graduação, que ora se propõe reunir o extrato desses encontros, formulando a proposta da comunidade acadêmica para sua avaliação e demais contribuições.

CONSIDERANDO QUE:

I - A perspectiva atual do ensino universitário, em termos de sua adequação ao meio social no qual está inserido, conduz ao estímulo da diversificação e especialização das instituições universitárias, que através das funções de ensino, pesquisa e extensão, devem responder às necessidades da sociedade à qual pertencem, mantido o seu compromisso com a produção e a difusão de novos conhecimentos.

II - É o momento da UFRJ re pensar sua situação, de redirecionar seu interesse, e enfatizar as suas atividades nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão.

III - As condições do ensino de 1.º e 2.º graus, afiguram-se precárias e tal pode ser entendido tanto a nível quantitativo, como qualitativo.

IV - Urge avaliar o conjunto dos três segmentos de ensino, como um todo.

V - Os reflexos do Concurso Vestibular se fazem sentir de forma incontestável em diversos procedimentos do ensino do 2.º grau, o qual, em exemplos extremos se volta totalmente para as exigências episódicas, em conteúdo e forma, desse exame.

VI - Em relação ao 3.º grau, o atual Concurso Vestibular homogeniza a cobrança do conhecimento para todas as carreiras, deixando de contemplar especificidade, na medida em que não enfatiza, matérias curriculares em nível adequado, relativas às carreiras eleitas pelo candidato.

VII - A necessidade de uma participação significativa, das instituições de ensino superior na elaboração e aplicação do processo seletivo se faz imprescindível.

PROPÕE-SE:

Que o Concurso Vestibular para a UFRJ, em 1987, seja organizado em duas etapas, a saber:

1ª ETAPA: Será constituída por duas provas, para todos os candidatos abrangendo todas as matérias do 2.º grau. Estas provas, de caráter eliminatório, serão organizadas e aplicadas pela Fundação Cesgranrio, que também se encarregará da inscrição dos candidatos.

Serão habilitados à segunda etapa, candidatos em número igual ao triplo do número de vagas oferecidas por carreira, na UFRJ, e que tenham logrado um mínimo de 30% de acertos em cada uma das provas.

2ª ETAPA: Terá caráter classificatório e visará conhecimentos específicos ao nível do 2.º grau, relativos à carreira escolhida pelo candidato. Será integralmente realizada pela UFRJ. Constará de provas com questões preponderantemente discursivas. Caberá às Unidades a responsabilidade pela seleção das matérias objeto de avaliação.

Será indispensável que os Centros Universitários verifiquem da possibilidade de unificar, quando couber, as provas de matérias comuns às suas Unidades. Os cursos que necessitem de testes de Habilidade Específica, deverão incluí-lo nesta etapa.

Esta proposta contém os princípios básicos do modelo, que naturalmente será desenvolvido e detalhado após a resposta da comunidade acadêmica, relativa à propriedade de sua aplicação nas mais diversas áreas de ensino da Instituição. Composta a parte geral, comum a toda a Universidade, as partes específicas dos Centros e de suas Unidades serão ali convenientemente formuladas.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1986.

A Comissão de Vestibular do CEG.

Liana De Ranieri da Silva Pereira
Maria da Penha Almeida Cruz
Maria Helena de Castro Lacorte
Marisa Alves Oliveira Sena
Paulo Cesar Bastos Arantes
Ricardo de Andrade Medronho

ANDES

Professores vão às urnas

Duas chapas concorrem nas eleições para a nova diretoria da Andes, que será realizada nos próximos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de maio. Nesta edição, o Boletim da Adufrj traz os programas e as principais propostas da Chapa 1 e 2.

CHAPA 1 ANDES, SEMPRE Autônoma e Democrática

A eleição da futura Diretoria da ANDES será momento em que diferentes propostas políticas se apresentarão como alternativas de direção no próximo período. Num momento político crucial para a construção da democracia no País e para a definição dos rumos da Universidade Brasileira, o processo eleitoral deverá se desenvolver de modo a possibilitar ao MD, no bojo de um debate aberto e de nível político alto entre as concepções políticas que dão origem às chapas concorrentes, a oportunidade de reflexão sobre o quadro político em que deverá atuar a próxima diretoria e os princípios e práticas que determinaram a criação e trajetória da ANDES nos últimos cinco anos.

A identidade política da articulação ANDES Autônoma e Democrática se define por nossa visão dos rumos a serem indicados para a Universidade e o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e artístico brasileiro; pela nossa concepção do que é a ANDES e da prática política que deve pautar as ações da diretoria de uma entidade de base; por nosso entendimento do quadro político nacional e concepção da relação entre o movimento docente organizado com os poderes institucionais; pelo papel que antevemos para o MD nas grandes questões nacionais como a Constituinte e a defesa do Ensino Público e Gratuito. Passaremos agora a indicar, sinteticamente, as idéias e princípios que nos parecem fundamentais.

ANDES sempre em defesa do docente do ensino superior

Cabe à ANDES dar, intransigentemente, continuidade à luta em defesa dos interesses comuns da categoria a nível das reivindicações de melhores condições de vida e trabalho. Nas IES públicas ressalta-se a luta pela isonomia salarial e pela carreira única. Nas IES particulares, a melhoria das condições de trabalho e o salário dos docentes com a estruturação da carreira e extinção da hora-aula, são compromissos que necessitam ser firmemente encaminhados. A carreira do ensino superior almejada para todas as IES, deve contemplar a avaliação de progressão baseada em critérios claros e de natureza estritamente acadêmica. Em função do autoritarismo reinante na maioria das IES particulares, impõe-se a continuidade de luta contra demissões arbitrárias e indisciplinadas e pela liberdade de expressão e organização da categoria.

ANDES sempre em defesa da Universidade
Nossa entidade nacional deverá continuar firme na luta por uma Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente. Na conjuntura atual, frente a um Ministério interessado em utilizar as verbas da emenda Calmon para atender interesses clientelísticos e eleitoreiros, marcado pelo espaço do lobby privatista, o movimento docente continuará a demonstrar a sua disposição de construir, na prática, uma Universidade democrática nos seus mecanismos internos de decisão administrativa e pedagógica. Uma Universidade aberta, crítica, de nível acadêmico e científico alto. Uma Universidade pública na lógica de seu funcionamento e na destinação de sua produção, gratuita e democrática nas oportunidades de acesso. Uma Universidade capaz de cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do País, contribuindo para a melhoria das condições, hoje aviltantes, de vida e trabalho da maioria da população brasileira.

Na luta pela reestruturação trata-se de afirmar os pontos centrais da "proposta da ANDES e das ADs para a Universidade Brasileira", atuando no sentido de sua concretização, através da convocação de constituintes internas e do esforço de garantir através de projetos de lei e

da Constituinte, o reconhecimento legal dos avanços já realizados na prática e do conjunto das nossas propostas.

Na questão de verbas cabe aprofundar a luta pela manutenção e expansão da rede pública, e pela ampliação das dotações orçamentárias a níveis compatíveis com as necessidades das IES públicas em ensino, pesquisa e extensão, bem como combater o empresariamento do ensino, exigindo o fim do apoio do MEC às mantenedoras e defendendo a política de verbas para o setor aprovada no V Congresso.

ANDES sempre em defesa de uma sociedade mais justa

O movimento docente organizado através da ANDES deve contribuir para fazer as transformações da Universidade brasileira e do modelo político-econômico instalado no País, em direção a melhoria das condições de trabalho, educação, saúde, lazer, manifestação cultural e artística da maioria da população brasileira. O avanço nessa luta exige a articulação com os movimentos sociais progressistas e sindicais.

Uma das questões atuais mais importantes é a Constituinte. Cabe ao movimento docente, conforme aprovado no V Congresso, de um lado denunciar o caráter da Constituinte que vamos ter - atrelada e comprometida com a consolidação de poder estabelecido - o autoritarismo que dominou sua convocação e a pressão econômica e os "lobbies" empresariais, dando continuidade à luta contra o entulho autoritário. Além disso deve a ANDES procurar influir na Constituinte congressual desenvolvendo proposta que explicitem garantias constitucionais dos direitos ao ensino público e gratuito para todos, incluindo, entre outras medidas, a destinação percentual mínima e adequada do orçamento da União, Estados e Municípios para a Educação.

Quanto ao pacote econômico baixado pelo governo através do Decreto Lei 2283, a chapa ANDES Autônoma e Democrática reafirma a posição aprovada na reunião das ADs realizada em São Paulo em 08.03.86 e apresenta uma análise própria publicada no Boletim nº 25 (março/86 da ANDES).

ANDES sempre autônoma e democrática
Vemos a ANDES como instrumento de organização independente e luta dos docentes universitários, a nível nacional, e de forma autônoma da estrutura de poder e burocrático do Estado, desatrelada de partidos, credos religiosos e governos.

Inserida entre os movimentos sociais que surgem da iniciativa coletiva de base e af sustentada, a ANDES deve colocar sempre, e a partir da sua Diretoria, o controle da sua direção política nas mãos dos associados através de seus organismos amplos de deliberação, CONADs e Congressos. Deve também articular-se com outros movimentos sociais progressistas mantendo na sua relação com partidos, burocracias estatais e governos, uma postura crítica e independente. Alianças e negociações, muitas vezes importantes no fazer concreto da política não devem ser prerrogativa de decisão da Diretoria, que certamente tem legitimidade para conduzi-las, mas necessitam estar respaldadas e amparadas na avaliação e direcionamento políticos dos fóruns coletivos da Entidade. Se o poder institucional, suas articulações e movimentos devem evidentemente ser levados em conta, politicamente, em nossa visão de conjuntura, **é no MD organizado que devem estar sempre, os referenciais políticos da ANDES e sua Diretoria.**

CHAPA 2 ANDES, HOJE Em Defesa da Universidade

1986: Uma reflexão sobre a conjuntura nacional.
A direção do movimento docente não pode deixar de buscar a interpretação do momento político, entrando em suas nuances a cada novo lance do rápido jogo que se trava entre as forças democráticas e as de retrocesso. Impõe-se decifrar as sutilezas desse jogo, abrir novos espaços e ampliar os espaços conquistados. É responsabilidade de ANDES atualizar-se rapidamente em relação às questões de conjuntura. Essa é uma tarefa absolutamente necessária à ampliação e ao sucesso do movimento docente. Uma reflexão sobre a atual conjuntura nacional deixa claro que, findo o ciclo militar, a transição democrática ocorre em meio a muita luta.

É urgente a ampliação e a consolidação do atual quadro de liberdades políticas, que dependem de capacidade de organização e a luta de cada setor e da mudança da atual correlação de forças, em benefício dos setores democráticos e populares da sociedade. Cabe à ANDES a participação efetiva nesse processo.

Ao aproximarem-se as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, o movimento docente deve, em conjunto com outras forças progressistas, posicionar-se com eficácia para a neutralização do poder econômico, a remoção do "entulho autoritário", a luta pelo recadastramento eleitoral. Deve igualmente exercer forte pressão para que a Constituinte incorpore mecanismos capazes de garantir a expansão do ensino público em todos os níveis, com gratuidade implementada e mantida pelo Estado, e a mais ampla liberdade de organização, de reunião e de opinião assegurada por princípio e sujeita ao controle social.

Persistir em velhas práticas quando a realidade muda pode custar muito caro e todos nós. É, pois, a partir da análise de uma realidade ainda instável, mas inegavelmente em mudança, que o movimento docente deve rever suas avaliações e suas práticas, buscando, novas estratégias para alcançar seu objetivo principal, a luta EM DEFESA DA UNIVERSIDADE.

UMA CONCEPÇÃO DE ANDES
A ANDES é uma entidade da sociedade civil e, enquanto tal, deve interagir com o Estado numa postura de diferenciação e autonomia, uma postura que catalise e expresse os anseios de um setor da sociedade na definição das políticas que o Estado deve implementar em relação àquele setor. Assim, cabe-lhe prioritariamente julgar, propor e criticar as medidas que determinam a vida do ensino superior no país. A defesa e a manutenção da Universidade é sua finalidade básica.

Lutar por condições adequadas e por padrões de ensino, pesquisa e extensão é a sua maior contribuição social. Para levar a contento sua finalidade, a ANDES necessita interagir com o Estado em duas frentes. Uma, especificamente sindical, de defesa dos salários e das condições de trabalho de todos os professores universitários brasileiros - condições essenciais para a existência de boas universidades. Aqui, sua ação deve articular-se com a dos demais setores do movimento sindical - público e privado - na defesa da melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros. O segundo ponto de embate com o Estado é o da formulação específica da política educacional, e da universitária em particular. Aqui, cabe à ANDES articular-se com as demais entidades ligadas a esse setor e a outros afins na definição dos caminhos da educação brasileira.

Além disso, sendo a Universidade em si mesma porta-voz da sociedade civil, cabe à sua associação nacional de professores contribuir no debate das grandes questões que se colocam para a prática social e política dos brasileiros, nesse momento de reordenamento da vida institucional do País. Num período de Constituinte, principalmente, cabe à ANDES realizar um esforço ainda maior para dotar os setores populares e democráticos de propostas específicas, competentes e progressistas. Aqui, sua articulação com o Congresso Nacional, com os movimentos sindicais e com os partidos políticos é fundamental. O avanço da democracia deve ser seu critério na condução desses contatos.

Desse modo, romper o isolamento que dificulta o progresso social no mundo contemporâneo e buscar ultrapassar a fragmentação das forças políticas, posta pela modernidade que o Brasil hoje vivencia, é uma tarefa fundamental para o movimento docente no momento. Superar o particularismo sem perder as qualidades próprias de sua área de atuação deverá ser a meta da diretoria da ANDES.

A ANDES, hoje, tem um novo desafio a responder. Continuará, enérgica, a defesa de suas bandeiras históricas de luta - a

reestruturação da Universidade, o ensino público e gratuito, em todos os níveis; o combate em prol de salários justos para os docentes, de condições satisfatórias de trabalho, e de uma efetiva participação dos docentes nas decisões maiores da Universidade; a crítica, independente e constante, da política e das ações governamentais, sobretudo as concorrentes à educação, à cultura, à ciência e à tecnologia; a crítica, igualmente constante e independente, das políticas e ações dos dirigentes das IES, em particular as que representam obstáculos à democratização, ao desenvolvimento pessoal e à criatividade dos docentes, induzindo a duvidosos projetos de ascensão funcional e de avaliação do desempenho; prosseguirá a ANDES sua integração aos movimentos populares e dos demais trabalhadores, bem como às entidades organizadas da sociedade civil, objetivando a conquista duradoura das liberdades civis, a garantia constitucional dessa conquista, a ação conjunta pela realização de interesses comuns e pelo restabelecimento pleno da democracia no país. Na luta geral das forças democráticas e objetivando a manutenção da soberania nacional, a ANDES defenderá o desenvolvimento de uma tecnologia nacional autônoma; a reserva de mercado para a Informática e todas as tecnologias de ponta capazes de ser desenvolvidas no Brasil; o fortalecimento das empresas estatais, especialmente contra a política de desestatização.

Mas a ANDES, hoje, tem um novo desafio a responder. A ANDES tem de preocupar-se também com os problemas acadêmicos, voltar-se para o interior das universidades, aproximar-se de organizações técnicas e científicas, como o SBPC e as associações nacionais de pesquisa de pós-graduação; de instituições voltadas para a educação, como a ANDE e a ANPEd, integrar-se aos movimentos dos docentes, de 1º e 2º graus; ampliar o relacionamento já existente com a UNE e a FASUBRA.

A ANDES, hoje, não pode mais limitar-se ao papel de contestadora e crítica do Governo e dos dirigentes universitários. Crítica e contestadora, sim. Mas, ultrapassando o limite da denúncia, deve a ANDES procurar influir na definição da política educacional, cultural, científica e tecnológica do país, elaborando - ou estimulando as ADs a também o fazer - projetos alternativos de elevado nível acadêmico, com a assessoria e a colaboração de especialistas, associados seus espalhados pelo país e quase sempre ignorados. Projetos alternativos, sempre em consonância com as bandeiras de luta do movimento, deverão ser apresentados ao Governo, aos dirigentes universitários, às entidades organizadas da sociedade civil e à população em geral, para reforçar e qualificar nossas reivindicações. Nessa luta, todos os espaços possíveis, mesmo aqueles criados pelo Governo, devem ser corajosa, competente e independentemente preenchidos, assegurando-se em todos os casos a transparência de sua participação e sua submissão à análise e ao debate nas ADs.

A ANDES, hoje, deve abrir espaço para um novo relacionamento com as ADs, agilizando o sistema de comunicação e consulta atualmente existente, em particular no que concerne à divulgação de documentos e projetos oriundos do Ministério de Educação, da Cultural e da Ciência e Tecnologia, e do Congresso Nacional.

Deve a ANDES descentralizar sua ação, estimulando as Regionais a assumir um grau mais significativo de autonomia, de modo a ser possível atuar como verdadeiros agentes mobilizadores e aglutinadores, nas respectivas áreas de sua competência.

Finalmente, a ANDES, hoje, tem de responder ao desafio de rever sua política financeira, de enfrentar com clareza e criatividade as contradições inevitáveis de uma associação nacional que congrega associações de IES públicas e particulares, fundacionais e autárquicas, federais, estaduais e municipais. E tem a sua frente a realidade quase não tocada das instituições isoladas.

Por tudo isso, companheiros, no momento em que se define a renovação de Diretoria da ANDES, discutimos entre nós e decidimos apresentar uma chapa alternativa - ANDES, HOJE - que defenderá as linhas de ação aqui expostas. Longe de ser uma articulação contra pessoas, é uma articulação a favor de um novo programa, em resposta ao desafio da hora presente.

Longe de ser uma chapa deste ou daquele partido político, contra esta ou aquela organização partidária, é uma chapa que pretende, sempre com o fundamental acordo das ADs, pensar a ANDES à luz dos desafios do momento atual. Contribuir para a construção da ANDES, hoje.

CHAPA 1

Presidente: Newton Lima Neto
1º Vice-Presidente: Sydney S. F. Solis
2º Vice-Presidente: Luiz Pompeu de Campos
Suplente Presidência: Osvaldo de O. Maciel
Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira
1º Secretário: Antônio Ibanez Ruiz
2º Secretário: Pedro Antônio Cecato
Supl. Secretária: Marco Antônio N. Pereira
1º Tesoureiro: Ari Vicente Fernandes
2º Tesoureiro: Renato de Oliveira
Supl. Tesouraria: Ildeu Castro Moreira
Vice-Pres. Norte: Silvério de A. Tundis
Suplente: Zélia Amador de Deus
Vice-Pres. Nordeste 1: Antônio de Pádua Rodrigues
Suplente: José da Rocha Furtado Filho

Vice-Pres. Nordeste 2: Rubens Pinto Lira
Suplente: Maria Bernadete de Oliveira
Vice-Pres. Nordeste 3: Sofia Olszewski
Suplente: Rita de Cássia S. Olivieri
Vice-Pres. Leste: Benedito Tadeu Cesar
Suplente: Tarcísio Ferreira
Vice-Pres. Rio: Míriam Limoeiro Cardoso
Suplente: Cibele Reynaud
Vice-Pres. São Paulo: Silvia Helena Borelli
Suplente: Francisco Miraglia
Vice-Pres. Cen-Oeste: Sidney V. Pimentel
Suplente: José Francisco Viana
Vice-Pres. Sul: Aníbal Sanchez Moura
Suplente: José Gonçalves Medeiros
Vice-Pres. R.G. Sul: Florimar O. Thomaz
Suplente: Edson N. Morais

CHAPA 2

Presidente: Paulo da Silveira Rosas
1º Vice-Presidente: Joel Regueira Teodósio
2º Vice-Presidente: Luiz de Carvalho Bicalho
Suplente da Presidência: Antonio Carlos Robert Moraes (Tônico)
Secretário Geral: João Augusto de Lima Rocha
1º Secretário: José Fraga Fachel
2º Secretário: Carlos Roberto Sanches
Supl. Secretário: Helena Costa Lopes de Freitas
1º Tesoureiro: Miguel Jorge Palaoro
2º Tesoureiro: Flávio Sidrim Nassar
Supl. Tesouraria: Ivan Miguel Costa
Vice-Pres. Norte: Nelson Fraiji
Suplente: Joaquina Barata Teixeira
Vice-Pres. Nordeste 1: Ronaldo de Albuquerque Ribeiro
Suplente: Maria do Socorro Lira Monteiro

Vice-Pres. Nordeste 2: Vilma Vítor Cruz
Suplente: José Maria Tavares de Andrade
Vice-Pres. Nordeste 3: Elcio de Gurnião Verçosa
Suplente: Winston Fonseca de Carvalho
Vice-Pres. Leste: Gealdo Luiz Moreira Guedes
Suplente: Margarida Vieira (Guida)
Vice-Pres. Centro Oeste: José Maria Baldino
Suplente: Lauro Bulaty
Vice-Pres. Rio: Anna Alice Mendes Schroeder
Suplente: Paulo Sergio Goulart
Vice-Pres. São Paulo: Alcides Ribeiro Soares
Suplente: Helena Serra Azul Monteiro
Vice-Pres. Sul: José Francisco Fletes
Suplente: Marcia Siqueira de Carvalho
Vice-Pres. Rio Grande do Sul: Maria Antonieta Lavaratti
Suplente: Mania Borges Neutzling

ANDES

V Congresso da ANDES

No período de 19 a 24 de janeiro próximo passado, realizou-se em Salvador, Bahia, o V Congresso da ANDES. A ADUFRJ participou do Congresso com uma delegação de 11 professores, eleitos na Assembléia Geral do dia 05/12/85, de acordo com as normas gerais estabelecidas. No total participaram do Congresso 65 AD's (25 Autarquias, 16 Fundações, 8 Estaduais, 15 Particulares e 1 Municipal), que enviaram 294 delegados e 76 observadores.

Foram seis dias de reuniões, debates e discussões intensas e acaloradas, mas que, apesar da grande quantidade de resoluções e propostas aprovadas nas plenárias, pouco se avançou em termos de propostas políticas para o movimento ou quanto ao aprofundamento das questões centrais da Universidade. Esta situação decorre de vários fatores, que vão desde a época de realização do Congresso até a forma de encaminhamento de teses e contribuições das AD's. É uma característica marcante dos últimos Congressos/CONAD's que não pode deixar de causar certa frustração nas expectativas da delegação tendo em vista o esforço na preparação e a elaboração de proposta para o Congresso.

O CONGRESSO

As questões da Universidade foram muito pouco debatidas e a análise de conjuntura foi a tônica de todo o Congresso, tendo como pano de fundo a sucessão da ANDES. As divergências quanto à análise da conjuntura política e a condução do movimento docente que já vinham se manifestando claramente desde o Congresso de Piracicaba, tomaram corpo no Conad de Niterói e se cristalizaram em Salvador com a formação de duas articulações durante o Congresso e, pela primeira vez, o movimento docente terá duas chapas con-

correndo à diretoria de sua entidade máxima.

Era de se esperar, sem dúvida, que a questão sucessória ocupasse um espaço destacado no Congresso. Entretanto, a excessiva polarização em torno das articulações de chapas esvaziaram bastante, as discussões em grupo preparatórias para as plenárias e impediram a discussão aprofundada das propostas lá apresentadas. A partir da definição clara da existência de uma chapa de oposição, as votações em plenário eram realizadas ou conduzidas não em termos de seu conteúdo ou implicações para o movimento docente, mas passavam principalmente por saber de que lado estava o seu proponente.

Neste clima de confronto antecipado das urnas, foi aprovado em plenário, por exemplo, o engajamento da ANDES e das AD's na campanha das Diretas/86 e na campanha pela ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, sem que a grande maioria das AD's presentes tivesse sequer promovido discussão sobre esses temas ou mesmo conhecesse o conteúdo da Convenção, distribuída no mesmo dia. Foram ainda propostos e quase aprovados o apoio material às ocupações de tema e a filiação a uma das centrais sindicais. Isto tudo já na madrugada de sábado, dia (25) pois a plenária final se encerrou lá pelas 08:00 horas de manhã!

A pauta original do Congresso incluía, como sempre, os temas de conjuntura nacional/MOVIMENTO DOCENTE (política Educacional/Ensino Público e Gratuito, Constituinte, Movimento Sindical e Reforma Agrária), UNIVERSIDADE (Reestruturação, Política de Verbas, Carreira/Avaliação Docente e Ciência/Cultura/Tecnologia), QUESTÕES SETORIAIS (Campanhas Conjuntas e Lutas Específicas) e QUESTÕES ORGANIZATIVAS (Finanças e Divisão da Regional Sul). Da abertura do Congresso, no domingo, dia 19, até a manhã de quinta-feira, dia 23, só se havia discutido

o tema de CONJUNTURA. Evidentemente os demais temas foram tratados com superficialidade e a toque de caixa.

Com o tempo correndo e o final do Congresso se aproximando, muitos dos grupos de trabalho não chegaram a sequer discutir todo o temário e a formular propostas objetivas sobre a Universidade, por exemplo. A ênfase dada foi a pura e simples reafirmação de resoluções de Congressos e CONAD anteriores, como a "Proposta da ANDES e das AD's para a Universidade Brasileira", ou a aprovação dos textos do Boletim da ANDES de janeiro, com alterações cosméticas.

Muitas foram as propostas aprovadas de formação de Comissões da Diretoria para analisar e formular propostas para o movimento das questões pouco discutidas no Congresso. O documento elaborado pela chamada Comissão de Alto Nível do MEC não mereceu qualquer apreciação aprofundada pelo Congresso, sendo considerado apenas um subsídio a mais nas discussões futuras de nossas propostas!

PROPOSTAS DA ADUFRJ

A Assembléia Geral da ADUFRJ que elegeu delegados para o Congresso apreciou também as temas do encontro e encaminhou algumas propostas, que foram posteriormente aprofundadas em reuniões da delegação e do Conselho de Representantes.

As propostas apontavam para uma discussão aprofundada no Congresso do Documento do MEC sobre a Reestruturação da Universidade e sua inclusão no contexto da Constituinte; a adoção de um programa emergencial para as Universidades Brasileiras 1986/87 que incluísse o trilhão de verbas do MEC alocado originalmente para Projetos Especiais; a articulação conjunta da pauta com os movimentos de servidores e estudantes, incluindo uma Comissão com a ANDES, a FASUBRA, a UNE e o CRUB; destaque para a isonomia e verbas para as Universidades; reivindicações dos 80% de gratificação de nível superior do funcio-

nalismo, indicativo de greve para o primeiro semestre deste ano e um calendário de mobilização, composto por Assembléias no reinício das aulas para discussão da pauta e indicativos do Congresso, reunião das Autarquias para fechamento da pauta e finalmente entrega das reivindicações ao MEC, com prazo de resposta.

Parte das propostas levadas pela ADUFRJ não foram aprovadas nos grupos de discussão e, portanto, não chegaram às plenárias. O destaque para a isonomia salarial/carreira e verbas, a gratificação do funcionalismo e o calendário não lograram aprovação na plenária final, apesar do empenho na defesa dessas propostas. O indicativo de greve para este período foi um dos poucos temas consensuais do Congresso.

A discussão sobre verbas públicas para o setor privado proporcionou um debate acirrado na plenária final e, por ser uma questão de princípios, a ADUFRJ não transigiu na defesa de que as verbas públicas devam ser destinadas ao ensino público e gratuito. Infelizmente, a posição de que "as verbas orçamentárias do MEC devem ser alocadas exclusivamente na IES Públicas e Gratuitas até que suas necessidades estejam plenamente satisfeitas" e que somente "as verbas que excederem a esses limites poderão ser alocadas às IES Particulares, desde que haja mecanismos de controle adequados" foi rejeitada pelo plenário. Em contraposição, ratificou-se a posição anterior de cessão de verbas públicas ao ensino privado para "programas específicos", a título de obtenção de um padrão único de qualidade para a Universidade Brasileira.

LIÇÕES DE SALVADOR

A experiência da delegação do ADUFRJ no V Congresso da ANDES indica a necessidade de uma postura crítica em relação aos encontros futuros. Em que pesem as questões particulares relacionadas ao Congresso de Salvador,

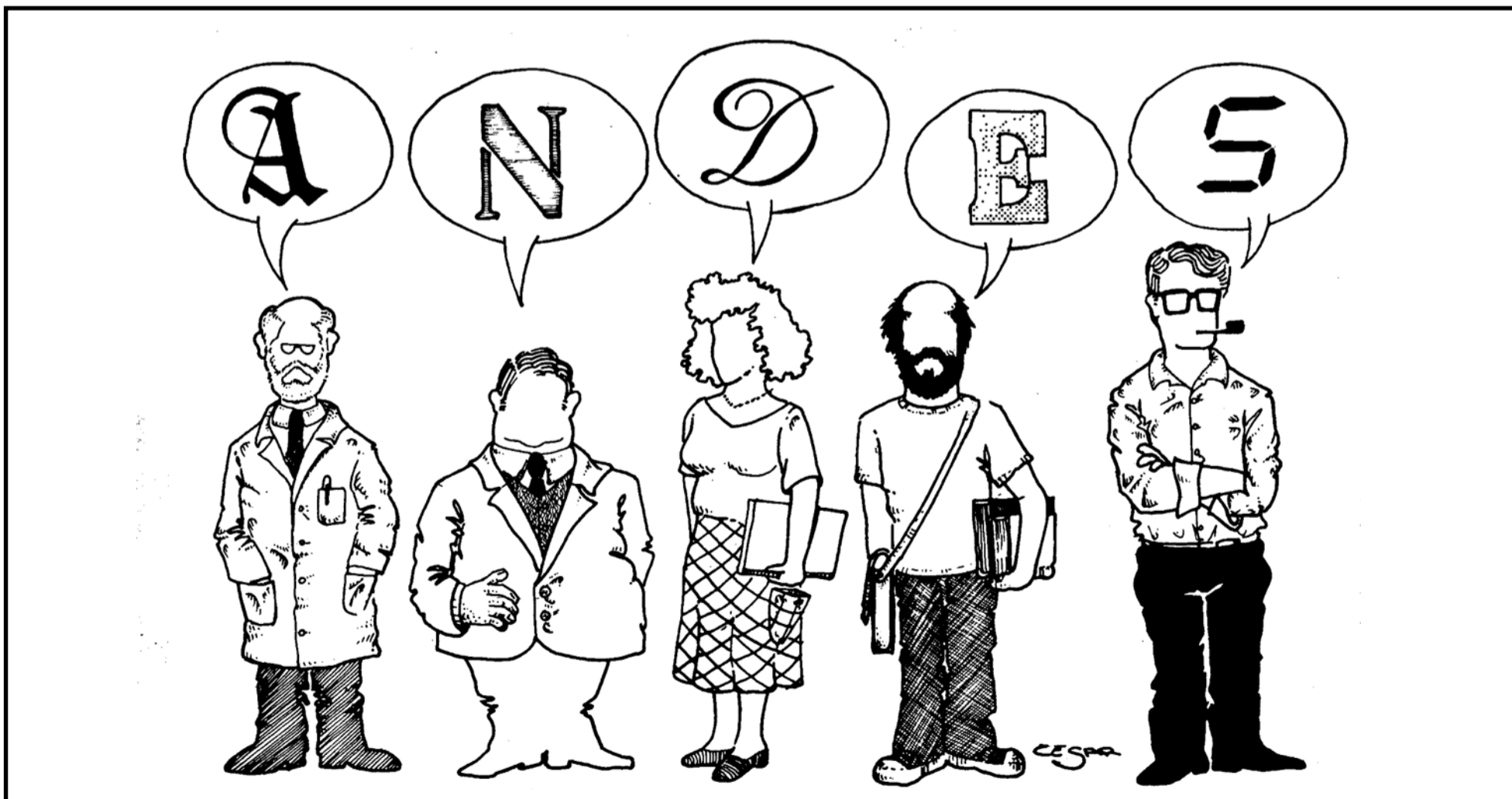
a organização de nossos congressos em geral tem pecado em muitos aspectos.

Em primeiro lugar, a data de realização do Congresso dificulta a mobilização e as discussões preparatórias das AD's com vistas ao encontro, pois a época de férias de fim de ano é de natural desmobilização.

A preparação do Congresso, por sua vez, não contempla o envio antecipado das propostas, teses e documentos de discussão para as AD's. A falta dessa discussão que antecede o Congresso prejudica o andamento de grupos, que tomam contato com as propostas às vezes na hora de votação, e não permite uma visão global e a reflexão prévia do conjunto do movimento docente. O Congresso perde então seu caráter fundamental de deliberação de propostas consolidadas, para se formar uma grande discussão mal-informada e com grandes diferenças de nível de compreensão das questões debatidas.

A questão sucessória, por sua vez, embotou a sensibilidade do conjunto dos delegados presentes e a negação da discussão aprofundada de propostas levou a decisões precipitadas. A não priorização da isonomia, por exemplo, teve que ser revista recentemente, pois é, na prática, um grande elemento unificador das setores Fundações e Autarquias. A apresentação imediata da extensa pauta de reivindicações do movimento ao MEC, por sua vez, representou não só mais uma vez a quebra no encaminhamento histórico nas questões do movimento, como não possibilitou a revisão da pauta pelos próprios mecanismo internos e legítimos que são as Assembléias das AD's. Perdeu-se ainda a chance de incluir nesta reavaliação o recente Pacote Econômico, que originou uma nova reunião das AD's em São Paulo para esse fim.

Aliás, o não encaminhamento das questões polêmicas de volta às bases para discussão nas Assembléias Gerais das AD's parece ter sido uma das preocupações do próprio Congresso, que tinha pressa em polarizar e definir tudo até 25 de janeiro!



Fórum sacode o marasmo

Nos últimos 20 anos foi difícil rimar universidade com cultura. A partir de agora, no entanto, o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ começa a sacudir a universidade com um verdadeiro pacote cultural que inclui, entre outros, um curso com a economista Maria da Conceição Tavares, uma conferência sobre Antenin Artaud, com Paule Thevinin, a maior espe-

cialista na obra do dramaturgo francês, e um concerto com modinhas anônimas do século XVIII, com texto do inconfidente Tomáz Antônio Gonzaga.

Coordenado pelo professor Márcio Tavares d' Amaral, da Escola de Comunicação, o Fórum vai tentar com sua programação, "desafiar um certo marasmo em que a universidade caiu". Cria-

do em 1969, só agora o Fórum passa a ousar, marcando com clareza seu papel de centro transdisciplinar que complementa e para o qual faz convergir as atividades especializadas. Cada semestre terá um eixo central ao qual as atividades respeitarão. O tema em pauta é "o problema da crítica nas artes e a arte criticada".

Com direito a Conceição

A partir desse mês, a UFRJ começa a dançar ao som das atividades do Centro Cultural do Fórum de Ciência e Cultura. A programação é intensa:

• **A Constituinte** - curso de extensão universitária, com a participação de Bernardo Cabral, Villas Boas Correa, Carlos Henrique Escobar, Vladimir Palmeira, Hélio Silva, Seabra Fagundes e Afonso Arinos. Às terças e quintas, às 20h30min. Até o dia 29.

• **Problemas Econômicos Brasileiros** - curso de extensão universitária com a professora Maria da Conceição Tavares, onde ela discutirá em sete palestras o recente pacote eco-

nômico. O título do curso respeita a repulsa de Conceição pela palavra "pacote", mas este é o tema dos debates que começam no dia 23, sempre às 11h30min.

• **Poemas do Cárcere** - Concerto de Ana Maria Kieffer, a partir de modinhas anônimas do século XVIII, com textos de Tomáz Antônio Gonzaga, no dia 25 de abril.

• **Oficina de Voz** - com o alemão Theophile Maier, diretor do Ex Vocco, especialista em trabalho de voz com atores, em maio.

• **Artaud** - conferência de Paule Thevenin, a maior especialista na obra do dramaturgo francês, criador do Teatro da Crueldade, também em

maio.

• **O Seminário de teses** - em função do tema central do semestre. À crítica, serão colocadas em discussão algumas teses que repousam em gavetas e armários da UFRJ e que versam sobre esse assunto.

• **Revista Fórum** - lançamento previsto para julho, quando se encerrarão as atividades do semestre. O tema central da revista naturalmente é A Crítica.

Obs.: Qualquer informação sobre essas atividades pode ser obtida no Fórum, na Av. Pasteur, 250, Urca, ou pelo telefone 295-5046. As inscrições para os cursos de extensão são gratuitas.



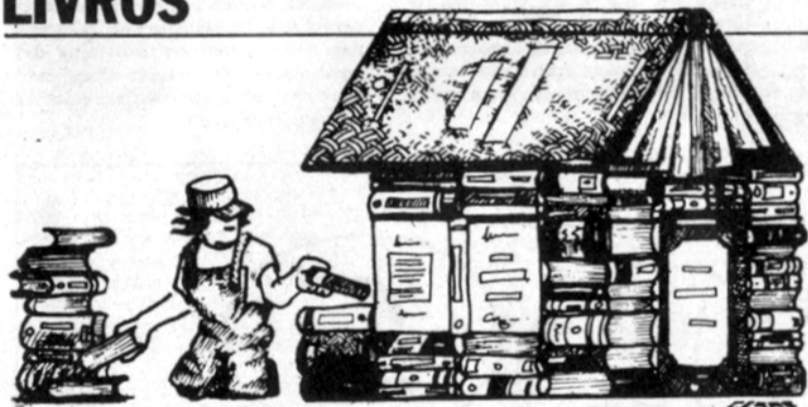
A posse do Professor Raffaelli, na direção do Instituto de Psiquiatria, deu início à programação cultural da Praia Vermelha

Cultura na praia

Música clássica, teatro, artes plásticas, cinema, seminários e debates no **campus** da Praia Vermelha: integrar a comunidade acadêmica e dar mais vida ao campus. Eis aí a idéia que moverá a Programação Cultural que vem sendo esboçada desde o fim do ano passado e que, em breve, fará parte do cotidiano da Praia Vermelha. Está em andamento a formação de uma Comissão Cultural da Praia Vermelha composta por representantes de todas as uni-

dades do campus- ECO, FEA, FE, IP, EP, ESS - da Escola de Música, IF-CS, CFCH, CCJE, Fórum de Ciência e Cultura, ASUFRJ e ADUFRJ, que planejará e administrará a programação. A divulgação será feita através do **Boletim Cultural da Praia Vermelha**, que também ficaria sob os cuidados da Comissão. Para concretizar o projeto, o campus da Praia Vermelha terá que receber alguns curativos, como no Teatro de Arena que precisa urgente de iluminação.

LIVROS



Com o intuito de divulgar os trabalhos dos docentes da universidade, o Boletim da Adufrj criou a coluna "Livros", onde serão apresentados os últimos lançamentos dos professores da UFRJ. Se você quer divulgar o seu trabalho, envie uma carta para a Adufrj, com o nome do livro, nome completo do autor, editora, número de páginas e uma resenha de 10 linhas.

HISTÓRIA

A Deformação da História ou Para Não Esquecer, de José Luiz Werneck da Silva. Jorge Zahar Editor.

Integrando a coleção **Brasil: Os Anos de Autoritarismo (Análise, Balanço, Perspectivas)**, inspirada no pensamento de Santayana de que "os povos que esquecem a sua história estão condenados a repeti-la", este livro singular procura recuperar, inclusive com a ajuda de importantes depoimentos, algumas das memórias coletivas da resistência ao autoritarismo (1964-1984), no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular, como a memória dos historiadores cassados ou a dos professores e estudantes, o que lhe permitiu contextualizar historicamente a trajetória da UNE, das ADs e das ANDES.

LITERATURA

Literatura Básica, de Rogel Samuel (org.), Francisca Nóbrega, Marta Senna, Angela Fabiana, Nelly Valladares, Anazildo Vasconcelos da Silva e

Edison Lourenço Molinari. Editora Vozes.

São três volumes didáticos produzidos por professores da Faculdade de Letras da UFRJ para o público de segundo grau, escritos por pesquisadores especializados em cada fato tratado e com experiência na prática de sala de aula. Alguns temas entram pela primeira vez em livro didático, como a história do cinema brasileiro, da música erudita e popular do Brasil, teoria do humor, etc. Foi uma tentativa bem-sucedida de Universidade popular.

Sintético e agradável, o livro procura ser um dos elementos mobilizadores do aluno. A parte gramatical se constitui de centenas de exercícios de revisão. E a escolha dos textos procurou representar a sociedade brasileira e suas contradições.

ECOLOGIA

Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades, Carlos Minc.

Editora Vozes e IBASE, Coleção Fazer, volume 11.

O livro foi escrito com base numa pesquisa feita

através de 600 questionários enviados para entidades ecológicas conhecidas que apontaram mais 300, totalizando cerca de 900 entidades e 35 mil pessoas envolvidas com a questão ecológica. Ocorrendo a maior incidência na região sudeste e sul, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul. O trabalho é dividido em duas partes, uma primeira conceitual que explica as críticas à sociedade industrial e consumista. Fala sobre a política ecológica, a contra-atividade social, o estado asfíxiante, o desenvolvimento com autogestão e autonomia sobre os fundamentos do eco-desenvolvimento. Na segunda parte, o livro fala sobre as principais lutas ecológicas e as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, as principais preocupações das populações camponesas, operárias e de pescadores, a questão nuclear e a corrida armamentista.

REFORMA AGRÁRIA

A Reconquista da Terra - Movimentos Sociais no campo e Reforma Agrária, de Carlos Minc. Editora Zahar. Coleção **Brasil: Os Anos de Autoritarismo (Análise, Ba-**

lanço, Perspectivas).

Balanço da questão da terra no Brasil nos últimos 21 anos, em 10 capítulos. Como foi massacrado o movimento camponês, as ligas camponesas em 64; qual a intenção do Presidente Castelo Branco quando formulou o Estatuto da Terra; balanço da política de colonização do Brasil, estudo comparativo entre a colonização do Pará e de Rondônia; êxodo rural, números e causas; terras indígenas: números e a questão da demarcação; reorganização do movimento sindical e as lutas que se seguiram ao 3º Congresso da Contag, em 79; as diversas categorias de trabalhadores, quem são e por que lutam os trabalhadores na agricultura. Assalariados, permanentes, bóias-frias, camponeses sem terra (meeiros e arrendatários), pequenos proprietários. Existem muito mais pontos de complementariedade do que de contradição entre as lutas que envolvem salário, preço, terra e liberdade. Questão atual: último Congresso da Contag em maio de 85, o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

ASTRONOMIA

Ao Encontro do Halley, de Luis Eduardo Machado e Julio Fernandez. Editora Guanabara.

Tudo sobre a história do cometa mais famoso do mundo, desde a primeira vez que foi visto pelo cientista que lhe deu o nome até a sua aparição, este ano. Os autores contam ainda a história dos cometas, o que são, como surgiram, quais os cometas mais famosos. Teria sido um cometa que guiou os Reis Magos? Qual a importância dos cometas? Além de um guia completo de informações sobre qual a melhor maneira de se observar o cometa de Halley, de vários pontos do Brasil e principalmente do Rio de Janeiro. Segundo Luis Machado Diretor do Observatório do Valongo, essa é apenas mais uma contribuição da universidade para a comunidade. 100 páginas ilustradas e a cores. Prefácio do professor Horácio Macedo.

"Banda dos guerreiros"

A **Universidade e o tempo político contemporâneo** foi o título que a professora Maria da Conceição Tavares, deu a seu discurso de posse no Instituto de Economia Industrial, no dia 14 de março. Eis os pontos principais:

"Muitos me perguntaram e continuarão perguntando por que a opção pela Universidade neste tempo de luta econômica e política decisiva para os destinos desta nação. Esta é a minha hora de tentar preparar as próximas gerações para quando esta estiver cansada.

Nos últimos anos, o meu envolvimento político e a minha notória capacidade de comunicação de massa interferiram dramaticamente na minha vida pessoal e retiraram-me o pouco tempo que tinha para o lazer, o prazer estético e a vida mundana. Mas não foram impedimento para que continuasse meu trabalho universitário. Pelo contrário. Em 1978, juntamente com um conjunto de professores das mais diversas escolas de pensamento, fundamos nesta casa o mestrado de economia industrial e de tecnologia, com o propósito de formar quadros para o setor público e iniciar um centro de pesquisa especializada, porém alimentado pela visão que é comum a todos os meus companheiros de que história, teoria e pesquisa empírica são métodos científicos inseparáveis, de tentar entender e explicar a realidade contemporânea. Este centro, apesar de sua curta existência, deu nove dos melhores quadros ao governo da Nova República. Os professores Carlos Lessa, Sulamis Dain, Eduardo Augusto Guimarães, Aloísio Teixeira, José Tavares, Júlio Gomes de Almeida, Fábio Celso, Paulo Cunha e Antônio Cláudio Sochacezwski.

Na verdade, no que diz respeito à minha biografia intelectual, este período que termina agora com a restauração da democracia e a ascensão plena de uma nova equipe econômica (na qual se destacam vários colegas de outros centros, amigos e companheiros de luta pelo movimento de renovação dos economistas) não foi um período improdutivo. Minha própria produção intelectual encontra-se dispersa em uns tantos artigos e ensaios - uma média de dois por ano - que escrevi, nos meus meses de férias acadêmicas, nos fins de semana ou nas madrugadas de insônia.

Mas, em compensação, para quem pensa como eu, que o conhecimento é um processo de avanço coletivo e não produto de algum gênio inspirado pela divina providência, a orientação de teses de mestrado e doutorado nas minhas duas casas universitárias, seminários de pesquisa, a participação em inúmeras bancas onde tive a oportunidade de aprender o trabalho dos outros centros, deram lugar a uma das etapas mais estimulantes intelectualmente de toda a minha vida acadêmica. Estou encharcada do conhecimento do que se tem produzido no Brasil na última década, e orgulhosa dos meus colegas mais jovens que permitiram que o debate econômico saísse dos guetos, onde estiveram refugiados até 1978, para o mundo do debate político. Graças ao esforço desta geração e seguindo a tradição de Mestre Furtado, a economia deixou de ser "economês", a economia política ganhou uma nova dimensão, a política econômica deixou de ser uma caixa pre-

ta fechada para os poucos que a usavam para manipular os recursos de poder. Lá longe, no Planalto Central, nas casamatas da tecnocracia encastelada, foram criticados em todos os tons, do mais acadêmico e sereno ao mais veemente e desafiador.

É desnecessário dizer que por temperamento e não por razões teóricas, embora apoiada solidamente numa firme convicção ética e na tradição de alguns mestres europeus do primeiro quartel do século (aqueles que lutaram contra o fascismo), pertenço irremediavelmente à banda dos "guerreiros" e à contradição romântica do "ateísmo religioso".

Para minha visão de mundo, a luta pelos fins últimos de uma sociedade justa e democrática está baseada na crença no valor absoluto de um comportamento ético, independentemente de qualquer esperança quanto ao sucesso externo.

O compromisso com o povo, nesta casa universitária, reside em pôr o saber a seu serviço, de modo a recolher e internalizar no próprio processo do conhecimento científico o reconhecimento das condições de sua existência.

A universidade deve e foi no Brasil, nestas últimas duas décadas, uma trincheira de resistência à ação do autoritarismo. Mesmo quando financiada pelo Estado, opôs-se aos seus desígnios e propôs uma transformação da sociedade.

A tarefa mais dura daqui em diante é como redefinir as relações com a própria transformação do Estado e da sociedade.

Continuamos acreditando na possibilidade de uma cultura popular, sincrética, desenvolvida, tropical, mas produzida por um povo que não tenha de fazer da "malandragem" o seu modo de vida.

Participo e vibro com a malandragem dos oprimidos. Não participo e odeio a malandragem dos ponderosos. Mas luto e espero ver o dia em que os oprimidos do meu país não necessitem mais de ser malandros, e a eles também a dignidade de uma vida sem miséria permita que a malandragem seja apenas uma estética: na música, na dança, na linguagem.

Caminhamos todos juntos até aqui. Ainda, continua valendo o fado português: "navegar é preciso", navegar hoje como no tempo das caravelas dos meus antepassados, quer dizer, sonhar com a Terra Prometida. Não para se apropriar e colonizar o novo mundo recém descoberto. Não para encontrar Porto Seguro, mas para atravessar o novo mar, ignoto e nunca dantes navegado. Os que estamos aqui, estamos todos irremediavelmente no mesmo barco, com velas, remos, motor de popa, computador eletrônico, mas no mesmo barco.

O nosso compromisso coletivo do IEI é, resumidamente o seguinte:

- 1 - Continuar o rompimento dos guetos e das barreiras entre as ciências sociais;
- 2 - Superar o tecnocracismo;
- 3 - Formar quadros com espírito político aberto, em que os elementos técnicos, históricos e da experiência prática alimentam uma nova geração que possa substituir a atual e prosseguir incansável pelo sonho de um novo milênio.

Conceição: A musa da esperança

Fernando Gomes



Na hora de explicar o pacote, calma e precisão

- Eu a vi na quinta-feira na televisão e achei incrível. Fiquei emocionada e curiosa. Quis vê-la de perto, ao vivo.

Cristiane da Costa tem 20 anos e estuda na Faculdade de Farmácia. Baixinha, morena, não lê as páginas de economia dos jornais e até a semana passada nunca tinha ouvido falar na estrela que vai subir ao palco daqui a pouco. Como ela, universitária, milhões de brasileiros, ávidos de informação sobre o pacote que mudou a vida de todos, descobriram uma nova musa: a professora Maria da Conceição Tavares, portuguesa de nascimento e brasileira por opção.

Conceição, permanente dor de cabeça para os tecnocratas

do regime militar, e mestre de uma nova geração de economistas paulistas e cariocas que ousaram fazer terra arrasada do modelo elaborado por Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Neto, não é mais privilégio de jornalistas de economia e da área acadêmica. Caiu na boca do povo.

Zuleica Teixeira, por exemplo, funcionária da UFRJ, foi ao auditório do **Roxinho** - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, para ver Conceição e entender melhor as medidas adotadas pelo Governo Sarney, também atraída pelas aparições frequentes de Conceição nas telas de TV nos últimos dias. Como Cristiane, Zuleica nunca tinha ouvido falar na professora.

"Às vezes, a pessoa é uma coisa na TV e outra quando a gente vê de perto" - diz Zuleica (que sairá do **Roxinho** empolgada: "Ela fala a linguagem do povo. Fala de maneira profunda!" - exclama, olhos brilhando).

A duas se misturam na multidão de mais de 700 pessoas que suportam o auditório, onde Conceição vai dar a aula inaugural da UFRJ, a convite do Reitor Horácio Macedo. Além de jovens alunos e professores, muitos funcionários, que foram liberados para vê-la.

E ela entra pela porta lateral tropeçando no pequeno

Continua

Continuação

degrau antes de ser cercada pela imprensa. Tem o rosto cansado - pela manhã deu aula no Instituto de Economia Industrial, onde na sexta-feira seguinte viria a tomar posse como diretora desse departamento da Faculdade de Economia, almoçou e saiu correndo para a aula inaugural. Quando a maquiagem começa a se dissolver sob os refletores da Rede Globo, ela reage irritada às perguntas: não quer falar à imprensa. "Estou exausta. Falei com vocês a semana inteira. Agora chega". Despacha a repórter insistente - que perguntara se a mestra estava lá para falar como representante da reforma econômica: "Eu sou uma professora, eu sou uma professora, eu sou uma professora" - diz, quase gritando. "Foi como professora que fui parar no Doi-Codi da ditadura". Sobe ao palco sob forte salva de palmas e senta-se por trás de um buquê de flores brancas e amarelas que combinam com sua blusa estampada.

Começa um pequeno discurso - toda a festa não dura mais



O discurso emocionado que conquistou o país

de 25 minutos - pedindo desculpas: não vai falar do pacote, não vai dar uma aula inaugural, não responderá a perguntas, está muito cansada. Vai apenas conversar um pouco com seus alunos. "Eu vou estar nesta casa nos próximos quatro anos e vamos ter tempo".

Mas não resiste: depois de lembrar que chegou à UFRJ em

1957 - "era uma jovem matemática portuguesa, meio ingênua, e hoje sou uma economista brasileira" - desanda a falar: "Naquele tempo esta casa era conservadora, com uma direção reacionária. Eu era assistente do Bulhões (Otávio Gouveia de Bulhões, ex-Ministro da Fazenda do Governo Castello Branco), que era um velho liberal.

Hoje estou aqui para dizer que a Universidade vai lutar pela democracia. E essa luta não pode ser no grito, aqui não é lugar de questiúnculas e quere-las. As pessoas precisam se habituar a lutar por um mundo melhor sem se crispar. Eu mesma tenho de aprender. Lutei 20 anos contra, crispada, agora está na hora de lutar a favor. Fiz

força para não ser crispada contra o Brizola".

Conceição se empolga, fala que o povo mostrou nas ruas que agora começa a Nova República - "está nas mãos da gente fazer" - e ironiza Simonsen: "Falando sobre o pacote, ele disse que as medidas eram óbvias. Se era obvio, por que eles não fizeram?" - pergunta à plateia, que responde com uma gargalhada geral.

Elogia o Presidente Sarney pela decisão política de adotar o pacote e conclama os alunos a lutar por uma universidade melhor. Faz o que não queria: se crispa, fica de pé, e aos berros afirma: "Vocês têm de mudar a cabeça, a de vocês e a nossa, professores. Têm de aprender a confiar que essa universidade, mesmo sem dinheiro, vai atravessar o ano 2000. O orçamento não é problema de vocês, é desses que estão aqui (aponta para a mesa, onde estão o reitor e alguns professores)".

Senta-se. A aula está encerrada, ela quer saber se há alguma pergunta. O reitor intervém: "Não faremos perguntas a Conceição. O que podemos dizer a ela é apenas nosso compromisso de fazer dessa universidade o instrumento das massas despossuídas deste país".

SUCCESSÃO DA ANDES

Debates: 09/05 - 10h - UERJ - Campus Auditório 73

12/05 - 10h - UNI-Rio - H. U. Gaffrée e Guinle - anfiteatro

13/05 - 11h - UFF - H.U. Antonio Pedro - Sala Argemiro

14/05 - 11h - UFRJ - Inst. de Biologia- Salão Azul

14/05 - 16h - UNI-Rio - Sala Vera Janacapulos

15/05 - 12h - PUC- Sala 260 L

15/05 - 20h - Escola de Música (Rua do Passeio 98)

Eleições: 19, 20, 21, 22 e 23 de maio.

COMPAREÇA! PARTICIPE !

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

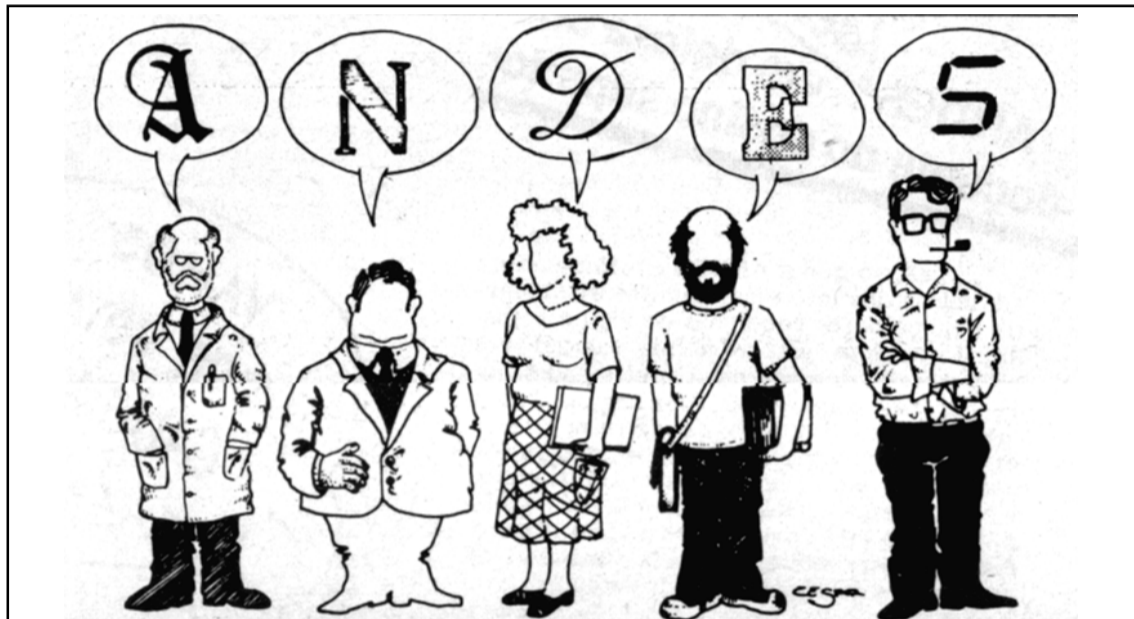
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VIII MAIO/86 EDIÇÃO EXTRA

ELEIÇÕES ANDES

DOS dias 19 a 23 de maio, os docentes de todo o país estarão elegendo a nova diretoria da ANDES, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Todo processo eleitoral, aberto como canal democrático das bases, tende a oxigenar as idéias que norteiam o movimento e articular as ações, cada vez mais, no sentido dos interesses da categoria. Há duas chapas: a ANDES - Autônoma e Democrática e a ANDES HOJE: Em Defesa da Universidade. Ir às urnas é - especialmente hoje - contribuir para o aperfeiçoamento das estruturas de ensino superior, tendo em vista a reforma que se faz urgente e na qual os docentes organizados, fazendo ouvir suas experiências, deverão influir. No Boletim Extra da ADUFRJ, as duas chapas têm chances iguais de dizer a que vieram e o que pretendem à frente da ANDES.



Mapa das urnas

Locais onde serão distribuídas as 29 urnas para a eleição da nova diretoria da Andes:

Física/Química	Psicologia/ Serviço Social	Psiquiatria/ Neurologia
Matemática	IFCS	Ginecologia
Geociência	CAP	Biologia/ Farmácia/ Nutes
Valongo	Maternidade	Nutrição/Microbiologia/NPPN/ Biofísica/ICB
Letras	Escola Enfermagem	Engenharia Química (bloco E)
Música	Educação Física	COPPE/IMA (bloco H)
FAU/EBA/PUR	Medicina	Escola de Engenharia (bloco F)
Direito	IPPMG	Museu Nacional
FEA/IEI	Odontologia	
Educação/Comunicação	ITP	

obs: devido ao número de eleitores haverá duas urnas na medicina

URGENTE!!!

O Hospital Universitário necessita urgente de doações de sangue de todos os tipos sanguíneos

COLABORE

DOE SANGUE

Procure o Serviço de Hemoterapia do H.U. - 3º andar - 07:30 às 14:00 Hs.

Editorial

COMPLETOU, no último dia 30 de abril, seis meses de gestão da atual direção da ADUFRJ. É um tempo ainda curto para se tirar conclusões, num momento de grandes mudanças na Universidade, na era da Nova República, mas já longo para dele extrair algumas reflexões.

A proposta inicial desta direção, traduzida em seu programa, consolidou-se na consciência da importância de assegurar uma posição de independência, capaz de garantir e respaldar a sua identidade. Estamos certos de que o papel que temos a cumprir por uma Universidade mais democrática e competente passa pela nossa própria capacidade de mobilizar os docentes e por uma permanente interação com o Conselho de Representantes.

Compreendendo como prioridade os ganhos e avanços já obtidos por parte do movimento docente, lutamos pela liberdade de expressão no campus universitário (por ocasião da crise provocada a propósito do filme **Je Vous Salue,**

Marie, de Godard). Em seguida, lutamos por uma consulta para a escolha do Vice-Reitor que comportasse a expressão igualmente livre dos segmentos da nossa comunidade acadêmica.

Uma Universidade que havia escolhido, por eleições diretas, a partir do Reitor, todos os dirigentes e decanos não toleraria, em hipótese alguma, uma indicação de Vice-Reitor feita a portas fechadas, por um colegiado composto por não mais de 54 membros.

Enfrentamos, nesse sentido, hesitações e até ataques de setores que não interiorizaram, talvez ainda completamente, as regras do jogo democrático, regras que estabelecem, como ponto primeiro e principal, que a liberdade de escolha só é liberdade quando realmente completa.

Não queremos a crítica cega. Mas não fecharemos os olhos à necessidade de criticar, sempre que se tornar necessário: Por isso, comparecemos ao Conselho Universitário e ali veiculamos, clara e inequivocamente, nota de

irrestrito apoio aos resultados da consulta realizada nos dias 22, 23 e 24 de abril passado sobre as pessoas que deveriam compor a lista sêxtupla de Vice-Reitor.

O nome do Prof. Alexandre Cardoso, como se manifestara a comunidade, deveria encabeçar a lista citada, acompanhado dos professores Paulo Gomes, Nelson Maculan, Olinto Pergoraro, Dulce Chiaverini e Edson Pereira de Souza. Lamentavelmente, alterou-se no Colégio Eleitoral o resultado da consulta, traindo-se assim, de certo modo, a expectativa da comunidade no que diz respeito ao nome do Prof. Olinto Pergoraro.

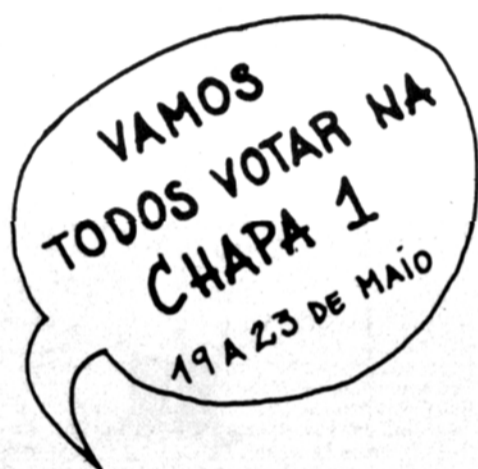
Trata-se de um comportamento que fere e compromete os avanços democráticos já obtidos no interior da nossa Universidade, porque contraria decisão formulada nas urnas.

Neste sentido, entendemos que o Prof. Alexandre Cardoso deve necessariamente ser nomeado o próximo Vice-Reitor da UFRJ, para o que contará com o nosso integral apoio.

POR QUE VOTAR



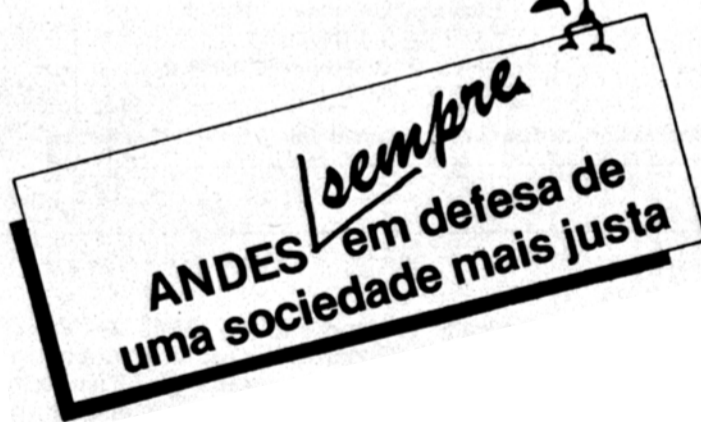
É preciso que a ANDES continue a luta em defesa dos interesses comuns da categoria por melhores condições de vida e trabalho. Lutaremos pela isonomia salarial-já e pela carreira docente nas Universidades públicas; nas particulares, prosseguiremos a luta pela estruturação da carreira e pela extinção da hora-aula. As promoções na carreira devem se basear em critérios claros e estritamente acadêmicos. Impõe-se a continuidade da luta contra as demissões arbitrárias e indiscriminadas e pela liberdade de expressão e de organização da categoria.



A ANDES deve continuar firme na luta por uma Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente. Deve também continuar a construir, na prática, uma Universidade democrática nos seus mecanismos internos de decisão administrativa e pedagógica, aberta, crítica, de nível acadêmico e científico alto. Pública na lógica de seu funcionamento e na destinação de sua produção, gratuita e democrática nas oportunidades de acesso. Uma Universidade capaz de cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das condições, hoje aviltantes, de vida e trabalho da maioria da população brasileira.

As propostas do Movimento Docente para a reestruturação da Universidade, apresentadas no documento da ANDES e entregues ao MEC, devem ser reafirmadas em ações que garantam o reconhecimento legal e possibilitem avanços no trabalho universitário.

Na questão de verbas, deve aprofundar a luta pela manutenção e expansão da rede pública e pela ampliação das dotações orçamentárias a níveis compatíveis com as necessidades das instituições de ensino, pesquisa e extensão. Deve também combater o empresariamento do ensino, exigindo o fim do apoio do MEC às mantenedoras e defendendo a política de verbas para o setor, já aprovada no V Congresso.



A chapa 1 - ANDES AD - propõe a transformação da Universidade brasileira e do modelo político vigente na direção da melhoria das condições de trabalho, educação, saúde, moradia, manifestação cultural e artística da maioria do povo brasileiro.

Propomos desta forma, a articulação com todos os movimentos sociais que se alinham nesta perspectiva.

A nova Constituição deverá garantir esses direitos. Não podemos concordar, portanto, com o sentido conservador da Constituinte que se avizinha, caracterizado pelo autoritarismo de sua convocação comprometida com as pressões econômicas e com a consolidação do Poder vigente.

A chapa 1 propõe que, apesar disto, a ANDES procure influir na Constituinte congressual para que sejam garantidos o ensino público e gratuito para todos em todos os níveis e a destinação dos recursos indispensáveis para a Educação nos orçamentos federal, estadual e municipal.



Vemos a ANDES como instrumento de organização independente na luta dos docentes universitários, a nível nacional, e de forma autônoma da estrutura de poder e burocrática do Estado, desatrelada de partidos, credos religiosos e governos.

Inserida entre os movimentos sociais que surgem da iniciativa coletiva de base e aí sustentada, a ANDES deve colocar sempre, e a partir da sua diretoria, o controle da sua direção política nas mãos dos associados através de seus organismos amplos de deliberação, CONADs e Congressos. Deve também articular-se com outros movimentos sociais progressistas mantendo na sua relação com partidos, burocracias estatais e governos, uma posição crítica e independente. Alianças e negociações, muitas vezes importantes no fazer concreto da política, não devem ser prerrogativa de decisão da Diretoria, que certamente tem legitimidade para conduzi-las, mas necessitam estarem respaldadas e amparadas na avaliação e direcionamento políticos dos fóruns coletivos da Entidade. Se o poder institucional, suas articulações e movimentos devem evidentemente ser levados em conta, politicamente, em nossa visão de conjuntura, **é no MD organizado que devem estar sempre os referenciais políticos da ANDES e sua Diretoria.**

CHAPA 2 – ANDES HOJE: EM DEFESA DA UNIVERSIDADE

POR QUE VAMOS MUDAR A ANDES?

- porque é preciso avançar em nossa luta
- pela Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e responsável acadêmica e socialmente;
- por melhores condições salariais e de trabalho para os docentes universitários.
- porque para avançar é preciso que a Direção da ANDES tenha clareza de nossos objetivos, convicção em nossas propostas e confiança na força de nosso movimento, para:
- cobrar da Nova República os compromissos assumidos desde novembro de 1984 por Tancredo Neves com a ANDES e ADs em encontro público, e descumpridos até o presente, tais como: expansão do ensino público de 1º, 2º e 3º graus, mudança na legislação para escolha de dirigentes universitários, mudança na composição e funções do CFE de maneira a que predominassem representantes do ensino público, verbas necessárias para o pleno funcionamento das Universidades Públicas.
- **representar efetivamente os professores**, defendendo, em todos os fóruns da sociedade civil ou oficiais, de maneira

firme e independente, as propostas aprovadas pelo movimento docente, apresentando encaminhamentos concretos, inclusive no âmbito do legislativo. É inadmissível que a ANDES não tenha reivindicado, por exemplo, ter interlocutor na Comissão de estudo para Reestruturação da Universidade nomeada pelo Ministério da Educação em 1985. Esta omissão tem contribuído para a desinformação dos professores e para o atraso de nossa organização e mobilização em defesa de nosso projeto de Universidade.

- **interagir com outras entidades** profissionais, científicas e de educação, com outros movimentos sociais e setores populares, na proposição de políticas de educação, cultura, ciência, e tecnologia, de política de saúde e outras políticas sociais, que nos permitem obter avanços políticos na Constituinte, especialmente com relação à ampliação do ensino público e gratuito.

- porque é preciso democratizar o movimento docente.
- informando os professores com a necessária anteceden-

dência sobre as teses e propostas a serem apresentadas pela Diretoria para a discussão nas reuniões regionais e nacionais,

- criando condições para que as teses de cada AD possam circular por todo o país também com a devida antecedência,

- planejando os encontros nacionais de forma a atender os interesses e expectativas do conjunto dos docentes.

- porque é preciso abrir espaço no movimento docente para o aprofundamento das questões substantivas do ensino, pesquisa e extensão que permeiam nosso trabalho cotidiano.

- porque é preciso maior agilidade e combatividade na luta pela isonomia salarial com as fundações. Há muito a ANDES deveria estar esclarecendo a opinião pública, pressionando o Governo e mobilizando os professores e a comunidade universitária em geral, ao lado da UNE e da FASUBRA, denunciando o absurdo em que se constitui o pagamento de salários desiguais para o mesmo cargo na carreira docente.

APÓIAM A CHAPA 2

ANDES, hoje em Defesa da Universidade

Horácio Macedo – química - UFRJ
 Maria da Conceição Tavares - economia - UFRJ
 Sérgio Arouca - médico sanitário - FIOCRUZ
 Carlos Lessa - economia - UFRJ, UNICAMP
 Sílvia Tendler – cinema - PUC/RJ
 Luiz Werneck Vianna - sociologia - IUPERJ
 Leandro Kondes - história - UFF, PUC/RJ
 Carlos Nelson Coutinho - C. política - Benett/RJ
 Roberto Chabo - médico
 Ana Lipke - médica
 Crescêncio Antunes da Silveira Neto - médico
 Jorge Guimarães – biologia - UFF
 Jorge Guimarães – bioquímica - UFRJ
 Fernando Pamplona - belas artes - UFRJ
 Roberto Alcântara - biologia - UERJ
 Ricardo Ferreira – química - UFPe
 André Furtado - bioquímica - UFPe
 Helosia Mendonça Moraes – medicina - UFPe
 Rui Veloso - arquitetura - UFF
 Sérgio Leusin – arquitetura - UFF
 Manuel Correia de Andrade – geografia - UFPe
 Rodolpho Rocco – medicina - UFRJ
 Paulo Alcântara Gomes – engenharia - UFRJ
 Hildebrando de Araujo Goes - eng. - UFRJ
 Sedi Hirano - sociologia - USP
 José Nilo Tavares – sociologia - UFF, PUC/RJ
 Walter Colli – química - USO
 José Carlos Maia – química - USP
 Wanderley Messias da Costa - geografia - USP
 Cidmar Teodoro Paes - letras - USP
 Nestor Goulart Reis – arquitetura - USP
 José Jeremias de Oliveira Fº - sociologia - USP
 Judith Klotzel - medicina - USP
 José Roberto Tamburus - odontologia - USP
 Júlio Jorge d'Albuquerque Losio - odonto - USP

RECEBEMOS APOIO DOS FÍSICOS

José Leite Lopes - UFRJ
 Mário Schemberg - USP
 Ernest Hamburg - USP
 Silvio Roberto Salinas - USP
 Alberto Rocha Barros - USP
 Bernard Laks - UNICAMP
 Gilberto Fernando de Sá - UFPe
 Sergio Coutinho - UFPe

“Considero da melhor qualidade os candidatos da chapa 2, tanto pela sua combatividade como por representarem uma frente ampla de tendências políticas. A ANDES só teria a se congratular com a nova direção representada por esses colegas, porque o seu programa atende boa parte das necessidades dos professores”.

EDGARD CARONE

A CHAPA 2: “ANDES HOJE, EM DEFESA DA UNIVERSIDADE”, DE OPOSIÇÃO À ATUAL DIRETORIA DA ANDES, AGRADECE O APOIO EXPLÍCITO E ESTÍMULO JÁ RECEBIDOS DOS SEGUINTE SÓCIOS DA ADUFRJ.

Centro de Ciências de Saúde

Celia Regina Carlini; Fernando Steele da Cruz; Wilson Savino; Roberto Lent; Alexandre Pinto Cardoso; Deia Maria Ferreira dos Santos; Maria Cristina L. Ramos; Maria Fernanda da Costa Nunes; Vera Maria A. P. da Silva; Priscila Araci Grohmann; Magda Regina da Silva Padilha; Louis Bernard Klaczko; Orilio Leoncini; Paulo Cesar B. Arantes; Rui Cerqueira Silva; José Negreiros; Cezar Martins de Oliveira; Cezio Pereira; Sergio Henrique G. da Silva, Sergio Roberto Annibal; Gerusa B. Fontenelle; Catarina R. Nogueira; Rodolpho Rocco; Helio de Mattos Alves; Marcia Curvello de Araujo; Dulce Chievern; Raffaele Infante; Jorge Guimarães; Celeste Elia; Iná Pires C. Ono; Maria Magdá Simões; Diana Maul de Carvalho; Tomaz Pinheiro da Costa; Luis Carlos Siqueira; Rubens de Araujo Filho; Claudio D'Avila; José Manuel dos Santos; Marcos Eira; Roberto Cotrim; Vera R. Castro; Ana Borralho; José Egidio Oliveira; Vanda Marques da Silva; Wolmar Pulcher; Henrique Sergio M. Coelho; Adolpho Mirech; Lucio Ronaldo Cardoso; Mauricio Caram; Vera Lucia R. C. Halfoun; Gilberto José Nagle; Eduardo Lopes Pontes; Salomão Kac; Norma Colino Figueiredo; Altre Lemle.

Centro de Tecnologia

Adilson de Oliveira; Luiz Roberto M. Miranda; Waldyr Azevedo Junior; José Henrique Sanglard; Paulo Alcântara Gomes; Claudio Barauna; Paulo de Tarso Esperança; Fernando Amorim; Julio Cyrino; Carlos A. Levi da Conceição; Peter Kaleff; Jomar Gozzi; Paulo Emilio V. Miranda; Hildebrando de Araujo Goes Filho; Roberto Bartholo Junior; Otto Carlos M. B. Duarte; Claudio Fernando Malher; Antonio Mac Dowell de Figueiredo; Carlos José Ribas D'Ávila; Osvaldo Pereira Filho; Lucio Sathler; José dos Santos R. Coimbra, Floriano C. Martins Junior.

Centro de Ciências Matemática e da Natureza

Antonio Bairo Nuevo Junior; Carlos Eduardo M. de Aguiar; Francisco Artur Chaves; João Valentin de Menezes; José Leonardo M. D. de Souza; Laercio Cabral Lopes; Marta Feijó Barroso; Máximo Ferreira da Silveira; Paulo Cesar G. L. Pitanga; Raphael de Haro Junior; Aloisio Ribeiro da Costa; Rui Fernando R. Pereira; Aldo Carlos de Moura Gonçalves; Elmo da Silva Amador; Selene Alves de Oliveira; Horacio Macedo; José Emmanoel; Edson Pereira de Souza; Raymundo Oliveira; Alvercio Moreira Gomes; Gloria Regina Braz; Lilian Nasser; Diomara Pinto; Guido Ivan Zapata Ferreira; Eduardo San Pedro Siqueira; Alberto Moreira Gomes; Neyde

Felisberto M. Ribeiro; Marina Tebet A. Marins; Maria José C. M. Monteiro; Antonio de Almeida Pinho; Arnaldo Carlos R. Nogueira; Augusto José M. Wanderley; Dinamerico Pereira P. Junior; Dulcineia de Lourdes V. Ferreira; José da Silva Ferreira; Maria Aguiaras A. Freitas; Cesario Honorio Paulo de Almeida; Osvaldo Esteves Barcia; Marco Antônio F. Faria; Manoel Teaquim C. Esteves.

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Carlos Lessa; Aloisio Teixeira; Fernando Carlos Serqueira Lima; Vera Maria C. Pereira; Margaret Hansor Costa; Carlos Medeiros; Lia Hasenclever; Nivalde José de Castro; Elisa Muller; Leonarda Musumeci; Josué Almeida.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Maria de Lourdes A. Favero; Helena Ibiapina Lima; Wolly Fonseca C. Pereira; Maria Lucia P. Petiz; Conceição de Goes; Zuleide Faria de Melo; Paulo Baia; José Henrique Villena; Moacyr Barreto da Silva Junior

Centro de Letras e Artes

Fernando Pamplona; Miriam Lemle, Gumercinda Gonda; Murillo Mendes; Murillo Alvim Pessoa; Renato Milhiolo; Isis Braga; Paulo Jardim Moraes; Trajano Garcia Quintaes; Alexandre Costa Netto; Haroldo Cardoso de Souza; Edwaldo Cafezeiro; Ronaldo Lima Lins; Beatriz Resende; Ligia Vassalo; Maria Aparecida B. Soares; Livia Lindóia B. Schleder; Jandira Gonçalves Figueiredo; Luis Carlos Stasmado; Maria Lucia Aragão.

VAMOS MUDAR A ANDES COLEGAS! SEU VOTO É FUNDAMENTAL.

ELEIÇÃO EM TODAS AS UNIDADES

19 a 23 DE MAIO - VOTE CHAPA 2

Presidente: PAULO ROSAS (UNIV. FED. PERNAMBUCO) - AUTARQUIA

1º Vice - JOEL TEODÓSIO (UNIV. FED. R. JANEIRO) - AUTARQUIA

2º Vice - LUIS BICALHO (UNIV. FED. MINAS GERAIS) - AUTARQUIA

Sec. Geral- JOÃO AUGUSTO ROCHA (UNIV. FED. BAHIA) - AUTARQUIA

Vice Regional Rio - ANNA ALICE MENDES (UNIV. FED. FLUMINENSE)

“A disputa eleitoral favorece democraticamente a ANDES. Meu apoio à chapa 2 fundamenta-se no programa por ela apresentado e no conhecimento pessoal de Paulo Rosas e Joel Teodósio. Da história dessas duas lideranças destaco o compromisso com a democracia, a escola pública e a defesa das causas dos profissionais da educação. Competência em negociar sem abrir mão da coerência é o cartão de visita das lutas de Paulo e Joel”.

MOACYR DE GOES

“O apoio consciente e entusiasta da chapa encabeçada pelo colega e composta por docentes de grande valor acadêmico e político leva-me a enviar esta mensageira de congratulação a chapa 2 ANDES, hoje.

Sabemos que os governos e as entidades mantenedoras não foram capazes de resolver um só dos mais prementes problemas do ensino superior. Sabemos, também, que é preciso inventar novos meios e modos de levá-los a assumir suas responsabilidades, sem isenção da parte que nos cabe.

Tenho a certeza de que os professores universitários brasileiros saberão reconhecer na chapa ANDES HOJE a nova e necessária direção do movimento docente na conjuntura que vem se definindo”.

ANDES HOJE PARA NOVOS TEMPOS
LUIZ ANTONIO CUNHA

PARALISAÇÃO NACIONAL

Nos dias 06 e 07 de maio passado as universidades Federais Autárquicas realizaram paralisação de suas atividades como forma de luta por isonomia com o setor fundacional, por verbas e pela reestruturação da Universidade. A jornada de luta contou com a paralisação das atividades na grande maioria das Autarquias e teve boa repercussão e cobertura pela imprensa local nacional.

Entretanto, a reunião do setor para avaliação e desdobramento realizada no último dia 13 em Brasília, mostrou que, de modo geral, a participação dos professores nas atividades desenvolvidas durante os dias de paralisação ficou aquém do que se esperava. Além disso dentre as Universidades em que os docentes não paralisaram as suas atividades encontravam-se: Ceará, Rio Grande do Norte, Paulista de Medicina, Rural do Rio de Janeiro e UFRJ. Em nossa universidade a decisão foi tomada em Assembléia com 130 docentes, por ampla maioria de votos. A diretoria da ADUFRJ teria encaminhado a proposta de paralisação de 1 dia, 4ª feira, onde se discutiria a reestruturação da Universidade. A decisão tomada pelos docentes não significou, contudo o afastamento do processo a nível nacional. Preferiram, no entanto, aproveitar os dias propostos para aprofundarem, nas respectivas Unidades, a discussão de reestruturação da Universidade, a questão das verbas, a carreira do magistério.

Tais fatos nos levam a uma reflexão maior sobre o movimento docente a nível local e nacional. Se por um lado existe, sem dúvida, certa mobilização e disposição de luta, como demonstrou a própria paralisação, por outro, é preocupante a aparente desmotivação para a discussão dos temas centrais de nossa pauta de reivindicações. Este quadro de perplexidade e de indecisão, a nosso ver, tem duas vertentes principais: as questões internas de cada Universidade e o encaminhamento nacional do movimento.

O processo de democratização interna, como a eleição de Reitores a Diretores ainda está em seu início em grande parte das Universidades, o que naturalmente leva a grande mobilização para as questões por ele suscitadas no âmbito da própria instituição. Nos locais onde o processo já se encontra em estágio mais avançado, vencida a etapa eleitoral inicial, as questões que se colocam são tão ou mais complexas, exigindo novas posturas e relações do movimento com a estrutura formal de poder da qual, em muitos casos, faz parte ou é até hegemônica. Esta situação média abre novos espaços para o trabalho e a atuação política docente, mas o movimento ainda não assimilou nem superou essas aparentes contradições.

O encaminhamento nacional das questões docentes, por sua vez, insiste na política anterior de confronto e de desestabilização do governo, negando-se a uma reflexão

profunda sobre as mudanças ocorridas na política e na economia em sua história recente e suas implicações no movimento. O Congresso de Salvador, por exemplo, ratificou a extensa pauta de reivindicações, aprovou a jornada de luta pela reestruturação em abril (16/17), só agora realizada, e apontava para um indicativo de greve neste período letivo. Estas decisões, porém, por deliberações do próprio Congresso não retornariam as AD's para reavaliação e referendo, mas seriam encaminhadas ao Governo e ao movimento prontas e acabadas. Com o advento da reforma econômica em março, houve necessidade de reavaliar o quadro e foi convocada reunião nacional, em São Paulo, e resolveu priorizar as questões da isonomia e de verbas da pauta de reivindicações, sem passar, mais uma vez, pelas Assembléias. No início de abril, com a questão da isonomia entre as Fundações com seu quadro praticamente definido, o setor autárquico se reuniu em Brasília, reavaliando a situação e transferindo o indicativo de paralisação previsto naquele mês para o início de maio. Às vésperas da paralisação nacional, finalmente, a direção nacional solicitava às AD's que retomassem o indicativo de greve de Salvador!

Este quadro confuso, sem uma linha e estratégia política de atuação definida contribui, sem dúvida, para a situação de expectativa dos docentes e para o esvaziamento das Assembléias como fórum deliberativo principal do movimento nacional. O centro de decisão está sempre em reuniões de representantes das AD's que não retornam para as Assembléias, antes da decisão final. A prática representativa e democrática de discussão e tomada de decisões deve ser reavaliada no movimento docente

Deliberação do Encontro das Autárquicas em 13 de maio em Brasília

1 - Continuar a discussão sobre reestruturação da Universidade (isonomia, carreira, verbas), de acordo com as condições de cada AD, com vistas ao CONAD de junho.

2 - Dar um prazo ao MEC para a implantação da comissão paritária para isonomia/suplementação de verbas 86 - ANDES, FASUBRA, CRUB, MEC - até o final de maio de 86.

3 - Marcar audiência com o Ministro até o fim de maio acompanhada por vigília nacional.

4 - De acordo com o resultado com a audiência publicar matéria paga sobre isonomia, verbas e reestruturação, antes do CONAD, na Folha de São Paulo com o custo a ser rateado entre as Autarquias.

5 - Realizar Assembléias Gerais no início de junho preparatórias para o CONAD, para avaliação do movimento e indicativos para o movimento nacional

- APUBH (MG) - assembléia ano 105 professores; paralisação de 2 dias
- ADUFPA (PA) - plebiscito: assembléia com 50 professores, paralisação de 2 dias
- ADUFAL (AL) - assembléia com 100 professores e paralisação de 2 dias; contra indicativo de greve
- ADUFG (GO) - assembléia pouco mobilizada; paralisação de 2 dias e indicativo de greve
- ADUPB - CG (PB) - assembléia com pouca mobilização; paralisação de 2 dias
- ADUFPR (PR) - assembléia com 103 professores; paralisação de 2 dias
- ADUFC (CE) - assembléia com 50 professores; não paralisaram

- APUFSC (SC) - assembléia com 165 professores; paralisação de 1 dia
- ADURN (RN) - não houve assembléia e não paralisaram
- ADMED (Uberaba, MG) - assembléia com 33 professores; paralisaram 1 dia
- UFPB - JP (PB) - assembléia com paralisação de 2 dias e indicativo de greve
- APUSM (RGS) - assembléia com 150 pessoas e paralisação de 2 dias; contra indicativo de greve
- ADES - JF (ES) - não houve assembléia; paralisação de 2 dias
- ADEPM (SP) - não houve assembléia e não paralisaram
- ADUFRJ (RJ) - assembléia com 130

- professores; não paralisaram
- ADUFRRJ (RJ) - assembléia pouco mobilizada; não paralisaram
- ADUFEPE (PE) - assembléia com 50 professores; paralisação de 2 dias
- ADUFRGS (RGS) - assembléia com 60 professores e paralisação de 2 dias; contra indicativo de greve
- ADUFES (ES) - assembléia com 100 professores e paralisação de 2 dias; indicativo de greve para o segundo semestre
- APUB (BA) - assembléia e paralisação de 2 dias; contra indicativo de greve e por paralisação em 31 de maio

ADUFRJ e o Vice-Reitor

FRENTE aos recentes acontecimentos envolvendo a eleição de Vice-Reitor, a Associação dos Docentes da UFRJ se posicionou, em todos os momentos, em favor do respeito à vontade da comunidade e consequentemente pela indicação do candidato mais votado.

Eis as notas divulgadas pela diretoria;

1. na Reunião do Conselho Universitário

Senhores Membros do Conselho Universitário, A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reconhecendo o papel de instrumento transformador que vem sendo desempenhado por este Colegiado, sensível às aspirações e aos anseios democráticos do conjunto da nossa comunidade acadêmica, vem ao mesmo ratificar o resultado da consulta para Vice-Reitor, realizada de 22 a 24 de abril de 1986.

A ADUFRJ considera que a citada consulta representou um passo adiante no interior do quadro de indicações para a escolha de dirigentes e decanos de Unidades e Centros, e como tal deve ser igualmente respeitada. Trata-se de uma atitude que acreditamos indispensável para o processo de consolidação dos ganhos, até agora obtidos, ao nível de uma convivência mais justa e equilibrada, por parte da nossa instituição.

Como se sabe, o nome do Prof. Alexandre Cardoso saiu vitorioso desta prévia eleitoral, e deve, por isso, figurar como o primeiro na lista sêxtupla a ser enviada às instâncias

superiores do governo, como manifestação do nosso desejo, seguindo-se os demais nomes também votados.

2. na Assembléia Geral da ADUFRJ Em reunião realizada no dia 29 de abril de 1986, a Assembléia Universitária da UFRJ, ao elaborar a lista sêxtupla para a escolha de Vice-Reitor, substituiu o nome do Prof. Olinto Pegoraro (4º colocado na votação da comunidade) pelo do Prof. Márcio Tavares do Amaral. Lamentamos que tal tenha ocorrido. Trata-se de um comportamento que fere e compromete os avanços democráticos já obtidos no interior da nossa Universidade, porque contraria decisão formulada nas urnas.

Dentro do mesmo espírito, entendemos que o Prof. Alexandre Cardoso, por haver tido a maior votação, deve necessariamente ser escolhido como o próximo Vice-Reitor da UFRJ, para o que contará como o nosso integral apoio.

3. telegrama enviado aos Ministros Marco Maciel e Jorge Bornhausen, ao Presidente José Sarney e a Presidente da ANDES, Maria José Ribeiro Em defesa da Universidade, pública, democrática e competente, a ADUFRJ encaminha a V. Excelência, o nome do Prof. Alexandre Pinto Cardoso para o próximo Vice-Reitor da UFRJ. Trata-se de um professor de reconhecida competência profissional, amplamente votado através de consulta à comunidade e confirmado pela Assembléia Universitária, encabeçando a lista sêxtupla ali formada.

Seminário interno: reestruturação da Universidade: A ADUFRJ convoca os professores da UFRJ para a realização de seu Seminário Interno. O evento se realizará na primeira semana de junho, tendo em vista a elaboração de propostas para o CONAD que ocorrerá em meados daquele mês. Estão previstas mesas-redondas preparatórias para discussões dos temas que orientarão o encontro. Várias unidades, através dos conselheiros da ADUFRJ, já vêm discutindo esta questão. Procure o responsável de sua unidade. Informe-se! Participe!

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

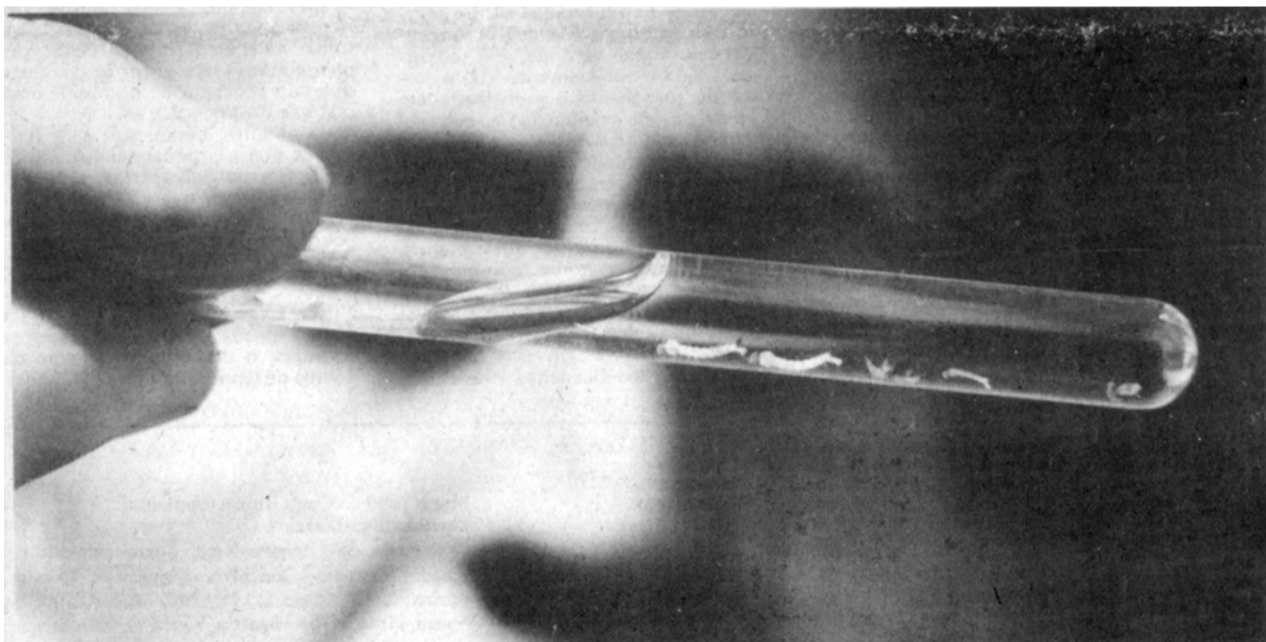
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VIII JUNHO/86

N ° 32

Mobilização e clima de disputa marcam eleições na Andes

Motivados pela existência de duas chapas concorrentes, professores de todo o país compareceram em massa às urnas para eleger a nova diretoria da Associação Nacional dos Docentes (Andes). O quorum médio em todo o país ultrapassou a marca dos 60%, tendo chegado a 70% no Rio de Janeiro. A chapa 1, apoiada pela atual diretoria da entidade, venceu com 56% dos votos, obtendo a

maioria em cinco regionais (Nordeste I, Centro-Oeste, Leste, São Paulo e Sul). A chapa 2 também foi majoritária em cinco regionais (Norte, Nordeste II, Nordeste III, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), mas obteve apenas 44% do número total de votos. Nesta edição, o Boletim da ADUFRJ, publica os resultados das eleições na UFRJ, no Rio, e os números finais em todo o Brasil (págs. 4 e 5).



A Coordenação de Projetos de Extensão do Centro de Ciências da Saúde iniciou - dia 5 - a segunda fase do trabalho de educação sanitária e identificação dos focos da dengue, que será feito em todo o *campus* universitário e parte da favela da Maré. Na foto, as larvas do mosquito *aedes aegypti*, que vêm infestando a cidade desde 1978. (Página 3)

EDITORIAL

AS LIÇÕES DA ELEIÇÃO DA ANDES

Os resultados da eleição para a Diretoria da ANDES trazem para o movimento docente como um todo várias lições. A primeira delas se deve à existência de duas chapas concorrentes, fato que em eleições passadas se evitou e/ou não se atingiu. No contexto presente, explicitou-se um divisor de água, no que diz respeito à condução do movimento que não pode se manter mais quase que exclusivamente corporativo, isolando-se dos outros segmentos organizados da sociedade. As divergências começaram a ser discutidas pelas bases, a partir de agora, o que é extremamente salutar e democrático e que deve ser aprofundado sem uma visão divisionista da entidade.

Uma outra lição foi dada pelos resultados propriamente ditos. Os números revelam uma divisão bastante acentuada do eleitorado - que compareceu em grande maioria (mais de 60%) às urnas. Cada chapa venceu em cinco regionais e a chapa 1 ganhou por 56% a 44% no total de votos válidos. As decisões sobre os rumos do movimento devem levar em conta esses números para que este se fortaleça e para que se pratique uma política de verdadeira unidade.

Na UFRJ, onde obtivemos um quorum 70%, as eleições se processaram em tranqüilidade. Com exceção de pequenos arroubos, compreensíveis numa eleição nacional bastante disputada, os professores puderam demonstrar límpida e democraticamente suas intenções de voto. A ADUFRJ agradece a todos os que colaboraram, mesários e fiscais, para a realização deste pleito. Lamentamos apenas a extenuante duração deste (5 dias) que esperamos que não se repita futuramente. Como deve ter ocorrido em outras AD's, este prazo foi criticado por todos que trabalharam na eleição, pois não se justifica uma eleição em mais do que 3 dias.

Sensíveis aos resultados das urnas na UFRJ e também a nível nacional, a ADUFRJ continuará a lutar pelas propostas que fortaleçam o movimento docente, sempre em sintonia com as instâncias deliberativas de nossa AD.

**Seminário
Reestruturação
da Universidade**
(página 8)

*A campanha
contra as escolas
de comunicação*
(página 2)

**Quintas
musicais**
(página 6)

A campanha contra as escolas de comunicação

Etapa da luta por corações e mentes

Nilson Lage

Há coisa de dez anos, as grandes empresas de comunicação latino-americanas que obedecem à orientação da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) iniciaram campanha contra o registro profissional dos jornalistas e, em particular, contra a formação universitária especializada desses profissionais articuladas em torno dos interesses imperiais norte-americanos, o que lhes dá aval para a obtenção de vultosas receitas publicitárias das empresas multinacionais e o indispensável acesso às novidades tecnológicas do setor, cuidaram inicialmente de investir contra as escolas de comunicação, que são perto de 700 ao todo, na América Latina.

Nessa primeira etapa, os argumentos eram, como se costuma dizer hoje, **transparentes**, isto é, tão pouco elaborados que deixavam entrever as intenções reais. Por exemplo, no ofício enviado pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ) à Comissão Especial do Conselho Federal de Educação que estudava o currículo de comunicação, em 1981, o fechamento das escolas era solicitado alegando-se que elas formavam "inimigos da economia de mercado e, portanto, da liberdade". A posição da SIP, de entidades similares e de seus associados tem vários motivos históricos. O mais singelo deles é a circunstância de profissionais com formação universitária mostrarem-se mais exigentes quanto a salários e refratários a imposições patronais descabidas (na maioria dos grandes jornais, trabalha-se todos os dias da semana, incluídos domingos, as escalas de folga são arbitrárias, espaçadas, e a jornada, legalmente restrita a cinco horas, estende-se a oito, dez ou doze horas). Mas é também na universidade que se começaram a discutir questões cruciais, como o centralismo do flu-

xo de informações similar ao centralismo do fluxo de dados científicos que a informatização tende a potencializar.

Perceberam os ideólogos a serviço do império que o avanço desses estudos conduziria inevitavelmente à contestação dos mecanismos tradicionais de domínio da opinião pública mobilizados para a imposição da **cultura de massas**, que substitui a consciência e a história dos povos dominados, sua tradição científica e cultural, sua arte e aspirações nacionais por uma representação de realidade cosmopolita, fragmentária e desarticuladora. A questão tem que ver, pois, com o domínio de corações e mentes - algo mais importante para a segurança nacional (no bom sentido) do que a fabricação de carros de combate ou de fragatas.

O fato de interesses dos Estados Unidos estarem por trás de tudo isso é, de certa forma, paradoxal: Foi na América, a partir da publicação do artigo de Joseph Pulitzer **The College of Journalism**, em 1904, que o ensino universitário de jornalismo se estabeleceu mais firmemente. Nenhuma lei precisou ser editada: o costume se impôs, bem à maneira saxônica, as empresas passaram a recorrer sistematicamente às universidades para suprir os claros do seu pessoal. Todas elas mantêm cursos especializados, freqüentados, segundo Carl Berstein (o repórter de Watergate), por cem mil estudantes. Jornalistas não diplomados, nos EUA, encontram-se apenas em órgãos comunitários de cidadezinhas remotas, ou são raros exemplos de autodidatismo.

Também nas escolas de comunicação americanas abastece-se o mercado de trabalho dos produtores de rádio e televisão e, nos últimos tempos, dos provedores de informação para bancos de dados. Obras de divulgação científica bem como memórias, biografias, sínteses históricas são usualmente editadas por es-

critores profissionais que se especializam em traduzir os fatos para a linguagem corrente. Da mesma forma, assim se fazem roteiros e **scripts**. Foram profissionais de comunicação que tornaram tão encantador o Professor Galbraith, na série de televisão **A Era da Incerteza**. E isto não ocorre só nos Estados Unidos, ou Inglaterra: o redator profissional figura nos créditos de livros soviéticos como **A Psicologia do Cosmos**, de Iuri Gagarin, ou **A Confiabilidade do Cérebro** (no Brasil lamentavelmente, o título foi traduzido para **O Cérebro não Falha**).

A verdade é que, no Brasil, a campanha desfechada contra o ensino de jornalismo fracassou, em sua primeira etapa, no início dos anos 80. Uma análise detida do problema conduziu à formulação de novo currículo, que aperfeiçoou o ensino técnico, impôs às universidades a aquisição de equipamentos essenciais (que nós, na UFRJ, ainda lutamos para comprar) e estabeleceu restrições quanto à habilitação mínima de professores. A imposição curricular foi julgada necessária, dada a generalização do ensino em instituições isoladas, com finalidade lucrativa e baixos padrões de participação acadêmica.

Voltam, agora, os adversários do registro profissional e das escolas. Mais hábeis, pretendem eliminar a exigência da formação universitária para o exercício da profissão. Em seu apoio, mobilizam notáveis e antigos jornalistas, que há muito não trabalham na rotina das redações (são articulistas, políticos); pessoas da época em que ser jornalista era uma ocupação boêmia de figuras da elite, quando jovens, pretendendo tornarem-se conhecidas do público, geralmente para fins eleitorais; intelectuais orgânicos das próprias empresas, aspirando, com sua solidariedade ao patrão, ganhar pontos na disputa por posições mais altas na burocracia; alguns jovens

anarco-esquerdistas que lutam pela medicina natural (de Raoni à astrologia), pela ecologia dos jardins e contra a ciência em geral, à qual atribuem a culpa pela bomba atômica, pelo câncer e por todas as desgraças imagináveis. Isto nada tem com a crítica da farmacologia de consumo, das cirurgias inúteis, da destruição dos ecossistemas, dos usos políticos infames da tecnologia. Também não tem relação alguma com a prática jornalística na sociedade industrial.

Cabe esclarecer que a função do jornalista, no mundo moderno, é fazer circular, em linguagem compreensível a contingentes amplos da população, os fatos, as versões de fatos e as idéias que se produzem em círculos restritos da sociedade. Com base nesses fatos, versões e idéias, as pessoas formulam seu juízo sobre as coisas. Por isso, sem bom jornalismo não é possível democracia ou participação popular em coisa alguma. O jornalismo é serviço público essencial, como o abastecimento de energia elétrica ou de água potável: sem ele, não existirá a civilização como a entendemos hoje em dia.

Fala-se da Europa, onde, embora existam escolas, há grande participação de não-formados em jornalismo no rádio, na televisão e na Imprensa. Meia verdade, em alguns países, como a Alemanha (lá, o curso de jornalismo é ministrado em nível de pós-graduação) e, em menor escala, na Inglaterra. Mas é também verdade que a imprensa europeia está em processo agudo de desnacionalização, com seus tradicionais órgãos comprados por misteriosos milionários australianos, sua estrutura sindical combatida a base de cacetadas da Polícia (na Inglaterra da Sra. Thatcher). O sistema de televisão estatal desaba, substituído pelas novelas da **Rede Globo** e pelos **videoclips** e **detective stories** produtoras americanas. Por quê? Por uma razão simples: a conceitualização dos

veículos de comunicação como meros veiculadores do pensamento de intelectuais e governantes ou como repassadores de obras produzidas para outros **media** (peça de teatro, espetáculos de balé, filmes clássicos) não só militou o avanço da linguagem própria (as emissoras oficiais europeias nem se quer cuidam da edição das programas) como transformou a televisão, numa chatice insuportável. Viram os americanos (e até os brasileiros) e, com técnica primorosa a serviço da banalidade, estão se expandindo no atual surto de liberalismo de direita que varre o Continente.

Quem mais resiste à investida dos senhores da SIP, que se realiza, ao mesmo tempo, em nove países da América Latina, são os jornalistas, principais interessados. Em todo o País, as assembleias sindicais manifestaram seu apoio à manutenção da exigência de diploma. Até mesmo o venerando presidente da Associação Brasileira de Imprensa (entidade que idealizou, em 1919, o ensino universitário de jornalismo no Brasil), Barbosa Lima Sobrinho, manifestou-se, pelo boletim da Associação.

Na linha de frente, a **Folha de São Paulo**, dirigida pelo filho do dono, o velho Frias: com esse atributo genético, o rapaz já nasceu jornalista, ou tinha vocação para isso desde pequenino. Uma vocação tão forte que não precisou de escola. E essa história de vocação, de talento, levada adiante, conduziria e fecharmos a nossa tradicional Escola de Música, a de Belas Artes, e da Arquitetura, e por que não, a de Medicina. Afinal, cirurgia quer dizer **habilidade com as mãos**. Será que habilidade se aprende na escola?

Nilson Lage é jornalista (reg. MTB 10460) desde 1961, e atualmente coordena o curso de jornalismo da Escola de Comunicação.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D200 — Telefone: 590-4799 ou 280-9322 Ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária. CEP — 21.944 — Caixa Postal 68531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e redação: Agostinho Vieira (reg. prot. 17575).

Colaboração: Aloy Jupiaira Braz

Fotografia: Amauri Alves e Robson Curvello

Diagramação: Vicente Antonio F. de Castro (Registro Profissional nº 15219)

Ilustração: Cesar Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Aloisio Ribeiro da Costa

1.º Vice-Presidente: José Henrique Sanglard

2.º Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1.º Secretário: Hélio de Mattos Alves

2.º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

3.º Tesoureiro: Nilvalde José de Castro.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física

Raphael de Haro Junior, Oswaldo de Medeiros

Ritter (Representantes); Sheila Chirola Garcia,

Máximo Ferreira da Silveira (Suplentes).

Instituto de Química

Marcos Antonio F. Faria

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud (Representante)

Ilda Maria Lauria Vasconcellos (Suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lucia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (Suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de

Abreu Penna (Representantes); Maria da Graça

F. F. Schalcher, Olinto Antonio Pegoraro

(Suplentes)

Instituto de Psicologia

Phrygia Arruda (Representante)

Maria Julieta Somló Sathler (Suplente)

Faculdade de Direito

Eliseu Alvarés Pujol (Representante)

Carlos Augusto (Suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (Representante)

Lia Hasenclever (Suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva (Representante)

Jaderson Sócrates Lima (Suplente)

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (Representante)

Roberto Guarnetti Nassaralla (Suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José Roberto

Lapa e Silva (Representantes); Norma Colino

Sarmento Figueredo, Diana Maul de Carvalho,

Vanda Marques da Silva (Suplentes)

Instituto de Microbiologia

Leila de Souza Fonseca (Representante)

Manuel José Gil Esteves (Suplente)

Instituto de Biologia

Margaretha D. M. Van Weerelt (Representante)

Deia Maria F. dos Santos (Suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy G. Castro Teixeira, Ednilson Porangaba

Costa (Representantes); Carmelo Sansone,

Maria José Santos Alencar (Suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (Representante)

Waldyr Mendes Ramos (Suplente)

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (Suplente)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira (Representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (Suplente)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia

Roni Marques (Representante)

Roberto Bravo de Souza (Suplente)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (Representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (Suplente)

COPPE

Antonio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de

Blás (Representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (Representante)

Elisabeth Ermel da C. Monteiro (Suplente)

Museu Nacional

Arline Souza de Oliveira (Representante)

Maria Julia da Costa Belém (Suplente)

Faculdade de Letras

Godofredo de Oliveira Neto, Sonia Salomão

Khéde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (Re-

presentantes); Suzana D'Avila, Alberto de

Souza Pinto Filho, Beatriz Vieira de Resende

(Suplentes).

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Frossard Barbosa, Maria Amália A. A.

Magalhães (Representantes); Maria Angela

Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho

(Suplentes)

Escola de Belas Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (Representante)

Murillo Mendes Guimarães (Suplente)

Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais

Paulo Roberto Ribeiro Costa (Representante)

Maria Celia do Nascimento (Suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (Representante)

Eliane Moreira Vaz (Suplente)

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (Representante)

Antonio Filomeno (Suplente)

Escola de Engenharia

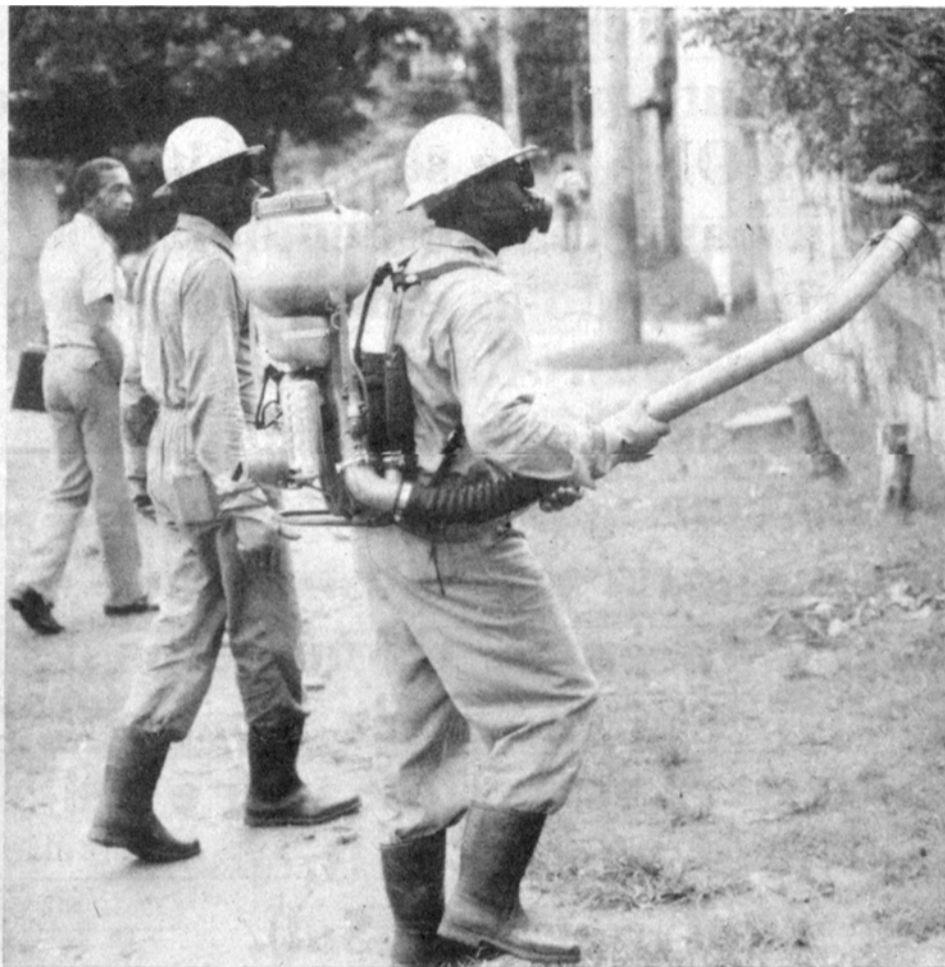
Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar

Acselrad, José Luciano de Souza Menezes, Os-

valdo Pereira Filho, Carlos Elizio Barral

Ferreira (Representantes)

UFRJ ajuda a combater a dengue



Guardas da SUCAM aplicando inseticida nos bairros de Nova Iguaçu, município mais infestado do Estado.

No sentido da ação comunitária, está em andamento - desde fins de maio - o Programa Universitário de Combate a Dengue, sob a responsabilidade do Centro de Ciências da Saúde. Alunos dos cursos de Enfermagem, Medicina e Biologia, orientados por professores do Departamento de Medicina Preventiva, tiveram suas aulas suspensas e visitaram, durante a primeira fase dos trabalhos, as casas da Vila do João e parte da Favela da Maré - proclamada **campus** vicinal pelo Reitor - recolhendo amostras dos focos de larvas para exames posteriores no Departamento de Virologia do Instituto de Microbiologia.

Junto à coleta, realiza-se o esclarecimento das comunidades sobre a dengue e as formas de controle do mosquito transmissor, o **aedes aegypti**. No Departamento de Virologia, as análises ficam a cargo dos professores Raimundo Machado e Mauori Curié, e o Programa é coordenado

pela professora Diana Maul de Carvalho, da Faculdade de Medicina. À frente do Programa, o coordenador de extensão universitária e o Decano do CCS, professores Néelson Souza e Silva e César Martins Oliveira.

A segunda fase do Programa, iniciada dia 5 de junho, envolveu 500 alunos que foram treinados para fazer o levantamento restante da Favela da Maré e mais o **campus** universitário. Com relação ao **campus**, o Programa tem objetivo bem marcado: uma comunidade de cerca de 40 mil pessoas circula na universidade. Conseguir conscientizar cada uma delas para a importância de destruir o mosquito significa difundir mais e mais informação pela cidade. Se o esforço tiver uma resposta positiva da comunidade, será possível iniciar uma terceira fase, em breve, para cobrir toda a Ilha do Governador. Ao final, um relatório da universidade vai bater às portas da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, SUCAM.

Estudo já constatara focos desde 76

Entre 1974 e 1982, o Professor Raimundo Machado do Departamento de Virologia do Instituto de Microbiologia da UFRJ, coletou amostras pela Cidade para um estudo sobre mosquitos transmissores de doenças. Já em 1976, foram constatados os primeiros focos de **aedes aegypti**, no bairro de São Cristóvão. Três anos depois, em 79, outro grande foco foi observado no Rocha, o que levou o professor a alertar a Saúde Pú-

blica. Com a continuidade do trabalho de coleta, notou-se que estes focos tornavam-se mais frequentes e espalhavam-se: Vila Isabel, Santa Teresa, Madureira, Ilha, Marechal Hermes, Laranjeiras, Botafogo, Flamengo, Copacabana, Leblon.

Apesar de notificada, a Saúde Pública não tomou qualquer medida. "Em 80, 81 e 82", diz o professor, "voltamos ao Rocha e constatamos que o foco cresce-

ra". O número de larvas e mosquitos havia aumentado consideravelmente. Em 82, já podiam ser verificados focos do **aedes aegypti** em todo o Rio e em cidades vizinhas como Niterói, Barra Mansa, Volta Redonda, Petrópolis e Teresópolis.

O trabalho de coleta e pesquisa mantido pela FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, hoje vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - foi suspensa nesse mesmo ano: dois relatores,

ligados ao Ministério da Saúde, afirmavam que a projeto "não tinha futuro". O professor Raimundo Machado denunciaria, ainda, na I Conferência Internacional sobre o Impacto de Doenças Virais no Desenvolvimento dos Países Latino Americanos, no Hotel Glória, há quatro anos, o risco que corria a saúde pública do Estado. Não foi ouvido pelas autoridades.

Na pesquisa, levada a cabo no Departamento de Virolo-

gia, perto de 1400 fichas marcam o mapeamento de áreas críticas e da crise da saúde comunitária e saneamento no Rio. No levantamento, ficou constatado a existência de mosquitos transmissores de doenças como a malária (**anopheles**), e a filária (**Culex**), além do **aedes aegypti**, que não só transmite a dengue, como a febre amarela. Segundo o professor, "o perigo é de que a dengue se alastre para o interior e torne-se endêmica."

Professores marcam presença na eleição da Andes

A recente eleição da Diretoria da Andes para o biênio 86/88 mostrou uma participação significativa dos docentes de todo o país, expressa pelo quorum de mais de 60% atingido e pelos debates e discussões travados sobre os destinos do Movimento Docente. A existência de duas chapas concorrentes permitiu que as divergências sobre o encaminhamento político do movimento deixasse os recintos de Congressos e CONAD's e se explicitasse para toda a categoria. Isto ampliou a participação democrática dos docentes nas suas entidades, fortalecendo-as e arejando-as.

Os resultados da eleição demonstram, por outro lado, que as duas visões (caracterizadas pelas duas chapas) têm respaldo no movimento pois a pequena diferença conseguida pela chapa vencedora (56% a 44%) conduziu-a à vitória mas mostrou que o outro lado tem passagem forte entre os docentes. Os números de cada regional apresentam um empate, com vitória da Chapa 1 em 5 regionais (Nordeste I, Centro-Oeste, Leste São Paulo e Sul) e da Chapa 2 nas outras 5 (Norte, Nordeste, II Nordeste III, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

RESULTADOS NACIONAIS		
REGIÃO	CHAPA 1	CHAPA 2
Norte	573	766
Nordeste I	808	359
Nordeste II	1.458	1.656
Nordeste III	1.055	1.139
Centro Oeste	1.213	581
Leste	2.094	1.267
Rio de Janeiro	1.714	1.939
São Paulo	2.242	927
Sul	1.736	783
Rio Grande do Sul	1.056	1.484
Total	13.949	10.901

REFORCE NOSSA LUTA ASSOCIE-SE À ADUFRJ

RESULTADOS NAS UNIDADES					
UNIDADE	VOTANTES	CHAPA 1	CHAPA 2		
Física + Química	129	55 43%	67 52%		
Matemática	81	24 30%	50 62%		
Geociências	36	11 31%	25 69%		
Valongo	15	2 13%	11 73%		
Letras	167	58 35%	105 63%		
Música	40	28 70%	12 30%		
EBAXFAUXPUR	69	22 32%	46 67%		
Direito	8	5 62%	3 38%		
Economia	31	3 10%	28 90%		
Comunicação 1 Educação	68	17 25%	48 71%		
S. Social X Psicologia	38	13 34%	24 63%		
IFCS	67	45 67%	20 30%		
CAP	59	10 17%	45 76%		
Enfermagem	27	- -	- -		
Ed. Física	18	18 100%	- -		
Medicina	147	8 5%	138 94%		
Pediatria	12	- -	- -		
Maternidade	9	2 22%	7 78%		
Psiquiatria	12	7 58%	5 42%		
Odontologia	52	40 77%	11 21%		
Tisiologia.Pneumo	8	6 75%	2 25%		
Biologia+Farmácia + NUTES	60	17 28%	42 70%		
ICB+ NPPN + Nutrição Biofísica + Microbiologia	92	43 47%	48 52%		
E. Química	29	8 28%	18 62%		
COPPE + IMA	74	34 46%	39 53%		
E. Engenharia	73	18 25%	53 73%		
Museu	34	5 15%	29 85%		

(*) As urnas da Escola de Enfermagem e da Pediatria foram anuladas devido a diferença entre nº de votos/nº de votantes e falta de lacre, respectivamente.

RESULTADOS NOS CENTROS				
CENTRO	VOTANTES	CHAPA 1	CHAPA 2	
CCMN	261	92 35%	153 59%	
CLA	276	108 39%	163 59%	
CCJE	39	8 21%	31 79%	
CFCH	232	85 37%	137 59%	
CCS	437	141 32%	253 59%	
CT	176	60 34%	110 63%	
FORUM	34	5 15%	29 85%	

RESULTADO GERAL NA UFRJ		
TOTAL ELEITORES	2021	100%
TOTAL VOTANTES	1455	72%
TOTAL CHAPA 1	499	34%
TOTAL CHAPA 2	876	60%

RESULTADOS NO RIO DE JANEIRO			
AD	UNIVERSIDADE	CHAPA 1	CHAPA 2
adufri	UNIV. FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	499	876
ADUFF	UNIV. FEDERAL FLUMINENSE	352	458
ADURRJ	UNIV. FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	146	160
ADUNIRIO	UNIV. DO RIO DE JANEIRO	251	30
ASDUERJ	UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	147	244
ADPUERJ	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA - R.J.	66	101
ADUSU	UNIV. SANTA ÚRSULA	234	56
ADFFP/SG.	FAC. FORM. PROFESSORES SÃO GONÇALO	19	14
TOTAL		1.714	1.939

Quinta-feira é dia de almoço musical

EM seu terceiro ano de vida, o projeto **Quintas Musicais** da Comissão Cultural COPPE, Coordenação dos Projetos de Pós-Graduação de Engenharia, segue apresentando sempre um bom programa de música erudita ou popular no Auditório do Centro de Tecnologia. João Basco, Paulinho da Viola, Rosinha de Valença e Célia Vaz, Arthur Moreira Lima, Turíbio Santos, Néelson Cavaquinho, Lilian Barreto e Paulo Bosísio já foram vistos pelo público cativo das **Quintas**.

“Nossa idéia foi aproveitar o espaço do auditório trazendo para a Universidade a música, ou, uma certa música que tem seu espaço diminuído e, por isso, a qual nem todos têm acesso - e isso na hora do almoço”, diz o professor Estevão Medeiros, um dos coordenadores. O Banco Nacional dá o apoio que o projeto precisa para ir à frente. “O caráter profissional das **Quintas Musicais**” - diz o professor “é devido em muito ao patrocínio do banco que nos possibilita trazer artistas de peso, mantendo um nível de qualidade, e divulgar os shows dentro da Universidade através de folhetos e cartazes”. Com o tempo as quintas-feiras - sempre ao meio-dia - ficaram consagradas devido ao alto padrão dos músicos e shows, “cujo formato pouco mudou nos três anos”.

Da comunidade universitária do Rio já vieram às **Quintas Musicais** o Quarteto de Cordas da UFRJ e o Quinteto de Sopros da UNI-Rio, entre outros, pois o caráter profissional imprimido ao projeto não impede que mantenha um tom aberto, quase alternativo. “Dar força para quem tem pouca divulgação, mas muito talento. E abrir espaço para quem tem um trabalho bem firmado”. Existem restrições de orçamento, é óbvio, mas o projeto não tem altos custos: os cachês pagos aos músicos são simbólicos. No início, “o contato com os músicos era mais difícil, mas agora eles mesmos manifestam interesse em vir”.

Agora, membros da Comissão Cultural COPPE trabalham junto à Câmara de Estudos Brasileiros em projeto que passa a ocupar o mesmo auditório, às quartas-feiras: as **Quartas Culturais**, séries de conferências sobre os problemas brasileiros, abertas com o Reitor Horácio Macedo que falou sobre autonomia universitária. Foi seguido por Fernando Gabeira, em conferência sobre ecologia, e Orlando Vallverde, com o tema **Amazônia: problemas ecológicos e econômico-sociais**.

A programação das Quintas Musicais para o mês de junho é a seguinte:

12/06 - Maria Lúcia Godoy e Sônia Goulart

19/06 - Trio de Sopros: Norton Morozowicz, flauta, José Botelho, clarineta, e Noel Devas, fagote.

26/06 - Sérgio Ricardo

Praia Vermelha

Próxima atração: Arraial na praia



Clara Sandroni

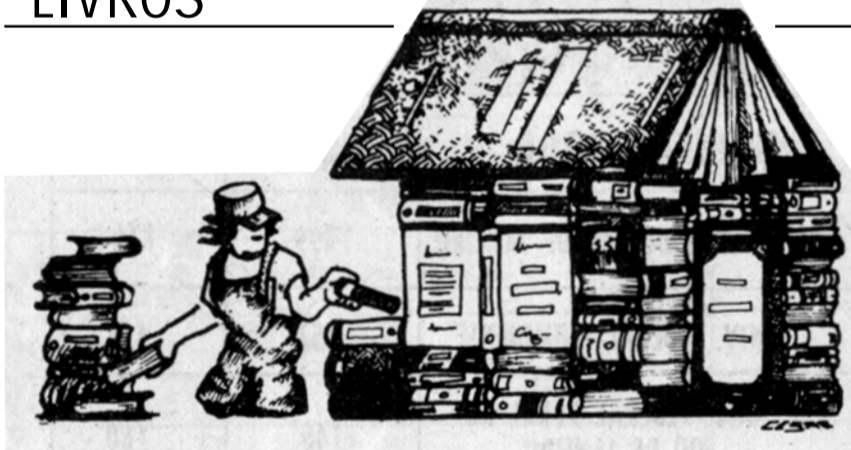
A Comissão Cultural da Praia Vermelha arregaçou as mangas: a programação foi aberta dia 9 de maio, com concerto do Quarteto de Cordas da UFRJ, no Salão Pedro Calmon. Um “concerto didático”, como o definiu o professor Nivalde Castro, coordenador da Comissão. “Algo mais que o rito de se sentar, aplaudir e pedir bis”. Por enquanto, os eventos se concentrarão no Teatro de Arena, no Auditório do CFCH e no Salão Pedro Calmon. Eventualmente a Capela vai servir de cenário a pequenos concertos.

Ainda em maio, a Praia Vermelha ouviu a música de Clara Sandroni e em junho, talvez a Orquestra Sinfônica da Escola de Música da UFRJ - à espera de espaço apropriado - mostre sua arte. O Coral da Escola de Música já o fez, com sucesso. E Amir Haddad trouxe a alma do teatro para o **campus**.

No dia 13 de junho, a Comissão vai armar o arraial da Praia Vermelha - a partir das 16h. Em pauta, também, a exposição de trabalhos de alunos da escola de Belas Artes e a apresentação de conjuntos folclóricos. Existem no **campus** outros grupos de ativação cultural desenvolvendo trabalhos paralelos, como o Centro Universitário de Cultura José Otávio de Freitas Jr., CUCA, do Instituto de Psiquiatria, que no mês de junho promoveu mesa-redonda sobre Saúde Mental e Cultura, quando pode ser visto um documentário fotográfico sobre assistência e saúde mental em Cuba.

Em tempo: com a finalidade de integrar cada vez mais a comunidade de professores do **campus**, há um escritório da ADUFRJ funcionando, provisoriamente, na sala 15, 2º andar, do prédio da FEA.

LIVROS



Com o intuito de divulgar os trabalhos dos docentes da universidade, o *Boletim da Adufrj* criou a coluna “**Livros**”, onde serão apresentados os últimos lançamentos dos professores da UFRJ. Se você quer divulgar o seu trabalho, envie uma carta para a Adufrj, com o nome do Livro, nome completo do autor, editora, número de páginas e uma resenha de 10 linhas.

■ ECOLOGIA

Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades, Carlos Minc. Editora Vozes e IBASE. Coleção Fazer, volume 11.

Escrito com base em pesquisa feita através de 600 questionários enviados para entidades ecológicas conhecidas que apontaram mais 300, totalizando cerca de 900 entidades e 35 mil pessoas envolvidas com a questão ecológica, concentradas no sul e sudeste - principalmente, Rio Grande do Sul e São Paulo. O trabalho é dividido em duas partes: a primeira - conceitual, que explica as críticas à sociedade industrial e consumista - fala sobre a política ecológica, a contra-produtividade social, o estado asfíxiante, o desenvolvimento com autogestão e autonomia sobre os fundamentos do eco-desenvolvimento. Na segunda parte, o livro fala sobre as principais lutas ecológicas e as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, as preocupações das popu-

lações camponesas, operárias, de pescadores, a questão nuclear e a corrida armamentista.

■ REFORMA AGRÁRIA

A Reconquista da Terra - Movimentos Sociais no Campo e Reforma Agrária, de Carlos Minc. Editora Zahar. Coleção Brasil: Os Anos de Autoritarismo - Análise, Balanço, Perspectivas.

A questão da terra no Brasil nos últimos 21 anos. Como foi massacrado o movimento camponês, as ligas camponesas, em 64; a intenção do Presidente Castelo Branco quando formulou o Estatuto da Terra; balanço da política de colonização do Brasil, com estudo comparativo entre a colonização do Pará e de Rondônia; êxodo rural: números e causas; terras indígenas: números e a questão da demarcação; reorganização do movimento sindical e as lutas que se seguiram ao 3º Congresso da Contag, em 79; as diversas categorias de trabalhadores, quem são e por que lutam os trabalhadores da agricultura: assalariados, per-

manentes, bóias-frias, camponeses sem terra (meeiros e arrendatários), pequenos proprietários. Existem muito mais pontos de complementariedade do que de contradição entre as lutas que envolvem salário, preço, terra e liberdade. Questão atual: último Congresso da Contag, em maio de 85, e o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

■ HISTÓRIA

Os Senhores das Gerais: os novos inconformados e o golpe de 1964, de Heloísa Maria Murgel Starling. Editora Vozes.

Como uma classe se organizou estrategicamente em sua ação política para chegar, em um determinado momento histórico, a concretizar seus objetivos. Em Minas, 1964, um grupo de ação doutrinária e para-militar chamado os **novos inconformados**, vinculado ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, **Ipes**, onde teria planejado os assassinatos do Presidente João

Goulart, de Magalhães Pinto (então Governador), Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, entre outros, durante solenidade oficial, no 21 de abril, em Belo Horizonte. Para a autora, por trás do levante iniciado em Minas sob o comando do General Olímpio Mourão Filho - na verdade, uma precipitação -, existia uma bem montada articulação feita pelo Ipes. Investiga igualmente a ação do Ibad em Minas, levantando nomes de políticos que teriam sido ajudados por ele, como o então Deputado Hélio Garcia. Heloísa Maria Murgel Starling, mineira, jornalista e mestre em Ciência Política, é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

■ CIÊNCIAS HUMANAS

O Uso dos Conceitos, de Nadir Domingues Mendonça. Editora Vozes.

Não são muitos os que trafegam pelas Ciências Humanas com plena segurança sobre os conceitos com os quais trabalha. Isto pode decorrer do desconhecimento dos componentes que entram na conformação dos conceitos. **O uso dos conceitos** - uma questão de interdisciplinaridade - toca na perspectiva histórica que os envolve. Começa por propor uma técnica de ensino que dê chance a uma reflexão mais amadurecida do aluno de curso superior. Depois, abra-se à definição de conceitos básicos, numa abordagem interdisciplinar, no sentido tempo-espacial. Nadir Domingues Mendonça, mestre em História da Cultura Ibero-americana pela PUC de Porto Alegre, é professora titular em História, no Curso de Graduação, e de Metodologia da Pesquisa Científica nos cursos de Pós-Graduação das Faculdades Unidas de Bagé, RS.

Eleição direta não é negociável

Carta aos docentes da UFRJ

Joel Teodósio

Tendo concorrido às eleições da ANDES como 1º Vice-Presidente da Chapa 2, ANDES HOJE, EM DEFESA DA UNIVERSIDADE, venho agradecer em nome de toda nossa chapa a confiança e o expressivo apoio dos docentes da UFRJ aos nossos princípios e propostas programáticas.

Também agradecemos aos que, na UFRJ e em outras Universidades, nos incentivaram e estimularam na prolongada campanha de esclarecimento de nossas propostas. Não esquecemos, igualmente, os inúmeros colegas universitários que possibilitaram a divulgação de nossos princípios e programas, com a valiosa contribuição material e com idéias a respeito do encaminhamento da campanha.

O fato de termos sido vitoriosos em cinco Universidades de nosso Estado (UFRJ, UFF UFRRJ, UERJ e PUC) e em cinco das dez regionais da ANDES (Norte, Nordeste II, Nordeste III, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), além do apoio de significativa parcela dos docentes a nível nacional, nos anima a continuar lutando para que o movimento docente modifique suas práticas, em busca de vitórias para nossa categoria e para a Instituição Universitária.

Também nos anima o fato de que, ao nos apresentarmos com a mesma linguagem, os mesmos princípios e as mesmas propostas em todo o país e em cada Universidade, uma parcela significativa de colegas nos apoiou. Para nós foi gratificante constatar que são amplas as possibilidades de mudança no movimento docente, no sentido que há anos defendemos.

Julgamos que nossa participação possibilitou um revigoramento do movimento docente. Teses e propostas antes discutidas apenas em encontros regionais e nacionais foram apresentadas ao conjunto dos colegas, com as divergências necessárias a uma entidade democrática.

Em nome da Chapa 2, desejamos à próxima Diretoria da ANDES, que inicia mandato em junho/86, votos de êxito na gestão de nossa Entidade. Seremos oposição, continuando (como sempre) a defender nossas propostas, apoiando aquelas iniciativas de nossa entidade nacional que não conduzam o Movimento Docente ao isolamento diante das questões substantivas de interesse da sociedade, dos setores populares, da Universidade e dos professores.

Rio, 25 de maio de 1986

NOVAMENTE a Assembléia Universitária se reuniu no último dia 29 de maio para definir a lista sêxtupla para Vice-Reitor.

O Prof. Márcio Tavares do Amaral, compreendendo em tempo que não deveria substituir o nome do Prof. Olinto Pergoraro, legitimamente indicado nas urnas, manifestara sua decisão de retirar-se. Agiu com sabedoria, pois o que estava em jogo eram os ganhos democráticos obtidos na UFRJ.

Como fizera antes, a ADUFRJ renovou, perante a Assembléia, a posição de rigorosa defesa dos resultados da consulta à comunidade, efetivada nos dias 22, 23 e 24 de abril.

Infelizmente, o que se imaginara como uma iniciativa no sentido de corrigir uma distorção anterior, transformou-se em radical frustração antepondo-se às nossas concepções a favor de uma universidade solidamente democratizada, e portanto fiel às urnas, o Prof. Paes de Carvalho interpretou o Conselho ali reunido como um "senado independente" e "superior" ao restante da nossa comunidade. Esqueceu-se que mesmo o Senado só se mostra legítimo quando perma-

nece em sintonia com as aspirações do seu eleitorado.

Note-se que o citado professor participara, na condição de presidente, da comissão eleitoral destinada a estabelecer as normas da consulta à comunidade para a escolha do Vice-Reitor. A contradição não o deteve. Entrou na lista, ocupando o lugar do Prof. Olinto Pergoraro. Contou, para isto, com a adesão de segmentos que, pelo visto, não conseguiram traduzir, em sua prática diária, um comportamento de respeito aos princípios democráticos.

A ADUFRJ não pode concordar com uma discussão a posteriori de um pleito cujas regras do jogo se achavam definidas. Repudiamos semelhante manobra. E continuaremos levando adiante a luta pelas conquistas que nos moveram até hoje. Eleição direta é uma conquista. Não constitui, por conseguinte, objeto de negociação. Na coerência com tal postura, saberemos combater qualquer solução que contrarie os modelos já consagrados em nossa universidade. Insistimos na nomeação do Prof. Alexandre Cardoso, primeiro da lista, para Vice-Reitor.

A diretoria

ADUFRJ e o Vice-Reitor

Senhores membros do Conselho Universitário,

A ADUFRJ vem mais uma vez a este Conselho reiterar as posições veiculadas em notas anteriores sobre o processo de eleição para o cargo de Vice-Reitor.

Entendemos que a lista sêxtupla deve incluir, fielmente, os nomes resultantes da consulta à comunidade, realizada nos dias 22, 23 e 24 de abril.

Fazemos isto como representantes da nossa categoria, o que nos dá a segurança e a força para traduzir o que a maioria dos docentes pensa hoje no interior da nossa instituição.

A escolha democrática dos seus dirigentes é, sem dúvida, um princípio do qual os professores da UFRJ não estão dispostos a abrir mão.

Nesse sentido, conclamamos os integrantes da presente Assembléia a, corrigindo situação anterior, votar pela inclusão do nome do Prof. Olinto Pergoraro na lista para Vice-Reitor. O resultado das urnas, nas consultas formuladas, deve ser respeitado.

Postura idêntica nos leva a esperar que os nossos dirigentes apoiem como nós, até o fim, o primeiro da lista, Prof. Alexandre Cardoso, para que o mesmo venha a ser, efetivamente, o próximo Vice-Reitor.

COLEGAS

Como parte das atividades visando discutir a Reestruturação da Universidade a ADUFRJ estará promovendo de 16 a 18 de junho um Seminário Interno que debaterá, sob a forma de Mesas Redondas e Grupos de Trabalho, os problemas e rumos da Universidade Brasileira.

As questões levantadas e as conclusões alcançadas servirão de subsídios não só para uma reflexão mais ampla sobre a questão universitária, como também, de conotação mais imediata e prática, para orientar o posicionamento referencial da delegação da ADUFRJ no próximo CONAD a ser realizado em São Paulo, de 20 à 23 de junho próximo.

Assim sendo, conclamamos a participação de todos os docentes para que o Seminário Interno seja a expressão mais fiel possível da vontade dos docentes desta Universidade.

Reestruturação da Universidade

Seminário Interno da UFRJ De 16 a 18 de junho

Debates:

- *Ensino e Pesquisa*: Dia 16 de junho às 10:00 horas
Local: Auditório do Roxinho (CCMN)
- *Avaliação Docente*: Dia 17 de junho às 10:00 horas
Local: Auditório do Roxinho (CCMN)

Grupos de trabalho

- Autonomia Universitária
- Ensino e Pesquisa
- Avaliação Docente e Carreira do Magistério
- Financiamento do Ensino Superior

Coral

“Venha cantar conosco” é o convite feito pelo CCS que está formando seu coral. Coordenado pela professora Ermelinda de Souza Barros da Escola de Música, o coral - aberto à comunidade de professores, funcionários e alunos ensaia às terças-feiras, das 11:00 às 13:00 h., no Quinhentão. Solte a garganta e junte-se a nós.

Picasso

O gênio de Picasso - sempre tão longe das terras brasileiras - veio ao Rio e fixou residência: é a Retrospectiva Picasso, no Paço Imperial da Praça 15, exposição de 360 gravuras do pintor espanhol vindas de Paris, e já vistas em São Paulo. Composta por três séries - a Suite Vollard, lineogravuras e as 126 últimas gravuras do artista - espalhadas em oito grandes salas, a mostra está aberta de terça a domingo, das 11 às 20 horas. Simplesmente imperdível.

Boletim Extra

O “Boletim Extra”, de maio, com o programa das chapas 1 e 2 à diretoria da ANDES, não foi enviado pelo correio, como de costume, mas entregue às secretarias e departamentos de quase toda a Universidade para encaminhamento aos professores. Isto foi feito pois os cinco dias - em média - que o correio leva para fazer chegar à casa dos sócios o Boletim, tornaria inútil nosso esforço para informá-los sobre a eleição.

XII CONAD

**de 20 a 23 de junho, PUC São Paulo
(campus Marquês de Paranaguá)**

*pauta: conjuntura nacional e movimento docente, reestruturação da universidade, questões setoriais e organizativas
abertura: posse da Diretoria*

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VIII JULHO/86

N ° 33

Política de Verbas: entrevista com o Reitor

(página 8)

•••••

Semana de Mobilização

(Página 4)

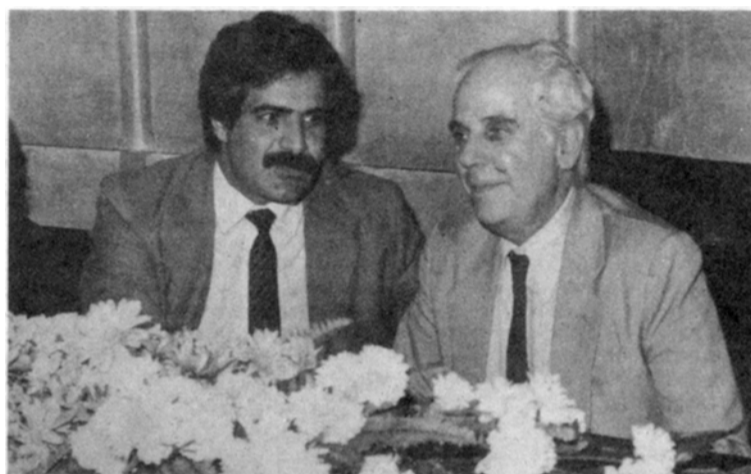
•••••

Seminário Interno

Nos dias 16, 17 e 18 de junho, a ADUFRJ realizou Seminário Interno sobre a Reestruturação da Universidade. Foram duas mesas redondas - Ensino/Pesquisa e Avaliação Docente/Carreira do Magistério - e, em seu último dia, discussões em grupos de traba-

lhos. O Seminário Interno teve como um dos principais objetivos retomar a reflexão acerca da Reestruturação da Universidade, tendo em vista o Congresso Interno que será realizado na UFRJ, em setembro. (Página 5)

Candidato da comunidade toma posse na Vice-Reitoria.



O professor Alexandre Cardoso, o novo Vice-Reitor - na foto, junto ao Reitor Horácio Macedo-, tomou posse dia 17 de julho. Eleito com mais de 70% dos votos, em abril, o professor vem ser, como ele mesmo define, "um braço a mais na construção da nova universidade". (Página 3)

Assembléia Geral da Adufrj

Dia 21 de agosto, 5ª feira, 14 horas

pauta: . Atividades da SEMANA

NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO (25 a 31 /08)

.PARALISAÇÃO NACIONAL dia 27/08

.CONGRESSO INTERNO da UFRJ

Local: Auditório do Roxinho - CCMN.

Editorial

O processo de democratização e de construção de uma nova Universidade vem exigindo grande esforço e determinação dos movimentos organizados da comunidade acadêmica. A conquista das eleições para Diretores, Decanos e Reitor, com a participação direta dos três segmentos da comunidade, gerou mudanças qualitativas na administração da Universidade, por ser legítima e legal, como também nos colocou novos desafios e responsabilidades. Os processos eleitorais e de gestão democrática da Universi-

dade devem ainda avançar, no sentido de se aperfeiçoarem e, no caminho, continuarão sedimentando práticas que reflitam as transformações da realidade universitária e, num contexto mais amplo, da situação política e social do país. O processo se desenvolve com rapidez. É necessário que tenhamos capacidade não só de assimilá-lo, em toda sua riqueza, como também de olhar mais adiante e indicar novos rumos.

No recente episódio da discussão no Conselho Universitário sobre o envio das propostas de reformulação dos Estatutos da UFRJ ao CFE, a Adufrj e a Asufrj demonstraram clareza e maturida-

de em suas intervenções. A questão central colocada pelas entidades, compreendida pelo conselho, não se resumia no simples envio ou não envio do texto aprovado há cerca de dois anos, mas sim responder, antes disso, que Universidade queremos, regida por que princípios, com que características, funções e práticas. Os estatutos deveriam, portanto, representar o fim do processo, ou seja, a regulamentação natural dos princípios básicos pré-estabelecidos.

No sentido de equacionar e de retomar a reflexão acerca destas questões, realizamos em junho o Seminário Interno sobre a Reestruturação da Universidade.

Em setembro, realizaremos um Congresso, onde vamos aprofundar o debate já iniciado e explicitar propostas para um modelo de Universidade que incorpore os avanços obtidos na prática e abra perspectivas amplas de realização dos anseios das comunidades interna e externa ao campus. O início do segundo semestre, por isso, deverá concentrar esforços na preparação e organização do próprio Congresso, além dos debates e discussões que antecederão o evento. Tal iniciativa visará ainda somar forças à luta nacional do setor autárquico pela isonomia salarial e de todas as IES Federais por verbas e pela carreira única.

Livres-docentes, tabelistas, extraordinários: e a carreira?

A carreira do magistério superior sempre foi uma das questões centrais do movimento docente, particularmente do setor autárquico, a qual foi motivo e conquista da greve de 1980, onde o próprio movimento se consolidou a nível nacional. A carreira proposta pelo movimento foi amplamente discutida.

Ao ser implantada pelo Governo, através do Decreto-Lei 85.487 de dezembro de 1980, entretanto, alguns mecanismos propostos pelo movimento docente foram alterados ou eliminados, como o processo de avaliação para a progressão horizontal, que só foi resgatado recentemente pelo setor fundacional. O processo de enquadramento dos professores colaboradores, um dos principais núcleos de gestação da própria carreira, e dos demais docentes acabou sendo realizado dentro de circunstâncias políticas e psicológicas em que não foi possível garantir ou exigir um dos princípios básicos de ingresso na carreira que então se constituía - o processo rigoroso de seleção ou de concurso público. Argumentou-se pelo direito adquirido dos que já exerciam funções didáticas na Universidade e que não necessitavam de avaliação para habilitá-los àquelas mesmas atividades. A forma como foi feito o enquadramento, às vezes à revelia do próprio docente, ficou num segundo plano e nem poderia ter sido diferente, pois o objetivo maior fora alcançado: a carreira, com mecanismos claros de ingresso e progressão. Entretanto, com o passar dos anos, este

precedente, aliado às progressões horizontais por tempo de serviço a cada 2 anos, criou massa crítica para que outros princípios da carreira fossem violados sem uma reflexão mais profunda sobre suas conseqüências.

Os processos de avaliação para a progressão vertical que se sucederam - de Auxiliar para Assistente e, principalmente, de Assistente para Adjunto deixaram muito a desejar em termos de qualidade e rigor na seleção. As exigências de Mestrado ou Doutorado para a promoção a estas classes da carreira foram contornadas por critérios de equivalência a estes títulos, em termos de produção e qualificação acadêmica, visando à promoção. Tal evidência, porém, pecou pela adoção de critérios diferenciados, questionáveis e nem sempre objetivos. As dificuldades de formulação de critérios de avaliação são enormes, sem dúvida, até porque as classes docentes não se diferenciam entre si em termos de atribuições, nem possuem um perfil mínimo de desempenho estabelecido com maior rigor.

Mais recentemente, surgiram as questões de equivalência do título de livre-docente ao cargo de professor titular e o enquadramento dos extra-quadro (tabelistas, serviços prestados e conveniados), que, a nosso ver, estão relacionados com a questão da carreira no contexto das distorções mencionadas. No que tange à passagem dos livres-docentes a

titulares por via judicial, a ADUFRJ tem posição clara, já manifestada em público, nos debates do Seminário Interno e através de carta aos jornais, cujo texto transcrevemos na página 3.

O processo de enquadramento dos professores extra-quadro, das tabelas especiais ou conveniados revive, guardadas as devidas proporções, a questão dos colaboradores na implantação da carreira do magistério superior. O Decreto-Lei 2.280 de 16 de dezembro de 1985, que institui tal procedimento, além de ser uma agressão à carreira, na forma em que está redigido, beira o simples casuismo, como a fixação daquela data-limite para consideração dos habilitados à avaliação. O processo de avaliação regulamentado pela Instrução Normativa 175 do DASP, de 26 de dezembro de 1985, compõe-se de três etapas, com contagem cumulativa de pontos em cada uma delas, dando margem a interpretações de que o objetivo maior não era a seleção pelo mérito mas apenas uma acomodação ou regularização das distorções já existentes na Universidade, por um mecanismo rápido. A primeira etapa considera títulos, concursos e tempo de serviço. Se o docente não alcançar a pontuação mínima, deverá ser submetido a provas específicas. Caso ainda assim não conseguir aprovação, após período de treinamento (!), haverá novas provas e, por fim, a possibilidade de dispensa, caso não some os pontos necessários.

O enquadramento posto nestes termos é também surpreendente. Primeiro porque fere a autonomia da Universidade, que não o solicitou e luta pela abertura de vagas e concursos públicos, que estão proibidos, até o final do ano, pelo próprio Governo. Em segundo lugar, discrimina, por exemplo, os professores que colaboraram até pouco antes do prazo fatal estipulado e, mais grave ainda, elimina concursados aprovados que porventura não foram aproveitados por falta das mesmas vagas agora criadas como passe de mágica!

Embora o enquadramento de docentes na UFRJ - cerca de 200 candidatos no total, sendo 50 na primeira fase, já completada - esteja sendo realizado, em sua segunda etapa, por meio de concursos internos na maioria das unidades, a questão estrutural permanece, que é a abertura de vagas para concurso público onde for necessário, de acordo com a política de pessoal autônoma da Instituição. A ADUFRJ tem acompanhando. Como observadora, os trabalhos da comissão constituída pela Reitoria desta Universidade para promover e coordenar o enquadramento de docentes. Tal enquadramento pode ter resolvido, a curto prazo, situações causadas pela impossibilidade de contratação ou substituição de docentes, que é um dado real. Entretanto, se a questão principal não for atacada e resolvida, mais cedo ou

mais tarde o problema resurgirá ou pode até se agravar, dando oportunidade a outros enquadramentos por decreto.

Uma outra questão que surge neste contexto é a regulamentação, na UFRJ, da figura do Professor Extraordinário. Embora a proposta possa suprir lacunas em algumas áreas, também gera preocupações. A exigência de Mestrado ou Doutorado para esta categoria parece ser muito rigorosa, pois mesmo entendendo que a intenção seja aumentar a qualificação e a relevância da contribuição do contrato, há setores do conhecimento em que profissionais de competência reconhecida não possuem sequer curso superior, como, por exemplo, em áreas das artes plásticas. Por outro lado, não devemos esquecer que mesmo com as limitações de carga horária - duas disciplinas ou turmas por período - e de tempo de contratação - 2 períodos consecutivos - a tendência histórica desse tipo de serviço é se estender por mais tempo e adquirir caráter permanente, até porque, em geral, não há disponibilidade de outro profissional. O problema não se resolve; é apenas contornado. Poder-se-ia criar, assim, uma estrutura paralela à carreira e, conseqüentemente, preparar o terreno para novos enquadramentos nos moldes do que ocorre agora. Por fim, a carreira atual deve ser reavaliada e, como no Seminário Interno, será um dos te-

mas principais do Congresso que realizaremos em setembro. Seria, portanto, prematuro regulamentar este procedimento às vésperas de uma discussão maior pela categoria. Certamente surgirão deste encontro propostas de outras formas de regime de tempo parcial e de contribuição eventual de profissionais nas diversas áreas ao ensino e à pesquisa na Universidade.

É importante ressaltar que ao defendermos o mérito e a competência como base para a constituição da carreira docente não estamos negando estas qualidades, genericamente, aos docentes que nela ingressam ou logram promoção por quaisquer processos. Entendemos, porém, que a questão que se coloca é como garantir que a estrutura da carreira docente, base para uma sólida Instituição de Ensino e Pesquisa, seja a expressão exata da Universidade que estamos construindo - democrática, eficiente, competente e socialmente responsável. O mérito e a competência de seus quadros devem surgir não da aceitação tácita dos nossos pares, mas da análise crítica e permanente da qualificação e da produção artística, científica e intelectual de seu corpo docente, por meio de critérios bem definidos e processos transparentes

José Henrique Sanglard
Cláudio Ávila

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D200 — Telefone: 590-4799 ou 280-9322 Ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária. CEP — 21.944 — Caixa Postal 68531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.055/0001/51.

Colaboração: Agostinho Vieira (reg. prot. 17575).
Aloy Jupias Bez

Fotografia: Amauri Alves e Robson Curvelo
Diagramação: Vicente Antonio Teixeira de Castro (registro profissional nº 15219)

Ilustração: Cesar Coelho

* A edição e redação de todas as matérias desse boletim são de total responsabilidade da diretoria da Adufrj.

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Alcinéio Ribeiro da Costa
1.º Vice-Presidente: José Henrique Sanglard
2.º Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1.º Secretária: Hílito de Mattos Alves

1.º Tesoureiro: Cláudio Miguel Ávila

2.º Tesoureiro: Nivalde José de Castro.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física

Raphael de Haro Junior, Osvaldo de Medeiros Ritter (Representantes); Sheila Chiról Garcia, Máximo Ferreira da Silveira (Suplentes).

Instituto de Química

Marco Antonio F. Faria

Escola de Métricas

Cibeli Cardoso Reynaud (Representante)

Ilda Maria Lauria Vasconcelos (Suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lucia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (Suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Abreu Penna (Representantes); Maria da Graça F. F. Schalcher, Olinto Antonio Pegoraro (Suplentes).

Instituto de Psicologia

Phrygia Arruda (Representante)

Maria Julieta Somló Sathler (Suplente)

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol (Representante)

Carlos Augusto (Suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (Representante)

Lia Hasenclever (Suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Márcia Taffarel e Silva (Representante)

Jaderson Sócrates Lima (Suplente)

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (Representante)

Ana Maria Somaglia Albino (Suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José Roberto Lapa e Silva (Representantes); Norma Coíno Sarmiento Figueredo, Diana Maul de Carvalho, Vanda Marques da Silva (Suplentes)

Instituto de Microbiologia

Leila de Souza Fonseca (Representante)

Manuel José Gil Esteves (Suplente)

Instituto de Biologia

Margaretha D. M. Van Weerelt (Representante)

Deia Maria F. dos Santos (Suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy G. Castro Teixeira, Ednilson Porangaba Costa (Representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (Suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (Representante)

Waldyr Mendes Ramos (Suplente)

Instituto de Paleontologia

João Romildo Bueno (Suplente)

Instituto de Pedagogia

Luiz Carlos de Siqueira (Representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (Suplente)

Instituto de Tatuagem e Pneumologia

Roni Marques (Representante)

Roberto Bravo de Souza (Suplente)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (Representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (Suplente)

COPPE

Antonio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (Representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (Representante)

Elisabeth Ermel da C. Monteiro (Suplente)

Museu Nacional:

Índia Maria Borba Moreira (Representante)

Afrânio Raul Garcia Junior (Suplente)

Faculdade de Letras

Godofredo de Oliveira Neto, Sonia Salomão Khéde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (Representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho, Beatriz Vieira de Resende (Suplentes).

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Eliane Frossard Barbosa, Maria Amália A. A. Magalhães (Representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (Suplentes)

Escola de Belas Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (Representante)

Murilo Mendes Guimarães (Suplente)

Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais

Paulo Roberto Ribeiro Costa (Representante)

Maria Celia do Nascimento (Suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (Representante)

Eliane Moreira Vaz (Suplente)

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (Representante)

Antonio Filomeno (Suplente)

Escola de Engenharia

Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar Acelrad, José Luciano de Souza Menezes, Osvaldo Pereira Filho, Carlos Elizio Barral Ferreira (Representantes)

A Adufrj e a questão dos livres-docentes

A ADUFRJ (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro) vem de público se manifestar a respeito da polémica levantada em torno das formas de acesso para professor titular, na carreira do magistério.

Em primeiro lugar, devemos esclarecer que nenhum parentesco nos liga à chamada "Associação dos Livres Docentes e Adjuntos", que nos parece ter sua gênese em interesses imediatos tais como a passagem automática dos livres docentes a titular, sendo a nossa entidade caracterizada, já há vários anos, pela seriedade com que discute, em seus vários aspectos, os problemas ligados às instituições de ensino superior.

Nesse sentido, temos sido marcados por uma atuação que se coloca, claramente, em defesa do mérito e da competência, não dissociados de melhores condições de salários e verbas para a educação. Nossas teses incluem, ainda, como não poderia deixar de ser, um sólido compromisso com a democratização e a livre discussão.

Reconhecemos que a passagem a titular compreende, no momento, um obstáculo de ordem prática, a radical ausência de vagas, que leva ao inevitável estrangulamento de 90% do docentes em nível de professor adjunto 4, que, em con-

• Carta distribuída no dia 8 de julho a todos os jornais cariocas

seqüência ali ficam parados, por assim dizer, sem possibilidades concretas de ascenderem por via de seu mérito, numa disputa intelectual sadia.

Trata-se de um obstáculo real para o qual devem ser encontradas soluções.

Acreditamos, entretanto, que um debate mais profundo a respeito do assunto se mostra necessário, para que nenhuma medida casuística e impensada venha a comprometer uma carreira docente que queremos digna, produtiva e respeitada. É com tal objetivo que realizamos de 16 a 18 de junho, na UFRJ, o Seminário Interno sobre a Reestruturação Universitária, que contou com expressiva participação dos professores de nossa instituição acadêmica.

Com respeito aos livres docentes, somos de parecer que uma prova destinada à obtenção de um título não pode substituir um concurso com a participação de candidatos numa cena onde entrem em confrontação saber e capacidade docente. A utilização da livre docência com semelhante fim não passa de flagrante casuismo e não apresenta nenhum benefício para a melhoria do ensino e da pesquisa na Universidade Brasileira.

JOSÉ HENRIQUE SANGLARD
1º VICE-PRESIDENTE
DA ADUFRJ

Graduação tem nova sub-reitora

Um dos conceituados nomes brasileiros em educação reconhecida internacionalmente e que ocupou recentemente a direção geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, durante a gestão do Ministro Marco Maciel, Vanilda Pereira Paiva, a nova sub-reitora de Ensino de Graduação e Corpo Docente, assumiu o cargo no início de julho, em substituição ao professor José Emanuel de Souza Pinho.

Professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, estava em processo de transferência para a UFRJ, quando recebeu o convite do professor Horácio Macedo para ocupar a Sub-Reitoria. Dentre os seus principais livros publicados estão: História da Educação Popular; Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista; Perspectivas e Dilemas da Educação Popular; Igreja e Questão Agrária; e Educação Permanente Capitalismo Tardio.

Candidato da comunidade assume vice-reitoria

O último cargo da administração universitária que faltava ser democraticamente preenchido já está ocupado. Tomou posse no dia 17 de julho o novo Vice-Reitor da UFRJ, professor Alexandre Pinto Cardoso, candidato eleito por professores, alunos e funcionários, com mais de 70 por cento das votos. No discurso emocionado de posse, Alexandre classificou a sua indicação como a consolidação da democracia na universidade apontando a Associação de Docentes como principal responsável por essa vitória.

O papel da Adufrj é inapagável, pois conseguiu conduzir e sustentar todo o processo num terreno de muitas incompreensões. Se a democracia se consolidou um pouco mais na universidade, deve isso ao caráter, a nitidez e a força da atuação da diretoria da Associação de Docentes, afirmou Alexandre.

O novo Vice-Reitor tem 39 anos, e é natural de Miracema, no Estado do Rio. Formou-se em Medicina em 1972 e é mestre em Pneumologia pela UFRJ. Ingressou no quadro docente em 1975 e atualmente ocupa a função de professor-adjunto. Durante o seu período como estudante, dirigiu o Diretório Acadêmico Carlos Chagas - fechado pelos órgãos de repressão -, e fez parte também da diretoria do DCE Mário Prata.

Alexandre Cardoso se classifica como independente, não sendo filiado a nenhum partido político. Em seu discurso, no entanto, sua atuação política nos últimos vinte anos foi uma constante. Emocionado, ele lembrou seu pai, ex-prefeito de Miracema que foi perseguido e cassado depois do golpe militar de 64. Entre os homenageados pelo Vice-Reitor, sua mãe, Dulce, sua esposa, Mariete e seus três filhos, além de uma deferência especial para o professor da Faculdade de Medicina, Newton Bethlem.

Quanto aos seus planos de trabalho,



Alexandre Cardoso

Alexandre Cardoso disse que vem para se integrar à equipe, e ser mais "um braço na construção da nova universidade: livre, democrática e autônoma". Para ele, no entanto, existem dois pontos principais nos quais gostaria de se engajar: o estímulo à melhor performance dos professores e a criação de um sistema de avaliação de cursos.

Segundo Alexandre existem três motivos principais para que um curso se tome insuficiente. Ou os recursos financeiros para aquela área não estão sendo suficientes ou os recursos humanos inadequados: em quantidade, qualidade e compromisso, ou a consignação destes dois.

Quando um curso tem todo o apoio para funcionar com um mínimo de qualidade, e isso não acontece, é porque alguma coisa está errada. Nesses casos acho necessário que se tente fazer uma reciclagem do curso, e em último caso optar até pelo seu fechamento, no caso

de curso de pós-graduação. Para que essas medidas sejam concretizadas, é importante que a reitoria dê todo o suporte necessário para os departamentos e unidades. Acho que a inadimplência é um problema sério da universidade, mas não acredito que ela esteja nos níveis que têm sido comentados.

Dirigindo-se ao novo Vice-Reitor, Horácio Macedo lembrou os tempos em que trabalharam juntos no movimento docente. Afirmando que cada vez mas a reitoria, "sem perder o seu caráter acadêmico, convive e participa da luta política dos movimentos, atuando sempre como uma ponte."

É importante sentirmos que a UFRJ hoje está sendo encarada como modelo do que pode dar certo ou não. Essa universidade não oferece mais espaço para a passividade. As entidades e os dirigentes têm a responsabilidade de conduzir a universidade. Seremos incompetentes se não conseguirmos transformá-la.

Criada a Andef

DANDO prosseguimento ao Encontro Nacional de Docentes das Escolas Federais de 1º e 2º graus, ocorrido em agosto de 85, foi realizado entre 27 e 30 de março deste ano o Congresso de fundação da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS DE 1º e 2º GRAUS (ANDEF). Foram 29 delegações representando as Escolas técnicas, agrotécnicas, de educação especial, militares, Pedro II e Colégios de Aplicação, reunidas no campus da Praia Vermelha.

O Movimento é de base, nascido da luta das escolas, principalmente do grupo dos Colégios de Aplicação, que integravam as AD's e atuavam junto à ANDES. O grande número de AD's surgidas a partir do Encontro e a criação da ANDEF demonstram que esta entidade se propõe a somar esforços com as demais entidades já existentes com objetivo de lutarmos pela educação brasileira, como fica claro em sua carta de princípios, abaixo transcrita:

"O processo político de transição democrática em andamento vem se caracterizando como o resultado do processo de luta dos interesses conservadores das forças do antigo regime, hoje nacionalmente rearticuladas e dos setores organizados da sociedade que defendem os interesses democráticos e nacionais.

Assim, o governo ao mesmo tempo que implementa antigas reivindicações do movimento sindical, como os princípios de escala móvel de salários e do seguro desemprego, mantém intocada a Lei de Greve e a arcaica legislação sindical brasileira. Nós, professores autárquicos e funcionais continuamos impedidos de livremente nos filiar aos nossos sindicatos e até mesmo de nos organizarmos nas Escolas. Ousa, com um ambicioso projeto de reciclagem do capital, de congelamento de preços e de redução da in-

flação, mas pouco avança no Projeto de Reforma Agrária e nas relações com o FMI. No campo político-institucional restabelece a liberdade partidária e as eleições diretas para as prefeituras, mas mantém em vigor decretos-lei do regime anterior. A nós, permanece o impedimento legal de eleger livre e democraticamente as reitorias das Universidades e diretorias das Escolas Federais de 1º e 2º graus.

Essas aparentes contradições são a marca do atual regime, obrigado que está a administrar conflitos, evitando sua radicalização. É evidente, portanto, que esta aparente contradição torna o atual governo necessariamente permeável à pressão social organizada.

Cabe a nós, portanto, entender este processo para nele poder intervir organizadamente, em busca de uma

mudança da atual correlação de forças que permita abrir caminho para as transformações sociais que sirvam de base para uma sociedade mais justa.

Esta interação com o Estado, no entanto, só receberá o apoio e a confiança de nossos colegas se ocorrer sob a égide da autonomia e da luta em ver implementadas, pelo governo, as mudanças de rumo tão necessárias em nosso setor.

Neste sentido, a formação de uma Associação Nacional de Docentes de 1º e 2º graus que nos insira no processo político reivindicativo em andamento no Brasil, é a tarefa imediata de todos nós.

Esta Associação Nacional de Docentes a nosso ver deve atuar prioritariamente em duas grandes frentes. Uma especificamente sindical, de defesa dos salários e das condições de trabalho dos professores, articulando-se com os demais Setores do movimento sindical na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros.

Uma outra, com a preocupação do fortalecimento da capacidade docente em analisar política e socialmente o ensino e a educação e, consequentemente voltada para a formulação da política educacional, articulando-se com as demais entidades ligadas a este setor.

Além destas duas frentes, cabe naturalmente à Associação Nacional debater e participar das grandes questões nacionais, principalmente neste período de reordenamento institucional e de eleição para a Assembléia Nacional Constituinte.

A rede federal de ensino de 1º e 2º graus, que compreende Escolas Técni-

cas Industriais, Agrotécnicas, Colégios de Aplicação, Colégio Pedro II, Centros de Educação Tecnológica, Escolas de Educação Especial, Centros Técnicos e Colégios Militares, compete não somente a busca de caminhos criativos e de qualidade mas também da consolidação da Democracia.

Esta entidade nacional, deve estruturar-se federativamente tendo como base de organização as associações representativas de docentes, respeitado o critério geral de representatividade de cada uma a partir do número de seus associados de 1º e 2º graus regularmente inscritos.

Entendemos portanto, ser este o momento oportuno para sua criação, visto já existirem diversas Associações organizadas e ser necessário interferir nacionalmente em questões fundamentais como o Estatuto do Magistério, o Plano de Carreira, a Democratização da Escola, a Constituinte e a Reforma do Ensino.

Com base nestes princípios, a ANDEF propõe-se a lutar:

- pelo direito de todos a um ensino público, gratuito, democrático e de boa qualidade.
- pelo direito de eleger livre e democraticamente os dirigentes de nossas instituições.
- pela democratização na escolha dos membros dos Conselhos de Educação, questionando suas funções.
- pela promoção da articulação com as demais entidades ligadas ao setor educacional, na busca da definição dos caminhos da educação brasileira.
- pelo direito a livre organização dos docentes em suas Instituições e à sindicalização dos servidores públicos.
- pela promoção da articulação com

os demais setores do movimento sindical na busca de condições dignas de salário, trabalho e vida.

- pela liberdade e autonomia sindical.
- pela elaboração de uma nova legislação trabalhista, com a participação de representantes de todos os segmentos dos trabalhadores.

• pela participação dos professores e demais trabalhadores no processo de discussão e elaboração da Carta Constituinte.

- pela participação dos trabalhadores em todas as grandes decisões nacionais.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1986

Tendo realizado o seu 1º Conselho de Entidades (CONEN) nos dias 18, 19 e 20 de julho na Universidade Federal de Santa Catarina a ANDEF, além de realizar um painel sobre o tema Educação e Constituinte com a presença dos professores Luiz Antônio Cunha e Osvaldo Maciel representante da ANDES e outro sobre Democratização e Verbas das Instituições a cargo do prof. Hamilton presidente da APUFSC, estabeleceu as seguintes metas:

- Semana de Mobilização dos docentes de 1º e 2º graus para o período de 18 a 22 de agosto sendo o dia 20 considerado DIA DE LUTA,

- Propor a ANDES a criação de um grupo de trabalho ANDEF X ANDES para a discussão de um Estatuto Único de Docentes Autárquicos e Fundacionais abrangendo todos os graus de ensino.

- Elaboração de um documento com a posição oficial da ANDEF sobre a proposta do governo para a criação de 200 escolas técnicas.

Semana Nacional de Mobilização

DURANTE o XIII CONAD, realizado em São Paulo na segunda quinzena de junho passado, foi aprovada reunião do setor autárquico no início do mês de julho (03/07), em Brasília, para avaliar as respostas do MEC à pauta de reivindicações das autarquias e deliberar sobre um cronograma visando a mobilização do setor.

Na audiência da ANDES com o MEC (ocorrida na mesma época da reunião das autárquicas) o Ministro Jorge Bornhausen anunciou a criação de uma comissão interministerial destinada ao estudo da uniformização do plano de cargos e salários das Autarquias e Fundações (isonomia). A comissão seria composta por representantes dos ministérios da Educação, da Fazenda, do Planejamento e da Administração, que concederia audiências às entidades ligadas diretamente à questão: a ANDES, a FASUBRA, a UNE e a CRUB, tendo prazo de 60 dias, a partir de sua implantação, para apresentar os resultados do trabalho.

A reunião do setor autárquico, já de posse do informe da audiência com o MEC citada, aprovou seu cronograma de mobilização para agosto, que consta da realização de Assembléias Gerais das ADs, um dia de paralisação, dentro da semana nacional de mobilização, culminando com uma reunião conjunta de Autarquias e Fundações, em Brasília, para elaborar uma proposta única de carreira. O calendário definitivo de cada uma das atividades dependia da instalação da Comissão Interministerial ocorrer ou não até o dia 10 de julho, havendo, portanto, duas possibilidades.

A portaria interministerial, entretanto, não foi publicada até o dia 10 e, o secretário geral do MEC, em audiência posterior (18/07),

informou que a instalação da comissão deveria ocorrer na semana de 21 a 25/07. Segue, em anexo, o texto da portaria que cria a comissão, aprovado pelos respectivos ministérios.

Sobre a publicação de matéria denunciando o descaso do MEC e do governo com a Universidade, avaliou-se que seria prematuro publicá-la neste momento. O assunto será novamente discutido na reunião conjunta autarquias/fundações.

Em vista disso, o calendário de mobilização do setor autárquico ficou assim constituído:

1 - Realização de Assembléias Gerais até 25/08/86

2 - Semana Nacional de Mobilização de 25 a 31/08

3 - Paralisação no dia 27 de agosto, quarta-feira, com realização de nova Assembléia Geral

4 - Reunião conjunta Autarquias/Fundações, em Brasília, nos dias 30 e 31/08, sábado e domingo, sobre carreira única.

A fim de discutir as atividades da Semana Nacional de Mobilização na UFRJ e para o segundo período, a ADUFRJ convoca os professores para uma Assembléia Geral, a ser realizada no dia 21 de agosto, quinta-feira, às 14 horas, no Auditório do Roxinho (CCMN). Na pauta desta Assembléia, constam ainda a deliberação sobre o dia de paralisação e os preparativos e organização do Congresso Interno, que será realizado em

setembro.

A proposta do setor autárquico de Paralisação Nacional no dia 27, inclui ainda a realização de nova Assembléia, neste mesmo dia, tendo como um dos principais objetivos a formulação de propostas de carreira única e isonomia salarial para a reunião con-

junta, em Brasília, cujos resultados serão encaminhados pela Comissão de Carreira da ANDES, em setembro.

Ressaltamos, mais uma vez, a importância da participação de todos nas discussões sobre a carreira, a isonomia salarial e na preparação de nosso Congresso.

Portaria Interministerial

Os Ministros de Estado da Educação, da Fazenda, da Administração e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que as instituições de Ensino Superior, criadas e mantidas pela União sob a forma de autarquias e de fundações, propiciam diferentes tratamentos, não assentadas em critérios de mérito e competência, entre servidores que desempenham idênticas tarefas e funções no mesmo sistema federal de ensino;

Considerando a necessidade da adoção de medidas legais e administrativas que corrijam essas diferenças, compatibilizando o plano de cargos e empregos das instituições de ensino superior,

Resolvem

I - Constituir uma Comissão Interministerial, com a finalidade de promover estudos e propor medidas com vistas à compatibilização, do Plano de Cargos e Empregos das Instituições Federais de Ensino Superior.

II - Para a consecução do objetivo estabelecido, no item anterior, a Comissão deverá:

a) colher informações e subsídios junto aos órgãos vinculados aos Ministérios, bem como junto às entidades associativas interessadas no assunto e, em particular, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, a Federação das Associa-

ções dos Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA e a União Nacional dos Estudantes - UNE;

b) articular-se, quando da elaboração da proposição, com o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES, do Ministério da Educação, visando a compatibilizá-lo com as propostas voltadas para a política de Educação Superior, por ele preparadas.

III - A Comissão Interministerial será composta por dois representantes do Ministério da Educação e um representante de cada uma das Secretarias de Estado, designados pelo Ministro da Educação, mediante indicação dos respectivos Ministros.

IV - A Comissão Interministerial terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua instalação, para apresentar sua proposição, sem prejuízo do encaminhamento antecipado de sugestões de medidas consideradas prioritárias.

V - No desempenho de suas funções, a Comissão Interministerial poderá recorrer a serviços de consultores ou de entidades especializadas.

VI - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jorge Bornhausen - Ministro da Educação
Dilson Funaro - Ministro da Fazenda
Aluizio Alves - Ministro da Administração
João Sayad - Ministro do Planejamento

Autarquias: deliberações do XIII Conad

Foi em São Paulo, na PUC - campus Marquês de Paranaguá, o XIII CONAD entre 20 e 23 de junho. No Congresso, quando tomou posse a nova diretoria da ANDES, foi divulgada informe sobre audiência com o Ministro Jorge Bornhausen, marcada para o dia 3/07, cujo tema seria a comissão partidária composta por representantes do MEC, CRUB, ANDES e FASUBRA.

O informe das AD's sobre o indicativo de greve, agora, no segundo semestre, teve o seguinte quadro: bom: ADUFGO, ADUFPB-JP, ADMED, ADUFRGS; razoável: ADUFC, APUSM, ADUFERPE, ADUFES; fraco: APUFPR, ADUFF, ADUFEPE, ADUFPA, APUBH, ADUFRJ; não discutiram: APES-JF, ADUR-RJ, APUFSC, ADURN, ASPESAL, APUB, ADUFPB-CG, ADEPM, ADUFAL. Foi observado que em várias AD's, a avaliação ficou difícil pela força que tomam outros temas, como eleições de reitores e diretores, alteração de calendários, etc.

Abaixo, as deliberações do Congresso:

Considerando a inexistência de qualquer posição concreta do governo até o momento sobre as reivindicações do setor e o adiamento das respostas para nova audiência no dia 03/07, deliberou-se:

a) Realização de reunião do setor autárquico em Brasília no dia 03/07, como forma de presença.

b) Intensificação da preparação da mobilização pela isonomia salarial e carreira unificada desde

já em todas as IES autárquicas, com criação de comitês locais pela isonomia salarial já, carreira unificada nas federais e verbas para o pleno funcionamento das IES federais. A diretoria da ANDES confeccionará um cartaz nacional com o tema desta campanha, distribuindo-o durante as férias para que todas as IES estejam forradas de cartazes no início do 2º semestre.

c) Cabe aos comitês a organização de debates localizados por prédio, centro ou departamento, sobre os eixos desta campanha.

d) Fazer um ato público na SBPC sobre a campanha, buscando o apoio das entidades científicas lá presentes, através de um abaixo-assinado organizado pela Regional da ANDES e pela APUFPR.

e) Cada AD deverá enviar, no dia 26/06, telegramas:

- à SEPLAN (M. João Sayad), exigindo atendimento aos pleitos da ANDES (recursos para isonomia já e verbas para IES federais;

- ao MEC (M. Bornhausen), exigindo resposta positiva na audiência de 03/07 aos eixos: isonomia, verbas e comissão paritária.

f) Realização de AGs nas duas primeiras semanas letivas do 2º semestre para deliberação das formas de ação.

g) Quanto à definição da proposta da ANDES para a carreira docente nas IES federais.

- implementação imediata dos trabalhos da comissão aprovada no Congresso de Salvador, com prazo até o final de julho para elaboração de minuta de proposta a ser apre-

ciada pelas AGs marcadas para agosto. Da comissão coordenada pela ANDES fazem parte conforme aprovado pelo Congresso, as seguintes ADs: APUB, APUBH, ADUFES, ADUFMAT, ASPUV, AUNIRIO e ADUFSCar. O 13º CONAD aprovou a inclusão da ADUFC. A primeira reunião será realizada no dia 2/7 às 14 horas, na ADUNB, para definir cronogramas de trabalho.

h) Que as ADs enviem rápida informação sobre os critérios de fixação de carga-horária nas respectivas IES, encaminhando-os ao prof. Pompeu (BH).

i) Quanto à definição do regime jurídico único para IES federais: - constituir comissão paritária ANDES/FASUBRA (três membros por entidade nacional, sendo um da diretoria, um de entidades autárquicas e outro de fundacional), com assessoria de especialista em direito administrativo. A plenária do XIII CONAD indicou a ADUFRGS e a ADUA como membros desta comissão.

Objetivo: apresentar até o final de agosto uma resposta de regime jurídico para as IES federais, a ser analisada pelas AGs das entidades. A proposta final deverá estar pronta no início de setembro.

j) Quanto à matéria paga denunciando a protelação por parte do MEC na resolução das questões de isonomia, carreira e verbas, aprovou-se que ela seja objeto de discussão da reunião do dia 03/07 em função dos resultados da audiência.

Outras propostas aprovadas.

Solicitar ao CRUB que se posicione com relação às verbas, denunciando a situação calamitosa em que se encontram as IES públicas.

Recomendar à diretoria incluir no próximo boletim análise sucinta da conjuntura, envolvendo o plano de estabilização econômica e o projeto da nova ordem burguesa.

Política de saúde da ANDES

Será realizada no final de setembro, no Rio de Janeiro, Reunião Nacional do Setor Saúde do Movimento Docente de acordo com referendo do XIII CONAD. A pauta contemplará, prioritariamente, a questão da formação de Recursos Humanos na Área da Saúde. As principais conclusões da 8ª Conferência Nacional de Saúde serão também analisadas. Saúde e Constituinte, temática que preocupa e concentra a atenção dos profissionais da Área de Saúde, terá, certamente, seu espaço. Para a preparação dessa Reunião Nacional, as AD's devem constituir Comissões de Política de Saúde que participarão, não só da organização de encontros locais preparatórios, mas também da elaboração de documentos sobre a temática básica desse Encontro Nacional. Solicitamos aos colegas que entrem em contato com a ADUFRJ ou com os colegas do Conselho de Representantes desta entidade, visando a implementação daqueles trabalhos preparatórios.

Seminário Interno da Adufrj discute ensino, pesquisa e carreira do magistério.

José Henrique Sanglard

Em meados de junho a ADUFRJ realizou seu Seminário Interno sobre a Reestruturação da Universidade. Foram três dias de reflexão crítica sobre a Universidade em mesas redondas sobre Ensino/Pesquisa - Debatedores: Prof. Moacyr de Góes (UFRJ), Prof. Horácio Macedo (UFRJ), Prof. Jorge Paula Guimarães (UFF) e Prof. Nelson Maculan (UFRJ) - e Avaliação Docente/Carreira do Magistério - Debatedores: Prof. Jorge Guimarães (UFRJ) Prof.: Luiz Antonio Cunha (UFF) Prof. Antonio Macdowell Figueiredo (UFRJ) -, além da discussão em grupos de trabalho. Os debates foram ricos, produtivos e, dentro das limitações impostas pelas circunstâncias, contaram com expressiva participação dos docentes. A profundidade e a abrangência com que as questões do ensino, da pesquisa e do trabalho docente na Universidade de maneira geral foram abordadas garantiram o êxito da jornada, cujo objetivo principal foi o de explicitar as contradições destes temas polêmicos e apontar caminhos para superá-los.

A seguir, apresentamos uma síntese das questões debatidas.

As relações entre o ensino e a pesquisa, incluindo as atividades de extensão, e a determinação de critérios e processo de avaliação dessas atividades foram a tônica dos debates, que naturalmente convergiram para uma discussão conjunta dos temas, sempre em sintonia com as implicações na carreira do magistério. Todas as discussões mais cedo ou mais tarde esbarravam na autonomia universitária dos currículos à política de pessoal.

Numa Universidade que se pretende comprometida com a qualidade e a consequência de seu trabalho, o mérito e a competência acadêmica tornam-se pontos-chaves da questão. Entretanto, quantificar estes parâmetros e definir padrões de desempenho ou de comportamento individuais e coletivos não é tarefa simples, como os trabalhos evidenciaram.

ENSINO E PESQUISA

A definição do que vem a ser pesquisa não é consensual ou pelo menos tem interpretações diversas e inclui distorções. É comum considerá-la como uma atividade muito ampla, que envolve praticamente todos os aspectos do trabalho docente, concepção esta estimulada talvez pela exigência formal de constar nos planos de trabalho dos regimes de 40 horas e por uma avaliação falha. Por outro lado, a possibilidade da pesquisa "stricto sensu" em áreas não tecnológicas ou científicas chega às vezes até a ser negada, o que seria negar o próprio processo de produção cultural. A pesquisa deve desempenhar um papel transformador do conhecimento, no sentido de alargar suas fronteiras e reavaliar os conceitos estabelecidos sendo, portanto, o elemento renovador e inovador da ciência e da cultura e, como consequência, do ensino na Universidade. Sua relação com o ensino fica assim muito clara, embora se possa questionar se todo docente deve ser um pesquisador ou vice-versa.

A resposta à pergunta anterior exige uma análise mais apurada de como a atividade de pesquisa se desenvolve hoje na Universidade. Um caráter que salta aos olhos é o contraste entre as diversas áreas dentro de uma mesma Instituição, no que diz respeito à pesquisa e, por extensão, ao ensino. O desenvolvimento diferenciado das áreas de conhecimento tem razões históricas e políticas. Por razões estratégicas, a política governamental recente privilegiou a área tecnológica e científi-

ca, que se estabeleceu e gerou alguns centros de real excelência na Universidade.

Como decorrência desse processo, muitas áreas não possuem ainda condições de implantação de cursos de pós-graduação e infra-estrutura para a pesquisa. A forma de financiamento e de incentivo, por sua vez, nem sempre enfatizou a prática coletiva da pesquisa que, tanto em termos de trabalho em si, como em relação à Instituição é uma atividade com tendências individualistas ou de agrupamentos de acesso restrito. É preciso, portanto resgatar seu caráter coletivo, sem evidentemente prejuízo dos grupos estabelecidos, mas traçando uma política abrangente, com o planejamento das atividades de pesquisa individual e coletiva nos departamentos e unidades, que some esforços e crie condições mínimas de participação e produção em toda a Universidade.

As questões do pesquisador docente, avaliada neste novo contexto, torna claro que nem todo docente precisa estar à frente do processo ou ser propriamente um pesquisador para ter acesso à pesquisa, mas deve, pelo menos, ter seu trabalho inserido como parte de um projeto coletivo ou num grupo de pesquisa, com objetivos definidos de acordo com política da Universidade para o setor.

Na relação diária com o ensino e a pesquisa há uma tendência no sentido de supervalorizar a segunda em detrimento da primeira, que passa a ser uma atividade subsidiária e pouco atrativa. Os problemas aqui vão desde as condições físicas das salas de aula a currículos obsoletos, que precisam ser modernizados e revistos. Não há na graduação um sistema de avaliação de cursos com critérios de relevância e qualidade que os force naturalmente a uma renovação contínua. O exercício didático é muitas vezes encarado como uma obrigação suportável, quase uma atividade burocrática, em cursos que se repetem periodicamente.

AVALIAÇÃO E CARREIRA DOCENTE

Os debates sobre a avaliação do trabalho docente mostraram algumas contradições entre os critérios de competência /qualidade e a estrutura da atual carreira docente, suscitando muitas questões. Um dos pontos centrais foi a distinção entre a carreira acadêmica e a salarial, que, por razões diversas, ainda não foram convenientemente contempladas no setor autárquico. O critério de progressão acadêmica por tempo de serviço não tem sentido pois não premia a produção, muito menos a qualidade. A solução mais simples é a introdução de uma gratificação por tempo de serviço, tal qual o quinquênio. Isto, porém, por si só, não resolve a questão acadêmica, mas permite que ela seja abordada em termos mais abrangentes.

A avaliação, agora, assume características decisivas e a progressão funcional deixa de ser apenas um ganho salarial, exigindo uma contrapartida em termos de qualificação profissional e produção acadêmica, científica e cultural. Em outras palavras, toma-se necessário definir critérios de avaliação, padrões mínimos de desempenho docente e a diferenciação entre as atribuições/capacitação das diversas categorias.

Hoje, não há distinção entre as atividades de um professor adjunto, assistente ou auxiliar, mas, pela própria estrutura da carreira, era de se esperar uma dife-

renciação. Não se trata, evidentemente, de se restabelecer a cátedra nos moldes tradicionais, vitalícia e autoritária, mas entender que ela continha aspectos positivos, como a hierarquização, do trabalho de pesquisa, a formação de núcleos de pesquisa e o próprio planejamento e execução da política de ensino e pesquisa na Universidade, que devem ser resgatados na estrutura de carteira atual. É de se esperar, por exemplo, um perfil de produção acadêmica de um professor auxiliar, no início de carreira, totalmente diferente de um titular, em seu topo.

A avaliação docente, por sua vez, deve ser feita em vários níveis. Avaliação coletiva dos departamentos em suas unidades e centros deve preceder a avaliação individual de seus professores,

A definição de um perfil do desempenho docente na carreira, portanto, passa por estabelecer o que vem a ser a própria produção acadêmica, em termos quantitativos e qualitativos - que itens considerar e em que padrão. A avaliação ampla e permanente é o mecanismo necessário para buscar a excelência mínima estabelecida ou alcançar metas acima daquele padrão.

Da mesma forma que a avaliação individual deve reconhecer as condições locais da área, departamento ou setor em que o trabalho se insere, a avaliação coletiva dos departamentos ou unidades da Universidade devem considerar e conviver com diferenças de desempenho entre si. Isto requer um levantamento global da situação de cada unidade ou departamento, a fixação de um padrão míni-

al, os debates mostraram ainda a necessidade de repensar os regimes de trabalho. Os regimes de 20 e de 40 horas semanais, somente, não contemplam as necessidades de muitas áreas do conhecimento, onde a participação de profissionais em tempo parcial é de grande importância, mas as condições de mercado, tornam as 20 horas ou uma farsa consentida, na medida em que a carga contratual a priori não corresponde à exigida ou utilizada, ou a impossibilidade de contratação de profissionais com disponibilidade de efetiva dedicação às 20 horas. O regime de tempo parcial, portanto, deve ser mais flexível, capaz de permitir contribuições à Universidade em menor carga horária. A dedicação exclusiva também foi questionada, uma vez que seu caráter é apenas salarial, não significando uma contribuição qualitativa para o desempenho docente. A garantia de produção e qualidade não passa pelo exercício ou não de outra atividade, mas por condições de trabalho e um sistema adequado de avaliação das atividades. A DE pode ainda ser interpretada como uma discriminação oficial entre aqueles docentes que precisam ou não cumprir efetivamente às 40 horas de trabalho, que, se cumpridas, por si só já garantiriam a dedicação integral à Universidade.

A revista Cadernos da ADUFRJ, em seu primeiro número, publicou uma proposta de reestruturação da carreira do magistério superior, formulada por uma comissão especial, incluindo membros da Diretoria, há cerca de dois anos, que foi apreciada no Encontro. A proposta contém alternativas a muitas das questões surgidas nos debates. Os principais méritos apontados na proposta residem em distinguir a carreira acadêmica da salarial, prestigiando a competência, definir um perfil para as categorias docentes da carreira e apontar uma saída mais flexível para o regime de tempo parcial, além de critérios objetivos de ingresso e progressão na carreira.

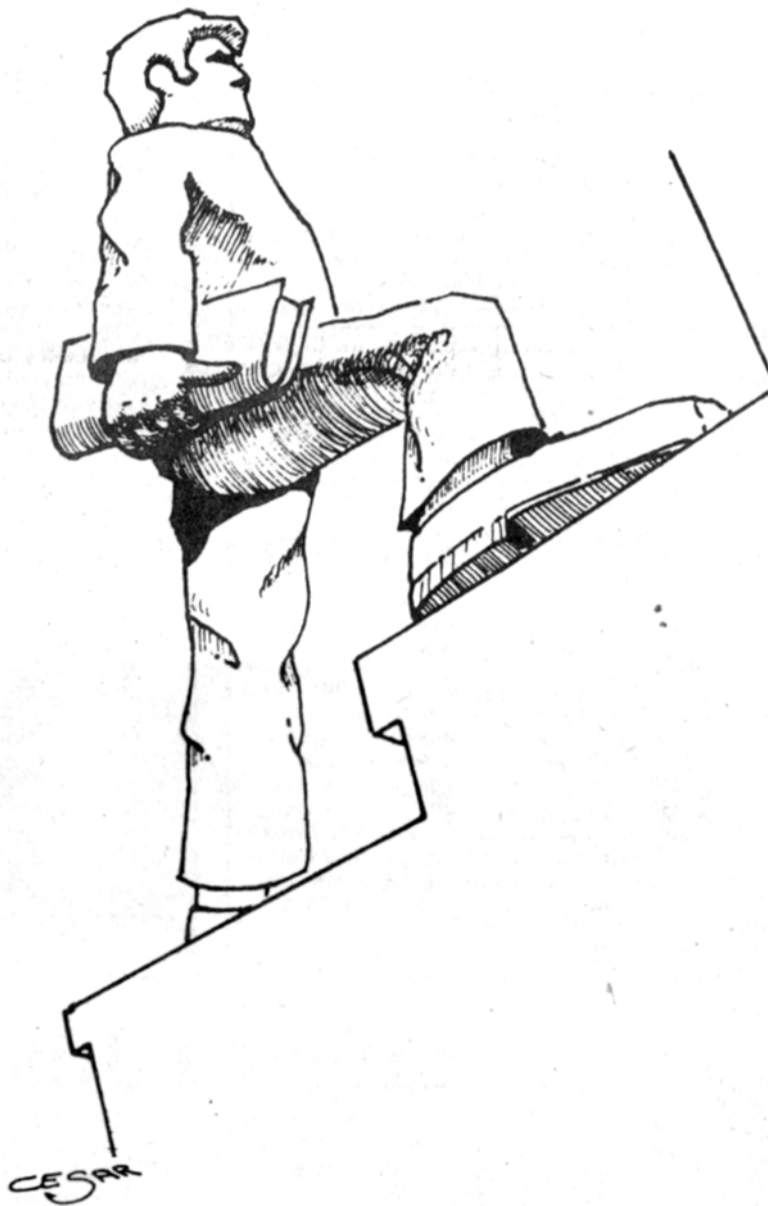
Embora não se pretendesse aprovar o texto analisado "in totum", pois entendeu-se que ele deve ser mais amplamente discutido na categoria, sua filosofia, representada pelas características acima, constitui um avanço e dá a tônica para a proposta que devemos formular.

CONGRESSO INTERNO

O Seminário ora realizado teve um caráter preparatório para uma discussão mais longa e aprofundada sobre a Universidade, que pretendemos realizar no início do segundo semestre, provavelmente em setembro. As teses defendidas e as questões abordadas no Seminário formam um painel claro dos problemas que teremos de enfrentar mais adiante. A questão fundamental que nos desafia - que Universidade desejamos - aguarda ainda uma resposta clara e definitiva. O principal objetivo do Congresso é preencher esta lacuna.

A abrangência das questões vai desde aspectos gerais da Universidade, como a autonomia, regime jurídico e reforma administrativa do serviço público, passa por questões centrais do movimento do docente, como a isonomia salarial e a carreira do magistério superior, e deságua nas questões internas de cada IES, como a elaboração de estatutos e regimentos que reflitam os avanços e as práticas da Instituição.

É importante, mais do que nunca, que cada um de nós estimule este debate e a formação de grupos de estudo e comissões nos departamentos e unidades. Estas discussões serão fundamentais para a elaboração de teses para o Congresso e subsídios para a proposta nacional a ser encaminhada pela Andes.



pois fornece indicações precisas para o planejamento administrativo, definindo prioridades e a política acadêmica. A avaliação externa dos cursos também deve ser implantada como complemento à avaliação interna da comunidade acadêmica através dos órgãos da Universidade. A avaliação individual do docente deve contar ainda com a participação do corpo discente, além dos docentes em sua área de atuação.

mo geral e um planejamento administrativo para se poder cobrar e, gradativamente, levar toda a Universidade a alcançar as metas propostas. Não significa, portanto, a aceitação pura e simples das condições existentes, mas a forma de avançar e superar as deficiências encontradas.

Em relação à estrutura da carreira do magistério superior nas autarquias, além da distinção entre o acadêmico e o salari-

Serviço Social vai às delegacias

COM a violência tomando de assalto os jornais e as ruas do Rio, a polícia tem seu trabalho posto em cheque. A falta de credibilidade na instituição faz com que policiais e povo fiquem, a cada dia, mais longe um do outro. Mas, certo esforço vem sendo feito em contrário. Há quase cinco anos, a polícia civil e a Escola de Serviço Social da UFRJ iniciaram projeto-piloto de atendimento em delegacias, logo adotado em mais quatro Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Alagoas.

Em geral, são mulheres - a maioria - e homens procurando assistência jurídica, envolvidos com problemas familiares ou de moradia. "Trabalhamos com a população que, paradoxalmente, é vítima da situação social e vai buscar a instituição repressora para resolver seus problemas", comenta a ex-diretora do Serviço Social, Maria Augusta Temponi, que implantou o projeto. Hoje, o trabalho das 16 assistentes sociais, uma coordenadora e 31 estagiárias - espalhadas em 14 delegacias - está sob a supervisão das professoras Maria Helena Cançado e Maria Helena Ralta, diretora da Escola de Serviço Social.

Foi a própria Secretaria de Segurança Públi-

ca, atual Secretaria de Polícia Civil, que tomou a iniciativa de criar o projeto, incomodada com a procura crescente da população - procura de caráter social, mais que criminal - e o despreparo de seu pessoal. Isso, segundo Maria Augusta, gerava "enorme mal-estar" e a "repulsa inicial" do povo contra a polícia.

Surgiu então a idéia de um trabalho de amostragem em três delegacias: Campinho (subúrbio), Caxias (Baixada Fluminense) e Botafogo (zona sul). O resultado foi imediato: era preciso atender principalmente, às áreas mais miseráveis. E começou a ser delineado o estilo de atuação: "priorizar ações organizativas".

No seu dia-a-dia, as assistentes social, perceberam que, à margem do Direito Oficial, a população desenvolveu um direito com "d" minúsculo, fruto de suas próprias relações. Um dos casos mais comuns é o de alguém que compra um terreno mas não consegue a escritura, pois quem vendeu também não a possuía. Descobre-se então que o local é de algum grande proprietário e, às vezes, do próprio Estado. "A questão passa de meramente jurídica à política", diz Maria Augusta. A conquista do terreno acaba envolvendo associações de moradores, pastorais da terra e outras organizações.



Ana Maria Julião

Outra constatação é de que a Justiça, quando se trata de atender os mais pobres, é "morosa e desinteressada" Raramente os defenso-

res públicos vão às delegacias e, além disso, falam uma linguagem elitista de difícil compreensão para as próprias assistentes sociais. Os escritórios modelo que prestam assistência jurídica ao projeto são de outras universidades, já que o da própria UFRJ não dispõe de pessoal suficiente.

Sobre a violência que, hoje, faz as primeiras páginas dos jornais - e tece a atmosfera radical de quase guerra civil -, a professora Maria Helena Cançado considera o seu uso eminentemente político. E lembra o período anterior a novembro de 82 quando a segurança também era discussão pública, posta como plataforma político-partidária. "Acontece, agora, da violência atingir a classe média e média alta, e esse conflito faz parte da lógica da luta de classes".

"A violência da polícia é caso sério. Por não ter formação política, o policial usa a violência contra as pessoas de sua mesma classe e perde um pouco de sua identidade histórica, assumindo a ideologia da repressão, e legitimando a violência". E argumenta que "uma sociedade civil mais consciente e vigilante - na defesa da política de Direitos Humanos e da democracia - enfraquece o poder da polícia". Mas sublinha: "Só com a formação política dos policiais essa violência pode ser contida"

Mulheres: as maiores vítimas

Ana Maria Julião só queria fazer a festa de um de seus filhos. Haroldo Julião, com quem está casada há sete anos, não gostou e a agrediu tanto que Maria quebrou o pé. Essa não foi a pior briga do casal. Quando estava grávida do primeiro filho, Haroldo deu-lhe uma surra e a criança nasceu problemática. Para piorar, a família de Haroldo ficou com os dois filhos de Ana Maria, que não pode mais vê-los. "Ele não tem mais jeito. Eu quero me separar e voltar a ver meus filhos", desabafa angustiada.

Casos como esse chegam às mãos da assistente social Maria Angélica Pereira da Silva, que trabalha na 59ª DP de Caxias, uma das primeiras a se beneficiarem do projeto de atendimento. As outras são: Campinho, Bangu, Nova Iguaçu, Bonsucesso, Botafogo, Irajá, Campo Grande, Cidade Nova, Nilópolis, Belford Roxo, São Gonçalo, Niterói, e o antigo CEPAM - Centro de Atendimento à Mulher, no prédio da Secretaria de Polícia Civil, hoje substituído pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

Na DP de Caxias, 95% das vítimas são mulheres, segundo Maria Angélica, e muitas pedem que a assistente converse com o

marido e tente acalmá-lo. Geralmente, elas se sentem mais seguras quando encontram outras mulheres para ajuda-las. Na época da implantação do serviço, os policiais achavam o trabalho "uma coisa meio idiota", mas reconhecem hoje que ele é necessário "para abrir a cabeça de algumas pessoas".

As assistentes sociais, como forma de atuação, se engajam através de projetos comunitários em movimentos sociais. Em Caxias, há cerca de dois anos, as assistentes realizam discussões com a comunidade sobre saneamento básico, saúde e a questão da terra. "É equivocada", pensa a professora Maria Helena Cançado, "a procura individualizada da polícia para solucionar casos comuns a todos".

Nas delegacias, onde se lida no cotidiano com a violência e a preocupação de não ser conivente - dentro do aparelho repressor -, "fazemos de movimentos sociais canais de denúncia à população". Em Nova Iguaçu, foi preparada a **Cartilha da Violência Doméstica**, em conjunto com o Centro de Ação Cultural. "Ela vai ser utilizada nas discussões e explica como a mulher pode se proteger da violência".

"Estado deveria assumir o projeto"

Pelo trabalho diário, de 13 às 18h, a assistente social Maria Angélica recebe pouco mais de Cz\$ 3 mil; já as universitárias fazem o serviço de graça - para elas, vale como estágio, exigido a partir do quinto período, em que cumprem carga horária de doze horas semanais "Elas mereciam pelo menos uma ajuda de custo", admite a supervisora do projeto, Maria Helena.

O projeto de assistência em delegacias é bancado pela Secretaria de Polícia Civil, que usa a Fundação José Bonifácio como intermediária. Foi pelo fato do Estado não ter repassado à Fundação a verba para pagamento das assistentes sociais, que estas estiveram em greve, entre 7 e 27 de maio. Mas existe interesse do Estado no projeto. "Já há pedidos de verba na Secretaria de Planejamento e o desejo de estender o serviço a 54 delegacias", comenta Maria Helena.

Na cabeça das assistentes sociais, contudo, é tempo de por na mesa as dúvidas e perspectivas. Já implantado, o projeto deve, agora, ir para as mãos do Estado - perder o caráter de extensão universitária. "O papel da Escola de Serviço Social já foi cumprido. Agora, é tentar avançar na proposta, reavaliar o que vem sendo feito - principalmente, no que há de político aí", reflete Maria Helena.

"A Universidade produz conhecimento e deve devolvê-lo ao corpo social. É hora do Governo Estadual assumir o projeto, tomar à si certas responsabilidades quanto às assistentes e o que é feito". Como colocar o serviço de assistência em delegacias na máquina administrativa do Rio - na Secretaria de Polícia Civil?! -, hoje, parece complicado. Mas não sendo possível, o Serviço Social mantém o convênio que vai garantindo a assistência."

A música dos futuros mestres

Divulgar compositores eruditos brasileiros, executados por alunos do Mestrado. É essa, segundo a professora Kleide Ferreira do Amaral, Diretora Adjunta de Pós-Graduação da Escola de Música, a idéia que marca a **Série Futuros Mestres**, LPs gravados no Salão Leopoldo Miguez. Hoje o projeto - que começou em fins de 84 -, conta com quatro discos, e o quinto será gravado em agosto, em homenagem a Carlos Gomes.

Francisco Mignone, Alberto Nepomuceno, Villa-Lobos, Guerra-Peixe, Marcos Nobre, e o "semi-erudito" Ernesto Nazareth estão entre os compositores gravados no Salão, cuja acústica é comparável a das melhores salas de concerto da Europa. Acompanha cada disco, encarte com as biografias dos compositores, informações de-

talhadas sobre obras e intérpretes - "muitos dos quais com bagagem respeitável e prêmios no exterior".

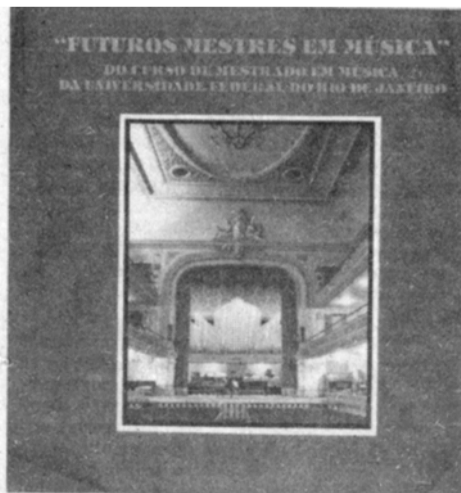
"Considero esses discos um tesouro quanto à divulgação da música brasileira", confessa orgulhosa a professora. E não é para menos. Já vieram pedidos e elogios até da Alemanha. "Mas fica caro enviá-los para o exterior", lamenta.

Os discos não são vendidos, porque contam só com produção cultural e teriam que pagar direitos autorais. Sobre o orçamento para produção dos discos, a professora Kleide revela que "com verbas daqui e dali" damos um jeito. A Fundação José Bonifácio, a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação - e a Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa patrocinaram, na or-

dem, os três primeiros discos. Talvez para o próximo, a professora já consiga acrescentar ao orçamento de produção pequena remuneração para os intérpretes.

Gravado especialmente para o Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, que ocorre em fins desse mês, o quarto disco é o único em que os compositores estrangeiros tiveram vez e foi o primeiro a registrar o órgão da Escola de Música. No repertório, Camille Saint-Saens, Sergei Rachmaninof, Henrique de Curitiba e Carlos Gomes - esse, com a modinha **Quem Sabe?** Para órgão, composições de Bach, Angelo Camon e Charles Widor.

Já a quinta de **Futuros Mestres em Música** trará Carlos Gomes, com trechos de óperas executadas por orquestra e coral. A partir daí, os discos vão contar com a participação de alunos da graduação.



Eletrotécnica: extinção ou integração?

Aprovada pelo Conselho de Coordenação do Centro de Tecnologia, a proposta da Decania, de integração do Instituto de Eletrotécnica à Escola de Engenharia, vai tomando corpo. O professor Carlos Russo, Decano do CT, constituiu comissão para implementar a integração do pessoal e acervo material no prazo de 30 dias, a partir de 10 de junho. Na proposta que foi entregue ao Conselho do Centro, o Decano descreve as razões da integração ou extinção do IE e apresenta, em anexo, as opiniões dos Departamentos de Eletrotécnica e Eletrônica, Escola de Engenharia e Coordenação do Programa de Engenharia Elétrica da COPPE.

Segundo o professor Carlos Rumo, "o IE foi esvaziado de suas funções na estrutura acadêmica da área elétrica, após a reforma universitária de 68". Ainda antes da proposta ir ao Conselho, o Diretor do Instituto de Eletrotécnica, professor Jorge Luiz Nascimento, divulgou documento - A Existência do IE - onde coloca que a "extinção do IE não resolveria os problemas da EE e do Centro", e fala da falta de estudo ou documento técnico que avaliassem a proposta. Logo após a aprovação pelo Conselho - por sete votos a dois - o professor Jorge Luiz entrou com recurso no Conselho Universitário.

Hoje, o IE é composto pelo Diretor, 14 funcionários administrativos e dois técnicos, que cuidam dos laboratórios da área elétrica - nos blocos I e H -, prestam serviços especializados e coordenam atividades de extensão e apoio ao ensino - através de filmes científicos, palestras, visitas a complexos industriais. Não possui corpo docente próprio, atuando em colaboração com os Departamentos de Eletrotécnica e Eletrônica da Escola de Engenharia. Foi a reforma universitária de 68 que, segundo os professores Carlos Russo e Antônio Cláudio, passou as atribuições do IE aos Departamentos, então recém-criados. Para o primeiro, a reforma - na teoria - daria uma estrutura departamental ao CT, mas o modelo ficou híbrido. "O IE é redundante e deveria ter acabado em 68", comenta. "Integrar é absorver, racionalizar o ensino de engenharia elétrica. O ideal é que houvesse um só departamento de engenharia elétrica na EE".

Para o Diretor da EE, professor Antônio Cláudio, o IE perdeu substância e isto criou inconvenientes, pois os técnicos e funcionários, embora respondam administrativamente ao IE, por vezes ficam sob orientação dos dois departamentos. "A extinção do IE não é novidade. Sem função no ensino - que não possa ser levada pelos Departamentos - ou atividades que fossem sua razão de ser, ele perdeu seu valor". E expõe: "A Escola de Engenharia tem 10% dos alunos da universidade e 1% dos funcionários. Vamos brigar por mais funcionários junto à Reitoria, mas temos de racionalizar a administração e o ensino: o IE tem 14 funcionários. Por que não integrá-los também às atividades de graduação dos dois departamentos?"

O Departamento de Eletrotécnica, em resposta ao Decano diz que o "IE reflete apenas pequena parte dos problemas da Engenharia Elétrica" e "da própria estrutura da EE e do CT", e pede a reestruturação das "relações administrativas e operacionais entre IE, EE, COPPE Elétrica, Biomédica, Sistemas e Departamentos de Eletrônica e Eletrotécnica". O professor Carlos Barral explica: "Não colocamos o Instituto como essencial. Mas somos contra a mera extinção. As condições de ensino da engenharia elétrica não se resolvem com a extinção do IE". Para ele, valiosa é a discussão da reestruturação administrativa, funcional e operacional da engenharia elétrica no CT. E lamenta: "Infelizmente as sugestões encaminhadas à Decania não foram postas em votação e não foram levadas em consideração."

Foram apontadas pelo Departamento de Eletrotécnica, cinco razões para tal reestruturação: o fato do Departamento de Eletrônica se queixar de excesso de alunos e falta de professores, quando o Departamento de Eletrotécnica oferece disciplinas idênticas às da Eletrônica para reduzido número de alunos; o fato de alguns professores da pós-graduação desconhecem o que seja dar aula na graduação; a incoerente e desnecessária subdivisão da área de eletrônica na universidade - que deveria primar pelo intercâmbio de idéias; a fragilidade da estrutura facilitando as omissões; e a questão de equipamentos, manutenção e técnicos. Por fim, pede a formação de comissão para discutir a proposta.

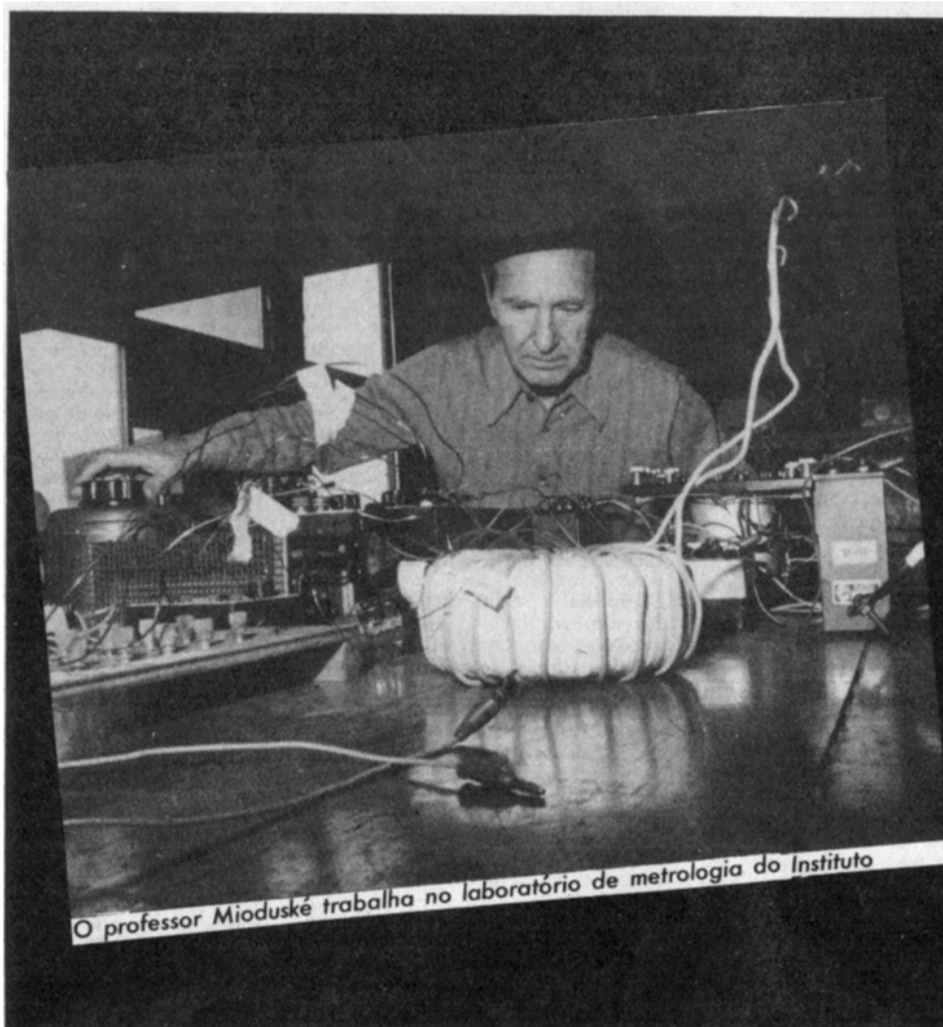
"Sou a favor da integração de graduação e pós-graduação no CT. Com o tempo isso acontecerá, sem que forcemos. Mas essa proposta é para o século XXI", confessa o professor Carlos Russo. "Quando não se quer fazer algo, criam-se comis-

sões. Fui eleito Decano para tomar iniciativas e para mostrar que o rei está nu. Eu me empenho para tornar mais eficiente o ensino no CT, privilégio a graduação - sem prejudicar a pós-graduação, o que até hoje não foi feito. A extinção do IE vai melhorar a EE, se não tivesse certeza não faria a proposta". E sublinha: "Não foi decisão de cunho pessoal".

"Existem coisas a fazer imediatamente", concorda o professor Antônio Cláudio. "Rever o CT, conjugar graduação e pós-graduação, não se faz de imediato. Não se pode contrapor o que se pode fazer de imediato com o que está a longo prazo". Assim é defendida a extinção do IE. Em sua resposta à Decania, o Departamento de Eletrônica alinha seis motivos para a extinção do IE ("não vemos a necessidade de órgãos suplementares para a execução das atividades de interesse do Departamento"), entre os quais, a carência observada nos laboratórios de eletrônica - aos cuidados do IE - , o que prejudica o ensino. Mas o professor José Arthur Rocha reconhece que a extinção do IE não resolve de imediato e necessariamente a carência dos laboratórios. E explica o sentido de "o não que este último" - o Departamento - "venha a contar com a boa

recursos da União - a verba orçamentária para 86 é de 100 mil cruzados -, além de convênio com a Eletrobrás, que merecem atenção. "Bem ou mal - dado a crise de recursos no ensino universitário - administrávamos os laboratórios. O IE estava se abrindo e empenhando-se em resolver os problemas juntos". O professor Jorge Luiz reconhece que "a EE está habilitada para desempenhar essas funções", mas não sabe se possui hoje capacidade para isso. E sugere: "Poderíamos nos juntar sem perder a identidade, pois com o tempo passaríamos a ser um só corpo".

Esclarece, ainda, que "pressionou a discussão através do documento A Existência do IE, porque respeitava os que trabalham no Instituto". E desabafa: "Ninguém se sensibilizou ou enxergou a proposta como algo violento ao IE e anti-democrático. Intervenção é como se chama o que a Decania fez aqui. Em A Existência do IE, o professor Jorge Luiz coloca que suas propostas não são políticas. "Acabar com o IE", diz, "é mutilar a área de engenharia elétrica". Critica ainda a portaria do Decano que constituiu a comissão para implementar a extinção do IE, sem esperar a decisão dos Conselhos Superiores. "Assim não há esperanças de que a democracia se instale no CT.



vontade do IE". "Embora subordinados à EE, éramos obrigados a brigar pelas verbas alocadas ao IE. Ficou acertado que tudo que fosse relativo ao IE ficaria na área elétrica: espaço, material e pessoal". Já pela Coordenação do Programa de Engenharia Elétrica da COPPE, o professor Djalma Falcão afirmou não se opor à extinção do IE porque "não desempenha função no que toca ao Programa". Ele também considera o IE redundante no CT, onde "permaneceu por descuido".

As críticas do professor Jorge Luiz, Diretor do IE - que responde pelo cargo desde outubro de 84, e um ano mais tarde foi eleito para gestão de quatro anos - tocam principalmente à forma como foi levada pela Decania a "proposta de extinção do Instituto". Segundo ele, durante a campanha para a Decania, o professor Carlos Russo falava em "ajudar o IE a encontrar a verdadeira vocação". Foi quando da visita do Ministro de Ciência e Tecnologia ao CT, que o já Decano falou sobre o fim do IE. "Cabia a mim, eleito, defender a comunidade que me elegera".

A contraproposta do IE foi o estudo do caso por comissão, pois ele mantém contato com empresas que podem ser perdidos - faturamento da ordem de 60 mil cruzados, ano passado - e



• ARTES

As Artes Visuais na Amazônia - Reflexões sobre uma Visualidade Regional. FUNARTE & SEMEC - Belém, PA. Projeto Visualidade Brasileira.

Edição das idéias centrais expostas no seminário **As Artes Visuais na Amazônia**, do Instituto Nacional de Artes Plásticas. INAP-FUNARTE e Coordenação de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas - evento paralelo ao VII Salão de Artes Plásticas. Os textos partem das conferências originais que sofreram adições e ajustes.

Em **O Colonialismo na Amazônia**, o poeta paraense Vicente Cecim fala da "fome urgente" que é abrir um olho nativo e "matar o olho culto herdado das tradições da opressão ocidental sobre nós". Outro poeta, Thiago de Mello, traz à tona **O Homem Amazonense** ("sou um caboclo brasileiro, comprometido com a vida do homem e acima de tudo com a vida de meu povo"). E, em outros onze artigos, expressões de uma visualidade regional **Arquitetura de Morar na Amazônia**, de Severiano Mario Porto, **A População e a Região no Período Pré-colombiano**, de Joaquim Alfredo Loureiro, **Artesanato Indígena, porque e para quem?**, de Berta Ribeiro, o **Conhecimento e a Realidade**, de Miriam Lino. Com fotos.

• Comunicação e Cultura

Tempos & Contratempos, de Wilson Barbosa. Editora Cátedra.

Ensaio. De marxismo e religião à imprensa comunitária, permeia o circuito da contemporaneidade das ciências humanas, principalmente no que toca à comunicação. Jornalista, exato e lúcido em sua consciência crítica, Wilson Barbosa examina a automação e o desemprego, e percebe os ventos que sobram de Paris, trazendo a **Nova Direita, Velho Fascismo**. Dá nítida cobertura às questões que se impõem hoje em comunicação, como o áudiotexto, **Cinema, Língua e Linguagem, Nova Dimensão da Crítica Literária, e Reações do Homem aos Meios de Comunicação**. Finalizando, fala de um conceito ecológico de comunicação, em crítica ao comportamento da sociedade em seu cotidiano com o meio ambiente - tema de sua dissertação de Mestrado.

Já publicou **O Outro Lado da Rua** (79) e **Memorial de Outono** (85), ficção, e **Aeroporto Santos Dumont, Um Grande Portal do Rio** (85), pesquisa, pela Editora da Revista de Aeronáutica. Rio

• MÚSICA

Pesquisa em Música e Educação, de Kleide Ferreira do Amaral Pereira. Edição da autora.

Pesquisa e educação no campo da música - métodos de conhecimento, o caminho científico da música, arte e ciência da música, ensino tradicional e processos inovadores, pesquisas metodológicas em música e educação, esquemas de pesquisas. Doutora em Música, Mestre em Educação e pesquisadora do Folclore Brasileiro. Livre-Docente da UFRJ - Diretora adjunta de pós-graduação da Escola de Música e responsável pela disciplina Metodologia da Pesquisa em Música, no Mestrado - Kleide Ferreira do Amaral escreveu livro que vem cobrir o vazio da literatura especializada em pesquisa em música, em língua portuguesa. Nele, casa arte e pesquisa científica em música, tentando desfazer o equívoco corrente de que a pesquisa musical em nada colabora no aprimoramento técnico do intérprete. E "Existe tanto por pesquisar!", sublinha a professora.

Da maneira que a proposta foi votada, não posso mais confiar no Conselho do Centro.

O Chefe do Departamento de Eletrônica, professor Barral, também considera inadequado o encaminhamento: "O que está sendo levado adiante é passar as atividades do Instituto aos Departamentos. Embora não deixe de ser verdade que o IE é uma estrutura passada, a extinção como está sendo feita peca por não fazer um estudo aprofundado das conseqüências. Não temos infra-estrutura nos Departamentos para tomar todas as atividades e considero ineficiente fazer com que os dois departamentos assumam funções semelhantes. A Engtec existe no papel, e vai precisar ser ativada. E se ela entrar em conflito com a Coppotec, mais tarde - pois as duas atuam na mesma área?" Já o Chefe do Departamento de Eletrônica, professor José Artur, acha que não houve sequer precipitação por parte da Decania: "O processo foi agilizado e não atropelado". Para o professor Barral, "é lamentável perder a chance de discutir os aspectos técnicos e operacionais da extinção do IE, o que nos levaria a reformas maiores, para tornar a universidade mais eficiente e produtiva. Corre-se risco de se perder recursos e quem vai sair machucado é a área elétrica".

Reitor fala sobre política de verbas

Como, quando e onde estão sendo aplicados os recursos da Universidade - a política de alocação de verbas - é o tema de uma série de entrevistas que o Boletim da Adufrj pretende realizar. A primeira é com o Reitor Horácio Macedo.

Boletim - Qual o orçamento para o ano de 86?

Horácio - O orçamento de custeio e capital para 86 é de Cz\$ 94 milhões, que com o corte de 30% decorrente do Plano Cruzado, ficou reduzido a Cz\$ 64 milhões. A esse orçamento somam-se Cz\$ 1 bilhão para pessoal, totalizando Cz\$ 1,064 bilhão. Foi com Isso que começamos o ano.

Boletim - O que esse orçamento significou para a administração da universidade?

Horácio - Esse orçamento não deu. Quando chegou o mês de junho, já estávamos com algumas contas no vermelho, como a conta de luz, que deixamos de pagar dois meses, e algumas contas de limpeza. Mas todas as universidades federais, e não só a UFRJ, tinham consciência que esse orçamento não daria até o final de junho. A partir de junho se fez uma pressão muito grande no Ministério da Educação a fim de conseguir a suplementação. E essa suplementação - a primeira parcela já foi concedida - recebemos agora em agosto. É de Cz\$ 43 milhões. A esses Cz\$43 milhões vão se juntar mais Cz\$ 13 milhões do FINSOCIAL para as unidades hospitalares - talvez Cz\$ 11 milhões para o hospital universitário e Cz\$ 2 milhões para o IPPMG e mais Cz\$ 14 milhões do FAS - cota igual à recebida por outras universidades. Esperamos ainda, em função da pressão que se exerceu, receber por parte do CEDATE (Centro de Desenvolvimento e apoio Técnico à Educação) - que é responsável pelas obras de manutenção e ampliação física da universidade - crédito total de Cz\$ 106 milhões. Se essas promessas forem cumpridas, a situação da universidade não será ruim. Em relação ao ano de 85, ela é certamente muito melhor.

Boletim - Quanto Melhor?

Horácio - Vamos fazer uma conta: Cz\$ 64 milhões de OCC, com mais Cz\$ 43 milhões de suplementação, já me dá perto de Cz\$ 105 milhões. Em cima coloco os Cz\$ 13 milhões. tenho Cz\$ 118 milhões. Mais Cz\$ 14 milhões, tenho Cz\$ 133 milhões. Ano passado, o orçamento executado da universidade foi de Cz\$ 47 milhões. É significativa a diferença. Sem contar os Cz\$ 106 milhões do CEDATE.

Boletim - Quais foram os critérios que definiram as prioridades na hora de repartir o bolo?

Horácio - Isto é bem claro porque o definimos logo que assumimos, em setembro, e quando da redistribuição do orçamento após o corte de março. Colocamos como prioridade as atividades-fins da universidade: fortalecer a graduação, a extensão, a pesquisa e pós-graduação. Ampliamos fortemente o montante das bolsas de monitoria. De cento e poucas, fomos hoje para mais de trezentas. E ainda aumentamos, valor de cada bolsa de Cz\$ 40 - ano passado - para Cz\$ 900. Na SR-1, na graduação, fizemos ainda um programa para fortalecer aquelas unidades que ao longo desses anos todos de opressão foram relegadas ao segundo plano, como, por exemplo, as Faculdades de Educação, de Letras, de Economia e Administração, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. E aloamos recursos proporcionalmente muito grandes para essas unidades. Em relação às verbas orçamentárias que recebiam ano passado, o aumento foi por fator da ordem de 10 ou 20.

No apoio à extensão, fizemos a Sub-Reitoria que hoje também é de extensão, e antes era só de desenvolvimento. Iniciamos as atividades de extensão com uma alocação de recursos muito grande, para desenvolver o programa prioritário de interação com a Favela da Maré, onde vamos exercer ação docente e assistencial de alto nível, era conjunto com a Prefeitura da Cidade e o Governo do Estado.

Na pesquisa e pós-graduação a política é alocar bolsas de iniciação científica e exigir um critério de qualidade. Assim, foram oferecidas mais de quinhentas bolsas; como não apareceu pessoal qualificado para elas, nem todas foram preenchidas. Demos forte apoio aos grupos emergentes nas áreas sociais. São cerca de trezentos projetos de pesquisa, feitos na própria universidade, por grupos que não têm qualquer apoio externo.

Boletim - Que parcelas do orçamento serão aplicadas na graduação?

Horácio - Do orçamento total para este ano, de Cz\$ 60 milhões, aplicamos Cz\$ 14,5 milhões na graduação, Cz\$ 5,5 milhões na pós-graduação e Cz\$ 4,5 milhões na extensão. A manutenção da graduação é a atividade para a qual convergiram mais recursos em 86, é óbvio. A pós-graduação recebe auxílios externos e, portanto, fazemos apenas uma atividade de caráter auxiliar. No ano de 87, vamos aumentar este valor. A extensão está começando, então, não há como fazer uma estrutura que desse conta da absorção de grandes recursos - por isso, só esses Cz\$ 4,5 milhões. Já para o ano que vem, a situação é completamente diferente: para a graduação, Cz\$ 28 milhões, de um total de quase Cz\$



Os problemas do HU começam na placa de entrada

115 milhões. Há Cz\$ 10,5 milhões previstos para a pós-graduação, no orçamento inicial para 87. Um crescimento de quase 100%. E Cz\$ 9,5 milhões para a extensão - igualmente um crescimento enorme.

Boletim - Como se dá, na prática, prioridade às áreas antes relegadas a segundo plano na UFRJ?

Horácio - A ênfase é de auxiliar os grupos marginais - marginais, no sentido de que ficaram à margem do processo de desenvolvimento - e que, com certeza, estão na área de Ciências Humanas. Como, por exemplo, apoiando fortemente o IFCS, não só do ponto de vista material, de recuperação do prédio, mas também fortalecendo a atividade acadêmica. Editamos várias monografias e teses das Ciências Sociais e da Filosofia, e a Revista Brasileira de Filosofia - que não saía há muito tempo - e apoiamos a edição da Revista da Faculdade de Letras.

Boletim - As áreas antes privilegiadas podem se sentir discriminadas?

Horácio - Não. Porque estamos fazendo um balanço, ao que parece razoável, entre estimular o desenvolvimento da área social, sem perder de vista a necessidade de manter a qualidade das áreas antes privilegiadas. Investimos forte na manutenção do prédio do Centro de Tecnologia, nas atividades físicas do Centro de Ciências da Saúde, de maneira que fazermos um balanço.

Boletim - A priorização de certas áreas do ensino na Universidade tem trazido críticas à política da Reitoria?

Horácio - Certamente. Fazer uma política é definir prioridades. E quando se definem prioridades alguns setores são privilegiados. A política da reitoria é perfeitamente definida no Plano de Trabalho da Reitoria. Às vezes, alguns reclamam: "Como é que você faz isso?!" Eu digo "Faço porque isto é parte de uma política" Quando tivermos colocado essas atividades em patamar análogo ao de grupos favorecidos ao longo de todos esses anos, a política mudará e a questão das prioridades será outra.

Boletim - Em que medida a reforma econômica de 28 de fevereiro, afetou os projetos da Universidade?

Horácio - Para as universidades, o corte de 30% foi ruim. Isto não devia ter sido feito. O CRUB protestou. A UFRJ protestou também. Não devia ter sido um corte geral, mas específico. Contudo, certamente, o Plano Cruzado é benéfico para a Universidade, com a ausência de inflação é possível planejar a execução do orçamento: sei quanto vou gastar mês que vem, ou em setembro. Tenho a tranqüilidade de saber até onde o recurso dá, para a gente pressionar o Ministério, pedindo mais E o congelamento de preços de equipamentos, insumos, matérias-

primas, permite trabalhar com outra realidade, concreta, enquanto a realidade inflacionária é um desastre para a universidade.

Boletim - Uma das unidades científicas do campus, hoje, é o Hospital Universitário. Que planos existem para o H. U.?

Horácio - O H.U. é uma unidade assistencial-docente. 60% do custo de manutenção são feitos pelo Ministério da Educação. Os restantes 40% das verbas provêm do INAMPS. A parte que cabe à Universidade na manutenção do H.U. é muito pequena. No orçamento de 86, tentos Cz\$ 4,9 milhões para o Hospital. Isto é ninharia, não serve para nada. No orçamento de 87, vamos ter Cz\$ 10,4 milhões - mas ainda não é nada. A obrigação de manter o H.U. do ponto de vista assistencial é do INAMPS, de onde vem grande quantidade de dinheiro. Temos a idéia de - com respeito ao CEDATE e aqueles Cz\$ 106 milhões, que falei - fazer grande inversão de recursos para manter e recuperar o estado de muitas dependências do Hospital, que estão bastante estragadas, porque há anos nada se faz por lá. Vai ser investido um bom dinheiro. Além dos Cz\$ 13 milhões- do FINSOCIAL -, prevemos algo da ordem de Cz\$ 27 milhões.

Boletim - Por falar em estado de conservação de prédios, este é um dos problemas graves da Universidade?

Horácio - Sim. O prédio da Arquitetura está com vazamento em tudo quanto é junta. Sem pintura há mais de vinte e tantos anos. Tem esquadrias já absolutamente deterioradas, que precisamos trocar. A parte dos fundos do prédio está totalmente deteriorada por falta de manutenção. Há salas de aulas que não se podem usar porque estão sem vidraças. Esse é o prédio mais antigo, mas é o de melhor construção, por isso até que os danos são muitos. Bem ao contrário do prédio do CCS: reformamos o telhado. Acaba a reforma está chovendo de novo. Um prédio pessimamente construído, com problemas gravíssimos de vazamento de gás, de banheiros que precisam ser recuperados. Nesses Cz\$ 106 milhões que pedimos ao CEDATE, está prevista a recuperação disto tudo. E esses Cz\$ 106 milhões mostram que essa recuperação vai ser bem cara.

Boletim - Existem fontes alternativas de recursos para a Universidade?

Horácio - O terreno da Avenida Chile é o patrimônio que a Universidade possui, vamos ser razoáveis. Há os prédios da Rua André Cavalcanti, que é zona desvalorizada, tanto que, quando foi feita licitação para venda dos prédios, não apareceu comprador. Hoje, a situação ficou pior porque um dos prédios foi tombado - o prédio da Escola Ana Neri. Outro prédio é o da Rua Luís de Camões: foi feito um convênio com a Secretaria de Cultura e Educação do Município, a qual ficará cedido por dez anos, em troca do prédio do CAP.

Num terreno potencialmente valioso, há o prédio da Casa do Estudante Universitário, CEU. A Política da Reitoria com relação à CEU é de aproximação. Aquele é um espaço que não pode ser desocupado pelos estudantes, por ter um papel na história do país, e por abrigar grande número de estudantes. A parte detrás do terreno onde fica a Maternidade, pertence à FIOCRUZ, o que torna difícil qualquer transação. Algo que nem passa pela minha cabeça investigar. Os terrenos da Praia Vermelha são inalienáveis. Nem passa pela cabeça da Reitoria vendê-los, nem pode fazê-lo. Ali, temos dois enclaves importantes: o Canecão e a garagem da Lauro Muller. Há todos os indícios de que o caso do Canecão vamos ganhar na Justiça. Solução?! O Canecão tem forte apelo cultural e popular. Talvez se possa fazer um acordo. Já a garagem é bem diferente: para nós, não há interesse em jogo.

O Casarão - como é chamado - é nosso totalmente, mas está de tal forma deterio-

rado que não há como recuperar. E há aquela imposição legal de não fazer grandes obras ali. Se não conseguirmos financiamento externo para recuperá-lo, acho que deve ser derrubado e deixar o terreno limpo, talvez para ser usado como campo de esportes pela comunidade da Praia Vermelha.

Boletim - Existe alguma proposta para o terreno do Casarão?

Horácio - Sim. E interessante. Não há qualquer posição ainda. A Idéia - do grupo do empresário Chico Recarey - é fazer ali um restaurante de alta categoria, uma casa de "shows". Em troca, o grupo recuperaria os prédios da Farmácia, os ginásios coberto e descoberto, os campos de futebol, urbanizaria a área, e construiria um Centro de Convenções, o que representaria um desafio enorme no sentido de recuperar a Praia Vermelha.

Mas, o terreno da Avenida Chile é que é extremamente valioso. E com um projeto, pode valer 50% a 60% mais. A avaliação segue por intermédio da fundação José Bonifácio, para que saibamos de forma estritamente profissional o preço do terreno. A hora é exatamente essa: o centro da cidade já não tem terrenos como aquele disponíveis. Se nós o comercializarmos, poderemos ter um fundo patrimonial da Universidade, cuja renda mensal - de uns Cz\$ 5 milhões, por exemplo - permitiria a manutenção do campus do Fundão e certa autonomia em relação ao Ministério.

Boletim - Quais são as perspectivas orçamentárias para 87, com respeito ao que o Governo pode ou não dar?

Horácio - Embora a política em relação à Educação tenha se modificado - é injusto dizer que não pois nosso orçamento para 87, em custeio, é o dobro do orçamento de 86 -, o Governo continua a fazer a política de não responder ao que as universidades pedem. Não lembra que por quinze ou vinte anos, as universidades ficaram com a demanda reprimida. E, hoje, quando elas pedem é em função do que não conseguiram durante esses anos. Nosso orçamento - o que pedimos de custeio - fica na ordem de grandeza de Cz\$ 666 milhões. Eles estão dando Cz\$ 130 milhões, que vão dar somente até o meio do ano. Vou precisar de outros Cz\$ 130 milhões, no mínimo, para chegar até o fim do ano. Ou seja, um orçamento de quase Cz\$ 260 milhões - que em relação aos Cz\$ 600 milhões corresponde a 1/3. É óbvio que isto melhora muito com respeito a 86. A Reitoria vai pressionar o Ministério para conseguir fazer com que o custeio represente 25% do orçamento global. Em 87, significaria ficar por volta de Cz\$ 270 milhões, perto dos Cz\$ 114 milhões dados. Temos condições de chegar lá.

Boletim - As respostas do Governo com a suplementação de verbas, agora em 86, acenam com perspectivas melhores para 87?

Horácio - Certamente. Pedimos Cz\$ 206 milhões. Eles nos deram Cz\$ 106 milhões mais Cz\$ 43 milhões, portanto, Cz\$ 149 milhões. E vão dar mais Cz\$ 40 milhões. De modo que não vamos ficar, nesse ano, muito longe dos Cz\$ 206 milhões.

Boletim - Houve alguma alteração significativa com a mudança do ministério em março?

Horácio - A Nova República com a Emenda Calmon, com o Marco Maciel, certamente representou uma abertura para a Universidade - abertura que ficou aquém do que se quer. Com a mudança do Ministério, as coisas ficaram mais difíceis. O ministério ficou mais duro de tratar, mas apesar disto, está respondendo. Hoje o ministério entende uma reivindicação como: "Preciso de Cz\$ 100 milhões para fazer um prédio" e apenas questiona se precisa ou não fazer o prédio. Agora, se eu disser "preciso de Cz\$ 100 milhões para melhorar a qualidade do ensino", há um pouco de perplexidade e uma resposta muito lenta.

Orçamento inicial para 87

ADMINISTRAÇÃO	87	86	Evolução
Energia Elétrica	8.000.000		
Telefone	1.600.000		
Conservação, Limpeza e Manut.	23.000.000		
Combustíveis	3.000.000		
Gases Industriais	1.500.000		
Outros	2.523.000		
SUBTOTAL	39.623.000	23.320.000	87%
Alimentação	6.000.000	4.900.000	22%
TOTAL	45.623.000		
Manutenção de Unidades Hospitalares	10.400.000	4.900.000	112%
Manutenção de acervo Bibliográfico	11.000.000	7.200.000	53%
GRADUAÇÃO			
SR-1	9.000.000	5.000.000	80%
Monitoria	5.000.000	2.450.000	104%
Unidades	14.000.000	7.000.000	100%
TOTAL	28.000.000		
PÓS-GRADUAÇÃO			
SR-2	7.000.000	3.500.000	100%
Iniciação Científica	3.500.000	2.000.000	67%
TOTAL	10.500.000		
EXTENSÃO			
SR-5	7.000.000	3.500.000	100%
Monitoria	2.500.000	1.000.000	150%
TOTAL	9.500.000		
TOTAL PARA OCC	114.993.000	59.299.100	94%
Residência Médica	9.107.000	5.600.000	63%

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VIII OUTUBRO/86

N ° 34

Editorial

O terreno é nosso

MAIS uma vez, a Universidade Federal do Rio de Janeiro se vê diante de um dilema: alienar ou não o seu patrimônio. Trata-se de uma questão que reduziu o campus da Praia Vermelha em favor de uma "Cidade Universitária", erguida na Ilha do Fundão. Agora, somos convidados pela Reitoria e refletir sobre a possível venda do valioso terreno da Avenida Chile, onde, até 1984, se situava a Faculdade de Letras.

A proposta vem acompanhada de uma vaga perspectiva de aplicação do dinheiro em investimentos que trouxessem retorno financeiro aos anêmicos cofres da instituição, para tornar mais confortáveis as suas necessidades de despesas. Traz-nos, entretanto, más recordações: as fatias da Praia Vermelha perdidas para sempre. Dinheiro dessas fatias não ficou nenhum.

Cabe registrar que o instante em que o país mal começa a se recuperar de uma profunda crise econômica, através de medidas que justamente desestimularam os investimentos no setor financeiro, não parece propício a transações do gênero. Até o cidadão da esquina, anônimo em sua simplicidade, sabe de antemão que não há hoje como aplicar com razoável lucro no mercado financeiro.

Cabe, ainda, considerar que uma Universidade que se distancia voluntariamente do centro efervescente da cidade está condenada ao isolamento. Esqueceu de que faz parte da comunidade e deve a ela um trabalho cultural.

A Faculdade de Letras, nos dezoito anos em que ocupou as precárias instalações da Avenida Chile, o fez, porém, com a dignidade de quem tinha consciência de que ali, naquele local, entre bancos e empresas estatais, desempenhava um papel. Na aparente fragilidade das suas funções, havia força.

Derrubada a ditadura, esperava-se que a Universidade desenvolveria os meios de levar adiante, na mais privilegiada área que possui, o projeto cultural que ficara interrompido. A comunidade acadêmica não ignora que trabalha para as gerações futuras. Resistirá, por isso, a perder o seu mais valioso patrimônio. E um patrimônio com um potencial evidente para a instalação de um pólo cultural. Ela não tem um único teatro, um cinema, uma sala de exposições, um local onde possa entrar em contato direto com a população, dar e receber - tudo aquilo, enfim, que um organismo importante como o nosso exige.

A autonomia administrativa da Universidade não deve ser conseguida com a venda de parte de seu patrimônio, ainda mais no momento em que as forças conservadoras, organizadamente, pressionam contra o ensino público e gratuito. Neste quadro, é fundamental que a ênfase política seja a defesa intransigente das verbas orçamentárias do MEC para o pleno atendimento e desenvolvimento das IES Federais.

OTERRENO É NOSSO!

PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS, VAMOS DEFENDÊ-LO!

ADUFRJ

Avenida Chile: por um projeto cultural

Vender o terreno da Avenida Chile para constituir um Fundo Patrimonial Intocável e abrir mão, assim, de projeto cultural para o centro da cidade. Esta é a proposta da reitoria: a venda. Já a Adufrj defende projeto cultural para a Avenida Chile,

compromisso que foi assumido quando a Faculdade de Letras deixou seu prédio. Aqui, a proposta da reitoria e a reprodução de matéria publicada pelo Boletim, em março de 85, em que se fala sobre projeto que integrava áreas culturais com áreas comerciais.



Oito cientistas cassados pelo AI-5 - de 10 que agora voltam - posam para fotografias. O Massacre de Mangueiras feriu gravemente os homens e a saúde pública do Brasil. Corrigir o erro e escrever a história do conflito entre ciência e poder. (Página 3)

Maternidade: a 'transferência com dignidade'

(página 6)

Sub-reitoria prepara balanço sobre ensino

(página 3)

Política de verbas: entrevistas com os decanos

(páginas 7 e 8)

CARTAS

S.O.S. CCS

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1986

Prezado Senhor:

Considerando a repercussão causada por um acidente ocorrido recentemente no Subsolo do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ e que, quis a sorte não tivesse seqüelas mais graves, decidi-me a fazer este comunicado através deste conceituado jornal na esperança de sensibilizar a quem interessar possa, seja de direito ou por obrigação.

Como um dos professores responsáveis pelo Laboratório 034 pertencente ao Departamento de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade de Farmácia e situado no Subsolo do bloco B do Centro de Ciências da Saúde, venho a relatar que, através da canalização de luz e força, ocorre no referido laboratório um vazamento de água proveniente da lavagem de laboratórios e tanques de cadáveres do Departamento de Anatomia situado no 1º andar do bloco citado. Não fosse isto lamentável pelo mau cheiro causado e pela deterioração ou contaminação de qualquer material colocado sobre as bancadas, devo ressaltar que existe o risco de se chegar a conseqüências mais

funestas por dois motivos:

1º - a umidificação repetida da fiação em uso pode levar, após algum tempo, a um curto-circuito seguido de incêndio, que pode se agravar pelas razões descritas a seguir; 2º - a possibilidade de contato da água vazada com alguns reagentes como sódio, hidretos e outros, com os quais ela tende a reagir **violentamente**, pode levar a uma explosão e posterior ou concomitante ignição de uma série de materiais inflamáveis e combustíveis localizados no laboratório.

Considerando que um **acidente de proporções realmente graves** pode vir a ocorrer, que esta situação já se arrasta há aproximadamente 3 anos e atinge outras salas de aula e laboratórios do Subsolo e que, apesar de exaustivamente contatados os órgãos administrativos do Centro e da Universidade, nenhuma medida razoável foi tomada para sanar esta situação, quero deixar este comunicado como um atestado de que a avaliação da gravidade da situação foi feita e que a responsabilidade por qualquer acidente que possa ocorrer no futuro seja atribuída realmente a quem de direito.

Atenciosamente,
Anibal de Lima Pereira

O acesso do Prof. Adjunto

A progressão funcional dos professores adjuntos e livres docentes é um velho ideal da classe do magistério universitário, desde que foi criada a carreira (acesso ao cargo final era o conseqüente lógico da instituição da carreira, a meta visada por todos quantos nela ingressavam). Entretanto, contrariando essas legítimas expectativas, o espírito com que as instituiu a carreira, as diretrizes da Reforma Universitária e da Reforma Administrativa, a própria lógica e a conveniência da Administração, e com base numa interpretação vesga e tendenciosa do texto constitucional, mantinha-se a proibição - **única em todas as carreiras do funcionalismo público** - de se chegar, como integrante de uma carreira, ao cargo final da mesma.

Na Faculdade de Direito, um grupo de professores adjuntos, entre eles o então Diretor da Faculdade, o saudoso Caio Mario de Meira Vasconcellos, estudava cuidadosamente os aspectos jurídicos do problema, quando o Dec. Lei nº 1820/80, revogando a legislação anterior, abriu uma brecha para a progressão funcional dos adjuntos. Elaboraram exposição de motivos ao Magnífico Reitor da época e à Sra. Ministra da Educação, mas não receberam sequer resposta. Ao Governo não interessava uma classe de professores independentes, cuja voz merecesse ser ouvida.

Sem esperança de obterem atenção na área administrativa, ingressaram então no Poder Judiciário, com êxito, porque o direito era bom e não poderia deixar de ser reconhecido pelos juizes mais argutos e independentes. Diversos eminentes Ministros do Tribunal Federal de Recursos lhes deram razão - entre eles Evandro Gueiros, Jesus Costa Lima, Carlos Thibau, Scartezini, de modo que se pôde dizer que, atualmente, na área da Justiça Federal de primeira e segunda instâncias, a tese da progressão funcional dos professores adjuntos é uma tese vitoriosa.

A progressão funcional dos professores adjuntos - é preciso dizer - representa a verdadeira Reforma Universitária que tanto desejamos. Os Impetrantes dos mandados de segurança prestaram um grande serviço à Universidade, que há muito não realizava concursos para professores titulares e cujas congregações estavam praticamente vazias. A progressão

funcional vinha e vem a atender uma necessidade imediata. Além disso, é a progressão funcional dos professores adjuntos o elo que falta para integrar a tão desejada comunidade universitária, a integração dos corpos docente, discente e administrativo, em suas mais elevadas finalidades. É o que sempre procuramos explicar aos alunos. A nossa causa é a deles, a causa do ensino, do estudo, do progresso, da democracia no dia-a-dia da vida universitária. Com a progressão funcional, o aluno de hoje, do curso de bacharelado, poderá vir a ser o mestre, o doutor, e, ingressando na carreira, o professor, de auxiliar a titular, e atingir os postos mais elevados da administração universitária. Basta persistir nos estudos, no trabalho, e competir com seus colegas. Não nos esqueçamos do que tem sido essa espécie de concurso e a própria cátedra, que, em boa hora, atendendo aos reclamos dos alunos e de todos que realmente se interessavam pela Universidade, o legislador resolveu extinguir. Somente se interessam pela revivência da cátedra - a que importaria o concurso direto como forma exclusiva de provimento do cargo de titular, a que também pretendem submeter os adjuntos uma minoria de privilegiados, muito embora, porque não pretendemos ser injustos com ninguém, entre eles se encontrem algumas das maiores expressões da intelectualidade nacional. Mas também os livres docentes e professores adjuntos não são a antilite. Basta lembrar quantos deles que, apesar de não haverem atingido a titularidade, vieram a ser conhecidos internacionalmente, por suas realizações profissionais e elevado saber.

Prof. Walter Bloise

Presidente da ASPRAD - R. México, 70 s.
607 - 220-1125

Nota da diretoria: A ADUFRJ continua a defender o acesso ao cargo de professor titular via concurso público de provas e títulos.

Entendemos que o título de livre docente não substitui tal concurso.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D200 — Telefone: 590-4799 ou 280-9322 Ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária, CEP — 21.944 — Caixa Postal 68531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e redação: Agostinho Vieira (reg. prot. 17575).

Colaboração: Aloy Jupiara Braz

Fotografia: Amauri Alves e Robson Curvello

Diagramação: Vicente Antonio Teixeira de Castro (registro profissional nº 15219)

Ilustração: Cesar Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Aloisio Ribeiro da Costa

1.º Vice-Presidente: José Henrique Sanglard

2.º Vice-Presidente: Gumerinda Nascimento Gonda

1.º Secretário: Hélio de Mattos Alves

1.º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

2.º Tesoureiro: Nivalde José de Castro.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física

Raphael de Haro Junior, Oswaldo de Medeiros

Ritter (Representantes); Sheila Chirola Garcia,

Máximo Ferreira da Silveira (Suplentes).

Instituto de Química

Marco Antonio F. Faria

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud (Representante)

Ilda Maria Lauria Vasconcellos (Suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lucia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (Suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de

Abreu Penna (Representantes); Maria da Graça

F. F. Schalcher, Olinto Antonio Pegoraro

(Suplentes)

Instituto de Psicologia

Phrygia Arruda (Representante)

Maria Julieta Somló Sathler (Suplente)

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol (Representante)

Carlos Augusto (Suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (Representante)

Lia Hasenclever (Suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva (Representante)

Jaderson Sócrates Lima (Suplente)

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (Representante)

Ana Maria Somaglia Albino (Suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José Roberto

Lapa e Silva (Representantes); Norma Colino

Sarmento Figueredo, Diana Maul de Carvalho,

Vanda Marques da Silva (Suplentes)

Instituto de Microbiologia

Leila de Souza Fonseca (Representante)

Manuel José Gil Esteves (Suplente)

Instituto de Biologia

Margaretha D. M. Van Weerelt (Representante)

Deia Maria F. dos Santos (Suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy G. Castro Teixeira, Ednilson Porangaba

Costa (Representantes); Carmelo Sansone,

Maria José Santos Alencar (Suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (Representante)

Waldyr Mendes Ramos (Suplente)

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (Suplente)

Instituto de Pedagogia

Luiz Carlos de Siqueira (Representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (Suplente)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia

Roni Marques (Representante)

Roberto Bravo de Souza (Suplente)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (Representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (Suplente)

COPPE

Antonio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de

Blás (Representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (Representante)

Elisabeth Ermel da C. Monteiro (Suplente)

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (Representante)

Afrânio Raul Garcia Junior (Suplente)

Faculdade de Letras

Godofredo de Oliveira Neto, Sonia Salomão

Khéde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (Re-

presentantes); Suzana D'Ávila, Alberto de

Souza Pinto Filho, Beatriz Vieira de Resende

(Suplentes).

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Frossard Barbosa, Maria Amália A. A.

Magalhães (Representantes); Maria Angela

Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho

(Suplentes)

Escola de Belas Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (Representante)

Murillo Mendes Guimarães (Suplente)

Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais

Paulo Roberto Ribeiro Costa (Representante)

Maria Celia do Nascimento (Suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (Representante)

Eliane Moreira Vaz (Suplente)

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (Representante)

Antonio Filomeno (Suplente)

Escola de Engenharia

Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar

Acsehrad, José Luciano de Souza Menezes, Os-

valdo Pereira Filho, Carlos Elizio Barral

Ferreira (Representantes)

Galileu Galilei, conflito ciência e poder

A volta de 10 cientistas cassados pelo AI-5 à casa ilustre de onde foram expulsos há 16 anos

FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz - Fiocruz, manhã de 15 de agosto. **Vou voltar, sei que ainda vou voltar para o meu lugar; é lá que ainda hei de ouvir cantar uma sabiá.** Os versos de **Sabiá**, de Tom Jobim e Chico Buarque, eram para Haity Moussatché, Hermann Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Ubatuba, Masao Goto, Domingos Arthur Machado Filho e Tito Arcoverde Cavalcanti (este ausente à cerimônia), os 10 cientistas cassados e aposentados pelo AI-5, em 1970. Massacre de Manguinhos, expressão de conflito entre ciência e poder.

1º de abril de 1970. Decreto do Presidente Médici cassa os direitos políticos, por 10 anos, e força a aposentadoria de cientistas do Oswaldo Cruz. Hoje, 16 anos após esse atentado contra a ciência e o homem, as boas-vindas do Minis-

tro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, pedem perdão "em nome dos insensatos que os baniram deste Instituto". O tempo perdido, quase que irremediavelmente perdido, e os cientistas voltam a seus laboratórios e projetos. Não há cálculo que dê real conta do prejuízo: a precariedade da saúde pública pelo país afora é a fotografia - em preto e branco - de crimes que revelam mais e mais a arbitrariedade em que se viveu, estudou e pesquisou - ou se negou tais direitos - nos vinte últimos anos.

"Questionar as razões do conflito entre o autoritarismo e a ciência", como falou Sérgio Arouca, Presidente da Fiocruz, é preciso. E ir mais longe. Trazer de volta - em esforço do governo e da comunidade científica - os cientistas que partiram para o exterior nos anos 70.

Presentes ainda à cerimônia, o Ministro da Saúde, Roberto Santos, e Ulysses Guimarães.



Cláudio Correa e Castro e Antônio Pedro interpretam Galileu Galilei, de Brecht.

Voltar, sei que ainda vou voltar

Em 1976, 7 professores do Programa de Planejamento Urbano e Regional da COPPE/UFRJ foram demitidos. Brasília então vivia os dias do general Geisel. Dez anos depois, o exemplo de Manguinhos precisa florescer de verdade. Nunca mais, mesmo. Luiz Fernando Legey foi um de sete demitidos em abril daquele ano. Não foram cassados. Contudo não paira qualquer dúvida sobre o caráter político do ato que os tirou da universidade: ao sair, procurou emprego por 3 meses e teve sua contratação ne-

gada porque o SNI não a aconselhava. Hoje, ele volta à COIPE, onde havia começado em 68 e onde fez sua tese de mestrado, **Modelos Matemáticos para Economia Urbana**. Estava "emprestado" ao PUR, em 75-76. Agora, com o processo seguindo os trâmites burocráticos, Luiz Fernando vem para o Programa de Engenharia de Produção, sua área de origem, pelas mãos do diretor da COPPE, Luiz Pinguelli Rosa, e através de convênio com a Finep.

Para Luiz Fernando, o ato que quase acabou com o PUR - à época,

com 12 professores e cerca de 120 alunos - foi consequência de um "processo de paranóia de um professor que enxergava infiltração comunista em tudo". Era o objeto de estudo - as sociedades para pensar, suas interações regionais - e era a pluralidade do corpo discente - sociólogos, arquitetos, engenheiros, e outros - que obrigavam a trazer à tona "idéias e visões de mundo muitas vezes conflitantes". Foi essa a raiz da crise. Pretendia-se fazer com que a universidade não parasse para pensar.

Alete Ramos de Oliveira, Ivandro Costa Salles, José Alberto Gemal, Luiz Fernando Legey, Márcio Miller, Murilo Godoy e Roger Walker. Era mais de 50% do corpo de professores do Programa. Assinado pelo reitor Hélio Fraga, o afastamento jamais foi justificado. O Programa de Planejamento Urbano e Regional ficou sumido por um período, e hoje está em pleno Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Compromissos profissionais impedem a volta dos professores no momento. "O único até agora em

condições de voltar fui eu, mesmo assim só agora em agosto. Por mim, nunca teria saído". Um outro professor, José Alberto Gemal, também já está com o processo aberto. Dos 7 professores demitidos, um morreu pouco depois, Murilo Godoy. Para Luiz Fernando, "se depender de Luiz Pinguelli e do apoio do professor Carlos Russo, decano do Centro de Tecnologia, e do reitor Horácio Macedo, o processo vai ter resposta positiva". Mas isto não está em suas mãos.

Sub-Reitoria prepara balanço sobre o ensino na universidade

UM diagnóstico amplo e detalhado sobre a situação do ensino de graduação na universidade, deverá estar concluído no próximo dia 15 de outubro. A iniciativa é da Sub-Reitoria de Ensino de Graduação, Vanilda Pereira Paiva, que assumiu o cargo há três meses, e espera, a partir desse trabalho, começar a atuar junto às unidades e aos departamentos mais problemáticos da universidade. O levantamento inclui dados sobre a quantidade de professores por departamento e os números da evasão de alunos no ciclo básico.

A Faculdade de Direito será a primeira a ser submetida a uma avaliação aprofundada sobre a situação de seu pessoal, condições materiais e qualidade de ensino. A escolha dessa unidade para iniciar o processo, segundo Vanilda, se deveu à série de denúncias recebidas sobre a atual situação da faculdade. Dentre as principais, está um documento elaborado pelos alunos, que acabou se transformando em reportagem nos principais jornais cariocas. Eles falam sobre professores que dão aulas armados, funcionários que jogam cadeiras em alunos, e principalmente sobre a qualidade

do ensino. Em resposta a esse documento dos alunos, o diretor da faculdade, professor Atamir Quadros Mercês, afirma que não tem professores suficientes para atender às solicitações dos alunos.

Na área administrativa, Vanilda - que durante um ano foi diretora geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, na gestão do Ministro Marco Maciel - pretende modernizar e informatizar a maioria dos setores. Dois computadores já estão sendo instalados na Divisão de Registro de Estudantes, e mais dois serão colocados no setor de registro de diplomas e na seção de ensino. A liberação dos diplomas será uma das prioridades, e o prazo que chegou a ser de um ano, passará para no máximo um mês, com os alunos da UFRJ sendo atendidos sempre em primeiro lugar.

Outra medida considerada de grande importância pela nova subdiretora, foi a descentralização das decisões que até bem pouco tempo eram todas tomadas pelo Conselho de En-

sino de Graduação (CEG), e agora passarão para a alçada dos Centros. De agora em diante, o CEG passará a se preocupar mais com a formulação de uma política de Pessoal Docente, analisando criteriosamente as necessidades de cada departamento, e autorizando, em casos de extrema necessidade, a contratação de professores visitantes. Nos últimos 60 dias, várias dessas contratações já foram aprovadas, no entanto, Vanilda afirma que isso não pode se transformar em rotina. Para ela, de um modo geral, não existe necessidade de contratação de professores. O que acontece, é a extrema escassez em determinadas unidades e o excesso em outras.

Ainda este ano, Vanilda pretende organizar, com a ajuda dos Centros e de algumas unidades, um seminário para avaliar a situação da licenciatura na universidade, que segundo ela, vem sendo criticada por diversos setores. Um outro projeto foi assinado recentemente com o Reitor da Unicamp, Paulo Renato de Souza, e visa o intercâmbio de alunos entre as duas universidades, durante um ano letivo. Sema-



nalmente, dois ônibus sairão de São Paulo e do Rio, levando cerca de 40 alunos que, nesse período, assistirão aos seus respectivos cursos e terão outros parâmetros sobre a situação do ensino universitário no país.

Com relação à questão da inadimplência na universidade, Vanilda disse que nesses três meses em que está à frente da sub-reitoria, constatou que a situação é realmente crítica. Para ela, no entanto, o problema é antigo e foi agravado depois dos 21 anos de ditadura militar.

- Muita gente não entende ou não quer entender, que a um determina-

do salário corresponde uma carga de serviços que devem ser prestados. Na Espanha, por exemplo, eles utilizam o verbo cobrar um salário, ao invés de receber um salário, como é usado no Brasil. Acho que a alegação dos baixos vencimentos não pode servir como desculpa, pois quando se assina um contrato sabe-se bem o valor do salário. Além disso, os aumentos devem ser conseguidos corporativamente junto aos sindicatos ou associações, e não prejudicando a qualidade do ensino. Esses problemas terão que ser seriamente enfrentados, e os departamentos são o fórum correto para esse tipo de discussão.

Avenida Chile: o retorno à proposta cultural

Em março de 85, o "Boletim da Adufrj" publicava em sua página 10 a matéria "Centro Cultural previsto para a UFRJ", em que se falava dos planos para o terreno da Avenida Chile, ocupado pelo prédio da Faculdade de Letras, demolido a seguir. Cerca de um ano e meio depois, o reitor Horácio Macedo submeteu à comunidade universitária a proposta de "abertura de concorrência para a venda do terreno da Avenida Chile", para constituir "Fundo Patrimonial Intocável integralizado pelo produto da venda do terreno, e administração de maneira a propiciar rendimentos para a UFRJ." Mas tal proposta vai de encontro aos projetos culturais que poderiam ser desenvolvidos pela universidade, no centro do Rio.

NOTAS SOBRE ASPECTOS ECONÔMICOS DA PROPOSTA DE VENDA

A preocupação em fazer com que um terreno como o da Avenida Chile seja utilizado de forma a gerar recursos para a UFRJ é correta e não deve ser combatida em si. Trata-se de uma propriedade disponível da Universidade, pública portanto, com extraordinário valor de mercado. Uma utilização antieconômica do terreno representa um custo social que uma Universidade que tenha compromisso com a eficiência não pode correr.

O que preocupa, entretanto, ao lermos o texto divulgado pela Reitoria "Terreno da Avenida Chile - Observações e Proposta" e o relatório final da "Comissão criada para viabilizar estudos referentes ao terreno da Avenida Chile" é a aparente inconsistência dos critérios utilizados para comparar as alternativas consideradas. A Reitoria compara as alternativas "venda" e "construção do Projeto Burlamaqui" deixando transparecer que nenhum critério técnico de análise de investimentos tenha sido utilizado.

Terreno da Avenida Chile

Observações e Propostas

O terreno da Avenida Chile (8.559 m²), ocupado pela antiga Faculdade de Letras, está livre e pode ser utilizado a fim de gerar recursos para a UFRJ.

A Reitoria organizou uma comissão de professores da UFRJ, os professores Ulysses Burlamaqui, Antonio Dias Leite e Carlos Nilo Gondin Pamplona, para ter uma ideia inicial sobre a solução do problema.

Esta comissão sugeriu que:

1 - A alienação do terreno fosse vinculada à execução de um projeto arquitetônico elaborado pelo arquiteto Ulysses Burlamaqui.

2 - O pagamento correspondente à alienação fosse feito em parte por uma parcela da área construída do projeto e em parte por obras de recuperação e restauração do prédio do Largo de São Francisco.

Os detalhes desta proposta seriam fixados a posteriori, depois da discussão da sua viabilidade. A discussão da proposta apontou diversos óbices entre os quais: possível dificuldade de efetivação em virtude da vinculação do terreno ao projeto; possível dificuldade de comercialização do imóvel construído; quase certa demora do retorno de benefícios diretos para a UFRJ.

Tendo em vista estas objeções, a Reitoria pediu que a FUJB efetuasse, mediante instrumentos profissionais apropriados, uma pesquisa de mercado e apresentasse uma outra sugestão para a análise do problema.

A FUJB, depois de acionar especialistas, contratou os serviços da Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro com o intuito de conseguir um aprelçamento profissional do imóvel. O laudo da Bolsa de Imóveis atribui ao terreno

nu, o valor de venda a vista de quatrocentos e trinta e oito milhões de cruzados (Cz\$ 438.000.000). O parecer menciona que a comercialização de um imóvel, ao valor unitário médio do metro quadrado construído, iria a um bilhão setecentos e vinte e seis milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e quinhentos e noventa e três cruzados (Cz\$ 1.726.593). O parecer menciona também que o prazo de construção do imóvel seria menos de quatro anos e que sua comercialização seria demorada.

Tendo em vista estas circunstâncias, e levando em conta também a importância que para a UFRJ tem a garantia de uma fonte de recursos que seja subsidiária significativa dos recursos do Tesouro, a Reitoria da UFRJ, com a aprovação do CSCE, vem submeter à comunidade da Universidade a seguinte proposta:

1 - Abertura de concorrência para a venda do terreno da Avenida Chile, fixando-se o preço mínimo de venda a vista em Cz\$ 438.000.000 ou o correspondente valor corrigido, se for o caso.

2 - Constituição de um Fundo Patrimonial Intocável integralizado pelo produto da venda do terreno, e administrado de maneira a propiciar rendimentos para a UFRJ.

3 - Vinculação da utilização dos rendimentos auferidos pelo Fundo Patrimonial a dispêndios diretamente relacionados com o aperfeiçoamento da atividade acadêmica de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão da UFRJ.

Aceita esta proposta, a matéria será submetida aos órgãos apropriados da UFRJ para a tomada de decisão final.

Em primeiro lugar, uma comparação entre alternativas exige que os custos e benefícios sejam avaliados ao longo do horizonte de planejamento considerado (vida útil dos investimentos). Em outras palavras: dizer que uma alternativa deve ser rejeitada por sua "quase demora do retorno de benefício diretos para a UFRJ" não é argumento para demonstrar a sua superioridade. O que deve ser comparado é o fluxo de benefícios ao longo do tempo. Isto não foi feito pelo que consta dos documentos citados.

Em segundo lugar a alternativa venda para "constituição de um Fundo Patrimonial Intocável a ser administrado de maneira a propiciar rendimentos para a UFRJ" merece alguns esclarecimentos;

- Que tipo de aplicação se espera encontrar que possa fornecer rendimentos sem comprometer o próprio capital aplicado? Se partirmos do princípio de que quanto menor o risco; menor também a rentabilidade, pode se esperar que o dinheiro aplicado venha a não alcan-

çar rendimento real (acima da inflação). Neste caso, estaríamos "comendo" o próprio capital que dentro de alguns anos (quantos?) viraria pó.

- Como se explica que exatamente quando os recursos disponíveis tendem a fazer o caminho contrário: do mercado financeiro para o imobiliário, a Universidade se proponha, aparentemente, a caminhar como nos velhos tempos pré-reativação da economia e/ou pré-cruzado?

Sugerimos que a Reitoria responda detalhadamente as questões levantadas para que pelo menos de um ponto de vista estritamente técnico a escolha da alternativa "venda" se justifique com clareza. Sem prejuízo, naturalmente, da discussão dos pontos não econômico-financeiros.

José Vitor Bontempo Martins
Professor da Escola de Química
Conselheiro da Adufrj

10 - BOLETIM DA ADUFRJ

Centro cultural previsto para a UFRJ

O decrépito prédio da Faculdade de Letras na Avenida Chile será demolido e, para seu terreno, "um retângulo com 95m nas testadas - Avenida Chile e Rua do Nanado - e 90m nas duas divisões laterais, perfazendo 8.550 metros quadrados de área", existe um projeto, na Reitoria, de um "Centro Cultural e Administrativo", elaborado sob orientação do Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, professor Ulysses Burlamaqui, que foi divulgado pelo Reitor Adolpho Polillo para o BOLETIM DA ADUFRJ.

Polillo diz que o projeto será apresentado em breve aos Conselhos da Universidade; para a construção do edifício, de 30 andares, a UFRJ deverá associar-se a empresas ("somente estatais; não queremos nada com particu-

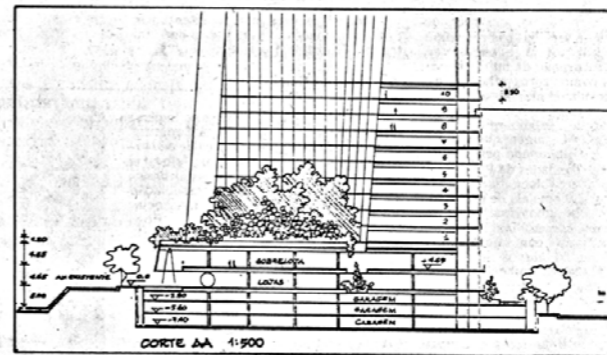
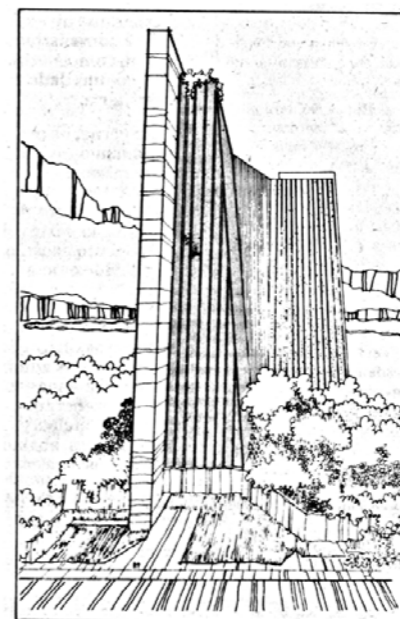
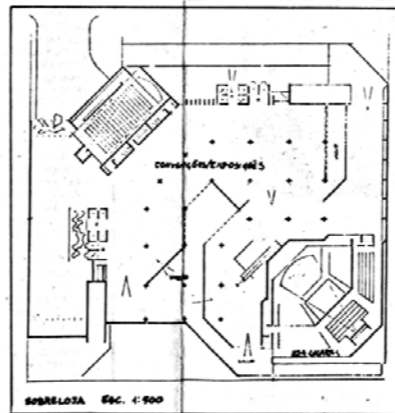
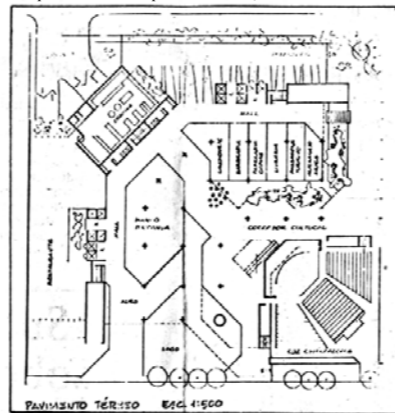
lares", garante Polillo) que financiarão o projeto em troca de salas no prédio. Essas empresas também participariam na administração - em financiamento - do Centro Cultural:

- Haverá uma repartição de cotas, nas quais parte da UFRJ será obtida sem dispêndio algum de capital, pois ela já entra com o terreno. Assim, sem a venda de nenhum imóvel, ela já começa a receber dividendos do capital - o terreno - empatado na obra. As empresas estatais que se associarem terão parte no Centro Cultural; caso contrário, seria menor a participação da UFRJ nas salas do restante do prédio.

Entusiasmado, o Reitor fala da beleza plástica do prédio, que terá áreas menores à medida em que sobem os andares ("para facilitar o uso").

No interior do prédio, passando pelo Centro Cultural, um corredor ligará a Avenida Chile às ruas do Senado e do Lavradio, tornando-se ponto de passagem para os pedestres e contribuindo para dar movimento às salas e corredora destinadas a atividades culturais. O projeto prevê um teatro para 692 espectadores, cinema para 224 lugares, além de espaço para exposições.

O térreo do prédio ficará ao nível da Avenida Chile; abaixo, há estacionamento para os usuários, e, na sobreloja, um salão aberto para convenções ou exposições. Polillo informa que empresas estatais já manifestaram interesse em participar da construção do Centro e, que, caso ele seja aprovado pelos Conselhos, há condições de assinar o contrato para o início das obras ainda este ano. A Adufrj publica, neste número, as plantas do local destinado ao Centro Cultural, o corte do prédio e uma perspectiva do conjunto, que, segundo seus idealizadores, foi projetado respeitando-se as condições de insolação, vista e vizinhança. No próximo número do BOLETIM, voltaremos a falar do assunto.



NÍVEL	USO	ÁREAS ÚTILIZADAS	TOTAL
-1,00	30° (ENT. PAR.)	620 240 320	1180
+0,00	4° (REV. PAR.)	1670 240 420	2330
+1,00	1/30 (REV. ALTO)	3280 630 1100	5010
+2,00	30° (REV. ALTO)	3642	4915
+3,00	1/30 (REV. ALTO)	4842	6246
+4,00	30° (REV. ALTO)	2464	3295
TOTALS		65148 6300 19200 1670	84322

CÁLCULO DO ESTACIONAMENTO
ESTACIONAMENTO: 2200 (REV. ALTO) + 200 (REV. ALTO) + 200 (REV. ALTO) = 4400
ÁREA NECESSÁRIA: 4400 x 25 = 110000

Carta

Prezados Colegas da Diretoria da ADUFRJ

Tomei conhecimento de nota assinada pela ADUFRJ, denominada "O Terreno é Nosso", onde se fazem fortes considerações sobre uma proposta de reflexão que a Reitoria e o CSCE encaminharão à consideração de toda a comunidade acadêmica.

Permita-me os Colegas estranhar, inicialmente, todo o tom da nota. Nunca a ADUFRJ assumiu, nas suas manifestações, um tom de caráter pessoal ou de menosprezo e repulsa a quaisquer posições e proposições discutidas, por maior que fosse a oposição a estas posições ou proposições. Ao contrário, a ADUFRJ sempre se manifestou politicamente, em alto nível, concordando ou discordando de posições. A nota, dirigida contra uma proposta que foi encaminhada à consideração livre, ampla e autônoma da comunidade, desconhece que esta proposta foi apoiada por todos os decanos da UFRJ, pelo vice-reitor, e pelo reitor, todos eleitos, como um início de discussão em torno de um problema complicado, mas não insolúvel que cabe à UFRJ resolver.

Esta questão fundamental, porém, é a afirmação de que a Reitoria pretende resolver os problemas de verbas da UFRJ com a venda do terreno da Avenida Chile. Esta afirmação, ou sugestão, colide frontalmente com as atitudes que a Reitoria vem tomando, colide com a energética posição da UFRJ (reconhecida em nível nacional) em defesa do aumento de verbas, colide até com o substancial aumento de recursos orçamentários que a Reitoria conseguiu junto ao MEC e colide com a implícita defesa da Universidade pública e autônoma que a Reitoria tem assumido. A UFRJ não resolverá a questão das verbas com a venda do terreno, nem ficará com a questão irresolvida sem a venda do terreno; não há qualquer dilema nesta questão.

Finalmente é importante assinalar que exatamente por se ter um clima diferente na UFRJ e no País não cabe mais fazer afirmações gerais em torno dos problemas mas cabe propor medidas viáveis para resolvê-los. E a adoção destas medidas passa, necessariamente, pelo enunciação de propostas que sejam submetidas à apreciação da comunidade. A Reitoria ao apresentar, com o apoio dos Decanos, a proposta de venda do terreno, agiu com a ampla e correta compreensão de que cabe à comunidade discutir minuciosamente todos os aspectos da questão. Discutir apresentando os aspectos negativos e os positivos e resolver de acordo com os interesses de uma Universidade Pública, gratuita, autônoma, competente e comprometida com o desenvolvimento da sociedade.

Desta forma, prezados Colegas, é importante para todos nós, que saibamos em cada caso encontrar em conjunto uma solução para os problemas gerais da UFRJ. Isto porque o terreno é nosso, certamente, mas a Universidade não é - da sociedade e a ela devemos prestar contas do que fazemos.

Com muita cordialidade
Horácio Macedo
Reitor Eleito da UFRJ
Alexandre Pinto Cardoso
Vice-Reitor eleito da UFRJ

Nota da diretoria:

A ADUFRJ abre espaço para a Reitoria em seu Boletim. Não aceita, porém, a acusação de haver usado um "tom pessoal" em sua manifestação "O Terreno é Nosso. Com referência a isso, só podemos entender que a crítica aberta não foi ainda absorvida como uma consequência natural da livre convivência democrática em nossa Universidade. Também recebemos com alívio a informação de que a Reitoria não pretende resolver os problemas de verbas para a UFRJ com a alienação de seu patrimônio, conforme se divulga em entrevista a O GLOBO, de 27/8/86, página 1.

Continuamos a acreditar que a melhor solução para o terreno da Avenida Chile não é pura e simplesmente sua venda. Trata-se de uma questão da maior importância, a ser analisada com a devida calma e com a participação dos vários segmentos da comunidade.

Maternidade Escola:

TRANSFERÊNCIA com dignidade. É o que pede o diretor da Maternidade Escola, professor Carlos Antônio Barbosa Montenegro. Ele é contra a intenção da reitoria de trazer a Maternidade Escola - Rua das Laranjeiras, 180 - para o 8º andar do Hospital Universitário. "Jamais iremos para o H.U., só forçados por atos autoritários. Em qualquer país civilizado, institutos maternos-infantis possuem corpo próprio, vida própria". Mas a ida para o Fundão parece irremediável, conclusão da comissão que estudou o assunto, a pedido da reitoria, e da qual o professor Carlos Antônio foi membro.

O professor César Martins de Oliveira, decano do centro de ciências da saúde, entende que é preciso que a maternidade e a obstetrícia estejam junto ao Hospital. "Além do aspecto acadêmico, existe o aspecto material; o custo do leito hospitalar, aqui, é cerca de 10 vezes menor que em Laranjeiras, devido à infra-estrutura já montada". Outro aspecto a sublinhar, para o professor César, é que vizinha ao campos está a comunidade da Maré, carente de assistência

médica, e para quem a maternidade faz muita falta.

"Nunca falei que não iria para o Fundão", esclarece Carlos Antônio. "O que não aceito - e uso argumentos científicos e técnicos - é passar afazer parte do corpo do Hospital Universitário". E explica que considera a decisão da comissão como política:

- A minha política não agrada à reitoria e, assim, fico sem informações e sem recursos. Falam aí num comodato com o INAPMS, que viria a ocupar o prédio aqui da Rua das Laranjeiras. Algo em torno de Cz\$ 25 milhões, totalmente insuficiente mesmo para a instalação da Maternidade no Hospital.

Até o fim da gestão de Horácio Macedo, garante o professor César, a Maternidade Escola virá para o Fundão. "E vem com dignidade, responsabilidade e competência". E conclui afirmando que nova comissão deverá definir tecnicamente a localização da Maternidade. Mas, diz o professor Carlos Antônio, diretor da unidade: "Se viermos à força, será um retrocesso. Também fui eleito pela comunidade".

Residentes ameaçam greve

UM grupo de residentes do Hospital Universitário enviou em Carta Aberta à Comunidade Hospitalar uma súmula de reivindicações. Os problemas levantados caracterizam uma séria crise hoje vivida pelo Hospital Universitário. São problemas estruturais, funcionais e materiais que dizem respeito não só à administração do hospital, como à reitoria e a toda a comunidade universitária.

Em seu cerne, os problemas questionam o nível de compromisso e de participação dos docentes, a capacidade de utilização didática do Hospital Universitário e o nível de envolvimento social da universidade com a comunidade. A possibilidade de entrar em greve é aventada pelo grupo caso não sejam corrigidas as distorções apresentadas. A administração do hospital e o magnífico reitor já receberam a carta com suas principais reivindicações, abaixo sumarizadas:

1 - cobrança efetiva da presença dos médicos e docentes inadimplentes;

2 - ingresso através de concurso de novos médicos e professores;

3 - eleição direta dos coordenadores dos programas de residência médica;

4 - preceptoría efetiva e remunerada;

5 - supervisão efetiva nos plantões nas unidades de internação (enfermarias);

6 - reposição automática eficaz de medicamentos;

7 - conserto imediato dos aparelhos de endoscopia digestiva e ecocardiografia quebrados há meses;

8 - não internação de pacientes com hemorragia digestiva (ativa ou não) até que os endoscópios estejam funcionando;

9 - alojamento limpo e com conforto mínimo para os plantonistas;

10 - eleição de comissão de ética médica.

NOTAS

• polícia e autonomia

"Contra a invasão do alojamento e em defesa da autonomia universitária". Foram estas as palavras de ordem do ato público puxado pelos estudantes do alojamento, contra a ação da Polícia Federal, que dia 3 de setembro invadiu e arrombou violentamente as portas de dois módulos de suas dependências. Armados com metralhadoras e escopetas, os policiais alegavam procurar traficantes de tóxicos. "Como no caso de **Je vous Salue, Marie**, a ação fere a autonomia universitária e é política em sua essência", protestaram os estudantes. Reconhecem ainda que não é ato isolado, criticando o Governo Federal - em especial, o ministro Brossard - por "se dizer de transição, enquanto faz uso de aparatos repressivos comuns ao regime de exceção". Marcaram o ato, com sua solidariedade, a ASUFRJ, ADUFRJ, DCE, UEE, UNE, CA's de Medicina, Direito, Farmácia, entre outros, Prefeitura do Campus, decanos do CCMN e CLA, o vice-reitor Alexandre Cardoso, e reitor Horácio Macedo.

• Praia Vermelha

Estudar e recomendar soluções para o uso dos prédios da antiga Faculdade de Farmácia, abandonados, e proceder ao levantamento das necessidades da Praia Vermelha. É esse o objetivo preliminar da Comissão da Praia Vermelha. Eles esperam que parte dos problemas de rede de gás, elétrica, escoamento de água pluvial e de alimentação de água, venha a ser parcialmente resolvida com o reforço de verba destinada pelo CEDATE, Centro de Desenvolvimento e Apoio

Técnico à Educação. Mas existem outros que a comissão vai identificando aqui e ali: falta de serviços básicos como creche, posto bancário e oficina de meios; má estruturação de outros serviços essenciais como reprografia e bares; e situação indevida de moradores.

Com relação ao prédio que foi da Farmácia, a comissão sugere que um dos blocos venha a ser ocupado pela Biblioteca Central das Unidades da Praia Vermelha, e que outro bloco fique assim dividido: O 1º piso, com sala de professores, sala de meios audiovisuais, sala de coordenação de cursos, lanchonete e banheiros; e o 2º piso, com salas de aula - para cerca de 50 alunos -, de uso comum às unidades. Recomenda, ainda, que se estabeleçam planos preventivos e de manutenção que integrem a comunidade - crítica ao crescimento individual desordenado -, tendo em vista a racionalização do uso de instalações e equipamentos.

• Maré

Vamos entrar nesta Maré foi o seminário que marcou, dia 24 de setembro, a ação que a sub-reitoria de desenvolvimento e extensão vem levando às comunidades da Favela da Maré. A Maré com suas 9 comunidades e perto de 100 mil habitantes - é campo de atuação, onde projetos de saúde, educação, direito, nutrição, vão tomando corpo. O seminário foi aberto pelo professor Horácio Macedo, seguindo-se exposição da professora Dulce Chiaverini sobre a concepção e objetivo do **Programa Campus da Maré** e a política de extensão da universidade. E mais: painel dos projetos do **Campus Maré** e

exposição das expectativas dos moradores por representantes das comunidades. No auditório do Centro de Tecnologia, Fundão.

• Educação e Constituinte

Dois meses antes de eleitos os legisladores que farão a nova Carta Constitucional, os profissionais da área de educação estudam e apontam as falhas e impasses do sistema educacional brasileiro. Elaborado pela ANDE, Associação Nacional de Educação, ANPED, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, em Educação, e CEDES, Centro de Estudos Educação e Sociedade, o texto do **Manifesto dos Educadores**, foi debatido pela IV Conferência Brasileira de Educação, em Goiânia, de 2 a 5 de setembro.

Condições de trabalho do magistério, escassez de verbas públicas, qualidade de ensino; dados críticos: mais de 50% de alunos repetentes excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º Grau; cerca de 30% de crianças e adolescentes entre os 7 e os 14 anos fora da escola; 30% de analfabetos adultos; salários aviltados, particularmente os de professores da zona rural. "Insistimos na denúncia da ineficiência do sistema econômico-político em assegurar as condições efetivas de planejamento e execução de uma política educacional", sublinham os educadores. E criticam as "medidas fragmentadas, descontinuas e desconexas".

• feira cultural

Exposições de fotografias, artes plásticas e



arquitetura, espetáculos de poesia, folguedos, dança, teatro, coral, repentistas. Assim foi a 1ª Feira Cultural do Centro de Letras e Artes, nos dias 21 e 22 de agosto. Arquitetura, Belas Artes, Letras e Música, à frente, eram as anfitriãs do evento, no prédio da reitoria. A 1ª Feira Cultural foi prestigiada ainda pelo Núcleo de Computação Eletrônica - Fórum de Ciência e Cultura, Museu do Índio. FUNARTE, INACEN e por Associações de Moradores de comunidade, vizinhas ao **campus**.

LIVROS



• jornalismo

Técnica de Reportagem, notas sobre a narrativa jornalística, de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari. Summus Editorial. Coleção Novas Buscas em Comunicação, v. 14.

Comenta a narrativa jornalística descritiva e também criticamente, com base em exemplos colhidos em periódicos. O foco está sobre a **reportagem**, gênero com fronteiras abertas e nem sempre precisas com a **notícia**. Sem ter o caráter imediato que faz a notícia, a reportagem, por vezes presa também à atualidade do fato, detalha e contextualiza. Onde começa uma e acaba outra? Anunciar, enunciar, pronunciar, denunciar- variações sobre o mesmo tema.

Reportagem de fatos (fact-story), de ação (action-story) e documental (quote-story): aberturas, a precisão e invenção que puxa o interesse do leitor, namoros com a literatura, nem sempre bem vistos no meio. Lança ainda o olhar sobre a questão do tempo do texto - o andamento da narrativa do texto jornalístico conforme a idéia que se tenta exprimir- e do tempo no texto - o do fato. Fala também do **perfil**, quando o personagem fica em primeiro plano.

Os autores já haviam publicado **Técnica de Redação, o texto nos meios de informação**, pela Francisco Alves.

• literatura/ ensaio

Portugal Maio de Poesia 61, de Jorge Fernandes da Silveira. Imprensa Nacional - Casa da Moeda Portugal.

Trata-se de ensaio que vem ratificar as qualidades do autor reveladas em publicações anteriores: o rigor em relação à pesquisa literária associado a grande sensibilidade.

O eixo principal do trabalho concentra-se no estudo de cinco livros: que compõem Poesia 61: **Morfismos**, de Fíama Hasse Pais Brandão, **A Morte Percutiva**, de Gastão Cruz, **Quarta Dimensão**, de Luíza Neto Jorge, **Tatuagem**, de Maria Teresa Horta e **Canto Adolescente**, de Casimiro de Brito.

No que passa a examinar estes textos, Jorge Fernandes da Silveira insere em suas especulações a problemática da poesia e o questionamento de sua estrutura interna, a fragmentação do texto poético tradicional, as projeções do discurso histórico no discurso literário.

O professor Jorge Fernandes da Silveira é doutor em Literatura Portuguesa, professor do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ.

• teoria e história

Opinião Pública e Debates Políticos, subsídios metodológicos, de Michel Thiollent. Com textos de T. Kotarbinski, P. Oléron e U. Windisch. Editora Polis. Coleção Teoria e História, 12.

Este livro torna acessível ao leitor brasileiro um conjunto de textos metodológicos cujas orientações críticas põem em questão a prática de investigação nos campos da ciências sociais e da ação política.

De um lado, são criticados os métodos da sociologia empírica e, em particular, as técnicas de questionário e de entrevista, tais como são convencionalmente aplicadas na pesquisa de opinião e nas pesquisas eleitorais. Por outro lado, são discutidos os princípios da "enquete operária" de Karl Marx e as possibilidades de sua atualização num tipo de Pesquisa-Ação adaptado às condições atuais do movimento operário.

Pela variedade dos temas abordados, este livro pode ser considerado como instrumento de trabalho e de reflexão para estudantes e pesquisadores.

Michel Thiollent é professor da COPPE, área de Política em Ciência e Tecnologia. Entre suas publicações mais recentes encontram-se: **Crítica Metodológica**, Editora Polis, 1980; **Metodologia de Pesquisa/Ação**, Editora Cortez, 1985.

O papel dos decanos com a política de verbas

Durante anos, uma mesma pergunta vem sendo feita na universidade sem que se encontre uma resposta comum: Qual o papel do decano dentro da estrutura da universidade? Eleitos no final do ano passado, e há nove meses nos cargos, os decanos dos seis centros que compõem a UFRJ ainda não encontraram a solução para esse problema. Para alguns, a autonomia financeira dada pela Reitoria às unidades agravou ainda mais a situação, dificultando o trabalho das decanias. Atualmente, os recursos são repassados diretamente para as unidades, sem que haja qualquer participação dos decanos. Em comum, eles têm apenas duas certezas: a situação financeira hoje é melhor, mas ainda está muito distante do mínimo necessário para solucionar os seus enormes problemas.

Para o professor Edson Pereira de Souza, decano do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, a autonomia financeira das unidades foi uma importante conquista, afirmando que não se sente constrangido ou desprestigiado quando um diretor de unidade vai diretamente às sub-reitorias em busca de recursos. Edson, que considera a sua decania uma das mais privilegiadas, porque não tem tantos problemas de infra-estrutura como as demais, apesar de também precisar de recursos para recuperação dos prédios, acha que o papel do decano é político, servindo como veículo da política da Reitoria para as unidades e vice-versa.

No primeiro semestre desse ano, o CCMN recebeu apenas Cz\$ 17 mil, com uma complementação de Cz\$ 100 mil no segundo, o que, segundo Edson, ainda não é suficiente para fazer a manutenção acadêmica do Centro. Para ele, é preciso muita criatividade para trabalhar com um orçamento reduzido, e afirma que a eficiência de um decano não se mede pela quantidade de recursos que ele consegue extrair da estrutura da universidade. "É preciso que se tenha uma visão mais global da UFRJ, e das prioridades que a Reitoria se propôs a implementar. Essa é a única crítica que eu faço à política do corpo-a-corpo utilizada por alguns diretores, para a obtenção de recursos extras que dessa forma acabam dificultando a ação da Reitoria". Dentre os principais problemas do CCMN, Edson enumera o problema da distribuição elétrica no Instituto de Física e Química, bloco A, que precisava obter uma nova subestação, e as precárias instalações do Instituto de Matemática, que cresceu muito com o advento da informática e precisaria de um prédio próprio. Da verba de Cz\$ 106 milhões, conseguida pela Reitoria junto ao Cedate, o centro deverá receber cerca de Cz\$ 10 milhões, e, o NCE, Cz\$ 5 milhões.

O Decano do Centro de Tecnologia, professor Carlos Russo, tem uma visão bem clara e firme sobre o papel de um decano. Para ele, tudo se resume em trabalho e dedicação. Afirma que vive 24 horas do seu dia em função do CT, e acha que "os dirigentes que

não têm uma proposta clara de trabalho, não devem criticar a política de distribuição de verbas da Reitoria". Além disso, diz "não partilhar da idéia de que cabe ao Ministério da Educação todo o ônus do ensino público e gratuito".

Com orgulho, Russo mostra o balanço de sua decania, e explica como conseguiu transformar os Cz\$ 27 mil previstos no início do ano, em mais de Cz\$ 5 milhões. Foram Cz\$ 1,2 milhão conseguido junto à Sub-Reitoria de Patrimônio e Finanças, que segundo ele tem dado todo o apoio à Decania, e mais Cz\$ 4 milhões obtidos com o Cedate (Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação), durante uma visita que fez a Brasília, em abril. Carlos Russo afirma que o CT é o mais prejudicado em termos de infra-estrutura, com problemas que vão desde a falta de segurança até a substituição de toda a rede hidráulica, que se encontra em grande parte destruída. Para resolver esses problemas crônicos, assim que assumiu a decania, Russo reuniu os diretores das unidades e acertou que de todo o orçamento recebido por eles, 30 por cento seriam repassados mensalmente para a Decania, que fica, assim, responsável por todas as obras.

Já o professor Cesar Martins de Oliveira, Decano do Centro de Ciências da Saúde, acha que houve um salto de qualidade na política de distribuição de verbas, pois, até a posse do professor Horácio na Reitoria, ninguém sabia o que era feito com os recursos da universidade, e, agora, é pública a aplicação de pelo menos 50 por cento das verbas em atividades fins, como o ensino, pesquisa e extensão. No entanto, acredita que de uma forma geral o CCS poderia ter sido melhor atendido, e que os recursos deveriam ser repassados mais rapidamente para o desenvolvimento das atividades.

O orçamento do CCS para este ano foi de Cz\$ 2.688 mil, sendo que a decania ficou com apenas Cz\$ 58 mil. Com relação às necessidades do Centro, César é preciso, principalmente em se tratando do prédio, que para ele foi pessimamente construído, sendo batizado por alguns professores como o "protótipo tamanho gigante". Ali são frequentes as infiltrações, os vazamentos de gás e os problemas na parte elétrica. Recentemente uma explosão no subsolo do centro, deixou a todos alarmados. A causa ainda não está confirmada, mas à principio teria sido o acúmulo de gás na rede de esgotos.

A falta de professores também é um dos problemas críticos apontados pelo decano. E lembra que recentemente, devido à diminuição das horas extras no complexo de sete hospitais do HU, foram criadas 200 novas vagas de médicos, que o Dasp se comprometeu em preencher. No entanto, a decania resolveu intervir no processo e pedir que pelo menos parte das vagas fosse preenchida por docentes das diversas áreas de saúde. Cesar pretende fazer com que o HU, deixe de ser um local para treinamento apenas dos alu-

nos da medicina, e passe a ser multidisciplinar. Ainda esse ano, o CCS receberá Cz\$ 8,5 milhões do Cedate, para utilizar nas obras prioritárias do centro, como a rede de gás e os quadros de força.

No Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o professor Heitor Piedade, reclama da insuficiência de recursos. Este ano a decania recebeu apenas Cz\$ 10,5 mil, o que para ele significa administrar a penúria e a miséria.

- Até a gestão passada as unidades se comunicavam com a reitoria através da decania, agora houve a descentralização, que é positiva porque desburocratiza. Por outro lado, é negativo perder-se o controle sobre o que é destinado às unidades. Acho que o MEC ainda não entendeu que precisamos de verbas. Se entendeu, mantém a política de negá-las. Não chego a afirmar que o ministério está disposto a abrir-se. Ele tem sido o grande silencioso, não vê o caso dos mandados de segurança, que faz com que professores ou um diretor passem a ganhar mais que o reitor? O ministério foi avisado e nada fez, não acreditou.

Para Heitor Piedade, é preciso muita criatividade para administrar sem recursos. Segundo ele, a falta de verbas se junta a falta de professores e de infra-estrutura, dando o exemplo de retroprojeto da decania, que vive viajando pelas unidades. Além disso existem, segundo ele, problemas específicos das unidades, como espaço e laboratórios nas Escolas de Comunicação, Psicologia e Educação. E afirma: "atualmente o ensino na Praia Vermelha tem sido sala, carteira e livro".

- Os problemas de primeira ordem no CFCH são de natureza material: há goteiras, rede elétrica falha, banheiros em péssimo estado, infiltrações. Além do mais, o trabalho aqui é feito em mutirão, todo mundo faz de tudo, pois a falta de funcionários é crítica. A Escola de Serviço Social está com três funcionários, sendo que dois estão de licença. Fui obrigado a reduzir a carga horária de 8 para 6 horas, a fim de evitar o acúmulo de funções e de tarefas.

Heitor Piedade reivindica um orçamento bom, bem projetado e que lhe dê liberdade para administrar. Ele reclama que uma das poucas fontes de renda da decania, que eram as taxas escolares, foi abolida pela universidade, e afirma: "quem não tem independência econômica, não tem independência nenhuma".

- A universidade concedeu autonomia à decania, mas de que ela serve se não temos recursos e vivemos abandonadas? Não é crítica à política da reitoria, mas às condições da universidade. O Reitor declarou que o decano é o Reitor do Centro. Mas de que adianta isso, se não possui meios de administrá-lo? Prefiro não ter autonomia e ter verbas.

A professora Rosália Perissé da Silva Piquet, decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, su-

Continua na página 8

blinha a ação da reitoria ao ouvir as pessoas ligadas às atividades fins, de ensino, pesquisa e extensão, procurando descentralizar a política de verbas. E reconhece que as verbas insuficientes que o MEC repassa à universidade, junto à pulverização de recursos - CNPq, Capes, Finep, MCT - impede que se faça um melhor planejamento. O fato do MEC sempre passar verbas exíguas no início do período e depois complementá-las, mais pelo meio do ano, inviabiliza um planejamento mínimo.

Em princípio, o CCJE havia recebido Cz\$ 12 mil. Depois veio uma complementação de Cz\$ 100 mil e ainda é esperada outra, da mesma ordem, até o fim do ano. Rosélia diz que ainda que seja uma verba muito restrita, algo pode e está sendo feito: às vezes o apoio a certas iniciativas é, em termos financeiros, muito pequeno. Sobre a prioridade dada à área de Humanas, a professora fala que esse esforço jamais significará grandes cortes nas outras áreas.

No CCJE, a autonomia às unidades veio da iniciativa da diretora da Faculdade de Economia e Administração. Através de entendimentos diretos com a SR-3, Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças, a diretora teria maior agilidade na liberação de verbas. É a única unidade do centro que está formalizando isto, implantando a infra-estrutura necessária. Nem todas as unidades têm condições de assumir essa autonomia de forma eficiente, principalmente porque o pessoal qualificado é pouco.

E pessoal, sem dúvida, é o problema mais crítico da decania. 11 funcionários tentam dar conta de todo serviço. E há duas seções com apenas um funcionário, obrigando a deslocar funcionários de outras seções para preencher precariamente as funções. Pessoal especializado é o que precisam decania e unidades, fala Rosélia: além de sobrecarregar os funcionários com serviços como o de datilografia - feitos, por exemplo, pelo chefe da seção financeira, que não está preparado para tal -, o atendimento fica precário. E quando se fala em pessoal para as bibliotecas o problema fica ainda pior. Não há pessoal qualificado, garante Rosélia. E diz que existe verba para comprar livros e até importar o

que, para ela, chega a ser um luxo quando você não conta com pessoal para classificar os livros que já estão lá nas bibliotecas. Hoje um dos projetos que a decania leva à frente é a qualificação profissional de seus funcionários, no que já conta com a ajuda da diretora da COPPEAD, Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, que abriu algumas vagas em cursos de treinamento interno a funcionários de outras unidades do CCJE.

Já no Centro de Letras e Artes, o que mais chama a atenção da decana Samira Nahid Mesquita é a burocracia: pilhas de processos que podiam ser simplificados. Por funcionar no prédio da reitoria, o centro não está preso a problemas com a manutenção. Quanto à equipe de funcionários, a professora comenta que apesar de faltar um aqui e outro ali - o caso mais sério é a falta de datilógrafos -, em geral, tem dado conta do serviço. Mas, como no CCJE, um dos problemas mais graves das unidades está nas bibliotecas. Falta pessoal especializado e há acervos que precisam ser ampliados. A inibição da lei que impede a contratação está atrapalhando.

Com relação à negociação das verbas entre unidades e reitoria, a decana fala que o seu papel é só repassá-las, já que cada unidade faz seu próprio planejamento, depois apresentado à Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças. E sobre a política de priorização de verbas, ela diz com bom humor, que não está tomando conta de quanto as outras áreas estão recebendo, mas preocupa-se em ser atendida nas necessidades do centro. Acha ótimo, ainda, que haja verbas para todos, mesmo porque de modo geral a universidade foi desatendida, depreciada nos últimos anos. Não nega, contudo, que dentro da postura dos governos militares a área de Humanas tenha sido das mais prejudicadas.

A decania já recebeu, este ano, cerca de Cz\$ 238 mil, não suficientes para os planos de eventos e cursos de extensão em pauta. "Vamos pedir", fala Samira, confiante principalmente por considerar fácil o contato e a negociação com a reitoria. E complementa afirmando que dentro das limitações que o MEC impõe à universidade, vem se tentando fazer algo. E reclama que a resposta ao esforço dos professores para elaborarem

projetos para o programa Nova Universidade foi muito pouca. Mobilizou-se toda comunidade universitária e o que veio?, pergunta a professora. Para ela, o governo está muito centralizado pelos ministérios da área econômica para os quem, parece, educação não é prioridade. E é aí, com este quadro, que se dá o esforço de reconstrução da universidade.

Perguntada sobre a venda do terreno da avenida Chile, a professora reconhece que a questão não é fácil. Ao que parece, e até onde foi discutida - como no Conselho - há uma minoria, entre a qual a professora Samira se inclui, que fica com a proposta do centro cultural, o que exigiria enorme soma de recursos. Tal sentimento quanto à condição de minoria é apenas referente aos pequenos círculos em que a discussão já está se dando. Falta aprofundar a questão e fazê-la chegar a toda a comunidade universitária. E se do ponto de vista da filosofia da universidade está clara a necessidade do centro cultural, "pelo menos para mim", do ponto de vista prático fica tudo muito complexo.

Com função e estrutura bem próximas às dos centros, há ainda o Fórum de Ciência e Cultura, hoje coordenado pelo professor Márcio Tavares d'Amaral. Mas às semelhanças soma-se a diferença: como unidades do Fórum, há o Museu Nacional, a única unidade de ensino e pesquisa, e a Biblioteca Central, que possuem orçamento próprio. Mas a presidência do Fórum, hoje envolvida com nova dinâmica de produção, de cursos, seminários, eventos culturais, e que para isto precisa de recursos, não dispõe de orçamento, explica Márcio Tavares.

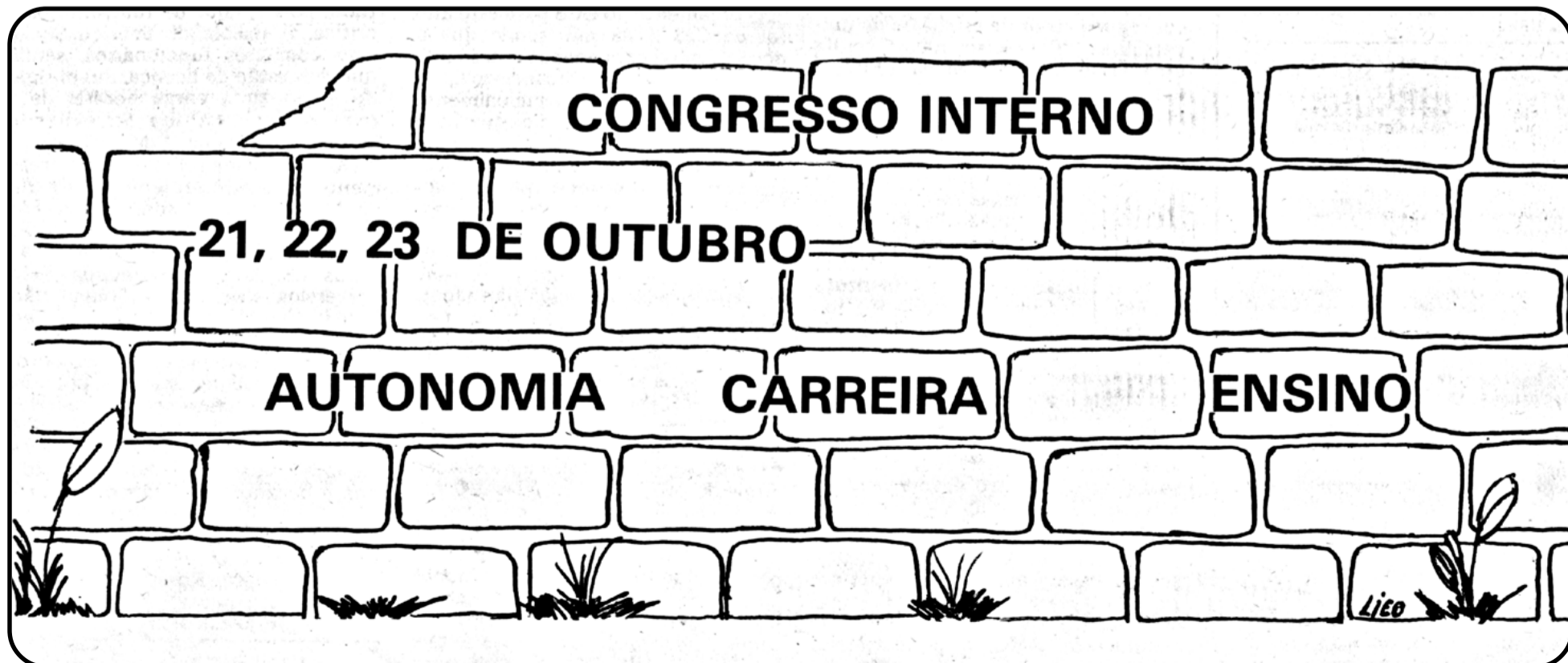
Assim, apesar da política de verbas ter redirecionado o orçamento geral da universidade para as unidades e centros e para as três sub-reitorias que executam projetos de graduação, pós-graduação e desenvolvimento e extensão, o Fórum ainda não pôde ser beneficiado porque não possui um orçamento. Mas ele sublinha o apoio da reitoria na alocação das verbas dessas sub-reitorias às atividades, especialmente às de extensão, que junto com as verbas que têm obtido da Fundação Universitária José Bonifácio, têm permitido que mesmo na

ausência de orçamento o Fórum possa levar suas atividades à frente.

Somando a verba que veio do MEC, para aquisição de equipamentos, mais o que a Fundação José Bonifácio deu nos primeiros e segundo semestres, e mais recursos da sub-reitoria, o Fórum vive suas atividades com algo perto de Cz\$ 1 milhão. O que ainda não é suficiente. O Fórum procurou apoio da FUNARTE, o que significou recursos da ordem de Cz\$ 60 mil. E está pleiteando apoio do CNPq. O CEPEG deu apoio para a edição de uma revista e para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. O professor Márcio Tavares acha que só vai sentir o impacto - que, imagina, seja benéfico - da nova política orçamentária da reitoria, no ano que vem, se conseguir incorporar ao Fórum um orçamento inicial.

O edifício - em condições precárias e sem atender à dinâmica que vai sendo implantada - é o primeiro problema que o professor Márcio Tavares registra. Há dois projetos, o do centro de documentação e arte brasileira contemporânea e o de um centro de pesquisas de vanguarda em música, que não tem espaço para serem implantados aqui no prédio. O Museu Nacional tem problemas seríssimos de espaço, muito precariamente conservado. Há seções fechadas por falta de condições de utilização. Lá, o problema mais agudo era o da biblioteca, mas a universidade está investindo forte para tirar o acervo bibliográfico do prédio do Museu, e para instalá-lo num anexo, informa o professor.

Existe ainda um problema sério de pessoal no Fórum, porque ele é estritamente administrativo e, ainda assim, muito insuficiente em certas áreas como a financeira. Ao todo, há vinte funcionários, muitos dos quais se afastando ou em vias de se aposentar. E no entanto, exclama Márcio Tavares, o Fórum precisava de outra estrutura pessoal, para as atividades fins. Com algumas aquisições, a FUNTEVE cedeu uma pessoa, a Fundação José Bonifácio contratou quatro, todos para montar uma equipe de coordenação e planejamento do Fórum. Não existe qualquer estrutura de Assessoria para que se pudesse dar uma forma como que departamental para cada setor de atividades.



IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VIII NOVEMBRO/86

N ° 35

EDITORIAL

COMO é do conhecimento de todos, o movimento docente está consciente da crise por que atravessa a Universidade Brasileira e da necessidade de encontrar saídas. Ninguém defende a inércia ou a atual situação de estrangulamento de que se reveste o trabalho acadêmico como sistema a preservar e eternizar. É evidente, porém, que a necessidade de reformulação admitida unanimemente não pode servir de pretexto para a implantação de fórmulas apressadas sem o devido respaldo de uma ampla discussão e uma madura decisão por parte da comunidade.

O projeto GERES, acenado pelo governo como elemento propiciador da criação de uma Nova Universidade no país, no meio de uma greve de funcionários por maiores salários, deve ser examinado em sua verdadeira dimensão, sem preconceitos ou passionalismo. Em momento nenhum, entretanto, cabe-nos aceitá-lo às cegas, seduzidos pelo que poderia apresentar de bom e esquecidos do que nele há evidentemente de mau. Se exigem que a reformulação da Universidade pague o preço da extinção da pesquisa ou se nos custará abrir mão da escolha democratizada dos nossos dirigentes - nossa resposta será e continuará sendo até o fim - um sonoro e retumbante Não!

A história da ADUFRJ tem demonstrado os seus compromissos com a sustentação de valores objetivos que, se no passado visaram à derrubada do autoritarismo e a implantação de um ambiente onde imperasse a livre discussão hoje se conservam como conquistas e patrimônio da comunidade universitária dos quais não abriremos mão. Neste sentido, julgamos que uma reformulação sadia da instituição onde trabalhamos precisa de uma reflexão capaz de apontar para uma filosofia progressista da atividade acadêmica e contar, de fato, com o apoio dos vários segmentos que compõem o nosso universo aqui na UFRJ e em nível nacional. Sabemos também que a questão salarial e a reforma da Universidade são coisas distintas e lutaremos por elas como coisas distintas. Juntá-las significa compactuar com o equívoco, com o engodo, e, no fundo, conservar a compressão dos vencimentos no quadro insustentável em que se encontram. Não aceitamos o pacote legal imperfeito ou insuficiente, nem o salário aviltado e injusto.

Seminário Interno debate a Reestruturação da Universidade

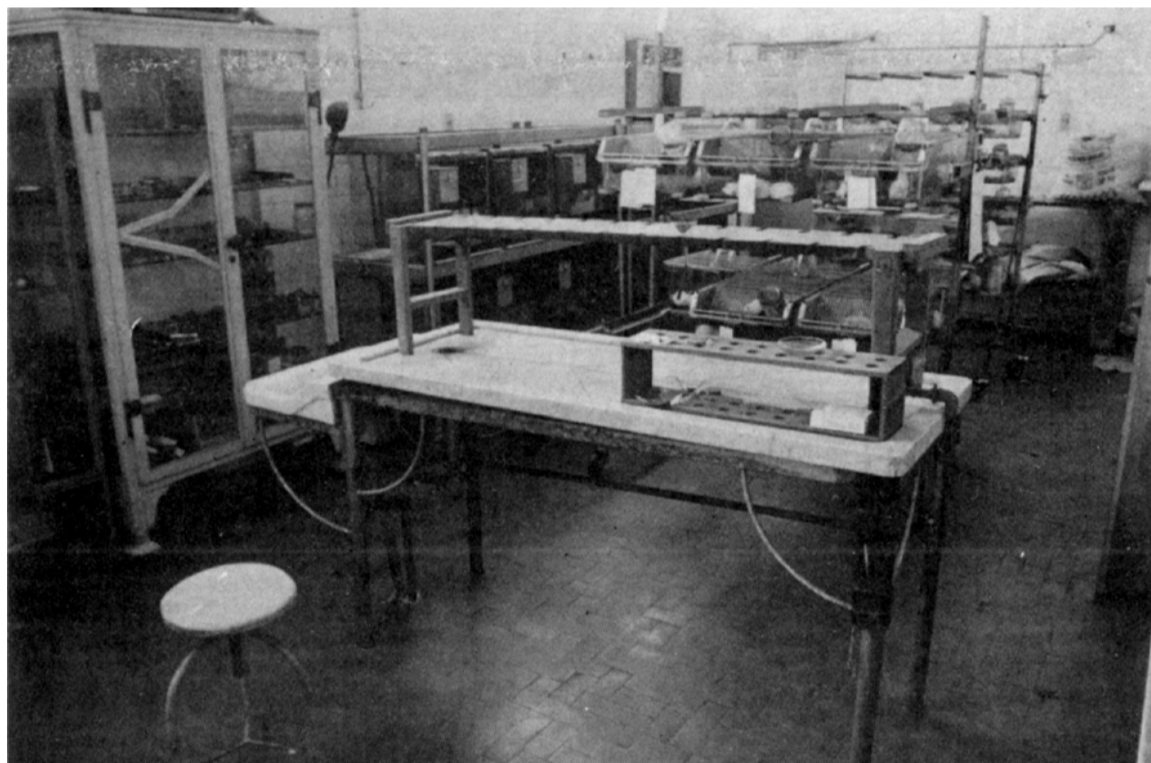
ADUFRJ, ASUFRJ, DCE e APG realizaram dias 4, 5 e 6 de novembro e, excepcionalmente, na manhã do dia 7, o Seminário Interno sobre a Reestruturação da Universidade. Regime Jurídico: **universidade** ou autarquia especial?, captação de recursos externos e a manutenção pelo Estado; Democracia e Autonomia:

colegiados, controle finalístico, conselho interuniversitário, orçamento global; e Estatutos foram os eixos centrais.

Previsto para seguir por três dias, o Seminário teve sua estrutura modificada pela dinâmica bem diferenciada de cada segmento e a plenária final foi estendida pela manhã de Sexta-

feira. Ao fim, sublinhou-se a relevância da universidade organizar seu Congresso Interno, provavelmente no primeiro período de 87.

Aqui, o Boletim da Adufrj publica o relatório setorial de sua categoria e a minuta de anteprojeto de lei da Andes/Fasubra. (Páginas 6,7,8 e 9)



Universidade e Constituinte. A plataforma educacional do movimento docente para a Constituinte é base para reivindicações da categoria. Ensino público e gratuito, pesquisa e extensão; autonomia pedagógica, científica, e administrativa; a garantia de verbas. Na foto, laboratório da UFRJ (Página 11).

**Trabalho
Intelectual e
Avaliação Acadêmica
(página 10)**

**A greve dos
funcionários
(página 4)**

**Mobilização
Docente contra
GERES
(página 5)**

CARTAS

O acesso do Professor Adjunto - II

Cabe um esclarecimento ao que foi ressaltado pela nossa diretoria da ASUFRJ, na publicação de outubro último, de que o título de livre-docente não substitui o concurso.

Quando se postulou em juízo, um grupo de Professores da Faculdade de Direito em 1980, não apenas se invocou um título de livre-docente mas sim vários dispositivos e situações modificativas do acesso e da carreira do Professor Universitário Oficial.

Há vários portadores de títulos de livre-docente que não têm esse direito de ascender a titular. Há necessidade do exercício da atividade do magistério, em cargo de adjunto, em Universidade que estabeleça que o Concurso de Titular seja igual ao LD, como é a nossa UFRJ no seu art. 152 do seu Regimento.

Para se ascender a titular não há mais necessidade de novo concurso público e isto porque a Constituição exige o concurso apenas para a 1ª investidura do serviço público. O 2º concurso público seria ilógico, descabido e impróprio. Um novo concurso, implicaria em novo ato administrativo, uma nova situação jurídica. O titular já perdeu as prerrogativas que possuía o catedrático. Este, sim, pela Lei Chico Campos era o proprietário da disciplina. Os demais professores gravitavam em torno dele como simples auxiliares. A Universidade se departamentalizou.

Aquelas prerrogativas são agora dos

Departamentos. Estes passaram a se constituir na menor célula universitária. O professor está vinculado ao Departamento. A disciplina pertence ao Departamento e não mais ao Professor.

Extinguiu-se o cargo isolado. Agora o cargo de titular é de carreira. A carreira é uma seqüência e não deve ser interrompida ou seccionada. O catedrático quando foi extinto, foi também extinta a vitaliciedade do cargo. A lei que criou o catedrático, como cargo isolado, reserva-lhe determinadas condições e privilégios, como a de ser Diretor, Decano, Reitor, enfim funções administrativas de cúpula universitária. Hoje todos têm direito ao exercício de quaisquer cargos administrativos na Universidade.

A nossa Associação foi criada porque fomos discriminados. E ultimamente estávamos sendo agredidos por pessoas ingênuas e desconhecedoras da reforma universitária.

Consideremos ser injusto, permitir o ingresso de um professor fora dos quadros de nossa Universidade, ingressar no fim de nossa carreira, quase que tomando como de assalto um lugar de um colega que lutou e deu tudo de si para atingir esse final, durante longos e penosos anos de vida universitária.

O DL 200/67 não permite a realização de concurso público, que se verifique previamente no Centro de Redistribuição, de pessoal habilitado para ocupar cargo que se tenha vagoado.

A nossa Reitoria deve estabelecer normas de acesso do adjunto a fim de completar uma lacuna do DL 1.820/

80. Este fixou para o auxiliar e o assistente, mas nada disciplinou para o adjunto. O Professor Adjunto não pode e nem deve ficar marginalizado no seu direito de acesso vertical.

Estas poderiam ser idênticas à Livre-Docência, já que encontra amparo em nosso Regimento, naturalmente se permitindo ao Adjunto IV, isto é, aquele que pelo menos tivesse um determinado número de anos de exercício do magistério, além naturalmente de publicações e/ou pesquisas que fossem realizadas pelo Professor.

Continuar o sistema de concurso público para se alcançar a titularidade é descaracterizar e seccionar a carreira do Magistério Superior.

Prof. Walter Bloise

Presidente da ASPRAD

Nota da Diretoria:

A Constituição Brasileira, em seu artigo 176, parágrafo 3º item 6, define de forma clara e inequívoca o acesso ao cargo de prof. titular:

Item 6: "O provimento dos **cargos iniciais e finais** das carreiras do magistério de grau médio e superior dependerá, **sempre**, de prova de habilitação, que consistirá em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial" (grifos nossos).

A ADUFRJ mantém a posição vinculada em boletins anteriores: "Continua a defender o acesso ao cargo de professor titular por concurso público de provas e títulos". Cabe lembrar que esta tese coincide com o encaminhamento referendado pelo movimento docente a nível. nacional.

NOTAS

Comissão de Enquadramento

Por equívoco, o nome do professor Aloísio Ribeiro foi incluído na Comissão de Avaliação responsável pelo enquadramento dos professores tabelistas, conforme portaria do **Boletim da UFRJ** nº 17, de 24/04/86.

Infelizmente, apesar das insistentes solicitações por parte da Adufrj, no sentido de se publicar a retificação de tal fato, isto ainda não se verificou até o presente momento.

Comissão Cultural da Praia Vermelha

A Adufrj sente-se no dever de esclarecer aos seus associados que não faz parte da Comissão Cultural da Praia Vermelha. Os eventos culturais lá realizados estão ligados a Sub-Reitoria de Desenvolvimento, SR-5.

Terreno da Avenida Chile

Em assembléia, professores da UFRJ deliberaram rediscutir a questão do terreno da Avenida Chile, aprofundando a análise das propostas - as existentes e as que venham a ser sugeridas. Como encaminhamento inicial foi indicada a ocupação do terreno com projeto cultural alternativo de pequeno porte, em convênio com a Prefeitura.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e redação: Agostinho Vieira (reg. prof. 17.575)

Colaboração: Aloy Jupiara Braz

Fotografia: Amauri Alves

Diagramação: Vicente Antônio Teixeira de Castro (reg. prof. 15.219)

Ilustração: César Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente em exercício: José Henrique Sanglard

Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1º Secretário: Hélio de Mattos Alves

2º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

3º Tesoureiro: Nivalde José de Castro

REPRESENTANTES NO CONSELHO CCMN

Instituto de Física

Raphael de Haro Júnior, Oswaldo de Medeiros Ritter (representantes); Sheila Chirola Garcia, Máximo Ferreira da Silveira (suplentes)

Instituto de Geociências

sem conselheiro

Instituto de Matemática

sem conselheiro

Instituto de Química

Marco Antônio F. Faria

Observatório do Valongo
José Augusto Buarque de Nazareth (representante); Lilia Irmeli Arany Prado (suplente)

CIA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Frossard Barbosa, Maria Amália Amarante Almeida Magalhães (representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Escola de Belas-Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (representante)

Murillo Mendes Guimarães (suplente)

Faculdade de Letras

Sônia Salomão Khêde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho (suplentes)

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud (representante)

Ilda Maria Lauria Vasconcelhos (suplente)

CFCH

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão, Nil-da Teves Ferreira (representantes); Clara Hetmanek Sobral (suplente)

Escola de Comunicação

sem conselheiro

Escola de Serviço Social

Maria Lúcia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Abreu Penna (representantes); Maria da Graça Franco Ferreira Schlicher, Olinto Antônio Pergoraro (suplentes)

Instituto de Psicologia

sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Moacyr Barreto da Silva Júnior, Ionilde Maria de Azevedo (representantes); Paulo Baltazar, Eliane de Azevedo Takche (suplente)

CCJE

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol (representante)

Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (representante)

Lia Hasenclever (suplente)

CCS

Instituto de Ciências Biomédicas

Márcia Taffarel e Silva (representante)

Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Escola de Enfermagem

sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (representante)

Ana Maria Somaglia Albino (suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José

Roberto Lapa e Silva (representantes); Norma Colino Sarmiento Figueiredo, Diana Maul de Carvalho, Vanda Marques da Silva (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Maria Genoveva Von Hubinger (representante)

Rosa da Glória Brito de Oliveira (suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (representante)

Eliane Moreira Vaz (suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy Guisophe Castro Teixeira, Edilson Porangaba Costa (representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (suplentes)

Instituto de Biologia

Deia Maria Ferreira dos Santos (representante)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (representante)

Waldyr Mendes Ramos (suplente)

Instituto de Biofísica

sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (representante)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira (representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia

Roni Marques (representante)

Roberto Bravo de Souza (suplente)

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (representante)

Antônio Filomeno (suplente)

NPPN

Paulo Roberto Ribeiro Costa (representante)

Maria Célia do Nascimento (suplente)

CT

Escola de Engenharia

Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar Acestral, José Luciano de Souza Menezes, Osvaldo Pereira Filho, Carlos Elzío Barral Ferreira (representantes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Antônio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (representante)

Elisabeth Ermel Monteiro (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

Afrânio Raul Garcia Júnior (suplente)

A IX Jornada e Reestruturação da Universidade

LEI Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Art. 2º O ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Poucas universidades brasileiras podem mostrar exemplos dessa associação. A UFRJ pode, e em várias atividades.

Porém, a atividade que mais respeita o espírito da lei é a Iniciação Científica, onde jovens alunos têm a oportunidade de interagir com pesquisadores de renome mundial. Nessa interação, os alunos desenvolvem suas potencialidades intelectuais e, muitas vezes, se preparam para conduzir a pesquisa no futuro. Aliás, muitos pesquisadores da UFRJ de hoje foram alunos de Iniciação Científica ontem. É comum ouvir que a função da Universidade é a criação, a preservação e a transmissão do conhecimento.

Porém, a função mais nobre da Universidade é a defesa da cultura contra a intolerância e o autoritarismo. A UFRJ compreende um dos mais importantes museus do país e bibliotecas de obras raras em todos os seus centros. Por exemplo, a biblioteca do Museu Nacional conta com um livro publicado em 1481.

A IX Jornada Interna de Iniciação Científica explícita, como nenhuma outra atividade, o caráter humanista e universalista da Universidade. Por isso, é essencial a participação dos docentes, funcionários e alunos a prestigiar o evento, principalmente num período em que a Universidade pretende rediscutir-se e pairam ameaças à sua integridade. O documento do GERES merece reflexão neste contexto.

IX Jornada Interna de Iniciação Científica

Coordenadora Geral: Heloisa Costa Marques

PROGRAMAÇÃO GERAL

10: 00 horas - Sessão de Abertura
Locução – Profª. Maria Regina Camara
10:30 horas - Coral da Escola de Música - CEM

Regente: Profª. Lydia Podorolski
11:10 horas - Mesa-Redonda
“A Iniciação Científica Hoje na UFRJ”
Participantes:

Prof. Jorge Almeida Guimarães
Instituto de Ciências Biomédicas - CCS
Prof. Luiz Aduauto da Justa Medeiros
Instituto de Matemática - CCMN
Profª. Maria Helena D. Marques
Faculdade de Letras - CLA
Profª. Filippina Chinelli
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - CFCH
Prof. Paulo Alcantara Gomes
Escola de Engenharia - CT
Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa - SR -2

14:30 horas - Apresentação do Grupo de Dança da Escola de Educação Física e Desportos
Coordenadora: Profª. Ana Célia de Sá Earp
Local: Auditório do Centro de

Tecnologia
19 e 20 de novembro - quarta e quinta-feira
09:00 às 17:00 horas - Apresentação dos Trabalhos de Alunos
Local: Decania do CCMN
14:30 horas - Palestra: “Revolução na Arte Moderna”.
Profª. Angela Ancora da Luz – EBA/CLA
Local: Auditório do Centro de Tecnologia
21 de novembro - sexta-feira
09:00 às 15:00 horas – Apresentação dos Trabalhos dos Alunos
Local: Decania do CCMN
20 de novembro - quinta-feira
15:30 horas - Grupo de Teatro Universitário apresenta:
“Nova Califórnia”. - Adaptado do conto do mesmo nome de Lima Barreto
Coordenador: Prof. Lauro Góes
Local: Auditório do CCMN

16:30 horas - Poesia
Recital da Cooperativa de Poetas da Faculdade de Letras
Coordenador: Prof. Jorge Máximo de Souza
Local: Auditório do CCMN

EXPOSIÇÕES PERMANENTES

“I Exposição de Trabalhos dos Alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ”
Coordenador: Prof. Vicente del Rio
Local: Saguão do Bloco “A” do Centro de Tecnologia
“I Mostra de Artes Plásticas dos Alunos da Escola de Belas Artes da UFRJ”

Coordenadora: Profª Wanda Russo
Local: Saguão do Auditório do Centro de Tecnologia
“I Painel Fotográfico de Obras Raras do Acervo da UFRJ”
Coordenação: Sistema de Bibliotecas da UFRJ
Local: Salão Nobre da Decania do CCMN

Movimento docente mobiliza-se contra o anteprojeto

O Governo recuou. O anteprojeto de lei do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior, GERES, não foi levado ao Congresso dia 20 de outubro com pedido de urgência, como ameaçava o ministro Jorge Bornhausen. Surpreendida pela proposta, em meio à greve dos funcionários das autarquias, a comunidade universitária se mobilizou para repudiar a forma e o conteúdo da proposta governamental.

Mas o projeto ainda existe e as forças que tentaram, do interior do Governo, impingi-lo à comunidade, sem qualquer consulta aprofundada, ainda não desistiram. Assim, ANDES e FASUBRA uniram forças para a elaboração de projeto

palavra do professor Newton Lima Neto, presidente da ANDES.

Em nenhum momento, o movimento docente esqueceu, na luta contra o GERES, as bandeiras da isonomia e plano de carreira e a solidariedade com o movimento grevista dos funcionários. Ficou clara a intenção do governo, que apostou no confronto entre os movimentos das categorias, acenado com uma isonomia salarial - que, na verdade, fixava apenas um **piso isonômico**.

A maturidade dos movimentos, contudo, não permitiu que se caísse na armadilha preparada pelo ministério. Professores, funcionários e estudantes pediram que se desvinculasse isonomia e

IES Federais elaborava carta - enviada ao ministro Jorge Bornhausen - em que não se aceitava "o conteúdo do projeto do GERES, à medida que contraria frontalmente a **Proposta da ANDES e AD's para a Universidade Brasileira** (Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente)"; repudiava a forma autoritária como foi encaminhada a proposta, sem antes ser submetida à discussão pela comunidade; e exigia que o governo, "conforme promessas feitas pelo MEC há mais de um ano, encaminhasse imediatamente a solução da isonomia salarial plena (desvinculada de qualquer projeto de reforma universitária)".

anteprojeto. O CRUB, que já se havia posicionado favorável às reivindicações dos funcionários em greve -, juntou-se à ANDES e FASUBRA. Em audiência com o ministro, o CRUB explicitava seu apoio aos movimentos nacionais de professores e funcionários.

20 de outubro, Brasília. No fim da tarde, a expectativa que tomara a comunidade universitária pelas últimas três semanas foi aliviada pela decisão do presidente José Sarney de, evitando um confronto à beira das eleições, não levar o anteprojeto de lei ao Congresso. O projeto não foi abandonado, mas tirado estrategicamente de cena, esboço de crise. Na outra manhã, os jornais noticiavam que o governo aguardaria por mais tempo as sugestões da comunidade.

Com cerca de 300 professores, a Assembléia de 21 de outubro na UFRJ, reafirmou a necessidade de realizar, com as três categorias, o Congresso Interno sobre a Reestruturação da Universidade, para consolidar proposta da UFRJ. Foi solicitado à reitoria e ao Conselho Universitário que durante o período de elaboração da proposta não fosse enviado qualquer outro projeto e que se reforçasse a luta por um prazo compatível para a discussão.

A atitude do governo não marcou, contudo, o fim do fogo: a isonomia salarial com as fundações foi negada fora da esfera do projeto de reforma universitária. Pouco depois, - dia 28 os funcionários suspendiam o movimento grevista; ANDES, FASUBRA e UNE traçavam estratégia conjunta para a elaboração de projeto alternativo, a partir de calendário aprovado, no caso dos professores, por reunião das autárquicas, em Brasília, entre os dias 21 e 23. 20 de novembro era o novo prazo.



alternativo que expresse a curto prazo as teses acumuladas em anos de discussões e não consideradas pelo Governo. À frente, as bandeiras tradicionais de luta: Ensino Público e Gratuito, autonomia e democracia.

O XIV CONAD - 3, 4 e 5 de outubro, em Curitiba - que levou às AD's indicativo de greve para o dia 16, pela isonomia e plano de carreira, foi surpreendido pelo anteprojeto ainda durante o **Seminário sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica**, que o antecedeu. Lá esteve o professor Antônio Otávio Cintra, membro do Grupo Executivo - a mesa era **Avaliação da Universidade: suas condições objetivas**. Apesar de ainda precárias - era o primeiro contato concreto com as teses do GERES - as críticas à filosofia do anteprojeto e ao procedimento do governo, que fechou o acesso a sua elaboração, foram desde o início certas em cada

carreira de reestruturação da universidade. Era a Isonomia já. O governo negou.

O movimento cresceu em todo o País; a crítica às teses ministeriais contidas no anteprojeto iam se explicitando e o repúdio era geral. Não era aquela a universidade que a comunidade desejava e pela qual lutava.

15 de outubro, Dia Nacional de Mobilização. Na UFRJ, Assembléia Geral com cerca de 500 professores deliberava contra o indicativo de greve para o dia seguinte, por ampla maioria, e marcava outra Assembléia para o dia 21 (estado de mobilização permanente até lá), um dia após o prazo que o ministério havia **concedido** para o envio de sugestões e emendas ao anteprojeto. Em nível nacional já se colocava a greve como forma de luta contra os objetivos do ministério.

Em Brasília, a reunião das AD's das

No Fundão, a Assembléia pedia ainda a dilatação do prazo imposto pelo ministério e firmava a decisão de elaborar projeto da universidade, para ser levado em nível nacional, "com a participação" da ANDES, UNE e FASUBRA.

Do interior do Conselho de Representantes da Adufrj saiu a comissão que, com a participação da reitoria, elaborou um primeiro substitutivo ao anteprojeto governamental, "apesar de acolher alguns de seus conteúdos secundários". Como estratégia, os professores da UFRJ haviam deliberado ainda por: pressão sobre os grupos de poder em Brasília; ampla divulgação na imprensa; e busca de apoio junto à sociedade civil. Os professores formalizaram também a sugestão de realizar o Congresso Interno - Adufrj, Asufrj e DCE, "para unificar a proposta".

Então, se intensificavam em Brasília as manifestações contrárias ao envio do

Calendário

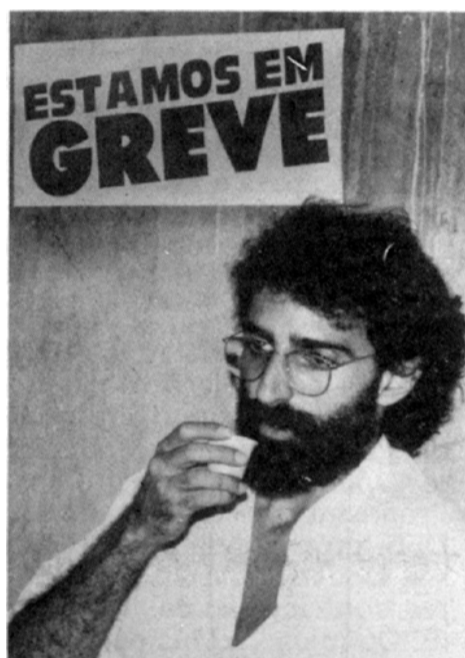
- a) 27 e 28/ 10 - elaboração inicial por comissão da ANDES de minuta de anteprojeto de lei de reformulação da Universidade;
- b) 29 e 30/ 10 - elaboração da proposta de anteprojeto pela comissão paritária ANDES-FASUBRA-UNE;
- c) 01 / 11 - remessa do anteprojeto;
- d) 03 a 08/ 11 - discussão da proposta nas AD's;
- e) 10 a 13/ 11 - discussão nas AG's;
- f) 17 e 18/ 11 - reunião nacional das AD's federais e ANDES;
- g) 19/ 11 - reunião conclusiva - ANDES/UNE/FASUBRA.

Funcionários em greve

BOLETIM - Como e por que foi deflagrada a greve dos funcionários?

João Eduardo - A greve passou a ser um último recurso que os funcionários das universidades tiveram, em função de que essa pauta de reivindicações vem sendo negociada com o MEC, há seguramente mais que um ano. Inúmeras audiências foram feitas com o ministro da Educação, em que a FASUBRA ponderou a necessidade urgente de se ter uma solução a curto prazo, insistiu que o quadro salarial se aprofundaria nas universidades com incorporação de hora extra, por exemplo. E durante este período de um ano, houve uma característica do MEC que foi imutável: o ministério não admitia discutir soluções concretas, sempre apresentando alternativas protelatórias, adiamentos, indefinições. Isto provocou enorme insatisfação entre os servidores, o que levou o Conselho de Representantes da FASUBRA a se reunir, avaliar o quadro de negociações com o MEC, e ponderar que não havia outra alternativa senão uma forma de pressão mais contundente, mais forte, que seria a greve. Houve um indicativo inicial para que esta greve fosse deflagrada no dia 15 de agosto. Mas o quadro de mobilização nacional não estava satisfatório, com assembleias meio precárias e vazias. Houve nova reunião extraordinária do Conselho que apontou indicativo definitivo para o dia 30 de setembro. E assim foi feito, até mesmo na expectativa de que neste intervalo o MEC acenasse com alguma possibilidade de atendimento das reivindicações. Isto não aconteceu; a insatisfação dos servidores cresceu, a mobilização se tornou boa, favorável, e os servidores então deflagraram a greve. De imediato, no dia 30, a greve paralisou cerca de 12 universidades; com uma semana de greve a gente já atingia mais que o dobro: 25 instituições paralisadas. Até o dia 10, irão se realizar assembleias em outras universidades que ainda se encontram fora do processo de greve. O quadro da greve apresentava uma curva de crescimento - passo-a-passo, ele cresceu -, mas o MEC manteve sua posição de silêncio absoluto em relação, à questão, os reitores - numa demonstração inédita na história das lutas de servidores e professores mostraram enorme espírito de consciência do problema da universidade e fecharam

Do céu só cai chuva. Funcionários, todos na luta! Isonomia já! Foi este um dos gritos de guerra dos funcionários das universidades autárquicas, que entraram em greve dia 30 de setembro, por plano de carreira e salários dignos. Quatro semanas de greve, marcadas por assembleias sempre cheias. Não à privatização do ensino! e Greve. Isonomia com carreira. Foram mais de 80 mil funcionários parados pelo país afora. Aqui, o presidente da Associação dos Servidores da UFRJ (Asufrj), João Eduardo do Nascimento Fonseca, fala sobre o movimento.



questão em torno do atendimento das reivindicações dos servidores, ainda este ano. Isto fortalece a luta e traz de certo modo uma confiança maior no sentido de que a greve teve certa força para tentar romper essa barreira de silêncio e de insensibilidade que o MEC está colocando entre as reivindicações dos servidores e a sua responsabilidade de Ministério Público de decidir essas questões.

Boletim - Houve alguma vez o compromisso do governo com a isonomia?

João Eduardo - De modo algum. O MEC vem mantendo uma postura evasiva em relação à isonomia. Em inúmeras audiências foi afirmado que o ministério havia tomado a decisão política de conceder a isonomia. Mas esta declaração, que já vem sendo feita há meses, entra em contradição inexplicável com

as medidas práticas que o ministério vem encaminhando. Coisas completamente soltas que não indicam, para o nível de emergência que a questão coloca, o empenho efetivo do MEC para solucioná-la. Ao contrário, hoje temos motivos para entender que o MEC além de não buscar solucionar a questão, ainda tenta aproveitar a situação de pressão política dos servidores pela isonomia e empurrar pela goela da universidade abaixo, com todos os seus segmentos, um projeto da natureza do que o GERES trouxe. Isto à medida que condiciona a concessão da isonomia à unificação do regime jurídico que viria através de projeto de lei. E aí aproveita para colocar propostas que ele vem aguardando porque não encontra espaços para colocá-las em outras situações. De concreto o MEC, até aqui, mantém sua postura irresponsável, insensível e protelatória.

Boletim - Qual foi a orientação do comando de greve da UFRJ quanto aos procedimentos dos funcionários?

João Eduardo - Esta greve é fruto de uma conquista pelo menos quatro anos de lutas da categoria e de toda a comunidade universitária, que conseguiu uma universidade mais democrática: elegeu seus dirigentes e trouxe um clima e um espaço concretos de liberdade. Liberdade de manifestação política e cultural. Hoje se mostra claramente o quanto custa à universidade se ver privada de todo seu serviço de apoio, o quanto é importante para seu funcionamento, assim como a presença dos estudantes e o trabalho dos professores, o trabalho dos funcionários.

Definimos alguns serviços considerados absolutamente essenciais, em especial aque-

les que prestam serviços à comunidade externa, nas áreas e unidades de saúde sobretudo, e alguns setores internos, como a vigilância, que tem por objetivo garantir a segurança do patrimônio da universidade. O quadro de comprometimento das aulas - em algumas unidades - pode estar relacionado com isto tudo, porque pela primeira vez, os funcionários não sofreram pressões concretamente, por estarmos num clima de liberdade maior.

Boletim - Qual foi o quadro interno da greve?

João Eduardo - O quadro foi muito vigoroso. A greve chegou a atingir seguramente perto de 90%, considerando que os serviços essenciais foram convencionados que funcionariam. 90% da universidade foi paralisada.

Boletim - Como foi a receptividade junto a professores e estudantes?

João Eduardo - Foi muito boa. Estudantes e professores, de maneira geral, compreenderam que esta greve transcendeu a reivindicação específica dos funcionários. Ela teve o mérito de se constituir numa trincheira de luta de resistência e defesa da universidade. E isto diz respeito não só a funcionários, mas a estudantes e professores. Havia sensibilidade em todos os setores: Vários estudantes manifestaram seu apoio, paralisaram suas atividades, não assistiram aula em apoio à greve; vários professores e a Adufrj manifestaram seu apoio e até mesmo alguns colegas - o que é fato inédito na universidade - formalizaram seu apoio às reivindicações e ao movimento, como o CPPD, o CEG, Conselhos de Centros. Existe um clima de solidariedade muito concreto que tende a crescer, a se aprofundar, na luta por melhores condições de vida e trabalho, de ensino; pelo ensino público e gratuito; pela universidade pública, gratuita, democrática e competente. E que este movimento cresça, para que a gente possa num primeiro momento barrar estas investidas privatistas do governo, e deformadas da universidade pública, e possamos também e principalmente obter um dos centros de nossas reivindicações que é a isonomia salarial entre autarquias e fundações, para que os funcionários possam e os docentes também, contar com um salário que lhes garanta uma sobrevivência digna.

CARTA DE APOIO AOS SERVIDORES EM GREVE

Neste momento em que docentes e funcionários das Universidades Federais Autárquicas mobilizam-se, através de suas entidades nacionais (ANDES e FASUBRA), na luta por um Plano Único de Cargos e Salários, pela Isonomia com as Fundações, em defesa do Ensino Público e Gratuito e por uma Universidade democrática, autônoma, competente e comprometida com a transformação da socie-

dade, sentimo-nos no dever de hipotecar o mais amplo apoio aos servidores da UFRJ que se declararam em greve a partir de hoje, por tempo indeterminado.

Nosso apoio não deve ser restringir ao verbal mas se ampliado na ação diária em nossos locais de trabalho pela participação nas atividades e manifestações promovidas pelos funcionários. A ADUFRJ deixa claro, de acordo com o encaminha-

mento de sua última Assembleia Geral, realizada em 25/09/86, que os docentes não possuem, no momento, condições de deflagrar uma greve conjunta. Lembramos aos colegas que, de 3 a 5 de outubro, em Curitiba, terá lugar o XIV CONAD onde reavaliaremos a situação atual e indicaremos os próximos passos para o movimento docente.

Os resultados da Comissão Inter-minis-

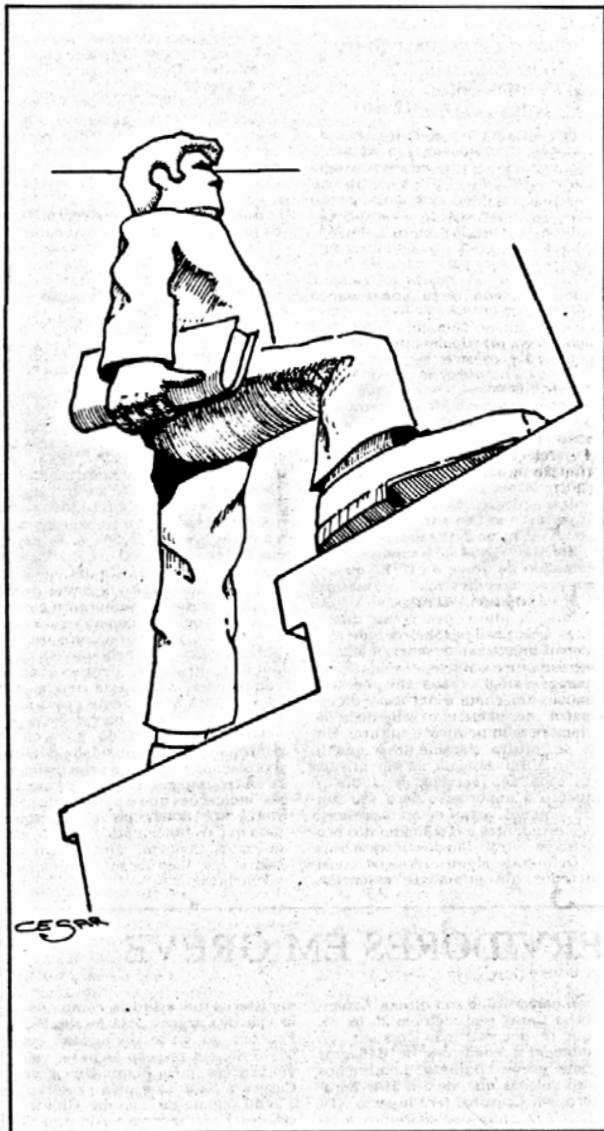
terial que estuda a compatibilização de Cargos e Salários das IES Federais só serão divulgados em 06/10/86, em resposta às nossas reivindicações pelo Plano Único de Cargos e Salários e pela preservação do regime jurídico das Universidades Federais como Autarquias Especiais. É fundamental, portanto, intensificar a mobilização interna, tendo em vista os desdramamento de nossa luta.

TODO APOIO À GREVE DOS SERVIDORES

Adufrj, 30 de setembro

Seminário Interno Reestruturação da Universidade

Relatório Setorial - ADUFRJ



A ADUFRJ, como se divulgou amplamente no âmbito da UFRJ, realizou, de 4 a 7 de novembro, o Seminário Interno, em conjunto com a ASUFRJ, o DCE e a APG, destinado a proceder à análise da Reestruturação da Universidade.

A dimensão dos problemas levantados no decorrer do encontro demonstrou, de imediato, a exiguidade do prazo estabelecido pelo Governo para uma resposta final à consulta formulada aos docentes com base no documento do GERES. Somava-se a isso a falta de tempo para a avaliação preliminar do documento alternativo encaminhado pela ANDES e pela FASUBRA.

Como a própria ADUFRJ já possuía, com relação ao assunto, discussão acumulada a partir dos subsídios do Movimento Docente - Caderno nº 2 Propostas das AD's e da ANDES, proposta da comissão de seu Conselho de Representantes, contribuição das Unidades (E. Química, E. Música, Valongo, I. Biologia e CAP) e dos órgãos superiores da Universidade (CEG/CEPG/Comissão do C.U.) - iniciaram-se os trabalhos pela análise comparativa dos vários documentos, com o intuito de se fazer o mapeamento dos pontos polêmicos a serem remetidos aos docentes da UFRJ e, em seguida, às demais AD's na reunião nacional dos dias 17 e 18 próximos, em Brasília.

Neste sentido, estes pontos serão levados à Assembléia para discussão e deliberação e, posteriormente, remetidos à reunião nacional.

A ADUFRJ considera que o calendário inicial, associado ao prazo do dia 20, deve ser reavaliado com vistas à prorrogação. Sugerimos o Congresso da ANDES como fórum mais adequado para a consolidação de propostas a nível nacional, que contemplem discussões anteriores mais aprofundadas pela categoria docente.

a) Regime Jurídico das IES
Não se chegou a uma definição do regime jurídico a ser adotado pelas IES Federais, embora tenha

Pontos Polêmicos Abordados no Seminário

ficado claro o perfil desejado para a Instituição, independentemente do regime, como consta do relatório da discussão conjunta. As opções analisadas foram o novo ente jurídico "Universidade" e a manutenção do regime de autarquia especial.

Houve dúvidas quanto à possibilidade de especificar a autarquia universitária, pois existem outros tipos de autarquias especiais, apesar de ter sido esclarecido que cada tipo seja constituído por lei própria, que determina suas características. Outro ponto destacado foi de como garantir a autonomia administrativa, desvinculando, por exemplo, a dotação orçamentária de rubricas predeterminadas pelo Governo. De qualquer forma, tornou-se patente a necessidade de maior esclarecimento acerca das questões legais envolvidas.

Quanto ao novo ente "Universidade", ressaltou-se principalmente a ambigüidade e a inadequação da terminologia proposta, considerando a existência de IES isoladas e Universidades privadas, já que os problemas legais e políticos são basicamente os mesmos que os analisados para a regulamentação das autarquias especiais.

b) Conselho Comunitário.
Duas linhas básicas desenvolveram-se. Aqueles favoráveis à sua existência, viram neste conselho não só a possibilidade de maior, mais direta e efetiva forma de relação com a sociedade, como também um fórum, onde segmentos não hegemônicos da sociedade teriam voz para explicitarem suas visões quanto à natureza, os objetivos e as formas de interação Universidade - Sociedade. Este conselho teria caráter consultivo junto à administração superior da Universidade.

Para aqueles contrários, as razões variavam desde a visão de que haveria insuperáveis dificuldades na operacionalização de sua composição, até os que consideram completamente inadequada sua existência, no que se refere aos seus possíveis papel político, alcance e finalidade.

Observou-se ainda que a participação em colegiados universitários não é reivindicação dos setores organizados da população, com os quais desejamos interagir, além de não ser ainda uma questão amadurecida no âmbito do Movimento Docente.

Julgou-se inoportuna a regulamentação deste conselho antes de uma ampla discussão interna e externa, a fim de permitir, inclusive, a participação dos próprios setores sociais na elaboração das propostas de integração com o meio universitário, se este mecanismo for tido como adequado.

c) Controle Finalístico
O debate se deu a partir de duas posições - uma a favor do controle finalístico que se encerraria no âmbito da própria Instituição; outra advogando tal controle exercido por órgão externos à Universidade. Neste último caso, foram avaliadas, entre os presentes as possibilidades seguintes:

1) Controle pelo Congresso Nacional (e aí se colocaram as dificuldades operacionais decorrentes de tal decisão);

2) O Conselho Interuniversitário, órgão a ser criado com objetivo de exercer tal controle;

3) O CFE desde que devidamente reformulado.

Quanto as formas de controle interno, a discussão apontou ainda no sentido da comunidade acadêmica definir e adotar procedimentos internos de avaliação de suas atividades, com a participação de representantes de comunidade acadêmica e científica a nível nacional e do MEC.

d) Regime de Trabalho
A discussão sobre o regime de trabalho abordou o nível salarial dos professores, a conveniência

da DE, a maior flexibilidade do regime de tempo parcial e os mecanismos e condições para o cumprimento dos regimes implantados.

Houve clara manifestação dos presentes quanto aos baixos níveis salariais da carreira docente atual.

Quanto à gratificação de dedicação exclusiva, a maioria dos participantes entendeu que ela representa uma discriminação e distorção como complemento salarial do que propriamente ganhos para o trabalho acadêmico e a qualificação docente. Foi proposta então sua extinção e a incorporação ao salário do regime de tempo integral.

Sobre o regime de tempo parcial evidenciaram-se duas preocupações: 1) a de contemplar certas unidades que necessitam de docentes com atuação profissional externa, mas que não se enquadram no perfil do atual regime de 20 horas; 2) outra, que isto não significasse o retorno pura e simples do regime horista. Considerando a carga didática média de uma disciplina (aulas, preparação e avaliação) dessas áreas houve proposta de que o regime de tempo parcial fosse desmembrado em 20 e 10 horas de trabalho semanais.

Outros Pontos que Requerem Mais Aprofundamento ANDES/FASUBRA

- Estrutura Departamental,
- Controle Econômico Financeiro
- Conselho Interuniversitário
- Estatuto do Servidor Universitário
- Reforma de Estatutos/Regimentos das IES
- Legislação Afetada pela Proposta.

Pontos que requerem maiores aprofundamentos pelos movimentos

1

Conselho Interuniversitário

O Conselho Interuniversitário é previsto na "Proposta da ANDES e das AD's para a Universidade Brasileira" com a função de estabelecer "normas mínimas ordenadoras da estrutura nacional de ensino superior" (pp. 23-24 do Caderno ANDES nº 02). O Conselho Interuniversitário substitui o CFE.

É necessário que os movimentos aprofundem a concepção e o funcionamento do Conselho Interuniversitário, principalmente nos seguintes aspectos:

- atribuição;
- composição;
- forma de escolha dos integrantes do Conselho;
- relação com o 1º e 2º graus (função atualmente exercida pelo CFE);

2

Departamento

A Lei 5.540 estabelece que "o departamento será a menor fração de estrutura universitária" (art. 12, parágrafo 3º). Entretanto, há nos movimentos muitos críticos sobre o papel ceceador e corporativo dos departamentos.

Cabe, pois, discutir se mantemos a estrutura departamental, ou se propomos outras formas organizacionais básicas ou se deixamos a questão em aberto para a definição de cada instituição.

3

Fiscalização econômico-financeira das IES

Pela Lei 5.540 a fiscalização é feita pelo Conselho de Curadores (artigo 15), na proposta do GERES pelo Conselho Comunitário (artigo 8º).

CABE APROFUNDAR

- que instância (órgão) deve fazer a fiscalização;
- sua composição;
- forma de escolha dos integrantes;
- subordinação superior (Poder Executivo e Legislativo).

4

Controle Finalístico

A ANDES não prevê em sua proposta controle finalístico. O Projeto do GERES estabelece que o controle será feito pelo MEC.

CABE APROFUNDAR

- se é necessário um controle finalístico externo;
- se for julgado necessário, quais serão as funções e que instância deverá fazer o controle.

5

Estatuto do Servidor Universitário

Deve ser feito a partir dos pontos consensuais da minuta, dos pontos comuns nos PCS's dos docentes e servidores e de conquistas porventura já alcançadas pelo movimento.

6

Reforma de Estatutos e Regimentos das IES

Cabe definir que organismo fará a reforma dos estatutos e regimentos em cada IES (se estatuto interna ou órgão colegiado), sua composição, etc.

7

- Leis, completas ou em parte, cuja revogação é necessária para que possa vigorar a minuta de anteprojeto de lei (por exemplo lei 5.540, Decreto-Lei 200, etc...)

REFORCE NOSSA LUTA

ASSOCIE-SE À ADUFRJ

ANDES/FASUBRA

minuta de anteprojeto de lei

Dispõe sobre a natureza jurídica, a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior federais e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS

Art. 1º - O ensino superior federal, indissociável da pesquisa e da extensão, será ministrado em Universidades e Estabelecimentos Isolados de ensino superior e será organizado de acordo com os seguintes princípios:

- I - ensino público e gratuito;
 - II - a garantia por parte do Estado de atendimento pleno da demanda social por ensino superior;
 - III - democracia interna e autonomia administrativa, acadêmica, pedagógica e científica;
 - IV - descentralização administrativa, respeitando a autonomia das unidades;
 - V - flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa, respeitado um padrão unitário de qualidade extensivo a todas as IES;
 - VI - gratuidade do ensino que compreenda não só ausência de taxas ou mensalidades, mas a garantia de reais condições de estudo, através de sistemas de auxílio à alimentação, à moradia, ao transporte e à aquisição de material escolar.
- Art. 2º - As Universidades e Estabelecimentos Isolados de ensino superior federais organizar-se-ão sob a forma de Autarquias de Regime Especial, de conformidade com a presente lei, com autonomia para realizar atividades educacionais, científicas tecnológicas, artísticas e culturais.
- Art. 3º - As Universidades organizar-se-ão com as seguintes

características:

- a) unidade de patrimônio e administração;
 - b) universidade de campo, pelo desenvolvimento das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos e em razão de ulteriores aplicações, e de uma ou mais áreas técnico-profissionais.
- Art. 4º - As IES têm legitimidade para pleitear em juízo a anulação de qualquer ato que implique violação do disposto nesta lei ou que obste a realização de seus objetivos.

Art. 5º - As IES fixarão seus objetivos pedagógicos e suas metas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais, respeitadas normas mínimas ordenadoras da estrutura nacional do ensino superior, de modo a desempenhar seu papel criador na contribuição ao desenvolvimento soberano do país.

Art. 6º - As normas mínimas ordenadoras da estrutura nacional de ensino superior serão definidas pelo Conselho Interuniversitário.

Parágrafo único - O Conselho Interuniversitário terá caráter público, total independência do poder executivo, será constituído por representantes eleitos democraticamente em cada IES e terá suas atribuições e composição definidas em Lei.

Art. 7º - As IES serão dotadas de competência para criar, organizar cursos de graduação, pós-graduação e outros, a serem realizados em sua sede ou fora dela, obedecidas as normas mínimas referidas acima.

Art. 8º - As IES estabelecerão critérios e normas de seleção e admissão de candidatos aos seus cursos, em todos os níveis.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º - A organização e funcionamento das Universidades serão disciplinadas em estatutos,

elaborados de acordo com o previsto na presente Lei e aprovados pelo Conselho Universitário e referendados pelo Conselho Interuniversitário.

Art. 10 - A organização e funcionamento de Estabelecimentos Isolados serão disciplinados em regimentos, elaborados de acordo com o previsto na presente Lei e aprovados pelo Conselho Superior Competente e referendados pelo Conselho Interuniversitário.

Art. 11 - A administração superior da Universidade caberá ao Conselho Universitário, presidido pelo Reitor, constituído dos dirigentes das unidades de ensino e administrativas, representantes eleitos do corpo docente, discente e técnico-administrativo e representantes da comunidade científica, artística, cultural, dos trabalhadores e dos empresários, e nele não haverá membros natos.

§ 1º - O Conselho Universitário poderá dividir-se em Comissões para fins de deliberação, na forma do respectivo estatuto.

§ 2º - ALTERNATIVA 1 - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos no Conselho Universitário será paritária.

ALTERNATIVA 2 - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos no Conselho Universitário será preferencialmente paritária.

ALTERNATIVA 3 - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos no Conselho Universitário será definida pelo estatuto da Instituição.

Art. 12 - A administração superior dos Estabelecimentos Isolados caberá à colegiado deliberativo presidido pelo Diretor, constituído dos dirigentes representantes eleitos do corpo docente, discente e técnico-administrativo e representantes da comunidade científica,

artística, cultural, dos trabalhadores e dos empresários, e nele não haverá membros natos.

§ 1º - O colegiado deliberativo superior dos estabelecimentos isolados poderá dividir-se em Comissões para fins de deliberação, na forma do respectivo estatuto.

§ 2º - ALTERNATIVA 1 - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos no órgão colegiado de administração superior dos estabelecimentos isolados será paritária.

ALTERNATIVA 2 - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos no órgão do colegiado de administração superior dos estabelecimentos isolados será preferencialmente paritária.

ALTERNATIVA 3 - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos no órgão colegiado de administração superior dos estabelecimentos isolados será definida pelo estatuto da Instituição.

Art. 13 - Nas IES existirão colegiados deliberativos de coordenação de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma do respectivo estatuto.

Art. 14 - Nas unidades que integram as IES haverá igualmente colegiado deliberativo, presidido pelo respectivo dirigente, na forma do estatuto.

Art. 15 - Os colegiados a que se referem os artigos 13 e 14 serão constituídos por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária, eleitos direta e secretamente, e neles não haverá membros natos.

Parágrafo único
ALTERNATIVA 1 - A composição dos colegiados será paritária.

ALTERNATIVA 2 - A composição dos colegiados será preferencialmente paritária.

ALTERNATIVA 3 - A composição dos colegiados será definida na forma do respectivo esta-

tuto.

Art. 16 - ALTERNATIVA 1 - O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade serão escolhidos entre os membros da comunidade universitária, através de eleições diretas e secretas, observada a paridade de voto dos segmentos discentes, docentes e técnico-administrativos.

ALTERNATIVA 2 - O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade serão escolhidos entre os membros da comunidade universitária, através de eleições diretas e secretas, com a participação preferencialmente paritária de voto dos segmentos discentes, docentes e técnico-administrativos.

§ 1º - O Presidente da República nomeará o Reitor e Vice-Reitor eleitos pela comunidade universitária

§ 2º - O mandato do Reitor e Vice-Reitor é de 4 anos, não sendo permitida a recondução.

Art. 17 - ALTERNATIVA 1 - O Diretor e o Vice-Diretor de unidade integrante da IES, serão nomeados pelo Reitor, após eleição direta, secreta e paritária, realizadas em cada unidade.

ALTERNATIVA 2 - O Diretor e o Vice-Diretor de unidade integrante da IES; serão nomeados pelo Reitor após eleição direta, secreta e preferencialmente paritária realizadas em cada unidade.

Art. 18 - ALTERNATIVA 1 - O Diretor e o Vice-Diretor de Estabelecimento Isolado Federal, serão escolhidos entre os membros da comunidade do estabelecimento, através de eleições diretas e secretas observando o princípio da paridade de voto dos segmentos discentes, docentes e técnico-administrativos e nomeados.

ALTERNATIVA 2 - O Diretor e o Vice-Diretor de Estabelecimento Isolado Federal, serão escolhidos entre os membros da co-

Conclusão da Pág 8

munidade do estabelecimento, através de eleições diretas e secretas com a participação preferencialmente paritária de votos dos segmentos discentes, docentes e técnico-administrativos.

§ 1º - O Presidente da República nomeará o Diretor e o Vice-Diretor eleito pela Comunidade de Estabelecimento de Ensino Superior.

§ 2º - O mandato do Diretor e do Vice-Diretor de Estabelecimento Isolado ou unidade universitária, será de quatro (4) anos, não permitida a recondução.

Art. 19 - As eleições para escolha de Reitor e Vice-Reitor, bem como de Diretor e vice-diretor de Estabelecimento Isolado ou unidade universitária, deverão efetuar-se entre 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias após a vacância, quando for o caso.

Parágrafo Único - Em caso de vacância dos cargos de Vice-Reitor e Vice-Diretor da Unidade Universitária ou de Estabelecimentos Isolado, o Conselho Universitário ou equivalente, elegerá Vice-Reitor ou Vice-Diretor "pro tempore" até a eleição do sucessor.

Art. 20 - O regimento geral da Universidade e o regimento de Estabelecimento Isolado disciplinará os processos eleitorais previstos neste Capítulo, observando-se o disposto nos artigos 16, 17, 18 e 19 da presente Lei.

Art. 21 - ALTERNATIVA 1 - Os Estatutos e Regimentos serão elaborados e aprovados em processos definidos no âmbito de cada IES e que nela se esgotem, com a participação de toda a Comunidade Universitária, através de mecanismos democráticos e representativos.

ALTERNATIVA 2 - Os Estatutos e Regimentos deverão ser elaborados e aprovados em processos definidos no âmbito de cada IES, com a participação de toda a Comunidade Universitária, através de mecanismos democráticos e representativos e homologados pelo Conselho Interuniversitário.

Art. 22 - As IES implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação sistemática das suas atividades, levando em conta seus objetivos institucionais e seus compromissos para com a sociedade.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO E DAS FINANÇAS

Art. 23 - A União assegurará às IES Federais patrimônio e receita necessários e suficientes à realização dos seus objetivos institucionais, em função de planos plurianuais de desenvolvimento e de programas anuais de trabalho, aprovados pelo Congresso Nacional, como parte integrante dos recursos do Orçamento Geral da União, destinados à educação.

§ 1º - Os orçamentos das IES Federais serão elaborados a partir das suas unidades básicas e aprovados pelos respectivos colegiados superiores de modo a contemplar plenamente as necessidades definidas de acordo com os planos globais.

§ 2º - As IES promoverão as alterações necessárias nos planos plurianuais de desenvolvimento e de programas anuais de trabalho, quando julgar necessários, visando adequá-los às suas necessidades.

§ 3º - A União incluirá anualmente no seu Orçamento Geral, sob a forma de dotação global, os recursos destinados a cada IES, os quais serão empenhados pela sua totalidade e transferidos em duodécimos, a cada mês, e automaticamente considerados despesas realizadas do Tesouro Nacional.

§ 4º - À dotação global anual serão adicionados créditos suplementares ou especiais, relativos a encargos decorrentes de lei ou ato de autoridade federal, supervenientes à aprovação do Orçamento Geral, bem como destinados à recomposição do valor real do orçamento das IES em função da perda inflacionária.

§ 5º - Incorporar-se-ão ao saldo patrimonial das IES, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, considerando-se recursos para abertura de créditos suplementares ou especiais.

§ 6º - O orçamento interno das IES, abrangendo as receitas transferidas nos termos dos Parágrafos 3º, 4º e 5º e quaisquer outras provenientes de suas atividades, será por ela mesma elaborado anualmente e submetido à aprovação do seu colegiado competente.

Art. 24 - A União garantirá o financiamento pleno das atividades

de pesquisa e extensão das IES nas próprias dotações orçamentárias.

Parágrafo único - Os recursos eventualmente provenientes de outras fontes de financiamento terão caráter suplementar e serão geridos pelas unidades envolvidas, dentro das normas gerais da Instituição.

Art. 25 - Para celebração do contrato referente a obra, compra, alienação, locação ou concessão, as IES federais obedecerão ao procedimento administrativo da licitação, cabendo-lhes definir, em regulamento próprio, as modalidades, os atos integrantes do procedimento e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 26 - Obedecidos os princípios gerais do Direito Financeiro, poderão as IES definir em regulamento próprio normas e procedimentos de elaboração, execução e controle do seu orçamento.

Art. 27 - ALTERNATIVA 1 - Cabe às IES a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos. A prestação de contas deverá ser acompanhada de um relatório geral de atividades e submetida ao Congresso Nacional.

ALTERNATIVA 2 - Cabe às IES a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos. A prestação de contas deverá ser acompanhada de um relatório geral de atividades e submetida ao Poder Executivo.

Art. 28 - Às IES, constituindo-se serviço público federal, ficam asseguradas, além do que lhes forem outorgadas por lei especial, os privilégios administrativos da União, as vantagens tributárias e as prerrogativas processuais da Fazenda Pública.

CAPÍTULO IV
DO PESSOAL

Art. 29 - O regime jurídico do servidor das IES federais será organizado de acordo com o ANEXO I da presente Lei e obedecerá aos seguintes princípios, aplicáveis uniformemente a todas as IES federais:

I - identidade de estrutura de cargos e funções, isolados e de carreira, e respectiva isonomia de salários;

II - igualdade de direitos e deveres, em cada classe e nível;

III - exigência de aprovação pré-

via em concurso público de provas, ou de provas e títulos, como condição para a primeira investidura em cargos de carreira e, no caso do servidor docente, também para a investidura no cargo final, e de aprovação em processo seletivo nos demais casos;

IV - regime de promoção ou progressão funcional, baseado na avaliação de desempenho acadêmico e titulação, quando se tratar de servidor docente, e no caso de servidor técnico-administrativos por tempo de serviço no cargo, por mérito, e por qualificação;

V - política de capacitação de pessoal docente, técnico e administrativo;

VI - regime disciplinar que assegure o direito de defesa e recursos do servidor e, nos casos de falta grave, a aplicação de pena após a instauração do devido processo administrativo;

VII - aposentadoria integral.

Art. 30 - Após cada 1 (um) ano de efetivo exercício, o servidor faz jus à gratificação adicional por tempo de serviço, correspondente a um por cento (1%) do respectivo salário.

Art. 31 - A aposentadoria do servidor ocorrerá:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, por implemento de idade;

III - voluntariamente, ao completar:

a) trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino ou trinta anos de serviço, se do sexo feminino;

b) trinta anos de efetivo exercício em funções do magistério, se do sexo masculino, ou vinte e cinco anos, se do sexo feminino.

§ 1º - Aplicam-se aos servidores das IES as aposentadorias especiais das categorias profissionais que trabalham em atividades insalubres ou perigosas na forma que dispuser a legislação pertinente à matéria.

§ 2º - No caso do disposto nos Incisos I, II, III e Parágrafo Único deste artigo as IES complementarão os proventos da aposentadoria concedida pela Previdência Social.

Art. 32 - Será de 45 (quarenta e cinco) dias o período anual de férias para docentes e de trinta (30) dias para os técnicos-administrativos.

Art. 33 - Ficam assegurados

aos servidores das IES os demais benefícios já concedidos pela Lei 1.711/52 e 4.090/62, nesses incluídos também o regime do FGTS e PIS/Pasep, excluídos aqueles que por sua natureza ou semelhança já estejam disciplinados nesta Lei.

Art. 34 - O Estatuto do servidor das IES e o Plano Único de Cargos e Salários disciplinarão normas e procedimentos pertinentes no Capítulo IV desta Lei

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 - No prazo de cento e oitenta (180) dias, contados da vigência desta Lei, as IES procederão à reforma dos respectivos estatutos e regimentos gerais.

Art. 36 - Os atuais servidores das IES poderão, no prazo de um (1) ano, contado da data de publicação desta Lei, exercer o direito de opção pelo regime de pessoal nesta estabelecido.

Art. 37 - No prazo de trinta (30) dias, contados da data de aprovação desta Lei, serão implantados o Estatuto e o Plano de Cargos e Salários unificados para todas as IES Federais.

Parágrafo Único - Terão efeito retroativo os benefícios e vantagens, a partir da aprovação desta Lei.

Art. 38 - Transferem-se para a entidade de que trata o Artigo 2º desta Lei todos os direitos, vantagens, prerrogativas, encargos, ônus e obrigações outorgados e assumidos pelas atuais Autarquias e Fundações Universitárias Federais.

Art. 39 - A União promoverá a recuperação da capacidade física instalada das IES visando seu pleno aproveitamento.

Art. 40 - Esta Lei será regulamentada em noventa (90) dias).

Art. 41 - Deixa de aplicar-se às IES Federais o dispositivo nos artigos da Lei 5.540, nos artigos do Decreto-Lei 200 e nos artigos do Decreto-Lei 464 e nos artigos... de...

Art. 42 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

EM
QUESTÃO

Avaliação Acadêmica e Trabalho Intelectual em questão

AVALIAÇÃO da universidade: suas condições objetivas; Poder, escola e saber (meritocracia, competência e reprodução); e Necessidade e valor do saber e da universidade, eixos de questões que perpassam o ensino superior fizeram a pauta do **Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica**. Em 1º e 2 de outubro, em Curitiba, antes do XIV CONAD, professores de todo o país ouviram e falaram de suas experiências, vivências acadêmicas, críticas e expectativas, teses, e perguntaram: por que avaliar? e a que nos leva?

“A partir de que critério se quer avaliar a universidade brasileira?”, foi a interrogação da professora Carolina Bori, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. “Antes, vamos ter que definir a universidade que se quer avaliar”. Com rigor, caber perguntar o que leva o governo, hoje, a ter a avaliação como fator essencial para a política do ensino superior. Como sublinhou o reitor da UFBA, professor Germano Tabacof, “a avaliação vem sendo feita há muito. A greve de 84 dias, em 84, pode ser expressa como a dissecação das condições das universidades federais autárquicas”. Comunidade e mesmo autoridades - como o ex-ministro da Educação, Marco Maciel, na exposição de motivos com que implantou o GERES -, já vêm fazendo avaliações: crise, sim! Por falta de recursos essencialmente!

Com bom humor, o professor Tabacof comparou a universidade e a avaliação que o governo pede, a um atleta com a perna quebrada, cujo técnico, sem maiores cuidados e sem conceder tempo para recuperação, insiste em vê-lo correr. Competência, excelência e produtividade. Se o objetivo for hierarquizar competências, a conclusão pode ser desastrosa. Ainda mais com “o potencial da universidade esmagado pela falta de recursos”. “E até antipedagógico”.

À primeira mesa-redonda, na manhã de quarta-feira, compareceu ain-

da o professor Antônio Otávio Cintra, membro do GERES, que viu as primeiras reações à tese de dissociar ensino e pesquisa na universidade (“concepção gerencial e empresarial”, nas palavras do professor Newton Lima Neto, presidente da ANDES, logo depois respondidas com: “não acho que é insulto dizer que o ensino serve também ao mercado”).

Reconhecer que é preciso avaliar os procedimentos e fins como fizeram os professores, aqui, é outra coisa bem diferente de fortalecer a relação de propriedade do país, objetivo do governo. Como falou a professora Míriam Limoeiro, “competência e avaliação podem servir às causas mais conservadoras”: e se o pesquisador fizer uma ciência sobre temas que não caibam num critério estreito de avaliação (como, por exemplo, o determinado pelo mercado)?

Política educacional, política científica e tecnologia, verbas, condições de trabalho. Bem ao fundo de tais questões, o poder “exterior e interior ao saber”. Já à mesa da tarde, aberta pelo professor Jorge Borges Neto, UFPr, se permitia investigar a filosofia da educação e do ensino, a ciência - o critério de objetividade como legitimador da verdade -, a escola. Professor da USP, José Cavalcante de Souza foi colher nas raízes gregas a escola de que falou.

Contudo, foi para a função ideológica da escola que convergiram as atenções. A lógica histórica que organiza a sociedade de classes faz uso de aparelhos coercitivos e ideológicos, e entre estes está a escola, que “reproduz, seleciona, inclui e exclui, hierarquiza”, como falou a professora Míriam Limoeiro. “Mas a escola vive também de contradições e confrontos: é espaço de crítica”. Não há neutralidade.

Já o professor Miguel Arroio, UFMG, então já à noite, falou sobre a noção de função do saber. Para o movimento operário, desde a Velha República, saber queria dizer libertar-se. Em fins dos anos 50, e início dos 60, localizou o professor, os in-

telectuais formalizaram e levaram à frente este tópico: é a época do Centro Popular de Cultura, CPC; Movimento de Cultura Popular, MCP (do Recife); Movimento de Educação de Base, MEB; e de Paulo Freire. No período pós-64, 70 a dentro, a ruptura: agora, o saber útil, produtivo, para o êxito do projeto burguês de desenvolvimento.

A partir dos anos 80, predomina o saber sistematizado, o direito à

ver de manter, comprometida com o saber crítico (“por mais redundante que isto soe!”).

Na manhã seguinte, os professores dividiram-se em três grupos de trabalho. À tarde, os relatos de cada grupo foram lidos antes do começo da última mesa, **Avaliação Acadêmica - enfoques**, com as professoras Miriam Limoeiro e Vanilda Paiva, Sub-reitora de Graduação da UFRJ. A professora Vanilda Paiva descre-



escola, como saber que permite o acesso à cidadania. É esta a política que se reivindica do Estado, o que esvazia a prática social como local real do saber.

Paolo Nosella, UFSCar, por sua vez, falou sobre o conceito de saber universal. O critério da universalidade - ao contrário da universidade como “amontoado de faculdades, vagando conforme o mercado” é o espaço de **um** saber que integra o país a si mesmo, produzindo sua historicidade e sociabilizando-a. Já o professor Francisco Maraglia sublinhou o saber como processo simultâneo de reflexão e acúmulo, para marcar a educação que o Estado tem o de-

veu como a UFRJ vai conduzir a avaliação que considera necessária para levantar o diagnóstico da universidade, por áreas: o Sistema de Acompanhamento Gerencial. Garantiu que não é possível ter um modelo único de avaliação, procedimento ou questionário para mostrar como melhorar a universidade e não como puni-la.

O Seminário foi prejudicado pela greve dos comissários de vôo da VASP, que impediu que professores como Maurício Tragtenberg, UNICAMP e FGV-SP, e Cristovan Buarque, reitor da UnB, chegassem à Curitiba. A Andes prometeu publicar um caderno especial com os textos das mesas, debates e relatórios dos grupos de trabalhos.

Constituinte: a plataforma dos docentes



“Constituinte” e universidade é parte da proposta de pauta da ANDES para o seu VI Congresso Nacional, em Goiânia, entre 25 e 31 de janeiro, e que vai ser precedido pelo I Encontro Nacional da AD's das IES Estaduais, dia 23, e pelo Seminário Nacional sobre Financiamento da Universidade, dias 24 e 25. Também com vistas à Constituinte, onde a educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis vai ser eixo de discussões, a Adufrj promoveu dois encontros com candidatos ao Senado e à Câmara e, mesmo, à Assembléia Estadual. Carlos Minc, PT-PV, Hércules Corrêa, PCB, Milton Temer, PSB, e Werneck Viana, PMDB. Foi esta a mesa do primeiro debate dia

14 de setembro, então, a dois meses da eleição de novembro. Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária, Saúde e Cidadania foram temas tratados pela mesa, composta a partir de sugestões de comissão interpartidária com docentes de várias unidades. Dia 23 de setembro foi o segundo encontro, então, só de candidatos à Constituinte. Eduardo Portella, PMDB, José Eudes, PDT, Modesto da Silveira, PCB, e Vladimir Palmeira, PT, foram convidados. Em outubro, durante o XIV CONAD, em Curitiba, foi apresentada a proposta de “Plataforma Educacional do Movimento Docente para a Constituinte”, aqui publicada:

Plataforma do Movimento Docente para a Constituinte

1 - A educação é uma das promotoras dos meios de elaboração e reflexão crítica da realidade social em que vivemos, além da capacitação para o trabalho e a sustentação da vida - é um direito de todo cidadão, sendo portanto dever do Estado prover ensino público e gratuito e laico para todos, em todos os níveis, inclusive a partir do pré-escolar. O Estado aumentará gradativamente o número de vagas nas escolas públicas e gratuitas até que sejam suficientes para atender toda a demanda.

2 - A escola, de qualquer grau, é uma instituição social de interesse público, independente do regime jurídico a que se encontra submetida ou da propriedade do patrimônio material a que se encontra vinculada, o ensino, em todo território nacional, deve ter o caráter de concessão de serviço público sem fins lucrativos. Como tal deve esta concessão estar submetida à preservação de padrões unitários de qualidade estabelecidos de forma democrática, pública e transparente.

3 - Fica o Estado obrigado a alocar ao ensino público e gratuito uma parcela

fixa de receita tributária, cabendo à União aplicar nunca menos de 13% e aos Estados e Municípios nunca menos de 25% de modo a atender as necessidades públicas do setor, garantindo o desenvolvimento e a independência do ensino público e gratuito. A Lei estabelecerá sanções pelo não cumprimento destes dispositivos.

4 - É vedada a alocação, direta ou indiretamente, de verbas públicas às mantenedoras ou aos proprietários de estabelecimentos privados de ensino.

5 - Os critérios de distribuição e acesso às verbas públicas para a educação devem ser democratizados na comunidade acadêmica

6 - A edição de livros didáticos pelo poder público deve ser submetida ao controle social e democrático da comunidade dos educadores, garantindo-se a representatividade dos diferentes pontos de vista

7 - As Universidades e demais Instituições de Ensino Superior terão plenamente garantida sua autonomia pedagógica, científica e administrativa, em relação ao Estado ou entidades mante-

nedoras.

8 - É livre a manifestação pública de pensamento e da informação, proibida toda e qualquer forma de censura. A todos é assegurada a liberdade de ensinar e aprender, sem quaisquer imposições ou restrições de natureza filosófica, ideológica, religiosa ou política. O ensino, a pesquisa e a extensão serão organizados e exercidos em todo o território nacional de forma a garantir plenamente a sua liberdade e autonomia.

9 - A gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira das IES deverá ser democrática, conforme critérios públicos e transparentes. Nas instituições de ensino superior, os cargos de reitor e vice-reitor de universidade, de diretor e vice-diretor de unidade, e demais cargos de direção serão preenchidos por eleição direta pela comunidade universitária da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os integrantes dessa comunidade.

10 - O magistério de nível superior deve estar organizado sob a carreira unifi-

cada, garantindo-se a isonomia salarial, o provimento de cargos e funções por concurso público, salário e condições dignas de trabalho, aposentadoria com proventos integrais e direito à sindicalização.

11 - As Universidades brasileiras devem ter garantido um padrão unitário comum de qualidade, indispensável para que a Universidade seja capaz de cumprir seu papel de agente de soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das condições hoje de vida, trabalho e participação política da maioria da população brasileira.

12 - A universidade brasileira se pautará pelo princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

13 - As normas mínimas ordenadoras da estrutura nacional de ensino superior serão definidas por um organismo colegiado específico denominado Conselho Interuniversitário que deverá ter caráter público, total independência do poder executivo e será constituído por representantes eleitos democraticamente em cada Universidade.

VI Congresso Nacional da Andes - Goiânia
25 a 31 de janeiro, campus UFGO

A Adufrj e a Isonomia Salarial Interna

A ADUFRJ tomou conhecimento de que uma série de ações vêm sendo levadas a efeito, por docentes da UFRJ, com vistas a ajustes salariais que tanto visam um processo de Isonomia com outros docentes da mesma Universidade, como têm por intenção conquistar vantagens já obtidas por outros servidores do quadro federal.

Como assunto de natureza legal, consideramos que qualquer orientação a respeito de um possível sucesso ou fracasso do pleito em questão, pode ser precipitada, apesar de consultas que já formulamos junto à procuradoria da UFRJ e que nos deram conta da precária sustentação jurídica, que pode ser alegada em defesa dos requerentes. A ANDES e a ADUFRJ estão fazendo contactos junto à OAB no sentido de obter informações sobre o tema.

Com o objetivo de ampliar a gama de esclarecimento sobre as ações citadas, e de torná-

las ao alcance de todos, propomos, seguindo o encaminhamento do Seminário Interno, uma reunião no dia 25/11/ 86 (Terça-Feira) no auditório do CCMN (Roxinho) às 14:00 horas, quando esperamos contar com a participação do Reitor; do Sub-Reitor de Pessoal; do Chefe da Procuradoria; de Representantes dos Escritórios de Advocacia que assumiram a causa; da OAB e da ANDES, o que nos dará a possibilidade de uma visão clara sobre o assunto para que possamos assumir com relação, ao mesmo uma decisão fundamentada e conjunta.

Do ponto de vista político, parece-nos evidente que o fato salienta a crise salarial de que somos vítimas. E é por isso mesmo fundamental que entremos com toda a disposição no esforço reivindicatório junto ao governo em favor da nova tabela defendida pelo Movimento Docente.

A Diretoria da ADUFRJ

ASSEMBLÉIA GERAL

pauta: informe reunião das
autarquias, Brasília
eleição de delegados VI Congresso ANDES
27 de novembro, 14 horas
Roxinho



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 03/1985 a 11/1985.

IMPRESSO REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII MARÇO/85

N° 27

Entidades provocam eleição prévia na UFRJ

Comunidade participa na escolha da lista sêxtupla para reitor

UM PASSO ADIANTE

A defesa da participação da Comunidade Universitária na escolha de seus dirigentes, particularmente Reitor, é luta antiga do movimento docente.

Todos esses anos de luta resultaram numa série de experiências acumuladas, fruto de batalhas levadas a cabo em diversas Universidades, com o objetivo de suplantar, na prática, uma legislação que não responde mais à realidade atual.

A UFRJ, este ano, renovará os quadros dirigentes de sua administração superior. Estão à prova a sensibilidade da estrutura de poder para entender os novos tempos, por outro lado, a competência do movimento docente no encaminhamento de propostas que signifiquem passos firmes na direção da democratização da Universidade.

Na última Assembléia da ADUFRJ, saiu vitoriosa uma proposta que defende, para a atual sucessão de reitor da UFRJ, uma eleição paritária da qual participam (se assim aceitarem a ASUFRJ e o DCE), os três segmentos da Universidade - professores, funcionários técnicos-administrativos e alunos - para elaboração da lista sêxtupla, a ser submetida ao colegiado eleitoral. Este critério de paridade pressupõe que a participação de cada segmento será igualitário, caso todos os membros de cada um deles participe das eleições. Assim, levando em consideração o número atual de docentes, funcionários e alunos da UFRJ, o voto de um docente corresponderá ao de três funcionários e de seis alunos.

A ADUFRJ deliberou, ao mesmo tempo que orientou sua ação com o objetivo de evitar polarizações com os colegiados superiores da Universidade, por entender que tal confronto não

interessaria à luta em defesa de nossa Instituição. Não interessaria implementar um processo que significasse apenas um ato de protesto - a escolha de um nome ou de lista sêxtupla, pela comunidade e posterior tentativa de imposição da mesma aos colegiados superiores. Em resumo, optamos pela participação de toda a comunidade e ao mesmo tempo iniciamos diálogo com os colegiados superiores.

Com esta orientação solicitamos reunião com o Conselho Universitário, levada a efeito em 17/01/85, na qual expusemos nossa posição em relação à elaboração da lista sêxtupla. Propusemos a formação de uma comissão dos colegiados superiores para estabelecer métodos e processos de participação da comunidade, para se constituir na interface entre a comunidade e os referidos colegiados. Tal proposta veio a ser aprovada em 31/01/85 e a comissão finalmente constituída por três nomes do Conselho Universitário, uma do CEG, uma do CEPG e outra do Conselho de Curadores.

A comissão transformou-se, efetivamente, num canal aberto para a intervenção do movimento docente no sentido da ampliação da participação da comunidade.

Em sua primeira reunião de trabalho, após aprovar sua proposta inicial, a comissão decidiu convocar as entidades representativas para discutir. A ADUFRJ propôs várias sugestões objetivando o aperfeiçoamento daquela proposta, no sentido de torná-la mais democrática e participativa, as quais foram aprovadas em sua totalidade.

O processo final aprovado consiste

basicamente de uma consulta a todos os professores, administrada pelos departamentos, de onde sairão os seis nomes mais votados em cada centro, sendo que as listas deverão ser constituídas no máximo por três professores do próprio centro onde ocorre a eleição. Sugerir-se-ão duas reuniões prévias do colégio eleitoral, que terão o objetivo de reduzir a lista inicial (que terá no máximo 42 nomes) para 12 nomes e, finalmente para os seis que deverão compor a lista a ser encaminhada ao presidente da república (ver matéria na pág. 3).

As resoluções desta comissão trazem as marcas de suas próprias limitações, porém, é necessário reconhecer que representam um grande passo diante no processo de democratização da Universidade, estabelece a consulta a todos os docentes e introduz os debates entre os candidatos e a comunidade, os quais possibilitam a discussão de metas e propostas. Terá, além disso, uma profunda repercussão na futura gestão da UFRJ com o rompimento do antigo processo de acordos sigilosos articulando interesses pessoais e setoriais. Sua principal deficiência é colocar a participação de funcionários e alunos num plano secundário.

Cabe ao movimento docente aplicar seus princípios diante de uma realidade política original. Devemos usar agora toda nossa capacidade de intervenção nos destinos de nossa Universidade.

O êxito da prévia da ADUFRJ, nos dias 9 e 10 de abril, possibilitará o coroamento de um processo que influenciará o cotidiano de nossas atividades nos próximos quatro anos.

Docentes reivindicam Cr\$ 3,27 trilhões de suplementação

AMÉRICO VERMELHO



O álbum Avenida Central, editado no início do século, em que o fotógrafo Marc Ferrez registrou a abertura da atual Avenida Rio Branco tem menos de mil exemplares intactos. Um deles está na UFRJ, na Biblioteca de Obras Raras do CT, deteriorando-se como outras obras na Universidade. Não é o único problema das bibliotecas, que também têm suas qualidades e serão, pela primeira vez, organizadas em um Sistema de Documentação e Informação (Págs. 6 a 8)

Patrimônio: que será dos prédios da Universidade?

(pág. 11)

Serviço Social pede novos professores

(pág. 5)

A ADUFRJ ENTENDE QUE A VIABILIZAÇÃO DO PROCESSO EM CURSO DEPENDE DO LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS A REITOR, DE FORMA A REPRESENTAR TODO O ESPECTRO DE OPINIÕES SOBRE OS DESTINOS DA UFRJ. ESTIMULANDO QUE OS COLEGAS LANCEM SUAS CANDIDATURAS, A ADUFRJ PUBLICARÁ OS PROGRAMAS DE TODOS OS CANDIDATOS QUE ASSIM O DESEJAREM.

AUTONOMIA E RESPONSABILIDADE

**Fernando Amorim,
Joel Teodósio, Moacyr Barreto,
Tomas da Costa e Selene Alves**

Com a posse de novo Governo, a 15 de março, encerra-se o ciclo do autoritarismo. Entraremos novo período histórico em que toda a sociedade terá a tarefa de construir instituições democráticas, base para a Democracia sólida, estável e realmente representativa dos interesses e aspirações da grande maioria do povo brasileiro.

Neste processo, caberá aos movimentos sociais organizados um trabalho de grande importância e responsabilidade: a formulação de um projeto de sociedade e a sua discussão ampla.

O movimento docente, e, enfim, o conjunto da comunidade acadêmica deverá formular um projeto de Universidade democrática em consonância com o projeto político mais geral em desenvolvimento no país.

Para desenvolver este projeto precisamos transformar a nossa Universidade em um antro de elaboração crítica do conhecimento em todas as suas áreas, condição essencial à formação de profissionais capazes de atuar como agentes dinâmicos de um processo de desenvolvimento nacional, soberano e voltado para as necessidades e aos interesses da maioria do povo brasileiro. De outra forma a Universidade se reduzirá a um colégio de terceiro grau, mera difusora do conhecimento produzido por outrem, reprodutora de um saber estratificado e morto.

Esta nova Universidade deverá se consolidar como o principal antro de produção científica, tecnológica e cultural, onde o conhecimento produzido seja orientado em direção às principais necessidades do país.

Teremos de ser capazes de construir uma Universidade dinâmica, sintonizada com a sociedade, atenta as principais demandas da comunidade na qual se insere, capaz de debater e formular soluções para as principais questões nacionais. Estas condições também são essenciais tanto para que os profissionais formados por seus cursos de graduação e pós-graduação possam colaborar efetivamente com o processo de desenvolvimento do país, como para que a produção científica, tecnológica e cultural estejam voltadas para as reais necessidades nacionais, da maioria de população, contribuindo, desta forma, para a solução de seus principais problemas.

A questão é o que fazer, concretamente, para iniciar a construção desta nova Universidade; como exercer influência no ritmo dessa transformação democrática em andamento - um processo na qual o Movimento Docente tem sido sem dúvida alguma um dos principais protagonistas. Trata-se de saber

quais são as ações mais adequadas para que esta transformação seja um catalisador no processo político, mais geral, de construção das instituições Democráticas. Estas preocupações devem estar ocupando as reflexões de todos os professores conscientes de sua responsabilidade no momento político em que vivemos.

O movimento docente em geral, e a diretoria da ADUFRJ, vem defendendo insistentemente que a base para uma Universidade Democrática são colegiados atuantes e efetivamente representativos. O longo período de arbítrio se refletiu nas Universidades Autárquicas reproduzindo as relações entre o executivo e o legislativo; e, como conseqüência, os colegiados foram se atrofiando e acabaram por se reduzir a meros referendadores das decisões tomadas

Tomemos dois exemplos concretos que mostram de forma inequívoca como os colegiados têm negligenciado sua responsabilidade na gestão da Universidade e como, quando recuperem a representatividade, mesmo que parcialmente, podem atuar de forma conseqüente no processo de desenvolvimento de nossa Universidade:

O primeiro ocorreu na grande promoção vertical de assistente 4 para adjunto 1 no final de 1982, que ficou conhecida como o Trem da Alegria. O CEG e o CEPG adotaram uma política que, em última análise, significava transferir aos departamentos a definição dos critérios de promoção. O resultado de tal política foi a absoluta falta de critério, caracterizada pela irresponsabilidade da esmagadora maioria dos de-

vez que não se mostra capaz de gerir com um mínimo de competência e responsabilidade o patrimônio público com a autonomia existente.

Recentemente, quando um novo trem da alegria já estava pronto para sair, o CEG resolveu avaliar critérios para progressão vertical fazendo uma proposta que refletia o conceito de um perfil mínimo para professor adjunto. Esta proposta foi discutida e aperfeiçoada pelo CEG e recebeu uma série de sugestões do Conselho de Representantes da ADUFRJ, quase todas adotadas posteriormente na proposta final aprovada pela plenária dos conselhos (CEG e CEPG). Desta forma estes colegiados assumiram a sua responsabilidade na definição de uma política de pessoal docente

conseqüente. A ocasião também é oportuna. Existe um clima de mudanças, que aponta para a construção de estruturas democráticas. Cabe, portanto, aos colegiados exercerem seriamente suas funções, demonstrando, desta forma, que é possível, a partir do princípio da autonomia, construir uma Universidade acadêmica e socialmente responsável.

A outra questão a que nos referimos se relaciona com a preparação dos planos individuais e departamentais de trabalho e dos relatórios e das suas análises-avaliações por parte das Congregações e colegiados superiores. Que compõe uma rede de omissões que reproduzem continuamente o conceito de que ninguém é responsável pelo desempenho da instituição. Este conceito se aplica também individualmente a toda a estrutura de direção da Universidade, dos chefes de Departamento ao Reitor (com as exceções que confirmam regra, é claro).

Esta questão também está relacionada com a autonomia, uma vez que atualmente ela se reduz, quase que exclusivamente, a prerrogativa de definir as linhas de atuação de cada departamento e os respectivos planos de trabalho. Esta autonomia acadêmica ainda não resultou em políticas de ensino e pesquisas formuladas globalmente pelos colegiados superiores para o conjunto da Universidade, mesmo porque, nos últimos anos, não existiu nenhum estímulo do Estado neste sentido; ao contrário, a atuação das agências financiadoras estimulou o relacionamento direto com os grupos e departamentos, o que, de certa forma, reduziu a autonomia da Universidade para definir as suas políticas de pesquisa e ensino de forma independente.

Passemos então a um exemplo concreto, que apesar de particular, reflète com muita propriedade a realidade da UFRJ. Trata-se dos relatórios e de 11 departamentos da EE, que chegaram recentemente ao CEG, aprovados por todos os colegiados e comissões da unidade. Ressalte-se que a Escola de Engenharia é uma das maiores unidades da UFRJ, que apresenta uma produção acadêmica acima da média da Universidade e na qual a direção tem mostrado preocupações com a questão da produtividade, que se refletem, por exemplo, na resolução 02/83 do Conselho Departamental que estabelece critérios para avaliação e cargas mínimas para cada professor.

As informações chegaram até a diretoria da ADUFRJ como resultado da perplexidade do relator, o professor Antonio Figueiredo, diante de fatos absurdos contidos nos relatórios e planos departamentais.

“Destaca-se a lata para que todos os colegiados reassumam gradativamente as suas prerrogativas e as suas responsabilidades.”

pelos dirigentes, fossem elas certas ou erradas, conseqüentes ou não. Este processo se estende a toda a estrutura da Universidade, dos Departamentos ao Conselho Universitário.

De certa forma o movimento docente também vem reproduzindo estas relações distorcidas, desenvolvendo ações prioritariamente no sentido da democratização da escolha de dirigentes, lutando por eleições diretas em todos os níveis. A participação nos colegiados tem ficado num segundo plano. Durante algum tempo, inclusive, se discutiu se esta atuação não acabaria legitimando uma estrutura pouco representativa. No entanto, hoje podemos afirmar, com base na experiência acumulada, que o processo de democratização da Universidade passa necessariamente pelo fortalecimento de todos os colegiados e pela ampliação de sua representatividade.

O que significa, no entanto, este fortalecimento? Qual o espaço de transformação que dispomos efetivamente dentro de cada um deles? Em termos de representatividade o que podemos fazer para ampliá-la?

Não pretendemos dar respostas definitivas. Desejamos apenas formular uma linha de ação que aponte para fortalecimento do colegiado como uma etapa do processo de democratização de nossa Universidade.

Destaca-se, pela sua urgência e oportunidade, a luta para que todos os colegiados reassumam gradativamente as suas prerrogativas e as suas responsabilidades. Que ocupem efetivamente o espaço aberto a eles com os ventos da democracia. Que enfrentem efetivamente os principais problemas de nossa Universidade, franca e abertamente. É fundamental abandonar a postura de omissão travestida de respeito ao princípio da autonomia - obviamente distorcida.

partamentos que adotaram medidas para a promoção de todos os interessados independente de qualquer tipo de avaliação da produção acadêmica. Em alguns departamentos este processo chegou ao extremo de promover professores que nem sequer haviam solicitado a progressão vertical, por não comparecerem à Universidade.

E o mais estarrecedor é que apesar de conhecimento público, nenhum colegiado superior esboçou qualquer tipo de reação, que procurasse ao menos coibir os excessos, os chamados “casos patológicos”. Ao contrário, com base no princípio de autonomia dos departamentos todos os excessos foram aprovados.

Como conseqüência desta prática foi se cristalizando um conceito de autonomia extremamente distorcida, que significava em outras palavras que todo departamento, e todo professor individualmente, estaria acima de qualquer processo de avaliação coletiva. Os argumentos eram os mais absurdos e iam desde que os colegiados não eram representativos até que os salários são baixos e, portanto, não se pode cobrar produção dos professores e funcionários. Esses argumentos acabaram, porém, resultando em uma prática inconseqüente e irresponsável que conduz a um impasse, pouca coisa foi feita no sentido de recuperar a representatividade e a legitimidade dos colegiados e, além disto, muitos colegiados indiscutivelmente representativos não adotaram uma política consistente. Por outro lado, o argumento dos salários nos afastava da população, porque criava uma nova classe de trabalhadores, aqueles que trabalham apenas o que julgaram - individualmente - justo pelo que recebiam, e, para lutar por autonomia mais ampla, corroem a credibilidade da instituição - uma

para a Universidade, impedindo que se repetisse o processo inconseqüente de 82. É claro que a resolução que define os critérios para progressão não é perfeita e contém imperfeições que precisam ser corrigidas. Também é certo que qualquer departamento pode derrubar na prática tais medidas, avaliando irresponsavelmente os candidatos. Mas estes departamentos ficarão muito mais expostos diante do julgamento da comunidade porque ficará evidenciada a sua atuação uma vez que os critérios são homogêneos e, portanto, não se justificarão distorções em relação a departamentos semelhantes. Caberá aos colegiados competentes, a exemplo do CEG e do CEPG cumprir com a sua obrigação e coibir os excessos. Logo, existe uma excelente oportunidade para quebrar o ciclo vicioso das promoções por tempo de serviço, que premiam indiscriminadamente aqueles que se destacam em seu trabalho, aqueles que apenas cumprem as suas obrigações ao mínimo aceitável, e, até mesmo, aqueles que não trabalham.

Com a atitude do CEG e CEPG colocou-se em cheque o conceito de que a promoção é um “direito” acessível a todos os docentes, independente da sua produção. Abriu-se, desta forma, o debate sobre o papel da titulação e o perfil das diversas categorias diante dos conceitos de mérito e competência acadêmica. Em outras palavras, se a Universidade é, ou deveria ser, uma instituição estruturada sobre o mérito, então qual será o papel de cada uma das categorias que compõe a carreira: auxiliar, assistente, adjunto e titular?

O CEG e o CEPG cumpriram o seu papel, a responsabilidade agora passa para os departamentos e unidades, que tem ao seu alcance os meios para fazer um trabalho

(continua na pág. 4)

ENTIDADES FAZEM PRÉVIA PARA REITOR

Uma eleição prévia entre os professores, para elaborar a lista sêxtupla de candidatos a Reitor da comunidade universitária será promovida pela ADUFRJ nos dias 9 e 10 de abril, com urnas em todas as unidades. No mesmo dia, a Associação dos Funcionários da UFRJ (Asufrj) estará realizando eleição idêntica entre os funcionários. A elaboração da lista sêxtupla da comunidade será feita paritariamente, atribuindo-se um peso (relativo ao número de integrantes) ao resultado das votações nas diversas categorias. Cada eleitor deverá escolher até seis nomes.

O Conselho de Representantes da ADUFRJ irá reunir-se no dia 19 de abril, quinta-feira, às 16 horas, no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza para a organização da eleição. A reunião é aberta a todos os professores. Nas semanas seguintes, os candidatos a Reitor participarão de debates com a comunidade: o primeiro deles acontecerá no "Quinhentão", auditório do bloco K (subsolo) do Centro de Ciências da Saúde, às 14 horas

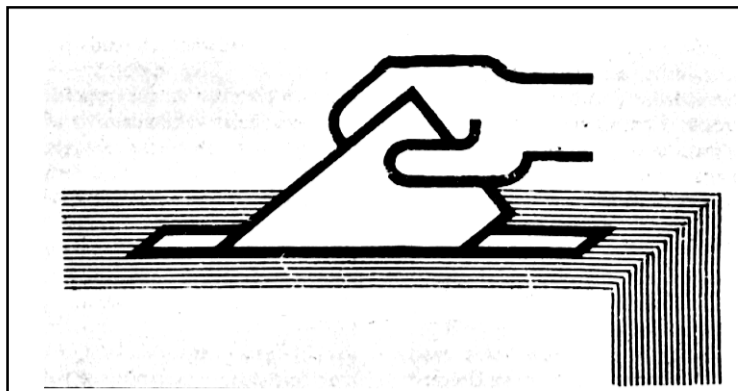
do dia 27 de março. Em 2 de abril, o auditório do CFCH, na Praia Vermelha, abrirá o debate, que também ocorrerá às 14 horas. No mesmo horário, em 8 de abril, os candidatos debaterão no "Roxinho", no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza.

A lista sêxtupla elaborada paritariamente pela comunidade será encaminhada aos professores nos Departamentos, como lista indicativa para a consulta que os Conselhos da Universidade irão promover nos dias 16 e 17 de abril. A comissão criada pelo Conselho Universitário para encaminhar essa consulta está enviando aos professores a carta que o BOLETIM DA ADUFRJ reproduz neste número:

Rio de Janeiro, 12 de março de 1985

Ilmo Professor

Como é do conhecimento geral, o Conselho Universitário em reunião realizada em 31 de janeiro de 1985, resolveu criar uma Comissão, constituída de três dos seus membros, um membro do CEG, um do CEPG e um do Conselho de



Curadores, para consultar a comunidade acadêmica com relação à elaboração da lista sêxtupla para a escolha do futuro Reitor.

Tendo em vista a importância do assunto, a Comissão deliberou encaminhar aos senhores de Departamento das diversas Unidades da UFRJ os seguintes critérios:

1) Cada professor do Departamento poderá indicar, por eleição secreta, até seis nomes de docentes, sendo no máximo três do respectivo Centro. O Museu Nacional, para esse fim, será considerado como Centro.

2) Dessa eleição participará a totalidade dos docentes de cada Departamento.

3) A eleição deverá ocorrer,

simultaneamente em todos os Departamentos, nos dias 16 e 17 de abril de 1985.

4) O Chefe do Departamento indicará três docentes para acompanharem a votação e realizarem a apuração, que deverá ser pública.

5) Feita a apuração, o Chefe do Departamento fará chegar ao Presidente da Comissão, Prof. Luiz Renato Caldas (Bloco G do Instituto de Biofísica - Edifício do CCS), impreterivelmente até às 10 horas do dia 18 de abril de 1985, a relação dos nomes, sufragados, com o respectivo número de votos obtidos e a listagem anexa, assinada pelos docentes votantes.

6) A Comissão fará a apuração dos votos, encaminhando ao

Colegiado Eleitoral os até seis nomes mais votados em cada Centro sendo no máximo três do próprio Centro, listados em ordem de cotação.

De acordo com o calendário elaborado pela Comissão, os nomes sufragados nos diversos Centros serão submetidos a duas eleições prévias no Colegiado Eleitoral, a ocorrer nos dias 19 e 22 de abril de 1985.

A reunião final do Colegiado Eleitoral, para composição da lista sêxtupla, deverá ser convocada pelo Magnífico Reitor, para o dia 23 de abril de 1985.

Com o objetivo de informar a comunidade acadêmica sobre o posicionamento dos eventuais candidatos a respeito das questões da Universidade, serão realizados debates às 14 horas dos dias 27 de março (no CCS), 02 de abril (no CFCH) e 08 de abril (no CCMN).

Solicita-se por último ao Sr. Chefe divulgar entre os membros deste Departamento o calendário aqui apresentado.

Atenciosamente.

Prof. Luiz Renato Caldas
Presidente da Comissão

Docentes calculam suplementação

No Quarto Congresso da Andes, a discussão sobre o tema "Verbas para a Universidade" resultou em uma comissão para avaliar as necessidades de suplementação de verbas de Outros Custeios e Capital para fundações e autarquias em 1985. Reunida em Brasília de 7 a 10 de março, a comissão - em que Fernando Amorim representou a Adufrj - concluiu que o movimento docente deverá reivindicar ao Governo Cr\$ 3,27 trilhões em 1985 para suplementar os gastos em Outros Custeios e Capital (verba para as despesas da Universidade, à exceção das despesas com pessoal).

Os relatórios finais do Quarto Congresso da Andes devem chegar, em breve, à Adufrj (que as divulgará no próximo BOLETIM). No Congresso, realizado em Vitória, a UFRJ foi representada por Fernando Amorim, Edwaldo Cafezeiro, Pedro Lyra, Rafael Denaro, Norma Colino de Figueiredo, Deia Maria dos Santos, Joel Teodósio, Moacyr Barreto, Tomás Pinheiro da Costa, Cibele Reynaud e Ildeu de Castro Moreira.

A Comissão (composta pela Adufrj, Sadi dal Rosso pela UNB e Diretoria da Andes; e Lúcia Neves pela UFPE) estudou a seqüência de dotações para a Universidade pú-



blica desde 1972 (último ano em que há dados completos disponíveis) e previu as necessidades de recuperação dos trabalhos de ensino e pesquisa, comprometidos, como as atividades de extensão, pela progressiva diminuição de recursos para o ensino superior. Segundo os docentes, "esta análise dos dados históricos permitiu à Comissão superar a proposta do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, cuja fundamentação se baseia na análise de uma série histórica que retoma até 1980 apenas, e na análise de valores absolutos, e não relativos".

A proposta do CRUB (que orientou as reivindicações docen-

tes na greve de 1984), de Cr\$ 770,55 bilhões é "amplamente insatisfatória", na opinião dos membros da Comissão. O ano de 1982, usado pelos reitores como base para calcular sua reivindicação de mais recursos, foi o que teve maior quantidade de verbas dos recursos ordinários do Tesouro Federal destinadas à Universidade pública (pouco mais de Cr\$ 2,095 trilhões, em 1984), mas foi também um dos que teve a pior relação entre o gasto com outros Custeios e Capital (OCC) e o orçamento total: 9,95 por cento. A maior parte dos 90,05 por cento restantes foram para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - o que se explica pelo reajuste salarial obtido pelos docentes com a greve de 1981 e pelo grande aumento do quadro de professores, em consequência do decreto de reestruturação da carteira, de 1980.

O ano em que OCC teve maior quantidade de recursos, 1979 (Cr\$ 251,61 bilhões) a relação entre essa quantia e a verba total do orçamento foi de apenas 14,15 por cento, bem inferior a 1973, quando Outros Custeios e Capital ocuparam 26,35 por cento do orçamento das Universidades. Com esses dados, os professores tiveram a certeza de que seria

mais correto calcular a suplementação necessária usando valores relativos - e não absolutos, como se vinha fazendo.

Para se chegar a Cr\$ 3,27 trilhões, a Comissão (composta pela Adufrj, Sadi dal Rosso, pela UNB e diretoria da Andes, e Lucia Neves, pela UFPE) usou dados como o maior valor já aplicado na Universidade para Despesas de Pessoal e Encargos Trabalhistas (pouco mais de Cr\$ 1,881 trilhão em 1982) e a melhor relação proporcional entre OCC e as Despesas de Pessoal (38,5 por cento, em 1973), e, projetando o resultado para 1985 (calculando uma inflação de 230 por cento) chegou à quantia de Cr\$ 2,6 trilhões, que foi multiplicada por um "coeficiente de expansão" - previsão das necessidades para recuperar as atividades acadêmicas e de pesquisa - e resultou na quantia que servirá de reivindicação dos professores ao novo governo.

"A simples atribuição de mais recursos para a Universidade não significará, necessariamente, a superação da crise" adverte a Comissão. "Para tanto, será necessário associar a entrada de verbas à democratização das estruturas responsáveis pela sua gestão, que

possa conduzir a um processo de ampla participação da comunidade na administração dos recursos e na definição de suas necessidades reais".

Continua o documento: "O processo de democratização não se esgota na reformulação da gestão da Universidade, mas se amplia na discussão do compromisso social da instituição, fundamental para a formulação de um projeto de Universidade. A questão da autonomia financeira se coloca como fator fundamental para a aplicação eficiente dos recursos das Instituições de Ensino Superior federais; a abolição das barreiras existentes atualmente (Decreto-Lei 200 etc) só resultará no impulso em direção ao pleno desenvolvimento da Universidade se estiver associada à democratização de sua estrutura de poder."

O documento lembra, ainda, que a aplicação da Emenda João Calmon daria ao MEC recursos adicionais da ordem de Cr\$ 5 trilhões para manutenção e desenvolvimento do ensino no orçamento da União para 1985. "Mais do que suficiente para atender às necessidades das Universidades federais".

Autonomia e responsabilidade

(Continuação da pág. 2)

Diante do objetivo deste artigo não cabe uma análise pormenorizada. Tomaremos apenas os fatos mais marcantes para dar um sentido mais concreto à linha de argumentação adotada.

Vários departamentos apresentaram a CDSM (Carga didática semanal média) calculadas erradamente, e não foram erros ocasionais, foram erros que demonstram claramente o intuito de passar por cima do espírito da resolução CEG/CEPG que adotou este índice como representativo da produtividade dos departamentos. Estes departamentos tiveram os seus índices reduzidos a menos da metade, passaram de nove para cerca de quatro.

Outra característica marcante é a ausência de preocupação de relator a produção de pesquisa; apenas dois relacionaram os trabalhos publicados durante o ano de 84 e projetos desenvolvidos (Naval e Metalurgia).

Nota-se também que vários departamentos apresentaram relatórios e planos de trabalho que não respeitaram o critério estabelecido pela resolução 02/83 do Conselho Departamental que estabeleceu uma relação máxima de dez horas de atividade de apoio ao ensino (preparação de aulas, correção de provas e exercícios, orientação de alunos, etc) para oito horas de aulas expositivas. Foram encontrados casos de até 18 horas de atividades de apoio para duas horas de aula por semana.

Esta fatos demonstram o conceito de total ineficácia que gozam estes mecanismos de controle junto a setores significativos do corpo docente. Reflexo da certeza da impunidade os departamentos não se preocupam sequer em produzir números consistentes. E o mais estorpecedor é saber que estes relatórios passaram pela comissão da congregação e pela própria congregação e foram aprovados na forma em que foram apresentados.

É claro que este fato não é um acontecimento isolado e certamente se repete na imensa maioria das unidades. Ele

é um reflexo do cotidiano de nossa Universidade, onde fatos absolutamente anormais foram adquirindo, pela omissão e conivência da totalidade da comunidade acadêmica, aspectos de normalidade. É público e notório que parcelas significativas de professores contratados em regime de 40 horas só comparecem à Universidade para dar seus cursos (não mais que seis horas por semana), ausentando-se durante todo o período de férias escolares (quatro meses por ano), e chegam com frequência bastante significativa a passar vários períodos sem oferecer disciplina - passando neste caso, vários meses sem aparecer na Universidade seque para apanhar o contracheque.

O caso dos professores em regime de 20 horas é calamitoso, porque, na realidade, são pouquíssimos os docentes que cumprem efetivamente sua jornada de trabalho. Para a maioria esmagadora, esse regime significa, apenas, a obrigação de dar, no máximo, seis horas de aula por semana durante o período letivo.

Também não é segredo para ninguém que muitos professores com DE (Dedicação Exclusiva) tem outros empregos fora da UFRJ. As gratificações de insalubridade por raios-x já foram concedidas a docentes que trabalham em lugares que sequer possuem aparelho de raios-x, e o mais grave é que essas gratificações são concedidas com o aval de colegiados de Departamento e da Congregações, que conhecem perfeitamente as condições de trabalho dos docentes.

Essa situação só vem sendo possível devido à omissão de todos os colegiados, do departamento ao Conselho Universitário. Uma omissão que se caracteriza pelo comportamento de avestruz, isto é, de quem não quer enxergar a realidade ao seu redor. Esta atitude, no entanto, não os isenta de responsabilidade; ao contrário, coloca-os na posição de cumplicidade, uma vez que a omissão acaba transformando-se em aval.

Individualmente, quase todos os

professores, inclusive a imensa maioria dos dirigentes, também assume uma postura de omissão, reforçada por um "espírito de corpo" distorcido - pois parte da premissa de que seria falta de ética denunciar e combater o absentismo e o recebimento irregular de gratificações de seus colegas. Será que não percebem que agindo desta forma estão respaldando a corrupção? Estamos dando nosso aval e nos tornando cúmplices? Que estamos desvalorizando o trabalho dos que atuam corretamente, cumprindo judiciosamente suas obrigações acadêmicas? Que estamos correndo a credibilidade pública da Universidade Autárquica como instituição, e, também, derrubando, na prática o conceito de autonomia administrativa? Que estamos comprometendo seriamente o projeto de democratização da Universidade, uma vez que nos mostramos incapazes de resolver coletivamente esses graves problemas?

A postura de omissão só se aplica pela permanência prolongada de um regime autoritário, quando o país foi roubado à nação. Cristalizou-se, dessa forma, o conceito de que a responsabilidade pela gestão da Universidade, e, enfim, de toda a coisa pública, cabia exclusivamente ao Governo; e que todos, tanto individualmente quanto coletivamente, estavam isentos de responsabilidade, tudo isso reforçado pelo exemplo da comissão que partia dos mais altos escalões governamentais.

O período autoritário foi superado, e estamos entrando em uma fase de transição onde a responsabilidade pela construção das instituições democráticas cabe, coletivamente, ao conjunto da nação, e, individualmente, a cada cidadão. Neste contexto, caberá à comunidade universitária a tarefa de construir uma universidade democrática, onde o conceito de autonomia não seja utilizado como pretexto para omissão; ao contrário, sirva de base para a construção de uma Universidade acadêmica e socialmente responsável.

Poetas da UFRJ, UNI-VOS!

Um livro de poesias de professores, funcionários e alunos da UFRJ está em elaboração. Quem organiza a obra é o professor Alexandre Barbosa, do Instituto de Matemática, que informa contar com o apoio da Decania do CCMN e da sub-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente, Alex já coletou 60

poesias - o total a ser publicado é de cem - e informa que os poetas que desejarem participar da coletânea devem procurá-lo na secretaria de Instituto de Matemática (Centro de Tecnologia, bloco C) ou à noite, no alojamento dos estudantes, onde pode ser localizado pelo telefone 260-6053.

Errata

No último número de BOLETIM DA ADUFRJ foi truncada a identificação da professora Maria

Laura Leite Lopes. A docente é Diretora Adjunta de Graduação do Instituto de Matemática.

Comprometer os curadores

"Com o avanço da democratização e a conseqüente eleição dos reitores, fica claro que os representantes - ou melhor, "propostos" - do MEC nas Universidades são os Conselhos de Curadores (ou Conselhos de Diretores), nomeados pela Presidência da República sem qualquer compromisso com as Universidades". Essa é uma das conclusões enviadas pela ANDES como subsídio para o IV Congresso dos Docentes - realizado nos dias 25 de fevereiro a 3 de março - . A direto-

ria da Atiles sugere às Universidades fundacionais que esses Conselhos - e o MEC - devem ser os alvos principais das campanhas salariais. Sugere, ainda, eleições para a composição desses órgãos:

"Paralelamente à campanha salarial, cabe lutar pela democratização e pelo controle dos Conselhos de Curadores; é necessário caminhar para sua eleição pela comunidade, nos moldes apontados para os Conselhos Universitários".

O trem passa e a Universidade?

Enquanto os prédios da UFRJ deterioram-se por falta de manutenção, e aguarda-se, há um ano, Cr\$ 18 bilhões (em cruzeiros atuais) que seriam necessários para restaurá-los a condições mínimas de trabalho e estudo, o Senado Federal nomeou, ao apagar das luzes do Governo Figueiredo, 1.554 pessoas para o quadro estatutário do Senado. O chamado "Trem da Alegria"

representará um gasto mensal de Cr\$ 6 bilhões aos cofres federais.

No final de janeiro, o Presidente assinava autorização para incorporação de 18.627 novos funcionários ao quadro federal, dos quais 15.459 serão contratados, sem concurso, para o Ministério do Exército. Não é verba o que falta ao Governo para atender às reivindicações da Universidade...

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D 200 — Telefone: 280-9322, ramal 325, e 590-4799 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária. CEP 21944. Caixa Postal 68531. Rio de Janeiro — RJ. CGC 30.315.055/0001 — 51. Edição e redação: Sergio Leo (reg. prov. 17073)

Fotografia: Américo Vermelho.

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Joel Regueira Teodósio
Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa
Secretário: Moacyr Barreto da Silva Júnior.
1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira
2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física
Marcia Lima Ramos, Luiz Felipe de Souza Coelho (representantes); Herli Joaquim de Menezes, Manoel Rother do Amaral Junior (suplentes)

Instituto de Geociências
Antonio José Teixeira Guerra

Instituto de Química
Marco Antonio F. Faria

Escola de Música
Cibeli Cardoso Reynaud; Ilda Maria Lauria Vasconcellos (suplente)

Faculdade de Educação
Marcelo Macedo Corrêa e Castro; Catherine Laurence M. C. Rato (suplente)

Escola de Serviço Social
Maria Lucia de Paula Petiz; Maria Inês Souza Bravo — suplente

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Beatriz Maria Alasia de Heredi e Olinto Antonio Pegoraro (representantes); Lincoln de Abreu Penna e Maria da Graça F. Ferreira Schalcher (suplente)

Instituto de Psicologia
Phrygia Arruda; Maria Julieta Somló Sathler (suplente)

Colégio de Aplicação
Ana Maria Toledo de Miranda e João Rua (representantes); Maria Manuela Quintans Alvarenga e José Nilo Peixoto de Moraes Tibau (suplentes)

Faculdade de Direito
Eliseu Alvares Pujol; Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração
Maria José Cyhlar Monteiro; Josué de Souza Almeida (suplente)
Instituto de Ciências Biomédicas
Márcia Taffarel e Silva; Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Faculdade de Farmácia
José Carlos Gonçalves; Maria Magdá Simões Waineraich (suplente)

Faculdade de Medicina
José Roberto Lapa e Silva, Cláudio Miguel Ávila e Celeste Carvalho Siqueira Elia (representantes); Vanda Marques da Silva, Norma Colino Sarmento Figueiredo e Diana Maul de Carvalho (suplentes)

Instituto de Microbiologia
Armando Alves Borges Neto; José Mauro Peralta (suplente)

Instituto de Biologia
Margaretha D. M. Van Weerelt; Deia Maria F. dos Santos (suplente)

Faculdade de Odontologia
Aracy G. Castro Teixeira e Ednilson Porangaba Costa (representantes); Maria José Santos Alencar e Carmelo Sansone (suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos
Waldyr Mendes Ramos; Maria Coeli dos Santos Bernat (suplente)

Instituto de Psiquiatria
Raffaele Giovanni G. Infante; João Romildo Bueno (suplente)

Instituto de Pediatría
Luiz Carlos de Siqueira; Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia
Roni Marques; Roberto Bravo de Souza (suplente)

Escola de Engenharia
Antonio Claudio Gomes de Sousa; Carlos José Ribas D'Ávila e Newton Alberto de Araujo (suplentes)

Escola de Química
José Vitor Bomtempo Martins; Silvia Maria cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE
Nilton Vargas, Carlos Antonio Levi da Conceição; Marilta Gnecco de Camargo, Luiz Landau (suplentes)

Instituto de Macromoléculas
Carlos Alberto P. Galvão Hemais; Esperanza Amelia V. Roldan Ribeiro (suplente)

Museu Nacional
Luiz Fernando Dias Duarte; Vera Lúcia de Moraes e Huszar (suplente)

Faculdade de Letras
Edwaldo Cafezeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Maria Amalia A. Alpeida Magalhães e Elane Frossard Barbosa (representantes); Maria Angela Dias Elias e Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Serviço Social: novo currículo nenhum professor

A aprovação do novo currículo da Escola de Serviço Social da UFRJ, pelo Conselho de Ensino e Graduação (CEG), não foi acompanhada da contratação necessária de novos professores, para suprir o quadro de docentes que, há anos, está deficiente. A falta de docentes está dificultando estágios e pesquisas aprovadas pelo Conselho de Ensino para pós-graduados (CEPG), além de impedir a concretização do novo currículo. O Departamento de Métodos e Técnicas, duramente atingido pela necessidade de professores, pede solidariedade e manifestações de apoio dos docentes no entendimento a suas necessidades, em nota entregue à ADUFRJ pelo Departamento e pelo Centro Acadêmico da Unidade:

O Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social comunica à comunidade acadêmica em geral a grave situação em que se encontra com relação ao

seu quadro de professores. No primeiro semestre de 1985, há uma previsão de 18 turmas sem professor referentes a disciplinas obrigatórias e de escolha condicionada; no segundo semestre, a previsão é de 25 turmas sem professor.

Esta situação se deve a dois fatores fundamentais e interdependentes. Em primeiro lugar, há no Departamento de Métodos e Técnicas um problema crônico de insuficiência de professores - hoje o departamento conta com 11 professores para atender 48 turmas na graduação e 11 na pós-graduação. Nos últimos anos temos solicitado alocação de vagas para professor visando a atender as necessidades do Departamento em termos de ensino, pesquisa e extensão. Em outubro de 1983, encaminhamos ao CEG o pedido de sete vagas, não sendo contemplados com nenhuma, e, em maio de 1984, pedimos 12 vagas, que ainda se encontram

em processo de julgamento.

Em segundo lugar, por exigência do MEC, as Escolas de Serviço Social de todo o país foram obrigadas a reformular seus currículos com base no currículo mínimo aprovado em 1982. A Escola de Serviço Social da UFRJ iniciou, em 1983, a implantação de seu novo currículo aprovado pelo CEG, com um acréscimo de 1.080 horas. Muitas disciplinas de escolha condicionada têm caráter obrigatório para os alunos regidos pelo currículo anterior. Como consequência desta nova realidade aliada à insuficiência do quadro de professores, o Departamento de Métodos e Técnicas enfrenta hoje sua pior crise dos últimos anos, que se caracteriza por:

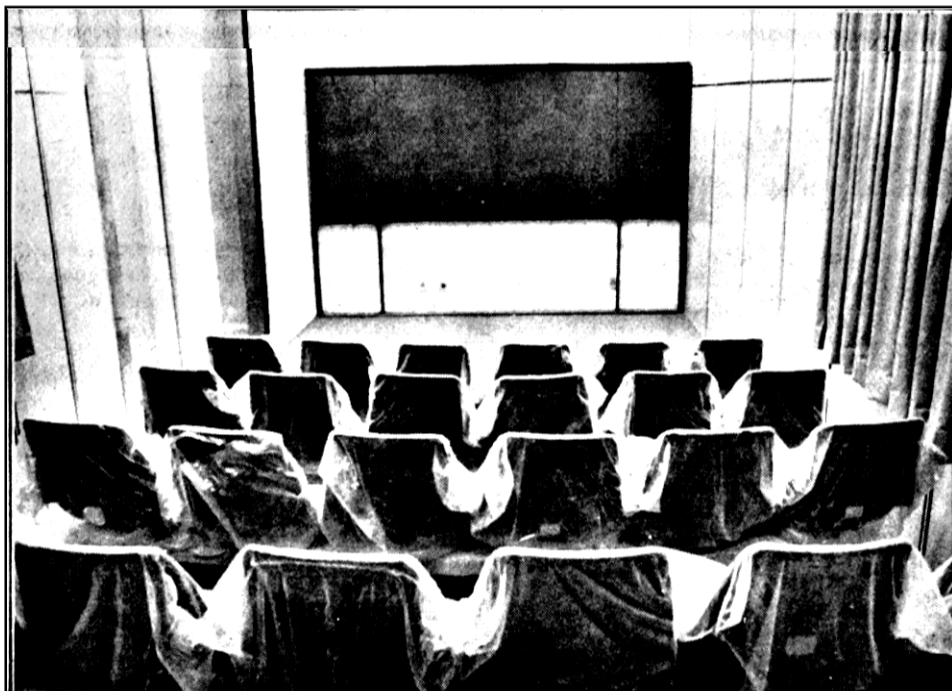
- Dificuldade na execução de programas de campos de estágio na Universidade responsável por 60 alunos; de orientação dos 140 alunos que realizam estágio obrigató-

rio em outras instituições; de encaminhar as quatro pesquisas aprovadas pelo CEG; dificuldade de implementar uma política de aperfeiçoamento dos professores.

- Falta de professores para atender as turmas (ver quadro em anexo).

Na tentativa de atender a situação emergencial dos alunos sem professores e tendo clareza de que a medida resolverá apenas provisoriamente os seus problemas atuais, o Departamento de Métodos e Técnicas solicitou a contratação de 11 professores horistas em março de 1985 pela verba 3.1.3.1. e prazo de cinco meses renovável para o segundo semestre.

O Departamento pede a solidariedade e a manifestação de apoio dos professores no atendimento de suas necessidades, seja na contratação dos 11 professores pela verba 3.1.3.1. seja na alocação de 12 vagas para concurso.



DISCIPLINAS número de turmas em 1985	Seminário de TCC II
1º sem.	TOTAL DE TURMAS.....18
2º sem.
Movimentos Sociais I01
Movimentos Sociais II01
S.S. e Dinâmica de Grupo01
S.S. e Pesquisa Participante
Estágio VI01
Metodologia Aplicada I05
Metodologia Aplicada II05
Metodologia Aplicada III07
Metodologia Aplicada IV04
Seminário de TCC I25

Projeto Fundão aperfeiçoa licenciatura

Wilson Tosta

Como aprimorar o ensino das disciplinas da área de Ciências Biológicas para os estudantes das escolas públicas de 1º Grau no Brasil? O Instituto de Biologia da UFRJ começou a responder a esta pergunta em setembro de 1983, quando alguns de seus professores juntaram-se a docentes dos Institutos de Matemática, Geociências, Física e Química em torno do "Projeto Fundão - Desafio para a Universidade". A diretora do IB, Maria Lúcia Cardoso Vasconcelos, e a diretora adjunta, Magda Regina Padilha, assumiram na ocasião a coordenação do Projeto junto aos professores e licenciados em Ciências Biológicas da UFRJ.

- A primeira coisa que fizemos foi divulgar entre os professores da área na rede oficial de ensino de 1º Grau a idéia do Projeto Fundão, chamando-os a uma discussão a respeito dos problemas que enfrentavam no seu dia-a-dia de trabalho - conta Magda Regina Padilha. E aí tivemos uma surpresa: na primeira reunião marcada, ainda em 1983, em um sábado e em plena Cidade Universitária, apareceram cerca de 60 pessoas interessadas.

Os professores da rede oficial de ensino de 1º Grau foram algum tempo depois separados em grupos por área geográfica - esta seleção foi feita pelo professor Alvaro Pereira, responsável na Secretaria Municipal de Educação pelo projeto - e começaram o chamado "treinamento interativo".

Neste tipo de trabalho, os professores traziam os seus problemas das escolas públicas, preparavam suas propostas na universidade, a partir das discussões, aplicavam-nas a seus alunos e deveriam trazê-las de volta à UFRJ para avaliação. Como o projeto foi aplicado durante o ano letivo de 1984, esta avaliação só deverá ser feita em março deste ano, com a volta às aulas. O treinamento foi dado pelas próprias coordenadoras e pelos professores Gabriel Skinner Neto, Cláudia Maia e Maria Isabel Rolim, todos do Instituto de Biologia, e envolveu cerca de 30 professores da rede oficial de ensino.

- Um dos objetivos principais de nosso trabalho junto a estes professores foi acabar com a forma compartimentada como as ciências são ensinadas aos alunos - diz Magda Regina Padilha. - O que se faz usualmente é preparar planos de aula que prevêem que no primeiro mês de aula o professor ensinará, por exemplo, conhecimentos relativos ao ar; no segundo, ao solo; no terceiro, à água. Mas as coisas não existem assim, separadas uma das outras. Procuramos levar os professores da área de ciências de 1º Grau que trabalharam conosco a mostrar as coisas de forma integrada, mostrando inclusive como umas agem nas outras.

Nas discussões, os professores chegaram à conclusão que boa parte das deficiências apresentadas

pelos alunos da rede oficial de ensino para a aprendizagem de disciplinas da área de ciências são devidas à própria maneira como elas são ensinadas pelos professores. A professora Magda Regina Padilha explica que não se trata aqui do velho dilema teoria-versus-prática:

- A teoria pode ensinar muita coisa aos alunos, se for mostrada de forma criativa, de modo a despertar neles a curiosidade e fazê-los raciocinar. Mas o que usualmente se faz não é isso.

Dentro do objetivo dos professores de ciências no Projeto Fundão de levar os alunos a "descobrirem" os conhecimentos e não recebê-los como dogmas prontos para serem decorados, o Instituto de Biologia começou a montagem de um pequeno laboratório para a produção de material didático para as aulas. Apesar de ainda não ter ficado totalmente pronto, o laboratório, instalado no Bloco B do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, serviu à preparação de algumas aulas.

- O laboratório, por suas deficiências, não pôde produzir muita coisa, mas tem servido à formação das cinco estagiárias que trabalham nele - diz Magda. - E isso é muito importante porque elas são todas alunas do curso de Licenciatura, ou seja, futuras professoras, que poderão aplicar o que aprenderam ali, no seu dia-a-dia.

As aulas preparadas no Projeto Fundão para a

área de ciências prevêem procedimentos simples, mas que levem os alunos ao raciocínio e ao questionamento - sempre. Assim, na parte referente ao assunto "Luz", que deve ser ensinada na 8ª série do 1º Grau, a idéia é utilizar coisas como velas acesas, caixas de papelão, espelhos, pedaços de papelão e de barbante, detergente etc. Já as aulas de "Reprodução Humana", que são parte do currículo da 7ª série do 1º Grau, requerem a utilização de transparências e cartazes, e a observação de organismos vivos.

É a "Classificação Geral do Reino Animal", assunto da 6ª série do 1º Grau, porém, que consegue uma das listas de recursos mais surpreendentes de todo o projeto. Além de fofos e painéis sobre o assunto, é recomendado o uso de objetos dos próprios alunos para a aula: mochilas, apontadores, estojos, canetas, cadernos, bolas e raquetes de ping-pong, etc. Em todos os casos, o material é utilizado para a "problematização" de cada assunto, ou seja, para levar os estudantes a se perguntarem o porquê de cada conhecimento.

- A conclusão gerei que podemos tirar, desde já do trabalho do Instituto de Biologia no Projeto Fundão - afirma a professora Magda Regina Padilha - é que, se levamos os alunos a raciocinarem sobre o que lhes é ensinado, os resultados obtidos são melhores.

UFRJ COORDENA SUAS BIBLIOTECAS

Distribuídas pelos campi da Praia Vermelha e Cidade Universitária e por nove unidades isoladas em diversos bairros da cidade, as 46 bibliotecas da UFRJ irão, pela primeira vez desde a criação da Universidade, constituir um sistema organizado de documentação e informação. Por interesse de professores e bibliotecários e pressão da Finep - que se recusou a continuar financiando bibliotecas da UFRJ sem um plano de racionalização de custos - foi criada uma "estrutura de descentralização coordenada" para as bibliotecas, subordinando-as à Biblioteca Central da UFRJ, que será modificada para assumir suas novas funções e passará a subordinar-se diretamente à Reitoria. Esse modelo foi submetido ao Reitor Adolfo Polillo, que informou pretendendo implantá-lo até abril, "com alguns aperfeiçoamentos".

A Biblioteca Central passará a coordenar e supervisionar todo o sistema de bibliotecas e informação, elaborando uma proposta de orçamento geral atualizando acervos e divulgando a documentação bibliográfica e audiovisual da Universidade. As bibliotecas de Centro, de Unidade ou setoriais participarão na administração da Biblioteca Central através de seu Conselho Assessor - que estudará convênios, fará o orçamento e criará, com a Direção Executiva, a política do sistema - e dos Comitês Técnicos, criados para tratar de problemas específicos, elaborar normas para o sistema e avaliar seu desempenho.

Logo que for implantado o Sistema de Bibliotecas e

informação - por uma comissão presidida pelo professor Oscar Akselrud, do Centro de Ciências da Saúde - deverão ser formados Comitês Técnicos para realizar as seguintes metas, consideradas prioritárias pelos docentes e bibliotecários que propõem o sistema: Aquisição planejada - e centralizada - de material bibliográfico e áudio visual; elaboração de catálogos coletivos e sumários correntes; e organização de um serviço ampliado de empréstimo na UFRJ.

Entre as prioridades do projeto, estão a realização de programas de treinamento e orientação de usuários; formação de um Banco de Bibliografias; e um Banco de Teses; programas específicos de divulgação, programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; controle do depósito legal de publicações, da produção técnico-científica e literária e manutenção de um registro da produção artística da UFRJ. E, ainda: comutação bibliográfica; conservação do acervo; realização de serviços reprográficos e criação de um banco de duplicatas e de programas de cooperação com outras bibliotecas, redes ou sistemas.

O projeto está nas mãos da comissão composta pelo Reitor para reformulação dos estatutos da UFRJ. Outra comissão foi nomeada no início deste mês para implementação do sistema.

A bibliotecária Maria Regina Uriarte, Diretora da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde, membro da primeira comissão formada para estudar

o sistema de bibliotecas na UFRJ e coordenadora do grupo que realizou o trabalho "Modelos de Sistemas de Bibliotecas Universitárias", para essa comissão, acredita que, além da racionalização no funcionamento das bibliotecas, um dos principais pontos positivos do projeto é a reformulação da Biblioteca Central, com novos serviços e o planejamento de sua criação - pois a que existe "não está planejada, não tem objetivo definido".

Em vez de ligar-se ao Fórum de Ciências e Cultura, como atualmente o que faz com que a maioria de seus serviços estejam direcionados para esse órgão da Universidade - a Biblioteca Central ganhará mais autonomia, indispensável, segundo Regina, para suas novas atividades, como a planificação das coleções e intercâmbio de facilidades (malotes, reprografia). O Reitor Adolfo Polillo confirma que a vinculação da Biblioteca Central passará a ser diretamente à Reitoria, e diz que o projeto - que achou "sério, e impressionante pelo entusiasmo com que foi apresentado" - impressionou também a Finep, segundo ouviu de um dos técnicos da agência de financiamento governamental.

A verdade é que tem de se difundir melhor o uso das bibliotecas - diz Polillo, que não se mostra preocupado com as necessidades de verba para implantação do sistema; na sua opinião, as verbas virão com a organização das bibliotecas agora dispersas.

Polillo adianta que tem planos "ambiciosos": integrar ao sistema em formação bibliotecas de empresas estatais situadas na Ilha do Fundão, como o Cenpes (órgão da Petrobrás) e a Eletrobrás. Essa iniciativa não partiu dos bibliotecários e professores que elaboraram o projeto; seria um dos "aperfeiçoamentos" possíveis, diz o Reitor; que adverte porém, que "essas coisas devem ser bem pensadas, para fazê-las render o máximo".

Ao interromper o financiamento concedido a bibliotecas da UFRJ em 1982, os técnicos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) exigiram da Universidade a racionalização na compra de periódicos. Acreditava-se que havia duplicação desnecessária de títulos no conjunto de assinaturas contratadas pelas diversas bibliotecas da instituição; no entanto, as bibliotecas de áreas tradicionalmente atendidas pela Finep (tecnologia, ciências matemáticas e da natureza, além das ciências da saúde) já se comunicavam informalmente para organização de seus acervos; há pelo menos três anos, como lembra Maria de Fátima Raposo, responsável pela da Biblioteca Central do CT.

A Finep imaginava que havia duplicação de cerca de 50 por cento dos títulos; mas nós já havíamos sentido que não havia necessidade de ter o mesmo título em duas bibliotecas, consumindo a verba com que poderia ser assinado outro periódico importan-

te. Quando a comissão nomeada pela universidade mostrou o estudo sobre a duplicação de periódicos, viu-se que sua incidência não chegava a 10 por cento dos títulos.

Esse pequeno número de duplicações tornava-se necessário como mostraram professores e bibliotecários, pois constituía-se de publicações de interesse geral - como a Revista Brasileira de Tecnologia - e de baixo preço, o que fazia mais barata a repetição de assinatura que o uso dos sistemas de comutação bibliográfica (através de xerox, malotes postais etc). Convencidos por esses argumentos, os técnicos da Finep exigiram, ainda assim, a avaliação e organização em um sistema centralizado das bibliotecas da Universidade.

Não foi a primeira vez que a UFRJ recebeu recomendação desse tipo. Desde 1958, quando foi apresentado ao Escritório Técnico da Universidade do Brasil o primeiro trabalho do gênero, "A Biblioteca Central na Cidade Universitária", de Lídia de Queiroz Sampaqui, houve pelo menos cinco iniciativas - entre trabalhos técnicos e reuniões de grupos - com propostas para um sistema de documentação e informação para a UFRJ. A pressão da Finep resultou no projeto "Sistema Integrado de Informação Técnico Científica na UFRJ", iniciado em 1983 e concluído em Maio de 1984. Entre os estudos realizados, realizou-se o "Levantamento de dados das bibliotecas da UFRJ".

Neste levantamento, mostrado à comunidade e técnicos da Finep em maio de 1984, no "Primeiro Encontro sobre Bibliotecas da UFRJ", aparecia, entre outras informações, o peso alcançado pela verba da Financiadora na sustentação das bibliotecas para 1984 enquanto que a UFRJ contribuiu com cerca de Cr\$ 29,5 milhões para assinatura de 736 periódicos, a Finep assinou, para a Universidade, 1.458 títulos de periódicos, ao custo de Cr\$ 81,7 milhões. Entre os 257 funcionários (bibliotecários, outros técnicos e pessoal de apoio) e 12 estagiários contratados pela UFRJ, 40 são pagos integralmente pela Finep e 19, por outras entidades, como CNPq e Fundação José Bonifácio. Entre os 198 pagos pela UFRJ, 25 têm seu salário complementado por convênio - 24 dos quais, com a FINEP.

A pesquisa realizada com as 46 bibliotecas da UFRJ levou seus realizadores (sete bibliotecárias, coordenadas pelo professor Cláudio Habert) a notar que a Biblioteca Central da UFRJ, apesar de facilidades, como malote, três linhas telefônicas (e uma extensão) e um laboratório de microfilmagem à disposição do Fórum de Ciência e Cultura, não cumpre seu papel regimental de "coordenar as atividades bibliotecárias na Universidade".

O estudo mostra ainda que somente 28 das 46 bibliotecas tiveram recursos para compra de livros, no total de aproximadamente Cr\$ 43,6 milhões (ou

5.628 volumes), dos quais apenas 12,3 por cento fornecidos pela UFRJ. Para os periódicos foram gastos Cr\$116,87 milhões; a UFRJ participou com 25,2 por cento. Os professores e bibliotecários puderam notar que, na compra de livros, o CNPq destinou a maior parte dos recursos (Cr\$ 22,4 milhões) às áreas de Tecnologia e Ciências Matemática e da Natureza; a Finep (Cr\$ 7,2 milhões) deu preferência às Ciências Sociais (Museu Nacional) e Ciências Matemáticas e da Natureza; e a UFRJ (Cr\$ 5,4 milhões) comprou pouco menos de três mil livros para as áreas de Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Humanas.

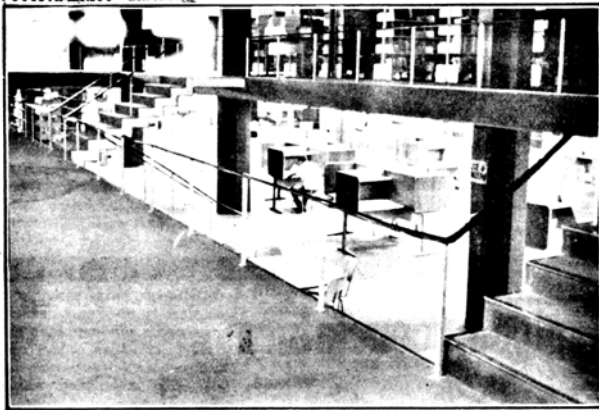
A maioria dos livros comprados pela UFRJ foi de obras nacionais para os cursos de graduação; as dotações do CNPq vieram de projetos de pesquisadores exclusivamente para aquisição de livros. Nas assinaturas de periódicos, as Ciências Matemáticas e da Natureza também foram privilegiadas, recebendo todas as verbas provenientes do CNPq, grande parte dos recursos Finep (que também beneficiou a área tecnológica e, em menor grau o Museu Nacional) e uma pequena porção da UFRJ (que assinou 711 títulos para o Centro de Ciências da Saúde e acrescentou 22 títulos ao acervo de três bibliotecas do CCMN (foram as únicas assinaturas feitas pela UFRJ em 1983). Não é a toa que apenas sete bibliotecas não consideram seu acervo desatualizado ou insuficiente em 1984.

Há mais de 755 mil livros, obras de referência, teses, folhetos separatas, manuais, relatórios técnico e científicos, censos, caos, livros infantis e infolios; quase 30 mil títulos de publicações periódicas e seriadas; 20 patentes, mais de dois mil filmes, além de dispositivos, diafilmes, videotapes, desenhos, fotografias, partituras, mapas, discos, rolos de microfilme e outros documentos no acervo da UFRJ, que, segundo os pesquisadores, está, em parte, "se deteriorando por falta de condições adequadas para armazenamento e climatização própria à conservação". E o acervo da Universidade é ainda maior, na verdade, pois "muitos desses materiais não estão sendo registrados nem processados tecnicamente por falta de pessoal" (como medida de comparação: o acervo da Biblioteca Nacional é de aproximadamente quatro milhões de volumes). A falta de pessoal não é o único problema dessa biblioteca; o panorama geral é de contrastes, e, enquanto algumas chegam a dispor de serviços computadorizados, muitas queixam-se da falta de simples máquinas de escrever.

O maior número de queixas ouvidas pela pesquisa foi de insuficiência de recursos financeiros (34 bibliotecas), seguida da falta de pessoal (29), deficiência de local e instalações (27) e falta de manutenção das instalações (21). Houve queixas, ainda, quanto à falta de equipamento e mobiliário especializado (16), remuneração inadequada e falta de função gratificada para as chefias (14), climatização inadequada (nove) e outros problemas mais específicos, como falta de linha telefônica.

Inanição na Biblioteca do CCS

FOTOS AMÉRICO VERMELHO



Com seis mil metros quadrados, a Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde é a maior biblioteca da UFRJ, em área ocupada, bem distribuída por amplos corredores, oito cabines de audiovisual e quatro para vídeo-tape, salas com estantes de linhas modernas e até um luxuriante jardim interno, com samambaias e gravarás. No entanto, há dificuldade para reposição das grandes (2,40m) lâmpadas fluorescentes, o que obriga a Bibliotecária-Chefe, Maria Regina Uriarte, a aproveitar a luz natural indireta para iluminar o setor de estantes; e inexistência de laje entre o teto e as telhas exige dos funcionários uma vigilância constante, pois até o entupimento de uma calha no telhado pode resultar em goteiras sobre o acervo.

A Organização Pan-americana de Saúde mantém um estante para venda de livros e material médico na Biblioteca, que é, também, uma base do sistema Comut - de comutação de textos entre as bibliotecas do país. Seu acervo está articulado ao da Biblioteca Regional de Medicina, Instituto de Energia Atômica (ambos sediados em São Paulo) e International Library of Medicine; esses convênios estão ameaçados, porém, pela crescente desatualização do acervo - resultado da falta de verbas que, segundo Maria Regina, começou após dez anos sem carência e recursos, em 1983, com a mudança de Reitor. A desatualização acarreta em perda de prestígio para a instituição, prejudicando, até a obtenção de recursos para projetos científicos. Aliada à falta de funcionários (apenas 28, onde seriam necessários 44, "Com menos que isso terei de fechar a biblioteca", diz Maria Regina) e às dificuldades técnicas (um disjuntor queimado deixou na escuridão, por dois meses, as estantes do subsolo) reduziu as 200 consultas diárias - em 1983 - para 150. Alarmada, Maria Regina adverte que "o número de consultas é um termômetro da situação das bibliotecas".

O acervo é de pouco menos de 60 mil títulos (mais de 80 mil volumes) de livros e de 3,5 mil periódicos (dos quais 759 correntes) e sua atualização é problemática: Maria Regina explica que a maior parte das leituras científicas na área de saúde é de publicações estrangeiras, e só para a compra de periódicos para a Biblioteca Central do CCS seriam necessários 119 mil dólares ou pouco menos de Cr\$ 500 milhões (a dotação da Reitoria para atualização de periódicos em 1984 em toda a UFRJ foi a mesma de 1983: Cr\$ 25 milhões). A coleção de obras raras também se ressent

da falta de verba; são quase 500 peças datadas do século XVIII e épocas anteriores, guardadas no subsolo, onde vazamentos e umidade destroem parte do acervo (foto), transformando as páginas dos livros em blocos semelhantes a gesso. Maria Regina lamenta não ter recursos para comprar desumidificadores, que melhorariam as condições de preservação; apenas a ajuda de um historiador norte-americano, especialista em doenças tropicais, que em meados de 1984 pesquisou por três semanas na biblioteca, e um auxílio financeiro da Finep permitiram recuperar algumas obras, que estão expostas em um dos amplos corredores da Biblioteca Central do CCS. Muito raros, como um dos primeiros livros impressos no Brasil pela Imprensa Régia de Dom João VI, o "Ensaio sobre o perigo das sepulturas dentro da cidade e nos seus contornos" de José Correia Pinto, em 1812. O livro de matrículas da Faculdade de Medicina, em que se vê a inscrição "João Evangelista, escravo de Sua Alteza Real, matriculou-se no Terceiro Ano dos Estudos Médicos Cirúrgicos", de março de 1815.

Em uma das salas envidraçadas da Biblioteca Central do CCS fica a biblioteca do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes), com 40 filmes de áudio, 158 vídeo-cassetes, 130 slides e 16 filmes de instrução programada, além de textos da área de educação para a saúde e outras peças do acervo. Considerada pelos alunos (3.017 inscritos, em 1984) como o setor audiovisual da Biblioteca Central, é usada para gravação de aulas, complementação de estudos e preparação para as provas.

Uma sala ao lado da biblioteca possuía uma dezena de terminais que serviam às bibliotecas e foram transferidos para outro bloco, para a sala do computador central, dotada de ar condicionado. Os projetores de slides são postos em frente a um ventilador, após o uso, para poupar suas lâmpadas; e os slides são mantidos nas caixas, em locais sem refrigeração ("a gente reza para não estragar", diz a bibliotecária).

Arquivos da biblioteca - cujos vídeo-tapes tratam de assuntos que variam de histologia, anatomia e fisiologia a enfermagem e higiene e saúde pública - é aberto até a alunos de outras Universidade, já existiram, produzidos pelos técnicos do Nutes, "programas de auto-avaliação" por computador testando seus conhecimentos sobre determinadas disciplinas, a partir de informações fornecidas pelos docentes da Faculdade a que pertenciam.

Novidades na Letras



A mudança para o Fundão, após anos de instalações improvisadas no pavilhão construído em 1965 para abrigar o Pavilhão Português no quarto Centenário da cidade, deixou satisfeitas as responsáveis pela Biblioteca da faculdade de Letras da UFRJ. Antes às voltas com goteiras, lâmpadas queimadas, calor e falta de espaço (foto menor), Vilma Lemos e Cecília Costa - respectivamente

Chefe do Serviço de Documentação e chefe da Biblioteca - caminhavam pelas novas instalações da biblioteca semanas antes da inauguração do prédio da Faculdade, orientando a mudança.

O espaço que passaremos a ocupar não é tão maior que antes; eram 3,2 mil metros quadrados e agora são 5 mil. A diferença é que o novo local foi projetado para ser uma biblioteca. - diz Vilma - Acompanhei a elaboração da planta, e recebi sugestões de outros bibliotecários. Foram previstos

até códigos cromáticos para as cadeiras, diferentes usuários, técnicos e bibliotecários.

Refrescados por um forte ar condicionado central, os funcionários da biblioteca agora podem pensar em conservar os microfiches de obras estrangeiras - não se sabe quais são - guardados precariamente durante anos em um armário de metal. Ou procurar alguma utilização para os 11 curta metragens doados há muito tempo por uma professora, com documentários sobre autores nacionais como Guimarães Rosa, Pedro Navea, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade e José Américo de Almeida.

Lugar não faltará: apesar de estarem desocupados - e não concluídos - três mil metros quadrados do projeto original, houve espaço - e muito - para o Museu de Língua e Literatura uma das mais completas coleções sobre Camões do mundo (ver



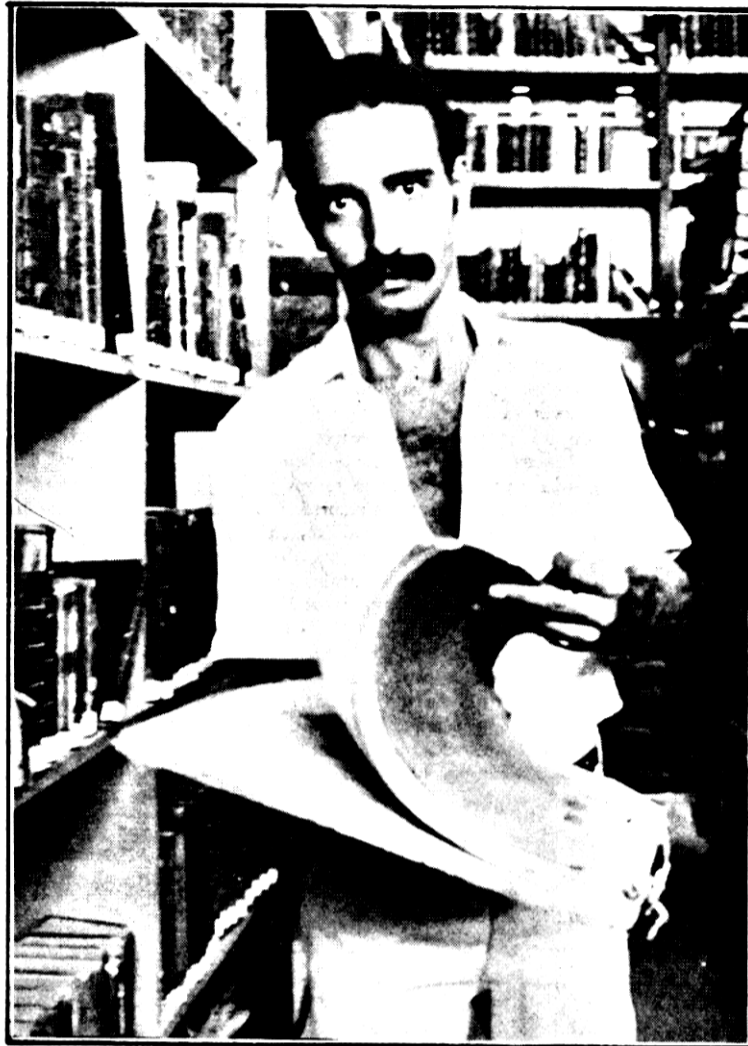
boletim da Adufjr nº 26) - uma sala à parte para os livros muito solicitados pelos professores afastada das salas de leitura, "resting room" para descanso dos funcionários, três salas grandes para estudo, uma delas com possibilidade de uso de máquinas de escrever e o setor de audiovisual da biblioteca ("sonho dos sonhos" para Vilma, que espera "uma Finep da vida, um país árabe que colabore para seu funcionamento"). Neste setor, três auditórios esperam a concretização de cursos já preparados, sobre assuntos como História da Arte e Música Popular, abertos à toda comunidade da UFRJ; as salas para terminal de computador (por enquanto sem terminais) servirão, segundo os planos das bibliotecárias, para cursos de instrução programada em línguas, com programas especializados em química, engenharia ou qualquer outra área que demonstrem interesse.

A renovação da Biblioteca Central da Faculdade de Letras entusiasma também seus usuários, que passaram a confiar nela para guarda de acervos, Vilma comenta que, no início do ano, o acervo da biblioteca foi ampliado pela coleção do Departamento de Línguas Anglo-Saxônicas - que resolveu doá-la. Na mudança, as bibliotecárias puderam avaliar melhor o acervo, descobrindo obras raras que serão separadas da coleção comum. Livres das escadas inevitáveis no antigo prédio, de três pavimentos, os estudantes poderão também circular livremente entre as estantes. Mas ainda faltam mesas para leitura de jornais (não há dinheiro, aliás, para a compra de assinaturas) e ar condicionado na sala de obras de referência, o que não tira a tranquilidade da responsável pelo acervo: - Não tenho pressa. Acho que estão dando o que podem.

Falta de espaço e raridades no CT

No Centro de Tecnologia, as obras raras são colocadas em instalações à parte, na Biblioteca de Obras Raras do CT, onde, sob supervisão do professor Sidney Santos - que participa do programa Memória da Engenharia Nacional - obras realmente raras são separadas e privilegiadas em relação a livros que são simplesmente velhos. São nove mil livros anteriores ao ano de 1900 e 18 mil publicados após essa data, sobre assuntos que variam entre engenharia, química, física, matemática, história, geografia, direito, artes, arquitetura, sociologia e astronomia - estes últimos totalmente classificados em arquivo, a pedido de um professor da UFRJ. Há mais cerca de 50 mil à espera de classificação.

Alguns foram restaurados e encadernados, com financiamento da Fundação José Bonifácio como as "Contas da Construção da Estrada de Ferro de Dom Pedro II", impresso em 1864 pela Tipographia Perseverança. Outros, como o raro primeiro tomo da "Voyage Pittoresque et Historique au Brasil", (foto) com litografias de Jean Baptiste Debret, impresso na França em 1934, estão misturados ao restante do acervo, com fungo e buracos de traças, vitimadas lentamente pela umidade. Entre as obras da biblioteca, muitas remanescentes da antiga Escola Politécnica há livros de Isaac Newton, Laplace, Lagrange, Paulo de Frontin, Pereira Passos e Barão de Poincaré; e há planos de limitar o acervo a obras técnicas, doando-se as restantes às bibliotecas das outras áreas de estudo na UFRJ. Haverá decepções: uma das obras mais procuradas pelos 100 leitores cadastrados (há duas ou três pessoas diariamente consultando as obras da biblioteca) está a adição francesa - de 1928 - de O Capital, de Karl Marx.



Sufocadas em duas salas abafadas do bloco ABC do CT (foto), uma bibliotecária, uma estagiária e um funcionário transformado de agente administrativo em bibliotecário amador - esperam recursos pedidos à Fundação José Bonifácio para melhor acondicionamento do acervo, empilhado - e, em alguns pontos, bastante danificado - em 1,5 mil metros de prateleiras precárias.

Um pavimento acima, a Biblioteca Central do CT, com cerca de 5,5 mil alunos inscritos, passou recentemente por uma "reformulação no lay-out", aprovei-

tando duas salas desocupadas, no final de 1984 pela Biblioteca de Complementação em Engenharia (Becemge) - transferida para Minas Gerais por falta de funcionários na UFRJ para seu funcionamento.

Direcionada alunos de pós-graduação das dezenas de cursos do Centro de Tecnologia, a Biblioteca Central do CT conta com um moderno catálogo computadorizado para seus cerca de 50 mil títulos. Em 1983, aproximadamente 60 mil alunos usaram a biblioteca, que não tem dados sobre o ano seguinte porque sua roleta, na entrada, que-



brou no início do ano e não foi consertada. A verba para assinatura de periódicos em 1984 foi insuficiente, o que levou professores e bibliotecárias a priorizarem 75 por cento dos títulos. Mas, entre 979 títulos, apenas 326 foram assinados, e mais 64, que não foram pagos, estão sendo enviados à Universidade por confiança das distribuidoras.

A pesquisa é a principal finalidade da Biblioteca Central do CT (os alunos de graduação são atendidos pelas bibliotecas setoriais), que, por isso, necessita da atualização constante do acervo. Essa atualização - quan-

do há condições para que ocorra - traz, porém, um problema, identificado por uma de suas bibliotecárias Vera Lúcia de Oliveira: faltam estantes para arrumação do acervo, e, quando estas chegarem, faltará espaço para as mesas de estudo. As bibliotecárias, que já ouvem freqüentes reclamações de estudantes, contra as instalações físicas da biblioteca, sonham com as salas do primeiro piso do bloco B do CT (logo abaixo da Biblioteca Central, onde atualmente está parte do programa de Engenharia Civil da Coppe) para distribuir melhor sua coleção.

FUNCIONANDO SEM DINHEIRO

Ao instalar-se em Brasília em 1982, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deixava no Rio de Janeiro seu Departamento de Ensino e Pesquisa, que através de convênio com a UFRJ, ligou-se à Escola de Comunicação, (ECO). Quem mais lucrou com as mudanças foi a Biblioteca de Pós-Graduação da Escola, que recebeu técnicos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), pagos pelo CNPq, para estruturação dos serviços de documentação e informação na-

quela Unidade, mais carentes que a maioria das bibliotecas setoriais da UFRJ, talvez por estar na área de Humanas.

- Quando chegamos, a biblioteca era quase um depósito; não tinha nem um catálogo topográfico, indispensável para avaliar o acervo - diz Maria de Lourdes de Medeiros, uma das bibliotecárias do IBICT. A biblioteca, de pouco mais de três mil títulos de livros e 365 periódicos, "todos desatualizados", recebeu reforço de 754 livros, 553 monografias e 88 titulas de pe-

riódicos - ligados à Ciência da Informação e Biblioteconomia, o que não resolveu a carência de obras nas áreas de jornalismo, publicidade e outros assuntos estudados na Escola de Comunicação.

Docentes e bibliotecárias do IBICT (alguns dão aula na graduação da ECO) puderam, entretanto, classificar as obras do acervo e organizar as quase 200 teses aprovadas dos alunos de pós-graduação. Apenas no ano passado, obtiveram verba da Finesp para compra de cerca dois

mil novos títulos e para alegria dos alunos de jornalismo - assinatura de três diários cariocas. Ativamente ligado aos serviços de comutação bibliográfica, a biblioteca atende a entidades tão diversas quanto a Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Brasileiro do Café e a Comissão Nacional de Energia Nuclear. A xerox trazida pelo IBICT, porém, não presta serviços a alunos e professores por falta de verba para material de reposição. O catálogo de periódicos sofreu uma tentativa da atualização, com cartas

enviadas pelas bibliotecárias às editoras, mas a maioria ficou sem resposta.

Apesar disso, uma eleição informal entre os alunos da Escola colocar a biblioteca como um dos trabalhos mais eficientes da Unidade. Lisonjeadas, as funcionárias da biblioteca - que funciona quase sem auxílio da UFRJ - sabem que têm ainda bastante trabalho pela frente: em um pavimento superior ao que abriga o acervo, centenas de obras há muito tempo pertencentes à biblioteca ainda não foram catalogadas.

Avançar na democratização da Universidade

Diretoria da Asufrj

Companheiros docentes, é no quadro das transformações históricas que se processam hoje em nosso país, no apagar das luzes da ditadura militar (que tão “eficientemente” defendeu e dinamizou os interesses do velho arbítrio das elites), no momento em que surge a “sedução” do discurso “mudancista” dos chamados “segmentos liberais”; é nesse amplo e complexo desenrolar de acontecimentos que iremos, mais uma vez, avançar em nossa luta pela democratização da Universidade.

O processo de sucessão do Reitor na UFRJ coloca-nos, desta vez mais que antes, diante da questão do poder na Instituição Universitária. E como em outras situações, a Universidade reflete a influência, dinamicamente, por vezes mais, por vezes menos, as variações das mudanças no plano mais global da organização da sociedade. Foi assim com o movimento estudantil, nos “anos de ouro da UNE”, que encaminhou reivindicações nacionais de grande alcance popular até a luta de resistência dos estudantes contra a ditadura militar.

Mais recentemente a organização do movimento docente, que conquistou vitórias importantes no plano corporativo, deu fôlego e subsídios à luta dos trabalhadores con-

tra o arrocho, a exploração e o arbítrio.

Os funcionários atravessam, ainda hoje, o que podemos chamar de “infância” de nossa organização como categoria de trabalhadores. Amadurecemos, no entanto, muitas de nossas necessidades e exigências.

Alijados historicamente das esferas de poder na Universidade, esgotados pela permanente política de desvalorização do trabalho e humilhados pelo poder conservador e pelo elitismo acadêmico e suas variantes (o paternalismo e a demagogia que cooptam e viciam para dominar), os funcionários souberam retirar de seu dia a dia duras lições e conclusões reveladoras sobre seu papel dentro e fora da estrutura universitária.

Após três greves de caráter nacional (onde, é claro, a questão salarial foi o principal fator de mobilização) conseguimos desmistificar muitos dos dogmas que, por anos a fio, garantiram ao poder conservador e seus sustentadores miúdos, o controle político e ideológico das estruturas de direção na Universidade.

Concluimos, a duras penas, e para espanto dos senhores do saber científico, que sem os funcionários não há Ensino Superior.

Atentos às mudanças políticas

nacionais, conseguimos identificar muitas e inevitáveis semelhanças entre o jogo do poder pelo controle do Estado e o processo de sucessão do Reitor em nossa Universidade.

No plano social, as elites dominantes mais uma vez conseguiram afastar o povo do centro das decisões políticas (obrigando-nos a guardar as camisas amarelas e esvaziar as avenidas e praças públicas) e formularam “novas” saídas para sua própria crise. Ai está, portanto, o Dr. Tancredo Neves com seu “Ministério da Mudança”!

Fomos presenteados - nada mais nada menos - com o presidente do Partido da Frente Liberal (fração do PDS, lembrem?!) para ocupar a pasta da Educação que aliás, agora, se desliga da Cultura: terá sido essa uma medida descentralizadora ou haveriam muitos vassalos para poucos lotes no latifúndio do poder?

Aqui, na Universidade, a Comissão formada pelo Conselho Universitário para “auxiliar” no processo de sucessão do Reitor, propõe-se a encaminhar um modelo de consulta indireta aos docentes e funcionários, que não só nos parece estreito e conservador em relação ao desejo da

comunidade, como também assegura, ainda, para o Colégio Eleitoral, todas as prerrogativas de escolha do nome para compor a lista sêxtupla. A comissão compromete-se a enviar, àquele organismo, até 42 nomes resultantes da consulta aos docentes e mais até seis nomes emanados da consulta aos funcionários, o que, na prática, significa que de até 48 nomes, o Colégio Eleitoral - e somente ele - escolherá, quem sabe, seis nomes, para que, ai então, o Presidente da República escolha o nome que ocupará o cargo máximo da direção universitária.

Os funcionários, mesmo que concordassem inteiramente em reconhecer o direito exclusivo do Colégio Eleitoral para a escolha, sequer teriam como manifestar-se nessa instância uma vez que não temos o direito de representação em nenhum dos órgãos colegiados; discriminação inaceitável e desvinculada da realidade.

É portanto, em razão de todas essas limitações, defeitos e deformações que a Asufrj entende que a eleição prévia e paritária que as entidades encaminharão junto a professores, funcionários e alunos nos dias 9 e 10 de abril, fica sendo o instrumento eficaz que nos vai garantir, pelo menos, a livre expressão do anseio sobera-

no e democrático da comunidade acadêmica quanto à escolha do próximo Reitor da UFRJ, ainda que de forma limitada e conservadora.

Temos a convicção de que os docentes, mais uma vez, irão demonstrar seu desejo e sua força para sedimentar a unidade na luta pelos interesses comuns a funcionários, professores e estudantes no processo de construção da Universidade democrática, produtiva e progressista que está por vir.

O comparecimento massivo de docentes, funcionários e estudantes às urnas da eleição prévia das entidades, e somente isso, poderá inibir qualquer possível intenção de se contrariar o anseio majoritário da comunidade universitária.

É importante destacar, também, que esse momento serve para, mais uma vez, afirmamos nossa disposição de superar os conflitos do cotidiano, através de uma aproximação cada vez maior e mais profunda dos segmentos da comunidade, dando, assim, mais conteúdo às nossas lutas unitárias e desarmando os inimigos da Universidade democrática e do Ensino Público e Gratuito.

Todos às urnas! Por eleições livres e diretas em todos os níveis! A luta continua!

Professores chilenos pedem solidariedade

Ao fechamos essa edição, recebemos um informe da Federação Sindical Internacional do Ensino (sediada em Berlim), datado de fevereiro, com as denúncias da atuação repressiva do Governo chileno, pela Associação Sindical dos Educadores do Chile (AGECH). Reproduzimos, a seguir, parte do “Apelo da AGECH à solidariedade internacional”:

Sobre o povo do Chile, suas organizações democráticas e dirigentes baixou, com a implantação do Estado de Sitio, uma repressão só comparável à acontecida em 1973 com o golpe militar. Novamente ocorrem incursões a favelas, bairros operários e setores residenciais de classe média, com prisões de centenas e até milhares de pessoas, que são submetidas a todo tipo de vexames e atropelos, têm seus antecedentes checados e as suspeitas são enviadas a cárceres secretos da CNI (a polícia secreta chilena) ou a outros locais dos órgãos de repressão. A tortura que se faz através de golpes, eletricidade, isolamentos prolongados, simulações de fuzilamentos e outras formas de aniquilação física e psicológica é cotidiana. Foram reabertos os campos de concentração de Pisagua, onde, atualmente, há mais de 500 detidos. Centenas de chilenos são afetados por expulsões para lugares inóspitos e distantes do território nacio-

nal. Casas são invadidas e pesam ordens de prisão sobre dezenas de dirigentes políticos, estudantis, profissionais e populares. A censura de imprensa é uma pesada cortina de silêncio que impede ao conjunto da população tomar conhecimento da magnitude dos fatos.

A forte greve nacional e popular de 30 de outubro e todas as várias manifestações efetuadas debaixo mesmo do Estado de Sitio - que tiveram como ponto mais alto a greve-protesto de 27 a 28 de novembro - demonstram que a atual realidade chilena é marcada pelo ânimo e pelo convencimento de toda a população de que não há outra saída para a crise que não seja o retorno à democracia, com o fim do regime ditatorial encabeçado por Augusto Pinochet.

Nesta perspectiva, assumindo em primeiro lugar a defesa dos direitos do magistério, assim como os da educação chilena, esta Asociación Gremial de Educadores de Chile (AGECH), que, através, de todo o território, existente em 24 províncias com mais de sete mil membros, tem ganho um respeito e um espaço indiscutível entre o professorado e no conjunto da sociedade chilena.

A presença e a transcendência do trabalho da AGECH é fruto de um trabalho incessantes, das muitas lutas que têm levado, de mobiliza-

ções nacionais e de um esforço por desenvolver a organização dos mestres desde a escola mesma. É resultado também da capacidade de erigir-se em interlocutor válido do magistério nacional ante os representantes oficiais, a começar pelo próprio Ministério da Educação.

A AGECH, como única organização nacional democrática e representativa do magistério do Chile, desempenha um papel valioso no processo de unidade sindical, e faz parte do Comando Nacional dos Trabalhadores (CNT), além de manter permanentes relações com associações profissionais e entidades sociais, de direitos humanos, sindicais e políticas de nosso povo.

Esse constante esforço por defender nossa profissão e a educação chilena, assim como a inserção da AGECH no movimento social, tem, sem dúvida, um custo grave nesta conjuntura. Desenvolveu-se sobre nossa organização uma escalada repressiva e de perseguição que afeta a muitos dirigentes e seus distintos níveis, como demonstra a seguinte enumeração de antecedentes:

- Professora Ana Eduvigis Chandi Figueroa, 42 anos, presa em oito de novembro de 1984;

- Maria Graciela Pinto Arancibia, intimada em seu local de trabalho, em 24 de novembro de 1984,

com ordem da Fiscalização Militar.

- **Luis Celedón Puente, 48 anos, preso em 25 de novembro de 1984. Incursão à Poblacion La Victória.**

- Victor Raúl Manriques Torres, 40 anos, Vice-Presidente do Conselho Metropolitano da AGECH, preso em 15 de novembro de 1984, na incursão ao povoado La Victória, cruelmente torturado, atualmente deportado para a localidade de Baquedano, na II Região.

(segue-se uma lista de mais treze nomes, com nomes de professores e membros da AGECH, presos, deportados ou agredidos somente em novembro de 1984).

Em razão dos antecedentes expostos da complexa situação que vivemos, de onde se abrem novas possibilidades de mobilização, unidade e luta pela democracia, ao mesmo tempo em que ocorre a brutal repressão que reportamos, a AGECH faz um apelo à solidariedade internacional, dirigindo sua petição em primeiro lugar às organizações internacionais e nacionais de mestres, aos organismos sindicais e profissionais, aos artistas e intelectuais, aos partidos políticos e parlamentos, assim como a outras instituições, com o fim de desenvolver novas formas de solidariedade a nosso povo e nossa organização.

Apelamos para:

- Denunciar desrespeitos aos Direitos Humanos;
- Divulgar as atuais lutas;
- Pronunciar-se pelo fim do Estado de Sitio;
- Pressionar o Governo do Chile e seus representantes para que cessem as perseguições;
- Solicitar para que se levantem as ordens de prisão;
- Solidarizar-se com os deportados, escrevendo-lhes para seu lugar de degredo, fazendo chegar sua solidariedade; e pedir o fim de seu confinamento;
- Pedir liberdade para os presos;
- Exigir o fim das torturas e outras ações desumanas e degradantes;
- Expressar sua solidariedade moral e materialmente à AGECH e demais organizações democráticas.

De nossa parte, estamos convencidos que nos cabe a justiça e a verdade, e não obstante as dificuldades atuais, perseveraremos em nosso caminho de organização, unidade e mobilização do magistério chileno.

Os momentos atuais serão superados e a democracia tão largamente desejada conquistaremos. ASOCIACIÓN GREMIAL DE CHILE; Jorge Pavés Urrutia (Presidente Nacional)

Centro Cultural previsto para a UFRJ

O decrépito prédio da Faculdade de Letras na Avenida Chile será demolido e, para seu terreno, "um retângulo com 95m nas testadas - Avenida Chile e Rua do Senado - e 90m nas duas divisas laterais, perfazendo 8.550 metros quadrados de área", existe um projeto, na Reitoria, de um "Centro Cultural e Administrativo", elaborado sob orientação do Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, professor Ulysses Burlamaqui, que foi divulgado pelo Reitor Adolpho Polillo para o BOLETIM DA ADUFRJ.

Polillo diz que o projeto será apresentado em breve aos Conselhos da Universidade; para a construção do edifício, de 30 andares, a UFRJ deverá associar-se a empresas ("somente estatais; não queremos nada com

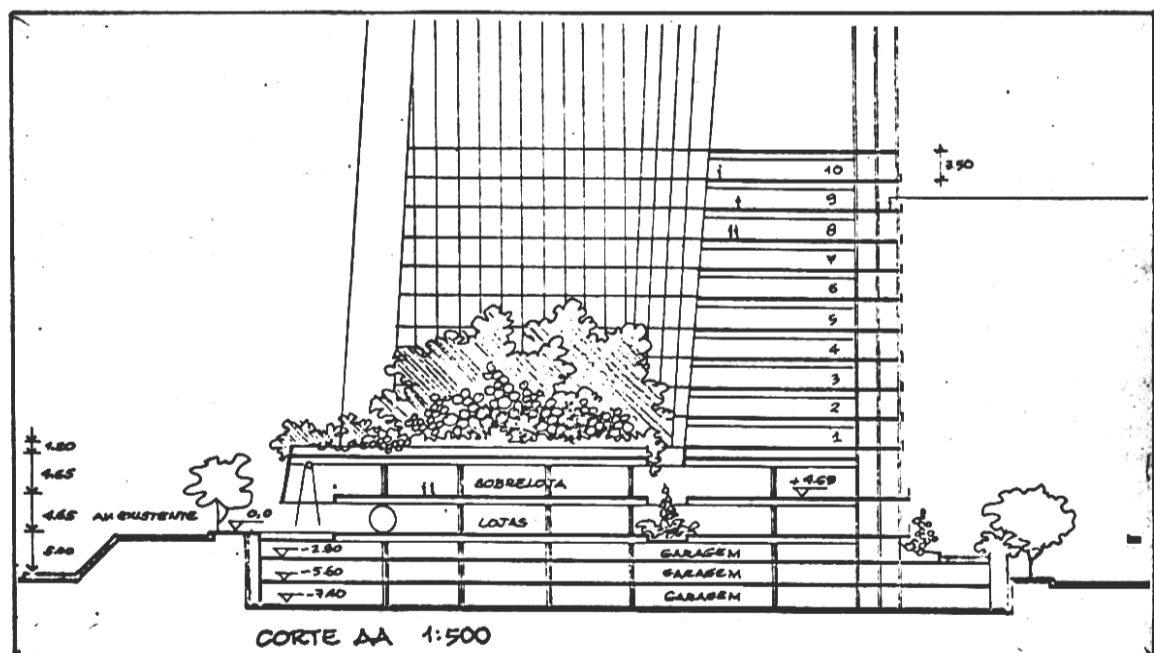
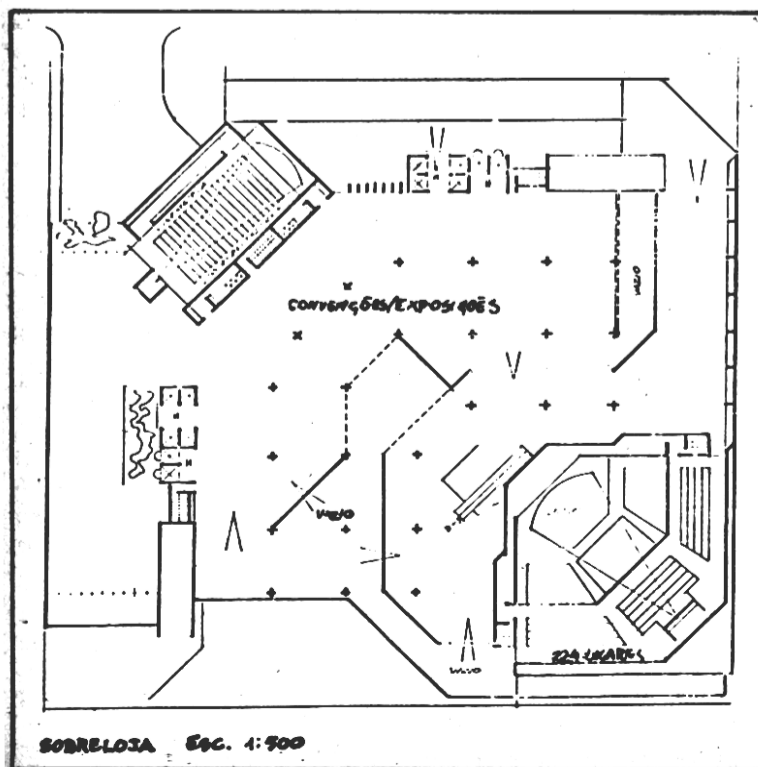
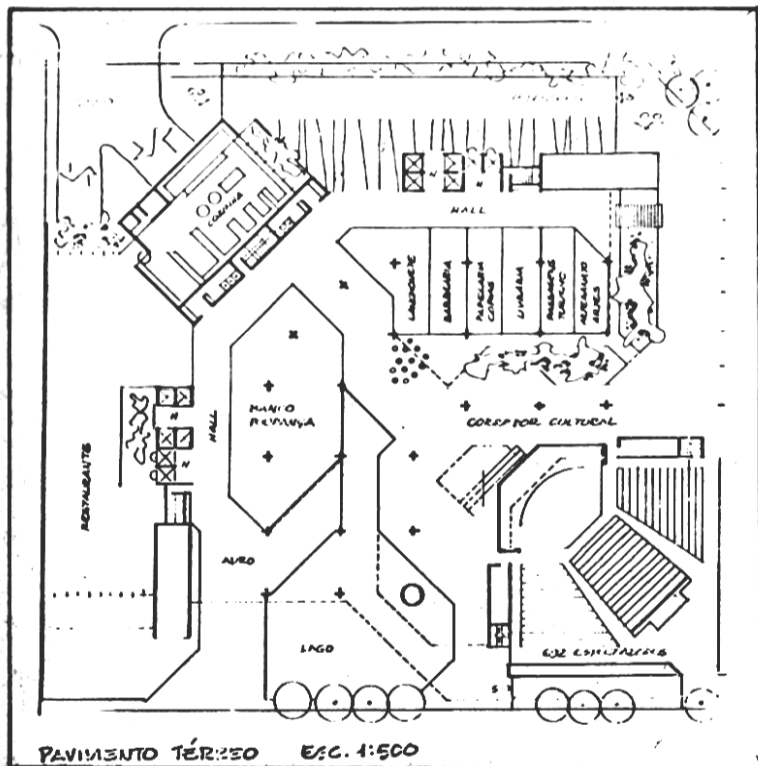
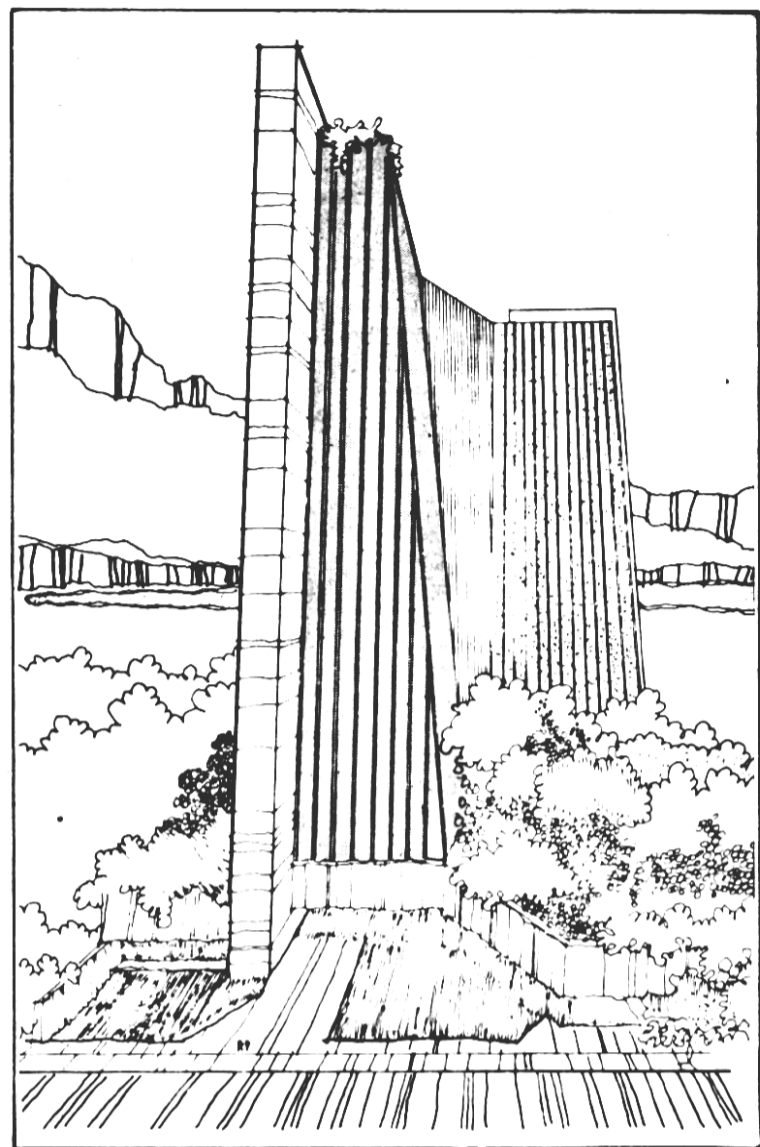
particulares", garante Polillo) que financiarão o projeto em troca de salas no prédio. Essas empresas também participariam na administração - em financiamento - do Centro Cultural:

- Haverá uma repartição de cotas, nas quais parte da UFRJ será obtida sem dispêndio algum de capital, pois ela já entra com o terreno. Assim, sem a venda de nenhum imóvel, ela já começa a receber dividendos do capital - o terreno - empatado na obra. As empresas estatais que se associarem terão parte no Centro Cultural; caso contrário, seria menor a participação da UFRJ nas salas do restante do prédio.

Entusiasmado, o Reitor fala da beleza plástica do prédio, que terá áreas menores à medida em que sobem os andares ("para facilitar o uso").

No interior do prédio, passando pelo Centro Cultural, um corredor ligará a Avenida Chile às ruas do Senado e do Lavradio, tornando-se ponto de passagem para os pedestres e contribuindo para dar movimento às salas e corredores destinadas à atividades culturais. O projeto prevê um teatro para 692 espectadores, cinema para 224 espectadores e uma cinemateca com 200 lugares, além de espaço para exposições.

O térreo do prédio ficará ao nível da Avenida Chile; abaixo, há estacionamentos para os usuários, e, na sobreloja, um salão aberto para convenções ou exposições. Polillo informa que empresas estatais já manifestaram interesse em participar da construção do Centro e, que, caso ele seja aprovado pelas Conselhos, há condições de assinar o contrato para o início das obras ainda este ano. A Adufrj publica, neste número, as plantas do local destinado ao Centro Cultural, o corte do prédio e uma perspectiva do conjunto, que, segundo seus idealizadores, foi projetado respeitando-se as condições de insolação, vista e vizinhança. No próximo número do BOLETIM, voltaremos a falar do assunto.



NIVEL	PAV ID	ÁREAS DEUTAS				TOTAL
		TERREÇO PRINCIPAL	CIRCUL.	SERENOS	ESPECIAIS	
+12.00	30° (TTP 22)	620	210	320	—	1150
+10.50	1° (TTP 22)	1570	210	420	—	2200
+0.00	P/30 PAV. (TTP 22)	32850	6300	11100	—	50250
+1.65	SOBRELOJA	3612	—	420	TEATRO 693	4925
0.0	TERREÇO	4842	—	420	TEATRO 980	6242
+2.60 -1.60 -3.60	GARAGEM	21645	—	1260	—	22905
TOTAIS		63149	6300	13200	1673	84322

CÁLCULO DO ESTACIONAMENTO

ESPAÇO: 32850
 LOTAS: 7845 (90% DO TOTAL)
 $7845 \times 50\% = 3922.5$

ÁREA NECESSÁRIA:
 $3922.5 \times 2.5 = 9806.25$

Prédios da UFRJ que fazer ?

A UFRJ terá um centro cultural na Avenida Chile, no valorizado terreno onde, por 20 anos funcionou a Faculdade de Letras - transferida, em março, para seu novo prédio, no Fundão. O projeto de centro cultural foi anunciado aos docentes no mês passado pelo Reitor Adolpho Polillo, que revelou, ainda, para o BOLETIM DA ADUFRJ, outros planos em relação ao patrimônio da UFRJ: espera-se chegar a um acordo com os moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU), na Avenida Rui Barbosa, para que se possa desocupar e vender o prédio, pertencente à UFRJ.

A venda do prédio, segundo o Reitor, financiaria a conclusão do edifício do Hospital Universitário (hoje, metade é só na fachada) e a construção de instalações na Cidade Universitária para a Faculdade de Administração. Polillo ressalva que esses projetos ficarão para o próximo Reitor. Na atual gestão, apenas prosseguirá o trabalho de restauração dos prédios da UFRJ, iniciado a partir de uma avaliação de técnicos do Escritório Técnico da Universidade (ETU), que, em 1983, listou os imóveis que necessitavam de reformas urgentes (seu estado ameaçava os usuários) ou de obras de manutenção e recuperação.

Munidos de uma lista de prioridades, os técnicos do ETU não conseguiram recuperar, ainda, nem 50 por cento dos prédios encontrados em piores condições. Sem levar em conta a deterioração ocorrida nesses prédios nos últimos anos, seriam necessários, segundo avaliação de um desses técnicos, cerca de Cr\$ 18 bilhões - em cruzeiros atuais - para conclusão das obras. O Reitor afirma contar com cerca de Cr\$ 500 milhões cedidos pelo Ministério de Educação e Cultura.

PATRIMÔNIO À VENDA

Os prédios do patrimônio da UFRJ têm, em geral, longas histórias, mais ricas do que faria supor a antiguidade da construção. Uma delas começa em 1972, com a lei 6027, que incorporou à Universidade 11 imóveis, alguns já abrigando atividades docentes de pesquisa - como as instalações da Faculdade de Direito (rua Moncorvo Filho, 8), da Maternidade Escola (Laranjeiras), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Largo de São Francisco) e os antigos prédios das Faculdades de Odontologia e Psicologia, na Praia Vermelha. A venda desse prédios, que deve ocorrer sempre que um deles for desocupado, é destinada a gerar recursos para condução da Cidade Universitária; dentre eles, os da Praia Vermelha foram efetivamente vendidos (à Uni-Rio e à Eletrobrás).

Em outras, como o da CEU, houve resistência de seus ocupantes. Polillo diz que o prédio foi cedido ao MEC em 1973, durante a gestão de Jarbas Passarinho no Ministério, para abrigar "temporariamente" os estudantes; até hoje está ocupado sem que o Ministério tenha criado qualquer alternativa para instalação da CEU:

- No momento em que entrarmos no regime plenamente democrático, será o império da lei; não quero brigar com os estudantes, mas eles não tem direito a nada. Acho porém, que a Universidade poderia ceder parte de outro imóvel, como o do Hospital São Francisco de Assis, na Presidente Vargas.

O dinheiro obtido com a venda do valorizado terreno onde fica a CEU, entre Flamengo e Botafogo, servirá, segundo o Reitor, para concluir o prédio do HU, onde pretende instalar Unidades da UFRJ que ainda não se mudaram para o Fundão, como os Institutos de Neurologia e Psiquiatria. Próximo à Reitoria, o prédio da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) será ampliado para abrigar também a Faculdade de Administração, atualmente

na Praia Vermelha.

O prédio ande pretende abrigar os estudantes da CEU ("embora eles não tenham direito algum", frisa o Reitor) é uma das prioridades da UFRJ que já frequentaram os tribunais; neste caso por abrigar duas entidades que contestaram judicialmente a adesão da Universidade para que desocupassem o imóvel. Para o Reitor, o caso já está resolvido: Instituto Brasileiro de Otorrinolaringologia (instalado sob condição de prestar serviços de ensino) e o Centro de Pesquisa e Assistência Integrada da Mulher e da Criança (CEPAIMC), uma voltada a entidade controle de natalidade, perderam a ação de reintegração de posse movida contra a UFRJ, e o prédio só não é colocado à venda, segundo Adolpho Polillo, "porque não se vende em baixa". Sua opinião é confirmada pela tentativa, no ano passado, de vender o conjunto de prédios próximo ao hospital, onde ficava a antiga Escala de Enfermagem: aberta licitação por dez dias, não houve sequer quem apanhasse o edital.

O caso do terreno onde está o Canecão, ao lado do campus da Praia Vermelha, é outro que foi levado ao tribunais. Um decreto de 1967, doando à UFRJ todo o terreno limitado pela Rua Lauro Miller, e as avenidas Henrique Dodswoth e Pasteur, anulou outro anterior, que cedia parte do terreno de fundo à Associação dos Servidores Cívicos do Brasil (ASSCB). A Associação que havia alugado parte do terreno à casa de espetáculos Canecão, recorreu à justiça quando a UFRJ reivindicou a área cedida pelo decreto e, com a alegação de direito adquirido, obteve o reconhecimento, pelo Tribunal Federal de Recursos, de que a área que ocupa - excluindo-se a do Canecão - é de sua propriedade. A UFRJ recorreu com todos os instrumentos legais possíveis, segundo seu Promotor-Geral, Luis Mizael da Costa Carvalho Duque, que informa estar usando o recurso denominado agravo de instrumento, uma das últimas alternativas para sensibilizar o juiz e obter, para a Universidade a posse do terreno, ao lado do Rio Sul, próximo à entrada do Túnel Novo.

- Estamos fazendo o que podemos - diz Mizael - o simples fato de a Justiça ter admitido que é a UFRJ, e não a ASSCB, quem tem direito de negociar com o Canecão já é um ponto positivo: nos assegura o direito ao terreno. E é esse um dos argumentos que estamos utilizando; não existe direito adquirido em próprio da União.

No Tribunal Federal de Recursos está em julgamento também a quantia estipulada para o aluguel que o Canecão paga à UFRJ pelo uso do terreno onde está instalado. A UFRJ não pode despejar a casa de espetáculos, segundo Mizael, porque o Canecão está protegido por uma lei - a chamada "Lei de Luvas" -, da primeira metade do século, que garante aos comerciantes a locação dos imóveis onde estão instalados. O que está em disputa é o valor a ser pago com o aumento do aluguel do terreno. O Procurador-Geral evita informar as quantias pedidas pela UFRJ ou oferecidas pelo Canecão; diz apenas que a avaliação do aluguel é aleatória, há muitos parâmetros para a descoberta dos valores a serem pagos e "os nossos são bem mais altos que os deles".

Um primeiro arbitramento pela justiça não agradou a nenhum dos lados: o juiz chegou a quatro parâmetros para estipular o aluguel e optou por um deles, decidindo por uma quantia considerada alta pelo Canecão e insuficiente pela UFRJ. O processo subiu a uma instância superior, o Tribunal Federal de



Para a metade não concluída do Hospital Universitário, no Fundão, já existiram até projetos de criação de um "centro de convivência". O Reitor Adolpho Polillo pretende terminar a construção do prédio e instalar Unidades do CCS.

Recursos, e o Casacão vem pagando o aluguel antigo à UFRJ - que terá de ser complementada retroativamente, caso o valor pedido pela Universidade seja o escolhido pelo Tribunal.

Em Itaguaí, um lote de terrenos pertencentes à UFRJ também espera decisão judicial para ser colocado à venda. O terreno foi partido ao meio por uma linha de transmissão da Eletrobrás que serve a Fumas; e a UFRJ já tratou de sua venda à empresa, negócio que não se concretizou por intervenção da Prefeitura local, que exige da Universidade o pagamento do Imposto Territorial Rural. "A Constituição diz que uma pessoa de direito público não pode onerar patrimônio a outra pessoa de direito públi-

co", diz Mizael, para justificar o não pagamento do imposto, em julgamento.

Os outros imóveis previstos na lei (ver quadro) não entram nos planos de venda imediata porque, segundo Polillo, seu valor não representaria a vinda de recursos significativos para a UFRJ - e, no caso de alguns deles, essa característica se somaria, também, à sua importância histórica, que justifica o aproveitamento desses imóveis para fim culturais. É o caso do prédio onde está o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que, embora com o interior descaracterizado, tem sua fachada tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No local, Polillo acre-

ditada que poderia ser instalado um Museu da Engenharia, resgatando a importância do prédio na formação de recursos humanos para a tecnologia nacional. O prédio da Escola de Direito, rua Moncorvo Filho, também está entre os imóveis a serem preservados.

A UFRJ tem, prontos, todos os procedimentos para a alienação de seus imóveis, que inicia com a publicação do edital de licitação no Diário Oficial. Antes disso, porém, é necessário que o Reitor obtenha aprovação dos Conselhos Universitário e de Curadores, responsáveis pelo patrimônio da Universidade. Não é necessária licitação para venda de imóveis caso o comprador seja uma empresa estatal.



A falta de manutenção nos prédios pode provocar acidentes, como a explosão, por vazamento, nos fundos do bloco E do prédio do Centro de Tecnologia, ocorrido em 1984.

COMUNIDADE ELEGE SUA LISTA SÊXTUPLA

DEBATES COM OS CANDIDATOS A REITOR

27 DE MARÇO - 14 HORAS - "QUINHENTÃO" (CCS, BLOCO K)

02 DE ABRIL - 14 HORAS - AUDITÓRIO DO CFCH (PRAIA VERMELHA)

08 DE ABRIL - 14 HORAS "ROXINHO" (CCMN)

REUNIÃO DO CONSELHO DOS REPRESENTANTES
(ORGANIZAÇÃO DAS PRÉVIAS) - 19 DE MARÇO

PRÉVIAS DA COMUNIDADE COM URNAS EM
TODAS AS UNIDADES - 9 E 10 DE ABRIL

CONSULTA AOS PROFESSORES NOS DEPARTAMENTOS
-16 E 17 DE ABRIL

REUNIÕES DO COLÉGIO ELEITORAL
PARA VOTAÇÃO DA LISTA SÊXTUPLA A SER APRESENTADA AO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - 19, 22 E 23 DE ABRIL

BOLETIM ESPECIAL

ADUFRJ - ASUFRJ - APG - DCE

MARÇO 1985

ADENDO

NESTE ADENDO, INCLUIMOS AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS DARCY BOVE DE AZEVEDO, GERALDO DE NORONHA ANDRADE, JOSE GERALDO CAMARGO, MARIA LAURA LEITE LOPES E PAULO DE ALCANTARA GOMES COMO CANDIDATOS A REITORIA DA UFRJ.

O PROFESSOR CLEMENTINO FRAGA, QUE RETIROU SUA CANDIDATURA A REITOR, LANÇOU A CANDIDATURA DO PROFESSOR LUÍS RENATO CALDAS - EX-REITOR DA UFRJ (1979 -81) E PROFESSOR TITULAR DO INSTITUTO DE BIOFÍSICA -, DURANTE DEBATE ENTRE OS CANDIDATOS E A COMUNIDADE, EM 2 DE ABRIL, NO AUDITÓRIO DO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA, NA PRAIA VERMELHA. O LANÇAMENTO DA CANDIDATURA FOI APLAUDIDO PELOS PRESENTES.

DEIXAMOS DE PUBLICAR, POR NÃO TERMOS RECEBIDO A TEMPO, OS PROGRAMAS, CURRÍCULOS E PROPOSTAS DOS CANDIDATOS LUÍS RENATO CALDAS, JOSÉ RAYMUNDO DE ANDRADE RAMOS, CARLOS AARNO PAMPLONA.

ELEIÇÃO DA COMUNIDADE COM URNAS EM TODAS AS UNIDADES – 9 E 10 DE ABRIL

CONSULTA AOS PROFESSORES NOS DEPARTAMENTOS — 16 E 17 DE ABRIL

**REUNIÕES DO COLÉGIO ELEITORAL
PARA VOTAÇÃO DA LISTA SEXTUPLA A SER APRESENTADA AO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA – 19, 22, 23 DE ABRIL**

MARIA LAURA LEITE LOPES - o currículo da professora Maria Laura foi publicado no BOLETIM ESPECIAL da ADUFRJ,APG,ASUFRJ e DCE.

Gostaria, em primeiro lugar, de torrar menos individualista o cargo de Reitor, porque penso que os problemas da Universidade só podem ser enfrentados por uma equipe. O mais sólido apoio deve partir daqueles que indicaram os candidatos a Reitor, dispondo-se a assumir as responsabilidades das funções de Vice-Reitor, Sub-Reitor e Decano, a fim de trabalharem como um todo. A audiência e a participação dos órgãos colegiados que representem, de fato, todas as categorias docentes, funcionais, técnicas e estudantis são imprescindíveis. Haverá democracia na Universidade se existir respeito pela competência, e quando espaço for dado para que todos sejam ouvidos, sem apelos demagógicos.

As prioridades para a Universidade poderiam ser enumeradas numa longa lista; das verbas para melhoria de suas instalações do aperfeiçoamento de seus professores tanto em suas áreas de especialização como no seu comportamento ético; dos equipamentos dos laboratórios -acs acervos das bibliotecas; dos salários dignos para professores e funcionários a alimentação e ao alojamento dos estudantes para, apenas, citar aqueles que mais incomodam.

Acho, entretanto, que o fundamental é lutar para que a Universidade não abdique da sua função de transmissora e criadora de conhecimento.

A sociedade que a mantém, que lhe serve e que espera ser servida por ela, tem o direito de exigir-lhe:

- a explicação da razão de ser desta mesma sociedade.
- a formulação e a explicação das leis que a regem.
- a adequação das estratégias que a

preservam e a desenvolvem

- o saber científico devidamente codificado a fim de serem atingidos as técnicas que vão permitir o seu progresso material.

- o desenvolvimento das letras e das artes para o engrandecimento da cultura nacional.

- a formação de educadores aptos e conscientes da responsabilidade de guias das novas gerações.

A política mais adequada para a graduação, a pós-graduação e a pesquisa é decorrência destes pressupostos.

Do curso de graduação depende o êxito da pós-graduação, da pesquisa e, primordialmente, da preparação de profissionais do mais alto nível no desempenho de suas atividades.

As disciplinas fundamentais dos cursos básicos deveriam ser ministradas ou, pelo menos, orientadas por professores gabaritados capazes de distinguir o supérfluo do essencial.

Não podemos esquecer que, nos cursos de graduação dos Institutos Básicos, formam-se os professores de 1º e 2º graus que são os responsáveis pelo alunado da Universidade. São ainda esses professores os formadores dos mestres da Escola Primária, alicerce de todo sistema educacional.

A pós graduação não deve ser apenas o complemento da graduação ou uma maneira de professores se “privilegiarem” com cursos seletivos de poucos alunos e, supostamente, de mais alto nível.

A pesquisa é a mola mestra, determinante da existência real da Universidade. Quero me referir à verdadeira pesquisa, não aquela engendrada para conseguir auxílio de alguma agência financiadora ou justificar o regime de 40 horas ou DE.

Falo daqueles que deram a contribuição, com significado, no seu campo específico, tratando-se de pesquisa básica, onde não se pode nem se deve determinar, a priori, para que servem, e que, talvez, nunca se venha a saber para que serviram, sendo, entretanto, de importância relevante.

Refiro-me, também, àquelas que visam a ou possam contribuir na solução de problemas tecnológicos, de saúde ou de caráter social para melhoria das condições de vida da população brasileira.

Por último, sem diminuir-lhe a importância, saliento a produção literária e artística que constitui a cultura de um povo. Quero dar ênfase especial à pesquisa na área da Educação, sobretudo da Educação Matemática e Educação em Ciências (Biologia, Física, Geografia e Química), que começam a ser implementadas na UFRJ.

Com o respaldo da comunidade constituída por professores, funcionários, técnicos e estudantes, será possível viabilizar a Universidade para o cumprimento de sua missão.



DARCY BOVE DE AZEVEDO - Arquiteto e urbanista, professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Decano do Centro de Letras e Artes, livre-docente e Doutor em Arquitetura. Em agosto, completa 40 anos de magistério . na UFRJ. Foi chefe de Departamento e Diretor da FAU, e pertenceu ao CEPG, por dois mandatos. Membro nato do Conselho superior de Coordenação Executiva, Substituto Eventual dos Sub-Reitores de Pós-Graduação e Desenvolvimento. Foi Diretor do instituto de Belas Artes do Estado (1965-76), quando transferiu o Instituto para o Parque Lega (hoje é a Escola de Artes Visuais). Foi Professor titular das Escolas de Engenharia da Universidade de Cama Filho e Nuno Lisboa, e professor conferencista do instituto

Militar de Engenharia Foi Superintendente da Comissão de construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura. Possui vários cursos, dentre os quais o Superior de Guerra e o de Problemas Brasileiros, do Fórum de Ciência e Cultura.

O que pensa o candidato:

Resgatar a credibilidade da UFRJ junto à comunidade, sendo necessário para isso resolver inúmeros problemas, como veremos adiante.

A chamada “Crise” da Universidade Brasileira, na realidade, é o reflexo da situação política-social-econômica em que se encontra o país. Deve-nos ter em mente que nossa Universidade tem apenas 65 anos e não podemos querer compará-la com as Universidades de países desenvolvidos, algumas com mais de 400 e 500 anos de existência.

Temos, portanto, que falar com muito cuidado guardo se pensa em reforma universitária, pois ainda não chegamos a implantar totalmente a reforma de 1968. Deverá ser dado maior apoio aos Centros para que os Decanos possam, com plenitude, exercer suas atribuições.

A UFRJ sofre hoje erros cometidos no passado, dentre os quais o gigantismo do nosso campus da Ilha Universitária.

Dentre os problemas que o futuro Reitor Terá de solucionar destacam-se: a melhoria das condições dos transportes para a Ilha e dentro da Ilha; a melhoria das condições dos prédios existentes, dos laboratórios, das salas de aula, equipamentos etc., na Ilha, na Praia Vermelha e nas Unidades dispersas. Problema da alimentação deverá prever, além dos bandejões, outras opções de ba

CONTINUA NA PRÓXIMA PAGINA

res, lanchonetes e restaurantes.

Para fixação da comunidade universitária e sua humanização, torna-se necessária a criação de áreas de lazer e serviços diversos, o que poderá ser feito sem emprego da verba da universidade. Algumas construções terão de ser executadas, como novos alojamentos, hotel de trânsito, concha acústica, teatro necessário aos cursos de artes cênicas e desenvolvimento cultural dos estudantes, lá previsto coro anexo ao prédio da Faculdade de Letras). A construção do prédio para a Escola de Belas Artes, pois a mesma se encontra precariamente instalada no prédio da FAU.

GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO:

Melhoria do ensino de graduação, que tem que suprir as deficiências do ensino de 1º e 2º graus, com reflexos negativos na pós-graduação. Uma política de pós-graduação e pesquisa que vise aos interesses reais da nação, com as verbas destinadas a esses cursos controladas pela Universidade, acabando com o papel de “pedinte” do pesquisador e uma melhor aplicação dos recursos obtidos.

Facilitar os meios para publicação de teses e trabalhos, aproveitando e melhor utilizando a gráfica da Universidade.

Incentivar os cursos de especialização, atualização e de extensão universitária.

Quanto aos professores e pesquisadores, devemos lutar pela sua melhoria, não só para atendendo a comunidade universitária, Unidades de Desportos, Artes e Letras promovendo a organização de eventos esportivos, místicos e culturais etc. Tais ações acabam por ser um instrumento da maior importância para a verdadeira integração universitária.

No plano externo, o Reitor deve perseguir continuamente a autonomia da Universidade, procurando assegurar, com o apoio da comunidade Universitária, os recursos indispensáveis à execução dos planos e diretrizes estabelecidos no âmbito da Universidade.

Deve ainda lutar pelo estabelecimento de planos de valorização de trabalho de professores e funcionários, seja pela criação de mecanismos de capacitação e

de educação permanente, seja pela avaliação contínua realizada em bases justas e com a participação das comunidades interessadas, seja pela conseqüente valorização salarial.

PAULO ALCÂNTARA GOMES =
Professor da Escola de Engenharia e da Coppe, Doutor em Engenharia Civil, membro do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq, membro da Comissão de Especialistas de Ensino de Engenharia do MEC, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, Vice-Diretor e Diretor de Desenvolvimento tecnológico da EE/UFRJ, ex-Diretor da Coppe (1978-82), trabalha nas áreas de Dinâmica de Estruturas, Teoria das Cascas, Métodos Numéricos em Estruturas.

Para uma Universidade com as dimensões e características da UFRJ, a questão da escolha do Reitor torna-se da maior importância.

Como primeira Universidade Científica do país, com tradições de liderança na maioria das áreas de conhecimento e recebendo um alunado que, no caso dos cursos de graduação, se constitui no que de melhor existe no Rio de Janeiro e, no caso dos cursos de pós-graduação, tem como origem, em grande número, as Universidades Federais, espera a Universidade o máximo aproveitamento dessa situação, para que sejam continuamente aperfeiçoadas as condições de ensino, pesquisa e, naturalmente, extensão.

O Reitor, no plano interno, deve, antes de tudo, estimular permanentemente o debate dos grandes problemas que afligem a Universidade e a própria sociedade, criando mecanismos

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

para a consecução rápida das diretrizes estabelecidas pela comunidade acadêmica.

As estruturas de ensino e pesquisa, além de flexíveis para se adequarem, a cada instante à realidade observada, devem sempre visar à melhor utilização daquilo que a Universidade pede melhor oferecer: o conhecimento e o estímulo permanente ao questionamento, à criatividade e à inovação.

Na medida em que a Universidade se moderniza, assegurando a infra-estrutura mínima necessária ao funcionamento dos laboratórios, bibliotecas e outros dispositivos auxiliares à atividade acadêmica, a flexibilidade curricular aumentará consideravelmente, tornando mais científica e abrangente a formação de futuros profissionais.

A melhor qualidade do ensino estará certamente apoiada na melhor orientação pedagógica, na ampla utilização dos Laboratórios e bibliotecas, na introdução de novas tecnologias nos métodos de ensino e aprendizagem, e no estímulo à criatividade do jovem estudante, através da concessão de bolsas de iniciação científica.

A pesquisa Universitária, - que no caso particular da América Latina adquire relevância bem maior que nos países do mundo industrializados, visto que aqui a investigação praticamente inexistente fora das Universidades - deve ser apoiada intensivamente. A criação de grupos inter-disciplinares, moldados à feição dos avanços da ciência e da tecnologia, deve ser perseguida, pelo estabelecimento de mecanismos de debate dos resultados obtidos, tais como congressos internos, seminários para discussão de cooperação interdepartamental e apoio à edição de revistas e outras instrumentos de disseminação de conhecimentos.

A atividade de extensão, caracterizada pelo conjunto de ações assistenciais ou pela prestação de serviços, deve visar sempre à transmissão, à sociedade, dos conhecimentos adquiridos na universidade ou ao aperfeiçoamento dos segmentos constituintes da comunidade Universitária: professores, alunos e funcionários. Por extensão não deve ser entendida apenas a

Participação da Universidade em atividades externas, mas também no intercâmbio entre Unidades: Unidades tecnológicas auxiliando a manutenção de equipamentos, Unidades de saúde que tenham melhores condições de trabalho, inclusive proporcionando-lhes cursos de reciclagem e de modernas técnicas de ensino.

valorização dos funcionários, mas com oferecimento de condições de melhoria na carreira (cursos de aperfeiçoamento, de atualização etc). Criação de funções gratificadas necessárias para todos os que têm responsabilidade de chefia. Realização de concursos para preenchimento das vagas existentes no

quadro, concursos esses que deverão ser realizados pela própria Universidade e não pelo DASP. Proporcionar a representação dos funcionários nos Conselhos Superiores. Lutar pela autonomia didática, financeira e administrativa da Universidade.

SEGURANÇA: é outro problema que tem desafiado as administrações, e que terá que ser resolvido como aumento do quadro de vigilantes, um melhor serviço de comunicação entre os prédios e melhores condições de segurança física dos edifícios, que em sua quase totalidade são vulneráveis.

O Escritório Técnico da Universidade deverá receber atenção especial, com aumento de seus quadros funcionais, e reaparelhado, para que possa desempenhar a contento suas atribuições, o mesmo acontecendo com a Prefeitura-Universitária.

CORPO DISCENTE: devemos lembrar que a Universidade deve proporcionar todos os meios para que os alunos tenham a melhor formação, não só profissional e intelectual, mas que saiam da Universidade com orgulho de seus diplomas e que possam ser cidadãos úteis ao país, ocupando o espaço que lhes está reservado.

O Reitor deverá dirigir a Universidade democraticamente, de acordo com os anseios da comunidade universitária, apoiado nas sub-Reitorias, Colegiados e, princi-

CONTINUA NA PROXIMA PÁGINA

palmente, no conhecimento administrativo de seus qualificados funcionários, evitando soluções individualistas. A sua presença deverá ser constante nos diversos centros, para que Possa sentir pessoalmente o que

se passa na Universidade. Esperamos que o novo governo que se está instalando no País possa destacar mais verbas para o ensino, já que a verba aplicada na Educação nao é gasto, e sim Investimento.

JOSÉ GERALDO DA CUNHA CAMARGO

É Professor na UFRJ das disciplinas de “Planejamento Urbano e Regional”, Curso de Graduação em Arquitetura e “Planejamento Regional inteirado” e de ‘Planejamento habitacional” do Curso de pós-graduação em Urbanismo, e Professor de “Direito Urbano” do Curso de Doutorado da Faculdade de Direito.

Graduou-se em Arquitetura em 1953, (UFRJ) fazendo o Curso de Graduação Urbanismo, em 1961, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Iniciou sua carreira na UFRJ como Instrutor de Ensino continuando como Auxiliar de Ensino, Prof. Assistente e Professor Adjunto, tendo feito concurso para “Docência Livre” e recebendo o título de “Doutor em Urbanismo”. Ocupou nesta Universidade as seguintes funções: coordenador do Curso de Pós-Graduação de Urbanismo, Chefe do Departamento de “planejamento Urbano e Regional” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sendo, atualmente, Sub-Reitor de desenvolvimento da universidade.

Anteriormente, foi Engenheiro do Serviço Público Federal (INCRA), onde exerceu diversas chefias como a de Diretor dos Serviços de Planos e Projetos e dos Serviços - Gerais de Planejamento. Naquela época projetou e implantou diversos projetos urbanos de apoio a Núcleos de Colonização em áreas pioneiras, quando foi convidado pelo Instituto Internacional de Ciências Agrícolas da OEA a proferir palestras no Peru, Colômbia, Venezuela e países da América Central. Lecionou no Curso Internacional da CEA (no Panamá) sobre “Empresas Comunitárias Campesinas”.

Quando estudante, participou de diversos movimentos estudantis, no Estado de São Paulo, tendo fundado Diretórios e Federações Estudantis.

E Imprescindível, a nosso ver, a integração das áreas do saber através de projetos e atividades inter-disciplinares, pois é através dessa interação que surgirá a verdadeira harmonia, o equilíbrio e o fortalecimento do Ensino de Graduação e pós-graduação.

Atualmente, na UFRJ, a Sub-Reitor a de Desenvolvimentos, está implantando o “Pronto Catalã” que é uma tentativa para essa desejada integração entre diversos Centros da Universidade, com o objetivo comum de Ensino, pesquisa e Extensão.

Gostaríamos de, oportunamente, colocar em debate na nossa comunidade, a criação de um “Conselho Superior de Ensino, pesquisa e Extensão”, do qual participaria professores, cientistas, extensionistas, estudantes e etc., com o objetivo de examinarem, debaterem e deliberarem, com autonomia e democraticamente sobre todas as matérias relacionadas com o Ensino de Graduação e Pós-graduação, com a extensão e pesquisa, com os Planos de Educação e Pesquisa, a âmbito nacional e regional.

É preciso que, através do “Conselho de Reitores” e demais entidades interessada; se transmita ao Governo, especialmente ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a

necessidade de se adotar ou reforçar a política científica ou tecnológica, com a colaboração de Universidades e de Instituições de Pesquisas e em correlação com es planos de Desenvolvimento Nacionais e Regionais e modo a favorecer o desenvolvimento das Ciências e Tecnologias e se evitar a emigração de cientistas, professores? de técnicos especializados. E necessário que se solicite a

integração da Universidade no contexto de Planos Nacionais de Educação e Desenvolvimento Tecnológico.

Por outro lado, enfatizares a necessidade imediata de se estudar as diversas causas que levam à evasão de sua região de origem, ou do País, de cientistas e técnicos qualificados bem como a evasão de alunos de suas Faculdades. Cremos que uma dessas causas seria a falta de recursos do estudante ou do profissional, havendo, então, necessidade do apoio financeiro governamental, principalmente para o estudante denominado carente.

A par disso os elevados e alarmantes índices de reprovação transferência e abandono de cursos que se verifica tanto aqui quanto em inúmeros outros países, são objeto, atualmente, de grande preocupação dos planejadores universitários.

Um dos fatores seria a falta de motivação para aprendiza-

gem e pesquisa devido, talvez, a alguma deficiência da própria Universidade. Falha essa que deverá ser investigada e posteriormente sacada. Além disso, há também os casos em que a ausência de uma adequada orientação vocacional conduz a erros de escolha profissional por parte dos alunos

Julgamos, assim, que há necessidade de maior flexibilidade na estrutura universitária tendo em vista correções e ajustamentos para maior benefício do aluno, da Instituição de Ensino Superior e em última análise, do próprio País.

Achamos de grande importância a criação do Bando de Dados da UFRJ, de modo a se dispor de informações para a solução de problemas e facilitar a tomada de decisões nas áreas Docente e Discente, Orçamentário, de manutenção, de Bibliotecas e etc.

É imprescindível e urgente a Reforma Administrativa afim de tornar mais funcional a estrutura administrativa da UFRJ e dentro deste contexto é importante a criação da Sub-Reitoria de Administração e a inclusão do orçamento na Sub-Reitoria de Planejamento.

Verifica-se, atualmente, a inexistência de uma política global de pesquisa científica na UFRJ.

somos pela integração da pesquisa e dos pesquisadores para que a UFRJ possa elaborar uma política global de pesquisa científica de forma harmônica, solidária e integral, sem indesejáveis isolamentos.

O Plano Diretor da Universidade prevê um Shopping-Center no Campus da Cidade Universitária (segundo vol. I pág. 829 do Projeto para o término das obras e implantação da Cidade universitária (fev.. 1966).

Pensamos em substituir o Shopping-Center (previsto no Plano Diretor), por um “Centro de Vivência), pois se pretende que ali seja ponto de encontro e de lazer para a comunidade universitária, principalmente porque a área reservada para essa finalidade fica próxima à futura estação do METRO e do terminal da linha vermelha.

Ainda com relação ao problema de lazer e para a fixação da comunidade universitária no Campus, coordenamos o projeto de implantação na Cidade Universitária de um Centro de Treinamento olímpico, sem ônus para a Universidade e, contratualmente, garantido por recursos do Comitê Olímpico Brasileiro e do Conselho Nacional de Desportos, do ME, ex-MEC. A Escola de Educação Física participou ativamente desse projeto que foi aprovado por todos os Colegiados da Universidade. (o processo tomou o nº. 36152/82).

Quarto à recuperação das instalações da Universidade, a Sub-Reitoria de Desenvolvimento elaborou trabalho para o Reitor que conseguiu do CEDATE/MEC recursos

que foram ou estão sendo aplicados no Centro de Tecnologia, no Centro de Saúde e no Edifício da Reitoria visando a recuperação de salas, bibliotecas, auditórios, laboratórios, etc. Em qualquer posição em que estejamos continuaremos a procurar meios para corrigir os males apontados.

O Plano de Desenvolvimento da Universidade e os Planos Anuais de Ação 1984/85 elaborados pela Comunidade e coordenados pela SR-5 contém, por prioridade, tudo o que é necessário executar

para colocar a Universidade em pleno funcionamento, isto segundo o desejo expresso pela comunidade, através de planejamento participativa.

Quanto ao auxílio a ser dado pelo MEC às Associações da UFRJ, já sabemos que deverá contar com o apoio de qualquer Reitor pelas contribuições que as mesmas poderão trazer para o bom êxito de um Reitorado.



GERALDO DE NORONHA ANDRADE, Doutor em Medicina pela UFRJ, Docente livre de Cardiologia e Professor-adjunto do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina onde graduou-se em 1950. Especialista em Metodologia de Ensino Superior (Educação Médica) pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas. Foi membro da COPERT e do CEPG, é membro do Conselho de Coordenação Executiva do CCS e é, presentemente, o Diretor do Instituto de Fisiologia e pneumologia da UFRJ. Representou o MEC junto ao Comitê Assessor Científico da Biblioteca regional de medicina (EIREME) do qual foi presidente. Membro temporário do Comitê Científico da mesma EIREME, por indicação da OPAS, por 4 anos consecutivos. Participou diretamente da elaboração de 02 capítulos de livro texto médico, é autor de 01 monografia, tem 31 artigos publicados sobre temas clínicos e de pesquisa médica; é autor ou co-autor de 34 comunicações em Congressos Médicos de nível nacional e internacional. Foi laureado pela Academia Nacional de Medicina (Prêmio Fernandes Filgueira) em 1982.

O processo que ora se inaugura para a escolha de Reitor, inegavelmente, é importante para a chamada “democratização da Universidade” por que legitimada pela participação de toda comunidade acadêmica. Em contra-partida com esta participação não está a comunidade acadêmica participando apenas da escolha do Reitor, ela se torna co-responsável pela solução dos problemas que hoje afligem a nossa Universidade. E isto é bom! No diálogo travado entre os possíveis futuros candidatos e a comunidade acadêmica, pontos doutrinários foram tocados e sobre eles cabe-me fazer alguns comentários.

Sem AUTONOMIA será extremamente difícil, senão impossível, que a Universidade possa levar a bom termo suas funções acadêmicas: elas exigem soluções adequadas e expeditas que somente a autonomia financeira e administrativa pode atender. Mas, não bastaria dispor de MAIS VERBAS; é necessário que essas verbas possam ser aplicadas segundo as necessidades do cotidiano universitário e segundo um plano de aplicação gerado numa previsão orçamentária que refletisse as necessidades de cada Unidade ou Órgão Suplementar desta Universidade. Não padece dúvida que a melhoria salarial e uma perspectiva de carreira para o servidor técnico-administrativa constitui a primeira prioridade da Universidade. Para que isto ocorra a Universidade precisa de mais verba e que possa exercer sua autonomia administrativa, pois pressupõe a criação de quadro de pessoal técnico-administrativo próprio, tom remuneração capaz de competir com o mercado de trabalho regional. Tal medida não apenas iria corrigir uma injustiça social como seria capaz de reter, absorver ou atrair mão de obra qualificada para os serviços de apoio que docentes e pesquisadores tanto necessitam. Não falarei da melhoria salarial dos docentes pois que isto me parece dispensável enfatizar. Atendidas estas prioridades poder-se-á exigir desses servidores toda dedicação que a universidade necessita a fim

de bem executar seus compromissos institucionais. Contudo, não basta dispormos de um corpo docente capaz e interessado, nem de servidores técnico-administrativos eficientes e dedicados se, as instalações e o instrumental de trabalho não está operante ou está tecnicamente superado. As

sim, a segunda prioridade deve voltar-se para a recuperação e/ou atualização de laboratórios, bibliotecas, salas de aulas e de professores, de instrumental auxiliar para as atividades didáticas, da gráfica universitária e dos prédios onde estão instaladas as diferentes Unidades e Órgãos Suplementares da UFRJ. Atendidos os reclamos urgentes da infra-estrutura Universitária e dispondo ela de verbas adequadas, a UFRJ, como um todo, poderá reassumir o papel que já foi seu, em nosso País, de centro irradiador de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, em todas as

suas áreas de conhecimento. Esta excelência readquirida por certo terá reflexos benéficos e imediatos nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, e, através destes últimos, na elaboração crítica de conhecimentos em suas respectivas áreas. Pela sua importância não podemos deixar de lembrar ser inadiável que nossas bibliotecas sejam atualizadas, não apenas em periódicos mas também em obras de referência e de livros textos, e que seu período de funcionamento se estenda para o período noturno, ampliando assim sua capacidade de atendimento ao público.

Se pudermos exigir de nossos professores competência e dedicação, se lhes incentivarmos as atividades de pesquisa de que devem participar nossos alunos, se desejamos uma Universidade pública e gratuita, devemos ser também exigentes em relação ao nosso alunado. Rigorosos na

seleção e na cobrança de seu desempenho acadêmico, não permitindo que elementos menos qualificados exibam um diploma emitido pela nossa Universidade. Tal exigência conferirá, em pouco tempo, a credibilidade que uma Universidade que ele é um gênio. Não fora isto e não haveria a preocupação de que eles supostamente fossem capazes de absorver ... e digerir tanta informação, sem que se chegue a caracterizar, em cada nível educacional, o grau de terminalidade que dele se espera. De nossa parte, deveríamos transformar a nossa graduação num curso eminentemente formativo, capaz de tornar nosso aluno num elemento que ativamente buscasse seu aprimoramento tecnico-profissional a partir de uma base teórico-prática mínima necessária, que fosse capaz de analisar criticamente as informações que lhes fossem apresentadas. Somente assim estaríamos preparando profissionais que deve não estar atuando no ano 2000 onde os conhecimentos acabados” hoje transmitidos já deverão estar superados, donde a necessidade de se desenvolver em nossos alunos o hábito de ativamente buscar soluções para os problemas a que forem expostos.

de deve disputar junto à sociedade que a mantém, Falando de graduação um último comentário sobre o currículo. É vezo antigo do sistema educacional brasileiro a pretensão de fazer de nosso aluno um sábio, no pressu



REPRODUÇÃO DA CÉDULA PARA A VOTAÇÃO DE 9 E 10 DE ABRIL:

CANDIDATOS QUE SE APRESENTARAM ATE O DIA DO 29 DEBATE (02/ABRIL)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Amaranto Lopes Pereira | <input type="checkbox"/> Luiz Renato C. da Silva Caldas |
| <input type="checkbox"/> Antonio Paes de Carvalho | <input type="checkbox"/> Manoel da Frota Moreira |
| <input type="checkbox"/> Carlos N. Gondim Pamplona | <input type="checkbox"/> Maria Laura M. L. Lopes |
| <input type="checkbox"/> Darcy Bove de Azevedo | <input type="checkbox"/> Nelson Maculan Filho |
| <input type="checkbox"/> Geraldo de Noronha Andrade | <input type="checkbox"/> Olinto Antonio Pegoraro |
| <input type="checkbox"/> Horácio Macedo | <input type="checkbox"/> Paulo Alcântara Gomes |
| <input type="checkbox"/> José G. da Cunha Camargo | <input type="checkbox"/> Ronaldo P. Lima Lins |
| <input type="checkbox"/> José R. de Andrade Ramos | <input type="checkbox"/> Ulysses Petrônio Burlamaquí |
| <input type="checkbox"/> Luiz Eduardo Machado | <input type="checkbox"/> Wigand Joppert Filho |

CADA ELEITOR PODE VOTAR DE UM ATE SEIS NOMES.

Obs.: Qualquer outro nome, além dos acima relacionados pode ser votado.

Esta cédula, por questões operacionais de confecção, foi impressa no dia 03/abril/85.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII MAIO/85

N ° 28

DIRETORIA DA ADUFRJ LEVA LISTA SÊXTUPLA AO MINISTÉRIO

Escolha da UFRJ foi bem recebida (pág. 3)

CONSOLIDAR A VITÓRIA

O processo de sucessão do Reitor da UFRJ foi uma vitória da própria Instituição. Vitória que abre amplas perspectivas para a renovação democrática de nossa Universidade.

A maturidade com que a comunidade, os órgãos colegiados superiores e todos os departamentos participaram do processo, confirma a tese de que é fundamental a mudança dos métodos e critérios de escolha de dirigentes universitários. A experiência da UFRJ ficará marcada não só para nossa Universidade, como também para outras Instituições de Ensino Superior.

O argumento conservador que opõe competência acadêmica e administrativa à democratização na Universidade, desmorona-se frente à realidade do processo eleitoral vivido por nossa Universidade. As renovações necessárias ao cumprimento das responsabilidades acadêmicas e social da UFRJ, através da elevação da qualidade de ensino, pesquisa e extensão, não são incompatíveis com a democratização, ao contrário, dependem dela.

O processo de escolha de Reitor na UFRJ foi singular em dois aspectos:

1 - Evitou-se o confronto entre a comunidade e os colegiados superiores, pelo entendimento de que isto seria prejudicial à UFRJ, levando ao aprofundamento dos problemas que afligem nossa instituição.

2 - Apenas as questões inerentes à Universidade - autonomia, democratização, política de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão, patrimônio e políticas de pessoal - fizeram parte dos temas discutidos pelos candidatos.

Esses dois aspectos, aliados a elevada participação nas eleições prévias de 09 e 10 de abril e à ratificação, na íntegra, da lista sêxtupla pelos professores nos departamentos nos dias 16 e 17 de abril, criaram as condições para a oficialização da lista sêxtupla. Deste modo ao ratificarem a lista sêxtupla, na mesma ordem da votação recebida pelos

candidatos nas prévias eleitorais, os colegiados superiores cumpriram o papel de órgãos dirigentes da UFRJ. Não perderam sua autonomia, ao contrário, tornaram, responsáveis pela democratização do processo de escolha do Reitor.

A experiência da UFRJ deve ser analisada, discutida, aperfeiçoada, o que até aqui tivemos foi a demonstração clara da necessidade e viabilidade da mudança da lei que rege os métodos e critérios de escolha dos dirigentes universitários. A mudança da lei, quando inspirada pelos processos reais em curso, tende a ser eficaz.

A ADUFRJ reafirma a posição que assumiu desde o início do processo: Reivindicaremos que o candidato mais votado, o primeiro da lista sêxtupla, seja nomeado Reitor. Ao mesmo tempo reafirmamos que as características do processo indicam o óbvio: qualquer um dos outros cinco integrantes da lista têm a credibilidade, respaldo e apoio da ADUFRJ para assumir o cargo de Reitor da UFRJ.

A consolidação desta vitória exige a participação responsável e ativa dos docentes, na gestão da UFRJ. A simples escolha de um Reitor com o respaldo da comunidade, não levam necessariamente às mudanças que a Instituição requer. E esta participação deve ser despida de vícios corporativos ou paroquiais. O desejável é a solução dos problemas através da consulta, do diálogo, a da formulação abrangente das propostas apresentadas em cada situação concreta.

Urge o debate imediato em torno da sucessão de diretores de unidade, decanos e do vice-reitor. É também urgente o fortalecimento dos órgãos colegiados de nossa Universidade. Este fortalecimento não significa apenas maior representatividade. Torna-se necessária a participação efetiva dos mesmos na elaboração das políticas de graduação, pós-graduação, extensão, patrimônio e pessoal.

COMISSÃO DO M. E. VEM À UFRJ

(pág. 4)

UFRJ REFORMA ESTATUTOS

(pág. 5)

MUSEU NACIONAL FAZ CIÊNCIA NA UFRJ

(pág. 6 e 7)

CAP QUER PRÉDIO DE PRESENTE

(pág. 8)



Nem todos sabem que o Museu Nacional pertence à UFRJ. Os pesquisadores de botânica, zoologia, antropologia social, paleontologia e geologia sabem, no entanto, de sua importância na ciência do país.

**MEMBROS DA LISTA SÊXTUPLA
FALAM DA REITORIA**

(págs. 10 e 11)

Cultura e Universidade

Tendo em vista os anseios existentes na nossa Comunidade Universitária com relação a uma política cultural que permita uma maior participação e integração com a nossa Universidade e desta em a sociedade em geral, foi criada uma Comissão no Conselho de Representantes da ADUFRJ com o apoio e participação da ASUFRJ.

Esta Comissão apresenta como resultado de seus primeiros momentos de trabalho o texto abaixo, contendo propostas iniciais a serem amplamente discutidas com a nossa Comunidade Universitária.

I - INTRODUÇÃO

Entendemos cultura como uma produção do ser humano em benefício da coletividade e, neste sentido, o aperfeiçoamento cultural depende da reformulação e adequação dos meios de produção. Vale dizer: da preocupação com os meios importa a excelência do produto. Os vinte anos de autoritarismo conduziram, arbitrariamente, a Universidade Brasileira e uma política de isolar os ramos de conhecimento, confinados ou priorizando-os de acordo com os interesses do poder e transformando a Universidade em verdadeiras "torres de marfim", totalmente desvinculada da sociedade e dirigida por

uma burocracia hierarquizadora do saber e da competência.

No atual contexto político brasileiro, cabe à Universidade uma tomada de posição no sentido de pensar a totalidade da Cultura, integrando os conhecimentos que se desenvolvem em seu "campus" de modo a não se admitir saber artístico ou científico sem que sua técnica e sua prática estejam a serviço da Comunidade. A Universidade Pública não é gratuita, da mesma forma que qualquer outro tipo de Ensino Público, uma e outro são pagos pela seriedade e é, por isso, dever do Estado mantê-los para quantos quiserem frequentá-los, independentemente de condição econômica, política ou social. Da mesma maneira, é dever da Universidade pública e do Ensino Público produzir para a sociedade os benefícios de que ela carece, contribuindo também para o seu enriquecimento sócio-cultural.

II - O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO FUNDÃO

O Fundão tem sido definido por sua desumanidade. Entendemos que esta desumanidade se deve a vários fatores, e saber: distância do centro de cidade; precariedade dos meios de transporte coletivo; carência de condições específicas para execução de atividades; falta de entrosamento entre as áreas de es-

tudo, entre outros.

Acreditamos que está no bojo de uma política universitária sugerida pelo movimento docente fomentar a solução destes problemas através de estratégias que integrem atividades tecnológicas, científicas e artísticas numa perspectiva política das seguintes atividades práticas, que de fato possibilitarão em almejada humanização.

III- ATIVIDADES PROPOSTAS

3.1 - Criação de uma EDITORA que, em convênio em a rede comercial, publique e distribua as teses e a produção em livros.

3.2 - Criação de um Jornal ou Revista Periódica que difundam artigos, pesquisas em curso e outros trabalhos congêneres, de natureza cultural.

3.3 - Criação de uma CASA DE CULTURA onde se instalem um cinema, um teatro, um auditório, salas para reuniões, uma ou várias galerias para exposições de artes plásticas, debates científicos e artísticos, festivais, feiras etc.

3.4- Realização de:

- cursos de extensão;
- seminários;
- festivais, feiras, exposições;
- cursos suplementares, profissionais noturnos;
- formação de grupos de estudos, conjuntos de música, grupos de teatro,

cinelube, etc.

IV - VIABILIZAÇÃO DA PROPOSTA

Um empreendimento deste tipo não requer luxo, e inicialmente as nossas atividades deverão partir do aproveitamento de espaços já existentes. Com isto a tarefa de humanizar o Fundão, permitindo melhores condições de trabalho e aperfeiçoamento de funcionários, alunos e professores, não ficará à mercê de projetos inacabáveis e entrará em função já. A cidade já comporta outro pólo de cultura em oposição à zona Sul para servir a uma grande população de bairros e subúrbios. Não concordamos que o Centro de Cultura, planejado no local onde funcionava a Faculdade de Letras possa, sequer em parte, substituir a Casa de Cultura proposto embora estejamos de acordo com o aproveitamento daquele local para instalação de um Centro de Cultura.

Será mais um serviço que a Universidade prestará à sociedade, ao mesmo tempo que se desenvolverá a tão desejada humanização do campus do Fundão.

V - INFRA-ESTRUTURA

Evidentemente a viabilidade de um tal projeto requer o preparo de alguma infra-estrutura:

1 - Propomos a criação de uma sub-reitoria de extensão para abrigar as ati-

vidades da Editora e da Casa de Cultura;

2 - Criação de cursos de teatro e cinema no CLA;

3 - Estabelecimento de intercâmbio de cursos entre as diversas áreas, abertas à participação de professores, funcionários e alunos.

VII - DESDOBRAMENTOS

A Comissão está consciente de que a atuação da ADUFRJ não pode constituir-se em um poder paralelo à Universidade, mas agir como estimuladora de projetos que permitam atingir a plenitude de seu funcionamento. É desta forma então, que este texto se apresenta como um ponto de partida para que juntos professores, funcionários e alunos possam pensar a cerca do tema Cultura e Universidade na UFRJ.

Aguardamos sugestões para continuação do trabalho, agora de forma ampliada, com a participação de todos os que assim o desejarem. Contatos com a Comissão através da Elisa na ADUFRJ, bloco D - sala D 200, Centro de Tecnologia, telefone 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 no horário de 09:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas.

A Comissão

Cibeli Reynaud

Edwaldo Cafezeiro

Francisco Carlos dos Santos

Murillo Mendes Guimarães

Raffaele G. G. Infante

Lógica privada

Preocupados "com o déficit de atendimento no pré-escolar e no primeiro grau, que atinge principalmente o aluno carente", representantes de 25 sindicatos de proprietários de escolas, reuniram-se em Brasília, na última semana de abril, para elaborar propostas ao Ministro Marco Maciel. Pela declaração do presidente da Federação Nacional de Estabelecimentos de

Ensino (Fenen), Roberto Dornas, à **Folha de São Paulo**, pode-se adivinhar o teor das conclusões do encontro: "O Governo gasta verbas volumosas na construção de escolas públicas, quando um sistema bem organizado de bolsas de estudo permitiria a solução do problema (o déficit de atendimento), utilizando a capacidade ociosa da escola particular".

Ministério da Ciência II

A Andes, através de intervenção preparada em reunião com 14 associações de docentes, chegou a reunir-se com o Ministro Renato Archer, na última semana de março, quando expôs a necessidade de maior promoção da pesquisa na Universidade, dotação orçamentária específica para pesquisa (eventualmente prevista em constituição) e ampla participação da comunidade de cien-

tistas e docentes na discussão; elaboração e controle das políticas de ciência e tecnologia. A Andes comunicou seu pedido de audiência com o MCT, e informou ao Ministro do debate nacional que sobre Universidade está convocando para o segundo semestre, com a participação de entidades, científicas, a SBPC e o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia.

EPB E DEMOCRACIA

Em meio às discussões que surgiram com o fim do regime autoritário, já houve quem propusesse a extinção das disciplinas de Moral e Cívica, e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Mas democracia é democracia: o debate deve anteceder qualquer decisão. Deve ser esse o motivo que levou o Clube de Engenharia a promo-

ver o debate "O ensino de EPB e a Nova Republica", que acontecerá em 15 de maio, às 18 horas, com os professores Heloísa Fraenkel (UFRJ), Liborni Siqueira (Frasce), Paulo Ferreira de Souza Filho (UFF) e Sílvio Alexandre Moreira Filho (UGF). O local será a auditório do 22º pavimento do Clube de Engenharia, Avenida Rio Branco, 124.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D 200 — Telefone: 280-9322, ramal 325, e 590-4799 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária. CEP 21944. Caixa Postal 68531. Rio de Janeiro — RJ. CGC 30.315.055/0001 — 51. Edição e redação: Sergio Leo (reg. prov. 17073) Secretaria de Redação: Augustinho Neto Fotografia: Américo Vermelho, Amauri Alves, Chiquito Chaves

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Joel Regueira Teodósio
Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa
Secretário: Moacyr Barreto da Silva Júnior.
1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira
2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física
Marcia Lima Ramos, Luiz Felipe de Souza Coelho (representantes); Herli Joaquim de Menezes, Manoel Rother do Amaral Junior (suplentes)

Instituto de Geociências
Antonio José Teixeira Guerra

Instituto de Química
Marco Antonio F. Faria

Escola de Música
Cibeli Cardoso Reynaud; Ilda Maria Lauria Vasconcellos (suplente)

Faculdade de Educação
Marcelo Macedo Corrêa e Castro; Catherine Laurence M. C. Rato (suplente)

Escola de Serviço Social
Maria Lucia de Paula Petiz; Maria Inês Souza Bravo — suplente

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Beatriz Maria Alasia de Heredi e Olinto Antonio Pegoraro (representantes); Lincoln de Abreu Penna e Maria da Graça F. Ferreira Schalcher (suplente)

Instituto de Psicologia
Phrygia Arruda; Maria Julieta Somló Sathler (suplente)

Colégio de Aplicação
Ana Maria Toledo de Miranda e João Rua (representantes); Maria Manuela Quintans Alvarenga e José Nilo Peixoto de Moraes Tibau (suplentes)

Faculdade de Direito
Eliseu Alves Pujol; Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração
Maria José Cyhlar Monteiro; Josué de Souza Almeida (suplente)
Instituto de Ciências Biomédicas
Márcia Taffarel e Silva; Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Faculdade de Farmácia
José Carlos Gonçalves; Maria Magdá Simões Waineraich (suplente)

Faculdade de Medicina
José Roberto Lapa e Silva, Cláudio Miguel Ávila e Celeste Carvalho Siqueira Elia (representantes); Vanda Marques da Silva, Norma Colino Sarmento Figueiredo e Diana Maul de Carvalho (suplentes)

Instituto de Microbiologia
Armando Alves Borges Neto; José Mauro Peralta (suplente)

Instituto de Biologia
Margaretha D. M. Van Weerelt; Deia Maria F. dos Santos (suplente)

Faculdade de Odontologia
Aracy G. Castro Teixeira e Ednilson Porangaba Costa (representantes); Maria José Santos Alencar e Carmelo Sansone (suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos
Waldyr Mendes Ramos; Maria Coeli dos Santos Bernat (suplente)

Instituto de Psiquiatria
Raffaele Giovanni G. Infante; João Romildo Bueno (suplente)

Instituto de Pediatría
Luiz Carlos de Siqueira; Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia
Roni Marques; Roberto Bravo de Souza (suplente)

Escola de Engenharia
Antonio Claudio Gomes de Sousa; Carlos José Ribas D'Ávila e Newton Alberto de Araujo (suplentes)

Escola de Química
José Vitor Bomtempo Martins; Silvia Maria cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE
Nilton Vargas, Carlos Antonio Levi da Conceição; Marilta Gnecco de Camargo, Luiz Landau (suplentes)

Instituto de Macromoléculas
Carlos Alberto P. Galvão Hemais; Esperanza Amelia V. Roldan Ribeiro (suplente)

Museu Nacional
Luiz Fernando Dias Duarte; Vera Lúcia de Moraes e Huszar (suplente)

Faculdade de Letras
Edwaldo Cafezeiro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Maria Amalia A. Almeida Magalhães e Eiane Frossard Barbosa (representantes); Maria Angela Dias Elias' e Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

O Ministro de Ciência e Tecnologia, Renato Archer, o de Justiça, Fernando Lyra, e o Secretário-Geral de Administração, Miro Teixeira, comprometeram-se com a Diretoria da Adufrj: farão gestões para que seja indicado para Reitor da UFRJ o nome de Horácio Macedo, o mais votado nas listas sêxtuplas elaboradas paritariamente pela comunidade, entre os professores nos departamentos e no Conselho Universitário.

O compromisso ocorreu durante a visita em 6 de maio feita pelos diretores da Adufrj (Fernando Amorim, Joel Teodósio, Moacyr Barreto e Tomás da Costa) aos Ministérios em Brasília, para levar o resultado das eleições e, cumprindo o que foi anteriormente discutido entre os docentes, pedir a nomeação do mais votado. Os Ministros conheceram também a distorção salarial dos professores, o estudo da comissão da Andes que definiu as necessidades de verba para Outros Custeios e Capital nas Universidades autárquicas, (Boletim da Adufrj) e a situação da Coppe com o atraso das verbas Finep em 1985.

RECEPTIVIDADE

A visita a Brasília durou dois dias. Na ausência do Ministro Marco Maciel, os diretores encontraram-se com o Secretário-Geral do MEC, Everardo Maciel, o Chefe de Gabinete do Ministro, Cláudio Lembo e o Secretário de Ensino Superior, Gamaliel Herval; este último chegou a afirmar que não há porque não nomear o primeiro da lista escolhida pela UFRJ. Os diretores da Adufrj relataram o processo e o resultado das eleições. Encontraram simpatia

ELEIÇÃO DA UFRJ DEVERÁ SER ACATADA

por parte dos Secretários e Ministros. Segundo Renato Archer, levaram “resultados que os credenciam em suas reivindicações”.

Em todos os gabinetes, encontrou-se concordância com o processo, que, como informou Gamaliel Herval, foi elogiado em Brasília pelo atual Reitor da UFRJ, Adolfo Polillo. O Ministro da Justiça pediu detalhes sobre o processo e os programas dos candidatos; o Chefe de Gabinete de Marco Maciel, Cláudio Lembo, disse que marcaria, para a Adufrj, uma audiência com o Ministro assim que ele tomar conhecimento da lista, que foi protocolada no MEC nos primeiros dias de maio.

DISTORÇÃO SALARIAL

Os Secretários-Gerais Miro Teixeira (DASP) e Everardo Maciel (MEC) conversaram com a diretoria da Adufrj sobre a distorção dos professores em relação aos outros funcionários públicos de nível superior - os primeiros ganharam, apenas 20 por cento de aumento diferencial em relação ao nacional por nível

superior, enquanto os outros receberam 80 por cento. Miro Teixeira e Everardo Maciel concordaram que esta é uma “distorção séria”, disseram-se dispostos a corrigi-la e deixaram explícita a necessidade de aumento real para o funcionalismo. Informaram que há perspectivas de aumento acima do INPC para os funcionários públicos e estão à espera de estudo realizado pela Adufrj propondo correção para situação salarial dos docentes.

Os diretores da Adufrj ouviram, de funcionários do Ministério da Administração, que, em consequência da última greve nacional dos docentes, estes “saíram do âmbito do Dasp, em termos salariais” - a tabela salarial dos funcionários das Universidades autárquicas não está mais vinculada às estreitas regras do Dasp.

“LINHA CORRETA”

Ministros e Secretários receberam cópia do estudo da Andes e AD's que levanta as necessidades orçamentárias das Universidades autárquicas em 1985

para a rubrica de Outros Custeios e Capitais (manutenção, instrumentação e todas as outras despesas que não as da rubrica Desenvolvimento e os gastos de pessoal); afirmaram que estudarão a proposta, Everardo Maciel, que encontrou-se mais de uma vez com a Diretoria da Adufrj, disse considerar “correta a linha de pensamento do estudo”.

Quanto ao problema das bolsas e verbas fornecidas pelas financiadoras, o Ministro Renato Archer falou do compromisso do Presidente José Sarney, em não deixar que ocorra novamente atraso no repasse das bolsas do CNPq e dos financiamentos da Finep, e noticiou a já conhecida liberação de Cr\$ 25 bilhões para honrar os compromissos da Finep.

Os diretores da Adufrj lembraram a importância de que as discussões da comissão de Ciência e Tecnologia ocorram também dentro das Universidades; Archer concordou com o ponto de vista dos docentes e informou que será aplicado em breve um cronograma de discussões na área. A comissão de reforma da Universidade nomeada por Marco Maciel também foi debatida pelos professores da Adufrj, em outro Ministério: Everardo Maciel ouviu da diretoria da Adufrj críticas à idéia, noticiada pela imprensa, de enviar as conclusões da comissão do MEC à SBPC. Questionaram a exclusão das entidades representativas dos docentes entre os destinatários das conclusões da comissão. A lembrança foi considerada “importante” pelo Secretário de Ensino Superior do MEC, ele disse, no entanto, que o Ministério da Educação não participa das reuniões da comissão nomeada, “para não constranger seus membros” : . . .

HORÁCIO NA CABEÇA

A Adufrj não poderia receber melhor presente de aniversário: por coincidência, foi no dia de seus anos que 23 membros do Conselho Universitário, sob assistência de cerca de 50 professores, estudantes e funcionários, referendou, sem qualquer alteração, a lista sêxtupla escolhida duplamente pela comunidade, em eleição paritária entre seus segmentos e na consulta promovida pelo C.U. entre os professores nos departamentos.

Em discurso emocionado antes da votação, o professor Amaranto Lopes Pereira, agradeceu aos que votaram em seu nome nas consultas anteriores e declarou seu apoio aos seis primeiros nomes da lista, retirando sua candidatura, “como democrata”, e pedindo para que seus votos fossem canalizados para a escolha da comunidade. Os representantes dos alunos limitaram sua participação ao primeiro escrutínio, no qual foi escolhido Horácio Macedo para encabeçar a lista sêxtupla. Joel Teodósio, Presidente da Adufrj, reiterou o apoio dos docentes à lista sêxtupla, ao final da escolha, e anunciou a disposição de lutar pela indicação do mais votado.

DEBATE COM MINISTRO

“Momento Político Atual e Constituinte” é o tema do debate que o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, terá com os professores da UFRJ, no dia 28 de maio, às 14 horas. O local é o “Roxinho”, auditório do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, no Fundão.

DOCUMENTO DA ADUFRJ AO GOVERNO

Em anexo estão os resultados das eleições para a lista sêxtupla, da qual será escolhido o futuro Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O processo de escolha desta lista foi o seguinte:

a) Os Colegiados Superiores da UFRJ nomearam uma comissão de seis membros, para promover consultas na comunidade universitária;

b) A comissão dos Colegiados Superiores organizou uma eleição da qual participaram todos os docentes da UFRJ. Esta eleição realizou-se nos

dias 16 e 17 de abril e foi conduzida por todos os chefes de Departamentos;

c) Nos dias 09 e 10 de abril as entidades representativas da comunidade universitária (Associação dos Docentes, Associação dos Servidores, DCE e Associação de Pós-Graduandos) organizaram uma prévia nos três segmentos que compõem o corpo social da UFRJ;

d) No dia 24 de abril os Colegiados Superiores realizaram uma prévia informal, levando em considera-

ção os resultados das eleições anteriores;

e) No dia 26 de abril os Colegiados Superiores votaram a lista definitiva.

Os resultados de todas estas prévias e a lista sêxtupla final, indicam TOTAL coincidência. Os seis candidatos mais votados nas prévias da comunidade foram, NA MESMA ORDEM, os seis mais votados nos Departamentos e nos Colegiados Superiores.

Está também claro, pelos resulta-

dos, a preferência de todos os três segmentos da comunidade universitária, pelo nome do Professor mais votado: Horácio Macedo.

Sendo assim, a ADUFRJ solicita do Governo Federal a nomeação do mais cotado em todas as eleições realizadas, inclusive a dos Colegiados Superiores.

Rio de Janeiro, 06 de Maio de 1985.

Atenciosamente,
Joel Requeira Teodósio
Presidente - ADUFRJ

Resultados das eleições na comunidade, nos dias 09 e 10/abril /85

CANDIDATO	PROFESSORES		FUNCIONÁRIOS		ALUNOS	
	Nº VOTOS	% VOT.	Nº VOTOS	% VOT.	Nº VOTOS	% VOT.
Horácio Macedo	1456	67.87	2384	64.87	5104	79.00
Nelson Maculan	1112	51.84	348	9.46	1192	18.45
Paulo Gomes	811	37.80	87	2.36	648	10.03
Frota Moreira	640	29.83	100	2.72	456	7.05
Maria Laura	637	29.69	67	1.82	422	6.53
Ronaldo Lins	584	27.22	42	1.14	918	14.21
Olinto Antonio	420	19.58	54	1.46	1131	17.50
Paes de Carvalho	547	25.50	107	2.91	250	3.86
Luiz R. Caldas	389	18.13	47	1.27	56	0.86
Amaranto Lopes	218	10.16	136	3.70	204	3.15
Wigand Joppert	247	11.51	89	2.42	170	2.63
Luiz E. Machado	202	9.41	70	1.90	287	4.44
Ulysses Burlamaqui	148	6.89	46	1.25	315	4.87
José Camargo	105	4.89	212	5.76	76	1.17
Darcy Bove	144	6.71	96	2.61	127	1.96
Geraldo Noronha	138	6.43	50	1.36	35	0.54
Andrade Ramos	96	4.47	18	0.48	57	0.88
Carlos Pamplona	79	3.68	27	0.73	107	1.65
Olinio	65	3.03	12	0.32	21	0.32

Resultado da Reunião Oficial dos Colegiados Superiores da UFRJ, no dia 26/abril/1985, para eleição da lista sêxtupla

1º ESCRUTÍNIO		
Horácio Macedo — 52 votos	Maria Laura — 02 votos	
Amaranto L. Pereira — 02 votos	Clementino Fraga — 01 voto	
Paulo A. Gomes — 01 voto	Amaranto L. Pereira — 01 voto	
Ronaldo Lima Lins — 01 voto	Paulo L. Pereira — 01 voto	
Branco — 17 votos	Paulo A. Gomes — 01 voto	
3º ESCRUTÍNIO		
Paulo A. Gomes — 50 votos	Branco — 15 votos	
Frota Moreira — 02 votos	Nulo — 04 votos	
Maria Laura — 02 votos	4º ESCRUTÍNIO	
Amaranto L. Pereira — 01 voto	Frota Moreira — 46 votos	Paulo A. Gomes — 04 votos
Branco — 13 votos	Maria Laura — 03 votos	Paes de Carvalho — 01 voto
Nulo — 02 votos	Paes de Carvalho — 01 voto	Amaranto L. Pereira — 01 voto
5º ESCRUTÍNIO		Branco — 15 votos
Maria Laura — 49 votos	6º ESCRUTÍNIO	
Amaranto L. Pereira — 03 votos	Ronaldo Lima Lins — 30 votos	Amaranto L. Pereira — 07 votos
Carlos Pamplona — 01 voto	Amaranto L. Pereira — 07 votos	Maria Laura — 02 votos
Joel Teodósio — 01 voto	Paes de Carvalho — 01 voto	Frota Moreira — 01 voto
Branco — 13 votos	Frota Moreira — 01 voto	Coutinho — 01 voto
Nulo — 03 votos	Coutinho — 01 voto	Branco — 26 votos
2º ESCRUTÍNIO		Nulo — 01 voto
Nelson Maculan — 46 votos		

Resultado das eleições nos departamentos entre os docentes, nos dias 16 e 17/abril/85

CANDIDATO	CTE	CCS	CCMN	CFCH	CCJE	CLA	MUSEU	TOTAL
Amaranto L. Pereira	130	52	20	37	36	52	—	327
Antonio P. de Carvalho	95	184	78	42	09	37	22	467
Carlos Pamplona	105	27	06	04	11	17	—	170
Darcy Bove	33	18	03	06	24	143	—	227
Geraldo Noronha	09	28	06	03	—	13	—	59
Horácio Macedo	198	450	233	272	44	344	56	1597
José Camargo	34	34	10	05	15	94	—	192
José Andrade Ramos	12	03	35	01	04	15	10	80
Luiz E. Machado	17	17	38	07	11	76	03	169
Luiz Renato Caldas	35	64	38	29	19	04	09	198
Frota Moreira	227	366	178	194	25	232	54	1276
Maria Laura	132	272	162	176	33	246	48	1069
Nelson Maculan	266	373	251	197	36	264	39	1426
Paulo A. Gomes	315	287	183	193	36	248	39	1301
Ronaldo Lima Lins	118	231	117	165	17	249	30	927
Ulysses Burlamaqui	30	16	02	01	04	123	—	176
Wigand Joppert	38	146	06	25	22	38	02	277
Olinto Pegoraro	14	14	14	44	02	—	01	89
Olinio	—	—	01	01	—	39	—	41
Walter Bloise	—	12	—	—	33	—	—	45

COMISSÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO VIRÁ À UFRJ

Por decisão do Conselho de Representantes, a Diretoria da ADUFRJ esteve presente nos dias 16 e 17 de maio de 1985, nas reuniões da comissão que trata da reforma do ensino superior.

Foi feito convite para que os membros da comissão fossem convidados a se reunir na Universidade com os professores da UFRJ, para tratar de diversos temas: autonomia, democratização, carreira do magistério, recursos orçamentários, avaliação do trabalho docente, expansão de vagas, etc. Foi bem recebido o convite.

Em meados de junho serão realizados

estes debates com a comissão. Oportunamente informaremos local e data.

Ao mesmo tempo apresentamos estudo sobre implementação de verbas para as IES Federais, cujas conclusões foram divulgadas no boletim nº 27 da ADUFRJ. Apresentamos também o estudo sobre reestruturação da tabela salarial dos docentes, publicado na página 12 deste boletim. Explicitamos que estas duas questões são emergenciais e que, apesar de não solucionarem todos os problemas da Universidade, são condições necessárias.

REFORMA DOS ESTATUTOS DA ADUFRJ

O Conselho de Representantes da ADUFRJ aprovou em reunião realizada em dezembro de 84 a criação de uma comissão para estudar a reforma dos estatutos da ADUFRJ. O Boletim da ADUFRJ de janeiro de 85 conclamou os associados para a discussão e colocou a data de 18 de março como limite para apresentação das propostas à comissão. Este prazo, no entanto, foi alterado devido ao processo de mobilização pelo qual passou a Universidade com a sucessão do Reitor. Após 26 de abril a comissão retomou seus trabalhos e levará aos professores, através dos representantes, suas propostas, algumas delas divergentes mas assim apresentadas para que possam ser melhor avaliadas.

O processo formal da reforma dos estatutos é prevista no art. 49 que prevê Assembléia Geral Extraordinária e consulta plebiscitária.

Publicamos a seguir os artigos do estatuto que se propõe modificar e as propostas de alteração para que possamos deliberar sobre as mesmas na Assembléia Geral no dia 12 de junho, às 14:00 horas no Auditório do Roxinho.

Artigo 7º - Redação atual: os sócios pagarão uma anuidade fixada pelo Conselho de Representantes, considerando-se sócio quite o que estiver em dia com a anuidade.

Proposta: mudar para - Os sócios pagarão uma mensalidade, fixada pelo Conselho de Representantes, considerando-se sócio quite aquele que estiver em dia com a referida mensalidade.

Artigo 8º - Redação atual: são direitos dos sócios:

1 - Discutir e votar na Assembléia Geral;

2 - Ser votado para os cargos eletivos da ADUFRJ respeitados os dispositivos do artigo 12 destes estatutos;

3 - Requerer, com no mínimo 10% do total de sócios no gozo de seus direitos previstos nestes estatutos, a convocação da Assembléia Geral, expondo os motivos da convocação;

4 - Apresentar ao Conselho de Representantes, por intermédio de qualquer conselheiro, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza, que demandam providências daquele órgão deliberativo;

5 - Recorrer das decisões do Conselho de Representantes ou de Diretoria à primeira Assembléia Geral subsequente a essas decisões;

6 - Requerer com um mínimo de 1/4 do total de sócios da Unidade à qual pertence a convocação de Assembléia de sócios da Unidade para decidir sobre assuntos específicos da Unidade, e/ou revogação do mandato de representante da Unidade no Conselho de Representantes da ADUFRJ;

7 - Comparecer às reuniões da Assembléia Geral;

8 - Votar nas eleições e plebiscitos;

Proposta: acréscimo no item 7, para: comparecer às reuniões da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes.

Artigo 16 - Redação atual: a Assembléia Geral se reunirá:

a) ordinariamente, em agosto de cada ano, por convocação do Presidente da ADUFRJ para deliberar sobre a aprovação dos relatórios do Conselho de Representantes e da Diretoria;

b) extraordinariamente, quando requerida:

1. pelo Conselho de Representantes;

2. pela Diretoria;

3. por um grupo de no mínimo 10% do total de sócios no gozo de seus direitos previstos nestes estatutos, com a declaração escrita dos motivos de sua convocação.

Acrescentar o item 4: por uma Assembléia.

Artigo 17 - Redação atual: a convocação da Assembléia Geral será feita pelo Presidente, dentro de dois dias a partir do recebimento do requerimento de que trata o artigo 16 destes estatutos, por edital publicado em dois jornais de grande circulação no Estado.

§ 1º - A data da realização da Assembléia Geral deverá ser fixada no Edital de convocação e não poderá ser inferior a 10 (dez) dias nem superior a 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento pelo Presidente, do requerimento da convocação.

§ 2º - Nos casos em que a Assembléia Geral for requerida em caráter de urgência por número não inferior a 12% do total de sócios, ou, pelo menos por dois terços dos membros do Conselho de Representantes, a data da sua realização poderá ser quando solicitada, antecipadamente para 3 (três) dias no mínimo e 5 (cinco) dias no máximo a partir da data de recebimento pelo Presidente do requerimento de convocação, onde constará explicitamente a justificativa da aplicação deste parágrafo.

Proposta: mudar o parágrafo 2º para: nos casos em que a Assembléia Geral for requerida em caráter de urgência por número não inferior a 12% do total de sócios, ou, pelo menos por dois terços dos membros do Conselho de Representantes ou, ainda, por convocação da própria diretoria, a data de sua realização poderá ser, quando solicitada, antecipadamente para 3 (três) dias no mínimo e 5 (cinco) dias no máximo, a partir da data de recebimento, pelo Presidente, do requerimento da convocação, onde constará explicitamente a justificativa da aplicação deste parágrafo.

Artigo 20 - Redação atual: o representante dos associados de cada Unidade da ADUFRJ que completar dois anos de mandato será substituído na forma do artigo 19 destes estatutos, não podendo se candidatar à reeleição para o exercício consecutivo. Parágrafo Único: anualmente, apenas metade do Conselho de Representantes será renovada através do disposto no artigo 19.

Proposta: A - Manutenção da redação atual.

B.1 - Mudar para - O representante dos associados de cada unidade da ADUFRJ que completar dois anos de mandato será substituído na forma do artigo 19 destes estatutos, podendo ser reeleito para apenas um mandato consecutivo.

B. 2 - Manter parágrafo único.

Artigo 25 - Redação atual: o Conselho de Representantes é presidido pelo Presidente da ADUFRJ o qual, nas votações, só dará o voto de Minerva.

Parágrafo Único: na ausência do Presidente da ADUFRJ o Conselho de Representantes escolherá um Presidente "ad hoc" para a reunião.

Proposta: A - Manutenção da atual redação.

B - Mudar para: o Conselho de Representantes é presidido por qualquer membro da Diretoria (respeitada a hierarquia) o qual, nas votações, só dará o voto de minerva.

Parágrafo Único: na ausência justificada de qualquer membro da Diretoria da ADUFRJ, o Conselho de Representantes escolherá um Presidente "ad hoc" para a reunião.

Artigo 27 - Redação atual: a Diretoria é o órgão executivo da ADUFRJ e se compõe de 7 (sete) membros: Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro

Tesoureiro, Segundo Tesoureiro.

Proposta: A - Manutenção da atual redação.

B - Mudar para: a Diretoria é o órgão executivo da ADUFRJ e se compõe de 9 (nove) membros efetivos e 3 (três) suplentes, a saber: 1 Efetivos: Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Diretor Cultural e Diretor de Divulgação.

2- Suplentes: Suplente da Presidência, Suplente de Secretaria e Suplente de Tesouraria.

Parágrafo Único: qualquer suplente tem direito a voz nas reuniões da Diretoria.

Artigo 36 - Redação atual: a eleição da Diretoria será convocada para o mês de setembro dos anos ímpares, pelo Presidente em exercício da ADUFRJ com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 1º - Não sendo convocada a eleição dentro deste prazo, caberá no Conselho de Representantes convocá-la para no máximo 15 (quinze) dias e no mínimo 10 (dez) dias após ter se esgotado o prazo de que trata este artigo.

§ 2º - Não sendo convocadas as eleições nos termos do parágrafo anterior, estas poderão ser convocadas através de uma Assembléia Geral aos termos do artigo 16, item 3, destes estatutos.

§ 3º - O disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo aplica-se aos parágrafos 1º e 2º do artigo 35 destes estatutos.

§ 4º - Os membros da Diretoria não podem se candidatar à reeleição para o exercício consecutivo.

§ 5º - É vedada a acumulação de cargos no Conselho de Representantes e na Diretoria da ADUFRJ.

Proposta: A - Manutenção da atual redação.

B - Mudar redação do parágrafo 4º para: é permitida a reeleição de qualquer membro da Diretoria, para qualquer cargo da mesma, por apenas um mandato consecutivo.

C - Acrescentar parágrafo 6º - A restrição contida no parágrafo 4º não se aplica a qualquer dos suplentes.

Artigo 38 - Redação atual: qualquer sócio no gozo dos seus direitos, poderá candidatar-se aos cargos eletivos da Diretoria ou do Conselho de Representan-

tes devendo, no caso da Diretoria, ser indicado por um mínimo de dez sócios também no gozo de seus direitos, previstos nestes estatutos e observados os dispositivos dos parágrafos deste artigo.

§ 1º - É vedada a acumulação de cargos eletivos da ADUFRJ e funções executivas da UFRJ.

§ 2º - O sócio que estiver exercendo função executiva na UFRJ e vier a ser eleito para cargo na ADUFRJ deverá optar por um dos cargos num prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - O sócio que estiver exercendo cargo eletivo na ADUFRJ e que vier a assumir função executiva na UFRJ, deverá desligar-se desse cargo dentro de 30 (trinta) dias.

§ 4º - São consideradas funções executivas na UFRJ: Reitor, Vice-Reitor, Decano de Centro, Diretor de Unidade, Diretor Adjunto de Unidade, Vice-Diretor de Unidade, Chefe de Departamento, Vice-Chefe de Departamento e Coordenador de Curso.

Propostas: A - Manutenção da atual redação.

B. 1 - Mudar parágrafo 1º para: é vedada a acumulação de cargos na Diretoria da ADUFRJ e as seguintes funções executivas na UFRJ: Reitor; Vice-Reitor, Decano de Centro, Diretor de Unidade, Diretor Adjunto de Unidade, Vice-Diretor de Unidade, Prefeito da Cidade Universitária e Superintendentes.

B.2 - Mudar parágrafo 2º para: o sócio que estiver exercendo as funções executivas referidas no parágrafo 1º e vier a ser eleito para cargo na ADUFRJ deverá optar por um dos cargos num prazo de 30 (trinta) dias.

B. 3 - Mudar parágrafo 3º para: o sócio que estiver exercendo cargo eletivo na ADUFRJ e vier a assumir as funções executivas referidas no parágrafo 1º, deverá desligar-se desse cargo dentro de 30 (trinta) dias.

B. 4 - Extingue-se o parágrafo 4º.

O artigo 35 passa a: ao suplente da presidência compete: ocupar, em reuniões, com direito a voz e voto, um dos cargos da presidência (presidência, 1ª vice-presidência, 2ª vice-presidência), na ordem, em caso de ausência do titular do respectivo cargo.

Adendo: o artigo 35 do estatuto passa a 36, o 36 a 37, e assim por diante.

Tomaz Pinheiro da Costa
Cibeli Cardoso Reynaud
Luiz Carlos de Siqueira
Maria Lúcia de Paula Petiz

MUSEU NACIONAL FAZ CIÊNCIA NA UFRJ

Uma cena impressionante aguarda quem entra no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, pelo Departamento de Antropologia, caminho habitual da grande parte de seus pesquisadores: dentro de armários com portas de vidro, dezenas de caveiras exibem, sorridentes, suas órbitas vazias, ao lado de imagens pré-colombianas de cerâmica e outros objetos. Longe de ser uma vitrine macabra, essa é uma parte minúscula do acervo de Museu, a primeira instituição de pesquisa do Brasil, criada em 1818 com membros da missão científica francesa que veio ao Brasil com a naturalista Dona Leopoldina, nora do Rei Dom João VI.

Entre os atuais pesquisadores da instituição - que, transformou-se, de Museu Real sucessivamente, em Imperial e Nacional, e foi incorporado à UFRJ em 1946 - muitos realizam trabalhos de taxonomia (classificação) semelhantes aos dos pioneiros naturalistas. O Museu acompanhou, porém, os passos da Zoologia, Antropologia, Paleontologia, Geologia e Botânica no País e, hoje, participa dos recentes avanços destas ciências - como na biografia (relacionando zoologia, botânica e geografia) - e apresenta extensa e variada lista de pesquisas, onde, só em Antropologia pode-se encontrar trabalhos sobre poesia marginal dos anos 70, mitologia dos índios Kamaiurá, movimentos messiânicos, política de remoção de favelas no Rio de Janeiro e mais quase uma centena de teses, radiografando os mais diversos aspectos da vida humana e organização social no País.

DONATURALISMO À CIÊNCIA

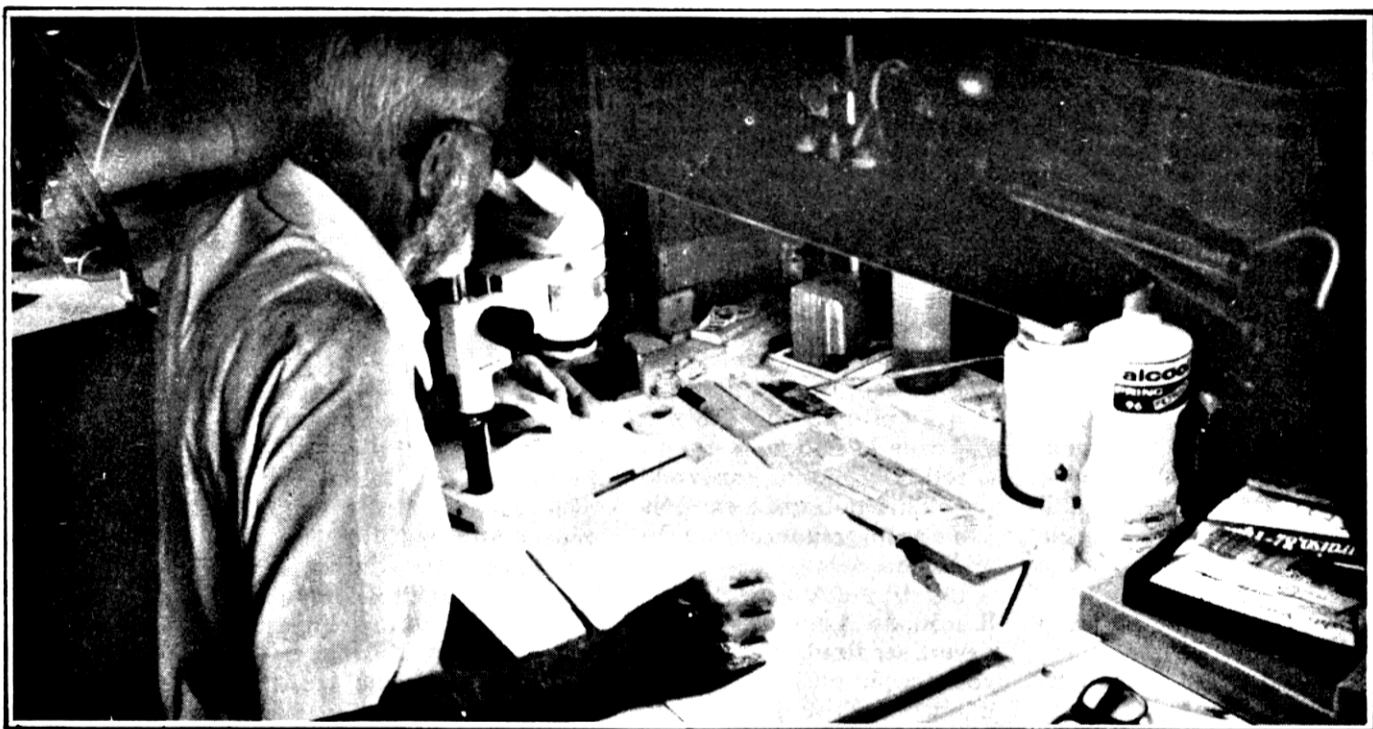
A exposição permanente visitada anualmente por milhares de pessoas nem sempre pode ser considerada uma amostra do acervo coletado pelos pesquisadores, e é "apenas uma ponta do iceberg", segundo um docente do Museu.

O restante desse "iceberg" foi coletado nesses 167 anos por pessoas que, por força de sucessivos decretos, transformaram-se de "cientistas" em "pesquisadores", e destes a "docentes". Em salas - muitas vezes pequenas - da antiga residência imperial do Paço de São Cristóvão (em que a República instalou o Museu Nacional), esses docentes pesquisam, orientam teses e estagiários e lecionam para cerca de 200 alunos de pós-graduação em Botânica, Zoologia e Antropologia Social, além de atender a turmas de outras Universidades em vários centros da UFRJ. O Museu mantém ainda estagiários alguns bolsistas do CNPq; são cerca de cem, quatro dos quais desempenham o papel de museólogas - função inexistente no quadro da UFRJ, o que faz com que o Museu Nacional não seja atendido por um profissional dessa área.

Cinco departamentos do Museu (Botânica, Vertebrados, Invertebrados, Entomologia, Antropologia) têm cur-



Botânica, entomologia e paleontologia: o Museu avança nas pesquisas nacionais.



sos de mestrado; o de Antropologia é o único a possuir também um de doutorado. Há também um curso de especialização em Arqueologia. Os cursos têm a classificação de A - a mais alta - no CNPq, e as pesquisas neles realizadas freqüentemente dão origem a publicações. Os três cursos de pós-graduação já produziram 245 teses de mestrado, de 1970 a 1985.

Nesse cargo, aliás, o Museu Nacional tem mantido um trabalho de divulgação - embora irregular, pela falta de verbas - através de seu "Boletim do Museu Nacional".

A falta de verba regular para manter suas publicações ("o Museu já editou muito, hoje está restrito ao seu Boletim", comenta um pesquisador) traz outra consequência negativa: a diminuição da permuta e publicações com outras instituições, o que desfalca a biblioteca, que não tem dinheiro para com-

prar livros e periódicos, e depende dessa troca.

ERVAS DANINHAS

Separando e classificando fragmentos de rocha lascada encontrados em um sítio arqueológico onde trabalham pesquisadores do Museu, encontram-se, em uma das salas do velho prédio estagiários trabalhando com a remuneração de incertas e atrasadas bolsas de financiadoras. Problema que não impede que o Museu mantenha convênios de trabalho com instituições como a Funai ("às vezes fonte de problemas para nós" comenta um pesquisador, criticando o órgão), USP, UFMG, Jardim Botânico, e outras entidades, algumas da própria UFRJ. As pesquisas de levantamento e estudos zoológicos, bo-

tânicos, dentro do Programa (que estuda a flora e fauna ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho). Polonoeste, em que participam entidades como o Museu Emilio Goeldi (PA) e o Instituto de Pesquisas da Amazônia (AM), estão em um dos projetos nacionais em que estão envolvidos os docentes do Museu Nacional.

O estudo de áreas a serem inundadas por hidrelétricas é uma face do trabalho realizado por pesquisadores do Museu; a identificação e classificação de plantas que atuam como ervas daninhas nas culturas agrícolas é uma das pesquisas básicas desenvolvidas. Nesse trabalho, a insalubridade não é seguida de nenhuma medida de proteção, e pesquisadores (alguns até por desconhecimento) manipulam constantemente substâncias como

derivados de benzeno e a comum naftalina, reconhecidamente cancerígeno. Em algumas pesquisas o problema é outro; não se consegue substâncias para tratar o material a ser estudado. Na abertura do antigo almoxarifado para ceder sua área à biblioteca setorial de antropologia encontrou-se alguns frascos de álcool e éter e outros produtos químicos mais elaborados, o material do almoxarifado era insuficiente para uma pesquisa sequer.

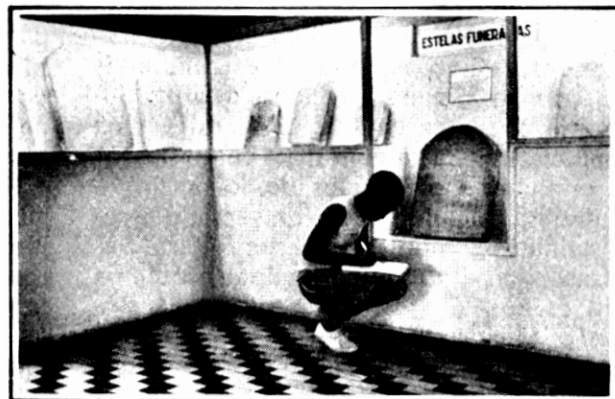
Com essas adversidades (veja "O Museu não é um Museu", ao lado) este curioso que os pesquisadores consigam resultados como o obtido pelos ornitólogos do Museu, que, em estudo na remanescente mata Atlântica de Alagoas, financiado pelo World Wild Life identificaram duas novas espécies, feito raro nesse campo da ciência.

Perfeitamente estruturada em meados do século, segundo a concepção evolucionista dominante, a exposição permanente do Museu Nacional é, na opinião de um de seus pesquisadores, "Um meta-museu; um museu que mostra como era um museu há anos atrás". Sem tirar os méritos da exposição ("bastante didática", define outro doente), pesquisadores do Museu dizem que sua exposição está defasada, sem apresentar uma visão aproximada das pesquisas e da concepção de ciência praticadas hoje na instituição. Para o Diretor José Henrique Millan, isso "se deve, de um lado, à carência de recursos específicos, e, de outro, à falta de motivação dos próprios docentes responsáveis pelos acervos departamentais, muito embora todos os departamentos tenham representantes na Comissão de Exposições, que, regimentalmente, planeja as exposições do Museu Nacional".

O prédio, tombado, não permite muitas adaptações, o que submete os professores a ambientes abafados no verão e entregados no inverno; inexplicavelmente, não há muito contato entre as pesquisas e as exposições - mesmo as esporádicas - do Museu, e, devido às condições de guarda do acervo, os professores se vêem às voltas com a insegurança e, em alguns casos, danificação inclusive das peças expostas.

VERNIZ NA COLEÇÃO

Bem acondicionados, fazem parte do acervo do Museu cerca de 250 mil exemplares ou lotes de invertebrados (sem contar a cerca de três milhões de insetos da coleção de entomologia), mais



Nem tudo na exposição permanente do Museu corresponde às pesquisas lá desenvolvidas. Se isso ocorresse, a UFRJ teria às mãos um grande instrumento de divulgação científica.

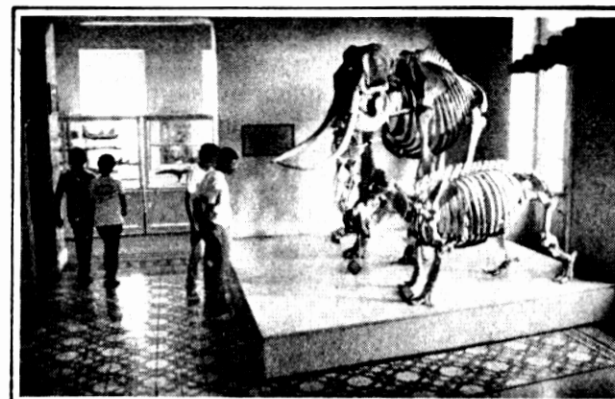
de 300 mil exemplares (inteiros ou peles) de vertebrados, milhares de amostras geológicas e paleontológicas, 514 mil exsiccatas (exemplares secos) é o maior herbário da América Latina e aproximadamente 55 mil peças de antropologia, entre documentos lingüísticos inéditos (gravações), urnas, artefatos, ossos e exemplos de vestuários, arte utilitária ou religiosa.

Um acidente recente provocou perdas reparáveis a essa coleção, em seu setor de ornitologia: pesadas as chuvas do início do ano criaram goteiras que invadiram as salas do acervo, molhando, entre outros objetos, um armário onde estavam guardadas cerca de três mil peles de pássaros utilizadas em trabalhos de ornitólogos de todo o país. Os três mil exemplares, parte da coleção de 35 mil do Museu, pertenciam a uma

ordem de aves onde somente uma análise acurada das penas e de sua padronagem e disposição permite diferenciar as espécies; haviam sido estudadas por três anos e reorganizadas por um dos pesquisadores do Museu, que descobriu, horrorizado, o efeito da chuva em seu trabalho: a laca do armário havia escorrido e inutilizado as peles.

RESTAURADORES

Inexplicavelmente, na sala onde ocorreu o acidente o telhado havia passado por reforma em 1981, a cargo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "Um acidente lamentável", lamenta o diretor do Museu, José Henrique Millan. Um acidente que pode repetir-se: a instituição não tem funcionários para zelar pelo acervo - os chamados "curadores" da coleção -,



e, como restaurador, mantém um de seus professores, que apesar de seus 76 anos de idade só não saiu da Universidade por seu contratado em regime CLT. Ele acumula o cargo de Chefe do Setor de Museologia.

O trabalho de conservação da coleção é mais dificultado na exposição pública, onde a aposição de um vidro para proteger um modelo de índio Xucrupe só pôde ser feita com dinheiro de um docente; as etiquetas identificativas, as vitrines e objetos expostos sofrem ameaça de deterioração; e não há pessoas habilitadas a abrir certas vitrines hermeticamente fechadas para manipular a coleção sem depois deixa-la exposta à ação da poeira e insetos.

MÚMIA E PRÉDIOS NOVOS

Após advertir que só a dire-

toria do Museu pode dar informações oficiais sobre a instituição, José Henrique Millan anuncia que o Museu tem garantida a verba para conclusão de um novo prédio para sua biblioteca, no seu horto botânico da Quinta da Boa Vista. Garantia do ex-Secretário-Geral do MEC, Sergio Pasqualli. Millan prevê também a construção de dois pavilhões na Quinta, para abrigar os departamentos e coleções, e a restauração do Paço de São Cristóvão, onde ficaria apenas a administração.

Isso resolveria problemas prosaicos, como o fato de a fiação do velho prédio servir - não se sabe porque - como antena receptora de FM, impossibilitando gravações lingüísticas sem interferência no local. Ou eliminaria o desconforto de algumas estagiárias, que trabalham junto as coleções clássi-

O MUSEU NÃO É UM MUSEU

E DA UFRJ, NADA?

Em 1982, pesquisadores do Museu participaram da primeira expedição antropológica brasileira, patrocinada por Dom João VI, com objetivo de estudar sociedades tribais - a partir de critérios evolucionistas e etnográficos da época. Pouco menos de um século depois, em 1973, o Departamento de Antropologia encontrava, após uma busca em que se pensou até em encerrar seu curso de pós-graduação no Museu, uma entidade - a Finep, que concordou a patrocinar as pesquisas dos antropólogos. Criado em 1968 com financiamento da Ford Foundation, o mestrado de Antropologia - o primeiro curso de pós-graduação do Museu - não tinha outra forma de financiar-se quando, anos depois esgotou-se o fluxo de verba do exterior.

Ainda hoje, a Antropologia mantém um volume de recursos invejáveis em relação às outras áreas de pesquisa do Museu, que viram extinguir-se a rubrica do orçamento destinada às excursões dos pesquisadores (eliminada com a incorporação à UFRJ), assistiram à diminuição progressiva da verba do Conselho de Ensino de Pós-Graduação (CEPG-UFRJ) e hoje dependem cada vez mais de iniciativas isoladas de seus cientistas junto ao CNPq - com a consequente perda de tempo em relatórios burocráticos de acompanhamento, roubados ao tempo de pesquisa.

400 MIL VOLUMES

Os recursos da Fundação Ford foram suficientes para montar uma biblioteca setorial - a única do gênero no Museu, que tem sua biblioteca central -, na área de antropologia. Após a interrupção, de alguns anos, esses recursos voltaram e pagam, em dólares, as assinaturas de periódicos estrangeiros. Graças a esse dinheiro, o Departamento não ficou desfalcado em coleções importantes como "Man", "Actes de la Recherche" e "American Anthropologist", antes compradas pela Biblioteca Central, que não teve como mantê-las.

Hoje, com 333 alunos inscritos, a biblioteca tem cerca de cinco mil títulos de livros, 104 de periódicos (68 assinaturas), aproximadamente 1700 folhetos e duas mil fac-símiles xerox. Costuma fazer quatro mil empréstimos e atende a mais de cinco mil consultas por ano, constituindo-se a mais atualizada no país.

Ainda mais prestigiada - embora esse prestígio não se traduza em verbas - é a Biblioteca Central. Seus primeiros livros foram os da primeira comissão científica a atuar no Brasil, no século XVII, e os compêndios naturalistas da biblioteca de Dom Pedro II. Possui obras mais recentes - embora seus periódicos sejam atualizados apenas através de permuta -, e seus 19.400 títulos de livros (quase

35 mil exemplares), 12.176 periódicos (pouco mais de mil correntes, totalizando aproximadamente 350 mil exemplares) e 25 mil folhetos, além de atender às 8.5 mil consultas anuais, fazem com que a Biblioteca seja a maior biblioteca de ciências naturais do país e a segunda em importância no sistema nacional de comutação de obras entre bibliotecas (Comut).

NEM LIVROS, NEM DOCENTES

Desde 1977 a Biblioteca não recebe verba alguma da Universidade, e, há dois anos, enfrenta as mesmas dificuldades de suas similares na UFRJ, com o atraso do dinheiro fornecido pela Finep. Mesmo assim, realiza esporadicamente restaurações em suas obras raras - embora sua oficina de encadernação esteja parada há dois anos - e prepara um catálogo de seu acervo. Seu crescimento levou-a a ocupar progressivamente as salas vizinhas, uma das quais, situada logo acima da histórica Sala do Trovão do Imperador, não suportou o peso dos livros e hoje está em reforma. As seis bibliotecárias que trabalham lá esperam a conclusão de um prédio já iniciado no Horto vizinho, onde se planeja construir também estufas para as plantas estudadas pelos botânicos. Elas são céticas, porém, em relação à rapidez de conclusão do edifício.

Os problemas financeiros e

de carência de docentes (o último pedido ao CPPD, ainda não atendido, 39 docentes; um dos departamentos mais carentes, o de Vertebrados, têm apenas quatro, e este presta a desparecer pela falta de docentes; não há, por exemplo, especialistas em mamíferos no Museu. Tudo isso leva seus professores a acreditarem que a melhor saída para a instituição é a mudança da legislação, de forma a dar-lhe uma "autonomia relativa" em relação à UFRJ.

Um dos projetos de auxílio institucional obtido pelos cursos de Botânica, Zoologia e Antropologia Social ilustra o tipo de dificuldade enfrentado pelos professores quando procuram suprir a ridícula verba fornecida pela UFRJ ao Museu (pouco mais de Cr\$ 10 milhões provenientes dos fundos da União, enquanto que os recursos de taxas e ingressos chega a Cr\$ 29,8 milhões e os provenientes de convênios ultrapassam os Cr\$ 280 milhões); o plano de aplicação de recursos foi apresentado a Capes em agosto de 1984, recursos e, em outubro, a resposta chegou aos docentes; em fevereiro de 1985 os pesquisadores descobriram que, desde dezembro, o dinheiro havia chegado à Universidade; e só em abril a verba chegou finalmente ao Museu. Nem assim os docentes desejam desligar-se da UFRJ

- um projeto neste sentido



A biblioteca do Museu Nacional é a mais importante do país, na área. Seu espaço será ampliado em um novo prédio que será construído no Horto Botânico do Museu.

que circulou em 1981 foi prontamente rechaçado com um plebiscito dos professores; o mesmo repúdio foi dado a uma ten-

cas de peças arqueológicas e convivem com duas humanas múmias que descansam em um armário de paredes de vidro, em uma sala minúscula onde a má vedação do moderno "sarcófago" pode resultar em alguma espécie de contaminação para as estagiárias - ou, pelo menos, assim temem as pesquisadoras.

Enquanto espera a construção dos novos prédios, que segundo o diretor do Museu deve correr "a médio prazo", o ornitólogo Dante Teixeira preferiu garantir a integridade restante da coleção de pássaros que estuda: acompanhou sua transferência para um galpão próximo a Estação de Ferro da Leopoldina. O prédio, do MEC, é alugado ao Museu, e hoje abriga todo o setor de Ornitologia, transferido para lá pela Direção do Museu.

No próximo dia 6, o Museu Nacional completa mais um aniversário, que será comemorado um dia antes, em 5 de junho. Serão inauguradas duas exposições temporárias (são essas exposições que, segundo o Millan, conferem atualidade ao Museu), uma delas sobre hibridismo em borboletas e outra sobre vertebrados notáveis (ameaçados de extinção) da fauna brasileira. Às 15h30 min o professor Newton Santos, do Departamento de Entomologia, conferenciará em sessão solene sobre "A missão do Museu e a liberdade"; às 16h30min haverá concerto de piano do professor Luís Soledade Otelo, também de entomologia; e, a seguir, o professor João Cândido de Melo Carvalho receberá o título de Professor Emérito da UFRJ.

tativa, no âmbito do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) de dissolver a instituição pelos departamentos da UFRJ.

CAP ANIVERSARIA E QUER PRÉDIO DE PRESENTE

Único órgão de ensino da UFRJ voltado para o 1º e 2º graus, o Colégio Aplicação (Cap) está chegando a um limite. Suas 47 dependências, distribuídas por dois prédios de dois andares e uma casa pré-fabricada, às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, mal dão para os 574 alunos, 80 professores e mais de 400 licenciandos da Universidade, que lá fazem sua prática de ensino. A situação é tão precária que a direção do Cap prevê um corte, no próximo ano, de 50% das vagas para a primeira série primária.

O acréscimo de alunos nas salas de aula - o limite atual é de 30 - nem é cogitado pela direção. “As características do colégio exigem turmas menores, para um atendimento mais direto”, afirma o coordenador de atividades escolares, Moacyr Barreto 1º Secretário da Adufrj. Essas características, aliás, são a razão de ser do Cap, criado há exatos 37 anos (completos a partir de 20 de maio), “para servir de campo à prática de ensino, mas sem deixar de priorizar o atendimento aos alunos”, conforme enfatiza a diretora Sêrvula de Sousa Paixão.

A afirmação da diretora não é retórica: todas as aulas seguem um projeto educacional exaustivamente preparado por cinco coordenadores, quatro orientadores, com ajuda de professores e alunos. A base dessa metodologia é a “interdisciplinaridade”, que, na explicação de uma das orientadoras, é, basicamente, o cuidado de que “haja algo em comum em todas as matérias lecionadas numa mesma turma; nada de ensinamentos estanques”. Esse planejamento segue um caminho traçado desde a primeira série primária, que só termina no último ano do 2º grau.

Um prédio, três escolas

A direção do Cap, no entanto, divide as atenções do seu projeto com outras difíceis tarefas, mais ligadas à aritmética. Uma delas é administrar o colégio com um orçamento anual de Cr\$ 6 milhões: “Isso mal dá para o mês”, brinca Sêrvula. Por trás da ironia, uma dura realidade: não fossem as doações, o colégio poderia até parar. “É assim que a gente vive”, diz a diretora. Ela lembra a generosidade de uma gráfica que doou todo o papel utilizado na escola.

Além das dificuldades de recei-

ta, há um contratempo pouco comum que remonta às origens do Cap: a maioria das dependências é dividida, com outras duas instituições. Após o turno da manhã, a Escola Municipal Thales de Mello Carvalho ocupa o local, que, à noite, pertence ao Supletivo Estadual Astério de Campos.

De acordo com o convênio firmado com o Município, dono do terreno, cabe à UFRJ os cuidados de manutenção; mas o acordo não é seguido à risca. Apesar da verba suplementar de Cr\$ 9 milhões fornecida este ano para a pintura de paredes e revestimento do piso, o desinteresse da Universidade em manter algo que não lhe pertence é evidente, segundo a direção. Há apenas dois serventes, três inspetores e um guarda (são três entradas), quando o ideal seria, pelo menos, o dobro.

Some-se a isso a falta de recursos próprios do Cap, que não cobra taxas de qualquer tipo (a não ser uma simbólica taxa escolar anual de Cr\$ 20 mil criada, mesmo assim, para despesas diretas com os alunos, como material de aula) e fica completo o quadro de abandono.

As condições adversas tornaram-se um desafio que às vezes é vencido com um pouco de imaginação. Na busca por novos espaços, as salas são ocupadas metro a metro e reaproveitadas de toda a maneira. Assim, a sala dos professores perdeu metade de sua área para os alunos da terceira série: uma fina parede de madeira divide os espaços. O mesmo expediente foi aplicado no auditório de teatro, que cedeu a parte do palco para as aulas de música. O gabinete médico simplesmente deixou de existir e deu lugar a uma nova sala de aula.

A ocupação de espaços também já entrou pelo período da tarde. Aos alunos interessados, são oferecidas aulas de apoio, clubes de língua (francês e inglês), oficinas literárias e educação física. A iniciativa da direção, graças a um acordo com a Escola Municipal, faz parte de um plano mais ambicioso de estender o tempo de aulas, em definitivo, para além da manhã. Só faltam as condições materiais.

Nesse compasso de espera, a direção tem se valido de um constante debate com os alunos

para contornar situações delicadas. Há alguns anos, o segundo semestre marca o início de uma dinâmica de grupo, conduzida pelas orientadoras, com as turmas de quarta série que são subdivididas e mescladas com novos alunos, oriundos de concursos de admissão. “Não queremos discriminar o aluno que está entrando em ambiente estranho e, por isso, fazemos a divisão. Mas não antes que a turma antiga chegue à conclusão de que isso é necessário”, explica a orientadora educacional, Maria Lopes Sousa.

Prova, que prova?

A repercussão entre os alunos tem sido tão boa, explica a orientadora, que a última turma até estabeleceu critérios de discussão. “O maior problema, no entanto, é a ruptura no processo curricular - iniciado na primeira série - com a introdução de alunos novos que não estão acostumados com nosso sistema”, complementa. O ideal, para a diretora Sêrvula Paixão, seria o preenchimento de vagas 50% destinadas a filhos de funcionários da Universidade - apenas em caso de vacância, o que, obedecendo o planejamento atual, deverá acontecer em dois anos.

A exceção fica por conta dos exames de primeira série primária. Exame, na verdade, é uma palavra muito severa para Maria Lopes Sousa, que prefere chamá-lo de “momento educativo”. Para evitar um clima de tensão desnecessário, entre crianças com idade média de 6 anos, é preparada uma série de atividades em que não faltam artes plásticas, música, brincadeiras e uma discreta interpretação de texto, única prova seletiva. Muitas crianças mal percebem que foram submetidas a um teste e ante a pergunta das mães, respondem: “prova, que prova?”.

Todo esse cuidado em não traumatizar as crianças, vai, às vezes, por água abaixo, pela falta de segurança no Cap. Um menino de oito anos foi assaltado por três pivetes em plena sala de aula e ao tentar reagir teve um canivete apontado no rosto. O perigo também pode vir de cima, mais precisamente do teto da sala de ciências, “pronto para desabar a qualquer momento; basta chover que a água fica acumulada”. Isso sem contar a reclamação dos alunos que, pela ventilação deficiente, saem muitas vem

com dores de cabeça causadas pelo vapor dos produtos químicos.

Em matéria de reivindicações, poucos exibem mais que a professora de artes, Suzane Ortiz. Ela exhibe uma lista com mais de 40 itens prometidos desde janeiro em que só os varais e secadores chegaram. Para Suzane, o principal problema da escola é a sujeira. Os alunos de educação física devem concordar, a julgar pelo estado do banheiro em frente a quadra, que não vê uma gota d’água há anos, e, em troca, exala um cheiro insuportável, lama e exibe um mar de mosquitos.

A solução parece convergir para uma reivindicação simples. “Queremos um prédio nosso, seja onde for”, respondem, com poucas variações, todos os que são indagados a respeito. Enquanto o prédio não chega, apesar de várias gestões junto à reitoria, a comunidade se organiza e faz o que pode. No último sábado de abril, organizou-se um mutirão com dezenas de alunos, professores e licenciandos.

Banheiros foram limpos; salas pintadas e arrumadas. Algumas com cartazes onde se lia “Sarney, confiamos em você”, colocados ao lado de um perfil do Presidente Tancredo Neves, junto a um pôster de Che Guevara. Pelo menos nas salas de aula do primeiro grau, a democracia já parece ter chegado. Difícil vai ser tapar a rachadura de mais de três centímetros que se estende do chão ao teto da sala de projeções. Problemas como esse mostram que uma solução final está muito além da simples boa vontade de professores e alunos. Canecão, não.

Desde 1982, algumas tentativas foram feitas para se conseguir um espaço definitivo. Pensou-se no prédio da Faculdade de Farmácia, no Campus da Praia Vermelha, mas a Decania vetou a idéia com a alegação de que o local não era apropriado para crianças. No mesmo ano, a UFRJ já tivera outra promessa. O Canecão propôs construir um prédio para o Cap, na Praia Vermelha, se a UFRJ renovasse por dez anos, gratuitamente, o contrato de aluguel do terreno onde a casa de shows está localizada. O projeto do prédio, porém, tinha falhas sérias, com menos instalações do que as atuais. O Cap, além disso, não queria se envol-

ver numa transação que condenava.

Há um projeto do ano passado, no qual a Secretaria Municipal de Educação cede, por dez anos, as atuais dependências ao Cap, em horário integral. Em troca, a UFRJ assumiria o antigo compromisso de reformas e manutenção. “Poderíamos então restaurar o telhado, o teatro, a quadra de esportes, as instalações elétrica e hidráulica, além de revestir todo o piso e construir um terceiro andar com estruturas leves, onde poríamos as salas de arte e teatro”, sonha a diretora Sêrvula.

No final do ano passado, a minuta do convênio foi embargada em “algum órgão da Prefeitura”. Mas as esperanças estão acesas. Espaços utilizados pelos turnos da tarde e noite - um refeitório, cozinha e quatro salas - seriam ocupados.

Os licenciandos, por exemplo, teriam muito mais espaço para estudar e desenvolver sua prática de ensino, agora restrita em um auditório e cinco salas. “A maioria dos licenciandos chega em março, mas só dá aulas nas turmas a partir do segundo semestre”, explica a chefe do SOE - Serviço de Orientação Educacional -, Maria Auxiliadora Lopes Sousa. O primeiro semestre é reservado às aulas com os professores de Prática de Ensino, da Faculdade de Educação.

Nem poderia ser de outra forma. Afinal, o Cap tem vinculação pedagógica com a Faculdade de Educação que, por sua vez, é responsável pela prática de licenciatura em toda a UFRJ. Assim, os professores de prática elaboram seu plano de ensino, sempre fiéis ao planejamento adotado pela Coordenação Pedagógica do Cap. “Nosso planejamento é articulado com a prática de ensino. Há uma estrutura que considera tanto o aluno como o licenciando”, explica Maria Lopes Sousa.

“O licenciando passa a viver outros aspectos educativos”, na avaliação de Sêrvula. Fiéis a essa filosofia, os futuros professores observam e participam até mesmo dos Conselhos de Classe, onde a comunidade acadêmica do Cap avalia e resolve seus problemas. Ou, pelo menos, tenta resolvê-los. O principal deles continua sem solução, e há a esperança de que a UFRJ finalmente atenda a uma reivindicação simples e justa: “Queremos um prédio, seja onde for”.

“Estão brincando de democracia”,... queixa-se o Coordenador de Graduação da Escola de Comunicação (ECO), Nilson Lemos Lage. Às voltas com a obrigatoriedade, por lei, de implantar o novo currículo de comunicação, a ECO - já sabendo que terá de enfrentar grandes problemas para suprir as necessidades materiais para execução do currículo - preparou um plano de preenchimento de vagas para compor seu quadro docente de acordo com as novas obrigações. E os professores encontraram por parte da Universidade um tratamento surreal.

Unânicos em elogiar a exigência, por parte do CFE, de que os professores pelo novo currículo, tenham registro profissional e reconhecida atuação na área em que pretendem lecionar, os docentes da ECO calcularam em 16 o número de novos professores necessários para suprir a ampliação da área técnica (que ocupará 50 por cento de um total de 2,7 mil horas/aula - atualmente os cursos têm 1,2 mil horas/aula). As vagas da própria escola dariam direito a novos três docentes; o CEG aprovou a abertura de concurso para dois professores; e a Sub-Reitoria de Pessoal acabou liberando apenas uma vaga para a escola, que viu seu planejamento enfumaçar-se.

NOVAS PERSPECTIVAS

Para os professores da Escola, o problema é reflexo de seu pequeno tamanho - e, conseqüentemente, pequeno peso político - na Universidade; e a falta de professores e equipamento faz mais do que dificultar a implantação do novo currículo - o que deveria ocorrer até o próximo ano -; ameaça a sobrevivência da Unidade.

Escola de tradição teórica, que herdou de sua origem como curso de jornalismo da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (é o mais antigo do País, criado em 1943), a ECO é a principal formadora de profissionais, aproveitados pelas empresas da área (jornalismo e publicidade); seu Coordenador de Pós-Graduação, Emanuel Carneiro Leão, filósofo reconhecidamente ligado aos aspectos teóricos do curso, é um dos que vê com empolgação o

O CASO DO PROFESSOR DESAPARECIDO

aumento de peso adquirido pela técnica no novo currículo, por abrir, segundo comentou com o um dos docentes, “perspectivas inteiramente novas até para o mestrado e doutorado, que poderão passar a refletir contingências reais da produção de informação no país”.

A apreciação de Carneiro Leão não significa que a Escola, com suas precariedades, esteja à parte do que se produz em publicidade e jornalismo. Algumas de suas teses chegaram a ser publicadas comercialmente, e não são poucas as que tratam de questões ligadas intimamente à profissão de jornalista ou aos meios de comunicação de massa. Mas um confronto entre as condições estipuladas pelo currículo a ser implantado e a situação real da Escola justifica a constrangida avaliação feita pela congregação da Escola, que, segundo Nilson Lage, está com dificuldade em aplicar as determinações do novo currículo, a não ser que fraude o CFE ou obtenha maior apoio da Universidade:

- A dificuldade em criar maiores condições para a área técnica é a idéia de que esse tipo de escola ainda está ligado à tradição do cuspe e giz. Resistiremos à aplicação do currículo, a não ser que ele possa ser implantado como define o CFE; caso contrário, continuamos com o currículo antigo, e a Escola perde o direito de emitir diplomas com

validade legal.

ÚTIL À UFRJ

Pelo currículo do CFE, é necessário que se constitua turmas de, no máximo, 15 alunos para os laboratórios, e, no caso das aulas de fotografia, é exigido um mínimo de uma máquina fotográfica e um ampliador por cada grupo de três alunos. A ECO tem, para as aulas de laboratório, apenas um professor em regime de 20 horas semanais, enquanto que o currículo a ser implantado exige, no mínimo, cem horas semanais de laboratório. Para fotografia, há no ECO apenas uma máquina e um ampliador.

Não existe, nos quadros da Escola, pessoal de nível médio para operar o equipamento exigido, que, na opinião de Nilson Lage, “requer um investimento pequeno, constituído de equipamentos básicos: máquinas de escrever manuais, câmeras profissionais de fotografia, ampliadores e material de laboratório, laboratório de produção gráfica (mesas, pranchetas), duas unidades de produção em TV para jornalismo (câmera, gravadores VCR e ilhas de edição) equipamento para rádio, verba para impressão de oito jornais por ano e um microcomputador para edição de texto”. O item mais caro da lista é o equipamento de TV, que exigiria o investimento de cerca de US\$ 60 mil (mais de Cr\$ 300 milhões), “pagáveis a longo prazo”. Nilson Lage justi-

fica o investimento:

- A profissão de jornalista é altamente técnica; cada vez mais próxima dessa área. O currículo defendido pelo CFE foi elaborado por todos os envolvidos na área, docentes, pesquisadores, empresários, profissionais, estudantes e governo, não há quem se oponha a ele. Mas na Universidade há insensibilidade até para perceber o quanto a existência de uma área de comunicação eficiente pode lhe ser útil.

CRISE E INFORMAÇÃO

A possibilidade de se manter um centro de produção em TV, em lugar das diversas unidades isoladas de videocassete espalhadas pelo campus, é um dos pontos levantados por Nilson Lage em que a ECO poderia atuar para a Universidade. O que é preciso acentuar, diz ele, é que o curso ministrado pela ECO não é um curso de artes, e que suas pesquisas, com o trabalho dos docentes, cuidam basicamente da produção e circulação da informação para consumo social:

- O problema da comunicação é hoje vizinho ao do poder; e não é possível pensar em desenvolvimento sem integração da comunidade através da comunicação. Canais de televisão de UFH, em maior número que os tradicionais, de VHF, vão ser abertos agora; e a Universidade, exatamente porque está em crise,

não percebe que, em uma sociedade que se pretende democrática, devem-se, aproveitar desses meios de comunicação como alavanca para sua proposta de desenvolvimento.

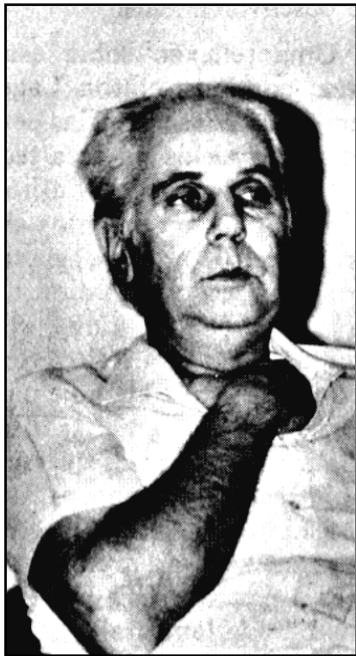
Uma reflexão sobre essa área, continua Nilson Lage, tem como conseqüências pesquisas paralelas na área tecnológica, como trabalhos sobre bancos de dados de acesso público, tecnologia de imagem, processamentos gráficos. Nilson Lage comenta que a UFRJ, “com todo seu porte”, até hoje não conseguiu ter uma gráfica que produzisse mais que seu Boletim. “Não temos interesse nessa gráfica”, ressalta, “mas é um exemplo de área onde a ECO poderia atuar”. Ele lamenta:

- Sem esse sistema de comunicação, nada funciona. Mas estamos condenados à perda de objetividade, pela falta de condições de estruturar o curso como deveria ser feito.

ALOCA - MAS NÃO DISPÕE

A venda de um equipamento de rádio pedido pela Escola, em 1983, foi um exemplo dos fatos surreais com que a ECO é brindada pela Universidade. Entre os componentes que faltavam quando finalmente chegou o pedido anos antes, do equipamento, estavam os indispensáveis microfones. O descaso, com que se tratou o planejamento de preenchimento das vagas de docentes, porém, é bem mais sério, e reflete o arremedo de democracia praticado na Universidade: o calendário semestral de abertura de concursos para docentes na ECO previa a contratação de nove professores até o segundo semestre de 1986, mais quatro até julho de 1987, e, finalmente, um por semestre até dezembro de 1988. O primeiro pedido, após passar por todas as instâncias de representação da Universidade (CPPD, CEG) chegou às mãos do Reitor através da Sub-Reitoria de Pessoal, que, simplesmente, ignorou os pareceres favoráveis dos conselhos, e concedeu apenas uma vaga e a justificativa de que o CEG aloca vagas, mas não dispõe delas. Ou seja, ele decide mas não decide, muito pelo contrário.

Horácio Macedo



“Algumas modificações institucionais” são as prioridades de Horácio Macedo, Decano do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (cargo para o qual foi eleito paritariamente pela comunidade) e primeiro colocado na lista sêxtupla da Universidade. Ele acredita que os colegiados “tem de ter autoridade e competência para traçar a política de cada área”; como a competência legal depende de alterações no âmbito do Conselho Federal de Educação, Horácio pensa em instituir um “acordo de cavalheiros”, concedendo-se informalmente maior poder aos colegiados.

Estimular fortemente a escolha direta dos dirigentes na Universidade, “sem desprezitar certos formalismo,” é um de seus objetivos. Ele pretende, também, atacar a “problemas crônicos” da UFRJ, como o Colégio Aplicação (“tenho impressão de que há recursos para resolver o problema do CAP - se havia Cr\$ 3 bilhões para construir o prédio da Letras, não haverá Cr\$ 1 bilhão para o Colégio?”), o Museu Nacional e a Faculdade de Educação (“que precisa de maior apoio; impressionou-me como está mal instalada: longe dos licenciandos e do CAP, com uma sala de 18 metros quadrados

para 50 professores 40 horas”).

A constatação de que o CEG possui, hoje, Cr\$ 30 milhões para distribuir às atividades de graduação, e o CEPG tem Cr\$ 70 milhões para as de pós-graduação leva Horácio a prever a alocação de mais recursos para os colegiados, de forma a garantir a manutenção das atividades de graduação e pós-graduação na UFRJ. Ele considera arriscado dar cifras, mas acredita que o aumento das dotações já é possível com o orçamento atual.

Horácio não vê sentido em trazer para o Fundão unidades isoladas como a Escola de Música ou a Faculdade de Direito; mas

acha necessário maior apoio para a restauração das instalações físicas de todas as unidades.

O Reitor enfrentará duas áreas de atuação, segundo Horácio Macedo: a interna e a externa. No plano interno, deverá comprometer-se com a democracia e com a qualidade e excelência de ensino, e, no plano externo, deverá catalisar o esforço da comunidade pela obtenção de mais verbas e pela autonomia didática, administrativa e financeira (no que diz respeito à liberdade de obtenção de recursos e sua aplicação).

Nelson Maculan



É difícil listar, de imediato, uma lista de prioridades, estabelecendo hierarquias para a solução dos problemas da UFRJ pensa o sub-Diretor de Pesquisas da Coppe, Nelson Maculan, segundo colocado na lista sêxtupla da Universidade. “Gostaria que a UFRJ se transformasse em uma Universidade, deixando de ser um conjunto de escolas”, diz Maculan que pretende estimular a criação - e não somente a transmissão - de conhecimentos na Universidade.

Maculan defende a implantação de políticas de pessoal e de alunos. E a melhoria das condições materiais para o trabalho e estudo na Universidade, o que implica em uma política de recuperação dos prédios da UFRJ (em uma escola de prioridades decidida em consulta aos conselhos) e a urbanização do Fundão, ligada a políticas que permitam os professores permanecer

mais tempo no campus.

A pesquisa é uma das maiores preocupações de Maculan; “cada área tem uma idéia própria do que é pesquisa diz, ao defender a divulgação do que existe nesse campo na Universidade e estimular a criação de um ambiente de pesquisa para o pessoal novo que entra na Universidade”. Outro passo necessário será a obtenção de autonomia para a Universidade, que terá de dar, também, autonomia para seus Centros - e, em contrapartida, prestar contas, através dos trabalhos e da formação de pessoal qualificado.

- Ha muito poucos estrangeiros na UFRJ - como em todo o Brasil lamenta Maculan, que defende maior intercâmbio com pesquisadores de outras instituições, a exemplo do que ocorre em países como os EUA, México, Argentina e Japão. Maculan

acredita também que a reestruturação da Universidade - e uma paralela reciclagem para seus funcionários - de forma a fazê-la “pensar de maneira mais moderna, deverá ser objeto da ‘primeira penada’ do próximo Reitor, qualquer que ele seja; deve-se também dar força às instituições que quiserem buscar recursos por conta própria - submetidas, logicamente, à ‘uma certa coordenação central’ - para não tirar recursos dos grupos mais dinâmicos”.

- A Universidade precisa fazer coisas novas, intervir no Estado do Rio, que é muito importante. Há muitas instituições que investem a fundo perdido nas pesquisas de Universidade; áreas como Biotecnologia e Informática são importantes e devem ser estimuladas.

Maculan defende também a constituição de uma Editora da UFRJ, a

exemplo do que ocorre em outras instituições de ensino superior, com uma comissão editorial e publicação de textos de dentro e de fora da Universidade. Ele acha que o Reitor deverá estar em permanente contato com os Ministérios ligados à Universidade, para defender a instituição e adverte que o programa da próxima Reitoria não se limitará aos quatro anos de mandato. “O Reitor deverá ter o apelo das bases”, diz.

Maculan lembra, ainda, sua sugestão de aproveitar o “patrimônio intelectual da UFRJ, que é sub-utilizado”, para a criação de cursos de extensão abertos à sociedade, sem exigências de pré-requisitos acadêmicos. E promete medidas enérgicas contra os entraves burocráticos que dificultam as mudanças no interior da Universidade.

Paulo Gomes



dos Colegiados Superiores da Universidade que, como órgãos encarregados da elaboração e do acompanhamento da execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão devem fornecer a unidades e departamentos os subsídios para a definição de prioridades nas três atividades básicas da Universidade.

O retorno dos planos setoriais aos conselhos superiores dará a estes a possibilidade de compatibilização, de otimização e permitirá, em conclusão, a definição das estratégias da UFRJ como um todo.

Parece-nos que alguns aspectos devem ser discutidos quando da elaboração dos subsídios para uma política de ensino, pesquisa e extensão.

Do ponto de vista do ensino de graduação será extremamente importante ter em mente que a UFRJ, pelas suas características, é uma Universidade com notórias potencialidades para a formação de quadros capazes de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico. Políticas de reformulação da estrutura curricular devem compreender portanto, um acesso mais freqüente a laboratórios, bibliotecas e outras facilidades, bem como uma ênfase na formação básica do estudante.

Devem ainda partir da premissa de que a permanência do aluno na Universidade será largamente beneficiada pelo maior contato extra-classe com o corpo docente, seja pela orientação pedagógica, seja pelo estímulo à iniciação científica e à monitoria.

Outrossim, incentivando a formação geral, devem as estruturas curriculares perseguir a interdisciplinaridade e o aprofundamento das questões sociais e humanísticas.

O desenvolvimento da política científica da Universidade depende essencialmente da definição clara de suas prioridades e do entendimento que, cabendo às Universidades a realização da pesquisa básica e aplicada, não pode ela se omitir na realização de alguns projetos de desenvolvimento que venham a beneficiar o país na sua busca pela independência tecnológica.

A implementação de sistemas de disseminação de conhecimentos adquiridos na realização de pesquisas, de apoio a projetos interdisciplinares envolvendo departamentos de várias áreas de conhecimento e o estabelecimento de fundos próprios para apoio a pesquisas na UFRJ tornam-se assim prioritárias para a consolidação da UFRJ como Universidade científica. Sistemas de cadastramento, acompanhamento e avaliação de projetos, e realização de seminários de pesquisas, elaboração de política editorial, serão alguns dos aspectos que poderão concretizar as metas acima.

A pós-graduação deve procurar ser inserida nesta política científica fazendo de seu produto final - o mestre e o doutor - um resultado da própria produção científica da UFRJ.

A integração com o setor produtivo e

com o Estado deve ser perseguida como uma forma de estabelecimento de uma cadeia que se inicia nas pesquisas básicas e aplicada desenvolvidas na UFRJ, continua na pesquisa de desenvolvimento realizada nos Institutos de pesquisas das Empresas Estatais e término no repasse de novos conhecimentos à indústria nacional e, no caso da pesquisa social, à sociedade.

Esta é certamente uma das formas de promover a integração da Universidade com a comunidade e se constitui numa das múltiplas faces do que se entende por extensão. A extensão não pode ser transformada no sustentáculo financeiro da Universidade, mas deve ser estimulada sempre que resultar em aprofundamento do nível de conhecimentos tanto no âmbito da Universidade como externamente a ela.

Outra forma de extensão que deve ser estimulada é aquela caracterizada pela disseminação da produção artística e cultural da Universidade que, por se constituir em extraordinário acervo ainda pouco divulgado deve ser priorizada na elaboração de um plano de ação. Atividades culturais internas e externas à Universidade, estímulo à participação ativa de alunos, funcionários e professores em eventos artísticos são modos de privilegiar a cultura e as artes, na Universidade.

Todos estes aspectos repousam em duas hipóteses básicas: a infra-estrutura da Universidade atende aos planos elaborados e o conjunto de atividades meio e fim

é objeto de avaliações contínuas.

Para que a primeira hipótese seja válida, torna-se fundamental que um programa mínimo envolva a melhoria das condições de trabalho de professores, funcionários e alunos com instalações limpas e em perfeito funcionamento, bibliotecas atualizadas, laboratórios modernos e eficientes, segurança, apoio médico-odontológico, alimentação de boa qualidade, acesso fácil ao Campus da Ilha do Fundão etc.

Ao mesmo tempo, a avaliação permanente do desempenho de toda a comunidade, seja pelo cumprimento das atribuições próprias de cada um dos segmentos, seja implementação de mecanismos de capacitação de funcionários ou pela análise da produção didático-científica de professores, seja pela avaliação global da UFRJ, transformar-se-á num dos instrumentos que assegurarão à UFRJ os recursos indispensáveis a consolidação destes planos, na medida em que aumentar ainda mais sua credibilidade junto à sociedade.

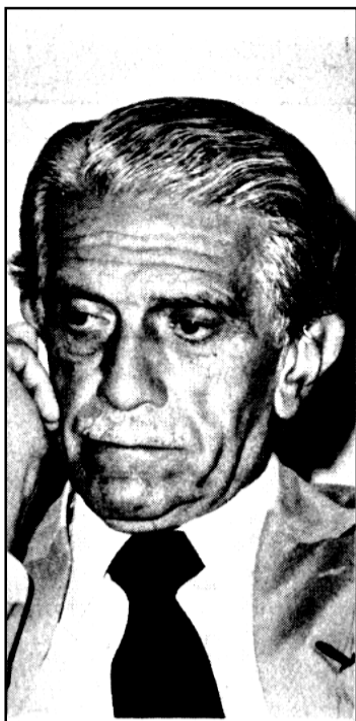
Quanto aos demais instrumentos, estes dependerão essencialmente do Governo da República que, atendendo aos anseios da Nação deve ver o apoio à educação em todos os níveis como fundamental para a real independência nacional.

O professor Paulo Alcântara Gomes, Vice-Diretor da Escola de Engenharia, respondeu por escrito ao BOLETIM DA ADUFRJ sobre a atuação da próxima Reitoria.

“O estabelecimento do programa de ação a ser implementado pela administração central da Universidade compreende obrigatoriamente, em sua primeira fase, uma ampla discussão envolvendo todos os segmentos expressivos de comunidade Universitária.

Para a elaboração deste plano de ação será também considerável a contribuição

Frota Moreira



Conversas. Serão as primeiras medidas a tomar pelo Reitor, segundo o professor do instituto de Biofísica Manoel da Frota Moreira, terceiro colocado na lista sêxtupla da Universidade. “Difícil dizer que medidas tomar a principio” diz ele, que, no entanto, revela ter “idéias precisas sobre o que imagino para a Universidade”.

Entre essas idéias está a de que a Universidade deve ter “menos formalidade e mais realidade” na atuação de seus professores e alunos, ou em áreas como a pós-graduação:

- Realidade quer dizer constituir, por exemplo, na pós-graduação, uma verdadeira pós-graduação, e não cumprimento de normas e formulações gerais; precisamos deixar o velho hábito de colocar as coisas no papel e esquecer-las; elas têm de ser postas em prática.

Frota Moreira comenta que o pro-

blema fundamental da Universidade é de que ela vive com uma quantia “nitidamente insuficiente para seus gastos; o que, na sua opinião, é fruto de outro hábito que tem de desaparecer:

- Queremos ter as coisas e não pagar por elas. Universidade é algo caríssimo, pesquisa implica em gastos; se não há emprego de verbas nessas instituições, não há como colher os frutos que vêm como acréscimo.

Membro da Fundação José Bonifácio, Frota Moreira acha que a busca por mais verbas deve ser um movimento coletivo de convencimento, para criar um consenso nacional sobre a importância do investimento em educação. O aumento de verbas para a Universidade, diz ele, cria ainda outra questão: o cuidado para seu bom emprego.

A Universidade, segundo pensa,

deve ter um orçamento básico que sustente seu funcionamento regular; mas é uma “utopia querer recursos que atendam a todos os desejos”: os acréscimos deverão ser disputados por mérito. Professores e funcionários não são pagos de acordo com um mínimo aceitável, avalia Frota Moreira, que é contra essa situação - a ser eliminada com a constituição do orçamento básico.

Os recursos extra-orçamento serão buscados “lá fora”; os grupos que desejarem maior apoio para determinadas pesquisas deverão contar com o apoio das financiadoras (CNPq, Finep) - que “não são uma invenção brasileira, são fundamentais em todo mundo”. As empresas não são descartadas por Frota Moreira, que, no entanto, é contrário a simples prestação de serviços por

parte da Universidade.

Entre os pontos a serem enfrentados pela próxima Reitoria, ele lembra a necessidade de humanizar o Fundão, onde “a vida é difícil, pela própria localização, que complicou a vida de funcionários e professores”. Entre seus objetivos, estão de procurar maneiras de dar às pessoas as melhores condições para permanecer no campus da Cidade Universitária. Por vida melhor ele entende “tudo”: melhoria de ensino, melhor formação de professores, maior eficiência dos funcionários, melhores instalações.

Frota Moreira diz que “o Reitor deve ser levado a ser Reitor”, e se considera extremamente honrado em participar da lista sêxtupla:

- É o ponto alto de minha modesta carreira.

Maria Laura Leite Lopes



Qual a sua avaliação acerca do processo eleitoral para a composição da lista sêxtupla para a escolha do Reitor da UFRJ?

O processo eleitoral para a escolha dos nomes que deveriam compor a lista sêxtupla para indicação, pelo governo, do novo Reitor da UFRJ foi, como costumava dizer nos debates, um “exercício didático”. Tal exercício mostrou ter a redemocratização do país alcançado a Universidade e foi conduzido de maneira segura pela comissão designada pelo Conselho Universitário e presidida, impecavelmente, pelo ex-Reitor Professor Luiz Renato Caldas.

Estudos ainda devem ser feitos a fim de determinar o aperfeiçoamento do processo que deverá, obrigatoriamente, passar pela reestruturação da Universidade brasileira. O exemplo do procedimento da UFRJ servirá, certamente, como um dos parâmetros orientadores das discussões que começam a ser travadas.

Como deve ser exercido o cargo de Reitor?

Ainda durante os debates, tive, mais de uma vez, a oportunidade de declarar que o cargo de Reitor necessita perder o caráter individualista. Em toda Sociedade democrática, e, certamente, a Universidade deverá ser aquela do mais alto nível intelectual, a coligação precisa ser buscada. Para explicitar o meu pensamento, afirmo que na coligação sentimentos distintos das pessoas devem ser unidos para alcançar objetivos comuns, sem perda de identidade de cada um de seus membros. Conclamo, então, não apenas os meus companheiros de lista sêxtupla, mas, todos aqueles que venham a ser chamados a integrar o corpo de Sub-Reitores, a formar uma coligação que, para ser eficiente e funcional não pode deixar de ter a participação dos Conselhos de Graduação (CEG) e de Pós-Graduação (CEPG). A participação desses Conselhos na coligação deverá ser forte e eficiente

pois são os órgãos norteadores do ensino e da pesquisa na Universidade.

Sobre a indicação pelo Sr. Ministro da Educação de um nome da lista sêxtupla, como se posiciona?

O governo da Nova República, por ser democrático, certamente, acatará a manifestação da comunidade universitária, indicando para Reitor aquele que teve o seu nome consagrado, em primeiro lugar, em todos os pleitos no prolongado processo eleitoral. Existe, contudo, a liberdade de escolha do Exmo Sr. Ministro da Educação, podendo indicar qualquer um dos componentes da lista sêxtupla que tiveram também o respaldo da comunidade. Assim prescreve a legislação vigente. Não é democrático pensar que as regras do processo não sejam respeitadas como não

é democrático ir contra o desejo da maioria.

Como pensa que será a Universidade com a nova administração?

A comunidade da UFRJ saiu vitoriosa do “exercício didático” quando teve oportunidade de equacionar os seus problemas. Nada mais ficará como antes. Os esforços de todos determinarão, com a referida coligação, o surgimento de uma nova era, onde a Universidade seja a criadora e a transmissora do conhecimento para formar as nossas elites profissionais e intelectuais de que o Brasil tanto necessita”.

Maria Latira Leite Lopes, Diretora Adjunta de Graduação do Instituto de Matemática, respondeu por escrito ao BOLETIM DA ADUFRJ sobre a atuação do próximo Reitor.

Ronaldo Lima Lins



Gostaria de lembrar que é uma aspiração da comunidade colocar o mais votado como escolhido para a Reitoria - decano da Escola de

Letras e sexto da lista - ressalva Ronaldo Lima Lins, ao iniciar o relato de suas propostas para a Reitoria. “Em termos concretos”, diz Ronaldo, “o Reitor deverá fazer uma avaliação do estado de coisas da Universidade”. A partir daí, serão estabelecidas prioridades e critérios para recuperar a Universidade.

- A Universidade está em ruínas; sua recuperação deve começar pelas instalações físicas; se possível, deve-se visitar todas as áreas. O Museu Nacional tem goteiras, o Observatório do Valongo tem aparelhos sob chuva; é preciso criar serviços de manutenção, que não funcionam na prática.

O trabalho do Reitor deverá ter uma face “externa”: fazer chegar ao Ministro da Educação as

necessidades da Universidade. A escala de prioridades elaborada com a consulta à comunidade deverá ser levada ao Ministro pelo Reitor, que deverá ter uma postura “agressiva, de estar sempre presente no Ministério, levando as informações necessárias”.

É preciso mostrar a crise quando ela se torna aguda, diz Ronaldo, para quem o bom senso será característica indispensável no Reitor - “para gerir essa crise”.

Ronaldo acredita que a Reitoria deverá desenvolver um trabalho intelectual - “que é até função do Reitor” - promovendo eventos que congreguem toda a Universidade para “pensar a Universidade, mudar a mentalidade das pessoas, melhorar a graduação; fazer encontros políticos que estabeleçam até

visões novas, concepções de pesquisa que escapem a burocratização como ocorre muitas vezes hoje”.

Mas não cabe ao Reitor impor sua idéia sobre o que seja a pesquisa, segundo Ronaldo; esse deve ser papel do CEPG. Quanto à questão - ou às questões - dos funcionários, Ronaldo diz que ela deve ser trabalhada, até com a Associação dos Servidores, para que se discutam problemas como alimentação, transporte e gestão da Universidade.

- É preciso encontrar formas de representação; e isso vai depender da disposição das entidades de professores, estudantes e funcionários, e da própria instituição, que tem de abrir-se para

uma participação maior de seus segmentos.

Ronaldo diz que o Reitor deverá acompanhar com atenção as ações de ordem política levantadas pelas entidades e diz que a gestão de certos aspectos da Universidade podem ter a participação dos funcionários. Ele acredita que o Reitor, ainda que defenda suas próprias posições, deve ser veículo para desencadear as discussões na Universidade, sem atear-se à “idéias já feitas”.

- A Universidade não sabe qual sua finalidade; descobri-la será papel de toda a Universidade.

A discussão, diz ele, permitirá maior conhecimento da UFRJ, e ensinará até como defendê-la. Trará como consequência maior respeitabilidade para a instituição.

PROPOSTA DA DIRETORIA

O BOLETIM DA ADUFRJ REPRODUZ, ABAIXO, A PROPOSTA DE ESTRUTURA SALARIAL PARA OS DOCENTES ELABORADA PELA DIRETORIA DA ADUFRJ.

ADUFRJ - PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DEBATE

PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA SALARIAL PARA OS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES

FEDERAIS AUTÁRQUICAS E FUNDACIONAIS

A proposta de reformulação da Estrutura Salarial visa corrigir as distorções salariais acumuladas durante anos pelos docentes das autarquias federais e criar uma carreira unificada em todas as Universidades Federais.

A carreira atual carece de uma estrutura lógica na definição dos níveis salariais das diversas categorias e referências, cujos valores foram definidos arbitrariamente sem um critério objetivo. A legislação que regulamenta a estrutura salarial do funcionalismo federal estabelece um diferencial de 5% entre cada referência.

Para estabelecer a nova estrutura salarial adotou-se o mesmo critério do funcionalismo, isto é, 5% de diferença entre cada referência e tomou-se

como parâmetro o maior salário de Titular das Fundações (Mato Grosso do Sul), a partir do qual definiu-se o valor dos demais níveis da seguinte forma:

Adjunto 4 = Titular

1.05

Adjunto 3 = Adjunto 4

1.05

e assim sucessivamente até

Auxiliar 1 = Auxiliar 2

1.05

Propomos que esta nova estrutura seja adotada a partir de maio de 1985 e que todos os reajustes do funcionalismo público incidam integralmente sobre todos os níveis.

Para as Fundações, que passariam a ter, todas, a mesma carreira, seria adotado o mesmo procedimento, isto é, a partir de maio haveria o enquadramento nos novos níveis, em julho o reajuste igual ao funcionalismo público e a partir desta data todas as Universidades teriam o reajuste concedido com índices iguais e mesma periodicidade.

MAGISTÉRIO SUPERIOR

	ESTRUTURA ATUAL	PROPOSTA PARA NOVA
	DAS AUTARQUIAS	ESTRUTURA SALARIAL
	40 horas	40 horas
Titular	2.943.032	5.090.415
Adjunto 4	2.675.484	4.848.014
Adjunto 3	2.570.232	4.617.156
Adjunto 2	2.447.146	4.397.291
Adjunto 1	2.311.138	4.187.897
Assistente 4	2.162.974	3.988.473
Assistente 3	2.007.619	3.798.546
Assistente 2	1.851.631	3.617.662
Assistente 1	1.697.035	3.445.393
Auxiliar 4	1.549.483	3.281.326
Auxiliar 3	1.417.121	3.125.073
Auxiliar 2	1.308.334	2.976.260
Auxiliar 1	1.250.986	2.834.533

Para o Magistério de 1º e 2º grau também propõe-se uma nova estrutura salarial definida a partir do mesmo critério e tomando como referência o salário de adjunto 3 do Ministério Superior. Desta forma, teremos:

Titular = 4.617.156

E 3 = Titular/1.05

E 2 = E3/1.05 e assim sucessivamente até A1.

Propomos para os professores de 1º e 2º grau a extinção da gratificação de regência de turma e a

MAGISTÉRIO DE 1º E 2º GRAU

		40 horas
Titular		CR\$ 4.617.156
E	3	CR\$ 4.397.291
	2	CR\$ 4.187.897
	1	CR\$ 3.988.473
D	3	CR\$ 3.798.546
	2	CR\$ 3.617.662
	1	CR\$ 3.445.393
C	4	CR\$ 3.281.326
	3	CR\$ 3.125.073
	2	CR\$ 2.976.260
	1	CR\$ 2.834.533
B	4	CR\$ 2.699.552
	3	CR\$ 2.571.004
	2	CR\$ 2.448.576
	1	CR\$ 2.331.977
A	4	CR\$ 2.220.930
	3	CR\$ 2.115.171
	2	CR\$ 2.014.449
	1	CR\$ 1.918.523

introdução da gratificação por dedicação exclusiva.

O custo adicional aproximado para a introdução desta nova estrutura, tomando por base um contingente de 19.300 professores do Magistério Superior e 6.700 professores de 1º e 2º nas Autarquias Federais em maio de 1985 seria:

Magistério Superior- 43,232 bilhões de cruzeiros

1º e 2º grau - 6,664 bilhões de cruzeiros

Total 49,896 bilhões de cruzeiros

O Ministério da Educação já recebeu por parte

do movimento docente, através de ANDES, a reivindicação de reajuste diferenciado de 37% a partir de maio de 1985.

Esta nossa proposta aqui apresentada não entra em contradição com esta reivindicação, pois o conteúdo básico da mesma é corrigir definitivamente as distorções salariais existentes, através da adoção de uma nova estrutura salarial para as autarquias federais, a partir de critérios lógicos, que poderia ser adotada, a custo prazo, sem prejuízo de nenhum docente, por todas as Universidades Federais do país.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1985.

Joel Regueira Teodósio, Presidente da ADUFRJ;
Fernando Antônio S. de Amorim,
Tesoureiro da ADUFRJ;
Tomaz Pinheiro da Costa, Vice-Presidente da ADUFRJ;

Moacyr Barreto da S. Júnior,
Secretário da ADUFRJ;

**28 DE MAIO (TERÇA) - DEBATE COM O MINISTRO DA JUSTIÇA FERNANDO LYRA -
"Momento político atual e Constituinte" 14h - ROXINHO**

**12 DE JUNHO (QUARTA) - ASSEMBLÉIA PARA REFORMA DOS ESTATUTOS DA ADUFRJ -
14H ROXINHO (CCMN)**

**Compareça, venha fortalecer sua entidade.
O quorum mínimo para essa assembléia é de 202 sócios.**

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII AGOSTO/85

N° 29

MARCO MACIEL ANUNCIA:

HORÁCIO É O NOVO REITOR

“Neste momento, eu tenho o prazer de anunciar, que atendendo a uma indicação minha, o Presidente da República, José Sarney, nomeou o professor Horácio Macedo como novo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Esta declaração, aguardada com ansiedade pela comunidade universitária, foi feita pelo Ministro Marco Maciel, no dia 19 de julho, durante uma audiência com os representantes da Adufrj, Asufrj e DCE, no auditório da reitoria, sendo demoradamente aplaudido pelos presentes.

Em entrevista ao Boletim da Adufrj, logo depois da sua nomeação, o professor Horácio Macedo fala sobre suas metas prioritárias na administração da UFRJ. Formulação do orçamento, democratização, autonomia, atividades de extensão, esses são alguns dos assuntos tratados pelo novo Reitor em sua entrevista.

Jorge Marinho (Agência Globo)



Maciel anuncia à comunidade o nome do novo Reitor

(Págs. 3, 6, 7 e 8).

Engenharia da UFRJ
tem o maior museu
(pág. 11)

Eleições
na ADUFRJ
(pág. 12)

UFRJ mobilizada para
eleger diretores
(pág. 12)

Valongo Observa
Cometa de Halley
(pág. 5)

HORA DE CONSTRUIR

A nomeação do Prof. Horácio Macedo para a Reitoria da UFRJ marca o desenlace vitorioso de um processo que aglutinou todas as forças comprometidas com uma Universidade acadêmica e socialmente responsável. O movimento docente teve um papel fundamental na construção das alianças que viabilizaram o desenvolvimento de um processo de consulta, que por si só já marcou uma profunda transformação na forma de escolha do Reitor, a partir de suas teses sobre democratização e autonomia, a respeito do papel social da Universidade e, sobretudo, daquelas relacionadas às principais questões acadêmicas.

Construídas as alianças, o movimento docente mostrou competência para dirigir os debates que antecederam as eleições no sentido do aprofundamento daquelas questões, de forma a definir as diretrizes políticas principais que orientassem as ações necessárias à superação da crise institucional que vive a UFRJ. Criaram-se, assim, as condições para um profundo processo de transformações de nossa Universidade, que a levasse a assumir o seu papel social de atuar como um instrumento

que potencializasse o processo mais geral de reconstrução democrática da sociedade brasileira, assumindo a tarefa de refletir sobre a realidade do país, a partir do conhecimento acumulado por anos de pesquisa e elaboração científica e cultural, socializando os resultados desta reflexão de todas as formas que dispõe e que pode criar. Enfim, ligando-se efetivamente à vida do país como um organismo vivo e dinâmico do corpo social.

O Governo da Nova República, e em particular o Ministério da Educação, vem criando condições que se, por um lado, abrem amplas perspectivas para a nova gestão da UFRJ, por outro lado aumentam significativamente a responsabilidade da instituição e do seu corpo social. A regulamentação recente da emenda João Calmon de acordo com o parecer do CFE, bandeira levantada pela ADUFRJ na greve de 1984, cria as condições para a solução, a curto prazo, da crise financeira que vivem as Universidades Federais Autárquicas. No entanto, todos nós sabemos que a estrutura administrativa atual de nossa Universidade, bem como a inexistência de políticas conseqüentes

de ensino, pesquisa e extensão, não permitirão uma aplicação eficiente e racional destes recursos de forma a resultar num benefício real e efetivo tanto para a Universidade, como para a Sociedade. Portanto, destaca-se a tarefa de construir uma nova estrutura que supere o imobilismo e a ineficiência, que é responsabilidade de todo o corpo social e não apenas do futuro Reitor, que sozinho nada poderá fazer, e uma pré-condição fundamental para que nossa Universidade recupere credibilidade como instituição útil e necessária ao país.

Outro aspecto relevante é o papel que tem sido atribuído à Universidade na discussão e na proposição de soluções para as principais questões nacionais pelo Governo da Nova República. Tancredo Neves em várias ocasiões, inclusive no discurso da 1ª reunião ministerial, destacou o papel da Universidade no debate pré-constituente. Recentemente, em seu 1º pronunciamento à Nação, Sarney reafirmou este papel e ainda convocou as Universidades a participarem ativamente na formulação de propostas para resolver os problemas sociais e econômicos mais urgentes. A esta responsabi-

lidade não podemos e não devemos fugir. Ao contrário, devemos utilizar esta convocação para construir uma sólida ligação com a sociedade, rompendo o isolamento a que fomos condenados pela política educacional de 20 anos de regime de arbítrio.

As condições para a construção da Nova Universidade estão criadas. A UFRJ vive hoje um significativo processo de democratização que criou os espaços para a participação de todos. O Governo desenvolve claramente uma política de apoio às Universidades Públicas, que, mesmo considerando as suas limitações, abre amplas perspectivas de Trabalho, tanto para o movimento docente, quanto para a nova administração de Horácio Macedo. A responsabilidade pela construção da Nova Universidade cabe ao seu corpo social e dependerá fundamentalmente do trabalho e participação de todos sob a direção política dos movimentos organizados e do nosso futuro Reitor. A sociedade, mais cedo ou mais tarde nos cobrará esta responsabilidade. A hora, portanto, é de Construir!

Economias socialistas reclamam um estudo a nível acadêmico

Josué Almeida

As economias socialistas - ai compreendidas a União Soviética, a República Democrática Alemã, a Tchecoslováquia e demais países do leste europeu, bem como a China Popular e outros quatro países socialistas asiáticos - respondem atualmente por mais de 40% da produção industrial do mundo, ou por 35%, se optarmos por fontes ocidentais, como o prof. J. Wilczynski, da Universidade de Nova Gales do Sul. Além disso, àquele conjunto de países corresponde mais de um quarto do território e quase um terço da população mundial. Têm, portanto, uma presença considerável em nossos dias. Como, pois, explicar que em nenhuma universidade brasileira, ao que sabemos, inclua no currículo, ao menos das ciências econômicas, o estudo das economias socialistas, objetivamente, em caráter acadêmico? Parece-nos que a explicação, além da natureza retrógrada das elites brasileiras, reside numa irrecusável condição de subdesenvolvimento intelectual e de colonialismo cultural. Sim, porque nem mesmo uma incompatibilidade ideológica poderá ser alegada, de vez que aquelas economias são objeto de exaustivos estudos específicos em todas as principais universidades norte-americanas e de outros países

de capitalismo desenvolvido. Aliás, em nosso país não seria correto englobar nessa crítica a intelectualidade acadêmica, tanto que em mais de uma oportunidade, notadamente na reunião realizada em Florianópolis, o Conselho Federal de Economia recomendou ao MEC a inclusão de uma disciplina de economia socialista no currículo regular do curso de economia. A atitude do MEC, através do Conselho Federal de Educação, ao ignorar de fato aquela indicação, parece-nos constituir uma prova do mencionado colonialismo cultural.

Na Faculdade de Economia e Administração da nossa UFRJ estamos fazendo um esforço para corrigir essa situação, com o pleno apoio não apenas do Departamento de Economia, como da direção da FEA-UFRJ.

Desde 1982, em caráter eletivo, funciona na Faculdade de Economia um curso sobre as economias socialistas, o modo como elas operam, seus êxitos e deficiências, suas instituições e o que as caracteriza, etc. Dentre os programas de cursos oferecidos pela FEA, o relativo às economias socialistas está contido na disciplina de "Economia Internacional e Sistemas Econômicos" (EAE-510). O curso se desenvolve por 60 horas, em um semestre, não possui nem pré-requisitos, e a única restrição consiste na limitação dele

aos alunos dos 6º, 7º e 8º períodos (últimos), a fim de que, já havendo estudado as principais características da economia de mercado, possam, ter melhores condições para assimilar a matéria

O PROGRAMA

O programa do curso começa por oferecer um glossário de termos econômicos socialistas - isto é, da economia política marxista, além de outros, derivados da construção prática do socialismo -, por discutir o grau de confiabilidade dos dados estatísticos produzidos pelos órgãos estatais daqueles países, assim como por examinar a questão do planejamento e do mercado tanto quanto possível passando por cima de tecnicidades, as características do lucro numa economia socialista e pontos que o distinguem da conceitualização capitalista, os conceitos de produção, de acumulação (investimento) e de consumo, este nas suas duas variedades: individual e social.

No curso, atenção mais detida é dedicada ao problema do pleno emprego no socialismo (ausência de desemprego) e sua contraface refletida numa produtividade mais baixa; à questão da formação, estabilidade dos preços e da inflação: onde e como existe, e suas causas in-

ternas e externas. Também são objeto de tópicos específicos os problemas da agricultura, suas formas, resultados, o programa alimentar, em curso; o papel da moeda e do sistema bancário, a existência, o uso e as proporções da poupança popular, a utilização do crédito e dos juros bancários para orientar o desenvolvimento e a eficiência da economia, as fontes alimentadoras da receita orçamentária e as rubricas da despesa, a política fiscal, em geral, e o controle social sobre o orçamento. O comércio interno é examinado tanto sob o ângulo teórico de atividade onde se aplica geralmente o trabalho não produtivo - e, por isso, de remuneração mais baixa -, como pelas sérias deficiências que apresenta (inclusive através das filas). Finalmente, examinam-se as relações econômicas dos países socialistas entre eles próprios e com o mundo capitalista, dando-se ênfase maior aos programas de comércio com o Brasil.

CURIOSIDADE E DESCONHECIMENTO

Dado o caráter pioneiro do estudo das economias socialistas, dentre as universidades brasileiras, a FEA, e, em particular, este professor, têm sido convidados a organizar seminários e ministrar aulas relati-

vas ao tema, tanto em outras universidades federais, como as da Paraíba e da Bahia, quanto em particulares, de que são exemplos, a PUC e a Gama Filho, nesta cidade. Penso ser correto destacar dois aspectos nestes contatos, observação que é igualmente válida para os próprios cursos na FEA; um, é a grande curiosidade em conhecer e/ou aprofundar conhecimentos sobre aquelas economias; e outro é o sensível desconhecimento acerca do chamado socialismo real. Os textos didáticos existentes na FEA, apesar do nosso empenho em redigi-los do modo mais abrangente possível, são necessariamente limitados, pois focalizam aspectos particulares, como o reflexo da crise econômica sobre as economias socialistas, ou características das reformas em curso e o emprego do fator trabalho, em relação com o desenvolvimento econômico e com as taxas de incremento demográfico baixas ou declinantes.

Acreditamos que no estudo que ora se realiza para reformar e modernizar a universidade brasileira merece atenção o exame das economias socialistas e da teoria econômica que as orienta, tanto mais em face da crise atual do keynesianismo e das idéias neo-conservadoras.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D 200 — Telefone: 280-9322, ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária.
CEP 21944. Caixa Postal 68531. Rio de Janeiro — RJ. CGC 30.315.055/0001 — 51.
Edição e redação: Agostinho Vieira (reg. prof. 17575)

Colaboração: Carter Anderson
Fotografia: Américo Vermelho, Amauri Alves, Jorge Marinho (Agência Globo)
Diagramação: Leondiniz Lucena (reg. prof. 13078-2262)
Ilustração: Cesar Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Joel Regueira Teodósio
Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa
Secretário: Moacyr Barreto da Silva Júnior.
1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira
2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física

Marcia Lima Ramos, Luiz Felipe de Souza Coelho (representantes); Herli Joaquim de Menezes, Manoel Rothier do Amaral Junior (suplentes)

Instituto de Geociências

Antonio José Teixeira Guerra

Instituto de Química

Marco Antonio F. Faria

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud; Ilda Maria Lauria Vasconcellos (suplente)

Faculdade de Educação

Marcelo Macedo Corrêa e Castro; Catherine Laurence M. C. Rato (suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lucia de Paula Petiz; Maria Inês Souza Bravo — suplente

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi e Olinto Antonio Pegoraro (representantes); Lincoln de Abreu Penna e Maria da Graça F. Ferreira Schalcher (suplente)

Instituto de Psicologia

Phrygia Arruda; Maria Julieta Somló Sathler (suplente)

Colégio de Aplicação

Ana Maria Toledo de Miranda e João Rua (representantes); Maria Manuela Quintans Alvarenga e José Nilo Peixoto de Moraes Tibau (suplentes)

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol; Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Maria José Cyhlar Monteiro; Josué de Souza Almeida (suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva; Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Faculdade de Farmácia

José Carlos Gonçalves; Maria Magdá Simões Waineraich (suplente)

Faculdade de Medicina

José Roberto Lapa e Silva, Cláudio Miguel Ávila e Celeste Carvalho Siqueira Elia (representantes); Vanda Marques da Silva, Norma Colino Sarmento Figueiredo e Diana Maul de Carvalho (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Armando Alves Borges Neto; José Mauro Peralta (suplente)

Instituto de Biologia

Margaretha D. M. Van Weerelt; Deia Maria F. dos Santos (suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy G. Castro Teixeira e Ednilson Porangaba Costa (representantes); Maria José Santos Alencar e Carmelo Sansone (suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos

Waldyr Mendes Ramos; Maria Coeli dos Santos Bernat (suplente)

Instituto de Psiquiatria

Raffaele Giovanni G. Infante; João Romildo Bueno (suplente)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira; Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia

Roni Marques; Roberto Bravo de Souza (suplente)

Escola de Engenharia

Antonio Claudio Gomes de Sousa; Carlos José Ribas D'Ávila e Newton Alberto de Araujo (suplentes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins; Silvia Maria cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Nilton Vargas, Carlos Antonio Levi da Conceição; Marilta Gneco de Camargo, Luiz Landau (suplentes)

Instituto de Macromoléculas

Carlos Alberto P. Galvão Hemais; Esperanza Amelia V. Roldan Ribeiro (suplente)

Museu Nacional

Luiz Fernando Dias Duarte; Vera Lúcia de Moraes e Huszar (suplente)

Faculdade de Letras

Edwaldo Cafezeiro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Maria Amalia A. Almeida Magalhães e Elaine Frossard Barbosa (representantes); Maria Angela Dias Elias e Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Ministro visita universidade e comunica indicação de Horácio

Jorge Marinho (Agência Globo)

“Neste momento, eu tenho o prazer de anunciar, que atendendo a uma indicação minha, o Presidente da República, José Sarney, nomeou o professor Horácio Macedo como novo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Esta declaração, aguardada com ansiedade por mais de seis meses pela comunidade universitária, foi feita pelo Ministro Marco Maciel, no dia 19 de julho, durante uma visita a UFRJ.

Demonstrando uma profunda admiração pelas obras do mestre Alfred Hittcock, o ministro esperou até o final da visita para anunciar a indicação do professor Horácio. Discreto, o professor Horácio Macedo acompanhou a visita sempre alguns passos atrás do ministro, mas acabou se destacando pela simplicidade, pois era o único que não usava terno e gravata.

Recebido pelo Reitor Adolpho Polillo, Marco Maciel durante cinco horas visitou várias unidades, assistiu à projeção de audiovisual sobre a maior e mais antiga universidade federal do país e ouviu pedidos de liberação de verbas, de melhoria salarial e de reformas. Cumprimentou vários alunos que, surpresos com sua presença, não pouparam comentários do tipo: “Ele deve estar querendo alguma coisa” ou “como de ele é simples e simpático”.

O primeiro prédio visitado foi o da Faculdade de Letras, recém transferida para a Ilha do Fundão. Ao entrar na biblioteca, o Ministro deixou no livro de assinaturas a seguinte inscrição: “Recolhi a melhor impressão de minha - embora breve - visite a essa biblioteca. Creio que sem a existência de uma boa biblioteca não se pode ter uma boa universidade”.

Na Escola de Educação Física e Desportos, não foi mostrado ao Ministro o péssimo estado das quadras de atletismo. Mesmo assim, Mar-

co Maciel teve de driblar várias goteiras e observou a queda de reboco no teto da ala desportiva.

Antes de entrar no ônibus, a caminho da Faculdade de Odontologia, foi surpreendido por um grupo de alunos, que queriam que o ministro vise de perto o estado precário dos alojamentos. Ele atendeu ao pedido e recebeu do estudante Amadeu Batista Mota, uma carta de reivindicações. Os alunos pedem reformas - falta até água e construção de mais dois blocos de alojamentos. Atualmente um módulo é ocupado às vezes por mais de cinco pessoas. Ao todo, moram cerca de 1 mil alunos em 504 quartos, alguns não ocupados devido ao estado precário.

Pelo menos durante a sua visita a Coppe (Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia), o ministro foi poupado de mais reivindicações, pois o diretor do órgão, professor Sandoval Carneiro Junior, achou melhor só falar se fosse perguntado, o que não aconteceu.

“Estamos fazendo um esforço extraordinário para executar os 200 projetos encomendados. A verba do MEC é muito pouca e sentimos dificuldades em manter os Pesquisadores”, disse Sandoval. A Coppe recebeu da Finep (Financiadora de Estudos de Projetos) Cr\$ 400 milhões, metade do que deveria. Com isso, foram pagos os salários atrasados dos pesquisadores, mas a dívida com os fornecedores ainda está em Cr\$ 180 milhões. Sem querer tocar no assunto com Marco Maciel, “apenas se tiver tempo”, ele informou que a Coppe necessita para os próximos 12 meses de Cr\$ 40 bilhões.



Marco Maciel teve uma excelente impressão sobre a biblioteca da Faculdade de Letras

Encontro com a comunidade

Já no prédio da reitoria, o ministro concedeu uma entrevista coletiva para toda a imprensa presente, onde finalmente anunciou a indicação do professor Horácio Macedo como novo Reitor. No entanto, fez a ressalva de que não estava assumindo nenhum compromisso de indicar os candidatos mais votados nas outras universidades federais do país. Segundo ele, estava apenas “cumprindo a constituição”, e que o professor Horácio fora indicado por sua competência acadêmica, administrativa e pelo reconhecimento e prestígio que obteve da comunidade universitária.

Em seguida, o ministro se reuniu com a Adufrj, Asufrj e DCE, no auditório da reitoria, onde mais uma vez anunciou o nome do novo Reitor, sendo demoradamente aplaudido pelos presentes. Depois de agradecer os aplausos, Maciel cedeu palavra aos representantes da comunidade para que apresentassem as suas reivindicações. Joel Teodósio, presidente da Adufrj, foi o primeiro a falar, cumprimentando o ministro pela indicação do professor Horácio e afirmando que essa nomeação provava mais uma vez que “competência não se opõe à democracia”. Joel mostrou ainda as diferenças salariais entre os professores das fundações e autarquias, e reivindicou a equiparação salarial com a unificação das datas-base para o mês de setembro. Uma maior interação entre a comissão de alto nível do governo e a comunidade universitária também foi exigida pela Adufrj, que solicitou ao ministro que não envie o resultado final do trabalho de comissão para o Congresso, sem antes ouvir e opinião das entidades interessadas.

João Eduardo, presidente da Asufrj, reclamou da ausência das entidades representativas da universidade na comissão de alto nível, e lembrou a dramática situação de segurança em que vive a UFRJ, onde circulam diariamente cerca de 30 mil pessoas. Segundo ele, no momento a universidade conta com apenas 92 vigilantes e 30 armas que foram compradas em 1956. A Asufrj reafirmou ainda as suas reivindicações salariais, dando ênfase as

12 referências e a um novo plano de cargos e salários. Outro servidor falou em nome dos 400 funcionários da Coppe que dependem do financiamento da Finep para receber, e há vários meses vêm recebendo os seus vencimentos com atraso de até 10 dias.

A representante do DCE, preferiu centrar suas reivindicações numa maior democracia e autonomia universitária, com eleições diretas em todos os níveis, sem a exigência de lista sêxtupla. Pediu o fim da rubrica nas verbas da universidade e uma reforma completa dos alojamentos com o controle dos alojados.

Resposta

Depois de ouvir com muita atenção todos os oradores, anotando seus nomes e reivindicações, o Ministro Marco Maciel explicou a situação do Ministério quando assumiu, afirmando que só contava com 25% da verba que o Ministério recebia em 81. Maciel elogiou a boa vontade dos ministros de área econômica, “sem os quais não teríamos verbas nem para pagar o pessoal”, e disse que dos Cr\$ 353 bilhões que o ministério recebeu, Cr\$ 300 bilhões serão destinados para as Universidades Autárquicas e Fundações. Desses, cerca de 28 bilhões ficarão com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que segundo ele, “não é uma verba expressiva mas já representa um avanço”.

Sobre a comissão de alto nível Maciel disse que ela está aberta a ouvir todas as reivindicações das entidades interessadas. E se comprometeu a tornar público o trabalho da comissão antes de enviá-lo ao Congresso. O ministro falou ainda da importância da comunidade universitária se mobilizar para levar a sua contribuição para a Assembléia Nacional Constituinte.

O Ministro da Educação se mostrou ainda muito otimista com a aprovação da emenda João Calmos - que destina 13% dos impostos da União para a educação - e anunciou que seu ministério vai buscar recursos para atender às necessidades da universidade brasileira até mesmo fora do âmbito governamental, recorrendo às empresas privadas, para pôr em prática o programa de valorização da universidade.



O ministro viu de perto as precárias condições da universidade

Atrasos da Finep prejudicam projetos da Coppe

“Devido à falta de recursos, muitas vezes nós temos que desmontar um equipamento pronto para utilizar algumas de suas peças em outros projetos” Essa não é uma entrevista com o Secretário de Transportes, Brandão Monteiro, e o assunto não é o Metrô carioca. A declaração é do professor Flavio, coordenador do Programa de Engenharia Biomédica da Coppe, um dos setores mais atingidos pelos atrasos e pela escassez dos recursos recebidos pela entidade.

A Finep (Financiadora de Estudos de Projetos) é a principal geradora de recursos para a Coppe, que são aplicados em sua quase totalidade, no pagamento dos pesquisadores, técnicos e pessoal administrativo. No entanto, desde a assinatura do último contrato - junho de 84 - esses recursos tem chegado com atraso, às vezes, de até 10 dias. Na última semana do mês de junho, a Coppe recebeu Cr\$ 400 milhões a título de suplementação, na verdade, apenas metade da verba necessária na época. Foram pagos os salários atrasados dos pesquisadores, mas os fornecedores ainda vão continuar batendo na porta porque dessa vez o dinheiro não deu. Com o encerramento do primeiro ano de contrato, a diretoria da Coppe aguarda uma definição da Finep quanto ao montante para a próximos 12 meses. Segundo o diretor da entidade, Sandoval Carneiro, serão precisos, no mínimo, 40 bilhões para executar os 200 projetos encomendados.

Prejuízos

Segundo o professor Flavio, apesar de nenhum projeto ter sido interrompido, foram muitos os prejuízos causados pelo atraso nas verbas. “O maior problema, conta o professor, é a instabilidade causada por esses freqüentes atrasos, o tempo que o pesquisada anteriormente gastava com o seu projeto, está sendo gasto com a preocupação de como

ele vai pagar as suas contas atrasadas, ou então com reuniões com os colegas para discutir se o pagamento sai ou não sai. Se os recursos fossem liberados em dia, já não seriam suficientes, chegando com atraso então, nem se fala”.

Devido à falta de recursos, muitos projetos sofrem atrasos de meses na sua execução, pois a aquisição de componentes elétricos, eletrônicos, equipamentos digitais e microprocessadores, indispensáveis para a execução de algumas pesquisas, não são feitas, e portanto trabalhos que poderiam ser concluídos em 5 meses são feitos em 8, devido à falta de material.

Uma prática muito comum na Coppe em outras épocas, deixou de existir agora. Antigamente, quando era preciso algum componente para a execução de um pesquisa, e não havia recursos para a sua compra, um professor ou um grupo de professores se cotizava para comprá-lo, sendo reembolsado mais tarde. Hoje isso se tornou impossível, devido à incerteza de quando verá o seu dinheiro de volta.

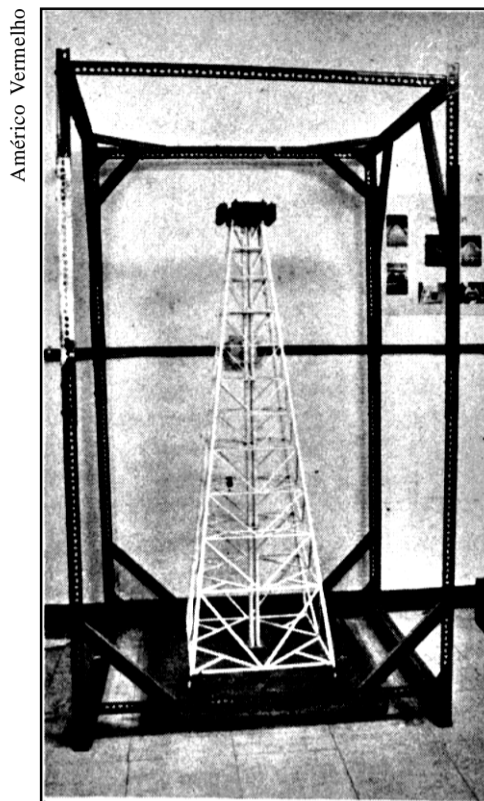
Considerada a “irmã pobre” de Coppe, a área de Engenharia Biomédica tem sua fama também, devido à falta de convênios externos, o que existe com certa abundância em áreas “ricas” como a engenharia civil, por exemplo, o que representa uma excelente fonte extra de recursos. O professor Flavio, explica que esse problema da sua área se deve principalmente à falta de conhecimento sobre as atividades e a importância do setor. “Seria preciso, afirma o professor, divulgar entre os alunos e os órgãos que têm um interesse em potencial, como o Ministério da Saúde, INAMPS, etc, a importância dos projetos desenvolvidos aqui. No entanto, nós não temos condições de fazer esse trabalho de “marketing”, devido à falta de tempo, pessoal e recursos”.

Em setembro, será realizado o congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica, o único existente na área, e que se realiza de 2 em 2 anos. Até o momento, a Coppe não dispõe de recursos para mandar os seus pesquisadores ao congresso. Segundo o professor Flavio, foi enviado um pedido de financiamento para o CNPq, que até o momento não respondeu, e caso isso não aconteça, e participação da Coppe no congresso vai ficar dependendo da iniciativa própria de alguns dos seus profissionais.

A biblioteca é outro grande problema do setor, principalmente porque a Finep não reconhece a sua importância para a pesquisa, e portanto, não destina verbas para esse item. O professor Flavio afirma que apesar de todos a seus problemas, a Biblioteca do Centro de Tecnologia é a mais completa do Brasil na área de Engenharia Biomédica, com o maior número de assinatura de periódicos, isso depois de cortar uma dezena de outras assinaturas que também seriam importantes.

Recentemente, o programa de engenharia biomédica conseguiu trazer um pesquisador visitante, através do Fulbrght, entidade internacional que trabalha junto com a CAPES e traz pesquisadores americanos, para orientar trabalhos no Brasil. Com a visita desse pesquisador, além dos 5 meses que ele passou orientando pesquisas e dando seminários, o programa conseguiu uma doação de mil dólares em livros, o que representou a maior aquisição de livros para o programa dos últimos 4 anos.

Mas, em meio a todo esse caos, existe uma esperança de que com a aprovação da Emenda João Calmon, e com a nova administração da universidade, um antigo sonho dos profissionais da Coppe se torne realidade, uma participação efetiva do Ministério da Educação no desenvolvimento da pesquisa na UFRJ.



Na Coppe, pesquisas que podiam ser feitas em 5 meses, às vezes demoram 8, devido à falta de verbas

LIVROS



Com o intuito de divulgar os trabalhos dos docentes da universidade, o Boletim da Adufrj criou a coluna “Livros”, onde serão apresentados os últimos lançamentos dos professores da UFRJ. Se você quer divulgar o seu trabalho, envie uma carta para a Adufrj, com o nome do Livro, nome completo do autor, editora, número de páginas e uma resenha de 10 linhas.

ENERGIA

Como aproveitar a Energia Solar, de Adir M. Luiz, Editora Edgard Blucher.

O aproveitamento da energia solar é uma questão de interesse de toda humanidade, em particular para os povos do Terreiro Mundo. O Brasil é o país que possui maior disponibilidade de energia solar. “Como aproveitar a Energia Solar”, de Adir M. Luiz, é o primeiro livro sobre energia solar de um autor brasileiro. O livro é dividido em 5 partes: 1) Recursos Energéticos, 2) Conversão e Armazenamento da Energia, 3) Captação da Energia Solar, 4) Aproveitamento dos Efeitos Térmicos da Energia Solar, 5) Conversão da Energia Solar em Energia Elétrica.

ROMANCE

Oh Felix Culpa, de José A. Negreiros.

O livro não é um tratado de Filosofia da Ciência ou da Religião. É a trajetória romaneada de um indivíduo que passa por diferentes etapas: Seminaria, Padre, ex-Padre, Cientista, Padre da Igreja Popular... Constrói um enredo para nele inserir temas filosófico-teológicos e científicos. Utiliza os personagens para fazê-los vivenciar o condicionamento ou a liberação; a cumplicidade com a opressão ou o risco pela libertação...

Geralmente abordando de modo universal os temas escolhidos, algumas vezes, porém, desce ao particular de situações e de indivíduos. Assim é retratado, na parte final do livro, o contexto Universitário que, embotando podendo encaixar-se em qualquer Instituição (as semelhanças são meras coincidências), nem por isso deixa de refletir o clima vivido, há alguns anos atrás, na UFRJ e a Adufrj.

REFORMA AGRÁRIA

A Reconquista da Terra – Movimentos Sociais no Campo e Reforma Agrária, Carlos Minc, Editora Jorge Zahar. Coleção: Os Anos do Autoritarismo.

Balanco da questão da terra no Brasil nos últimos 21 anos. Como foi massacrado o movimento camponês, as ligas camponesas, em 64; a intenção do Presidente Castelo Branco quando formulou o Estatuto da Terra; balanço da política de colonização do Brasil, com estudo comparativo entre a colonização do Pará e de Rondônia; êxodo rural: números e causas; terras indígenas: números e a questão da demarcação; reorganização do movimento sindical e as lutas que se seguiram ao 3º Congresso da Contag, em 79; as diversas categorias de trabalhadores, quem são e por que lutam os trabalhadores da agricultura: assalariados, permanentes, bóias-frias, camponeses sem terra (meeiros e arrendatários), pequenos proprietários. Existem muito mais pontos de complementariedade do que de contradição entre as lutas que envolvem salário, preço, terra e liberdade. Questão atual: último Congresso da Contag, em maio de 85, e o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

Como Fazer Movimento ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades, Carlos Minc, Editora Vozes, e IBASE, Coleção Fazer, volume 11.

O livro foi escrito com base em pesquisa feita através de 600 questionários enviados para entidades ecológicas conhecidas que apontaram mais 300, totalizando cerca de 900 entidades e 35 mil pessoas envolvidas com a questão ecológica, concentradas no sul e sudeste – principalmente, Rio Grande do Sul e São Paulo. O trabalho é dividido

em duas partes: a primeira - conceitual, que explica as críticas à sociedade industrial e consumista - fala sobre a política ecológica, a contra-produtividade social, o estado asfixiante, o desenvolvimento com autogestão e autonomia sobre os fundamentos do eco-desenvolvimento. Na segunda parte, o livro fala sobre as principais lutas ecológicas e as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, as preocupações das populações camponesas, operárias, de pescadores, a questão nuclear e a corrida armamentista.

HISTÓRIA

Memórias da Escola Politécnica, do engenheiro Paulo Pardal, biblioteca reprográfica Xerox, 1984.

Além de constituir um dos elementos fundamentais da preservação da memória da nossa principal Escola de Engenharia, é um livro de leitura muito agradável mesmo para aqueles que não estão interessados na história desta importante instituição. De fato, Paulo Pardal conseguiu resgatar aspectos pitorescos da história carioca, muito bem caracterizados pelas crônicas e poemas selecionados sobre personagens de uma faculdade muito intimamente associada à vida da nossa cidade. Lá iremos encontrar os homens que com seu conhecimento técnico permitiram e colaboraram na construção da grande metrópole que constitui o Rio de Janeiro de ontem e de hoje. (Extraído do Jornal do Brasil 18-04-85)

André Rebouças e seu tempo, de Sydney M. C. dos Santos, Editora Vozes.

O presente livro “André Rebouças e seu tempo” historia a vida e expõe com alguma minúcia toda a sua obra. Além de engenheiro e polígrafo, foi homem público dos mais atuantes, empresá-

rio e industrial, batalhador de grandes causas sociais, como: a abolição, o problema da terra, a questão da pobreza, a alimentação pública, o abastecimento e saneamento das cidades. Retornando da Guerra do Paraguai onde foi condecorado, ingressou na engenharia militante, bem-sucedido no magistério, chegou a professor catedrático de resistência dos materiais. Foi o primeiro engenheiro a defender junto ao imperador o exercício da engenharia no Brasil, por brasileiros, foi o primeiro a usar modelos reduzidos no desenvolvimento de projetos, foi o primeiro a realizar determinações, experimentais com concreto e argamassas de cimento Portland.

Inconformado com a república, exilou-se com a família imperial. Não encontrando trabalho na Europa, seguiu para a África. Após residir algum tempo em Barbeton, na África do Sul, fixou-se no Funchal, na Ilha da Madeira. Em maio de 1898 foi encontrado morto junto ao mar, ao pé de um penedo. Nunca se soube se foi acidente ou suicídio.

História da Engenharia no Brasil, de Pedro C. da Silva Telles.

Este livro é o resultado de um vasto trabalho de pesquisa abrangendo o aparecimento e desenvolvimento da engenharia no Brasil, desde os primeiros tempos, e em todos os seus principais aspectos: ensino da engenharia, construção civil e militar, estradas de ferro e de rodagem, portos e serviços públicos, construção naval, indústria, eletricidade, exploração de recursos minerais, etc.

Essa história está cheia de fatos curiosos e interessantes: quem se lembra, por exemplo, que José Bonifácio, o patriarca da independência, era um homem de formação técnica e um cientista de renome, ou que o Brasil foi um dos primeiros países do mundo, talvez o segundo, a possuir formalmente um curso de formação de engenharia, quando foi fundada em 1810, a Academia Real Militar? Há fatos quase inacreditáveis, como a missão técnica brasileira que esteve para ser enviada à Alemanha em 1889, para ensinar construção naval, quando o império alemão resolveu organizar a sua marinha de guerra (transferência de tecnologia de ponta, na época, do Brasil para a Alemanha).

“O movimento docente, através de suas posições firmes em favor da qualidade do ensino e da pesquisa, e em favor de uma universidade pública, democrática, gratuita e voltada para a sociedade, mostrou que já tem maturidade para tomar em suas mãos o destino da universidade”. Com essas palavras, o professor **Horácio Cintra de Magalhães Macedo**, definiu a importância do movimento docente no processo que culminou com a sua eleição para Reitor e com a sua confirmação no cargo pelo Ministro da Educação, **Marco Maciel**, durante visita à UFRJ. Carioca, formado em química industrial pela antiga Escola Nacional de Química, hoje Escola de Química da UFRJ, o professor **Horácio** representa as esperanças de quase 40 mil pessoas que formam a comunidade universitária, e diz que não se assusta com a responsabilidade, assumindo o compromisso de trabalhar até 24 horas por dia para fazer da UFRJ, uma “universidade dinâmica, livre e democrática”.

Há 34 anos dentro da universidade, quatro como aluno e 30 como professor, chefe de departamento e, ultimamente, decano do Centro de Ciências Matemáticas e da

“Trazer a política para dentro da universidade, é fazer com que a universidade se torne um instrumento político da sociedade”

Boletim - Na sua opinião, o que deve ser feito para descentralizar o poder na universidade?

Horácio - Em primeiro lugar é preciso tornar os colegiados mais representativos, a fim de que eles possam exercer em plenitude as suas funções. Em segundo lugar, fazer colegiados mais responsáveis e limitar de maneira clara e evidente quais são as suas responsabilidades. Para isso é importante mudar a concepção de que os órgãos colegiados são apenas órgãos burocráticos. Essa idéia fica inteiramente associada ao processo de descentralização do poder, dando realce aos decanos, aos conselhos departamentais, aos conselhos de coordenação e aos colegiados de departamento. É evidente, que a estrutura existente hoje é um pouco fechada para que isso seja feito logo e com eficiência.

Boletim - Como é possível mudar essa estrutura?

Horácio - Com a discussão dos estatutos acho que nós já conseguimos dar alguns passos, principalmente no processo de representação dos colegiados. Mas para mudar, realmente essa estrutura acho que é preciso inicialmente conquistar a maior autonomia administrativa da universidade e não ficarmos submetidos as decisões do Conselho Federal de Educação.

Boletim - Como o senhor vê o processo de conquista dessa autonomia?

Horácio - Reconquistar a autonomia não significa lutar por uma instituição independente do Estado, porque a universidade terá, sempre, responsabilidades perante o Estado e a sociedade. Para que se aprimore essa responsabilidade, é preciso autonomia didática, administrativa e financeira, coisas que, formalmente, já existem. Mas na prática, o governo militar reduziu-as a zero. A universidade não podia elaborar seu orçamento, as aplicações de verbas já vinham pron-

tas e programadas, e criação e alteração nos cursos ainda estão presas à aprovação do Conselho Federal de Educação, por aí a fora. Aliás, o Conselho Federal de Educação é um polvo tentacular atuando sobre as universidades. Seus conselheiros decidem até sobre regimentos de cursos nas faculdades brasileiras. Por fim, eu diria que a autonomia tem seus riscos políticos e acadêmicos. E será morta se não tiver a garantia financeira do Estado. Esta garantia, conseguida como um direito e não uma concessão, estabelece a obrigação de uma atividade universitária socialmente eficiente e útil, capaz de justificar plenamente o dispêndio de todos os recursos recebidos.

ma que ele modifique a estrutura do orçamento. De tal maneira que nós reconquistemos, inicialmente, uma posição que tínhamos em 80, 81 e mais tarde uma estrutura orçamentária em que o dispêndio de custeio e capital seja uma coisa de ordem de grandeza de 1/3 a 1/4 do custeio de pessoal, que é mais ou menos a estrutura razoável para uma entidade assim do estilo da nossa.

Boletim – Qual será a sua política de ensino?

Horácio - A universidade hoje se caracteriza por ter cursos de graduação de

“Acho que não devemos mais ter as restrições do governo, é preciso ter uma completa autonomia, para que aqui, democraticamente, nós possamos fazer uma política universitária voltada para a sociedade”.

Boletim - Quais são os seus planos para a formulação e gestão do orçamento da universidade?

Horácio — Isso é uma das coisas mais complicadas que existem, pois não há formulação do orçamento, ele vem imposto ou estabelecido em linhas gerais pelo Ministério. A universidade simplesmente fez adaptações às suas possíveis necessidades. Não há nenhum processo de consulta aos departamentos ou aos centros, nenhum processo de consulta às reais necessidades da universidade. Para mudar essa situação, pretendo formular a partir de reuniões com os departamentos, um orçamento para a universidade. De posse desse documento que será perfeitamente calcado nas reais necessidades da universidade, vamos pressionar fortemente o poder central, de for-

Natureza. Horácio afirma que conhece bem a universidade que vai dirigir. “Desde meus 28, 29 anos, minha rotina é a UFRJ. Chego aqui por volta das 9h e vou embora lá pelas 17h, 18h. Fora daqui, gosto de ouvir música - Mozart, Schubert, Beethoven, Stravinski - e de estudar química”.

Casado com uma professora do Instituto de Física da UFRJ, ele já escreveu livros sobre suas especialidades - é físico-químico, com aperfeiçoamento em termodinâmica - e traduz, com facilidade o inglês, francês, alemão, italiano e espanhol.

Horácio garante que a eleição que resultou na sua escolha é apenas o início do processo do democratização da UFRJ. “Assim que assumir a reitoria, o meu compromisso é o de estimular a eleição direta em todos os setores, e o de apoiar sempre o candidato mais votado pela comunidade”. E para isso ele conta com o apoio de todos os segmentos da universidade, afim de fortalecer os departamentos, os colegiados e as congregações, criando um amplo Fórum de debates, e “trazendo a política para dentro da universidade”.

formação de professores, dando forte apoio à Faculdade de Educação, desenvolver o ensino nas áreas de ciências antropológicas, que não foram beneficiados nesses últimos anos.

Boletim – E quanto à pesquisa?

Horácio - A pesquisa na universidade, que diga-se de passagem é de alto nível e competência em muitas áreas, não recebe o apoio que deveria da universidade. Acho que podemos começar a modificar essa situação, dando aos grupos de pesquisa, o apoio nas suas atividades cotidianas. Nessas circunstâncias é minha intenção dar maior verba ao CEPG para que ele distribua aos grupos de pesquisa. Essa atitude difere muito da que vinha sendo adotada pela universidade até hoje. A dotação de verba para a pesquisa no ano de 1985, foi de Cr\$ 70 milhões, enquanto os recursos oriundos de grupos e entidades externas foram da ordem de Cr\$ 15 bilhões. Outro fator importante nessa questão da pesquisa, é a manutenção das bibliotecas, e acho que já se deu um passo muito grande no orçamento de 86 para a manutenção das bibliotecas, pois vamos ter verbas especialmente para este item, o que não vinha acontecendo anteriormente. Vamos passar dos Cr\$ 70 milhões previstos para 85 acerca de Cr\$ 3,2 bilhões. Não é um grande número os Cr\$ 3,2 bilhões em si, mas a modificação é substancial, e nós podemos com o tempo, modificar esses Cr\$ 3,2 bilhões talvez para Cr\$ 15 bilhões de maneira que se mantenha a biblioteca com os recursos exclusivos da universidade.

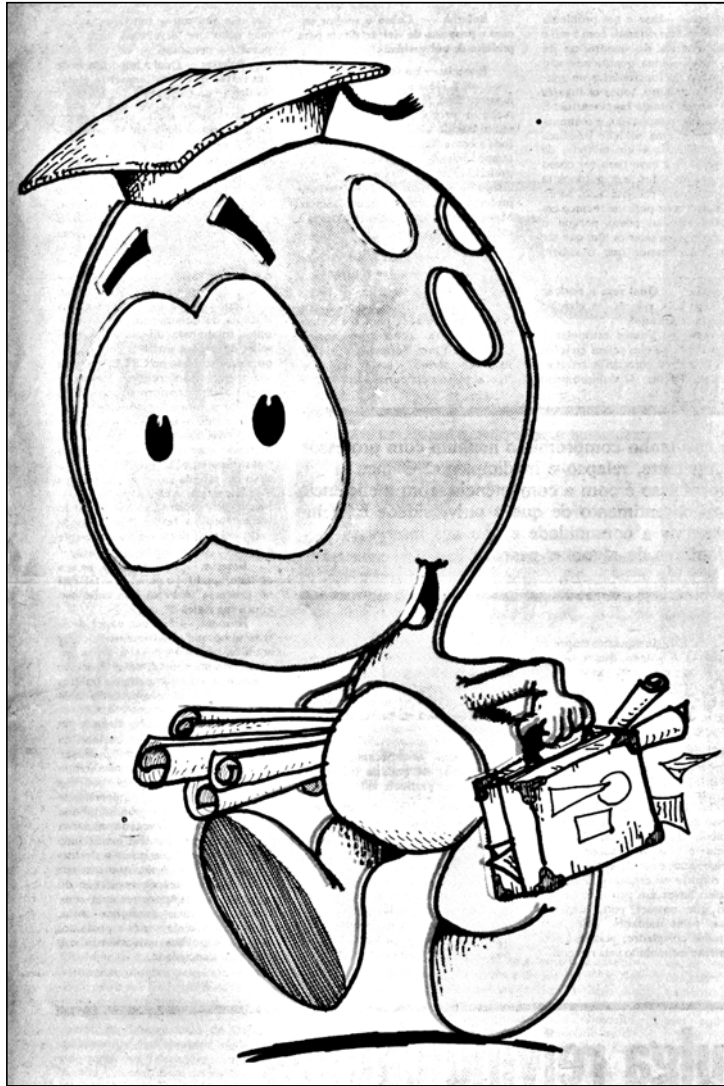
Boletim - Atualmente as atividades de extensão têm se limitado ao trabalho isolado de alguns professores. Como o senhor pretende resolver esse problema?

Horácio - Não temos uma sub-reitoria de extensão e não é por acaso. É porque não havia nenhum interesse em tê-la. No

programa e nos debates que antecederam as eleições, deixei bem claro que queria fazer uma universidade voltada para a comunidade, e o processo é o de estimular fortemente as atividades de extensão. Sob todos os aspectos: cursos informais, debates, conferências, concertos, exposições e principalmente resolução para os problemas emergentes. O problema do Rio Paraíba é um exemplo típico de problema emergente que pode ser solucionado ou remediado por um atividade de extensão. Detectar esse problemas e fazer com que eles sejam solucionados por programas limitados no tempo e no espaço é um processo de ampliar a atividade social da universidade e ao mesmo tempo fazer política da universidade. Trazer política para dentro da universidade é fazer com que a universidade se torne um instrumento político da sociedade. Durante as greves, nas vezes em que a universidade foi à praça, ficava muito evidente que a população não percebia a existência da universidade. Acho que o processo de levar a universidade para a população, vai ser um processo de fazer com que a universidade seja, além de respeitada, querida por toda a população. De tal forma, que ela fique protegida pelo próprio sentimento da opinião pública, claramente definido pelos benefícios que a universidade traz para a sociedade.

Boletim - Além da questão do Rio Paraíba, o senhor teria alguma outra sugestão para atividade de extensão?

Horácio - Recentemente os jornais noticiaram a intenção do Governo do Estado de desenvolver industrial no nosso Estado, seja diferente do processo de desenvolvimento do Estado de São Paulo. Podemos fazer um processo de desenvolvimento baseado na pequena empresa. E esse é um processo que se baseia mais numa tecnologia de ponta, e a universidade já deu uma contribuição muito boa nesse sentido, para o desenvolvimento da política de informática, que em boa parte saiu da-



al do Estado.

“Todo o processo de formação da universidade como ela é hoje, é um processo que foi feito sob a égide de um regime autoritário, por isso é certo que dentro da universidade existem fortes deformações, fruto desse governo e estimuladas por ele”.

Boletim - A declaração que o senhor deu ao Jornal do Brasil afirmando que daria prioridade à área de humanas, gerou algumas críticas entre professores da tecnologia. Como o senhor recebe essas críticas?

Horácio - Eu disse que a área tecnológica, foi privilegiada, e ela foi realmente privilegiada, isso não é nenhum desmerecimento. Disse que seria dada uma prioridade para a área de humanas, o que não é uma coisa excludente, o que se quis dizer é que era preciso dar atenção a muitos aspectos da área de humanas, que ficaram muito abaixo da área tecnológica, o que não quer dizer que a área tecnológica ia ser posta num nível inferior. Essa é uma idéia que precisa ser combatida fortemente, a das pessoas se sentirem atingidas nos seus interesses parciais e não perceberem a universidade como um todo. Acho que isso é importante e faz parte do entulho autoritário. É bom se pensar também, que todo o processo de formação da

universidade como ela é hoje, foi feito sob a égide de um regime autoritário, por isso é certo que dentro da universidade existem fortes deformações, fruto desse Governo e estimuladas por esse Governo.

Boletim - Como pretende enfrentar o problema dos professores que mal aparecem para dar aula e que não têm nenhum compromisso com a universidade?

Horácio - Eu não tenho compromisso nenhum com professor incompetente, relapsos, inadimplente. O meu compromisso, assumido publicamente, é com a competência, com o cumprimento das suas obrigações, com a eficiência e com o sentimento de que a universidade foi feita para servir à comunidade e não aos interesses particulares dos professores. Por isso mesmo a questão do descumprimento das obrigações por parte dos professores, é uma questão que precisa ser trazida para a luz do dia e ser discutida claramente. Se a reitoria der o exemplo de que está disposta a fazer com que a competência, a qualidade e a dedicação sejam paradigmas da ação da universidade, se ela der esse exemplo na prática, vai levar esse compromisso para os departamentos, e estes começarão naturalmente a expelir o corpo estranho que é o professor que não vem aqui, que não cumpre suas obrigações, que embroma seus alunos, que não dá boas aulas, que se esconde atrás de pseudo-atividades, das quais nunca aparece o resultado, é o professor bissexto, o professor biamal, que vem aqui às vezes só para receber o salário. Com essas pessoas eu não tenho compromisso, de forma nenhuma. Então, pretendo encontrar junto com a comunidade uma maneira de resolver esta questão que é uma verdadeira praga.

Boletim - Qual a sua posição com relação à venda de alguns patrimônios da universidade?

Horácio - A universidade tem uma parte do seu patrimônio que é inalienável, ou seja, ela não pode dispor dele para transformá-lo em recursos financeiros. Nesse caso estão: todo o Fundão, o palácio da Praia Vermelha, a maioria dos terrenos em torno do palácio da Praia Vermelha, o edifício do IFCS. Já a outra parte do patrimônio, a universidade é obrigada a alienar. E isso precisa ficar bem claro, devido a uma lei, a universidade é obrigada a se desfazer dessa parte do patrimônio para concluir o projeto da Cidade Universitária. Fazem parte do patrimônio alienável, a Casa do Estudante Universitário, o prédio da Praça da República, o prédio da Rua Luis de Camões, os prédios atrás do Hospital São Francisco, o Hospital São Francisco e uma porção de outras coisas. Todo o ano o Tribunal de Contas da União reclama da universidade por não ter cumprido a lei. Do ponto de vista legal a situação é esta, mas do ponto de vista real a situação é muito mais complicada, as soluções têm que ser encontradas com muito mais bom senso. Não passa pela cabeça de ninguém, que agora de repente nós passemos a vender tudo. Por exemplo acho um absurdo querer vender a Casa do Estudante Universitário, aquilo já deixou de ser simplesmente uma questão de alienação para que se encampada pelo Ministério da Educação, com o Ministério passando a dar maior apoio aos estudantes que estão ali, e ao mesmo tempo compensando financeiramente a universidade. A utilização dos outros patrimônios também está amarrada a questões deste tipo, por exemplo, o prédio da Praça da República, é tombado pelo Patrimônio Histórico, e ninguém compra um prédio tombado. Então temos que usar aquele prédio de alguma forma, por exemplo, podemos transformá-lo numa biblioteca pública, ou fazer um acordo com o Governo do Estado, até quem sabe trocando um daqueles prédios pelo prédio do CAP. A utilização dessa par-

te do patrimônio tem que ser feita mediante a análise de soluções que não são soluções ortodoxas. Agora mesmo a universidade recebeu uma proposta de transferir o Hospital São Francisco para o Ministério da Saúde. No meu entender a solução é boa, pois não acaba com o hospital que desenvolve uma atividade social importante.

Boletim - E quanto à transferência de unidades para o Fundão?

Horácio - É preciso analisar claramente, se algumas das unidades que estão na Praia Vermelha, como Educação, Economia, Comunicação, devem ou não vir para a Ilha. Acredito que a vinda das unidades para cá tem enormes vantagens, mas também tem uma porção de desvantagens, temos que discutir isso com muita calma para ver qual a política a ser levada. É interessante que aquele prédio da Praia Vermelha continue ocupado no dia a dia, pois a ocupação daquele prédio representa a sua manutenção. Se nós transferirmos, o que é que vamos fazer com o prédio? Transformamos numa casa de cultura? Fechamos? Deixamos cair? Acho que essas possibilidades têm que ser ponderadas muito cuidadosamente. Não acho que deva se tomar por princípio o de transferir tudo imediatamente para o Fundão.

Boletim - O Senhor já tem os nomes para as sub-reitorias?

Horácio - Ainda não tenho nenhum nome mas sim muitas conversas, vou indicar os sub-reitores pela maneira mais simples, ou seja, conversando com as pessoas. Vou ouvir o CEG, o CEPG, o pessoal da Economia e da Administração, vou conversar com o movimento docente, com o movimento dos servidores, com o DCE, de maneira que quando saírem os sub-reitores, eles sejam os mais representativos possíveis. Não vou fazer eleições para esses cargos porque não há tempo material para isso, mas certamente a escolha desses sub-reitores deve estar em consonância com todo o processo eleitoral que se fez aqui.

Boletim - Como o senhor vê o problema da falta de infra-estrutura da universidade?

Horácio - A verba de manutenção que nós recebemos hoje, representa apenas 20% da verba que nós recebíamos em 80, portanto, não é de se espantar que a universidade tenha problemas de infra-estrutura. Aqui na ilha do Fundão, os problemas são grandes, como a questão da segurança, no entanto, eu não entro nessa paranóia de que aqui é o lugar mais perigoso da cidade. Acho que nós precisamos de condições razoáveis de segurança, que nós não temos hoje, mas também não há por que, numa situação social complicada como a de hoje, querer 100% de segurança no Fundão. Existem também os problemas do transporte e da alimentação. Esses são dois problemas difíceis, o primeiro nós só vamos resolver completamente com o apoio do Governo do Estado, e o segundo tem que ser resolvido de forma que não prejudique os estudantes. Para a alimentação dos estudantes, a Nova República já liberou uma verba dez vezes maior do que a de 1985, e portanto, pelo menos em parte, essa questão está resolvida. A verba orçamentária para os bandejões passou de Cr\$ 400 milhões para cerca de Cr\$ 3,2 bilhões, o que significa um forte apoio ao dispêndio da universidade. Na realidade, 90% das despesas com o bandejão já são bancadas pela universidade. E eu acho que a questão do bandejão é uma questão política que não tem mais que ser discutida, pois ela já vem desde os idos dos anos 50, e o movimento estudantil quer o bandejão ele vai ter um bandejão. O que nós temos que fazer é dar o melhor bandejão possível, com verba orçamentária e sem prejudicar as outras atividades.

Continua

ESCOLA DE ASTRONOMIA DE OLHO NO HALLEY

O ano é 1910. O mundo está apavorado com o cometa de Halley, cuja cauda atravessará a atmosfera que, suspeita-se, será envenenada com o gás mortal cianogênio. O temor é maior quando a cauda, por um certo período, torna-se visível a olho nu de ponta a ponta na linha do horizonte. Mas o cometa não mata ninguém. Apenas deixa algumas pessoas mais ricas com a venda de pílulas anti-Halley. Setenta e seis anos depois, o Halley volta aos céus. Em abril, quando estiver no seu ponto mais próximo da Terra - 60 milhões de quilômetros - uma sofisticada operação científica começará em São Paulo e, coordenada pelo Curso de Astronomia da UFRJ, terá um objetivo: Orientar três naves espaciais - duas japonesas e uma europeia, a **Giotto** - para que encontrem o melhor ângulo de aproximação com o cometa e possam, assim, colher dados sobre a origem do sistema solar.

Estará cumprida, dessa forma, a participação brasileira no Programa Internacional de Observação do Cometa de Halley - uma das vantagens obtidas pelo convênio firmado em 1979 entre a UFRJ, UNICAMP, PUC de Campinas e a Prefeitura local. Pelo acordo, está previsto para novembro a conclusão de um prédio no Observatório do Capricórnio, a 32 quilômetros de Campinas, onde será instalado um moderno telescópio, importado da Alemanha Oriental. Especializado em determinar a posição de astros, sua margem de erro é de "um décimo de milésimo de milímetro", enfatiza o professor Luís Eduardo Machado, diretor do Observatório do Valongo, no Rio - onde as chapas do Halley, tiradas em Campinas, serão reduzidas e enviadas por telex às agências espaciais europeias e japonesa.

O entusiasmo do diretor é ainda mais explicável, quando se sabe que tanto o prédio como o telescópio, comprado pelo MEC, ficarão sob a responsabilidade da UFRJ, o que parece indicar dias melhores para o Curso de Graduação em Astronomia da Universidade, único existente no Brasil.

Dividido pela Reforma

Apesar da posição especial que ocupa no meio acadêmico brasileiro e da surpreendente relação candidato / vaga (7,3 para 1, em 1984), o Curso vive problemas sérios, a começar pela forma como foi reestruturado pela reforma universitária de 1967. Criou-se então o CCMN (Centro de Ciências Matemáticas da Natureza) que engloba duas instituições destinadas ao ensino de astronomia: o Observatório do Valongo - na condição de Órgão Suplementar - e o Departamento de Astronomia.

O Conselho Universitário, reconhecendo a dualidade, propôs em 1983 a alteração do estatuto da UFRJ, incorporando o Departamento ao Observatório, com a criação do Instituto de Astrono-

mia. A medida depende, agora, da aprovação no Conselho Federal de Educação, mas ela apenas oficializará algo que já acontece na prática.

No alto do morro da Conceição, ou Valongo, no bairro da Saúde, o prédio principal e as outras seis construções que compõem o Observatório também sediam o Departamento de Astronomia. Apesar de separadas no papel (os equipamentos pertencem ao Observatório e os professores formam o Departamento), as duas instituições atuam juntas. "Uma não existe sem a outra, logo uma não decide sem a outra", resume a situação o diretor do Departamento de Astronomia, Gilson Vieira.

Outra novidade, no bojo das futuras mudanças, é a transferência do ciclo básico de dois anos (de um total de quatro, com o profissionalizante) para o Observatório. Atualmente, os estudantes do básico estudam nos Institutos de Matemática e Física, no **Fundão**.

Astronomia para engenheiros

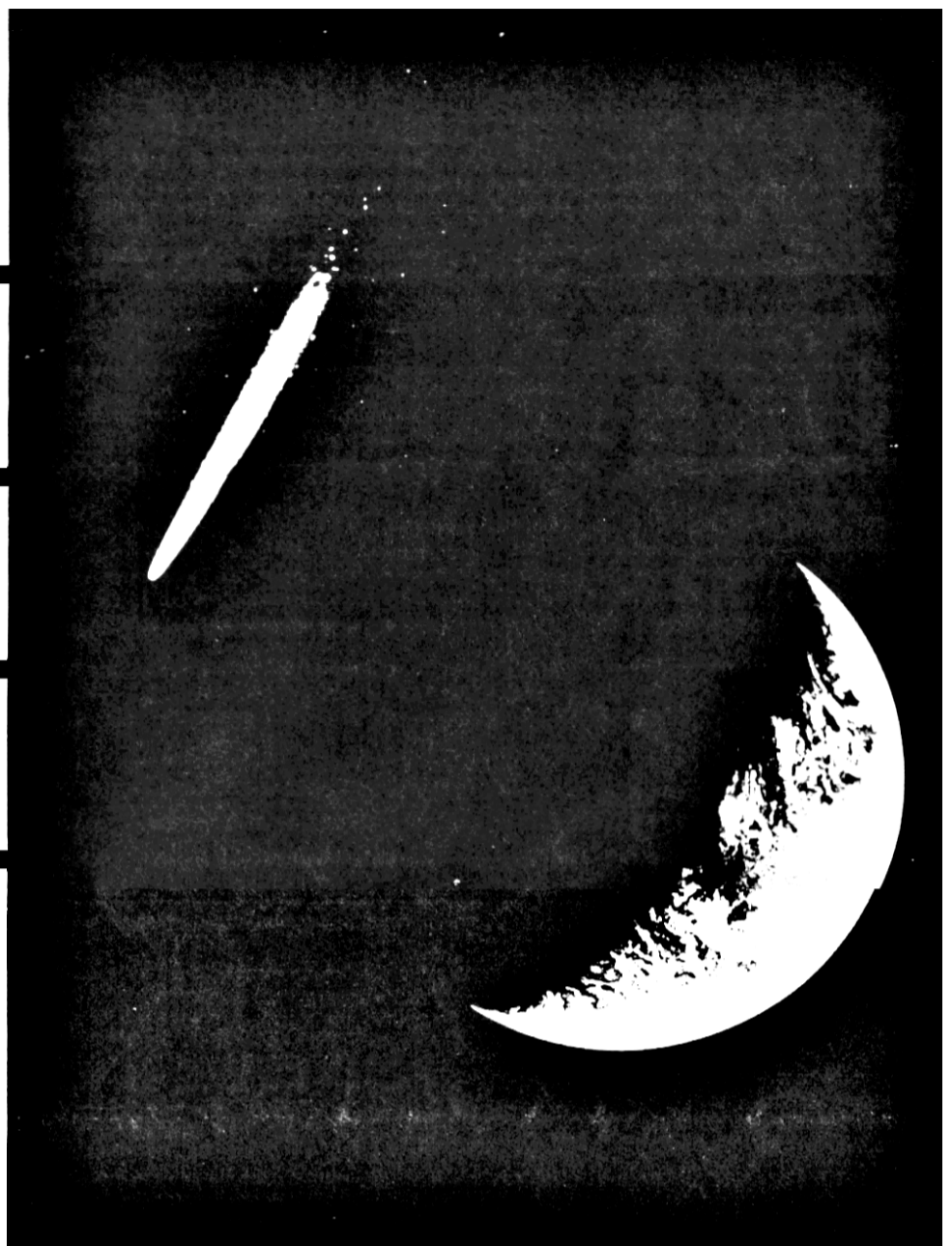
O Curso de Astronomia, porém, é anterior às alterações da reforma e surgiu em 1958. Até então, o estudo dos astros era privilégio dos futuros engenheiros - o Observatório foi criado em 1881, pela antiga Escola Politécnica, no morro de Santo Antônio, demolido na década de 20 para o alargamento da Cidade. Com a transferência, o Valongo passou então a ter função mais nobre, já que no século XIX era local de "engorda" dos escravos recém-chegados da África.

Quando a astronomia deixou de ser matéria obrigatória no currículo de engenharia, em 1930, o Observatório entrou numa fase de abandono só superada com a criação do Curso, pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Até hoje, formaram-se 62 astrônomos. Desses, 47 estão empregados e oito fazem Pós-Graduação. Três astrônomos chegaram a se formar com vagas já garantidas na EMBRATEL, onde trabalham no programa BRASIL-SAT (satélite brasileiro de telecomunicações).

Asteróide UFRJ

A astrometria (setor da astronomia que estuda a posição e deslocamento dos corpos celestes) torvou-se, nos últimos anos, o "carro-chefe" do Observatório, segundo Machado. Essa linha de estudos desenvolveu-se a partir de 1978, com o início de pesquisas - junto a outros organismos estrangeiros - no Observatório Internacional de La Silla, no Chile. O reconhecimento a esse trabalho fez com que a UFRJ ganhasse, em 1981, um asteróide com seu nome.

Em outubro deste ano, as posições se invertem e será a UFRJ que entregará ao astrônomo Henri Debehogne, do Observatório Real da Bélgica, que introduziu a linha de pesquisa em astrometria, no Valongo - o título de **doutor**



honoris causa. "Mas nós também desenvolvemos trabalhos em outras áreas", explica o diretor, "como o estudo de galáxias, pesquisas teóricas e fotometria (análise da luz dos corpos celestes)". Ao todo, são 46 trabalhos publicados pelo Observatório, desde 1977.

Ao se confrontarem os resultados obtidos com os recursos disponíveis, o contraste é evidente. Nos últimos dois anos, as verbas obtidas pelo Observatório, junto à UFRJ, Fundação José Bonifácio, FINEP e CAPES, não chegaram a Cr\$ 100 milhões, quando só o orçamento previsto para o ano que vem é de Cr\$ 600 milhões. Como agravante, a UFRJ, este ano, colaborou com apenas Cr\$ 5 milhões. "Desta forma", explica Luís Machado, "dependemos integralmente dos convênios para as verbas de continuação de nossas pesquisas, quando esses recursos deveriam apenas completar as verbas dadas pela Universidade". "Não há tranquilidade para projetos a longo prazo, uma vez que esses convênios duram no máximo dois anos", reconhece o decano do CCMN e futuro reitor da UFRJ, Horácio Macedo.

Mausoléu

A situação do Departamento de Astronomia é ainda mais caótica. "Durante o último ano não recebi mais que Cr\$ 1.200 mil. Há professores que não mandam cartas porque não temos dinheiro para selos. A maioria dos periódicos teve suas assinaturas canceladas por falta de pagamento", queixa-se Gilson Vieira.

A precariedade salta aos olhos. A cúpula do prédio principal apresenta um rombo de 2,50 m de diâmetro, causada pelo vento, o que obriga o telescópio inglês, do início do século (um dos três que o Valongo possui) a ser coberto com um plástico. Uma das outras construções, que deveria abrigar mais um telescópio, está inacabada. Das doze janelas, nove estão quebradas; as instalações elétricas em estado precário. O lugar é chamado, sintomaticamente, de "mausoléu". Mesmo o teto de várias salas do prédio principal ameaçam desabar, pois estão escoradas por pequenos suportes de madeira. Do abandono não escapa nem o relógio atômico - através do qual se consegue a hora certa pelo telefone - apre-

sentando problemas de manutenção.

Halley - um incentivo

O apelo popular que a aparição do cometa de Halley vem causando na opinião pública, segundo Luis Machado, apressou o término das obras no Observatório do Capricórnio. O telescópio, ao custo de US\$ 100 mil, foi cedido por **comodato** pelo MEC. O prédio, (US\$ 50 mil), além das despesas com alojamento, manutenção e deslocamento de equipes entram no convênio. O Observatório proverá assistência técnica à UNICAMP e PUC - Campinas.

As vantagens com o Observatório são muitas. As pesquisas no Rio são limitadas pela poluição e iluminação excessiva. O novo Observatório permitirá a ida de equipes a Campinas, por 15 dias a cada mês. Em La Silla, as estadas se limitam a algumas semanas por ano. Sua localização no Hemisfério Sul, além de deixar o Observatório em condição privilegiada para observar o cometa de Halley, permitirá a catalogação de corpos celestes que preencherão uma lacuna no catálogo estelar - trabalho feito em convênio com a Universidade da Flórida e o Observatório Naval de Washington. Em troca, o Valongo ganhará suprimento de chapas fotográficas que, em um ano, custam cerca de Cr\$ 50 milhões.

Essas, porém, são conquistas que amenizam o problema. Diretor **pro tempore**, indicado diretamente pelo reitor, desde 1958, Luís Machado fez em 1973 levantamento das obras necessárias ao Valongo até o ano 2000. "Até agora, 10% dos trabalhos foram executados", calcula.

Entre as mudanças com o futuro estatuto da UFRJ, está uma nova forma de escolha do diretor do Instituto de Astronomia - provavelmente, através de lista sêxtupla, como em outros processos eleitorais da Universidade. "O importante são as verbas, senão não adianta Instituto", diz um dos astrônomos. Afinal, a conclusão de obras como a do Observatório do Capricórnio e o prosseguimento de pesquisas não podem depender de circunstâncias imprevistas, a exemplo do que aconteceu com o **frisson** causado pelo cometa de Halley - mesmo porque ele só voltará para outra visita, em 2061.

Continuação

Boletim - E o transporte?

Horácio - Já a questão do transporte passa pelo governo do Estado, porque nós estamos no território do Estado. Muitas vezes o governo estadual nos olha como se fôssemos território federal. Nós somos o maior centro de pesquisa tecnológica e de aprimoramento do Estado, sem desmerecer qualquer um dos outros, então o governo do Estado tem que arranjar alguma solução para esse problema. Claro que a reitoria vai batalhar fortemente em torno disso e o fato de já ter melhorado muito com a linha do metrô Maria da Graça, mostra que existem soluções. Nós temos que descobrir soluções ainda mais flexíveis, botar ônibus da CTC aqui dentro, criar uma linha circular, e a reitoria tem condições para isso. Ela já fez antigamente, se as verbas voltarem para o nível de 79, 78, nós vamos colocar de novo ônibus circular como sempre teve. Quando eu vim para cá em 72, ia até Bonsucesso e pegava um ônibus da universidade até o Fundão, circulava de meia em meia hora e era uma coisa perfeitamente viável.

Boletim - É sua intenção criar uma editora na UFRJ?

Horácio - Nós temos que fazer o que fez a USP. Por que a USP tem hoje uma grande soma de edições de livros? Porque ela fez o processo da co-edição. Acho que nós podemos até ter formalmente uma Editora da UFRJ, para entrar em convênio com as outras editoras comerciais e fazer edição das obras dos professores. Por que isso? Porque o problema da edição é um problema duplo, o problema industrial até que não é grande, nós poderíamos perfeitamente ter uma gráfica bem equipada na universidade, mas nós não fomos resolver o problema maior que é o da distribuição. Existem universidades, como a universidade de Santa Catarina que está editando o seu centésimo título, no entanto você não encontra livreria no Rio de Janeiro com alguma publicação da Editora de UFSC, a distribuição é zero, portanto não vamos editar livros para não distribuir. Vamos fazer uma editora para fazer o processo de co-edição, já comecei a manter alguns contatos com editoras comerciais e

a idéia tem tido a maior receptividade. O que nós temos a fazer é arranjar a publicação, fazer a co-edição e distribuir pela rede comercial do Rio de Janeiro.

Boletim - como pretende resolver o problema do CAP?

Horácio - Eu acho que o problema de CAP pode ser resolvido juntamente com o governo do Estado. Nós podemos, por exemplo, trocar um prédio pelo CAP, e assim de passe do CAP, fazer as devidas remodelações. Parece que a comunidade não quer que ele saia de lá. Outra possibilidade é a vinda do CAP para cá, juntamente com a Faculdade de Educação, o que também é uma excelente alternativa. É questão de se estudar, de conversar com a comunidade e encontrar a melhor solução, dando-se uma prioridade imediata para este problema.

Boletim - Com relação a questão da paridade, o que o senhor tem a dizer?

Horácio - Nunca me comprometi pela paridade, disse claramente que não sou a favor desse mecanismo de que todos os colegiados devam ser paritários. Essa reivindicação parece ser antagônica com os reais interesses da universidade. O que eu disse é que gostaria de ter a representatividade de todos os seguimentos, respeitadas as especificidades dos colegiados. Então no CEG, no CEPG, quero ter a predominância clara dos professores, e quero ter representação dos alunos e dos servidores. Agora num colegiado que trate das questões de política de pessoal, por exemplo, acho que deve haver até uma predominância dos funcionários. Esse colegiado não existe, e talvez deva ser criado mediante um mecanismo que a reitoria tem que descobrir. Nas questões políticas, aí é que se impõe a questão de paridade, porque nas questões políticas gerais não existe a especificidade dos colegiados. As questões políticas envolvem a paridade, as questões específicas não envolvem a paridade.

Boletim - Quanto à qualificação do corpo técnico administrativo, como pensa em resolver o problema?

Horácio - Esse é um problema muito difícil. Nós estamos com 5 mil e 800 funcionários do quadro ou da tabela, e

mais uma quantidade não determinada de funcionários de convênio, e no entanto, todos os lugares reclamam da falta de funcionários. É um problema complicado, e realmente não tenho uma solução imediata para isso. Tenho é um método, da discussão caso a caso para ver como está essa falta. Mas sem autonomia não tenho como resolver isso, se eu quiser pagar mais para um técnico em eletrônica eu não posso porque o DASP diz que os salários têm que ser aquele pouco maior que o salário mínimo.

Boletim - Qual será a posição da reitoria com relação às eleições para diretor e decano?

Horácio - Vamos estimular o mais possível que elas sejam eleições diretas, e que os colegiados referendam essas eleições. O compromisso da reitoria é o de apoiar sempre o candidato mais votado, quanto a isso eu não tenho a

proposta de eleição direta para prefeito da universidade?

Horácio - Eu gostaria de pensar nisso, essa idéia apareceu em alguns lugares, mas não é uma idéia geral. Acho a proposta muito simpática, muito bonita, mas que não passou por toda a comunidade. Certamente nesse tempo inicial nós vamos ter um prefeito indicado, porque não vai dar tempo de organizar uma eleição para prefeito assim em tão pouco tempo. Mas eu estou inteiramente aberto à idéia.

Boletim - Qual a sua opinião sobre a criação do curso noturno?

Horácio - Este é um problema que está inteiramente ligado à mudança das unidades para o Fundão. Pessoalmente acho que aquele edifício da Praia Vermelha devia ser sede de alguns cursos noturnos. Agora, pensar em curso noturno aqui para o Fundão, já é uma coi-

“Eu não tenho compromisso nenhum com professor incompetente, relapso e inadimplente. O meu compromisso é com a competência, com a eficiência e com o sentimento de que a universidade foi feita para servir a comunidade e não aos interesses particulares de algumas pessoas”.

menor dúvida.

Boletim - O senhor pretende estabelecer algum controle de eficiência ou avaliação de desempenho sobre as atividades dos departamentos?

Horácio - Eu pretendo não, quem deve pretender é a comunidade. Acho que as correntes mais esclarecidas sentem necessidade desse processo de avaliação. O controle da eficiência, da qualidade, da competência e das obrigações é um processo que está desencadeado e que a reitoria vai estimular. Para isso é preciso haver um processo de discussão que passará pelos departamentos, pelas unidades, pelos centros, pelos colegiados, mas que será fortemente estimulado pela reitoria.

Boletim - Como o senhor encara a

sa mais complicada, por causa dos problemas de transporte, segurança, etc. Caso esses problemas sejam resolvidos acho que deveria haver curso noturno sim, pelo menos em certas áreas, não em todas.

Boletim - Mesmo com o prejuízo que ele poderia trazer para as faculdades particulares?

Horácio - Mesmo com isso, talvez esse seja até um incentivo maior para a criação desses cursos. Nós poderíamos, sem dúvida, oferecer cursos noturnos muito melhores do que qualquer um desses. Embora a experiência de curso noturno deva ser bem estudada porque todas às vezes que tentamos fazer cursos noturnos não funcionou bem, os cursos caíram um pouco de nível. Não quero dizer que eles não ve-

ham a funcionar agora, mas acho que devem ser bem preparados e pensados.

Boletim - Qual a importância de um reitor democraticamente eleito partici- par do CRUB?

Horácio - Acho muito importante. Dentro das minhas possibilidades pretendo fazer no CRUB, tudo o que fiz no Conselho Universitário. Quando cheguei no Conselho, em virtude de ter sido o primeiro decano eleito, era olhado com certa suspeita, como se fosse um corpo estranho. E através de uma política firme, em defesa do movimento docente e do interesse da universidade, foi possível conquistar várias coisas. Tenho absoluta convicção que o Conselho Universitário que homologou a lista sêxtupla da comunidade, é um conselho totalmente diferente do conselho de 4 anos atrás. E acho que é possível fazer isso no CRUB, pois nós vamos ter vários reitores eleitos, e vamos poder transformar o conselho de reitores num colegiado que defenda realmente os interesses das universidades federais autárquicas. E pretendo usar a força da UFRJ para transformar a ação do CRUB, numa ação em prol da universidade pública e democrática. Aliás, digase de passagem, as declarações do Ministro foram todas a favor desse tipo de universidade, democrática, eficiente e próxima da sociedade.

Boletim - Para finalizar, na sua opinião, qual foi o papel da ADUFRJ no processo eleitoral que culminou com a sua eleição?

Horácio - Foi um papel decisivo, acho que o movimento docente aqui da universidade e a nossa associação em especial, nesse processo mostrou como a competência política pode se aliar à competência acadêmica. O movimento docente, através de suas posições firmes, em favor da qualidade do ensino, da qualidade da pesquisa, da qualidade da universidade, e ao mesmo tempo em defesa das posições políticas avançadas, de uma universidade, pública, democrática, gratuita, aberta e voltada para a sociedade, mostrou que os docentes já têm maturidade para tomar em suas mãos o destino da universidade. Acho que nós não devemos mais ter as restrições do governo, nós devemos ter uma completa autonomia, para que aqui, democraticamente, nós possamos fazer uma política universitária voltada para a sociedade.

XI Conad divulga reivindicações

Reajuste trimestral não inferior a 100% do INPC e reposição salarial ao nível de 1970 através de reajuste igual a 63% em 1º de outubro. Essas são as duas principais reivindicações dos professores das Universidades Federais Autárquicas, reunidos durante o XI Conselho Nacional dos Docentes (Conad) que se realizou em Recife de 28 a 30 de junho.

Devido ao fato de ainda não estar de posse de todas as atas elaboradas pelas mesas diretoras, a Andes não enviou o relatório completo do XI Conad, remetendo somente as deliberações dos setores Particulares,

Fundações e Autarquias. Neste número, o Boletim da Adufrj publica a pauta de reivindicações das Federais Autárquicas.

Reivindicações

O setor se definiu pela manutenção da pauta do IV Congresso da Andes, corrigindo-se o índice de reposição e o montante de verbas para custeio, acrescentando a correção das distorções causadas pela gratificação de nível superior e a correção da tabela das alíquotas do imposto de renda

A correção do índice salarial deverá levar em conta apenas a diferença entre o INPC utilizado para os reajustes sa-

lariais no mês de julho (80,3%) e o reajuste do funcionalismo (89,2%). A extensão da gratificação de nível superior não deve ser considerada como recuperação salarial, mesmo porque não está incorporada ao salário, constituindo-se somente na correção de uma discriminação para com os docentes.

O montante de verbas deve ser corrigido descontando-se do pedido de suplementação de Cr\$ 3.150 bilhões (conforme documento da Comissão constituída do Congresso), o total já liberado (Cr\$ 300 bilhões).

Desta forma, a pauta de reivindicações fica sendo:

1 - Reajuste trimestral não inferior a 100% do INPC

2 - Reposição salarial ao nível de 1970 através de reajuste igual a 63% em 1º de outubro.

3 - Correção imediata das distorções ocasionadas pela gratificação de nível superior (20%) para os docentes com regime de tempo de Dedicção Exclusiva, e para os estatutários.

4 - Suplementação de Cr\$ 2.850 bilhões para as verbas de custeio das IES federais.

5 - Envio pelo executivo de projeto ao Congresso Nacional, estabelecendo aposentadoria integral para os docentes celetistas.

6 - Revogação imediata das alterações do regime de trabalho solicitadas nos processos retidos pelo MEC que tenham sido submetidos às instâncias de decisão nas IES.

7 - Revogação imediata da Portaria do MEC (16.06.84) que possibilita à SESu nomear interventores.

8 - Revogação imediata do decreto que impede a abertura de vagas para o magistério superior.

XI CONAD: A Andes da Velha República

Insistir na tese de que nada mudou com o novo governo e que, portanto, é necessário manter as mesmas formas de ação política da fase de luta de resistência contra a ditadura, é tão errado e tão prejudicial ao movimento docente quanto seria uma posição de euforia exagerada que o levasse a perder completamente a iniciativa política, esperando que o novo governo resolvesse todos os problemas num passe de mágica. São ambas faces de uma mesma moeda que levariam, ou levarão, a um esvaziamento do movimento docente e, conseqüentemente, à perda da sua força de pressão política.

Na fase atual do processo histórico a responsabilidade fundamental dos movimentos sociais é a construção de instituições democráticas capazes de criar os mecanismos de participação efetiva que garantam os interesses da maioria da população. Portanto, superada a fase de resistência, o que se exige da direção dos movimentos é a sua capacidade de formulação de propostas para resolver os grandes problemas sociais, garantindo, desta forma, uma base sólida para orientar uma ação política ampla e conseqüente. No caso do movimento docente o seu compromisso deve ser essencialmente o da construção de uma Universidade Democrática Pública e Gratuita voltada para os principais problemas do país e ligada efetivamente à comunidade na qual está inserida.

O tema central do XI CONAD “seria” o da Reestruturação da Universidade e seria porque, de fato os debates não resultaram em propostas conseqüentes que possam servir de base para uma ação política que conduza a construção de uma Nova Universidade. A inexistência de um texto básico para orientar as discussões, que por si só já refletiam a inexistência de um processo efetivo de debates, tanto ao nível da diretoria da ANDES, quanto ao nível das AD’s, as contradições internas do próprio movimento e a falta de perspectiva da direção política do Encontro não permitiram que os debates se aprofundassem e, desta forma, se produzisse uma estratégia política realística que conduza o movimento docente a uma participação efetiva na construção de uma Nova Universidade.

Alguns aspectos que levaram aos resultados do XI CONAD merecem destaque. Em primeiro lugar é fundamental que a direção da ANDES perceba que as condições objetivas para se atuar politicamente mudaram sensivelmente. Por maiores que sejam as restrições que se façam ao novo governo e ao Ministro da Educação é necessário reconhecer que os espaços de atuação política se ampliaram consideravelmente e, portanto, devem ser ocupados. Indiscutivelmente o Ministro Marco Maciel tem desenvolvido uma ação agressiva e mostrado um quadro de grande com-

petência que assumiu a iniciativa e praticamente monopolizou a criação de fatos políticos no setor educacional. É necessário, portanto, que a ANDES reconheça a necessidade de mudar o relacionamento com o governo e o Ministério da Educação para não ficar a reboque.

As Universidades Federais têm recebido significativos recursos para custeio e o recente sancionamento da lei que regulamentou a Emenda João Calmon pode atribuir verbas às Instituições de Ensino Superior Federais e as levarão a um novo patamar. Sem dúvida alguma o Movimento Docente teve participação destacada em ambas as conquistas. Não só em função da greve de 90 dias em 1984, mas principalmente por ter encontrado um eixo político correto. A Defesa da Universidade Pública e Gratuita que permitiu a construção de uma ampla e sólida base social. No entanto, o Ministro Marco Maciel, face à postura estreita da direção da ANDES, tem capitalizado praticamente sozinho os dividendos políticos daquelas conquistas, ocupando praticamente todos os espaços na imprensa.

Em que pese a fragilidade atual do movimento estudantil, a UNE, por ter compreendido a mudança do processo político, conseguiu realizar um seminário sobre Reconstrução da Universidade que obteve muito mais repercussão, tanto na imprensa como na opinião pública, que o XI CONAD, o que significa, em princípio, que suas propostas terão mais possibilidades de serem realizadas que as da ANDES. A UNE, indiscutivelmente, conseguiu ocupar o espaço político de forma mais competente e habilidosa e a presença de 3 ministros de Estado à abertura de seu seminário foi a demonstração mais eloqüente.

Comissão do ME para a Reestruturação da Universidade

A direção da ANDES precisa entender que a Universidade é um patrimônio público que pertence a toda a sociedade e não apenas à comunidade universitária. Portanto, a discussão da Reestruturação da Universidade interessa a toda a sociedade e não é monopólio de docentes, alunos e servidores.

Outro aspecto é que o movimento docente não é o espaço exclusivo para se atuar politicamente no interior da Universidade e nem a ANDES e as AD’s são as únicas forças políticas representativas que atuam efetivamente nas Instituições de Ensino Superior. Logo se o movimento docente pretende ser a vanguarda do processo é necessário que tenha capacidade de formular propostas conseqüentes que sejam capazes de ampliar a sua base política de sustentação.

Dentro desta perspectiva, a ANDES não pode continuar a ignorar a Comissão de Alto Nível do M.E. sob a alegação de que não é representativa ou que só irá debater com a comissão quando for convidada. Com esta prática ela está se isolando dos professores, se distanciando das muitas AD’s que já estão trabalhando com a comissão e perdendo a iniciativa política no processo de Reestruturação da Universidade, ficando a reboque tanto da comissão quanto do Ministério. A comissão deve ser vista como um espaço político a se conquistar e um instrumento para realizar as propostas do Movimento Docente.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

As teses apresentadas e discutidas durante o encontro de Olinda mostram que existe efetivamente uma grande divergência entre duas concepções do processo de democratização. Uma formula o processo de democratização como uma pré-condição para aumentar a eficiência e a competência da Universidade, de forma que se possa elevar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e a instituição possa se voltar de fato para a sociedade e construir ligações que permitam uma contribuição mais efetiva ao processo de desenvolvimento social. A Democracia não é, portanto, um fim em si e nem se esgota na transformação das relações internas de poder, que deve ser vista como a primeira etapa de um processo mais amplo. Esta formulação é defendida pelas AD’s das grandes Universidades como USP, UFRJ, UFMG, UFBA, UFRS, UFPe, UNICAMP, PUC RS e outras.

A maioria das AD’s, no entanto, ainda defendem uma posição estritamente corporativa que demonstra não ter compreendido que o compromisso essencial da Universidade com a produção e a difusão do conhecimento só poderá ser cumprido se a sua estrutura de poder estiver calcada sobre a competência, base racional para uma hierarquia legítima e democrática. Portanto, a democratização deve ser uma pré-condição para que a competência floresça e se desenvolva. A maioria das propostas aprovadas, no entanto, remete a uma horizontalização pseudo-democrática porque pode levar a um nivelamento por baixo que aniquile as condições para o desenvolvimento da própria Instituição.

Ensino Público e Gratuito x Verbas Públicas para as IES privadas

A velha polêmica retornou mais uma vez e mais uma vez o bom senso foi derrotado. A velha tese de brincar de capitalismo com recursos públicos voltou encobera sob uma roupagem de autogestão – “recursos públicos sob controle da

comunidade”. Ora, o papel do setor privado numa sociedade pluralista estruturada segundo o modo capitalista de produção só será cumprido se tal setor tiver capacidade de realizar o seu projeto, isto é, o de oferecer uma alternativa à intervenção do Estado na Educação a partir da utilização de capitais privados. Portanto, insistir na atribuição de recursos públicos para o setor privado, além de enfraquecer a luta pelo Ensino Público e Gratuito, é um claro erro político porque se contrapõe a uma prioridade corretamente estabelecida pelo governo de atender primeiro à demanda das Universidades Federais e ainda inviabiliza uma aliança com a UNE, que adotou em seu seminário, a bandeira de Verbas Públicas exclusivamente para o setor Público de Ensino Superior.

A CAMPANHA SALARIAL

A proposta da ADUFRJ (Boletim nº 28 maio/85 com valores corrigidos para julho/ 85), mesmo apoiada por outras AD’s como Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, acabou sendo derrotada por outra apresentada pela Paraíba que apresentava um índice para reajuste diferencial em outubro. A argumentação política tomava como base a reposição dos níveis salariais de março de 1970 e a manutenção da “bandeira histórica” do movimento. O cálculo do índice de reposição (veja matéria com as resoluções) não levou em consideração a gratificação de 20% porque não foi ainda “incorporada ao salário”.

A comissão de alto nível do ME apresentou uma proposta ao Ministro Marco Maciel que adotou a mesma filosofia daquela apresentada pela ADUFRJ ao XI CONAD e que já havia sido encaminhada à comissão, isto é, uma nova estrutura salarial para todas as Universidades Federais tomando como parâmetro o salário de Titular de Mato Grosso do Sul. Esta decisão da comissão não foi corretamente avaliada, nem pelo lado do próprio movimento, uma vez que permitiria uma articulação mais efetiva do movimento nas autarquias e fundações, e acabou prevalecendo a tese de que não se deve mudar a linha de atuação histórica da ANDES, sob pena de enfraquecê-la.

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA

As discussões sobre este tema foram muito dispersivas e ficou evidente a existência de concepções inconciliáveis. As resoluções refletiram a pouca maturidade dos debates, bem como o pouco interesse que tem despertado nos professores de quase todas as Universidades, portanto, só podem ser entendidas como uma contribuição inicial ao processo de discussão.

ADUFRJ também é cultura

Pondo em prática uma antiga idéia da diretoria, a Adufrj começou, nos primeiros meses deste ano, a ocupar um espaço cultural dentro da universidade, principalmente com a criação do Cineclube da Adufrj. Na verdade, os primeiros passos dessa iniciativa cultural foram dados no ano passado, com a exibição do Ciclo do Cinema Alemão e do clássico Actas de Marusia. Este ano o Cineclube exibiu uma série de filmes nacionais, e foi criando um hábito na comunidade universitária, que passou a prestigiar mais as atividades culturais da Adufrj. Como ficou provado com a presença de um excelente público durante o show de Clara Sandroni, última atividade da associação no primeiro semestre.

Eleonora Ziller, responsável pelas atividades culturais da associação, explica que o principal objetivo do Cineclube da Adufrj é ocupar os enormes espaços ociosos do

campus, com uma vida cultural dinâmica, criativa e de qualidade.

“O objetivo, conta Eleonora, é o de criar uma política cultural responsável, seja constituindo um palco onde o que há de mais renovador tenha seu espaço e junto com ele conviva as mais importantes tradições do nosso povo, ou seja simplesmente criando a possibilidade de um cotidiano mais humanizado”.

Mas, para os responsáveis pelo cineclube, a plena realização desse projeto, depende muito do apoio da instituição, principalmente acreditando na capacidade criadora de sua comunidade. Outro fator importante para o sucesso do projeto, é a interação organizada entre todas as parcelas da comunidade. Assim, é interesse da Adufrj promover atividades tanto quanto for possível, articuladas com C.As. DCE e Adufrj.

Nesse primeiro semestre, a Associação dos Docentes promoveu oito filmes, sendo dois média-metragens, e um show da Clara Sandroni em pro-

Amauri Alves



Na posse do DCE, um show promovido pela Adufrj e pelo Diretório de Estudantes, com Clara Sandroni, que lotou o auditório do Centro de Tecnologia. Com sua música doce, como se estivesse conversando ou contando uma história infantil, Clara conseguiu embalar o público, que mesmo sem conhecer o repertório tentava acompanhá-la.

Programação Cultural da ADUFRJ

CINECLUBE:

22/08 - Quinta-feira - 12:30 h

“Tempos Modernos” - Charles Chaplin

Local: Roxinho - Auditório do CCMN

02 a 06/9 - Ciclo do Cinema Nacional

Local: Faculdade de Letras - auditório G2

02/9 - 11 h - A Próxima Vítima (João Batista de Andrade)

03/9 - 13 h - A Voltado Filho Pródigo (Ipojuca Pontes)

01/9 - 13 h - O Segredo da Múmia (Ivan Cardoso)

05/9 - 11 h - Sargento Getúlio (Hermano Penna)

06/9 - 13 h - O Bandido da Luz Vermelha (Rogério Sganzerla)

MUSICAL:

21/08 - Quarta-feira - 12 h.

“Duo de Violões” - Salão Azul (F.A.U.)

Nicolas de Souza Barros

Paulo Rogerio Vianna

Interpretando: Maurice Ravel, Isaac Albeniz, Manuel de Falla, Joaquim

Rodrigo, J. S. Bach, Frederico Garcia Lorca, Paco de Lucia, Astor Piazzola,

João Pernambuco e Ernesto Nazareth

28/08 - Quarta-feira - 12h - Salão Azul (F.A.U.)

Felicia Wang (piano) e Eduardo Camenietzki (violão)

Interpretando: Diabelli, João Pernambuco, Eduardo Camenietzki, Villa Lobos,

Ernesto Nazareth e J. Rodrigo

moção conjunta com o DCE. Os filmes foram: Mato Eles; Um minuto para a meia-noite; A Queda, de Rui Guerra e Nelson Xavier; O Desafio, de Paulo Cegar Sarraceni; Raoni, durante a semana ecológica e em promoção conjunta com o C.A. da Geografia; Ladrões de Cinema de Fernando Coni Campos; Pernambuco falando para o mundo, de Michelini Bondi e Eles não usam Black Tie, de Leon Hirzaman.

Segundo semestre

Para o segundo semestre já estão previstas uma série de atividades, principalmente na área da música, que será prestigiada nestes próximos seis meses, no entanto, sem prejudicar as atividades do cineclube. Com o apoio de alguns professores da Escola de Música, serão apresentados dois shows por mês de música erudita, e para isso serão utilizados preferencialmente os auditórios da Arquitetura e do CCS, que dispõe de piano. Será

promovido também, um show de música popular brasileira por mês. Na área do cinema, continuarão a ser exibidos um filme por semana só que com uma maior abertura para o cinema internacional. Para início de setembro, já está prevista uma Semana do Cinema Nacional, quando serão exibidos os filmes: A volta do filho pródigo, O Bandido da luz vermelha, Sargento Getúlio, A próxima vítima e o Segredo da múmia.

Eleição no DCE

Paridade em todos os órgãos colegiados, eleições diretas em todos os níveis e discussão do orçamento da universidade pela comunidade. Essas são as três principais bandeiras que a recém-eleita diretoria do DCE pretende apresentar para a “Nova República” da UFRJ, que se inicia no mês de setembro com a posse do pro-

fessor Horácio Macedo na Reitoria.

Para a eleição, realizada no final do primeiro semestre, compareceram 5.021 alunos, que elegeram a chapa Alerta! Jacaré Parado Vira Bolsa, para um mandato de dois anos à frente da entidade. Eis o resultado das eleições:

A coordenação geral da chapa vencedora, é

Chapa	Votos
Alerta! Jacaré Parado Vira Bolsa	1.875
CHEGA	1.593
O Espírito da Coisa	966
Churrasquinho de Mãe	188
Zelig: Sinônimo de Sexo	121
Anarcococus	51
Votos em Branco	124
Votos Nulos	103
Total	5.021

formada por Laís Sales (Geografia), Isabel Guimarães (Ciências Sociais) e Aylene Bousquat (Medicina). Para a organizado intenta da entidade, as principais propostas são a descentralização das atividades, com a criação de uma sala no CCS e a reativação da sala que existe no Centro de

Tecnologia, além de uma maior implementação as atividades culturais, abertas a toda a comunidade. Será intensificado, também, o trabalho para a realização de um congresso interno da UFRJ, afim de discutir os problemas gerais e concretizar um plano de gestão para a nova reitoria.

Nota da Diretoria da ADUFRJ

A aproximação entre os docentes, funcionários e alunos, no recente processo eleitoral, que culminou com a eleição do professor Horácio Macedo para Reitor, com a sua posterior nomeação pelo Ministro da Educação, foi um importante fator para a força que adquiriu o movimento em defesa da Universidade Pública, Gratuita e, como almejamos, democrática.

A ADUFRJ e o DCE têm amplas condições de lutarem para que, no cotidiano das atividades universitárias, toda a comunidade se una em defesa dos interesses comuns à Universidade e às diversas categorias da mesma.

A diretoria da ADUFRJ tem-se pautado, desde o início de sua gestão, pela compreensão de que a diferenças de idade e de expectativa, não devem se transformar em barreiras culturais ou políticas intransponíveis, que prejudiquem a necessária união de toda a comunidade em torno dose objetivos mai-

ores de uma Universidade Democrática. Entendemos, também, que uma das condições básicas para a construção de uma nova Universidade - objetivo de nossa luta conjunta - é a superação, no cotidiano, das relações autoritárias ou paternalistas que porventura existam.

O recente processo eleitoral legou muitos ensinamentos aos docentes, funcionários e alunos. Ensinamentos que serão úteis e positivos nas atividades cotidianas de nossa Universidade.

Transmitimos aos novos diretores do Diretório Central de Estudantes - Mário Prata os sinceros votos de uma propícia gestão em defesa dos interesses dos alunos da UFRJ e em defesa da Universidade Pública, Gratuita e Democrática em nosso país. Parabéns à nova diretoria do DCE e a todos os alunos da Universidade.

A Diretoria da ADUFRJ

UFRJ tem o maior museu de ensino da engenharia

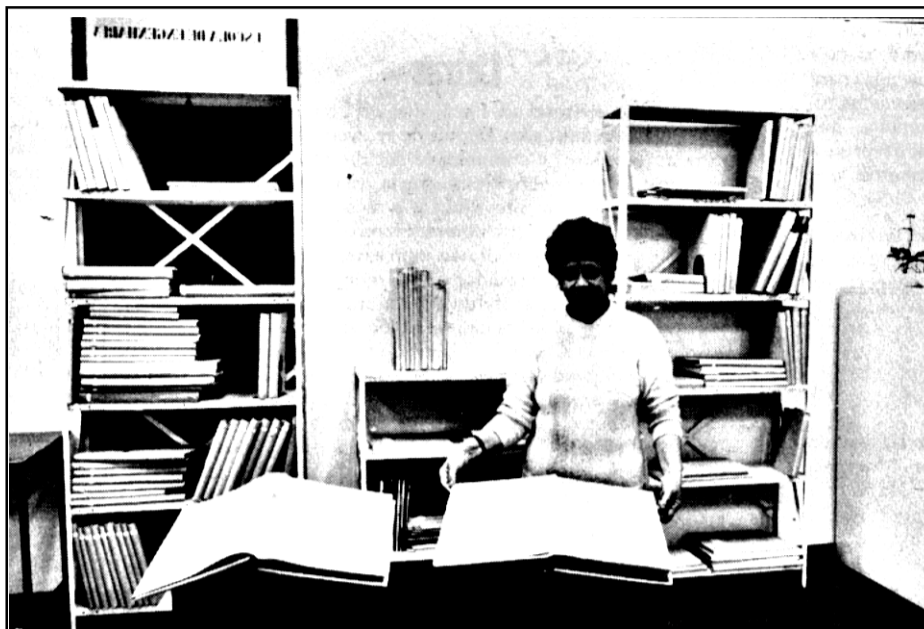
Um modelo de fonógrafo fabricado na firma de Thomas A. Edison, o primeiro aparelho de Raio X da América Latina, inventado pelo brasileiro Henrique Morize, um mobiliário que pertenceu ao Visconde do Rio Branco, um diploma da Academia Real Militar, pertencente a Luis Alves de Lima e Silva, um pedido de matrícula, de 1953, de Mario Henrique Simonsen. Todos esses objetos e documentos, fazem parte do acervo de 1.200 peças do Museu da Escola de Engenharia, segundo o seu vice-diretor, Paulo Gomes, o maior e mais completo Museu sobre o ensino da engenharia no Brasil.

Localizado no Centro de Tecnologia, 2º andar, bloco A, o Museu é composto, em sua maior parte, por peças, instrumentos, móveis e documentos da antiga Escola Politécnica, que funcionou no Largo de São Francisco até 1937, depois passando a se chamar Escola Nacional de Engenharia, e atualmente Escola de Engenharia. No entanto, a idéia de transformar os velhos objetos em peças de Museu, só surgiu no início, na década de setenta, quando alguns professores propuseram a sua criação, introduzindo este item no Regimento da Escola. Segundo o Regimento, devia ser criado "em recinto próprio o Museu da Escola de Engenharia, para custódia, exibição e estudo de tudo que a ela se refira e que se relacione com a evolução da engenharia e ciências afins, desde sua fundação".

Mas a colocação da idéia no papel, estava longe de representar, na prática, a criação do Museu. Anos antes, durante a transferência da Escola, do Largo de São Francisco para a Ilha da Cidade Universitária, vários livros e equipamentos foram perdidos. A mudança foi feita num sábado de carnaval, e as "velharias" transportadas a granel em caminhões, carregadas e descarregadas a pá, chegando, como era de se esperar, em estado lamentável. Mas o pior ainda estava por vir. Grande parte do material foi colocado no galpão do bloco I, amontoada num chão cheio de poças d'água, e que freqüentemente, com qualquer chuva, era atacada por goteiras. Somente em 1975, Zuleida de Castro Mello, bibliotecária da Escola, penalizada com o péssimo estado deste acervo, propôs ao professor Hugo Cardoso, Diretor de Planejamento de então, que se recolhesse esse material, com vistas a organização de um Museu. A idéia foi aceita, e os antigos livros e documentos da Escola Politécnica arrumados em prateleiras improvisadas com tábuas e tijolos.

Mas foi em 1977, que o Museu começou realmente a nascer, Rosana Barreto e Laís Priscerell, duas estagiárias em museologia, hoje museólogas do Museu, começam a pesquisar e catalogar todos os antigos equipamentos e livros da Escola. Logo depois chega a funcionária Elza Freitas, para substituir Zuleida na administração do Museu. Elza conta que "foi com muito trabalho,

Fotos de : Amauri Alves



Elza Freitas: dedicação e carinho em favor da história da engenharia

dedicação e a ajuda do professor Hugo - atual diretor da escola -, que nós conseguimos organizar o Museu, vencendo uma série de obstáculos". O Museu cresceu rapidamente, e logo se impôs pela preciosidade do seu acervo, o que justificou a sua preservação e exposição num local mais adequado. Uma sala no Centro de Tecnologia e outra no Largo de São Francisco foram cedidas para a instalação definitiva do seu acervo. Finalmente, no dia 29 de dezembro de 1977 foi inaugurada a sala de exposição do Museu de Escola de Engenharia, no CT, e em dezembro de 80, a sala de exposição e uma oficina no prédio do Largo de São Francisco.

Restauração

Hoje existem 300 peças expostas na sala do Fundão e outras 300 no Largo de São Francisco, mas cerca de 600 peças antigas e preciosas estão aguardando verba para serem recuperadas. Segundo Elza Freitas, todos esses objetos estão guardados na oficina do Largo de São Francisco, pois falta pessoal capacitado e material para fazer as recuperações. Um catálogo com todas as peças do Museu também estava sendo preparado pelas museólogas, mas tiveram que interromper o trabalho por falta de verbas.

Levando-a em conta a localização - está escondido num local onde poucos alunos transitam - e a falta de divulgação da sua existência, o Museu da Escola de Engenharia tem tido uma

excelente freqüência. Cerca de 7 mil pessoas já visitaram o seu acervo, e a grande maioria, de alunos do curso de engenharia. Mas no livro de freqüência, várias vezes também aparecem os nomes de alunos de outros cursos, como História, Belas Artes e até Letras, recém-chegados ao Fundão.

Mas nem só de visitas vive o Museu, durante esses anos, várias atividades já foram organizadas dentro do seu espaço, e quem conta, com orgulho, como sempre fala do Museu, é a administradora Elza Freitas. "Nós já tivemos aqui uma exposição de fotografias com material dos alunos, inclusive com a eleição dos melhores trabalhos. Uma exposição de quadros e óleo de artistas cariocas, uma exposição em homenagem ao primeiro diretor da escola Politécnica, o Visconde do Rio Branco, uma exposição do Departamento de Transportes, uma exposição de teses que foi organizada juntamente com a Biblioteca de Obras Raras. Além disso, todo ano o Museu envia peças para a Semana de Tecnologia, que é organizada no planetário da Gávea.

Arquivo Histórico

Durante muito tempo, o acervo do Museu foi composto apenas por objetos, pois os documentos da Escola eram guardados no que se chamava Arquivo da Escola de Engenharia. Com a reforma estrutural da universida-

de, esses documentos passaram a ser responsabilidade da Decania do Centro de Tecnologia, deixando alguns incentivadores do Museu, como o professor Hugo Cardoso, bastante preocupados. "No Centro, conta o professor Hugo, o acervo ficou sob a guarda de servidores muito mais interessados em cuidar dos nossos processos do que em preservar a memória da nossa escola, o que vale dizer a memória do ensino da Engenharia no Brasil".

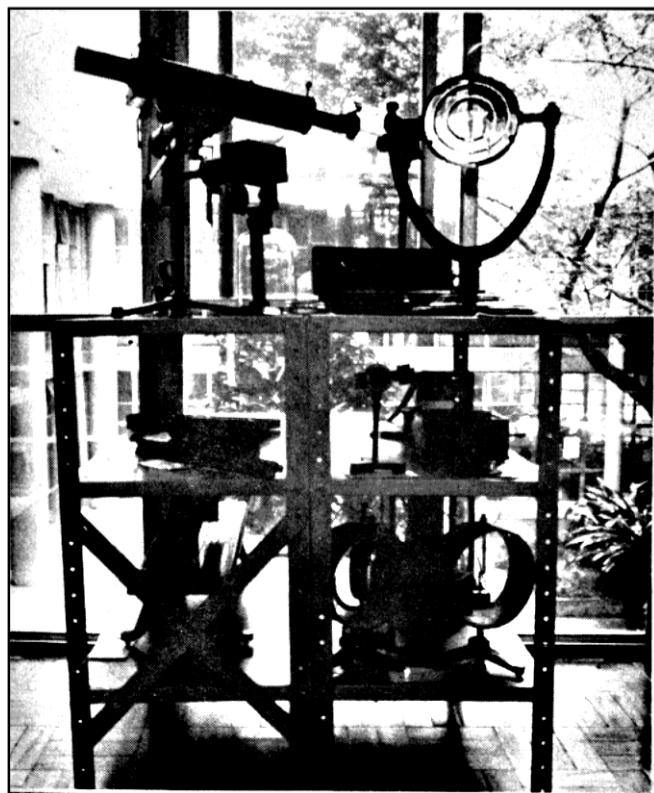
No entanto, depois de um acordo de cavaleiros entre o professor Amaranto, decano do CT, e o professor Hugo Cardoso, diretor da Escola, todos os documentos pertencentes à antiga Escola Politécnica, ou seja, até 1937, retornaram à Escola. No dia 25 de junho deste ano, o Museu teve mais uma parte do seu projeto concluída, com a inauguração do Arquivo Histórico do Museu da Escola de Engenharia.

Um exemplo é sempre repellido pelo professor Hugo Cardoso, para provar a importância desses documentos. "Quando a Escola Naval completou duzentos anos, conta o professor, foi preparado um livro sobre a sua história. Pois bem, alguns anos dessa história ficaram em branco porque nenhum documento foi achado sobre esse período, porque eles se encontram aqui neste acervo. Nesse período as duas Escolas estiveram fundidas numa única. O livro de atas da nossa Congregação, nos anos relativos a 1930/1931 e 1932 contam aquelas informações sobre a Escola Naval, que eles tanto desejavam conhecer."

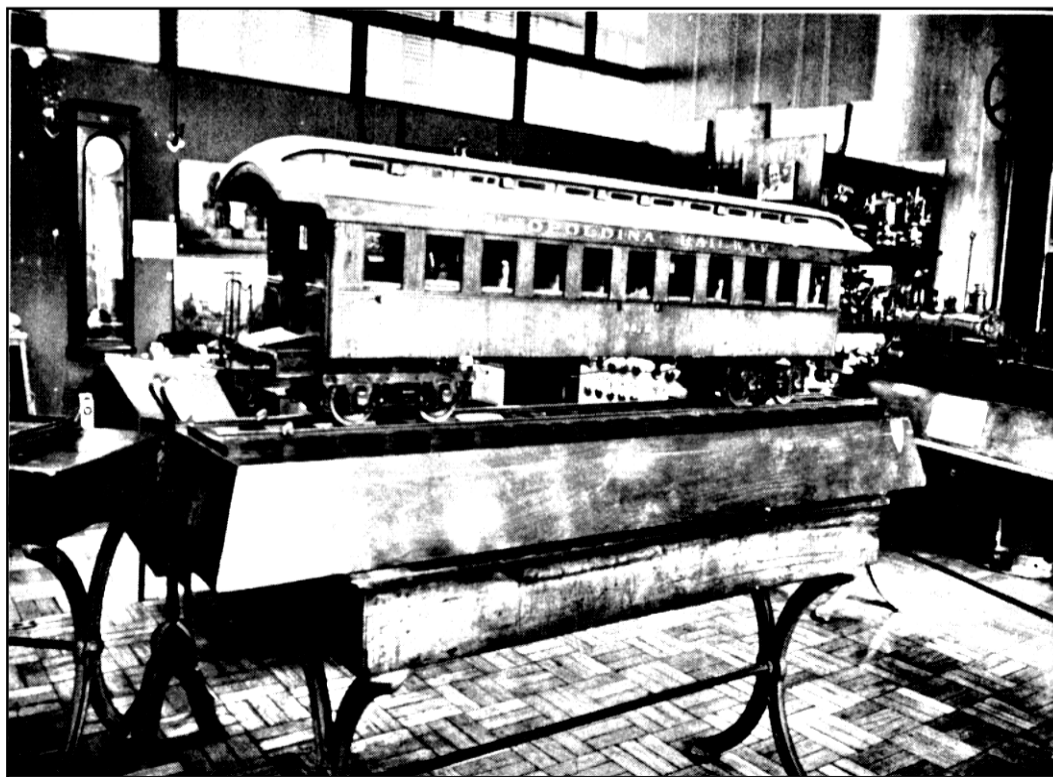
No Arquivo Histórico recém-inaugurado, estão apenas parte da vasta documentação mencionada, pois o espaço não foi suficiente. A Escola perdeu também alguns documentos de valor, que foram transferidos para o Arquivo Nacional, como por exemplo o dossiê de alunos famosos, como o Duque de Caxias. Segundo a administradora Elza Freitas, serão feitas cópias de todos esses documentos para que voltem a fazer parte do acervo da Escola.

Apesar da sua recente inauguração, o Arquivo Histórico já serviu de base para algumas importantes pesquisas, tendo, inclusive, recebido crédito por esse trabalho em algum livro publicado, como os dos professores da Escola, Paulo Pardal, Silva Teles e Sidney Santos (ver coluna livros do Boletim).

Para o professor Hugo Cardoso, depois da inauguração do Arquivo Histórico, o próximo passo é a organização de uma biblioteca especializada, dedicada à Memória da Engenharia e do seu ensino. "Há muito o que se fazer nesse campo, concluiu o professor, e nós esperamos um grande progresso assim que melhorem as nossas condições financeiras. Certamente não pretendemos esmorecer nesse trabalho."



Um precursor dos coletores solares e um dos primeiros eletroscópios fazem parte do acervo do museu.



Baronesa, a primeira locomotiva a vapor do Brasil, que circulou pela primeira vez em 1854

Diretas já para diretor

Motivada pelo processo que culminou com a eleição de Horácio Macedo para Reitor e com a sua posterior nomeação pelo Ministro da Educação, Marco Maciel, a comunidade universitária começa a se mobilizar para as diversas eleições que vão acontecer no segundo semestre. Entre os meses de agosto e outubro, nada menos que 53 listas sêxtuplas (318 candidatos) serão enviadas para o novo Reitor, que já assumiu o compromisso de colocar na direção dos centros e unidades, os candidatos mais votados, que terão um mandato igual ao seu, de quatro anos. Segundo o professor Horácio, também as chefias dos 148 departamentos, que duram dois anos, serão preenchidas pelo voto direto.

Até o início de agosto, cinco unidades já haviam iniciado o seu processo eleitoral, o Instituto de Matemática, a Escola de Química, a Faculdade de Letras, a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Medicina, cada uma com a sua particularidade, mas todas com o objetivo de democratizar a universidade.

Enfermagem

Na Escola de Enfermagem, o processo teve início no final do mês de junho, com a criação de uma comissão eleitoral, formada por 1 professor-titular, 1 assistente, 1 docente livre, 1 auxiliar, 1 aluno, 1 ex-aluno e 1 funcionário. Essa comissão eleitoral não se reuniu durante as férias, e só voltará a se reunir nos próximos dias, no entanto, duas decisões já foram tomadas; não será feita nenhuma prévia, a comunidade votará em candidatas, e a outra decisão partiu da congregação, que já assumiu o compromisso de referendar o nome mais votado pela Escola.

Medicina

Formada por três titulares, um adjunto, um assistente, um auxiliar, dois alunos e um funcionário, a comissão eleitoral da Faculdade de Medicina já organizou todo o seu processo eleitoral. Os candidatos deveriam se inscrever ou serem inscritos até o último dia 5 de agosto. Até o dia 1 de agosto quanto estivemos na Faculdade, havia três candidatos, os professores Clementino Fraga, Rodolfo Rocco e Alfred Lemele.

No dia 12 de agosto foram iniciados os debates individuais com os candidatos, que se estenderam até os dias da eleição, que serão 21 e 22 de agosto. Haverá uma urna para funcionários e docentes e uma urna para os alunos. A comunidade poderá votar em até seis nomes, que serão classificados pelo número de vezes em que forem mencionados.

Entre os dias 25 e 30 de agosto, será marcada uma reunião da congregação para referendar a lista sêxtupla da comunidade.

Letras

O processo eleitoral na Faculdade de Letras, tem se caracterizado pela peculiaridade. Depois de realizar várias assembléias no primeiro semestre, a comunidade decidiu realizar uma prévia nos dias 26 e 27 de junho. Nessa prévia, realizada de forma paritária - todos os segmentos tinham o mesmo peso -, a comunidade poderia votar de 3 a 6 nomes. Ficou decidido também, que no dia 14 de agosto seria realizada uma assembléia para definir o processo eleitoral. Em seguida, numa reunião da congregação, será criada uma comissão eleitoral para encaminhar as eleições, sempre acatando as decisões da assembléia do dia 14. No entanto, parece que essa assembléia não chegará a uma decisão muito facilmente, pois a comunidade está dividida entre duas propostas, uma parte dos alunos e os funcionários defendem a paridade, já outra corrente de alunos e os professores defendem a proposta de que haja uma urna para professores e funcionários e uma urna para os alunos.

Resultado da Prévia				
Nomes	Alunos	Prof.	Func.	Média Pond.
Cafezeiro	190	94	29	150.32
M ^a Lucia Aragão	164	74	53	149.01
Gibson	171	52	20	107.28
Luis Carlos	70	80	30	103.73
Nelly Valladares	166	45	19	99.97
Humberto	65	40	22	67.35

Matemática

"Este texto, elaborado pela Comissão Eleitoral, tem como objetivo informar a comunidade do IM sobre o processo eleitoral a ser instalado com a finalidade de escolher a lista sêxtupla para diretor do IM. Conforme determinado pela Congregação, o processo deve destacar o 1º lugar da lista, como o candidato preferido pela comunidade". Esse trecho do documento elaborado pela Comissão Eleitoral do Instituto de Matemática, serve bem para ilustrar o que está sendo, talvez, o processo eleitoral mais organizado da UFRJ. Mas

o processo no Instituto de Matemática, não foi só o mais bem organizado até aqui, ele foi também o pioneiro, e tem algumas características interessantes: na primeira prévia eleitoral, realizada ainda no primeiro semestre o candidato mais votado foi o ex-diretor da escola, menos de 10% dos alunos votaram e todos os funcionários participaram da eleição.

Nas primeiras semanas de agosto serão realizados debates com os seis candidatos mais votados na prévia, e nos dias 20 e 21 de agosto será realizado o segundo turno das eleições, com a comunidade votando em apenas um dos seis nomes. Caso o candidato mais votado não obtenha maioria absoluta, será realizado um terceiro turno com os dois mais votados, nos dias 27 e 28 de agosto. Todas as votações são realizadas segundo o critério de uma urna para professores e funcionários e uma urna para os alunos.

Resultado da Prévia			
Nomes	Prof. a Func	Alunos	Média Pond.
Anibal Parracho	85	21	34.66
Luis Aduato	51	22	21.22
Dinamérico P. Pombo	43	02	17.15
Rolci de Almeida	38	12	15.61
Milton e Wanderley	35	03	14.02 (cada)
Mario de Oliveira	32	09	13.01

Química

O processo eleitoral na Escola de Química, talvez seja o mais confuso até o momento. Professores, funcionários e alunos tomaram iniciativas separadas e fizeram três prévias, uma de cada segmento. Os funcionários foram os primeiros a se mobilizar, e tiraram uma lista com 13 nomes, que posteriormente foram consultados sobre as reivindicações da categoria e se aceitariam assumir o cargo. O mesmo fizeram alunos e professores, só que estes elegeram seis nomes. Pelo menos uma coisa eles tiveram em comum, as três listas não têm classificação, e são feitas por ordem alfabética. Comparando as três listas, somente um nome é comum a todas, o do professor José Eduardo P. Andrade, o que não significa que ele seja um candidato de consenso.

Nos primeiros dias de agosto, a congregação vai se reunir para definir como será o processo eleitoral, mas de antemão ela não assume o compromisso de referendar a lista da comunidade, e muito menos de indicar a mais votado. Outro problema claro na Escola de Química, é a questão da paridade, exigida por alunos e funcionários, e inconcebida por professores, que exigem um peso de cerca de 50% nas eleições.

ELEIÇÕES NA ADUFRJ

Nos dias 24, 25 e 26 de setembro, serão realizadas as eleições para a diretoria da ADUFRJ e para representantes e suplentes das seguintes unidades: Instituto de Física (2), Geociências (2), Educação (2), Economia e Administração (2), Farmácia (1), Microbiologia (1), Educação Física (1), Nutes (1), Engenharia (3), Coppe (3), Macromoléculas (1), Museu Nacional (1), Matemática (2), Letras (1), Belas Artes (2), Comunicação (1), Colégio de Aplicação (2), Nutrição (1), Biofísica (1), Enfermagem (1).

No dia 27 de setembro, apuração das eleições na sede da ADUFRJ, a partir das 9 horas, Centro de Tecnologia, sala D-200.

No dia 3 de outubro, às 15 horas, no auditório do Roxinho (CCMN), posse da nova diretoria, seguida de coquetel.

Os candidatos devem se inscrever até o dia 10 de setembro na sede da ADUFRJ.

Obs: Os candidatos à diretoria devem ser indicados, por cargo, por pelo menos dez sócios no gozo dos seus direitos.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII NOVEMBRO/85

N ° 30

DEMOCRACIA AGITA UFRJ

Durante dois meses, a maior universidade federal do País trocou os livros, canetas e laboratórios, por panfletos, cartazes e debates. Foram 52 eleições para diretor de unidade e decano. Mais de 300 candidatos e centenas de cabos eleitorais envolvidos com a elaboração de programas, organização de debates e o corpo a corpo das bocas de urna. Muitos, des acostumados, reclamaram do excesso de eleições, mas todos queriam participar dessa verdadeira avalanche democrática. Parecia que estava sendo feita ali, em apenas dois meses, a grande desforra pelos 21 anos de silêncio e ditadura. Nesta edição, o Boletim da Adufrj divulga o resultado de todas as eleições, o processo utilizado, os números finais e os nomes dos novos dirigentes da UFRJ.

(Págs. 10 e 11)



Com um dia inteiro de festa, que começou pela manhã e foi até a madrugada do dia seguinte, a comunidade universitária comemorou a posse do professor Horácio Macedo na Reitoria. Na foto, ele beija a bandeira da Escola de Samba União da Ilha do Governador, durante a última comemoração do dia, um pagode regado com muito chope, no Teatro de Arena da Praia Vermelha.

(Pág. 5)

NOVA POSTURA

O término de um mandato, sempre suscita a avaliação de trabalho realizado e a análise dos objetivos conquistados. Tal análise poderá também contribuir para a definição das perspectivas da gestão que se inicia.

Ao assumirmos a direção da Adufrj em agosto de 1983 encontramos um quadro bastante desanimador. O movimento docente, recém-saído de duas greves desgastantes - a greve dos docentes das autarquias de 1982 e a greve dos servidores públicos federais de julho de 1983 -, se encontrava desarticulado e sem perspectivas políticas. Formulamos, então, três linhas principais de atuação, no sentido de reconstruir o movimento ao nível da UFRJ: desenvolver o debate sobre a questão acadêmica, procurando ampliar os espaços de atuação dentro da estrutura jornal da Universidade; ampliar a articulação interna com o DCE e a Asufrj e, externamente, atuar junto às entidades representativas da sociedade civil, buscando criar pontos e ligações

permanentes entre a comunidade e a universidade. Finalmente, investir na organização da Adufrj.

Dentro da primeira linha de atuação o movimento obteve seus resultados mais expressivos, uma vez que, ampliando significativamente sua base de sustentação política, conseguiu intervir decisivamente no processo de transformação democrática da UFRJ. Há um ano, para a maioria das pessoas, era uma ficção considerar-se a escolha regime de trabalho. Tais questões, apesar de polêmicas, permitiram a aproximação de forças até então hostis ao movimento docente e o retorno de outras que haviam se afastado por discordarem da atuação excessivamente corporativa da Adufrj.

Resta ao movimento docente o esforço, que por certo não será menor, de se adaptar a nova realidade da administração universitária, além de superar a postura de resistência e implementar propostas de construção de uma nova universidade.

Por processo de eleição envolvendo toda a comunidade. A despeito de estarmos saindo de uma greve que teve o mérito de chamar a atenção para a necessidade de defesa da universidade pública e gratuita - instrumento necessário à soberania nacional e importante na democratização da sociedade. Ainda mandava assustadoramente o fantasma malufista, com seu projeto de atrelamento da universidade aos interesses multinacionais, quando a Adufrj obteve audiência no Conselho Universitário, onde faria a proposta vitoriosa de constituição da Comissão dos Colegiados Superiores, a qual viabilizaria o pleito direto para a escolha do Reitor.

A diretoria da Adufrj bancou, no início de sua gestão, algumas questões importantes, que de certa forma, haviam sido lançadas no II Congresso Interno da Adufrj. A reformulação dos estatutos da UFRJ, o financiamento da universidade, a produção acadêmica e o cumprimento do

Adufrj tem nova diretoria

(Pág. 4)

O ministério do reitor

(Págs. 6 e 7)

A crise no ME

(págs. 8 e 9)

Universidade e Reforma agrária

(Pág. 3)

Previdência Social: A política na Velha e na Nova República

J.J. da Serra Costa Prof. do IM - UFRJ, .

Em épocas difíceis de questionar Políticas do Governo, quer através do Jornal do Brasil (Caderno Especial de 11/09/83), quer em Debate Público realizado no anfiteatro do C.C.M.N. - UFRJ, analisamos a Política de Assistência e Previdência Social no Brasil, concluindo que a Política vigente constituía e constitui, uma grave injustiça social rigorosamente administrada para todos os brasileiros, contribuintes do IAPAS. Isto principalmente porque, existe uma multiplicidade de critérios para conceder aposentadoria ao trabalhador assalariado, quer receba salário do Tesouro Nacional, quer da iniciativa privada.

No primeiro caso, os variados critérios são autoritariamente estabelecidos em razão do regime de trabalho a que esteja submetido, por imposição do Governo, sem nenhuma razão lógica. Estes regimes são: Estatutário, Celetista, Funcionário de Autarquia Especial e Fundação, ou Empresa Pública. Ao que parece, o autoritarismo da "Velha República" não se perturbava em esboçar a imagem terrivelmente discriminatória.

A "Nova República", ao contrário, pelo que se deduz dos pronunciamentos públicos do seu mais

alto representante, o Presidente José Sarney, está preocupado em corrigir dis-

torções de comportamentos herdados que ainda lhe credita uma imagem amplamente discriminatória e injusta. É por esta razão entendemos ser de nossa obrigação, por integrarmos a Comunidade de Trabalhadores intelectuais do País, alertarmos o Governo quanto às preocupações, e clamar por Justiça, Já!

Como deixamos claro no Jornal do Brasil de 11/09/83, a aposentadoria calculada e aplicada pelo INPS é uma humilhante Injustiça Social imposta aos trabalhadores, como é fácil constatar por análise pura e simples do seguinte quadro:

1 - Os funcionários públicos estatutários, aposentam-se com salário integral do cargo, no prazo previsto na Lei.

2 - Os funcionários públicos celetistas, à época da aposentadoria, não. São submetidos a uma substancial perda. Isto leva o celetista a não requerer a aposentadoria à época a que faz júz, provocando o envelhecimento do Quadro e, sentir-se discriminado, pois exerce função pública idêntica à do colega estatutário.

3 - Nos casos em que a Constituição assegura o direito de acumulação de cargos, o quadro que coloca é ainda mais trágico e discriminatória; a saber:

3.1 - Os funcionários públicos estatutários que acumulam cargos públicos fazem jus a duas aposentadorias integrais.

3.2 - Os funcionários públicos celetistas que acumulam, fazem jus a uma única aposentadoria, e esta, calculada com uma perda decorrente de um cálculo ingênuo a partir de índices isotéricos divulgados pela Secretaria da Previdência complementar, de forma autoritária, sem nenhuma justificativa teórica.

4 - Os funcionários públicos de Autarquias Especiais (CNEN) recebem um tratamento também especial. É que no caso, eles têm a opção de contribuir, no máximo com 3,5% para uma Fundação de Seguridade Social (Uranos) que lhes complementam a aposentadoria concedida pelo INPS. Isto é possível graças à contribuição à Fundação de Seguridade que faz a Autarquia, vale dizer, o Tesouro Nacional, e que em alguns casos é cinco vezes maior que a do empregado (Todos pagando a complementação para alguns).

5 - A PROPRIA DATAPREV, "Empresa de Processamento de Dados do MPAS", concorda com a Injustiça Social da aposentadoria pelo INPS e complementa a aposentadoria dos seus fun-

cionários, através da PREVIDATA, na forma do item anterior.

6 - Em iguais condições estão todos os funcionários da Petrobrás, Eletrobrás, Embatel, Telebrás, IBGE e tantas outras Estatais.

7 - Os militares, os policiais militares, os magistrados, todos se aposentam com salários integrais dos cargos.

Em resumo, os itens anteriores mostram o Quadro que configura a Injustiça Social referida que precisa ser imediatamente extirpada pela Nova República, justificando a sua postura justa tão esperada de todos os brasileiros.

Entendemos ser urgente a unificação dos critérios para ordenação dos Servidores Públicos da União e a Nova República, desejando identificar-se aos princípios de Justiça Social, jamais deixará de considerar prioritário o estabelecimento de um novo e urgente Estatuto para o funcionalismo público que venha a corrigir as distorções criadas pela "Velha República", unificando no quadro estatutário, todos os servidores públicos. Se assim não ocorrer, não há porque não considerar a "Nova República" como a "Velha República II".

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D 200 — Telefone: 280-9322, ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária.
CEP 21944. Caixa Postal 68531. Rio de Janeiro — RJ. CGC 30.315.055/0001 — 51.
Edição e redação: Agostinho Vieira (reg. prof. 17575)

Colaboração: Carter Anderson
Fotografia: Américo Vermelho, Amauri Alves, Jorge Marinho (Agência Globo) •
Diagramação: Leondiniz Lucena (reg. prof. 13078-2262)
Ilustração: Cesar Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Joel Regueira Teodósio
Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa
Secretário: Moacyr Barreto da Silva Júnior.
1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira
2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física
Marcia Lima Ramos, Luiz Felipe de Souza Coelho (representantes); Herli Joaquim de Menezes, Manoel Rothier do Amaral Junior (suplentes)

Instituto de Geociências
Antonio José Teixeira Guerra

Instituto de Química
Márcio Antonio F. Faria

Escola de Música
Cibeli Cardoso Reynaud; Ilda Maria Lauria Vasconcellos (suplente)

Faculdade de Educação
Marcelo Macedo Corrêa e Castro; Catherine Laurence M. C. Rato (suplente)

Escola de Serviço Social
Maria Lucia de Paula Petiz; Maria Inês Souza Bravo — suplente

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Beatriz Maria Alasia de Heredi e Olinto Antonio Pegoraro (representantes); Lincoln de Abreu Penna e Maria da Graça F. Ferreira Schalcher (suplente)

Instituto de Psicologia
Phrygia Arruda; Maria Julieta Somló Sathler (suplente)

Colégio de Aplicação
Ana Maria Toledo de Miranda e João Rua (representantes); Maria Manuela Quintans Alvarenga e José Nilo Peixoto de Moraes Tibau (suplentes)

Faculdade de Direito
Eliseu Alvares Pujol; Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração
Maria José Cyhlar Monteiro; Josué de Souza Almeida (suplente)
Instituto de Ciências Biomédicas
Marília Taffarel e Silva; Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Faculdade de Farmácia
José Carlos Gonçalves; Maria Magdá Simões Waineraich (suplente)

Faculdade de Medicina
José Roberto Lapa e Silva, Cláudio Miguel Ávila e Celeste Carvalho Siqueira Elia (representantes); Vanda Marques da Silva, Norma Colino Sarmento Figueiredo e Diana Maul de Carvalho (suplentes)

Instituto de Microbiologia
Armando Alves Borges Neto; José Mauro Peralta (suplente)

Instituto de Biologia
Margaretha D. M. Van Weerelt; Deia Maria F. dos Santos (suplente)

Faculdade de Odontologia
Aracy G. Castro Teixeira e Ednilson Porangaba Costa (representantes); Maria José Santos Alencar e Carmelo Sansone (suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos
Waldyr Mendes Ramos; Maria Coeli dos Santos Bernat (suplente)

Instituto de Psiquiatria
Raffaele Giovanni G. Infante; João Romildo Bueno (suplente)

Instituto de Pediatría
Luiz Carlos de Siqueira; Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia
Roni Marques; Roberto Bravo de Souza (suplente)

Escola de Engenharia
Antonio Claudio Gomes de Sousa; Carlos José Ribas D'Ávila e Newton Alberto de Araujo (suplentes)

Escola de Química
José Vitor Bomtempo Martins; Silvia Maria cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE
Nilton Vargas, Carlos Antonio Levi da Conceição; Marilta Gnecco de Camargo, Luiz Landau (suplentes)

Instituto de Macromoléculas
Carlos Alberto P. Galvão Hemais; Esperanza Amelia V. Roldan Ribeiro (suplente)

Museu Nacional
Luiz Fernando Dias Duarte; Vera Lúcia de Moraes e Huszar (suplente)

Faculdade de Letras
Edwaldo Cafezeiro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Maria Amalia A. Almeida Magalhães e Elaine Frossard Barbosa (representantes); Maria Angela Dias Elias e Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Da guerrilha à reforma

Aos 19 anos ele fazia parte da guerrilha urbana. Retirou 2 milhões e 600 mil dólares dos cofres do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros e foi preso. Trocado juntamente com vários políticos pelo embaixador alemão foi banido para a Argélia seguindo logo depois para Cuba, onde passou um ano e meio. Em 72 foi para o Chile, durante o governo, Allende, quando iniciou o seu curso de sociologia que foi interrompido pelo golpe militar. Passou algum tempo na Argentina e depois seguiu para a França onde fez o curso de licenciatura em economia indo logo depois da Revolução do Cravo, para Portugal aonde terminou o curso, de sociologia e fez a sua tese de mestrado sobre a reforma agrária no Alentejo. Voltou para Paris, e fez o doutorado em Economia Agrária. Beneficiado pela anistia voltou em 79 e fez a tese sobre o mercado de trabalho na agricultura brasileira. Toda essa aventura foi vivida por Carlos Minc, 34 anos, professor adjunto do Instituto de Geociências, incentivador da criação do Partido Verde e uma das maiores autoridades brasileiras em reforma agrária. Nesse resumo de uma entrevista de quase duas horas, Minc fala sobre a situação agrária do País, o plano do governo e a importância da participação universitária nessa luta.

Boletim - Como é que você se ligou à reforma agrária aqui?

Minc - Quando, voltei vi que conhecia muito mais outros países do que o Brasil. Aí revolvi fazer uma tese nas fronteiras da Amazônia para ter um pouco da dimensão do país. Comecei a trabalhar nesse projeto e me integrei à ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária - formada por agrônomos, sociólogos dos quais um dos fundadores é o ex-presidente do INCRA. José Gomes da Silva. Como sempre estive ligado a questão como tinha visto a reforma agrária em Cuba, na Chile, em Portugal e um pouco na Guiné Bissau achei que eslava na hora de entender aqui também. Em 83, ao mesmo tempo que desenvolvia meus trabalhos de tese de doutorado estive no Pará, Rondônia e comecei a tomar consciência de como era a violência no campo. Tive muitas discussões inclusive com economistas progressistas como o José Serra, que não são defensores entusiastas da reforma agrária. Eles acham que vai ser uma coisa tipo 64 outra vez além de analisarem tudo em termos de escala: custos, indenizações, dívida interna, títulos da dívida agrária, enfim não vêem a dimensão política e social.

Boletim - E não é assim?

Minc - A reforma agrária tem um custo assim como tem um custo não fazer a reforma. O custo de fazê-la vai ser tanto menor quanto for a vontade política. Por exemplo, só o anúncio de plano de reforma agrária desvalorizou as terras do Mato Grosso que estavam criminosamente sendo estocadas. O Estatuto da terra que foi feito pelo Castelo Branco que não é propriamente um comunista prevê que as indenizações devem ser feitas segundo o valor declarado pelo proprietário para fins de imposto territorial rural, o que normalmente representa 1/3 ou 1/4 do valor de mercado. A reforma agrária tem um retorno muito rápido e certo basta ver as diversas experiências pelo mundo e pode ter um custo muito reduzido dependendo da decisão política. Agora, o que nós precisamos analisar é o custo econômico de não se fazer a reforma. Quanto custa 1 milhão e 100 mil pessoas chegarem por

ano nas grandes cidades? Depois de um certo limite cada novo habitante que chega na cidade gera um custo muito maior pois você vai ter que buscar água mais longe, conter encosta de favelas, construir um novo presídio, etc. Além disso, sem a reforma aumenta a violência no campo o que obriga o deslocamento de policiais, a criação de delegacias, etc.

Boletim - Qual foi a sua participação na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária?

Minc - Em abril de 83, nós lançamos a campanha nacional pela reforma agrária aqui no Rio, de Janeiro que consegue unir todos os grupos envolvidos nessa luta: a Contag, a Comissão Pastoral da Terra, a ABRA, os sindicatos, o movimento dos trabalhadores sem terra. Com a nova República nós conseguimos uma articulação nacional que indicou o nome de José Gomes da Silva para a direção do INCRA. A partir daí, a elaboração do plano seguiu o seguinte princípio: fazer um plano baseado no Estatuto da Terra, enfatizando os itens que nunca foram usados pelos governos militares como os que falam em desapropriação para efeito de reforma agrária, garantia de participação dos trabalhadores suspensão por dois anos da colonização, revisão da concessão de terras públicas para as grandes empresas, cobrança de impostos atrasados que hoje estão em torno de Cr\$ 3,6 trilhões e o fim dos incentivos fiscais para as grandes empresas.

Boletim - Quais foram os motivos que

Por outro lado, inexplicavelmente, uma série de parlamentares progressistas como o Fernando Henrique e o Miguel Arnes, que são comprovadamente pró-reforma, não se jogaram na questão. E não se jogaram porque estavam envolvidos em outras questões que são mais imediatas e que rendem mais como a democracia, o salário, a dívida externa, etc. Agora nós da campanha estamos convencidos de que não vai haver democracia na cidade enquanto o campo for dominado por latifúndios e por suas milícias: não vai haver política de empregos enquanto 1 milhão e 100 mil pessoas chegar por ano nas grandes cidades: não vai haver recuperação salarial enquanto essas mesmas pessoas se sujeitarem a trabalhar por qualquer preço não vai se resolver o problema do abastecimento enquanto 165 milhões de hectares de terras boas e férteis estiverem paradas como reserva de valor. As grandes questões como o salário, o desemprego, e a violência, não serão solucionadas enquanto não houver a reforma agrária.

Boletim - Quais foram os principais recuos do atual plano do governo?

Minc - Esse plano atual descaracteriza totalmente o antigo plano do José Gomes da Silva e por isso ele pediu demissão. E um recuo total, e a parte mais absurda desse novo projeto diz que a desapropriação do latifúndio só será feita em último caso, primeiro se negocia, depois se procura outras terras... e com isso já esfriou a vontade política de se fazer a reforma agrária. O segundo ponto absurdo diz que os latifúndios com



Carlos Minc

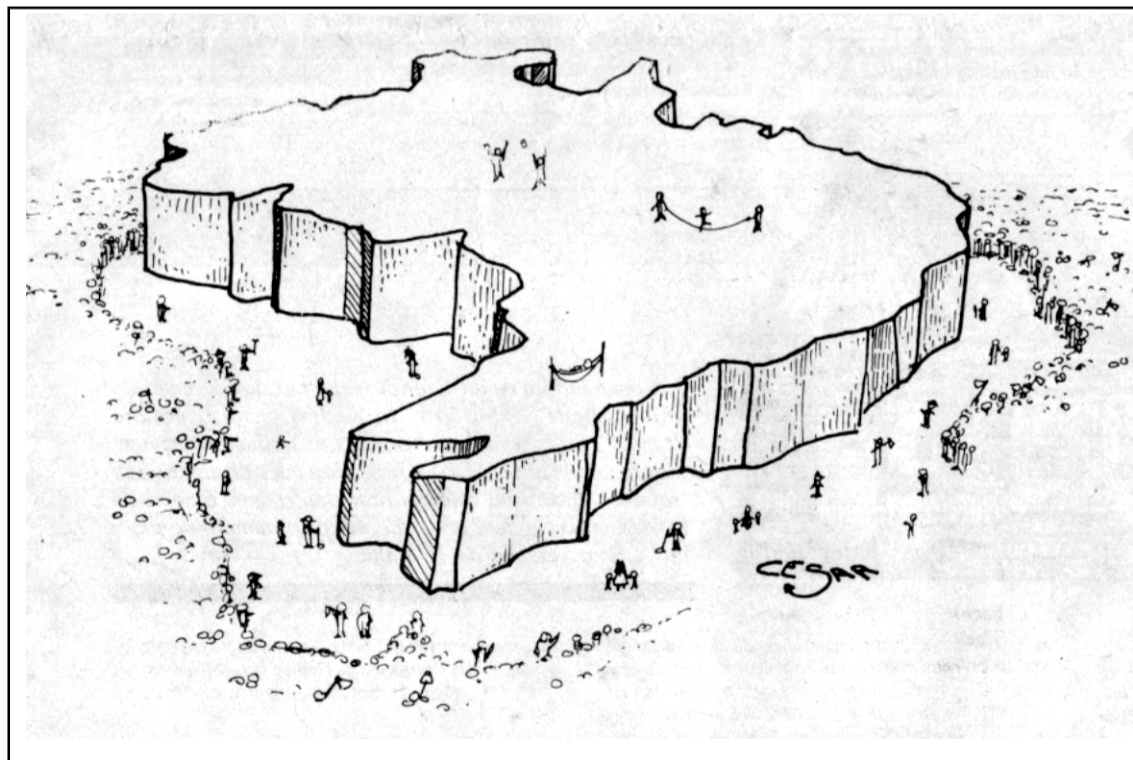
produzir X e somente produz 1,8 de X pelo Estatuto da Terra essa área seria totalmente desapropriada para que se formasse uma nova unidade de produção. Já a nova lei do Sarney desapropria somente a área que não está sendo usada, e o pior é que o próprio latifundiário é quem vai dizer quais são as terras produtivas e as improdutivas. Na prática o que vai sobrar para os trabalhadores são as perambelas, os barrancos e as pedreiras. Em resumo, ou esse trabalhador vai continuar migrando para a cidade e aí vão dizer que a reforma agrária não deu certo, ou então o governo vai ter que investir tremendamente para transformar essas áreas em produtivas e aí o José Serra vai dizer que a reforma agrária é inflacionária. Fazer reforma sem trocar nos lati-

ras das nações indígenas é a ocupação dos latifúndios pelo movimento dos trabalhadores sem terra e é a força que os progressistas ainda têm hoje em certas estruturas do INCRA e do Mirad. Nós vamos apoiar essas pessoas que continuaram a fim de se fazer pressão para o cumprimento das metas que foram mantidas de beneficiar 1 milhão e 400 mil famílias, e junto a população principalmente a urbana.

Fazer uma grande campanha para eleger parlamentares comprometidos realmente com a reforma agrária.

Boletim - Você participou da elaboração do plano regional. Qual é a situação atual do Rio de Janeiro?

Minc - Nós fizemos um trabalho de 3 meses juntando o pessoal das universidades de cooperativas, os técnicos do INCRA, a CPT, a FETAG e identificamos 92.500 trabalhadores rurais com 1,2 milhão de hectares, além de 62 conflitos de terra envolvendo 40 mil pessoas. Essas áreas estão localizadas principalmente na região da Ria-Santos onde foram desalojados semanas de trabalhadores devido a valorização das terras, na baixada fluminense onde a especulação imobiliária também está empurrando as pessoas, na região do lago devido ao turismo na região de Macaé, Cachoeira de Macacu e Magé. Segundo essa nossa identificação que foi feita com base no antigo plano três áreas deveriam ser consideradas prioritárias: o vale do rio São João, na baixada fluminense o vale do rio Macacu e o vale do rio Macaé. Para se ter uma idéia da importância dessas áreas hoje o Rio de Janeiro importa quase 90% dos seus produtos agrícolas com a reforma agrária nessa áreas, em pouco tempo o índice de importação baixaria seguramente para cerca de 45%. A UFRJ teve um papel muito importante na elaboração desse plano regional. E caso haja uma reversão do processo e alguma coisa possa ser encaminhada é muito importante que o saber universitário sirva realmente às transformações urgentes da nossa sociedade. Que o pessoal ligado a questão do solo, da população, da comercialização, da economia agrária, do cooperativismo, do direito agrária apoie a reforma no estado. Porque eu acho que nós sofremos uma derrota mas a causa da reforma agrária não foi derrotada, porque a luta continua porque os compromissos em tese foram mantidos. O que nós temos que fazer é combinar os esforços na área acadêmica na área das instituições do governo e principalmente na área da luta pela terra. Para fazer, com a resultante de todo esse esforço uma reformulação na nossa estrutura agrária sem a qual não vai haver nem liberdade



levaram ao recuo desse plano e a demissão de José Gomes?

Minc - O problema é que a reação foi muito violenta. Os latifundiários fizeram uma oposição muito bem articulada contra o plano. Um monte de calúnias e desinformações que tiveram o apoio do Estado de São Paulo e depois de vários outros jornais. Além disso, o lobby que eles têm no Congresso é muito forte há 62 parlamentares que são grandes latifundiários e que no seu conjunto têm cerca de 40 milhões de hectares. Um dos maiores é o presidente do Senado José Fragelli, outro é o secretário geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira, uma das coisas mais reacionárias do país.

parceiros, meeiros e arrendatários o que representa 2,5 milhões de pessoas não serão mais considerados prioritários como dizia o Estatuto da Terra. Isso é inqualificável principalmente porque essas áreas se encontram no Nordeste onde a reforma agrária se faz mais necessária. E do ponto de vista dos custos essas seriam as áreas mais baratas para se fazer a reforma, pois as benfeitorias não são dos donos mas dos próprios parceiros, meeiros e arrendatários, além disso eles deixando de pagar aos latifundiários teriam condições de investir na terra e dar uma resposta a nível de produção muito mais rápida. Politicamente isso é um item que a Contag e a Igreja jamais aceitarão. O terceiro ponto trata da fragmentação. Ou seja se uma terra tem condições para

fúndios é impossível a não ser como dizia o Nelson Ribeiro, que eles queiram fazer a reforma agrária no reino dos céus.

Boletim - E agora como é que fica?

Minc - Eu sabia que ia haver um recuo mas não tão grande. Eu não concordo muito com essa idéia de que a reforma agrária será só uma obra dos trabalhadores. Reforma agrária no meu modo de ver é um processo que envolve toda a sociedade e ela pressiona o governo para complementar as lutas dos trabalhadores e implantar uma reforma profunda. Senão assim, a reforma não é só o plano nacional, são várias coisas: é a luta sindical da Contag contra os despejos e pela permanência na terra, é a demarcação das ter-

Adufrj tem nova diretoria

Em solenidade que contou com a presença de representantes de toda a comunidade universitária, apesar da greve dos ônibus, tomou posse no dia 3 de outubro a nova diretoria da Adufrj. Joel Teodósio fez um rápido balanço do trabalho da antiga diretoria e entregou as chaves da associação para o novo presidente. Em seguida falou o professor Horácio Macedo que saudou a nova direção da entidade e lembrou a importância da Associação dos Docentes para a consolidação de processo democrático na universidade. Finalizando a solenidade, o presidente Aloisio Ribeiro encurtou o seu discurso convidando os presentes para comemorar a posse tomando chope e ouvindo a música do conjunto regional Chapéu de Palha.

Programa de Trabalho

O País vive um momento de construção da Democracia. Vencida a fase de luta de resistência contra o arbítrio, o que se exige hoje, dos movimentos sociais é a sua capacidade de formular propostas que remetam a construção de Estruturas mais Democráticas e Representativas. Não basta denunciar e reivindicar. É necessário, além disso, propor alternativas e desenvolver uma estratégia de intervenção política que aponte na direção do desenvolvimento das soluções propostas.

Ao movimento docente, cabe, em primeiro plano a tarefa de formular um modelo de Universidade social e academicamente responsável, voltada para os problemas nacionais. Tal Universidade deverá construir ligações profundas com a Comunidade, que permitam a difusão do conhecimento acumulado no processo de produção acadêmica. Para tanto terá que ser, necessariamente Pública, Gratuita e Democrática.

O compromisso com a democratização da Universidade se coloca, então, como uma pré-condição essencial para se garantir a competência e o mérito acadêmico.

Na UFRJ temos hoje condições particularmente favoráveis para construir esta Universidade. A eleição do Prof. Horácio Macedo colocou na Reitoria não apenas um aliado, mas uma das lideranças mais expressivas do movimento docente em nossa Instituição

que se caracterizou pela defesa incansável dos princípios acima. A eleição foi uma vitória de todo o movimento docente, que soube construir as alianças que permitiram a aglutinação de todas as forças comprometidas com uma Universidade Social e academicamente responsável.

Temos, portanto que estabelecer relações com a direção da Universidade de forma a ocupar e ampliar, com competência os espaços que se conquistaram.

Pontos Programáticos Prioritários:

1 - Reforma dos Estatutos da ADUFRJ:

Entendemos que os atuais estatutos não correspondem a realidade e às necessidades do fortalecimento do Movimento Docente.

2 - Carreira do Magistério e Regime de Trabalho:

Continuidade da discussão que já vem se realizando por iniciativa da ADUFRJ, sobre um novo plano de carreira o qual contemple de forma clara e decisiva o compromisso com a Universidade com a qualidade e com a competência. Isto deve se refletir também na questão do regime de trabalho.

3 - Questão Salarial:

Defesa intransigente de remuneração condigna ao exercício do Magistério Superior e dos Colégios de Aplicação.

4 - Ensino Público e Gratuito:

Defesa do ensino público e gratuito. As verbas públicas devem ser aplicadas apenas em escolas públicas propiciando ensino público e gratuito de nível cada vez mais elevado.

5 - Democratização da Universidade:

Para que a UFRJ cumpra sua função social é imprescindível:

- amplo debate que eleve a uma redefinição de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração;

- democratização dos órgãos colegiados;

- criação de mecanismos que levem a uma efetiva interdisciplinaridade e integração entre as diversas áreas do conhecimento na Universidade;

- descentralização e democratização da elaboração da proposta orçamentária bem como

da execução do orçamento.

Consideramos que a realização destes itens entre outros, implica num compromisso real dos docentes na construção desta Universidade.

6 - Autonomia Universitária:

Plena autonomia da Universidade no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, administração financeira e disciplinar. Para tanto é necessária a garantia de verbas para o pleno funcionamento e desenvolvimento.

7 - Plena Utilização da Capacidade Instalada:

Para que se possa otimizar o desempenho da Universidade é fundamental a manutenção e a recuperação permanente de suas instalações. Garantidas as condições de infra-estrutura (instalações, transporte, segurança, alimentação e etc) pode-se viabilizar entre outros pontos:

- a criação de um terceiro turno que fortalecerá a luta pelo ensino público e gratuito;

- preenchimento das vagas ociosas e a luta pela ampliação das ofertas de vagas da UFRJ;

- implementação de cursos de extensão e dos cursos de verão;

- desenvolvimento de um projeto cultural;

A ADUFRJ compreende que a Universidade tem, do ponto de vista cultural, um papel múltiplo a representar. Por isso mesmo defende um projeto que integre essa multiplicidade em toda a sua riqueza.

8 - Redefinição de uma Política Assistencial:

Uma política Assistencial, como por exemplo, nas áreas médica e jurídica que garanta um tratamento efetivo e eficiente para toda a Comunidade Universitária.

9 - Melhoria das instalações da ADUFRJ. Criação de condições materiais que viabilizem o trabalho da Associação no Campus da Praia Vermelha.

10 - Respeitadas as especificidade de cada movimento, a nova diretoria dará continuidade ao processo de integração das diversas categorias da Universidade.

11 - A Contribuição da ADUFRJ na Redemocratização do País:

Entendemos que a UFRJ, e, particularmente, a ADUFRJ têm papel importante nas ques-



Joel entrega os chaves da Adufrj ao novo presidente

tões ora debatidas pela sociedade. Neste sentido devemos promover ampla discussão entre os docentes que possibilitem propostas sobre:

- A Constituinte;
- A Reforma Agrária;
- As Dívidas Externas e Internas;
- A Questão da Desnacionalização;
- A Informática, etc.

Devemos focalizar também nossa atenção para as questões permanentes de sociedade como:

- As Reformas Sociais,
- As Políticas Educacional, de Cultura de Saúde, Científico-Tecnológica, etc.

Entendemos que estas questões fazem parte do compromisso social e político da Universidade enquanto instituição e dos docen-

tes como cidadãos.

Devemos apresentar contribuições a sociedade como resposta ao que a Nação espera da Universidade.

Presidente - ALOISIO RIBEIRO DA COSTA (I. FÍSICA - CCMN)

1º Vice Presidente - JOSE HENRIQUE SANGIARDI (I. ENGENHARIA - CT)

2º Vice Presidente - GUMERCINDA NASCIMENTO GONDA (F. LETRAS CLA)

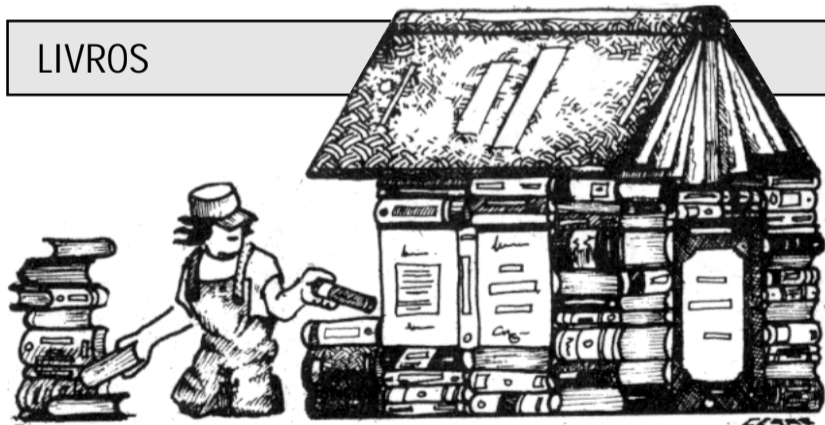
1º Secretário - HELIO DE MATTOS ALVES (F. FARMACIA - CCS)

2º Secretário - RAFFAELE G.G. INFANTE (I. PSIQUIATRIA - CCS)

1º Tesoureiro - CLAUDIO MIGUEL AVILA (H. UNIVERSITARIO - CCS)

2º Tesoureiro - NIVALDE JOSE DE CASTRO (F. ECON. ADMIN. - CCJE)

LIVROS



Com o intuito de divulgar os trabalhos dos docentes da universidade, o Boletim da Adufrj criou a coluna "Livros", onde serão apresentados os últimos lançamentos dos professores da UFRJ. Se você quer divulgar o seu trabalho, envie uma carta para a Adufrj, com o nome do livro, nome completo do autor, editora, número de páginas e uma resenha de 10 linhas.

LITERATURA

Literatura básica, de Regel Samuel (Urg.), Francisca Nóbrega, Marta Senna, Angela Fabiana, Nelly Valladares, Anazildo Vasconcelos da Silva e Edison Lourenço Molinari, Editora Vozes.

São três volumes didáticos produzidos por professores da Faculdade de Letras da UFRJ para o público de segundo grau, escritos por pesquisadores especializados em cada fato tratado e com experiência na prática de sala de aula. Alguns temas entram pela primeira vez em livro didático, como a história do cinema brasileiro, da música erudita e popular do Brasil, teoria do humor etc. Foi uma tentativa bem sucedida de Universidade popular.

Sintético e agradável, o livro procura ser um dos elementos mobilizadores do aluno. A parte gramatical se constitui de centenas de exercícios de revisão. E a escolha dos textos procurou representar a sociedade brasileira e suas contradições.

ASTROLOGIA

Ao Encontro do Halley, de Luis Eduardo Machado e Julio Fernandez Editora Guanabara.

Tudo sobre a história do cometa mais famoso do mundo, desde a primeira vez que foi visto pelo cientista que lhe deu o nome até a sua próxima aparição em março do ano que vem. Os autores, contam ainda a história dos cometas, o que são, como surgiram, quais os cometas mais famosos.

Teria sido um cometa que guiou os Reis Magos? Qual a importância da observação dos cometas? Além de um guia completo de informações sobre qual a melhor maneira de se observar o Cometa de Halley, de vários pontos do Brasil e principalmente do Rio de Janeiro. Segundo Luis Machado, Diretor do Observatório do Valongo, essa é apenas mais uma contribuição da universidade para a comunidade 100 páginas ilustradas e a cores. Prefácio do professor Horário Macedo.

REFORMA AGRÁRIA

A Reconquista da Terra - Movimentos Sociais no campo e Reforma Agrária, Carlos Minc, Editora Zaar, Coleção: Os Anos do Autoritarismo Balanço da questão da terra no Brasil nos últimos 21 anos, em 10 capítulos. Como foi massacrado o movimento camponês as ligas camponesas em 64; qual a intenção do Presidente Castelo Branco quando formulou o Estatuto da Terra: Balanço da política de colonização do Brasil; estudo comparativo entre a colonização do Pará e de Rondônia: Êxodo Rural, números e causas; Terras Indígenas: números e a questão da demarcação; reorganização do movimento sindical e as lutas que se seguiram no 3º Congresso da Contag, em 79; as diversas categorias de trabalhadores, quem são e por que lutam os trabalhadores na agricultura. Assalariados, permanentes, bóias frias, camponeses sem terra (meeiros e arrendatários), pequenos proprietários. Existem muito mais pontos de complementariedade do que de contradição entre as lutas que envolvem salário,

preço, terra e liberdade. Questão atual: último Congresso da Contag em maio de 85, o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

ECOLOGIA

Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades, Carlos Minc, Editora Vozes e IBASE, Coleção Fazer, volume 11.

O livro foi escrito com base numa pesquisa feita através de 600 questionários enviados para Entidades Ecológicas conhecidas que apontaram mais 300, totalizando cerca de 900 entidades e 35 mil pessoas envolvidas com a questão ecológica. Ocorrendo a maior incidência na região sudeste e sul, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul. O trabalho é dividido em duas partes, uma primeira conceitual que explica as críticas à sociedade industrial e consumista. Fala sobre a política ecológica, a contraproduzitividade social, o estado asfixiante, o desenvolvimento com autogestão e autonomia e sobre os fundamentos do desenvolvimento. Na segunda parte, o livro fala sobre as principais lutas ecológicas e as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, as principais preocupações das populações camponesas, operárias e de pescadores, a questão nuclear e a corrida armamentista.

ENERGIA

Como aproveitar a Energia Solar, de Adir M. Luiz. Editora Edgard Blucher.

O aproveitamento da energia solar é uma questão de inte-

resse de toda a humanidade, em particular para os povos do Terceiro Mundo. O Brasil é o país que possui maior disponibilidade de energia solar. "Como aproveitar a Energia Solar", de Adir M. Luiz, é o primeiro livro sobre energia solar de um autor brasileiro. O livro é dividido em 5 partes: 1) Recursos Energéticos, 2) Conversão e Armazenamento de Energia, 3) Captação da Energia Solar, 4) Aproveitamento dos Efeitos Térmicos da Energia Solar, 5) Conversão da Energia Solar em Energia Elétrica.

HISTORIA

Memórias da Escola Politécnica, de Paulo Pardal, biblioteca reprográfica Xerox, 1984.

Além de constituir um dos elementos fundamentais da preservação da memória da nossa principal Escola de Engenharia é um livro de leitura muito agradável mesmo para aqueles que não estão interessados na história desta importante instituição, de fato, Paulo Pardal conseguiu resgatar aspectos pitorescos da história carioca muito bem caracterizados pelas crônicas e poemas selecionados sobre personagens de uma faculdade muito intimamente associada a vida da nossa cidade. Lá iremos encontrar os homens que com seu conhecimento técnico permitiram e colaboraram na construção da grande metrópole que constitui o Rio de Janeiro de ontem e de hoje. (Extraído do Jornal do Brasil - 18-04-85).

ROMANCE

Oh Felix Culpa, de José A. Negreiros.

O livro não é um tratado de Filosofia da Ciência ou da Religião. É a trajetória romanceada de um indivíduo que passa por diferentes etapas: Seminarista, Padre, ex-Padre, Cientista, Padre da Igreja Popular... Constrói um enredo para nele inserir temas filosóficos, teológicos e científicos. Utiliza os personagens para fazê-los vivenciar o condicionamento ou a liberação; a cumplicidade com a opressão ou o risco pela libertação.

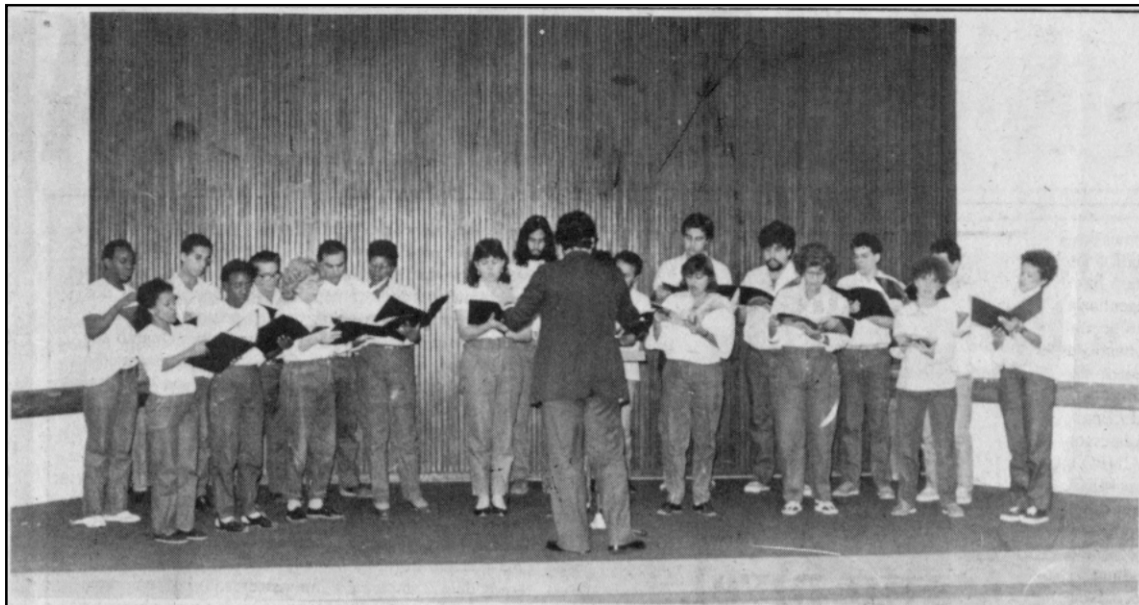
Geralmente abordando de um modo universal os temas escolhidos algumas vezes, porém, desce ao particular de situações e de indivíduos. Assim é retratado, na parte final do livro, o contexto universitário que embora podendo encaixar-se em qualquer instituição (as semelhanças são meras coincidências), nem por isso deixa de refletir o clima vivido, há alguns anos atrás, na UFRJ, e na Adufrj.

Construir uma universidade aberta e democrática, transformá-la num fórum para as discussões políticas da sociedade, produzir conhecimento objetivando sempre os interesses do povo brasileiro e combater fortemente a inadimplência e a incompetência. Esses foram os principais compromissos assumidos pelo professor Horácio Macedo no seu discurso de posse, durante solenidade que contou com a presença de mais de 500 pessoas no auditório do CCMN (Roxinho).

Foi um dia de muita festa, com uma série de atividades que começaram pela manhã e foram até a madrugada do dia seguinte, sempre contando com a presença incansável do novo Reitor. Logo pela manhã ele assistiu a três concertos de música clássica, no auditório do CCS, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e no Roxinho. No final da tarde ele participou de uma roda de samba com a Velha Guarda da Portela, no auditório do CT, e à noite gastou suas últimas energias sambando com a Escola de Samba União da Ilha do Governador, no Teatro de Arena da Praia Vermelha.

Solenidade

Mas o ponto alto da festa foi a solenidade de posse no auditório do CCMN (Roxinho). Centenas de pessoas disputavam um lugar para ouvir o primeiro Reitor eleito por voto direto da UFRJ. Estavam presentes representantes de toda a comunidade universitária, das entidades civis e dos partidos políticos. Lais Sales, representante do DCE, foi a primeira a falar, convidando as pessoas para uma nova luta, “dessa vez pela autonomia política, financeira e administrativa da universidade”. O presidente da Adufrj, João Eduardo, lembrou o compromisso que a uni-



Pela manhã o Coral da UFRJ

Dia de festa na posse do Horácio



O discurso de posse aplaudido de pé

versidade tem com o povo brasileiro. Joel Teodósio, presidente da Adufrj, ressaltou que mais uma vez ficava provado que a “competência não se opõe a de-

mocracia”, e que “a comunidade universitária ganhou apenas uma batalha da difícil guerra que está por vir. Precisamos assumir hoje um compromisso

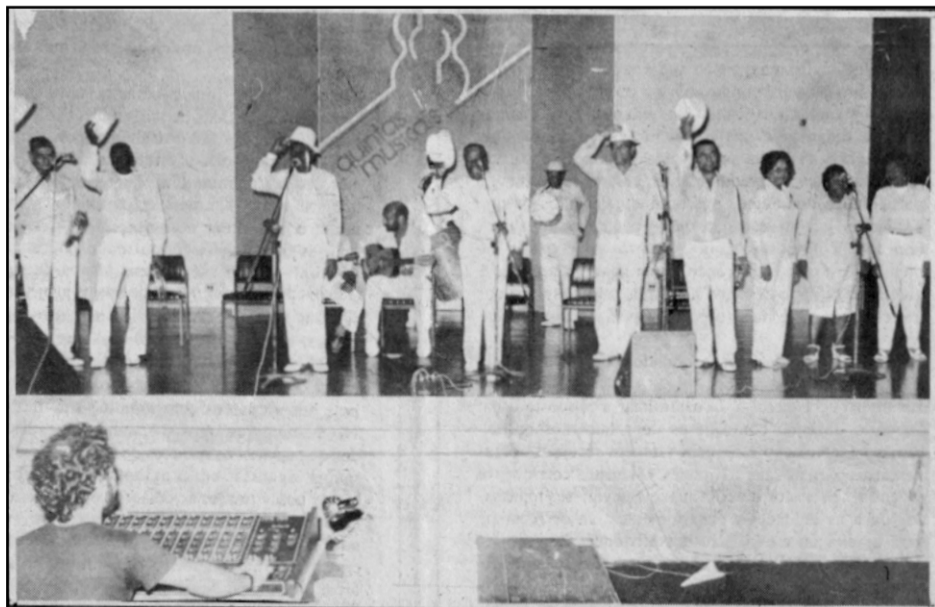
de trabalho e de responsabilidade para

com a administração do professor Horácio Macedo”. Discursaram ainda os representan-

tes da Andes, da UNE, da Adusp, o presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Sérgio Arouca, o sociólogo Carlos Minc, a representante da UEE, o Vereador Maurício Azedo, representando a Câmara dos Vereadores, o presidente do Conselho Regional de Química, Vladimir Palmeira, representando o Partido dos Trabalhadores, Godofredo da Silva Pinto, representando a Assembléia Legislativa e o vice-reitor Jorge de Abreu Coutinho.

Discurso

Atento e em completo silêncio, o auditório ouviu o professor Horácio Macedo iniciar o seu discurso agradecendo a presença de todos e os discursos que foram feitos. Em seguida ele afirmou que o momento era de se assumir compromissos, “mas esses compromissos não podem ser assumidos somente pelo Reitor”. E enumerou: “Vamos garantir que essa universidade seja sempre aberta e democrática para a resolução dos seus problemas. Vamos assumir um compromisso com a política, transformando essa casa num fórum de debates e de atividades culturais. Assumiremos também um compromisso com o caráter social da universidade, concentrando os nossos esforços para que os frutos da produção universitária, atendam sempre aos interesses do povo brasileiro. E muito importante também assumir um compromisso inflexível com a competência universitária, repudiando sempre a, inadimplência 66. E concluiu, “brigaremos pela autonomia universitária, não vamos mais administrar crises, e sim colocar claramente as nossas reivindicações para o poder central”.



A tarde a Velha Guarda da Portela

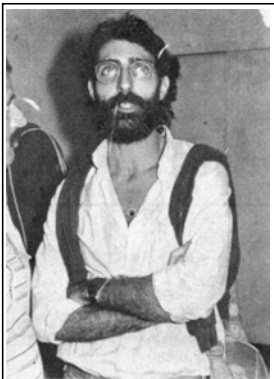


A noite o samba no pé com a União da Ilha

O que pensam os novos sub-reitores ?

Paulo Alcântara Gomes, um dos mais importantes nomes ligados a pesquisa na UFRJ é o novo sub-reitor de ensino para graduados e pesquisa. Mestre e doutor em engenharia civil, Paulo Gomes é professor do departamento de mecânica técnica da Escola de Engenharia, lecionando a disciplina resistência de materiais. É professor do programa de engenharia civil da Coppe. Foi diretor da Coppe de 78 a 82 e vice-diretor da Escola de Engenharia e partiu de 82. Já foi membro do comitê assessor do CNPq e atualmente é membro do CCT do CNPq e da comissão de especialidades em engenharia do MEC, além de ser presidente da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (Abrengel). Tem 40 anos e entrou na UFRJ em 1967 como professor extra-quadro, sendo absorvido em 1970. Atualmente é professor adjunto.

“A meta é levar a pesquisa ao mais alto nível”



Boletim - Como você vê a questão da qualificação dos docentes e técnicos?

Paulo - Esse problema é fundamental, pois uma quantidade de apreciáveis professores está ausente dos nossos programas de doutoramento. E preciso integrar esses programas de doutoramento com as necessidades dos departamentos, para evitar que as pessoas retornem e não encontrem boas condições de trabalho. Quanto aos técnicos de nível médio nós precisamos pensar a médio prazo em alguma maneira de melhorar a sua capacitação e de proporcionar uma educação continuada, de forma que eles tenham um constante aperfeiçoamento. Para isso vamos utilizar os nossos laboratórios e até o próprio Colégio de Aplicação.

Boletim - Qual deve ser a participação dos recursos externos na UFRJ ?

Paulo - A manutenção da universidade deve ser sempre uma questão puramente orçamentária. Os recursos devem ser sempre um instrumento de fomento e de expansão, nunca de manutenção. O nosso objetivo é o de criar mecanismos orçamentários para resolver esses problemas de manutenção e a partir daí utilizar melhor as agências de fomento para que a pesquisa seja realmente incentivada. Dentro dessas metas está incluída a contratação de todos os professores e funcionários extra-quadro, o mais rapidamente possível.

Boletim - Como você vê a questão da inadimplência ?

Paulo - É um problema que tem que ser resolvido e para isso nós precisamos estimular os departamentos a tomarem as medidas necessárias para que os professores inadimplentes cumpram o regime de trabalho para o qual foram contratados. A meu ver essa questão deve ser resolvida nos departamentos, mas com um forte respaldo na reitoria e nos órgãos superiores.

Boletim - Como deve ser formulado o orçamento 86 da UFRJ ?

Paulo - A universidade tem que aproveitar uma parte substancial desse orçamento para restaurar aquelas coisas que hoje não funcionam. O que precisa ser restaurado deve ser restaurado. Além disso, as prioridades devem ser: saúde, alimentação, agricultura, assentamentos humanos e difusão da informação. Essas cinco grandes áreas são a vida e a produtividade basicamente compreendem um conjunto de prioridades. Isso não quer dizer que a pesquisa na área de saúde só seja aprovada para médicos, porque se um grupo na área de materiais resolver desenvolver um novo material que seja indispensável para o armazenamento de remédios por exemplo, e o tome mais barato, passa a ser mais importante. A questão é enquadrar os projetos dentro dessas prioridades. A partir daí você começa a ultrapassar metas.

Há dois meses eles ocupam os mais importantes cargos de direção da universidade, e assim como o Reitor, professor Horácio Macedo, todos estavam engajados nas lutas da comunidade universitária. Nessa entrevista, feita separadamente com cada um deles, ficou clara a identidade de pensamentos e a enorme disposição para enfrentar o trabalho. Dulce, João, Paulo, Emannel e Josué, os novos sub-reitores, contam como encontraram as sub-reitorias, os seus planos de trabalho e falam sobre questões gerais como a inadimplência e a formulação do orçamento para o próximo ano.



“A universidade precisa interagir com a comunidade”

Professora da Faculdade de Medicina com formação em sociologia e especialização em um levantamento das necessidades de infra-estrutura básica, Dulce Helena Chiaverini, 38 anos, recebeu a difícil tarefa de organizar sub-reitoria de desenvolvimento e de dar início às atividades de extensão da universidade, recentemente incluídas entre as responsabilidades dessa sub-reitoria. Segundo ela, o motivo da sua escolha para o cargo se deveu ao trabalho de extensão que desenvolvia pelo Hospital Universitário junto a favela da maré.

Boletim - Como analisa o trabalho da antiga sub-reitoria?

Dulce - Como não existiam atividades de extensão, todo o trabalho da antiga sub-reitoria se relacionava unicamente com o desenvolvimento, obras, consertos, etc. É de responsabilidade dessa sub-reitoria, também, toda a questão relacionada com orçamento de capital, o que é muito difícil de ser feito sem um trabalho integrado do com a sub-reitoria de patrimônio e finanças, e na minha opinião esse era o grande problema de antiga sub-reitoria, a total desintegração com a SR3.

Boletim - Quais os principais problemas que você encontrou?

Dulce - Encontramos falhas bastante graves, como por exemplo a falta de informatização do ator, que dificulta, muito o nosso trabalho, pois somos os responsáveis por toda a estatística da universidade. O pior é que tínhamos um microcomputador mas que não era usado. No mais, o que encontramos aqui foi muita boa vontade e compromisso das pessoas, ou seja, as dificuldades foram muito poucas.

Boletim - Quais são os seus planos de trabalho ?

Dulce - Nós temos recebido vários projetos de extensão das unidades. Alguns são pequenos projetos de cursos, como o Projeto Fundação que prevê o treinamento pedagógico dos professores do Estado e do município. Cursos como esse são fáceis de viabilizar pois nos ajudamos com toda a parte de divulgação. No momento estamos solicitando a todas as unidades que enviem os projetos de extensão, para que possamos organizar um programa para o ano que vem. Mas a nossa primeira idéia é priorizar o trabalho que já está sendo desenvolvido aqui na favela da Maré para que ele sirva como experiência piloto, tentando envolver o maior número possível de profissionais e áreas diferentes, como Direito, Serviço Social, etc.

Boletim - Como está o projeto cultural da Universi-

dade?

Dulce - Primeiramente nós estamos tentando fazer um levantamento das necessidades de infra-estrutura básica, e já descobrimos problemas como a falta de piano em determinados auditórios, falta de um bom equipamento de som, o tamanho dos auditórios, etc. Várias unidades já tem enviado projetos culturais e a nossa idéia é integrá-los não só entre si, mas também com a reitoria. O objetivo principal desse projeto cultural é o de interagir com a comunidade, de se voltar para a população.

Boletim - Como está o projeto de recuperação do Hospital Universitário?

Dulce - Foi criada uma comissão com representantes de cada centro e três representantes do HU. No momento estamos estudando quais são as unidades interessadas em ocupar o espaço, e qual a viabilidade dessa ocupação. A Escola de Enfermagem e o Serviço Social já se mostraram interessados em vir para o Fundão. Só que ninguém poderá vir para cá antes que se façam algumas obras no local, e para isso estivemos recentemente em Brasília tentando conseguir verbas para as obras, e conseguimos algumas promessas para o próximo ano. O HU tem uma área livre de cerca de 100 mil metros quadrados, o que daria para trazer toda a Praia Vermelha.

Boletim - Como vê a questão da inadimplência na Universidade?

Dulce - É claro que não posso concordar com isso, e acho que o problema deve ser enfrentado através do fortalecimento dos departamentos, que é o principal fórum para a solução dessa questão. No entanto, o que tenho observado é que no meio de tudo esse problema havia, também, muita falta de motivação. E com a posse do professor Horácio, as coisas parece que já começaram a mudar, com as pessoas aparecendo se dedicando mais e mostrando muito interesse. Sei que o problema não está resolvido assim, mas tenho certeza de que ainda vai melhorar muito.

Boletim - Como deve ser formulado o orçamento 86 da UFRJ ?

Dulce - A formulação desse orçamento deve passar necessariamente pelos departamentos, a fim de que eles coloquem claramente as suas necessidades e prioridades. De posse dessas sugestões, os conselhos superiores estabelecerão um cronograma que vai atender as prioridades, já amplamente divulgadas, que são os cursos de graduação e a área de ciências humanas.

Ele é o mais novo dos cinco, tem 29 anos, e enfrenta o desafio de ser o primeiro funcionário técnico-administrativo que assume a direção de uma sub-reitoria. João do Nascimento Fonseca, sub-reitor de pessoal o serviços gerais, entrou na UFRJ em 78 como aluno da Faculdade de Letras. Em 80 foi contratado pela tabela 3131 como prestador de serviços, sendo efetivado um ano depois como CLT. Militante do movimento estudantil, fez parte da diretoria do C.A de Letras em 82. Ingressou no movimento dos servidores na greve de 83, voltou a se destacar na greve de 84 e acabou constituindo uma chapa de oposição que saiu vitoriosa nas eleições da Asufrij. É o atual presidente da entidade.

Boletim - Como vê o trabalho da antiga sub-reitoria ?

João - Como todo o aparelho administrativo do Estado brasileiro, se caracteriza como uma máquina burocrática pouco produtiva e viciada, pelos assistencialismo, pelo favoritismo e pela politicagem.

Boletim - Quais são os seus planos de mudança ?

João - Na área de pessoal as limitações legais são muito grandes, o plano de cargos e salários depende integralmente do DASP. Uma mudança que todo mundo tem sentido se deu com o caráter mais político e democrático da nova direção, e que teve um reflexo enorme na produção administrativa. Quanto aos planos, nós vamos fazer um saneamento de todas as carreiras dos funcionários, corrigindo os desvios de função e progressivamente qualificar as pessoas, dinamizando o setor de seleção e treinamento. Agora, não adianta acenar com essa possibilidade de qualificação para o funcionário, se ele não encontra dentro do quadro de carreira, um reflexo real que corresponda ao seu esforço. O nosso trabalho vai ter que ser combinado com uma pressão junto aos órgãos do Governo Federal no sentido de que ele viabilize num curtíssimo prazo a autonomia didática, científica, financeira e administrativa da universidade, para que a gente possa definir o nosso próprio quadro de pessoal, o nosso plano de carreira e as nossas faixas salariais. Isso vai exigir um esforço não só da administração, mas dos movimentos organizados no sentido de que isso seja alcançado.

Boletim - Qual a situação do funcionalismo na UFRJ ?

João - Falta gente especializada, falta gente qualificada, falta gente que tenha formação profissional. Não faltam funcionários, o que falta é qualificação. Outra questão é a distribuição desse pessoal pelos diversos setores da universidade, que é caótica e que está paratada por aquela política

“Não faltam funcionários, o que falta é qualificação.”



de favoritismo e de barganhas, e esse tipo de coisa tem que ser corrigido qualificando e movimentando adequadamente essas pessoas. Esse estrangulamento em termos de perspectiva de carreira dos funcionários, ser manou um abateamento histórico que é muito difícil de ser sanado e revertido nas condições que agente tem hoje. A raiz desse problema está na politicagem, no empregoismo, nunca se viu o funcionalismo público como efetivamente um corpo de trabalho que tivesse como objetivo fundamental prestar serviços à população.

“A vinda para o Fundão é irreversível”.



Josué de Souza Almeida, sub-reitor de patrimônio e finanças. É o mais velho, 61 anos, e o mais experiente de todos os atuais pela Faculdade Nacional de Filosofia, em 1914, dedicando-se depois ao jornalismo carioca durante vinte anos. De 55 a 57 fez o curso de Ciência, Sociais pela Universidade de Moscou. De volta ao Brasil ingressou na Faculdade Cândido Mendes onde fez o curso de Economia. Foi assessor da direção da Comissão Nacional de Petróleo e assessor da Comissão Nacional de Alimentação. Ingressou na Universidade aos 65 como professor de estatística do Instituto de Nutrição, mais tarde pediu transferência para o departamento de economia de Faculdade de Economia e Administração. Atualmente é professor adjunto.

Boletim - Como vê o trabalho da antiga sub-reitoria?

Josué - Não tenho nenhuma razão para supor que o antigo sub-reitor, o Dr. Acácio, tenha cometido qualquer tipo de irregularidade. Afirmando isso pelo que eu conhecia dele e principalmente pelas pessoas que ele colocou à frente dos diversos setores dessa unidade. Ele é um homem de formação técnica, um burocrata e ocupou a sub-reitoria numa época de vacas magras, onde ele não podia ser pródque porque não tinha com ser pródque. Além disso, por não ser da universidade, não tinha sensibilidade com os problemas da UFRJ.

Boletim - Qual o seu projeto para os próximos quatro anos?

Josué - Estou preocupado basicamente em não deixar o dinheiro esquentar. Toda a verba deve ser gasta corretamente de acordo com as necessidades universidade. Não adianta acumular dinheiro em caixa enquanto existirem uma série de problemas emergenciais para serem resolvidos.

Boletim - Que a atual situação do patrimônio da UFRJ?

Josué - Há quem avale o patrimônio da universidade em Cr\$ 5 trilhões. Desse montante, a parte mais valiosa corresponde ao terreno da Av. Chile que está avaliado em Cr\$ 1 trilhão. Caso a universidade conseguisse vender o terreno por esse preço, acho que deveria fazer-ló, pois só os juros da aplicação dessa quantia representariam uma renda que a UFRJ nunca teve na sua história.

Boletim - Como se vê a questão da vinda de outras unidades para o Fundão?

Josué - Eu acho que é irreversível a vinda para o Fundão. Atualmente nos estamos estudando como ocu-

lação de forma igualitária e indiscriminada. A UFRJ tem hoje, seguramente, mais de 8 mil técnicos administrativos e a gente sabe que a grande maioria desses funcionários ou são totalmente desqualificados ou semiqualificados.

Boletim - Como você vê a idéia de um senso na UFRJ para identificar os professores e os funcionários inadimplentes?

Boletim - E preciso ler um certo cuidado pare que não se deflagre uma caça as bruxas ao inverso. A inadimplência leia é um braço auxiliar da reação e por isso precisa ser combatida. Agora, a idéia do senso ainda não está amadurecida e o que a gente pretende é fortalecer os departamentos para que eles assumam efetivamente esse controle. Atualmente, os colegiados e os departamentos têm sido muito permeáveis e permissivos em relação a essas irregularidades e negligências.

Boletim - O DCE tem uma proposta de se fazer um congresso da UFRJ. O que você acha?

João - Acho fundamental, importantíssimo. O congresso tem que ser feito rapidamente, mas não tão rapidamente que acabe prejudicando a qualidade das discussões. Temos que avançar primeiramente para a unidade das categorias e o rompimento das suas diferenças. Pela importância desse congresso é preciso que se tenha muito cuidado no sua organização.

Boletim - Como deve ser formulado o orçamento 86 da UFRJ ?

João - Está claro que se deve formular esse orçamento de forma diferente. Agora, o que me ocorre é se os departamentos serão os principais formuladores desse orçamento, como fica a participação dos funcionários se eles não têm representação nos departamentos? Isso me deixa convencido de que a reforma administrativa é antes de mais nada uma questão política. Por mais que se definam normas diferentes, serão pouco representativas sem e participação dos funcionários. Quanto as prioridades, devem ser consideradas a pesquisa, o ensino de graduação principalmente na área de humanas e a questão salarial.

interessadas, sem forçar ninguém.

Boletim - Qual foi a sua participação na melhora dos bandjeites ?

Josué - O serviço de alimentação é de responsabilidade da sub-reitoria de pessoal, só o que nós fizemos foi liberar recursos maiores para a compra dos alimentos. No último trimestre, os custos do bandjeio eram de Cr\$ 700 milhões quando nós assumimos atualmente para Cr\$ 28 bilhões. Agora as despesas com o bandjeio tem representado um ônus muito grande para a universidade, e no meu entender ele deveria ser gratuito para os funcionários e os alunos carentes, mas os professores e os alunos que pudessem, deveriam pagar o preço de custo que hoje está em torno de Cr\$ 5 mil.

Boletim - O que acha da descentralização dos recursos para as unidades?

Josué - Quando o governo do estado promoveu a liquidação da Cooca e transferiu a responsabilidade das compras para as diretorias, eu fui um dos que achava que isso só serviria para espararnar a corrupção. O tempo mostrou que estava errado, pois a diretorias estão aplicando muito melhor as verbas. E isso pode ser feito aqui na universidade. As universidades, tenho certeza, podem arcar com uma série de responsabilidade que hoje são centralizadas aqui.

Boletim - Como vê a questão da inadimplência na universidade ?

Josué - Eu só posso reprovar. Todo o sujeito que assume um compromisso com a universidade deve cumpri-lo. Se ele é professor de química horas, tem que cumprir as quarenta horas. Quanto a idéia do senso, deve ser feito, pois eu sou a favor de qualquer coisa que ajude a melhorar a qualidade do ensino.

Boletim - Como deve ser formulado o orçamento 86 da UFRJ ?

Josué - A principal prioridade deve ser o curso de graduação. Porque é sobre o estudante que se ergue todo esse edifício. Se não fosse o estudante não existiria o professor e funcionário. Essa, figura deve merecer o centro das nossas atenções, e ela está nos cursos de graduação. Outra prioridade deve ser doar a UFRJ de condições materiais ou seja, melhorar as instalações e fazer com que o Fundão seja um local interessante, onde o indivíduo se sinta bem e não precise sair correndo ao meio-dia porque a comida dos bandjeites é intragável.

Formado em química pela Universidade da Bahia, José Emannel de Souza Pinho, 44 anos, veio para o Rio em 66 fazer um curso de físico-química e acabou sendo convidado para continuar na UFRJ, onde ingressou em 68. Mais tarde foi promovido e professor assistente e posteriormente a adjunto, sempre por concurso, como faz questão de frisar. Trabalha há sete anos na administração acadêmica; foi diretor adjunto de graduação do Instituto de Química, coordenador de graduação do CCMN e atualmente ocupa a sub-reitoria de ensino de graduação e corpo docente.

“A UFRJ deve ter o seu vestibular isolado.”



tido de tornar o conjunto de alunos uma massa amorfa que não km condições de postulo ou criticar nada nenhuma.

Boletim - Quais são dos cursos mais problemáticos da UFRJ ?

Emannel - A UFRJ tem problemas de ensino em praticamente todos os cursos, mas a prioridade dessa reitoria será para a área de ciências humanas. E dentro dessa área, a principal prioridade é a Faculdade de Educação, pois ela é responsável pela formação de cerca de quatro mil alunos que futuramente estarão dando aula para o primeiro e segundo graus. Quando eu falo em prioridade não quer dizer que as outras áreas serão relegadas à um segundo plano. Prioridade não quer dizer exclusividade.

Boletim - As tecnologias de ponta também serão priorizadas?

Emannel - O curso de jornalismo por exemplo, tem que ser dinâmico contando com todos os equipamentos e a parafarmácia necessária. É importante que formemos no RJ um centro de jornalismo por excelência quem sabe o maior do País. Citei o curso de jornalismo para não falar nos que já são muito badalados, como a química fina e a informática com o cuidado sempre de não cair no modismo.

Boletim - Como vê a questão da inadimplência na universidade?

Emannel - É uma questão que nós devemos enfrentar corajosamente, discutindo com os colegas para que se resolva democraticamente. No entanto, é preciso ter clara a dificuldade de que é discutir essa questão num fórum onde só exista professores, pois o espírito corporativismo passa a predominar. Por isso é importante a participação dos alunos nos órgãos colegiados da universidade. E com isso não quero colaborar os alunos com os professores pois essa prática é usada no mundo todo com muito êxito e sem nenhum trauma. A questão é difícil e deve ser discutida pelo conjunto dos professores e até mesmo pela Associação dos Docentes.

Boletim - Como deve ser formulado o orçamento 86 de UFRJ ?

Emannel - É preciso descentralizar a proposta orçamentária, fazendo com que os departamentos participem na formulação e tenham também recursos orçamentários para as suas atividades. Os gastos corriqueiros devem ser previstos anteriormente e devem ser repassados para as unidades e departamentos. Já os recursos para ampliação e expansão das atividades deverão ter uma coordenação geral da universidade estabelecida democraticamente. Os setores, prioridades devem ser os cursos do IFCS, a Escola de Comunicação e a Faculdade de Educação, que precisam de recursos maiores para melhorar a qualidade do seu ensino.

Ao contrário de outros anos poucas horas foram necessárias para a apuração dos votos da última eleição para o DCE (Diretório Central Estudantil) da UFRJ em maio. O teatro de arena da Faculdade de Economia pontilhado por grupos que ao todo não chegavam a 60 pessoas, era palco de um espetáculo melancólico que três anos antes fora representado de maneira bem diferente. Naquele ano centenas de estudantes dividiram-se em torcidas, com fanfarras, palavras de ordem, e uma esperança de mudança que tornava necessária a colocação de um quadro negro no centro do palco para que se acompanhasse o andamento da apuração. Os problemas agora eram outros: alguns estudantes bêbados berravam frases sem nexos e os resultados parciais eram colhidos com dificuldade em blocos de papel.

Mesmo assim, o desfecho foi rápido. Afinal, eram 5087 votos de um total de 22.091 estudantes ativos - dados do Departamento de Registro de Estudantes -, o quorum mais baixo de todas as eleições já realizadas para a entidade. Alerta, Jacaré Parado Vira Bolsa, uma das três chapas resultantes do "racha" da direção anterior acabou levando mas sem convencer. Teve 1875 votos, ou seja 8,5% do número de estudantes ativos. Dados como esses são claros: a tão falada crise do movimento estudantil (ME) atingiu em cheio a UFRJ.

DESOLAÇÃO

"Dos 27 cursos, 16 funcionam com Centros Acadêmicos", avalia uma das coordenadoras da gestão atual, Laís Safes Costa. Desses, uma média de cinco comparece às reuniões do "Conselhinho" - que reúne os CAs. Em meio à desolação, afirmações como a de Cláudio Besserman ou Bussunda como é conhecido na Escola de Comunicação, são simples incisivas e cada vez mais frequentes entre os estudantes: "O ME está equivocado, podre e velho."

Não é de hoje que se fazem críticas demolidoras contra o movimento estudantil, a começar pelos militares durante a repressão. Em 1979, uma reportagem do Jornal da Tarde, com o título Por que não participo de movimento estudantil, enfileirava uma série de declarações de universitários, provavelmente escolhidos a dedo, contra o ressurgimento dos protestos que tanto abalaram o regime surgido em 64. Mesmo com a fama de "órgão de direita" que o jornal paulista cuidava de cultivar e o direcionamento das entrevistas, as razões da descrença desses estudantes coincidem muitas vezes com as críticas atuais, feitas até mesmo pelos próprios dirigentes do ME.

"Examinei o que as chapas apresentam e concluí que a maior parte era de propostas desgastadas, os velhos chavões, abaixo a ditadura militar", queixava-se Henrique Oliveira, 20 anos, estudante de Letras da USP. "O ME se perdeu em vícios. Entrar em turma de dedo em riste contra a ditadura não produz o efeito de antes". diagnostica Eleonora Ziller, do CA de letras da UFRJ, seis anos depois.

A mesma coincidência ocorre no depoimento de Tânia Silveira então cursando Ciências Sociais na USP ("a gente fica numa floresta e tem de perguntar para os caras que entendem de política o que é LIBELU - Uerdade e Luta") com o de Laís Safes Costa: "O esvaziamento das entidades faz com que elas sejam cada vez mais ocupadas por correntes de idéias, aumentando o isolamento do movimento". afirma.

DE NOVO, RENOVANDO NOVAMENTE

As críticas não são apenas contra o discurso geral e vazio das lideranças contra a ocupação das entidades por tendências político-partidárias. A vontade de

A UNE é legal. E agora ME?

Após 21 anos de clandestinidade, a UNE volta a ser reconhecida pelo governo. Resta saber se os estudantes vão fazer o mesmo, já que um número cada vez maior questiona seus métodos, posturas e representatividade.

participar pode surgir e ser rechaçada pelo pouco domínio do estudante comum às práticas em voga no ME. "Logo que entrei", lembra Pedro Corrêa, 22 anos. "houve uma assembleia para decidir greve. Era muito ingênuo e fui contra a greve.

Neguinho distorceu minhas palavras começaram a dizer que eu era a favor do ensino pago. "Resumindo: "ou você entra no chavão da esquerda ou não tem chance. Se não entra no esquema é logo tachado de fascista", declarava ao Jornal da Tarde Júlio Alexander, então

estudante de Direito da UFRJ.

Humberto Müller. 20 anos, colega de Pedro no curso de Economia da UFRJ não se limitou às críticas organizando a Mais Uma Vez De Novo Renovando Novamente, crítica bem humorada à chapa

Nada Será Como Antes, que chegou ao DCE em 1982. A proposta de Humberto porém, foi uma entre as várias "chapas anárquicas" surgidas nos últimos anos na UFRJ, sempre tendo o discurso e método das organizações tradicionais como alvo preferido.

Essas organizações tão atacadas foram porém a ponta de lança de um movimento de universitários que retornou às ruas em 1977, num processo que culminou com o Congresso de Reconstrução da UNE, em 1979, na Bahia. Foi um início promissor. Em meio às ameaças e inseguranças, resquícios do último congresso da entidade em Ibiúna, 1969, quando todos os participantes foram presos, a UNE conseguiu reunir 8 mil delegados representando um milhão de estudantes. Desde então a participação da socie-

dade no processo político foi crescente mas os estudantes perderam aos poucos o interesse por suas entidades representativas.

As tendências mais opostas encaram o problema de frente. "Nos anos de reconstrução o ME estava ligado a transformações no país encaminhando uma série de lutas pois não havia setores sociais que cumprissem esse papel. Lutas como a resistência à ditadura ou a favor da anistia. A ascensão dos movimentos sociais fez com que reivindicações específicas encontrassem espaço próprio. "Não são os estudantes que devem encaminhar uma greve de fábrica por exemplo. E muito diferem de uma greve na Universidade" afirma Laís. Para ela, as lideranças estudantis pecaram por não apresentar um projeto mais permanente o que só foi percebido há pouco tempo.

BRAÇOS E PERNAS DA ENTIDADE

A visão de Laís coincide, no diagnóstico com a de Eleonora Ziller da Comissão Pró-Juventude Comunista do PCB. "O ME ressurgiu como movimento de resistência e denúncia, mas não soube reinterpretar a nova realidade". A saída para Eleonora "é trazer pessoas de volta aos CAs sem vinculação partidária com propostas alternativas". Fugindo à retórica ela cita o trabalho desenvolvido na Faculdade de Letras, onde há cooperativas de poetas, estudos e pesquisas africanas, sem atrelamento à entidade. "O CA não pode centralizar tudo e sim servir como estímulo", opina.

Da mesma forma Laís, ligada ao PT, lembra que uma das propostas da nova gestão do DCE é o desenvolvimento de atividades conjuntas às entidades das escolas mas não deixa claro como isso será feito. Concorde porém com Aurélio Leal, diretor da UNE, em que os CAs são os "braços e pernas das entidades.

A prática mostra no entanto problemas aparentemente incontornáveis. Laís reconhece que a nova diretoria tem representatividade quase nula nos cursos da Praia Vermelha, onde a votação de sua chapa foi menos expressiva. "Por isso propomos o sistema de proporcionalidade, em que toda chapa que obtivesse 10% dos votos da eleição faria representantes na nova diretoria" explica. Mas a proposta não provocou entusiasmo nas outras duas concorrentes.

GREVE FURADA

"E uma solução simplista que não resolve, rebate José Luís Fevereiro, integrante da chapa Espírito da Coisa, a terceira colocada na última eleição. José Luís defende o sistema de comissões, uma forma mais espontânea de participação, em sua opinião. "Os usuários do bandeirão, obrigados a comer alimentos ruins, se sentiriam animados em participar de uma comissão de controle de alimentos da mesma forma que os que são obrigados a pegar ônibus para o Fundão todo dia participariam de uma comissão para a melhoria do sistema de transportes", exemplifica.

Membro em 84 da chapa Nada Será Como Antes, que organizou naquele ano a greve geral dos estudantes. Zé Luís sentiu na pele os problemas provocados pela falta de motivação dos universitários. "No auge do movimento, de 9 a 26 de abril chegamos até 18 dos 27 cursos parados.



Demolição do prédio da UNE 1980

Mas o DCE não teve pegas para homogeneizar o movimento que foi muito desigual". O assunto é delicado e a aparente semelhança de opiniões entre as tendências transforma-se subitamente num "pinga-fogo". "Alguns cursos entraram em greve por razões específicas já haviam discutido em assembléias e formulado pauta de reivindicações. Quiseram levar lodo mundo à greve e o resultado foi que apenas metade dos cursos ficou parada. Isso serviu para desmoralizar de vez com a diretoria", ataca Eleonora. "Eles aproveitaram uma época de mobilização pelas diretas em que todos estavam estimulados e lideraram um movimento furado."

A discussão poderia se estender indefinidamente, com José Luís alegando que para o atendimento de reivindicações específicas, como a falta de professores em vários cursos era necessária a revogação de uma portaria federal, só possível com o sucesso de uma greve geral. Mas na verdade, apesar das assembléias com dois ou três mil estudantes, incomum em termos de UFRJ, a condução da greve revelou mais uma vez o distanciamento entre entidades e alunos.

MACONHA E VERBAS

Esse distanciamento progressivo não demorou a dar frutos. Meses antes do fracasso da greve, as eleições para DCE indicaram que o descontentamento começava a gerar formas próprias de manifestação. Uma das chapas concorrentes. Overdose de DCE - Esfaqueie sua Mãe, defendia, em vez dos tradicionais 12% para educação ou legalização do DCE, o fim do serviço militar e a legalização da maconha. "Sabíamos que no governo Figueiredo era utópico lutar por 12% de verbas. E o DCE querer legalidade quando só oito dos 25 mil universitários votam também

é. Tenho certeza que mais de oito mil fumam maconha." A irreverência do comentário símbolo da campanha da Overdose, é de Cláudio Besserman Bussunga Viana, da ECO.

As definições de Bussunda são simples e corrosivas, como tem sido a de várias chapas "anárquicas" surgidas desde então. A lista é extensa e exótica: Zellig Sinônimo de Sexo, Churrasquinho de Mãe, Anarcocos. De todas elas, a Overdose foi a mais bem sucedida. "Tivemos 509 votos, pelo menos um em cada faculdade sendo que na Comunicação tivemos o dobro da votação sobre a chapa que venceu a eleição" orgulha-se Bussunda.

"Fenômenos isolados", "registrados apenas em grandes universidades", os componentes dessas chapas já tiveram seus membros tachados de "palhaços", "anarquistas", "desbundados", "de direita". Para Laís, eles identificam uma situação real mas têm visão equivocada de como resolvê-la. "Eles querem acabar com a entidade mas isso não resolve". "O ideal seria que não houvesse vanguardas, mas o sistema de democracia por representação ainda vigora e durará por muito tempo", concorda Zé Luís. "Negar isso", afirma "seria assumir com a entidade".

CASA VELHA

Mas é justamente isso que Bussunda e seus companheiros pretendem. ME para eles é uma casa velha que tem de ser esquecida para que se construa outro ao lado. "A linguagem é elitista e os métodos são ultrapassados". A definição da atuação do ME em sua opinião é a da obsessão: "Redobram-se os esforços quando perdem-se os objetivos. A preocupação maior deles é derrotar a outra tendência." Em nenhum momento Bussunda se coloca contra entidades. "Acho apenas que elas devem renascer, mas renascerem direitinho", diz. Atualmente,

ele e mais 30 estudantes da Comunicação organizam um seminário a nível nacional. Para dezembro, quando serão mostrados vídeos e proferidas palestras com profissionais da área. A ECO não tem CA há três anos, mas para ele isso não importa. "Se houver necessidade de uma entidade, então organizaremos uma. Nunca o contrário."

Após tantos anos de clandestinidade é uma realidade irônica aquela em que se encontra o ME, não só na UFRJ, mas a nível nacional. Os dados que atestam a crise de representatividade não são exclusivos da UFRJ e nem mesmo das chapas descontentes. Na USP, os Picaretas - leia-se Picaretas - ganharam o CA da Comunicação e chegaram a disputar o DCE. No Rio, a Vã Guarda, na PUC, conseguiu algo inédito, tomando o diretório da chapa Alicerce de orientação trotskista. Mesmo nas chapas tradicionais a questão mergulha na indefinição. Na PUC de São Paulo cogita-se até mesmo em uma outra entidade representativa que não a UNE. E não só uma, "mas quantas forem necessárias".

Sem ser tão radical, José Luís Fevereiro faz parte da corrente que discorda do texto de legalização da UNE um projeto do deputado Aldo Arantes (PMDB-GO), que diz ser a entidade "a única e legítima" representação dos universitários. "Ela será dessa forma se fizer por onde e não por força de uma lei, afirma. A divergência entre as correntes e a situação geral ilustram uma realidade, o surrealismo. Há apenas um ano, os delegados da UNE encurralavam a então ministra da Educação e Cultura, Esther Ferraz e exigiam um encontro, sem sucesso. Há quase dois meses, o ministro Marco Maciel abriu um seminário promovido pela entidade. Agora com a sua entidade máxima sendo finalmente reconhecida pelo Governo após 21 anos, resta aos estudantes decidirem se ela realmente os representará e que tipo de representação pretendem **Carter Anderson e Rosane Rubin**.



O estudante Edson Luís é assassinado pela polícia



1969. O ME reúne 100 mil pessoas nas ruas

Universidade elege diretores

Motivada pelo processo que culminou com a eleição do professor Horácio Macedo para Reitor e com a sua posterior nomeação pelo Ministro da Educação, Marco Maciel, a comunidade universitária viveu nos últimos dois meses uma verdadeira revolução democrática. Coligações, debates, conchavos, cartazes, panfletos, faixas, boca de urna, promessas,

nada faltou nessas eleições que foram uma verdadeira desforra pelos 21 anos de ditadura. Mais de 300 professores concorreram aos 46 cargos de diretor de unidade e às 6 decanias. Nessa edição, o Boletim da Adufrj divulga o resultado de todas essas eleições, o processo utilizado, os números finais e os nomes dos novos dirigentes da UFRJ.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

A principal característica das eleições no CFCH foi a presença do voto universal como principal processo eleitoral, não só a decania, mas a Escola de Serviço Social e o Instituto de Psicologia também adotaram o voto universal. Outra surpresa desse centro foi a derrota do professor Olinto Pergoraro, cuja vitória era tida como certa, nas pesquisas realizadas antes das eleições.

Processo: Voto universal
Data: 23, 24, 25 de outubro

Resultado	Votos
Nomes	927
Heitor Piedade	856
Olinto Pergoraro	856
Elso Arruda	220

IFCS

Processo: paritário (50% para professores e funcionários e 50% alunos).
Data: 16 e 17 de outubro

Resultado	Prof. e Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes			
José H. Vilhena	85	203	-
Walter Duarte	81	194	-
Branco	2	10	-
Nulos	8	16	-

Educação

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 23 e 24 de outubro

Resultado	Total de votos
Nomes	
Sérvula de Souza	196
Elza Teixeira	95
Marlene Alves	45
Nilda Teves	41
Fernando Samico	15
Alda Judith	29

Psicologia

Processo: Voto Universal
Data: 13 e 14 de novembro

Resultado	Votos
Nomes	272
Marcos Jardim Freire	101
Helmut Ricardo Kruger	89
Maria Inácia D'Ávila Neto	4
Nulos	3
Branco	3

Serviço Social

As eleições na Escola de Serviço Social serão realizadas nos dias 27, 28 e 29 de novembro. E o processo utilizado será o do voto universal. As chapas que concorrerão as eleições serão lançadas em convenção realizada no dia 19 de novembro.

Colégio de Aplicação

As eleições para a direção do CAP serão realizadas nos dias 25 e 26 de novembro. As inscrições de candidatos serão encerradas no dia 20 de novembro, e até o dia 11 somente um candidato estava inscrito: o professor Edgardo da Silva.

Comunicação

Processo: paritário (50% para prof. e funcionários e 50% para alunos)
Data: 23 e 24 de outubro

Resultado	Prof. e Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes			
Muniz Sodré	74	185	-
Nilson Lage	22	218	-
Nulos	4	-	-
Branco	1	-	-

Centro de Letras e Artes

Somente um candidato concorreu às eleições para a decania do CLA, a professora Samira Nahib de Mesquita, da Faculdade de Letras. O outro candidato professor Colbert Hilgemberg, da Escola de Música, renunciou em favor da primeira candidata. Devido a essa candidatura única, somente 50% dos eleitores participaram do processo.

Processo: paritário (50% prof. e func. e 50% alunos)
Data: 4, 5 e 6 de novembro
Novo Decano: Professora Samira Nahib de Mesquita - 1988 votos

Letras

A principal característica da Faculdade de Letras, foi a excelente participação da comunidade, 93% dos professores, 96% dos funcionários, 51% dos alunos de graduação e 33% dos alunos de pós graduação compareceram às eleições.

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 27 e 28 de agosto

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes				
Cafézeiro	103	31	593	
M. Lúcia Aragão	73	31	431	
Luis Carlos	41	15	103	
Nulos	4	2	5	
Branco	3	2	8	

Belas Artes

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 14, 15 e 16 de outubro.

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes				
Fernando Pamplona	70	17	251	900,54
Agenor Rodrigues	30	8	215	504,63
Renato Milhio	16	12	194	470,30
Vera dos Santos	6	5	5	116,47
Benito	5	3	30	104,53
Sadir Casemiro	2	1	4	30,66

Arquitetura

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 23 e 24 de setembro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes				
Haroldo Cardoso	42,94	48,94	34,36	42,08
Maria Amalia	22,83	18,44	55,17	32,15
Olinio Paschoal	16,85	13,46	4,70	11,67
Paulo Siciliano	10,35	4,97	1,61	5,64
Hanrry Mejdalani	2,70	7,80	1,40	3,77
Nelson Machado	4,35	3,55	0,40	2,77

Música

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 26 de setembro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes				
Diva Teixeira	68	52	73	851,4
Colbert Bezerra	69	20	182	699,9
Ricardo Takuchian	57	18	212	652,1
Marysa Maia	47	40	33	604,7
Odaléia Maria	55	15	183	588,0
Heitor Alimonda	41	36	52	559,4

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 22 e 23 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes				
Rosélia	62	52	332	38%
Bloise	41	41	308	28%
Tauile	32	27	110	19%
Dourado	10	22	96	12%
Nulos	2	8	18	3%

Economia e Administração

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 24 e 25 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes				
Anna Luiza Ozório	69	28	554	56%
Eloy Teixeira	19	6	50	11,3%

Direito

A direção da faculdade não forneceu os números finais da eleição, mas nós conseguimos a colocação.

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)

Colocação:

- 1º - Atamir Quadros Merces
- 2º - Celso de Albuquerque Melo
- 3º - Nelson Maciel Pinheiro Filho
- 4º - Michel Cheadi

COPPEAD

As eleições nessa unidade foram adiadas do dia 29 de outubro para o dia 10 de dezembro, sendo que até o dia 4 de novembro não havia aparecido nenhum candidato. O processo a ser utilizado é o paritário, com 50% para os professores, 30% para os funcionários e 20% para os alunos.

Planejamento Urbano e Regional

Em virtude de ser uma comunidade pequena, 69 membros, e de só haver um candidato, foi realizada uma assembleia no dia 18 de setembro, que referendou o nome do professor Martim Oscar Smolka. A outra candidata professora Rosélia desistiu da sua candidatura em favor do professor Martim, preferindo concorrer ao cargo de decano do CCJE.

Centro de Tecnologia

Na eleição para a decania do CT, a grande surpresa ficou por conta da derrota do ex-presidente da Adufrj, Joel Teodosio, que perdeu por uma pequena margem para o professor Carlos Russo, da Escola de Química. Processos: paritário (70% professores e funcionários e 30% alunos).
Data: 30 e 31 de outubro

Resultado	Prof. e Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes			
Carlos Russo	429	472	32,19
Joel Teodosio	330	790	26,32
William Maciel	176	196	13,22

Engenharia

O processo na Escola de Engenharia talvez tenha sido um dos mais confusos. Devido a uma falha da comissão organizadora, não ficou estabelecido previamente qual seria a fórmula aplicada ao final da eleição. Com isso, de pois da apuração dos votos, aplicando-se uma determinada fórmula, ganharia o candidato Antonio Claudio, e aplicando-se uma outra fórmula, ganharia o candidato Paulo Siciliano. Criado o impasse a comissão eleitoral tentou resolver o problema com um segundo turno, o que não foi aceito pelo professor Paulo Siciliano que se considerava vencedor. Sem que se pudesse chegar a um acordo entre os candidatos, foram enviadas três listas (uma de cada segmento) para a congregação, que acabou indicando o nome do professor Antonio Claudio por 19 a 18 votos.
Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 21 e 22 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes				
Antonio Claudio	116	17	653	
Paulo Siciliano	95	47	203	
Peter Kaleff	91	10	65	
Claudio Mahler	54	7	195	
Marcilio Motta	69	11	38	
Jorge Luiz	29	5	51	

COPPE

Devido a sua importância no panorama científico nacional, a eleição na COPPE foi uma das mais badaladas, sendo divulgada em diversos órgãos de imprensa.

Processo: paritário (50% prof. 30% func. 20% alunos)
Data: 25 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Pontos
Nomes				
Luis Pinguelli	108	195	175	1464
Paulo Canedo	51	132	70	936
A. Figueiredo	12	12	23	266
Ronaldo Soares	10	13	10	240

Escola de Química

Processo: paritário (70% professores e funcionários e 30% alunos)
Data: 23 de outubro

Resultado	Prof. e Func.	Alunos	Média Pond.
Nomes			
Benjamin Valdean	?	?	55,43
Cirus Hackeinderg	?	?	20,64

Continua

Continuação

Inst. Macromoléculas

Processo: paritário (50% prof. 30% func. 20% alunos)
Data: 3 e 4 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Media Pond.
Nomes				
Eloisa Biasotto	16	11	8	71,20
Fernanda Coutinho	5	8	2	32,54
Elisabeth Ermel	8	4	4	32,14
Betina Alice	8	3	4	29,83
Carlos Alberto	3	6	4	23,59
Regina Celia	3	1	-	10,19

Inst. de Eletrotécnica

Processo: paritário (50% prof. 30% func. 20% alunos)
Data: 16 e 17 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Media Pond.
Nomes				
Jorge Luiz	33	24	131	46,28
Ailton Ribeiro	22	12	52	26,37

Ensaio e Metrologia

Ainda não realizou eleições. Segundo o atual diretor, professor Fernando Bastian, a comissão eleitoral está tentando definir o universo dos eleitores.

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 21, 22 e 23 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Media Pond.
Nomes				
Edson Pereira de Souza	142	315	231	0,3613
Paulo Roberto Oliveira	82	43	124	0,11137
Fernando de Souza Barros	88	21	67	0,0933
Bruce W. Kover	32	65	131	0,0917

Matemática

Processo: paritário (2/3 para prof. e func. e 1/3 para alunos)
Data: 27 e 28 de agosto

- Resultado:
1º - Anibal Parracho
2º - Luis Adauto
3º - Dinamerico Pombo
4º - Rolci de Almeida
5º - Milton e Wanderley
6º - Mário de Oliveira

Inst. de Química

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 16, 17 e 18 de setembro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Media Pond.
Nomes				
Cesario Paulo	63	69	38	0,4345
Ana Maria Teixeira	14	8	71	0,1629
Adelina Costa Neto	5	25	6	0,0886
Roberto de Barros	7	11	26	0,0865
Aida Espinola	2	0	2	0,0092
Nelson Angelo	0	0	3	0,0041

Valongo

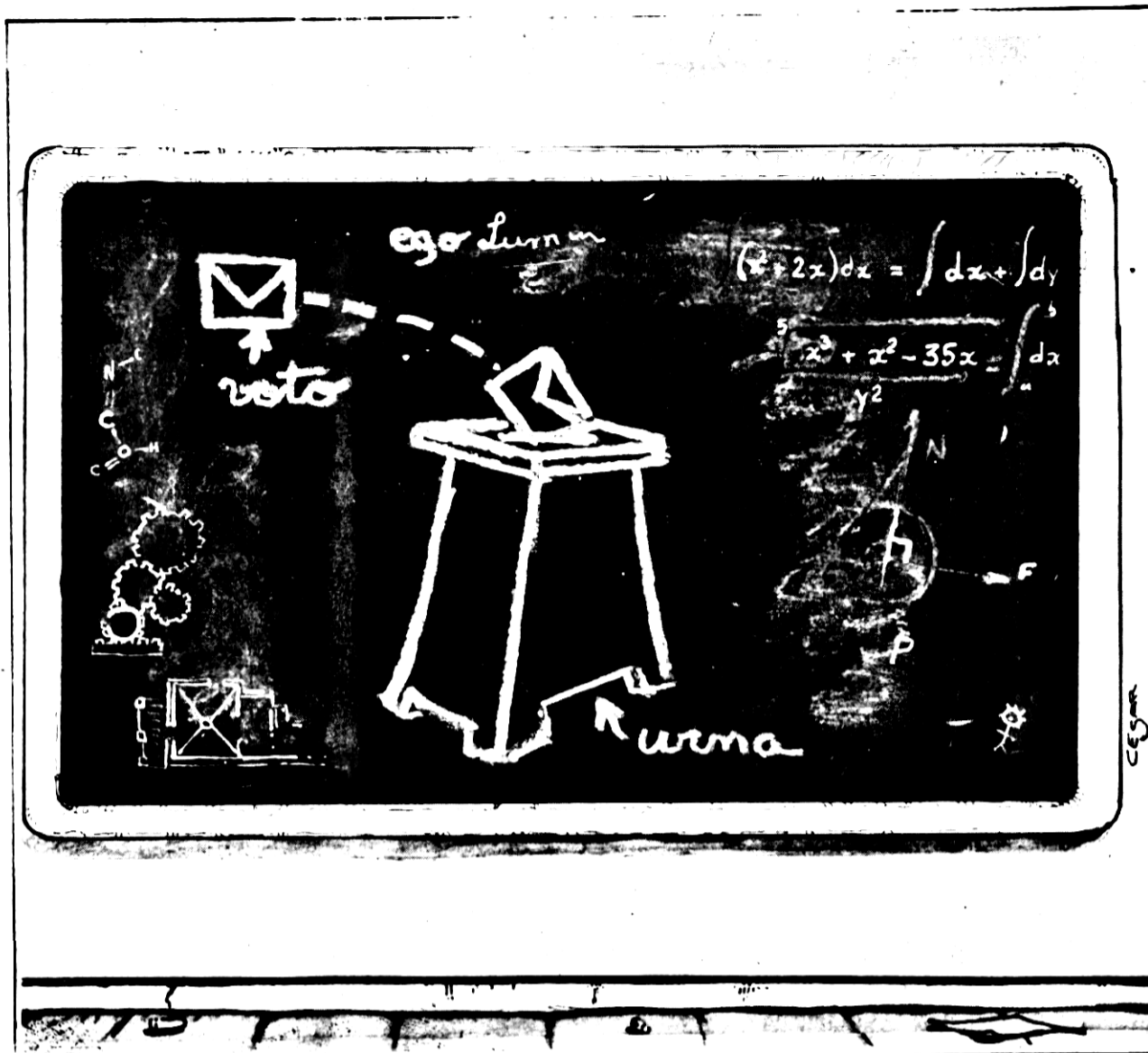
Processo: Voto Universal
Data: 18 de setembro

Resultado	Total de votos
Nomes	
Luiz Eduardo da Silva Machado	55
José Adolfo S. de Campos	02
Sergio Menge de Freitas	01

NCE

Processo: Voto Universal
Data: 16 de julho

Resultado	Total de votos
Nomes	
Arato Ubara	96
Helio Salles	49
Newton Faller	47
Oswaldo Trapani	33
Eber Assis Schmitz	31
Paulo Henrique Aguiar	30



Física

Processo: paritário (2/3 para prof. e func. e 1/3 para alunos)
Data: 30 de setembro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Grad.	Alunos	PG.
Nomes						
Eugenio Lerner	54	61	53			14
Branco	43	13	13			3
Nulos	4	2	2			9

Geociências

Processo: paritário (2/3 para prof. e func. e 1/3 para alunos)
Data: 28 e 29 de agosto

Resultado	Prof. e Func.	Alunos	Media Pond.
Nomes			
Elmo da Silva Amador	26	199	45,1
Isimar de Azevedo	25	49	36,4
Jorge Xavier da Silva	15	23	21,2
Valdo da Silva Marques	13	17	18,1

Centro de Ciências da Saúde

O maior centro da universidade, que coordena vinte unidades e tem mais de sete mil eleitores, teve uma eleição muito disputada pelos seus sete candidatos, sendo impossível apontar o vencedor até o momento das apurações.
Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 29, 30 e 31 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Media Pond.
Nomes				
Cesar Martins	313	716	619	-
Elvira De Felice	51	414	359	-
Claudio de Moraes	91	351	140	-
Nuno Alvares	64	239	91	-
Lea Coura	36	103	46	-
Gilberto Santa Rosa	38	70	101	-

Hospital Universitário

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 15, 16 e 17 de outubro

Resultado	Total de votos
Nomes	
Antônio de Padua Jazbig	1844
José Ananias	1364
Wigand Joppert Filho	265
Branco e Nulos	155

Farmácia

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 23 e 24 de outubro

Resultado	Prof.	Func.	Alunos	Media Pond.
Nomes				
Levi Gomes Ferreira	30	14	175	70,21
Edson Conde Miranda	7	4	149	23,79
Antonio Carlos Carreira	3	1	20	5,98

Educação Física

Na Escola de Educação Física, professores, funcionários e alunos não conseguiram chegar a um acordo quanto ao processo de escolha, por isso serão feitas eleições em separado, e enviadas três listas para a congregação. Os candidatos são: Vinicius Ruas Ferreira, Waldir Mendes Ramos e Margarida Pereira Nunes. As eleições serão realizadas entre os dias 18 e 22 de novembro.

NPPN

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 27 de outubro

Resultado	Media Pond.
Nomes	
Walter Baptiste More	46,3
Paulo Roberto Ribeiro da Costa	35,0

Ginecologia

Processo: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 15 e 16 de outubro

- Resultado:
1º Alipio Augusto Camelo
2º Paschoal Martini Simões
3º Simão Rotstein

Continua

Continuação

NutriçãoProcesso: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 18 e 19 de setembro

Resultado	Nome	Média Pond.
	Luiz Carlos Siqueira	56,8
	Aderbal Sabrat	36,2

ICBProcesso: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 21 e 22 de outubro

Resultado	Nome	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
	Jorge Guimarães	83	98	297	50,74
	Julio Quesada	23	36	358	22,84
	Luiz F. Macedo	35	26	63	16,17
	Guilherme Suarez	14	7	4	5,13
	Eduardo Pena	9	-	-	2,14
	Roberto Soares	9	-	-	2,14

TisiologiaProcesso: Voto Universal
Data: 12 de setembro

Resultado	Nome	Total de votos
	Geraldo Noronha	110
	Carlos Alberto Guimarães	81
	Augusto da Costa Santiago	36

Obs: O Candidato mais votado foi o professor Roni Marques, que não aparece na lista, mas renunciou ao cargo por problemas particulares. Segundo ele somente aceitaria se fosse eleito por maioria absoluta, o que não aconteceu. Na primeira eleição ele teve 68 votos contra 65 do professor Geraldo.

Pediatria e PuericulturaProcesso: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 10, 11 e 12 de setembro

Resultado	Nome	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
	Levi Gomes Ferreira	30	14	175	70,21
	Edson Conde Miranda	7	4	149	23,79
	Antonio Carlos Carreira	3	1	20	5,98

MedicinaProcesso: paritário (2/3 para prof. e func. e 1/3 para alunos)
Data: 21 e 22 de agosto

Resultado	Nome	Total de votos
	Rodolpho Rocco	2.370
	Alfred Lemle	1.329
	Rubem Azulay	1.274
	Abercio Pereira	1.220
	Jose Augusto Aguiar	1.099
	Jose Hilario	960
	Levao Bogossian	900
	Celio Pacheco	846
	Otávio Tourinho	628

MicrobiologiaProcesso: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 25 de setembro

Resultado	Nome	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
	Fernando Stecle da Cruz	33	67	41	141,0
	Claudio Moraes Andrade	6	29	23	58,0
	Branco	6	-	1	7,0
	Nulos	5	-	-	5,0

BiologiaProcesso: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 23 e 24 de outubro

Resultado	Nome	Média Pond.
	Sergio Henrique	84,85
	Gilberto Pereira Mitcher	37,28
	Vera Abud	36,42
	Magda Regina da Silva	33,91
	Deia Maria Ferreira dos Santos	27,98
	Paulo Cesar Bastos Arantes	19,40

Biofísica

O Instituto de Biofísica realizou suas eleições no dia 21 de agosto, elegendo o prof. Carlos Eduardo Rocha Miranda com uma ampla maioria dos votos. No entanto, devido a problemas particulares, o professor Carlos Eduardo renunciou ao cargo. Novas eleições serão realizadas no dia 18 de novembro somente para referendar o nome do único candidato, que é o professor Darcy de Almeida.

PsiquiatriaProcesso: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 24 e 25 de outubro

Resultado	Nome	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
	Raffaele Infante	9	50	63	-
	João Romildo Bueno	19	19	37	-
	Marcio Amaral	5	2	22	-

NeurologiaProcesso: Voto Universal
Data: 7 de outubro

Resultado	Nome	Total de votos
	Clovis de Oliveira	151
	Elcio Alvarenga	61
	Nulos	1

EnfermagemProcesso: paritário (1/3 para cada categoria)
Data: 15 e 16 de outubro

Resultado	Nome	Média Pond.
	Valma de Carvalho	36,0
	Maria Dolores de Andrade	25,0
	Ana Shirley Valverde	22,0
	Dulce da Rocha	14,0
	Maria Ivone Chaves	9,0
	Ilda Cecilia	5,0

Maternidade EscolaProcesso: paridade (1/3 para cada categoria)
Data: 2 e 3 de outubro

Resultado	Nome	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
	Carlos Antonio Montenegro	20	127	4	83,3
	Jose Leonidio Pereira	7	20	6	14,3

OdontologiaProcesso: paridade (1/3 para cada categoria)
Data: 15, 16 e 17 de outubro

Resultado	Nome	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
	Roberto Viana	62	77	262	-
	Jose Monteiro Netto	26	34	58	-

Museu NacionalProcesso: paritário (2/3 para prof. e func. e 1/3 para alunos)
Data: 29 e 30 de agosto

Resultado	Nome	Prof.	Func.	Alunos	Média Pond.
	Lêda Dau	61	70	115	-
	Wilma Ormond	5	25	18	-

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

O Conselho Nacional de Associações Docentes, reunido de 11 a 14 de outubro em Niterói, Rio de Janeiro, discutindo a situação das IES Autárquicas, deferiu encaminhar ao Ministério da Educação a seguinte pauta de reivindicações:

- 1 - Isonomia salarial com as Fundações;
- 2 - Reajuste trimestral não inferior a 100% do INPC;
- 3 - Reposição salarial de 35,8% a partir de 19 de outubro de 1985;
- 4 - Incorporação ao salário da gratificação de nível superior de 20%;
- 5 - Definição clara da Dedicção Exclusiva (DE) como regime de trabalho;
- 6 - Envio pelo Executivo de projeto ao Congresso Nacional, estabelecendo aposentadoria integral para os docentes celetista.

7 - Revogação imediata do decreto que impede a abertura de vagas para o Magistério Superior;

8 - Suplementação imediata de Cr\$ 2,85 trilhões para as verbas de custeio das IES Federais em 1985;

9 - Verbas para OCC para as IES Federais em 1986, adotando a previsão de uma taxa de inflação de 140% (valor previsto na proposta orçamentária);

9.1 - Cr\$ 5.562 trilhões para o retorno das verbas de custeio a 1973;

9.2 - Cr\$ 2,225 trilhões para a recuperação do pleno funcionamento das IES;

10 - Participação da Comunidade Universitária na elaboração e execução dos programas a serem implementados por esse Ministério na IES Federais em 1986.

Obs.: O Ministro da Educação, Marco Maciel, dará uma resposta a essas reivindicações no dia 21 de novembro.



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 01/1984 a 12/1984.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII JANEIRO/84

N° 22

EDITORIAL

Acumulando forças

Durante este 2º semestre de 1983 foram formadas algumas iniciativas por nossa Associação, que poderão resultar numa eficaz retomada de uma campanha salarial justa e inevitável. Justa porque chegou nos limites da insuportável a perda de poder aquisitivo dos docentes e funcionários ameaçando a sobrevivência das atividades da Universidade Autárquica bem como do serviço público nas áreas de saúde e administração. Inevitável porque a indecência do reajuste de 65% em Janeiro/84 superou os limites da indignidade e da irracionalidade mesmo para um Governo (ou desgoverno) que está levando o país ao caos e com ele todos os trabalhadores.

A política de arrocho salarial que se abate sobre a nação é particularmente nociva ao funcionalismo público. Em 1983 nosso reajuste foi de 82% em duas parcelas (o que significou 64% de reajuste real), para uma inflação de 140% em 1982. E agora vem a vergonha de 65% em Janeiro de 1984 para uma inflação de 210% em 1983, e outra inflação equivalente ou maior que virá em 1984.

Quem assistiu aos debates que realizamos em outubro e novembro de 1983, com representantes dos mais responsáveis de todas as concepções, opiniões e tendências políticas, só pode ter concluído que uma reversão de expectativa dar-se-á apenas com a mudança nos rumos da política econômica financeira. E isto, só será possível com um Governo respaldado na credibilidade popular, através de eleições diretas sem casuísmo.

Com efeito o arrocho salarial dos trabalhadores e particularmente do funcionalismo é fruto da política de corte nos gastos públicos como prevê a 39ª carta de intenções junto ao FMI. Trata-se de juntar um punhado de dólares para pagar os serviços da dívida externa. Além disto, beneficiando meia dúzia de banqueiros que detém as ORTN's com correção monetária e as ORTN's cambiais, a União gasta cerca de 1,5 trilhão de cruzeiros, por mês, no pagamento dos serviços desta dívida interna (*). Este valor (1,5 trilhão de cruzeiros por mês) equivale à soma de todos os salários dos trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo. Porque não fazer a moratória interna, prejudicando esta meia dúzia de ban-



queiros em benefício de toda a nação?

Trata-se também do estabelecimento proposital da recessão econômica, para acumular este punhado de dólares. E com a recessão é um logro pensar em perspectivas concretas de salda individual, por falta inclusive de mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o corte nos gastos públicos significa a diminuição drástica das verbas necessárias ao funcionamento das instituições públicas e, particularmente, da universidade.

Diante deste quadro, qual a saída? Certamente não estará na solução parcial dos problemas de cada um, através do ilusório "bico" ou da "poupança" adquirida pela economia de combustível, fruto do menor comparecimento ao trabalho.

A Universidade Autárquica, pública e gratuita, para superar a crise terá de contar com a credibilidade da opinião pública. E a sociedade cobrará da Universidade que não resistia, que sucumbiu sem luta ao desgoverno dos que procuraram desmantelar a assistência pública nas áreas de

Saúde, cultura, ciências, tecnologia e administração. Poderá a "Universidade, com a atitude de omissão, compactuar com a política de destruição do patrimônio público, e de destruição da própria nacionalidade.

Apesar de que, apenas uma mudança uma política global poderá reverter o atua-

quadro, algumas conquistas parciais poderão ser vislumbradas. E estas conquistas dependerão da unidade e da mobilização dos diversos setores do funcionalismo, a começar dos docentes, pessoal técnico-administrativo e servidores da Universidade. Devemos entender também, que esta unidade só será possível com a mobilização dos diversos setores do funcionalismo, a começar dos docentes, pessoal técnico administrativo e servidores da Universidade. Devemos entender, também, que esta unidade só será possível com a mobilização e fortalecimento do movimento dos docentes.

Nesse sentido, já acumularam-se nos últimos meses, algumas forças para as lutas justas e inevitáveis que se avizinham. Participamos com êxito, nos entendimentos com os demais setores do funcionalismo. No Rio de Janeiro, foi importante e deu alento, o último ato público que contou com a participação de cerca de 1.500 funcionários. Denunciou-se, também, por diversos jornais e rádios a situação salarial dos professores e funcionários das Universidades Autárquicas e dos funcionários públicos em geral. Foram também colocadas as condições de precariedade no funcionamento das diversas instituições públicas, inclusive da Universidade.

Por outro lado, o episódio dos encon-

tros com o DASP e a Casa Civil da Presidência da República (ver relatório neste boletim) foi significativo nesse processo de acúmulo de forças. As diversas entidades apresentaram as mesmas reivindicações unitárias. O desgoverno saiu isolado perante a opinião pública, não podendo argumentar a injusteza das reivindicações nem a eterna "falta de recursos". A imprensa televisada (nos horários nobres), falada e escrita, publicou sem deturpação as reivindicações. Desmascarou-se a nível de imprensa, neste dia, a balela de que o Governo nos daria o reajuste semestral. Tudo isto contribuiu para que a opinião pública se posicionasse simpaticamente às justas reivindicações. Não é por acaso, que o Senador Chiarelli retirou publicamente a sua proposta em favor das reivindicações do funcionalismo. Não foi também por acaso que a própria imprensa não publicou artigos ou editoriais chamando de "injustas" as reivindicações dos servidores. Tudo isto é importante para qualquer luta que travamos.

Este processo de acúmulo de forças nos permite antecipar o óbvio: devemos mobilizar e fortalecer o movimento docente; unir este movimento com o restante do funcionalismo, a começar pelos funcionários da Universidade. Além disto, não resta outra alternativa: devemos criar as condições para uma forte pressão, unida e unitária, a partir de março/84. A insensibilidade governamental não é onipotente, a ponto de não conseguirmos uma vitória parcial. Isto será passível quando se tornar realidade este movimento, forte e unitário de todo o funcionalismo. Ao mesmo tempo esta pressão poderá ser na forma de uma greve da Universidade e de amplos setores do funcionalismo.

Esse ano de 1984 será crucial para o futuro da Universidade e para a dignidade da função pública. O movimento dos docentes não pode sucumbir diante do peso do pessimismo, sob pena de esta vise atual destruir para sempre o patrimônio público que é a Universidade Autárquica. Vamos lutar para conquistar um índice digno em Julho/84.

(*) Dados fornecidos pelo Senador Saturnino Braga, em palestra promovida pela ADUFRJ.

JÁ TEMOS ASSEMBLÉIA MARCADA PARA O INÍCIO DAS AULAS. MANTER-NOS-EMOS EM COMUNICAÇÃO, E TALVEZ HAJA ASSEMBLÉIA DURANTE AS FÉRIAS ESCOLARES.

ADUFRJ URGENTE

Informe e avaliação sobre encontros com os Ministros José Carlos Freire (DASP) e Leitão de Abreu (Casa Civil).

- A partir do debate que a ADUFRJ realizou em 21 de novembro de 1983 com o Senador Carlos Alberto Chiarelli, surgiu a possibilidade de encontro das entidades representativas dos Servidores Públicos Federais, com o Ministro Leitão de Abreu, para tratar das questões relativas ao reajuste do funcionalismo público e demais reivindicações unitárias de todos os servidores. Nesta ocasião o Senador Chiarelli comprometeu-se a ser o mediador na marcação do encontro, explicitando que não iria porta-voz dos servidores o que caberia as entidades. Por proposta nossa foram indicadas as seguintes entidades: - CSPB, UNSP, ANDES e FASUBRA, que foi prontamente aceito.

- No dia 14/12/83 houve dois encontros separados, o primeiro com o Ministro José Carlos Freire (DASP), e o segundo com o Ministro Leitão de Abreu (CASA CIVIL).

- Na manhã de 14/12/87, para reuniões prévias, compareceram a Brasília as seguintes entidades: UNSP, ANDES (Maria José), FASUBRA, FSPB(Brasília) FNM (Médico), ADUFRJ, ASUFMG, ASUFF e "Comissão Nacional de Mobilização". Essas entidades decidiram:

1 - Encaminhar as duas entrevistas (DASP e CASA CIVIL) apenas as reivindicações comuns a todas às categorias de servidores:

a) Reajuste, em janeiro de 1984, de 100% do INPC acumulado de 12 meses (janeiro a dezembro de 1987):

b) Reajuste semestral a partir de julho de 1984, com base em 100% do INPC;

c) 13º salário para estatutários e quinquênio para celetistas;

d) Envio ao Congresso Nacional de novo estatuto do funcionalismo:

e) Direito à Sindicalização: e

f) Piso salarial de 3 (três salários mínimos).

2 - Na entrevista com o Leitão de Abreu as seguintes entidades deveriam representar os servidores: CSPB, UNSP, FASUBRA, ANDES, ADUFRJ, FSPB (Brasília), FGSP (Rio Grande do Sul), FNM (médicos), e "Comissão Nacional de Mobilização".

3 - Caso o CSPB (não presente à reunião de manhã) concordasse estas reivindicações unitárias, seria ela a porta-voz inicial do grupo. Caso contrário, seria a UNSP. Antes do primeiro encontro (DASP) e CSPB concordou, e foi então a porta-voz inicial do grupo nos dois encontros (DASP e CIVIL).

4 - A seguir descrevo o andamento dos dois encontros, sem a preocupação de transcrever literalmente as palavras pronunciadas.

- O encontro com o Ministro Freire(DASP) transcorreu da seguinte maneira:

a) O Senador Chiarelli declarou que não era porta-voz dos servidores, cabendo a ele apenas o papel de mediador para o encontro. As entidades presentes é que seriam porta-vozes:

b) A CSPB apresentou as reivindicações unitárias justificando-as de maneira convincente. Apresentou também a necessidade de não haver tratamento diferenciado entre servidores civis e militares:

c) A UNSP colocou a situação caótica e a degradação que haverá na área administrativa dos Ministérios, caso não sejam concedidas as reivindicações;

d) A ADUFRJ mostrou a necessidade de que estas reivindicações unitárias sejam atendidas a todo o funcionalismo público, sob pena de se destruir um patrimônio de assistência nas áreas de educação, saúde e administração. Enfatizou também que será destruída a Universidade Pública Autárquica, caso não seja concedido o reajuste pleiteado para todos os funcionários. Por outro lado, mostrou que o grau de insatisfação existente e a responsabilidade pelo patrimônio público, resultarão numa greve justa, caso seja concedido, por exemplo, o aumento de 64% em janeiro, tal como a imprensa publicou que foi pleiteado pelo DASP. O Ministro Freire declarou então que DASP não solicitou do Governo nenhum índice:

e) A ANDES (Maria José), mostrou que existe uma diferença entre as condições salariais dos professores das autarquias e das fundações. O Ministro Freire, respondeu que já tinha conhecimento, pois foi para isto alertado pela Ministra de Educação:

f) A FGSP (Rio Grande do Sul) declarou que em maio de 1983 "abafou" a greve dos servidores, por entender que esta é uma "forma de luta radical". Declarou também que este ano, se o reajuste for o que está sendo propalado, não "abafará" a greve, que considera como inevitável.

g) O Ministro Freire declarou que foi importante ouvir de viva voz, dos representantes dos servidores, todos os problemas, que já eram de seu conhecimento, e que eram justas as reivindicações. Declarou também que a solução será política" e dependerá fundamentalmente da Casa Civil, do Presidente da República e do Ministro do Planejamento. Enfatizou também que saia importante que estas questões levantadas naquela reunião, fossem também repetidas na entrevista com Leitão de Abreu.

- O encontro com Leitão de Abreu transcorreu da seguinte maneira:

a) O Senador Chiarelli fez de maneira mais resumida o mesmo depoimento do encontro com Freire:

b) O Presidente da CSPB colocou as reivindicações unitárias dos Servidores e também enfatizou a necessidade de se acabar com a discriminação de tratamento entre civis e militares. Pediu também que o orçamento de união 40% para os servidores, em lugar dos 20% atuais;

c) A ADUFRJ ressaltou que a reivindicação de 100% do INPC anual não era sequer um pedido de aumento mas sim de reposição parcial das perdas salariais dos servidores durante os últimos anos. Enfatizou também, que saiam destruídas as instituições públicas caso as reivindicações não fossem atendidas e isto os Governantes deveriam encarar com a responsabilidade de estadistas;

d) O representante da "Comissão Nacional de Mobilização" enfatizou a necessidade de haver diálogo e negociação permanentes entre os servidores e o Governo:

e) A UNSP enfatizou a questão dos fiscais federais que hoje não têm estímulo para o trabalho, e com isto diminui a receita da união:

f) O Ministro Leitão de Abreu respondeu dizendo que tinha conhecimento de todos os problemas levantados, "por sua longa passagem no serviço público". Declarou também que estava procurando uma saída intermediária entre o previsto orçamentariamente (40% janeiro e 30% julho), e o reivindicado pelos servidores. Declarou que a solução definitiva se dará entre 20 e 25 de dezembro. Enfatizou que também conhecia as distorções entre a administração direta e indireta. "como no caso das Universidades Autárquicas e das Fundações".

g) A ANDES (Pinguelli) declarou que como Presidente da ANDES só poderia falar pelos professores. Lembrou que pedimos 100% do INPC anual (e não semestral). Enfatizou a diferenciação de tratamento entre os professores das autarquias e das fundações explicando que a gravidade da situação está destruindo os grupos de pesquisa formados durante 10, 15 ou mais anos, pois os professores estão buscando saldas individuais para resolver seus problemas. Levantou também a reivindicação de que o Governo sancione na íntegra a modificação da lei 6733 aprovada pelo Congresso Nacional. Entregou documento da Andes.

AVALIAÇÃO

1 - Foi um fato político da maior importância a Casa Civil da Presidência da República, pela primeira vez desde 1964 recebe entidades representa-

tivas do funcionalismo, em encontro publicamente marcado:

2 - Foi bastante positivo que tivessem sido apresentadas por todas as entidades, incluindo a CSPB, as reivindicações unitárias de todos os servidores, o que facilitou a não deturpação pela imprensa;

3 - A repercussão, na imprensa através de rodos os canais de televisão (nos horários nobres, e de dezenas de rádios) e jomais em todo o País colocando sem deturpação as reivindicações unitárias, foi um acúmulo de forças importantes para a luta dos servidores. Esta ampla divulgação, sem deturpações, fez com que a opinião pública passasse a simpatizar com as reivindicações. O fato de o Governo, em nenhum momento ter declarado serem injustas as reivindicações e de não ter tido a coragem de declarar a falta de recursos, mostra bem a repercussão na opinião pública:

4 - Foi amplamente conseguida a proposta das AD's autárquicas e da ANDES, reunidas em 30 novembro, de tentar ampla divulgação das reivindicações:

5 - Considero que pode ser decretado qualquer índice, inclusive os indecentes 40% em janeiro/84 e 30% em julho/84. Porém, ramo análise otimista, e considerando que:

a) Muitas forças políticas dentro do próprio sistema foram mobilizadas e acionadas em função dos dois encontros:

b) O Governo saiu isolado do episódio, não tendo condições de contrapor-se ao conteúdo das reivindicações:

c) O fato de o Senador Chiarelli ter, publicamente e enfaticamente retirado sua proposta "pragmática e intermediária", apoiando a dos servidores, mostra claramente que o Governo saiu isolado perante a opinião pública;

é possível que se consiga, com este episódio algumas "migalhas" no reajuste.

6 - Fica claro que o falo de todas as entidades, inclusive a CSPB, terem uma pauta única e unitária de reivindicações e a repercussão na opinião pública foi favorável (se bem que não suficiente) para um movimento unitário a partir da decretação dos índices.

7 - Só um movimento forte e unitário de todo o funcionalismo, possibilitará obter-se alguma vitória significativa em suas reivindicações.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1983
(as) JOEL TEODOSIO
PRESIDENTE DA ADUFRJ

O Conselho Universitário opõe-se ao Alternativo Salarial

Na reunião do dia 15 de dezembro, o Conselho Universitário resolveu manifestar sua preocupação pelo constante deterioramento dos salários dos professores e dos funcionários e apontar às autoridades governamentais os sérios riscos decorrentes desta poética de aviltamento salarial.

A questão foi levantada, em nome do Conselho de Coordenação do CCMN, pelo

Decano do CCMN que protestou vigorosamente contra o pretendido reajustamento de 40%, que então se anunciava, comentando que nem para os funcionários, nem para os professores este reajuste poderia ser considerado sequer ma reposição parcial das perdas salariais do ano de 1987. A confirmação deste percentual de reajustamento seria a confirmação da poética de estrangu-

lamento salarial de todo o funcionalismo público.

Em apoio a estas considerações manifestaram-se diversos conselheiros, em especial o prof. Carlos Chagas, que propôs fosse feito um protesto enérgico contra esta poética. Apontou então que a continua esta política de deterioração dos níveis salariais, em coisa de uns cinco anos

teremos completamente desmantelado todo o patrimônio cultural e científico construído com grande esforço, nos últimos anos. Este desmantelamento, traduzido pela destruição das equipes de pesquisa e de ensino, pela paralisação da pesquisa, pela instalação de um clima de descontentamento e de desalento, só poderia causar prejuízo de proporções muito grandes ao futuro do País.

A idéia do protesto foi debatida vivamente se for aprovada finalmente a proposta de o Conselho Universitário, por intermédio da Reitoria, encaminhar manifestação de profunda preocupação diante da poética de manutenção dos baixos salários: preconizada pela Secretaria de Planejamento e o desejo de imediata reversão desta orientação.

Congregação da Escola de Química pronuncia-se a respeito da questão salarial

A Congregação da Escola de Química da UFRJ, reunida em 16 de dezembro de 1983, resolveu unanimemente expressar sua profunda preocupação com

os níveis salariais irrisórios dos funcionários e professores das Universidades Federais Autárquicas.

A campanha salarial

1 - Introdução

Como todos esperavam o índice de reajuste do funcionalismo público foi bem inferior à inflação. Mesmo raciocinando em termos de reajuste semestral, remoemos bem menos do que os índices oficiais (o INPC expurgado de julho/dezembro anda em torno dos 77%), sem a garantia de receber uma segunda parcela compatível com a inflação do próximo período. Na realidade o governo criou o fetichismo do índice isto é, insistiu durante muito tempo na proposta contida no orçamento (40% em janeiro e 30% em julho), provocando uma grande indignação entre os servidores. Acabou concedendo um índice significativamente mais alto e criando uma expectativa sobre a segunda parcela, procurando, desta forma, transferir o problema para julho.

Estas pequenas concessões não foram dádivas do governo. Elas foram obtidas a partir da mobilização e da articulação dos servidores públicos. Não devemos nos enganar! O governo procura ganhar tempo e reduzir as possibilidades de uma forte mobilização, inclusive de uma possível greve. Apesar de incipiente, a organização dos funcionários públicos já foi capaz de tirar uma pauta de reivindicações unificada e os episódios do ato público do último dia 12 de dezembro e da entrevista com o Ministro Leitão de Abreu, no dia 14, demonstraram que esta organização seria capaz de dirigir politicamente uma greve que espocasse espontaneamente fruto do estado de indignação que, fatalmente, um reajuste de 82,5%, contra uma inflação de 230%, provocaria. Portanto, conseguimos em função da mobilização e da articulação de todos os servidores públicos ganhar algumas migalhas. O índice em aberto de julho abre amplas perspectivas de luta. Não podemos esmorecer, porque a luta se afigura difícil e longa e só através da ampla mobilização e da participação decidida de todos os servidores públicos teremos possibilidades de continuar obtendo novas vitórias parciais.

Fizemos questão de ressaltar o parcial, não com o objetivo de reduzir a importância e o significado das vitórias que poderemos obter, mas por estarmos convictos de que devido a gravidade e a profundidade da crise econômica e social que o país vive, soluções definitivas só serão obtidas com profundas modificações na estrutura econômica e social do país. Os resultados de vitórias parciais serão fundamentais no sentido de acumular forças para promover tais transformações. No entanto o seu resultado prático, a curto prazo poderá e deverá ser rapidamente corroído pela inflação. Portanto, não podemos perder o sentido da ligação que existe entre a luta dos servidores por melhores salários e a luta mais geral para promover as mudanças no modelo político econômico que a nação exige.

Como procuraremos mostrar através da análise que se segue lutando por melhores salários estaremos na prática exigindo uma modificação na política de arrocho salarial, lutando contra o 2065 e os acordos com o FMI, se contrapondo a política de cortes nos gastos públicos, que aprofunda ainda mais a recessão e a conseqüente redução dos gastos com educação. Enfim, estaremos lutando aberta e decididamente pela modificação do modelo econômico político. Mas isto só ocorrerá se o Movimento Docente souber trabalhar na construção da unidade na luta, num primeiro instante de todos na servidores das Universidades Autárquicas, e posteriormente de todos os servidores públicos. Como veremos não existe mais espaço para a luta isolada de uma categoria. Hoje, todos os esforços devem ser feitos no sentido de fortalecer o movimento unitário de todos os trabalhadores. Portanto, lutando para unificar a nossa luta com as demais categorias de servidores públicos, e, em particular, com os servidores das Universidades Autárquicas, não estaremos nos diluindo no meio de movimentos mais atrasados. Ao contrário, estaremos contribuindo para transmitir a nossa experiência às demais categorias, trabalhando no sentido do crescimento e do desenvolvimento de todo o movimento de funcionários públicos.

2- Análise de Conjuntura

Os servidores públicos, assim como todos os trabalhadores, têm sido vítimas, a longos anos, de uma política de arrocho salarial que se agravou muito nos últimos anos com a recessão e o crescimento das taxas de inflação. Entretanto, o arrocho sobre os servidores tem sido mais severo e cruel do que com as demais categorias de trabalhadores nos últimos anos, quando foram excluídos do benefício do reajuste se-

mentral. O retrato mais objetivo do brutal achatamento salarial a que foram submetidos os servidores públicos é fornecido pelo número divulgados em dezembro último pela CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil:

70% dos servidores recebiam até 3 salários mínimos, 29% entre 3 e 5 salários mínimos e apenas 1% acima de 5 salários mínimos.

O ano de 1983 foi particularmente dramática para os servidores públicos, que receberam um reajuste de 82,5% divididos em duas parcelas de 40% e 30%. O governo, na ocasião argumentou que a projeção da inflação para 1983 era de 77%, portanto, os servidores ainda estavam ganhando alguma coisa. Tal argumentação chega muito próximo do escárnio, uma vez que todos sabem que o reajuste tem o objetivo de recompor o poder aquisitivo do passado, corroído pela inflação, que em 1982 ultrapassou os 140%. Logo, os servidores perderam no mínimo cerca de 50%. Porém, os efeitos deste reajuste foram brutalmente ampliados pela inflação em 1983, que ultrapassou os 210% (sem contar o expurgo: não devemos nos esquecer que a correção cambial anda perto dos 280%) levando o poder aquisitivo do funcionalismo aos níveis mais baixos da história. Outro retrato bastante significativo desta situação é o número de funcionários que precisam de complementação para receber o mínimo estabelecido por lei, que chega quase a 40% de todos os servidores.

Os professores das federais autárquicas devido a nova carreira de 1980 e a reposição de 30% de 1981, se encontram numa situação um pouco menos calamitosa que os demais servidores. Entretanto, mesmo estes ganhos foram rapidamente corroídos pela inflação e pelo reajuste imoral do último ano. Como mostra o estudo do professor Saboia da FEA, mesmo supondo índices otimistas para os meses 2.0 semestre (10% ao mês para a cariação do INPQ) nos encontramos no mesmo patamar de março de 1979 (ver nota da Diretoria).

Este quadro é apenas um pequeno retrato da crise econômica-política-social que vive o país da qual o arrocho salarial é apenas uma de suas múltiplas facetas. Entretanto, se a situação já era grave, se agudizou com as medidas resultantes dos acordos com o FMI, que pretendiam, através de um ajuste recessivo da Dívida Externa reduzir as taxas de inflação e resolver os problemas de caixa do país.

Muito embora, antes mesmo dos acordos com o FMI, medidas recessivas já tivessem se mostrado inócuas para resolver tanto os problemas da Dívida Externa, quanto para reduzir a inflação o governo continua insistindo na manutenção do modelo recessivo, que só atende aos interesses dos grandes grupos financeiros nacionais e multinacionais, provocando uma grande concentração de renda, níveis brutais de desemprego e disseminando a fome entre amplos contingentes da população.

Pare se ter uma idéia mais clara da injustiça do modelo e do favorecimento dos grupos financeiros o maior exemplo é a questão do Déficit Público, um dos carros chefes dos arrochos com o FMI. O governo argumenta, para justificar reajustes imorais a seus funcionários, que precisa reduzir os gastos governamentais com o objetivo de obter recursos para a redução do propalado Déficit Público. No entanto, a Dívida Pública é de natureza basicamente financeira e não operacional. A dívida com ORTN's, ORTN's cambiais e demais títulos monta acerca de 25 trilhões de cruzeiros (cerca de 5/6 do total), com um serviço mensal da ordem de 1 trilhão e seiscientos bilhões. Esta quantia se aproxima do valor correspondente a toda a folha de pagamento do país. Isto é, a soma do salário de todos os trabalhadores da cidade e do campo. Entretanto, apenas um pequeno grupo de especuladores e os grandes grupos financeiros se beneficiam desta política de endividamento através da emissão de papéis do Tesouro Nacional.

Portanto, podemos concluir facilmente que mesmo que o governo matasse de fome os seus funcionários através de uma política ainda mais brutal de arrocho salarial, o efeito desta medida sobre a redução do Déficit Público seria insignificante e inócuo.

Outra questão muito importante relacionada com a dívida financeira é que ela alimenta a recessão porque faz subir a taxa de juros tornando mais caros os custos de capital (o que também aumenta a inflação) desestimulando a atividade produtiva e

incentivando a aplicação em papéis no mercado aberto.

A política de redução dos gastos governamentais imposta pelos banqueiros internacionais, através dos acordos com o FMI se concentrou apenas sobre o setor operacional. Mesmo porque eles são um dos grandes beneficiários da dívida financeira. Além disto, o mecanismo de endividamento externo está associado ao mecanismo do endividamento interno, sendo ambos etapas de um mesmo processo, e conseqüências da adoção do mesmo modelo econômico. Tal política resultou num brutal arrocho salarial e no corte de investimentos no setor público (empresas de serviços públicos, empresas estatais e administração direta). Tais medidas provocam um agravamento ainda maior da reação porque o poder aquisitivo de um contingente significativo da massa assalariada foi brutalmente reduzido e o corte de investimento das estatais e da administração direta resultam na redução de encomendas ao setor privado de bens de capital e equipamentos e conseqüentemente na queda do nível global de produção.

Se o corte dos gastos públicos afetou de forma dramática setores fundamentais dentro da estratégia econômica do regime, como por exemplo as empresas estatais ligadas ao Programa Nuclear, os efeitos sobre o setor de educação foram calamitosos, colocando em risco a sobrevivência da Universidade Autárquica. Pública e Gratuita. Não podemos nos esquecer que, independente da crise e dos acordos com o FMI, já existia uma política governamental com o claro objetivo de enfraquecer as Universidades Públicas, principalmente as autárquicas, favorecendo o setor privado de ensino. Esta política se manifesta tanto em medidas que visam transferir para as próprias Universidades públicas a responsabilidade pela sua manutenção financeira, quanto na realocação dos seus recursos humanos em convênios com Estados e Municípios e na interação com o setor privado, visando o seu fortalecimento. Esta realocação é apresentada como solução para uma pseudo-ociosidade das Universidades Públicas.

Gostaríamos de ressaltar que não nos opomos, em princípio, à prestação de serviços e a futuros convênios que possam vir a ser assinados com os Governos do Estado e do Município e a nossa Universidade. Ao contrário, pensamos que a ampliação da oferta de serviços à comunidade é um ponto fundamental na transformação da Universidade em um organismo socialmente vivo e atuante. A questão que se coloca é a de que a utilização da prestação de serviços a qualquer preço, para a captação dos recursos que o Estado não fornece, fugindo a uma de suas obrigações fundamentais, fatalmente levará à mercantilização das relações entre a Universidade e a comunidade, fugindo inteiramente ao espírito e ao objetivo de uma Universidade Pública e Gratuita.

Por outro lado, se existe realmente uma ociosidade nas Universidades Públicas a solução certamente não será, como quer o MEC, uma interação com o setor privado de ensino superior, mas a ampliação de vagas e dos serviços oferecidos à comunidade pela Universidade.

Neste momento de crise é fundamental denunciarmos as intenções do governo de enfraquecer as Universidades Públicas e Gratuitas. Precisamos divulgar o trabalho de nossa Universidade, mostrando a sua importância social, de forma que a sua defesa seja assumida não só por professores e funcionários, mas por toda a sociedade.

Apesar do grande aviltamento de nossos salários, a defesa de nossa Universidade Pública e Gratuita não pode ser negligenciada. E fundamental que todos os professores assumam decididamente a sua defesa, colocando-a como um dos eixos centrais de nossa campanha salarial.

Neste sentido é fundamental que todos os professores encarem de frente e firmemente os problemas referentes ao cumprimento do regime de trabalho, combatendo saídas individuais que certamente trarão como conseqüência a desagregação e a aceleração do processo de enfraquecimento da Universidade Pública e Gratuita promovido pelo Governo e diversos setores da iniciativa privada, que não têm interesse na sua existência.

Não podemos nos esquecer que não existe ainda uma idéia amplamente aceita pela sociedade sobre

a importância e a competência das Universidades Públicas. Ao contrário, freqüentemente, vemos na grande imprensa, matérias questionando a sua produtividade e a sua eficiência, utilizando números divulgados pelo próprio MEC, que são manipulados e distorcidos. Por outro lado, é evidente que a produtividade de anta Universidade está muito aquém de suas potencialidades. Sem dúvida existem muitas razões para este fato e os principais responsáveis são o próprio Governo Federal e o MEC. No entanto, os professores também não vêm explorando todas as possibilidades que já estão ao seu alcance, hoje, com a estrutura atual da Universidade.

Uma das possibilidades que não tem sido utilizada no sentido de promover um aumento de produtividade são as questões relativas ao regime de trabalho. Não devemos nos esquecer também que para legitimar nossa campanha salarial não bastará divulgar o nosso trabalho. Precisaremos assumir coletivamente a responsabilidade pela correção dos problemas relativos a regime de trabalho. Em função da crise, esta questão assume importância fundamental. Não podemos permitir que alegações de baixos salários sejam justificativas para o absentismo. Não podemos compactuar com a destruição deste patrimônio público que é a nossa Universidade. Mesmo porque, superada a crise, a sociedade nos cobrará, caso ela venha ser destruída, a nossa omissão na defesa da Universidade Pública.

Outra questão importante relacionada a corte de verbas públicas é a redução dos recursos das agências governamentais para o financiamento da pesquisa, que põe em risco a continuidade do trabalho de muitos grupos, e até mesmo a sobrevivência destes grupos, e pode desbaratar todo um patrimônio científico, cultural e tecnológico, arduamente acumulado durante muitos anos.

3 - Conclusões

Com esta breve análise conjuntural o nosso objetivo é de chamar a atenção de todos professores para as possíveis conseqüências da manutenção do atual modelo econômico-político e para a gravidade da crise que vive o país e para a profundidade de seus desdobramentos futuros. Não podemos nos iludir. A nossa campanha salarial de 83/84 será a mais difícil que já enfrentemos. As dificuldades que teremos que superar são de tal ordem que estão além das possibilidades de enfrentamento por uma categoria isoladamente. A superação exigirá o empenho firme e decidido de todos os servidores públicos. A obtenção de nossas reivindicações exigirá que o governo recue na sua política econômica, rompendo os seus acordos com o FMI. Esta tarefa exigirá a unidade de todos os servidores públicos. Os professores isoladamente na atual conjuntura, não terão forças para obter mais do que migalhas do Governo Federal que não resolverão os problemas da Universidade e serão rapidamente corroídos pela inflação.

Por outro lado, não devemos criar ilusões sobre as possibilidades concretas de uma luta unitária de servidores públicos a curto prazo. Ou seja, a unificação das reivindicações e a articulação de algumas entidades é apenas o primeiro passo de uma luta que se afigura longa e difícil. Conseguimos já algumas pequenas vitórias parciais, que se somam a um processo de acumulação de força. Entretanto, a consolidação da unidade dos servidores públicos e a construção da dinâmica de um movimento unitário capaz de desenvolver as formas de luta mais adequadas a cada momento político ainda são tarefas por resolver. Neste particular, o movimento docente em função da sua tradição de luta, de estar livre de problemas de repressão e da credibilidade pública que dispõe, poderá desempenhar um papel de fundamental importância. Nossa Associação tem desenvolvido muitos esforços neste sentido e alguns resultados já começam a surgir.

O momento político que vive o país não comporta mais soluções parciais e pequenos ajustes. Precisamos de grandes e profundas transformações. Entretanto, elas exigem a ampla mobilização de todas as forças dinâmicas da sociedade. Este processo já começa a se espocar com a campanha por eleições diretas para Presidente. O movimento docente não poderá ficar à margem deste processo. Devemos a ele nos engajar sem demora. Neste sentido, a luta pela unificação do movimento dos servidores públicos e a colocação de sua campanha salarial dentro de um eixo político que se insere dentro das lutas mais gerais da sociedade brasileira e se soma a este amplo

Continuação PÁG. 3

processo de mobilização popular é sem dúvida, uma contribuição da maior importância.

Finalmente gostaríamos de encerrar com uma questão de fundamental importância para que nossa Universidade ganhe efetivamente penetração social e credibilidade. A crise que vive o País é sem dúvida alguma a mais grave de toda a sua história e se desdobra por todos os campos de atividades econômica, política e social. Julgamos que a nossa Universidade tem um enorme potencial que pode ser utilizado tanto na análise da crise, da recessão e de seus desdobramentos, quan-

to na formulado de propostas para superação que atendam aos legítimos interesses dos trabalhadores e de conjunto da sociedade. Atualmente esta tarefa vem sendo desenvolvida individualmente por vários proles sores da UFRJ. Porém pensamos que tal atividade deveria ser institucionalizada. Entretanto, é essencial que seja ampliada ao conjunto da comunidade e não se limite simplesmente a respaldar aqueles que já abriram seus próprios espaços. Nossa Universidade tem condições para oferecer uma grande contribuição, desde que haja uma política neste sentido e um mínimo de coordenação e sistematizado.

Dezembro de 1983
Diretoria da ADUFRJ

Doutor-honoris-causa para Massera

Por iniciativa da Congregação do Instituto de Matemática foi proposta a concessão do título de doutor honoris-causa ao matemático uruguaio José Luiz Massera. Esta proposta, depois de aprovada pelo Conselho de Coordenação do CCMN foi encaminhada ao Conselho Universitário para apreciação final.

A iniciativa dos docentes do Instituto de Matemática que teve apoio maciço dos docentes do CCMN visava não só a prestigiar academicamente um grande matemático do país irmão mas também, em grau maior, a contribuir para a campanha internacional de libertação de Massera.

Há sete longos anos encontra-se o ilustre professor encarcerado no Uruguai em virtude de divergências políticas com o Governo ditatorial que infelicitava aquele país. Em favor de Massera, condenado à iníqua pena de 20 anos de detenção, se têm manifestado dezenas de personalidades em todo o mundo e dezenas de universidades vêm

pressionando o Governo Ditatorial do Uruguai para conseguir a libertação do eminente e incansável lutador.

O Conselho Universitário da UFRJ, em sessão do dia 29 de dezembro depois de ouvir emocionado e vigoroso parecer do prof. Luiz Eduardo da Silva Machado, aprovou por unanimidade a proposta da concessão do título de doutor honoris-causa ao professor Massera. Junta-se, assim a nossa Universidade à de Roma, à de Nice, à de Paris, à de Hamburgo, à de Budapeste, no movimento internacional para a libertação do professor uruguaio.

No próximo mês de maio provavelmente a concessão pública do título será festejada no Auditório do CCMN. Façamos desta cerimônia uma vigorosa manifestação pela liberdade de Massera. Que tem que vir fruto da consciência e da luta de todos os homens contrários à ditadura e ao arbítrio.

Crise?! Até quando pagaremos por ela?

Sempre é bom acrescentarmos alguns dados às nossas discussões. A tabela abaixo foi retirada da publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte "Novos Caminhos" de dezembro de 1983.

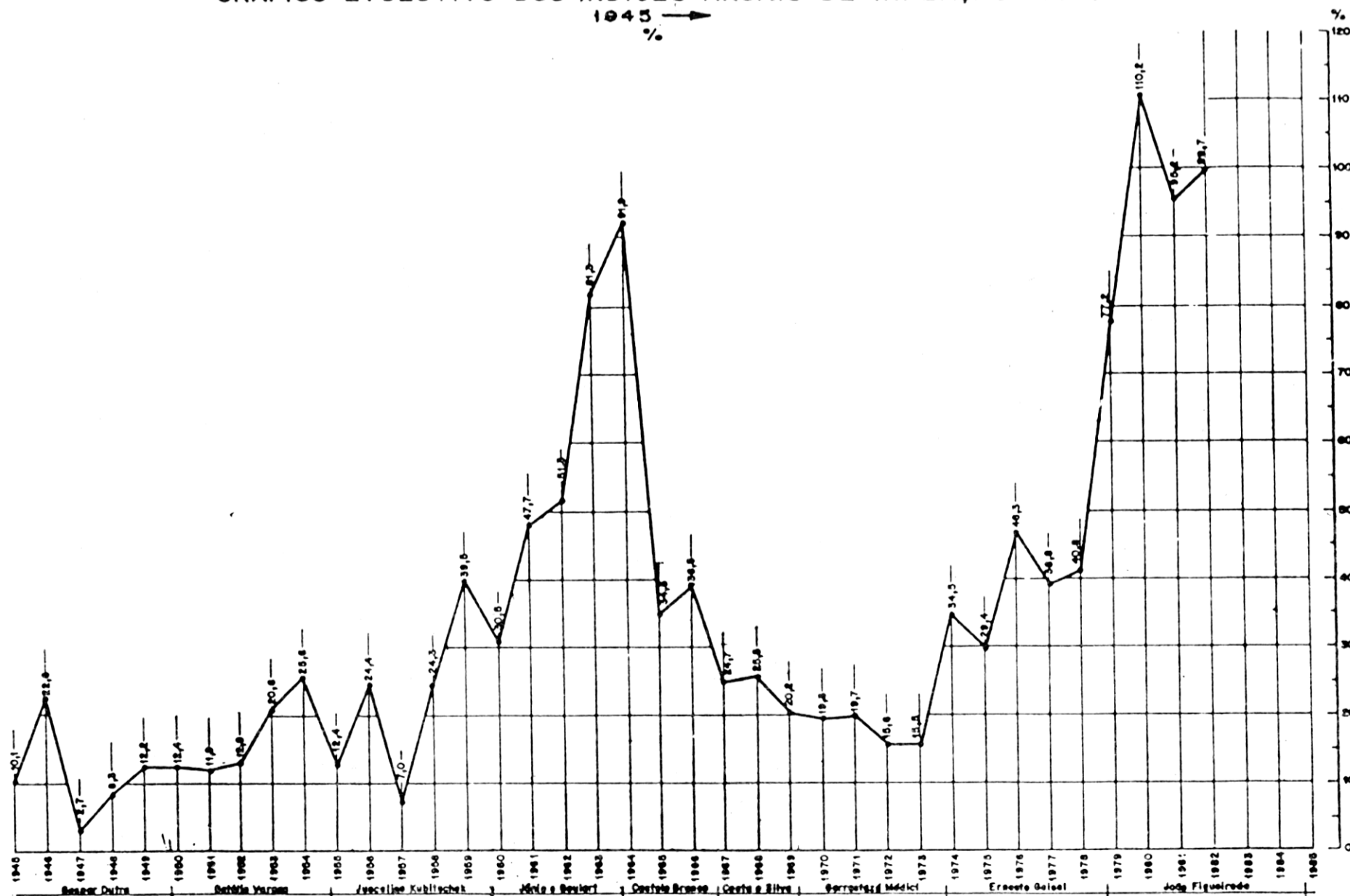
Índices acumulados de aumentos de salários saldo base e custo de vida com base nas médias dos períodos

ANO	CUSTO DE VIDA (RJ)	SALÁRIO MÍNIMO (RJ)	FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL		
			MILITAR	FUNCIONALISMO CIVIL	
				GERAL	DOCENTES
1970	100	100	100	100	100
1971	120	120	120	120	120
1972	140	143	144	144	144
1973	157	166	166	166	166
1974	201	184	199	199	199
1975	260	260	259	259	259
1976	368	375	461	337	337
1977	529	540	599	438	438
1978	734	761	827	604	604
1979	1.120	1.043	1.158	846	846
1980	2.048	1.950	1.950	1.279	1.279
1981	4.210	3.955	3.896	2.255	2.637
1982	8.335	7.868	7.909	4.275	6.292
1983 (até junho)	14.846	13.257	14.232	6.946	10.233

FONTE: Wanda Maria M. R. Paranhos in: Comparação entre Reajustes de Salários e aumentos da ORTN e do Custo de Vida. Fontes primárias: Les Diário Oficial da União e Conjuntura Econômica.

GRÁFICO EVOLUTIVO DOS ÍNDICES ANUAIS DE INFLAÇÃO (IGP)

1945 →
%



Fonte: Revista Conjuntura Econômica

Prestação de serviços: solução ou dissolução?

Horário Macedo

Numa época de crise como a dos dias de hoje a carência de verbas extras e a inexistência de recursos orçamentários faz com que o tema da prestação de serviços pelas Universidades Federais aflore repetida e fortemente em diferentes setores. Vale a pena, talvez, analisar a questão com uma perspectiva histórica, a fim de podar identificar, entre as diversas tendências, aquelas que favorecem a manutenção da universidade pública e aquelas que estimulam a privatização do ensino oficial.

A Modernização do Aparelho do Estado

A história, no caso, começa com seriedade no Governo Juscelino. Foi então a época em que o Poder Central principiou a modernizar as suas estruturas transformando fundamentalmente certos órgãos que geria diretamente. Esta transformação visava a: 1º) Dar uma estrutura empresarial capitalista a estes órgãos; 2º) Manter, de forma indireta, o controle do Estado sobre eles.

Foi assim que se criaram as empresas estatais que constituem híbridos muito peculiares: têm, por um lado a estrutura de empresas privadas e participam competitivamente do mercado que lhes é próprio; por outro lado, gozam do acesso direto ao Poder Central (ou exercem-no) e conseqüentemente recolhem benefícios imediatos desta ligação (ou ação). Dentro deste esquema organizaram-se muitas estatais, sendo que algumas constituem êxitos empresariais, enquanto outras nem tanto. O certo é que, em virtude desta concepção da estrutura do poder, o Estado tem hoje uma forte influência, e até um domínio considerável, sobre o processo geral de produção.

- Note-se, no entanto que conceitualmente esta estrutura antepõe-se à concepção do mercado "livre" e, por isso gera em seu próprio seio força que visam a desagregá-la. Esta força com o corta dos tempos, levaram o Estado a alterar a sua atividade, passando a estimular diretamente a empresa privada de certas áreas da produção dando-lhes não só o governamental, mas protegendo-as das ações da multinacionais. Exemplo atual desta forma de procedimento são as indústrias de armamentos e a do setor de informática. Esta tendência de retirada da gestão direta irá crescer na medida em que no Poder Central se fortalecerem as correntes mais conservadoras e mais ortodoxamente capitalista. E também na medida em que as correntes nacionalistas de direita forem conquistando posições.

A Universidade-Empresa

A Universidade Pública constitui, à época desta evolução que já dura uns 25-30 anos, um organismo muito especial. Alheia a qualquer caráter empresarial, sem ter qualquer tipo de atividade geradora de receita própria. Incapaz de manter-se pelos próprios recursos, era modelo exemplar de órgão a ser transformado. Não por acaso investiram então as chamadas forças "modernizadoras" contra a Universidade Pública a partir de 1964-1968. E investiram em duas frentes: uma, visando a criar um sistema de ensino superior controlado pela iniciativa privada outra, visando a transforma as Universidades Federais em empresas auto-sustentáveis (vide relatório Atcom relatório Meira Matos, etc.).

Na primeira frente o êxito foi notável. O ensino superior hoje ali cerca de 80% nu mãos privadas. A participação pública no ensino do terceiro grau não só diminuiu como está diminuindo. Não é difícil prever que ma modificação(até agora apenas quantita-

tiva, vá assumir em pouco tempo um caráter mais qualitativo. Com a crescente elevação do nível dos docentes das universidades privadas - que irão recolher inevitavelmente os excedentes do sistema de pós-graduação público - não só a qualidade dos cursos irá melhorar como também, serão criados, sem dúvida, grupos de pesquisa que irão competir acirradamente na divisão das parcas; verbas destinadas à pesquisa e ao desenvolvimento. Correspondendo esta modificação às diretrizes implícitas, ou explícitas, do Estado na área da educação superior, não é preciso muito esforço para perceber que a privatização irá receber forte apoio para melhoria e aprimoramento das universidades particulares.

Na segunda frente, a da transformação da Universidade Pública e Gratuita numa Universidade auto-sustentável, as coisas não se desenvolveram conforme os planos. A forte e ativa resistência do movimento estudantil impediu a implantação do ensino pago, condição necessária (mas não suficiente) para a auto-sustentabilidade das Universidades Públicas. Mais recentemente, a organização do movimento docente se tem, anteposto, energicamente, às tentativas de empresariar a Universidade.

A Prestação de Serviços

É neste contexto que se deve entender a questão da prestação de serviços. Esta prestação de serviços, se eventual episódica amadorística, nada representa para a Universidade e constitui apenas expediente de um ou de outro grupo particular. A prestação de serviços, com caráter empresarial quer rentabilizar a atividade docente, de modo a constituir-se elemento de auto-financiamento da Universidade. Em tese, esta possibilidade é viável. Com a condição indispensável de que a Universidade passe a atuar como empresa com características bem nítidas: ensino de extensão pago, execução sistemática de serviços assistenciais pagos, execução sistemática de rotinas tecnológicas pagas, execução de serviços de planejamento e de desenvolvimento pagos, execução de serviços de controle e de direção pagos e, sem dúvida, ensino de graduação pago. O potencial que a Universidade Pública - ou que alguma Universidades Federais - tem para ter êxito nesta tarefa é imenso. Algumas áreas são de eleição: área da saúde, área da engenharia, área da informática, área da administração, área da computação, área da química. Resolvendo a Universidade adotar esta orientação, entrando firme no mercado (com todos os requisitos profissionais mercadológicos perfeitamente definidos), não é difícil prever que em pouco tempo alguma Universidades estariam indo de vento em popa e certas áreas estariam com suas dificuldades orçamentárias resolvidas. É evidente que isto só teria êxito se a Universidade redimensionasse seus quadros (como que o Governo), realocasse seus recursos (como quer o Governo). eliminasse possíveis capacidades ociosas (como quer o Governo), a fim de poder competir de ponta com as instituições privadas de serviços.

Observe-se que o ensino de graduação pago não aparece em primeiro plano, ante esquema de "Privatização" ou de "empresariação". Entende-se: a maior parte dos recursos da neo-empresa viria da prestação de serviços em áreas diversas do ensino regular de graduação. Porém, seria inviável,

numa entidade organizada para auferir rendas a fim de sustentar-se manter por muito tempo a gratuidade de um serviço que ocuparia boa parte da força de trabalho docente.

O Financiamento como Forma de Pressão

Paralelamente às medidas que se mencionaram acima, o Governo criou o mecanismo de financiamento às atividades de pesquisa como forma de direcionar a ação das Universidades Públicas e como recurso de desobrigar-se da gestão direta.

O direcionamento das Universidades Públicas, na área da pesquisa e do desenvolvimento, fortaleceu a atividade nos setores considerados prioritários-tecnologia, agronomia, ciências da saúde, informática, administração - e deixou á mingua os setores das áreas das letras, das artes, das ciências humanas e sociais. Sob este aspecto foi um eficiente instrumento de deformação da Universidade. Porém, o seu resultado mais importante no conteúdo da política governamental é o de ter colocado a Universidade Pública diante de um dilema de natureza atroz; dilema que se multiplica quando a crise atinge a Universidade. É o dilema de arranjar os recursos que as agências financiadoras ameaçam cortar de uma hora para outra ou deixar que se afundem na penúria planos e programas executados durante vários anos. Colocados diante deste dilema, os administradores vêm-se conduzidos a apelar para a famosa "captação de verba" e passam a operar como "captadores". Primeiro, de toda as agências estatais disponíveis - federais, estaduais, municipais. Depois, os mais lúcidos, percebem o poderoso potencial de prestação de serviços que existe em certas áreas e enveredam decididamente pela sua exploração: um cursinho de extensão aqui, um outro de reciclagem de executivos ali, um terceiro de modernização de técnicas, e começam a pingar nos cofres vazios os recursos que o Governo lhe nega.

Salários e Complementações

Junte-se a tudo isto o aviltamento dos salários docentes e teremos um fator a mais para a liquidação da Universidade Pública e Gratuita. Para a melhoria dos salários, a prestação de serviços aparece como medida de salvação. Por que não receba, além do miserável salário das 40h, um extra por um curso de extensão? Por que não ganhar um extra pela execução de um serviço reafixado em função das atividades docentes normais? Por que não usa o prestígio da Universidade para conseguir bons contratos de planejamento, com boa remuneração para todos os participantes? Por que não? Por que não?

Universidade Pública e Gratuita: Por que e Como?

Diante de todas estas forças que estimulam as tendências à empresariação da Universidade Federal, cabe perguntar por que a Universidade Pública e Gratuita? Como se ter a garantia de existência desta Universidade?

A razão principal, e a mais forte, é a de que na Universidade Pública e Gratuita estão as maiores e as mais sólidas condições de desenvolvimento cultural, tecnológico e científico independente. Poderia parecer até um paradoxo que à sombra direta do Poder Central se pudesse manter, por muito tempo, uma Universidade Independente. É preciso levar em conta, porém, que o Poder

Central certamente pode muito; mas não pode tudo. E não pode aquilo que a sociedade decididamente não quiser. Ora, à sociedade como um todo, interessa a existência de uma Universidade independente, criadora, competente, crítica. À sociedade interessa ter uma produção cultural independente e original; interessa uma produção técnica e científica de alto nível e ligada aos problemas nacionais; interessa a formação de quadros de altíssima competência e portadores de uma consciência social ampla, crítica, inovadora.

A consciência de que a Universidade preenche, ou pode preencher, estas funções, foi certamente perdida. Em artigo recente, o prof. Simon Schwartzmann aponta a perda de substância do ensino do terceiro grau, pada que se deve atribuir, em primeiro plano, a perda das suas funções. A recaptura destas funções, e a superação atual da sua alienação, eis o que se coloca como problema fundamental para a Universidade.

Não serão as Universidades Particulares, nem as prestadoras de serviços empresariais, a que têm condições de efetuar esta mudança. Não pela insuficiência de potencial cultural, ou teórico ou científico, mas pela movimentação numa esfera de atividades que favorece e estimula o divórcio entre a função universitária (entendida no seu sentido mais amplo e mais alto) e a função prática que condiciona o cotidiano de cada uma. A Universidade Pública e desinteressada de ganhos tem não só as condições potenciais para efetuar a transformação, mas pode exercer uma prática cotidiana que a estimule e implante.

Claro está que não basta manter-se gratuita para efetuar a transformação. É preciso muito mais. A Universidade Pública tem que se transformar numa coisa que a sociedade encare como sua, que proteja e defenda. Como hoje a sociedade faz, por exemplo, com a Petrobrás. Numa coisa que lhe seja querida e respeitada. Numa coisa que fará dos professores universitários, entre outros. Agentes eficientes da transformação social do País.

Esta parece ser a função que temos que realizar nas Universidades Federais. A de mostrar à sociedade, pelo nosso trabalho, que somos parte importante dela, que dela queremos força e produção, pois a ela podemos retribuir com a formação de quadros voltados para a resolução dos problemas do Brasil com a execução de programas de pesquisa (entre muitos outros) que beneficiem direta e imediatamente a amplas camadas da população: com a criação de tecnologia independente e adaptada às nossas necessidades, livre de atrelamento servil às multinacionais; com a execução de programas assistenciais e de extensão que coloquem a Universidade no centro de algumas questões candentes da vida diária da população.

Este caminho é um caminho difícil. Na crise de hoje, mais difícil ainda. O da prestação de serviços é muito mais fácil. E levará à dissolução da Universidade Pública e Gratuita.

Entre os dois, a escolha tem que ser feita. Sem meias-tintas nem meias-medidas. Aqui a agora

Nota da Diretoria e do Conselho da ADUFRJ sobre o curso de extensão em Análise e Programação (NCE/UFRJ)

No momento de crise em que vivemos é fundamental que toda a comunidade universitária se conscientize da necessidade de defender a nossa Universidade Pública e Gratuita do desvirtuamento de sem objetivos e da filosofia de trabalho.

É importante frisar que consideramos, tanto o oferecimento de cursos de extensão, quanto a prestação de serviços, atividades essenciais a uma Universidade socialmente viva e atuante. O que

se coloca fundamentalmente é o risco de se oferecer tais atividades a qualquer preço e com único objetivo de arrecadar recursos, o que varia, sem dúvida, ao desenvolvimento de espírito empresarial, totalmente contrário aos princípios de uma Universidade Pública e Gratuita, mantida pelo Estado, a quem cabe a responsabilidade pelo fornecimento de todos os recursos necessários ao seu pleno funcionamento.

Hoje é essencial se contrapor a política do MEC de transferir para a Universidade a responsabilidade pela sua manutenção financeira.

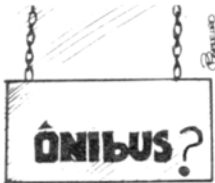
Por outro lado, consideramos que as atividades de extensão são desdobramentos naturais da atividade de ensino e pesquisa desenvolvida pelas unidades Federais, o oferecimento de cursos de extensão deve ser necessariamente vinculado às atividades programadas dentro da política de en-

sino e pesquisa de cada unidade. Logo, neste contexto o oferecimento de cursos de extensão de longa duração não deve ter conteúdo semelhante ao de curso de graduação ou pós-graduação (estruturo-senso) já oferecidos em alguma unidade.

Em função das considerações expostas, nos opomos veementemente ao oferecimento do curso de extensão em Análise e Programação em tantos propostos pelo NCE/UFRJ.

Documento entregue à CTC, Metrô e Secretaria de Transportes

"Campanha Fundão quer Condução"



A campanha "Fundão quer Condução" é fruto da inexistência de um Sistema de Transporte Coletivo eficiente e confiável para o atendimento da comunidade universitária (alunos, funcionários e professores da UFRJ, funcionários dos tires centros de pesquisa aqui localizados, famílias residentes na Vila de Funcionários e usuários eventuais que por motivos diversos vêm ao fundão (inclusive a procura de atendimento no Hospital Universitário).

Basicamente a campanha tem dois objetivos:

- de curto prazo, visando sensibilizar o Governo Estadual (órgãos e empresas ligados ao setor de transporte público), visando sensibilizar a alta direção da UFRJ e também as empresas concessionárias de modo a se obter uma melhoria imediata do sistema atual;

- de médio prazo decorrente de estudos técnicos a serem desenvolvidos de modo a permitir um processo de planejamento de transportes que forneça proposições de medidas globais que tornem o sistema eficiente para os usuários e que leve em conta a atratividade para os operadores do sistema.

Assim posto, nesta fase inicial da campanha são colocadas algumas reivindicações mínimas que permitam melhorias de acesso saída e locomoção interna dos usuários do sistema.

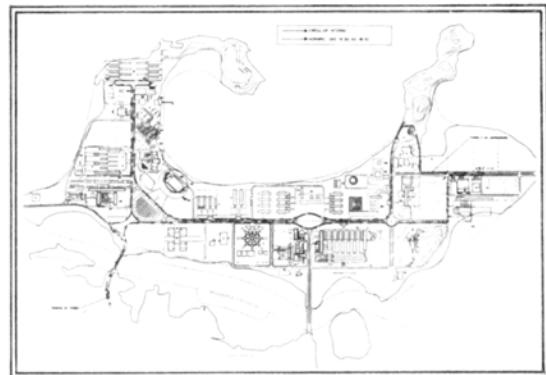
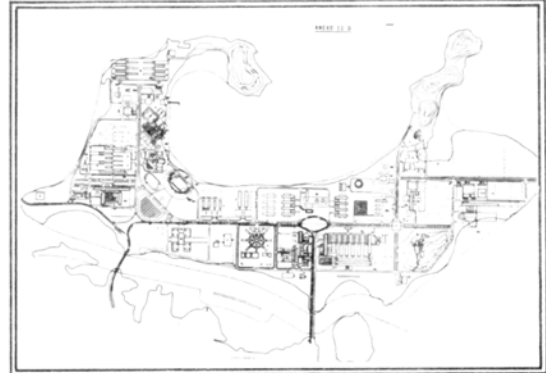
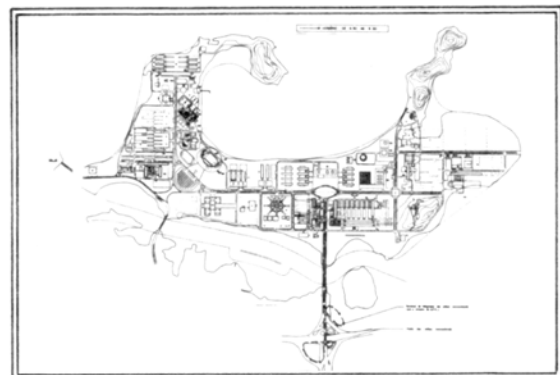
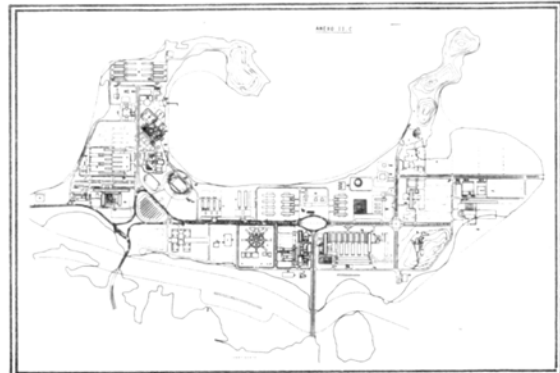
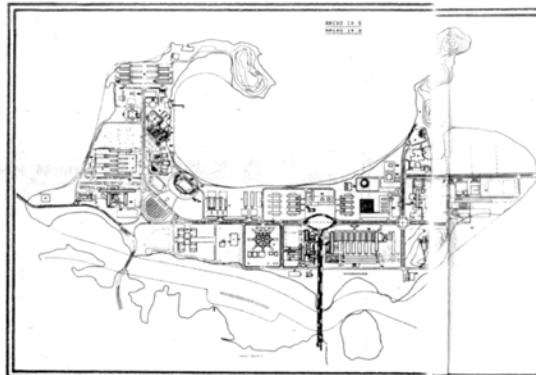
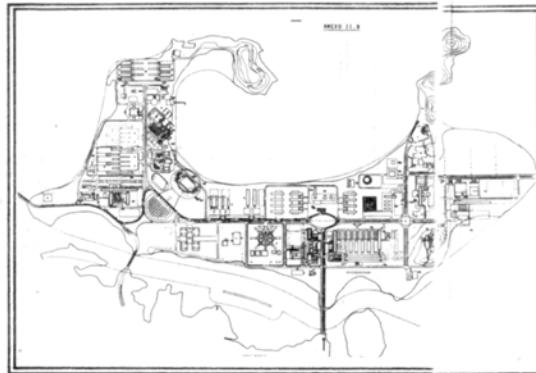
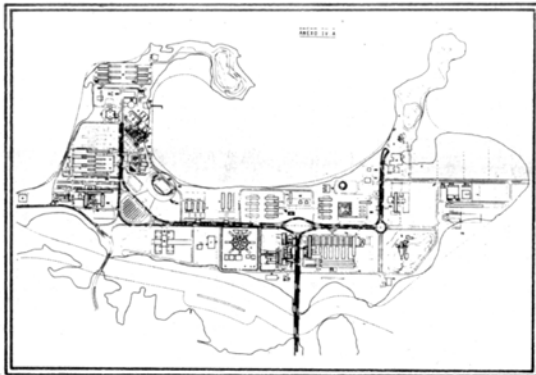
O Anexo I indica a oferta de transporte público prevista para o atendimento da Ilha Universitária. Este nível de oferta, além de não corresponder a oferta real é por si mesmo insuficiente para atender a demanda atual, principalmente porque:

- Não há cumprimento de horário; frequências e itinerários na quase totalidade das linhas (exceção da 485) e algumas poucas foram suspensas por decisões unilaterais.

- O nível de oferta prevista está desatualizado em relação ao processo de urbanização e ocupação da Ilha Universitária, não levando em conta o aumento da demanda.

- O achatamento de salários aliado ao aumento do preço da gasolina provocou considerável transferência da modalidade de carro próprio para transporte público e o efeito não foi tomado em consideração.

- A oferta prevista, resultado de entendimentos entre Universidade, órgãos permissionários e empresas concessionárias, parece não corresponder às necessidades dos usuários que em última análise são penalizados por um sistema de transporte



inadequado.

As soluções de curto prazo aqui propostas resultam da constatação de fatos (estudos técnicos constituem a próxima etapa) e se baseiam principalmente na reconciliação de interesses de usuários e de empresas concessionárias:

- O usuário em linhas gerais quer opções confiáveis de acesso, de saída e de circulação no Fundão a preços compatíveis. Este processo de movimentação é muitas vezes penoso no que diz respeito a espera de condução e também na busca de solução alternativa da "carona" em que está sujeito a riscos de atropelamentos e assaltos. Três picos de demanda são evidentes durante o período letivo: manhã - 7:00 - 9:00 horas acesso meio-dia - 11:30 - 13:30 horas acesso - saída e circulação tarde- 16:30- 18:30 horas saída.

- Os empresários por outro lado, objetivando o lucro só têm interesse em operar o Fundão nas horas que lhe propiciem a rentabilidade que a linha normal não lhe proporciona, ou seja:

- As linhas que operam a Ilha Universitária, são linhas normais nem frequências e itinerários definidos e que desviam ou estendem este itinerário normal para fazer o circuito do Fundão segundo frequências teóricas (no papel) mostradas no Anexo I.

- O acesso e/ou saída da Ilha são feitos pela Av. Brigadeiro Trompowski e/ou Av. 06 e a circulação interna é feita por vias

principais e secundárias da Cidade Universitária. Esta operação acarreta um aumento no percurso normal entre 14 km e 16 km (dependendo da linha) e um acréscimo no tempo de viagem da ordem de 20m. A reação contra a circulação dentro da ilha não fica restrita apenas aos empresários, se estendendo também a motoristas e usuários das linhas normais que por desconhecimento ou distração tomam o ônibus via Cidade Universitária. Houve manifestações de diversos conflitos verbais envolvendo motoristas, trocadores, usuários internos e externos e os motivos principais têm sido encurtamento do itinerário e o não parada nos pontos de embarque ou desembarque.

A atratividade da operação para empresas privadas pode ser aumentada nem a redução do percurso no interior da Ilha e conseqüente redução no tempo de viagem. São previstas como alternativas as seguintes alterações:

- **ALTERNATIVA I** - Para os ônibus vindos pela Avenida Brasil nem destino a Ilha do Governador, bairros da Leopoldina ou outros destinos. O trajeto é mostrado no Anexo II. A. Os ônibus entrarão e sairão pela Av. 06 parando no terminal rodoviário (indicado pela seta) a ser construído pela UFRJ Neste caso, a coleta interna de passageiros será feita por ônibus de circulação interna (abordado posteriormente). Esta alternativa apresenta as seguintes vantagens:

- acréscimo de pouco mais de 3 km no

percurso normal e de cerca de 5 minutos (inclusive parada no terminal), no tempo de viagem;

- para ônibus que se destinam a Ilha do Governador não há perda de demanda no trecho cortado do itinerário normal;

- novas linhas com origem na Zona Sul ou Centro poderiam desviar o itinerário em troca de maior utilização dos veículos, tendo em conta que o pico de demanda da Cidade Universitária é o inverso do destas linhas.

- **ALTERNATIVA II** - Para ônibus com destino a Ilha do Governador. O trajeto é mostrado no Anexo II. B. Nesta alternativa há um ganho no tempo total de viagem mas, com perda de demanda no trecho entre Av. 06 e Av. Brig. Trompowski para as empresas mas com ligeira melhoria para os usuários internos.

- **ALTERNATIVA III** - Para ônibus que tem atualmente origem na Ilha do Governador e destino para Madureira (caso do 910) ou para os ônibus que se destinam ao centro e circulam a Cidade Universitária. O Anexo II.C mostra o itinerário interno para estes ônibus. Neste caso, não há perda da demanda do trecho entre Av. Brig. Trompowski e Av. 06, mas aumento do tempo de viagem em relação ao itinerário apresentado no Anexo II. D previsto para os ônibus que se destinam ao centro.

- Outras alternativas envolvendo Empresas-privadas podem ser aqui apresentadas mas estes em análise preliminar

são as que se apresentam como as mais promissoras de ser implementadas em curto, espaço de tempo. Prevê-se que a frequência das linhas, possa ser aumentada substancialmente, principalmente nos horários de pico sem aumento de risco da operação por parte das empresas (os acréscimos em relação as linhas normais estariam entre 3 e 5 km e 5 e 8 minutos).

Novas linhas podem incluir o roteiro Cidade Universitária beneficiando grande número de usuários (por exemplo, residentes em Laranjeiras, Lapa, etc.).

- **ATENDIMENTO DA CIRCULAÇÃO INTERNA** - Como previsto anteriormente a linha 912-Circular Interna passaria a ter além do papel atual de locomoção interna, também o papel de alimentar as linhas de acesso e saída e da integração nem o METRO. Prevê-se novo itinerário para a linha como mostrado no Anexo II e aumento da frequência que passaria a ser de um ônibus a cada 5 minutos nos horários de pico da demanda e 10 minutos nos outros horários, nos saída e chegada no Terminal Rodoviário. Espera-se que esta linha venha a ser operada preferencialmente pela CTC com a entrada em operação da linha M-92 integração Metro Maria da Graça.

- **INTEGRAÇÃO COM METRO** - A integração Metrô-Ônibus com a operação da linha M-92, Maria da Graça Cidade Universitária, é prevista desde o governo passado. A Comunidade Universi-

tária não entende a protelação da implementação da linha, na medida da também é vantajosa para o tendo em conta que os picos de anda são inversos aos normais do e que gerarão um aumento das receitas desta companhia. Reclamamos a entrada em operação da linha para já, pois ela oferece um número elevado de para diferentes zonas da cidade. Prevê-se para esta linha duas alternativas de itinerário: a apresentada no IV. A, trafegando nas vias principais do Fundão e a apresentada no IV. B, com início e término no Terminal Rodoviário. Prevê-se que o itinerário externo da linha seja o de menor circuito e frequências de 5 minutos no horário de pico e 10 minutos em outros horários.

- **CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO** - Em entendimentos atidos com o Reitor e Prefeito desta entidade, discutiu-se a localização e construção do Terminal Rodoviário da ilha. Ficou acertado que a Reitoria assumiria os encargos de construção do Terminal que ficará localizado em frente a a destinada à construção da futura atalaça da Reitoria e Administração superior (local indicado pela seta nos "diferentes anexos).

- Esta proposição tem por objetivo detalhar e explicitar a reivindicação contida no abaixo assinado encaminhando ao Governada Leonel Brizola e, devem ser entendidas como proposições para base de discussão.

- Também o Presidente da CTC, Altair Campos, prometeu a colocação de 4 ônibus da empresa para a operação de circulação interna da Ilha em intervalos de 5

"O Fundão quer Condução"

A Campanha "O Fundão quer Condução", promovida por entidades representativas de alunos, funcionários e professores da UFRJ, teve início, com seu lançamento no dia 1er de dezembro de 1983 no auditório do Centro de Tecnologia.

Estiveram presentes à cerimônia representantes de órgãos Governamentais ligados ao setor de transportes públicos e representantes da Direção da UFRJ: Presidente do Metrô, Oswaldo Gudole Aranha; Presidente da CTC, Altair Campos; representante da Secretaria de Transportes, Walter Moraes Jr; Prefeito da Cidade Universitária, Carlos Fernando da Silva; Representante do Reitor, Amaranato Lopes Pereira. Decano do Centro de Tecnologia.

Durante a realização do ato o Presidente do Metrô, Oswaldo Aranha, prometeu iniciar a operação da linha M-92 (Integração Metrô-Ônibus ligando o Terminal do Fundão a Estação de Maria da Graça) em março de 1984 no reinício das aulas. A frequência prevista é de 12 ônibus por hora nos horários de pico e de 6 ônibus por hora nos demais horários entre as 6:00h e 19:00h.

Também o Presidente da CTC, Altair Campos, prometeu a colocação de 4 ônibus da empresa para a operação de circulação interna da Ilha em intervalos de 5

ou 10 minutos (Horário de pico e fora de pico respectivamente).

Em contra-partida a UFRJ comprometeu-se a construir um terminal rodoviário em frente aos centros da Tecnologia e de Ciências Matemáticas e da Natureza.

A construção deste terminal encontra-se em fase de estudos técnicos e tem início de construção previsto para janeiro de 1984.

Em gestões posteriores realizadas junto a reitoria e prefeitura da cidade Universitária, definiu-se a operação gratuita dos azules da Universidade para circulação externa via Av. Brasil de acordo com o esquema acertado com o Prefeito Carlos Silva:

Circular externo: (CT-Av. Brasil com volta pela Vila do João) de 6:00 às 10:00h, 1 carro a cada 15 minutos, percurso de 8 Km

Circular externo: Com percurso integral do interno e saída para Av. Brasil (via relógio), percurso 15 Km.

De 16:00 às 19:00h, 1 carro a cada 10 minutos.

Circular Interno: Percurso de 12 Km no interior da Ilha Universitária

10:00 às 12:00, 1 carro a cada 20 minutos

12:00 às 14:00h, 1 carro a cada 10

minutos

14:00 às 16:0h, 1 carro a cada 20 minutos

19:00 às 01:00 h, 1 microônibus a cada 30 minutos.

Platão de emergência entre 01:00h e 06:00 h

1 Kombi que ficará localizada perto da prefeitura da UFRJ.

A operação deste serviço, implica em um percurso total mensal de arca de 1.300 km com custo de combustível de turca de Cr\$ 1.300.000,00 considerados apenas os dias úteis.

Está em aludo o esquema para forais de semana e feriados, que objetiva principalmente atender à Vila Residencial e Alojamento dos estudante.

A principal dificuldade para utilização dos ônibus de Universidade está na falta de motoristas (funcionários da UFRJ), disponíveis paz esta operação.

Soluções alternativas serão tentadas, tais como contratação de pessoal, empréstimo de profissionais da CTC entre outras. Prevê-se que em meados de janeiro de 1984, os veículos da Universidade entrem em operações.

Também com o objetivo de definir e analisa vário alternativa visando á melhoria do acesso á cidade Universitária para seus funcionários, alunos e profes-

sores, tanto em termos de tempo de viagem como de custo (tarifa) de transporte, o Programa de Engenharia de Transportes da COPPE/UFRJ iniciará em janeiro de 1984 um estudo de integração intermodal para os transportes para a Ilha do Fundão. Este estudo a ser apresentado A Secretaria Estadual de Transportes a partir de investigação de alguns elementos, tais como:

- Repartição geográfica e temporal (características da hora de pico) da demanda;

- Sistema de Transporte Coletivo servindo a Ilha, atualmente.

- As medidas previstas a serem implementadas em curto prazo e envolvendo um mínimo de recursos devem ser do tipo:

- Análise da implantação da linha M. 92, de forma a atenda a demanda das zonas Sul, Centro e Norte e proposição de medidas de integração tarifária;

- Modificação de itinerários de linhas atuais e das passíveis de atender a Ilha do Fundão, de forma a tornar este serviço mais atrativo para a empresa;

- Prolongamento de linha, de forma que tenham ponto terminal dentro da Ilha Universitária;

- Melhoría do calçamento e da sinalização das via internas e da pista de acesso direto a bonussucesso.

Nota da Diretoria - 14 - novembro - 1983

A diretoria da ADUFRJ expõe nessa nota algumas ponderações para reflexão sobre nosso movimento.

As questões aqui levantadas dizem respeito apenas a condução da luta salarial e a problemática do corte de verbas públicas que atinge a Universidade Autárquica. Com estes objetivos julgamos importante fazer uma avaliação de todo processo que resultou na paralisação do dia 25/10/83. Outros pontos importantes do nosso movimento que são as questões internas de nossa Universidade, como transportes, condições de trabalho, regime de trabalho, carteira do magistério, financiamento ao ensino e pesquisa não são aqui abordados. No manifesto do lançamento da nossa chapa e no editorial do boletim da ADUFRJ nº 21, fizemos algumas considerações sobre esta problemática. Devemos continuar a discussão de como encaminhar estas questões.

Queremos explicitar possíveis erros que estão sendo cometidos por nosso movimento.

A assembleia do dia 19/10/83 aprovou a paralisação por 24 horas no dia 25 de outubro nas seguintes circunstâncias:

1 - A discussão sobre o conteúdo da paralisação ainda não havia sensibilizado o conjunto dos professores. Além disto, como indicaremos abaixo, mesmo entre os poucos colegas que participaram das discussões havia divergências quanto a este conteúdo.

2 - A assembleia foi realizada com 50 professora antecedida de poucas reuniões de unidades (nove) mim a presença de um número reduzido de colegas.

Quanto a estas questões nossa diretoria propôs naquela assembleia que:

a) Consideramos fundamental que haja 1 (um) dia nacional de paralisação da Universidade Brasileira. Esta paralisação faz parte da luta em defesa da não deterioração galopante de nossos salários, o que acontecerá com os dispositivos do Decreto-lei 2045. Ao mesmo tempo, toda a política de submissão e de acordo com o FMI, reduz as verbas para a educação e particularmente, para a Universidade Autárquica. Devemos qualificar este dia nacional de paralisação da Universidade Brasileira como sendo um protesto contra o 2045 e todas as medidas equivalentes da proposta salarial do Governo, bem como um protesto à atual política econômica de submissão ao FMI, corte nos gastos públicos e todas as reivindicações (vide boletim nº 21) da greve geral decretada pela CUT com exceção de: não pagamento da dívida externa. Esta nossa paralisação não é por tempo indeterminado para a obtenção das reivindicações tal como proposta pela CUT.

b) Que se vote hoje, 19 de outubro, pela paralisação do dia 25 de outubro, desde que se possa avaliar que esta decisão esteja sendo tomada por uma assembleia representativa, considerando-se também os informes das unidades.

c) Se a assembleia de 19 de outubro for pouco concorrida, devemos marcar outra para 24 de outubro, mobilizando os professores através de reuniões nas unidades, centros, etc

Estas nossas posições estão coerentes com a importância que damos à mobilização, na atual conjuntura, a Universidade Brasileira, que, em conjunto com os demais segmentos da sociedade, pode contribuir para a superação dos problemas que o País enfrenta, e que, consequentemente, atingem de forma dramática o setor da Educação.

A diretoria da ADUFRJ está convicta de que na atual conjuntura a nossa campanha salarial e a sobrevivência

da nossa instituição. Não podem ser lutas desvinculadas de outras categorias. Neste sentido devemos procurar formas que se somem ao conjunto de todos os setores sociais que explicitamente se manifestam pela mudança da política econômico-financeira.

Para viabilizar as questões abordadas anteriormente consideramos fundamental discutir o papel das diversas instâncias do movimento docente. Neste sentido expomos o processo que resultou na deflagração da paralisação de 25/10/83.

1 - O CONAD aprovou um indicativo as AD's de 1 (um) dia nacional de paralisação em 25/10/83. Neste CONAD a ADUFRJ propunha em lugar de indicativo que as AD's discutissem ou realizassem assembleias até o dia 20/10/83 em face da desestabilização e da completa falta de discussão entre os professores das propostas e teses do movimento sindical incluindo a greve geral aprovada pelo CONCLAT de São Bernardo. A ANDES deveria, após as assembleias, fazer ou (não) o indicativo de paralisação. A proposta aprovada no CONAD se constituiu num erro que se tornou óbvio quando posteriormente apenas 3 AD's paralisaram no dia 25 de outubro. Entre elas, a UFRJ.

2 - O encaminhamento das resoluções do CONAD adquiriu cenas características que levaram a confusão entre a paralisação de 24 horas proposta e a greve geral por tempo indeterminado encaminhada pela CUT além de tornar ambíguo o conteúdo da paralisação, uma vez que noto foram assumidas explicitamente as reivindicações aprovadas no CONCLAT de São Bernardo. Apesar disto, o boletim da ANDES na 16, de outubro de 1983, colocava em sua manchete de 1ª página "Professores na Greve Geral contra a política econômica do Governo" se contrapondo à resolução aprovada de paralisação por 24 horas. Tradicionalmente a paralisação no movimento docente tem um caráter bastante diverso da Greve Geral.

3 - Outra contradição foi a nota da diretoria da ANDES de 20/10/83 após a CUT ter recuado da greve geral. Esta nota na Integra foi a seguinte; considerando:

1 - A rejeição dos decretos 2045 e 2036 pelo Congresso Nacional;

2 - a decisão da CUT e do conjunto das entidades sindicais empenhadas na Greve Geral do dia 25/10/83 em suspender esta forma de luta, substituindo-a por outras formas de manifestação;

3 - a decretação das medidas de emergência no Distrito Federal pelo Governo, a ANDES sugere;

a) manutenção da paralisação indicada no CONAD, entendendo que ela não se esgota no 2015, mais se dirige contra toda política recessiva que neste momento traduz no novo Decreto de arrocho salarial 2064, hoje publicado e considerando a importância de uma mobilização nacional firme contra as medidas de coerção decretada em Brasília.

b) onde não for possível a paralisação, desenvolva outras formas de manifestação em conjunto com o movimento sindical e social no dia 25, participando de modo unitário dos eventos programados em cada local.

c) associar os eixos de protestos contra a poética recessiva e contra a decretação das medidas de emergência à reivindicações específicas de cada local, com a divulgação de (documentos que reúnam estes pontos.

Todos esses fatores fizeram com que tosse pouca participativa e confusa a paralisação em nossa Universidade.

Nossa luta salarial neste ano e no próximo ano deve

ser conduzida de acordo com a atual conjuntura. Todos nós sabemos que nossos salários estão radicalmente aviltados (VIDE ESTUDO ANEXO) e estarão muito mais no próximo ano. Além disto, o cone de gastos públicos proveniente dos acordos com o FMI, do qual o Decreto-lei 2065 é peça fundamental tornará ainda mais reduzidas as verbas para nossas Universidades.

O que devemos e podemos fazer frente a essa situação? Em primeiro lugar mobilizar todos os colegas para buscar formas de luta e participação que contribuam para a superação da crise econômica-política-social. Neste sentido duas tarefas se destacam: a reunificação do movimento do funcionalismo público e a reunificação do movimento sindical. A este respeito são promissoras algumas decisões básicas do CONCLAT realizado em Praia Grande nos dias 4, 5 e 6 de novembro, como por exemplo:

1 - "Estabelecer a partir desta data, o Estado de Mobilização Permanente dos trabalhadores pela mudança imediata da política econômica. O Estado de Mobilização Permanente constará de manifestação e outras atividades, que acumulem forças e façam crescer a organização e mobilização dos trabalhadores no sentido de novas jornadas de lutas nas quais o movimento sindical utilizará a arma da greve geral, se for necessária, hipótese para qual os trabalhadores devem preparar-se. A data da votação do Decreto-lei 2065 será o primeiro passo desse Estado de Mobilização Permanente que será marcado pela realização de manifestações nos Estados e pela presença em Brasília de representantes do movimento sindical. Para a realização com amplitude e unidade dessa jornada de luta deverá a Coordenação eleita neste Congresso promover entendimentos com os partidos políticos e demais entidades populares e democráticas".

2 - "Uma das tarefas mais importantes do Conselho eleito neste Congresso é o entendimento e diálogo com todo Movimento Sindical e preparar a realização no momento oportuno e no máximo em dois anos, de um novo Congresso Nacional com a participação da esmagadora maioria das entidades, procurando assim unificar organicamente o movimento sindical para fortalecer a classe trabalhadora. Neste sentido, o Conselho eleito neste Congresso deve procurar o entendimento com os setores do movimento que aqui não vieram para, desde já, unificar na prática as lutas concretas dos trabalhadores.

3 - "Finalmente, cabe ainda considerar a necessidade da luta pela reunificação do movimento sindical brasileiro. Para levar avante com sucesso a luta dos trabalhadores está na ordem do dia a construção e defesa do movimento sindical unitário, livre dos prejuízos do partidarismo, do paralelismo e pluralismo sindical".

Consideramos que é imprescindível que a ADUFRJ se incorpore a Intersindical do Rio de Janeiro que é um fórum privilegiado, órgão onde estão representadas as diversas tendências existentes no movimento sindical do Rio de Janeiro. Entendemos que dessa maneira criaremos condições para nos unir aos movimentos e manifestações concretas das demais categorias dos trabalhadores.

Nossa participação na Intersindical do Rio de Janeiro será profícua a medida que poderemos também contribuir enquanto Universidade na superação dos diversos problemas da classe trabalhadora.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 1983.

Pela Diretoria da ADUFRJ
JOEL REGUEIRA TEODOSIO
Presidente da ADUFRJ

ANEXO

Evolução dos Salários dos Professores das Universidades Federais Autárquicas — Março 79/Dez 83 — (segundo prof. João Sabóia — FEA — UFRJ)

Meses	Taxa de Reajuste	Índice de Salário Nominal	Índice do INPC	Índice de Salário Real
Mar 79	40%	100	100	100
Jan 80	25%	125	159,9	78,2
Mar 80	25%	156,3	174,4	89,6
Jan 81	106,3% (*)	322,3	312,1	103,3
Jan 82	82%	586,7	602,8	97,3
Mai 82	40%	821,3	757,2	108,5
Jan 83	40%	1.149,9	1.229,4	93,5
Jun 83	30%	1.494,8	1.750,8	85,4
Set 83	—	1.494,8	2.386,0	62,6
Dez 83	—	1.494,8	3.175,8 (**)	47,1

Obs.: (*) A taxa de reajuste de Janeiro de 1981 foi calculada pela média das taxas obtidas pelas diversas categorias de docentes em função da aprovação da nova carreira do magistério.
(**) Supôs-se uma taxa média mensal de 10% para o INPC durante o último trimestre de 1983.

Resultados da reunião do C.T. de 27/outubro/83

PAUTA: REGIME DE TRABALHO (PRÓXIMA REUNIÃO - 30/NOVEMBRO/83 - 4ª FEIRA - 14:00 HORAS SALA F-214)

Por convocação de representantes da ADUFRJ, de chefes de departamento, coordenadores de cursos, diretores, vice-diretores e diretores adjuntos de unidades, bem como de representantes em órgãos colegiados do CT e no conselho universitário, foi realizada no dia 27 de outubro uma reunião de professores do CT, com a seguinte pauta:

1 - Quais os regimes de trabalho que mais convém às atividades do Centros de Tecnologia e neste sentido, quais as modificações que devem ser pleiteadas, em termos da atual carreira do magistério;

2 - Mantida a atual carreira do magistério, quais as medidas a serem tomadas para o aproveitamento integral da capacidade docente;

3 - como devem ser encaminhadas as questões de gratificação.

À reunião compareceram 54 colegas, e os seguintes membros da CPPD. Convidados a mesa: Chafi Haddad (sub-reitor de patrimônio), Virgílio J. Pinheiro (sub-reitor de pessoal), Ana Maria Castro (Vice presidente da CPPD

e Alexandre Cardoso (membro da CPPD).

No início da reunião, a CPPD apresentou a tabela anexa, de lotação docente nas diversas unidades do Centro de Tecnologia.

Durante os debates, A CPPD mostrou-se vivamente interessada em discutir essas questões em toda a UFRJ.

Quanto ao 1º ponto de pauta, decidiu-se encaminhar as seguintes opiniões:

a) Para o CT é conveniente contar, com os dois tipos de regimes de trabalho na carreira do magistério: o docente de 40 horas(ou 40 - DE), e o docente que recebe pelos serviços prestados(números de horas de aula que leciona ou qualquer outro tipo de trabalho).

b) Quanto ao docente 40 horas, torna-se necessário o plano de atividades de ensino, pesquisa e extensão e administração, aprovado pelo departamento. Este plano deve especificar também as atividades nos meses de férias escolares.

c) Quanto ao regime por serviços prestados, o docente teria contrato de trabalho CLT com a UFRJ, percebendo vencimentos de acordo com o número de horas de aula dadas. A carga horária seria variável, de acordo com

as necessidades do departamento e a disponibilidade do docente.

d) Foi explicitado que o regime de 20 horas não condiz com as necessidades do CT e deve ser eliminado.

Quanto ao 2º ponto de pauta, decidiu-se encaminhar aos departamentos, órgãos colegiados, congregações do CT, conselhos universitário, CEG, CEPEG, etc, as seguintes sugestões:

a) Deve haver um controle efetivo por parte destes órgãos, para o cumprimento do regime de trabalho, dos planos departamentais, e dos relatórios departamentais.

b) Os planos departamentais e os relatórios devem ser publicados e distribuídos a todos os docentes.

c) Os planos individuais de cada docente devem ser afixados nos respectivos departamentos, constando o local de exercício de cada atividade especificada no plano.

d) Verificou-se que as congregações, por sua composição, não refletem a realidade atual do CT. Neste sentido, decidiu-se discutir uma nova composição para as mesmas a ser encaminhadas à reunião do Conselho Universitário que está reformulando os estatutos.

e) A grande maioria dos presentes não concordou com a tese de que os baixos salários atuais e a falta de condições de trabalho sejam desculpas válidas para o não cumprimento do regime de trabalho e para a não dedicação do docente, embora todos concordassem com a importância das lutas por melhores salários e condições de trabalho.

Quanto ao 3º ponto de pauta, não houve tempo para discussão, ficará para a próxima reunião.

Decidiu-se também encaminhar toda esta discussão a cada departamento.

Pauta para a próxima reunião:

1 - Balanço das discussões nos departamentos;
2 - Continuação da discussão;
3 - Propostas de encaminhamentos para as diversas questões;

4 - Propostas para modificação da composição da composição das congregações e dos diversos órgãos colegiados, a serem encaminhadas ao conselho universitário, que está reformulando os estatutos da UFRJ.

(a) JOEL REGUEIRA TEODÓSIO
Presidente da ADUFRJ

Relatório preliminar de Praia Grande

Em virtude da absoluta falta de tempo para um Relatório mais detalhado e convictos da importância de divulgar os resultados mais significativos do Congresso das Classes Trabalhadoras realizado em Praia Grande. São Paulo, entre 1 a 6 de novembro de 1983. resolvemos escrever um Relatório preliminar contendo a nossa avaliação sobre as resoluções que julgamos mais importantes para o momento político que vive o País. Neste sentido. transcrevemos na íntegra a "Carta de Praia Grande" que, em nossa opinião, contém a síntese das Resoluções mais importantes e reflete de maneira bastante realista e objetiva o espírito do Congresso.

O CONCLAT de Praia Grande contou com a participação de 1258 entidades e 4254 delegados, sendo 2346 de diretoria e 1908 de base.

Dos delegados presentes 51,6% pertenciam a Sindicatos rurais e 35,5% a urbanos, enquanto as camadas médias assalariadas compareceram com apenas 5% dos delegados.

Em termos de entidades participaram do CONCLAT: 6 confederações, 12 federações nacionais, 7 federações intersindicais, 3 sindicatos de base nacional, 47 federações estaduais, 43 associações pré-sindicais urbanas e 1 rural. 30 entidades estaduais de funcionários públicos e 11 associações estaduais, 308 sindicatos de trabalhadores na indústria e nos serviços básicos, 671 sindicatos de trabalhadores rurais, 223 entidades de trabalhadores no setor terciário e 42 entidades representando as camadas médias assalariadas.

Estes números mostram a representatividade do Congresso em termos das categorias representadas Sem dúvida o maior peso coube aos trabalhadores rurais e aos setores operários do movimento sindical urbano. Este perfil x refletia na própria composição dos delegados em termos de idade e sexo. com ampla predominância masculina na faixa dos 40 anos.

Também se refletia na própria dinâmica do Congresso, que x caracterizou pela prática deres movimentos. Entretanto, apesar da incompreensão de muitos delegados deste fato, principalmente aqueles que representavam movimentos de trabalhadores intelectuais, o Congresso foi bastante participativo, o que se configura no grande número de modificações aprovadas para as teses apresentadas pela Comissão Organizadora que as modificaram profundamente em muitos pontos fundamentais.

Julgamos que pontos altos do Congresso foram a vitória das teses da unicidade sindical e da necessidade da unificação urgente de toda os setores dinâmicos da sociedade brasileira a partir

das lutas concretas dos trabalhadores pela superação da crise, e no reconhecimento que as dificuldades

que enfrentam os trabalhadores são de tal ordem que exigem a ação unitária de todos os setores

É importante ressaltar que no Congresso venceram as posições das foras mais dinâmica e combativas, que se opuseram ao "discurso da unidade" que encobria uma prática sectária e aparelhista que transferia toda a responsabilidade pela divisão aos setores ligados a CUT e colocavam como pressuposto para a unificação a inteira subordinação da CUT aos grupos representados no Congresso de Praia Grande. Venceu, portanto, a posição consequentemente de que unidade se constrói na prática das lutas concretas dos trabalhadores e não a partir de uma discussão abstrata de concepções políticas.

Estas posições estão muito claras nos trechos a seguir, retirados das resoluções do Congresso:

1) "... a incompreensão do caráter fundamentalmente independente do movimento e das entidades sindicais por parte de algum setores levou a um processo de partidização que contribuiu enormemente para a divisão e o treinamento da classe trabalhadora.

Devemos reconhecer, no entanto, que a transformação do movimento sindical em efetivo movimento unitário de massas é ainda um desafio a ser enfrentado pelos trabalhadores brasileiros.

2) "E absolutamente indispensável deixar expresso que a unidade do movimento sindical só se dá quando a organização e articulação das lutas gerais dos trabalhadores passam por dentro tias entidades sindicais, qualquer que seja seu grau. Expressamos, ainda, que no comando e organização das coordenações estaduais, estejam presentes os Federações. além dos Sindicatos, e a nível nacional, as Confederações.

É fundamental ratificar o princípio da unicidade sindical, como fórmula correta para o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, pois as idéias divergentes contribuirão, uma vez livremente debatidas dentro das entidades, para o seu fortalecimento, impedindo tanto o imobilismo das direções, como a fuga para o paralelismo inconsequente.

O Congresso deliberou pela criação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora CONCLAT - com o objetivo de encaminhar as - resoluções aprovadas no Congresso e articular as lutas concretas dos trabalhadores, não só entre as foras presentes ao Congresso, mas com todo as foras dinâmicas do movimento sindical.

Na criação desta coordenação se explicitou como um de seus objetivos fundamentais a luta Pela unificação do movimento sindical. Esta decisão aprovada em plenário não ficou, entretanto. apenas no

discurso. mas materializou-se na tarefa de realizar, no máximo em dois anos, um novo Congresso Nacional da Classe Trabalhadora com o objetivo de unificar organicamente o movimento sindical. Estas decisões do Congresso também foram vitórias das foras mais combativas e dinâmicas presentes a Praia Grande, cujo retrato mais significativo se encontra nos trechos seguintes das Resoluções do Congresso:

"Uma das tarefas mais importantes do Conselho eleito neste Congresso é o entendimento e o diálogo com todo o movimento sindical e preparar a realização no momento oportuno e no máximo em dois anos, de um novo Congresso Nacional com a participação da esmagadora maioria das entidades, procurando assim unificar organicamente o movimento sindical para fortalecer a classe trabalhadora. Neste sentido, o Conselho eleito neste Congresso deve procurar o entendimento com os setores do movimento que aqui não vieram para, desde Já, unificar na prática as lutas concretas dos trabalhadores".

Julgamos este ponto da maior importância porque fito coloca a unificação orgânica como pré-condição para unificar as lutas concretas, fortalecendo desta forma, o conjunto do movimento sindical. É fundamental não minimizar este resultado, porque, em função do agravamento da crise a superação dos problemas que se colocam para a classe trabalhadora exige a participação decidida e unitária de todos os trabalhadores.

Outro ponto de fundamental importância foi a resolução de declarar um estado de mobilização permanente. Mais amo vez recorreremos ao texto da Resolução como a forma mais contundente e objetiva de reproduzir o espírito do Congresso:

"Estabelecer a partir desta data, o Estado de mobilização permanente dos trabalhadores pela mudança imediata da política econômica. O Estado de Mobilização Permanente constará de manifestações e outras atividades, que acumulem forças e façam crescer a organização e a mobilização dos trabalhadores no sentido de novas jornadas de luta nas quais o movimento sindical utilizará a arma da greve geral se for necessária, hipótese para a qual os trabalhadores devem se preparar".

Finalmente, gostaríamos de ressaltar a posição aprovada de articular as lutas dos trabalhadores com luta mais geral de toda a sociedade pela consolidação da Democracia, no sentido de formular propostas para a superação da crise política e social e ao impasse criado pelos mecanismos de exceção ainda vigentes. Neste a campanha por eleições dieta: ocupa um lugar de destaque. Estes pontos estio muito claros nos seguintes trechos das Resoluções do Congresso:

1 - "O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora de Praia Grande/83, revolve:

b) Propor através da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora ao movimento popular(associações de bairro, clubes de mães, comunidades eclesiais de base, entidades estudantis, etc.) a todos os partidos políticos e personalidades democráticas e entidades da Sociedade Civil (OAB, ABI, etc.) a realização de um Encontro Nacional pela Democracia e em Defesa da Soberania Nacional com a finalidade de discutir e aprovar uma alternativa nacional, democrática e popular ao atual regime para apresentação á Sociedade, levando-a posterior mente a Presidência da República, aos presidentes da Câmara Federal e Senado, aos Governadores dos Estados, às Assembléias administrativas, e às Câmaras Municipais, e fazendo em torno das propostas uma grande mobilização nacional com as mais variadas formas de manifestação e protestos".

F) Decidir que á coordenação Nacional da Classe Trabalhadora eleita neste Congresso desfeche imediatamente uma intensa campanha Nacional por Eleições Diretas para Presidente da República. reivindicação da grande maioria da população e instrumento capaz de legitimar um Governo democrático, em especial neste momento da grave crise econômica que se abate sobre o País. Que esta Campanha Nacional por Eleições Diretas para Presidente da República, utilizará de todos os meios de mobilização e organização, desde cartazes, jornais, manifestos de entidades e Personalidades, debates, manifestações, transformando-a numa grande mobilização nacional que possibilite a vitória desta bandeira.

Estas posições refletem inequivocamente que, pelo menos entre uma parcela significativa da liderança do movimento sindical, já se desenvolveu a consciência de que as lutas de todos na trabalhadores, desde as mais gerais até as mais específicas estão interligadas e são interdependentes, e que portanto devem ser articuladas no sentido de acumular forças para o pleno desenvolvimento do processo de transformação democrática da sociedade brasileira.

- Este relatório é de responsabilidade dos seguintes delegados JOEL TEODORIO; MOACYR BARRETO; FERNANDO AMORIM; JOSE A. TEIXEIRA GUERRA.

- Os demais delegados, que não houve possibilidade de consultar, poderio manifestar-se no próximo boletim.

Carta de Praia Grande

Enfrentando toda a sorte de dificuldades, reunidos em Praia Grande, os milhões de trabalhadores brasileiros, aqui representados por 1.256 entidades sindicais, declaram á Nação as razões que os estão levando a grande unidade sindical nacional, através desse evento histórico, e suas propostas de lutas.

Trabalhadores urbanos e rurais irmanados por seus Sindicatos. Federações e Confederações sentem a necessidade de lutar agora pela própria sobrevivência como indivíduos, categorias e povo.

Povo espoliado pela ação predatória do capital estrangeiro. com a cumplicidade de um regime que a história há de julgar. Povo que morre aos milhares e milhares em todo o território nacional, em verdadeiros genocídios pela fome e pela sede. enquanto verbas são desviadas para grupos em negociatas e escândalos nunca apurados.

E isto enquanto em Brasília o trabalhador está impedido de reunir-se junto ao Parlamento, através de ato de exceção, baixado por um governo que jurou fazer deste país uma democracia, mas que persiste em legislar através de decretos-leis. Governo que se mantém, surdo aos clamores de toda uma sociedade que já não pede, exige, o fim de

sucessivos regimes ditatoriais, com eleições diretas em todos os níveis, e Assembléia Constituinte, livre e soberana.

Mas um pequeno núcleo de tecnocratas dirigidos pelo capital estrangeiro. insistem governar ainda de costas para toda a Nação.

Tudo isso é o real significado da chamada política econômica, traduzido para a linguagem do trabalhador.

É isso que explica a concentração de renda: os latifúndios, a reforma agrária que não é implantada, os privilégios dos grandes proprietários, restando ao pequeno agricultor nenhuma assistência.

E porque tudo isso se constata, é que se mobiliza em auto defesa a classe trabalhadora para lutar:

- Contra a estratégia adotada pelos países imperialistas e pelo sistema financeiro internacional, de jogar sobre as economias dos povos do terceiro Mundo, e sobre o Brasil em particular, os prejuízos de sua própria crise, trazendo como consequência a paralisação e a destruição do nosso "parque industrial" o desemprego de vários milhões de trabalhadores, e o achatamento do poder aquisitivo dos salários, e a mais completa

demacionalização de nossa economia e de nossas riquezas.

- Pela desdolarização da economia: dando prioridade ao desenvolvimento do mercado interno com a redução das taxas de juros, e moratória da dívida interna, pondo fim á especulação financeira e permitindo a aplicação dos recursos públicos em setores vitais para a maioria da população. extinguindo, assim, a verdadeira fonte da inflação e desemprego.

- Pela estabilidade e garantia no emprego:

- Pelo direito de todos á habitação;

- Contra a alienação cultural dos meios de comunicação:

- Pela liberdade de expressão e o direito do poro de ser corretamente informado;

- Por medidas enérgicas no sentido da eliminação da desnutrição e mortalidade infantil:

- Contra a desenfreada corrida armamentista da atualidade. que consome somas astronômicas de recursos produtivos, na fabricação e comercialização de material bélico. colocando em risco a paz mundial e a própria sobrevivência da humanidade. Por isso, repudiamos as ameaças e inter-

venções abertas ás Nações e aos Povos que lutam pela liberdade e pela independência nacional e reafirmamos seu direito inalienável á auto-determinação.

- Pela soberania nacional;

- Pela moratória unilateral;

- Por uma Reforma Agrária ampla, massiva e imediata como a participação dos trabalhadores rurais, visando promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade, e Política Agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores, assegurando o abastecimento alimentar da população, contribuindo para a redução do custo de vida e para substancial criação de novos empregos:

- Pela garantia do direito de greve:

- Pela reforma tributária e fim da especulação financeira;

Continuação

- Pela ampla liberdade de organização partidária;
- Por uma política de investimentos das empresas estatais dirigida para setores geradores de emprego;
- Pela revogação de Lei de Segurança Nacional e de todos os demais atos de exceção;

- Pela liberdade e autonomia sindicais, com o fim imediato das intervenções em sindicatos;

Mas para que tudo isso se torne realidade, será preciso lutar, lutar e lutar muito.

E cada um dos presentes em Praia Grande assume, desde logo, compromisso, permanente e decisivo, de dar cumprimento às seguintes deliberações adotadas neste CONCLAT:

- Participação e apoio em uma campanha nacional de sindicalização;

- Efetiva solidariedade do movimento sindical urbano ao movimento sindical ale trabalhadores rurais na sua luta contra a violência no campo concretizada através de denúncias nacionais e internacionais, presença em atos públicos e outras formas de luta;

- Estabelecimento a partir desta data de um estado de mobilização permanente que constará de mani-

festações e outras atividades que acumulem, forças e façam crescer a organização e mobilização dos trabalhadores no sentido de novas jornadas de lutas nas quais o movimento sindical utilizará a arma da greve geral, meta para a qual os trabalhadores devem estar preparados.

O CONCLAT determinou ainda, a convocação urgente, através de sua coordenação nacional aqui eleita, de todas as forças vivas da sociedade brasileira entre personalidades e entidades representativas para um encontro nacional pela democracia e em defesa da soberania nacional, com a finalidade de discutir e provar uma alternativa democrática e popular ao atual regime, fazendo em torno desta proposição a unificação de toda a Nação e efetivando grande mobilização nacional em suas mais variadas formas de manifestação de protesto.

Finalmente, estamos conscientes de que só a ação decidida aos trabalhadores da cidade e do campo em conjunto com todas as forças democráticas da sociedade brasileira, será capaz de assegurar uma saída para a crise que não seja apenas um consenso alas elites, mas que reflita os justos anseios do conjunto do povo, e garanta a consolidação da democracia e a preservação da soberania em nosso país.

Praia Grande 6 de novembro de 1983

CONCLAT - CUT Mais um passo para unificação

Por iniciativa conjunta e cumprindo deliberação aos Congressos de Trabalhadores realizados durante o ano de 1983, as delegações da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora) e da CUT (Central única dos Trabalhadores), reunidas nesta data, em Silo Paulo, CONSIDERANDO a gravidade da atual crise provocada pela política de recessão antipopular e antidemocrática do regime implantado no país em 1964

CONSIDERANDO a necessidade de reunificação do momento sindical brasileiro, na base de lutas concretas em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

- DECIDEM

CONCLAMAR as intersindicais estaduais a manterem-se unitárias ENCAMINHAR as direções das duas articulações intersindicais a proposta surgida neste primeiro encontro de realização de uma Plenária Nacional de Entidades, tendo como referência o dia 17 de fevereiro, para elaboração de um CRONOGRAMA COMUM DE LUTAS envolvendo as mais variadas formas de manifestações, desde debates, passeatas, comícios, plebiscitos, atos públicos, até a perspectiva de deflagração de uma Greve Geral.

REPUDIAR a legislação sindical anunciada pelo Ministério do Trabalho, que aponta para o sindicalismo por empresa, não restaurando em sua plenitude a liberdade e autonomia sindical e o direito de greve.

REPUDIAR a continuação das intervenções nos Sindicatos, exigindo a devolução das entidades aos seus verdadeiros dirigentes e anistia a todos os dirigentes sindicais cassados.

EXPRESSAR sua mais irrestrita solidariedade aos povos da América Central e do Caribe, ameaçados em sua soberania e autodeterminação.

As delegações da CUT e da CONCLAT CONCLAMAM, finalmente, o conjunto da classe trabalhadora a participar em massa de todas as atividades do movimento sindical, que temo como centro as seguintes bandeiras:

- FIM DO DESEMPREGO E ESTABILIDADE NO EMPREGO

- FIM DO ARROCHO SALARIAL E DA ALTA DO

CUSTO DE VIDA

- CONTRA A POLITICA ECONOMICA DO GOVERNO

- PELO ROMPIMENTO DO ACORDO COM O FMJ

- PELA REFORMA AGRARIA AMPLA, MASSIVA E IMEDIATA

- POR UM SALÁRIO MINIMO REAL E UNIFICADO

- PELA MANUTENÇÃO DAS CONQUISTAS E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PREVIUENCIÁRIO

- PELA REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E DE TODOS OS ATOS DE EXCEÇÃO

- PELA AMPLA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E DE EXPRESSÃO

- LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL; COM O FIM DAS INTERVENÇÕES E DEVOLUÇÃO DOS SINDICATOS AS DIRETORIAS ELEITAS

- PELO LIVRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE

- POR ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS EM TODOS OS NÍVEIS, INCLUSIVE PARA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA

São Paulo, 19 de dezembro de 1983 Pela CONCLAT

(as) José Francisco da Silva

(as) Joaquim dos Santos Andrade

(as) Irara Martins Pinheiro

(as) Mario Monti

(as) Waldir Abrantes

(as) José Gomes Figueiredo

Pela CUT

(as) Jair Meneguelli

(as) Paulo Renato Paire -

(as) Jacó Binar

(as) Abdias José dos Santos

(as) José Goro" Novaes

(as) Gilmar Carneiro dos Santos

Campanha de filiação de novos sócios

Prezados Colegas.

A ADUFRJ tem uma grande importância na vida de nossa Universidade. Com seus acertos e erros, durante estes anos de existência adquiriu uma representatividade e influiu na vida de nossa Universidade, de uma maneira não desprezível.

Atualmente estamos procurando revitalizar nossa Associação, através da abertura de todos os canais possíveis de participação. Desde as questões de condições de trabalho; transportes; creche; regime de trabalho; carreira do magistério; lazer; democratização da Universidade; até as questões fundamentais de salários, são premissas do cotidiano de nossas atividades.

O país, e nossa Universidade, atravessam um momento difícil, que só poderá ser superado através do fortalecimento das entidades representativas da sociedade civil. Estamos convictos de que esta tendência hoje é cada vez mais abrangente.

Através de um levantamento exaustivo, verificamos que vários professores ainda não são sócios da

ADUFRJ. Solicitamos do colega que pro-

cure com o representante de sua Unidade (ver neste boletim) uma ficha de inscrição, com a respectiva ficha de autorização para desconto em folha de mensalidade, pois não temos condições de cobrá-la de todos os sócios.

Certos de contar com a iniciativa do querido colega, no sentido de fortalecer nossa entidade, subrevemos.

Atenciosamente,

(as) JOEL REGUEIRA TEODOSIO

Presidente da ADUFRJ

Obs: O colega poderá enviar as fichas de inscrição e desconto em toalha, para o endereço da ADUFRJ. A partir do mês de Janeiro de 1984, a mensalidade será apenas de Cr\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos cruzeiros). Poderá também entregar ao representante de sua unidade (ver neste boletim)

Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D 200 - Telefone: 280-9322 - Ramal 325 Ilha Universitária CEP 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ CGC 30.315.055/0001-51

ELEIÇÕES DIRETAS

ADUFRJ no comitê pró eleições diretas para Presidente da República

Por decisão do Conselho de Representantes e da Assembléia Geral, a ADUFRJ inscreveu-se no Comitê do Rio de Janeiro pró eleições diretas.

O Comitê é composto de várias entidades representativas da Sociedade Civil: ABI, FAMERJ; INTERSINDICAL-RJ; IEW, ANDES; UNE; ASSOCIAÇÕES DE BAIROS; SINDICATOS, etc.

Existem três comissões de trabalho: promoções; mobilização; divulgação e

finanças.

Qualquer professor da UFRJ pode participar dos trabalhos do Comitê, que se reúne no IERJ (Instituto de Economistas do RJ). É possível participar de qualquer comissão, e desde já poderemos programar eventos no âmbito da UFRJ.

Atualmente existe um abaixo-assinado que está circulando em diversas instituições, cidades e bairros da capital.

III CNA 1984

III Congresso Nacional da ANDES

Piracicaba - SP 13 a 17 de fevereiro de 1984

A pauta do III Congresso será:

- 1- Questões organizativas e financeiras da Entidade;
 - 2- Conjuntura política, movimento sindical e movimento docentes
 - 3- Ensino público e gratuito e a reestruturação da Universidade;
 - 4- Verbas e financiamentos do ensino superior;
 - 5- Questões setoriais (particulares, estaduais, autarquias e fundações).
- Neste Congresso deverão se inscrever chapas para a próxima diretoria da ANDES

EXPEDIENTE

Fernando Antonio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Erickson Almendra - (CT) - Joel Teodósio - (CT) - Tomaz Pinheiro da Costa - (CCS) - Moacyr Barreto da Silva Junior - (CAP) - Luiz Eurico Nasciutti - (CCS) - Selene Alves de Oliveira - (CCMN).
Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D200 - Telefone: 280-9322 - Ramal 325 Ilha Universitária - CEP 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001-51.

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Joel Regueira Teodósio
 1º Vice-Presidente: Deise Miranda Vianna
 2º Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa
 1º Secretário: Moacyr Barreto da Silva Junior
 2º Secretário: Luiz Eurico Nasciutti
 1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira
 2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Faculdade de Odontologia Representante Mario Luiz Galvão de Sá Suplente Edson dos Santos Instituto de Geociências Representante Antônio José Teixeira Guerra Suplente Lia Osório Machado Faculdade de Educação Representantes Marcelo Macedo Corrêa e Castro Raquel Goulart Barreto Suplentes Catherine Laurence M. C. Rato Cesar Augusto Scelza Escola de Engenharia Representantes Antonio Claudio Gomes de Souza Waldir Azevedo Junior Suplentes Carlos José Ribas D'Ávila Newton Alberto de Araújo COPPE Representantes Carlos Antonio Levi da Conceição Nilton Vargas Suplentes Marilias Gneco de Camargo Braga Luiz Landau Escola de Educação Física e Desportos Representante Waldir Mendes Ramos Suplente Maria Coeli dos Santos Bernat Museu Nacional Representante Vera Lucia de Moraes e Huszar Suplente Luiz Fernando Dias Duarte Instituto de Macromoléculas Representante Carlos Alberto Pires Galvão Hemais Suplente Esperanza Amelia V. Roldan Ribeiro Instituto de Química Representante Maria Cristina Rodrigues da Silva Suplente Glória Regina Braz Padrão Faculdade de Letras Representantes Edwaldo Cafezeiro Maria Helena Duarte Marques Maria Cristina Rigoni Costa Suplentes Jacyrá Ribeiro Maria Aparecida B. Pereira Soares Faculdade de Farmácia Representante José Carlos Saraiva Gonçalves Suplente Maria Magdã Simões Waineraich Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais Representante Therezinha Coelho B. Tomassini Escola de Enfermagem Anna Nery Representante Rosângela Silva Santos Suplente Regina Lúcia Freitas Mendonça Colégio de Aplicação Representantes Ana Maria Toledo de Miranda João Rua Suplentes Maria Manoela Quintãs Alvarenga José Nilo Peixoto de Moraes Tibau Instituto de Nutrição Representante Esther Haim Benzecry Suplente Rosângela Maria Neves Bezerra Escola de Comunicação Representante Geir Neffer Campos	Suplente Evandro Vieira Ouriques Escola de Serviço Social Representante Maria Helena Rauta Ramos Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Representantes José Henrique Vilhena de Paiva Nara Saletto da Costa Maria Rosilene Barbosa Alvim Suplentes Alino Lorenzon Claudete Maria M. Dias Instituto de Psiquiatria Representante João Romildo Bueno Suplente Raffaele Giovanni G. Infante Escola de Química Representante Ronaldo Coutinho Fernandes Suplente Pedro Antonio Peixoto Vieira Faculdade de Medicina Representantes Cláudio Alberto Stillner João de Aguiar Pupo Neto Norma Colino Sarmiento Figueiredo Suplentes Susie Andries Nogueira Celeste Carvalho Siqueira Elia Leticia Legay Vermelho Faculdade de Direito Representante Eliseu Alvares Pujol Instituto de Física Representantes Marcia Lima Ramos Luiz Felipe de Souza Coelho Suplentes Herli Joaquim de Menezes Manoel Rothier do Amaral Junior Instituto de Psicologia Representante Marise Bezerra Jurberg Suplente Sheilah Rubino de Oliveira Kellner Escola de Belas Artes Representante Elza Maria R. Pimentel Lesaffre Suplente Murillo Mendes Guimarães Instituto de Microbiologia Representante Armando Alves Borges Neto Suplente José Mauro Peralta Faculdade de Economia e Administração Representante Maria José Cyhlar Monteiro Suplente Josué de Souza Almeida Nutes Representante Antonio Filomeno Suplente Eliane Brígida de Moraes Falcão Instituto de Ciências Biomédicas Representante Márcia Taffarel e Silva Instituto de Matemática Representante Ary Vieira Barradas Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Representante Anibal Paranhos G. Coutinho Suplente Elane Frossard Barbosa Instituto de Tisiologia e Pneumologia Representante Heitor C. de Paiva Suplente Ezemar Marques de Andrade Instituto de Pediatria Suplente Ignácio Obadia
--	---

AUMENTO DE MENSALIDADE DA ADUFRJ

Na última reunião do Conselho de Representantes da ADUFRJ, realizada no dia 20 de dezembro de 1981, foi aprovado o aumento da mensalidade dos sócios, com base na proposta de orçamento descrita na tabela. A partir de Janeiro a taxa será de Cr\$ 1.600,00. O orçamento foi elaborado prevendo e manutenção do nível de atividade atual da ADUFRJ. Considerou-se custos médio, em cada

item, prevendo uma contenção de despesas e, em alguns itens, taxa: de inflação de 10% ao mês.

Atualmente a Receita da Associação é de Cr\$ 1.790.000,00. Por tanto, prevendo-se índices de reajuste da mensalidade atual (Cr\$ 1.000,00) a situação financeira da ADUFRJ ficará da seguinte forma.

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Total de Despesas	2.864.000,00	2.779.000,00	2.069.000,00	3.192.000,00	2.706.000,00	2.751.000,00
60%	2.864.000,00	2.864.000,00	2.864.000,00	2.864.000,00	2.864.000,00	2.864.000,00

(*os salários incluem o pagamento da secretária (Ensaldo bor IBdini) e do contador; bem como os cultos indiretos e o aumento de Mxfl em maio

(o reajuste dos funcionários foi feito em maio no MPC do mês de novembro maio e o contador recebe 1 salário mínimo).

(.) a contribuição da ANDES prevê um aumento de 30% na CONAD que será realizado no 1º semestre, possivelmente em Abril. Aram

disto, ramo na poma do Conselho ANDES está a quase o ne-a-aire. ulrex a punir de janeiro haja aumento.

PREVISÃO DE ORÇAMENTO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 1984

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Salários (*)	480.000,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00	816.000,00	816.000,00
ANDES (**)	329.000,00	329.000,00	329.000,00	490.000,00	490.000,00	490.000,00
Xerox	25.000,00	25.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Gráfica	140.000,00	155.000,00	170.000,00	187.000,00	205.000,00	225.000,00
Material de Consumo	350.000,00	250.000,00	250.000,00	280.000,00	280.000,00	300.000,00
Prestação de Serviço	20.000,00	20.000,00	25.000,00	30.000,00	30.000,00	35.000,00
Ajuda de Custo	15.000,00	15.000,00	15.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Telefone	10.000,00	10.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Boletim	150.000,00	150.000,00	300.000,00	300.000,00	400.000,00	400.000,00
Correio	45.000,00	45.000,00	50.000,00	50.000,00	60.000,00	60.000,00
Passagens	200.000,00	200.000,00	400.000,00	400.000,00	350.000,00	350.000,00
Congresso	1.100.000,00	1.100.000,00	—	—	—	—
CONAD	—	—	—	500.000,00	—	—
Despesas com o movimento (***)	—	—	400.000,00	400.000,00	—	—
Total dos Custos	2.864.000,00	2.779.000,00	2.069.000,00	3.192.000,00	2.706.000,00	2.751.000,00

A ADUFRJ RECEBEU A SEGUINTA CORRESPONDÊNCIA

CIÊNCIA HOJE

(Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência.)

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1983

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRJ
 Prof. Joel Teodósio
 Centro de Tecnologia, Bloco D sala 200
 Caixa Postal 68531
 Ilha do Fundão - Cidade Universitária
 21941 Rio de Janeiro - RJ

Caro Professor,

Entre os principais objetivos de *Ciência Hoje* está o de contribuir para a divulgação da pesquisa científica realizada no Brasil assim como o de permitir que a comunidade científica manifeste publicamente suas propostas e preocupações quanto às diretrizes que orientam a política científica e educacional do nosso país. Consideramos, por isso, o apoio e a participação permanente das sociedades científicas um pressuposto e mesmo uma condição necessária para a realização do projeto *Ciência Hoje*.

Este primeiro ano e meio de vida da revista confirmou que a iniciativa pode ser financeiramente viável, mas ficou claro também que suas dimensões e alcance político exigem que a revista tenha um número grande de assinantes (temos hoje 8.000 assinantes e tiragem de 55.000 exemplares). Isso permitiria reduzir a dependência do projeto das agências financiadoras e da publicidade.

O significativo número de artigos e notícias recebidas confirmou também o interesse da comunidade em dispor deste canal de divulgação e informação. Acreditamos no entanto, que essa participação não é ainda suficientemente representativa e diversificada, se considerarmos o grande número de áreas do conhecimento e de regiões

que contam com sociedades científicas e centros importantes de pesquisa.

Parece-nos oportuno, portanto, insistir no convite, já expresso em outras oportunidades, às sociedades científicas e aos pesquisadores em geral de intensificarem sua colaboração com *Ciência Hoje*, enviando nos artigos, notícias, comentários críticos e promovendo iniciativas de divulgação.

Imaginamos também algumas iniciativas que poderiam favorecer nossa colaboração:

I) Enviar correspondência aos sócios ou publicar nos boletins e revistas da sociedade o convite para escrever artigos e enviar notícias a *Ciência Hoje*.

II) Veicular na correspondência aos sócios publicidade de *Ciência Hoje*, ou preparar, com esse objetivo, correspondência especial (nesse caso, eventuais despesas adicionais poderiam correr por nossa conta).

III) Oferecer a assinatura de *Ciência Hoje* com desconto de 20%, aos sócios da Sociedade, incluindo diretamente na anuidade o valor da assinatura.

Certo de contar com seu apoio e consideração, aguardo notícias suas e coloco-me à disposição para ulteriores esclarecimentos sobre o material para divulgação, instruções para os autores etc. que possam contribuir para viabilizar as sugestões aqui apresentadas.

Com as mais cordiais saudações, subscrevo-me.
 Atenciosamente,

(a) Ennio Candotti
 Editor

Av. Venceslau Braz, 71 - fundos - Casa 27 - CEP 22290 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tels: 295 4442 - 295 9443.

Explosão acaba com laboratório

O Laboratório de Tecnologia Alimentar da Escola de Química (sala 122 do bloco E do CT) foi totalmente destruído por uma forte explosão na noite do dia 26 de dezembro. A explosão danificou também outras salas, em frente e ao lado. quebrou vidros dos prédios do blocos D e F, e derrubou paredes.

Aparentemente a explosão foi causada por uma fagulha elétrica de uma geladeira num ambiente impregnado de gás, proveniente de um vazamento. O laudo da perícia deverá sair em alguns dias.

Como pode ser observado das fotos, materiais foram perdidos, trabalhos destruídos, e, por sorte, devido à hora tardia da explosão (cerca de 23 horas), não hou-

ve vítimas.

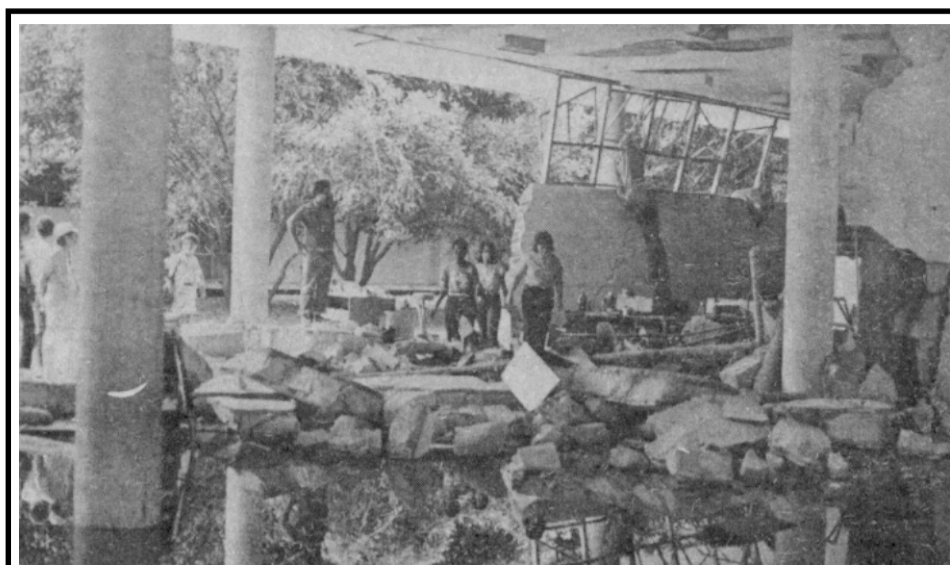
Cabe-nos refletir sobre as causas deste acontecimento e olhar para as outras unidades de nossa universidade que trabalham sob as mesmas condições precárias. Nosso empenho em contribuir para um avanço científico e tecnológico não pode estar sujeito a acidentes deste tipo.

Acreditamos que nossos colegas da Escola de Química terão todo apoio e disposição necessários à reconstrução de seus trabalhos, e nos colocamos a seu lado na luta por melhores condições de trabalho nesta Universidade.

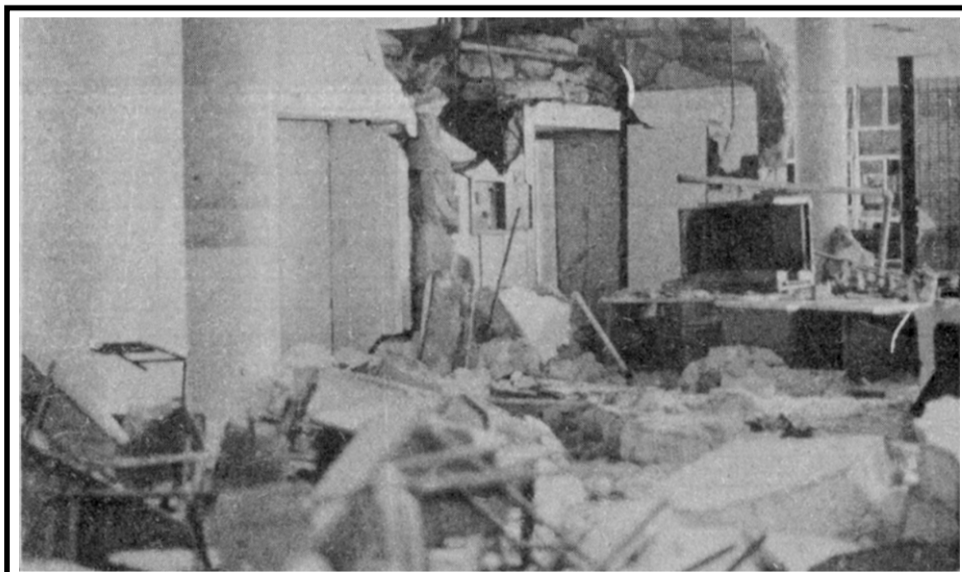
27 de dezembro de 1983

- Diretoria da ADUFRJ

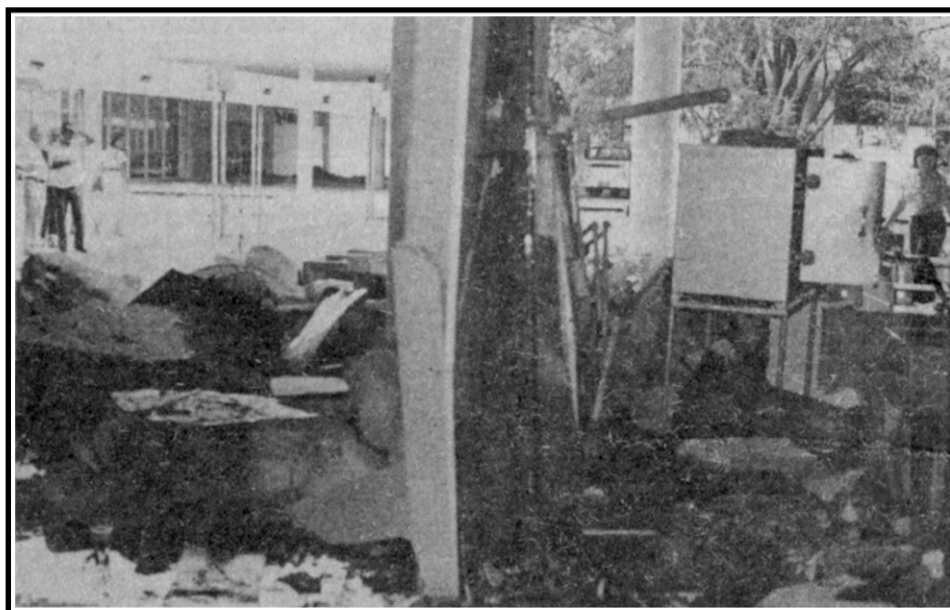
Fotos tiradas na manhã do dia 17/1=, após a perícia ter liberado o local



Visão geral do local da explosão (fundos do bloco E, 1º andar) Observe que mais uma parede foi destruída (marcas do teto).



Uma visão de dentro da sala de aula ao lado do laboratório



Vista lateral do local da explosão. O laboratório ficava no lado direito da foto.



A parede lateral (que sobrou) do bloco E.



O que sobrou do laboratório e da sala de aula ao lado.

Comissão de Condições de Trabalho

Pretendemos discutir e tentar resolver (ou pelo menos minimizar) alguns dos problemas que nos atingem em relação às condições de trabalho dentro da UFRJ, e, em particular, no Fundão. Dentre eles, destacam-se - a alimentação precária - o trânsito interno dentro do campus o atendimento hospitalar aos docentes no HU - as condições de segurança (exposição a produtos químicos e radiação,

furtos, ele.) A comissão se reúne no próximo dia 12 de janeiro de 1984, quinta feira, às 15 horas na sede da ADUFRJ, sala D-200. Venha participar) Informa: Marta Barroso - I. Física T CCMN Bloco A - CT - s. 319 Telefone - 280-9322 R. 120 2701191

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VI ABRIL/84

Nº 23

EDITORIAL

A Universidade Autárquica Pública e Gratuita vive hoje, sem dúvida, uma de suas crises mais graves que coloca efetivamente em risco a sua sobrevivência.

A crise de recursos, que está levando ao colapso todo o sistema de ensino público do 1º grau à Universidade, se superpõe uma crise de identidade que gerou uma série de contradições no interior do Movimento Docente nas Universidades Públicas Federais Autárquicas.

Como reflexos mesmo da luta pela Soberania Nacional, a Universidade tem oscilado entre um projeto de Instituição geradora de conhecimentos, onde a pesquisa tem papel fundamental na mediação Educacional e se propõe a contribuir efetivamente no processo de desenvolvimento do país e um modelo de instituição apenas transmissora de conhecimentos importados. Este último tem avançado com as sucessivas crises por que passa a sociedade brasileira durante as quais os setores dominantes não comprometidos com o desenvolvimento do país tentam esvaziar um projeto de Universidade que haja não apenas na formação de quadros que possam atuar efetivamente como agentes transformadores mas que também participe ativamente do processo de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

A questão da Universidade Pública diz respeito as opções políticas da Sociedade. No momento em que a sociedade civil se organiza debate e luta por sua participação nos processos decisórios a questão da Universidade não pode em hipótese alguma ser esquecida.

A Universidade Pública e Autárquica deve ser defendida por tratar-se da defesa da participação da Sociedade com um todo na decisão dos rumos da educação. Quando se decide que o governo financie e se responsabiliza pela manutenção da Universidade em contraposição ao financiamento por grupos privados o que se assume é que a Sociedade como um todo participe das definições dos rumos da Universidade.

Os professores precisam urgentemente discutir as alianças políticas internas ao movimento docente, que permitiram deflagrar as campanhas vitoriosas que culminaram com as greves de 1980 e 1981 e que não estão conseguindo hoje responder adequadamente às novas exigências políticas estabelecidas por um processo gradual de esvaziamento da Universidade que se caracteriza pela deterioração gradativa das condições de trabalho provocada fundamentalmente por uma redução brutal das verbas de custeio, que está levando ao colapso os setores mais dinâmicos da Universidade. As antigas alianças não estão conseguindo forjar as formas de luta adequadas a defesa coletiva da Universidade, de modo a deter este processo de esvaziamento.



Início da passeata da UFRJ deixando o Largo de São Francisco. 10/04/84.

É Preciso Resistir



Passeata da UFRJ, chegando no comício da Cundefáru 10/04/84.

Neste sentido, é fundamental ressaltar que o brutal achatamento salarial dos últimos anos é sem dúvida um dos fatores mais importantes do processo em curso de esvaziamento da Universidade. Porém, não podemos permitir que esse achatamento, bem como a deterioração das condições de trabalho, sejam utilizados para justificar a ausência dos professores da Universidade. É preciso que o Movimento Docente encare de frente esta questão sob pena de se afastar do conjunto da sociedade e principalmente dos trabalhadores assalariados uma vez que a eles não é dado este "privilégio" de não trabalhar quando se sentem desmotivados pelos baixos salários e/ou condições de trabalho deficientes. A omissão pode provocar a perda de credibilidade política do Movimento Docente e as entidades representativas dos professores a ANDES e as AD's.

Outra questão fundamental que se coloca para os professores é a utilização de novas formas de luta que permitam a plena utilização das liberdades democráticas conquistadas nos últimos anos e que coloque o Movimento Docente em consonância com o momento político que vive o país. A campanha pelas diretas colocou o

movimento social diante de uma perspectiva concreta de luta a aprovação de uma emenda constitucional que estabelece as eleições nos termos do amplo consenso de todas as forças políticas representativas da sociedade. O debate promovido pela ADUFRJ com o Senador João Calmon sobre a implementação de sua emenda constitucional aprovada pelo Congresso em novembro de 1983 (veja matéria no interior do Boletim) mostrou que o Movimento Docente dispõe de instrumento até agora não utilizado. O próprio Senador ressaltou que a emenda aprovada dispõe de mecanismos que permitem responsabilizar penalmente o presidente da República pela não aplicação da constituição no que se refere a verbas para educação.

No entanto apenas isto não bastará para garantir verbas para a Universidade. A emenda apenas fornece um novo e poderoso instrumento de luta. Para que sua aplicação seja eficaz é necessário que ao movimento docente se imponha a tarefa de determinar efetivamente a quantidade de recursos necessários para o pleno funcionamento da Universidade. É fundamental passar de bandeiras abstratas de mais verbas para reivindicações mais concretas.

O movimento de greve dos Estudantes que se verifica em várias Universidades, inclusive na nossa, e a grande mobilização para discutir as principais questões da greve, mesmo nas unidades que não aderiram ao movimento, evidenciam a grande disposição de setores extremamente significativos dos estudantes de lutar por mais verbas e por melhores condições de ensino, enfim em defesa da Universidade Pública e Gratuita.

O momento é de resistência. É fundamental que o movimento docente forje novas alianças capazes de defender efetivamente o patrimônio público de importância fundamental para o desenvolvimento do país. Que o movimento construa, junto com funcionários e alunos a unidade capaz de superar a crise e demonstrar ao conjunto da sociedade que seremos capazes de construir uma Universidade democrática, que responda às novas exigências sociais impostas pela reconstrução do país fruto da consolidação da democracia e que atenda aos interesses da maioria da população, contribuindo efetivamente para desenvolvimento científico, tecnológico e cultural deste novo país.

**Assembléia geral 03/05 -
14hs - Roxinho - CCMN.**

O Fundão já tem condução

A partir do dia 23 de abril próximo passará a funcionar o novo sistema de Transporte Coletivo que atende à Cidade Universitária. O sistema operará durante um mês em fase de testes com objetivo de melhorar a qualidade de serviço e/ou promover ajustes entre demanda e oferta.

Pede-se aos alunos, professores e funcionários que o utilizem e encaminhem sugestões de melhoria até 23 de maio para o Bloco D - sala 200 do Centro de Tecnologia, sede da ADUFRJ.

O sistema proposto resulta de estudos e discussões dos quais participaram as seguintes entidades: Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, ADUFRJ, Prefeitura da UFRJ, Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU e Empresas concessionárias de linhas que atendem ao Fundão. As principais propostas de modificações foram encaminhadas no ato de lançamento da campanha "Fundão quer condução". Deste ato, participaram oficialmente a ADUFRJ, ASUFRJ, DCE e APG, que concordaram com as modificações.

Os principais aspectos levados em consideração para modificação do antigo sistema foram:

a) Não cumprimento de horários previstos

As linhas que atingem o Fundão são linhas que têm origem e destino específico e desviam ou estendem sem itinerários. Dentro da ilha, a circulação interna, com cerca de 15 km de acréscimo do percurso normal, exige uma demanda suplementar da ordem de 26 passageiros para cobertura dos custos operacionais adicionais. Os empresários têm interesse em operar a Cidade Universitária apenas nos horários rentáveis. A obrigação de cumprimento dos horários é de competência da SMTU que dispõe apenas de 2 fiscais para lavrar os competentes autos de infração, o que toma a fiscalização praticamente impossível. Por outro lado, há reação de alguns motoristas em fazer o roteiro, principalmente por causa do aumento do tempo de viagem (mais de 20 minutos) e redução do "prêmio de produção" o que provoca também a diminuição da frequência e em muitos casos a redução do itinerário interno.

b) Desconhecimento do sistema por parte dos usuários

Os horários das linhas que atendem ao Fundão bem como seus horários não ti-

veram ao longo do tempo outra divulgação que não a do Boletim da UFRJ. A maior parte dos usuários do sistema (usuários cativos) conhece opções de como atingir e deixar a Ilha para hábitos de chegada e saída usuais e individuais. Desconhecem o sistema como um todo, o que dificulta sua utilização em horários diferentes do que se está acostumado. Em muitos casos a estada do usuário no campus é condicionada ao seu conhecimento individual do sistema.

Outros usuários por desconhecimento e por desconfiança (vide não cumprimento dos horários) do sistema apelam para soluções alternativas como por exemplo a carona ou tomar mais conduções que o necessário com maior dispêndio de tempo e ou dinheiro.

c) Qualidade do serviço

A qualidade do serviço é aqui tratada principalmente pelo aspecto do desconforto que é gerado principalmente pelo número reduzido de opções, que em última análise provoca o excesso de lotação. Nesses casos estão principalmente as linhas 485 e 998. Os usuários da linha 485 terão a opção da integração física e tarifária com o Metrô a partir do dia 23/04 e, a médio prazo, desvio de outras linhas que operam Zona Sul - Zona da Leopoldina.

d) Demanda de potenciais usuários do Sistema de Transporte Público

Foi efetuado um levantamento de usuários potenciais do sistema a partir de uma amostragem de 11 % do universo de professores, funcionários e alunos da UFRJ lotados na Cidade Universitária (inclusive a faculdade de Letras) de modo a definir medidas de curto e médio prazo para a racionalização do sistema.

As soluções de curto prazo visando à melhoria Global do sistema sob o ponto de vista dos usuários levou em consideração principalmente os seguintes critérios:

- Confiabilidade do sistema sem aumentos significativos de custos,
- Maior número de opções de transporte.
- Maior facilidade nos deslocamentos internos.

A operação do sistema implicará na reorganização dos itinerários, na utilização de um centro alimentador e coletor de viagens ("Terminal Rodoviário"), na ativação da linha circular interna (que operará com frequência alta tendo por base o

"Terminal") e na integração física e tarifária com o

Metrô, por intermédio de uma linha Caçoeira (Ilha do Governador) - Maria da Graça, com todos ônibus passando pelo Fundão.

A ligação prevista Maria da Graça - Cidade Universitária se mostrou deficitária. Além disto a ligação com a Ilha do Governador atende a um número muito maior de usuários, oferecendo à Comunidade Universitária uma opção de transporte permanente e confiável para atingir a Ilha do Governador e a população deste bairro opções de transporte para a Zona Sul e Tijuca: que antes não dispunham.

O Novo Sistema de Transportes Será:

- Ônibus do Centro com destino à Ilha do Governador e vice-versa (322, 324, 326 e 328) desviam da Av. Brasil passam pelo "Terminal Rodoviário" e saem pela Av. Brig. Trompowsk parando em todos os pontos do itinerário. Na volta cumprem o trajeto inverso
- Ônibus da Zona Sul (485 por enquanto), Leopoldina e Madureira (905, 907 e 910) desviam do itinerário apenas para atingir o Terminal Rodoviário saindo pelos locais de entrada.
- Ônibus do Méier (696), Saens Penha (634) e Niterói (998) terão os mesmos desvios que os ônibus do Centro com destino à Ilha do Governador
- Ônibus de Caxias (Viação Carioca) e Bonsucesso (911) farão o circuito completo da ilha
- Ônibus Circular Interno terão frequência de 12 por hora (5 em 5 minutos) nos horários de pico da manhã (7 às 9:30h), meio dia (de 11:30 às 13:30 h) e tarde (de 16:00 às 18:30h). Nos demais horários de 10 em 10 minutos.
- Ônibus Circular Externo: Manhã (via Av. Brasil ponto do carona Vila do João), de 06:30 às 09:30hs, com frequência de 15 em 15 minutos
- Ônibus Circular Externo Tarde (via Relógio da Brig. Trompowsk de 16:30 às 19:00h com frequência de 15 minutos. Obs.: os ônibus Circular Ex-

terno destinados à coleta e distribuição de passageiros que tomando condução (ou descerão) na Av. Brasil.

h) Integração Metrô - Maria da Graça-Cacuaia: Frequência nos horários de pico da manhã, tarde e meio dia: 1 ônibus a cada 5 minutos; demais horários: 1 ônibus a cada 10 minutos.

As linhas de circulação interna e externa serão operadas em "Pool" pela CTC, Ideal e Paranapuum e sofrerão uma redução de tarifa de Cr\$ 65,00 para Cr\$ 30,00. Os ônibus da Universidade serão utilizados apenas após as 23.00h e para eventuais complementações do sistema nas horas de maior movimento.

O êxito do funcionamento das soluções descritas dependerá fundamentalmente da participação de todos, tanto na fiscalização como no ajustamento do sistema, encaminhando as suas sugestões e denúncias de mau funcionamento diretamente à ADUFRJ, ou através de cada uma das entidades da comunidade da UFRJ, a ASUFRJ e o DCE/UFRJ.

ADUFRJ, Prefeitura da Cidade Universitária.

OBSERVAÇÃO:

- Em reunião de 28/03/1984, na Secretaria de Transportes com a CTC, METRO, ADUFRJ e Prefeitura da UFRJ, ficou acertado que este novo sistema entraria em funcionamento no dia 23/04/84. Em 10/04/84, a Secretaria de Transportes reafirmou à ADUFRJ e Prefeitura da UFRJ que a data de início seria 23/04/84.

- Em 16/04/84 depois de redigida esta nota, às 17:00 horas, a ADUFRJ recebeu uma comunicação da Secretaria de Transportes informando que por motivos de tramitação burocrática, o novo sistema entrará em funcionamento no início de maio/1984.

- A Diretoria da ADUFRJ considera que esta conquista da comunidade da UFRJ deve ser valorizada. A partir da implantação do novo sistema de transportes, teremos 1 (um) - mês para aprimorá-lo.

EXPEDIENTE

Fernando Antônio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Ericksson Almendra - (CT) - Joel Teodósio - (CT). Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D 200 - Telefone: 280-9322

- Ramal 325 Ilha Universitária - CEP 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ CGC 30-315.055/0001-51

Reuniões nas unidades e/ou centros - até 03/05

Relatório e avaliação da Reunião Nacional de Ad's de Autarquias - Brasília, 02/e 03/abril/1984

Foi aprovada a seguinte pauta de reivindicações:
1 - 64% de reposição salarial a partir de Janeiro 1984. Esta reivindicação visa cobrir a perda salarial com o reajuste de 65% que tivemos em Janeiro/1944 pois a inflação em 1983 foi de 230%;
2 - Reajuste semestral a partir de Julho/ 1984,

com base em 100% do INPC.

3 - Verbas suficientes para o pleno funcionamento das Universidades.
4 - Piso salarial de 3 salários mínimos. Esta reivindicação é dos servidores das autarquias.
5 - Quinquênio para celetistas e 13º salário para estatutários.

Esta pauta de reivindicações foi procolada no MEC, com cópias à Casa Civil, SEPLAN e DASP, no dia 04/Abril 1984.

Deliberou-se na reunião um prazo até 02 Maio 1984 para resposta do Governo.

Quanto à campanha pelas reivindicações, resumimos no quadro anexo a situação nacional após

as Assembléias e reuniões que se realizaram no mês de Março. Estas informações foram transmitidas nos informes dos representantes das AD's presentes.

Após os informes, foram discutidas e apresentadas duas propostas de encaminhamento:

1 - Deliberar naquela reunião (Brasília) o indicati-

AD	Nº DOCENTES NAS ASSEMBLÉIAS	TOTAL DOCENTES NA UNIV.	INDICATIVO DE GREVE DO CONGRESSO DA ANDES. PARA ESTE SEMESTRE	DELIBERAÇÃO SOBRE DATA DE ENTRADA NA GREVE	OBSERVAÇÕES
Campina Grande	142	1.100	Aprovado 88 votos a favor, contra 14 e 8 abstenções	25/04	Questiona-se sobre possibilidade de ganho. Há receio de não se verem atendidas as reivindicações.
UF Minas Gerais	200	3.000	Aprovado	01/05 Devendo-se avaliar melhor	Início de mobilização. Há grande desinformação.
UF Espírito Santo	90	1.000	Aprovado	25/04	Deve-se levar em consideração luta pelas diretas.
UF Bahia	1ª - 120 2ª - 140	2.400	Aprovado	-	Movimento só será eficaz com ampla participação.
UF Pernambuco	1ª - 40 2ª - 80	2.200	Aprovado	-	Greve não deve ser já. Há descrédito na possibilidade de ganho com a greve.
UF Rural Pernambuco	1ª - 79 2ª - 58	500	Não deliberou	-	Muita insegurança com a pauta e indicativo de greve. Deve-se elevar a mobilização.
UF Pará	80	?	Não deliberou	-	Docentes com dúvidas e propondo privilegiar questão salarial.
UF Fluminense	40	2.200	Não deliberou	-	Há dúvidas quanto às possibilidades de ganho. Mobilização está pequena. Greve só com grande participação.
UFRJ	96	3.800	Aprovado	-	Procurar encaminhar as reivindicações ao Governo. Pequena mobilização.
Itajubá	54	130	Aprovado	-	Esgotar possibilidade de negociação. Greve só com ampla participação.
UFRG Sul	77	2.400	Não deliberou	-	Grande desmobilização. Professores preocupados com os riscos que traria uma greve na situação atual.
UF Goiás	50	1.100	Aprovado	-	O indicativo aprovado é apenas disposição, e também é forma de mobilização.
Lavras	1ª - 36 2ª - 28	180	Aprovado	-	-
UF Paraná	160	2.000	Aprovado	09/04	Aprovada assembléia permanente.
UF Juiz de Fora	178	917	Aprovado	Já ou 25/04	Boa mobilização. Considera-se que já esgotou-se o diálogo.
UFRG Norte	170	1.800	Aprovado	-	Na Assembléia havia desânimo para discutir. Tumulto no final da Assembléia, e não se discutiu prazo.
UF Santa Maria	200	1.300	Aprovado unanimidade	-	Clima de conflito entre Reitor e comunidade devido ao jubileamento do presidente do DCE.
UF Pessoa	45	1.300	Não deliberou	-	Mobilização para eleição de Reitor. C. Univ. aceitou lista da comunidade. Greve de fome de 7 estudantes.
Paulista Medina	1ª - 30 2ª - 30	565	Não deliberou	-	Não se acredita na eficácia da greve. Docentes preocupados com nível ensino e pesquisa.
UF Santa Catarina	125	1.700	Não agora	-	Clima de indiferença. 23 Departamentos foram contrários ao indicativo de greve.
UF Ceará	150	1.116	Aprovado	25/04	Mobilização razoável.

Obs: Não estiveram presentes: Rural do Rio, Alagoas e Rural do Pará.

vo de greve a partir de início de maio obteve 15 votos.

2 - Da ADUFRJ - não se deliberar naquela reunião (Brasília) sobre indicativo de data para entrada em greve - obteve 2 votos.

Houve 1 abstenção, e 3 AD's não estavam presentes na ocasião da votação.

Aprovada a 1ª proposta deliberou-se (com abstenção da ADUFRJ):

a) Em abril, mobilização interna e articulação com imprensa, Congresso Nacional e Sociedade Civil;

b) Prazo para resposta do Governo 02/maio;

c) até 04 /maio - Assembléias para deliberarem sobre o indicativo de greve a partir de 07/maio. Estas Assembléias também devem deliberar sobre conteúdo da greve (acadêmica, pesquisa, prestação serviços, hospitais, etc.);

d) 05 e 06/ maio - Reunião nacional das Ad's em Belo Horizonte;

e) Novas Assembléias para entrada em greve (se

for aprovada pelas AD's):

f) Paralisação em 25 / abril, pelas diretas para Presidente da República.

A Diretoria da ADUFRJ considera que é pequena, atualmente em nível de UFRJ e em nível nacional a mobilização em torno do indicativo de greve aprovado no Congresso da ANDES.

Por outro lado consideramos que é importante um movimento forte de resistência da Universidade em torno da questão salarial e de verbas para o pleno funcionamento da Universidade. Este movimento de resistência pode ou não adquirir a forma de greve. A possibilidade de algum êxito de uma greve dependerá de uma ampla participação dos docentes e de uma vontade coletiva em assumir esta forma de luta para conquistar nossas reivindicações. Um movimento grevista teria que intensificar esforços para ganhar a opinião pública e as forças democráticas do país. Necessita, portanto da ampla participação e vontade de luta. Se hou-

ver estas condições não temos dúvidas em assumir um movimento grevista.

Até nossa Assembléia em 03/ maio devemos desenvolver todos os esforços para discutir nas Unidades. Devemos procurar intensificar todas as possíveis formas de luta em defesa de nossa Universidade, que está sucumbindo pela completa falta de recursos. Por exemplo por que não fazer neste momento um levantamento das verbas necessárias para o pleno funcionamento das atividades de ensino pesquisa e prestação de serviços? Por que, também não dimensionar os recursos necessários para manutenção e renovação de equipamentos em nossos laboratórios? Por que não dimensionar os recursos necessários para um eficaz sistema de segurança nos laboratórios e no Campus?

O levantamento dessa recursos tomará fim, possível evidenciar com dados concretos a situação da Universidade, e a justiça de nossas reivindicações de verbas para o pleno funciona-

mento das atividades acadêmicas, científicas e culturais.

Por que não discutir, desde já, um amplo movimento local e nacional pela aplicação imediata e correta da emenda lobo Calmon? E uma luta que baseada em dispositivo constitucional, conta com o apoio irrestrito de amplos setores, como mostra o parecer do C.F.E. (ver neste boletim). Poderíamos com este movimento, desde que participativo sensibilizar todos os que desempenham atividades educacionais em nosso país.

Não temos a opinião de que a greve é a única forma de encaminhamento para obter nossas reivindicações. O movimento deverá assumir-se a partir de maio ou em qualquer ocasião, quando estiverem evidenciadas as condições para seu êxito. Buscar, desde já, novas formas de defesa de nossas bandeiras, significa não ficar na passividade baseada no espontaneísmo. E mobilizar-se em defesa da Universidade.

Relato da audiência da ANDES com a Ministra da Educação e Cultura, no dia 02/04/84.

Presentes: MEC: Ministra. Gladstone. Cel. Pasqualli. Edson Rodrigues, Praxedes.

ANDES: Pinguelli, Newton. Marco Antonio, Zezé, Raul e Sadi. Início da Audiência: 16h50min. Término: 18h30min.

Foram colocadas pelas ANDES as questões:

a - dos salários das IES federais autárquicas, reiterando as reivindicações já encaminhadas ao final do ano passado:

b - das verbas para as universidades federais enfatizando o clima de insatisfação generalizada e de prejuízo para o ensino e a pesquisa:

c - da reestruturação da universidade, cobrando o compromisso de ouvir a comunidade e pedindo esclarecimento sobre os documentos como o projeto Caio Tácito, e a propalada equiparação salarial entre as fundações e as federais autárquicas.

Houve longa discussão, na qual ficou clara a intransigência do MEC que se negou a cumprir compromissos anteriormente assumidos impossibilitando um acordo sobre o encaminhamento de reestruturação e não definiu nenhuma perspectiva no que diz respeito à questão salarial, que segundo a Ministra, foge da sua alçada.

Desta discussão foram apuradas as seguintes respostas:

a - Sobre salário, foi dito que, deverá haver uma segunda parcela em julho para todos os servidores, não parecendo ser provável qualquer medida emergencial para as universidades como a que antes fora propalada pelo MEC; quanto ao percentual, a Ministra salientou que acredita que ele dependerá da recuperação da economia.

b - Sobre verbas para a universidade, o MEC declarou estar se empenhando em aplicar a emenda João Calmon de maneira mais favorável para a educação, procurando definir como tal apenas as atividades efetivamente educacionais e não outras que setores do governo entenderam incluir para esvaziar o efeito da emenda: declarou ain-

da que um fato concreto foi o congelamento das verbas públicas, que aliviou a situação do MEC: entretanto nada mais objetivo foi dito sobre a crise de verbas que já está paralisando as universidades hoje.

c - Sobre a reestruturação foi declarado que os documentos em circulação em particular o projeto Caio Tácito são subsídios para um projeto de lei em elaboração a nível de governo e não só do MEC, para ser enviado ao Congresso talvez ainda neste semestre visando reestruturar a universidade ainda neste governo: a Ministra declarou que o MEC concorda em "gênero, número e grau" com o projeto Caio Tácito que, no entanto está sendo negociado com o DASP, a SEPLAN e o Gabinete Civil da Presidência: o projeto do governo deverá incluir medidas visando a equiparação salarial entre as autárquicas e as fundações a ser implantada progressivamente: questionado explicitamente sobre o assunto o MEC não garantiu que a equiparação não implicará em perdas de conquistas nas fundações: finalmente foi rompido o compromisso de ouvir a comunidade (chamada segunda fase de discussão de reestruturação pelo MEC na greve de 82), remetendo toda a discussão para o Congresso: foi obtido o comprometimento de que não será usado o decreto-lei e de que haverá um prazo de 30 dias para a comunidade tomar conhecimento do projeto, quando ele ficar acabado antes de ser encaminhado para o Congresso: este prazo foi obtido com muita dificuldade, tendo o Secretário Geral do MEC se manifestado contra ele e não há nenhum compromisso de que o governo ouvirá a comunidade, apenas dará um tempo para ele tomar conhecimento do que será levado ao Congresso.

Brasília, 02 de abril de 1984.
Diretoria da ANDES

Relato da audiência da ADUFRJ com o Reitor

O Reitor Adolpho Polillo em audiência com a ADUFRJ afirmou que somente os servidores das universidades federais autárquicas teriam um aumento diferenciado em julho de 1964. Os servidores ganhariam 20% sobre a 2ª parcela do reajuste concedido pelo Governo aos funcionários públicos federais.

Teremos assim o seguinte quadro nas Universidades Federais Autárquicas:

a) 2ª parcela do reajuste em julho x 1,2 = salário dos servidores.

b) 2ª parcela do reajuste em julho = salário dos professores:

O Reitor declarou que essa informação era oficiosa pois o Presidente da República não tinha ainda assinado o decreto.

Posteriormente outros reitores declararam o mesmo à Diretoria da ADUFRJ.

Emenda João Calmon

"§ 4º - Anualmente, a União aplicará nunca menos de treze por cento e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

CONCLUSÕES DO PARECER DO C.F.E. SOBRE APLICAÇÃO DA EMENDA JOÃO CALMON

É nosso parecer, em suma, que o Poder Executivo deve, a curto prazo, baixar Decreto que, com os subsídios ora oferecidos e outros estudos equivalentes, especifique que objetivamente o conceito das despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino para o fim de execução da norma constitucional superveniente.

Sem embargo dessa providência - que exprime a força cogente da norma - o Executivo poderá igualmente ter a iniciativa de projeto de lei que venha a estabilizar e dar continuidade à execução do princípio constitucional.

Para esse efeito merecem ser oferecidas as seguintes conclusões:

1º - Os percentuais mínimos de aplicação obrigatória por força de § 4º do art. 176 da Constituição (acréscimo da Emenda Constitucional n. 24/83) referem-se estritamente a despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, e não à totalidade das despesas com Educação.

2º - Por via de consequência, devem ser excluídas da abrangência da norma as despesas com atividades de Cultura e de Desportos, embora integrantes da área de competência do MEC, cumprindo custeá-las com outros recursos orçamentários ou extra-orçamentários.

3º - O custeio às atividades de pesquisa, quando exercidas pelas instituições de ensino deverá ser computado. Fica, porém, excluído o financiamento de pesquisas, ainda que a cargo de órgãos integrantes do MEC, que se destinam a instituições estranhas aos sistemas de ensino.

4º - Os percentuais fixados incidem unicamente sobre a receita de impostos e não sobre a receita tributária. Compreendem tanto a receita direta como a receita derivada, provenientes de transferências constitucionais. O cálculo será feito sobre a receita efetivamente arrecadada e não sobre a receita estimada no orçamento, que deverá quando for o caso, ser complementada mediante créditos suplementares. Não podem ser computados, para aquele fim, recursos aplicados ao ensino, originários de outras fontes, tais como contribuições do

salário-educação, FINSOCIAL, PIS/PASEP ou convênios e acordos internacionais.

5º - A Emenda Constitucional é auto-executável e de eficácia imediata independentemente de regulamentação, devendo incidir sobre o Orçamento de 1984, a ser aditado se necessário, mediante crédito suplementar, inclusive em caso de excesso de arrecadação.

NOTA DA DIRETORIA DA ADUFRJ SOBRE PARECER DO C.F.E.

Julgamos que a conclusão no. 3 deve ser complementada: Quando se refere a "sistemas de ensino" deveria especificar que são sistemas oficiais de ensino, com exclusão de instituições de pesquisa vinculadas a outras órgãos que não o MEC. Sendo assim, estariam excluídas do cálculo as verbas destinadas, por exemplo, a instituições privadas de ensino.

A Diretoria da ADUFRJ apoia este parecer do C.F.E., por considerar que o mesmo defende os interesses do ensino, da pesquisa e das atividades culturais nas Universidades Autárquicas.

Obviamente, o apoio docente a este parecer tornará maior a possibilidade de que o Governo Federal ao regulamentar a lei não desvie os recursos orçamentários para outras atividades que não a manutenção e desenvolvimento do ensino tal como especificado na emenda João Calmon.

O parecer do C.F.E. é muito importante ao explicitar que no cômputo dos 13% da receita da União e 25% dos Estados e Municípios não deve ser incluída a totalidade das despesas com educação mas apenas aquelas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino. Exclui as despesas com as atividades de Cultura e Desportos bem como aquelas vinculadas às atividades ambulatoriais e de assistência médica nos Hospitais Universitários. Sendo assim a União deveria prover recursos além dos 13% para custear, essas atividades.

Quanto às atividades de pesquisa, também são indissociáveis do ensino o parecer do C.F.E. exclui do cálculo dos 13% da União as despesas com atividades exercida em instituições estranhas aos "sistemas de ensino". Repetimos que, neste caso, deveria ser especificado que se trata de sistemas oficiais de ensino.

Consideramos que o movimento docente a comunidade universitária e todos os setores interessados nas atividades educacionais, deveriam levantar como bandeira de luta a aplicação imediata da emenda João Calmon, tal como explicitado pelo C.F.E.

Escola de Química Explosão do laboratório

No último Boletim ADURF foi publicada matéria sobre a explosão no Laboratório de Tecnologia de Alimentos da Escola de Química.

A explosão destruiu salas de aula e

laboratórios de ensino e pesquisa, paralisando atividades do Departamento de Engenharia Bioquímica.

Foram gastes cerca de 42 milhões de cruzeiros na recuperação das de-

pendências atingidas no acidente. O firme desempenho dos órgãos superiores da Universidade e o entusiasmo dos colegas professores e funcionários de Escola de Química permiti-

ram que as obras fossem completadas em tempo recorde, e o início das atividades do ano letivo ocorresse sem nenhum prejuízo para os alunos de graduação.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII OUTUBRO/84

Nº 24

CONSELHO DE REITORES APROVA REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES

(pág. 3)

A Universidade resiste

Continuam atuais os princípios que sempre defendemos. "A Universidade Autárquica Pública e Gratuita, para superar a crise na qual se encontra, terá de contar com a credibilidade do opinião pública. E a sociedade cobrará da Universidade que não resistiu, que sucumbiu sem luta ao desgoverno dos que procuram dismantelar a assistência pública nas áreas de saúde, educação, cultura, ciências, tecnologia e administração". (Boletim da ADUFRJ - janeiro de 1984 - Editorial Acumulando Forças).

Quem duvida que em nossa greve de 81 dias conquistamos credibilidade junto à opinião pública? Quem duvida que nesses 84 dias resistimos ao desgoverno que explicitamente, quer aniquilar a assistência pública nas áreas críticas de educação, saúde, cultura, ciências e tecnologia?

Toma-se evidente que não devemos subestimar a amplitude do apoio e das articulações políticas e sociais que foram obtidas. Todos os setores vivos da nacionalidade debatem-se por obter transformações políticas no sentido da democratização institucional e da mudança da política econômico-financeira e social.

Nesta conjuntura nossa greve mostrou profundamente a necessidade de novos ramos na política educacional e na manutenção e desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços das IES Autárquicas.

A greve tornou transparente para a população o que já vem há muito tempo sendo levantado por setores avançados da sociedade, a necessidade de uma Universidade realmente comprometida com Interesses do povo e com o desenvolvimento Nacional independente. De uma Universidade que ao campo da ciência, cultura e tecnologia contribua decididamente para o progresso social e o fortalecimento da Nacionalidade.

Tudo isto, como tem frisado o movimento docente é nas atuais condições uma luta a médio e longo prazo. Repetimos que "o movimento docente não pode sucumbir diante do peso do pessimismo, sob pena da crise atual destruir para sempre o patrimônio público que é a Universidade Autárquica".

(Boletim da ADUFRJ - janeiro de 1981 - Editorial "Acumulando Forças").

No plano geral a massa movimento continua de resistência, de estabelecimento de alianças com a sociedade. Como dizíamos em abril: "O movimento é de resistências. É fundamental que o movimento docente forje novas alianças capazes de defender efetivamente este patrimônio público, de importância fundamental para o desenvolvimento do país. Que o movimento continue, junto com funcionários e alunos, a unidade capaz de superar a crise e demonstrar ao conjunto da sociedade que seremos capazes de construir uma Universidade democrática que responda novas exigências sociais impostas pela reconstrução do país, fruto da consolidação da democracia e que atenda aos interesses da maioria da população, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento científico,

tecnológico e cultural deste novo país" (Boletim da ADUFRJ - abril de 1981 - Editorial É preciso Resistir).

Neste nosso movimento a longo prazo a greve foi um momento em que avançamos largamente no sentido aqui explicitado. Por outro lado, a consolidação destas alianças obtidas e a ampliação dependeram de nossa capacidade de dar prosseguimento à luta em dois campos que se interligam: o primeiro é avançar na efetivação de espaços Internos conquistados, mantendo isolados os setores retrógrados da IES Autárquicas, que insistem na Universidade Arcaica e submissa, e o segundo é lutar para que defendam as Universidades Autárquicas todos os setores sociais e políticos que desejam mudanças em nosso país. Que fiquem alheios e Isolados os apaniguados do poder, os que sempre se locupletaram com a privatização do ensino. Que fiquem alheios e isolados os que demonstraram, com esta greve, o menosprezo no trato da coisa pública, justamente aquela que hoje, diante da nação estupefata desencadeiam o mais torpe revanchismo, buscando levar ao comando da Nação quem é odiado e proscrito pela consciência popular e pelo sentimento de dignidade Nacional.

Nossa greve mostrou dois tipos de Universidade dentro da IES Autárquicas: a dos que lutam e desejam atividades universitárias acadêmicas e socialmente responsáveis, e a dos que pretendem manter o ensino superior arcaico o estilista isto é sem compromisso com os profundos Interesses nacionais, democráticos e populares. Os últimos são uma minoria, que isolou-se durante a greve, perdendo capacidade real de reverter a luta. Os primeiros são a maioria que necessita e deseja urgentemente abrir e fortalecer canais de participação e condução dos destinos da Universidade e das atividades cotidianas da mesma, em todos os níveis. Os últimos procuram reagir ao isolamento e ao ostracismo a que foram levados durante a greve. Não foi por acaso que pela 4 vez foi reconduzida ao CEG, como representante do CCS - por um processo de escolha já rejeitado pela comunidade acadêmica - uma professora que sequer exerce atividades de ensino: pesquisa escolhida para servir aos retrógrados interesses encastelados no poder da Instituição. Órgãos colegiados que opinam e deliberam sobre questões acadêmicas devem ser constituídas de pessoas, que pelo menos, exerçam atividades de ensino e pesquisa.

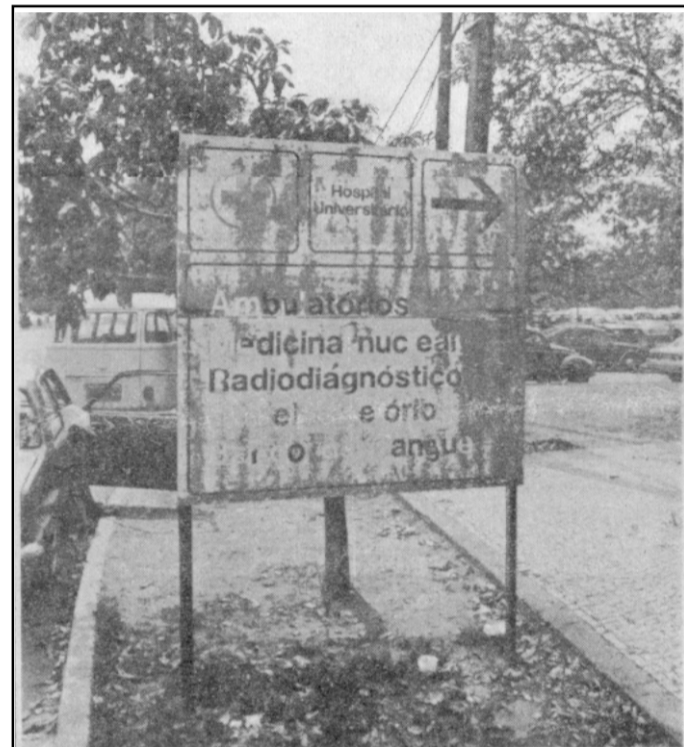
A continuidade da luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita, exige que não fiquemos apenas na expectativa da comissão do CRUB. Devemos, evidentemente, lutar para que esta comissão pelo menos não retroceda em relação ao que o próprio CRUB constatou oficialmente durante a greve; em relação a 1979, os salários dos docentes estão defasados em 103,00% e dos servidores em 167,80%. Isto para o mês de abril/84. Também devemos lutar para que o CRUB não retroceda de sua posição oficial

de junho/7984: em caráter emergencial, reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980, pois em 1984 os recursos orçamentários alocados às IES Autárquicas corresponderam em 37,0% do nível de 1980. Por outro lado, lutemos para que o CRUS permaneça na posição oficial de junho/1981, e lute para que em 1983 seja consignado no orçamento dotações equivalentes à de 1981, pois o previsto segundo a MEC, é que em 1985 as IES Autárquicas terão verbas orçamentárias a 33,0% ou 22,0% de 1981.

A continuidade da luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita, exige que no cotidiano de nossas atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços, continuemos a denunciar a precariedade de recursos existentes. Devemos continuar, dimensionando os recursos necessários e cobrando os mesmos de quem, publicamente declarou "que o Sr. Delfim Netto garantiu que a Universidade teria recursos para continuar a funcionar e a se desenvolver".

O movimento dos docentes, que mostrou nesta greve ser responsável e socialmente, está no dever de empunhar lutas que se avizinham. Trata-se da participação direta da comunidade na escolha de dirigentes em todos os níveis, a partir de Reitor e Vice-Reitor. Vamos otimizar eleições diretas de lista sêxtupla para Reitor, e encaminhá-las com êxito para que o colegiado (Conselho Universitário, CEG e CEP-EG) a aprove. Provavelmente estas eleições diretas serão realizadas em janeiro/1983. Mas desde já devemos encaminhá-la discutindo nas Unidades e Centros. A Universidade não poderá ser dirigida sem o respaldo e participação da comunidade. Este foi um dos ensinamentos da greve. E esta não é uma questão que diga respeito apenas à comunidade universitária. E parte da luta em defesa de uma Universidade Pública, Gratuita e Democrática, empreendida por toda sociedade.

Repetimos o que antes enfatizávamos: a questão, do Universidade Pública diz respeito às opções políticas de sociedade. No momento em que a sociedade civil se organiza, debate e luta por sua participação nos processos decisórios a questão da Universidade não pode, era hipótese alguma, ser esquecida. "A Universidade Pública e Autárquica deve ser defendida por tratar-se da defesa da participação da sociedade como um todo na decisão dos rumos da educação. Quando se decide que o governo financie e se responsabilize pela manutenção da Universidade em contraposição ao financiamento por grupos privados. O que se assume é que a sociedade como um todo participe das definições dos rumos da Universidade (Boletim do ADUFRJ, abril/1984, Editorial "É Preciso Resistir").



HU: A BEIRA DO ESTADO DE COMA



FUNDÃO TEM CONDUÇÃO Vitória da ADUFRJ e de toda a comunidade

O Boletim da Adufrj pretende divulgar as discussões e opiniões sobre ensino que, infelizmente, nem sempre circulam na Universidade. Com o debate, esperamos estar fortalecendo a luta pela melhoria das condições de ensino e pesquisa,

e em defesa das propostas dos docentes para o ensino superior no país. Os artigos abaixo foram reproduzidos do Jornal do Professor de agosto de 1984, editado pelo Departamento Educacional do Jornal do Brasil.

Educação Física e Humanismo

CULTURA do corpo, atividade paramédica, criadora de sofisticadas técnicas esportivas, veiculada de ideologias: afinal, o que é Educação Física? Introduzida nas escolas européias, em fins do Século XIX, devido aos benefícios que o exercício físico pode trazer para a saúde, esteve sempre associada a Medicina, o que deu status a profissão mas, lamentavelmente, afastou-se da sua verdadeira missão. Ressaltando apenas os aspectos biológicos, o professor de Educação Física fica reduzido a um "educador do físico", deixando de atender às necessidades do homem total.

O terreno escolar talvez tenha sido o mais fértil para essas inadequações. A ginástica passou a ser um verdadeiro castigo e a boa aula é a que exaure o aluno. Além disso, o profissional que atua nesta área ficou historicamente identificado com hábitos militares, passando a ser responsável pelo treinamento de "ordem unida" para desfiles e comemorações cívicas. Tomou-se um "disciplinador", antes de mais nada. Estes procedimentos refletem-se por toda a vida das pessoas, que passam

e detestar exercícios físicos ou só os praticam "aconselho médico". Isto é Educação Física? Deve haver alguma coisa que dê sentido a essa praxeia, revelando uma identidade que perdeu ou nem chegou a ter.

A Educação Física ressentese de um engajamento filosófico que a oriente em direção às suas finalidades. Seu envolvimento com o indivíduo e com a sociedade dão-lhe responsabilidades que extrapolam o "fazer ginástica" ou "jogar futebol". O professor não pode, diante de sua missão, aprofundar-se unicamente nos seus conhecimentos técnicos. O domínio da técnica é indispensável, mas como meio. Um instrumento criado pelo homem para ser utilizado em seu próprio benefício. Não se pode deixar o feitiço virar contra o feiticeiro. Ou, como previu uma personagem de Gabeira: "Pois é. Acontece. Um dia a máquina vence".

Os cursos de Educação Física são procurados, geralmente, por quem gosta da prática esportiva, o que é natural, saudável e altamente positivo. A futura atividade profissional, porém, não exigirá maiores habilidades motoras daquele que se

propõe a ser professor. O fascínio esportivo que tomou conta das últimas gerações criou uma barreira tal entre a Educação Física e o esporte, que este corre o risco de passar a ser um assunto exclusivamente técnico, deixando de receber tratamento acadêmico, tornando-se um fim em si mesmo. É hora de se pensar em devolver à Educação Física a abrangência do seu significado original.

Cabe às escolas de Educação Física canalizar toda essa vocação esportiva para objetivos realmente compatíveis com a missão de um professor. Desde os vestibulares, os alunos passam por provas que procuram medir o seu desempenho físico, reforçando uma visão deturpada que, em geral, os candidatos têm da sua futura profissão. O pior acontece quando, já matriculados, aquele desempenho físico continue sendo fundamental no processo de avaliação. A preocupação das escolas deveria ser, essencialmente, "ensinar a ensinar", formar professores e não atletas. A nossa atividade é eminentemente intelectual e não física. O que devemos procurar é a verdadeira natureza da Educação Física, a sua es-

sência.

Enquanto processo individual, a Educação Física desenvolve potencialidades humanas. Enquanto fenômeno social, ajuda o homem e estabelecer relações com o grupo a que pertence. Como ciência, tem que identificar as divisas entre o adestramento e o ensino. Enquanto educação, não deve reproduzir modelos da superestrutura. A Educação Física escolar tem sido a maior vítima dessa reprodução; uma neurótica luta contra segundos e a favor de centímetros. Tudo dentro de uma apurada técnica, com muita disciplina e na mais perfeita ordem. O fascínio pela superação, levado a extremos, cria séries de deformações.

Nas escolas, a busca de campeões conduz à especialização prematura, inibindo o desenvolvimento do potencial psicomotor das crianças. Os alunos passam a ser encarados como futuros atletas e não como pessoas. As influências tecnicistas fazem com que a atividade do jogo esteja sistematicamente voltada para o desempenho e para os resultados de alto nível. Nesse caso, os menos habilitados, que seriam os maiores be-

neficiários do esporte, são marginalizados e preteridos em benefício de chamados talentos esportivos.

A tarefa educacional não se resume ao mero exercício de ensinar, este é um meio, não um fim. Para que ensinar está refletido nos objetivos e a serem alcançados. O que ensinar sintetiza as necessidades dos alunos. Como ensinar implica criar correspondência entre a ação e a Intenção pedagógicas. Educação não é sinônimo de polidez, quietude, disciplina, obediência ou ilustração. Também não é sinônimo de aprendizagem, quando despida de valores abonados pelo grupo social. Educação Física é Educação na medida em que reconhece o homem como arquiteto na construção de uma sociedade melhor e mais humana, onde não seja necessário "levar vantagem em tudo".

VÍTOR MARINHO DE OLIVEIRA

Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho, mestre em Educação pela UFRJ e autor de O que é Educação Física (Editora Brasiliense).

Escola Tradicional X Escola Nova

Podemos constatar, hoje, grandes discursos e discussões entre educadores e professores acerca da pedagogia tradicional X pedagogia nova. Nos dias de hoje, muitos se acham convictos, suficientemente convencidos de que a escola tradicional é algo ultrapassado, que é "aquela do prêmio e do castigo que está na base da meritocracia do capitalismo" (Lauro de Oliveira Lima JP Junho/84). Esquecem, no entanto, em que momento histórico aparece a escola nova. Como desenvolvimento do capitalismo, faziam necessário a burguesia aperfeiçoar seus métodos, encontrar uma nova e mais eficaz forma de dominação. Assim, a escola passa e transmitir uma nova ideologia, inculcando nos alunos a ilusão de que todos são iguais,

todos têm a mesma chance na escola, camuflando desta forma as diferenças entre as classes sociais. A educação igualitária, filosofia liberal burguesa, propaga a possibilidade de ascensão social através da escola, colocando sobre os indivíduos a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso na sociedade. Mas quem não estuda, não presta atenção às aulas, não se esforça, tem como castigo o fracasso. O prêmio para quem se esforça, se interessa pelos estudos, é a ascensão social, é um lugar ao sol. Dessa forma a escola não só reproduz como reforça a estrutura de classes; uma vez que os dominados, convencidos de seu fracasso pessoal, acabam por consentir a dominação dos intelectualmente poderosos".

Portanto, na realidade a meritocracia também encontra-se fortemente presente, apesar de mascarada, na pedagogia nova. O extremo respeito às diferenças individuais, o psicologismo, ignoram as condições materiais de vida; o aluno passa a ser tratado como um ser a parte da sociedade, e não como um reflexo desta.

Quando o professor Lauro de Oliveira Lima afirma que "se a inteligência funciona, é irrelevante o conteúdo", esquece que esta não funciona em cima do nada. Inteligência não é contradição de conteúdo. Os conteúdos podem e devem ser trabalhados de maneira inteligente. O novo se constrói a partir do velho. Como questionar a energia nuclear, por exemplo, se o aluno não tem acesso a este tipo

de conteúdo? Eis um dos grandes problemas da pedagogia nova: a não valorização dos conteúdos.

A defesa da reprodução do sistema, ao contrário do que pensa Lauro de Oliveira Lima, nada mais é do que ignorar os conteúdos e fazer da escola uma brincadeira. Os conteúdos burgueses, dos donos do saber e do poder, existem sim, e devem ser constatados. Para que o aluno possa combatê-los é preciso conhecê-los, não cabe ao professor escondê-los, o que seria uma atitude paternalista. Também não podemos esquecer que, como diz a professora Laura Coutinho Lopes (JP - junho-84), ignorar esses conteúdos "seria ignorar o saber acumulado". Não se trata de reproduzir conhecimentos pronta e aca-

bados, mas de investigá-los, pesquisá-los, vivenciá-los de maneira crítica, criando a partir do velho propostas alternativas, novos saberes.

Cabe à escola contribuir para que as classes populares escapem ao "determinismo sócio-político-econômico" (L.O. Lima), dando a estas acesso ao conhecimento dominante de maneira crítica. O dominado precisa reconhecer os conhecimentos do dominante, pois estes serão, sem dúvida, um de seus instrumentos de luta para conquistar uma sociedade justa.

LIA VARGAS TIRIBA

Professora do Curso Normal do Colégio Maria José Imperial, graduada em Pedagogia - Supervisão Escolar pela UFRJ.

Plenária do CRUB aprova pauta de reivindicações

No dia 13 de setembro último, a plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) deliberou sobre as reivindicações protocoladas no MEC em 14 de julho de 1984, pela ANDES e FASUBRA.

A decisão do CRUB foi a seguinte:

1 - Reajuste salarial em 01/09/84 de 18,7%. Isto corresponde ao INPC acumulado dos meses de julho e agosto;

2 - Reajustes adicionais aplicados sobre salários e vencimentos com os aumentos de remuneração ordinários e gerais, na seguinte forma:

10,096 em 1º de janeiro de 1985

10,0% em 1º de julho de 1985

10,0% em 1º de janeiro de 1986;

3 - Reajustes semestrais em janeiro e julho de cada ano, de acordo com a lei n.º 6708 e suas possíveis alterações;

4 - Solicitar ao governo que retire do Congresso Nacional o projeto-de-lei de equiparação salarial entre Autarquias e Fundações.

O CRUB decidiu ainda pro-

por ao governo minuta de decreto-lei contendo os itens 1, 2 e 3 acima.

Quanto às verbas o CRUB decidiu:

1 - Pedido de suplementação de verbas para 1984, tendo como referencial o orçamento de 1980, o que equiivale a Cru 116.902.628.000,00;

2 - Para 1985, o CRUS aprovou reivindicar que as verbas correspondam ao orçamento de 1981.

Estas decisões do CRUS correspondem, na íntegra, à pauta de reivindicações que foi modificada pelo movimento no início de julho e protocolada no MEC em 14 de julho de 1984. A única diferença, é que consta da pauta reajuste semestral com base em 100% do INPC, e o CRUS propõe que o reajuste semestral seja concedido de acordo com a Lei 6708 e suas possíveis alterações.

Durante a greve o governo, em várias oportunidades, noticiou que "na medida do possível" teriam sido concedidas reivindicações salariais, através do projeto de equiparação salarial que enviou ao Con-

gresso Nacional. Naquela ocasião, este projeto foi rejeitado pelas Assembléias dos Docentes em todo o país. O fato de o CRUB solicitar ou retirada do Congresso Nacional evidencia que as próprias administrações superiores das Universidades reconhecem a justiça de nossa posição, naquela ocasião.

Por outro lado, a deliberação do CRUS sobre índices de reajustes, equiivale à equiparação com a Universidade do ACRE, pois o índice total acumulado daria 58,096. E foi exatamente esta a reivindicação constante da pauta aprovada em julho.

Quanto às verbas para 1984 e 1985, o CRUB solicita o mesmo que a ANDES, como reivindicação de caráter emergencial.

Consideramos, pois, bastante positivas as deliberações da plenária do Conselho de Reitores.

O fato de o MEC no final da greve ter delegado ao CRUB o papel de qualificar as reivindicações, continha um duplo significado. Por um lado, dei-

xava transparecer que seriam inconsistentes as

reivindicações do movimento, e por outro lado procurava estabelecer uma cunha irreversível entre o CRUS e as entidades representativas da comunidade universitária.

Nestas, as deliberações do CRUB isolam mais ainda o MEC e o governo, se não forem atendidas as reivindicações. Isto porque, o CRUS deliberou a pedido do próprio governo, que qualificou aquele órgão como "interlocutor legítimo", entre as Universidades e o MEC.

Acrescente-se o que sempre enfatizamos com dados de estudos técnicos insuspeitos: a emenda João Calmon, que é dispositivo constitucional, não está sendo aplicada, e deveria independentemente de regulamentação, ser cumprida em 1984. Este foi o parecer do Conselho Federal de Educação que publicamos no Boletim da AMUFRJ, de abril/84.

Recentemente, o consultor geral da República, em parecer aprovado pelo Presidente da República, reconhece que

a emenda João Calmon deve ser cumprida ainda em 1984, cabendo ao MEC recursos suplementares. Segundo avaliações preliminares da ANDES, o MEC deveria receber em 1984 recursos adicionais de 800 bilhões de cruzeiros. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, só no 1.º trimestre de 1984, estes recursos suplementares seriam da ordem de 2,4 trilhões de cruzeiros. E o atendimento de toda a pauta de reivindicações (verbas e reajustes salariais) necessita em 1984 apenas 200 bilhões de cruzeiros, em recursos suplementares.

Sendo assim, há unanimidade da comunidade e das administrações das Universidades, do que deve ser atendido em termos emergenciais, este ano. Há também, por força constitucional, recursos suficientes. O não cumprimento de toda a pauta de reivindicações é, pois, uma medida proposital que só reforça o que sempre enfatizamos: este governo pretende destruir o que pertence ao povo e à Nação: as Universidades Autárquicas.

Professores dão prazo: paralisação por um dia

No dia 19 de setembro a assembléia da ADUFRJ considerou positivo o trabalho do Conselho de Reitores, a respeito das reivindicações de caráter emergencial apresentadas em julho ao Governo.

Por outro lado, a ADUFRJ enfatiza que a equiparação salarial deve ser viabilizada através de projeto-lei a ser enviado ao Congresso Nacional pelo Governo, e não através de decreto-lei como aprovado pelo CRUB. Inclusive as lideranças dos diversos partidos no Congresso Nacional se comprometeram a tramitar o projeto num prazo de 15 dias. Esta posição é condizente com os anseios democráticos de que o Congresso Nacional deve ter prerrogativa para legislar matérias de caráter econômico, financeiro e salarial. Além disto, o atual governo poderá incorporar dispositivos ao decreto-lei proposto pelo CRUB, anulando os benefícios do mesmo. Com isto, o próximo Governo - que todos anseiam seja de transição democrática - herdaria dispositivos legais, que po-

deriam servir de argumento para limitação de avanços do movimento na questão salarial. Este risco tomou-se evidente, pois o movimento não explicitou, nacionalmente, que é contrário ao atendimento das reivindicações através de decreto-lei.

No sentido da continuidade da luta para a conquista das reivindicações, que são de caráter emergencial, a assembléia da ADUFRJ e a reunião das AD's aprovaram, em Brasília, a seguinte pauta para o movimento:

1 - Prazo até o dia 5 de outubro de 1984 para que o Governo responda as conclusões do Conselho de Reitores

2 - Manifestação em Brasília no dia 15 de outubro, dia do Professor, indo ao MEC cobrar resposta

3 - Uma semana nacional de mobilização, de 22 a 26 de outubro

4 - Um dia nacional de paralisação em 25 de outubro, ou no dia 23 de outubro, caso os servidores das Universidades Autárquicas mantenham este dia, tal como proposto pela FASUBRA.



27 de julho. Em assembléia repleta, os professores decidem continuar a greve. Estavam parados 35 mil professores e 60 mil funcionários. Pela defesa dia Universidade Autônoma, Pública, gratuita e democrática.

Informática no Conselho

A política nacional de informática ganha mais uma manifestação de apoio: acompanhando a decisão do Conselho de Coordenação do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), o Conselho Universitário da UFRJ aprovou, em 13 de setembro, moção de apoio ao desenvolvimento de tecnologia própria no setor de informática em defesa dos esforços especializados, cientistas e técnicos que têm realizado pesquisas fun-

damentais neste sentido. O Boletim da ADUFRJ, voltará a falar do assunto, publica, na íntegra, a moção:

"O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, consciente da contribuição que a Universidade vem dando a evolução da tecnologia e áreas afins, não só pela atuação de elevado nível do Núcleo de Computação Eletrônica, mas também pela atividade de diversos outros grupos, acredita ser

sua obrigação manifestar-se em defesa da continuidade da política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico no domínio da computação automatizada e de proteção oficial à indústria nacional de fabricação desses equipamentos.

Os investimentos substanciais que foram feitos, nos últimos tempos, em ciência e tecnologia, provocaram a formação de um grupo de pesquisadores do mais alto nível nas Universida-

des e propiciaram o desenvolvimento de projetos pioneiros. Estes investimentos, na área de informática, começam agora a produzir retorno de grande alcance social. Não parece razoável, portanto, descontinuar a absorção dos frutos deste investimento e abandonar as condições mínimas que garantam a conquista de uma crescente autonomia tecnológica nacional.

O Conselho Universitário, na qualidade de porta-voz coletivo

máximo da comunidade acadêmica da UFRJ, manifesta seu apoio a esta política e reafirma sua confiança de que as esperanças dos cientistas, especialistas e técnicos da área de informática não serão frustradas e de que o apoio à pesquisa e desenvolvimento na Universidade continuará a ter prioridade relevante, de modo que a contribuição da Universidade à indústria nacional possa ser crescente e cada vez mais decisiva.

O fotógrafo Jorge Marinho, do jornal O Globo, registrou na sala F-215 do Departamento de Engenharia Metalúrgica, no CT, um exemplo das condições precárias de ensino encontradas pelos professores mesmo após a greve. Até a edição deste boletim, 22 de setembro, a situação da sala - como de muitas outras - era a mes-

ma. Mas não por falta de aviso: já em 6 de abril de 1981, no ofício no 09/83, a Chefia de Departamento pedia reposição de lâmpadas, cortinas e cadeiras, substituição de vidros e colocação de fechaduras - estas últimas, para evitar o constante "saque" de cadeiras das salas do departamento por alunos sem cadeiras de

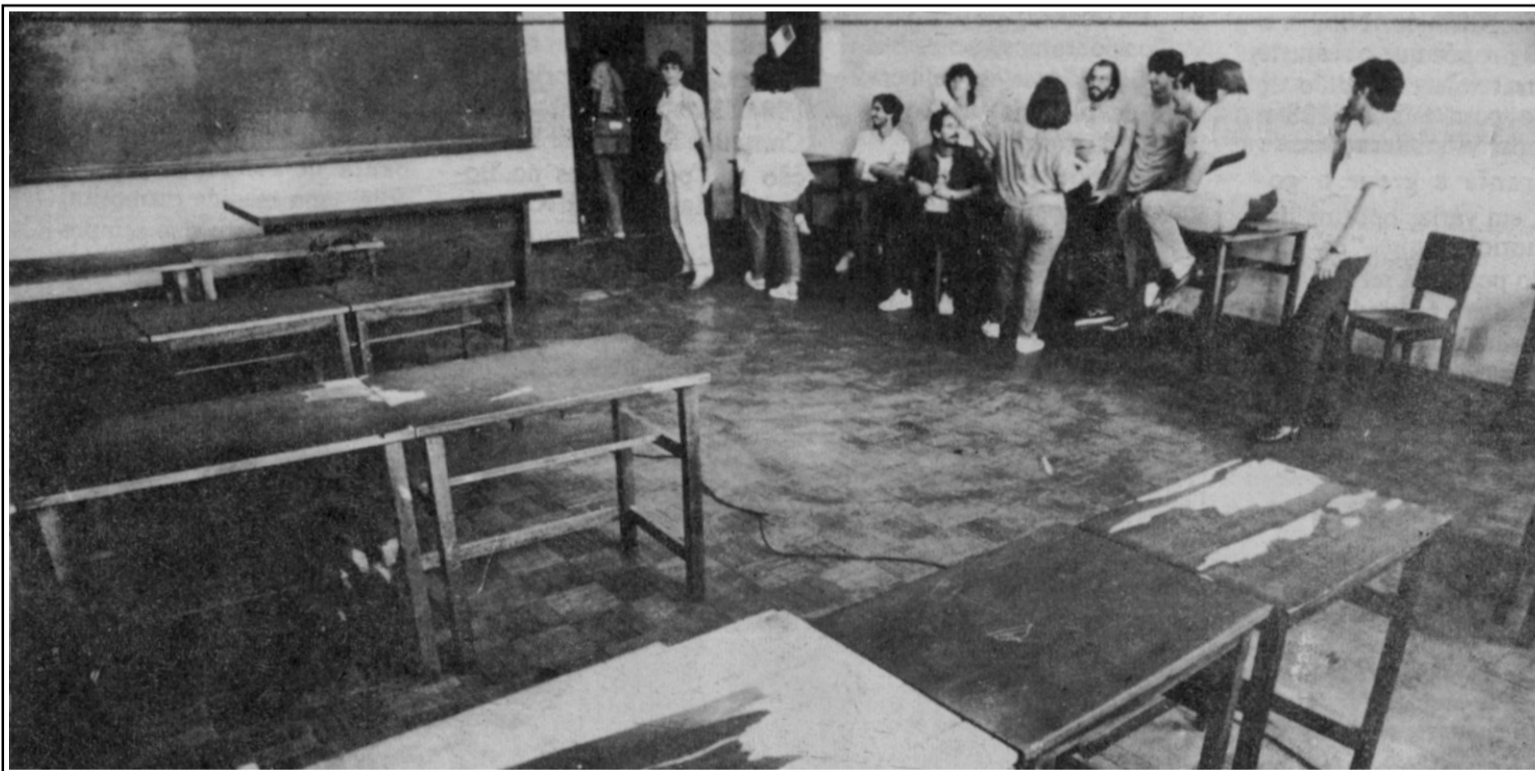
outros setores da Escola de Engenharia.

No mesmo dia, era enviado outro ofício, alertando para o perigo de incêndio representado pelo vazamento de água para a instalação elétrica do prédio, desprotegida por causa de vazamentos no telhado e nos tetos do bloco F. Em 15 de julho, o departamento avisava que

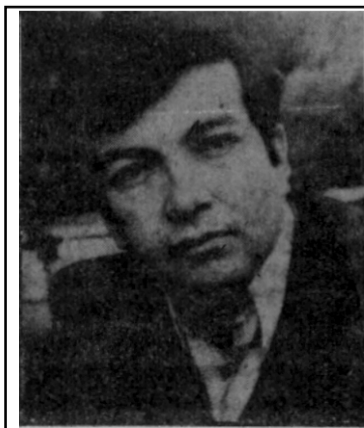
faltavam lâmpadas em três salas de aula - entre elas, a F-215 -, que a última manutenção no departamento não havia respondido, e, em 4 de outubro, a situação das salas de aula era realmente caótica, pois são diariamente "pilhadas" em cadeiras e mesas por alunos do básico: A sala F-217 tinha sete mesas e cin-

co cadeiras, e reclamava-se, ainda, da manutenção dos banheiros, principalmente o feminino. Em abril já se havia pedido manutenção "em válvula do sanitário masculino".

Outro ofício foi encaminhado ao Superintendente do Centro de Tecnologia, com cópia para o Diretor Adjunto de Ensino da Escola de Engenharia. E traçava o diagnóstico: eram necessárias cinco mesas e quinze cadeiras para a sala F-215, 13 mesas e 15 cadeiras para a F-217 e quinze cadeiras para a sala do básico F-219. Falava-se ainda da necessidade de pintura em um quadro negro "completamente desgastado", do reboco de uma sala, que estava caindo, da necessidade de pintura e reforma em vários locais e da urgência na manutenção dos banheiros. No dia sete de agosto, o fotojornalista Jorge Marinho pôde registrar qual foi a resposta aos apelos do departamento.



Santo milagreiro



Gonzalo Garcia Nunes

Também no Peru os professores entraram em greve por melhores condições de ensino. Eles acompanharam a greve geral decretada pela Confederação Intersetorial de Trabalhadores Estatais (CITE) contra a política econômica do Governo, iniciada em 3 de junho. Entre as principais reivindicações dos docentes, a defesa da Universidade autônoma, pública e gratuita e a exigência de melhores salári-

os. Gonzalo Garcia Nunes, membro do Comitê Executivo da Federação dos Docentes Universitários do Peru, assistiu à Assembléia da ADUFRJ de 25 de junho e, em sua coluna na revista peruana *Processo Econômico*, na última quinzena de ato, falou das coincidências nas questões encontradas pelo movimento de docentes dos dois países, citando como exemplo a polí-

tica recessiva do Governo, a administração das verbas federais por "tecnocracias transnacionalizadas" e a perda de poder aquisitivo pelos trabalhadores - incluídos os professores. As crises na sucessão presidencial foram outras coincidências encontradas por Garcia Nunes ao comparar as conjunturas políticas do Peru e do Brasil.

O professor conclui que "essa identidade entre os pro-

blemas de nossa América parece milagrosa", e não vacila em dar o nome do santo: FMI.

Gonzalo sabe, porém, que no Peru, como no Brasil, os problemas da Universidade vêm de mais longe; desde a década de 60 os governos de dois países têm aumentado o número de vagas no ensino superior apelando para a privatização do ensino sem preocupações em sua qualidade.



Azulão. Funcionários que moram na Baixada querem um até a Avenida Brasil. Achem o transporte caro; 30% dos funcionários ganha menos de um salário.



No Ponto criado pelo UFRJ, há um orelhão, caixa de sugestões e lugar para uma futura lanchonete. Todos os ônibus passam por lá. Há menos caronas.

Transporte: a comunidade universitária ganhou

Ao voltar da greve, em agosto, professores, funcionários e alunos encontraram atendida uma antiga reivindicação que nem chegou a aparecer nas mais recentes assembleias. Como resultado de intensa negociação entre a comunidade universitária e a administração da Universidade, a Secretaria de Transportes e as empresas de ônibus que atuam na região, a Adufrj pode agora mudar o título que encabeçou cartazes, notas e reportagens uma das últimas de seu boletim: o Fundão queria; agora já tem condução.

Iniciada com um Ato Público no auditório do Centro de Tecnologia, em 19 de dezembro de 1983, a campanha prosseguiu com a formação de comissão reunindo a diretora da Adufrj, professor de programa de transporte de Coppe, e representantes das empresas, do Metrô e da Universidade e da Secretaria de Transportes. Em seu trabalho de meses, a comissão enfrentou atritos entre as empresas - motivadas pelos interesses na exploração das linhas -, argumentos técnicos e a proverbial carência de verbas da Universidade (o que, faz, por exemplo, com que os azulões não sejam usados em maior número). Mas a pressão dos professores teve resultado: conseguiu implantar duas linhas de integração com o metrô, criar ônibus gratuitos para circulação interna e até aumentar o número de coletivos de outras linhas que passam pelo Fundão, encurtando seu trajeto.

Estudo da Coppe-UFRJ mostrou que, se não são lucrativas, as linhas de integração Ilha-Metrô passando pela Cidade Universitária também não dão prejuízo. E a colocação dos ônibus internos possibilita a redução do trajeto das demais ônibus em aproximadamente 12 quilômetros, criando uma verdadeira linha,

expressa para a Ilha do Governador, longe do caos da Avenida Brasil. O resultado satisfaz as empresas, que regularizaram seus horários, e pensa-se em colocar outro coletivo interno, gratuito, da empresa Paraense - linha 485 (Copacabana - Penha), que, aliás, passou a fazer todos os seus ônibus entrarem na Cidade Universitária, vindo de Copacabana das 6 às 15 horas e da Penha, das 10 às 18h10min.

"Gostei muito", resume D. Maria Flora, costureira do Hospital Universitário e moradora de Acari (Baixada), "antes o meu ônibus entrava na Cidade Universitária e o motorista não gostava; demorava 30 a 40 minutos... Agora gasta a metade do tempo". Professores e alunos têm opiniões semelhantes. E queixas, quando há, são na maioria em relação a problemas gerais do transporte coletivo na cidade. Como o preço.

Os dados sobre a frequência das novas linhas disponíveis na Secretaria de Transportes não são suficientes para medir sua aceitação, já que foram computados poucos dias após a retomada das aulas. Mas fornecem indícios: na época da pesquisa (meados de agosto), os circulars estavam transportando sete mil pessoas por dia - não contando, é claro, aquelas que entram pela porta da frente, sem passar pela roleta - e as linhas de integração serviam a três mil passageiros diariamente. Este último número é inferior ao esperado - quatro mil - mas é provável que tenha aumentado. Segundo os técnicos, os moradores da Ilha do Governador não estão utilizando muito o sistema, o que significa que ele está se mantendo basicamente com professora, funcionários, alunos e vizinhos da UFRJ. Acredita-se que os moradores da Ilha optam pelos outros ônibus, que ficaram mais rápidos com as alterações de trajeto. Todos ganharam.



Professores, alunos e funcionários exigiram: já têm ônibus e Integração

324-CASTELO-RIBEIRA

*NORMAL

- Ribeira - 6:15 e 7:20 - das 8:00 às 17:00 - Entra na C.U. um carro a cada 1:20 h.

- Castelo - 6:15 e 7:15 - das 8:20 às 17:00 - Entra na C.U. um carro a cada 1:20 h.

*FERIAS

- Ribeira - 7:10 às 17:10 - um carro a cada 2 horas

- Castelo - 7:05 das 17:25 - um carro a cada 2 horas

326- CASTELO - BANCÁRIOS -

*NORMAL

- Bancários - 6:00; 7:00 e 8:00 - das 9:20 às 17:20 - Entra na C.U. um carro a cada 1:20 h.

- Castelo - 6:30 e 7:30 - das 8:40 às 19:00 - Entra na C.U. um carro a cada 1:30 h.

*FERIAS

- Bancários - 6:40 às 16:40 - um carro a cada 2 horas

- Castelo - 7:2.5 às 17:25 - um carro a cada 2 horas

696 - DENDÊ - MÉIER -

*NORMAL

- Méier - 5:50 - 6:10 - 6:30 - 7:10 - 7:30 - 8:00 - 8:30 - 9:00 - 10:00 - 11:00 - 12:00 até 17:00 hs.

- Dendê - 6:30 - 6:50 - 7:50 - 8:50 - 9:50 - 10:50 -

11:20 - 11:50 - 12:20 - 12:50 - 13:50 - 14:50 - 15:20 - 16:20 - 16:50 - 17:20 - 18:10,

*FERIAS

- Dendê - 10:15 às 18:15 - um carro por hora

- Méier - 6:15 às 13:15 - um carro por hora

322 - CASTELO - ZUMBI -

*NORMAL

-Zumbi - 6:45 e 7:45 - das 9:00 às 17:00 - um carro escada 1:20 h.

o FERIAS

- Castelo - 6:45 às 16:45 - um carro a cada 2 horas

- Zumbi - 7:45 às 17:45 - um carro a cada 2 horas

328 - CASTELO - BANANAL' -

NORMAL

- Castelo - 6:45 e 7:45 - das 9:00 às 17:00 - um carro a cada 1:20 h.

- Bananal - 6:10 e 7:10 - das 8:20 às 17:40 - um carro a cada 1:20 h.

-FERIAS

- Castelo - 7:45 às 17:45 - um carro a cada 2 horas

- Bananal - 16:10 às 16:10 - um carro a cada 2 horas

- 485 - COPACABANA - PENHA

- Sentido Copacabana - Penha - A partir das 10:00 h e até às 18:10 h todos os ônibus.

- Sentido Penha - Copacabana - Das 6:00 às 15:00 h

- todos os ônibus.

M-92 - MARIA DA GRAÇA - BANCÁRIOS

(Metrô)

M-93 - Marta da Graça- Cocotá

6:00 às 20:00 h - um carro a cada sete minutos.

A integração com o metrô permite ainda a utilização das linhas de ligação Norte-Sul, com os ônibus 460 (Leblon - São Cristóvão) e 461 (Ipanema - São Cristóvão), via Túnel Rebouças, que levam os passageiros da Zona Sul à Estação São Cristóvão do Metrô, em 20 minutos. Breve será posta em funcionamento a linha 462 (São Cristóvão - Copacabana) aumentando o número de opções de transporte.

Comprando-se o bilhete Ida e Volta Integrado (Cr\$ 700) (ônibus - metrô - metrô - ônibus) na volta do Fundão para a Zona Sul, e usando a ligação Norte-Sul pagando-se a passagem do ônibus, o custo de ida volta para o Fundão fica a Cr\$ 1.240, contra os Cr\$ 1.340 que se paga com o uso do bilhete simples Metrô Ônibus. O gasto dessa viagem equivale ao preço de um litro de gasolina.

Ameaçado Hospital Universitário

Dois bilhões e três milhões de cruzeiros. Esse é o total necessário para evitar que, a partir de outubro, o Hospital Universitário entre em colapso. Para uma despesa prevista, no segundo semestre, de aproximadamente Cr\$ 10,9 bilhões, o HU receberá pouco menos de Cr\$ 8,9 bilhões. Na administração do Hospital, teme-se falar do que acontecerá a partir de outubro, quando se esgotam suas poucas reservas em dinheiro, obtidas, segundo explica o Diretor de Recursos Humanos do HU, Michel Jourtan, "fazendo milagres".

O problema é mais grave que a simples falta de recursos. Criado para dar treinamento de alto nível a profissionais de saúde, desenvolver pesquisas, testar tecnologias sofisticadas e atender principalmente a casos complexos na sua área prioritária de assistência, a 20ª Região Administrativa com 800 mil habitantes -, o Hospital Universitário vem encontrando dificuldade para cumprir seus objetivos. Cada vez mais ligado ao INAMPS, que lhe fornece a verba - insuficiente - para a compra de material hospitalar, entre outros gastos, o HU sofre pressões para ajustar-se à política de contenção de despesas do órgão. E se vê obrigado a sacrificar ensino e pesquisa para seguir os critérios de Providência, mais rígida com os Hospitais Universitários que com as clínicas particulares.

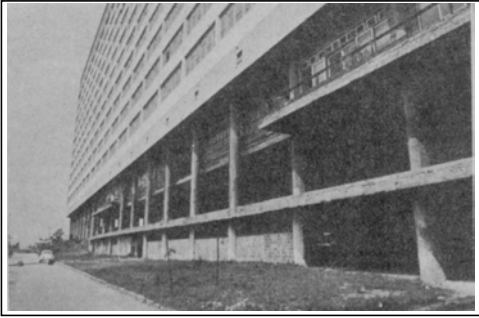
QUADRO CLÍNICO

Em 1978, após estudos de dez comissões criadas para definir fixações e métodos de trabalho e estrutura do Hospital, o HU entrou em funcionamento. Deveria constituir-se um modelo de assistência e pesquisa no setor treinando e criticando métodos de tratamento e atuação em saúde. Para isso seria um hospital terciário, no jargão da Previdência a unidade médica encarregada de atender os casos mais complexos. Até seu ambulatório seria um "ambulatório de referência", com procedimentos que, embora não existissem internamente, teriam um grau de sofisticação maior que o dos outros hospitais.

O objetivo era ligar as necessidades de ensino às de assistência em saúde - a chamada "integração docente-assistencial". Para isso, o HU deveria incorporar-se ao Sistema Nacional de Saúde, que prevê a articulação entre hospitais, postos de saúde e outros institutos médicos, distribuindo os pacientes pela rede de assistência de acordo com sua moradia e condições técnicas e de pessoal de cada órgão hospitalar. Os estudantes de medicina seriam treinados no HU, com passagens por toda a rede previdenciária.

Já em sua instalação, em 1978, os planos iniciais do HU sofreram modificações. O projeto original, da década de 50, foi alterado várias vezes e, finalmente, construída uma colossal estrutura de cimento armado para sua instalação. Em 1978, ainda, os 2.000 leitos previstos inicialmente foram reduzidos a 410, pois não houve a transferência da Maternidade-Escola - até hoje em laranjeiras - e a direção do Hospital decidiu ocupar apenas metade dos 220 mil m² construídos, acreditando ser impossível administrar o hospital caso fossem seguidos os planos originais. Não foi a única alteração nos planos: a integração ao Sistema de Saúde foi impossível, pois inexistia troca de informações entre os hospitais, o que não permitia encaminhar doentes em hospitais de acordo com as características do caso.

O Hospital Universitário começou, então a atuar como qualquer outro recebendo desde casos graves até hipertensos que deveriam ser atendidos pela rede pri-

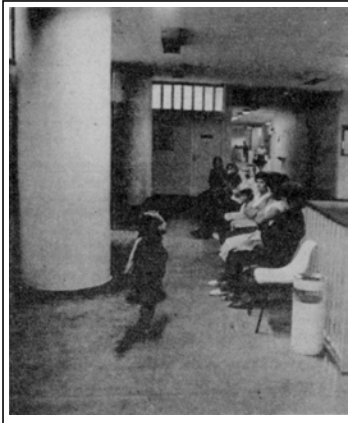


No Hospital Universitário, metade do prédio é só fachada. Supõe-se que, algum dia, hospedarão unidades da UFRJ. Se houver verba para a instalação "O projeto inicial era ambicioso demais", diz sua atual direção.

mária de ambulatórios. Só agora, com a organização de um sistema de referência e contra-referência - troca de informações sobre os pacientes - na rede hospitalar da 20ª Região Administrativa, estudantes de Medicina da UFRJ têm contato com institutos da rede primária de saúde, ainda em regime precário em uma unidade de cuidados básicos na Vila do João (próximo ao HU) e no Posto Médico de Bonsucesso. Os efeitos perniciosos desse tipo de funcionamento se fazem notar até hoje: em ambulatórios, considerados "porta de entrada" do complexo hospitalar, estão abarrotados de atendimentos a pacientes com problemas de pequena gravidade, ocupando os horários de consulta e dificultando o acesso de doentes que precisariam dos serviços mais sofisticados do hospital. Caso mais evidente é o dos setores de ginecologia e urologia, repletos até recen-

MAU DIAGNOSTICO

O excesso de pacientes não pode ser atribuído apenas a falta de integração das entidades da previdência. Em alguns casos, é até estimulada pela administração do INAMPS, que mede pelo número de atendimentos a "eficiência" do hospital

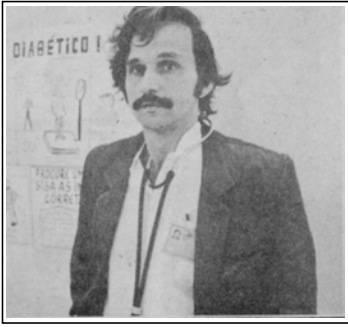


No ambulatório, clientes da previdência - o INAMPS paga menos que aos hospitais particulares - moradores da Ilha, 20% de indigentes, doentes de alto risco e crianças não atendidas no ambulatório Instituto de Puericultura e Pediatria

Até o ano passado, as quase duas centenas de entidades de saúde da 20ª Região Administrativa - Ilha do Governador atuavam de forma desordenada e sem acesso a informações sobre seus pacientes comuns. Ainda em 1983, essa situação começou a alterar-se, ao mesmo tempo em que um Grupo Executivo da Divisão de Saúde da Comunidade do Hospital Universitário preparava o "Diagnóstico de Saúde da 20ª Região Administrativa do Município do Rio de Janeiro", um documento com 64 páginas e informações de diversos

órgãos sobre as condições geográficas, históricas, sócio-econômicas e epidemiológicas da região de 35 mil quilômetros sediada pela Ilha do Governador. A ele, seguiu-se a formação de comissões com as entidades médicas da região que, como "Diagnóstico" - e, principalmente, as informações dos questionários de pesquisa que a Divisão de Saúde da Comunidade está realizando na área - facilitou o desenvolvimento da rede de referência e contra-referência - troca de informações de diversos ór-

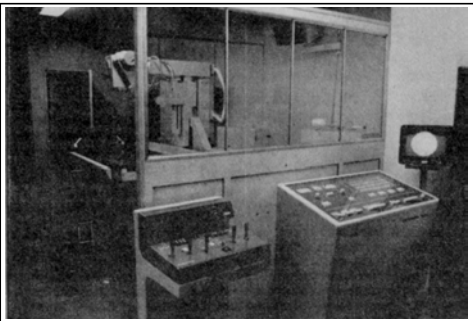
Nelson de Souza e Silva, Chefe do Ambulatório do HU: O MEC não considera o plantão de atividade docente e o INAMPS exige níveis de "produtividade" incompatíveis com as necessidades de ensino. "Hospital não é empresa", diz.



e, por comunicados e através de seus representantes, tem se queixado da "ociosidade" dos hospitais universitários. Nas clínicas do HU da UFRJ, são atendidos em média 8,5 pacientes por período de quatro horas; nos acompanhamentos pós-cirúrgicos, esse número sobe a 10 pacientes por igual período.

Se fossem seguidas as indicações da Comissão para Avaliação de Produtividade, criada em 1978 pelo Hospital Universitário os médicos teriam 10 minutos para atender os pacientes e orientar os estudantes de Medicina. Tempo insuficiente até para preencher a receita, como avalia o Chefe do Setor de Ambulatório, Nelson Souza e Silva, que considere "espantafúrdas" as informações que orientaram a comissão:

- Não temos baixa produtividade; na realidade a produção excessiva. Um Hospital Universitário exige tempo mais demorado de exame, necessário para o ensino, e, além disso. Esse modelo de



Os novos equipamentos de radiologia que chegaram ao Hospital. Doação. O restante faz parte do HU desde sua fundação; à medida que deterioram, cresce o custo de manutenção, que não é coberto pelo orçamento. A crise é próxima.

gãos, sobre seus pacientes - permitindo melhor serviço hospitalar para a comunidade.

Além de projetar, estudar e testar o fluxo de atendimento do Hospital Universitário, fornecendo o resultado como orientação para toda a rede hospitalar, a Divisão mantém uma unidade de cuidados básicos na Vila do João (ex-moradores da extinta Favela da Mare) e orienta programas de pesquisa na área identificando e apontando soluções para problemas de saúde. Atualmente espera financiamento para pôr em ação seu projeto de

hospital recebe os casos mais complicados, deveríamos atender, no máximo oito pacientes por período. Não se pode medir a produtividade pelo número de consultas, como se faz nos hospitais particulares.

ANEMIA ORCAMENTÁRIA

O sistema de pagamento do INAMPS - que reembolsa o hospital com uma quantia fixa de acordo com a doença diagnosticada no paciente mesmo que os gastos superem essa quantia - tem sofrido crítica da rede particular de saúde; no Hospital Universitário, que aceita casos complexos recusados por outros hospitais, esse sistema é fonte de déficit. Enquanto que o Hospital de Bonsucesso, próximo, de porte semelhante, recebe cerca de Cr\$ 4 bilhões da Previdência em um semestre o HU é obrigado a manter-se com Cr\$ 1 bilhão. Essa é quase toda a verba disponível para compra de material de consumo e contratação de serviços de terceiros.

Resultado: o Hospital Universitário deve à CEME, sua fornecedora de medicamentos, Cr\$ 322 milhões e no segundo semestre aumentará esse débito em Cr\$ 405 milhões.

A situação em nada se parece com o que ocorria até 1980, quando o HU recebia gratuitamente os medicamentos da CEME e chegava a obter superávit em sua receita de convênio com o INAMPS - o que permitiu a reforma (Cr\$ 60 milhões) de seu danificado equipamento de refrigeração de seu Centro Cirúrgico. A partir desse ano, os recursos orçamentário e de convênios: passaram a crescer bem abaixo da inflação; problemas com o fornecimento da CEME - que passou a ser pago e foi interrompido com a maxidesvalorização do cruzeiro - eliminaram os estoques do Hospital; e a inflação hospitalar passou a fazer sentir seus efeitos, com aumentos superiores a 300 por evento em materiais indispensáveis, em 1983 como gaze e seringa hipodérmica.

Em 1984, à exceção de três equipamentos de radiologia recebidos no primeiro semestre, os equipamentos do hospital são praticamente os mesmos de sua fundação, necessitando, à medida que envelhecem, de manutenção mais e mais onerosa. O orçamento é esticado para fazer reparos inadivéis nas instalações do hospital e a não substituição de professores que deixam a Universidade obriga a administração a tratar médicos não docentes. Esses médicos participam dos plantões e do atendimento ao Centro de Tratamento intensivo, tarefa que, para os docentes, é prevista como atividade didática. Os 20 professores plantonistas recebem remuneração adicional considerada insatisfatória (que, apesar de ter-se tornado regular, é classificada como "hora extra"), e os alunos hoje têm 20 por cento a menos de professores, todos substituídos por médicos que não leram.

PESQUISA

Submetido às leis de mercado e à desnece da INAMPS de conter gastos "desnecessários" - como exames complementares de inestimável importância didática, embora dispensáveis para tratamento de doentes -, a pesquisa no Hospital termina por ficar bem abaixo do que se poderia esperar, conhecendo-se objetivos de funcionamento do HU. Uma enfermaria da Clínica Médica permanece fechada mesmo com o fim greve para contenção de despesas. Decisão da direção do hospital, que pressionada para reduzir os "gastos", não tem condições de ampliar seu equipamento: em áreas como tomografia computadorizada está atrasada cinco anos, na avaliação do Professor-adjunto Nelson Souza Silva.

Ainda assim, a Comissão de Investigação Científica do Hospital Universitário vem identificando setores do HU com trabalhos de importância acadêmica. É o caso das Divisões de Hematologia, Pneumologia, Anatomia Patológica, Cardiologia e Saúde da Comunidade e Saúde (v. boxe), algumas com trabalhos únicos no gênero, no Rio. O andamento não vem do MEC, que financia o pagamento de pessoal e à manutenção de equipamentos do Hospital. Para a pesquisa, o HU é obrigado recorrer às agências governamentais de financiamento e, em certos casos, a empresas privadas, que passam a ter poder de controle sobre a definição das linhas a serem seguidas. Para os professores, isso é mais que a eliminação, na prática, da autonomia universitária. E a transformação da Universidade em empresa prestadora serviços, afastada dos interesses da população.

O aparelho de raio X, com 30 anos, só radiografa tórax e ossos longos; a mesa de

autópsia, de ótima qualidade está desativada, a galeira do laboratório de anatomia patológica também. E é muito mais extensa a lista dos laboratórios do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), construídos com o máximo de sofisticação e hoje danificados ou parados por falta de manutenção ou de pessoal médico e técnico especializado.

Criado em 1953 graças à influência do médico e professor Martagão Gesteira, amigo pessoal do Presidente Getúlio Vargas, o IPPMG foi a primeira unidade a instalar-se na ilha do Fundão. Contou com o que havia de mais avançado na época. Seu laboratório de Anatomia Patológica foi idealizado pela inglesa Edith Pöter, maior patologia infantil do mundo, na época. Seu Banco de Leite Humano

foi o precursor do incentivo ao aleitamento materno no país.

Hoje os equipamentos do Banco de Leite e do Laboratório estão parados, deteriorando-se. Assim como seu Centro de Prematuros, pioneiro no Brasil, seus aparelhos de gasometria e eletrofórese. Todos usados para tratamento de alto custo os pacientes do IPPMG são, preferencialmente, os casos mais difíceis que tiveram de ser feridos do Instituto por falta de pessoal, reduzido em alguns setores em até um terço.

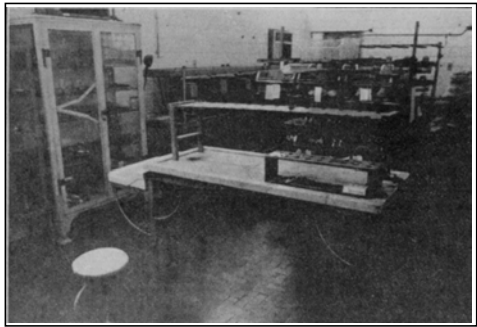
Foi a partir da década de 60 que o Instituto começou a sentir carência de verbas, o que obrigou sua direção a firmar convênios de prestação de serviços com o INAMPS. O resultado não é muito diferente do das outras instituições da UFRJ. Enquanto que, nos últimos cinco anos, o número de atendimentos cresceu em relação aos primeiros 25 anos de funcionamento do IPPMG - as aproximadamente 72 mil matriculas registradas até 1979 foram acrescidas de 31 mil desse ano para 1984 - as interações diminuíram por carência de pessoal e recursos materiais. Antes de 1979 já se havia desati-



Três enfermarias desativadas após a reinício das aulas. Banca de Leite Humano extinto. O Instituto de Pediatria abandona seu pioneirismo e passa a seguir as regras do Inampa.

vado uma grande enfermaria, com cerca de 301 leitos. Ao retomar as aulas, após a greve os professores virem o fechamento de mais três.

Pacientes com anemias e leucoses



Laboratório de anatomia patológica já foi um dos melhores do país. Hoje, por falta de pessoal e manutenção, tem parados seus equipamentos e a mesa de autópsia.

Maternidade: risco e isolamento

Ao ser concluído, em 1978, o prédio do Hospital Universitário, reservou-se o oitavo andar para a instalação da maternidade, com os serviços de parto e pós-parto - e ainda, cuidado pós-natais. Seis anos depois, nem o reboco foi colocado nas paredes, que permanecem abrigando o vazio. E a Maternidade Escola continua funcionando em seu antigo prédio, m Rua das Laranjeiras, afastada dezenas de quilômetros da Escola de Medicina da UFRJ.

Em junho, quinze dias após o início da greve que mobilizou os professores universitários em todo o país, docentes, alunos e clientes da Maternidade encontram as portas fechadas por ordem do diretor, Doutor Carlos Montenegro. Presionada, a direção da Maternidade reabriu o prédio três semanas depois, para atendimento dos casos de emergência, mas manteve a proibição de assembleia em seu interior; e, ao serem afixados nas paredes, os cartazes dos professores eram arrancados pouco depois.

Entre os professores, muitos atribuem à diretoria da Maternidade Escola as maiores resistências à mudança de suas insta-



O cardiologista e pediatra Luís Carlos Siqueira comenta: "O Hospital Universitário tem alta complexidade, não pode tratar apenas patologias simples. Temos de desenvolver tecnologia".

(como a leucemia) não sabem onde internar-se no IPPMG, pois a redução de verbas do INAMPS e da Universidade impede o tratamento de pacientes doenças de custo elevado.

"Quanto mais grave a doença, maior o gesto do Hospital, que não é coberto pelo INAMPS. Desse jeito, logo todo paciente vai tornar-se muito caro, e não teremos condições de tratar de doenças", queixa-se o Chefe de Cardi-

ologia do IPPMG, Luís Cartas Siqueira. "Os estudantes queixam-se que o atendimento e acompanhamento dos pacientes não é como deveria ser".

Os estudantes têm mais motivos para queixas: a pesquisa no Instituto está limitada às atividades clínicas que utilizam materiais simples; não há pesquisa experimental, e o ensino é ministrado sem a complementação de exames adicionais - que forneceriam aos estudantes, por exemplo, a diferença entre os padrões de uma criança normal e os de uma doente; não há dosagem de hormônios, o que impossibilita aprofundar estudos em endocrinologia.

Somente o programa Materno-Infantil, de assistência à gravidez e preservação da saúde da criança, é desenvolvido, há quatro anos, com financiamento externo. Na pós-graduação, com imprevisto e dificuldades realizam-se trabalhos nas áreas de cardiologia, gastroenterologia e hematologia ambulatorial. Luís Carlos não vê melhoras a curto prazo, para o Instituto, mas está confiante no impulso ganho pelos professores com a última greve:

"Houve uma tomada de consciência; o corpo clínico e administrativo do Hospital começou a pensar mais nos problemas que cercam nosso trabalho, e acredito que começamos a criar condições para mudar essa atenção. Ainda vamos chegar lá".

la, que considera deficiente a formação dos alunos, por falta de condições de estudo intensivo.

Com excesso de pessoal para atendimento e acompanhamento de casos, teoricamente os pacientes seriam beneficiados. Mas a distância do Hospital Universitário dificulta o deslocamento e acompanhamento dos pacientes com problemas mais complexos - o que aumenta o risco de vida também prejudica o ensino. E as condições materiais do serviço prejudicam o atendimento; a falta de material para exames fazem com que a maioria dos casos sejam tratados pelos os sintomas dos pacientes (que muitas vezes encobrem problemas mais profundos), e a precariedade técnica do Hospital afasta pacientes e médicos das terapias mais avançadas.

Este ano como verba de custeio para o material de consumo - a Maternidade Escola recebeu da UFRJ Cr\$ 400 mil. "Não dá nem para o papel higiênico", comenta um professor. A instituição sobrevive às custas do convênio com o INAMPS, que paga Cr\$ 60 mil por gestante internada (quantia inferior à que paga aos hospitais particulares).

Trabalhando em "metabolismo basal", como diz Aldo Frankin, a Maternidade - como o Hospital Universitário - viu a renda do convênio com a Previdência diminuir com a greve. Isso segundo os administradores causou prejuízo. Não é o que pensa outro docente: "A Universidade ganhou com a greve; muitos professores acordaram para denunciar a situação em que se encontra o ensino, e estão mobilizados para impedir o imprevisto, que é muito mais prejudicial".

(Mais notícias sobre Maternidade Escola na pág. 10).

CURRÍCULO DO CFE AMEAÇA ENSINO DE LINGUAS

LETRAS: POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS

Surpresos, os professores de Letras tomaram conhecimento, pela imprensa, que o Conselho Federal de Educação havia aprovado em 14 de novembro - um sábado -, um novo "currículo mínimo" para os cursos das Escolas de Letras. Esse currículo, com pequenas alterações, fora apresentado em 1983 para as instituições de ensino superior, que o rejeitaram. Desta vez, nem foram notificadas da Resolução do CFE, que, segundo os docentes, só tem um objetivo: "Acabar com o ensino de Letras no país".

Entre as novidades trazidas pelo CFE, está a extinção da licenciatura curta dupla - em que os alunos formavam-se em português e uma língua estrangeira, como inglês, ou árabe - o que, para os docentes, é uma grave ameaça ao ensino de línguas de menor divulgação, em favor do inglês, do francês e do italiano, por exemplo. "Querem formar funcionários para multinacionais", foi a reação de uma professora.

Outra inovação do novo currículo mínimo - que, de tão extenso, praticamente não permite acréscimos - é a transformação da cadeira de Literatura Portuguesa em disciplina optativa para os alunos de línguas estrangeiras. Para o relator do currículo do CFE,

se fosse incluído a disciplina de Literatura Portuguesa nesses cursos, teria de se incluir a Literatura Francesa, ou a Espanhola. Os docentes de Letras defendem a permanência da Literatura Portuguesa, que consideram fundamental na compreensão da formação histórica do país. Abaixo, a nota dos professores de Letras, enviada ao CFE:

"Apreciação e sugestões"

Em 17.03.83, há quase exatamente um ano e meio, o CFE enviava um "Projeto do Currículo Mínimo do Curso de Letras", "As instituições de ensino interessadas", solicitando-lhes apreciação e sugestões "no prazo de trinta dias".

A pedido da maioria dessas Instituições de Ensino superior, o exíguo prazo foi dilatado até 31.05.83 e, em seguida, até 30.06.83.

A Comissão de Currículos da Faculdade de Letras da UFRJ, que vinha estudando o problema em reuniões periódicas, acelerou suas atividades e apresentou à Congregação e ao Conselho Departamental da mesma Faculdade um documento constituído de apreciação do Projeto do CFE e proposta de novo Projeto de Currículo.

Proposta Autoritária

Em sua apreciação do Projeto do CFE, a Comissão questionou alguns pontos fundamentais:

1) seu Caráter autoritário e cerceador da autonomia da Universidade;

2) a ampliação excessiva do currículo mínimo, que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade;

3) a supressão da licenciatura dupla, que esvaziaria os Cursos de licenciaturas em línguas estrangeiras;

4) a supressão da licenciatura curta - considerada como um problema apenas dos Cursos de Letras - sem uma fundamentação que leve em conta as reais necessidades do país;

5) exclusão da Literatura Portuguesa, tornada matéria optativa até na modalidade de curso Português/Literatura de Língua Portuguesa;

6) orientação dos cursos de Graduação muito mais para a Pós-Graduação, tirando-lhes o caráter de terminalidade;

7) indistinção entre os Cursos de Bacharelado e Licenciatura, prevista na legislação vigente.

Enquanto na UFRJ se elaborava esse documento, de todas as partes do Brasil surgiram protestos contra pontos

essenciais do projeto. Consciente de que era preciso discutir e organizá-lo de forma eficiente, a Comissão de Professores do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ conseguiu das autoridades dessa Universidade o mais amplo apoio para a organização de um Encontro Nacional de Professores de Letras para Estudo do Currículo Mínimo, para o qual convocou representantes de todas as Instituições de Ensino Superior em que funcionam cursos de Letras reconhecidos pelo CFE, constantes do Catálogo do MEC (1979).

Expedidos 234 ofícios às IES, acorreram ao Encontro professores de Letras, vindos de 53 Instituições de Ensino Superior de todas as regiões do país.

Resposta dos professores

Durante dois dias (20 e 21.05.83) debateu-se vigorosamente o problema, chegando-se em plenário, as seguintes propostas:

- Rejeição do anteprojeto do Currículo Mínimo de Letras, enviado às IES pelo CFE em 17.03.83 para apreciação e sugestões.

- Manutenção de todas as modalidades de licenciatura previstas em lei, o que signifi-

ca não concordar com a extinção da licenciatura dupla.

- Manutenção da licenciatura curta, que deverá funcionar apenas em caráter excepcional, durante um tempo limitado, em regiões onde não haja instituição alguma que possibilite a licenciatura plena, e sempre vinculada a uma Universidade. As Instituições que mantêm atualmente licenciaturas curtas terão um prazo para transformá-las em licenciaturas plenas.

- A proposta final de currículo mínimo a ser elaborada pela Comissão do CFE deverá ser distribuída às IES para reestudo, antes de ser votada.

Até aqui, o breve histórico do que aconteceu em 1983. Resumindo: o CFE faz um Anteprojeto de Currículo de

Letras, envia-o às IES e lhes solicita sugestões. Estas são enviadas de todo o país, e no caso da Faculdade de Letras da UFRJ, através do Ofício no 428 do Diretor da Faculdade de Letras ao Presidente do Conselho Federal de Educação e mais especificamente através do Relatório de um Encontro Nacional de Professores de Letras, altamente representativo da opinião da classe, como se viu pelo que

Continua

Continuação

se disse atrás. O item 3.27 das Propostas encarecia que "A proposta final do currículo mínimo a se elaborada pela Comissão do CFE deverá ser distribuída às IES para reestudo, antes de ser votada".

O CFE abriu, democraticamente, o diálogo com as IES, ao solicitar-lhes "apreciação e sugestões"; o Relatório do Encontro era a resposta que se lhe devia e que resultou de sérios debates em que se empenharam os representantes das Instituições, compenetrados da gravidade do momento e da missão que assumiam.

Esperou-se, pois, que se retomasse o diálogo logo que o primeiro locutor - o CFE - apresentasse novo Projeto a ser "reestudado", como propunham os professores de Letras do Brasil.

Choque nacional

O estar esperando confiantemente agravou o choque que sofremos ao ler, em brevíssima notícia de jornal, no sábado, 14.09, que um currículo mínimo de Letras tinha sido, não proposto, mas aprovado pelo CFE! Nossa perplexidade, porém, não nos tolheu a fala que nos pretendiam calar pela supressão pura e simples do direito de dialogar, com quem supunhamos nosso interlocutor. Se nos foi negado o direito ao debate franco e fundamentado, fá-lo-emos por todos os meios a nosso alcance, na firme esperança de que nossa voz seja ouvida por todos e, especialmente por quem tem o dever de reinstalar o diálogo inesperadamente truncado.

De sábado até hoje, alargaram-se um pouco as notícias nos jornais e nós, através de telefonemas a

Brasília, obtivemos mais informes, como o de que o Projeto fora aprovado por unanimidade. Novamente reunidos em tomo da mais séria questão surgida desde que, num momento inspirado, se criaram em nosso país os cursos de Letras, os professores de Letras da UFRJ querem reafirmar as posições assumidas pela sua

Comissão de Currículos, encarecendo sobretudo dois pontos: o da supressão das licenciaturas duplas e o do afastamento da Literatura Portuguesa do quadro de disciplinas obrigatórias do currículo mínimo de Letras.

O desaparecimento das licenciaturas duplas - Português e Língua Clássica e Português e Língua Estrangeira - seria, em qualquer ocasião, inadequado e desaconselhável; num momento de crise como o que vivemos, assume proporções assustadoras.

Atacadas línguas estrangeiras

Analisando do ponto de vista do corpo discente: a licenciatura uma vai tirar, ao aluno de Letras Clássicas e de Letras Modernas, a possibilidade - já hoje pequena, mas, ainda assim, maior - de lecionar também Português no 1º e 2º graus. Tal impossibilidade levará os futuros candidatos a preferir o curso de Letras Vernáculas, desertando: 1) as classes de Letras Clássicas que as Universidades - a nossa em particular vêm tentando preservar e expandir em nome das raízes humanistas de nossa cultura e isso no momento em que se abre a possibilidade do reingresso do Latim no ensino médio, e em que vemos aumentar de modo expressivo a matrícula nessa área nas Faculdades de Letras; 2) as Letras Modernas que se esvaíam, e aqui transcrevemos o texto da nossa Comissão de Currículos: "Excetuando-se, talvez, o Inglês, por sua importância e prestígio no mundo atual". Muitos desses cursos, provavelmente, seriam levados à extinção, favorecendo apenas a proliferação de cursos particulares de ensino de línguas.

"Tal fato seria profundamente lamentável para a nossa cultura e colocaria a Universidade Brasileira em situação de absoluta inferioridade, em relação às demais Universidades do mundo, além de que impossibilitaria a implantação do processo de diversificação, do ensino de línguas estrangeiras no ensino médio. Esse processo

implicaria oferecer línguas diferentes conforme a comunidade a que a escola pertencesse". A Comissão de Currículos cita, a propósito, a recomendação do conselheiro do CFE, Valmir Chagas, no Parecer 478/75, em que este eminente educador, ressalta que: "Em nenhuma passagem do Parecer ou do projeto convertido em resolução, mesmo à guisa de exemplo, mencionamos uma determinada língua estrangeira" e termina por dizer: "A solução, que não é fácil, está em valorizar outros idiomas e criar oportunidades para o seu cultivo". É exatamente o que tem feito a Faculdade de Letras da UFRJ, cujo leque de línguas estrangeiras abrange o francês, espanhol, italiano, inglês, o alemão, o russo, o árabe, o hebraico e o japonês, obedecendo àquele critério de diversificação.

A gravidade do problema encarado do ponto de vista do nosso corpo discente, habilitado a transformar-se em corpo docente do ensino médio, não é maior do que a que se encara do nosso ponto de vista de professores do ensino superior de Letras: cada vez menos numerosas as classes, menor será o número de docentes necessários e tendente anula a admissão de outros, gerando o progressivo desemprego.

Atacada literatura portuguesa

Passando ao caso específico da Literatura Portuguesa, temos de admitir que ganhamos uma pequena batalha nesta dura guerra contra a resolução de um Conselho que devemos respeitar e, mais especialmente, contra o Projeto relatado por um professor que participou ativamente da criação da Faculdade de Letras da UFRJ, tendo sido seu diretor durante longos anos, alargando a área das Letras Modernas e não se voltando, pelo menos publicamente, contra as agora banidas licenciaturas duplas.

A pequena batalha que ganhamos foi o ingresso dessa disciplina (Literatura Portuguesa) no elenco de obrigató-

rias para os estudantes de Letras Vernáculas. O Projeto anterior - pasmem os céus! - não incluía, num curso que assim se chamava (Letras Vernáculas), uma das duas principais Literaturas Vernáculas, exatamente aquela em que está a origem de todas as outras brasileira ou africanas. Assim, está agora reparado o aro máximo, injustificável.

Resta-nos discutir o segundo: o afastamento da mesma Literatura do elenco básico das outras licenciaturas. Aqui o problema se torna mais complexo. Como discutir licenciaturas com as quais não concordamos?

Para nós, a dupla licenciatura é fundamental e, desde que o nosso diplomado pode ser professor de Português ou de Português e mais uma língua, clássica ou moderna, a Literatura Portuguesa deve constar, inelutavelmente, do elenco básico de disciplinas, não só por ser a literatura mãe, a primeira a expressar-se em nossa Língua portuguesa, a que constitui o passado da nossa, a que preenche todo o espaço medieval em que nós não existíamos, mas também por ser um elemento primordial de uma cultura viva em que deitamos as primeiras raízes e que não se pode pôr de lado na nossa formação histórica.

Banimento

Pelos jornais soubemos que, para justificar a sua exclusão dos outros cursos que não o de Vernáculas, o Relator disse que, para incluí-la, teria de incluir a Literatura Francesa ou a Espanhola. Não discutimos a importância dessas literaturas - seria confessar uma ignorância que não nos pode ser atribuída -, achamos até que o elenco é pobre, pois caberia, naquela linha, acrescentar pelo menos a italiana, que é também neolatina e, ao que se saiba, não é menos importante que as outras. O que defendemos é a permanência da Literatura Portuguesa como elemento da formação histórica desta nacionalidade tão apregoada pelo Relator, como fonte para estudos filológicos e lingüísticos, que fi-

cam amputados na sua prática em uma vasta e significativa área da língua, aquela mesma em que não existíamos ou apenas começávamos a existir. Não só a Literatura Portuguesa, mas as Literaturas africanas de expressão portuguesa que acabam de ser incluídas na recém-publicada (em Portugal), Gramática da Língua Portuguesa, redigida por dois dos maiores mestres da língua, de cá e de lá - Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra.

O batimento da Literatura Portuguesa - tio drástico no Projeto inicial, abrandado na atual Resolução, sob a pressão nacional - é por nós vivamente repudiado.

Radio

Repudiamos igualmente o provável fechamento das Faculdades de Letras, centros de estudos, pesquisas e ensino de línguas e literaturas estrangeiras que significam meios de possibilitar uma menor dependência da tecnologia importada. Fechar essas agências culturais é limitar aqueles estudos ao diletantismo ou à formação de funcionários para serviço de companhias estrangeiras. Num momento em que se tenta reencontrar o pacto democrático neste País, seria de inestimável prejuízo, histórico, econômico-político social, concretizar as funestas propostas de Resolução no. 638/84 ainda mais funestas porque emanadas de um colegiado que é depositário da responsabilidade de "aconselhar" sobre os caminhos da cultura no Brasil.

A Resolução aprovada em plenário, pelo CFE, na sala Barreto Filho, no dia 14.09.84, por unanimidade visa a acabar com as Faculdades de Letras; no caso uma repetição do mito de Saturno - o que os próprios filhos devora.

Os professores de Letras UFRJ não podem, nem devem concordar com isso. Nesta luta que é nossa, mas também de toda a cultura brasileira, contamos com o apoio de nossa Associação de Classe.

Diretor ameaça na Maternidade Escola

Na última Assembléia de Docentes da UFRJ, em 19 último, foi denunciado mais um ato de arbitrariedade da direção da Maternidade Escola da UFRJ. É a continuação de uma série de atitudes adotadas por seu diretor desde o início do movimento de paralisação naquela unidade, cerca de quinze dias após o começo da greve na universidade. Como se recordam, o primeiro destes atos que marcou o início dos atritos entre a direção e seus funcionários foi o fechamento

abrupto da Maternidade (cujo cadeado só era aberto para três membros da direção um dia após a decisão, da assembléia local, de começar a paralisação progressiva da assistência. Continuou com diversas formas de pressões e ameaças sobre funcionários após a abertura da maternidade e culminou com o fechamento do laboratório de Anatomia Patológica (básico em um hospital de ensino), como forma de consumir a transferência da professora responsável pelo la-

boratório, por acaso, um membro do conselho de representantes e participantes do movimento docente.

A partir daí, a situação deteriorou-se, com reflexos claros sobre o ensino: os alunos de graduação estão sem aulas e os residentes, por falta de condições, estão buscando, com evidentes prejuízos, outros locais para sua prática. O centro de estudos, tradicional local de reuniões de Docentes e alunos para discussão e atualização dos avanços na área

de Obstetrícia, está fechado.

Enfim, a Maternidade, que já se ressentia da falta de condições para oferecer assistência adequada, não dá condições, atualmente, para a prática do ensino.

Como se não bastasse tudo isso, vieram a público, na semana passada, as pressões exercidas pelo diretor da maternidade para transferência do responsável pela pós-graduação, sem qualquer justificativa técnica ou acadêmica. Por acaso, o referi-

do professor foi também um dos membros ativos do movimento docente na maternidade.

Tudo isto acontece numa unidade onde não existe órgão colegiado de direção e que permite ao diretor confundir os interesses da instituição com seus interesses pessoais. Tudo agravado pelo isolamento da maternidade do campus da universidade, que a mantém à margem do processo de transformação da universidade, cristalizando a formação de feudos.

Eleição para representante do CCS no CEG: mau exemplo

O CEG é um conselho superior da Universidade, responsável pela política de ensino de graduação e um dos responsáveis, com o CEPG, pela política de pessoal docente. Entre suas atribuições, está o estabelecimento de critérios para avaliação e desempenho, a aprovação de bancas para concursos, a alocação de vagas, a aprovação dos planos e dos relatórios finais dos departamentos, bem como aprovação do calendário escolar. É o CEG que compõe o colégio eleitoral

que escolhe o reitor.

O Conselho é composto por dois membros de cada Centro com mandatos de dois anos renovados alternadamente.

Nos últimos anos, acompanhando as transformações na Universidade com relação à democratização e representatividade de seus membros nos vários colegiados, vem se consolidando a prática de escolha por eleição direta como ocorreu no CCMN, no CT e no próprio CCS na eleição anterior de seu rego acalante. Os resul-

tados de faie eleições são encaminhados aos conselhos dos Centros, que têm referendado a vontade da maioria.

No entanto, a última eleição no CCS para preenchimento da vaga do Centro no CF.G foi um retrocesso nesta tendência. Baseado em dispositivo regimental, um grupo de conselheiros forçou a antecipação da eleição (indireta), atropelando o processo de discussão e escolha, que estava em curso entre os professores. Esses conse-

lheiros já estavam comprometidos com a escolha de uma professora que está no CEG há várias gestões e não tem carga horária nas disciplinas e pesquisas de sua própria área há anos.

Este episódio mostra claramente que é uma falácia o discurso dos que defendem a eleição dos representantes por colegiados restritos, sob pretexto da escolha dos mais capazes. Será que setes professores se esquecem que no processo de eleições diretas

aios docentes que elegem docentes? A competência acadêmica não é uma entidade abstrata e paradoxal, só percebida por alguns iluminados. Ela passa necessariamente pelo senso comum, pelo reconhecimento dos seus pares.

Mas é evidente que a escolha pelo processo direto, além de contemplar a necessidade de escolha dos melhores, deixa menor margem à disputa de interesses meramente pessoais ou de pequenos grupos.

Eleita Chapa 2 para ASSUFRJ ADUFRJ saúda nova diretoria.

Companheiros docentes

É com alegria que os funcionários de UFRJ dão mais um passo na direção da democratização da Universidade.

Realizaram-se nos dias 14 e 13 de agosto de 1984 as eleições para a nova diretoria da ASUFRJ, que contou com

ampla participação dos associados num total de 2090 votantes. A apuração, feita no salão azul da Reitoria, teve início no próprio dia 15 de agosto de 1984 e apresentou, ao seu final, o seguinte resultado:

Chapa	presidente	votos
1 - União e progresso	Manoel Pontes (Reitoria)	96
2 - A luta Continua	João Eduardo (Fac. Letras)	1121
3 - Liderança	Remijo (prefeitura)	616
4 - Renovação	Liberato (ETU)	220
Votos Nulos		37
Total		2090

Desta forma, foi eleita 8 chape "A LUTA CONTINUA" que tem como Diretório Executiva:

Presidente: João Eduardo (Letras)
Vice-presidente: Roberto Rodrigues (NCE) 1º Secretário: Flávio (Reitoria)
2º Secretário: Iraídes (IFCS) Tesoureiro: Djalma (Nutrição)

A nova Diretoria tomará posse em

janeiro de 1985. Aproveitando a oportunidade, a festa da vitória será dia 14/9 (sexta-feira), na sede da ASUFRJ, com início às 17:30h.

Saudações Solidárias
"LUTA CONTINUA"
a Nova Diretoria da ASUFRJ.

Nota da Diretoria da ADUFRJ

Reveste-se de elevada significação as recentes eleições para a Diretoria da Associação dos Servidores da UFRJ (ASUFRJ).

A aproximação entre os docentes e os funcionários técnicos e administrativos, na recente greve, foi um importante fator para a força que adquiriu o movimento em defesa da Universidade Pública, Gratuita e, como almejamos, democrática.

A ADUFRJ e ASUFRJ têm amplas condições de lutarem para que, no cotidiano das atividades universitárias, toda e comunidade se una em defesa dos interesses comuns à Universidade e às diversas categorias da mesma.

A Diretoria da ADUFRJ tem se pautado, desde o início de sua gestão, pela compreensão de que as diferenças sociais que se reproduzem em todas as Instituições, inclusive na UFRJ, não devem se transformar em barreiras culturais ou políticas intransponíveis que prejudiquem a necessária união de toda a comunidade em torno dos objetivos maiores de uma Universidade Democrática. Entendemos, também, que uma das

condições básicas para construção de uma nova Universidade - objetivo de nossa luta conjunta - é a superação, no cotidiano, das relações autoritárias ou paternalistas que porventura existam.

A recente greve legou muitos ensinamentos aos docentes e funcionários técnicos e administrativos. Ensinos que serão úteis e positivos nas atividades cotidianas de nossa Universidade.

O corporativismo, incentivado pelo elitismo de uma sociedade antidemocrática, encontrará a barreira da ADUFRJ e, temos certeza, da ASUFRJ. Os docentes, que lutam por uma Universidade responsável acadêmica e socialmente, saberão superar este corporativismo.

Transmitimos aos novos Diretores da ASUFRJ os sinceros votos de uma propícia gestão em defesa dos interesses dos funcionários técnicos e administrativos da UFRJ e em defesa da Universidade Pública, Gratuita e Democrática em nosso país. Parabéns à nova Diretoria da ASUFRJ e a todos os seus sócios.

A Diretoria da ADUFRJ.

CÂMARA VOTA PROJETO DE APOSENTADORIA

Equiparação da aposentadoria dos professores regidos pela CLT a dos docentes em regime estatutário, decretação da aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade para os professores e 65 anos para as professoras, além da extensão da estabilidade no emprego aos interinos e substitutos são as principais alterações na legislação incluídas no projeto 2424-A, em tramitação na Câmara - que deixou de ser votado em 19 de setembro por falta de quorum.

Estabilidade no emprego para os interinos e substitutos, decretação da aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade para os professores e 65 anos para as professoras, além da equiparação da aposentadoria dos professores regidos pela CLT a dos docentes em regime estatutário são as principais alterações na legislação incluídas no projeto 2424-A, que deixou de ser votado na Câmara Federal dia 19 de setembro, por falta de quorum.

O projeto ainda está na pauta do Plenário da Câmara; ele limita suas disposições às instituições de ensino vinculadas ao MEC e estende seus benefícios aos docentes já aposentados. Recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e Legislação Social e de Finanças da Câmara. A ADUFRJ, atendendo ao pedido do autor do projeto, o Deputado Juarez Bernardes (PMDB-GO) enviou telegramas aos líderes de todos os partidos na Câmara e no Senado. Recebeu resposta do Senador Aloysio Chaves, líder do PDS, e do Deputado Celso Peçanha, líder do PTB na Câmara.

TELEGRAMA RÁPIDO E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	<p>CATG:0 NOM:ILUSTRÍSSIMO SENADOR HUMBERTO LUCENA LIDER DO PMDB PEND:SENADO FEDERAL PLOC:BRASILIA/DF(70160) TEXT:A ASSOCIACAO DOS DOCENTES UFRJ EXPRESSA PROFUNDO APOIO AO PROJETO DE LEI NUMERO 2424-A/83 VG DO DEPUTADO JUAREZ BERNARDES MG QUE DISPOE SOBRE A APOSENTADORIA DO PESSOAL DO MAGISTERIO SUPERIOR PT PLEITEADOS URGENTE APROVACAO PRESIDENTE ADUFRJ JOEL REGUEIRA TEODOSIO FID FRR06025,11/09/84,17:36,025</p>	TELEGRAMA FONADO É COMO, TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
--	--	---

RÁPIDO E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	<p>TELEGRAMA JOEL REGUEIRA TEODOSIO ASSOC.DOS DOCENTES DA UNIVERS.FEDELAL RIO DE JANEIRO RJANEIRO/RJ</p> <p>ACUSO RECEB SEU TELEGRAMA TRATANDO SOBRE PROJ.LEI NR 2424/A/83 DE AUTORIA DEP.JUAREZ BERNARDES QUE DISPOE SOBRE APOSENTADORIA PESSOAL DO MAGISTERIO SUPERIOR PT CDS SDS SENADOR ALOYSIO CHAVES - LIDER GOVERNO ET PDS</p>	PARA A DEPOIS. ECT
--	--	--------------------

RÁPIDO E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	<p>TELEGRAMA JOEL REGUEIRA TEODOSIO PRESIDENTE ASSOC. DOCENTES UFRJ AV. BRIG. TROFOWSKI RIODEJANEIRO/RJ</p> <p>RESPOSTA SEU PEDIDO APPLIC PROJETO LEI 2424-A/83 INFORMO-LHE ESTA PROPOSICAO ENCONTRA-SE PAUTA ORDEM DIA ET RECEBERAH NOSSA MELHOR ATENCAO ET APRECO PT SAUDACOES DEPUTADO CELSO PECANHA LIDER PTB</p>	PARA A DEPOIS. ECT
--	--	--------------------

*Modelo do telegrama
enviado às lideranças e a resposta
dos parlamentares*

EXPEDIENTE

Boletim da Adufrj - Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D-200. Telefone: 280-9322 - Ramal 322. Ilha do Fundão - Cidade Universitária. CEP 21944. Caixa Postal 68531. Rio de Janeiro - RJ. CGC 30.315.055/001-51

Jornalismo: Sergio Leo

Colaboração: Tomaz Pinheiro (CCS), Fernando Antonio de Amorim (CT), Joel Teodósio (CT), José Coimbra (CT).

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Joel Regueira Teodósio

1º Vice-Presidente: Deise Miranda Vianna

2º Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa

1º Secretário: Moacyr Barreto da Silva Júnior

2º Secretário: Luiz Eurico Nasciutti

1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira

2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim

JORNAIS NA ADUFRJ

A Adufrj fez assinaturas dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Jornal do País, da revista Senha e do informativo Relatório Reservado, que estão à disposição dos professores, para leitura, na sede da associação sala D-200, no Centro de Tecnologia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.424-A, de 1983

(Do Sr. Juarez Bernardes)

Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do magistério superior, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, das Comissões de Trabalho e Legislação Social e de Finanças, pela aprovação.

(Projeto de Lei n.º 2.424, de 1983, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O artigo 37 da Lei n.º 5.540, de 28 de setembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. Ao pessoal do magistério superior das instituições de ensino vinculadas ao MEC, admitido mediante contrato de trabalho, aplica-se a legislação trabalhista, observadas as seguintes regras especiais:

I - a aquisição da estabilidade é condicionada à natureza efetiva da admissão não ocorrendo quando a permanência no emprego depender da satisfação de requisitos especiais apurados de acordo com a legislação do ensino;

II - a aposentadoria do pessoal do magistério superior, referido neste artigo, far-se-á pela Previdência Social, cabendo à instituição, pela qual o servidor tenha se aposentado, complementar o respectivo benefício a fim de equipará-lo ao valor da aposentadoria a que o servidor faria jus no regime estatutário.

III - a aposentadoria compulsória do pessoal docente referida neste artigo far-se-á aos 70 anos para os professores, aos 65 anos para as professoras, independentemente de qualquer indenização."

Art. 2.º As disposições do artigo anterior se aplicam também aos docentes já aposentados e àqueles que na época já eram aposentados pela Previdência Social, caso em que a complementação far-se-á em relação ao benefício da primeira aposentadoria pelo INPS.

Art. 3.º Caberá sempre, ao aposentado, comprovar o valor do benefício recebido do INPS para que o órgão pagador possa proceder ao reajustamento de forma a atender ao disposto nesta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

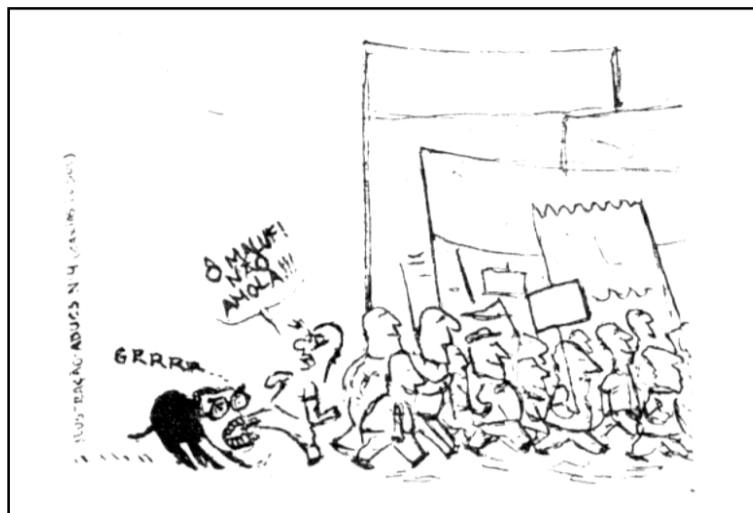
Este projeto de lei que temos a elevada honra de submeter à apreciação dos nobres Colegas objetiva, como seu texto indica a regular a aposentadoria do pessoal do magistério superior, admitido mediante contrato de trabalho e regido pela legislação trabalhista.

Para isso, estamos procurando modificar a redação atual do art. 37 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Maluf contra Universidade

"Excesso de democratização, polinização e preocupação com o bem estar de seus integrantes, laboratórios obsoletos, pouca produtividade científica e eficiência reduzida". Esses são os defeitos da Universidade brasileira para a Fundação Salim Farah Maluf, nomeados pelo engenheiro químico Antonio Carvalho Sales Luíz para o semanário Relatório Reservado, de 20 de agosto.

Sales Luíz, professor em Portugal durante a ditadura salazarista (saiu com a Revolução dos Cravos, em 1974, apresentado a Roberto Maluf - irmão de Paulo Maluf - por Delfim Netto, propõe uma receita para o ensino superior que soa familiar: racionalizar a Universidade, dar menos ênfase à pesquisa pura, aumentar a produtividade e buscar apoio no setor privado para realização de pesquisas com o objetivo de aumentar as 'riquezas nacionais'.



"O real desafio é obter do capital internacional - em todos os campos: informática, telecomunicações, engenharia em geral - condições que nos propiciem melhores pesquisas", continua Sales Luíz para o Relatório Reservado, afirmando que a Universidade não deve ser "xenófoba", e que "a dicotomia capital nacional-capital internacional é falsa". Seu modelo de Universidade é o de

Portugal sob domínio de Salazar, "elitista" como a Fundação afirma que deve ser ensino superior.

Sales Luíz não confirma a ligação dessas idéias com a plataforma da candidatura Paulo Maluf. Mas diz que a eleição do deputado para Presidente seria um grande passo para colocá-las em prática. Não é preciso. As propostas da Fundação não primam pela origi-

nalidade; são, com poucas modificações, a política atual do Governo, realizada principalmente através do corte de verbas com o objetivo de destruir a Universidade pública, autônoma e gratuita, forçando a busca de recursos na iniciativa privada e nas oligarquias financeiras. Foi exatamente contra essa política que os professores fizeram a maior greve da história de seu movimento.

O que o professor malufista chama de "xenofobia" é a defesa da pesquisa científica independente e da autonomia tecnológica. Uma luta, que pode ser acompanhada pelos jornais - às vezes nas entrelinhas - e tem o apoio da comunidade universitária, dos movimentos populares, de parlamentares, entidades civis e até militares. O "elitismo" almejado assemelha-se às tentativas do atual governo de impedir a democratização e politização da Universidade - que os professores entendem como indis-

pensável para a existência de crítica e adaptação da Universidade à comunidade que deve servir.

Os professores também querem uma Universidade que muitos consideram de elite: padrão elevado em pesquisa científica e na produção cultural e na formação de quadros para as atividades econômicas e sociais. Ao contrário da "elitização" proposta pela Fundação Salim Maluf, o que se deseja é a extensão do conhecimento a toda sociedade. E não limitá-lo à elite econômica e política.

A "pouca produtividade científica" da Universidade pública brasileira é responsável por 90 por cento do conhecimento inovador produzido no País. Não se conhece melhor forma de "tornar o Brasil eficiente, competitivo e livre da dependência tecnológica; constituir-se até em exportador de tecnologia", como advoga o professor Sales Luíz.

DIRETAS JÁ PARA REITOR

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ

CX. POSTAL 68531

21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII NOVEMBRO/84

Nº 25

CONSELHO DOS DOCENTES DISCUTE SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Professores levam a Tancredo proposta para a Universidade

Adufrj abre debate sobre a sucessão

COPPE: PESQUISAS, EM LUGAR DE PACOTES

Na Universidade, as soluções
para os problemas brasileiros

MOVIMENTO DOCENTE E A SUCESSÃO

As entidades representativas dos professores, entre elas a ADUFRJ, estão correndo o risco de perderem o trem da história na questão sucessória. Um apoio tardio ao candidato da Aliança Democrática poderá ser interpretado pela sociedade como oportunismo, ou, no caso da improvável vitória do continuísmo com características fascizantes representado por Paulo Salim Malnj, como uma omissão que na prática acabaria contribuindo para a derrota das forças democráticas.

A partir de divergências secundárias entre lideranças do movimento docente, que se dividem entre posições que vão do boicote ao Colégio Eleitoral ao apoio ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, o movimento se imobiliza isolando-se do processo político. Joga assim por terra as possibilidades que tem de intervir na formulação da política educacional e, em particular, para as Universidades Federais Autárquicas para o próximo governo. Além disso gostase da grande mobilização popular que vem caracterizando a campanha do candidato Tancredo Neves.

Diante da realidade do processo político, nitidamente polarizado entre o projeto de continuísmo do regime protagonizado por Paulo Salim Maluf a perspectiva de se acelerar o processo de democratização, promovendo-se as mudanças institucionais necessárias e transferindo-se o poder para uma articulação política das forças democráticas representadas pela candidatura de Tancredo Neves, as divergências das lideranças do movimento

docente são obviamente secundárias e não se centram na questão fundamental - a derrota do arbítrio e a construção de uma sociedade plenamente democrática.

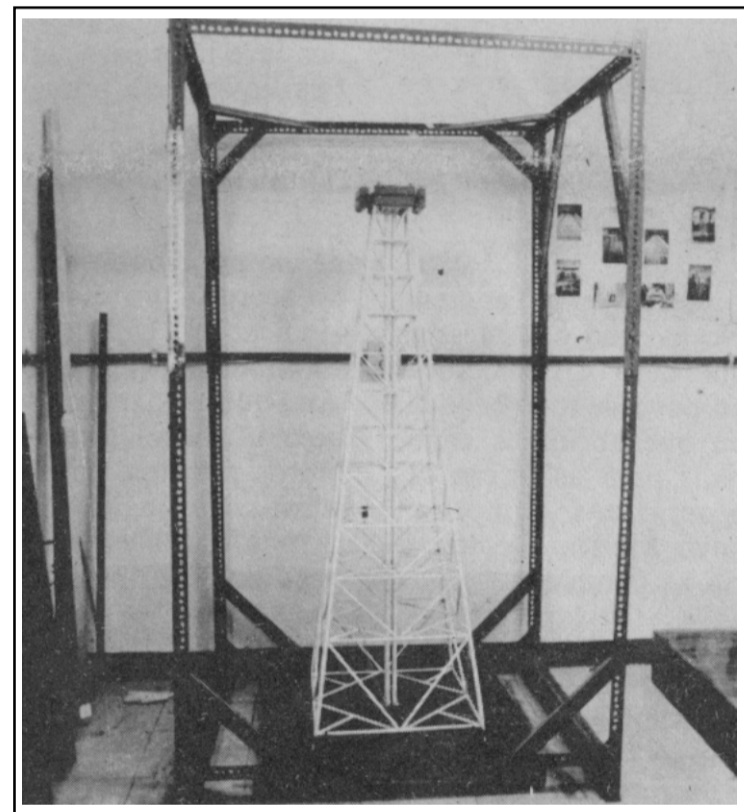
Recentemente o X CONAD - Conselho Nacional de Associações de Docentes - perdeu uma excelente oportunidade para se posicionar de forma mais incisiva e conseqüente. Em primeiro lugar porque na prática o documento aprovado representa um apoio ao candidato Tancredo Neves (leia na página 2). Isto demonstra que as divergências são de fato relacionadas a questões secundárias. Apesar do tempo consumido na discussão de teses como o "Apoio a Tancredo Neves representa uma partidização das entidades", ou o "movimento precisa assumir uma posição de isenção", ou ainda a do "boicote ao Colégio Eleitoral", na prática todos reconhecem que a superação da crise da Universidade está indissociavelmente ligada à questão sucessória. Momentaneamente, a correlação de forças no Colégio Eleitoral tem desempenhado papel preponderante na articulação política da Aliança Democrática. Apenas a participação do movimento social nas grandes mobilizações populares dos comícios pode modificar este quadro, devolvendo às forças sociais papel de destaque e a possibilidade de intervenção direta na formulação das soluções para os problemas do País. Portanto, todos reconhecem que não podemos ficar esperando que a democracia pela qual todos lutamos, caia do céu como uma dádiva. Infelizmente, no entan-

to, a vaidade de marcar posição tem prevalecido sobre o bom senso; e a afirmação inconseqüente de posições ideológicas secundárias tem superado a participação decidida e responsável no processo político mais importante desde a criação da ANDES.

Mas, se as entidades estão imobilizadas, os professores não estão, e cresce a cada dia a participação e o envolvimento dos mesmos na campanha de Tancredo Neves. O tema dominante das preocupações cotidianas de praticamente todos os professores, que se reflete nas conversas de corredor e nos papos do cafezinho, se relaciona à sucessão presidencial. Além disto, na UFRJ ninguém desconhece os reflexos que a vitória das forças democráticas terão na Universidade e na transformação de sua estrutura de poder, ou seja, na influência que terão no processo de construção de uma Universidade Democrática, social e academicamente responsável, objetivo fundamental do movimento docente.

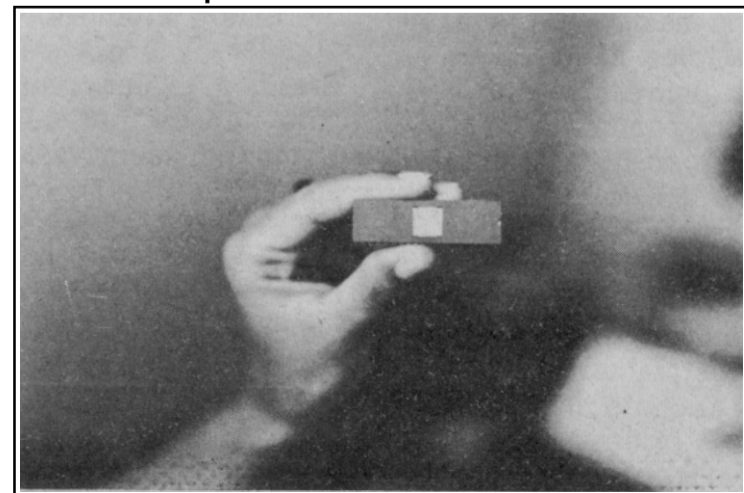
O movimento docente ainda tem tempo de pegar o último trem, mas não muito. O processo político adquire um ritmo cada vez mais dinâmico e tende para a definição, uma vez superada a fase crítica. É hora de descer do muro. O movimento não pode continuar se submetendo a concepções equivocadas de unidade, que estão escamoteando posições políticas hoje amplamente minoritárias. Este é o momento de se definir, isto é, apoiar a candidatura Tancredo Neves por ação ou Paulo Maluf por omissão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1984.



A INFORMATICA É NOSSA ?

Autonomia é
mais que reserva de mercado



Porque apoiar a candidatura Tancredo Neves

É necessário compreender o verdadeiro significado da candidatura da Aliança Democrática, e o que representa num processo político nitidamente polarizado. De um lado se encontra a tentativa desesperada de institucionalização do regime de arbítrio, inaugurado com o golpe de 1964, e de outro a ruptura com o autoritarismo e a perspectiva de construção de instituições democráticas, onde existam possibilidades concretas de intervenção das forças sociais organizadas, na definição de seus próprios destinos.

Certamente Tancredo Neves não é o Messias que dará a democracia ao povo de mão beijada, ou que abrirá os caminhos para as forças democráticas como um novo Moisés. Democracia se conquista.

A verdadeira democracia, aquela pela qual lutamos há muitos anos, será construída pela intervenção direta da sociedade organizada. Será conquistada na prática, pela conjugação de forças do movimento social. Dai a importância fundamental da unidade de todos os setores de oposição ao regime em torno do objetivo comum de transformação democrática da sociedade brasileira.

Foi esta unidade que garantiu a força do movimento pelas Diretas já, do qual a candidatura Tancredo Neves é um dos resultados mais importantes. Foi a unidade de todos os partidos de oposição e de todos os setores organizados da sociedade

civil, que garantiram a ampliação social da luta pelas diretas já. E esta ampliação social foi fator fundamental para a corrosão da sustentação política do governo, e para a desagregação de seu partido.

A intervenção direta da sociedade através dos movimentos organizados teve uma característica nova. Pela primeira vez, desde 1964, a sociedade abandonou a tática da luta de resistência, para exigir a aprovação de um projeto formulado de acordo com suas reivindicações. Um projeto de conteúdo transformador, que trouxe em seu bojo a consolidação de outros projetos, como a constituinte, a liberdade partidária, a liberdade de organização. A luta pelas Diretas já colocou efetiva e objetivamente na ordem do dia todos os princípios necessários à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

No entanto, não podemos nos recusar a enxergar a realidade. Apesar de toda a unidade e da maior mobilização popular da história do Brasil, o regime conseguiu impedir por duas vezes consecutivas a aprovação das Diretas. Usou de todos os instrumentos de que dispunha. O regime reconhecia no Colégio Eleitoral sua única esperança de levar adiante seu projeto continuísta. Como consequência agravou-se o processo de isolamento do governo e de desagregação

do PDS.

A derrota das Diretas não se deve, como alegam alguns, ao pouco empenho de setores da oposição ou de certas personalidades da vida pública. Esta interpretação, além de imobilista, se recusa a enfrentar a realidade dos fatos e subestima a capacidade do regime. Isto é um erro que já custou muito caro às forças democráticas em outros episódios.

O momento político não admite posições "isentas" ou "equidistantes". Qualquer omissão representará, na prática, apoio ao projeto continuísta do regime. Significará efetivamente jogar água no moinho do senhor Paulo Maluf.

Alguns setores do movimento docente defendem que apoiar explicitamente a candidatura Tancredo Neves significará uma partidarização das entidades, com a conseqüente quebra da unidade dos docentes. Tal posição não tem qualquer compromisso com a realidade polarizada, em que se desenvolve o processo político. A esmagadora maioria da população já compreendeu que continuar insistindo exclusivamente na alternativa constitucional seria se imobilizar diante de um processo altamente dinâmico. Seria também ceder espaços políticos para o regime realizar seu projeto continuísta. Só não : compreendeu cata realidade uma parte bastante reduzida das, forças de oposição, dentro do Partido dos Trabalhadores.

Apesar da maior mobilização popular da história brasileira, não foi possível implodir o Colégio Eleitoral. A ida da oposição ao Colégio não o tornará menos espúrio e casuísta. Mas o boicote não é a solução, pois não evitaria a via indireta para a sucessão, e sacramentaria o continuísmo.

Por outro lado, deixar de se posicionar significa se isolar do processo político, virar as costas para a sociedade. Com isto, pode-se jogar pelo ralo um dos mais significativos e importantes saldos políticos da última greve - a construção de canais de ligação, ainda que incipientes, da Universidade Pública e Gratuita com a sociedade. Além disto, as questões relacionadas com a Crise da Universidade estão vinculadas também à sucessão presidencial. A restauração nacional é possível se houver transição democrática. E esta transição será tão mais profícua e profunda quanto mais organizados participando e propondo soluções concretas - estiverem todos os segmentos da sociedade. A vitória do continuísmo no Colégio Eleitoral colocará de novo toda a Nação na luta de resistência ao autoritarismo.

A vitória das forças democráticas levará a uma modificação no cenário político e institucional. Isto se refletirá internamente na UFRJ, abrindo perspectivas de maior participação e influência da

comunidade nos destinos da Universidade, e na mudança da estrutura de poder. Por outro lado, haverá maiores possibilidades de fortalecimento de uma das funções da Universidade enquanto instituição - contribuir criticamente para a formulação de soluções para as mais diversas questões econômicas, sociais, políticas, educacionais e culturais.

Tornamos pública nossa posição de apoio explícito à candidatura Tancredo Neves. Entendemos que, a curto e médio prazos, os rumos de nosso movimento e os destinos de nossa Universidade dependem também da definição da questão sucessória. O continuísmo e a possibilidade de retrocesso limitam os horizontes de nossa luta. Entendemos que o movimento docente não pode se furtar a tomar uma posição clara, nesta questão.

Entendemos, também, que não basta a derrota do continuísmo na sucessão presidencial. A construção de uma Universidade democrática, autônoma, pública, gratuita e responsável acadêmica e socialmente, depende fundamentalmente da atuação coletiva dos docentes, alunos e servidores técnicos e administrativos.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1984.

Fernando Amorim, Joel Teodósio, Moacyr Barreto, Selene Alves de Oliveira e Tomaz Pinheiro da Costa.

Conad repudia Maluf e Colégio Eleitoral

Os docentes repudiam o Colégio Eleitoral por ser um processo ilegítimo e montado para garantir a continuidade do regime; repudiam a candidatura Maluf porque "significa a perspectiva de um retrocesso institucional" e por suas características autoritárias; e acreditam que o perfil conservador da candidatura Tancredo Neves só poderá ser alterado em direção à transição democrática se os setores organizados da sociedade retomarem sua articulação autônoma e independente para manifestarem suas propostas e reivindicações. Essas são as principais conclusões do Manifesto à Nação divulgado pela Andes como parte do X Conselho Nacional dos Docentes (Conad) realizado em Cuiabá, de 5 a 7 de outubro.

O Conad decidiu também a realização do Dia Nacional de Protesto no dia 25 de outubro e marcou para 25 de fevereiro a 2 de março o IV Congresso da Andes, em Vitória, no Espírito Santo. A Adufrj receberá em breve o documento com a íntegra das resoluções do X Conad. Neste número, o Boletim da Adufrj publica a íntegra do Manifesto à Nação.

MANIFESTO A NAÇÃO

A ANDES por deliberação do X Conselho Nacional de Associações Docentes - CONAD - considera fundamental o posicionamento claro quanto à conjuntura política nacional e particularmente à sucessão presidencial.

Os docentes reafirmam de forma categórica que as eleições livres em todos os níveis, e em especial para a Presidência da República, são absolutamente necessárias para o processo de democratização do País. Não apenas pela garantia do direito formal de voto, mas por abrirem o espaço para a intervenção dos setores organizados do movimento popular e democrático no centro do cenário político nacional.

Na Campanha Nacional pelas Diretas Já, o avanço e a força dos movimentos sociais organizados alteraram o conteúdo da própria campanha, superando seu caráter meramente liberal e transformando-a em enérgica contestação e claro

repúdio ao regime militar.

Apesar do rumo tomado pela questão sucessória, essa participação deixou saldos inquestionáveis na ampliação das bases sociais desses movimentos e na maior afirmação da cidadania já realizada pelas massas trabalhadoras na história do País. O profundo isolamento do Governo e a pulverização de seu partido são conseqüências diretas dessa afirmação.

Os docentes reafirmam seu repúdio ao Colégio Eleitoral, casuisticamente montado para garantir a continuidade do regime. O processo indireto é ilegítimo e espúrio não apenas por contrariar a expressa vontade da maioria da população brasileira mas por excluir da definição dos rumos da vida política nacional os setores organizados da sociedade civil e dos trabalhadores da cidade e do campo.

A manutenção a todo custo do processo sucessório indireto representou o último recurso do regime e das elites conservadoras para barrar o avanço das forças populares e democráticas organizadas.

O Colégio Eleitoral representa o único fio de possibilidade de vitória da candidatura Maluf. Candidatura que representa a perspectiva de um retrocesso

institucional que, na atual crise política e econômica, poderá levar o País a uma crise social de conseqüências imprevisíveis. Maluf significa a entrega total das riquezas nacionais ao capital internacional e o conseqüente abandono de qualquer interesse ou apoio à educação, ciência e tecnologia nacionais. Significa, como já demonstrou em São Paulo, a perspectiva de destruição da universidade pública, do arrocho salarial sem precedentes e da intervenção truculenta na universidade. A única posição possível em relação à candidatura Maluf é aquela que vem sendo assumida pela maioria da população: absoluto e total repúdio.

O perfil hoje assumido pela candidatura Tancredo Neves, através da composição de forças presentes na Aliança Democrática, tem como fator determinante uma linha de compromissos definida pela correlação das forças representadas no Colégio indireto, que não reflete absolutamente aquela existente no conjunto da sociedade brasileira. Explica-se assim a composição com setores declaradamente reacionários, como os representados por Geisel e Armando Falcão, ou marcadamente conservadores como a Frente Liberal. A heterogeneidade das forças repre-

sentadas nessa aliança, além de seu perfil predominantemente conservador, tem obrigado o candidato a permanecer em formulações genéricas sobre as questões políticas nacionais e particularmente sobre a educação e a universidade.

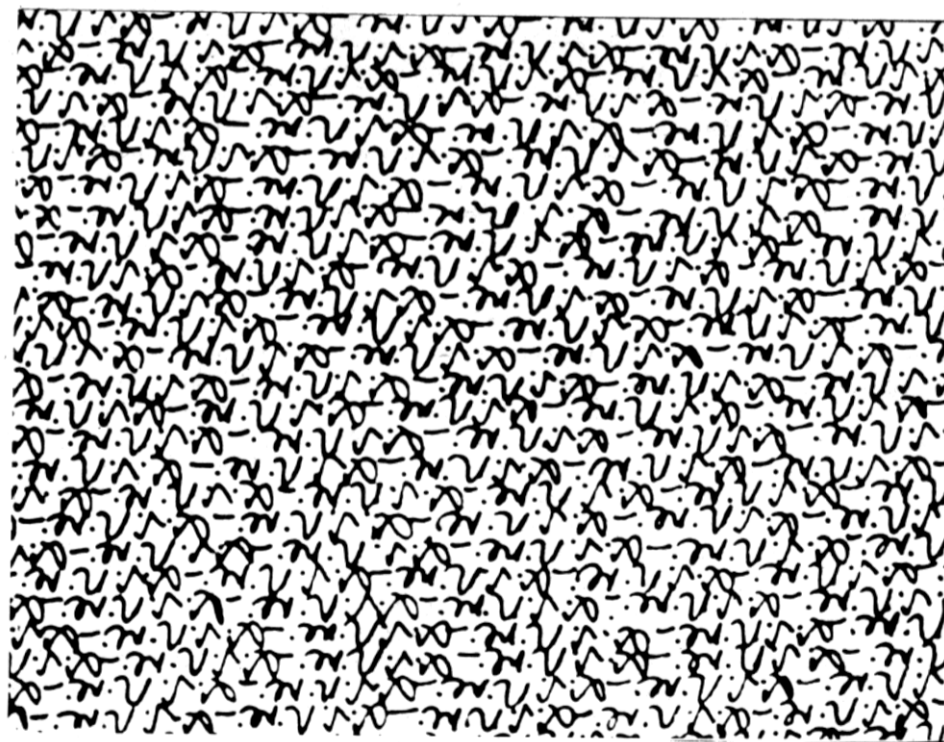
Uma alteração significativa no atual quadro político dependerá essencialmente da retomada da articulação autônoma e independente dos setores organizados da sociedade para reafirmar claramente à Nação as suas propostas e reivindicações: eleições diretas, liberdade de organização partidária, independência e autonomia sindicais, direito de greve, fim da Lei de Segurança Nacional, mudança da política econômica e o rompimento com o FMI, a implantação efetiva do ensino público e gratuito em todos os níveis. Essas reivindicações permanecerão qualquer que seja o próximo governo.

A condição para transformar um possível governo Tancredo Neves, num período de transição democrática - isto é, não baseada na exclusão das massas, como pretendem as forças conservadoras - está dada apenas na capacidade que tenham o movimento dos trabalhadores e as entidades democráticas de ocupar novamente, e desde já, o seu espaço no cenário político.

O movimento docente reafirma que não abrirá mão do seu compromisso de lutar pela responsabilização do Estado na manutenção do ensino público e gratuito em todos os níveis e pela construção de uma universidade autônoma e democrática - única condição de colocá-la a serviço dos interesses das massas trabalhadoras do País. O movimento docente continuará buscando articulação com o movimento sindical para lutar de forma integrada por condições dignas de vida e trabalho e pelo direito a uma estrutura sindical submetida apenas à vontade democraticamente expressa dos trabalhadores.

A ANDES se dirige à Nação para afirmar a necessidade de uma ampla articulação das entidades e movimentos democráticos para lutar pela democratização efetiva da vida política brasileira e pela soberania nacional.

Cuiabá, 07 de outubro de 1984.



Ministra não atende reivindicações

A Seplan liberou em 14 de novembro, verba de três 45 bilhões para suplementação do orçamento das Universidades Federais e dos hospitais universitários. Serão repassados Cr\$ 25 bilhões para os hospitais universitários; para as universidades, segundo informações

da imprensa, a Seplan destinou Cr\$ 20 bilhões, quase seis vezes menos que os Cr\$ 116 bilhões reivindicados pelos professores em sua pauta emergencial.

A Ministra da Educação, Esther Ferraz, informou que liberará mais uma quantia para as entidades de ensino su-

perior. Sabe-se que o MEC não pretende fornecer recursos acima de Cr\$ 50 milhões ainda insuficientes para preencher as necessidades das Universidades até o foral do ano. Segundo informação de O Globo, a Ministra da Educação anunciou que terá encon-

tro com a diretoria da Associação Nacional dos Docentes (Andes) quando for anunciar o diferencial de reajuste dos salários de professores e funcionários. Os docentes reivindicam 58,9 por cento.

Abrimos neste número de nosso boletim o debate sobre a sucessão presidencial. Esperamos que todos os colegas, caso assim desejem, opinem sobre esta questão. A importância é de tal magnitude, que foi um dos assuntos debatidos no último Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD). Neste encontro, as AD's resolveram interagir com a candidatura do Dr. Tancredo Neves

Professores levam a Tancredo programa para Universidade

Durante sua visita ao Rio, em 22 de outubro, o presidente Tancredo Neves recebeu documento com propostas para a reformulação da Universidade em seu programa de governo e análise da situação das entidades de ensino superior. Assinado por cerca de 600 docentes em todo o país, o documento propõe compromisso real do Governo com a Educação, incentivo à escola pública em todos os níveis, aplicação dos recursos previstos na

Constituição que é descumprida - e reforma tributária que assegure recursos para a educação nos Estados e Municípios, além da democratização do ensino - a ser realizada com a aproximação da escola aos interesses de seus alunos, entre outras medidas.

Os responsáveis pela elaboração da proposta entregue a Tancredo foram os professores Horácio Macedo, Joel Teodósio, José Henrique Villena de Paiva, Luís Antônio da Cu-

nya, Moacyr de Goes e Maria Conceição Pinto de Goes. Eles atribuem a crise nas Universidades à carência de verbas e à política governamental de privatização, agravada pela atuação repressiva dentro das entidades de ensino superior e apontam medidas emergenciais para os problemas mais graves. Entre os signatários do documento, estão o acadêmico Antonio Houaiss, o Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, o Reitor da Universidade Federal Fluminense,

José Raymundo Romêo, o ex-ministro da Educação, Eduardo Portela e o professor aposentado de História e Filosofia da Educação Paschoal Leme, único signatário ainda vivo do Manifesto dos Pioneiros da Formação Nova, em 1932, que revolucionou a concepção de ensino do país (Paschoal Leme é membro vitalício da Associação Brasileira de Educação).

O texto, reproduzido integralmente pelo BOLETIM DA ADUFRJ, foi entregue e deba-

tido com Tancredo Neves pelos professores Joel Teodósio, Ismênia Lima Martins, Luís Antônio Cunha, Jorge Guimarães e José Henrique Villena. Duas horas depois de debater com os professores, Tancredo Neves afirmou, em debate na ABI, que "deve-se fortalecer a implantação do ensino público em todos os níveis". O BOLETIM DA ADUFRJ reproduz também o nome dos professores da UFRJ que subscreveram o documento.

Proposta para a Universidade Federal no Governo Tancredo Neves

Dos educadores brasileiros ao presidente Tancredo Neves

Na longa e tantas vezes atropelada luta do povo brasileiro pela sua emancipação social, política e cultural, a questão educacional assume lugar destacado nas culminâncias de sua história.

Os educadores brasileiros, empenhados na luta de todo o povo, elaboraram, ao longo do tempo um conjunto de objetivos que sintetizam suas aspirações coletivas:

1 - A educação é direito de todos e dever do Estado.

2 - As políticas educacionais visam a criar condições de acesso e permanência na escola pública de 1º grau de toda a população em idade escolar, ampliando as oportunidades de ensino gratuito nos graus posteriores.

3 - O Governo expressará seu compromisso com as aspirações populares concretamente: (a) destinando verbas públicas para as escolas públicas, isto é, para as escolas criadas e mantidas pela União, pelos Estados e pelos Municípios; (b) compondo o Conselho Federal e os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação de modo que seja majoritário o número de membros efetivamente comprometidos com a educação pública, sem prejuízo da representação dos diferentes segmentos do setor, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nacional.

4 - A vinculação de recursos para o ensino provenientes da receita de impostos, como estabelecia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, agora, a Emenda Calmon, são um me-

canismo seguro para atenuar os cortes arbitrários de verbas.

5 - Impõe-se uma reforma tributária que assegure aos Estados e Municípios os recursos para cumprirem suas responsabilidades para com a gestão das redes de ensino de 1º e 2º graus.

6 - A melhoria da qualidade do ensino, o aprimoramento da pesquisa científica e tecnológica e o incentivo à produção cultural, bem como a disseminação de seus resultados, são condições indispensáveis para a superação da dependência tecnológica e a recuperação da identidade nacional que se encontra, hoje, sob o risco de ser perdida.

7 - A valorização da escola pública, em todos os graus, exige a dignificação dos profissionais de ensino e pesquisa pela criação de condições materiais de trabalho e pela justa retribuição salarial, conforme critérios de competência e de tempo de serviço.

8 - A indispensável democratização da educação será pela qualidade do ensino garantida a todos os estudantes, independentemente de sua origem social, proporcionando-lhes meios concretos de superar deficiências e atrasos; ademais, pela participação ativa e organizada dos cidadãos na gestão da coisa pública, inclusive na discussão e elaboração das políticas educacionais.

A UNIVERSIDADE QUE TEMOS
O ensino superior brasileiro é dos mais heterogêneos do mundo.

Temos instituições que podem se

equiparar, em certos campos de conhecimento, às melhores do mundo, e outras que não passam de máquinas de venda de diplomas a longo prazo. Infelizmente, estas são muito mais numerosas do que aquelas.

Temos universidades - cerca de 70 e oito centenas de estabelecimentos isolados, nos quais a especialização esconde, na maior parte dos casos, a mais restrita concepção da ciência, da técnica e da cultura.

Este quadro é resultado da transgressão da lei do próprio regime que, em 1968, propunha-se a fazer da universidade a regra de organização do ensino superior, admitindo estabelecimentos isolados apenas como exceções. (Lei no. 5.540/68). O Ato institucional no. 5, baixado um mês após a promulgação dessa lei, abriu caminho para os propósitos dos interesses privatistas que viam, no justo anseio dos milhares de jovens que buscavam a universidade a oportunidade para o enriquecimento rápido e fácil de pequenos grupos.

Instalados no Conselho Federal de Educação e em órgãos executivos do Ministério da Educação, aqueles propósitos do privatismo têm incentivado ao máximo a multiplicação das escolas superiores isoladas, e até mesmo a aglutinação de algumas delas em universidades, enquanto vêm retardando a expansão das universidades públicas. Com isto, o setor público que, em 1962, abrangia 60% das matrículas do ensino superior, em 1977, já representava apenas 27%. E a tendência segue de-

clinante.

A progressiva redução dos recursos alocados às universidades públicas, nos últimos 10 anos, fez com que elas diminuíssem o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e artística, atividade pela qual são responsáveis por praticamente 90% de tudo o que se faz no País. Os recursos que as universidades públicas têm para a pesquisa, de seus próprios orçamentos, são irrisórios, sendo elas obrigadas a recorrer às agências governamentais de fomento, como o CNPq, a CAPES, e a FINEP.

Estas agências, por sua vez, tiveram seus recursos reduzidos: em 1984 dispuseram de apenas 20% do montante que lhes foi destinado em 1975.

Nem mesmo a manutenção do potencial de pesquisa, logo do ensino, tem podido ser feita nas universidades públicas. Premidos por uma política salarial maltusiana, os professores vêem-se obrigados a deixar a universidade ou a estender a jornada de trabalho com outros empregos; os laboratórios param por falta de peças de reposição e recursos para manutenção; as bibliotecas se desatualizam pela falta de verbas e pela elevação do preço das moedas estrangeiras que penalizam especialmente a importação de livros e revistas. A divulgação dos trabalhos fica prejudicada pela drástica redução de recursos pertinentes.

No grave momento em que vivemos, em meio a uma crise econômico-social que castiga nosso povo, grandes con-

tingentes de estudantes estão abandonando os estabelecimentos particulares, por não poderem pagar as crescentes mensalidades cobradas por um ensino que nem sempre corresponde aos seus anseios e necessidades objetivas. Neste momento, os interesses privatistas empenham-se numa bem orquestrada campanha de descrédito contra a universidade pública, de modo a carrear para seus próprios estabelecimentos de ensino os recursos que já são insuficientes para aquelas. Ainda mais, retomam a tese da cobrança do ensino nas universidades públicas, a "preços de mercado", de modo a eliminar a "concorrente", fosse a universidade pública uma empresa - como eles próprios definem seus empreendimentos. Justamente no momento em que os estudantes são compelidos a abandonar os cursos pagos das escolas particulares, as universidades públicas têm seus recursos cortados, ficando assim, impedidas de atender aos milhares de pedidos de transferências que lhes são encaminhados pelos estudantes atingidos pelas conseqüências danosas da crise que se abate sobre a sociedade brasileira.

Mas os problemas da universidade pública não se resumem à carência de recursos. Vítima da ação repressiva do regime, teve alterado o tradicional mecanismo de escolha dos dirigentes, sendo obri-

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

gada a apresentar listas de candidatos a reitor e a diretor de unidade, já não tríplices, mas sextuplas, reduzindo, na mesma proporção, o grau de autonomia de seus colegiados. Estes, por sua vez, contém um número exagerado de membros natos ou escolhidos por categorias restritas, resultando, tudo isso, numa reprodução, interna à universidade, das práticas autoritárias que vigoravam no Governo.

A UNIVERSIDADE FEDERAL QUE PRECISAMOS TER

As universidades federais que foram criadas antes de 1961 nasceram sob o regime autárquico, enquanto que as mais recentes assumiram a forma de fundações.

Sem embargo das vantagens que o regime fundacional confere ao funcionamento da universidade; particularmente a agilidade administrativa, sua extensão às universidades federais mais antigas hoje autárquicas - tem sido um expediente reiteradamente tentado para abrir caminho para a introdução do ensino pago (onde ainda não o é) e a desobrigação do Governo para com a manutenção do ensino e da pesquisa, levando as universidades - então fundações a empresariar-se, saindo do seu campo próprio de atuação para obter no setor privado a fonte predominante de financiamento.

A universidade pública federal que precisamos ter manterá a autarquia como forma de organização das instituições mais antigas, modernizadas em sua administração, de modo que não precisem montar fundações paralelas com a tentativa frustrada para conseguir a flexibilidade administrativa que a burocracia do serviço público impede.

Autarquia e fundação terão autonomia no sentido acadêmico, administrativo e financeiro, não entendida essa autonomia como desvinculação do Estado, nem como possibilidade das universidades definirem seus objetivos e modos de atuação independentemente dos interesses sociais. A autonomia acadêmica propicia o uso do potencial docente na abertura e na extinção de cursos, na elaboração dos currículos, na escolha dos processos de seleção dos estudantes, sempre de modo a articular-se com o ambiente social no qual a universidade está inserida. A autonomia administrativa possibilita a adoção de uma organização eficiente de forma a baixar os custos operacionais e apoiar a realização das atividades não rotineiras, como a pesquisa, com a agilidade indispensável para seu desenvolvimento. A autonomia financeira permite a melhor utilização dos recursos, sem as amarras que atualmente existem, não devendo ser entendida, de forma alguma, como subtração dos órgãos de controle de despesa diante do Estado, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário".

A universidade federal que pre-

cisamos ter será democrática no seu modo de atuar e na sua estrutura.

Seu modo de atuar subordinará aos mais elevados padrões de qualidade o conjunto da sua atividade docente, quaisquer que sejam as formas de que ela se reveste. A busca da qualidade estará articulada com a defesa da democratização, na medida em que a universidade buscará oferecer condições especiais de aprendizado aos estudantes com menor desempenho, de modo a evitar a reprodução intra-acadêmica dos perversos mecanismos de discriminação social vigorantes em nossa sociedade. A gratuidade do ensino deverá ser um princípio de funcionamento da universidade federal. Ao invés de ser resultado de acordos tácitos, facilmente rompidos em determinados momentos, o princípio da gratuidade deverá estar garantido por dispositivo constitucional.

As prioridades das pesquisas necessárias ao país serão definidas com a participação ampla e ativa das universidades federais, assegurados os recursos à implementação de suas programações.

A estrutura da universidade federal disporá de canais de comunicação e de representação dos diversos segmentos que a compõem e das categorias sociais da comunidade a que serve, mediante e imediatamente. Assim, ao invés da estrutura fechada e impermeável que tem nos dias de hoje, deverá ser sensível aos reclamos e anseios dos seus docentes, dos seus estudantes e dos seus funcionários, como daqueles que esperam e exigem da universidade o resultado da instituição que mantêm com seu trabalho ou que se utilizam do seu produto. A representação na gestão universitária se fará, inclusive, pela eleição de diretores de unidades e reitores, pelos segmentos que compõem a universidade em proporção que leve em conta as especificidades funcionais dos segmentos docente, discentes e técnico-administrativo.

Democrática pelo modo de atuar - na busca intransigente da qualidade - e pela estrutura aberta e de ampla representação, universidades federais serão paradigmas de excelência constituindo-se em polos de desenvolvimento cultural, de criação artística, de elaboração crítica, de inovação tecnológica e científica.

Para tanto, as universidades federais terão a indispensável cobertura do Governo da União para seu funcionamento, dele recebendo os recursos financeiros necessários à manutenção e à ampliação de suas atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa, de extensão, de elaboração cultural e de ação social. Assim, elas serão subsidiadas, no seu todo, pelo Governo Federal, condição para a existência da universidade pública, gratuita e democrática.

MEDIDAS EMERGENCIAIS

Além dos princípios aqui expostos e de acordo com estas mesmas linhas gerais gerais, propomos algumas medidas EMERGENCIAIS

com vistas a solucionar questões de caráter imediato, sob pena de aprofundamento irreversível das mazelas por que passam as universidades federais autárquicas.

1) Revisão, a curtíssimo prazo, da política salarial com respeito a docentes e servidores técnicos e administrativos das universidades federais autárquicas. Deve-se, imediatamente, através de reajuste emergencial, igualar os salários dos docentes e servidores técnico-administrativos com os salários das fundações universitárias. Em setembro de 1984, para uma equiparação com a Fundação Universitária do Acre, deveria ter sido concedido 58% do reajuste emergencial para os docentes, 97.5% para os servidores técnico-administrativos das universidades federais autárquicas;

2) Além deste reajuste emergencial, deve-se instituir a selestralidade, com base em 100% do INPC;

3) Revisão emergencial das dotações orçamentárias destinadas em 1985 às universidades autárquicas, de tal modo que, em termos reais, equivalham às dotações orçamentárias de 1981. De acordo com previsões do MEC, em 1985 as universidades autárquicas terão dotações equivalentes a 33% do que receberam em 1981;

4) Aplicação imediata da emenda constitucional nº 24/83, do Senador João Calmon de acordo com os princípios expressos na resolução de 14 de fevereiro de 1984, do Conselho Federal de Educação, ou seja:

a) Os percentuais mínimos de aplicação obrigatória por força do

§4v do art. 176 da Constituição (acréscimo da Emenda Constitucional no. 24/83) referem-se estritamente a despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, e não à totalidade das despesas com Educação.

b) Por via de consequência, devem ser excluídas da abrangência da norma as despesas com atividades de Cultura e de Desportos embora integrantes da área de competência do MEC, cumprindo custeá-las com outros orçamentários ou extra-orçamentários.

c) O custeio às atividades de pesquisa, quando exercidas pelas instituições de ensino deverá ser computado. Fica, porém, excluído o financiamento de pesquisas, ainda que a cargo de órgãos integrantes do MEC, que se destina instituições estranhas aos sistemas de ensino.

d) Os percentuais fixados incidem unicamente sobre a receita de impostos, e não sobre a receita tributária. Compreende tanto a receita direta como a receita derivada, provenientes de transferências constitucionais. O cálculo será feito sobre a receita efetivamente arrecadada e não sobre a receita estimada no orçamento que deverá, quando for o caso, ser complementada mediante créditos suplementares. Não podem ser computados, para aquele fim, recursos aplicados ao ensino, originários de outras fontes, tais como contribuições do salário-educação, FINSOCIAL, PIS/PASEP ou convênios e acordo internacionais.

e) A Emenda Constitucional é auto-executável e de eficácia imediata, independentemente de regula-

mentação, devendo incidir sobre o orçamento de 1984, a ser editado, se necessário, mediante crédito suplementar, inclusive em caso de excesso de arrecadação.

f) A vinculação estipulada é constitucionalmente obrigatória, não podendo ser descumprida, por motivo de planos de contenção ou de contingência que importem inobservância do limite mínimo estipulado.

g) A aplicação do princípio vinculativo deve ser regulada em lei nacional, aplicável tanto à União como aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

h) Sem prejuízo da promulgação da lei acima referida, deve ser, de imediato, baixado decreto do Executivo, regulando a matéria, no âmbito da União, para aplicação imediata.

i) A legislação supramencionada deve especificar as despesas a serem compreendidas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, para o efeito da aplicação da norma constitucional vinculativa - valendo como contribuição as considerações constantes da Resolução no. 14/84 do CFE.

j) Como decorrência da discriminação da despesa que se impõe para atender ao mandamento constitucional, a nova lei proposta deverá rever a especificação das funções, constante do Anexo no. 5 da lei no. 4.320, de 1964, de modo a segregar os elementos das despesas que devam figurar na categoria determinada pelo §4v do art. 176 da Constituição.

Elisa Maria Muller, Josué de Souza Almeida, Boris Gheventer, Lia Hasenclever, Carlos Aguiar de Medeiros, José Luís Fiori, Ricardo Tolipari, Aloisio Teixeira, Ruy Lourenço Filho, Jonas Zonzein, Almir Pita Filho, Nivalde José de Castro, Leonarda Musumeci, Antônio Barros de Castro, Júlio Sérgio Gomes de Almeida, José Antônio Ortega, Carlos Lessa, Nelson C. Braga, Aloisio Ribeiro da Costa, Edson Pereira de Souza, Sheila Chirola Garcia, Miguel Alexandre Novai, Fortine Hanono, Lucia Duarte Dillon, Leodir Diehi, Herli Joaquim de Menezes, Antônio José Accioly, Denise Helena da Silva Sotero, Nelson Pallut Filho, Marília Linhares, Penna Maria Dias, Eliane Pantoja Vasconcellos, Antonio Francisco Furtado do Amaral, Luiz Carlos Bandeira Ryff, Paulo César Gomes Leite Pi-

tanga, Marta Feijó Barroso, Marcos Bonderly Gaspar, Stenio Dore de Magalhães, Maria Helena Pedra Martins, Leandro Salazar de Paula, Ana Maria Breitschaft, Odair Gonçalves, Celso Ayear, Clovis Wotzasek, Sergio Abrahão, Marília Braga, José dos Santos Coimbra, Maria Luiza Villares, Licínio Portugal, Antonio Rezende, Lourdes Zmetek Granja, Paulo C. M. Ribeiro, Paulo Roberto Oliveira, Milton Freitas, Dimara Pinto, Lucia Tinoco, Maria Izabel Camacho, Elaine Machtyngier, Annibal Parracho Sant'Anna, Angela Rocha dos Santos, Carlos Antonio Levy da Conceição, Paulo de Tarso T. Esperança, Fernando Antonio de Amorim, Ronaldo Coutinho Fernandes, José Vitor Bomtempo Martins, José Eduardo Pessoa de Andrade.

Elíôni Maria Nicolaiewsky, Pedro Antônio Peixoto Vieira, Silvia Maria Zanini Sebrão, Benjamim Valdman, Ricardo de Andrade Medronho, José Luís de Medeiros, Luis Gonzaga de Paiva Muniz, Moacyr de Goes, Maria Conceição Pinto de Goes, Paulo Baía, Luiz César Baía, Gilberto Velho, Peter Henry Fry, Giralda Seyferth, Otávio Velho, Maria Beltrão, Eduardo Viveiros de Castro, Yonne de Freitas Leite, Marília Lopes da Costa Facó Soares, Roberto da Matta, Floriano Carlos, Martins Pires Júnior, Cláudio Baraúna Vieira, Júlio Cesar Ramalho Cyrino, Segen Farid Estefen, Helio de Mattos Alves, José Mauro Peralta, Iná Pires de Carvalho Ono, Leila Del Caro, Marcia Dutra Wigg, Nei Regis de Brito, José Carlos Gonçalves.

Informática Nacional: a história começou na Universidade

Ao voltar ao Brasil, em 1970, após concluir doutorado em Lógica Matemática na Universidade de Stanford (EUA), a professora Sueli Mendes Hoje professora de Engenharia de Sistemas e Computação na Coppe e docente no Instituto de Matemática da UFERJ - acreditava que não encontraria no País um com superior em sua especialidade informática. Estava enganada.

O Departamento de Matemática da PUC, no Rio, organizava um curso de pós-graduação voltado para a computação que logo incorporou a professora recém-chegada. O com dera origem ao De-

partamento de pós-graduação em Informática da PUC e desenvolvia, com o auxílio de um computador de 28 geração, marca IBM, cursos básicos de linguagem e programação.

Em matéria de computadores, o Brasil apenas esboçava seus primeiros passos. A primeira máquina computadorizada com tecnologia desenvolvida no País foi resultado de um trabalho de fim de curso no Departamento de Engenharia de Eletricidade da USP, em 1969. Seu nome, Patinho Feio, indicava a aparência da máquina, rudimentar composta de metros de fios e componentes eletrôni-

cos muito simples um computador "aranha", no jargão dos técnicos.

O PRIMEIRO COMPUTADOR

A oportunidade de construir uma máquina mais sofisticada que o Patinho veio ainda no ano em que Sueli voltou ao Brasil, quando chegaram também modernas fragatas importadas da Inglaterra pela Marinha brasileira equipadas com computadores. Interessados em compreender o novo equipamento os militares entraram em contato com a PUC e pediram aos seus professores para traduzir e

"destrinchar" os manuais ingleses. Os docentes criaram cursos de treinamento sobre a tecnologia que literalmente desembarcava no País, e, Poucos meses depois, eram convidados a trabalhar sob a coordenação do Grupo de Trabalho Especial (GTE) criado pela Marinha com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) para o projeto de construção do primeiro computador nacional.

Com a verba do BNDE, a Marinha já havia contratado, no início dos anos 70, o grupo de pesquisadores da Escola Politécnica da USP - responsável pelo Patinho Feio -, que ficou encarregado de projetar o hardware (a máquina do computador. A equipe da PUC deveria desenvolver o software (programas que comandam o funcionamento do computador). O BNDE e a Marinha mantinham representantes no GTE. Em 1974, o GTE concluiu seu trabalho, apresentando o computador G-10. Não havia, ainda, muito interesse das empresas estrangeiras em atuar na área, e as pesquisas não sofriram concorrência prejudicial. Mas nem por isso o trabalho dos pesquisadores desenvolvia-se tranquilamente:

"Havia reuniões com representantes do Governo para acompanhar o projeto" lembra Sueli Mendes, "e o trabalho do GTE oscilava de acordo com as decisões das cúpulas governamentais, que não tinham opinião homogênea sobre o assunto. Ouvíamos boatos de que o projeto iria acabar, às vezes faltava verba para pagamento do pessoal por três ou quatro meses, mas continuávamos brigando pelo trabalho; ele era vital para o futuro das pesquisas na ura."

CAPRE:SEGURANÇA

A criação da coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (Capte) em 1972, deu mais segurança aos cientistas de que continuaria a política de desenvolvimento autônomo no setor de informática. O conselho deliberativo do novo órgão vinculado à Secretaria de Pla-

nejamento da Presidência da República (Seplan) - era presidido pelo antigo representante do BNDE no GTE, Ricardo Saur, e formado por representantes de órgãos governamentais, com o MEC, o Ministério da Indústria e Comércio o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Os pesquisadores não tinham representação na Capre mas atuavam sobre os membros do conselho, argumentando sobre a necessidade de autonomia em informática no País. Curiosamente o MEC x postava entre os que contrariavam os interesses dos grupos de pesquisa e ensino, e, entre os aliados, os pesquisadores se viam mais freqüentemente ao lado do CSN e do EMFA.

Os professores faziam valer sua influência e seu singular jogo de alianças divulgando por cartas e matérias na imprensa suas análises e propostas. Os Seminários de Computação Universitária (Secomu) realizados até hoje, tinham suas conclusões divulgadas para a imprensa e o Congresso - embora este último pouca influência tivesse nas decisões de Estado. Na época de criação da Capre os grupos universitários pioneiros já tinham companhia de pesquisadores na UFRJ e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Com a Capre, foram criados mais dois órgãos: a Digibrás, que deveria atuar como "uma Petrobrás da informática" segundo Sueli, fomentando a criação de empresas, convênios e pesquisas; e a Cobra, empresa destinada a produzir computadores nacionais, que, para isso, contou com a experiência de técnicos do Serviço de Processamento de Dados (Serpro) e a incorporação de pesquisadores da USP e da PUC. A Cobra desenvolveu-se a ponto de liderar, atualmente, o tenor nacional de informática. A Digibrás, sufocada por falta de verbas e apoio oficial, não conseguiu cumprir seu papel.

RESERVA DE MERCADO

A Capre encarregou-se, inicialmente, de coordenar e orientar a compra e utilização de computadores pelas instituições de ensino e órgãos oficiais, além de analisar o desenvolvimento da informática no País, incentivando a busca de tecnologia autônoma. A decisão da IBM, em 1975, de instalar no Brasil uma fábrica de computadores de pequeno porte não poderia deixar de ser discutida acaloradamente em seu conselho. Em outubro de 1976, o VIII Secomu, em Fortaleza, encerrava-se com um documento explicando que a fabricação, pela multinacional, do minicomputador IBM - chamado IBM/32 - inviabilizaria os esforços do desenvolvimento de tecnologia no setor, ao colocar a Universidade em confronto com uma empresa estrangeira com grande disponibilidade de recursos e experiência tecnológica desenvolvida em seu país de origem.

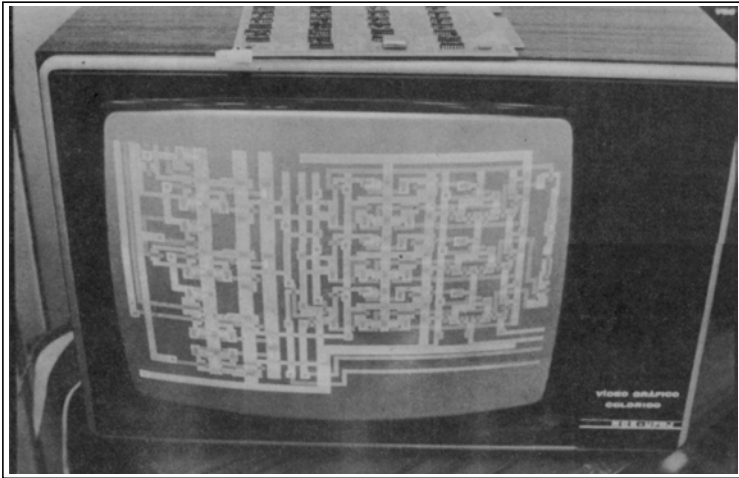
No ano seguinte um decreto do Presidente Ernesto Geisel dava à Capre poderes para executar e fiscalizar a política nacional de informática, e respondia de modo inédito, às preocupações dos pesquisadores: estava criada a reserva de mercado. Sob vigilância da Capre, seis empresas iniciaram, nos seguintes, a compra de tecnologia empresas alemãs, francesas, americanas e japonesas, comprometendo: a desenvolver capacidade no setor. Entre essas empresas, a Cobra destacava-se como a única ligada à tecnologia criada no País.

Aumentava assim, o lobby nacional da informática, e a Universidade ganhava o apoio das empresas que se constituíam no setor. Em 1977, os profissionais de processamento de dados criavam no Rio sua associação, a APPD/Rio; em 1978, os pesquisadores criavam a Sociedade Brasileira de Computação (SBC), a partir de um seminário no Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), na UFRJ. Na Associação Brasileira de Indústrias Eletroeletrônicas

(Abinee), controlada pelas multinacionais, ocorria o afastamento das empresas formadas poucos anos antes, que constituíram a Associação Brasileira de Indústrias de Computadores (Abicom). Começavam na imprensa artigos contrários à política de informática do Governo, assinados por pessoas ligadas aos interesses das indústrias estrangeiras, tradicionais no setor.

No final de 1979, o Governo causava outro sobressalto entre os envolvidos na constituição da autonomia em informática: em criada a Secretaria Especial de Informática (SEI), em substituição à Capre. Paralelamente, transferiu-se o Ministério da Fazenda do Rio para Brasília, dificultando o acesso dos pesquisadores aos centros de decisão, e nos órgãos oficiais, pesquisadores como Ivan Costa Marques, um dos criadores do NCE - deixavam seus cargos para ingressar na área privada, contratados ou constituindo suas próprias empresas.

"A criação da SEI complicou nossas relações com os representantes do Governo, no início, mas logo aparam-se as arestas", comenta Sueli, ao lembrar que o decreto de criação da SEI submetia todas as decisões na área de informática ao Conselho de Segurança Nacional, ao qual o novo órgão foi vinculado. Certos artigos do decreto "não pegaram", como acontece com algumas leis brasileiras; se fossem seguidos, levariam à esfera do CSN decisões sobre as pesquisas habitualmente avaliadas pela Capes, CNPq e outros órgãos do Governo na área de ensino e pesquisa. Além de virtualmente responsabilizar a SEI pelo desenvolvimento dos mais diversos setores da indústria nacional, à medida que implantassem novas tecnologias. Outro detalhe inquietante: a lei poria sob o controle da SEI os bancos de dados das empresas públicas ampliando o controle sobre a vida privada dos cidadãos.



O terminal de vídeo criado pelos pesquisadores permite visualizar o circuito do chip desenvolvida no NCE. O único problema é a manutenção do visor, adaptado de um televisor de 10 polegadas da Philips. hoje posto fora de linha. "Não podemos controlar a indústria de televisão", diz Newton Falk, Diretor da Divisão de Projetos e Equipamentos Digitais.

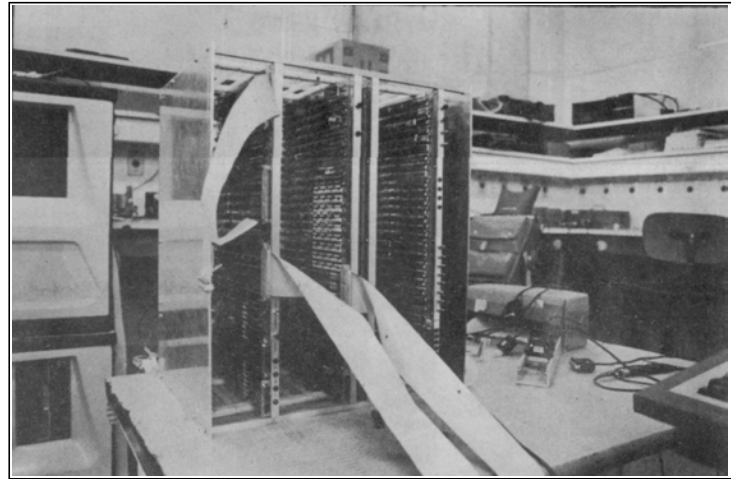
TECNOLOGIA AUTONOMA

O sucesso das empresas pioneiras e a garantia de proteção do Governo criaram condições para que outros empresários se convencessem das vantagens em investir na produção de tecnologia, que ganhou impulso somente a partir de 1980. Exemplo desse interesse foi a participação, na Cobra, de um grupo formado por 11 entre os maiores bancos nacionais, entre os quais alguns constituíram suas próprias empresas, como o banco Itaú - com uma das maiores empresas do setor a Itautec e o Bradesco que atu-

almente desenvolve um projeto de fabricação de computadores com as empresas Medidata e Docas de Santos.

A Guerra das Malvinas alertou as entidades militares para a importância estratégica de desenvolvimento autônomo do setor, ao mostrar as Forças Armadas argentinas inferiorizadas no conflito com um de seus maiores fornecedores de tecnologia computadorizada. O entusiasmo de oficiais, em discursos ouvidos por pesquisadores em palestras sobre o assunto em Universidades e instituições militares de ensina fez lembrar

aos professores que Tecnologia não é neutra". Preocupados, muitos dos pesquisadores que participaram da criação da política nacional do setor agora acompanham sua institucionalização. Com a Lei de Informática sancionada em 28 de outubro pelo Presidente João Figueiredo abandonou-se o temor dos professores de que se abandonassem os esforços desenvolvidos no ator em troca da tecnologia já criada no exterior. Discute-se agora que medidas serão tomadas para incentivar, nos laboratórios de pesquisa, o desenvolvimento de tecnologia genuinamente autônoma.



O protótipo de laboratório do Pégasus 32x, o supermicro do NCE. No mesmo laboratório desenvolvem-se pesquisas para encontrar similares nacionais na tecnologia da informática.

Lei da Informática; uma batalha. Resta a guerra

A aprovação da lei de Informática pelo Governo, em 29 de outubro, institucionalizando e reserva de mercado para a empresa nacional na área de computadores de pequeno e médio porte foi acompanhada por reunidos de pesquisadores de todo o país: como discussão prioritária, a participação dos docentes e cientistas na formulação do Plano Nacional de Informática previsto pela legislação para ser concluído até o final deste ano.

Antes mesmo de ser formalizada a união do Presidente, porém, algumas particularidades desagradaram esses pesquisadores. Uma delas foi o veto presidencial às emendas propostas pelo Deputado José Eudes (PT-RJ), que permitiam ao cidadão ter acesso às informações sobre sua pessoa e qualquer banco de dados e condicionavam a implantação de novas tecnologias noa empresas a aprovação da medida por comissões paritárias de patrões e empregados. Outro veto presidencial desiludiu os que esperavam maior investimento governamental em informática: foi retirado da lei o artigo que previa a formação de um Fundo Especial de Informática e Automação, constituído por 0,8 cento do Orçamento-Fiscal.

POLITICA DE INFORMÁTICA

Defensores da reserva de mercado, os professores, no entanto, não apoiaram incondicionalmente a política governamental paro a informática. Um deles, o subdiretor de Projetos e Convênios da Coppe, Nelson Maculara, tem servem restrições aos mecanismos de decisão que tem orientado esse política. "As discussões em informática começaram em uma época difícil, muito autoritária; o processo fechado em que elas ocorriam não fazia as pessoas que estavam de fora compreenderem o porquê de se dar tanta importância ao assunto", diz Maculan.

A criação, pela lei, do Conselho Nacional de Informática é considerada "interessante" por Maculan, que adverte para o perigo de concentrar as decisões na área em um só órgão, criando assim um "superministério, um monstro, como aconteceu com o Instituto Brasileiro de Café (IBC), que em certa época teve seu presidente mais forte que o Ministro da Agricultura".

A professora da Coppe-UFRJ, Sueli Mendes, ex-Coordenadora do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, participante das reuniões para definição dos pesquisadores em rela-

ção à política governamental, "Nos interessa participar desse conselho", diz, lembrando que, embora a informática tenha sido rotulada em diretrizes governamentais como área de alta prioridade, "aqui nunca se viu ou concretizou o incentivo do governo à área". INVESTIMENTO É NECESSÁRIO A eliminação do Fundo Especial previsto na Lei de Informática deixou dúvidas sobre quais são os objetivos do governo. E serve de reforço às advertências de Nelson Maculara:

"É preciso ampliar a discussão. debater-se para que se está usando a reserva de mercado e cobrar das empresas explicações sobre o que é, para que serve e qual o impacto da automação. Deve-se fomentar a computação na Universidade; o MEC só dá o mínimo necessário, e nós precisamos ampliar os contatos saber o que se faz lá fora reclama o Subdiretor da Coppe. "Se não houver investimento, vamos perder a corrida até para a empresa nacional; tem gente fazendo robô e não temos nem um trabalho sério na UFRJ sobre o assunto".

Sueli lembra que a Universidade lidou o setor e hoje "perde terreno" por causa como o achatamento salari-

al responsável pela evasão de pesquisadores. Pelo menos 12 entidades de ensino superior possuem ou estão adquirindo capacitação no setor; somen- vencer os fabricantes a doá-lo. O primeiro computador de cada empresa deveria estar aqui, deviam facilitar o trabalho da Universidade, que tem condições de ser cobaia dos novos inventos", reivindicava.

As vacilações do Governo não colaboram para amenizar o quadro. Como ilustra o Plano de Microeletrônica governamental, que previa a criação de um instituto de pesquisas na área, incentivava a reunião de grupos de pesquisa em diversos Estados do país, desde o ano passado, teve seu orçamento elaborado. Seus pesquisadores esperam até hoje o dinheiro prometido para iniciar sua trabalhos.

"Somos mais de cinco mil: quando conseguimos trazer para a Universidade um dos primeiros computadores nacionais, da Cobra, foi difícilmo vencer os fabricantes a doá-lo. O primeiro computador de cada empresa deveria estar aqui, deviam facilitar o trabalho da Universidade, que tem condições de ser cobaia dos novos inventos", reivindicava.

Os últimos movimentos no jogo da informática nacional, conforma-se o comentário de Sueli Mendes, preferido antes mesmo da sanção - e dois vetos - do Presidente Figueiredo: "Nosso compilador chegou a ser exportado, era muito rápido e explicava tão claramente os erros de digitação cometidos pelo programador que hoje ex-alunos sabem sua falta nas empresas onde trabalham", comenta o diretor da Divisão de Projetos e Equipamentos Digitais do NCE, Newton Falter, professor adjunto da Coppe-UFRJ.

Entre os projetos de máquinas "Inteligentes" criados no País, pelo menos um tem história nada exemplar: a tentativa de construir um computador de médio porte, por pesquisadores do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da UFRJ, que mesmo utilizavam o comente componentes produzidos no País, não conseguiu financiamento, e, no ser concluído, já estava obsoleto. Não interessou a nenhum fabricante.

A maior prejudicada foi a indústria desde sua criação em 1966, atender tais necessidades administrativas e de ensino e pesquisa da universidade, o NCE conseguiu realizar seus objetivos, e, em alguns casos, gelou alternativas nacionais para a importação de Know hoy. Segundo o diretor do NCE NCE, Paulo Bianchi França o Núcleo sempre atou em projetos de ampliação a médio e curto prazo, sem preocupar-se em atingir os resultados institucionais voltadas para pesquisa em áreas situadas na fronteira do conhecimento em informática.

CRIAÇÃO DE TECNOLOGIA

Com esse filosofia criaram-se no

NCE desenvolve chip e supermini nacional

"CHIP" E SUPERMICRO

A vinculação das pesquisas do NCE às necessidades da Universidade e da indústria faz com que seus técnicos e professores não desenvolvam, pelo menos por enquanto, tecnologias mais avançadas, como as chamadas máquinas de 5ª geração, mais próximas da inteligência artificial. "Se fazemos pesquisas muito à frente da indústria no País não conseguimos viabilizá-las", diz Paulo Bianchi.

Isso não impediu que o NCE atuasse em áreas pouco exploradas no País, como a produção de microcomputadores sofisticados e a fabricação de chips, pastilhas de silício responsáveis pela "Inteligência" do computador. A Feira Nacional de Informática, no Rio, segunda semana de novembro, já lerá entre os equipamentos expostos o supermicro Pégasus 32x, construído pelos pesquisadores da UFRU com tecnologia desenvolvida na Universidade, parte do material proveniente da sucata de outros projetos e software adaptado no NCE a partir do sistema Unix, da Bell Telephone, um sistema que por suas qualidades tende a tornar-se uni-

versal.

O Pégasus, com 32 bits, terá o dobro de capacidade de processamento dos outros computadores de seu porte - por uso é chamado de supermicro - e mostra que os pesquisadores do NCE aprenderam a lição: seu projeto não foi desenvolvido com capacidade de 16bits - como os outros micronacionais para evitar que, ao chegar à fax de protótipo, o Pégasus já estivesse obsoleto.

Outro projeto bem sucedido foi a construção de um chip a partir de projeto do NCE Bianchi conta que além do chip nacional, o Núcleo orientou técnicos da empresa Itaú - uma das escolhidas pela SEI para instalar Campinas uma fábrica de microcomponentes (os chipes) - a fazer o design dos circuitos de chips. O NCE ministrou cursos aos técnicos da empresa, que, no entanto, dispensou o Núcleo ao construir sua fábrica.

NCE QUER APOIO

A falta de apoio das empresas privadas não é constante, porém, e o NCE obtém contratos que lhe permitem encontrar soluções nacionais

para os problema da iniciativa privada na área de computação. Foi o que aconteceu recentemente, quando o Citibank investiu Cr\$ 100 milhões em pesquisas bem sucedidas - para implantação de uma rede local de dados.

De competência comprovada, o NCE ressente-se da insensibilidade governamental em relação às suas, necessidades de recursos. Seguindo um quadro que se repete por toda a Universidade, estudantes em fim de curso e pesquisadores afastam-se do Núcleo do em busca de melhor remuneração nas empresas; a verba fornecida pela Universidade mal ultrapassa os 50 por cento das necessidades; e os pesquisadores se vêem obrigados a seguir os rígidos e nem sempre razoáveis prazos das instituições de financiamento.

"Não tem sentido fazer cursos de arte culinária se quem faz a farinha pode inviabilizá-la receita a qualquer momento", compara Newton Faber, referindo-se à necessidade de investir em pesquisas: "estamos conhecendo as receitas; na (alta de um ingrediente, sabemos como substituí-lo, o que não acontece com quem apenas monta por exemplo; a tecnologia "nacional" da IBM".



Apoio de Portugal

Em julho de 1984, durante a greve nacional das Universidades federais autárquicas, a Assembléa da República Portuguesa sediada em Lisboa, discutiu em duas de suas comissões pluripartidárias a crise universitária no Brasil e sua incidência nos termos do acordo cultural Brasil Portugal. A Comissão de Educação e a Comissão de Juventude, em sessões extraordinárias, receberam o Dossiê Verbas Universidade Urgente, elaborado pela ADUFRJ e ouviram relato do professor Carlos Minc, do Depto. 9 de Geografia, que representou o comando de greve da UFRJ. As duas Comissões, formadas por parlamentares de todos os partidos com assento na Assembléa, manifestaram seu apoio ao movimento dos professores brasileiros. Em vista da deterioração previsível na qualidade do ensino, nos riscos de degradação de obras históricas e artísticas e no corte drástico nas publicações de língua portuguesa, a Comissão de Educação interpelou o Ministro da Educação de Portugal, manifestando sua preocupação quanto ao descumprimento dos termos do Acordo Cultural Brasil-Portugal. A Comissão de Juventude formalizou igualmente seu protesto.

O Diário de Notícias, principal jornal de Portugal, publicou em sua edição do 4 de agosto, uma extensa matéria, assinada pelo prof. Carlos Minc, com a posição da ADUFRJ sobre a crise universitária no Brasil. Na última semana de julho as juventudes do Partido Socialista, Partido Comunista e Partido Social Democrático, que no conjunto representam 84% do eleitorado, manifestaram seu apoio ao nosso movimento, seguindo a posição manifestada pela Associação de Docentes das Universidades Portuguesas.

Estes fatos demonstram que nossa luta extrapolou as fronteiras nacionais e apontam para o fecundo caminho de relações e de novos campos de atuação que devem ser intensificados.

Apoio britânico

Assinada por Brian Anderson, branca chairman da Associação dos Docentes da University College London, chegou à Adufrj uma carta de apoio à nossa luta por melhores salários e em defesa da Universidade.

"Reconhecemos que problemas semelhantes em todo o mundo ilustram o fracasso do atual sistema econômico mundial", diz Anderson. Os professores ingleses acreditam que todos devem lutar por um sistema mais igualitário. Estendem seus votos às associações e Universidades no Brasil - a carta foi enviada durante a greve dos docentes, em agosto.

Livro da greve

Muitos dos professores da UFRJ guardaram recortes, documentos, declarações e outros registros sobre a greve deste ano, a maior na história do movimento docente. A Adufrj está reunindo essas informações em um livro que pretende publicar no início do próximo ano, com relato jornalístico de toda a campanha e a análise dos fatos que a caracterizaram.

Se você quiser colaborar, a associação está recebendo o material sobre a greve em sua sede, sala D200, Centro de Tecnologia, no Fundão. Se preferir, telefone para 280-9322, ramal 325.

O papel do professor

Número excessivo de alunos por sala de aula, infra-estrutura deficiente e falta de democracia nas escolas, erosão dos salários e alienação de professores são assuntos que serão discutidos no I Encontro de Professores do Distrito Federal, realizado pelo Sindicato dos Professores local nos dias 2 e 4 de novembro.

"Precisamos tirar do papel nossas intenções", diz um docente. Pelo tom das discussões divulgadas pelo jornal do Sindicato, Quadro Negro, o congresso não se limitará à avaliação da crise do ensino e às conseqüências do sistema educacional implantado nos últimos anos. Pretende-se discutir o papel e o comportamento do professor nas instituições educacionais.

Universidade e Tancredo

No próximo boletim, a Adufrj publicará as conclusões do Simpósio sobre a Universidade realizado nos dias 5 a 8 de novembro em Porto Alegre, para o qual foi convidada e se fez representar pelo seu presidente, o professor Joel Teodósio. O Simpósio, promovido pelo PMDB, tratará de questões relacionadas à Universidade e tem como objetivo elaborar um programa de governo para o candidato Tancredo Neves, da Aliança Democrática.

Diretas Já

Em novembro, a Adufrj publicará edição extra de seu boletim para estimular a discussão sobre a escolha do novo reitor da Universidade. É necessário democratizar a UFRJ.

USU em greve

Os professores da Universidade Santa Ursula estão em greve pela reposição de seus salários - corroídos pelos decretos lei 2045 e 2065 - e em defesa do padrão único de universidade proposto pelo movimento nacional dos docentes. A administração superior da USU não tem demonstrado intenção de negociar, os professores condenam a atitude.

Prata da Casa

A Comissão Cultural da Coppe programou o show Prata da Casa para dezembro, e está pedindo aos interessados em participar do evento para contatar o professor Mário Jorge, do Programa de Engenharia de Produção, na sala F-105.

Aposentadoria

O projeto de aposentadoria para o magistério superior, do Deputado Federal Juarez Bernardes (PMDB-GO), foi aprovado na Câmara dos Deputados, no dia 17 de outubro. Resta agora a aprovação no Senado Federal. Os senadores receberam telegrama da Adufrj pedindo aprovação do projeto, divulgado no último boletim da entidade.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D 200 — Telefone: 280 9322, ramal 325 — Rua do Fundão, Cidade Universitária. CEP 21944. Caixa Postal 68531. Rio de Janeiro — RJ. CGC 30.315.055/0001 — 51. Edição e redação: Sergio Leo (reg. prov. 17073)
Fotografia: Américo Vermelho
Colaboração: Fernando Antônio de Amorim (CT), Joel Teodósio (CT), Wilson Machado.
DIRETORIA DA ADUFRJ
Presidente: Joel Regueira Teodósio
Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa
Secretário: Moacyr Barreto da Silva Júnior.
1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira
2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim.

REPRESENTANTES NO CONSELHO

Instituto de Física

Marcia Lima Ramos, Luiz Felipe de Souza Coelho (representantes); Herli Joaquim de Menezes, Manoel Rothier do Amaral Junior. (suplentes)

Instituto de Geociências

Antonio José Teixeira Guerra

Instituto de Química

Marco Antonio F. Faria

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud; Ilda Maria Lauria Vasconcellos (suplente)

Faculdade de Educação

Marcelo Macedo Corrêa e Castro; Catherine Laurence M. C. Rato (suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lucia de Paula Petiz; Maria Inês Souza Bravo — suplente

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi e Olinto Antonio Pegoraro (representantes); Lincoln de Abreu Penna e Maria da Graça F. Ferreira Schalcher (suplente)

Instituto de Psicologia

Phrygia Arruda; Maria Julieta Somló Sathler (suplente)

Colégio de Aplicação

Ana Maria Toledo de Miranda e João Rua (representantes); Maria Manuela Quintans Alvarenga e José Nilo Peixoto de Moraes Tibau (suplentes)

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol; Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Maria José Cyhlar Monteiro; Josué de Souza Almeida (suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva; Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Faculdade de Farmácia

José Carlos Gonçalves; Maria Magdã Simões Waineraich (suplente)

Faculdade de Medicina

José Roberto Lapa e Silva, Cláudio Miguel Ávila e Celeste Carvalho Siqueira Elia (representantes); Vanda Marques da Silva, Norma Colino Sarmento Figueiredo e Diana Maul de Carvalho (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Armando Alves Borges Neto; José Mauro Peralta (suplente)

Instituto de Biologia

Margaretha D. M. Van Weerelt; Deia Maria F. dos Santos (suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy G. Castro Teixeira e Ednilson Poran-gaba Costa (representantes); Maria José Santos Alencar e Carmelo Sansone (suplentes)

Escola de Educação Física e Desportos

Waldyr Mendes Ramos; Maria Coeli dos Santos Bernat (suplente)

Instituto de Psiquiatria

Raffaele Giovanni G. Infante; João Romildo Bueno (suplente)

Instituto de Pediatria

Luiz Carlos de Siqueira; Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Roni Marques; Roberto Bravo de Souza (suplente)

Escola de Engenharia

Antonio Claudio Gomes de Sousa; Carlos José Ribas D'Ávila e Newton Alberto de Araujo (suplentes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins; Silvia Maria cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Nilton Vargas, Carlos Antonio Levi da Conceição; Marilta Gnecco de Camargo, Luiz Landau (suplentes)

Instituto de Macromoléculas

Carlos Alberto P. Galvão Hemais; Esperanza Amelia V. Roldan Ribeiro (suplente)

Museu Nacional

Luiz Fernando Dias Duarte; Vera Lúcia de Moraes e Huszar (suplente)

Faculdade de Letras

Edwaldo Cafezeiro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Maria Amalia A. Almeida Magalhães e Elane Frossard Barbosa (representantes); Maria Angela Dias Elias e Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Opções não satisfazem os mutuários do BNH

Wilson Machado - especial para o Boletim da ADUFRJ

Um milhão e meio de mutuários brasileiros impossibilitados de pagar as prestações da casa própria; mais de 250 mil habitações estocadas, sem possibilidade de comercialização; déficit de seis milhões de moradias. Afundado na maior crise de sua história, 20 anos depois de sua fundação, o Banco Nacional da Habitação (BNH) ainda não conseguiu oferecer aos compradores da casa própria uma solução definitiva para enfrentar as mensalidades reajustadas por índices muito maiores que os aumentos salariais. O problema chegou aos mutuários pela primeira vez em junho de 1983, quando o BNH anunciou um aumento de 130% nas prestações, e quebrou o princípio da Equivalência Salarial, que sempre limitou os aumentos aos índices de reajustes dos salários. Desde então, os mutuários esperam que o BNH mostre uma saída que não os prejudique.

"A Equivalência Salarial é o centro de toda a nossa luta", explica Antônio José de Andrade, diretor da Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) encarregado de acompanhar o movimento de mutuários. Ele informa que, a Equivalência é garantida pela Lei 4380/64, que fundou o BNH, e pelos próprios contratos assinados entre o banco e os compradores da casa própria. "Além disso, os reajustes podem ser até menores que o aumento de salário, já que as prestações podem ser aumentadas de acordo pela variação da Unidade Padrão de Capital - UPC desde que este aumento seja menor que o de salário. É a lei que garante isto. Mas a partir de junho de 1983, o BNH impôs aumentos muito acima dos reajustes de salários e da UPC, e passou a tentar convencer os mutuários e a alterar seus contratos, com aumentos ou prazos de financiamento maiores, por meio de paliativos".

OPÇÕES

Na tentativa de conseguir dos mutuários a alteração dos contratos, o Presidente do BNH, Nelson da Matta, já se reuniu três vezes com entidades que os representam, desde o ano passado. As soluções oferecidas nestes encontros, porém, não foram consideradas satisfatórias pelos representantes dos mutuários. O bônus, um subsídio de valor decrescente, que pode ser requisitado por quem ainda consegue manter as prestações em dia, e que vigora até julho de 1985, apesar de apresentado pelo BNH como solução para diminuir o valor das prestações de 1984, foi considerado irrisório. "Para os mutuários cujos contratos foram assinados antes de 1981, seu valor é insignificante", afirmou a FAMERJ em recente documento. "Para os mutuários que contrataram após 1981, o alívio inicial com o bônus mais elevado é transformado em arrocho insuportável a partir do 10º mês, quando o bônus terá valor irrisório. Em ambos os casos o bônus-isca estabelece o aumento de 191% como base para o próximo reajuste das prestações". Ou seja: o bônus seria uma tentativa de convencer o mutuário a uma alteração de contrato que ficaria muito cara a partir de julho de 1985, quando ele se extinguiria.

Diagnóstico semelhante foi dado a Cartilha do Mutuário, lançada pelo BNH no meio des-

te ano. Apelidada pelas entidades de mutuários e de moradores de Cartilha-Arma, ela chegou a ser oficialmente criticada pelo Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, por fazer sérias omissões" das consequências das escolhas oferecidas aos mutuários e recebeu como resposta a Verdadeira Cartilha do Mutuário. Nesta, as entidades representativas dos compradores de casa própria examinam cada uma das três opções dadas pelo BNH, procurando esclarecer o público sobre tudo o que resulta de cada uma delas.

A primeira escolha oferecida pela Cartilha do Mutuário é a opção por um aumento de 80% do salário mínimo este ano, e de 100% deste índice a partir de 1985. Segundo as enti-

prestações ao salário mínimo, o mutuário iguala sua majoração à da faixa salarial mais baixa, que, pelo Efeito-Cascata do Decreto-Lei 2065-tem aumentos de salários de 100% do INPC. O mutuário assim abriria mão da Equivalência Salarial, que lhe garantiria o direito a aumentos nas prestações de 70% do INPC em 1986, 60% em 1987, e 50% em 1988. Pois estes são os índices de aumento salarial que o Decreto-Lei 2065 estabelece para as faixas de mais de três mínimos, a partir de agosto de 1985.

Outra opção oferecida pelo BNH na Cartilha do Mutuário é a mudança do sistema de amortização (diminuição do saldo devedor) do financiamento, com a manutenção dos re-

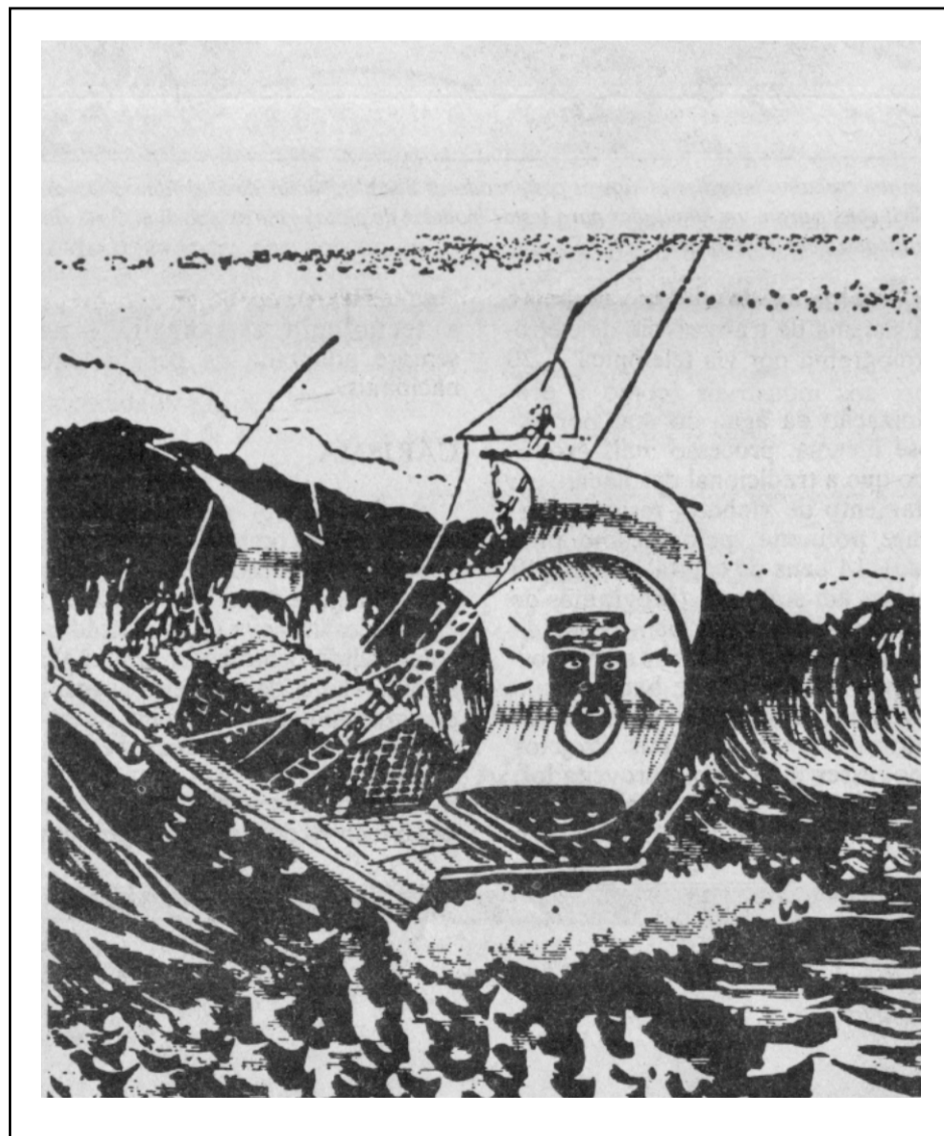
OPÇÃO DA JUSTIÇA

As entidades de mutuários e moradores defendem como princípio a norma que fixa o limite de comprometimento em 35 por cento do salário do comprador de casa. Outro princípio é a Equivalência Salarial, pela qual o mutuário paga uma taxa - descontada para o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), e de até 0,45% do valor financiado - que serve como seguro para caso ainda haja saldo devedor após o pagamento da última prestação. O mutuário pode também ter sua prestação elevada em até 25%, pela inclusão do Cálculo de Equiparação Salarial (CES) para a fixação da prestação inicial, com o objetivo de garantir a Equiparação Salarial. Com isso, 20% de tudo que o comprador da casa própria paga até a última prestação é para garantir a Equiparação entre prestação e salário.

Diante das tentativas de imposição de índices de reajuste nas prestações em desacordo com a Equivalência Salarial, a opção defendida pelas entidades de mutuários e moradores é o recurso à Justiça. A primeira alternativa legal é o Mandado de Segurança, que pode ser impetrado com duas cópias xerox autenticadas do contrato, escritura ou termo de compromisso onde conste o plano de financiamento do imóvel, e duas xerox autenticadas do recibo de pagamento do imóvel, do mês imediatamente anterior ao reajuste. Além disso, uma procuração preenchida, assinada e com firma reconhecida, em nome dos advogados da FAMERJ, que no Rio centraliza as opções na sede, Rua da Lapa, 180 - B. Deve-se, ainda, pagar um depósito de 25 mil cruzeiros na conta da mesma entidade (no. 0290210712 do BANERJ, agência Cinelândia).

O Mandado de Segurança tem a vantagem de tramitar rapidamente na Justiça, mas só pode ser impetrado até 120 dias depois da entrada em vigor do reajuste ilegal. Caso perca este prazo, o mutuário pode ainda tentar a concessão de uma liminar contra a majoração, por meio de, uma Ação Ordinária, que demora um pouco mais, e pode ser iniciada com uma cópia xerox autenticada de cada um dos documentos necessários ao Mandado, e o depósito, na conta da FAMERJ, de 50 mil cruzeiros. Quem ganhar de um a três salários mínimos tem direito à Justiça Gratuita, e não pagará estas taxas. Tanto o Mandado como a Liminar têm garantida a redução das prestações de milhares de mutuários a níveis idênticos aos de seus reajustes salariais.

A julgar pelo número de mutuários que já procuraram a Justiça em todo o Brasil - 260 mil, 70 mil deles no Rio - o recurso ao Mandado e à Ação Ordinária tem sido mais aceito pelos compradores da casa própria que as opções do BNH. E o número de mutuários que procura diariamente a Justiça deverá continuar subindo, já que até a mais recente proposta do BNH - vinculação do reajuste do imóvel ao aumento salarial de cada categoria, chamada pelo banco de Equivalência Salarial - também é repelida pelas entidades de moradores e de mutuários. Segundo matéria paga que fez publicar em diversos jornais cariocas recentemente, este dispositivo faria que "toda vez que cada categoria lutar por aumento de salário, estivesse lutando pelo aumento de sua prestação.



dades dos mutuários a vantagem inicial do reajuste menor em 1984 não compensaria a majoração que passaria a vigorar a partir de julho do próximo ano. Principalmente porque a maioria dos mutuários é de faixas salariais acima dos três salários mínimos, tem aumentos que variam dos 8096 do INPC (para os que ganham de mais de três a sete mínimos) até 50% do mesmo índice (para quem recebe mais de 15 mínimos). Como estes compradores da casa própria têm, por lei e por seus contratos, direito à Equivalência Salarial, os aumentos das prestações de seus imóveis não poderiam ser maiores que estes índices de aumento salarial. O mais grave é que, ao escolher vincular o reajuste de suas

ajustes de prestação

pela Correção Monetária. O inconveniente desta proposta é o mesmo da anterior: a prestação baixa, este ano, a um valor aceitável, mas subirá a níveis praticamente insuportáveis no futuro. Nas duas propostas, há outro problema: provocam um aumento no saldo devedor em ritmo tão acelerado que em poucos anos ultrapassará o preço do imóvel. O mesmo inconveniente da terceira opção oferecida pelo BNH na Cartilha - escolha do salário mínimo como base do reajuste, mais a mudança do sistema de amortização do financiamento - que, por combinar as duas primeiras propostas, reúne seus problemas.

Coppe: os rumos da tecnologia

"Um dos grandes centros de pós-graduação do mundo", define-se, sem modéstia, a Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ, em seu catálogo anual de divulgação institucional, publicado em 1983 na comemoração dos 20 anos da entidade. A avaliação é realista, embora não faça perceber que, nas salas e laboratórios de pesquisa, os docentes não estão discutindo apenas questões científicas: fala-se também do futuro da instituição.

Não há ainda discussão formalizada; isso acontecerá, provavelmente, no recém-constituído Conselho Deliberativo da Coppe, formado com representantes dos professores, alunos e funcionários, para planejar as atividades acadêmicas e de pesquisa e decidir outras questões relativas ao funcionamento da instituição, como a prestação de serviços a entidades externas à Universidade. Prepara-se, também, a reforma do regimento interno da Coppe, e o debate terá como ingrediente uma questão que acompanhou a formação da entidade, no início da década de 60: como desenvolver, na Universidade, tecnologia para o País?

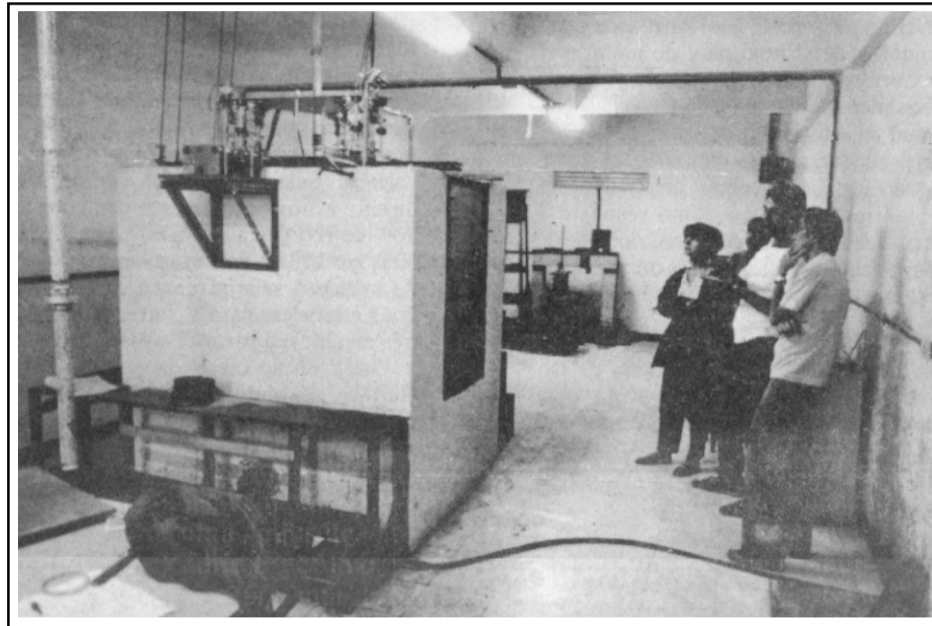
MELHORES QUE O BRASIL

Nesse assunto, a Coppe tem pelo menos um cientista com vasta experiência, o professor Alberto Luiz Coimbra criador da instituição. Coimbra foi o responsável pela filosofia que orientou a criação da Coppe, e lembra que o surgimento da instituição esteve intimamente ligado com a situação do País na época:

"O Brasil, na década de 60, antes de 1964, prometia industrializar-se de maneira promissora, e nós, professores de Engenharia, pensávamos que seria necessário um tipo de engenharia que não havia, capaz de projetos de tecnologia nova, de engenheiros que pesquisassem. Acreditava-se em resolver, através de pesquisas feitas no País, os problemas nacionais."

Mas "o sonho se desfez", como diz o próprio Coimbra, desiludido com a fraca receptividade das indústrias ao conhecimento produzido com as pesquisas no País. "Nós estamos melhores que o Brasil", ironiza Coimbra, ao mostrar que a pesquisa na Universidade está muito mais desenvolvida que sua aplicação pelas instituições privadas e oficiais.

Um resumo recente editado pela Coppe com suas pesquisas dotadas de potencial de comercialização lista cerca de 50 equipamentos em instrumentação - entre os quais um testador automático de circuitos digitais



Com um trabalho interdisciplinar, os pesquisadores dos programas de Engenharia Oceânica e Civil construíram um simulador para testar modelos de plataforma submarina. O resultado é utilizado pela Petrobrás.

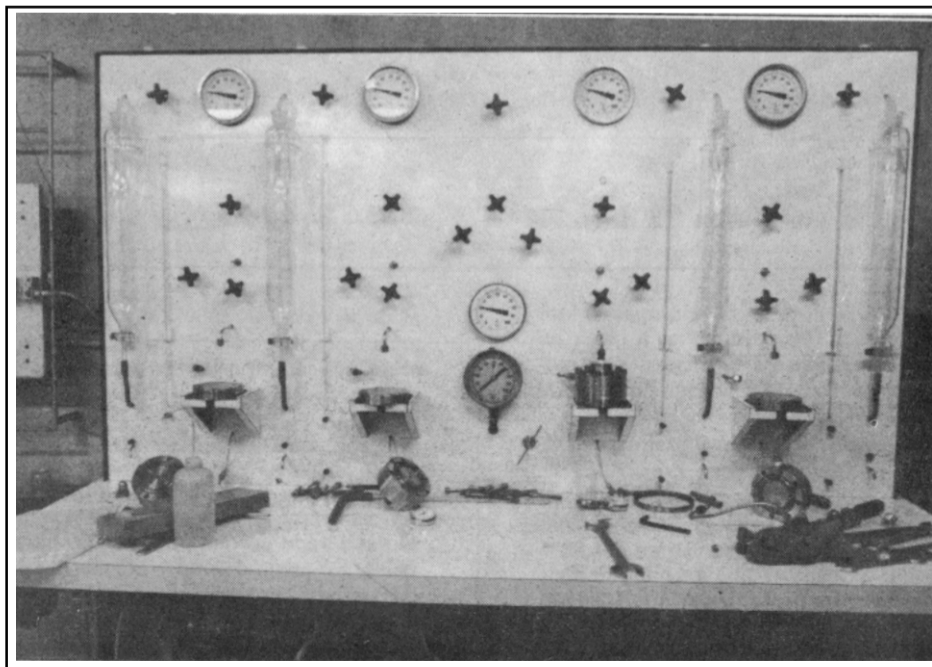
e um sistema de transmissão de eletrocardiograma por via telefônica -, 20 processos industriais (como a dessalinização da água do mar por osmose inversa, processo mais econômico que a tradicional destilação, e o tratamento de vinhoto, resíduo altamente poluente, pelo mesmo processo), 14 bens de capital e quase 40 projetos em software (programas de computador), que incluem desde simulação de cheias e secas e comportamento hidrológico de bacias a um programa de planejamento de itinerário de detinhas de ônibus. Projetos como esses não são aproveitados, por um motivo que Coimbra classifica de "problema de demanda", ou "escancaramento

de fronteiras para a tecnologia estrangeira", nem sempre adaptada às peculiaridades nacionais.

CARISMA

A Coppe foi prejudicada pelo problema que pretendia solucionar: a dependência tecnológica. No início porém, nem mesmo a carência de recursos desanimava os pesquisadores, como relata o professor Giulio Massarani, aluno da primeira turma de pós-graduandos da Coppe e um de seus primeiros professores brasileiros:

"Pretendia-se melhorar a capacitação técnica do País, para permitir a independência



Nos aparelhos da Coppe, desenvolve-se a tecnologia nacional. Este é um dos equipamentos usados para aperfeiçoar as membranas utilizadas na dessalinização da água. O processo gasta menos energia que tradicional destilação.

tecnológica; os professores passaram a lecionar em tempo integral, uma novidade, e foram mudadas algumas estruturas da Universidade. Os cursos eram duríssimos. O que se estava fazendo era a verdadeira reforma universitária."

Os primeiros alunos da Coppe eram docentes de instituições de todo o País, selecionados em viagens de divulgação. "Uma tropa de choque", que considerava uma ordem o chamado para ingressar na Coppe, segundo lembra Massarani.

"A Coppe tinha grande carisma, e seu êxito inicial contribuiu para que ditasse as regras; os equipamentos e ementas dos cursos eram copiados por outras Universidades", diz o professor. A Coppe foi a responsável pela compra do acervo inicial da biblioteca do Centro de Tecnologia, e foi sua expansão que levou os pesquisadores a ocuparem até os subsolos dos laboratórios do Centro de Tecnologia da UFRJ, na Ilha do Fundão. A influência da Coppe pode ser avaliada por seu papel na dinamização da Universidade: por meio da entidade, foi criado o Núcleo de Computação Científica (NCE), responsável hoje por pesquisas no setor de informática, e foram os pesquisadores da Coppe que elaboraram o primeiro regulamento Funtec, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), de apoio à ciência e tecnologia.

CENTRO INTERNACIONAL

Na falta de pessoal no País, os primeiros professores da Coppe vieram do exterior; inicialmente dos EUA e, em poucos anos, da Europa e até da URSS - "em plena ditadura", lembra Coimbra. Foram quatro professores soviéticos, vindos após 1968; um deles, Dmitri Rostovtsev, do Instituto de Leningrado, foi responsável pelo Programa Pós-Graduação em Engenharia Naval da Coppe.

"Era uma verdadeira Liga das Nações", lembra Coimbra, que diz ter sido esse período a época áurea da Coppe. Ele admite que as pesquisas ainda eram extremamente teóricas - o que seu ex-aluno, Giulio Massarani, diz ter sido importante na capacitação dos primeiros corpos de professores - e confessa que, algumas vezes, se continuavam no Brasil pesquisas iniciadas no exterior, projetos em que determinado pesquisador estava engajado antes de recortar ao

Brasil. "Falta de de manda nacional", acusa Coimbra.

O clima de colaboração científica sofreu um revés em 1973, quando o Itamaraty convidou os cientistas soviéticos a deixarem o País. Alguns meses depois, por questões internas à Coppe, era a vez de Coimbra deixar a instituição.

DETERIORAÇÃO

"A situação na Coppe deteriorou um pouco", diz Massarani, que não faz uma ligação direta entre essa

"deterioração" e a saída de Alberto Coimbra. Os pesquisadores apontam um inimigo comum: a falta de receptividade no Governo e nas empresas à tecnologia desenvolvida no País. O que, segundo Massarani, se reflete no ânimo dos pesquisadores, desestimulando-os. Ou desestimulando a própria existência de pesquisadores: um estudo publicado há dois anos pelo Centro de Estudos e Pesquisas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) conclui que a Coppe deixou seus objetivos iniciais e tornou-se "um curso de especialização de boa qualidade em Engenharia, com ênfase nas áreas mais tradicionais e operacionais", o que, segundo o estudo, pode ser verificado pelo número de alunos que não chega a concluir seus cursos por não ter interesse em fazer tese de mestrado e sim em conseguir qualificação para o mercado de trabalho.

Não se pode dizer, porém, que a Coppe não tenha desenvolvido tecnologia. Em Engenharia Química, encontra-se, atualmente, grande desenvolvimento na área de membranas - de aplicação tão variada quando a separação de proteínas no leite e hemodiálise (filtragem do sangue) possibilitando busca de caminhos autônomos no setor; os Programas de Engenharia Civil e Engenharia Oceânica são responsáveis pelas estruturas off-shore de extração de petróleo usadas pela Petrobrás em suas plataformas submarinas; em Engenharia Nuclear criou-se, entre outros, projeto de proteção a usinas nucleares; e os pesquisadores em Engenharia de Sistemas e Computação pensam, hoje, em desenvolver a área de

Professor Sandoval Carneiro, diretor da Coppe: pesquisadores deixam a instituição atraídos por melhores salários. Alguns desanimam pela falta de interesse na tecnologia produzida no País.



Computer Aided Design, próxima a estudos na criação de inteligência artificial.

RUMOS

Massarani diz que é "insofismável" que a Coppe perdeu sua liderança; mas aponta uma solução: o Conselho Deliberativo - que teve um similar durante a administração de Alberto Coimbra, quando reunia todos os pesquisadores da instituição pode ajudar a Coppe a reestabelecer seus rumos.

"Temos que voltar a discutir como antes, para saber que equipamentos são necessários, que postura tomar frente à Ciência e à Tecnologia, quais as tendências nessas áreas no Mundo e no Brasil".

O diretor da Coppe, Sandoval Carneiro Júnior, lembra outra questão importante para

a instituição: sua

sustentação financeira. Segundo estimativa sua, atualmente, cerca de 40 por cento das necessidades da Coppe - principalmente para pagamento de pessoal - são cobertos pelo MEC: 45 por cento são pagos com recursos da Finep, vinculados a projetos de pesquisa; e aproximadamente 15 por cento são atendidos por verba proveniente de convênios com empresas, através de uma entidade especialmente formada para isso, a Coppetec.

Os recursos da Coppetec são mais importantes que parecem, pois são usados para atender às necessidades de aperfeiçoamento e até manutenção da Coppe, diz Sandoval Carneiro. Os recursos da Finep chegaram a provocar uma crise em 1983, quando a enti-

dade oficial adotou como tendência a cobrança de cronogramas, detalhamento de fases; cobrança de produto final para os projetos financiados, mas, este ano, voltou-se a fornecer financiamento à Coppe como instituição, dando-se liberdade para a entidade administrar seus recursos.

"Nós queríamos melhorar o conhecimento produzido, questionar a base técnica do desenvolvimento no País; não se pode exigir da Coppe índices quantitativos de produtividade", diz Sandoval Carneiro. "A quantia que recebemos este ano, de Cr\$ 1 bilhão, parece respeitável, mas não permite a renovação de equipamentos, por exemplo. Temos dificuldade em manter a infra-estrutura: luz, ar-condicionado e até a parte sanitária são consertados com dinheiro da Coppetec, após pedidos dos pesquisadores, que têm de interromper seus trabalhos para preocuparem-se com essas questões."

"Não queremos esmola, e sim demanda para nosso trabalho", fala Coimbra. Algum investimento do Estado, porém, é indispensável: segundo Sandoval, a excessiva dependência da Universidade em relação ao financiamento das empresas pode dificultar a procura de soluções menos convencionais. E a escassez de recursos tem outros efeitos perniciosos: pesquisadores que há dez anos ganhavam US\$ 2,5 mil hoje recebem remuneração de ordem de US\$ 800; e como resultado são requisitados por instituições que pagam melhores salários. Somente de julho de 1983 a julho deste ano, 19 pesquisadores saíram da Coppe, para outras Universidades, para empresas como a Avibrás e para o Exterior - EUA, Arábia Saudita e até Austrália.

INTERDISCIPLINARIDADE

A ligação entre os diversos programas de pós-graduação para desenvolver projetos de pesquisa é um dos caminhos que o diretor da Coppe e seus subdiretores, Nelson Maculan e Roberto Bartholo, vêm para aperfeiçoar a instituição. Essa interdisciplinaridade já é um fato nas pesquisas em tecnologia de estruturas off-shore, e deve ser tentada quando a Coppe iniciar trabalhos na área de robótica. Paralelamente às discussões, os pesquisadores tentam evitar a deterioração de seus programas de pesquisa.

Discutindo a ciência

Em 1985, pela primeira vez, estarão juntos em um mesmo programa de pós-graduação professores de Engenharia de Produção da Copile, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Escola de Comunicação e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ. Serão iniciados os projetos da área de Organização Industrial/Política e Gestão de Ciência e Tecnologia, do Programa de Engenharia de Produção da Copile, que pretende discutir e analisar o papel da ciência e da tecnologia na civilização moderna, seu contexto político, econômico, social e ecológico, sua presença

no Brasil e o modelo "de industrialização imitador" implantado no país, e, ainda, "contribuir para a reestruturação de um projeto nacional de Ciência e Tecnologia".

O projeto parece ambicioso. Seu mérito, segundo o Sub-Diretor para Assuntos Acadêmicos da Copile, Roberto Bartholo, é "tomara política científica e tecnológica objeto explícito de reflexão por parte de uma entidade acadêmica, da área tecnológica provavelmente pela primeira vez". Bartholo diz que; geralmente, o assunto é objeto de discussão para economistas ou cientistas políticos, e que,

entre os cientistas da a tecnológica, as críticas dificilmente se articulam, limitando-se a "um choro de viúva".

É essa situação que se pretende alterar, com a criação de um núcleo interdisciplinar que permita fazer com que "os problemas prementes sejam apreendidos pelas diversas unidades". A área recém-criada tem seis projetos principais, onde, segundo Bartholo, "o importante é romper a concepção de que a tecnologia é puro instrumento livre de juízo ético ou político". Esses projetos tratam de questões como a pesquisa sobre o conheci-

mento humano e suas aplicações em inteligência artificial, o papel da telemática na racionalização do uso da energia, a discussão sobre a crise da sociedade industrial e propostas da comunidade científica tecnológica nacional para o setor de ciência e tecnologia, a caracterização das formas de participação pública no controle social e na fixação de objetivos da política científica, a compreensão do planejamento industrial e a avaliação da indústria de equipamentos de pequeno e médio portes para aproveitamento de fontes renováveis de energia.

A Universidade volta à praça



Em frente à escadaria da Câmara Municipal, cariocas aprenderam as propriedades da nitrogênio e outros gases. Conheceram noções elementares de química e física que muitos não tiveram por deficiência do atendimento educacional no país.

Fique sabendo por que a Universidade ameaça os detentores do poder autoritário", chamava o alto-falante laxante. Na Cinelândia, a UFRJ realizava, mais uma vez seu ato "A Universidade na Praça". Juntando-se a manifestações em todo o país no Dia Nacional de Protesto, 25 de outubro, contra o não atendimento, pelo Governo, das recomendações da Comissão do Conselho de Reitores para solução da crise na Universidade, e pela aplicação imediata da emenda João Calmon, que destina 13 por cento dos recursos fiscais da União e 25 por cento dos Estados para a Educação.

O ato promovido pela Adufrj não contou com a participação massiva que o caracterizou durante a greve, mas atingiu seu objetivo ao garantir para as reivindicações dos docentes divulgação na imprensa e alertar à população para a continuação dos problemas que levaram os docentes a paralisarem suas atividades por 84 dias, no primeiro semestre do ano. Na Cinelândia, passantes e frequentadores do Centro conheceram o processo de liquefação do nitrogênio e receberam informações sobre a importância desse gás; curiosos descobriram, sob a forma de quebra-cabeças, problemas de análise combinatória; iniciantes em ciência puderam aprender aplicações da eliminação do atrito. A Universidade dividiu, por algumas horas o espaço ocupado pelos saltimbancos em frente à Câmara Municipal.

Um deles, o Tigre, famoso por suas apresentações na Cinelândia e em outros locais de concentração popular, quis saber detalhes sobre a deterioração da Universidade promovida pelo Governo; prometeu dirigir suas críticas ouvidas com respeito por seus espectadores à política educacional. O operário Lázaro Castro, ex-montador em uma empresa de transportes, questionava a professora, ocupada em mostrar a uma vasta roda as vanta-

gens da tecnologia desenvolvida na UFRJ, de extração de álcool a partir da mandioca:

"Por que não se utiliza a tecnologia produzida na Universidade?", quis saber Lázaro Castro. E ao ouvir como resposta: "E para isto que estamos na praça, não se satisfaz: "Não apanhamos dinheiro lá fora, com o FMI? Por que não se utiliza nessa tecnologia?"

Entre os passantes não havia espanto pela situa-



O saber popular que atrai os passantes na Cinelândia deu lugar ao conhecimento produzido na Universidade. As explicações dos professores entusiasmaram comerciantes, aposentados, bancários, vendedores, políticos e curiosos.



Lázaro Castro (à esquerda): "Essa ministra, Dona Estela, deveria estar aqui, participando com a gente". A aula da professora Glória Regina foi, interrompida por Lázaro. "pai de quatro filhos que não posso botar na faculdade; vão cavar rala por aí".

ção da Universidade, mas indignação: "No fundo no fundo, estamos carentes de tudo", comentou a vendedora Rita Maria. Seu companheiro, o fotógrafo Aurelino Costa completou: "Como uma nação busca se desenvolver se não se presta atenção a um ponto fundamental que é a educação?"

"Os professores voltaram às ruas do Rio de Janeiro; voltamos às ruas com um ato cultural", continuavam os alto-falantes. Nos discursos poucos -

a denúncia do desrespeito do MEC ao movimento dos docentes, e a promessa de continuar a luta pela Universidade Autônoma, Pública, Gratuitas Democrática.

No Rio, houve outro ato, na Associação Brasileira de Imprensa, promovido pela Andes. Os professores da Universidade Federal Rural protestam contra a decisão do Conselho Universitário da instituição, que não respeitou a lista sêxtupla para reitor escolhida em eleição direta pela comunidade universitária e homologou "uma lista adrede preparada por um grupelho, num almoço de churrasceria na estrada Rio-São Paulo".

Foram realizados protestos em todo o país; em São Paulo, a Escola Paulista de Medicina realizou paralisação parcial, na PUC houve leitura de um manifesto em protesto pela atuação do Governo em resposta às reivindicações dos professores, aconteceram debates na PUC de Campinas e assembleias nos campos da Unesp. As Universidades federais de Minas Gerais, Lavras, Itajubá, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Norte também paralisaram suas atividades.

No final da tarde a Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, recebeu um relatório de sua Divisão de Segurança e Informações com o balanço do movimento nacional de paralisações do dia 25. Segundo a Folha de São Paulo, apesar da informação do coordenador de comunicação social do MEC de que a Ministra não acompanhou o desenrolar das manifestações, ela deixou de viajar para o Rio de Janeiro, onde deveria representar o presidente Figueiredo na solenidade em comemoração ao centenário de criação dos cursos de Odontologia no Brasil. Que aliás, não têm muitos motivos para comemorar; estão sentindo dificuldades para manter sua qualidade, pagar seus professores e adquirir equipamento de ensino.

EM 24 DE NOVEMBRO, A UFRJ VOLTA A PRAÇA. A ADUFRJ E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE LARANJEIRAS (AMAL) ESTARÃO REALIZANDO, DAS 15 AS 19 HORAS NO LARGO DO MACHADO, O ATO UNIVERSIDADE NA PRAÇA PELO ATENDIMENTO DE NOSSAS REIVINDICAÇÕES E PELA IMEDIATA APLICAÇÃO DA EMENDA JOÃO CALMON. PROCURE A DIRETORIA DA ADUFRJ. PARTICIPE.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO VII DEZEMBRO/84 EXTRA

Movimento docente discute eleição do Reitor da UFRJ

E A SUCESSÃO DO REITOR ?

Professores debatem Universidade com candidato a Presidente

Tancredo defende ensino público e gratuito

Em 22 de novembro realizou-se na Universidade de Brasília o debate público da ANDES e Associações de Docentes com o futuro presidente Tancredo Neves. Pela ADUFRJ estiveram presentes três membros de nossa diretoria. O encontro constou de pronunciamento da ANDES seguido por discurso de Tancredo Neves e sete perguntas - duas das IES autárquicas, duas das particulares, duas das fundações e uma das estaduais. Neste número publicamos, na íntegra, todos os pronunciamentos do debate.

Quatro pontos se destacam no pronunciamento e respostas do Dr. Tancredo Neves. O primeiro é o compromisso assumido de defesa da Universidade Autárquica, do ensino público e gratuito, e o papel que cabe à Universidade no desenvolvimento científico e tecnológico e na produção cultural, bem como na formulação de soluções para as diversas questões nacionais. Estes princípios, que são bandeiras centrais de nosso movimento, foram explicitamente enfatizados pelo futuro presidente. Este fato torna claro a importância que tem nossa luta, particularmente a última greve, que colocou o ensino superior como

uma das questões nacionais de destaque nas políticas sociais.

O segundo ponto foi o chamado explícito ao diálogo. O apelo do futuro presidente para uma mobilização nacional visando a reformulação das políticas educacionais, foi acompanhado do compromisso formal de interagir com as entidades representativas da sociedade civil e dos diversos segmentos da comunidade universitária. Quanto às questões emergenciais de salários e verbas, o futuro presidente foi taxativo no sentido de resolver as reivindicações com base no diálogo formal com as entidades representativas dos docentes e servidores técnicos e administrativos.

O terceiro ponto a se destacar foi a defesa da autonomia acadêmica, administrativa e financeira das Universidades Federais. Quanto a esta questão há de se ressaltar o compromisso explícito de modificar a composição do Conselho Federal de Educação, de tal modo que o mesmo seja constituído de representantes do setor público do sistema de ensino e não pelos agentes do setor privado.

O quarto ponto foi a ênfase na importância da reformulação democrática das políticas sociais, através de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Todas estas questões revelam a responsabilidade que terá o movimento docente. Não é exagero afirmar que este encontro abre uma nova fase na luta de nossas entidades. De movimento de resistência ao autoritarismo, ao arbítrio e à política educacional de caráter anti-social, teremos a responsabilidade de formular soluções para os mais diversos aspectos das políticas educacionais, relacionando-as às outras políticas sociais. E isto no momento profícuo em que a Nação estará lutando por sua reconstrução. O marco deste processo será a Assembléia Nacional Constituinte, que formulará um novo pacto social. O processo político nos impõe o dever imediato de mobilização com formas de luta adequadas, que impliquem em modificações a curto prazo de caráter emergencial, e na formulação de soluções duradouras para a Universidade Pública, Autônoma, Gratuita e Democrática.

Rio, 24 de novembro de 1984
Joel Teodósio, Moacyr Barreto e Tomaz Pinheiro

O discurso de Tancredo, o pronunciamento da Andes e o debate com os professores estão na página

Com este boletim especial damos seqüência à discussão sobre a escolha do futuro Reitor da UFRJ. Desencadeada no âmbito do Conselho de Representantes da ADUFRJ, esta discussão necessita ganhar foros mais amplos na Comunidade Universitária e outras iniciativas serão tomadas afim de torná-la mais ampla e consistente. Este boletim participa neste objetivo de oferecer, através de diversas opiniões, o fermento para o debate.

Não devemos perder de vista que a escolha do futuro Reitor se dará em outra conjuntura nacional, onde estaremos lutando pela definição de uma nova política geral em relação à Universidade. Concorrendo para isso, lembramos que já existem em tramitação no Congresso Nacional, aprovados em Comissões, projetos de lei que mudam o mecanismo de escolha do Reitor, tornando-os mais democráticos.

Ao iniciarmos o debate, estamos certos de que não será fácil harmonizar todas as tendências que tomarão corpo no curso da discussão, como de resto não é fácil exercer a democracia. A diferença entre o que se tem e o que se quer mostra a necessidade de muito diálogo e concessões entre os vários setores responsáveis pelos destinos da Universidade. O mecanismo atual de escolha do Reitor consiste na elaboração de listas sêxtupla em reunião conjunta dos membros do CEG, CEPG, Conselho Universitário e Conselho de Curadores, através de seis escrutínios, saindo de cada um o nome do mais votado. Tal lista é encaminhada até 30 de abril à Presidência da República, que terá prazo até agosto para a escolha do Reitor.

Mas, afinal, o que se deseja? O anseio por maior participação verificado em amplos setores da Universidade ainda não se materializou em propostas claras do conjunto da Universidade. Não se percebe uma tendência hegemônica na formulação de questões básicas, como a forma de escolha e o peso da participação de cada segmento da comunidade, no âmbito nacional temos visto experiências diversas, com diferentes resultados na tentativa de levar a cabo, em várias Universidades, a ampliação da participação da comunidade na escolha de seus dirigentes.

Esse quadro mostra a urgência do debate e a necessidade de grande esforço para aprofundá-lo o máximo possível, tendo em vista que o que se deseja é não só eleger o próximo Reitor mas também que a nova administração superior da Universidade exerça uma direção compromissada com a elaboração e gestão democrática do orçamento; que promova a harmonização entre as diversas áreas de conhecimento; que estabeleça contato com todos os setores da Universidade que lutam por transformá-la em uma instituição democrática e cumpridora de seus objetivos.

18 de Dezembro: a comunidade universitária poderá debater com o Reitor Jackson Carneiro, da Universidade Federal Rural da Paraíba (UFPR), único dirigente de Universidade Autárquica Federal escolhido em eleição direta por docentes, alunos e funcionários. Às 11 horas, no Roxinho - Centro de Tecnologia (CT)

Em janeiro, os membros do Conselho Universitário, do Conselho de Curadores, do Conselho de Ensino e Graduação e do Conselho de Ensino para Graduados se reunirão para - caso prevaleçam as regras atuais - escolher o próximo Reitor da UFRJ. Essa eleição, como reconhecem membros desses conselhos, não atende às reivindicações da comunidade universitária de democracia na ins-tituição. Apresentamos a pessoas destacadas na Universidade, ligadas à sucessão do Reitor, as seguintes perguntas "quais são as necessidades da Universidade que devem ter sua solução como compro-misso pela próxima reitoria?", "Qual seria o perfil do próximo Reitor?", "A comunidade universi-tária deve participar da escolha da reitoria?", e "Como deve ser essa escolha?". Algumas respostas nos vieram por escrito; outras foram gravadas. Nem todos os consultados responderam. Publica-mos, a seguir, a opinião das pessoas procuradas pelo Boletim da Adufrj:

"Autonomia com prática democrática"

"Eleição direta. O conjunto deve sair da crise"

Alfredo Lemle, professor adjunto do Departamento da Clínica Médica de Faculdade de Medicina, lotado no Serviço de Pneumologia do Hospital Universitário, Membro do Conselho de Curadores:

"Meu depoimento será, em certa medida, referente ao trabalho que saiu no último boletim, sobre o documento que os docentes encaminharam ao candidato Tancredo Neves. Eu estou de acordo com aquele documento, no sentido em que acho necessário que a UFRJ adquira maior flexibilidade administrativa, para que ela possa responder melhor às necessidades da comunidade onde está inserida, e para que ela possa organizar melhor suas atividades, não só de ensino, como também de pesquisa e extensão. É necessária uma agilização dos processos administrativos, dando participação muito maior à comunidade universitária nesse processo.

É preciso primeiro haver uma melhor identificação das prioridades das atividades - fim da Universidade; é preciso que a Universidade tenha uma melhor maneira de captar realmente as necessidades da comunidade em volta - que sejam rapidamente apreciadas pelos docentes, funcionários e alunos, e rapidamente transformados em projetos de pesquisa de ensino e programas de extensão. É preciso haver instrumentos muito eficientes para que esses programas possam ser rapidamente submetidos à uma entidade financiadora, do MEC ou alheia a ele, e encaixados nas atividades de área. Esse processo demora muito hoje; há poucas reuniões, espaçadas, a tramitação burocrática é muito lenta e às vezes irracional. A estrutura administrativa da Universidade está tão hipertrofiada, tão minudente, que deixa a impressão que suas atividades-meio tornaram-se as atividades-fim.

Outro ponto muito importante que a próxima reitoria deve atacar é a questão das verbas. A última crise mostrou que as Universidades federais estão com recursos muito inferiores àqueles que necessitam e àquelas a que têm direito por lei. Caberá ao reitor empenhar-se por todos os meios, para conseguir essas verbas, inclusive de forma enérgica, opondo-se, em certos momentos às figuras do governo que nos impedem de ter essas verbas. Outra questão que deverá ser enfrentada é a democratização da Universidade; a instituição deverá funcionar com a participação integral de toda a comunidade docente, funcionários administrativos e técnicos, alunos de graduação e pós-graduação. Todos deverão ser capazes de realizar as atividades-fim da Universidade.

A principal característica do futuro reitor terá de ser uma liderança autêntica da Universidade. Provavelmente, nessa fase em que estamos, terá de ser um docente, já de categoria superior - embora no futuro essas questões devam ser examinadas -, que exprima liderança absoluta, inquestionável dentro da UFRJ. No momento, acho

que essa liderança será expressa por duas vertentes principais: uma competência acadêmica reconhecida e o reconhecimento, pelo futuro reitor, das bandeiras da Associação dos Docentes para pautar seu trabalho. Acredito que, no momento, a ADUFRJ é a grande expressão dos docentes da UFRJ.

A eleição do reitor deve ser direta, com a participação de docentes, funcionários e alunos. A questão da proporcionalidade tem ocupado a comunidade a algum tempo; pessoalmente, gostaria que esse assunto fosse discutido em reuniões e debates, até para ajudar a formar a minha opinião. Todas as lideranças de qualquer comunidade, de qualquer corpo social, precisam do respaldo dos componentes da comunidade, para que tenham a força necessária para resolver os problemas que afetam a todos. É preciso uma união entre professores, alunos e funcionários, para que o conjunto possa sair dessa crise. Só iremos nos empenhar a fundo se participarmos na escolha da liderança. É mesmo uma reação psicológica normal.

Eleições diretas são aspiração geral

Ronaldo Lima Lins, Diretor da Escola de Letras, do Centro de Letras e Artes. Escolhido em lista sêxtupla eleita pela comunidade:

"Deve haver na Universidade uma política agressiva de obtenção de recursos, coisa que, evidentemente, não depende só do Reitor, mas também das autoridades do Governo, que têm de compreender a necessidade de investir em educação, de se manter uma boa qualidade de ensino e de vida dentro da Universidade. Havendo essa política agressiva do Reitor, na obtenção dos recursos, e, se houver sucesso nesse empreendimento, pode-se conceber que vai também haver dentro da Universidade maior efervescência, maior dedicação, um quadro menos apático nos quadros da comunidade. Não se tem hoje em dia sequer verba para manutenção dos prédios. Além disso, a Universidade está emperrada por uma burocracia que simplesmente não se mexe, tropeçou em alguma curva e nos leva simples-

mente ao esgotamento. Tem que se procurar uma agilização. E uma coisa está ligada a outra; muitas vezes, é o funcionário que ganha muito mal, está desmotivado.

Um dos compromissos básicos que o próximo Reitor deve ter é o de levar adiante o processo de democratização da Universidade. Dirigentes que tenham emanado de soluções democráticas tendem a ter maior compromisso com a comunidade, maior eficiência na sua atuação. Pelo menos a prática que conhecemos em alguns segmentos da UFRJ não permite dizer que ela fracassou; pode-se dizer que não foi tão longe quanto se esperava, mas é verdade que as condições estruturais tornam difíceis a atuação.

O perfil do próximo Reitor deve ser o de alguém que esteja empenhado em transformar as condições da Universidade, em um país difícil de obter as coisas como o Brasil. Que se possa ter desse Reitor alguém que tenha não só a simpatia política da comunidade toda, mas alguém que se empenhe, por sua própria experiência, nessa transformação da Universidade, obtenção de verbas e diálogo com o restante da comunidade; que suas decisões passem por ela periodicamente, toda vez que necessário.

Acho que a Universidade tem de ter um compromisso com excelência; quem quer que seja professor universitário, mesmo em início de carreira, tem de ser visto como uma pessoa que está em busca dessa excelência. A Universidade é, em princípio, um centro de aquisição de saber; o saber é transmitido, e também adquirido. Ao nível das direções, e da Reitoria, tem de haver uma dignidade intelectual, um perfil intelectual já conhecido, associado a coisas como o amor pela Universidade, o empenho de sua vida, essa política agressiva, de busca de recursos, dedicação à instituição - que também significa trabalho -, abertura ao diálogo.

É muito importante que a comunidade participe da escolha do Reitor; inclusive para que essa comunidade possa dividir depois as alegrias e as tristezas da próxima gestão. Caso contrário uma coisa fica desvinculada da outra: se o Reitor fracassa em uma demarcação, a comunidade culpa o Reitor; e, da mesma maneira, a comunidade pode ser um instrumento a mais para a captação de recursos para aplicação de sua política, um instrumento político. A comunidade já tem uma experiência, como aqui na escola, de como escolher seus dirigentes. As elei-

Joel Teodósio, professor adjunto da Escola de Engenharia e do Programa de Engenharia Metalúrgica da Coppe. Presidente da Adufrj:

Questões a serem resolvidas a curto prazo, e que foram explicitadas na última greve em defesa da Universidade, devem ter o apoio ativo e a busca incansável de soluções, por parte da próxima reitoria da UFRJ.

Por outro lado, nossa instituição necessita de mudanças profundas de caráter acadêmico e administrativo. É fundamental que a Universidade tenha compromisso com a competência, com a elevação dos padrões de qualidade nos campos do ensino, de produção cultural, de atividades de extensão e de pesquisa científica e tecnológica. A importância desta questão está no papel renovador que a instituição universitária deve desempenhar no processo de restauração nacional que se iniciará no próximo governo de transição democrática. Uma Universidade que não for competente em suas atividades fim não poderá ser responsável socialmente.

Para este papel renovador torna-se imprescindível que tenhamos uma reitoria competente acadêmica e administrativamente e que seja depositária da confiança da comunidade universitária. Que o reitor seja diante da sociedade e do Estado o representante da instituição, e não delegado do governo diante da Universidade.

Para cumprir seu papel social a Universidade e em consequência sua administração superior, há que exercer autonomia nos campos didático-científico, administrativo e financeiro, no sentido de contrapor-se aos ditames tecno-burocráticos que se enraizaram em nossa vida pública. Para isto, deve ter a confiança e o apoio da comunidade universitária.

Se o exercício da autonomia é um pressuposto político fundamental, esta só poderá ser viabilizada através de uma prática democrática no cotidiano da administração superior da Universidade. Esta prática democrática deverá refletir-se na elaboração racional e democrática do orçamento a partir dos departamentos, e na gestão democrática dos recursos orçamentários obtidos. Isto significa não priorizar setores da instituição a partir de critérios que se respaldam no jogo mesquinho do poder burocrático. A prática democrática deverá refletir-se na postura cotidiana de ampla divulgação de informações e numa administração respaldada nas decisões dos órgãos colegiados, que devem ser fortalecidos e reestruturados em termos de representatividade e de funções.

O dinamismo, a indagação, o inconformismo constante diante dos resultados obtidos nas atividades cotidianas, a postura crítica, a relativização e o questionamento dialético diante do saber são pressupostos elementares de uma Universidade que pretenda ser útil à Nação. E estes pressupostos são incompatíveis com o jogo mesquinho do poder burocrático, com a escolha de dirigentes sem a participação responsável de todos os que labutam na vida universitária. São pressupostos incompatíveis com o medo do novo, com a falta de confiança na sabedoria coletiva.

Na questão do processo de escolha do reitor, algum sofisma são invocados.

O primeiro sofisma é que a lei obriga que apenas os colegiados superiores participem da elaboração da lista sêxtupla. O que a lei 5.540 determina, é que os colegiados superiores elaborem a lista sêxtupla. Isto não impede que estes mesmos colegiados - numa atitude sábia - consultem a comunidade e referendam, em escritórios secretos, os nomes escolhidos. É, inclusive, o que tem acontecido com inúmeras Universidades Federais, entre elas a UFPB, cujo Conselho Universitário referendou na íntegra a lista eleita pelos docentes, estudantes e funcionários. O primeiro colocado na lista foi recentemente nomeado pelo Presidente da República. É o prenúncio de que a lei 5.540 está por cair no desuso, por força da prática social. Quando isto acontece com qualquer lei o recurso ao retrógrado é incompatível com uma Universidade que queira ser um dos agentes das transformações sociais. Antes que a lei mude - e inevitavelmente mudará - cabe à instituição universitária, ser inovadora, captando a essência dos processos sociais em curso.

O segundo sofisma é a tentativa de opor democracia à competência - qualidade necessária a qualquer dirigente universitário. Sendo assim, caberia a um grupo seletivo de ilustrados reconhecerem a competência. Como se o método mais seguro de garantir a escolha de um dirigente universitário de reconhecida competência acadêmica, administrativa e política, não fosse exatamente o senso comum, expresso por toda a comunidade. O que é subjetivo tem força real quando adquirido o respaldo coletivo. E isto tem sido demonstrado na prática. Não conheço nenhum reitor incompetente, que tenha sido escolhido por processo que contou com a participação da comunidade universitária. Será que é incompetente o reitor da UFPB? O mesmo, infelizmente, não pode se dizer de todos os reitores e dirigentes que foram até hoje escolhidos por colegiados restritos e pouco representativos.

UFRJ não suporta mais acordos sigilosos ou a não transparência de atitudes e iniciativas programáticas. A lista sêxtupla é imposição de dispositivo legal editado na época do autoritarismo. Antes da lei 5.540: a lista era, pelo menos, tríplice. E foi o autoritarismo que impediu a modificação da lei, através de dois projetos no Congresso Nacional estabelecendo a consulta à comunidade, na escolha dos dirigentes universitários.

Os caminhos a se percorrer na busca da democracia são tortuosos. Da mesma maneira que a Nação vai, corretamente, ao colégio eleitoral em busca de alternativas de transição para a democracia, devemos reconhecer a existência do processo através dos órgãos superiores da UFRJ. Defendo, neste sentido, a consulta à comunidade universitária para elaboração da lista sêxtupla, em processo que leve em consideração as especificidades permanentes e atuais dos diversos segmentos que a compõe - professores, alunos e funcionários.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D — Sala D 200 — Telefone: 280-9322, ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária.
CEP 21944. Caixa Postal 68531, Rio de Janeiro — RJ. CGC 30.315.055/0001 — 51.
Edição e redação: Sergio Leo (reg. prov. 17073)
Colaboração: Paulo Sérgio
DIRETORIA DA ADUFRJ
Presidente: Joel Regueira Teodósio
Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa
Secretário: Moacyr Barreto da Silva Júnior.
1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira
2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim.
Composição, montagem fotolitos e impressão: Editora O FLUMINENSE LTDA. Tel 719-3311 r15
NITERÓI-RJ

ções diretas são uma aspiração geral da comunidade docente. Somente a excelência intelectual não dá sapiência para decidir em nome de todos.

Seria excelente escolher por via direta

Horácio Macedo, Decano do Cenho de Ciências Matemáticas da Natureza, membro do Conselho Universitário:

Os compromissos gerais que podem, e devem ser assumidos, desdobram-se em dois grandes grupos: os referentes ao plano externo e aqueles integrantes do plano interno. Os dois grupos entrelaçam-se, mas têm características distintas. No plano externo, duas questões parecem fundamentais: a conquista de autonomia administrativa, didática e financeira, e a ampliação dos recursos orçamentários para a manutenção e ampliação da atividade universitária. A autonomia é o pressuposto para que a Universidade, sem se desvincular do Estado, possa encontrar os meios e modos de atuar eficientemente em todas as áreas de ação na formação profissional, na expansão cultural e artística, na participação social e comunitária, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A ampliação dos recursos orçamentários, por outro lado, é questão de vida ou de morte. A mantêm-se os níveis atuais de financiamento pelo Tesouro Nacional - reduzidos, em termos reais, a cerca de 1/5 dos vigentes em 1980 - à Universidade não se abrirão perspectivas de desenvolvimento, nem mesmo de manutenção. Por isso, um compromisso básico, no plano externo, será o de lutar para restabelecer, de imediato, os níveis dos recursos orçamentários no volume de 1980 para depois, a curto prazo, retomarem-se ritmos de financiamento crescente. A autonomia real e a suficiência de recursos orçamentários constituem, como é evidente, a base material para a sustentação do ensino superior público e gratuito. É possível que, se a Reitoria da UFRJ assumir aberta e ativamente estes compromissos, possa influenciar positivamente o CRUB e levar o MEC a posições menos conservadoras e recuadas.

No plano interno, são também dois os grandes compromissos indissociáveis que se sobressaem: o compromisso com a qualidade e a excelência e o compromisso com a democracia. O tema da qualidade, da excelência, do alto nível, não tem sido abordado com a frequência e a intensidade que seria desejável, mas é sem dúvida questão fundamental. Uma Universidade sem a qualidade de ação, sem a excelência da produção, não passa de escolinha do terceiro grau. E isto não interessa ao País, em geral, nem interessa, historicamente, às grandes parcelas da população. Somente uma Universidade de alto nível, formadora de profissionais excelentes e geradora de cultura de primeira classe - no terreno artístico, literário, histórico, social, científico, tecnológico etc, tem a potencialidade de vir a constituir-se um instrumento importante e participante, respeitado e querido, no processo de evolução política do País. A escolinha do terceiro grau é o instrumento perfeito das forças sociais mais retrógradas e a reprodutora do **status quo**. É nela que se formam os profissionais ineptos, conformados, conservadores, apáticos e por isso tudo profundamente anti-progressistas. A qualidade e a excelência constituem o caminho para formar e gerar pessoas e grupos críticos, inconformados com a injustiça social, capazes de inserirem-se na luta política geral do país, capazes de criarem vias heterodoxas de desenvolvimento cultural e material. Nos dias de

hoje só se conseguirá esta Universidade de qualidade com o respaldo da comunidade toda. Daí, a questão democrática. Que se entende como a forma necessária para a coletividade acadêmica - professores e alunos - juntamente com os funcionários técnicos e administrativos, definir meios e modos de ação, prever, analisar e controlar a aplicação de recursos, estabelecer canais abertos de comunicação e de influência entre a administração e o corpo social, instituir mecanismos de atuação direta com a coletividade e de influência desta coletividade sobre a Universidade. Com a Universidade "democratizada" poderão os colegiados, em grau muito maior do que hoje, exercerem com eficiência suas funções deliberativas, fixando a política de graduação, de pós-graduação e de pesquisa, e contando com o apoio e o respeito do corpo docente. A qualidade e a excelência, sem o controle democrático, podem levar a uma alienação estéril ou ao benefício de apenas pequenos grupos. Conforme, aliás, o que ocorreu, em vários casos, aqui e ali, nos últimos 20 anos. A democracia sem a busca real e incessante da qualidade no mais alto grau não passa de aparente reivindicação avançada que, no fundo, serve e atua no sentido do rebaixamento do potencial de atividade social da Universidade e pode levá-la à triste condição de escola do terceiro grau.

Seria excelente se pudéssemos escolher o novo Reitor por via direta, em processo que se esgotasse no interior da própria Universidade. Seria a forma excelente e ótima. Que não parece ser, hoje, possível. A lei vigente - que não está em vias de sofrer processo de revisão - impõe a eleição por um colegiado, a elaboração de lista sêxtupla e a escolha do Reitor pela Presidência da República. Vale dizer, com a interveniência forte dos chamados órgãos de segurança. Há então que tentar incluir e embutir, neste processo, todas as aspirações da escolha direta. Sem deixar de lado a consulta ampla, geral e irrestrita à comunidade da Universidade, será preciso estabelecer vínculos e compromissos com os colegas professores que constituem o atual colégio eleitoral. Estes vínculos, se forem estabelecidos no processo de discussão e de debate que deve preceder à manifestação da comunidade, serão garantia de elaboração de uma lista sêxtupla que contará com o respaldo e com a confiança de professores, de alunos e de funcionários.

Internamente, no âmbito da UFRJ, existem grandes condições de êxito. Externamente, no plano do poder do Estado tudo vai depender do processo sucessório. Como, de resto, muitas coisas no País. Com a vitória do Tancredo as perspectivas da Universidade se ampliam e aparentemente as coisas serão melhores e mais fáceis. Com a vitória do outro candidato, as perspectivas se estreitam e talvez o problema universitário passe a ser um pequenino problema dentro da grande crise que se abaterá sobre o País.

A estrutura da Universidade impede democracia

Conceição Góes, Vice-Diretora e professora titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS):

A princípio, sou a favor de que toda a comunidade participe da escolha dos dirigentes, através do voto, desde que seja definida a proporcionalidade dos votos, respeitando-se as especificidades de cada segmento que compõe a Universidade. As eleições devem ser diretas, com a participação de todos os segmentos, atribuindo-se um peso a cada um. Afinal, as responsabilidades

são diferentes, os professores permanecem na Universidade, exercem aqui sua profissão, e os estudantes tem uma passagem, que é importante, mas o nível da responsabilidade é bastante diferente. Essa proporcionalidade seria definida através de discussões com professores, alunos e funcionários. Aqui no IFCS fizemos eleição para a Diretoria, e os alunos compreenderam a razão da proporcionalidade, assim se evita que os dirigentes sejam eleitos apenas por um segmento.

As eleições diretas facilitariam um compromisso maior, tanto de quem foi eleito como de quem está elegendido. As pessoas que têm pretensões à reitoria deveriam divulgar seus programas, suas pretensões, e a divulgação desses programas fariam com que a comunidade participe, também, na medida em que os discutissem e fizessem sugestões, se sentiram até responsáveis também pela gestão. Quando se participa de uma eleição, compromete-se em acompanhar a gestão.

Tem que se lembrar, porém, que a eleição direta não é único ponto que vai democratizar a Universidade; há outros pontos, como a garantia da qualidade do ensino, tanto para o aluno que chega já com os códigos que lhe permitirão decodificar o que vai aprender na Universidade, como para o estudante carente. No IFCS, mesmo com eleição direta, não conseguimos democratizar; sempre se esbarra na burocracia, na estrutura pesada e em problemas que já estão sedimentados na Universidade. Não é somente a forma de escolha que democratiza. A democratização passa também e principalmente pelo ensino que se fornecerá aos estudantes.

É um processo em que deve engajar os colegas; e deve-se garantir verbas para a Universidade, para boas bibliotecas e para salário dos professores que devem se dedicar integralmente ao ensino. O próximo Reitor terá de estar comprometido com a escola pública, a boa qualidade de ensino e a democratização da Universidade.

"Deve-se pensar na sociedade"

Maria Laura Leite Lopes, professora titular do Instituto de Matemática, membro do Conselho Universitário:

"Os dirigentes da Universidade devem conhecer o que é uma Universidade. A definição, a seguir, do grande educador Anísio Teixeira, deixa claro o que seja Universidade: 'A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata de difundir conhecimentos; os livros também os difundem. Não se trata somente de conservar a experiência humana; o livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticos ou profissionais de ofícios e artes. A aprendizagem direta também os prepara ou, em último caso, escolas muito mais simples que as Universidades. Trata-se, em vez disso, de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo, e não morto'.

Não se pode improvisar cientistas, literatos, homens de cultura. A próxima reitoria deveria criar um ambiente para implantação de uma Universidade segundo a definição de Anísio Teixeira, em vistas da implantação de uma massa crítica, pessoas saídas de uma Universidade capazes de levar esse país para a frente.

Essa luta de todas as Universidades pela regulamentação da emenda Calmon, deve ter o apoio do poder público; vindo os recursos, eles devem ser bem administrados por pessoas que tenham conhecimento dessa função da Universidade e que tenham com-

promisso com o corpo docente, discente e de funcionários. Esse compromisso não se faz apenas com promessas por exemplo, de campanha eleitoral, mas é um compromisso do passado dessa pessoa, que deve estar engajado nesse propósito de criar elementos na Universidade para levar às nossas metas.

Não quero direcionar tal ou qual pessoa; acho que devemos pensar em um perfil para Reitor, e a consciência de que a Universidade é um lugar de elite, não é uma instituição para todos, e sim para os mais capazes; os que têm vocação e compromisso com seus ideais.

Deve-se pensar também na relação da Universidade com a sociedade, e quando falo da sociedade penso nela como um todo, inclusive o desenvolvimento do país, obtido com a integração da Universidade com a empresa. Penso na articulação entre a pesquisa básica, desinteressada, e a pesquisa direcionada para os setores produtivos.

Outra coisa que me preocupa muito é a formação do professor de ensino básico, também uma função da Universidade. Devemos acabar com a fábrica de maus professores.

Acho que a comunidade deve participar da escolha, mas com representatividade em seus conselhos. A Universidade é um lugar de elite; não há em nenhum país uma Universidade que não seja para aqueles que vão ser os líderes do país; nas empresas, na área acadêmica, nas artes. A comunidade se faria representar por pessoas escolhidas para esses conselhos, com as características que defendendo para Reitor. Toda a comunidade participaria dessa escolha, com uma certa proporcionalidade. É uma questão de qualidade. Só as pessoas qualificadas podem dar uma indicação mais correta.

"A Universidade para o amanhã e para o sempre"

Marcello Ipanema, professor adjunto da Escola de Comunicação, membro do Conselho Universitário.

Imprensado com deveres internos e compromissos ligados às atividades docentes dentro e fora do Estado, declínio, a pedido do jornal de nossa brava entidade, opiniões sobre:

- a Universidade, especialmente a UFRJ
- o perfil do seu futuro Reitor
- o processo de escolha desta e de outras autoridades universitárias.

Amparando-me na serenidade e apoiando-me na função e objetivos das Universidades, fugindo portanto aos imediatismos, conveniências e interesses de todos os tipos, normalmente perigosos para o curso das coisas humanas e quase sempre prejudiciais ao desempenho delas, resumo as idéias que sobre elas consegui amearhar, como aluno e professor. Embora consolidadas no essencial, nunca me privarão de sensibilidade para reexaminá-las e, até mesmo, para mudanças.

Capacidade para reflexão e coragem para mudanças foram duas das muitas e grandes lições que aprendi nestes centros, como integrante deles ou como seu observador.

As Universidades, em todos os tempos e nos múltiplos lugares em que existem, jamais perderam suas características. As variações no tempo e espaço, são gerações do contexto das coisas humanas.

Considerando a situação atual em relação às agressões e violências sumamente inquietantes ao meio e à vida e, consequentemente, lutando contra o desfecho que o imediatismo egoísta está impondo a ambos, arrolado como intenções, entre outras a serem perseguidas por nossa UFRJ:

1 - consolidar e expandir interna-

mente os princípios geo-ambientalistas, para atuar mais vigorosamente na defesa do meio e, consequentemente, na melhoria progressiva da qualidade de vida

2 - ampliar sua participação na comunidade

3 - construir, efetivamente, espaço democrático (pluralismo)

4 - melhorar, contínua e crescentemente, os níveis de todos os integrantes de seus corpos

5 - exponencializar, nos seus integrantes, contínua e crescentemente, a consciência de responsabilidade.

Quanto ao perfil do futuro Reitor, sou de opinião que a escolha deva recair em pessoa dotada, nos níveis máximos, dos atributos e qualidades:

- experiência humana e universitária

- respeito reconhecido em sua atividade

- inequívoca capacidade de liderança

- alto conceito como pessoa

- respeito às normas

- polidez

- tolerância

- energia

- conhecimento do micro-universo universitário.

No respeitante ao processo de seleção, diga-se de início, que todos podem sofrer degeneração e dar margem a vícios, deformações e insatisfações. Uns e outros abrigam intenções que, em épocas eleitorais, se confrontam em acirradas e, às vezes, contundentes disputas.

Não creio que, neste momento, possam ser feitas alterações nas normas que regem a escolha do Reitor. Semelhante posição, contudo, não me coloca contra o aprofundamento dos processos em debate. Declaro-me porém, de já, pelo menos agora, favorável à seleção por Colegiado, com a condição de que sejam aperfeiçoados seus mecanismos de composição e que sejam nele contemplados, com absoluta justiça, todos os corpos universitários.

"O peso dos docentes deve ser absoluto"

Antonio Paes de Carvalho, Diretor do Instituto de Biofísica do Centro de Ciências da Saúde (CCS), membro do Conselho Universitário:

"Na questão da participação da comunidade na escolha do Reitor, acho que a situação atual é ruim, a participação é pequena e deve ser aumentada, através da ampliação do Colégio Eleitoral que elege esse Reitor. Não sou favorável todavia à uma eleição direta tripartite entre funcionários, alunos e professores.

Por uma razão muito simples: os mesmos princípios democráticos que regem a escolha a nível nacional - se quer um Presidente capaz de operar uma máquina que serve ao povo inteiro e por isso o povo deve escolher - deve-se notar que aqui não é uma instituição deste tipo, é muito especializada. Ela depende diretamente de qualificação do corpo docente.

Não é uma coisa feita especificamente para a comunidade acadêmica, pelo contrário: a comunidade acadêmica deve servir a uma comunidade mais geral, que é a comunidade nacional, em termos de empurrar todas as ações de ensino, pesquisa e extensão. Não podemos querer que uma comunidade restrita, que não é a comunidade que vai ser ouvida por esse sistema que vai eleger o Reitor, pois ele não deve servir só à comunidade acadêmica; deve extrapolar disso.

A função da Universidade é muito especial, e o peso do corpo docente tem que ser absoluto. Sei que isso significa alijar inteiramente a opinião dos alunos e funcionários sendo que considero a opinião dos primeiros ain-

da mais importante que a dos funcionários. A idéia que faço e que vejo prevalecer como alteração de regras do jogo, talvez já para valer na escolha do ano que vem, é: 1) uma alteração na composição do Conselho Universitário, aumentando a representação docente e fazendo com que ela seja não uma representação de classe, mas uma representação de centro; e, a nível desse centro, que ela seja eleita diretamente pelo sufrágio universal do corpo docente. O que se deseja é ampliar a representação para cinco representantes docentes por cento - sendo pelo menos dois ou três deles titulares, para dar ênfase à maior experiência, maior responsabilidade. Seriam votados por todos os docentes. 2) tornar mais democrática a eleição de representantes docentes no CEG e CEPG, também com um sistema de escolha mais democrática, fazendo com que os conselhos de centro sejam não só representativos dos diretores, mas também com representação do corpo docente que não está na direção. Além do diretor haveria um outro representante, eleito diretamente, pelo corpo docente daquele órgão. Seria aumentado em 20 por cento a participação dos alunos. O Fórum para eleger os delegados do CEG e do CEPG seria esse conselho de centro, ampliado pelos chefes de departamento e pelos coordenadores dos cursos de pós-graduação, todos eleitos diretamente por seus pares. Quem deveria escolher o reitor é o CEG e o CEPG assim modificados e mais todos os conselhos de centro, incluindo chefes de departamentos e coordenadores de cursos de pós-graduação. Isso seria uma maneira ao mesmo tempo democrática e capaz de dar a responsabilidade a quem tem a qualificação acadêmica e experiência para realmente exercê-la.

Ampliar a base democrática da escolha é importante para melhorar a representatividade dos outros escalões e vai comprometer cada professor com aquele programa e aquela plataforma.

Seriam esses os problemas fundamentais para a próxima reitoria: Implantação dos novos mecanismos de decisão originários da revisão dos Estatutos e Regimento Geral; Reforço das atribuições dos Conselhos de Curso e sua harmonização com as Congregações das Unidades; reforço dos crivos qualitativos na produção acadêmica; implantação de escritórios de planejamento no Centro e metodologia orçamentária baseada na atividade dos Departamentos e órgãos suplementares; descentralização e desburocratização administrativa, com reforço do poder decisório dos departamentos e órgãos suplementares; aperfeiçoamento de um sistema de coleta centralizada de informações acadêmicas e administrativas capaz de permitir uma gerência geral eficaz pelo Reitor, bem como a implementação de um sistema flexível de coordenação de atividades e aproveitamento da iniciativa dos elementos mais dinâmicos em benefício da Universidade; estímulo à reorganização dos setores acadêmicos deficientes.

E ainda: revalorização do ensino de graduação e aproximação docente discente; reavaliação do critério de qualidade e sua reavaliação em graduação, pós-graduação e pesquisa; ampliação das oportunidades de contato do aluno de graduação com a atividade acadêmica criativa paralela à atividade curricular; abertura para a comunidade brasileira em todos os seus aspectos e instituições, transformando a Universidade num laboratório natural de progresso econômico e cultural; reavaliação de currículo, estímulo à integração programática da atividade acadêmica no

ensino e na pesquisa, revisão da atividade de extensão em função da abertura total para a comunidade brasileira; compromisso continuado e ampliado com a formação de cientista e com as condições para que se desenvolva na Universidade uma ciência aberta e independente. E mais: maior presença e melhor informação sobre nossas atividades e de seu impacto; defesa permanente da realidade orçamentária, com base nas necessidades reais das atividades regulares; atração sistemática de recursos para projetos, com o auxílio da Fundação José Bonifácio.

Nota: por problemas gráficas, deixamos de publicar na íntegra a lista de propostas para a Universidade elaborada pelo professor Paes de Carvalho.

“Os funcionários têm maturidade política”

Diretoria da Associação dos Servidores da UFRJ (ASUFRJ):

“...devemos opor uma autêntica reforma universitária, que nasce dos escombros de nossas escolas e da ruína de nossas vidas, mas que carrega consigo a vocação de liberdade, de igualdade e independência do povo brasileiro.”

(Florestam Fernandes)

Seria, talvez, dispensável tratar aqui de todo o conjunto de questões que impõem, hoje, à comunidade acadêmica a fundamental necessidade de operar transformações profundas na estrutura administrativa das universidades brasileiras e em particular, das autárquicas e fundacionais federais. Entretanto, alguns pontos principais da “questão universitária” nos últimos anos, podem explicar claramente a necessidade, em caráter de urgência, da participação direta da comunidade nos processos de escolha para os cargos diretivos.

Após seguidos movimentos reivindicatórios de âmbito nacional, os funcionários das universidades federais não só denunciaram (com maturidade política e crescimento organizativo) suas inacreditáveis condições de trabalho, como também, deram demonstração inequívoca de seu conhecimento fundamentado da Instituição (apesar de não deterem o chamado “saber científico”) e de sua consciência e competência para o exercício do direito de participação direta nas instâncias deliberativas da administração universitária. Este fato tem grande importância na medida em que põe por terra os argumentos elitistas e retrógrados que articulam a lógica conservadora de alguns setores que insistem em tratar a função dos técnicos administrativos no funcionamento da Instituição, de forma predominantemente paternalista, o que, aliás, constitui ato de desrespeito inaceitável.

Um outro fator determinante para a compreensão desse momento de transição histórica na Universidade é a questão do caráter dos cargos diretivos e de seu real significado. Os chamados “cargos de confiança” sofreram um inevitável desgaste resultante da contradição que arrastam por sua própria natureza. O cargo de reitor, por exemplo, é de “confiança” do Presidente da República. Ora, nos últimos vinte anos todos os “presidentes” foram ditatorialmente impostos à Nação sem que tivéssemos um mínimo de oportunidade de empenhar nossa “confiança” ou “desconfiança”. Há, ainda, servindo como eixo ideológico de sustentação, a tese dominante de que

a “envergadura acadêmica” é a pedra fundamental para a qualificação do melhor dirigente e ainda, que, em razão disso, apenas uma ínfima parcela da comunidade estaria municiada para aferir os “atributos” referentes à escolha. É preciso de uma vez por todas desmistificar esse disparate! O cargo de reitor, em particular, deixou de ter exclusivamente, há muito - ou jamais teve, na verdade -, em função das graves transformações por que vem passando o país nos últimos anos, um caráter de competência meramente acadêmico. Hoje é evidente a sua essencial qualidade política.

As exigências que pré-condicionam, hoje, a sobrevivência da Instituição Universitária Pública e Gratuita como fórum de formulação de tecnologia independente, de formação de quadros profissionais especializados e de geradora e intérprete do produto cultural nacional impõem que, funcionários, professores e estudantes iniciem, de imediato, o processo de preparação de um projeto unitário de transformação da ultrapassada estrutura universitária, que se contraponha no “fogo conservador” de preservação do monopólio do poder nas IES.

Para isso, entre outras coisas, é preciso avançar quanto às questões preliminares, que ainda encontrem bolsões de resistência em setores da comunidade. Serve como exemplo, o problema da paridade para o peso de voto dos diversos segmentos dentro de um processo de consulta ou de eleição direta para os cargos diretivos.

Só assim, entendemos, poderemos superar o caráter inconseqüente do verbalismo crítico “esclarecido” e sua atuação como dissimulados de um enfrentamento franco e construtivo com a questão da democratização efetiva da Universidade.

Os funcionários, portanto, exigem sua participação ativa e paritária no processo de reconstrução da Universidade sobre bases realmente democráticas e progressistas, entendendo, é claro, a relação da vida universitária com o processo global da sociedade brasileira e sua necessidade de rompimento com todas as formas de dominação.

Diretoria eleita da A.S.U.F.R.J.

Diretas me parecem princípio indiscutível

Márcio Tavares do Amaral, Vice-Diretor da Escola de Comunicação, professor titular da Escola de Comunicação e membro do Conselho de Ensino de Graduação (CEG):

A Universidade brasileira está atravessando uma crise possivelmente sem precedente. Há, tudo indica, uma articulação para acabar com a Universidade pública e gratuita - e portanto o próximo Reitor deve ter um compromisso muito firme por sua defesa - e a Universidade como estrutura precisa se redefinir, precisamos saber o que queremos com a Universidade; se é apenas formar mão-de-obra bem qualificada ou se é de fato a reflexão, o pensamento, a formação portanto de cientistas, tecnólogos e humanistas que depois possam ser profissionais de alguma coisa que se deseje. Isso é um divisor de águas, uma definição que a Universidade precisa fazer. E depois, fatalmente, é necessário que esse estrutura seja eficazmente montada -

desde que se saiba que Universidade se quer.

A Universidade está desmontada. A Universidade está acabando; nós fizemos a pouco tempo uma greve que representou uma paralisação política da Universidade antes que ela parasse tecnicamente. E isso está acontecendo agora, as coisas começam a não serem feitas por falta de recursos e breve não haverá recursos humanos, também prevejo uma evasão de professores - não porque o mercado esteja mais competitivo, mas porque a Universidade está deixando de ser uma profissão. O próximo Reitor tem a tarefa de pôr de pé a Universidade e defini-la, o que é fundamental.

Vejo o perfil do próximo Reitor como o de um Líder na Universidade. É necessário uma forte liderança para a Universidade dirigir-se de fato para esses objetivos, e até para defini-los. Isso não acontecerá de forma burocrática ou de forma espontânea. Só uma liderança fortemente suportada pelo corpo social da Universidade pode conduzir esse processo.

Isso leva, naturalmente, à questão do processo de escolha. Eu sou favorável, em cargos que representem liderança, às eleições diretas. Em cargos que representem órgãos técnicos, eu discuto essa questão, não tenho posição firmada a esse respeito (em conselhos como o CEG, por exemplo). A escolha de Reitor, Decano, Diretor, as lideranças da Universidade, estou convencido que deve se dar pelo método direto, votação de toda a comunidade.

Deve-se levar em consideração que a Universidade não é uma estrutura democrática, no sentido estrito. É meritocrática, há diferenciação de níveis. Um professor auxiliar, p. ex., não tem a qualificação de um titular: não tem mestrado, não tem doutorado, não defendeu curso público de provas e títulos, não publicou ainda a série de estudos e não se dedicou à série de estudos que o titular certamente se dedicou. Não se pode seguir o princípio democrático de cada homem um voto; há que se ponderar o voto. Isso é que é muito difícil de fazer e é por isso que não se conseguiu fazer até agora consenso, eleição direta para Reitores e diretores; quanto ao princípio tenho a impressão que seria indiscutível.

“Sou contra. É a lição que tiro”

Carlos Chagas, professor titular do Instituto de Biofísica, membro do Conselho Universitário:

Creio ser difícil responder às questões propostas sem uma reflexão mais profunda sobre o papel da Universidade em um país como o nosso. Levaria tal reflexão a uma longa exposição que, penso, não ser no momento do desejo da Associação que publica o presente Boletim. Entretanto, minhas respostas só teriam sentido global quando conhecidos certos conceitos sobre os quais meditei durante toda a minha vida universitária. Mas não quero deixar de expressar-me.

Resumindo, direi que penso que às Universidades cabe o mecanismo de formação cultural da Nação. Não me retiro, é claro, à cultura intelectual, mas à cultura antropológica que dá a imagem verdadeira de uma Nação e, ao mesmo tempo, é abrangente e pluralista. Esta função a Universidade só a exercerá se pesquisar (sentido amplo) para poder ensinar,

ao mesmo tempo que terá que fazer face, através de seus vários mecanismos de ação, aos problemas nacionais de qualquer natureza que sejam. Para exercer estas funções, são necessárias, como um fator primordial, a autonomia e, a seguir, com a igual importância, a qualidade do seu corpo docente e administrativo.

É necessário também compreender que não são as estruturas que fazem progredir uma instituição, mas os homens e as mulheres que nela trabalham e sem clanismos, mas com zelo e dedicação, constróem o futuro e, por isso mesmo, exigem que as estruturas, os regulamentos e os regimentos sejam os mais simples e flexíveis. A qualidade do ensino exige o estabelecimento do “número adequado” mas, ao mesmo tempo, a ação da Universidade deve-se fazer sobre a sociedade em que existe para levar a ela, sem discriminação, o conhecimento de tudo o que se passa no mundo, sem a qual não se terá o progresso nacional.

Acho que dentro desta linhas encontre-se o perfil de um reitor, que terá que fazer face às pressões políticas de onde provenham. Penso que na próxima eleição do reitor deve-se seguir o caminho que tem sido seguido nestas últimas eleições. Uma pré-eleição escolherá uma lista de seis nomes que serão votados na reunião dos Conselhos Superiores. Sou contra a eleição por toda Comunidade. É a lição que tiro do que tenho observado em vários dos países por onde tenho passado.

“Exclusão de categorias premia burocracia”

Diretoria do DCE Mário Prata (Diretório Central dos Estudantes):

Este tem sido um ano rico para a sociedade brasileira em geral e para a comunidade universitária em particular. Ano em que milhões foram às ruas dizer basta à situação caótica em que o país se vê jogado após 20 anos de Ditadura. Ano em que a comunidade universitária foi à greve para dizer chega à situação catastrófica a que foi levada a Universidade Brasileira. Primeiro os estudantes ensaiaram uma greve nacional contra o corte de verbas e o aumento dos bandejões, que na UFRJ chegou a 18 dos 29 cursos. Depois, a vigorosa resposta de professores e funcionários ao estado de penúria do Ensino Superior Público, na greve de 84 dias. Na qual, ao se divulgar a coesão política da comunidade universitária e o que sobrevive de trabalho científico na Universidade, garantiu uma ampla solidariedade social à nossa resistência às ofensivas do MEC.

A despeito de derrota que nos foi imposta, tanto na sociedade em geral quanto no setor educacional em particular, é extremamente importante retomamos o movimento em um novo patamar, resgatando as reivindicações e as lutas que estudantes, professores e funcionários travaram durante o 1º semestre deste ano. Essa retomada e esse resgate se materializam na busca da comunidade universitária pela sua autonomia, ou seja, conquistarmos nosso direito de determinar os rumos da universidade. E que está colocado hoje, quando termina o mandato do reitor Adolpho Polillo, pela bandeira de Diretas Já para Reitor. Esta é a forma mais conseqüente, hoje, de combater a luta por mais verbas com a luta pela autonomia universitária, na medida em que se faça, inclusive, uns discussão de Projeto para a Universidade, capaz de sintetizar as experiênci-

as, reivindicações e discussões dos setores da comunidade universitária. Para isso é fundamental que professores, funcionários e estudantes se mobilizem, encaminhando conjuntamente essa luta. Indo além dos limites estreitos das articulações nos conselhos superiores (sem descartá-las), como única forma de almejarmos uma vitória. E respeitando a autonomia e a dinâmica de cada categoria, mas travando discussões e ações em conjunto, buscando, na luta, aquilo que nos unifica, superando o corporativismo e a hierarquização que nos divide.

Nesse sentido, embora as categorias ainda estejam discutindo com uma séria de questões em aberto, reafirmamos e levantamos algumas para debate:

1) O ponto fundamental para a conquista das Diretas para Reitor é a repercussão social que alcancemos, a partir da unidade dos três setores da comunidade universitária, e não alianças eventuais com setores da reitoria. Tudo que se consiga a respeito de paralisar politicamente os setores mais reacionários da universidade, depende fundamentalmente da participação massiva de estudantes, professores e funcionários, e do apoio dos trabalhadores e população em geral;

2) Deve ser garantido um processo de eleição com ampla participação dos três setores, não uma mera consulta. Só a eleição massiva, a partir de discussão clara de programas acadêmicos e políticos, garante a pressão necessária sobre os colegiados superiores. São esses que devem se adaptar à eleição acatando seu resultado, não o contrário, fazer-se uma eleição que apenas referende uma lista previamente articulada à margem da comunidade.

A necessidade de evitar que as diferenças entre as categorias resultem em desigualdades ou divisões, faz com que nós estudantes ainda estejamos no início da discussão sobre o peso de cada categoria na eleição. As diversas compreensões partem da premissa de que os três setores tem iguais condições de discutir e definir uma política para a universidade. Cada um dos três setores é socialmente responsável, sustentado por impostos que custeiam seu estudo ou remuneram seu trabalho, e mostra consciência disso em seus movimentos ao defender a educação como um direito e não um privilégio. O peso diferenciado ou mesmo a exclusão de categorias do processo, não garante o mérito acadêmico, mas premia a gestão burocrática. O processo direto, paritário ou por sufrágio individual, já garantiu a escolha de nomes do porte de Paulo Freire e Dalmo Dallari.

Para lançar essa discussão, o DCE e os CA's estão organizando, juntamente com a ADUFRJ e ASUFRJ, debates sobre as diversas polêmicas da sucessão do Reitor, desde o programa e o processo de escolha até os efeitos da conjuntura racional sobre esse processo.

Ampliar os conselhos conscientizaria a comunidade

Paulo Gomes, Vice-Diretor da Escola de Engenharia, Diretor de Desenvolvimento Tecnológico de Escola de Engenharia, ex-membro de CEG:

A Universidade precisa, evidentemente, de mais recursos. Mas isto não é condição suficiente, pois é preciso garantir, em contrapartida, uma série de ações que a Universidade

deve desenvolver. Uma delas, fundamental, é a flexibilidade financeira, que permitirá o uso, da melhor forma possível, desses recursos, e, conseqüentemente, otimizará os gastos.

Isso conduz a outra questão fundamental: é preciso que a Universidade tenha sempre como estratégia o apoio incondicional à dedicação integral ao ensino e à pesquisa. Outra questão a ser tratada é a flexibilidade acadêmica, dependente da política de ensino e pesquisa da Universidade.

Deve-se também gerenciar adequadamente algo que hoje no Brasil está se tornando muito importante: a integração da Universidade à comunidade - que, na área tecnológica, é em geral a prestação de serviços, e fora dessa área assume formas como as atividades assistenciais e culturais, por exemplo.

Se a quantidade de recursos disponível é adequada e essas linhas mestras são seguidas, as demais ações tornam-se simples. Como exemplo, a dedicação integral à pesquisa e ao ensino leva a algo extraordinariamente importante, a avaliação contínua do desempenho dos professores. É fundamental analisar, a cada espaço de tempo, a produção científica, técnica, cultural e artística, a atividade didática e todo o conjunto de ações desenvolvido pelos professores. Esses são os pontos fundamentais, que, no entanto dependem de uma questão básica, a definição da própria Universidade e de seus fins. A Universidade brasileira é uma Universidade jovem, pois, na verdade, tem pouco mais de quinze anos. Até 1968, quando se implantou a reforma universitária, sua estrutura baseava-se em unidades isoladas; e, mesmo que se considere essa como a forma organizacional adequada, é bom notar que a Universidade do Brasil nasceu em 1920, enquanto que há na América Latina Universidades de mais de 300 anos.

No meu entender, a definição de objetivos passa pela resposta a três questões: por que essa Universidade existe, para que ela existe e a quem ela serve. Na medida em que ela define seu papel, consegue estabelecer, também, suas condições de vida, de trabalho etc. E aí, surgem as ações citadas acima, entre as quais destaquei: dedicação integral ao ensino e à pesquisa, flexibilidade financeira e acadêmica e o gerenciamento adequado da integração Universidade-setor produtivo.

O Reitor deve ter sempre condições para dar continuidade e consolidar estas ações. Ele deve representar a Universidade junto aos órgãos governamentais, pois foi escolhido pela própria Universidade para tal. Quanto à escolha, deve-se levar em conta que a UFRJ é uma Universidade grande. Em pequenas comunidades é mais fácil fazer com que todos atuem diretamente na escolha dos dirigentes: aqui, porém, temos quantidade apreciável de alunos - e professores - que participam pouco, sem vinculação em tempo integral com a Universidade. Torna-se difícil montar um processo de escolha em que parte da comunidade desconhece os problemas a serem enfrentados. Para enfrentar isso, deve-se partir para um processo de conscientização constante. Uma etapa que me parece muito aconselhável, é a de, numa primeira fase, expandir os conselhos, para que eles possam representar os diversos segmentos da Universidade. Uma forma poderia ser a inclusão - na escolha da lista sêxtupla - de todos os chefes de departamento no "colégio eleitoral". Outra poderia ser incluir as congregações e os colegiados dos órgãos

suplementares. A constante e crescente participação facilitará a médio prazo a adoção de processos mais adequados na escolha dos dirigentes.

"Prestígio dentro e fora da Universidade"

Clementino Fraga Filho, Diretor do Hospital Universitário, ex-Reitor da UFRJ e membro do Conselho Universitário:

O compromisso da próxima reitoria será o de lutar para que se obtenham mais recursos humanos e materiais e melhores condições de trabalho, retribuindo, com justiça e equidade, os serviços de professores e funcionários; e deles cobrando, em contrapartida, o compromisso com a instituição.

O próximo Reitor deverá ter prestígio dentro e fora da Universidade, conhecer seus problemas, ser independente em suas atitudes, firme em suas convicções, liberal em seus princípios, hábil político na negociação.

Concordo em que a comunidade acadêmica deve participar do processo de escolha do novo Reitor, pela forma representativa atual, ampliada na proposta do novo Estatuto, já aprovado pelo Conselho Universitário.

Acredito que uma Universidade deve ser regida por critérios de mérito e qualidade, que prevaleçam não só para a ascensão em seus quadros, como para a escolha de seus dirigentes.

"A democratização da Universidade não é um fim"

Sandoval Carneiro Júnior, Diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), membro de Conselho de Ensino para Graduados (CEPG):

Começando pela problemática da UFRJ, acho que o futuro Reitor vai ter um trabalho extremamente importante pela frente, a nível de tentar sanar o estado precário das instalações da Universidade. Especialmente no Centro de Tecnologia, apesar do esforço que tem sido feito por parte da Decania, com conhecimento e boa vontade do Reitor, não é suficiente o que se faz para enfrentar o estado de deterioração; atingido a qualquer momento pode rebentar a adutora d'água, por exemplo, que está cheia de furos, e obrigar a fechar o Centro por falta de condições mínimas de funcionamento.

Recuperar as condições de trabalho, que nunca foram suficientes pois trabalhamos em um prédio projetado há 50 anos atrás para outra realidade, significa um trabalho para a Reitoria, de trazer verbas em quantidade adequadas para a manutenção da Universidade e mudança da atual situação precária. Existe esperança com a emenda João Calmon; infelizmente sempre se acaba no problema de verbas, mas é uma realidade: 92 por cento do orçamento da UFRJ é comprometido com pagamento de pessoal.

Acho ainda que deveria haver o aumento de procura de uma vinculação com a sociedade. A democracia interna seria apenas um pré-requisito, não basta porque poderia se fechar em uma posição

corporativa. A Universidade deve se vincular aos demais setores da Sociedade, para encaminhar a solução de seus problemas.

O Reitor deve ser um líder, não um líder carismático, mas um líder na acepção universitária: uma pessoa extremamente preocupada com a qualidade dos trabalhos, disposta a ouvir todos os setores e não só congregar o apoio da comunidade, mas conquistar seu respeito. Isso só pode ser conseguido se ele tiver um currículo rico na vida universitária, em ensino e pesquisa.

A comunidade deve participar da escolha do reitor. Não tenho uma idéia formada, nítida, e a melhor forma é uma escolha direta; eu acho que, se fizermos uma transposição para outros países, veremos que, para o Governo nacional, por exemplo, a escolha indireta não entra em conflito com a democracia. Não sei ainda que modelo deve se seguir para garantir essa participação, acredito que estamos nos aproximando de uma fase em que será muito importante a discussão disso. Sem dúvida alguma a comunidade deve discutir.

Legalmente temos os colegiados superiores da Universidade, algum constituídos de uma forma que hoje acredito ultrapassada. O grau de representatividade deles deveria ser melhorado. Claro que é um processo a longo prazo. A se preservar esse mecanismo de eleição indireta, deveria se aperfeiçoar o mecanismo de indicação dos membros dos colegiados. A existência da lista sêxtupla também coloca um grau de evidente menor controle da comunidade. Só gostaria de lembrar que a democratização da Universidade não é um fim: é um instrumento para colocá-la a serviço da sociedade.

"Toda a comunidade deve ser ouvida"

Eliezer Schneider, membro do Conselho Universitário e Professor Titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

"O próximo Reitor da UFRJ deverá dar prioridade a três problemas fundamentais: a questão do transporte na Cidade Universitária, a manutenção dos prédios e equipamentos, e a disparidade existente entre os diversos centros, o que faz com que alguns sejam mais aparelhados do que outros.

O problema de transporte no Fundão é uma necessidade séria, pois os alunos se sacrificam muito com isso. Embora se tenham tomado várias providências, esta questão continua pendente. Hoje já existem algum ônibus circulando pela Cidade Universitária, mas o quadro ainda é impressionante.

Um outro fato que preocupa é a manutenção dos laboratórios e equipamentos. Todo Reitor tem problemas acadêmicos muito sérios e um deles é o de financiar obras de reparos, pois as instalações se gastam com o tempo. Uma das queixas do Conselho Universitário tem sido a falta de recursos para essa finalidade. E a UFRJ precisa de mais recursos para manter seu padrão e seu prestígio de uma das maiores universidades do país.

Além desses problemas, deve se levar em conta o fato de existirem centros menos privilegiados do que outros. Há uma espécie de disparidade entre eles, pois alguns podem conseguir verbas de empre-

sas, quando atuam numa área de interesse industrial ou empresarial. O Instituto de Psicologia não poderá conseguir a mesma ajuda que o Instituto de Microbiologia, por exemplo, que trata de doenças e pode, assim, manter convênios para pesquisas.

As áreas humanísticas deveriam ser levadas mais em conta, embora outras áreas sejam prioritárias. Nós devemos reconhecer a importância do progresso, da tecnologia, do **know how** brasileiros. Mas as pessoas que lidam com a tecnologia são seres humanos e o conhecimento do comportamento humano e das necessidades humanas se impõem cada vez mais.

Sobre o perfil do Reitor para a UFRJ, acredito que ele deva ter capacidade de diálogo, formação democrática e competência. Fundamentalmente, deve ser uma pessoa que não abuse de sua autoridade. Penso ainda que os critérios para sua escolha não deveriam ser apenas políticos, pois tanto para Reitor, quanto para Diretor, faz-se uma devassa na vida das pessoas. E se elas tiverem pertencido a qualquer movimento estudantil já estão queimadas.

Para que se pudesse democratizar mais o processo de eleição do Reitor, seria necessário mudar a legislação, o que teria que ser muito bem-feito. A votação deve ter um caráter mais democrático. Eu concordo inclusive, com uma representação maior dos estudantes na escolha do Reitor, desde que eles não sejam majoritários.

Poderíamos pensar também no voto dos suplentes. Se esses votos fossem considerados, um número maior de pessoas votaria. Talvez a presença dos suplentes desse à votação uma representatividade maior. Além disso, já se pensou numa reforma do regimento para permitir representantes do pessoal da Administração no Conselho Universitário. Mas o professorado deve permanecer majoritário, para que o sentido acadêmico da Universidade seja respeitado."

"Reitor deve priorizar três problemas"

José Henrique Villena, membro de CEPEG e coordenador de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

"Antes de se pensar sobre aquilo que é ou não prioritário para a Universidade, é necessário que se discuta o processo atual de escolha do Reitor. É somente a partir daí, que será possível determinar prioridades dentro da UFRJ, pois elas devem se voltar para os anseios da comunidade universitária.

O atual sistema de eleição do Reitor se reduz a um pequeno grupo, cuja representatividade é dificultada por uma série de distorções históricas na composição dos órgãos colegiados da Universidade. Para que este processo se torne democrático, é preciso que seja ouvida toda a comunidade: professores, funcionários e estudantes. Esses grupos, no entanto, devem ser tomados diferenciadamente, já que exercem tarefas distintas.

A comunidade de alunos é transitória, mas é fundamental que seja representada. O grupo dos funcionários é importantíssimo, sobretudo para o desempenho administrativo. E há ainda o peso acadêmico, pois as decisões fundamentais da Universidade estão sob responsabilidade

dos professores e são eles, enfim, que devem constituir a parte mais representativa na hora da escolha. O que se deve discutir, então, é o peso que cada categoria deve ter na votação de uma lista sêxtupla.

Discutida esta primeira questão, pode-se passar aos problemas que devem ser considerados prioritários dentro da Universidade. E aí deve-se levar em conta que a UFRJ se encontra desvinculada da comunidade onde está inserida. Seus laços com essa comunidade têm sido muito tênues e é importante que eles se tornem bastante vigorosos.

É preciso que os bairros próximos se constituam na comunidade econômica e social da Universidade. A UFRJ, que já tem uma longa história em termos acadêmicos no Brasil, precisa criar vínculos com todos os setores sociais e econômicos da sociedade. Na prática, isso poderia ser feito, por exemplo, com o trabalho de extensão universitária, que reafirmamos e levantamos algumas para debate:

1) O ponto fundamental para a conquista das Diretas para Reitor é a precisa

ser bastante agilizado. Poderíamos, por exemplo, um trabalho de extensão que conseguisse criar um bem-estar do ponto de vista urbanístico, para os bairros pobres situados em encostas.

Mas há outros tipos de trabalho de extensão que a Universidade poderia desenvolver nas áreas médicas, de serviço social, entre outras. Poderíamos estabelecer convênios de pesquisa e de aplicação de tecnologia com empresas. Há toda uma gama de trabalho que a UFRJ pode realizar na área de transporte, por exemplo. Isso, ela tem aproveitado muito pouco.

Se esse tipo de trabalho fosse desenvolvido, as pessoas engajadas no meio universitário seriam conhecidas pela comunidade. E voltando à questão da escolha do Reitor, não haveria, assim, nenhum problema para que fosse escolhido alguém capaz de assumir tal cargo.

Alguém extremamente dinâmico, que tivesse como prioridade estabelecer essa relação da UFRJ com a comunidade e que, além disso, levasse em conta a atual situação de penúria do professorado. Em linhas gerais, seria esse o perfil de um Reitor da nossa Universidade."

"Reitor deve representar a comunidade"

Carlos Perlingeiro: Professor da Escola de Química e da COPPE, e membro do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG).

A nossa Universidade necessita urgentemente de recursos financeiros. Recursos para a remuneração condigna de docentes e funcionários, cujos salários atuais são ridículos e não se encontram à altura da responsabilidade das atividades desenvolvidas numa Universidade. Os Reitores deveriam se engajar numa forte campanha em prol da melhoria dos nossos salários. Isso é fundamental. Também são muito importantes os recursos necessários ao bom funcionamento da Universidade: manutenção das instalações, aquisição de material de ensino e de expediente, escasso nos Departamentos

e até mesmo no CEPG. Mas a questão salarial é de importância vital. Pessoal bem pago terá motivação para se dedicar integralmente à Universidade, como convém, e propugnar por recursos adicionais provenientes de outras fontes.

Um Reitor deve ser, antes de tudo, um representante da comunidade, oriundo do seu seio, desfrutando da sua confiança. Eu vejo um Reitor como um representante nosso junto ao Governo, e não um representante do Governo junto a nós. Ele deve se empenhar profundamente na motivação de todas as atividades universitárias, permeando essa motivação pela estrutura acadêmica e administrativa. A Universidade é, por definição, o local onde se gera e se transmite o conhecimento. Nela, a figura principal é o aluno, que de nós deve receber o melhor. Um Reitor deve, então, não só lutar por recursos financeiros como, também, pela motivação dos professores no sentido de um padrão elevado de qualidade. Tenho dúvidas de que esse padrão venha sendo mantido atualmente, em função da escassez de recursos.

É claro que quanto mais participamos de uma organização, mais nos sentimos parte dela. Uma pessoa alijada das decisões, não se sente tão responsável pela mesma. Assim sendo, acho que toda a comunidade universitária deve participar do processo de escolha do novo Reitor. Fala-se muito na eleição direta, mas tenho dúvidas quanto à representatividade da mesma, pois nem todos têm condições de conhecer a fundo todos os candidatos. Ainda assim, aceito discutir o assunto, pois a eleição direta torna mais difíceis as manobras políticas interesseiras em favor de um ou outro candidato.

O MOVIMENTO DOCENTE E A SUCESSÃO DO REITOR DA UFRJ

A UFRJ vive hoje a mais grave crise de sua história, que adquiriu aspectos de crise institucional. Não se pode atribuir simplesmente à recessão econômica que vem castigando o país nos últimos anos, porque não se limita falta de recursos financeiros. Por esta razão, também não se pode responsabilizar tão somente os acordos com o FMI, mesmo sendo eles os principais responsáveis pelos cortes brutais nos recursos orçamentários para as Instituições públicas de ensino superior, vítimas de uma política de redução dos gastos operacionais do Estado que têm provocado os efeitos mais dramáticos nas áreas sociais.

Todos estes aspectos são de relevância inquestionável, mas estão ligados a uma determinada conjuntura política. A profundidade da crise que vivemos já demonstrou fartamente que, mesmo superando-se a recessão, a UFRJ continuaria a debater-se em suas contradições, exacerbadas por anos sucessivos de recursos financeiros insuficientes. É inadiável, portanto, diagnosticar as causas mais importantes desta crise e formular as soluções capazes de superá-las, que só será possível num processo que envolva toda a comunidade.

DOCENTES E SUCESSÃO

Neste sentido, o movimento docente julgou não só oportuno, como imprescindível, iniciar a discussão sobre a sucessão do Reitor trazendo sua contribuição inicial para este diagnóstico e formulando, também, alguns princípios que devem ser seguidos no desenvolvimento de um programa que aponte a estratégia, mais adequada para superar

esta crise.

Inegavelmente o movimento docente na UFRJ está credenciado para este tipo de intervenção, uma vez que vem-se constituindo num dos principais agentes no processo, em curso, de transformação da Universidade.

O movimento docente é o principal elemento de aglutinação numa Universidade marcada pela falta de coordenação entre suas unidades, cuja principal característica é o isolamento de cada docente e de cada aluno. A inexistência de unidade de objetivos e fins, um dos aspectos mais graves da crise institucional, e de uma política interna no sentido de construir tal unidade tem um potencial de desagregação tão grande que coloca em risco a própria sobrevivência de nossa Universidade.

O movimento docente vem-se constituindo, nos últimos anos, no principal protagonista no processo de democratização da UFRJ. Sua intervenção organizada, através da ADUFRJ, tem contribuído decisivamente para avanços obtidos em todas as frentes, do MEC ao Corpo Deliberativo dos departamentos. Esta intervenção também tem resultado na defesa do importante patrimônio público que é a UFRJ, preservando-o do assédio de interesses mesquinhos, comprometidos com a destruição das Universidades Públicas, como o principal centro irradiador de ciência e cultura em nosso país, que procuram transformá-la numa escola de 3º grau de baixa qualidade, sem qualquer compromisso com o desenvolvimento do país.

INTERVENÇÃO DO MOVIMENTO

A experiência adquirida na participação na direção de Centros, Unidades e Departamentos e a atuação em todos os Colegiados Superiores, nos Conselhos de Centro, nas congregações e nos colegiados dos departamentos permite afirmar que a intervenção do movimento docente tem contribuído, quase sempre, para uma melhora acentuada da eficiência, buscando sempre a forma mais racional para a utilização dos recursos disponíveis. Esta intervenção vem se caracterizando pelo compromisso com a elevação da qualidade do ensino e da pesquisa, enfim, pela construção de uma Universidade acadêmica e socialmente responsável.

Portanto, as lutas dirigidas pelo movimento docente, que vêm resultando numa participação crescente de seus representantes na direção da Universidade, o têm credenciado para uma intervenção mais significativa na definição dos rumos da UFRJ. O movimento docente não quer que tal intervenção se faça através de um confronto com os grupos hoje refratários à atuação da ADUFRJ, por reconhecer que a superação da crise exigirá a aglutinação de todas as forças comprometidas com um trabalho academicamente consequente em torno de um projeto que transforme a UFRJ numa Universidade voltada para os problemas do País, que desenvolva um trabalho socialmente responsável e de bom nível acadêmico.

O movimento docente terá, portanto, que trabalhar no sen-

tido de superar divergências secundárias, muitas vezes provocadas por diferenças de conteúdo ideológico abstratas, em benefício do objetivo comum - o pleno desenvolvimento do potencial acumulado na UFRJ em direção das necessidades do País. Ou seja, a formação de recursos humanos de alto nível capacitados a atender as principais demandas sociais nos setores culturais, científicos e tecnológicos, na produção direta nestes mesmos setores, tanto em termos de pesquisa, quanto em termos assistenciais.

IDENTIFICAÇÃO COM O PAÍS

Defendemos, portanto, que a produção de nossa Universidade esteja identificada com a própria nacionalidade. Isto poderia se resumir em pesquisas voltadas a soluções para os principais problemas do País, ou na formação de profissionais com capacidade crítica, habilitados a identificar os principais mecanismos de dependência cultural, científica e tecnológica e a formular as soluções capazes de quebrar o processo de reprodução de tais mecanismos, contribuindo, desta forma, para colocar, ou recolocar, o País no sentido de um processo de desenvolvimento auto-centrado, voltado para os interesses da maioria da população.

Para a superação da crise será fundamental a participação ampla da comunidade no diagnóstico, na formulação e no encaminhamento das soluções. Portanto, como a sucessão do Reitor será um momento de importância destacada no processo de

superação da crise da UFRJ, será fundamental que a lista sêxtupla seja o resultado de um amplo processo de discussão do qual participe toda a comunidade. Apenas desta forma a próxima administração terá credibilidade suficiente para liderar e dirigir a Universidade no caminho da superação da crise e do seu pleno desenvolvimento.

COMPETÊNCIA NA UFRJ

O movimento docente continuará lutando para que a participação da comunidade no processo de escolha da lista sêxtupla se faça da forma mais democrática e eficiente - a Eleição Direta.

No entanto, é preciso reconhecer que esta forma não é consensual em nossa Universidade, apesar de amplamente majoritária. Muitos professores consideram que a escolha do Reitor deve se fazer indiretamente através de colegiados realmente representativos. Defendem que a Universidade é uma instituição que deve contemplar sempre o mérito e a competência acadêmica.

Neste ponto, no entanto, todos concordam, tanto que todos os processos diretos para escolha de dirigentes realizados nos últimos anos, e não foram poucos, sempre contemplaram justamente a competência. Todos os docentes escolhidos livremente pelo voto direto gozavam de ampla credibilidade junto a seus pares.

A divergência se baseia numa falsa contradição entre democracia e competência, contida naquele argumento dos professores que defendem a escolha por colegiados, em contraposição à eleição direta (da lista). Tal argumen-

to estaria baseado numa maior capacidade de avaliar a competência dos candidatos. Para contra-argumentar não faria mal lembrar que, enquanto todos os processos diretos sempre apontaram na direção da competência acadêmica, freqüentemente, e os exemplos não são poucos, os colegiados têm optado por candidatos menos qualificados em detrimento de outros flagrantemente mais competentes. Porém, a questão principal é que a competência acadêmica não é uma qualidade insondável que apenas alguns poucos iluminados seriam capazes de perceber. Ao contrário, ela passa necessariamente pelo amplo reconhecimento de toda a comunidade acadêmica. Parte, portanto, do reconhecimento dos pares.

No caso da Universidade a competência acadêmica amplamente reconhecida é, portanto, a base sobre a qual se construirá a credibilidade necessária ao exercício da liderança inerente ao cargo de Reitor e aos demais cargos de direção.

A afirmação indiscriminada da competência acadêmica como qualidade essencial do dirigente universitário freqüentemente esconde o fato de que sua postura política diante das relações Universidade-Estado-Sociedade, da formulação de um projeto para UFRJ, acadêmica e socialmente responsável, enfim, diante de todas as questões da vida universitária, são, também, qualidades fundamentais.

Não é mais possível, portanto, continuar mantendo processos pouco representativos como base em falsos argumentos, que escondem um conteúdo imobilista e conservador. A Universidade precisa acompanhar o processo de transformação democrática que se efetua no País, sob pena de se isolar da sociedade, perdendo definitivamente a possibilidade de construir ligações sólidas de apoio que a liguem a ela. É preciso buscar uma forma de participação que se baseie na "realidade de nossa Universidade".

PRINCÍPIOS PARA REITORIA

As discussões travadas no Movimento Docente e a avaliação dos resultados concretos das lutas dirigidas pela ADUFRJ permitem que se formule uma série de princípios que deverão nortear a atuação da próxima Reitoria. Além destes princípios também podemos definir algumas medidas práticas que se mostram ur-

gentes e não podem mais ser adiadas.

A Reitoria e, principalmente o Reitor devem se pautar numa conduta de defesa ostensiva da UFRJ e das Universidades Autárquicas Públicas e Gratuitas, hoje ameaçadas com cortes sistemáticos de recursos para custeio e desenvolvimento que poderá levar ao colapso de suas atividades. Deverá usar para tanto de todos os meios a sua disposição e se posicionar sempre como um representante da Universidade junto ao Governo, e não ao contrário, como um delegado do MEC, lutando intransigentemente pelos interesses da UFRJ. Esta postura será fundamental para se vencer o abismo que se formou entre a direção da Universidade que vive hoje numa Universidade formal e abstrata, e a comunidade acadêmica que representa a Universidade real. Este distanciamento tem agravado a crise e impedido a acumulação de forças no sentido da sua superação.

Outro princípio fundamental é a autonomia universitária, sob todas as suas formas: didático-científica, financeira e administrativa. A luta deve se dar em dois campos: externo, onde deve-se articular com as demais Instituições de Ensino Superior Públicas, e o interno, no qual se abrem várias frentes - das quais se destaca como a mais importante o fortalecimento dos colegiados.

O centralismo exacerbado de todo aparelho de Estado e a Universidade não fugiu a regra - colocou toda a mobilidade das Instituições na dependência de seus dirigentes executivos. Como conseqüência, os colegiados se atrofiaram e vêm perdendo paulatinamente credibilidade junto à comunidade, que passou a encará-los como órgãos burocráticos e anacrônicos. Um reflexo bastante significativo deste quadro é que, enquanto os processos de escolha de dirigentes têm mobilizado a comunidade, a ampliação e a participação nos colegiados tem despertado muito pouco interesse. Portanto, internamente a luta pela autonomia deve se iniciar pela recuperação das funções e da credibilidade dos colegiados superiores.

Para que este processo se desenvolva será fundamental a participação do Reitor e de seus auxiliares diretos (os sub-reitores), que deverão se comprometer não só em implementar de fato as suas resoluções, mas principalmente em dividir efetivamente a

responsabilidade pela formulação das diversas políticas para a Universidade, bem como pela gestão dos recursos recebidos e arrecadados. À Reitoria caberá liderar e dirigir a ação dos colegiados no sentido de dotar a UFRJ de uma estrutura de poder dinâmica, em plena sintonia com a realidade da instituição e do país.

TAREFAS IMPORTANTES

Nesta linha cabe destacar algumas tarefas mais imediatas e mais importantes:

Inicialmente teríamos a formulação de uma política orçamentária conseqüente e responsável que permita à Universidade desenvolver plenamente as suas potencialidades e manter, sem solução de continuidade, um processo natural de crescimento que atenda às necessidades da sociedade.

Caberá, portanto, ao Conselho Universitário estabelecer as linhas básicas que serão detalhadas a nível de centro, unidade e departamento pelos respectivos colegiados. Também na gestão e distribuição dos recursos financeiros recebidos e arrecadados deverá caber ao Conselho Universitário definir as prioridades e diretrizes de atuação, bem como os mecanismos de controle mais eficientes. Este processo deverá ter continuidade nos Conselhos de Coordenação dos Centros, Congregações e Colegiados dos Departamentos.

A Universidade precisa com urgência de uma política de ensino e pesquisa, que atenda às principais demandas sociais e esteja em sintonia com a realidade do país e da Universidade. Tal política deverá contemplar a autonomia dos departamentos e a liberdade de pesquisa, apontando na direção da racionalização dos recursos disponíveis e da articulação dos grupos que trabalham em áreas afins ou correlatas, explorando de forma mais eficiente as interfaces. Atenção especial deverá se dedicar à integração das diversas áreas de conhecimento, que hoje se encontram quase totalmente isoladas.

A formulação geral desta política, que deverá se pautar na utilização plena dos recursos e potencialidades da nossa Universidade, caberá ao CEG e CPEG, ficando com as congregações e conselhos deliberativos a responsabilidade pelo detalhamento.

Por mais representativos que se tornem os colegiados a for-

mulação de uma política orçamentária que atenda às reais necessidades da Universidade, e de uma política de ensino e pesquisa, acadêmica e socialmente responsável, terá que partir, necessariamente de um amplo processo de discussão, do qual participe toda a comunidade. Apenas desta forma haverá garantias de que as medidas derivadas destas políticas serão bem sucedidas, isto é, levarão a consecução dos objetivos propostos.

Uma Universidade efetivamente democrática se construirá com base nesta prática, onde toda a comunidade participe efetivamente de todas as decisões, sejam de caráter acadêmico ou administrativo, através de uma discussão ampla, na qual todas as informações sejam divulgadas e analisadas. Tal procedimento eliminaria a possibilidade de favorecimentos a grupos ou indivíduos e deverá chegar, sempre que necessário, a consulta prévia aos interessados diretos.

Resumidamente, os principais princípios formulados seriam os seguintes:

- A Reitoria deverá dirigir a Universidade com base numa prática democrática, onde todas as decisões relacionadas à definição dos destinos da Universidade - quer de ordem acadêmica, quer de ordem administrativa - sejam o resultado de uma ampla discussão com a comunidade, na qual todas as informações sejam divulgadas de forma a que todos os aspectos de cada questão em pauta possam ser analisados e criticados. Sempre que se fizer necessário, esta discussão deverá conduzir a uma consulta formal aos interessados.

- A atuação da Reitoria deverá se pautar na defesa da Autonomia da Universidade em todas as suas formas: acadêmica, financeira e administrativa. Internamente esta postura deverá se manifestar no fortalecimento de todos os Colegiados, do Conselho Universitário ao Corpo Deliberativo dos Departamentos, com os quais deverá a Reitoria dividir a responsabilidade pela administração da Universidade e pela gestão dos recursos.

- A conduta da Reitoria deverá se pautar na defesa ostensiva dos interesses da UFRJ e das Universidades Autárquicas Públicas e Gratuitas. O Reitor deverá, sempre se colocar como um representante da Instituição junto ao Governo Federal.

- A administração da Universidade deverá ter como objetivo principal o pleno aproveitamento dos seus recursos materiais e humanos em função do benefício da sociedade, procurando-se dirigir os dos seus diversos grupos no sentido de estudar e propor as soluções mais interessantes para a maioria da população e para os problemas nacionais mais importantes. Para a consecução deste objetivo será fundamental a adoção de uma política visando a integração das diversas unidades e áreas de conhecimento, que hoje trabalham completamente isoladas.

Com base nestes princípios propomos algumas ações imediatas que destacam-se pela urgência:

- A formulação de uma política financeira que atenda às necessidades reais para o pleno funcionamento da UFRJ, prevendo também o seu processo de crescimento natural. A responsabilidade pela formulação deverá caber ao Conselho Universitário e, nos pontos específicos, ao CEG e CPEG. Deverá, no entanto, resultar de um amplo processo de discussão organizado através das Congregações.

- A política de ensino e pesquisa deverá ser formulada em conjunto pelo CEG e CPEG, cabendo ao Conselho Universitário a aprovação final. Esta política deverá ser detalhada a nível de Unidade e Departamento, num processo coordenado pelos Conselhos de Centro, que também deverão coordenar as discussões para subsidiar os Conselhos Superiores.

- Os orçamentos anuais deverão ser elaborados a partir dos departamentos, de forma a que reflitam a realidade da Universidade. Este processo deverá ser coordenado pelas Congregações e Conselhos de Centro, passando pelo CEG e CPEG e finalizando no Conselho Universitário, a quem cabe a aprovação definitiva.

- Ativação imediata da Editora da Universidade, prevista no Estatuto, que deverá se constituir numa importante ferramenta de divulgação do trabalho produzido na UFRJ e de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1984

Este documento retrata as posições consensuais quanto a princípios e ações imediatas resultantes das discussões realizadas no Conselho de Representantes, que delegou a diretoria da ADUFRJ a responsabilidade por sua redação.

REPRODUZIMOS, A SEGUIR, OS PRONUNCIAMENTOS DE TANCREDO NEVES E DOCENTES NO ENCONTRO DO CANDIDATO COM A ANDES E AS AD'S. OS DISCURSOS DE TANCREDO NEVES E DA ANDES E O DEBATE COM OS DOCENTES.

O DISCURSO DE TANCREDO NEVES

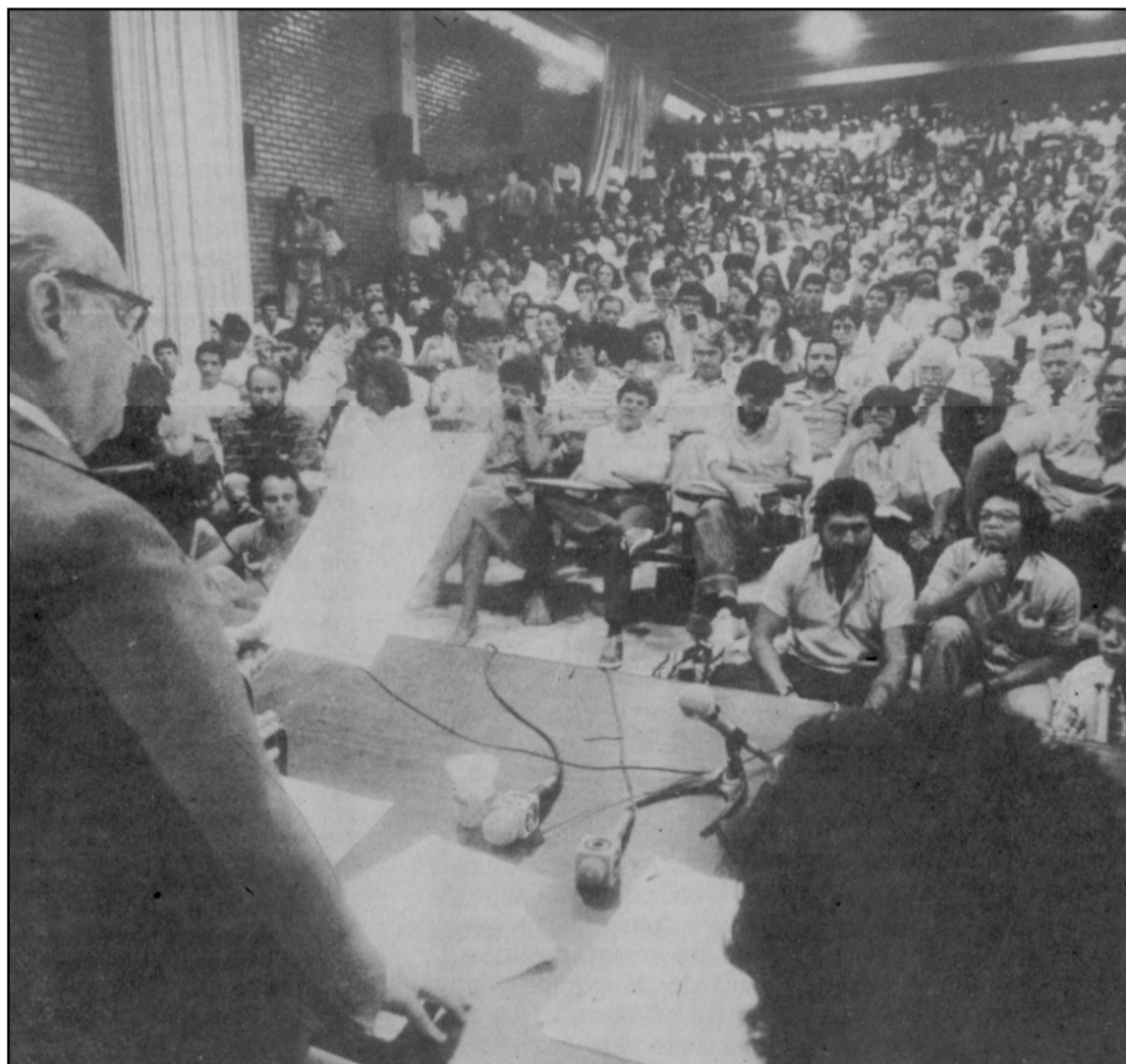
É com a maior alegria que me reuno, mais uma vez, com os educadores de meu País para trocarmos idéias sobre os graves problemas que se abatem sobre a educação brasileira, especialmente sobre a crise a que foi conduzida a nossa Universidade pública.

Recebo, com muita esperança, o documento da ANDES, que contém sugestões importantes de diretrizes para uma política Universitária no próximo governo, baseada essencialmente na democratização do ensino e na valorização do pessoal do magistério. Estou convencido da necessidade de uma ampla participação da sociedade, especialmente de educadores e educandos, para emprendermos, com urgência e determinação, uma profunda ação renovadora no campo educacional.

Estamos diante da importante tarefa de resgatar-mos a enorme dívida social que o Estado contraiu com a Nação brasileira, o que no campo educacional significa reconhecer que a Educação é direito de todos e dever do Estado. Esta tarefa exige uma política nacional de educação articulada com as demais políticas sociais e capaz de ajudar o povo brasileiro em sua luta pela emancipação econômica, social, política e cultural.

A educação é necessidade nacional prioritária porque dela dependem a formação do cidadão e sua preparação para o exercício das funções sociais básicas para a continuação de uma Nação mais justa, democrática, livre e soberana. Dela depende, pelo esforço da pesquisa científica, a superação da profunda dependência tecnológica a que foi conduzido o Brasil, meta indispensável à recuperação de uma verdadeira identidade nacional.

Devemos entender a educação como patrimônio da ciência e da



cultura nacionais, instrumento fundamental da valorização do indivíduo e de criação de condições científicas, técnicas e políticas para a formação do cidadão, tornando-o capaz de participar da construção da história de uma nova sociedade brasileira.

Temos assistido, com profunda preocupação, ao longo de mais de uma década, ao progressivo declínio da importância da educação nas prioridades governamentais. O crescimento das matrículas do primeiro tem sido inferior ao crescimento populacional. Oito milhões de crianças de 7 a 14 anos continuam sem ter acesso à escola, embora a Constituição

Nacional lhes assegure este direito e determine ao Estado a obrigação de prover ensino de 1º grau público e gratuito para todos.

A Universidade brasileira passa hoje pela mais grave crise de sua história, em decorrência do sistemático corte dos recursos financeiros a ela canalizados, conduzindo-a a um estado lamentável de penúria, absolutamente incompatível com um projeto de Brasil livre e democrático. O mais grave é que as dotações orçamentárias das universidades públicas, autárquicas e fundacionais, para o ano vindouro são inferiores às verbas que lhes eram carreadas há quatro anos atrás. Este estado

de coisa não deve e não pode continuar porque compromete seriamente a competência de nossa Universidade pública e seus valiosos grupos de pesquisa, o que foi construído com grande esforço pela Nação brasileira.

É imperioso restituir à Universidade suas condições de pleno funcionamento para que ela possa reassumir o destino que lhe cabe na educação nacional.

O achatamento dos orçamentos para o ensino e pesquisa, especialmente nas Universidades autárquicas, vem se fazendo sobretudo às custas da compressão dos salários dos professores e dos funcionários técnico-administra-

tivos, em prejuízo da atualização das bibliotecas e em detrimento da adequada manutenção dos laboratórios.

O estrangulamento das finanças da Universidade pública vem esvaziando seus quadros, rebaixando a qualidade do ensino e a produtividade da pesquisa.

Dedicação plena é da maior relevância

O princípio da dedicação plena à instituição de ensino, defendido pelos docentes é requisito da maior relevância para os elevados padrões que deve perseguir a Universidade, vem sendo sistematicamente violado pela política suicida de cortes de verbas. Dentre os docentes universitários, não são poucos os que vêm sendo obrigados a deixar sua instituição ou a estender sua jornada de trabalho, buscando outros empregos ou trabalho adicional, de modo a obter salários compatíveis com sua formação e condições de apropriado exercício profissional.

Os recursos financeiros insuficientes, a precária manutenção dos equipamentos e a falta de insumos de toda sorte estão paralisando a pesquisa e inviabilizando a geração de novas tecnologias, causando severos danos ao desenvolvimento científico brasileiro.

Nesse quadro, lesivo aos interesses nacionais, a Universidade pública vem sobrevivendo graças ao denodado esforço de seus docentes e ao dedicado empenho de todos os seus servidores, conscientes da importância de seu zeloso trabalho para a educação brasileira e para o País.

É imprescindível promover uma substancial e efetiva modificação no quadro dos orçamentos da Universidade pública brasileira. É

indispensável alterar este quadro não apenas no discurso, mas fazê-lo de fato.

Recursos financeiros são Inadiáveis

É inadiável destinar os recursos financeiros necessários para a adequada manutenção e ampliação das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de elaboração crítica e de ação social da Universidade pública brasileira. Para isto, será elemento importante o cumprimento da letra e do espírito do artigo 4º do parágrafo 176 da Constituição Nacional, alterado por emenda de autoria do Senador João Calmon.

Reconhecemos os precários padrões de remuneração dos docentes e demais servidores da Universidade Federal, notadamente das autárquicas. Reconhecemos igualmente as injustas discriminações salariais que na Universidade Federal hoje separam a autarquia da fundação.

Envidaremos o melhor de nossos esforços para recuperar a competitividade dos padrões de remuneração dos professores e dos funcionários da Universidade Federal. Nosso trabalho estará comprometido com a busca de um justo equilíbrio entre os níveis salariais de ambas as formas de organização da Universidade Federal, a autarquia e a fundação, resguardando-se, contudo, as conquistas trabalhistas obtidas nas instituições fundacionais.

É necessário que o compromisso político com a educação pública contenha uma firme determinação de valorização do pessoal docente, através de remuneração adequada, implantação da carreira do magistério, e maior qualificação dos professores através de programas de pós-graduação no País e no exterior.

Todos estes esforços em prol da Universidade pública são um premente reclamo de nossos ideais de justiça social. São também imprescindíveis para que a Universidade brasileira, tendo condições de reter, ampliar e aperfeiçoar a competência de seus quadros, e dispondo de meios para elevar a qualidade do conjunto de suas atividades, possa buscar a excelência que a sociedade lhe exige, situando-se à altura de seu papel como um dos pilares da nossa cultura e do desenvolvimento nacional.

Precisamos de uma Universidade viva e atuante, reconhecida como centro intelectual, profissional e cultural, cuja produção acadêmica possa oferecer valiosa colaboração ao estudo da realidade brasileira e à busca de propostas de soluções alternativas. Para

isto, é indispensável incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em nossas Universidades públicas, ampliando seus recursos financeiros, diretamente pela elevação de seus orçamentos e indiretamente pelas transferências de verbas das agências federais de fomento como o CNPq, a FINEP e a CAPES.

O ensino superior no País é atualmente um mosaico dos mais diversos e variados tipos de instituições, no qual se destaca a Universidade pública como centro de elaboração crítica e de difusão do saber. Embora minoritária no cenário das matrículas do ensino superior, a Universidade pública é uma instituição a cuja defesa o Governo não pode se furtar.

A Universidade brasileira, esta honrada instituição que penosa porém firmemente resistiu aos vendavais do obscurantismo e ao aviltamento de suas finanças, precisa ter restaurada sua dignidade, precisa ser reconstruída, pois assim o exige a Nação.

Apesar da legislação vigente fixar a Universidade como a regra de organização do ensino superior, admitindo estabelecimentos isolados apenas como exceções (Lei 5.540/68), esta salutar diretriz não foi seguida no desenvolvimento deste nível de ensino. Floresceram as instituições isoladas e as faculdades privadas. A Universidade pública, mormente a Universidade Federal, cresceu num ritmo demasiadamente lento.

O ensino superior público, que em 1962 representava 60% das matrículas, quinze anos depois já via seu espaço reduzido para menos de 30%. A expansão das oportunidades de estudo gratuito neste nível de ensino não acompanhou as legítimas aspirações de nossos jovens. Este padrão de crescimento vem negando a grandes contingentes de concluintes do 2º grau a satisfação de seus lúdimos desejos de prosseguirem seus estudos no ensino superior público e gratuito.

Limitando a oferta de vagas, o vagaroso ritmo de expansão da Universidade pública fez do ensino superior no Brasil uma educação de ricos, para os ricos. Mas a Universidade pública deve ser da Nação brasileira. Não pode ser um privilégio de alguns poucos que têm a fortuna de alcançá-la.

A Nação não pode mais suportar exames vestibulares elitistas que injustamente direcionam para o ensino privado os estudantes que por sua condição sócio-econômica hoje não logram acesso à Universidade pública. O aperfeiçoamento dos processos de seleção e ingresso no ensino supe-

rior, a expansão das vagas na Universidade pública e sua articulação com um 2º grau público e de alta qualidade são tarefas inadiáveis da educação nacional.

Ampliar o ensino público e gratuito

A Nação não pode mais conviver com um sistema educacional que recompensa os privilegiados e pune os desfavorecidos. O ensino de 1º e 2º graus não pode dispensar as contribuições que a Universidade deve e precisa prover para sua melhoria e para sua reorientação no sentido de uma educação democrática.

É preciso voltarmos nossas vistas e nossos esforços para a reconstrução do ensino no País, tendo a Universidade pública como fulcro de sua organização e ampliação.

Nesse processo de reconstrução, uma Universidade federal efetivamente gratuita e integralmente mantida pelos poderes públicos será o cerne de nossos esforços no desenvolvimento do ensino superior. Para edificar uma educação democrática no País é condição fundamental promover a ampliação de vagas na Universidade pública, especialmente na Universidade federal, bem como assegurar a gratuidade do ensino que ela oferece.

Na reconstrução do ensino superior no Brasil, os poderes públicos têm o insofismável dever de zelar pela manutenção de padrões mínimos de qualidade do ensino, incluindo-se nessa tarefa a fiscalização das instituições privadas. Compete ainda ao governo, no que se refere aos estabelecimentos públicos ou privados, zelar pela separação de atribuições entre os órgãos decisórios aos quais cabe a gestão patrimonial e aqueles responsáveis pelo conjunto da vida acadêmica nos seus aspectos didáticos, administrativos e financeiros.

Na reconstrução do ensino superior no País, a Universidade federal será colocada nos trilhos do seu progresso. Deverá facilitar o acesso aos jovens que nela desejam ingressar, assegurando as necessárias condições para que se firme na inarredável trincheira da defesa da qualidade acadêmica e profissional, e aprofunde a promoção da pesquisa científica, tecnológica e artística necessária ao desenvolvimento nacional, à preservação da soberania do País e ao avanço de nossa cultura.

Recolocar a Universidade Federal na rota de seu progresso significa também renovar sua estrutura e seus processos decisórios. Esta renovação deverá pau-

tar-se por diretrizes de gestão democrática na sua administração, de diálogo na definição de seus rumos, de eficiência na execução de suas atividades, além de assegurar-lhe a indispensável autonomia que exige a natureza da instituição universitária.

É necessário renovar a estrutura da Universidade pública, e em especial a da Universidade Federal, dotando-a de adequados canais de comunicação e de representação dos segmentos que a compõem e das diversas categorias sociais. É preciso revigorar os processos decisórios da nova Universidade pública, que devem estar aptos a acolher os justos e legítimos anseios e reclamos de seus docentes, de seus estudantes, de seus funcionários e dos diversos setores da sociedade.

Autonomia acadêmica, administrativa e financeira

Democrática na sua estrutura e no seu modo de atuar, a nova Universidade pública, dentro das normas da convivência acadêmica, permitirá no seu interior o exercício da cidadania, que é um dos esteios do debate crítico assentado no pluralismo e na diversidade, razão de ser da instituição universitária.

É inadiável modernizar a administração da Universidade autárquica, libertando-a das rígidas e inoperantes normas que tolhem seu dinamismo. A nova Universidade autárquica não mais precisará orientar seus esforços para as frustrantes tentativas de romper as barreiras que a burocracia vem impondo ao seu pleno funcionamento. Esta nova Universidade poderá concentrar o melhor de suas forças na tarefa de consolidar e ampliar seu campo próprio de atuação.

É indispensável assegurar à Universidade pública seja ela autarquia ou fundação, sua efetiva autonomia acadêmica, administrativa e financeira. Autonomia que não a desvincule do Estado nem signifique a definição de seus objetivos e modos de atuação independentemente dos interesses sociais.

A autonomia acadêmica de nova Universidade pública deverá propiciar o exercício responsável de suas atribuições na definição dos cursos, dos currículos e dos processos de seleção dos estudantes, sempre de modo articulado com o ambiente social no qual a instituição está inserida e resguardado seu dever de buscar a excelência profissional e acadêmica.

A autonomia administrativa da nova Universidade pública deverá permitir que sejam adotadas formas mais eficientes de sua organização, ensejando a redução de seus custos e um melhor desempenho do conjunto da atividade universitária, inclusive e principalmente no que tange ao esforço de pesquisa.

A autonomia financeira da nova Universidade pública deverá garantir as condições necessárias para a flexível eficiente gestão dos seus recursos. Desfazendo as inadequadas restrições hoje existentes, e sem subtrair a instituição universitária do controle de sua despesa pelos órgãos públicos pertinentes, sua efetiva autonomia financeira será uma poderosa alavanca a movê-la rumo a seu caminho.

Assembléia Constituinte dará instrumentos

A nova Universidade pública, elemento de relevo na reconstrução do ensino superior brasileiro, terá ampla e ativa participação nos processos e nas decisões que fixam as prioridades das pesquisas necessárias ao País.

Para a reconstrução do ensino superior brasileiro, os princípios democráticos que tem orientado minha vida de homem público convocam toda a nação para um grande debate sobre a educação no País. Neste debate, incluem-se todos os segmentos da sociedade, instituições e organizações sociais, culturais, científicas e políticas, voltadas para a formulação de uma verdadeira política nacional de educação. Neste debate, compreendida toda a Nação brasileira, serão reconhecidas as entidades representativas dos docentes, dos servidores e dos estudantes.

Uma política nacional de educação que será contemporânea da sociedade em que vivemos não poderá ser decisão unilateral de um Governo, mas deverá ser fruto de um grande esforço democrático e participativo, permitindo que um amplo entendimento sobre os graves problemas da educação universitária alcance a consciência nacional.

Tenho certeza que a mobilização nacional que se fará para uma Assembléia Constituinte em 1986 oferecerá instrumentos políticos, jurídicos e institucionais modernos, necessários à reconquista da educação como veículo de avanço social e como fio condutor de formação da nacionalidade.

Muito obrigado.

Pronunciamento da Andes no debate com Tancredo

Os professores universitários brasileiros representados pela ANDES e pelas Associações Docentes, reunidos em seu X Conselho Nacional, definiram seu posicionamento sobre a situação política nacional e o processo sucessório. Neste contexto deliberaram a realização deste debate.

A derrota imposta pelo regime e pelas forças conservadoras à população brasileira, unificada em torno da Campanha pelas Diretas Já, implicou na exclusão forçada das massas populares e dos segmentos organizados da sociedade civil do grande debate nacional que deveria dar conteúdo ao processo sucessório.

A ANDES e as Associações Docentes entendem que a transformação do próximo período governamental na tão esperada e necessária transição democrática só será possível se for garantido o espaço de organização autônoma da sociedade civil e dos movimentos populares. Entendem também que será vital o debate aberto entre os poderes constituídos e a representação legítima dos movimentos sociais sobre os graves problemas que afetam a vida da população brasileira. Por isto tomaram a iniciativa de propor este debate sobre a universidade brasileira ao candidato da Aliança Democrática.

TRAJETÓRIA DE LUTA

As posições e propostas hoje defendidas pela ANDES e pelas Associações Docentes não resultaram de elaboração isolada ou individual mas são frutos de uma trajetória de luta e trabalho cotidianos de toda uma categoria. Trabalho que, apesar de relativamente recente, já demonstrou à nação ser árduo, maduro e responsável. Os professores universitários têm plena consciência de sua responsabilidade em apresentar à opinião pública e aos que advogam um regime democrático para o país, uma proposta para a Universidade brasileira.

Não é, portanto, gratuito mas, ao contrário, resultado de um amplo processo de mobilização, debate e organização de mais de 60.000 professores em todos os Estados do País, que a ANDES e as Associações Docentes tenham hoje uma posição de aguda crítica à política educacional do Governo. Política que nos últimos 20 anos marginalizou a Universidade do elenco de prioridades nacionais, desobrigou-

se de sua sustentação financeira, estimulou a centralização autoritária dos processos decisórios e a teria levado, não fosse o movimento vigoroso de defesa gerada no seu próprio interior, ao descrédito e à asfixia.

Apesar de submetidos, pela insensibilidade governamental e pela ganância empresarial, as condições de trabalho aviltantes e incompatíveis com a sua dignidade profissional, os professores têm lutado e continuarão lutando em defesa da Universidade e pelo resgate da sua enorme potencialidade enquanto patrimônio cultural, científico e tecnológico que deve ser colocado a serviço da população brasileira.

QUADRO DEPRIMENTE

O quadro caótico e deprimente hoje vivido pela educação superior no País foi demonstrado à opinião pública nacional pelas lutas recentes do professorado no setor particular, nas instituições fundacionais, nas universidades estaduais e, sem dúvida com mais contundência, pela recente GREVE DAS AUTARQUIAS federais, a mais longa já realizada por uma categoria a nível nacional da história do País. O inequívoco e unânime apoio da comunidade científica, das entidades representativas da sociedade civil, dos representantes parlamentares e o reconhecimento pelos próprios reitores da justeza das reivindicações não foram entretanto suficientes para alterar a postura intransigente de um governo que afirma inexistirem recursos para manter a universidade mas se mostra pródigo em cobrir com os recursos públicos os escândalos fraudulentos do capital financeiro.

Essa é a lamentável síntese de uma política exercitada com afinco: deixar à míngua a rede pública e estimular a ocupação dos espaços deliberadamente abertos ao processo de privatização do ensino. É esse o resultado: uma rede pública asfixiada financeiramente e uma hipertrofiada rede privada que abarca hoje 75% das matrículas do 3º grau e responde por apenas 5% da pesquisa e da atividade de pós-graduação. Onde, com raras e louváveis exceções, não há a mínima preocupação com a qualidade do ensino, e os professores, funcionários e estudantes estão submetidos ao exclusivo arbítrio de mensalidades patronais totalmente descompromissadas com a sociedade e os

interesses nacionais.

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Os professores não pretendem apresentar um modelo acabado de universidade, a ser implantado por decreto, mas definir os princípios básicos que devem nortear um processo de transformação da universidade articulado ao reordenamento democrático das instituições e à necessária definição de uma política de prioridades sociais para o País.

A universidade que queremos e pela qual lutamos deve ser pública, gratuita e democrática. Ela deve ser aberta a todos os que a procuram e por isso deverá estar interligada, em sua política, à rede pública de 1º e 2º graus. Deve ser custeada pelo Estado mas ter autonomia científica, didático-pedagógica e de alocação de recursos. Deve ser democrática em sua estrutura de poder interno, elegendo de forma direta seu Reitor e todos os seus dirigentes. Deve oferecer condições homogêneas de ensino e trabalho e ter flexibilidade acadêmico-administrativa que lhe permitam responder à diversidade das condições e exigências regionais.

O ensino público e gratuito é um direito de todos e um dever do Estado. Este princípio básico deve traduzir-se institucionalmente, estar incorporado à constituição e prever mecanismos para sua viabilização material.

É fundamental superar a fragmentação institucional e de condições de trabalho que hoje caracteriza o ensino superior e pensar na rearticulação do sistema universitário como um todo. Por isso a ANDES e as ADS definiram desde junho de 1982 o padrão único de universidade como ponto central de uma estratégia de transição que parta da realidade atual em direção à universidade que as necessidades nacionais reclamam.

O padrão único exige a implementação de medidas que visem instaurar condições homogêneas para o desempenho da prática pedagógica e científica tais como a carreira unificada para todo o magistério superior, isonomia salarial, estabilidade para ingresso na carteira do magistério, etc.

É fundamental também a definição de prioridades na construção daquela estratégia de transição.

É inadiável a reconstrução das condições de trabalho e expansão das vagas na rede pública dando

imediate utilização social à capacidade física instalada das IES públicas que hoje apresenta elevado grau de ociosidade. Redimensionar cursos e vagas, expandir os cursos noturnos são maneiras de fazer retornar à população os resultados de um patrimônio por ela financiado.

É igualmente urgente a definição de uma política para a rede particular que objetiva a transformação qualitativa das condições de trabalho e ensino através da implementação de uma carreira docente unificada nacionalmente e do financiamento público a projetos e programas específicos de pesquisa, capacitação docente e extensão de serviços nas condições previstas na proposta da ANDES.

Por fim é essencial a definição de uma política de pesquisa que considere a imperiosa necessidade de participação da comunidade científica, em caráter deliberativo, nos órgãos definidores da orientação superior das agências de fomento à pesquisa, conforme a proposta de reformulação dos estatutos do CNPq e da FINEP elaborada com ampla participação da comunidade científica e endossada pelas principais associações científicas e docentes do País. O descaso do atual governo pela atividade de pesquisa, considerada estratégica em qualquer país civilizado, pode ser constatado pela redução das dotações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a um terço do que era há cinco anos; pelo nível irrisório das bolsas de pós-graduação e a conseqüente perda e desestímulo de jovens talentos; pela dificuldade das instituições universitárias e de pesquisa em manterem atualizados os seus acervos de periódicos e livros científicos.

RECURSOS E DEMOCRATIZAÇÃO

Para implantar uma política apoiada nessas linhas é necessária a imediata implementação e cumprimento da emenda João Calmon em seu verdadeiro espírito que é o de compreender os recursos dedicados ao ensino não como despesa mas como investimento da mais alta importância e prioridade para uma Nação preocupada com seu desenvolvimento e independência científicos, culturais e tecnológicos.

É preciso que fique claro que a

Universidade brasileira pode e quer cumprir seu papel e o seu compromisso com a população que a mantém e vive hoje a frustração de ver sua contribuição impedida pela política de um governo empenhado na desnacionalização da ciência, da cultura e da economia nacionais.

O problema da autonomia universitária, está, portanto, indissoluvelmente ligado ao processo de democratização interna da universidade e às transformações democráticas que se processam no corpo social que integra. A Comunidade Universitária deve, em relação prática e constante com a sociedade, definir os rumos a serem adotados pela instituição para a satisfação das demandas sociais que lhe cabe enfrentar. É para tanto necessário que os segmentos que compõem a universidade tenham condições de discutir e definir democraticamente os parâmetros do ensino, da pesquisa e da extensão. Na rede particular isso se traduz na necessidade de autonomia didático-científico e administrativa das universidades frente às mantenedoras.

Os docentes têm claro que estas propostas serão inócuas se não estiverem articuladas ao processo de democratização geral do País. A Universidade enquanto atividade social específica é também espaço construtor da cidadania. Não haverá universidade democrática fora do contexto de instauração das liberdades civis, da garantia de exercício da cidadania por uma população inteira dela privada pela permanência das leis de exceção, do impedimento dos direitos elementares de manifestação e expressão, de greve, de independência sindical e organização partidária.

Sem tais condições não haverá como respaldar a necessária mobilização e empenho nacionais na defesa desse importantíssimo patrimônio público que a desídia governamental permitiu chegar à beira do colapso. A reflexão conjunta entre professores, funcionários, funcionários e estudantes e os setores sociais a que a universidade deve servir apontará políticas, prioridades e alternativas a um poder público que se espera não mais se coloque como tutor da sociedade mas como servidor e executor dos reclamos e demandas sociais.

Brasília, 23 de novembro de 1984.

Debate dos professores com Tancredo Neves

LUIZ POMPEU DOS SANTOS (Presidente da ADUMG): Excelentíssimo Sr. Tancredo Neves. Nós, durante 90 dias, tivemos uma greve, uma luta contra a intransigência do atual Governo, em defesa da Universidade, em defesa de nossas condições de trabalho. Tive, particularmente, a oportunidade de estar em contato com o senhor, como governador do Estado. E mostramos com dados que aqui vamos tentar reviver, a atual situação em que vivemos com relação à verbas de custeio da Universidade e com relação aos salários dos professores e dos funcionários técnico-administrativos das Autárquicas.

Na oportunidade solicitamos do senhor uma ajuda como solicitamos de outros setores da sociedade civil e de certa forma encontramos um apoio. Nossas conversas, me lembra muito bem, o senhor me disse que seria difícil uma ajuda mais profunda por não ter nas mãos o poder do Estado, por não ter nas mãos a decisão com relação à distribuição de verbas para as Universidades Autárquicas. E uma declaração que nós, docentes, gostaríamos de lhe fazer, é a seguinte: Vivemos hoje com um salário que chega a ser 1/3 do salário que tínhamos em 1970.

Na década de 70, principalmente na de 80, nossos salários foram aviltados profundamente. As verbas para a Universidade foram reduzidas e hoje nós temos laboratórios precários e professores sem condições de se atualizarem por falta mesmo do dinheiro para adquirir livros ou para prosseguir em seus cursos de aperfeiçoamento.

Portanto, a Universidade precisa hoje de uma solução emergencial. No nosso entender essa solução não vai ser dada pelo atual Governo. Nós perguntamos: o que o senhor concretamente, propõe como solução emergencial, para a situação de salários dos professores e funcionários e para a situação de verbas da Universidade ainda no início de 1985?

JOEL TEODÓSIO (Presidente da ADUFRJ): Dr. Tancredo Neves. Foi com muita satisfação que ouvimos no seu discurso a explicação de pontos fundamentais para a reformulação do ensino superior e particularmente para o fortalecimento da Universidade Autárquica, Pública e Gratuita. Em seu discurso destaque a questão da autonomia em relação à responsabilidade acadêmica e social da Universidade Pública. Com efeito, só com autonomia didática, científica, financeira e administrativa pode a Universidade Autárquica ser acadêmica e socialmente. Autonomia para orga-

nizar seus cursos e currículos e gerir seus orçamentos. Mas esta autonomia não pode se exercer através de acordos sigilosos. Neste sentido deve ser institucionalizada uma prática social que já mostrou ser profícua, correta e desejável. Trata-se das eleições diretas para os dirigentes das Universidades, desde o chefe de departamento até o reitor. Esta questão poderá ser resolvida com o apoio de seu Governo, de transição democrática, aos projetos de lei existentes do Congresso Nacional, que visam a mudar a lei sobre esta questão.

Por outro lado, a autonomia só poderá ser exercida com a mudança na composição e nas funções do Conselho Federal de Educação. O poder executivo, em seu Governo, deverá mudar a composição do CFE, de tal maneira que seja constituído, em sua maioria, de membros comprometidos com o ensino público e gratuito e não dos agentes do setor privado. Por outro lado, não pode continuar a situação atual, onde o CFE legisla mais que o Congresso Nacional. Qualquer portaria deste Conselho tem mais valor que as leis deste País, como por exemplo, a lei João Calmon.

TANCREDO NEVES: O meu caro professor colocou aqui de maneira muito clara o problema de uma solução emergencial para assegurar e solucionar da Universidade não apenas da sua parte técnica mas também nas condições de dignidade profissional reclamada pelo conjunto de seus docentes. Eu vou receber o governo no dia 15 de março, se for eleito. Vou encontrar o orçamento. Votado, e, mais do que votado, em execução. Sem conhecer a situação financeira do tesouro e sem promover no orçamento aquelas modificações necessárias ao remanejamento, a melhor utilização ou recursos das verbas específicas seria realmente muita levandade assegurar neste momento que eu posso fazer isto ou aquilo. Mas acho que o problema é realmente grave e urgente e tão logo nós possamos instalar nosso Governo, as entidades de classe serão convocadas para um diálogo e um debate amplo, em que o governo vai colocar as suas dificuldades e receber realmente das entidades de classe a melhor solução para o atendimento ao deferimento destas justas reivindicações colocadas pelo professor Pompeu.

TANCREDO NEVES: Com relação à pergunta do professor Joel Teodósio, ela se divide em duas seções: a primeira é a eleição dos reitores e diretores das diversas Universidades públicas e autárquicas. Devo acrescentar o seguinte: o pro-

vimento das Reitorias e diretorias está hoje cingido a um regulamento legal. Nós temos que primeiramente atender a revogação desta legislação vigente. Eu não terei, da parte do executivo, a menor dificuldade no atendimento a reivindicações aqui colocadas. Mas nós vamos depender do poder legislativo. Eu não tenho a menor dúvida de que uma casa eminentemente política como é o poder legislativo brasileiro ele não deixará também de ser sensível a esta postulação. Nós vamos na ocasião ter que enfrentar o problema dentro das normas da rotina de tramitação legislativa em nosso País. Seria realmente os trabalhos feitos junto às lideranças, junto as diversas bancadas com a visão do debater e o atendimento da postulação.

Com relação à composição do Conselho Federal de Educação nós vamos enfrentar o mesmo problema. Mas foi colocado aqui, realmente, uma preposição que nos parece extremamente digno de se argüir: é que o Conselho Federal de Educação deverá ser realmente provido por aquelas pessoas capazes de idoneidade técnica, intelectual e pessoal ligadas ao setor Educação pública e de não elementos ligados à educação privada por maior que seja a sua competência e seu valor (palmas). Eu tenho por esta proposição a maior simpatia.

PROF. MOYSÉS NUSSEN-ZVEIG (Associação dos Docentes da PUC-Rio): Não há Universidade digna deste nome sem um forte componente de atividade de pesquisa da qual depende também diretamente a qualidade do ensino. Rede particular compreende 75% dos alunos, 50% dos docentes (do ensino superior) mas ela é responsável por menos de 5% das pesquisas realizadas no Brasil. A quase totalidade provém de rede pública. Entre mais de 800 estabelecimentos de ensino superior particulares, apenas 1% desenvolve atividades de pesquisa. Que são, aliás, totalmente mantidas com verbas públicas como acontece em todos os países desenvolvidos. Uma fração mínima dos docentes trabalham em regime de dedicação plena indispensável para a pesquisa.

Ela é a realidade do ensino superior na rede particular, desmistificando a campanha pela privatização com base na pretensa superioridade gerencial da escola particular. A economia se reflete na péssima qualidade de produto dele resultante. Educação de qualidade é e se justifica plenamente como investimento em capital humano.

O financiamento da pesquisa da capacitação docente e de extensão

inclusive nas pouquíssimas Universidades dignas deste nome, é, portanto, uma missão do Estado, subentendendo-se que as verbas alocadas à Universidade sejam sujeitas ao controle público e que constituem os mais importantes e rentáveis investimentos de longo prazo para o futuro do País. Nos últimos anos o Estado vem se desobrigando dessa missão, tendo levado à beira do colapso justamente a Universidade e os estabelecimentos científicos e tecnológicos nela alicerçados. Um dos mais valiosos patrimônios da Nação, resultante de meio século de esforços. Os pesquisadores brasileiros não têm qualquer participação direta das decisões cruciais da política científica e tecnológica, inteiramente centralizada nas mãos de uma cúpula de tecnocratas que tem levado a desastres como o programa nuclear, além da desnacionalização da nossa indústria. Gostaria de conhecer a posição do Doutor Tancredo Neves com respeito a esses problemas e as propostas concretas, já formuladas. Primeiro: política com relação à rede particular de ensino. Segundo: aprovação da proposta apresentada pela comunidade científica, de mudança dos estatutos do CNPq e da Finep visando a participação direta da comunidade nas decisões sobre ciência e tecnologia; e terceiro: restabelecimento e ampliação do orçamento para pesquisa, que foi reduzido nos últimos cinco anos à terça parte do seu valor.

PROFESSOR GIL RIBEIRO GOES (AD Universidade Santa Úrsula): Sou professor da Universidade Santa Úrsula, uma instituição particular. Nesse momento estou representando aqui os docentes da rede particular de ensino brasileiro. Isso significa 50 por cento dos docentes; atendemos a 75 por cento dos alunos das Universidades brasileiras. É bom registrar ainda que apenas 5 por cento desses professores estão em regime de dedicação parcial ou plena. Os 95 por cento restantes são horistas, sem meios ou incentivos à pesquisa e à capacitação, não podendo portanto assistir melhoramento algum.

Além disso, são obrigados a trabalhar em vários locais, onde são atendidas apenas nossas necessidades mais elementares sem condições de exercer atividades ou fazer qualquer sugestão.

O recente episódio do veto ao inciso na emenda Marchezan, que assegurava o uso do indicador de 162 horas para o cálculo do reajuste de salário dá uma clara dimensão do descaso com que nossas questões são tratadas no atual Governo. Nes-

se quadro, o aluno supostamente preparado a um custo menor dessas instituições públicas - o que não é, na verdade - recebe um diploma sem que esteja minimamente preparado.

A construção de um padrão único de Universidade, posição defendida pelo movimento docente, passa, na rede particular, pela necessária alteração do regime de trabalho do professor. Para isso necessitamos a um só tempo: de uma política salarial justa para os professores, o que aliás, defendemos, para toda a classe trabalhadora; estabelecimento de um plano de carreira docente unificado para o setor; uma política de incentivo à capacitação docente; implantação progressiva de regime de tempo contínuo, com a conseqüente limitação do regime de hora-aula é situação de excepcionalidade. A implantação dessas políticas para a atividade do ensino superior particular - entendido por nós como uma concessão de serviço público - depende de uma reformulação geral do Estado. São essas as considerações que estamos trazendo é Vossa Senhoria para que apresente seu pronunciamento e posição.

TANCREDO NEVES: Os ilustres professores que aqui acabamos de ouvir, professor Moysés Nussenzeig e o professor Gil, propõem realmente uma questão que é comum às duas interpelações: qual é a posição do Governo face à Universidade particular, à Universidade privada. Devo dizer o seguinte: a prioridade do Governo é, sem dúvida, para com a Universidade Federal, autárquica, ou, realmente, a tradicional. E isso pelas razões óbvias: é um ensino tradicionalmente mantido pelos cofres públicos, e com esse aspecto realmente saliente colocado aqui pelo professor Moysés, de que a Universidade Federal é aquela responsável por alguns aspectos muito importantes da evolução da cultura, da técnica e da ciência brasileiras, que é a pesquisa; ela tem praticamente todo o monopólio da pesquisa no Brasil.

Não quero dizer também com isso, que o Governo vai ser inimigo, vai ser hostil à Universidade particular, porque seria irrealismo se ele se propusesse a esse programa. A Universidade particular tem hoje, aqui pelo que verificamos, quase 65 por cento das vagas universitárias e os seus docentes são em mais de 50 por cento dos docentes de todo o País. Ora, o País que tem todas essas notórias dificuldades decorrentes das limitações de seu subdesenvolvimento econômico, não pode de maneira nenhu-

ma prescindir dessa colaboração, que é realmente inestimável. As questões colocadas aqui são todas válidas, são todas procedentes, e é apenas o problema de compatibilizar a escassez de recursos financeiros com que conta a União, para atender esse quadro imenso que aqui foi colocado no atendimento às justas reivindicações do ensino particular.

MARIA DAS GRAÇAS DE CARVALHO BARRETO (AD Universidade do Amazonas): A abertura vai se referir à questão da estrutura de poder e, conseqüentemente, se referir - considerando que os reitores das fundações são na maioria nomeados, observando que esses reitores nomeados são incompatíveis com o que foi expressado por várias Universidades na tentativa de exercer um processo de eleição democrática, e considerando também que alguns desses reitores já têm mostrado claramente atitudes antidemocráticas, repressivas e até suspeitosas, como é o caso do Amazonas, por exemplo, envolvido na aplicação de Cr\$ 657 milhões no **Open** em conta particular, como está na **Folha de São Paulo** de ontem, considerando também a atitude repressiva feita pelo Reitor da Universidade de Rondônia, com a demissão sumária de nove professores, eu pergunto: quais são as medidas que serão tomadas no sentido de suprimir essas condutas evidentemente contrárias às suas declarações e garantir o processo de eleições diretas para os dirigentes da Universidade?

SADI (Vice-Presidente AD Universidade de Brasília): Ainda restam para ser nomeados, entre os reitores das fundações, cinco reitores, que constituirão, com as recentes nomeações dos reitores das fundações, um sistema que terá de se prolongar pelo próximo mandato da Presidência da República. Esses reitores estão sendo nomeados com base na atual legislação. Em primei-

ro lugar, eu gostaria de levantar uma questão a respeito dos reitores que ainda não foram nomeados, como é o caso do Reitor da Universidade de Brasília, como se posicionará Vossa Excelência diante dessas nomeações desses cargos de confiança; qual a posição de Vossa Excelência no tocante - um aspecto a mais - aos conselhos diretores das Fundações, para cuja nomeação não existe qualquer participação da comunidade universitária, da comunidade acadêmica? E, enfim, senhor candidato, eu gostaria de levantar - já foi respondida em parte por Vossa Excelência -, quanto ao problema dos salários, dos professores autárquicos, cujo padrão histórico de salários foi violentamente achatado pelas últimas remissões salariais. Gostaríamos de saber, se, realmente poderíamos contar com a recuperação desses padrões históricos de nossos salários.

TANCREDO NEVES: A professora Maria das Graças centrou sua interpelação no que diz respeito à conduta irregular de reitores. Nós não podemos fugir das normas legais; o dia em que fugirmos da legalidade, nós estaremos ferindo o que a democracia tem de essencial. Se a lei é má, nós devemos revogá-la, mas até que ela seja revogada temos de respeitá-la. Diante de casos de administrações ilícitas, como o que foi narrado, só há uma solução dentro da lei: são os inquéritos administrativos, para que realmente os responsáveis por esses ilícitos sofram as sanções legais. Não há como cassar titulares de mandatos por atos administrativos do poder público. Eles têm realmente garantias, têm direitos, e esses direitos estão também disciplinados nas suas restrições dentro da legislação vigente. Nos casos em que haja ilícitos gritantes como esse da Universidade do Amazonas, deve-se solicitar à autoridade competente a abertura de inquéritos, comprovar as irregularidades e, aí há base legal para o

afastamento. Dessa maneira pretendemos agir, e não temos outra maneira, na hipótese de chegarmos à Presidência da República, para conseguir orientar nosso trabalho.

O nosso eminente professor Sadi coloca o problema de Reitorias vagas. Eu não acredito que vá ficar nenhuma reitoria vaga em meu Governo (risos), de modo que o problema tem apenas valor hipotético, valor teórico. Mas aquelas reitorias que eu encontre em vaga, procurarei provê-las em um entendimento democrático, participativo, com as congregações, os corpos docentes e discentes daquelas Universidades que tenham realmente diretores, ou reitores a serem providos. Porque seguir as normas da legislação vigente seria realmente afastar totalmente a participação dos órgãos mais interessados na escolha desses reitores, de sua indicação, o que seria realmente uma negação de tudo quanto disse aqui, em minha palestra e nos compromissos que assumi com a Universidade.

Fala por último, nosso professor Sadi, a respeito da remuneração dos professores das Universidades nacionais que sofreram uma redução que ele considera realmente mutilante em seus vencimentos. Sem conhecer a situação do erário estadual (sic) nesse particular, e sem conhecer as reivindicações prioritárias da Universidade, dos encargos públicos para com o setor do ensino, seria muita leviandade da minha parte assumir aqui um compromisso que amanhã posso me ver na contingência de não poder honrar. E eu quero sempre poder olhar de frente os professores universitários de meu País.

CARLOS MARTINS (AD Universidade de São Paulo): Estou representando aqui, o setor das Universidades estaduais. Sob essa designação, aparentemente homogênea, na verdade se agregam setores extremamente diversos, compreendendo desde Universidades estaduais autárquicas até escolas isoladas, de âmbito municipal e regime fundacional. Duas imagens aparecem imediatamente quando se fala em estaduais: a primeira, talvez vinculada à força e ao prestígio das Universidades estaduais paulistas, é a de centro de excelência comprovada no âmbito acadêmico e científico; enquanto, que, na realidade, como disse, há uma enorme diversidade de condições de trabalho e de produção no setor.

A segunda imagem é a de que, por serem de âmbito municipal ou estadual, as reivindicações e os problemas de docentes, estudantes e funcionários nessas Universidades teriam de ser resolvidos e enfrentados a nível estadual ou municipal. No entanto, em sua luta, eles têm verificado que as duas questões que fundamentalmente se colocam - a saber: a necessidade imperiosa de mais verbas e a necessidade também imperiosa de democratização de seus procedimentos internos - esbarram em condicionantes que são exclusivamente de ordem federal. No primeiro caso, em função de uma política tributária que asfixia financeiramente os Estados e municípios; no segundo teso, em função de uma legislação federal que diminui extremamente a possibilidade de uma participação mais decisiva da comunidade universitária; me refiro aqui muito particularmente da legislação que limita a participação do corpo estudantil nos órgãos colegiados. A questão colocada, portanto, é como Vossa Senhoria veria, no seu Governo, essas questões.

TANCREDO NEVES - O problema das Universidades estaduais e municipais é realmente da maior complexidade, são centenas as Universidades municipais e estaduais, criadas assim pelo idealismo, pelo desejo de dotar muitas vezes um município de uma região de um conjunto de estabelecimentos de ensino superior, e sem muitas conside-

rações pelas condições financeiras necessárias para a manutenção desses estabelecimentos de ensino.

Entre as faculdades municipais e estaduais, há muitas que oferecem realmente excelentes condições de funcionamento, não só pelo ensino que ministram, como também pela alta qualidade dos seus professores; em algumas outras, precisamos, realmente, de uma severa fiscalização para compatibilizá-las com a alta finalidade que a Universidade tem no Brasil. Acho que é problema da maior complexidade, devemos examiná-lo realmente com espírito público e, tanto quanto comportem as possibilidades dos recursos financeiros, ir de encontro às suas deficiências para dotá-las de instrumentos adequados ao atendimento de seus objetivos.

Somos uma Nação pobre, tanto interna como externamente. Devemos US\$ 100 bilhões, que nos custam anualmente, só de juros, perto de US\$ 14 bilhões, e temos dívida interna de Cr\$100 trilhões, que se não for realmente contida, e não for realmente cortada na sua expansão, nós não vamos ficar apenas sem qualquer investimento no desenvolvimento econômico do País; poderemos pôr em risco a própria estabilidade do conjunto dos estabelecimentos de ensino superior, secundário e até primário do País. Temos, por conseguinte, essa limitação, que foge à toda e qualquer aspiração do mais nobre, a todo e qualquer desejo, todo e qualquer anseio do mais patriótico dos governantes. É de compatibilizar as aspirações com as carências de recursos que temos de enfrentar. Isso, sem dúvida, não quer dizer que a educação perca seu caráter prioritário na aplicação dos recursos federais.

Já realizamos nesse País obras das mais megalômanas, das mais imensas e babilônicas, agora chegou a hora de cuidarmos do homem na sua formação moral e intelectual e até na sua formação mística. Esse será, realmente, um dos objetivos do meu governo, Muito obrigado.

DEBATES - ELEIÇÃO PARA REITOR DA UFRJ

11 /12 -10h30m - local: Auditório do CFCH - PRAIA VERMELHA

17/12 - 11 horas - local: Salão Azul da Biologia - CCS

17/12 - 11 horas - local: Teatro Gil Vicente - IFCS, LETRAS, MÚSICA

18/12 - 10h30m - local: Roxinho - CCMN, FAU, CT, EBA e toda a comunidade.

19/12 - 10h30m - local: sala 11 E34 - HU, MEDICINA.



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 03/1983 a 10/1983.

IMPRESSO

EDITORIAL

Neste ano de 1983 não podemos cometer o erro anterior de deixar a campanha salarial esquentar apenas no segundo semestre. É necessário começar imediatamente. O reajuste salarial imposto pelo Governo resultou em severas perdas no valor real dos nossos salários. Existe a clareza de que é absolutamente necessário juntarmos nossas forças ao restante do funcionalismo pois a possibilidade de vitória de uma categoria isolada é muito remota. Muito já tem sido feito neste sentido nos últimos meses. Reuniões de entidades de servidores aqui do Rio de Janeiro têm se sucedido. Foi realizada uma inédita reunião, de âmbito nacional, reunindo cerca de 50 entidades incluindo a CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil). Outra reunião, deste caráter, será realizada no dia 26/03 em Brasília. No entanto, são atividades que têm reunido essencialmente as diretorias das entidades. É necessário que cada um de nós se integre na campanha, discutindo com os colegas, divulgando as informações, mobilizando seu local de trabalho, ampliando a participação. Devido às dificuldades que teremos que enfrentar e que ninguém desconhece é, sobretudo, importante que iniciemos desde já o debate a respeito das formas de luta que empregaremos.

A Reestruturação da Universidade é outro tema no qual temos que nos empenhar. O CFE (Conselho Federal de Educação), encarregado pelo Ministro da Educação de elaborar documento com diretrizes a respeito deste assunto, não tem dado mostra de que o fará num processo sensível às sugestões da comunidade acadêmica. Cresce, portanto, a necessidade de continuarmos exercendo pressão sobre o MEC e o CFE na direção de vermos atendidas nossas reivindicações.

Ao mesmo tempo é necessário nos determos sobre nossas posições, consubstanciadas no documento da ANDES entregue ao MEC. Este documento foi fruto do trabalho das Associações de Docentes no primeiro semestre de 82 e tem muitos defeitos, é muito superficial em vários pontos, impreciso em outros. Ainda assim é importante que todos os professores o conheçam e discutam.

Começar já

A ANDES por decisão de seu último Congresso, irá elaborar um documento substitutivo repetindo todo o processo anterior: Congressos Internos nas Associações de Docentes seguido de um CONAD, que será realizado aqui no Rio de Janeiro nos dias 04 e 05 de junho. Os temas a serem discutidos neste CONAD já estão estabelecidos: Regime Jurídico, Carreira do Magistério, Administração Acadêmica, Financiamento da Universidade, Estrutura de Poder e Democratização Interna, Avaliação da Produção Universitária e Relação entre a Universidade e a Sociedade.

A ADUFRJ fará realizar neste semestre o II Congresso Interno dos Docentes da UFRJ com o objetivo de levantar nossas posições que serão encaminhadas ao CONAD. Portanto, desde já, todos os professores estão convidados a, individual ou coletivamente, elaborar trabalhos sobre o que pensam a respeito da Universidade, em todos os seus aspectos. Qualquer trabalho que nos seja entregue será prontamente divulgado para que a discussão sobre a Reestruturação da Universidade se instale entre os docentes. Todos estão igualmente convidados a se integrar nas comissões que organizarão o Congresso. Esta forma, ampla participação de todos os interessados, é o melhor processo para aprofundarmos nossas propostas tornando-as ainda mais representativas dos nossos professores.

Existem ainda uma série de lutas internas que são importantes e que temos de encaminhar no nosso dia a dia. A ampliação da democracia através da reforma de estatutos e regimentos no sentido de conseguirmos eleições diretas e melhor representação nos órgãos colegiados, a melhoria das condições de trabalho, a obtenção de novas instalações para Unidades em situação precária (por exemplo: Colégio de Aplicação), a criação de um sistema efetivo de controle do regime de trabalho, a melhoria do ensino e da pesquisa e a integração com a sociedade são algumas das lutas que temos enfrentado e que devemos continuar levando.

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ

ANO V -

MARÇO - 83

N.º 15

O Boletim da ADUFRJ

Iniciamos, com este número, uma nova apresentação do **BOLETIM DA ADUFRJ**. Pretendemos que ele se torne um canal efetivo de comunicação entre os docentes, divulgando sempre as suas lutas.

A proposta inicial é que ele seja dividido nas seguintes seções:

- Editorial
- Informe das Unidades e do Conselho de Representantes
- Divulgação dos trabalhos das Comissões
- Seção de Cartas
- Opinião do leitor
- Informe da ANDES
- Informe sobre alguma campanha em desenvolvimento.

Contamos sempre com a colaboração dos colegas para o aprimoramento do Boletim. As críticas e contribuições são sempre necessárias.

No final da greve de 1982 foram formadas 3 comissões: Reestruturação,

Política Salarial e Boletim que já apresentam algum trabalho neste número. Apresentamos também o relatório dos delegados da ADUFRJ que participaram do 2º Congresso da ANDES em Fortaleza de 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1983. E também a avaliação da greve de 1982 feita pelo Comando da ADUFRJ.

A discussão sobre a Reestruturação da Universidade será um dos grandes temas a ser debatido no 1º semestre 1983. Para isso precisamos começar a preparar o nosso 2º Congresso Interno. A partir deste número apresentamos o desenvolvimento desta campanha.

O problema do CAP também precisa ser resolvido. Esta também é uma campanha que precisa ser engrossada pelos professores da UFRJ.

A Campanha Salarial continua sendo uma campanha que começa agora a englobar todos os funcionários públicos.

Comissão do Boletim

A Comissão do Boletim espera a colaboração efetiva dos colegas para a elaboração de nosso periódico. A mudança na forma do jornal necessita que um grupo se preocupe constantemente com a elaboração de artigos, seleção e montagem. Contamos com o apoio de uma equipe técnica, mas a maior responsabilidade é nossa.

A idéia inicial é de uma edição mensal, porém, para mantermos esta periodicidade, será necessário que um grupo maior de professores se disponha a trabalhar na **Comissão do Boletim**, que, por enquanto, é constituída por Ericksson (CT), Fernando (CT), Deise (IF) e Joel (CT).

Comissões

A Comissão de Reestruturação da Universidade se reúne às 4ª feiras às 16:00 heras no 2º andar do IFCS, Largo de São Francisco. **PARTICIPE!**

A Comissão de Organização do

2º Congresso já está formada: Joel Teodósio - Metalurgia - CT - 280-9322 ramal 242 e Marta Feijó Barroso - Instituto de Física - 280-9322 - ramal 349 e 270-1191. **PARTICIPE!**

REESTRUTURAÇÃO
DA
UNIVERSIDADE
ADUFRJ

OPINIÃO



Pela modificação radical dos critérios e dispositivos legais de escolha de dirigentes universitários e composição de órgãos colegiados

JOEL TEODOSIO

O II Congresso da ANDES (janeiro 1983) decidiu "que em aspectos consensuais da Reestruturação, já vivenciados concretamente pela comunidade universitária, como, por exemplo, carreira do magistério, democratização interna e outros, sejam elaboradas minutas de anteprojetos de lei, a serem submetidas a ampla discussão pela comunidade universitária para posterior consolidação e envio ao Congresso Nacional".

A meu ver, existem, quanto à democratização interna, dois objetivos básicos, que são de amplo consenso político no movimento de docentes, e que já foram, de uma ou outra maneira, vivenciados pelo mesmo: participação da comunidade universitária na escolha de dirigentes, em processo que se esgote no âmbito da instituição, e mudança de composição dos órgãos colegiados, inclusive com participação da comunidade na escolha dos membros destes órgãos.

Estas questões já foram exaustivamente discutidas pelas ADs e pela ANDES, constando das resoluções de todas as reuniões, assembleias, congressos internos, etc, onde estes assuntos foram debatidos. Constam também do documento da ANDES entregue ao MEC. Por outro lado, durante o ano de 1982, em várias Universidades e também na UFRJ, os docentes lutaram na prática pela escolha de alguns dirigentes pela comunidade universitária. Várias experiências foram acumuladas, desde as conseqüências das limitações impostas por lei (escolha de listas sêxtuplas), até a necessidade de definição

quanto à composição do colégio eleitoral: A prática mostrou que o fundamental, o importante, foi a participação coletiva.

É necessária uma mudança radical na luta pela democratização interna. É a mudança de 2 (dois) entraves legais: o primeiro são os dispositivos de lei que tornam necessárias as listas sêxtuplas para envio ao MEC. O segundo, é 1 (um) artigo de lei que permite a atual composição e critérios de escolha dos órgãos colegiados. O amplo consenso político existente, é que a escolha de qualquer dirigente deve ser por eleição direta, da comunidade universitária, em processo que se esgote na própria instituição. O outro é que os órgãos colegiados sejam compostos de membros eleitos pela comunidade, com maior participação de cada categoria docente na composição dos mesmos. Questões como o colégio eleitoral, são a meu ver, secundárias diante do grande avanço que se teria, ao modificar estes dispositivos legais. E, se não houver consenso, pode-se deixar a critério de cada instituição a composição dos colégios eleitorais.

A transformação em lei destes dispositivos, seria um salto qualitativo na vida de cada Universidade, por vários motivos:

1 - Os entraves legais hoje existentes deixarão de ser utilizados por setores que há dezenas de anos centralizam o poder. Na experiência de 1982, por exemplo, verificamos que muitos setores impediram ou dificultaram a livre deflagração do processo de eleição direta, com o argumento da lei. Parte da comunidade, descrente da possibilidade de mudança, será atraída para a parti-

cipação, pois não se sentirá impotente diante da incerteza de que o dirigente escolhido pela comunidade tomará posse;

2 - Este aumento de mobilização e a certeza nas conseqüências do resultado eleitoral, potencializarão o debate e a busca de soluções para as questões cotidianas, os objetivos, as atividades, as modificações na vida universitária. Elevará a responsabilidade de cada pretendente a cargo de direção e aos eventuais ocupantes destes cargos. Não se tratará mais de processo eleitoral, algumas vezes, de simples protesto. Todas as opiniões, todos os pensamentos, todos os interesses serão despertados e poderão se manifestar e, eventualmente, serem postos em prática;

3 - A questão da autonomia da Universidade estará explicitamente em jogo, com a escolha de dirigentes em processo que se esgote no âmbito da própria Universidade. Nenhum dirigente será constrangido a sentir-se intérprete ou delegado do poder. Ao contrário, poderá sentir-se e agir como intérprete dos anseios, inquietações, objetivos, interesses e dinamismo da própria instituição ou área que represente. Serão criadas possibilidades de novas relações da Universidade com o Estado e a sociedade;

4 - Serão ampliados os canais e conquistados espaços, sem os quais torna-se difícil o encaminhamento de muitas questões e reivindicações colocadas atualmente pelo movimento de docentes. Com efeito, como conseguir influenciar, discutir, estabelecer consenso, e pôr em prática, modificações que dizem respeito a política de pessoal, avaliação da

produção universitária em termos de ensino, pesquisa e extensão, padrão de qualidade, orçamento e critérios de promoção e carreira do magistério, papel dos colegiados e dos órgãos e poderes executivos? Todas estas e outras questões passam pela necessidade de uma efetiva democratização interna, descentralização do poder, participação coletiva, e socialização de informações.

Há, nestas condições, de se empenhar pela mudança radical do poder burocrático e centralizado existente. Qualquer negligência de cada AD ou da ANDES neste sentido, seria colocar o movimento de docentes em limites estreitos e medíocres. Um grande passo seria, nos dois temas citados, modificar as leis existentes. E, pelo menos atualmente, só existe uma maneira de conseguir estas modificações: é através do Congresso Nacional, com projeto de lei que reflita os interesses da comunidade universitária. E, nestas questões, já existe o interesse de há muito manifestado e até motivado pela prática.

Por outro lado, existem possibilidades reais de êxito na conquista desta nova legislação. Paralelamente à unidade política interna do movimento de docentes, a sociedade brasileira tem manifestado exaustivamente o anseio por descentralização do poder e democratização das decisões. Ao mesmo tempo, este é um caminho objetivamente viável de contribuir na democratização das instituições nacionais e no fortalecimento do poder de decisão do Congresso Nacional. Pela primeira vez em nossa história, a comunidade universitária passaria a interagir de maneira unitária, mas

também independente, com o poder Legislativo. E não é por acaso que a prática dos últimos anos, do poder Executivo, tem sido o esvaziamento do Congresso Nacional. E o que aconteceu, por exemplo, em 1980, quando a carreira de magistério foi concedida através de decreto.

Devemos acreditar que, lutando para modificar estes dois aspectos legais, estaremos contribuindo para a democratização interna e para novos rumos na condução das atividades universitárias. Estaremos ampliando as possibilidades do papel, do movimento de docentes e da própria Universidade. Para isto, certamente, contaremos com bastante apoio externo, pois o conteúdo desta luta vai de encontro aos anseios da sociedade civil e das aspirações de participação existentes em várias camadas e classes sociais.

Diante do calendário estabelecido pela ANDES, o próximo CONAD de junho deverá "oficializar" a posição do movimento nacional de docentes quanto às questões da reestruturação da Universidade. Deveremos fazer, em maio, o II Congresso Interno da UFRJ, para estabelecer nossa posição. As questões levantadas neste artigo certamente serão ponto de pauta para discussão e deliberação deste nosso Congresso. Neste sentido, sem prejuízo de outros temas da reestruturação, torna-se necessário desde já a discussão dos pontos aqui levantados, para que o Congresso seja amplamente representativo em suas deliberações.

Relatório preliminar do grupo de trabalho de reestruturação da Universidade da ADUFRJ sobre o documento da Associação Brasileira de Mantenedoras (ABM) - apresentado no II Congresso da ANDES - Janeiro/1983

I - INTRODUÇÃO

Este documento procura explicitar as principais questões contidas no documento aprovado pela assembléia geral da ABM - Associação Brasileira de Mantenedoras, de novembro de 1982. A ABM é uma entidade que congrega, em nível nacional, as principais empresas que atuam no ensino superior privado, chamadas de mantenedoras.

Antes de passarmos à análise das medidas propostas pela ABM, é importante ressaltar que esta entidade tem real poder de influência sobre o Governo e o Conselho Federal de Educação (CFE). Por exemplo, uma das medidas propostas no citado documento, foi imediatamente absorvida e executada pelo Governo. Trata-se da revogação, em dezembro de 1982, da vigência do Decreto-Lei 86.000, que, congelava a expansão indiscriminada do ensino público privado. Ao mesmo tempo, durante a greve das autárquicas de 1982, o Professor Gladstone (secretário do DAUMEC) se pronunciava no sentido de congelar a expansão do setor público e não do privado, medida esta que é proposta do documento da ABM.

Parece-nos que o atual processo em curso no CFE e MEC, de "reestruturação" da Universidade e do Ensino Superior, conta com a participação ativa da ABM. Na introdução do documento, a ABM ressalta que em novembro de 1982 muitas propostas nele contidas, já haviam sido levadas ao CFE e ao MEC.

Finalmente, lembramos que o II Congresso da ANDES, ao discutir a questão do financiamento das atividades universitárias, aprovou e remeteu para discussão no movimento de docentes, uma proposta que trata especificamente das verbas públicas que se destinam às Universidades e Escolas Privadas. Esta proposta deve ser amplamente discutida, e está publicada no relatório dos delegados da ADUFRJ ao Congresso, publicado neste mesmo número do Boletim.

II - AS MEDIDAS PROPOSTAS

O objetivo básico das medidas apontadas pelo documento da ABM é resolver a crise provocada pela alta taxa de evasão escolar e aumentar a lucratividade das IES privadas. Paralelamente reivindicam um aumento da participação do setor privado no sistema educacional de 3º grau, o financiamento do Estado para pesquisas e atividades culturais e, finalmente, o estabelecimento de relações mais disciplinadas com o Estado de forma a permitir uma maior autonomia

do setor, tanto no que se refere a supervisão do Estado, quanto no estabelecimento de critérios próprios de excelência e de qualidade do ensino, distintos daqueles destinados ao setor público, de forma a "responder à vocação de seus recursos para atender aos seus específicos desideratos.

II.1 - A Ampliação do Crédito Educativo

A primeira medida proposta pela ABM para resolver o problema é a ampliação do crédito educativo com apelo a rede bancária privada. O documento diagnostica duas falhas principais no sistema atual: a limitação dos recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) para aplicação no programa de crédito educativo, devida em parte a alta inadimplência, e a dificuldade da CEF em verificar efetivamente a carência dos postulantes ao crédito.

A ampliação do Crédito Educativo através da rede bancária privada se faria através da mobilização de parte dos recursos do depósito compulsório no Banco Central, o que sem dúvida aumentaria a lucratividade dos bancos, uma vez que esta medida lhes permitiria a movimentação de capital, que de outra forma ficaria imobilizado. Esta medida conta com o apoio da Federação Nacional dos Bancos. Para resolver o problema da inadimplência a ABM propõe que as mantenedoras sejam as intermediárias entre os alunos e os bancos, avalizando os créditos concedidos, desde que o Governo permitisse o repasse da inadimplência às mensalidades. Argumentam que esta medida construiria na prática a justiça social, uma vez que responsabilizaria toda a comunidade, solidariamente, com as carências objetivamente verificadas. No entanto, este bloco de medidas tem o único objetivo de aumentar a rentabilidade das mantenedoras, e dos bancos, através da redução da evasão escolar, via ampliação do crédito educativo, e da "socialização" dos possíveis prejuízos provocados pela inadimplência. Uma alternativa proposta ao repasse da inadimplência às mensalidades, seria a Caixa Econômica passar a financiar, ou a se responsabilizar apenas o crédito inadimplente, neste caso, diretamente, as mantenedoras, que seriam os avalistas do crédito fornecido pelos bancos privados, o que não deixa de ser outra forma de "socialização de prejuízos".

II.2 - "A clausura de 50% das vagas em Universidades e Estabelecimentos Públicos de Ensino

Superior a estudantes de situação econômica de comprovada carência ou debilidade".

Esta proposta visa diminuir a evasão através de uma reserva de mercado que garanta o acesso às IES do setor privado de alunos de camadas da população de alta renda que, como mostram os relatórios da CESGRANRIO, seriam normalmente absorvidos pelo setor público.

Esta medida é justificada por uma argumentação demagógica baseada na democratização do acesso ao ensino superior, que promoveria objetivamente a mobilidade social. No entanto, o que é preciso ressaltar é que a elitização da Universidade Pública, e a dificuldade de acesso a essas instituições de alunos oriundos de populações de baixa renda é um problema estrutural, conseqüência, da degradação da qualidade de ensino no 1º e 2º graus, provocados pela privatização crescente, que gerou uma pequena elite de colégios particulares, de alto custo mas de ensino eficiente, e uma massa de colégios medíocres, inclusive os públicos, de ensino barato, que cria no seu alunado a ilusão do acesso às profissões de ensino superior. Portanto, se se quer democratizar o acesso ao ensino público, é o ensino de 1º e 2º graus que deve ser democratizado qualitativamente.

O documento da ANDES, porém, também demonstra a sua preocupação com este problema e propõe a ampliação das vagas das Universidades Públicas, mesmo porque, em tese, ninguém seria contra a clausura de vagas para possibilitar o acesso de alunos carentes, normalmente marginalizados do ensino público, desde que isso viesse acompanhado das condições objetivas para que esta nova clientela pudesse realmente aproveitar a nova oportunidade, isto é, em função das deficiências do 2º grau estes alunos certamente não teriam condições de acompanhar o ritmo normal dos cursos atuais; seriam necessários então: a criação de cursos de nivelamento, com turmas menores, o que exigiria a contratação de novos professores; recursos para bolsas de ajuda de custo e alimentação; bibliotecas com mais volumes; enfim, recursos que hoje a Universidade Pública não dispõe, nem disporá a curto prazo, como se pode inferir das declarações do Prof. Gladstone, de que os recursos para as Universidades Públicas estão congelados até o fim do atual Governo.

Para finalizar este item, é importante ressaltar que os critérios de carência propostas pela ABM são extremamente restritivos, como



mostra o anexo A, o que demonstra a real intenção de criação de uma **reserva de mercado**.

II-3 - A Ampliação da Participação do Setor Privado.

A ABM reivindica a ampliação do setor privado baseada em interpretações da Constituição (artigo 176 - inciso III) - "Trata-se de parecer do Ministro Victor Nunes Leal evidenciando não ser a educação concessão de serviço público, e, sim, atividade de relevante cunho social, livre a todos que queiram exercê-la". Com base neste parecer, argumentar a ABM ser ensinar um direito garantido pela Constituição e portanto, não cabe ao Estado cerceá-la.

Esta posição vai frontalmente de encontro ao documento da ANDES - "Propostas para a Universidade Brasileira" logo na sua primeira parte: "A Universidade, seu papel e a crítica à Situação Atual". Neste sentido, o documento observa que um dos três aspectos que caracterizam o quadro do ensino de terceiro grau após a implementação da Reforma Universitária imposta com a Lei 5540 de 1968 é "a progressiva aceleração do processo de privatização e empresariamento do ensino". Entretanto, a argumentação mais eloqüente contra a expansão do setor privado está contida nos itens 5 e 6 da primeira parte do referido documento, que serão transcritos a seguir:

"O ensino público superior, que em 1962 constituía 59,6% do número de matrículas, caiu para 27% já em 1977, demonstrando, claramente a expansão educacional do setor privado. O regime jurídico e as condições pedagógicas exigidas pelo MEC e CFE, que hoje regulamentam o ensino particular, longe de assegurarem condições mínimas para o desempenho de atividades acadêmicas, estimulam as inversões privadas e a lucratividade no ensino. Sob a aparência de instituições sem fim lucrativo, as entidades mantenedoras estão sendo mantidas pelas anuidades estudantis e tem-se demonstrado interessante campo empresarial revelado nas inversões patrimoniais, pagamento de elevados salários de seus dirigentes e outras operações contábeis."

"Esta situação é conseqüência direta da emissão do Estado no estabelecimento de normas de fiscalização e de diretrizes para o ensino superior em geral. Desta forma, gerou-se no setor particular do ensino superior um quadro marcado pela inexistência de condições mínimas de trabalho, pesquisa e ensi-

no. A rede particular, mesmo abrangendo cerca de 3/4 de número de matrículas, emprega não mais professores do que a rede pública e contribui unicamente com cerca de 2% da pesquisa e da pós-graduação."

"Os professores da rede particular se defrontam com a inexistência de uma carreira de magistério, ausência de qualquer estabilidade no emprego, de um regime de trabalho fundamentado na atividade horária; e os baixos níveis salariais têm sido agravados pela elevada rotatividade da mão-de-obra no setor e continua pressão patronal frente as tentativas de organização e participação dos docentes."

"A formação profissional na rede particular está prejudicada por cargas didático-curriculares e por uma relação aluno/professor totalmente incompatíveis com exigências mínimas acadêmicas. A ausência de projetos de pesquisa, a precariedade das instalações materiais, sobretudo bibliotecas e laboratórios, e a elevada jornada de trabalho dos docentes, inviabilizam a qualificação e o aperfeiçoamento e reverterem em um ensino massificado, pouco criativo e de baixa qualidade.

Este processo de privatização e deterioração do ensino na rede particular é acompanhado ainda de uma prática de progressivo e acelerado descompromisso da política oficial na dotação orçamentária da rede pública. Descompromisso que se revela na prática por uma regressão da participação pública na oferta global de matrículas no ensino superior no país. A universalização social da gratuidade tem-se demonstrado condição básica para a constituição de um sistema educacional não elitizante e discriminatória"

II.4 - A Reivindicação de Critérios Próprios de Excelência e Condições de Ensino, Diferentes, dos Utilizados para o Setor Público.

As mantenedoras entendem autonomia e democratização da Universidade de um ponto de vista bastante diferente da ANDES. Enquanto esta reivindica a abertura da estrutura de poder da Universidade, com a participação de toda a comunidade em todas as decisões, na gestão de seus recursos e a eleição direta para todos os cargos de direção, as mantenedoras reivindicam uma maior liberdade em relação à supervisão do Estado, de forma a "responder à vocação de seus recursos para atender aos seus específicos desideratos", isto é, maior lucratividade. Esta reivindicação se

baseia no mesmo parecer do Ministro Victor Nunes Leal, anteriormente citado, que garante "não estar sujeita à Universidade privada à mesma disciplina dos agentes substitutivos (no caso a Universidade Pública), à prestação social que o Estado avocasse, primariamente, à sua esfera de ação e desempenho".

A reivindicação da definição de critérios de excelência e condições de ensino próprios ao setor privado também se baseia no mesmo parecer: "Livre que é o acesso ao ensino; autônoma seria a probabilidade do setor de discutir, de princípio, aqueles critérios de ensino; fazer valer a sua perspectiva na qualidade de agente concorrente e não delegado do dever cívico."

O documento da ANDES, em sua segunda parte - A Necessidade de um padrão único de Universidade - A Qualidade do Ensino e da Pesquisa - traz uma contra-argumentação bastante eloquente e completa às reivindicações da ABM, que pasaremos a transcrever.

"Observa-se hoje uma grave heterogeneidade na situação do ensino superior no Brasil, onde a desobrigação orçamentária e a omissão didático-pedagógica do Estado apontam para um aprofundamento do processo de privatização, fator agravante do caráter elitista e excludente do atual sistema. Desta forma, a superação deste diagnóstico conduz à necessidade de uma redefinição do próprio projeto de política educacional de nível superior. Elemento essencial para uma tal definição está no estabelecimento a partir do poder normativo e fiscalizador do Estado, de um padrão único para a Universidade Brasileira, que elimine as distorções e o autoritarismo, e assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora e conforme as aspirações democráticas da sociedade brasileira."

"O padrão único no sentido aqui referido, longe de pretender eliminar as diferenciações mais do que naturais e positivas entre as diversas Universidades, ditadas por especificidades locais ou regionais por vocações diferenciadas ou por razões históricas, pretende elevar o nível do ensino superior no país. Visa corrigir uma situação em que prolifera o ensino de má qualidade em estabelecimentos que não oferecem aos professores as mínimas condições de ensino e pesquisa, nem condições de estudo sério aos alunos, a maioria dos quais paga caro por cursos falsificados no seu conteúdo por interesses comerciais. Visa também a transformação das Universidades Públicas, que potencialmente reúnem algumas das condições mínimas, mas não as concretizam plenamente devido à ausência de estímulo intelectual, ao autoritarismo e ao centralismo inibidores e esterilizantes e à insuficiência de recursos."

"A qualidade do ensino não pode ser pretendida abstratamente, sem dar as condições materiais à Universidade. O ensino superior de boa qualidade está ligado indissolavelmente à pesquisa, à atividade crítica e criativa. Não cabe ao professor apenas repetir informações em sala de aula e exigir um conhecimento

estático e morto. Cabe a ele estudar, elaborar seu conhecimento de forma dinâmica e viva, atualizar-se e avançar na sua área de trabalho, estar disponível aos seus alunos fora das aulas, orientar e participar de pesquisas, realizar experiências originais, escrever artigos, assistir e dar seminários, criticar e expor-se a crítica, participar democraticamente do trabalho coletivo com seus colegas e alunos. É para possibilitar este exercício pleno do magistério superior que os professores defendem um padrão de Universidade, não no sentido elitista, mas que exija de todo e qualquer estabelecimento do ensino superior as condições para exercê-lo com dignidade."

II.5 - O Financiamento de Atividades Culturais e de Pesquisa para o Setor Privado.

Esta reivindicação das mantenedoras completa a de clausura de 50% das vagas do setor público para alunos carentes. Como mostramos no item II.2, o objetivo real das mantenedoras é criar para si uma reserva de mercado de alunos oriundos das populações de alta renda, que hoje freqüentam as Universidades Públicas. Para receber esses alunos, que chegam do segundo grau mais bem preparados, e vindos de um meio social mais exigente, as escolas particulares teriam que responder ao anseio de uma melhor qualidade de ensino. Porém, um ensino de boa qualidade é indissociável da pesquisa na Universidade, e isto está explicitamente reconhecido no documento da ABM. Assim sendo, as mantenedoras propõem a formação de centros interuniversitários de pesquisa com financiamento do Estado.

O documento da ANDES também é muito eloquente neste sentido: "Uma Universidade de bom nível acadêmico, com laboratórios, bibliotecas atualizadas, maioria de professores em tempo integral, é inviável de ser custeada pelo pagamento dos alunos, o que também seria socialmente injusto. Não há como esperar que a Universidade se autofinancie pela cobrança de anuidades ou pela prestação de serviços, que não é sua função precípua. O retorno social do investimento nesta Universidade se dá indiretamente e a longo prazo, a fundo partido para o investidor, o que não estimula a iniciativa privada e torna obrigatória a presença do Estado. Logo, este padrão de Universidade só poderá ser atingido pela transformação e expansão da Universidade Pública e pela retração da participação do ensino privado, e não há como o Estado se desobrigar do custeio da Universidade Pública sem comprometer sua qualidade. A cobrança deste ensino teria o mero efeito ideológico de igualar o ensino público ao privado neste aspecto e pouco contribuiria para o financiamento da Universidade. Por outro lado enquanto existir o ensino superior privado, cabe ao Estado exigir dele que se aproxime ao máximo do padrão único de Universidade aqui defi-

nido. Entretanto, os recursos para este fim deverão ser captados no capital privado pelas mantenedoras, que devem ser fiscalizadas e obrigadas a cumprir o seu papel de manter as Universidades privadas, sem quaisquer fins lucrativos - como aliás é formalmente estabelecido e não cumprido.

III - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Este item deve ser analisado à luz do item I.3 do documento da ANDES onde estão definidas as idéias de autonomia, democracia e o padrão único de qualidade.

Segundo a ABM o pluralismo da idéia universitária deve ser apresentado através da idéia de Universidade vocacionada regional e setorial.

Cada uma delas pode ser resumida como:

a) Universidade Vocacionada - um empreendimento reclamando concentração seletiva de disponibilidade criadoras de recursos. Opção concreta e definitiva por atuação numa área específica de recursos humanos.

b) Universidade Regional - atividade de sensibilidade obrigatória às condições de carência e demanda do meio em que se configura. Comprometer-se com seu meio, colocando-o como inspirador para pesquisa, ensino e extensão. Deve haver intercâmbio entre as Universidades. Desconcentração do esforço educacional.

A nossa análise se baseia na dúvida de quem estabeleceria os critérios de vocação econômica e cultural regional. Que principi-

a serem seguidas por cada IES.

c) Universidade Setorial - progressão considerando o estabelecimento das conexões e interdisciplinariedades no campo imediato da atividade que escolheu coextensividade dentro de um mesmo universo científico. Interdisciplinariedade de cursos afins. Perspectiva globalizante, desenvolvendo uma visão universal, uma visão de mundo além das especializações.

Este lado da Universidade está mais ligado às áreas de conhecimentos a serem implantadas. A idéia apresentada está relacionada a minização de recursos. A idéia de "globalização" poderá acarretar, muitas vezes, num abaixamento do nível de ensino. A diversificação é importante, na medida em que as áreas de ensino e principalmente pesquisas são feitas desta maneira, aprofundando-se cada vez mais. A interdisciplinariedade pode e deve existir quando entendida como a troca entre especialistas, podendo-se assim aprofundar um determinado tema com a ajuda dos diferentes especialistas envolvidos. Vale lembrar que as recentes tentativas de implantação de alguns recursos de licenciatura em ciências e em estudos sociais (aliás, principalmente nas Universidades particulares) tiveram e estão tendo resultados lastimáveis. Hoje estes cursos estão sendo reestudados pelo CFE e pela SESU/MEC, tendo em vista a constante reclamação dos cientistas (SBPC e outras sociedades) e o baixo nível dos profissionais formados.

do critério de competência. Se ele não passar (pois suas possibilidades estão reduzidas à metade) ele poderá concorrer a uma vaga numa IES privada. Supondo um aluno não carente, com renda individual mensal em torno de Cr\$ 60.000,00 podemos imaginar, segundo dados do JB - 9/1/83, que apresenta os preços de diferentes cursos, que tipo de vida este aluno poderá levar. Para que ele sobreviva (coma, beba, se locomova, durma e estude) deverá tirar de idéia os cursos de medicina, odontologia e engenharia. Este aluno e outros poderão optar pelo plano bancário sugerido pela AB.

ANEXO B - Decreto nº 84.000.

Art. 1º - trata da prorrogação da vigência do Decreto 86.000, exceto quanto a novos pedidos de autorização de estabelecimentos de ensino superior.

b) projetos de novas carreiras ou cursos indispensáveis ao desenvolvimento nacional, definidos pelo CFE, consoante importarem respectivamente em:

- implantação de tecnologia avançada;

- atendimento a carências específicas de determinadas regiões do país.

Questiona-se mais uma vez quais os interessados nesta implantação de tecnologia e quem determina as carências das regiões?

d) projetos de curta duração:

Os modelos de cursos de curta duração já foram amplamente debatidos pelas sociedades civis e científicas. O CREA acabou com os cursos de engenharia operaci-

Segundo JB - 9/1/83			
Custo dos vários cursos para 1983: - tecnologia (engenharia) PUC-RJ		semestral Cr\$ 270.000,00	mensal Cr\$ 45.000,00
- medicina	Gama Filho	Cr\$ 250.000,00	Cr\$ 42.000,00
	USU	Cr\$ 200.000,00	Cr\$ 33.000,00
	Souza Marques	Cr\$ 330.000,00	Cr\$ 55.000,00
- odontologia	Gama Filho	Cr\$ 370.000,00	Cr\$ 62.000,00
	Campos	Cr\$ 290.000,00	Cr\$ 48.000,00
- ciências sociais e hum.	PUC - RJ	Cr\$ 185.000,00	Cr\$ 31.000,00
	USU (psicol.)	Cr\$ 105.000,00	Cr\$ 17.500,00
	FAHUPE (letras)	Cr\$ 105.000,00	Cr\$ 17.500,00
	(psicol.)	Cr\$ 120.000,00	Cr\$ 20.000,00
	USU	Cr\$ 145.000,00	Cr\$ 24.200,00
- administração	USU	Cr\$ 145.000,00	Cr\$ 24.200,00
	FASPA	Cr\$ 80.000,00	Cr\$ 13.300,00

os democráticos estariam assegurados para que estas idéias de Universidade fossem desenvolvidas de acordo com as necessidades locais e pessoais? Como a Universidade estimulará a descoberta da vocação regional?

A escolha de critérios para tornar uma Universidade vocacionada e regional (que não devem ser dicotomizadas) devem ser amplamente debatidos.

Uma Universidade só será útil e eficiente na medida em que houver constante intercâmbio com a comunidade, melhorando e adaptando-se mutuamente.

Outro aspecto a ser analisado é o intercâmbio proposto entre as diversas IES. As diferentes necessidades regionais nem sempre podem ser extrapoladas de outras regiões. Esta troca de serviços deve estar baseada na discussão constante das linhas

ANEXO A - Expansão e sistematização de uma política nacional de crédito educativo.

Decreto-Lei - Estabelece condições para reserva prioritária de até metade das vagas anual ou semestralmente, oferecidas nos estabelecimentos públicos de ensino superior no país, a candidatos economicamente carentes.

Art. 2º - trata da comprovação da carência econômica do candidato.

a) mensal individual - menor que 2 salários mínimos;

b) mensal familiar - menor que 5 salários mínimos.

Segundo os índices de carências, um aluno com renda individual acima de dois salários mínimos (= Cr\$ 50.000,00) não concorreria à metade das vagas das Universidades Públicas destinadas aos carentes. Estes estariam concorrendo a outra metade, segun-

onal e as sociedades científicas conseguiram sustar a obrigatoriedade da implantação das licenciaturas curtas e polivalentes. É importante combater este ponto, pois esta tentativa de reimplantação demonstra o não-compromisso com a boa qualidade de ensino. Os exemplos citados quando implantados foram de baixíssimo nível na maioria das vezes. Os profissionais formados não estavam aptos a desempenhar suas funções; assim sendo, os salários foram rebaixados.

É importante ressaltar a autonomia que as IES devem ter para desenvolverem novas experiências pedagógicas. Acreditamos que estas devem ser constantemente acompanhadas e analisadas por um órgão digno de manter um **padrão único de qualidade**.

Comissão de Política Salarial

Vivemos uma época de crise econômica, política e social. Para tentar resolvê-la o Governo adotou uma solução que passa pela recessão e pelo arrocho salarial, a qual aumenta o sofrimento de todos os trabalhadores, em particular dos funcionários públicos, mantendo inalterado o atual modelo econômico, concentrador de renda.

Recentemente, para justificar os índices de reajuste salarial do funcionalismo público federal bem inferiores à inflação do período, o Governo Federal alegou faltar recursos para um índice maior e apelou para os segmentos sociais contribuírem com sua cota de sacrifício para a superação da crise econômica.

Entretanto, conforme podemos observar a partir de um breve levantamento, o sacrifício fica, quase que exclusivamente, por conta da massa de assalariados, sobrando uma pequena parcela para um setor restrito do empresariado nacional. Enquanto isso, as multinacionais e o capital financeiro nacional e internacional continuam auferindo taxas de lucros altíssimos, mostrando que, se não existem recursos para reajustar condignamente os salários dos funcionários públicos federais, isto se deve ao fato de que tais recursos têm sido aplicados na execução de projetos que atendem tão somente aos interesses daqueles grupos e não correspondem às necessidades da maioria da população.

O objetivo básico deste grupo de trabalho é o de fornecer subsídios para a campanha salarial dos funcionários públicos, mostrando como têm sido empregados os recursos da União e quais têm sido os principais interesses atendidos.

Neste sentido, pretendemos preparar documentos que permitam o aprofundamento da questão sobre a relação entre o modelo econômico adotado e o arrocho salarial, de forma a preparar as discussões para o próximo Congresso Interno dos Docentes da UFRJ. A comissão já levantou algumas informações sobre planejamento energético, perda salarial do funcionalismo público, lucro dos bancos, imposto de renda de pessoa física e es-

cândalos financeiros. Além disso, iniciou contatos com outras entidades tais como UNSP, IERJ, Sindicato dos Bancários.

Já verificamos, por exemplo, que os lucros dos bancos têm sido enormes, que o imposto de renda para pessoa física é maior para quem ganha menos, que existe toda uma estrutura de apoio ao capital financeiro, cujos rombos são cobertos pelo dinheiro público. Nesta área, observamos uma política sistemática de privatização dos lucros e da socialização dos prejuízos.

O grupo de trabalho é composto inicialmente por Waldyr Azevedo Junior e Fernando Amorim, que podem ser encontrados na sala C-209 do

Centro de Tecnologia, tel. 280-7143 e 280-9322 r/228 e 339 e Ronaldo Coutinho, que pode ser encontrado na sala E-209 do Centro de Tecnologia, tel. 280-7643, e se reúne todas as terças-feiras na sala C-209. O grupo precisa urgentemente da colaboração de mais pessoas e as contribuições também podem ser feitas através de artigos e dados que podem ser enviados para os membros do grupo de trabalho ou para a sede da ADUFRJ, na sala D-200 do Centro de Tecnologia.

Como primeiro resultado do trabalho até agora efetuado, é apresentado a seguir o artigo Funcionalismo Público e Desenvolvimento Nacional escrito por Ronaldo Coutinho.

Funcionalismo Público e desenvolvimento nacional

Uma análise preliminar mostra que o desenvolvimento das nações tem sido promovido essencialmente por quatro vetores fundamentais: recursos humanos, recursos naturais, capital e tecnologia. A História apresenta casos de países que têm conseguido atingir elevados estágios de desenvolvimento sócio-econômico na ausência de um dos três últimos fatores; por exemplo, o Japão, a França, a Inglaterra e a República Federal da Alemanha utilizaram recursos naturais de outros países, juntamente com capital e tecnologia próprios. Já os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética lançaram mão de seus recursos naturais combinados com capital e tecnologia próprios. Cumpre ressaltar, porém, que em todos os casos de nações social, econômica e culturalmente desenvolvidas o vetor básico recursos humanos está sempre presente. Isto porque os recursos humanos constituem-se na força que origina e que sustenta a dinâmica do processo de evolução de qualquer sociedade; consequentemente, esse fator precede os demais em importância.

Os servidores públicos civis

brasileiros, municipais, estaduais e federais, não têm sido tratados à altura de sua importância pelas respectivas esferas governamentais, haja vista a inexistência de uma carreira única e bem-estruturada, e o esmagamento salarial a que têm sido submetidos há vários anos. Na verdade, estudos do próprio DASP mostram que seria necessário um aumento salarial de 147,5% a partir de 1º de janeiro de 1983, para que o funcionalismo civil federal recuperasse o poder aquisitivo que possuía em 1974. Outro aspecto iníquo da atual política salarial consiste na exclusão dos servidores públicos das vantagens do reajuste semestral. Ademais, os reajustes anuais concedidos ao funcionalismo não têm igualado a elevação do custo de vida, sendo absurdamente divididos em duas parcelas, o que agrava ainda mais a perda do poder de compra real de seus vencimentos.

Confirmando a acentuada queda da capacidade aquisitiva do salário do servidor público, a partir de 1974 verifica-se o seguinte quadro, segundo a revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas,

de fevereiro de 1983: enquanto no período 1974-82 o índice do custo de vida da cidade do Rio de Janeiro, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, passou de 100 a 4152, o índice de aumento dos salários do funcionalismo público civil da União variou de 100 a 2251, no mesmo período. Ou seja, enquanto o custo de vida cresceu de 41,5 vezes, os salários foram corrigidos em apenas 22,5 vezes.

Cumpre notar, também, que o argumento frequentemente usado pelo Governo federal de que maiores reajustes salariais têm sido inviáveis devido a um excessivo ônus causado pelas despesas de pessoal não é verdadeiro. Conforme a revista Conjuntura Econômica, de fevereiro de 1982, a participação da massa de salários representada pelos gastos de pessoal da administração direta da União, no dispêndio orçamentário total, vem caindo acentuadamente desde 1965. Naquele ano, os gastos com salários foram responsáveis por 20,7% do orçamento fiscal; em 1981, após uma deterioração contínua, chegou-se a 12,9%. Estes dados mostram claramente que o dispên-

dio orçamentário referente aos servidores públicos federais tem-se tomado bastante reduzido em relação aos gastos totais da União.

Além da grave situação delineada acima, tem-se repetido ultimamente uma crescente discriminação por parte do Governo, entre os servidores civis e militares da União; estes têm recebido maiores aumentos salariais, auxílios e vantagens diversas, tais como uma reduzida incidência do imposto de renda sobre seus rendimentos. De acordo com estudos realizados pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, durante o período de março de 1979 a janeiro de 1983, os servidores militares tiveram um índice de reajuste salarial igual a 1.170%, ao passo que em igual período os servidores civis tiveram um índice de reajuste de apenas 741%.

Esses fatos demonstram que os servidores públicos civis têm sido considerados pelo Governo como trabalhadores de segunda categoria, tanto em relação às demais classes trabalhadoras, como até mesmo em relação aos seus colegas militares. Obviamente, funcionários mal pagos tornam-se desmoti-

vados, deprimem o nível de produtividade da máquina governamental, e aumentam os custos operacionais do sistema de serviços públicos. Quando devidamente promovido, motivado e equipado, o recurso humano constitui-se no capital de maior efeito multiplicador no interior do sistema sócio-econômico, em qualquer época, estágio ou lugar.

A política de pessoal que vem sendo aplicada pelos vários governos é estreita e injusta. As arbitrariedades que vêm sendo cometidas contra o funcionalismo público têm que ser corrigidas imediatamente, para que as forças de trabalho federal, estadual e municipal transformem-se em vetores dinâmicos, e contribuam significativamente na construção de uma sociedade brasileira moderna, harmônica e justa. É necessário o estabelecimento de um novo estatuto para a carreira do funcionalismo público civil; é urgente a correção integral dos vencimentos dos servidores públicos de todos os níveis, assim como a adoção do reajuste semestral.

RONALDO
COUTINHO
FERNANDES

CAMPANHA

Campanha salarial

Este ano, mais do que nos anteriores é fundamental o início imediato de nossa campanha salarial. E ela já começou!

No exato dia em que os jornais publicaram o reajuste salarial que foi imposto ao funcionalismo, a ANDES e a ADUFRJ procuram articular com outras entidades de funcionários públicos a reação àquelas medidas. Deste passo inicial, além das notas de protesto, resultou a realização, no mesmo dia, de uma reunião envolvendo o Sindicato dos Médicos, a ANDES, e Associação de Docentes e Funcionários de Universidades do RJ.

Avaliada a situação, as entidades presentes concordaram que seria fundamental para os servidores públicos a reunião de suas forças numa campanha salarial unificada. Dentro deste ponto de vista foi decidida a convocação de todas as demais entidades de servidores sediadas no RJ para uma outra reunião, mais ampla. Ao mesmo tempo a ANDES iniciou contatos com os outros Estados e com as entidades de servidores de âmbito nacional.

Várias reuniões se sucederam no Rio de Janeiro. Tivemos notícias de que em vários outros Estados o mesmo estava acontecendo. Como resultado deste esforço tivemos um fato imediato na história recente do funcionalismo: a realização no Rio de Janeiro de uma reunião de âmbito nacional que congregou mais de 50 entidades de diversos Estados.

Neste meio tempo realizou-se em Salvador uma reunião do Conselho da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos Civis do Brasil) a maior entidade nacional de servidores. Esse Conselho deliberou reivindicar uma elevação (para 70%) e uma antecipação do

índice de reajuste previsto para junho. Esta é uma das partes mais importantes.

Uma articulação qualquer entre entidades de servidores encontra enormes dificuldades. Existe uma infinidade de entidades, extremamente diversificadas internamente. A exceção das Associações de Docentes e de Servidores de Universidade e de alguns sindicatos, não existe organização por local de trabalho resultando numa capacidade de mobilização muito restrita.

O resultado desta dificuldade se reflete na lentidão em que o movimento tem caminhado. No entanto, a força que esta articulação pode vir a ter e a impotência que teriam campanhas salariais diferenciadas frente à situação atual tem impelido todas as entidades num esforço de superação destas dificuldades e das divergências que têm surgido.

O próximo passo será uma segunda reunião de âmbito nacional a se realizar em Brasília no dia 26/03/83. Esta reunião, convocada pela anterior, pretende reunir o maior número possível de entidades, cada uma representada por 2 delegados, sendo um da diretoria e outro escolhido em assembleia. Desta reunião esperamos um aprofundamento da pauta de reivindicações e das formas de luta que adotaremos. Internamente, cabe a nós, professores da UFRJ, iniciarmos a discussão de todas as questões envolvidas na campanha salarial deste ano, envolvendo todos os nossos colegas nesta discussão. Este trabalho de mobilização não pode tardar e deve se pautar pela busca das formas de luta que devemos adotar e propor para a articulação nacional.

Reestruturação da Universidade: o próximo passo

Durante o ano de 1983 continuaremos desenvolvendo a nossa campanha pela Reestruturação da Universidade.

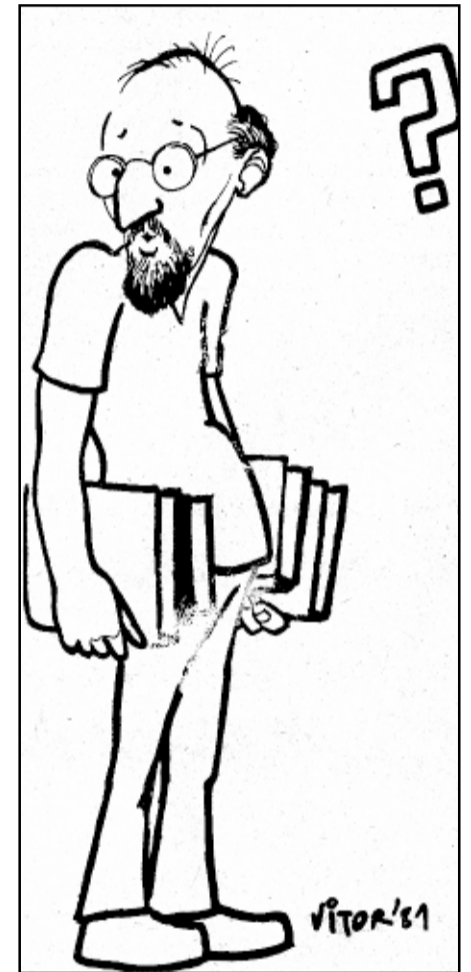
Na greve de 1981 os professores das universidades federais autárquicas foram surpreendidos com a notícia do MEC sobre o estudo da reestruturação da Universidade. O então Ministro da Educação, Gal. Ludwig, nos dava um prazo muito curto para que pudessemos encaminhar alguma sugestão. Conseguimos negociar um novo prazo (30 de junho de 1982) para enviar a nossa proposta.

Para que isto acontecesse as diversas universidades federais autárquicas organizaram, no 19 semestre de 1982, congressos internos, debates e seminários.

Na UFRJ, realizamos um congresso interno em maio de 1982 para a discussão da reforma universitária.

A ANDES realizou o 5º CONAD em Belo Horizonte de 10 a 13 de junho de 1982 para que as conclusões das AD's fossem debatidas e formassem a idéia dos docentes sobre o problema proposto. Uma comissão eleita durante este CONAD se encarregou da elaboração do documento "Propostas das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira" que foi encaminhado ao MEC.

Este documento não havia sido considerado pelo MEC até que, durante a greve de 1982, descobriu-se que a reestruturação estava em andamento, através dos avisos nº 473 e nº 474. Além disso, já havia uma comissão nomeada em âmbito do CFE para elaborar um projeto. Esta comissão deverá desenvolver um trabalho abrangendo os diferentes tipos de IES: federais autárquicas, fundações, estaduais e particulares. A atual Ministra da Educação se comprometeu a ouvir a comunidade universitária antes de proceder a reforma. Porém nos preocupa a não definição de formas e prazos. Não sabemos, até agora, se a comissão responsável pela reestruturação do CFE



já elaborou algum anteprojeto de lei.

Em fevereiro de 1983, durante o II Congresso da ANDES, foi montado um cronograma, que é apresentado, no relatório dos delegados da UFRJ, visando a ampla discussão entre os docentes, sobre a universidade. Assim, pretendemos até maio deste ano fazer o 2º Congresso Interno da UFRJ e levar sugestões para o VII CONAD para a elaboração final de um novo documento aprofundado que represente a idéia da ampla maioria dos professores.

Precisamos da sua opinião e colaboração nesta fase de discussões sobre a nossa Universidade. Se você tiver alguma sugestão ou proposta envie para a ADUFRJ, para que possamos dar ampla divulgação e servir de subsídio para os debates futuros.

Um mal sem remédio?

O CAP continua funcionando. Seu organismo está doente. As articulações enrijadas. Com problemas de circulação muito sérios. A disfunção é endêmica. Continua tudo como antes. Caindo, caindo, caindo ... as funções orgânicas cada vez mais difíceis de serem efetuadas. Tudo é conseguido com muita dificuldade.

Será que a Farmácia ainda possui o remédio salvador? Será que o organismo doente, mas ainda tão necessário, será esquecido como até agora? Será que pelo fato de uma cirurgia tão apressadamente decidida não ter sido realizada, não serão tentadas outras?

O Boletim da ADUFRJ será enviado pelo Correio. Por favor, atualize seu endereço.

OPINIÃO

A situação salarial atual dos docentes das Universidades Federais Autárquicas

João Saboia

Os reajustes determinados para os funcionários públicos neste ano - 40% em janeiro e 30% em junho - representam uma grande perda salarial. No caso dos docentes das universidades federais autárquicas constitui-se um retrocesso à situação de 1981, com perda de reposição salarial obtida em 1982.

Tomando-se como base o mês de maio de 1982 (época do segundo reajuste do ano passado) observa-se que os 40% concedidos em janeiro de 1983 são substancialmente inferiores ao INPC do período de junho 82/janeiro 83 (62,8%). Por outro lado, os 30% de junho próximo certamente serão inferiores ao INPC do período fevereiro 83/junho 83, que deverá ficar em torno de 37,0% (fazendo-se uma hipótese de 6,5% ao mês durante o período).

Para manter-se inalterado o salário real dos docentes, recuperando-se o poder aquisitivo de maio do ano passado, o reajuste de junho próximo deveria ser da ordem de 60% ao invés dos 30% (para ser mais exato 59,3% segundo nossos cálculos).

Consequentemente, a evolução do salário real foi bastante desfavorável. Dando-se o valor 100 para o salário de maio de 1982, obtém-se um valor igual a 86,0 em janeiro deste ano, e 81,6 em junho próximo. Em outras palavras, a perda salarial entre maio de 82 e janeiro de 83 foi de 14,0%, e entre maio de 82 e junho de 83 será da ordem de 18,4%.

Pode-se, portanto, concluir, que a reposição salarial obtida no ano passado foi eliminada este ano com os reajustes concedidos ao funcionalismo público (e docentes autárquicos).

TABELA 1 — REAJUSTE DOS SALÁRIOS DOS DOCENTES DAS FEDERAIS AUTÁRQUICAS E O INPC

PERÍODO	REAJUSTE SALARIAL	INPC
junho 82/janeiro 83	40%	62,8%
fevereiro 83/junho 83	30%	37,0%
junho 82/junho 83	82%	123,0%

(*) Para o período fevereiro 83/junho 83 foi feita a hipótese de uma taxa mensal de 6,5%.
Observe que o INPC de fevereiro foi de 6,63%

TABELA 2 — EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL DOS DOCENTES DAS FEDERAIS AUTÁRQUICAS base: maio de 1982=100

MÊS/ANO	SALÁRIO REAL	PERDA EM RELAÇÃO A MAIO DE 1982
maio 82	100	—
janeiro 83	86,0	14,0%
junho 83	81,6	18,4%

(*) Para o período fevereiro/junho 1983 supõe-se uma taxa mensal para a inflação de 6,5%

**REESTRUTURAÇÃO
DA
UNIVERSIDADE
ADUFRJ**

**Vem aí o II Congresso
Interno da UFRJ
prepare-se para participar**

**Secretaria da ADUFRJ
CT Bloco D sala D 200
Ilha do Fundão
Tel: 280-9322 r. 325**

EXPEDIENTE

Fernando Antonio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Ericksson Almendra - (CT) - Joel Teodósio - (CT).
Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D200 -
Telefone: 280-9322 - Ramal 325 Ilha Universitária - CEP
21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ
CGC 30.315.055/0001-51

**Colabore com o Boletim da ADUFRJ
envie sua opinião e artigos**

INFORME DA ANDES

Relatório dos Delegados ao II Congresso da Andes (31 A 4 - fev - 1983) - Fortaleza – Ceará

A expectativa de que o II Congresso Nacional da ANDES fosse o Congresso da Reestruturação parece ter esbarrado na falta de um trabalho anterior efetivo da parte das AD's, que passasse por uma produção de documentos para divulgação e debates na comunidade universitária. Não houve, assim, um aprofundamento da questão da Reestruturação pelo conjunto dos delegados em Fortaleza.

A ausência desse trabalho prévio resultou na impossibilidade de se rediscutir - de uma forma eficaz - pontos centrais do documento da ANDES que exigem um detalhamento, como, por exemplo, os que tratam do regime jurídico da Universidade, das formas de financiamento das IES, ou ainda, da desvinculação do DASP.

Apesar de o Congresso não ter concretizado uma proposta de Reestruturação mais aprofundada, acreditamos ter conseguido enfrentar (com maior ou menor sucesso) algumas questões centrais para o movimento, tais como a questão de relacionamento do MD com o movimento sindical e o que diz respeito ao padrão único da Universidade e verbas públicas na rede particular.

Além disso, consideramos importante ter o Congresso

proposto um cronograma detalhado sobre Reestruturação que, uma vez implementado, deverá resultar em uma proposta mais completa de Universidade.

Tendo em vista que a crise econômica, social e política que vivemos cria maiores dificuldades para nossas lutas salariais, trabalhistas e por verbas para a Educação, consideramos altamente positiva a indicação pelo Congresso, da necessidade de ampliarmos nossa política de alianças, tanto dentro da Universidade, com estudantes e funcionários, quanto no conjunto da sociedade.

Nesse sentido, nossa campanha salarial - e a última greve deixou isso claro - deve ser encaminhada junto com o funcionalismo público. As AD's e a ANDES devem integrar-se ao movimento dos funcionários, que começa a se articular, participando das reuniões de entidades nos Estados e a nível nacional.

Além disso, houve consenso sobre a necessidade de nos engajarmos, enquanto entidade de professores universitários, no movimento pela criação da Central Única de Trabalhadores. Com esse objetivo, foi deliberado que a ANDES peça sua in-

clusão na Comissão Nacional Pró-CUT, e foi eleito como nosso representante o prof. Pinguelli. O Congresso recomendou às AD's que participem dos Enclats e da Conclat, levando sua colaboração à luta de todos os trabalhadores contra o desemprego, o arrocho salarial e o conjunto da política econômica do Governo.

Na questão da Reestruturação da Universidade, não conseguimos avanços significativos em relação ao documento da ANDES, o que reflete a insuficiência da discussão nas Universidades. Pontos que exigem definição urgente - como a desvinculação do DASP, o orçamento global, o regime jurídico das Universidades Públicas - não foram aprofundados pelo movimento, e o Congresso nada pode deliberar a respeito. Por outro lado, um ponto que muitos pensavam resolvido no documento da ANDES foi posto seriamente em questão: a recusa de qualquer tipo de financiamento pelo Governo das atividades das IES particulares. Esta foi a questão mais polêmica, que chegou a dividir o Congresso.

Os professores das IES particulares já há algum tempo vêm questionando os termos do documento e propon-

do sua revisão. Diante disso, o CONAD de Vitória decidiu criar um grupo de trabalho das particulares, que através de reuniões de âmbito nacional, aprofundou a discussão e chegou à elaboração de um documento a ser submetido à aprovação do Congresso, e que divergia da proposta da ANDES para as Universidades particulares.

O documento encontrou forte oposição de parte do plenário, levou a uma discussão difícil e tumultuada e acabou não sendo posto em votação. Diante do impasse, foi aprovado, por ampla maioria, o seguinte texto:

“Este Congresso, tendo em vista a insuficiência da Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira com respeito às questões das Universidades Particulares (em especial no item 4 da 2ª parte) resolve e remete à discussão pelo movimento os seguintes pontos:

1 - Reafirmar o posicionamento unitário do MD contrário à captação de recursos públicos pelas entidades mantenedoras.

2 - No sentido de realizar objetiva e praticamente a implementação do padrão único de qualidade para a Universidade Brasileira, seja ela pública ou privada, impõe-se à efetivação de uma política de transição que a um tempo respeite os princípios e contemple as bases históricas e reais do cotidiano do ensino superior no país.

3 - Na atual conjuntura de crise onde se intensifica a estratégia privatizante do MEC em relação ao ensino superior é preciso reafirmar a necessidade de expansão de vagas na rede pública e congelamento da rede particular de ensino.

4 - Neste contexto uma política de transição para as IES particulares que efetivamente procure caminhar na direção do padrão único de qualidade deverá assegurar:

a) democratização interna;
b) o controle público da vida universitária;

c) o estabelecimento de uma carreira docente unificada nacionalmente;

d) integração do ensino, pesquisa e extensão.

5 - Quaisquer recursos do Estado destinados à implementação deste programa deverão se submeter ao controle público e democrático da comunidade universitária a que se destinam e deverão ser aplicados exclusiva e diretamente para estes fins sem nenhuma intermediação das mantenedoras.”

O Congresso definiu as próximas etapas para a discussão da Reestruturação da seguinte maneira:

- Março/Maio: Congressos ou Seminários internos nas IES;

- Junho: Simpósio Nacional sobre a Reestruturação da Universidade, promovido pela ANDES e outras entidades;

- CONAD - Conselho Nacional das Associações de Docentes;

- Julho: Mesa-redonda sobre o tema na SBPC;

- 2º semestre: Encontro Nacional de professores, estudantes e funcionários.

Foi decidido ainda que o movimento procure elaborar minutas de anteprojeto de lei, a serem enviados ao Congresso Nacional, sobre pontos consensuais da Reestruturação, como é o caso, no momento, da eleição dos dirigentes das Universidades.

Nome dos delegados

Deise (IF - CCMN)
Chaloub (IQ - CCMN)
Fernando (EE - CT)
Joel Teodósio (EE - CT)
Sílvia (FL - CLA)
Nara (IFCS - CFCH)
Moacyr (CAP - CFCH)
Dulce (HU - CCS)
Paulo Cesar (IB - CCS)
Erieksson (Diretoria)

REESTRUTURAÇÃO
DA
UNIVERSIDADE
ADUFRJ

**Vem aí o II Congresso
Interno da UFRJ
prepare-se para participar**

IMPRESSO

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
EDIÇÃO EXTRA MARÇO 83

N° 16

Reestruturação da Universidade Vamos Recomeçar a Discussão

APRESENTAÇÃO

O II Congresso Nacional da ANDES, fixou um cronograma de atividades com vistas à elaboração de novo documento representando a opinião dos professores a respeito da Reestruturação da Universidade Brasileira. Este cronograma prevê a realização de Congressos Internos em todas as Universidades até o mês de maio. No início de junho, aqui no Rio de Janeiro será realizado um Simpósio sobre o tema, aberto a toda sociedade civil, e logo após um Conselho Nacional de

Associações de Docentes (VII CONAD) que redigirá o novo documento.

O Congresso da ANDES também elegeu uma comissão de 4 professores para coordenar as discussões que antecederão o VII CONAD, bem como para difundir documentos elaborados pelas diversas AD's. Esta comissão após sua primeira reunião elaborou o documento que é objeto desta edição especial do Boletim da ADUFRJ e que se constitui num roteiro das principais

questões que estão em discussão no movimento docente e que serão objeto de deliberação do VII CONAD. Até o dia 25 de abril as AD's podem enviar quaisquer documentos preliminares a esta comissão que tentará consolidá-los e distribuí-los por todas as demais Associações numa sistemática que visa a difusão das discussões por todos os professores. Algumas Associações escolheram determinados temas sobre os quais se comprometeram a realizar discus-

sões internas e a elaborar documentos que sirvam de subsídios para as outras AD's.

Aqui na UFRJ, vamos realizar o II Congresso Interno no final de maio, para o qual já foi formada uma comissão organizadora. Para a preparação das discussões do Congresso a comissão de Reestruturação está formando subgrupos para trabalhar os temas sugeridos pela comissão da ANDES. Esta comissão se reúne às quintas-feiras às 17:00 horas no IFCS.

**A PARTICIPAÇÃO DE
TODOS OS PROFESSORES DA UFRJ
É FUNDAMENTAL**

INTRODUÇÃO:

O documento da ANDES intitulado "A Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira", entregue ao Ministro da Educação em julho de 1982, cumpriu o papel a que se destinou. De um lado, a partir do nível de reflexão do movimento docente manifestado sobretudo no CONAD de Belo Horizonte, em seqüência do trabalho desenvolvido nas ADs, ele apresentou uma proposta que obteve apoio importante da SBPC, OAB, e ABI em seus termos mais significativos, a saber:

1 - manutenção e ampliação do ensino público e gratuito;

2 - autonomia e funcionamento democrático da Universidade, com base em colegiados e cargos de direção eletivos;

3 - estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas Universidades;

4 - dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas;

5 - criação de condições para a adequação da universidade à realidade brasileira;

6 - garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas ("Nota sobre a reestruturação da Universidade e em defesa do ensino superior público e gratuito", assinado por Crodowaldo Pavan, Presidente da SBPC; Hermann Assis Baeta, Secretário Geral da OAB; Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI e Luiz Pinguelli Rosa, Presidente da ANDES).

Em segundo lugar, ele ensejou a oportunidade para um aprofundamento do movimento docente acerca de pontos pouco desenvolvidos ou imprecisos, que estavam a merecer uma reflexão particular. Isso manifestou-se claramente no II Congresso, que aprovou sugestões a serem incorporadas às contidas naquele documento. O II Congresso definiu igualmente a metodologia a ser utilizada: não se trataria de remendar o primeiro documento (que tem uma data e um significado no movimento docente), mas de elaborar outro trabalho que seja condizente com o atual nível de reflexão do corpo docente, a nível nacional, acerca da

Roteiro de Discussão sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira

Elaborado pela Comissão de Reestruturação da Universidade Brasileira criada pelo II Congresso Nacional da ANDES

Membros da Comissão

Neidson Rodrigues (Autarquias Federais)

Ivan Costa (Fundações)

Sidnei Solis (Particulares)

Elieser Oliveira (Estaduais)

Raul Güenther (Diretoria da ANDES)

Reestruturação da Universidade brasileira.

A comissão eleita em Congresso para dar continuidade a tal propósito compreende que faz parte do seu papel a atitude de reenviar aos docentes algumas questões insuficientemente esclarecidas do Documento de 1982, apresentando ao mesmo tempo, de uma forma didática, as novas questões que foram analisadas no II Congresso. Compreendemos, portanto, tal tarefa como sendo pedagógica, e pedagógica a tal ponto a facilitar novas definições políticas da ANDES.

É com este espírito que apresentamos, a seguir, os seguintes comentários e sugestões.

I - O REGIME JURÍDICO

1 - Autarquias ou fundações

O movimento docente ainda não tem uma definição precisa sobre o regime jurídico adequado às Universidades públicas, no sentido de garantir-lhes a autonomia universitária (Nos termos do item 5 do Documento da ANDES, relativo ao padrão único para a universidade brasileira). Esta imprecisão manifesta-se no mesmo documento, que afirma apenas que "o regime jurídico da universidade pública deverá ser único" (item 8), o que está longe de significar uma definição taxativa.

Até agora conhecemos dois regimes: Autarquias e Fundações.

Pergunta-se:

a) - por qual destes dois regimes deve optar o movimento docente?

b) - seria o caso e a oportu-

nidade de pensar-se em outros regimes? Quais?

É necessário lembrar que algumas fontes do Ministério da Educação aventam a possibilidade, a partir de estudos que estariam em andamento naquele Ministério, da adoção de um terceiro regime ("o regime universidade"), cuja característica seria a de não identificar-se nem com as autarquias nem com as fundações, ficando os professores e funcionários enquadrados num regime de trabalho diferente tanto do estatutário quanto do celetista.

OBSERVAÇÃO -: sugerimos a leitura do artigo do Prof. Dalmo Dallari "Universidades fundações", publicado em "Cadernos da ANDES" n° 1, novembro de 1981 e do número especial do **Jornal da ANDES** dedicado às Fundações.

II - CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Há uma posição consensual no movimento docente: a carreira do magistério há de ser única, compreendendo as IES federais (autárquicas e fundações), as estaduais e as particulares, preservando a isonomia salarial (Documento da ANDES, item 16).

No entanto, não definiu-se ainda sobre os critérios de progressão na carreira, deixando freqüentemente ao arbítrio de Comissões de Pessoal (de tipos diferentes, conforme o tipo de universidade) o estabelecimento desses critérios. Falta-nos ainda

clareza sobre formas e natureza de uma avaliação da produção docente, as quais deveriam ser respeitadas por todos os setores universitários.

Aqui cabem algumas questões:

a) avaliação dos docentes deve ficar restrita à cada Universidade ou deveremos pleitear (e definir) critérios e mecanismos de avaliação (para efeitos de progressão na carreira docente) a nível nacional?

b) - no caso específico das federais autárquicas, o movimento reivindica a desvinculação da carreira docente do DASP? A que órgãos ela deveria vincular-se?

Estas questões nos remetem à discussão do item 6 do presente documento, referente à avaliação da produção universitária, relacionando-se com os diferentes regimes de trabalho (estatutário, CLT, dedicação exclusiva, 40 horas, tempo parcial, etc.). É necessário que o movimento docente defina o sentido de cada um destes regimes na carreira do magistério.

Contudo, qualquer que seja o tipo de regime de trabalho (Estatutário ou CLT) ou das atuais universidades (autárquicas, fundações, estaduais e particulares), trata-se de assegurar políticas de estabilidade que garantam efetivamente aos docentes o direito ao trabalho e à ocupação. Neste sentido, sugerimos a leitura do documento, "Fundamentos de uma política de estabilidade na UNICAMP", distribuído aos delegados do II Congresso Nacional da ANDES.

III - ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

O movimento docente não reconhece o Conselho Federal de Educação como instância normativa para as universidades. De outro lado temos apresentado a reivindicação de que seja garantida às Universidades a autonomia para definição de seus cursos, currículos e programas. No entanto, o movimento docente

tem reivindicado a constituição de um órgão com a atribuição de normatizar e fiscalizar a política unificada do pessoal docente (conforme item 24 do Documento da ANDES) e a aplicação do padrão único de universidade (item 15 do mesmo documento).

Pergunta-se:

a) - quais os limites desta autonomia?

b) - qual deve ser a composição deste órgão normatizador (Conselho Interuniversitário) e as atribuições?

IV - FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE

O financiamento da universidade e em especial a aplicação de verbas públicas para as IES particulares, constituem duas das questões mais polêmicas no interior do movimento docente. Por esta razão, elas requerem uma reflexão a mais acurada possível, no sentido de que o movimento docente como um todo possa chegar a definições que lhe possibilitem uma orientação mais segura a este respeito.

Temos adotado a premissa de que cabe ao Estado (ao nível federal, estadual e municipal) responsabilizar-se integralmente pela educação em todos os níveis, através do ensino público e gratuito (item 1 documento da ANDES). Se há clareza a este respeito, ela falta no tocante a temas correlatos.

1 - Orçamento global

Temos nos manifestado reiteradamente pela adoção do orçamento global, no sentido de que ele não seja vinculado a rubricas, permitindo assim maior autonomia às Universidades na sua gestão financeira. Mas falta ainda uma clara definição do que significa esse orçamento global. Isso tem possibilitado ao MEC utilizar nossa reivindicação para afirmar que orçamento global significa simplesmente a ausência de orçamentos complementares.

O movimento docente tem reivindicado a implantação de uma carreira docente unificada dotada de isonomia salarial. Isso significa que a verba orçamentária para pagamento de pessoal (incluindo os docentes) deverá estar excluída do orçamento da universidade. Caso contrário, toda vez que uma universidade fosse levada a negociar verbas complementares com o poder público



provavelmente se criaria a oportunidade para restrições na rubrica de pessoal, acarretando modificações salariais (em relação a outras universidades) ou mesmo gerando uma política de contenção nesta área.

Isto é, gerando demissões de professores e funcionários.

Assim, pergunta-se:

a) - o que entendemos por orçamento global? Ele inclui ou exclui a rubrica de pessoal?

b) - que condições deveremos exigir para estabelecermos uma administração deste orçamento com a plena participação da comunidade universitária?

2 - Verbas públicas e IES particulares

No seu já referido Documento de julho de 1982, a ANDES afirmou taxativamente que as verbas públicas não deveriam ser alocadas nas IES particulares, as quais deveriam buscar seus recursos no "capital privado". Não deveria o Estado "fornecer subsídios às mantenedoras, já subsidiadas pelas isenções de impostos, pois a verba pública deve ser destinada ao ensino público e gratuito". É certo que esta posição contém um grau elevado de polêmica. Neste sentido as ADs das IES particulares aportaram uma grande contribuição ao movimento docente através de documento apresentado no II Congresso. E reconhecendo a insuficiência da proposta da ANDES para as universidades brasileiras com respeito à aplicação de verbas públicas nas universidades particulares, o II Congresso remeteu à discussão, para todo o movimento docente, os seguintes pontos:

1 - reafirmamos o posicionamento unitário do movimento docente contrário à captação de recursos públicos pelas entidades mantenedoras;

2 - no sentido de realizar objetiva e praticamente a implementação do padrão único de qualidade para a universidade brasileira seja ela pública ou priva-

da, impõe-se a efetivação de uma política de transição que a um tempo respeite os princípios e contemple as bases históricas e reais do cotidiano do ensino superior do país;

3 - na atual conjuntura de crise onde se intensifica a estratégia privatizante do MEC em relação ao ensino superior é preciso reafirmar a necessidade de expansão de vagas na rede pública e congelamento da rede particular de ensino;

4 - neste contexto, uma política de transição para as IES particulares que efetivamente procure caminhar na direção do padrão único de qualidade deverá assegurar:

a) democratização interna

b) o controle público da vida universitária

c) o estabelecimento de uma carreira docente unificada nacionalmente

d) integração do ensino, pesquisa e extensão.

5 - quaisquer recursos do Estado destinados à implementação deste programa deverão se submeter ao controle público e democrático da comunidade universitária a que se destinam e deverão ser aplicados exclusiva e diretamente para estes fins sem nenhuma intermediação das mantenedoras.

3 - Recursos não orçamentários para financiamento de projetos

A captação de recursos não orçamentários pelas universidades públicas carece de definição, entre outros, nos seguintes pontos:

a) - quais os critérios para a captação de recursos para projetos de ensino, pesquisa, extensão e capacitação docente?

b) - como garantir a autonomia da universidade perante as agências financiadoras?

c) - qual deve ser o relacionamento das universidades com as agências do tipo CAPES, FINEP e CNPq que exercem um acentuado poder no direcio-

namento das pesquisas?

Em suma, parece-nos que a questão fundamental a ser analisada no tocante às relações entre a universidade e as agências financiadoras é a da autonomia na determinação da natureza e do sentido (científico, universitário, social, econômico, etc) dos projetos de pesquisa. Sugerimos a leitura do artigo do Prof. Neidson Rodrigues, "A questão política da autonomia", em **Educação e Sociedade**, nº 11.

4 - Fundações nas autarquias

O movimento docente mostra-se particularmente preocupado com a proliferação de fundações dentro das universidades autárquicas. Tais fundações possuem geralmente grande autonomia financeira no que diz respeito à captação e gestão de recursos e autonomia administrativa principalmente no que se refere à administração de pesquisas. Parece haver mesmo a tendência a que agências financiadoras exijam das universidades a intermediação de fundações como administradoras dos recursos canalizados para pesquisa, ensino, extensão. Esta questão da presença e das funções das fundações nas autarquias requer maiores estudos, dadas as suas implicações inclusive nas estruturas de poder destas universidades. Sugerimos a leitura dos documentos distribuídos no II Congresso pelos delegados da APUFPr (Associação de Docentes da Universidade Federal do Paraná) e ADUFES (Associação de Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo).

5 - Alternativas de recursos públicos para financiamento da universidade.

Julgamos que o movimento docente deve também se debruçar sobre a questão das alternativas que podemos apresentar para contestar a contínua argüição das autoridades federais a respeito da inexistência de verbas ao nível do orçamento para ampliar a oferta de educação em geral e da universidade em particular. O movimento docente deve fazer um levantamento da relação Produto Interno Bruto/gastos com educação e outros setores orçamentados, o volume de recursos aplicados em projetos de duvidosa eficácia social e mesmo econômica, o volume crescente de recursos utilizados para sanar dificuldades financeiras de grandes empresas industriais, comerciais e finan-

ceiras, fazer uma avaliação das prioridades do investimento público, a natureza dos subsídios permanentes, como os juros subsidiados ao crescimento e expansão de certos setores industriais e empreendimentos agrícolas, subsídios à exportação, energia, etc. Há de se fazer um balanço igualmente da não utilização dos lucros das empresas estatais para qualquer atividade social, etc. Tais análises e levantamentos nos permitirão um nível de informação capaz de fortalecer nossa argumentação para a possibilidade efetiva de que o Estado tem capacidade de financiar integralmente a educação em todos os níveis.

V - ESTRUTURA DE PODER E DEMOCRATIZAÇÃO INTERNA

Existe consenso no movimento docente de que a estrutura de poder da Universidade deva ser constituída de órgãos colegiados e executivos, ambos eleitos integralmente pela comunidade universitária. Há entendimento também de que a definição de prioridades e estabelecimento de programas seja feita pelos colegiados cabendo aos órgãos executivos a sua implementação. Não é, no entanto, o que se constata na prática, onde os executivos, a exemplo do que ocorre no atual modelo administrativo do país, têm grande poder de deliberação sobre os mais diversos assuntos e exercem rígido controle sobre os colegiados. Como compatibilizar a visão teórica da administração democrática da Universidade com a prática? A simples conquista do direito de escolha dos dirigentes pela comunidade universitária resolveria a questão?

Outro problema relacionado com a estrutura de poder é a aversão que inspira à comunidade docente a nomeação de dirigentes estranhos aos quadros da instituição, fato identificado com processos de intervenção. Isto levou o movimento docente a fechar com a proposta "Os cargos de di-

reção e gestão financeira deverão ser exercidos exclusivamente por professores da Universidade", conforme expressa o documento de Belo Horizonte sobre reestruturação. Além da correção do espírito do texto aprovado em Belo Horizonte a respeito da atribuição exclusiva de tais cargos a professores, realizado pelo II Congresso de Fortaleza, temos a considerar igualmente algumas experiências levadas a cabo por universidades que têm promovido eleições para indicação de dirigentes e que têm convidado personalidades de reconhecido mérito acadêmico de fora dos seus quadros para participarem desses processos. Tais experiências têm sido consideradas positivas e concorrem para valorizar o processo de escolha.

No entanto, tem o movimento docente se pronunciado de forma clara a favor da escola democrática dos dirigentes universitários em todos os níveis e contrário, portanto, a todo processo de escolha em que não haja efetiva participação da comunidade universitária, como são em geral a escolha de tais dirigentes na quase totalidade das IES privadas, das Fundações (pelas limitações impostas pelo decreto 6733) e pela dissolução da vontade universitária nas autarquias pela exigência de lista sêxtupla.

No entanto, temos algumas indefinições que necessitam ser discutidas. A defesa da escolha democrática de dirigentes em uma universidade autônoma significa que a escolha deve se circunscrever com exclusividade ao âmbito da própria universidade? Significa igualmente que os dirigentes devam ser escolhidos através de eleições diretas ou há outras alternativas consideradas igualmente democráticas? Como se dará a participação dos vários segmentos universitários? Qual a composição final dos colégios eleitorais? Serão compostos da totalidade de alunos, funcio-

nários e professores ou defenderemos critérios de proporcionalidade, participação paritária ou outra forma? A candidatura a qualquer cargo na universidade é inteiramente livre, podendo concorrer qualquer membro da comunidade universitária ou devem ser estabelecidos critérios e exigências mínimas - seja de titulação, compromisso com a universidade, etc. -, em função do cargo a ser preenchido?

Por outro lado: devemos assumir um princípio único e geral para todas as universidades, que discipline processos para escolha de dirigentes em todos os cargos, ou a autonomia que reivindicamos deve transferir para o âmbito interno de cada universidade o estabelecimento de tais critérios e processos de acordo com suas especificidades e singularidades?

Temos de encontrar uma resposta também para que alternativas apresenta o movimento docente para a constituição de um processo democrático de escolha de dirigentes da IES particulares em que isso represente ou crie um impasse frente aos interesses das instituições mantenedoras?

VI - AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA

A questão da avaliação da produção universitária parece-nos constituir no momento uma das menos discutidas no movimento docente. Temos nos definido pela autonomia da universidade, o que implica necessariamente na autogestão administrativa e acadêmica. No entanto, tal princípio de gestão implica no crescimento da capacidade do corpo universitário de se auto-avaliar sem que tal auto-avaliação seja escamoteada por interesses corporativos dos próprios avaliadores.

Nesse sentido, perguntamos: quais os critérios mínimos para que sejam avaliadas as atividades básicas da universidade nos campos do ensino, pesquisa e extensão?

De outro lado, quais as formas

mais adequadas para essa avaliação? Ela se esgotará ao nível de cada universidade ou deve se abrir e incorporar nos processos de avaliação da produção universitária outros segmentos da sociedade civil? Se essa perspectiva é considerada necessária, quais os segmentos considerados adequados e quais as formas justas de sua participação?

A universidade tem sido freqüentemente acusada de ser baixo o nível de sua produção acadêmica, da existência de um grave descomprometimento profissional de significativas parcelas de seu corpo docente e de pesquisadores no desempenho de suas responsabilidades, fatos estes constantemente verificados com o descaso no cumprimento dos regimes de trabalho de 40 horas e de dedicação exclusiva. Nesse sentido a acusação tende a identificar a defesa de autonomia administrativa com a defesa de privilégios que seriam melhor distribuídos se a produção total da universidade fosse avaliada apenas no interior da própria universidade. Que propostas o movimento docente pode apresentar para uma correta definição da avaliação da produção universitária? Como estabelecer uma relação efetiva entre o ensino, a pesquisa e a extensão com a sociedade, de tal forma que a avaliação da produção universitária seja referida às respostas que a universidade pode apresentar às demandas sociais?

VII - RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE

O II Congresso de Fortaleza igualmente recomendou que o movimento docente definisse melhor o sentido da relação Universidade-Sociedade, especialmente que diretrizes se podem estabelecer para uma estreita cooperação entre a universidade e a sociedade civil. Nesse sentido, encaminhamos ao movimento uma reflexão sobre o tema.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 1983

EXPEDIENTE

Fernando Antonio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Ericksson Almendra - (CT) - Joel Teodósio - (CT).
Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D200 - Telefone: 280-9322 - Ramal 325 Ilha Universitária - CEP 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ
CGC 30.315.055/0001-51

O PRÓXIMO CONAD SERÁ NO RIO DE JANEIRO

IMPRESSO

REMETENTE
ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
EDIÇÃO EXTRA

ABRIL/83

N° 17

MUDANÇAS NO ESTATUTO DA UFRJ

APRESENTAÇÃO

Na seção do Conselho Universitário de 24 de março de 1983, a Reitoria distribuiu entre os conselheiros o documento que aqui re-produzimos na íntegra e que foi apresentado como sendo uma consolidação das diversas alterações realizadas no Estatuto da UFRJ nos

últimos anos. No entanto diversos artigos do Regimento foram remetidos ao Estatuto e a redação de vários outros foi alterada. Este documento começará a ser votado na seção de 07/04 quinta-feira.

Estamos num momento de discussão da Reestruturação de toda

a Universidade Brasileira e de imediato surge a indagação: por que consolidar agora nosso estatuto se estamos lutando para que se instau-re um processo que resulte em modificações profundas em toda a Universidade?

Devido a importância dos temas

torna-se necessário que todos os professores discutam este texto e procurem atuar junto aos seus representantes no Conselho Universitário, bem como assistir as reuniões deste Conselho, procurando influir nas decisões que serão tomadas.

**Início da discussão será
na seção do Conselho Universitário do
DIA 20 DE ABRIL QUARTA-FEIRA**

Novo Estatuto para a UFRJ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Cidade Universitária, 16 de março de 1983
Ao Magnífico Reitor da U.F.R.J.
Professor Adolpho Polillo.

Magnífico Reitor:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Magnificência, em cumprimento à primeira parte da tarefa de que fui encarregado pela Portaria nº 922, de 29 de dezembro de 1982, o texto consolidado do Estatuto da Universidade.

Este se constituiu do texto original, aprovado pelo Decreto nº 66.536, de 6 de maio de 1970, com reduções, acréscimos e modificações resultantes de:

- 1 - unificação sistemática de redação;
- 2 - incorporação das alterações propostas pela Universidade e aprovadas pelo Conselho Federal de Educação;
- 3 - incorporação de alterações já aprovadas pelo Conselho Universitário mas não examinadas pelo Conselho Federal de Educação;
- 4 - transferência, para o Estatuto, da matéria estatutária constante do Regimento Geral;
- 5 - alterações imperativas em decorrência da legislação vigente;
- 6 - acréscimos para sanar omissões tendo, como fonte, a prática universitária corrente.

Preferiu-se, em todos os casos, o uso das formas verbais no tempo presente seja pelo sentido de "presente durativo" que, como ensina Celso Cunha, serve "para indicar ações e estados permanentes ou assim considerados, como seja uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei", seja pelo sentido de "presente freqüentativo" que expressa, segundo o mesmo autor, "uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala". Eliminaram-se, assim, sempre, as formas do futuro com sentido imperativo. Essa decisão foi inspirada menos por motivos estilísticos que por consideração à clareza decorrente da estrutura lógica do discurso.

Convém recordar que o Estatuto e o Regimento Geral, foram votados, no bojo do processo da Reforma Universitária, com intervalo de cerca de dois anos. Omitiu-se, então, no Estatuto, matéria que fosse controvertida ou ainda indeterminada à época, relegando-se tais assuntos ao Regimento Geral. Essa prática, se teve na ocasião razão de ser, tem o grave inconveniente de favorecer duplicatas que trazem, como conseqüência, a eventual oposição entre o texto regimental e o texto estatutário, o que é absurdo já que, de hierarquia superior, este tem que prevalecer. Isso mesmo, entretanto, é o que ocorreu quando, recentemente, o Conselho Universitário, buscando emendar o Regimento, olvidou o texto do Estatuto, sem cuja emenda o deliberado não se podia sancionar. Transferiu-se, portanto, para o Estatuto tudo aquilo que, estando no Regimento era matéria estatutária, e, quando essa transferência evidenciou colisões, emendou-se o texto do Estatuto fazendo prevalecer a intenção reformista do Conselho Universitário ao se pronunciar quanto ao texto regimental.

Entende-se que é matéria estatutária aquela concernente à estrutura organizacional da Universidade (nela compreendidos a finalidade da Universidade e de seus órgãos, a composição dos colegiados deliberativos, o modo de provimento dos dirigentes, a definição do corpo social e as formas de ingresso nesse corpo social), à definição de sua jurisdição e às bases do seu regime patrimonial e financeiro. A matéria regimental é aquela relativa à competência das autoridades e aos procedimentos necessários à consecução das atividades universitárias.

Desse ponto de vista foram transferidos para o Estatuto os seguintes artigos do Regimento Geral: Art. 3º e seus §§, Arts. 8º e 9º, Art. 11, Art. 12 e seu parágrafo único, Arts. 14, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 33, 41, 45 e seu parágrafo único, 47, 48, 49, 51, 52, parágrafos únicos dos Arts. 53, 54, 55, 56, 57, Art. 58, parágrafos únicos dos Arts. 63, 64, 65, 66, 67, Art. 69 § únicos dos Arts. 63, 64, 65, 66, 67, Art. 68, parágrafo único do Art. 70, Arts. 72, 73, 75, parágrafos únicos dos Arts. 77, 80, 81, Arts. 82, 83, 85, parágrafos únicos dos Arts. 86, 87, 88, 89, Arts. 92, 93, 95, parágrafos únicos dos Arts. 96, 97, 98, 99, Arts. 109, 110, 111 (em parte), 112 e seu §1º, 113 e seu §1º, 115 (em parte), 116 (em parte), § 2º do Art. 116, 161, 169, 181, 182, 188, 189, 194, 196, 198, 200, 201, 202, 203, 204, e seu parágrafo único, 215, 216 , 217, 226, 248, 249, 295, 297 e seu parágrafo único.

Foram suprimidos, na numeração da versão ori-

ginal, o Art. 45, por desnecessário, o Art. 47, incorporado ao 43, 61, incorporado ao 60; 69 por tratar de matéria regimental, 85, por desnecessário; 86, fundido com o 87 no novo Art. 99; 101, incorporado ao 100 no novo Art. 115; 144, por desnecessário, 145, por se tratar de matéria regimental.

São textos novos, na numeração do projeto de redação final: os §§ 1º e 2º do Art. 9º; o § 2º do Art. 20, o § 2º do Art. 21, os §§ 2º e 3º do Art. 33 (transcrevendo o disposto na Lei 6.420/77), os §§ 2º e 3º do Art. 45, os §§ do Art. 46 (cujo **caput** pode, também em certo sentido ser considerado novo), o parágrafo único do Art. 62, o Art. 69 e seus §§, o parágrafo único do Art. 71, os §§ do Art. 73 (transcrevendo a Lei 6.420/77), o Art. 74 e seus §§, os §§ 2º e 3º do Art. 76 (transcrevendo a Portaria ministerial 340/81), o Art. 97 (tirado do Decreto 85.712/81), o Art. 99 (resultante da fusão dos Arts. 86 e 87 originais) e seus §§, o parágrafo único do Art. 104, os Arts. 107 e 108, o § 2º do Art. 110, o §2º do Art. 118, o §1º do Art. 128, os Arts. 142 e 143, o parágrafo único do Art. 145, o parágrafo único do Art. 151, o Art. 153, os Arts. 158, 159, 160 e 162. Como é óbvio não estão sendo considerados "textos novos" aqueles decorrentes da inclusão no Estatuto de dispositivos até aqui constante do Regimento Geral. Apontam-se, apenas, aqueles textos que foram incluídos nesta versão, seja por imperativo legal, seja para sanar omissões e que significam alteração de conteúdo em relação ao existente ou ao deliberado pelo Conselho Universitário.

Para que não fique qualquer dúvida o texto é apresentado com a indicação de números ao final, que remetem a notas explicativas que marcam a ocorrência de alterações e o seu motivo. Os artigos assinalados com (*) contêm remissões a outros artigos de modo a permitir que, em caso de alteração de última hora, determinada pelo Conselho Universitário, se possa conferir as remissões, com facilidade, antes que a matéria suba à consideração do Conselho Federal de Educação.

Poderia parecer vantajoso, em termos de flexibilidade, que o Estatuto deixasse ao Regimento Geral o máximo de disposições. Esse pensamento poderia prevalecer, quando os estatutos eram aprovados por decreto. Entretanto, a partir do Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, compete ao Ministro da Educação e Cultura aprovar, no exercício de competência delegada, estatutos de Universidades federais. Então, a eventual emenda do Estatuto passa a seguir rigorosamente o mesmo rito que a emenda do Regimento Geral, isto é, aprovação pelo Conselho Federal de Educação e homologação pelo Ministro da Educação e Cultura.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Magnificência os protestos de minha alta estima e distinta consideração.

(as) Alexandre Sérgio da Rocha

PARTE I

Da Instituição e dos Seus Fins

TÍTULO I

Da Instituição

Art. 1º - A Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição de ensino e pesquisa, criada pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, reorganizada pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, sob o nome de Universidade do Brasil, à qual foi outorgada autonomia pelo Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945, reestruturada de acordo com o Plano de Reestruturação aprovado pelo Decreto nº 60.455-A, de 13 de março de 1967, é pessoa jurídica, em forma de autarquia de natureza especial, com autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, constituindo-se nos termos deste Estatuto.

Art. 2º - A autonomia didática consiste principalmente na faculdade de:

- 1 - estabelecer sua política de ensino e de pesquisa;
- 2 - criar, organizar, modificar, e extinguir cursos, segundo critérios próprios, observadas a legislação, e as exigências do meio social, econômico e cultural;
- 3 - fixar os currículos dos seus cursos, obedecendo as bases mínimas fixadas pelo Conselho Federal de Educação;
- 4 - estabelecer o seu regime escolar e didático,

nos termos da legislação vigente;

- 5 - fixar critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos;
- 6 - conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

Art. 3º - A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

- 1 - elaborar e reformar o próprio Estatuto e o seu Regimento Geral, com a aprovação do Conselho Federal de Educação e homologação do Ministro da Educação e Cultura; (1)
- 2 - aprovar os Regimentos dos órgãos que a compõem;
- 3 - indicar, em lista sêxtupla, os nomes para Reitor e Vice-Reitor, destinados à escolha e nomeação de um deles pelo Presidente da República; (2)
- 4 - dispor, respeitada a legislação específica, sobre pessoal docente, técnico e administrativo, estabelecendo direitos e deveres, assim como normas de seleção, admissão, avaliação, promoção, licenciamento, substituição e demissão;
- 5 - admitir pessoal, dentro de suas dotações orçamentárias ou outros recursos, mediante nomeação ou contrato;
- 6 - demitir pessoal, respeitada a legislação.

Art. 4º - A autonomia financeira consiste na faculdade de:

- 1 - administrar seu patrimônio e dele dispor, observada a legislação;
- 2 - aceitar subvenções, doações e legados e cooperação financeira proveniente de convênios com entidades públicas ou privadas;
- 3 - organizar e executar o orçamento de sua receita e despesa, cabendo ao responsável pela aplicação de recursos a prestação de contas;
- 4 - administrar os rendimentos próprios;
- 5 - contrair empréstimo para a construção e aquisição de bens imóveis e para a compra e montagem de equipamentos de ensino e de pesquisa.

Art. 5º - A autonomia disciplinar consiste, principalmente, na faculdade de fixar o regime de sanções aplicáveis aos corpos docente, técnico-administrativo e discente, e de fazê-las impor, obedecendo as prescrições legais e as regras gerais do Direito.

TÍTULO II

Dos Fins

CAPÍTULO I

Dos Objetivos Gerais

Art. 6º - A Universidade destina-se a completar a educação integral do estudante, à busca e ampliação dos conhecimentos e à preservação e difusão da cultura.

Art. 7º - Em cumprimento ao disposto no artigo anterior constituem objetivos da Universidade:

- a) a educação em nível superior;
- b) a formação e o aperfeiçoamento de nível superior de pesquisadores e de professores;
- c) a atualização e o treinamento continuado de profissionais e técnicos;
- d) a pesquisa científica, filosófica e tecnológica;
- e) a criação artística e literária;
- f) a difusão da cultura em todos os níveis;
- g) a atuação no processo de desenvolvimento do país;
- h) a tomada de consciência dos problemas regionais, nacionais e internacionais;
- i) a participação formativa e informativa na opinião pública;
- j) o fortalecimento da paz e da solidariedade universal.

CAPÍTULO II

Da Educação

Art. 8º - A educação da Universidade visa a atender: (3)

- 1 - no desenvolvimento integral da pessoa humana e à sua participação na obra do bem comum;
- 2 - ao respeito à dignidade do homem e às suas liberdades fundamentais;
- 3 - à proscrição de tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política, ou religiosa e por preconceito de classe e de raça;

- 4 - ao fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- 5 - à preservação e à expansão do patrimônio cultural.

CAPÍTULO III

Do Ensino

Art. 9º - A Universidade ministra o ensino mediante a realização de cursos e de outras atividades curriculares e extra-curriculares, compreendidos nas seguintes categorias:

- 1 - graduação;
- 2 - pós-graduação;
- 3 - aperfeiçoamento;
- 4 - especialização;
- 5 - treinamento profissional;
- 6 - atualização;
- 7 - extensão universitária;
- 8 - pós-doutorado.

§ 1º - a Universidade ministra ensino de primeiro e segundo graus no Colégio de Aplicação, órgão de treinamento dos licenciandos. (4)

§ 2º - A Universidade pode ministrar, diretamente ou mediante convênio com outra instituição, ensino técnico de segundo grau compatível com suas atividades.

CAPÍTULO IV

Da Pesquisa

Art. 10 - A pesquisa, feita nas Unidades Universitárias, nos Órgãos Suplementares e no Museu Nacional, constitui-se em:

- 1 - processo obrigatório de ensino em todas as áreas do conhecimento;
- 2 - meio de descobrimento de vocações, de desenvolvimento de faculdades inventivas e criadoras, de aprimoramento de habilidade para o trabalho e de formação de novos valores humanos;
- 3 - fator de desenvolvimento econômico e social e de integração e segurança nacionais.

Art. 11 - A Universidade assegura ao pessoal docente a liberdade de escolha do objeto de investigação e, na medida de suas possibilidades, as condições para sua execução. (5)

CAPÍTULO V

Da Criação Artística e Literária

Art. 12 - No setor das letras e das artes a Universidade visa:

- 1 - ao ensino e pesquisa:
 - a) da língua nacional, de línguas estrangeiras e de línguas clássicas, e respectivas literaturas;
 - b) das técnicas de expressão literária, plástica, musical, coreográfica, teatral e cinematográfica;
- 2 - ao desenvolvimento das faculdades criadoras do estudante;
- 3 - à integração do pessoal docente e discente na comunidade universitária através da atividade literária e artística;
- 4 - à articulação com outras instituições de cultura literária e artística;
- 5 - à divulgação das letras e artes, utilizando meios de comunicação próprios ou existentes fora da Universidade;
- 6 - à participação ativa no desenvolvimento artístico e literário;
- 7 - à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.

CAPÍTULO VI

Da Difusão da Cultura

Art. 13 - A Universidade propõe-se promover a difusão da cultura através de seus órgãos e de meios próprios de comunicação com o povo, de maneira a atingir os seus objetivos. (6)

CAPÍTULO VII

Das Atividades Especiais

Art. 14 - A Universidade, ao lado das atividades gerais de educação, pesquisa e en-

sino, criação artística e literária e difusão da cultura, exerce outras, especiais, quaisquer que sejam consentâneas com o significado específico da instituição universitária na história da cultura. (7)

PARTE II

Da Estrutura

TÍTULO I

Do Conjunto de Órgãos

Art. 15 - A Universidade constitui-se de um conjunto de órgãos: os de Infra-Estrutura, os de Estrutura Média e os de Estrutura Superior.

Art. 16 - A Infra-Estrutura é integrada pelos órgãos de execução do ensino e pesquisa e por órgãos suplementares de natureza técnica e cultural.

Parágrafo Único - Os órgãos de execução do ensino e pesquisa são os Departamentos que integram as Unidades Universitárias e os Institutos Especializados. (8)

Art. 17- A Estrutura Média é constituída por um conjunto de Centros, órgãos de coordenação das atividades universitárias nas suas grandes áreas de ensino e pesquisa, e pelo Fórum de Ciência e Cultura.

Parágrafo Único - Um Centro Universitário constitui-se de Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares, cujos objetivos de ensino, pesquisa e prestação de serviços abrangem setores afins de conhecimento.

Art. 18 - A Estrutura Superior é constituída dos seguintes órgãos, de jurisdição sobre toda a Universidade: (9)

- a) de deliberação:
 - 1 - Conselho Universitário;
 - 2- Conselho de Curadores;
 - 3 - Conselho de Ensino e Graduação;
 - 4- Conselho de Ensino Para Graduados;
- b) de direção:
 - 1 - Reitoria.
 - 2 - Comissão Permanente de Pessoal Docente;
 - 3 - Comissão Permanente de Magistério de 1º e 2º graus;
 - 4 - Superintendências Gerais;
- c) de coordenação:
 - 1 - Conselho Superior de Coordenação Executiva.

Parágrafo Único - Além desses Órgãos, integra a Estrutura Superior da Universidade a Assembléia Universitária.

TÍTULO II
 Da Infra-Estrutura
CAPÍTULO I
 Dos Departamentos

Art. 19 - O Departamento, menor fração da estrutura da Universidade para os efeitos de organização administrativa, didático-científica e distribuição de pessoal, congrega professores para objetivo comum de ensino e pesquisa em disciplinas afins. (10)

Art. 20 - O Departamento é dirigido por um Chefe designado pelo Diretor da Unidade, mediante prévia indicação do Corpo Deliberativo pelo voto da maioria dos presentes, sendo preferido, em caso de empate, o de categoria mais alta e, entre os de mesma categoria, o mais antigo na categoria. (11)

§ 1º - A Chefia do Departamento cabe a professor da carreira do magistério que a exerce, em regime de tempo integral ou em regime de dedicação exclusiva, pelo período de 2(dois) anos, podendo ser reconduzido até duas vezes para períodos consecutivos. (12)

§ 2º - Com o Chefe do Departamento, e para igual mandato, se elege, com o título de Vice-Chefe, um professor que o substitua em suas faltas e impedimentos.

Art. 21- O Corpo Deliberativo é composto pelo Chefe do Departamento, seu presidente, pelos Professores Titulares, pelos Professores Adjuntos, por 2 (dois) representantes dos Professores Assistentes, 2 (dois) representantes do corpo discente em número igual a 1/5 (um quinto) dos membros não discentes, desprezada a fração. (13)

§ 1º - É assegurada a existência de pelo menos um representante do corpo discente no Corpo Deliberativo.

§ 2º - O Vice-Chefe a que se refere o § 2º do Art. 20 é membro nato do Corpo Deliberativo.

§ 3º - Por proposta do Corpo Deliberativo, homologada pela Congregação, outros docen-

tes lotados no Departamento podem integrar o Corpo Deliberativo.

CAPÍTULO II
 Das unidades Universitárias
SEÇÃO I
 Da Classificação e das Finalidades

Art. 22 - As Unidades Universitárias, dotadas de estrutura técnica e administrativa adequada aos seus fins, são de dois tipos:

- 1 - Faculdades ou Escolas;
- 2 - Institutos.

Art. 23 - A Faculdade ou Escola destina-se à formação profissional e à pesquisa. (14) Parágrafo Único - São suas finalidades a pesquisa e ensino em matérias profissionais de um ou mais cursos de graduação afins, além dos demais cursos e atividades referidos no Art. 9º.

Art. 24 - O Instituto destina-se, primordialmente, à realização da pesquisa básica e ao ensino em uma área fundamental do conhecimento.

- § 1º - São finalidades do Instituto:
 - 1 - o ensino básico para toda a Universidade;
 - 2 - a realização de cursos de graduação
 - 3 - o ensino, em cooperação com Faculdade ou Escola, de matéria profissional;
 - 4 - a realização dos demais cursos e atividades referidos no Art. 9º. *
 - 5 - a instituição e o desenvolvimento de planos de pesquisa e de aplicação de conhecimento;
 - 6 - a assistência técnica a outras unidades e órgãos da Universidade, bem como, mediante convênio ou ajuste, a entidades públicas ou privadas.

§ 2º - Os Institutos Especializados não constituem Unidades Universitárias mas, assemelhando-se a Departamentos autônomos, destinam-se, primordialmente, a realizar a pesquisa e ministrar o ensino em setor restrito de um ciclo profissional. (15)

SEÇÃO II
 Da Estrutura Técnica

Art. 25 - A Estrutura Técnica da Unidade Universitária é constituída pelos laboratórios que integram os departamentos e pelo conjunto de órgãos e serviços complementares - museus, bibliotecas, oficinas, recursos audiovisuais e outros - que apoiam as suas atividades.

Art. 26 - Quando o volume e os resultados das atividades de natureza técnica o aconselham, os serviços que as realizem podem destacar-se como organização de caráter técnico-econômico de prestação de serviços.

Parágrafo Único - A organização técnico-econômica prevista neste artigo obedecerá, em sua instituição, ao disposto no Art. 36, parágrafo único. (16) *

SEÇÃO III
 Da Estrutura Administrativa

Art. 27 - A Estrutura Administrativa da Unidade Universitária compreende:

- 1 - órgão deliberativo;
- 2 - órgão consultivo,
- 3 - órgão de direção executiva;
- 4 - órgãos de administração.

SUBSEÇÃO I
 Da Congregação

Art. 28 - O órgão deliberativo da Unidade Universitária é a Congregação. (17)

Art. 29 - A Congregação é constituída:

- 1 - pelo Diretor, seu presidente;
- 2 - pelo Vice-Diretor;
- 3 - pelos Professores Titulares;
- 4 - por dois representantes dos Professores Adjuntos;
- 5 - por dois representantes dos Professores Assistentes;
- 6 - por um representante dos Professores Auxiliares;
- 7 - por um representante dos Docentes-Livres;
- 8 - pelos Professores Eméritos;
- 9 - por representantes do corpo discente em número igual a 1/5 (um quinto) dos membros não discentes, desprezadas fração; (18)
- 10 - por um representante dos ex-alunos;
- 11 - pelos Professores Chefes dos Departamentos.

§ 1º - Os membros eleitos têm mandato de um ano.

§ 2º - Os representantes de categorias docentes são eleitos pelo voto secreto de seus pares, em eleição convocada pelo Diretor, e podem ser reconduzidos até duas vezes consecutivas.

§ 3º - Os representantes do corpo discente são indicados na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

§ 4º - O representante dos ex-alunos é indicado pela associação de ex-alunos correspondentes, conhecida pela Universidade.

§ 5º - O Regimento da Congregação deve dispor acerca da perda do mandato, por absenteísmo, dos membros eleitos ou indicados, e do ajuste de **quorum** para o funcionamento útil em face do absenteísmo de membros natos.

§ 6º - A Congregação pode dividir-se em Câmaras em função de objetivos especiais.

SUBSEÇÃO II
 Do Conselho Departamental

Art. 30 - O órgão consultivo da Unidade é o Conselho Departamental, constituído: (19)

- 1 - pelo Diretor, seu presidente;
- 2 - pelo Vice-Diretor;
- 3 - pelos D'retores-Adjuntos;
- 4 - pelos Chefes de Departamento;
- 5 - por representantes do corpo discente em número igual a 1/5 (um quinto) dos membros não discentes, desprezada a fração, assegurada a existência de pelo menos um representante.

SUBSEÇÃO III
 Da Diretoria

Art. 31 - A Unidade Universitária é dirigida por um Diretor auxiliado pelo Vice-Diretor e pelos Diretores-Adjuntos. (20)

Parágrafo Único - O Diretor exerce as suas funções em regime de tempo integral.

Art. 32 - O Diretor de Unidade é substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor. (20)

Art. 33 - O Diretor e o Vice-Diretor são nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura dentre os indicados pela Congregação, em lista sêxtupla, por votação uninominal, em escrutínios sucessivos, elaborada até 4(quatro)meses a posse do Reitor, vedada a recondução para período sucessivo. (20)

§ 1º - Os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor, de 4 (quatro) anos, extinguem-se 4 (quatro) meses após o término do mandato do Reitor.

§ 2º - A vacância do cargo de Diretor ou do cargo de Vice-Diretor na primeira metade do mandato implica na elaboração de nova lista sêxtupla, extinguindo-se o mandato do Diretor ou do Vice-Diretor que venha a ser nomeado 4 (quatro) meses após o término do mandato do Reitor.

§ 3º - Dando-se a vacância dos cargos referidos no § 2º na segunda metade do mandato do Diretor, o Reitor designa Diretor **pro tempore** ou Vice-Diretor **pro tempore**, conforme o caso, até a nomeação do novo Diretor ou do novo Vice-Diretor nos termos do **caput** deste artigo.

Art. 34 - Os diretores-adjuntos são designados pelo Diretor, homologada a sua escolha pela Congregação. (21)

Parágrafo Único - O exercício da Diretoria-Adjunta é incompatível com o da Chefia de Departamento, mas não com a representação de categoria na Congregação.

SUBSEÇÃO IV
 Dos Órgãos de Administração

Art. 35 - A Unidade Universitária dispõe, para fins administrativos, de um sistema de órgãos que exercem as seguintes funções:

- 1 - representação e relações públicas da Diretoria;
- 2 - secretariado;
- 3 - administração científica e tecnológica;
- 4 - administração educacional;
- 5 - administração de pessoal;
- 6 - administração patrimonial e material;
- 7 - administração financeira;
- 8 - comunicações;
- 9 - arquivo;
- 10- documentação e informação;
- 11 - reprodução gráfica;
- 12 - assistência ao estudante;
- 13 - zeladoria.

§ 1º - Duas ou mais das funções acima enumeradas podem ser exercidas pelo mesmo órgão.

§ 2º - As funções referidas no **caput** podem ser exercidas por órgãos centrais e departamentais, quando necessário.

§ 3º - O desempenho das funções referidas nos itens 5, 6, 7, 8 e 12 obedece à orientação normativa e está sujeito à fiscalização da administração geral. *

CAPÍTULO III
 Dos Órgãos Suplementares

Art. 36 - Os órgãos Suplementares, integrantes da Infra-Estrutura, compreendem:

1 - os Núcleos que, com recursos próprios ou congregando recursos da Unidade, se destinam ao desenvolvimento de projetos de programas de pesquisas e de treinamento de interesse da Universidade ou de instituições públicas ou privadas;

2 - as Organizações de Prestação de Serviços que, além de colaborarem com as Unidades na execução do ensino e da pesquisa, visam ao atendimento de problemas da comunidade;

3 - os Institutos Especializados, destinados à pesquisa e ao ensino.

Parágrafo Único - Os Órgãos Suplementares são instituídos, em caráter permanente ou temporário, pelo Conselho Universitário, por iniciativa do Reitor ou dos Conselhos de Coordenação dos Centros Universitários.

Art. 37 - Aos Institutos Especializados, respeitadas a legislação e este Estatuto, cabe: (22)

- a) elaborar o seu Regimento a ser submetido à aprovação do Conselho Universitário;
- b) cooperar no ensino de graduação, na forma que disponha o Regimento Geral;
- c) promover, de iniciativa própria, ensino para graduados e pesquisas;
- d) prestar serviços;
- e) estabelecer acordos e convênios com instituições nacionais ou estrangeiras, no campo de sua competência.

§ 1º - Os Institutos Especializados se subordinam à Decania do Centro em que se integram e têm representação no respectivo Conselho de Coordenação.

§ 2º - O Regimento do Instituto Especializado estabelece a constituição e a competência do seu colegiado deliberativo.

Art. 38 - As estruturas administrativas dos Órgãos Suplementares referidos nos itens 1 e 2 do Art. 36 são as estabelecidas nos respectivos Regimentos, elaborados pelo Conselho de Coordenação do Centro a que pertencem e aprovados pelo Conselho Universitário. (23)*

TÍTULO III
 Da Estrutura Média
CAPÍTULO I
 Dos Centros Universitários
SEÇÃO I
 Da Constituição e das Finalidades

Art. 39 - Os Centros Universitários, com a constituição fixada no Parágrafo Único do Art. 17, têm por finalidade facilitar a coordenação e integração do ensino e pesquisa em cada área do conhecimento e a articulação das unidades Universitárias e Órgãos Suplementares com a direção superior da Universidade. *

Art. 40 - O Centro Universitário, além das Unidades e dos Órgãos Suplementares, contém:

- 1 - Escritório de Planejamento;
- 2- Câmara de Estudos Brasileiros;
- 3 - Órgãos de administração central.

Art. 41 - O Escritório de Planejamento tem por fim, no âmbito do Centro:

- 1 - proceder ao levantamento das demandas de profissionais pesquisadores e docentes, impostas pelas necessidades do meio social;
- 2 - promover, conduzir e coordenar as atividades de planejamento setorial do ensino e da pesquisa;
- 3 - realizar estudos que sirvam à definição dos objetivos dos cursos e seu desenvolvimento; 4 - prestar assistência aos órgãos superiores da Universidade nos problemas de ensino e pesquisa.

Art. 42- A Câmara de Estudos Brasileiros, órgão de colaboração com o Fórum de Ciência e Cultura, tem por fim:

1 - promover e coordenar pesquisas, estudos e debates de problemas brasileiros de forma a contribuir para que a Universidade corresponda aos objetivos mencionados no Art. 7º;

2 - consolidar as contribuições para o progresso do conhecimento, resultantes de estudos realizados no âmbito do Centro;

3 - manter um serviço de documentação e informação bibliográfica. *

Art. 43 - Os órgãos de administração central dos Centros Universitários são definidos no Regimento do Centro, elaborado pelo Conselho de Coordenação e aprovado pelo Conselho Universitário. (24)

SEÇÃO II

Da Coordenação e da Direção

Art. 44 - O Centro Universitário é dirigido por um Decano, nomeado pelo Reitor para um mandato de 4 (quatro) anos que se extingue 4 (quatro) meses após o término do mandato do Reitor, vedada a recondução para o período consecutivo. (25)

§ 1º - O Decano é escolhido pelo Conselho de Coordenação em reunião para isso especialmente convocada, até 4 (quatro) meses após sua posse, pelo Reitor, que a preside.

§ 2º - A nomeação de Diretor de Unidade como Decano acarreta a vacância da respectiva Diretoria.

Art. 45 - O Decano é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo membro do Conselho de Coordenação designado pelo Reitor, por indicação do Decano, com o título de Vice-Decano. (25)*

§ 1º - A designação do Vice-Decano prescreve na hipótese de deixar ele de integrar o Conselho de Coordenação bem como na de deixar o cargo o Decano que o indicou.

§ 2º - A vacância da Decanta na primeira metade do mandato do Decano implica em nova escolha nos termos do § 1º do Art. 44.

§ 3º - Dando-se a vacância na segunda metade do mandato, o Reitor designa Decano **pro tempore** até a nomeação de novo Decano nos termos do § 1º do Art. 44.

Art. 46 - As atividades dos Centros são coordenadas por um Conselho de Coordenação, composto dos seguintes membros: (26)

1 - o Decano, que preside o Conselho de Coordenação;

2 - os Diretores de Institutos, Escolas, Faculdades e órgãos Suplementares;

3 - um representante de cada classe de carreira do magistério;

4 - representantes do corpo discente em número igual a 1/5 (um quinto) dos membros não discentes, desprezada a fração.

§ 1º - O representante de cada categoria docente é eleito por um colégio eleitoral, constituído por delegados eleitores da categoria em número de 2 (dois) por Unidade.

§ 2º - Os representantes do corpo discente são indicados na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

SEÇÃO III

Dos Centros e dos órgãos que os integram.

Art. 47 - Os Centros Universitários são os seguintes. (27)

1 - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza;

2 - Centro de Letras e Artes;

3 - Centro de Filosofia e Ciências Humanas;

4 - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas;

5 - Centro de Ciências da Saúde;

6 - Centro de Tecnologia. (27)

Art. 48 - O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza constitui-se das seguintes Unidades:

1 - Instituto de Matemática;

2 - Instituto de Física;

3 - Instituto de Química;

4 - Instituto de Geociências.

Parágrafo Único - Integram, ainda, o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, os seguintes Órgãos Suplementares: Observatório do Valongo e Núcleo de Computação Eletrônica.

Art. 49 - O Centro de Letras e Artes constitui-se das seguintes Unidades: (28)

1 - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;

2 - Escola de Belas Artes;

3 - Escola de Música;

4 - Faculdade de Letras.

Art. 50 - O Centro de Filosofia e Ciências Humanas constitui-se das seguintes Unidades: (29)

1 - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais;

2 - Instituto de Psicologia;

3 - Escola de Comunicação;

4 - Faculdade de Educação;

5 - Escola de Serviço Social.

Parágrafo Único - Integra, ainda o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o seguinte Órgão Suplementar: Colégio de Aplicação.

Art. 51 - O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas constitui-se das seguintes Unidades: (29)

1 - Faculdade de Direito;

2 - Faculdade de Economia e Administração.

Parágrafo Único - Integram, ainda, o Centro de

Ciências Jurídicas e Econômicas, os seguintes Órgãos Suplementares: Núcleo de Planejamento Urbano e Regional e Instituto de Economia Industrial.

Art. 52 - O Centro de Ciências da Saúde constitui-se das seguintes Unidades: (29)

1 - Faculdade de Medicina;

2 - Faculdade de Odontologia;

3 - Faculdade de Farmácia;

4 - Escola de Enfermagem;

5 - Escola de Educação Física e Desportos;

6 - Instituto de Ciências Biomédicas;

7 - Instituto de Microbiologia;

8 - Instituto de Nutrição;

9 - Instituto de Biologia.

§ 1º - O Instituto de Biofísica, Instituto de Ginecologia, Instituto de Neurologia, Instituto de Psiquiatria, Instituto de Puericultura, Instituto de Tisiologia e Pneumologia, como Órgãos Suplementares, integram, no plano pedagógico, a estrutura departamental das seguintes Unidades: Na Faculdade de Medicina, o Instituto de Ginecologia, o de Neurologia, o de Psiquiatria, o de Puericultura e o de Tisiologia e Pneumologia. No Instituto de Ciências Biomédicas, o Instituto de Biofísica.

§ 2º - Integram, ainda, o Centro de Ciências da Saúde, como Órgãos Suplementares, a Maternidade-Escola, o Hospital Universitário, o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde e o Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais.

Art. 53 - O Centro de Tecnologia constitui-se das seguintes Unidades: (29)

1 - Escola de Engenharia;

2 - Escola de Química.

§ 1º - O Instituto de Eletrotécnica, como Órgão Suplementar, integra, no plano pedagógico, a estrutura departamental da Escola de Engenharia.

§ 2º - O Instituto de Macromoléculas, Órgão Suplementar do Centro de Tecnologia, pode prestar colaboração ao ensino da Escola de Química e ao do Instituto de Química do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza.

§ 3º - Integram, ainda, o Centro de Tecnologia, os seguintes Órgãos Suplementares: Núcleo de Ensaios de Metrologia e Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE).

CAPÍTULO II

Do Fórum de Ciência e Cultura

Art. 54 - Com a categoria de Centro Universitário, o Fórum de Ciência e Cultura, é composto pelos seguintes órgãos: (30)

1 - Conselho Diretor;

2 - Câmara de Estudos Brasileiros;

3 - Órgãos destinados à difusão científica e cultural;

4 - Museu Nacional.

Art. 55 - Sem prejuízo das funções do Museu Nacional, especificamente descritas no Art. 61, e seu Parágrafo Único, são finalidades do Fórum de Ciência e Cultura: (31) *

1 - o debate e a síntese dos estudos referentes ao progresso dos vários setores do conhecimento, bem como dos problemas brasileiros;

2 - A difusão científica e cultural;

3 - a preservação e expansão do patrimônio histórico, cultural, artístico e da natureza brasileira.

Art. 56 - O Fórum de Ciência e Cultura é presidido pelo Reitor. (32).

Parágrafo Único - O Presidente do Fórum de Ciência e Cultura é auxiliado por um Coordenador, de sua livre escolha.

Art. 57 - O Conselho Diretor, órgão de coordenação das atividades do Fórum, compõe-se dos seguintes membros:

1 - Reitor, seu presidente;

2 - Vice-Reitor;

3 - Coordenador do Fórum;

4 - Presidente da Câmara de Estudos Brasileiros;

5 - Decanos dos Centros Universitários;

6 - Diretor do Museu Nacional;

7 - 2 (dois) representantes do corpo discente;

8 - 1 (um) representante dos antigos alunos;

9 - (três) representantes de organizações públicas ou privadas, convidados pelo Reitor. (33)

Parágrafo Único - Os representantes do corpo discente e dos antigos alunos são escolhidos na forma do disposto no Regimento Geral.

Art. 58 - A Câmara de Estudos Brasileiros destina-se ao debate e síntese das pesquisas referentes ao progresso dos vários setores de conhecimento, ao estudo de problemas brasileiros e à difusão

científica e cultural.

Parágrafo Único - A Câmara de Estudos Brasileiros compreende dois setores: (34)

Setor 1 - dos problemas brasileiros;

Setor 2 - das pesquisas referentes ao progresso do conhecimento.

Art. 59 - A Câmara de Estudos Brasileiros constitui-se de: (35)

1 - Presidente;

2 - um representante de cada Centro Universitário;

3 - um representante do Museu Nacional;

4 - 2 (dois) representantes de organizações públicas e privadas.

§ 1º - O Presidente da Câmara de Estudos Brasileiros é de livre nomeação do Reitor.

§ 2º - Os representantes dos Centros Universitários são indicados pelos respectivos Conselhos de Coordenação, para um mandato de 2 (dois) anos, e o representante do Museu Nacional, com igual mandato, é indicado pela Congregação.

§ 3º - Os representantes de organizações públicas e privadas são convidados pelo Reitor para cumprir mandatos de 2 (dois) anos.

Art. 60 - Os órgãos destinados à difusão científica e cultural, subordinados a uma Superintendência de Difusão Cultural, abrangem: (36)

1 - Serviço Técnico de Comunicação;

2 - Serviço de Documentação e Informação;

3 - Editora da Universidade;

4 - Auditorium.

§ 1º - No Serviço de Documentação e Informação inclui-se a Biblioteca Geral da Universidade.

§ 2º - A Superintendência de Difusão Cultural é dirigida por um Superintendente, escolhido e nomeado pelo Reitor e subordinado ao Coordenador do Fórum.

Art. 61 - O Museu Nacional, instituição nacional destinada à pesquisa, ao ensino e à preservação de material de interesse das Ciências Naturais e Antropológicas, tem estrutura técnica e administrativa definida, em Regimento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário.

§ 1º - O Museu Nacional tem por objetivos:

1 - ministrar cursos e atividades previstos nos itens 2 a 8 do Art. 9º; (37)

2 - a pesquisa básica e aplicada;

3 - a coleção, classificação e conservação de material representativo da cultura primitiva brasileira e de espécimens pertinentes às ciências naturais.

§ 2º - A pesquisa e o ensino se fazem no âmbito das Ciências Naturais e Antropológicas.

§ 3º - A utilização do acervo material preservado pelo Museu Nacional, bem como de sua área patrimonial, só pode ser feita quando não prejudique a sua integridade, com autorização do Diretor e ouvido o Departamento correspondente.

Art. 62 - O Museu Nacional tem um Diretor, diretamente subordinado ao Presidente do Fórum de Ciência e Cultura, e um Vice-Diretor. (38)

Parágrafo Único - Aplicam-se ao Diretor e ao Vice-Diretor do Museu Nacional as disposições do Parágrafo Único do Art. 31, do Art. 32, e do Art. 33 e seus parágrafos. *

TÍTULO IV

Da Estrutura Superior

CAPÍTULO I

Dos Órgãos de Deliberação Superior

SEÇÃO I

Do Conselho Universitário

Art. 63 - O Conselho Universitário, Órgão superior deliberativo é composto dos seguintes membros: (39)

1 - o Reitor, seu presidente;

2 - o Vice-Reitor;

3 - os Sub-Reitores;

4 - os Decanos dos Centros Universitários;

5 - o Prefeito da Universidade;

6 - 2 (dois) representantes do Fórum de Ciência e Cultura;

7 - 2 (dois) Professores Titulares por Centro Universitário;

8 - 1 (um) Professor Adjunto por Centro Universitário;

9 - 1 (um) representante dos Professores Assistentes;

10 - 1 (um) representante dos Professores Auxiliares;

11 - 1 (um) representante dos Docentes Livres;

12 - 4 (quatro) representantes dos alunos dos cursos de graduação;

13 - 2 (dois) representantes dos alunos dos cursos de pós-graduação;

14 - 1 (um) representante dos antigos alunos;

15 - 3 (três) representantes da comunidade: 1 (um) da área cultural, 1 (um) da profissional e 1 (um) da empresarial;

16 - ex-Reitores. (39)

§ 1º - Os representantes do Fórum são indicados, um pelo Conselho Diretor e o outro pela Congregação do Museu Nacional.

§ 2º - Os representantes referidos nos itens 6, 7 e 8, são eleitos por delegados, em número de 2 (dois) por Unidade Universitária, escolhidos pelo sufrágio dos seus pares e reunidos por convocação e sob a presidência dos Decanos dos Centros respectivos. *

§ 3º - Os representantes referidos nos itens 9, 10 e 11, são eleitos, por delegados, em número de 2 (dois) por Centro Universitário, em reunião convocada e presidida pelo Reitor. *

§ 4º - Os delegados eleitores a que se refere o § 3º são escolhidos segundo o rito prescrito no § 2º.

§ 5º - Os representantes dos alunos são escolhidos na forma determinada pelo Regimento Geral.

§ 6º - Cada associação de antigos alunos indica 2 (dois) delegados que, reunidos em assembléia convocada e presidida pelo Reitor, elegem o seu representante.

§ 7º - Os representantes da comunidade são escolhidos pelo Conselho Universitário, de listas tripartites apresentadas pelo Reitor, depois de audiência com organizações nacionais representativas das categorias referidas no item 15 deste artigo. *

Art. 64 - O comparecimento dos membros do Conselho, às sessões, salvo por motivo justificado, é obrigatório e prefere a qualquer serviço da Universidade. (40)

Parágrafo Único - O Regimento do Conselho Universitário deve dispor acerca da perda do mandato, por absenteísmo, dos membros eleitos ou indicados.

SEÇÃO II

Do Conselho de Curadores

Art. 65 - O Conselho de Curadores, órgão deliberativo para assuntos de patrimônio da Universidade, é composto dos seguintes membros:

1 - o Reitor, seu presidente;

2 - representante do Conselho Universitário;

3 - representante da Assembléia Universitária;

4 - representante do Ministério da Educação e Cultura;

5 - representante dos antigos alunos;

6 - representante da comunidade, escolhido, de preferência, entre as pessoas físicas e jurídicas que tenham feito doações ou prestado serviço à Universidade.

§ 1º - Os representantes a que se referem os itens 2 e 3 são escolhidos em eleição, realizada pelos respectivos órgãos. *

§ 2º - Para efeito do item 5, cada associação de antigos alunos indica 2 (dois) delegados, que reunidos em assembléia, convocada e presidida pelo Reitor, elegem o seu representante. *

§ 3º - O representante a que se refere o item 6 é indicado por votação das pessoas físicas e jurídicas, escolhidas pelo Conselho Universitário sob o critério do mérito das doações ou serviços, que, para esse fim especialmente convocadas pelo Reitor, se reúnem sob a presidência deste. *

§ 4º - Excetuando o Reitor, não pode integrar o Conselho de Curadores, quem exerça cargo de direção na Universidade.

SEÇÃO III

Do Conselho de Ensino de Graduação

Art. 66 - O Conselho de Ensino de Graduação, órgão deliberativo em matéria didática e pedagógica, é integrado pelo Sub-Reitor da área respectiva, membro nato e presidente, e por 14 (catorze) membros; 2 (dois) professores do Centro Universitário, indicados pelo Conselho de Coordenação, e 2 (dois) representantes dos alunos de graduação. (41)

§ 1º - O mandato dos representantes de Centro é de 3 (três) anos, e o dos representantes dos

alunos de 1(um) ano.

§ 2º - O conselho se renova, anualmente, por um terço dos membros docentes.

§ 3º - Os representantes dos alunos são indicados na forma determinada pelo Regimento Geral.

SEÇÃO IV

Do Conselho de Ensino para Graduados

Art. 67 - O Conselho de Ensino para Graduados, órgão deliberativo na orientação da pesquisa e em matéria pedagógica, e didática, para graduados, é integrado pelo Sub-Reitor da área respectiva, membro nato e presidente, e por 16 (dezesesseis) membros: 1(um) representante de cada Centro Universitário, 1 (um) representante do Fórum de Ciência e Cultura, 2 (dois) representantes dos alunos de pós-graduação e 7 (sete) outros escolhidos dentre professores empenhados em programas de pesquisa e de ensino para graduados. (41) (42).

§ 1º - Os representantes dos Centros Universitários, são indicados pelo Conselho de Coordenação de cada Centro, e o representante do Fórum de Ciência e Cultura, pelo respectivo Conselho Diretor.

§ 2º - Os 7 (sete) outros membros são escolhidos pelo Reitor, de listas triplíces organizadas pelo Conselho de Ensino para Graduados.

§ 3º - Os representantes dos alunos são indicados na forma determinada pelo Regimento Geral.

§ 4º - O mandato dos membros é de 3 (três) anos, salvo o dos representantes dos alunos que é de 1(um) ano.

§ 5º - O Conselho se renova anualmente por um terço dos membros docentes.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos de Direção

SEÇÃO I

Da Reitoria

Art. 68 - A Universidade é dirigida pelo Reitor, auxiliado por um Vice-Reitor e 5(cinco) Sub-Reitores. (43)

Art. 69 - São órgãos de assistência imediata ao Reitor: (44)

- 1 - Gabinete do Reitor;
2 - Secretaria Geral;
3 - Serviço Jurídico;
4 - Serviço de Representação e Relações Públicas.

§ 1º - Os Órgãos referidos no caput deste artigo, são, respectivamente, dirigidos pelo Chefe de Gabinete, pelo Secretário Geral, pelo Procurador Geral e por um Diretor, todos escolhidos e nomeados pelo Reitor.

§ 2º - Além dos Assessores, Assistentes, oficiais de Gabinete e outros servidores, fazem parte do Gabinete do Reitor o Secretário do Reitor e o Secretário do Vice-Reitor:

§ 3º - O Reitor pode designar, na qualidade de Assessores Especiais, membros do corpo docente ou outros especialistas de alto nível para atender a necessidades específicas, seja com vinculação total às tarefas de assessoramento, seja sem prejuízo das funções rotineiras no órgão de sua lotação.

Art. 70 - O Reitor e o Vice-Reitor, nomeados pelo Presidente da República, que os escolhe dentre os indicados em lista sêxtuplas, elaboradas por votação uninominal, em escrutínios sucessivos, em reunião conjunta do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino de Graduação, do Conselho de Ensino para Graduados e do Conselho de Curadores, exercem seus cargos por 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o período imediato. (45)

§ 1º - O Reitor exerce o seu cargo, obrigatoriamente, em regime de dedicação exclusiva.

§ 2º - Os Sub-Reitores, são nomeados pelo Reitor depois de aprovada a indicação pelo Conselho Universitário.

§ 3º - Os cargos de Vice-Reitor e Sub-Reitor não podem ser exercidos cumulativamente com outro de direção, salvo entre si.

§ 4º - A lista sêxtupla para escolha do Vice-Reitor é elaborada até 4 (quatro) meses após a posse do Reitor.

Art. 71- Em caso de falta ou impedimento temporário ou eventual, o Reitor é substituído pelo Vice-Reitor, ou, na ausência deste, pelo Sub-Reitor mais antigo na classe de maior nível de magistério,

a não ser que tenha havido designação prévia a de um deles pelo Reitor. (46)

Parágrafo Único - Em caso de falta ou impedimento, o Sub-Reitor é substituído por outro Sub-Reitor, ou por Sub-Reitor pro tempore, designado pelo Reitor, independentemente de homologação pelo Conselho Universitário, desde que a substituição não seja por mais de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 72 - O afastamento do Reitor, do Vice-Reitor e dos Sub-Reitores, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, depende de autorização do Conselho Universitário. (47)

§ 1º - O Reitor, o Vice-Reitor e os Sub-Reitores, não podem afastar-se de suas funções por mais de 90 (noventa) dias consecutivos, a não ser por motivo de interesse da Universidade ou razão de força maior, a critério do Conselho Universitário.

§ 2º - É vedado o afastamento, no período letivo ordinário, de Sub-Reitor por mais de duas vezes, e de mais de dois Sub-Reitores concomitantemente.

Art. 73 - Em caso de vacância, o cargo de Reitor é exercido pelo Vice-Reitor, e o de Vice-Reitor, por um Sub-Reitor designado pelo Reitor em exercício, num ou noutro caso até a posse do novo titular regularmente provido.

§ 1º - Vagando o cargo de Vice-Reitor na primeira metade do mandato do Reitor, faz-se nova lista sêxtupla nos termos do Art. 70, extinguindo-se o mandato do Vice-Reitor que seja nomeado 4 (quatro) meses após o término do mandato do Reitor. (116)*

§ 2.º - Vagando o cargo de Vice-Reitor na segunda metade do mandato do Reitor, este designa Vice-Reitor pro tempore até a indicação de um novo nos termos do § 4º do Art. 70 *

Art. 74 - Os Sub-Reitores, dirigem, como delegados do Reitor, as cinco áreas gerais de atividades referidas no Art. 94. (48) *

§ 1º - Sem prejuízo da delegação a que se refere o caput deste artigo, o Reitor pode, por avocação de caso, decidir originariamente questões afetas à jurisdição de um Sub-Reitor.

§ 2º - O Reitor pode, mediante ato especial, estender, restringir ou redistribuir, a jurisdição dos Sub-Reitores.

Art. 75 - Os Sub-Reitores, para o exercício de suas funções, contam com um Gabinete, constituído de Assessores Especializados, Oficiais de Gabinete e Auxiliares, além do pessoal subalterno necessário. (49)

SEÇÃO II

Dos Órgãos de Assessoria

Art. 76 - A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), órgão diretamente vinculado ao Reitor, com atribuições determinadas pelo Art. 24 da Portaria nº 390, de 12 de maio de 1981, do Ministro da Educação e Cultura, é composta de 4 (quatro) professores, representantes das quatro classes de magistério, e de 2 (dois) membros indicados pelo Reitor. (50)

§ 1º - As normas para a escolha dos representantes das classes de magistério são fixadas pelo Conselho Universitário.

§ 2º - O mandato dos representantes de categorias docentes é de 3 (três) anos, vedada a recondução, e os membros indicados pelo Reitor são demissíveis ad nutum.

§ 3º - É vedada a escolha, como representante de categoria docente, de quem exerça qualquer outra representação ou função para a qual se assinale um mandato.

Art. 77 - A Comissão Permanente de Magistério de 1º e 2º. Grau (COPEM), com atribuições definidas no item 4 da Portaria nº 340, de 4 de maio de 1981, do Ministro da Educação e Cultura, se compõe de 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) docentes, eleitos por seus pares, um dos quais a preside, e 1 (um) representante da Área de Ensino de Graduação e Corpo Discente e 1 (um) representante do órgão de pessoal, indicados pelo Reitor. (51)

§ 1º - As normas para a eleição dos três representantes docentes a que se refere o caput deste artigo são baixadas pelo Conselho Universitário.

§ 2º - Os mandatos dos representantes docen-

tes é de 3 (três) anos, vedada a recondução, e os membros indicados pelo Reitor são demissíveis ad nutum.

SEÇÃO III

Dos Órgãos de Execução

Art. 78 - As funções executivas referentes às áreas gerais de atividades referidas no Art. 94, são exercidas por 6 (seis) Superintendências Gerais: (52) *

- 1 - Superintendência Geral de Ensino de Graduação e Corpo Discente;
2 - Superintendência Geral de Ensino para Graduados e Pesquisa;
3 - Superintendência Geral de Pessoal;
4 - Superintendência Geral de Serviços Auxiliares;
5 - Superintendência Geral de Patrimônio e Finanças;
6 - Superintendência Geral de Desenvolvimento.

§ 1º - Cada Superintendência Geral atua nas áreas respectivas, na categoria de órgão de execução, incluídas as Superintendências Gerais de Pessoal e de Serviços Auxiliares na área de Pessoal e Serviços Gerais.

§ 2º - Os Órgãos administrativos das Unidades e dos Centros se coordenam com a Superintendência Geral correspondente à área de atividade de sua competência.

§ 3º - As Superintendências Gerais são dirigidas por Superintendentes Gerais, nomeados pelo Reitor mediante indicação do Sub-Reitor da área respectiva, a quem ficarão subordinados.

Art. 79 - Para exercício de suas funções, cada Superintendência, compreende o Gabinete do Superintendente Geral e Divisões, estas subdivididas em Seções ou Serviços, de acordo com as atribuições. (53)

Parágrafo Único - O Gabinete é dirigido pelo Assistente do Superintendente e as Divisões e Seções ou Serviços, por Diretores e Chefes, respectivamente, indicados pelo Sub-Reitor, ouvido o Superintendente de sua área, e nomeados pelo Reitor.

Art. 80 - A Superintendência Geral de Ensino de Graduação compreende: (54)

- 1 - Divisão de Ensino;
2 - Divisão de Registro de Estudantes;
3 - Divisão de Diplomas;
4 - Divisão de Assistência ao Estudante;
5 - Divisão de Atividades Extra-Curriculares;
6 - Divisão de Educação Física e Desportos.
§ 1º - A Divisão de Ensino compreende:
1 - Seção de Legislação de Ensino;
2 - Seção de Cursos e Programas;
3 - Seção de Seleção e Orientação.

§ 2º - A Divisão de Registro de Estudantes compreende:

- 1 - Seção de Matrículas;
2 - Seção de Assentamentos.
§ 3º - A Divisão de Diplomas compreende:
1 - Seção de Histórico Escolar;
2 - Seção de Expedição e Registro de Diplomas.
§ 4º - A Divisão de Assistência ao Estudante compreende:
1 - Seção de Ajuda Financeira;
2 - Seção de Estágios e Empregos;
3 - Seção de Coordenação Médico-Social.

§ 5º - A Divisão de Atividades Extra-Curriculares compreende:

- 1 - Seção de Atividades Culturais;
2 - Seção de Atividades Recreativas.
§ 6º - A Divisão de Educação Física e Desportos compreende:
1 - Seção de Material Desportivo;
2 - Parque de Esportes.
Art. 81 - A Superintendência Geral de Ensino para Graduados compreende: (55)
1 - Divisão de Ensino para Graduados;
2 - Divisão de Pesquisa;
3 - Divisão de Divulgação e Intercâmbio.
§ 1º - A Divisão de Ensino para Graduados compreende:
1 - Seção de Planos;
2 - Seção de Documentação.
§ 2º - A Divisão de Pesquisa compreende:
1 - Seção de Expediente Escolar;
2 - Seção de Cursos e Programas.
§ 3º - A Divisão de Divulgação e Intercâmbio compreende:
1 - Seção de Divulgação;

- 2 - Seção de Intercâmbio.
Art. 82 - A Superintendência Geral de Patrimônio e Finanças compreende:(56)
1 - Divisão Financeira;
2 - Divisão de Contabilidade;
3 - Divisão de Material;
4 - Divisão de Patrimônio;
5 - Divisão de Processamento de Dados.

§ 1º - A Divisão Financeira compreende:
1 - Seção de Pagamentos;
2 - Seção de Orçamento;
3 - Seção de Tomada de Contas;
4 - Seção de Execução Orçamentária.

§ 2º - A Divisão de Contabilidade compreende:
1 - Seção de Contabilidade Financeira;
2 - Seção de Contabilidade Patrimonial;
3 - Seção de Contabilidade de Pagamentos em Folhas.

§ 3º - A Divisão de Material compreende:
1 - Almoxarifado Geral;
2 - Seção de Compras;
3 - Seção de Fiscalização;
4 - Seção de Importação.

§ 4º - A Divisão de Patrimônio compreende:
1 - Seção de Tombamento;
2 - Seção de Cadastro;
3 - Seção de Inspeção e Conservação.

§ 5º - A Divisão de Processamento de Dados compreende:
1 - Seção de Codificação;
2 - Seção de Processamento;
3 - Seção de Arquivo e Controle de Dados.

Art. 83 - A Superintendência Geral de Pessoal compreende: (57)

- 1 - Divisão de Controle de Cargos e Empregos;
2 - Divisão de Legislação, Direitos e Deveres;
3 - Divisão de Seleção e Treinamento;
4 - Divisão de Atividades Médico-Periciais.

§ 1º - A Divisão de Controle de Cargos e Empregos compreende:
1 - Seção de Classificação de Cargos e Empregos;
2 - Seção de Cadastro e Lotação;
3 - Seção de Controle e Pagamento.

§ 2º - A Divisão de Legislação, Direitos e Deveres compreende:
1 - Seção de Pessoal Trabalhista;
2 - Seção de Direitos e Deveres.

§ 3º - A Divisão de Seleção e Treinamento compreende:
1 - Seção de Seleção;
2 - Seção de Treinamento.

Art. 84 - A Superintendência Geral de Serviços Auxiliares compreende: (58)

- 1 - Divisão de Serviços Gerais;
2 - Divisão de Serviços Industriais.
§ 1º - A Divisão de Serviços Gerais compreende:
1 - Serviço de Comunicações;
2 - Serviço de Publicações.

§ 2º - A Divisão de Serviços Industriais compreende:
1 - Serviço de Alimentação;
2 - Serviço de Transporte;
3 - Serviço Gráfico;
4 - Serviço de Lavandaria.

§ 3º - A execução de serviços industriais pode ser confiada, pelo Reitor, a terceiros, se houver conveniência, manifestada pelo Sub-Reitor de Pessoal e Serviços Gerais.

Art. 85 - A Superintendência Geral de Desenvolvimento compreende: (59)

- 1 - Divisão de Estatística;
2 - Divisão de Planejamento;
3 - Divisão de Execução;
4 - Divisão de Coordenação.

§ 1º - A Divisão de Estatística compreende:
1 - Seção de Coleta;
2 - Seção de Apuração;
3 - Seção de Análise.

§ 2º - A Divisão de Planejamento compreende:
1 - Seção de Planejamento de Ensino e Pesquisa;
2 - Seção de Planejamento Físico Patrimonial e Econômico-Financeiro.

§ 3º - A Divisão de Execução compreende:
1 - Seção de Normas e Métodos;
2 - Seção de Implantação de Programas e Projetos.

§ 4º - A Divisão de Coordenação compreende:

- 1 - Seção de Coordenação dos Recursos Humanos;
- 2 - Seção de Coordenação dos Recursos Materiais e Financeiros.

Art. 86 - As obras da Cidade Universitária são projetadas e executadas através do Escritório Técnico da Universidade: (60)

§ 1º - O Diretor do Escritório Técnico é de livre nomeação do Reitor.

§ 2º - Funciona junto ao Escritório Técnico uma Comissão Permanente de Licitações, composta de 5 (cinco) membros.

Art. 87 - O Escritório Técnico da Universidade compreende: (61)

- 1 - Gabinete do Diretor;
- 2 - Serviço de Planos e Projetos;
- 3 - Serviço de Execução e Fiscalização;
- 4 - Serviço de Material;
- 5 - Serviço de Administração

§ 1º - O Gabinete do Diretor compreende 1 (um) Assistente, Assessores Especializados, Auxiliares de Gabinete e pessoal subalterno necessário.

§ 2º - O Serviço de Planos e Projetos compreende:

- 1 - Seção de Arquitetura;
- 2 - Seção de Estruturas;
- 3 - Seção de Instalações;
- 4 - Seção de Especificações, Normas e Orçamento.

§ 3º - O Serviço de Execução e Fiscalização compreende:

- 1 - Seção de Execução;
- 2 - Seção de Urbanização;
- 3 - Seção de Controle e Apropriação;
- 4 - Seção de Fiscalização.

§ 4º - O Serviço de Material compreende:

- 1 - Seção de Coordenação e Controle;
- 2 - Seção de Compras;
- 3 - Seção de Almoxarifado.

§ 5º - O Serviço de Administração compreende:

- 1 - Seção de Comunicações;
- 2 - Seção de Pessoal;
- 3 - Seção Financeira;
- 4 - Seção de Levantamentos Estatísticos e Funcionais.

Art. 88 - Os campos universitários são administrados por uma Prefeitura. (62)

§ 1º - A Prefeitura é dirigida por um Prefeito, cuja nomeação, pelo Reitor, depende de homologação do Conselho Universitário.

§ 2º - Funciona junto à Prefeitura, para os seus serviços, uma Comissão Permanente de Licitações, composta de 5 (cinco) membros.

Art. 89 - A Prefeitura compreende: (63)

- 1 - Gabinete do Prefeito;
- 2 - Serviço de Administração;
- 3 - Serviço de Operação;
- 4 - Serviço de Paisagismo.

§ 1º - O Gabinete do Prefeito compreende 1 (um) Assistente, Assessores Especializados, Auxiliares de Gabinete e pessoal subalterno necessário.

§ 2º - O Serviço de Administração compreende:

- 1 - Seção de Pessoal;
- 2 - Seção de Material;
- 3 - Seção Financeira.

§ 3º - O Serviço de Operação compreende:

- 1 - Seção de Segurança de Vigilância;
- 2 - Seção de Redes;
- 3 - Seção de Limpeza Urbana.

§ 4º - O Serviço de Paisagismo compreende:

- 1 - Seção de Projetos;
- 2 - Seção de Execução e Conservação.

CAPÍTULO III

Do Órgão de Coordenação

SEÇÃO ÚNICA

Do Conselho Superior de Coordenação Executiva

Art. 90 - O Conselho Superior de Coordenação Executiva compõe-se dos seguintes membros:

- 1 - Reitor;
- 2 - Vice-Reitor;
- 3 - Sub-Reitores;
- 4 - Decanos dos Centros Universitários;
- 5 - Diretor do Escritório Técnico;
- 6 - Prefeito da Universidade.

CAPÍTULO IV

Do Assembléia Universitária

SEÇÃO ÚNICA

Da Composição

Art. 91 - A Assembléia Universitária é composta dos seguintes membros: (117)

- 1 - os integrantes do corpo docente;
- 2 - os Docentes Livres;
- 3 - o Secretário Geral;
- 4 - os representantes do corpo técnico-administrativo de cada Centro Universitário, Fórum de Ciência e Cultura e da Reitoria, em número fixado pelo Conselho Universitário.

5 - os representantes do corpo discente na Congregação de cada uma das Unidades Universitárias e nos colegiados da Estrutura Média e da Estrutura Superior;

6 - os representantes dos antigos alunos da Universidade nos colegiados acadêmicos.

Parágrafo Único - Os representantes a que se refere o item 4 do **caput** deste artigo são escolhidos por eleições convocadas e presididas, respectivamente, pelos Decanos dos Centros Universitários, pelo Coordenador do Fórum e pelo Secretário Geral.

PARTE III

Do Corpo Social

TÍTULO I

Da Composição

CAPÍTULO I

Da Enumeração

Art. 92 - O corpo social da Universidade formando uma comunidade para fins universitários, compreende: (64)

- 1 - corpo docente;
- 2 - corpo técnico-administrativo;
- 3 - corpo discente.

CAPÍTULO II

Do Corpo Docente

Art. 93 - O corpo docente da Universidade é constituído pelo pessoal de nível superior que mais exerce atividades de magistério e que se inclui em uma das seguintes categorias: (65)

I - pessoal docente de ensino superior:

- 1 - integrantes da carreira de magistério superior;
- 2 - professores Visitantes;

II - pessoal docente de ensino de primeiro e segundo graus;

§ 1º - São atividades de magistério superior:

- 1 - as relacionadas com a preservação e transmissão de informações e técnicas com vistas à elaboração do conhecimento:

- a) aulas, conferências, seminários e outras formas de exposição e de debate;
- b) trabalhos práticos e de treinamento;
- c) seleção de docentes, pesquisadores e alunos e verificação de aprendizagem;

- d) pesquisa em geral;
- e) elaboração de trabalhos destinados à publicação e ligados ao ensino e pesquisa;

- f) participação em congressos e reuniões de caráter científico, cultural ou artístico;
- g) programas de cooperação e outras formas de intercâmbio inerentes às atividades de extensão;

- 2 - as relacionadas com a formação ética e cívica dos alunos;

- 3 - as relacionadas com a administração das instituições de ensino superior, privativas de docentes;

- a) responsabilidade de direção e chefia;
- b) participação em colegiados;
- c) participação em trabalhos de programação e assessoramento, vinculados ao ensino e à pesquisa;

- d) prestação de serviços de natureza técnica;
- 4 - outros encargos inerentes às atividades de magistério.

§ 2º - São atividades de magistério de primeiro e segundo graus as de preparação e ministração de aulas em disciplinas, áreas de estudo ou atividades e as de avaliação e acompanhamento de atividades discentes, no ensino de primeiro e segundo graus e na educação especial, e pré-escolar, bem como as atividades de administração escolar, nestas compreendidas aquelas inerentes à coordenação de curso, área de estudos ou disciplina e à

direção, assessoramento e assistência em unidades ou órgãos com atribuições básicas pertinentes ao ensino e, ainda, em unidades organizacionais do Ministério da Educação e Cultura ligadas especificamente à educação e à cultura.

Art. 94 - A carreira do magistério superior compreende as seguintes classes:

- 1 - Professor Titular;
- 2 - Professor Adjunto;
- 3 - Professor Assistente;
- 4 - Professor Auxiliar. (66)

Parágrafo Único - Excetuada a de Professor Titular, cada classe compreende 4 (quatro) referências; numeradas de 1 a 4.

Art. 95 - Os Professores Visitantes são pessoas de alta qualificação que a Universidade contrata, por tempo determinado, para atender a situações especiais de ensino ou pesquisa. (67)

Parágrafo Único - A retribuição do Professor Visitante, fixada à vista da qualificação e da experiência do contratado, corre à conta dos recursos próprios da Universidade.

Art. 96 - A carreira de magistério de primeiro e segundo graus compreende as seguintes classes: (68)

- 1 - Professor Titular de Ensino de 1º e 2º graus;
- 2 - Professor Classe E;
- 3 - Professor Classe D;
- 4 - Professor Classe C.

Parágrafo Único - As classes referidas nos itens 2 e 3 do artigo compreendem, cada uma delas, 3 (três), referências, numeradas de 1 a 3 e a classe referida no item 4 compreende 4 (quatro) referências, numeradas de 1 a 4.

Art. 97 - Os Professores temporários são professores contratados por prazo determinado para suprir falta de Professores Classe C e para atender a necessidades emergenciais do ensino. (69)

Art. 98 - O provimento em empregos das carreiras de magistério, por ato do Reitor, se faz exclusivamente sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, ressaltando o direito dos atuais professores em regime estatutário a conservar esse regime em qualquer classe a que obtenham progressão, e decorre de:

- 1 - classificação em concurso público de títulos e provas;
- 2 - seleção em concurso público de títulos; (70)
- 3 - progressão;
- 4 - transferência.

§ 1º - Progressão é a alteração funcional do cargo ou emprego de docente já integrante da carreira do magistério e se diz horizontal quando há alteração de referência sem mudança de classe e vertical quando há mudança de classe.

§ 2º - O provimento por transferência é admitido em caráter excepcional.

CAPÍTULO III

Do Corpo Técnico-Administrativo

Art. 99 - O corpo técnico-administrativo é constituído de profissionais de qualificação adequada ao desempenho das atividades que lhes sejam atribuídas para o exercício dos cargos e funções inerentes ao sistema de administração da Universidade. (71)

§ 1º - A natureza dos cargos e empregos de que trata este artigo é consignada no Quadro e na Tabela de Pessoal da Universidade, estruturados de acordo com as necessidades da instituição.

§ 2º - A prestação de serviços à Universidade por pessoal sem vínculo empregatício pode ocorrer nos termos do Regimento Geral.

CAPÍTULO IV

Do Corpo Discente

Art. 100 - O corpo discente da Universidade constitui-se de três categorias de alunos (72)

- 1 - os de curso de graduação;
- 2 - os de curso de pós-graduação;
- 3 - os dos demais cursos.

Art. 101 - O estudante se torna aluno da Universidade a partir de sua matrícula, seja como aluno de curso de graduação, seja como aluno de algum dos demais cursos. (73)

§ 1º - A matrícula do aluno de curso de graduação decorre de:

- 1 - classificação, em exame vestibular;
- 2 - transferência;
- 3 - isenção de vestibular;
- 4 - convênio cultural;

5 - cortesia diplomática.

§ 2º - O Regimento Geral dispõe acerca das condições de concessão da matrícula e de sua extinção.

Art. 102 - O corpo discente é representado nos órgãos colegiados acadêmicos, com direito a voz e voto, pela forma prescrita neste Estatuto. (74)

Art. 103 - São órgãos de representação estudantil, com atribuições definidas no Regimento Geral: (75)

- a) o Diretório Central dos Estudantes;
- b) os Diretórios Acadêmicos.

§ 1º - O Regimento Geral determina a participação dos órgãos referidos no **caput** deste artigo na indicação dos representantes estudantis nos órgãos colegiados.

§ 2º - A representação estudantil, tem por objetivo promover a cooperação na comunidade acadêmica, vedadas as atividades de natureza político-partidárias.

Art. 104 - Os alunos do curso de graduação podem participar das atividades de ensino e de pesquisa, desde que haja interesse para a sua formação profissional e o trabalho seja compatível com os deveres de estudantes.

Parágrafo Único - A participação nas atividades de ensino se dá através da monitoria, regulamentada nos termos do Regimento Geral. (76)

TÍTULO II

Dos Direitos e dos Deveres

CAPÍTULO I

Dos Direitos

Art. 105 - Aos membros do corpo social, assistem os seguintes direitos, além daqueles assegurados por Lei:

- a) dispor dos elementos necessários à execução das suas atribuições;

- b) participar dos órgãos colegiados da Universidade ou neles fazer-se representar, na forma disposta neste Estatuto;

- c) não sofrer punição a não ser por falta devidamente verificada;

- d) recorrer a instância superior, no âmbito universitário, de ordem ou penalidade, emanada de autoridade universitária que considere ilegal ou injusta.

- e) receber os prêmios e dignidades universitárias a que façam jus na forma deste Estatuto, do Regimento Geral e dos Regimentos das Unidades Universitárias.

CAPÍTULO II

Dos Deveres

Art. 106 - Constituem deveres dos membros do corpo social: (77)

- a) a fiel observância da Lei, do Estatuto e dos Regimentos;

- b) o acatamento às ordens emanadas das autoridades universitárias consentâneas com a Lei e as normas vigentes;

- c) a urbanidade no procedimento;
- c) o resguardo do prestígio e bom nome da Instituição.

Parágrafo Único - Em particular, é dever do corpo docente contribuir para ampliação, difusão e transmissão do saber, a formação integral da personalidade e a autenticidade democrática da vida universitária.

CAPÍTULO III

Do Regime Disciplinar

Art. 107 - O Código Disciplinar, parte integrante do Regimento Geral, enumera as sanções aplicáveis em caso de inobservância dos deveres e de lesão aos direitos de terceiros. (78)

Art. 108 - A jurisdição disciplinar da Universidade se estende, a professores, demais servidores e alunos, que, a qualquer título, sejam participantes das suas atividades regulares e das atividades extraordinárias que, nos termos deste Estatuto, programe ou participe e incide sobre os atos, que sejam praticados durante essas atividades ou em razão delas, ainda que fora do recinto da Universidade, e sobre aqueles que, de qualquer modo, sejam praticados por membro do corpo social da Universidade, nessa condição, expressa ou tácita. (79)

PARTE IV

Das Atividades Universitárias

TÍTULO I

Das Áreas de Atividade

CAPÍTULO I

Da Enumeração

Art. 109 - As atividades da Universidade abrangem cinco áreas gerais: (80)

- 1 - Ensino de Graduação e Corpo Discente;
- 2 - Ensino para Graduados e Pesquisa;
- 3 - Patrimônio e Finanças;
- 4 - Pessoal e Serviços Gerais;
- 5 - Desenvolvimento.

Parágrafo Único - Cada área geral de atividade, subordinada a um Sub-Reitor, se compõe de conformidade com assunto específico e se divide segundo as necessidades da execução.

CAPÍTULO II

Da Área de Ensino de Graduação e Corpo Discente

Art. 110 - A Área de Ensino de Graduação e Corpo Discente abrange as atividades de:

- 1 - coordenação dos cursos de formação e supervisão e controle de seu planejamento e execução pelos Centros e Unidades Universitárias;
- 2 - supervisão das atividades didáticas;
- 3 - planejamento e supervisão do programa de atividades culturais, desportivas e recreativas e de outras extra-curriculares;
- 4 - elaboração de normas e planos concernentes a:

- a) concessão de bolsas e assistência financeira relacionadas com o processo de formação profissional;
- b) facilidades relativas ao livro didático e ao material escolar;
- d) alojamento, alimentação e transporte dos estudantes em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais;
- d) assistência médica, para o regime disciplinar;
- 6 - orientação da comunidade estudantil e assistência aos seus problemas e aspirações.

§ 1º - O órgão superior deliberativo da Área de Ensino de Graduação e Corpo Discente é o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) a que se refere o Art. 67. (84) *

§ 2º - A jurisdição da Área de Ensino de Graduação se estende aos órgãos de ensino de primeiro e segundo graus a que se referem os §§ 1º e 2º do Art. 9º. *

CAPÍTULO III

Da Área de Ensino para Graduados e Pesquisa
Art. 111 - A Área de Ensino para Graduados e Pesquisa abrange as atividades relativas a: (82)

- 1 - coordenação dos cursos para graduados e dos trabalhos de pesquisa, supervisão e controle de seu planejamento e execução pelos Centros e Unidades Universitárias;
- 2 - supervisão de atividades didáticas;
- 3 - planejamento e supervisão de programas culturais e extra-curriculares dos estudantes;
- 4 - elaboração de normas e planos, concernentes a:

- a) concessão de bolsas de assistência financeira relacionada com as categorias de cursos e atividades para graduados;
- b) alojamento, alimentação e transporte dos estudantes em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais;
- c) assistência médica, social e jurídica aos estudantes;
- 5 - elaboração de normas para o regime disciplinar;
- 6 - promoção de intercâmbio cultural para o desenvolvimento dos programas de pesquisas e de ensino para graduados. (82)

Parágrafo Único - O Órgão superior deliberativo da Área de Ensino para Graduados e Pesquisa e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) a que se refere o Art. 68. *

CAPÍTULO IV

Da área de Patrimônio e Finanças

Art. 112- A Área de Patrimônio e Finanças abrangem as atividades relativas a:

- 1 - planejamento financeiro e orçamentário;
- 2 - elaboração de normas e planos referentes a contabilidade, orçamento, tesouraria, controles contábeis, orçamentários e financeiros e administração do material;
- 3 - fiscalização da execução do orçamento;
- 4 - arrecadação, distribuição e controle dos recur-

sos financeiros;

5 - proposta de alteração das dotações orçamentárias, abertura de créditos adicionais e criação de fundos;

- 6 - proposta de fixação de preços de serviços prestados, taxas e emolumentos;
- 7 - fiscalização do consumo;
- 8 - elaboração das normas de administração patrimonial;
- 9 - administração dos bens do patrimônio;
- 10 - inventário do Patrimônio e seu controle permanente;
- 11 - alienação e oneração de bens.

CAPÍTULO V

Da Área de Pessoal e Serviços Gerais

Art. 113 - A Área de Pessoal e Serviços Gerais abrange as atividades relativas a: (83)

- 1 - elaboração de normas e planos de administração de pessoal e de serviços gerais;
- 2 - Execução administrativa dos planos aprovados;
- 3 - supervisão da administração e conseqüente lotação de pessoal nos órgãos administrativos e nas Unidades;
- 4 - controle permanente dos assentamentos de pessoal;
- 5 - administração dos serviços gerais que compreendem:
 - a) os de bem-estar da comunidade;
 - b) os de comunicação;
 - c) os de natureza industrial;
 - d) os de zeladoria.

CAPÍTULO VI

Da Área de Desenvolvimento

Art. 114 - A Área de Desenvolvimento abrange as atividades relativas a:

- 1 - elaboração do Plano Diretor para o desenvolvimento, a longo prazo, do ensino e da pesquisa;
- 2 - proposta das modificações e expansões de patrimônio fixo necessárias à execução do Plano Diretor e dos projetos aprovados;
- 3 - previsão financeira do capital de investimento e do capital do custeio exigidos pelo Plano Diretor e pelos projetos aprovados bem como dos recursos da Universidade para a respectiva cobertura;
- 4 - coordenação dos investimentos dentro dos recursos disponíveis e estabelecimento de programas e prioridade de desembolso;
- 5 - modernização e atualização das estruturas internas, dos métodos e recursos instrumentais da Universidade, tendo em vista sua crescente participação no desenvolvimento.

TÍTULO II

Da Execução do Ensino e da Pesquisa

CAPÍTULO I

Dos Conhecimentos

Art. 115 - Os conhecimentos que constituem objeto de ensino e pesquisa se distribuem por dois grupos, aqui denominados, respectivamente, Grupo I e Grupo II, cada um subdividido em setores, para fins de estrutura.

§ 1º - O Grupo I compreende os conhecimentos fundamentais à formação universitária, estudados em si mesmos ou para instrumentação de cursos profissionais correlacionados com a pesquisa básica.

§ 2º - O Grupo II compreende os conhecimentos estreitamente vinculados à formação profissional e à pesquisa aplicada.

Art. 116 - O Grupo I de conhecimentos abrangem os 9 (nove) setores seguintes: (85)

- Setor 1.01 - Ciências Matemáticas;
- Setor 1.02 - Ciências Físicas;
- Setor 1.03 - Ciências Químicas;
- Setor 1.04 - Ciências Biológicas;
- Setor 1.05 - Ciências Geológicas;
- Setor 1.06 - Ciências Humanas;
- Setor 1.07 - Letras;
- Setor 1.08 - Artes;
- Setor 1.09 - Filosofia.

Art. 117 - O Grupo II de conhecimentos abrangem os 13 (treze) setores seguintes: (86)

- Setor 2.01 - Arquitetura e Urbanismo;
- Setor 2.02 - Educação;
- Setor 2.03 - Comunicação;

- Setor 2.04 - Informática;
- Setor 2.05 - Economia, Administração e Contabilidade;
- Setor 2.06 - Estatística e Atuária;
- Setor 2.07 - Direito;
- Setor 2.08 - Serviço Social;
- Setor 2.09 - Medicina;
- Setor 2.10 - Odontologia;
- Setor 2.11 - Enfermagem;
- Setor 2.12 - Farmácia;
- Setor 2.13 - Engenharia.

CAPÍTULO II

Dos Cursos

Art. 118 - Os cursos da Universidade são ministrados pelas Unidades Universitárias às quais se atribui, para fins de planejamento e controle a responsabilidade de sua execução. (87)

§ 1º - Todo curso de graduação ou de pós-graduação tem a coordenação de suas atividades didáticas assegurada por um Conselho de Curso, presidido por um Coordenador, designado pelo Diretor da Unidade responsável pelo curso, ou vida a Congregação.

§ 2º - O Regimento Geral regulamenta a coordenação dos cursos, garantida a presença de representantes de todos os Departamentos que participam do ensino.

Art. 119 - Os cursos de graduação: (88)

- 1 - são abertos a candidatos que hajam concluído o curso de segundo grau ou equivalente através de classificação em concurso vestibular, observado o limite de capacidade docente da Instituição;
- 2 - são destinados a formar:
 - a) profissionais de nível superior;
 - b) pesquisadores;
 - c) professores nos vários ramos do conhecimento;
- 3 - são estruturados de forma a atender:
 - a) ao currículo mínimo e às condições de duração fixadas pelo Conselho Federal de Educação;
 - b) ao progresso dos conhecimentos, à demanda e às peculiaridades de profissão, mediante complementação do currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação com outras matérias, obrigatórias ou de escolha por parte do aluno;
 - c) à flexibilidade, permitindo mudanças de orientação por parte do estudante;

4 - abrangem disciplinas e outros requisitos curriculares cujos planos de ensino ou execução são organizados e aprovados nos termos previstos do Regimento Geral, nas resoluções do CEG e nos Regimentos dos Centros Unidades. (89)

Art. 120- Os cursos de pós-graduação:

- 1 - são abertos aos graduados em cursos correlatos;
- 2 - são destinados a estimular as qualidades criadoras e proporcionar a formação científica, filosófica, cultural e artística, ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de ensino e pesquisa nos diferentes ramos do saber.
- 3 - abrangem as seguintes modalidades:
 - a) cursos de mestrado, com duração mínima de 1 (um) ano, que habilitarão ao grau de Mestre;
 - c) cursos de doutorado, com duração mínima de 2 (dois) anos, que, após defesa e aprovação de tese, habilitarão ao grau de Doutor.

Art. 121 - Os cursos de aperfeiçoamento: (90)

- 1 - são abertos aos graduados em cursos correlatos;
- 2 - são destinados a complementar, em nível elevado, conhecimentos em área específica de modalidade profissional;
- 3 - podem assumir a modalidade de estágio ou residência.

Art. 122 - os cursos de especialização: (91)

- 1 - são abertos aos graduados em cursos correlatos;
- 2 - são destinados a aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades específicas em área restrita;
- 3 - podem assumir a modalidade de estágio ou residência.

Art. 123 - Os cursos de treinamento profissional: (92)

- 1 - são abertos aos graduados em cursos correlatos;
- 2 - são destinados a exercitar profissionais a fim de ampliar o conhecimento das técnicas de suas profissões e aprimorar sua prática, através

da aprendizagem em serviço.

3 - podem assumir a modalidade de estágio ou residência.

Art. 124 - Os cursos de atualização: (93)

- 1 - são abertos aos graduados em cursos correlatos;
- 2 - são destinados, à apresentação de inovações em qualquer campo do conhecimento, em conteúdo, método ou técnicas.

Art. 125 - os cursos de extensão universitária:

- 1 - são abertos aos candidatos, inclusive não graduados, que preencham as exigências mínimas estabelecidas;
- 2 - são destinados à difusão e à democratização da cultura, de forma a:
 - a) contribuir para o esclarecimento do meio social e a elevação do nível cultural e cívico;
 - b) despertar e dirigir vocações para a ciência, tecnologia, filosofia, artes e letras.

Art. 126 - As atividades de pós-doutorado:

- 1 - são abertas aos portadores de graus de Doutor;
- 2 - são destinadas a desenvolver programas de pesquisa e de altos estudos, de forma a atender ao desenvolvimento da cultura.

Art. 127 - A Universidade pode instituir outros cursos de acordo com o desenvolvimento da cultura, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos exigidos, para cada caso, pelo Conselho de Ensino para Graduados.

Art. 128 - A criação de cursos de graduação depende de aprovação do Conselho de Ensino de Graduação e a dos demais cursos previstos no Art. 9º, de aprovação do Conselho de Ensino para Graduados. (94) *

§ 1º - No caso dos cursos de extensão universitária que não exijam, para o ingresso, a condição de graduado, a aprovação é do Conselho de Ensino de Graduação.

§ 2º - No caso dos cursos previstos nos itens 3 a 8 do Art. 9º, por acordo da Unidade com instituição pública ou privada, os cursos poderão realizar-se, total ou parcialmente, fora da Universidade, desde que a ela fiquem asseguradas condições de controle do trabalho planejado e do aproveitamento do aluno.

CAPÍTULO III

Das Atividades de Pesquisa

Art. 129 - As atividades de pesquisa são coordenadas pelo Conselho de Ensino para Graduados.

Parágrafo Único - Para a obtenção de recursos especiais os planos de pesquisa devem ser apresentados ao Conselho para a sua aprovação.

TÍTULO III

Das Formas Complementares de Educação

CAPÍTULO I

Da Enumeração

Art. 130 - A Universidade, visando a formação integral do estudante, propicia aos seus alunos educação física, artística e cívica. (95)

CAPÍTULO II

Da Educação Física

Art. 131 - A educação física, sob a forma de ginástica e práticas desportivas, é obrigatória. (96)

§ 1º - Essas atividades são programadas pela Escola de Educação Física e Desportos, com a aprovação do Conselho de Ensino de Graduação e a participação da Divisão de Educação Física e Desportos da Superintendência Geral de Ensino de Graduação.

§ 2º - A Universidade estimula e apoia a formação de associações desportivas pelo corpo discente, com objetivo de desenvolver o espírito associativo e a prática da educação física.

CAPÍTULO III

Da Educação Artística.

Art. 132 - A Universidade estimula a participação do corpo discente em atividades artísticas em quaisquer de suas formas. (97)

§ 1º - O Coral Universitário e outros órgãos universitários de atividade artística abertos aos estudantes, se integram na área do ensino de graduação, constituindo campo de aplicação, em nível de extensão, dos respectivos cursos.

§ 2º - As atividades artísticas são um dos meios de articulação da Universidade com a comunidade.

CAPÍTULO IV Da Educação Cívica

Art. 133 - Por meio de atividades adequadas, a Universidade educa o corpo discente para a responsabilidade, propiciando-lhe o conhecimento de seus direitos e deveres cívicos e dando-lhe oportunidade do exercício de funções que o preparem para a vida social. (98)

§ 1º - Essa formação, geral é da responsabilidade de cada professor.

§ 2º - A Câmara de Estudos Brasileiros de cada Centro planeja a educação social e cívica, através de Estudos de Problemas Brasileiros, em coordenação com as diretrizes do Fórum de Ciência e Cultura.

TÍTULO IV

Dos Serviços à Comunidade

CAPÍTULO I

Da Difusão Cultural

Art. 134 - A Universidade promove conferências, simpósios, seminários, demonstrações, exposições e outros meios de difusão cultural.

Parágrafo Único - Ao Fórum de Ciência e Cultura, cabem, preferentemente, as atividades de difusão cultural, podendo elas, no entanto, ser realizadas por qualquer outro órgão.

CAPÍTULO II

Da Prestação de Serviços

Art. 135 - As Unidades e os Órgãos Suplementares, através de sua estrutura técnica, podem executar serviços destinados a empresas públicas ou privadas ou quaisquer outras instituições, no interesse da comunidade.

Parágrafo Único - Dos recursos resultantes das prestações de serviços, o Conselho de Curadores estabelece a percentagem que cabe ao órgão que os execute.

PARTE V

Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

TÍTULO I

Do Patrimônio

Art. 136 - O Patrimônio da Universidade é formado: (99)

1 - pelos bens móveis e imóveis, instalações, direitos adquiridos e títulos da União, obtidos por transferência, incorporação, reincorporação ou cessão;

2 - pelos bens e direitos incorporados ou doados à Universidade ou a qualquer das Unidades que a integre;

3 - pelos bens e direitos que forem adquiridos pela Universidade;

4 - pelos legados ou donativos regularmente aceitos, com ou sem encargos expressos;

5 - por fundos especiais;

6 - pelos saldos dos exercícios financeiros transferidos para a conta patrimonial;

7 - pelos bens enumerados no Art. 17 da Lei 425, de 5 de julho de 1937.

Art. 137 - Os bens e direitos pertencentes a Universidade só podem ser utilizados em benefício de sua finalidade. (100)

§ 1º - A Universidade pode promover quaisquer inversões de fundos tendentes à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis na realização de seus objetivos.

§ 2º - A Universidade, com os bens disponíveis de seu patrimônio, pode instituir fundação destinada à exploração econômica dos mesmos, a fim de promover e subsidiar, com os rendimentos auferidos, programas de

desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

§ 3º - Os rendimentos da fundação prevista no parágrafo anterior e os Fundos Especiais mencionados no Art. 138 podem ser utilizados no custeio de atividades técnicas e administrativas específicas.

Art. 138 - A Universidade pode receber doações com ou sem encargos, inclusive para constituição de fundos especiais, ampliação de instalações ou custeio de determinados serviços.

Art. 139 - Podem ser criados, quando justificado, fundos especiais, destinados ao custeio de atividades específicas.

Parágrafo Único - Os Fundos a que se refere este artigo só podem ser aplicados na realização dos objetivos que justificam a sua instituição, sob pena de serem extintos e revertidos os recursos ao Patrimônio da Universidade.

TÍTULO II

Dos Recursos Financeiros

CAPÍTULO I

Da Natureza e Origem

Art. 140 - Os recursos financeiros da Universidade são provenientes de: (101)

1 - dotações que, por qualquer título, lhe sejam atribuídas no orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2 - doações e contribuições, concedidas a qualquer título por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado;

3 - renda de aplicação de bens e valores patrimoniais;

4 - retribuição de atividades remuneradas dos Serviços Industriais, das Unidades e dos Órgãos Suplementares da Universidade;

5 - empréstimos e financiamentos;

6 - taxas e emolumentos regulamentares;

7 - rendas eventuais.

CAPÍTULO II

Do Regime Financeiro

Art. 141 - O exercício financeiro da Universidade coincide com o ano civil.

Art. 142 - O Orçamento Programa é elaborado em obediência às normas que regem a matéria e remetida ao Ministério da Educação e Cultura para servir de subsídio à elaboração do Orçamento da União. (102)

Art. 143 - O Orçamento Analítico da Universidade é estabelecido por proposta do Reitor, ouvido o Conselho Superior de Coordenação Executiva, e aquiescência do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores. (103)

Art. 144 - O Centro Universitário exerce a gestão direta das dotações que lhe sejam destinadas no Orçamento Analítico da Universidade bem como dos recursos adicionais. (104)

§ 1º - A proposta Orçamentária do Centro, elemento de elaboração da proposta do Orçamento Analítico da Universidade, resulta da ordenação das propostas dos orçamentos das Unidades Universitárias, dos Órgãos Suplementares e dos órgãos de administração do próprio Centro.

§ 2º - Os recursos financeiros utilizados pelo Centro, constituem-se:

1 - da dotação constante do Orçamento da Universidade;

2 - de créditos e fundos especiais;

3 - de parte dos recursos decorrentes de prestações de serviços;

4 - de doações concedidas por entidades públicas;

5 - de empréstimos contraídos pela Universidade em favor do Centro;

6 - de subsídios e fundos constituídos por entidades privadas;

7 - de subsídios e empréstimos concedidos ao Centro por fundação instituída pela Universidade.

Art. 145 - O Centro, as Unidades e os Órgãos Suplementares executam o seu orçamento observando as normas administrativas e contábeis da Universidade e prestam contas de sua gestão financeira ao competente órgão de controle.

Parágrafo Único - No que se refere aos financiamentos de origem externa à Universidade, as normas contábeis são aquelas necessárias à prestação de contas junto ao agente financiador, preservada a submissão às normas administrativas da Universidade e ao controle de sua jurisdição. (105)

Art. 146 - Os Decanos dos Centros Universitários encaminham à Reitoria, em obediência aos dispositivos legais e regulamentares, a prestação de contas do movimento orçamentário, financeiro e patrimonial das Unidades subordinadas e do próprio Centro, devendo a referida prestação de contas abranger: (106)

1 - balanço patrimonial;

2 - balanços financeiros;

3 - quadros demonstrativos da execução orçamentária.

Art. 147 - A escrituração da Receita e da Despesa da Universidade obedece a plano de descentralização, que mantendo na Reitoria a contabilidade sintética e geral transfere para os Centros Universitários as contabilidades analíticas.

Art. 148 - No decorrer do exercício financeiro podem ser abertos, quando o exijam as necessidades do serviço, créditos adicionais de duas categorias: especiais e suplementares, mediante proposta do órgão interessado submetida ao Conselho Superior de Coordenação Executiva e subsequente autorização do Conselho de Curadores.

Parágrafo Único - O período de vigência dos créditos especiais é fixado no ato de sua abertura; o dos créditos suplementares não pode ultrapassar o término do exercício financeiro.

Art. 149 - Toda receita é recolhida à Universidade e escriturada em sua receita geral, vedada a retenção para aplicação extra-orçamentária.

Art. 150 - A Administração superior coloca à disposição de cada Centro e de cada Unidade, em cotas, os recursos correspondentes ao seu orçamento, em contas-correntes de movimento próprio.

Art. 151 - É facultado ao Centro promover gestões para a obtenção de recursos extra-orçamentários destinados ao financiamento de ampliação ou expansão de instalações de suas Unidades e Órgãos Suplementares.

Parágrafo Único - É facultado, também, ao Centro e às Unidades e Órgãos Suplementares, promover gestões para a obtenção de recursos extra-orçamentários destinados ao financiamento do ensino e da pesquisa. (107)

Art. 152 - Os fundos especiais a que se referem os Arts. 138 e 139 têm escrituração própria não vinculada ao princípio da anualidade.

Art. 153 - No orçamento Analítico da Universidade são consignados recursos, em favor do Conselho de Ensino para Graduados, para atender a projetos específicos de pesquisa, independentemente dos recursos atribuídos às Unidades. (108)

Art. 154 - A prestação de contas anual da Universidade compreende os mesmos elementos a que se refere o Art. 146 e deve ser apresentada pelo Reitor, ao Conselho Universitário e ao Conselho de Curadores, antes de terminado o mês de fevereiro do ano seguinte àquele a que corresponde a prestação de contas. (109)*

Art. 155 - Os saldos do exercício financeiro integram o Patrimônio da Universidade. (110)

PARTE VI

Das Disposições Gerais

Art. 156 - As atividades universitárias se regem por este Estatuto, pelo Regimento Geral da Universidade, pelos Regimentos dos Centros e das Unidades, pelas normas e ordens de serviço de conformidade com as leis vigentes.

Art. 157 - Se julgado conveniente aos interessados da Universidade, qualquer organização pública ou privada pode colaborar com ela em forma de instituição agregada ou de mandato universitário.

Parágrafo Único - As condições de colaboração e o respectivo programa são estabelecidos em acordo firmado entre o Reitor e a organização, depois de aprovado pelo Conselho Universitário. (111)

Art. 158 - Em todos os colegiados, os membros que não sejam natos tem um suplente, eleito ou indicado ao mesmo tempo que o efetivo, pelo mesmo procedimento e para um mandato coincidente com o deste. (112)

Parágrafo Único - O suplente substitui o membro efetivo em suas faltas e impedimentos e o sucede em caso de vacância.

Art. 159 - É vedada a participação em mais de um colegiado deliberativo, da Estrutura Superior, inclusive como suplente, salvo se a participação se der na condição de membro nato em todos os casos. (113)

§ 1º - Nos casos de múltipla participação permitidos pelo **caput** deste artigo, a percepção de **jeton** só se dará através de um dos colegiados, de escolha do interessado.

§ 2º - É, também, vedada a acumulação da representação de categorias docentes:

1 - no Corpo Deliberativo do Departamento e na Congregação;

2 - na Congregação e no Conselho de Coordenação do Centro.

Art. 160 - O Decano ou Diretor de Unidade nomeado para cargo passível de demissão **ad nutum** não perde o respectivo cargo de direção, ficando, porém, dele afastado enquanto perdurar a outra comissão. (114)

Art. 161 - As associações de ex-alunos, para terem direito às representações previstas neste Estatuto, devem constituir-se como pessoas jurídicas e ter seus estatutos registrados na Universidade.

Parágrafo Único - O registro depende de homologação do Conselho Universitário, verificadas as finalidades, estrutura e condições de funcionamento da Associação, podendo ser, pelo mesmo Conselho, cancelado.

Art. 162 - Este Estatuto é emendado: (115)

I - automaticamente, em decorrência de Lei, Decreto-Lei, Decreto ou Portaria ministerial, na parte em que a disposição estatutária corresponda estritamente ao conteúdo da norma legal ou regulamentar superior;

II - por deliberação do Conselho Universitário, aprovada por 2/3 (dois terços) de seus membros, provocada por proposta:

1 - do Reitor;

2 - de colegiado deliberativo da Estrutura Superior;

3 - de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Universitário.

§ 1º - No caso do inciso I deste artigo, o Reitor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do texto legal ou regulamentar que imponha a modificação do Estatuto, apresenta ao Conselho Universitário a proposta de adaptação do texto estatutário, às novas disposições.

§ 2º - No caso do inciso II deste artigo a emenda entra em vigor após aprovação pelo Conselho Federal de Educação e homologação pelo Ministro da Educação e Cultura.

**VEM AÍ O II CONGRESSO INTERNO
DOS DOCENTES DA UFRJ - PARTICIPE**

NOTAS

- (1) - Pelo Decreto no 83.857, de 15 de agosto de 1979, o Presidente da República delega ao Ministro da Educação e Cultura competência para aprovar estatutos de universidades federais.
- (2) - A supressão das expressões "Diretor e Vice-Diretor de Unidade Universitária" decorre da Lei no 6.420, de 03 de junho de 1977.
- (3) - Redação que visa a uniformizar o uso dos tempos verbais.
- (4) - A alteração da redação dos parágrafos prevê a execução- de ensino de primeiro e segundo graus nos termos em que ele realmente ocorre na Universidade. Exemplo de curso técnico: o curso técnico da Escola de Música.
- (5) - Emenda de redação por óbvias razões.
- (6) - Emenda em decorrência da uniformização dos tempos verbais.
- (7) - A redação original é pouco explícita como, aliás, é de esperar na definição de atividades que só se especificam por exclusão. A redação aqui elaborada não sendo muito mais explícita, tem, pelo menos, uma conotação doutrinária, adequada a esta Parte.
- (8) - Esta redação inclui os Institutos Especializados entre os órgãos de execução do ensino e pesquisa e parece mais consentânea com a descrição que o Regimento Geral faz do Departamento.
- (9) - Redação dada pelo Conselho Universitário em 11/08/81. Alteração não apreciada ainda pelo Conselho Federal de Educação. Acrescentou-se a COPEM em decorrência de Lei.
- (10) - Esta redação evita confundir o Departamento enquanto célula administrativa com o Departamento enquanto área de conhecimento. Face à legislação em vigor a disciplina não é uma unidade administrativa mas tão somente uma delimitação de matéria curricular.
- (11) - A referência à antiguidade na categoria, apenas, não procede quando a Chefia já não é privilégio de qualquer categoria.
- (12) - É suprimido o § 2º, inaplicável face à legislação atual. A redação dada pelo Conselho Universitário em 11/08/81 é ligeiramente modificada face à manifesta ilegalidade, por equívoco de redação, do texto original. O § 2º consagra prática corrente, que é aqui formalizada.
- (13) - Este artigo foi alterado consoante Parecer 81/71 do CFE. Nova redação, posteriormente, foi aprovada pelo Conselho Universitário em 11/08/81. Esta redação representa a emenda necessária a compatibilizar o Estatuto com o texto de alteração do Regimento Geral aprovada pelo Conselho Universitário em 26/11/81, referente à representação estudantil. O § 2º é decorrência natural do § 2º do Art. 20. O § 3º constitui texto aprovado pelo Conselho Universitário como emenda ao Regimento Geral. A matéria é estatutária.
- (14) - A referência a ciclo profissional é ambígua. A remissão aos itens, dispensável.
- (15) - A ressalva de que os Institutos Especializados não constituem Unidades Universitárias é necessária por coerência, já que o artigo e o capítulo tratam das Unidades Universitárias. É conveniente manter o parágrafo para evitar, ao menos avisado, a confusão de Instituto com Instituto Especializado.
- (16) - Redação dada pelo Conselho Universitário em 11/08/81 com supressão da expressão "e Regimento". Instituição é assunto do Art. 36; Regimento, não.
- (17) - Suprimiu-se a expressão "excetuados os Institutos Especializados" por desnecessária. O artigo trata do órgão deliberativo da Unidade Universitária e os Institutos Especializados não são Unidades Universitárias, mas sim Órgãos Suplementares (Art. 36). O parágrafo único é transferido para o Art. 37, onde cabe melhor.
- (18) - O Art. 29, já foi alterado pelo Parecer 81/71 do CFE. Posteriormente o Conselho Universitário, em 11/08/81, alterou sua redação. A redação aqui proposta compatibiliza a composição da Congregação com o que deliberou o Conselho Universitário em 26/11/81 relativamente à representação estudantil. Os parágrafos foram redigidos de modo a evitar remissões a itens e a registrar o uso real. O § 5º generaliza a medida de excluir o número dos Professores Eméritos quando da fixação do **quorum** mínimo para deliberação permitindo que a Congregação dê solução aos casos de absenteísmo de membros natos, extremamente graves em algumas Unidades.
- (19) - A alteração do item 3 decorre da nova redação dada, pelo Conselho Universitário, ao Art. 41, do Regimento Geral. A do item 5, do que deliberou o Conselho Universitário acerca da representação estudantil.
- (20) - Os Arts. 31, 32 e 33 e seus parágrafos foram reordenados. A redação, que inclui o deliberado pelo Conselho Universitário em 11/08/81, é completada para atender ao disposto na Lei no 6.420, de 03 de junho de 1977, que dá nova redação ao Art. 16 da Lei no 5.540.
- (21) - A alteração do **caput** decorre da alteração pelo Conselho Universitário, do Art. 41, do Regimento Geral. O parágrafo único foi rescrito com pequena alteração de conteúdo: suprimiu-se o prazo, remetido, se for o caso, ao Regimento Geral e explicitou-se a possibilidade de que o Diretor-Adjunto seja membro eleito da Congregação.
- (22) - O § 1º sofreu pequena alteração de redação. O § 2º é o antigo parágrafo único do Art. 28.
- (23) - Alteração da redação em benefício da clareza.
- (24) - Alteração de redação sem mudança do conteúdo.
- (25) - Os Arts. 44 e 45 são remanejados. O Art. 45 original é dispensável por dispor acerca do óbvio. A redação pretende ser mais clara e sana omissões, que são reguladas por analogia com os Arts. 32 e 33. Elas, aliás, correspondem à prática corrente que se faz ao arripio do Estatuto, já que a alteração, aprovada pelo Conselho Universitário, não foi sancionada pelo Conselho Federal de Educação.
- (26) - O texto é o do Art. 9º do Regimento Geral completado pela prática consolidada. A parte referente à representação estudantil foi deliberada pelo Conselho Universitário em 26/11/81.
- (27) - Este artigo e os seguintes são renumerados em decorrência da supressão do antigo Art. 47 cujo texto foi incorporado ao do novo Art. 43.
- (28) - O órgão previsto no parágrafo único não foi objeto de implantação.
- (29) - As alterações correspondem à situação atual.
- (30) - O parágrafo único é suprimido. A matéria é estatutária.
- (31) - O Art. 55 transcreve o Art. 12 do Regimento Geral. A matéria é estatutária e não regimental. A partir daqui a numeração dos artigos nesta e na versão original do Estatuto voltar a coincidir.
- (32) - Redação dada pelo Conselho Universitário.
- (33) - Este artigo foi alterado pelo Parecer 81/71 do CFE. Posteriormente, em 8/11/81, o Conselho Universitário alterou a disposição relativa à Presidência. A alteração do número de representantes do Corpo Discente decorre do que deliberou o Conselho Universitário em 26/11/81. A remissão ao Regimento Geral para a indicação dos representantes do Corpo Discente é prática geral.
- (34) - O parágrafo único traduz o Art. 59 e o Art. 17 do Regimento Geral.
- (35) - Artigos 16 e 18 do Regimento Geral. A matéria é estatutária. São incluídos os mandatos, no que o texto atual é omissivo. O texto original do Art. 59 foi incorporado ao Art. 58.
- (36) - A alteração do **caput** inclui o texto do Art. 61 da versão original e o § 2º, seu parágrafo único. A renumeração do parágrafo único original como § 1º é decorrência. A partir do próximo, a numeração dos artigos desta versão deixa de coincidir com a da versão original.
- (37) - Os parágrafos são os Arts. 24 e 25 do Regimento Geral, dispondo acerca de matéria estatutária.
- (38) - O parágrafo único substitui o **caput** do Art. 63 original e o § 1º original adotando os dispositivos decorrentes da Lei 6.420/77. O **caput** é, originalmente, o § 2º do Art. 63 original, em nova redação.
- (39) - Alterações de redação de acordo com o que deliberou o Conselho Universitário em 11/8/81 e 26/11/81. O § 9º é transferido para "Disposições Gerais", abrangendo todos os casos de vacância de membros eleitos de colegiados (Art. 158). O § 8º é matéria regimental, Foi, por isso, suprimido.
- (40) - O parágrafo único foi substituído. Sua redação original cabe melhor no Regimento do Conselho Universitário. A redação desta versão autoriza expressamente o Regimento do Conselho a dispor acerca da matéria.
- (41) - As alterações decorrem do que deliberou o Conselho Universitário, em 26/11/81, acerca de representação estudantil.
- (42) - O Art. 69 da versão original, que determina a divisão do CEPG em duas Câmaras, a de Pesquisa e a de Ensino para Graduados, é suprimido. A previsão, no Estatuto de tal divisão, dá, a ele, uma ênfase que parece incompatível com a unidade doutrinária de ensino e pesquisa. Demais, a matéria é regimental. Ela cabe, se for o caso, no Regimento do CEPG, ou, no máximo, no Regimento Geral.
- (43) - Os órgãos de assistência imediata ao Reitor são objeto do Art. 69.
- (44) - O artigo define os órgãos de assistência ao Reitor incluindo o Gabinete, no que o Estatuto era omissivo e excluindo os Serviços suprimidos pela E.M. DASP 104/76, ratificada essa alteração pelo Conselho Universitário. O § 2º prevê a existência do Secretário do Reitor e do Secretário do Vice-Reitor, no que o Estatuto era omissivo. O § 3º permite ao Reitor socorrer-se do assessoramento de professores sem preenchimento, necessariamente, de cargo de DAS.
- (45) - Suprimiu-se no § 2º a expressão "preferentemente dentre os Professores Titulares". Os Sub-Reitores freqüentemente têm pertencido a outras categorias. O § 4º foi transferido para "Disposições Gerais" dispondo a respeito de quaisquer nomeações para cargos demissíveis **ad nutum** (Art. 160 desta versão). O novo § 4º atende à Lei 6.420/77.
- (46) - O parágrafo único, é mais consentâneo com a condição de delegado do Reitor, característica dos Sub-Reitores.
- (47) - Artigos remanejados. A Alteração do prazo de 30 para 45 dias se deve à nova legislação que, incluindo os cargos de Sub-Reitor entre aqueles compatíveis com o exercício do magistério, dilata, **ipso facto**, seu período de férias para 45 dias. A matéria foi tratada sob a orientação do SR-4.
- (48) - Este artigo sana omissão: a referência, no Estatuto, à finalidade dos cargos de Sub-Reitor. O § 1º transcreve disposição do parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 83.937 consoante nova redação dada pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1979. O artigo, aliás, corresponde a prática aconselhada pelo Art. 5º do Decreto 83.937, de 6 de setembro de 1979.
- (49) - O Art. 75 é o Art. 33 do Regimento Geral. A matéria é estatutária.
- (50) - O parágrafo único foi votado pelo Conselho Universitário como Art. 77. A referência aos suplentes não se faz em nenhum ponto do Estatuto. Foi incluído em "Disposições Gerais" um artigo que regula a matéria para todos os colegiados. O § 2º é decorrente do § 2º do Art. 3º da Portaria ministerial nº 340, de 12 de maio de 1981. O § 3º decorre do § 4º do mesmo artigo da citada Portaria.
- (51) - Artigo novo decorrente do Art. 11 do Decreto no 85.712, de 16 de fevereiro de 1981 e da Portaria nº 330, de 04 de maio de 1981, que o regulamenta. O § 2º é compatível com a Resolução no 2/81, do Conselho Universitário.
- (52) - A alteração do número e da discriminação das Superintendências decorre da E.M. DASP no 104/76. A supressão do § 2º e emenda do § 3º, renumerado, decorre de não se ter consolidado a idéia de dotar os Centros de 5 Superintendências Centrais, correspondentes às Superintendências Ge-

**ASSISTA AS
REUNIÕES DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO**

**DISCUTA ESTE
DOCUMENTO NA SUA
UNIDADE**

- rais, vigente quando da redação original do Estatuto.
- (53) - Art. 49 do Regimento Geral, tratando de matéria estatutária.
- (54) - Art. 52 do Regimento Geral e parágrafos únicos dos Arts. 53, 54, 55, 56, 57 e 58 em redação decorrente da Exposição de Motivos DASP nº 104, de 11 de fevereiro de 1976. A matéria é estatutária.
- (55) - Art. 58 do Regimento Geral e parágrafos únicos dos Arts. 59, 60 e 61. A matéria é estatutária.
- (56) - Art. 62 do Regimento Geral e parágrafos únicos dos Arts. 63, 64, 65, 66 e 67 em redação decorrente da E.M. DASP no 104/76. A matéria é estatutária.
- (57) - Arts. 69 e 70 do Regimento Geral com a redação decorrente da E.M. DASP no 104/76. A matéria é estatutária.
- (58) - Arts. 72 e 73 do Regimento Geral com redação decorrente da E.M. DASP no 104/76. A matéria é estatutária.
- (59) - Art. 75 e parágrafos únicos dos Arts. 77, 80 e 81 em redação decorrente da E.M. DASP no 104/76. A matéria é estatutária.
- (60) - Antigo Art. 79. Acrescentou-se o parágrafo único do Art. 83 do Regimento Geral como § 2º. A matéria é estatutária.
- (61) - Arts. 83 e 85 do Regimento Geral e parágrafos únicos dos Arts. 86, 87, 88 e 89, com redação decorrente da E.M. DASP no 104/76. A matéria é estatutária.
- (62) - Antigo Art. 80. Acrescentou-se como § 2º o Art. 92 do Regimento Geral. A matéria é estatutária.
- (63) - Arts. 93 e 95 do Regimento Geral e parágrafos únicos dos Arts. 96, 97 e 99 com redação decorrente da E.M. DASP no 104/76.
- (64) - Não há na legislação, nem no Estatuto nem no Regimento Geral discrepâncias de tratamento entre o corpo técnico e o corpo administrativo conforme definidos na versão original. Fundiram-se, aqui, ambos sob o nome "corpo técnico-administrativo". A matéria foi considerada sob orientação do SR-4.
- (65) - Corresponde ao antigo Art. 84, com a redação alterada pela deliberação do Conselho Universitário quanto ao Art. 109 do Regimento Geral, sendo a matéria estatutária, incluída a previsão dos professores temporários constantes do Decreto 85.712, de 16 de fevereiro de 1981. O § 1º é o **caput** do Art. 169 do Regimento Geral com a redação nova, dada pelo Conselho Universitário. O § 2º foi tirado do Art. 1º do Decreto 85.712, de 16 de fevereiro de 1981. A não ser que se esteja confundindo qualificação com titulação acadêmica o que parece ainda menos razoável.
- (68) - É o texto do Art. 112 do Regimento Geral na redação que lhe deu o Conselho Universitário. A matéria é estatutária.
- (69) - É necessário que o Estatuto defina o professor temporário. A definição é tirada do Art. 15 do Decreto 85.712, de 16 de fevereiro de 1981.
- (70) - Este artigo é necessário no Estatuto para que o Regimento Geral possa legitimamente, dispor acerca dos concursos, das progressões e das transferências.
- (71) - Os antigos Arts. 86 e 87 são aqui fundidos na definição do corpo técnico-administrativo. Seja pela legislação, seja pela diversidade de disposições estatutárias ou regimentais não há porque distinguir um corpo técnico e um corpo administrativo. A matéria foi considerada com a orientação do SR-4.
- (72) - Os §§ 1º e 2º são suprimidos. O § 1º por legislar sobre o óbvio e o § 2º porque o regime disciplinar não obriga apenas o corpo discente, mas todo o corpo social da Universidade. Por isso, um capítulo é acrescentado ao Título II desta Parte (Arts. 108 e 109). No **caput** foi feita distinção entre os alunos de curso de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e os dos demais cursos vista a importância que os cursos de pós-graduação **stricto sensu** já adquiriram para a Universidade.
- (73) - Convém que o Estatuto defina as modalidades de ingresso do estudante na Universidade. O processo é que cabe no Regimento Geral.
- (74) - Nova redação, dada pelo Conselho Universitário. Suprimiu-se o § 2º por desnecessário, já que sua determinação aparece sempre que o Estatuto dispõe, no artigo relativo a cada órgão, acerca da participação de representantes do corpo discente. O § 1º passa para o artigo seguinte.
- (75) - Nova redação, dada pelo Conselho Universitário. O § 1º é o parágrafo único que foi redigido de novo por questões de sistemática. A disposição do parágrafo na redação original cabe, na parte substantiva, no Regimento Geral. O § 2º é o § 1º do artigo anterior, na versão original, que cabe aqui.
- (76) - O Decreto no 85.862, de 31 de março de 1981, delega às instituições de ensino superior a regulamentação da monitoria prevista no Art. 41 da Lei 5540/68.
- (77) - As interpolações são feitas por óbvias razões. O § 2º é suprimido em face da inclusão do artigo correspondente (Art. 107).
- (78) - A inclusão do Código Disciplinar no Regimento Geral é determinação de Portaria ministerial.
- (79) - Artigo novo. Define a jurisdição disciplinar da Universidade e, **ipso facto**, a abrangência do Código Disciplinar.
- (80) - O § 2º é desdobrado e transferido para os Arts. 110 (antigo 95) e 111 (antigo 96). A supressão da expressão "critérios aprovados pelo Conselho Universitário" decorre da sua redundância, já que o Estatuto e o Regimento Geral são elaborados pelo Conselho Universitário.
- (81) - O parágrafo único foi transposto do antigo Art. 94, § 2º. O § 2º dispõe explicitamente acerca de uma jurisdição sobre a qual a versão original é omissa.
- (82) - A redação dos itens 1 e 2 uniformiza as finalidades dos dois conselhos de ensino e elimina a redundância. O parágrafo único é transposição do § 2º do antigo Art. 94.
- (83) - A eliminação da alínea e do item 5 decorre da estrutura da Superintendência de Serviços Auxiliares consequentes à E.M. DASP no 104/76.
- (84) - A alteração do **caput** engloba o antigo Art. 101.
- (85) - A redação original não incluí "Filosofia" por evidente lapso, já que não é crível que se tenha suposto que a Filosofia, é uma "ciência humana". Vide, aliás, o nome do Centro correspondente.
- (86) - Os acréscimos são necessários, haja vista a estrutura didática atual da Universidade. Em que pese a sistemática anterior de um Setor para uma Unidade (salvo Engenharia), parece adequado que Informática e Estatística e Atuária sejam registradas em setores diversos, embora constituam cursos do Instituto de Matemática.
- (87) - A redação do **caput** foi corrigida já que é a Universidade a responsável, em última análise, pelos seus cursos. O § 1º é o Art. 226 do Regimento Geral, em redação generalizada. O § 2º remete ao Regimento Geral a regulamentação de coordenação, feita, como ressalva, a única limitação constante da Lei.
- (88) - Redação atualizada. A alínea c do item 3 é a alínea c do Art. 194 do Regimento Geral, que, no restante, reproduz este artigo. A matéria é estatutária.
- (89) - A redação do item 2 é a do Art. 196 do Regimento Geral.
- (90) - As alterações do item 2 incluem o texto do Art. 200 do Regimento Geral. O Art. 200 do Regimento Geral restringe o curso a graduados.
- (91) - O Art. 201 do Regimento Geral restringe estes cursos a graduados. A alteração do item 2 inclui a redação do Art. 201 do Regimento Geral.
- (92) - A alteração do item 2 incluí a redação do Art. 202 do Regimento Geral.
- (93) - A alteração do item 2 busca torná-lo mais explícito, incluindo o Art. 203 do Regimento Geral. O Art. 203 do Regimento Geral restringe o curso a graduados.
- (94) - § 1º atende a providência já defendida tanto pelo CEG quanto pelo CEPG. O § 2º representa o parágrafo único do Art. 199 do Regimento Geral.
- (95) - A expressão omitida é redundante.
- (96) - O **caput** e o § 1º foram substituídos pela redação do Art. 215 do Regimento Geral.
- (97) - A alteração da redação do parágrafo único e o acréscimo do § 2º incluem, neste artigo, o texto do Art. 216 do Regimento Geral.
- (98) - O texto é o do Art. 217 do Regimento Geral.
- (99) - Esta parte foi revista pelo Sub-Reitor de Patrimônio e Finanças que indicou correções necessárias em face da legislação e da necessidade de distinção entre Orçamento Programa e Orçamento Analítico. Isto acarretou a inversão de ordem de alguns artigos.
- (100) - A redação foi atualizada.
- (101) - A redação do item 2 é mais geral. Sugestão do SR-3.
- (102) - Antigo Art. 126. A redação foi sugerida pelo SR-3.
- (103) - Caracteriza-se o Orçamento Analítico, distinto do Orçamento Programa. Esta redação traduz o conteúdo proposto pelo SR-3 com forma homóloga à do Ar-1.143.
- (104) - Redação atualizada, corrigida pelo SR-3.
- (105) - O parágrafo único é decorrente da possibilidade de receber, a Universidade, financiamentos externos (FINEP, BNDE, etc...) dos quais tem que prestar contas aos agentes financiadores.
- (106) - Redação alterada de acordo com as sugestões do SR-3.
- (107) - O parágrafo único autoriza prática corrente, sendo omissa o texto original.
- (108) - Antigo Art. 189, com a redação sugerida pelo SR-3.
- (109) - A alteração de março para fevereiro foi sugerida pelo SR-3.
- (110) - Emenda de redação, sugerida pelo SR-3.
- (111) - A ordem do texto do parágrafo único foi alterada por questões de sistemática.
- (112) - Artigo novo. Generaliza disposição do antigo § 9º do Art. 64, incorporada aos Regimentos da maior parte dos colegiados da Universidade ou adotada por Resolução desses colegiados. O Art. 144 original, que ocuparia este lugar, é suprimido por desnecessário na atual conjuntura.
- (113) - Artigo novo. Decorre da adaptação da legislação em vigor à estrutura da Universidade.
- (114) - Artigo Novo. Generaliza o § 4º do antigo Art. 73. O artigo 145 original, que ocuparia este lugar, é suprimido por desnecessário. A matéria ali versada pode constar, no Regimento Geral, nas atribuições do Conselho Universitário.
- (115) - O Estatuto original é omissa acerca de suas emendas. Este texto é inspirado no artigo do Regimento Geral que dispõe acerca do assunto.
- (116) - Os §§ 1º e 2º são os §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei 6.420, de 3 de junho de 1977.
- (117) - Procurou-se simplificar a constituição da Assembléia Universitária apontando como participantes os discentes e os ex-alunos já integrantes de colegiados universitários. Os representantes do pessoal técnico e administrativo teriam seu número fixado pelo Conselho Universitário. A menção inicial aos integrantes do corpo docente incluí os professores de 1º e 2º graus.

**ENVIE SUA OPINIÃO,
CRÍTICA OU SUGESTÃO
PARA O BOLETIM
DA ADUFRJ**

**PROCURE SEU
REPRESENTANTE NO
CONSELHO
UNIVERSITÁRIO**

RELATÓRIO COMPLETO

I Encontro Nacional

dos Servidores Públicos Federais

Brasília, 26 e 27 de março de 1983.

I - Sessão de Abertura

Estavam presentes ao Encontro:

- 7 entidades nacionais: CSPB, UNSP, ANDES, FASUBRA, Médicos Residentes, Federação Nacional dos Médicos, Federação Nacional dos Servidores Postais e Telegráficos.

- delegações de 13 Estados (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, GO, ES, PB, BA, RN, CE, PE) e do DF.

Compareceram à abertura também a UNE e o Senador Fábio Lucena (Presidente da Comissão do Serviço Público do Senado Federal - PMDB/AM).

- O Senador Fábio Lucena informou que convocou o diretor geral do DASP, José Carlos Freire, para debater a situação dos servidores públicos. Convidou as entidades do funcionalismo para participar deste debate no Congresso (a data deve ser sugerida pelas entidades do funcionalismo).

- foi aprovado o regimento do Encontro (Anexo 1).

- Passou-se então ao informe dos Estados:

RS - presentes 2 delegados, 2 observadores e 4 entidades. Estão com problemas sérios depois da paralisação de jan. 83 (as lideranças estão sendo chamadas a depor, está havendo esvaziamento e denúncias - até por parte das lideranças). O nível de organização é baixo, há muita falta de informação, mas o potencial de mobilização é considerado bom, como foi demonstrado na paralisação de janeiro.

SC - presentes 26 delegados, 7 observadores e 13 entidades. A delegação era muito grande, e o nível e o potencial de mobilização do Estado são considerados bons. Foi formada uma Comissão Estadual, da qual estão participando quase todas as entidades do Estado, que tem realizado Assembléias Estaduais. A maior parte (70%) dos funcionários está nas Universidades e no INAMPS.

PR - presentes 8 delegados, 4 observadores e 6 entidades. O nível de mobilização do Estado é regular. Dia 22/4 serão realizadas assembléias nas entidades, e há uma expectativa muito grande dos resultados deste encontro.

SP - presentes 11 delegados, 8 observadores e 8 entidades. Foi feita uma paralisação estadual de 1 dia, que foi considerada boa (inclusive com participação do interior do Estado). Foi criado um comando estadual, que realizou assembléias estaduais. O movimento após a paralisação refluíu, e um dos motivos para isto é que não havia uma proposta unificadora a nível nacional. Há um bom potencial de mobilização, e o setor mais mobilizado é o da Previdência.

RJ - presentes 12 delegados, 3 observadores e 9 entidades. O movimento no Estado está bastante desarticulado, e aparentemente não há credibilidade num movimento unificado por parte das entidades. Os setores mais mobilizados (em cima das suas questões específicas) são o dos docentes e

funcionários das Universidades, e o potencial de mobilização não foi aferido a nível de reivindicações gerais.

MG - presentes 9 delegados, 2 observadores e 7 entidades. A mobilização é fraca; o potencial de mobilização é razoável, mas o funcionalismo está intimidado, e poucas entidades estão trabalhando na mobilização.

GO - presentes 12 delegados e 6 entidades. O Estado tem 9 entidades apenas. Foi formada uma comissão de mobilização, e houve distribuição de 10 mil panfletos no Estado sobre a situação dos servidores. O nível de mobilização é baixo, mas está crescendo, e o potencial é bom.

ES - presentes 5 delegados e 3 entidades. Foi realizada uma paralisação de 1 hora em janeiro. A insatisfação é muito grande, e a falta de uma direção nacional para o movimento traz a desmobilização. Existe uma Comissão Estadual de Mobilização, que já editou 3 números de um boletim ("O Barnabé").

PB - presentes 5 delegados e 4 observadores. Todas as entidades presentes eram de professores ou funcionários de Universidade.

As únicas atividades desenvolvidas têm sido de divulgação do movimento. O nível e o potencial de mobilização são fracos.

BA - presentes 3 delegados e 2 entidades. A articulação do funcionalismo está se consolidando: foi formada uma Comissão de Mobilização com 10 entidades participando. Foi realizada uma Assembléia Estadual, com cerca de 60 participantes, que representou um marco para o movimento (foi realizada dentro da Associação dos Servidores, e presidida pelo Archimedes, que desaconselhou a participação dos servidores neste encontro). O nível de mobilização ainda é baixo; o potencial existe, e há expectativa de um cronograma concreto (nacional) de luta. Dia 7 de abril será realizada uma nova assembléia estadual.

DF - presentes 14 delegados, 5 observadores e 9 entidades. Foi realizada uma concentração nas rampas do Congresso. O nível de mobilização é fraco (está crescendo), o potencial é bom. Propõe mobilização para rejeição do decreto lei do aumento do funcionalismo.

RN - presentes 1 delegado e 1 entidade (ADUFRN). A comunidade universitária está mobilizada pelo menos para suas questões internas. Há expectativa quanto aos resultados do encontro.

CE - presentes 1 delegado e 1 entidade. Há uma comissão de mobilização estadual, e foi realizada Assembléia Estadual. O nível e o potencial de mobilização são bons.

PE - presentes 1 delegado e 1 entidade. No dia 12/3 foi realizada uma Assembléia Geral conjunta promovida pela UNSP, com 10 entidades presentes. Foi criada uma comissão estadual de mobilização. O nível de

mobilização ainda é baixo. Existe insatisfação no funcionalismo, mas não há disposição de luta, pois a intimidação é grande.

II - Deliberações do Encontro

Os participantes foram divididos em grupos de trabalho para discutir a pauta do encontro no dia 26, cujos resultados foram apreciados na assembléia do dia 27, na qual foram tomadas as seguintes deliberações:

- Conjuntura e avaliação do movimento dos servidores públicos federais:

Redação de um Manifesto do Encontro a ser divulgado amplamente sobre os seguintes pontos:

- As conseqüências do modelo econômico, incluindo um comentário sobre a proposta de trégua política formulada pelo Presidente Figueiredo e sobre o significado das eleições como repúdio à política governamental.

- A situação econômica afeta todos os trabalhadores; e o Governo altera a lei salarial diminuindo-os como 1 proposta de superação da crise.

- É necessária a inserção do movimento do funcionalismo no movimento dos trabalhadores. Assim sendo, deve-se apoiar a CUT e "assumir" as suas bandeiras (contra a Lei de Segurança Nacional, repúdio ao FMI, por eleições diretas para Presidência da República).

- É necessária uma campanha de denúncia pública da situação do funcionalismo - inexistência de reajuste semestral, os reajustes anuais sempre abaixo do INPC, sem direito à sindicalização, etc.

- É necessário um movimento nacional unificado, com reivindicações e formas de mobilização tirados neste encontro.

- O avanço do movimento dos servidores públicos exige a ampliação de sua base social.

- O movimento ainda é frágil, e torna-se necessário consolidá-lo.

- Há um profundo descontentamento do funcionalismo com sua situação.

- Há algum descrédito nas entidades ou no movimento.

- Existe disposição de luta na categoria.

- A natureza das entidades do funcionalismo público aponta para a necessidade de torná-las mais combativas.

- Há insuficiência de direção política no movimento.

III - Reivindicações da Categoria

Foi aprovada uma pauta de reivindicações contendo os seguintes pontos:

- Reposição Salarial de 70% em maio (so-bre os 40% de janeiro),

- Reajuste semestral de acordo, no mínimo, com o INPC;

- 13º salário para os servidores estatutários, sem prejuízos dos direitos adquiridos;

- Direito de sindicalização para os servidores públicos;

- Envio do novo estatuto ao Congresso Nacional, sem regime de urgência e sem decurso de prazo.

As outras reivindicações foram retiradas da pauta com base no argumento da necessidade de se ter uma pauta concisa, e unificada com a da CSPB.

IV - Calendário Nacional de Mobilização e Luta

- As reivindicações aqui decididas deverão ser entregues no dia 6 de abril;

- O documento contendo as reivindicações deverá ser entregue ao Presidente da República, e aos parlamentares (tanto ao nível do Congresso Nacional, como ao nível das Assembléias Legislativas) para obtenção de apoio.

- Será dado o prazo de até 28/4 para uma resposta do Governo;

- Recomenda-se que seja realizada uma Assembléia Geral Estadual para discussão das conclusões do Encontro;

- Realização de Assembléias Gerais por Estado e do dia nacional de protesto em 13/5 - As assembléias deverão discutir os resultados do encontro de Brasília e as formas de encaminhamento da pauta de reivindicações, considerando as possibilidades das diversas formas de luta; atos de protesto, paralisações e greve. As assembléias também deverão preparar as atividades do dia nacional de protesto;

- Campanha pela rejeição do Decreto-Lei 1984/82 que concede o aumento do funcionalismo público. Neste sentido deliberou-se pela realização de um dia nacional de luta pela rejeição do decreto a 19 de abril. Além disto se propôs que todas as entidades pressionem a comissão mista do congresso que examina a matéria no sentido da sua rejeição

- Realização de contatos com parlamentares no sentido de articular a rejeição do decreto e a promoção, por Estado, de seminários com representantes das respectivas bancadas;

- Organização de Comissões Estaduais de Mobilização.

Marta Feijó Barroso
Eliane Brígida de Moraes Falcão
Delegadas da ADUFRJ ao Encontro de
Brasília.

Com a divulgação da notícia que a comissão do CFE já encerrou os seus trabalhos e entregou o resultado para o CRUB - Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras - a realização do Congresso Interno ganha em importância e urgência, uma vez que os professores precisam definir, sem perda de tempo, a sua posição sobre o seu projeto de Universidade de forma que tenham uma referência clara para discutir, e se preciso combater, a proposta do MEC, tanto ao âmbito do Congresso Nacional, quanto ao de toda a sociedade. Isto é, precisamos estar preparados para lutar por uma Universidade pública e gratuita, com autonomia administrativa e financeira, porém que receba do Estado todos os recursos necessários ao seu pleno funcionamento, que escolha democraticamente os seus dirigentes, que possua colegiados que garantam a participação democrática e equilibrada de toda a comunidade universitária e que possua uma estrutura dinâmica que garanta o atendimento das principais demandas sociais. Além precisamos garantir as nossas conquistas em termos de carreira unificada e isonomia salarial para as Universidades Federais Autárquicas.



Vem aí o II Congresso Interno dos docentes da UFRJ

Por decisão do Conselho de Representantes o II Congresso Interno será realizado nos dias 19 e 20 de maio sendo sua abertura no dia 18.

No primeiro dia serão realizadas as reuniões por grupo de trabalho, de acordo com o seguinte ternário:

- 1 - Regime Jurídico: Autarquia x Fundação
- 2 - Carreira do Magistério
- 3 - Administração Acadêmica
- 4 - Financiamento da Universidade
- 5 - Estrutura de Poder e Democratização Interna

6 - Avaliação da Produção Universitária

7 - Fundação Universitária José Bonifácio

O segundo dia será dedicado à reunião plenária que deliberará sobre as propostas dos grupos de trabalho.

Como forma de implementar um clima de discussão e debate, bem como mobilizar os professores para o II Congresso Interno, estão sendo programadas mesas-redondas tendo como temas: Experiências e Perspectivas nas Lutas pela Democratização da Universidade, Política de Financiamento da Pesquisa para a Universidade e Verbas Públicas para o Ensino Superior.

As questões referentes aos problemas de Ensino e Pesquisa enfrentados pelas Unidades ou Centros deverão ser abordados em mesas-redondas ou seminários promovidos no âmbito destas Unidades pelos representantes da ADUFRJ.

No entanto, todo sucesso deste Congresso depende da participação de todas, não apenas assistindo às promoções mas, principalmente participando das comissões e escrevendo sua opinião sobre qualquer tema relativo à Reestruturação da Universidade.

Relatório da Reunião da ANDES com parlamentares em 23/03/83

O II Congresso da Andes deliberou sobre a necessidade de relacionamento mais estreito com parlamentares de todos os partidos para encaminhamento de diversas questões que necessitam de tramitação no Congresso Nacional, bem como do apoio parlamentar às reivindicações do movimento.

No dia 23 de março de 1983 reuniu-se, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, três membros da diretoria da ANDES com um grupo de parlamentares de diversos partidos. Estiveram presentes à reunião:

- da diretoria da ANDES: Raul Guinther, Alexandre Magalhães e Joel Teodosio;

- deputados:

José Eudes - PT, RJ
Hermes Zaneti - PMDB, RGS
Myrthes Bevilaqua - PMDB, ES
Jacques D'Ornellas - PDT,

RJ
Francisco Pinto - PMDB, BA
Djalma Bom - PT, SP
Elquisson Soares - PMDB, BA
José Gendino Neto - PT, SP
Manoel Costa Junior - PMDB, MG
Brandão Monteiro - PDT, RJ
Luiz Soares Dulci - PT, MG
Irma Passoni - PT, SP

Além destes, muitos deputados do PDS, PTB, PMDB, PDT e PT mostraram interesse em manter contato estreito com a ANDES, colaborando no que for necessário. O não comparecimento a esta reunião, deveu-se à votação nominal em plenário sobre questões de interesse dos mesmos.

Neste encontro e nos contatos mantidos, foram explicitados para os parlamentares algumas resoluções do II Congresso: 1 - cronograma da ANDES para 1983, sobre a

reestruturação (Congressos Internos nas IES, Simpósio e CONAD em junho, Encontro Nacional de Estudantes, Professores e Funcionários no 2º semestre); foi também relatado para os parlamentares o compromisso público da Ministra da Educação, por ocasião da greve das autárquicas, no sentido de consulta à comunidade universitária, e envio ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei, de toda e qualquer medida referente à reestruturação da Universidade e do Ensino Superior;

2 - necessidade de CPI sobre o Ensino Superior;

3 - rejeição do Decreto presidencial sobre política salarial;

4 - luta dos docentes das IES privadas pela estabilidade, pelo reajuste salarial computado sobre 162 horas, e carreira do magistério;

5 - luta dos docentes das Fundações, por carreira do magistério e contra a lei 6733. Neste particular, foi relatada a situação na UnB e UF São Carlos.

6 - luta pela mudança de dispositivo constitucional, que sobriga o Estado do financiamento do ensino de 2º e 3º grau;

7 - resolução do II Congresso de que, em aspectos consensuais e já vivenciados pela comunidade universitária,

deverão tramitar no Congresso Nacional projetos de lei. Foi citada a questão da escolha de dirigentes universitários e composição e métodos de escolha dos órgãos colegiados;

8 - Simpósio no Congresso Nacional, sobre a Universidade e o Ensino Superior.

Também foi anunciado e feito convite aos parlamentares, para o I Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais em 26/27 de março. Ao mesmo tempo, foi relatada a atual luta dos docentes das Universidades Autárquicas e do funcionalismo público federal, contra o reajuste salarial decretado pelo Governo.

Todos os parlamentares concordaram com os encaminhamentos e reivindicações, seguindo-se debate sobre formas concretas de colaboração e interação com o Congresso Nacional.

Quanto ao Simpósio sobre Universidade e Ensino Superior na Câmara de Deputados, resolveu-se formar uma comissão composta de diretores da ANDES (a serem designados na reunião da Diretoria de 8/9 de abril) e os seguintes parlamentares:

Hermes Zanetti, Luiz Soares

Dulci, Jacques D'Ornellas, Myrthes Bevilacqua, Irma Passoni.

Resolveu-se também que os parlamentares presentes fariam gestões junto ao PDS e PTB para incorporar à Comissão parlamentares destes partidos.

Ficou acertada reunião desta comissão, para o dia 12/abril/83, às 17 horas, na Comissão de Educação da Câmara de Deputados. Nesta reunião terá início processo de elaboração conjunta (ANDES e parlamentares) do temário e organização do Simpósio, para o mês de junho.

Por outro lado, os parlamentares presentes comprometeram-se a realizar gestões junto à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para oficialização do Simpósio.

Julgamos necessário, para concretizar estas iniciativas, provenientes das resoluções do II Congresso da ANDES, que os colegas de cada AD e cada Regional desenvolvam gestões junto aos parlamentares dos respectivos Estados.

Alexandre Magalhães da
Silveira
Joel Teodosio

EXPEDIENTE

Fernando Antonio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Ericksson Almendra - (CT) - Joel Teodosio - (CT).
Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D200 - Telefone: 280-9322 - Ramal 325 Ilha Universitária - CEP 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ
CGC 30.315.055/0001-51

IMPRESSO

REMETENTE
ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ

ANOV

ABRIL/83

N° 18

A ADUFRJ promoverá nos dias 18, 19 e 20 de maio de 1983 o II CONGRESSO DOS DOCENTES DA UFRJ. Neste Congresso continuaremos discutindo a Reestruturação da Universidade, baseados em documentos que estão sendo gerados em grupos de trabalhos na UFRJ, discussões em mesas redondas a serem realizadas antes do Congresso e documentos das outras AD's que serão enviados pela ANDES. Os resultados do Congresso serão encaminhados a ANDES que redigirá um novo documento no próximo CONAD e o enviará ao MEC.

Todos os professores estão convidados a participar do evento, e as atividades docentes deverão ser interrompidas nos horários de realização dos trabalhos.

A abertura do Congresso (18 de maio) será no auditório do CFCH, na Praia Vermelha e as atividades dos dias 19 e 20 de maio serão desenvolvidas nos prédios do CT e CCMN, na Ilha do Fundão. O cronograma aprovado é:

18 de maio de 1983 - 4ª feira

16:00 horas - Sessão de abertura Instituto de Psiquiatria - Praia Vermelha

Inscrições e recebimento de material

19 de maio de 1983 - 5ª feira

II Congresso dos Docentes da UFRJ

REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE

08:00 - 09:00 horas - inscrições e recebimento de material

09:00 - 13:00 horas - discussão em grupos de trabalho

13:00 - 14:00 horas - intervalo da discussão

20 de maio de 1983 - 6ª feira

09:00 - 13:00 horas - plenária de conclusão

13:00 - 14:00 horas - intervalo

14:00 - 17:00 horas - continuação da plenária e encerramento.

Nos grupos de trabalho, os professores serão agrupados por temas de interesse, a sua escolha, onde discutirão e aprofundarão cada um deles, devendo elaborar um documento a ser aprovado na plenária de conclusão.

Estamos enviando como encarte uma ficha de inscrição, que poderá ser de-

volvida pelo correio à sede da ADUFRJ ou entregue ao representante de sua unidade. Cada professor deverá escolher o tema de seu maior interesse. Os temas propostos são:

1 - O Regime Jurídico

2 - Carreira do Magistério

3 - Administração Acadêmica

4 - Financiamento da Universidade

5 - Estrutura de Poder e Democratização Interna

6 - Avaliação da Produção Universitária

7 - Fundação Universitária José Bonifácio.

Devido às despesas com a organização do Congresso, basicamente de papel para reprodução de material a ser distribuído aos professores e ajuda ao pagamento das passagens dos convidados para as mesas redondas, está sendo solicitado o pagamento de uma taxa de inscrição de Cr\$ 1.000.00. No entanto, a participação dos professores não está vinculada ao pagamento desta taxa.

Quaisquer outras informações sobre o II Congresso poderão ser obtidas com o representante de sua unidade, com a comissão de Organização do Congresso ou na sede da Associação (sala D-200-CT).

Mesas redondas - participe

Como preparação para o II Congresso Interno dos Docentes da UFRJ, a comissão organizadora e o conselho de representantes tomaram a iniciativa de realizar três mesas redondas sobre temas vinculados aos pontos de discussão do mesmo. Estes três debates estão assim estruturados:

I - EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS NAS LUTAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO

Faculdade de Letras UFRJ - Teatro Gil Vicente - 15:00 horas - 27 de abril - 4ª feira

- O objetivo desta mesa redonda será o de sistematizar e debater as principais experiências já vivenciadas pelo movimento de docentes na luta pela democratização. Estas experiências incluem as eleições diretas pela comunidade universitária dos dirigentes, a composição e o método de escolha dos órgãos colegiados, as relações entre órgãos colegiados e cargos executivos, etc. Por outro lado, serão debatidas as perspectivas atuais em termos de ampliação, do avanço, consolidação e aprofundamento das vitórias (se bem

que pequenas) já obtidas:

- O critério de escolha dos debatedores baseou-se em tipos de Universidade (Particular, Fundação e Autárquica) onde estas lutas já se desenvolveram, como por exemplo a PUC de São Paulo, a Fundação de São Carlos e a UFRJ. Basta lembrar que nas duas primeiras a comunidade elegeu os respectivos reitores, sendo que na PUC de São Paulo já houve a mudança de estatutos e regimentos através de uma assembléia constituinte.

Os componentes desta mesa serão:

- Aloisio Mercadante - PUC São Paulo - Diretor ANDES

- Wolfgang Leo Maar - Fundação de São Carlos - Diretor ANDES

- Horacio Macedo - Decano CCMN - UFRJ

- Joel Teodósio - E. E. - UFRJ

II - POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA PESQUISA PARA A UNIVERSIDADE

CCS - 15:00 horas - 04 de maio - 4ª feira

- A importância desta mesa redonda está relacionada não apenas ao tema,

como ao fato de que no I Congresso Interno esta questão foi uma das menos aprofundadas.

- O objetivo será analisar a política de financiamento da pesquisa na Universidade, por parte dos diversos órgãos financiadores. Por outro lado, serão debatidos os enfoques que a sociedade científica, nos diversos ramos do conhecimento e por parte de diversas entidades representativas dão a este tema.

- Os componentes da mesa, por área de conhecimento e por atuação em diversos debates da sociedade científica são:

- Enio Candotti - Física - UFRJ - Ex-Secretário Regional da SBPC

- Gilberto Velho - Antropologia - UFRJ - Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (a confirmar)

- Maria Helena Marques - Letras - UFRJ

- Roberto Lent - Biofísica - UFRJ - Ex-Secretário Regional da SBPC

III- RECURSOS PÚBLICOS PARA ENSINO SUPERIOR

Auditório do CT - 15:00 horas - 12 de maio - 5ª feira

- A importância deste tema está relacionado não apenas à questão da necessidade de financiamento de ensino e pesquisa, como também à problemática de verbas públicas para instituições privadas.

- Este aspecto da questão foi bastante polêmico no último Congresso da ANDES. Por outro lado, existe uma política traçada pelas mantenedoras das IES privadas, no sentido de captação de recursos públicos para pesquisa. Sendo assim, optamos por um conjunto de debatedores que abordem e sistematizem estes diversos aspectos da questão. A mesa será composta por:

- Candido Mendes - Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras (a confirmar)

- Nadir Kfoury - Reitora da PUC - São Paulo (a confirmar)

- Luis Pinguelli - Presidente da ANDES

- Antônio Candido - USP - Ex-Presidente da ADUSP (a confirmar)

- Sidney Solis - USU - Presidente da ADUSU (a confirmar)

OPINIÃO

A questão democrática na universidade

No movimento dos professores, um ponto de referência constante é o da questão democrática na universidade. O progresso do movimento e a posição que, em contrapartida ou autonomamente, assumem os setores do governo ligados à educação, colocam como tarefa essencial o aprofundamento desta questão sob pena de os professores perderem a iniciativa e serem atropelados pelas ações oficiais. Neste artigo, colocam-se alguns pontos de reflexão sobre o sentido, o alcance e os limites da democratização; sobre as formas desejáveis e possíveis que pode assumir; e sobre os efeitos que dela se podem esperar.

A Democratização e seus Limites

Será inútil indagar qualquer coisa sobre a democratização da Universidade se não se tiver, preliminarmente, clareza sobre o papel desta Universidade na nossa sociedade. Quando, no início da década de 60 o movimento estudantil, e grupos muito restritos de professores, levantaram a bandeira de uma universidade democrática, agia-se numa situação de fato na qual esta bandeira se inseria nas reivindicações populares mais amplas das reformas de base, nas reivindicações que visavam a conquistar um governo democrático. Assim, a universidade - que à época era essencialmente a universidade estatal - deveria democratizar-se como peça de um governo que se queria democrático. A bandeira específica da universidade democrática era parte integrante de um movimento político de categoria mais ampla, que abrangia setores muito ativos da sociedade e que visava a conquistar, em prazo mais ou menos curto, uma modificação profunda da sociedade.

Hoje, a situação é nitidamente diferente. A universidade estatal - federal ou estadual - tornou-se minoritária no processo de educação superior. Os governos autoritários dos anos de 60 e de 70 conseguiram, em boa parte, efetivar a privatização do ensino de terceiro

grau, conforme os planos estabelecidos em meados da década de 60. A questão democrática tem então uma dicotomia bem clara - por um lado é uma reivindicação geral da sociedade, num movimento para recuperar as posições perdidas e destruídas durante este interregno. Como tal, ela se reflete nas universidades - estatais ou não - por intermédio das correntes mais conscientes e ativas, sem ter no entanto um conteúdo particular determinado ou específico. Por outro lado, a democratização da universidade é uma reivindicação específica que visa a modificar, eliminar e se possível destruir os traços autoritários de organização e de ação que moldaram a universidade nestes últimos 10 ou 15 anos.

Como reflexo de uma contradição mais geral, a democratização da universidade vai acompanhar - mais ativa ou mais passivamente - o movimento geral de democratização da sociedade. As características deste processo geral não serão fruto da decisão exclusiva do movimento dos professores, nem do movimento dos estudantes, mas estarão sempre presentes no processo particular interno das universidades.

Na forma de uma reivindicação específica, porém, é possível entender com maior autonomia a reivindicação democrática e sobre ela influir. Surge logo uma pergunta - democratizar a universidade para que? As direções das universidades privadas compreendem claramente o problema e entendem a democratização como a maior liberdade de ação frente ao poder central, com vistas a desenvolver o que denominam as potencialidades da iniciativa privada. Justo é reconhecer que estão no seu papel e que seria ingênuo exigir outra concepção do empresário capitalista. Ao movimento docente nestas universidades, contudo, põe-se um problema muito especial e muito original

que é o de querer, na empresa que é capitalista e que se pretende capitalizar, uma organização em que a direção não esteja essencialmente nas mãos dos empresários. Aparentemente são possíveis certos avanços (por exemplo, maior participação nos colegiados, indicação de dirigentes) mas não parece viável, sem modificações da essência da empresa capitalista educacional, que as reivindicações possam ultrapassar de muito o âmbito das reivindicações sindicais. O problema, que é crucial para os docentes das universidades privadas, interessa aos professores das estatais, na medida em que se pretende desenvolver, em nível nacional, o movimento docente. Pelo que se tem escrito e afirmado, ainda está longe a unanimidade sobre esta questão.

Muito diferente é a questão das universidades estatais. Que significa democratizar uma destas estruturas ou, em nível mais geral, que significa democratizar as universidades federais? Se considerarmos que a universidade estatal é peça integrada e atuante da superestrutura autoritária, classista, discriminadora, do Estado brasileiro, fica difícil acreditar que a democratização tenha limites muito amplos ou possa efetivar-se com objetivos mais profundos (que atingem a essência do próprio poder do Estado) a prazo curto ou médio. Não se pode perceber como a universidade estatal assumira formas de organização que se contraponham frontalmente às formas de organização centralizadoras e burocráticas do Estado. O que é possível, aparentemente, nos dias de hoje, é eliminar das estruturas vigentes os traços do autoritarismo tecno-militar que imperou no País nos últimos anos; é extirpar os métodos de direção e de gestão baseados nestes traços; é tornar mais flexíveis e menos coercitivos os liames da universidade estatal com o poder central e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção dos embriões, das formas de organização e de ação que poderiam vir a expandir-

se no futuro.

Impõe-se assim a conclusão de que a democratização das universidades estatais liga-se, indissolúvelmente, à conquista da maior e mais ampla autonomia. E também que democratização e autonomia limitam-se no tempo e no espaço, embora constituam uma grande contribuição que o movimento docente pode oferecer ao movimento geral democrático da sociedade brasileira.

Democratização e Autonomia

A conquista da autonomia e a efetivação da democratização constituem faces de uma mesma moeda para as universidades estatais. Uma não se entende sem a outra. Não se pode querer uma sem querer a outra. E por isso mesmo não pode querer implantar primeiro uma para depois ter a outra. Ou se tem a autonomia e a democratização ou não se terá nem uma nem outra. O problema já constitui, nos dias de hoje, uma questão prática. O Ministério da Educação e o Conselho de Reitores têm concepções, que se manifestam com maior ou menor clareza, sobre a autonomia e que têm muitos traços em comum com várias reivindicações do movimento dos docentes. Estas concepções, mais ou menos modificadas, podem vir a corporificar-se em estruturas determinadas, sem que tenham a contrapartida da democratização interna. Então, corre-se o risco de ver a bandeira da reforma democrática da universidade passar para as mãos dos setores mais conservadores da universidade. Efeito deste tipo já ocorreu no passado e pode vir a repetir-se, pois as modificações que se podem efetuar autonomizando a universidade (sem democratizá-la) não colocam em risco nenhuma estrutura do poder estatal. Talvez seja importante realçar este aspecto, que está indissolúvelmente associado à posição da universidade estatal junto ao Governo. Quando, em princípios de 60, reclamavam-se como medidas democrá-

CONCERTO

CCMN - Escola de Música - ADUFRJ

Dia 29 de abril, às 12 h

AUDITÓRIO DO CCMN (Roxinho)

TRÍADE - canto, flauta e violão

ENTRADA GRÁTIS

ticas a extinção da cátedra, o aumento de vagas, a reforma das estruturas, não se imaginava que 10 anos depois estas medidas seriam tomadas tranquilamente pelos setores mais conservadores da universidade sem que com isto tenha havido qualquer ganho democrático (óbvio, estava-se em 70-72), nem se tenha instituído as bases de um futuro ganho democrático.

A autonomia frente ao Poder Central e a democratização interna correm juntas: a autonomia sem a democratização contribuirá para o fortalecimento da política global de enfraquecimento das universidades estatais - especialmente das federais autárquicas; colocará em risco a própria existência de universidades menores, que não terão as forças internas para resistir às tendências desagregadoras. A democratização sem autonomia é pelo menos um contra-senso. É querer junto ao Poder Central - fechado, autoritário, absolutista - uma estrutura por ele mantida, porém sobre uma base que nega o autoritarismo e o absolutismo. É difícil perceber como, por mais democrática que seja a estrutura interna, será possível a uma universidade estatal sem autonomia (ou com a pseudo-autonomia vigente) exercer soberanamente seu direito de dispor sobre cursos e currículos, sobre seus docentes, sobre a orientação das pesquisas, e livrar-se das peias burocráticas que lhes são impostas pela infinidade de órgãos que nela interferem - MEC, SEPLAN, DASP, CFE, etc.

As Formas Possíveis

Com estes limites em mente, talvez seja importante ressaltar aspectos desejáveis de uma possível estrutura universitária estatal, nos marcos da autonomia e da democratização.

O primeiro é o da escolha dos dirigentes executivos, em todos os níveis, por manifestação direta da comunidade, num processo que se esgota na própria universidade.

O segundo é o da constituição de todos os órgãos colegiados por processo de escolha direta dos setores interessados. Com este processo direto se teria a garantia de legitimidade das resoluções e a possibilidade de gerar um amplo fluxo bidirecional de influências entre a comunidade e os colegiados.

O terceiro é o de garantir a res-

ponsabilidade de execução dos dirigentes, assegurando-lhes liberdade de ação, pelo que responderão frente aos colegiados apropriados. Talvez não seja ocioso comentar que não será possível gerir a universidade autônoma sem que os dirigentes tenham a liberdade de ação dentro dos marcos previstos pelas resoluções tomadas nos colegiados. A concepção, muito viva em certos setores, de que tudo tem que ser resolvido por todos só poderá levar a universidade estatal ao caos e à sua liquidação, como querem os setores mais retrógrados do Governo.

O quarto aspecto é o de garantir-se o fluxo mais amplo de informações entre a comunidade, os colegiados e os dirigentes. No estado atual, o poder de decisão não se pode exercer, mesmo que se queira, pois na maior parte dos casos o conhecimento dos problemas da universidade (melhor dito, das Unidades e dos Centros) é nulo para a esmagadora maioria dos professores.

Ressalta-se, finalmente, que não se pode aceitar a existência de um padrão único de organização para todas as universidades estatais. É perfeitamente concebível que, por exemplo, a atual organização da UFRJ seja democratizada, desde que atendidos os aspectos mencionados acima. Ao se efetuar a reforma da autonomia e da democratização, não se poderá incorrer no erro ingênuo de pensar que a história principia conosco e de que tudo e todos no passado estiveram sempre na absoluta falsidade.

Democratização e Eficiência Acadêmica

Aspecto interno de alta relevância para a sobrevivência das universidades estatais é o da eficiência acadêmica no ensino, na pesquisa e na expansão da cultura. Embora o nível de atividades destas universidades seja, hoje, em muito superior ao nível correspondente das universidades privadas, esta situação nem é segura, nem é obrigatória, nem é imutável. Assim, se não mantiverem elevados os níveis de ensino e de pesquisa - especialmente nas universidades federais autárquicas - não se pode ter a menor dúvida de que a liquidação de boa parte delas será apenas questão de tempo.

Por isso, a autonomia e a de-

mocratização, ligam-se indissolavelmente à eficiência acadêmica. Se entendermos como democratização a liberdade de cada professor ministrar o curso que bem entender sem prestar contas à ninguém; a liberdade de cada departamento resolver, no seu âmbito, as suas questões sem consultar outros departamentos e sem atentar para os interesses contraditórios dos diferentes departamentos; a liberdade de cada Unidade resolver ao seu arbítrio os seus problemas e adotar as orientações geradas internamente; teremos muito rapidamente a completa desagregação das universidades federais autárquicas. É interessante ressaltar, no entanto, que manifestações muito contundentes destas tendências são bastante atuantes nos dias de hoje e consideram duramente atingida a democracia quando contra elas se levantam objeções. Entende-se, que, depois de um longo período de arbítrio e violência, haja fortes reações contra quaisquer medidas reguladoras e que limitam, necessariamente, a ilimitada liberdade de ação que todos desejam. Não se pode aceitar, porém, que estas reações se instituem em dogma que, no fundo, só servirá às forças que pretendem liquidar com o ensino público.

É preciso finalmente ressaltar ser inadmissível que o processo de democratização e de autonomização venha a pôr em risco, internamente, a existência e o desenvolvimento dos grupos e das Unidades que tenham elevado nível de atividade de pesquisa. A defesa e salvaguarda destes grupos - quaisquer que sejam as suas orientações - constitui ponto importante para garantir-se as possibilidades do desenvolvimento futuro das universidades estatais. Ao mesmo tempo, é a pedra de toque que irá diferenciar, também no futuro, as universidades progressistas das conservadoras e retrógradas.

Democratizar, para que?

Esta pergunta ficou no ar, ou no papel, desde o principio. Talvez, para encerrar, caibam algumas respostas.

Em primeiro lugar, é evidente que todas as correntes que querem a democratização da sociedade brasileira têm que querer, forte e solidamente, a democratização da universidade estatal, da mesma forma que têm que lutar

pela democratização de todas as estruturas sociais.

Em segundo lugar, no âmbito interno, o exercício da democracia é a garantia da continuidade da excelência da universidade estatal no decorrer do tempo. É possível que, num período limitado de tempo, estruturas fortemente centralizadas e autoritárias levem a elevado nível de desempenho acadêmico. Há exemplos deste tipo na UFRJ. Quanto à universidade se cometiam as tarefas de exclusiva formação de quadros dirigentes, a cátedra - unipessoal, autoritária, incontrastável - respondia eficientemente pelo exercício desta função. O certo porém é que desaparecendo o fator centralizador e impulsionador, ou modificando-se as exigências, as estruturas centralizadas e autoritárias se deterioram. A prática democrática será, portanto, a via natural para o desenvolvimento de novos talentos, para a busca de novas relações, para o encontro de respostas a novos problemas educacionais e culturais, o que constitui a garantia da continuidade da estrutura universitária.

Em terceiro lugar aparece muito clara a importância da prática democrática no processo de formação de novos quadros técnicos, culturais e científicos, a fim de transmitir-lhes a visão de uma prática social democrática em âmbito mais geral. Não temos no Brasil, infelizmente, nenhuma experiência sobre os efeitos da continuidade da prática democrática geral. As alternâncias dos períodos repressivos intensos, com os períodos menos repressivos, e até liberais, tem sido modelo constante no nosso País. Mas mesmo assim pode-se afirmar, sem dúvida, que os quadros formados nas universidades estatais da década de 50 trouxeram para a sociedade uma carga de concepções democráticas muito mais intensa que os quadros formados na época negra da repressão dos anos de 60 e 70. Será que não vale a pena cuidar para que nunca mais se tornem os nossos tempos tão amargos? Esta talvez a contribuição maior que os docentes de hoje podem dar aos alunos e docentes de amanhã.

Horácio Macedo
(DECANO DO CCMN)

Professores debatem a permanência de Literatura Portuguesa nas Faculdades de Letras

O Setor de Literatura Portuguesa do Departamento de Vernáculos da Faculdade de Letras da UFRJ fará realizar no próximo dia 25 de abril, às 14 horas, mesa redonda sobre A LITERATURA PORTUGUESA PÓS-74 e a importância dos estudos portugueses no Currículo Mínimo de Letras.

Da mesma forma a PUC RJ e a Universidade Santa Úrsula discutirão o tema na semana de 25 a 30 de abril.

Este encontro possibilitará o debate com vistas à criação do CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES na Faculdade de Letras da UFRJ.

Greve dos estudantes da UFRJ

Nota da ADUFRJ

Os estudantes de quatro unidades da UFRJ estão em greve e este movimento deve se ampliar por muitas outras escolas.

A ADUFRJ compartilha com os estudantes as preocupações que motivaram o atual movimento. Alguns alunos estão sendo chamados a depor perante comissão de inquérito administrativo criado para apurar os fatos referentes à invasão do refeitório do Hospital Universitário. Existe ameaça concreta de que tal inquérito resulte em imputação de culpa, o que poderia resultar em punições contra alguns alunos quando na realidade a decisão que resultou na tomada do tal refeitório foi coletivamente assumida por Assembléia Geral de sua entidade, cuja legitimidade é indiscutível.

Esta comissão de inquérito tem criado na UFRJ um clima incompatível com uma verdadeira Universidade. Quando toda a comunidade universitária

reclama diálogo e compreensão na busca de soluções para a crise que enfrentamos, da qual o episódio dos bandejões é apenas um pequeno aspecto frente à absoluta falta de recursos que sufoca a Universidade Brasileira, esta comissão instaura um clima policialesco e de intimidação, desconhecida nos últimos 11 anos.

Cabe à administração superior da UFRJ não dar seguimento ao trabalho desta comissão e tomar todas as medidas no sentido de restabelecer a tranquilidade na comunidade universitária.

A ADUFRJ manifesta sua inteira solidariedade aos alunos ameaçados e à luta de todos os estudantes contra qualquer punição a estes colegas e deixa claro que a concretização de tais ameaças é inaceitável por nós e viria criar uma crise que cabe a todos evitar.

UFRJ, 13/04/83

Quando na terça-feira as primeiras assembleias paralisavam suas escolas, iniciava-se um processo de mobilização contra o mais violento ataque sobre os estudantes da UFRJ nos últimos anos, colocando sob ameaça de expulsão os colegas Salomão do C.A. da Enfermagem e Wilson, da diretoria do DCE.

Estes colegas são acusados pela reitoria de apropriação indébita do patrimônio da Universidade (art. 7º do código disciplinar) por terem participado da organização de caixas paralelas e utilizado o dinheiro arrecadado na distribuição de lanches.

O que a reitoria quer desconhecer é que essas atitudes foram decididas coletivamente pelos usuários, inicialmente através de um plebiscito que decidiu pelos caixas paralelas, e em seguida, em assembleia, que, com o dinheiro arrecadado, seriam servidos lanches no hospi-

Mais de dois mil estudantes participaram do Ato Público de repúdio à tentativa de expulsão dos alunos Elian Salomão Askar Filho, da Escola de Enfermagem, e Wilson Rodrigues, do Instituto de Geociências e da diretoria do DCE/UFRJ. A manifestação ocorreu na manhã do dia 15 de abril, no pátio da Reitoria, e contou com a presença de parlamentares de todos os partidos políticos, e representantes da ADUFRJ e de outras entidades.

O Arbítrio não voltará a UFRJ

tal, para garantir a alimentação de um bandejão que ela, reitoria, fechou. Todas as notas fiscais, provando esta utilização, constam nos autos de defesa.

Portanto desconhece que nossos colegas nada mais fizeram do que assumir suas responsabilidades, como diretores de entidades, encaminhando decisões democraticamente aprovadas. Enfim, oculta os fatos como eles realmente ocorreram, e tenta responsabilizar duas pessoas por atos tomados coletivamente.

Como se não bastasse, lança mão, para punir, de um código disciplinar retrógrado e ilegítimo, outorgado pelo general Costa e Silva em 1968, num dos períodos mais negros da nossa história, e não utilizado há onze anos pela UFRJ.

Não é necessário muito esforço para entendermos as intenções da reitoria. Em primeiro lugar busca intimidar nosso movimento. Pretende que esses dois co-

legas sirvam de exemplo para que todos pensem duas vezes antes de defenderem seus direitos, a um bom ensino, a uma assistência decente, a uma Universidade Pública, Gratuita e Democrática.

É O RETORNO AO ARBÍTRIO EM NOSSA UNIVERSIDADE, com a ameaça permanente sobre nosso movimento. É a garantia para a reitoria, que diante do corte permanente de verbas, da alienação do patrimônio da UFRJ, nossa resposta seja o silêncio.

Foi entendendo esses fatos que a maioria dos estudantes da UFRJ paralisou suas aulas exigindo:

- NENHUMA PUNIÇÃO
- ARQUIVAMENTO DO PROCESSO
- FIM DO CÓDIGO DISCIPLINAR REPRESSIVO

Diretoria do DCE Mário Prata UFRJ

Ato Público - DCE

Durante quase duas horas, os oradores sucederam-se, a maioria deles ressaltando a arbitrariedade da medida e a necessidade de rápida solução do problema, com o arquivamento do processo e fim do código disciplinar em que ele se baseia. Após o ato, uma comissão formada por mais de 50 estudantes encontrou-se com o Reitor Adolpho Polillo, na sala do Conselho Universitário. Durante o encontro, o

professor Polillo prometeu para dia 25 de abril o resultado definitivo da Comissão de Inquérito que apura os acontecimentos do Hospital Universitário, durante a última campanha contra o aumento dos preços dos bandejões, pelos quais quer expulsar Salomão e Wilson.

Diretoria do DCE Mário Prata

UFRJ

INFORME DE UNIDADES

Faculdades de Letras do País ameaçadas de extinção

O Conselho Federal de Educação enviou para algumas Faculdades de Letras do País um Projeto de Resolução que objetiva promover a Reforma Curricular dos Cursos de Letras.

Além do caráter impositivo, de total desrespeito à **Autonomia Universitária**, tal Resolução acarretaria, com a eliminação da licenciatura dupla, a extinção da maioria dos cursos atualmente em funcionamento nas Faculdades de Letras brasileiras.

A Comissão de Currículos, constituída dos diversos Departamentos da Faculdade de Letras da UFRJ, que se reuniu regularmente durante todo o ano próximo passado, amadureceu uma reflexão sobre a urgência de uma reforma que levasse em conta o estreito vín-

culo entre a organização curricular de Letras e a estrutura social brasileira.

Verificou-se a necessidade de contatos a nível nacional que ocorreriam durante um simpósio, que chegou a ser planejado, e que poderão encontrar seu espaço no Congresso Interno da ADUFRJ, a ser realizado em maio próximo.

O recebimento do Projeto de Resolução do CFE, de 17 de março de 1983, com prazo determinado para resposta, fez com que a Comissão viesse a pronunciar-se a respeito do citado documento.

Inicialmente, a Comissão considera evidente que "os resultados alcançados pelos currículos de Letras demonstram a insuficiência da estrutura vigente para a obtenção do Bacharelado e da Licen-

ciatura Plena". Estranha, porém, que "uma nova filosofia pedagógica" se respalde em meras questões metodológicas resolvidas por textos com força de lei. (Em aspas, o texto do Projeto.)

A Comissão repudia qualquer medida diretiva no que diz respeito às correntes de pensamento a serem analisadas e às obras a serem lidas e estudadas e vê nesse aspecto do Projeto uma contradição com o próprio espírito da instituição universitária. A Universidade tem sua existência justificada somente se for, não apenas um centro reprodutor do saber, mas basicamente produtor de conhecimento, razão pela qual repele toda imposição de caráter ideológico, filosófico ou metodológico no que tange à sua organização e funcionamento.

Pós-graduação vai acabar

Governo reajusta bolsas em apenas 50%.

Não pode ser outra a intenção dos econocratas instalados no SEPLAN, ao decretarem um reajuste nas bolsas dos alunos de mestrado e doutorado em apenas 50% contra uma inflação na casa dos 110%, senão acabar com os cursos de pós-graduação no país.

Extremamente importantes para o desenvolvimento da Cultura Nacional, em todos os seus aspectos, os cursos de pós-graduação que se encontram premiados por faltas de verbas cada vez mais sufocantes acabam de sofrer mais este golpe. Os novos valores das bolsas inviabilizam na prática a manutenção dos pós-graduandos em dedicação exclusiva a seus cursos e a suas teses causando danos enormes à pesquisa que é feita no Brasil pois esta se concentra enormemente nos programas de mestrado e doutorado das Universidades.

Num momento em que a política econômica do Governo empenha-se em diminuir as importações, esta medida se revela sobretudo contraditória. Reduzir as importações só resulta em benefícios duradouros se formos capazes de produzir no Brasil aquilo que

hoje necessitamos comprar. E isto só pode ser obtido com investimentos em pesquisa. O que estes mesmos tecnocratas procuram obter através da chamada "transferência de tecnologia" é uma balela: saber operar uma usina, produzir um determinado bem, utilizar um certo processo pagando para tal elevados preços não significa dominar a tecnologia. Desenvolver novos processos, novos produtos, aperfeiçoar os existentes, criar, isto sim significa ter tecnologia, isto sim significa fugir da dominação cultural que nos amarra ao rastro de subdesenvolvimento e miséria deixada pelos países ricos.

Este reajuste iníquo trará ainda conseqüências irreparáveis pois sem condições de estudo e trabalho no Brasil, acabaremos por exportar o que temos de mais valioso. Os melhores talentos de nossa juventude.

Medida injusta, iníquo, anti-nacional, merecendo todo o repúdio dos centros de pós-graduação, associações de docentes e associações científicas, este reajuste, se não revogado imediatamente, colocará sobre este Governo o ônus de ter causado danos irreparáveis à Cultura Nacional.

ADUFF elege nova diretoria

- A Associação de docentes da Universidade Federal Fluminense elegeu nos dias 12, 13, e 14 de abril, a nova diretoria.

- Votaram 512 docentes, e a chapa única obteve 491 votos. A diretoria da ADUFF está assim constituída:

- Presidente - Nivaldo Agostinho Lemos - Física
- 1º Vice-Presidente - Anna Alice Mendes Schroeder - Medicina
- 2º Vice-Presidente - José Ribas Vieira - Ciências Sociais
- 1º Secretário - Erasto de Carvalho Prestes - Serviço Social
- 2º Secretário - Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo - Economia
- 1º Tesoureiro - Paulo dos Santos Rodrigues - Inst. Biomédico
- 2º Tesoureiro - Elio Monteiro - Cirurgia.

Reitores propõem Autarquia Especial

Projeto está na fase final

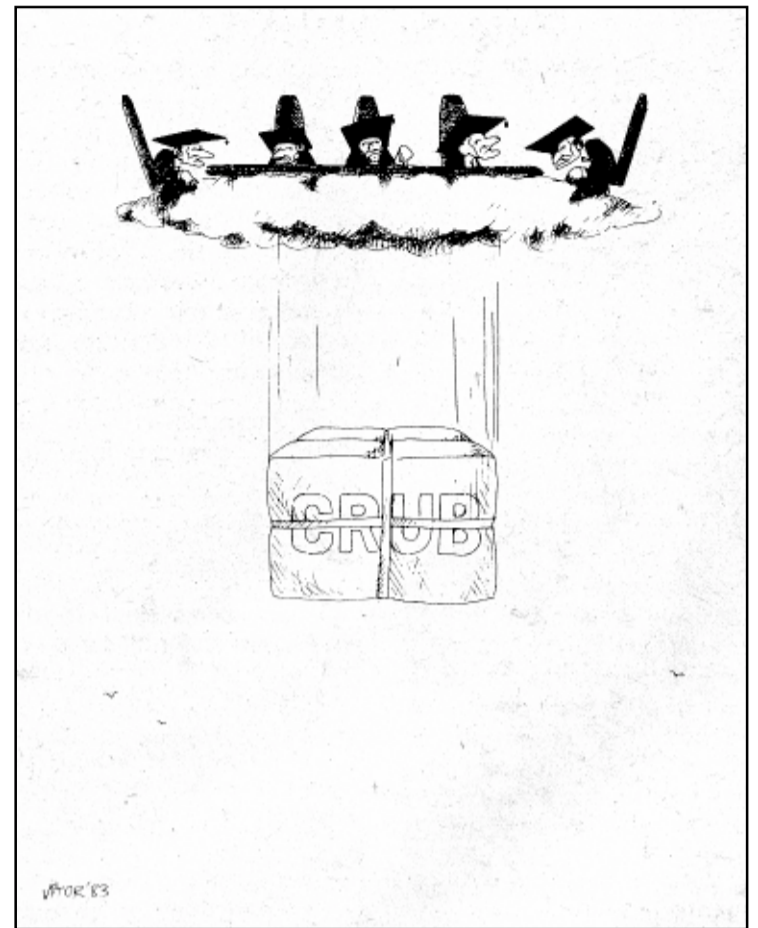
O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), está na fase final da elaboração de um anteprojeto de lei a ser apresentado ao Ministério da Educação e Cultura nas próximas semanas. Trata-se de um texto propondo um regime jurídico único para as Universidades Federais através da definição do regime de Autarquia Especial.

A ANDES, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, obteve o texto anexo, discutido na última reunião do CRUB e que está agora em discussão interna nas reitorias das Universidades para ser submetida a aprovação final, na próxima reunião deste Conselho.

Este documento prevê autonomia para as Universidades organizarem seus quadros de pessoal docente e técnico-administrativo; criar, prover e extinguir cargos, empregos e funções, fixando-lhes a remuneração, os regimes de trabalho e os critérios para progressão nas carreiras; bem como dispor sobre o regime disciplinar de seus servidores. Caberia ao MEC fixar a remuneração das categorias inicial e final dos docentes, bem como os requisitos mínimos de titulação para ingresso nos cargos, empregos e funções e as normas para progressão. O CRUB, através deste anteprojeto, de lei, procura também modi-

ficar inteiramente os aspectos orçamentários, e financeiros aos quais estão submetidas as Universidades Autárquicas.

Trata-se de documento de mais alta importância e o movimento docente deve analisá-lo cuidadosamente. Para iniciar o debate estamos divulgando na íntegra o documento obtido pela ANDES. As referências a textos legais existentes no anteprojeto, necessários para uma análise mais aprofundada sobre os aspectos financeiros envolvidos, podem ser obtidos na sede da ADUFRJ (Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, sala D-200, Tel. 280.9322 - R. 325 - D. Elisa)



CARTAS

Londres, 11 de março de 1983.
Prezado Senhor
Vimos através da presente solicitar a publicação desta na seção de cartas de seu jornal.

Como docentes da U. F. R. J., atualmente cumprindo programa de doutoramento no exterior (Inglaterra), deveríamos receber mensalmente nossos salários através de remessas autorizadas pelo Banco Central. Entretanto a última remessa, recebida em janeiro, referia-se aos salários de outubro, novembro e dezembro. O não recebimento do salário de janeiro representa, até o mo-

mento, uma perda de 40% devido particularmente à má valorização.

Tal situação, por ser insustentável, compromete nossa permanência no exterior e reflete no nosso desempenho acadêmico. Este quadro se agrava pela completa falta de informação da U.F.R.J. quanto a normalização do envio das remessas.

Em particular, para os docentes casados e com filhos, que tem como meio de subsistência o seu salário, o não recebimento deste compromete, até mesmo, o atendimento de suas necessidades mínimas.

Esperando que a pronta publicação desta contribua para uma imediata e definitiva solu-

ção do nosso caso, despedimo-nos atenciosamente.

C. L. Amorim.
I. R. L. Cantanhede
A. F. C. Infantes I
S. F. Estefen

P.S. A necessidade premente do envio desta carta não nos permite encaminhá-la na forma de abaixo-assinado.

c.c. Reitor da U.F.R.J.
Superintendente de Desenvolvimento Científico - CNPq
Diretor da Divisão Técnica da CAPES
Ministra da Educação e Cultura
Banco Central do Brasil
Associação Nacional de Docentes

O PROJETO DOS REITORES

ANTEPROJETO DE LEI

Em, de 1983

Dispõe sobre o regime especial comum aplicável às universidades federais.

Art. 1º - As Universidades Federais, organizadas sob a forma de autarquia ou de fundação, submeter-se-ão a regime especial comum no que diz respeito à matéria de ordem administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar regulada nesta lei.

Art. 2º - Ressalvados o disposto nesta lei e a supervisão ministerial, não se incluem as Universidades Federais no âmbito dos sistemas de atividades auxiliares da administração pública federal, a que se referem os artigos 30 a 31 do Decreto Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 3º - As Universidades Federais, obedecidos os limites, orçamentários, poderão:

I - organizar seus quadros de pessoal docente e técnico-administrativo, observado o disposto no art. 6º desta lei;

II - criar, prover e extinguir cargos empregos e funções, fixando-lhes a remuneração, os regimes de trabalho, e os critérios para progressão nas carreiras;

III - dispor sobre o regime disciplinar de seus servidores.

§ 1º - O Ministro de Estado da Educação e Cultura fixará normas comuns às Universidades Federais relativamente:

a) à remuneração das classes inicial e final de carreira do magistério superior;

b) aos requisitos mínimos de titulação e experiência para ingresso nos cargos, empregos e funções docentes e técnico-administrativos, bem como para progressão nas respectivas carreiras.

§ 2º - O regime de pessoal das Universidades Federais é o definido na Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, res-

peitados os direitos dos atuais servidores sob regime estatutário.

Art. 4º - Nas universidades federais entendem-se por atividades de magistério superior:

I - as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão do saber;

II - as que estendam à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;

§ 3º - As eventuais mudanças na programação fixada nos anexos que acompanham a lei do orçamento, somente serão realizadas após aprovação do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 11º - O acompanhamento regular de administração universitária será realizado de maneira conjunta pelos órgãos específicos do Ministério da Educação e Cultura, a fim de verificar-se a observância da legislação e a obtenção dos resultados previstos no programa de trabalho.

Art. 12º - É de competência do Reitor da Universidade Federal a execução ou anulação de "restos a pagar", bem como reconhecimento e pagamento de dívidas e compromissos de exercícios encerrados, determinando a abertura do correspondente crédito no orçamento do exercício em curso.

Parágrafo Único - A abertura de crédito a que se refere este artigo dar-se-á à conta de saldos do exercício anterior e de recursos da Universidade ou a ela já consignados no orçamento corrente, vedado qualquer ônus adicional ao Tesouro Nacional, exceto se o compromisso não atendido decorrer de Lei ou ato de autoridade federal competente, após aprovado o orçamento do exercício em que deveria ter sido previsto.

Art. 13º - Incorporam-se ao patrimônio das Universidades Federais, sendo por elas livremente dispostos como receita própria, quaisquer saldos de exercício, exceto aqueles decorrentes de receita pública vinculada e de contrato convênio ou acordo.

Art. 14º - As transferências de recursos financeiros às Universidades Federais serão feitas em cotas mensais, e consideradas despesas realizadas do Tesouro Nacional.

Art. 15º - A execução financeira far-se-á preferencialmente mediante bancos oficiais.

Art. 16º - É vedada às Universidades Federais a alienação de seus bens imóveis sem prévia e expressa autorização do Presidente da República, na forma da lei.

III - as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na própria instituição, ou em órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º - O corpo docente das universidades federais será constituído pelos integrantes da carreira do magistério superior e pelos professores extraordinários.

Art. 6º - As carreiras do magistério superior, a serem estruturadas pela universidades federais serão necessariamente compostas das seguintes classes:

- I - Professor Titular;
- II - Professor Adjunto;
- III - Professor Assistente;
- IV - Professor Auxiliar.

Art. 7º - A admissão nas classes inicial e final da carreira do magistério superior dependerá sempre de concurso público de provas e títulos.

Art. 8º - O professor admitido mediante concurso público, após dois anos

de exercício, só poderá ser demitido em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. 9º - As universidades federais poderão contratar professor extraordinário:

I - na falta de professor de carreira, por prazo determinado, **vedada a renovação do contrato;**

II - na qualidade de visitante, em se tratando de pessoa de reconhecido renome, na forma dos estatutos.

Art. 10º - As Universidades Federais terão suas dotações individualmente especificadas na Lei orçamentária, sob um único título, devendo o resumo de sua programação constar dos anexos que acompanham aquela Lei.

§ 1º - A estrutura de programação a que se refere este artigo será fixada pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, de modo a evidenciar a política federal de educação superior.

§ 2º - Com base na estrutura de programação, as Universidades Federais elaborarão seus orçamentos- programa internos, os quais, assim como seus balanços, serão aprovados pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura e publicados no Diário Oficial da União.

Art. 17º - As despesas fixas ou variáveis com pessoal, à conta do Tesouro Nacional, nas Universidades Federais não poderão ultrapassar valor-limite fixado até 31 de janeiro para o exercício em curso e o seguinte, por ato do Ministro de Estado da Educação e Cultura.

§ 1º - O valor-limite considerará percentual de incremento para o atendimento de vantagens individuais de tempo de serviço e progressão na carreira, bem como, eventualmente, valor fixo para aumento da força de tra-

balho, com base na programação anteriormente aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura para a instituição.

§ 2º - O valor-limite será atualizado sempre que ocorrer reajuste geral de vencimentos e salários para o Serviço Público Federal ou decorrente de lei federal, tomando-se por base o seu total ou duodécimo e procedendo-se ao correspondente crédito suplementar, à conta do Tesouro Nacional.

§ 3º - O Ministério da Educação e Cultura acompanhará mensalmente a despesa com pessoal, projetando-a para o final do exercício em cursos e o seguinte, adotando as medidas corretivas necessárias junto à instituição.

Art. 18º - Qualquer gratificação que venha a ser paga a servidor, com recursos próprios de Universidade Federal, não integrará ao salário, exceto para efeitos de previdência social e FGTS.

Art. 19º - Ressalvando o disposto nesta Lei, as Universidades Federais reger-se-ão em matéria de administração financeira e orçamentária pela Lei n-4.320, de 17 de março de 1964, e pelos títulos X e XII do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 20º - Aos estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pela União aplica-se o disposto nesta Lei no que concerne à autonomia administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

Art. 21º - As Universidades Federais terão o prazo de 180 dias, contados da data de sua publicação, para fazer a adaptação de seus estatutos aos termos da presente Lei, submetendo-os à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Art. 22º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campanha salarial

Ao final da última greve ficou patente a necessidade de ampliação de nossa campanha salarial em função da fraqueza de movimentos isolados na atual conjuntura. A ADUFRJ e a ANDES começaram a articular com outras entidades de funcionários públicos do Rio de Janeiro um movimento conjunto. A iniciativa deu bons resultados a nível de entidades, se ampliando para outros Estados. Como conseqüência foram realizados dois encontros nacionais, sendo que no último (realizado em Brasília em 26 e 27 de março) foi tirada uma pauta de reivindicações unificada e propostas de formas de luta para encaminhá-la, que se iniciariam com uma campanha para pressionar o Congresso a rejeitar o Decreto-Lei que concede o reajuste salarial do funcionalismo público.

A ADUFRJ, segundo decisão do Conselho de Representantes, encaminhou a produção de um cartaz para divulgar as deliberações da Reunião de Brasília e a pauta de reivindicações, e a impressão de um texto unificado de carta para parlamentares, a ser enviado pelos professores, pedindo a rejeição do Decreto-Lei de reajuste do funcionalismo público.

O cartaz, que possui o seguinte texto:

CAMPANHA SALARIAL

74 entidades em Brasília (inclusive a ANDES e ADUFRJ) decidiram:

- 1 - Gestões junto ao Congresso Nacional até 18 de abril para revogar o decreto do aumento do funcionalismo
- Envie, através da Associação, telegrama para deputados
- 2 - Dia Nacional de Protesto - 13 de maio
- 3 - Assembléias Gerais por Estado de 9 a 12 de maio

VAMOS LUTAR POR:

- Reajuste de 70% em maio
- Reajuste semestral com base no INPC
- Direito de sindicalização
- 13º salário para estatutários

ADUFRJ

;ainda não foi suficientemente divulgado em função do reduzido número de pessoas que assumiram a responsabilidade de distribuí-lo e colá-lo pela Universidade.

Quanto à carta, que possuía o seguinte texto;

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1983

"Excelentíssimo Senhor

Como deve ser do conhecimento de Vossa Excelência no próximo dia 19 de abril o decreto-lei, que concede o reajuste anual dos salários dos funcionários públicos federais, será aprovado automaticamente por decurso de prazo. Não seria redundante lembrar que o funcionalismo federal

tem sido uma das categorias mais sacrificadas pela política de arrocho salarial, agravada, nos últimos anos, pela ausência de reajuste semestral, perdendo apenas neste período mais de 50% do valor real de seus salários. O reajuste concedido pelo Governo, dividido em duas parcelas de 40% e 30%, é muito inferior à taxa de inflação acumulada no período de 1982, principalmente levando-se em consideração que corresponde a um período de 13 meses. Finalmente gostaríamos de lembrar que Governo quer jogar o ônus maior sobre seus funcionários, alegando a falta de recursos gerada pela crise. Entretanto, estes recursos não faltam para a manutenção de projetos de duvidoso interesse social e de utilidade prática questionável, como por exemplo as obras de Tucuruí, Itaipú e das usinas nucleares em face do grande superávit de energia elétrica verdeado nos últimos anos.

Contamos com a sua atuação no sentido de rejeitar o decreto-lei e exigir um novo decreto que atenda aos interesses legítimos de uma categoria injustiçada, que corresponde a mais de 10% da população ativa, lembrando sempre os compromissos assumidos na recente campanha eleitoral e as suas responsabilidades como representante do

povo e legítimo defensor dos seus interesses".

;foram enviadas cerca de 500. Este número também reflete o esforço de um pequeno grupo de professores que se empenhou em tocar para frente uma decisão do Conselho de Representantes, e, neste sentido, deve ser considerado um excelente resultado.

A mobilização obtida com as duas atividades propostas pelo Conselho de Representantes reflete a atual disposição de luta dos professores, que terão que decidir em breve se querem ou não levar adiante uma campanha salarial, que não pode continuar sendo conduzida apenas por um pequeno grupo de pessoas. A desmobilização não pode ser explicada apenas pelas férias e pelo cansaço da última greve, quando não obtivemos nenhum resultado prático em termos de campanha salarial. É preciso procurar as verdadeiras raízes da desmobilização. Algumas delas já foram diagnosticadas ao final da última greve, durante as discussões de avaliação do movimento, quando a opinião geral era de que não conseguiríamos mais obter nenhum ganho salarial sozinhos e preci-

sariamos articular uma campanha salarial em conjunto com todos os funcionários públicos. Porém, apesar de reconhecer a sua necessidade e a sua importância, os professores não têm se mostrado dispostos a participar nem do processo de organização da campanha com as demais categorias de funcionários públicos do Rio de Janeiro, nem das atividades encaminhadas internamente pela Associação, o que reflete a pouca credibilidade das possibilidades concretas de uma campanha unificada. Entretanto, tal campanha só se fortalecerá quando as categorias mais organizadas e combativas, como por exemplo os professores universitários, se dispuserem a trabalhar efetivamente por ela.

Outra possibilidade é a de haver grandes discordâncias em relação a condução da campanha. Porém, tais discordâncias devem se explicitar para que a discussão se enriqueça e possamos realmente articular uma campanha forte e coesa, ou então, desistir de vez de participar dela.

Comissões

A Comissão de Reestruturação da Universidade e a de Organização do II Congresso estão se reunindo em conjunto para a melhor organização do Congresso. Os participantes estão: desenvolvendo alguns temas a serem discutidos no II Congresso, organizando mesas-redondas e preparando a infra-estrutura, para a realização do mesmo. O grupo

tem se reunido às terças-feiras, 17:00 horas, no 2º andar do IFCS, no Largo de São Francisco. Os participantes são: Cafezeira (F. Letras), Terezinha Val (F. Letras), Nara Saleto (IFCS), Marta F. Barroso (IF - CCMN), Deise M. Vianna (IF - CCMN), Fernando A. Amorim (Naval - CT), Joel Teodósio (Metalurgia - CT).

EXPEDIENTE

Fernando Antonio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Ericksson Almendra - (CT) - Joel Teodósio - (CT).
Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D200 - Telefone: 280-9322 - Ramal 325 Ilha Universitária - CEP 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ
CGC 30.315.055/0001-51



A questão da democracia e da competência na universidade



Uma questão em que as associações de docentes necessitam avançar é a do trabalho dos professores, e do seu papel no dia a dia da Universidade, no ensino e na pesquisa. Pessoalmente, alguns colegas e eu próprio temos colocado esta questão em debate, mas sem receber resposta. Parece que o assunto incomoda pela dificuldade política de se chegar a uma conclusão sobre ele e por isso adia-se a discussão. De fato há que se reconhecer a complexidade do tema e os riscos que uma discussão malconduzida pode trazer, gerando incompreensões e divisões. Por outro lado, as tensões se acumulam, o assunto não é tratado nos fóruns apropriados das associações - reuniões de centros e unidades, de diretoria, de conselhos, assembléias - mas é discutido nos corredores, nos cafezinhos, nos departamentos. Um exemplo disto foi o da promoção de assistentes a adjuntos, muito maldiscutido na maioria das associações o que levou à ANDES, a imobilizar-se, adotando-se um liberalismo cuja correção é no mínimo duvidosa: cada departamento fez o que bem entendeu sem se preocupar com nenhuma linha diretriz geral, que as associações por sua vez não souberam ou não quiseram dar. Entretanto a responsabilidade das associações era clara pois foi graças a elas que os professores derrubaram a velha carreira, o que foi um avanço pois descongestionou-se o acesso dos jovens professores e revitalizou-se a Universidade. Mas, o movimento não conseguiu ganhar sua proposta para a nova, que foi outorgada pelo MEC com inúmeras modificações, entre as quais o enquadramento como assistentes de todos os auxiliares e colaboradores indiscriminadamente. Este foi um meio de burlar a reivindicação de um salário digno para a categoria de professor auxiliar, inicial da carreira, esvaziada momentaneamente pela promoção maciça, e sem critério, exceto a discriminação dos que entraram a partir de uma data determinada burocraticamente - isto sim uma injustiça contra a qual nos colocamos corretamente.

Não se trata de ressuscitar o velho elitismo, o mito da competência em abstrato, das titulações vazias, do "publish or perist" copiado das universidades norte-americanas. Mas, se advogamos autonomia e democracia para a Universidade e se lutamos não apenas por reivindicações que beneficiam a categoria, sem dúvida justas, mas também por uma Universidade Pública e Gratuita, voltada para a construção de um mundo melhor e mais equilibrado, em busca de uma visão mais correta do homem, da sociedade e da natureza, então seria inconsistente com nossos objetivos deixar de discutir o que fazemos no nosso dia-a-dia, com nossos alunos, nos laboratórios, nas salas onde permanecemos a maior parte do tempo. Democratizar implica assumir responsabilidade sobre a condução das coisas. Não basta debater com uma multidão de famintos o problema da

fome sem apresentar alguma proposta concreta e conseqüente para saciá-la. Esta proposta, nem sempre surge espontaneamente, mas exige estudo, reflexão, aplicação, trabalho, assiduidade, competência. Se do debate não sair nada concreto, e a fome continuar, haverá terreno fértil para soluções autoritárias que manipulem a fome e mitiguem a fome de alguns em troca de dominação. Daí o fascismo.

Na Universidade há fome de saber, de criar, de transformar, de participar, de buscar o novo. Esta pode ser uma imagem idealista em face da dura realidade de busca de ascensão social ou legitimação de privilégios de classe, da reprodução do saber útil à dominação, de mero vetuismo, do academicismo estéril, etc... que impregnam a Universidade. Mas, é contra tudo isto que se colocam os que militam nas associações de docentes, e de funcionários e nos diretórios de estudantes, e também os que fora desta militância mais ativa assumem posições progressistas nos departamentos, congregações, salas de aula. Logo a imagem não é idealista, tem base na realidade, esta sim, prenhe de contradições como tudo na vida social. Atuar sobre as contradições para chegar a uma síntese que represente o avanço da sociedade exige competência política. A questão é: como usar a democratização que vamos conquistando passo a passo para procurar avançar na transformação substantivada Universidade, além de debatê-la. Ou seja, como aliar a teoria (discussão) à prática (ação). Caso as chefias de departamentos, os colegiados, as direções de unidades hoje ocupadas por colegas legitimamente eleitos graças às nossas conquistas não forem capazes com a participação de todos de renovar, de mudar, de melhorar os cursos, as aulas, as pesquisas desde já, então estaremos vulneráveis à reação do autoritarismo que não morreu. Não podemos sentar sobre os louros para refletir sobre o futuro esquecendo o presente.

Problemas como a assiduidade, dedicação aos cursos, disponibilidade para os alunos, orientação de pesquisas, atualização intelectual, seriedade profissional, autoritarismo na sala de aula e com funcionários não são secundários nem moralistas, são políticos. Hoje temos um percentual alto de professores em regime de 40 horas em muitas universidades, os salários são baixos mas aumentaram muito em relação aos dos demais servidores públicos, em virtude dos ganhos das greves de 1980, quando muitos professores foram promovidos e de 1981 quando houve um percentual de reajuste maior do que a inflação, embora se tenha perdido em 1982 e não se tenha conseguido a reposição salarial justamente reivindicada. Não seria correto considerar estes pagamentos

como bicos que se superpõem a empregos acumulados no mesmo horário, por exemplo, prejudicando as atividades dos departamentos e os alunos. É preciso discutir tudo isto democraticamente, a coletividade - assumindo a difícil tarefa de autodeterminar suas normas de procedimento, nos espaços politicamente conquistados nos departamentos, etc...

Se todos aceitamos a responsabilização de um médico que deixa o doente curável morrer por displicência, do engenheiro cuja obra desaba matando os operários, por que então não deve haver responsabilização do professor que ensina errado porque não estuda ou do pesquisador que falseia dados experimentais por falta de cuidado para colhê-los meticulosamente. É claro que a definição de certo e errado constantemente depende do ponto de vista desta ou daquela escola de pensamento. Não é disto que falamos aqui. Falamos do professor que não leu o livro texto e passa informações erradas sobre o seu conteúdo, ou que simplesmente falta às aulas e não dá a matéria, por exemplo, ou do pesquisador que distorce dados empíricos para provar a sua tese. Isto deve ser objeto de discussões democráticas envolvendo todos os professores nos departamentos e chamando a atenção dos colegas, não através de processos, punições ou persecutórios, mas sim da conscientização do papel social do professor e do efeito multiplicador que ganha aquilo que ele diz em sala ou escreve nos artigos ou notas de aula.

Há distorções acumuladas de anos de arbítrio, de corrupção, de acomodação, que não serão corrigidas de um dia para outro pelo processo de democratização em curso. Este processo, por sua vez, está longe de completar-se havendo uma burocracia arcaica e uma tecnocracia nova, ambas autoritárias, que mantêm o poder na maioria das reitorias, das decanias de centros, das diretorias de unidades e em muitas chefias de departamentos, além de congregações e colegiados viciados e não representativos. São estes setores que em muitos casos alimentam as distorções que criticamos, aqui, com apadrinhamentos, clientelismo, acumulações de cargos altos nas Universidades e nas empresas privadas. É preciso paciência, para ir avançando nestes problemas conforme nossas forças, mas é preciso também coragem para colocar as questões sem demagogia e enfrentar a difícil tarefa de transformar a Universidade democraticamente.

Luiz Pinguelli Rosa

(I. Física - Presidente da ANDES)

Informe do Conselho de Representantes

O relatório do Encontro dos Funcionários Públicos de Brasília foi discutido na reunião do Conselho de Representantes do Último dia 4 de abril, quando se chegou a conclusão que é essencial que os professores assumam a pauta de reivindicações em sua campanha salarial e participem efetivamente das atividades propostas como forma de luta. Neste sentido o Conselho decidiu articular com outras entidades de funcionários públicos a organização de um seminário com a

presença das lideranças de todos os partidos e preparar um texto padrão para um telegrama a ser enviado pelos professores para os deputados e senadores de todos os partidos pedindo a rejeição do decreto e cobrando os compromissos assumidos durante a campanha e editar um cartaz, a ser afixado em toda a Universidade, contendo a pauta de reivindicações e um apelo para que todos os professores enviem seus telegramas.

Quanto a questão da consolidação dos

estatutos da Universidade, o Conselho decidiu encaminhar ao Conselho Universitário o adiamento da discussão sobre a versão apresentada pela Reitoria considerando que: na redação de muitos artigos o conteúdo aprovado pelo Conselho Universitário foi bastante modificado e que a discussão da consolidação dos regimentos atuais, às vésperas de uma Reestruturação da Universidade, é extremamente inoportuna.

O Conselho também discutiu um convite da Intersindical para participar da sua pró-

xima reunião plenária a ser realizada no dia 11/4 às 19:00 horas. A diretoria, em função da discussão das reuniões anteriores e da deliberação do II Congresso da ANDES no sentido da participação das AD's nos ENCLAT's e nas INTERSINDICAIS, encaminhou a participação na reunião com o envio de dois representantes, um da diretoria e um do Conselho de Representantes. A proposta foi aprovada sendo escolhido como representante do Conselho o Fernando (Suplete da Escola de Eng.).

INTERSINDICAL REUNIDA

Informe do Enviado do Conselho de Representantes

Na última reunião do Conselho de Representantes fui escolhido para comparecer à reunião plenária da Intersindical-RJ de 11/4. Em função da importância das discussões resolvi acrescentar ao meu relatório algumas impressões e avaliações.

A reunião se iniciou com um informe sobre a última reunião plenária da Comissão Nacional Pró-Cut (Central Única dos Trabalhadores) feito pela executiva da Intersindical-RJ. Entre as muitas informações referentes às questões de encaminhamento do movimento sindical, para nós destaca-se a de que a ANDES foi aceita como membro da Comissão Nacional Pró-CUT. As informações mais importantes se referem à organização do II CONCLAT - Congresso das Classes Trabalhadoras - a ser realizado em agosto e à Organização do 1º de Maio unificado. Quanto ao Congresso as deliberações da plenária se referem basicamente a sua organização e compreendem dois pontos básicos: a comissão organizadora do Congresso é a Executiva Nacional da CNPC e as Teses do Congresso serão elaboradas por esta comissão, a qual receberá contribuições, através das executivas regionais e das intersindicais até o dia 15 de abril. Quanto ao 1º de maio a plenária deliberou pela sua transformação em dia nacional de luta pelas seguintes bandeiras:

- Rejeição do Decreto-Lei 2012
- Salário Desemprego, pago pelos patrões e pelo governo federal
- Criação de empregos
- Revogação da Lei de Segurança Nacional
- Reforma Agrária ampla, massiva e imediata e uma política de apoio ao pequeno agricultor.

Após os informes da CNPC passou-se a discussão dos dois primeiros pontos da pauta: a avaliação dos acontecimentos e agitações de SP e RJ e a organização do 1º de maio unificado. O último ponto, a



organização do ENCLAT-RJ - Encontro das Classes Trabalhadoras, foi transferido para a próxima reunião plenária. A proposta da Executiva da Intersindical para a organização do 1º de maio é de que a festa seja realizada na Quinta da Boa Vista durante todo o dia das 9:00 horas às 18:00 horas, com a realização de uma série de pequenas atividades na parte da manhã e início da tarde, culminando com um grande show de música popular, que seria precedido por alguns discursos sobre as bandeiras de luta. A Executiva já realizou contatos com a Prefeitura e o Governo Estadual que concordaram em reservar o local e colaborar com a infra-estrutura necessária.

A avaliação da maioria dos oradores sobre as agitações em São Paulo e as tentativas e boatos no Rio de Janeiro deixa claro que se por um lado não resta dúvida de que os quebra-quebras foram obra de

agitadores de direita com o objetivo de desestabilizar os governos de oposição, por outro lado ficou evidenciado que o movimento sindical se mostra retraído, sem capacidade de neutralizar estas manobras de reação. Na minha opinião, que coincide com aquelas apresentadas por alguns dos oradores, isto se deve principalmente à forma como o movimento sindical vem enfrentando a questão do desemprego, com campanhas de protesto muito abstratas, que não conseguem oferecer uma perspectiva concreta de superação da crise de forma a sensibilizar os trabalhadores e se engajarem numa grande campanha de mobilização nacional. Faltam ainda ao movimento sindical formulações alternativas que seriam como eixos políticos das campanhas e proponham soluções segundo a perspectiva dos trabalhadores. A prática dos movimentos sociais tem se pautado em lutas de resistência que na conjuntura atual tem-se mostrado de eficiência duvidosa.

Apesar de que quase todas as entidades presentes terem relatado as suas dificuldades de organização e mobilização interna, a ocasião oportuna para avaliar e dissentir com as bases as causas da retração do movimento sindical e a proposição de um plano de lutas imediato que ofereça perspectivas concretas de enfrentamento das principais questões nacionais se apresenta com a preparação para os ENCLAT's e para o CONCLAT de agosto. Neste sentido, é fundamental que os professores se engajem neste trabalho de forma a darem a sua contribuição na formulação de propostas alternativas para a superação de questões como o desemprego e o arrocho salarial, quanto na ampliação efetiva das campanhas pelo Ensino Público e Gratuito e pela Reestruturação da Universidade.

É importante ressaltar que apesar das deliberações do II Congresso da ANDES no sentido de construir alianças com os demais setores organizados da Sociedade Civil para aglutinar forças para as campanhas pelo Ensino Público e Gratuito e pela Reestruturação da Universidade e das Avaliações correntes ao final da última greve de que o movimento docente precisa sair do seu isolamento e se articular com outras forças sociais, pouco tem sido feito neste sentido em nossa associação. Entretanto, a organização do 1º de maio se apresenta como uma excelente oportunidade para iniciarmos o trabalho de construção de alianças e nos engajarmos efetivamente no movimento sindical, uma vez que a festa será realizada num local onde existe uma unidade de nossa Universidade e de já termos organizado, nas greves passadas, várias atividades que chamamos de "atos culturais". Além disto, seria uma excelente oportunidade para divulgarmos o nosso trabalho e as nossas campanhas pela Reestruturação da Universidade e pelo Ensino Público Gratuito.

Fernando Antonio S. de Amorim

CCMN

DISCUSSÃO SOBRE ENSINO DE PESQUISA

DIA 4 DE MAIO

Convênio cede área da Cidade Universitária

A Reitoria da UFRJ estuda a cessão de uma área de terra na Ilha do Fundão medindo 270.000 metros quadrados (27 hectares) para o Comitê Olímpico Brasileiro ali instalar um Centro de Treinamento.

Este assunto traz à baila a necessidade da comunidade universitária discutir cuidadosamente a utilização dos nossos bens imóveis. A área em questão estava destinada, pelos planos existentes até o início

das negociações com o Comitê Olímpico, à instalação futura do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, num total de 10 Faculdades ou Institutos além de instalações de atletismo da Escola de Educação Física e Desportos.

Nas últimas semanas o noticiário jornalístico reforçou as cores deste pro-

blema ao divulgar que o Tribunal de Contas da União teria recomendado a venda de vários imóveis que a UFRJ possui fora da Ilha do Fundão. Todos nós sabemos que a curto prazo a Faculdade de Letras virá para a Cidade Universitária deixando vazio um prédio cuja destinação precisa ser debatida.

O convênio referente ao Centro Olímpico foi aprovado no Conselho Universitário,

mas no Conselho de Curadores foi objeto de um pedido de vistos, formulado por mim, recebendo então parecer contrário. Como se sabe, a este último Conselho não compete analisar o mérito das matérias mas apenas os pontos de vista econômico e financeiro.

A seguir transcrevemos o parecer cujas conclusões foram aprovadas por unanimidade no Conselho de Curadores.

Parecer sobre o processo 36152/82

Trata o presente convênio da cessão de uso de uma área de terra na Ilha da Cidade Universitária tendo como cedente a Universidade Federal do Rio de Janeiro e como cessionário o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), associação civil com sede na Cidade do Rio de Janeiro.

Iniciaremos a análise deste convênio pelas contrapartidas oferecidas pelo cessionário que são de dois ordens diferentes: financeira e esportivo-acadêmica.

Do ponto de vista financeiro, o COB se obriga a "contribuir com a importância correspondente a 1% (um por cento) dos recursos que recebe anualmente da Loteria Esportiva". Ora, não consta no processo, em nenhum momento, qual é o valor (ou ainda, como é calculado este valor) que a Caixa Econômica Federal destina ao COB a partir dos recursos desta loteria. Torna-se, portanto, impossível a este Conselho se pronunciar sobre o aspecto financeiro deste convênio como é de sua atribuição.

Do ponto de vista da contrapartida esportivo-acadêmica o COB se obriga a permitir a utilização das instalações que pretende edificar pelos alunos da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ. No entanto, em nenhum momento do processo se faz descrição de que instalações serão construídas pelo COB a não ser que receberão o nome de Centro Olímpico de Treinamento. Também não se faz menção a quando tais instalações estarão concluídas e à disposição da EEFD. Novamente, torna-se impossível a este Conselho se pronunciar sobre esta contrapartida se não consta do processo a descrição das instalações e o prazo a partir do qual iniciar-se-á o intercâmbio de atividades.

Além destes aspectos capitais cabe observarmos ainda neste processo os seguintes pontos que julgamos oportuno relatar:

1 - O COB poderá utilizar as instalações da UFRJ enquanto não estiver pronto o seu Centro Olímpico, o que reforça a importância da definição do prazo em que este Centro deve ficar pronto. Cabe ressaltar aqui que as instalações da EEFD, a despeito das condições de conservação em que se encontram, ainda se constituem em um dos maiores e melhores centros desportivos do Brasil.

2 - O COB se obriga também a contribuir com 12% da renda obtida com promoções esportivas realizadas no Centro Olímpico. No entanto, esta cláusula, que foi introduzida por solicitação do ETU, apenas cobriria o aumento das despesas que a Prefeitura Universitária teria por ocasião de tais eventos.

3 - Este processo já foi aprovado pelo Conselho Universitário em sessão de 24/03/1983 no entan-

to, observa-se que mereceu parecer exclusivamente da Comissão de Ensino e Títulos. Entretanto, o Regimento daquele conselho estabelece a existência de mais duas comissões: Comissão de Desenvolvimento e Comissão de Legislação e Normas. A Comissão de Desenvolvimento tem entre suas atribuições "opinar sobre assuntos patrimoniais" e, portanto, deveria ter emitido seu parecer. Além disto, por se tratar da cessão de área da UFRJ, assunto complexo a merecer cuidados especiais no sentido de evitar problemas já ocorridos com outros bens imóveis desta universidade, nos parece de conveniência que este processo deveria contar com parecer da Comissão de Legislação e Normas.

4 - A existência de planos e metas definidos a serem cumpridos ou perseguidos pela Universidade é sem dúvida nenhuma norma de boa gerência de claros reflexos nos aspectos econômicos e financeiros que nos cabe apreciar. O presente convênio viola claramente os planos existentes para a Ilha da Cidade Universitária que prevêm a instalação, na área aqui cedida, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, além de instalações da própria EEFD, num total de 11 (onze) Escolas, Faculdades ou Institutos. Em nenhum momento se faz menção à alteração evidente dos planos em vigor e, muito menos, à alocação de novas áreas para estas Unidades.

5 - O prazo de cessão é extremamente longo, 50 (cinquenta) anos, e a tradição brasileira indica que, num período tão largo de tempo, muitas são as transformações por que passam nossas leis, nossas normas, nossa sociedade. No entanto, nada neste processo é feito para resguardar a UFRJ de possíveis alterações de normas o que nos parece importante sobretudo na referente à forma de cálculo da contribuição do COB. Amanhã uma lei pode diminuir o valor que a Loteria Esportiva destina ao COB e assim, automaticamente, a UFRJ veria a contribuição que nos é devida minguar, sem respaldo legal para pleitear nova forma de cálculo.

6 - O processo em questão não prevê a possibilidade da UFRJ denunciar unilateralmente o convênio mas o mesmo não ocorre em relação ao COB. Falta reciprocidade neste aspecto, já apontada pelo Diretor do ETU à folha 24 e não contemplada na versão final.

7 - O valor devido pelo COB será recolhido à Fundação Universitária José Bonifácio, perdendo o Conselho Universitário o controle destes recursos e o Conselho de Curadores a possibilidade de fiscalizar sua utilização como é de sua competência.

8 - Não há, em nenhum momento do processo a opinião da grande interessada no convênio que é a EEFD, através de decisão de sua Congregação.

Tendo em vista o acima exposto somos de parecer que este processo deva baixar em diligência aos órgãos competentes da UFRJ para dar nova redação ao presente convênio, procurando atender aos seguintes pontos:

1 - definição precisa do valor a ser pago à UFRJ pelo COB com salvaguardas para o caso de alterações nas normas e preceitos legais no decorrer da vigência do convênio.

2 - definição clara do que consistirá o Centro Olímpico de Treinamento em termos de instalações e equipamentos.

3 - fixação de um prazo para que o COB construa o referido Centro, colocando-o em condições de

ser objeto de intercâmbio com a EEFD. Cumpridos estes pontos, o convênio constante das folhas 85 a 97 terá sido alterado em alguns pontos essenciais e portanto deve merecer aprovação dos órgãos colegiados pertinentes, sobretudo do Conselho Universitário onde deve obter pareceres da Comissão de Desenvolvimento e da Comissão de Legislação e Normas, antes de retornar à apreciação deste Conselho de Curadores.

Em, 12/04/83

(as) ERICSSON R. e Almendra

Representante da Assembléia Universitária no Conselho de Curadores

REESTRUTURAÇÃO
DA
UNIVERSIDADE

**II Congresso dos
Docentes da UFRJ
Abertura -18 de maio
às 16 horas
Instituto de Psiquiatria
Prosseguimento - 19 e 20
de maio no CCMN e CT.**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO
DIA 9 DE MAIO 17 H**

Uma proposta para a FAPERJ

1. APRESENTAÇÃO

Este documento é o resultado de decisões tomadas pelos representantes das entidades científicas e associações de docentes que se reuniram por convite da ANDES, através de sua regional do Rio de Janeiro, para discutir aspectos da política científica e tecnológica e do fomento às atividades acadêmicas e de pesquisa no âmbito do Governo Estadual.

Com esse objetivo são fornecidas sugestões ao Governo eleito, a partir de deliberações democráticas com participação das entidades representativas da comunidade.

Na primeira reunião foi formada uma comissão para estudar especificamente a questão da FAPERJ. Integraram a comissão Alberto Luiz Coimbra, Alexandre Addor Neto, Darcy F. de Almeida, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Celia Simon, Moises Nussenzveig, Paulo Márcio de Mello e Wanderley Guilherme dos Santos.

O relatório da comissão foi submetido a uma segunda reunião, aberta à comunidade, na qual compareceram as entidades a seguir relacionadas: ANDES (Luiz Pinguelli Rosa), SBPC/RJ (Darcy F. de Almeida), SBFÍSICA RJ (Ideu de C. Moreira, Moises Nussenzveig, Luiz Davidovich), SBBIOFÍSICA (Gilberto Oliveira Castro), SBBIOQUÍMICA (Jorge A. Guimarães), SEAFILOSOFIA (Maria Celia Simon, Leda Miranda Hüline), ANPOCSOCIAL (Wanderley Guilherme dos Santos), ANPEDUCAÇÃO (Maria Aparecida Franco) IEconomista RJ (Alexandre Addor Neto), UERJ/ASDUERJ (Paulo Márcio de Mello) UERJ/ IBIOLOGIA (Antonio C. Campos de Carvalho), UFRJ/IFÍSICA (Rui F. R. Pereira, Paulo Pitanga), CBPF (Jacques A. Danon, Alberto P. Guimarães, Roberto Moreira), UFRJ/IBIOLOGIA (Rui Cerqueira Silva), PUC/D. FÍSICA (Belita Koiller), CMSB (Paulo Gadelha, Gilson Antunes), ADSU (Marcia de Oliveira Alves, Sidney Sergio F. Solis).

Na reunião foram discutidas e aprovadas as recomendações constantes do presente documento.

2. O PROBLEMA DA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A questão da FAPERJ não pode ser equacionada adequadamente sem considerarmos o contexto nacional, em que se desenvolve a política científica e tecnológica, dentro de um quadro geral determinado basicamente pelo modelo econômico e pelo sistema político vigentes. Se de um lado este modelo econômico, concentrador da renda e excludente de grandes parcelas da população, foi capaz de promover um certo

Este documento teve origem em uma reunião de representantes de entidades científicas e de associações de docentes, convidadas pela ANDES para discutir a política científica do Estado do Rio de Janeiro, com a presença do então Vice Governador eleito, Professor Darcy Ribeiro. Nesta reunião foi formada uma comissão para elaborar uma análise e uma proposta sobre o caso específico da FAPERJ. O relatório desta comissão foi aprovado com algumas modificações por uma nova plenária de entidade e associações já após a Secretaria de Ciência e Cultura ter sido criada.

É esta a versão final reelaborada, de acordo com as deliberações da plenária, para ser entregue ao Secretário de Ciência e Cultura Professor Darcy Ribeiro, em audiência concedida à comissão em 22 de abril. Esperamos agora a resposta do novo governo às reivindicações de comunidade científica e universitária sobre a estruturação da FAPERJ.

Rio de Janeiro: Sugestões para o aperfeiçoamento da FAPERJ

tipo de crescimento e diversificação industrial com larga participação dos interesses de grandes conglomerados transnacionais, associados a empresas nacionais ou não (tripé multinacional - nacional - estatal), de outro lado os limites deste desenvolvimento estão hoje evidenciados pela insolvência sob o peso de uma descomunal dívida externa que compromete claramente a soberania do país.

Quanto ao sistema político implantado em 1964, caracterizado pelo autoritarismo, cujo ápice se deu com a junta militar e com o período presidencial que a ela se seguiu, extremamente repressivo e ditatorial, não há dúvida que, hoje ele recua em alguns aspectos, como mostra a abertura política em curso (abolição da censura, fim dos atos institucionais, anistia), embora mantendo o poder centralizado a ponto de garantir sua continuidade no curto prazo e de limitar a participação democrática (colégio eleitoral, leis de segurança e de greve, castração do Congresso, biônicos). A eleição de governadores é um avanço neste quadro.

Apesar deste quadro desfavorável, que se reflete na área científica e técnica, inibindo sua função criativa, afetada diretamente pela importação maciça de produtos acabados, tecnologia e padrões dos países desenvolvidos, é inegável que houve um desenvolvimento da área científica e tecnológica expresso no aumento de pesquisadores, estudantes, professores, pós-graduados, etc. ainda que enquadrados dentro dos moldes do modelo em vigor.

Este desenvolvimento foi propiciado pelo fomento dado pelo BNDE e depois pela FINEP, através do FUNTEC, estabelecendo convênios com grupos de pesquisa e pós-graduação nas universidades

e fornecendo recursos subsidiados para o desenvolvimento tecnológico de empresas sob controle de capital nacional. Embora este tipo de fomento já existisse através do CNPq e da CAPES principalmente e de outros órgãos, como a FAPESP em São Paulo e a CNEN para a área nuclear, a entrada do BNDE, sucedido pela FINEP, representou uma mudança importante pelo volume de recursos que concentrou em algumas instituições (COPPE/UFRJ, PUC/RJ, UNICAMP) e pelo tipo de apoio institucional.

A prática do CNPq era de apoio ao pesquisador e ao estudante principalmente, enquanto a CAPES fornecia essencialmente bolsas de pós-graduação. A FAPESP atuava de forma semelhante. Outra mudança representada pela entrada do BNDE/FINEP foi o critério de seletividade dos projetos apoiados, favorecendo a área tecnológica (Engenharia) e das ciências da natureza (Física principalmente). As ciências humanas e sociais foram mal-atendidas ou não atendidas, o que revela um tipo de ideologia subjacente não no BNDE/FINEP, mas no sistema dominante que não estimulava estudos críticos da situação político-social do país. Houve, é claro, exceções, tais como na economia da UNICAMP e mais recentemente da FEA/UFRJ e da PUC/RJ, nas ciências sociais e políticas do IUPERJ, na antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Nos últimos anos o CNPq tem aumentado progressivamente seu apoio às ciências humanas e sociais.

Quanto à absorção e/ou criação de tecnologia a nível do processo de produção, o progresso alcançado ainda é pequeno. A realidade é que numa economia grandemente internacionalizada - na qual os setores tecnologicamente mais dinâmicos são controlados por empresas transnacionais -, o retorno efetivo dos re-

ursos existentes para o desenvolvimento tecnológico acaba sendo reduzido. Não basta desenvolver um novo produto ou processo, pois este pode morrer na prateleira da instituição de pesquisa tecnológica se não forem criados mecanismos que assegurem a preferência, no mercado, por esse produto ou processo.

Para o empresário nacional, é mais barato e mais seguro importar tecnologia, ao invés de desenvolvê-la ou comprá-la a instituições de pesquisa nacionais, embora isso acarrete uma sujeição a formas de tecnologia estrangeira, perpetuando, nesse ângulo, a dependência nacional à economia estrangeira. Em áreas onde se tem registrado algum avanço, como informática ou telecomunicações, esse progresso se prende diretamente a uma política explícita - executada pela SEI e pelo Sistema TELEBRÁS - de fomentar o desenvolvimento tecnológico da empresa genuinamente nacional. Mas esse "modelo" se aplica, até agora, a pouquíssimas áreas, como as duas citadas. Para assegurar o desenvolvimento tecnológico, terá de ser implantado algum mecanismo que, sem afetar a indispensável liberdade para a pesquisa científica básica, associe os esforços das empresas genuinamente nacionais, das instituições de pesquisa, das empresas estatais e de órgãos governamentais.

A presença destes órgãos financiadores da pesquisa e da pós-graduação nas universidades abriu a perspectiva, ainda que limitada a algumas áreas privilegiadas, do professor profissional de tempo integral e dedicação exclusiva, capaz de criar um ambiente de pesquisa e realizar algum trabalho científico com os estudantes. Isto, no início, só foi possível graças às complementações salariais dadas pelo BNDE/FINEP aos irrisórios salários das universidades, e graças aos salários integrais pagos por estas verbas em face da ausência de vagas e das dificuldades de contratações. Posteriormente, o MEC implantou um novo sistema de emprego e remuneração dos professores, abrindo a possibilidade, ainda a poucos, de obter o tempo integral com 40 horas de trabalho semanais remuneradas. Criaram-se as gratificações de tempo integral, de dedicação exclusiva, de titulação (mestre ou doutor) e de produção intelectual (trabalhos publicados). Através de acordos da SEPLAN com o MEC-DAU (atual SESU) abriram-se vagas para um contingente de professores pagos pela FINEP. Mas mesmo assim a complementação salarial, seja pela FINEP seja pelas bolsas de pesquisador do CNPq, continuaram a representar parcela do pagamento daqueles que as conseguiam. Em geral, pela falta de vagas ou pelos mecanismos morosos de concursos para promoções, os professores eram subcontratados, muitos

como auxiliares de ensino ou, pior, como colaboradores a título precário. Além disso, poucos conseguiam o tempo integral e pouquíssimos a dedicação exclusiva.

A presença destes professores-empregados que vivem dos salários das universidades, com uma perspectiva profissional, foi muito importante no ensino superior público, cuja qualidade média aumentou, espalhando-se pequenos grupos com mestres e doutores por todos os Estados, nas universidades federais. Antes a pesquisa era concentrada no Rio e São Paulo, com algumas raras exceções (Minas, Rio Grande do Sul, Recife). A degradação do ensino superior deu-se graças à política de contenção do ensino público e de crescente participação das faculdades privadas, com raras exceções, verdadeiras arapucas, que absorvem hoje cerca de 70% dos alunos.

As contradições surgiram com muita força nas universidades nestes últimos anos. Primeiramente, os grupos de pesquisa criados para estabelecer internamente uma competência técnica compatível com o papel do Brasil na internacionalização da produção, acabaram advogando um papel mais criativo do que a mera digestão dos pacotes tecnológicos importados. Em segundo lugar, surgiram conflitos internos: entre os pesquisadores e os professores tradicionais, entre os jovens professores e os pesquisadores mais seniores que controlam os grupos, entre o conjunto dos professores e a burocracia universitária. Daí a luta pela democracia interna, a conquista de colegiados. Daí a luta sindical por melhores condições de trabalho e de remuneração. Com o surgimento das associações de docentes, um movimento organizado foi capaz de confrontar-se com o poder do MEC e ganhar algumas vantagens para o corpo docente das universidades federais autárquicas: uma carreira mais aberta, a contratação de professores, salários, apesar de muitas distorções terem sido introduzidas nas promoções e na própria carreira. Mas, a questão da universidade, além do aspecto sindical, continua por ser equacionada, incluindo problemas como a ampliação do ensino público gratuito e sua qualidade, produção intelectual, sendo necessária uma participação maior dos que vivem a pesquisa e o ensino

No âmbito do governo algumas iniciativas inspiram preocupação. O CNPq já há algum tempo tornou-se uma enorme burocracia, com o ambicioso nome de Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ligando-se mais à tecnocracia do que à comunidade acadêmica. O MEC lançou o balão de ensaio de cobrar o ensino superior federal e de incentivar a prestação de serviço nas universidades, usando para isto o mecanismo institucional das fundações. Recentemente o próprio sistema atual de apoio à pesquisa pela FINEP-CNPq foi posto em cheque com a criação da Secretaria de Tecnologia da SEPLAN, abrindo uma crise que mobilizou as sociedades científicas. Qual a lógica por trás de

tudo isto? Nesta situação da crise aguda que o país atravessa a responsabilidade de responder a esta pergunta cresce.

No Rio de Janeiro a situação é muito peculiar. De um lado uma concentração de universidades e instituições de pesquisa federais tornam o Estado um importante centro científico e tecnológico, somente comparável a São Paulo. Existem aqui três universidades federais; UFRJ, UFFluminense e UFRural-RJ, além da PUC/RJ, fortemente apoiada por recursos federais; inúmeros institutos de pesquisa: IEN, INT, CENPES, CEPTEL, CETEM na área tecnológica; CBPF, IMPA, Inst. Oswaldo Cruz na área científica; IUPERJ, IPEA na área social e econômica. Estão aqui importantes setores da área de planejamento e tecnologia das estatais (Petrobrás, Eletrobrás, Nuclebrás) e a própria FINEP tem sua sede no Rio. De outro lado as administrações estaduais não se revelaram capazes de canalizarem este potencial em benefício do Estado e, vice-versa, de associar a capacidade e o esforço do Estado para o enfrentamento das questões nacionais e universais que a pesquisa necessariamente contempla.

A UERJ tem problemas enormes que reduzem sua expressão e a esterilizam em algumas áreas de conhecimento, com honrosas exceções. A FAPERJ tornou-se uma burocracia que pouco tem a ver com a ciência e a tecnologia. O BD Rio pouco ou nada contribuiu para o fomento da ciência e da tecnologia no Estado. Uma Secretaria de Ciência e Tecnologia já existiu com duração efêmera e sem chegar a dizer a que veio. Não existe uma secretaria empenhada em questões de ciência e tecnologia nem um órgão específico ou um sistema estadual que se incumba deste assunto. O setor de ensino superior da Secretaria de Educação tem um papel quase nulo, muito obscuro.

É no sentido de abrir um caminho democrático e participativo para superar esta situação no âmbito do Estado que a seguir apresentamos uma análise crítica da FAPERJ em confronto com suas similares em outros Estados para ao final sugerir alguns pontos a serem considerados pelo governo em formação.

Não pretendemos aqui ter a última palavra e nem dar uma fórmula mágica para resolver um problema estrutural e profundo como este. Tememos uma solução tecnocrática que, em nome do planejamento estadual pretenda com a melhor das intenções meter em uma camisa de força a pesquisa científica que deve ter uma margem de liberdade ampla, dando lugar ao estudo de assuntos a que um governo possa não dar importância imediata. Mas partimos da hipótese de que é necessário mudar a atual estrutura do setor de ciência e tecnologia no governo estadual para que seja capaz de atuar coordenadamente para estimular e fomentar a pesquisa e a criação tecnológica. Isto deve ser feito com a du-

pla finalidade de contribuir para o florescimento da cultura, da ciência, do espírito crítico e criativo e de também usar a produção científica e tecnológica para atender a alguns objetivos prioritários da população do Estado. Esta população não pode esperar uma panacéia vinda do setor acadêmico e técnico pois alguns dos piores problemas são bem conhecidos cientificamente e têm soluções técnicas, mas falta a vontade política de quem detém o poder ou os meios econômicos para aplicá-las. Entretanto, nada justifica que a Ciência se refugie na suposta neutralidade para se furtar de assumir a responsabilidade social de dar atenção nos seus estudos aos problemas da maioria. Só que isto deve ser feito dentro da competência de que a Ciência e a técnica dispõem como um todo, interligando uma a outra, respeitadas as especificidades de cada área do conhecimento, das mais aplicadas às mais abstratas, que devem coexistir harmonicamente e se beneficiarem mutuamente. Trata-se menos de estimular estudos aplicados em detrimento dos acadêmicos do que de estimular a aplicação dos conhecimentos que a universidade for capaz de gerar e de transmitir, desde que se dê a ela meio para tanto.

Este é um problema político. Cabe ao Governo do Estado dar uma definição clara de objetivos ao nível da administração e prover a comunidade os meios para atingi-los.

3. MODELOS INSTITUCIONAIS DE FOMENTO À PESQUISA NOS ESTADOS

Há algumas entidades de fomento à pesquisa nos Estados. O exame detido das características de cada uma delas poderá revelar elementos úteis no detalhamento do modelo a ser realizado no Estado.

Como prática de trabalho, a Comissão concluiu pela análise de três dessas entidades a fim de iniciar a proposta de modelo da nova instituição de fomento e amparo à pesquisa no Estado: A FAPESP (São Paulo), a FAPERGS (Rio Grande do Sul) e a atual FAPERJ. São os seguintes os pontos de leitura de cada entidade: objetivo, clientela, formas de financiamento e política de gastos.

3.1. FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA NO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP)

A. Objetivo: A FAPESP tem como objetivo básico o fortalecimento da estrutura de pesquisa do Estado e do País, por meio de concessão de **auxílios e bolsas**.

A - 1. Bolsas: Concessões feitas diretamente ao interessado, como contribuição para sua manutenção durante o período de duração de sua atividade de pesquisa. Pressupõem a inexistência de vínculo empregatício entre o bolsista e qualquer outra instituição; com exceção das bolsas de Iniciação à Pesquisa, exigem dedica-

ção integral às atividades de pesquisa, assim como a titulação de doutor ou qualificação equivalente, para o orientador.

Categorias de bolsas oferecidas pela FAPESP:

- Iniciação à pesquisa
- Bolsa de aperfeiçoamento
- Bolsa de mestrado
- Bolsa de doutoramento
- Bolsa de pós-doutoramento no País

A - 2. Auxílio à Pesquisa: Concessões destinadas a complementar os recursos necessários ao desenvolvimento de projeto específico, sob responsabilidade de pesquisador com titulação mínima de doutor ou qualificação equivalente.

Categorias de auxílios oferecidos pela FAPESP:

- Auxílio à pesquisa
- Auxílio para vinda de pesquisador visitante
- Auxílio para pós-doutoramento no exterior
- Auxílio para participação de pesquisadores em reuniões no exterior
- Auxílio para participação de pesquisadores em reuniões no País
- Auxílio para participação de bolsistas em reuniões no País

Além das categorias de bolsas e auxílios apresentados, a FAPESP concede também bolsas ou auxílios de pós-graduação no exterior, visando à realização de doutoramento. Esta modalidade de amparo à pesquisa poderá ser classificada como bolsa nos casos em que o candidato não mantenha vínculo empregatício, e como auxílio nos casos em que aquele vínculo seja mantido com alguma instituição.

B. Clientela: Cabe à FAPESP custear total ou parcialmente projetos de pesquisas individuais ou institucionais a serem desenvolvidas em instituições públicas ou privadas. Os pesquisadores que se caracterizarem como pessoas físicas podem solicitar auxílio que atenda à exigência básica de apresentação do projeto de pesquisa sob a responsabilidade de pesquisador de reconhecida qualificação.

C. Financiamento: A principal receita da FAPESP é uma quota da receita ordinária do Estado, correspondente a, pelo menos, meio por cento da arrecadação dos impostos estaduais. Conta ainda a FAPESP com a possibilidade de receber contribuições de outras fontes, além de suas receitas próprias.

D. Política de gastos: Por força de lei, a FAPESP deve aplicar recursos na formação de um patrimônio rentável. Este patrimônio, constituído desde sua instituição em 1962, tem permitido dar continuidade à sua atuação, independentemente de quaisquer percalços financeiros. Tem sido política da FAPESP a destinação de todos os recursos

consignados pelo Estado anualmente no orçamento estadual, para o amparo à pesquisa, ficando as suas despesas de administração cobertas pelas receitas próprias resultantes das rendas do seu patrimônio. As despesas de administração da FAPESP, conforme estipula a lei de instituição, não poderão ultrapassar 5% de seu orçamento total.

A FAPESP não atua como agência financiadora que substitua as instituições às quais se vinculam os pesquisadores, mas sim como fonte de recursos complementar.

É vedado por lei à FAPESP criar órgãos próprios de pesquisas, assumir encargos externos permanentes de qualquer natureza e auxiliar atividades administrativas de outras instituições.

A FAPESP pode conceder auxílio para itens que devam em princípio correr por conta de outras instituições apenas em situações de emergência e em caráter excepcional e transitório. No caso de concessão de bolsas, não é permitido o acúmulo de bolsa da FAPESP com bolsas recebidas de outras fontes.

No caso de auxílio à pesquisa está previsto o auxílio para aquisição de material permanente ou de consumo importados; para isso a FAPESP mantém um Serviço de Importação especializado, que pode dar cobertura ao pesquisador para o processo de importação de material estrangeiro. A aquisição de material importado, na prática, está sujeita a restrições que deverão ser obedecidas pelo pesquisador contemplado com auxílio pela FAPESP.

3.2. FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

A . Objetivo: O objetivo é o do fomento à pesquisa sob forma individual ou institucional, a entidades públicas e particulares.

B . Clientela: A clientela são as instituições de pesquisa sediadas no Rio Grande do Sul, podendo a FAPERGS custear a instalação de novas unidades de pesquisa, sendo-lhe vedado, todavia, criar órgão próprio de pesquisa e auxiliar na manutenção de **atividades administrativas** de instituições de pesquisa.

C . Financiamento: A receita é formada por dotação orçamentária anual, rendas de patrimônio, doação, subvenções, etc...

D . Política de gastos: As despesas com administração não podem ultrapassar 5% do orçamento, pela lei de dezembro de 64, passando para 13%, pela alteração de julho de 1969.

E . Outros: Conselho Superior: 12 membros: 6 escolhidos pelo Governador; 6 es-

colhidos entre listas tríplices enviadas pelas instituições de pesquisa e ensino. Mandato: 6 anos com uma recondução.

3.3. FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ)

A . Objetivo: Desenvolver um sistema de informações estatísticas, geográficas e cartográficas, inclusive operando como órgão setorial do sistema estatístico nacional e órgão coordenador do SIPE (Sistema de Informações para o Planejamento Estadual);

Promover levantamentos, estudos e pesquisas de natureza física, econômica e social, inclusive realizando levantamento estatístico, realizando estudos e pesquisas e mapeamento do Estado;

Funcionar como agência de apoio à pesquisa científica e tecnológica sem restrições explícitas a área de conhecimento;

Atuar no aperfeiçoamento de recursos humanos.

O objetivo de larga abrangência da FAPERJ revela que em sua origem ela dirigiu um elenco de entidades de propósitos distintos.

A FAPERJ é o resultado da fusão da FIDERJ (Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio de Janeiro) e da Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Por seu lado, a FIDERJ, criada no Governo Faria Lima, assimilou a FEG (Fundação de Geografia e Estatística) e a FUNTERJ (Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro), ambas existentes no antigo Estado do Rio, anterior à fusão, e o acervo da Secretaria de CGT do Estado da Guanabara. Da FIDERJ, a FAPERJ absorveu três atribuições: a geração de informações e produtos relativos a geografia e estatística (algumas comprometidas por convênio com o Governo Federal), a produção de estudos de natureza econômica e o apoio à ciência e tecnologia (cuja diretoria correspondente na FIDERJ jamais chegou a ser ativada, sem conhecer sequer a designação de um diretor).

B . Clientela: Constituída pela administração estadual, empresas privadas e públicas, administração federal e universidades e entidades de pesquisa.

C . Formas de financiamento: Receita orçamentária, receita decorrente da prestação de serviços (documentos da FAPERJ referem-se à sua possibilidade de “constituir-se num órgão autofinanciável”), e doações (na forma do Art. 242, do Regulamento do IR/80).

D . Política de gastos: Nenhuma das en-

tidades análogas à FAPERJ criadas no Estado chegou a se afirmar.

Entre as causas da constatação algumas relativas à política de gastos podem ser alinhadas, a saber:

I . referidas entidades propuseram-se à realização, elas próprias, de pesquisa. Tendo em vista o largo campo do objeto sugerido por essa atividade, criaram-se estruturas administrativas absorvedoras de recursos, sem um limite máximo fixado.

II . a concorrência entre o fomento/realização de pesquisa e outros fins fez minguar os recursos para aplicação em pesquisa. É praticamente inevitável que diante de tal disputa os recursos para pesquisa sejam sacrificados, pois seus produtos são de maturação mais longa e a demonstração de sua aplicabilidade não costuma ser imediata.

III . a natureza do processo de criação de pesquisa (de maturação mais longa) aliada à falta de política para o setor que demonstre com alguma clareza objetivos e meios para atingi-los também tem contribuído para drenar os recursos das entidades. A drenagem decorre do envolvimento dos gastos das instituições com a elevação da remuneração média do pessoal formalmente envolvido em atividades de pesquisa (pela letra de convênios) mas efetivamente ligado à administração direta ou a outras atividades.

IV . sem o propósito de esgotar a matéria, um último elemento da política de gastos da FAPERJ e entidades análogas já criadas no Rio de Janeiro pode ser relacionado: a despreocupação quanto a objetivos, somada a uma pretensiosa noção da capacidade das instituições de gerarem recursos pela venda de serviços, inibiram a realização de gastos com o fim de propiciarem recursos pelo retorno de aplicações. Recursos dessa ordem permitiriam ao planejamento da entidade contratar pesquisa com flexibilidade maior do que a imposta pela realidade dos orçamentos incrementais, renovados ano a ano, com margem limitada por fatores circunstanciais, o que é algo incompatível com um ciclo de produção superior ao período de vigência do orçamento.

4. RECOMENDAÇÕES

1 . Restringir a FAPERJ a atividades precípuas de fomento e financiamento à pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, desvinculando desta as atuais funções cartográficas, demográficas, estatísticas e o CDRH;

2 . Esta eventual nova FAPERJ deverá deixar de ser a secretaria executiva do

CONCITERJ ficando diretamente subordinada à Secretaria de Ciência e Cultura;

3 . Deve ser vedado à FAPERJ desenvolver ela própria atividades de pesquisa, bem como auxiliar na manutenção de atividades administrativas, concentrando-se, ao contrário, no melhor desempenho de seu papel central de instituição de fomento à atividade científica no Estado, tal como ocorre com instituições similares em outros Estados da Federação;

4 . A clientela potencial da FAPERJ deve ser constituída por pesquisadores e instituições de pesquisa sediadas no Estado do Rio de Janeiro, não sendo recomendável a fixação de uma lista de entidades que deveriam ter acesso privilegiado aos recursos da Fundação;

5 . Os recursos da FAPERJ deveriam ser constituídos como o resultado da agregação dos seguintes itens: a) dotações orçamentárias anualmente definidas; b) criação de um Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; c) dotação inicial de recursos de razoável magnitude que lhe permitisse fazer aplicações visando a garantir renda patrimonial; d) subvenções e dotações outras;

6 . Os gastos com administração da FAPERJ não deverão ultrapassar 5% do total de seu orçamento global;

7 . O Conselho Diretor inicial da FAPERJ deverá ser constituído por 1 Presidente, três conselheiros indicados pelo Governador, três conselheiros designados pelo Governador e escolhidos de listas de pesquisadores fornecidas pela comunidade científica das Universidades sediadas no Estado e três conselheiros designados pelo Governador e escolhidos de listas de pesquisadores indicadas pela comunidade científica dos institutos sediados no Estado. Entre as atribuições deste Conselho Diretor inicial constariam as de formular a estruturação mais acabada da FAPERJ, assim como definir os critérios para a composição dos órgãos de direção e assessoramento da mesma;

8 . O mandato dos conselheiros deverá ser estipulado de tal forma que caiba a cada novo governo estadual a renovação de 1/3 do Conselho;

9 . O Presidente da FAPERJ, que será o presidente do Conselho Diretor, deve ser designado pelo Governador do Estado, escolhido de lista fornecida por esse Conselho;

10 . O Conselho Diretor será assessorado por pesquisadores de renomeado saber e legitimidade na comunidade científica e tecnológica, devendo participar deste assessoramento representantes de todas as especialidades científicas existentes no Estado.

IMPRESSO

REMETENTE
ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ

ANOV

JULHO 83

Nº 19

Os Funcionários Públicos Federais

NOTA DA ANDES:

As AD's das IES Federais Autárquicas reunidas no VII CONAD da ANDES, representando um setor do funcionalismo público federal, reforçam o indicativo da Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais.

Conforme deliberação do 2º Congresso Nacional da ANDES, a campanha salarial dos professores das IES Federais Autárquicas em 1983 será desenvolvida em conjunto com todo o funcionalismo público federal. Neste sentido, a plenária de abertura do VII CONAD aprovou os seguintes pontos:

1 - Todas as AD's devem promover entre os professores a discussão da greve dos servidores públicos federais iniciada em São

Paulo e que já conta com a adesão dos Estados do RS, SC e PR.

2 - As AD's devem procurar se integrar plenamente ao movimento dos servidores públicos federais em cada Estado, aderindo ou não à greve, conforme deliberação dos professores em Assembléias e de acordo com a decisão Estadual.

3 - As AD's devem divulgar todas as informações sobre a campanha salarial dos servidores públicos federais para os professores, lembrando que esta é também a campanha salarial das IES Autárquicas.

4 - As AD's devem convocar assembléias gerais até o dia 10/06 para decidir sobre a participação dos professores no movimento

geral dos servidores, levando em consideração as condições internas das Universidades e as condições de mobilização dos servidores públicos federais em cada Estado.

5 - A ANDES declara assumir a posição das AD's que estão e que entrarem em greve por decisão de suas Assembléias.

6 - A ANDES declara estar integrada ao movimento nacional dos servidores públicos federais, implementando as decisões da Comissão Nacional de Mobilização a partir de uma visão unitária do movimento. Respeitando as diferenciações em cada local, a ANDES participará de todas as gestões para ampliação do movimento, negociações

com o governo e difusão de informações.

7 - A ANDES entende que a campanha salarial dos servidores públicos federais se dirige contra a política econômica do governo. O arrocho salarial porque passam professores e servidores, o corte das verbas públicas para as Universidades, o aumento das prestações do BNH, a adulteração do INPC, as medidas recessivas impostas pelo FNII e acatadas com submissão pelo Governo brasileiro, são exemplos claros de uma política econômica descompromissada com os interesses da maioria da população.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 1983

Nota da Comissão de Mobilização da ADUFRJ

AOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Estamos vivendo uma hora em que não podemos, enquanto funcionários públicos federais, nos furtar à mais efetiva solidariedade à paralisação dos servidores em vários Estados do País e também no Rio de Janeiro.

Esta paralisação nacional dos funcionários públicos federais é a primeira na história do Brasil. Ao mesmo tempo, evidencia, de maneira clara, o repúdio à política de arrocho salarial e

de submissão aos ditames do FMI.

Por estas razões, esta paralisação é também a nossa luta salarial deste ano. Por maiores que sejam as dificuldades do momento, para a obtenção de ganhos salariais, devemos nos mobilizar e assumir esta luta como a de todos os docentes. Esta sempre foi a nossa bandeira - união de todos os funcionários públicos. É hora então de levantá-la

com firmeza.

O Governo federal não deve assumir uma posição de confronto imediato com os funcionários públicos em greve. Provavelmente ele jogará com o desgaste do movimento e com a formação de uma opinião pública desfavorável. Portanto, é de fundamental importância a rápida e decidida adesão de todos os professores ao movimento de greve para que ele

se fortaleça.

Por 70% de reajuste, a partir de junho!

Pelo 13º salário para os estatutários!

Pelo reajuste semestral!

Pelo direito à sindicalização!

Por um novo Estatuto único para todos os funcionários públicos!

A pauta de reivindicações é a seguinte:

Avaliação da Comissão de Organização sobre o II Congresso de Docentes da UFRJ

A presente avaliação deve ser entendida como uma contribuição da comissão organizadora do II Congresso de Docentes da UFRJ para análise e discussão entre todos os professores dos resultados práticos do referido congresso.

É necessário ressaltar que a responsabilidade pela avaliação do congresso não cabe apenas à comissão organizadora, uma vez que ele foi proposto e aprovado no II Congresso da ANDES, realizado em fevereiro em Fortaleza, pelos delegados da ADUFRJ, e posteriormente pelo conselho de representantes da ADUFRJ. Além disto, a forma de organizá-lo também foi discutida e aprovada pelo conselho de representantes a pela diretoria.

O Congresso da ANDES em Fortaleza, realizado em jan-fev. 83, entendeu que o movimento docente das autárquicas deveria priorizar num primeiro momento a questão da Reestruturação da Universidade - a vitória da greve de 82 foi conseguir que a Ministra da Educação ouvisse da comunidade a reivindicação de participar da reestruturação da Universidade.

A ANDES definiu os seguintes pontos para discussão nas AD's:

- 1 - Regime Jurídico
- 2 - Carreira de Magistério e Avaliação do Trabalho Docente
- 3 - Estrutura de Poder e Democratização Interna
- 4 - Financiamento da Universidade
- 5 - Administração Acadêmica
- 6 - Fundação Universitária José Bonifácio

Estes pontos iam de encontro ao interesse democrático dos professores para a melhoria das condições de trabalho, ensino, pesquisa e extensão.

A Comissão de Organização do II Congresso considerou os legítimos anseios dos docentes e programou um organograma de debates composto de mesas redondas e grupos de trabalho para estudo, debate e deliberação. As mesas redondas prévias ao Congresso para subsidiar o debate dos grupos de trabalho versavam sobre:

1 - experiências e perspectivas na luta pela democratização (no dia 08.05.83, a Ministra da Educação debateu na Comissão de Educação e Cultura na Câmara dos Deputados a questão das eleições diretas para os dirigentes universitários),

2 - Política de financiamento da pesquisa para a Universidade (como subtema, discutia-se a avaliação do trabalho decente).

3 - vertias publicas para o ensino superior (principalmente a discussão sobre a destinação de recursos públicos para as universidades privadas).

Apesar da importância dos temas que preparavam o futuro debate nos grupos de trabalho e decisão no plenária, foi pouca a resposta dos colegas à presença para participação efetiva. O

mesmo se deu em relação às sessões do II Congresso, no qual se inscreveram apenas 150 docentes, não tendo estes mesmos 150 comparecido às sessões.

Acredita a Comissão que os temas são de suma importância porque dizem respeito às questões cotidianas da atividade universitária.

Cotidianeidade que levaram à desmobilização, notada sensivelmente desde a primeira mesa redonda. Que fatores são estes? Cabe a reflexão. Certamente um deles não foi a divulgação, feita ostensivamente em quase todas as Unidades através de cartazes e por meio do boletim da ADUFRJ, nos diversos números que antecederam ao II Congresso, onde foram publicados

diversos trabalhos sobre os temas do Congresso.

A comissão entende que a organização do Congresso em sua dinâmica também não é, por si só, a grande responsável pela baixa participação, diante da importância dos temas tratados. Haveria inclusive a possibilidade de modificação desta dinâmica - que não foi possível, pois não houve a participação para a crítica. Entretanto, alguns pontos na forma de estruturar o congresso precisam ser reavaliados.

É preciso priorizar o trabalho em grupo. Esta era a idéia inicial da comissão, que não havia programado nenhum debate ou mesa redonda para o congresso. Porém, com o aparecimento do projeto do CRUB e a urgência de discuti-lo, a comissão e a diretoria fizeram um convite ao Reitor (presidente da comissão de redação do anteprojeto de lei do CRUB) para que debatesse o referido anteprojeto com os professores durante o congresso. Desta forma, os grupos de trabalho ficaram apenas com a manhã do dia 19. A comissão entende que no futuro deve-se prever uma reunião do grupo de trabalho para discutir e aprovar os relatórios antes da sessão plenária.

A comissão encaminharia, então, alguns pontos para análise, crítica e discussão:

- Os temas do II Congresso atendiam a proposta da assembléia final da greve de 82 e não possuíam um caráter corporativista. Por que a pequena participação?

- O que está errado: O conteúdo do congresso ou o método de organização do mesmo?

- Qual a importância da ADUFRJ no encaminhamento das questões gerais da atividade universitária e também das questões corporativas?

- Os professores acreditam na possibilidade de influenciar na reestruturação da Universidade e vêem no congresso uma perspectiva concreta de participação neste processo?

Deise M. Vianna
Fernando A.S. de Amorim
Joel R. Teodósio
Terezinha Val



RELATÓRIO DO II CONGRESSO DE DOCENTES DA UFRJ

O II Congresso de Docentes da UFRJ foi realizado nos dias 18, 19 e 20 de maio e 1 de junho.

No dia 18 de maio houve a sessão de abertura no Instituto de Psiquiatria contando com a participação de professores da UFRJ, da ANDES e da comissão PRO-CUT.

Os grupos de trabalho se reuniram pela manhã do dia 19 de maio no CMN, para discussão dos temas propostos, coordenados por professores que previamente levantaram questões a serem encaminhadas aos grupos. Assim, foram distribuídos:

- grupo 1 - Regime Jurídico
coordenadores: Edvaldo Cafezeiro e Fernando A. S. de Amorim
- grupo 2 - Carreira do Magistério e Avaliação da Produção Acadêmica.
coordenadores: Alexandre Magalhães e Dulce Chiaverini
- grupo 3 - Administração Acadêmica
coordenação: Aloisio R. Costa e Paulo Cezar B. Arantes
- grupo 4 - Financiamento da Universidade
coordenador: Ennio Candotti
- grupo 5 - Estrutura de Poder e Democratização Interna
coordenadores: Horácio Macedo e Joel Teodósio
- grupo 6 - Fundação Universitária José Bonifácio
coordenadora: Sheila Chirola.

Na parte da tarde do dia 19 de maio, o professor Adolpho Polillo compareceu a um debate com os professores presentes para esclarecer alguns pontos do documento elaborado pelo CRUB para as Universidades Federais Autárquicas, já que ele presidiu a comissão de elaboração. Algumas questões

foram levantadas pelos professores e o professor Polillo ficou de encaminhá-las ao CRUB.

No dia seguinte (20 de maio) foi iniciada a plenária para que fossem aprovados ou rejeitados os relatórios e propostas dos grupos.

A seguir são apresentadas as resoluções para cada grupo:

- grupo 1 - Regime Jurídico
- 1 - Decidido que, embora constasse da discussão, o posicionamento e propostas em relação ao projeto do CRUB sejam deliberados ao final do Congresso.
- 2 - Sugestões:
- 2.1 - que toda a legislação citada seja publicada na forma de apostila.
- 2.2 - reunião específica das autárquicas sobre o anteprojeto do CRUB.
- 3 - As discussões giraram fundamentalmente em torno do anteprojeto do CRUB.
- 4 - Sobre a **Consolidação dos Estatutos da UFRJ.**

4.1 - **considerando o processo em curso da Reestruturação da Universidade Brasileira, delibere-se que esta proposta de mudança de Estatuto da UFRJ apresentada pela Reitoria é inoportuna devendo, portanto, ser arquivada.**

4.2 - sugestões: que seja formada uma comissão para estudar a questão dos estatutos.

grupo 2 - Carreira do Magistério e Avaliação da Produção Acadêmica.

1 - Deliberou-se que a ADUFRJ assumiria um posicionamento com relação ao cumprimento do regime de trabalho pelos professores e que o posicionamento seria expresso ou pela aprovação

do relatório e as propostas do grupo de trabalho ou por outra proposta.

2 - Foi aprovada por pequena diferença de votos a posição seguinte, devendo ser divulgada aos professores:

Os baixos salários, as péssimas condições de trabalho, a tradição de uma universidade parasitária e oligárquica geram uma série de distorções, inclusive nas formas pelas quais um certo número de professores se desresponsabilizam de seus compromissos, de um lado, acadêmicos e científicos, do outro, contratuais. Atitudes absenteístas indiferentes ao desenvolvimento e melhoria do ensino e pesquisa em nossa universidade são injustificáveis, por representarem de fato um aval à estrutura universitária que queremos transformar. Entendemos que estas condições difíceis da Universidade não podem ser utilizadas como desculpas individuais para que professores não cumpram suas responsabilidades e não lutem coletivamente para a superação destas dificuldades.

Por isto a ADUFRJ chama todos os professores a combinarem a luta por melhores salários e melhores condições de trabalho com um esforço permanente, em cada departamento e unidade, para organizarem democraticamente, e de forma explícita, seus objetivos, planos de trabalho (departamentais e individuais), e a divisão de responsabilidades.

Além disso, sugerimos que sejam realizadas reuniões nos departamentos e unidades para se discutir os critérios de avaliação do desempenho acadêmico-científico dos professores. A partir de então, que se estabeleçam reuniões periódicas para a avaliação do desempenho coletivo e individual das

responsabilidades e tarefas assumidas.

A ADUFRJ se propõe a organizar discussões e seminários sobre estas questões (critérios de avaliação, regime de trabalho, atividades de ensino e pesquisa, etc.).

Foram rejeitados o relatório e as propostas do grupo.

grupo 3 - Carreira do Magistério.

3.1 - Como não houve tempo para discussão do assunto no grupo, a mesa propôs que fossem apenas anulados os problemas e distorções que a atual carreira apresenta. A seguir são apresentados pontos levantados pelo grupo de trabalho, sendo que foi pedido destaque para os itens a, b, c e e.

a) o concurso para Prof. Titular ainda se reveste na UFRJ das mesmas características do concurso de cátedra;

b) os critérios de promoção por tempo de serviço foram maldefinidos, e devido a isto houve este ano uma dificuldade séria com a promoção quase automática dos Profes. Assistentes e Adjuntos;

c) a carreira não define quais as funções e responsabilidades das diversas categorias (Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular) o que torna bastante difícil a discussão da avaliação e dos critérios de promoção tanto por título quanto por tempo;

d) várias unidades reivindicam a previsão na carreira do "professor especialista" - um regime de trabalho especial, por um tempo bem definido, para que profissionais qualificados, que não estão interessados em se vincular à universidade, possam vir ministrar um curso;

e) os critérios de promoção por tempo e títulos serem tais que às vezes é conveniente atrasar uma

defesa de tese para que seja atingido uma referência mais alta na carreira, como vem ocorrendo;

f) os concursos para Prof. Auxiliar estão sendo na prática concursos até para Prof. Adjunto, pois um professor com doutorado ao passar neste concurso é imediatamente promovido a Adjunto, o que poderá desestimular a abertura de concursos para Prof. Assistente e Prof. Adjunto.

Não foram apresentados trabalhos sobre administração acadêmica e Fundação Universitária José Bonifácio, pois não houve número suficiente de docentes para Formação dos grupos.

A plenária de encerramento no dia 1 de junho não teve o caráter deliberativo devido ao número reduzido de professores presentes (cerca de 30), porém

os assuntos foram discutidos devido a sua importância e também para que fosse levada uma linha de pensamento dos professores da UFRJ ao último CONAD. Assim, para os devidos grupos temos:

grupo 4 - Financiamento da Universidade.
1 - Financiamento das Universidades autárquicas:

Considerações sobre a preparação do orçamento que deve ser elaborado a partir de propostas dos Departamentos, passando pelas instâncias superiores da Universidade, pelo MEC e finalmente aprovado no Congresso Nacional; desvinculação do DASP; autonomia da Universidade para dispor dos recursos orçamentários; criação de uma carreira técnico-administrativa; verbas orçamentárias e

extra-orçamentárias.

2 - Financiamento das IES particulares:

Discussão sobre de onde devem vir estas verbas e quem deve administrá-las.

Grupo 5 - Estrutura de Poder e Democratização Interna.

Foram discutidas as propostas apresentadas.

“Os cargos de direção e gestão acadêmicas - de ensino, de pesquisa e de extensão - são exclusivos dos membros do corpo docente”.

“A escolha dos ocupantes de cargos de direção e dos colegiados será feita por eleição direta, com a participação de toda a comunidade, em processo que se esgota no interior da própria Universidade”.

“A democratização da Universidade e a conquis-

ta da autonomia - entendida esta com as limitações próprias da sua inserção na sociedade - constituem elementos simultâneos e igualmente importantes para que se consiga instituir uma Universidade culturalmente avançada, crítica e criadora”.

“Os Colegiados deliberativos da Universidade - Conselho Universitário - e das Unidades - Congregação - devem ser constituídos por maioria de membros eleitos diretamente, e ter representação igual para todas as categorias docentes”.

Ao final da plenária foi escolhido um delegado da UFRJ (Prof. Eliane) para o VII CONAD promovido pela ANDES, no Rio de Janeiro nos dias 4 e 5 de junho.

Financiamento da Pesquisa Científica na Universidade

Ennio Candotti (I.Física-UFRJ)

1. Um Quadro Geral da Situação

Observando o orçamento da União de 1982, verificamos que 3,6% do seu total, ou seja 150 bilhões de cruzeiros, foram dedicados à ciência e tecnologia. Este valor equivale a 0,4% do produto interno bruto daquele ano ¹.

A distribuição destes recursos por ministérios foi: (principais) 30% agricultura, 22% SEPLAN, 14% presidência da república, 12% **educação e cultura**, 11% minas e energia e 6% indústria e comércio.

Esta mesma distribuição por áreas foi: (principais) 43% pesquisa aplicada, 10% pesquisa fundamental, 10% informações científicas e tecnológicas, 7,5% administração, 10% ensino e bolsas de pós-graduação.

Assim, por exemplo, o orçamento da EMBRAPA foi de 24,5 bilhões, o do CNPq 19 bilhões, o FNDCT 16,5 bilhões e enquanto que os recursos para ciência e tecnologia da UFMG 1,2 bilhão e os da UFRJ 0,6 bilhão. Neste mesmo ano (1982), a TELEBRAS gastou em C & T 6 bilhões, a Petrobrás (CENPES) 7, a CVRD 3, a ELETROBRÁS 2,5, a NUCLEBRÁS (sem contar a importação de tecnologia) 4,5 e a CNEN 6 bilhões.

2. O Apoio à Pesquisa na Universidade

Verifica-se pelo quadro anterior que apenas uma pequena parcela dos recursos para C&T são canalizados para as Universidades (aproximadamente 20%).

A própria UFRJ, que teve em 1982 um orçamento de aproximadamente 10 bilhões - em grande parte gasto com pagamento de pessoal -, conta em seu orçamento com apenas 600 milhões para o desenvolvimento da pesquisa científica. Quantia essa complementada com mais 3 bilhões obtidos através de convênios (FINEP, INPS) serviços, etc. Convém observar que esta última quantia equivale à metade do orçamento do CENPES/PETROBRÁS que funciona no Campus da UFRJ e cuja produção científica e tecnológica é pouco conhecida.

Vemos portanto, que a principal fonte de recursos da UFRJ para a pesquisa científica - ou mesmo para custear tudo aquilo que não seja salários - é extra-orçamentária.

Surge de imediato a pergunta: se o fato de serem as verbas para a pesquisa extra-orçamentária é considerado positivo ou não pela comunidade acadêmica.

A resposta é sim, se considerarmos a universidade que temos, e não, se imaginarmos a universidade que queremos construir nos próximos anos.

De fato seria oportuno que uma porcentagem considerável dos recursos para a pesquisa - particularmente para manutenção, infra-estrutura, técnicos e oficinas - passasse a ser orçamentária. No entanto, hoje se isso ocorresse seria desastroso para a sobrevivência dos grupos e laboratórios de pesquisa, uma vez que a ineficiente burocracia do MEC ou da universidade não tem a menor credibilidade, além da necessária flexibilidade para administrar estes recursos.

É oportuno, portanto, defender hoje a máxima descentralização do fluxo, decisões e uso destes recursos.

Obviamente, com a democratização da escolha dos dirigentes universitários e um controle direto da comunidade acadêmica sobre a administração (o contrário do que ocorre hoje), a questão deverá necessariamente ser rediscutida.

Por razões semelhantes, aliás, no ano passado várias sociedades científicas manifestaram-se contrárias a uma proposta de passagem de recursos do FNDCT para o MEC (CAPES), uma vez que este ministério é considerado ineficiente na gestão de recursos para a pesquisa científica.

É claro que não se trata apenas de incapacidade administrativa, mas principalmente das diretrizes e prioridades que orientam no MEC a política de apoio à pesquisa científica nas universidades. Esta é considerada atividade complementar a do ensino, e não tem uma função e legitimidade próprias (p.e., para o DASP a unidade de trabalho na universidade ainda é a hora/aula).

Apesar da retórica dos discursos, não há qualquer sinal concreto que indique efetivas mudanças destas diretrizes. As universidades são consideradas de fato grandes escolas se-

cundárias, onde a pesquisa científica é apenas uma atividade supérflua.

3. É Possível Realizar Pesquisas na Universidade?

Alguns contra-exemplos:

a) Há anos, periodicamente, há interrupções no fornecimento de luz nos prédios do Centro de Tecnologia. Cada interrupção (tecnicamente evitável) tem conseqüências desastrosas para os instrumentos dos laboratórios e interrompe experiências em curso, com graves desperdícios de recursos, tempo de trabalho, etc.

b) Os técnicos: vidreiros, de mecânica fina, eletrônica, museólogos, bibliotecários, etc., não têm carreira prevista na Universidade (vinculada pelo DASP) com remunerações adequadas e com isso perde-se a possibilidade de garantir com continuidade, o bom funcionamento de laboratórios, bibliotecas, etc.

c) O Campus do Fundão da universidade abre às 8:00 horas e fecha às 16:00 horas, após o que as dificuldades para deixar o Campus crescem com o passar das horas. A ausência de luz, condução e bibliotecas torna inviável a permanência nos Institutos e, com isso, reduzem as possibilidades de se desenvolver com eficiência a pesquisa científica que não pode estar vinculada a horários rígidos.

- A esse respeito convém também lembrar que é absurdo manter 16 horas por dia, as instalações universitárias inoperantes.

d) Circulares e papéis burocráticos vários têm mostrado insistentemente a preocupação de limitar a possibilidade de realizar pesquisas sem dar aulas (uma exceção a ser evitada!).

e) A arquitetura dos prédios da universidade, mesmo os mais recentes, raramente prevê salas de trabalho para os professores (ver o caso do prédio de Letras).

f) A grande maioria dos membros do Conselho Universitário nunca realizou atividades de pesquisa.

4. Mais Recursos para quê? Para quem?

Se é óbvio portanto questionar a conveniência de orçamentar os recursos para a pesquisa, na universidade e no MEC de hoje não se pode dizer a

mesma coisa da conveniência de solicitar mais recursos para ciência e tecnologia.

Há de fato várias questões que devem ser discutidas antes de responder a esta última pergunta.

Do fato de que não é desejável a orçamentação dos recursos para a pesquisa não segue necessariamente que estes sejam hoje administrados e distribuídos de modo conveniente. Pelo contrário, há sérias dúvidas quanto a isso, no entanto, uma discussão informada e abrangente deverá responder a pelo menos três questões:

1. Qual o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento desejável para um país como o nosso?

2. As diretrizes que hoje orientam a política científica são adequadas aos objetivos mais amplos desse desenvolvimento desejável?

3. A participação da comunidade científica nas decisões que hoje orientam a política científica é satisfatória? Quais as alternativas?

No primeiro ponto, devemos comparar vantagens e desvantagens do desenvolvimento científico e tecnológico, conforme diferentes modelos e projeções.

Sabemos quais os vínculos com que se debate um país tecnologicamente dependente como o nosso, que gastou, em 1982, 500 bilhões de cruzeiros em importação de tecnologia.

Há também clareza quanto à necessidade de obter mais dados - obtidos através da pesquisa científica - a respeito da nossa realidade de modo a informar o debate político, e, capaz de encaminhar as transformações que a sociedade julgar necessárias.

No entanto, quando são estabelecidas diretrizes de política científica ou tecnológica, determinados interesses prevalecem sobre outros.

Nos países desenvolvidos, há claros exemplos que indicam como estas diretrizes favorecem e consolidam muitas vezes o domínio de grandes grupos industriais promotores e beneficiários do “progresso” e do desenvolvimento tecnológico.

Como evitar estas distorções é uma questão aberta não apenas para a co-

munidade acadêmica mas para toda a sociedade.

Quanto ao segundo item, para respondê-lo é necessário, além de ter clareza quanto ao primeiro, conhecer quais são estas diretrizes, reunir portanto a documentação, promover a discussão tanto sobre as linhas gerais como sobre os resultados efetivamente obtidos. A discussão do último Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), por exemplo, pode ser um ponto de partida.

Enfim, o terceiro ponto refere-se à participação nas decisões. É recente a elaboração de um documento, por uma comissão da SBPC e da ABC, em que são propostas importantes mudanças no estatuto do CNPq e da FINEP de modo a permitir a efetiva participação da comunidade científica nas decisões destes órgãos.

Trata-se de um primeiro passo a ser aperfeiçoado, particularmente no que se refere às formas de indicação dos representantes da comunidade.

Este documento sugere também uma outra e significativa mudança na atual definição da política de Ciência e Tecnologia, que é a participação da comunidade científica, através do CNPq, na definição dos orçamentos-programas de C&T de todos os ministérios, ou seja, dos 150 bilhões que mencionamos inicialmente. Esta tarefa obviamente remete para outro e importante interlocutor nesta discussão que é o Congresso Nacional, que em última instância deveria aprovar os orçamentos dos vários ministérios.

É necessário portanto contribuir para que seja dada nova dinâmica à participação do Congresso na discussão e definição da Política de Científica e Tecnológica do país, e consequentemente no papel que cabe à universidade no desenvolvimento da pesquisa científica.

* Texto apresentado na mesa redonda sobre o mesmo tema organizada pela ADUFRJ em maio de 1983, como preparação para o II Congresso de Docentes da UFRJ

¹ A Coréia do Sul dedica 0,8 do seu PIB à C&T, enquanto os EUA, 2,5%, a Alemanha Ocidental, 2,3% e o Japão, 1,7%.

A ANDES, A UNIVERSIDADE E A CRISE

-Análise da conjuntura do movimento docente

principal característica do movimento dos docentes do terceiro grau, e a responsável fundamental pelos sucessos e avanços que este tem conseguido, é a de se apresentar como **realidade histórica**, isto é, como movimento concreto capaz de responder a demandas, historicamente desenvolvidas utilizando-se para isto dos meios oferecidos e exigidos pelo próprio curso de desenvolvimento real da instituição universitária da educação e da conjuntura política em seu sentido mais amplo.

É esta característica que faz com que o movimento dos professores universitários prossiga com os **pés no chão**, firmemente ancorado no dia-a-dia do trabalho de ensino e pesquisa, lutando por uma democratização e autonomia na estrutura institucional da universidade, por condições de trabalho e de salário condizentes com a realidade do professor face da sua produção, por um ensino público e gratuito e por mais verbas para a educação em todos os níveis, pela obrigação do Estado com a educação etc. Por outro lado, estas reivindicações se transformaram em bandeira de luta não porque correspondam a uma situação **idealizada por imposição lógica** de um pensamento que possa se pretender progressista e transformador, mas porque, nas condições históricas reais, se revelam como sendo medidas não só necessárias e possíveis, mas que **efetivamente polarizam no cotidiano a atuação dos docentes**.

Se há uma coisa de que não se pode acusar o movimento dos docentes, seja pelas suas AD's, seja pela ANDES, é a de ser idealista, inflexível, utópico e não representativo. Nisto justamente reside a sua força: a de existir porque há necessidade para tanto, há espaços abertos a serem preenchidos e propostas concretas, elaboradas não por mentes privilegiadas mas no trabalho cotidiano efetivo, em cima de problemas concretos a questões precisas.

Por outro lado, é inegável que a presente conjuntura do país revela **um estágio de esvaziamento de lutas apenas reivindicativas ou de protesto**. A própria incapacidade do movimento social em responder a esta questão, aliada à **evidência prioritária que estão recebendo as propostas partidárias**, e de governos de oposição,

em detrimento da mobilização civil, aponta para o movimento docente, as AD's e a ANDES um novo **plano** de atuação. Trata-se da difícil e penosa passagem de reivindicação e do protesto, da denúncia, ao nível da apresentação de propostas concretas, que, embora em conflito com as medidas assumidas pelo poder público, apresentem diretrizes que correspondam ao avanço histórico da sociedade no que se refere à educação e um particular à UNIVERSIDADE. Pensar que somos **professores universitários**, nem só uma coisa, nem só outra.

O movimento real aponta nesta direção, revelando que se amadurece efetivamente não só uma questão, mas as formas de poder fazer frente a ela com medidas concretas. De um lado, o movimento de professores se apresenta no presente **fragmentado em torno de lutas localizadas** conduzidas com muita garra, porém em torno de objetivos imediatos especificados e não globalizantes. Exemplos: a luta por eleições diretas, contra a 6733, por novos estatutos, pela questão salarial do funcionalismo federal ou estadual, pelas condições de trabalho nas particulares, por verbas para pesquisa, por recursos das confessionais, etc. Do outro lado, o movimento concreto das AD's sai progressivamente do âmbito estrito da mobilização social de cunho salarial e trabalhista, por exemplo - para se encontrar com a luta travada no interior dos próprios organismos institucionais: no cotidiano dos conselhos, da vida departamental, das salas de aula, etc. Não é por outro motivo que o projeto de "autarquias especiais" está sendo condenado pelas AD's e pela ANDES e também por numerosos colegiados e dirigentes institucionais, merecendo repúdio no dia-a-dia do funcionamento das universidades. Isto aponta para uma amalgama entre o movimento de docentes e movimento institucional, cuja base é a politização do cotidiano tal como ele efetivamente existe no ensino, na pesquisa, etc., e cuja direção é levar o movimento de democratização, de autonomia e por verbas para a educação sob o prisma do ensino público e gratuito **para o dia-a-dia institucional**.

Estas duas vertentes, uma pelo seu aspecto negativo - a **fragmentação** - outra pela direção positiva historicamente existente: - a politização do cotidiano, **amalgamando instituições e movimento dos professores**

- apontam para uma necessidade que já está madura e precisa ser colhida. **As bandeiras atuais, embora continuem válidas, não são mais suficientes, e precisam ser enriquecidas para fazerem jus ao estágio real do movimento dos professores em seu cotidiano**. Não se trata de abandonar o que já se conseguiu. Pelo contrário, as conquistas de fato precisam ser solidificadas de direito, através da reforma de estatutos e regimentos nas universidades, e sob forma de leis específicas no Congresso Nacional.

Mas a base concreta do movimento de fato precisa ser redimensionada, para não se desmobilizar num país que, afinal, já elegeu governadores de oposição.

Já não se trata de democratizar ou pedir verbas para uma universidade que dá títulos de doutor ao rei da Espanha, simplesmente mudando o poder ou oferecendo recursos a um organismo artificialmente condenado pelo governo. Isto não mais mobiliza porque põe o movimento dos professores em maus lençóis na conjuntura de um país pobre como o Brasil. O movimento de AD's e da ANDES, que é a **ponte concreta da Universidade** com a sociedade, precisa ser sensível a esta situação. É claro que a questão das verbas e dos salários é fundamental, sem ela não há nenhuma possibilidade posterior - ela é prioritária. Mas ela deve ser associada a um **projeto para a Universidade como um todo**, que destaque o seu papel efetivo na sociedade e a faça merecedora de fato - sem abrir flancos a críticas de incompetência ou mau gerenciamento - de políticas que lhe confirmem prioridade e destaque. Esta seria inclusive a melhor forma de enfrentar o poder público, que não dá nenhuma prioridade à educação, não a reconhece como investimento social prioritário ou como fator de desenvolvimento e autonomia, mas ao contrário, quer se desvencilhar dela da melhor forma **sem abrir mão dos seus poderes precisamente para evitar que a educação e a Universidade em particular cumpram um papel político real concreto no Brasil**. A incompetência na universidade agrada ao governo. Por isto, **precisamos antes de tudo ser competentes**, não nos moldes da produtividade empresarial, mas da produção voltada a fins sociais e sobre medidas de eficiência que emanem e sejam discutidas no cotidiano

da atividade de ensino e pesquisa. Esta inclusive é **a melhor forma de nos associarmos ao restante da sociedade civil**, ao movimento sindical, etc.

No momento, a ANDES e as AD's precisam de uma **política** para se inserirem na conjuntura de crise institucional e econômica. A crise tão propalada do país é econômica porque antes disto é uma crise de representatividade, de legitimidade, de participação e da confiabilidade. É neste rumo, nesta **direção** que é preciso orientar o movimento dos docentes nas AD's e na ANDES, **evitando que ele deixe de andar sobre seus próprios pés** - a produção de ensino, de pesquisa, de produtores e de medidas, de cultura, ciência e intelectuais: **para andar sobre os pés da crise e da sua administração**. Nesta última não há perspectivas. Na primeira encontramos nosso capital e potencial de forças, que permitem inclusive nossa participação para a discussão da "crise" e de propostas para resolvê-la.

Nesta perspectiva, dois aspectos principalmente, se impõem:

1. **Enquadrar as lutas especificadas e localizadas** - salariais, trabalhistas, de democratização, pelo ensino público e gratuito, contra as autarquias especiais, contra os cortes de investimentos sociais, etc. - **sob a perspectiva de projeto de universidade global, com uma função e um papel que podem se tornar concretos em cima da produção acadêmica**.

2. Ancorar profundamente estas lutas e o projeto de universidade no **cotidiano de fato da vida universitária**, com propostas de avaliação, de eficiência institucional e competência de produção científica e cultural, que sejam desenvolvidas tanto na comunidade das AD's como no âmbito institucional dos colegiados, dos departamentos, dos centros, dos laboratórios, das salas de aula, etc., e que não se restrinjam a medir, mas a **discutir as medidas**, os critérios de avaliação.

O próprio documento da ANDES para uma proposta de universidade brasileira, como o **seu padrão único de qualidade, e sua política de transição**, precisa ser completado nesta direção.

São Paulo, junho de 1983
Wolfgang Leo Maar –
Diretoria da ANDES.
Texto apresentado no VII
CONAD-RJ.

CAMPANHA

A DISCUSSÃO DOS ESTATUTOS DA UFRJ

Os Estatutos da UFRJ, aprovados em 1972, sofreram ao longo dos últimos anos, diversas modificações que alteraram em parte o seu conteúdo. Estas modificações foram o resultado de alterações aprovadas pelo Conselho Universitário ou consequência de leis, decretos-lei e decretos referentes à Universidade ou à carreira do magistério. Por tudo isto, parece conveniente proceder-se à consolidação do texto do Estatuto, de modo a se ter um documento uniforme que reflita a atual estrutura da UFRJ, o seu funcionamento, e as competências dos diversos órgãos. Esta consolidação, aliás, deveria ter sido efetivamente realizada no prazo de seis meses contados a partir da edição do decreto que alterou a carreira do magistério, no final de 1980.

A Reitoria da Universidade apresentou ao Conselho Universitário um texto que seria a consolidação pretendida, a fim de que, aprovado por este Conselho, pudesse ter vigência como os Estatutos da UFRJ. A ADUFRJ publicou, num dos seus Boletins, a proposta apresentada e, no II Congresso recentemente realizado, esta questão foi objeto de discussão em vários grupos de trabalho e apreciada

nas sessões plenárias.

Embora a análise e a discussão dos Estatutos seja assunto aborrecido e indifferente para grande parte dos professores, é indispensável no entanto, que o movimento docente tenha uma opinião clara sobre o documento, de vez que é a ele que se prendem todos os aspectos da estrutura da Universidade que se pretende modificar. O instrumento material para a alteração da estrutura vigente é, exatamente, aquele que se corporifica no texto dos Estatutos. Por isso mesmo, a discussão que será travada no Conselho Universitário, em torno da proposta de consolidação, não é apenas uma discussão de caráter burocrático ou técnico, mas uma discussão de alcance político para o próprio desenvolvimento da Universidade e para a fixação das suas características num futuro próximo.

Foi considerado este aspecto que o II Congresso de Docentes tomou por unanimidade uma resolução sugerindo que não se procedesse, no momento, à discussão do texto do Estatuto sugerindo que a discussão fosse travada depois de definidos os rumos das modificações da estrutura da Universidade que vêm sendo discutidas no movimento dos docentes, no Conse-

lho dos Reitores, no MEC, no CFE. Não parece possível que se entre agora na discussão dos Estatutos sem ter em mãos as normas que irão reger a modificação estrutural da Universidade. A posição do movimento docente, portanto, longe de significar um imobilismo diante de situação atual, visa a centrar os esforços no problema mais profundo que é o da alteração geral do caráter da Universidade, com a conquista da autonomia nos terrenos didáticos, administrativo, financeiro e disciplinar, conjugada com a instituição de formas que garantam a democratização interna.

Talvez seja possível que esta proposta do movimento docente da UFRJ tenha passagem no Conselho Universitário e seja adotada. Se assim for, a mobilização de esforços se fará no sentido de modificar, conforme foi aprovado no Congresso, o Projeto do CRUB é conseguir o encaminhamento rápido do documento assim modificado.

É possível, porém, que a suspensão das discussões sobre o Estatuto não tenha passagem, e seja discutida a aprovação em bloco do texto apresentado pela Reitoria. Esta proposta é inteiramente desfavorável ao

movimento docente e aos interesses dos professores. Não porque o texto proposto tenha modificações muito significativas em relação ao Estatuto atual, mas porque cerceia no seu todo a oportunidade de introduzirem-se, nesta altura, modificações que já constituem consenso dos setores mais participantes dos professores. Entre estas modificações incluem-se: aumento da representatividade dos professores assistentes no Conselho Universitário, com um representante para cada Centro; instituição de eleições diretas para a escolha dos dirigentes; participação de todos os docentes nas resoluções dos Departamentos. Em torno de outros pontos, embora existam opiniões convergentes, não existem ainda deliberações formalmente adotadas. Por exemplo, sobre a constituição dos Conselhos de Coordenação dos Centros; sobre a competência e alcance das deliberações das Congregações das Unidades e dos Conselhos de Coordenação dos Centros; sobre a representação dos funcionários nos órgãos colegiados.

Estas questões serão necessariamente abordadas se a proposta dos Estatutos for discutida artigo por artigo, conforme se pretende conseguir, uma vez afastada a possibilidade da

suspensão da discussão.

Para tanto, porém, é indispensável que os professores da UFRJ participem materialmente da discussão, não só levantando as questões nas suas Unidades e Centros, mas também enunciando propostas a serem defendidas no Conselho Universitário. A experiência tem mostrado que se forem formuladas concretamente as propostas, se forem levadas ao Conselho Universitário estas formulações e se for grande o contingente de professores presentes à discussões favoráveis à organização da Universidade pública, autônoma e democrática.

Horácio Macedo -

Decano do CCMN
Anote na sua Agenda
Ida ao Conselho Universitário
30 de junho - 10 horas

Discussão dos Estatutos da UFRJ

EXPEDIENTE

Fernando Antonio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Ericksson Almendra - (CT) - Joel Teodósio - (CT).
Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D200 - Telefone: 280-9322 - Ramal 325 Ilha Universitária - CEP. 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ - C.G.C. 30.315.055/0001-51.

FINANCIAMENTO DA PESQUISA NO BRASIL

Nos últimos anos, as normas de atuação das principais agências financiadoras da pesquisa no Brasil, a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ambos órgãos da SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Presidência da República) vêm sendo questionadas pelo governo.

Os principais grupos de pesquisa recebem da FINEP o chamado "apoio institucional", que contribui para manter a infra-estrutura desses grupos e se tornou essencial para a sua sobrevivência, dada a exiguidade das verbas orçamentárias nas universidades. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do MEC, vem distribuindo recentemente alguns auxílios para manutenção da infra-estrutura, mas estes representam uma fração pequena do montante necessário. Os auxílios para pesquisa distribuídos pelo CNPq são principalmente individuais, e não institucionais, representando um volume de recursos muito inferior ao da FINEP.

Há alguns meses foi criada na SEPLAN uma Secretaria Geral Adjunta para Ciência e Tecnologia. O titular, Luis Paulo Rosemberg, juntamente com Cláudio de Moura Castro, do Centro Nacional de Recursos Humanos da SEPLAN, iniciou um estudo visando à reordenação dos papéis das agências financiadoras.

Numa versão preliminar desse estudo, que transpirou no final de setembro, eram discutidas algumas propostas visando, entre outros, aos seguintes objetivos principais:

1. Eliminação do apoio institucional fornecido pela FINEP;
2. Reforço da atuação da CAPES na manutenção da infra-estrutura;
3. Redução das áreas em que se superpõem a atuação do CNPq e a da FINEP: a FINEP se especializaria no apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico, cabendo ao CNPq o financiamento da pesquisa científica.

Essas idéias foram apresentadas à comunidade científica por Cláudio de Moura Castro em reuniões promovidas pela ABC (Academia Brasileira de Ciências) e pela Regional Rio da SBPC. Nessas reuniões,

foi sugerido que a comunidade deveria estar representada nas discussões, as quais vinham sendo conduzidas por uma comissão de três membros (SEPLAN-CNPq-FINEP). A sugestão foi aceita, com a designação de 6 membros adicionais: 3 pela ABC e 3 pela SBPC.

A Comissão resultante ficou assim constituída: pela SEPLAN, Cláudio de Moura Castro; pelo CNPq, José de Anchieta Moura Fé; pela FINEP, José Adeodato de Souza Neto; pela ABC, Antonio Paes de Carvalho, Jacob Pallis Junior e Herch Moysés Nussenzveig; pela SBPC, Crodowaldo Pavan; Gilberto Cardoso Alves Velho e Sandoval Carneiro Júnior.

Na 1ª reunião da Comissão, realizada em 3-11, ficou estabelecido que ele trabalhará com prazo em aberto, esperando-se que tenha chegado a um esquema satisfatório até o final de 1983. A SEPLAN, assumiu o compromisso de não impor mudanças estruturais ao sistema atual, antes que uma estrutura alternativa esteja suficientemente amadurecida para receber o apoio da Comissão.

A SEPLAN apresentou uma série de metas, que visariam a tornar mais estável a estrutura de apoio à ciência e tecnologia. Entretanto, a Comissão terá ampla liberdade de atuação, podendo examinar e apoiar quaisquer propostas alternativas à da SEPLAN. Também deveria ser feita uma estimativa das necessidades de recursos, para a ciência e tecnologia no Brasil.

Os representantes da ABC e da SBPC vêm atuando paralelamente, como uma subcomissão da comunidade. Nesse sentido, já teve início um Ciclo de Debates sobre o tema "Recursos Públicos para a Ciência e Tecnologia", promovida pela SBPC. O primeiro Debate realizou-se em São Paulo nos dias 11 e 12 de novembro.

Em outras reuniões realizadas desde que se formou a Comissão, teve lugar uma reunião extraordinária com os Comitês Assessores do CNPq, nos dias 2 e 3, de dezembro. Nessa reunião, os Comitês Assessores, após amplos debates, expressaram por unanimidade o seu

apoio às atividades dos representantes da comunidade da Comissão e manifestaram sua preocupação no sentido de que, na atual etapa de discussões, sejam respeitadas as estruturas vigentes.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA NO PROCESSO DECISÓRIO

Uma das reivindicações mais persistentes e importantes da comunidade científica e tecnológica do País é que ela deve estar representada nos órgãos de decisão e formulação da política de financiamento da ciência e tecnologia.

Visando atender a essa reivindicação, os representantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da SBPC na comissão que vem analisando o reordenamento dos papéis das agências financiadoras da pesquisa elaboraram uma proposta de alteração dos estatutos das duas agências mais importantes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Na formulação dessa proposta, foram levadas em conta as manifestações da comunidade favoráveis ao aperfeiçoamento do atual sistema, preservando todavia o papel das diferentes agências, sem introduzir mudanças drásticas neste particular.

Considerou-se que as atuais modalidades de participação da comunidade nas agências, de caráter **assessor** e **consultivo**, podem e devem ser aperfeiçoadas, mas que não seria esta a forma de atender à reivindicação visada. Não se trataria tão pouco de pleitear posições **administrativas**.

A participação desejada pela comunidade é de caráter **deliberativo**, em órgãos que definam a **orientação superior** das agências.

A proposta procura marcar um passo importante para a participação da comunidade no processo decisório, de forma considerada aceitável pelo Governo.

O atual estatuto do CNPq prevê a participação de pesquisadores num de seus órgãos, o Conselho Científico e Tecnológico (CCT). Este órgão é cons-

tituído por trinta Conselheiros, dos quais quinze são membros natos, representando Ministérios e outras entidades governamentais, e os demais são designados pelo Presidente da República, "principalmente dentre cientistas, tecnólogos, pesquisadores".

Incumbe ao CCT, pelo atual estatuto, opinar sobre questões pertinentes ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, assessorar o Presidente do CNPq e cooperar com ele no que diz respeito às linhas gerais de atuação dessa agência.

Os representantes da ABC e da SBPC consideram que o CCT não foi até agora chamado a exercer uma missão à altura de suas potencialidades. As suas atuais atribuições estatutárias, propõem acrescentar mais uma, de grande importância: "Aprovar a proposta de Orçamento Programa do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) bem como às propostas de Orçamentos-Programa em Ciência e Tecnologia dos órgãos ministeriais e entidades supervisionadas".

A outra alteração proposta no estatuto do CNPq consiste na criação dentro dele de um novo órgão, o Conselho Superior de Pesquisas (CSP). Este Conselho seria um órgão de decisão colegiada, constituído por dez membros: O Presidente do CNPq, representante da FINEP, dos Ministérios de Educação e Cultura, Indústria e Comércio e Relações Exteriores e cinco pesquisadores brasileiros, representativos da comunidade científica e tecnológica do País. Estes pesquisadores seriam indicados pelo CCT, ouvida a ABC e a SBPC, e nomeados pelo Presidente da República.

Caberia ao CSP aprovar os planos e programas e acompanhar as atividades do CNPq, reunindo-se mensalmente. Estaria incumbido de aprovar a proposta orçamentária, critérios gerais para concessão de bolsas e os respectivos níveis, bem como para concessão de auxílios, os programas de cooperação internacional, alterações na estrutura e organização interna do CNPq, além dos Regimentos do CNPq e de suas

Unidades Subordinadas.

Nos estatutos da FINEP, que exerce as funções de Secretaria Executiva do FNDCT, as alterações propostas dizem respeito ao Conselho da FINEP, que é o órgão de orientação superior da Empresa. Atualmente, fazem parte dele, além do Presidente e do Vice-Presidente da FINEP, quatro representantes de órgãos governamentais (Ministério da Indústria e Comércio, BNDE, Banco Central e IPEA).

A reformulação proposta altera a composição do Conselho da FINEP, que passaria a ser composto de dez membros: o Presidente e o Vice-Presidente da FINEP, representantes do CNPq, do Ministério de Indústria e Comércio e do BNDES, e cinco personalidades representativas da comunidade científica, tecnológica e empresarial do País, que seriam indicados pelo CCT e designadas pelo Ministério do Planejamento.

As atuais atribuições do Conselho, seriam acrescentadas às de pronunciar-se não somente sobre o programa geral de atividades da Empresa, mas também sobre os respectivos orçamentos, bem como acompanhar a execução orçamentária da Empresa e dos Fundos por ela administrados (em particular, o FNDCT).

A proposta, datada de 22 de março de 1983, foi encaminhada ao Secretário Geral da SEPLAN, José Flávio Pécora, e aos representantes do Governo na Comissão ABC-SBPC-SEPLAN. Deverá ser brevemente divulgada para a comunidade através da ABC, da SBPC e de outras sociedades científicas.

Aguarda-se a convocação pelo Secretário Geral da SEPLAN de uma reunião da Comissão ABC-SBPC-SEPLAN para discussão da proposta.

Os representantes da SBPC e da ABC encarecem à comunidade científica a necessidade de ampla divulgação e discussão da proposta, ao nível das sociedades científicas e de suas secretarias regionais, bem como de departamentos e institutos das universidades do País.

Informe de unidade

PROJETO DO CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE LETRAS ELABORADO PELO CFE

"A autonomia universitária não é um fim em si mesma, mas condição essencial para que a Universidade possa realizar eficientemente suas tarefas e ser útil à sociedade. Não deve ser entendida como um privilégio gracioso, mas como uma responsabilidade que a Universidade tem de assumir para atingir seus objetivos".

CFE, Parecer 76/62

A Comissão Central de Currículos do Conselho Federal de Educação apresentou Projeto de Resolução de Reforma Curricular para o Curso de Letras no País.

Pela grave ameaça que paira sobre os estudos lingüísticos e literários no Brasil o tema se reveste de alta importância e máxima urgência, merecendo ampla divulgação e discussão acurada no II Congresso Interno da ADUFRJ, podendo mesmo se incluir no elenco dos estudos de pelo menos dois dos títulos das mesas redondas a se realizarem no dia 19 de

maio p.f., quais sejam: Administração Acadêmica e/ou Estrutura de Poder e Democratização Interna.

Os Professores de Letras do País precisam denunciar a ingerência de órgãos externos a suas Faculdades e repudiar intransigentemente os termos do atual Projeto de Resolução e, de maneira clara e taxativa, apresentar sua Proposta de Reforma Curricular, pontual e objetiva, para ser apreciada e discutida a partir do binômio Universidade-Sociedade uma reforma que possibilitará a todos igual e real oportunidade de participar.

As Faculdades de Letras sofrem já a hierarquização das áreas de conhecimento por se situarem ideologicamente no nível do desprestígio e aviltamento do saber humanístico em relação ao privilégio do poder tecnoburocrata do conjunto social. Os sistemas de educação

superior, em todos os países, apresentam uma pluralidade de instituições, programas, modelos e necessidades. A maioria procura dar uma formação profissional competente que prepare o estudante para igualmente competir por lugares nas instituições do conjunto social sem por isso a Universidade estabelecer um padrão exclusivo - quando se refere ao padrão único de qualidade não se pensa no antigo ideal indiferenciado, derivado do autoritarismo estatal e centralizador de poder. É preciso aprender a conviver com a complexidade conjuntural brasileira, com as diferenças regionais, com modelos de ensino e pesquisa alternativos.

O Projeto de Resolução do CFE trata uma hierarquia burocrática e limita uma das funções precípuas da Universidade, a de abrir espaço para a re-

flexão crítica sobre a realidade, a de abrir espaço no mercado de trabalho para o exercício profissional de seus graduados. A Universidade já tem sua autonomia relativa bastante limitada por não possuir autogestão econômico-financeira e o CFE; órgão normativo, criado em 1961 com amplos poderes ("Art. 70. O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação". Lei de Diretrizes e Bases da Educação), pretende o CFE, num Currículo Mínimo, fixar critérios metodológicos, pedagógicos, programáticos e de pesquisa, limitando desta maneira a formação do pensamento brasileiro.

A Autonomia Universitária, que não significa soberania mas uma relativização de valores do todo social,

só se realizará quando for atingida, além da autonomia econômico-financeira, a didático-administrativa. O CFE, através de suas Portarias e Resoluções, condiciona o grau de liberdade, restringe a autonomia relativa ainda mais na prática. Ao CFE, conforme a letra do Regimento, cabe estabelecer o Currículo Mínimo dos cursos ministrados nas Faculdades brasileiras. O discutível Projeto de Resolução demonstra, na prática, uma contrariedade teórica.

Até hoje a Universidade se ressentiu dos infames atos de exceção que coibiram seu desenvolvimento natural (o AI-5, de 13.12.68, e o Decreto-Lei 477, de 26.02.69). Não é agora, por omissas, que as Faculdades de Letras do País, ameaçadas de extinção, irão permitir sem questionamentos que este Projeto de Resolução se concretize com força de lei. Se a algumas Faculdades foi dado o ensejo

de debater o Currículo Mínimo no ano de 82, como a Letras/UFRJ, nem todas receberam, agora, o documento do CFE, datado de 17 de março de 1983, com o prazo de trinta dias para apreciação e sugestões pelas "instituições de ensino interessadas".

À Universidade é conferida plena competência para elaboração de seus programas, consequentemente deve ser anulado todo e qualquer dispositivo com força de lei que imponham os órgãos do MEC em detrimento da competência universitária.

"Porque se o Estado tem direito de exigir dela a formação de cientistas, técnicos e profissionais de que a sociedade necessita, cabe sempre à Universidade decidir dos processos e métodos que devem ser usados na formação científica e profissional. Seria um equívoco, no qual sempre temos incidido, julgar que podemos obter a eficiência e boa qualidade de ensino universitário através de uma regulamentação metódica de seu processo. Uma receita para a mediocridade institucional no campo da educação superior. E a experiência nos mostra que quanto mais as atividades universitárias se encontram reguladas por lei, quanto mais se elimina a participação responsável do pessoal docente em sua organização, tanto maior é a rotina, a inércia acadêmica, a burocratização de atividades que de si exigem um esforço sempre renovado da iniciativa criadora".

CFE, Parecer 76/62

A proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, elaborada em 82, na sua 3ª parte (A proposta para a Universidade Brasileira), capítulo IV (Administração Acadêmica), artigo 15, estabelece que:

"A Universidade exercerá autonomia pedagógica e científica, respeitadas as normas mínimas definidas por um organismo colegiado interuniversitário, de caráter público e âmbito nacional, constituído por representantes das Universidades eleitos democraticamente para este fim.

15.1 - A Universidade fixará seus objetivos pedagógicos, assim como suas metas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais de modo a capacitar-se ao desempenho do seu papel criador.

15.2 - A Universidade será dotada de competência para criar, organizar, reconhecer e credenciar cursos de graduação, pós-graduação e outros, a serem realizados em sua sede ou Fora dela, obedecendo as normas mínimas definidas pelo Colegiado interuniversitário acima definido.

15.3 - A Universidade estabelecerá critérios e normas de seleção e admissão de candidatos aos seus cursos, em todos os níveis".

Conclui-se pois que a autonomia administrativa pressupõe plena competência da Universidade para elaborar e fixar seus objetivos pedagógicos e didáticos e aprovar e instituir as metas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais necessárias à sua função social e a seu papel inovador na História.

Como responder à proposta do CFE endereçada a algumas das Faculdades de Letras do País, se o movimento docente não reconhece o CFE como instância soberana para a Universidade?

Apesar deste fato, as Faculdades de Letras resolveram abrir o debate. Após o espanto e espécie causados, foram realizadas discussões amplas nas diversas Universidades e, logo, a reunião das recém-formadas Comissões regionais para debater por Faculdade, assim constituindo-se um verdadeiro foro de debates para o questionamento e elaboração de resposta ao Projeto de Resolução ou sua mera rejeição por absurdo, incoerente.

A Faculdade de Letras da UFRJ, no dia 20 de abril p.p., realizou uma mesa redonda sobre Reforma Curricular, com a participação de professores de diversas instituições universitárias, tomando por

base o documento do CFE, quando foram discutidos seus pontos nevrálgicos pelos professores Marcella Mortara (UERJ, UFRJ), Margarida Basílio (PUC/RJ), Maria Arminda Souza Aguiar (UFRJ), Amaro Nunes (Gama Filho, UERJ) e Roberto Acízelo (UFF).

Abaixo se transcreve o teor de depoimentos desta mesa redonda. Primeiramente, uma apreciação do Projeto de Resolução apresentado na UERJ pela professora Marcella Mortara:

"1) - Extrapolando o caráter normativo, que a legislação vigente confere ao Conselho Federal de Educação, o "projeto do Currículo Mínimo de Letras" apresenta caráter autoritário e diretivo e cerceia, na prática, a autonomia técnico-pedagógica da Universidade.

2) - O documento não atende às diferenças da realidade brasileira, entre outros motivos, porque:

a) impede a indispensável adequação dos currículos às peculiaridades regionais e locais;

b) suprime a licenciatura dupla, o que levaria, fatalmente, à extinção dos Cursos de Letras Clássicas e da maioria dos Cursos de Línguas Estrangeiras Modernas, empobrecendo o universo cultural brasileiro, além de restringir oportunidades de emprego;

c) suprime a licenciatura curta, ainda necessária em determinadas localidades;

d) exclui da parte básica matérias pertinentes e indispensáveis, como, por exemplo, Literatura Portuguesa, tornada optativa até na habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa;

e) inclui na parte básica, como obrigatórias, matérias que, embora importantes, melhor figurariam como optativas;

f) orienta a graduação muito mais para a pós-graduação do que para a formação de docentes do curso médio, sacrificando o caráter de terminalidade da graduação.

3) - O projeto, além disso, descaracteriza, como mínimo, o currículo apresentado, tanto pelo número excessivo de matérias obrigatórias, como pela carga horária prevista, contrariando os princípios de sobriedade e flexibilidade estabelecidas pelo próprio Conselho.

4) - O documento, aumentando exageradamente o número de matérias obrigatórias, pulveriza-lhes a carga horária e privilegia a quantidade em prejuízo da qualidade.

Em face do exposto, reiteramos nossa total discordância em relação ao "Projeto do Currículo Mínimo de Letras", que nos foi encaminhado, para apreciação, por esse Egrégio Conselho".

As observações e sugestões relativas às diversas propostas contidas no Projeto do CFE, já decididas pela Comissão de Currículos, constituída de representantes dos diversos Departamentos da Faculdade de Letras da UFRJ, foram transmitidas pela Professora Maria Arminda Souza Aguiar, Presidente da citada Comissão, e aqui seguem:

"a) Rejeição da retirada de Literatura Portuguesa do núcleo comum (entendida como uma ruptura com as origens da nacionalidade) e da dupla licenciatura (fim do ensino de línguas estrangeiras);

b) reestudo do problema da licenciatura curta, considerada não apenas um problema de Letras em face das reais necessidades do País;

c) elaboração de uma proposta de currículo mínimo a ser enviada até 15 de maio à Congregação e ao Conselho Departamental e não ao CFE;

d) Fixação de linhas mestras para essa proposta:

1 - Composição do núcleo comum obrigatório com sete matérias consideradas essenciais: Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Cultura Brasileira (grupo desti-

nado a garantir nos Cursos de Letras uma identidade nacional); Latim (destinado a permitir um enfoque diacrônico do estudo de Língua Portuguesa); Lingüística e Teoria Literária (instrumental teórica para Língua e Literatura).

2 - Carga horária global para o núcleo a fim de evitar distorções. Sob esse aspecto, embora não se tendo chegado ainda a um consenso quanto à segunda parte da proposta - talvez Parte Diversificada, considerou-se indispensável a fixação de uma carga horária mínima realmente capaz de assegurar um ensino eficiente da Língua, Literatura e Cultura estrangeiras na Licenciatura Dupla. (Padrão único de qualidade da Universidade Brasileira. Ponto IV, Financiamento da Universidade, do Roteiro da ANDES).

3 - Criação de um Bacharelado/Licenciatura em Português/Lingüística e manutenção das modalidades já previstas pela Portaria 155, de 17 de março de 1966. Licenciatura única em Português/Literaturas, única em Língua Estrangeira e dupla em Português/Língua Estrangeira.

4 - Recuperação do Bacharelado enquanto forma de habilitação profissional. Formas propostas (cf. Curso de Pedagogia e ECO): produtor de texto, crítico literário, lingüista, tradutor e intérprete. Na proposta, o Curso de Letras teria dupla direção: Licenciatura e Bacharelado. Os dois diplomas só seriam concedidos mediante um número de créditos maior".

Em relação aos estudos realizados pela UFF, o Professor Roberto Acízelo apresentou as seguintes Idéias-Diretrizes para o estabelecimento de um currículo mínimo de Letras:

"1 - Sistema de crédito e periodização por semestre. O sistema de crédito, entendido como periodização do curso em semestres, deve ser abolido: tem representada apenas uma sobrecarga administrativa para as instituições, e para alunos e professores não é mais do que a institucionalização da dispersão. Seu resultado funesto consiste basicamente em dois pontos: eliminando a **turma**, impede aos estudantes um conhecimento recíproco, o que, para além de prejuízos de ordem social e afetiva, desestimula ou mesmo elimina o hábito do trabalho em equipes espontaneamente constituídas, segundo afinidades que só o convívio intenso faz emergir; criando uma espécie de alta rotatividade de professores, inviabiliza que estes se integrem efetivamente com seus alunos, pois os cursos terminam depois de mal iniciados.

Devem-se preservar, porém, os pontos positivos existentes no sistema de créditos, a saber: 1º) o princípio para a contabilização, em termos de carga horária, das atividades acadêmicas (o **crédito** concebido como unidade de medida: 15 horas de aulas teóricas, 30 de aulas práticas ou 45 de estágio supervisionado).

2 - Flexibilidade. Deve-se reconhecer que o currículo mínimo atual, fixado em 1962 (antes, portanto, da instituição do autoritarismo entre nós), é impecável quanto a sua flexibilidade: com um mínimo de prescrições, admite que cada IES componha, segundo seus propósitos e peculiaridades, os respectivos currículos plenos. Deve-se preservar a flexibilidade.

3 - Ciclo básico. Pelo menos enquanto perdurar a atual debilidade do sistema de ensino de 1º e 2º graus, a instituição de um ciclo básico, composto por um número mínimo de disciplinas, com cargas horárias concentradas, terá um significado duplo: representar um período de correção de deficiências na formação de 1º e 2º graus, tanto quanto uma etapa de adaptação à realidade universitária.

Este ciclo básico deveria ter sua duração fixada em termos de percentual calculado em função da carga horária total prevista. Quanto às disciplinas que o constituiriam, embora não seja nosso propósito - nestas idéias-diretrizes - entrar em tais detalhes, permitimo-nos uma exceção: Língua Portuguesa (redação e interpretação de textos); Introdução aos estudos literários; Introdução aos estudos lingüísticos; Metodologia da pesquisa bibliográfica; Língua latina (no caso das habilitações em língua estrangeira, este elenco deveria ser ampliado com a língua correspondente à habilitação). Trata-se, portanto, segundo nosso entendimento, de disciplinas verdadeiramente básicas, conforme a natureza do ciclo básico.

4 - Habilitações simples e dupla. As habilitações duplas, com o eixo comum em Língua Portuguesa, devem ser mantidas, inclusive por uma questão de adequação ao mercado de trabalho. Devem, porém, em termos de carga horária, ter duração maior do que as habilitações simples, as quais devem ser também mantidas.

5 - Licenciatura curta. Deve manter-se a licenciatura curta, que se constitui ainda, em inúmeras regiões do País, na única possibilidade real de formação de pessoal docente para o 1º grau, tanto em Letras quanto nas demais áreas.

6 - Bacharelado. Deve-se instituir e/ou regulamentar o bacharelado em Letras, não concebido como uma licenciatura podada de disciplinas pedagógicas, mas como cursos destinados a modalidades de profissionalização específica. A fixação de tais cursos, porém, deve ser precedida de pesquisas que visem a apurar as reais carências no mercado de trabalho (a fim de que se evite, por exemplo, a criação de modalidades profissionais quiméricas, como aquela representada atualmente pelo bacharelado em crítica literária).

Na base por enquanto do puro **feeling**, pode-se pensar nos seguintes cursos de bacharelado: revisor crítico; tradutor/intérprete; secretário executivo; preparador de texto. Repita-se, porém, que só uma pesquisa do mercado de trabalho poderá fornecer um mínimo de elementos para se pensar na criação de tais cursos.

7 - Carga horária e duração. Não se deve partir do princípio de que a extensão da carga horária e/ou do período de duração dos cursos implica uma melhoria da formação. Se atualmente o currículo mínimo em vigor prescreve a carga horária mínima de 2.200 horas, o Projeto ora em discussão pretende elevar para mais de 3.000 horas a carga horária dos cursos de Letras. Isto nos parece uma duração desmedida, e - o que é mais grave - fundada no pressuposto autoritário e paternalista de que a permanência do aluno nos bancos escolares é a garantia da excelência de sua formação. Julgamos, entretanto, que o autodidatismo deve ser estimulado (é mais viável e recomendável que o **aluno aprenda** do que o **professor ensine**).

Além disso, a Universidade não deve retardar a saída dos estudantes, o que, se ocorrer, tendo em vista a realidade brasileira, lhe confere o papel indesejável de minimizar as pressões sobre o mercado de trabalho (que existe, a despeito da crise econômica, considerando-se a imensa necessidade de Educação no País).

8 - Disciplinas de complementação humanística. Permitimo-nos chamar assim, enquanto parte do currículo de Letras, a Filosofia e as diversas Ciências Humanas.

A presença de tais disciplinas no currículo de Letras teria o efeito saudável de sublinhar a pertinência das Letras ao campo das Ciências Sociais.

Não cabe, porém, fixar que disci-

plinas, especificamente, viriam a figurar nos currículos plenos; ao currículo mínimo competiria apenas determinar o percentual de carga horária a ser ocupado por tais disciplinas, cuja escolha ficaria a critério de cada instituição.

O currículo mínimo determinaria, então, que os currículos plenos de Letras devem compor-se de três núcleos de disciplinas: 1.º) disciplinas de Letras; 2.º) disciplinas de complementação humanística; 3.º) disciplinas pedagógicas.

9 - Literatura Portuguesa. Deve-se preservar a presença da Literatura Portuguesa no currículo mínimo, como disciplina obrigatória. Para economizar argumentos, basta assinalar que o estudante de Letras não pode perder a oportunidade cultural de conhecer uma literatura cujo acesso, de saída, está facilitado pela comunidade lingüística existente entre Brasil e Portugal.

10 - Outras Literaturas da Língua Portuguesa. Na mesma linha de raciocínio, devem-se incluir, como obrigatórias no currículo mínimo, as demais Literaturas da Língua Portuguesa".

O Professor Amaro Nunes relatou que na Universidade Gama Filho já se trabalha desde 82 no assunto da Reforma, tendo havido rejeição ao Projeto, através de telegrama às autoridades constituídas, e que a Comissão de Currículos ali está formada por Chefes de Departamento que preparam um documento para apresentar à comunidade.

A Professora Margarida Basílio informou que na PUC/RJ alguns pontos estão sendo debatidos a nível de cadeiras e só depois será feito um debate pela Comissão. Relacionou alguns pontos mínimos indispensáveis a serem considerados em qualquer discussão:

a) quais as habilitações? (Na PUC/RJ já existem no Bacharelado as habilitações de Tradutor e Intérprete).

b) delimitação da carga horária (mínima e máxima);

c) manutenção da licenciatura dupla com a garantia de uma formação mínima indispensável;

d) composição das matérias;

e) questionamento das licenciaturas curtas em termos regionais: tipos de clientela; horário noturno;

f) determinação das matérias pedagógicas (quantas, quais, cargas horárias);

g) qual a filosofia de orientação do CFE e como estabelecer a filosofia da PUC em termos de currículo mínimo?

No entanto, declarou a Professora que já há na PUC/RJ um consenso Comissão-Comunidade quanto às seguintes questões:

a) redação de resposta imediata ao CFE, solicitando prorrogação de prazo;

b) rejeição da imposição que desrespeita a Autonomia Universitária, independente do espírito do documento;

c) engajamento de todas as Faculdades de Letras do País no debate sobre a Reforma Curricular.

O assunto é polêmico e grave. Após debate, eis o resultado da mesa redonda, em linhas gerais. A discussão continua nas diversas Faculdades de Letras com vistas à manutenção das mesas redondas entre Universidades de chamado Grande Rio e projeção para um encontro de âmbito nacional para unificação de propostas. "A Universidade tem o direito e o dever de participar da definição e da execução de uma política educacional, tanto em plano nacional, como na sua aplicação regional".

CRUB, novembro/78

Pelo exposto, avalia-se que o tema bem merece amplo debate ao ensejo do II Congresso Interno da ADUFRJ.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1983
Faculdade de Letras, UFRJ

Proposta de Alteração dos Estatutos do CNPq e da FINEP PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA NO PROCESSO DECISÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Proposta de exclusiva responsabilidade dos representantes
da ABC + SBPC na Comissão ABC + SBPC + SEPLAN

A presente proposta visa dar início à discussão sobre o atendimento de uma das reivindicações mais persistentes e importantes da comunidade científica e tecnológica do País. No Relato da Reunião com os Comitês Assesores do CNPq, ela está contida na Recomendação no 8:

“A comunidade deve estar representada nos órgãos de decisão e formulação da política de financiamento da ciência e tecnologia”.

Ao mesmo tempo, naquela Reunião, houve consenso de que não devem ser introduzidas mudanças drásticas, mas que deve ser aperfeiçoado o atual sistema, preservando o papel das diferentes agências.

Para dar o primeiro passo nesse sentido, decidimos formular uma proposta concreta, a qual se baseia nas seguintes considerações:

1. A atual participação da comunidade é de caráter assessor e consultivo; a representação neste nível pode e deve ser aperfeiçoada, mas não é esta a forma de atender a Recomendação acima. Também não a interpretamos como uma forma de pleitear posições administrativas. Entendemos que a Recomendação diz respeito a participação da comunidade em caráter deliberativo, em órgãos que definam a orientação superior das agências.

2. Já existe a participação de pesquisadores no CCT (Conselho Científico e Tecnológico), do CNPq, mas esse órgão não foi até agora chamado a exercer uma missão à altura de suas potencialidades.

3. Procuramos formular uma proposta que, representando em nossa opinião um

passo importante para a participação da comunidade no processo decisório, nos parecesse, também inteiramente aceitável do ponto de vista do Governo.

Estão reproduzidos a seguir os Artigos dos Estatutos do CNPq e dos Estatutos da FINEP relacionados com as emendas e inserções propostas. **Todas as emendas e inserções estão sublinhadas.**

ESTATUTOS DO CNPq

Art. 6 - “São órgãos do CNPq:

I - Presidência

II - Conselho Científico e Tecnológico (CCT)

III - **Conselho Superior de Pesquisas (CSP); e**

IV - Unidades Técnicas, Administrativas e Subordinadas”.

Art. 13 - “Incumbe ao Conselho Científico e Tecnológico (CCT):

I, II e III - Inalterados.

IV - **Aprovar a proposta de Orçamento - Programa do FNDCT, bem como as propostas de Orçamentos - Programa em Ciência e Tecnologia dos órgãos ministeriais e entidades supervisionadas”.**

Art. A (entre Art. 8 e Art. 9 atuais): **“O CSP será um órgão de decisão colegiada, constituído por dez membros:**

I - O Presidente do CNPq;

II - Um representante do Ministério de Educação e Cultura;

III - Um representante do Ministério de Indústria e Comércio;

IV - Um representante do Ministério das Relações Exteriores;

V - Um representante da FINEP;

VI - Cinco pesquisadores brasileiros, representativos da comunidade científica e tecnológica do País.

§ 1º - **Os membros referidos no item V serão indicados pelo CCT, ouvidas a ABEC, e a SBPC, e nomeados pelo Presidente da República.**

§ 2º - **O mandato dos membros referidos no item VI será de dois anos, permitida a recondução por uma vez.**

§ 3º - **O CSP reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente.**

§ 4º - **O Presidente do CNPq será o Presidente do CSP, cabendo-lhe, além do voto pessoal, o de qualidade”.**

Art. B (entre Art. 13 e Art. 14 atuais): **“Incumbe ao CSP:**

I - **Aprovar os planos e programas e acompanhar as atividades do CNPq;**

II - **Aprovar os programas e convênios de cooperação Internacional;**

III - **Aprovar alterações na estrutura e organização Interna do CNPq;**

IV - **Aprovar os Regimentos do CNPq e de suas Unidades Subordinadas, bem como eventuais alterações;**

V - **Aprovar a proposta orçamentária, as solicitações de crédito suplementares, e de outros recursos;**

VI - **Aprovar os critérios gerais para concessão de bolsas e os res-**

pectivos níveis, bem como para concessão de auxílios e outras modalidades de apoio financeiro à pesquisa.”

ESTATUTOS DA FINEP

Art. 5 - “A FINEP exercerá:

I - As funções de Secretaria Executiva do FNDCT, e, nas condições que forem estabelecidas por ato do Poder Executivo, a administração de outros Fundos instituídos pelo Governo.

II/III - “

Art. 10 - “O Conselho da FINEP é o órgão de orientação superior da Empresa, composto de dez (10) membros:

I - O Presidente da FINEP;

II - O Vice-Presidente da FINEP;

III - **Um representante do BNDES;**

IV - **Um representante do Ministério de Indústria e Comércio;**

V - **Um representante do CNPq;**

VI - **Cinco personalidades representativas da comunidade científica, tecnológica e empresarial do País.**

§ 1º - **Os membros referidos no item VI serão indicados pelo CCT e designados pelo Ministro Chefe da SEPLAN/PR”.**

§ 2º - **O mandato dos membros referidos no item VI, será de dois anos, permitida a recondução por uma vez.**

Art. 11 - “Compete ao Conselho da FINEP:

I - Pronunciar-se sobre a proposta da

Diretoria relativa ao programa geral das atividades da Empresa e os respectivos orçamentos, em harmonia com os planos e com a política econômica e financeira do Governo Federal:

II - Opinar, quando solicitado pelo Presidente ou pela Diretoria, sobre assuntos ou questões de interesse da Empresa;

III - Pronunciar-se sobre proposta de alteração destes Estatutos e aumento de capital da Empresa;

IV - Acompanhar a execução orçamentária da Empresa e dos Fundos por ela administrados, nos termos do **Art. 5, item I.**

V - Deliberar, após o pronunciamento do Conselho Fiscal, sobre a prestação anual de contas”.

Art. 12 - “O Conselho da FINEP deliberará com a maioria dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto comum e o de qualidade”.

ADUFRJ

Art. 13 - “O Conselho da FINEP reunir-se-á, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros”.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1983

Antônio Paes de Carvalho, ABC
Carolina M. Bori, SBPC
Gilberto C. Alves Velho, SBPC
H. Moyses Nussenzveig, ABC
Jacob Palis Jr., ABC
Sandoval Carneiro Jr., SBPC

Aposentar? Nem morta, Santa!

Nesta edição queremos iniciar a discussão de um problema de interesse da maioria dos professores e funcionários das Universidades Federais. Trata-se da aposentadoria por tempo de serviço e da renda do beneficiário. O assunto tem merecido pouca ou nenhuma discussão pela comunidade e parece-nos que este aparente interesse deve-se principalmente à falta de informação.

Para um início de discussão estamos produzindo a seguinte artigo: “Aposentados não são iguais perante a lei” de autoria do colega J.J. Serra Costa (IM-UFRJ) publicado no Caderno Especial do Jornal do Brasil em 03/04/83.

Finalmente, alguns pontos a serem mencionados são: a) o DASP estaria preparando um projeto de unificação dos quadros de funcionários públicos, que em princípio objetiva corrigir as disparidades apontadas pelo professor Serra Costa; b) criação pelas Universidades de uma Fundação de Seguridade. Com um número aproximado de 50.000 funcionários seria uma solução a ser discutida: Note-se que várias empresas, inclusive privadas, têm proporcionado este benefício a seus funcionários.

Seria muito importante criarmos um amplo debate sobre este assunto e para tanto qualquer contribuição que você tenha seria muito bem vinda para aqui ser publicada. Quem desejar os

textos legais pertinentes a esta matéria pode se dirigir à nossa secretaria (CT - sala D200, tel. 280-9322 R. 325).

É difícil, ou mesmo impossível identificar qual a Política da Previdência Social no País. É urgente proceder-se a integração das diferentes políticas vigentes, reformulando as também no sentido de que venham a constituir de fato, um plano unitário elaborado a partir do pressuposto de que a comunidade de brasileiros é uma só, malgrado as diferenças sócio-econômicas e culturais de cada um.

É claro que uma Política de Previdência Social deve evidenciar uma opção filosófica da Nação, com relação a todos os brasileiros. É assim que o Governo poderá mostrar que considera todos os brasileiros irmãos comprometidos com o progresso nacional e, portanto, credores equitativamente dos benefícios justos de uma Previdência Social equitativa e adequada..

Entretanto, não é esta a imagem que podemos contemplar após breve análise do que ai está. Senão, vejamos. Atualmente, o trabalhador brasileiro funcionário público, ao atingir a época da aposentadoria, poderá obtê-la por um dos múltiplos critérios a saber:

. Poderá aposentar-se como funcionário público estatutário e, neste caso, receber até o

equivalente aos vencimentos a que faria jus, se trabalhando estivesse.

. Sendo funcionário público vinculado ao regime CLT, jamais lograria aposentar-se com vencimentos iguais ou próximos dos proventos que vence quando na atividade. Há tetos máximos para limitar o benefício.

O cálculo deste observa uma “magistral e faraônica” aritmética que constitui o chamado Sistema de Cálculo do Benefício.

Este estranho modelo matemático, por suas notórias peculiaridades, revela profundo desconhecimento dos mais elementares princípios da Ciência Matemática, por parte de seus desconhecidos idealizadores. Da análise da metodologia de cálculo do benefício é fácil concluir que, quanto mais ganha e contribui para o INPS o servidor CLT, menor é o percentual do benefício com relação a seu salário. Atualmente, um funcionário CLT que receba Cr\$ 400 mil ou Cr\$ 800 mil (mesmo se funcionário de uma empresa privada) terá a sua aposentadoria calculada, ao máximo, em torno de Cr\$ 250 mil.

. O funcionário público pertence aos quadros de uma Autarquia Especial. Para citar um exemplo: Comissão Nacional de Energia Nuclear. Neste caso, ao aposentar-se, fará jus à aposentadoria paga pelos cofres do INPS e

poderá ter o valor calculado desta aposentadoria complementada pela Fundação de Seguridade Social, “Uranos”. Esta Fundação, é o que tecnicamente chama-se “Fundo Fechado”. Para obter o benefício, este servidor público tem o privilégio de poder descontar mensalmente. É uma situação justa, porém um Fundo Fechado tem que ter um patrocinador que deposite em favor do Fundo um percentual financeiro. No caso, este patrocinador é o próprio Governo.

Gozam desse privilégio os funcionários da Petrobrás, da Eletrobrás, do Banco do Brasil, da Embratel, do BNH, e de uma lista de Empresas Estatais. Também gozam do privilégio funcionários de empresa dos Estados. (A Cedae já organiza a sua Fundação de Seguridade Social).

. O funcionário é de uma Empresa Privada. Neste caso, raramente dispõe da opção de complementação de sua aposentadoria. Isto implicaria que a empresa participasse como “patrocinadora” da Fundação de Seguridade. Isto é interpretado pelo empresário como um dispêndio que ele já tem quando contribui para o INPS e conclui: a este cabe conceder os benefícios ao trabalhador.

É claro que algumas categorias profissionais (Aeronautas e Aeroaviários, por exemplo) já conseguiram constituir sua Fundação de

Seguridade. Mas isto é muito raro.

Ao trabalhador que não conseguir situar-se como funcionário de uma Autarquia Especial, ou de uma Empresa Estatal, só resta a opção de se aposentar pelo INPS e continuar trabalhando, podendo ou não podendo, devendo ou não devendo.

Existem as chamadas entidades abertas, com fins lucrativos, que oferecem planos de complementação de aposentadoria. Tais planos, segundo renomada mestre da Ciência Atuarial, vendem ilusões...

Apesar da ação da Susep há, na época de recorrer ao benefício, ampla luta judicial entre beneficiários e certos montepios. (Veja-se, por exemplo, os contribuintes do Montepio da Família Militar quando, à época da concessão dos benefícios, julgaram seus direitos lesados e ingressaram em Juízo).

Assim, não há outra saída. Ou o Governo reformula os diferentes critérios mostrados de concessão de aposentadoria ou os jovens terão que se empenhar, com unhas e dentes e todos os argumentos, para pertencer à categoria privilegiada de brasileiros aos quais é facultada a opção de complementação de benefícios.

OPINIÃO

Verbas Públicas para as Universidades Particulares

Pretendemos, com este documento, contribuir para a discussão de uma questão que consideramos de importância crucial para o movimento dos docentes: a questão do financiamento das IES particulares pelo Estado.

A divisão do II Congresso da ANDES a esse respeito revela a insuficiência da discussão do tema e a ameaça que ele representa para a unidade do movimento, numa conjuntura em que precisamos nos fortalecer para enfrentarmos a crise e a "solução" privatizante que o MEC procura dar a ela. No momento em que reconhecemos a necessidade de reforçarmos nossa articulação com os mais amplos setores da população (movimento dos funcionários públicos, articulação sindical para a criação da CUT, etc...), não podemos dividir a casa. Pelo contrário, precisamos integrar setores cada vez mais amplos à dura luta pela ensino público, gratuito e democrático. E aí está o problema: como encaminhar essa luta, numa situação em que mais de 70% do ensino superior é privado e pago?

Através do Documento da ANDES, reivindicamos a expansão das vagas na rede pública e seu congelamento na rede privada, como primeira medida destinada a deter a política de privatização. Além disso, propomos um "padrão único para a Universidade brasileira, que elimine as distorções e o autoritarismo, e assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora e conforme às aspirações democráticas da sociedade brasileira". E reivindicamos a ação do Estado para que o setor privado dele se aproxime. Reconhecemos, porém, que esse padrão não pode ser sustentado pelas anuidades dos alunos e pelos serviços prestados. Concluindo que só o Estado pode garantir. O "padrão único" só é possível com financiamento estatal.

Por outro lado, não podemos aceitar que o Estado gaste as verbas públicas para financiar os lucros das mantenedoras. E o Documento da ANDES recusa a concessão de financiamento estatal para as mantenedoras - com o que todos concordam - e propõe que as Universidades particulares busquem seus recursos no capital privado.

Ora, tendo em conta que, no Brasil, esse

capital só financia serviços que atendam suas necessidades mais imediatas, freqüentemente com escasso ou nenhum interesse para o ensino e a produção de conhecimento, isto significa condenar as particulares a uma privatização crescente, e à impossibilidade de se aproximarem do padrão de qualidade que reivindicamos. Eis aí o impasse.

Procurando superá-lo, os professores das particulares apresentaram um documento no qual admitem pensar a Universidade brasileira da perspectiva do estabelecimento de um "padrão único", conforme o Documento das AD's e da ANDES. Segundo eles, no entanto, tal proposta "aponta para uma unificação, um padrão único a atingir, mas não avança além de colocar orientações previamente discutidas e elaboradas pelo MD, organizadamente". Propõe, então, uma política de transição para o padrão único de universidade. Para eles, essa política seria, na verdade, uma política de desprivatização progressiva das IES particulares. Tal processo passaria pela revisão da própria noção de ensino público. Propõe-se entender todo o ensino como serviço público e lutar pelo caráter público e unitário do ensino, mesmo quando este se desenvolva dentro de instituições privadas. Para que esse caráter público do ensino fosse mantido seria necessário que interesses mais gerais - representados, no caso das IES particulares pela "coletividade" universitária democraticamente construída e autônoma em relação às mantenedoras - predominassem, e os critérios educacionais superassem as atividades administradas.

Para tanto, os professores sugerem alguns pontos básicos de atuação:

a) controle público da vida universitária, traduzido em gestão democrática pela coletividade e "total independência" em relação às mantenedoras, eleições diretas para cargos diretivos, redefinição do caráter dos colegiados, igualdade de direitos para elegibilidade.

b) carreira única nacional, visando contratação por tempo contínuo, priorização da dedicação exclusiva, estabilidade, isonomia salarial, concursos públicos para ingresso, contro-

le democrático e direito de defesa em casos de demissão.

c) integração de ensino, pesquisa e extensão, caracterizando educação como serviço público de interesse social e definindo democraticamente programas de pesquisa e extensão adequados às necessidades da comunidade. Além disso, promoção de programas de capacitação docente e garantia mínima de condições para realização da atividade docente.

d) inversão da tendência atual de expansão das vagas, nos termos do Documento da ANDES acima mencionados.

Nesse quadro, seria legítimo, na opinião dos professores das particulares, pleitear financiamento estatal, não às mantenedoras, mas exclusivamente para os programas do item c, devendo esse financiamento ser repassado diretamente aos grupos ou professores que os realizassem.

Esse documento aprofundou significativamente o debate, mas não o suficiente para superar as divergências, e a questão está colocada, com caráter de urgência, para o movimento.

Visando contribuir para a discussão, deixamos assinalar alguns pontos:

1) no Documento da ANDES fica implícito, como objetivo, o monopólio da educação pelo Estado. Será esta uma reivindicação correta? É preciso discuti-la. Qualquer que seja a resposta, no entanto, achamos que nossa luta, no momento, não é contra o ensino particular, mas contra a mercantilização do ensino. Devemos procurar impedir que o ensino continue subordinado ao lucro, que a Universidade, "instituição social de interesse público", tenha sua produção subordinada ao interesse privado. **Seja ela particular ou estatal.**

Até mesmo a legislação do regime militar afirma o caráter não lucrativo da educação, o que obriga as mantenedoras à utilização de engenhosos artifícios para esconder seus lucros. O Documento da ANDES se refere a isso, e reivindica a fiscalização do Estado para impor o respeito à lei.

Por outro lado, os professores das particu-

lares pretendem desprivatizar progressivamente suas universidades através do controle público da vida universitária, mencionando autonomia frente às mantenedoras, eleições e órgãos colegiados democráticos. Quanto ao financiamento estatal, querem que seja repassado diretamente aos professores, sem ingerência das mantenedoras. De todo jeito, estas receberão benefícios, sob a forma de aumento de patrimônio e de elevação da qualidade de sua produção, o que, no sistema mercantil atual, se traduzirá em aumento das anuidades cobradas aos alunos e elevação do lucro. Não poderíamos avançar mais um passo, exigindo o controle da questão financeira pela comunidade universitária, como forma de assegurar seu caráter não lucrativo? Nessas condições, o Estado poderia financiar projetos de interesse social a serem realizados nas Universidades particulares, nos setores de ensino, pesquisa e extensão.

2) cabe aqui levantar outra questão, que ultrapassa o tema em discussão, e que o MD ainda não enfrentou seriamente: podemos considerar o controle da vida universitária pela comunidade acadêmica como controle público? Reivindicamos, através da autonomia e da democracia interna, a direção da Universidade pelos setores nela diretamente envolvidos, e afirmamos que a produção universitária deve se voltar para os interesses da maioria da população. Expressaremos nós, efetivamente, esses interesses? Não é hora de pensarmos em mecanismos de representação dos diferentes setores sociais na direção da Universidade?

3) outro ponto que queremos assinalar é o risco de que a discussão da questão se transforme, sem que tenhamos consciência disso, numa disputa entre professores das universidades públicas, de um lado, e professores das particulares, de outro, pelas mínguas verbas do Governo. Os professores das estatais precisam reconhecer que professores e alunos das particulares têm tanto direito quanto nós a boas condições de ensino, à realização de pesquisas e serviços de extensão de interesse da sociedade.

4) nada disso implica em desobrigar o Es-

tado da gratuidade do ensino. Este é um de seu dever: democratizar o acesso ao ensino superior, fornecendo-o gratuitamente a todos que o desejarem. Sé é verdade que as camadas mais populares pouco acesso têm a ele, pois são eliminadas na base do sistema escolar, também é verdade que cobrar anuidades nas Universidades estatais só vai tornar o ensino superior ainda mais elitista excluindo amplos setores da classe média e fechando definitivamente a porta às camadas populares. Sobretudo na atual conjuntura. Se no período do "milagre" ainda foi possível para muitos, arcar com o ensino pago, hoje isso se torna cada vez mais difícil.

5) a criação de um padrão único de universidade está, tanto na proposta da ANDES quanto na dos professores das particulares, intimamente relacionada à questão da qualidade do ensino e da pesquisa. Chegar ao padrão único significa, de fato, alcançar um ótimo de qualidade, e por isso o problema do financiamento da Universidade, seja ela estatal ou particular, torna-se tão premente.

Ora, se efetivamente a melhoria da qualidade do trabalho universitário passa pela necessária ampliação dos recursos disponíveis, os critérios de aplicação desses recursos, e mesmo a definição dos níveis de qualidade de nossa produção, devem ser objeto de uma reflexão mais aprofundada. Recursos elásticos não garantem mecanicamente a boa qualidade do trabalho, nem tampouco o crescimento quantitativo da produção científica indica, por si, um avanço no sentido do padrão único desejado. A questão da qualidade deve passar pela discussão da comunidade universitária sobre os critérios que a definem e deve incluir, necessariamente, a avaliação da relação que ensino e pesquisa mantêm com a sociedade. Talvez surgissem então alternativas que dessem à produção universitária um caráter cada vez mais social.

Documento preliminar elaborado por Elina Pessanha e Nara Saletto para discussão e aprofundamento juntamente com outros professores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Apresentado no II Congresso de Docentes da UFRJ.

OPINIÃO

A Democratização da Universidade e as Relações Professor - Aluno

Para que a Democratização da Universidade deixe de ser uma bandeira abstrata é necessário que, entre outras coisas, ela seja vivenciada nas relações dos professores com os demais setores da comunidade universitária, isto é, com alunos e funcionários. Neste sentido, é preciso que se aliem às reivindicações de democratização da estrutura de poder da Universidade, mudanças qualitativas nas relações entre professores e alunos e professores e funcionários que transformem a prática educativa numa prática efetivamente em democrática em nossa Universidade.

Esta questão assume uma importância vital se entendermos a educação enquanto mediação do processo de transformações sociais, ou seja, a educação em si não é o agente de transformação, mas pode produzir estes agentes.

A Universidade atual é uma engrenagem da máquina Estatal e tem como característica básica a manutenção do "status quo" através da reprodução das relações sociais e políticas, refletindo as contradições existentes na sociedade. Neste sentido a relação professor-aluno é uma relação autoritária que não admite qualquer posicionamento crítico dos alu-

nos. Ela é uma relação alienada e alienante onde o professor representa o poder, a cultura e a ciência, enquanto o aluno fica reduzida a um mero repositório de toda esta sabedoria e submetidos autoridade do professor. Esta postura implica fatalmente numa formação de profissionais sem qualquer capacidade crítica. Esta é uma visão imediatista da educação, fazendo com que os novos quadros formados atendam ao sistema produtivo vigente, sem, em nenhum momento, pensar sobre ele e sem qualquer capacidade de atuar num processo de transformação social a curto ou longo prazo. Isto é, durante a formação de um aluno quase nunca é levantado o problema que transformações futuras poderão ocorrer, onde deverá atuar sabendo que a cada momento ele é um participante ativo e responsável por essas transformações. É evidente que nem todos os indivíduos foram totalmente massacrados por este mecanismo reprodutor, não se submetendo aos aspectos acima citados.

A Universidade abriga uma comunidade composta por uma vasta gama de interesses contraditórios e, freqüentemente, antagônicos, onde a demanda social é bastante hete-

rogênea. Portanto, o mecanismo de reprodução não deve ser entendido de uma forma mecanicista e cartesiana.

Pensamos que o movimento dos professores deve atuar exatamente dentro destas contradições, onde se encontra o grande potencial de transformação da Universidade, sendo esta a grande contribuição que podemos dar ao processo mais geral de construção da democracia em nosso país. Dentro da Universidade existe espaço para uma prática educativa conseqüente que supere o autoritarismo da relação aluno - professor, resultando numa vivência efetivamente democrática, podendo levar à quebra efetiva dos mecanismos de reprodução.

Para que tal prática se efetive é necessário que os professores se conscientizem do caráter educativo imanente aos objetivos da Universidade, que hoje se encontra totalmente atrofiado. É preciso que os docentes se conscientizem que são educadores, que não podem se limitar a mera transferências de conhecimentos coagulados e informações estereis e pasteurizadas em completa distonia com a realidade concreta em que vivem seus alunos. É também preciso que todos os pro-

fessores se conscientizem da necessidade de que reumanizem as suas relações com os seus alunos, transformando-os novamente em indivíduos com sonhos e aspirações próprias que desejam realizar. Enfim, é necessário que cada professor tome consciência da importância de criar novas relações que tornem possível a realização do potencial de cada aluno.

Para se chegar a estes objetivos é preciso que se entenda a educação como mediação do processo de transformação social, que, apesar de se chocar com a prática pedagógica tradicional de uma instituição conservadora com a atual Universidade, vai criando um potencial de transformação, que somado ao potencial acumulado por todo o movimento social deverá resultar, um dia, na construção da Universidade que desejamos. Esta nova Universidade será viva, em perfeita consonância com as necessidades reais da comunidade em que se insere.

Uma proposta como esta exige, porém, que tenhamos plena consciência de todos os problemas que iremos enfrentar. É essencial ressaltar que não podemos contar com o apoio, a priori, dos alunos, que, em geral,

têm uma visão acrítica da prática educacional tradicional e tendem a reproduzir o autoritarismo, mesmo quando o professor procura superá-lo. É bastante natural e esperado que eles apresentem uma certa resistência a qualquer modificação na prática educativa. Este processo é longo e deverá ser trabalhado profundamente pelos professores.

A quebra do autoritarismo na relação professor-aluno não significa transferência de responsabilidade da orientação para os alunos, mesmo porque, em função dos argumentos expostos acima, isto significaria a explicitação dos interesses imediatos dos alunos, o que resultaria não numa prática educativa com potencial de transformação, mas na sedimentação destes interesses e na estratificação da prática tradicional com um rótulo pseudo-democrático. O que é essencial é que no processo educacional se explicita uma prática onde os alunos se tornem os agentes conscientes da transformação que deve ocorrer, e isto só se dará no aprofundamento das relações e posturas acima propostas.

Deise M. Vianna (IF)
Fernando A.S. de Amorim (EE)

Para conhecermos a:

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO

(Trabalho apresentado no II
Congresso de Docentes da UFRJ)

A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem, desde agosto de 1976, uma instituição encarregada de administrar seus convênios, a Fundação Universitária José Bonifácio. Como objetivo específico, esta instituição deverá promover e subsidiar, com os rendimentos próprios auferidos, programas de desenvolvimento do ensino e da pesquisa na UFRJ, bem como auxiliá-la na manutenção de suas atividades.

O patrimônio da Fundação é constituído:

a) pelos bens e direitos relacionados na escritura de instituição;

b) por doações, (1) legados e auxílios recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;

c) pelos bens e direitos que adquirir.

NOTA: utilizados sempre na realização dos objetivos.

Os rendimentos constituem-se entre:

a) os provenientes da exploração econômica dos bens (os provenientes do aluguel dos três Centros de Pesquisa na Ilha do Fundão;

b) os provenientes dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

c) as rendas próprias dos imóveis que possua;

d) os juros bancários e outras receitas da mesma natureza;

e) as rendas em seu favor instituídas por terceiros;

f) os usufrutos a ela conferidos;

g) a remuneração que receber por serviços prestados;

h) as receitas de convênios.

Os órgãos de Administração da Fundação:

a) **Assembleia Geral** (formada pelos instituidores, sendo eles: a UFRJ, a Petrobrás, a Eletrobrás, a CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, a Nuclebrás, a Cia Docas dos Santos, o Grupo CAEMI, a Cia de Seguros Sul América, a Refinaria de Petróleo de Manguinhos e a Cia Progresso Industrial do Brasil;

b) **Conselho de Administração** (3 membros escolhidos pelo Conselho Universitário, 2 representantes dos Instituidores que possuam Centros de Pesquisa no Campus, 1 representante de outros Instituidores escolhidos livremente pela Assembleia e o Presidente da Fundação);

(1) Se superiores mil vezes o maior salário mínimo vigente, dependerá de aprovação do Conselho Curador. No atual Estatuto, que está em fase de aprovação a quota será de 3000 ORTNs.

c) a **Presidência** (eleito pelo Conselho de

Administração, entre lista múltipla escolhida pelo Conselho Universitário, entre os professores em atividades da Universidade, com mandato de 4 anos)

d) o **Conselho Curador** (2 membros do Conselho Universitário, 2 representantes dos Instituidores, 1 representante do MEC).

O número total de votos da Assembleia Geral é 122, sendo 94 da UFRJ, 14 da Petrobrás, 5 do CPRM, 2 da Eletrobrás e Nuclebrás e 1 para os demais Instituidores.

A atividade da Fundação, diretamente voltada para o atendimento da UFRJ, pode ser avaliada através do simples relacionamento dos instrumentos assinados para regular relação entre as duas entidades; dos auxílios concedidos a fundo perdido, como apoio ao ensino, à pesquisa e à administração; dos adiantamentos sobre recursos de convênios, para evitar a interrupção de trabalhos em andamento; das importações de equipamentos, peças, acessórios e materiais de consumo; das doações recebidas para órgãos universitários e vinculados à execução de determinados projetos; etc.

Os contratos básicos vigentes são, agora, 40 (quarenta), sendo que 16 (dezesseis) foram assinados em 1978, 12 (doze) em 1979, 3 (três) em 1980 e 2 (dois) em 1981.

Foram celebrados, em 1982, 64 (sessenta e quatro) novos convênios e contratos para a execução de projetos ou a prestação de serviços, sendo 32 (trinta e dois) com a FINEP, (quatorze) com a CNEN e 18 (dezoito) com outros patrocinadores, conforme relação abaixo:

- 17 - FINEP/COPPE
- 1 - FINEP/Escola de Química
- 1 - FINEP/Faculdade de Odontologia
- 1 - FINEP/Hospital Universitário
- 2 - FINEP/Instituto de Economia Industrial
- 2 - FINEP/Instituto de Física
- 1 - FINEP/Instituto de Geociências
- 1 - FINEP/instituto de Macromoléculas
- 3 - FINEP/Instituto de Química
- 2 - FINEP/Museu Nacional
- 1 - FINEP/NPPN
- 6 - CNEN/COPPE
- 2 - CNEN/Faculdade de Medicina
- 2 - CNEN/Instituto de Biofísica
- 1 - CNEN/instituto de Geociências
- 1 - CNEN/Instituto de Química
- 3 - SESu/COPPE
- 1 - CAPES/NCE
- 1 - CAPES/Instituto de Biofísica
- 1 - INEP/Instituto de Matemática
- 1 - FUNARTE/Museu Nacional
- 1 - TVE/Faculdade de Educação
- 1 - FIPEC/Instituto de Química
- 1 - INAMPES/Hospital Universitário
- 1 - Ministério da Saúde/NPPN
- 1 - CAEEP/Escola de Química

1 - EMBRATEL/NCE

1 - Alta Segurança Comércio e Indústria Ltda /Escal de Química

1 - Adress Sistemas de Saúde Ltda/Instituto de Neurologia

1 - CITIBANK/NCE

1 - Golden Cross/Instituto de Neurologia

1 - Universidade Gama Filho/NCE

Também foram assinados 15 Termos Aditivos e 2 convênios de cooperação com órgãos públicos não-universitários: um com o Museu Histórico Nacional e o outro com a FAPERJ ambos sem previsão de despesas para partes celebrantes.

Em 1982, foram aprovados 73 (setenta e três) apostilas, que, somadas às 130 (cento e trinta) assinadas em anos anteriores e ainda vigentes, totalizam 203 (duzentos e três). Essas apostilas são instrumentos complementares de convênios e contratos de prestação de serviços, dispendo sobre obrigações recíprocas da Fundação e dos órgãos universitários signatários, com fundamento nos contratos básicos celebrados com a UFRJ.

Por outro lado, a FUJB mantém, com terceiros, contratos de prestação de serviços ao Hospital Universitário, correndo o pagamento das despesas à conta da receita obtida do contrato com o INAMPES, para a prestação de serviços médico-hospitalar aos segurados da Previdência Social.

Como a demora na renovação de convênios e na liberação de recursos financeiros pelas entidades financiadoras de projetos ou contratantes de serviços é um problema crônico, a FUJB vem concedendo vultosos adiantamentos de recursos financeiros a vários órgãos universitários para evitar interrupções de atividades de pesquisa e da prestação de serviços a terceiros. Estas interrupções, muitas vezes, acarretariam prejuízos de difícil avaliação.

Para se ter uma idéia, em 1982, esses adiantamentos totalizaram Cr\$ 533.139.597,17 (quinhentos e trinta e três milhões, cento e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e sete cruzeiros e dezessete centavos), importância essa já parcialmente reembolsada.

As atividades de importação tornaram-se muito complexas e trabalhosas em 1982. Em consequência, o processo de importação passou a ser muito moroso, reduzindo a apenas 34 (trinta e quatro) o número de guias emitidas em 1982 com o valor de US\$ 514.631.33 (quinhentos e quatorze mil, seiscentos e trinta e um dólares e trinta e três cents). Foram atendidos 12 órgãos universitários com processos de importação.

O orçamento de 1982 consignou a dotação de Cr\$ 95.000.000.00 (noventa e cinco milhões de cruzeiros) para a concessão de 50 auxílios a

fundo perdido, destinados a apoiar atividades de ensino e pesquisa da UFRJ e Cr\$ 68.400.00 (sessenta e oito milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para a concessão de 24 auxílios a fundo perdido, destinados a proporcionar apoio à Administração da UFRJ, especialmente em face das notórias dificuldades existentes no serviço público para a renovação e ampliação dos recursos humanos necessários ao bom desempenho de suas atividades.

A Fundação, na posição de donatária de recursos destinados a órgãos universitários, recebeu e repassou 9 (nove) doações.

Encerrando o exercício de 1982, a Fundação contava com 706 empregados, sendo 44 do seu quadro pessoal e 662 contratados para unidades e órgãos da UFRJ, dos quais 100 são mantidos com recursos da própria FUJB e os restantes através de convênios.

As atividades da Superintendência de Apoio a Projetos são inteiramente voltadas para a UFRJ, abrangendo: a colaboração prestada aos órgãos universitários interessados na elaboração de cartas-consultas e no detalhamento de projetos, para apresentação de solicitações formais a agências financiadoras; a apreciação de pedidos de apoio à Fundação, sob a forma de adiantamento ou de auxílios a fundo perdido e o acompanhamento da execução de projetos, através dos relatórios técnicos recebidos e de visitas realizadas.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão que se pode tirar da análise dos estatutos da Fundação José Bonifácio e do seu relatório do exercício de 1982 é que os preconceitos e temores, que boa parte dos professores tem a seu respeito, são infundados.

Em primeiro lugar, a Fundação não é dona do patrimônio da Universidade, nem controla todos os recursos extra-orçamentários resultantes da venda ou aluguel de bens imóveis pertencentes à UFRJ. A Fundação José Bonifácio foi instituída com parte do capital resultante da venda do antigo prédio da Faculdade de Medicina na Praia Vermelha e dispõe, como fonte de receita, dos aluguéis dos terrenos nos quais se localizam atualmente o CENPES - Centro de Pesquisas da Petrobrás, o CEPTEL - Centro de Pesquisas da Eletrobrás e o CETEM - Centro de Pesquisas em Tecnologia Mineral do CPRM - Cia de Pesquisa de Recursos Minerais. Os demais aluguéis continuam entrando para a Sub-Reitoria de Patrimônio e Finanças.

Outra questão que preocupa os professores é a que se refere à gradativa transformação da Fundação José Bonifácio num poder parale-

lo, que paulatinamente iria controlando toda a vida da Universidade, se configurando na prática como um instrumento de transformação de nossa Universidade autárquica em Fundação facilitando-a no caso de mudança de regime jurídico. Esta preocupação se acentua quando sabemos que cerca de 90% dos recursos orçamentários são gastos em pagamento de pessoal e que muitos dos serviços da Universidade só continuam funcionando, devido aos recursos captados pela fundação e à sua maior flexibilidade e autonomia em termos de gestão financeira.

Esta preocupação, no entanto, é infundada porque os estatutos da Fundação José Bonifácio garantem o inteiro controle, por parte da Universidade, dos seus órgãos de administração. Isto se observará mesmo que a Universidade venha se encontrar, no futuro, como instituidor minoritário, e haja uma completa separação das suas funções daquelas exercidas pela administração da Universidade. Isto é, os estatutos não permitem que a Fundação manipule ou mesmo repasse qualquer recurso da União, o que provocaria inclusive uma fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, o que, de certa forma, reduziria a sua flexibilidade. Esta fiscalização é exercida apenas pela Provedoria de Fundações, órgão da administração estadual, que permite uma gestão financeira mais liberal. Além disto, todos os convênios e projetos em que a Fundação José Bonifácio atua como intermediário ou agente financiador tem que ser aprovados pelo Reitor e pelos órgãos colegiados competentes, e não existe exclusividade, isto é, o pesquisador ou grupo de pesquisa não é obrigado a recorrer aos serviços da Fundação.

Ainda assim, existem alguns artigos dos Estatutos da Fundação José Bonifácio que precisam ser aperfeiçoados para impedir a urgência sobre a vida da Universidade. Como exemplo, o que estabelece o julgamento por parte do Conselho de Administração sobre os convênios de financiamento celebrados entre grupos de Pesquisa da Universidade e agências do Governo Federal e que, portanto, já foram analisados e julgados pelos órgãos colegiados dos departamentos e unidades a que pertencem estes grupos, pelos demais colegiados da Universidade e pela própria agência financiadora.

Neste sentido, é importante ressaltar que, apesar das pequenas falhas do Estatuto, a prática da Fundação tem sido a de respeitar a decisão dos grupos envolvidos, sem interferir ou alterar os julgamentos, fornecendo apenas o seu apoio técnico, atuando, inclusive, junto às agências financiadora para que os projetos sejam aprovados rapidamente. Entretanto, é preciso corrigir os estatutos para formalizar esta prática e garantir que ela não venha a se modificar quando da mudança na direção da Universidade e/ou na Fundação José Bonifácio.

Outra questão polêmica é a que se refere à possibilidade de interferências indiretas. Porque, se os estatutos, afastam a possibilidade de ingerências diretas, nada impede que a Fundação modifique as políticas da Universidade para pesquisa, ensino e atividades assistenciais através de um estímulo indiscriminado e sem qualquer critério à prestação de serviços para captação de recursos externos. Este problema remete a uma outra questão, que poderia acentuá-lo e que se refere à possibilidade de alguma empresa privada, através de doações sistemáticas, vir a assumir o controle da assembleia de instituidores e em consequência da administração da Fundação. Neste caso, poderia haver estímulo à política de prestação de serviço direcionando-a para as áreas de seu interesse.

É essencial estabelecer, para esclarecer dúvidas e evitar preconceitos, que, de acordo com os estatutos, a assembleia de Instituidores tem atribuições bastante limitadas. Basicamente a sua função é a de examinar as contas da Fundação, eleger para o conselho de administração três de seus sete componentes, um livremente entre todos os instituidores, excluída a Universidade, e dois entre aqueles instituidores que possuem centros de pesquisa instalados no campus da Universidade, e eleger dois dos cinco membros do conselho curador, também entre os demais instituidores. Mesmo a análise de contas é limitada. A sua rejeição em argumentação fundamentada que será analisada pela Provedoria de Fundações, a quem cabe a última palavra, mesmo no caso de aprovação pela Assembleia de Instituidores. Em qualquer caso a Provedoria exige auditoria por firma indicada por ela, a partir de uma lista de no mínimo três auditores encaminhada pela Fundação. Entretanto, a legislação não obriga que a Provedoria se atenha a lista e em caso de dúvida pode requerer o serviço adicional de uma quarta firma de auditoria. Portanto, mesmo que uma empresa privada assumisse o controle da Fundação em termos de composição de capital, ela só elegeria um dos sete componentes do conselho de administração, ao qual, cabe, inclusive, analisar e julgar a oportunidade de qualquer doação, o que significa que a Universidade poderia impedir, caso quisesse, qualquer tentativa no sentido de controle externo da Assembleia de Instituidores.

Porém, apesar de estar afastada qualquer possibilidade de controle externo da Fundação que resultasse numa política de estímulo indiscriminado a prestação de serviço, tal política ainda poderia ser adotada independentemente pela Fundação ou em comum acordo com o MEC e os dirigentes da Universidade, e traria sérias conseqüências, tais como: o desvirtuamento dos objetivos da pesquisa, com a conseqüente queda de qualidade; o atrelamento da definição das linhas de pesquisa a um utilitarismo e imediatismos, e até mesmo, diretamente aos interesses dos possíveis compradores de serviço; a queda de qualidade do ensino de graduação e pós-graduação, em virtude do desvirtuamento dos objetivos da pesquisa, que deixaria de ser uma atividade mediadora do ensino e aperfeiçoamento e atualização contínuo do pessoal docente e da menor dedicação dos professores a estas atividades e, finalmente, uma crescente desobrigação do MEC e do Governo federal com a manutenção da Universidade, em função do crescimento da captação de recursos externos. Entretanto, é preciso ressaltar, mais uma vez, que esta não tem sido a prática da Fundação José Bonifácio, que vem mantendo indiscutivelmente uma atuação de acordo com os seus objetivos estatutários de apoio ao ensino e à pesquisa na Universidade. A sua atuação como intermediária na prestação de serviços externos tem se pautado em critérios semelhantes aos das agências financiadoras estatais e os projetos aprovados se relacionam com o desenvolvimento das pesquisas em andamento, através da aplicação prática de seus resultados e com o treinamento efetivo do corpo docente. Porém, se o trabalho das superintendências técnicas e assessores externos, que analisam os projetos, e do conselho de administração, ao qual cabe a decisão final, pode ser considerado indiscutivelmente eficiente, ele remete a uma outra questão de fundamental importância que se relaciona com a Democratização da Estrutura de Poder da Universidade, e que diz respeito à estabilizada da atuação da Fundação. Isto é, esta atuação poderia se modificar com a

entrada de outra direção, com outra visão política da função da Universidade.

Tanto os critérios que a Fundação utiliza para analisar projetos e pedidos de auxílio, como a sua própria atuação, não são analisados e julgados pelo conjunto dos professores. O mesmo se aplica a escolha dos representantes da Universidade no Conselho de Administração que como os anteriores não passa por nenhum mecanismo de escolha democrática e representativa. Estes problemas são os mesmos que se verificam nos demais organismos de poder de nossa Universidade. Entretanto, em função da Fundação ser uma organização paralela à Universidade e sem nenhuma ligação formal com a sua estrutura, ela está completamente fora do alcance das representações do movimento dos professores nos organismos colegiados e bastante distante de nossa influência direta. Portanto, estes problemas adquirem uma importância particular já que é fato que a grande qualidade das fundações de direito privado dentro das Universidades Federais Autárquicas é a possibilidade de maior autonomia administrativa e financeira no que diz respeito a recursos extra-orçamentários. Esta autonomia, só remeterá em avanços definitivos e concretos, no que se refere à transformação da Universidade, se acompanhada de medidas que democratizem efetivamente os seus mecanismos de decisão de forma a permitir uma ampla participação de todos os professores.

Quanto às críticas que freqüentemente se ouvem de muitos professores, de que as fundações têm contemplado, com os seus recursos próprios os grupos que já estão estruturados e recebem recursos de outras fontes, não se confirmam na prática da fundação. Embora, a análise mostre, que a maioria dos recursos tem se destinado aos grupos do CT, CCMN e CCS com tradição de pesquisa e mais numerosos, observa-se que, boa parte dos recursos destinados a estes centros têm sido para grupos em formação. Além disto é importante ressaltar que muitos dos grupos dos demais centros só adquiriram estabilidade com o decreto-lei da carreira do magistério superior de 1980, que tornou possível a permanência dos docentes em tempo integral na instituição e a maior dedicação aos trabalhos de pesquisa (Faculdade de Letras e IFCS, por exemplo). Eles agora começam a adquirir condições, após este período inicial de organização e acumulação de forças, para se desenvolverem plenamente.

Também é importante reconhecer que muitos destes grupos, que já conseguiram construir uma estrutura mínima, não têm requisitado auxílios financeiros diretamente à Fundação José Bonifácio, ou por seu intermédio, às agências financiadoras do Governo federal. Desta forma, estaria justificada a menor participação das áreas de ciências humanas e artes. Porém, é preciso reconhecer que a Fundação tem feito um trabalho pioneiro nestas áreas, apoiando o trabalho de muitos grupos com recursos próprios e obtendo financiamento de agências esta para alguns outros.

Outra atuação importante da Fundação tem sido o apoio à pesquisa na graduação, que apesar de incipiente é de extrema importância em função da profunda separação que se criou, em nossa Universidade, entre graduação e pós-graduação. De certa forma isto é conseqüência do suporte financeiro que as agências vêm fornecendo para os cursos de pós-graduação, que se tornaram a base da pesquisa na Universidade, e que resultou no abandono dos cursos de graduação.

Muitos dos mitos e preconceitos que se cri-

aram em torno da Fundação José Bonifácio são, em boa parte, de sua própria responsabilidade porque não se preocupou em divulgar o seu trabalho e os seus objetivos para o conjunto dos professores, permitindo, desta forma, que se criasse em torno de si um clima de mistério e desconfiança.

Finalmente é importante ressaltar que a Fundação José Bonifácio é uma instituição muito bem administrada, apesar de estar ligada a uma Universidade emperrada, burocrática e mal-administrada, e vem desempenhando um papel muito importante no apoio à pesquisa e ao ensino, estimulando inclusive o crescimento de alguns novos grupos de pesquisadores que ainda não haviam obtido recursos para o seu pleno desenvolvimento.

Entretanto, ainda caberia a pergunta: até que ponto a agilização da administração orçamentária não poderia ocorrer sob a administração dos próprios órgãos da Universidade? Este não seria o papel da Sub-Reitoria de Patrimônio e Finanças, por exemplo?

Analisando-se o Anteprojeto de Lei, enviado pelo CRUB ao MEC, no dia 28/04/83, verifica-se que em matéria orçamentária buscou-se “fugir da rígida estrutura programática” que decorre da integração das Universidades Federais Autárquicas no sistema de orçamento da União.

Pretende-se com o anteprojeto construir um modelo programático próprio, ainda que integrado em nível mais alto de agregação ao Orçamento da União, que evidencie a política federal de educação superior e que respeite as peculiaridades, tendências e até mesmo a “vocação” das instituições universitárias autárquicas.

Isto tornaria possível às Universidades Autárquicas, através de seus órgãos próprios, assumir as funções das Fundações de direito privado sob suas jurisdições. Porém, a nossa Universidade, hoje com a sua estrutura de poder inalterada, seria capaz de assumir estas funções com a mesma competência? Os atuais quadros de dirigentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro têm competência acadêmica para dirigir eficientemente uma instituição de apoio à pesquisa como a Fundação José Bonifácio?

Certamente que numa Universidade construída sobre os princípios expostos no documento da ANDES - “Proposta para uma Universidade Brasileira”, na qual uma estrutura de poder democrática e representativa se alie a autonomia acadêmica, administrativa e financeira, as funções que a Fundação José Bonifácio vem desempenhando não só podem, como devem ser absorvidas pelos órgãos da Universidade, porque, neste caso, não mais se justificará a existência de uma estrutura paralela.

FONTES DE CONSULTA:

- 1 - Estatutos da FUJB, aprovado em 06/10/77
- 2 - Relatório da FUJB de 1982
- 3 - Palestra do Prof. Frota Moreira - realizada no CT, dia 5 de maio de 1983
- 4 - Reunião do Grupo de Trabalho da ADUFRJ com o Sr. Francisco de Paula Storino

TRABALHO REALIZADO POR:

Helena Ibiapina
Fernando Antonio S. Amorim
Sheila Chirola Garcia
Deise M. Vianna

O ENSINO NO CCMN

Mesa redonda realizada em 9.5.1983 como preparação ao II Congresso de Docentes da UFRJ

Maria Gertrudes Alvarez Justi - Instituto de Geociências - (participante)

1. O Vestibular Unificado

Sabemos que nos últimos meses intensificou-se a discussão dentro da nossa Universidade em torno do Vestibular Unificado realizado pela Fundação CESGRANRIO. Na medida em que estas discussões vão evoluindo duas correntes vão se definindo. Uma sugerindo que a UFRJ, sendo a entidade de maior peso nesse processo, atue mais efetivamente, nortando a metodologia de aplicação do Concurso Vestibular com base em seus interesses acadêmicos e numa filosofia isenta de interesse econômico. Outra corrente entende que estes objetivos só poderão ser plenamente alcançados com a total desvinculação do esquema de Vestibular Unificado; este Vestibular seria então realizado exclusivamente pela UFRJ, atendendo assim plenamente aos seus interesses.

Tentando ilustrar esta questão vamos apresentar alguns fatos que podem ou não ser semelhantes aos ocorridos nas outras Unidades do CCMN. Esquema empregado para a 2ª etapa do Vestibular Unificado de 1983 (etapa classificatória).

Observando as carreiras e suas respectivas provas, percebe-se uma tendência, possivel-

reiras profissionais do CCMN ingressar em uma Faculdade particular e transferir-se para a UFRJ após concluir o ciclo básico.

O nosso básico tornou-se um sistema tão intranponível que o aluno que dele sai, não tanto pelo conhecimento adquirido mas pela sua capacidade de superar os entraves que lhe são impostos.

Quando as turmas são comuns a diversos cursos com interesses diferentes, os professores não conseguem motivar os alunos com exemplos da área de interesse de cada um. E outrossim como as matérias do ciclo básico são entregues a professores que em geral não são da área do aluno o problema se agrava. Por exemplo, quando os alunos de Geologia e Geografia encontram muita dificuldade em se interessar pela estudo da disciplina de Estatística, o Instituto de Matemática contratou um Geólogo especializado em estatística e o problema foi solucionado. Logicamente esta solução seria inviável no momento para atender a todas as reclamações mas há ações positivas que podem ser desencadeadas mesmo sob a presente estrutura.

Tem-se observado interesse de alguns professores do ciclo básico em aumentar o entrosamento com os colegas das áreas de interesse de seus alunos. Mesmo assim esta

cujo aluno, pelo menos em sua maioria, tem menor conhecimento por ter passado no vestibular com número menor de pontos. Este aluno é colocado na mesma turma de alunos como os de Geologia com uma formação do 2º Grau muito melhor. Como sabemos, a função da escola não é confirmar este fato e sim criar mecanismos de ensino capazes de recuperar esse aluno que é o único que temos. E pensar que muitas divisões de turmas do ciclo básico para a Geociências têm sido feitas usando critérios alfabéticos!

Neste semestre aconteceu um fato gritante: foi criada uma turma de Física I só para a Meteorologia com previsão de 80 alunos, mas na sala aparecem sempre cerca de 200, atraídos, segundo os próprios alunos, pela maior competência didática do professor o que vem dificultar o alcance dos objetivos que levaram a criação desta turma especial. Este fato inusitado merece reflexão.

Na minha opinião, tudo isso ainda é agravado pelo fato de que os professores universitários não são preparados para ensinar. Apesar do grande número de profissionais titulados, com pelo menos o mestrado, sabemos que isto não está se refletindo na aprendizagem maior do aluno. Mesmo aqueles professores bem intencionados e que "nasceram" com facilidades para o ensino esbarram quase sempre em currículos que não visam uma formação adequada do discente. Além disso é fato comprovado que não dá "prestígio" ou "status" a dedicação do ensino, principalmente o de graduação. Não há como conseguir recursos diretamente para o desenvolvimento deste ensino, o que tem chegado é uma "sobra" da pesquisa em geral ligada a pós-graduação.

Os problemas estão tão cristalizados no ciclo básico que se admite o fracasso dos alunos como meta. Vemos que são levantadas suspeitas quando um professor consegue, mesmo com provas comuns a outras turmas, um índice de aprovação de 50% enquanto não se faz nada e às vezes até se glorifica, aquele professor que reprova de 95 a 100% de seus alunos. Isto vem da secular impunidade dos professores como profissionais: "tudo é culpa do aluno nunca do professor".

3. A Evasão

Parece desnecessário depois do que mencionamos no item anterior procurar as causas da evasão. Com tudo isso acontecendo no ciclo básico, quem consegue terminar o curso?

Não queremos dizer com isso que os problemas estejam restritos ao ciclo básico. O aluno quando escolhe a carreira e tenta ingressar na UFRJ através do Vestibular, raramente sabe realmente o que vai estudar. Na Geociências vemos alunos que entram para o Curso de Meteorologia e não sabem que tem que cursar disciplinas de física e matemática, comuns a outros cursos do CCMN, aliás ele não sabe nem o que é Meteorologia. Os alunos que ingressam para o Curso de Geografia e que não fazem (na etapa classificatória do Vestibular) prova de física, matemática ou química, iniciam curso tendo que cursar também disciplinas dessas áreas.

O nível sócio-econômico dos alunos que ingressam, principalmente para Geografia e Meteorologia, não permite que os mesmos fiquem na Universidade o dia todo para cursar o grande número de disciplinas que lhe é recomendado.

Ao mesmo tempo como esperar que alunos de Meteorologia suportem 6 ou 7 anos para concluir um curso previsto para 4?

A situação é agravada pela quase inexistência de interesse em uma Orientação Acadêmica adequada para evitar que erros causados por desinformações ou desconhecimento acumulem-se aos já existentes.

A Decania divulgou um percentual de evasão nas Unidades do CCMN. No caso do Instituto de Geociências que é composto por 4

departamentos responsáveis por 4 cursos diferentes, este percentual não mostra naturalmente a realidade do que ocorre. Enquanto a Geografia e a Geologia conseguem formar cerca de 50% dos alunos que ingressam, nem 10% dos alunos da Meteorologia chegam ao

ciclo profissional. Vamos mostrar uma Tabela que exemplifica este fato (em anexo).

Na minha opinião deveriam haver mecanismos acadêmicos e até administrativos capazes de evitar que fatos como esses se repitam ano após ano.

UFRJ/CCMN/IG/DEPARTAMENTO DE METEOROLOGIA
Coordenação de Curso

Situação dos 25 alunos que ingressaram em 1976 nas disciplinas do Ciclo Básico - até 82/1º semestre.

Disciplinas	Alg. Lin. I	Cálc. I	Cálc. II	Cálc. III	Cálc. IV	Mec. Cláss. I	Termod.
Semestre que cursou	I = 13	I = 20	I = 9	I = 3	I = 8	I = 5	I = 5
76	1	17					
	2	4	11	2			
	3		2				
77	1	7	8	1	1	1	
	2	5	8	3	2	1	
	3		2	2			
78	1	6	5	4	4	1	1
	2	2	4	3	1	1	
	3			1			
79	1	1	3	4		2	
	2	2	2	2	1		
	3				2		
80	1				3	1	4
	2				1	3	2
	3						
81	1	1					
	2						
	3						
82	1						
	2						
	3						

Observação: I = número de alunos que cursaram pelo menos uma vez a disciplina.

Situação dos 25 alunos que ingressaram em 1976 nas disciplinas do Ciclo Básico - até 82/1º semestre.

Disciplinas	Fís. I	Fís. II	Fís. III	Fís. IV	Fís. Exp. I	Fís. Exp. II	Fís. Exp. III	Fís. Exp. IV
Semestre que cursou	I = 20	I = 3	I = 7	I = 4	I = 18	I = 8	I = 6	I = 4
76	1	15			10			
	2	9			13			
	3	5			1			
77	1	8	2		1	2		
	2	7	2			1		
	3	3	1					
78	1	3	4	3	3	3	2	
	2	3	3		1			
	3		2	1				
79	1	2	2	3		2	2	
	2	1	2	4			1	
	3		2	2				
80	1			3			2	2
	2			2				1
	3			1				
81	1			1			1	
	2							
	3							
82	1							2
	2							
	3							

Observação: I = número de alunos que cursaram pelo menos uma vez a disciplina.

FASES	CANDIDATOS DO GRUPO I	CANDIDATOS DO GRUPO II	CANDIDATOS DO GRUPO III	CANDIDATOS DO GRUPO IV
1ª	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira + Redação e Física	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira + Redação e Física	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira + Redação e Geografia	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira + Redação e Geografia
2ª	Química + Biologia + Discursiva de Biologia	Química + Matemática + Discursiva de Matemática	Matemática + História + Discursiva de História e Geografia	Ingles ou Frances + História + Discursiva de História e Geografia
C	Ciências Sociais	Agronomia	Administração	Arquivologia
A	Enfermagem	Arquitetura	Ciências Contábeis	Artes
R	Farmacêutica	Astronomia	Ciências Econômicas	Bibliotecologia e Documentação
R	Licenciatura em Educação Física	Engenharia		Comunicação Social
R	Medicina	Engenharia Cartográfica		Direito
E	Medicina Veterinária	Engenharia Florestal		Educação Artística
I	Nutrição	Engenharia Química		Filosofia
R	Odontologia	Estatística		Geografia
A	Psicologia	Física		História
S	Zootécnica	Geologia		Letras
		Licenciatura em Ciências		Música
		Matemática		Serviço Social
		Meteorologia		Turismo
		Oceanografia		
		Química		

FONTE: FUNDAÇÃO CESGRANRIO - "Roteiro do Candidato"

mente à diminuição de custos que leva a discrepâncias inaceitáveis. Por exemplo, os candidatos à Meteorologia, que é o estudo da Física da Atmosfera, em cujo currículo sequer constam disciplinas de Química, deveriam fazer na segunda fase, provas de Física e Matemática com discursiva em Física. Por outro lado, a Geografia faz atualmente prova discursiva de História, assunto de menor importância em relação aos estudos que serão realizados durante o curso de graduação.

O sistema de Concurso Vestibular como tem sido aplicado pela Fundação CESGRANRIO, e possivelmente por outras entidades que fazem unificadamente Concursos para ingressos em muitas e diferentes Universidades, gera um fato assustador: o Vestibular que deveria ser um elemento apenas avaliador do sistema de ensino passa a ser um agente modificador desse sistema. Por exemplo, o aluno do 2º grau toma por base os critérios do Concurso para decidir sobre sua aprendizagem. Com isso a sua formação de 2º grau será despojada de temas importantes à mesma, pelo simples fato de "não Cair no Vestibular".

2. O Ciclo Básico

Iniciemos este item com uma constatação constrangedora: é mais econômico e menos desgastante para quem quer cursar certas car-

reiras só é efetiva quando o professor permanece responsável pela mesma disciplina por alguns semestres sucessivos.

A desarticulação entre os ciclos básico e profissional chega a tal ponto que muitas vezes um assunto da maior importância para certos cursos não chega a ser abordado por razões diversas, como por exemplo a falta de tempo.

Para se ter uma idéia dos entraves do ciclo básico, que têm sido trazidos por nossos alunos, podemos citar a grande defasagem entre o ensino teórico ministrado e a avaliação na qual se cobra solução de problemas. Por outro lado, disciplinas eminentemente experimentais querem avaliar aspectos teóricos. Como entender que o livro texto de Álgebra Linear I possa ser em Inglês? Ou que um professor destinado ao ensino de calouros possa ter grande dificuldade em falar português? Nossos alunos têm reclamado da maratona que é conseguir assento num microcomputador, condição imprescindível para se obter a destreza exigida na disciplina de Computação I.

Temos observado que algumas disciplinas logo no 1º semestre dos nossos cursos iniciam assumindo conhecimento de assuntos que o vestibular não cobrou (e que portanto o 2º grau não cobriu). Este problema se agrava ainda mais em Cursos como a Meteorologia

IMPRESSO

REMETENTE
ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ

ANOV

AGOSTO/83

N° 20

SETEMBRO

É MÊS DE ELEIÇÃO

Nova diretoria e metade do conselho
de representantes serão eleitos nos dias 27, 28 e 29 de setembro

ADUFRJ NO ENCLAT

Criação da CUT, a greve geral, o próximo Conclat, nossa participação. Pág.4 e 5

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia: 16/08 - 13:30 horas – Roxinho

PAUTA:

- PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA
- ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA DA ADUFRJ
- PARTICIPAÇÃO DA ADUFRJ NO CONCLAT
- A Criação da CUT
- A Questão da Greve Geral
- Eleição de Delegados
- MUDANÇAS NO ESTATUTO DA UFRJ

Documento do MEC congela Universidades

A Secretaria da Educação Superior do MEC divulgou entre as Universidades o documento abaixo transcrito e que se constituiem nas Diretrizes de Planejamento para 1983 e 1984. Trata-se de documento de extrema importância para a Universidade pelos conceitos nele expressos.

O congelamento das Universidades Públicas, a expansão do ensino superior privado e a total prevalência do ensino de graduação em detrimento da pós-graduação e pesquisa são alguns dos pontos mais graves contidos no documento.

Linhas básicas da programação da área de Educação Superior

1 - INTRODUÇÃO

As orientações adiante propostas, para serem desenvolvidas em 1984, pretendem constituir igualmente a versão revista e atualizada das diretrizes fixadas para 1983.

2 - PRELIMINARES

A conjuntura parece indicar a necessidade de dar consequência operativa a três pressupostos de política educacional, que vêm sendo firmados, desde o início do atual Governo, no que concerne à educação superior: o não-expansionismo, a preocupação da qualidade e à prioridade da educação básica.

São pressupostos correlativos e interdependentes, na medida em que se consideram algumas evidências. Assim, a idéia de não favorecer o crescimento do sistema decorre da conveniência de consolidá-lo e aperfeiçoá-lo, ao nível de expansão atingido ao final da década de 70. A eficácia do trabalho de elevação dos padrões de desempenho global do sistema estaria seriamente comprometida se não houvesse preocupação paralela de controle do crescimento. E a qualidade do ensino superior é função e resultado, não apenas de medidas internas das universidades e escolas, relacionadas com pessoal docente, instalações didáticas, biblioteca, métodos e técnicas pedagógicas, mas também da situação da escola de 1º e 2º graus, na qual é configurado efetivamente o perfil do aluno que postula a formação universitária.

3 - LINHAS BÁSICAS

A partir dessas premissas, a orientação ministerial, em educação superior, poderia ser delineada, resumidamente, nos seguintes pontos:

3.1 - A diretriz mais abrangente e que, de certa forma, permeia todas as demais, é no sentido do reordenamento do sistema de educação superior, como um todo, com vistas a um perfil institucional mais integrado, que melhor condicione a indução de qualidade em sua concepção de funcionamento.

3.2 - Para tanto, a Secretaria da Educação Superior deverá mobilizar seu corpo técnico para a obtenção do maior número possível de referências institucionais, aptas a proporcio-

narem uma visão diagnóstica e uma adequada supervisão ministerial.

3.3 - O desenvolvimento da rede de ensino superior particular será orientado e controlado à luz da conveniência de induzir qualidade e racionalidade no processo de expansão.

3.4 - Com relação à rede federal, a ampliação do número de cursos e de instituições será explicitamente desestimulada pelo MEC. Trata-se de um complexo institucional já bastante amplo e diversificado, na graduação, na pesquisa e na pós-graduação. Por outro lado, são notórias suas atuais deficiências de infra-estrutura e é imperiosa a necessidade de assegurar o custeio da atividade didático-científica existente e a estabilidade orçamentária das instituições. Há que considerar também as características da conjuntura econômico-financeira do País, no que tange especialmente ao esforço antiinflacionário e à restrição severa dos dispêndios governamentais.

3.5 - Em termos de desenvolvimento da rede federal, as universidades e escolas terão de se dedicar a um trabalho interno de auto-avaliação, de melhoria do seu desempenho institucional e de retificação dos rumos de sua programação global.

3.6 - A nível macroeducacional, e para secundar o esforço de auto-aperfeiçoamento das instituições, o MEC, através do Conselho Federal de Educação, está reabrindo o debate da questão universitária, sob variados aspectos. Trata-se de uma reavaliação do esforço de mudança que fizeram as instituições, na década passada, quase sempre por indução legislativa. Após um amplo diagnóstico dos desvios ou disfunções detectados na dinâmica administrativa e acadêmica do sistema, pretende-se partir para os ajustamentos estruturais e funcionais que se evidenciarem indispensáveis.

3.7 - Serão atribuídas importância especial e precedências ao ensino de graduação.

3.8 - As instituições deverão evitar que a pós-graduação e a pesquisa cresçam dissociadas da graduação e o surgimento de atividades de extensão sem comprometimento didático ou sem conotação pedagógica.

3.9 - A pesquisa, a pós-graduação e a extensão terão de ser absorvidas no esforço acadêmico global das instituições. Ser-lhes-á exigida funcionalidade didática, ou seja, a reversão dos seus resultados para a realimentação do ensino de graduação, sob os aspectos metodológico e de conteúdo.

3.10 - A auto-revisão que se espera da parte das universidades e escolas deverá levá-las a corrigir de iniciativa própria, disfunções de desempenho, especialmente na medida em que comprometam a qualidade e a eficácia de sua atividade-fim.

3.11 - As condições do ensino de graduação deverão ser levantadas, avaliadas e submetidas a um processo de correção e de revisão, abrangendo os aspectos físico e acadêmico.

3.12 - As instituições levarão a efeito estudos de capacidade instalada, para mensurar o grau de utilização da carga horária contratada do pessoal docente, seu envolvimento em atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração, bem como o índice eventual de ociosidade dos recursos humanos, docentes e administrativos, da planta física, de Labora-

tórios e oficinas didáticas.

3.13 - A dimensão pedagógica do trabalho das universidades e escolas ganhará ênfase a acentuação naturais a partir da própria importância que for atribuída a sala-de-aula, ao laboratório, à biblioteca, ao processo de ensino-aprendizagem, num contexto de represtigiamento da graduação.

3.14 - O ajustamento da educação superior à conveniência, reconhecida pelo Governo, de conferir acentuação prioritária à educação básica consistirá na adoção de uma série de providências inovadoras que as instituições criativamente identificarão. Recomenda-se, desde logo, de modo especial às universidades: a) a busca de uma interação sistemática e permanente com a administração dos sistemas estaduais de ensino, com vistas à execução de programas de ação comum, voltados para a melhoria do ensino de 1º e 2º graus; b) um reestudo da situação atual dos cursos de formação de professores para a escola de 1º e 2º graus, visando ao seu fortalecimento, inclusive pela adoção de mecanismos de fixação e motivação do alunado respectivos; c) o envolvimento da universidade, como um todo, e não apenas da área pedagógica, nos programas e atividades voltados para a educação básica.

3.15 - O atual planejamento do ensino superior está calcado em algumas posturas básicas, que servem, por seu turno, de orientação ao trabalho interno das instituições. São elas:

a) a idéia da interdependência dos subsistemas escolares e da visão do sistema educacional como um todo, orgânico, integrado e intercomplementar;

b) a ênfase ao papel da Universidade, por seu potencial de reflexão crítica, de pesquisa e de inovação, na condução do processo de mudança da educação em todos os níveis;

c) a atribuição de maior responsabilidade à universidade sobre o sistema de ensino superior, majoritariamente constituído por estabelecimentos isolados, quase totalmente particulares, com um insatisfatório padrão médio de desempenho e voltados, predominantemente para a função-ensino;

d) o empenho em equacionar formas de incentivação da melhoria qualitativa do ensino superior particular, especialmente dos estabelecimentos isolados, não apenas pela ação orientadora e preventiva da supervisão ministerial, mas também através do apoio técnico e da cooperação didático-científica das universidades;

e) a simplificação normativa gradual dos ordenamentos que regem o ensino, com vistas a ensinar ao sistema flexibilidade operacional e a liberar, progressivamente, seu potencial de auto-inovação;

f) a identificação de mecanismos de formação do consenso em torno das questões básicas de educação, para maior compatibilização das tendências, no processo de decisão ao nível de política de ensino superior;

g) a opção pelo planejamento indicativo, de flexibilidade compatível com a rapidez das mudanças da conjuntura;

h) a consciência cada vez mais nítida e apurada das prioridades institucionais, dentre estas a consolidação das estruturas montadas e a atenção especial aos aspectos infra-estruturais do funcionamento de escolas e cursos.

ANDESE ADFRJ ENTREGA DOCUMENTO A MINISTRA DA EDUCAÇÃO - Abaixo a íntegra do documento, entregue por ocasião da visita da Ministra à UFRJ, em 02/08/83.

Exma. Srª.

Ministra de Estado da Educação e Cultura

A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - RJ e a Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro vêm através desta expor à Vossa Excelência preocupações quanto às seguintes questões:

1. A Comunidade Universitária está apreensiva quanto à possibilidade de intervenção na Universidade Federal de São Carlos, anunciada pela imprensa. Esperamos que esta intervenção não se concretize;

2. Quanto à circular da SESU que trata das diretrizes para 1984, nos chama atenção entre outros pontos os seguintes:

- Congelamento de expansão da rede Federal de ensino superior;

- Expansão da rede privada do ensino superior;

- Privilegiamento da graduação em detrimento da pós-graduação e da pesquisa;

- Submissão da política de edu-

cação superior à conjuntura de crise econômica;

Esperamos que o Ministério de Educação e Cultura não implemente estas diretrizes;

3 - Quanto ao documento da CAPES, de 25/junho/1983 que trata de estudos e pesquisas sobre a implementação da reforma universitária de 1968 e perspectivas da reestruturação que se pretende, julgamos ser interessante. Todavia, solicitamos de Vossa Excelência um adiamento do prazo de 31/julho/1983 para "manifestação de interesse" por parte dos pesquisadores e grupos de pesquisa. Este adiamento possibilitaria a muitos pesquisadores terem oportunidades de participar destes estudos e diagnósticos.

Enfim, lembramos à Vossa Excelência que a ANDES solicitou audiência ao MEC, para tratar de assuntos de interesse da categoria dos docentes de ensino superior, e da reestruturação da Universidade.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1983.
ERICKSSON ROCHA E ALMENDRA
Presidente da ADFRJ
JOEL TEODÓSIO
Vice-presidente da Regional Rio-ANDES

PARTICIPE DA DISCUSSÃO DA CRIAÇÃO DA CUT

Modificações no estatuto da UFRJ

O Conselho Universitário iniciou em julho um processo de consolidação do estatuto da UFRJ. A sistemática que está sendo adotada é aprovar a redação artigo por artigo comparando a proposta formulada pelo prof. Alexandre Sergio da Rocha (publicado no Boletim da ADUFRJ nº 17) com a redação anteriormente aprovada pelo Conselho Universitário e que foi levantado por uma comissão da ADUFRJ. Desta forma já se aprovou até o artigo 12 com pequenas alterações e alguns destaques que merecerão aprovação posterior.

Na próxima seção especial, no qual o Conselho Universitário continuará este trabalho, deverá se chegar aos artigos que definem os Departamentos, as Unidades e os Órgãos Suplementares bem como suas atribuições e composição de seus órgãos deliberativos. Esta seção deverá ocorrer ainda em agosto.

A nossa comissão que estuda este processo elaborou, para serem apresentados ao Conselho Universitário, as propostas que se seguem. É importante que elas sejam discutidas por todos os professores em todas as Unidades pois serão matéria de discussão da próxima Assembléia Geral.

Unidades e órgãos suplementares

PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO PARA OS CAPÍTULOS II (SEÇÃO I) E CAPÍTULO III DO TÍTULO II (PARTE II)

CAPÍTULO II

Das Unidades Universitárias

SEÇÃO I

Da Classificação e das Finalidades

Art. 22 - As Unidades Universitárias, dotadas de estrutura técnica e administrativa adequada aos seus fins, são de dois tipos:

- 1 - Faculdades ou Escolas;
- 2 - Institutos.

Art. 23 - A Faculdade ou Escola destina-se à formação profissional e à pesquisa. (14) Parágrafo único - São suas finalidades a pesquisa e ensino em matérias profissionais de um ou mais cursos de graduação afins, além dos demais cursos e atividades referidos no Art. 9º.

Art. 24 - O Instituto destina-se, primordialmente, à realização da pesquisa básica e ao ensino em uma área fundamental do conhecimento.

Parágrafo único - São finalidades do Instituto:

- 1 - o ensino básico para toda a Universidade;
- 2 - a realização de cursos de graduação;
- 3 - o ensino, em cooperação com Faculdade ou Escola, de matéria profissional;
- 4 - a realização dos demais cursos e atividades referidos no Art. 9º.

Art. 24A -(introduzir entre o 24 e 25)

As Unidades Universitárias, respeitadas a legislação e este Estatuto, cabe:

- a) a instituição e o desenvolvimento de planos de pesquisa e de aplicação do conhecimento;
- b) a assistência técnica a outras Unidades e Órgãos da Universidade, bem como, mediante convênio ou ajuste, as entidades públicas ou privadas;
- c) elaborar seu Regimento a ser submetido à aprovação do Conselho de Coordenação do Centro e do Conselho Universitário;
- d) estabelecer acordos e convênios com instituições nacionais ou estrangeiras, no campo de sua competência.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Suplementares

Art. 36 - Os Órgãos Suplementares, integrantes da Infra-Estrutura, compreendem:

- 1 - os Núcleos que se destinam ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de treinamento de interesse da Universidade ou de instituições públicas ou privadas;
- 2 - as Organizações de Prestação de Serviços que, além de colaborar com as Unidades na execução do ensino e da pesquisa, visam ao atendimento de problemas da comunidade;
- 3 - os Institutos Especializados, destinados ao ensino e à pesquisa;
- 4 - o Colégio de Aplicação.

Parágrafo único - Os órgãos Suplementares são instituídos, em caráter permanente ou temporário, pelo Conselho Universitário, por ini-

ciativa do Reitor ou dos Conselhos de Coordenação dos Centros Universitários.

Art. 37 - Os Institutos Especializados destinam-se, primordialmente, a realizar a pesquisa e ministrar o ensino em setor restrito de um ciclo profissional e a eles, respeitados a legislação e este estatuto, cabe:

- a) promover ensino para graduados e pesquisa;
- b) cooperar no ensino de graduação na forma que disponha o Regimento Geral;
- c) prestar serviços.

Parágrafo único - Também se aplica aos Institutos Especializados o disposto no artigo 24A, itens a, b e d.

Art. 38 - Por proposta do Conselho de Coordenação do Centro, aprovada pelo Conselho Universitário, os Órgãos Suplementares podem ter lotação docente própria.

§ 1º - Os Órgãos Suplementares dotados de lotação docente própria elaboram seu Regimento e o submetem à aprovação do Conselho de Coordenação do Centro e do Conselho Universitário.

§ 2º - Os Órgãos Suplementares sem lotação própria tem seu Regimento elaborado pelo Conselho de Coordenação do Centro e aprovado pelo Conselho Universitário.

§ 3º - Os Regimentos dos Órgãos Suplementares definem a composição e competência de seu colegiado deliberativo.

JUSTIFICATIVAS

O conjunto de artigos constantes do Capítulo II (Seção I) e do Capítulo III, do Título II do Estatuto, definem as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares e apresentam, tanto na redação em vigor quanto na proposta de consolidação elaborada pelo prof. Alexandre Sergio da Rocha, uma série de imperfeições que comentaremos ponto a ponto. No entanto, os dois capítulos devem ser estudados em conjunto por definirem órgãos de posição hierárquica semelhante.

Art. 24

Os itens 5 e 6 do § 1º da redação original (idêntica à proposta de consolidação) são também atribuições das Escolas e Faculdades e portanto são transferidos para um artigo de definição de atribuições comuns (art. 24A).

O § 2º da redação original antecipa definições relativas a Órgãos Suplementares e deve ser transferido para o capítulo III que trata especificamente destes órgãos. O conteúdo da versão original foi incorporado ao caput do art. 37.

Art. 24A (a ser introduzido após o artigo 24 e remunerado)

Este artigo define atribuições comuns a todas as Unidades Universitárias e aos Institutos Especializados contendo parte dos artigos 24 e 37 do Estatuto em vigor e que obviamente são gerais.

Art. 36

Este artigo define os órgãos suplementares e o seu item 1 define os Núcleos. A redação original, mantida pela proposta de consolidação, se refere a "recursos da Unidade" dando a entender serem os Núcleos vinculados a Unidades Universitárias o que não se verifica na nossa prática. Por outro lado a menção à origem dos recursos nos parece desnecessária.

Art. 37

Este artigo define as atribuições dos Institutos Especializados. Estes Institutos são, juntamente com as Unidades Universitárias, órgãos executores do ensino e da pesquisa (Art. 16) e, portanto, este artigo procura estabelecer as diferenças existentes entre estes órgãos.

O item "a" da redação original, por ser uma atribuição comum às Unidades Universitárias, foi transferida para o artigo 24A e o parágrafo único aqui proposto faz a referência a esse artigo. O item "e" foi transferido para o artigo 38.

O § 1º da redação original subordinava os Institutos Especializados à Decania do Centro, omitindo a situação dos Núcleos e das Organizações de Prestação de Serviços. Esta relação de subordinação já está perfeitamente definida pelos artigos 17, 39 e 44, e é desnecessária.

Art. 38

Este artigo, em seu caput, possibilita a existência de lotação docente própria nos Órgãos

Suplementares e se constitui numa tentativa de regulamentar a situação em vigor. O quadro que se segue mostra que em 19 Órgãos Suplementares nada menos de 13 (68% do total) dispõem de lotação a despeito de restrições estatutárias e regimentos hoje existentes.

DEPARTAMENTO

Proposta 1 - Altera o art. 20 no Caput e introduz § 3º.

Art. 20 - O Departamento é dirigido por um chefe designado pelo Diretor da Unidade mediante prévia eleição pelos professores lotados no Departamento, sendo preferido em caso de empate o de classe mais alta e entre os de mesma classe o mais antigo na classe.

§ 1º

§ 2º

§ 3º - Na eleição de que trata o caput deste artigo, o corpo discente terá participação com peso igual a 20% dos votos não discentes, na forma estabelecida pelo Regimento.

Justificativa

Esta proposta estabelece a eleição do Chefe de Departamento por todos os professores e por uma representação estudantil. Este é um desejo geral do corpo docente da UFRJ e já se constitui prática corrente em grande número de departamentos onde este processo tem resultado na escolha de chefes com o respaldo necessário para o exercício eficaz de sua função. Além disto, o processo estimula a participação ativa da comunidade docente na vida do departamento.

Obs.: Estas alterações são independentes da discussão dos § 1º e 2º.

Proposta 2 - Altera § 1º do Art. 20 Chefia do Departamento.

Art. 20

§ 1.º - A Chefia do Departamento cabe ao professor da Carreira do Magistério que a exerce obrigatoriamente em regime de tempo integral e facultativamente em regime de dedicação exclusiva, por um período de dois anos podendo ser reconduzido até duas vezes para períodos consecutivos.

Justificativa: DL 85487

O Decreto 85487 que estabeleceu a nova estrutura da Carreira do Magistério determina a obrigatoriedade do exercício de qualquer cargo de direção ou coordenação em regime de 40h ou de dedicação exclusiva.

Proposta 3 - Altera § 2º do art. 20 - Substituto eventual.

Art. 20

§ 2º - O Chefe do Departamento escolhe, com homologação pelo Corpo Deliberativo, um professor lotado no Departamento para substituí-lo em suas faltas ou impedimentos eventuais.

Justificativa

Esta proposta evita a criação de novo cargo, o de Vice-Chefe de Departamento, regulamentando a prática corrente existente na Universidade que tem demonstrado adequar-se perfeitamente às nossas necessidades.

OBS.: Implica na supressão do § 2º do art. 21.

Proposta 4 - Altera § 3º do art. 21 - Ampliação do Corpo Deliberativo.

Art. 21

§ 3º - Por proposta do Corpo Deliberativo, homologada pela Congregação, a representação dos Professores Assistentes e Professores Auxiliares pode ser ampliada.

Justificativa

A redação desta matéria, aprovada pelo Conselho Universitário em novembro de 1982 tem alguns inconvenientes entre os quais o de deixar indefinido o caráter da participação dos docentes que por decisão do Corpo Deliberativo, homologada pela Congregação, podem passar a compor o Corpo Deliberativo. Esta indefinição poderia ensejar o aparecimento de membros convidados, inexistentes em qualquer outro órgão deliberativo da Universidade.

A proposta acima atende perfeitamente o espírito da redação original que era o de conferir ao próprio Corpo Deliberativo do Departamento a decisão de, analisadas as peculiaridades de seu corpo docente, ampliar a representação dos Professores Assistentes e Auxiliares.

DECANIA

Proposta 1 - Altera o Art. 44 em seu § 1º - Eleição para Decano.

Art. 44

§ 1º - O Decano é eleito pelos professores lotados no Centro em eleição convocada pelo Conselho de Coordenação até 4 (quatro) meses após a posse do Reitor.

Justificativa

A eleição e escolha do Decano dos Centros é matéria de exclusiva competência da Universidade, não sendo fixada nem restringida por qualquer dispositivo legal, no que diz respeito à sua forma. Parece ser um desejo geral e bem explícito de a escolha fazer-se por forma direta, mediante o voto dos docentes do Centro, em lugar da forma indireta que está preconizada no atual Estatuto. Esta escolha tem, é evidente, a grande vantagem de dar ao Decano do Centro o respaldo necessário para efetuar a sua política administrativa e contar com a participação ativa da comunidade docente. São vantagens que não se podem desprezar diante dos grandes problemas institucionais que já avultam na Universidade e que, possivelmente, agravar-se-ão nos anos vindouros.

Proposta 2 - Altera o item 3 do. Art. 46 e introduz § 1º - composição do Conselho de Coordenação.

Art. 46

1 -

2 -

3 - por 2 (dois) representantes de cada classe da carreira do magistério;

4 -

§ 1º - Os representantes das classes da carreira do magistério são escolhidos diretamente por seus pares, lotados nas Unidades do Centro, em eleição convocada e presidida pelo Decano.

Justificativa

A proposta visa a ampliar a representação docente nos Conselhos de Coordenação a fim de tornar maior o entrosamento entre os Centros e as Unidades. Com dois representantes de cada classe será possível ampliar de muito os canais de comunicação entre os Conselhos de Coordenação e os Centros, o que contribuirá fortemente para a melhoria das atividades específicas destes Centros.

Por outro lado, a prática da Universidade, nos últimos anos, tem mostrado a viabilidade de substituir-se, com vantagens, o processo de eleição indireta pelo de eleição direta. Se aquele poder-se-ia justificar na implantação da Reforma, este é agora o preferido, e o viável, diante da própria atividade do corpo docente.

CONGREGAÇÃO

Proposta 1 - Altera art. 29 nos itens 4, 5 e,6 e introduz § 7º.

Art. 29

3 -

4 - Por representantes dos professores Adjuntos;

5 - por representantes dos professores Assistentes;

6 - por representantes dos professores Auxiliares.

7 -

§ 7º - O número dos representantes referidos nos itens 4, 5 e 6 será fixado no Regimento da Unidade sendo no mínimo igual a 2 e no máximo igual a 5 para as classes de Professor Adjunto e Prof. Assistente e no mínimo igual a 1 e no máximo igual a 3 para a classe do Prof. Auxiliar.

Justificativa

As razões da proposta são de duas naturezas: 1ª) ampliar a representação docente; 2ª) tomar mais flexível a composição das Congregações.

A necessidade da ampliação da representação docente parece ser óbvia, pois os atuais dois representantes de professores Adjuntos e de professores Assistentes não refletem, na maior parte dos casos, o peso que estas categorias têm na vida acadêmica das Unidades. Por outro lado, a própria dinâmica da carreira docente sugere que não será de bom efeito a manutenção de um quadro rígido de representação, que em poucos anos terá sido deteriorado pela própria evolução dos docentes. Por isso, deixando às Congregações das Unidades a fixação das representações - balizadas apenas por um máximo e um mínimo - cria-se um mecanismo eficiente de estrutura congregacional que poderá atender aos interesses futuros da evolução e aos interesses presentes em cada Unidade.

ENCLATE-CONCLAT

Este documento foi o texto base para discussões preparado para o III ENCLAT pela Comissão Executiva da Intersindical - RJ, que foi aprovado pela plenária final como documento base para o movimento sindical, com algumas modificações de forma, que não alteram o seu conteúdo e algumas alterações nas bandeiras de lutas, que compõe a parte final do documento. No próximo número publicaremos o texto final.

MUDAR A POLÍTICA ECONÔMICA
DEFENDER OS INTERESSES NA-
CIONAIS
LUTAR PELA DEMOCRACIA E POR
MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA
PARA OS TRABALHADORES

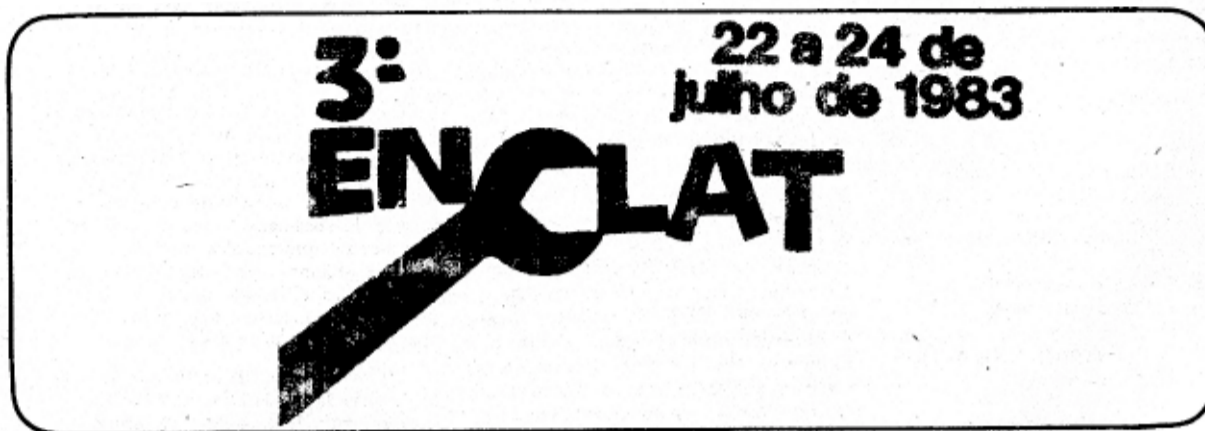
Os trabalhadores brasileiros enfrentam no ano em curso as conseqüências da mais grave crise econômica da história do país.

O saldo do chamado "milagre brasileiro" não poderia ser mais dramático: custo de vida a 125,6% nos últimos doze meses - recorde histórico -; milhões de trabalhadores sem emprego ou subempregados, funcionando no parque industrial com o mesmo número de operários de dez anos atrás; altas taxas de juros alimentando a especulação financeira, inviabilizando a tomada de empréstimos bancários e levando a um aumento inédito do número de falências e concordatas de pequenas e médias empresas, justamente as que, em seu conjunto, absorvem mais mão-de-obra; salário mínimo correspondendo a menos de um terço das necessidades básicas do trabalhador e sua família; atividades produtivas quase paralisadas e submissão total da política econômica aos ditames do FMI e dos banqueiros internacionais para a administração da fabulosa dívida externa de 100 bilhões de dólares irresponsavelmente contraída.

Ao insistir em afirmar os princípios do "modelo" de desenvolvimento implantado à força a partir de 1964, o governo federal só tem conseguido agravar a crise. O atrelamento aos interesses do capital estrangeiro, a manutenção do latifúndio, dos privilégios das multinacionais e dos bancos e a crescente concentração da renda nacional em mãos de uma minoria ínfima da população impedem que a economia brasileira seja reposta no caminho da expansão da produção e do emprego, com pleno aproveitamento das amplas potencialidades nacionais e melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores.

As medidas mais recentes, substanciadas no "pacote" das estatais, no expurgo do INPC e no Decreto-Lei 2045 - autoritariamente impostas pelo governo - redundarão em mais recessão, mais desemprego e perda ainda maior da soberania nacional. Confirmam a denúncia formulada pelo movimento sindical na memorável 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), de que o governo antidemocrático e antinacional, para não contrariar os interesses dos conglomerados financeiros e do capital estrangeiro, levaria às últimas conseqüências sua política de lançamento do ônus principal da crise sobre os ombros daqueles que vivem de seu salário - os trabalhadores.

Os drásticos cortes nos investimentos públicos aprofundam a crise e põem em risco cada vez maior a soberania nacional, dadas a responsabilidade do Estado por mais de um terço da produção interna e a indisfarçada cobiça do capital estrangeiro por diversos setores estratégicos. O enfraquecimento das empresas estatais repercute sobre o conjunto da economia fazendo com que inúmeras empresas privadas, dependentes direta ou in-



diretamente da atividade produtiva do Estado, enfrentem sérias dificuldades e despeçam em massa seus empregados.

A campanha do governo, do FMI e de setores do grande empresariado, apontando as empresas estatais como ineficientes e responsáveis pelo aumento do déficit público - denegrindo esse valioso patrimônio construído com sacrifícios e lutas - busca encobrir o real objetivo de desestatizar vários setores da economia brasileira e entregá-los a quem, fora do Estado, tem condições de operá-los: as multinacionais.

Parte integrante da campanha de desmoralização dessas empresas, visando a sua desnacionalização, o Decreto-Lei 2.036 atinge duramente os trabalhadores das estatais. Em nome do combate a supostos privilégios - sem referência às incalculáveis regalias dos banqueiros, das multinacionais e dos latifundiários - a suspensão das promoções, o congelamento de benefícios, a completa subordinação da política de remunerações ao CNPS e o esvaziamento do papel dos sindicatos no setor e, em especial, a perspectiva de demissões e rotatividade acelerada já que os novos empregados admitidos não terão nenhum dos benefícios atuais, constituem afronta e ameaça aos justos direitos adquiridos através de lutas históricas.

A deterioração das condições de vida dos servidores públicos é ainda mais marcante. A eles não são concedidos nem mesmo os parcos direitos ainda mantidos para os trabalhadores do setor privado e das estatais. Há anos com reajustes salariais muito abaixo do aumento do custo de vida, com correção de seus vencimentos este ano prevista para a metade da inflação, sem 13º salário e sem direito à sindicalização esses trabalhadores sofrem aviltamento de seu poder aquisitivo sem paralelo com o de outras categorias. Talvez apenas os aposentados e pensionistas, com a flagrante manipulação do cálculo de seus rendimentos, enfrentem situação semelhante.

No campo, onde as leis e os direitos raramente são respeitados, os trabalhadores rurais, e camponeses continuam respondendo pelo percentual maior da população em situação de miséria absoluta. Salários abaixo do mínimo regional para a grande maioria dos trabalhadores, concentração cada vez maior da propriedade da terra levando à migração para os centros urbanos e à sobrevivência sem condições dignas, e redução da área dis-

ponível para cada família de pequenos proprietários e posseiros - sob violenta e ilegal investida de grileiros e grandes empresas - formam o quadro, nada bucólico, da vida rural brasileira.

Para o conjunto dos trabalhadores submetidos à política salarial, o governo federal impôs - sem consultas, bem debates - os Decretos-lei 2.012, 2.024 e, agora, o 2.045, sob pressão do FMI e aplausos do grande capital. Apesar das afirmações do movimento sindical, de especialistas, de muitos empresários e até de ministros de Estado, de que os reajustes salariais não constituem fator de pressão inflacionária, a política salarial foi transformada em política aberta de arrocho.

(O fim dos 10% sobre o INPC para as remunerações até 3 salários mínimos constitui inaceitável subtração de um benefício para a grande maioria de trabalhadores carentes). A correção de apenas 80% do INPC, a possibilidade de "livre" negociação em inúmeras empresas e a restrição aos aumentos por produtividade - medidas tão arbitrarias que exigiram para sua decretação o respaldo do autoritário Conselho de Segurança Nacional - corresponderão nos próximos dois anos, à maior perda de poder aquisitivo jamais sofrida pela classe trabalhadora brasileira. Em acréscimo, o INPC passou a ser adulterado sem qualquer base técnica, sujeito a expurgos dos aumentos de preços considerados acima da média.

Os preços das mercadorias continuarão a ser reajustados livremente agravando a concentração da renda em benefício dos que detêm o grande capital. Longe de controlar efetivamente a inflação e o déficit público, o governo conseguirá com essas medidas o rápido agravamento da recessão e do desemprego, dado o retraimento do consumo e, consequentemente, da produção, provocado pelo brutal arrocho nos salários.

Na tentativa de amenizar o impacto do novo arrocho salarial foi alterado o "pacote" do BNH, com o aumento da prestação restrito a 80% do INPC. Ocorre que a diferença entre esse reajuste e a correção monetária real será coberta, aceita a semestralidade, pela dilatação dos prazos de pagamento ou quitação do saldo no final do contrato, piorando ainda mais a situação dos mutuários - agora com salários ainda mais arrochados - e transformando o sonho da casa própria em verdadeiro pesadelo.

Diante desse quadro de mazelas pro-

vocado pela política recessiva governamental, os trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, reunidos no 3º ENCLAT-RJ, reafirmam as principais resoluções da 1ª CONCLAT. Sua atualidade demonstra a capacidade de o movimento sindical identificar as origens da crise econômico-social e as saídas possíveis, de acordo com os seus interesses, e unir-se em torno de um programa reivindicatório.

Contudo, o alarmante agravamento da crise - com o aumento do desemprego, da tensão social e do risco de perda dos espaços democráticos conquistados - e a consciência cada vez maior de que a alteração da atual política econômica não é uma reivindicação exclusiva dos trabalhadores, exigem que o movimento sindical apresente com a máxima urgência os pontos básicos de uma proposta alternativa à recessão, capazes de serem assumidos por um amplo conjunto de forças políticas e sociais descontentes com a atual orientação econômico-financeira.

Formular essa proposta alternativa, valorizar as conquistas parciais e buscar o entendimento e a negociação com todos os que não mais aceitam o não aproveitamento das potencialidades nacionais, o rebaixamento das condições de vida da população, a submissão aos interesses do capital financeiro internacional, a paralisação das atividades produtivas em benefícios da especulação financeira e o desprezo pela opinião pública no estabelecimento de medidas de repercussão social é a forma mais conseqüente de defesa, hoje, dos interesses dos trabalhadores e de abertura de novas e mais favoráveis perspectivas para as lutas econômicas e para a conquista da democracia no Brasil

A busca do entendimento e a negociação não pressupõem o arrefecimento da luta. Ao contrário, as propostas do movimento sindical só terão peso com a aceleração do processo de mobilização e organização dos trabalhadores - desde as comissões de empresas até a construção da Central Única - e o desenvolvimento das formas de luta adequadas à realidade de cada categoria e à necessidade de articulação unitária - do mais simples protesto à greve.

Abordados no quadro de um plano global, a ser debatido pelo conjunto da Sociedade, estes são os pontos básicos propostos pelo movimento sindical do Estado do Rio de Janeiro:



- **Reativação imediata dos investimentos e gastos públicos** - Acionando as empresas estatais, estimulando às empresas privadas voltadas para o mercado interno e direcionando recursos para áreas de carência social, não dependentes de importações e capazes de expandir o emprego tais como habitação popular, saneamento, transportes, saúde e educação. Apoio efetivo ao desenvolvimento da tecnologia nacional.

- **Reforma Agrária** - Melhoria da distribuição da terra com modificações no regime de sua posse, uso e propriedade, proporcionando melhores condições de vida aos trabalhadores rurais, incrementando a oferta de gêneros alimentícios e fortalecendo o mercado interno para a indústria nacional.

- **Reforma tributária** - Aumento dos impostos diretos, em especial sobre os lucros do setor financeiro, e maior autonomia para os Estados e Municípios, permitindo aplicações crescentes de recursos públicos em programas locais de expansão do emprego, com participação e controle da comunidade.

- **Expansão do crédito** - Com prioridade para as pequenas e médias empresas nacionais, inclusive rurais, a juros compatíveis com o desenvolvimento das atividades produtivas e conseqüente expansão do emprego, menores exigências de reciprocidade, menos burocracia e maiores prazos de carência.

- **Moratória da dívida externa e sua renegociação global** - Subordinação dos prazos e condições de pagamento às necessidades internas de expansão imediata da produção e do emprego, garantindo-se soberania nacional.

- **Fim da política de arrocho salarial** - Reajuste salariais semestrais mínimos para todos os trabalhadores iguais ao INPC sem expurgos, 13º para os servidores públicos e salário mínimo real unificado nacionalmente.

- **Combate ao desemprego, à rotatividade e suas conseqüências**

- admissão de qualquer trabalhador com salário pelo menos igual ao do demitido no mesmo cargo.

- Limitação das horas extras.

- Redução da jornada de trabalho sem prejuízo do salário.

- Implantação do seguro-desemprego, com recursos públicos e privados.

- Adoção de mecanismos que assegurem a garantia no emprego.

Vinculando a luta pela retomada do crescimento econômico à questão democrática, o movimento sindical aponta as reivindicações políticas passíveis de obterem na atualidade o mais amplo respaldo social:

- Revogação da Lei de Segurança Nacional

- Direito de greve para todos os trabalhadores

- Liberdade e autonomia sindicais

- Fim das intervenções

- Liberdade de organização partidária

- Eleições diretas para Presidente da República

- Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Informe e avaliação do 3º Enclat - RJ – ADUFRJ

Por decisão do Conselho de Representantes, em sessão realizada no dia 18/07/83, a ADUFRJ enviou dois delegados de diretoria e dois de base ao 3º ENCLAT do Rio de Janeiro, que se reuniu nos últimos dias 22, 23 e 24. Embora não tivesse havido uma discussão prévia no interior da Universidade a, respeito dos temas que iriam ser tratados, julgou o Conselho que a nossa participação no Encontro seria importante exatamente para abrir entre nós o debate em relação às questões que hoje se colocam como centrais para o movimento sindical.

Visando fornecer elementos para esse debate, nós, os delegados ao 3º ENCLAT, organizamos esse documento composto de três partes. Na primeira procuramos dar algumas informações gerais a respeito da organização atual da articulação entre entidades sindicais (ENCLAT, CONCLAT e Comissão Nacional PRÓ-CUT). Na segunda procuramos descrever quais as principais discussões travadas no ENCLAT do qual participamos e informar aos colegas a respeito das posições que assumimos. Na terceira e última parte desse documento levantamos algumas questões a respeito do significado e importância de nossa participação, enquanto movimento docente, no movimento mais amplo da classe trabalhadora.

Parte I: Organização e Estrutura do Movimento Sindical

O Encontro da Classe Trabalhadora - ENCLAT - é um congresso que congrega as entidades sindicais, pré-sindicais, associações profissionais e entidades de servidores públicos de um determinado Estado e que se reúne, uma vez por ano. É organizado pela Intersindical daquele Estado, a qual por sua vez é composta por um conjunto de sindicatos, entidades, associações, etc. A Intersindical é dirigida por uma comissão executiva, renovada a cada ano por ocasião do Encontro, cabendo a ela, a rigor, a coordenação efetiva do movimento a nível do Estado. A ADUFRJ não participa da Intersindical do Rio de Janeiro porque até o momento não se travou entre nós uma discussão a respeito dessa questão. Isso não impediu no entanto que a Intersindical apoiasse nossas greves. A título de ilustração informamos que nos episódios mais recentes de mobilização das classes trabalhadoras, como as passeatas das estatais e o dia nacional de luta (21 de julho), a Intersindical do Rio exerceu importante papel de coordenação e mobilização.

Integram, a Intersindical as entidades representativas dos trabalhadores do campo e da cidade. Assim no interior dela temos tanto o Sindicato dos Metalúrgicos quanto o Sindicato dos Engenheiros, tanto os Sindicatos de Trabalhadores Rurais quanto o Sindicato dos Médicos, tanto o Sindicato dos Rodoviários quanto Associação dos Profissionais em Processamento de Dados e o Sindicato dos Professores. A unidade a nível da Intersindical é dada fundamentalmente pela condição de trabalhadores assalariados e não pelo nível de qualificação desses trabalhadores.

A Comissão Nacional Pró-Cut (Central Única dos Trabalhadores) é composta por 56 sindicalistas, tendo sido eleita por ocasião da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em São Paulo, em agosto de 1981, com as atribuições de “a) coordenar a execução das resoluções da CONCLAT e, particularmente, a da realização em agosto de 1982 do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras; b) prestar apoio e solidariedade às lutas de todos os trabalhadores e às lutas específicas das diversas categorias profissionais” (Cf. Documento final da Conferência).

O Congresso programado para 1982 acabou não se realizando por decisão da

Comissão, com base em argumentos levantados em vários ENCLATs estaduais realizados nos meses de junho, julho e agosto daquele ano, entre os quais os mais importantes eram de que a mobilização da classe trabalhadora era insuficiente, era pequeno o avanço em termos de lutas mais gerais e o fato de que a unidade política do movimento corria sérios riscos com o acirramento das disputas em torno das eleições de 15 de novembro. Decidiu-se então adiar o Congresso para esse ano, estando marcada sua realização para os próximos dias 26, 27 e 28 de agosto, em São Paulo, com o seguinte ternário:

1 - PLANO DE LUTAS

- a - Recessão e Desemprego;
- b - Política Salarial e Inflação;
- c - Política Agrária e Agrícola;
- d - Previdência Social;
- e - Liberdades Políticas e Sindicais;
- f - Política Habitacional;
- g - Política Educacional.

2- A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

- a - Carta de Princípios;
- b - Estatutos;
- c - Intersindicais Estaduais;
- d - Estrutura Sindical;
- d - Relações Internacionais.

Também em relação à Comissão Nacional Pró-Cut cabe assinalar que embora dela não participássemos, contamos com seu apoio nas greves de 1981 e 1982, a nível de notas de apoio e gestões conjuntas visando abertura de negociações (greve de 82), participação em atos públicos. Por ocasião do II Congresso Nacional da ANDES (Fortaleza, fevereiro de 1983) ficou decidido que a ANDES deveria participar da Comissão Nacional Pró-Cut, que as AD's deveriam se integrar às Intersindicais e participar do CONCLAT deste ano. Já no mês de março, o Professor Pinguelli, tendo sido convidado pela Executiva da Comissão, passou a integrá-la como representante da entidade nacional do movimento docente.

Parte II: O ENCLAT do Rio de Janeiro

Do ENCLAT do Rio de Janeiro participaram cerca de 500 delegados a maioria deles representantes de setores das camadas médias, como por exemplo, engenheiros, médicos, técnicos em processamento de dados, enfermeiras, bancários, nutricionistas, arquitetos, psicólogos, artistas e professores entre outros, embora lá também estivessem representados os trabalhadores rurais, os metalúrgicos, os gráficos, os petroleiros, os rodoviários, a construção civil etc. A predominância dos setores médios, que singularia o movimento do Rio de Janeiro em relação aos outros Estados (onde o peso da classe operária é maior) deve-se em parte a um certo esvaziamento do Rio enquanto centro industrial e em parte a uma maior desmobilização dos setores mais nitidamente operários.

Aberto na ABI, na noite do dia 22, quando realizou-se a primeira plenária visando aprovação dos estatutos e resolução de questões relativas ao credenciamento de delegados, o ENCLAT prosseguiu durante o dia de sábado com o trabalho em Comissões e foi encerrado no domingo com a realização de uma plenária no Sindicato dos Gráficos. As principais resoluções do Encontro foram:

1) A aprovação de um documento de análise da situação econômica do país e de propostas relativas a um plano de lutas que incluía questões como o desemprego, estabilidade, revogação dos pacotes, moratória, readmissão dos demitidos, suspensão das intervenções sindicais, eleições diretas, etc;

- 2) A questão da criação da CUT;
- 3) A questão da greve geral.

Em virtude da importância que tiveram as discussões relativas à criação da CUT e à greve geral, procuraremos aqui reproduzir as posições e os argumentos levantados pelas diversas forças presentes ao Encontro.

Quanto à criação da CUT poderíamos, embora correndo o risco de simplificar um pouco os debates, reportar o surgimento de duas posições antagônicas.

I - Posição favorável à criação da CUT no Congresso, com base nos seguintes argumentos:

a) Em função do avanço das lutas do movimento sindical em todo o país e particularmente das lutas no último dia 21/07, torna-se imperiosa a criação de uma entidade coordenadora das lutas dos trabalhadores brasileiros;

b) Se um número significativo de Sindicatos, Federações e Confederações não participa ainda da luta pela criação da CUT, esse fato não deve obstaculizar a criação da CUT. Para algumas das forças que sustentavam essa posição, a criação da CUT, enquanto fato consumado, abriria espaço político e forneceria uma estrutura básica para atrair os que estão fora do movimento. Outras forças argumentavam que a entidade deve ser criada nem que seja apenas com os setores mais combativos.

II - Posição contrária à criação da CUT durante o Congresso de agosto, com base nos seguintes argumentos:

a) Um número significativo de Sindicatos, Federações e Confederações não participam ainda nem das Intersindicais nem da Comissão Nacional Pró-Cut, assim sendo, não haveria a curto prazo condições para se criar uma Central Única dos Trabalhadores efetivamente representativa e que possa coordenar de fato as lutas dos trabalhadores;

b) Não existe no movimento sindical unidade política em relação às formas de condução do movimento. O dia 21 de julho (Dia Nacional de Lutas com Greves e Manifestações) seria um exemplo da incapacidade atual das lideranças de superarem suas divergências, uma vez que houve um evidente desencontro no encaminhamento das formas de luta;

c) A CUT não foi suficientemente discutida pelas bases e, se criada, não será reconhecida pelos trabalhadores.

Tentando sintetizar poderíamos resumir as divergências à questão da oportunidade política de criação da CUT agora, uma vez que existe consenso em relação à necessidade da existência de tal Central Única para coordenar as lutas. A pergunta que fica desses debates é a de se vale a pena criar a CUT sem uma sólida implantação nas entidades sindicais e nas massas trabalhadoras.

Embora o movimento docente não tenha discutido a questão da CUT, consideramos que, dada sua importância, não poderíamos nos abster de nos manifestar. Por concordarmos com os argumentos apresentados pelos defensores da proposta II foi nela que votamos nas Comissões das quais participamos.

Ora, quando a questão chegou à plenária houve uma composição entre as forças que apoiavam a proposta II e parte das forças que apoiavam a proposta I e chegou-se a uma proposta que poderíamos resumir nos seguintes termos: considerando-se a importância da criação de uma CUT realmente representativa e unitária, que se proceda durante o 1º CONCLAT uma avaliação das condições reais de formação da CUT dentro desses princípios e que se crie uma Coordenação para preparar a criação da CUT em outro Congresso a ser para isso especificamente convocado. Algumas das forças que apoiavam a proposta I, insatisfeitas com os termos da composição, propuseram adendos no sentido de que a Coordenação fosse a

Diretoria Provisória e que a CUT fosse efetivamente criada ainda em 1983. Diante dessas alternativas, votamos na proposta de composição, que foi a vencedora no plenário.

Quanto à **Greve Geral**, houve um consenso de que, diante da crise que o país atravessa, essa é uma forma de luta importante para marcar a posição contrária dos trabalhadores em relação à política econômica de Governo. As divergências surgiram em relação ao modo como encaminhar essa questão. Havia a rigor duas posições:

I - Proposta de marcação da greve geral ainda este ano. Essa proposta se subdividia em duas. Uma que propunha a marcação da data no CONCLAT e outra que propunha que a Coordenação eleita no CONCLAT avalie as condições para a greve, se articule com outros setores da sociedade e fixe a data. Os argumentos apresentados eram de que a crise exige uma manifestação vigorosa da classe trabalhadora, que o dia 21 de julho foi um sucesso e que portanto há condições objetivas para a greve geral.

II - Proposta de realização desde já de jornadas de lutas setoriais ou conjugando mais de uma categoria, greves e manifestações, sem menção à greve geral. Os argumentos invocados pelos proponentes era de que o movimento sindical não reúne no momento condições para decretar uma greve geral que seja realmente geral, na medida que não existe organização para isso, nem vontade política. A decretação da greve geral seria um fracasso e resultaria numa desmoralização dessa força de luta.

Venceu no plenário a proposta de que a greve seja tratada e marcada pela Coordenação, que venha a sair do CONCLAT. Também aqui, por considerarmos a inexistência de condições políticas para uma greve geral, votamos na proposta II e saímos perdedores.

Parte III: O Movimento Docente e o Movimento Sindical

Embora recente, nosso movimento tem conseguido até agora manter uma grande coerência na defesa de suas bandeiras de luta, tais como a defesa da Universidade, a luta pela melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, a democratização da Universidade e do país, a defesa dos interesses dos docentes, a luta pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, a reestruturação da Universidade e a ampliação das verbas para a educação.

Cedo nos demos conta, no bojo mesmo das lutas que travamos, que o sucesso que possamos alcançar na defesa daquelas bandeiras passa também por uma articulação de nosso movimento com outros setores da sociedade. O ensino público e gratuito em todos os níveis depende não apenas da pressão dos docentes, mas da pressão dos trabalhadores, das forças democráticas da sociedade, do Congresso Nacional, e de outros setores. A questão salarial que tanto nós preocupamos cada dia depende menos de um movimento exclusivamente nosso, pois a experiência já nos mostrou que dificilmente conseguiremos alguma melhoria se lutarmos isolados contra a política salarial do Governo. A melhoria do ensino e melhores condições para a pesquisa dependem da política atual do Governo para a educação, para a saúde e para o desenvolvimento tecnológico nacional, apenas para citar alguns pontos, que interessam também a outros setores da sociedade.

Tendo muita clareza da importância fundamental de preservarmos a autonomia e especificidade de nosso movimento enquanto um movimento de docentes, é importante também que tenhamos clareza da importância de procurar-

mos estreitar os vínculos com outros setores da sociedade que, como nós, se empenham por uma mudança da atual política do Governo que venha a beneficiar a maioria da população do país. Assim como para influir nos rumos da política científica e tecnológica é importante uma articulação entre o movimento docente e as sociedades científicas, também para influir nos rumos da política salarial e da própria política educacional do Governo é importante que nos articulemos como outros setores interessados visando somar forças e exercer uma pressão mais efetiva. Nesse sentido estamos propondo aos nossos colegas da UFRJ uma discussão ampla a respeito da importância de nesse momento, com a proximidade da realização do I Congresso da Classe Trabalhadora final de agosto, procurarmos uma interação maior com as entidades sindicais, através de uma participação ativa no CONCLAT. Se em relação a algumas questões não temos ainda contribuições substantivas a dar, em relação a outras - como a Política Educacional - nossa participação pode ser decisiva. Caberia a nós, nesse curto período que ainda resta antes do Congresso, tentar refletir sobre o temário e procurar produzir algumas propostas, dentro das nossas possibilidades atuais.

Não estaria apenas em jogo nossa participação das articulações da classe trabalhadora, a ampliação das bases de sustentação para nossas bandeiras de luta. Há a nosso ver dois outros elementos que merecem ser avaliados. Por um lado, o movimento docente, em função das lutas que tem travado, nas quais ficou demonstrado um grau considerável de coesão e unidade a nível nacional, goza de respeitabilidade entre as lideranças sindicais. Por outro lado, a independência e autonomia real de nosso movimento em relação a partidos e organizações políticas reforçam ainda mais a respeitabilidade e credibilidade de nossas entidades, conferindo-lhes amplas possibilidades de influir politicamente no sentido de aplainar divergências, colaborar para uma composição de interesses e desta forma atuar positivamente no sentido de construir uma unidade mais efetiva entre as diferentes forças que atuam no interior do movimento sindical.

Finalmente, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a relação da Universidade com a sociedade passa também pela interação com o movimento sindical. Como centro atuar positivamente no sentido de cons- especialistas das mais diferentes áreas, a Universidade tem muito a oferecer e a ganhar no debate com os trabalhadores inseridos nos mais diversos ramos da produção, sejam eles manuais ou intelectuais. Também aí, através de nossas entidades, podemos estabelecer uma relação com outros setores da sociedade, cujos efeitos políticos a mais longo prazo em muito transcendam a nossa participação em reuniões, mas que, num certo sentido, dela também depende.

Esses são alguns dos pontos que queremos trazer para a reflexão e debate dos colegas, com base na experiência que tivemos enquanto delegados ao 3º ENCLAT do Rio de Janeiro.

Eliane Brígida Moraes Falcão - Pela Diretoria

Lygia Maria Sigaud - Pela Diretoria
Fernando A. S. de Amorim - Pelo Conselho de Representantes

Joel Teodósio - Pelo Conselho de Representantes

Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 1983.

A ASSEMBLÉIA DE AGOSTO DA ADUFRJ DISCUTIRÁ A NOSSA PARTICIPAÇÃO NO CONCLAT E NA INTERSINDICAL - RJ.

Aposentadoria Integral para os Docentes da U.F.R.J. Esta é a questão

J.J. DA SERRA COSTA
IM – UFRJ

“A ADUFRJ, através do artigo “Aposentar? Nem morta, Santa!”, publicado no Boletim nº 19, de Junho do corrente, iniciou um programa editorial procurando conscientizar o corpo docente e de funcionários desta Universidade, com relação ao grave problema que vem se colocando aos assalariados brasileiros, face aos critérios de aposentadoria previstos pela “Política Nacional de Previdência Social”.

Julgamos de alta importância para os colegas uma mobilização ampla da categoria profissional no sentido de questionar o problema, identificando soluções que permitam aos docentes trabalhar despreocupadamente no presente, garantidos por uma Aposentadoria Justa, equitativa e digna. Neste sentido, nosso colega Serra Costa (BM-UFRJ), com o presente trabalho procura colaborar, mais uma vez, não só com os Docentes da UFRJ, mas também com os Docentes de todas as Universidades do País.

Para efeito de cálculo dos proventos de aposentadoria concedidos aos contribuintes da Previdência Social, o INPS segue um modelo matemático obviamente injusto e ingênuo. A afirmação decorre de pesquisa que desenvolvemos com relação à credibilidade do referido Modelo. A injustiça é manifesta. É bastante observar que à medida que as empresas governamentais se conscientizaram desta injustiça, implantaram suas Fundações de Seguridade, obtendo aprovação e estímulo do Governo que, autorizando-as e incluindo-as nos SIMPAS (Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social), reconheceu o injusto cálculo dos proventos de aposentadoria pagos pelo INPS. É ingênuo, pela falibilidade dos critérios que o “Modelo” utiliza.

A análise do Modelo, a ausência

da divulgação dos seus fundamentos matemáticos e estatísticos, deixa-nos uma dúvida, de certo modo dolorosa. Será que a ingenuidade do “Modelo” decorre da fragilidade profissional e técnica dos seus idealizadores, ou de um pragmatismo irresponsável dos mesmos? De qualquer forma é uma injustiça que precisa ser corrigida pois provoca a aflição de todos os assalariados brasileiros que não sendo funcionários de uma empresa estatal, não têm a opção da complementação ou, como queiram, a suplementação da aposentadoria concedida pelo INPS, através de uma Fundação de Seguridade Social.

É preciso que os Docentes da UFRJ saibam e, como intelectuais, mobilizem a Universidade para corrigir a injustiça em questão, que é por demais paradoxal.

É oportuno, aqui, transcrever o “Informe Econômico” do J.B. de 05/07/83, que afirma:

“Paradoxo - A Previdência Social, quando de sua reformulação no Governo Castelo Branco, ficou assentada em contribuições na base de 1/3 dos empregados, outro 1/3 dos empregadores e outro 1/3 do Tesouro Nacional.

Até hoje, o Governo, através do Tesouro Nacional reluta em cumprir sua parte, onerando sempre que pode, a carga dos empregados e empregadores para cobrir os déficits da Previdência Social.

Enquanto isso, as empresas estatais, controladas pelo Tesouro Nacional, contribuem, no mínimo, com uma proporção de 2/1 para os fundos de pensão fechados destinados à complementação da aposentadoria de seus funcionários. Algumas empresas estatais chegam à generosidade de pagar mais de 4/1.”

Em busca de explicações e justificativas para a hipótese do “pragmatismo irresponsável” a que nos referimos anteriormente, formulamos até a hipótese de que o

mesmo seja parcialmente explicado pelo “Paradoxo” citado.

Vejam uma exposição sucinta sobre o “Modelo” de cálculo dos proventos de aposentadoria por tempo de serviço. Tal exposição é um rascunho de documento técnico elaborado por uma equipe de professores do Departamento de Métodos Estatísticos-04 do IM-UFRJ e disponível à consulta.

A expressão para o cálculo da aposentadoria por tempo de serviço utilizada pelo INPS é:

$$\text{APTS} = 0,95 \text{ PB} + \text{A PE. } 30$$

onde foram, colocadas as seguintes notações:

APTS = aposentadoria por tempo de serviço

PB = parcela básica (até 10 SM).

SM = salário mínimo

A = número de anos que contribuiu acima de 10 SM (início em 1974, data em que iniciou-se a contribuição até 20 SM)

PE = SB 10 SM. PARCELA EXCEDENTE

SB = salário benefício (no máximo 20 SM)

Definição: SB, é a média aritmética dos 36 salários de contribuição anteriores à data do requerimento da APTS, corrigidos por fatores Fi “aplicados de acordo com o período em que recair o início do benefício e incidem sobre a soma dos salários de contribuição do ano a que se referirem”.

Os Fi são baixados por Portarias da Presidência do MPAS, sem a devida divulgação dos “Estudos Técnicos”.

O coeficiente 0,95 foi instituído pela lei 6210, de 4/06/75. A nossa experiência procura encontrar justificativas para o “modelo” e hipoteticamente concluí que a ausência de uma “Nota Técnica Atuarial”, pelo menos não divulgada, deve-se ao fato da existência pura e simples de uma relação Receita/Despesa fundamentado a Previdência Social, o que enquadrava o problema como de “Re-

partição Simples”.

Assim, como é fácil interpretar, a expressão matemática do “modelo” de cálculo, revela-se um instrumento indiscutível da autoridade “Política de Previdência Social” imposta aos contribuintes. Não há, logicamente, outra interpretação, a menos que o Governo venha a tornar disponíveis aos interessados, informações que tecnicamente justificassem o “Modelo”.

Veiamos agora um exemplo básico da injustiça do Modelo. Consideremos um docente da UFRJ que contribui à base de 20 SM. Teríamos, para sua aposentadoria, calculada:

$$\text{APTS} = 0,95 \times 10 \text{ SM} + 9/30 (20 \text{ SM} - 10 \text{ SM}) =$$

$$* 0,95 \times 10 \text{ SM} + 9/30 \times 10 \text{ SM} = 12,5 \text{ SM}$$

Quer dizer que, se um professor contribui para o INPS de tal forma que seu salário benefício é de 20 SM, o seu provento calculado pelo Modelo de aposentadoria seria de 12,5 SM, isto é, se o professor recebe mensalmente 695.520,00, os proventos calculados de sua aposentadoria seriam de 434.200,00. Entretanto, este cálculo não corresponde à realidade. Atualmente (maio de 1983) a aposentadoria máxima admissível pelo INPS está em torno de 318.600,00, quer dizer, menos da metade do que recebe o professor, no exercício da função. Este teto reduz aquele valor (12,5 SM) a mais ou menos 9,1 SM.

Este exemplo justifica plenamente o aspecto de injustiça da Política de Previdência Social e o seu caráter ingênuo. De fato, quando o Professor aumenta o seu salário, fazendo jus, portanto, à maior aposentadoria, seus proventos de

CONTINUA

**ELEIÇÕES EM SETEMBRO . DIRETORIA
• METADE DO CONSELHO DE REPRESENTANTES**

CONTINUAÇÃO

aposentadoria hoje, permanecem constantes.

Atualmente, o quadro docente da UFRJ é composto por Professores Auxiliares I, II, III e IV.

Professores Assistentes I, II, III e IV, por Professores Adjuntos I, II, III e IV e Professores Titulares. A tabela de vencimentos correspondentes a estas categorias funcionais é recente. Para evidenciar a situação do docente que se aposentaria em início de Maio de 83, pensamos em considerar um professor da UFRJ e calcular os

proventos de sua aposentadoria nesta data.

Para o cálculo do salário de benefício necessitaríamos dos 36 últimos salários de contribuição, o que não é disponível com base na nova tabela de vencimentos. Para dar uma idéia ao colega professor da UFRJ, vamos considerar o caso de um professor hipotético, cujos recolhimentos máximos admissíveis pela Previdência Social, nos últimos 36 meses e até 30 de Abril de 1983, constam do quadro abaixo:

Quadro I

ANOS/MESES	1980	1981	1982	1982	1983
JAN.	—	93.706,00	238.560,00	—	471.360,00
FEV.	—	93.706,00	238.560,00	—	471.360,00
MAR.	—	93.706,00	238.560,00	—	471.360,00
ABR.	—	93.706,00	238.560,00	—	471.360,00
MAI.	70.136,00	133.540,00	—	332.160,00	—
JUN.	70.136,00	133.540,00	—	332.160,00	—
JUL.	70.136,00	133.540,00	—	332.160,00	—
AGO.	70.136,00	133.540,00	—	332.160,00	—
SET.	70.136,00	133.540,00	—	332.160,00	—
OUT.	70.136,00	133.540,00	—	332.160,00	—
NOV.	93.706,00	184.390,00	—	471.360,00	—
DEZ.	93.706,00	184.390,00	—	471.360,00	—
SUB-TOTAL (1)	608.228,00	1.544.844,00	954.240,00	2.935.680,00	1.885.440,00
INDICE DE REAJUSTE SUB-TOTAL (2)	5,10	3,02	1,82	—	—
Salário Benefício	$\frac{14.325.228,40}{36} = 397.923,00$				

Teto de Benefício (Maio/83)
Cr\$ 591.699,00

Meio-Teto de Benefício - Cr\$ 295.849,50 (Parcela-Base)

Excedente sobre o meio-teto = Cr\$ 397.923,00 - Cr\$ 295.849,50 = Cr\$ 102.073,50
Excedente: Cr\$ 102.073,50 / 30X 9 = 30.622,05

Renda Mensal Inicial: 95% de Cr\$ 295.849,50 + Cr\$ 30.622,05 = Cr\$ 311.679,07

Donde concluímos que, um professor que embora ganhasse mais que Cr\$ 471.360,00 em 30/04/83, teria seu provento de aposentadoria da ordem de Cr\$

311.679,00, isto é, uma perda da ordem de Cr\$ 159.681,00, ou seja, em termos percentuais, 33,87% a menos. Desta forma, quanto mais recebe um professor, maior é a sua perda percentual ao aposentar-se.

Para dar uma idéia do que ocorreria ao professor considerado em nossa hipótese, mostramos o quadro seguinte, que inclui as contribuições efetivamente pagas (é claro que estas contribuições são hipotéticas).

Pelo exame do quadro observa-se que seu salário era de Cr\$ 766.383,00. Entretanto, ele só

deveria contribuir considerando 471.360,00. Desta forma, sua perda real foi de 766.383,00 - 311.674,00 = Cr\$ 454.709,00, portanto, da ordem de 59,33%.

Como é fácil observar, os fatores de correção nas parcelas correspondentes ao SB foram três: 5, 10; 3,02 e 1,82. Estes fatores são instituídos a cada trimestre, por Portaria Ministerial, sem maiores explicações. Divergem, como é fácil concluir, de qualquer índice de uso, também do Governo, para correção de valores monetários. Os estudos técnicos em que são baseados e quem os executa, são desconhecidos face a não divulgação dos citados estudos. Isto desperta a nossa atenção com relação à credibilidade dos mesmos.

Estes equívocos técnicos da Previdência Social no País torna evidente a necessidade de complementação da aposentadoria. Tal necessidade é tanto maior quanto mais recebe o assalariado brasileiro. A prova disto são os emergentes planos de Complementação do Bradesco, do Nacional e as Fundações de Seguridade das estatais.

A categoria docente é, obviamente, remunerada de forma inadequada. Não sobra ao Professor um centavo para investir em um Plano de Complementação de aposentadoria. O Governo já reconheceu que com relação à aposentadoria, os critérios múltiplos são injustos. A prova disto foram os estudos pelo DASP, da FUNDASE. Para os professores das Universidades Federais, só restam duas alternativas, a saber:

1 - Todos os docentes CLT passam a estatutários e, em consequência, poderão receber proventos de aposentadoria integral.

2 - Insere a UFRJ entre as Autarquias Especiais e, neste caso, autoriza a criação de uma Fundação de Seguridade, tal como já fez com a CMEN, o IPEA e outros órgãos do Governo.

A sorte está lançada... A ADUFRJ que encare o grave dilema do velho mestre...

Relação dos 36 últimos salários de contribuição para o INPS do nosso professor hipotético.

(CONSIDERANDO INÍCIO DO BENEFÍCIO MAIO/83)

Quadro II

Anos/Meses	1980	1981	1982	1982	1983
JAN.	—	162.111,88	373.224,57	—	727.579,11
FEV.	—	162.111,88	373.224,57	—	732.567,87
MAR.	—	162.272,88	375.621,05	—	732.567,87
ABR.	—	178.142,44	433.652,69	—	766.383,87
MAI.	116.315,94	248.719,00	—	513.251,02	—
JUN.	102.787,21	246.051,72	—	543.575,09	—
JUL.	102.787,21	248.928,82	—	513.251,02	—
AGO.	108.113,05	251.118,57	—	498.499,35	—
SET.	108.113,05	248.570,15	—	548.582,83	—
OUT.	119.522,17	270.070,58	—	581.798,01	—
NOV.	152.451,59	317.684,48	—	676.154,12	—
DEZ.	135.986,88	331.850,57	—	660.298,93	—
SUB-TOTAL (1)	946.077,10	2.827.632,97	1.555.722,88	4.535.410,37	2.959.098,72
INDICE DE REAJUSTE SUB-TOTAL (2)	5,10	3,02	1,82	—	—
Salário de Benefício	$\frac{2369036900}{36} = 658.065,80$				

SECRETARIA DA ADUFRJ CENTRO DE TECNOLOGIA
BLOCO D - SALA - D - 200
Tel: - 280-9322 R - 325

Resultado do ato-debate

Realizou-se no dia 14 de outubro o ato-debate pela rejeição do Decreto-lei 2.045 e contra a atual política econômico-financeira. Participaram os debatedores previstos: Celso Peçanha (PTB); Djalma Bom (PT); Haroldo Lima (PMDB); Abdias José dos Santos (CUT); José Francisco da Silva (CONTAG); Ivam Pinheiro (Intersindical-RJ) e Antonio Barros de Castro (IERJ). Estiveram também, presentes ao ato, o Coordenador

Geral da CUT (Jair Meneguelli) e o Presidente da ANDES (Luiz Pinguelli Rosa).

O Deputado Bocayuva Cunha não pôde comparecer, e enviou o telegrama publicado na pág. 3.

O ato também recebeu o apoio da Presidência da ABI, conforme mensagem publicada na pág. 3.

EDITORIAL

Lamentar não é a saída

Vários problemas deverão ser objeto da preocupação e das iniciativas de nossa Associação. Todos nós evidenciamos a necessidade de buscar o aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e de valorizar os recursos humanos existentes, com vistas ao aproveitamento integral da capacidade docente da UFRJ.

Ao mesmo tempo, dentro desta problemática, surgem as questões dos baixos padrões de condições de trabalho; das instalações inadequadas: de espaço físico precário; dos laboratórios sem verbas para manutenção e utilização dos equipamentos; das precárias condições de infra-estrutura; de prédios com óbvia deterioração em termos de manutenção, etc. Por outro lado, inexistência de condições adequadas de transporte na cidade universitária, bem como a inexistência de condições adequadas para alimentação, lazer e atividades culturais e esportivas, prejudicam o desempenho do trabalho acadêmico e científico.

É cada vez mais sombria a perspectiva de conseguirmos salários dignos para o pleno exercício de nossas atividades. E este problema se reveste de elevada seriedade. Não é necessário ser pitonisa para prever como, num futuro próximo, estarão deterioradas as condições de trabalho acadêmico e científico, e hipertrofiadas as mazelas existentes em nossa Universidade, com a atual política salarial do governo.

Surge evidentemente a pergunta: o que fazer em face às questões acima expostas? Devemos buscar nossas próprias soluções sem ignorar as decisões e iniciativas empreendidas pela SESU/MEC e pelo Governo.

Muitas iniciativas devem ser tomadas, em cada unidade da UFRJ e em cada centro. Iniciativas para solução das questões de regime de trabalho e de carreira; de transportes; de alimentação; de condições de trabalho, etc. Acreditamos firmemente que muitos problemas podem ser resolvidos, mesmo na atual conjuntura. O movimento de docentes, a ADUFRJ, deve ser otimista, e não cruzar os braços diante das dificuldades existentes. Neste sentido, algumas medidas já estão sendo encaminhadas.

Por outro lado, não podemos, ao tomar estas iniciativas, olvidar os encaminhamen-

tos existentes, por parte das autoridades governamentais na área da educação. Nem tampouco subestimar o fato de que muitos problemas de funcionamento interno da Universidade estão relacionados à questão do corte drástico de verbas para a Universidade, e em especial para a Universidade Autárquica.

As diretrizes da SESU/MEC para 1984 estabelecem que "o exercício de 1984 caracterizar-se-á por medidas de austeridade orçamentária, com vista a ajustar-se, no contexto nacional". Sem dúvidas, a política econômico-financeira está, atualmente, vinculada ao corte drástico de gastos públicos. Porém em nosso entender, no caso da educação, a escassez de verbas não se deve à crise econômica. Devemos nos opor firmemente a esta visão tecnocrática da SESU/MEC. Afinal de contas, no auge do "milagre" econômico brasileiro, em 1973, o Brasil gastou menos em educação do que países como Jamaica, Honduras, Paraguai, Argentina, Chile, Equador, Cuba, Trinidad Tobago, Costa Rica, Colômbia, Venezuela e outros. São dados da insuspeita Fundação Ford. A questão está no estabelecimento de prioridade do planejamento governamental. Todos nós sabemos que é exatamente na hora da crise econômica que muitos países investem mais em educação, ciência e tecnologia. O contrário se dá em nosso país. Por exemplo, a comunidade científica em diversos momentos já evidenciou o absurdo do programa nuclear, inclusive para os cofres públicos. Fala-se hoje que o programa está fracassado (J.B., 15/10/1983). E o Governo vai investir só este ano, 585 bilhões de cruzeiros neste programa (J.B., 15/10/1983).

As mesmas Diretrizes da SESU/MEC estabelecem que as universidades devem "realizar estudos sobre a capacidade instalada para mensurar o grau de carga horária do pessoal docente, seu envolvimento em atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, bem como o índice eventual de ociosidade dos recursos humanos, docentes e administrativos, de laboratórios, oficinas didáticas e da planta física". Basta verificar os questionários remetidos a diversas Universidades e também à UFRJ, referentes ao Programa de Avaliação da Refor-

ma Universitária, para ter clareza de que este levantamento está sendo realizado da maneira burocrática e tendenciosa. E para que este levantamento? É para, segundo as mesmas diretrizes SESU/MEC, fazer com que esta "capacidade ociosa" seja colocada a serviço dos Estados e Municípios, em todas as áreas de conhecimento, e também a serviço da rede particular de ensino superior (Ver Boletim da ADUFRJ nº 20). Inclusive, no que diz respeito à pós-graduação, há nas diretrizes a proposta de redimensionamento da mesma, no sentido de interagir exclusivamente com a graduação, e com a elevação da qualidade docente da rede particular de ensino superior. Fala-se também, na criação de "centros interuniversitários" de pesquisa.

O que entendemos por esta capacidade ociosa? Será que, se todos os docentes se dedicassem às atividades acadêmicas, científicas e culturais e de extensão, existiria esta subutilização? É claro que não. A Universidade pública não atende às atuais demandas sociais, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Além disto, não se trata de redimensionar toda a capacidade instalada para servir a interesses da rede particular de ensino, ou para exercer atividades para as quais nossa Universidade não é consultada. Onde está a autonomia que desejamos?

O redimensionamento das atividades dos docentes e da Universidade Autárquica é urgente. Mas deve ser realizado pela estrutura da Universidade, a partir dos departamentos, democraticamente constituídos, através de plenárias e colegiados. Deve ser realizado autonomamente, através de um planejamento que leve em consideração as especificidades de cada área de conhecimento.

Quanto à questão salarial, a resposta é clara. A diminuição do poder aquisitivo dos professores e dos funcionários públicos não tem, na atual conjuntura, a especificidade de outrora. Abate-se sobre a nação o rigor de um maior arrocho salarial, para todas as categorias de trabalhadores de todas as faixas salariais.

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos sócio-econômico) mostrou claramente que mantido o De-

creto-lei 2.045, a perda mensal dos assalariados será de UM TRILHÃO E TREZENTOS BILHÕES DE CRUZEIROS. Em outras palavras, a perda salarial em termos de tempo GRATUITO de trabalho, segundo o DIEESE será correspondente, por mês, a 35 horas e 15 minutos, ou 4 dias, 3 horas e 15 minutos de trabalho, mantido o Decreto-lei 2.045.

E o que temos a ver com isto? É que os reajustes salariais dos professores das Universidades Autárquicas é regido pelo DASP, ou seja, pelo reajuste do funcionalismo público civil. E estes reajustes são, sistematicamente, inferiores aos índices estabelecidos para as demais categorias. E basta uma rápida análise da atual política econômico-financeira para entender que as modificações propostas pelo governo ao Decreto-lei 2.045 não abrem mão de que o reajuste salarial seja de 80% do INPC já expurgado.

Nestas condições, é impossível a saída isolada para uma categoria. Não resolve também a busca individual de alternativas. Há que se procurar uma unidade na sociedade brasileira, para modificar substancialmente esta política. Não se trata de confronto do movimento de docentes com o governo. Trata-se do bom senso: da soma de esforços a todos os setores sociais que buscam alternativas não aviltantes.

Estes esforços vão desde a união às lutas e manifestações encaminhadas pelos trabalhadores e pela sociedade civil, até a busca de alternativas para o atual modelo econômico. E, neste particular, a Universidade tem muito a contribuir. Lutemos para que sejam auscultadas as inúmeras propostas alternativas de várias entidades da sociedade civil, e também de professores universitários. Lutemos para que se apague da memória nacional a tecnocracia existente.

É através da participação, não apenas, na vida dos Departamentos e das Unidades, mas também na ADUFRJ, que os professores poderão contribuir para a superação das questões aqui mencionadas.

Do contrário, restariam apenas as lamentações dos corredores, o desestímulo à produção docente e a decadência da Universidade.

Eleições para a Diretoria e o Conselho

A Eleição para Renovação da Diretoria e metade do Conselho de Representantes foi realizada nos dias 27, 28 e 29 de setembro, quando votaram 1.047 professores.

Durante a eleição se filiaram a ADUFRJ novos sócios e 124 assinaram as fichas de desconto em folha, o que ampliou para 1817 os professores em dia com a associação.

A eleição da diretoria, que é realizada por cargo, teve o seguinte resultado.

Presidente:	Joel Regueira Teodósio	876 votos
1º Vice-Presidente:	Deise Miranda Vianna	878 votos
2º Vice-Presidente:	Tomaz Pinheiro da Costa	868 votos
1º Secretário:	Moacyr B. Silva Junior	867 votos
2º Secretário:	Luiz Eurico Nasciutti	856 votos
1º Tesoureiro:	Selene Alves de Oliveira	878 votos
2º Tesoureiro:	Fernando Antonio S. de Amorim	864 votos

A eleição para o conselho apresentou os seguintes resultados:

Faculdade de Letras - sócios - 191	votantes - 102
Representante	Suplente
Edwaldo M. Cafezeiro - 101	Jacyara Ribeiro - 95
Maria Helena Marques - 92	Maria Aparecida Soares - 94
Maria Cristina R. Costa - 87	
Escola de Educação Física - sócios - 30	votantes - 14
Representante	Suplente
Waldyr M. Ramos - 14	Maria Coeli S. Bernat - 14
Museu Nacional - sócios - 41	votantes - 34
Representante	Suplente
Vera Lúcia de M. Huszar - 34	Luiz Fernando Duarte - 34
Instituto de Macromoléculas - sócios - 13	votantes - 5
Representante	Suplente
Carlos A. P. G. Hemais - 4	Esperanza A. V. R. Ribeiro - 1
Instituto de Química - sócios - 82	votantes - 51
Representante	Suplente
Maria Cristina R. da Silva - 47	Glória Regina B. Padrão - 4
Escola de Engenharia - sócios - 144	votantes - 63
Representante	Suplente
Waldyr Azevedo Júnior - 56	Carlos José Ribas D'Ávila - 57
Antônio Cláudio Gomes de Souza - 54	Newton Alberto Aragão - 10
Escola de Química - sócios - 39	votantes - 25
Eleição complementar para preencher a suplência.	
Suplente	

Pedro Antonio Vieira - 22

COPPE - sócios - 127

Representante

Nilton Vargas - 59

Carlos A. Levi da Conceição - 52

Nutes - sócios - 10

Representante

Antonio Filomeno - 9

Faculdade de Farmácia - sócios 27

Representante

José Carlos S. Gonçalves - 18

Instituto de Microbiologia - sócios - 36

Representante

Armando Alves B. Neto - 23

Instituto de Física - sócios - 107

Representante

Marcia Lima Ramos - 68

Luis Felipe Coelho - 66

Instituto de Psicologia - sócios 39

Representante

Marise Jurberg - 25

Faculdade de Educação - sócios - 61

Eleição complementar.

Representante

Raquel Goulart Barreto - 25

Belas Artes - sócios - 75

Representante

Elza R. P. Lessafre - 26

Léa Guimarães - 25

Faculdade de Economia e Administração - sócios - 74

Representante

Maria José Monteiro - 19

IFCS - sócios - 90

Representante

Nara Saletto da Costa

Eleição complementar

O número de sócios inclui aqueles que não estavam quites com a associação e que só poderiam votar caso assinassem fichas de desconto em folha e desta forma fossem anistiados de seu débito com a ADUFRJ.

votantes - 62

Suplente

Marilita G. C. Braga - 48

Luis Landau - 28

votantes - 9

Suplente

Eliane B. M. Falcão - 9

votantes - 18

Suplente

Maria Magda Simões - 17

votantes - 25

Suplente

José Mauro Peralta - 22

votantes - 76

Suplente

Herli Joaquim de Menezes - 66

Manoel Roither do A. Junior - 61

votantes - 31

Suplente

Sheilah R. O. Kellner - 10

votantes - 46

Suplente

Cesar Scelza - 32

votantes - 33

Suplente

Murilo Guimarães - 23

Andres Abelardo Tomita - 22

votantes - 22

Suplente

Josué Alemeda - 18

II Encontro Nacional

dos Servidores Públicos Federais

Foi realizado no Rio de Janeiro, nos dias 9, 10 e 11 de setembro p.p., o II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais.

As reivindicações salariais constantes da ata do II Encontro são as seguintes:

- Reajuste semestral de salários de acordo com o INPC calculado pelo

DIEESE, sem expurgo, e mais 10% para quem ganha até 03 salários mínimos.

- 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas.

- Direito à sindicalização para o servidor público.

- Piso salarial de 03 salários mínimos.

- Reposição salarial: em janeiro de 1984 de acordo com o INPC anual de dezembro de 1983 (DIEESE) mais 10% para quem ganha até 3 salários mínimos. ABONO EM NOVEMBRO com complementação salarial das perdas ocorridas entre junho de 83 a dezembro de 83, cujo índice adotado esteja de acordo com os cálculos

efetuados pelo DIEESE (deverá estar em torno de 65 %).

OBS: A sistemática do reajuste semestral passa a vigorar já em junho de 1984, e os cálculos de acordo com o INPC do DIEESE sem expurgo e mais 10% para quem ganha até 03 salários mínimos.

SECRETARIA DA ADUFRJ CENTRO DE TECNOLOGIA
BLOCO D - SALA - D - 200
Tel: - 280-9322 R - 325

TELEGRAMA

JOEL R. TEODOSIO-PRES.DA ADUFRJ
CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D-SALA D200
RIO DE JANEIRO/RJ

COMPROMISSOS PARTIDÁRIOS SÃO PAULO IMPEDEM-ME
COMPARECER ATO-DEBATE EM PROL REJEIÇÃO DECRETO-LEI
2045 VG PRÓXIMO DIA 14 PT CORDIALMENTE
BOCAYUVA CUNHA-LIDER PDT

Em 13 de Outubro de 1983.

Ilmo. Sr.
Dr. Joel Teodósio
Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio
de Janeiro
NESTA

Senhor Presidente:

Na oportunidade em que essa Associação promove um ato público para exame e debate dos grandes problemas da atualidade brasileira, em nome da Associação Brasileira de Imprensa desejo saudar a iniciativa dos professores da UFRJ e desejar-lhes pleno êxito.

Outrossim, estou remetendo a V.Sa., a íntegra do pronunciamento unanimemente aprovado pela Diretoria da ABI, contendo algumas medidas que consideramos necessárias para o restabelecimento da normalidade econômica e política do país.

Cordialmente,
Barbosa Lima Sobrinho
Presidente

Congresso de Licenciatura em Matemática

LÚCIA TINOCO (I. MATEMÁTICA - UFRJ)

Todos na Universidade vêm sentindo os reflexos da crescente crise no ensino de 1º e 2º graus, particularmente em Matemática.

Refletimos também, no Instituto de Matemática, sobre a total falta de condições dos professores desses dois níveis de ensino para discutirem os problemas inerentes ao seu trabalho, e mesmo, para, num processo de formação permanente, elaborarem soluções para esses problemas.

Julgando dever da Universidade repensar seus Cursos de Licenciatura e dar condições para a Formação Permanente dos professores do 1º e do 2º grau, o Instituto de Matemática promoveu o CONGRESSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA,

nos dias 6, 7 e 8 de outubro, com a participação de professores, de 1º, 2º e 3º graus de todo o Estado do Rio de Janeiro, nas dependências do CCMN.

A participação da comunidade ligado ao ensino de Matemática foi intensa, desde a fase da organização do Congresso, que teve o apoio das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, do Sindicato dos Professores, do Centro Estadual de Professores, do Centro de Ciências do RJ e do Centro Acadêmico do IM-UFRJ.

As resoluções do Congresso, já entregues às autoridades educacionais na solenidade de encerramento, serão relatadas em detalhes no próximo boletim.

Formação do Educador

A Formação do Educador é tema que vem provocando ampla discussão entre os profissionais do campo, e mesmo na sociedade em geral, ao longo do último decênio.

Já em 1975, o então DAU/MEC, através de uma Comissão de Especialistas, a CEAE, promovia cinco encontros regionais dos Setores Envolvidos na Formação de Recursos Humanos para a Educação. No final desse mesmo ano, e princípio de 1976, o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovava uma série de pareceres que pretendiam dar nova regulamentação à matéria. Esses pareceres provocaram forte reação dos profissionais da área que não os consideraram adequados às necessidades da área em face da realidade brasileira.

Após uma certa estagnação, recomeça em 1980 uma nova etapa de aceleração e ampliação das discussões sobre o tema, seja no âmbito das Instituições de Ensino Superior, seja no de associações profissionais. O MEC, na ocasião, convida alguns especialistas e pensadores da educação brasileira, como Dermeval Saviani e Moacir Gadotti, para apresentarem em textos as suas idéias.

Apresentando esses, dentre outros, textos com instrumentos de reflexão a, já agora, SESU/MEC, fez realizar em 1981, sete seminários regionais sobre Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação.

Nesses encontros foram apresentados mais de 100 (cem) documentos de instituições e entidades participantes como subsídios, diretrizes e propostas para o debate do tema. Dada a diversidade e riqueza dos trabalhos apresentados o MEC-SESU constituiu Grupo de Trabalho, onde

procurou tanto quanto possível representar as diferentes regiões do País, os vários tipos de instituições que formam recursos humanos, o próprio MEC-SESU, bem como o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador. Esse Grupo, reunido na Cidade do Rio de Janeiro, de 04 a 08 de outubro de 1982, elaborou uma síntese dos documentos com objetivo de facilitar a continuidade das discussões. Ao mesmo tempo foi divulgado para as Instituições de Ensino Superior uma publicação com a íntegra dos documentos apresentados.

A divulgação desses documentos objetivaram atender à necessidade evidenciada de:

“ . o divulgar nacionalmente os documentos e resultados dos encontros regionais;

. ampliar substancialmente essa discussão, no sentido de que todos os segmentos da sociedade interessados na educação sejam consultados sobre seus rumos;

. amadurecer as sugestões apresentadas nos encontros e integrar, após o necessário aprofundamento, as discussões em um encontro de âmbito nacional.” (Documento Síntese, 1982).

Nesse sentido estão sendo realizados, neste semestre, Encontros Estaduais que promovam a integração das discussões em nível de cada Estado, devendo o Encontro Nacional realizar-se na semana que se inicia a 21 de novembro, no Centro João Piniheiro, em Belo Horizonte, com representação de todos os Estados brasileiros.

Sérvula de Souza Paixão.

Colégio de Aplicação
Faculdade de Educação

Participe !

**Procure o representante da sua Unidade no
Conselho de Representantes da ADUFRJ**

Reunião dos professores do CT no dia 27/10/83 às 13:00 horas, no bloco F-214

Nesta conjuntura de grave crise social, discute-se na imprensa a necessidade de nossa Universidade, mantida pela sociedade, dar uma contrapartida em termos de competência e trabalho. Comenta-se insistentemente a imunidade de nossa Universidade a qualquer crítica, sendo uma das mais importantes a de que os professores resistem ao estabelecimento de um padrão de desempenho, “tendo como conseqüências imediatas uma enorme incompetência e grande capacidade ociosa”. A partir de afirmações deste tipo, **não discutidas** sistematicamente pelos professores, são propostas correções que poderão ser adotadas a **nossa revelia**, e que não conduzirão necessariamente à solução dos problemas levantados. Testemunho desta possibilidade é o documento elaborado pela SESU e que foi, publicado no Boletim da ADUFRJ, nº 20 de agosto de 1983.

Em suma, nós professores não podemos ficar alheios a uma discussão de assuntos que nos tocam profundamente, **sob a eterna desculpa que todos os males que nos afligem vêm de fora, e que não temos as mínimas condições de trabalho**. Na realidade, uma parte de nossos problemas está sob nossas possibilidades de solução.

Sob a perspectiva de que a democratização da Universidade e o seu efetivo funcionamento na solução dos principais problemas de nosso País pressupõe um claro compromisso com responsabilidades, nós, Diretores, Vice-Diretores e Diretores-Adjuntos de Unidades, Chefe de Departamento, Coordenadores de Curso de Pós-Graduação e Graduação, Representantes em órgãos Colegiados da UFRJ e Representantes da ADUFRJ, abaixo-assinados, convocamos os colegas do Centro de Tecnologia para discutir os seguintes assuntos:

1) Cumprimento do regime de trabalho:

Regime 20 horas: existem colegas que não cumprem efetivamente o regime de 20 horas, trabalhando, na maioria dos casos, como professores horistas muito bem pagos. Houve um desvirtuamento deste regime, de modo que deveríamos discutir sua validade.

Regime 40 horas: também este regime não é respeitado, acarretando prejuízos à qualidade do ensino e da pesquisa. Como conseguir que este regime seja cumprido?

Regime 40 horas - DE: há indícios de colegas 40 horas DE com vínculos empregatícios externos a UFRJ. Não será uma desmoralização da nossa carreira? Os próprios critérios de concessão de DE não são muito claros. O que podemos fazer?

2) Possível Substituição de Professores:

Temos colegas que há anos não apresentam um mínimo de qualidade no desempenho de suas tarefas. Entretanto, são mantidos pela quase impossibilidade de substituí-los. Recentemente, porém, uma Portaria do CEC-CEPG, viabilizou uma eventual substituição. O que podemos fazer a esse respeito?

3) Concessão DE Adicionais de Insalubridade e/ou Abonos de Férias:

A concessão de adicionais nem sempre se justifica plenamente. Como exemplo podemos

citar adicionais de insalubridade por exposição a Radiações de Raios-X, a quem, na realidade, não está sofrendo tais exposições.

4) Aproveitamento da Capacidade Ociosa da UFRJ:

Este aspecto está bastante citado na imprensa. Temos realmente capacidade ociosa? De quanto e em quais Unidades? Se tivermos, que fazer a respeito? Aproveitá-la? De que forma? Temos que trabalhar nas Escolas Privadas? Vamos ampliar o nº de vagas?

NOME	CARGO
Joel Regueira Teodósio	Presidente da ADUFRJ
Fernando A. S. de Amorim	Tesoureiro da ADUFRJ
Carlos A. Levi da Conceição	Repres. CT-ADUFRJ
Florianio C. M. Pires Júnior	Chefe de Departamento Eng. Naval
Waldyr Azevedo Júnior	Conselheiro ADUFRJ
José Henrique Sanglard	Coordenador do Curso Eng. Naval/EE
Ericksson R. e Almendra	Rep. Prof. Assistentes C. Univers.
Oscar Acselrad	Coord. Curso Metalurgia
Manoel A. C. de Castro	Coord. do Prog. de Eng. Met. COPPE
Nísio de Carvalho L. Brum	Rep. Prof. Assistentes Cong. da EE
Antônio M. D. de Figueiredo	Vice-Coord. Prog. Eng. Mecânica
Lúcio Sathler	Vice-Coord. Prog. Eng. Met. COPPE
Edson H. Watanabe	Coord. Prog. Elétrica
Roberto S. Bartholo Júnior	Sub-Diretor da COPPE
Evaristo C. Biscaia Júnior	Coord. do PEQ/COPPE
José Manoel C. de Mello	Coord. do PEP/COPPE
Cirus M. Hackenberg	Pres. Comissão Ensino COPPE/UFRJ
Luiz de Miranda	Sub-Diretor COPPE
Sandoval Carneiro	Diretor COPPE
Paulo Canedo de Magalhães	Vice-Diretor COPPE
Newton G. Wiederhecker	Coord. Biomédica -COPPE
Sérgio Sami Hazan	Chefe Dep. Eletrotécnica
Jomar Gozzi	Chefe Dep. Eletrônica
Luiz Pinguelli Rosa	Presidente ANDES
Fernando Luiz Bastian	Chefe Dep. Metalurgia
José Eduardo P. de Andrade	Coord. Grad. E.Q.
Ronaldo Coutinho	Conselh. ADUFRJ
Eliôni Maria de A. Nicolaiewsky	Congregação E.Q.
Nei Pereira Júnior	Rep. Prof. Assist. Cong. E.Q.
Balkis Valdman	Chefe DEQ/EQ.
Ewaldo S. Moreira	Congregação E.Q.
Dayse A. F. Meireles	Chefe DEB/EQ
Jo Dweck	Congregação E.Q.
Luiz Carlos Martins	Coord. E. M. COPPE/UFRJ
Carlos Russo	Rep. Adjunto (CT) no Cons. Univ.
Fernando Lobo Carneiro	Dep. Mecânica Técnica

Ciências às seis e meia

A SBPC-Rio continua realizando o ciclo de conferências **Ciência às Seis e Meia**, com a colaboração da FINEP e do Departamento de Cultura da Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Neste ano a programação está sendo apresentada, além do Rio de Janeiro, em Niterói, Nova Iguaçu, Itaperuna, Macaé e Campos.

A programação para os meses de outubro e novembro é a seguinte:

OUTUBRO

Nova Iguaçu - Espaço livre - 18:30

Dia 3 - Prof. Hiss Martins Ferreira (ABC)

“O que é epilepsia?”

Rio - Auditório do MEC

Dia 4 - Ângelo Machado (UFMG)

“A criança, a floresta e os bichos”

Dia 11 - Julita Lemgruber e Luis Fernando Freitas Santos

“A questão penitenciária

Dia 18 - Néelson de Moraes (ERJ)

“Vacinas”

Dia 25 - Darcy Fontoura de Almeida (UFRJ)

“A luta entre bactérias e antibióticos”

Campos - Auditório da Faculdade de Filosofia - 20 hs.

Dia 17 - Eduardo Viveiros de Castro (M. Nacional - UFRJ)

“Tupinambás no Rio de Janeiro”

Dia 24 - Carlos Russo (COPPE-UFRJ)

“Poluição das águas e seu controle”

Niterói - Salão da Academia Fluminense de Letras (Biblioteca) 20 hs.

Dia 20 - Roberto Lent (UFRJ)

“Cérebro direito, cérebro esquerdo”

NOVEMBRO

Rio - Auditório do MEC - 18:30

Dia 8 - Tomaz Langenbach (UFRJ)

“A poluição no equilíbrio cidade-campo”

Dia 22 - Cláudio Savaget e José Cattetê Albuquerque

“Litoral e ilhas do Brasil”

Dia 29 - João Sabóia

“O que é inflação?”

Nova Iguaçu - Espaço livre - 18:30 hs.

Dia 7 - João Sabóia

“O que é inflação?”

Dia 28 - Luís Werneck Viana, Julita Lemgruber e Luis Fernando

“Violências em área metropolitana”

Niterói - Salão da Academia Fluminense de Letras (Biblioteca) 20 hs.

Dia 21 - Ennio Candotti (UFRJ)

“Usos e abusos da energia nuclear”

Macaé - Câmara Municipal - 20 hs.

Dia 4 - Mauro Velho de Castro Faria (UERJ) e Geraldo Lippel Santana Jr. (COPPE-UFRJ).

“Poluição das águas e seu controle”

Dia 18 - João Sabóia

“O que é inflação?”

GREVEGERAL

Caráter: A greve é de caráter político-reivindicativo

Eixo Central: Decreto 2.045 e as bandeiras encaminhadas no documento enviado ao Presidente da República, que são:

- Contra o Decreto-lei 2.045
- Contra o Decreto-lei 2.036 (Pacote das Estatais)
- Pelo não pagamento dos 130% do BNH
- Pela mudança da política econômica atual
- Pelo rompimento com o FMI
- Por liberdade e autonomia sindical
- Por liberdade de organização política
- Pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores
- Pelo não pagamento da dívida externa
- Pela revogação da Lei de Segurança Nacional
- Por eleições diretas em todos os níveis
- Por estabilidade no emprego e salário desemprego
- Pelo fim das intervenções nos sindicatos e pela reintegração das diretorias cassadas
- Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários

PLANO DE AÇÃO

- Será entregue ao Presidente da República um documento contendo as resoluções do Conclat

- Se até o dia 14 de outubro o governo não retirar do Congresso Nacional o Decreto-lei 2.045, os trabalhadores irão à GREVE GERAL no dia 25 de outubro, conforme indicação do CONCLAT

A partir do dia 11 de setembro deve ser iniciado em todo o País um trabalho de divulgação da GREVE GERAL, através de pichações, cartazes, panfletos, rádio, imprensa escrita e televisionada.

Nos Estados deverão ser iniciados, de imediato, debates com vereadores, deputados estaduais e federais, visando aos seguintes objetivos:

a) o encaminhamento pela Câmara de Vereadores ao Congresso Nacional, de indicação exigindo a retirada do Decreto-lei 2.045

CUT

Greve Geral

A Direção Nacional da CUT aprovou, na reunião de 10 e 11 de setembro, o plano de ação e a organização dos trabalhadores para a preparação da Greve Geral, inclusive o calendário a ser cumprido até o dia 25 de outubro.

ou sua rejeição;

b) ratificação da mesma exigência pelas Assembléias Legislativas;

c) exigir dos deputados federais e dos senadores quorum para a rejeição do Decreto-lei 2.045;

d) exigir que todos os partidos fechem questão contra o DL 2.045; e

e) Que todos os sindicatos mandem telegramas para os parlamentares exigindo a rejeição do DL 2.045 e comunicando que os que votarem contra os trabalhadores ou que não participarem da votação serão denunciados. O telegrama deve ser enviado até 30 de setembro para os deputados dos Estados. A direção nacional da CUT enviará telegrama para todos os deputados federais.

No dia 15 de outubro, deverão ser realizadas ASSEMBLÉIAS ou PLENÁRIAS ESTADUAIS para dar os encaminhamentos finais à GREVE GERAL.

ORGANIZAÇÃO

Comando: - Membros da CUT Nacional nos Estados. Intersindicais ou participantes do CONCLAT que fecharam com as propostas aprovadas no Congresso:

Calendário: - De 12/09 a 25/10 - Preparação da Greve Geral.

- 15/10 - Fazer Assembléias Estaduais ou plenárias, preparando a Greve Geral e constituindo os comandos

- 18/10 - Reunião dos dirigentes da CUT, por região

- 21/10 - Reunião dos 15 que compõem a Executiva Nacional

Mobilização:

a - Envolver o movimento popular e todas as entidades democráticas;

b - Elaborar cartazes, panfletos e bônus, unificados a nível nacional;

c - Pichações em todas as cidades com as reivindicações aprovadas, tendo sempre a sigla - CUT.

d - Organizar debates na zona urbana sobre CONCLAT, CUT, GREVE GERAL, seus eixos e orientar o que fazer nos dias de greve;

e - Realizar assembléias nas categorias;

f - Ficar atentos às orientações de segurança;

g - Discutir as formas de comunicação e informação nos dias da greve.

CONTINUAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO (Propostas para os trabalhadores rurais)

1 - Providenciar finanças para a mobilização

2 - Trabalhar com os SEM TERRA já organizados

3 - Divulgar que o DL 2.045 atinge os camponeses

4 - Mobilizar nas barragens

5 - Dar direção aos problemas da seca

6 - Lutar por salário mínimo nas frentes de

trabalho

7 - Passeatas de panelas vazias nas concentrações

8 - Cartazes e panfletos

9 - Propagandear a luta pela terra

10 - Exigir direitos trabalhistas para os bóias-frias

11 - Parar as usinas de cana e trabalhar para que os pequenos proprietários forneçam alimentos

12 - Sair das frentes de trabalhos e se concentrar nas sedes dos municípios

13 - Boicotar o fornecimento de leite e outros produtos rurais

14 - Liberdade e autonomia sindical

15 - Denunciar o roubo do "peso e medida"

16 - Solidariedade aos grevistas através de documentos

17 - Protestar contra as prisões e assassinatos de trabalhadores

18 - Unir a greve do campo à greve da cidade, fazer levantamento através de pessoas de confiança

19 - Denunciar o Pró-Agro

20 - Mobilizar nos locais de moradia

21 - Mover Ações Populares (jurídicas) contra o governo em função das frentes de trabalho.

22 - Denunciar toda a política de Saúde do Governo.

23 - Recomendar à CUT que divulgue os documentos do DIEESE sobre o campo

24 - Que todas estas tarefas de preparação da Greve Geral levem sempre a grande bandeira da Reforma Agrária ao campo e à cidade.

25 - Lutar para que os parceiros se liberem dos financiamentos e dos padrões

26 - Criar uma organização forte e permanente durante e depois da greve para levar o trabalho no campo

27 - Chamar as organizações auxiliares para trabalhar em conjunto com os trabalhadores na preparação e organização da greve

28 - Boicotar o tráfego nas estradas

29 - Lutar pela demarcação coletiva da terra em defesa dos trabalhadores e exigir documentação das terras já demarcadas.

30 - Lutar contra os atravessadores.

(Texto reproduzido do Jornal da CUT - setembro de 1983 - Ano 1 - nº 0)

ADUFRJ entrega documento ao Vice-Presidente da República

Abaixo, a íntegra do documento, entregue em mãos.

Exmo. Sr. Vice-Presidente da República
Dr. Aureliano Chaves

No momento em que Vossa Excelência visita nossa Universidade, a ADUFRJ lhe dirige as preocupações abaixo relacionadas, quanto à vida da nossa instituição universitária, e quanto ao momento político, econômico e social por que atravessa o país:

1 - Ponderamos que a atual política econômico-financeira não corresponde aos anseios dos professores desta Universidade. Não concordamos em que o aumento da miséria da população seja o caminho para resolver os problemas nacionais.

2 - Esta mesma política econômico-financeira estrangula nossos salários. A perspectiva do próximo aumento do funcionalismo público fará com que aprofunde-se a perda de nosso poder aquisitivo. Com isto serão deterioradas ainda mais as condições de trabalho em nossa Universidade.

3 - Não concordamos com as diretrizes da SESU-MEC para 1984. Estas diretrizes congelam a expansão da rede oficial de ensino superior, em benefício da expansão explícita da rede privada. Além disto, propõe medidas que desvirtuarão radicalmente o papel que deve ter a Universidade na solução dos problemas nacionais.

4 - Acreditamos que a Universidade tem muito a contribuir, com propostas de alternativas à atual política econômico-financeira. Para isto, tornarão imperativo que o governo ausculte a sociedade civil, os trabalhadores e a própria Universidade.

Toma-se imperativo para isto que haja eleições diretas para Presidente da República.

Atenciosamente,

Joel Requeira Teodósio
Presidente
ADUFRJ

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1983.

Comissões

Informamos a todos professores que queiram participar das comissões abaixo especificadas que entrem em contato com as seguintes pessoas:

1) Comissão de Condições de Trabalho: Professora Marta (I. Física)

Telefone: 280.9322 - Ramal 120

1ª reunião: Quarta-feira (26/10) - 17:00 horas - IFCS - 2º andar.

2) Comissão de Transporte: Professora Marilita - Bloco H Sala 111

Telefone: 280.9322 - Ramal 121

Professor Fernando Amorim - Bloco C Sala 209

Telefone: 280.9322 - Ramal 228

1ª reunião Quinta-feira (27/10) - 11:00 horas - Bloco H - Sala 111

CINE-CLUBE

Comunicamos a todos professores que está sendo criado um CINE-CLUBE.

Qualquer informação entrar em contato com a professora Selene Bloco C - Sala 112 - Telefone: 230.0017 ou 280.9322- Ramal 342.

PROGRAMAÇÃO:

- Dia 7 de novembro - 2ª feira - 11:30 horas - Auditório CCMN (Roxinho)

HIROSHIMA

Filme da BBC de Londres (em espanhol), mostrando os efeitos da destruição nuclear. Duração - 50 minutos. Haverá em seguida debate com especialistas. Este evento tem o patrocínio da ADUFRJ e do Comitê de Defesa da Paz, cujo presidente é o Acadêmico Antônio Howaiss, que também participará dos debates.

Eleições diretas na UERJ suspensas pelo STF

Ricardo Santos

Presidente da Associação de Docentes da UERJ

A aprovação da Lei 672 por unanimidade da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que instituiu eleições diretas para lista tríplice de Reitor e Vice-Reitor e eleições diretas simples para Diretores, representou um momento de importância histórica para a Universidade do Estado (UERJ) e para a Universidade Brasileira.

A Lei sancionada pelo Governador, em 08/09/83, possibilitava, pela primeira vez na história do país, a realização de eleições diretas legais para escolha dos dirigentes da Universidade. Uma situação inédita que, independente do seu desfecho, permitiu que a UERJ amadurecesse politicamente em um mês aquilo que não conseguiu fazer nos seus 33 anos de existência. Em contraposição a esta situação verdadeiramente revolucionária para a Universidade, moveram-se as forças mais conservadoras da UERJ, em sintonia com o Governo Federal através do MEC e do STF. O temor da democratização da Universidade provocou a decisão do STF de suspender as eleições horas antes do início da abertura da 1ª urna. Em síntese seguraram a mão da comunidade da UERJ na hora em que esta depositaria seu voto nas urnas.

A comunidade universitária ficou em estado de perplexidade e de indignação diante da decisão do Supremo. Professores, estudantes e funcionários reuniram-se pela manhã e à noite na concha acústica da UERJ, com a presença de cerca de 10 mil pessoas. No começo da tarde concentraram-se mais de 3 mil universitários na Cinelândia. Logo após nos dirigimos ao

MEC, conseguindo fazer com que o Delegado Regional descesse para ouvir nossas reivindicações. A passeata prosseguiu até a Assembléia Legislativa, reunida em sessão extraordinária. O dia marcado para as eleições, dia de coroamento de um processo eleitoral democrático, transformou-se num dia de protesto contra o ato do STF e tudo que ele representou e representa.

Após as manifestações de revolta, os três segmentos da UERJ, professores, estudantes e funcionários, resolveram realizar uma consulta eleitoral e encaminhar no momento mais oportuno, a lista dos três mais votados ao Conselho Universitário.

A consulta, uma vez concretizada, não significa de modo algum, atitude de confrontação ou insubordinação em relação ao Poder Judiciário, como tem tentado caracterizar o STF através de parcelas da imprensa local. Nada há de ilegal neste procedimento não se justificando a ameaça de intervenção Federal na UERJ, na verdade, uma ameaça de intervenção no Estado do Rio de Janeiro.

No momento em que pesam sobre a UERJ ameaças de diversos tipos, é importante que a comunidade universitária do país e a sociedade civil, através de suas entidades mais representativas e comprometidas com o processo de democratização do país, se pronunciem sobre estes acontecimentos e pela constitucionalidade da Lei 672. É importante também um pronunciamento pela garantia da liberdade de expressão na UERJ. Nossa luta continua.

Nota da diretoria da ADUFRJ

A Associação de Docentes da UFRJ solidariza-se com a comunidade da UERJ, no tocante a:

1 - Apoiar irrestritamente a eleição da lista tríplice para Reitor, pelos professores, alunos e funcionários daquela Universidade;

2 - Considerar que esta eleição aprovada por unanimidade pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, e sancionada pelo Governador do Estado, corresponde aos anseios de uma Universidade autônoma, democrática, capaz, acadêmica e cientificamente, e participante, com responsabilidade, dos problemas nacionais.

Deploramos a atitude medíocre dos que apegam-se burocraticamente a dispositivos legais, impostos à Nação em períodos ditatoriais, o que não se coaduna com o atual momento

político nacional. Esperamos que prevaleça o bom-senso, e que esta lista tríplice, eleita pela comunidade da UERJ, seja referendada pelos colegiados superiores daquela Universidade.

Por outro lado, lutaremos para que o Congresso Nacional aprove as modificações na Lei 5.540, concedendo autonomia à Universidade na escolha de seus dirigentes. Neste sentido, apoiamos o conteúdo dos projetos de lei atualmente existentes na Câmara dos Deputados, estabelecendo eleições diretas dos dirigentes, pela comunidade de cada Universidade.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1983
(a) JOEL REGUEIRA TEODÓSIO
Presidente da ADUFRJ

SEÇÃO DE CARTAS

Caro colega

Está circulando na Universidade uma nota pretensamente atribuída à Associação de Docentes da UFRJ a qual, caso não seja do seu conhecimento, está anexada a este meu esclarecimento, em cópia xerox.

Em nenhum momento acreditei tratar-se de opinião da ADUFRJ por conter texto anônimo, mimeógrafado e cujas afirmações, infantis e apressadas, não poderiam ser atribuídas a uma Associação de Docentes Universitários. Infantis e apressadas porque emite julgamento de uma ocorrência sem ouvir ambas as partes envolvidas, distorcendo a realidade dos fatos e por denegrir a reputação de um professor sem procurar conhecer a sua atuação anterior como Educador.

Estou perfeitamente tranqüilo porque a minha reputação nos locais onde trabalhei e trabalho está acima das inverdades expressas em tal documento. Bastaria uma indagação superficial junto a esses órgãos para confirmar a minha afirmação. Lembro apenas a minha atuação na Direção da Escola de Belas Artes, de 1976 a 1980, onde cumpro integralmente minhas obrigações - reconhecimento dos Cursos, instalação dos "ateliers" de escultura e gravura, laboratório fotográfico, etc. - ou, ainda, nos Colegiados a que pertenci e pertença. Na minha ativi-

dade de magistério nas Faculdades Integradas Bennett estive presente na relação de professores homenageados, desde a primeira turma até a mais recente.

Poderia continuar a fornecer informações que omito por considerar perfeitamente desnecessário, conforme disse acima.

No entanto, o que me leva a redigir o presente documento é o receio de que se estabeleça um precedente extremamente perigoso que é a utilização do nome da ADUFRJ, em documento anônimo, para lançar lama sobre o nome de um professor:

Outra preocupação é a constatação de que, face a não ocupação do espaço universitário pela grande maioria idealista e trabalhadora, ele venha a ser ocupado por uma minoria de carreiristas e arrivistas que, incapaz profissionalmente, utiliza os artifícios da calúnia e da difamação para ascender na comunidade universitária. Não conseguindo subir pelos seus méritos tentam, invejosamente, destruir os que alcançaram suas posições pelo trabalho e esforço honestos.

Pelos motivos acima, quero fazer uma advertência grave - HOJE EU SOU O ATACADO, AMANHÃ PODERÁ SER VOCÊ - pense seriamente nisso!

Em, 02 de setembro de 1983

(a) Prof. Almir Paredes Cunha

RESPOSTA:

O documento é de responsabilidade da ADUFRJ, elaborado pela diretoria, cujo término do mandato foi em 3 de outubro de 1983, e do Conselho de Representantes. O conteúdo é o seguinte:

Nota à opinião pública

No dia 23 de agosto próximo passado, uma professora da Escola de Belas Artes foi esbofetada pelo professor Almir Paredes Cunha na presença da diretora daquela Unidade, professora Cordélia Navarro, de 6 outros professores e de alguns funcionários, numa dependência da UFRJ na qual se processava a eleição para representantes das categorias docentes na Congregação daquela Escola.

Este fato, por si só de extrema seriedade por se tratar de uma violência física contra uma colega, atingida em sua própria dignidade de ser humano, tem ainda vários agravantes:

- a agressão foi motivada por divergências políticas conhecidas por todos naquela Escola e naquele momento materializada em candidaturas para a Congregação;

- o agressor é professor desta Universidade e, portanto, é supostamente um Educador e com este gesto demonstra cabalmente total incapacidade para o exercício desta função;

- o agressor, superior hierárquico da agredida, é Diretor Adjunto de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes, cargo de confiança de sua Diretora, e com esta atitude compromete o nome de sua Unidade;

- o agressor é ainda membro de um dos Conselhos Superiores da UFRJ, o Conselho de Ensino de Graduação, onde representa o Centro de Letras e Artes e assim, o próprio nome da Universidade foi atingido;

- a professora agredida vem sofrendo pressões veladas no sentido de desistir do inquérito administrativo aberto por sua solicitação para apurar as responsabilidades;

- testemunhas da agressão vêm sendo ameaçadas, inclusive de demissão em outras escolas onde são professores e o agressor é chefe de Departamento, para que não depõem no processo.

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ADUFRJ, manifesta sua irrestrita solidariedade à professora Maria da Penha Dubois Johanssen vítima da agressão e, face à gravidade destes fatos, reclama das autoridades da Escola de Belas Artes, do Centro de Letras e Artes e da Universidade Federal do Rio de Janeiro as necessárias providências para a sustação do clima de intimidação e para a imediata e isenta apuração dos fatos e pronta punição do responsável.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1983.
ADUFRJ

Professor

A nossa campanha salarial já começou

OPINIÃO

Recursos públicos e ensino superior

A propósito do tema "Reestruturação da Universidade", o qual está vinculado ao problema da gratuidade no ensino superior, permito-me fazer algumas considerações.

O Sistema federal manteve, até a década de 70 o maior número de escolas de nível superior do País. A partir daí, em decorrência da explosão da demanda para este nível de ensino, o governo federal permitiu à iniciativa privada a criação de estabelecimentos de ensino de 3º grau e hoje a situação está invertida, pois a rede particular mantém 85% das escolas de nível superior.

Por razões históricas, o 1º e 2º graus sempre estiveram "fora" do sistema federal de ensino, mantidos em parte pelos sistemas estaduais e/ou municipais e mantidos pela iniciativa particular, de outra parte.

A "omissão" do sistema federal nestes graus, associada à gradativa "pauperização" dos sistemas estaduais/municipais (devido à centralização da receita nacional pela União) e somadas ao descompromisso da iniciativa privada com a "educação popular" de nível básico, trazem os transtornos vividos pela educação brasileira.

O País tem milhões de crianças fora da escola, milhões de analfabetos e milhões de profissionais sem qualificação mínima, todavia os recursos destinados à educação são escassos.

Em boa hora foi anunciada a nova política federal de transferir maior volume de recursos financeiros para o 1º grau, porém, recorrendo-se a uma fórmula pouco original - a de acabar com a gratuidade no ensino superior federal. A atual Ministra declara-se afinada com tal política,

somente adia a medida por julgá-la inoportuna agora.

Os gastos com a manutenção do ensino superior oficial são ínfimos, se comparados aos dispêndios para a manutenção do ensino de 1º grau, considerando-se a demanda de oportunidades e a observância do princípio de gratuidade. Estão fora do cálculo as despesas com o pré-escolar, a alfabetização de adultos, o ensino supletivo e a qualificação profissional (via escola ou não).

Penso que não é "despindo um santo para vestir outro" que se resolverão os problemas do custo do ensino no Brasil, principalmente porque os recursos disponíveis para o ensino superior oficial mal cobrem as despesas com pessoal, equipamentos e livros. Sabe-se que os recursos públicos para o ensino superior são também transferidos à iniciativa privada sob a forma de amparo técnico e assistência financeira. Portanto o sistema federal sustenta duas famílias: a sua e a dos outros, repartindo os minguados recursos entre as instituições oficiais e as particulares.

Numa época de escassez como a nossa, a aplicação dos recursos públicos deve considerar um princípio simples - sua rentabilidade expressa no máximo de benefícios a obter com o mínimo de custos.

Em primeiro lugar, é necessário definir quais os benefícios a serem obtidos com o investimento em educação. Este é um problema da política educacional (posto que, se há uma opção pela expansão do ensino de 1º grau e o conseqüente aumento das oportunidades

educacionais esta decisão retrata objetivos nacionais mais amplos. Esta é, porém, uma decisão política que merece o respaldo de toda a sociedade representada no Congresso Nacional).

A SOCIEDADE BRASILEIRA; A CAMINHODO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (que deve ter por objetivo maior o BEM-ESTAR coletivo) através do processo de industrialização, requer uma força de trabalho qualificada, ativa e produtiva. Não se admite, por outro lado, um processo educacional alienado desta realidade social. Os custos da educação são enormes para se insistir em conteúdos eruditos e ornamentais. É necessário, portanto, uma educação voltada para a vida social, que implica em "agir produtivamente", isto é, trabalhar e produzir.

Os três graus do ensino são necessários ao País, devem servir aos objetivos sociais e aos individuais. A integração destes é questão de planejamento didático.

O ensino superior sempre esteve voltado para o atendimento dos objetivos individuais de sua clientela em busca de "status" social. A realidade de hoje, porém, está desmistificando o DIPLOMA, posto que as exigências sociais recaem na competência individual. O ensino deve-se voltar para a competência entendida aqui como a capacidade de criar soluções para os problemas emergentes de uma sociedade em constante mudança, avançando para o futuro.

A solução para o problema da gratuidade do ensino superior não é uma questão de oportunidade mas de definições políticas cla-

ras e ações concretas.

O ensino de 1º grau é um direito universal, deve ser ampliado a todos e gratuito, merece todo o empenho do sistema federal e da sociedade.

Por seu turno, o ensino de 2º grau também merece outras considerações que aqui não cabem, mas é para muitos estudantes o último estágio do processo escolar. Este fato deve ser levado em grande conta pela política educacional, neste momento de redefinições de objetivos e funções deste grau escolar.

Quanto ao ensino de 3º grau, creio que deve permanecer gratuito nos estabelecimentos oficiais, porém dotado de um sistema de admissão reservado aos alunos egressos do ensino oficial de 2º e 1º graus. O vestibular é dispensável, poderá ser substituído por um excelente sistema de orientação acadêmica e rigorosos exames de qualificação, no decorrer do processo (a cada dois anos, por exemplo).

O ensino superior oficial deve ser o padrão nacional e para ele devem convergir todos os recursos disponíveis do sistema federal.

Quanto ao ensino particular, sendo uma atividade empresarial, deve ser capaz de gerar os seus próprios recursos.

Os subsídios governamentais indiscriminados deverão ser extintos, afinal a livre iniciativa com todos os seus riscos e ônus é uma peculiaridade das democracias.

UFRRJ, 19 de agosto de 1983.

(a) DEISE BERGO COELHO

Diretoria da ADUFRJ

Presidente: Joel Regueira Teodósio

1º Vice-Presidente: Deise Miranda Vianna

2º Vice-Presidente: Tomaz Pinheiro da Costa

1º Secretário: Moacyr Barreto da Silva Junior

2º Secretário: Luiz Eurico Nasciutti

1º Tesoureiro: Selene Alves de Oliveira

2º Tesoureiro: Fernando Antônio Sampaio de Amorim

EXPEDIENTE

Fernando Antonio S. de Amorim - (CT) - Deise Miranda Vianna - (CCMN) - Ericksson Almendra - (CT) - Joel Teodósio - (CT) - Tomaz Pinheiro da Costa - (CCS) - Moacyr Barreto da Silva Junior - (CAP) - Luiz Eurico Nasciutti - (CCS) - Selene Alves de Oliveira - (CCMN). Endereço: Centro de Tecnologia, Bloco D - Sala D200 - Telefone: 2809322 - Ramal 325 Ilha Universitária - CEP 21944 Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001-51.

CONCLAT
de Praia Grande

- Os problemas nacionais e as alternativas dos trabalhadores.

- Política econômica: salário, emprego e custo de vida.

- Dívida interna e externa e soberania nacional.

- Política agrária.

- Previdência e Direitos Sociais: educação, saúde e habitação.

- Liberdades democráticas.

- Unidade e organização dos trabalhado-

res.

- Estrutura Sindical: liberdade e autonomia sindical.

- Direito de greve.

- Comissão de empresa e delegado sindical.

- Intersindicais estaduais e nacional.

- Relações Internacionais.

- Plano de lutas sindicais.

A ADUFRJ participará com 5 delegados de base e 3 da diretoria.

Nota de pesar

Faleceu no dia 21 de outubro a esposa do colega Waldyr Azevedo, Professor do Departamento de Engenharia Naval da Escola de Engenharia e Conselheiro da ADUFRJ.

A diretoria e o Conselho de Representantes da ADUFRJ manifestam profundo pesar e solidarizam-se com o colega Waldyr neste momento difícil.

Atualize o seu endereço

Estatuto da UFRJ está mudando vamos influenciar na mudança

Horácio Macedo (Decano CCMN)

No II Congresso dos Docentes da UFRJ, realizado pela ADUFRJ no primeiro semestre, deliberou-se participar amplamente na discussão sobre a reforma e a consolidação dos Estatutos da Universidade, em curso no Conselho Universitário. Acentuou-se então, no Congresso, que a condição indispensável para conquistarem-se avanços e modificações da estrutura da Universidade era a ativa atuação dos docentes, não só na apresentação de propostas objetivas sobre os diversos artigos, mas também na manifestação coletiva da vontade dos professores em torno de pontos consensuais.

De lá para cá, a discussão dos Estatutos avançou no Conselho Universitário. Foi possível evitar o risco da aprovação em bloco de uma proposta única de redação e estabeleceu-se o procedimento da discussão de cada artigo separadamente. Com isto, o processo de discussão é muito lento, o que possibilita a oportunidade do amadurecimento de proposta e de sugestões.

Simultaneamente, e como fruto do Congresso, uma Comissão aberta de professores tem discutido com relativa regularidade os diferentes artigos dos Estatutos, a

fim de levar ao Conselho Universitário propostas coerentes com as aspirações gerais do movimento docente.

O tema central da discussão dos dias de hoje é o da estrutura do poder deliberativo no nível dos Departamentos. Na discussão que já houve, no Conselho Universitário, sobre a eleição da chefia do Departamento, a proposta da eleição direta por todos os docentes foi derrotada por 20 votos contra 15. Este resultado, embora seja uma derrota, mostra o potencial de mudança que aparentemente pode ser mobilizado, desde que os docentes se manifestem em todos os níveis.

Na próxima reunião extraordinária do Conselho Universitário será discutida a composição do Corpo Deliberativo do Departamento. Em agosto do ano passado, depois de aceso debate no Conselho, foi possível modificar a estrutura do Corpo Deliberativo mediante um dispositivo que permite a ampliação do Corpo Deliberativo, com outros docentes, homologada a ampliação pela Congregação da Unidade.

A idéia que se pretende levar, a respei-

to do assunto, para o Conselho Universitário, é a de especificar com maior clareza a participação docente, assegurando que a ampliação do Corpo Deliberativo será feita sempre no sentido de aumentar-se a representação dos professores assistentes e dos professores auxiliares. É importante acentuar que o resultado da votação, que mencionamos acima, torna extremamente difícil que o Conselho Universitário aceite a Plenária como forma estatutária do Corpo Deliberativo. Esta dificuldade só será removida se houver, desde agora, um amplo e profundo trabalho dos docentes no sentido de conseguir a alteração da posição de alguns membros do Conselho.

Depois dos artigos sobre os Departamentos, vêm os artigos sobre a composição dos Conselhos de Coordenação dos Centros, das Congregações e do Conselho Universitário e que constituem, na realidade, a formalização da estrutura do poder decisório na Universidade. Assim, a alteração destes pontos não pode ser a obra de uns poucos participantes do Conselho Univer-

sitário, mas tem que corporificar-se na participação dos docentes em discussões e em reuniões nas Unidades e nos Centros, e na presença dos professores durante as sessões do Conselho.

Na realidade, até hoje, o movimento docente continua a encarar a discussão dos Estatutos como questão antes de tudo aborrecida e desinteressante e, no final de contas, burocrática e irrelevante. A manter-se esta concepção errônea, os Estatutos serão consolidados de forma fechada, com práticas conservadoras, que constituirão obstáculos ao futuro desenvolvimento do movimento docente e da Universidade. Cabe, portanto, alterar esta opinião, agora e imediatamente, a fim de introduzirem-se nos Estatutos dispositivos democráticos que facilitem avanços futuros da modificação da estrutura.

Assim, vamos fazer força para que a assistência à próxima sessão extraordinária do Conselho Universitário tenha densidade e massa correspondentes ao elevado desejo de mudança que é a característica do movimento docente na nossa Universidade.

Sobre o Encontro dos Professores de História

Philomena Gebran (IFCS)

É muito importante pensar, cada vez mais, na necessidade da transformação na Universidade brasileira. Está claro para todos nós que esta transformação passa pela, sua maior e mais ampla, democratização do momento histórico em que vive o País. Passa por uma Universidade pública e gratuita com mais verbas para a educação e melhores condições de ensino.

Mas está, também, claro que a transformação da Universidade brasileira assim como sua autonomia e maior liberdade de expressão passa, necessariamente, por uma constante e necessária avaliação crítica do conteúdo dos seus currículos, dos seus programas, da metodologia do ensino e da pesquisa da extensão universitária, da interdisciplinaridade e do aprimoramento acadêmico.

Para isto a Universidade deve, em primeira instância, procurar desenvolver sua produção acadêmica buscando melhorar o nível de ensino, pesquisa e da profissionalização, sem contudo esquecer que ela é uma Instituição educacional e cultural que desempenha importante papel político dentro da sociedade. Por isto é indispensável que seus membros (tanto o corpo docente como o discente) não só se identifiquem com os problemas da nossa realidade nacional, mas que estejam capacitados para enfrenta-los ao nível do conhecimento teórico e da prática política e científica.

Na conjuntura que o País atravessa compete, mais que nunca, à Universidade brasileira como instituição educativa e cultural de alto nível acadêmico, que deve ser, buscar formas criativas e sistemáticas para a contribuição à criação de uma sociedade mais justa e mais democrática.

Foi dentro deste espírito de busca de renovação acadêmica que o Departamento de História da UFRJ realizou de 26 a 30 de setembro, seu I Encontro de Professores de História do Rio de Janeiro reunindo não só professores e alunos universitários mas também, professores de História do 1º e do 2º graus, para que juntos pudessem melhor pensar em como receber, cultivar e transmitir o conhecimento histórico.

Entendemos que este Encontro veio resgatar para o Departamento de História da UFRJ o espaço que lhe é de direito, para o verdadeiro exercício da reflexão histórica e da sua preocupação em como formar eficientemente novos professores e pesquisadores, preocupação esta que foi abandonada durante muitos anos.

O Departamento de História da UFRJ se revitaliza com este encontro que estabeleceu dentro da Universidade, a discussão não só dos problemas Universitários mas dos problemas prementes do ensino do 1º e do 2º graus, tão carentes de uma maior atenção para com as suas ques-

tões didáticas.

Este encontro significou algo novo para os profissionais de História que, juntos, puderam pensar formas novas de reorganizar seus cursos através da criação de currículos mais flexíveis, capazes de formar profissionais não tão somente dotados do conhecimento científico, mas aptos a pensar na realidade social em que vivemos. Ensinar a pensar é o papel fundamental do professor e, principalmente, do professor de História, a quem compete estabelecer uma discussão permanente não somente dos problemas específicos que nos afligem mas também dos problemas que afligem a todo o povo brasileiro.

Temos a certeza que deste I Encontro dos Professores de História do Rio de Janeiro, todos saímos empenhados em desenvolver um trabalho conjunto para a renovação do papel do Professor de História, estabelecendo uma maior inter-relação entre os professores do 1º e 2º graus, e criando um vínculo mais estreito do ensino com a pesquisa e a extensão universitária. Saímos comprometidos com um conhecimento histórico cada vez mais sólido da realidade em que estamos vivendo.

Foi pensando na Universidade como um verdadeiro fórum de debates que este encontro pode abrigar as mais amplas discussões, abran-

gendo desde a questão curricular dos cursos de História, do ensino e da pesquisa, passando pela questão da relação da Universidade com o ensino do 1º e 2º graus, até a veiculação dos conteúdos históricos na sociedade.

Este encontro significou ainda além do aprofundamento das questões acadêmicas pertinentes ao conhecimento histórico, o estreitamento das relações entre as várias categorias dos professores de História que saem, acreditamos, mais unidos e dispostos a uma inovação profissional e a uma comunicação efetiva e permanente, tanto entre si como com a comunidade em geral.

E, finalmente, o I Encontro dos Professores de História do Rio de Janeiro foi muito feliz ao encerrar-se criando o Núcleo Regional da Associação dos Professores de História, ligado à Associação Nacional, já existente. A criação do Núcleo da Associação dos Professores é bastante significativa na medida em que, abre mais um espaço a todos os que se preocupam, pensam e exercitam o conhecimento histórico. É ainda importante a todos os professores de História como um novo espaço para cuidarem de seus problemas específicos e da sua profissionalização.



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 08/1982 a 10/1982.

BOLETIM N° 11

AGOSTO 82

ANO IV

ASSEMBLÉIA GERAL

dia 25/08 às 13:30 horas no
Auditório do CT detalhes na
pág. 9

RUMOS DA UNIVERSIDADE

folha de São Paulo (editorial)
30/07 pág. 1

IMPRESSÕES A RESPEITO
DA PROPOSTA DO CRUB

Luis Antonio Cunha pág. 3

A QUESTÃO SALARIAL DOS
DOCENTES

uma contribuição à discussão
pág. 2

ELEIÇÕES NA ADUFRJ

renovação do Conselho de
Representantes pág. 9

TV EDUCATIVA X EDUCA-
ÇÃO

pág. 8

SEMINÁRIO ANDES - SBPC

pág. 6

CANDIDATOS A GOVERNA-
DOR NA UFRJ

debates promovidos pela
ADUFRJ e DCE pág. 8

EDITORIAL

Neste início de período letivo, três assuntos de extrema importância devem nortear a ação da ADUFRJ nos próximos meses: a campanha salarial, o processo de avaliação global dos professores para fins de promoção vertical e a continuação e aprofundamento da discussão sobre a reestruturação da Universidade.

Objetivando iniciar a discussão sobre a campanha salarial, incluímos neste boletim um artigo sobre a nossa situação. Uma vez que não obtivemos até agora o reajuste semestral, nosso próximo reajuste salarial deverá ser em janeiro, durante as férias escolares, período de difícil mobilização. Assim, como em anos anteriores, é necessário que iniciemos desde já a nossa campanha salarial. É difícil prever quais serão seus desdobramentos e suas conseqüências porém, temos que abrir todos os espaços possíveis para esta discussão de forma que os professores, em conjunto, decidam os rumos a serem seguidos. De imediato surge a necessidade de definirmos nossas reivindicações, o índice de reajuste que queremos, os direitos trabalhistas que julgamos não atendidos, assim como estabelecermos o seu encaminhamento.

Quanto à segunda preocupação, é importante lembrar que neste semestre será feita a avaliação global para fins de progressão vertical. Este processo só atingirá a classe de assistente 4 uma vez que não existe no momento auxiliar 4 na universidade. No entanto, é interesse de toda comunidade universitária. Desde o início do movimento dos professores nossa preocupação fundamental tem sido a melhoria da Universidade e nisto conseguimos algumas vitórias tais como uma nova carreira do magistério, sen-

Continua no verso

]sivelmente melhor que a anterior, e níveis salariais mais dignos. Dentro desta perspectiva consideramos que a progressão vertical que se aproxima deve ser encarada pelos professores como uma oportunidade de avaliação do nosso trabalho. A avaliação será feita em cada departamento, com base em critérios próprios, que entendemos devam ser fixados por todos os seus professores. Essa discussão, já iniciada em vários locais, tem levantado outro problema de nossa categoria: a existência de uma parcela de professores que estão defasados das exigências do desempenho de tarefas quer em suas atividades didáticas, quer nas suas atividades culturais ou de pesquisa ou ainda na prestação de serviços. Julgamos que esta matéria é também pertinente a nossa responsabilidade social enquanto categoria e portanto devemos discuti-la seriamente.

Finalmente, lembramos que durante todo o primeiro semestre discutimos a reestruturação da Universidade brasileira. A ADUFRJ promoveu, com pleno êxito, o I Congresso dos Docentes da UFRJ, que firmou nossa posição sobre o assunto. Com base nas reivindicações dos docentes de todo o país, encaminhadas por suas Associações, o V CONAD da ANDES elaborou documento que já foi entregue ao ministro da Educação. É importante que continuemos este processo, discutindo o documento da ANDES, aprofundando as questões nele contidas e refletindo sobre como deveremos agir a fim de que a reestruturação pretendida, por nós, se inicie.

RUMOS DA UNIVERSIDADE *

A constituição de associações de docentes universitários na imensa maioria das instituições de ensino superior é um fenômeno típico da reorganização da sociedade civil que vem marcando estes anos de abertura política. Criadas em torno de reivindicações ou de protestos, aquelas entidades refletiram, até há pouco, certo caráter corporativo, presente nos movimentos grevistas desencadeados por razões essencialmente salariais.

A criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) não alterou fundamentalmente essa tendência, pelo menos até o 5º Conselho Nacional das Associações de Docentes, reunido em junho deste ano na cidade de Belo Horizonte. Naquela ocasião foram delineados os pontos básicos da proposta dos professores para a Universidade brasileira. Resposta ao desafio lançado em novembro de 1981 pelo ministro da Educação, no sentido de receber subsídios para uma reformulação da Universidade, o documento resultante daquele encontro acaba de receber importantes adesões da sociedade civil com o apoio oficial da SBPC, da OAB e da ABI, às quais deverão somar-se outras entidades.

Toma corpo, assim, uma proposta de adoção de princípios básicos destinados a orientar as transformações a serem empreendidas na Universidade, contrariando a índole tecnocrática, que se traduz em modelos acabados, normas centralizadoras e estatutos impostos de cima. Destacam-se, entre aqueles princípios, o de assegurar o caráter público e gratuito do ensino superior, o de garantir um padrão único de qualidade - que "longe de pretender eliminar as diferenciações mais do que naturais e positivas (...) pretende elevar o nível do ensino superior" - e finalmente o de estabelecer a autonomia e o funcionamento democrático da Universidade. A idéia essencial é a de que esses princípios encontrem sua forma de concretização em cada instituição, respeitadas as características próprias da comunidade em que se insere.

No momento em que o Ministério da Educação procede a estudos destinados a reformar o estatuto jurídico das universidades públicas e a rever a gratuidade do ensino que elas proporcionam, o documento da ANDES é oportuno porque enseja o debate e a tomada de posição dos demais setores da sociedade. Os termos amplos em que a questão foi situada darão margem a que também os meios empresariais e - por que não? - os sindicatos de trabalhadores venham a pronunciar-se sobre o destino dessa instituição cujos rumos não devem depender somente de decisões tecnocráticas, nem tampouco apenas da comunidade acadêmica, porque dizem respeito a todos os brasileiros.

* Editorial publicado na Folha de São Paulo em 30/07/82.

A QUESTÃO SALARIAL DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS AUTÁRQUICAS

1 – O Reajuste de maio de 1982 e a Reposição Salarial

Finalmente tivemos nossos salários reajustados em 40% no último mês de maio. Podemos, portanto, fazer uma análise do “ganho salarial real” obtido através de nosso movimento de 1981.

Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para o fato que em 1981 tivemos apenas um único reajuste no mês de janeiro. Por outro lado, nosso reajuste de janeiro deste ano foi de 82%.

Comparando-se a inflação acumulada no período fevereiro 81/janeiro/82 (93,2% segundo o INPC) com nosso reajuste de janeiro (82%) verificamos que ele foi insuficiente para cobrir a inflação. Por outro lado, os 40% de maio foram superiores à inflação do período fevereiro 82/maio 82 (25,6% segundo o INPC). Fica, portanto, a pergunta - houve ou não ganho real de salário entre janeiro do ano passado e maio deste ano? Efetuando-se as contas obtemos um ganho de apenas 5%. Em outras palavras, nosso salário real em maio último era 5% superior ao salário real de janeiro do ano passado.

Com relação à questão de reposição salarial de 45%, convém lembrar que ela se referia ao salário de março do ano passado, e havia sido calculada para recuperar o nível salarial de março de 1970 - o maior nível histórico atingido no passado. Para se calcular a reposição obtida é preciso comparar nosso reajuste total - 154,8% - com a inflação acumulada no período abril 81/maio 82 (118,5% segundo o INPC). Efetuando-se os cálculos obtemos uma reposição de 16,6%, sensivelmente inferior aos 45% reivindicados.

2 - A Questão dos Reajustes Semestrais

Pela atual legislação salarial, os reajustes são semestrais e diferenciados segundo o nível salarial, sendo tanto mais elevado quanto menor for o salário. No caso dos professores federais autárquicos, a atual distribuição salarial (40 horas) se situa entre 7 e 16 salários mínimos, o que significa dizer que alguns salários teriam reajustes superiores e outros inferiores à inflação no caso da política dos reajustes semestrais ser aplicada diretamente sobre nossos salários (até 11,5 salários mínimos o reajuste é superior no INPC).

Atualmente o nível de Adjunto 4 (40 horas) corresponde a 15,5 salários mínimos. Caso o governo mantivesse a atual política de reajuste do salário mínimo, este salário estaria reduzido a 12 salários mínimos ao final de 5 anos de reajustes semestrais (possivelmente um pouco mais no caso de ser repassado algum aumento a título de ganho de produtividade).

O exemplo acima serve para ilustrar a complexidade da questão dos reajustes semestrais, a qual deve ser cuidadosamente discutida para evitar divisões no movimento dos professores das Universidades Federais Autárquicas.

3 - Novas Questões

Ao conferir seus contracheques do mês de maio os colegas devem ter es-

tranhado o pequeno aumento real obtido após os descontos para a Previdência Social e o Imposto de Renda. Desta forma, seu ganho líquido pode ter sido bastante modesto, especialmente no caso dos salários mais elevados.

Em relação ao desconto para a Previdência, é bom recordar que no final do ano passado foram tomadas duas importantes medidas pelo governo.

Em primeiro lugar, o teto de desconto para o INPC se elevou de 15,5 para 20 salários mínimos. Esta modificação afeta apenas os professores titulares, que estão incluídos nesta faixa salarial.

Mais importante foi a elevação das alíquotas de contribuição que passaram de 8% para um percentual entre 8,5 e 10%. No caso dos professores federais autárquicos ela é de 9% na faixa 5/10 SM, 9,5% na faixa 10/15 SM, e 10% acima de 15 salários mínimos. Além disso, o salário mínimo foi reajustado em maio. Assim, um professor com um salário de 200 mil cruzeiros descontaria 16 mil cruzeiros para o INPC pela velha legislação (8%), tendo, entretanto, sido descontado em 19 mil cruzeiros em maio (9,5%).

Outro ponto de extrema importância é a elevação do desconto para o Imposto de Renda. Desde outubro do ano passado o governo utiliza a mesma tabela para descontos do IR. Ao recebermos nossos reajustes de janeiro e maio últimos, nossos salários caíram em alíquotas mais elevadas para efeito do IR, o que aumentou substancialmente os descontos na fonte. Desta forma, boa parte de nossos reajustes foi eliminado.

Em períodos de altas taxas de inflação os salários são reajustados com maior frequência, para evitar as perdas devidas à inflação. Não entendemos porque, até hoje, o governo não reajusta também as tabelas do imposto de renda semestralmente para corrigir a distorção apontada acima. Já se vão mais de oito meses desde a última modificação das tabelas do imposto de renda, sendo necessário em reajuste imediato das faixas de incidência das diversas alíquotas do IR.

Trabalho elaborado pelo professor João Sabóia - Faculdade de Economia.

PRIMEIRAS IMPRESSÕES A RESPEITO DA PROPOSTA DO CRUB *

A impressão que me ficou da leitura da proposta do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, expressa na minuta de anteprojeto de lei sobre a autonomia das instituições federais de ensino superior, foi de uma grande vitória do movimento de docentes.

Afinal, os reitores tinham obtido o apoio do MEC para medidas que há muito os docentes reivindicaram. Estava lá, na minuta, que as Universidades teriam autonomia para elaborar seus estatutos e regimentos; para “fixar normas e critérios para a escolha dos respectivos dirigentes”; para organizar e remunerar seus quadros de professores e funcionários, sem que o DASP interferisse; para definir seus orçamentos a partir de dotações globais e para a “livre utilização de saldos orçamentários e

De receita própria”; para “criar, organizar, reconhecer e credenciar cursos de graduação, pós-graduação e outros”. Implicitamente, parecia-me que a famigerada lei 6733 seria revogada, pelo menos no que diz respeito às fundações universitárias.

Por tudo isto, senti que a tão esperada autonomia universitária estava chegando no Brasil. Antes tarde do que nunca!

Todavia, a leitura mais atenta da minuta do anteprojeto e a reflexão mais cuidadosa sobre as condições de sua aplicação tiraram-me o entusiasmo inicial. Vou dizer porque.

A capacidade das Universidades para elaborar seus estatutos e regimentos, e para “fixar normas e critérios para a escolha dos respectivos dirigentes” ficará limitada pelas características dos que terão, na prática, essa capacidade: a burocracia universitária. É pouco provável que a burocracia universitária, em geral super-representada nos conselhos universitários (ou equivalentes) aceite abrir mão de seu poder, introduzindo, nos novos estatutos e regimentos, o critério de eleição dos dirigentes em todos os níveis, do chefe de departamento ao reitor. Mesmo que aceitem esse critério, ainda que parcialmente, duvido que concordem com a desvinculação dos níveis da carreira docente com os dos cargos de direção. Na mesma direção das suspeitas anteriores, coloca-se a autonomia para organizar e remunerar seus quadros de professores e funcionários. Não vejo como a burocracia universitária, tão mais distante do ensino e da pesquisa quanto mais elevados os cargos, possa definir critérios de seleção, admissão e promoção de pessoal docente, estruturar carreiras, fixar níveis de remuneração e regime de trabalho segundo padrões democráticos. Essa burocracia não retira seu poder justamente da desigualdade? Os novos estatutos e regimentos, não seriam aprovados pelos conselhos universitários, com toda a autonomia, justamente para reforçar ainda mais o “mandarinato da universidade”?

Pergunta parecida já foi, aliás, levantada por um dos membros da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior - EAPES, fruto de um dos famigerados acordos MEC-USAID. Questionava, a propósito do regime de fundação, John Hunter: “Suponhamos que a Organização X é considerada deficiente, e que uma das razões para isso que todos ou alguns de seus membros, tendo ou não tendo culpa, também são deficientes, incompetentes, sem base, não têm imaginação, são ociosos e muitos ocupados com outros afazeres. Qual é o sentido de iniciar-se uma reforma que tem como principal fundamento não incomodar, de modo algum, todos os componentes atuais do sistema” ?

Uma decorrência imediata das considerações acima é quanto à presença de pessoas estranhas às universidades na sua direção. A Lei 5.540/68 dizia que, no colegiado a que esteja afeto a administração superior da universidade – o conselho universitário – deveria haver, obrigatoriamente, “representantes da comunidade, incluindo as classes produtoras”. E mais: que um terço dos membros dos conselhos curadores, aos quais

Caberia a fiscalização econômico-financeira seria de “elementos estranhos ao corpo docente e ao discente da universidade ou estabelecimento isolado, entre os quais representantes da indústria”. O decreto-lei nº 464/69 foi mais além, incluindo neste terço representantes do MEC. Algumas universidades como a Federal de São Carlos – uma fundação – atribuiu ao seu conselho de curadores, estatutariamente nomeados pelo Presidente da República, competência muito acima da fiscalização econômico-financeira: a definição dos próprios rumos da política universitária.

Será que essas pessoas aprovarão estatutos que os excluirão dos conselhos universitários e de curadores? Como esperar que elas diminuam o poder que a situação atual lhes atribui ou propicia?

As dotações globais de recursos para as universidades seriam um avanço em termos de agilização administrativa. Isto, porque a mudança de recursos de uma rubrica para outra, nos orçamentos, independeria da interferência do MEC. Eliminaría a necessidade de se Ter na prática, dois orçamentos. Um, elaborado com os recursos do MEC, de difícil alteração, e outro, com recursos “”extra-orçamentários”, para fazer frente à necessidades impossíveis de prever ou de prover por aquele. No entanto, um problema surge no horizonte. Como sabemos, é o Executivo que faz o orçamento do Governo. O Congresso só pode aprová-lo (ou não) em bloco, impedido que está de alterar o valor das dotações. Com as dotações globais, o Governo poderia deixar de se responsabilizar pela manutenção do corpo docente, por exemplo. A diminuição da dotação poderá vir a ser uma ameaça de peso para os professores e funcionários. Será que isto não poderá nos levar a trocar “bom comportamento” por aumento de verbas? Creio que a situação seria bem outra se fosse do Congresso a competência para definir o orçamento da União.

A autonomia para “criar, organizar, reconhecer e credenciar cursos de graduação e pós-graduação” parece-me muito interessante se não houvesse, como restrição, a previsão de que devem ser “observados os critérios gerais fixados pelo Conselho Federal de Educação”. Sabemos como o CFE se esmera na fixação de currículos mínimos e tantas outras normas através de resoluções, pareceres e simples indicações. Na pior das hipóteses, essa autonomia, embora restrita, evitará que o CFE legisle através da mera opinião de um ou outro de seus membros, e seja levado a distinguir entre as “normas gerais” e as preferências de certos conselheiros.

Deixei para o fim o comentário da questão que senti causar maior perplexidade: a autonomia para cada universidade organizar seu quadro de professores e funcionários, independentemente do DASP, fixando cada uma os níveis de remuneração. Se buscamos a autonomia da universidade, nós podemos, é claro, deixar de aplaudir a separação entre os quadros das universidades e o DASP. Mas, as dúvidas começaram a surgir quando se viu a fragmentação do movimento de professores, principalmente sua espinha dorsal, os docentes das universidades federais autárquicas. Níveis diferentes de remuneração, índices distintos de reajustes, poderiam divi

dir o movimento de docentes em blocos ainda mais numerosos do que os hoje existentes. Mesmo sem poder prever o futuro, acho que talvez possa haver imediatamente após a adoção de um regime como o proposto, uma certa desorganização do movimento dos docentes. Mas, não tenho receio quanto à durabilidade desse efeito. Os professores saberão, como os estudantes, ultrapassarem os efeitos negativos para a sua organização, advindos de medidas desmobilizadoras. Quando o regime de matrícula por disciplina (regime de créditos) passou a ser generalizado nas universidades e escolas isoladas, houve quem visse nele um golpe mortal no movimento estudantil, chegando até mesmo a atribuir essa intenção aos promotores daquela medida. No entanto, os estudantes foram capazes de contornar esse obstáculo e revitalizar seu movimento pela recriação dos DCE's, então com uma força que nunca haviam tido.

Assim, arrefecido o primeiro entusiasmo, concluo pela existência de uma ambigüidade grave no anteprojeto dos reitores. Se, de um lado contém direções progressistas, convergentes com os dos movimentos de docentes, não fecha as portas para as possibilidades de manipulação da burocracia universitária e do próprio Governo.

Não podemos correr o risco de que a autonomia tão buscada acabe por ser válida apenas para os que controlam as forças vivas da própria universidade.

* Este documento foi escrito pelo Luiz Antonio Cunha, a pedido da ADUFRJ, após sua participação no I Congresso Interno dos Docentes da UFRJ onde discutiu este tema numa mesa redonda.

SEMINÁRIO UNIVERSIDADE E PESQUISA

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC promoverão na primeira semana de outubro seminário sobre o tema Universidade e Pesquisa. Como forma de iniciar a discussão, estas entidades estão divulgando o documento que se segue. O programa do seminário será oportunamente divulgado.

Documento para Discussão

O movimento dos docentes do ensino superior tem, e sempre teve, como um dos seus objetivos maiores a construção de uma universidade democrática e autônoma para ser crítica e criativa, geradora de idéias novas, de atividades culturais e científicas, de tecnologia, competente para analisar e entender a realidade social e a natureza, capaz de propor soluções e de atuar para vencer problemas que afligem a grande maioria da população do nosso país e do mundo. É precisamente este o sentido maior da democracia: abrir espaço para que todos contribuam na colocação e solução das questões verdadeiramente relevantes. Mas, é preciso ter a consciência de que o exercício desta prática exige empenho árduo e estudo sério de cada um de nós para propor, questionar e expor-se à crítica e

juízo democrático de todos. Sem este empenho pessoal de cada um a democracia não se realiza para a transformação da universidade e da sociedade. Além disto o conjunto dos professores deve ter propostas para todos os assuntos concernentes à universidade, em particular sobre a atuação dos professores na universidade e o seu trabalho, não só no ensino, mas também na pesquisa – os quais julgamos intimamente interligados. atuação dos professores na universidade e o seu trabalho, não só no ensino, mas também na pesquisa - os quais julgamos intimamente interligados.

A preocupação com o trabalho desenvolvido no âmbito da universidade e, conseqüentemente, com o ensino e a pesquisa é refletida em vários documentos e resoluções das AD's e da ANDES, do seu Congresso, inclusive na proposta entregue recentemente ao MEC.

Embora voltadas para atender reivindicações específicas de categoria, como a carreira e o salário, as duas greves das universidades federais autárquicas contribuíram para criar condições mínimas de trabalho. Uma carreira adequada e salários razoáveis são essenciais para permitir ao professor dedicar-se melhor e exclusivamente às suas tarefas acadêmicas.

É óbvio que as atuais condições de ensino e de pesquisa, mesmo nas universidades públicas agora ameaçadas com o ensino pago, estão longe do que reivindicamos e houve distorções enormes na carreira decretada pelo MEC para por fim à primeira greve. Tampouco fomos atendidos em reivindicações importantes na segunda greve e mesmo o reajuste salarial obtido está sendo corroído pela inflação rapidamente. Nas universidades particulares permanece a sobrecarga de aulas e o rodízio dos professores. Nas fundações permanece em vigor da lei 6733 e não há carreira institucionalizada. Nas universidades estaduais continua a resistência democrática ao intervencionismo do poder. Todas estas lutas são atuais e continuam.

Entretanto, surge um problema novo no bojo da discussão sobre a reestruturação da universidade. É preciso Ter a clareza que, à medida que avançamos na democratização e na eliminação dos mecanismos autoritários e coercitivos, é fundamental que o movimento assuma a questão da responsabilidade profissional e social do professor e da sua prática acadêmica. Esta questão é concreta e se põe hoje no cotidiano que todos os que vivem o movimento, especialmente nas universidades estaduais e federais, onde já há um número razoável de professores em tempo integral, apesar de continuar em vários locais uma sobrecarga de aulas proibitiva. O uso do tempo integral, as atividades fora da sala de aulas, inclusive na elaboração dos cursos e no atendimento dos alunos, a participação do professor na vida universitária - tudo isto está sendo levantado em conversas e discussões entre colegas, em reuniões de departamentos, nas CPPD's das universidades federais. Cabe agora ao movimento discuti-las e assumir posições, com coragem de criticar e apresentar princípios indicativos para os departamentos, soberanamente, considerarem em suas deliberações. Esta é uma discussão que fatalmente terá de ser encaminhada pelas diretorias, conselhos de representantes e assembléias das AD's e também pelas instâncias deliberativas da ANDES.

As questões que se colocam para o movimento incluem a da necessidade de incentivar a produção científica e cultural, a necessidade de melhorar o ensino e atualizar seu conteúdo, necessidade de aumentar o nível de competência e de conhecimentos permanentemente, a necessidade do trabalho extra classe de professores com alunos, a necessidade do estudo e da pesquisa. Há pontos polêmicos como o papel da pós-graduação no desenvolvimento profissional do corpo docente e na pesquisa. Se ela for julgada importante, não seria o caso discutirmos se os professores que foram promovidos a assistentes em virtude do decreto do fim da greve de 1980 devem ser recomendados a completar o mestrado? O movimento não havia reivindicado tais promoções sem mestrado. Caso a pós-graduação seja julgada supérflua para os professores, então qual seu papel para os alunos? Se é para abolir a pós-graduação para os professores - e esta questão inclui a do doutorado e da promoção a adjunto - então não seria o caso de reformular a graduação, esvaziada pela transferência de disciplinas para a pós-graduação, e questionar a pós-graduação como ela é hoje?

A finalidade do Seminário sobre Universidade e Pesquisa é dar um primeiro passo no encaminhamento da discussão, sem qualquer pretensão de dar soluções acabadas, mas pretendendo dar subsídios para as AD's e para a ANDES.

DEBATES COM OS CANDIDATOS A GOVERNADOR

A ADUFRJ, em conjunto com o DCE, está organizando um ciclo de debates com os 5 candidatos a governador do Estado do Rio de Janeiro.

Estes debates ocorrerão entre os dias 28/09 e 08/10. Cada candidato se apresentará individualmente em data escolhida por ele próprio. Para evitar coincidência nesta escolha ela se dará de acordo com uma ordem que resultou de sorteio: PDT, PTB, PMDB, PT e PDS.

Todos os detalhes serão divulgados oportunamente. Quem estiver interessado em ajudar na organização pode procurar a professora Marta Barroso (I.F.) tel. 280-9322 (ramal 120).

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

Depois de uma interrupção de mais de seis meses estamos voltando a editar o Boletim da ADUFRJ.

Para que possamos manter alguma periodicidade é necessário a colaboração de todos enviando sugestões e críticas bem como reforçando a Comissão de Divulgação. Os interessados podem procurar o prof. Ericksson Almendra (E.E.) tel. 280-9322 (ramal 234 ou 325).

TV EDUCATIVA X EDUCAÇÃO

No mês de julho, vários professores da UFRJ foram convidados a gravar na TV Educativa um quadro de um programa que durante o mês de agosto discutiria a questão educacional em vários aspectos, desde a pré-escolar até a pós-graduação. Após os programas terem sido gravados, to

dos estes professores receberam telefonema da emissora avisando que por “problemas técnicos” os quadros não irão ao ar.

ELEIÇÕES NA ADUFRJ

Setembro é mês de eleição na ADUFRJ. Desta vez é para a renovação de metade do Conselho de Representantes, para o qual devem ser eleitos professores que representarão as seguintes unidades: Museu Nacional, I. de Matemática, I. de Pediatria, I. de Biofísica, E. de Química, I. de Psiquiatria, E. de Enfermagem, I. de Filosofia e Ciências Sociais, F. de Odontologia, I. de Nutrição, I. de Geociências, F. de Arquitetura e Urbanismo, I. de Tisiologia e Pneumologia, F. de Medicina, I. de Ciências Biomédicas, I. de Biologia, E. de Comunicação.

É possível haver eleições em unidades onde o cargo de representante está vago e naquelas que atingiram recentemente o número mínimo de sócios necessário para tal.

ASSEMBLÉIA GERAL

No dia 25 de agosto haverá Assembléia Geral da ADUFRJ para deliberar sobre a seguinte pauta:

- prestação de contas da diretoria;
- avaliação global dos docentes;
- campanha salarial.

A assembléia será no Auditório do Centro de Tecnologia, às 14 horas na Ilha do Fundão. É importante o comparecimento de todos.

ASSEMBLÉIA GERAL

dia 16/09 às 14:00 horas no Auditório do CT pág. 8

QUESTÃO SALARIAL

Uma contribuição
pag. 1

AS FINANÇAS DA ADUFRJ

pag.6

SAÚDE TEM ENCONTRO NACIONAL

Promoção da ANDES
pag. 7

AVALIAÇÃO GLOBAL

Uma contribuição ao debate
pag. 5

ELEIÇÕES PARA O CONSELHO

pág. 8

CONADEM SETEMBRO

pag. 7

E D I T O R I A L

A REESTRUTURAÇÃO E A NOSSA RESPONSABILIDADE
PARA COM A UNIVERSIDADE

Está sendo distribuída em todas as Universidades e entre as instituições representativas da sociedade civil brasileira a “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”. Este documento é fruto de todo o trabalho desenvolvido pelas AD’s no primeiro semestre no sentido de discutir a realidade da Universidade e propor soluções e alternativas para sua reestruturação e foi entregue ao Ministério da Educação e Cultura como resposta à solicitação de contribuições sobre o assunto feito à comunidade universitária.

Estamos a espera de que o MEC promova a esse respeito o mais amplo debate de forma que se possa elaborar um ante projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional, que represente o pensamento majoritário de toda a comunidade. Esperamos, também, que a recente troca de ministro não venha resultar numa interrupção ou retardamento de todo o processo: os problemas da Universidade são muitos e são sérios e uma solução não deve tardar. Cabe a nós, professores, continuarmos pressionando o ministério para que isto não ocorra.

Também é necessário continuarmos debatendo o assunto, aprofundando e detalhando nossas propostas. O documento da ANDES é um marco para este processo: é importante que seja conhecido e discutido de forma a que possamos aperfeiçoar as proposições do movimento de docentes para uma nova Universidade.

Autonomia tem sido a nota dominante de todas as propostas surgidas até agora com relação á reestruturação da Universidade. Foi a tônica

continua no verso

do I Congresso dos Docentes da UFRJ, do documento do Conselho de Reitores, da proposta da ANDES e mesmo das declarações do ex-ministro da Educação e Cultura. Do conceito de autonomia, a Universidade gerindo a si própria, sem controles externos, surge obrigatoriamente a questão da responsabilidade do professor em relação à instituição.

Aqui na UFRJ este assunto está na ordem do dia em virtude do processo de avaliação global para fins de progressão vertical dos professores assistente 4 e de medidas tomadas pela CPPD com o objetivo de controlar o cumprimento, do regime de trabalho pelos professores.

Neste assunto o papel da nossa Associação não é assumir a avaliação ou o controle dos professores, tarefa da estrutura formal da Universidade, mas contribuir para criar condições de informação e discussão do problema de forma que os professores, em seu conjunto, possam influir no processo.

A GREVE DE 1981 E A REPOSIÇÃO SALARIAL

Seis meses após o término da greve nacional de 20 dias, levada a cabo pelos professores das IES federais autárquicas, é conveniente fazer um balanço das conquistas salariais então obtidas, como elemento balizador de nossa Campanha Salarial para 1982.

Como se sabe, obtivemos como resultado de greve, um reajuste nominal dos salários da ordem de 154.8%, integralizados em duas etapas (82% em janeiro/82 e 40% em maio/82).

Apesar dos esforços envidados por algumas AD's no sentido de esclarecer o real significado deste reajuste em termos da reposição salarial efetivamente obtida, ainda parece haver espaço para uma reflexão, a nível de contribuição, que considere os valores do INPC observados no período considerado, e agora já publicados.

Resumindo, este trabalho busca responder à seguinte questão: se reivindicava 45% de reposição salarial (em termos reais) em março/81 e como resposta totaliza-se 154.8% de reajuste nominal em maio/82, qual foi o valor da reposição salarial em termos reais obtida ao final de maio/82.

Com base nesta resposta, esperamos poder encaminhar com mais clareza a nossa Campanha Salarial para 1982.

- 1 - Inicialmente é importante lembrar que os fundamentos de nossas reivindicações em 1981 eram os mesmos de nossa campanha salarial de 80: reposição do piso salarial da categoria, tendo como base os níveis de salário real relativos a março de 1970. Em março/81 os nossos vencimentos estavam defasados 45% em relação aquela base. Assim, devemos buscar projetar esta demanda real de 45% em março/81 para maio/82, corrigindo-a através da composição com a taxa inflacionária do período considerado.

Neste ponto cabe um esclarecimento: a prática oficial para o cálculo dos reajustes semestrais não toma como referência o valor do INPC do semestre imediatamente anterior ao mês em que se concede o reajuste; aplica-se na verdade o valor do INPC do semestre que se encerrou dois meses antes da data-base. Esta defasagem no tempo pode ser exemplificada da seguinte forma: para o cálculo do reajuste em setembro, toma-se o INPC correspondente ao semestre fevereiro-julho, e não abril-setembro, como pode parecer mais lógico. Passaremos então a proceder aos cálculos dentro da prática oficial de forma a evitar disparidades.

Vale ressaltar que esta prática, se consistentemente utilizada, leva a limitações negligíveis, que se compensam a médio prazo.

- 2 - Passemos a calcular então os índices de correção salarial segundo o INPC para o período de 14 meses entre abril/81 e maio/82,
 - a) Para o reajuste salarial de setembro/81 foi utilizado o INPC referente ao semestre fevereiro/81-julho/81, que foi igual a 38.1%

b) Para o reajuste salarial de março/82 foi utilizado o INPC referente ao semestre agosto/81-janeiro/82, que foi igual a 39.8%.

Assim, os assalariados com data-base no mês de março e setembro tiveram como referência para correção salarial o INPC de 38.1% em setembro/81 e 39.8% em março/82, que compostos $(1.381 \times 1.398 - 1)$ nos leva à estimativa de inflação via INPC para os 12 meses fevereiro/81-janeiro/82, mas aplicáveis a março/82, da ordem de 93.2%.

c) Resta-nos calcular os Índices apropriados para estimar a inflação dos 2 meses restantes, abril/82-maio/82. Adotando a mesma prática de defasar estas correções por dois meses, utilizaremos o INPC referente aos meses fevereiro/82-março/82, que foi igual a 12.68%.

Compondo este resultado com o Índice de 93.2% encontrado acima para os 12 meses precedentes $(1.932 \times 1.1268 - 1)$ chegamos a 117.7% que é a estimativa via INPC para o período de 14 meses entre fevereiro/81-março/82. Vale lembrar, que embora este cálculo se refira aos meses fevereiro/81-março/82 inclusive, ele é aplicável para correções salariais em maio/82. Em suma: a inflação do período abril/81-maio/82 foi estimada em 117.7%, utilizando-se a prática oficializada da correção salarial que defasa o INPC 2 meses no tempo.

3 - Podemos agora projetar as demandas de 45% de reposição salarial referentes a março/81, para maio/82, compondo este índice com a inflação de 117.7% estimada para este período de 14 meses. O resultado obtido $(1.45 \times 2.117 - 1)$ é igual 215.5%.

Note-se que este índice de 215.5% em maio/82 reflete apenas mesma reposição real de 45% postulada em março/81, acrescida da variação de preços do período, estimada pelo INPC.

Deve ficar claro que o reajuste nominal obtido e totalizado em maio/82 que foi de 154.8% fica aquém do índice de 215.5% que corresponderia à reposição real de 45% e que nos restituiria o piso salarial de março/70.

Para calcular qual é a atual (maio/82) defasagem em relação ao salário real de março/70 basta efetuar $(3.155: 2.548 - 1)$ que nos leva ao índice de 23.8%.

Vamos buscar esclarecer melhor este ponto com um exemplo:

- Tomemos um professor hipotético cujo salário em março/81 era igual a CR\$ 50.000,00. Como resultado da greve do ano passado este professor obteve um reajuste nominal de 82% em janeiro/81 e outro reajuste de 40% em maio/82, incidindo sobre o primeiro e totalizando 154.8% nas duas etapas. Assim:

- Salário em março/81 = CR\$ 50.000,00

- Salário em janeiro/82 = CR\$ 91.000,00

- Salário em maio/82 = CR\$ 127.400,00

No entanto, para que o piso salarial referente a março fosse recomposto, este mesmo professor deveria ter tido o seu salário de março/81 reajustado para CR\$ 157.750,00 em maio/82. (Equivalente a um aumento de 215.5% a partir do seu salário em março/81).

Fica claro então que o salário atual, ainda com o reajuste de 40% em maio/82, encontra-se com a defasagem de:

$$\frac{157.750 - 127.400}{127.400} = 23.8\% \text{ em relação ao piso de março/70}$$

(Calcule qual seria o seu salário que restituiria o poder de compra de março/70 multiplicando o seu salário de março/81 por 3.155; ou o que é o mesmo, multiplicando o seu salário atual, após o reajuste de maio/82, por 1.238).

Concluindo, vemos que ainda restam 23.8% de reposição salarial que ainda não foram obtidos, a despeito das conquistas das greves passadas. Essa reposição visa tão somente recuperar o piso salarial referente a março/70, que foi gradativamente dilapidado por uma década em que os reajustes da categoria não acompanham os aumentos do custo de vida.

4 - Vamos a seguir, buscar responder à questão que nos propusemos no principio deste trabalho: qual foi a magnitude da reposição salarial obtida com a greve de 1981?

Antes de mais nada, deve-se notar que esta reposição não é o resultado da diferença entre a reposição demandada (45%) é a defasagem ainda existente (23.8%).

Na verdade a reposição salarial obtida foi de 17.1% em termos reais. A aparente disparidade surge porque muda-se a base de cálculo em relação a qual as porcentagens são calculadas.

Por exemplo em termos reais (i.e., abstraindo, ou corrigindo a inflação) imaginemos que um assalariado com vencimentos de CR\$ 100.000,00 reivindique um aumento de 45%, visando um salário de CR\$ 145.000,00. Caso ele obtenha apenas 17.1% (elevando seus vencimentos para CR\$ 117.100,00) ele passará a reivindicar 23,8% de aumento mas agora sobre os CR\$ 117.100,00 que elevará o seu salário a CR\$ 145.000,00, ou seja, 17.1% sobre CR\$ 100.000,00 = CR\$ 17.100,00 = Novo salário = CR\$ 117.100,00. Nova reivindicação: 23.8% sobre CR\$ 117.100,00 = CR\$ 27.900,00. Somando-se a nova reivindicação com o novo salário, obtemos CR\$ 117.100,00 + CR\$ 27.300,00 = CR\$ 145.000,00.

Em resumo, respondemos à pergunta originalmente formulada:

- o reajuste nominal de 154.8% totalizados em maio/82 corresponderam a uma reposição salarial real de 17.1%.

5 - Finalmente, deixando a questão da reposição salarial de lado, passemos a calcular qual foi o aumento real obtido até maio/82 desde o último reajuste em janeiro de 1981.

Note-se que, agora trataremos de um período de 16 meses, que separam fevereiro/81 de maio/82. Para este período, a inflação estimada pelo INPC oficial é de cerca de 142%. Como o aumento salarial nominal obtido

neste período de 16 meses com término em maio/82 foi de 154.8%, podemos concluir que o aumento salarial real no período foi igual a 2.548: 2.420 - 1) aproximadamente 5.3%.

Assim, sem querer retirar os méritos da greve nacional de 1981, que de qualquer forma nos trouxe ganhos reais, (cálculos semelhantes demonstram que o restante do funcionalismo público federal civil teve seus salários comprimidos cerca de 5.6% em termos reais no mesmo período) faz-se necessário que o movimento se precavenha contra manipulações de índices defasados no tempo. Manobras desse calibre levaram muitos docentes a acreditar, no ano passado, que estávamos obtendo um reposição salarial, ou mesmo um aumento real de 30%, quando a tabela básica da carreira do magistério foi reajustada por este percentual.

Os índices utilizados para os cálculos podem ser encontrados no apêndice abaixo. Neste trabalho a “inflação” foi calculada de acordo com os INPC's publicados.

Tabelas Oficiais do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

Fontes: Informativo Mensal do Banco Central do Brasil e Suma Econômica.

(Fevereiro/82).

MÊS	INPC
Jan/81	6,46
Fev/81	5,18
Mar/81	5,58
Abr/81	5,33
Mai/81	7,26
Jun/81	4,01
Jul/81	5,84
Ago/81	6,92
Set/81	5,96
Out/81	3,95
Nov/81	5,55
Dez/81	4,61
Jan/82	7,55
Fev/82	6,5
Mar/82	5,8
Abr/82	5,4
Mai/82	5,0

(estimativa otimista)

PERÍODOS UTILIZADOS NO TRABALHO

Fev/81 a Jul/81 = 38,1%

Ago/81 a Jan/82 = 39,8%

Fev/81 a Jan/82 = 93,2%

Fev/82 a Mar/82 = 12,68%

Fev/81 a Mar/82 = 117,7%

Fev/81 a Mai/82 = 142,0%

Nota: O cálculo do INPC dos períodos faz-se através da composição cumulativa (multiplicativa) dos índices mensais, e não da soma dos mesmos.

10 de maio de 1982

JOÃO DAMÁSIO - APUB-Bahia

AVALIAÇÃO GLOBAL DOS PROFESSORES

Neste final de ano será feita a avaliação global dos professores assistente 4 e auxiliar 4 para fins de promoção a adjunto 1 ou auxiliar 1 respectivamente. Este assunto está suscitando um grande debate e... todas as Universidades. Recentemente o presidente da ANDES recebeu correspondência de uma associação de docentes solicitando sua opinião pessoal, sobre a questão. A carta resposta está sendo divulgada a todas as AD's e nós a reproduzimos abaixo como uma contribuição ao debate:

Aos Colegas da APUBH

Em resposta à pergunta que me foi dirigida, devo dizer que sou contrário a promoção automática, seja de professor auxiliar a assistente ou deste a adjunto, com base apenas no tempo de serviço. Trata-se de uma opinião pessoal, pois o assunto não foi objeto de deliberação no âmbito da ANDES. Não tenho fórmula acabada a propor para as promoções verticais, mas julgo oportuna esta discussão e não me furto dela.

O antigo critério de promoções, através de concursos internos dependentes de vagas, dava margem a toda sorte de manipulações em alguns locais. A nova carreira e um avanço na medida em que permite a progressão funcional automática mediante obtenção dos títulos de mestrado ou doutorado, independentemente de vagas. Além disto, atribui a responsabilidade das promoções aos departamentos e às CPPD's. A questão é definir democraticamente os critérios de avaliação de docentes promovendo a discussão para apontar o caminho no sentido de chegar a princípios a serem indicados a todos, respeitadas as diversidades na sua aplicação. Condenar os critérios burocráticos e autoritários não basta. É preciso criar os novos critérios para substituí-los. A promoção automática sem qualquer avaliação, tanto quanto a proliferação de formas totalmente diferentes de avaliação sem qualquer critério, pode levar a uma situação confusa, desigual e injusta nas diversas universidades e nos departamentos de uma mesma universidade. Isto seria desestimulante, prejudicial à vida acadêmica e ao movimento democrático dos professores.

A produção cultural e científica e a dedicação séria ao ensino devem ser contempladas na progressão funcional. Apesar das suas limitações, no estágio atual, deve-se reconhecer que a pós-graduação é um meio de estimular o estudo e a pesquisa dos professores, mas há outros aspectos a considerar. Há a participação e o desempenho na sala de aula, no departamento, no grupo de pesquisa, na orientação dos alunos. Devem ser valorizados os trabalhos publicados e os resultados concretos da pesquisa. Devem também ser consideradas as atividades de atendimento à comunidade.

O movimento de associações de docentes volta-se para a transformação da universidade, além de reivindicar os justos interesses específicos da categoria: salário e carreira. Aliás, estes últimos são essenciais para a fixação na universidade, em tempo integral e dedicação exclusiva, de quadros competentes que não obtém o apoio das agências financia

doras da pesquisa, como o CNPq e a FINEP. Digo: isto com tranquilidade, pois sempre contei com este tipo de apoio, já que minha área de conhecimento tem sido privilegiada, ao contrário de outras.

A discussão que agora se inicia sobre avaliação do trabalho docente deverá conduzir a uma posição da ANDES austera e não complacente nem meramente burocrática e formal. A transformação democrática da universidade exige competência, dedicação e responsabilidade no trabalho acadêmico.

Atenciosamente,
Luiz Pinguelli Rosa

AS FINANÇAS DA ADUFRJ

Na assembléia geral do dia 25/08 foi aprovada a prestação de contas da diretoria. Estas contas e os livros da ADUFRJ encontram-se à disposição de qualquer sócio interessado.

Quando a atual diretoria assumiu, encontrou a situação financeira da associação com alguns problemas pois o montante arrecadado a cada Pês era apenas o suficiente para cobrir as necessidades mínimas e qualquer despesa extraordinária encontrava dificuldade de pagamento. Atualmente nossa situação é bem melhor devido aos seguintes fatores:

o número de sócios com desconto em folha cresceu de 1214 em outubro 81 para 1454 em julho de 1982;

- o valor descontado aos sócios cresceu acima da inflação pois acompanhou o reajuste salarial que, devido à greve, superou desvalorização da moeda;
- nossa contribuição à ANDES foi reduzida em termos relativos pois acompanhou a inflação. Em 1981 a ANDES recebia 25% do que arrecadávamos e atualmente recebe 19% (CR\$ 80,00 de cada sócio).

Isto nos permitiu iniciar a montagem de uma infra-estrutura mínima. Atualmente, temos dois funcionários (uma secretária e um “office boy”), contratamos os serviços de um escritório de contabilidade (responsável pelo nosso processo de legalização) e compramos alguns móveis para a nossa sede (arquivos, armários, mesas para a secretária) e máquina de escrever elétrica. Estamos atualmente tentando adquirir um telefone. Esta estrutura tem permitido um melhor atendimento aos sócios, uma maior agilidade administrativa e até mesmo uma redução de custos pois editando todo nosso material de divulgação reduzimos as despesas com gráficas.

Entretanto, uma das maiores necessidades da associação ainda não foi possível montar: um serviço jurídico. Estamos no entanto estudando a melhor forma de viabilizar este serviço. Qualquer sugestão é bem vinda.

VICONAD SERÁ EM SETEMBRO

Será realizado em Vitória - ES de 17 a 19 de setembro o VI Conselho Nacional das Associações de Docentes, convocado pela diretoria da ANDES. A pauta constará dos seguintes pontos:

- 1 - Campanha pelo Ensino Público e Gratuito
 - Próximos encaminhamentos da Campanha
- 2 - Reestruturação da Universidade
 - Discussão sobre o trabalho do professor e a pesquisa.
 - Posição sobre o documento do CRUB.
 - Desdobramento da luta pela Reestruturação.
- 3 - Situação Política Nacional
 - Movimento sindical/CONCLAT.
 - Relacionamento com o movimento estudantil e dos funcionários.
 - Problemas de repressão.
 - Eleições de novembro.
- 4 - Lutas Setoriais
 - Federais Autárquicas
 - Campanha Salarial
 - Questões de carreira: avaliação da atuação das CPPD's; distorções na carreira; avaliação do desempenho dos docentes (especialmente com referência à progressão vertical).
 - Federais Fundações
 - Questões apontadas no relatório do setor do 59 CONAD.
 - Particulares
 - Questões apontadas no relatório do setor do 59 CONAD.
 - Estaduais
 - Detalhamento a ser proposto.

DOCENTES DA ÁREA DA SAÚDE TERÃO ENCONTRO NACIONAL

Promovido pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e organizado pela Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina será realizado de 10 a 12 de setembro, em São Paulo, o 2º Encontro Nacional de Docentes da Área da Saúde.

Este Encontro é fruto do trabalho da Comissão Nacional de Saúde da ANDES que já tem dois anos de existência estudando e analisando as questões específicas dos professores desta área.

A pauta deste 2º Encontro prevê a discussão dos seguintes temas:

- 1 - Promoção da Saúde
 - O papel do Estado
 - O papel da comunidade

- 2 - Assistência à Saúde
Previdência Social
Descentralização
- 3 - Ensino na Área da Saúde
Objetivos da graduação e pós-graduação
Tecnologia
Hospital Universitário
- 4 - Problemas dos Docentes da Área da Saúde
Condições de Trabalho
Salário e insalubridade
Dupla função docente-assistencial

ASSEMBLEIA GERAL DIA 16/09/82

Todos os professores estão convocados para uma Assembléia Geral da ADUFRJ a se realizar no dia 16 de setembro, às 14 horas, no auditório do CT.(bloco A), Ilha do Fundão.

A pauta ainda será fixada pelo Conselho de Representantes mas deve conter os seguintes pontos:

- 1 - Controle do cumprimento da carga horária pelos professores, exigência de notificação do imposto de renda aos professores D.E.
- 2 - Avaliação global dos professores para fins de promoção vertical.
- 3 - Campanha salarial, definição das reivindicações.
- 4 - Escolha de delegado para o próximo CONAD.

ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES

Edital de Convocação

A diretoria da ADUFRJ convoca os associados das unidades abaixo listados para a eleição de seus representantes junto ao Conselho da associação, a ser realizada nos dias 28, 29 e 30 de setembro. Todas informações necessárias podem ser obtidas juntos aos atuais representantes com a diretoria.’ ‘

Unidades nas quais haverá eleição: Museu Nacional, I. de Matemática, I. de Pediatria, I. de Biofísica, E. de Química, I. de Psiquiatria E., de Enfermagem, I de Filosofia e Ciências Sociais, F. de Odontologia.; I. de Nutrição, I. de Geociências, F. de Arquitetura e Urbanismo, I. de ‘Fisiologia e Pneumologia, F. de Medicina, I. de Ciências Biomédicas, I. de Biologia, E. de Comunicação.

ASSEMBLÉIA GERAL
dia 21/10 às 14:00 horas no Audi-
tório do CT
pag. 1

VI CONAD
reivindicações Salariais
pag. 1

PROGRESSÃO VERTICAL :
Ac Normas.
pag. 2

AUDIÊNCIA COM O MEC
pag. 3

REUNIÃO DE AD's NO RIO
pag. 3

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO
pag. 4

EDITORIAL

NOSSO SALÁRIO

Algumas questões devem ser analisadas em relação à campanha salarial das Universidades Federais Autárquicas:

- o valor do próximo reajuste;
- a necessidade de obtermos o reajuste semestral;
- a época do reajuste semestral e os possíveis efeitos desse reajuste de acordo com a política salarial do governo.

Temos lutado por uma reposição salarial para recuperarmos o poder aquisitivo correspondente ao que tínhamos em março de 1970. Em relação a este valor, os nossos salários estavam defasados de 48% em março de 1980, de 45% em março de 1981 e de 23,8% em maio deste ano (época do nosso último reajuste). A diminuição progressiva da diferença é fruto da campanha salarial dos últimos anos, mais concretamente, conquista das nossas greves. Se quisermos ver a nossa reivindicação atendida, nosso próximo reajuste deverá ser correspondente à variação do INPC (índice nacional de preços ao consumidor) desde maio acrescida de 23,8%. Neste sentido, é importante discutir se queremos lutar pela reposição salarial.

Por outro lado, em época de altos índices inflacionários, como a que vivemos, o poder aquisitivo se deteriora rapidamente. A maneira de fazer frente a este processo é o reajuste periódico dos nossos salários, de modo a recompor o poder aquisitivo. Isto, por si só, já demonstra a necessidade de termos o reajuste semestral

Continua no verso

que é uma conquista da classe trabalhadora, conquista esta da qual fomos excluídos.

Quanto a época dos reajustes, o reajuste do funcionalismo público, que era concedido de uma só vez, tem sido dividido em duas parcelas a saber: janeiro e março (1980), janeiro e abril (1981) e janeiro e maio (1982). Uma possibilidade é a de termos em 1983 o reajuste concedido em janeiro e junho e, em 1984, em janeiro e julho. Se os índices forem iguais às variações do INPC entre os meses correspondentes aos reajustes, estará implantado só em 1984 o reajuste semestral, sem perdas, para o funcionalismo público. Entretanto, a política salarial do governo estabelece um escalonamento do reajuste em função da relação entre o salário individual e o salário mínimo, sendo a melhor relação obtida nos meses de maio e novembro, quando o salário mínimo é reajustado.

É extremamente importante que tenhamos consciência das conseqüências da política salarial do governo sobre os nossos salários. Como os reajustes são diferenciados por faixas salariais, os salários superiores a 11,5 vezes o salário mínimo terão um reajuste menor que o INPC enquanto os inferiores, terão um reajuste maior. Isto resultará não só numa convergência dos vencimentos das diferentes categorias bem como os salários do regime de 40 horas não mais serão o dobro dos correspondentes ao regime de 20 horas. Assim sendo, os reajustes dos salários, de 20 horas serão maiores que os de 40, incentivando, em termos salariais, o regime de 20 horas.

Torna-se evidente que para nós, professores universitários, a política salarial do governo não é conveniente, cabendo lembrar que por conta da aplicação desta política os salários da classe média tem sido achatados, resultando numa perda do seu poder aquisitivo, enquanto observa-se uma grande rotatividade de mão de obra exatamente na faixa salarial que, teoricamente, teria ganhos, não sendo por acaso a reivindicação de estabilidade no emprego por estes trabalhadores.

É bom lembrar que a campanha salarial está vinculada a questões trabalhistas, quais sejam, aposentadoria com o salário integral do docente e equiparação de direitos entre celetistas (CLT) e estatutário, bem como à reestruturação da universidade na qual reivindicamos uma carreira única e salários nacionalmente unificados para as Universidades Federais Autárquicas.

ASSEMBLEIA GERAL

Para discutir os encaminhamentos de nossa campanha salarial deste ano será realizada a Assembléia Geral da ADUFRJ no dia 21/10/82, Quinta Feira, no Auditório do Centro de Tecnologia (Bloco A) na Ilha do Fundão, às 14:00 horas.

Estamos numa fase importante de nossa campanha salarial. As decisões desta assembleia serão levadas à uma reunião nacional de Associações de Docente, de Universidades federais autárquicas no dia 23/10. Torna-se, portanto, de extrema importância o comparecimento de todos.

VICONAD FIXA AS REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL DE 1982

O VI Conselho Nacional das Associações de Docentes, órgão da ANDES, reunido em Vitória nos dias 17, 18 e 19 de Setembro fixou as reivindicações de nossa campanha salarial, bem como as formas de encaminhamento a serem seguidas. Transcrevemos abaixo as decisões:

“1 - Sobre o Conteúdo das Reivindicações:

O grupo setorial das federais autárquicas houve por bem adotar a proposta de a luta de reivindicações feita pelo Grupo de Trabalho da ANDES nos seguintes pontos:

a) Reposição salarial de 23,8%, a partir de novembro próximo, referente aos salários vigentes em

maio de 1982.

b) Também a partir de novembro próximo, reajuste igual ao INPC do semestre, sobre os salários recompostos de acordo com o item anterior.

c) Que, daí em diante, os salários sejam reajustados a cada semestre.

Além disso, o grupo setorial recomenda a adoção das seguintes reivindicações:

d) Que a aposentadoria seja feita com base no salário integral de cada docente. A propósito, o colega Nader, da Paulista de Medicina, informa que sua AD recebeu, à guisa de resposta a interpelação feita ao MEC, ofício da SESu reconhecendo a ilegalidade da não incorporação de DE à aposentadoria e informando que o Ministério pretende corrigir o problema através de modificação dos instrumentos legais que regulamentam a carreira.

e) Que os celetistas passem a fazer jus às vantagens específicas dos estatutários e vice-versa.

2 - Quanto às Formas de encaminhamento da Campanha, o Grupo Setorial faz as seguintes recomendações e propostas:

a) Que argumentação a ser utilizada na Campanha Salarial

não faça alusão à situação de remuneração das Fundações:

- b) Que a Campanha se desenvolva em articulação com os demais funcionários públicos.
- c) Que a Campanha Salarial seja encaminhada juntamente com aquela referente à reestruturação da Universidade.
- d) Que seja imediatamente enviado documento ao MEC com as reivindicações e que seja dado ao MEC o prazo de 15 de outubro próximo para resposta.
- e) Que a ANDES promova, juntamente com as AD's, a denúncia da política salarial do governo no seu aspecto de escalonamento de reajustes conforme a faixa salarial.
- f) Que, de 16 a 22 de outubro, as AD's realizem assembléias para discutir a Campanha.
- g) Que as AD's das Federais Autárquicas voltem a se reunir, a 23 e 24 de outubro próximo, para avaliação do resultado das assembléias sobre questões de carreira e campanha salarial em local a ser definido pela Diretoria da ANDES.”

NORMAS PARA A PROGRESSÃO VERTICAL

Como é do conhecimento geral, agora no final deste ano será realizada a progressão vertical dos professores assistente 4. Recentemente, o Conselho Universitário aprovou modificações no Regimento Geral da UFRJ envolvendo, entre muitas outras esta matéria. Estas modificações só entrarão em vigor quando aprovadas pelo CFE e publicados em diário oficial. No entanto, deverão ser seguidos durante o processo de progressão vertical.

Com a finalidade de melhor esclarecimento dos professores transcrevemos abaixo o texto aprovado pelo Conselho Universitário.

“Art. 11º - Haverá progressão vertical:

- I - da referência 4 da classe de professor auxiliar para a referência 1 da classe de professor assistente e da referência 4 desta última classe para a referência 1 da classe de professor adjunto, após interstício de 2 anos, mediante avaliação de desempenho global do docente, obedecidos critérios fixados neste Regimento Geral.
- II - independentemente de interstício, da classe de professor auxiliar para a classe de professor assistente, após a obtenção de grau de Mestre em curso credenciado pelo CFE ou reconhecido pelo CEPG e desta última classe para a de professor

adjunto, após a obtenção do grau de Doutor em curso credenciado pelo CFE ou reconhecido pelo CEPG, ou do título de Docente Livre.

Parágrafo único - O professor auxiliar que possua o grau de Doutor ou o título de Docente Livre, qualquer que seja a referência na classe, progredirá à referência 1 da classe de professor adjunto. Art. 12º - A avaliação do desempenho global do docente, visando à sua progressão vertical, será feita no Departamento a que pertence o docente e submetida à aprovação da Congregação da Unidade e do Conselho de Coordenação do Centro.

&1º - A avaliação de desempenho levará em conta, em todos os casos, os aspectos particulares da área de conhecimento e de atividades em que se insere o Departamento. Na avaliação do desempenho serão levadas em conta somente as atividades constantes dos relatórios-individuais.

&2º - As Unidades poderão estabelecer, de acordo com a orientação dos seus Departamentos e com a aprovação da Congregação, normas gerais de avaliação de desempenho dos docentes nelas lotados.

&3º - A avaliação de desempenho será sempre feita de forma fundamentada, com justificativa clara e inequívoca sobre resolução adotada.

&4º - A recomendação final sobre a progressão vertical cabe CPPD, que emitirá parecer em cada caso.”

AUDIENCIA COM A MINISTRA DA EDUCAÇÃO

Recebemos comunicação do presidente da ANDES informando que a audiência com a Ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz, solicitada a partir de deliberação do VI CONAD será dia 13/10. Nessa ocasião serão tratados basicamente três temas: A Reestruturação da Universidade, a Campanha Salarial dos Professores das IES federais autárquicas e as reivindicações dos professores quanto à carreira e lei 6733 (fundações).

REUNIÃO DAS AUTARQUICAS

Para deliberar sobre nossa campanha salarial deste ano, a ANDES fará realizar aqui no Rio, no próximo dia 23/10, um Encontro das Associações de Docentes das Universidades Federais Autárquicas.

O encontro será organizado pela ADUFRJ com a colaboração de outras AD's do Rio e se realizará no Campus da Praia Vermelha à partir das 09 horas. Qualquer professor interessado em participar pode comparecer.

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

A Comissão de Divulgação, responsável pela edição deste boletim está precisando de colaboradores. Os interessados devem contatar o prof. Ericksson pelo telefone: 280-9322 ramal 234.

Este boletim está aberto à publicação de qualquer artigo assinados de autoria de nossos sócios. Quem quiser publicar artigo sobre qualquer assunto que julgue ser do interesse de seus colegas favor enviar os originais, mesmos manuscritos, para a secretaria da ADUFRJ - Centro de Tecnologia - sala D200 - Ilha do Fundão.

AUDIÊNCIA COM A MINISTRA DA EDUCAÇÃO

No dia 15 de outubro realizou-se em Brasília, por solicitação do último CONAD, audiência da diretoria da ANDES com a ministra Esther de Figueiredo Ferraz sobre a Reestruturação da Universidade e sobre as reivindicações salariais e de carreira dos professores.

A audiência foi caracterizada pela absoluta inflexibilidade da ministra frente aos professores. Em momento algum foi aberta margem à uma negociação ou mesmo a um diálogo produtivo. A ministra recusou-se a assumir qualquer compromisso, mesmo o de receber a ANDES posteriormente para dar continuidade a esta tentativa de diálogo.

Com relação aos assuntos abordados nesta entrevista, listamos abaixo o que foi possível obter:

Ensino Público e Gratuito - a ministra reafirmou a posição, já conhecida, do MEC, favorável ao ensino pago nas escolas oficiais, porém: reconheceu não ter condições de implantá-lo em sua gestão.

Reestruturação da Universidade - o MEC está montando um sistema burocratizado de discussão, através, principalmente, do CFE, que rompeu toda a dinâmica que o processo vinha tendo e que terá como resultado uma prorrogação de qualquer medida palpável, mas abriu margem a que os reitores façam pequenas alterações ao sabor das realidades locais.

Reivindicações Salariais - ao ser apresentada às nossas reivindicações (reajuste em novembro igual ao INPC e reposição de 23,8%), a ministra recusou-se a discutir o assunto alegando ser de outra área do governo, pretendendo apenas encaminhá-las, recusando-se também a dar prazo para resposta e a dar qualquer expectativa a respeito.

Distorções de Carreira - comprometeu-se a resolvê-las sem entretanto esclarecer o teor das providências que tomará.



Boletim da Adufrj-SSind publicado em 09/1981.

BOLETIM DA ADUFRJ



EDITORIAL

A nova Carreira do Magistério Superior encontra-se em vigor há 4 meses. Até o momento não foram feitas as progressões horizontais e verticais estabelecidas pelo Decreto-Lei de dezembro do ano passado; docentes com mestrado continuam como Assistente 1, e Assistentes com doutorado não foram promovidos. Qual o interesse do Ministério da Educação em manter esta situação injusta, de fácil solução, que contraria um direito líquido e certo dos docentes do ensino superior?

Ao mesmo tempo, os professores discriminados pelo Decreto-lei - Colaboradores, Auxiliares de Ensino e Visitantes, contratados a partir de dezembro de 1980, professores do Colégio de Aplicação e professores Extra-Quadros - continuam na mesma situação instável do ano passado. Quanto a estes últimos, a sua absorção na Carreira já poderia ter sido concretizada,

pois entendemos que o enquadramento de 19 Analistas do Núcleo de Computação Eletrônica como Assistente 1 nada mais é do que o reconhecimento oficial de que todos os Extra-Quadros devam ser incorporadas à nova Carreira do Magistério Superior. O enquadramento imediato de todos aqueles que se dedicam as atividades de ensino e pesquisa nas Universidades Federais, sem discriminação de quaisquer espécie, é o mínimo que se pode esperar como reconhecimento do trabalho desenvolvido por profissionais que vêm se dedicando a Universidade, independentemente da forma e da época de sua contratação. Desde janeiro o MEC está estudando esta nossa reivindicação, sem que nenhuma resposta nos tenha sido dada até agora.

Do ponto de vista salarial, nosso movimento se defronta com duas questões

importantes criadas pelo Decreto de Carreira do Magistério. A primeira delas é que como o reajuste salarial ficou estabelecido em função do reenquadramento dos docentes, um número considerável de professores teve um aumento inferior ao índice oficial da inflação no período março 80-março 81 (cerca de, 106%), além de que um número também razoável de professores teve um aumento inferior ao aumento médio do pessoal de nível superior do funcionalismo público (73,5%), como os Assistentes reenquadrados como Assistente 2. A segunda questão é que a atual tabela salarial se constitui num autêntico desestímulo ao ingresso de novos docentes. Um professor admitido como Auxiliar de Ensino em março de 1980 recebia um salário de Cr\$ 31.392,00; em março de 81, um professor que ingressasse na nova carreira no seu primeiro

EDITORIAL

nível - Professor Auxiliar - receberia um salário de Cr\$ 47.190,00, ou seja, apenas 50,3% a mais, contra uma inflação de 106% no mesmo período. Ao definir nossas reivindicações salariais deste ano devemos levar em consideração estes pontos e buscar formas de luta que nos permitam enfrentar com sucesso uma nova campanha salarial.

Do ponto de vista do enquadramento, o Decreto-lei levou em conta apenas o tempo do docente na categoria em que se encontrava em dezembro de 1980, e não o tempo total de serviço na Instituição, reivindicação esta que deveremos continuar encaminhando junto com os docentes das IES federais autárquicas do resto do país.

Ainda com relação à implantação do disposto no Decreto-lei, até hoje não se encontra regulamentada a CPPD. Em nossa última Assembléia Geral, a ADUFRJ se posicionou pela imediata regulamentação da CPPD, e que esta seja constituída por docentes de todas as categorias em igual número, escolhidos em eleições diretas. Não sabemos as razões pelas quais o MEC não se define quanto ao estabelecimento da Comissão Permanente do Pessoal Docente. Esta atitude do Ministério, de indefinição e de recusa a qualquer esclarecimento a respeito da CPPD, é uma atitude claramente autoritária, que deveria ser substituída por um debate contínuo e fran-

co com os docentes sobre todas as suas reivindicações. Paralelamente, temos também a indefinição do MEC quanto ao pedido de mudança de regime de trabalho de vários colegas. Neste sentido devemos continuar encaminhando nossa decisão de obtermos a concessão imediata de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva a todos os docentes que tiveram seus pedidos aprovados pelos Departamentos.

Outro ponto prioritário para o nosso movimento é o reajuste semestral de salários. Com o atual ritmo inflacionário, já no início do segundo semestre deste ano nossa situação salarial estará insustentável. No entanto, entendemos que a conquista do reajuste semestral, hoje negada injusta e arbitrariamente, a todo o funcionalismo público, depende não apenas da nossa mobilização como também de uma maior articulação com os demais setores desta categoria. Para tanto, o Conselho de Representantes da ADUFRJ criou uma Comissão com a finalidade de mantermos um contato contínuo e direto com todos os setores do funcionalismo público que se encontram mobilizados em tomo desta reivindicação.

Para encaminharmos nossas atuais reivindicações devemos nos basear em nossa experiência anterior vindo por um lado a necessidade da mobilização e reuniões em cada Unidade da UFRJ, para tomarmos medidas sentidas pelo conjunto dos do-

centes da UFRJ e por outro lado recuperar as experiências das paralisações e da greve nacional do ano passado. Hoje nós estamos mais organizados a nível nacional com a criação, em fevereiro de 1981, da ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), o que vai facilitar a nossa mobilização Nacional por nossas justas reivindicações. Porém essa mobilização só será forte se for feita a partir de cada Unidade.

Ao mesmo tempo que lutamos pelas reivindicações salariais e de carreira, devemos também nos mobilizar pela democratização da Universidade. A recente escolha da lista sêxtupla para Reitor foi feita nos velhos moldes, sem a mínima participação da Comunidade Universitária. Não houve debate com a Comunidade, nem entre os próprios eleitores. Se houve debate ele foi secreto! Nós defendemos um debate amplo com toda a Comunidade e eleições diretas e secretas. Vamos analisar essa experiência e procurar realizar eleições diretas para Diretores de Unidade e Decanos de Centros. Em todas as Unidades Universitárias (com exceção dos órgãos suplementares, que têm regimentos próprios) teremos este ano Eleição para Diretor. Vamos nos organizar desde já para fazermos eleições diretas e com debates amplos com a participação de toda Comunidade Universitária.

O NOSSO SALÁRIO

Fizemos uma greve, veio o anteprojeto de carreira, fomos enquadrados ainda que provisoriamente, passamos a receber novos salários.

Até agora, no entanto, não estudamos seriamente o quanto este salário é melhor do que o anterior.

Com o enquadramento, o reajuste salarial foi diferenciado no meio dos professores. Alguns receberam 170% de aumento, muitos apenas 70%. A média, e é sobre a média que teceremos todo nosso raciocínio, deve ter ficado em tomo dos 100%, talvez 110%. No ano passado a inflação foi de 106%. Estes números nos levam a uma primeira conclusão: não houve um aumento do nível salarial real (poder aquisitivo) dos professores. Pior, durante o enquadramento houve muitas promoções e como o aumento médio foi calculado incluindo estas promoções, o

salário real da categoria (não de seus atuais membros) foi desvalorizado. Para ver isto basta comparar o salário de Prof. Auxiliar I com o antigo Auxiliar de Ensino e veremos que, no início da carreira, ganha-se muito menos hoje do que no ano passado em termos de salário real.

No ano passado lutávamos por um aumento salarial de 48% que nos reporia o poder aquisitivo que tínhamos 10 atrás. Toma-se, portanto, necessário retomar esta luta recalculando-se o índice em face da nova realidade imposta pelo anteprojeto do MEC que se nos melhorou a carreira de Docente Universitário não nos melhorou o poder aquisitivo.

Existe ainda uma segunda conclusão a tirar desses números: se, em termos de salários reais, estamos ganhando, em média, o mesmo que em 1980, e se a inflação está ainda maior,



isto significa que em setembro ou outubro nos veremos nas mesmas dificuldades que estávamos em novembro passado ao iniciarmos a greve.

O reajuste semestral é a única forma de evitar flutuação tão

grande do nosso poder aquisitivo como esta que estamos sofrendo. Devemos pois junto com o restante do funcionalismo público, lutar por este direito já obtido pelo restante dos assalariados.

ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR E DECANO:

A partir de 1978 a democratização da estrutura da UFRJ começou a ser discutida pelo conjunto de seus professores. Embora a estrutura de poder permaneça formalmente a mesma, na prática as coisas começaram a mudar. Alguns departamentos passaram a deliberar em reuniões constituídas pelo plenário do corpo docente e representantes dos alunos, chefes de departamentos já foram eleitos por este novo órgão deliberativo e até mesmo em eleições diretas pela comunidade departamental (professores, alunos e funcionários). Recentemente o Instituto de Física preparou a lista para a escolha de seu Diretor "pro-tempore" através do voto direto e proporcional dos professores, alunos e funcionários.

Estamos no período de escolha do novo Reitor e pouco pôde ser feito para

que este processo tivesse a participação da comunidade acadêmica como um todo. Em novembro do ano passado a ADUFRJ promoveu uma Semana de Debates, na qual discutiu-se a eleição direta dos dirigentes universitários a partir dos depoimentos de representantes de AD's que viveram essa experiência em suas Universidades (PUC - São Carlos e UF - Rio Grande do Sul).

A greve, o prolongamento do ano letivo seguido das férias e o prazo exigido para a elaboração da lista sextupla contribuíram sobremaneira para que esta discussão não tivesse continuidade e, mais uma vez, a lista foi eleita apenas pelos membros dos Colegiados Superiores da nossa Universidade.

Os professores, através da ADUFRJ, tentaram interferir neste processo solicitando inicialmente um adiamento da elei-

ção. Não conseguindo, convidaram os prováveis candidatos e posteriormente os eleitos oficiosamente, para um debate com os membros do colégio eleitoral e o restante dos docentes. Embora os debates não tenham se concretizado, face à ausência dos "reitoráveis", os professores propuseram uma "Carta de Princípios" com a qual gostariam que o novo Reitor se comprometesse (ver Box). É de se ressaltar que o convite da ADUFRJ para o debate encontrou grande receptividade, tendo sido subscrito por cerca de 50 ocupantes de cargos de direção, chefia ou representação apenas no primeiro dia e nas áreas do CCMN, CT e ciclo básico do CCS.

Importante, também, foi a conscientização de que devemos discutir nas

UM DIRETO A SER
CONQUISTADO



Unidades e nos esforçar para que sejam diretas as eleições dos Diretores e Decanos, cujos mandatos terminam este ano. O prazo para que as listas sextuplas relativas à escolha dos diretores sejam enviadas ao MEC é o mês de setembro.

É bem verdade que a eleição direta de listas sextuplas, mesmo para Reitor, é uma conquista limitada. Em parte porque a escolha final é feita pelo Governo Federal (isto é um ponto decisivo na luta pela autonomia universitária). Por outro lado, a democratização da Universidade envolve mudanças muito mais profundas e amplas.

Contudo, as eleições diretas podem representar um avanço no caminho da democracia. A escolha dos dirigentes deixa de ser um assunto de cúpula e pas-

sa a ser debatida, em cima de programas concretos, por toda a comunidade universitária. Os candidatos têm que assumir compromissos com seus eleitores e não apenas com as autoridades que os nomeiam. Os testemunhos dos que já participaram de processos desse tipo são unânimes na avaliação de que estes contribuíram para democratizar as relações na Universidade.

Não estamos sozinhos nesta luta ela vem sendo travada nacionalmente e algumas Universidades já conseguiram eleger diretamente muitos de seu dirigentes (veja Box). Recentemente, foi reafirmada como uma das bandeiras do movimento da categoria, pelo Congresso de Campinas que criou ANDES.

CARTAS DE PRINCÍPIOS

PROFESSORES DA UFRJ, reunidos no debate convocado pela ASSEMBLÉIA de 26/03/81, sobre a eleição do próximo Reitor, consideraram que é consenso e desejo da comunidade acadêmica:

1) Afirmar a convicção de que a eleição do Reitor deve ser direta, como diretas devem ser as eleições para Vice-Reitor, Decanos, Diretores e Vice-Diretores de Unidades, Chefes e Vice-Chefes de Departamentos;

2) Afirmar o firme interesse de que o futuro Reitor assuma o compromisso real de torná-las democráticas e representativas;

3) Afirmar o desejo de ver liquidadas as Assessorias de Segurança;

4) Afirmar o interesse em que se formule, com a participação de toda a comunidade acadêmica, a política educacional da Universidade.

COMO SÃO ESCOLHIDOS OS DIRIGENTES DA UFRJ

Reitor e Vice-Reitor — eleição de lista sextupla por colégio eleitoral integrado pelo Conselho Universitário, o CEG, o CEPEG e o Conselho de Curadores, num total de 70 eleitores. Nomeação pelo Presidente da República que escolhe um entre os seis nomes da lista

Diretor e Vice-Diretor - eleição de lista sextupla pela Congregação da Unidade. Nomeação pelo Ministro da Educação até 4 meses depois da posse dos respectivos Reitores.

Decano - eleição pelo Conselho de Coordenação do Centro. Nomeação pelo Reitor.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ELEIÇÕES DIRETAS

A APRQPUC de São Paulo conseguiu que o Cardeal Evaristo Arns aceitasse a eleição direta, por professores, funcionários e estudantes, do Reitor daquela Universidade. As entidades dos três segmentos organizaram o processo, decidindo pela ponderação de votos, de acordo com o número de componentes de cada segmento (voto de aluno = 1, de professor = 11, de funcionário = 18), de modo que cada segmento tivesse 1/3 do total de votos.

Os professores do Instituto de Física da UFRJ conseguiram o mesmo da Congregação. Porém optaram por outra fórmula: professo-

res + funcionários = 2/3 dos votos, alunos = 1/3 dos votos.

A Escola de Enfermagem da UFRGS realizou eleições diretas para Diretor e Vice-Diretor, apenas pelos professores. Os estudantes, por unanimidade, aprovaram em Assembléia Geral a lista eleita pelos professores.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, os professores fizeram a eleição direta da lista sextupla para Diretor. A Congregação não aceitou o processo e fez a escolha nos moldes convencionais, elegendo, ao final, 5 dos nomes constantes da lista dos professores, em ordem diferente.

Na Faculdade de Agronomia da UFRGS, os professores elegeram a lista sextupla em Assembléia Geral, sendo a escolha referendada pela Congregação.

Na Faculdade de Arquitetura da UFRGS foram realizadas diversas Assembléias Gerais de professores, funcionários e alunos, bem como reuniões de cada um desses setores que definiram uma lista de 11 candidatos e um programa mínimo. Em seguida realizou-se um debate dos candidatos com professores, alunos e funcionários. Finalmente foi feita a eleição direta, com voto proporcional (1/3 para cada segmento).

O MECANISMO DAS ELEIÇÕES DIRETAS

O sistema que tem sido adotado em algumas universidades é o de 1/3 do total dos votos para cada segmento (professores, funcionários e estudantes).

Exemplo de ponderações:

no. de alunos : 600
no. de professores : 150
no. de funcionários : 60

Ao valor de 1/3 por segmento teríamos:
 $600 \times 1 = 600$
 $150 \times 4 = 600$
 $60 \times 10 = 600$
1800

Assim, neste exemplo, o voto de cada aluno vale 1, o voto de cada professor vale 4, e o de cada funcionário vale 10.

Na UFRJ, o Instituto de Física utilizando um sistema diferente reuniu professores e funcionários, atribuindo a estes 2/3 do total de votos, ficando os estudantes com 1/3.

Número de alunos : 350
Número de professores : 140
Número de funcionários : 70
Número de professores e funcionários : 210
 $350 \times 1 = 350(1/3)$
 $210 \times 3,30 = (2/3)$

O voto individual de cada aluno valeu, pois 1 e o de cada professor ou funcionário valeu 3,3.

Se o mecanismo usado tivesse sido 1/3 para cada segmento teríamos:

$350 \times 1 = 350$
 $140 \times 2,5 = 350$
 $70 \times 5 = 350$

Neste caso o voto individual de cada aluno continuaria valendo 1, mas o de cada professor valeria 2,5 e o de cada funcionário valeria 5.

Em ambos processos, uma vez que o cálculo é feito com o número total de eleitores de cada segmento e não com o número de, votantes, uma categoria que compareça em menor número à votação terá sua influência diminuída no resulta do final.

O voto unitário é outra possível alternativa, que já se debate em algumas Unidades da UFRJ.

ELEIÇÃO PARA DIRETOR (pró-tempore) DO INSTITUTO DE FÍSICA

Por volta da 2ª quinzena de outubro de 1980, a eleição para escolher o diretor deste Instituto começou a ser discutida de forma mais sistemática. A lista Tríplex deveria estar pronta até o dia 15/ 12/ 1980.

Várias reuniões foram realizadas tanto a nível de departamento como a nível de categoria (auxiliares de ensino, professores-assistentes e professores-adjuntos) para discutir o processo eleitoral.

Num primeiro momento a Congregação aceitou abrir a discussão e posteriormente aceitou o processo de eleição direta para a composição da lista Tríplex.

Neste mesmo período os alunos não só vinham fazendo reuniões sobre o assunto como reivindicavam participação.

Quanto aos funcionários, os professores se colocavam a favor de sua participação desde que a solicitação viesse dos mesmos. A Congregação, entretanto, decidiu consultá-los a respeito sugerindo aos chefes de departamento que os reunis-

sem e discutissem a questão. Isto foi feito e os funcionários passaram também a discutir sua participação na eleição.

Na primeira semana de novembro houve a primeira assembléia com os 3 segmentos (professores, funcionários e alunos) onde foram discutidas e aprovadas propostas para o encaminhamento da eleição, a serem referendadas pela Congregação: a votação teria a participação dos 3 segmentos e seria direta e secreta; critérios para definir eleitores e elegíveis (eleitores seriam todos os professores em exercício no Instituto, inclusive extra-quadro; todos os alunos do Instituto regularmente matriculados no semestre e todos os funcionários em atividade no Instituto. Elegível seria qualquer pessoa proposta, de acordo com o regimento); calendário eleitoral; período de 15 dias para debater, após a formalização de candidaturas; os debates seriam sempre em conjunto (os 3 segmentos) com todos os candidatos; a cada segmento corresponderia 1/3 dos vo-

tos; a proposta de 1/3 dos votos seria calculada em cima do número total dos eleitores e não de votantes de cada segmento.

Ao lado de outras, encaminhadas individualmente, por departamento, ou por grupo de professores, as propostas da Assembléia foram referendadas pela Congregação com duas modificações: elegíveis seriam apenas os físicos da instituição e por motivo alegado de vínculo de trabalho, professores e funcionários deveriam formar um segmento só detendo 2/3 da votação.

Houve debates em assembléias com os candidatos, que apresentaram programas por escrito ou oralmente.

A eleição foi realizada e os nomes dos 3 mais votados foram encaminhados à Congregação, listados a partir do mais votado.

A Congregação referendou a lista, encaminhou-a a Reitoria que escolheu o mais votado.

CONAD: PRIMEIRA REUNIÃO

Resumo do relatório, no que se refere as Universidades Federais Autárquicas, do prof. Alexandre Magalhães, sobre as atividades desenvolvidas no CONAD, apresentado ao Conselho de Representantes da ADUFRJ em 28-4-81. Este professor foi eleito na Assembléia do dia 9.4.81 para participar desta 1ª reunião do CONAD, como delegado da ADUFRJ.

O CONAD, é o Conselho Nacional de Associações de Docentes, instância da ANDES (Associação Nacional de Docentes das Escolas Superiores) que se coloca entre a diretoria da ANDES (formada por 17 professores das diferentes associações) e o Congresso de docentes Universitários (o Congresso se reúne anualmente com delegações de todas as AD's filiadas a ANDES).

O CONAD é formado por um representante de cada AD, escolhido em assembléia previamente a cada reunião do próprio CONAD.

1 - Quanto às Finanças:

As AD's (Associação de Docentes) deverão enviar Cr\$ 40,00 por sócio quite como contribuição à ANDES.

2 - Lutas Prioritárias, e encaminhamentos:

a) **Enquadramento:** A ANDES deverá encaminhar o

enquadramento na carreira do magistério de todos aqueles professores discriminados pelo decreto; progressão horizontal e vertical imediata; contagem do tempo total de serviço na instituição; concessão imediata do regime de 40 horas e DE mediante aprovação do departamento. Efeitos financeiros retroativos à janeiro/81.

b) CPPD: Sua constituição deverá ser pelo voto direto do conjunto dos professores. Seu funcionamento deverá estar ligado às deliberações dos colegiados dos departamentos. A progressão automática e imediata de todos os professores é uma prioridade.

3 - Reajuste semestral: Encaminhar a luta sobre o reajuste semestral, conjuntamente com as outras categorias de funcionários públicos. Procurar o estabelecimento conjunto com estes setores de calendário comum de mobilização. Estabelecer, ainda no 1º semestre, a partir das Assembléias de AD's em maio, um DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO pelo reajuste semestral.

4 - Realizar um **Encontro Nacional de Docentes** que trabalham nos Hospitais Universitários para discutir o ensino nos Hospitais Universitários e estrutura dos Hospitais Escola, a questão da remuneração e da dupla atividade

docente-assistencial. Sua articulação está a cargo dos professores: Flavio Valente e Carlos Moreira (U.F. Bahia) e Nader (Escola Paulista de Medicina).

5 - **Democratização:** A ANDES trabalhará no sentido de democratizar as Universidades. Num primeiro momento deverá juntar e difundir experiências de democratização nas diversas Universidades, principalmente quanto à questão dos Estatutos das Universidades.

6 - Política Educacional:

a) Foi formado um grupo de trabalho sobre Política Educacional que deverá elaborar documentos analíticos sobre o tema e propor alternativas democráticas de estruturação do ensino. Este material servirá de subsídios a discussão e mobi-

lização nas AD's.

O grupo inicialmente está formado pelos professores: Carlos E. Baldijão - USP Renato Ortiz - UFMG Wolfgang Maar - UFSCarSP - José Vicente - UFRGS Gaspar - PUC/SP Alexandre Magalhães - UFRJ - Carlos Martins - PUC/Campinas.

Outros professores interessados poderão se agregar.

b) Um Seminário Nacional sobre Política Educacional poderá ser realizado: reunirá o resultado das discussões levadas a efeito nas AD's sobre a política educacional e sintetizará a posição dos docentes sobre a matéria e sobre alternativas democráticas para a educação. Deverá ser realizado em 5, 6 e 7 de julho de 1981, em Salvador, antes da SBPC. Participação aberta a todos os docentes.

7 - Assembléias em todas as AD's deverão ser realizadas para tratar do encaminhamento de reivindicações entre 18 e 22 de maio.

Relatório completo do CONAD encontra-se na secretaria da ADUFRJ e sairá publicado no Boletim no. 2 da ANDES.



INFORME DA COMISSÃO DOS DISCRIMINADOS

A situação de insegurança criada pelo ato discriminatório do Decreto-Lei de 11/12/80 - que enquadrou, ignorando o critério de prioridade os contratados até a data arbitrária de 31/12/79, torna-se insustentável diante do contexto de discrepância salarial de perda inflacionária e de instabilidade empregatícia que os colaboradores, Auxiliares de Ensino e Visitantes de 1980 bem como os professores dos CAPs e Extra-quadro vêm sofrendo.

Nem a solução oferecida pelo Decreto, as tabelas especiais, surgiram. Deve-se enfatizar que esta não é de veras a solução preiteada.

Os colaboradores continuaram a ganhar como horistas, acrescido o seu salário de 35% numa primeira etapa e recentemente de 28%.

A luta prosseguiu!

A Comissão dos Discriminados esteve em ação durante todo este tempo, debatendo o problema com os colegas atingidos pela discriminação, comparecendo às reuniões da Comissão de Enquadramento da UFRJ e acompanhando o enquadramento; procurou-se sempre obter uma definição da referida Comissão a respeito do problema, infelizmente sem sucesso.

Várias reivindicações foram aprovadas em Assembléias, sendo que diretores e/

ou chefes do departamento as endossaram.

A Comissão dos Discriminados em suas reuniões tem enfatizado a importância que assume a discussão do problema dos discriminados pelos órgãos colegiados das Unidades (corpos deliberativos, conselhos departamentais e congregações), que são os responsáveis pelas contratações desses docentes, e em consequência o envio à Reitoria de manifestações desse colegiados no sentido do enquadramento desses professores.

Em janeiro de 1981 houve audiência com o Ministro da Educação que teria admitido o lapso indesculpável da data. No entanto, ele ainda não se pronunciou a respeito.

Em março de 1981, o Conselho de Reitores reiterou as reivindicações - fato amplamente noticiado pelos jornais - e também sem resposta oficial.

Em vista dessa situação, está sendo passado um abaixo assinado por todas as Universidades Federais Autárquicas apoiando a nossa luta. Esta ação foi aprovada no último CONAD realizado em São Paulo em abril próximo passado.

O abaixo assinado deverá ser entregue ao MEC, junto com uma carta expondo a situação desses professores, e solicitando o seu enquadramento, até o dia 15 de maio de 1981.

A situação dos professores do Colégio de Aplicação

Os professores do Colégio de Aplicação continuam a exercer as atividades acumuladas de professores de 1° e 2° graus e professores de ensino superior no que toca à orientação e avaliação dos licenciados.

Continuam a perceber salários de Cr\$ 22.000.000,00 (já com o aumento do funcionalismo público de janeiro).

Foi baixada uma lei promulgando o estatuto do magistério de 1° e 2° graus do ensino federal. Por esta lei os professores do CAP foram equiparados aos demais professores do ensino federal que atuam apenas a nível de 1° e 2° graus.

A Comissão dos Discriminados reitera o convite para que os docentes discriminados da UFRJ dela participem e possam colaborar nas tarefas que a nossa luta requer; um maior número de participantes permitirá uma maior divulgação e uma melhor divisão de trabalho.

Para entrar em contato com a Comissão basta procurar um dos seguintes professores:

LUIS Felipe ou Guilherme (Instituto de Matemática) - Tel.: 280-9322 r/342 ou 230.0017

Luis Paulo (Instituto de Física) Tel.: 280-9322 r/120

Soma Gentil (Faculdade de Letras)



Debate com os candidatos a reitor

A ADUFRJ fez algumas tentativas no sentido de conseguir um debate dos candidatos a Reitor com os professores.

Até a elaboração oficial da lista sextupla isto não foi possível já que os "candidatos", entre alguns motivos alegados para a não-comparecimento a este debate, não se reconheciam como tais.

Entretanto após a sua oficialização como candidatos integrantes da lista sextupla colocaram-se a disposição para este debate.

Em reunião do Conselho de Representantes da ADUFRJ discutiu-se, então, sobre a pertinência desse debate já que por duas vezes o mesmo tivera sido marcado sem sucesso.

Os representantes, levando em consideração a opinião manifestada em suas unidades, pronunciaram-se a favor.

Assim, a diretoria da ADUFRJ vêm mantendo contatos com os candidatos para marcar uma data para o debate que provavelmente será na primeira semana de junho.

Coordenação da eleição direta

Na última assembléia da ADUFRJ realizada em 9 de abril próximo passado, foi colocado em questão o problema das eleições diretas para Decanos dos Centros e Diretores das Unidades.

Não havendo espaço para que a discussão aprofundasse foi proposta uma comissão de mobilização e acompanhamento do processo eleitoral que se formou tão logo terminou a assembléia.

Esta comissão tem, pois como objetivo não só participar e/ou acompanhar as discussões dos Centros e Unidades como ativar as Unidades menos mobilizadas. Qualquer professor que dela queira participar ou buscar mais informações poderá se dirigir aos professores: Philomena (QFCS) 221-0334, José Manuel (COPPE) 221 0334 e Celene (CCMN) 230 0017 e Eliane (CCS) 270 5339.

Transformação das autarquias em fundações?

Tomamos conhecimento pelos jornais que o MEC está querendo transformar as Universidades Federais Autárquicas em Fundações e em instituir o ensino pago nas IES Federais. Desde a 1ª Assembléia Geral da ADUFRJ, em maio de 1979, nos colocamos contra essas medidas, por vermos que elas significam uma maior desobrigação do Estado com a Educação e que levam à uma maior privatização do Ensino Superior Público. Nas Fundações Federais os professores têm menos estabilidade no emprego que nas Autarquias: no final de abril foram demitidos o Presidente e um Diretor da Associação de Docentes da Universidade Federal do Acre (Fundaçao Federal) sem nenhum direito de defesa e sem aprovação dos órgãos colegiados. Fatos como este são comuns e já ocorreram também em outras Fundações Federais, como Uberlândia, Brasília e Viçosa, e em nada diferem das demissões nas empresas privadas.

A lei 6733, que permite ao Presidente da República nomear o Reitor, bem como ao Ministro da Educação nomear os Diretores de Unidade e ao Reitor nomear os Chefes de Departamento das Fundações Federais, independentemente de qualquer lista apre-

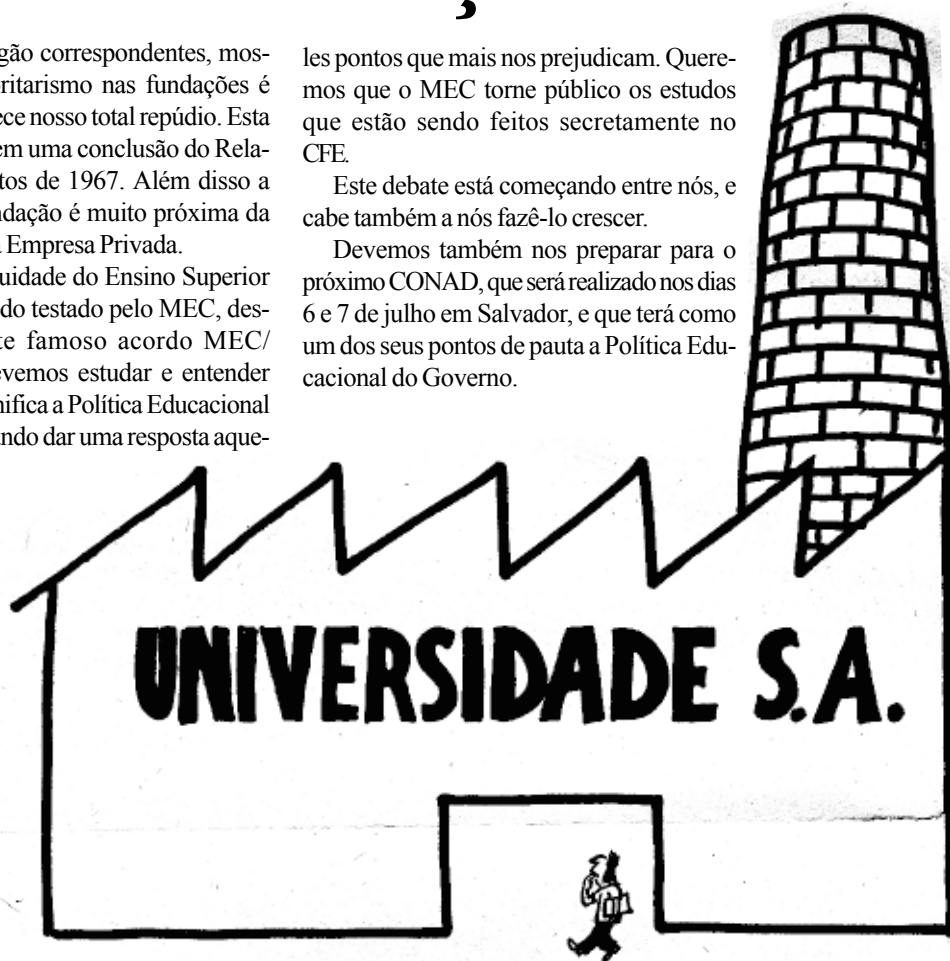
sentada pelos órgãos correspondentes, mostra como o autoritarismo nas fundações é um fato que merece nosso total repúdio. Esta lei está baseada em uma conclusão do Relatório Meira Mattos de 1967. Além disso a Estrutura da Fundação é muito próxima da Estrutura de uma Empresa Privada.

O fim da gratuidade do Ensino Superior Público vem sendo testado pelo MEC, desde o tristemente famoso acordo MEC/USAID. Nós devemos estudar e entender melhor o que significa a Política Educacional do Governo, visando dar uma resposta aque-

les pontos que mais nos prejudicam. Queremos que o MEC torne público os estudos que estão sendo feitos secretamente no CFE.

Este debate está começando entre nós, e cabe também a nós fazê-lo crescer.

Devemos também nos preparar para o próximo CONAD, que será realizado nos dias 6 e 7 de julho em Salvador, e que terá como um dos seus pontos de pauta a Política Educacional do Governo.



A situação financeira da nossa Associação nunca foi boa. Desde sua fundação convivemos com problemas crônicos que muito tem dificultado nossa atuação.

A ADUFRJ é inteiramente mantida pela anuidade paga por seus sócios que são pouco mais de 1.800. Destes, cerca de 1.000 optaram pelo sistema de desconto em folha. Os restantes, ou não foram contatados, ou preferem o pagamento em duas parcelas semestrais. Esta última forma apresenta um grande problema para a estrutura da ADUFRJ pois é necessário que o sócio se dirija à nossa secretaria ou seja procurado pelo representante da sua Unidade e é exatamente por isto que o número de associados em atraso é muito grande.

Para minorar este problema, está em andamento uma campanha para aumentar a porcentagem de sócios com desconto em folha: estudantes carentes, contratados por nós, procurarão os sócios para que assinem o requerimento.

O valor da unidade é fixado, conforme determina o Estatuto, pelo Conselho de Representantes. Para o ano de 1981 foi estipulada a quantia de Cr\$ 1.440,00 (hum mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), a ser paga em duas parcelas semestrais de Cr\$ 720,00 (setecen-



As finanças da UFRJ



tos e vinte cruzeiros), ou através de desconto em folha de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) mensais.

Posteriormente, a Assembléia Geral de 26 de março de 1981, ao decidir pela filiação da ADUFRJ à Associação dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) aumentou a consignação mensal em Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros), que é o valor da mensalidade da ANDES. Assim a partir de abril, o valor a ser descontado em folha, será de Cr\$ 160,00 (cento e sessenta cruzeiros) mensais. As parcelas semes-

trais passarão a Cr\$ 840,00 (oitocentos e quarenta cruzeiros) e Cr\$ 960,00 (novecentos e sessenta cruzeiros) respectivamente para o 1º e 2º semestre.

O desconto em folha é a forma de pagamento mais prática e mais cômoda tanto para o associado quanto para a Associação. Além disto, a assinatura do formulário implica na anistia imediata de todos os débitos anteriores.

Se o associado não quiser adotar o sistema de desconto em folha deverá procurar o representante de sua Unidade ou a Secretaria da ADUFRJ ou ainda enviar pelo correio um cheque em nome de ADUFRJ, no valor das parcelas semestrais (Cr\$ 840,00 e Cr\$ 960,00 conforme o semestre), para o seguinte endereço:

ADUFRJ

Caixa Postal 68.531

21.941 - Rio de Janeiro - RJ

Nossa situação financeira, no entanto, só teria solução completa com a deflagração de uma campanha pelo aumento do número de sócios cuja importância política transcenderia a questão econômica.

E tarefa de todos fortalecer nossa associação. Converse com seus colegas não sócios, encaminhe-os ao representante de sua Unidade.

Grupo de trabalho sobre política educacional

O Grupo de Trabalho designado pelo CONAD (ver relatório neste Boletim) reuniu-se no dia 9 deste mês em São Paulo na sede da APROPUC. Foram discutidas questões básicas da Política Educacional, tendo-se levantado temas a serem desenvolvidos e consubstanciados em documento para discussão nas AM. Os temas centrais são os seguintes:

- Questão da Educação: objetivando dar uma visão geral da problemática da educação no país, abrangendo desde o problema do analfabetismo, o 1º e 2º graus, os cursos supletivos, etc.

- Fundações e Autarquias - Ensino Pago
- Orçamento e Verbas para Educação
- Ensino Privado
- Democratização
- O Controle da Educação pelo Estado

Encaminhou-se a realização de um painel sobre Educação em São Paulo para o dia 19 de junho no TUQUINHA (PUC-SP) com os seguintes temas:

- Fundações / Autarquias e Ensino Pago

- Ensino Público e Ensino Privado, sob o tema geral de: O Estado e a Educação.

Resolveu-se contactar a Folha de São Paulo sobre a possibilidade de realização de Debate sobre Política Educacional, naquele jornal. Pretende-se que isto se dê ainda no 1º semestre.

Ainda, de acordo com as decisões do CONAD está sendo encaminhada a preparação de um Seminário Nacional sobre Política Educacional no dia 8 de julho em Salvador, com a participação ampla de AD's e professores.

Ainda, a secretaria da SBPC será contactada para a realização de mesa sobre o tema, durante o Encontro Anual daquela entidade.

Como fruto dos debates realizados, o Grupo de Trabalho organizará um livro cuja venda deverá reverter como finanças para a ANDES.

Foi discutido o documento de resposta ao MEC, que será modificado de acordo com as sugestões apresentadas e aprovadas na próxima reunião do dia 23/05.

Nesta próxima reunião será discutida a elaboração de um arquivo sobre Política Educacional para a ANDES, e a disposição de todas as AD's. Além disto far-se-á apreciações do andamento a respeito dos eventos programados.



EXPEDIENTE

Associação dos Docentes da
UFRJ - ADUFRJ

DIAGRAMAÇÃO e ARTE
ALI CELESTINO

C. Postal 1191 Cidade Universitária
C.T. - Bloco H - Sala 329
CGC 30315055/0001-51

IMPRESSO NA
GRÁFICA EUROPA



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 03/1980 a 09/1980.

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRJ

ANO II

MARÇO/80

Nº 7

VITÓRIA DA PARTICIPAÇÃO

A atual redação do anteprojeto da carreira do magistério incorporou grande parte das reivindicações dos professores, encaminhadas através de suas Associações. Isto representa, a nosso ver, o resultado de um profundo processo de participação e luta dos professores, que chegaram a paralisar suas atividades para discutirem e reivindicarem modificações no anteprojeto do MEC:

Pág. 2



Vista do plenário durante o II ENAD, na Paraíba.

UNIFICAR A LUTA

A primeira experiência concreta de unificação do movimento das Associações Docentes de todo o país foi o dia Nacional pelas Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira, realizado em 26/09/79. Diversas Universidades e Escolas pararam para discutir suas questões internas e as relativas aos reajustes salariais. Por todo o país, um corpo coeso de reivindicações trabalhistas foram levantadas, demonstrando a identidade das lutas que se travavam nas AD's, e dando uma expressão nacional ao que pedíamos.

O saldo positivo desse encaminhamento também foi o fortalecimento das Associações Docentes, que se fizeram reconhecer como a verdadeira voz da comunidade acadêmica. Disso decorre a participação das AD's nas discussões sobre o projeto, de carreira do Magistério com o MEC e, mais importante, a incorporação no novo anteprojeto, de um número significativo de propostas das AD's, tornadas comuns já na Reunião da Bahia em princípios de setembro de 1979.

Unificar a luta é, pois essencial.

Nesse início de 1980, temos acumulado um ano de experiência. É importante avaliarmos o que conseguimos.

Em fevereiro do ano passado, foi realizado o I ENAD, que contou com 27 entidades. Já nesta ocasião discutiu-se a necessidade de união das AD's em torno da luta salarial e trabalhista e, diante disso, deliberou-se um índice de reajuste mínimo comum: 23%. No entanto, na prática, embora manifestada a intenção não foi possível levar o índice e a própria luta de maneira comum.

Com o decorrer do ano e das discussões levadas

pelos professores, e nas reuniões havidas durante a SBPC (Fortaleza-7/79) ficou mais amadurecida a posição. Com esse espírito foi preparado o II ENAD. Realizado em João Pessoa, na última semana de fevereiro e contando com a participação de 39 AD's, o II ENAD, tratou com destaque essa questão, uma vez que praticamente todas as AD's reconhecem que qualquer vitória nossa passa pela unificação da luta. Com a consciência de representar os pontos de identidade das AD's, foi decidido o índice de 48% de reajuste salarial para todas as instituições de ensino superior federais. Um índice unitário com uma proposta de luta unitária.

Se no ano passado, as AD's já manifestavam essa preocupação, embora com uma prática dificultada por inúmeras razões sobretudo as de organização a nível nacional, este ano, com índice reconhecidamente comum e uma tentativa de encaminhamento comum, nossas possibilidades de ter ganhos nesse terreno é concretamente maior.

Quando ao nosso projeto de carreira, a resolução de levar para discussão com o MEC as sugestões saídas do II ENAD, reflete essa preocupação de unificação e principalmente a possibilidade de novas vitórias. Nesse sentido, fortalecer a Coordenação Nacional será um passo importante para que se consiga concretizar formas de luta a nível nacional, constante em nossos encontros de AD's. **Verbas Públicas** Verbas públicas para o ensino privado. Este parece que será um tema a ser debatido entre os professores este ano. Para todos que defendem o ensino público e gratuito esta é uma questão fundamental a ser definida. Pág.4

COMO FOI
CALCULADO
O ÍNDICE
DE 48%

pg3

Aumento?

Considerando a inflação a 80%, um assistente com salário de 23 mil em março de 79 ganhará, em março de 80, um salário relativo de 19,9 mil. Na realidade nem mesmo reajuste salarial houve para os servidores públicos.

Pag.3



Verbas públicas

Verbas públicas para o ensino privado. Este parece que será um tema a ser debatido entre os professores este ano. Para todos que defendem o ensino público e gratuito esta é uma questão a ser definida.

Pág.4

Assembléia Geral da ADUFRJ

Dia 27 de março (quinta-feira) às 14 horas no auditório do CT

editorial

O II Encontro Nacional das Associações Docentes (II ENAD) decidiu, entre outras coisas de suas resoluções, um índice de 48% como reivindicação de reajuste salarial de março de 1980 para os docentes das Universidades Federais. Este índice representa um aumento de 131% em relação aos salários de março de 1979, a reposição salarial em relação aos salários de 1970, baseado nos estudos do DIEESE.

Este índice, embora não seja o mesmo 50% decidido em Assembléia Geral da ADUFRJ, representa um avanço do movimento das associações porque é um índice comum a ser defendido por todas as AD's. Na verdade a importância dessa luta unificada já fora sentida quando da última Assembléia Geral da ADUFRJ aprovou-se uma disposição de flexibilidade no encaminhamento do índice ao II ENAD. Um índice nacional é, pois, um fortalecimento da luta salarial, uma vez que, índices distintos, como ocorreu em 1979 dificultam o seu encaminhamento a nível nacional e diminuem nossa capacidade de mobilização conjunta.

No sentido do encaminhamento da luta salarial a nível nacional ficou marcado para o dia 17 de abril um DIA NACIONAL DE LUTA PELO REAJUSTE SALARIAL. Desde, já devemos começar as discussões nas unidades para decidir a forma de participação de nossa Associação neste dia, levando em conta a possibilidade de uma paralisação. Foi também resolvido dar um prazo até 1º de maio para que o governo se manifeste sobre as reivindicações de reajuste salarial.

A nova versão do anteprojeto do magistério superior inclui reivindicações importantes feitas pelos docentes das Universidades Federais, em particular os da ADUFRJ. Encaramos essas modificações como resultado do processo de luta desenvolvido durante o último ano. Entretanto, ainda existem alguns pontos no anteprojeto do governo dos quais discordamos e que foram assinalados no II ENAD. A parte disso, numa avaliação global, acreditamos que o novo anteprojeto representa um avanço em relação ao anterior.

Colocamos em dúvida a intenção do governo de apresentar com rapidez ao Congresso esse projeto e de efetivá-lo imediatamente após sua aprovação. Lembremos que a demora na aplicação da nova tabela salarial, poderá torná-la completamente inócua, em decorrência da desvalorização dos salários pela inflação, como já ocorreu quando houve a reclassificação de 1974. Por isso mesmo é importante levarmos adiante a luta salarial independentemente do encaminhamento do projeto da carreira.

Não podemos ficar parados esperando o projeto ser enviado ao Congresso e implantado pelo governo. Se nós o desejamos com as nossas reivindicações devemos lutar por ele e agir no sentido de torná-lo realidade.

A DIRETORIA

CARRERA DO MAGISTÉRIO:

IMPORTANTE VITÓRIA DOS PROFESSORES

No processo de reformulação da Carreira do Magistério, o movimento dos professores universitários, através de suas Associações, obteve uma vitória significativa.

Durante as férias, nas vésperas do II ENAD chegou às nossas mãos, de modo não oficial, a nova forma do Anteprojeto da Carreira do Magistério. Não é ainda sua forma definitiva: vários pontos dependem de "discussão e definição superiores". Segundo o documento, as próximas etapas do projeto seriam: 1) aprovação pelo Ministro; 2) contatos de alto-nível com o DASP, a SEPLAN e a Casa Civil; 3) encaminhamento às instituições para conhecimento e manifestação; 4) reunião em Brasília para discussão com representantes das IES e ADs; 5) exame de eventuais sugestões pelo MEC, para elaboração da redação final; 6) encaminhamento à Presidência da República. Cumpridas essas etapas, irá ao Congresso Nacional.

No que se refere aos salários, o documento prevê 4 alternativas: a lei incluiria uma tabela salarial que poderia ser: 1) a do projeto original, ou 2) a que consta do novo anteprojeto, 3) a tabela salarial seria fixada pelo presidente da República, não constando do projeto, e 4) a tabela salarial seria fixada pelo Ministro da Educação, podendo ser uniforme ou variando de uma instituição a outra.

As mais recentes notícias revelam alguma modificação das etapas previstas no documento: a reunião de ADs e IES com os representantes do MEC vai ser realizada em Belo Horizonte, no dia 13 de março. Além disso, o texto não foi oficialmente enviado às Associações de Docentes e não sabemos se sofreu alguma modificação após os "contatos de alto-nível".

O novo anteprojeto atende, total ou parcialmente, várias das nossas reivindicações, sobretudo no que se refere ao enquadramento dos atuais docentes: os auxiliares de ensino e os colaboradores serão enquadrados em igualdade de condições com os demais professores, todos os docentes terão considerada sua titulação formal. Notamos, no caso do professor assistente, a omissão de seu enquadramento como adjunto, quando portador de título de Doutor ou Livre-Docente, e acreditamos tratar-se de uma omissão involuntária, uma vez que contraria inteiramente o espírito da lei. Apenas a nossa reivindicação de que seja considerado o tempo total de serviço não foi atendida.

Na questão dos colaboradores, à primeira vista o MEC foi além de nossas aspirações, eliminando a categoria de colaborador. Porém pode tê-la reintroduzido, em condições agravadas, através da nova figura do Instrutor de Ensino, em caráter eventual, contratado por um prazo máximo de um ano, sem renovação. Ora, os colaboradores da atual legislação também seriam eventuais, e tal fato não impediu sua proliferação. Sabemos que existe um problema objetivo que o projeto procura resolver: a necessidade de substituição de professores que se ausentam, por um ou outro motivo, e que ele vai se agravar com a nova carreira, que prevê maiores possibilidades de afastamento dos professores. Mas, seguramente a criação da nova categoria não é a melhor solução; ela pode dar origem a um novo "bóia-fria", por um ano e assim, a uma enorme rotatividade de mão-de-obra. É preciso arranjar uma forma de fazer face às substituições necessárias, garantindo ao mesmo tempo a eliminação do "bóia-fria".

Outro aspecto que deve ser considerado na extinção do colaborador, é o caso de certos cursos, de áreas específicas, que parecem não justificar uma dedicação maior do professor à Universidade, ainda que sejam ministrados regularmente.

O texto propõe a criação de um novo tipo de docente, o professor Associado, para participar de convênio com outra instituição, e pago por esta. Isto nos parece uma inadmissível forma de interferência de instituições externas na Universidade, além de levantar outras questões que só com mais tempo poderão ser avaliadas.

Quanto à nossa reivindicação sobre o regime de trabalho - 40 h como direito garantido a todos os professores, tornando-se o regime normal de trabalho - não foi atendida, ainda que o projeto não privilegie nenhum regime especialmente.

Outra reivindicação não aceita foi a da eliminação da Comissão de Pessoal Docente, com amplos poderes sobre a carreira dos Professores.

Uma modificação importante refere-se à promoção do nível 4 de cada classe à classe superior cujo interstício foi diminuído de 4 a 2 anos, mas que deixou de ser

automática, passando a depender de uma avaliação de desempenho global" do docente, de acordo com critérios estabelecidos pela instituição. Essa avaliação refere-se ao conjunto de atividades do docente incluindo sua produção científica que deixa de merecer um incentivo especial. A alteração significa valorização do trabalho didático em relação ao de pesquisa, é uma desvalorização do critério de antiguidade. Por outro lado, os critérios de avaliação não são sequer sugeridos no texto e evidentemente o seu conhecimento seria fundamental para se avaliar a inovação.

A titulação formal passou a proporcionar uma nova vantagem: progressão horizontal entre os níveis de cada classe, sempre que ela não permitir promoção a uma classe superior (caso do assistente que conclui mestrado, por exemplo).

Outro ponto que merece discussão aprofundada é o da demissão, que terá que ser aprovada pelo Departamento e pela CPPD. Se, por um lado, ele representa um avanço em relação à legislação atual, que dá ao Reitor o direito de demitir, por outro ele constitui um retrocesso em relação à prática vigente na UFRJ - aprovação em Departamento, Congregação e Conselho Universitário - ainda que tal prática tenha sido desprezada em 1976, no tristemente famoso caso do PUR, quando vários professores foram demitidos por ato do Reitor sem a aprovação dos colegiados da Unidade.

O novo projeto determina também que a lotação das Universidades, bem como seu contingente de expansão, passem a ser fixados pela instituição, com aprovação do MEC, o que nos livrará da burocracia do DASP. Além disso, o contingente de titulares não será mais fixado pelo MEC e sim pela Instituição, como reivindicações.

Quanto à questão salarial, o documento procura atender várias reivindicações dos professores: reajuste semestral, aposentadoria com salário integral para todos, valorização salarial das classes iniciais (restringindo o leque salarial em relação ao antigo anteprojeto, mas não em relação à situação atual). Outro ponto positivo, no espírito de nossas reivindicações, é a valorização salarial do regime de DE, que, sem dúvida, pode contribuir para melhor fixar o professor à Universidade.

Por tudo isso, parece-nos que o novo anteprojeto apresenta no geral uma evolução significativa em relação ao anterior e constitui uma vitória da luta dos professores. Infelizmente seu conhecimento no período de férias impossibilitou uma ampla discussão nas Universidades, e os professores presentes ao Encontro Nacional de João Pessoa viram-se na contingência de se manifestarem sobre o projeto, sem disporem de orientação das bases. No que se refere aos pontos que já constavam do anteprojeto original não houve problemas, bastou reafirmá-los mas naqueles que representam

novas inovações, foi necessário decidir, inspirando-se, sempre que possível, no espírito das reivindicações anteriormente formuladas.

Cabe uma crítica ao MEC, responsável por esse encaminhamento, que não cumpriu sequer o próprio esquema da comissão do SESU.

A satisfação pela vitória não deve nos fazer esquecer que a luta não está terminada: algumas reivindicações importantes não foram atendidas, o projeto pode ser modificado antes do encaminhamento ao Congresso, e esse encaminhamento pode ser protelado indefinidamente, fazendo do projeto mais uma ilusão para nossa categoria.



Cr\$??? Pagamento

O pagamento da anuidade de 1979 estipulado pelo Conselho de Representantes em Cr\$ 200 (Duzentos Cruzeiros) está atrasado por grande parte dos sócios.

Este pagamento é vital para nossa associação que só possui esta fonte de recursos para manter em funcionamento seus serviços básicos (secretaria, edição de boletins, impressos, etc)

Os professores devem procurar o representante de sua unidade ou a secretaria para o pagamento. Se preferirem podem se utilizar dos correios enviando um cheque nominal a ADUFRJ para o seguinte endereço: ADUFRJ - Centro de Tecnologia - C.P. 1191 Bloco H Sala H-329 Rio de Janeiro - RJ.

COMO FOI CALCULADO O INDICE DE 48%

As AD's de todo o país, reunidas no II ENAD decidiram reivindicar unitariamente um reajuste de 48%. Esta decisão teve por base estudos efetuados pelas Associações da UFSC e UFRGS que demonstraram que foi no ano de 1970 que os professores tiveram seu melhor nível salarial dos últimos 15 anos e que para recuperar este nível seria necessário um reajuste de 32% nos salários de 1979. Com a inflação de 79/80 estimada em 75%, os salários de 1980 teriam de ser 131% maiores que os do ano anterior. Como o governo concedeu reajuste de apenas 56,25% faltam ainda 48% sobre o salário de março/80 para recuperarmos o que a política de arrocho salarial nos vem retirando todos estes anos.

EXPEDIENTE:

BOLETIM REALIZADO PELA COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO DA ADUFRJ

Antônio G. Neto
Eilane B.M. Falcão
Erickson Almeida
Eduardo Miranda
Maria A. Rocha
Mara Seletto
Ricardo Chaloub

DIAGRAMAÇÃO E ARTE
Sílvia Marinho
Carlos Eduardo
J. Caputo
Paulo C. Rodrigues

56%

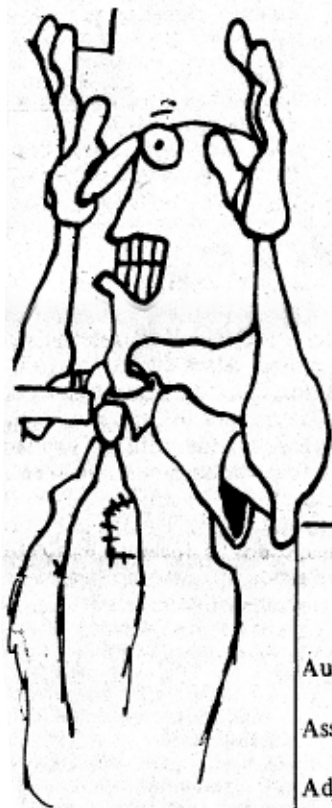
... E o governo decretou o aumento salarial para os servidores públicos para o ano de 1980.

No mês de dezembro de 79 o Sr. Presidente da República disse em alto e bom tom que o servidor público teria o seu reajuste salarial anunciado nos próximos dias. Esta notícia nos interessava e ficamos atentos à surpresa que nos aguardava. "Era nosso presente natalino".

Afinal de contas, o governo tinha modificado a política salarial para os trabalhadores. Dava uma nova cartada para que em 1980 houvesse uma calma salarial. Os trabalhadores ganhavam um reajuste semestral. Era a nova forma de subdividir o arrocho em duas prestações anuais. Os dissídios coletivos de trabalho se restringiram às discussões da taxa de produtividade. Tudo muito bom para quem só tem compromisso com os patrões. O Sr. Ministro do Trabalho disse, recentemente, que em 1980 não haverá greves pois a nova lei dos salários está certinha e ao trabalhador só competirá discutir com as classes patronais a tal de taxa de produtividade. Será 1 ou 2%.

Naquele mês de dezembro, como prometera o presidente, veio o decreto. Em Janeiro 25% e mais 25% em março. Um total de 56,25% de aumento salarial. Reajuste semestral? O decreto não o estende ao servidor público. Produti-

Aumento ou redução?



dade? Será que servidor público tem produtividade para discutir?

E mais, logo depois ainda em dezembro, ficávamos sabendo que os servidores públicos não civis (os militares) teriam um aumento diferente. Maior que o nosso? Evidente!

Vamos aos números:

Tomando a inflação de março de 79 a fevereiro de 80 em 80% construímos a Tabela abaixo.

Isto significa que o professor assistente, por exemplo, que ganhava em março/79 Cr\$ 23.000,00, ganhará em março/80 Cr\$ 35.900,00 que equivale a um salário de Cr\$ 19.900,00 em março/79. Quer dizer que ao invés de aumento, tivemos uma redução de 15% em nossos salários.

Por outro lado, os militares que tiveram um aumento igual ao nosso (56.25%), 15 dias após o decreto tiveram novo aumento de 12% sobre os 25% de janeiro, que representa 74% de aumento em março. E isto sem contar com a modificação ocorrida em outubro/79 sobre a for-

ma de cálculo das vantagens de tal maneira que, por exemplo, um major que em outubro/79 ganhava Cr\$ 28.959,00 (próximo ao assistente), em novembro passou a receber Cr\$ 38.796,00 e em março ganhará Cr\$ 68.687,00 perfazendo um aumento de 138%.

E o aumento semestral, o que significa não existir para o servidor público?

Vamos supor uma inflação de 80% como em 79. Supondo que essa inflação se distribua igualmente nos meses do ano, em 6 meses ela será de 40%. Portanto, não havendo reajuste semestral, o assalariado deixa de ganhar por um reajuste de 40% em cada mês. Em salários, isto significa uma perda de 2,4 salários nos 6 meses subsequentes. Para o caso do professor assistente que terá um salário de Cr\$ 35.900,00, esta perda representa Cr\$ 86.160,00. Para a inflação "tabelada" de 50% ao ano, esta perda será de um, salário e meio.

Como resolvemos esse problema?

	SALÁRIO MARÇO DE 79	SALÁRIO (COM 56.25%) MARÇO DE 80	SALÁRIO EM 3/80 Considerando inflação de 80%	% DE DESVALORIZAÇÃO DE SALÁRIO 79/80.
Aux. 40h	20.1	31.4	17.4	15%
Ass. 40h	23.0	35.9	19.9	15%
Adj. 40h	26.6	41.6	23.1	15%
Tit. 40h	30.0	46.9	26.1	15%

CRONograma NACIONAL DE LUTA DAS AD'S

Este é o cronograma proposto pelo II ENAD, realizado em João Pessoa, para o encaminhamento das reivindicações das Associações de docentes.



1. MARÇO - Assembléias Gerais em todas as AD's para discutir a Campanha Salarial, o Projeto de Carreira e as Formas de Luta.

2. 13 DE MARÇO - Reunião de representantes das AD's e das IE's com o MEC para debater o novo anteprojeto da carreira.

3. 17 DE ABRIL - Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Salarial - quando se discutirá a possibilidade de uma greve nacional.

4. 14 DE MAIO - Término do prazo dado ao governo para se manifestar sobre o reajuste salarial - realização de encontros regionais de AD's.

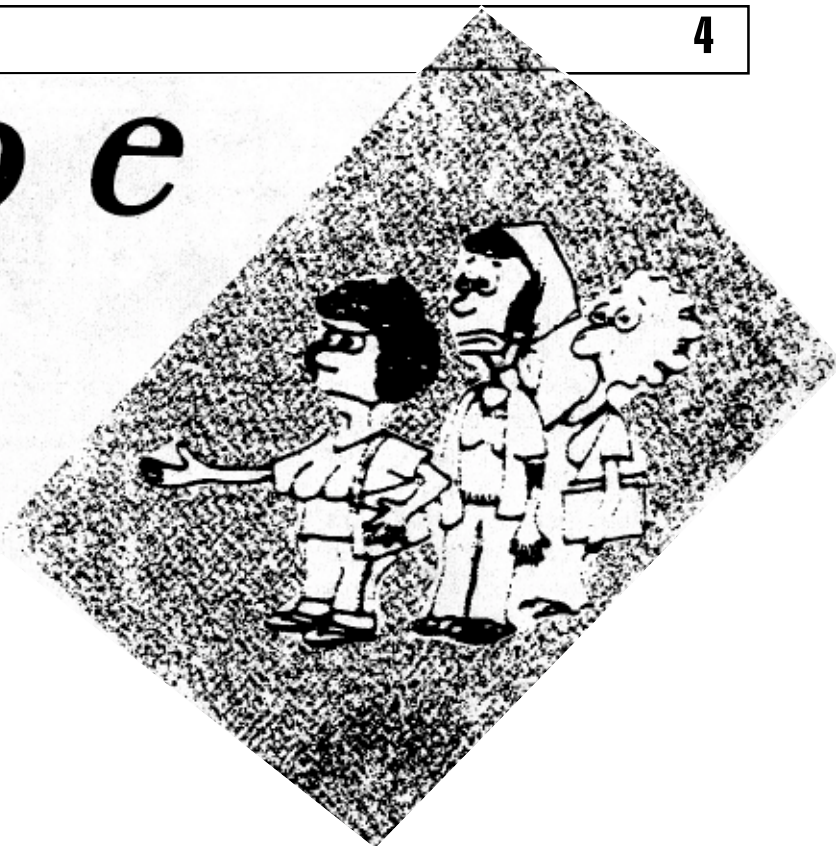
5. MAIO - primeira semana - Assembléias Gerais em todas as AD's para deliberarem sobre a resposta do MEC.

6. 10 DE MAIO - Reunião da Coordenação Nacional das AD's em Brasília.

7. JULHO - Reunião Extraordinária das AD's por ocasião da reunião anual da SBPC - Rio de Janeiro.

ensino público e gratuito

PARA TODOS



Foi uma resolução do II ENAD que as associações de docentes, se integrem em uma campanha nacional pelo ensino público e gratuito. Apesar das dificuldades materiais para se realizar uma campanha desse tipo, foi julgado pelos professores reunidos em João Pessoa que é preciso fazer algo de concreto, passando da afirmação do princípio do ensino público para a prática da luta pela sua ampliação no país. Esse movimento tem como consequência natural a reivindicação de mais verbas para a educação; pois os recursos orçamentários para o ensino público tem caldo enormemente no Brasil nos últimos anos. Aplica-se hoje apenas cerca de 4,3% do orçamento federal em educação, enquanto que a recomendação da UNESCO estipula esse índice em 12% e a Constituição de 1948 previa 10%. O ensino deve ser público e gratuito em todos os níveis para todos os que desejarem. Essa é uma tarefa básica do Estado, que não pode transferi-la à iniciativa privada, como vem ocorrendo em nosso país, de acordo com urna política privatizante, e antidemocrática deliberada. O ensino: primário e médio oficial, tem piorado sensivelmente, chegando-se ao descalabro em alguns estados e municípios, responsáveis esses pelo 2º e 1º grau respectivamente. A classe média e os mais ricos passaram a fugir da rede oficial, preferindo as escolas e colégios privados, onde em geral não encontram também um ensino adequado, mas apenas maiores comodidades materiais pelas quais pagam a peso de ouro. O abandono do ensino público é visível nos salários baixos dos professores de nível médio e primário e pelo estado deprimente de abandono dos prédios e instalações escolares, principalmente das freqüentadas pela parcela mais pobre da população. No ensino privado de 1º e 2º grau a situação não é boa, com professores mal pagos e com dirigentes mais preocupados com os lucros de seu empreendimento comercial do que com a qualidade do ensino que vendem como uma mercadoria.

A situação do ensino superior é diferente em certos aspectos, mas não menos dramática. Aqui, o ensino público é indubitavelmente muito melhor do que o privado, inclusive em instalações. As universidades e faculdades particulares proliferaram como verdadeiros caça-níqueis, sem as mínimas condições acadêmicas, com raras exceções, praticamente limitadas a algumas universidades religiosas. No ensino superior, privado os professores são

mal pagos, ganhando muitas vezes por hora de aulas, sem realizar nenhum trabalho criativo de pesquisa ou de estudo, sem tempo até de se preparar e se atualizar para ensinar. Os alunos pagam anuidades eras apenas para seguir as aulas, não havendo professores em tempo integral para atendê-los, discutir as dúvidas. Enfim, é tudo ao contrário do que se define por universidade e do que se espera do ensino superior.

mercado financeiro e imobiliário. Pensar que é possível controlar o dinheiro em mãos de entidades privadas é ilusório e quem condiciona a doação dessas verbas à sua aplicação exclusivamente em salários de professores não está sendo realista com a dinâmica de iniciativa privada. O que determina os baixos salários é o mercado de trabalho, em que sobram docentes sem ocupação enquanto o número de alunos por turma é excessivo e a carga horária

MAIS VERBAS PARA O ENSINO

Atualmente existem dois equívocos principais quanto ao ensino Público e Gratuito. O 1.º é do MEC e dos setores que defendem a privatização do ensino (principalmente as Mantenedoras das Faculdades Particulares), propondo o fim da gratuidade do Ensino Superior Público. Neste ponto não nos deteremos por já estar desmascarado em discussões, havidas entre os docentes, de qualquer maneira como utilizam como exemplo os países capitalistas avançados, é bom lembrar que: o ensino público e gratuito de 1º e 2º graus é generalizado nos Estados Unidos. No continente europeu, a educação é maciçamente pública e gratuita em todos os níveis, inclusive no nível superior. O 2º equívoco é dos que ao mesmo tempo que defendem mais verbas para o Ensino Público e Gratuito, defendem também mais verbas para o Ensino Privado o que levará a um enriquecimento ainda maior das mantenedoras e o seu poder elevando à maior asfixia do Ensino Público e Gratuito. O avanço da privatização do ensino nos últimos 18 anos foi feito também em detrimento do Ensino Público. O crescimento percentual do Ensino Superior Privado se deu simultaneamente à diminuição das verbas públicas para o ensino. Enquanto antes de 1984 o ensino superior público era responsável por mais de 50%, das matrículas, hoje ele é responsável por menos de 30%.

É uma ilusão pensar que uma maior generosidade do governo dando verbas abundantes aos empresários de ensino resultará em aumento de salários dos professores e em diminuição das anuidades dos alunos. A lógica empresarial é de minimizar os custos (no caso, os salários) e maximizar os preços (no caso, as anuidades). As verbas públicas graciosamente doadas às faculdades privadas irão provavelmente resultar em investimentos do proprietário e/ou sociedade mantenedora em imóveis para a faculdade, em instalações físicas, etc. Isso quando não se fizerem especulações no

de cada docente é incompatível com a prática de um ensino sério. Quem manipula essa situação são os proprietários de faculdades, aos quais se dará ainda maior poder fortalecendo-os com verbas públicas. Por outro lado, o que pode levar a salários melhores é a luta dos docentes do ensino privado, sua organização nas suas associações, sua integração no movimento nacional de todos os docentes.

Se há contradições entre melhores salários e anuidades menos escorchantes é porque o ensino superior privado é insustentável economicamente, se desejamos que ele tenha um nível pelo menos razoável. A única solução para casa contradição é a encampação das faculdades insolventes financeiramente pelo poder público. Esse deve ser o objetivo maior dos docentes. E não se diga que é uma proposta radical ou idealista, porque isso aconteceu recentemente em Campina Grande e em Cajazeiras, onde a Universidade Federal da Paraíba acaba de absorver faculdades antes privadas.

Devemos refletir sobre a maturidade do movimento sindical dos trabalhadores, que não costuma pedir verbas públicas para os patrões a fim de, em troca, obter maiores salários ou salvar empregos. Ao contrário tradicionalmente os favores oficiais são defendidas é por um certo tipo de iniciativa privada, habituada a socializar os prejuízos e capitalizar os ganhos. Creemos que catamos todos de acordo sobre o escândalo que foram os famosos rombos que o governo deu em bancos oficiais para socorrer certas empresas e cobrir seus prejuízos.

Embora não sejamos ingênuos a ponto de esquecer que há subsídios e incentivos, diretos ou disfarçados para muitas empresas - geralmente para todas as grandes empresas e para as multinacionais - devemos lembrar que esse tratamento favorecido já é dado ao ensino privado. Ele é dado através da imunidade de pagamento de impostos, de financiamentos especiais, das próprias bolsas de estudo e do crédito edu-

cativo, dados aos estudantes para pagar as faculdades, que assim são financiadas indiretamente. As sociedades mantenedoras das faculdades são isentas do impostos que incidem sobre o patrimônio, a renda e os serviços, isto é, praticamente de todos eles. Elas não pagam:

- o Imposto sobre serviços (ISS),
- o imposto de renda,
- o imposto de transmissão,
- o imposto predial,
- o imposto territorial.

Para gozar dessas imunidades as mantenedoras não podem ter fins lucrativos. Entretanto, esses fins não lucrativos tem sido postos sob suspeição por órgãos tributários do Estado, em processos nos quais funcionários mais zelosos constataram operações de compra e venda, feitas pelas mantenedoras, com benefícios pecuniários para os seus integrantes. As formas que essas operações suspeitas assumem são:

- compra, pela mantenedora, de imóveis pertencentes aos seus integrantes por preços superiores aos valores reais, dados pelo mercado;
- compra, pela mantenedora, de imóveis para servirem de residência para os seus integrantes;
- venda, pela mantenedora, de imóveis aos seus integrantes por preços inferiores aos valores reais;
- compra, pela mantenedora, de automóveis para uso particular dos seus integrantes.

Embora não possamos generalizar e atribuir esse comportamento a todas as mantenedoras, ele é bastante freqüente e pode ser verificado em processos arquivados em órgãos da receita ou no judiciário.

Além das isenções, algumas universidades privadas já recebem verbas, através de projetos apoiados pela FINEP, pelo CNPq, pela CAPES, pelo BNDE. Não podemos intempestivamente lutar para cortar agora todos esses subsídios, indiretos e diretos, já existentes porque quem primeiro sofreria seriam os professores e estudantes. Mas daí a levantar a bandeira de mais verbas públicas para o ensino privado, camuflada atrás da justa reivindicação de mais verbas para educação pública, vai uma grade distância. Levantar tal bandeira é negar o princípio do ensino público e gratuito. Negar esse princípio, ainda que momentaneamente e por razões táticas, pode nos levar no futuro a um beco sem saída, ao fim do qual o movimento dos docentes estará dividido e sem perspectivas, sem nenhum proveito duradouro para os colegas do

ensino privado.

Um ponto em que vemos estar todos de acordo é o da necessidade dos professores das IES privadas conquistarem um controle interno maior das suas IES, incluindo a fiscalização da situação financeira e das relações com as mantenedoras. A situação atual é péssima: os professores não tem a necessária participação sequer nas decisões de caráter puramente acadêmico na maioria das IES privadas. Nelas, muitas vezes não há estrutura departamental efetiva, não há colegiados representativos, não há docentes em tempo integral, enfim não há um ambiente universitário. Os estatutos não são respeitados, prevalecendo a CLT que permite ao patrão demitir um ou muitos professores sem dar maiores satisfações à comunidade acadêmica. Ao fim de cada ano letivo repetem-se as demissões generalizadas, com a finalidade de promover o rodízio dos professores, aviltando-os profissionalmente para rebaixar os seus salários. Por pior que ainda sejam as estruturas de poder antidemocráticas nas universidades públicas, nas universidades privadas é pior: o poder total é dos dono e/ou prepostos. Como alimentar com verbas públicas essa situação?

É claro que a medida que os professores avancem nas suas conquistas salariais e os estudantes na sua luta por menores anuidades, ambas justas as IES privadas se verão em dificuldades financeiras. Isso só demonstra o óbvio: o ensino superior sério não é autofinanciável, não pode ser objeto de comércio. Tem de ser como a saúde, obrigação do Estado e gratuito.

Essas idéias que trazemos ao debate representam um amadurecimento da posição definida pelos representantes da ADUFRJ no II ENAD, que em linhas gerais coincidiu com a posição majoritária em João Pessoa. Estamos conscientes de que é preciso manter unido o movimento dos docentes. Por isso estamos abertos à discussão desse tema, sabendo-o muito delicado porque toca diretamente os colegas e estudantes do ensino privado. Achamos que a colocação, com toda a clareza e sinceridade, das nossas posições sobre o ensino privado ajudará a construir a unidade sobre bases sólidas e duradouras. Estamos seguros que, a partir da discussão sobre essas posições, será possível atingir uma proposta de luta comum a todos os docentes, ainda que, até lá, tenhamos de debater arduamente.

Em contato mantido com a SESU/MEC no dia 13 de maio, foi entregue às 16 Associações de Docentes presentes ao encontro da Coordenação Nacional em Brasília, cópia de um Projeto de lei elaborado pelo DASP, como alternativa ao anteprojeto de reformulação da carreira do Magistério apresentado pelo MEC. Este novo projeto de lei, transcrito mais adiante não passa de uma alteração nos percentuais dos incentivos funcionais já existentes (lei no. 6182 de 1974), desprezando portanto todo um conjunto de reivindicações trabalhistas que haviam sido incorporadas ao anteprojeto do MEC como resultado de uma ampla mobilização dos docentes de todo o país.

Na mesma ocasião, a SESU informou que a reivindicação do abono de 48% sequer fora encaminhada no sentido da obtenção dos recursos necessários à sua viabilização. Além disto, informou também que na SEPLAN o anteprojeto continua parado, "pois não há disponibilidade orçamentária". Sabe-se que o parecer técnico que viabilizaria a liberação dos recursos propõe um aumento escalonado de tal forma que apenas em 1982 seria atingido o poder aquisitivo dos vencimentos propostos na TABELA máxima.

Posteriormente, os representantes das Associações tiveram um encontro com o Ministro Portella, ao qual cobraram uma resposta às reivindicações dos docentes (abono de 48%, envio do anteprojeto ao Congresso) transmitindo a profunda inquietação existente entre os professores, face à indefinição governamental. Diante disso, o Ministro decidiu encaminhar à SEPLAN solicitação de recursos extraordinários para atender a reivindicação de abono de 48% à partir de março e reiterou a disposição de continuar lutando pelo anteprojeto.

Os vários contatos mantidos em Brasília convenceram-nos de que corremos o risco de ver o DASP aprovar matéria de competência da SEPLAN (aumento de incentivos), enquanto esta aprova matéria de competência do DASP (mudança na carreira sem aumento salarial), e nós ficarmos no meio nesse "jogo de empurra" ministerial.

De tudo isso ressalta a necessidade de encaminharmos firmemente nossa luta a nível nacional, cujas próximas etapas foram fixadas pelas Associações presentes em Brasília.

1. Convocação de Assembléias Gerais em todas as AD's até o dia 30 de maio para deliberação sobre uma paralisação das atividades docentes nos dias 11, 12 e 13 de junho.

2. Realização em 31 de maio e 1º de junho de nova reunião da Coordenação Nacional para se avaliar as decisões tiradas pelas respectivas Assembléias e ratificar ou não a paralisação em junho.

3. Caso as reivindicações ainda não tenham sido atendidas até o final de junho, realizar um debate público sobre o projeto da carreira do magistério e o abono de 48% durante a reunião anual da SBPC, na segunda semana de julho, para o qual deverão ser convidados representantes do MEC, DASP e SEPLAN.

4. No Encontro Extraordinário das Ws a ser realizado nos dias 5 e 6 de julho deverá ser discutida a continuidade da luta.

Estamos certos de que somente uma intensa mobilização dos professores assegurará ao nosso movimento a força necessária para conduzir o governo ao atendimento de nossas justas reivindicações. Precisamos participar todos das reuniões de Unidades, da Assembléia Geral do dia 3 de junho e da preparação para a paralisação. Façamos dos três dias de paralisação um ponto alto de nossa luta.

E O SEGUINTE O PROJETO DE LEI APRESENTADO PELO DASP:

PROJETO LEI

Altera percentual de incentivos funcionais de que trata a Lei no. 6182, de 11 de dezembro de 1974, e da outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica alterado para 90% (noventa por cento), calculados sobre o vencimento ou salário do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, o incentivo funcional a que se refere o item VI do artigo 5º da lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, correspondente à dedicação integral e exclusiva ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem assim às atividades de administração universitária.

Parágrafo único - Aos Auxiliares de Ensino será atribuído o incentivo a que alude este artigo, observado o disposto no § 3º do artigo 5º da citada Lei nº 6182 e calculado o seu valor em 45% (quarenta e cinco por cento) do salário básico percebido.

Art. 2º - E facultado ao professor, quando investido em cargo em Gomisão ou função de confiança integrante do Grupo Direção e Assessoramento Superiores correspondente às atividades previstas no artigo 16 da Lei nº 6.182, de 1974, optar pela retribuição de seu cargo efetivo ou emprega permanente, mais as incentivos tencionais que ve-

nha percebendo, acrescida de 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário fixado para o cargo em comissão ou função de confiança, não fazendo jus à Representação Mensal.

Art. 3º - O Professor do Ensino Superior, quando permanecer no regime de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, terá os incentivos de que tratam os itens II, III e IV do artigo 54 da Lei nº 6.182, de 1974, fixados nos percentuais de 67% (sessenta e sete por cento), 62% (sessenta e dois por cento) e 60% (sessenta por cento), respectivamente.

Parágrafo único - Os percentuais referidos neste artigo serão também aplicados ao salário-base do Auxiliar de Ensino na conformidade do disposto no & 3º do artigo 14 da Lei nº 6.182, de 1974.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em de de 1980; 152º da Independência e 99º da República.

		20 H				40 H				40 H + DE			
INCENT.		SI	II	III	IV	SI	II	III	IV	SI	II	III	IV
ATUAL	AUX.	-	-	-	-	31,4	36,7	35,2	34,5	34,5	40,8	39,0	37,2
	ASS.	18,1	21,1	20,2	19,8	36,1	42,2	40,4	39,7	39,7	46,0	44,2	42,4
	ADJ.	20,8	24,3	23,3	23,3	41,6	48,6	46,6	45,7	45,7	53,0	51,0	-
	TIT.	23,5	27,5	26,4	26,4	47,1	55,1	52,7	51,7	51,8	60,0	-	-
DASP	AUX.	-	-	-	-	31,4	52,4	50,8	50,2	45,5	58,1	54,5	51,0
	ASS.	18,1	30,1	29,2	28,8	36,1	60,3	58,5	57,7	68,6	81,2	77,6	74,0
	ADJ.	20,8	34,7	33,9	33,2	41,6	69,4	67,4	66,5	79,0	93,6	89,4	-
	TIT.	23,5	39,3	38,1	37,6	47,1	78,6	76,3	75,3	89,5	106,0	-	-
ANTE-PROJ. MEC*	AUX.		18,9	23,4				37,7	46,8		49,1	60,8	
	ASS.		25,6	32,6				51,2	65,3		66,6	84,8	
	ADJ.		34,9	40,4				69,7	80,7		90,6	105,0	
	TIT.		41,6	43,1				83,2	86,2		108,1	112,0	
		NIVEL I NIVEL 4				NIVEL I NIVEL 4				NIVEL I NIVEL 4			

* - Valores do Anexo I

* * *

DEFICIENCIA DE TRANSPORTES PROVOCA ACIDENTE NO FUNDÃO:

Mais um acidente nos pontos de carona do Fundão. Desta vez, o caminhão basculante placa IN 5229 - São Paulo, pertencente à firma CT, atropelou vários estudantes, que por ausência de uma forma alternativa de transporte esperavam uma carona em frente ao Centro de Tecnologia. Uma das alunas, Maria Helena, do Instituto de Química, teve de ser levada ao hospital. A ADUFRJ, por intermédio de sua Comissão de Condições de Trabalho, em documento solicitando duas novas linhas de ônibus para a Ilha do Fundão, já havia alertado para o perigo provocado pelo grande número de pessoas que procuram carona no meio das pistas por falta de atendimento decente para suas necessidades de locomoção.

A Comissão de Condições de Trabalho tem procurado formas de solucionar este problema. Um questionário, elaborado conjuntamente com o DCE e DAS e respondido por mais de 1000 professores, alunos e funcionários indicou a necessidade de abertura de três linhas de ônibus: Fundão - Leblon via Sta. Bárbara, Fundão - S. Pena e Fundão - Bonsucesso (circular). Contatos realizados com a Prefeitura da Cidade Universitária, com o DGTC (Deptº Geral de Transportes Coletivos) e com a CTC, indicam que já boas possibilidades de criação destas linhas e para tanto estão sendo feitas as gestões necessárias.

Seria difícil eximir a administração da Universidade da responsabilidade por um acidente grave que venha a ocorrer, com feridos é mortos no interior do Campus. Torna-se, portanto necessário que a Universidade adote uma postura firme no sentido de solucionar este problema.

EDITORIAL

A paralisação dos dias 11, 12 e 13 de junho foi o 1º movimento com amplitude Nacional, realizado pelos docentes das Univ. Federais Autárquicas pelas reivindicações de abono salarial de 48% a partir de março deste ano e envio imediato ao Congresso Nacional do Ante-Projeto de Carreira do Magistério na versão apresentada pelo MEC em março de 1980. Paralisaram por 3 dias os docentes das seguintes Universidades Federais: Santa Maria, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Fluminense, Goiás, Minas Gerais, Juiz de Fora, Espírito Santo, Bahia, Alagoas e os docentes da Escola Paulista de Medicina. Paralisaram por 1 dia os docentes das Universidades Federais: Rio Grande do Sul, Paraíba (JP), Rio Grande do Norte, Pará e Ceará. Não paralisaram os docentes das Univ. Federais: Paraná e Pernambuco e os docentes de algumas escolas Federais Autárquicas Isoladas. Na Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro (500 docentes) os estudantes estão em greve desde o dia 19 de março, onde reivindicam a readmissão do Prof. Walter Mota, injustamente demitido em 1979. Trabalhando com base em dados de 1978 pode-se dizer que paralisaram 25700 docentes de um total de 31000. Na UFRJ a paralisação foi total na grande maioria das Unidades, na Arquitetura, Música e Administração a paralisação foi parcial e em Direito os docentes compareceram às aulas.

Durante os debates programados para os 3 dias da paralisação nas Unidades e Centros, outros pontos foram levantados como relevantes para o fortalecimento do nosso movimento e sua continuidade durante o 2º semestre, tais como a necessidade de ser reativada a Comissão de Estudos da Reforma Universitária e de reabirmos a discussão sobre o estatuto e regimento da UFRJ, o que nos remete à questão da democratização da Universidade. Propostas de reivindicações concretas no sentido de encaminharmos na prática a luta pela democratização, foram também levantadas, como a realização de reuniões plenárias nos departamentos e eleições diretas para representantes das categorias docentes nos órgãos colegiados. Diante do não atendimento pelo Governo de nossas reivindicações devemos refletir e realizar reuniões em todas as unidades e Centros sobre a continuidade de nossa luta a nível Nacional.

No 2º semestre nossa situação salarial estará ainda mais agravada, não só pelo que perdemos nestes últimos 10 anos, mas também pelo fato de estarmos excluídos do reajuste semestral e pelo elevado índice de inflação previsto para o período de março a agosto. Em setembro todas as categorias profissionais que tiveram reajuste em março terão um novo reajuste salarial. E nós, como ficaremos? O quadro se complica ainda mais em virtude do recente decreto assinado pelo Presidente da República proibindo novas contratações para o serviço público federal até 82. Ainda não temos informações precisas de como este decreto afetará a vida da Universidade, em termos de promoções, concursos, renovações de contratos de professores extra-quadros. O próprio Reitor manifestou dúvidas a este respeito em recente entrevista mantida com membros da Diretoria da ADUFRJ e com uma Comissão de Auxiliares de Ensino e Colaboradores e se comprometeu a dar maiores esclarecimentos tão logo recebesse maiores informações do MEC.

Devemos avançar em nossa organização para levarmos a frente de forma mais efetiva nossas reivindicações. A Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada no dia 13 de junho, aprovou as seguintes resoluções sobre a continuidade do nosso movimento e de nossas reivindicações:

I. Reforçar a organização através de: - criação, em cada Unidade, de uma Comissão interna destinada a complementar o trabalho dos representantes. - que estas Comissões tomem, como tarefa de importância

(continua na última página deste Boletim...)

- COMISSAO DE DIVULGAÇÃO -

Endereço Postal: Caixa Postal 1191 - ZC-00 - Centro de Tecnologia UFRJ Bloco H Sala 329
Rio de Janeiro - RJ (Telefone: 2.80.9322 Ramal 125)

ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

Nos próximos dias 5 e 6 de Julho será realizado mais um Encontro Nacional Extraordinário de Associações de Docentes Universitários. Este encontro terá lugar nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, no Largo do São Francisco (antiga Escola Nacional de Engenharia), sendo seu início previsto para as 9 horas de sábado, dia 5 de Julho. Este Encontro Extraordinário terá prosseguimento durante a XXXII Reunião Anual da ... SBPC, no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de 7 a 12 de julho; neste sentido, foi reservada a sala 6009, na qual funcionará a secretaria do Encontro durante o referido período.

Neste Encontro deverão ser discutidos temas da maior relevância para a continuidade do nosso movimento, o qual na prática começou a tomar feições de um movimento concreto a nível nacional a partir do sucesso da paralisação das atividades docentes por 3 dias em 11 Universidades Federais Autárquicas pela conquista de um abono de 48% à partir de março de 80 e pelo envio do projeto da Carreira do Magistério ao Congresso Nacional.

As propostas de pauta para o Encontro Nacional incluem, entre outros, os seguintes pontos:

1. Criação de uma Entidade Nacional
2. Campanha pelo Ensino público e gratuito
3. Continuidade da luta salarial e pelo anteprojeto da Carreira do Magistério.

UM ESCLARECIMENTO SOBRE A QUESTÃO DOS TRANSPORTES

Na Campanha para a eleição do DCE a Chapa Mãos à Obra escreveu em sua plataforma que tínhamos a garantia de 3 linhas de ônibus para o Fundão, pelo CA-Matemática.

Desejamos informar a todos os colegas que:

1) Não temos até agora a garantia das 3 linhas de ônibus.

2) Essa reivindicação foi encaminhada (e continua sendo) pela ADUFRJ, DCE e vários CA's de unidades que funcionam na Ilha do Fundão.

Desejamos reafirmar nossa posição pelo encaminhamento em conjunto com as entidades estudantis da UFRJ das reivindicações comuns ao corpo docente e discente, e que nesse encaminhamento manteremos nossa autonomia e independência, sem aceitarmos qualquer atitude de instrumentalização de nossa entidade. Para maiores esclarecimentos da questão de transporte leia a matéria "Linhas de Ônibus para o Fundão".

COBRANÇA DE ANUIDADES

Tendo em vista a dificuldade encontrada pelos representantes na cobrança da 2ª parcela da anuidade de 1979, o Conselho de Representantes, decidiu oferecer para os sócios que assim o desejarem, o sistema de desconto em folha para o pagamento da anuidade de nossa associação. Para isto, a anuidade foi dividida em 12 parcelas mensais.

A parcela referente ao primeiro semestre de 1980, no entanto, continuará a ser paga da maneira tradicional, em uma só vez, no valor de Cr\$ 300,00.

Para a efetivação do desconto em folha, cada sócio deve preencher um requerimento autorizando tal desconto que terá um valor de Cr\$ 60,00 mensais.

Os formulários para pagamento da primeira parcela da anuidade e o requerimento para o desconto em folha se acham com os representantes das unidades.

LINHAS DE ÔNIBUS PARA O FUNDÃO

Desde a sua fundação a ADUFRJ constituiu uma Comissão de Condições de Trabalho, que entre outras coisas vem se empenhando por obter melhores Condições de Transporte Coletivo para a ilha do Fundão. Apesar do pequeno número de pessoas envolvidas nesse trabalho, alguns resultados modestos foram obtidos.

Em contato, ainda no ano passado, com a Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro (CTC), a Comissão da ADUFRJ obteve uma resposta de que seria possível colocar linhas do Fundão para a Zona Sul e para a Zona Norte, além de uma linha circular até Bonsucesso, desde que o Departamento Geral de Transportes Concedidos (DGTC) concedesse essas linhas à CTC. Nesse sentido, nos dirigimos ao DGTC, que nos respondeu com a solicitação de dados quantitativos que demonstrassem a necessidade de Ônibus. Como já vínhamos realizando um levantamento dessas necessidades através de questionários passados entre alunos, funcionários e professores, com a ajuda do DCE e - de várias CA's, pudemos responder ao DGTC em maio com um estudo, feito com base em 1086 respostas. Por essas respostas apuramos que as linhas mais necessárias eram: LEBLON - FUNDÃO (Via Túnel Santa Bárbara): 6000 passageiros por dia em cada sentido. S. PENA - FUNDÃO (Via Engenho Novo): 4000 passageiros por dia em cada sentido. Linha Circular até BONSUCESSO.

Em reuniões com o Prefeito da Cidade Universitária expusemos nossas reivindicações e pedimos seu apoio, que com isso concordou. Tivemos também audiência com o Reitor e com o Diretor Geral do DGTC. Estranhamos as declarações prestadas pelo Prefeito da Cidade Universitária ao

JB (20/06/80) acenando com a solução de carros extras das empresas particulares que atualmente fazem linha pelo Fundão. Solução que nós não julgamos satisfatória, pois não tem cumprido os horários com regularidade. O que desejamos são novas linhas, não carros extras desviados de linhas existentes com outros destinos.

Como a CTC diz que pode assumir essas linhas novas, esperamos que o DGTC dê a concessão à CTC.

Vamos continuar encaminhando essa reivindicação de Transportes Coletivos para a Ilha do Fundão com o DCE e CA's e desejamos que a Reitoria e a Prefeitura da Cidade Universitária se pronunciem claramente em favor dessas reivindicações e que as encaminhe junto com todas essas entidades.

Solicitamos ao Prefeito do Município do Rio de Janeiro uma solução imediata do problema concedendo à CTC as linhas Leblon - Fundão e Bonsucesso - Fundão.

MEC RECUSA REINTEGRAÇÃO DE PROFESSORA DA UFRJ

A Comissão Especial do MEC, constituída pelos Professores Padre João Augusto Mac Dowell, reitor da PUC, Antônio Paes de Carvalho, da UFRJ e Ester de Figueiredo Ferraz, da USP, encarregada de reintegrar nossos colegas atingidos por Atos de Exceção encerrou seus trabalhos. Com base em parecer desta comissão, o MEC cometeu o erro absurdo de negar anistia e a conseqüente reintegração na UFRJ da professora Míriam Limoeiro Cardoso, contrariando o pedido feito pela professora e encaminhado pelo Reitor da UFRJ, contrariando o pedido feito pela Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, onde ela iria ser reintegrada, e contrariando o pedido da Associação dos Docentes da UFRJ.

Além desses pedidos feitos formalmente por requerimentos, processos e ofícios, foram enviados telegramas ao Ministro da Educação e à Comissão, e foram feitos contatos pessoais no sentido de que a professora Míriam Limoeiro fosse reintegrada. A questão é que a professora Míriam não tinha seu processo de contratação completado no âmbito da emperrada burocracia da Universidade, embora lecionasse e fosse responsável por três disciplinas no Departamento de Ciências Sociais de 1966 até ser arbitrariamente afastada em 1969. O AI-5 atingiu a professora Míriam, que teve seu nome incluído na lista dos punidos com afastamento da Universidade, pública da no Diário Oficial e, em decorrência sofreu todos os prejuízos materiais, morais e políticos por mais de dez anos. Agora, no momento de aplicar a lei de anistia, detalhes burocráticos são usados para excluir a professora dos benefícios dessa anistia, quando não se teve coragem de usar estas mesmas filigranas para excluí-la da lista dos afastados pelo AI-5. Afinal, se a professora Míriam não pertencia ao quadro docente da UFRJ, não havia porque nem como afastá-la desse quadro pelo AI-5. Se isso ocor-

reu, foi porque o governo entendeu que ela era professora da UFRJ e, portanto, cabe ao MEC reintegrá-la, já que ela não tinha nenhum outro cargo público de onde pudesse ser afastada e onde pudesse agora ser reintegrada.

A Associação dos Docentes da UFRJ protesta contra esse desrespeito aos direitos de uma colega atingida pelo AI-5 e repudia essa injusta interpretação da lei de anistia. Exigimos do Ministério da Educação que reconsidere sua decisão, que tem um caráter discriminatório e arbitrário e que providencie a imediata reintegração da Professora Míriam Limoeiro Cardoso na UFRJ.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO

O Colégio de Aplicação da UFRJ, fundado em 1948, é um órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, e conta atualmente com cerca de 50 professores, dos quais 12 são sócios da ADUFRJ. No conjunto dos docentes da Universidade, os professores do CAP se destacam por uma particularidade: são ao mesmo tempo professores de ensino médio, lecionando em turmas de 1º e 2º graus, e professores de nível superior, orientando e supervisionando os estágios de licenciandos. No entanto, a atual legislação ignora completamente esta dupla função, e atribui a seus professores apenas a condição de professores do ensino médio federais sem qualquer vínculo com Universidades.

Questões como esta vêm sendo discutidas há algum tempo pelos professores do Colégio de Aplicação, que começam agora a levantar outros problemas: a articulação do CAP com a Faculdade de Educação, a vinculação real com a Universidade, o desconhecimento de um ante projeto do MEC que reformula a Carreira de Magistério para o ensino médio. Outra questão importante é como promover a integração das reivindicações dos professores do CAP com o movimento da ADUFRJ, tendo em vista a especificidade de sua situação enquanto docentes da UFRJ.

Numa tentativa de obter maiores informações, a ADUFRJ solicitou a todas as AD's de Universidades Federais que tenham Colégio de Aplicação ou similar, que tragam para o Encontro Nacional dos dias 5 e 6 de julho um relato da situação de seus professores.

No próximo boletim de Agosto esperamos publicar uma matéria detalhada a respeito da situação atual e das principais reivindicações dos professores do Colégio de Aplicação.

(continuação do Editorial)

fundamental, o encaminhamento de questões prioritárias na Unidade

2. Preparação de um grande ato por nossas reivindicações durante a SBPC procurando imobilizar todos os professores da UFRJ.
3. Criação de Comissões de Mobilização por Unidade e por área: CCS - CT - CCMN - Belas Artes - Arquitetura - Praia Vermelha Centro. Com objetivo de fazer Assembléias por Unidade e Centro nos meses de Junho e Agosto, para discutir a continuação do movimento.
4. Encontro Nacional em Setembro.
5. Levar ao Encontro Nacional de 5 e 6 de julho a proposta de realizações de Assembléia Geral em todas as Universidades no mês de Agosto e preparação de um documento com avaliação de nossa luta a nível Nacional.

**ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO
DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES**

5 E 6 DE JULHO - 9 HORAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

-LARGO DO SÃO FRANCISCO-



Ato Público do dia 9 de setembro no Largo do São Francisco.

Democracia avança no IFCS

A reivindicação dos professores aprovada em Assembléia Geral, no sentido de que as deliberações nos Departamentos sejam tomadas em plenárias de todos os docentes, foi aprovada pela Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e enviada, como, recomendação, aos

Departamentos. Na mesma reunião, foi aceita também a reivindicação dos estudantes de participação nas plenárias com 1/5 do total de integrantes. Tal, fato é particularmente importante no momento porque este mês, serão realizadas eleições para total das as chefias de Departamentos.

II Encontro Regional de Docentes Universitários

Dia 15 de Outubro (Dia do Professor)

Início às 10 horas

Local: Universidade Santa Úrsula

Rua Fernando Ferrari, 75 - Prédio 1 - 29 andar

Pauta: - Avaliação das Lutas (manhã)

- Entidade Nacional de Docentes Universitários (tarde)

O QUE O GOVERNO DEVE APRENDER COM A GREVE

Há um aspecto importante na greve deflagrada pelos professores das universidades federais, exigindo majorações salariais de 43% num contexto em que a taxa de inflação para este ano é estimada em 100%, e pelos estudantes de quase todo o País, reivindicando a elevação para 12% da verba destinada à educação no orçamento da União: a sensibilidade necessária para compreender que, se não houver um esforço de mobilização destinado a pressionar as autoridades, o sistema nacional de ensino manter-se-á falido - e, por extensão, a má qualidade na formação de pessoal especializado continuará consistindo-se num dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico brasileiro.

A essa sensibilidade é preciso acrescentar-se, além do mais, outro dado relevante: nessa paralisação de atividades, como forma de protesto, as tradicionais palavras de ordem de natureza puramente ideológica e partidária parecem ter sido deixadas de lado, o que ampliou consideravelmente a capacidade de pressão e de persuasão dos corpos docente e discente. Pois, discutindo problemas específicos de seu campo de atuação, como salários, condições de trabalho e qualidade do ensino, eles proclamam a urgência daquilo que os governos invariavelmente têm desprezado: a reformulação de uma anacrônica estrutura educacional, a partir de uma política modernizadora, abrangente e, mais do que tudo, corajosa.

Afinal, como disse John Kenneth Galbraith em sua recente viagem ao Brasil, somente um esforço organizacional e tecnológico, o qual depende do vigor criativo de instituições universitárias pujantes é que permite aos países em desenvolvimento e dependentes da importação de matérias-primas básicas, como o nosso, superar suas deficiências energéticas, equilibrar suas contas externas, estabilizar a sua moeda e obter um razoável nível de industrialização. Uma afirmação expressiva e procedente, sem dúvida, mas que pecou pela falta de originalidade.

Mesmo porque a ênfase sobre o investimento em capital humano, que encontra seu melhor exemplo no modelo japonês de expansão econômica, não é recente. Há menos de um ano, por exemplo, o Prêmio Nobel de Economia era concedido a dois economistas que, ao longo de suas carreiras voltadas para a realidade das nações não industrializadas, destacaram-se por terem provado que a alocação de recursos para todos os setores educacional contribui, decisivamente, para aumentar a produtividade global - e, conseqüentemente, para a aceleração do desenvolvimento econômico, social e político.

Aos trabalhos desses dois economistas, que nossos tecnocratas parecem desconhecer ou desprezar, somam-se inúmeros outros estudos que, nas últimas décadas, investiram em educação série tão importante - ou

mais - quanto o investimento material. Não é à toa, pois, que um terço do PIB americano é gasto em educação e pesquisa, e que países dependentes da importação de petróleo, como a Alemanha, conseguiram estabilizar suas economias após o momento em que a Opep passou a fixar preços políticos para seus barris de óleo bruto. Do mesmo modo, também não se deve ao acaso o fato de que o Brasil, hoje, é altamente vulnerável ao fornecimento externo de combustível, produtos petroquímicos, equipamentos e, principalmente, tecnologia. Pois, não tendo capital necessário para financiar seu desenvolvimento, gastou seus recursos escassos não em educação e pesquisa científica mas em obras faraônicas e inúteis como uma ponte Rio-Niterói ou uma Transamazônica.

Por isso mesmo, esta greve de professores e alunos pela majoração salarial, por melhores condições de trabalho, pelo aprimoramento da qualidade do ensino e por maiores verbas denuncia, de forma dramática, a mediocridade e a falta de bom senso daqueles que, encastelados nos gabinetes refrigerados de Brasília, alottam recursos e ditam, de forma presunçosa, os destinos do País. E o fazem, basicamente, por critérios personalíssimos, que vão do grau de vaidade de cada tecnocrata às suas desmedidas aspirações de poder. Hoje se sabe, por exemplo, que o ministro da Educação, cujo liberalismo parece sofrer restrições tanto da comunidade de segurança e informações quanto daqueles que almejam seu cargo, enfrenta profundos problemas de relacionamento com o ministro-chefe do Dasp - homem de absoluta confiança do chefe da Casa Civil e responsável pela decisão final que definirá o novo estatuto funcional para o magistério superior nas universidades federais.

A paralisação das atividades universitárias, como forma de protesto, é um acontecimento significativo, na medida em que está diretamente associado à possibilidade de superação dos desafios sócio-econômicos que o Brasil atualmente enfrenta. Vale dizer a perpetuação da asfixia econômica do nosso sistema educacional corresponde, no tempo, à manutenção do atraso cultural e científico das novas gerações - e, por extensão, do subdesenvolvimento político e econômico, configurando um círculo vicioso cada vez mais difícil de ser superado. Portanto, se o governo enfrentar este problema sob um enfoque meramente político e até mesmo policial, ele não apenas estará consolidando esse círculo como, também, estará demonstrando seu desprezo por aqueles que, investidos na função de professores, têm a responsabilidade de pensar seriamente sobre os problemas do homem, do País e de nosso tempo.

(Transcrito do Jornal da Tarde - SP de 11/09/80)

Carreira de pesquisador na COPPE



Atualmente existe na COPPE o cargo de "Técnico de Nível Superior" exercido por cerca de 15 engenheiros, muitos deles já com o grau de Mestre. Suas atividades são ligadas ao ensino e a pesquisa, tal como os demais docentes daquela instituição. Deve-se ressaltar que muitos destes, por não terem todas as atribuições dos docentes (cursos na pós-graduação, participação em comissões) tem seu trabalho bem mais voltado para a pesquisa, constituindo-se em importante apoio para as linhas de pesquisa.

A avaliação é feita utilizando-se os mesmos critérios dos técnicos de nível médio, não sendo consideradas uma série de atividades (aulas na graduação e pós-graduação por exemplo), e além disso, têm um limite de carreira (nível NT-04, correspondente a Assistente A da COPPE) além do qual nenhum técnico pode ser considerado, ficando limitada a progressão funcional já no início da carreira.

A existência de uma carreira de Pesquisador na COPPE, com critérios próprios de avaliação, e que assim regularize a posição deste quadro, é o que estes técnicos pedem em documento por eles elaborado e abaixo-assinado, que está sendo encaminhado aos Programas e à Direção da COPPE.

SAÚDE:

Mobilização e Projeto Julianelli

A ADUFRJ RECEBEU A SEGUINTE CARTA:

Ilmo. Sr.
Prof. Luiz Pinguelli Rosa
DD. Presidente da Associação
dos Docentes da Universidade
de Federal do Rio de Janeiro

Prezado Senhor,

Acuso o recebimento
do seu ofício 080/80, a
propósito do Projeto de Lei no
... 2726/80.

Sobre o assunto, infor-
mo que recebi do Sr. Deputa-
do Salvador Julianelli, autor

da proposição, a comunica-
ção de que no encontro que
manteve com os dirigentes de
todos os Conselhos Federais
da área da saúde, ficou deci-
dido que o projeto seria so-
brestado, a fim de que os in-
teressados tivessem oportuni-
dade de discuti-lo, definindo
as sugestões válidas, visando
o aperfeiçoamento da propo-
sição, para que se tenha uma
legislação clara, atualizada
e objetiva no campo da saú-
de.

Cordialmente, Depu-
tado Thales Ramalho Líder
do Partido Popular

Treze categorias profissio-
nais (entre elas a Nutrição, En-
fermagem, Odontologia, Psicolo-
gia, Serviço Social, Fisioterapia)
estiveram por um certo tempo
ameaçadas pelo projeto citado
neste telegrama. Tal projeto, nu-
ma visão autoritária de atendi-
mento à saúde no Brasil e a ser-
viço possivelmente de outros in-
teresses que não os da saúde
buscava colocar sob o domínio do
médico toda e qualquer ação de
saúde realizada pelos profissio-
nais dessas treze categorias. Es-
sas, num esforço conjunto de
suas associações mobilizaram-se
no sentido de impedir que tal pro-
jeto fosse aprovado. Organizaram-
se em torno de assembleias, de-
bates, atos públicos, abaixo-assi-
nados, telegramas a parlamenta-
res, elaboração e divulgação de

documentos denunciando a ame-
aça que pairava em última análi-
se sobre o atendimento de saú-
de à população num projeto como
este.

Organizaram-se, mobiliza-
ram-se e conseguiram que pelo
menos paralisado fosse esse
projeto na sua tramitação para o
Congresso: em vista da forte
pressão recebida, o deputado
Salvador Julianelli (PDS-SP) res-
ponsável pela elaboração desse
projeto, não teve outra alterna-
tiva, que solicitar uma paralisa-
ção.

A carta acima, não só
atesta apoio dado a luta dessas
categorias pela ADUFRJ como o
alcance do trabalho conjunto das
mesmas. Pelo menos por enquan-
to foi uma grande conquista.

Eleição na Engenharia

Repetiu-se este ano, mais
uma vez, o triste espetáculo das
eleições para a representação das
categorias docentes na Congrega-
ção da Escola de Engenharia.

Convocados com
pouquíssima antecedência, atra-
vés de ofícios enviados apenas
aos chefes de Departamento que,
em sua maioria, não informam aos
professores, estas eleições não
permitem uma ampla participação
resultando portanto em baixí-
simos índices de comparecimento.

Mais grave ainda, neste
ano a funcionária encarregada de
proceder à votação entregava aos
professores a cédula eleitoral
acompanhada de um papel com os
nomes dos candidatos do agrado
da Diretoria.

Alimentação no CT

Está cada vez pior o proble-
ma da alimentação no Centro de
Tecnologia.

Os restaurantes existentes,
"Moscão" e "Burguesão", fun-
cionam precariamente com um
péssimo atendimento, má comida
e deploráveis condições de hie-
gine.

Em conseqüência, professo-
res, estudantes e funcionários,
tendo que permanecer o dia inte-
iro no Fundão, são obrigados a
recorrer às carrocinhas de sandu-
íches e, agora, a ambulantes que
oferecem a toda sorte de produ-
tos sem nenhuma garantia quan-
to à qualidade.

A Semana Nacional de Luta
e Mobilização realizada em se-
tembro, com a paralisação de de-
zesse Universidades Federais
em regime de Autarquia, repre-
sentou um avanço do movimento
dos docentes para a obtenção das
reivindicações básicas, reajuste
de 48% a partir de março de 1980,
o envio ao Congresso Nacional do
Projeto de Carreira elaborada
pelo MEC e o reajuste semestral
de salários.

O movimento contou também
com a paralisação de quatorze
Universidades Federais em regi-
me de Fundação. As Univer-
sidades Federais em regime de
Fundação colocaram-se contra a
Lei 6733 que autoriza o Presidente
da República a nomear os dirigen-
tes dessas Universidades sem que
a Comunidade Universitária pos-
sa sequer se pronunciar através
de lista ou escolha de nomes. As
Universidades particulares reivin-
dicam por sua vez mais verbas
para a educação.

Coincidindo com o período
da paralisação, os estudantes fi-
zeram uma greve de três dias, rei-
vindicando mais verbas para a
Educação.

A repercussão do
movimento ultrapassou os limi-
tes da Universidade, atingindo
o grande público, provocando
inclusive a manifestação dos
Reitores das U.F. Autárquicas
favoráveis ao envio imediato do
projeto da Carreira ao Congres-
so Nacional. Assinale-se ainda
como dado importante para o
Movimento o reconhecimento

da justiça das reivindicações
pelo próprio Presidente da Repú-
blica, Vice-Presidente e Ministro
da Educação.

A luta deve continuar por-
que, embora as autoridades fede-
rais nomeadas se tenham pronun-
ciado publicamente, não houve
nenhuma medida concreta do go-
verno, no sentido do atendi-
mento das reivindicações. Por isso
mesmo, deve-se ampliar o movi-
mento para buscar o apoio dos
vários setores da Sociedade às
nossas reivindicações. É impor-
tante, pois, o apoio de entidades,
parlamentares, imprensa, etc.

Entendemos, entretanto,
que esse apoio virá na medida em
que se mantenha viva a mobiliza-
ção, visto que devemos realizar
paralisações por tempo deter-
minado, as quais têm sido na
prática o instrumento mais eficaz
de luta do movimento cujo objeti-
vo é pressionar o governo a aten-
der nossas reivindicações.

Entendemos que tais paralisa-
ções para terem repercussão
devem ter caráter nacional e ao
mesmo tempo devemos articular
o nosso movimento com a luta do
funcionalismo público pelo re-
ajuste semestral de salários.

A Assembléia Geral do dia
11 de setembro aprovou também
uma resolução pela realização de
plenárias nos Departamentos,
como ponto importante da demo-
cratização da Universidade. Va-
mos encaminhar esta resolução
junto a outras de caráter interno,
tais como alimentação, condições
de trabalho, etc.

Festa do Professor Promoção da Regional Rio das AD's

Local: Estudantina - Praça Tiradentes, 79 - 1º andar

Dia 14 de Outubro

Carta aberta ao Ministro Eduardo Portela

Exmo Sr.
Ministro da Educação e Cultura
Prof. Eduardo de Matos Portella
Ministério da Educação e Cultura
Esplanada dos Ministérios
BRASÍLIA - DF.

Exmo Sr. Ministro,

Como é do conhecimento de V. Excia. os pro-
fessores das universidades federais autárquicas estão em
campanha pelo envio do ante projeto da carreira do-
cente ao Congresso, pela reposição salarial de 48% e
pelo reajuste semestral. Neste sentido 17 das 20 uni-
versidades federais autárquicas de todo o país realizaram
paralisação de aulas durante esta semana.

Alguns analistas apressados e mal informados
divulgaram através da imprensa acusações de que os
professores pedem o impossível e o que não merecem e
que estão começando sua luta pela atitude que deveria
ser a final, sem tentar antes usar os canais de solicita-
ção e da negociação.

V. Excia. pode testemunhar que essas acusações
são falsas. Há mais de um ano e meio atrás nós, profes-
sores da UFRJ, dirigimo-nos a V. Excia. pedindo um
aumento salarial, através de um memorial assinado por
mais de mil professores. V. Excia. manifestou-se pela
justeza de nossa reivindicação, dando-nos esperança de
vê-la atendida ainda no ano passado. Entretanto isso
não ocorreu.

Depois deste primeiro pedido a ADUFRJ enca-
minhou a V. Excia, juntamente com outras Associações
de Docentes, novas reivindicações relativas ao salário
e também à carreira docente. Em todas as ocasiões que

tivemos audiência com V. Excia. fomos alentados de
ter nossos pedidos atendidos num futuro próximo, que
jamais chegou.

As Associações de Docentes de todo o país reu-
niram-se para encaminhar conjuntamente suas reivin-
dicações. Do lado do MEC, um grupo de trabalho elabo-
rou um projeto para a carreira docente. Após discus-
sões com os professores através das AD's, o projeto
chegou a uma forma final no início deste ano, incorpo-
rando as nossas reivindicações essenciais, inclusive com
uma tabela salarial razoável.

Apoiamos esse projeto do MEC, mesmo sacri-
ficando alguns dos itens de nossas reivindicações. Por-
tanto os professores não pedem o impossível e nem são
infensos à negociação.

Desde então, nós, junto com outros 30 mil pro-
fessores das universidades federais autárquicas esta-
mos esperando o envio desse projeto ao Congres-
so, bem como o reajuste salarial. Foi-nos prometido
que isso seria feito ainda no primeiro semestre
deste ano. Entretanto, nada de concreto ocorreu a
nosso favor até agora, apesar de termos voltado
várias vezes, a V. Excia que sempre nos deu espe-
rança mas pedindo paciência para que outras áreas
do governo examinassem o projeto. Como único
resultado, o DASP elaborou um substitutivo ao pro-
jeto do MEC, desfigurando-o completamente e re-
tirando os pontos fundamentais para nós.

No decorrer deste ano, realizamos paralisações
de atividades docentes, a nível nacional, no dia 17 de
abril, nos dias 11, 12 e 13 de junho e na semana de 8 a
12 de setembro, sempre com o cuidado de não radicali-
zar o movimento.

Agora, o próprio MEC declara que, embora

mantendo o projeto que ele próprio elaborou como
preferencial ao do DASP, vê dificuldades para atender
as reivindicações dos professores acatadas como justas
em face da situação do país. De certa forma, essa posi-
ção é ratificada pelo Exmo. Sr. Presidente da Repú-
blica pelo que foi divulgado.

Chegamos a uma situação paradoxal e a um
impasse: o nosso movimento, moderado mas firme,
chegou a convencer o governo da justiça do que rei-
vindicamos, mas a resposta é negativa por alegadas
dificuldades financeiras. Não concordamos que essas
dificuldades impeçam o governo de nos atender, pois a
educação, a nosso ver, deve ser prioritária.

Os professores, ainda pacientes, estão desilu-
didos com os estraves ao projeto do MEC, mas perma-
necem firmes nos seus propósitos.

Para decidirmos os próximos passos de nosso
movimento, necessitamos conhecer os reais propósi-
tos do governo em atender o que reivindicamos. Por
essa razão, pedimos a V. Excia. que nos responda as
seguintes questões:

- o governo enviará ao Congresso, antes de seu
recesso, o projeto elaborado pelo MEC, na sua
versão de março de 1980 ?
- em caso positivo quando o enviará precisa-
mente ?
- quando o governo atenderá nossas reivin-
dicações salariais ?

Certos da atenção e compreensão de V. Excia.,
aproveitamos a oportunidade para retirar nossos pro-
testos de elevada estima e consideração.

Prof. Luiz Pinguelli Rosa
Presidente



Coar o objetivo de dinamizar o nosso boletim estamos iniciando uma seção onde temas de natureza polêmica e importância na vida da nossa associação poderão ser debatidos. Acreditamos que assim não só abriremos espaço para a manifestação dos associados da ADUFRJ como es-

taremos contribuindo para esclarecimento e posicionamento frente a questões fundamentais no encaminhamento do nosso movimento. Para tanto não só estamos abertos a sugestões de temas a serem debatidos como outras opiniões a respeito deste que inaugura esta seção. Qual-

quer contribuição poderá ser enviada para a COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO, sala H-329, Centro de Tecnologia, Caixa Postal nº 1191 - Rio de Janeiro - RJ, ou diretamente com qualquer dos membros da Comissão, ou com os Representantes das Unidades.

A entidade nacional de docentes universitários

O último Encontro Nacional de AD's, realizado em julho no Rio, convocou para fevereiro de 81 um Congresso Nacional de Docentes Universitários para deliberar sobre a criação de uma Entidade Nacional de professores universitários.

Nesse Congresso, as AD's serão representadas por delegados eleitos pelas bases segundo o seguinte critério de proporcionalidade:

1 delegado para cada 100 sócios ou fração, até o limite de 500 sócios.

1 delegado para cada 250 sócios ou fração, acima de 500 e abaixo de 1000 sócios. 1 delegado para cada 500 sócios ou fração, acima de 1000 sócios.

Desta forma, a ADUFAI, com 1800 sócios, terá 9 delegados. Além desses, cada Diretoria de AD enviará um representante. Nas Universidades onde não houver AD, há a possibilidade dos professores se fazerem representar por 1 delegado, desde que seja formada uma Comissão Pró-Associação.

A eleição dos delegados deve ser feita em novembro, durante o período letivo.

A Regional do Rio, com o intuito de agilizar o debate desta questão, convocou para o Dia do Professor, 15 de outubro, o II Encontro Regional de Docentes Universitários, com uma pauta que inclui uma avaliação de nossas lutas e a discussão da Entidade Nacional.

Também com esta intenção, a Comissão de Divulgação escolheu este tema para á

abertura da seção OPINIÃO, e convidou professores que, no Encontro Nacional de julho, defenderem propostas divergentes; para escreverem dois artigos. Infelizmente, um dos professores convidados riu atendeu a nossa solicitação e, assim, só poderemos apresentar uma opinião.

Entretanto, acreditamos que o debate poderá ser enriquecido na medida em que outras opiniões nos forem enviadas. Contamos com a contribuição dos professores.



Nos primeiros Encontros Nacionais - de AD's, em 79, algumas Associações lançaram a idéia da criação de uma Entidade Nacional. Naquela ocasião fomos contrários à proposta, convencidos de que tal entidade só deveria ser criada quando o movimento real da categoria o exigisse. Ela deveria nascer da nossa luta. Criada prematuramente, não seria mais que um órgão burocrático, sem vida, distanciado da categoria, sem nenhuma utilidade para os professores.

No decorrer do último ano, o movimento nacional dos professores universitários tornou-se uma realidade. Há um ano atrás não conseguimos sequer tirar um índice comum para o reajuste salarial que reivindicamos, e, quanto ao nível de luta, travamos uma dura batalha para conseguir realizar uma paralisação de 1 dia em 3 universidades Federais. Hoje, acabamos de sair de uma Semana Nacional de Luta, na qual tivemos a participação de 17 Universidades Federais Autárquicas, 3 Fundações, 14 particulares, e, fato novo e relevante, dos professores de 19 e 29 graus de Goiás, pela primeira vez fomos ouvidos fora dos gabinetes do MEC. Entramos nas casas de milhões de brasileiros, muitos dos quais, nas mais diversas condições, estão travando a mesma luta, por melhores salários, condições de trabalho e democracia. O governo começa a dar manifestações de preocupação com a crise da Universidade e do ensino, em geral. Cresceu, percentualmente, na proposta orçamentária para 81, a dotação para a Educação. O líder do Governo no Senado propõe a criação de um adicional em certos impostos para financiar a Educação. E, quanto a nós, foi-nos feita uma proposta - na nossa opinião inaceitável - pelo ministro Portella: transformar as autarquias em fundações.

Da luta pela democracia, estamos colhendo os primeiros frutos: a Universidade Federal de São Carlos (SP) realizou eleições diretas para escolher seus dirigentes, a PUC de São Paulo elegeu diretamente seu reitor e, da mesma forma, aprovará seus Estatutos. Na UFRGS, 6 Unidades acabam de realizar eleições diretas, por professores, funcionários e alunos, de seus Diretores. A Escola de Comunica-

ENTIDADE NACIONAL

Ericksson Almendrao Nara Saletto

ção e Artes da USP está fazendo o mesmo. Na UFRJ vários departamentos conquistam a plenária. No IFCS a Congregação aprova, como recomendação aos Departamentos, a reivindicação neste sentido votada por nós na última Assembléia Geral.

Sem dúvida avançamos. Agora não podemos cruzar os braços e deixar que nos esqueçam de novo. Estamos, mais uma vez, discutindo a continuidade do movimento. Já se coloca, em algumas Universidades, a proposta de paralisação por tempo indeterminado, caso nossas reivindicações, justas e modestas, não sejam atendidas. Para avançar é necessário, agora, fortalecer nossa organização. A articulação que construímos até hoje, baseada em Encontros Nacionais de AD's e Coordenação (Nacional e Regionais), já se resulta insuficiente. A Coordenação Nacional - sem estrutura definida, distante das bases, formada por entidades, sem recursos - não consegue ser ágil e democrática ao mesmo tempo, pois não tem poderes nem representatividade para tomar decisões.

Considerando as Fundações, as Estaduais e algumas religiosas, que participam intensamente do movimento, a situação é mais grave. As Autárquicas tiveram uma facilidade de que elas não dispõem: possuir o mesmo padrão. A unificação das lutas específicas de cada um destes setores não se fará sem uma sólida organização. Até agora, o eixo do movimento tem sido a luta das Federais Autárquicas, e, apesar do sucesso relativo, na realidade estamos tendo dificuldade para encaminhar uma luta comum - ultrapassando nossas diferenças - pela valorização do professor, pela transformação do ensino e pela democracia.

Além disso, não devemos esquecer que a maioria dos professores universitários trabalha em instituições privadas, na maioria pequenas, onde a repressão é muito forte. Não podemos deixá-los à margem: sua incorporação ao movimento fortalecerá a todos nós.

O nível de nossa luta já coloca, hoje,

a necessidade de uma Entidade Nacional. Como construí-la? Seguramente através de um amplo processo de discussão. Não acreditamos que nenhum "iluminado" seja capaz de produzir o melhor "modelo" de entidade. Somente com muita discussão e experiência poderemos chegar a um resultado satisfatório. Precisamos iniciar o debate em toda a Universidade, participar do Encontro Regional e do Congresso Nacional.

Com a intenção de contribuir para esse debate, apresentamos alguns pontos, que entendemos fundamentais.

Antes de tudo, queremos uma Entidade democrática, de professores e não de diretorias. Para isto é necessário assegurar que:

1) as correntes minoritárias nas Associações tenham condições de se expressar a nível nacional. Isto será conseguido se o órgão máximo for um Congresso cujos delegados sejam eleitos nas bases, por voto direto, e não apenas indicados pelas Diretorias (como acontece nos Encontros Nacionais). Devemos pensar também na possibilidade de termos instâncias intermediárias nas quais essa representação seja possível;

2) o peso relativo das diversas Associações seja reconhecido. Não é democrático que os 16 sócios da AD de Patos (Pb) sejam representados por igual número de delegados que os 1800 sócios da ADUFRJ. Por outro lado, o peso de cada AD não é uma questão apenas quantitativa: os 16 sócios de Patos pesam muito mais que 16 novos sócios da ADUFRJ. É preciso, portanto, fixar critérios de representação que dêem a cada Universidade o seu justo peso, sem desvalorizar as maiores nem minimizar as menores.

3) as AD's sejam reconhecidas como instância privilegiada, pois é nelas que as bases se expressam diretamente. A Entidade Nacional deve fortalecer as AD's, o que não significa fortalecer suas diretorias, mas sim aumentar o engajamento e a

mobilização dos professores. Ela deve impulsionar essa mobilização, organizar e unificar o movimento. Mas este deve provir das bases: nelas deve estar o poder. É aqui que se coloca o problema da estrutura intermediária, entre o Congresso, órgão soberano e democrático, mas que não pode se reunir mais que uma vez por ano, a Diretoria e as AD's. É preciso criar órgãos que assegurem a democracia e atendam as especificidades regionais.

Este parece ser o maior problema a resolver. A dificuldade está, em grande parte, no caráter da entidade que propomos: ela mantém um aspecto federativo, pois se estrutura a partir das AD's, mas busca uma integração maior do que a que pode ser dada por uma coordenação de entidades, e uma democracia mais real do que a que seria assegurada por uma Federação de Diretorias, nos moldes das existentes no sindicalismo brasileiro.

Que instâncias regionais criar? Como as bases se ligarão a elas? São pontos a discutir.

4) a grande massa de professores de instituições que ainda não têm condições de possuir Associações seja incorporada a Entidade. Nas Universidades que dispõem de AD's a filiação deve ser feita através delas. De que maneira filiar e organizar os professores sem Associação, ou aqueles de Associações pelegas? Através da criação de comissões pró-associação? De comissões de sócios da Entidade Nacional? Numa instância Regional?

5) A Diretoria tenha os poderes e recursos necessários para ser eficiente na condução do movimento, mas, ao mesmo tempo, reflita a vontade da base. Como compor essa Diretoria, que precisa se reunir frequentemente mas deve ser numerosa para que todas as regiões e todos os setores se sintam representados? Como deve ser eleita? Voto em uma ou em Congresso?

Acreditamos que os princípios gerais que apresentamos podem contribuir para a discussão, que se faz necessária e premente. O Encontro Regional, no dia 15 de outubro, dia do professor, será uma excelente oportunidade para progredirmos nesse debate.

Carreira de pesquisador na COPPE

“Nós, pertencentes ao quadro funcional da COPPE, fomos contratados para desenvolver uma série de atividades necessárias ao funcionamento dos diversos programas desta instituição. Essas atividades diferem em sua totalidade com as atividades desenvolvidas pelo corpo docente e pelo corpo de técnicos de nível pré-dio. Elas envolvem trabalhos de natureza técnico-científica, trabalhos acadêmicos, participação em projetos de prestação de serviços contratados à COPPE; e em alguns programas, trabalhos de cunho administrativo, coordenação de projetos e atividades didáticas.

Embora todos desenvolvam basicamente os mesmos tipos de trabalho, estamos enquadrados na categoria NT - “técnicos de nível superior” - sob as mais diversas denominações, tais como pesquisador auxiliar, técnico de laboratório, desenhista industrial, técnico de produção e outras.

Verifica-se também, que é mais sério, gire não existem critérios de avaliação compatíveis com as atividades exercidas por nós, acarretando uma estagnação profissional a nível pessoal. Também não acreditamos ser a nossa atividade uma “ponte” para a contratação para o corpo docente, visto que o nosso trabalho possui características próprias, tornando-se imprescindível para uma instituição que visa o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e do conhecimento tecnológico. Assim sendo, motivados pelo grande interesse nesse campo de trabalho, redigimos este documento para propor a efetivação da carreira de pesquisador dentro dos programas da COPPE, baseada nos seguintes itens:

- reconhecimento oficial da carreira de pesquisador internamente à instituição e externamente junto aos órgãos financiadores - CNPq, FINEP, FINEC, etc;
- progressão funcional compatível com os trabalhos realizados, analogamente como ocorre na carreira do docente;
- formalização dos critérios de avaliação, incorporando titulação, trabalhos publicados, responsabilidades sobre laboratórios, cursos dados na graduação e pós-graduação, palestras, conferências, seminários, coordenação e consultoria em projetos, experiência profissional e tempo de serviço;
- direitos coerentes com o nível de trabalho, incluindo férias de 45 dias; licenças para elaboração de livro, para cursos no exterior; participação nas reuniões dos programas com voz e voto; e coorientação e orientação de teses; etc.”

O Colégio de Aplicação na UFRJ

Documento básico das discussões desenvolvidas pelos professores do Colégio de Aplicação da UFRJ, quando da paralisação de 8 a 12 de setembro de 1980. Participaram desta discussão 50 professores em três assembleias realizadas, onde, os pontos apresentados neste documento foram definidos. Não são reivindicados, ainda. São questões levantadas para que, em conjunto com a ADUFAI, possamos nos informar melhor sobre elas.

1. O Problema da Articulação

O CAP é uma unidade suplementar do CFCH. Como tal tem dotação orçamentária própria e uma maior liberdade de trabalho e de uso das suas fontes de manutenção (caixa escolar). Por outro lado, tal situação permite a esdrúxula condição dos professores do CAP: ser professores de 1º e 2º graus C e ao mesmo tempo realizarem as tarefas de orientação e supervisão da prática de ensino e do estágio dos licenciandos da Faculdade de Educação, atuando assim, claramente, como professores de 3º grau.

Atualmente um grupo de trabalho da Faculdade de Educação discute a (re)integração do CAP diretamente àquela unidade. Tal ocorrência nos leva a meditar sobre as conseqüências que, para nós poderão advir.

1º) Como se fará esta integração? Parece-nos haver dois caminhos: O primeiro seria o aprofundamento da vinculação pedagógica, e estabelecimento da vinculação administrativa; aos professores do CAP competiria uma maior atuação no campo da didática e da prática de ensino, embora continuassem a ser professores de 1º e 2º graus C. O segundo caminho seria o de integração total (pedagógica e administrativa) do CAP à Faculdade de Educação com os professores sendo considerados como de 3º grau (a nível de auxiliar de ensino cargo transitório que admite que o docente deve ter tempo de aperfeiçoamento até poder ser assistente - ou a nível de assistente - para aqueles que possuam mestrado). Aqui devem ser colocadas diversas questões:

- a) os professores estatutários tomariam CLT quando auxiliares de ensino?
- b) por quanto tempo os professores, hoje do CAP poderiam permanecer como auxiliares de ensino?
- c) estaria a Faculdade de Educação capacitada a receber tantos auxiliares de ensino, ou tantos assistentes?
- d) não haveria possibilidade de outra solução, como por exemplo a criação de incentivos especiais para os professores do CAP pelo trabalho de nível superior que realizam?

2. A questão do regimento

Em 32 anos de existência o CAP nunca teve um regimento aprovado. Houve vários projetos de regimento, e o último foi elaborado em 1979, por um grupo de professores eleitos entre todos os docentes do colégio, convocado especialmente pela direção, para fornecer subsídios à comissão formada por 3 membros da Faculdade de Educação - os, então, diretor e vice-diretor da Faculdade de Educação e o então diretor do CAP.

A proposta de regimento apresentada, enfatiza a vinculação administrativa ao CFCH e a pedagógica à Faculdade de Educação. Pleiteava ainda, o reconhecimento do trabalho específico dos professores do CAP, tanto a nível de docência do 1º e 2º graus, mas também a nível de 3º grau, e ainda reconhecia o direito dos professores do CAP escolherem, por eleição os membros do CAP escolherem, por eleição os membros de uma lista sêxtupla, dentre o seu corpo docente, de onde seria escolhido pelo reitor aquele que exerceria as funções de diretor.

Ora, tal regimento não foi aprovado. Discuti-se um outro, em substituição àquele, elaborado por pessoas estranhas à unidade, sem qualquer consulta aos principais interessados,

isto é, aos professores do CAP que, mais uma vez, recebem tutoria sem a ter solicitado, e, mais uma vez, vêm sem destino decidido sem que possam expressar suas preferências nas decisões a serem tomadas. Como um regimento tornaria claras muitas questões dúbias (vinculação, e representatividade, dentre outras,) urge aprová-lo, mas é imprescindível a consulta aos professores do CAP para as modificações introduzidas em documento por eles elaborado.

3. O reajuste semestral de salário.

A par da luta por melhorias no piso salarial, comum a todos os docentes, toma-se necessário lutar pela extensão aos professores do ensino federal (estatutários e CLT) da legislação, já aplicada a todos os trabalhadores (dentre eles os professores de 1º, 2º e 3º graus da rede privada), obrigando a reajustes semestrais de salário com vista a cobrir, em parte, os galopantes índices inflacionários. No caso dos docentes. No caso dos docentes da UFRJ, nos do CAP incluídos, torna-se necessário repensar duas questões:

a) os docentes CLT não tem diversas regalias dos estatutários recebendo entretanto, 13º salário, como todos os trabalhadores CLT do país. Por que, então na hora do reajuste semestral são tratados como sendo estatutários, a quem não é concedido tal reajuste com a argumentação de não serem CLT?

Por que esta dupla visão do problema? b) Pôr que não estender aos estatutários, esta legislação, elaborada para contrabalançar questões gerais da política financeira nacional?

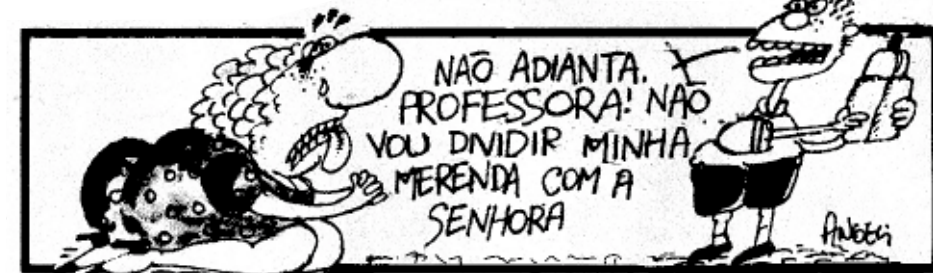
Por acaso a inflação é menor para os docentes das unidades governamentais, do que para os das entidades privadas?

Por acaso a inflação é mais sentida pelos docentes regidos pela CLT do que pelos estatutários.

Torna-se urgente a revisão dos pisos salariais e a aplicação da legislação do reajuste salarial todos os trabalhadores, sem discriminação de formas de vinculação à entidade empregadora.

4. O problema dos professores que recebem por verbas como a 3131.

Toma-se necessário a regularização des-



ta situação pois que tais docentes não têm férias, 13º salário, pagamentos regulares e outros direitos do trabalhador que lhes são negados.

Deve ser lembrado que o concurso em realização não elimina esta situação. Alguns docentes atuais ainda serão mantidos com verbas especiais? Outros serão contratados por tais verbas devido a necessidades do colégio? Lembra-se ainda o caso de uma gestante do grupo dos “3131” que não terá o menor amparo durante o período de afastamento, o que fere a totalidade da legislação em vigor, colocando a Universidade como réu em qualquer tribunal trabalhista, pois que existe vinculação entre a docente e a entidade onde trabalha.

5. O problema das licenças, das faltas, e dos afastamentos

Todos os professores do CAP, têm um regime de trabalho de 20 horas semanais com obrigatoriedade (?) de, no máximo, 12 h em turma. Ora nas 12 horas não estão computadas as horas de atendimento ao licenciaturas no traba-

lho de orientação didático-pedagógica, o que se incluído, quase sempre ultrapassaria o limite máximo fixado. Assim os professores do CAP apresentam a mais alta proporção de aulas em relação à carga oficial.

Tal sobrecarga gera situações irregulares que ferem tanto a legislação trabalhista quanto o estatuto das funcionárias. Um docente do CAP não pode tirar licença pois, além dos impedimentos administrativos que a Universidade utiliza, ele provocaria uma sobrecarga de trabalho para os demais professores da disciplina por terem, todos, carga horária muito “apertada”. Se confrontados com os demais docentes da Universidade que com 40 horas semanais estão obrigados à mesma carga máxima, em turma, nota-se o verdadeiro pânico com que os professores do CAI, vêm a possibilidade de uma doença, uma falta, uma gravidez ou uma licença, entre os colegas. Isto sempre representará sobrecarga, apesar de, em termos legais, a unidade empregadora ser obrigada a fazer fase a tais situações sem ferir o direito trabalhista. Não seria justo que aos professores do CAP fosse permitida a opção por um regime de 40 horas semanais?

6. O problema de professores que foram obrigados a se inscrever num concurso para a função que já vêm exercendo há muito, com carteira assinada, dentro das normas vigentes, isto é, já existindo funcionalmente para a Universidade. Por que fazer concurso para o preenchimento de uma nova vaga? A vaga ocupada atualmente será extinta? E a situação salarial destes docentes não será revista?

7. As condições de trabalho:

a) As condições físicas: O CAP funciona em prédio municipal, em turnos diversos. O prédio está em estado tão precário que os curto circuitos, as infiltrações, às águas acumuladas, tomam sempre uma aventura o preparo de uma aula. Será que poderei usar um filme? um retro-projetor?, tal sala? São sempre interrogações. Somado a isto: a falta de pessoal e a má utilização do existente; a limpeza precária das dependências; a falta de infra-estrutura, que qualquer escola deve ter, como datilógrafos, mecanógrafos, etc; o despreparo do pessoal administrativo. Tudo isto torna muito difícil o trabalho numa escola que funciona laboratório de experimentação pedagógica.

b) As condições funcionais: Como o cen-

tro das decisões está fora do CAP toma-se sempre duvidoso o prosseguimento de medidas tomadas adequadamente e há sempre o perigo de medidas novas a serem impostas. Na falta de um regimento as portarias se sucedem e afetam o trabalho de todos. Questões importantes como a continuação ou não dos exames de seleção, ficam sempre sujeitas a modificações impostas de fora do corpo docente do CAP. As permanentes indefinições têm de ser eliminadas.

Os professores do CAP, pua a operacionalização da resposta a estas questões elegeram uma comissão pua trabalhos junto à ADUFAI para a solução de tão graves problemas.

Somos pela democracia interna na Universidade, pois afinal somos o melhor exemplo da ação do autoritarismo que nos retira, praticamente, qualquer possibilidade de decisão.

Somos pela melhoria salarial e pela extensão da legislação trabalhista a todos os docentes. Somos pelo encaminhamento das questões, mesmo as mais específicas, pela ADUFRJ, com o objetivo de fortalecer a associação que nos representa.



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 06/1979 a 11/1979

INFORME DA DIRETORIA

A Diretoria da ADUFRJ informa que, em cumprimento às deliberações da Assembléia Geral, encaminhou o Memorial com as reivindicações salariais, trabalhistas e da carreira docente suscrito por cerca de 1450 professores, procedendo para isso da seguinte forma:

Dia 28/05 - Com a presença da imprensa entregou o memorial com as assinaturas ao professor Luiz Renato Caldas, Reitor da UFRJ que se prontificou a encaminhá-lo prontamente ao Ministro da Educação.

Dia 29/05 - Três membros da Diretoria tiveram uma audiência com o Prof. Eduardo Portella, Ministro da Educação, na qual foi entregue o

Memorial com o abaixo-assinado. O ministro disse que levaria o memorial ao Presidente da República já no próximo dia 5 de junho e que por volta do dia 8 de junho poderia ser obtida alguma resposta às reivindicações. O ministro se manifestou favorável ao aumento salarial solicitado e às reivindicações trabalhistas e entregou no ato o ante-projeto sobre a autarquia de regime especial.

31/05 - A Diretoria esteve novamente com o Reitor da UFRJ para tratar especialmente do aumento de 40% dos colaboradores, obtendo então a resposta de que, ele será concedido, reativamente, a partir de março e pago no mês de junho. Foi ainda tratado o problema da

concessão do regime de 40hs e DE, tendo o Reitor informado que deverão ser concedidas verbas pelo MEC para o atendimento, a partir, de 1 de Agosto, dos pedidos aprovados.

Uma resposta definitiva a respeito desse último ponto será dada até o final de junho. -

A Diretoria julga importante que os colegas continuem nas suas unidades a mobilização em torno das reivindicações como também a discussão sobre a regulamentação de autarquia especial, assuntos que deverão ser objeto de Assembléia Geral a ser convocada proximamente.

ELEIÇÕES:

As eleições para o Conselho de Representantes

da ADUFRJ serão realizadas nos dias 12 e 13 de junho. Para essas eleições o regulamento já está definido e divulgado alguns pontos importantes:

1. 06/06 - último dia p/ inscrição de sócios

unidades com mandato de um ano (conforme estatutos).

2. 07 a 11/06 - divulgação nas unidades dos locais e horários de votação e apuração.

-inscrição dos candidatos com responsável na unidade ou com membros da diretoria.

3. 11/06 -Será realizada no IFCS às 17:49 andar, reunião entre os responsáveis pelas unidades e a diretoria p/ distribuição da cédulas e lacração das urnas.

4. 12 e 13/06 -ELEIÇÕES'

5, 13/06 -APURAÇÃO.

E importante a divulgação destas eleições uma campanha de filiação p/ que o Conselho de Representantes seja fortalecido. As filiações nas unidades ou na secretaria da Associação. Fundação - C. Tecnologia - Bloco H Sala 329 (com Stavna).

COMISSÕES:

Estão se reunindo as seguintes comissões:

1. COMISSÃO DE REFORMA:

segundas-feiras às 17:30, IFCS, 49 andar:

Em debate:

- Autarquia em Regime Especial
- Carreira do Magistério
- Formação de Mesa Redonda.

Interessados procurar Alexandre Magalhães n C.T.-Bloco C - Sala 114/D ou **Liana Cardoso**, IFCS, Sala 416, 49 andar.

2, COMISSÕES DE CRECHE:

- distribuição de questionário para toda UFRJ com prazo p/ entrega até 10/06.
- reunião p/ avaliação dos questionários novos encaminhamentos, a ser marcada.

Interessados, contactar Maria Alice no C.A. Bloco C, Sala 111/C.

3. COMISSÃO DOS PROFESSORES AFASTADOS POR TOS NST TU ON

Em estudo, formas de apoio à reintegração imediata desses professores.

4. COMISSÃO DE CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Interessados procurar informações no C.T. s

49 andar. a) preparação do Boletim b) divulgação das atividades da ADUFRJ.

Interessados procurar Nino na secretaria da ADUFRJ ou Fernando Carlos, FEA, Praia Vermelha.

AS COMISSÕES ESTÃO ABERTAS A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SÓCIOS.

ANTE-PROJETO DE AUTARQUIA DE REGIME ESPECIAL
(DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

PROJETO DE LEI NO

Dispõe sobre as instituições federais de ensino superior constituídas sob a forma de autarquia de regime especial e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta,

Art. 19 - As instituições federais de ensino superior constituídas em autarquias de regime especial, na forma do art. 49 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com personalidade Jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, gozarão de autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, nos termos desta Lei e de seu regulamento.

Art. 29 - A autonomia prevista no artigo anterior abrange competência para que as autarquias ~ regime especial;

I - criem seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo e fixem níveis de remuneração II - elaborem o regulamento de seu pessoal, estabelecendo a estrutura das carreiras, os regimes de trabalho e disciplinar e os critérios de seleção, admissão e progressão funcional; III - elaborem, em consonância com os planos do Governo, seus orçamentos anuais e plurianuais, deponham sobre a reaplicação de saldos e procedam, no curso do exercício, sem acréscimo dos encargos da União com transferências, is suplementações e alterações necessárias; IV - disponham sobre sua estrutura administrativa, didática e científica; V - instituem e organizem seus cursos; VI - adotem regime financeiro e contábil que lhes atenda às peculiaridades de organização e funcionamento, obedecidos os princípios básicos estabelecidos nas Normas Gerais de Direito Financeiro, na forma de instruções do Ministério da Educação e Cultura; VII - estabeleçam normas próprias de licitação para compras, obras e serviços, e, salvo quanto a imóveis, para alienação de bens.

§ 1º - Dependem de prévia aprovação do Ministério da Educação e Cultura, na forma que for estabelecida em regulamento, os atos previstos neste artigo.

§ 2º - Independem de reconhecimento os cursos de graduação instituídos e organizados por universidades federais, atendidos os mínimos de duração e conteúdo fixados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 39 - Aplicam-se às autarquias de regime especial, no que não colidirem com esta Lei, as normas legais e regulamentares relativas;

a) à supervisão ministerial; b)
ao ensino superior; c) à
tomada de contas.

Art. 49 - O regime jurídico do pessoal das autarquias de regime especial será o da legislação trabalhista.

§ 1º - O pessoal sob regime estatutário das autarquias a que se refere esta Lei poderá, a qual quer tempo, optar pelo regime da legislação trabalhista, na forma da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974.

§ 3º - Ao pessoal de que trata o parágrafo anterior fica vedada a concessão de qualquer forma de complementação de vencimentos ou de vantagens não previstas no regime estatutário, salvo quanto ao disposto no § 2º, do art. 79 desta Lei.

Art. 59 - O pessoal docente das instituições federais de ensino superior será constituído de integrantes das carreiras do magistério superior, do magistério de 1º e 2º graus, quando houve bem como dos professores colaboradores e visitantes.

Art. 69 - Entendem-se como atividades de magistério superior, para os efeitos desta Lei; a) as que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa, se exerçam, nas universidades e nos estabelecimentos isolados, em nível de graduação ou pós-graduação, para fins de transmissão e ampliação do saber; b) as inerentes à administração acadêmica, bem como as de direção ou assessoramento exercida por professores em unidades do Ministério da Educação e Cultura, ou em órgãos e entidades públicos ligados, especificamente, à educação e à pesquisa, quando originários das instituições federais de ensino superior

- a) dedicação exclusiva;
- b) quarenta horas semanais de trabalho;
- c) vinte horas semanais de trabalho.

§ 19 Ao docente vinculado ao regime de dedicação exclusiva será vedado o exercício de qualquer outro cargo, função emprego ou atividade remunerada, ressalvadas, quando autorizadas pela instituição, as seguintes:

- a) exercício em órgãos de deliberação coletiva, no máximo dois, desde que relacionado com as funções de magistério;
- b) desempenho eventual, sem prejuízo dos encargos docentes, de trabalho de natureza científica, cultural ou técnica, destinado a difusão e aplicação de idéias e conhecimentos.

§ 2º - Quando as atividades desenvolvidas pelo docente na instituição conduzirem a resultados que permitam o registro de patente ou concessão de licença, fica a instituição incumbida de promovê-los, assegurada ao docente participação no resultado financeiro decorrente, segundo critérios estabelecidos em regimento.

Art. 8º - Os orçamentos anuais e plurianuais das autarquias de regime especial deverão incorporar todas as receitas por elas auferidas, qualquer que seja sua origem ou forma.

Art. 9º - Os recursos consignados no Orçamento Geral da União em favor das autarquias de regime especial investirão a forma de dotações globais e serão assim repassados àquelas entidades.

Art. 10 - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias.

Art. 11 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e demais disposições em contrário.

Brasília, em de de 1979.

OBSERVAÇÃO:No texto acima apresentado, entregue pelo Sr. Ministro à ADUFRJ não consta o par, grafo 29 do Art. 49. Em outro texto (que tomamos conhecimento em 31/05) do mês ante-projeto é apresentado esse parágrafo com os seguintes dizeres:

§ 2º - O pessoal não optante pelo regime da legislação trabalhista integrara quadro suplementar cujos cargos, a partir dos iniciais de carreira, serão extintos a medida que vagarem, e peitado o direito à progressão e ascensão funcionais, na forma da legislação específica

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

BOLETIM N-º 1

JUNHO 79

ANO I

INFORME ELEITORAL

pag. 1

REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ.

pag. 2

INFORME DA DIRETORIA:
DEMISSÃO DE DOCENTES,
REUNIÃO ANUAL DA SBPC

pag. 3

AUTARQUIA EM REGIME ESPECIAL - DEBATE

pag. 5

INFORME DAS COMISSÕES

pag 3

M A N I F E S T A Ç Ã O

A ADUFRJ promoveu, na segunda-feira, ato público de apoio aos professores afastados pelos atos institucionais. Durante a manifestação, à qual compareceram cerca de 700 pessoas, foram lembrados os professores afastados já falecidos, ali representados por seus familiares. A seguir foram entregues, formalmente, aos professores afastados e presentes, um comprovante de sócio convidado da ADUFRJ.

Mais de uma dezena de entidades foram levar seu apoio à essa cerimônia, que transcorreu em uma atmosfera de muita emoção, com os oradores frisando sua importância para a volta à Universidade de um clima mais propício ao livre exercício das atividades de ensino e pesquisa.

Houve ainda a apresentação de um documento contendo o posicionamento dos professores da UFRJ e da comunidade científica em geral pela reintegração automática e imediata de todos os docentes e pesquisadores afastados das universidades e institutos de pesquisa por atos institucionais, com plenos direitos e com ressarcimento dos prejuízos materiais e morais, causados pelo afastamento compulsório; contra a hipótese já levantada de que a reintegração se faça mediante exame individual de cada caso e sem ressarcimento dos prejuízos; pelo término das cassações brancas e pela eliminação total da intervenção indébita dos órgãos de segurança no CNPq, no MEC e nas instituições de ensino e pesquisa, na concessão de bolsas, auxílios ou autorização para a saída do País e nos processos de contratações.

INFORME ELEITORAL

Nos dias 12 e 13 de junho, foram realizadas as eleições para o Conselho de Representantes de nossa Associação, com expressivo comparecimento dos sócios.

Efetuada as apurações, foram proclamados eleitos os seguintes representantes e respectivos suplentes:

CENTRO DE CIENCIAS MATEMATICAS E DA NATUREZA:

Instituto de Física:

FERNANDO SOUZA BARROS

PAULO CESAR PITANGA

LAERCIO CABRAL

MIGUEL NAVAK

Instituto de Geociências:

ELMO AMADOR

GETULIO DE JESUS VILLAR

VALDO DA SILVA MARQUES

ANGELA MARIA P.A. ANDRADE

Instituto de Matemática:

MARIA ALICE ROCHA

RUY MILIDIU

LUCIA TINOCO

MILTON FLORES

Instituto de Química:

LUIZ FERNANDO MEDINA OLIVEIRA

HELOISA MARQUES

RICARDO CHALANB

OSVALDO ESTEVES BAREIA

Núcleo de Computação Eletrônica:

JULIO SALEK ANDE

ARMANDO DRUMMOND

CENTRO DE LETRAS E ARTES:

Escola de Belas Artes:

MARIA DA PENHA JAHANSSEN

MARILKA MENDES

LEONARDO V. CAVALEIRO

DEBORAH F.V. CAVALCANTE

CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS:

Escola de Serviço Social:

MARIA DURVALINA BASTOS

AMARITA G. VALERIO

Faculdade de Educação:

HELENA IBIAPINA DE LIMA

MARIA CELINA L. LOPES

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:

PHILOMENA GEBRAN

VENUSIA CARDOSO NEIVA

NARA SALETTO DA COSTA

CLAUDETE MARIA MIRANDA DIAS

Instituto de Psicologia:

NEIDE PEREIRA NOBREGA

MARCOS JARDIM FREIRE

Escola de Comunicação:

GILBERTO LIMA

(Suplente a ser eleita)

CENTRO DE CIENCIAS JURÍDICAS E ECONOMICAS:

Faculdade de Economia:

CARLOS MEDEIROS

JOÃO SABOTA

CENTRO DE CIENCIAS DA SAÚDE

Faculdade de Odontologia:

MARIO LUIZ GALVÃO DE SA

PYRO VIEIRA DE LIMA

Faculdade de Medicina:

NELSON SOUZA E SILVA

JOSÉ ANANIAS F. DA SILVA

JOSÉ ROBERTO LAPA

CLEBER BARGAS

EDUARDO CONTE

ROBERTO FIGLIOULA

Instituto de Tisiologia e Pneumologia:

RONI MARQUES

ROBERTO BRAVO DE SOUZA

N. P. P. N.:

ANGELO DA CUNHA PINTO

PAULO ROBERTO RIBEIRO COSTA

Instituto de Pediatria:

MARIO NOVAIS
MAYLOR ALVES

Instituto de Ciências Biomédicas:

WILSON SAVINO
HELENA MARIA BITTENCOURT

Instituto de Biofísica:

MARCELO BAREINSKI
IAN MARA MOURA MELO

Instituto de Biologia:

ELIAS PACHECO
MARIO JORGE BRUM

Instituto de Nutrição:

LUIZ CARLOS TRUGO
LUCIA IPIRANGA

Nutes.

SUZANA LENT SANTOS
ELIANE B.M. FALCÃO

Faculdade de Farmácia:

JORGE R. SOARES
LUIZ

CENTRO DE TECNOLOGIA:

Escola de Engenharia:

ERICKSSON E.R. ALMENDRA
WALDYR AZEVEDO JR.
OSCAR ACSELRAD
WALTER I. SUEMITSO

Escola de Química

RICARDO MEDRONHA
AUTA NONATO

COPPE

RONALDO NOBREGA
ESTEVAN G. SIMONE
MIGUEL DE SIMONE
ROBERTO TENEMBAU

Instituto de Macromoléculas

CARLOS NAGIB KALLIL
REGINA CÉLIA NUNES

As unidades que não constam desta lista terão os nomes de seus representantes publicados no próximo número do BOLETIM DA ADUFRJ.

1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES:

No dia 21 de junho, às 17:30 horas, na Faculdade de Economia, o presidente da ADUFRJ empossou os membros recém eleitos do Conselho de Representantes. Na ocasião foram aprovadas as seguintes propostas e moções:

PROPOSTA .1.:

Que a Diretoria, juntamente com o Conselho de Representantes da ADUFRJ, solicite ao Ministro da Educação, com resposta a curto prazo, o Projeto de Regulamentação da Carreira do Magistério.

PROPOSTA .2.:

Que os representantes encaminhem ainda nesse período letivo, reuniões setoriais (Centros e/ou Unidades) com os seguintes objetivos:

- discutir o ante-projeto de Autarquia e sua regulamentação.
- discutir formas de encaminhamento da luta salarial.

MOÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

O Conselho de Representantes e a Diretoria da ADUFRJ em reunião conjunta realizada em 21/06/79 deliberam por unanimidade dos presentes repudiar a ameaça de demissão do auxiliar de ensino DULCE HELENA CHIAVERINI e a transferência do Aux. de Ensino MARIA INEZ SOUZA BRAVO, do departamento de Medicina Preventiva, que é vista não só como um ato injusto, tendo em consideração a dedicação e seriedade dos docentes em questão, mas também como uma ameaça à garantia de emprego de todos os auxiliares de ensino da UFRJ.

É determinado que a Diretoria da ADUFRJ solicite uma audiência ao Reitor da UFRJ, juntamente com os representantes da Faculdade de Medicina para se manifestar contra as demissões de auxiliares de ensino dessa forma.

E ainda deliberado que a Diretoria e as representantes da F.M. se dirijam ao Decano do C.C.S., ao Diretor e à Congregação da F.M e ao Departamento de Medicina Preventiva para sustar as presentes demissões e transferência para que sejam levados em conta pelo Departamento os princípios de ampla participação de todos os docentes nas suas decisões colegiadas e de liberdade e pluralidade de linhas de trabalho científico e acadêmico.

INFORME DA DIRETORIA:

DEMISSÃO DE DOCENTES

Em atendimento à deliberação do Conselho de Representantes, os professores Luiz Pinguelli Rosa, Alexandre M. da Silveira e Alexandre Cardoso, pela Diretoria da ADUFRJ, tiveram uma audiência com o Reitor da UFRJ no dia 22 de junho. Os professores apresentaram as preocupações dos colegas quanto a demissões e/ou transferências, sem rejeitar o procedimento regular nem o princípio de participação ampla de docentes nas decisões do Departamento. Segundo informação do Reitor, nenhuma demissão tinha sido efetivada pela Reitoria e sequer algum processo tinha sido recebido nesse sentido.

NOVA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES:

A ADUFRJ sauda os colegas da FEFIERJ pela criação de sua Associação de Docentes.

REUNIÃO ANUAL DA SBPC:

Na reunião Anual da SBPC que este ano será realizada em Fortaleza de 11 a 18 de julho, estarão presentes membros da Diretoria e do Conselho de Representantes da ADUFRJ. Estão programadas para a ocasião mesa-redondas sobre Reforma Universitária e Associação de Docentes. Nesta oportunidade serão efetuados contactos com as diversas Associações Docentes de Universidades com vista à discussão dos problemas comuns e um encaminhamento conjunto das reivindicações salarial e trabalhistas, com o objetivo de fortalecer nossa luta. O anteprojeto de Autarquia e sua regulamentação será outro ponto importante a ser tratado nessa ocasião.

INFORME DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DA REFORMA: Reuniões às segundas-feiras às 17:30 horas no IFCS, 4º andar. Informações, com José Manoel Carvalho de Mello (Bloco F do CT sala F-105), Alexandre Magalhães (Bloco C do CT, sala C-114) e Liana Cardoso (Departamento de Ciências Sociais - IFCS). Um primeiro estudo sobre o projeto de Autarquia e sua regulamentação, preparada por esta comissão, esta na pag 5 deste boletim.

COMISSÃO DE CONDIÇÃO DE TRABALHO:

Reuniões às quartas-feiras às 16 horas no CT, sala A-314 - Fundão. Informações com Pinguelli, CT. sala G-206.

COMISSÃO DE CRECHE:

Reunião dia 26 de junho, às 15:00 horas, CT, sala B-102.

Informações com Maria Alice, Instituto de Matemática, CT, sala C-111-c.

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO:

Reuniões as quartas-feiras, às 17:30, no IFCS, 4º andar

informações com Fernando Carlos. - Faculdade de Economia

COMISSÃO DO ATERRO DA BATA:

Reuniões às terças-feiras, 16 horas Bloco I - Geociências - laboratório de Sedimentologia.

Procurar professor Elmo.

Essa Comissão foi criada em caráter urgente para que os docentes da UFRJ possam se manifestar a respeito da utilização da Ilha Universitária nos projetos viários do Rio de Janeiro que compreendem a nova Avenida Brasil e a ligação com a Ilha do Governador. A composição dos docentes deve ser a mais ampla possível com urbanistas, sociólogos, técnicos em solos, geólogos, assistentes sociais, engenheiros de transportes, economistas, etc.

O REGIME ESPECIAL PARA AUTARQUIAS EM DEBATE

Em abril de 1977 foi instituída uma Comissão composta por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério de Educação e Cultura e do Departamento Administrativo do Serviço Público, com a incumbência de estudar a definição do regime especial para as universidades autárquicas.

Como resultado do trabalho desta Comissão, foi elaborado um Ante-projeto de Lei com um respectivo Ante-Projeto de Decreto de regulamentação. Posteriormente, em fins de 1977, os referidos ante-projetos foram apreciados pelo Conselho Científico e Tecnológico-CCT do CNPq, algumas alterações foram introduzidas, e uma nova versão dos mesmos foi proposta. O Ante-Projeto de Lei que ora o Ministro da Educação encaminhou ao Presidente da República e que foi transcrito no Boletim no. 0 da ADUFRJ - e praticamente o mesmo proposto pelo CCT do CNPq. Entende-se portanto que o respectivo Ante-Projeto do Decreto que a regulamenta não difira do correspondente proposto pelo CCT. Desta forma, para melhor situarmos as considerações que se seguem, iremos nos reportar ao dito ante-projeto de decreto, transcrito em anexo. A Comissão da Reforma, da ADUFRJ, pretende com o presente trabalho dar início a discussão do regime especial para as universidades autárquicas.

1. Quanto ao reconhecimento dos cursos de graduação

Consta do 52º do Art. 2º do Ante-Projeto de Lei :

“Independem de reconhecimento os cursos de graduação instituídos e organizados por universidades federais, atendidos os mínimos de duração e conteúdo fixados pelo Conselho Federal de Educação”

E oportuna uma avaliação do papel do CFE na elaboração dos currículos dos cursos de Graduação.

Os currículos mínimos impostos pelo CFE além de referirem à autonomia didática e científica das universidades, vem de certa forma dificultando a melhoria dos currículos de graduação. Nós não podemos preparar um currículo levando em conta a nossa experiência acumulada e as reais necessidades dos alunos. Ao mesmo tempo, os mínimos de duração tem levado a cursos com cargas horárias muito elevadas.

2. Quanto aos docentes em regime estatutário

Consta do Art. 4º do Ante-Projeto de Lei que o pessoal sob regime estatutário que não optar pelo regime da legislação trabalhista não terá direito a qualquer forma de complementação de vencimentos ou de vantagens não previstas no regime estatutário.

Este artigo traz no seu bojo uma verdadeira “intimação” para com os docentes pertencentes ao regime estatutário.

3. Quanto a constituição do pessoal docente

Consta do Art. 5º do Ante-Projeto de Lei que “o pessoal docente das instituições federais de ensino superior será constituído dos integrantes das carreiras do magistério superior, do magistério de 1º e 2º grau, quando houver, bem como dos professores colaboradores e visitantes”.

Sendo a carreira do magistério superior constituída de professores assistentes, adjuntos e titulares, podemos concluir que será extinta a categoria de Auxiliar de Ensino. Embora haja indícios de uma futura modificação na carreira do magistério, continuamos sem saber em que situação ficarão os atuais auxiliares de ensino.

4. Quanto a dotação orçamentária

Com relação aos artigos 8º e 9º do Ante-Projeto de Lei, que versam sobre recursos e orçamentos, achamos ser fundamental que a dotação orçamentária proveniente do MEC atenda as reais necessidades de ensino e pesquisa da universidade de tal maneira que essa independa de prestações de serviços e de dotações extra-orçamentárias (FINEP, CNPq, etc) para a realização de suas atividades. Caso contrário teremos uma universidade fortemente dependente de financiamentos externos e de empresas públicas e privadas.

5. Quanto a contratação de professores colaboradores

Consta do Art. 11 do Ante-Projeto do Decreto que “os professores colaboradores serão admitidos para atender a necessidade de ensino, com remuneração fixada por salário-aula e em função de sua qualificação”.

Cabe em primeiro lugar notar que pela Lei do Grupo do Magistério (1974) a admissão de professores colaboradores era prevista para eventuais necessidades da programação acadêmica.

Os professores da UFRJ já se manifestaram pela reformulação da natureza do cargo de professor colaborador no sentido de que só admita professores destinados a ministrar cursos de caráter específico e peculiar e que fujam à rotina docente da Universidade.

6. Quanto aos regimes de trabalho

Consta do Art. 79 do Ante-Projeto de Lei que o docente vinculado ao regime de D.E. poderá receber remuneração extra oriunda pelo desempenho eventual (sem prejuízo dos seus encargos), de trabalhos de natureza científica, cultural ou técnica, destinados a difusão e aplicação de idéias e conhecimentos.

Nos preocupa a possibilidade de que a contrapartida a ganhos sem limites através de desempenhos eventuais seja a de um salário base reduzido.

7. Quanto a política de pessoal

O artigo 13º do Ante-Projeto de Decreto estabelece que a nível interno da universidade a política de pessoal será coordenada e supervisionada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente CPPD). É preciso entender os limites de ação deste órgão e sua representatividade perante o corpo docente. Apenas para dar uma idéia de sua representatividade, se este órgão fosse implantado hoje, na UFRJ, seria composto de três sub-reitores, quatro professores (entre titulares e adjuntos) indicados pelo Conselho Universitário e por um estudante. Podemos ver que apenas os professores titulares e adjuntos seriam representados na CPPD, e enquanto que as outras categorias docentes (cerca de 70% dos professores, hoje na UFRJ) não teriam nenhuma representação.

8. Quanto as funções de confiança

Consta dos artigos 15 e 16 do Ante-Projeto de Decreto que serão fixadas pela Instituição as funções de confiança, inclusive as privativas de integrantes das carreiras do magistério, e que a admissão de pessoal para essas funções independerá da realização de seleção pública. Consta ainda que os ocupantes destas funções serão designadas na forma dos estatutos ou regimentos.

Chamamos a atenção para o fato de que, em última instância, a fixação destas funções e dos critérios para designação de seus ocupantes ficará a cargo do Conselho Universitário.

Cabe notar que presentemente o Conselho Universitário tem 44 membros dos quais a representação das categorias de docentes consta de 12 Titulares, 6 Adjuntos e um Assistente.

9. Quanto à promoção por mérito

O artigo 17 do Ante-Projeto do Decreto estabelece que a promoção funcional obedecerá ao critério do mérito. Será este o critério mais adequado para avaliar o desempenho docente ? Como seria aplicado? Por quem? A adoção desse critério não levará a uma grande dependência de ordem funcional ?

10. Quanto a demissão de docentes

O artigo 21 do Ante-Projeto do Decreto, no seu item III abre a possibilidade da demissão de docentes por iniciativa da administração central da universidade. Esse procedimento é uma ameaça à segurança e estabilidade do trabalho docente, além de representar uma visível quebra na autonomia do departamento.

11. Comentário Adicional

Como se pode ver a implantação do regime especial vai modificar a estrutura interna das universidades federais autárquicas. Em particular na UFRJ, temos ainda que procurar entender como se dará a articulação da estrutura acadêmica e administrativa da UFRJ com a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB).

A FUJB é pessoa jurídica de direito privado, composta da UFRJ e de pessoas jurídicas que doem a FUJB valores iguais ou superiores a mil vezes o maior salário mínimo vigente.

Uma das atribuições da FUJB é centralizar e administrar toda verba extra-orçamentaria da Universidade. Além disso a FUJB passa a ser mais um órgão intermediário na cadeia de financiamento das atividades universitárias.

ANTE PROJETO DE AUTORIA DE REGIME ESPECIAL
(DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre as instituições federais de ensino superior constituídas sob a forma de autarquia de regime especial e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta,

Art. 14 - As instituições federais de ensino superior constituídas em autarquias de regime especial, na forma do art. 4º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, gozarão de autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, nos termos desta Lei e de seu regulamento.

Art. 29 - A autonomia prevista no artigo anterior abrange competência para que as autarquias de regime especial;

I - criem seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo e fixem níveis de remuneração; II - elaborem o regulamento de seu pessoal, estabelecendo a estrutura das carreiras, os regimes de trabalho e disciplinar e os critérios de seleção, admissão e progressão funcional;

III - elaborem, em consonância com os planos do Governo, seus orçamentos anuais e plurianuais, disponham sobre a reaplicação de saldos e procedam, no curso do exercício, sem acréscimo dos encargos da União com transferências, às suplementações e alterações necessárias;

IV - disponham sobre sua estrutura administrativa, didática e científica;

V - instituem e organizem seus cursos;

VI - adotem regime financeiro e contábil que lhes atenda as peculiaridades de organização e funcionamento, obedecidos os princípios básicos estabelecidos nas Normas Gerais de Direito Financeiro, na forma de instruções do Ministério da Educação e Cultura;

VII - estabeleçam normas próprias de licitação para compras, obras e serviços, e, salvo quanto a imóveis, para alienação de bens.

&1º - Dependem de prévia aprovação do Ministério da Educação e Cultura, na forma que for estabelecida em regulamento, os atos previstos neste artigo.

&2º - Independem de reconhecimento os cursos de graduação instituídos e organizados por universidades federais, atendidos os mínimos de duração e conteúdo fixados pelo Conselho Federal da Educação.

Art. 3º - Aplicam-se às autarquias de regime especial, no que não colidirem com esta Lei, as normas legais e regulamentares relativas;

- a) à supervisão ministerial;
- b) ao ensino superior;
- c) à tomada de contas.

Art. 4º - O regime jurídico do pessoal das autarquias de regime especial será o da legislação trabalhista.

§ 1º - O pessoal sob regime estatutário das autarquias a que se refere esta Lei poderá, a qualquer tempo, optar pelo regime da legislação trabalhista, na forma da lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974.

&3º - Ao pessoal de que trata o parágrafo anterior fica vedada a concessão de qualquer forma de complementação de vencimentos ou de vantagens não previstas no regime estatutário, salvo quanto ao disposto no § 2º, do art. 7º desta Lei.

Art. 5º - O pessoal docente das instituições federais de ensino superior será constituído dos integrantes das carreiras do magistério superior, do magistério de 1º e 2º graus, quando houver, bem como dos professores colaboradores e visitantes.

Art. 6º - Entendem-se como atividades de magistério superior, para os efeitos desta Lei;

- a) as que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa, se exerçam, nas universidades e nos estabelecimentos isolados, em nível de graduação ou pós-graduação, para fins de transmissão e ampliação do saber;
- b) as inerentes à administração acadêmica, bem como as de direção ou assessoramento exercidas por professores em unidades do Ministério da Educação e Cultura, ou em órgãos e entidades públicos ligados, especificamente, à educação e à pesquisa, quando originários das instituições federais de ensino superior;
- c) as relacionadas com pesquisa, extensão, consultoria, supervisão, coordenação e execução de trabalhos de natureza científica, literário cultural ou técnica previstos na programação das instituições de que trata esta Lei.

Art. 7º - As atividades dos integrantes das carreiras do magistério serão exercidas de conformidade com os seguintes regimes de trabalho:

- a) dedicação exclusiva;
- b) quarenta horas semanais de trabalho;
- c) vinte horas semanais de trabalho.

&1º - Ao docente vinculado ao regime de dedicação exclusiva será vedado o exercício de qualquer outro cargo, função, emprego ou atividade remunerada, ressalvadas, quando autorizadas pela instituição, as seguintes:

- a) exercício em órgãos de deliberação coletiva, no máximo dois, desde que relacionado com as funções de magistério;
- b) desempenho eventual, sem prejuízo dos encargos docentes, de trabalho de natureza científica, cultural ou técnica, destinado à difusão e aplicação de idéias e conhecimentos.

&2º - Quando as atividades desenvolvidas pelo docente na instituição conduzirem a resultados que permitam o registro de patente ou concessão de licença, fica a instituição incumbida de promovê-los, assegurada ao docente participação no resultado financeiro decorrente, segundo critérios estabelecidos em regimento.

Art. 8º - Os orçamentos anuais e plurianuais das autarquias de regime especial deverão incorporar todas as receitas por elas auferidas, qualquer que seja sua origem ou forma.

Art. 9º - Os recursos consignados no Orçamento Geral da União em favor das autarquias de regime especial investirão a forma de dotações globais e serão assim repassados aquelas entidades.

Art. 10 - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias.

Art. 11 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 37 da Lei no. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e demais disposições em contrário.

Brasília, em de de 1979.

OBSERVAÇÃO: No texto acima apresentado, entregue pelo Sr. Ministro a ADUFRJ não consta o parágrafo 2º do Art. 4º. Em outro texto (que tomamos conhecimento em 31/05) do mesmo ante-projeto é apresentado esse parágrafo com os seguintes dizeres:

&2º - O pessoal não optante pelo regime da legislação trabalhista integrará quadro suplementar, cujos cargos, a partir dos iniciais de carreira, serão extintos a medida que vagarem, respeitado o direito à progressão e ascensão funcionais, na forma da legislação específica.

Decreto nº , de de de 197

Regulamento a Lei no. , de de de 1977, que dispõe sobre as instituições federais de ensino superior constituídas em autarquias de regime especial e das outras providências.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto na Lei nº, de de 197 ,

DECRETA

Art. 1º- A Lei no, de de de 197, será aplicada com observância das normas e procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º - A estrutura administrativa, didática e científica das instituições federais de ensino superior, constituídas sob forma de autarquias de regime especial, constará dos respectivos estatutos ou regimentos que serão submetidos a homologação de Ministro da Educação e Cultura, ouvido o CFE.

Art. 3º - A organização do quadro de pessoal de cada autarquia de regime especial obedecerá, no tocante aos cargos a que alude o item I do art. 2º da Lei no. , de de 197 , a planos de classificação e níveis de retribuição específicos.

Parágrafo único - Aos planos de classificação de que trata este artigo corresponderão:

- a) especificações de classes, incluindo descrição de atribuições e requisitos para recrutamento e seleção;
- b) normas referentes a admissão e promoção.

Art. 4º - O regime jurídico de pessoas das autarquias de que trata este regulamento será o

da legislação trabalhista, ressalvado o disposto nos artigos 5º e 6º da lei nº e de de 197.

Art. 5º - Considera-se pessoal docente das instituições de ensino superior os integrantes das carreiras do magistério superior, do magistério de 1º e 2º graus, quando houver, e os professores colaboradores e visitantes

Art. 6º - O ingresso, em qualquer classe, e o provimento dos cargos da classe final da carreira do magistério, superior far-se-á mediante concurso público de títulos e provas, conforme for regulamentado pela instituição.

Art. 7º - O pessoal docente das carreiras de magistério exercerá suas atividades em um dos seguintes regimes de trabalhos:

- a) de dedicação exclusiva, sujeito a prestação de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;
- b) de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.
- c) de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Art. 8º - O colegiado superior de ensino e pesquisa disciplinará o cumprimento de cada regime de trabalho, inclusive a carga de aulas semanais correspondentes, bem como o processo de controle da presença e de acompanhamento das atividades dos docentes, a ser aplicado pelo departamento de lotação, ou, quando for o caso, pelo órgão diverso no qual o docente esteja exercendo suas atividades.

§ 1º - O horário de trabalho do docente em qualquer regime obedecerá estritamente ao interesse da instituição e será aprovado pelo departamento ou órgão diverso no qual tenha exercício.

§ 2º - Para o cumprimento do regime de trabalho serão observadas as seguintes normas, além de outras que venha, a ser adotadas pela instituição:

I - o regime de dedicação exclusiva será exercido em dois turnos completos, vedado ao docente exercer qualquer outro cargo ou emprego, ainda que de magistério, ou qualquer outra atividade remunerada, ressalvadas exclusivamente a percepção de direitos autorais e, quando autorizada pela instituição, as seguintes:

- a) o exercício em órgão de deliberação coletiva vinculado a Administração Pública, desde que relacionado com as funções de magistério;
- b) o desempenho eventual, sem prejuízo dos encargos de magistério, de atividades de natureza científica, cultural ou técnica, destinada a difusão ou aplicação de idéias e conhecimentos.

II - o regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, será exercido em dois turnos completos, admitido o destaque das horas destinadas a administração de aulas previstas no horário escolar em turno diverso;

III - o regime de 20 (vinte) horas semanais de trabalho será exercido em turno completo, admitida o destaque das horas destinadas a ministração de aulas previstas no horário escolar em turnos diversos.

§ 39 - O docente será admitido no regime de dedicação exclusiva e nº de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho mediante proposta do departamento interessado, inicialmente por um período do probatório de 3 (três) anos.

§ 44 - O regime de dedicação exclusiva exigirá compromisso expresso do docente de observar o disposto no item I do § 2º deste artigo, constituído a infringência deste compromisso motivo bastante para rescisão do contrato por justa causa, no caso de docente sujeito a legislação trabalhista, ou de apuração mediante, inquérito administrativo, para efeito de aplicação da medida disciplinar conveniente, quando se trata de docente estatutário.

Art. 9º - O pessoal docente de magistério superior estará vinculado, administrativa e academicamente, ao departamento de lotação, ao qual compete organizar seus planos e programas de trabalho, distribuindo os correspondentes encargos, de forma a harmonizar os interesses e responsabilidades do departamento e as qualificações dos docentes.

Art. 10 - A admissão para qualquer classe da carreira do magistério do 1º e 2º grau dar-se-á mediante concurso público de títulos e provas, no qual poderão inscrever-se portadores da habilitação correspondente à classe e à área de conhecimento para a qual se realize o concurso.

Art. 11 - Os professores colaboradores serão admitidos para atender a necessidade de ensino, com remuneração fixada por salário-aula e em função de sua qualificação.

Art. 12 - Como professores visitantes poderão ser admitidas pessoas altamente qualificadas, por prazo determinado, para o desenvolvimento de programas relevantes de ensino ou pesquisa, sendo remunerado em razão de sua qualificação e das condições vigentes no mercado de trabalho nacional ou internacional.

Art. 13 - Haverá em cada instituição federal de ensino superior uma Comissão Permanente de

Pessoal Docente (CPPD) a qual competirá coordenar e supervisionar a política de pessoal docente, conforme definida no estatuto ou regimento e nas resoluções do colegiado superior de ensino e pesquisa.

&1º A comissão prevista neste artigo será constituída, nas universidades:

I dos dirigentes dos órgãos centrais de planejamento e administração do ensino e pesquisa;

II do dirigente do órgão de pessoal;

III de quatro docentes escolhidos pelo colegiado superior de ensino e pesquisa, de modo a assegurar representação aos setores básicos e profissional e mais de uma classe de carreira do magistério, excluída a classe inicial;

IV de um representante do corpo discente, indicado na forma da lei.

§ 2º - Nos estabelecimentos isolados a comissão prevista neste artigo será constituída de quatro docentes escolhidos pela congregação ou colegiado equivalente, de um representante do corpo discente escolhido na forma da lei e do dirigente do órgão pessoal.

§ 3º - O presidente da CPPD será eleito pelos seus membros dentre os docentes que a compõem. Art. 14 - O pessoal técnico e administrativo estará sujeito ao regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, excetuados os casos previstos em legislação específica.

Art. 15 - Serão fixadas pela instituição, de acordo com a sua estrutura administrativa e acadêmica, as funções de confiança, inclusive as privativas de integrantes das carreiras do magistério. Parágrafo único - Ressalvadas as exceções estabelecidas em lei, os ocupantes de funções de confiança serão designados na forma dos estatutos ou regimentos.

Art. 16 - A admissão de pessoal para as autarquias de regime especial, exceto quanto às funções de confiança, dependerá da realização de seleção pública, na forma prevista nos estatutos ou regimentos.

Art. 17 - A promoção funcional obedecerá ao critério do mérito.

Art. 18 - Os estatutos ou regimentos das instituições de ensino superior disporão sobre a admissão e promoção na carreira do magistério superior, observados quanto aos requisitos de inscrição nas diferentes categorias, o prescrito no Artigo 12 da Lei nº 6.182 de 11 de dezembro de 1974.

Art. 19 - O regime financeiro e contábil das autarquias a que se refere este Regulamento será o estabelecido nas Normas Gerais de Direito Financeiro, atendidas peculiaridades de organização e funcionamento, na forma de instruções expedidas pelo Ministro da Educação e Cultura, com a cooperação do órgão central do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.

Art. 20 - O Ministro da Educação e Cultura fixará normas para o encaminhamento e análise dos orçamentos anuais das autarquias de regime especial, de forma a que sejam aprovados antes do início de cada exercício financeiro.

&1º - As reformulações orçamentárias, que não impliquem modificações dos orçamentos anuais ou plurianuais da União, serão feitas sob a forma de crédito suplementares ou especiais, abertos mediante autorização do Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º Incluem-se no procedimento previsto no parágrafo anterior, as reformulações orçamentárias para aplicação do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro anterior.

§ 3º Os orçamentos anuais das autarquias de regime especial serão publicados no Diário Oficial da União, e as reformulações sob a forma de créditos suplementares e especiais em órgão de divulgação interna da instituição.

Art. 21 - A rescisão do contrato de trabalho de integrantes das carreiras do magistério será feita de acordo com a legislação trabalhista:

I - a pedido do docente;

II - por iniciativa do departamento ou órgão equivalente, no caso de desempenho insatisfatório.

III - por iniciativa da administração central da instituição em decorrência de falta apurada em inquérito administrativo homologado pelo colegiado superior de ensino e pesquisa.

Art. 22 - O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias a aplicação deste Regulamento e a solução dos casos omissos.

Art. 23 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 12 do Decreto no. 76.924, de 29 de dezembro de 1975, e as demais disposições em contrário.

BOLETIM ESPECIAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DO RIO DE JANEIRO

Pela imediata e automática reintegração dos professores afastados e pela anistia.

Associações de Docentes do Rio de Janeiro:

ADPUC - Associação de Docentes da PUC/RJ.
ADUERJ - Associação de Docentes da UFRJ.
ADFOC - Associação de Docentes da Fundação Oswaldo Cruz
ADUFF - Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense
ADUERJ - Associação de Docentes da Universidade Estado do Rio de Janeiro
ADUNIRIO - Associação de Docentes da UNIRIO (ex-FEFIERJ)
ADCUP - Associação de Docentes do Centro Unificado Profissional.
ADUSU - Associação de Docentes da Universidade Santa Úrsula
ADV-RJ - Associação de Docentes da Universidade Rural do Rio de Janeiro

Associações realizam manifestações pela reintegração dos docentes afastados

As Associações de Docentes da UFRJ, UFR-RJ e FOC realizaram no decorrer deste ano diversas manifestações pela reintegração destes professores afastados. Um relato dessas manifestações é apresentado neste Boletim.

Reconstruindo Manguinhos

Projeto de anistia: ADUFRJ se posiciona

A nota da ADUERJ face ao projeto de Anistia foi levada a reunião anual da SBPC em Fortaleza sendo encampada por moções da SBF (Sociedade Brasileira de Física) e de Associações de Docentes e foi transmitida a diversos membros do Congresso Nacional. PAG 2

Posição dos professores presentes no encontro nacional dos atingidos

Os professores atingidos por atos institucionais e outras medidas de excessão, reunidos no Encontro Nacional dos Atingidos, promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino pela Anistia em 12 de agosto de 1979, depois de longo debate chegaram as seguintes conclusões:

- 1) Defesa firme e intransigente da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Entendemos que somente por esse caminho a sociedade brasileira pode reencontrar-se e prosseguir na luta pelas conquistas democráticas e populares
- 2) O projeto governamental não atende à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Para que atenda é necessário profunda mudança no seu espírito e conteúdo;
- 3) No que concerne aos professores atingidos, denunciamos que a punição se caracteriza plenamente como ato arbitrário e de modo nenhum como expressão de culpa. Razão pela qual exigimos que o retorno ao lugar que é de direito nosso, se faça sem humilhações nem processos burocráticos, mesquinhos e duvidosos.

O projeto do Governo ao propor a forma de reversão implica tais humilhações e tais processos e não admite que essa Anistia só possa ser por nós entendida como uma arbitrariedade e não como perdão de uma culpa. Firmamos nossa posição de que nosso retorno ao magistério público se faça através de reintegração automática e imediata;

- 4) O cerceamento às atividades acadêmicas não se restringe às demissões e aposentadorias por força de atos institucionais. Tem continuado como forma mais sutil de repressão através das chamadas cassações brancas e deriva basicamente da interferência de órgãos extra-acadêmico e da imposição de critérios estranhos ao mérito científico no sistema de recrutamento de pessoal das instituições públicas e no processos decisório das agências financiadoras de formação, aperfeiçoamento e pesquisa.

Exigimos a eliminação total da interferência indevida dos órgãos de segurança e informação na área da educação.

As Associações de Docentes de todo o Brasil reunidas por ocasião da 31.ª Reunião Anual da SBPC em Fortaleza, decidiram pela realização, em 20 de agosto corrente, do DIA NACIONAL PELA REINTEGRAÇÃO DOS PROFESSORES AFASTADOS e pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. As Associações de Docentes do Rio de Janeiro decidiram marcar este dia com a publicação deste Boletim Especial.

Projeto de anistia do governo: Associações de todo o Brasil tomam posição

As Associações de Docentes de todo o Brasil encaminharam as seguintes moções, aprovadas em Assembléia Geral da 31.ª Reunião Anual da SBPC, em Fortaleza:

- 1) As associações de docentes de todo o Brasil reunidas por ocasião da 31ª reunião da SBPC em Fortaleza vêm a público endossar em sua íntegra a nota sobre o projeto de anistia em que a ADUFRJ manifesta sua posição de que este projeto governamental não atende em absoluto as reivindicações da comunidade científica e acadêmica pois que é totalmente insatisfatório no que concerne aos servidores públicos, em particular aos professores e pesquisadores afastados. Também reivindicam a reintegração de todos aqueles afastados por atos de exceção.

- 2) As associações de docentes de todo o Brasil reunidas por ocasião da 31ª reunião da SBPC em Fortaleza, repudiam com veemência toda e qualquer interferência de órgãos de segurança nas instituições de ensino e pesquisa no que concerne à contratações e demissões, à bolsas de estudo e auxílios, bem como à concessão de autorizações para viagens de estudo ao exterior.

Boletim feito pelo Conselho de Entidades

Docentes Universitárias
do Rio de Janeiro.

Composto e impresso na Editora Mory
Ltda. à rua do Rezende 65 - Rio
tel. 221-2772.

Rural homenageia
cassados

Nossa posição diante do projeto de anistia do governo

A ADUFRJ com base em recomendação da “Comissão pela Reintegração dos Docentes Afastados por Atos Institucionais” vem a público manifestar sua posição de que o Projeto de Anistia do governo não atende em absoluto às reivindicações da comunidade científica e acadêmica já expressas em manifestação anterior da ADUFRJ. Este Projeto é totalmente insatisfatório, no que concerne aos servidores públicos, em particular aos professores e pesquisadores afastados, pelas seguintes razões:

1. No Projeto de Lei da Anistia são usadas as palavras retorno ou reversão, a primeira das quais inexistente no estatuto dos Funcionários Públicos, no qual são previstas três situações para a volta dos servidores ao serviço:

- reversão
- readmissão
- reintegração

2. A reversão, que é a forma explicitamente adotada no Projeto de Governo, é o reingresso no serviço público de funcionários aposentados quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, aplicando-se aos casos em que o funcionário, que tenha sido aposentado por ter permanecido afastado por mais de 24 meses devido à moléstia grave, tal como tuberculose, alienação mental, etc..., tenha sido curado da mesma.

3. Para que a reversão possa efetivar-se é necessário que o aposentado, segundo o Estatuto:

- não haja completado sessenta anos de idade;

b) não conte mais de trinta anos de tempo de serviço, incluído o período de inatividade;

c) seja julgado apto em inspeção de saúde;

d) tenha seu reingresso considerado como de interesse público a juízo da administração.

4. É presumível que um grande número dos aposentados por Atos Institucionais não satisfará isolada ou juntamente as letras (a), (b) e (c) acima, restando ainda a possibilidade para a administração pública de impedir sua volta através da letra (d), exigência essa repetida enfaticamente no Projeto do Governo, quando diz que essa “volta” será “condicionada necessariamente à existência de vagas e ao interesse da admiração”.

5. Aqueles que apesar das barreiras acima indicadas, conseguirem obter o deferimento dos seus pedidos de reversão - já em si mesmos humilhantes - serão incluídos em quadro suplementar pelo Projeto do Governo, ficando impedidos de se beneficiar da lei de reestruturação de cargos e assim, incluídos nos padrões de vencimento do quadro suplementar criado em 1974, abaixo de seus colegas do quadro permanente com as mesmas funções.

6. Das outras duas situações de que trata o Estado, a readmissão aplica-se ao funcionário ou demitido a seu próprio pedido e resolve requerer a sua volta, logo não diz respeito também ao caso dos docentes aposentados pelos Atos Institucionais.

7. A forma, prevista no Estatuto,

mais benéfica de volta ao serviço público é a REINTEGRAÇÃO caso em que o funcionário aposentado ou demitido por decisão administrativa ou judicial é reintegrado por ter sido provada a sua não culpabilidade, com todas as vantagens e com ressarcimento de todos os prejuízos materiais sofridos.

Pelas razões acima, entendemos que o Projeto Lei de Anistia incorre em um grave erro na forma pela qual trata da volta ao serviço, daqueles que foram dele arbitrariamente afastados pelos Atos Institucionais.

A correção desse erro e de outras medidas parciais e restritivas do Projeto do Governo exigem uma radical mudança na sua forma e no seu espírito. Caso contrário ficará patente uma completa negação dos princípios de reconciliação implícitos no conceito de Anistia, que estaria sendo impropriamente invocado e falseado em seu conteúdo.

Por último, reafirmamos a posição da ADUFRJ pela reintegração automática e imediata de todos os docentes e pesquisadores afastados das universidades e institutos de pesquisas por atos institucionais, com plenos direitos e com ressarcimento dos prejuízos materiais e morais, causados pelo afastamento compulsório; pelo término das cassações brancas e pela eliminação total da intervenção indébita dos órgãos de segurança no CNPq, no MEC e nas instituições de ensino e pesquisa, na concessão de bolsas, auxílios ou autorização para a saída do País e nos processos de contratação.

ADUFRJ pede reingresso logo

A Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) promoveu em 25 de junho passado, no auditório do Centro de Tecnologia do Fundão, uma manifestação pelo reingresso dos professores afastados de suas funções pelos atos institucionais. Estiveram presentes os representantes e admitidos formalmente no corpo social da ADUFRJ, 25 professores afastados e foram homenageados, na pessoa de parentes, oito já falecidos.

O presidente da ADUFRJ, Luiz Pinguelli Rosa, antes de dar início à solenidade, deu a posição da entidade e da comunidade científica, que se pretende seja analisada pelo Governo Federal, “em relação a anistia aos professores cassados e aposentados compulsoriamente:

- Reintegração automática e imediata de todos os docentes e pesquisadores afastados das universidades e institutos de pesquisa, com plenos direitos e ressarcimento dos prejuízos materiais e morais causados pelo afastamento compulsório; contra a hipótese já levantada de que a reintegração se faça mediante exame individual de cada caso e sem ressarcimento dos prejuízos, e pelo término das cessações brancas e eliminação total da intervenção indébita dos órgãos de segurança no CNPq, MEC e nas instituições de ensino e pesquisa, na concessão de bolsas, auxílios ou autorização para saída do país e nos processos de contratações.

RESTAURAÇÃO DA DIGNIDADE

O professor José Manuel Carvalho Mello da comissão organizadora, disse que “a manifestação tem como significado maior a luta pela restauração da dignidade das instituições de ensino superior no Brasil e pela sua reestruturação como órgãos livres de ensino, pesquisa, reflexão crítica e debate. É uma luta inserida numa mais ampla, pela democratização da sociedade brasileira”.

Ele lembrou que desde 1964 a UFRJ vem sofrendo com os afastamentos, provocados pelos diversos decretos governamentais do período 84/89.

- As medidas arbitrárias que antes baseadas em atos institucionais continuam a acontecer hoje em dia, com uma nova roupagem. A forma é diferente, mas o conteúdo é o mesmo - afirmou.

O auditório do Centro de Tecnologia estava repleto - cerca de 500 pessoas entre professores e alunos. Algumas entidades se fizeram representar, como órgãos estudantis da UFRJ, União Estadual de Estudantes, Sindicato dos Professores, Associação de Docentes da PUC, UERJ e UFF, Comitê de Apoio ao povo nicaraguense, CBA, Sociedade Brasileira de Física, SBPC, Convergência Socialista, Associação de Cientistas Sociais, além de Hermam Leite, Hugo dos Reis e Jacques Dannon. Oscar Niemeyer enviou uma mensagem de apoio.

A solenidade começou com a chamada dos parentes dos professores já falecidos, na seguinte ordem: Henriette Amado, irmã do professor de História da América Guy José Paulo de Holanda; Miriam Polistchuck, viúva de Hugo Weiss, aposentado pelo AI-5, historiador falecido aos 42 anos, em 1977; Glauce de Castro, viúva de Josué de Castro, Prêmio Internacional da Paz (1954), fundador do Instituto de Nutrição da UFRJ, viveu em Paris até 1973, quando faleceu aos 65 anos, tendo-lhe sido negado passaporte para regressar ao Brasil; José Augusto Bicalho Roque, irmão de Lincoln Bicalho Roque, aposentado pelo AI-5 e morto em 1978 “em situação nunca esclarecida, após prisão pelos órgãos de segurança”; Sílvia de Carvalho, irmã de Marina São Paulo de Vasconcellos, presa após a cassação (1969), faleceu pouco tempo depois; Arima e André da Costa Santos, viúva e filho de Max da Costa Santos, professor da Faculdade Nacional de Direito e da Livraria Editora Graal, falecido em 1978; Mirtes Gomes, viúva de Plínio Sussekind da Rocha, físico que, após estada na França, veio a falecer no Brasil em 1972; e, lembrado por um dos homenageados, Hermes Lima, ex-primeiro ministro no regime parlamentarista, professor da Faculdade Nacional de Direito, escritor, falecido em 1978.

Foram integrados ao corpo social da ADUFRJ e receberam homenagem os professores cassados Alberto Coelho de Souza, Alvércio Moreira Gomes, Darcy Ribeiro, Dumerval Trigueiro, Eliza Frota Pessoa, Eulália Maria Lahmayer Lobo, Evaristo de Moraes Filho, Jayme Tionmo, José Américo da Mota Pessanha, José Leite Lopes (aplaudido de pé, regressou ao Brasil como professor convidado por três meses - está na França há dez anos), José de Lima Siqueira, Manuel Mauricio de Albuquerque, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, Marta Yeda Leite Linhares, Marisa Coutinho, Miriam Limoeiro Cardoso, Moema Toscano, Quirino Campofiorito da Rocha e Sarah de Castro Barbosa. Estavam ausentes os professores também homenageados Abelardo Zaluvar, João Cristóvão Cardoso, Mário Antonio Barata, Osvaldo Gusmão, Alvaro Vieira Pinto e Victor Nunes Leal.

Falaram pelos homenageados os professores José Américo Pessanha, Maria Yeda e Darcy Ribeiro. José Américo disse: “Estamos aqui como estávamos antes. Com as mesmas idéias, mesmos propósitos e metas”.

Maria Yeda, acrescentou às palavras de José Américo: “Voltamos numa avenida mais larga, ajudados por nossos colegas, muitos dos quais antigos alunos”. Já Darcy Ribeiro questionou as cassações, perguntando: “Quem somos nós, os proscritos?” Segundo ele, a maioria, os mais competentes em todos os campos do saber, que não foram “postos para fora” por competência, mas “por estarem” descontentes com a Universidade como era e dispostos a modificá-la”.

Transcrito D’O GLOBO de 26/6/79

Docentes da UFRJ atingidos por atos de exceção

Abelardo Zaluvar
Alberto Coelho de Souza
Alvaro Vieira Pinto
Alvércio Moreira Gomes
Aurélio Rocha
Darcy Ribeiro
Dumerval Trigueiro
Elisa Esther Frota Pessoa
Eulália Maria Lahmayer Lobo
Evaristo de Moraes Filho
Francisco Mangabeira
Guy José de Paulo Holanda
Hermes Lima
Hugo Weiss
Jayme Tionmo
João Cristóvão Cardoso
José Américo da Mota Pessanha
José Leite Lopes
José de Lima Siqueira
Josué de Castro
Lincoln Bicalho Roque
Manoel Maurício de Albuquerque
Maria Laura Mouzinho Leite Lopes
Maria Yeda Leite Linhares
Marina São Paulo de Vasconcellos
Mario Antonio Barata
Mariza Coutinho
Max da Costa Santos
Miriam Limoeiro Cardoso
Moema Eulália de Oliveira Toscano
Osvaldo Gusmão
Plínio Sussekind da Rocha
Quirino Campofiorito da Rocha
Sarah de Castro Barbosa
Victor Nunes Leal

As cassações brancas

O cerceamento às atividades acadêmicas não cessou após as aposentadorias por força dos atos institucionais.

Surge nestes últimos anos uma forma mais sutil de repressão, atingindo um número cada vez mais crescente de pessoas ligadas ao meio universitário. Estamos nos referindo as assim chamadas “cassações brancas”. Nesta forma de repressão, o professor ou pesquisador não é mais preso ou aposentado e muitas vezes nem mesmo perde seu emprego. Simplesmente lhes são negadas certas condições essenciais para o exercício pleno de sua profissão.

As formas pelas quais os professores e pesquisadores sofrem restrições são bastante conhecidas e derivam basicamente da interferência de órgãos extra-acadêmicos e da imposição de critérios estranhos ao mérito científico no processo decisório das agências financiadoras de formação e aper-

feiçoamento e no sistema de recrutamento de pessoal das instituições públicas..

As principais modalidades dessas interferências ilegítimas são as seguintes: vetar por motivos de segurança, cujas razões são secretas, a concessão de bolsas de estudo, de auxílios para viagens a Congresso no exterior e de permissão para se ausentar do país, a exigência de atestados de ideologia, o surgimento da figura da “fiança ideológica”, o não reconhecimento de títulos acadêmicos obtidos em países socialistas, a obrigação de preenchimento de formulários paralelos aos formulários oficiais das instituições financiadoras desde os dezoito anos de idade.

A não existência de uma instituição publicamente responsável pelo veto torna impossível a defesa, e por conseguinte, os atingidos ficam condenados perpétuos de processos desconhecidos.

Reconstruindo Manguinhos

Em discurso pronunciado durante ato público promovido pela ADFOC em 31 de julho de 1979, o pesquisador Carlos M Morel, avaliando o choque que representou o “Massacre de Manguinhos”, disse:

Há quase 10 anos, dois decretos governamentais atingiam drasticamente o patrimônio intelectual e moral de uma das mais conhecidas instituições de pesquisa do Brasil. Culminando um longo e doloroso período de perseguições pessoais, inquiridos, denúncias e investigações degradantes, alguns dos mais ativos e capazes pesquisadores de Manguinhos viram de repente seus destinos selados, irremediavelmente afastados do local de trabalho a que estiveram vinculados por mais de 30 anos. Outros pesquisadores foram transferidos para outros locais onde não puderam prosseguir seus trabalhos: Laerte Manhães de Andrade, microbiologista; Jorge Guimarães, patologista, Mário Vianna Dias e Charles Esberard, fisiologistas. E seguramente um dos grandes nomes de Manguinhos, Walter Oswaldo Cruz, seria também incluído nestes decretos, não tivesse ele, ferido por tantas agressões, morrido em 3 de janeiro de 1967.

Quase dez anos já se passaram. A presença hoje, aqui no campus de Manguinhos, de vocês, colegas aposentados por atos governamentais, ou de seus familiares, nos emociona e nos honra. Em nome da Associação dos Docentes, Pesquisadores e Tecnologistas da Fundação Oswaldo Cruz, agradecemos terem aceito participar deste ato público pelo qual quisemos lhes homenagear.

Mas os pesquisadores não desejam apenas homenagear um pequeno número de vítimas da arbitrariedade.

Não, este Ato que nossa Associação organizou tem um sentido de maior alcance e pretende apenas representar uma primeira etapa num trabalho que gostaríamos de poder realizar, juntos, pela reconstrução de Manguinhos. No momento em que novas trincheiras foram conquistadas na luta pela restauração das liberdades democráticas em nosso país, é nosso dever utilizá-las para que se recrie em nossa instituição, em sua plenitude, o ambiente livre, criativo e estimulante tão necessário ao trabalho científico.

Assim julgamos conveniente aproveitar esta ocasião para, simultaneamente a esta homenagem, expressar algumas das posições e atitudes que a nossa Associação julga urgente defender no atual momento.

Somos otimistas. Acreditamos que esta instituição pode e deve voltar a ser um dos baluartes da pesquisa biomédica no país. E, mais do que isto, que se encontra neste momento novamente em um ponto crítico da sua existência, numa verdadeira encruzilhada. Encruzilhada que pode levá-la a reconquistar o prestígio internacional que já desfrutou ou que a fossilizará irremediavelmente no papel de instituição submersa na burocracia e na pesquisa de segunda classe. O primeiro caminho é difícil e exige coragem para trilhá-lo; o segundo é bastante cômodo mas não leva a lugar nenhum.

Se o caminho que leva à reconstrução de Manguinhos deve partir da reintegração destes pesquisadores, ou seja, da revogação destas cassações explícitas, ele deve também incluir uma outra etapa, qual seja, a da eliminação por completo de outras formas de cassações.

Cassações não explícitas, feitas na surdina, de razões jamais apresentadas, e já amplamente conhecidas em todo o país como “cassações brancas”. Manguinhos vem continuamente sofrendo este segundo massacre e que, a se perpetuar, gerará danos irreversíveis à nossa instituição. Alguns professores que trabalham normalmente em outros centros no país, convidados a se integrarem aos quadros da Fundação Oswaldo Cruz, são misteriosamente vetados por órgãos de segurança; aprovados em concurso são impedidos de tomar posse; pesquisadores com convite e passagem assegurados para estagiar.

Caros colegas afastados, desejamos em breve, tê-los de volta, ajudando-nos nesta tarefa de reconstruir Manguinhos. Sabemos do amor que têm a esta casa e da grande contribuição que ainda têm a dar. A nossa Associação tomou a iniciativa de enviar à Administração da Fundação memorando solicitando a recontração imediata de vocês, independentemente de projeto governamental, e que já foi protocolada na data de hoje.

Mas esperamos também que o debate nacional e a pressão legítima, democrática, sobre o Congresso Nacional, consiga modificar o Projeto de Anistia. Só a anormalidade em que ainda vivemos pode explicar que diante do crime cometido contra Manguinhos sejam mais vítimas os anistiados.

Manguinhos precisa desta anistia, todo o país precisa dela. E neste ponto, passamos a palavra ao poeta Carlos Drummond de Andrade, que em admirável crônica publicada no Jornal do Brasil de 28 de junho de 1979, conseguiu tão bem expressar o que todos pensamos:

ANISTIA: COMO VENS, COMO TE IMAGINAVA

Anistia, teu nome é perdão. Mas como perdoar a quem não cometeu falta ou delito, e, não os cometendo, foi castigado? (...) Anistia, começo a não compreender teu sentido. Vens com um ramo de Oliveira na mão direita, mas ocultas na outra algo parecido com uma vergasta. Perdoas a quem não precisava ser perdoado, mas exaltado, em vez de te curvares diante dele, porque sofreu punição iníqua, já é estranho perdão. (...) Anistia, uns pela metade ou por dois terços? Consideras-te ampla e estreitas as dobras de tua veste? Absorveste mal o significado da palavra perdão, omites a profundidade da palavra esquecimento? Discriminas onde a razão, a filosofia e a ciência política se eximem de fazê-lo? Demoraste tanto a vir, e parece hesitar ainda na etapa final do caminho. Consultas papéis e mais papéis, como se no papel, e não no espírito que em todos os tempos te inspirou, estivesse a indicação precisa do teu roteiro. Um só papel e poucas linhas te bastam. (...) Julgas-te sábia, se limitas o raio de tua sabedoria? Tens-te por generosa, estabelecendo condições para a tua generosidade? Sabes que podias ser perfeita, e a perfeição não te apraz? A conveniência política poderá acolher-te com aplausos, considerando-te a melhor que se poderia almejar no momento, e nesse caso te colam a etiqueta de provisória ou mais ou menos. Mas eu queria ver-te resplandecente em tua pureza e integridade. (...) Vem completa, vem de túnica imaculada, vem nua, anistia. E nua, não



darás margem a murmurações e recriminações, protestos, ressentimentos, vociferações e lágrimas. (...) Quero-te alta e perfeita, e não uma baixinha anistia de quatro dedos e andar cambaio. Quero que voes. Com asas te imagino, sobre os desencontros e mesquinhez das pobres intérpretes de tua grandeza luminosa”.

Mas não ficou aí o poeta. Em outra admirável crônica, imaginou o que se passaria no dia em que a verdadeira anistia chegasse. Esta crônica se chama. TUDO O QUE VEJO NESTA MANHÃ e foi publicada no Jornal do Brasil de 30 de junho de 1979. O poeta, em sua imaginária, passa na manhã da verdadeira anistia em vários locais para cumprimentar amigos seus que estão de volta às suas funções. E, especificamente sobre Manguinhos, diz:

“...preciso passar (...) no Instituto Oswaldo Cruz. Herman Lent está lá. Estão lá seus nove companheiros, demitidos como ele, quando se declarou guerra à ciência brasileira por vis motivos. Salva Manguinhos! Os bigodes satisfeitos de Oswaldo Cruz parecem surgir entre os arabescos mouriscos do casarão, e dir-se-ia ouvir a voz do mestre: ‘Agora estou consolado. Mas não façam isso com meus meninos, senão eu peço às forças da natureza destruam este prédio!’”

Que esta manhã da verdadeira anistia não demore!

Cientista pede uma anistia que corrija as injustiças

- Nas condições em que vivemos hoje, só é cabível uma anistia ampla e irrestrita, que corrija todas as injustiças que se cometeu neste País. Para nós, atingidos por atos de exceção no serviço público, não há qualquer perspectiva de reintegração nas nossas funções, porque as condições ditadas pelo projeto de anistia do governo são simplesmente humilhantes.

A declaração é do cientista Hermann Lent, homenageado ontem à tarde na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, durante a realização de um ato público pela imediata reintegração dos dez pesquisadores afastados de Manguinhos em 1970, por decreto do ex-presidente Emílio Médici, e que tiveram os seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Mais do que uma simples homenagem aos professores e pesquisadores aposentados da Fundação Oswaldo Cruz por atos institucionais, o ato público realizado ontem pela recém criada Associação de Docentes, Pesquisadores e Tecnologistas da instituição, em suas próprias dependências, marcou ontem a primeira etapa de uma luta sem descanso pela reintegração “automática e imediata” dos punidos. Passados quase dez anos do que se convencionou chamar “o massacre de Manguinhos”, num momento que se convencionou agora chamar “abertura política” os cientistas da Fundação repudiam veementemente a anistia discricionária que o governo pretende dar ao país, que na prática não permitiria o retorno de nenhum de seus dez companheiros sumariamente afastados.

Ontem mesmo o professor Luis Fernando Ferreira, presidente da ADFOC, encaminhou à direção da Fundação um requerimento exigindo a recondução dos cientistas punidos a seus antigos cargos, com “ressarcimentos morais e materiais” e sem a humilhação de passar pelos

procedimentos burocráticos previstos no projeto de anistia oficial. Os dez atingidos, que receberam títulos de sócios da Associação durante o ato são: Domingos Artur Machado Filho, Fernando Braga Ubatuba, Haity Moussatché, Masao Goto, Herman Lent, Hugo de Sousa Lopes, Moacir Vaz de Andrade, Sebastião José de Oliveira, Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e Augusto Perissé.

Luiz Ferreira se declarou - diante de uma platéia entusiasmada de cerca de 300 pessoas - otimista com relação ao reerguimento da atividade científica no Brasil, especialmente do retorno da Manguinhos à condição de “baluarte da atividade científica” que lhe era conferido antes de 64.

O presidente da Associação de Medicina do Rio, Gerson Lago, disse que a homenagem era uma “justa retribuição a honrados homens de ciência punidos pelas leis revolucionárias”, acrescentando que os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz foram “brutalmente banidos da vida intelectual e científica do País.”

Trechos do discurso do prof. Tito Cavalcanti falando em nome dos homenageados

Desconhecemos os motivos determinantes de nossas aposentadorias e cassações que se deram vários anos depois de encerradas e arquivadas as investigações acima referidas, e, especialmente, a razão do tratamento excepcional que a nós, que não somos políticos, foi dispensado.

Custa-nos, de qualquer forma, aceitar a total inexistência de motivos. É possível que ela seja mais aparente que real. Um ponto nos aguçava a curiosidade. E que, quer de público, quer tratando com autoridades, antes e depois de 1964, alguns de nós repetidamente manifestaram objeções a que se afastasse o Instituto de Manguinhos do sentido original, em que se engrandeceu e que lhe dera Oswaldo Cruz em 1908 – como bem

demonstra Herman Lent em seu citado depoimento - de órgão fundamentalmente de pesquisa pura e aplicada e de ensino, cobrindo vários campos da patologia humana, animal e vegetal.

Se tal foi o motivo, direto ou indireto, longínquo ou imediato, de nossas cassações, ou seja, a defesa um tanto intransigente, da linha original de Oswaldo Cruz, o aceitamos. Mantemos o nosso antigo modo de ver.

Não voltaremos ao Instituto Oswaldo Cruz. Mas, como no passado, continuamos, no presente, e continuaremos, no futuro, a prezar a grande instituição a que tivemos a honra de pertencer e de que fomos afastados por motivos inteiramente alheios à nossa vontade e ao nosso modo de agir

Rural homenageia seus cassados

A Associação dos Docentes da UFRJ homenageia hoje os professores da UFRJ afastados de suas funções por atos institucionais.

O número de nossos professores atingidos pelo arbítrio não foi elevado mas bastante seletivo; todos eram professores titulares e ocupando posições de liderança na universidade.

Logo no início do movimento de março tivemos a invasão de nossa universidade pelas forças da repressão.

Estudantes eram procurados e levados para interrogatórios. Alguns torturados. Os alojamentos masculino foram invadidos em busca de armas que nunca existiram.

O reitor nessa época, Prof. Titular Ydézio Luiz Vianna foi intensamente desrespeitado num processo humilhante que se estendeu até 9 de outubro de 1964 quando foi arbitrariamente demitido do cargo de reitor e também do cargo de professor catedrático. Posteriormente veio a ser inocentado de todas as acusações feitas contra ele mas não foi reintegrado às suas funções.

A convivência com o arbítrio da parte de alguns professores desta casa, embora representantes do setor mais retrógrado quanto à concepção do que seja a vida universitária, causou grande mágoa ao professor Ydézio que se determinou não voltar a essa universidade enquanto não forem reparadas as injustiças contra ele cometidas.

Seguiu-se um período em que nos foi imposto um interventor, o Professor Pimentel Gomes da Universidade

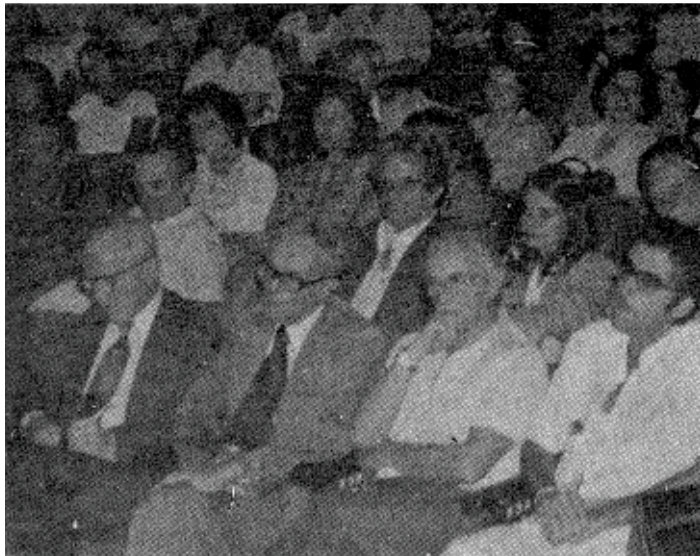
de São Paulo.

Lembro-me de dois discursos proferidos pelo Professor Titular Aurélio Augusto Rocha, hoje um dos nossos homenageados aqui presentes, em que concluía expressando enfaticamente seu profundo pesar pela intervenção em nossa Universidade. Talvez tenha se iniciado aí uma rede de intrigas que culminaram com sua aposentadoria arbitrária no dia 9 de abril de 1969.

Seguindo-se a cronologia, o Professor Titular Fernando Braga Ubatuva e o Professor Emérito Hugo de Souza Lopes, ambos também pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos) foram nossos próximos professores atingidos. Estes colegas tiveram seus Direitos Políticos suspensos por um Decreto do Ministério da Justiça de 1 de abril de 1970 e foram aposentados por decreto do Ministério da Saúde em 3 de abril de 1970. Integram o grupo dos dez cientistas cassados de Manguinhos.

O Professor Ubatuva era na época professor efetivo desta casa. Atualmente encontra-se trabalhando como pesquisador em Londres. O Professor Souza Lopes já estava aposentado como professor desta universidade, mas continua como cientista de Manguinhos quando atingido pelo ato de cassação.

A próxima vítima do arbítrio nessa universidade foi o Professor Titular Américo Groszmann, aqui hoje também presente. Liderou importantes pesquisas na área de melhoramento genético de milho. Foi aposentado por



Vista parcial do ato público na U.F.R.R.J., em 16 de agosto de 1979, mostrando na primeira fila, à direita, dois dos professores homenageados, Aurélio Augusto Rocha e Américo Gruszmann.

ato institucional em 5 de fevereiro de 1971.

Este período da história de nossa universidade ainda não foi contado, e talvez esteja a merecer a dedicação de um Livro Negro à semelhança do que fez a Associação dos Docentes da USP ou Herman Lent com relação a Manguinhos em seu livro “O massacre de Manguinhos”. Motivos mesquinhos de vingança pessoal constituem denominador comum no afastamento de nossos professores.

É importante lembrar esses períodos de ameaças e riscos de prisões por que passaram as universidades brasileiras e

que visavam intimidar a comunidade. Isto acarretou omissões por parte das cúpulas universitárias e que foram muito bem criticadas na época por Paulo Duarte no Conselho Universitário da USP.

“(...) Por não termos reagido às primeiras violências, por nos termos conservado num silêncio de intimidação quando deveríamos gritar, as desfeitas se sucedem, os agravos à Universidade repetem-se e, agora, são até indivíduos fanáticos ou inescrupulosos que agem contra ela, para abafar a sua voz que tem de ser livre sob pena de não ser universida-

de, ou então para vingar de professor ou abocanhar-lhes os postos. (...)”

O governo concede agora um projeto de anistia no qual se exige dos professores afastados um humilhante requerimento para o seu retorno ou reversão ao serviço ativo. E, adicionando injúria à ofensa, condiciona o atendimento à dependência de vaga e do interesse da administração, julgamento este que possivelmente seria realizado por comissões de burocratas. Julgamos que tal projeto de anistia não atende absolutamente à comunidade científica e acadêmica.

Nossa manifestação de apoio e solidariedade aos professores afastados compulsoriamente por força de atos de exceção não se esgota aqui. Trata-se do primeiro passo de uma campanha pela reintegração de nossos colegas à comunidade universitária. Esta campanha difundida hoje em todas as universidades brasileiras, constitui, como bem definiu a ADUSP, “um momento importante da luta mais ampla pela democratização da sociedade e da Universidade, pela restauração da dignidade das instituições de ensino superior no Brasil e pela sua reestruturação como órgãos livres de ensino, pesquisa, reflexão crítica e debate.

Em nome da Associação dos Docentes da U.F.R.R.J. agradecemos a vocês colegas aposentados por atos institucionais e seus familiares terem aceito participar desse ato público e receber nossas homenagens.

(Discurso de abertura do Ato Público proferido pelo Professor Jair Rocha Leal, Presidente da ADUR - RJ.)

NÃO, NÃO VOU FALAR

Não, não vou falar. Tive dez anos durante os quais pude preparar-me para falar, pois sabia sem sombra de dúvida, que este dia chegaria. Mas não encontrei palavras. Mais do que ninguém eu deveria saber o que dizer hoje. Minha infância ainda recebeu ecos da famosa AFFAIRE DREYFUS em que um escuro e inocente tenente francês serviu de bode expiatório para salvar a honra do exército francês e, condenado, passou anos na masmorra enquanto os intelectuais liderados por EMILE ZOLA lançavam manifestos que, resumidos, diziam não ser possível cometer-se injustiças nem mesmo em nome de um ideal, nem mesmo por patriotismo. E DREYFUS voltou, e a mancha foi lavada embora persistisse a cicatriz. Quando chegou a guerra de 40, a França foi dividida em duas facções. Uma de franceses que colaboravam com os nazistas, poucos, muito poucos por ideal, a maioria por oportunismo, que denunciaram inimigos pessoais. Outra facção, os resistentes, numa luta surda, esperaram ganhar e voltaram após a derrota dos nazistas. E infelizmente, para a grande vergonha de muitos franceses, alguns cometeram também vinganças pessoais e denúncias injustas, não comprovadas, contra pseudo-colaboradores. Esses fatos

deveriam ajudar-me a encontrar palavras próprias para hoje. Assim mesmo não encontro palavras bastante grandes, bastante fortes, bastante meigas, bastante violentas, bastante carinhosas. Por isso não vou falar-lhes. Permitam-me entretanto, que me dirija aos presentes para sugerir-lhes os sofrimentos pelos quais passaram, não os professores, pois todos certamente já pensaram neles, mas suas famílias. Os netos que aqui moravam e que repentinamente foram banidos sem que fosse fácil explicar-lhes satisfatoriamente o que ocorria. Os filhos que viram seus pais amargurados sem nada poder fazer. Um dos filhos que aqui estudava não pôde ter seu pai à cerimônia de formatura. Mas, principalmente, detenham-se por um instante na dor das esposas que sofreram por elas, mas duplamente pelo esposo. Não vou sádica e novelescammente dar detalhes desta dor que só a elas pertence e que seria falta de pudor dissecar agora. Prefiro silenciar mais uma vez, mas queria que elas permitissem que nós lhe ofereçamos estas flores apenas como breve signo de que estamos juntos.

Discurso proferido pela Professora GISELLE MACHLINE DE OLIVEIRA E SILVA, membro da DIRETORIA DA ADUR-RJ, em homenagem às famílias dos docentes cassados.

“Queremos refazer o futuro na companhia de todos, mesmo daqueles que erraram.”

(Professor Aurélio Augusto Rocha discursando em nome dos professores da UFRJ afastados por Atos Institucionais)

Anistia sem grandeza

Na tarde de 27 de junho de 1979, a nação que aguardava a reparação das injustiças cometidas em nome da Segurança Nacional, recebeu como resposta aos clamores da sociedade, um gesto tímido, acanhado, nada comparável ao nome que vestiu o gesto: Anistia.

O que esperava, a grandeza de um gesto de conciliação e reconhecimento não veio, ainda. O Projeto de Anistia não atende, em absoluto, as reivindicações dos juristas, dos intelectuais e do povo como um todo.

A ADUR-RJ, como parte de uma comunidade que participa no processo reivindicatório que se estabeleceu na sociedade, vem repudiar este projeto no seu todo e em particular no que concerne ao funcionalismo público, principalmente aos professores, pesquisadores e funcionários das nossas Universidades, Institutos de Pesquisa e Unidades de Ensino.

Segundo dados oficiais, desde 1964 foram punidos por atos institucionais, somente na área federal, 5.434 pessoas. Calcula-se que ao todo, as vítimas de repressão cheguem a mais de dez mil, entre exilados, presos políticos e desaparecidos. Dentre estas vítimas muitos são colegas nossos, estudantes, professores, pesquisadores e funcionários.

A bem da verdade todos foram vítimas direta e ou indiretamente, pois os que ficaram sofreram as consequências de alienação a que fomos confinados, sofrendo a falta de muitos dos nossos verdadeiros mestres e colegas.

Por isto, naquela tarde de 27 de junho nos vimos mais uma vez injustiçados.

A Universidade Brasileira foi uma das maiores vítimas dos atos de

excessão, e, mesmo após o Projeto de Anistia, continua a ser vítima da humilhação que o referido projeto impõe.

Como se não bastasse decepar o pensamento livre da universidade, agora, na oportunidade de reconciliação, se impõe restrições vexatórias às vítimas, quando o Projeto, num dos seus itens estabelece que a volta ao quadro, após solicitada pelo interessado, será condicionada necessariamente à existência de vaga e ao interesse de administração.

Ora, não é concebível que um funcionário vítima de perseguições, na maioria das vezes pessoais, hoje, passados dez ou mais anos sem o direito a defesa, venha solicitar perdão por um crime que sequer cometeu. E mais ainda, submeter-se a julgamentos pouco convincentes.

Como se não bastasse esta humilhação pelo referido Projeto, serão incluídos em quadro suplementar ficando impedidos de se beneficiar da lei de reestruturação de cargos e assim impedidos de receber vencimentos equivalentes aos de colegas seus em mesmas funções. Mais uma injustiça que se comete neste projeto falho.

Por outro lado, este mesmo projeto falho apresenta certas sutilezas, como no parágrafo 1.º do artigo 1º que revela a intenção de anistiar os torturadores, tantas vezes denunciados nestes últimos anos.

Nas entrelinhas, o Projeto evita que os torturadores sejam expostos ao julgamento de sociedade, mas esquece de facilitar ao Professor, ao Pesquisador, ao Funcionário, o justo reingresso às funções que foi forçado a deixar.

Por tudo isto senhores, a ADUR-RJ vem repudiar o Projeto de Anistia proposto e tem a esperança de que aqueles que se julgam iluminados, na verdade e sejam, quando do reexame das propostas dos congressistas. A ADUR-RJ se alia e participa dos anseios da comunidade universitária brasileira e espera pelo gesto justo de uma Anistia verdadeira que concilie e enobreça.

A nossa posição é aquela que tem sido defendida pelos que primam pela justiça: a reintegração automática e imediata de todos os docentes, pesquisadores e funcionários afastados da vida acadêmica por atos institucionais, com plenos direitos e ressarcimento dos prejuízos materiais e morais causados por violências institucionais.

A nossa posição é pela desativação de órgãos de repressão e censura.

A nossa posição é pela desativação dos órgãos de segurança no CNPq, MEC, Institutos e Unidades de Ensino, na Universidade. Órgãos que atuam nos processos de admissão de professores, concessão de bolsas e auxílios, saída para o exterior, através das denominadas cassações brancas.

Isto que almejamos provavelmente não será outorgado ou concedido, mas conquistado. Conquistado através de atos, gestos e procedimentos nobres e justos como este Ato que hoje promovemos.

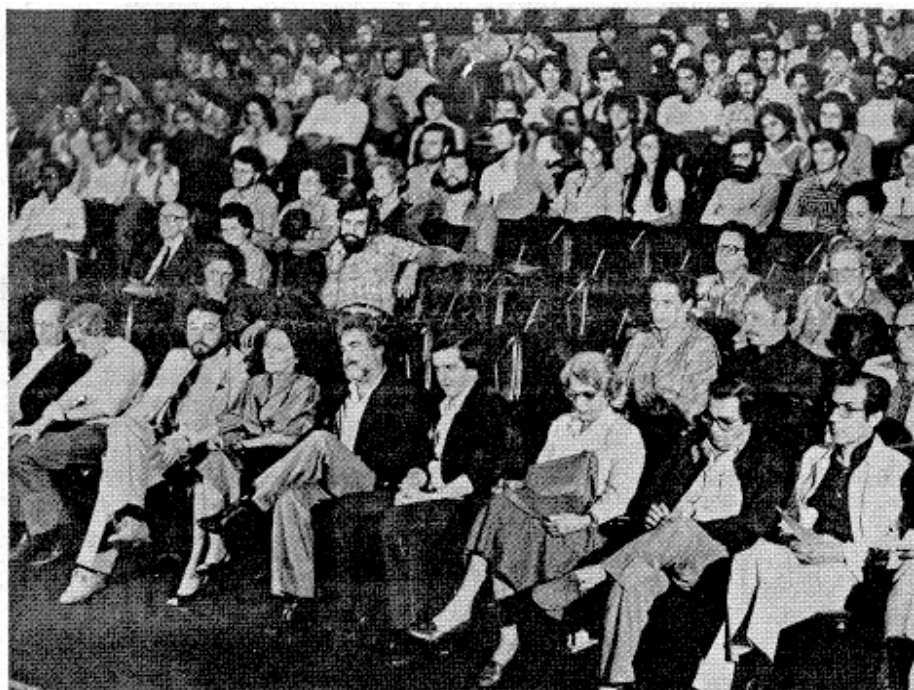
(Discurso proferido pelo Professor José Carlos Saraiva Gonçalves, membro da diretoria da ADUR-RJ.)

Professores da UFRJ em luta salarial

No dia 29 de maio de 1979 a Diretoria da ADUFRJ entregou ao Ministro da Educação o Memorial com as reivindicações salariais, trabalhistas e de carreira docente, subscrito por 1500 professores da UFRJ, nos sendo dito, na ocasião, que receberíamos uma resposta no dia 8 de junho. No dia 13 de junho recebemos uma resposta do Secretário do Ensino Superior do MEC que voltamos a publicar. Esta nos diz em termos nebulosos que a questão dos baixos salários está merecendo estudos constantes que estariam incluídos na reestruturação da carreira do magistério, "com modificações substanciais à Lei 6.182/74" (Lei do Grupo Magistério). **Pg 2 Editorial**

Por 50% de aumento imediato

■ Outras Associações de Docentes Federais também pedem aumento salarial: ADUFF (Fluminense) 50%, ADUFG (Goiás) 50%, ADUFRRJ (Rural) 50%, ADUFPB (Paraíba) 22.5%, APUBH (Belo Horizonte) 52.5%, ADUFES (Espírito Santo) 55% e APUB (Bahia) 68%.



Aspecto do Ato Público vendo-se em primeiro plano alguns dos professores homenageados

Projeto de Anistia: A ADUFRJ se posiciona

Uma das medidas tomadas pela ADUFRJ foi a constituição de uma "Comissão pela Reintegração dos Docentes Afastados por Atos Institucionais". Esta comissão, em pleno contato com os docentes afastados, inicialmente programou um Ato Público o qual foi realizado no dia 25 de junho passado. Posteriormente, quando o Projeto de Anistia do Governo foi tornado público, uma análise do mesmo foi feita, resultando em uma nota, transcrita a seguir. Esta nota, que traduz a posição da ADUFRJ face

ao projeto de Anistia, foi divulgada pela imprensa e levada à Reunião Anual da SBPC em Fortaleza.

A posição da ADUFRJ foi encampada por moções da SBF (Sociedade Brasileira de Físicos) e de Associações de docentes e foi transmitida a diversos membros do Congresso Nacional.

* Integrada pelos professores José Manuel Carvalho de Mello, Fernando Souza Barros e Vanússia Cardoso Neiva.

PG. 3

**SBPC
ASSOCIAÇÕES
DE
DOCENTES
SE REÚNEM**
pg 3

Show e debates no início de agosto

No início deste mês de agosto a ADUFRJ vai promover uma série de atividades entre os docentes da UFRJ, no que se adotou chamar "SEMANA DE REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS E DO AUMENTO SALARIAL DOS DOCENTES DA UFRJ". A programação das atividades vêm sendo organizadas por uma comissão de professores e se realizarão de 13 a 20 deste mês.

Dia 13, segunda-feira, às 21 horas no Teatro Carlos Gomes, teremos um show com MPB4, Clara Nunes, Quarteto em Cy, Ivan Lins e Sérgio Ricardo.

Debates serão realizados, com a presença de professores da UFRJ e convidados, com temário em torno das questões Salarial e Trabalhista, e regime de Autarquia Especial nas Universidades Federais, etc. Os debates serão realizados em dias e locais diferentes, dentro dos compus da UFRJ.

Prevê-se ainda o fechamento da Semana com um animado Baile.

PROFESSOR: COMPAREÇA E PARTICIPE!

**Porque
queremos
um aumento
de 50%?
Pág. 4**

SOLIDARIEDADE

Ilmo. Sr.
Orif. Ricardo Coelho
Presidente do CEP

Senhor presidente,
A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro vem reiterar seu apoio ao movimento de reivindicações salariais dos professores estaduais e municipais do 1º e 2º graus e manifestar sua solidariedade aos colegas que foram vítimas de coações por parte de autoridades do governo estadual.

Estamos certos de que, unidos e solidários, todos os professores poderão conquistar suas reivindicações, porque elas são justas e contribuem para melhorar as condições do ensino, em benefício da população.

Colocamo-nos ao dispor dos colegas do primeiro e segundo graus e repudiamos as pressões antidemocráticas e descabidas que estão sendo exercidas contra o seu movimento.

Pela diretoria da ADUFRJ

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1979.

EDITORIAL

Pacote embrulhado para presente

No dia 29 de maio de 1979 a Diretoria da ADUFRJ entregou ao Ministro da Educação o Memorial com as reivindicações salariais, trabalhistas e de carreira docente, subscrito por 1500 professores da UFRJ, nos sendo dito, na ocasião, que receberíamos uma resposta no dia 8 de junho. No dia 13 de junho recebemos uma resposta do Secretário do Ensino Superior do MEC que voltamos a publicar. Esta nos diz em termos nebulosos que a questão dos baixos salários está merecendo estudos constantes que estariam incluídos na reestruturação da carreira do magistério, "com modificações substanciais à Lei 6.182/74" (Lei do Grupo Magistério).

Em declarações prestadas aos jornais no mês de junho, o Sr. Ministro da Educação disse que receberíamos um "presente" no dia do Professor (15 de outubro) e o Secretário do Ensino Superior defendeu uma maior diferença salarial entre as categorias docentes como forma de "estímulo".

É necessário ressaltar alguns pontos:

Que a resposta do Secretário do Ensino Superior só nos diz que a questão do aumento salarial está incluída na mudança da Lei do Grupo Magistério, o que nos leva a concluir que a nossa reivindicação de 50% de aumento imediato para todas as categorias de docentes (colaboradores, auxiliares de ensino, assistentes, adjuntos e titulares) não foi considerada e, por outro lado, nada é dito oficialmente sobre as modificações na Lei do Grupo Magistério.

As notícias que aparecem veiculando maior diferença salarial além de serem do tipo da velha política salarial do início da década de 70 (época em que foi levada a efeito uma política que gerou grandes diferenças salariais), poderá levar a uma divisão das categorias docentes na luta por melhores salários.

Ao não tornar público para um amplo debate nas Universidades o anteprojeto de Lei do Grupo Magistério, o MEC está negando a política de diálogo que diz ter com os professores. *Nós já estamos cansados das coisas prontas que nos são impostas.* Queremos um espaço para participar deste debate e temos que encontrar as maneiras de obtê-lo. De forma semelhante foi preparado o anteprojeto de Lei de Autarquia do Regime Especial e o chamado "Pacotão das Reformas".

De qualquer maneira, uma hipótese viável é que o Governo enviará ao Congresso o anteprojeto de modificação da Lei do Grupo Magistério no dia 15 de outubro. O Congresso terá de 45 a 60 dias para analisá-lo e além disso entrará em recesso em dezembro. Mesmo que o Congresso aprove o projeto antes de dezembro, nós não obtaremos nenhuma melhoria salarial este ano. Possivelmente só em março de 1980. É importante ressaltar que o Congresso, pela Constituição atual da República, não pode fazer emendas que impliquem em aumento das despesas governamentais. Nesse caso não devemos esperar que o anteprojeto chegue no Congresso para encaminharmos de maneira mais direta nossas reivindicações.

Por outro lado, em março de 1980 já se terá acumulado toda a inflação de 1979. E essa inflação será levada em conta ou não? Nós também já temos experiência com a Lei do Grupo Magistério de dezembro de 1974, quando foi feita a nossa "reclassificação" e os aumentos provenientes dessa reclassificação só foram pagos em 1976, sem juros e correção monetária.

É a hora de reafirmamos nossa luta pelo aumento imediato de 50% (imediato mesmo, não para 1980) e nossas reivindicações trabalhistas.



Nossa posição diante do projeto de Anistia do governo

A ADUFRJ com base em recomendação da "Comissão pela Reintegração dos Docentes Afastados por Atos Institucionais" vem a público manifestar sua posição de que o Projeto de Anistia do governo não atende em absoluto às reivindicações da comunidade científica e acadêmica já expressas em manifestação anterior da ADUFRJ. Este Projeto é totalmente insatisfatório, no que concerne aos servidores públicos, em particular aos professores e pesquisadores afastados, pelas seguintes razões:

1. No Projeto de Lei da Anistia são usadas as palavras retorno ou reversão, a primeira das quais inexiste no estatuto dos Funcionários Públicos, no qual são previstas três situações para a volta dos servidores ao serviço:

- reversão
- readmissão
- reintegração

2. A reversão, que é a forma explicitamente adotada no Projeto de Governo, é o reingresso no serviço público de funcionários aposentados quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, aplicando-se aos casos em que o funcionário, que tenha sido aposentado por ter permanecido afastado por mais de 24 meses devido à moléstia grave, tal como tuberculose, alienação mental, etc..., tenha sido curado da mesma.

3. Para que a reversão possa efetivar-se é necessário que o aposentado, segundo o Estatuto:

- não haja completado sessenta anos de idade;
- não conte mais de trinta anos de tempo de serviço, incluído o período de inatividade;
- seja julgado apto em inspeção de saúde;
- tenha seu reingresso considerado como de interesse público a juízo da administração.

4. E presumível que um grande número dos aposentados por Atos Institucionais não satisfarão isolada ou juntamente as letras (a), (b) e (c) acima, restando ainda a possibilidade para a administração pública de impedir sua volta através da letra (d), exigência essa repetida enfaticamente no Projeto do Governo, quando diz que essa "volta" será "condicionada necessariamente à existência de vagas e ao interesse da administração".

5. Aqueles que apesar das barreiras acima

indicadas, conseguirem obter o deferimento dos seus pedidos de reversão - já em si mesmos humilhantes - serão incluídos em quadro suplementar pelo Projeto do Governo, ficando impedidos de se beneficiar da lei de reestruturação de cargos e assim, incluídos nos padrões de vencimento do quadro suplementar criado em 1974, abaixo de seus colegas do quadro permanente com as mesmas funções.

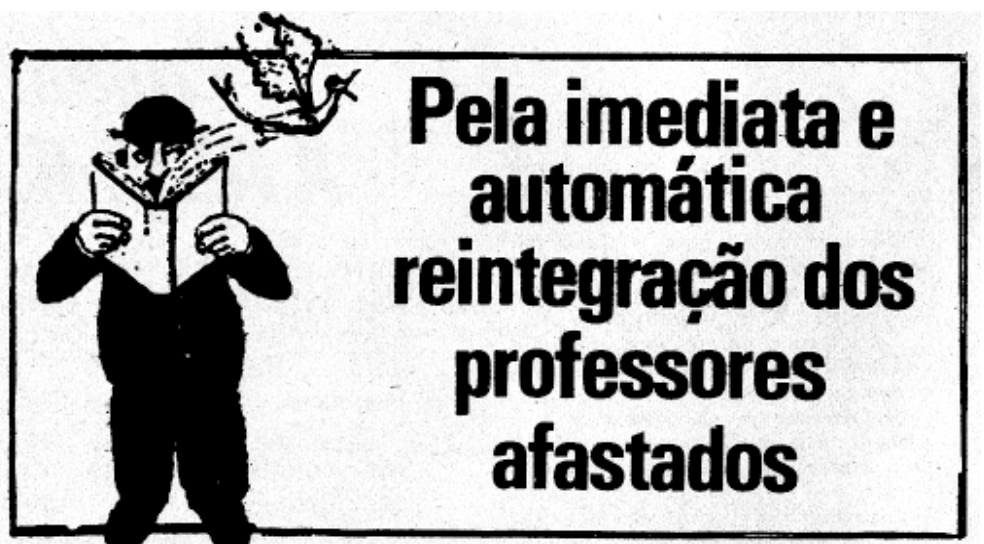
6. Das outras duas situações de que trata o Estado, a readmissão aplica-se ao funcionário ou demitido a seu próprio pedido e resolve requerer a sua volta, logo não diz respeito também ao caso dos docentes aposentados pelos Atos Institucionais.

7. A forma, prevista no Estatuto, mais benéfica de volta ao serviço público é a REINTEGRAÇÃO caso em que o funcionário aposentado ou demitido por decisão administrativa ou judicial é reintegrado por ter sido provada a sua não culpabilidade, com todas as vantagens e com ressarcimento de todos os prejuízos materiais sofridos.

Pelas razões acima, entendemos que o Projeto Lei de Anistia incorre em um grave erro na forma pela qual trata da volta ao serviço, daqueles que foram dele arbitrariamente afastados pelos Atos Institucionais.

A correção desse erro e de outras medidas parciais e restritivas do Projeto do Governo exigem uma radical mudança na sua forma e no seu espírito. Caso contrário ficará patente uma completa negação dos princípios de reconciliação implícitos no conceito de Anistia, que estaria sendo impropriamente invocado e falseado em seu conteúdo.

Por último, reafirmamos a posição da ADUFRJ pela reintegração automática e imediata de todos os docentes e pesquisadores afastados das universidades e institutos de pesquisas por atos institucionais, com plenos direitos e com ressarcimento dos prejuízos materiais e morais, causados pelo afastamento compulsório; pelo término das cassações brancas e pela eliminação total da intervenção indébita dos órgãos de segurança no CNPq, no MEC e nas instituições de ensino e pesquisa, na concessão de bolsas, auxílios ou autorização para a saída do País e nos processos de contratação.



EXPEDIENTE

Associação de Docentes da UFRJ — ADUFRJ C. Postal 1191 Cidade Universitária — Bloco H — Sala 329 — cr.
COMISSÃO DEDIVULGAÇÃO: Antonio Giannella Neto, Eduardo Batista, Ericksson Almendra, Fernando Carlos C. Lima, Juan Carlos Blas, Liana Cardoso, Maria Alice Rocha, Nara Saletto, Ricardo Chaloub.
 Diagramação Marinho — Composto e impresso na Gráfica e Editora Mory Ltda.

Docentes de todo o Brasil se reúnem

Durante a 31ª Reunião Anual da SBPC realizada em Fortaleza, Ceará, de 11 a 18 DE JULHO DE 1979, foram organizadas as seguintes reuniões de Associações de Docentes, com a presença de aproximadamente 30 Associações de todo o país:

1) **Reunião de Professores e Associações de Docentes de Universidades Federais**, no dia 14, convocada pela ADUFRJ, ADUFPb e ADUFRGS, com a seguinte pauta:

- luta salarial e reivindicações trabalhistas
- projeto de Autarquia
- reintegração dos professores cassados por Atos Institucionais

- criação de órgão de classe de professores pelo Ministério da Educação, conforme portaria de 31 de maio de 1979.

2) **Criação de uma Entidade Nacional**, no dia 16, coordenada pelo Prof. Laurindo Leal Filho, da APROPUC-SP, com a seguinte pauta:

- entidade nacional
- próximo Encontro Nacional de Associações de Docentes.

3) **Lineamentos de uma Reforma Universitária**, no dia 17, coordenada pelo Prof. Jorge Guimarães da ADUFF-RJ.

Do conjunto das discussões travadas foram aprovadas pelas Associações presentes as seguintes resoluções:

I - Criação de uma Comissão Coordenadora das Associações de Docentes, sem caráter deliberativo e com a função de intercambiar informações e documentos relativos às atividades docentes. A comissão é integrada por 2 Associações representantes de cada uma das seguintes regiões: SUL (Sta. Catarina, Paraná, Rio Grande



do Sul), RIO, SÃO PAULO, CENTRO (Minas, E. Santo, Brasília, Goiás, M. Grosso), NORDESTE e NORTE (Amazonas e Pará).

Como representantes provisórios do Rio de Janeiro nessa Comissão estão a ADUFRJ e a ADPUC. No dia 10 de agosto as Associações Docentes do Rio se reunirão no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) para escolher as 2 Associações que efetivamente apresentarão o Rio na referida comissão.

II - Realização de uma Reunião Extraordinária de Associações de Docentes, em Salvador, os dias 6, 7, 8 e 9 de setembro para discussão dos assuntos seguintes:

- a) questões salarial e trabalhista
- b) projeto de Autarquia, nova lei do grupo magistério e reforma universitária (pacote educacional)

III - Realização do Dia Nacional pela Reintegração Imediata dos Professores Cassados, em 20 de agosto.

IV - Comparecimento da Comissão Coordenadora Nacional ao Encontro dos Reitores, a realizar-se em João Pessoa, no dia 25 de julho, com as incumbências de:

- a) reivindicar a sustação da remessa do chamado "pacote educacional" (lei da Autarquia, lei do grupo magistério, lei da reforma) ao Congresso Nacional e sua divulgação na comunidade

de acadêmica.

b) aumento do compromisso do governo em relação à Educação Pública em todos os níveis.

c) fim das cassações veladas (brancas) e explícitas.

d) reintegração automática e imediata dos professores cassados, sem intermediação dos órgãos burocráticos.

e) extinção imediata dos órgãos de informação e segurança nas universidades e instituições de pesquisa.

Finalizando, na Assembléia Geral da SBPC realizada no dia 18, foram aprovadas as seguintes moções, encaminhadas pelas Associações de Docentes:

AS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DE TODO O BRASIL REUNIDAS POR OCA-SIÃO DA 31ª REUNIÃO DA SBPC EM FORTALEZA, REPUDIAM COM VEEMÊNCIA TODA E QUALQUER INTERFERÊNCIA DE ÓRGÃOS DE SEGURANÇA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA NO QUE CONCERNE À CONTRATAÇÕES E DEMISSÕES, À BOLSAS DE ESTUDO E AUXÍLIOS, BEM COMO À CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÕES PARA VIAGENS DE ESTUDO AO EXTERIOR.

AS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DE TODO O BRASIL REUNIDAS POR OCA-SIÃO DA 31ª REUNIÃO DA SBPC EM FORTALEZA VEM A PÚBLICO ENDOS-SAR EM SUA ÍNTEGRA A NOTA SOBRE O PROJETO DE ANISTIA EM QUE A ADUFRJ MANIFESTA SUA POSIÇÃO DE QUE ESTE PROJETO GOVERNAMENTAL NÃO ATENDE EM ABSOLUTO AS REIVINDICAÇÕES DA COMUNIDADE CIENTÍFICA E ACADÊMICA POIS QUE É TOTALMENTE INSATISFATÓRIO NO QUE CONCERNE AOS SERVIDORES PÚBLICOS, EM PARTICULAR AOS PROFESSORES E PESQUISADORES AFASTADOS. TAMBÉM REIVINDICAM A REINTEGRAÇÃO DE TODOS AQUELES AFASTADOS POR ATOS DE EXCEÇÃO.

PORTARIA DE 31 DE MAIO DE 1979

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, resolve: N.º 524 - Designar o Professor José Natri, Assessor da Secretaria de Assuntos Universitários, o Professor Joacyr Rogrigues Lima, Assessor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau e o Assistente Jurídico Moises Teixeira de Araujo, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial encarregada de estudar a viabilidade da criação de um órgão de classe dos professores, condições de registro e de controle ético, ficando assinalado o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

MEMORIAL

I. AUMENTO SALARIAL:

1. Concessão imediata de um aumento de 50% sobre os atuais salários e vencimentos dos docentes: titulares, adjuntos, assistentes, auxiliares de ensino, colaboradores e visitantes. Este aumento aproximará os vencimentos dos docentes da Universidade aos tetos fixados nacionalmente pelo Governo, através do CNPq e da FINEP, além de representar uma reposição do poder aquisitivo dos salários dos professores, que vem decaindo há vários anos.

2. Para os professores colaboradores o aumento de 50% deve ser concedido sem prejuízo da correção de 40% necessária para atualizar seus pagamentos que foram mantidos iguais aos do ano passado até agora, contrariamente aos dos demais professores.

II. QUESTÕES TRABALHISTAS E DE CARREIRA DE DOCENTE

A. Questões cuja solução imediata pode ser, em princípio, providenciada pela Reitoria da UFRJ:

1. Concessão automática do regime de 40 horas a todos os professores que apresentarem um plano de trabalho acadêmico que o justifique do ponto de vista exclusivamente didático e científico.

2. Concessão automática do regime de dedicação exclusiva (DE) a todos os professores de 40 horas que o requererem e que se submetam a regulamentação deste regime.

3. Reformulação da natureza do cargo de professor colaborador no sentido de que só admita professores destinados a ministrar cursos de caráter específico e peculiar que fujam à rotina docente da Universidade.

4. Sejam criadas vagas para auxiliares de ensino, assistentes, etc... em número superior ao de colaboradores existentes fora da definição

acima e que essas vagas sejam preenchidas a critério de cada unidade.

6. Sejam pagas as gratificações de insalubridade e de trabalho noturno aos docentes que dela façam juz. Deve-se restringir a gratificação de trabalho noturno aos casos em que seja um imperativo de rotina funcional, excluindo-se as aulas noturnas ou trabalhos feitos eventual ou opcionalmente à noite.

B. Questões cuja solução imediata, em princípio, implica em modificações da Lei do Grupo Magistério:

1. Passem a existir três regimes de trabalho para cada categoria funcional, atribuídas conforme a opção de professor:

- a) de 40 horas
- b) de 40 horas e dedicação exclusiva
- c) de 20 horas

1.1 - A situação normal do contrato de docente deve ser a de 40 horas, sendo as opções de 20 horas ou de dedicação exclusiva concedida a pedido do interessado.

1.2 - Deixa de existir, portanto, o incentivo de tempo Integral, passando o mesmo a ser incorporado aos regimes (a) e (b).

2. O atual incentivo de dedicação exclusiva passa a ser considerado como acréscimo salarial, calculado como 20% do salário base de 40 horas, e incorporado aos salários.

3. Os atuais incentivos para títulos de Doutorado e de Mestrado sejam adicionados aos salários e incorporados aos vencimentos em caráter irreversível calculados com, respectivamente, 17,5% e 12,5% sobre o salário base de 40 horas, para os docentes nos regimes (a) e (b). Para os docentes no regime (c) estes percentuais serão aplicados ao salário base de 20 horas.

4. Sejam mantidos como tais apenas os atuais

incentivos:

- a) de aperfeiçoamento ou especialização
- b) produção científica

4.1 - O incentivo de produção científica seja estendido aos auxiliares de ensino e aos professores de 20 horas.

5. O percentual do incentivo de produção científica seja:

- a) 20% do salário base de 40 horas para os professores nos regimes de 40 horas com e sem dedicação exclusiva.
- b) 10% do salário base de 40 horas para os professores no regime de 20 horas.

6. O acréscimo de vencimento para o regime de dedicação exclusiva seja de 20% do salário base de 40 horas.

7. O auxiliar de ensino seja o primeiro cargo da carreira do magistério e, como tal, a admissão a este cargo seja feita por concurso público.

8. O auxiliar de ensino, ao obter o título de mestre seja promovido automaticamente a assistente a este a adjunto ao obter o título de doutor, desde que tais títulos tenham sido obtidos na UFRJ ou em cursos por ela reconhecidos.

9. Seja modificada a legislação do Grupo Magistério para permitir as promoções dos docentes das áreas onde não há doutorado nem mestrado.

III. SOBRE A UNIVERSIDADE

Por último, nós, docentes da UFRJ, reafirmamos nossa posição de que cabe ao Estado o dever fundamental para com a Educação. Dentro desse espírito, discordamos de medidas que tenham um caráter privatizante tal como o ensino pago.

Manifestamos também nossa posição contrária ao regime jurídico de fundação de direito público para as universidades federais, pelo que esse regime possa vir a permitir em perda do controle administrativo e financeiro da universidade e pelas implicações desse fato na condução da sua

Texto do abaixo-assinado encaminhado ao Ministério da Educação, subscrito por 1500 professores da UFRJ.

Reivindicações dos professores da UFRJ aprovadas pela Assembléia Geral da Associação dos Docentes da UFRJ em reunião de 10/05/79.

política de ensino e pesquisa.

Receamos também que a regulamentação do regime especial para as universidades autárquicas, cujo projeto-lei se encontra com o Exmo. Sr. Presidente da República, venha, em busca de uma saudável autonomia universitária, incorrer em desvios semelhantes aos da fundação. Nesse sentido solicitamos que o referido projeto de lei seja divulgado para que possa receber da comunidade dos docentes da universidade, as críticas e as sugestões em benefício de melhores condições de ensino e pesquisa na universidade.

RESPOSTA DO MEC

Em resposta a correspondência encaminhada por V. Sa. ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, sobre memorial reivindicatório referente a reajuste salarial e questões outras pertinentes à carreira de magistério superior, envolvendo docentes dessa Universidade, de ordem do Exmo. Sr. Ministro, cumpra-me informá-lo de que o assunto está sempre na ordem prioritária deste Ministério, merecendo estudos constantes com o objetivo de reestruturar a carreira de magistério, incluindo, obviamente, a questão dos baixos padrões salariais.

Esta Secretaria está ultimando os trabalhos de ante-projeto de lei, propondo as alterações necessárias à implantação da nova estrutura, com modificações substanciais à lei 6.182/74.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V. Sa. os protestos de meu maior apreço. O original foi assinado pelo Sr. Secretário Guilherme Marcos de La Penha - Secretário de Ensino Superior.

OBS: Lei 6.182/74 (Lei do Grupo Magistério)

Docentes entregam documento no encontro de reitores

Realizou-se em João Pessoa a 29ª Reunião do Conselho de Reitores, na qual o MEC apresentou suas diretrizes contidas num documento intitulado "Esboço de uma política de educação superior". Podemos ressaltar a intenção de "dignificar progressivamente a carreira docente, transformando-a num forte estímulo para a indispensável fixação, no meio universitário, das inteligências crítico-criadoras que possam colaborar no projeto de uma autêntica universidade brasileira". Talvez esta seja uma meta de difícil realização levando-se em conta que o próprio documento diz que "a atual conjuntura impõe a adoção de uma política de austeridade orçamentária com uma eficiente gestão de recursos financeiros".

Na ocasião, uma delegação de professores apresentou o documento elaborado na Reunião das Associações de Docentes na SBPC (veja em "Associações de Docentes de todo Brasil se reúnem"). Em resposta o Ministro da Educação declarou que "a extinção dos órgãos de segurança nas Universidades já está em curso", enquanto o Secretário de Ensino Superior disse que "a educação superior é um serviço público e deve ser preservada para não degenerar em atividade comercial". Encaramos a declaração do Ministro como um passo importante, mas ainda inicial, no que tange às cassações explícitas e veladas. Quanto à segunda declaração, só podemos estar de acordo. Entretanto, nos perguntamos o quanto o ensino superior já não está degenerado em atividade comercial e se o projeto de regulamentação da autarquia especial nos resguarda de tal degeneração.

Pedidos de 40 horas serão liberados em agosto

A diretoria da ADUFRJ em entrevista com o reitor, prof. Luiz Renato Caldas, em 30 de julho oficializou o convite da Associação para o reitor participar de um debate a ser realizado em 13 de agosto próxima, segunda-feira, às 14 horas no auditório do Centro de Tecnologia sobre os temas que vêm mobilizando os professores, quais sejam, SALÁRIOS E REFORMA.

O reitor teve oportunidade de informar que os estudos internos da UFRJ sobre a reforma dos nossos estatutos estão em compasso de espera, aguardando a definição dos projetos de regulamentação de autarquia especial, nova lei do grupo magistério, etc.

Além disso, informou que os pedidos de 40 horas que estavam presos por falta de verbas serão liberados em agosto, conforme anteriormente prometido. Aguardemos!

Porque 50%?

A política de arrocho salarial que atingiu fortemente os funcionários públicos e contratados da União e a redução gradativa da participação das verbas para educação no orçamento governamental causaram uma perda do poder aquisitivo dos salários dos professores das universidades federais em face do aumento do custo de vida.

A reivindicação de um **AUMENTO SALARIAL DE 50%** dos professores da UFRJ foi deliberada por uma **ASSEMBLÉIA DE DOCENTES DA ADUFRJ** em 10 de maio deste ano, após discussões em que foram levados em conta vários estudos, inclusive a aplicação do **ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA DO DIEESE** ao salário dos professores das universidades federais no período 1970-1979.

O governo reconhece que os atuais salários são insuficientes para quem se dedica exclusivamente ao ensino e à pesquisa na universidade, ao conceder as bolsas de pesquisador do CNPq ou as complementações salariais da FINEP, as quais admitem um **ACRÉSCIMO DE ATÉ CERCA DE 50%** sobre os salários.

Entretanto, essas bolsas e complementações não atendem igualmente a todas as áreas do conhecimento, concentrando-se naquelas julgadas prioritárias pelos órgãos financiadores de acordo com os seus planos de desenvolvimento que beneficiam a tecnologia, as ciências exatas, algumas ciências naturais e em poucos casos as ciências sociais, com visível prejuízo das áreas não contempladas.

Mesmo os professores das áreas apoiadas pelas complementações da FINEP e pelas bolsas do CNPq não tem garantia da manutenção

Governo reconhece salário é insuficiente



dos seus níveis de remuneração, sofrendo a agonia dos processos de renovação a cada dois anos na FINEP e anualmente no CNPq. Além disso esses adicionais podem ser suprimidos facilmente, como já tem ocorrido nos períodos de renovação. Por essa razão o aumento do salário do MEC é uma reivindicação que une todos os professores e é defendida de forma unitária.

Não basta, entretanto, aumentar os salários sem garantir uma carreira aberta a todos os professores, para que possam progredir na mesma. Há inúmeros problemas: a instabilidade do auxiliar de ensino, que não tem garantida sua permanência na universidade; a falta de vagas; a dificuldade de promoções para os assistentes e adjuntos; a falta de verbas para estender a todos o direito de optar pelo regime de 40 horas e dedicação exclusiva; o desvirtuamento da função de colaborador, usado como uma espécie de "bóia fria" do ensino, com contrato de 10 meses por ano, sem férias, sem direitos trabalhistas. Por-

tanto, a Assembléia Geral da ADUFRJ deliberou que o pedido de aumento salarial de 50% fosse acompanhado de reivindicações de caráter trabalhista para corrigir essas distorções e para evitar o congelamento da situação atual, em que há um número pequeno de titulares e insuficiente de adjuntos e de assistentes, com poucos lugares para docentes de 40 horas e tempo Integral.

Nossas reivindicações foram apresentadas em memorial acompanhado de cerca de 1500 assinaturas, entregue pessoalmente pela diretoria da ADUFRJ ao Reitor da UFRJ e ao Ministro da Educação.

Como vitória concreta conseguimos até agora apenas a correção de 40% para o pagamento dos colaboradores, já atendida pelo Reitor.

Foi também prometida, ao nível da Reitoria, a ampliação do atendimento dos pedidos já feitos de regime de 40 horas e dedicação exclusiva, ainda nesse mês de agosto.

Entretanto, da parte do Governo nenhum atendimento concreto foi dado às reivindicações, tendo o Ministro da Educação respondido às mesmas, informando que estão sendo estudados pelo MEC um aumento salarial dos professores e mudanças na carreira docente.

Não podemos nos dar por satisfeitos com essas respostas, enquanto sabemos que está sendo preparado um pacote de medidas para mudanças no quadro de docentes e na universidade, sem a nossa participação. Não abriremos mão das nossas reivindicações trabalhistas e de aumento de 50% nos salários. Lutaremos por melhores condições de trabalho e de ensino, contra um regime jurídico para as universidades federais que as leve na direção da privatização, pelo ensino público e gratuito.

Escolas demitindo professores por participarem de suas Associações

Os movimentos salariais, a organização dos professores universitários e a criação das associações de docentes nas faculdades e universidades do Rio de Janeiro - visando defender os interesses da categoria - vêm recebendo a resposta dos dirigentes patronais, que têm empregado os instrumentos de força, como demissões em massa, ameaças, agressões.

Devemos denunciar e repudiar os acontecimentos recentes que estão ocorrendo em escolas do Rio de Janeiro.

1. Na Universidade Gama Filho, após as lamentáveis ocorrências por ocasião da criação de sua Associação de Docentes, onde a utilização de uma polícia interna (os judocas) impediu a criação de uma

Associação livre, vemos agora, atônitos, a demissão de cerca de 60 docentes e a extinção de todo um Departamento (o de Sociologia). Todos os professores demitidos estavam ligados ao movimento grevista do 3.º grau da rede privada.

2. Na Fundação Getúlio Vargas, imediatamente após sua candidatura como presidente de uma chapa para a Associação de Funcionários da FGV, o professor Aloísio Belisário foi demitido. Ele havia sido o representante dos professores da FGV junto ao Sindicato por ocasião da greve. O motivo alegado para sua demissão foi, textualmente, que "seus princípios não coadunam com os da FGV, que é uma instituição liberal e democrática".

3. No SESAT (Faculdade de Administração da Guanabara) foram demitidos todos os diretores da recém criada Associação de Docentes do SESAT, que também haviam participado do movimento grevista.

A chamada grande imprensa não noticiou nenhum desses casos, assim como não noticiou as diversas manifestações públicas ocorridas em repúdio a esses atos arbitrários.

Nosso Boletim abre um espaço para essas denúncias, pois deve servir como meio para esclarecer o nosso professorado sobre as reais condições que a categoria tem enfrentado, no momento em que procura se fortalecer em suas entidades.

SAIU EM "O GLOBO"

31/07/79

Depois de classificar as reivindicações salariais do professorado, em todos os níveis, como "absolutamente justas", Eduardo Portella explicou que o MEC tem tomado conhecimento de demissões de professores ocorridas em algumas universidades e faculdades do Rio, e que elas englobam dois níveis: o Ministério do Trabalho, devido às relações trabalhistas, e o MEC.

- Hoje (ontem) conversarei com o presidente do Conselho Federal de Educação para evitar que se transforme essas demissões em alguma coisa volumosa, com prejuízo da classe docente. Fundamentalmente o MEC deve defender a classe docente, qualquer que seja o motivo. Não podemos afirmar categoricamente que estes professores serão readmitidos, mas faremos o que pudermos para o retorno deles ao convívio das faculdades.

Portella disse ter recebido o documento da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro solicitando, entre outras coisas, aumento salarial de 50%.

- As reivindicações dos professores da UFRJ são sensatas, mas temos que adequá-las à disposição orçamentária do Ministério. Espero conseguir dialogar com eles para que não haja greve em agosto.

Pelas reivindicações trabalhistas Pelo ensino público e gratuito

A ADUFRJ obteve oficiosamente o documento abaixo preparado pela Comissão do Grupo Magistério da Secretaria de Ensino Superior do MEC e o publica para apreciação dos Professores.

EXTRA

ESTUDO PARA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR.

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Classificação de Cargos do Grupo Magistério frustrou a expectativa do corpo docente não apenas em relação aos níveis estabelecidos, como também pela sua própria concepção. A legislação não fugiu aos padrões tradicionais, negligenciando as características peculiares ao magistério superior. Só apresentou uma frágil tentativa de fugir à rotina na medida em que instituiu incentivos funcionais de titulação acadêmica e de produção intelectual. Tais incentivos, por sua vez da maneira como foram concebidos logo se tornaram "pouco atraentes e inadequados".

A atual legislação representa, sob certos aspectos um retrocesso em relação à anterior. Dados de agosto de 1978 (1) mostram o seguinte quadro com referência às IES - Autarquias:

Tabela 1 (pág. 2)

O que interessa no quadro são os 758 assistentes com doutorado e os 745 auxiliares de ensino com mestrado.

Pela legislação anterior os professores assistentes portadores do grau de doutor teriam suas remunerações equiparadas à da classe de adjunto se ocupantes de cargo, ou seus contratos alterados se contratados em regime de CLT.

Do mesmo modo, os auxiliares de ensino portadores do grau de mestre teriam sua situação ajustada para a condição de professor assistente e os portadores do grau de doutor, teriam sua situação alterada para a condição de professor adjunto.

A legislação atual decorrente do plano de classificação, ao criar os "incentivos de titulação" e ao fixar o número de cargos ou empregos em cada classe, manteve grande grupo de pós-graduados em situação inferior àquela em que deveriam estar pela legislação anterior.

Outro efeito, contrário ao problema anterior mas igualmente indesejável, que deverá ocorrer com mais intensidade a partir dos próximos anos, será o da permanência indefinida nas classes inferiores da carreira, de docentes vinculados a áreas onde não existem, ou nem mesmo têm sentido, programas de pós-graduação a nível de mestrado ou doutorado. Este fato decorre da exigência rígida de titulação formal para ingresso ou promoção às classes de professor assistente e adjunto.

Os problemas já identificados a partir da experiência de alguns anos da implantação do PCC - Grupo Magistério, justificam, estudos de reformulação da categoria visando não apenas a correção dos problemas constatados mas a uma nova concepção da carreira docente.

Os pontos críticos são os seguintes:

a - Obrigatoriedade generalizada de mestrado para a manutenção do auxiliar de ensino no corpo docente. O estágio probatório, tal como está concebido, tem se apresentado como um dos problemas que exigem solução mais urgente;

b - Regime de trabalho de 40 horas obrigatório para o auxiliar de ensino;

c - Restrição ao pagamento do incentivo V (pro-

dução intelectual) aos docentes em regime de 20 horas semanais e aos auxiliares de ensino em qualquer regime;

d - Rigidez da estrutura interna da lotação - número fixado de lugares em cada classe e no conjunto de auxiliares de ensino;

e - Impossibilidade momentânea de utilização dos contingentes de expansão;

f - Baixa remuneração do professor de ensino superior e ausência de uma perspectiva de carreira no seu sentido real de crescimento profissional;

g - Exigência de titulação formal criada pela legislação, forçando, em grande parte, a instituição de programas de pós-graduação de baixa qualidade;

h - Repesamento de pós-graduados em classes mais baixas, pela rigidez da lotação por classes, e impossibilidades de ascensão na carreira, em áreas onde não há pós-graduação.

Estes oito pontos têm aparecido com frequência em diferentes reuniões de IES como aqueles que o mais brevemente possível devem ser estudados no sentido de estabelecimento de correção. Trata-se de questões levantadas no I Seminário de Gerentes de Recursos Humanos de Universidades Federais, realizado em Florianópolis, em setembro de 1978 e no II Seminário realizado em João Pessoa, em fevereiro do corrente ano.

O assunto foi retomado no mês de abril do corrente ano, em reuniões informais realizadas na Comissão do Grupo Magistério, da SESu e, mais tarde, em reunião realizada no dia 03 de maio na CAPES.

Das reuniões da CGM da SESu, alternativas foram elaboradas, tendo em comum dispositivos que venham corrigir os oito problemas básicos acima apontados.

2. O MODELO PROPOSTO PARA A NOVA ESTRUTURA

Este modelo, a par de pretender corrigir as distorções da legislação atual, estabelece quatro classes, com quatro referências cada uma, permi-

tindo não só a progressão horizontal como a vertical, com algumas inovações em relação aos esquemas tradicionais:

a - Em cada classe, interstício de 2 anos, em cada referência e progressão automática, até professor Adjunto 4;

b - Após permanência de quatro anos na última referência da classe, progressão automática à primeira referência da classe seguinte;

c - Ingresso por seleção pública para classe de Professor Auxiliar;

d - A conclusão de cursos de pós-graduação - obtenção de grau de mestre, doutor, ou certificado de especialização, em casos a serem definidos - ou a titulação como docente livre permitem, ao professor a mudança de classe, independentemente do interstício, constituindo, portanto, uma possibilidade de crescimento rápido na carreira. A referência que estiver ocupando numa classe definirá a referência que ocupará na classe subsequente, de acordo com os seguintes critérios:

- O AUX que obtiver o grau de mestre ou o certificado de especialização (em áreas a serem definidas) passará à diferentes referências da classe de ASS, de acordo com a posição na classe de AUX, conforme indicado pelas linhas pontilhadas, no esquema apresentado;

- O Professor Adjunto que estiver na referência 4 desta classe, poderá passar à de Professor Titular, referência 1, submetendo a exame memorial descritivo e documentado de sua produção acadêmica - funções exercidas, trabalhos realizados, cursos ministrados ou realizados, participação em congressos, seminários e outras atividades acadêmicas. O exame do memorial, será feito por comissão especificamente designada, de que devem participar com maioria, professores altamente qualificados na área e não pertencentes à instituição. No julgamento do memorial serão consideradas a qualidade e a continuidade de produção acadêmica do candidato, caracterizando o nível de seu desempenho global como professor.

Esta concepção de carreira permite que um docente chegue rapidamente à classe de Assistente ou de Adjunto, por titulação acadêmica, e que o docente, de áreas onde essa titulação não seja possível, atinja as mesmas posições, embora mais lentamente, pelo cumprimento dos interstícios e conseqüente progressão por, tempo de serviço que está sendo valorizado como indicador de experiência adquirida na prática docente, e não apenas como um critério de antigüidade.

2.1 - Inovações

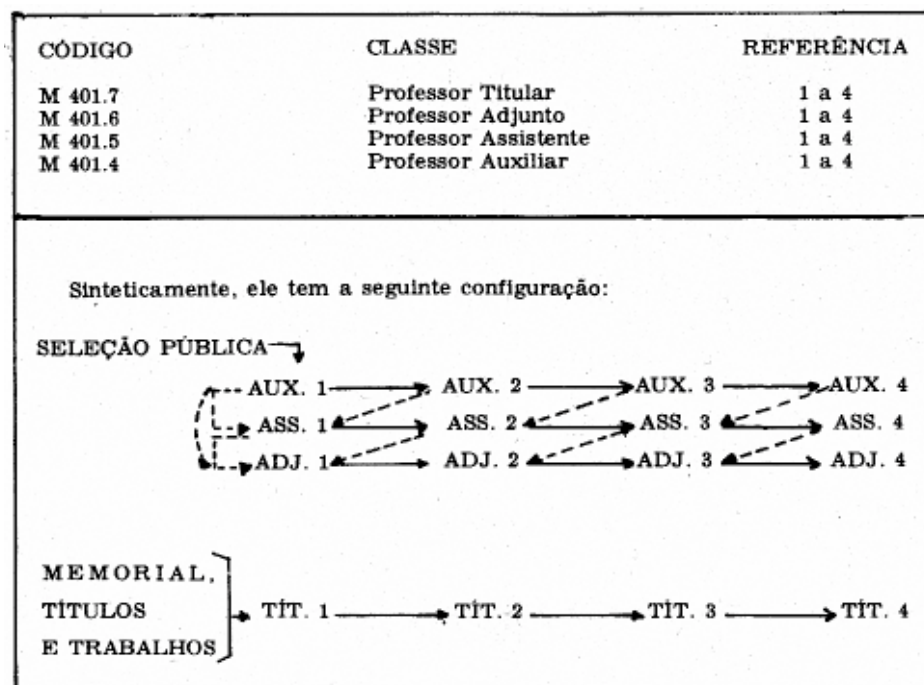
A configuração matricial sugerida para a carreira docente dá a ela características peculiares, assim:

a - Desde o início da carreira até o nível 4 da classe de Professor Adjunto, não haverá permanência superior a quatro anos, em qualquer posição específica da matriz, mesmo em áreas onde não haja pós-graduação. Desta forma, o docente que ingressar na carreira como Professor Auxiliar, chegará a ADJ 4 após 26 anos de serviço sem ter cursado programas de mestrado ou doutorado. Por outro lado, o Professor Auxiliar que tendo ingressado no nível inicial da carreira (AUX) poderá ser guindado à posição de ADJ 1, se ao final de 2 anos, por exemplo, tiver obtido o grau de doutor. Com mais 6 anos, por simples progressão funcional automática, alcançará a posição de ADJ 4, que o não titulado somente poderá atingir ao final de 26 anos. Além disso, a partir da posição de ADJ 4 ser-lhe-á facultado candidatar-se à classe de Titular, referência 1 pelo exame de memorial, independentemente de interstício. Tal dispositivo, portanto, permite um crescimento na carreira, a *velocidades* diferentes, a partir dos requisitos de equivalência entre pós-graduação formal e experiência docente;

b - No sistema atual as diferenças salariais são mínimas, não valorizando a titulação acadêmica do docente, fato que o modelo pretende corrigir. Entende-se que as variações de remuneração dentro da matriz devem ser crescentes à medida em que se sobe nos níveis, a partir da posição AUX 1 até a posição TIT 4;

c - Dá ao incentivo V uma característica real de incentivo, e isto talvez seja a idéia mais interessante do modelo proposto. Pela legislação atual, o incentivo V (no valor de 20% sobre o vencimento/salário básico), uma vez concedido como reconhecimento à produção intelectual, deve ser revista a cada cinco anos para a sua manutenção ou supressão. Como a lei que estabeleceu os incentivos funcionais é de dezembro de 1974, com vigência dos efeitos financeiros a partir de 1.º de novembro do mesmo ano, tais concessões devem começar a ser revistas em novembro do corrente ano. Já estão sendo previstos os problemas que decorrerão desta primeira revisão, pois se antecipam claramente as questões envolvidas principalmente com os professores contratados, em regime de CLT, que poderão vir a ter seus salários finais rebaixados.

O incentivo V será cumulativo, no valor de 20% sobre o salário/vencimento base do professor, a cada período de 06 anos, com base na sua produção intelectual. Quando não se



verificar produção no período, manter-se-á o percentual anterior concedido. Da maneira sugerida, um docente que tiver produção intelectual continuada, terá 100% do incentivo aos 30 anos de serviço.

Visa-se com isto a incentivar a produção, principalmente dos docentes mais novos, pois que estes terão oportunidade de acumular ao final da carreira até 100% sobre o vencimento básico, a título de incentivo V, incorporados aos seus salários/vencimentos inclusive para efeito de aposentadoria. Observe-se, de outro lado que, como tais incentivos foram criados em 1974, somente no ano de 2.004 ter-se-á o primeiro grupo de docentes incorporando o total de 100% a ele correspondente.

Deve ficar claro que os antigos incentivos II, III e IV são extintos e absorvidos pelo modelo proposto, que passa a prever a promoção a outra classe com a conseqüente alteração salarial, em lugar de concessões de incentivos de titulação. Ainda mais, extingue-se o incentivo I, estabelecendo-se que o salário ou vencimento básico corresponde ao regime de trabalho de 20 horas semanais, pago em dobro, no caso da concessão de regime de 40 horas semanais.

A dedicação exclusiva, corresponde a uma remuneração de 40% sobre o salário básico, em contraposição aos 20%, do incentivo VI previstos na legislação atual.

O modelo matricial proposto, já vem sendo usado com algumas modificações e talvez com um pouco menos de formalismo em alguns programas especiais e em algumas IES particulares. Ele representa sem dúvida uma concepção inovadora em relação à carreira atual e permite uma dinâmica maior, não só a partir da mudança de nível, a cada dois anos dentro de uma mesma classe, ainda que sem pós-graduação, e cria estímulos a esta, na medida em que ela pode ser utilizada como dispositivo acelerador de progressão na carreira.

Procurou-se ainda, fugir a todo mecanismo de avaliação subjetiva de desempenho do docente, partindo-se, isto sim, do fato de que o ingresso na IES será sistematicamente feito por meio de seleção, onde deve ser caracterizada a real qualificação do candidato.

2.2 - Escala Salarial - Níveis de 1979

Com referência aos valores básicos para cada classe, construiu-se inicialmente a primeira coluna, com valor original em regime de 20 horas, de Cr\$ 13.000,00 para Professor Auxiliar (cerca de 30% superior ao atual), adicionando-se cumulativamente Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 5.000,00 para caracterizar a remuneração básica das classes seguintes, de ASS, ADJ e TIT nas primeiras referências. Fixou-se, posteriormente, que a remuneração na última referência de cada classe será igual à inicial da classe seguinte, e de Cr\$ 30.000,00 a última referência da classe de titular.

A idéia prevalente na confecção da escala salarial se liga ao conceito de **requisito de equivalência** e a maneira de medi-lo.

Admitiu-se uma equivalência entre a pós-graduação formal e a experiência docente, medida esta em anos de docência - único meio objetivo identificado como indicador livre de avaliação subjetiva.

Assim, um **mestre** sem qualquer experiência docente, que ingresse como Professor Assistente (ref. 1) terá a mesma remuneração de um Professor Auxiliar (ref. 4) que, no modelo proposto, terá no mínimo 6 anos de experiência docente. Do mesmo modo, um doutor sem experiência docente que ingresse como Professor Adjunto (ref. 1), terá a mesma remuneração de um Professor Assistente (ref. 4), que terá no mínimo 16 anos de experiência docente.

Procurou-se deste modo um termo de equilíbrio entre a pós-graduação e a experiência docente, na pretensão de criar oportunidades de crescimento na carreira, tanto aos docentes vinculados a áreas onde há maior oportuni-

dade de pós-graduação, como àqueles das áreas onde a oferta é muito pequena ou inexistente.

Passou-se a seguir uma curva exponencial pelos valores extremos de cada classe, o que levou às taxas de 5%, 6,3%, 8,6% e 9,3% de crescimento em cada classe, respectivamente.

A tabela de remuneração proposta apresenta para cada classe e referência, seis situações distintas, quais sejam:

S1 = vencimento ou salário básico em regime de trabalho de 20 horas semanais.

S2 = S1 + 20% de S1 - remuneração correspondente ao regime de trabalho básico mais o incentivo de produção intelectual, calculado apenas sobre o primeiro período de concessão, de seis anos, pois a caracterização dos incentivos acumulados a cada período se dá em termos individuais, a partir da produção continuada do docente, quando então fará jus à acumulação.

S3 = 2xS1 - remuneração correspondente ao regime de trabalho de 40 horas semanais, sem incentivo de produção intelectual.

S4 = S3 + 20% de S1 - remuneração correspondente ao regime de 40 horas semanais mais o incentivo de produção intelectual.

S5 = 2,4 S1 - remuneração correspondente ao regime de dedicação exclusiva, sem incentivo de produção intelectual.

S6 = S5 + 20% de S1 - remuneração correspondente ao regime de dedicação exclusiva mais o incentivo de produção intelectual.

Tabelas 2 e 3

2.3 - Medidas Adicionais

Para completar a caracterização do modelo são ainda necessárias algumas medidas complementares, que se vinculam a alterações de ordem legal indispensáveis à implantação da nova estrutura de carreira:

1 - Eliminar o caráter de estágio probatório para AUX, fixando-se esta classe como a inicial da carreira, a ser provida mediante seleção pública e, portanto, fazendo jus ao incentivo funcional da carreira;

2 - Eliminar a obrigatoriedade de 40 horas para o AUX;

3 - Manter o dispositivo de seleção pública para provimento da classe inicial da carreira.

3.1 - No interesse da instituição, o dispositivo de concurso ou seleção pública poderá ser aplicado para o provimento de vaga na classe de ASS e ADJ, respeitada a titulação do candidato;

4 - Fixar a lotação quanto ao número total de docentes (força de trabalho) deixando em aberto as classes de AUX, ASS e ADJ permitindo desta forma maior flexibilidade para provimento dessas classes;

5 - Progressão funcional automática, da classe de AUX para a de ASS, em março de cada ano, daqueles AUX que tiverem obtido o grau de mestre ou o certificado de especialização (em área a serem definidas);

6 - Progressão funcional automática, da classe de ASS para a de ADJ, em março de cada ano, daqueles ASS que tiverem obtido o grau de doutor ou o título de docente livre;

7 - Progressão funcional automática, da classe de AUX para a de ADJ, em março de cada ano, daqueles AUX que tiverem obtido o grau de doutor ou título de docente livre;

8 - Manter apenas o incentivo V (produção intelectual) na forma proposta;

9 - Atribuir incentivo temporário e específico à chefia de Departamento, correspondente a 15% do salário ou vencimento básico do professor.

3. REPERCUSSÕES FINANCEIRAS

A nova estrutura de carreira proposta para o magistério superior terá certamente repercussões financeiras. Como o acréscimo de despesa será proporcional à distribuição dos docentes nas diferentes referências de cada classe e, como esta distribuição só pode ser conhecida a posteriori, só é possível no momento, estimar o acréscimo de despesa decorrente da implantação da nova estrutura em seus limites mínimo e máximo.

Os dados dos quadros anexos mostram a despesa prevista nos orçamentos aprovados para o presente ano, de cada instituição de ensino superior, com as correções decorrentes do aumento de 40% do funcionalismo civil da União a partir de 1.º de março do corrente ano.

Trabalhando com estes dados e com os valores da escala salarial proposta pelo modelo tem-se no quadro a seguir um demonstrativo global das repercussões financeiras em 1979, a partir de hipótese de implantação da nova estrutura de carreira em 1.º de julho do corrente ano.

TABELA 1

DOCENTES TITULADOS EM CLASSES INFERIORES			
CLASSE	TOTAL	PORTADORES DO GRAU DE DOUTOR	PORTADORES DO GRAU DE MESTRE
ASS	8.823	756	2.460
AE	6.281	86	745

(1) - Diagnóstico do Sistema Acadêmico das IES - Autarquias e Fundações - MEC/SESu - Brasília, 1979.

TABELA 2

TABELA DE REMUNERAÇÃO PROPOSTA - NÍVEIS DE 1979					
REFERÊNCIA		1	2	3	4
PROFESSOR AUXILIAR	S1	13.000,00	13.850,00	14.332,00	15.000,00
	S2	15.600,00	16.380,00	17.198,00	18.000,00
	S3	28.000,00	27.300,00	28.664,00	30.000,00
	S4	28.600,00	30.030,00	31.530,00	33.000,00
	S5	31.200,00	32.760,00	34.396,00	36.000,00
	S6	33.800,00	35.490,00	37.263,00	39.000,00
PROFESSOR ASSISTENTE	S1	15.000,00	15.945,00	16.949,00	18.000,00
	S2	18.000,00	19.134,00	20.338,00	21.600,00
	S3	30.000,00	31.890,00	33.898,00	36.000,00
	S4	33.000,00	35.079,00	37.287,00	39.600,00
	S5	36.000,00	38.268,00	40.677,00	43.200,00
	S6	39.000,00	41.457,00	44.067,00	46.800,00
PROFESSOR ADJUNTO	S1	18.000,00	19.548,00	21.229,00	23.000,00
	S2	21.600,00	23.457,00	25.474,00	27.600,00
	S3	36.000,00	39.096,00	42.458,00	48.000,00
	S4	39.600,00	43.005,00	46.703,00	50.600,00
	S5	43.200,00	46.915,00	50.949,00	55.200,00
	S6	46.800,00	50.824,00	55.195,00	59.800,00
PROFESSOR TITULAR	S1	23.000,00	25.139,00	27.476,00	30.000,00
	S2	27.600,00	30.166,00	32.971,00	36.000,00
	S3	46.000,00	50.278,00	54.952,00	60.000,00
	S4	50.600,00	55.305,00	60.447,00	66.000,00
	S5	55.200,00	60.333,00	65.942,00	72.000,00
	S6	59.800,00	65.361,00	71.437,00	78.000,00

TABELA 3

FATORES A SEREM APLICADOS AO VENCIMENTO OU SALÁRIO BÁSICO, PARA EFEITO DE CÁLCULO DO VALOR DO INCENTIVO DE PRODUÇÃO INTELECTUAL, A CADA PERÍODO DE 06 (SEIS) ANOS.					
INCIDÊNCIA DE PROD. NO PERÍODO	PERÍODO				
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º
5.º	0	0	0	0	0,2
4.º	0	0	0	0,2	0,2
3.º	0	0	0,2	0,2	0,2
2.º	0	0,2	0,2	0,2	0,2
1.º	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
1.º e 2.º	0,2	0,4	0,4	0,4	0,4
1.º, 2.º e 3.º	0,2	0,4	0,6	0,6	0,6
1.º, 2.º, 3.º e 4.º	0,2	0,4	0,6	0,8	0,8
1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º	0,2	0,4	0,6	0,8	1,0

TABELA 4

ESTIMATIVA DA REPERCUSSÃO FINANCEIRA PARA TODO O SISTEMA					
NATUREZA JURÍDICA DAS IES	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA limite 1979*	CUSTO DO MODELO. % DE ACRESCIMO (em milhões de cruzeiros)			
		limite inferior	limite superior	limite inferior	limite superior
Autarquias	8.450	9.906	11.186	17,23	32,38
Fundações	2.440	2.846	3.216	16,64	31,80
Todo Sistema	10.890	12.752	14.402	17,10	32,25

(*) incluído o reajuste salarial a partir de 1.º de março.

TABELA 5

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS IES - AUTARQUIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1979			
INSTITUIÇÕES	SAL./ VENC.	PREVI- DÊNCIA	TOTAL
Universidade Federal de Alagoas	116.183	12.975	129.158
Universidade Federal da Bahia	332.634	31.842	364.476
Universidade Federal do Ceará	271.900	38.921	310.821
Univ. Fed. do Espírito Santo	174.061	31.133	205.194
Univ. Federal Fluminense	382.075	52.107	434.182
Univ. Federal de Goiás	191.234	41.848	233.082
Univ. Fed. de Juiz de Fora	91.118	12.411	103.529
Univ. Fed. de Minas Gerais	496.680	74.629	570.309
Univ. Federal da Paraíba	490.200	94.200	584.400
Univ. Federal do Paraná	307.268	33.692	340.960
Univ. Federal de Pernambuco	370.023	49.272	419.295
Univ. Fed. do Rio Grande do Norte	268.590	50.029	318.619
Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	455.395	52.241	507.636
Univ. Federal do Rio de Janeiro	566.644	64.690	631.334
Univ. Federal do Pará	133.000	25.800	158.800
Univ. Fed. Rural de Pernambuco	78.800	9.200	87.800
Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro	108.460	21.410	127.870
Univ. Federal de Santa Catarina	201.845	39.230	241.075
Univ. Federal de Santa Maria	261.803	23.400	285.203
Fac. de Ciênc. Agrárias do Pará	24.625	4.198	28.823
Esc. Sup. de Agricultura de Mossoró	19.852	4.653	24.505
Esc. de Farm. e Odontol. de Alenas	20.470	3.241	23.711
Esc. Fed. de Engenharia de Itajubá	27.400	6.480	33.880
Escola Paulista de Medicina	97.811	10.000	107.811
Esc. Sup. de Agricultura de Lavras	47.200	9.660	56.860
Fac. de Med. do Triângulo Mineiro	13.600	1.260	14.860
Fac. de Odontologia de Diamantina	7.890	1.150	9.040
TOTAL ANUAL	5.553.561	799.662	6.353.223
TOTAL ANUAL COM REAJUSTE DE 40%	7.386.236	1.063.550	8.449.786

FONTE: SESu/CODEOR

TABELA 6

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS IES - FUNDAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 1979			
INSTITUIÇÕES	SAI / VENC.	PREVI- DÊNCIA	TOTAL
F.E.F.I.E.R.J	60.000	13.500	73.500
Fundação Univ. de Brasília	260.239	59.256	319.495
Fundação Univ. do Amazonas	96.522	28.152	124.674
Fundação Univ. do Maranhão	148.116	33.530	181.646
Fundação Univ. de Mato Grosso	113.936	26.737	140.673
Fundação Univ. de Ouro Preto	36.130	7.564	43.694
Fundação Univ. de Pelotas	150.829	35.509	186.338
Fundação Univ. do Piauí	105.703	23.596	129.299
Fundação Univ. do Rio Grande	70.450	17.500	87.950
Fundação Univ. de São Carlos	90.570	2121.740	112.310
Fundação Univ. de Sergipe	70.931	15.826	86.757
Fundação Univ. de Viçosa	171.751	39.071	210.822
Fundação Univ. de Uberlândia	82.727	20.104	102.831
Fundação Univ. do Acre	28.000	6.820	34.820
TOTAL ANUAL	1.485.904	348.905	1.834.809
TOTAL ANUAL COM REAJUSTE DE 40%	1.976.252	464.043	2.440.295

TABELA 7

CGM/SESu/MEC				
ACRÉSCIMOS MÍNIMOS E MÁXIMOS DA REMUNERAÇÃO PROPOSTA EM RELAÇÃO A ANTERIOR, NOS DIFERENTES REGIMES DE TRABALHO, EM PERCENTAGENS				
REGIME	AUXILIAR	ASSISTENTE	ADJUNTO	TITULAR
20 HORAS	29,41 a 49,31	15,94 a 39,13	15,59 a 47,69	36,28 a 77,76
40 HORAS	29,41 a 49,31	10,51 a 32,61	15,09 a 47,06	29,90 a 69,43
DE	19,34 a 37,70	22,21 a 46,65	27,28 a 62,62	43,66 a 87,38

A Comissão Nacional das Associações Docentes, da qual participa a ADUFRJ, representada na reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras por AOUP6-JP, APUB e APUBH, obteve a seguinte relação de Documentos: 1) Diretrizes para Educação e Cultura; 2) Diretrizes sobre Ensino Superior; 3) Esboço de uma Política de Educação Superior; 4) Conjunto de Documentos sobre Autarquia de Regime Especial; 5) Documento sobre Professores Colaboradores; 6) Liberação do Contingente de Expensão para o Grupo Magistério

Superior; 7) Decreto e Instrução Normativa sobre Progressão Funcional; 8) Roteiro para Estudo sobre Estrutura de Carreira do Magistério; 9) Idéias sobre a Pós-Graduação. Cópia destes trabalhos estão disponíveis na Secretaria da Associação para os docentes que desejarem obter xerox. Estamos publicando uma parte do *documento 4*, um parecer da Casa Civil da Presidência da República sobre o ante-projeto de Lei das Autarquias com Regime Especial.

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NOTA

Assunto: anteprojeto de lei, proposto pelo MEC, para dispor sobre as universidades organizadas sob a forma de autarquias de regime especial.

Referências: MEC - EM 174/79 PR - 2297/79

Senhor Ministro,

Com a EM em referência o Sr. Ministro da Educação e Cultura submete à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República anteprojeto de lei que define e regulamenta as instituições de ensino superior constituídas sob a forma de autarquias de regime especial.

Esclarecendo que o objetivo imediato da sua proposta legislativa é definir as chamadas "autarquias em regime especial", distinguindo-as das autarquias comuns, enfatiza o titular da Pasta de Educação que a autonomia pretendida para aquelas autarquias especiais está sempre vinculada, no texto legal, a dois marcos de referência:

a) aprovação prévia de certos atos pelo Ministro da Educação e Cultura; e

b) estrita observância aos orçamentos da instituição e a limites de despesa previamente fixados.

Examinado, preliminarmente, o projeto pela SUBEP, esta, com a acuidade costumeira, suscitou diversas questões que, a seu ver, aconselharam fosse a matéria apreciada por esta

Assessoria Jurídica.

Tais questões, sobretudo de índole jurídico-constitucional, consistem, fundamentalmente, no seguinte:

I - Artigo 2º

a) a atribuição de competência às autarquias de regime especial para criarem seus quadros de pessoal docente, técnico e administrativo, e fixarem os respectivos níveis de remuneração **não seria possível, a nível de legislação ordinária**, porque o artigo 57 da Constituição estabelece que é da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos.

A objeção, mais implícita do que expressa, a nosso ver não precede, pois o de que se trata, na espécie, é de atribuir aquela competência às autarquias, por via de lei, esta, sim, de iniciativa presidencial.

Se o Excelentíssimo Senhor Presidente da República enviar ao Congresso o projeto em exame, estará usando de faculdade que lhe é privativa e, ao mesmo tempo, habilitando aquelas autarquias de poderes semelhantes aos de que já dispõem muitas empresas públicas, sociedades de economia mista e as fundações, para criar seus quadros de pessoal e fixar a remuneração de seus empregados.

Se alguma objeção de vulto pode ser feita, essa há de ser no sentido de que semelhante

habilitação legal ensejaria, por certo, a adoção de política de pessoal peculiar no âmbito das universidades, conflitando com o princípio, que o constituinte cristalizou no artigo 108, § 1º, da Lei Maior, ao mandar aplicar, embora apenas no que coubesse, aos funcionários do Poder Legislativo e do Poder Judiciário da União e dos Estados e aos das Câmaras Municipais, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do respectivo Poder Executivo.

b) a atribuição de competência às autarquias universitárias para elaborarem seu regulamento de pessoal, estabelecendo a estrutura das carreiras, os regimes de trabalho e disciplinar, e os critérios de seleção, admissão e progressão funcional, ainda que formalizada em lei, teria como limite a exigência constitucional de concurso público de provas e títulos para o provimento dos cargos ou empregos iniciais e finais das carreiras do magistério (Art. 176, § 3º, VI).

Igualmente inconsistente ou, pelo menos, sem maior razão, esta objeção nos parece facilmente superável porque, sabendo-se que, na hierarquia das normas, os preceitos constitucionais se sobrepõem aos da legislação ordinária, seja expressa, seja implicitamente, em qualquer que venha a ser a regulamentação baixada pelas universidades para disciplinar o ingresso na carreira do magistério, a exigência

do concurso público de provas e de títulos estará presente.

c) A elaboração dos respectivos orçamentos anuais e plurianuais pelas próprias autarquias **contrariaria o disposto no artigo 62 da Constituição**, segundo o qual o orçamento anual da União compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta, quanto da indireta.

Neste ponto a objeção procede porque, salvo melhor juízo, é incontornável a exigência constitucional de que a receita e a despesa das autarquias federais esteja compreendida, ainda que globalmente, no orçamento anual, da União.

Para superar a dificuldade, acreditamos, bastará alterar a redação do Item III, do artigo 2º, do projeto, substituindo a expressão **orçamento** por **propostas orçamentárias**. Assim, ficará entendido que o orçamento das autarquias não estará fora do Orçamento Geral da União, embora as suplementações e alterações passem a ser feitas apenas no âmbito delas, sem acréscimo dos encargos da União com transferências de recursos.

d) a atribuição de poderes às autarquias universitárias para disporem sobre sua estrutura administrativa constituiria **forma irregular de delegação de competência** que, sendo privativa do Presidente da República,

somente por este pode ser feita.

Salvo melhor juízo, também aqui nos parece infundada a dúvida da SUBEP, de vez que o sentido do que se contém no artigo 81, item V, da Constituição, não é de molde a impedir que o Congresso Nacional, votando **projeto de iniciativa presidencial**, atribua a qualquer entidade o poder de se auto-estruturar.

O exame da legislação mais recente evidencia ao contrário, a existência de inúmeras leis, de iniciativa do Poder Executivo - como as que autorizam a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista - conferindo poderes às entidades da Administração Indireta para se auto-organizarem.

e) o estabelecimento, pelas autarquias universitárias, de normas próprias de licitação para compras, obras e serviços e, salvo quanto a imóveis, para alienação de bens, poderia vir a **conflitar com os princípios estabelecidos pelo Decreto-lei nº 200/67**.

Neste ponto, embora não comunguemos, em termos absolutos, com o receio da SUBEP, achamos prudente advertir que as normas "próprias" de licitação para compras, obras e serviços, que o MEC pretende sejam estabelecidas pelas autarquias universitárias, não devem discrepar, no essencial, daquelas instituídas pelo Decreto-lei nº 200/67, cujo escopo fundamental é - perdoe-se o truismo - tornar licitas e, tanto quanto possível, moralmente **inatacáveis** as relações patrimoniais decorrentes daquelas operações que o Estado, por necessidade, precisa realizar com particulares.

II - Artigo 4º

Esse dispositivo regula o regime jurídico do pessoal das autarquias universitárias, definindo-a como sendo o da legislação trabalhista e permitindo que o pessoal estatutário possa optar, a qualquer tempo, por aquele regime, na forma da Lei nº 6.185/74.

A SUBEP apenas indaga sobre o que acontecerá se o servidor não optar.

Como a citada Lei nº 6.185/74 tem solução para a hipótese (ver Artigo 6º), bastará aplicar a norma: os funcionários que não fizerem a opção serão mantidos no regime estatutário, integrando quadro suplementar, em extinção, na própria autarquia (Art. 4º, § 2º, do projeto).

III - Artigo 9º

Esse artigo estabelece que os recursos consignados no Orçamento Geral da União em

favor das autarquias de regime especial reverterão a forma de dotações globais e serão assim repassados àquelas entidades.

A SUBEP indaga se serão repassadas globalmente e se o dispositivo em tela não estaria impedindo o Governo de baixar normas sobre a entrega de recursos consignados no Orçamento Geral da União.

Preliminarmente, é de ressaltar que a própria Constituição (Art. 62, § 1º), já estabelece que a inclusão, no orçamento anual, da despesa e da receita dos órgãos da administração indireta - entre os quais se compreendem as autarquias - será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão legal dos seus recursos.

Assim, o projeto repete, no particular, o preceito constitucional, inovando, apenas, no tocante a **forma do repasse**, ao determinar que o mesmo se faça **globalmente** e não mais em parcelas, como os chamados duodécimos.

A indagação, portanto, salvo melhor juízo, haveria de ser feita não em termos de saber se a fórmula proposta impediria o Governo de baixar normas sobre a entrega de recursos àquelas autarquias - o que, normalmente, sempre poderá ser feito, desde que, é claro, tais normas respeitem o essencialmente disposto pelo legislador, no caso o repasse global dos recursos - mas em termos de **capacidade de desembolso** do Tesouro Nacional, o que, evidentemente, só o Governo tem condições de avaliar e decidir.

IV - Aplicação do Decreto-lei nº 1.445/76

Indaga, finalmente, a SUBEP se ao ocupante de cargo ou emprego de magistério, nas autarquias de regime especial, aplica-se o disposto nos §§ 3º e 4º do Decreto-lei nº 1.445/76, acrescentados pelo Decreto-lei 1.498/76.

O projeto não prevê, em sua redação original, essa aplicação. Considerando, porém, que o citado Decreto-lei 1.445/76 é norma de caráter geral, parece não haver dúvida quanto à incidência de seus dispositivos com relação aos servidores daqueles autarquias.

A propósito, vale registrar que, após o recebimento oficial da EM-MEC nº 174/79, a Dra. Corina Jardim, Assessora do MEC, veio a este Gabinete, de ordem do Titular da Pasta, solicitar a inclusão de dispositivo no projeto em exame, a fim de permitir que se aplique ao pessoal docente das autarquias universitárias o disposto no artigo 4º da Lei nº 5.843/72, combinado com o § 3º, do artigo 3º, do Decreto-lei 1.445/76, que têm, respectivamente, o seguinte teor:

Lei nº 5.843/72

"Art. 4.º O servidor de órgão da Administração estadual e municipal, de sociedade de economia mista, empresa pública, bem como de fundação, nomeado para cargo integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, poderá optar pelo vencimento ou salário percebido no órgão de origem e continuará a contribuir para a instituição de previdência a que for filiado.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o servidor receberá, pelo exercício do cargo em comissão, complemento salarial correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do vencimento do cargo, fixado no art. 1.º desta lei."

Decreto-lei nº 1.445/76

"Art. 3.º....."

§ 3.º - A opção prevista no artigo 4.º, e seu parágrafo único, da Lei nº 5.843, de 6 de dezembro de 1972, far-se-á com base nos valores de vencimento ou salário estabelecidos, nos Anexos I e II, para o cargo ou função de confiança em que for investido o servidor e sem prejuízo da percepção da correspondente Representação Mensal."

Apreciação global

O exame do projeto, em suas linhas gerais, evidencia o propósito, reiteradamente enfatizado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, de reestruturar as universidades brasileiras e, assim, satisfazer os anseios e expectativas da comunidade acadêmica e científica do País, sabidamente contrafeita com o "enquadramento" das instituições de ensino superior nos esquemas burocrático-administrativos do Serviço Público.

A fórmula proposta, entretanto, com a devida vênia dos seus ilustres autores, não nos parece hábil e eficaz para a consecução daquele magno objetivo.

Com efeito, tendo optado pela manutenção da forma autárquica, ainda que rotulando as Universidades Federais com o título de **autarquias de regime especial**, o projeto não pode escapar à incidência das normas constitucionais e legais que regem a chamada **Administração Indireta**, de que são exemplos, entre outros, os dispositivos da Constituição relativos ao **Orçamento** e aos **Funcionários Públicos**, e os do Decreto-lei nº

200/67 referentes às **Licitações para Compras, Obras, Serviços e Alienações**, os quais, sendo de caráter geral, não devem ser derogados em favor de determinados setores da Administração Pública, ainda, que sob o argumento, bastante ponderável, de que se tratam de setores **especiais** ou **diferenciados**.

Por isso, em discussão com os Assesores do MEC, ponderamos que nos **parecia melhor** a solução de **transformar em fundações as autarquias universitárias**, lembrando mesmo que algumas das mais importantes universidades do País - como a UnB - são organizadas sob essa forma e nos parecem bem administradas.

Ponderaram, entretanto, aqueles Assesores que a manutenção da forma autárquica seria mais vantajosa, dentre outras razões, que não foram aprofundadas, pelos privilégios de que gozam os entes autárquicos, como, por exemplo, a imunidade constitucional a impostos federais, estaduais e municipais, e as prerrogativas processuais, quando em Juízo.

Sabendo-se que as fundações universitárias - enquanto instituições de educação - também gozam dessa imunidade, consoante o disposto no artigo 19, III, c, da Constituição, e que aquelas prerrogativas processuais são apenas de nível legal, e, assim, atribuíveis por lei ordinária às entidades oficiais de ensino superior, qualquer que seja a sua forma de organização, o argumento, no particular, não tem a importância que lhe emprestam os defensores da fórmula autárquica.

Quanto às objeções, melhor diríamos as dúvidas de caráter jurídico-constitucional, levantadas pela SUBEP, desapareceriam quase que totalmente se adotada a forma fundacional, sabendo-se, como se sabe, que as fundações, ainda quando mantidas ou subvencionadas pela União não integram a Administração Pública em sentido estrito e, assim, podem ser estruturadas em função de suas peculiaridades, com ampla liberdade de auto-organização e auto-governo.

Se, no entanto, o Sr. Ministro da Educação e Cultura, em seu superior descortino, entender que somente a fórmula autárquica atende os interesses maiores da Universidade Brasileira, então é de fazer uma reapreciação geral do projeto para que ele possa traduzir, precisamente, a decisão governamental sobre a matéria.

Inocêncio M. Coelho



Pela imediata e automática reintegração dos professores afastados

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFRJ

DIA 23 de agosto

LOCAL: Auditório do CT - bloco A - Fundão

HORÁRIO: 14 horas

PAUTA:

- 1 - Encaminhamento das reivindicações salariais
- 2 - Assuntos gerais

EXPEDIENTE

Associação de Docentes da UFRJ — ADUFRJ C. Postal 1191 Cidade Universitária — Bloco H — Sala 329 — CT

COMISSÃO DEDIVULGAÇÃO: Antonio Giannella Neto, Eduardo Batista, Ericksson Almendra, Fernando Carlos C. Lima, Juan Carlos Blas, Liana Cardoso, Maria Alice Rocha, Nara Saletto, Ricardo Chaloub.

Diagramação Marinho — Composto e impresso na Gráfica e Editora Morv Ltda.

50% DE AUMENTO IMEDIATO

PELAS REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS

EXTRA**BOLETIM****ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRJ**

ANO I

AGOSTO 79

Nº 4

A ADUFRJ recebeu oficialmente do MEC o plano de reformulação da carreira do magistério que foi publicado no Boletim extra anterior, tendo como diferença apenas o ingresso na classe de professor titular, agora por

concurso público, e a remuneração desta categoria (conforme tabela na página 4). O estudo veio acompanhado de uma introdução e uma minuta de ante projeto de lei, que transcrevemos a seguir.

Nova estrutura de carreira para o magistério das Instituições de Ensino Superior Federais

O estudo que se apresenta a seguir tem sentido na medida em que a probabilidade de aprovação a curto ou mesmo médio prazo do anteprojeto de lei que define o regime especial das autarquias de ensino superior previsto na Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, não pode ser considerada grande em virtude das divergências que vêm surgindo nas discussões que estão sendo mantidas em diferentes níveis.

A reformulação da carreira docente tem sido considerada como uma necessidade premente e nos termos que estão sendo propostos, poderá ter uma probabilidade maior de aprovação a prazo mais curto do que o anteprojeto anteriormente referido.

Deste modo, é coerente a tramitação dos dois ante-

projetos, um de discussão mais demorada pelo fato de exigir definições mais ampla e o outro, o da nova estrutura da carreira, tendo aparentemente sua dificuldade maior na postulação de níveis mais elevados de remuneração, pois que a parte conceitual não parece capaz de gerar grandes discrepâncias de opinião.

De outro lado, a aprovação em primeiro lugar do anteprojeto das autarquias de regime especial, não chega a prejudicar a idéia apresentada na nova estrutura, pois a discussão pode levar a um consenso de modelo ou paradigma que, com pequenas variações, poderá ser seguido pelas IES ao ser definido seu regime especial, o que, de certo, virá facilitar a ação de orientação e de supervisão de desempenho das IES, por parte

do MEC, com base na menor dissimilaridade que ocorrerá no sistema.

Feitas estas considerações, cabe indicar que, em princípio, as "Lotações" aprovadas para as IES, em seu quantitativo global, deveriam permanecer as mesmas, uma vez que foram dimensionadas com base nos encargos didáticos levantados quando dos estudos para a implantação do PCC-GM, com os ajustamentos necessários. Os ajustamentos que devem ser introduzidos no número global de docentes de cada IES corresponderão na quase totalidade dos casos, à adição de valores correspondentes aos contingentes de expansão previstos na própria "Lotação" anteriormente aprovada. Tais "correções" na prática já foram

efetuadas a partir das reais necessidades das IES, como já apresentado em outros estudos elaborados pela SESu, através da contratação de professores colaboradores, forma precária, mas única viável em termos da atual legislação. Portanto, com relação às lotações globais, a SESu dispõe de informações capazes de permitir a fixação final dos valores, sem exigência de levantamento direto junto as IES.

Quanto à fixação do número de integrantes da classe de titular em cada IES, constitui-se num instrumento da política do MEC e como tal deve ser considerado pelos escalões superiores.

A tabela de remuneração, em forma matricial em consonância, com a idéia básica da nova estrutura de

carreira, é bastante flexível e pode ser trabalhada facilmente se grandes restrições forem impostas na parte de despesa global, sem mutilar a concepção básica da carreira. Sob esse aspecto, é interessante ressaltar que os níveis foram estabelecidos tomando como ponto inicial valor pouco maior que o inicial atualmente em vigor.

Propõe-se, a partir do exame do estudo que se apresenta, estimular a discussão ampla deste documento de trabalho, no sentido de aperfeiçoá-lo, e, quem sabe, transformá-lo com as correções cabíveis, numa realidade.

Finalmente, acompanha o estudo uma minuta de anteprojeto de lei, que visa a dar uma idéia da viabilidade legal da estrutura de carreira proposta.

Ante-Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência, para superior apreciação, a minuta do anteprojeto de Lei que reestrutura a carreira do magistério superior nas instituições autárquicas federais de ensino superior.

Embora se encontre em tramitação anteprojeto de Lei que define o regime especial dessas autarquias, previsto na Lei n.º 5.540/68, a reformulação da carreira docente é considerada necessidade premente e, nos termos que estão sendo

propostos, tem maior probabilidade de aprovação a curto prazo. Por outro lado, o modelo consubstanciado na proposta reúne suficiente consenso para que, ao ser definido o regime especial referido, possa constituir um paradigma, minimizando as dissimilaridades e facilitando a ação de orientação e de supervisão do desempenho das instituições, por parte do Ministério da Educação e Cultura.

O Plano de Classificação de Cargos do Grupo Magistério frustrou a expectativa da comunidade acadêmica, não apenas em relação aos níveis estabele-

lecidos, como também pela sua própria concepção. A legislação não fugiu aos padrões tradicionais, negligenciando as características peculiares ao magistério superior e vindo, inclusive, a representar, sob certos aspectos, retrocesso em relação à anterior.

O presente funda-se em nova concepção da carreira de magistério, adequada à natureza das atividades que lhe são inerentes, ao atual contexto interno e externo das instituições federais de ensino superior e ao papel que delas se espera no processo de desenvolvimento nacional.

Pretende-se basicamente estabelecer uma estrutura e dinâmica de carreira, suficientemente diferenciada a primeira e flexível a segunda, com mais equilibrada valorização dos diversos componentes da qualificação profissional, em particular titulação acadêmica, experiência didática, produção intelectual. Do conjunto desses elementos detalhados e complementados no texto do anteprojeto conta-se dotar o sistema federal de ensino superior de instrumento apto, mais aproximadamente competitivo, para o recrutamento e fixação de um corpo docente com o necessário grau de qualifica-

ção de um corpo docente e comprometimento.

Representando o anteprojeto a primeira medida pertinente à efetiva dignificação do professor, inserida nas diretrizes gerais deste Ministério, entendo ser justificável e conveniente recomendá-lo à alta apreciação de Vossa Excelência.

Valho-me da oportunidade para reiterar à Vossa Excelência a certeza de meu mais profundo respeito

EDUARDO MATTOS
PORTELLA

MINISTRO DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ADUFRJ

DIA 4 DE SETEMBRO
14 Horas
AUDITÓRIO DO CCMN
FUNDÃO

PAUTA:

- 1 - Aprovação das Normas para eleição de Diretoria
- 2 - Ante-projeto do Governo sobre a Carreira do Magistério
- 3 - Encaminhamento da Luta Salarial e Trabalhista

Ante-projeto de Lei de reestruturação da carreira de Magistério superior.

Reestrutura a carreira de Magistério Superior nas Universidades e Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior Federais, organizadas sob a forma de Autarquias, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a presente lei:

Art. 1.º - A legislação relativa ao Magistério Superior nas universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior federais, organizados sob a forma de autarquias, ficam incorporados os princípios e normas constantes da presente lei.

Art. 2.º - Entendem-se por atividades de Magistério Superior, para os efeitos desta lei, as que:

a) pertinentes ao ensino em nível de graduação ou mais elevado e à pesquisa, se exerçam nas universidades e estabelecimentos isolados, para fins de transmissão e ampliação do saber;

b) sob a forma de cursos e serviços especiais, estendam à comunidade as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;

c) inerentes à administração educacional, sejam exercidas por professores nas próprias instituições ou em órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3.º - Nas autarquias de que trata esta lei a carreira do Magistério Superior compreenderá as seguintes classes:

- I - Professor Auxiliar
- II - Professor Assistente
- III - Professor Adjunto
- IV - Professor Titular

PARÁGRAFO ÚNICO -

Cada classe compreenderá quatro níveis, de 1 a 4.

Art. 4.º - Cada instituição disporá de uma lotação de professores constituída de cargos e empregos de magistério em número correspondente à força de trabalho necessária ao desempenho de suas atividades de magistério.

§ 1.º - A lotação, proposta globalmente pela instituição e aprovada pelo Ministro da Educação e Cultura, será fixada mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2.º - Do número global de cargos e empregos constituintes da lotação, o Ministério da Educação e Cultura estabelecerá, periodicamente e em cada caso, o quantitativo correspondente à classe de Professor Titular, cabendo à instituição distribuir por classe os demais cargos e empregos respeitadas os efeitos das progressões funcionais previstas

no art. 8

Art. 5.º - O provimento nas classes da carreira de Magistério Superior far-se-á exclusivamente no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurada aos atuais professores em regime estatutário a manutenção do mesmo regime, em qualquer classe a que obtenham acesso nas formas previstas nesta lei.

§ 1.º - Os professores em regime estatutário a que se refere este artigo poderão em qualquer tempo optar pelo regime da legislação trabalhista.

§ 2.º - O regime jurídico a que estiver sujeito o integrante da carreira do magistério não implicará em distinção quanto aos direitos e deveres correspondentes à respectiva classe.

Art. 6.º - O provimento nas classes da carreira de magistério far-se-á mediante:

- I - concurso público de provas e títulos;
- II - progressão funcional;
- III - seleção por títulos.

Art. 7.º - O provimento nas classes de Professor Auxiliar e de Professor Titular far-se-á exclusivamente mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1.º - Poderão inscrever-se no concurso para Professor Auxiliar; na forma dos Estatutos ou Regimentos, os portadores de diploma de curso superior de graduação ou titulação mais elevada.

§ 2.º - Poderão inscrever-se no concurso para Professor Titular os Professores Adjuntos e os portadores de alta qualificação, reconhecida na forma dos Estatutos e Regimentos.

Art. 8.º - O provimento nas classes de Professor Assistente e de Professor Adjunto far-se-á por progressão funcional:

I - de Professor Auxiliar nível 4 a Professor Assistente nível 1 e de Professor Assistente nível 4 a Professor Adjunto nível 1, após interstício de 4 anos no nível final da classe em que concorre à progressão;

II - mediante requerimento, após interstício mínimo de 2 anos na carreira de magistério superior, na instituição:

a) de Professor Auxiliar a Professor Assistente e de Professor Assistente a Professor Adjunto, quando portador no primeiro caso, de título de Mestre e no segundo, título de Doutor ou Docente Livre.

b) de Professor Auxiliar a

Professor Adjunto nível 1, quando for portador do título de Doutor ou Docente Livre.

§ 1.º - Em áreas a serem definidas em regulamento e a critério da instituição, o título de Mestre poderá ser substituído por certificado de especialização.

§ 2.º - Nas progressões de que trata a letra a do inciso II, o professor ocupante do nível inicial de uma classe será provido no nível inicial da classe imediatamente superior, e se ocupante de nível não inicial, em nível imediatamente anterior da classe que passará a integrar.

Art. 9.º - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior; o provimento nas classes de Professor Assistente e de Professor Adjunto poderá igualmente ser feito por ingresso mediante concurso público de prova e títulos ou seleção por títulos, a critério das instituições e na forma de seus Estatutos ou Regimentos, exigindo-se no primeiro caso, pelo menos o título de Mestre e no segundo o de Doutor ou Docente Livre.

Art. 10 - Os provimentos mediante concurso público ou seleção por títulos, previstos nos arts. 7.º e 9.º, serão sempre feitos no nível inicial da classe.

Art. 11 - Dentro de cada classe, haverá promoção de um nível ao imediatamente superior, após interstício de dois anos.

Art. 12 - Para os efeitos desta lei serão aceitos:

a) os títulos de Mestre ou Doutor obtidos em curso credenciado;

b) os títulos de Mestre ou Doutor obtidos na forma da lei;

c) os certificados de curso de especialização que atendem as condições estabelecidas para este fim, em regulamento.

§ 1.º - Os títulos de Mestre ou Doutor obtidos em curso não credenciado ou os títulos de pós-graduação expedidos por instituição estrangeira de ensino superior, poderão ser validados, para os efeitos desta lei, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2.º - Em qualquer caso apenas serão considerados os títulos ou certificados obtidos em áreas correspondentes à aquela em que o professor exerce ou exercerá a atividade de magistério.

Art. 13 - Os professores integrantes da carreira do magistério estarão subordinados a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - de tempo parcial, com obrigação de prestar 20 horas semanais de trabalho;

II - de tempo integral, com obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho;

III - de tempo integral e dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho e proibição de exercer outra atividade remunerada pública ou privada.

§ 1.º - O tempo correspondente a cada regime de trabalho destinar-se-á ao desempenho de atividades inerentes ao ensino, pesquisa, extensão e administração acadêmica, prevista em plano de trabalho aprovado pelo Departamento em que o professor tenha exercício, pela administração superior da instituição ou por órgão responsável por atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

§ 2.º - Ressalvam-se da proibição constante do inciso III deste artigo:

a) a participação em órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo ou emprego de magistério.

b) o desempenho eventual, sem prejuízo dos encargos de magistério, de atividade de natureza científica, técnica ou artística, destinada à difusão ou aplicação de idéias e conhecimentos.

§ 3.º - O colegiado superior de ensino e pesquisa da instituição disciplinará:

I - os critérios de concessão dos regimes de tempo integral e de dedicação exclusiva;

II - a carga didática semanal mínima dos professores, segundo os regimes de trabalho;

III - o processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos professores.

Art. 14 - Os professores integrantes da carreira do magistério serão remunerados segundo o regime de trabalho, tendo por base de cálculo o vencimento ou salário do regime de tempo parcial, na classe e nível em que se encontra o professor, na forma do anexo I desta lei.

Art. 15 - O vencimento ou salário correspondente ao regime de tempo integral será o dobro do vencimento ou salário básico.

Art. 16 - O professor em regime de tempo integral e dedicação exclusiva terá a retribuição correspondente ao regime de 20 horas acrescida de 40% sobre o vencimento ou salário básico.

Art. 17 - A remuneração do

professor, em qualquer regime de trabalho, poderá ser acrescida periódica e cumulativamente, do incentivo de produção intelectual relevante, ligada ao ensino, à pesquisa e à administração acadêmica e vinculada ao campo específico de atuação do professor:

§ 1.º - O incentivo de produção intelectual correspondente ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento ou salário básico será concedido cumulativamente a intervalos sucessivos de 6 (seis) anos.

§ 2.º - Para a concessão de novo percentual, que se somará ao anteriormente concedido, será apreciada a produção intelectual do professor não incluída na avaliação precedente.

§ 3.º - Quando o professor acumular dois cargos ou empregos de magistério, o incentivo de produção intelectual incidirá exclusivamente sobre o vencimento ou salário básico de um dos cargos ou empregos, respeitada a opção do interessado.

§ 4.º - Na hipótese do parágrafo anterior, ocorrendo afastamento não remunerado ou, salvo por aposentadoria, perda do cargo ou emprego pelo qual o professor optou, o incentivo passará a incidir, no mesmo percentual já acumulado, sobre o vencimento ou salário básico do cargo ou emprego remanescente.

§ 5.º - A contagem do primeiro período para a concessão do incentivo de produção intelectual terá início a partir da vigência dos efeitos financeiros da Lei 6.182, de 11 de dezembro de 1974.

Art. 18 - Aos professores investidos nas funções administrativas especificadas neste artigo será atribuída gratificação, adicional à remuneração percebida, incluídos os incentivos a que fizer jus, nos seguintes percentuais, calculados sobre o vencimento ou salário básico de Professor Titular nível 4:

I - Chefe de Departamento: 10% (dez por cento);

II - Diretor de Unidade Universitária: 20% (vinte por cento);

III - Sub-Reitor, Pró-Reitor ou equivalente e ainda Diretor de estabelecimento isolado: 27% (vinte sete por cento);

IV - Vice-Reitor: 35% (trinta e cinco por cento);

V - Reitor: 50% (cinquenta por cento).

§ -1.º - As funções de que trata este artigo serão obrigatoriamente exercidas em regime de tempo integral e,

optativamente em dedicação exclusiva.

§ 2.º - Nos casos dos incisos III e V, quando o dirigente não pertencer ao quadro docente da instituição, ser-lhe-á atribuída remuneração equivalente à de Professor Titular nível 4, segundo o regime de trabalho a que estiver subordinado, acrescida da gratificação adicional correspondente, nos termos deste artigo.

Art. 19 - Os descontos para instituição de previdência social referente aos cargos ou empregos de magistério superior incidirão também sobre os incentivos funcionais percebidos pelo professor observado, quando for o caso, o limite do salário de contribuição.

Art. 20 - Para efeito de cálculo dos proventos da aposentadoria será considerada a remuneração total percebida pelo professor, segundo o regime de trabalho a que estiver subordinado e incluído o incentivo de produção intelectual.

§ 1.º - Quando o tempo de exercício no regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva em que o professor se encontrar à data da aposentadoria for inferior a 5 (cinco) anos, a parcela de remuneração correspondente a cada um desses regimes incorporar-se-á ao total previsto neste artigo à razão de:

I - 1/25 por ano de serviço prestado no regime, até 31 de outubro de 1974;

II - 1/5 por ano de serviço prestado no regime, a partir de 1.º de novembro de 1974.

§ 2.º - O valor do incentivo de produção intelectual que estiver sendo percebido à data da aposentadoria será incor-

porado integralmente para efeito de cálculo dos respectivos proventos.

Art. 21 - Poderá haver contratação por tempo determinado, na forma da legislação trabalhista, de não integrante da carreira de magistério, nas seguintes condições:

I - Como Professor Visitante, para atender a programações específicas de ensino e de pesquisa;

II - Como Professor Colaborador, estritamente para suprir eventuais necessidades de ensino.

§ 1.º - Os Professores Visitantes serão especialistas de alta qualificação, aferida por sua titulação acadêmica, científica, técnica ou profissional, e ficarão subordinados a um dos regimes de trabalho previstos no art. 13, com retribuição fixada em cada caso pela instituição, de acordo com as condições vigentes no mercado de trabalho.

§ 2.º - Os Professores Colaboradores, portadores de diploma de graduação ou titulação mais elevada, serão contratados, em regime de hora/aula com retribuição fixada pela instituição, em valores correspondentes à qualificação apresentada.

Art. 22 - Haverá em cada instituição uma Comissão Permanente de Pessoal Docente à qual competirá coordenar e supervisionar a execução da política de pessoal docente da instituição.

Art. 23 - Os atuais ocupantes de cargos ou empregos de Professor Assistente, Professor Adjunto ou Professor Titular serão enquadrados nas

mesmas classes em nível correspondente ao tempo de efetivo exercício na classe, na forma abaixo especificada:

a) no nível 1, até dois anos;

b) no nível 2, mais de dois e até quatro anos;

c) no nível 3, mais de quatro e até seis anos;

d) no nível 4, mais de seis anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os efeitos previstos no art. 8.º, inciso I e II, a contagem de interstício no nível em que o professor foi enquadrado iniciar-se-á a partir da vigência dos efeitos financeiros desse enquadramento.

Art. 24 - Os atuais ocupantes de emprego de Auxiliar de Ensino cuja admissão houver sido feita mediante concurso público de provas e títulos, serão enquadrados na classe de Professor Auxiliar, em nível correspondente ao tempo de efetivo exercício como Auxiliar de Ensino, na forma do artigo anterior, aplicando-se-lhes igualmente o disposto no parágrafo único do mesmo artigo.

Art. 25 - Os atuais Auxiliares de Ensino que não satisfaçam ao requisito do artigo anterior passarão, nesta condição, a integrar Tabela suplementar, com o mesmo regime, incentivos e nível de remuneração em que se encontram na data desta lei.

§ 1.º - Os Auxiliares de Ensino de que trata este artigo que vierem a obter ingresso na carreira do magistério mediante o concurso público previsto no artigo 7.º, § 1.º, terão aproveitado o tempo de efetivo exercício como Auxiliar de Ensino, para efeito de provimento no nível da clas-

se de Professor Auxiliar, na forma do art. 23.

§ 2.º - O Auxiliar de Ensino não estável que não obtiver ingresso na carreira na forma do parágrafo anterior, após o primeiro concurso público para Professor Auxiliar na sua área de atividade, realizado na vigência desta lei, terá rescindido seu contrato de trabalho, satisfeitas as exigências da legislação trabalhista, aguardando-se o vencimento do contrato, quando por prazo determinado.

Art. 26 - Procedido o enquadramento dos professores que se encontram investidos nos cargos de Reitor, Vice-Reitor, Pro-Reitor ou equivalente e Diretor de unidade universitária ou de estabelecimento isolado, estes dirigentes poderão optar pela remuneração prevista no art. 18 ou pela de seus atuais cargos em comissão:

PARÁGRAFO ÚNICO - Os cargos em comissão de que trata este artigo extinguem-se pela vacância.

Art. 27 - Ficam absorvidas pelos valores de vencimento ou salário e de incentivos de que trata esta lei, todas as atuais gratificações e demais vantagens referentes a cargos ou empregos de magistério superior, cessando o pagamento de tais vantagens aos respectivos beneficiários, ressalvados apenas o salário família, a gratificação adicional por tempo de serviço e as demais gratificações e indenizações especificadas no Anexo II do Decreto-Lei n.º 1.341, de 22 de agosto de 1974, aplicáveis aos membros do magistério superior.

Art. 28 - Os vencimentos, sa-

lários e incentivos funcionais de que trata esta lei, vigorarão a partir da data estabelecida em regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os reajustamentos gerais de vencimentos e de salários, que após a data fixada no caput deste artigo, foram concedidos aos servidores incluídos nos Grupos de que trata a Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, incidirão em idênticas bases e a partir da mesma data em que vigorarem sobre os valores de vencimentos e incentivos funcionais decorrentes da aplicação desta lei, bem como sobre os do Quadro e Tabelas suplementares referidos no Parágrafo Único do art. 27.

Art. 29 - Observado o disposto no artigo 8.º, item III, da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Educação e Cultura e Autarquias Federais, bem assim por outros recursos a esse fim destinados, na forma da legislação pertinente.

Art. 30 - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições pertinentes ao Magistério Superior das instituições de ensino federais contidas na Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, no Decreto n.º 74.786, de 30 de outubro de 1974 e respectiva legislação complementar, bem como demais disposições em contrário.

DOCUMENTO

A correspondência enviada pelo MEC continha o Ante-Projeto sobre autarquias especiais (Já publicada no Boletim n.º 4), e outro que dispõe sobre a escolha de dirigentes universitários, que transcrevemos a seguir.

Dispõe sobre a escolha e nomeação de dirigentes de Universidades e Estabelecimento Isolado de Ensino Superior Federais e dá outras providências.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a presente lei:

Art. 1.º - A nomeação de Reitor e Vice-Reitor de Universidade, e de Diretor e Vice-Diretor de Unidade Universitária e de Estabelecimento Isolado de Ensino Superior, obedecerá os seguintes:

I - O Reitor de Universidade Federal, qualquer que seja sua natureza jurídica, será

nomeado pelo Chefe do Poder Executivo e escolhido em lista tríplice de professores, apresentada por um Colégio Eleitoral Especial.

II - Os dirigentes de Universidade ou Estabelecimentos Isolados não federais serão escolhidos e nomeados conforme dispuser a legislação pertinente e os respectivos estatutos e regimentos.

III - O Diretor de Estabelecimento Isolado de Ensino Superior Federal será nomeado pelo Ministro da Educação e Cultura; no caso de Diretor de Unidade Universitária, pelo Reitor, escolhidos em lista tríplice de professores apresentada por um Co-

légio Eleitoral Especial.

IV - Nos demais casos, o Diretor será escolhido conforme o estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.

V - O Vice-Reitor de Universidade e o Vice-Diretor de Estabelecimento Isolado de Ensino Superior Federais, serão escolhidos e indicados pelo Reitor e Diretor, respectivamente, e submetidos os nomes ao Colégio Eleitoral Especial, para homologação até 45 (quarenta e cinco) dias após a investidura.

VI - Nas Universitárias o Diretor indicará o Vice-Diretor, cujo nome será submetido ao Colégio que o ele-

geu para homologação, até 30 (trinta) dias após a sua investidura no cargo.

§ 1.º - O Colégio Eleitoral Especial de que tratam os incisos I e III, será constituído de representante do corpo docente e do corpo discente, conforme será disposto em regulamento próprio.

§ 2.º - Será de 4 (quatro) anos o mandato dos dirigentes a que se referem os incisos I e III deste artigo, vedada a recondução ao mesmo cargo.

§ 3.º - Vice-Reitor e os Vice-Diretores além de substitutos eventuais do Reitor e dos Diretores, terão funções executivas no âmbito administrativo e acadêmico, na forma es-

tabelecida nos respectivos estatutos e regimentos, aprovados na forma da legislação vigente.

§ 4.º - O Vice-Reitor e os Vice-Diretores de que trata esta lei não terão mandato.

Art. 2.º - No caso de vacância em qualquer época e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os substitutos eventuais do Reitor, nas Universidades, e do Diretor, nos Estabelecimentos Isolados de Ensino e nas Unidades Universitárias, convocarão os respectivos Colégios Eleitorais Especiais para a elaboração de nova lista nominal para a escolha de Reitor e Diretor.

Art. 3.º - No caso de vacância do cargo de Vice-Reitor e de Vice-Diretor, o Reitor e os Diretores deverão designar o substituto, até 40 (quarenta) dias após a ocorrência da respectiva vacância.

Parágrafo único - O Colégio Eleitoral Especial somente será convocado para homologar essa escolha quando a vacância ocorrer antes de decorridos 2/3 (dois terços) do mandato do Reitor e do Diretor.

Art. 4.º - O Ministro da Educação e Cultura designará Reitor e Diretor por tempore das Instituições Federais de Ensino Superior, quando por qualquer motivo, estiverem vagos os

respectivos cargos, não havendo substituto legal, nem condições para provimento regular imediato.

Parágrafo Único - O Reitor ou Diretor por tempore de que trata este artigo convocará o Colégio Eleitoral Especial para elaboração de nova lista, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5.º - Em caso de ineficiência da legislação de ensino ou de preceito estatutário ou regimental por Universidade ou Estabelecimento Isolado de Ensino Superior Federal, poderão ser designados pelo Ministro de Estado de Educação e Cultura, Reitor ou Diretor por tempore de Conformidade com

o previsto no artigo 48 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 6.º - O Chefe de Departamento será eleito pelos docentes do Departamento em causa, excluídos os colaboradores e visitantes.

§ 1.º - A Chefia do Departamento cabe a qualquer professor do Departamento, desde que não seja colaborador ou visitante.

§ 2.º - O nome do Professor eleito será apresentado a o Diretor da Unidade Universitária para o competente ato de assinatura.

§ 3.º - O mandato do Chefe de Departamento será de 2

(dois) anos permitida uma recondução.

Art. 7.º - As Universidades Federais, poderão dispor de professores, em cargos de Pro-Reitores, Sub-Reitores, ou autoridades equivalentes, designados pelo Reitor, até um máximo de 6 (seis) englobadamente, conforme dispuserem os respectivos estatutos e regimentos.

Art. 8.º - São respeitados os mandatos dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior, nomeados pelo Presidente da República e pela Ministro da Educação e Cultura, em exercício na data desta lei.

Art. 9.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e

será regulamentada pelo Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias.

Art. 10 - Ficam revogados a lei n.º 6.420, de 30 de junho de 1977 e o Decreto n.º 80.536, de 11 de outubro de 1977 e demais disposições em contrário.

Brasília, de de 1979, 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO BATISTA
DE FIGUEIREDO

EDUARDO MATTOS
PORTELLA

E. M. n.º
Em de julho de 1979.

Reitoria Planeja Criação da Primeira Creche da UFRJ

O Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, órgão do CCS da UFRJ, tradicionalmente dedicado ao ensino, à pesquisa e à assistência, volta-se agora a uma visão global dos problemas da família e da comunidade, atendendo as diretrizes do Sistema Nacional de Saúde (Lei 6.229 de 1975) e o de regionalização docente-assistencial.

Considerando a função social e preventiva da moderna filosofia do hospital de ensino e a crescente participação da mulher na força de trabalho, especialmente nas universidades foi consenso de todas as autoridades da UFRJ a criação de creches universitárias. Por decisão do Magnífico Reitor da UFRJ foi projetada a 1ª creche para funcionar no Instituto de Puericultura e Pediatria, como uma ampliação de suas atividades. A prioridade conferida ao projeto reflete o interesse da Universidade em atender não só a dispositivos legais, mas, sobretudo, em atender aos filhos de professoras, funcionárias e estudantes da UFRJ. Esta medida, resultará em maior rendimento no trabalho e nos estudos, em virtude da tranquilidade das mães em relação à segurança de seus filhos.

Vale ressaltar que a creche além de proporcionar assistência integral à criança, poderá ser o polo de convergência para uma atuação multiprofissional, por onde passarão estudantes de todas as categorias profissionais.

Poderá representar um embrião de uma atividade mais social, resultando em instrumento de mudanças de valores em favor da criança, da família e da comunidade.

Esta 1ª creche universitária será uma ampliação das atividades do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, para o que estão sendo agilizados todos os mecanismos para, a curto prazo, inici-

INFORME DA COMISSÃO PRÓ-CRECHE

A necessidade de creches em locais de trabalho e moradia é hoje indiscutível. Basta refletir sobre o problema do que fazem com as crianças no período em que estamos trabalhando e/ou estudando.

Diante deste quadro criou-se a

comissão Pró-creche com o apoio da associação de docentes da UFRJ, que tem por objetivo a implantação de creches para filhos de alunos, funcionários e professores desta Universidade.

A comissão foi informada da existência de um projeto de creche, em andamento, no Instituto de Puericultura sob

a chefia da Dra. Dalva Coutinho Fayeg, diretora daquela unidade. Por esta razão, a comissão entrou em contato com a mesma, que se prontificou a fazer palestra no dia 30 de agosto, quinta-feira, na bloco B (Engenharia) sala 102 às 15 horas

CONVIDAMOS A TODOS PARA PARTICIPAR DESTA REUNIÃO.

ar seu funcionamento.

O IPPMG oferecerá toda a infraestrutura de apoio, como administração geral, serviço de nutrição, Serviço Social, serviços gerais (zeladoria, rouparia e portaria) e ainda os serviços médicos e multi-profissionais indispensáveis à promoção, e recuperação da saúde.

O crescimento e desenvolvimento normais da criança serão acompanhados sob todos os seus aspectos: bio-psicossocial, motor, sensorial e comportamental.

QUE É UMA CRECHE?

A creche não é apenas uma unidade de prestação de serviços à criança. Ela representa um

centro de irradiação de ação social. Embora, funcionalmente, se destine a determinado grupo etário (crianças de 3 meses a menores de 5 anos), a creche deve atingir à família como um todo e à comunidade universitária da qual faz parte.

Dentro desse enfoque global conclui-se que a creche não deve existir - como unidade isolada, independente, mas sim integrada num todo orgânico que lhe permita a consecução de seu objetivos, numa

perspectiva dinâmica e crescente.

Convém enfatizar que não se lhe pode atribuir valor igual ao ambiente familiar; ela visa, tão somente atenuar os efeitos negativos provenientes do afastamento da mãe ou das condições precárias do lar, mais ao mesmo tempo funciona como elemento enriquecedor para a criança.

Ao estudar um projeto de construção de creches ou adaptar obras para o seu funcionamento deve-se, simultaneamente, estudar as necessidades globais para sua instalação, organização e funcionamento, com a previsão básica de recursos humanos, materiais e financeiros, para que possibilitem sua manutenção regular.

Normas devem ser estabelecidas para permitir o desenvolvimento técnico das atividades de um modo contínuo, normas para o funcionamento operacional de creche, admitindo-se a flexibilidade segundo as necessidades locais e individuais.

Cabe, finalmente, esclarecer que o presente resumo visa oferecer algumas informações sobre o que, em breve, será uma realidade: A 1ª creche universitária.

DRA. DALVA COUTINHO SAYEG
DIRETORA DO IPPMG

TABELA DE REMUNERAÇÃO PROPOSTA
NÍVEIS DE 1979

REFERÊNCIA	1	2	3	4
PROFESSOR TITULAR	S1 26.000,00	28.432,00	31.091,00	34.000,00
	S2 31.200,00	34.118,00	37.300,00	40.500,00
	S3 52.000,00	56.864,00	62.182,00	68.000,00
	S4 57.200,00	62.550,00	68.400,00	74.800,00
	S5 62.400,00	68.226,00	74.618,00	81.400,00
	S6 67.600,00	78.023,00	80.836,00	88.400,00

Nova tabela de remuneração contida no plano de reformulação da carreira de magistério enviado pelo MEC

Associação de Docentes da UFRJ — ADUFRJ
C. Postal 1191 Cidade Universitária
CT — Bloco H — Sala 329

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO: Antonio Giannella Neto, Eduardo Batista, Ericksson Almendra, Fernando Carlos C. Lima, Juan Carlos Blas, Liana Cardoso, Maria Alice Rocha, Nara Saletto, Oscar Acelrad, Ricardo Chaloub.

Diagramação: Marinho — Composto e impresso na Gráfica e Editora Mory Ltda. Tel.: PABX 221-27/2

SESC, da LBA ou de entidades Sindicais.

Artigo 397- O SESI, O SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas.

Artigo 399 - O Ministro do Trabalho e Previdência Social conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Artigo 400. Os locais destinados a guarda dos filhos das trabalhadoras durante o período da amamentação, deverão possuir no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

A portaria Nº 1 de 15.01.69 - do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho do Ministério do Trabalho expõe normas para a instalação de Creches em locais de trabalho e para convênio com creches distritais portaria Nº 1 de 06.01.71 - expedida pelo DNSHT estabelece normas para a instalação de creches em locais de trabalho e a exigência de aprovação pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil.

O decreto lei Nº 66.623 de 22.05.70 - no artigo 26 estabelece a finalidade da coordenação de Proteção Materno-Infantil.

Decreto Nº 69.514 de 09.11.71 - dispõe sobre a execução de medidas de proteção materno-infantil.

Decreto Nº 69.514 de 09.11.71 - dispõe sobre a execução de medidas de proteção materno-infantil.

UFRJ paralisa no dia nacional de luta

A ADUFRJ, reunida em assembléia na qual compareceram 300 associados, decidiu paralisar as atividades docentes no dia 26 de setembro, dia nacional pelas reivindicações salariais, trabalhistas e de carreira docente.

Durante a assembléia, ficou claro para o conjunto dos professores que a paralisação será encaminhada para integrar todos os professores em torno de suas reivindicações. Essa integração será feita convocando em todo os Departamentos, Unidades e Centros, o corpo docente para participar das atividades organizadas pela ADUFRJ neste dia. O processo de discussão assim estabelecido, caracterizará a paralisação com um salto qualitativo no envolvimento de cada professor em defesa das nossas justas reivindicações e possibilitará estender o debate para a ampla maioria dos professores da UFRJ. Por fim, o dia nacional contribuirá também para consolidar o processo de participação dos professores na luta por uma Universidade crítica e democrática.

Mês de eleição é outubro

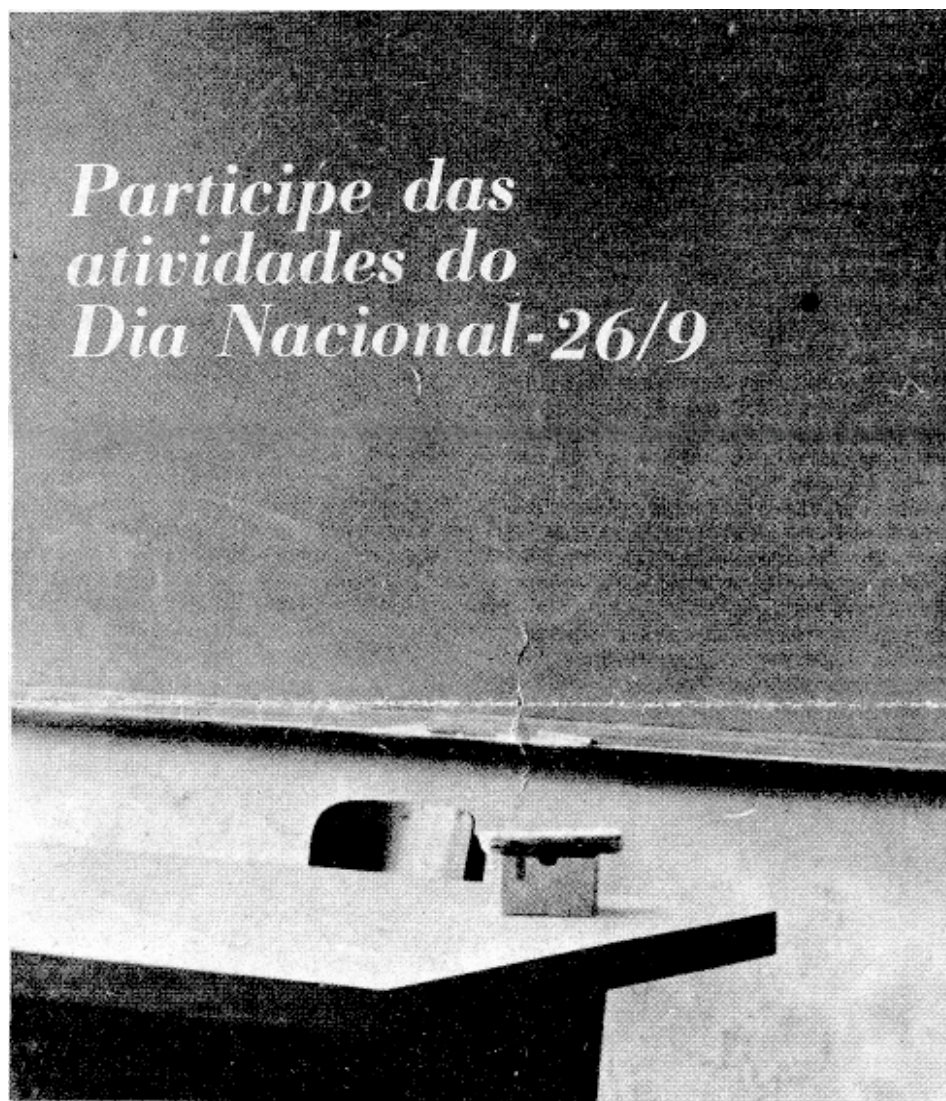
Serão realizadas nos dias 17, 18 e 19 de outubro as eleições para a diretoria da ADUFRJ. As normas eleitorais, elaboradas pelo Conselho de Representantes e aprovadas em Assembléia Geral, encontram-se à disposição dos interessados na secretaria da ADUFRJ.

A indicação de candidatos deve ser feita por um mínimo de 10 sócios, junto à Secretaria, até o dia 03 de outubro.

A mobilização e participação de todos no processo eleitoral é da maior importância para o fortalecimento da Associação.

Projeto

Rio Página 4



Comitiva vai a Brasília

Na Assembléia Geral do dia 13/9 foi decidida a formação de uma comissão para organizar uma comitiva de professores para ir a Brasília.

A tarefa destes professores seria entrar em contato com parlamentares e com o Ministro da Educação para encaminhamento das seguintes questões salariais e trabalhistas:

- critérios de enquadramento dos professores assistentes, adjuntos e titulares;
- progressão automática;
- enquadramento dos auxiliares de ensino;
- tabela salarial e a reivindicação de 50%;
- o enquadramento dos colaboradores, auxiliares de pesquisa, visitantes e outros

professores fora do quadro que recebem e exercem funções docentes regularmente.

Esta comissão está fazendo uma campanha de coleta de fundos junto aos docentes da UFRJ para custear as despesas da viagem. Todo apoio deve ser dado a essa atividade.

Os professores que desejarem fazer parte da comitiva ou que quiserem colaborar financeiramente devem procurar um dos seguintes professores: Iná (Instituto de Microbiologia), Laércio (Instituto de Física), Pitanga (I. Física), Savino (I. Ciências Biomédicas), Suzana (NUTES).

Também foi formada uma comissão encarregada de entrar em contato com a imprensa visando dar cobertura a esse acontecimento.

Resoluções de Assembléias Página 4

O movimento nacional das ADs

A ADUFRJ levou à Reunião das Associações de Docentes de todo o país, realizada recentemente na Bahia, a proposta da realização de um Dia Nacional Pelas Reivindicações Salariais e Trabalhistas. A idéia do Dia Nacional surgiu dentro da nossa Associação no sentido de buscar nacionalmente uma manifestação integrada das Associações de Docentes em defesa de suas Reivindicações Salariais e Trabalhistas. Ao nível das Associações de Universidades Federais, o Dia Nacional representa, também um posicionamento sobre o nosso interesse de uma atuação efetiva dos professores nas discussões sobre o "Pacotão da Educação" e, em particular, sobre o projeto de reestruturação da carreira do Magistério Superior.

Na Reunião da Bahia, as Associações decidiram encaminhar unanimemente o Dia Nacional (26 de Setembro) realizando atividades que vissem aglutinar o conjunto dos professores, esperando aumentar a mobilização no meio universitário e com isso, poder obter do governo uma resposta às nossas Reivindicações Fundamentais.

Na nossa Associação esse processo está encaminhado e no dia 26 de setembro realizaremos as seguintes atividades:

Manhã: reunião nas unidades e centros

Tarde: debate com parlamentares, representantes do MEC e do governo sobre os projetos de interesse dos professores

- Local - C. Tecnologia Bloco A

- Horário - 15:00 horas

Noite - debate sobre Política Educacional do governo. Atividade Conjunta das Associações de Docentes de todo Rio de Janeiro

- Local - a ser confirmado

- Horário - 20:00 horas

Sub-emprego na UFRJ!

Diante do recebimento do Ofício Circular SR-04/3/79 do Sub-Reitor de pessoal enviado a todos os Diretores da UFRJ, onde fica determinada a não recontração de professores colaboradores e professores visitantes que já tenham uma renovação de contrato, foi formada uma Comissão da ADUFRJ para estudar a situação dos docentes fora do quadro.

Continua na pág. 2

Reunião em Salvador

Sub-emprego na UFRJ!

Continuação da pág. 1

Essa Comissão passou a reunir-se todas às sextas-feiras às 18:30 no IFCS, com participação aberta a todos os docentes da Universidade e mais especificamente àqueles que não fazem parte do quadro do magistério superior. Logo na 1ª reunião, tomou-se conhecimento, além das distorções já havidas e habituais na contratação de professores colaboradores e visitantes, de outras formas de sub-emprego rotineiras na UFRJ. Uma breve caracterização destas diferentes formas de sub-emprego se faz necessária para que aqueles que ainda não têm conhecimento desta situação possam compreender a justiça das reivindicações que este grupo vem fazendo à Reitoria desta Universidade e ao MEC.

A categoria mais numerosa nesta situação é a de **professores colaboradores**. A Lei do Grupo Magistério prevê a contratação por prazo determinado, de docentes que cumpram funções estritamente eventuais. Existe, é verdade, um número de professores contratados sob este título ministrando cursos que, ou duram menos de um semestre, ou são de natureza tal que exigem que os seus responsáveis desempenhem atividades profissionais fora da Universidade. Contudo em ambos os casos os cursos estão caracterizados antes por serem cursos especializados e não por serem de natureza eventual, pois são cursos necessários para formação em determinadas áreas. Este tipo de contrato por prazo determinado (dez meses, sem pagamento dos meses de Janeiro e Fevereiro, e somente renovável uma vez) é tão ilegal segundo as disposições da CLT, (são contratos previstos para atividades onde realmente a função desempenhada pelo empregado seja num prazo determinado, e não para a função docente onde a atividade é repetida anualmente) quanto a sua renovação por mais de uma vez (o que disposto no Ofício acima referido tenta evitar).

A Universidade vem utilizando este tipo de vínculo para contratar maciçamente professores colaboradores que exercem as mesmas funções que todos os docentes da Universidade. Para se ter uma idéia, só na Faculdade de Letras há 49 professores colaboradores, com regência de turma e ministrando cursos regulares e permanentes do currículo de Letras; no IFCS há cerca de 40 na mesma condição, sem contar outras unidades que também têm professores nesta situação, embora em número menor.

Algumas conclusões já podem ser tiradas deste breve resumo. Primeiro, parece que as áreas menos prestigiadas em termos de verba e de prioridade de acordo com uma determinada política educacional, são as que concentram este tipo de sub-emprego. Segundo, (esperamos estar enganados), parece que esta política de contratação, em termos de formação de docentes é a menos indicada, pois é exatamente quando o docente, depois de dois anos de prática, começa a adquirir experiência e a poder contribuir de fato para o crescimento acadêmico, que a Universidade o despede sumariamente (não renovando o seu contrato) substituindo-o por outro sem experiência e que deverá permanecer na Universidade por somente mais dois anos. Essa situação acarreta, sem dúvida nenhuma, uma queda da qualidade de ensino com prejuízos para os docentes, alunos e comunidade acadêmica de um modo geral. Só não entendemos a quem isso interessa.

Além destes prejuízos acadêmicos, há uma situação trabalhista absolutamente ilegal, sem contar que este grupo de professores (cerca de 320 na UFRJ) não têm sequer representação nos colegiados da Universidade.

As demais distorções de emprego na Universidade tomam formas variadas. É prevista a contratação como **professores visitantes**, por prazo determinado (12 meses), de docentes que vêm de fora, altamente qualificados, para contribuir com cursos especiais na UFRJ. Este tipo de vínculo também vem sendo usado para contratar professores que exercem funções regulares, só podendo permanecer por dois anos na Universidade. Findo este prazo outros devem ser contratados para começarem um trabalho que poderia ser continuado por aquelas que não tiveram seus contratos renovados.

Há ainda uma categoria de **Auxiliares de Pesquisa** que nem sequer carteira assinada têm: sua contratação é feita verbalmente, por prazo também determinado embora todos exerçam função docente como qualquer professor da UFRJ.

E para concluir este quadro, existem professores e pesquisadores que desempenham funções docentes na Universidade e que estão contratados com verbas outras (FINEP) e sem garantia de renovação de contrato a cada ano.

A situação destes docentes fora do qua-

dro, é altamente indesejável, pois além da injustiça trabalhista, do prejuízo na qualidade de ensino e desenvolvimento acadêmico, e da baixa remuneração dos professores colaboradores e auxiliares de pesquisa, não há o que justifique a não contratação permanente destes professores.

Foi levando em consideração todos estes aspectos que estes professores levaram através da ADUFRJ, ao Reitor da UFRJ, a reivindicação de revogação do referido Ofício e a recontração de todos estes professores por prazo indeterminado (com garantia de férias e o mínimo de estabilidade) e em regime de trabalho de 20 ou 40 horas semanais, como uma medida temporária enquanto não se dá a expansão do quadro de docentes da UFRJ.

Ainda não recebemos uma resposta oficial da reitoria sobre estas reivindicações, fato que nos preocupa, pois se nada ficar resolvido até dezembro deste ano, poderemos ter uma demissão de cerca de 150 professores.

Outra reivindicação aprovada na última assembleia da ADUFRJ foi o enquadramento automático de todos estes docentes irregularmente contratados na UFRJ, na carreira do magistério superior a ser reestruturada de acordo com o Anteprojeto de Lei que foi objeto de discussão de todos os docentes na referida assembleia.

Este Anteprojeto de Lei é totalmente omissivo quanto a situação trabalhista dos docentes fora do quadro, além de manter um artigo que permite a contratação de professores colaboradores por prazo determinado. Para que este docente tenham a sua situação regularizada e para que a Universidade não continue usando a contratação por prazo determinado como forma de sub-emprego, quando da vigência deste Anteprojeto de Lei, aprovamos modificações no Artigo 21 referente à contratação do professor colaborador e a inclusão de um artigo que regulamenta o enquadramento automático de todos os docentes que atualmente exercem regência de turma ou atividade de ensino e/ou pesquisa em caráter permanente na UFRJ.

Entendemos que só a mobilização de todos os professores pelas reivindicações encaminhadas através da ADUFRJ garantirá a estabilidade na UFRJ dos professores que estão ameaçados pelo que dispõe o Ofício Circular, de sofrerem demissão em Dezembro.

Falam os auxiliares de ensino

Existem, atualmente, cerca de 700 Aux. Ens. Na UFRJ QUE EXERCEM TODAS AS FUNÇÕES DOS DEMAIS PROFESSORES DO QUADRO. O ciclo básico, em quase todas as unidades, é mantido principalmente pelos Aux. Ens. e colaboradores. Preenchemos todas as funções docentes da UFRJ: damos aulas em todos os níveis, da graduação à pós-graduação, coordenamos cursos, participamos de comissões em quase todos os níveis, etc. O FUNCIONAMENTO DO DIA A DIA DA UFRJ DEPENDE FUNDAMENTALMENTE DE NOSSO TRABALHO.

No entanto, pelo anteprojeto, teremos de nos submeter a um concurso público para fazermos parte do quadro de professores, caso não ganhemos a vaga (o que não é o mesmo que ser aprovada no concurso) teremos nosso contrato rescindido, nas condições da "legislação trabalhista". ISTO SIGNIFICA QUE TERIAMOS DE REALIZAR UM CONCURSO PÚBLICO PARA NOS HABILITARMOS A EXERCER UMA ATIVIDADE QUE JÁ EXERCEMOS, e que, mesmo passando, não temos garantia de continuar na universidade.

Durante estes anos de trabalho, estivemos fazendo concurso todos os dias. As centenas de horas-aula, as milhares de horas de trabalho dentro da universidade são o nosso concurso. Somos responsáveis por turmas, assinamos pautas e temos TODAS as nossas atividades aprovadas pelos órgãos colegiados, e nossos contratos são renovados sistematicamente.

Ao argumento contrário ao nosso enquadramento automático, baseado na sua inconstitucionalidade, contrapomos que não se deve falar em ilegalidade quando a legislação é feita sem consulta aos professores, quando as causas principais de nossa situação precária estão na falta de vagas e nos entraves burocráticos à progressão funcional. ILEGAL É COIBIR NOSSO DIREITO DE TRABALHO.

Existem inúmeros precedentes quanto ao enquadramento de docentes não concursados: sempre que houve mudança de legislação (e às vezes sem ela) isto ocorreu. Basta lembrar do acordo MEC-DAU. E lembrar também que a maioria dos Atuais docentes (Assistentes, Adjuntos e Titulares) da UFRJ não fizeram concurso.

Estamos lutando por algo mais que garantir nossos empregos. Lutamos também, em condições reconhecidamente precárias de trabalho, por um ensino melhor. NOSSOS ALUNOS SÃO O TESTEMUNHO DE NOSSO ESFORÇO. Nas Assembleias da ADUFRJ, tivemos nossas reivindicações aprovadas por unanimidade.

Diante de todos estes fatos, sentimos-nos plenamente conscientes e moralmente justificados - ao exigirmos nossa integração automática no quadro de professores.

Fazemos isto PROPONDO A SUPRESSÃO DOS ARTIGOS 24 E 25 DO ANTEPROJETO DE LEI E QUE SEJA INCLUÍDO NESTE ANTEPROJETO O ENQUADRAMENTO AUTOMÁTICO DE TODOS OS AUXILIARES DE ENSINO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, EM CLASSE CORRESPONDENTE A SUA TITULAÇÃO E TEMPO DE SERVIÇO EFETIVO, SEGUNDO OS MESMOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA OS DEMAIS DOCENTES.

(Assembleia dos Auxiliares de Ensino do CCMN, CT e CCS, realizada em 11/09/79).

Campanha Salarial de 1980

Na reunião das Associações Docentes realizada, na Bahia, um dos temas principais de debate foi a questão da unificação das lutas salariais das Associações.

Houve uma reunião específica das Associações de Docentes de Universidades Federais em que o posicionamento consensual foi o da necessidade de estabelecermos um **índice único nacional de aumento salarial** por entendermos a necessidade da defesa de uma igualdade salarial para todos os professores do país, e além disso, por considerarmos o índice unitário estratégico e fortalecedor para o conjunto dos professores.

Nesse sentido, o II Encontro Nacional das Associações de Docentes marcado para o final de fevereiro, antecedendo o início do ano letivo, terá como um dos seus principais pontos de discussão, a determinação do índice de

aumento salarial dos professores.

Na reunião da Bahia foi escolhida a Associação de Docentes da Universidade Federal de Santa Catarina para realizar um estudo sobre o **índice nacional**. Para isso, a ADUFSC já solicitou que as demais ADs. enviem o mais prontamente possível dados regionais e específicos sobre os seguintes pontos:

- 1 - níveis de vencimentos dos últimos 10 anos.
- 2 - especificação do regime jurídico da Instituição (Autarquia, Fundação; etc.)
- 3 - distribuição percentual dos docentes nos regimes de trabalho (40 horas, 20 horas, etc)
- 4 - regime de contrato de trabalho dos docentes (CLT, Estatutário)
- 5 - dados sobre progressão dos índices de custo de vida regionais.

Continuam os debates dos docentes sobre a questão salarial com proposta de ÍNDICE ÚNICO NACIONAL DE AUMENTO

Docentes reúnem-se em Salvador

Na reunião de Docentes realizadas na Bahia nos dias 6, 7, 8 e 9 de setembro último, foram feitos alguns relatos sobre a situação das diversas Associações por todo o Brasil. Publicamos aqui alguns dados relatados.

Embora pequeno e não uniforme, esse conjunto de dados já é ilustrativo da realidade e dos problemas que atingem os professores das diversas Associações de Docentes.

1- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reivindicação salarial - 52,7% baseado na reposição salarial de 1967 a 1979. Está correndo abaixo-assinado reivindicando o aumento e a reintegração dos cassados.

Questões trabalhistas - a UFMG tem um número significativo de docentes com tempo integral e dedicação exclusiva. Nesse sentido, consideram a opção de 40 horas sem dedicação exclusiva desatualizada e prejudicial para a sua realidade.

2- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Reivindicação salarial - 55%. Enviaram abaixo assinado ao MEC no mês passado.

Questões trabalhistas - reivindicam pagamento aos professores colaboradores compatíveis com as categorias do magistério, consideram que os professores colaboradores devem ter os mesmos direitos que os demais, em particular, votar e ser votados nos órgãos deliberativos.

Existe uma pressão da reitoria para aumento da carga horária didática dos professores, o que vem provocando problemas internos.

3 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Reivindicação salarial - não têm índice.

Questões trabalhistas - existem 400 colaboradores horistas. Em agosto foram realizados concursos para colaboradores e com isto os direitos da CLT foram estendidos aos concursados. Na UFPr não conheciam o pacote!!

4 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reivindicação salarial - 50% pelos mesmos motivos que a UFRJ.

Questões trabalhistas - Colaborador horista é um problema sério. Existe um número muito reduzido de professores com tempo integral acarretando dificuldades acadêmicas importantes.

5 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ES-TADUAL)

Reivindicação salarial - 30% em 1979. Não tiveram nenhum aumento.

Questões trabalhistas - todos os professores da USP são estatutários (estaduais) e nesse sentido possuem direitos como: licença prêmio, direito a licença não remunerada e, mais importante, estabilidade. Os professores da USP se surpreenderam quando tomaram conhecimento de que os professores federais são na sua maioria, não estatutários.

6 - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUNDAÇÃO)

Questões salariais - não tem índice. Consideraram incorreto o critério de índice de aumen-

tes atingidos. Publicaram um livro chamado "Universidade e Repressão: Os Expurgos na UFRGS" nos mesmos moldes do "Livro Negro da USP"

12- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reivindicações Salariais - fizeram um estudo no início do ano que foi levado ao I Encontro mas não chegaram a um índice.

Questões Trabalhistas - Propõem revisão dos critérios para possibilitar promoção nas áreas onde não existe doutorado ou mestrado. Na UFSC os Auxiliares de Ensino viraram colaboradores (maiores salários). O projeto de reestruturação da carreira prejudica os colaboradores.

7 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPUS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE).

Questão salarial - 70% sobre 1978. Índice tirado no I Encontro Nacional de Associações em 02/79. Propõem salários condignos mais salários indiretos (Assistência médica, por exemplo) Enviaram abaixo-assinado.

Questões trabalhistas - professor colaborador é maioria na Universidade. Existem 1500 colaboradores com TI e DE. Os contratos são de 12 meses renováveis. Os colaboradores possuem os mesmos direitos que os demais. O REITOR É COLABORADOR; Propõem absorção dos colaboradores na carreira do magistério por concursos internos classificatórios definidos pelos próprios docentes.

8 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (FUNDAÇÃO)

Reivindicação salarial - 70% + 2.000,00 (professores e funcionários).

Questões trabalhistas - não existem critérios para contratação de docentes (problema de fundações)

9- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reivindicação salarial - 68% retroativo a 01/03/79 baseado nos salários de Brasília. Consideram o pedido de aumento independente da tabela contida no projeto de reestruturação da carreira.

Questões trabalhistas - discutem formas divergentes da CLT como regime de contrato dos professores. Consideram a questão da estabilidade levantada pela ADUSP importante.

10- UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO (FUNDAÇÃO)

Reivindicações salariais - 30% encaminhados ao Reitor do qual esperam resposta até 12/09.

Questões trabalhistas - os horistas eram 50% dos professores. Houve concurso para Auxiliar de Ensino e agora o número de horistas diminuiu. A Universidade possui 800 docentes dos quais 310 estão na associação.

11 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reivindicações salariais - existe uma comissão salarial que ainda não fixou reivindicações.

Questões trabalhistas - a luta está centrada na questão dos colaboradores (378 para 2000 docentes). Depois da Associação as demissões de professores pararam. Propõem concursos para que os colaboradores entrem no quadro. Propõem discutir CLT versus estatutários. Consideram fundamental a reintegração dos docen-

tes atingidos. Publicaram um livro chamado "Universidade e Repressão: Os Expurgos na UFRGS" nos mesmos moldes do "Livro Negro da USP"

12- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reivindicações Salariais - fizeram um estudo no início do ano que foi levado ao I Encontro mas não chegaram a um índice.

Questões Trabalhistas - Propõem revisão dos critérios para possibilitar promoção nas áreas onde não existe doutorado ou mestrado. Na UFSC os Auxiliares de Ensino viraram colaboradores (maiores salários). O projeto de reestruturação da carreira prejudica os colaboradores.

13- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (RGS)

Reivindicações Salariais - não definiram um índice, mas têm assembleia marcada para tal fim.

Questões Trabalhistas - na Universidade os professores adjuntos estatutários não concorrem aos concursos para professor titular, pois são concursos para C.L.T.. Consideram melhor manter a estabilidade do que obter um pequeno aumento salarial.

14- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reivindicações salariais - 52,7%. Não haviam iniciado o movimento.

15 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reivindicações salariais - 50% + inflação de 79.

16 - ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA (FEDERAL ISOLADA)

Reivindicações salariais - 70% (sobre 78).

Questões trabalhistas - professores colaboradores usados indevidamente. Propõem contratação como Auxiliares de Ensino.

17 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (FUNDAÇÃO)

Reivindicações salariais - ainda não formularam. Os salários para os são os mesmos das Autarquias. Somente os cargos técnicos são remunerados diferentemente. Por exemplo, o salário do Assessor de Segurança é de Cr\$ 65.000,0 (maior que o de reitor de uma autarquia).

Questões trabalhistas - Existem 800 docentes na Universidade e 300 em cargos exclusivamente administrativos. Com a Associação, os professores horistas foram protegidos de demissões. Foram feitos estatutos para a Fundação, tendo a Associação dois assentos no Conselho Universitários.

18- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reivindicações salariais - não foram relacionadas.

Questões trabalhistas - professor colaborador é horista. Colaboradores e Auxiliares de Ensino são 60% dos docentes e os mais qualificados. Consideram a C.L.T. prejudicial aos professores. Existem demissões arbitrárias. Nesse ano, 19 Auxiliares de Ensino foram demitidos por recusarem-se a prestar concurso em disciplinas diferentes de suas especialidades.

19 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reivindicações salariais - não fixaram índice.

Questões Trabalhistas - aprovaram as reivindicações do Memorial da UFRJ.

20 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Existe uma Associação recreativa e patrimonial. Estiveram presentes delegados da comissão que está criando uma nova Associação de caráter reivindicatório.

21 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Associação recentemente criada; está ainda discutindo problemas da Instituição.

Considerações sobre escolha de dirigentes

As trinta e uma Associações Docentes presentes em Salvador, nos dias 6, 7, 8 e 9 de setembro de 1979, na Reunião Nacional Extraordinária das Associações Docentes Universitárias, discutiram o anteprojeto que dispõe sobre a escolha e nomeação de dirigentes de Universidades e Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior Federais, preparado pelo MEC e decidiram:

a) condenar a forma autoritária com que os órgãos governamentais têm conduzido os vários processos de reforma no âmbito das universidades, sem qualquer participação da comunidade universitária nacional.

b) considerar inaceitável o anteprojeto devido ao fato dele, nem de longe, satisfazer as aspirações da grande maioria da comunidade universitária nacional, que é a de ter todos seus dirigentes eleitos de forma direta e secreta e com a mais ampla participação dos corpos docentes, discente e administrativo das Instituições. O anteprojeto proposto é, pelo contrário, autoritário e discriminatório e, não apenas perpetua mas agrava, o caráter anti-democrático dos processos de eleição atualmente em uso nas instituições de ensino superior.

São exemplos do caráter autoritário e discriminatório do anteprojeto:

1. A prerrogativa do Presidente da República de nomear os Reitores e do Reitor de nomear os diretores.

2. A grande centralização do poder nas mãos do Reitor, pois este nomeia os vice-reitores, os pró-reitores e dos diretores das unidades, que por sua vez nomeia os vice-diretores, sendo que os vice e os pró-reitores e os vice-diretores são nomeados sem mandato e sem a participação de nenhum órgão colegiado.

3. A exclusão do corpo discente nas eleições dos Chefes de Departamentos, contrariando inclusive a Lei nº 5.540 que garante a representação estudantil em todos os órgãos colegiadas das Instituições de nível superior. Também excluídos foram os professores colaboradores e visitantes, constituindo este fato um retrocesso em relação à prática atual.

4. A atribuição indevida ao Ministro de Educação e Cultura de intervir nas universidades e em suas unidades, por cima, inclusive, dos próprios Colégios eleitorais especiais previstos no anteprojeto.

As Associações Docentes ressaltam ainda o fato deste anteprojeto ser proposto ao mesmo tempo em que o mesmo MEC propõe o Anteprojeto de Regulamentação das Autarquias de Regime Especial onde, em seu Art. 1º, é garantida "... autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-científica e disciplinar". Isto mostra o antagonismo entre a promessa governamental e a viabilidade do prometido. Acreditam as Associações Docentes que autonomia universitária é algo que não pode dar-se sob forma tutelada e que, pelo contrário, só se realiza em condições de democratização da estrutura de poder das universidades e Instituições de ensino superior brasileiras, esta, por sua vez, condicionada ao processo de democratização no contexto institucional mais amplo.

Associação dos Docentes da UFRJ - ADUFRJ
C. Postal 1191 Cidade Universitária
CT - Bloco H - Sala 329 CGC 30315055/0001-51

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO:

Antonio Giannelia Neto, Eduardo Batista, Ericksson Almendra, Fernando Carlos C. Lima, Juan Carlos Blas, Maria Alice Rocha, Nara Saletto, Oscar Acsehrad, Ricardo Chaloub, Walter Suemitsu
Diagramação: Sivalva Silva
Composto e Impresso na Gráfica e Editora Mory Ltda.
Rua do Rezende 65, Tel. PABX 221-2772

Por 50%
de aumento
imediate

ADUFRJ e o Projeto Rio

Fiel aos princípios que devem nortear a vida universitária, pretendeu-se com a criação da Comissão sobre o Aterro da Baía de Guanabara da ADUFRJ, vitalizar o espírito crítico e independente e participar ativamente de questões que interessam a comunidade universitária e a toda a comunidade de um modo geral.

O Projeto-Rio pela sua magnitude, pelo espectro de questões envolvidas e principalmente por ser um projeto político, imposto pela tecnocracia dominante, gerou oportunidade para que aflorassem graves contradições, comuns a projetos dessa envergadura:

- prega-se a recuperação da Baía de Guanabara e no entanto, sem nenhum estudo do impacto ambiental, que as obras do projeto acarretariam, e com a conveniência de órgãos oficiais do meio ambiente, considerável área será mutilada e todo o equilíbrio do ecossistema será comprometido.

- utiliza-se, uma justificativa social para o projeto (construção de moradias pelo sistema BNH) que mal consegue mascarar os altos interesses envolvidos (especulação imobiliária, empreiteiras, etc.).

- solicita-se a construção de uma via expressa, no momento em que a crise energética recomenda novas opções de transporte de massa, como o transporte hidroviário e a otimização dos sistemas ferroviários. Deve considerar-se ainda que as restrições ao consumo de combustível impostos recentemente, penalizam as classes sociais de média e baixa renda.

- pretende-se incrementar o adensamento populacional numa cidade já em colapso, na qual é flagrante a crescente perda de qualidade de vida da população.

- diz-se pretender solucionar o problema de moradia de populações de baixa renda, quando na verdade é maquinado um plano diabólico em nível nacional (PROMORAR) que impedirá o acesso de novos contingentes de população, marginalizadas pelo sistema econômico, a áreas onde construiriam seus barracos. No entanto nada é proposto em termos de valorização do homem do campo, mecanismo capaz de impedir o êxodo rural.

Entre as principais proposições da Comissão da ADUFRJ referentes ao Projeto-Rio, destacam-se:

1. QUANTO ÀS COMUNIDADES DE BAIROS POPULARES (FAVELAS)

1.1 Que os anseios dos moradores da região da Maré e de todas as áreas de habitações populares, sejam atendidos e ouvidas suas legítimas lideranças.

1.2 Sejam respeitados os direitos de todo o conjunto dos moradores da área atingida pelo projeto, reconhecendo formalmente a legitimidade não só da posse como da propriedade da terra, o que exclui sob qualquer pretexto remoção de favelados ou erradicação de favelas.

1.3 Que as áreas semi-urbanizadas sejam consideradas como bairros populares, integrados a estrutura urbana e como tal tenham atendidas suas necessidades básicas de infra-estrutura urbana e de serviços.

1.4 Que os moradores das palafitas e inquilinos, tenham garantida sua permanência na área, em condições dignas e similares as dos moradores das outras áreas.

1.5 Que nada deva ser cobrado dos moradores das áreas semi-urbanizadas, desde que o solo foi conquistado arduamente a partir de terrenos insalubres. Em vez de penalizados por um sistema sócio-econômico que os marginalizou, ao mesmo tempo em que estimulava a concentração de capital na mão de poucos, qualquer rudimento de

justiça social deverá redimi-los de quaisquer ônus.

1.6 Que seja fornecido o título definitivo de propriedade.

1.7 Que em vez de projetos de impacto (como o Projeto-Rio e Promorar) de eficiência duvidosa, sejam formulados projetos racionais apoiados nas experiências e anseios dos favelados. As populações de baixa renda, querem apenas terras para construção de sua casa própria, que são construídas no ritmo de suas possibilidades financeiras utilizando formas cujo êxito pode ser demonstrado na própria região da maré.

2. QUANTO À BAIÁ DE GUANABARA

Considerando:

- A importância social da Baía de Guanabara para uma população de cerca de 8.000.000 de habitantes, fornecendo simultaneamente opções de uso balneário, lazer, fonte de alimentos, via de transporte de massa e com significativa repercussão na qualidade de vida dessa população.

- O elevado grau de degradação de suas águas e margens, motivado pelo não controle das fontes múltiplas de poluição.

- A inexistência de um plano global de recuperação da Baía de Guanabara que leve em considerações os diversos desequilíbrios.

- Que os antigos aterros e intervenções em sua orla, ocasionariam, alterações sensíveis no sistema de circulação de águas, aumento dos valores de assoreamento e perda da qualidade de suas águas.

- Que os aterros propostos pelo Projeto Rio, desacompanhados de qualquer estudo de impacto no meio ambiente, irão afetar drasticamente todo o ecossistema da Baía de Guanabara.

- E ainda que a Baía de Guanabara é um bem público, sob a guarda da União e para tal protegidos por lei, pertencendo seu destino a toda a comunidade e as futuras gerações, sendo ainda patrimônio cultural inalienável.

Propõe-se:

- Que o atual projeto, como tem sido formulado, na parte referente ao aterro da Baía de Guanabara (atendidas às questões sociais) seja transformado em outro que vise a sua recuperação, incluindo:

- Realização de estudos técnicos, multidisciplinares, do qual participem pesquisadores independentes vinculados ou não as Universidades, que permitam o delineamento de um projeto global de recuperação da Baía de Guanabara.

- Elaboração de plano de desassoreamento da Baía de Guanabara, com recuperação urgente das áreas mais críticas e controle dos diversos fatores causadores (desmatamento, obras de drenagem inadequadas, aterros e destruição de ecossistemas de manguezais).

- Controle e eliminação das fontes de cargas poluidoras.

- Estabelecimento do contorno definitivo da Baía de Guanabara, ouvindo técnicos relacionados a áreas de hidráulica estuarina, sedimentologia, saneamento, ecologia e outras

- Projetar e construir na orla da Baía de Guanabara, o interceptor sanitário da zona norte, dotando simultaneamente as cidades situadas na região da Baía de Guanabara de estações de tratamento de esgoto.

- Criação da reserva biológica dos manguezais do fundo da Baía de Guanabara, manutenção de remanescentes dispersos e repovoamento nos estuários fluviais.

COMISSÃO PROJETO-RIO

Resoluções das Assembleias de 4 e 13/9

1. Consideramos essencial que seja concedido prontamente nossa reivindicação de aumento salarial de 50%, a partir de 1º de maio de 1979, independentemente da tramitação do projeto de lei do magistério.

2. Consideramos que o projeto do governo da lei do magistério apresenta a deficiência fundamental de ter sido feito de forma fechada, sem consulta aos professores e suas Associações, não satisfazendo, em muitos pontos, as nossas reivindicações mais importantes e prejudicando uma parcela ponderável de docentes.

Foram aprovadas as seguintes reivindicações fundamentais da ADUFRJ para serem incluídos no ante-projeto:

a) SOBRE A TABELA DE VENCIMENTOS:

Aumento mínimo de 50% com um percentual igual para todas as classes e um percentual igual para todos os níveis.

b) SOBRE O SALÁRIO BASE E O REGIME DE TRABALHO:

A situação normal do contrato do docente deve ser a de 40 horas, sendo as opções de 20 horas ou de dedicação exclusiva, concedidas a pedido do interessado.

c) SOBRE O ENQUADRAMENTO:

(Alterações do Artigo 23)

“Os atuais professores titulares, professores adjuntos e professores Assistentes, ocupantes de cargos ou empregos, serão enquadrados nas mesmas classes que ocupam na data da publicação desta lei (ou em classe superior) e em nível a ser determinado pela contagem de pontos realizada mediante uma avaliação de desempenho.

§ 1º - Na avaliação de desempenho mencionada no caput deste artigo serão levados em conta os seguintes aspectos da atividade do docente.

a) O tempo de efetivo exercício de atividades de magistério superior comportando o tempo como auxiliar de ensino.

b) O tempo efetivo de exercício na classe em que se encontra o docente.

c) A titulação acadêmica.

d) Os concursos públicos ou de acesso em que tenha logrado aprovação”.

d) SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL:

Alteração do artigo 8º e parágrafo único do artigo 23.

Artigo 8º: O movimento nas classes de professor assistente e professor adjunto far-se-á

por progressão funcional automática.

Excluir no Inciso I: “em que concorre à progressão”.

Substituição do parágrafo único do artigo 23.

“Restando saldo de tempo de serviço na classe e nível em que o professor venha a ser enquadrado, este saldo será contado para efeito de interstício”.

e) SOBRE OS AUXILIARES DE ENSINO:

Supressão dos artigos 24 e 25 do ante-projeto.

Inclusão do seguinte artigo:

“Os atuais Auxiliares de Ensino serão enquadrados automaticamente na carreira do Magistério Superior, segundo os mesmos critérios utilizados para os demais docentes”.

f) COLABORADORES, VISITANTES E DEMAIS PROFESSORES FORA DO QUADRO.

Supressão da expressão “por prazo determinado” no caput do artigo 21.

Alteração do inciso II do artigo 21:

“Como professor colaborador para ministrar cursos de caráter especializado”.

Inclusão do seguinte artigo no ante-projeto:

“Todos os atuais professores, que não se enquadram nas definições acima, que exercem regência de turma ou atividade de ensino e ou pesquisa em caráter permanente na Universidade, serão automaticamente enquadrados na carreira da Magistério Superior, em classe correspondente a sua utilização e tempo de serviço efetivo, segundo os mesmos critérios utilizados para os demais docentes”

g) SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 1º DO

ARTIGO 8 POR: “Em áreas ou disciplinas a serem definidas em regimento e a critério da Instituição o título de Mestre ou Doutor poderá ser substituído por qualificação de excelência proposta pelo Departamento e homologado pelo Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da Instituição”.

Devemos continuar debatendo o ante-projeto da Carreira do Magistério Superior para nos definirmos sobre outros pontos importantes como: prestação de serviços (artigo 2º), número de Titulares definido pelo MEC (artigo 4º), etc.

II Encontro Nacional de ADs

Será realizado em João Pessoa o II Encontro Nacional das Associações de Docentes. Os dias serão 25, 26, 27, 28 e 29 de fevereiro de 1980. A participação é livre para os docentes das Associações. Entretanto deverão enviar um representante oficial VOTANTE. O temário deste Encontro foi estabelecido na reunião de Salvador sendo obviamente possíveis novas inclusões, por propostas das Associações, na abertura do Encontro.

TEMARIO:

1 - Perspectivas da Universidade Brasileira (verbas, estrutura de poder e relações com a sociedade)

2 - Questões Salariais e Trabalhistas (campanha salarial de 1980),

3 - Formas de Organização das Associações de Docentes (A.Ds) em nível nacional.

4 - Formas de Ação em Relação à Política Educacional.

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ

ANO I

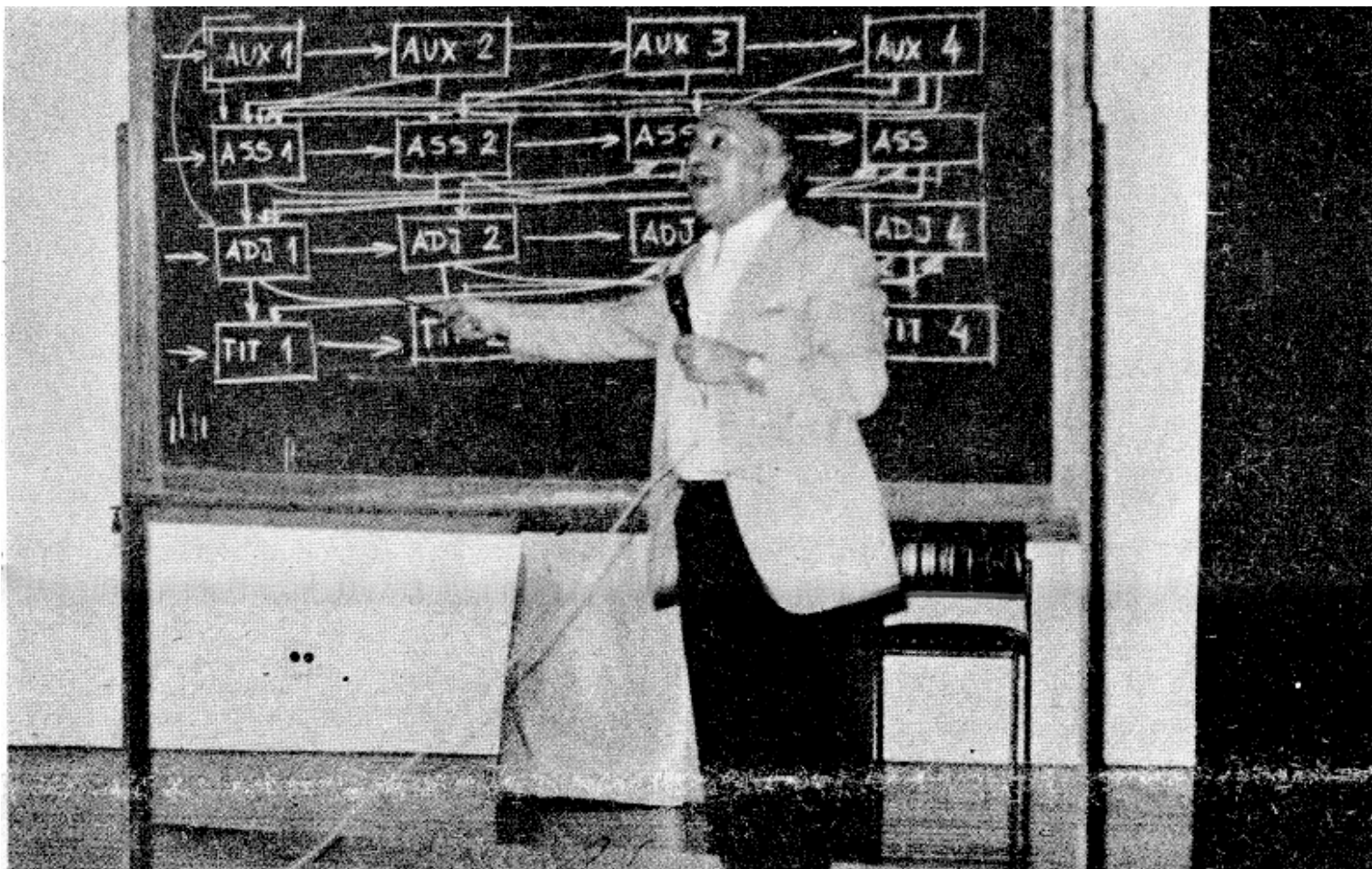
NOVEMBRO 79

Nº 6

**Estrutura
de
Poder da UFRJ
uma
discussão
necessária
PÁG. 5**

**Comitiva da
ADUFRJ
em Brasília**

Pág. 8.



Representante do MEC em debate com os professores da UFRJ – Auditório do CT.

**Uma
anistia sem
grandeza
pág. 4**

**Como foi o Dia
Nacional de
Reivindicações
nos
outros estados
pág. 2**



A paralisação do dia 26

O Dia nacional pelas Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira foi realizado com paralisação na UFRJ, UF Santa Catarina, UF de São Carlos e UF do Espírito Santo. Na UFMG houve paralisação no dia 02 de outubro. Em quase todas as Universidades Federais foram realizadas Assembléias Gerais das Associações Docentes e ou debates com ampla participação dos Professores. Foi um passo inicial muito importante no sentido de encaminhamento nacional para nossas reivindicações. Ao nível da UFRJ a paralisação foi aprovada inicialmente, por uma pequena diferença, na Assembléia Geral do dia 04 de setembro tendo sido marcada uma nova Assembléia para referendar a decisão. Foi, então, criada a Comissão de

Mobilização que percorreu, praticamente, todas as Unidades UFRJ, tendo sido observado que em algumas delas os boletins não eram distribuídos e não haviam nenhum processo de discussão. A Assembléia Geral do dia 24 de setembro, com 300 Professores presentes, referendou a paralisação. A paralisação foi uma vitória para o nosso movimento, pois conseguimos todos os objetivos:

- 1) 90% da UFRJ parou.
- 2) debates nas Unidades e nos Centros pela manhã.
- 3) debate com o representante do MEC, à tarde, com a participação de 500 Professores.
- 4) ampla repercussão na imprensa de nossas reivindicações.

Apesar disso, algumas Unidades, como Direito, Arquitetura, Museu nacional, Educação

Física, não paralisaram totalmente. Vamos procurar incorporar essas Unidades ao nosso movimento, por exemplo na Faculdade de Direito só temos um sócio. A experiência do dia 26 de setembro nos coloca que a prática de reunião nas Unidades e Assembléias Gerais é que levam a uma participação e à mobilização de maior número de docentes. Ele também coloca a necessidade de desenvolvermos nossa organização e capacidade de mobilização para obtermos nossas reivindicações. Devemos procurar resolver inicialmente as dificuldades seguintes:

- a) Desenvolver o trabalho nas Unidades levando as reivindicações gerais dos docentes, mas também enfrentando os problemas locais através de reivindicações específicas.

- b) Fazer com que todos os docentes recebam o Boletim,
- c) Aumentar o número de sócios, em particular nas Unidades com poucos sócios. Para atingir esses objetivos é essencial a iniciativa de todos os colegas tanto em suas Unidades, como pela participação nas comissões da Associação já existentes ou via a criação de novas comissões. O Dia Nacional representou uma vitória no sentido de ter sido realizado como uma decisão da Reunião da Associações de Docentes realizada em setembro último na Bahia. Esse ato foi a primeira tarefa conjunta das ADs e significa um grande passo para que em 1980 tomemos outras decisões conjuntas na luta pelas reivindicações salariais e trabalhistas.

ASSEMBLÉIA GERAL DIA 28 DE NOVEMBRO

**AUDIT. CT – 5h.
Fundão**

Balanço do dia nacional de reivindicação

O dia 26 de setembro passado, escolhido como o Dia Nacional de Reivindicações, constituiu-se num acontecimento sem precedentes no movimento dos professores universitários.

Em todo o país, os docentes das Universidades Federais promoveram atividades que foram desde a realização dos debates até a completa paralisação das aulas. Um balanço destas atividades, é apresentado a seguir.

Na UFSC houve paralisação durante todo o dia, acompanhada de debates entre os docentes, entre docentes e alunos e, também, de uma Assembléia Geral da APU-FSC, que ratificou as posições do encontro de Salvador.

Em São Paulo houve debates sobre o pacote na USP e PUC-SP. OS DOCENTES DA UF de São Carlos pararam sua universidade para a realização de debates.

Pela manhã o reitor compareceu a uma discussão comprometendo-se a encaminhar as posições da entidade dos docentes. A tarde, Assembléia Geral da ADUFSCar tomou posição de rejeição do conteúdo dos três anteprojetos e à noite foi elaborado um documento conjunto dos professores, alunos e funcionários.

Paralisação das atividades, com boa cobertura da imprensa e realização de debates com maciça participação de docentes marcou o dia na UFRJ. Nas Unidades foram realizados debates entre os docentes, pela manhã e à noite. Uma reunião Geral com a presença de um represen-

tante do MEC que discutiu com os professores o anteprojeto da Carreira do Magistério foi o ponto alto das atividades. Debates foram realizados também na UNIRIO e UFRRJ (Rural). Na UFF, o reitor suspendeu as aulas nos dias 25 e 26 mas, apesar disto, houve um ato público no dia 26 com a presença de alunos e docentes em uma praça de Niterói.

Em Brasília a Associação de Docentes da UnB não programou nenhuma atividade e a paralisação ficou por conta dos alunos.

Uma semana de debates (24 a 29/09) com intensa participação de docentes e estudantes, suspensão das atividades na manhã do dia 26, e Assembléia Geral para discussão da questão salarial foi a forma encontrada pelos docentes da UF de Juiz de Fora que realizaram, ainda, um ato público no dia 02/10.

A UF de Minas Gerais realizou reuniões setoriais no dia 26/09 e paralisou suas atividades no dia 02/10 quando houve uma Assembléia com maciça participação de docentes. No dia seguinte, uma Assembléia na Universidade, convocada pela Reitoria, ratificou a posição dos docentes, rejeitando o conteúdo dos três anteprojetos do MEC.

Rejeição dos três anteprojetos foi, também, a posição dos professores da UF da Paraíba (João Pessoa) tomada em Assembléia realizada durante a paralisação parcial da Universidade.

Estes fatos demonstram que a conscientização e mobilização dos professores em torno de suas justas reivindicações é uma realidade que vem se firmando.

ADUFRJ vai ao encontro

Nossa associação recebeu no último dia 08, quinta-feira, uma cópia xerox de radiograma enviado pelo MEC à reitoria da UFRJ, cujo texto é o seguinte: "CODEMOR/SESU/MEC. S/N PT Informamos vs estabelecemos dias 22 et 23 corrente mês para realização encontro regional na Universidade Federal de Minas Gerais a fim discutir **exclusivamente** anteprojeto estrutura carreira magistério superior pt solicitamos vossoria fineza transmitir nossa comunicação comunidade acadêmica

vg inclusive associação docente vg assim como indicar representante dessa IES para referido encontro pt quanto acertos programação vg reserva hotel et outros vg favor constatar IES sede pt sbs GUILHERME LA PENHA SEC ENSINO SUPERIOR"

A ADUFRJ estará presente a este encontro bem como as demais associações do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Brasília.

EDITORIAL

O tempo passa e o salário baixa

Estamos já em novembro, e ainda não obtivemos nenhum aumento. Em maio deste ano encaminhamos ao MEC o nosso Memorial com a reivindicação de 50% de aumento salarial e uma série de reivindicações trabalhistas; na ocasião da entrega deste Memorial, ouvimos do Ministro que o pedido seria encaminhado ao Presidente da República, e que teríamos uma resposta dentro de um prazo de 15 dias. Outros contatos com o MEC foram feitos posteriormente pela Diretoria sem obter qualquer resposta concreta às nossas reivindicações.

Quando no dia 26 de setembro uma comissão de Docentes da ADUFRJ esteve em Brasília para um novo contato com o Ministro da Educação, este voltou a afirmar que encaminharia à Presidência a reivindicação de 50%. Um novo encontro com o referido Ministro foi mantido no dia 24 de Outubro, desta vez pela Coordenação Nacional das Associações Docentes, quando foi reiterada a nossa reivindicação de 50% de aumento à partir de Maio. A resposta obtida foi que o MEC continuaria tentando obter da SEPLAN o aumento ou um abono ainda este ano.

A política do Governo, através do MEC, tem sido de dizer que nossa reivindicação salarial é justa, mas de não dizer quando o aumento será concedido. É uma política de deixar o tempo passar e manter os baixos salários. Até agora não foi dada nenhuma resposta à nossa reivindicação salarial.

Por outro lado, os níveis salariais de Março de 1980 serão fixados normalmente no início de Fevereiro, por decreto do Presidente da República.

Nos últimos anos este reajuste tem sido inferior ao da inflação. Este ano a situação fica mais séria, na medida em que estimativa da inflação de Março de 1979 à março de 1980 está por volta de 70%. Devemos continuar encaminhando nossa reivindicação salarial de 50%, e devemos começar desde já a preparar a luta salarial de 1980, antes que nossa capacidade de mobilização seja reduzida devido às férias escolares.

Por outro lado, os anteprojetos da Carreira do Magistério, de Autarquias Especiais e de Dirigentes Universitários encontraram-se em compasso de espera.

Estes anteprojetos seriam discutidos em reuniões regionais convocadas pelo MEC no início de Outubro, que no entanto foram desmarcadas. Fomos posteriormente informados pelo Ministro da Educação que as reuniões regionais terão lugar em meados de Novembro, para discutir especificamente o anteprojeto da Carreira do Magistério; nesta ocasião, deveremos reafirmar nossas reivindicações em relação a este projeto, de acordo com as resoluções das Assembléias Gerais de 4 a 13 de Setembro último (ver Boletim da ADUFRJ nº 5).

Os anteprojetos de Autarquias Especiais e Dirigentes Universitários, ainda segundo o MEC, deverão ser discutidos em reuniões regionais posteriores.

Convém lembrar que estes anteprojetos contêm pontos fundamentais sobre a questão da estrutura de poder da Universidade, que ainda não foram alvo de uma discussão mais aprofundada por parte do conjunto de professores. É oportuno agora retomarmos o estudo destes anteprojetos, lembrando que a Comissão de Estudos sobre a Reforma Universitária da nossa associação já apresentou um trabalho inicial publicado no Boletim nº 1 da ADUFRJ.

Desta forma, temos como tarefas, a médio prazo, o aprofundamento da discussão sobre os anteprojetos de autarquias especiais e de dirigentes, e, a curto prazo, a preparação da luta salarial de 1980 e a continuação do encaminhamento das reivindicações trabalhistas. A nossa definição sobre este último ponto, somada à necessidade de nos prepararmos para o II Encontro Nacional de Associações e Docentes, a ter lugar em Fevereiro próximo, nos conduz à necessidade de realizarmos uma Assembléia Geral até o final de Novembro, antes do início das Férias Escolares. Devemos começar a prepará-la desde já nas Unidades e Centros.

Uma anistia sem grandeza

Diário Oficial - Seção I - Parte I - Segunda-feira, 28 de abril de 1969, página 3598.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, item II do Ato Complementar n.º 39, de 20 de dezembro de 1968, resolve

APOSENTAR:

Nos cargos que ocupam nos órgãos da Administração Pública Federal com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, os seguintes servidores:

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes

Maria Yedda Leite Linhares

Marina São Paulo de Vasconcellos

Brasília, 25 de abril de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

(ass.) A. Costa e Silva

Através do Decreto lei acima, e de outros decretos baixados desde 1964, inúmeros docentes foram afastados da UFRJ. Motivo das cassações: eram todos competentes, de espírito crítico e renovador; vítimas das convicções, das idiosincrasias pessoais, da mediocridade e dos desafetos daqueles que organizaram as listas. A atitude da então Reitoria da UFRJ foi, lamentavelmente, de acatar as cassações, nada fazendo para evitar a injustiça e a perseguição pessoal promovida internamente. Neste ano em curso, após tanto tempo, o governo compelido por uma série de circunstâncias, decreta a chamada Lei da Anistia, cuja regulamentação, saiu na quinzena passada. Como é do conhecimento de todos, foi uma anistia capenga, restrita, sem grandeza nenhuma.

Pela regulamentação, no que tange aos docentes cassados, o retorno dos mesmos somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego ou graduação que o docente ocupava à data de seu afastamento (Art. 15). O retorno fica condicionado a existência de vaga e ao interesse da administração (Art. 17). Fica sujeito à prova de capacidade do reque-

rente mediante inspeção médica e a observância do limite de idade estabelecido em lei (Parágrafo 3.º do Art. 17). O docente, após seu retorno, será incluído em quadro suplementar, o qual se constituirá sem prejuízo do número de vagas do quadro permanente (Parágrafo 2.º do Art. 17). O referido quadro suplementar será extinto, em cada classe, à medida que os docentes forem aposentados ou afastados de suas funções (Art. 26).

É este o tratamento dado aos nossos colegas. Que coisa mais mesquinha. Ainda pela regulamentação, nós temos que este aviltante ritual será processado da seguinte maneira. O requerimento de retorno (ou simplesmente uma aceitação de um convite da Universidade para voltar ao posto) deverá ser encaminhado até o dia 26 de dezembro deste ano (Arts. 8 e 10). Esses requerimentos serão processados através de uma comissão instituída pelo MEC, composta de 3 membros (Art. 11). A decisão será proferida pelo Ministro da Educação e Cultura (ou pelo Presidente da República, quando lhe competir o provimento do cargo), com base no processo devidamente instruído pela comissão no prazo de 180 (cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido) (Art. 14).

A reitoria da UFRJ já expediu as cartas "convites" aos nossos colegas cassados. Lamentavelmente foi uma carta seca, de estilo burocrático, sem sequer ser assinada pelo nosso Reitor. Mais uma vez a nossa universidade perdeu a oportunidade de demonstrar um gesto de grandeza. Esta carta é abaixo transcrita, sem comentários.

"A promulgação da Lei n.º 6.683, de 28.08.79, que concede anistia e dá outras providências, estabelece em seu artigo 2.º que:

- os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para reserva ou reformados, poderão, no cento e vinte dias seguintes à publicação desta Lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo".

Esta Universidade está pro-

curando facilitar, através de medidas a seu alcance, o retorno aos seus quadros dos professores afastados com fundamento nos Atos Institucionais e complementares.

Por essa razão, solicitamos que nos informe, dentro do mais breve prazo, sobre o seu interesse em retornar ao serviço da Universidade.

Esta Universidade dará seguimento a outras providências relativamente ao assunto, tão logo seja baixado o decreto do Poder Executivo regulamentando a referida Lei n.º 6.683/79.

Ass.: Hélio Schlittler Silva, Sub-Reitor de Pessoal e Serviços Gerais.

Apesar de todas essas "desconsiderações" é com imenso prazer que registamos que nossos colegas cassados ainda se dispõem a retornar. Os docentes da UFRJ, através da ADUFRJ, já manifestaram, em Ato Público, o desejo pelo retorno desses colegas. Um apelo aqui é feito para que Departamentos, Unidades, Centros, Reitoria, enfim para que a UFRJ encontre meios de oferecer aos nossos colegas que retornam condições condignas de trabalho. É necessário ficar claro que é a Universidade que precisa deles, pois não pode prescindir da competência e da dedicação dos seus melhores quadros, afastados arbitrariamente.

Resta um importante ponto ainda a considerar. Por força da lei, as referidas cartas convite da Reitoria, não

foram enviadas a todos os docentes cassados. Ficaram de fora aqueles com idade acima do estabelecido pela Lei e aqueles que, na época da cassação estavam com processos de contratação em andamento. Como exemplo do primeiro caso temos o renomado maestro José de Lima Siqueira e do segundo caso a professora Miriam Limoeiro Cardoso, atualmente Chefe do Departamento de Sociologia da PUC.

Fica aqui um outro apelo no sentido que se busque uma saída condigna para esses casos acima; assim como, haja uma manifestação concreta com respeito ao caso dos professores cassados já falecidos. Ainda é hora para um verdadeiro gesto de grandeza. Chega de omissões!

ADUFRJ repudia ato de vandalismo

A Associação de Docentes da UFRJ (ADUFRJ) manifesta sua irrestrita solidariedade à D. Lourdes Cedran, atingida por um ato brutal e de vandalismo perpetrado por elementos de extrema direita em São Paulo, no dia 18 de setembro último. D. Lourdes Cedran é esposa do Prof. Mário Schemberg, aposentado e afastado de suas funções docentes na Universidade de São Paulo pelo AI-5. Este ato de terror está ligado a uma série de ameaças feitas em São Paulo

a vários intelectuais e seus familiares. Repelimos com todo o vigor este tipo de atuação política que busca intimidar, através de violência física, usada contra sua mulher, uma figura da dimensão humana, política e intelectual como a de Mário Schemberg. Manifestamos ainda nossa preocupação com as ameaças espalhadas em São Paulo e com o clima de terror e medo que se procura implantar desta forma, como um meio de ação política antidemocrática evidente.

Esperamos das autoridades públicas uma manifestação inequívoca contra esta situação e uma atitude firme para apurar os fatos, punir os culpados e desmantelar as organizações obscurantistas.

Conclamamos as Associações de Docentes Universitários do país, as entidades de classe e todas as organizações pessoas empenhadas luta pelas liberdades democráticas a se unirem em repulsa a tais fatos.

Cassação branca na Rural

O professor colaborador Walter Motta Ferreira, do Departamento de Produção Animal do Instituto de Zootecnia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, está sofrendo um processo de demissão sumária baseado em acusações feitas pelo diretor do instituto, Nei Queiroz da Silva, também colaborador.

O Conselho de Representantes, do qual o prof. Walter

faz parte, e a Diretoria da Associação dos Docentes da UFRJ - ADUR-RJ emitiram uma moção em que repudiam a demissão deste professor, vista não só como ato injusto, tendo em consideração a dedicação e seriedade do docente em causa, mas também como uma ameaça à garantia de emprego de todos os professores contratados da UFRRJ, que constituem a

grande maioria do seu corpo docente.

Estes acontecimentos recentes, que têm o caráter de verdadeira cassação branca, vêm demonstrar a situação de total instabilidade em que vivem os professores do Magistério Superior e, em particular, os professores colaboradores, merecendo, portanto, o repúdio de toda nossa classe.

Professores da UFRJ debatem com representante do MEC

SOBRE O REGIME BÁSICO DE TRABALHO

Prof. UFRJ - Por que não considerar o regime de 40 hs como regime básico, permitindo a opção de 20 hs para os professores que assim o desejarem?

Represent. MEC - A experiência em diferentes Universidades com o regime de 40 hs, que é o regime normal hoje do Auxiliar de Ensino, cria uma enorme taxa de ociosidade dentro dos departamentos. Por exemplo, em algumas áreas como a de Engenharia, o profissional dessa área tem uma boa ocupação fora da Universidade ou seja no mercado externo e por outro lado, a Universidade precisa desse profissional para formar novos engenheiros. Então é necessário criar para ele regime de tempo parcial.

Prof. UFRJ - A nossa proposta é um regime básico de 40 hs e opção de 20 para aqueles que desejarem. Não defendemos acabar com o regime de 20 hs.

Rep. MEC - Por que não ser 20 hs o regime básico ao invés de 40 hs? Em primeiro lugar, o regime normal de 40 hs envolveria nível salarial compatível com ele. A despesa de um programa desses seria bastante alta considerando os quase 40 mil docentes universitários das instituições federais, levando-se em conta que em muito setores não é realmente necessário o professor exercer atividade de 40 hs. Então se concebeu 20 hs como básico, deixando 40 hs como opção dentro das necessidades e eliminando-se a remuneração de 40 hs como característica de incentivo funcional. O sujeito em 40 hs trabalha 2 vezes o tempo do 1º trabalho e portanto recebe 2 vezes o salário de 20 hs. Suponha que você tem um departamento cuja carga didática é satisfeita com 20 professores em 20 hs. Se a carga didática é a mesma, quantos professores em 40 hs são necessários? Seriam 10. E os outros 10, seriam dispensados? Esse tipo de problema pode surgir da fixação do regime básico em 40 hs. O que é necessário aí não é que se fixe o regime básico em 40 hs com opção para 20, mas que se fixe em 20 com opção para 40 e se provenha as Universidades de recursos tais que elas possam atender a essas solicitações para desenvolver os seus trabalhos. De 74 para cá, não houve evolução no esquema, os recursos foram mantidos mais ou menos os mesmos. Os encargos das Universidades foram crescendo e elas foram obrigadas a sair contratando professores colaboradores, "bóia-frias" como vocês têm chamado. É necessário revisar a carreira docente, níveis salariais e a questão da lotação. Em 74 foram levantados todos os encargos didáticos de todas as instituições federais do ensino superior, a partir daí foi dimensionado o número de docentes em regime de 20 hs necessário para atender aqueles encargos, mas não foram consideradas as atividades de pesquisa, nem de extensão; apenas as atividades em classes, nível de graduação e pós-graduação. Nessa época a UFRJ teve a sua lotação fixada em 3.300 professores. Previa a legislação na ocasião que haveria um contingente de expansão de 30%, aproximadamente mil posições novas a serem utilizadas gradativamente. Ocorre que um decreto de junho de 1978 congelou o contingente de expansão e as Universidades foram obrigadas a usar outra válvula de contratação que a lei permitia: professores colaboradores, que chegam a quase oito mil em todo o Bra-

No dia 26 de setembro, DIA NACIONAL DE REIVINDICAÇÕES SALARIAIS, TRABALHISTAS E DE CARREIRA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, a ADUFRJ realizou uma ampla discussão dos professores com um representante do MEC, Prof. HERBERT G. CALHAU, sobre os anteprojetos de Reestruturação da

Carreira do Magistério, de Autarquia de Regime Especial e o de escolha de Dirigentes Universitários. Esse debate foi gravado e está sendo reproduzido parcialmente com o objetivo de, não só informar aos colegas, mas principalmente ampliar o debate entre os professores. Segundo o prof. Herbert, "o encaminhamen-

to por parte do MEC desse documento de trabalho à todas as Instituições Federais de Ensino Superior, teve como objetivo uma ampla discussão dessas idéias para posterior elaboração da redação final desses anteprojetos". Esperamos que a discussão tenha sido proveitosa para o MEC e para nós.

sil. A solução nesse caso depende de um decreto presidencial que revogue, o de 78, para reativar a utilização dos contingentes de expansão.

Prof. UFRJ - O senhor expôs inicialmente que se um departamento tem 20 professores em 20 hs e eles passam para 40hs são necessários apenas 10. Acontece que em geral, em regime de 40hs o professor tem 20hs de pesquisa, portanto não vejo essa redução pela metade. Determinadas áreas têm problemas muito grandes em conseguir 40hs, mesmo com justificativa de trabalho, inclusive pesquisa. A nossa proposta é ter 40hs e, se interessar ao professor, ele pede 20hs. Com isso pretendemos também fixar o professor na Universidade.

Rep. MEC - A questão é a seguinte: em todos os departamentos de todas as universidades existirá trabalho suficiente para que o regime normal de trabalho docente seja 40hs? O departamento de Música desenvolve essas pesquisas de modo a absorver os professores em 40hs? Tem potencial para isso?

SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL

Prof. UFRJ - No estudo há passagem automática de Assistente 4 sem doutorado para Adjunto 1 e de Auxiliar 4 para Assistente 1; nesse sentido o estudo é mais avançado do que o anteprojeto que estipula que os professores tenham que concorrer à progressão funcional.

Rep. MEC - O anteprojeto é mais restritivo do que o próprio estudo, de modo que nesses termos em alguns pontinhos ele feriu um pouco a idéia básica da concepção de carreira. O que está previsto é que a progressão funcional seja automática, porém com uma pequena restrição, pois a execução orçamentária é discretizada. Eu já imaginei duas épocas do ano, abril e outubro, onde seriam feitas as progressões. Vamos supor uma universidade em que se tivesse uma lotação de 1000 professores, desses, 100 seriam professores titulares, sobrando 900 posições que poderiam ser utilizadas diferentemente por professores Auxiliares, Assistentes ou Adjuntos. Então o que ocorre? Se um professor é Assistente e ele tem doutorado e em decorrência disso ele vai passar a professor Adjunto, existe a vaga para ele porque é simplesmente a mesma, simplesmente ele muda de posição na matriz, mas não altera a lotação e não envolve a necessidade de ocorrer uma vaga para ele. Isso é o que está previsto. Se no anteprojeto de lei não está escrito assim pode ser algum problema de redação que é fácil de cor-

rigir. A questão de enquadramento a gente já modificou alguma coisa. Está se propondo, numa versão que está se modificando agora, que se faça o enquadramento em duas fases, uma levando em conta o tempo de serviço e a segunda levando em conta a titulação. Um outro problema é o seguinte: de Auxiliar 4 para Assistente 1 vocês têm no estudo original, o mesmo nível salarial. Na tabela nova já é diferente. Esta tabela nova foi sugerida da Assessoria do Conselho de Reitores que se reuniu recentemente em Brasília. Ahamos que a tabela deles podia ser melhor, porque estabelecia uma certa diferença salarial entre o último nível 4 e o seguinte, nível 1. Realmente estava havendo muitas perguntas do tipo porque Assistente 1 tem o mesmo salário de Auxiliar 4 e assim por diante. Ainda outra questão: de Auxiliar 4 para Assistente 1 estaria previsto que o docente passaria automaticamente, após um interstício de 4 anos, tivesse mestrado ou não. Algumas universidades agora estão sugerindo que esse docente permaneça por 2 anos como Auxiliar 4 e depois disso seja submetido a um tipo de avaliação por título e dependendo do resultado, poderia passar ou não a Assistente 1. Da mesma forma de Assistente 4 para Adjunto 1. Este concurso não seria público, porque a Constituição só exige concurso público para a classe inicial e final da carreira. O indivíduo não pertencente ao quadro da Instituição mas que tivesse doutorado, poderia ingressar como Adjunto 1 por uma seleção de títulos.

Prof. UFRJ - Quando o senhor falou do enquadramento parece que já se colocou uma coisa nova, diferente daquela que está no anteprojeto que conhecemos.

Rep. MEC - A questão da redação do anteprojeto é que é uma primeira redação, que não chegou a ser revista. Exatamente dessas discussões e das opiniões que vão ser sintetizadas depois é que se vai fazer uma revisão final, mas como já disse, o estudo dá a idéia básica da coisa.

Prof. UFRJ - Eu queria voltar a questão do enquadramento, mais especificamente ao caso do Auxiliar de Ensino e o problema do concurso. Como diz no anteprojeto, para ser enquadrado ele vai fazer concurso para exercer a mesma função que já exerce na Universidade. Acontece que a gente olha a estória dessa Universidade e verifica que possivelmente 60% ou mais dos professores que fazem parte da carreira do magistério estão aí sem concursos. Além disso, pelo que eu entendi, o Auxiliar de Ensino que tiver doutorado, pode ser enquadrado Adjunto 1 mediante uma seleção por títulos?

Rep. MEC - Não, automaticamente como Adjunto 1.

Prof. UFRJ - Mesmo sem ser concursado?

Rep. MEC - Uma vez enquadrado e tendo o doutorado ficaria lá.

Prof. UFRJ - Mas, afinal como seria esse enquadramento: com ou sem concurso?

Rep. MEC - Bem, o artigo referente ao enquadramento foi um pouco modificado. Vou passar a lê-lo. "Os atuais ocupantes do emprego de Auxiliar de Ensino serão enquadrados na classe de Professor Auxiliar em nível correspondente ao tempo de efetivo exercício como Auxiliar de Ensino na forma do artigo anterior e seus parágrafos." Agora, nós em Brasília, introduzimos como idéia aquela segunda fase de que já falei antes. Agora, depois do enquadramento dos atuais Auxiliares de Ensino, quem quiser entrar como Professor Auxiliar terá que prestar concurso. A idéia é essa aí; ficou bem clara?

Prof. UFRJ - A minha dúvida é a seguinte: uma pessoa que é Adjunta há um ano mas está na carreira há vinte e seis anos, como eu, é mestre e vai ser doutor em pouco tempo, como ficaria com esse enquadramento?

Rep. MEC - Ficaria como Adjunto 1, mas assim que obtivesse o doutorado passaria a Adjunto 3.

Prof. UFRJ - E os vinte e seis anos?

Rep. MEC - Defender a tese de que a gente deveria pegar os seus vinte anos e andar nas linhas da matriz até Adjunto 4 seria minha posição. Mas meu voto foi vencido. Eu imaginei a experiência assim: com vinte e seis anos de docência o professor certamente deve ser melhor em sala de aula do que um cara que terminou a graduação, daí ele foi para o mestrado e depois para o doutorado, nunca deu aula e voltou doutor e foi para uma sala de aula. Mas uma pessoa contra argumentou que particularmente na área médica, o sujeito depois de muito tempo às vezes até se desatualiza e aquela experiência nem deve ser contada; então esse requisito não é válido.

Prof. UFRJ - Mas a comissão foi escolhida a dedo, não?

Rep. MEC - Isso eu não sei.

SOBRE OS ATUAIS PROFESSORES COLABORADORES

Prof. UFRJ - Era importante colocar bem claro que a gente entende que o colaborador está na mesma situação do Auxiliar de Ensino atual; isso inclusive foi aprovado em Assembléia. Na nossa ótica defendemos os direitos adquiridos do trabalho.

Rep. MEC - Não é uma posição do MEC, é uma posição pessoal minha.

Prof. UFRJ - O artigo 24 está ligado ao 25. Como fica este último?

Rep. MEC - O 25 desapareceu.

Prof. UFRJ - O senhor falou sobre o artigo 24 que foi lido era um

rascunho, que inclusive havia sido confirmado pelo telefone. Nós gostaríamos de saber quando essa alteração vai ser...

Rep. MEC - Isso é uma proposta feita pelo Conselho de Reitores das Universidades brasileiras. E o grupo que está trabalhando nisso aceitou essa proposta.

Prof. UFRJ - Esta proposta vai então ser incluída no anteprojeto?

Rep. MEC - Vai ser incluída.

A técnica da coisa que pode ser esclarecida é a seguinte: hoje a legislação não exige concurso nem seleção pública para Auxiliar de Ensino; basta que tenha vaga. Vamos supor que essa liberação do contingente de expansão se faça a curtíssimo prazo. Nesse caso a UFRJ pode pegar um número de posições do seu contingente de expansão, que é bem superior a uns trezentos colaboradores e utilizar essas posições para Auxiliares de Ensino. Se o regimento interno da UFRJ não contiver uma cláusula restritiva exigindo seleção pública ela pode simplesmente admitir os Colaboradores como Auxiliares de Ensino quando saísse o plano novo.

Prof. UFRJ - Mas numa perspectiva a curto prazo, e do ponto de vista orçamentário como poderemos resolver o problema?

Rep. MEC - Verba não é problema meu porque a Universidade tem as verbas com que paga aos Colaboradores e passaria a pagar-lhes como Auxiliares de Ensino.

Prof. UFRJ - Os professores Colaboradores da UFRJ são horistas e recebem dez meses; portanto essas verbas não são suficientes.

Rep. MEC - As próprias universidades criaram os problemas, pois algumas têm Colaboradores contratados com carteiras de trabalho assinadas direitinho, recebem férias, recebem o ano inteiro. Na de Minas Gerais, eles têm regime de 20 e 40hs para Colaboradores. Então **essa é uma questão que foge da alçada do MEC. Na minha opinião, é um problema da Universidade.** No fim do semestre passado houve um problema muito sério com a Secretaria do Planejamento da Presidência da República quanto a recursos necessários às universidades para poderem continuar pagando os seus próprios Colaboradores. Correu até o boato que eles seriam dispensados e aí o Mec fez um documento justificando a necessidade de manutenção desse pessoal, porque houve um aumento de encargo, não houve reajuste de lotação e as Universidades realmente utilizaram Colaboradores porque foi o mecanismo legal que puderam utilizar. E cada uma continuou pagando na forma que estabeleceu internamente. Agora, dentro do projeto de Autarquia a figura do Colaborador tem um caráter transitório, temporário na Universidade. Ele entra para substituir e quando o professor que se afastou temporariamente volta, o Colaborador sai. Isto não ocorreu até agora. O Colaborador entra e não sai mais, mesmo porque na maioria dos casos ele não entrou para substituir, mas para assumir um encargo que é permanente.

SOBRE OS ANTEPROJETOS DE AUTARQUIA E ESCOLHA DE DIRIGENTES

Prof. UFRJ - Em relação ao projeto de Autarquia, existe uma grande preocupação nossa no sentido de caráter de empresa que a Universidade pode assumir. O senhor poderia falar sobre isso e porque autarquia e não fundação?

PROFESSORES DA UFRJ DEBATEM COM REPRESENTANTE DO MEC.

Rep. MEC - Nesse projeto de autarquia eu não trabalhei e particularmente não gosto dele, pelo menos como está redigido no momento. Mas a idéia básica dele é dar às universidades maior flexibilidade de ação. Na minha opinião, algum projeto que permitisse o remanejamento orçamentário e que permitisse a caracterização dos quadros de pessoal, tanto docentes quanto técnico-administrativo, fora desse sistema, seria suficiente para dar às Universidades o que elas realmente precisam. Existe juntos ao projeto de Autarquia dois pareceres: um da Assessoria da Casa Civil de Presidência da República e outro do Ministério da Educação. O primeiro dirige a coisa no sentido de que o regime de Fundação é mais interessante, o segundo coloca que a Autarquia de regime especial seria melhor. Parece que os pontos críticos é que não estão sendo focados, mais isso é posição pessoal, não é do MEC.

Prof. UFRJ - O problema que existe, do ponto de vista do movimento é o seguinte: a Universidade diz que está pagando hora-aula, porque pagar diferente é irregular. Do ponto de vista do MEC é um problema da Universidade, mas a Universidade diz que é um problema do MEC; então não sei qual é a dificuldade que existe, se todos nós reconhecemos que pagar um professor 10 meses, por hora de aula dada e tendo atividade de Auxiliar de Ensino, porque de imediato não se consegue verbas para que esses Colaboradores sejam contratados em 20 e 40hs? Acho que isso deveria ser esclarecido, porque nossa dificuldade é ficar vindo da Universidade para o MEC e do MEC para a Universidade. Enquanto isso a situação não se modifica. É um problema importante nosso, na medida em que todos nós reconhecemos que o ensino não é melhorado com a utilização de horistas.

Rep. MEC - Estou de acordo com sua tese, agora acho que é um problema interno.

Prof. UFRJ - O projeto de Escolha de Dirigentes, em primeira análise nos parece bastante antidemocrática. O projeto de Autarquia está muito ligado ao problema de verbas. Será que com essa Autarquia especial não está se querendo tirar do MEC responsabilidade de verbas nas Universidades e deixar isso com as empresas privadas. Por exemplo, na Fundação José Bonifácio, elas têm uma participação proporcional à quantidade

de de dinheiro que injetam na Fundação?

Rep. MEC - Pelo que está ali, parece que o MEC continua fornecendo verbas, só que de maneira global, permitindo o remanejamento. Mantido o sistema atual com a flexibilidade do remanejamento, se é o MEC que dá o dinheiro, algum controle ele tem. Acho que isso fica melhor do que está no texto que só fala em global e pode criar esse problema: dou a dotação global e caio fora. Pode acontecer? Pode, é um risco, é um dos poucos maiores riscos do projeto como ele está agora. Em algumas universidades, os colegiados superiores são constituídos de 50% de elementos indicados pelo Reitor e demissíveis por ele. Então fica um tipo de colegiado facilmente manejável. Cada universidade tem a sua própria organização interna, cada uma tem um tipo de colegiado superior. Essa idéia de Colégio Eleitoral especial que aparece na lei, que é o ponto nuclear do projeto é realmente o que democratiza. A idéia básica é que o corpo docente inteiro participe na escolha dos representantes, que por sua vez vão se constituir num colégio eleitoral com o fim específico de eleger a lista tríplice para Reitor. Este modelo que ainda está sendo pensado democratiza o que se tem hoje.

Prof. UFRJ - Como os três anteprojetos se interligam e quais as prioridades?

Rep. MEC - O de Autarquia é o mais antigo e já foi mexido provavelmente por umas duzentas pessoas, tanto que ele hoje se apresenta bastante mutilado, inclusive por contradições internas. Os outros dois são mais recentes e não tem relação um com outro. O de Dirigentes com o de Autarquia especial não tem maiores problemas, agora o da carreira com a instituição do regime especial para as Autarquias, esse aparentemente é contraditório. Numa das versões do trabalho isso era explicado, depois disso saiu na reprodução, não sei porque. Inclusive, se fosse aprovado o de Autarquia antes e depois o de carreira, ficaria um negócio tremendamente complicado. Então a prioridade está sendo dada ao da carreira, depois ao de escolha de dirigentes e por último ao de Autarquia especial que, na minha opinião pessoal merece uma reformulação bem ampla.

A estrutura de Poder na Universidade

A Associação de Docentes da UFRJ tem em funcionamento várias comissões, sendo uma delas a que estuda a Reforma Universitária. No trabalho desenvolvido até hoje, que inclui discussões em Unidades de vários Centros, muitas linhas de estudo se revelaram necessárias. Escolhemos no momento uma delas, que se mostra particularmente importante, por um lado, pelo pouco conhecimento dos docentes a seu respeito, por outro, para melhor compreensão do anteprojeto de dirigentes universitários e da reforma dos Estatutos. Seria dispendiosa e talvez pouco estimulante a sim-

ples reprodução de artigos do Estatuto e do Regimento. Optamos por quadros resumos que mostrassem basicamente a estrutura de poder da UFRJ, propondo que a partir deles se inicie a discussão.

No Conselho de Coordenação do Centro, os ocupantes de cargos executivos (diretores de Unidades, diretores de Órgãos Suplementares e Decano) constituem a maioria. Cada Conselho indica 2 membros (12 ao todo) para o CEG, que possui 14 membros e para o CEPG.

O Conselho Diretor do Fórum de Ciência e Cultura é consti-

tuído, excluindo-se o representante do corpo discente, por ocupantes de cargos executivos. Ele fornece um elemento para o CEPG e dois para o CU.

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo superior da Universidade. De seus membros, 2 são nomeados pelo Presidente da República (Reitor e Vice-Reitor), 7 são escolhidos pelo Reitor (sub-reitores, prefeito, representantes da comunidade), 6 são vitalícios (os ex-reitores), 8 são indicados por colegiais onde a maioria de votos é de ocupantes de cargos executivos (Decanos e representantes do FCC).

QUADRO I				
	ORGAO	DIRIGENTE	ORGAO COLEGIADO	FUNCAO
Infra-Estrutura	Departamento	Chefe de Departamento	Corpo Deliberativo	Deliberativo
	Unidade Universitária	Diretor e Vice-Diretor de Unidade	Congregação Conselho Departamental	Deliberativo Consultivo
	Órgão Suplementar	Diretor de Órgão Suplementar	Definidos em Regimento Próprio	—
Estrutura Média	Centro Universitário	Decano de Centro	Conselho de Coordenação	Coordenação e Escolha de Membros do CEG e CEPG
	Forum de Ciência e Cultura	Presidente do Forum de Ciência e Cultura	Conselho Diretor	Coordenação
Estrutura Superior	Reitoria e Órgãos Superiores	Reitor, Vice-Reitor e Sub-Reitores	Conselho Universitário Conselho de Curadores Conselho de Ensino de Graduação Conselho de Ensino para Graduados Conselho Superior de Coordenação Executiva	Deliberativo Deliberativo Deliberativo Coordenação

QUADRO II

DIRIGENTE	PROCESSO ELEITORAL
Chefe de Departamento	Designado pelo Diretor de Unidade, mediante prévia indicação do corpo deliberativo pelo voto da maioria dos presentes.
Diretor e Vice-Diretor de Unidade	Nomeados pelo Presidente da República dentre os indicados pela Congregação, em lista sextuplas, por votação uninominal, em escrutínios sucessivos.
Diretor de Órgão Suplementar	Definido em Regimento próprio.
Decano de Centro	Escolhido pelo Conselho de Coordenação, preferencialmente entre os Professores Titulares das Unidades integrantes do Centro e designado pelo Reitor.
Presidente do Forum de Ciência e Cultura	O Forum de Ciências e Cultura é presidido pelo Reitor ou, por sua delegação, pelo Vice-Reitor.
Reitor, Vice-Reitor e Sub-Reitores	O Reitor e o Vice-Reitor são nomeados pelo Presidente da República, que os escolherá em listas sextuplas, elaboradas em reunião conjunta do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino de Graduação e do Conselho de Ensino para Graduados. Os Sub-Reitores são nomeados pelo Reitor mediante prévia aprovação pelo Conselho Universitário.

EXPEDIENTE

Associação dos Docentes da UFRJ — ADUFRJ
C. Postal 1191 Cidade Universitária
CT — Bloco H — Sala 329 CGC 30315055/0001-51

COMISSAO
DE DIVULGAÇÃO: Antonio Giannella Neto,
Eduardo Batista, Ericksson Almendra, Juan Carlos Blas,
Maria Alice Rocha, Nara Saletto, Oscar Acselrad,
Ricardo Chaloub, Walter Suemitsu

Composto e Impresso na Gráfica e Editora Mory Ltda.
Rua do Rezende 65. Tel. PABX 221-2772

A estrutura de Poder na Universidade

CONT.

Quanto aos representantes das categorias docentes que têm direito a representação, são escolhidos através de eleições indiretas em 2 níveis. Inicialmente a categoria elege 2 delegados eleitores em cada Unidade. Estes reúnem-se no Centro, sob a presidência do Decano, para eleger 2 delegados eleitores do Centro, que, por sua vez, elegem o representante no Conselho Universitário.

O Conselho de Curadores encarregado dos assuntos de patrimônio da Universidade, tem a seguinte composição: Reitor, representante do Conselho Universitário, representante da Assembléia Universitária, representante da comunidade, com referência para as pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doações ou prestado serviços à UFRJ.

A Assembléia Universitária é um órgão "misterioso". Jamais soubemos de alguma reunião sua. No entanto, é composta por:

1 - ocupantes dos cargos de magistério superior da Universidade;

2 - Docentes Livres da Universidade;

3 - Secretario - Geral;

4 - representante do pessoal técnico de cada Centro Universitário;

5 - representante do pessoal administrativo de cada Centro Universitário;

6 - representante do pessoal administrativo da Reitoria;

7 - representante do corpo discente de cada uma das Unidades Universitárias;

8 - representante dos antigos alunos da Universidade.

Achamos ainda importante considerar, junto a estes dados, a composição do corpo docente da UFRJ.

Destes dados ressalta a extrema centralização de poder que caracteriza a UFRJ. A grande maioria de seus docentes está inteiramente afastada das decisões, inclusive aquelas que lhe dizem respeito mais diretamente. A Universidade é conduzida do alto, sem que os professores saibam sequer que deliberações são tomadas e por quem. A eles só costumam chegar as ordens.

Nossa proposta é iniciarmos uma profunda discussão do assunto, visando a conquista de uma estrutura democrática, que assegure a ampla participação de todos os professores.

Centralização é maior característica da Estrutura do Poder da UFRJ

Docentes estão afastados das decisões inclusive as que lhes dizem respeito



Para a conquista de uma estrutura mais democrática é necessário iniciarmos uma profunda discussão do assunto

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UFRJ

Órgãos Colegiados	Corpo Deliberativo do Depart.	Conselho Departamental	Congregação da Unidade	Conselho de Coordenação do Centro	Conselho Diretor do Fórum de Ciências e Cultura	Conselho de Ensino graduação (CEG)	Conselho de Ensino para graduados (CEPG)	Conselho Superior de Coordenação Executiva (A)	Conselho Universitário (CU) (B)
Alunos	1	1*	1*	1***	—	1*	1*	—	1*
Professores Colaboradores e Visitantes	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Auxiliar de Ensino	1	—	1	1***	—	—	—	—	—
Professor Assistente	1	—	2	1***	—	—	—	—	1**
Professor Adjunto	Todos do depart	—	2	1***	—	—	—	—	6* (um por Centro)
Professor Titular	Todos do depart	—	Todos	1***	—	—	—	—	12* (2 por Centro)
Chefe de Departamento	Presidente	Todos	Todos	—	—	—	—	—	—
Diretor Adjunto das Unidades	—	Todos	—	—	—	—	—	—	—
Diretor de Unidade	—	Presidente	Presidente	Todos	—	—	—	—	—
Diretor de Órgão Suplementar	—	—	—	Todos	—	—	—	—	—
Decano de Centro	—	—	—	Presidente	Todos	—	—	Todos (6)	Todos (6)
Conselho de Coordenação de Centro	—	—	—	—	—	12 (2 por Centro)	6 (1 por centro)	—	—
Sub. Reitor	—	—	—	—	—	Sub-Reitor de graduação	Sub-Reitor pesquisa e Pós-graduação	Os três Sub-Reitores	Os três Sub-Reitores
Vice-Reitor	—	—	—	—	—	—	—	Membro	—
Conselho Diretor do Fórum de Ciências e Cultura	—	—	—	—	—	—	1	—	2
Reitor	—	—	—	—	Presidente	—	Indica 7 membros	Presidente	Presidente
Total de membros	variável	variável	variável	variável	12	14	16	13	45
Obs.:									
* - Eleição indireta									
** - Eleição indireta em 2 níveis.									
*** - Em alguns centros a eleição é direta, em outros indireta									
A - Contém ainda o Diretor do Escritório Técnico e o Prefeito da Universidade.									
B - Contém ainda o Prefeito da Universidade, 1 representante dos docentes livres, 1 representante dos ex-alunos, 3 representantes da comunidade indicados pelo Reitor, e 6 ex-Reitores.									
	Titular	Adjunto	Assistente	Aux. Ens.	Colab.	Visitantes	Total		
12 horas	3	34	63				100		
20 horas	59	272	693	174			1198		
40 horas	145	326	651	572		67	1761		
Horistas					319		319		
Total	207	632	1407	746	319	67	3378		
%	6,13	18,71	41,65	22,08		1,98	100		
Distribuição de Docentes, por Categoria, na UFRJ no 2º semestre de 1978 (Fonte: Diagnóstico do Sistema Acadêmico das IES - Autarquias e Fundações - SESU-MEC março de 1979).									

Encontro com Ministro



No dia 24 de outubro, a Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários reuniu-se com o Ministro da Educação em Brasília. A questão salarial, a suplementação de verbas, a liberação do contingente de expansão, a reintegração automática e o pacote de anteprojetos foram os assuntos tratados.

Na ocasião, o Ministro, indagado se ainda este ano seria dado o aumento solicitado pelos professores, declarou que a recuperação dos salários reais dos docentes é uma meta prioritária de sua pasta, mas existe uma resistência da Secretaria do Planejamento em destinar recursos à área de educação. O Ministro informou, também, que recentemente solicitou ao Secretário do Planejamento a concessão de um abono ainda este ano.

Não haverá suplementação de verbas para este ano, entretanto, segundo o ministro, será dada prioridade absoluta ao pagamento da pessoal.

Para o próximo ano, a dotação orçamentária, já definida em 44 bilhões de cruzeiros, prevê o reajuste salarial devido à inflação mas não será suficiente para a concessão de aumento salarial. Portanto, o Ministro tentará obter recursos extraordinários através do Fundo de Assistência Social (FAS) e das Loterias Federais.

Apesar da política do MEC de dar prioridade às áreas de educação pré-escolar, escolas rurais e de periferias ur-

banas, o Ministro afirmou que não pretende "desativar" a Universidade e sim "corrigir as distorções decorrentes do seu crescimento acelerado nos últimos anos". A percentagem de verbas para o ensino superior continuará sendo 70% do orçamento para a Educação. O Ministro declarou-se favorável ao ensino estatal e pretende controlar o avanço das instituições privadas no campo educacional, apesar de reconhecer que o Estado não teve condições de enfrentar o crescimento da Universidade Brasileira.

Quanto à liberação do contingente de expansão (aumento da lotação), que permitirá a contratação dos atuais professores colaboradores como Auxiliares de Ensino, o Ministro, reconhecendo a situação caótica destes professores, informou que já foi assinado pelo Presidente da República o decreto que libera o contingente de expansão.

A Coordenação Nacional reiterou a posição dos professores quanto à reintegração automática dos docentes e pesquisadores arbitrariamente atingidos pelos atos de exceção. O Ministro declarou-se a favor do retorno dos atingidos e de que a iniciativa cabe aos Departamentos, Faculdades ou Centros, uma vez que considera que o professor não deva fazer requerimentos pedindo o retorno.

A Coordenação Nacional informou ao Ministro que quem vem efetivamente discutindo o conteúdo dos anteprojetos

são as Associações de Docentes e que as posições públicas tomadas pelas ADs são frutos de debates e decisões tomadas em Assembléias e Encontros ocorridos nas diversas universidades brasileiras. Manifestou, ainda, a existência de problemas nos canais de comunicação MEC-Comunidade Docente, uma vez que em várias universidades esse contato está sendo prejudicado pela ação das próprias Reitorias (citou-se o exemplo que o convite feito pelo MEC para que as Associações Docentes participassem dos Encontros Regionais para debate dos 3 anteprojetos foi boicotado por muitas Reitorias). A Coordenação Nacional reivindicou que o contato entre o MEC e as AD's se faça diretamente.

Finalmente, o Ministro declarou que os anteprojetos do MEC, na verdade, são "um papel elaborado por 15 professores de diversas universidades brasileiras" e que tem como propósito servir de roteiro para debate. O Ministro quer saber a posição da comunidade acadêmica com relação aos 3 anteprojetos e disse que serão realizados, em meados de novembro, os três debates que haviam sido planejados e que foram adiados pelo próprio MEC, "devido à incompreensão na comunidade". Estes debates serão no RN (Natal), RS (Porto Alegre) e MG (Belo Horizonte) e depois acontecerão dois outros debates em Brasília para consolidação da proposta.

Eduardo Portella rasga a Fantasia

Quem rasgou a fantasia foi o Ministro da Educação, Eduardo Portella ontem, no Rio, deu demonstração de arrojo - ou quem sabe - de fim de carreira como Ministro. Disse que não nasceu para censurar ninguém e aplaudiu o movimento organizado por alguns intelectuais para protestar contra a censura a obras de arte, ocorrida no próprio Ministério da Educação e denunciada pela TRIBUNA.

Em tom de desabafo, que chegou a surpreender alguns de seus próprios assessores, o ministro da Educação Eduardo Portella, reconheceu ontem o baixo nível do ensino brasileiro; o seu crescimento desordenado ao longo dos últimos 15 anos; manifestou-se a favor das greves como forma de manifestação e reivindicação; colocou-se contra qualquer tipo de censura " - nasci para ser censurado e não para censurar" - achou ótimo saber que alguns intelectuais estão se organizando para protestar formalmente contra o veto da Comissão Nacional de Moral e Civismo a algumas obras de arte recentemente expostas em dependências do próprio MEC, no Rio; anunciou o fim dos testes de múltipla escolha nos vestibulares dos próximos anos e, ao ser indagado se a esta altura de suas dificuldades não estaria arrependido de ter aceito a pasta da educação, respondeu, meio desalentado: "as dificuldades não chegam a gerar um desencanto, mas aumentam o volume do desafio"

- Nosso esforço agora é reconquistar a qualidade do ensino no país. Tivemos que ceder à pressão da demanda e fizemos uma opção de caráter quantitativo. Em 1964 tínhamos 124 mil estudantes. Hoje, temos um milhão e meio, crescemos desordenadamente, sem nenhum respeito à qualidade.

Pagamos o preço dosacrifício dessa qualidade ao crescimento da Universidade. Estamos agora tentando criar um melhor sistema de aferição, de modo a podermos conter a proliferação de escolas.

Dentro desse esquema de recuperar a qualidade do ensino brasileiro, principalmente, o ministro Portella acena com uma grande possibilidade: o fim dos testes de múltipla escolha. Ele diz que este ano esta mudança não será possível, mas a partir de 1981 espera modificar quase que inteiramente o sistema de seleção para as universidades.

Temos de transformá-la num sistema menos lotérico e mais conseqüente. Sei que as dificuldades para acabar com esse sistema serão muitas, porque a demanda é de tal ordem que a múltipla escolha acaba se tornando, às vezes, a única forma possível de aferição.

Trechos transcritos da matéria homônima do jornal TRIBUNA DA IMPRENSA de 06/11/79.

INFORME

Colaboradores conversam com o Reitor

A audiência solicitada pela Diretoria da ADUFRJ e Comissão de Colaboradores, Visitantes e Auxiliares de Pesquisa com o Reitor da UFRJ para o dia 30 de outubro, realizou-se com a presença do Sub-Reitor Prof. Doyle Maia, pois o Reitor encontrava-se fora.

Nesta ocasião foram solicitadas informações sobre as perspectivas de atendimento às reivindicações de contrato como Auxiliar de Ensino, já que oficiosamente vem sendo divulgado que o Decreto-Lei que autoriza a abertura de vagas já havia sido assinado pelo Presidente João Figueiredo. O Sub-Reitor disse que temos que aguardar o retorno do Reitor para que, indo à Brasília, obtenha uma resposta oficial do Ministro da Educação.

Com relação a possibilidade de

renovação do contrato dos atuais Colaboradores e Visitantes a partir de 1º de janeiro de 1980 em regime de 20 e 40 horas, o Sub-Reitor disse que essa resposta também dependia do Reitor.

Com relação a garantia de que os atuais Professores Colaboradores e Visitantes seriam recontratados ano que vem, o Sub-Reitor através do Ofício Circular SR4-05/79 encaminhado aos Diretores das Unidades em 9 de outubro de 1979, autoriza a recontração automática de todos, desde que seus nomes estejam nas listas que deverão ser encaminhadas pelos Diretores de cada Unidade até o dia 31 de dezembro.

Finalmente com relação à situação dos Auxiliares de Pesquisa que exercem função docente sem con-

trato, o Sub-Reitor prontificou-se a averiguar as possibilidades de contratá-los como Colaboradores em 1980, sempre a critério dos Departamentos.

Nesta ocasião o abaixo-assinado reivindicando a contratação como Auxiliar de Ensino não foi entregue, pois nem todos os professores interessados haviam assinado.

Considerando que retornaremos à Reitoria para tomar conhecimento das respostas vindas do Ministério, e que o interesse da Reitoria em solucionar esta situação depende fundamentalmente da mobilização dos professores efetivamente interessados, vamos completar o abaixo-assinado até o dia 19 de novembro, quando nos reuniremos no IFCS, na sala 401, às 17:30, para marcarmos um novo encontro com o Reitor.

O texto do abaixo-assinado que continuará a ser passado nas Unidades é o seguinte:

"Ao Magnífico Reitor da UFRJ

"Nós, professores colaboradores, visitantes e auxiliares de Pesquisa da UFRJ, vimos reivindicar nossa contratação como Auxiliares de Ensino, tendo em vista que:

1) as atuais formas de contratação se constituem num vínculo sem apoio legal já que:

a) estes professores exercem função permanente sendo contratados por prazo determinado (o que é previsto pela C.L.T. somente para os seguintes casos. i) serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; ii) atividades empresariais de caráter transitório; iii) contrato de experiência);

b) estes professores não recebem férias, mês de 4 semanas e meia, além de terem o início de seu pagamento atrasado e o recebimento do mês vencido;

2) o contrato atualmente em vigência para estas categorias é causa de intranquilidade para uma parte cada vez mais crescente do conjunto de professores que lecionam na UFRJ, pela instabilidade que representa;

3) este tipo de contrato prejudica as atividades de produção de saber para a comunidade, objetivo maior de qualquer Universidade;

4) a forma de contratação dos professores colaboradores da UFRJ caracteriza uma situação de desvantagem em relação a todas as outras IES."

COMPAREÇAM À REUNIÃO! Comissão de Docentes fora do Quadro - ADUFRJ

Em cumprimento a uma decisão de recente Assembléia Geral dos Professores da UFRJ, uma comitiva constituída de onze professores, entre os quais encontravam-se o presidente da

ADUFRJ, Prof. Luiz Pinguelli Rosa e o presidente da ADURRJ, Prof. Jair Rocha Leal, entrevistou-se com o Ministro da Educação.

Relatório: comitiva da ADUFRJ em Brasília.

1) Sobre a audiência com o Ministro da Educação.

A entrevista desenvolveu-se durante cerca de quarenta minutos num clima de mútua cordialidade durante a qual foi debatido o pedido de aumento de 50% já encaminhado em maio do corrente ano através de memorial acompanhado de 1500 assinaturas de professores da UFRJ. Na ocasião, foram igualmente discutidos os problemas trabalhistas e de carreira, também constantes do referido memorial, analisados juntamente com o anteprojeto de Lei de Reestruturação da Carreira do Magistério Superior. A comitiva entregou ao Ministro um documento onde estão contidas as sugestões de modificação do anteprojeto conforme deliberação das últimas Assembléias Gerais de Professores da UFRJ.

A comitiva procurou realçar a necessidade de separar nitidamente os dois problemas, transmitindo com isso o grande desejo dos professores da UFRJ em obter o pleiteado aumento de 50%, independentemente do referido anteprojeto. As respostas dadas pelo Ministro sobre os assuntos discutidos na ocasião, podem ser sintetizadas da seguinte forma:

QUANTO AOS 50% DE AUMENTO:

A reivindicação foi considerada no dizer do Ministro "justa, e correta, porém dependente de decisão da Secretaria do Planejamento (SEPLAN)". Entretanto, segundo ele, existe uma comissão do MEC, estudando formas alternativas de verbas a fim de que este aumento seja concedido o mais rápido possível. Promete contudo, encaminhar o nosso pedido de aumento ao Presidente da República e à SEPLAN, acompanhado das justificativas por nós apresentadas e que são as seguintes:

- o contínuo esvaziamento salarial dos professores Universitários nos últimos 20 anos.

- o efeito da inflação sobre os salários.

- o reconhecimento oficial dos baixos índices salariais, levando a que agências governamentais (FINEP e CNPq) concedam, a reduzido número de docentes, complementações que atingem os níveis salariais por nós pleiteados.

Considerou ainda justo que este aumento seja dado antes da aprovação do já referido anteprojeto.

QUANTO AOS ANTEPROJETOS:

Caracterizou-os como um "conjunto de idéias oriundas da SESU que devem ser amplamente discutidas pelos docentes" até a formulação final dos anteprojetos.

Acusou o recebimento de sugestões encaminhadas por Associações Docentes de outras Universidades Federais e que serão estudadas juntamente com as sugestões da UFRJ e UFRRJ, encaminhadas pela comissão durante a entrevista, tendo afirmado que as nossas sugestões são "possíveis de serem atendidas".

Realçou o convite enviado pelo MEC às AD's para participarem nas reuniões regionais, tendo inclusive assumido a responsabilidade pelo envio dos anteprojetos às Associações dos Docentes.

Na ocasião, afirmou serem os anteprojetos de reestruturação da carreira e da autarquia especial, os que deveriam ser aprovados a curto prazo, manifestando o desejo de enviá-los ao Congresso Nacional ainda antes do recesso parlamentar. Justificou sua iniciativa de elaboração do anteprojeto da autarquia como uma "tentativa de tirar a Universidade do DASP" Quanto ao anteprojeto de escolha de dirigentes universitários, afirmou tratar-se de matéria a ser decidida em prazo mais longo.

2) Sobre os contatos com os Parlamentares.

Além da audiência com o Ministro da Educação foram mantidos contatos com parlamentares da Câmara e do Senado, onde discutiu-se nossas reivindicações salariais e trabalhistas, assim como os 3 anteprojetos do MEC e formas de como dar continuidade as nossas negociações com o governo.

Nesse sentido, além das discussões com parlamentares individualmente, conseguimos uma reunião com alguns membros da Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Observamos que em geral houve boa receptividade às nossas reivindicações por parlamentares de ambos os partidos, tendo sido inclusive feitas algumas sugestões de encaminhamento de nossas propostas tais como:

- contato permanente de representantes das AD's com

parlamentares no Congresso e seus respectivos estados.

- participação de representantes das AD's no Congresso quando os anteprojetos estiverem sendo estudados pelas Comissões.

- formulação de substitutivo global para cada anteprojeto, acompanhado de ampla exposição de motivos.

- ida ao Congresso do maior número possível de professores de todas as Universidades quando da votação de cada anteprojeto.

APRECIÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DA VIAGEM:

Consideramos que a ida da comitiva de professores a Brasília foi importante não só pelas declarações do Ministro, principalmente em relação aos 50%, mas também pelas discussões com os parlamentares, que nos levaram a um conjunto de idéias sobre o prosseguimento das negociações, pelos 50% e pelas modificações dos anteprojetos. Assim, entendemos que:

a) no encaminhamento da luta pelos 50% devemos capitalizar as declarações do Ministro da Educação, de que o aumento "é justo e correto", e que "deve preceder qualquer dos anteprojetos".

b) é fundamental que consi-

gamos o maior número de modificações nos anteprojetos, antes de serem enviados ao Congresso, porque segundo podemos observar, há uma tendência dos deputados da Arena em respeitar a opinião do MEC.

c) é importante o contato contínuo com parlamentares (principalmente das Comissões de Justiça e Educação) ao longo dos meses de outubro e novembro. Isto poderá ser feito com a ida de representantes de outras AD's a Brasília e, com o contato das AD's com parlamentares do Congresso, em cada estado.

d) é crucial a discussão imediata do anteprojeto de autarquia, já que segundo alguns parlamentares este poderá ser o primeiro projeto a chegar ao Congresso, (provavelmente em regime de urgência), devendo ser votado antes do recesso parlamentar de dezembro.

A comitiva estava composta dos seguintes docentes: ANGELO CUNHA (NPPN - UFRJ) EDI WALDO CAFEZEIRO (Fac. De Letras - UFRJ) ELIANE FALCAO (NUTES/CLATES - UFRJ) INÁ ONO (Inst. de Microbiologia - UFRJ) LAERCIO LOPES (Inst. de

Física - UFRJ) LUIS EURICO NASCUIITI (Inst. de Ciências Biomédicas - UFRJ) LUIS PINGUELLI ROSA (Inst. de Física e COOPPE) MIGUEL NOVAK (Inst. de Física - UFRJ) TOMAZ LANGENBACH (Inst. de Microbiologia - UFRJ) WILSON SAVINO (Inst. de Ciên. Biomédicas - UFRJ) Foram contactados os seguintes parlamentares:

DEPUTADOS:

ALCEU COLARES (MDB) ALVARO VALE (ARENA) CELIO BORJA (ARENA) DARCILIO AYRES (ARENA) DANIEL SILVA (MDB) DELIO DOS SANTOS (MDB) EDSON KHAIR (MDB) FREITAS NOBRE (MDB) HILDERICO OLIVEIRA (MDB) MODESTO DA SILVEIRA (MDB) JOSÉ DE ASSIS (ARENA) MARCELO CERQUEIRA (MDB) MCDOWELL LEITE DE CASTRO (MDB) CELSO PEÇANHA (MDB)

SENADORES:

DIRCEU CARDOSO MOACIR DALA NELSON CARNEIRO RAMOS PORTO

RESULTADO DAS ELEIÇÕES

TOTAL NUM. VOTANTES	CCS	CCMN	CT	CFGH	CLA	CCJE	MUSEU	TOTAL	PERCENTUAIS
	340	244	133	136	131	34	21	1039	
% INSCRITOS	74	72	58	68	74	74	84	70	
VOTOS NULOS	2	3	1	1	0	0	0	7	
PRESIDENTE BRANCOS	318	209	128	124	127	34	20	960	92
	20	32	4	11	4	0	1	72	7
1º VICE-PRES. BRANCOS	314	207	123	124	127	34	20	949	91
	24	34	9	11	4	0	1	83	8
2º VICE PRES. BRANCOS	313	201	120	124	127	33	20	938	90
	25	40	12	11	4	1	1	94	9
1º SECRETÁRIO BRANCOS	315	204	125	125	127	33	20	949	91
	23	37	7	10	4	1	1	83	8
2º SECRETÁRIO BRANCOS	315	197	123	129	127	33	20	944	90
	23	44	9	6	4	1	1	88	9
1º TESOUREIRO BRANCOS	316	204	123	126	127	33	20	949	91
	22	37	9	9	4	1	1	83	8
2º TESOUREIRO BRANCOS	315	200	119	129	127	33	20	943	90
	23	41	13	6	4	1	1	89	9



Jornais da Adufrj-SSind publicados no período de 03/1994 a 12/1994.

EXTRA

J . O . R . N . A . L

ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

ANDES-SN

EDIÇÃO EXTRA
MARÇO/94

ADUFRJ

**Assembléia
Geral da
ADUFRJ 7 de
abril às
14:00h no
Auditório do
Roxinho**

PAUTA

Informes

Indicativo de greve
geral dos SPFs a
partir de 19 de abril

Eleição dos
delegados para a
Plenária dos SPFs

Isonomia nas IFES



Dia 23 de março foi um dia de greve e manifestações contra as novas medidas econômicas do governo e as perdas salariais geradas pela URV.

UM DIA DE PROTESTO

Os Servidores Públicos Federais e outras categorias como Bancários, Metalúrgicos, Professores do Estado, Ferroviários, Telefônicos e estudantes realizaram passeata, da Candelária à Cinelândia, no dia 23 de março, junto com o Movimento Nação Brasil contra a Revisão Constitucional e Pela Defesa da Soberania Nacional.

O ato fez parte do Dia Nacional de Greve e Mobilizações contra o Plano FHC e a URV. A passeata partiu da Candelária às 18:00 horas e reuniu cerca de 2000 trabalhadores. Greve Geral ou Paralisação?

Considerando as dificuldades de mobilização de algumas categorias impor-

tantes, a executiva da CUT definiu, em acordo com a Força Sindical e a CGT, que o dia 23 de março fosse considerado um dia Nacional de Greves e Manifestações e não uma Greve Geral como foi proposto inicialmente. A Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada no dia 17 de março, aprovou a nossa participação nesta greve.

O Setor das Federais da ANDES-SN, em reunião nos dias 18 e 19 de março, aprovou a adesão da ANDES-SN a este movimento nacional. Das 30 assembléias de ADs Sind realizadas, 22 optaram pela aprovação da greve, nenhuma foi contrária e 8 não deliberaram. De acordo com avaliação do Setor das Federais, a greve

surgiu da compreensão de que a atual conjuntura exige um posicionamento unitário dos trabalhadores. As investidas do Governo Itamar vêm forçando uma ilegítima e danosa Revisão Constitucional, um ajuste fiscal com corte de verbas nas áreas sociais, um plano econômico recessivo e uma Medida Provisória que provoca perdas salariais.

Indicativo de greve para abril.

A Plenária dos SPFs, realizada em Brasília, dia 20 de março, aprovou a participação dos Servidores na greve do dia 23 de março e também um indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de 19 de abril.

Isonomia nas IFES



O XIII Congresso da ANDES-SN definiu como prioridade para o ano de 1994 a luta pela Isonomia dos docentes das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior. Após o congresso, foi entregue uma pauta de reivindicações ao MEC incluindo o tema Isonomia para as IFES, solicitando manifestação do Ministro para ser apreciada pelas assembléias gerais das ADs.

A questão isonomia é um dos pontos da pauta da próxima assembléia da ADUFRJ, dia 7 de abril.

ADUFRJ

ASSEMBLÉIA GERAL

Quinta-feira

7 de abril

às 14:00h

Auditório do Roxinho

PAUTA

- . Informes
- . Indicativo de greve dos SPFs a partir de 19 de abril
- . Eleição de delegados para a Plenária dos SPFs
- . Isonomia nas IFES

J . O . R . N . A . L

ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

ANDES-SN

Nº 2 - ABRIL/94

ADUFRJ

GREVE



SERVIDORES PÚBLICOS DEFLAGRAM GREVE CONTRA O PLANO FHC

Entrevista

Maria da Conceição Tavares comenta o Plano FHC e a URV

“Com 10% de inflação por semana, os trabalhadores não têm como ganhar” página 4

TRT concede
Plano Verão
página 2

**15 anos de
ADUFRJ**
página 5

Terceirização
na universidade
página 3

Assembléia Geral
18 de abril
segunda-feira
às 14:00h
Auditório do CT

PAUTA

Ação do Plano Verão
.....
Greve dos SPFs
.....
Adesão dos docentes à
greve

AD editorial



No dia 26 de abril, a ADUFRJ está completando 15 anos. Em 1979, quando a nossa Associação foi fundada. O ditador de plantão era o General João Figueiredo, que havia assumido em 15 de março de 1979. Em 1980, a nossa entidade já estava participando de uma greve nacional em plena ditadura militar. Ao longo de todos estes anos foram muitas as investidas do governo federal contra a universidade pública, gratuita e de qualidade, mas conseguimos resistir até agora, apesar de todas as dificuldades.

A situação atual da UFRJ também é bastante delicada. Não podemos esquecer que o processo eleitoral para a escolha do Reitor foi mal conduzido. As normas

eleitorais foram modificadas casuisticamente para beneficiar os grupos que estão no poder. Por causa disto, é bem provável que o futuro Reitor possa não ter legitimidade suficiente para representar a comunidade universitária.

A criação da URV como novo indexador da economia consolidou o arrocho salarial para beneficiar os grandes empresários. Cada vez fica mais claro que o Plano FHC, monitorado pelo FMI, é uma continuidade do modelo neoliberal implementado pelo Governo Collor. A despeito de toda a propaganda da mídia, que procura mostrar o plano como uma salvação nacional, a verdade é que a conversão para a URV provocou grandes perdas salariais para todos os trabalhadores.

Precisamos estar atentos pois o Plano

FHC certamente será utilizado para reproduzir a manipulação eleitoral do Plano Cruzado. Para concretizar esta estratégia até as eleições presidenciais, o governo deverá contar com a ajuda dos grandes empresários. Na verdade, o que está em jogo é a opção entre um projeto conservador e um projeto alternativo para a sociedade brasileira.

A greve dos Servidores Públicos Federais nos coloca diante de um dilema. Até os professores estão passando por momentos difíceis. O nosso salário não está dando mais para pagar as nossas contas. Hoje, mais do que nunca, a defesa do ensino público e gratuito passa necessariamente pela defesa de salários dignos. É preciso fazer alguma coisa, antes que seja tarde demais...

Fortaleça o Conselho de Representantes

O Conselho de Representantes da ADUFRJ é um órgão deliberativo da entidade constituído de no mínimo um e no máximo três representantes de cada Unidade da UFRJ, com seus respectivos suplentes, eleitos em votação direta e secreta pelos associados da Unidade. De acordo com o Estatuto da ADUFRJ, o Conselho é formado por representantes das Escolas, Faculdades, Institutos e órgãos suplementares. Atualmente, muitas Unidades não renovaram seus conselheiros, o que tem prejudicado a discussão e a mobilização dos docentes em seus locais de trabalho. O Conselheiro coloca as questões indicadas pela ANDES-SN, pelo próprio Conselho e pela diretoria da ADUFRJ em discussão em sua Unidade. No sentido inverso, leva para o debate com os demais Conselheiros e com a Diretoria os temas que os associados de sua Unidade desejam ver trabalhados. O Conselho tem papel fundamental no funcionamento democrático de nossa entidade. Ele nos torna mais capazes de mobilizar os professores nas várias Unidades da UFRJ, fazendo com que as deliberações de nossa Assembléia Geral sejam mais representativas do pensamento do conjunto dos docentes. Além disto, junto com a Diretoria, estabelece as estratégias para implementar efetivamente as decisões tomadas. Com o objetivo de ampliar o atual Conselho, estamos promovendo reuniões nas Unidades que ainda não estão representadas. Os professores interessados devem entrar em contato com a AD para maiores esclarecimentos sobre o processo eleitoral.

**Participe.
Construa sua
associação!**

jurídico

TRT concede Plano Verão para os associados

O Tribunal Regional do Trabalho julgou o processo em que a ADUFRJ pleiteia diferenças salariais decorrentes do não pagamento da URP de fevereiro de 1989 (26,05%) aos salários dos professores suprimidas em virtude do Plano Verão.

A UFRJ interpôs Recurso para o TST cujo seguimento foi indeferido. Com isto o processo baixou à Junta de Conciliação e Julgamento possibilitando o início de sua execução.

Mesmo que a UFRJ consiga, através do Agravo de Instrumento, ver seu Recurso julgado pelo TST é bastante provável que aquele Tribunal mantenha a decisão favorável do Tribunal Regional. É que o TST já tem posição firmada em Enunciado concedendo tais diferenças salariais.

A execução é complicada já que teremos de fazer todos os cálculos referente as diferenças salariais de cada um dos professores associados. Cada professor tem um cálculo diferente tendo em vista sua posição na carreira, anuênios, gratificações, etc ... Por isto a ADUFRJ iniciará a execução provisória para ganhar tempo e adiantar o processo.

A ADUFRJ terá que apresentar em Juízo a relação de todos os seus professores associados que estavam trabalhando na UFRJ em fevereiro de 1989.

Com isto é importante que todos os interessados compareçam a sede da Associação para checar se seu nome consta da relação de associados da AD.

Assessoria Jurídica da ADUFRJ

A lista da ADUFRJ



Para você ter direito às perdas do Plano Verão é necessário ser associado e ter trabalhado na UFRJ em fevereiro de 89. Se você não é sócio ainda pode entrar com a ação contra o plano através da ADUFRJ, se associando até o dia 20 de maio impreterivelmente.

Verifique se o seu nome está na lista de sócios da ADUFRJ, que já está a disposição na sede da entidade - Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200 - Fundão.



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944
CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/Fax:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: HENRIQUE LONGO 1º VICE: ELMO AMADOR 2º VICE: ROBERTO HOUAISS
1ª SECRETÁRIA: RUTH BARBOSA 2ª SECRETÁRIA: VENÚSIA NEIVA 1º TESOUREIRO: JOSÉ HELDER LOPES
EDIÇÃO, REDAÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190 ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
TIRAGEM: 5.000 IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

O BÓIA-FRIA DO ENSINO

Representando quase 10% do quadro docente, os professores substitutos têm que enfrentar o estigma do “pau prá toda obra”.

Até o final do ano passado a UFRJ já contabilizava 275 professores substitutos, representando quase 10% do total do quadro docente da universidade. O professor substituto é contratado atualmente por tempo determinado - até 12 meses - para preencher vagas de professores que se aposentam ou que, por motivos vários, têm que se afastar das atividades acadêmicas. A contratação dos substitutos fica a cargo da Sub-reitora de Ensino e Graduação (SR-1), que autoriza as vagas de acordo com os pedidos dos Departamentos, que são distribuídos pela COTAVE.

Em fevereiro deste ano a Universidade publicou edital na imprensa, oferecendo 185 vagas para professor substituto “por tempo determinado e improrrogável (até 31 de dezembro de 1994)”, com base na Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993. Deste total, 70 vagas foram abertas só para o Centro de Artes e Letras (CLA), sendo 24 para a Faculdade de Arquitetura. No CFCH foram pedidos 59 substitutos, 17 deles para o Colégio Aplicação e 14 para o IFCS. Já o CCJE, segundo o mesmo edital, não precisou de mais do que seis professores substitutos para esse semestre, três para a Faculdade de Economia e Administração e os outros para a Faculdade de Direito. O CCMN também pediu 38 substitutos, sendo 20 para o Instituto de Matemática. O CT solicitou 12 substitutos, 11 para a Escola de Engenharia e somente um para a Química.



Descartável

A situação dos professores substitutos na UFRJ não é das mais adequadas para se trabalhar em uma Universidade, segundo Victor Giraldo, Professor Substituto do Departamento de Matemática Aplicada. Contratado pela terceira vez desde 1992, Victor diz que um professor substituto contratado em regime de 20 horas dá em média de 8 a 10 horas de aula por semana. Quem é contratado por 40 horas costuma assumir de 12 a 15 horas de aulas semanais. As contratações a partir deste ano não poderão ser mais em regime de 40 horas, mas alguns chefes de departamento, inclusive no departamento

de Victor, estão recorrendo ao CEG. “Isso faz com que o substituto fique mais sobrecarregado com as aulas, normalmente dadas aos primeiros períodos, e sem nenhum tempo para pesquisa. Mesmo recebendo por 20 horas, tem gente que já chegou a dar até 18 horas de aula por semana”, comenta.

Atrasos

Victor contou que uma substituta sua amiga que preferiu não se identificar, foi selecionada para o segundo semestre de 93, só teve seu contrato assinado de fato seis meses depois, recebendo os atrasados sem reajuste e ainda perdendo o pagamento dos dois primeiros meses de aula. Este parece ser um procedimento comum da Universidade com relação ao professor substituto. “Até hoje nunca tinha recebido com atraso, mas já fui avisado que só receberei o pagamento de março junto com o mês de abril”, diz Victor.

Sem representação

Os vários departamentos e unidades da universidade vinham tratando de forma desigual a representação dos substitutos. Hoje, a situação piorou: O Conselho Superior de Coordenação Executiva - CSCE vetou o direito de voto dos substitutos nos conselhos e departamentos. “A universidade contrata uma categoria de professores que não é desprezível, é quem realmente pega no pesado e não tem direito a representação, e ainda recebe, no mínimo, a metade do que os outros”, reclama Victor. O professor substituto é contratado sempre pelo primeiro nível de sua

classe, sem direito a progressão. Sem direito a tíquete-refeição, anuênio, férias regulares e outros benefícios, o professor substituto passou a ser um verdadeiro bóia-fria da universidade.

Professor Visitante

Respeitados docentes, vindos de outras universidades do país e do exterior, os professores visitantes são profissionais que se destacam por seu trabalho acadêmico e são convidados a nos contemplar com seu saber e experiência. O mais incrível é que a mesma norma que cassa o direito ao voto dos substitutos persegue os visitantes, privando-os também da representação nos colegiados.

Concurso

A perspectiva da Universidade realizar concursos que preencham as necessidades de todas as unidades parece distante da realidade dos Departamentos. Segundo a assessoria da SR-1, os concursos demandam cerca de seis meses para sua realização.

“Com esse prazo, não dá tempo para repor as vagas que surgem com o afastamento dos docentes durante o período letivo. É preciso preencher as vagas dos docentes que se aposentam ou saem para fazer outros cursos ou outras atividades. A universidade opta pela solução mais rápida e cômoda, que é a contratação de substitutos. O problema é que isso acaba se tornando uma regra.”, comenta Rosângela da Costa Motta, ex-diretora da ADUFRJ e professora da FAU.

TERCEIRIZAÇÃO NA UFRJ

Em nossa universidade, assistimos ao crescimento dos prestadores de serviço e dos professores substitutos. Podemos observar como uma pretensa caricatura de primeiro mundo pode ser cruel. Em vez de investir na qualificação do funcionário por vezes despreparado e com alguns vícios - opta-se pela terceirização contratando empresas para execução de serviços específicos com salários baixos e contratos descartáveis.

No plano da docência e da qualidade de ensino vemos os subs-

titutos crescerem assustadoramente, deixando de ser um expediente provisório para se tornarem uma periferia bastante instável.

O crescimento do número de substitutos revela o descaso da UFRJ com o ensino de graduação, contrastando com os cursos de pós-graduação, geralmente mais bem equipados e que conferem prestígio a seus participantes.

A Universidade parece há estar profundamente vinculada com esses procedimentos pós-modernos. As últimas decisões da atual reitoria e dos conselhos superiores de minimizarem

a participação da comunidade universitária nas decisões e rumos de seu futuro, apontam essa perspectiva. Os movimentos associativos e sindicais - dentro e de fora da universidade - que se cuidem, pois a terceirização chegou para ficar, num patamar pouco crítico e imensamente problemático.

A terceirização vem normalmente acompanhada de providências necessárias, especialmente de flexibilização gerencial, em estruturas de produção de grande porte atacadas do mal do gigantismo e emperramento burocrático. Empresários têm na

terceirização um símbolo para os novos tempos.

A universidade, como não poderia deixar de ser, incorpora essa política gerencial, inclusive para agilizar sua máquina pesada e burocratizada. Só que isto tem o seu preço, particularmente na sua mão-de-obra que opera e lida com o conhecimento, matéria prima mais complexa e com muitos reflexos na vida social. Professores e funcionários técnicos-administrativos da UFRJ já estão convivendo com este processo nefasto de terceirização.

QUEM PAGA A CONTA?



Maria da Conceição Tavares diz que Plano FHC está fadado a um “fracasso rotundo”

No Seminário “Plano de Estabilização em Debate”, realizado pelo Instituto de Economia Industrial da UFRJ, dia 25 de março, no Auditório Pedro Calmon/Praia Vermelha, a professora Emérita, Maria da Conceição Tavares, deu seu parecer sobre o Plano Econômico.

Defensora política do Plano Cruzado durante o governo Sarney, Maria da Conceição foi mais do que pessimista ao declarar o fracasso do novo Plano. Segundo a professora, todos os brasileiros vão pagar a conta exceto os banqueiros. Ela não acredita que só os técnicos do governo darão jeito na economia. Para Conceição, o país e a economia precisam mesmo é de políticos que sentem à mesa para negociar e possam trabalhar pela constituição de um Estado menos privatizado e mais democrático.

ENTREVISTA

Logo após o término do Seminário, a Professora Maria da Conceição Tavares cedeu uma entrevista exclusiva ao Jornal ADUFRJ. Foi categórica: se depender somente do Plano, os trabalhadores não terão como reaver as perdas salariais e lamentou a decisão de FHC de deixar o Ministério nas mãos dos técnicos.

Como fica o Plano FHC sem o seu autor no Ministério?

Se ele ficasse poderia pelo menos evitar uma tragédia. Só nos falta, um Plano que já não é bom para o povo, nem torna o Banco Central independente - que está com endividamento externo selvagem, emitindo dívida pública e quebrando o Estado por conta de um endividamento privado -, só nos falta essa porcaria estourar na nossa cara com uma hiperinflação.

Ele deveria ficar para administrar o Plano de maneira que ele não estoure na cara do povo e do próximo governante. A equipe é uma equipe técnica. Técnico não administra. Técnico não deveria ser nunca mais Ministro da Fazenda. Ministro tem que administrar conflitos. Um dos maiores é o do Banco Central que está submetido aos banqueiros.

É dever do Ministro ficar até o fim, seja qual for o candidato, e entregar o governo o melhor possível. Fernando Henrique é um dos melhores articuladores políticos do país. Se disse forçado a se candidatar a presidente, mas ninguém força ninguém a fazer o que não quer.

E o FMI dá ou não aval ao Plano?

Se os técnicos brasileiros aceitarem as condições do FMI, que são claras quanto à intenção de devolver o Brasil à situação de colônia, ou os grandes bancos nacionais quebram ou haverá uma fuga de capitais.

O que o FMI quer?

O que eles pedem é que nós tenhamos um estatuto colonial. Sabe o que um técnico do fundo me disse, em um encontro ano passado? Disse o seguinte: “deixa quebrar os bancos”. Eu respondi: fácil para o senhor que está aqui num almoço de executivos do Fundo Monetário. Mas eu, como cidadã brasileira, não quero quebrar os bancos porque eu sei que vai ser uma catástrofe para o país. Eles (FMI) tão pouco se lixando conosco.

E as perdas salariais, temos alguma chance de recuperá-las?

Como recuperar perdas se a URV já está atrasada em relação ao Câmbio? O Estado brasileiro tem que sofrer uma ruptura democrática. Se você tiver um presidente da república e um presidente do Banco Central que tenham força para negociar e que não rale o povo, quem sabe... Com uma inflação a quase 10% por semana, os trabalhadores não têm mesmo como ganharnada.

Opiniões de Conceição durante o Seminário

Quem paga a conta?

Se quiserem fazer pagar a conta os banqueiros, teremos uma fuga de capitais e uma enorme perda de reservas. Com a URV, o que é mais provável e de interesse de todas as elites, teremos uma nova indexação da economia. O Plano FHC está condenado a um fracasso rotundo, ao encilhamento financeiro e à perda de reservas.

O sistema financeiro não pode continuar como está. Ele se negará sistematicamente a pagar a conta, como já vem fazendo. Todos estamos pela inflação passada, com 15 dias a 3 semanas de atraso. Eles (os agentes financeiros banqueiros) estão pela instantânea. Os salários e os preços deveriam estar regendo uma inflação de 40 a 43%, mas eles já estão apontando para 50%. Imediatamente os preços sobem e sobem todos aqueles que não estão em URV. Não há controle de preços algum. Prazos, só para os contratos. Alguns já foram rompidos: primeiro o salarial.

Apelo

Faço um apelo para que o Ministro Fernando Henrique fique para segurar esse pepino. O Ministro não quer ficar, é uma pena. O senhor fique, por que esse plano já está vazando água por todos os lados. E pelo lado mais fraco, que é o do contrato de trabalho. Não se conseguiu fazer uma greve geral. Os pobres, aqueles da cesta básica, deveriam contar com a defesa do Ministro do Trabalho. Esse deveria defender os trabalhadores durante a implementação do Plano, trabalhadores que ele defendeu durante 18 anos!

Dívida Externa

Quando embutirem no Plano as nossas reservas, que aparentemente são US\$ 35 bilhões, mas não passamos de US\$ 10, vamos perder cerca de US\$ 3 bi, que é o valor a ser pago pela aceitação do plano. Vão nos sobrar apenas 7 bilhões de dólares. Os demais dependem exclusivamente da confiança que os nossos credores estão depositando no plano.

De volta à Colônia

O ministro Fernando Henrique não está pondo em prática sua teoria da burguesia independente. Ao contrário, ele está tentando levar a burguesia ao seu destino velado - que é tentar ancorar na moeda do Império e de dependente se tornar colonial, que é mais seguro no momento.

O nobre colega escreveu tudo sobre isso, falou sobre tudo isso e agora ele diz “esqueçam o que eu escrevi”. Isso é só porque ele está bancando o liberal. É um homem muito culto e sabe exatamente as conseqüências do imperialismo burguês.

Privatização

Esse Estado não pode continuar tão privatizado que não permita minimamente cumprir as tarefas sociais devidas. Esse Estado nunca será forte no sentido do “Império”. Nunca seremos uma potência de nenhuma grandeza, regional ou não. Mas podemos ser um Estado democrático. E um Estado democrático é aquele que permite que a sociedade, com poder e informação (que deve ser ampla e não inteiramente manipulada como está hoje), negocie, negocie e encaminhe o seu destino para uma ruptura democrática decisiva que permita uma vez que o representante do povo e não os passadores de terno das elites sente lá no poder e mude o que está aí.

Atraso cambial

O confisco está conosco e estará por décadas... Eles (governo) não estão fazendo correção mesmo. Eles foram, os primeiros a quebrar num pequeno espaço de tempo - 12 meses com o atraso cambial. O atraso cambial, é hoje estimado em 15% e a URV vem dentro desse atraso. Então o problema não vai ser como vão se comportar os consumidores, fornecedores e os trabalhadores. O que realmente vai ter que ser negociado é aumento da democracia substantiva desse país.

Sem moeda e sem reservas

O Estado brasileiro nunca foi um Estado forte. Isso porque nunca teve moeda. Nem poderia ter, já que não temos nenhuma reserva em dólar que pertença ao Estado e o segure quando necessário.

Nós temos uma elite política cordial, que enquanto pode vai aguentando a crise e quando não pode declara que não sabia bem o que tinha escrito ou falado no seu passado e que na verdade nunca teve condições políticas de fazer outra coisa senão romper os contratos, fazer casuísmos e desvalorizar a moeda permanentemente.

A história do Movimento Docente na UFRJ começou a ser construída em junho de 78. Um grupo de professores se reuniu para discutir, ainda timidamente, uma “Reforma para a Universidade”.

Das conversas surgiu a proposta de se criar uma Associação de Docentes, que seria o espaço democrático para a organização do movimento que surgia.

Os professores iniciaram uma série de encontros e assembléias para definir o perfil da entidade. Foram intermináveis e acaloradas as reuniões onde concepções sobre a universidade eram exaustivamente debatidas.

A trajetória até a criação da entidade foi um árduo caminho que fez parte do processo que se convencionou chamar de “rearticulação da sociedade civil”. Era o período de crise econômica, arrocho salarial e esmagamento da sociedade, patrocinados pelo regime autoritário da ditadura militar, que durante 21 anos tutelou o país. A sociedade começava a dar os primeiros passos em direção à organização. Neste cenário foi importante a atuação da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - cujos congressos se transformavam em movimentos de resistência, entre os quais o dos docentes.

A Conjuntura

Além da resistência à ditadura, o movimento docente se pautava por uma luta global contra uma situação onde era castrada a atividade criadora na universidade. Desde 1964, sobretudo a partir de 1968, o regime militar desenvolveu uma política para a educação que promoveu as péssimas condições de trabalho nas universidades. Lutando contra o sucateamento do ensino, os docentes entraram no cenário político da época. A política educacional do golpe pode ser resumida em três fases:

A Privatização da educação

- Em 1964, o governo inicia uma política global de transferência de uma série de serviços públicos, como a Educação e a Saúde, para a mão de particulares. Essa política de desobrigação do Estado desencadeou a proliferação de instituições particulares de ensino, calçada em moldes puramente empresariais, onde a Educação é encarada apenas como investimento e a finalidade única é o lucro fácil.

Estrutura Autoritária - Para melhor adequar a universidade às tarefas a ela atribuídas pela política econômica, o governo implantou, a partir de 1969, uma reforma universitária de cunho profundamente autoritário. Os cargos de direção da universidade foram ocupados por prepostos do governo e a comunidade universitária não tinha o mínimo poder de decisão.

Deterioração das Condições de Trabalho

- Os professores, como os demais trabalhadores, também foram vítimas do profundo arrocho salarial ditado pela política econômica do governo. O governo militar, para ampliar a crise na universidade pública, obriga o aumento do número de vagas no vestibular ao mesmo tempo que impede o ingresso de novos professores. Como solução paliativa, foram criadas as figuras dos professores colaboradores, visitantes e horistas. Bóias-fria do ensino, esses profissionais passaram a representar uma porcen-

15 ANOS

No dia 26 de abril, a ADUFRJ está comemorando 15 anos de muita luta pela garantia do ensino público e de qualidade e por condições dignas de trabalho. É tanta história prá contar que a partir deste número o jornal ADUFRJ abre uma seção onde vão ser lembrados os momentos que marcaram a vida da entidade, sua participação no movimento social e na vida política do país e todos aqueles que de uma forma ou de outra ajudaram a torná-la uma referência no movimento desde 1979.

Recordar é viver ... É o que pretendemos com esta série de matérias e artigos que trarão à tona velhas e novas discussões sobre o papel do movimento combativo da Associação, sua ligação com a ANDES-Sindicato Nacional, a relação com a universidade e as questões específicas do movimento docente na UFRJ.

tagem considerável da força de trabalho nas universidades (10 a 40%). Hoje, o quadro se repete com os professores substitutos.

Entre as bandeiras de luta do emergente movimento docente na UFRJ, figuravam: defesa do ensino público e gratuito, por uma universidade democrática e por melhores condições de trabalho e salário.

Assembléia de fundação

No dia 26 de abril de 1979, às 13:30 horas, no auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão, de acordo com edital de convocação publicado, foi finalmente instalada a Assembléia de Fundação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eram pontos de pauta: 1) Aprovação dos estatutos, 2) Eleição da Diretoria Provisória.

Nesta histórica assembléia, que lotou o auditório do CT, os artigos do estatuto foram aprovados um a um e foi tirada a primeira diretoria provisória da ADUFRJ.

Posteriormente eleições nas unidades assegurariam a constituição do Conselho de Representantes, que tem até hoje um papel destacado nas formulações das lutas docentes.

Embora a ADUFRJ não tenha sido a primeira AD criada, o seu surgimento e a liderança que passou a assumir no cenário nacional foram determinantes para o crescimento do movimento docente, o êxito das greves e a fundação da ANDES - Associação Nacional dos Docentes, hoje ANDES/Sindicato Nacional.

Reintegração dos cassados

Uma das mais expressivas atuações da ADUFRJ nos seus primeiros meses de existência foi o processo de reintegração de professores cassados por atos de arbítrio do regime militar, através da organização de atos públicos, manifestações e homenagens de desagravo.

Diretoria Provisória da ADUFRJ - 1979

Presidente - Luiz Pinguelli Rosa

1º Vice-Presidente - Alexandre Magalhães da Silveira

2º Vice-Presidente - Liana da Silva Cardoso

1º Secretário - Alexandre Pinto Cardoso

2º Secretário - Edwaldo Cafezeiro

1º Tesoureiro - Antonio Gianella Neto

2º Tesoureiro - Fernando Carlos Cerqueira Lima

Os discursos da época

“Alguns diziam que a existência de uma universidade livre, aberta e democrática não passava de uma utopia. Já os que eram por uma política de organização dos docentes afirmavam que a ditadura militar e a ditadura interna da universidade haviam trabalhado bem para que as pessoas não se conhecessem, nem conhecessem a universidade e para que não tivessem a idéia da organização em tomo de uma entidade associativa. O autoritarismo predominava nas relações internas na universidade. Os conservadores e elitistas forneciam as informações e dirigiam a vida científica, intelectual e acadêmica não deixando o menor espaço para qualquer ação democrática. Esses setores não entendiam a prática política como um processo pedagógico. Ao contrário, interpretavam-na como um ato de subversão.”

Elmo Amador, fundador da ADUFRJ e atual 1º vice-presidente, sobre os encontros e assembléias dos professores que antecederam a criação da entidade, em 78 e 79.



Nestes 15 anos o antigo Boletim, o atual Jornal ADUFRJ e outras publicações como os Cadernos ADUFRJ formam um dos nossos canais mais diretos com a comunidade universitária

Em defesa do SUS

A ADUFRJ está participando com outras entidades sindicais e da comunidade da luta pela qualidade da Saúde e pelo atendimento à população através do Sistema Único de Saúde

Tomou posse dia 25 de março, no auditório do CAE/HU, a Comissão Executiva e demais membros do Conselho Distrital de Saúde da AP 3-1-RJ. Este Conselho é responsável pelo gerenciamento do SUS em alguns bairros do subúrbio, nas Ilhas do Governador e Fundão, Morro do Alemão e Maré. O Conselho cobre cinco Regiões Administrativas e é composto de dois representantes, um titular e um suplente para cada órgão de saúde destas regiões.

Um dos maiores Conselhos Distritais do Município, com 96 membros, o conselho é dividido em três categorias: Representantes dos Dirigentes de Unidades, Prestadores de Serviço (membros da equipe de saúde) e Usuários (membros da comunidade). A representação da



ADUFRJ ocorre na categoria de usuário, como as associações de bairro, entidades sindicais e outras organizações sociais.

Durante o evento, vários oradores ressaltaram a importância do Conselho Distrital de Saúde, enfatizando a oportunidade de, através de suas atividades, a comunidade estar ao lado dos profissionais de saúde, lutando pela melhoria do

atendimento à população. Combater o isolamento das organizações sociais frente ao problema da Saúde Pública e incentivar a participação da sociedade organizada para influir nas decisões que afetam a saúde da população foram outras questões levantadas pelos conselheiros empossados.

Na luta pela

Saúde Pública

A inserção das ADs nos fóruns locais de decisão, como os conselhos de saúde, cumpre uma orientação da ANDES-SN. Esta é uma forma de lutar pela operacionalização do SUS e pelo cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, onde saúde é direito de cidadania, em oposição ao exercício de uma política de sumaria que exclui a maioria da população dos serviços de qualidade desta área.

Direito de Cidadania: O que diz a Lei

A Lei 8.080/90 - chamada Lei Orgânica da Saúde - em suas Disposições Gerais, artigo 2º, Parág. 10 afirma: "O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças ou de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua proteção e recuperação".

O artigo 3º fixa que "A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País". complementa com o Parágrafo Único: "Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social."

Está na Lei. É direito de todos. Vamos lutar pelo Sistema Único de Saúde.

As áreas de atuação do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1-RJ

X Região Administrativa -

Ramos, Manguinhos e Bonsucesso

XI RA - Penha, Olaria e

Jardim América

XX RA - Ilha do Governador

XXIX RA - Morro do Alemão

XXX RA - Bairro da Maré e

Ilha do Fundão

notas da Revisão

Agenda é ordem econômica

O que estimulou e motivou o atual Congresso a instalar a Revisão Constitucional, ao contrário do que dizem publicamente, não foi a agenda política, mas a econômica. Tanto isso é verdade que as mudanças na área política vêm sendo sistematicamente derrotadas. A agenda política só entrou em pauta em primeiro lugar como forma de atrair os "contras" para as votações. Entretanto, quando entrarem em votação os temas da ordem econômica, especialmente os monopólios, os conservadores que sistematicamente têm negado quorum, irão comparecer em massa. É aguardar para ver.

Previdência

O texto do parecer de Nelson Jobim sobre previdência social, elaborado sob a coordenação do senador Almir Gabriel e colaborarão dos deputados Antônio Brito, Reinhold Stephanes, Geraldo Alckmim Filho e Gustavo Krause, reproduz quase que na íntegra a proposta apresentada pelo governo. A proposta institui um regime básico unificado para servidores e trabalhadores do setor privado tem caráter contributivo, com valor máximo do benefício a ser definido em lei complementar, voluntário, fundado na capitalização, para valores superiores ao teto fixado no regime básico. Os benefícios do regime básico serão concedidos segundo um sistema que combina a idade e tempo de serviço, também a serem definidos em lei complementar. Caso aprovado, o parecer vai acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e com as aposentadorias especiais da mulher, do trabalhador rural, dos professores e de outras categorias que já tinham conquistado a aposentadoria relativa a sua condição específica.

Cartas

Solicito deste Sindicato providências quanto a um fato que tem me causado enormes aborrecimentos e prejuízos salariais e que, provavelmente, deve estar sendo vivenciado por outros professores da UFRJ.

Em julho de 1993 obtive o meu título de Doutor em Enfermagem pela Universidade de São Paulo - USP. Pela lei do Magistério Superior, tenho direito a uma progressão funcional em virtude da titulação obtida. Assim sendo, apresentei meu diploma da USP, solicitando a referida progressão de professor Assistente a professor Adjunto. Entretanto, a UFRJ recusou-se a efe-

tivar a progressão, alegando que o diploma não estava registrado pela USP.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP, enviou um fax à UFRJ, explicando que o curso de doutorado em Enfermagem estava com o processo de recredenciamento em tramitação no Ministério, mas já havia sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação, falta apenas a homologação pelo ministro.

.... Sei que em outras universidades federais (UFF, UFMG, UFG) a CPPD aceita para a progressão a ata da defesa de tese homologada. Só a CCPD-UFRJ exige diploma registrado.

Espero que os senhores ajudem não só a mim, mas também a outros sindicalizados que estão sendo prejudicados pelas mentalidades engessadas que compõem aquele colegiado. Agradeço antecipadamente a sua atenção e espero que a sua intervenção no caso propicie um desfecho rápido e satisfatório para a categoria.

Drª Isabel Cristina Fonseca da Cruz
Professora Assistente do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica/UFRJ
A ADUFRJ já esteve com o presidente da CPPD e encaminhou o problema. Estamos aguardando uma solução para resolver tal situação.



GREVE DOS SPFs

Plenária dos SPFs aprova greve a partir do dia 19 de abril

A plenária dos SPFs aprovou a greve a partir do dia 19 de abril por uma ampla maioria dos 359 delegados. Estavam presentes na plenária do dia 10 a ANDES-SN, FASUBRA, ASSIBGE, CONDSEF, FENASPS, SINDIFISCO entre outras entidades representantes dos SPFs.

O Setor das Federais da ANDES-SN, decidiu manter o indicativo de greve dos SPFs por tempo indeterminado, propondo alteração da data para 9/5/94 considerando o resultado da rodada de Assembleias nas ADs-SSind e a avaliação realizada na reunião de 9/4/94, com a presença de 34 ADs.

Adesão à greve

A coordenação do Setor das Federais da ANDES-SN, tendo como base a reunião com os delegados e observadores das ADs-SSind realizada logo após o término da Plenária dos SPFs, propôs a realização de Assembleias locais para as ADs se posicionarem quanto à adesão à greve.

Isonomia

As nossas perdas salariais provocadas pelos diversos planos econômicos vão se acumulando ao longo do tempo, revelando que o governo periodicamente confisca boa parte de nossos salários.

As ações judiciais para repor tais perdas estão quebrando na prática a isonomia tanto no interior das IFES como também entre as Instituições.

A situação é crítica também em outras IFES. Na Universidade Federal da Paraíba os professores estão em greve desde janeiro de 94. Uma decisão judicial concedeu apenas aos docentes do Campus de João Pessoa os 84,32% do Plano Collor, mas excluiu os demais professores que trabalhavam em outros locais da mesma universidade.

Para solucionar este problema da isonomia e seguindo o plano de lutas aprovado

ADUFRJ

A Assembléia Geral da ADUFRJ do dia 7 de abril deliberou que não havia condições naquele momento para aprovar a greve dos SPFs a partir de 19/4. No entanto, aprovou uma nova Assembléia no dia 18 de abril para reavaliar a adesão dos professores da UFRJ, com base nos resultados de Brasília.

Convite ao Reitor

O reitor da UFRJ, Prof^o Nelson Maculan, não aceitou o convite da ADUFRJ para explicar a situação financeira da universidade. Face as controvertidas notícias veiculadas pela grande imprensa acerca das condições financeiras da UFRJ, a Assembléia do dia 7 resolveu convidar o Reitor, Prof^o. Nelson Maculan, a comparecer à próxima Assembléia e dar esclarecimentos à comunidade docente a respeito da crise na UFRJ.

no XIII Congresso da ANDES-SN, as seguintes propostas foram levadas ao Ministro da Educação para que ele se pronuncie e estabeleça um processo de negociações com os docentes:

- 1- Extensão administrativa em todas as IFES de todos os índices acumulados desde o Plano Bresser
- 2- Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas referentes a cada um dos índices
- 3- Projeto de lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção
- 4- Definição do Plano Nacional de Capacitação Docente
- 5- Definição do Projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IES públicas e privadas.

**rumo à seção
sindical**

ANDES-SN

Organização por local de trabalho



Em uma época em que era proibida a sindicalização dos servidores públicos, a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) surgiu em plena ditadura militar como uma Associação que reunia docentes de ensino superior das diferentes Instituições de Ensino Superior do país.

Após a promulgação da Constituição de 1988, a ANDES promoveu, em novembro de 1988, um Congresso Extraordinário no Rio de Janeiro. Neste evento, por decisão de ampla maioria dos quase 300 delegados presentes, representativos dos docentes de todas as regiões do país, foi aprovada a transformação da ANDES em ANDES-Sindicato Nacional. Em março de 1990, a entidade obteve o seu registro no Ministério do Trabalho.

A opção foi por uma organização com um corpo jurídico único em nível nacional.

A ANDES é sustentada unicamente pela contribuição voluntária de seus associados, recolhida pelas AD-SSIND. Uma parte dessa contribuição é repassada para tesouraria. A ANDES tem a obrigação estatutária de devolver qualquer contribuição compulsória que seja cobrada de cada um docente associado. A ANDES-SN é uma entidade sindical nacional e não uma federação ou uma confederação de sindicatos. Chegou a ser contestada juridicamente por alguns sindicatos que queriam recolher pra seus próprios cofres o imposto sindical. O que eles não entenderam é que a

ANDES-SN defende o direito à livre organização dos trabalhadores e a extinção do imposto sindical rompendo com o sistema tradicional do sindicalismo brasileiro, subserviente ao Estado, através do imposto.

Seções Sindicais

A ANDES-SN é composta por unidades, denominadas de Associações de Docentes-Seções Sindicais organizadas em cada Instituição de Ensino Superior. As ADs-SSind têm autonomia financeira, política e administrativa, sendo que a instância máxima deliberativa de cada uma delas é a sua Assembléia Geral.

Cerca de 75 % das Associações de Docentes do país já são seção sindical da ANDES-SN. A ADUFRJ hoje é uma das poucas ADs que ainda não se transformaram em Seções Sindicais.

Para se transformar em Seção Sindical da ANDES-SN, a Associação de Docentes deixa de ter um registro e um estatuto próprio para ter um regimento que deve respeitar o estatuto da entidade nacional. Desde o Congresso Extraordinário de 1988, as Associações de Docentes (ADs) estão se transformando em Seções Sindicais da ANDES-SN por deliberação de suas Assembleias Gerais.

O XIII Congresso da ANDES-SN, realizado em Viçosa no mês de fevereiro, aprovou a transformação de algumas ADs em ADs-SSind, entre elas a Associação de Docentes do Pará (ADUFPA). Esta transformação foi aprovada em uma Assembléia Geral Extraordinária realizada durante o I Encontro de Docentes da UFPA.

SALÁRIO/MÊS	DATA
Abril	29 - sexta-feira
Maio	31 - terça-feira
Junho	30 - quinta-feira
Julho	22 - sexta-feira
Agosto	23 - terça-feira
Setembro	22 - quinta-feira
Outubro	24 - segunda-feira
Novembro	22 - terça-feira
Dezembro	22 - quinta-feira

Pagamento saiu dia 5 com URV do dia 30

Defasagem vai continuar nos próximos meses

Os salários de março foram pagos no dia 5 de abril com a URV do dia 30 de março. No dia 5 a URV estava valendo CR\$ 948,93, mas a URV usada para o pagamento foi de CR\$ 913,50. Mesmo que haja uma compensação no próximo mês, a defasagem vai continuar porque os bancos não estão convertendo os salários pela URV do dia do pagamento.

O abono de 5% de fevereiro, que deveria ter sido pago no início de março, só foi depositado no final do mês, em cruzeiros reais, totalmente corroído pela inflação

do período.

Mesmo com o Plano FHC, basta ir ao supermercado e constatar as remarcações diárias e abusivas dos preços. A inflação do mês de março pelo IGPM foi de 45,71% enquanto que a URV passou de Cr\$ 647,50 (1º de março) para Cr\$ 913,50 (30 de março), aumentando em 41,08%. A inflação ficou cerca de 4% acima da variação da URV que reajustou os salários. Se essa tendência se mantiver, as nossas perdas irão aumentar cada vez mais e somente em janeiro de 1995 teremos um reajuste salarial, ainda assim, pela média dos últimos 12 meses.

Antecipado dia de pagamento

O decreto nº 1.043 de 13/11/93, assinado pelo presidente Itamar, estabelece que o pagamento dos servidores públicos civis e militares será efetuado em abril, maio e junho até o último dia útil do mês e a partir de julho no segundo dia útil posterior ao dia 20.

Essa resolução foi tomada antes da MP 434, que estabeleceu a URV como indexador. Até os salários serão convertidos por um índice menor.

O decreto estabelece também que os recursos necessários ao pagamento do 13º salário serão liberados em duas parcelas, nos meses de junho e dezembro.

A conversão dos salários

De acordo com a MP 457, os salários dos Servidores Públicos Federais foram convertidos para URV pela média dos últimos quatro meses. Agora estamos sem qualquer política salarial, com os nossos salários congelados em URV. A GAE, que atualmente vale 120%, passará para 140% em abril e depois para 160% em junho.

Erro na mensalidade

A Reitoria da UFRJ errou no desconto da mensalidade da ADUFRJ. Em vez de cobrar a mensalidade no valor de 5,0 URVs, conforme a conversão em URV, a Reitoria cobrou apenas 3,5 URVs. É importante salientar que a SR-4 foi informada deste novo valor e arbitrou um valor menor sem qualquer explicação.

A Assembléia Geral do dia 7 aprovou a correção da mensalidade no próximo contracheque. Desta maneira, a mensalidade de abril será de 7,33 URVs, correspondente ao aumento da GAE no valor de 16,7% e mais a diferença de 1,5 URVs do mês anterior. Em maio a mensalidade será de 5,83 URV.

Plano FHC acumula 49,55% de perdas

Precisamos de 98,2% de reposição salarial.

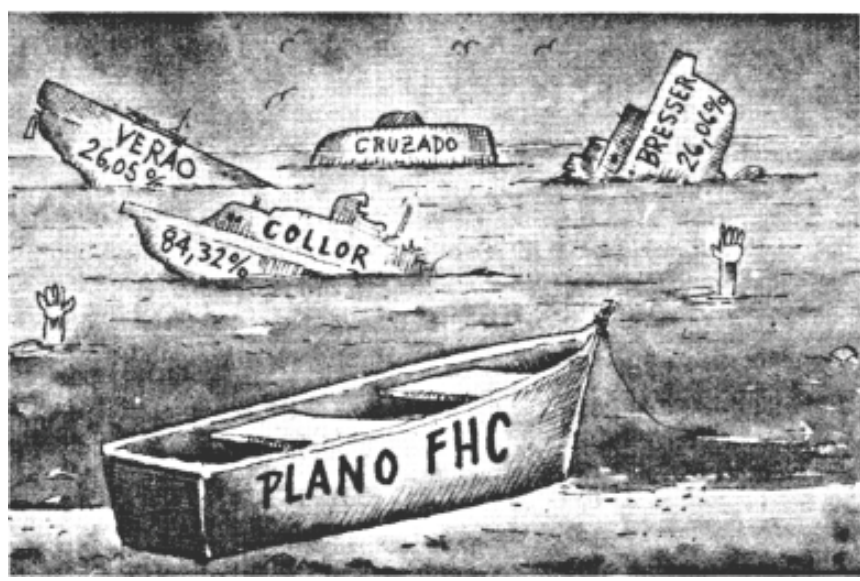
O Plano FHC, está trazendo enormes prejuízos para todos os trabalhadores. As perdas salariais dos Servidores Públicos Federais acumularam até 1º de abril 49,55%. Seria necessário um reajuste salarial de 98,2% para reposição destas perdas.

O vencimento do Professor Au-

xiliar I (20 horas), que era de CR\$ 51.409,00 em janeiro, passou para CR\$ 73.993,50 em março, ou seja, um reajuste de apenas 43,93%. Se compararmos este valor com os 185,27% do IGPM acumulado de janeiro a março, verificaremos que o vencimento dos docentes das IFES deveria ser reajustado em 98,2% para repor as perdas de 49,55% deste ano.

OS NÚMEROS ALARMANTES DE 1994	
INFLAÇÃO PELO IGPM	185,27%
REAJUSTE DOS SPFs	43,93%
PERDAS SALARIAIS DOS SPFs	49,55%
REAJUSTE PARA REPOR AS PERDAS	98,20%

Mais uma canoa furada?



Convênio com Makro

Os sócios da ADUFRJ já podem fazer compras em qualquer loja do supermercado Makro (Barra da Tijuca, São Gonçalo ou Penha). Para isso basta preencher uma ficha de inscrição na sede da AD, e nesta oportunidade escolher a loja onde posteriormente devem pagar o seu cartão.

Bancos ricos população pobre

No primeiro mês de 1994, diversos bancos publicaram o balanço dos lucros de 1993. Os banqueiros comprovaram, em números, os benefícios que desfrutaram da crise que o povo brasileiro está pagando.

O Citibank teve um lucro líquido de 2,2 bilhões de dólares em 1993. Bates

recorde histórico de faturamento. Também o Chase Manhattan Bank teve um lucro líquido bárbaro: 1 bilhão de dólares. Só com o lucro desses bancos, 640 mil famílias sem terra poderiam ser assentadas. Ou ainda, 500 mil casas populares poderiam ser construídas.

Fontes: Informa CUT- 4.

ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

ANDES-SN

Nº 3
MAIO/94

J . O . R . N . A . L

ADUFRJ

**Assembléia
Geral
9 de maio
segunda-feira
às 14 horas
Auditório do CT**

PAUTA

Indicativo de greve a
partir do dia 10 de maio

ELEIÇÃO COM GREVE É ILEGÍTIMA

Conselhão ignora greve dos técnicos-administrativos e mantém datas do primeiro turno da eleição para próxima reitoria nos dias 10, 11 e 12 de maio. A ADUFRJ se posicionou contrária à decisão

Mostrando total descaso pela paralisação dos técnicos-administrativos, os Colegiados Superiores votaram, por 32 contra 4, pela manutenção do calendário da eleição para reitor, nos dias 10, 11 e 12 de maio. A ADUFRJ, o SINTUFRJ, o Conselho de CAs e as chapas 2 e 3 encaminharam pedidos de adiamento. Faltam poucos dias para o início do primeiro turno. A comunidade não tem recebido informação suficiente sobre os candidatos e as propostas das chapas concorrentes. A Comissão Eleitoral está trabalhando com apenas oito dos 32 membros e, junto com a Comissão de Consulta à Comunidade, vem realizando insípidos debates, esvaziados pela má divulgação e sem confronto de posições entre os candidatos.

Mais eleição, página 3.



A ADUFRJ pediu o adiamento. 32 membros dos colegiados votaram pela manutenção do calendário



**ENTREVISTA
COM OS
CANDIDATOS**

Como contribuição ao esclarecimento da oportunidade acadêmica sobre o conteúdo das chapas concorrentes a eleição para a nova reitoria, a diretoria da ADUFRJ formulou um conjunto de perguntas aos candidatos a reitor da universidade. **Páginas 4, 5 e 6.**

Professores aprovam um novo indicativo

Quadro nacional dos docentes revela adesão crescente das ADs à greve dos SPFs

A Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada no dia 3 de maio, aprovou um novo indicativo de greve para o dia 10 de maio. Este indicativo será reavaliado em uma nova Assembléia no dia 9. A proposta de greve a partir do dia 4 de maio foi rejeitada por pequena

margem de votos: 137 professores votaram contra, 103 a favor da greve e oito abstenções. Houve um forte componente eleitoral. Alguns oradores encaminharam a decisão da greve para depois da eleição para reitor.

O quadro nacional dos docentes das Instituições Federais do Ensi-

no Superior (IFES) revela uma adesão crescente das ADs. No Rio de Janeiro, estão em greve a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Rural e o CEFET.

A greve dos SPFs já está mobilizando cerca de 50% da categoria, sendo que o movimento está mais forte no Rio e em São Paulo.

AD editorial

Legitimidade comprometida

As eleições para o próximo reitor da UFRJ estão caminhando para um desfecho bastante preocupante. A situação atual é apenas uma consequência de um processo distorcido e antidemocrático que foi iniciado no final do ano passado. As regras eleitorais foram mudadas para beneficiar claramente os grupos ligados ao poder institucional. Uma parcela significativa da comunidade foi desprezada para que certas candidaturas pudessem florescer e ter chances efetivas na disputa eleitoral.

Alguns daqueles grupos que arquitetaram o golpe nos Colegiados Superiores se organizaram para se manter no poder por mais quatro anos. Tais grupos representam claramente a continuidade de uma tendência conservadora, que está tentando implantar um projeto retrógrado na UFRJ. Alguns fazem parte da atual reitoria e outros estão instalados em postos chaves, li-

gados intimamente ao poder central.

A comunidade deveri estar muito bem esclarecida a respeito de todas as candidaturas e dos programas das chapas para um voto esclarecido e consciente. As eleições estão sendo mal organizadas, os debates foram mal divulgados e a grande maioria está mal informada. Tudo foi cuidadosamente planejado para que a comunidade tivesse uma pequena participação na escolha do futuro Reitor.

Mais um casuismo aconteceu recentemente. Os Colegiados Superiores aprovaram a manutenção do calendário eleitoral mesmo com a greve dos técnicos-avos. Se este processo eleitoral já estava distorcido, poderá ficar muito mais ainda. A própria Comissão Eleitoral chegou a denunciar os graves problemas para a organização deste processo eleitoral em um período de greve: dificuldades na impressão das listagens, falta de transporte, insuficiência de pessoal e segurança



das urnas. O pior é que a reitoria já está ameaçando contratar pessoal de fora, dando um desfecho magistral à atual gestão: a terceirização das eleições.

A legitimidade do futuro reitor ficará seriamente comprometida se esta eleição for realizada nestas condições.

A importância da greve

O governo foi obrigado a reeditar pela segunda vez a medida provisória do Plano FHC.

A inflação acumulada do ano, de janeiro a abril, foi de 301,96% pelo IGPM, enquanto os nossos ven-

mentos foram reajustados em apenas 98,2% neste período. Na nova medida da provisória MP 482, reeditada recentemente, não há qualquer previsão para a reposição de perdas para os SPFs. Como na medida anterior, os vencimentos dos servidores somente serão revistos em 1º de janeiro de 1995, mesmo assim pela média dos vencimentos em URV dos 12 meses do ano de 1994. Ape-

nas para os trabalhadores celetistas está prevista uma reposição de perdas, mesmo assim se houver uma diferença entre os vencimentos da política salarial anterior e a média dos vencimentos nos quatro meses de vigência da URV.

Esta nova medida provisória poderá ser modificada pelo Congresso Nacional. Há condições objetivas para que os Servidores Públicos Federais possam conquistar uma política salarial que reponha as perdas passadas e as futuras, provenientes da inflação na nova moeda se não houver uma ampla mobilização o arrocho salarial vai continuar.

A greve dos SPFs continua, mas a grande imprensa não divulga quase

nada, prejudicando a mobilização e o fortalecimento do movimento. A deflagração da greve dos docentes das Instituições Federais do Ensino Superior da ANDES-SN revelou que os professores não estão satisfeitos com as perdas salariais provocadas pelo Plano FHC. O que está em jogo neste momento não é apenas a luta por salários dignos, mas a sobrevivência da própria da universidade. A participação dos docentes da UFRJ é fundamental para o fortalecimento desta greve. A nossa universidade não poderia ficar de fora deste movimento nacional.

AD jurídico

STJ não concede os 28,87% dos militares

No início do mês de abril, a Terceira Seção do STJ julgou, por unanimidade, extinto o processo judicial referente à diferença de 28,87% em relação aos vencimentos dos militares, sem julgamento do mérito. Apenas cinco Ministros votaram, pois os outros declararam-se impedidos por serem professores de IFES, interessados na causa.

Este processo corresponde a um mandado de segurança coletivo impetrado pela ANDES-SN referente ao reajuste diferenciado de 28,87% concedido pelo governo aos militares e que foi estendido administrativamente ao Legislativo e ao Judiciário.

Competência

O entendimento do STJ foi de que o mandado de segurança não poderia ser impetrado contra o Ministro da SAF, pois este não teria competência para praticar o ato de reconhecimento administrativo do direito à diferença de 28,87% e que a competência seria do Presidente da República.

ANDES-SN

A Assessoria Jurídica da ANDESSN vai recorrer da decisão, tendo em vista que a legislação dá competência ao Ministro da SAF para praticar o ato. Posteriormente os advogados ingressarão com mandado de segurança contra o Presidente da República perante o STF.

Verifique a lista

Conforme já divulgamos no último JORNAL ADUFRJ, a nossa entidade terá que apresentar em Juízo a relação de todos os professores associados que estavam trabalhando na UFRJ em fevereiro de 1989 para a ação judicial do Plano Verão. A lista dos sócios ficará a disposição de todos para verificação na sede da ADUFRJ até o dia 20 de maio.



ELEIÇÃO NA UFRJ

Comunidade escolhe a nova reitoria sem tempo suficiente para conhecer propostas das chapas e perfil dos candidatos.

Três chapas se inscreveram para a eleição da nova Reitoria da UFRJ que acontecerá nos dias 10 a 12 de maio. No dia 18 de abril, último dia de inscrição das chapas, foram apresentados os nomes que irão concorrer para Reitor, Vice, Sub-Reitores, Prefeito da Cidade Universitária, Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura e seus respectivos programas de trabalho. Se houver segundo turno, a data prevista nas normas eleitorais são os dias 24, 25 e 26 de maio, os mesmos dias de eleição para a nova diretoria da ANDES-SN.

A ponderação de votos da eleição para reitor na universidade, alterada casuisticamente pelos Colegiados Superiores no final do ano passado, será a seguinte: 50% para os docentes, 25% para os funcionários técnicos-administrativos e 25% para os estudantes.

Calendário apertado

A principal característica deste período eleitoral é o calendário curtíssimo com apenas 13 dias úteis de campanha eleitoral no primeiro turno, beneficiando bastante os candidatos mais conhecidos, que já influenciam a máquina administrativa. Apenas quatro debates foram programados pela Comissão de Consulta à Comunidade. Em maio estão programados um debate no dia 4 às 11:00h, no Auditório do CT - Ilha do Fundão, e outro dia 6 no mesmo horário, no Teatro de Arena Praia Vermelha.

Mal divulgados e mal planejados, os primeiros debates, dia 25 no auditório do CCS (Quinhentão) e 28, no Pedro Calmon da Praia Vermelha, permitiram um contato pouco democrático do público com os candidatos. As perguntas tiveram que ser encaminhadas a uma segunda mesa composta de representantes da comissão e das chapas. Só após uma seleção minuciosa é que as perguntas chegavam às mãos do mediador, que as lia e dirigia aos candidatos de forma uniforme e sem permitir o confronto de posições.



Primeiro debate entre os candidatos, no auditório do CCS (Quinhentão).

Péssima divulgação, público pequeno e poucas oportunidades de contraposição de idéias.

Desrespeito greve

Mesmo com a greve dos funcionários, os Colegiados Superiores não adiam eleição

Por 32 votos contra quatro, os membros dos Colegiados Superiores, formados pelo Conselho Universitário, CEG e CEPG, mantiveram a data da eleição para reitor nos dias 10, 11 e 12 de maio, mesmo com os funcionários em greve e com a adesão dos docentes em curso. A reunião aconteceu quinta-feira, 28 de abril, na sala do Conselho Universitário. Participaram, sem direito à deliberação, a Comissão de Consulta à Comunidade, a ADUFRJ, o SINTUFRJ e o Conselho de CAs. Os candidatos das chapas 2 e 3 estavam presentes e apresentaram cartas ao reitor propondo o adiamento das eleições, tendo em vista a greve.

A ADUFRJ, o SINTUFRJ e o Conselho de CAs também se manifestaram pelo adiamento das eleições levando em conta a greve e suas implicações no processo eleitoral. As entidades consideram que com os funcionários em greve a representatividade deste segmento se torna ainda menor, o que favorece as chapas que estão mais próximas da atual reitoria, seja do ponto de vista prático ou ide-

ológico.

O presidente da Comissão de Consulta à Comunidade, Jorge Xavier, fez um relato que constatou a óbvia dificuldade de se realizar uma eleição deste porte com os funcionários parados. Segundo Xavier, dos 36 representantes nomeados para a Comissão Eleitoral somente oito estão participando da eleição. Poucos cartazes de divulgação dos debates entre os candidatos foram feitos e distribuídos, limitando ainda mais o processo democrático de discussões sobre a escolha da futura reitoria. Até os membros da Comissão Eleitoral tiveram que distribuir os cartazes pessoalmente nos Centros. O presidente da Comissão de Consulta apontou também as condições precárias de segurança para as urnas da votação, o que poderia comprometer o processo de apuração. Com os funcionários parados, as listagens dos eleitores estão chegando atrasadas a alguns Centros e Unidades. As listagens servem para conferir os nomes dos eleitores e checar possível erros.

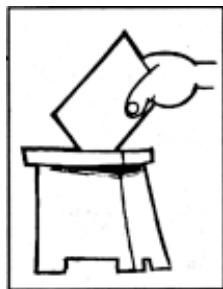
Pelo respeito à greve

Minutos antes do "conselhão" deli-

berar contra o adiamento da eleição, chegou às mãos do Reitor, Nelson Macular, um fax do Congresso Nacional, assinado por deputados federais de vários partidos, pedindo ao reitor e aos colegiados que respeitassem a greve dos funcionários técnicos-administrativos da UFRJ e adiassem o processo eleitoral. Parece que o pedido não sensibilizou os membros dos colegiados, que logo em seguida votaram pela manutenção das datas.

UFF suspende eleição

A Universidade Federal Fluminense adiou a data da eleição da nova reitoria para 20 dias após o término da greve dos funcionários e professores que estão parados desde os dias 19 e 27 de abril respectivamente. Nesta diversidade os debates para escolha do próximo reitor estão acontecendo regularmente desde fevereiro, o que vem proporcionando à comunidade universitária um conhecimento mais profundo dos candidatos, programas e membros das chapas concorrentes.



Paulo Alcântara Gome
candidato pela chapa 1



ENTREVISTA

Paulo Gomes

CHAPA 1	
Reitor	Paulo Alcântara Gomes - CT/Vice-reitor
Vice-reitor	José Henrique Vilhena de Paiva - CFCH
SR-1 (Graduação)	Neyde Felisberto Ribeiro - CCMN
SR-2 (Graduados e Pesquisa)	Marcos Palatnik - CCS
SR-3 (Patrimônio e Finanças)	Luis Otávio Façanha - CCJE
SR-4 (Pessoal)	Maria Augusta Tempone - CFCH
SR-5 (Desenvolvimento e Extensão)	Ubirajara Quaranta Cabral - CT
Prefeitura	Benjamin Ermani Diaz - CT
Fórum de Ciência e Cultura	Myriam Dauelsberg - CLA

Qual a concepção de universidade que você pretende implantar na UFRJ?

- Uma universidade dinâmica, capaz de cumprir simultaneamente as missões de inovar, gerando novos conhecimentos e de responder às demandas da sociedade, contribuindo decisivamente para a sua transformação.

Qual a sua opinião sobre a mudança das regras do processo eleitoral às vésperas da eleição?

- As regras do processo eleitoral na UFRJ, desde 1985, vêm sendo estabelecidas durante os períodos de poucos meses que antecederam às eleições. Em todas as ocasiões, os colegiados superiores introduziram modificações nestas regras.

Que modelo de estatuinte vai ser difundido pela sua chapa e qual será o prazo para sua convocação? Qual será a proporção de cada segmento da comunidade, no modelo de estatuinte?

- A questão da Estatuinte, urgente, deve ser tratada com cautela e seriedade. O papel da Reitoria é o de realizar ampla consulta, efetivamente representativa, e que permita definir o formato e a participação dos vários segmentos da comunidade da UFRJ e da sociedade na reforma do estatuto.

O que você pretende fazer para melhorar o ensino de

graduação?

- O ensino de graduação na UFRJ necessita de grande reformulação. Em primeiro lugar, é preciso definir modificações estruturais no processo ensino-aprendizagem, deslocando o seu eixo principal da informação um direcional professor-aluno para um ensino participativo, com o envolvimento do estudante em atividades extra-classe. Ao mesmo tempo, é necessário aumentar a sua interação com a pós-graduação e com a pesquisa. Consequentemente, as estruturas curriculares deverão ser reconstruídas, contemplando menores cargas horárias; mecanismos de fixação do corpo docente em tempo integral deverão ser implementados; acentuada melhoria da infraestrutura acadêmica deverá ser providenciada, tanto em bibliotecas e laboratórios, como nas demais instalações de apoio; uma política de crescimento contínuo de bolsas, oferecidas à graduação, deve ser priorizada.

Qual a sua concepção de autonomia na universidade?

- Uma universidade autônoma, do ponto de vista didático-pedagógico, deve poder estruturar os cursos e definir os diplomas que vai oferecer; sem a interferência de órgãos externos. Deve estabelecer critérios de avaliação do desempenho de seus quadros e oferecê-los à sociedade, a quem cabe a avaliação global da Instituição. Do ponto de vista financeiro e administrativo, a Universidade deve gerir globalmente os recursos orçamentários e extra-orçamentários e não depen-

der de órgãos externos para preencher os seus quadros de professores e de técnicos-administrativos, sempre pela via do concurso público. Adicionalmente, deve ter a liberdade de adotar o modelo organizacional que lhe for mais conveniente para o desempenho de suas funções.

Diante de uma greve, qual será a postura da reitoria frente aos segmentos grevistas?

- A greve é um legítimo direito de manifestação, previsto na Constituição e que deve ser respeitado.

Como você vê a relação da empresa privada com a universidade?

Como a sua chapa barraria a privatização no interior da UFRJ?

- A privatização deve sempre ser evitada. A utilização de empresas privadas será aceitável somente nos casos em que a UFRJ não disponha de quadros necessários em termos numéricos, à exceção dos serviços de apoio.

O que você acha de professores aposentados fazerem concurso para a própria vaga?

- A matéria, de natureza ética e legal, precisa ser regulada urgentemente, para que se evitem distorções que já começam a aparecer. O Regime Jurídico Único deveria contemplar esta situação.

O que você acha da atual reitoria?

- Promoveu consideráveis avanços no setor acadêmico e abriu espaço para que, proximamente, possam ser realizados avanços nos demais setores (infra-estrutura, manutenção dos campi, etc.).

Cite os 5 principais pontos do seu programa.

- Reestruturar os ensinamentos de graduação e de pós-graduação, promovendo a avaliação sistemática, possibilitando a modernização de currículos, o oferecimento de novos diplomas, apoiando a modernização das redes de dados, de laboratórios e ateliers, a recuperação e ampliação das bibliotecas e do acervo bibliográfico;
- Promover a criação de programas integrados de capacitação Técnico-Administrativo para os servidores da UFRJ, aperfeiçoar o programa de capacitação docente, lutar pelos novos planos de carreira;
- Descentralizar e desconcentrar todas as ações administrativas e financeiras, facilitando o trabalho dos Departamentos, Unidades e Centros;
- Estimular as atividades de extensão, projetos artísticos e culturais e de integração com o setor produtivo;
- Recuperar os Campi da UFRJ e os prédios históricos, com a revisão dos atuais planos diretores. Implantar o Polo Ecológico Ambiental do Fundão, a partir dos conhecimentos desenvolvidos pela UFRJ, fazendo com que a Ilha, no seu todo, passe a ser o grande exemplo de recuperação ecológico-ambiental da Baía de Guanabara.



Nelson Souza e Silva, candidato da chapa 2



ENTREVISTA

Nelson

Qual a concepção de universidade que você pretende implantar na UFRJ?

- Uma universidade que alcance o equilíbrio entre três objetivos principais: a produção de conhecimento, a formação do indivíduo, promovendo sua capacitação para exercer o pleno direito à cidadania e à utilização do conhecimento produzido pelo contato permanente com a sociedade e em benefício desta.

A universidade deve estabelecer canais permanentes de comunicação com a sociedade, seja a nível de governo, órgãos representativos da sociedade organizada ou diretamente com comunidades pré-definidas ou empresas e instituições. O conhecimento produzido deve, preferencialmente, estar voltado para a solução de problemas que acometem a maioria da população brasileira.

Qual a sua opinião sobre a mudança das regras do processo eleitoral às vésperas da eleição?

- A mudança foi feita de modo autoritário, antidemocrático e casuístico, mas não foi surpresa. Há quatro anos, denunciei que a aliança que se constituía para alcançar o poder assim iria proceder e assim o fez. Os mesmos candidatos que estão hoje concorrendo pelas outras chapas e foram da atual reitoria, diziam, na época, que eram favoráveis ao voto paritário. Não tiveram o mínimo de escrúpulo em quebrar seus compromissos programáticos e impor, no Conselho Universitário, estas novas regras. Nós da chapa 2, acreditamos que uma universidade se constrói com a participação de todo o corpo social (professores, estudantes e técnicos-administrativos). O saber está em todos e portanto todos devem participar.

Que modelo de estatuinte vai

ser difundido pela sua chapa e qual será o prazo para sua convocação? Qual será a proporção de cada segmento da comunidade no modelo de estatuinte?

- Será uma estatuinte exclusiva, soberana e democrática. Seus membros serão eleitos diretamente pela comunidade universitária. A estatuinte deverá ter todas as decisões homologadas pela comunidade como um todo, através de decisão plebiscitária. Num período de quatro meses, a comunidade decidirá sobre o formato, prazos e mecanismos de eleição dos delegados estatuintes. Imediatamente após, a reitoria instalará o processo e a partir daí a assembléia constituinte será soberana na condução de seus trabalhos.

O que você pretende fazer para melhorar o ensino da graduação?

- Mudanças na metodologia de ensino. Essas mudanças implicam em mudanças de atitude de professores e alunos. Aprender fazendo, resume o que pretendemos alcançar. Ampliar a formação do aluno de modo a capacitá-lo ao exercício pleno da cidadania e consciente de que os conhecimentos adquiridos são transitórios e precisam de atualização constante. Para isso, teremos um programa de formação, qualificação e atualização de professores. Pretendemos também recuperar e modernizar as instalações e laboratórios em curso de ensino e descentralizar os recursos até o nível dos cursos.

Qual a sua concepção de autonomia da universidade?

- A minha e a de todos nós deveria ser uma só: a que está na Constituição e por incrível que pareça em nossos estatutos. Basta

CHAPA 2	
Reitor	Nelson Souza e Silva - CCS
Vice-reitor	Edwaldo Machado Cafezeiro - CLA
SR-1 (Graduação)	Antônio Cláudio Gomez de Sousa - CT
SR-2 (Graduados e Pesquisa)	Eugênio Lerner - CCMN
SR-3 (Patrimônio e Finanças)	Armando Rocha Nogueira - CCS
SR-4 (Pessoal)	Carlos F. B. Maldonado de Oliveira - CLA
SR-5 (Desenvolvimento e Extensão)	Maria Inês Souza Bravo - CFCH
Prefeitura	Edson Pereira de Souza - CCMN
Fórum de Ciência e Cultura	Fernando Augusto da S. Pamplona - CLA

ter vontade política, a qual parece ter sido esquecida na gestão atual, para que possamos ser autônomos e exercer nossa auto-gestão. A universidade deve ter orçamento global vinculado, definido no Congresso Nacional e prestar contas à sociedade de como utilizou os recursos a ela alocados e quais os resultados desta aplicação.

Diante de uma greve, qual será a postura da reitoria frente aos segmentos grevistas?

- Uma reitoria eleita pela comunidade, não é representante do MEC ou do governo como no passado, e sim representante da comunidade de uma universidade autônoma e assim deve se comportar. Greve é direito constitucionalmente estabelecido. A postura será sempre a do diálogo franco e aberto procurando soluções, junto com as categorias em greve, para os motivos que levaram à mesma.

Como você vê a relação da empresa privada com a universidade? Como a sua chapa barraria a privatização no interior da UFRJ?

- Não devemos ser excludentes em relação a nenhum dos segmentos desta sociedade. Mas não podemos ter ilusões de que esta relação é sempre benéfica para a universidade. A relação universidade-empresa jamais trará recursos suficientes para manter as atividades da universidade. A universidade não pode ter suas linhas de pesquisa ou usar prestação de serviços direcionados pelos interesses das empresas. Qualquer conhecimento gerado não pode ser propriedade de apenas uma empresa, mesmo que esta tenha patrocinado seu desenvolvimento. Quanto à privatização na UFRJ, podemos e devemos acabar gradativamente com a terceirização de serviços. A universidade

de pode realizar os mesmos com o pessoal próprio a custos muito menores e com melhores resultados.

O que você acha de professores aposentados fazerem concurso para a própria vaga?

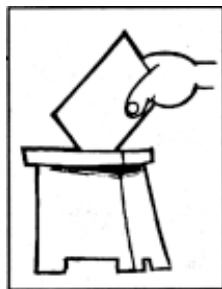
- Do ponto de vista legal, a lei não proíbe. Ao legislador jamais ocorreria que um professor ao se aposentar, viesse a fazer concurso para a mesma vaga. Portanto o problema não é legal e sim ético. Ao aposentar-se o professor deve deixar livre a sua vaga para que, no mínimo, a renovação de quadros possa ocorrer na universidade.

O que você acha da atual reitoria?

- Disseram-se favoráveis ao voto paritário e eliminaram este, implantando um sistema que dá predominância quase que absoluta para os professores. Disseram-se favoráveis a autonomia universitária e nada fizeram para exercê-la. Ao contrário, acomodaram-se e executaram toda a política vinda do governo federal. Nosso quadro de pessoal, incluindo os professores foi reduzido. Professores contratados como substitutos ou visitantes preenchem vagas dos que deveriam estar contratados em nossos quadros regulares. Promovem a terceirização de serviços e outras políticas neo-liberais.

Cite os 5 principais pontos do seu programa?

- Convocação da estatuinte Autonomia universitária
Descentralização administrativa
Ligação universidade-sociedade
Desenvolvimento das áreas de Ciências Humanas e Política de Saúde.



Rodolpho Rocco o candidato da chapa 3



ENTREVISTA

Rocco

CHAPA 3	
Reitor	Rodolpho Paulo Rocco - FUJB/CCS
Vice-reitor	Godofredo de Oliveira Neto - SR-I/CLA
SR-1 (Graduação)	Nilma Santos Fontanive - CCS
SR-2 (Graduados e Pesquisa)	Oscar Acelrad - CT
SR-3 (Patrimônio e Finanças)	Alexandre M. da Silveira - CCMN
SR-4 (Pessoal)	Liana da Silva Cardoso - CFCH
SR-5 (Desenvolvimento e Extensão)	Marcos Jardim Freire - CFCH
Prefeitura	Maria Angela Dias Elias - CLA
Fórum de Ciência e Cultura	José Leite Lopes - Professor aposentado

Qual a concepção de universidade que você pretende implantar na UFRJ?

- Aquela pública, gratuita, autônoma e democrática, com clareza total das entradas e gastos dos seus dinheiro e intransigente defesa do seu patrimônio, colocando-o a serviço das atividades fins da Universidade.

Qual a sua opinião sobre a mudança das regras do processo eleitoral às vésperas da eleição?

- O assunto foi discutido durante meses não às vésperas da eleição. Eu me candidataria a Reitor, fosse qual fosse o modelo adotado. Prefiro o que foi finalmente escolhido pelos Conselhos Superiores da UFRJ.

Que modelo de estatuto vai ser difundido pela sua chapa e qual será o prazo para sua convocação? Qual será a proporção de cada segmento da comunidade no modelo de estatuto?

- .aquele que ouça todos os segmentos da universidade, com prazo suficiente para sua implantação, a partir de 1995. Lembro que as duas últimas administrações não o conseguiram.

O que você pretende fazer para melhorar o ensino da graduação?

- A graduação teve ótimo desempenho nos últimos 4 anos. Vale ampliar a orientação acadêmica, combater a evasão escolar, expandir os programas integrados de bolsas (PIB), de apoio a renovação do ensino de graduação (PARG), de produção de materiais didáticos (PROMADI), e outros, bem como cuidar dos alojamentos e reforçar as atividades do Colégio de Aplicação.

Qual a sua concepção de autonomia da universidade?

- Autonomia é democratizar o acesso a universidade, sintonizar o ensino com as demandas sociais, combater qualquer processo de privatização da Universidade, va-

lorizar os servidores - docentes e técnicos-administrativos - diminuir a inadimplência, modificar currículos e instalar novos cursos, sem depender do Conselho Federal de Educação.

Diante de uma greve qual será a postura da reitoria frente aos segmentos grevistas?

- Confiar no bom senso do (s) segmentos envolvidos, para que o prejuízo da paralisação não implique em malefícios maiores para projetos em andamento e para a população. Não haverá punições.

Como você vê a relação da empresa privada com a universidade? Como a sua chapa barraria a privatização no interior da UFRJ?

- As empresas privadas e públicas podem e devem ajudar no desenvolvimento da UFRJ, controlando estas suas participações nas áreas científicas, tecnológicas, culturais e das artes, de acordo com seus in-

teresses próprios.

O que acha de professores aposentados fazerem concurso para a própria vaga?

- Não existe a própria vaga. Todas são da Universidade para qualquer das 4 categorias docentes. Os editais são públicos. No meu caso conquistei a vaga de titular de Clínica Propedêutica médica- concurso que não se realizava desde 1955 - disputando com mais 3 colegas. Aposentei-me 5 meses após.

O que você acha da atual reitoria?

- Com acertos e erros, como todas as outras anteriores. Considero o saldo favorável.

Cite os 5 principais pontos do seu programa.

- Descentralização, clareza na utilização dos recursos, sintonizar o ensino com as demandas sociais, urbanização e humanização do espaço universitário e defesa da universidade pública, gratuita, democrática, competente e autônoma.

agenda da maio

4 - 3º debate entre os candidatos a reitor, no Auditório do CT Ilha do Fundão às 11 horas.

6 - 4º debate entre os candidatos a reitor, Teatro de Arena, 11 horas.

9 - Encontro com o candidato a presidente da ANDES-SN, Luiz Henrique Schou. Auditório do CT, as 14 horas.

20 - Prazo final para o fechamento da lista da AD



24 a 26 - Eleições da nova diretoria da ANDES-SN e do Conselho de Representantes da ADUFRJ

31 - Dia de Pagamento



MANIFESTO

ANDES

Autônoma e Democrática

Fundada no Congresso de Salvador, em janeiro de 1986, a articulação ANDES - AD AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA ao apresentar-se novamente para a direção do sindicato no biênio 94-96, reafirma neste manifesto sua visão sobre nossa entidade representativa, onde democracia e autonomia são condições essenciais para sustentar a ação deste movimento. Vemos a ANDES-SN como instrumento de organização e luta dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) em nível nacional, autônoma da estrutura de poder e burocrática do Estado, desatrelada dos partidos, credos religiosos, e mantenedoras, para:

- 1** Defender os interesses comuns da categoria e suas reivindicações de melhores condições de vida e trabalho;
- 2** Possibilitar o debate e a intervenção organizados sobre as políticas educacionais, especialmente no ensino superior, assim como, sobre as políticas de desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;
- 3** Contribuir para fazer avançar as transformações da universidade brasileira e do modelo político-econômico instalado no país, em direção à melhoria das condições de trabalho, educação, saúde, lazer, manifestação cultural e participação política da maioria trabalhadora.

A reafirmação destes princípios permanece atual neste momento de embate na sociedade brasileira. As classes dominantes forçam a realização de sua revisão constitucional, que temos denunciado como golpe para atingir os direitos sociais duramente conquistados e muitas vezes ainda não definidos em termos de legislação complementar. Além disto esta revisão objetiva estabelecer o padrão de um Estado mínimo, pedra de toque do projeto neoliberal e incapaz de imprimir políticas sociais ou de intervir a favor de uma política de melhor distribuição da renda nacional. A doutrina e as políticas neoliberais continuam sua onda de privatizações, bem como a pregação de que chegamos ao fim da história e que o capitalismo é inevitável. Reafirmamos a importância de não perdermos de vista toda dimensão da ação a que nos propomos em nosso sindicato, resgatando a esperança e a luta conjunta na construção de uma sociedade que não se baseie na exploração do trabalhador e na exclusão social.

Neste caminho é decisiva a construção de uma noção radical de cidadania que implique no exercício dos direitos sociais inalienáveis. Entre estes, juntamente com o embate cotidiano por melhores condições de vida e participação na definição dos rumos da sociedade, é fundamental a democratização do acesso aos meios de comunicação.

Enquanto é reeditada a surrada retórica propagandística em torno de mais um "plano salvador"

que outra vez penaliza os trabalhadores, crescem as possibilidades de vitória de uma proposta democrática popular nas eleições de 94. Neste quadro complexo devemos reafirmar a nossa autonomia sindical — seja qual for o novo governo — e ajustarmo-nos, no interior da CUT, para contribuirmos na construção de um projeto alternativo para a sociedade brasileira, que seja instrumento dos trabalhadores na luta contra a injustiça social. Reafirmamos a importância de nossa inserção na Central, não só em nível nacional mas também local e regional.

Sem perda de nossa especificidade enquanto sindicato docente, a ação política em defesa de nossos direitos e princípios deve valorizar a luta conjunta com as demais categorias de trabalhadores, em especial as de educação e as dos servidores públicos em geral. Exige, também, nossa inserção no plano internacional onde devemos continuar privilegiando a CEA (Confederação dos Educadores da América) como espaço de articulação e rejeitando a perda de perspectiva classista que se observa em muitas outras organizações.

A responsabilidade política e o conjunto de tarefas de nosso sindicato recolocam a necessidade permanente de sua consolidação e expansão em todos os setores que o compõe, em especial no das instituições particulares de ensino superior. Através deste processo democrático de base que nos caracteriza, reforçaremos a construção periódica de Planos de Lutas que orientem e priorizem nossa ação.

Frente ao projeto neoliberal de mercantilização do ensino e da pesquisa imposto como instrumento de exploração e dominação, e sem perdermos de vista a autonomia em relação às administrações, reafirmamos o compromisso inalienável do Movimento Docente com a construção de uma Universidade pública e gratuita na lógica de seu funcionamento e na destinação de sua produção. Uma Universidade democrática tanto no acesso como nos seus mecanismos internos de decisão administrativa e pedagógica. Uma Universidade aberta, crítica, baseada em padrão de qualidade para nível acadêmico elevado, em permanente avaliação que respeite a diversidade e as condições objetivas de trabalho: — é essencial, pois, a implantação de um Plano Nacional de Capacitação Docente e da Carreira Única já aprovada. Uma Universidade capaz de pensar e executar instrumentos eficientes de relacionamento com a sociedade ao compreender o estreito vínculo entre educação e trabalho, visualizando no embate democrático o melhor fator para o avanço do saber. Uma Universidade capaz de cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das condições, hoje aviltantes, de vida, trabalho e participação política da imensa maioria dos brasileiros.

Manifesto da Chapa 1, ANDES - Autônoma e Democrática, para o biênio 94/96.

OPINIÃO



Betinho somos nós

José Martins Simões

O recente reconhecimento público de que havia aceito dinheiro da contravenção para a ABIA trouxe Herbert de Souza para o foco de polêmicas apaixonadas. Crucificado por alguns, desculpado por outros, silenciado por muitos a questão tem sido quase sempre encarada pelo lado ético, e não se poderia fugir dele; moral, quase sempre moralista; e individual, pela posição que hoje Betinho ocupa em nossa sociedade.

Embora importantes, estes não são os únicos aspectos do problema. Passado o primeiro impacto emocional, enfrentamos a grande questão: e agora, como ficam as grandes bandeiras levantadas por Betinho e abraçadas por muitos de nós- a ética, a campanha contra a fome, a luta pelo emprego, as campanhas da AIDS?

No quadro atual de crises que afetam todos os aspectos da nossa sociedade, não é fácil responder com clareza. Na verdade, não existe uma única resposta. O primeiro aspecto positivo deste episódio todo é que mais uma vez as respostas traduzem as posições políticas, filosóficas, sociais e humanas mais íntimas de cada um. Por exemplo, os editoriais da grande imprensa aproveitam para exaltar o respeito às leis vigentes numa defesa clara da ordem social atual escondendo, é claro, que eles mesmos sempre interpretaram estas leis em causa própria.

No outro campo, onde se luta por uma sociedade mais justa, as respostas hoje ainda são tímidas, quase sempre constrangidas pelo lado moral. Creio, no entanto, que é fundamental a tentativa de aprofundarmos estas posições sob o risco de cairmos no imobilismo. Assim, submeto algumas idéias ao debate e à crítica públicos.

O ponto central que levanto é a crítica ao fato de que, por uma causa nobre, aceite-se o "financiamento" da contravenção. Não é apenas a mistura com o crime organizado que deve ser condenada. Existe um outro ponto fundamental que é pouco enfatizado. Não foi apenas o Betinho que deu uma "escorregada" Este foi mais um exemplo do cotidiano de milhões de brasileiros que, na luta pela sobrevivência, são obrigados aos expedientes mais degradantes. Gerou-se uma verdadeira "cultura" neste sentido que vai desde a gorjeta ao guarda, furar uma fila, arranjar um emprego público para um amigo, uma vaga no INAMPS, um favor do deputado até o furto diário nas grandes cidades, a prostituição, a corrupção do poder público, a manipulação de informações na imprensa, e uma lista interminável de mazelas. Sua expressão máxima é a tristemente célebre "lei de Gerson".

Todos os pequenos e grandes expedientes que são empregados na luta pela sobrevivência são respostas, na maioria dos casos individuais, às imposições que uma sociedade erguida sob o império do lucro econômico nos impõe. Se pretendemos uma modificação profunda destas estruturas não podemos utilizar os mecanismos que, em última análise, a reforçam, como é o caso de todo o sistema da contravenção.

Também é significativo neste episódio o velho problema do "culto à personalidade". A luta por uma sociedade democrática enfrenta não só a oposição autoritária da classe dominante, a expectativa messiânica das classes exploradas como também os mitos dos novos grupos de poder emergente. Uma das armas mais terríveis para descaracterizar uma proposta política transformadora é diluí-la na personificação de um indivíduo que posteriormente é, de alguma maneira destruído e, com ele, todo o conteúdo político da proposta. É sintomático que a própria grande imprensa que criou o "mito" Betinho agora se empenha em destruí-lo. Não nos enganemos, o alvo dos editoriais raivosos, a descrença tão divulgada, não é apenas Betinho, somos nós.

A conclusão é simples, embora difícil. Na luta por uma sociedade mais justa não podemos nos misturar com os mecanismos que perpetuam a injustiça. Nem podemos esquecer que o nosso código de ética é montado no princípio de que um mundo melhor é possível e depende de nós. E, como seres humanos de carne e osso cometemos e cometeremos desvios. Quanto ao Betinho, só podemos fazer uma coisa: aprender com os nossos erros para, na próxima campanha, na próxima passeata nos encontrarmos com mais força.

José a. Martins Simões é Professor do Instituto de Física - UFRJ e Ex-presidente da ADUFRJ

O CANDIDATO DA ANDES-SN

Luiz Herique Schouch é candidato a presidente da ANDES-SN nas eleições para a diretoria e regionais que serão realizadas nos dias 24, 25 e 26 de maio. Todos os associados da ADUFRJ poderão votar nestas eleições em urnas colocadas nas Unidades. A participação de todos é fundamental para o fortalecimento da nossa entidade nacional.

A chapa ANDES Autônoma e Democrática, única chapa

inscrita para essa eleição, foi apresentada durante o XIII Congresso da entidade, em Viçosa. A ADUFRJ está participando da chapa, sendo representada pela professora Rosanne Evangelista Dias (CFCH), indicada para 2ª Vice-presidente Regional do Rio de Janeiro, que tem professores da ADUFF, ADUFRJ, ASDUERJ, ADUR-RJ e UNESA. Em entrevista ao jornal ADUFRJ, Schouch fala sobre propostas para a universidade, autonomia, privatização e os principais desafios da ANDES-SN na luta pela universidade brasileira.

O que pensa o candidato

DESAFIOS

- Levando-se em consideração o conjunto de deliberações das instâncias da ANDES-SN, especialmente do último Congresso, realizado em fevereiro, diria que o principal desafio é a luta permanente pela implementação do projeto da ANDES-SN e das ADs para a universidade brasileira, o que exige, por exemplo, a ampliação dos investimentos públicos nas universidades públicas em ciência e tecnologia. A defesa dos interesses comuns dos docentes por melhores condições de vida e trabalho assenta-se também neste projeto e concretamente tem expressão na necessidade de implementação urgente de um Plano Nacional de Capacitação Docente e da Carreira Única já aprovada pelo movimento.

Aqui temos que registrar a prioridade em conquistar a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que se arrasta no Congresso Nacional, num verdadeiro desrespeito ao povo e à Constituição do país.

A dificuldade em regulamentar os direitos sociais duramente conquistados na Constituição de 88 é mais um sinal do momento de embate, em que vive a sociedade brasileira e demonstra que avanços substanciais em áreas específicas dificilmente são alcançados a não ser através da organização geral dos trabalhadores. É desafio para a ANDES-SN dinamizar a sua inserção na Central única dos Trabalhadores - CUT, não só em nível nacional mas também local e regional, além de articular-se permanentemente com as entidades ligadas à educação e ao serviço público.

Do ponto de vista interno destacamos o compromisso com a política de expansão da ANDES-SN. O desafio de buscar sempre o aperfeiçoamento de sua organização que, por si só é inovadora, é redobrado quando se observa mundialmente uma crise de representatividade. No próximo período estarão consolidadas as secretarias das 11 regionais da ANDES-SN, que juntamente com os espaços de participação e intervenção política abertos pelos Grupos de Trabalho (GTs) e organização por setores facilitarão a incorporação ativa dos docentes das instituições de ensino superior de todo o país à vida do sindicato.

PRIVATIZAÇÃO

- As Universidades Brasileiras de todas as configurações necessitam percorrer um caminho

de transição, que envolve métodos e conteúdos, mas principalmente objetivos.

Isto quer dizer que também nas universidades jurídico-administrativamente vinculadas ao Poder Público a disputa de projetos se expressa. Neste caso, não estamos nos defrontando com as situações extremas das "escolas caça-níquel" onde o mercado é a condição, a qualidade não é levada em conta e a falta de democracia é estrutural, mas com outras formas mais sutis de subverter o verdadeiro compromisso público do Estado, de seus órgãos e de suas políticas.

A partir de um período recente, onde a intervenção truculenta nas Universidades Públicas se deu diretamente, inclusive promovendo a exclusão ideológica de alguns de seus melhores quadros, os interesses privatistas acompanharam a abertura política e, sob a batuta do Banco Mundial, agora investem na redução de recursos financeiros, congelamento dos quadros de pessoal, depauperação das condições de trabalho, além de

CHAPA - ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA	
Presidente	SCHUCH - ADUFPEL
1º Vice	Ana Maria Beck - APUSFC
2º Vice	Sérgio Armando - ADUCSAL/ADUNEB
3º Vice	Fernando M. Pires - ADUFRGS
Secretário Geral	Edmundo F. Dias - ADUNICAMP
1º Secretário	Luiz P. Carapeto - ADUFPEL
2º Secretário	Josevaldo Cunha - ADUFPB-CG
3º Secretário	Géira M. M. Franco - ADUFSCar
1º Tesoureiro	Agamenon T. de Almeida - ADUFC
2º Tesoureiro	Maria C. de Moraes - ADURN
3º Tesoureiro	Solange Bretas - ADUFU

reintroduzir o falacioso discurso da cobrança de mensalidades, da terceirização direta ou através de fundações e da venda de serviços como forma de sustentação das Universidades Públicas.

Veja que, apoiado na falsa tese de que são os salários dos servidores os responsáveis pela inflação, o governo federal reduziu os gastos com pessoal de 52,2% para 26,2% nos últimos 5 anos, considerando-se as receitas correntes da União e

provocou a quebra da isonomia salarial entre as Universidades Federais em decorrência dos "planos econômicos", num verdadeiro atentado contra as condições de trabalho nessas Universidades.

Quando a crise aumenta, a explicitação dos reais objetivos deste tipo de investida é mais clara - como no caso do Projeto GERES e da PEC-56 - e o Movimento Docente tem mostrado a sua força em resistir. Mesmo assim, o pragmatismo de curto prazo das administrações tem aberto espaço para várias cunhas privatizantes por dentro das

Universidades Públicas. Devemos estar atentos. Não é pelas imperfeições atuais da escola pública que ela deixa de ser a única via institucional capaz de dar uma resposta global às exigências educacionais da cidadania

AUTONOMIA

- A natureza da atividade universitária é peculiar, mesmo em relação a outras de caráter social, pois não se circunscreve aos marcos conceituais e institucionais vigentes em seu tempo. Aí está para questioná-los: devolver o saber que traz sob sua guarda e renovar as verdades que contem, livre, o quanto possível, de constrangimentos.

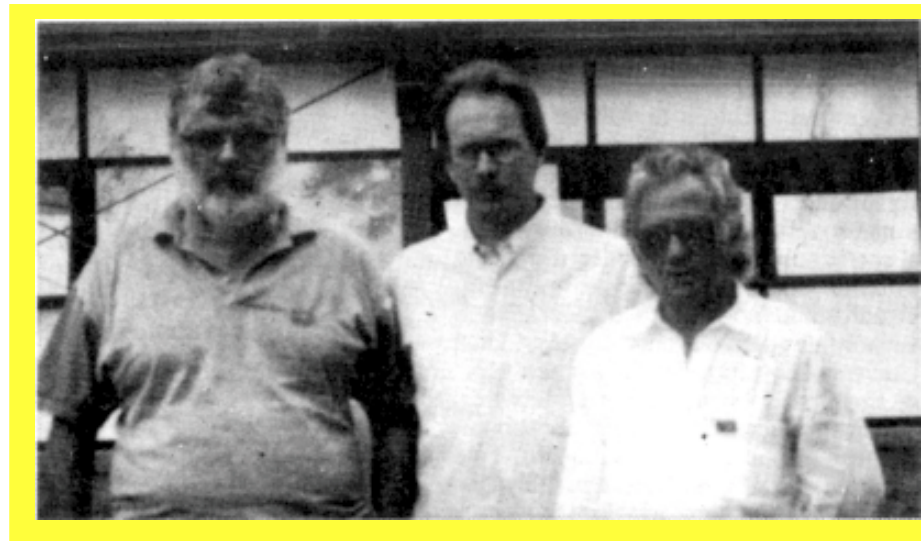
Seu compromisso, neste sentido, não é com o que está posto mas com o que está por vir e implica necessariamente em rupturas.

Isto não significa descolamento da realidade nem emerge de irresponsável delírio libertário. Pelo contrário. Está no cerne do seu compromisso social, tão mais necessário quanto mais precária e permeada de injustiças a sociedade em que se insere.

Por isso a autonomia universitária tem sido aceita como preceito universal e hoje está prevista de forma clara e direta na constituição brasileira. Assim deve ser entendida no embate que se estabelece pela sua implementação efetiva.

Como instituição social, os laços da Universidade com o poder sempre estiveram presentes e nisto tem origem a maior parte de suas mazelas. Ao defendermos a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial queremos inserir a discussão do trabalho universitário num contexto mais abrangente, o da sociedade e dos conflitos que a constituem. Avaliação institucional permanente que respeite a diversidade e as condições objetivas de trabalho tem sentido neste contexto, pois a pretensão de qualidade passa a encontrar referência, e não se confunde com a avaliação quantitativo-gerencial proposta oficialmente com o mal disfarçado objetivo de socializar a responsabilidade pelo rateio dos míseros orçamentos impostos às Universidades Públicas.

Não esqueçamos que só faz sentido falar autonomia universitária se a autonomia estiver aliada ao processo de democratização interna.



Edmundo Schouch (centro) e Agamenon estão na chapa Andes Autônoma e democrática

ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

ANDES-SN

Nº 4
JUNHO/94

J . O . R . N . A . L ADUFRJ

**Greve dos SPFs:
governo abre
canal de
negociação e
discute Isonomia
entre as IFES**

Página 3

CHAPAS 2 E 1 VÃO PARA O 2º TURNO



Candidatos respondem às questões da comunidade durante o debate democrático no primeiro turno

No primeiro turno da eleição para a próxima reitoria da UFRJ, pelo critério da proporcionalidade, a chapa 2 saiu na frente com 35,35% dos votos. A chapa 1 ficou logo atrás com 35,26% e vai disputar o segundo turno com a chapa 2 nos dias 13, 14 e 15 de junho.

Se o critério da eleição fosse a paridade, este empate técnico não aconteceria. Com a paridade a Chapa 2, do candidato Nelson Souza e Silva, venceria com uma margem de 10 pontos percentuais de diferença em relação ao candidato Paulo Alcântara Gomes, da Chapa 1.

A apuração começou dia 2 de junho e só terminou às 18 horas de domingo, dia 5. O percentual de participação dos professores foi de 80,3%, os técnicos-administrativos participaram com 70,4% dos votos, enquanto que 36,7% dos estudantes participaram.



Debate democrático entre as chapas

Os três segmentos da comunidade, ADUFRJ, SINTUFRJ e Conselho de CAs, vão realizar novamente um debate democrático para o segundo turno das eleições, dia 10, Sexta-feira, 11 horas no Auditório do CFCH, Praia Vermelha. O primeiro debate foi o ponto alto do processo eleitoral.

Resultado do 1º Turno			
	paridade	proporcionalidade	
CHAPA 1	31,82%	35,26%	
CHAPA 2	41,83%	35,35%	
CHAPA 3	20,77%	23,99%	
brancos	0,98%	1,14%	
nulos	4,6%	4,26%	
Percentual de votos por categoria			
	docentes	técnicos	estudantes
CHAPA 1	34,8%	14,4%	10,4%
CHAPA 2	16,3%	43,1%	19%
CHAPA 3	25,3%	7,7%	6%
brancos	1,2%	0,5%	0,2%
nulos	2,8%	4,6%	1,2%

SEGUNDO TURNO: DIAS 13, 14 E 15 DE JUNHO

AD editorial

UFRJ: agora é para valer

O primeiro turno da eleição para reitor da UFRJ começou com uma grande apatia, mas houve uma participação razoável de docentes e técnicos-administrativos, mesmo estando esta categoria em greve. Foi constatado também que houve uma certa mobilização dos estudantes, embora isto não tenha se traduzido em participação efetiva, mas que aponta para um crescimento da organização estudantil. Se em vez da proporcionalidade, o critério tivesse sido a paridade, certamente haveria uma maior participação dos servidores e estudantes neste processo eleitoral.

O debate democrático organizado pelas três entidades (ADUFRJ, SINTUFRJ e Conselho de CAs) foi o ponto alto desta campanha eleitoral. Professores, alunos e servidores técnicos-administrativos puderam participar deste debate com perguntas e críticas feitas diretamente aos candidatos, sem intermediários ou censura prévia. Mostramos na prática que é possível uma universidade com a participação efetiva de todos os três segmentos.

O resultado do primeiro turno da eleição mostrou uma vitória da chapa 2 por pequena diferença sobre a chapa 1, quase um empate técnico pelo critério da proporcionalidade imposto pelos Colegiados Superiores. Se a paridade tivesse sido adotada, a chapa 2 venceria a chapa 1 com maior percentual de votos. Os números também revelaram que nenhuma chapa foi capaz de vencer nas três categorias, mostrando que a comunidade ficou dividida entre as três candidaturas. No segundo turno da eleição haverá apenas duas chapas concorrentes: a chapa 2 de oposição à atual reitoria e a chapa 1, encabeçada pelo atual vice-reitor, considerada como uma chapa da situação.

O importante é que o futuro reitor tenha efetivamente o apoio da comunidade universitária e que esteja realmente comprometido com o processo de redemocratização da universidade e com a melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UFRJ não pode mais ficar imobilizada e alienada do grave contexto social, mas deve também contribuir para a melhoria das condições devida da nossa população e atuar mais concretamente nos problemas do nosso país.

O arrocho agora é REAL

A terceira fase do Plano FHC vai começar a partir do dia 1º de julho com a entrada em vigor da nova moeda. Enquanto isto, os empresários estão se preparando desde já, aumentando abusivamente seus preços e o governo conivente com esta situação não faz nada para conter os especuladores. Alguns consumidores iludidos fazem estoques de mercadorias para se protegerem por mais alguns dias enquanto que a inflação continua subindo sem parar. Torcedores estão enfeitando as ruas de verde e amarelo para incentivar a seleção brasileira. Em clima de Copa do Mundo, os nossos salários ficarão congelados e o próximo reajuste só acontecerá em janeiro do próximo ano.

Apesar da greve dos Servidores Públicos Federais, o governo manteve-se sempre irredutível nas negociações com os servidores. Com a aprovação da medida provisória que transformava os nossos salários em URV pelo Congresso Nacional, a situação ficou ainda mais difícil. Para desmobilizar a greve, o governo ameaçou os servidores com

um corte de ponto e prometeu implantar a primeira etapa da isonomia, que não atende às nossas principais reivindicações.

O arrocho salarial e a dolarização da economia fazem parte de um conjunto de medidas recessivas contidas no Plano FHC, que também está fundamentado no aumento de impostos, nos cortes das despesas públicas e nas privatizações. Este modelo econômico já foi tentado em outros países da América Latina e embora tenha trazido alguns resultados econômicos aparentemente positivos, aumentou drasticamente a miséria e agravou a crise social, como aconteceu no Chile, Argentina e México.

O momento atual é bastante delicado. Esta terceira fase do Plano FHC será a mais difícil e o governo certamente tentará capitalizar eleitoralmente qualquer redução na taxa de inflação, mesmo promovida artificialmente. O problema é que as nossas perdas salariais foram muito grandes e poderão aumentar mais ainda até o final do ano. Até quando iremos aceitar esta situação? Até quando iremos deixar que destruam a universidade pública?

AD JURÍDICO

ADUFRJ encaminha lista do Plano Verão

A ADUFRJ está entrando com a lista de seus sócios nos autos do processo da Ação do Plano Verão, correspondente à URP de 89, para iniciar a execução provisória. Esta ação é para conquistar o reajuste da URP de fevereiro de 89 (26,05%) suprimido em virtude do plano Verão. Estamos aguardando despacho do Juiz da 34ª Junta de Conciliação e Julgamento no sentido de abrir prazo para que a UFRJ se manifeste a respeito da Ação.

Estudantes e o novo ME

O Conselho de CAs da UFRJ está organizando o seminário de reconstrução do Diretório Central dos Estudantes - DCE. O seminário acontece dia 25 de junho, sábado, no Campus da Praia Vermelha.



agenda de junho



9 - Debate entre aos candidatos a reitor. 12 horas, Auditório do Quinhentão-CCS, Ilha do Fundão.

10 - Debate Democrático entre os candidatos - 11 horas, Auditório do CFCH - Praia vermelha. Participe. Venha tirar suas dúvidas sobre as chapas

8 - Palestra "Educação- dever do estado, desde quando?". Promoção do Centro de Estudos do IPPMG. 11:00, Salão Nobre do Instituto de Puericultura e Pediatria, I. do Fundão.

15 - Palestra "As ações básicas de saúde - solução para os difíceis cinco anos". 11:00, salão nobre do IPPMG

21 - Seminário Nacional "Uma pauta para a educação nacional" - Promoção do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Espaço Cultural da Câmara Federal, Brasília.

13 a 15 2º turno de eleição para reitor na UFRJ.

XXVIII CONAD será em Recife

O XXVIII Conselho da ANDES-Sindicato Nacional será realizado nos dias 30 de junho a 3 de julho em Recife, Pernambuco. A diretoria da ANDES-SN definiu a seguinte pauta para o evento:

- movimento docente e conjuntura
- projeto de universidade - políticas sociais
- relações sindicais: expansão e relações internacionais
- questões organizativas e financeiras da ANDES-SN

NEGOCIAÇÕES DA GREVE

A partir da greve nacional dos SPFs, o governo resolveu implantar a primeira etapa da isonomia: reajuste de 28,86%; incorporação da GAE em 170%

Com a greve nacional os Servidores Públicos Federais conseguiram abrir canais de negociação com o governo. O presidente Itamar Franco garantiu que o governo está disposto a implantar a primeira etapa da isonomia e se comprometeu a reinstalar a Comissão de Acompanhamento da Receita, que instituiu a política salarial do ano passado. Os acordos foram feitos durante a audiência do dia 25 de maio com o Presidente da República, na qual participaram o Presidente da CUT, a ANDES-SN e outras entidades dos SPFs. Os servidores que participaram da greve não sofreram corte de ponto.

A Comissão de Isonomia na SAF apresentou seus estudos para a isonomia entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário contendo os seguintes pontos principais: unificação das tabelas I e II dos servidores, extensão do reajuste de

28,86% concedido aos militares, unificação e incorporação das gratificações em 170%. Embora a unificação das tabelas I e II não interfira na tabela dos docentes, o teto da tabela I (380 URVs) iria coincidir com o teto da tabela dos docentes, professor titular graduado com 40h. Por outro lado, o piso da tabela I (177 URVs) ficaria um pouco acima do nosso piso de 162 URVs, equivalente a professor auxiliar 1 com 40h.

O governo ainda não definiu qualquer prazo para a implantação da isonomia e, segundo o Ministro da SAF, a primeira etapa desta isonomia somente será implantada se ficar comprovada a disponibilidade financeira do Tesouro. A Comissão encarregada de acompanhar a evolução da receita é composta por membros do governo e dos servidores.

Quadro atual da greve

A greve dos SPFs tem apresentado graus de mobilização diferenciados e níveis de organização distintos. Nas Ins-

tituições Federais de Ensino Superior da ANDES-SN o quadro no dia 4 de junho era o seguinte: 14 estavam em greve, 4 são favoráveis à greve sem data indicativa de adesão, 7 sem deliberação, 16 com deliberação de não adesão, 4 com deliberação de saída de greve, 5 saíram da greve e 3 sem informações. A greve dos servidores estava se restringindo atualmente à FENASPS, que tem indicativo de saída para o dia 6 de junho, à ANDES-SN e à FASUBRA.

De acordo com a avaliação do Comando Nacional de Greve (CNG) da ANDES-SN, após mais de quarenta dias de greve, "o movimento atingiu seu ponto de inflexão para além do qual o seu prosseguimento nesta forma de luta encontra dificuldades". O próprio CNG está indicando o fim da greve com saída unificada.

Contra o Plano FNC

A estratégia do movimento era tentar modificar a Medida Provisória, que converteu os salários em URV pela média

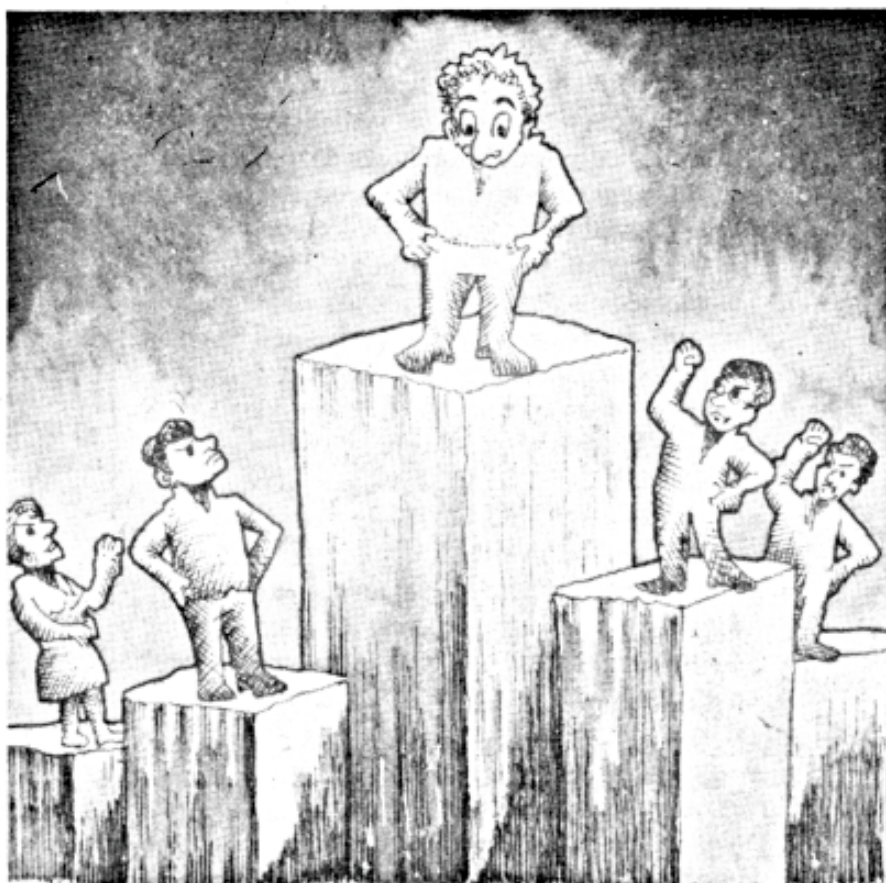
dos últimos quatro meses, tentando garantir a recuperação as perdas e conquistar uma política salarial para os SPFs. No entanto, o governo manteve-se sempre intransigente em relação às modificações na Medida Provisória e reeditou a medida quando sentiu que não conseguiria sua aprovação no Congresso Nacional. Após três meses da edição da primeira medida provisória, o governo conseguiu aprovar a MP 482 fazendo concessões a ruralistas e empresários.

No início do movimento dos SPFs, a imprensa praticamente não noticiava o movimento. A greve somente ocupou o noticiário quando as tropas do exército foram chamadas para conter a paralisação da polícia federal. O governo não mostrava disposição de atender qualquer item da pauta de reivindicações. Nitidamente a tática utilizada pelo governo foi esvaziar o movimento pelo cansaço, adiando e protelando as soluções.

A legalidade da greve

A discussão sobre a legalidade da greve começou quando a Confederação dos Servidores Cíveis do Brasil (CSPB) entrou com um antigo mandado de injunção junto ao STF, questionando o dispositivo constitucional que trata do direito de greve. Logo depois desta decisão, a imprensa passou a divulgar que o STF teria julgado a legalidade da greve dos SPFs. O Tribunal não julgou a greve dos SPFs, mas simplesmente deliberou que o Congresso se encontra "em mora", pois não regulamentou a matéria e deve tomar providências para a edição da lei complementar regulamentando o direito de greve dos servidores, previsto no artigo 37 da Constituição. Aproveitando-se desta situação, o governo ameaçou punir os grevistas com corte de ponto e inquéritos administrativos.

Isonomia é prioridade



OXIII Congresso da ANDESSN, realizado em Viçosa, deliberou que a luta pela isonomia deveria ser a prioridade deste ano. A Constituição de 1988 já havia consagrado a isonomia para cargos e funções semelhantes entre os Três poderes. As ações judiciais para a recuperação das perdas salariais provocadas pelos diversos planos econômicos (Bresser, Verão, Collor etc) quebraram na prática a isonomia entre os servidores públicos e, particularmente, entre os docentes das IFES.

O governo Collor, em nome da isonomia, introduziu a GAE provocando distorções salariais no serviço público. A greve dos SPFs do ano passado garantiu a unificação paulatina da GAE para 160% em junho de 1994, mas o governo permitiu a sua elevação para 170% para alguns setores. O governo Itamar, prometendo construir a isonomia, concedeu um aumento de 28,86% aos militares em janeiro de 1993, que também foi estendido aos servidores do legislativo e judiciário, mas deixou de fora os servidores civis do executivo.

15 anos ADUFRJ

15 anos de conquistas através da greve

- . Plano Único de Carreira
- . Estabilidade no emprego
- . Aposentadoria Integral
- . Direito à sindicalização

. As universidades federais não foram privatizadas

O ensino continuou público e gratuito

. Garantia constitucional de recursos financeiros para as atividades de ensino, pesquisa e extensão

. Eleições diretas para reitor



Os professores no aterro do Flamengo. Um domingo de manifestação durante a greve de 1991

GREVES

Tradição do movimento docente, a greve sempre foi um instrumento de luta eficaz.

Desafiando todos os aparatos da repressão, os professores das Instituições Federais de Ensino Superior foram a primeira categoria a ousar realizar uma greve em plena ditadura militar.

A greve nacional dos docentes em 1980 foi um marco não só para o movimento docente mas para todos os trabalhadores do país. Os professores mostraram que com organização e determinação era possível acumular forças e obrigar os patrões, no caso o governo federal, a sentar na mesa e negociar.

A primeira grande greve dos docentes além de ter representado uma significativa derrota para o governo militar, serviu como base de consolidação de muitas Associações de Docentes que surgiram, entre elas a ADUFRJ. A partir desta greve, a construção de uma entidade nacional, a ANDES, foi posta em pauta pelos professores e no ano seguinte, 1981, se tornou realidade.

Nesta greve, os professores de todo o país lutaram por melhores condições de trabalho, recursos para universidade, aumento salarial e pelas liberdades democráticas. Os docentes queriam o fim da ditadura e o retorno do estado de direito, a democratização das IFEs e a autonomia universitária. Na ocasião o governo se viu obrigado pela atuação do movimento grevista a afastar o então Ministro da Educação, Eduardo Portela.

A história de protestos e manifestações dos professores da UFRJ tem a mesma idade da fundação da ADUFRJ. Em 1979, reivindicando melhorias salariais e de carreira e verbas para a universidade, foi aprovado em assembleia geral da entidade o indicativo de paralisação para o dia 26 de setembro de 79. A proposta foi aprovada pelo Plenário Nacional dos docentes e embora somente algumas ADs estivessem organizadas, a data significou o início da organização de um movimento essencialmente-vitorioso das Instituições Federais no final de 1980, com a organização da ANDES como entidade nacional.

ADUFRJ presente na "bicecleata", greve de 91.

Servidores na luta contra o governo Collor



1984: uma greve de ocupação

Além de ser uma das mais longas, 84 dias dentro e fora das salas de aula, a greve de 1984 se caracterizou como uma greve de ocupação. Em vez de esvaziar as universidades, os professores "parados" promoveram cursos, seminários, palestras e mostras por todo o país. As comunidades de várias universidades foram para as ruas. Com o slogan "Universidade na Praça", mais uma vez, o movimento ganhou simpatia e credibilidade da opinião pública nacional

Professor também é servidor

A greve de 1991 representou uma nova era nas relações, dos docentes com as demais categorias dos SPFs. Até então as greves nas IFEs eram isoladas do conjunto do funcionalismo federal. Com a implantação do RJU (Regime Jurídico Único), em 1990, e os ataques sistemáticos do Governo Collor contra o Serviço Público Federal, os professores sentiram a necessidade de uma ação conjunta com os demais servidores. A unidade dos SPFs era fundamental para manter a força do movimento grevista - preparar as categorias para o movimento pelo impeachment do presidente. Era o início do "Fora Collor", que terminaria com o afastamento do presidente corrupto. Foi uma das manifestações mais democráticas e expressivas do povo brasileiro, onde o papel do sindicato dos trabalhadores e de outros movimentos organizados foi fundamental para mobilizar e organizar a sociedade.



— Flores contra a repressão

Ato durante a greve de 91. Os trabalhadores contra a privatização.

A experiência da ADUFRJ

É importante lembrar que embora a ADUFRJ nem sempre tenha sido a primeira AD a deflagrar greve, o ingresso da maior universidade federal do país nas greves nacionais sempre foi determinante para a consolidação do movimento dos docentes. Resgatar a expressão da ADUFRJ no movimento nacional dos docentes é nosso atual desafio.



Os anos da greve

- 1980
- 1984
- 1985
- 1987
- 1989 - sem a participação da UFRJ
- 1991
- 1993
- 1994 - sem a participação da UFRJ

Opinião

A greve e as “outras formas de luta”

José Miguel Bendor Saldanha
 Professor da Escola de Engenharia

Sempre que se discute a questão da luta pelo salário nas diversas instâncias do movimento docente, alguém aparece com a proposta de substituir a forma de luta “greve” (que seria uma forma desgastada, inútil, aética etc) pelas famosas “outras formas de luta”. Mas, afinal, o que vêm a ser as “formas de luta”? Depende do aspecto da luta que enfocamos. No aspecto de organização, por exemplo, a luta pode ser individual ou coletiva. Vejamos como funciona cada uma delas.

Quem opta por lutar individualmente pelo salário esforça-se por alcançar bons padrões de desempenho e com isso progredir na carreira. Para lutar desta forma, não é necessário o movimento docente. Este já cumpriu seu papel ao conquistar a carreira que hoje vigora. Mas para que seu desempenho seja bem avaliado na academia (pelos critérios hoje dominantes, bem entendido), e, portanto, para que possa progredir na carreira, o professor precisa produzir muito, não importa com que esforço ou em quanto tempo. A greve, no entanto, atrapalha a produção. Para conseguir ganhos na luta individual, então o professor tem que ser contra a greve, e portanto, contra o movimento docente.

A possibilidade de vitória na forma individual de luta é remota, pois há poucas oportunidades de ascensão em relação ao número de professores. Nesta forma de luta, o fracasso de muitos é a condição necessária para o sucesso de poucos. A luta individual é, portanto, uma luta dos professores entre si e um dos efeitos óbvios do conjunto dessas lutas individuais é a queda do salário médio.

Esta não é, evidentemente, outra forma de luta que nos interesse. Quem luta coletivamente, ao contrário, precisa, logo de início, para que o próprio caráter coletivo da luta seja viável, substituir a competição pela solidariedade, e organizar sua luta comum, conjunta. O movimento docente é esta coletivização da luta e sua “estrutura” é a Associação dos Docentes da UFRJ, no seu papel de seção sindical (na UFRJ) da ANDES-Sindicato Nacional.

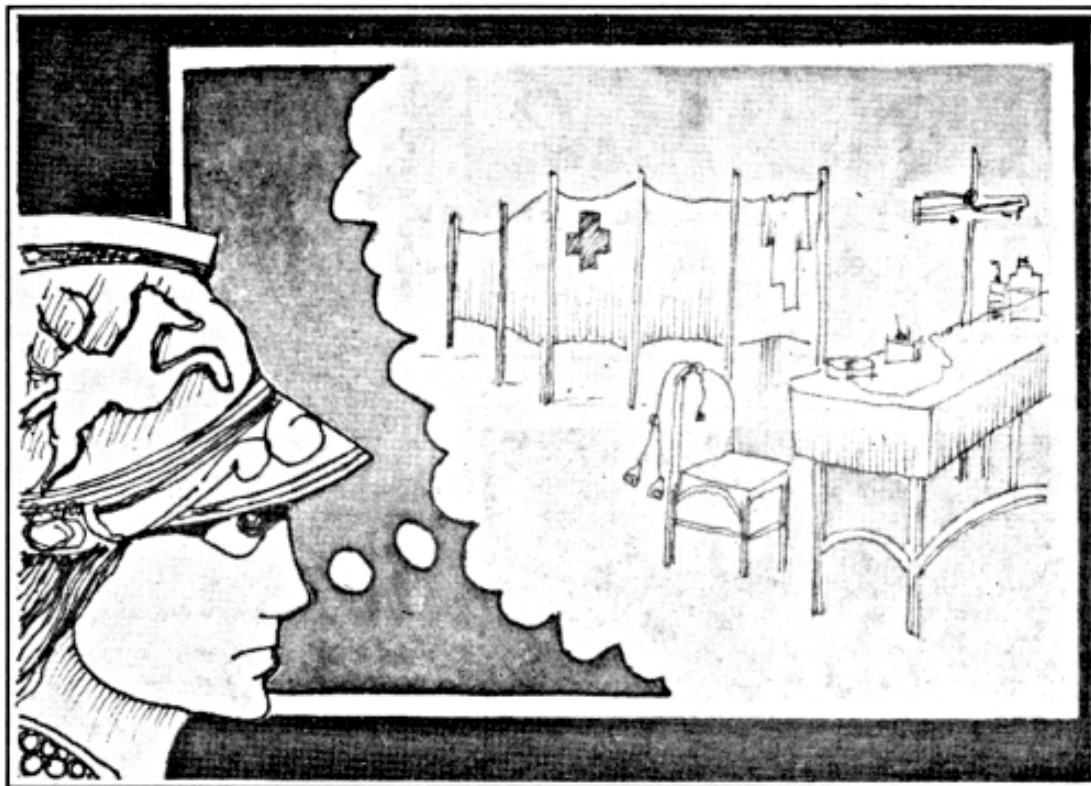
A luta coletiva desenvolve-se de uma maneira completamente diferente da luta individual. Ela tem como objetivo principal a subida de todos os salários, é uma luta dos professores contra o governo e sua política salarial. Nesta luta, a vitória não é certa, mas acontece muitas vezes. Lembre-se, por exemplo, que a própria carreira, tão prezada pela luta individual, foi conquista de uma luta coletiva e não é por acaso que seu esfacelamento coincide com a pouca mobilização coletiva docente. A política salarial (perdida no plano FHC) foi também conquista do movimento e não era grande coisa justamente porque o movimento dos servidores públicos federais estava fraco quando foi decretada.

Durante a luta coletiva, não há espaço para as disputas individuais pois estas enfraquecem a solidariedade necessária ao sucesso coletivo. Por isso, o movimento docente tem que ser radicalmente democrático. E para que seja forte e não se afaste de seus objetivos, tem que ser independente, autônomo da estrutura de poder, do estado.

A luta coletiva dos docentes tem assumido, a maioria das vezes, a forma de greves. Estas não têm causado grandes perdas econômicas à classe dos governantes, graças à tradição da reposição de aulas e ao fato de muitas das outras atividades docentes não se interromperem durante as greves. É por isso que só quando elas conseguem provocar (ou ameaçar provocar) prejuízos políticos ao governo é que são bem sucedidas. Isto tanto mais tem ocorrido quanto mais a categoria docente em greve tem estado “mobilizada”, isto é, realizando atos públicos, pressionando os poderes executivo, legislativo e judiciário, produzindo avaliações e denúncias, obtendo apoio da sociedade para suas reivindicações etc.

Estas são outras formas de luta indispensáveis para se chegar à vitória. Não se opõem à greve nem são suas substitutas. Pelo contrário, só em greve é que há gente disponível para realizar atos públicos, os governantes, parlamentares e juizes reagem às nossas pressões e a sociedade presta atenção à situação em que nos encontramos. Por outro lado, a greve só é um transtorno político para o governo se estiver acompanhada de ações daquele tipo.

Assim, os que querem substituir a participação na greve por outra forma de luta, a individual, trabalham contra a categoria como um todo. Mas os que, além de querer defender e construir a greve, querem desencadear outras formas de luta, coletivas, autônomas e democráticas da categoria, ajudam a construir e a tornar conseqüente todo o movimento docente, o mais democrático espaço de toda a categoria docente.



E a saúde como vai?

O que faz a ADUFRJ no Conselho Distrital de Saúde da AP3.1?

Ruth Barbosa

O município do Rio de Janeiro é dividido em áreas programáticas (AP) para agilizar a sua administração. O campus do Fundão pertence à AP3.1 que abrange uma parte da Leopoldina e adjacências. O campus da Praia Vermelha situa-se na AP2. A ADUFRJ e o SINTUFRJ, pela sua situação geográfica integram a AP3.1 e participam do Conselho Distrital de Saúde (CDS AP3.1), ao lado de outras associações de moradores, de pacientes e entidades da sociedade civil, na categoria de usuários, isto é, aqueles que se utilizam dos serviços de saúde da área.

Outras duas categorias de membros compõem o CDS: a dos prestadores de serviços, que são médicos, enfermeiros, auxiliares, assistentes sociais, psicólogos, e a dos diretores das unidades sanitárias da área, cuja participação é uma atribuição de seus cargos.

De acordo com a II Conferência Municipal de Saúde (nov. 93), um Conselho Distrital de Saúde é integrado por diferentes redes de atendimento Federal, Estadual, Municipal e Particular. Esta Conferência aprovou a municipalização de todas as unidades, exceto os Institutos Estaduais Especializados e a implantação imediata do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo a rede militar. Cabe aos Conselhos deliberar e fiscalizar o planejamento e a execução das políticas de saúde, observando especialmente seus aspectos financeiros.

O Conselho Distrital de Saúde da AP3.1 é presidido pelo Sr. José Carlos

de Souza, e é um dos poucos conselhos presidido por um usuário. Congrega 96 membros que se reúnem ordinariamente no segundo sábado de cada mês, no Hospital de Bonsucesso. Em 31 de janeiro de 1994 encerrou-se o prazo para implantação e pleno funcionamento dos CDS.

As reuniões da AP3.1

Tais reuniões constituem um importante fórum de discussões e de troca de informações, onde se debate: a regulamentação dos Distritos de Saúde, a aplicação do orçamento municipal nas diversas áreas da administração pública, o que faz a Comissão de Saúde da Câmara dos Vereadores, as dificuldades para a implantação do SUS, os problemas das emergências de nossas unidades a que acabam absorvendo pacientes de municípios vizinhos ao Rio de Janeiro e vindo a fechar suas portas.

Aspectos mais específicos são também vistos: unidades abandonadas, como o Abrigo Cristo Redentor, onde os idosos estão expostos a doenças e maus tratos, sem alimentação e cuidados adequados, medicamentos vencidos ou escassos, aparelhos sem manutenção e número de leitos decrescendo são queixas frequentes.

A participação da ADUFRJ tem nos permitido refletir sobre a interação possível entre o Conselho e a Associação dos Docentes dessa universidade. Sem dúvida podemos contribuir para o encaminhamento das questões postas pelo CDS, além de atender a uma recomendação da ANDES-SN

para que as ADs participem dos conselhos de saúde, em defesa do SUS.

De que forma o Conselho tem contribuído para a ADUFRJ?

As reuniões do CDS constituem oportunidades de se avaliar como anda a saúde da população e como está sendo tratada. Priorizar a saúde revela como os direitos básicos da população estão sendo atendidos - segurança, saúde, educação, cidadania. Em síntese, pela saúde se avalia a qualidade devida das pessoas. Participar das reuniões vem destacando uma realidade bem próxima do Fundão. Por pior que seja é para essa realidade que a Universidade precisa estar permanentemente atenta.

Nada mais contundente do que o contato com as reais condições de vida da população para preocupar os professores e pesquisadores responsáveis pela orientação de quase trinta mil alunos que freqüentam os cursos oferecidos pela UFRJ.

O que a AP3.1 está permitindo, então, é mexer na ferida das prioridades da UFRJ e colocar indagações para a sua comunidade, na busca de recursos e alternativas para o triste quadro de carências sociais evidenciado. Se a saúde vai mal, o resto não pode estar bem. E a universidade é instigada a se colocar. Especialmente no momento em que muda o comando da Reitoria.

Enquanto isso, a saúde “agradece” e a população, aflita, “adoece”

Ruth Barbosa é representante da ADUFRJ no CDS-AP-3

SUBSTITUTOS

Professores substitutos recebem com três meses de atraso



Depois de quase paralisarem as atividades por falta de pagamento, apenas 170 dos 300 professores substitutos receberam salário no dia 31 de maio. O pagamento dos 170 incluiu também os salários atrasados de março e abril. Na segunda semana de maio os substitutos foram ao reitor reivindicar os salários atrasados, pagamento em dia, carga horária compatível com os professores do quadro, representação nos colegiados dos departamentos, tíquete-refeição e vale transporte.

Na reunião com os substitutos, Maculan garantiu que o pagamento sairia para todos os contratados por tempo determinado. A reitoria ainda deve a 130 professores que, segundo a sub-reitora de Pessoal

e Assuntos Gerais, Heloísa Leite, não foram pagos porque seus processos de contratação não chegaram à SR-4 até o dia 23, data-limite para entrada dos nomes na folha de pagamento.

Heloísa diz ainda que não pode emitir folha suplementar, pois atrasaria em uma semana a feitura da folha normal de pagamento. O que espanta é que no mês de abril a folha de parte do pessoal da universidade saiu com erro nos descontos. Aí sim, rapidamente foi rodada uma folha suplementar para a correção dos valores. Dois pesos e duas medidas.

Os substitutos continuam se reunindo e elaboraram uma pauta reivindicações que deverá ser levada pessoalmente por professores e alunos ao reitor para que os demais substitutos não tenham que esperar até o fim

deste mês para receber por quatro meses de trabalho.

Os substitutos representam já há alguns anos quase 10% do quadro docente e não é de hoje que a reitoria atrasa salários. Carla Maciel, do Instituto de Geociências teve seu contrato assinado, ano passado, em agosto e somente em novembro ela recebeu o correspondente aos quatro meses de trabalho e sem a correção monetária do período.

Reivindicações

Os substitutos, acreditam que se pudessem votar nos colegiados poderiam interferir nas relações da universidade e contribuir para uma melhor política de trabalho em sala de aula e até mesmo nas pesquisas e outros projetos da universidade.

Mas os substitutos não querem tapar buracos a vida inteira. Francisco Madureira, do Departamento de Engenharia, assim como Carla e outros professores substitutos, acreditam que só com uma política efetiva de abertura de Concursos Públicos é que a universidade poderá parar de improvisar a cada semestre para ter como encher as salas de aula e atender a demanda de alunos cada vez maior na graduação.

Pauta de reivindicações

Pagamento imediato dos que não receberam na folha de pagamento de maio.

Pagamento em dia na folha de pagamento dos servidores da universidade.

Representação nos colegiados dos departamentos.

Tíquete-refeição e vale transporte.

Carga horária compatível com os demais professores, tendo como opção o regime de 40 horas.

Abertura de concursos públicos para ingresso na carreira docente.

Carta da ADUFRJ ao Jornal do Brasil, publicada dia 3/06/94.

Educação

Os professores substitutos da Universidade Federal do Rio de Janeiro estão passando por uma situação bastante crítica. Foram contratados no início do ano letivo, estão dando aulas na universidade, mas não recebem pagamento desde março. (...) Como viver dignamente com salários atrasados em um país com inflação de 45% ao mês? O mais grave disso tudo é que as atividades acadêmicas estão sendo prejudicadas, tendo em vista que tais professores atuam no ensino de graduação e muitos em disciplinas do ciclo básico.

Além dos atrasos os professores substitutos enfrentam outras dificuldades. Recebem baixíssimos salários, são geralmente explorados e não têm qualquer representatividade nos colegiados. A UFRJ tem tratado muito mal essa categoria formada por quase 300 professores, representando quase 10% dos docentes da universidade.

Mesmo sem pagar os atuais contratados, a reitoria da UFRJ publicou nos jornais do dia 21/5 mais um anúncio para contratação de professor substituto, em diversas áreas. A contratação destes professores deveria ser feita apenas para substituições eventuais — demissão, aposentadoria, falecimento, problemas de saúde e licença maternidade — e não se tornar uma prática constante. Em vez de contratar professores descartáveis, a universidade deveria realizar concursos para essas vagas. Professor Henrique Longo, presidente da Associação dos Docentes da UFRJ — Rio de Janeiro.

Lei muda, mas atrasos continuam

Sobre os atrasos no pagamento dos substitutos, Heloísa Leite afirma que “quando a Sub-reitoria de Graduação determinou que os professores contratados para o 1º semestre de 94 poderiam entrar em sala de aula, deveria ter avisado que os processos ainda não tinham sido enviados para apreciação do MEC e, portanto, o pagamento dessas aulas não estava garantido, e nem sequer essas contratações”. A sub-reitora da SR-4 se refere à última lei sobre contratações por tempo determinado. A lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993 no seu Art. 5º diz o seguinte: As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Ministro de Estado ou, no caso da UFRJ, do Ministro de Educação.

A partir dessa data o caos se instalou entre a SR-1 (Ensino e Gra-

duação), que seleciona e aprova os candidatos às vagas de substitutos, e a SR-4, que até o ano passado centralizava os processos dos contratados, mas este ano resolveu repassar o encargo para as unidades e departamentos da universidade. Renata Bondim, atualmente responsável pela SR-1 diz que assim que foi comunicada pela SR-4, no dia 14 de março, que devia justificar ao MEC o número de substitutos que precisavam ser contratados, iniciou um processo de listagem dos nomes dos professores que estavam sendo substituídos e o motivo do afastamento. Segundo Renata esta tarefa, não muito fácil para a universidade que não tem total controle das contratações e concursos, não era necessária nos moldes que a SR-4 estava pedindo. Segundo Renata, o reitor já tinha conversado com o MEC e ele próprio havia justificado as vagas, e só precisaria mandar uma lista apontando as vagas de professores disponíveis na

universidade.

Unidades e departamentos não enviam processos a tempo.

A secretária da Divisão de Recursos Humanos - DVRH disse que ainda tem processos de substituto que não chegaram das unidades e departamentos para dar entrada na folha de pessoal.

A secretária do DVRH informou também que nenhum processo de contratação chegou à SR-4 a tempo de entrar na folha de pagamento de abril. É, porque em março todo mundo na reitoria já sabia que não ia sair pagamento. As normas de contratação só foram despachadas pela SR-4 dia 14 de março e uma de suas cláusulas diz que para que o contratado possa entrar na folha de pagamento do mês corrente é necessário que o processo chegue devidamente preenchido a esta sub-reitoria até o último dia útil do mês anterior.

**NOSSO
BOL\$O**

E agora Real ?

A partir de 1° de julho pagaremos as contas com um novo dinheiro. Economistas do DIEESE não estão apostando na moeda.

O real chega definitivamente aos bolsos dos trabalhadores dia 1° de julho. Com ele chegam também as dúvidas, projeções e simulações sobre a provável inflação na nova moeda. Técnicos do DIEESE acreditam que até julho o mercado sofrerá uma aceleração inflacionária, principalmente nas últimas semanas de vida do cruzeiro real. Declarações como as do empresário Abílio Diniz, dono do grupo Pão de Açúcar, convocando os donos de supermercado a aumentarem seus produtos em até 40% antes da entrada do real, são a prova de que os preços vão mais uma vez para as alturas. Os especialistas dizem que quanto maior for a aceleração inflacionária, maior será o nível de prevenção dos setores empresariais e do comércio.

O governo vai instalar um novo índice para determinar a inflação. O INPCR Índice

Nacional de Preços ao Consumidor em Real vai calcular a inflação dos preços a partir de 1° de julho.

O novo indexador vai desconsiderar a inflação dos últimos dias de junho, quando os preços ficarão livres, leves e soltos ... Explicando: existe uma inflação em cruzeiro real do mês de junho que ficará de fora do cálculo da inflação já em real no mês de julho. Os economistas do DIEESE chamam esse processo de efeito Alfonsin. Todos os demais índices que medem a inflação, INPC, IPC, IGP e IGP-M não vão carregar em suas projeções a inflação residual de junho, ainda em cruzeiro real. O efeito que esse novo expurgo terá sobre os salários, na hora da conversão dos preços, contratos e tarifas para a nova moeda será negativo, dizem os técnicos do DIEESE. Resumindo, mais perdas.

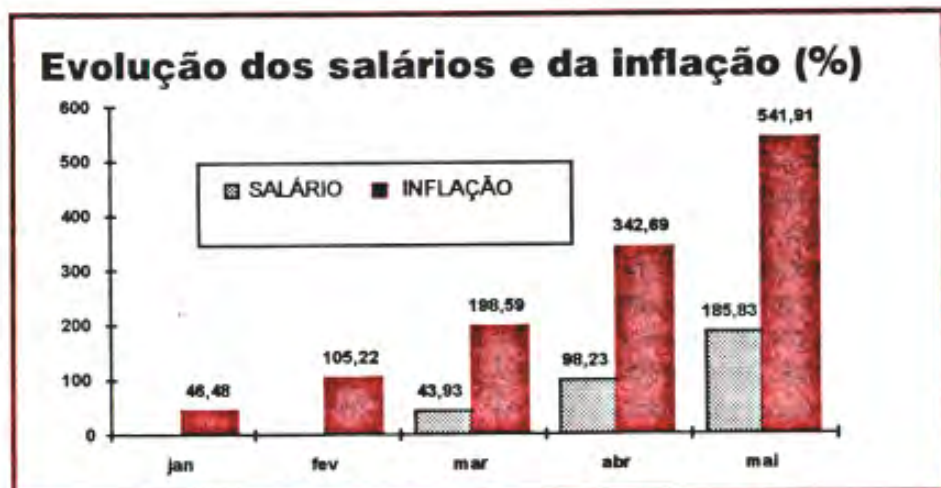
160% de gratificação

A gratificação por Atividade Executiva (GAE passará de 140% para 160% no mês de junho. O pagamento este mês e feito no dia 30.



Plano consolida perdas

Se a inflação em real for de aproximadamente 5% ao mês, servidores acumularão 66% de perdas salariais até o final do ano



As perdas salariais provocadas pelo Plano FHC já somam 55% neste ano. Os salários deveriam ser reajustados em 124,6% para repor o poder aquisitivo de janeiro. Esta triste constatação pode ser feita quando comparamos o índice da inflação de 541,91% (ICV-DIEESE), de janeiro a maio (estimando a inflação de maio em 45%), com os 185,83% de reajuste dos vencimentos dos SPFs no mesmo período.]

Pelo gráfico verificamos a evolução da inflação comparada com os reajustes de salários dos professores, sem a GAE. Não tivemos reajustes em janeiro e fevereiro e chegamos a maio com um reajuste bem inferior a inflação.

A situação salarial se complica depois da implantação da nova moeda. Os salários vão ficar congelados em real até janeiro do ano que vem, data do dissídio da categoria. Se a inflação em cruzeiro real em junho for de 45% e a inflação em real ficarem torno de 5%, as nossas perdas atingirão 66% até o final do ano.

Campanha de novos sócios

A ADUFRJ é uma entidade que conta hoje com a participação de quase 3.000 professores associados. Para se tornar sócio da ADUFRJ, basta preencher uma ficha de inscrição em nossa sede Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Ilha do Fundão, telefone: 590-4799. Verifique se a mensalidade da ADUFRJ está sendo descontada em seu contracheque e mantenha seu endereço atualizado.

ELEIÇÃO DA ANDES

Resultado parcial (74% de ADs):

Sindicalizados
56.721

Votantes
13.498

votos da chapa
12.137

Branco
988

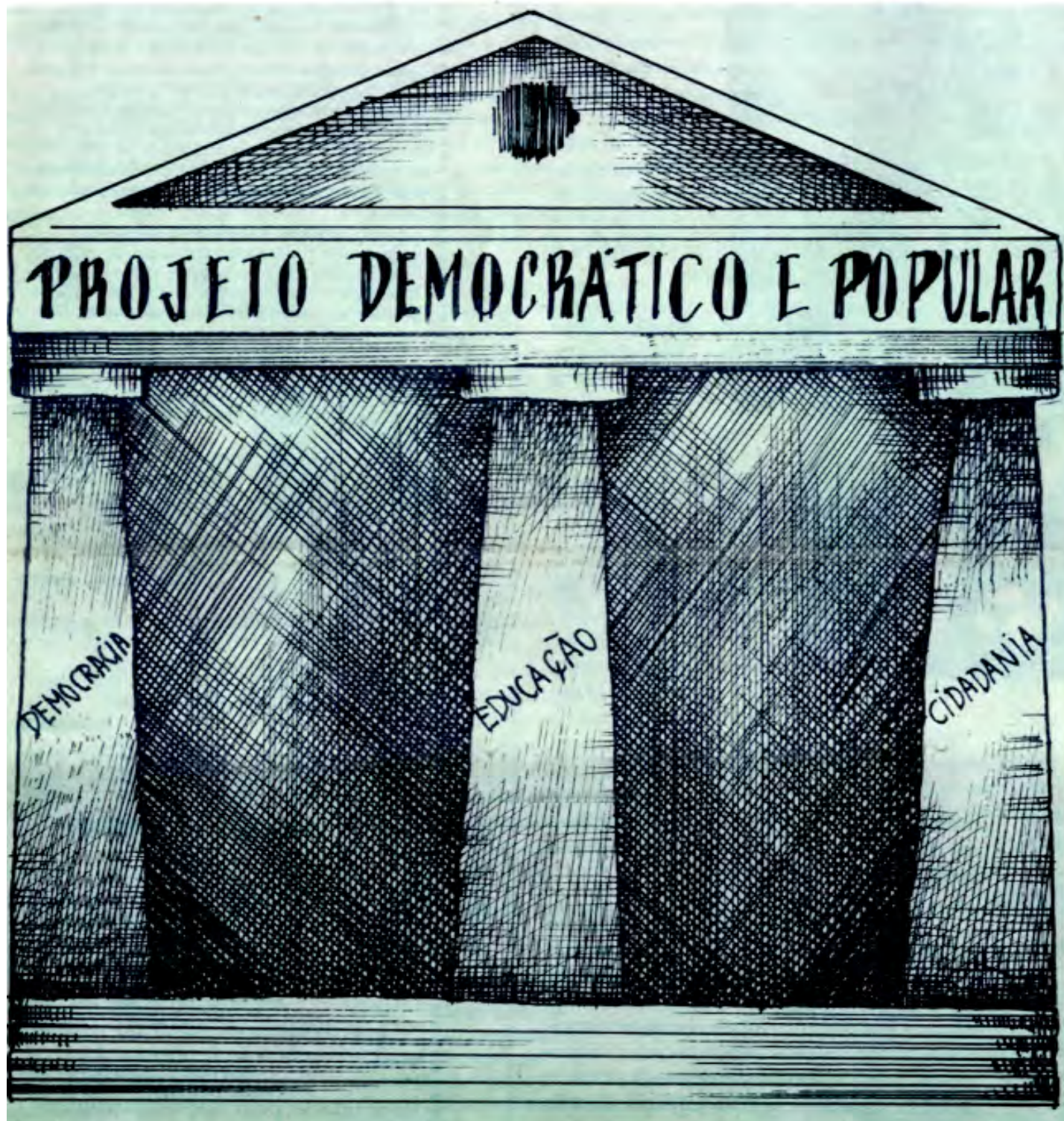
Nulos
379

ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

ANDES-SN

Nº 5
JULHO/94

J . O . R . N . A . L ADUFRJ



No XXVIII CONAD, realizado em Recife de 30 de junho a 3 de julho, professores de todo o país discutem um Projeto Alternativo Democrático e Popular, que será encaminhado a todos os presidentes. Democracia, educação e cidadania formam o eixo desta proposta. Páginas 4 e 5.

UFRJ tem novo reitor

O novo reitor da UFRJ, professor Paulo Alcântara Gomes, na cerimônia de transmissão de cargo, dia 15 de julho, fez discurso mencionando sua identificação com os ideais acadêmicos da UFRJ. Defendeu uma universidade plural, voltada para o 3º milênio, ao mesmo tempo afinada com o aspecto internacional e atenta às realidades do país. Paulo Gomes afirmou que será reitor de "todos e para todos os partidos políticos". O momento de descontração da cerimônia ficou a cargo do próprio reitor que agradeceu, antecipadamente, ao representante do MEC, o sensível aumento de recursos que poderá contar para a UFRJ a partir desta data. Na próxima edição do Jornal ADUFRJ, o reitor responde a uma série de perguntas sobre os rumos da universidade e os diversos problemas que envolvem os campi.

UNIVERSIDADE POSSÍVEL

Levar os professores e alunos para dentro dos postos de saúde é fazer assistência formando e criando saber. O Posto de Saúde da Vila do João é um campo de estágio e pesquisa para alunos e profissionais da área de saúde. No IPPMG, o Centro de Estudos Prof. José Martinho da Rocha promove debates sobre a evolução do indivíduo e o desenvolvimento social da criança. Páginas 6 e 7.



AD editorial

Depois da vitória

O nosso país passou por grandes mudanças nos últimos dias. A moeda foi trocada, com o governo prometendo a estabilidade econômica. O Brasil foi campeão mundial de futebol com muita emoção, mas com muito sofrimento. O novo reitor da UFRJ assumiu o cargo anunciando uma universidade plural voltada para o terceiro milênio. As mudanças não vão parar. Em outubro teremos eleições quase gerais, que serão decisivas para o futuro de nosso povo. Analisar estes fatos globalmente é fundamental para a compreensão da atual conjuntura.

Foi uma vitória sofrida, mas o povo conseguiu sonhar um pouco e esquecer por alguns instantes a miséria, a violência e a crise econômica. Foi um momento de resgate da nossa nacionalidade. Infelizmente o Brasil também tem sido o campeão da dívida externa e ocupa um dos primeiros lugares em matéria de concentração de renda e desigualdade social. No entanto, esta vitória nos dá esperança de dias melhores. Se somos capazes de conquistar um campeonato mundial de futebol, por que também não poderíamos resolver os nossos problemas econômicos e sociais?

Após a euforia da conquista do tetra, entraremos efetivamente no processo eleitoral. Neste contexto, teremos a oportunidade de discutir as diversas propostas e projetos para a sociedade brasileira. Daí a importância do XXVIII CONAD da ANDES-SN, realizado



em Recife, que teve como tema central a Construção do Projeto Alternativo Democrático e Popular. Democracia, educação e cidadania serão os pilares para a construção deste projeto que será discutido com as outras entidades representativas dos movimentos sociais organizados e levado a todos os candidatos a presidente.

A implantação da nova moeda, última etapa do Plano FHC, aconteceu em clima de Copa do Mundo. A entrada do real trouxe uma certa perplexidade para todos. A aparente estabilidade econômica está sendo garantida através de cortes orçamentários, aumento de impostos e arrocho salarial. A paridade do real com o dólar será duradoura? O governo está em final de mandato e possivelmente fará

tudo para manter a inflação baixa até as eleições de outubro. Será que o Plano FHC irá atender aos interesses da maioria da sociedade brasileira?

A partir deste número do Jornal, vamos mostrar o lado pouco conhecido da universidade, mais sintonizado com os anseios da sociedade. Esta é uma tentativa de resgatar a discussão sobre o papel da universidade no contexto social. Não podemos perder a oportunidade de discutir estas questões. O momento é agora. A vitória do Brasil na Copa do Mundo foi uma conquista do povo brasileiro e deve servir de exemplo para que o país possa realizar grandes transformações.

AD JURÍDICO

PLANO VERÃO

A ação ajuizada pela ADUFRJ contra a UFRJ pleiteando o pagamento da URP de fevereiro de 1989, o chamado Plano Verão, foi julgada procedente pelo Tribunal Regional do Trabalho. A Universidade interpôs recurso de revista, que não foi recebido pelo Presidente do Tribunal, ou seja, não subiu para a apreciação do Tribunal Superior do Trabalho. O indeferimento do recurso de revista fez com que a Universidade interpusesse um agravo de instrumento, recurso dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho para que determine a subida do recurso de revista. Assim, se provido o agravo de instrumento, o processo será remetido ao TST para apreciação do recurso de revista. Se não provido o agravo de instrumento o processo permanece na Junta e se conclui sua execução. Enquanto está em tramitação o agravo de instrumento, o processo permanece na Junta de Conciliação e Julgamento e nós podemos dar início à execução da sentença. Esta execução é provisória e vai até a homologação final do cálculo, depósito do valor devido ou penhora. Mesmo sendo provisória a execução, é importante que se inicie, pois vamos adiantando o final do processo e, após a decisão do agravo de instrumento, o crédito dos professores já estará quantificado. Para que possamos fazer os cálculos, requeremos no processo que a Universidade apresente os contracheques de todos os professores associados da ADUFRJ e cuja listagem se encontra à disposição. Assim que apresentados os documentos, se dará início aos cálculos.

Assessoria Jurídica

Esperamos que a reitoria da UFRJ contribua para o bom andamento desta ação apresentando os contra-cheques dos professores, conforme solicitação da nossa Assessoria Jurídica, para que os cálculos possam ser efetuados.

A Diretoria

 **agenda**

- 22/07 - dia de pagamento
- 29/07 - reunião do Setor das Federais da ANDES-SN - 14 horas - Brasília
- 31/07 - Plenária dos SPFs - Brasília

A diretoria da ADUFRJ agradece ao Professor José Henrique Sanglard, ex-presidente da entidade, pela elaboração de um programa de computador para cadastramento de nossos associados. Valeu, Sanglard!

OPINIÃO

O outro lado do Real

A implantação do real foi apenas o desfecho de mais uma etapa do Plano FHC para assegurar uma aparente estabilidade econômica à custa do sacrifício da população brasileira. O plano seguiu uma sistemática bem planejada com objetivos muito bem definidos. Inicialmente o governo aumentou os impostos, efetuou cortes profundos nas despesas públicas, arrochou os salários na conversão para a URV e liberou totalmente os preços.

A preparação da entrada do real também seguiu a mesma lógica adotada nos planos econômicos anteriores. O governo deixou deliberadamente que os preços disparassem, principalmente às vésperas da implantação do plano. A situação se tomou tão insuportável que a população ficou convencida de que somente um plano miraculoso seria capaz de baixar a inflação.

A mídia comprometida com o status quo teve um papel fundamental para o convencimento da opinião pública, ajudando a difundir a idéia de que a concorrência iria organizar o mercado e os preços baixariam logo. O sacrifício valeria a pena em troca da estabilidade

econômica. Agora, diz a propaganda, temos uma moeda, forte igual ao dólar. Estamos quase no primeiro mundo!

A troca de moeda foi uma dolarização disfarçada, semelhante ao que aconteceu na Argentina com o Plano Cavallo. Após uma euforia inicial, os argentinos estão sofrendo com esta política econômica e os protestos contra o governo Menem estão aumentando. Este modelo perverso também já está sendo implantado em outros países da América Latina com enormes prejuízos para a população. Além dos argentinos, os venezuelanos, os chilenos e mexicanos estão sentindo na pele os efeitos desta crise.

Na prática estamos adotando indistintamente uma moeda estrangeira e perdendo mais um pouco a nossa soberania e a nossa identidade nacional. Com a dolarização, as nossas exportações poderão cair e as indústrias brasileiras serão prejudicadas com a entrada de produtos estrangeiros. Difícilmente o governo poderá sustentar a paridade do real com o dólar por muito tempo.

Este plano tem objetivos imediatos mas deve ser compreendido dentro de um contexto político mais global. Desde o ano passado, os organismos internacionais estão pressionando o governo brasileiro

para impor suas condições em troca da renegociação da dívida externa brasileira. O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, chegou a anunciar publicamente seu apoio ao Plano FHC e quer acompanhar de perto a sua implementação.

A aparente estabilidade econômica certamente não será duradoura, tendo em vista que as verdadeiras causas estruturais da crise não foram sequer tocadas. O governo tentará sustentar este plano até as eleições de 3 de outubro. É a mesma tática utilizada pelo governo Sarney durante a implantação do Plano Cruzado, que ajudou a eleger uma grande bancada governista no Congresso Nacional. O candidato do governo tem aparecido na mídia autografando as notas de reais. Sua candidatura depende exclusivamente do sucesso do plano que, além de eleitoreiro, faz parte de uma estratégia mais global para dar continuidade a um modelo econômico que aumenta cada vez mais a nossa dependência externa e as desigualdades sociais.

É evidente que baixar a inflação é bastante positivo. No entanto, é uma ilusão achar que apenas isto irá resolver os graves problemas nacionais.



CARTAS

Recebi o Jornal da ADUFRJ que informa da vitória da chapa 1 na eleição para Reitor da nossa universidade. Não posso deixar de manifestar meu desgosto pelo AD Editorial "A vitória da continuidade". Como eleitor da chapa vitoriosa, senti-me ofendido. Acho que no regime democrático tem que haver respeito pela opinião, pelo pensamento de cada um. Posso assegurar-lhe que desejo ardentemente o engrandecimento da UFRJ, na qual estudei e pela qual trabalho há 40 anos. Não posso concordar em confundir liberdade com bagunça, pobreza com relaxamento e outras mais que se espalham no nosso ambiente político.

(...) Nós professores não temos direito de fazer greve porque só prejudicamos os nossos alunos, ou seja, não cumprimos nossos deveres para com a sociedade que nos paga. Os que se julgam mal pagos devem deixar a universidade e lutar no mercado por um emprego melhor remunerado.

Dirceu de Alencar Velloso - Prof. da Escola de Engenharia

Nota: O editorial do Boletim ADUFRJ "A vitória da continuidade", não foi escrito para ofender os eleitores da chapa 1. O editorial apenas estava retratando a avaliação da diretoria da ADUFRJ a respeito do resultado do segundo turno da eleição para reitor da UFRJ. O candidato eleito participava da gestão

passada como vice-reitor, dava sustentação política à reitoria e portanto representava efetivamente a situação. A própria imprensa (O Globo, dia 30/6) noticiou que o candidato Paulo Gomes foi apoiado pelo então Reitor Nelson Maculan.

No que diz respeito à greve, o nosso fórum democrático de discussão é a Assembléia da ADUFRJ. Assim como todos os demais trabalhadores, os professores também têm o direito de fazer greve. Aparentemente os alunos seriam os mais prejudicados, pois sofrem os efeitos da paralisação das atividades. No entanto, convém lembrar que a reposição das aulas tem sido uma prática do movimento docente. Além disso, as discussões

provocadas pela greve também oferecem uma oportunidade para os alunos refletirem sobre os problemas da universidade e do próprio país. O prejuízo para os alunos seria muito maior se os professores abandonassem a universidade ou buscassem qualquer outra saída individual. Seria a destruição da universidade pública e gratuita.

Conselho Editorial

Cartas para o Jornal ADUFRJ:
Centro de Tecnologia - Bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão - Cep. 21944
Rio de Janeiro - Caixa Postal 68531

XXVIII CONAD

De 30 de junho a 3 de julho, em Recife, professores de todo o país discutiram os rumos do movimento e da sociedade brasileira

Democracia, educação e cidadania formam o eixo para a construção de um projeto do movimento docente, na perspectiva de fortalecer o público e reverter a apropriação privada do Estado. Desenvolvido em conjunto com as demais categorias organizadas da sociedade, o Projeto Alternativo Democrático e Popular será entregue a todos os presidentes até outubro. O XXVIII CONAD, realizado nos dias 30 de junho a 3 de julho, em Recife, discutiu a elaboração deste projeto coletivo dos movimentos organizados para evitar a fragmentação das lutas, consolidando a unidade das forças populares.

Os 48 delegados e 116 observadores presentes, representando 58 AD-SSind, debateram as diversas propostas do movimento docente para Educação, Saúde, Seguridade e Ciência e Tecnologia em plenárias que se estenderam até a madrugada de domingo, último dia do encontro. O Projeto Alternativo Democrático e Popular será a forma dos movimentos organizados comprometerem não só o futuro presidente, como também os próximos senadores, deputados e governadores com uma proposta de sociedade que não mantenha o quadro de fome, miséria, controle ideológico e amplificação da exclusão social como propõe o neoliberalismo desenvolvido no país desde o governo Collor e reproduzido pelo governo Itamar.

Na Plenária de encerramento foi aprovado um manifesto sobre as eleições de outubro. No documento fica claro que além de apontar alternativas para as questões nacionais, o movimento docente tem, com a proximidade das eleições, que se manter alerta para que o processo eleitoral não sofra a manipulação ideológica e a sonegação de informações, como ocorreu nas eleições de 1989. Segundo os encaminhamentos deste CONAD, o conjunto do movimento social organizado deve reafirmar a democracia como condição de criação da oportunidade de reverter a enorme injustiça social e econômica do país; exigir lisura e ética nas eleições de outubro e denunciar qualquer possibilidade de violência, manipulações e sonegação das informações e sabotagens ao processo.

Niterói foi o local escolhido para o próximo CONAD. A data ainda não foi confirmada. Provavelmente será em novembro, após as eleições gerais. Será uma oportunidade para o movimento docente avaliar a nova conjuntura a partir do resultado das urnas.

Reativados GTs da ANDES-SN

O XXVIII CONAD aprovou a reativação de dois importantes grupos de trabalho da ANDES-SN: o GT História do Movimento Docente e o GT Comunicação e Arte, que certamente cumprirão um papel importante para subsidiar as discussões e elaborações de propostas do movimento.



DEMOCRACIA EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Os Três pilares da construção de um Projeto Alternativo Democrático e Popular

AVALIAÇÕES

Dos Grupos de Trabalho saíram avaliações sobre os temas pautados para o encontro. Leia o resumo das principais discussões do XXVIII CONAD

CONJUNTURA

As análises de conjuntura dos Congressos e CONADs da ANDES-SN têm contribuído bastante para a clareza das ações do movimento docente. A rejeição à política neoliberal, a luta pelo impeachment de Collor, o posicionamento do movimento docente contra a revisão constitucional e contra o Plano FHC mostram o resultado destas avaliações. O momento político atual e a proximidade das eleições quase gerais mostraram a necessidade da construção de um projeto alternativo de movimento popular para se contrapor ao modelo neoliberal. Neste XXVIII CONAD foram definidos os eixos principais deste projeto: democracia, educação e cidadania.

UNIVERSIDADE

Nas discussões sobre universidade foram levados em consideração alguns pontos importantes da "Proposta das Associações Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira", elaborada em junho de 1986. A caracterização da função social da universidade e o conceito de padrão unitário de qualidade foram resgatados para a melhor definição deste projeto.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Uma análise aprofundada da política educacional e conjuntura revela a estreita ligação do projeto educacional do governo e o modelo neoliberal, que submete a educação aos interesses do capital. A implementação do Plano Decenal de Educação para Todos do MEC, que atende a critérios de órgãos internacionais de financiamento, resultaria em um progressivo descomprometimento do Estado com o sistema educacional. As propostas de avaliação institucional formuladas pelo MEC, baseadas em critérios predominantemente quantitativos, também revelam os objetivos desta política.

Para reverter esta tendência, o movimento docente definirá uma pauta para a educação brasileira vinculada aos interesses da população. Para isso é fundamental a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que ainda está tramitando no Senado, e o fortalecimento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que reúne entidades como a Fapbr, ANDES-SN e CNTE e outras ligadas à Educação.

AUTONOMIA E AVALIAÇÃO

O governo tem procurado relacionar sistematicamente a autono-

mia universitária com a possibilidade de obtenção de recursos externos pelas Instituições de Ensino Superior para financiar suas atividades acadêmicas. Além disso, a distribuição de recursos ficaria atrelada a uma avaliação institucional. Esta posição ficou clara no edital de chamada de projetos para o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), enviado pelo MEC para todas as IES no final do ano passado. O substitutivo ao Projeto de Lei nº 11992, que dispõe sobre normas de gestão financeira das Instituições Federais de Ensino Superior, também procura vincular a distribuição de recursos com a avaliação.

A ANDES-SN tem defendido que a distribuição de recursos deve contemplar o padrão de qualidade e o desenvolvimento da educação. O movimento docente tem lutado por um mecanismo de fluxo regular de recursos de modo a garantir o funcionamento adequado das instituições de ensino, enquanto que a avaliação institucional deveria estar regulamentada na LDB. O XXVIII CONAD reafirmou o princípio da isonomia salarial e de carreira, posicionando-se contrariamente às complementações salariais.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os investimentos em ciência e tecnologia vêm diminuindo nos últimos anos. A desativação de laboratórios e grupos de pesquisa, a evasão de cientistas e o desestímulo de estudantes pela atividade científica, são consequências de uma política governamental de desmonte e sucateamento. A escassez de recursos públicos tem conduzido a universidade a uma busca de recursos junto a setores produtivos.

O projeto alternativo deverá contemplar mecanismos que estabeleçam um fluxo contínuo de recursos financeiros para a ciência e tecnologia. A reestruturação do modelo de financiamento à pesquisa deve garantir investimentos nesta área de modo a alcançar um patamar de pelo menos 2,5% do PIB. A ANDES-SN tomou a iniciativa para a implementação do Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia, que será de grande importância para a intensificação do apoio à pesquisa científica e tecnológica.

SAÚDE: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO

As políticas sociais no Brasil geralmente sempre se pautaram pelo privilégio dos interesses de uma minoria. O Projeto de Lei nº 4379/94 de Seguridade Social dos Servidores, que está tramitando na Câmara dos Deputados, quebra o conceito de seguridade social e cria condições para a privatização da saúde pelo enfraquecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). No Congresso Nacional também está tramitando o PL 4460/94, que trata da criação e financiamento das fundações nas Instituições Federais de Ensino Superior, o que poderá facilitar a transformação dos Hospitais Universitários em fundações de direito privado.

A ANDES-SN, que desde a VIII Conferência Nacional de Saúde tem apoiado o SUS, tem buscado definir estratégias para garantir a defesa de um serviço eficiente e de qualidade. O Grupo de Trabalho Seguridade Social da ANDES-SN propôs uma ampla campanha em defesa do SUS cujo objetivo é levar a população a exigir qualidade no atendimento à saúde.

NOVA DIRETORIA DA ANDES-SN TOMA POSSE

A nova diretoria da ANDES-SN, gestão 94/96, tomou posse na plenária inicial do XXVIII CONAD. Além do novo presidente, Luis Henrique Schuch, estavam também presentes na cerimônia o ex-presidente da ANDES, Marcio de Oliveira, membros das regionais e representantes da UNE, CUT, ANDIFES e da Secretaria Estadual de Educação.

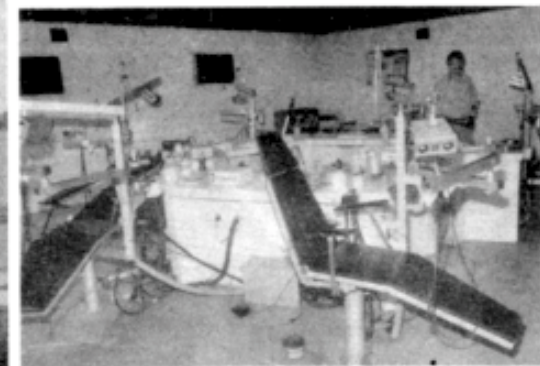


Schuch é o novo presidente da ANDES-SN. Na Regional Rio, a ADFRJ conta com a presença da professora do CAP-UFRRJ, Rosanne Evangelista Dias.



REVISTAS Durante o XXVIII CONAD, a diretoria da ANDES-SN lançou a Revista Universidade e Sociedade n° 7. Também foram lançados o n° 13 e 14 do Cadernos da ANDES. O primeiro trata das avaliações de conjuntura no período 1992 e 1994 e o outro do projeto de carreira elaborados pelo movimento docente. Os exemplares estão à venda na sede de ADFRJ.





O Posto da Vila do João atende cerca de 200 pessoas por dia. No detalhe, a sala de odontologia. Comunidade, Professores e alunos têm a disposição seis cadeiras e outros equipamentos para tratamento dentário.

O que dá certo na universidade?

Muitas vezes, contribuições a uma política nova de atuação da universidade, mais sintonizada com a sociedade, são pouco divulgadas e debatidas pelas áreas que não estejam envolvidas diretamente com este ou aquele projeto. A partir deste número vamos mostrar o que pode ser exemplo de uma universidade que atenda aos anseios da sociedade em seus diversos níveis sócio-culturais.

Uma experiência a ser preservada

O posto experimental da Vila do João é um campo de ensino e pesquisa na área de Atenção Básica à Saúde

Depois de suspender as atividades por quase 20 dias, a Unidade de Cuidados Básicos Emani Braga-UCBSEB-reabriu em junho com a proposta de continuar sendo um modelo estratégico no desenvolvimento de uma política de ensino para a saúde básica da população de média e baixa renda que utiliza o Sistema Único de Saúde.

Localizado na Vila do João, área da Maré, o posto funciona há 12 anos como um campo de estágio para os alunos das Faculdades de Medicina, Enfermagem, Assistência Social, Nutrição e Odontologia São 33 funcionários desenvolvendo atividades de assistência, ensino e pesquisa dirigidos a 40.000 habitantes de baixa renda. O posto absorve cerca de 100 alunos por semestre dos cursos de graduação e pós-graduação e é estratégico para a formação dos profissionais e a inserção no mercado de trabalho do setor público de saúde.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais e alunos tem contribuído para a formação de um novo modelo de atendimento à população, que visa baratear os custos da assistência médica através da investigação das condições clínicas dos pacientes e do estudo da racionalização da utilização dos recursos para o atendimento básico. A professora Vera Alfon, atual decana do Centro de Ciências da Saúde e uma das mentoras da "Assistência Integral à Saúde" como disciplina do ciclo básico de medicina, diz que o Projeto de Atenção Básica à Saúde desenvolvido na Vila do João é uma forma de mudar a mentalidade do profissional de saúde e prepará-lo para um atendimento mais adequado à realidade da sociedade brasileira. "Não podemos fazer uma medicina tão cara. É preciso resgatar o questionamento, principalmente por parte dos alunos, sobre o atendimento clínico", diz a decana.

A formação do profissional da área

médica voltado para o atendimento privado ou para o uso das tecnologias avançadas e a superespecialização é uma realidade no mundo inteiro. É um problema a ser enfrentado pelas universidades de países como o Brasil, que tem uma população predominantemente carente e sem condições de utilizar um serviço privado ou mesmo de comprar medicamentos caros ou fazer exames sofisticados.

De acordo com Dr. Sérgio Coelho, pediatra e atual diretor da UCBSEB, a experiência do Posto de Saúde da Vila do João tem

Levar os professores e alunos para dentro dos postos de saúde é fazer assistência formando e criando saber

provado na prática que a "atenção básica à saúde" com o uso de recursos simplificados e atualizados, conforme as descobertas da ciência médica, pode dar conta de 80% dos problemas de uma população localizada, promovendo o atendimento preventivo e o tratamento de doenças mais comuns. "O cadastramento dos pacientes não é feito individualmente, mas por família. É a família do paciente que recebe um prontuário, onde são anotados todo o acompanhamento clínico e social do indivíduo", diz Dr. Sérgio.

A mudança na mentalidade dos profissionais de saúde com relação ao atendimento primário é prioridade para o sucesso de Unidades como o posto experimental da Vila. "Não devemos abandonar as tecnologias mais avançadas, mas mudar o valor do uso dessas tecnologias mais caras para a população. É preciso promover a investigação clínica dos pacientes e o estudo da racionalização para o uso dos recursos na atenção primária à saúde", diz a professora Vera.

Ensino, pesquisa e extensão em uma só área

Em 1990, algumas unidades como enfermagem, odontologia e a própria medicina mostravam interesse em atuar no atendien-

to básico e na assistência primária na rede pública. O Posto Experimental da Vila do João foi então montado como modelo, seguindo o padrão do SUS, como campo de estágio para os alunos e de pesquisa para os docentes, supervisionado pelos funcionários do Hospital Universitário. Em 92 a frequência dos estudantes atingiu os 100% e no primeiro semestre de 93 a disciplina "Atenção Básica à Saúde", então eletiva, passou a fazer parte do ciclo básico da Escola de Medicina. A inclusão da matéria no curso foi definida em reunião dos Colegiados Superiores com a participação dos representantes dos estudantes, que estavam mobilizados para aprovar a obrigatoriedade da disciplina. O passo seguinte foi conseguir vaga para concurso público para docente, específico para "Atenção Primária à Saúde das Crianças". No segundo semestre de 93, a Faculdade de Medicina realizou concurso para quatro vagas de docentes nessa área. Atualmente os professores dão aulas no posto de saúde, mas, segundo Vera, já foram absorvidos pelo trabalho no IPPMG.

A valorização do atendimento primário à saúde pela universidade é para a professora Vera Alfon e para os profissionais envolvidos com o projeto uma questão estratégica que pode ser resolvida a partir da integração das faculdades com os postos da rede pública municipal. Levar os professores e alunos para dentro dos postos de saúde e abrir frentes de pesquisa é, segundo a professora, fazer assistência à população formando e criando saber.

O Posto vem enfrentando problemas de segurança no local e nas áreas vizinhas e os residentes e funcionários perdem um pouco a tranquilidade para o trabalho. Esse tipo de problema não é mérito das áreas carentes. A onda de violência tem se espalhado por toda a cidade, da zona Norte à Sul. Segundo Dr. Sérgio Coelho, a comunidade respeita o trabalho do Posto e espera que a universidade esteja atenta e alerte as autoridades competentes para a questão.



Um novo olhar para o desenvolvimento da criança



Deixando de lado as tradicionais aulas de “cuspe e giz”, os diretores do Centro de Estudos Professor José Martinho da Rocha do IPPMG - Instituto de Puericultura e Pediatria da UFRJ - resolveram inovar. Desde início deste ano, toda quarta-feira é dia de muita conversa e discussão inflamada sobre a evolução do indivíduo e um estudo holístico da pediatria. As atividades fazem parte do Projeto “A Evolução do indivíduo”, dividido em 7 módulos com temas que pretendem envolver profissionais das diversas áreas de conhecimento para compreensão das etapas do desenvolvimento humano e principalmente a criança. Estão sendo abordadas todas as fases do desenvolvimento do indivíduo desde nascimento até o seu entendimento sobre a vida, filosofia e morte. São convidados para os debates não só os profissionais da área médica, mas também pedagogos, escritores, artistas, sociólogos e tantos outros, das mais variadas áreas e especificidades.

Dr. Evandro Prado, diretor do Centro de Estudos do IPPMG



De acordo com o Dr. Evandro Prado, diretor executivo do Centro de Estudos, o projeto “A evolução do In-

divíduo”, que vem sendo realizado desde o início deste ano, desenvolve um trabalho de integração dos estudantes, professores, funcionários e profissionais como proposta de atividade científica “com o objetivo também de sensibilizar o profissional para questões além da especificidade da ciência médica”. Essa sensibilização dos profissionais e futuros pediatras pode contribuir para um atendimento mais humano e social à comunidade usuária do sistema público de saúde.

E a comunidade também é convidada a participar dos encontros, assim como os pequenos pacientes do hospital pediátrico. Segundo Wanelytcha Simonini, responsável pela produção das atividades do Centro de Estudos, as últimas quartas-feiras do mês são dedicadas às atividades culturais. Teatro, mímica, dança, cantoria, pequenos espetáculos que mostram na prática o que é ter uma visão holística da criança e portanto do ser humano. Mães, crianças, funcionários, médicos, todos comungam de uma mesma emoção e podem a partir daí conviver mais integrados. É seguindo esta filosofia, diz Wanelytcha, “que se promove

uma oportunidade de reconhecimento cultural dos pacientes”.

uma oportunidade de reconhecimento cultural dos pacientes”.

Fome e saúde

A fome ainda é um tema constrangedor. O debate do dia 25 de maio, com a palestra “O Espectro da Fome”, dentro do módulo 3 do projeto, “Os difíceis cinco anos”, foi até agora, de acordo com os organizadores, mesmo com um público de mais de 30 pessoas, o encontro menos concorrido. A palestra teve a participação da nutricionista Esther Zaborowski e da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Wanda Engel Aduan. A Secretária Municipal colocou a importân-

cia da participação e da atuação da universidade “como polo de mapeamento das demandas sociais para uma atuação local nas questões da saúde coletiva”.

As atividades do Centro de Estudos do IPPMG estão programadas para todas as quartas-feiras até dezembro. Alguns convidados e eventos ainda deverão ser confirmados, mas já podemos adiantar a programação dos próximos meses (veja quadro). Quem quiser mais informações ou tiver alguma sugestão para os encontros pode procurar o Centro de Estudos, no prédio do IPPMG, no Fundão.

O projeto “A Evolução do Indivíduo” é dividido em módulos com palestras toda quarta-feira às 11 horas, no Salão Nobre do IPPMG.

- **Módulo 1** - A origem do indivíduo
- **Módulo 2** - Um ser em formação - gravidez e parto
- **Módulo 3** - Os primeiros difíceis cinco anos
- **Módulo 4** - Dos cinco aos dez - surge um ser social - julho
- **Módulo 5** - Adolescência: sexo, drogas e rock'n roll - agosto
- **Módulo 6** - Em que mundo, eu criança vou viver? - setembro/outubro
- **Módulo 7** - Vida, Filosofia e Morte - novembro/dezembro

20/07 - “Acidentes - um risco da socialização”

27/07 - Atividade cultural

3/08 Início do Módulo 5.
Palestra “Tudo está mudando, a cabeça e o corpo, e aí?”
Mesa redonda: A mudança do corpo; A cabeça “entortando” e novas relações precisam ser estabelecidas.

10/08 “A sexualidade - que questão difícil”

17/08 - “Drogas - um barato muito caro” Mesa-redonda: O que leva à busca do “prazer”? O prazer e seus efeitos. Por que não discriminalizar?

IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

De 19 a 23 de junho, no Centro de Convenções de Olinda-PE, aconteceu o IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva sob o tema “Saúde o feito por fazer”. No Congresso foram discutidas a grave situação sanitária da população e as dificuldades do setor de saúde nos últimos anos. Foi destacado, ainda, o compromisso com a luta pelo direito à saúde.

Segundo os organizadores, o empenho dos pesquisadores e profissionais pelo trabalho na área de saúde pode ser avaliado pelo volume de trabalhos selecionados pela Comissão Científica do Congresso: 1150 trabalhos apresentados, dos quais 300 foram apresentados oralmente e 850 ficaram expostos em posters espalhados pelo local.

Foram apresentados trabalhos de ministérios, secretarias estaduais e municí-

pais de saúde, ONGs, associações comunitárias e universidades. A UFRJ se fez representar com as presenças do NESC, HUCFF, Faculdade de Medicina, Instituto de Psicologia, IPPMG, COPPE, IPUB e o Instituto de Nutrição, com pesquisas próprias ou integradas com outros setores da saúde. Ruth Barbosa, 1ª secretária da ADUFRJ e professora do Instituto de Psicologia diz que as estatísticas apresentadas no Congresso demonstram que ficaram de fora de uma assistência de qualidade no Brasil, predominantemente, as classes pobres, os negros e os moradores das periferias dos grandes centros urbanos. “As conclusões deixam claro que não há soluções para os problemas sanitários, a não ser pela busca de alternativas que melhorem as condições de vida da população, o que é uma questão essencialmente política”, completa.

NOSSO BOLSO

Inflação 10 x Salário 0

Junho foi o mês da primeira parcela do 13º salário. Professores ainda não sentem as perdas com o Real.

Os salários dos Servidores Públicos Federais continuam perdendo da inflação. No mês de junho, os nossos vencimentos foram reajustados em 45,92% pela URV. A inflação medida pelo ICV-DIEESE ficou em 53,83%. A defasagem salarial deste ano é conferida se compararmos o reajuste de 317,07% (sem a GAE) com a inflação de 890,03%, no mesmo período.

Conforme era previsto, as perdas já atingem 58% este ano. Para reaver o poder de compra, os salários devem ser reajustados em 137%. De acordo com Plano FHC nenhum reajuste salarial pode ser concedido até a data-base da categoria, no caso dos SPFs, em janeiro de 95. Os professores ainda não sentiram as perdas salariais com o Real, pois no mês de junho receberam a primeira parcela do 13º salário.



Reajustes Salariais e a Inflação		
	reajustes w/ GAE	inflação ICV-DIEESE
janeiro	0%	46,48%
fevereiro	0%	40,10%
março	43,93%	45,50%
abril	37,73%	48,26%
maio	44,19%	45,38%
junho	45,92%	53,83%
acumulado	317,07%	890,03%

MP do Real reduz orçamento em 31%

A MP-452, que rege o Real, permitirá mais cortes nos gastos públicos, afetando os investimentos nas áreas sociais e aumentando a recessão. Segundo parlamentares que estão examinando a MP-452, a medida causará uma redução de 31% no Orçamento da União de 1994. A redução ocorre quando se aplica ao valor total do orçamento o fator de conversão estabelecido na MP.

A privatização também está presente na MP-452. A medida cria o Fundo de Amortização da Dívida Pública. O fundo, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, tem a finalidade de abater o valor da dívida interna do Tesouro Nacional, possibilitando a venda de ações da União.

Isonomia - 1º tempo

Governo diz que não tem recursos para implementar primeira etapa da Isonomia entre os Três Poderes

Com a greve nacional, os SPFs conseguiram abrir um canal de negociação com o governo e estão na luta para implantação da primeira etapa da isonomia salarial entre os Três Poderes, ainda no mês de agosto. Os salários dos servidores civis podem ser reajustados em 28,86%, índice já concedido aos militares e ao pessoal do Judiciário e Legislativo. Nesta primeira etapa estão programados a incorporação da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) e seu aumento para 170%. A equipe econômica do governo tem se mostrado reticente à implantação da isonomia dizendo que faltam recursos no orçamento da União. A Comissão de Acompanhamento das Negociações para Implementação da Isonomia, formada por várias entidades dos trabalhadores e do governo, já

comprovou que não há motivos financeiros para o adiamento desta primeira fase, pois foi comprovado um crescimento real da receita da União. A Comissão é formada por entidades representativas dos SPFs, como a ANDES-SN, FASUBRA, ASSIBGE etc, e do governo, SAF, SEPLAN, ENFA, entre outras.

Caso o governo decida pela implantação da primeira fase, as tabelas I e II dos funcionários do executivo serão unificadas, o que não atinge os docentes das Instituições de Ensino Superior. A segunda etapa da isonomia consiste na construção de uma matriz de vencimentos para os Três Poderes, o que significa uma forma de assegurar o cumprimento da Constituição Federal.

Governo trocou educação pelo Real - O Brasil é o 74º país, numa lista de 120, dos que investem em educação. Segundo o Banco Mundial, que organizou a pesquisa, o drástico corte nos investimentos feitos pelo ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, no início deste ano, contribuiu para que o Brasil descesse

ainda mais na tabela. O relatório aponta um corte de no mínimo 18% dos impostos arrecadados que seriam destinados à educação. Desse modo, pelo menos 50% iriam combater o analfabetismo no país. Os recursos cortados foram destinados ao Fundo Social de Emergência e utilizados para lastrear a nova moeda.

Fonte: Informa CUT n°242

Lei Antitruste

Como se faz uma denúncia

A disparada dos preços antes da entrada do real já provocou um verdadeiro estrago no bolso do consumidor. Além da indignação, o real trouxe de volta uma questão sempre discutida, mas nunca resolvida: a punição dos especuladores. Empresário que aumentar os preços abusivamente vai mesmo para a prisão?

No último dia 11 de junho foi assinada pelo presidente Itamar a Lei Antitruste como tentativa de frear as remarcações de até 60% em uma semana, às vésperas do real. A lei n° 8.884 (Antitruste) prevê prisão preventiva para administrador ou empresário e estabelece multas sobre o faturamento bruto e não sobre o lucro líquido. Qualquer cidadão pode apresentar denúncia de abuso econômico.

As denúncias devem ser apresentadas à Secretária de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça contra a empresa que apresentar preços abusivos. A denúncia deve ser feita por escrito e o autor deve pedir abertura de um processo administrativo contra a empresa, seja ela pública ou privada. A SDE tem 60 dias para investigação e decidir sobre o arquivamento ou pelo pedido de abertura de processo junto ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Professores terão 12,9%

Governo recua na questão da isonomia entre os SPFs e só paga reajuste de 12,9%, no final de setembro

Os docentes das Instituições de Ensino Superior terão reajuste de apenas 12,9% em setembro, de acordo com a MP 583 assinada pelo presidente Itamar. Depois de muita divergência com a equipe econômica e pressionado pelos militares, o governo acabou concedendo reajustes diferenciados, contrariando preceitos constitucionais. Para contornar possíveis complicações jurídicas, os reajustes para o funcionalismo civil e militar foram concedidos sob forma de tabelas em uma única medida provisória.

Segundo o ministro da SAF, Romildo Canhim, os 948 mil funcionários enquadrados na tabela II do Plano de Classificação de Cargos (PCC) terão reajuste médio de 16,5%. Os 122 mil servidores civis das carreiras especiais da tabela I receberão reajuste médio de 12,9%. Estes reajustes incidem sobre o vencimento básico, de modo que a Gratificação por Atividade Executiva (GAE) e anuênios seriam também reajustados. Para os militares, a MP

trouxe um reajuste médio de 11,3% nas gratificações específicas, sendo que os postos mais altos das Forças Armadas terão um reajuste de 17%.

A questão da isonomia

Desde a greve de abril dos SPFs, a implantação da isonomia entre os Três Poderes foi negociada com o Governo. Na primeira fase da isonomia os servidores civis receberiam reajuste de 28,86%, já concedido aos militares e estendido aos servidores do Poder Legislativo e Judiciário. Além disso, haveria também a unificação da GAE em 170% para todas as categorias e a fusão das tabelas I e II dos servidores. Na audiência de maio com as entidades dos servidores públicos em greve, o presidente Itamar havia se comprometido a implantar a primeira etapa da isonomia se ficasse comprovada a disponibilidade financeira do Tesouro.

A Comissão de Análise de Receitas e Despesas da União, presidida pelo ministro da SAF e composta por representantes do governo e dos servidores, comprovou

que havia uma folga orçamentária para a implantação desta primeira etapa da isonomia. Como havia recursos disponíveis, a equipe econômica passou a alegar que não iria implantar esta etapa da isonomia para não prejudicar o Plano Real.

Distorção das contas

Os representantes dos SPFs na Comissão de Análise de Receitas e Despesas da União constataram que os técnicos da Fazenda passaram a distorcer as contas de correção das receitas e despesas da União para justificar suas posições. Os técnicos do governo inicialmente estavam convertendo as despesas de pessoal para a URV do dia do desembolso da despesa. Quando foi constatada a existência de recursos por este critério, os técnicos passaram a defender que as despesas de pessoal teriam que ser divididas pela média da URV de cada mês. Até o próprio presidente Itamar colocou em dúvida os números da equipe econômica, citando o ditado "os números não mentem, mas os mentirosos fabricam números".



Servidores Públicos na Marcha do dia 25

A Plenária Nacional dos SPFs, realizada em 31 de julho, aprovou a participação dos servidores públicos na Marcha Nacional em Defesa do Emprego e dos Salários, organizado pela CUT, para o dia 25 de agosto. Este dia será marcado por mobilizações, manifestações com denúncias sobre a destruição do serviço público, o caráter recessivo do Plano FHC e o descumprimento do acordo firmado pelo governo para a implantação da primeira etapa da isonomia.

Aqui no Rio de Janeiro, a Marcha contará com a participação das Associações de Docentes-Seções Sindicais, sindicatos de diversas categorias e várias entidades representativas da sociedade civil. O início da manifestação acontecerá na Candelária às 17 horas e todos os docentes da UFRJ estão convidados a participar.

ADUFRJ
Caixa Postal: 68531
CEP: 21944-970

AD editorial

Como num passe de mágica, a inflação caiu. Os combustíveis e a energia elétrica pararam de subir. De repente, o nosso país mergulhou no "paraíso" da estabilidade econômica. A sensação foi de grande alívio. Agora temos uma moeda que está valendo mais do que o dólar.

É muito bom viver na ilusão do Real. Mas ilusão não enche barriga. A verdade é que os preços aumentaram tanto que, por mais que tenham baixado agora, continuam ainda muito elevados. A realidade é bem diferente da mostrada pelos meios de comunicação. O poder aquisitivo dos salários

continua muitíssimo baixo. O trabalhador que ganha um salário mínimo não consegue nem mesmo comprar uma cesta básica. Alguns produtos estão até mais caros do que nos países mais desenvolvidos. Os preços não estão subindo, mas também não estão diminuindo. A situação ficou engessada artificialmente. As reformas estruturais realmente necessárias não foram feitas por estes mesmos grupos que querem continuar no poder. Tudo mudou para que tudo permanecesse como antes.

O governo não implantou a primeira etapa da isonomia para os Servidores Públicos Federais, conforme acordo firmado durante a greve de abril e concedeu reajustes diferenciados. Este reajuste, que será pago apenas no

final de setembro, mal dará para cobrir a inflação de julho e agosto. Se a inflação se mantiver no patamar de 6% ao mês, as nossas perdas salariais de janeiro a setembro continuarão no patamar de 60%.

A grande questão é saber quais são os verdadeiros objetivos do Plano FHC. Por que o plano foi implantado às vésperas da eleição? A moeda está mais forte mas a desigualdade social continua. A queda da inflação, diz a propaganda oficial, é apenas o primeiro passo pois só depois os problemas sociais serão resolvidos. Esta justificativa é bem parecida com aquela utilizada pelos governos militares: "é preciso antes deixar crescer o bolo e só depois repartir os

pedaços". É fundamental atingirmos a estabilidade econômica mas não com mais recessão, miséria, aumento da mortalidade infantil, desemprego e sucateamento dos serviços públicos essenciais para a população. Seria este o preço que temos que pagar para conter a inflação?

A conjuntura atual é extremamente delicada. Estamos a poucos dias da eleição, que definirá os rumos do nosso país nos próximos anos. Teremos oportunidade de eleger e renovar pra valer o próximo Congresso Nacional. O futuro da universidade pública e gratuita também está em jogo neste momento. Um toque de realidade agora é fundamental. Afinal... Você decide!

Um toque de realidade

CONFIRA O SALÁRIO DE SETEMBRO COM O REAJUSTE DE 12,9%

MAGISTERIO SUPERIOR - Salarios (R\$) de setembro 1994

Regime de 20 horas

	GRADUADO	GAE	MESTRADO	GAE	DOUTORADO	GAE
Aux.1	91,52	146,44	114,40	183,05	137,29	219,66
Aux.2	96,10	153,76	120,13	192,20	144,15	230,64
Aux.3	100,91	161,45	126,13	201,81	151,36	242,17
Aux.4	105,95	169,52	132,44	211,90	158,93	254,28
Ass.1	116,55	186,47	145,68	233,09	174,82	279,71
Ass.2	122,37	195,80	152,97	244,75	183,56	293,69
Ass.3	128,49	205,59	160,61	256,98	192,74	308,38
Ass.4	134,92	215,87	168,64	269,83	202,37	323,80
Adj.1	148,41	237,45	185,51	296,82	222,61	356,18
Adj.2	155,83	249,32	194,78	311,66	233,74	373,99
Adj.3	163,62	261,79	204,52	327,24	245,43	392,69
Adj.4	171,80	274,88	214,75	343,60	257,70	412,32
Titular	214,75	343,60	268,44	429,50	322,13	515,40

Regime de 40 horas

	GRADUADO	GAE	MESTRADO	GAE	DOUTORADO	GAE
Aux.1	183,05	292,88	228,81	366,10	274,57	439,32
Aux.2	192,20	307,52	240,25	384,40	288,30	461,28
Aux.3	201,81	322,90	252,26	403,62	302,72	484,34
Aux.4	211,90	339,04	264,88	423,80	317,85	508,56
Ass.1	233,09	372,95	291,36	466,18	349,64	559,42
Ass.2	244,75	391,59	305,93	489,49	367,12	587,39
Ass.3	256,98	411,17	321,23	513,97	385,47	616,76
Ass.4	269,83	431,73	337,29	539,66	404,75	647,60
Adj.1	296,82	474,90	371,02	593,63	445,22	712,36
Adj.2	311,66	498,65	389,57	623,31	467,48	747,97
Adj.3	327,24	523,58	409,05	654,48	490,86	785,37
Adj.4	343,60	549,76	429,50	687,20	515,40	824,64
Titular	429,50	687,20	536,88	859,00	644,25	1030,80

Regime de Dedicacao Exclusiva

	GRADUADO	GAE	MESTRADO	GAE	DOUTORADO	GAE
Aux.1	183,05	292,88	228,81	366,10	274,57	439,32
Aux.2	192,20	307,52	240,25	384,40	288,30	461,28
Aux.3	201,81	322,90	252,26	403,62	302,72	484,34
Aux.4	211,90	339,04	264,88	423,80	317,85	508,56
Ass.1	233,09	372,95	291,36	466,18	349,64	559,42
Ass.2	244,75	391,59	305,93	489,49	367,12	587,39
Ass.3	256,98	411,17	321,23	513,97	385,47	616,76
Ass.4	269,83	431,73	337,29	539,66	404,75	647,60
Adj.1	296,82	474,90	371,02	593,63	445,22	712,36
Adj.2	311,66	498,65	389,57	623,31	467,48	747,97
Adj.3	327,24	523,58	409,05	654,48	490,86	785,37
Adj.4	343,60	549,76	429,50	687,20	515,40	824,64
Titular	429,50	687,20	536,88	859,00	644,25	1030,80

MAGISTERIO 1o e 2o graus - salarios (R\$) setembro 1994

Regime de 20 horas

	GRADUADO	GAE	MESTRADO	GAE	DOUTORADO	GAE
C1	91,52	146,44	114,40	183,05	137,29	219,66
C2	96,10	153,76	120,13	192,20	144,15	230,64
C3	100,91	161,45	126,13	201,81	151,36	242,17
C4	105,95	169,52	132,44	211,90	158,93	254,28
D1	112,31	179,69	140,38	224,61	168,46	269,54
D2	117,92	188,68	147,40	235,85	176,88	283,01
D3	123,82	198,11	154,77	247,64	185,73	297,17
D4	130,01	208,02	162,51	260,02	195,01	312,02
E1	143,01	228,82	178,76	286,02	214,52	343,23
E2	150,16	240,26	187,70	300,32	225,24	360,39
E3	157,67	252,27	197,09	315,34	236,50	378,41
E4	165,55	264,88	206,94	331,11	248,33	397,33
Titular	198,66	317,86	248,33	397,33	298,00	476,79

Regime de 40 horas

	GRADUADO	GAE	MESTRADO	GAE	DOUTORADO	GAE
C1	183,05	292,88	228,81	366,10	274,57	439,32
C2	192,20	307,52	240,25	384,40	288,30	461,28
C3	201,81	322,90	252,26	403,62	302,72	484,34
C4	211,90	339,04	264,88	423,80	317,85	508,56
D1	224,61	359,38	280,77	449,23	336,92	539,08
D2	235,85	377,35	294,81	471,69	353,77	566,03
D3	247,64	396,22	309,55	495,28	371,46	594,33
D4	260,02	416,03	325,02	520,04	390,03	624,05
E1	286,02	457,64	357,53	572,04	429,03	686,45
E2	300,32	480,52	375,40	600,65	450,48	720,78
E3	315,34	504,54	394,17	630,68	473,01	756,81
E4	331,11	529,77	413,88	662,21	496,66	794,65
Titular	397,33	635,72	496,66	794,65	595,99	953,59

Regime de Dedicacao Exclusiva

	GRADUADO	GAE	MESTRADO	GAE	DOUTORADO	GAE
C1	183,05	292,88	228,81	366,10	274,57	439,32
C2	192,20	307,52	240,25	384,40	288,30	461,28
C3	201,81	322,90	252,26	403,62	302,72	484,34
C4	211,90	339,04	264,88	423,80	317,85	508,56
D1	224,61	359,38	280,77	449,23	336,92	539,08
D2	235,85	377,35	294,81	471,69	353,77	566,03
D3	247,64	396,22	309,55	495,28	371,46	594,33
D4	260,02	416,03	325,02	520,04	390,03	624,05
E1	286,02	457,64	357,53	572,04	429,03	686,45
E2	300,32	480,52	375,40	600,65	450,48	720,78
E3	315,34	504,54	394,17	630,68	473,01	756,81
E4	331,11	529,77	413,88	662,21	496,66	794,65
Titular	397,33	635,72	496,66	794,65	595,99	953,59



22 de agosto - Toma posse o novo reitor da Universidade Federal Fluminense - Pedro Antunes.

Já foi criada a comissão organizadora do **XXIX CONAD** - Conselho da Andes - Sindicato Nacional, que será realizado no final de novembro, em Niterói, pela ADUFF. A comissão se reúne todas as segundas-feiras às 16 horas na sede da ADUFF - Rua São Paulo - 30, 501/503, Valonguinho - Niterói.

Pagamento - dia 23/08. De acordo com o decreto n° 1.043 assinado pelo presidente Itamar em 13/11/93, o pagamento dos servidores públicos civis e militares será sempre no segundo dia útil posterior ao dia 20.

24 de agosto - Reunião Ampliada do Conselho de Representantes- 15h horas na sede da ADUFRJ com a seguinte pauta: Reajuste dos SPFs e Manifestação do dia 25.

Eleições do DCE - 22 e 23 de agosto: inscrições de chapas para a diretoria do novo Diretório Central dos Estudantes, que terá sua sede na Praia Vermelha. A Eleição acontece nos dias 13, 14 e 15 de setembro. Em tempo: Festa do Mário, dia 26/08 a partir das 21:00h. Informações: Conselho de CAs.



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
 SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944
 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX: 260-6368
 DIRETORIA: PRESIDENTE: HENRIQUE LONGO 1º VICE: ELMO AMADOR 2º VICE: ROBERTO HOUAISS
 1ª SECRETÁRIA: RUTH BARBOSA 2ª SECRETÁRIA: VENÚSIA NEIVA 1º TESOUREIRO: JOSÉ HELDER LOPES
 REDAÇÃO, EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190 ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
 TIRAGEM: 7.000 IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

Paulo Gomes responde à ADUFRJ

Finalmente, o novo reitor da UFRJ responde à entrevista enviada por fax logo após sua posse, em julho.

AD - A chapa 1 obteve a maioria dos votos em apenas um dos segmentos da universidade: os docentes. Como você avalia esse resultado?

Paulo - Com a certeza de que precisamos envolver todos os segmentos da UFRJ no processo de mudanças ora exigido pela Comunidade Acadêmica. O resultado não implica em que os eleitos possam se identificar como dirigentes de uma ou outra categoria. A Reitoria deve estar sempre pronta a voltar-se para todos os segmentos.

AD - A chapa 1 foi acusada de utilizar a estrutura da UFRJ durante a campanha. O que você tem a dizer sobre a denúncia?

Paulo - Esta questão foi objeto de ampla discussão, inclusive através de matérias publicadas em outros periódicos da UFRJ. Creio ter sido devidamente discutida e seguramente, subsídios foram obtidos para o futuro.

AD - De que forma a Reitoria irá atender a todas as promessas de campanha feitas pela sua chapa?

Paulo - As promessas de campanha devem ser cumpridas em primeiro lugar pelo estabelecimento de um plano de prioridades, a partir das demandas dos departamentos, unidades e centros. Com toda urgência deve ser planejada a utilização de recursos disponíveis e fixados procedimentos para a captação de novos recursos. Muitas das ações a desenvolver dependerão de decisões dos colegiados superiores.

AD - Primeira medida.

Paulo - Promover a limpeza dos Campi, melhorar a infra-estrutura e iniciar a recuperação de prédios e demais instalações da universidade.

AD - Quando a reitoria iniciará o processo da Estatuinte?

Paulo - Urgentemente. Esse processo deverá ser democrático envolvendo todos os segmentos da Universidade, sendo desenvolvido em três níveis simultaneamente: Em reuniões com os órgãos colegiados; com os diretores de unidades e órgãos suplementares; e com os movimentos de docentes, de servidores técnicos-administrativos e estudantes. O novo estatuto não é apenas uma necessidade política, mas gerencial, legitimada pela Constituição de 1988 que prevê a autonomia.

AD - Melhoria da graduação.

Paulo - Incentivo a reformulação das estruturas curriculares com apoio indispensável das unidades tomando-as mais flexíveis e

compatíveis com os princípios da interdisciplinaridade. Consolidar o apoio aos programas de melhoria ora em andamento e sob a supervisão do CEG. Estimular o incremento da atividade laboratorial e a edição de textos para a graduação são algumas destas medidas. Além disso, cumpre fortalecer a integração com a pós-graduação, envolvendo os estudantes de graduação em projetos de pesquisa, o que impõe a expansão dos programas de bolsas de iniciação e de estágio em laboratórios.

AD - Qual será a postura da reitoria com relação aos professores substitutos?

Paulo - Compatibilizar a alocação de vagas de substitutos com as necessidades docentes de cada departamento, fazendo com que exista uma correspondência entre a alocação de vagas de substitutos e a realização de concursos para vagas existentes na carreira. Tudo isto sob a supervisão do CEG, CEPG, e com o acompanha-

reitoria vai corrigir as distorções para manter a isonomia?

Paulo - Isso depende do esforço conjunto das reitorias das universidades e do MEC, para que antigas demandas dos quadros das universidades sejam atendidas. A obrigação institucional de recorrer à justiça contra as demandas de professores e servidores não implica em ignorar o legítimo direito destes em buscar melhores salários. A reitoria deve portanto lutar pela solução definitiva destas questões junto ao MEC e à SAF.

AD - O transporte no Campus do Fundão é um problema que atinge professores, alunos e funcionários. O que será feito para melhorar a qualidade do transporte na cidade universitária?

Paulo - Recuperar os ônibus da universidade, aumentar o número de linhas privadas em operação no Campus, envolver os institutos de pesquisa das estatais no processo de ampliação dos sistemas de transportes e melhorar as condições de tráfego no interior da cidade universitária.

AD - De que maneira a reitoria poderá resolver as precárias condições de trabalho dos docentes, principalmente dos que estão em unidades fora da cidade universitária?

Paulo - Recuperando os prédios, melhorando os sistemas de comunicação, ampliando as bibliotecas, assegurando a existência de gabinetes docentes, alocando recursos para a renovação de periódicos e para a manutenção de laboratórios de ensino e pesquisa.

AD - Que tratamento receberão os professores

inadimplentes?

Paulo - O tratamento a ser dado a qualquer inadimplente: descontos e demais penalidades previstas em legislação, além de sua substituição, uma vez comprovado o não cumprimento de suas obrigações.

AD - De que forma a comunidade universitária poderá participar da elaboração e da aplicação de recursos financeiros na UFRJ?

Paulo - Todas as unidades e departamentos serão chamados a participar da elaboração da proposta orçamentária para 1995. Esta proposta será exaustivamente discutida em reuniões conjuntas para o CONSUMI, CEG e CEPG, que se encarregarão de acompanhar a sua execução e de aprovar as mudanças necessárias.



Paulo Alcântara afirma que a nova administração vai solucionar o estado de caos do transporte na cidade universitária. A linha 485 é uma das que mais penaliza a comunidade no Campus.

mento e execução da CPPD.

AD - Quais serão as formas de incentivo à pesquisa?

Paulo - Vamos incentivar programas semelhantes aos já em funcionamento na SR-2, estimular a captação de recursos em agências de fomento, lutar pela ampliação das verbas orçamentárias para apoio à pesquisa e promover a recuperação de laboratórios, além de estabelecer programas para a modernização dos equipamentos existentes. Estimular o intercâmbio docente e a concentração de professores.

AD - Com o grande desequilíbrio salarial existente na universidade hoje, muitos professores que exercem a mesma função recebem salários diferenciados. Como a

Seminário discute serviço público e efeitos do Plano FHC

□ O Sintrasef- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do RJ promoveu nas duas primeiras semanas de agosto um Seminário onde a realidade dos SPFs e as relações de trabalho foram discutidas amplamente com as várias categorias de servidores públicos e trabalhadores do setor privado. A ADUFRJ e a ANDES-SN, entre outras entidades ligadas à educação, estiveram presentes nos debates "Seguridade Social e Previdência - um direito do trabalhador" e "É pesadelo ou Real", com a presença do Economista Ademar Mineiro, do DIEESE. O Seminário não teve caráter deliberativo, mas as propostas surgidas durante o evento deverão ser encaminhadas às instâncias deliberativas dos movimentos.

SAÚDE

No debate sobre saúde e previdência prevaleceu a tese da defesa imediata do Sistema Único de Saúde - SUS - para todos os cidadãos, incluindo os SPFs. Segundo a debatedora Claudia Di Lourenço, do Sindsef/ MG e do conselho municipal de saúde de Belo Horizonte, o SUS aprovado na Constituição de 88, representa a unificação dos hospitais e a regionalização da saúde, ou seja, cada município através dos Fundos de Saúde (nacional, estadual e municipal) fica responsável pela saúde local, sendo fiscalizado diretamente pela população do município nos Conselhos de Participação Popular.

A criação dos fundos de saúde consta na Lei Orgânica da Saúde aprovada dois anos depois da aprovação dos SUS. Durante a constituinte, em 88. Para Cláudia, a falta de interesse político para a questão da saúde pública é o principal motivo dos fundos ainda não existirem na prática. Segundo a sindicalista, o Conselho de Participação Popular, paritário entre usuários e prestadores de serviço, é o instrumento da sociedade e dos trabalhadores para a fiscalização do SUS. "O setor privado tem por lei que se submeter ao setor público na área da saúde, mas o que acontece é o inverso, quando quase todos os recursos públicos estão sendo administrados pelas fundações de capital privado e nos tomando reféns dos planos de saúde e dos hospitais privados".

ASSISTÊNCIA

A Assistência Social foi abordada por Hilda Oliveira, presidente do Conselho Regional de Serviço Social/RJ. A representante do CRSS lembrou que a Assistência Social só foi regulamentada em dezembro do ano passado e que apesar da resistência de alguns setores do movimento, assistência não é assistencialismo. A política social que está sendo proposta pelo movimento dos SPFs em conjunto com outros segmentos da sociedade é uma política integra-

da com uma política econômica voltada para o resgate da cidadania e que dê respaldo para as questões sociais, combatendo o estado atual de pobreza e miserabilidade de grande parte da população brasileira.

SEGURIDADE

A proposta do governo para Seguridade dos SPFs que está tramitando no Congresso Nacional foi rejeitada entre as categorias dos servidores. Segundo a Coordenação Nacional das Entidades dos SPFs, reunida em Brasília em 22 de agosto, o PL n° 4379/94 que trata da questão da Seguridade Social dos servidores não foi negociado com o movimento e não está de acordo com as propostas da categoria, que defende que a Assistência Integral à Saúde e Social dos servidores seja prestada pelo Sistema Único de Saúde. A defesa do SUS pelas entidades que representam os SPFs é uma forma de defender, fortalecer e consolidar o sistema

A construção do SUS é a construção da própria cidadania.
Cláudia Di Lourenço

único como condição básica para a existência de uma saúde pública e de boa qualidade para todos os cidadãos.

Ruth Gusmão, diretora do Sintrasef e da Condsef, diz que "quando a lei diz que o servidor pode ser atendido tanto pelo SUS quanto pelo órgão em que trabalha, ou ainda, através de convênios, a saúde pública fica comprometida e se abre espaço para a privatização e o sucateamento da saúde pública". A relatoria do PL de seguridade está a cargo da Deputada Maria Laura do PT/DF, que segundo a Condsef tem fortes divergências com as posições da categoria. Independente da posição contrária dos SPFs, a deputada garantiu a aprovação na Comissão de Trabalho da Câmara de um substitutivo ao Projeto de Seguridade Social para ser aprovado pelo congresso em caráter de urgência urgentíssima, que em linhas gerais reproduz a mesma concepção privatista do governo federal.

A Coordenação Nacional dos SPFs

enviou pedido aos líderes de partidos da Câmara que retirem o caráter de urgência urgentíssima do Projeto para que este seja melhor debatido entre os senadores e o Congresso.

REAL

De acordo com Ademar Mineiro, Economista do Departamento Intersindical Estudos Econômicos e Sociais - DIEESE, os salários foram sem dúvida os mais prejudicados durante a implantação do Plano Real. Para o economista, o governo optou por um calendário de implantação da URV como indexador da economia de acordo com um "calendário eleitoral". Ou seja, na segunda fase do plano, quando os preços deveriam ter tido tempo para serem alinhados aos salários já defasados, o governo apressou a entrada da real em circulação e ainda deixou os preços livres durante um período de mais de 10 dias antes do 1° de julho. Dessa forma, a equipe econômica conseguiu expurgar mais uma vez a inflação e criar uma falsa idéia de estabilização, com os preços altos e os salários novamente sem o mesmo poder de compra do período da data-base.

A 3ª fase do Plano FHC, segundo Ademar Mineiro, é nada mais do que uma reforma monetária em uma fase transitória até o final das eleições. "A grande questão é saber por quanto tempo o governo vai poder sustentar o Plano? As diversas instituições que estimam as taxas da inflação já estão revendo suas previsões e apontam crescimento para os próximos meses". O economista alertou ainda que o plano tende a se esgotar exatamente durante o período eleitoral, quando a inflação atingir um ponto onde as indústrias, os proprietários de imóveis, os donos de escolas, a assistência médica privada, seguradoras, todos os que vivem de contratos vão querer recuperar as perdas, inclusive os assalariados. "A taxa de inflação de setembro só vai ser divulgada depois do dia 3 de outubro. Até lá o governo ganha tempo para nos fazer acreditar na ilusão da estabilização".

AD jurídico

Sucumbência, o pesadelo das entidades sindicais dos SPFS

Os planos econômicos produzidos pelos governantes têm levado as entidades de classe a entrarem com processos na justiça para recuperar os salários e os direitos perdidos. Contrariando o artigo 240 do RJU- Regime Jurídico Único - a Justiça do Trabalho se considera incompetente para solucionar questões que envolvam os Servidores Públicos Federais. As ações são então encaminhadas à Justiça Federal. Só tem um problema: se a entidade vier a perder a ação, terá que arcar com o pagamento dos honorários advocatícios da União. Esta dívida decorre da sucumbência da Ação Judicial, ou seja, da perda da ação para o processado, no caso das ações trabalhistas dos SPFs, o governo federal.

O Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle - SINATEFIC- está sendo executado judicialmente por meio de processo em tramitação na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, justamente por decorrência de sucumbência. A dívida corresponde a 10% do valor da causa (R\$34.000,00) estabelecida pelos próprios advogados da União.

Resultado: o Sindicato teve que penhorar uma sala pertencente ao patrimônio do sindicato e onde funciona sua sede.

A Coordenação Nacional dos SPFs, em audiência realizada no dia 25 de julho, manifestou ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, que a cobrança de custos e honorários inviabilizam o direito à sindicalização dos servidores públicos, garantido na Constituição de 1988, e que é necessário integrar a legislação reguladora da sucumbência aos princípios constitucionais que visam democratizar o acesso à justiça. O procurador reconheceu a necessidade de se alterar a legislação.

J . O . R . N . A . L

ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

ANDES-SN

Nº 7
SETEMBRO/94

ADUFRJ

Professores das IFEs preparam pauta de reivindicações. Plenária dos SPFs prepara pauta emergencial. Página 11

PLANO VERÃO PARA TODOS



ADUFRJ está aguardando a resposta da reitoria em relação a Ação do Plano Verão. Na audiência com o reitor da UFRJ, Paulo Alcântara Gomes, dia 15 de setembro, a Diretoria da ADUFRJ e Assessoria Jurídica solicitaram que a reitoria incorpore o percentual de 26,05% aos vencimentos dos professores, referentes à URP de fevereiro de 1989. O nosso processo tem decisão e recursos análogos ao processo do SINTUFRJ e deveria, portanto, ter tratamento semelhante. A assessoria jurídica da ADUFRJ lembrou ao reitor que o Agravo de Instrumento, pedido pela UFRJ em novembro de 93, não tem efeito suspensivo e o Tribunal Superior do Trabalho já tem posição firmada em Enunciado, concedendo as diferenças salariais. No encontro, o reitor se mostrou favorável ao pleito. Prometeu consultar o Procurador da UFRJ e dar uma resposta oficial até o dia 22 de setembro. Paulo Gomes ainda não respondeu à ADUFRJ. Acreditamos que a resposta será positiva, podendo tal reajuste entrar já na próxima folha de pagamento.

No dia seguinte à audiência, a diretoria da ADUFRJ encaminhou uma petição ao reitor requerendo a integração dos 26,05% aos vencimentos dos professores, conforme decisão judicial da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho.

A ação da ADUFRJ já havia sido julgada procedente pelo TRT em 30 de agosto de 1993, praticamente um ano

antes do resultado da ação do SINTUFRJ. A UFRJ interpôs o recurso de revista em 19 de outubro de 93. O mesmo foi indeferido em 22 do mesmo mês e o processo foi encaminhado à 34ª Junta de Conciliação e Julgamento do TRT para início da execução. Posteriormente a UFRJ entrou com um agravo de instrumento em 11 de novembro para que o recurso de revista voltasse para o TST. É importante ressaltar que, nesta ocasião, o ex-reitor Nelson Maculan poderia ter efetuado a incorporação do Plano Verão, mas optou por não fazê-lo.

Quebra da isonomia

As disparidades salariais na UFRJ, decorrentes das ações judiciais estão quebrando a isonomia. Alguns recebem salários diferentes embora exercendo as mesmas funções. A incorporação dos 26,05% do Plano Verão é uma medida que visa corrigir parte das distorções existentes no interior da universidade. Uma parcela significativa de professores e servidores técnicos-administrativos já estão recebendo este reajuste. A ação do SINTUFRJ teve parecer favorável em 2ª instância e a reitoria mandou incorporar os 26,05% aos vencimentos no mês de setembro.

Esperamos que a reitoria dê o mesmo tratamento para a ação da ADUFRJ. Além disso, iremos nos empenhar para resolver a situação dos professores que estão fora da ação por terem ingressado na UFRJ após fevereiro de 1989 e outros casos pendentes.

Nada é ousado recebe 77,93% dos votos

A chapa 1, Nada é ousado a quem tudo se atreve ganhou a eleição para o Diretório Central dos Estudantes da UFRJ para gestão 94/95. A chapa 1 ganhou disparado com 77,93% dos votos válidos. A chapa 2, Agente quer mudança, obteve 22,07% dos votos. 8.023 estudantes votaram nesta eleição. A chapa 1 teve 5.972 votos, enquanto que "Agente quer mudança" recebeu 1691 votos. 337 estudantes votaram nulo e 23 em branco. Esperamos que com a reorganização do DCE Mario Prata, o movimento estudantil da universidade retome seu espaço de luta em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Eleições 94

Faça a escolha certa! 80% dos atuais parlamentares são candidatos nas eleições de 3 de outubro. Confira a atuação dos deputados federais do Rio de Janeiro em votações nesta legislatura. Páginas 7, 8 e 9.

46ª Reunião Anual da SBPC. ANDES-SN cria Fórum Nacional de Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento. Páginas 5 e 6

AD editorial

Ilusões & Eleições

Há muito tempo que a grande maioria da população brasileira vem sofrendo as conseqüências de um modelo econômico perverso: arrocho salarial, desemprego, violência nos grandes centros urbanos, desigualdade social e milhões de pessoas na mais absoluta miséria. Com o atual salário mínimo de 70 reais, um dos mais baixos do mundo, os trabalhadores não conseguem nem mesmo comprar os produtos da cesta básica. Até os salários dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior estão se deteriorando com as perdas que se acumulam ao longo do tempo.

Com a implantação do Plano Real, os preços altos parecem estar contidos e a inflação controlada. Essa é a sensação geral e é uma sensação boa. A que preço esta estabilidade foi alcançada?

Para manter o equilíbrio orçamentário, o governo utilizou o Fundo Social de Emergência para efetuar profundos cortes nas verbas das áreas sociais, transferindo bilhões de dólares da saúde e da educação para garantir as reservas cambiais. Para conter a alta dos preços, o governo reduziu as alíquotas de importação de milhares de produtos, o que poderá provocar o sucateamento do parque industrial brasileiro, gerando mais desemprego.



A sustentação deste plano parece estar sendo feita por um poderoso tripé da ilusão formado pelos grandes oligopólios, pela máquina do governo e pela mídia, articulados entre si.

Os oligopólios chegaram a fazer um pacto para manter os preços estáveis até as eleições. Alguns empresários não tiveram escrúpulos em declarar que realmente estavam segurando seus preços para garantir a vitória do candidato oficial. A interferência do poder econômico também é decisiva para sustentar as campanhas milionárias e garantir a eleição de seus representantes.

A máquina administrativa do governo é

a responsável pela sustentação institucional do plano. O ex-ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, chegou a enviar um ofício ao presidente Itamar propondo a inauguração do Terminal Portuário de Barra dos Coqueiros em Sergipe para "beneficiar o nosso candidato" Fernando Henrique Cardoso.

A mídia, sustentação ideológica do plano, exerce uma enorme influência sobre a opinião pública. Os meios de comunicação procuram convencer a todos que o plano está dando certo e que daqui para a frente tudo vai ser diferente. As declarações do ex-ministro Ricupero,

captadas pelas antenas parabólicas, revelaram o poder avassalador da mídia. Ricupero confessou que não tinha escrúpulos em esconder o que era ruim e admitiu estar utilizando a Rede Globo para fazer campanha do candidato da situação. Tudo vem sendo cuidadosamente executado para esta finalidade.

A eleição deste ano será muito importante para os destinos do nosso país. Os cidadãos e, em particular, os professores devem pensar bastante neste momento para que toda esta manipulação ideológica não ofusque a realidade. As desilusões com a política não devem nos conduzir a uma escolha baseada nas primeiras aparências.

Neste número do JORNAL ADUFRJ estamos reproduzindo um material do DIAP sobre a performance dos congressistas do Rio de Janeiro em votações importantes. É a nossa contribuição para que o passado, muito diferente do que algumas campanhas estão mostrando, sirva de parâmetro para a escolha de nossos representantes, já que cerca de 80% dos congressistas são candidatos à reeleição.

Exerça bem o seu direito de cidadão nesta eleição!

AD JURÍDICO

Ação da ANDES-SN libera FGTS

A Justiça Federal julgou a Ação Judicial impetrada pela ANDES-SN para a liberação dos depósitos do FGTS. A Juíza, Dra Salette Maccalóz, liberou as ações dos professores que continuaram na ação da ANDES-SN. Em fevereiro de 1992, a ADUFRJ já havia conseguido liberar o FGTS de quase 300 professores através de uma liminar na Justiça Federal. Naquela ocasião, não foi possível liberar o se-

gundo lote desta ação pois a liminar foi cassada pouco tempo depois. Este segundo lote foi incorporado à ação nacional da ANDES-SN, que tramitou no Rio de Janeiro.

Tendo em vista a iminência de liberação dos depósitos face às alterações legais ocorridas posteriormente ao julgamento da ação, os advogados reduziram os honorários contratados para 6% sobre o valor liberado.

ANDES-SN reconhecida legalmente



A ANDES-SN foi reconhecida legalmente como entidade sindical representativa dos docentes das Instituições de Ensino Superior. O reconhecimento partiu do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do processo que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Cultura (CNTEEC) moveu contra a ANDESSN que se negou a prover as pretensões daquela Confederação. Este julgamento deu-se em última instância no STF, a mais alta Corte Judiciária do país, e é irrecorrível.

MERCADANTE NA UFRJ

A comunidade e as entidades representantes dos docentes, estudantes e técnicos-administrativos da UFRJ foram convidadas para um encontro com candidatos da Frente Brasil Popular. Aloízio Mercadante, candidato a vice de Luiz Inácio Lula da Silva, falou sobre o programa de governo da Frente.

O auditório do Roxinho ficou lotado. O candidato a vice-presidente, na chapa da Frente Brasil Popular, se sentiu bem à vontade no território acadêmico da UFRJ. Abriu o encontro com a comunidade universitária lembrando sua atuação no movimento docente em 81, quando esteve no Roxinho participando de um CONAD como vice-presidente da ANDES-SN. Lembrou que na época os docentes estavam em luta pelo fim do regime militar. Bom, mas o Mercadante veio mesmo para falar do programado governo do Lula.

Segundo Mercadante, o Brasil vem resistindo a ser apenas uma grande plataforma de exportação, como querem os candidatos que defendem uma Revisão Constitucional que leve o país para o neoliberalismo. Sobre o projeto neoliberal, Mercadante não tem dúvidas; “o sucateamento da universidade, a falta de recursos do governo, os baixos salários dos professores e funcionários são na

verdade uma estratégia de ceder o lugar da ciência e tecnologia para as empresas privadas, tornando a universidade apenas um apêndice deste mercado”.

Para o economista, o país tem que disputar novas formas de produção, investir nas tecnologias avançadas, mas não sem reformas fundamentais. A primeira reforma do governo petista será, segundo Mercadante, matar a fome do brasileiro, o que para ele significa implementar uma política de reforma agrária que garanta terra para o pequeno e médio produtor e alimentos mais baratos para a população. “Serão 2 milhões e 180 mil pequenos agricultores”, afirmou.

A segunda prioridade do governo petista será a educação no país que conta hoje com um total de eleitores de 94 milhões, dos quais 9 milhões são totalmente analfabetos. O candidato disse que educação não pode ser um problema de verbas, já que o Plano FHC retirou verba da educação para jogar no Fundo Social de Emergência, que para ele, só vem

servindo para sustentar a campanha de Fernando Henrique Cardoso, assegurando o Real como uma moeda forte no câmbio nacional e internacional.

Mercadante fez um convite aos deputados do país a serem serviço público de saúde para sentirem na prática o caos em que se encontra a saúde, mas não explicitou nenhuma proposta concreta sobre o problema. Falou sobre a importância de verbas para garantir um programa de renda mínima para o cidadão. “A sociedade só será democrática quando o filho de uma empregada doméstica tiver a mesma chance de frequentar a universidade que o filho do reitor”, concluiu.

A diretoria da ADURJI se coloca à disposição para participar de debates ou palestras de demais presidentes, candidatos a governador ou deputados de qualquer partido, que venham a acontecer no espaço da universidade durante esta campanha, resguardando a autonomia e independência desta entidade.

✓ agenda

10 a 14 de outubro - Semana do Professor. Participe das atividades promovidas pela Regional da ANDES-SN em conjunto com as ADs do Rio de Janeiro. Dia 14 haverá o lançamento da Revista Universidade e Sociedade nº 7 e outras publicações da ANDES-SN. O evento acontecerá no Salão Muniz de Aragão - Praia Vermelha - às 17 horas, com a presença do presidente da entidade, Luiz Henrique Schuch, e debate com os autores.



3 DE OUTUBRO – ELEIÇÕES



17 e 18 de outubro - Eleições para a CPPD da UFRJ, para representante de categorias. Local: Decanias e Unidades. As inscrições estão abertas até o dia 30 de setembro.



5, 6 e 7 de outubro 4ª Feira Cultural do Centro de Letras e Artes (CLA). Música, exposições, palestras, comidas típicas, artesanatos, toda a produção artística e cultural da UFRJ estará presente neste encontro. Já estão confirmadas várias atividades reunindo todos os segmentos da universidade. A ADUFRJ estará presente apresentando um painel com a história do movimento docente e sua interferência na vida da universidade. No evento estaremos vendendo as revistas da ANDES-SN.

SBPC discute Ética e Democracia

Durante a 46ª Reunião anual da SBPC, a ANDES-SN propôs a criação do Fórum de Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento. O Fórum será uma instância democrática da sociedade, garantindo a qualidade e permanência das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico do país.



Cerca de 15 mil pessoas circularam diariamente pelos eventos da 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de 17 a 22 de julho, em Vitória. Foram realizadas 173 mesas redondas, conferências e simpósios e 231 sessões de comunicações coordenadas, orais e painéis.

Durante o evento, foi proposto pela ANDES-SN, SBPC e ANPG (Associação de pós-graduandos) a criação de um Fórum Nacional de Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento. A criação do Fórum significa viabilizar "uma instância democrática e socialmente representativa de elaboração e controle das políticas de desenvolvimento em C&T, garantindo a qualidade e permanência destas políticas, bem como a Intensificação do apoio à pesquisa e à articulação dos organismos de fomento". O Fórum de C&T e Desenvolvimento terá autonomia perante governos e União e será controlado pela sociedade civil comprometida com a democracia, a educação e a cidadania.

A 46ª Reunião da SBPC homenageou o jornalista Barbosa Lima Sobrinho,

presidente da ABI e membro da Academia Brasileira de Letras, por sua luta pela democracia, cidadania e ética na vida pública. O tema central do encontro foi "A Ética e a Consolidação da Democracia". A ética esteve presente em vários debates. A SBPC discutiu ainda o estado atual da ciência no país, a crise estrutural de nosso desenvolvimento em C&T e o minúsculo financiamento à pesquisa.

Universidade

A crise da universidade e a sua insuficiente produção científica também mereceram especial atenção no encontro. Reitores, ANDES-SN, docentes e pesquisadores das IFES discutiram não só a universidade como o ensino de 1º e 2º graus. Segundo a maioria dos participantes, a universidade brasileira tem que mudar, abrir-se para as críticas externas, promover com urgência sua autocrítica, superar o corporativismo e implementar mecanismos de aproveitamento racional dos recursos e de melhoria da qualidade dos serviços que presta à comunidade.

A diretoria da SBPC aprovou 13 moções destinadas a autoridades federais e estaduais. Por falta de quórum para deliberações pela Assembleia Geral Ordinária, a diretoria assumiu a responsa-

bilidade pelas aprovações. Na Moção sobre a Lei de Patentes, a SBPC solicita ao presidente Itamar que não se vergue às pressões e ameaças de retaliação dos EUA contra o Brasil e que reitere, na conferência de Cúpula das Américas e na sessão inaugural da ONU, que a soberania, liberdade e independência brasileiras não têm preço.

Presidenciáveis

A SBPC convidou todos os candidatos à Presidência da República a comparecerem ao encontro. Só atendente ao convite Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 18 e Leonel Brizola, dia 21.

Na 1ª Jornada de Iniciação Científica, promovida paralelamente à Reunião, nove dos 1.133 trabalhos inscritos por universitários de todo o Brasil receberam prêmios no valor de US\$ 3 mil ao todo.

A 47ª Reunião da SBPC já tem local definido e será em São Luis-MA. O Conselho da SBPC escolheu a proposta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de sediar a próxima reunião da SBPC em 95. Ainda no primeiro semestre de 95 a SBPC promoverá uma reunião especial na Universidade Federal do Mato Grosso, com data ainda não confirmada.

Manifesto de criação e adesão ao FÓRUM DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Na 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, realizada em Vitória, a ANDES-SN, a SBPC e ANPG apresentaram à comunidade científica e à sociedade em geral a proposta de constituição de um Fórum Nacional de Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento.

Este Fórum deve se constituir em instância democrática e socialmente representativa de elaboração e controle das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico,

garantindo a qualidade e a permanência destas políticas, bem como a intensificação do apoio à pesquisa científica e tecnológica e a articulação dos organismos executores e de fomento.

O Fórum atuará de forma autônoma de governos e de Estado, e deverá ser uma instância de organização da sociedade civil, comprometida como Democracia, a Educação e a Cidadania na perspectiva de fortalecer o espaço público e reverter a apropriação privada do

Estado. Conclamamos as entidades que concordarem com os princípios expostos acima e que queiram compor o referido Fórum a subscreverem este documento e a participarem da primeira reunião a ser marcada brevemente.

Vitória, 18 de julho de 1994

Assinaram o manifesto o Presidente da ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, o Presidente da SBPC, Aziz Nacib Absaber, a ANDIFES e o Presidente da UNE, Fernando Gusmão.

Algumas moções aprovadas na 46ª - Reunião da 513PC

Lei de patentes

A moção propõe alterações no projeto-de-lei de patentes, que compromete o futuro da ciência no Brasil em áreas relacionadas com a vida do cidadão, como os medicamentos e alimentação, e põe em risco o acesso ao patrimônio genético dos trópicos que passaria à propriedade monopolica de pequeno grupo de corporações transnacionais. Compromete também o futuro da agricultura pelo controle das sementes e veda à livre circulação aos conhecimentos. A comunidade científica rejeita as pressões descabidas de governos hegemônicos, intervindo em questões internas de responsabilidade exclusiva do país. O projeto 115/93 da Lei de Patentes, está tramitando no Senado e pode ser votado em

Plenário a qualquer momento. A moção vai ser enviada ao presidente da República, ao presidente da Câmara dos Deputados, aos relatores das Comissões e de Constituição e Justiça e de Economia do Senado e a todos os senadores.

O Fórum Pela Liberdade do Uso do Conhecimento, do qual a ANDES-SN participa, elaborou uma análise do projeto aprovado pela Câmara Federal sobre a propriedade industrial. Por esta análise, a Lei de Patentes vai provocar desindustrialização, desemprego, dependência tecnológica e tomar o Brasil dependente das importações em setores vitais para as condições de vida e de saúde da população. O dossiê completo sobre a Lei de Patentes pode ser encontrado na sede da ADUFRJ e está disponível a todos os professores para consulta.

Patenteamento de seres vivos

A moção pede ao Senado Federal alteração do Projeto-de-Lei de Propriedade Industrial, tendo em vista impedir o patenteamento de organismos transgênicos e incluir artigo que remeta para lei especial a regulamentação da propriedade intelectual no campo da biologia. Motivos: Implicações sociais e éticas, falta de consenso internacional sobre o assunto e possibilidade de se regulamentar mais tarde as inovações nessa área.



Conselho de Comunicação Social

A SBPC solicita ao Congresso Nacional a ativação do Conselho de Comunicação Social, instituído pela Constituição de 88. A SBPC entende o Conselho como um instrumento fundamental para à democratização dos meios de comunicação no país. Moção enviada aos presidentes do Senado e da Câmara, lideranças partidárias, Federação Nacional dos Jornalistas, Associação Brasileira de Imprensa e procurador geral da República.

A ANDES-SN realizou nos dias 8 e 9 de setembro o I Seminário de Comunicação Social da entidade. No evento foi colocada a necessidade imediata de se regulamentar e instalar o Conselho de Comunicação Social para que a sociedade possa exercer o controle efetivo da mídia e suas aplicações.

Acordo Gatt

O acordo foi firmado pelo Brasil em janeiro deste ano e o governo só encaminhou ao Congresso Nacional os termos do acordo em julho com proposta de caráter de urgência urgentíssima. A SBPC solicita ao Congresso que não aprecie esse acordo nestas condições, emitindo a ampla discussão do assunto pela sociedade civil.

Moção enviada aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

Cientistas no exterior

A SBPC solicita o retorno da legislação anterior que concedia aos ministros de Ciência e Tecnologia e do MEC o poder de autorizar o afastamento do país de professores e pesquisadores de instituições federais. A legislação atual, segundo a SBPC, só contempla afastamentos apoiados pelas agências de fomento nacionais, fere a autonomia universitária e pune pesquisadores e professores que, pelos seus méritos científicos, logram obter financiamentos no exterior. Moção enviada ao presidente da República e aos ministros da Educação e da C & T.

A importância do Fórum

Com o objetivo de obscurecer a conexão entre os males sociais e o modo de organização econômica, o discurso literal tenta vinculá-los à intervenção da esfera pública, ao mesmo tempo em que os detentores do argumento se rearticulam buscando novas formas de praticar a apropriação seletiva do Estado.

Cria-se a "onda das privatizações", que inclui, sutilmente, submeter os espaços públicos das universidades, escolas e centros de pesquisa à lógica do mercado, definindo a priori, o campo das possibilidades do saber. O achatamento

salarial, a submissão absoluta ao presente e os corporativismos funcionam internamente rebaixando o patamar de autocrítica, como pré-condição para obter a renição de alguns setores à concepção utilitarista de sua atuação.

Esse movimento tem a mesma vertente que reduz os investimentos em ciência, tecnologia e educação no terceiro mundo, pois se coaduna com a reestruturação produtiva mundial que concentra o conhecimento estratégico enquanto amplia os mercados consumidores.

Na maioria dos países, o Es-

tado tem sido o principal investidor de recursos em ciência e tecnologia. Assim também, no Brasil, os escassos 0,6% do PIB aplicados no setor advém, em termos gerais, de fundos públicos federais ou estaduais, tendo-se reduzido, cada vez mais, ao item capacitação de pessoal.

Neste quadro, a consecução de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico socialmente responsável, que possibilite a soberania cultural, política e econômica do país, somente poderá ser conquistada com a participação permanente da sociedade, por uma

*Luiz Henrique Schuch
Presidente da ANDES-SN*

ampla articulação de suas organizações em nível nacional e regional. Isto não se confunde com o papel do governo que, aliás, só tem demonstrado não querer ou não poder resistir à tutela externa, frustrando as expectativas da comunidade científica, mesmo quando constitui novos espaços formais, em seus escalões, destinados ao gerenciamento da ciência.

A criação do Fórum Nacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, durante a 46ª SBPC, foi o início desta articulação, que precisa ser agora fortalecida para que cumpra seu papel.



Faça a escolha certa

80% dos atuais congressistas são novamente candidatos nestas eleições. O DIAP preparou um dossiê com a atuação de todos os parlamentares do Congresso Nacional, durante a atual legislatura. O documento pode ajudar muita gente a reconhecer seus candidatos de acordo com o perfil político e ideológico de cada um.

Tão importante quanto a eleição do presidente da República é a escolha dos nossos representantes para a renovação do Congresso Nacional. Segundo o DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, aproximadamente 80% dos atuais parlamentares são candidatos nas eleições de 3 de outubro. O DIAP preparou um levantamento sobre a atuação Parlamentar, com uma avaliação de desempenho dos deputados e senadores nos últimos quatro anos. O documento foi publicado na edição nº 8 do Boletim do DIAP em agosto deste ano.

Foram selecionadas 12 votações, consideradas expressivas, para mostrar como votaram os deputados e senadores e identificar o grau de comprometimento deles com as reivindicações dos trabalhadores ou com as chamadas teses neoliberais, que valorizam o mercado reduzindo ao máximo os compromissos sociais do Estado.

O jornal ADUFRJ procurou fazer um resumo do estudo desenvolvido pelo DIAP sobre a atuação de todos os parlamentares durante esta legislatura. A avaliação foi feita a partir da atuação dos parlamentares nas 12 votações escolhidas pelo DIAP. A tabela ao lado mostra como votaram os deputados federais do Rio de Janeiro.

Para o presidente do DIAP, João Arthur de Almeida Pinheiro, no Brasil "há um divórcio entre representantes e representados". O candidato normalmente procura o eleitor munido de um programa de trabalho, comprometendo-se a defendê-lo no Congresso. Mas o que se percebe é que na maioria das vezes o candidato eleito parece esquecer de suas próprias plataformas e rompe, muitas vezes de forma descarada, com a confiança depositada nas urnas por seu eleitor.

Foram 12 votações consideradas essenciais para a análise do perfil político e ideológico dos parlamentares desta legislatura. Tratam de vários assuntos, desde privatização, desregulamentação, política salarial até fidelidade partidária. O resultado desta consulta pode evidenciar para os eleitores o grau de comprometimento dos deputados e senadores com os pleiteios e reivindicações dos trabalhadores e o nível de adesão às teses neoliberais. A pesquisa pode ajudar os eleitores a definir melhor o voto e como isso não cair nas armadilhas de discursos e práticas diferenciadas.

(o resumo das votações está na página 8)

Entendendo o voto dos candidatos

As 12 votações escolhidas servem para conhecermos um pouco do perfil ideológico do parlamentar e o classificar de acordo com os critérios estabelecidos pelo DIAP

Os democratas e progressistas

São os que votaram segundo o interesse nacional e na busca da proteção dos direitos dos trabalhadores e portanto foram contrários às teses dos antitrabalhadores, dos ruralistas, dos neoliberais, dos conservadores e dos reacionários.

Os anti-trabalhadores

São os que se opuseram à proteção do salário e negaram aumento do salário mínimo, além de terem apoiado as propostas de desmonte da organização sindical. Aliados do governo Collor, votaram a favor de suas propostas de arrocho salarial e sacrifício aos trabalhadores e aposentados e apoiaram a iniciativa do governo de bloquear a ação sindical, negando-lhe meios de viabilização financeira, além de estabelecer várias restrições e punições à atuação dos dirigentes e da própria organização sindical. **Itens 1, 2 e 3 da tabela.**

Os neoliberais

São os que crêm no mercado acima de tudo e são contrários à proteção do Estado aos menos favorecidos, quando esta iniciativa significar interferência nos negócios privados. Entendem os neoliberais que o mercado não deve estar sujeito a controle social nem vinculado a compromissos éticos, devendo ter total autonomia em relação ao poder estatal. Nesta categoria estão os parlamentares que foram a favor do capital estrangeiro em detrimento do nacional, a mudança de conceito de empresa brasileira de capital nacional e a recusa de adoção no país de uma legislação

que resguardasse o interesse nacional quando houvesse boicote de outros países aos produtos brasileiros. Foram incluídos nesse pacote os que apoiaram as privatizações com moeda podre e os que foram contra a participação dos trabalhadores dos portos nos órgãos colegiados de gestão com igualdade de condições, bem como aqueles que votaram a favor do desmonte sindical. Itens 3, 4, 5, 6 e 7 da tabela.

Os ruralistas

Parlamentares que atuaram e votaram contra a cobrança de contribuição de 3% sobre a produção do empresário rural para a previdência, assim como pagam os pequenos produtores. Derrotaram a proposta de aumento do Imposto Territorial Rural-ITR dos latifúndios improdutivos. Itens 8 e 9.

Os conservadores

Defensores do status quo, contrários às mudanças na ordem política. Segundo o DIAP, podem ser classificados assim, com maior ênfase, os que foram contrários à fidelidade partidária e ao impeachment de Collor e também ao voto facultativo. Itens 10, 11 e 12.

Os reacionários

Todos os que tiveram a proeza de pertencer ao mesmo tempo a todos ou a mais de uma das bancadas ou blocos configurados pelo DIAP como os anti-trabalhadores, os neoliberais, os ruralistas e os cnservadores.

Atuação dos deputados federais do Rio de Janeiro nas 12 votações escolhidas. Fonte Boletim Diap - agosto/94

NOME/ESTADO	PARTIDO	AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO	GATILHO SALARIAL	DESMONTE DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL	PATENTE DISPOSITIVO QUE IMPEDIR FISCALIZAÇÃO NOS PRODUTOS RURAIS	PORTOS-ORGÃO COLEGIADO COM RESTRIÇÃO PARTIDÁRIA	MOEDA PODRE NA PRIVATIZAÇÃO	NETRA PROTEÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA	AUMENTO DO IMPOSTO SOBRE LATIFÚNDIO IMPRODUTIVO	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PRODUÇÃO RURAL	IMPEACHMENT DE COLLOR	VOTO FACULTATIVO	FIDELIDADE PARTIDÁRIA	QUANT. DE VOTOS NA REVISÃO
RIO DE JANEIRO														
ALDIR CABRAL	BL/PFL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	11
ALVARO VALLÉ	PL	AUSENTE	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	23
AMARAL NETTO	PPR	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	22
AROLDE DE OLIVEIRA	BL/PFL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	14
ARTUR DA TAVOLA	PSDB	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	42
BENEDITA DA SILVA	PT	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	1
CARLOS A. CAMPISTA	PDT	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	6
CARLOS LUPI	PDT	LICENCIADO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	LICENCIADO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	25
CARLOS SANTANA	PT	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	1
CIDRINA CAMPOS	PDT	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	8
FERNANDO LOPES	PDT	LICENCIADO	FAVORÁVEL	LICENCIADO	LICENCIADO	LICENCIADO	LICENCIADO	OBSTRUÇÃO	LICENCIADO	LICENCIADO	LICENCIADO	OBSTRUÇÃO	ABSTENÇÃO	-
FLAVIO PALMER DA VEIGA	PSDB	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	20
FRANCISCO DORNELLES	PPR	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	53
FRANCISCO SILVA	PP	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	1
JAIR BOLSONARO	PPR	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	OBSTRUÇÃO	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	96
JAMIL NACDAD	PSB	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	LICENCIADO	LICENCIADO	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	-
JANDIRA FEHALLI	PC DO B	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	LICENCIADO	LICENCIADO	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	-
JOAO MENDES	PTB	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	21
JOSE CARLOS COUTINHO	PDT	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	1
JOSE EGYDIO	PL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	3
JOSE MAURICIO	PDT	LICENCIADO	FAVORÁVEL	LICENCIADO	LICENCIADO	LICENCIADO	LICENCIADO	OBSTRUÇÃO	LICENCIADO	LICENCIADO	LICENCIADO	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	-
JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	14
JUNOT ABRAMIA	PDT	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	8
LAERTE BASTOS	PSDB	FAVORÁVEL	SUPLENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	8
LAPROVITA VIEIRA	PP	CONTRÁRIO	AUSENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	11
LUIZ SALOMAO	PDT	LICENCIADO	FAVORÁVEL	LICENCIADO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	LICENCIADO	CONTRÁRIO	LICENCIADO	LICENCIADO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	32
MARCIA CIBILIS VIANA	PDT	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	16
MARINO CLINGER	PDT	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	-
MIRO TEIXEIRA	PDT	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	38
NELSON BORNIER	PL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	13
PAULO DE ALMEIDA	PSD	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	FAVORÁVEL	15
PAULO PORTUGAL	PP	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	3
PAULO RAMOS	PDT	FAVORÁVEL	SUPLENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	87
REGINA GONDILHO	PRONA	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	ABSTENÇÃO	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	131
ROBERTO CAMPOS	PPR	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	49
ROBERTO JEFFERSON	PTB	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	AUSENTE	105
RUBEM MEDINA	BL/PFL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	51
SANDRA CAVALCANTI	PPR	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	ABSTENÇÃO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	39
SERGIO AROUCA	PPS	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	123
SERGIO CURY	PDT	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	AUSENTE	FAVORÁVEL	AUSENTE	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	8
SIDNEY DE MIGUEL	PIV	FAVORÁVEL	AUSENTE	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	10
SIMAO SESHIM	PPR	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	-
VIVALDO BARBOSA	PDT	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	OBSTRUÇÃO	OBSTRUÇÃO	1
VLADIMIR PALMEIRA	PT	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	OBSTRUÇÃO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	-
WANDA REIS	PMDB	CONTRÁRIO	AUSENTE	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	4

Os nossos sistemas eleitorais

As distorções do sistema proporcional e o peso de cada votação

No Brasil, os membros do Congresso Nacional são eleitos por dois sistemas eleitorais. Os deputados, representantes do povo, são eleitos pelo sistema proporcional. Os senadores, representando os Estados são eleitos pelo sistema majoritário.

No sistema proporcional o número de deputados é fixado de acordo com o tamanho do eleitorado, sendo distribuído proporcionalmente por cada Estado, ou seja, o número de deputados por Estado varia conforme a quantidade de eleitores deste mesmo Estado.

O número de Senadores é fixo. São três representantes para cada unidade da federação, sendo que cada eleitor pode votar em dois candidatos nesta eleição. Isto faz com que haja um equilíbrio político entre os Estados ricos e os pobres, evitando que os primeiros façam uma legislação que ponha em risco ou prejudique os estados mais fracos. Segundo o DIAP, fica evidente o quanto é desproporcional a

representatividade do povo na câmara dos deputados. As distorções chegam a ser absurdas. O voto de um eleitor de Roraima, que vota em seu estado de origem, vale 22 mais do que um roraimense que vota no Estado de São Paulo.

Para o DIAP essa distorção tem como consequência um Congresso conservador, fisiológico e indiferente a grandes questões nacionais. O Departamento aponta que a maioria dos parlamentares eleitos por esses estados favorecidos pela distorção só aparecem nas votações em que os interesses dos empresários locais estão em jogo ou quando há riscos de mudanças nessa representação desigual.

Na hora de votar o eleitor deve estar atento. São duas cédulas a serem preenchidas. Na cédula amarela o eleitor escolhe seu candidato a presidente, a governador e os dois senadores. Na cédula branca os votos são para o deputado federal e para o estadual. Vale lembrar que neste caso podemos votar apenas na legenda ou no partido.

As votações escolhidas pelo DIAP

AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

Votação da Emenda Substitutiva nº 7, do deputado Paulo Paim aumentando de CR\$ 230.000,00 para CR\$ 280.000,00 o valor do salário mínimo previsto no Projeto de Lei 2.747/92. A emenda foi rejeitada pelos conservadores.

GATILHO SALARIAL

Emenda nº 283 ao PL de Conversão nº 7/91 apresentado à medida provisória nº 295/91, estabelecendo regras sobre preços e salários. A emenda instituía um gatilho salarial sempre que a inflação atingisse mais de 6,5% no trimestre, ao contrário da MP do Collor que congelava os salários por um ano. A emenda foi rejeitada por 222 contras, 130 a favor e uma abstenção, num total de 353 votantes.

DESMONTE DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Requerimento que além de trocar a política salarial por uma política de abono, incluía no texto o desmonte da organização sindical. Felizmente o requerimento foi rejeitado.

PATENTE - DISPOSITIVO QUE IMPEDE DISCRIMINAÇÃO AOS ARTIGOS BRASILEIROS

Emenda ao PL 824/91 que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

A emenda incorpora ao Direito Brasileiro a lei americana nº 130, que autoriza a suspensão dos benefícios da lei de patentes ao país que praticar discriminação aos produtos brasileiros. A proposta foi rejeitada.

PORTOS - PARIDADE

Emenda ao PL 8/91, instituindo órgão colegiado com paridade entre trabalhadores e empregadores com participação de um representante do governo, encarregado da gestão dos portos. Rejeitada

MOEDA PODRE NA PRIVATIZAÇÃO

Em uma expressiva votação com quórum de 410 parlamentares, a utilização de moedas podres no programa de privatização do governo foi aprovada no Congresso por 290 votos contra 117 e 3 abstenções. No Senado, 34 votos favoráveis, 28 contrários e uma abstenção.

Permite que o detentor de título de dívida pública, interna ou externa, possa trocá-la com seu valor em moeda sem qualquer limite ou deságio, por ações da empresa em processo de privatização, como foi o caso da Usiminas.

RETIRA PROTEÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA

Parecer nº 4, do deputado Nelson Jobim, relator da revisão constitucional, que acaba com o conceito de empresa brasileira de capital nacional. O parecer alega discriminação ao capital estrangeiro. Empresas brasileiras e estrangeiras ficam em igualdade de condições. Todos os países desenvolvidos protegem suas empresas. Resultado: 290 favoráveis ao capital estrangeiro e 61 contrários.

AUMENTO DE IMPOSTO SOBRE LATIFÚNDIO IMPRODUTIVO

Projeto de Lei nº 2.155/91, dispendo sobre o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR, que aumenta o valor do imposto rural como forma de penalizar o latifúndio improdutivo e estimular a produção agrícola. A bancada ruralista mais uma vez

ganhou a batalha. 115 favoráveis, 197 contrários e 4 abstenções.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PRODUÇÃO RURAL

Emenda ao PL nº 826/91. Trata da organização da seguridade social determinando a cobrança de 3% sobre a comercialização da produção do empregador rural para financiamento da previdência, como acontece com os pequenos produtores que pagam 2,5% sobre a produção. A bancada ruralista conseguiu derrotar a proposta. 244 contras, 153 favoráveis e 2 abstenções.

IMPEACHMENT DE COLLOR

Votação do pedido de cassação do Fernando Collor de Mello por corrupção. O voto contrário ao Impeachment é, segundo o DIAP, favorável a atos ilegais, imorais, antiéticos e corruptos do ex-presidente.

VOTO FACULTATIVO

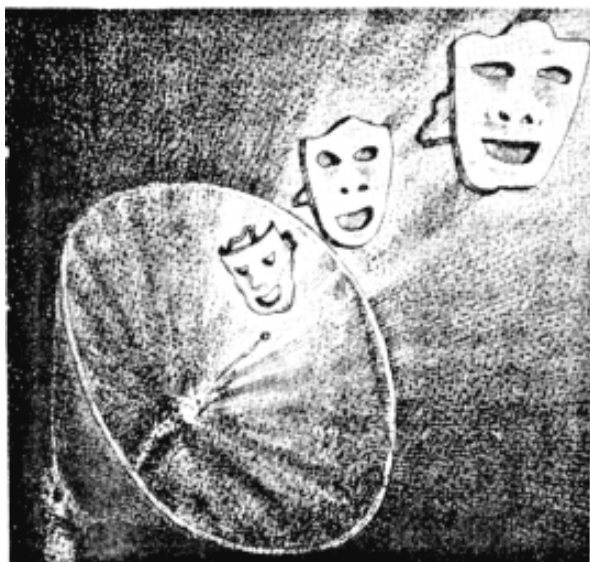
Parecer nº 3 do Deputado Nelson Jobim, relator da Revisão Constitucional, instituindo o voto facultativo e acabando com o obrigatório. O voto facultativo é defendido pelos parlamentares de centro-esquerda, setores de esquerda, pelos social-democratas e rechaçado pela extrema-esquerda, pela direita e por setores neoliberais. Resultado: 193 a favor, 236 contra e 7 abstenções.

FIDELIDADE PARTIDÁRIA

Parecer nº 18 do deputado Nelson Jobim instituindo a fidelidade partidária. O parecer proíbe o troca-troca de partidos em períodos pré-eleitorais. Uma medida no mínimo ética para os nossos parlamentares. Rejeitado por 249 a 124 e 15 abstenções.

Para além da ficção do Real

Nota feita pelo setor das federais da ANDES-SN, sobre as declarações do ex-ministro Ricupero e a posição de repúdio emitida pela ADUNB-SSind.



Não há brasileiro (a) em sã consciência que não queria viver em um país de economia estável, sem inflação. Passado o impacto inicial, o Plano Real começa a apresentar problemas evidentes. Não precisamos ser economistas para reconhecer que após os primeiros momentos de convivência com a mudança da moeda, começamos a ter problemas com nossos salários. Já vimos este filme algumas vezes.

Depois das penas pela conversão dos salários pela média em (URV, da inflação em URV não repassada, e a de 12% do Real, a ilusão monetária se esvanece. Não se transforma a sociedade com uma moeda nova e muito menos através de medida provisória. O recente acontecimento da TV, que resultou na queda do ministro da economia, põe o plano a descoberto, desnuda seu caráter eleitoreiro e de defesa dos interesses da classe dominante. Na realidade, este episódio vem confirmar as denúncias já feitas desde os primeiros dias do plano, pelos movimentos sociais organizados.

A sociedade começou a entender a que veio o plano real, que não se propõe a acabar com a inflação mas, eleger o porta-voz dos setores dominantes que insistem em se perpetuar no poder. As "mudanças" do Plano Real, inserem-

se na velha estratégia de mudar para que tudo continue como está.

Neste recente acontecimento, é inacreditável que um professor universitário tenha assumido o papel de testa de ferro de um plano, manipulando inescrupulosamente indicadores econômicos.

O Setor das Federais da ANDES-SN reafirma a defesa dos docentes que antes de ensinar praticam a ética, o que não parece ser o caso do ex-ministro. O episódio parabólico deve nos conduzir para além da questão ética. Trata-se, na verdade, de desvelar o aparato mistificador montado pelas elites para legitimar mais um plano econômico excludente.

É neste sentido que deve ser entendida a corajosa iniciativa da nota da ADUNB-SSIND, que por esta razão se tornou alvo de ataques da imprensa. Que estranho país é este onde a defesa de princípios elementares de conduta ética e de denúncia daqueles que não o praticam acabem se voltando contra os que os defendem. Para além da ficção do real, o que se impõe como tarefa inadiável é a luta pela construção de um projeto democrático e popular para a sociedade brasileira.

SETOR DAS FEDERAIS DA ANDES-SN
Brasília; 17 de setembro de 1994

PLUTOCRACIA NAS ELEIÇÕES

Osny Duarte Pereira

Jurista. Foi membro do Conselho da República e professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros- ISEB

No dicionário Aurélio a palavra Plutocracia, sociologicamente, significa: "Dominação da classe capitalista, detentora dos meios de produção, circulação e distribuição de riquezas, sobre a massa proletária, mediante um sistema político e jurídico que assegura àquela classe o controle social e econômico".

Em Comentários à Constituição (de 1967), Pontes de Miranda, tido como um dos conceituados constitucionalistas brasileiros, depois de discorrer sobre a evolução da Liberdade, no Direito Nacional, conclui: "Tudo é passado, mas cheio de lições. O problema, hoje, é mais profundo: quer-se mais democracia, o que significa, nos nossos dias, livrar da plutocracia as eleições, e mais igualdade, mais ciência, mais técnica. Igualdade não se faz em textos. Os homens não serão iguais enquanto a todos não se derem as mesmas oportunidades".

A plutocracia, como sistema político e jurídico, se instala através de processo eleitoral adequado a favorecer a escolha dos privilegiados em detrimento dos candidatos dos mais desfavorecidos. Ao longo dos séculos, tem existido um esforço permanente dos assalariados em reduzir essa influência que se contrapõe ao conceito de Democracia, escopo de todos os chamados estados de direito, ditos civilizados.

Os jornais noticiaram, amplamente, as discussões nos parlamentos europeus e japoneses sobre a corrupção oriunda das contribuições de grandes empresários aos partidos, com a finalidade de eleger Legislativos dóceis a negociatas com dinheiros públicos. Copiosa a literatura de sociólogos norte-americanos descrevendo e condenando esse cancro da democracia em seu país.

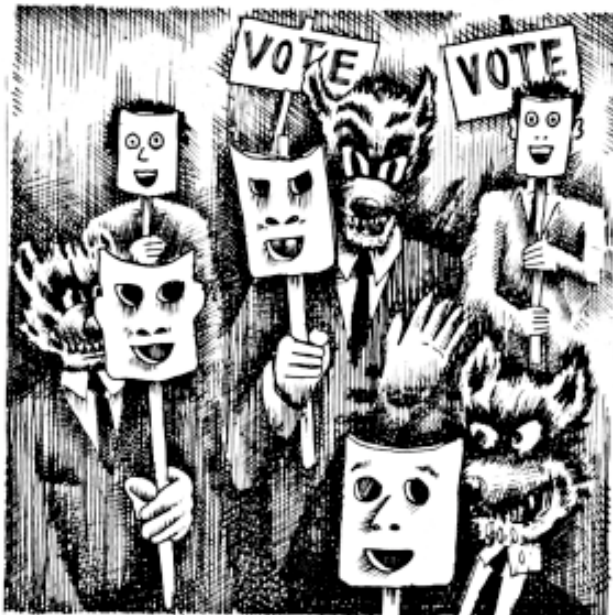
Aqui, a imprensa promoveu uma devassa sobre os alucinantes recursos, canalizados pelos grandes empresários, para eleger Fernando Collor e uma grande parte dos parlamentares. (Ver o Globo, de 14.06.92, Jornal do Brasil, de 11,15 e 21.05.92, Veja de 17.06 e 22.07.92, entre outros, apontados em nossos ensaios O Clamor Público por uma Nova Lei Eleitoral, publicado na CIDE, do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, n. 2, setembro de 1992)

Na Itália, a devassa resultou numa verdadeira revolução. Os juízes tomaram a iniciativa de furar o tumor. Prenderam grandes empresários, políticos tradicionais e, apoiados pelo povo, os parlamentares decentes promoveram uma nova legislação eleitoral em que os donativos estão proibidos. (Ver um balanço no Jornal do Brasil, de 24.08.93, como título "Craxi é o maior corrupto da Itália").

E certo que não basta eliminar as doações, quando o controle dos meios de comunicação permanece em poder de poderosos grupos privados e estes podem recorrer a todos os expedientes para assustar e enganar o eleitor, sem dar espaço de contestação aos adversários. Graças a esse privilégio, o magnata Berlusconi proporcionou a direita italiana uma surpreendente e inesperada vitória, ao aterrorizar a classe média e o povão com o risco do comunismo "falido na Rússia", (tática que já levava Mussolini e Hitler ao poder). Tudo isto auxiliado pela fragmentação dos partidos progressistas e pelo medo do desempenho, cada dia mais extenso, no mundo inteiro.

Essa mesma estratégia foi utilizada na eleição de Jânio Quadros, na deposição de João Goulart, na eleição de Fernando Collor, e volta agora a ser utilizada pelos maiores veículos de comunicação de nosso país. Observe-se, por exemplo, a matéria da revista Veja, de 15.06.94.

No Japão, ocorreu um episódio similar ao italiano. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito mostrou a corrupção do Partido Liberal Democrata, no poder desde 1955. O Parlamento promoveu novas eleições e, agora, prepara nova legislação



que depurará o regime. O Financial Times transcrito na Gazeta Mercantil, de 03.09.93, noticiava que o Keidarem (a FIESP japonesa) aprovava um plano para acabar com as contribuições a partidos políticos, a partir deste ano (1994).

Donativos dos empresários a partidos políticos tem sido a sementeira da corrupção.

O deputado Delfim Netto, que exerceu por quase dez anos o cargo de Ministro da Fazenda, fez a seguinte revelação, na revista Veja de 15.09.93. "Quando você ouve um empresário dizendo que está preocupado em alimentar a concorrência e que busca o bem comum, ou é mentira ou ele é doido e a família está pensando em interdita-lo. O empresário, por definição, é um animal voraz (...). O governo pode pedir tudo ao empresário, menos que ele desista de ganhar dinheiro".

Era a crítica ao Plano Fernando Henrique Cardoso de extinguir a inflação através de apelos aos cartéis para não remarcar preços, deixando-os, entretanto, livres para aumentá-los e, aos bancos, para elevar os juros, todos auferindo lucros alucinantes, durante o Governo Itamar, esmagando os que vivem de salários, inclusive os militares, a níveis inéditos na história do país

Os Recursos dos Partidos na Constituição

A Constituição brasileira atual procurou cortar, no cerne, a intervenção do Poder Econômico, essa doença dos regimes ditos democráticos. Institui a democracia como base do sistema político, em que "todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente" (Art 1º parágrafo único).

Para vedar a interferência do poder econômico que transforma o regime numa plutocracia, a Constituição disciplinou, no art. 17, a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos e estabeleceu, no parágrafo 3º que, "Os partidos políticos tem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei". Nada mais. Note-se que os recursos são apenas os do fundo partidário. Não abriu espaço a outros.

Nas regras de hermenêutica sobre disposições constitucionais, Carlos Maximiliano, com apoio em Cooley, professor da Universidade de Michigan, enuncia a de nº XII (Hermenêutica, n. 375), nestes termos: "quando o estatuto fundamental define as circunstâncias em que um direito pode ser exercido, esta especificação importa proibir implicitamente qualquer interferência legislativa para sujeitar o exercício do direito a condições novas".

Portanto, se a Constituição em vigor se circunscreve ao fundo partidário como instrumento para o exercício da prática eleitoral, é inconstitucional a lei n. 8.713/93, quando autoriza a

coleta de recursos privados para campanhas.

O constituinte brasileiro antecipou-se ao que a Itália e o Japão tratam, agora, de corrigir. Se o regime é uma democracia, a plutocracia, não há de prosperar, através dos partidos.

Como assinala Pontes de Miranda, (obra citada, v. I, p.608, n.3) "Partido político, nos regimes democráticos, é agrupamento para distribuir poder, democracia, liberdade e igualdade".

A Lei Eleitoral Vigente

A lei eleitoral n. 8.713 de 30.09.93, que estabeleceu normas para as eleições de 3 de outubro de 1994, embora um pouco menos feroz que as anteriores, em seu art. 38, permitiu, inconstitucionalmente, insista-se, doações em dinheiro para campanhas eleitorais. Para pessoas físicas, autoriza até 10% dos rendimentos brutos do ano de 1993; no caso em que utilize recursos próprios, até o valor máximo de gastos estabelecidos pelo seu partido. No caso de pessoa jurídica, até 2% da receita operacional bruta, em 1993. Entretanto, os limites acima, poderão chegar a 70.000 UFIRs, para pessoas físicas, e 300.000, para empresas, ou seja, aproximadamente, US\$ 35.000 e US\$150.000, (13 de junho de 1994). Num país em que o salário mínimo, nessa data não passa de cerca de US\$ 65, pode-se avaliar quem vai bancar a influência dos recursos financeiros privados no custeio das eleições.

Além disto, é proibida a contribuição de entidade de classe ou sindical e são considerados gastos eleitorais despesas com transporte ou deslocamento de pessoal a serviço das candidaturas candidaturas, montagem e operação de carros de som, produção ou patrocínio de espetáculos etc.

Os eleitores poderão ainda gastar, em favor de seus candidatos, até US\$ 500, individualmente.

Os assalariados, entretanto, não dispõem desses recursos e nem de recintos para reunir eleitores, devem dialogar a céu aberto e, como não têm, individualmente, carros de som nem alto-falantes, estes devem ser contratados. Enquanto isto, os eleitores abastados dispõem do controle dos grandes jornais, revistas e canais de televisão, de salões com aparelhagem de som, jatinhos e mil forma de proporcionar, "gratuitamente", a seus candidatos todas as facilidades, sem necessidade de contabilizar nas despesas oficiais de seus preferidos. Por isto, na Itália e no Japão, buscaram a proibição total de recursos privados nos pleitos e no funcionamento dos partidos com a aplicação de sanções desencorajantes.

Percebo-se, assim, no Brasil, nessa suposta disciplina da presença do poder econômico, uma nítida preocupação em criar obstáculos aos partidos de assalariados, de modo a mantê-los expostos à aplicação de penalidades e fácil afastamento dos pleitos.

Mesmo nos Estados Unidos, o financiamento do poder econômico privado é menos ostensivo do que na lei eleitoral brasileira. As contribuições são obrigatoriamente referidas, com o nome do doador, nos próprios cartazes de propaganda e em todos os atos eleitorais.

Tudo isto revela quão distante nos encontramos de um regime verdadeiramente democrático, como proposto no art. 1º da Constituição Federal.

Já foi pior. Esperamos que as próximas eleições promovam maior unidade do povo, com um grande número de parlamentares que nos faça avançar na conquista da real democracia. Esta é, no momento, a tarefa das vanguardas mais esclarecidas.

GT de seguridade social



Ruth Barbosa/GT Seguridade Social

O conceito de seguridade social, conforme o texto da Constituição de 1988, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social dos cidadãos. Trocando em miúdos: aposentadoria, pensão, atenção decente à saúde e assistência social.

Apesar da lei, o que temos? Um sistema de saúde precário, corrida para convênios médicos caros, ameaça de aposentadoria complementar, tudo isso bem distante da Constituição.

É importante o docente conhecer seus direitos e as mudanças propostas para alterá-los, especialmente em assuntos que afetam diretamente sua vida pessoal e familiar.

A ANDES-SN tem, entre outros, um Grupo de Trabalho de Seguridade Social com representação em nível de cada Seção Sindical. A finalidade é reunir docentes por local de trabalho para discutir temas de Saúde e Seguridade. Na última Reunião deste GT - Brasília, 22 e 23 de agosto -, foi solicitado que fizéssemos um levantamento de como está a atenção à saúde do docente, pela AD e pela própria universidade.

Estamos expandindo nosso GT e convidamos os docentes interessados em participar. As reuniões são às quartas-feiras às 14 horas na sede da ADUFRJ. O convite é para todos os professores, não se restringindo aos da área de saúde.

Ciência e Tecnologia: público e privado

O GT de Ciência e Tecnologia da ANDES-SN, reunido em Brasília nos dias 19 e 20 de agosto de 1994, coloca para reflexão os seguintes pontos:

Existe no país uma crescente onda de privatização nos espaços públicos em universidades, escolas e centros de pesquisa e de tecnologia através da venda de serviços, que incluem cursos de especialização, assessorias a projetos e atendimentos diversos.

Os recursos gerados por este processo são alocados, de modo geral, para as unidades onde são gerados para pagamentos pessoais a profes-

souros ou pesquisadores, na maioria das vezes sem regulamentação pré-estabelecida pelas instituições envolvidas. Algumas vezes estes fatos ocorrem apenas com o objetivo bem intencionado de garantir condições mínimas de trabalho, nem sempre garantidas pelo estado, enquanto em outras situações, com a finalidade de complementação salarial.

A alocação heterogênea de recursos, que pode ser ocasionada por este processo, leva ao surgimento de núcleos compartimentalizados de poder no interior das instituições públicas, levando à injustiças quanto ao acesso ao ensino de qualidade e à criação do saber em determinadas áreas.

Adicionalmente, há uma tendência dos governos a se desobrigarem cada vez mais em relação à manutenção destas instituições públicas, baseando-se na falsa idéia de que as mesmas devem se auto-sustentar, reforçando o mecanismo perverso de privilegiar certas áreas em detrimento de outras e a idéia dos "centros de excelência".

Desta forma, o GT C&T propõe um aprofundamento das discussões sobre o público e o privado no interior da ANDES-SN, em todos seus aspectos.

A ANDES-SN e o Plano Nacional de Educação para Todos

No momento em que se realiza a Conferência Nacional de Educação para Todos, a ANDES-SN, enquanto entidade sindical representativa de todos os docentes das Instituições de Ensino Superior, vem a público manifestar-se acerca das iniciativas do governo através do MEC Ministério da Educação e Desporto - no sentido da elaboração e implementação do Plano Decenal de Educação para Todos. Tal manifestação é produto dos debates internos de nossa entidade consolidados em posicionamentos pelo seu conselho (XXVIII CONAD, Recife julho/94).

Inicialmente, gostaríamos de ressaltar que entendemos como contraditória a formulação e até mesmo o endosso ao Plano Decenal daqueles que, publicamente, assumiram o compromisso de agilizar a tramitação do projeto de LDB no Congresso Na-

cional. Tal posição foi verbalizada por diversos assessores do MEC e pelo próprio Ministro. Os argumentos de que a não aprovação da LDB exigia uma iniciativa governamental que visasse a superar a dramática situação da educação básica em nosso país, são para nós, além de insuficientes, incorretos e autoritários. Temos clareza de que o efetivo engajamento do governo, via MEC, no processo de tramitação da LDB, reforçaria a luta dos educadores brasileiros e teria, como consequência a garantia da aprovação do projeto em pauta.

Além disso, em que pese o esforço feito pelo MEC de ampliar as discussões sobre o Plano Decenal, é forçoso reconhecer que a democracia alcançada neste debate está muito aquém da que é necessária para que se atinja uma solução que contemple, de fato, as aspirações da imensa maioria do povo brasileiro no que diz respeito à educação. Por outro lado, a análise do con-

teúdo do plano sinaliza sua vinculação a organismos internacionais, cuja função precípua, longe de ser a redução das brutais diferenças existentes entre pobres e ricos pela garantia de acesso para todos aos direitos essenciais da cidadania, visa a intensificação da reprodução do capital.

São essencialmente esses os elementos que norteiam a participação de nossa entidade, por intermédio dos seus sindicalizados na presente Conferência. Nossas deliberações têm o sentido de colocar-nos numa postura de acompanhamento crítico às ações de implementação do Plano Decenal de Educação para Todos e de participação, sempre que possível, nos eventos em que sejam debatidos os fundamentos e estratégias do referido plano.

Em defesa da educação pública, gratuita, democrática e de qualidade!

Pela imediata aprovação da LDB!

Professores das IFES preparam pauta de reivindicações

Setor das Federais da ANDES-SN elabora proposta de pauta específica.

O Setor das Federais da ANDES-SN elaborou uma proposta de pauta de reivindicações específica para os docentes das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES). Esta proposta, definida em reuniões realizadas em Brasília nos dias 16 e 17 de setembro, deverá ser discutida pelos professores em suas Associações de Docentes-Seções Sindicais e posteriormente será aprovada em uma nova reunião do Setor.

Parabólicas

As declarações do ex-ministro, Rubem Ricupero, captadas pelas antenas parabólicas, também foram discutidas nesta reunião. Na nota "Para além da ficção do real", o Setor das Federais afirma que o episódio parabólico deve nos conduzir para além da questão ética "Trata-se, na verdade, de desvelar o aparato mistificador montado pelas elites para legitimar mais um plano econômico excludente". A nota diz ainda que "é neste sentido que deve ser entendida a corajosa iniciativa da ADUNB-SSind, que por esta razão se tornou alvo dos ataques da imprensa".



Homenagem - Os professores da UFRJ, reunidos no dia 1/9/94 na Assembléia da ADUFRJ, prestaram homenagem à Prof^a India Maria Borba Moreira, do Museu Nacional, recentemente falecida. Ex-Conselheira e ex-diretora da ADUFRJ, a Prof^a India foi uma grande companheira nas lutas do movimento docente na UFRJ e nacional, tendo participado de todos os Congressos da ANDES-SN.

Proposta de pauta de reivindicações para os docentes das IFES

1) ISONOMIA

- Extensão administrativa em todas as IFES dos seguintes índices: 26,06% do Plano Bresser(1987) 26,05% do Plano Verão (1989) 84,32% do Plano Collor (1990) 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário (1993) - Negociação dos atrasados referentes a cada um dos índices acima – Revogação dos dispositivos legais que permitem a incorporação dos quintos de funções gratificadas e cargos de direção

2) SALÁRIOS

- Reajuste mensal pelo índice do ICV-DIEESE - Reajuste salarial que recomponha o poder aquisitivo dos salários recebidos em 1/1/90 recompondo até 31/12/93. -Reposição das perdas salariais de 1994 –Definição de piso salarial para os docentes - Acréscimo de vencimentos por titulação iguais aos concedidos aos integrantes das carreiras de Ciência e Tecnologia

3) CARREIRA E PLANO DE CAPACITAÇÃO

–Implantação do projeto de carreira da ANDES-SN

4) POLÍTICA DE PESSOAL

- Realização de concurso público para as vagas geradas por aposentadorias, mortes, invalidez, etc. E das necessidades de expansão
- Nomeação imediata dos concursados e aprovados
- Garantia das licenças previstas no PUCRCE
- Realização de concurso público para professor titular

5) ORÇAMENTO E VERBAS

O orçamento global das IFES deve contemplar uma política salarial de reajustes mensais, recuperação do poder aquisitivo dos salários, garantia de isonomia, recursos para OCC de no mínimo 25% das despesas com pessoal, não contingenciamento das verbas e pleno funcionamento dos Hospitais Universitários para que cumpram sua finalidade de hospital-escola.

6) DEMOCRACIA E AUTONOMIA DAS IFES

- Respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFES
- Autonomia das IFES em relação à utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) para o cadastro e pagamento de seus servidores

Plenária dos SPFs aprova pauta emergencial

A plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada no dia 18 de setembro em Brasília, aprovou a pauta emergencial e os eixos da campanha salarial para a data-base em 1/1/95. Nesta plenária, composta de 135 delegados representando diversas categorias e 17 observadores, foi deliberado que os SPFs não iriam mais participar da Comissão de Isonomia até que fosse implantada a primeira etapa da isonomia.

Na discussão sobre conjuntura, um ponto suscitou grande polêmica, a proposta da Plenária manifestar apoio à candidatura Lula. A ANDES-SN, presente com 13 delegados e 12 observadores, fundamentada na defesa da autonomia sindical, entrevistou no sentido de que a plenária não deveria manifestar apoio à qualquer candidatura. No entanto, foi aprovado, por ampla maioria, que no documento sobre conjuntura constará o apoio a esta candidatura. Os delegados da ANDES-SN votaram contra a proposta por entenderem que a autonomia é fundamental para a independência e o fortalecimento dos sindicatos.

Apesar desta decisão, o episódio não diminuiu a importância desse fórum intersindical, que não tem caráter deliberativo, para a construção das lutas dos SPFs e do sindicalismo pautado na autonomia e liberdade sindicais

Pauta emergencial dos SPFs

1) Implantação da primeira etapa da isonomia

- unificação das tabelas 1 e 2
- aumento da GAE para 170°/0
- reajuste de 28,86°/0

2) Reajustes salariais mensais pelo ICV-DIEESE

3) Reposição das perdas do Plano FHC

NOSSO BOLSO

PERDAS SALARIAIS CONTINUAM ALTAS

Inflação acumula 973,42

Mesmo após a implantação do Real, as perdas salariais dos Servidores Públicos Federais continuam muito altas. A inflação acumulada neste ano, calculada pelo ICV-DIEESE, está em 973,42%, enquanto que os salários dos SPFs foram reajustados em apenas 336,71%.

Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, a primeira e principal batalha que o movimento sindical vem travando é a batalha conceitual para a definição da base de cálculo das perdas. Que poder de compra os trabalhadores procuram manter para os seus salários? Segundo o DIEESE, a resposta do movimento sindical é clara: o salário contratado com maior poder de compra, ou seja, o salário da data-base. Toda perda salarial decorrente da inflação é uma agressão contra os trabalhadores assalariados, é uma violação de um contrato firmado que define o valor do salário no primeiro dia do mês da data-base.

O DIEESE comprovou que a regra de conversão dos vencimentos dos Servidores Públicos Federais im-

posta pela MP 434 acarretou uma perda bem maior do que aquelas detectadas para os salários do setor privado. Os vencimentos dos SPFs em março de 1994 apresentaram uma perda de 51,04%, resultante da diferença entre o salário convertido em URV pela média e o salário contratado na data-base em 1º de janeiro. A principal conseqüência da utilização desta média foi a cristalização das perdas salariais ocorridas até o momento da conversão.

Com a entrada do Real, os salários perderam mais uma vez, em conseqüência da aceleração inflacionária entre os meses de março e junho de 1994. Os preços captados pelo ICV-DIEESE subiram mais do que a URV e as perdas ficaram em 4,26% neste período. O IPC-r de julho e agosto já acumula 11,87%.

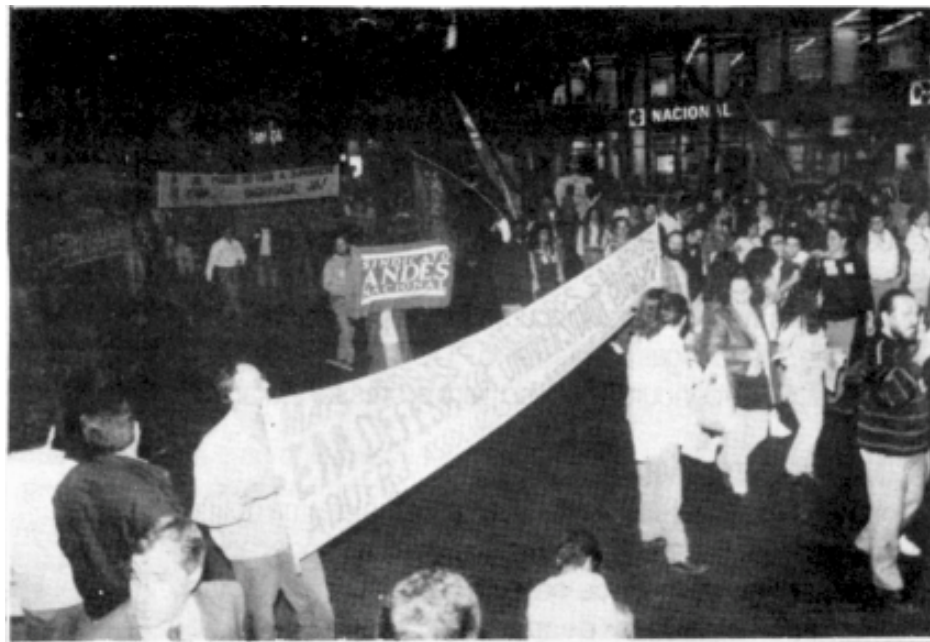
As perdas salariais dos docentes das IFES no período de 1º de janeiro até 1º de outubro deverão ficarem torno de 55% considerando que a inflação de setembro fique próxima a de agosto. O reajuste necessário para repor o poder de compra dos salários dos SPFs do dia 1º de janeiro deste ano deverá ficar no patamar de 123% agora em 1º de outubro, já considerando o reajuste de setembro de 12,99% previsto na MP 583.

Para o DIEESE, do ponto de vista do tratamento dos salários, embora com instrumentos e mecanismos distintos, não há diferença entre a lógica do atual plano de estabilização e a dos demais planos, sobretudo as do Plano Cruzado, Plano Verão e Plano Collor.

Defesa do Emprego e do Salário mobiliza professores

A Marcha Nacional Unificada em Defesa do Emprego e de Salários, no dia 25 de agosto, marcou o início das campanhas salariais de várias categorias do país nos meses de setembro e outubro. A princípio, os docentes das IFES junto com os demais SPFs só deveriam estar reivindicando salário em janeiro de 95, mas desde já o conjunto dos servidores entrou em luta pelas perdas do Plano FHC e pelo reajuste mensal de salário, que garanta a reposição da inflação mensal. O IPC-r de agosto ficou em 5,46% e julho em 6,08% um patamar muito alto para quem se propõe a estabilizar a economia e só rever salários no período da data-base.

No Brasil inteiro milhares de trabalhadores foram para as principais avenidas das cidades gritar por moeda forte com salário forte. Duas mil pessoas tomaram conta da Av. Rio Branco, dia 25. Os pro-



fessores do Rio estavam presentes. A ADUFRJ, ADUFF, ADUFRRJ e a Regional da ANDES-SN também participaram da manifestação. O presidente Fernando Henrique Cardoso foi o mais atacado durante a passeata, comparado pelos trabalhadores ao

Fernando Collor e as mazelas do governo Itamar. Além de representantes dos sindicatos dos petroleiros, bancários, telefônicos, SINTUFRJ, SINTUFF, participaram da marcha o Movimento de Ação Pela Vida e representantes dos Sem-terra do interior do estado.

Metalúrgicos lutam e conquistam

Por mais que as TVs, rádios e jornais tentem fazer vista grossa, o fato é que os metalúrgicos do ABC foram vitoriosos na greve pela reposição da inflação de julho e agosto mesmo fora da data-base, já que antes mesmo do Real, essa categoria já tinha conquistado em acordo coletivo o reajuste mensal de salários. O governo tentou intervir nas negociações com os empresários e deixou claro que para a continuidade do Plano Real é preciso manter o arrocho dos salários, senão o plano implode. Se as demais categorias forem à luta poderão dobrar qualquer equipe econômica e sair vitoriosa como fizeram os metalúrgicos de São Paulo.

ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

ANDES-SN

Nº 8
OUTUBRO/94

J . O . R . N . A . L ADUFRJ

ASSEMBLÉIA GERAL

3 de novembro
às 14 horas
Auditório do Roxinho
Pauta:
- Informes
- Campanha Salarial
- Delegados para
Plenária dos SPFs

Docentes em campanha salarial

Os docentes estão em campanha salarial para a próxima data-base em 1º de janeiro.

Veja a cobertura das discussões no Setor das Federais da ANDES-SN e da Plenária dos SPFs na página 7.

Isonomia Já

A conquista do Plano Verão pela ADUFRJ revelou que a ação jurídica deve estar articulada com a ação política. A incorporação dos 26,05% aos vencimentos dos professores associados foi obtida com uma atuação firme da entidade, respaldada pelos docentes.

A luta agora é pela isonomia

É inadmissível que alguns docentes fiquem de fora. Por que apenas os professores que trabalhavam na UFRJ em fevereiro de 89 teriam direito a este reajuste? A carreira docente é única e, portanto, os professores no mesmo nível e na mesma classe devem receber o mesmo salário. Além do Plano Verão, há distorções salariais causadas por outros ganhos em ações de outros planos econômicos.

A moção aprovada em assembléia no dia 13 de outubro, expressa o sentimento dos professores em defesa da isonomia na universidade. Todos os docentes, que foram ou não contemplados nessa ação, podem contribuir nesta luta que é de todos. Assine a moção na ADUFRJ. Exija seus direitos.



MOÇÃO AADUFRJ exige a extensão do Plano Verão a todos os professores da UFRJ.

A Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada no dia 13 de outubro de 94, encaminha à administração da UFRJ uma moção exigindo a extensão do Plano Verão à todos os docentes da UFRJ.

O processo da ADUFRJ foi ganho em 1993 mas não foi pago pela reitoria passada. Esta posição foi revista pela atual administração, que está estendendo este reajuste aos nossos associados que trabalhavam na UFRJ em fevereiro de 1989. Vale lembrar que os servidores técnicos-administrativos sindicalizados também já receberam este reajuste.

Trata-se portanto de uma questão política, de decisão no âmbito da reitoria.

A questão do respeito ao princípio da isonomia deve ser invocada e solicitamos à administração da UFRJ que realize esforços no sentido de aplicá-la. A isonomia é uma questão de respeito e valorização do trabalho acadêmico e, sem dúvida, contribuirá para o melhor funcionamento da universidade, evitando distorções na carreira docente.

Entendemos também que esta é uma medida que fará justiça aos nossos não sindicalizados ou que ingressaram na UFRJ após fevereiro de 1989.

AGENDA

24/10- Dia de pagamento

28/10- Dia do Funcionário Público

3/11- Assembléia Geral da ADUFRJ

4 e 5/11 - Reunião do Setor das Federais da ANDES-SN

6/11- Plenária Nacional dos SPFs

15/11 - 2º turno das eleições para governador e agora para deputado federal e estadual

19/11- Encontro da Regional-Rio da ANDES-SN na Universidade Rural

AD editorial

Depois das eleições

Foi uma campanha eleitoral meio fria, com pouco entusiasmo e até mesmo despolitizada. A propaganda eleitoral gratuita na televisão, que proibia a exibição de comícios, cenas de rua e entrevistas, lembrando a famigerada Lei Falcão, contribuiu para a apatia quase geral. O Plano Real, sustentado pela mídia e pela máquina do estado, teve um papel decisivo durante todo o processo eleitoral. As pesquisas tiveram uma grande influência sobre a opinião pública, provocando um direcionamento das intenções de votos para a candidatura oficial.

Grande parte do eleitorado votou pensando apenas na idéia da estabilidade da nova moeda e preferiu não optar por outros projetos alternativos para a sociedade. Fernando Henrique foi eleito com 34,3 milhões de votos, teve a maioria dos votos válidos mas ficou com apenas 36,2% de votos de todo o eleitorado, pois 16,8 milhões de eleitores deixaram de votar. O mais surpreendente é que a soma de votos brancos e nulos chegou a 14,5 milhões, chegando perto dos 17,1 milhões de votos de Lula e superando a votação dos demais candidatos.

As eleições também foram marcadas pelo aparecimento de candidatos com discursos neofascistas, que conseguiram conquistar os votos de uma parcela da população indignada com os políticos tradicionais. A violência nas grandes cidades também serviu de arma para que o autoritarismo conquistasse boa parte do eleitorado amedrontado.

Aqui no Rio de Janeiro, as eleições foram bastante conturbadas: denúncias de fraudes, compra de votos e ameaças de morte. Foram inúmeras as irregularidades e até foi constatado a presença de escrutinadores envolvidos com as fraudes na Previdência. O escândalo foi tão grande que o Tribunal Regional Eleitoral anulou a votação para deputado federal e estadual e novas eleições foram marcadas para o dia 15 de novembro. As fraudes também aconteceram em outros estados, como Bahia e Pará entre outros, distorcendo os resultados eleitorais.

Após o fechamento das urnas, a inflação voltou a subir novamente em outubro. Os supermercados estão aumentando os preços de seus produtos, principalmente os alimentos. De acordo com o DIEESE, até o dia 18 de outubro, a cesta básica havia subido 5,3% e a estimativa

dos técnicos é que este percentual pode chegar a 9% até o final do mês. Diante desta situação, o ministro Ciro Gomes da Fazenda, em vez de impedir os abusos, recomenda à população que não coma mais carne e feijão e chama de otários os consumidores que pagam ágio. A verdade é que a inflação está passando para um patamar mais elevado, podendo ficar entre 2,5% a 3% neste mês.

Enquanto isto, os salários continuam arrochados e o governo até agora não se comprometeu a implantar a segunda etapa da isonomia, prevista na Medida Provisória 583. Neste momento é importante que todos se mobilizem para a campanha salarial da nossa data-base em 1º de janeiro.

O apoio dos grupos mais conservadores, que garantiram a vitória de Fernando Henrique, não foi gratuito. A continuidade do Plano Real depende de profundas reformas constitucionais para a consolidação do modelo neoliberal. Todas as conquistas sociais dos trabalhadores (aposentadoria integral e por tempo de serviço, estabilidade etc.) estão novamente ameaçadas. A privatização da saúde e do sistema previdenciário, a quebra dos monopólios do petróleo e das teleco-

municações, as privatizações no setor elétrico e o desmantelamento do ensino público e gratuito também estariam na pauta de uma reforma constitucional.

Esta concepção neoliberal não está tão distante assim da nossa realidade. O projeto do Parque Tecnológico na Ilha do Fundão também não seria uma concretização deste modelo? É fundamental que toda a comunidade universitária discuta profundamente este projeto e suas implicações. De acordo com o Plano Diretor de junho de 1994, o Parque Tecnológico irá incentivar a criação de empresas na Ilha do Fundão, envolvendo investimentos em obras civis e equipamentos na ordem de US\$ 80 milhões. É toda uma visão empresarial, que poderá interferir na vida acadêmica. Quais os reais benefícios deste empreendimento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão?

Os enfrentamentos serão grandes daqui para frente. A partir de janeiro, teremos um novo presidente da República e novos desafios. Por esta razão é fundamental a mobilização de todos.

ADUFRJ participa de feira cultural

Entidade dá mais um passo na integração com a comunidade universitária

A 4ª Feira Cultural promovida pelo Centro de Letras e Artes, na primeira quinzena de outubro, apresentou atrações não muito comuns a este tipo de evento. Os stands da ADUFRJ e do SINTUFRJ fizeram sucesso nos 3 dias da feira e foram palco de numerosas atividades sobre política, universidade e outros assuntos de interesse da comunidade. Em frente aos stands do Sindicato e da AD era comum o olhar meio intrigado dos passantes. O que fazia aquela enorme televisão com um cara barbudo discursando sem parar, em castelhano, sobre os rumos da América Latina? Era um dos vídeos apresentados pelo SINTUFRJ, além das concorridas oficinas de dança de salão.

Enquanto isso, no stand da ADUFRJ o papo era mais intimista. No segundo dia da feira, a associação promoveu uma reunião aberta da diretoria com uma pauta que incluía

a discussão sobre o pagamento da ação, ganha na justiça pela entidade, referente ao Plano Verão. Mas nem só de ações jurídicas vive a entidade. A presença da ADUFRJ na feira foi mais um passo para uma integração maior da entidade com a comunidade universitária e suas vivências. Os professores, alunos e funcionários que passaram pela Feira Cultural do CLA tiveram a oportunidade de conhecer através das exposições de fotos e cartazes, um pouco da história desta entidade combativa, suas conquistas junto com o movimento social e suas metas para o futuro.

A feira do CLA é um evento tradicional na UFRJ, representando um importante espaço de confluência de várias atividades no campus. O convite aos movimentos organizados valoriza o trabalho das entidades. A ADUFRJ espera ter contribuído para este momento de integração.



Stand da ADUFRJ na feira.

J O R N A L
AD UFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944
CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX: 260-6368

DIRETORIA: PRESIDENTE: HENRIQUE LONGO 1º VICE: ELMO AMADOR 2º VICE: ROBERTO HOUAISS
1ª SECRETÁRIA: RUTH BARBOSA 2ª SECRETÁRIA: VENÚSIA NEIVA 1º TESOUREIRO: JOSÉ HELDER LOPES
REDAÇÃO, EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190 ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
TIRAGEM: 7.000 IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

Docentes lançam revista

A ANDES-SN lançou no Rio a edição número 7 da revista Universidade e Sociedade durante debate com autores

“Diante do quadro educacional hoje no Brasil, é piada se falar numa renovação científica e tecnológica de grande porte para atender às necessidades nacionais se não houver conjuntamente uma reforma educacional profunda. Não basta formarmos apenas PHDs, embora seja fundamental, mas devemos ir além e discutir que tipo de ciência se faz e para quê”. A colocação do professor do Instituto de Física da UFRJ, Ildeu de Castro, durante o lançamento da edição número 7 da revista Universidade e Sociedade, expressa a situação da política educacional instalada no país e a preocupação com as propostas neoliberais para educação universitária.

A revista Universidade e Sociedade é uma publicação semestral editada pela ANDES-SN, que desde o primeiro número vem trazendo para o centro das discussões acadêmicas e sociais temas que envolvem o movimento docente e os rumos da universidade no país. O lançamento oficial da revista no Rio de Janeiro aconteceu dia 14 no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ na Praia Vermelha. O evento encerrou a Semana do Professor promovida pela ANDES-SN/Regional-Rio que reuniu os docentes do estado em torno de debates e mesas redondas realizados em várias universidades.

Durante o lançamento, os professores e alguns autores puderam debater sobre questões importantes que estão na pauta do movimento docente e da universidade bra-

sileira. O professor Ildeu, autor do texto “Uma nova política científica e tecnológica e a universidade”, lembrou a situação dos bolsistas do CNPq que não recebem o pagamento das bolsas há quase um mês e a dificuldade em que se encontram os cientistas e pesquisadores em conseguir verbas para seus projetos ou até mesmo para a conclusão de alguns trabalhos.

A respeito de seu artigo, o professor apontou ainda que o desenvolvimento tecnológico japonês jamais atingiria tamanha desenvoltura sem que o Estado japonês investisse pesado em uma infra-estrutura educacional que garantisse um alto nível de qualidade do ensino primário e secundário, o que é fundamental para se pensar qualquer desenvolvimento científico e tecnológico. Para os leitores da Universidade e Sociedade, o tema é uma grande oportunidade de se inteirar sobre os rumos da ciência e tecnologia nos novos cenários po-

líticos e econômicos que se colocam para a sociedade brasileira e a importância de se pensar uma nova proposta para a ciência e tecnologia no país, levando em conta as questões sociais e os problemas de ordem coletiva que devem ser enfrentados pela comunidade científica.

LDB e o desenvolvimento social no Brasil

Os autores convidados, professores Gaudêncio Frigotto e Maria Aparecida Ciavatta, da UFF e Miriam Limoeiro, da UFRJ, falaram sobre a importância do movimento docente acompanhar a tramitação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Congresso Nacional e discutiram a tendência das idéias neoliberais cada vez mais presente na Lei. Miriam Limoeiro chamou a atenção dos docentes para o projeto de avaliação docente que já anda em curso em algumas universidades. Os convidados comentaram também a mudança do conceito de formação profissional para educação profissional, o que poderia ser uma brecha para que os trabalhadores pudessem participar mais ativamente da formulação do saber no ensino básico e médio, ao contrário do que acontece com o ensino técnico profissionalizante. Gaudêncio lembrou que há uma tendência dos empresários em buscar uma “parceria” com os trabalhadores na produção, o que serviria para alimentar a competição do capital e com isso minimizar as contradições. Resta saber se será o Esta-

do brasileiro o provedor desta formação mais qualificada da massa trabalhadora.

“Se a LDB dos anos 50 e 60 se reportava ao uso dos recursos, a LDB dos anos 90 está sobre a questão do trabalho e a reestruturação produtiva”, comentou Maria Aparecida. Segundo a professora, há uma luta nos bastidores da LDB. A formação profissional aparece agora como educação profissional e talvez isto seja mais uma demanda da reestruturação do capital e das novas tecnologias. Por outro lado houve um crescimento do interesse por parte dos trabalhadores com o tema da formação profissional. As centrais sindicais estão empenhadas em entender melhor o que deve ser a formação profissional e educacional para os trabalhadores. Não tem mais sentido para os trabalhadores se retomar o conceito de formação profissional de treinamento como nos anos 70.

Entrevista

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, em sua entrevista para a revista falou para os professores qual a visão do movimento sindical sobre educação e reformas sociais no país. Na entrevista, Vicentinho avalia as fases vividas pelo sindicalismo do ABC, fala do acordo com a câmara setorial e defende o ensino público e gratuito. Para o presidente da CUT, a população não sofre apenas com a falta de alimentação e trabalho; ela tem também fome de educação.

O evento encerrou a Semana do Professor, promovida pela ANDES-SN/Regional-Rio



Ildeu de Castro Moreira professor do Instituto de Física da UFRJ e editor da revista *Ciência Hoje*. Foi vice-presidente da Regional-Rio da Andes-SN na gestão 86/88.

“Acho importante que as pessoas que fazem pesquisa, que cumprem as atividades dentro da universidade, coloquem as opiniões para fora e utilizem este tipo de revista, bastante importante para que se possa discutir as idéias e promover a discussão. É importante também que os leitores escrevam cartas criticando ou debatendo os assuntos abordados em cada edição e participando mais efetivamente da vida do movimento docente e da universidade”



“Os docentes que não pertencem à militância mais direta da diretoria da Andes-SN e das ADs deveriam aproveitar sempre eventos como esse para exposição de suas idéias. Eu vejo a nossa entidade como um poço de vigilância, que está em cima dos problemas, promovendo eventos e colocando documentos à disposição da comunidade, o que é fundamental para os avanços que possamos ter na nossa prática universitária e na nossa atuação política”
Maria Aparecida Ciavatta
 professora da ADUFF-SSind.

“A Universidade e Sociedade tem procurado ser uma revista mais temática, que a cada número faz um contorno mais aprofundado sobre determinado tema sem se prender totalmente a ele.

A Andes-SN esteve recentemente em Salvador discutindo com as ADs uma política de comunicação para o movimento. Temos no momento a obrigação sindical de discutirmos essa questão na sociedade e dentro das universidades. A revista tem cumprido um papel fundamental nesse processo”

Luiz Henrique Schuch, presidente da ANDES-SN



UFRJ E O MEIO AMBIENTE

Elmo da Silva Amador, professor do Instituto de Geociências

Com este artigo tem início uma série destinada a focar a UFRJ e o meio ambiente, vistos sob diversos planos. No primeiro plano é reconstituído o cenário ambiental da região onde se situa a cidade universitária. Um paradisíaco arquipélago de ilhas tropicais, que emoldurava o primitivo estuário de Inhaúma, em plena Baía de Guanabara. A seguir é contada brevemente a história da ocupação da região, que culminará com a construção da cidade universitária e a degradação ambiental da região. Em um outro momento serão diagnosticadas as condições ambientais atuais da cidade universitária e de sua região, bem como da qualidade de vida e de trabalho da comunidade universitária. Finalmente será inventariada a inserção da problemática ambiental na vida acadêmica da universidade - graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão - e serão discutidos os programas e projetos para melhorar o meio ambiente universitário.

Um paraíso tropical - Enseada de Inhaúma e o Arquipélago do Fundão

O estuário de Manguinhos, também denominado Enseada de Inhaúma, foi sem dúvida um dos mais extensos encontrados na Baía de Guanabara por nossos colonizadores. Desde lá vem sendo uma das áreas mais agredidas pelo homem na construção do espaço urbano.

O estuário de Manguinhos era um extenso braço de mar, largo, limitado pela Ponta do Caju, Ilha dos Ferreiros à direita e pelo arquipélago das ilhas do Fundão à esquerda, interiorizando-se alguns quilômetros até atingir os morros do Pedregulho, da Fazenda, do Botelho, do Frota e muitos outros morros arrasados no processo de aterramento. Ultrapassava as atuais linhas da Estrada de Ferro da Leopoldina e Central do Brasil e a Av. Suburbana e banhava áreas como a Praça das Nações, em Bonsucesso, Triagem, Benfica e Inhaúma. O estuário era drenado pelos rios Inhaúma, Jacaré, Faria Timbó, Imburicica, Benfica e outros menores que apresentavam um extenso percurso meandrônico dominado por manguezais.

Diversas praias, algumas famosas, interrompiam a vegetação do mangue, entre elas a praia Pequena, banhada pelo rio Benfica e a praia do Retiro Saudoso, situada próximo à ponta do Caju, famosa por ter sido por muitas décadas balneário de Don João VI e posteriormente dos imperadores. Entre a ponta da Pedra e a ponta do Tibau, ficava a praia do Tibau e mais ao norte a praia de Maria Angu, que terminava na Gamboa de Viegas.

Eram muitas as praias situadas nas ilhas que constituíam o arquipélago do Fundão, que no seu

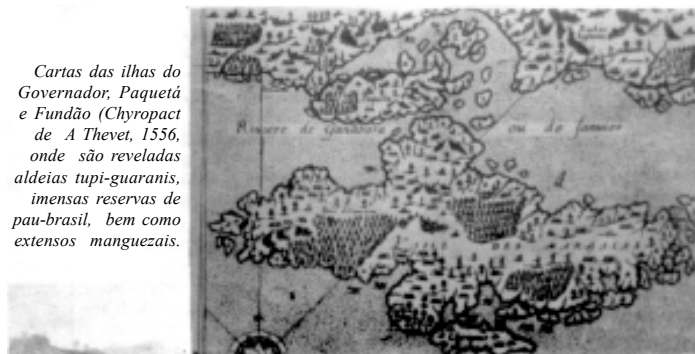
conjunto possuía uma área de 2.055.064m², assim distribuídos: Bom Jesus-753.350m²; Fundão-613.476m²; Sapucaia - 440.886m²; Catalão-166.129m²; Pindais-39.671 m²; Cabras-22.167m² e Baiacu-19.385m². Entre estas ilhas se distribuíam corpos arenosos orientados no sentido das correntes.

A circulação da água marinha por correntes de maré era efetiva na região, permitindo a renovação e a oxigenação da água e a presença de um fundo arenoso, nos oito canais situados entre as ilhas. As porções das ilhas abrigadas da corrente de maré eram ocupadas por manguezais.

Quando os colonizadores europeus chegaram à baía, estas ilhas eram ocupadas pelos Tamoios que faziam delas base de pesca, utilizando suas ubás, e de coleta de moluscos, muito abundantes na área. Os restos de um sambaqui, encontrados na Ilha do Fundão, indicam por outro lado que ocupações humanas, de coletores e pescadores pré-cerâmicos - idade de cerca de 4.000 anos - já se utilizaram de seus recursos naturais.

Registros históricos dão conta que as colinas destas ilhas eram cobertas por uma densa e exuberante floresta tropical onde se destacava o pau-brasil. Por sobre os manguezais reinavam bandos de guarás, colhereiros, garças e um sem número de aves aquáticas, enquanto um pouco além, no canal mais fundo da baía, manadas de baleias emergiam suas gigantes cabeças.

A paisagem devia ser magnífica antes dos colonizadores. Um conjunto de ilhas tropicais cobertas por um denso arvoredo, com praias arenosas e por entre as ilhas águas mornas circulando límpidas. Este era o cenário de um verdadeiro paraíso tropical.



Cartas das ilhas do Governador, Paqueta e Fundão (Chyproact de A Thevet, 1556, onde são reveladas aldeias tupi-guaranis, imensas reservas de pau-brasil, bem como extensos manguezais.



Cena cotidiana dos Tupi-guaranis na atividade de pesca nos manguezais da Baía de Guanabara. Rugendas, 1835.

A ocupação da região da Ilha do Fundão

Antes dos colonizadores, a região do estuário de Inhaúma era habitada pelos Temiminois e depois pelos Tamoios, que possuíam diversas aldeias localizadas sobre as elevações próximas aos manguezais e nas ilhas do Fundão. Martim Afonso de Souza ao fazer uma viagem de reconhecimento no Brasil em 1531, permaneceu três meses no Rio de Janeiro, "onde desembarcou gente sua num ilhéu (Ilha dos Ferreiros) em frente à praia de São Cristóvão, e com auxílio dos Tamoios, senhores de terra, construiu uma casa forte, com cerca em derredor, uma forja e oficina de reparo de paus onde se fabricam dois bergantins de 15 ban-

cos cada um, com o que mandou explorar os rios do interior" (Ferreira Lima, 1961).

A região de manguinhos fazia parte das terras doadas aos jesuítas da Companhia de Jesus, por Estácio de Sá, em 1565, logo após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A sesmaria, a primeira distribuída por Estácio de Sá, na Guanabara, tinha uma légua e meia de testada para a Baía de Guanabara e se estendia entre o Iguassu (Estuários de São Diogo) e o Inhaúma (Estuário de Inhaúma).

Diversos engenhos de açúcar foram então desenvolvidos na região, entre os quais o Engenho Velho, Engenho Novo, Engenho de Dentro e Engenho da

Pedra, que se comunicavam com o Rio de Janeiro através de portos francos como os Portos de Inhaúma, Maria Angu e Irajá. Os índios da região foram dizimados ou atraídos pelos jesuítas para trabalhar em seus engenhos, enquanto o pau-brasil e outras madeiras nobres das ilhas e elevações seriam avidamente extraídas pelos colonizadores. Na região seria instalada nos primeiros anos de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a aldeia do Martins, comandada pelo Temiminoi Araribóia, que travaria sangrentos combates com os Tamoios nas proximidades do Fundão. A ilha de Bom Jesus recebeu diversas ocupações a partir do século XVIII, sendo convento, Hospital da Marinha e dos Lázaros,

cemitério para coléricos (1855), quartel (1865) e posteriormente Asilo dos Inválidos da Pátria (1868). Com a vinda da família real portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro, que passa a morar na Quinta da Boa Vista, é construído um caminho aterrado em direção a São Cristóvão, que orientará a expansão urbana nas primeiras décadas do século XIX. No final do século XIX, junto com os imigrantes atraídos para o Rio de Janeiro, viriam pescadores portugueses e espanhóis que se fixam no Caju onde fundam a primeira colônia de pesca do Brasil. A Baía de Guanabara até então era um celeiro de pesca e o estuário de Manguinhos propiciava uma elevada produtividade biológica.

Parque Tecnológico no Fundão

Parque Tecnológico poderá ser instalado na cidade universitária e provocar mudanças na UFRJ

Há cerca de um mês a reitoria vem apresentando a alguns poucos setores da UFRJ um projeto para a instalação de um Parque Tecnológico na Cidade Universitária. O Plano Diretor do Parque Tecnológico da Ilha do Fundão é um projeto audacioso, nos moldes das universidades americanas. Segundo o Plano Diretor, os principais objetivos do Parque são "aproximar o mundo acadêmico do mundo dos negócios e fomentar a criação de negócios inovadores".

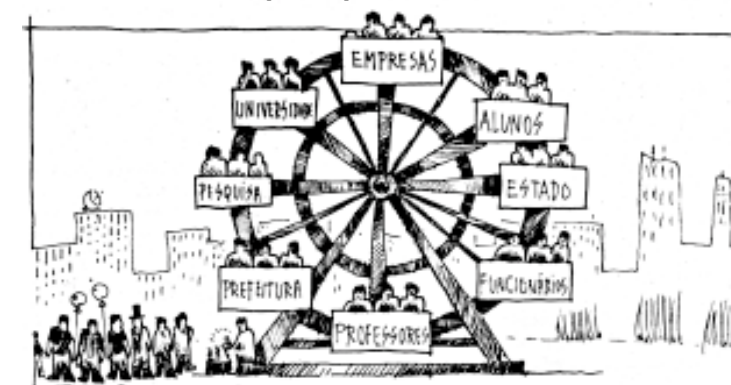
Pegando carona na já instalada "incubadora de empresas", o Parque Tecnológico aponta para um processo de ocupação do campus do Fundão pelas grandes e médias empresas do Estado do Rio. Segundo o projeto, a missão do Parque é desenvolver "novas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços inovadores."

O retomo financeiro para a universidade, de acordo com o projeto, viria através do aluguel do terreno da cidade universitária para as empre-

sas interessadas em participar do Parque. Estimular a "visão empreendedora" dos alunos de graduação e pós-graduação também é um dos objetivos do projeto. Ao mesmo tempo, o Parque será um empreendimento feito através de "uma sólida colaboração com o Governo do Estado e com a Prefeitura do Rio de Janeiro. É portanto um empreendimento público, desenvolvido por entidades públicas."

A diretoria da ADUFRJ espera que a reitoria venha a público anunciar o projeto e propõe que seja por ela promovido um debate democrático sobre as reais condições para a concretização do Parque. É fundamental que a comunidade esteja esclarecida desta empreitada que poderá mudar significativamente os rumos da universidade pública e gratuita. A diretoria entende que é urgente o debate sobre o assunto.

Está à disposição dos docentes e da comunidade universitária uma cópia do Plano Diretor do Parque Tecnológico, que pode ser obtida na sede da ADUFRJ.



É compromisso desta gestão iniciar o processo de discussão sobre a transformação da ADUFRJ em Seção Sindical da ANDES-SN. Esta discussão deve ser feita com muita profundidade e com a participação ativa de todos os professores.

Paulo Marcos Borges Rizzo é professor de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Foi 1º vice-presidente da ANDES-SN, nas gestões de 90/92 e 92/94 e, em ambas foi coordenador do GT de Política Sindical.

Para esclarecer sobre as dúvidas e questionamentos que certamente devem surgir para os docentes, o professor e ex-diretor da ANDES-SN por duas gestões, Paulo Rizzo, fala nesta entrevista sobre todo o processo de transformação de uma AD em AD - Seção Sindical.

“Somos os mesmos em qualquer lugar do país”

AD - Quais as vantagens de uma Associação de docentes se tornar uma Seção Sindical?

Paulo - Em 1988, a Constituinte consagrou o direito de sindicalização aos servidores públicos. Naquele mesmo ano, o Movimento Docente, que fizera parte da ampla mobilização que conquistou tal direito, debateu amplamente como deveria ser sua organização sindical. Em Congresso Extraordinário da ANDES-SN, realizado na UERJ, decidiu-se pela transformação da Associação Nacional em Sindicato Nacional devendo as ADs se transformarem em Seções Sindicais. Isto é um processo que ainda está em curso, como demonstra o atual debate na ADUFRJ.

Os docentes da UFRJ são, desde 1988, sindicalizados na ANDES-Sindicato Nacional e assim vêm se mantendo sem que ainda tenham decidido pela transformação de sua Associação em Seção Sindical. Creio, então, que a transformação deverá ser um gesto dos docentes da UFRJ na consagração de seu direito à sindicalização.

AD - Como fica a autonomia da entidade em relação à ANDES-SN?

Paulo - Nos termos do Estatuto do Sindicato Nacional. Isto é, cada Seção Sindical goza de autonomia administrativa, de gestão financeira e patrimonial e, sobretudo, política, resguardada a concordância com o estatuto. É bom lembrar que o nosso movimento tem se afirmado como um dos mais democráticos e, em toda a sua história, as assembleias das ADs ou ADs-Seções Sindicais têm sido soberanas.

AD - A Seção Sindical vai ter um regimento e não um estatuto. Quais as conseqüências desta mudança?

Paulo - Enquanto docente, considero que o mais importante é que nós, professores de qualquer Instituição de Ensino Superior, podemos fazer parte de um único corpo sindical nacional. Somos os mesmos em qualquer lugar do país. E se o corpo jurídico é único, ainda que respeitada a autonomia das Seções Sindicais, não se pode ter mais de um estatuto, a não ser que fôssemos vários sindicatos federalizados. O regimento deverá ser obtido através de modificações no atual estatuto da AD que o transforme em regimento em consonância com o Estatuto da ANDES-SN.

AD - Como fica o patrimônio da AD ao se tornar uma seção sindical?

Paulo - Isto é de responsabilidade exclusiva dos sindicalizados da UFRJ. Por exemplo: os congressos da ANDES-SN decidem sobre as mensalidades dos sindicalizados exclusivamente sobre o que vai para a tesouraria nacional e sobre o patrimônio nacional. Hoje a mensalidade da ANDES-SN, deliberada em congresso, é de 0,2% do salário do docente e a maioria das ADs Seções Sindicais cobra 1,0% ficando com 0,8%. Garantindo os 0,2% de cada sindicalizado, a seção sindical tem autonomia de cobrar o quanto sua assembleia decidir e gerenciar estes recursos prestando conta aos sindicalizados de sua base. Cabe ao regimento da Seção Sindical normatizar sobre a aquisição e alienação do patrimônio como já o deve fazer o estatuto da ADUFRJ.

AD - Quais as dificuldades que as ADs normalmente enfrentam na transformação em seção sindical? E a exigência de quorum? Como resolver esta questão?

Paulo - Em quatro anos acompanhei a transformação de um grande número de ADs em Seções Sindicais e o que pude perceber é que cada estatuto é diferente quanto às exigências para ser modificado. Mas quase todos exigem um quorum elevado. Isto não deve ser entendido como

um problema. O quorum elevado é uma garantia dos associados de que os destinos da organização da qual fazem parte serão sempre definidos pela maioria. Para a ANDES-SN isto é importante porque significa a garantia de que suas Seções Sindicais têm se constituído pela deliberação da ampla maioria dos docentes.

Para atingir o quorum, a maioria das ADs, após ampla divulgação em seus meios de comunicação e realizações de debates, convocou Assembleias Gerais com o ponto de pauta único “transformação da AD em AD-Sindical”. Reunida a assembleia e apresentadas as propostas, esta se declara em continuidade por diversos dias. As propostas são impressas e os professores votam em urnas que percorrem toda a universidade até o dia marcado como final. Havendo mais de uma proposta há possibilidade de fiscais acompanharem os mesários. Outras convocaram tal assembleia em época de greve e obtiveram o quorum em uma única reunião. O importante é que se encontre os meios para que todos os sócios possam se manifestar.

AD - Quantas ADs existem hoje? Quantas ADs ainda não são Seções Sindicais?

Paulo - Existem 84 ADs, das quais 18 não são ainda Seções Sindicais.

AD - As ações jurídicas de uma seção sindical teriam mais chances de êxito do que as de uma AD?

Paulo - Somente o sindicato pode representar os docentes na justiça. Nenhuma associação tem prerrogativa de representação em ações trabalhistas. O que ocorre hoje na ANDES-SN é que o Congresso que a transformou em Sindicato definiu nos estatutos a prerrogativa temporária de seção sindical às ADs que constituíam a ANDES. Tal disposição estatutária deixará de existir quando todas as ADs forem seções sindicais. Portanto, trata-se dos docentes da UFRJ concederem à ADUFRJ a prerrogativa sindical de fato e de direito.

O nosso movimento tem se afirmado como um dos mais democráticos e, em toda a sua história, as assembleias das ADs ou ADs Seções Sindicais têm sido soberanas.

Campanha salarial para a data-base

Para os SPFs, o movimento social não foi derrotado e deve se mobilizar para enfrentar os novos desafios

O setor dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da ANDES-SN se reuniu nos dias 14 e 15 de outubro em Brasília para discutir as pautas de reivindicações para a campanha salarial, referente à próxima data-base (1º de janeiro/95).

Neste encontro, foi feita uma avaliação do movimento docente e da conjuntura atual. Foi avaliado que o resultado das eleições presidenciais determinou as possibilidades do avanço do projeto neoliberal e aponta para os movimentos sociais organizados um maior grau de dificuldades nos enfrentamentos. O resultado das eleições revelou, porém, as contradições do bloco vencedor, o que abre brecha para as ações dos movimentos sociais. A mídia e o uso da máquina do Estado foram utilizados pelo sistema para adiar a perspectiva da realização de um projeto alternativo democrático e popular. A prioridade agora

será a reorganização e o fortalecimento das ADs-Seções Sindicais da ANDES-SN.

Quando à pauta específica dos docentes, foi constatado que apenas algumas ADs conseguiram discutir este assunto, mas nem todas deliberaram a respeito. Foi aprovada uma proposta de pauta, que será enviada às bases para futura apreciação. A proposta de pauta geral dos SFs, que será avaliada na próxima Plenária Nacional dos Servidores, também foi tema de amplo debate entre os professores.

Plenária Nacional dos SPFs

O movimento social não foi derrotado na eleição de 3 de outubro. Esta foi a principal constatação da Plenária Nacional dos SPFs que contou com a participação de 162 delegados e 29 observadores. A ANDES-SN participou com 17 delegados e 13 observadores, sendo que a ADUFRJ esteve representada com 2 delegados. Além da AN-

DES-SN, estiveram também presentes outras entidades nacionais, tais como a FASUBRA, ASSIBGE, CONDSEF, SINASEFE etc.

Agora, mais do que nunca, será preciso uma mobilização dos servidores para enfrentar os novos desafios. O próximo governo provavelmente tentará ressuscitar a Revisão Constitucional para derrubar as conquistas sociais dos trabalhadores e implantar as reformas constitucionais, consolidando o modelo neoliberal. A luta dos trabalhadores no próximo ano deverá estar centralizada na defesa do pleno emprego, do direito ao trabalho e da recuperação do poder aquisitivo dos salários. A conquista da cidadania passa pela defesa dos direitos sociais da Constituição, da democratização das relações trabalho e do Estado.

A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores vai tentar abrir as negociações da pauta emergencial com o governo para a implantação da primeira etapa da isonomia, por uma

Eixos da pauta de reivindicações dos SPFs

- recuperação das perdas salariais
- política salarial para os SPFs
- isonomia
- valorização do serviço público
- garantia dos direitos sociais
- contra as demissões arbitrárias
- imediata reintegração dos demitidos

política de reajustes salariais mensais pelo ICV-DIEESE e para a reposição das perdas do Plano FHC. A Plenária também aprovou uma campanha contra a Revisão Constitucional e em defesa do serviço público. Na próxima plenária dos SPFs, dia 6 de novembro, será discutida a proposta de pauta de reivindicações. Na Assembléia Geral da ADUFRJ do dia 3 de novembro, estaremos também discutindo esta proposta.

Proposta de pauta de reivindicações Setor das Federais da ANDES-SN

1- POLÍTICA SALARIAL

- Definição de piso salarial a partir das perdas históricas do período de 1/1/90 a 1/10/94
- Reajuste salarial imediato para repor as perdas salariais de todo o ano de 1994
- Manutenção do poder de compra do salário através de uma política de reajustes mensais
- Isonomia entre os três poderes, inclusive com a concessão imediata dos 28,86% concedido aos militares e aos servidores do legislativo e judiciário
- Isonomia entre as IFES
 - a) Extensão administrativa em todas as IFES dos índices:
 - 26,06% Plano Bresser (1987)
 - 26,05% Plano Verão (1989)
 - 84,32% Plano Collor (1990)
 - b) Negociação do pagamento dos atrasados referentes a

cada um dos índices acima.

- Projeto de lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção
- Acréscimo de vencimento por titulação semelhante ao plano das carreiras de ciência e tecnologia:
 - doutorado 70%;
 - mestrado 35%;
 - especialização 18%.

2-POLÍTICA DE PESSOAL

- Implementação da proposta da ANDES/SN de carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus.
- Realização de concurso público para contratação de docentes, nas IFES, na proporção da integralidade das vagas geradas por aposentadorias, mortes, invalidez etc., e das necessidades de expansão de seu quadro

de pessoal. Contratação e nomeação imediata dos candidatos concursados e aprovados.

- Realização, nas IFES, de concurso para professor titular
- Garantia de gozo das licenças previstas no PUCRCE (decreto 94.664, de 23/07/1987)

3- ORÇAMENTO E VERBAS

- Orçamento que garanta a implementação das reivindicações acima
- Garantias de recursos para OCC, no mínimo equivalentes a 25% das despesas com pessoal.
- Não contingenciamento das verbas, repassando regularmente às IFES os recursos do orçamento, preservando-se os valores reais.
- Assegurar o cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, garantindo o pleno financiamento dos Hospi-

tais Universitários para que se cumpra sua finalidade de Hospital-Escola, respeitada a autonomia universitária

4- DEMOCRACIA E AUTONOMIA

- Respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFES.
- Autonomia das IFES em relação à utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE para o cadastramento e pagamento de seus servidores.
- Garantia da autonomia administrativa, financeira e didática das IFES e do caráter público e gratuito da educação.
- Empenho efetivo do governo na aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Diretoria completa um ano de gestão



No dia 22 de outubro a atual diretoria da ADUFRJ completa um ano de gestão. Até aqui a conjuntura nacional não se mostrou das mais tranquilas: consolidação da política neoliberal instalada pelo ex-presidente Collor, inflação absurdamente alta, salários arrojados e as conquistas sociais seriamente ameaçadas por uma pretensa revisão constitucional. Esse foi o

quadro enfrentado pela ADUFRJ até meados deste ano, quando surgiu, como que por encanto, um plano econômico que reduziria a inflação e traria a moeda forte. Mas “o real” é que as perdas salariais da categoria foram cristalizadas, com uma política que só permite o reajuste na database e vem aumentando progressivamente a defasagem salarial.

Eleição para reitor

A primeira situação complicada enfrentada pela diretoria foi o processo eleitoral para a escolha do reitor da UFRJ. A comunidade universitária não participou efetivamente da discussão e os Colegiados Superiores modificaram casuisticamente as regras eleitorais. Na verdade, o que estava em jogo naquele momento não era apenas a paridade contra a proporcionalidade dos votos, mas a democracia no interior da universidade. A Assembléia Geral da ADUFRJ deliberou pela manutenção das regras da eleição anterior, mas os Colegiados Superiores da UFRJ optaram pela preponderância dos votos dos docentes na eleição. É importante ressaltar que, durante todo o processo eleitoral, a ADUFRJ manteve sua postura crítica, autônoma e independente, sem deixar de defender os princípios do movimento docente, mesmo contrariando algumas candidaturas.

Atuação com a comunidade

A atuação da ADUFRJ, ao lado de outros movimentos organizados da universidade, foi fundamental para

resgatar o processo democrático na universidade. A ADUFRJ, o SINTUFRJ e o Conselho de CAs organizaram dois importantes debates com os candidatos a reitor. Durante os debates, a comunidade universitária pôde efetivamente participar com perguntas diretas, ao contrário dos debates oficiais em que as perguntas eram feitas por escrito e selecionadas previamente.

Durante a greve dos técnicos-administrativos, a maioria dos membros dos Colegiados Superiores da UFRJ tentou manter as datas da eleição, mesmo com as dificuldades organizativas apontadas pela Comissão Eleitoral. A ADUFRJ, ao lado das demais entidades representativas dos movimentos, defendeu e conseguiu o adiamento das eleições.

Professores substitutos

A contratação excessiva de professores substitutos e os atrasos de pagamentos foram um dos grandes problemas da universidade durante este período. Contratados no início do ano, os professores substitutos tiveram seus salários atrasados em até quatro meses. A ADUFRJ organizou várias reuniões com os professores substitutos, promoveu uma audiência com o ex-reitor Maculan e levou o problema para o Conselho Universitário. O resultado foi positivo. A reitoria efetuou o pagamento em dia, inclusive pagando os atrasados corrigidos. Algumas reivindicações dos substitutos, levadas ao reitor através de uma pauta específica, tais como o direito ao vale transporte e ao vale refeição já foram atendidas.

Plano Verão

A grande vitória jurídica foi sem dúvida a ação do Plano Verão (URP de fevereiro de 89), julgada procedente pelo Tribunal Regional do Trabalho em agosto de 93, mas que por falta de vontade política do ex-reitor não foi implementada. A ADUFRJ lutou e conseguiu que a atual reitoria incorporasse os 26,05% aos vencimentos dos seus associados. A luta não acabou pois alguns professores ainda foram excluídos da ação. A atual diretoria considera que a isonomia é fundamental para a consolidação da carreira e para o fortalecimento do trabalho docente.

A ADUFRJ no Movimento docente

A diretoria da ADUFRJ se empenhou em participar dos eventos promovidos pela ANDES-SN. O objetivo é aumentar a integração com a entidade nacional. Em novembro 93, um membro do conselho de representante participou do XXVII CONAD, realizado em Pelotas, Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 94, a AD participou do XIII Congresso, realizado em Viçosa, Minas Gerais, com uma delegação composta por dez professores. O XXVIII CONAD foi realizado em julho de 94 em Recife, Pernambuco e a AD esteve representada por um delegado e dois observadores. Nestes eventos foram consolidados os fundamentos para a construção de um projeto alternativo democrático e popular como proposta para a sociedade brasileira. AAD também participa do Setor das Federais da ANDES-SN e esteve presente em reuniões de alguns Grupos de Trabalho da ANDES-SN como o GT Segurança Social, Carreira Docente, Política Educacional e Comunicação e Artes

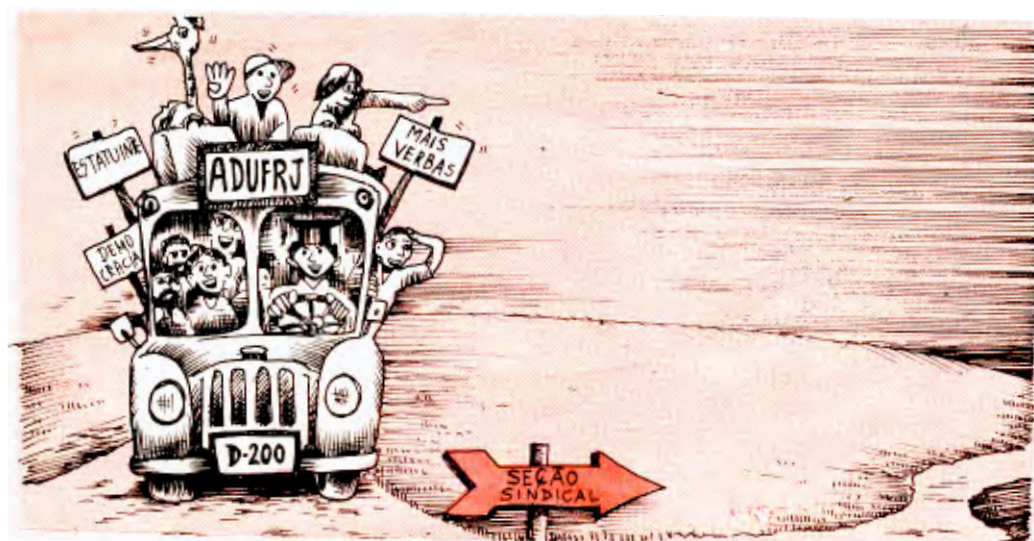
Greve e os 12,99%

A greve dos SPFs, deflagrada no dia 19 de abril, teve adesão do setor das Federais da ANDES-SN, embora nem todas as ADs tenham aderido. A diretoria da ADUFRJ discutiu a importância da participação neste movimento nas reuniões do Conselho de Representantes e em várias Assembléias, mas os professores da UFRJ rejeitaram a proposta de adesão ao movimento nacional. As dificuldades de mobilização foram grandes em algumas universidades e em alguns setores do serviço público federal. O governo prometeu implantar a primeira etapa da isonomia, mas recuou e concedeu apenas um reajuste de 12,99% em setembro.

O Jornal ADUFRJ

Logo que assumiu, a diretoria teve a preocupação de implantar um canal de comunicação com os professores, com informações e notícias sobre a universidade, o movimento docente, além de debates sobre temas locais e nacionais. Circulando desde março, o jornal ADUFRJ já conquistou seu espaço no universo da UFRJ e em outras instituições de ensino. Os primeiros números eram enviados apenas para os professores da UFRJ. A tiragem do jornal aumentou para 7.000 exemplares que são distribuídos para a comunidade universitária, além de outras Associações de Docentes e outras entidades da sociedade - sindicatos, ONGs etc.

Hoje, o Jornal ADUFRJ cumpre um papel importantíssimo na discussão não apenas de assuntos relacionados com a universidade, mas também com a realidade nacional. Os editoriais, as seções e reportagens aos poucos vêm abrindo um espaço para a análise crítica dos acontecimentos que giram em torno da comunidade universitária.



ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UFRJ

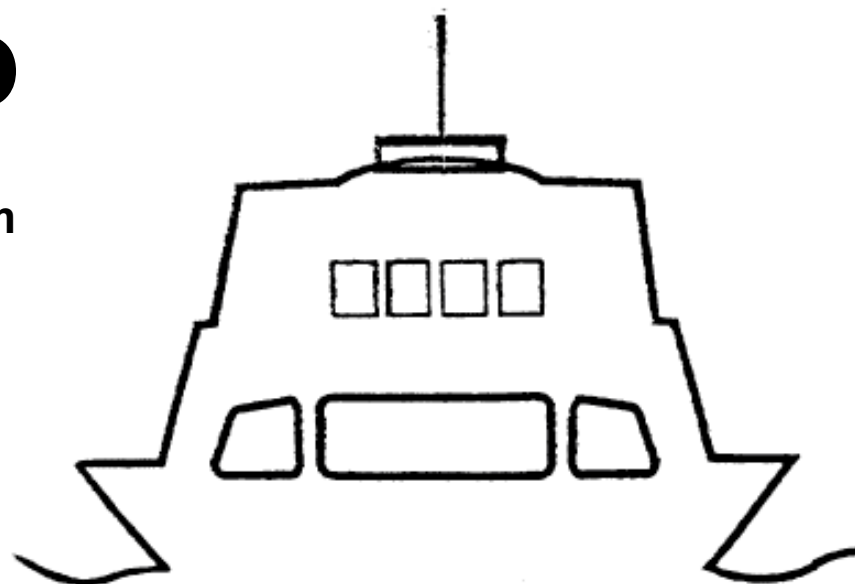
ANDES-SN

Nº 9
NOVEMBRO/94

J . O . R . N . A . L
ADUFRJ

Professores debatem Transformações no Mundo do Trabalho

O XXIX Conselho da ANDES-SN será em Niterói e reunirá 250 professores de todo o país. As Transformações no Mundo do Trabalho e o, Projeto Alternativo Democrático e Popular é o tema principal do encontro.
página 3



Parque Tecnológico direciona universidade para a lógica do mercado

páginas 4 e 5

UFRJ e o Meio Ambiente. A universidade que virou uma "aldeia"

6

Docentes aprovam sua pauta de reivindicações para próxima data-base

7

ADUFRJ aprova mandado de segurança para garantir salário

8

AD editorial

Os desafios da nova conjuntura



O resultado do segundo turno das eleições para governador nos estados mais importantes da Federação mostrou uma tendência favorável ao novo governo, com algumas exceções localizadas. O presidente eleito demonstrou sua "elasticidade" ideológica tentando dissimular seus apoios contraditórios ao apoiar desde candidatos progressistas até oligarquias retrógradas.

A nova composição de forças no Congresso Nacional revela também que parlamentares governistas poderão se unir a partidos conservadores, conquistando uma parcela significativa da Câmara e no Senado. O novo presidente, sustentado principalmente pelas forças conservadoras da sociedade, vai tentar implementar as reformas constitucionais. Fernando Henrique quer aprovar as mudanças logo após sua posse para levar adiante a derrubada das conquistas sociais, o processo de privatizações, a reforma da Previdência e a chamada "flexibilização" dos monopólios. Enfim, o novo governo vai querer seguir as orientações do

chamado Consenso de Washington para os países do Terceiro Mundo, consolidando e legitimando a nova ordem mundial.

A realidade tem demonstrado que este modelo definitivamente não tem resolvido os graves problemas dos países da América Latina, notadamente na Argentina, Chile e México. A estabilidade econômica tem sido alcançada, mas com desemprego, fome e miséria da maioria da população. No Brasil, a crise social tem se agravado mais ainda com o aumento da violência nos grandes centros urbanos. A intervenção das forças armadas no Rio de Janeiro abre um precedente perigoso, que poderá afetar as liberdades democráticas e a reconstrução da cidadania. A violência, que também é resultado deste modelo caótico, não será extirpada enquanto continuar a corrupção, a impunidade, o tráfico de drogas e o contrabando de armas.

Este modelo neoliberal está também se alastrando na UFRJ não apenas na terceirização de serviços de limpeza e de segurança, mas sobretudo nos meios acadêmicos. Os estu-

dantes da área tecnológica, seduzidos pela lógica empresarial, já estão montando as empresas juniores e se apropriando do espaço público da universidade. Muitos professores, pressionados pelos baixos salários e pela falta de verbas, prestam cada vez mais serviços de consultoria para garantir a sua complementação salarial e a obtenção de recursos para as suas atividades de pesquisa, sem muitos questionamentos.

Os desafios serão muitos daqui para frente. A questão salarial vai se agravando e as perdas se acumulando progressivamente. Os horizontes para a data-base são sombrios, agravando o processo de deterioração da universidade pública. No XXIX CONAD da ANDES-SN, que será realizado em Niterói no final do mês de novembro, o movimento docente terá a oportunidade de discutir as transformações do mundo do trabalho e o projeto democrático popular. Refletir sobre esta nova conjuntura é o primeiro passo para uma ação firme e consciente.

AD jurídico

A ação dos 45% dos militares

A ação dos 45% dos militares tem sido muito discutida na UFRJ, principalmente depois que a ação do SINTUFRJ obteve sentença favorável em primeira instância da Justiça Federal. Em 1991, o governo concedeu um reajuste de 20% retroativo a julho daquele ano através da lei 8.216 de 13/8/91, para todo o funcionalismo público e aumentos diferenciados para algumas categorias, inclusive para os docentes.

Além do reajuste de 20% do funcionalismo, os docentes das IFES, que ficaram em greve durante quase 3 meses no ano de 91, tiveram aumentos nos percentuais de titulação e no regime de dedicação exclusiva, através da lei 8.243 de 14/10/91. O certificado

de especialização passou a representar um reajuste de 12%, o título de Mestre passou de 15% para 25% e o título de Doutor de 25% para 50%. O redime de dedicação exclusiva passou de 50% para 55%.

Desta maneira, os vencimentos dos docentes tiveram reajustes que variaram de 20% (professores sem titulação e em regime de 20 horas) até 48,8% (professores com título de Doutor e em regime de dedicação exclusiva), ou seja, um reajuste médio de 34,4%.

Por outro lado, a lei 8.237/91 concedeu 45% de aumento aos militares em setembro de 1991. De acordo com parecer da Assessoria Jurídica da ANDES-SN, não houve um índice único que tivesse a clara definição de

revisão geral de salários, pois, mesmo os 45% não foram concedidos a todos os militares, mas apenas aos do topo da tabela. No caso dos docentes, houve um aumento maior que o concedido aos demais servidores da União.

O Setor das Federais da ANDES-SN, em reunião realizada nos dias 25 e 26 de julho de 1992, deliberou pela não participação na ação dos 45% dos militares, já que os docentes tiveram também na época um reajuste diferenciado. Em novembro de 1992, a ADUFRJ solicitou o arquivamento desta ação, tendo em vista o parecer desfavorável do Juiz da 16ª Vara Federal e a decisão do Setor das Federais da ANDES-SN.

JOURNAL
AD UFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944
CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX: 260-6368

DIRETORIA: PRESIDENTE: HENRIQUE LONGO 1º VICE: ELMO AMADOR 2º VICE: ROBERTO HOUAISS
1ª SECRETÁRIA: RUTH BARBOSA 2ª SECRETÁRIA: VENÚSIA NEIVA 1º TESOUREIRO: JOSÉ HELDER LOPES
REDAÇÃO, EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190 ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
TIRAGEM: 7.000 IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

XXIX CONAD É EM NITERÓI

XXIX CONAD - Conselho da ANDES-SN será organizado pela ADUFF-SSind e receberá 250 professores do país. Movimento docente é contra o neoliberalismo e propõe um Projeto Alternativo Democrático e Popular para a sociedade.

Transformações no Mundo do Trabalho e o Projeto Alternativo, Democrático e Popular é o tema principal do XXIX CONAD que acontece em Niterói de 29 de novembro a 3 de dezembro, na Universidade Federal Fluminense. Realizado duas vezes por ano, sempre em cidades diferentes, o CONAD - Conselho da ANDES-SN é uma instância deliberativa do Sindicato Nacional. São esperados mais de 250 professores de todo país que discutirão e tomarão decisões sobre a atuação do movimento docente diante do novo governo e da perspectiva de uma Revisão Constitucional que pode enveredar o país em uma política neoliberal desastrosa para a educação, saúde e cidadania do povo brasileiro.

Durante a abertura do encontro, os professores participarão do seminário "Perfil da Categoria Docente" que promete ser um amplo debate sobre a reação do docente diante das novas tecnologias e relações de trabalho e a interferência destas com o ensino, a pes-

quisa e a extensão. No encontro serão deliberados também os temas discutidos pelos Grupos de Trabalho da ANDES-SN como Política Educacional, Ciência & Tecnologia, Política Sindical, Política Agrária, Seguridade Social e Comunicação & Artes.

É no CONAD que são implementadas e regulamentadas as deliberações do Congresso Anual, além de exercer as funções de conselho fiscal da ANDES-SN, examinar e aprovar relatórios, prestações de contas e previsão orçamentária para o ano que vem, incluindo a aprovação da estratégia de campanhas salariais e institucionais.

Baile

Na noite da abertura, terça-feira às 22 horas, os debates "não-oficiais" começam no Clube Brasileiro, Estrada do Fróes-São Francisco. A ADUFF preparou um Baile com a Orquestra Tabajara para receber os congressistas e adianta que será aquela festa.

Confira o cronograma do encontro

dia/horário	29/11 terça-feira	30/11 quarta-feira	1/12 quinta-feira	2/12 sexta-feira	3/12 sábado
9 horas	GTs	Plenária de Instalação	Grupos Mistos Tema II	Grupos Mistos Tema IV	Plenária Tema III
14 horas	Seminário - O perfil da categoria docente	Setores	Grupos Mistos Tema III	Plenária Tema I	Plenária Tema IV
19 horas	Plenária de Abertura	Plenária Inicial		Plenária Tema II	Plenária Final Encerramento

Tema I - Movimento Docente e Conjuntura
 Tema II - Educação, Ciência e Tecnologia
 Tema III - Políticas: Sindical (Carreira), Agrária e Seguridade Social
 Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras

O Mundo do Trabalho, as novas tecnologias e a Democracia

Edmundo Fernandes Dias (*)

A sociedade capitalista vem atravessando uma série de modificações que tem chamado a atenção de pesquisadores e políticos. Anuncia-se o fim da sociedade do trabalho. Fala-se em fim da classe trabalhadora. E atribui-se à tecnologia toda essa imensa transformação. Daí se afirma que ao estarmos vivendo a 3ª revolução industrial, o trabalho, no seu sentido clássico, hoje não tem mais significado. Exalta-se assim, a possibilidade de um trabalho criador que não requer mais a concentração fabril. Um trabalho limpo, feito à domicílio, face a face ao computador. Enfim um trabalho a um só tempo artesanal e de qualidade. O operário fabril seria um dinossauro em extinção.

Qual o significado dessas afirmações e como fica a questão sindical? Essa tese tem um pressuposto funda-

Entregue a si mesmo O neoliberalismo aprofundará a miséria e criará um verdadeiro apartheid social não declarado

mental: a da perpetuidade do capitalismo. O papel da gestão empresarial, com seu tradicional cortejo de arbitrariedades, estaria superado. Volta assim à baila a idéia da organização científica do trabalho.

Contudo essas manifestações propostas não aliviam o trabalho. Pelo contrário: mais do que nunca teremos a ampliação da taxa de opressão.

No entanto, ao se dar ênfase à revolução tecnológica, tudo se passa como se não existisse mais o privilégio de classe. O trabalhador a partir desta nova visão não seria mais antagonico ao Capital, mas seu parceiro. A

ideologia da criatividade permitirá acelerar essa integração do trabalhador ao capitalismo. Uma parcela de antigos operários, de confiança do empresariado, tem se transformado nos novos patrões: os cha-

mados operários prudonianos ou operários patrão. O sindicato passaria de necessário à inútil.

Como complemento dessa trajetória se tenta redefinir as condições gerais do trabalho. O objetivo é a chamada desregulamentação: a redução ao mínimo da legislação de proteção ao trabalho, abrindo caminho ao pleno domínio do mercado. A miséria, a destruição dos serviços públicos, a perda da cidadania, enfim a legitimação da opressão é vista como uma decorrência do mercado. É pena ... mas é assim mesmo. É esse discurso que se generaliza, é essa prática que se aprofunda com o neoliberalismo. É este o sentido da Revisão constitucional que se pretende, inconstitucionalmente, realizar na nova legislatura.

O XXIX CONAD, a ser realizado em Niterói a partir de 29 de novembro, estará colocado diante dessas questões. Entregue a si mesmo o neoliberalismo aprofundará a miséria e criará um verdadeiro apartheid social não declarado. Cabe ao movimento social

organizado trabalharem uma perspectiva de reafirmação dos direitos sociais. Mais do que nunca a construção do Projeto Democrático-Popular permitirá articular nossa agenda social. A Educação, a Saúde, a Seguridade Social, a Ciência e a Tecnologia, entre tantas outras coisas, não podem estar submetidas ao "livre" jogo do Mercado. Mesmo no chamado 1º Mundo não é isto que ocorre. O neoliberalismo quer transformar a sociedade e a economia brasileira em sucata, em produtos descartáveis.

Educação, Democracia e Cidadania na perspectiva da desprivatização do Estado e da Construção de uma Sociedade efetivamente democrática permanece como nossa tarefa central. E como elemento de negação da perspectiva neoliberal de exclusão social.

(*) O professor Edmundo é Doutor em História Social e Secretário Geral da ANDES-SN

Parque Tecnológico, um projeto polêmico

O projeto do Parque Tecnológico é sem dúvida a concretização do modelo neoliberal na universidade brasileira. Está em jogo toda uma concepção empresarial de universidade, sem qualquer compromisso com as atividades acadêmicas e com os problemas da sociedade. Ao invés de aproximar e integrar a universidade com a sociedade, o parque promete trazer empresas privadas para a Ilha do Fundão, direcionando a UFRJ para lógica do mercado, do lucro e da competitividade.

Considerado por uns um projeto que poderá contribuir com o desenvolvimento da cidade e por outros um grande condomínio de empresas, o projeto do Parque Tecnológico ainda não tem claramente definido qual a sua relação com a universidade. Nas duas versões do projeto do Parque que a administração da UFRJ publicou não existe menção do interesse acadêmico do projeto para a universidade. Nem mesmo no projeto fica claro que tipo de empresas participarão e onde estão suas demandas. Nas áreas sociais? Na saúde? Para o desenvolvimento da agricultura no Estado? Para a produção de softwares sofisticados para empresas de tecnologia avançada?

Segundo Maurício Guedes Pereira, Engenheiro da COPPE e um dos que assinam o Plano Diretor para Implantação do Parque Tecnológico na Cidade Universitária, "o Parque Tecnológico da UFRJ é um projeto multi-setorial que poderá alocar empresas de todos os setores da economia desde que vinculadas a alguma área da universidade". Mesmo com essa amplitude, ainda não se sabe ao certo quais empresas participarão do projeto, nem se serão em sua maioria nacionais ou multinacionais.

Universidade não rima com lucro

O professor do Instituto de Física, José Simões, explica que, assim como qualquer empreendimento desta natureza, um parque tecnológico tem que ser visto a partir da relação da universidade com o meio social. Segundo o professor, surgem algumas diferenças consideráveis entre os parques tecnológicos existentes no mundo e o que está sendo proposto para a UFRJ. "No Rio de Janeiro, como no Brasil, as demandas sociais tem sido reprimidas e nem chegam à universidade. Por outro lado, as indústrias nacionais não se alimentam das inovações tecnológicas. Em todos os projetos de parques tecnológicos das universidades no exterior, inclusive das universidades citadas no projeto proposto para a UFRJ, um dos pontos fundamentais é a contribuição do setor privado. Existem contratos, prazos, compromissos assumidos pelas empresas como contrapartida da aquisição de tecnologia. Isto simplesmente não existe no atual projeto da UFRJ."

A Decana do Centro de Ciências da Saúde, professora Vera Alfion, é a favor da "parceria" com as empresas privadas, mas

também não vê no Plano Diretor do parque, a contra-partida do setor privado para as diversas áreas da universidade, principalmente as que interagem mais diretamente com o social, como é o caso das áreas médicas. "O projeto ainda não tem definido como vai se dar a participação dos vários centros e unidades e nem qual será a prioridade com relação às pesquisas e outras atividades acadêmicas", comenta.

ADUFRJ cobra debates

De acordo com os organizadores, o Plano Diretor do parque foi apresentado aos diretores de centros e unidades da UFRJ em setembro e outubro deste ano, o que não significa que a comunidade universitária esteja a par da proposta. O primeiro Centro a conhecer o Plano foi o CFCH que, como por ironia, não tinha registrada sua participação no Conselho Diretor do parque. O próprio Maurício explicou que se tratou de "um erro de datilografia". AADUFRJ organizou uma reunião com o Conselho de Representantes ampliado da entidade para discutir o Plano. Deste encontro saiu um documento, encaminhado ao Conselho Universitário no dia 27 de outubro, solicitando à reitoria a ampla divulgação da proposta para a comunidade da UFRJ e a promoção de debates com a comunidade sobre o assunto. A não aprovação do projeto durante o período de férias universitárias, normalmente em dezembro e janeiro, também foi solicitada pela AD, por considerar um período em que a maioria dos professores da universidade está ausente. Na ocasião, o reitor se comprometeu em promover um debate sobre o tema na primeira semana de dezembro, no Auditório do Centro de Tecnologia.

Modelo japonês e terceirização

Contrária à implantação do parque, a professora do CAP da UFRJ e diretora da ANDES-Regional Rio, Rosanne Evangelista Dias, diz que há tempos a União vem apresentando formas de desobrigá-la da manutenção das universidades públicas (GERES, PEC-56/8). "Até mesmo o novo presidente, Fernando Henrique, já propôs a estadualização das universidades federais. O projeto do parque no Fundão se coloca como uma nova fonte de receita para a universidade. A universidade passaria a ser um grande condomínio ou balcão de negócios. Esta é sem dúvida uma brecha para que o governo federal reduza ainda mais os recursos para a universidade pública. Ao que tudo indica as relações do trabalho a partir da implantação do parque passarão a ser orientadas pelo modelo toyotista (japonês), resultando em emprego parcial, precário e informal (terceirização)".

Não há definição quanto ao compromisso do setor privado no projeto

Prefeitura bancaria custo inicial

Segundo Maurício Guedes, o investimento inicial, na ordem de US\$ 4,5 milhões, sairá dos cofres da Prefeitura do Rio de Janeiro. Isto não está mencionado na versão escrita do projeto, o que deixa em aberto a contribuição da UFRJ. Quanto será investido do orçamento da universidade é uma questão que deveria estar claramente colocada na proposta.

Incubadoras

De acordo com Maurício, a exemplo da Incubadora de Empresas da COPPE/UFRJ, cada empresa instalada no parque terá seu próprio quadro funcional. Nenhum professor ou técnico da universidade poderá ocupar o papel de empreendedor, mas as empresas poderão, via centros e unidades, contratar pessoal da universidade. Somente no último dia 17 foi colocado na pauta da reunião do CONSUNI o processo, datado de 1988 da minuta de contrato das empresas da incubadora.

Entrepósito Aduaneiro

De acordo com Maurício, está previsto também a instalação de um entreposto aduaneiro no Campus do Fundão, como "atividade de suporte" para o parque. Este entreposto será administrado por uma empresa particular e servirá de depósito para mercadorias importadas que poderão ser consumidas pelas empresas, prefeitura, governo do Estado e UFRJ, cada uma pagando seus devidos impostos. Mas ainda assim é uma atividade que pressupõe uma discussão mais aprofundada, segundo o professor Simões. "Quem vai comprar? De quem? Para que fins? Se não estiver definido no projeto como será a administração deste entreposto, a cidade universitária poderá acabar absorvendo um grande depósito de problemas".

Quanto será investido do orçamento da UFRJ é uma questão que deveria estar colocada no projeto

Parque Tecnológico, alguns questionamentos

Venúcia Cardoso Neiva e Laudicéa de Souza Pinto (*)

A implantação de um parque tecnológico no campus da UFRJ nos leva a refletir sobre algumas questões. Em primeiro lugar, o modelo de universidade que vem sendo paulatinamente construído e a concepção de sociedade correspondente. Faz-se necessário que nós professores, em princípio preocupados como futuro da sociedade e, consequentemente, da nossa universidade, busquemos entender quais as implicações e consequências deste fato que certamente trará profundas transformações ao nosso meio acadêmico e social.

Partindo da premissa básica da não existência de técnicas neutras, ou seja, todas estão ancoradas em determinado tipo de relações sociais (políticas, econômicas, jurídicas, ideológicas etc) caberia então descobrir quais as relações que estão em jogo, que teorias científicas as amparam, assim como quais os interesses que serão contemplados e sobretudo que forças sociais serão acionadas para realizar uma obra desta envergadura.

Queremos mostrar nosso desacordo em relação à forma como vem sendo apresentado este projeto, apenas entre pequenos grupos ligados à área Tecnológica, reproduzindo a hierarquia já existente entre esta e a de Humanas. Os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História, Pedagogia, Serviço Social, Psicologia etc não estão representados no Conselho Diretor do projeto. Se foi um erro de datilografia, continuamos achando lamentável, para não dizer irônico. Dispensa-se uma avaliação crítica apoiada no social?

A concepção de universidade proposta pela ANDES-SN, segundo enten-

demus, é produto da reflexão coletiva dos movimentos docentes e baseia-se na transparência e democratização das discussões e decisões dentro da universidade, ao mesmo tempo que pleiteia uma vinculação orgânica com o meio Social onde ela se encontra.

Por esta razão e por um princípio de responsabilidade social, queremos acreditar que as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (através de seus representantes) devem ser ouvidas quando se pretende mudanças tão importantes como essas e que as opiniões contrárias tenham espaço para a devida apresentação.

Sabedores de que a empresa é uma dimensão social importante na sociedade, podemos no entanto afirmar que ela não é a única. Logo, não seria conveniente reduzir a relação que se pretende que exista entre a universidade e a sociedade ao âmbito universidade/empresa, sob pena de empobrecer e deformar a função social da universidade. Os currículos dos cursos, por exemplo, teriam que ser imediatamente modificados para atender à essa nova diretriz dada por este projeto.

Dentro deste processo, caso seja realmente desenvolvido este projeto, na forma proposta, caberia perguntar entre outras coisas, como ficarão os cursos que não apresentarem interesse imediato para as empresas.

Assim são muitas as questões que ficam em aberto e que devem ser debatidas seriamente antes que decisões sejam tomadas pela administração superior desta universidade.

(*) professoras do Departamento de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ



UFRJ E O MEIO AMBIENTE

Elmo da Silva Amador - Professor do Instituto de Geociências

O processo de destruição do Estuário de Manguinhos, Enseada de Inhaúma, incluindo as ilhas do arquipélago do Fundão e os extensos manguezais que asseguravam a elevada produtividade biológica da região, não foi lento nem gradual. Num período de 100 anos e maior concentração nas últimas décadas, após a 2ª Guerra Mundial, todo o paraíso tropical foi destruído, sendo hoje a região mais degradada e poluída de toda a Baía de Guanabara.

A construção da cidade universitária através de extensos aterros produziu impactos radicais na qualidade ambiental da região, agravada pelas sucessivas intervenções do poder público, que para reproduzir o capital e beneficiar o setor produtivo lançou mão de uma série de projetos.

Cronologia da destruição do Estuário de Manguinhos e Arquipélago do Fundão

O lixo urbano que anteriormente era depositado sobre os manguezais do sã de São Diogo pelos escravos, passa a partir de 1887 a ser depositado através de barcaças no Cajú, ilhas da Sapucaia e de Bom Jesus.

Ao lixo iria se somar o esgoto da Estação de Esgoto da Alegria, explorada pela empresa inglesa City Improvements Company. A lama produzida na estação era descarregada nos mangues da Alegria e posteriormente na ilha da Sapucaia, quando não era despejado diretamente na Baía.

As Estradas de Ferro D. Pedro II (posteriormente E.F. Central do Brasil) inaugurada em 1858 e Rio D' Ouro, construída em 1883, contornavam o Estuário de Inhaúma, no entanto a região seria diretamente atingida com a The Leopoldina Railway Company Ltda, uma empresa inglesa, como tantas outras que dominavam os serviços públicos daquela época. A Leopoldina iniciada em 1884 insinuava-se entre as colinas de São Cristóvão, mas para vencer os manguezais do estuário foram realizados aterros, que seriam também utilizados pela Avenida Suburbana.

Em 1902, era concluído o Instituto de Manguinhos, junto ao porto de Inhaúma. Primeira grande construção na região, o Instituto era acessado de trem pela Leopoldina (estação de Amorim e depois Oswaldo Cruz) ou de barco pela Baía de Guanabara.

No período entre 1921 e 1931 foram executados pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense cerca de 2 km² de aterros da Enseada de Manguinhos e a destruição de 2 km² de manguezais. Entre 1928 e 1930, foram realizados os aterros do aeroporto de manguinhos, que consumiria vasta extensão do estuário. À medida que os aterros do estuário tinham continuidade com a então Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (posteriormente DNOS), na administração Henrique Dodsworth (1937-1945) era construída a Variante Rio Petrópolis que ganha o nome de Avenida Brasil em 1946.

A abertura da Av. Brasil, em função dos interesses do capital industrial, no período da 2a. Guerra Mundial, consumiria uma tendência de transformar a região e toda a zona da Leopoldina em região industrial e proletária.

Os aterros do Estuário de Manguinhos recebem nessa fase do pós guerra a primeira refinaria de petróleo do Rio, a Refinaria de Manguinhos, que como atividade altamente poluidora, passa a contaminar a água e o ar da região. Paralelamente a região do Cajú, que tradicionalmente já era procurada pela construção naval, assiste à instalação de novos estaleiros. Ao estaleiro Caneco, o mais antigo, somaram-se o Mc Laren e o gigante Ishikawagima Multinacional. Além dos aterros sucessivos, os estaleiros responderiam por diversas formas de poluição: óleo e lixo principalmente.

Os "sanitaristas" do governo Carlos Lacerda, formulam um projeto de "cais de saneamento" visando

erradicar favelas e manguezais remanescentes, situados na orla da Baía de Guanabara, no eixo da Avenida Brasil, do Cajú ao Meriti. Imensos aterros estavam previstos em continuidade aos que já tinham sido executados pelo Ministério da Marinha e Cruzada de São Sebastião, que a partir de 1945 subtraíram da baía as praias de Maria Angú e de Ramos, extensos manguezais e uma área superior a 2 Km² de sua superfície.

Em 1979, no governo do General Figueiredo, o último do ciclo de generais da Ditadura Militar, o Ministro do Interior, Coronel Andreazza, apresenta com grande impacto na imprensa o Projeto Rio. O projeto previa: entre outras ações a eliminação com aterros de 23 Km² da Baía de Guanabara (cerca de 6% de sua superfície), a erradicação de extensos manguezais; a remoção das favelas da maré, com uma população de 250.000 habitantes; a ligação das ilhas do Fundão e Pinheiros ao continente (perda da insularidade); a eliminação da praia de Ramos, e a construção da linha Vermelha. Além de objetivos eleitoreiros o projeto que movimentava vultosos

A UFRJ tornou-se uma "aldeia", um "castelo do saber" isolado por grades das massas de população excluída."

recursos para sua execução, contemplava o interesse de empreiteiras, construtoras e consultoras, algumas delas ligadas ao próprio ministério.

O Projeto Rio foi exaustivamente analisado e criticado por três comissões: a da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), a da ADUFRJ (Associação dos Docentes da UFRJ), recém criada, e a da CODEFAM (Comissão de Defesa das Favelas da Maré). Sensível a manifestações de alguns docentes da UFRJ e preocupado com impactos que o projeto produziria no campus da cidade universitária, o Reitor Renato Caldas constituiu um Grupo de Trabalho para analisar o projeto. O processo de embate e discussão com os executores do Projeto Rio permitiu que fossem revistos diversos aspectos do projeto.

No entanto os aterros que o Projeto Rio realizou, protegidos por uma máscara social, tornariam mais críticas as condições ambientais da região. As cheias na Av. Brasil passaram a ser mais frequentes e o assoreamento foi acentuado, criando problemas para a micro-drenagem do Fundão.

A região seria ainda duramente atingida pelas obras da Linha Vermelha, executada no período 1991-1994 pelo governo estadual (Governo Brizola) com apoio do governo federal (Collor-Itamar).

Nas diversas proposições de traçado da Linha Vermelha (1979,1985,1991) era prevista a passagem da via expressa no Campas da Cidade Universitária, com repercussões negativas ao funcionamento da Universidade. Mais uma vez setores organizados da sociedade, incluindo a própria UFRJ (a ADUFRJ teve uma participação ativa neste processo) se mobilizaram no sentido de discutir e avaliar o projeto, apresentando alternativas concretas para a solução do transporte de massas.

Aterros do Arquipélago do Fundão e construção da Cidade Universitária

Em 1935, o governo federal decide pela construção de uma cidade universitária que viesse a concentrar as unidades dispersas da Universidade do Brasil. Portarias ministeriais constituem uma Comissão e criam o Escritório do Plano da Universidade. Travou-se uma acirrada disputa entre arquitetos famosos e a comissão governamental. Vários locais

havam sido cogitados para abrigar a Cidade Universitária: Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Castelo, Gávea, Lagoa Rodrigo de Freitas, Vila Valqueire, Fazenda Valqueire, Niterói, Manguinhos e Ilha do Governador. Havia uma preferência pela Quinta da Boa Vista e adjacências que chegou a ser aprovada pelo Governo. Esta solução não agradou à Comissão, que propôs ao governo outra localização. Queria que fosse construída em pilotis sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas. Com o impasse Le Corbusier que havia assinado o projeto vencedor, é convidado a opinar, não demovendo a comissão. O projeto é recusado e foram escolhidos os terrenos da Vila Valqueire em Jacarepaguá. No entanto simultaneamente era examinada a possibilidade de localização na Quinta da Boa Vista.

Finalmente em 1944 face a toda confusão, o ministro Capanema pede ao Presidente da República que o problema da cidade universitária fosse transferido ao todo poderoso DASP, que decide por aterrar o arquipélago de ilhas do Fundão. A decisão foi política, pois em pleno Estado Novo havia interesse do Governo Vargas em retirar os estudantes e intelectuais do centro das agitações políticas da cidade. Pior não poderia ter sido esta solução, quer para a comunidade universitária, que aqui é obrigada a conviver com condições precaríssimas (veja os problemas ambientais e de qualidade de vida no campus do Fundão na próxima edição do jornal), quer para a Baía de Guanabara, que sofreu um aterro de grandes proporções. Um conjunto de 8 ilhas: Fundão, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Bom Jesus, Sapucaia, Baiacú, Cobras e Catalão é interligado através de aterros, resultando numa superfície de cerca de 5 Km² dos quais 3 Km² de aterros. A ilha do Pinheiro é poupada nesta fase, não escapando no entanto dos aterros do Projeto Rio efetuados no final da década de 70.

Além do desfiguramento geográfico da região, os aterros passariam a ser responsáveis pelo agravamento das condições ambientais da então já quase extinta Enseada de Manguinhos. Os canais de correntes de maré, que passavam entre as ilhas, permitindo a circulação e renovação da água e a manutenção de um fundo arenoso, foram bloqueados tornando a área crítica de circulação, assoreamento e poluição. A rica fauna e flora atestadas nos estudos de Lajeune de Oliveira sucumbe. Em vez dos manguezais e praias, paredes estereis de pedras passaram a delimitar o litoral.

Milhares de operários, em sua maioria nordestinos, atraídos pelas vultosas obras de aterros da cidade universitária e aeroporto do Galeão, instalam-se na região da maré, alimentando o crescimento das favelas da maré, avançando através de palafitas e aterros por sobre o que restara do estuário.

Hoje a maior universidade pública do país tornou-se literalmente uma "aldeia", não a dos tamoios, cujas poliçadas os protegiam dos animais ferozes e inimigos, mas a de um "castelo do saber", isolado por grades das grandes massas de população excluída, que apesar de mantê-la com seus impostos a ela jamais terá acesso ou pouco será beneficiada pelo saber nela gerado. A UFRJ possui dívidas históricas e compromissos sociais. Precisa deixar de ser mera reproduzora do modelo sócio-econômico dominante, que exclui a maioria da população do sistema produtivo e de consumo e voltar-se para a solução das demandas sociais mais urgentes, como as de saúde, fome, habitação, transporte, meio ambiente e qualidade de vida.

A UFRJ é ao mesmo tempo responsável e vítima do processo de degradação ambiental e humano, pelo qual passou a região do Estuário de Manguinhos.

Em vez de incubadora de empresas ou parque tecnológico a UFRJ deveria ser chocadeira de cidadania e parceira no processo de transformação social do País.

Aprovada pauta de reivindicações

No setor das federais da ANDES-SN, professores encaminham Mandado de Segurança para garantir salário de novembro

A pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) para a data-base de 1º de janeiro foi aprovada na reunião do Setor das Federais da ANDES-SN realizada nos dias 4 e 5 de novembro em Brasília.

Devido ao não repasse dos recursos do MEC para o pagamento dos salários e da contribuição sindical das Associações de Docentes-Seções Sindicais, o Setor das Federais decidiu aprovar um Mandado de Segurança Coletivo para garantir pagamento de novembro e as contribuições sindicais.

O teto de remuneração dos SPFs foi outra questão debatida no encontro. O teto é definido pela lei 8.852 de 4/2/94 e fixado em R\$ 3.138,51 pela portaria interministerial de 10/3/94. O Setor das Federais deliberou que a ANDES-SN solicite ao governo a apresentação pública das remunerações dos ministros. Caso o governo não atenda a este pedido, a ANDES-SN vai entrar com uma ação judicial para que seja feita esta prestação de contas.

O Setor das Federais da ANDES-SN aprovou também uma moção de repúdio contra a indicação do ex-ministro Rjcupero para a embaixada do Brasil na Itália e uma outra moção contra a intervenção das foras armadas no Rio de Janeiro.

Plenária dos SPFs aprova pauta única

Os SPs aprovaram a pauta de reivindicações para a data-base de 1º de janeiro. A pauta dos servidores está baseada na recuperação das perdas salariais passadas e em uma política salarial de reajustes mensais. A implantação da isonomia entre os Três Poderes, conforme definido pela Comissão de Isonomia e o pagamento das perdas decorrentes dos planos econômicos são os principais pontos da pauta de reivindicações. Além disso, os SPFs reivindicam a mudança da data-base para 1º de maio, sem prejuízo das negociações em 1º de janeiro. A valorização do serviço público e a garantia dos direitos sociais também foram destaques desta pauta.

A plenária aconteceu em Brasília no último dia seis e teve a participação de 150 delegados e 20 observadores. As maiores delegações da plenária foram da FASUBRA e da CONDSEF, com 50 delegados cada uma, sendo que a ANDES-SN participou com 23 delegados.

Pauta de reivindicações do Setor das Federais da ANDES-SN aprovada dia 5 de novembro:

1) ISONOMIA

- Isonomia entre os Três Poderes em cumprimento ao art 39 da Constituição
- Isonomia nas IFES em cumprimento ao Decreto nº 94.664 de 23/787 (PUCRCE)
- Extensão administrativa em todas as IFES dos índices: 26,06% do Plano Bresser (1987) 26,05% do Plano Verão (1989) 84,32% do Plano Collor (1990)
- Negociação do pagamento dos atrasados referentes a cada um dos índices acima
- Projeto de lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção

2) SALÁRIOS

- Política salarial de reajustes mensais, de acordo com o índice do ICV-DIEESE
- Reajuste salarial que recomponha o poder aquisitivo dos salários dos docentes das IFES em 1/1/90 até 31/12/93
- Reajuste salarial que recomponha as perdas salariais de 1/1/94 a 31/12/94
- Estabelecimento entre o MEC e a ANDES-SN de um processo de discussão para a definição de piso salarial segundo os arts. 7 e 206 da Constituição. Este piso deverá ser definido a partir das perdas históricas do Professor Auxiliar 1 e C1 (20 horas) sem titulação e através de comparações com outras categorias.

3) CARREIRA E CAPACITAÇÃO DOCENTE

- Implementação da proposta de Carreira única da ANDES-SN para o Magistério das Instituições de Ensino Superior, aprovada pelo XIII Congresso da ANDES-SN.

4) POLÍTICA DE PESSOAL

- Realização de concurso público para docentes nas IFES, repondo-se integralmente as vagas geradas por aposentadorias, mortes, transferência, demissão e exoneração. Imediata contratação dos candidatos selecionados nos concursos públicos
- Atendimento das necessidades de expansão do quadro de pessoal das IFES.
- Nomeação imediata dos professores concursados e aprovados nas IFES. Realização de concurso público e contratação imediata para preenchimento de todas as vagas existentes
- Atendimento a demanda por ascensão na carreira, inclusive à classe de professor titular através de concurso público
- Garantia de gozo das licenças previstas no PUCRCE (decreto 94.664, de 23/07/1987)
- Manutenção das condições de aposentadoria asseguradas na Constituição e no RJU
- Manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do MEC.

5) ORÇAMENTO E VERBAS

- Orçamento de cada IFES deve garantir a política salarial de reajustes mensais, a recuperação do poder aquisitivo real dos salários, a isonomia nas IFES, os recursos para OCC de no mínimo 25% das despesas com pessoal
- Não contingenciamento das verbas, repassando regularmente às IFES os recursos do orçamento, preservando-se os valores reais
- Assegurar o cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, garantindo o pleno financiamento dos Hospitais Universitários para que se cumpra sua finalidade de hospital-escola, respeitada a autonomia universitária

6) DEMOCRACIA E AUTONOMIA

- Respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade Universitária escolhe os dirigentes das IFES.
- Autonomia das IFES em relação a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos-SIAPE para o cadastramento e pagamento de seus servidores.
- Garantia da autonomia administrativa, financeira e didática das IFES e do caráter público e gratuito da educação,
- Aprovação imediata do Projeto de Lei da LDB, já aprovado na Câmara dos Deputados



22- dia de pagamento

24- Seminário "A Universidade Brasileira e a Ação da Cidadania: a participação da UFRJ"

Com a presença do Betinho, professor Ibanez (CRUB), Maurício Andrade (Comitê Rio), Associação Brasileira das ONGs; ADUFRJ, SINTUFRJ e DCE, no Auditório do CFCH - Praia Vermelha às 9 horas.

- Debate sobre o Plano Diretor do Parque Tecnológico da Ilha do Fundão. Promovido pelo Instituto de Física o debate acontece na Sala A - 343 no CT

29- Abertura do XXIX

CONAD na UFF, em Niterói. Todos os professores estão convidados. 14 horas: Seminário O Perfil da Categoria Docente 19 horas: Plenária de Abertura 22 horas-Baile com a Orquestra Tabajara no Clube Brasileiro, Estrada do Fróes - São Francisco - Niterói.

ADUFRJ encaminha mandado de segurança para garantir salário

A Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada no dia 11 de novembro, seguindo a orientação do Setor das Federais da ANDES-SN, aprovou o mandado de segurança coletivo preventivo, que será impetrado pela ANDES-SN em nível nacional, visando garantir os salários e a contribuição sindical de novembro de 1994 e nos meses subsequentes, enquanto perdurarem os atrasos no repasse dos recursos do MEC para as universidades.

Além do mandado de segurança, a Assembléia autorizou também uma ação ordinária de cobrança, para reaver o valor da correção monetária durante os dias em que o MEC permanecer em falta com a ADUFRJ, caso haja atrasos dos repasses das contribuições sindicais nos próximos meses.

No dia 22 de outubro, a imprensa noticiou que os professores e servidores das universidades poderiam ficar sem salário. O MEC havia estourado seu orçamento para despesas com pessoal em R\$1,3 bilhão neste ano, segundo estimativas do Tesouro Nacional.

Como o salário efetivamente não saiu na data prevista no decreto nº 1.043 de 13/1/94, ou seja, no segundo dia útil posterior ao dia 20, a diretoria da ADUFRJ marcou uma audiência como reitor da UFRJ para pedir esclarecimentos a respeito do atraso. No dia 24 de outubro, o Prof Paulo Gomes nos informou que o pagamento iria sair no dia seguinte e que a reitoria iria utilizar recursos próprios da universidade e verbas de convênio.

Excluídos do Plano Verão

No dia 27 de outubro, a diretoria da ADUFRJ esteve no Conselho Universitário da UFRJ para entregar ao reitor e aos conselheiros a moção, aprovada pela Assembléia da ADUFRJ, exigindo a extensão do Plano Verão a todos os professores da UFRJ. A diretoria da ADUFRJ defendeu que a isonomia é fundamental para a valorização do trabalho acadêmico. Vários membros do CONSUNI, sensibilizados com o problema, assinaram o abaixo-assinado, que já conta com um número significativo de assinaturas.

A insatisfação dos professores excluídos da ação do Plano Verão é grande. A verdade é que muitos ficaram de fora injustamente. Por que foram excluídos os que entraram na UFRJ depois de fevereiro de 89? Até mesmo professores que tinham outro cargo e fizeram concurso público para a carreira docente após esta data foram excluídos da ação. Este foi o caso de vários docentes que entraram na UFRJ como técnicos-administrativos e depois fizeram concurso para o magistério. A reitoria considerou que eles não teriam direito ao Plano Verão porque mudaram o número de seus registros.

Entidade esclarece o não repasse do MEC

Durante a reunião do Conselho Universitário, no último dia 17, a diretoria da ADUFRJ pediu esclarecimentos sobre o atraso na liberação dos recursos do MEC. Quem presidiu o CONSUNI foi o vice-reitor, Prof. Vilhena, que garantiu que o MEC já fez o repasse e o pagamento sairá no dia 22. Disse ainda que ao final de cada ano normalmente é feita uma suplementação de recursos. "Isto não nos preocupa. É um acerto da execução orçamentária. Só vai deixar de existir quando não houver inflação", comentou. A direção do SINUFRI, também presente no CONSUNI, informou que se não houver pagamento, as atividades dos servidores serão suspensas.

A ANDES-SN fez um levantamento entre as Institui-

ções Federais de Ensino Superior (IFES) e constatou que o MEC não fez o repasse para aquelas que tinham recursos disponíveis, como a UFRJ. O MEC só repassou para as IFES que não tinham os recursos para a folha e complementou para as demais. Estes repasses foram suficientes somente para pagar a folha líquida, isto é, sem os encargos sociais e as contribuições sindicais.

O orçamento de 94 somente foi sancionado pelo presidente Itamar no dia 9 de novembro, mas já tem um rombo estimado em R\$ 4 bilhões. Para solucionar o problema, o governo quer remanejar recursos do orçamento, mas para isto é preciso a aprovação do Congresso.

Imprensa Docente

Servidores em audiência com a SAF

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais se reuniu, dia 1º, com Wilson Calvo, coordenador de Recursos Humanos da SAF, em Brasília. A reunião foi agendada para que fosse feita uma discussão sobre a pauta emergencial dos SPF. Os servidores colocaram questões como isonomia, política salarial e demitidos. O coordenador de RH, sobre o primeiro item, disse que o governo "quer fechar a primeira parte da isonomia até o final de novembro" e propõe a elevação da GAE para 170%.

Quanto à política salarial, os servidores foram informados de que está previsto, para a data-base (janeiro), apenas o que dispõe a Medida Provisória

do Real, ou seja, um reajuste em tomo de 15%. Sobre a possibilidade de haver alguma antecipação salarial nos meses de novembro a dezembro, Calvo informou não haver a menor possibilidade e mais ainda: "Caso não haja possibilidade de remanejamento de recursos não haverá disponibilidade de dinheiro para o pagamento da folha dos servidores dos meses de novembro, dezembro e o 13º salário". O remanejamento seria necessário, segundo ele, porque os recursos para pessoal, no orçamento deste ano, já se esgotaram.

Ao final do encontro, foi proposto um cronograma de reuniões para tratar, inicialmente, da pauta emergencial. Foram estabelecidos os dias 9, 16 e 23 de novembro.

Em Dia - Informativo da ANDES-SN para as AD-SSind, edição do dia 11 de novembro.

Entenda o seu contracheque

O contra-cheque sempre foi uma complicação. Os penduricalhos são ramos que muitos se confundem, principalmente depois dos ganhos judiciais do Plano Verão e da limitação das remunerações dos SPFs.

Plano Verão

No contracheque, o Plano Verão corresponde a 26,05% do valor do vencimento e aparece no item mandado judicial. O anuênio, que corresponde a 1% para cada ano trabalhado, incide sobre o vencimento somado com a parcela do mandado judicial. A Gratificação por Atividade Executiva (GAE) corresponde a 160% do valor do vencimento somado com a parcela do mandado judicial. Desta maneira, o reajuste do Plano Verão apa-

rentemente pode parecer pequeno no contracheque, mas ele vai incidir sobre o vencimento, o anuênio e a GAE, totalizando um reajuste de 26,05%.

Teto do ministro

As remunerações dos SPFs estão sendo limitadas ao teto de R\$ 3.138,51, valor estabelecido pela SAF para a remuneração do Ministro de Estado. No contracheque dos docentes, as remunerações acima deste teto estão sendo sumariamente cortadas.

Ministro recebe carta dos docentes

ADUFRJ entrega carta a Murílio Hingel reivindicando isonomia salarial



Cresce a esquerda, cai a direita, mas permanece o centro

Como fica a configuração do novo Congresso Nacional. Diap faz estudo que revela o perfil dos novos parlamentares.

10 e 11

Presidente da Andes-SN. Luís Henrique Schuch e o Secretário -Geral, Edmundo Dias

Professores negociam reajuste

O governo não cumpriu a primeira etapa da isonomia. De acordo com esta etapa, os servidores teriam a complementação dos 28,87% dos militares e a Gratificação por Atividade Executiva (GAE) passaria de 160% para 170%, sendo incorporada aos salários. A MP-746 de 2/12/94 concede um reajuste médio de 17% aos servidores da tabela I quando unifica as tabelas I e II, além de gratificações para outras categorias de SPFs.

Página 12

XXIX CONAD prioriza resgate do espaço público na universidade e na sociedade e Campanha em Defesa da Escola Pública

6 e 7



AD editorial

Resistir é preciso

O que podemos esperar do novo governo? Fernando Henrique não tem o estilo discreto de Itamar, nem muito menos a arrogância de Collor. Afinal, o novo presidente é um intelectual respeitado, um professor universitário... Apesar das diferenças pessoais, alguma coisa eles possuem em comum. Collor garantiu a consolidação de um modelo econômico perverso, que aprofundou as desigualdades sociais em nosso país. Itamar deu segmento a este modelo e contribuiu para a vitória do continuísmo. Fernando Henrique fazia parte do governo Itamar e se elegeu sustentado pelas mesmas forças reacionárias e conservadoras que estão no centro do poder há muitos anos.

A absolvição de Collor pelo STF e a anistia vergonhosa de Humberto Lucena no Senado revelam que o sistema possui mecanismos sutis e eficientes que garantem não apenas a impunidade, mas também a continuidade dos grupos dominantes.

As perspectivas futuras não são nada animadoras. A reforma constitucional tem sido anunciada como prioridade do próximo governo, visando eliminar as conquistas sociais dos trabalhadores, privatizar a Previdência e acabar com os monopólios estratégicos para a soberania nacional. A simples divulgação destas medidas gerou instabilidade e insegurança junto aos servidores, revivendo um clima muito semelhante ao do governo Collor.

Pela Constituição, qualquer proposta de emenda deve ser votada separadamente na Câmara e no Senado, devendo obter 3/5 dos votos em cada uma das casas. Conforme levantamento feito pelo DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, os partidos que apoiaram explicitamente a candidatura de Fernando Henrique (PSDB, PFL, PTB, PL e PP) formam um bloco de 231 deputados. O apoio do PMDB ao novo governo em troca de ministérios poderá garantir o quórum necessário para esta reforma. Se todos os 107 parlamentares do PMDB aderirem ao novo governo, o presidente FHC terá o apoio de 338 deputados, ficando acima do quórum mínimo de 308 votos. No Senado, estes partidos governistas contam com 40 senadores, que somados aos 22 do PMDB atingem 62 votos, superando o quórum mínimo de 48 votos para a aprovação de qualquer emenda constitucional. Encontrar saídas para

reverter este cenário adverso será o grande desafio dos trabalhadores.

O desmantelamento da universidade pública também deverá ser uma das metas do novo governo. Os ideólogos de plantão, afinados com os interesses do FMI e do Banco Mundial, já estão planejando o esvaziamento das Instituições de Ensino Superior. Alguns setores das universidades ligados à pesquisa poderão ser transferidos para o ministério da Ciência e Tecnologia, fortalecendo os chamados "centros de excelência" do tempo do ex-ministro Goldemberg do governo Collor. As universidades seriam transformadas em verdadeiros escolões do terceiro grau, voltadas exclusivamente para o ensino e para o mercado de trabalho. É importante lembrar que esta proposta de divisão das atividades acadêmicas, destruindo o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, segue as mesmas diretrizes do famigerado Projeto Geres (Grupo Executivo de Ensino Superior), criado durante o governo Sarney e rechaçado pela comunidade universitária.

A recente exclusão dos professores universitários do reajuste de dezembro também poderá ser o começo desta estratégia de desmonte da universidade pública. As conseqüências deste processo de degradação vão aparecendo: inadimplência, prestação de serviços para as complementações salariais, aposentadorias precoces e pouca renovação na carreira docente. As transformações no mundo do trabalho, conforme ficou evidente nas discussões feitas no XXIX CONAD da ANDES-SN, estão afetando também as relações de trabalho na universidade e o perfil dos docentes.

Sem salários dignos será difícil manter a qualidade das atividades acadêmicas. Afinal, quem vai querer trabalhar na universidade ganhando salários irrisórios? Os professores universitários podem se tornar, em um futuro cada vez mais próximo, uma espécie em extinção. Lentamente, quase sem perceber, deixamos de lado a nossa capacidade de indignação e de luta pelo bem-estar coletivo. Apesar de tudo, é preciso resistir.

A absolvição de Collor pelo STF e a anistia vergonhosa de Humberto Lucena no Senado revelam que o sistema possui mecanismos sutis e eficientes que garantem não apenas a impunidade, mas também a continuidade dos grupos dominantes.

AD jurídico

Juíza define prazo para a UFRJ

A Juíza da 34ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho concedeu um prazo de 60 dias para que a UFRJ providencie os documentos referentes à evolução salarial dos professores da UFRJ para o procedimento da execução da ação do Plano Verão. Este prazo foi estipulado pela Juíza na audiência do dia 10 de dezembro no TRT. Sendo assim, a UFRJ deve fornecer estes dados até o dia 10 de fevereiro de 1995 para que se possa iniciar o cálculo dos atrasados.

Esta ação da ADUFRJ foi julgada procedente pelo TRT em 30 de agosto de 1993 e desde outubro de 1994 os salários dos professores associados estão sendo reajustados em 26,05%. A UFRJ havia entrado com um agravo de instrumento em 11/11/93 para que o recurso de revista subisse para o Tribunal Superior do Trabalho. Para apressar o julgamento deste agravo, a Assessoria Jurídica da ADUFRJ entrou com uma petição na 34ª JCJ desistindo dos honorários de sucumbência desta ação para apressar o julgamento do agravo de instrumento.

TST revogou enunciados

O TST revogou os enunciados em que considerava direito adquirido dos trabalhadores receber os reajustes expurgados dos planos Bresser, Verão e URP de 1988. Esta decisão visaria adequar a decisão ao acórdão do Supremo Tribunal Federal, em que não haveria direito adquirido para estas ações. Esta medida do TST tem por finalidade tornar mais difícil a recuperação das perdas salariais dos trabalhadores, submetidos periodicamente aos confiscos impostos pelos planos econômicos.

AGENDA

- 20 pagamento do salário de dezembro e 13º
- 23 último dia para o cadastramento dos servidores ativos da UFRJ.
- 25 Natal
- 1º de janeiro - Dia Mundial da Paz

Setor das Federais discute indicativo de greve

Assembléia da ADUFRJ não aprova. Setor reivindica piso salarial de R\$ 237,71

O Setor das Federais da ANDES-SN resolveu manter o indicativo de greve proposto pelo XXIX CONAD, mas reavalia a proposta em encontro nos dias 17 e 18 de dezembro. Em reunião realizada nos dias 10 e 11 de dezembro em Brasília, o Setor também discutiu a proposta da não entrega de notas dos alunos e a possibilidade de inviabilizar o vestibular.

Os representantes das 25 ADs presentes na reunião relataram o resultado das Assembléias Gerais. Foi constatada que a situação atual é grave e a questão não é apenas salarial. O que está em jogo neste momento é o futuro da universidade pública. No entanto, a diversidade do calendário está dificultando a mobilização dos professores. Em algumas instituições, as aulas somente terminam em janeiro e início de fevereiro, enquanto que em outras o semestre já está se encerrando.

A Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada no dia 8 de dezembro, resolveu não aprovar o indicativo de greve, tendo em vista o encerramento do semestre letivo em quase todas as Unidades da UFRJ e a pouca mobilização dos professores

neste final de período.

Deliberações do Setor das Federais

A principal reivindicação do Setor é o cumprimento do acordo negociado com o governo no final da última greve. Este acordo previa a implantação da primeira etapa da isonomia, que iria não apenas unificar as tabelas I e II dos SPFs, mas também incorporar os 28,87% concedidos aos militares e a Gratificação por Atividade Executiva (GAE) em 170%. Além disso, o Setor quer a abertura imediata de negociações para a discussão da pauta de reivindicações para a data-base de janeiro de 1995. O Fundo Nacional de Mobilização deverá ser reativado para que o movimento docente possa se preparar para os enfrentamentos futuros.

O dia 15 de fevereiro de 1995, data da posse dos novos parlamentares no Congresso Nacional, foi escolhido como o Dia Nacional de Luta. Neste dia, em que professores de todas as ADs estarão participando do XIV Congresso da ANDES-SN, será realizada uma manifestação pública em Brasília.

Piso salarial dos docentes

O Setor das Federais estabeleceu um piso salarial emergencial para os docentes baseado na recuperação das perdas salariais desde janeiro de 1990, que prevê a definição do piso a partir da recomposição do poder aquisitivo do vencimento do Professor Auxiliar 1 (20 horas) em 1º de janeiro de 1994, com base na aplicação do índice ICV-DIEESE desde janeiro de 1990. De acordo com esta sistemática, o vencimento (sem GAE) do professor Auxiliar 1 (20 horas) passaria de R\$ 91,52 para R\$ 237,71, o que representa um reajuste de 159,7%.

O piso salarial para o magistério público, previsto no artigo 206 da Constituição de 88, já vinha sendo discutido pelo movimento docente há muito tempo. AADUFRJ apresentou uma proposta de piso salarial emergencial, aprovada em Assembléia Geral, para a recuperação das perdas do ano de 94. O piso do professor Auxiliar (20 horas) passaria para R\$ 128,13, significando um reajuste de cerca de 40%, que somado ao IPC-r de 20% totalizaria um reajuste de 70% na data-base.

Senado aprova Acordo GATT

Mais 20 anos de atraso tecnológico e científico para o Brasil

O Senado Federal aprovou o acordo final da Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), assinado por 124 países em conferência realizada em Marrocos este ano. O Projeto foi aprovado “na marra”, seguindo a pressão para a aprovação do chamado Bloco Indivisível, do qual consta o acordo e mais 17 anexos. Um calhamaço de mais de 400 páginas onde está em jogo o destino do Brasil em relação ao mercado externo. Não houve sequer tempo suficiente para a análise do acordo pelos parlamentares e muito menos discussão acumulada com a sociedade e com as comunidades científicas. Segundo Luís Henrique Schuch, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes, “o saber pode virar suco”. A afirmativa faz sentido quando se percebe o atraso a que se submeteu nossos dirigentes quando aprovaram mais de 20 anos de defasagem tecnológica em troca de facilitar as exportações brasileiras, principalmente a da laranja.

Durante o XXIX CONAD, os professores aprovaram uma moção para que o acordo tivesse tramitação normal no Congresso Nacional possibilitando o debate com a sociedade. (veja quadro). Segundo Cícero Ivan Ferreira Gontijo, Assessor do Senado, o esforço que os Estados Unidos vêm fazendo para impor aos demais países regras rígidas de proteção intelectual é mais uma estratégia para a manutenção do monopólio das nações industrializadas, que começam a saltar de patamares da indústria tradicional para a indústria baseada em conhecimentos e pesquisa.

A Convenção de Paris, um dos mais antigos tratados em vigor no mundo, permite que os Países-Membros adequem os conceitos de propriedade intelectual aos seus interesses, ampliando-os ou restringindo-os, de forma que a propriedade intelectual seja usada como instrumento de política econômica e tecnológica, com vistas ao desenvolvimento e bem estar de sua população. O Acordo GATT, vem ferir justamente esses princípios e permitirá que o país venda seu conhecimento ao mercado internacional sem antes ter atendido à sua população. Isso poderá ocorrer em todas as áreas: saúde, educação, alimentação, transportes ...

O Acordo GATT/TRIPS, segundo o Assessor do Senado, “é um tratado extensivo, detalhado e sem flexibilidade, atuando como uma espécie de lei-tipo que todos os países são obrigados a obedecer.” Os pontos substanciais do Gatt são:

- prazo mínimo para proteção de patentes (20 anos) e marcas (10 anos), contado a partir do depósito. (art. 33)
- listagem extensiva dos direitos dos titulares, com menção do direito em relação a terceiros (art. 28)
- obrigação de serem patenteadas todas as invenções, de produtos ou processos, em todos os setores. (art. 27-1)
- ao permitir restrições ao patenteamento de seres vivos, obriga o patenteamento de microorganismos. (art. 27-3)
- impede que os Estados-Membros exijam dos titulares da patente a obrigação de produção local, ao considerar as importações como suficientes ao atendimento da exploração efetiva. (art. 27-1)

- definição da extensão dos direitos das patentes de produto e de processo, ampliando a proteção do processo até o produto a que ele dá origem. (art. 28)

Todas essas exigências não encontram paralelo na convenção de Paris e vem num texto cujo artigo 72 estabelece que não poderão ser feitas reservas com relação a qualquer de suas disposições sem o consentimento dos demais membros.

De acordo com o Gontijo, os argumentos de que autores de invenção merecem ser remunerados por seu arrojado e esforço parece razoável, mas apenas do ponto de vista dos produtores de invenções, empresas que comercializam produtos novos no mercado mundial. A situação dos países em desenvolvimento, seu esforço em galgar degraus no aperfeiçoamento tecnológico não é levado em consideração. “A proteção da propriedade intelectual, nos termos rígidos propostos pelo TRIPS, condena os países em desenvolvimento a um atraso de, no mínimo 20 anos, prazo de duração das patentes, ampliável na medida em que surgem outras inovações tecnológicas sobre o mesmo assunto, protegidas por patentes. Ainda que isso possa interessar a umas poucas empresas nacionais, o reforço da proteção à propriedade intelectual como proposto no TRIPS se encaminha contra os interesses dos países em desenvolvimento. Trata-se de um esforço no sentido de congelar as relações de poder econômico, mantendo os países avançados em situação privilegiada, e os atrasados condenados à estagnação”, completa.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ADUFRJ - balançete de 30/06/94		
BALANCETE EM 30/06/94 em CR\$		
CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Patrimônio Social		12.239.275,33
Contribuição de Associados		124.083.736,46
Rendimentos de Poupança		50.897.374,67
Receitas de Aplicações		47.122.445,37
Recuperação de Despesas		130.333,49
Receitas Eventuais		2.000,00
INSS a Recolher		2.013.605,00
FGTS a Recolher		451.055,00
Contribuição Sindical	2.012,52	98.776,15
Contribuição ANDES-SN	23.451.825,65	
Despesas c/Viagens e estadias	6.362.088,86	
Aplicações Financeiras	38.795.688,26	
Móveis Ut. e Instalações	1.822.204,55	
Máqs. e Equipamentos	1.602.418,45	
Sistemas de Comunicações	443,43	
Direito de Uso Telefone	780,00	
Caixa	9.215,02	
Despesas Gerais	37.412.951,22	
Caixa Economica Federal	60.000,00	
Caixa Economica Federal c/Poup.	103.350.112,07	
Caixa Economica Federal c/DER	7.212.865,00	
Previdência Social	4.030.273,07	
FGTS	1.160.932,38	
PIS	121.069,65	
Juros Passivos	42.049,89	
Varição Monetária Passiva	150.586,90	
Despesas Bancárias	641.419,34	
Serviços Prestados - PF	2.889.850,92	
Serviços Prestados - PJ	6.339.814,29	
Contas Correntes	180.000,00	
Adiantamentos	1.400.000,00	
TOTAL	237.038.601,47	237.038.601,47
DESPESAS GERAIS em CR\$ EM: 30/06/94		
SUBCONTAS	VALOR	
Ordenados	12.845.704,69	
Férias	347.773,34	
Telefone	1.008.570,82	
Assinaturas	710.616,48	
Portes e Telegramas	8.322.350,90	
Material de Escritorio	3.674.148,27	
Limpeza e Conservação	349.743,75	
Lanches e Refeições	1.964.120,75	
Despesas c/Passagens	283.730,00	
Despesas c/Intalações	1.313.857,00	
Despesas c/Xerox	4.031.701,00	
Despesas c/Jornal	1.847.300,92	
Despesas Diversas	462.083,30	
Anúncios e Publicidades	251.250,00	
TOTAL	37.412.951,22	

MEC dividido em dois ministérios

O Ministério da Educação poderá ser dividido em dois ministérios. Um será responsável pela educação fundamental e o outro tratará dos problemas do ensino superior e da ciência e tecnologia. Esta é uma das propostas que o presidente eleito Fernando Henrique fará ao Congresso. A justificativa é que seria essencial fazer a divisão a fim de dar prioridade à escola básica. A proposta rompe com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma ameaça à universidade pública. (Fonte: Correio Brasiliense -29/11/94)

LDB aprovada na Comissão de Educação do Senado Federal

Foi aprovado, na Comissão de Educação do Senado Federal, o substitutivo do Senador Cid Sabóia relativo ao Projeto da LDB, PL-C 101/93. O projeto segue para votação no Plenário do Senado antes do recesso parlamentar.

“Agora o fantasma atende por FHC”

O Jornal Universitário da UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, publicou interessante matéria intitulada “Agora o fantasma atende por FHC”. O jornal diz que “O governo Fernndo Henrique, que assume no dia 1 ° de janeiro de 1995 está inquietando a universidade pública com a possibilidade de privatizá-la ou enfraquecê-la.”. O fantasma, segundo o jornal, começa a assombrar quando FHC deixa claro que vai privatizar a universidade brasileira. O programa de governo do novo presidente relata que “do total de recursos para educação, 70 a 80% vão para educação superior e atendem apenas 22% dos jovens matriculados no ensino superior”. Segundo o mesmo jornal, os reitores das universidades públicas contestam os dados do programa de FHC e informações do próprio MEC comprovam que ficam entre 40 e 50% os gastos do orçamento da educação para o ensino de terceiro grau. O jornal conta ainda que a recente reunião realizada no Rio de Janeiro entre o presidente eleito e seus “ideólogos” da educação, soba coordenação do IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada, foi coordenada nada mais nada menos do que por um representante do Banco Mundial. A reunião foi sobre bacharelismo e autonomia universitária. Estranho, não?

Edmundo Fernandes Dias, secretário-geral da ANDES-SN, fala sobre movimento docente, universidade e o projeto da ANDES-SN. Edmundo é professor do Departamento de Sociologia da UNICAMP e foi Coordenador da Plenária Movimento Sindical e Conjuntura no XXIX CONAD.

“As transformações no mundo do trabalho estão levando à perda do projeto coletivo de universidade”

Em que as transformações no mundo do trabalho vêm influenciando a categoria dos docentes?

Edmundo - A principal influência se dá na perda do projeto coletivo de universidade. Para sobreviver nas atuais circunstâncias, vê-se a busca de soluções individuais, “ad hoc”, como assessorias, projetos tipo Parque Tecnológico etc. Perde com isso o conjunto da sociedade e, em particular, os alunos. Essa busca de soluções no plano individual acaba por colocar em risco todo o trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, privilegiar alguns docentes que têm maiores possibilidades de acesso aos recursos exteriores à instituição.

Você acredita que estamos vivendo a 3ª Revolução Industrial?

Na realidade estamos vivendo um momento em que a perda de amplas parcelas da cidadania, criada pelo projeto neoliberal, tem potenciado o surgimento de técnicas de gestão. Trata-se, sem dúvida, mais de uma política industrial centrada em processos administrativos do que, efetivamente, uma revolução industrial.

O docente está se acomodando à lógica neoliberal?

Afirmamos no início que os docentes, como os demais trabalhadores, estão submetidos a um brutal arrocho. Eu caracterizaria essa situação como propiciando uma integração passiva à ordem. Nesse sentido essa acomodação é, sem dúvida, uma possibilidade forte. Cabe à ANDES-SN e à ADUFRJ travar o debate no interior da categoria e demonstrar que nessa luta, com essa postura, todos perderão.

“Estamos vivendo a perda de amplas parcelas da cidadania, criada pelo projeto neoliberal. Se essas medidas forem aprovadas a Campanha da Fome e da Cidadania será lembrada como tendo ocorrido em tempos de abundância”

Qual a sua opinião sobre o Projeto de Parque Tecnológico da Ilha do Fundão (UFRJ)?

Considero preocupante o conteúdo do projeto e a forma pela qual está sendo encaminhado. Na apresentação do projeto fala-se em globalização, em novo paradigma histórico, como se isso fosse favas contadas. É grave a idéia de que o Parque aproxime “o mundo acadêmico do mundo dos negócios” e fomenta “a criação de negócios inovadores” independentemente do conjunto da sociedade, subordinado inteiramente ao mercado. A idéia da incubadora de empresas é brutal. Trata-se de recursos públicos a serviço das empresas privadas: quando viáveis essas empresas são passadas à “iniciativa” (sic) privada. É constrangedor ver a universidade traduzir sua “missão social” nas, questões acima e na busca de “estimular a visão empreendedora dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ”.

“É grave a idéia de que o Parque aproxime o mundo acadêmico com o mundo dos negócios. Trata-se de recursos públicos a serviço das empresas privadas”

O governo Fernando Henrique está se caracterizando como a continuidade do projeto neoliberal iniciado desde o governo Collor. Como o movimento social vai enfrentar esta política?

A ANDES-SN vê a necessidade de reunir todos os esforços para barrar as medidas já anunciadas que traduzem o projeto do reino do mercado, leia-se capitalismo. A questão da seguridade social, da educação, da saúde, o desmonte do estado na perspectiva do social e a continuação da política de favorecimento das grandes empresas e do sistema financeiro serão sem dúvida alguma combatidas seja pelo movimento sindical, seja pelos movimentos populares. O ano de 1995 prenuncia grandes embates, em especial, aqueles que serão travados para desprivatizar o Estado e implantar as grandes bandeiras sociais.

Qual o entendimento da ANDES-SN sobre uma possível Revisão Constitucional e qual serão as chances de ganho das frentes progressistas com a atual configuração do Congresso?

A ANDES-SN vê com extrema preocupação qualquer tentativa de Revisão que tente fazer retroagir as conquistas sociais. Não é possível aceitar que em um país como o nosso onde, pelo menos, 30% da população viva abaixo da linha da miséria absoluta. Não se pode admitir que a propósito de criar melhores condições para a acumulação capitalista se complete o processo de genocídio a que está submetida nossa população. Se essas medidas forem aprovadas, a Campanha contra a Fome e pela Cidadania será lembrada como tendo ocorrido em tempos de abundância!

O que é o Projeto Alternativo Democrático Popular e quais as principais resoluções tomadas no XXIX CONAD, realizado em Niterói?

O Projeto Alternativo Democrático Popular é uma construção que está sendo feita com o conjunto da sociedade. Não é um projeto partidário. Visa construir uma política alternativa a partir dos interesses dos movimentos populares. Será debatido permanentemente para precisar a agenda do movimento popular e para construir nossa referência nas lutas a serem travadas contra a aventura neoliberal.

O XXIX CONAD decidiu intensificar a articulação da lutas dos desempregados e dos movimentos populares; atuar no sentido da aprovação do Projeto de Renda Mínima para os Trabalhadores; lutar por uma política de segurança para população e contra a intervenção das Forças Armadas em questões internas; por uma Campanha em Defesa da Escola Pública sob a ótica do conjunto da classe trabalhadora; pela aprovação da LDB, já!; pela construção de uma Negociação Coletiva Nacional para o Sindicato (carreira única, capacitação docente, padrão unitário de qualidade, campanha de estabilidade no emprego, piso salarial etc); lutar pela democratização dos meios de comunicação de massa; por fim, mas não menos importante, o CONAD condenou a forma pela qual o governo tenta aprovar o acordo GATT (Rodada Uruguai).

Professores exigem resgate do espaço público

A grande questão da modernidade capitalista é fazer aparecer um mundo sem contrastes, sem antagonismos, destruindo as formas organizativas e de solidariedade das classes trabalhadoras. Foi sobre esta problemática, que envolve as transformações no mundo do trabalho e suas consequências para a universidade e para a sociedade brasileira, que 250 professores de todo o país se debruçaram no XXIX Conselho da ANDES-SN, realizado em Niterói, no início deste mês.

O movimento docente avaliou que a vitória do projeto neoliberal, representado na figura do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, agrava a situação de desmonte das universidades públicas e acena com as privatizações e com a expansão cada vez maior da terceirização de seus serviços, das fundações privadas, das empresas juniores e das incubadoras de empresas. Para o movimento, isso significa nada mais do que o uso do dinheiro público - e portanto do cidadão - para as chamadas "iniciativas privadas".

Durante o CONAD, foi identificado no relato dos diversos representantes das ADS-SIND de vários estados que as restrições ao financiamento público e as prestações de serviço estão transformando as universidades públicas em balcão de negócios para as empresas privadas. É neste cenário que os docentes apontaram para a retomada da proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira para que se recupere o seu domínio público pela sociedade e não somente para os interesses do capital. O tema central do encontro foi As Transformações no Mundo do Trabalho e o Projeto Alternativo Democrático e Popular.

Educação, Cidadania e o Projeto de Renda Mínima

O movimento docente procurará articular junto com o movimento social organizado a luta pelos desempregados e excluídos, que certamente aumentarão, caso a política neoliberal ganhe mais espaço na economia e na sociedade. A Carta de Niterói, documento que resume este Conselho, coloca que "... deve ser articulada a luta dos desempregados e excluídos com a luta dos sindicatos e dos movimentos populares" e para isso propõe a construção de uma política de redistribuição de renda incluindo a efetiva implementação do Projeto de Renda Mínima dos Trabalhadores, já aprovado no Senado; a defesa dos direitos conquistados na Constituição de 88 e uma política de segurança não-militarizada, que previna a violência e seja contrária a qualquer intervenção das Forças Armadas em questões internas, como a recente ação militar no Rio de Janeiro. A participação dos trabalhadores no controle e na gestão das políticas governamentais e dos fundos públicos é outra proposta que mereceu destaque na Carta.

No XXIX CONAD, o movimento docente definiu como prioridades a recuperação do espaço público na universidade e na sociedade e a tarefa urgente de realizar uma Campanha em Defesa da Escola Pública.

Projeto Democrático e Popular

O Projeto Alternativo Democrático e Popular é uma proposta política para a sociedade que vem sendo desenvolvida pelos movimentos sociais e dos trabalhadores. No CONAD, o projeto ficou configurado a partir da luta pelos desempregados e pela aprovação do projeto de Renda Mínima, a defesa urgente da Escola Pública, pela aprovação da LDB e pela implementação eficaz do Sistema Único de Saúde que garanta atendimento de qualidade para todos os cidadãos. A democratização dos meios de comunicação de massa - rádio e TV - também faz parte da proposta. No que diz respeito à categoria docente, o projeto aponta para a construção e uma negociação coletiva para o sindicato o que significa carreira única, capacitação docente e piso salarial digno.

Perfil Docente

O estímulo ao individualismo no trabalho acadêmico, o uso privado do espaço público das universidades e a predominância dos interesses de empresas particulares estão influenciando a caracterização do profissional docente. O Seminário Perfil Docente promovido pela ANDES-SN na abertura do CONAD foi palco de discussões sobre o novo perfil do professor universitário e sua relação com as transformações tecnológicas e sociais no trabalho. Representantes das universidades federais, estaduais e particulares debateram a crise das universidades e os fatores que estão levando a uma alteração substancial do trabalho do professor. Segundo os debatedores, este é o início de uma busca para a compreensão de quem é o professor da universidade brasileira e porque as conquistas tecnológicas e as novas relações de trabalho estão afetando até mesmo a mobilização dos docentes para a luta coletiva.

POLÍTICA EDUCACIONAL

As transformações no mundo do trabalho estão influenciando também a escola, que vai se modificando para atender às necessidades de reprodução do capital. O MEC vem implementando setorialmente a política geral do governo, tomando iniciativas para implantar a chamada Escola de Qualidade Total, que segue às diretrizes da racionalidade neoliberal. Entre estas medidas, o CONAD discutiu o modelo de financiamento das IFES (modelo holandês), o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o projeto de lei das Fundações de Apoio, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras e o Plano Decenal de Educação para Todos. Porém, segundo os professores, o governo abandonou a LDB, cujo conteúdo abrange de forma integrada, os diversos aspectos destas iniciativas. No sentido de avançar na luta contra este assédio conservador da educa-

ção, a ANDES-SN aprovou a participação do movimento docente na Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos e Dever do Estado, encampada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Esta campanha deverá estar articulada com o projeto alternativo democrático e popular.

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

O fortalecimento do Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia, proposto pela ANDES-SN e aprovado durante a 46ª reunião anual da SBPC, este ano, deve ser uma tarefa prioritária neste momento. A mobilização dos educadores, cientistas e pesquisadores é necessária para a construção de uma sociedade mais justa, onde a ciência e a tecnologia estejam voltadas para a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

O movimento docente deve aprofundar a discussão sobre questões cruciais envolvendo o público e o privado, o financiamento das pesquisas, as fundações de apoio nas uni-

versidades, as relações como o setor produtivo, entre outras. Além disso, foi recomendado que as ADs devem se posicionar em relação às incubadoras de empresas, empresas juniores e parques tecnológicos, como o proposto para a UFRJ. Na atual conjuntura, é fundamental discutir os enfrentamentos do processo de privatização interna das instituições de ensino.



POLÍTICA SINDICAL

O XXIX CONAD reafirmou a posição da ANDES-SN em relação à liberdade, autonomia e pluralidade sindical, tendo em vista a tentativa do governo de utilização dessas bandeiras para a pulverização sindical. O resgate da solidariedade sindical é imprescindível para construção do projeto alternativo democrático e popular.

SEGURIDADE SOCIAL

A questão da saúde tem sido muito discutida pelos movimentos sociais. A luta da ANDES-SN concentra-se na saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado. Para isto, é fundamental a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) universal, igualitário, eficiente, de qualidade e democrático. O Projeto de Lei 4.379/94, que cria um programa especial de assistência à saúde do servidor público, rompe com a lógica da unicidade da assistência e abre espaço para a privatização da saúde mediante convênios com empresas privadas. A ANDES-SN é contrária ao PL e propõe a não aprovação do mesmo pelo Congresso Nacional.

A contradição entre a posição de defesa do SUS e a prática de algumas ADs, que possuem planos saúde, foi ponto de discussão e levou à plenária a aprovar que o assunto deverá ser analisado pelo movimento e discutido nos próximos eventos da ANDES-SN.



Setor das federais avalia momento político

O Setor das Federais da ANDES-SN, durante o CONAD, repudiou a exclusão dos docentes das IFES dos reajustes dados pelo governo, agora em dezembro, para algumas categorias de servidores. No sábado, dia 3, último dia do encontro, a ANDES-SN publicou uma nota no Jornal do Brasil explicando aos professores que eles tinham ficado de fora do aumento. Foi convocada ampla mobilização dos professores para que o governo repare imediatamente mais esta dívida com o ensino público. Os professores avaliaram também a questão salarial, considerada crítica já que as perdas estão em cerca de 50% no final deste ano.

O Setor discutiu também a questão dos recursos para as IFES. A conclusão foi que as verbas previstas na proposta orçamentária para 95 não configuram nenhuma melhora para as instituições. A proposta do MEC para a distribuição de verbas introduz a sistemática do ex-ministro Goldemberg, que beneficia os "Centros de Excelência", historicamente defendidos pelas elites brasileiras.

Reforma Constitucional

Diante da perspectiva de outra tentativa de Reforma Constitucional, o setor denuncia as tentativas de destruição das conquistas sociais e a possibilidade do MEC ser dividido em dois ministérios, um que cuidaria dos 1º e 2º Graus e outro para as IFES, o que iria provocar a ruptura da

princípio fundamental da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão.

Plano de Lutas do Setor das Federais

O setor aprovou um plano de lutas baseado na articulação com a ANDES-SN, FASUBRA e UNE em defesa da universidade pública, cobrando da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES (ANDIFES) um posicionamento claro e inequívoco em relação a esta iniciativa. Este arco de alianças tentará envolver a CUT, a Ação da Cidadania, o Fórum das Estaduais e partidos políticos.

Uma campanha de esclarecimento à população será promovida com as seguintes frentes de luta:

- defesa do ensino público e gratuito.
- defesa do Sistema Único de Saúde-SUS.
- defesa do serviço público de qualidade.
- garantia de emprego e salários dignos.

XXIX CONAD

CARTA DE NITERÓI

O XXIX CONAD reunido em Niterói no período compreendido entre 29 de novembro e 3 de dezembro, analisou a conjuntura nacional considerando o conjunto de ações do capitalismo, na tentativa de superar sua crise contemporânea. O capitalismo vem impondo reordenamentos nos processos produtivos e transformações no mundo do trabalho, tendo como consequência a ampliação da expropriação, a reificação e a exclusão de parcelas significativas da sociedade.

O XXIX CONAD coloca como eixo central da intervenção da ANDES-SN, na atual conjuntura, a luta pela desprivatização do Estado e de seus serviços, pela recuperação do espaço público na universidade e na sociedade. Coloca também como tarefa de extrema urgência a construção de uma aliança com os diversos segmentos da educação para implementar com a Central Única dos Trabalhadores uma "Campanha em Defesa da Escola Pública", a partir da ótica do conjunto das classes trabalhadoras. Nesse sentido, deve ser articulada a luta dos desempregados e excluídos com a luta dos sindicatos e dos movimentos populares; construção de uma política de redistribuição de renda, incluindo a efetiva implementação do Projeto de Renda Mínima dos Trabalhadores, já aprovado no Senado; defesa dos direitos sociais conquistados na Constituição de 88, por uma política de segurança para a população não-militarizada nem policialista, que previna a violência e portanto, atue contra toda e qualquer intervenção das Forças Armadas em questões internas e pela participação dos trabalhadores no controle e na gestão das políticas governamentais e dos fundos dos públicos.

As tarefas que se seguem são nossa forma de intervenção nessa realidade: investir na construção da Negociação Coletiva Nacional para o conjunto do Sindicato, na perspectiva de definição de piso salari-

A Carta de Niterói é o documento que orientará as lutas do movimento docente até o próximo Congresso da ANDES-SN que se realizará em Brasília, de 14 a 18 de fevereiro de 95

al nacional, carreira única, capacitação docente, padrão unitário de qualidade e realizar uma ampla campanha pela estabilidade no emprego dos docentes das instituições de ensino superior; dar centralidade ao debate sobre Educação e Trabalho dentro do Sindicato e nas relações com os demais segmentos da educação.

Devemos realizar uma radiografia da universidade e da educação como um todo, na perspectiva de compreender os efeitos do processo neoliberal na formação e na atuação do docente, demonstrando que as necessidades de um desenvolvimento econômico democrático e sustentado não passam por mudanças na Constituição e que a base do MD deve recuperar a capacidade de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros; luta pela aprovação do projeto de Lei sobre democratização dos meios de comunicação de massa e pela regulamentação, implantação e pleno funcionamento do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição, pelo projeto de LDB, ora em tramitação no Congresso Nacional, como elemento importante para a aglutinação das forças do campo democrático-popular, no enfrentamento da proposta do governo FHC para a área de educação; LDB já!; Luta em defesa de um Sistema Único de Saúde, como uma das formas de resgatar a cidadania para o conjunto da população, em contraposição à proliferação dos planos de saúde privados; luta por uma ciência e tecnologia a serviço da construção de uma sociedade mais justa, dar centralidade à

luta em defesa de uma ampla reforma agrária, com vistas à construção de um projeto alternativo democrático e popular para a sociedade brasileira.

No que se refere à política educacional, reafirma-se a extrema gravidade da situação na qual se vêm intensificando as investidas do atual governo, bem como as claras manifestações da equipe FHC para adequar a educação brasileira à concepção neoliberal. Torna-se urgente que o MD acentue sua mobilização, buscando impedir o avanço conservador. Foi decidido que a ANDES-SN e as ADs-SSind implementem a Campanha "Movimento Unificado em Defesa do Ensino Público e Gratuito" em articulação com o Fórum LDB, o DNTE-CUT e outras entidades. Posicionou-se ainda contra a forma como o governo utiliza a pluralidade sindical, na tentativa de pulverizar o movimento sindical. Nesse sentido reafirma seus princípios de liberdade, pluralidade, autonomia e solidariedade sindical. Aprovou-se também a continuidade da Campanha de Solidariedade ao Povo Cubano.

O XXIX CONAD se manifestou contrariamente à tentativa de aprovação em regime de urgência do Acordo da Rodada Uruguai do GATT que constitui um esforço para congelar as relações de poder econômico e manter os países desenvolvidos em situação privilegiada, ao impor reservas à propriedade intelectual.

Definiu-se ainda que o XIV Congresso da ANDES-SN ocorrerá em Brasília, de 14 a 18 de fevereiro e deverá aprofundar a análise e criar mecanismos para que o movimento docente, em conjunto com os demais integrantes da comunidade universitária, se contraponha aos processos de terceirização e privatização das instituições públicas na lógica de reordenamento dos processos produtivos.

Rural já tem Seção Sindical da ANDES-SN

A Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é a mais nova Seção Sindical da ANDES-SN. Em Assembléia permanente 320 professores da Rural de um total de 575 associados votaram pela transformação da AD em seção sindical. Uma consulta prévia organizada pela atual diretoria já antecipava o resultado: de 40 professores consultados, somente 3 foram contra a mudança. Os dados são da professora e diretora da ADUR-RJ Eliane Mendonça. Eliane conta que o trabalho feito pela diretoria foi um verdadeiro corpo a corpo. Fora a consulta, uma espécie de plebiscito, os diretores da ADUR-RJ foram às diversas unidades ouvir os docentes sobre o que eles achavam da mudança da associação para seção sindical e debater os prós e contras. Ao que tudo indica muito mais prós do que contras. Durante a campanha pela transformação em seção sindical, a ADUR-RJ publicou um boletim especial sobre o Sindicato Nacional e as lutas e conquistas do movimento docente. A diretoria da ADURFRJ parabeniza os professores da Rural por mais esta conquista, que certamente vem fortalecer a luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.



CXXIX CONAD

ANDES-SINDICATO NACIONAL

Como é formado e como são tomadas as decisões no Sindicato dos Docentes

A ANDES é o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-IES, públicas e privadas cuja base abrange todo o território nacional. Sua organização se dá em cada local de trabalho, sintetizada pelas ADs Seções Sindicais, que funcionam com plena autonomia financeira, política, administrativa e patrimonial e em geral têm seus regimentos próprios.

Fazem parte da ANDES-SN docentes das Instituições de Ensino Superior federais, estaduais e privadas. A diretoria executiva do Sindicato Nacional é eleita por escrutínio secreto, universal e direto dos sindicalizados. Composta por onze membros efetivos, a ANDES-SN ainda se distribui por regiões, constituindo as Regionais.

O Sindicato se mantém única e ex-

clusivamente do repasse de parte da contribuição de seus associados sindicalizados através das ADs que recolhem a contribuição na porcentagem por elas definidas em seus regimentos.

Congressos

O Congresso é a máxima instância deliberativa do Sindicato e acontece ordinariamente uma vez por ano, ou extraordinariamente, quando necessário. A participação dos delegados é proporcional ao número de associados nas seções sindicais.

CONAD

O Conselho da ANDES-SN, o CONAD, é a instância deliberativa intermediária do Sindicato e se reúne ordinariamente uma vez por semestre ou, quando necessário. No CONAD, cada AD-SSind participa com um delegado; escolhido conforme definição em Assembléia Geral.

Além do Congresso e do CONAD, a ANDES-SN convoca, sempre que necessário, reuniões dos docentes dos Setores das Instituições Federais, Particulares e Estaduais. Estas reuniões são normalmente preparatórias para eventos maiores ou também para avaliação do movimento e conjuntura, quando alguma decisão nacional deve ser tomada, como no caso de campanhas salariais.

GTs

Para subsidiar a discussão de temas políticos nacionais a diretoria da ANDES-SN conta com os Grupos de Trabalho que se organizam através de representantes para os fóruns de discussão nacionais, como seminários, encontros, entre outros.

Comunicação

A ANDES-SN publica mensalmente o

Informandes, um jornal que traz as principais notícias ligadas ao movimento docente nacional, avaliações da diretoria, de Grupos de Trabalho, entre outros assuntos de relevância para o professor universitário. O Informandes é enviado para as ADs-Seções Sindicais que se encarregam de fazer com que ele chegue à casa do professor.

Como a ADUFRJ, muitas ADs mantêm seus veículos próprios, que procuram manter a base local informada das questões nacionais e também das notícias da sua universidade e comunidade local. Semestralmente, o Sindicato publica a Universidade e Sociedade, uma revista indispensável para quem quer se manter bem informado sobre educação, política, cultura, ciência & tecnologia e, é claro, movimento sindical.



Regionais da ANDES-SN

Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima;
Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;
Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;
Planalto: Distrito Federal, Goiás

e Tocantins;
Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;
 Rio de Janeiro;
 São Paulo;
 Sul: Paraná e Santa Catarina e Rio Grande do Sul

FALA PROFESSOR

Excluídos do Verão

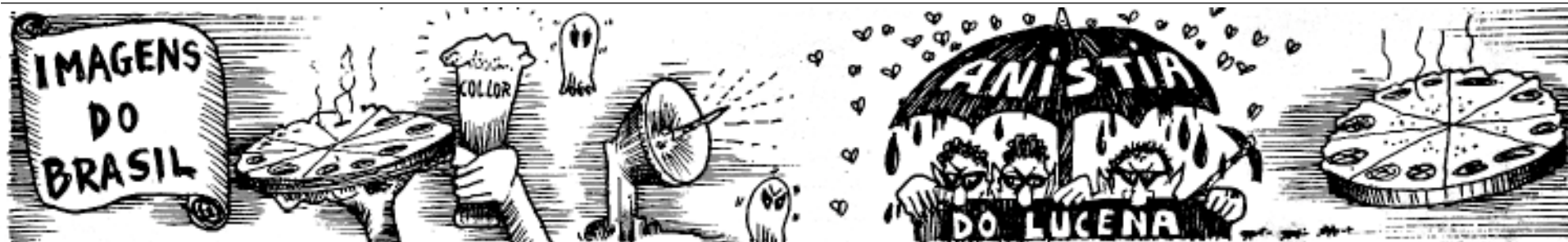
Como é do conhecimento de todos, recentemente os servidores da UFRJ, docentes, técnicos-administrativos receberam em seus contracheques a parcela de 26,05% relativa ao chamado Plano Verão, como resultado de ações na justiça movidas pela ADUFRJ e SINTUFRJ. Este, entretanto, não foi o meu

caso e de muitos de nossos colegas. Apesar de ser funcionário da UFRJ desde dezembro de 1985, ser sócio da ADUFRJ e do SINTUFRJ, não fui incluído na lista dos "contemplados" pelo simples fato de ter realizado um concurso para professor Adjunto do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, em 1992. Como

conseqüência de ter sido aprovado neste concurso e mudado do cargo de Físico para o de Professor Adjunto, tive meu número de registro na UFRJ alterado. Ao que parece, a burocracia da Universidade não é capaz, ou se nega a reconhecer que o direito do servidor está acima do cargo que ele ocupa e penaliza a mim e a todos aqueles que bus-

caram a ascensão funcional por meio de um concurso público. Sendo assim, solicito o auxílio da ADUFRJ para tornar pública e procurar sanar esta distorção absurda que afeta a muitos de nossos colegas da UFRJ.

Prof. Sergio de Souza Camargo Jr.
 Depto. Eng. Metalúrgica e de Materiais –
 Escolas de Engenharia



Cresce a esquerda, cai a direita, mas permanece o centro

DIAP produz relatório identificando o perfil do novo Congresso Nacional e aponta as ameaças de uma reforma neoliberal disfarçada de social-democrata

O novo Congresso Nacional tem sem dúvida um maior número de representantes da esquerda brasileira que se identifica com os problemas sociais do país. Mas o que ainda predomina mesmo é um Congresso apoiado em teses neoliberais, que está pronto para atender às solicitações do presidente eleito e detonar uma Revisão Constitucional. Perigo para quem quer uma sociedade justa e sem mais distorções sócio-econômicas, além das que já enfrentamos. Privatização da saúde, da educação, livre-mercado, entre outras pérolas, ainda devem fazer a cabeça deste novo Congresso.

Segundo o Diap - Departamento Intersindical e Assessoria Parlamentar, o perfil econômico e escolar dos deputados pouco mudou, mas o ideológico sofreu algumas alterações significativas, "marcadas principalmente pelo crescimento exagerado do centro, um discreto crescimento da esquerda, uma redução do centro-esquerda e finalmente uma diminuição da direita". As eleições proporcionais - deputados estaduais e federais - foram abafadas pelas majoritárias - presidente e governadores - o que favoreceu àqueles candidatos históricos, que usam de seus nomes e sobrenomes bastante batidos na política brasileira, para renovarem seus mandatos. Muitos conseguiram. Segundo o Diap, isso contribuiu para que os eleitores votassem não em programas, projetos políticos claros, mas novamente em "personalidades", ou seja, nomes conhecidos ou ricos conhecidos.

O saldo desta eleição mostra que, mesmo com um Congresso desgastado, foi baixo o índice de renovação (54%), reelegendo políticos como Roberto Jefferson e outros cuja conduta parlamentar deixou muito a desejar.

Mas nem tudo está perdido. O levantamento feito pelo Diap, indica também que a esquerda cresceu, principalmente

através dos parlamentares eleitos do PT, que passou de 36 para 49 deputados; do PC do B, que está agora com 10 deputados; e do PSB, que aumentou de 10 para 15 sua bancada. A chamada centro-esquerda ficou reduzida com a migração dos tucanos para o centro e a direita caiu mesmo. Houve redução das bancadas do PRN, PL e PPR. Finalmente, o centro-direita também diminuiu: o PTB e o PP reduziram o número de deputados eleitos.

Congresso ainda é conservador

Ideologicamente, pelo que mostra o Diap, é indiscutível a tendência neoliberal no Congresso, representada maciçamente pela aliança entre o PFL, PTB, PSDB, PL, e PP. Isso mostra o quanto as forças conservadoras se fortaleceram com a vitória de Fernando Henrique para a presidência. "A diferença agora é apenas de discurso. Antes esses partidos assumiam as propostas e o discurso neoliberal. Agora assumem as propostas, mas dando-lhe uma roupagem social".

"A coisa é tão evidente que políticos neoliberais antigos hoje preferem ser classificados como social-liberal ou até mesmo social-democrata, como se esses conceitos fossem de conveniência e não tivessem nenhuma relação com doutrina, propostas e programas partidários ou de governo", observa com precisão o Boletim do Diap. O Departamento mostra ainda que essa confissão tem levado alguns representantes da esquerda que são realmente social-democratas a mudarem sua classificação, preferindo serem chamados de socialistas-democratas, "para fugir ao estigma".

O perfil econômico dos parlamentares mudou pouco. A maioria tem nível superior, um terço é empresário, mais de um terço é profissional liberal e o restante é assalariado.



Senado renovado. Dos 20 que tentaram reeleição, só 9 entraram

O Senado Federal bate recorde histórico de renovação de seus membros. O levantamento do Diap indica que o mandato de 54 senadores, dois terços do Senado, termina em dezembro de 94 e apenas 20 tentaram a reeleição em 3 de outubro. Somente 9 senadores foram reeleitos. Segundo o departamento, o novo Senado "ganhou em qualidade, seriedade e dinâmica, perdendo a marca de clientelismo e lentidão que definiu sua atuação". A configuração do novo Senado é a seguinte: oito socialistas, 15 social-democratas, 22 liberal-reformistas, cinco sem definição clara e 40 distribuídos entre liberais-conservadores e neoliberais.

O Diap mostra que as forças de esquerda, embora em menor número, reúnem condições para enfrentar a direita por sua "dinâmica e bom nível". O centro ficou maior que a esquerda e a direita juntas e vai dar o tom dos trabalhos. Dependendo de sua posição, o Senado será mais progressista ou mais conservador.

NOVO SENADO POR PROFISSÃO												
PROFISSÃO/PARTIDO	PMDB	PSDB	PFL	PDT	PP	PTB	PPS	PT	PPR	PSB	PL	TOTAL
EMPRESÁRIO	8	6	4	1	-	3	-	-	1	-	-	23
ADVOGADO	7	2	7	1	2	-	1	-	1	-	-	21
ANTROPÓLOGO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
PROFESSOR	-	1	1	-	-	1	-	2	1	-	-	6
ECONOMISTA	2	1	1	-	-	-	-	2	1	-	-	7
ENGENHEIRO	2	-	3	-	2	-	-	1	-	1	-	9
MÉDICO	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-	-	4
BANCÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
DELEGADO DE POLÍCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
SOCIÓLOGO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
VETERINÁRIO	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
JORNALISTA	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
MESTRE DE OBRAS	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
SERVIDOR PÚBLICO	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
TOTAL	22	11	18	6	5	5	1	5	6	1	1	81

AMEAÇAS

As forças que apoiam Fernando Henrique incluem na reforma alguns pontos que consideram inegociáveis:

- redução da carga tributária das empresas;
- quebra de alguns monopólios e flexibilização de outros;
- modificação do conceito de empresa brasileira de capital nacional;
- privatização de estatais;
- abertura do subsolo brasileiro ao capital estrangeiro;
- delegação à iniciativa privada, através de concessões, de vários serviços públicos, incluindo setores de energia elétrica, água e esgoto, além de estradas e transportes.

Fora os temas econômicos, a reforma vai atingir pontos diretamente ligados à legislação trabalhista:

- Flexibilização das relações de trabalho;
- reestruturação da Previdência, com participação do setor privado na previdência complementar, que incluirá os assalariados de maior poder aquisitivo;
- fim da aposentadoria por tempo de serviço e extinção da aposentadoria especial dos professores e da vantagem que a mulher tem em relação ao homem e do trabalhador rural em relação ao urbano, de se aposentar cinco anos mais cedo;
- fim da aposentadoria integral do servidor público;
- desindexação da estabilidade do servidor público;
- desvinculação dos reajustes da Previdência do salário mínimo, além do fim dos reajustes iguais para servidores ativos e inativos, bem como a extinção do direito a promoção e vantagens dos inativos na mesma época e períodos que são concedidos aos servidores em atividade;
- pluralidade sindical.

ADUFRJ entrega carta a ministro

AADUFRJ entregou uma carta ao ministro da Educação, Murílio Hingel, reivindicando a isonomia salarial para os docentes da UFRJ, tendo em vista que vários professores foram excluídos da ação do Plano Verão. A entrega da carta aconteceu quando o ministro esteve na UFRJ durante a solenidade do lançamento do Prêmio João Calmon de Educação, dia 22 de novembro, no salão do Conselho Universitário.

Mais de 400 professores já assinaram a moção exigindo o reajuste do Plano Verão para todos os docentes da UFRJ. Até mesmo membros do Conselho Universitário, diretores de Unidade e chefes de departamento já assinaram. A entrega da moção ao reitor da UFRJ será feita no início do mês de janeiro.

Se você ainda não assinou, ainda dá tempo. Mesmo que você esteja recebendo o reajuste, você poderá ajudar a luta dos excluídos. Participe. A solidariedade é fundamental para a defesa da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa.

A carta para Hingel

Prezado Ministro,

As perdas salariais causadas pelos sucessivos planos econômicos estão se acumulando ao longo do tempo. Por outro lado, as decisões judiciais para as ações de reposição destas perdas estão tendo um tratamento diferenciado, provocando um aumento das disparidades salariais entre os professores de uma mesma instituição.

Aqui na UFRJ, por exemplo, as distorções salariais estão cada vez maiores. Em outubro de 1993, o Tribunal Regional do Trabalho deu parecer favorável a uma ação judicial da Associação dos Docentes da UFRJ para reajustar os vencimentos dos docentes em 26,05% relativo ao Plano Verão (URP de fevereiro de 1989). No entanto, vários professores, que entraram na UFRJ depois de fevereiro de 1989, não foram beneficiados com este reajuste.

Desta maneira, estamos reivindicando a isonomia salarial para a valorização do trabalho acadêmico, imprescindível para a universidade pública, gratuita e de qualidade. A carreira docente é única nas Instituições Federais de Ensino Superior e, portanto, os docentes no mesmo nível e na mesma classe devem receber o mesmo salário.

Restabelecer a isonomia é uma questão de justiça!

Prof. Henrique Innecco Longo
Presidente da Associação de Docentes da UFRJ

NOVO CONGRESSO

PARTIDO	CÂMARA		SENADO					
	COMO	É	COMO	SERÁ	COMO	É	COMO	SERÁ
P M D B	96		107		27		22	
P F L	89		89		14		19	
P S D B	48		62		11		11	
P P R	66		53		10		6	
P T	36		49		1		5	
P D T	35		33		5		6	
P P	45		36		4		5	
P T B	29		31		4		5	
P S B	10		15		1		1	
P L	16		13		1		1	
P C D O B	6		10		-		-	
P M N	3		4		-		-	
P S D	10		3		-		-	
P S C	3		3		-		-	
P P S	3		2		-		1	
P R N	4		1		3		-	
P R P	-		1		-		-	
P V	1		1		-		-	
P S T U	2		-		-		-	
P R O N A	1		-		-		-	
TOTAL	503		513		81		81	

NOSSO BOLSO

PROFESSORES NEGOCIAM REAJUSTE

Os professores das IFES ficaram de fora dos reajustes salariais concedidos em dezembro para algumas categorias de servidores. O governo acena com a possibilidade de equiparar os pisos dos docentes e funcionários.

O governo não cumpriu a primeira etapa da isonomia, conforme acordo feito na greve dos Servidores de junho deste ano. Nos últimos dias acenou com a possibilidade de reajustar os vencimentos dos professores universitários em 9,48%, equiparando o piso docente com o piso dos servidores de nível superior que passou a ser R\$ 200,39. Até o fechamento do Jornal ADUFRJ, sexta-feira, dia 16, a Medida Provisória que concede o reajuste ainda não havia sido assinada. De acordo com a primeira etapa da isonomia, os servidores teriam a complementação dos 28,87% dos militares e a Gratificação por Atividade Executiva (GAE) passaria de 160% para 170%, sendo incorporada aos salários.

A MP-746 de 2/12/94 concede um reajuste médio de 17% aos servidores da tabela I quando unifica as tabelas I e II. Com esta medida o piso salarial dos docentes ficou abaixo do piso dos técnicos-administrativos de nível superior. O professor Auxiliar 1 (40 horas) recebe R\$ 183,04, enquanto o piso do servidor com nível superior (40 horas) vai ser de R\$

200,39, ficando 9,48% acima. Os militares tiveram suas gratificações aumentadas de 20,3% em média, enquanto os servidores do Tesouro, do Planejamento e do IPEA tiveram uma gratificação extra de 80%.

Há muito tempo que a ANDES-SN vem tentando negociar a pauta de Reivindicações com a SAF e com o MEC. Durante as negociações, o MEC chegou a levantar a possibilidade de reajustar o piso do professor Auxiliar 1 (40 horas) para R\$ 225,13, inserindo a tabela dos professores na dos servidores. A mudança levaria à distorção da carreira docente. A diferença entre os níveis passaria a ser de 2,9% (hoje é 5%) e entre as classes seria de 6,1% (hoje, 10%). Com esta mudança o vencimento do professor Titular ficaria igual ao do Adjunto 4, incluindo uma gratificação para que não seja ultrapassado o teto dos servidores.

A ANDES-SN em audiência com o MEC reafirmou sua posição contrária a qualquer iniciativa que implique em distorções na atual carreira.

ADUFRJ ESCLARECE

Lamentavelmente o Jornal do SINTUFRJ do dia 14/12/94 culpa o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que estaria emperrando o processo de negociação com o governo pela rehierarquização dos servidores. A diretoria da ADUFRJ protesta contra a notícia publicada pelo Jornal do SINTUFRJ, a partir de uma avaliação de um diretor da FASUBRA. É perfeitamente justo que a ANDES-SN lute pela equiparação dos pisos do servidor e do docente.

A conjuntura atual aponta para um cenário bastante sombrio para os trabalhadores, que exige equilíbrio e solidariedade para os enfrentamentos futuros. As classes dominantes sempre apostaram na divisão dos movimentos sociais organizados. Não é a primeira vez que isto acontece. Os trabalhadores não devem aceitar este jogo do governo que divide e fragmenta a luta sindical.

A diretoria da ADUFRJ se posiciona em defesa da ANDES-Sindicato Nacional, que sempre defendeu o movimento social organizado, tendo sua atuação se pautado pela ética na política e respeito aos sindicatos.

Diretoria da ADUFRJ

Salários precisam ser reajustados em 70%

Salário de R\$ 100,00 em 1º de janeiro de 94, estará valendo apenas R\$ 60,00 na data-base em 1º de janeiro de 95.

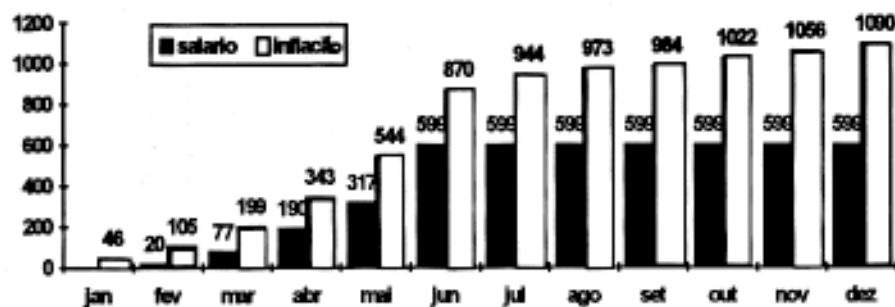
Os salários dos Senadores Públicos Federais deveriam ser reajustados na data-base em cerca de 70% para a reposição do poder aquisitivo de 1º de janeiro de 1994. Esta é a principal constatação se compararmos a inflação do ano, calculada pelo índice do ICV-DIEESE em 1090% (estimando uma inflação de 3% em dezembro), com o reajuste de 599% dos servidores, incluindo os reajustes da GAE.

Na data-base de 1º de janeiro de 95, em vez de um reajuste de 70%, os salários dos professores serão reajustados apenas pelo IPC-r que deverá ficar em torno de 23%

Na prática, o Plano Real trouxe grandes perdas para os salários dos Servidores Públicos Federais. Tais perdas aconteceram principalmente em março deste ano, quando os salários em cruzeiros reais foram convertidos em reais pela média dos últimos 4 meses. Depois da conversão, as perdas salariais, considerando os aumentos da GAE, foram praticamente congeladas em 40% ao longo de todo o ano. Isto significa que um salário de R\$ 100,00 em 1º de janeiro de 94, estaria valendo apenas R\$ 60,00 na data-base em 1º de janeiro de 95

Gráfico mostra perdas

Evolução dos salários dos SPFs (com GAE) e a inflação pelo ICV-DIEESE (%)



A inflação de dezembro foi estimada em 3%



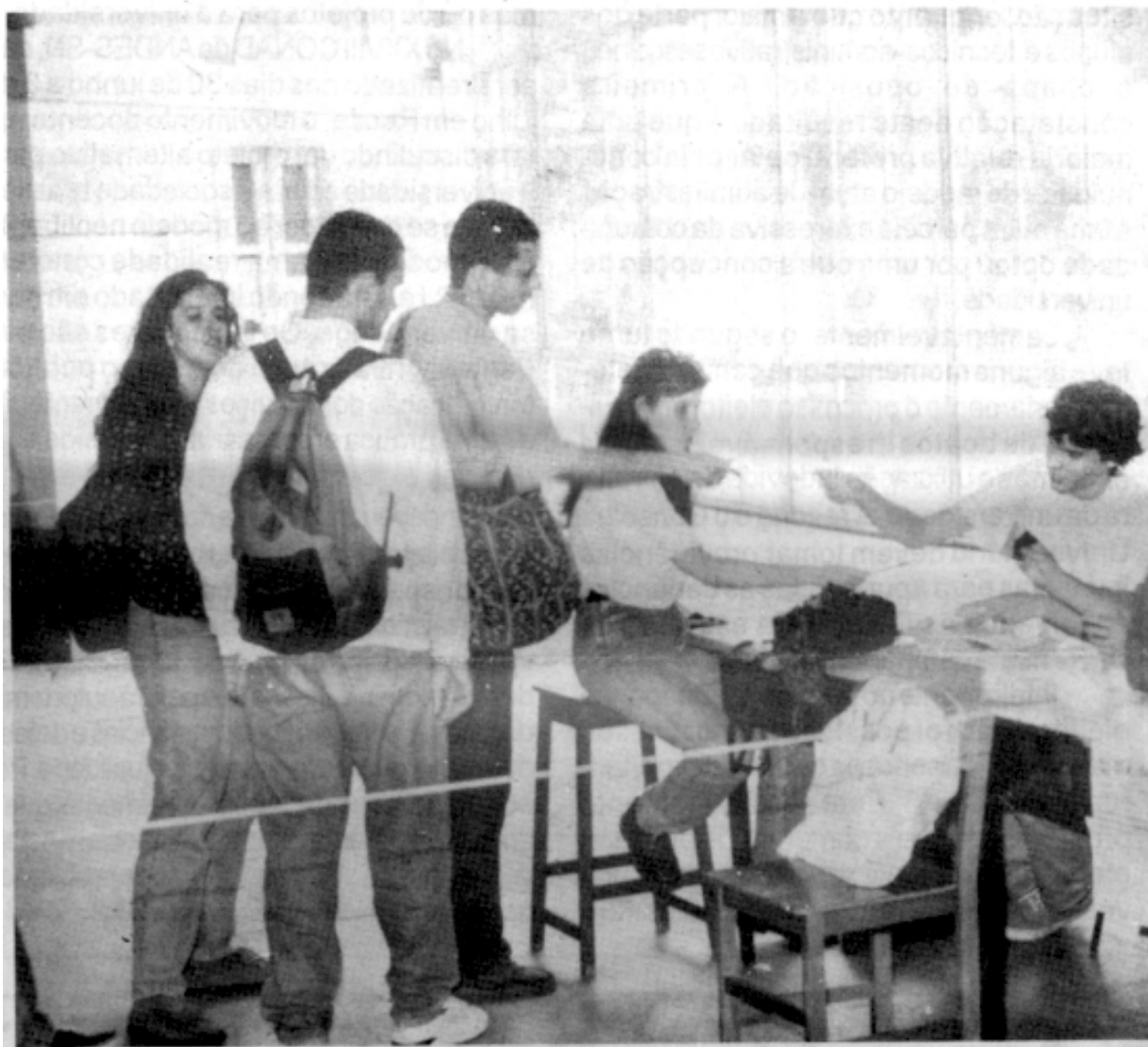


**Jornais e informativos da Adufrj-SSind publicados no período
de 03/1993 a 08/1993**

Chapa 1 vence eleição

O candidato Paulo Alcântara Gomes venceu o segundo turno da eleição para reitor da UFRJ com 54,58% dos votos contra 41,8% da chapa 2, pelo critério da proporcionalidade. Pela paridade, Paulo Gomes teria 48,56% dos votos e Nelson Souza, da chapa 2, receberia 47,73%, o que seria praticamente um empate técnico.

80,06% dos Professores compareceram às urnas e funcionários técnicos-administrativos mantiveram o quórum do primeiro turno com 70,86% de participação. Já os estudantes cresceram para 39,23% sua participação, aumentando 2,5 pontos percentuais.



Comunidade mostra interesse pelo futuro da universidade e comparece às urnas.

Chapa 2 denuncia uso da máquina

Durante o segundo turno da eleição o professor Nelson Souza da chapa 2 enviou carta à Comissão de Consulta à Comunidade denunciando o uso do patrimônio da UFRJ para fins de campanha da chapa 1. No texto, Nelson acusa que materiais de campanha da chapa 1 foram enviados para diversas Unidades pelo fax da universidade.

Da Maternidade Escola foi enviado fax com propaganda da chapa 1, assinado pelo próprio diretor da Unidade. Um fax emitido pela Escola de Serviço Social com manifesto da chapa 1 e um Exemplar de uma das

cartas da chapa de Paulo, enviadas a todos os estudantes da Faculdade de Direito e com carimbo de remetente da própria instituição, foram anexados ao documento entregue na Comissão de Consulta.

Jorge Xavier, presidente da comissão, respondeu ao documento convocando Paulo Gomes a prestar explicações às acusações. Paulo isentou-se da responsabilidade pelo material apresentado e das emissões de fax. A Comissão apenas registrou o fato e repudiou os procedimentos denunciados pela chapa 2.

Resultado do 2º Turno

	paridade	proporcionalidade	
CHAPA 1	48,56%	54,58%	
CHAPA 2	47,72%	41,80%	
brancos	0,6%	0,7%	
nulos	3,1%	2,9%	
Percentual de votos por categoria			
	docente	técnicos	estudantes
CHAPA 1	55,15%	19,15%	18,04%
CHAPA 2	22,20%	48,58%	19,96%
brancos	0,7%	0,3%	0,1%
nulos	2%	2,8%	1%

AD editorial

A vitória da continuidade

O resultado do segundo turno da eleição para reitor da UFRJ revelou que a comunidade universitária ficou dividida. A maioria dos professores votou na chapa da situação, enquanto que a maior parte dos alunos e técnicos-administrativos escolheu a chapa de oposição. A primeira constatação deste resultado é que uma maioria relativa preferiu optar pela continuidade do modelo atual de administração e uma outra parcela expressiva da comunidade optou por uma outra concepção de universidade.

Lamentavelmente, o segundo turno teve alguns momentos que comprometeram seriamente o processo eleitoral: divulgação de boatos irresponsáveis, cartas anônimas e utilização indevida da estrutura da universidade. A reitoria e o Conselho Universitário devem tomar providências imediatas para apurar todas as denúncias envolvendo a utilização da estrutura da UFRJ nesta campanha eleitoral.

Infelizmente no período da campanha eleitoral não foi possível uma discussão mais profunda sobre as questões importantes para a UFRJ. Este seria o momento propício para que a comunidade pudesse, efetivamente debater os problemas da universidade e a sua função social. O turbado processo eleitoral fez com que a

escolha dos candidatos obedecesse a um critério muito mais pessoal e de interesses de grupos específicos do que de programas ou de projetos para a universidade.

No XXVIII CONAD da ANDES-SN, que será realizado nos dias 30 de junho a 3 de julho em Recife, o movimento docente estará discutindo um projeto alternativo para a universidade e para a sociedade brasileira para se contrapor ao modelo neoliberal. Este modelo já é uma realidade concreta na UFRJ e está sendo implantado em nossa universidade. Os indicadores são evidentes: privatização do espaço público, terceirização dos serviços e implementação de uma prática empresarial nos meios acadêmicos.

Independentemente do resultado do processo eleitoral, a ADUFRJ continuará defendendo os princípios básicos do movimento docente, tais como a democratização da universidade, transparência administrativa e da gestão de recursos financeiros, respeito à autonomia dos movimentos e de suas instâncias e defesa do ensino, público, gratuito e de qualidade. Por outro lado, consideramos fundamental que a universidade tenha uma função social e esteja voltada para a solução dos graves problemas nacionais.

CONAD discutirá projeto alternativo

O XXVIII Conselho da ANDES-SN vai acontecer em Recife nos dias 30 de junho a 3 de julho. O tema central será a Construção do Projeto Alternativo Democrático e Popular. O XIII Congresso da ANDES-SN já havia colocado como prioritária para o movimento docente a tarefa de contribuir para a construção deste projeto. No XXVIII CONAD também será discutida e atualizada a "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira". Elaborada em junho de 1986, a proposta analisa a universidade e a sua função social, o conceito de padrão unitário de qualidade e a questão de financiamento das Instituições de Ensino Superior: A Política Educacional e a Conjuntura Nacional, o Plano Decenal de Educação para Todos e o Modelo de Financiamento à Pesquisa também serão temas abordados pelos participantes do encontro.

O Grupo de Trabalho Seguridade Social da ANDES-SN está apresentando uma proposta para o fortalecimento da campanha em defesa do Sistema único de Saúde. **ANDES-SN empossa nova diretoria** Durante o CONAD a nova diretoria da ANDES-SN tomará posse para a gestão de 94/96. A Assembleia Geral da ADUFRJ, dia 27 de junho, escolherá um delegado para representar a nossa entidade neste evento. Não falte.

Assembléia Geral
27 de junho
segunda-feira
14 horas
Auditório do CT

PAUTA

- Desdobramentos da greve dos SPFs
- Avaliação da eleição para reitor
- Eleição de delegado para o XXVIII CONAD

Adufrj MOVIMENTO

Informativo da Associação dos Docentes da UFRJ - ANO II - Nº 7 - MAR/93



A ADUFRJ participou com sete delegados do XII CONGRESSO DA ANDES - SN, no período de 28/02 a 05/03/93, em Manaus. Estiveram presentes 48 associações de docentes de universidades de todo país, representadas por 255 delegados. A pauta do congresso foi a seguinte: movimento docente e conjuntura; relações sindicais; política educacional, seguridade social e C & T; carreira docente; questões organizativas e financeiras.

I - Carreira docente

Foi aprovada uma proposta básica de carreira única para os docentes das IES (Instituições de Ensino Superior). Lembramos que esta será a proposta a ser levada pela ANDES-SN à Comissão de Carreira do MEC, onde está sendo negociada uma nova carreira para os docentes das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Esta foi a discussão mais difícil do congresso, em função da divisão no movimento docente no que diz respeito aos critérios de progressão vertical e horizontal.

A proposta aprovada é de carreira com cinco classes: auxiliar, assistente, adjunto, associado e pleno. Para as três primeiras classes são exigidos os seguintes títulos : graduação, mestrado e doutorado, respectivamente. A passagem de adjunto para associado se

dará por avaliação de desempenho e de associado para pleno por concurso público.

A transição da carreira antiga para a nova se daria em cinco anos.

A delegação da ADUFRJ defendeu no congresso que este deliberasse uma proposta apenas indicativa, para posterior apreciação e deliberação nas ADs. Infelizmente, com os argumentos de que a carreira já vem sendo discutida há muito tempo pela ANDES-SN e de que a ANDES-SN precisava de proposta para ser apresentada ao MEC, a proposta básica foi deliberada já no congresso.

No dia 18/03/93 haverá reunião do setor das federais da ANDES-SN. A pauta inclui vários itens relativos à carreira que devem ser deliberados, tais como : níveis, interstícios, percentuais para passagem na carreira, transposição envolvendo primeiro, segundo e terceiro graus, atribuições para as diversas classes, capacitação, avaliação de desempenho, afastamento etc.

II - Plebiscito (sistema de governo) e reforma constitucional:

O plebiscito, como é fácil constatar, tem ganho grande destaque na televisão, embalado por eficiente publicidade que tem apresentado as opções como “saídas” para os grandes problemas que se abatem sobre o país. Os setores mais desorganizados de nossa sociedade - assistentes assíduos dos meios de comunicação de massa - têm também sido atraídos por essas falsas esperanças, vendidas por personagens de forte apelo popular : políticos, artistas e outros destaques.

O Congresso ponderou sobre a questão e optou por denunciar o caráter da campanha de ser mais um véu que se joga sobre os reais e substantivos problemas de nossa sociedade, criando falsas expectativas, além de ser “administrada” pelas velhas raposas da política que disputam sofregamente espaços na mídia visando futuras eleições e articulações. Para o movimento docente, a denúncia dessa farsa cumpre, entre outras, a função de não alimentar ilusões entre nossos colegas profissionais, tentando chamar sua atenção para outros pontos de nosso imediato interesse que também pressupõem organização : revisão constitucional, política salarial etc.

O congresso nesse sentido também deliberou pelo engajamento do movimento - em seus estados e a nível nacional - na garantia e ampliação das conquistas sociais contidas na carta de 1988, já seriamente ameaçadas pelos setores conservadores e respectivos “loobies”, inclusive com tentativas de adiantamento da citada revisão (marcada para princípio de outubro). Dentro das nossas universidades



devemos estar atentos para os discursos e conjecturas “modernizantes” que visem à desestruturação dessas conquistas.

III - Movimento Docente e Estatuinte

A ADUFRJ apresentou ao congresso proposta de resoluções sobre a Estatuinte, aprovada na íntegra (11 abstenções e nenhum voto contrário). A plenária ainda acrescentou um item (o B-4) à nossa proposta inicial. O texto aprovado foi o seguinte:

A. Princípios de Condução do Processo Estatuinte:

1. Estatuinte soberana, exclusiva e democrática.

1.1. A estatuinte deverá ser soberana, isto é, em seu próprio âmbito se encerrará o processo estatuinte, cabendo aos conselhos superiores da universidade apenas a aprovação do processo e a homologação de seu resultado.

1.2. A estatuinte deverá ser exclusiva, isto é, deverá ser uma assembléia reunida com a finalidade específica de elaboração do Estatuto.

1.3. A Assembléia Estatuinte deverá ser composta por professores, funcionários e estudantes eleitos diretamente pela comunidade universitária e por representantes da sociedade civil organizada.

2. Condição prévia

A história da instituição e a avaliação da sua atuação no ensino, pesquisa e extensão deverão ser o ponto de partida do processo estatuinte.

3. Formulação de um projeto de universidade

O processo estatuinte deverá assegurar a apresentação, a produção e o debate das várias alternativas de concepções de universidade, com vistas à formulação de um projeto agregador.

B. O Papel do Movimento Docente no Processo Estatuinte

1. Ao movimento docente cabe apresentar propostas deliberadas em suas instâncias locais e compatíveis com as propostas das associações de Docentes e da ANDES-SN para a universidade brasileira (Juiz de Fora, julho/86).

2. O movimento docente deverá manter-se independente da condução institucional do processo estatuinte : Seu papel será o de promover eventos, difundir informações etc. .

3. O movimento docente se empenhará na definição de prazos e condições adequadas para a condução democrática de todo processo estatuinte.

4. Ao movimento docente compete lutar para garantir que a participação da sociedade civil se dê de forma democrática considerando o princípio da universidade comprometida com os interesses da maioria da população.

O XII CONGRESSO
APROVOU TAMBÉM
UMA MOÇÃO DE
REPÚDIO AO
PROJETO DE LDB
DO SENADOR
DARCY RIBEIRO...

NA PLENÁRIA
DE ABERTURA A
MOÇÃO FOI APROVADA!
POR ACLAMAÇÃO...

... JÁ NA
PLENÁRIA DE
INSTALAÇÃO, EM
1º DE MARÇO,
REAFIRMOU-SE A
APROVAÇÃO COM
UM VOTO CONTRA
E SEIS ABSTENÇÕES

NA SEDE DA
ADUFRJ O TEXTO
DA MOÇÃO ESTÁ
A DISPOSIÇÃO
DOS INTERESSADOS



IV - Concurso dos aposentados :

A conquista da aposentadoria integral por tempo de serviço para os servidores públicos regulamentada pelo RJU (Lei número 8112 de 12/12/90) criou algumas situações que exigiam um posicionamento do movimento docente no sentido de garantir os direitos dos docentes das instituições de ensino superior no país.

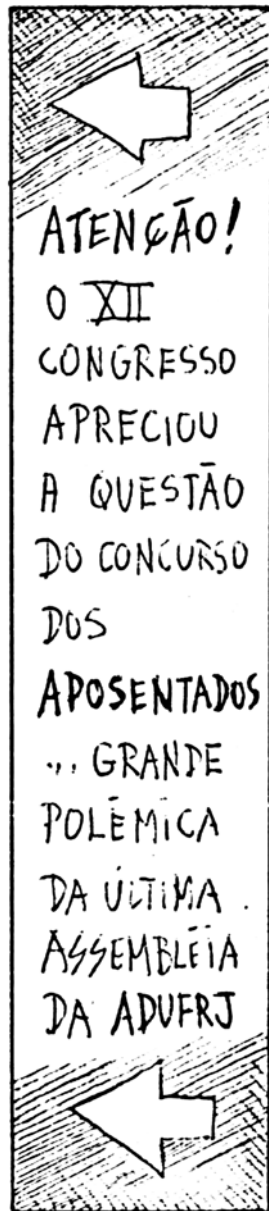
Uma das situações discutidas foi a decorrente da possibilidade de um novo Concurso, até para a própria vaga, pelo docente aposentado.

Embora a questão seja ética, deve ser pensada e encaminhada como uma questão política. O concurso para a carreira docente após a aposentadoria significa, na prática, a busca de uma solução financeira individual para a difícil situação de salários que se vivência nas IFES. Além disso, o argumento para a aposentadoria integral por tempo de serviço se fundamenta no desgaste físico e psíquico que a atividade acarreta. O retorno à carreira docente após a aposentadoria, por concurso público, contraria o argumento e compromete nossa luta pela continuidade da aposentadoria integral por tempo de serviço.

Neste sentido, o XII Congresso da ANDES-SN encaminhou, entre outros pontos, "... que o MD se manifeste contrário ao retorno de docentes aposentados à carreira, através de um novo concurso público. Para tanto, deve-se buscar mecanismos no interior das IFES que permitam a colaboração de docentes inativos junto a programas de pós-graduação e em atividades de pesquisa e extensão".

A questão do concurso pelos aposentados, ponto de pauta da última assembléia da ADUFRJ, não foi deliberada naquela data, o que fez com que nossa delegação se abstinhasse quanto à questão no Congresso.

Gostaríamos de salientar que nenhuma contribuição por escrito foi encaminhada a esta diretoria dentro do prazo acertado naquela assembléia, para que fosse divulgada. Retornaremos ao ponto em nossa próxima assembléia.



Adufrj

Presidente
1ª Vice-Presidente
1ª Secretária
2ª Secretária
1ª Tesoureira
2ª Tesoureira

José A. Martins Simões
Philomena Gebran
Maria de Lourdes Passos
Rosângela Motta
Elizabeth Accioly
Rosanne E. Dias

Centro de Tecnologia, sala D-200 - Fundão - Tel 590-4799.

“ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM FORA DA NOVA ORDEM MUNDIAL”

(Caetano Veloso)

Quando as análises tornam-se nebulosas e os discursos ambíguos, temos felizmente a sensibilidade dos nossos poetas para recolocar as questões fundamentais.

Depois da festa que os neoliberais e os velhos reacionários fizeram com a queda do império soviético e quebrada a arrogância “collorida”, voltamos aos problemas de sempre: o mercado livre não é livre para todos, os “marines” e seus “scuds” impõem a “pax americana” como querem, as guerras continuam lucrativas, os lucros bancários são proporcionais ao tamanho das multidões maltrapilhas.

Enquanto a ressaca das tempestades planetárias chegam às margens da nossa “ilha tropical”, nosso drama shakespeariano continua - que diabos acontece aqui, na maior universidade pública federal do país? Estamos ao sabor dos ventos ou somos, afinal, autores de algum drama real?

Muitos ainda fingem que não entendem, fogem ao assunto, mas não tem jeito. Como o traço do pincel do artista que completa a obra ou a palavra precisa do poeta que dá vida à tinta e ao papel, a Linha Vermelha veio definir a UFRJ pela geografia exata. Na linha Zona Sul-Galeão embalam-se os sonhos das elites rumo ao primeiro mundo. A classe média contenta-se com o modesto retorno revendido sem taxas nas ruas da cidade. Só falta uma abóbada para evitar o mau cheiro e a visão incômoda das planícies entupidas de favelas. E, só para chatear ainda mais, a UFRJ fica à sua direita na ida e à sua esquerda na volta. Como não sentir a ironia desta triste metáfora nas nossas viagens diárias?

Sejamos mais concretos? Vamos lá. Reclamamos com razão que nossos salários estão baixos, mas será que defendemos com a mesma veemência a necessidade e o valor social do nosso trabalho? Somos um somatório de especialistas ou este conjunto chamado “Universidade Pública” tem um sentido maior? Estamos aqui apenas pelo salário ou

acreditamos ser importantes para o país? Que país? Nossas respostas não são únicas. Não são definitivas. Mas como não responder? Passamos nossas vidas aqui. Nossas respostas somos nós.

Mais concretos ainda? Seja. Se somos uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, por que só a pesquisa promove? Porque os pesquisadores submetem-se a avaliações externas, bianuais, para receber bolsas precárias, enquanto a administração engorda e corre atrás de CDs e FGs que terminam incorporadas definitivamente? É justo? Nossos currículos e o ensino que ministramos são o que de melhor podemos oferecer? Os alunos concordam? Alguém pergunta? Há alguma lógica superior em parir em Laranjeiras, cuidar da criança no Fundão, operar no H.U., arrumar a cabeça na Praia Vermelha? E a COPPE, o que ela usufrui da Universidade? Qual o retorno?

Repetimos, as respostas são múltiplas e precárias, por que responder? Porque somos parte de um país que merece um destino melhor. E porque nos recusamos a comprar, desde agora, um par de chinelos e um pijama, passaportes para o Caju, a meio caminho, sem retorno, do Fundão.

O que fazer com as respostas? Se realmente acreditamos, sonhamos, lutamos para construir uma sociedade democrática, pluralista, justa, temos que dar espaço para as Divergências, superá-las, abrir horizontes.

Aqui na UFRJ o horizonte está à nossa frente. É A ESTATUINTE. Momento privilegiado para redefinir nossos rumos, repensar a Universidade. Podemos transferir esta responsabilidade ou tomá-la em nossas mãos. A escolha é nossa. Desde as concepções sobre o papel da Universidade até a função da atual estrutura departamental podem ser redefinidas num novo Estatuto.

A ADUFRJ, dentro das limitações do movimento docente, tem avançado. Evitamos que o Consuni se transformasse em EstatuinTE, o que seria mais uma farsa. Sugerimos que os debates saíssem

dos corredores da Reitoria e tomassem a Universidade. Reatamos o necessário diálogo com estudante e funcionários. Nossas Assembléias Gerais se pronunciaram por uma ESTATUINTE EXCLUSIVA - delgados eleitos com esta finalidade específica - e por uma ESTATUINTE SOBERANA - como em outras ocasiões, as questões fundamentadas para a UFRJ devem ser resolvidas pela comunidade, cabendo ao Consuni referendar suas decisões. Iniciamos o debate sobre a paridade, ponto de polêmicas históricas. Sentimos as dificuldades e fizemos uma pausa - nossa Assembléia Geral ainda não deliberou sobre o assunto. Realizamos debates sobre os processos estatuintes na UnB e na UFSC, que estamos divulgando. Retomamos o tema em março, com muito mais clareza.

Até o presente momento, a iniciativa de tornar explícito o conteúdo político da Estatuinte tem sido dos movimentos. Mas não queremos este privilégio. A estrutura acadêmica - Reitoria, Centros, Congregações, Conselhos etc - deve dar sua opinião, tanto quanto as entidades representativas dos segmentos.

A história recente do país mostra que não bastam modificações na superestrutura para termos transformações significativas. A evolução da ditadura militar para Nova República, Eleições Diretas, Impeachment, Governo Itamar, não tocou nos dilemas sociais nem no nosso papel como nação no mundo contemporâneo.

Assim, não queremos reformas burocráticas no Estatuto da UFRJ que servem apenas a interesses particulares e eleitorais momentâneos. Precisamos construir em projeto político que una a Universidade para termos a força necessária a realmente contribuir para mudar o destino que tem sido imposto a este país.

Este jornal pretende ser mais um instrumento nesta direção. Sua sobrevivência e sentido dependem da mobilização da nossa comunidade. Estamos abertos às contribuições que nos tragam a alegria das idéias e o calor das polêmicas.

Jornal da Assoc. dos Docentes da UFRJ/Estatuinte UFRJ Ano I N° 1 Março 1993



ESTATUINTE PRA VALER

ADUFRJ promove debate sobre EstatuinTE da Universidade de Brasília

Carta Aberta ao Reitor da UFRJ



Em debate: Estatuinte da UnB

ADUFRJ promoveu debate sobre a experiência da Universidade de Brasília

Em novembro de 1992, a ADUFRJ promoveu dois debates sobre o tema Estatuinte. O primeiro foi sobre o Estatuto da Universidade de Brasília - UnB e o segundo discutiu o processo do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste número, estamos publicando a síntese do primeiro debate. Os palestrantes foram os professores Antonio Ibañez, Reitor da UnB, e Sadi Dal-Rosso, ex-Presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (Andes-SN) e da Associação dos Docentes da UnB (ADUNB). Eles relataram a experiência ocorrida na UnB durante o processo Estatuinte, que aconteceu em duas etapas.

Primeira - Em fins de 1987, começou a mobilização para o Congresso Universitário, que aconteceu em 1988 e 1989. A iniciativa foi da Associação dos Docentes, acompanhada pela Associação dos Servidores e pelos Estudantes. As três categorias decidiram convocar o Congresso com o objetivo exclusivo de elaborar o novo Estatuto. O Congresso foi paritário entre os três segmentos, 50 delegados de cada categoria, eleitos pela base. O professor Sadi lembra que o Congresso “provocou uma mobilização grande na Universidade, divulgou as questões da Universidade, dos problemas de uma nova estrutura universitária, além de ter resolvido alguns pontos importantes, como o encaminhamento do processo eleitoral - para Reitor naquele momento. Teve ainda um efeito fundamental, importante, sobre a forma do Estatuto que está sendo agora elaborado pelo Consuni (Conselho Universitário)”. O professor Ibañez destacou a proximidade das eleições na UnB como um complicador na elaboração do Estatuto pelo Congresso: “Eu percebi que, de certa forma, existiam jogadas que não eram propriamente em relação ao Congresso, mas já faziam parte da preparação de candidatos para as eleições. Procurei alertar também para a elaboração do Estatuto num Congresso onde havia forças que estavam com, interesse na campanha eleitoral do ano seguinte. “Ao final do Congresso, o Estatuto produzido foi submetido a um plebiscito por categoria e foi rejeitado por margem de 70% da categoria docente. Foi aprovado quase que pela totalidade (90%) dos servidores e estudantes. A aprovação final do Estatuto pelo Congresso Universitário estava condicionada à ratificação no



plebiscito, que foi sugerido pela ADUNB, ao sentir a dificuldade de aceitação pelos professores de certas proposições do Congresso Universitário.

“Nós não poderíamos, como entidade (ADUNB), começar a defender uma proposta que seria descolada da base” (Sadi)

A rejeição ao Estatuto se deu porque os docentes não aceitaram a idéia de paridade geral, em praticamente todos os órgãos colegiados.

Durante o Congresso, os estatuintes docentes defendem a proposta de paridade em alguns níveis, como, por exemplo, a eleição de Reitor, que envolve os interesses de todas as categorias e que ainda hoje é paritária na UnB. Mas, uma aliança entre os estatuintes técnico-administrativos e estudantes introduziu a paridade geral na proposta de Estatuto.

“Em relação ao tempo, o nosso Congresso durou cerca de um ano, desde que foi instalado até a conclusão da proposta. Mas teve a fase preparatória, com discussões entre os professores” (Ibañez)

Segunda - Depois de um período de perplexidade, devido ao resultado do plebiscito, o (Consuni) assumiu para si a elaboração do Estatuto, dividiu-se em várias comissões e procurou fomentar as discussões nas diversas Unidades da UnB. Para o professor Ibañez, “esta iniciativa foi um fracasso total” pela falta de participação da comunidade. No final de 1991, o professor Ibañez, Reitor da UnB, se comprometeu junto ao

Consuni a elaborar uma proposta de Estatuto que seria encaminhada à comunidade e ao Conselho para debate. A administração da Universidade, onde havia muitos participantes do movimento docente e ex-congressistas, tomou o Estatuto produzido pelo Congresso como texto-base, modificou os itens que haviam sido rejeitados pelos docentes no plebiscito e apresentou a nova proposta de Estatuto à comunidade. Em dois meses, a comunidade apresentou emendas institucionais ou individuais, respaldadas por 50 assinaturas. Uma Comissão de Sistematização, paritária entre o Consuni e a Administração, analisou as emendas e fez uma proposta de texto para ser discutida pelo Conselho, que se reunia uma vez por semana para tratar especificamente do Estatuto, com exigência de quorum de 60% para instalação e metade mais um para aprovação de proposta. Nesta etapa, a ADUNB participou apresentando propostas. A Associação dos Servidores não participou por entender que o novo Estatuto deveria ter sido elaborado por um Congresso Paritário. No início desta fase, os estudantes participaram indicando representantes para o Consuni, mas era uma participação eventual, porque não havia Diretório organizado na UnB. O prazo de três a quatro meses estabelecido para o trabalho da Comissão de Sistematização esgotou-se e nem 1/5 do Estatuto estava pronto. Foi aí que a Comissão passou a trabalhar mais as emendas já apresentadas, negociando e integrando as propostas, com o objetivo de entregá-las mais enxutas ao Consuni. O trabalho se adiantou e o novo Estatuto da UnB foi aprovado pelo Consuni no dia nove de dezembro de 1992.

“E o Estatuto novo eu acho que não vai tender a retroagir. Um dos motivos é que parece que a idéia de eleições diretas de representantes se mantém” (Sadi)

Refletindo

O relato dos processos estatuintes de outras universidades traz ricos elementos de reflexão para o que está ocorrendo na UFRJ. Pode-se, a partir daí, corrigir rumos e formular processo mais adequado à nossa realidade. Alguns avanços pontuais que o novo Estatuto da UnB introduz merecem destaque:

- A estrutura da UnB foi flexibilizada (proposta da ADUNB, incorporada ao novo Estatuto): os Institutos da UnB poderão ser formados por Departamentos, linhas de pesquisa ou algumas outras formas;

- 13 conselheiros do Consuni passarão a ser eleitos por voto direto pela base;

- Conselho Comunitário, estreitando os laços com a sociedade civil;

- eleições diretas para representantes nos colegiados, o que os desliga do controle da administração.

“A paridade entre os três segmentos não vai passar, mas vai ter paridade em algumas situações. Então eu acho que não vai ter problema na eleição de Reitor, onde se mantém a idéia de paridade, de voto paritário, essa é a minha avaliação” (Sadi)

Deve-se ressaltar também o espaço criado com o Congresso Universitário e mesmo depois, quando o processo passou para o controle do Consuni, para que a UnB se repensasse e formulasse novas propostas relativas a seu modo de ser e funcionar. O Congresso Universitário, que envolveu as três categorias, foi o principal motor do novo Estatuto, já que sua proposta serviu de texto-base para o Estatuto aprovado. Além disso, o Congresso estabeleceu as regras para a eleição do novo Reitor, o que não poderia esperar pelo término do processo estatuinte. Vale destacarmos, ainda, que existiram dois complicadores no processo do novo Estatuto da UnB que também apareceu na UFRJ: a inexistência de um DCE, o que dificulta a necessária participação dos estudantes e a proximidade das eleições para cargos de direção (Reitor, Decanos, Diretores de Unidade).

Lamentamos não poder reproduzir na íntegra o debate, que durou três horas e meia. Publicamos aqui esta síntese, mas a íntegra está à disposição dos associados, na sede da ADUFRJ.

A negociação é a saída para os impasses

Não é necessário sublinhar a necessidade imperiosa de um novo Estatuto para a UFRJ nem os benefícios que sua discussão pode trazer para nós. As dificuldades inerentes ao processo Estatuinte deverão ser atacadas e vencidas passo a passo, à medida em que se apresentem, conforme aconteceu na UnB.

O maior impasse vivido na UnB, ocorreu quando a categoria docente rejeitou o Estatuto saído do Congresso Universitário. Em nossa análise, a rejeição traz à luz o principal fator sem o qual não há Estatuinte: a negociação. Um novo Estatuto representa escolhas difíceis de serem feitas: de um projeto global para a Universidade, da divisão de poder entre os segmentos, do tipo de relações que a Universidade deve ter com o restante da sociedade, da divisão de poder intra-segmento, do lugar específico que uma determinada Universidade deseja ocupar no ensino superior de seu país etc. As diferenças de posição que necessariamente ocorrerão não podem ser resolvidas autoritariamente por decisões apressadas ou votações sumárias dos Colegiados Superiores da Universidade ou da Reitoria pois, nestes casos, elas não seriam incorporadas pela comunidade universitária. A Estatuinte é um espaço privilegiado de tomada de consciência da Universidade, de debate, de gestação de novas soluções para seus problemas, de enfrentamento de interesses conflitantes e, ao fim, de negociação em busca de denominadores comuns.

No momento, aqui na UFRJ, vivemos nosso primeiro impasse, iniciado em julho de 1992 com a deflagração pela Reitoria do processo Estatuinte. Sua proposta inicial incluía dois itens que causaram oposição generalizada na comunidade: uma Estatuinte integrada unicamente pelos Conselhos Superiores da UFRJ e um prazo de aproximadamente dez meses, a partir da colocação da proposta, para que o novo Estatuto estivesse feito. A Reitoria, posteriormente e sob pressão dos movimentos, dilatou o prazo inicial e flexibilizou seu formato de Estatuinte, incorporando alguns representantes eleitos para isto. No entanto, a essência da "nova" pro-

posta é a mesma: o prazo coloca a comunidade numa camisa-de-força e a Estatuinte não seria exclusiva. Posteriormente (31-10-92), o Consuni aprovou a proposta do Conselho de Centro do CCS com o seguinte calendário:

- abril de 1993: deliberação sobre formato da Estatuinte;

- setembro de 1993: encerramento dos trabalhos com aprovação do novo Estatuto.

Esta proposta do Conselho de Centro do CCS foi defendida com o argumento de que o Estatuto precisa estar pronto antes das novas eleições para cargos de direção na UFRJ. Lamentamos profundamente que os interesses maiores da UFRJ - no momento representados pela Estatuinte - estejam, sendo preteridos em favor de interesses pessoais de eventuais candidatas a estas eleições.

A insistência sobre o término do processo Estatuinte antes das novas eleições, ainda que com prejuízo do debate do novo Estatuto, dissemina desconfianças na comunidade universitária.

Nosso passado recente nos deu lição do quão destrutivas para a UFRJ são estas tentativas de perpetuação no poder. A Reitoria anterior forçou uma interpretação das regras eleitorais pelo Consuni de maneira a atingir esta finalidade. A comunidade universitária se dividiu em facções opostas em luta de que, ainda hoje, sentimos os reflexos desastrosos no cotidiano de nosso trabalho.

A confiança mútua entre os integrantes do processo é o "sine qua non" da Estatuinte. Está na hora de movimentos, Administração e Consuni estabelecerem verdadeiras negociações para que possamos - toda a comunidade universitária - juntar forças para realizar a Estatuinte, congregando esforços em benefício da UFRJ - maior do que todos nós.

FORMATO DA ESTATUINTE

"Acho que o grande problema da Estatuinte, na verdade, é a composição da Estatuinte em si. Então, dependendo da composição, resultaria num determinado Estatuto." (Henrique Longo - Engenharia)

"Eu defendo a idéia de uma Assembléia eleita para isso, com a finalidade estatuinte. Porque vejamos, inclusive nos Estatutos, normalmente não há essa atribuição pelo Conselho Universitário." (Sadi - UnB)

ELEIÇÕES E ESTATUINTE

"A gente sabe, todo mundo sabe e eu por experiência também sei, que discutir Estatuto em época de eleições traz problemas, que pode haver, e certamente haverá, interferência das campanhas na elaboração do Estatuto, o que não é positivo. Na realidade, o Estatuto é muito mais perene que uma simples administração." (Ibañez - UnB)

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE CIVIL

"Hoje se formam anualmente em todas as universidades brasileiras, públicas e particulares, 235 mil estudantes. O Brasil não pode se dar ao luxo de formar só isso, tem que formar muito mais!" (Ibañez - UnB)

"E a participação da sociedade civil no novo Estatuto da UnB? Eu acho que uma das questões sérias que nós estamos tendo no processo de Estatuinte na UFRJ é uma concepção de democracia na Universidade meio estreita, que pega só a democracia interna de diversos corpos que trabalham dentro dela e que estudam dentro dela." (Ildu - Física)

"Na UnB discutiu-se a formação de um Conselho Comunitário. Este Conselho seria um órgão consultivo da administração, composto, exclusivamente, por entidades externas à Universidade. Essa proposta não foi aprovada no Congresso Universitário, mas foi aprovada agora na proposta de Estatuto do Conselho Universitário." (Ibañez - UnB)

ESTATUINTE E UNIVERSIDADE

"A Estatuinte tem que ter um projeto de Universidade, porque senão nós vamos remendar as coisas". (Sadi - UnB)

"De qualquer forma a questão do poder está colocada e acho importante defini-la. E o problema são as funções também, são tantas as formas de que a Universidade se compõe que fica difícil o acesso de todos, em pé de igualdade, às diversas funções. Acho que tem que haver uma especificidade para cada função." (Ibañez - UnB)

ESTATUINTE DA UFRJ

"A idéia de um projeto para a UFRJ não é o problema. A gente pode gerar muitos projetos. O problema é gerar um projeto com certo consenso entre o pessoal, as pessoas acharem que este vale a pena investirem nele." (Sadi - UnB)

ESTATUINTE 3 PRA VALER

"E como nós vivemos num impasse entre a necessidade de uma mudança e o medo da mudança, gera-se a acomodação. E aí você vê determinadas coisas bem conservadoras como: "Ah, os movimentos, assembleias estão vazias...". Mas, os Departamentos estão também! As Congregações estão também! As representações das Congregações também!" (Cinda - Letras)

"As discussões na UFRJ estão se dando de forma muito atropelada: não sabemos se a proposta é de uma reforma de Estatuto ou de uma verdadeira Estatuinte". (Luiz Antônio- ASUFRJ)

"É curioso que nós vamos fazer uma mudança sem que tenhamos elaborado uma síntese. Uma coisa é você ter um processo e depois fazer a síntese do processo. Não houve síntese, não houve avaliação! Não há sequer hoje ou, pelo menos, está muito diluída a noção do que era a Universidade antes da democratização e o que ela é agora. Qual era o projeto que nós tínhamos e qual é o que nós temos, se é que nós temos algum definido agora? (Cinda - Letras)

"Em que sentido a UnB ou qualquer outra universidade - vamos pensar no caso concreto da UFRJ - em que medida ela pode contribuir para, de alguma maneira, buscar a resolução desse imenso problema social, dessa imensa dívida social?" (Sadi - UnB)

"Nós estamos sofrendo hoje o ônus de termos, de certa maneira, nos acomodado apenas na questão da democratização, além de não termos enfrentado o que veio depois. Porque depois nós nos tomamos meros executantes de ordens - não éramos chamados para opinar qualquer coisa, fomos nos acostumando com a idéia das coisas que chegavam e nós tínhamos que opinar. Nem sempre eram as questões que nós gostaríamos de estar discutindo efetivamente." (Cinda - Letras)

"Na UFRJ não houve até agora nenhuma reitoria, pelo menos nos vinte anos em que eu estou aqui nesta Universidade, como aluno e professor, que apresentasse um projeto para esta Universidade e que discutisse esse projeto, de alguma forma, junto à comunidade, independentemente dessa questão corporativa de setores, professores, alunos e funcionários." (Sanglard - Engenharia)

UFRJ

"O caso da UnB é um exemplo bastante interessante do grau de maturidade com que estes dois canais - estrutura e movimento - podem debater e trocar idéias. Isso, infelizmente, ainda não acontece aqui na UFRJ, mas eu gostaria de registrar que isso me parece altamente positivo". (Simões - ADUFRJ)



ESTATUINTE? QUAL ESTATUINTE?

CARTAS

Carta Aberta ao Reitor da UFRJ Professor Nelson Maculan

Em relação ao convite feito por esta Reitoria à Diretoria da ADUFRJ, para participarmos conjuntamente com a Administração e demais entidades de um Jornal sobre Estatuinte, estamos trazendo a V. S. e à comunidade da UFRJ as razões de nossa não participação.

DISCORDAMOS, BASICAMENTE, DOS OBJETIVOS POLÍTICOS DESTA INICIATIVA. Desde as primeiras conversações com a Administração, em nossas intervenções no Consuni e nos Boletins da ADUFRJ, temos definido que a Estatuinte é um instrumento importantíssimo para detectarmos as insuficiências e os problemas da UFRJ. E, a partir daí, podemos renová-la. Acreditamos no potencial criativo de nossa comunidade e em sua maturidade política para, através de um amplo e democrático debate, buscarmos caminhos que nos permitam melhor cumprir nossa função na sociedade brasileira.

Um fator fundamental para tal debate é a avaliação que a atual Administração - Reitora, Decanos, Diretores, Conselhos, Congregações etc. - deveria fazer publicamente dos problemas da Universidade. Todos foram eleitos com base em

compromissos democráticos, de gestões transparentes e, portanto, devem à comunidade o relato e a avaliação de suas administrações. Sem a discussão concreta do nosso dia-a-dia da Administração Acadêmica, da estrutura orgânica da UFRJ, do ensino, da pesquisa e da Extensão, o debate sobre a Estatuinte torna-se vazio.

Não coincide com a nossa proposta apresentada pela Reitoria, como atestam os dois primeiros números do "Estatuinte UFRJ". Não encontramos o menor traço da questão fundamental e inicial: o que preservar e o que mudar na UFRJ? É claro que as respostas serão múltiplas e conterão divergências. Nossa perspectiva é torná-las públicas para que avancemos e jamais escondê-las.

Outros pontos sobre os quais divergimos são o calendário da Estatuinte e a eleição de dirigentes em 1993. Relembramos que um dos compromissos eleitorais da Administração atual foi convocar uma Estatuinte. Se tal convocação só aparece ao final da gestão da atual Reitoria, isto deve-se às suas próprias limita-

ções políticas, não sendo responsabilidade da comunidade da UFRJ. O único argumento tornado público até agora para a aceleração do calendário da Estatuinte foi o da sua conclusão "antes das próximas eleições para dirigentes da UFRJ". Tal proposta surgiu do Conselho de Centro do CCS, foi defendida pela Administração e votada no Consuni. Lamentamos que estas duas questões tenham sido misturadas sem maiores considerações. Os eventuais candidatos a qualquer cargo devem tornar públicas suas intenções e submeter seus programas à comunidade.

Não aceitaremos jamais que interesses eleitorais interfiram e sejam colocados acima dos interesses da Universidade.

Apesar destas diferenças quanto ao encaminhamento da Estatuinte, estamos dispostos a participar de todas as atividades que visem a um maior esclarecimento e aprofundamento dos temas relevantes para a UFRJ e para a Universidade brasileira.

PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

INFORME-SE

FGTS

Há uma legislação que permite o saque das contas inativas por três anos. Como o último depósito efetuado nas contas dos professores da UFRJ é de dezembro de 1990, poderíamos fazer o saque a partir de janeiro de 1994. No entanto, legislação posterior vedou aos servidores públicos este direito quando a conta se tornou inativa por conversão de regime, como foi o caso dos docentes ao passarmos da CLT para o RJU.

O Supremo Tribunal Federal está julgando uma ação direta de inconstitucionalidade contra esta legislação que restringe nosso direito. Em fevereiro, três juizes proferiram seus votos, dois considerando a proibição do saque constitucional e um a favor da declaração de inconstitucionalidade desta lei.

LDB

O projeto de LDB de autoria dos senadores Darci Ribeiro (PDT), Mauricio Corrêa (PDT) e Marco Maciel

(PFL) teve aprovação relâmpago na Comissão de Educação do Senado em 03-02-93. O projeto de LDB atualmente em discussão e votação na Câmara dos Deputados - faltam apenas quatro capítulos para serem negociados e aprovados - é o substitutivo do ex-Dep. Jorge Hage e foi o resultado de longas negociações nas quais o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública desempenhou papel fundamental. A ANDES-SN, como integrante do Fórum, tem lutado contra o projeto do senador Darci Ribeiro que o apresentou atropelando as discussões democraticamente conduzidas em torno do projeto Jorge Hage.

Senadores que votaram a favor do projeto Darci Ribeiro: Flaviano Melo (PMDB), Garibaldi Filho (PMDB), José Fogaça (PMDB), Cid Sabóia Carvalho - relator (PMDB), Meira Filho (PL), Alvaro Pacheco (PFL), Belo Parga (PFL), Francisco Rollemberg (PFL), Levy Dias (PTB),

Lavoisier Maia (PDT), Aureo Mello (PRN).

Senadores que votaram contra o projeto Darci Ribeiro: Eva Blay (PSDB), João Calmon (PMDB) e Wilson Martins (PMDB).

XII CONGRESSO NACIONAL DA ANDES-SN

A ANDES-SN está realizando o seu XII Congresso Nacional em Manaus, no período de 28-02 a 05-03-93. Serão abordados os seguintes temas: Movimento Docente e Conjuntura; Relações Sindicais e Expansão da ANDES-SN; Política Educacional, Seguridade, Ciência & Tecnologia; Universidade e Carreira Docente; Questões Organizativas e Financeiras.

O Congresso é a instância deliberativa mais alta da ANDES-SN e, normalmente, se realiza uma vez por ano.

A ADUFRJ participa deste Congresso com sete delegados. Enviaremos correspondência aos associados com os informes das discussões e deliberações mais importantes.

Colegas, como já é do conhecimento de todos vocês, fui aprovada na seleção ao Curso de Doutorado em História e Filosofia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, em Dezembro de 1992.

A dificuldade em estender o tempo limite de serviço previsto para afastamento de Doutorado, e a não existência de seleção na minha área de interesse no próximo mês de agosto em outras Universidades de São Paulo (como eu gostaria), condicionaram-me a uma decisão inadiável. Obtive afastamento integral do Instituto de Nutrição, para iniciar o curso a partir de 1º de março de 1993, conforme calendário da PUC, e inclusive resgatar conhecimentos preparatórios neste semestre para não enfrentar maiores dificuldades.

Face ao exposto, solicito licença aos colegas da Diretoria da ADUFRJ para me desligar das atividades da Associação neste último semestre do nosso mandato. São inevitáveis a saudade e o constrangimento de não chegarmos juntos, pois, nesta Diretoria, se não conseguimos expandir ao nível desejado o potencial político - mobilizador e organizativo do grupo, galgamos, por outro lado, um elevado grau de democracia no movimento, respeito e amizade entre nós, práticas nem sempre facilmente alcançadas na conjuntura em que vivemos. Não obstante a minha modesta contribuição, penso que a experiência valeu muito para a entidade e para mim.

Agradeço o incentivo e a amizade de todos os colegas da Diretoria e também do Conselho de Representantes da ADUFRJ, e estendo aos funcionários desta Entidade o meu reconhecimento pela convivência amigável neste período tumultuado em que trabalhamos juntos.

A mensagem que posso deixar para todos, indistintamente, diz que, apesar do crescente individualismo que reina em nossa sociedade, a realidade mostra que "uma andorinha só não faz verão, apenas corre o risco de se perder na escuridão do inverno". Certamente continuaremos em algum lugar lutando por uma sociedade mais justa e acima de tudo humana e por uma Universidade pública, democrática, autônoma e de qualidade.

Professora Eronides da Silva Lima
2º Vice-Presidente da ADUFRJ

Foi, sem dúvida, com sentimentos contraditórios que recebemos a solicitação de nossa colega.

Nosso trabalho conjunto, desde que assumimos a diretoria da entidade, só fez aumentar os sentimentos de amizade e admiração que já experimentávamos por nossa companheira, pela seriedade de seu trabalho da UFRJ, seu compromisso político com uma educação transformadora e qualidades pessoais que tornaram nosso convívio sempre tão enriquecedor para nós.

Embora nosso pesar por seu afastamento seja evidente, alegamos-nos pela possibilidade que nossa colega agora tem de desenvolver-se profissionalmente, como sempre foi o seu desejo.

Continuamos contando com sua participação nas atividades da ADUFRJ, na medida de suas possibilidades atuais. Desejamo-lhe muito sucesso e que a nova experiência corresponda às suas melhores expectativas.

As cartas dirigidas ao Estatuinte Pra Valer poderão ser editadas resumidamente, por problemas de espaço. Escreva, opine, sugira.



Diretoria/ Conselho Editorial: Pres: José A. Martins Simões, Vice Pres: Philomena Gebra, 1ª Sec: Maria de Lourdes Passos, 2ª Sec: Rosângela Motta, 1ª Tes: Elizabeth Accioly e 2ª Tes: Rosanne Dias. Jornalista Responsável: Rosa Maria Corrêa MT 15.804 - Ilustrações: Roberto Houaiss
Coordenação gráfica: Vicente B. Lima. Composição eletrônica CASTAG Tel.: 233-4343.
Impressão Monitor Mercantil Tel.: 233-4343. Redação: ADUFRJ, Centro de Tecnologia, sala D - 200-Fundão. Tel.: 590-4799



ESTATUINTE
PRA VALER

ADUFRJ
Filiada à ANDES
Sindicato Nacional

Radiografia da esperteza eleitoreira

(leia o
Perfil do
Cãodidático
- Pág. 8)

Quem tem medo da paridade?

(Pág. 2)

EDITORIAL

“O QUE FOI FEITO AMIGO DE TUDO QUE A GENTE SONHOU” ...

(Milton Nascimento/Fernando Brandt)

Universidade Pública!!! Para quantas gerações foi sinônimo de fê num país melhor, igualdade social, progresso, justiça, ciência, cultura, conhecimento... Aqueles que ainda perdem o sono procurando uma luz nesta estrada sabem que o sonho já foi maior, que o pouco que conquistamos e mantivemos não foi por acaso. Lutamos pela democracia, pelas diretas, pela Constituição, pela autonomia universitária, pelo concurso público, pela liberdade de organização, por eleições livres, fizemos greves, derrubamos ministros, contribuímos para desmascarar a verdadeira face do neoliberalismo colridor. E, principalmente, continuamos dando aulas, fazendo pesquisa, inventando projetos de extensão. Tudo isto apesar de que, há pelo menos 30 anos não temos um governo empenhado numa política educacional voltada para as necessidades do conjunto da população, pelo contrário, desmantelaram, propositadamente, o ensino de 1º e 2º graus. O método é simples: cortar investimentos, aviltar salários. Os traficantes da educação privada recolhem os escombros.

Porque a Universidade Pública ainda não sofreu o mesmo destino do 1º e 2º graus? Podemos apontar uma série de considerações, mas existe uma que é fundamental e é importante resgatá-la. Apesar de todas as limitações ainda é a Universidade Pública que oferece os melhores cursos de nível superior na maioria das especialidades. O pouco de pesquisa que é feito no País está concentrado quase totalmente nas Universidades Públicas (e o restante, nas particulares, é financiado por recursos públicos). São estes os argumentos básicos apresentados à sociedade nos momentos de crise e ataques à universidade pelas entidades que saem em sua defesa, seja pelas entidades de classe ANDES-SN, UNE, FASUBRA, seja pelas entidades civis - SBPC, SBF, OAB, ABI, ou pelas administrações - CRUB, ANDIPES etc.

Trocando em miúdos, ainda existe na Universidade Pública um conjunto de forças, de verdadeiros idealistas que, com as mais variadas motivações, continua a acreditar no valor do ensino, da pesquisa e da extensão como fatores fundamentais para tirar a nação da crise que vivemos. Isto, apesar de sabermos que nossas elites dominantes preferem usar servi-

ços médicos no exterior, educar seus filhos na Suíça, comprar pronta a tecnologia que precisam para continuar a sugar o sangue do País inteiro.

A política de desmantelamento e enfraquecimento da Universidade Pública brasileira não é nenhum acaso. Ela é a consequência direta da política das elites, associadas às multinacionais, que determinaram um papel subalterno para o nosso País no cenário internacional. Dilapidam o patrimônio público, sacrificam nosso povo para satisfazer a sede de lucro dos grandes bancos e monopólios.

Uma nova sociedade, uma nova Universidade ainda são sonhos de contornos indefinidos e múltiplos, mas, sem uma Universidade Pública que assuma cada vez mais seu compromisso com o desenvolvimento do País, com a justiça social, o sonho ficará mais distante. Por isto, a luta em defesa da Universidade Pública é importante e um de seus aspectos mais fundamentais é a luta pela qualidade dos serviços que ela presta. Neste momento, é preciso resgatar, reforçar todo o esforço feito para preservá-la, continuá-la, melhorá-la, redefinir seus rumos.

Não podemos esquecer que a crise econômica e a política de destruição provocaram danos profundos no interior da Universidade Pública. Pelo menos três aspectos são terríveis - a inadimplência, a burocracia e a privatização.

Sobre o primeiro, constatamos que um número crescente de funcionários e professores passou a considerar a universidade como uma atividade secundária, até incômoda, um mero “bico”. Docentes limitam-se a dar um mínimo de aulas, se tanto. Claro que há toda uma pressão econômica, salarial. Mas, não podemos admitir, tolerar, consentir que a política do “cada um por si” domine a universidade. A burocracia é outro entrave sério instalado na universidade - são os profissionais da administração. A maioria longe do ensino, da pesquisa e da extensão, correm atrás de FGs, CDs, DAs que engordam seus salários. Duas ou três administrações e incorporam vantagens definitivas. Conservadores na prática, investem na “política dos corredores”, na troca de favores para manter seus privilégios. Finalmente, os filhos tardios do liberalismo econômico tramam aqui dentro o golpe mortal na Universidade Pública - a privatização.

Embora reconheçamos sua força, não

são estes os setores que definem hoje a Universidade Pública. Poderíamos muito bem viver sem eles. Mas, não sobreviveríamos sem o trabalho daqueles que nas salas de aula, nos laboratórios, nos projetos de extensão mantêm viva a Universidade brasileira.

Mas, até quando? Até onde? A evasão dos nossos melhores quadros é crescente. A recusa, a descrença, consciente ou inconsciente em participar nas questões políticas da Universidade também crescem. Os “evasivos” aproveitam esta situação para justificar seu abandono, os burocratas para continuar no poder. Mas, quem acredita que o dia de amanhã não está escrito em nenhuma pedra sagrada, que a história é o resultado da ação consciente e organizada dos homens, não pode aceitar passivamente a destruição da Universidade Pública, da possibilidade de formarmos gerações de jovens capazes de transformar este País num lugar digno de se viver.

Para isto, apostamos que na comunidade acadêmica existe um grupo significativo de professores, funcionários e estudantes dispostos a superar as dificuldades e redefinir os rumos da universidade.

Dois fatores são indispensáveis para que o processo da Estatuinte avance. O primeiro é a disposição clara da comunidade em fazer uma Estatuinte democrática, representativa, que realmente mude os rumos da universidade. Os movimentos representativos dos segmentos organizados já se manifestaram - querem uma Estatuinte democrática, exclusiva e soberana. A administração e o Conselho Universitário ainda não se pronunciaram. Devem fazê-lo com urgência para demonstrar que a Estatuinte é pra valer.

O segundo aspecto é a falta de uma avaliação pública que os dirigentes da universidade devem fazer dos problemas, dificuldades, que a universidade enfrenta. Todos fazem críticas à atual estrutura, aos currículos, à burocracia, quando encontrados nos corredores. Continuamos cobrando dos dirigentes eleitos, reitor, decanos, diretores etc. - seus compromissos de administrações democráticas e transparentes.

Estamos convocando todos a participarem e promoverem reuniões em Centros/Unidades, colegiados e assembleias. Este é o caminho que apontamos para uma Estatuinte representativa e democrática.



QUEM TEM MEDO DA PARIDADE?

Um espectro ronda a UFRJ: o espectro da paridade. A simples menção da palavra provoca reações apaixonadas - a favor ou contra. Argumentos os mais variados são invocados, mas a discussão parece não avançar. Acharmos que já é tempo de analisarmos com mais profundidade o assunto para encaminharmos com clareza a deliberação dos docentes da UFRJ sobre o formado da Estatuinte. Assim, a partir deste número do "Estatuinte pra valer" estamos abrindo espaço para as opiniões da comunidade.

É importante resgatarmos a origem histórica do problema na UFRJ e sua vinculação com duas outras questões. A dos concursos públicos e a questão das eleições ou do poder.

A UFRJ viveu uma crise no início dos anos 80 quando houve o último "trem da alegria" dos docentes. Um número significativo de professores foi efetivado sem concurso. Esta situação gerou uma polêmica muito grande e finalmente o movimento docente fechou questão em torno do concurso público. Só admitimos como legítimo o ingresso na universidade através de concurso público. Com isto, eliminava-se uma das fontes mais arbitrarias de poder na universidade, as contratações segundo interesses pessoais ou de grupos. Esta posição teve um papel fundamental para a resistência que a universidade tem manifestado frente a política de desmantelamento do serviço público no país.

Um segundo capítulo ocorreu

quando a administração Horácio Macedo promoveu a contratação maciça de funcionários sem concurso público. Isto provocou uma forte reação por parte dos docentes. A crise culminou com a tentativa da administração de perpetuação no poder através de um processo eleitoral irregular. Paralelamente, o país mergulhava no vácuo do fim do Governo Sarney e no desânimo que seguiu a triste "Era Collor".

Foi neste quadro que cristalizou-se uma posição muito difundida entre os professores, embora pouco assumida publicamente e menos ainda debatida - a de que as mazelas na UFRJ eram devidas ao movimento dos funcionários. A partir daí, a questão da participação dos funcionários na vida acadêmica passa a ser desqualificada.

Embora não tenhamos nenhum receio em renovar as críticas à política populista que foi praticada na UFRJ, não podemos tampouco concorrer com a simplificação anterior. Primeiro porque propositalmente é esquecido que foi a administração atual que efetivou no regime jurídico único os funcionários contratados anteriormente. E esta administração foi eleita com ampla maioria de professores!!! Em segundo lugar, porque a contratação de funcionários foi, e ainda é, feita pelos grupos que detêm, realmente, o poder de decisões na UFRJ. Ficarmos apenas na crítica das conseqüências, sem entrarmos nas suas causas, é encobrirmos os mecanismos de poder que

continuam operando.

Se realmente queremos evitar as manipulações, as decisões por baixo do pano, o domínio dos interesses pessoais, não podemos cair na política reacionária de desqualificar a participação de funcionários e estudantes na vida acadêmica e ponto final. Isto não é uma solução para os nossos problemas.

Devemos lutar para que seja efetivamente implantada uma política universitária democrática, transparente, onde as decisões acadêmicas prevaleçam. Queremos saber como são distribuídas as verbas na universidade, como são gerenciados os recursos próprios, como são atribuídas as vagas de concursos, como é definida a política acadêmica. E isto só pode ser feito se houver uma participação efetiva de toda a comunidade.

Tão pouco acreditamos que a paridade, por si só, vai resolver estas questões. Ou qualquer outra proporção entre funcionários-estudantes-professores.

É fundamental a disposição política de mudar esta universidade. Isto só pode ser feito se redefinirmos uma série de ras, se mostrarmos vontade de participar, de valorizar o processo democrático como meio de crescer.

E neste sentido é fundamental procurarmos com clareza aprofundar nossas preocupações, trazer os debates à luz do dia.

O movimento docente tem sido cuidadoso no encaminhamento desta questão porque queremos

que nossa decisão sirva para mudanças profundas na universidade, não para "joguinhos de poder" que neste ano eleitoral já começa a se desenhar.

Queremos que os funcionários e estudantes esclareçam o sentido da proposta de Estatuinte paritária que já aprovaram: Estatuinte paritária implicará em eleições paritárias para Reitor (Qual a composição do futuro Conselho Universitário e até onde vai a participação em órgãos colegiados?)

A Diretoria da ADUFRJ também tem insistido noutra questão: o formato da Estatuinte não se reduz à composição de professores-estudantes-funcionários. Em qualquer votação de delegados temos outra questão igualmente importante: delegados escolhidos por Centro implicam a manutenção dos Centros atuais, delegados escolhidos por Unidades implicam a manutenção das atuais Unidades, e assim por diante. A estrutura atual, Reitoria, decanos, diretores, etc. não tocou até agora neste ponto. Nem na avaliação pública de suas administrações.

Mais do que as respostas a estas questões, queremos criar uma transparência na sua discussão para que os setores envolvidos seriamente com a Universidade Pública consigam reunir esforços para transformá-la. Isto só será possível se estabelecermos relações de confiança onde a negociação das diferenças sirva como fator de amadurecimento político.



Conselho Universitário Discute no Dia 22 a Estatuante

Foi transferida para dia 22 de abril a reunião do CONSUNI que, em princípio, deverá deliberar sobre o formato da Estatuante.

A Diretoria da ADUFRJ propõe que esta pauta seja invertida. O CONSUNI deve deliberar primeiro sobre o caráter da Estatuante democrática, exclusiva e soberana. Só com esta deliberação teremos uma Estatuante Pra Valer. A partir daí, acreditamos que a mobilização será intensificada e chegaremos a uma solução para a outra questão importante - o formato da Estatuante.

Temos chamado a atenção para o fato de que o formato da Estatuante não se resume ao estabelecimento de uma proporção entre professores, funcionários e

estudantes. É fundamental a participação significativa da sociedade civil organizada, através de suas entidades representativas. Além disto, devemos discutir e

deliberar se o processo de escolha deve ser por Centro, Unidade, Departamento. Cada uma destas opções tem conseqüências políticas importantes e ainda não foi debatida publicamente pela maioria dos conselheiros do CONSUNI.

Para nós o calendário da Estatuante deve estar atrelado a estes dois aspectos: a deliberação sobre uma Estatuante democrática, exclusiva e soberana e ao debate sobre o formato que envolve, necessariamente, os movimentos e a administração.



Movimentos e Reitoria: A Estatuante é Fundamental

As pressões oriundas de lugares diversos da comunidade universitária - reuniões ou assembléias de Unidades/Centros e das entidades representativas dos três segmentos (Conselho de C.A.s, ASUFRJ e ADUFRJ - obtiveram da reitoria uma mudança em sua posição inicial sobre a Estatuante da UFRJ.

No início de abril/93, a reitoria convocou a ADUFRJ, a ASUFRJ e o Conselho de C.A.s para tratar da Estatuante. O Reitor abriu a reunião afirmando a necessidade imperativa de elaboração de um novo Estatuto para a UFRJ. Segundo o Reitor, este foi um compromisso assumido no processo de sua eleição e sua convocação tardia se deveu às dificuldades vividas pela administração da UFRJ em virtude do difi-

cil momento político e econômico vivido pelo País.

A ADUFRJ, a ASUFRJ e o Conselho de C.A.s apresentaram à Reitoria documento assinado pelas três entidades em que afirmam:

- que ela exigirá o esforço conjunto dos movimentos e da estrutura da UFRJ para ser bem sucedida;

- que as três entidades encaminharão a Estatuante, desde que ela seja de toda a comunidade universitária, da UFRJ como um todo. Queremos estatuinte exclusiva, soberana e democrática.

A reitoria declarou que sua posição atual sobre Estatuante é de neutralidade, isto é, não está defendendo nenhum prazo e nenhum formato específico. Isto configura uma mudança, já que ela propunha an-

teriormente a conselhuante e prazos exíguos.

O Reitor assumiu que fará a defesa - na sessão do CONSUNI do dia 22/4, sobre Estatuante - da Estatuante soberana. As entidades haviam insistido no seguinte ponto: somente depois de votada pelo CONSUNI a Estatuante soberana, exclusiva e democrática, a comunidade acreditaria na disposição da estrutura em realizar a Estatuante pra valer.

Sobre a Estatuante exclusiva, o Reitor disse que não poderia se comprometer naquela reunião, pois não havia consenso entre as várias forças ligadas à reitoria sobre este ponto.

Lembramos ao Professor Maculan que seu compromisso maior não é com o grupo A ou B ligado à reitoria, mas com a comuni-

dade universitária que o elegeu. Seu apoio à Estatuante exclusiva deve estar condicionado à resposta dada pela comunidade a este ponto e ele deve estar empenhado em realizar esta consulta.

Por outro lado, nós - estudantes, professores e funcionários - não podemos nos esquecer de que a UFRJ é a maior universidade pública federal deste País. Nossa luta por uma Estatuante exclusiva, soberana e democrática deve ser tratada com a consciência de que seu resultado, seja ela bem ou mal sucedida, ultrapassará os muros da UFRJ. Trata-se, de um só golpe, da renovação de nossa universidade, mas também da defesa da universidade pública, competente e democrática neste País.

ADURF faz debate: Estatuinte na UFSC

A ADURF promoveu, em 2611-92, debate sobre "O Processo Estatuinte na UFSC". O convidado foi o professor Marcos Ferreira, então diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). A UFSC tem 54 departamentos distribuídos por 11 Centros. Estamos publicando neste número um resumo do debate, além de informações obtidas posteriormente com o professor Marcos Ferreira. Os textos entre aspas e em negrito são reproduções literais de falas do Professor Marcos.

ESTATUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA

Na década de 80, a Estatuinte foi importante ponto de reivindicação dos movimentos docente e estudantil na UFSC, tendo os últimos quatro reitores chegado à Reitoria prometendo deflagrar o processo Estatuinte. As tentativas de cumprimento da promessa, entretanto, malogravam em função de que os reitores buscavam manter o processo Estatuinte no CONSUNI, Conselho de Curadores e Conselho de Ensino e Pesquisa). Diversos setores da comunidade universitária, por outro lado, reivindicavam Estatuinte exclusiva e soberana, ponto com o qual o último reitor eleito comprometeu-se durante sua campanha eleitoral.

A eleição do último reitor alterou a correlação de forças no interior do CONSUNI que, então, aprovou a Estatuinte exclusiva e soberana. O CONSUNI da UFSC é hoje bastante politizado - discutindo e deliberando sobre temas como o "Impeachment" - o que ajudou a politizar o processo Estatuinte.

FORMATO DA ESTATUINTE

O CONSUNI tem desempenhado, em todo o processo Estatuinte, o papel de articulador dos diversos interesses existentes no Campus. Assim antes de deliberar sobre as propostas de formato da Estatuinte oriundas dos diversos estratos da comunidade universitária, o CONSUNI buscava a negociação política que viabilizasse o consenso em torno de alguma delas ou de alguma que representasse uma composição entre as existentes.

Havia basicamente três propostas sobre formato da Estatuinte:

- a dos movimentos (que foi encampada por alguns dos Centros): eleição geral, em que cada um votaria em um docente, um estudante e um técnico-administrativo. Seria voto universal, com resultado paritário e, portanto, ao final da eleição seriam eleitos um mesmo número de estudantes, professores e funcionários. Tentava-se, assim, combater a lógica do

corporativismo, pois não haveria o caso de alguém que fosse representante de um só segmento.

- a da Reitoria: haveria fóruns de debates sobre Estatuinte com a participação de qualquer pessoa que desejasse, fosse ela da comunidade interna ou externa à universidade. Cada fórum elegeria um certo número de delegados estatuintes, podendo qualquer participante apresentar-se como candidato. "As pessoas se inscreveriam no fórum, seriam distribuídas aleatoriamente nos grupos, de forma que você não poderia controlar o grupo para onde iria, você não saberia com quem iria trabalhar. A proposta do Reitor era um processo que eu chamo de antisséptico - ele queria que nenhum grupo político pudesse tomar conta do processo, queria matar o vírus político da Assembleia Estatuinte".

- eleição por Centro (proposta de dois dos Centros da UFSC): Cada Centro elegeria seus delegados, com autonomia para definir procedimento de escolha. "O inconveniente desta proposta é que a Assembleia Estatuinte teria a cara da atual estrutura.

Houve intensos debates nos Centros sobre estas propostas de formato. "A proposta vitoriosa, desafortunadamente, foi assim: um terço da Estatuinte será eleita por um processo, um terço por outro e o outro terço pelo outro. O que eu estou criticando, o que é um absurdo, é achar que o consenso é dar uma parte para cada um. O consenso não é unanimidade, porque quando a gente está falando de consenso está usando a expressão contemporânea de entender que é quando uma minoria percebe que a maioria tem legitimidade para levar e se submete ao que está sendo levado".

O formato resultante, ao final, foi o seguinte: 33 eleitos por eleições gerais no campus + 33 eleitos pelos fóruns + 33 eleitos por Centros + 5 técnico-administrativos eleitos por órgãos administrativos que não participavam da eleição por Centros + 21 da comunidade externa à universidade.

As entidades da comunidade externa representadas na Estatuinte da UFSC são as seguintes: Assembleia Legislativa, Associação Catarinense de Vereadores, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Federação Catarinense de Municípios, OAB, SBPC, Sindicato dos Trabalhadores em Ensino, U. C. dos Estudantes Secundaristas, CGT, CUT, Federação Catarinense de Micro Empresários, Federação Catarinense das Associações de Moradores, Federação das Entidades Ecológicas de Santa



Catarina, Movimento dos Sem Terra, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Conjunto das demais Universidades do Estado, Conjunto das Associações de Classe de Profissionais Universitários, Conjunto dos Conselhos Regionais de Profissionais Universitários.

AS ELEIÇÕES PARA A ESTATUINTE

Na eleição geral, qualquer pessoa da Universidade pôde se candidatar e o eleitor votava em quem desejasse, independentemente do Centro a que ambos pertenciam. Cada pessoa votava em um professor, um funcionário e um estudante, caso contrário o voto era anulado. Os onze candidatos mais votados de cada segmento foram eleitos delegados estatuintes.

Cada fórum elegeu três delegados, havendo autonomia em cada um para decidir a forma de fazê-lo. Conseguiu-se uma abertura na proposta inicial da Reitoria, de maneira que cada pessoa pudesse inscrever-se em quantos fóruns desejasse. "Em geral foi assim: quem fez intervenções, quem participou e tinha propostas, se candidatava, havia uma lista de candidatos, votava-se e os três mais votados eram os delegados e os outros três os suplentes. Houve também tentativas de armações do tipo: três e meia da tarde aparecia todo o pessoal de uma área da administração e votava todo mundo em três nomes fechados. Houve isso. Mas no geral a gente

conseguiu neutralizar, "inclusive mandando a iniciativa de até discutir com os caras, indo para o microfone e discutindo o que o que eles estavam fazendo não dava, que era preciso fazer diferente."

Foram onze fóruns sobre os seguintes temas:

Universidade como Agente da Cultura, da Ética e da Liberdade; Indissociabilidade e Interdisciplinaridade; Universidade, Desconstrução e Construção do Saber; Universidade, Modelos de Desenvolvimento e Integração Latino-Americana; Educação Pré-Escolar, de 1º e 2º Graus, os Adultos; Assuntos Estudantis; Universidade Pública e Financiamento; gestão Universitária; Graduação e Pós-Graduação; Pesquisa e Extensão; Política de Recursos Humanos.

Na eleição por Centro, cada Unidade ou Faculdade teve autonomia para decidir o processo eleitoral - cada Unidade ou Faculdade escolhia se queria eleger só professores, só estudantes, só funcionários (ou qualquer combinação entre os três segmentos) e a forma de eleger. " Nas eleições por Centro teve de tudo. Houve Centro que decidiu, como o meu, que iria adotar a eleição geral - os professores, os alunos e os servidores votavam, cada um, em três, um de cada segmento. O professor mais votado, o funcionário mais votado, o estudante mais votado eram os três representantes do Centro (CFH) na Estatuinte. " Outros elegeram apenas professores, outros, ainda, 2 professores e um técnico-administrativo etc..."

"Foram às urnas, se levamos em consideração apenas as eleições gerais, mais de 4000 pessoas, das 1800 que a

gente tem no campus. É um número significativo, mas ainda foi baixo. Nós fizemos muito menos esforço de divulgação do que tínhamos que ter feito".

A Assembleia Estatuinte da UFSC ficou com a seguinte composição final: 46 professores, 30 técnicos-administrativos, 25 alunos, 3 representantes da comunidade externa (eleitos através dos fóruns) e 21 representantes das entidades da comunidade externa convidadas.

PLEBISCITO

Não deverá haver plebiscito ao final do processo Estatuinte na UFSC. "É evidente que um texto de Universidade nova vai afetar interesses. Num acordo, eu vou dizer que abro mão desse meu interesse, você abre mão daquele seu interesse, a gente faz um acordo e vamos ver o que essa universidade consegue fazer. No plebiscito não tem acordo! Eu vou lá e voto com a minha posição! E todo mundo tem motivos para não querer uma mudança! Todos têm motivo, porque algum interesse vai ser prejudicado. Então o plebiscito pareceu para nós uma coisa inadequada".

PROJETO DE UNIVERSIDADE

O prof. Marcos ressaltou, ainda, a necessidade de, antes de elaborar os Estatutos e Regimentos, chegar-se ao desenho de um projeto para a Universidade.

"A reforma do Estatuto sozinho é uma adequação do Estatuto de ontem à realidade

de hoje. Se você só vai mexer no texto, vai verificar o que hoje não está podendo fazer no Estatuto que foi aprovado há 30, 40 ou 50 anos atrás. Mas o papel da Estatuinte não pode ser esse! Ela tem que fazer hoje uma mudança que permita realizar a Universidade que você quer fazer amanhã e não a que nós estamos fazendo hoje, porque a de hoje também não nos agrada! Então, nós vamos nos adequar ao Estatuto de hoje, mas o de hoje também não é legal - aí amanhã de manhã vamos ter que convocar nova Estatuinte! Esse acordo para o futuro, portanto, é o acordo central na Estatuinte - que Universidade a gente quer que a gente?

A motivação para realizarmos esta tarefa está na estreita dependência de termos um projeto político para a sociedade.

"Sem um projeto político, a gente não consegue dizer o que fazer com a Universidade. Nós achávamos que tínhamos um projeto para a Universidade. Nas décadas de 60 e de 70, eu estava lá, eu leio agora documentos da UNE em que os caras dizem que tinham um projeto de Universidade. Eram coisas corretíssimas, coisas que a gente não conseguia realizar. Eram superlegais os companheiros da UNE, eles tinham um projeto incrível! Agora, eles tinham uma coisa em mente, que era o projeto da felicidade geral. O movimento universitário tinha um projeto para um Brasil sem fome, um Brasil com emprego, eles tinham essas coisas. E a Universidade, para o pessoal da UNE, era o canal para fazer isso. E para transformar esse canal era preciso democratizar. Para poder fazer isso era preciso mudar os estatutos."

PARIDADE VOTO UNIVERSAL

Sobre a paridade, o prof. Marcos opinou que não deve ser tomada como valor universal. "A paridade é um avanço em diversos momentos de nossa luta. Entretanto, nosso alvo em termos de democratização do espaço tem que ser muito maior, até porque a paridade pode ser simplesmente a privatização do espaço Estatuinte".

"Estaremos, então, fazendo o pior tipo de privatização que pode acontecer, que é a discussão pública de um patrimônio público, por um processo pseudo-democrático, que a transforma em propriedade privada das pessoas que trabalham lá dentro e nós não podemos admitir isso".

"Há que combater não a defesa legítima dos interesses corporativos, mas a sujeição dos interesses a alguma corporação."

O prof. Marcos considera que "o formato da Estatuinte é decisivo, ele tem uma profunda relação com o conteúdo. Porque, se pegar uma forma que seja bem parecida com a atual estrutura da Universidade, o novo Estatuto será muito parecido com essa estrutura".

O prof. Marcos defende o voto universal em decisões que digam respeito à linha geral de conduta da Universidade.

"Temos que radicalizar na democratização do espaço. E na minha opinião, a forma de radicalizar seria com o voto universal. Porque se você for falar assim "Ah, mas aí os estudantes dominam!", pelo menos vai dominar a categoria da academia que tem menos motivo para ser corporativista! No mínimo isso! Essa moçada não tem salário para defender, nem regime de trabalho, nem cargos. Não predomina entre os estudantes, pelo menos até onde eu tenha acompanhado, a lógica da corrupção, por exemplo, de eleger professores que aprovam todo mundo.

O voto universal é o voto que permite mais intensa discussão política. Quando você coloca essa questão no movimento docente, o próprio pessoal do movimento, inclusive algumas vacas sagradas, argumenta que o movimento não tem posição sobre isso - mas devia ter! Qual é o nosso projeto de democracia para a Universidade? É a paridade? Não, a paridade é o meio do caminho. Se num acordo eu preciso abrir mão da paridade para que aconteça alguma coisa que eu acho que está sendo criada e que possa ser saudável, então posso negociar! Foi o que a gente fez no

nosso caso.

Na Universidade, as decisões são de vários tipos. Para algumas delas seria descabido propor deliberação em Assembleia por qualquer tipo de voto, pois há casos em que é a habilitação da pessoa envolvida o que é importante. Por exemplo, o procedimento de pesquisa implementado por um professor ou a inclusão de alguns conteúdos nesta ou naquela disciplina. Nas decisões de definição de rumo para a instituição, por outro lado, as decisões devem ser tomadas pelo conjunto dos cidadãos envolvidos com elas. Se por voto universal ou paritário, é algo que está em tensão no nosso meio e ambos precisam ser avaliados (e portanto experimentados). Em breve vamos poder desencadear a discussão sobre a forma de participação direta da população neste tipo de debate".

PERFIL DO ESTATUINTE

"Para ser um estatuinte, quando eu defendia nomes para a Estatuinte eu dizia: "Não estou interessado em nenhum estatuinte que já tem um projeto de Universidade pronto na cabeça! Nenhum estatuinte que já tenha uma crítica pronta ao que existe! Eu estou interessado em estatuintes que sejam capazes de ser sensíveis ao debate que ocorre; capazes de recuar de suas posições para buscar acordos capazes de achar estratégias de envolvimento da comunidade universitária; não ser apenas do meu partido, mas articulador de forças políticas a respeito de tudo".

Então, para mim, era isso o perfil do delegado estatuinte e não um outro, que foi também defendido, e que eu estava lá combatendo, que era esse de quem já sabe o que nós vamos fazer, retira um Conselho e põe outro, muda a composição".

A ESTATUINTE: VAI OU NÃO VAI?

Segundo a avaliação do Professor Marcos, a Estatuinte "pegou" na UFSC porque "a gente estava sentindo, em primeiro lugar, que o povo estava querendo fazer a Estatuinte, pela base, e eles não queriam ter maioria de professores, estudantes ou funcionários. Isso era uma coisa de que as pessoas estavam convencidas. Há uma decisão de que a Estatuinte deve acontecer. Na minha opinião, em muitos lugares a Estatuinte começa como uma concessão de quem está com o poder na mão, mas não há uma decisão do Campus de que ela deve acontecer, aí ela vai e passa. A consequência disso é que quem concede, concede mas não aprova! Nós temos experiência prática disso, via CONSUNI o processo não anda, certo?"

Reestruturação da Universidade: O Desafio Permanece!

Em novembro de 1981, durante uma greve nacional dos docentes das IES Autárquicas, o MEC solicitou ao CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a elaboração de estudo sobre a reestruturação da Universidade. O CRUB constituiu grupo de trabalho, cujo relatório final foi adotado pelo MEC com prazos para receber as sugestões da comunidade universitária.

Entre as conquistas da greve daquele ano estava o adiamento do prazo inicial dado pelo MEC para junho do ano seguinte. Em função disso, a ADUFRJ realizou, em maio de 1982, o I CONGRESSO DE DOCENTES DA UFRJ, tendo como tema docente REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE. A reação do movimento docente foi fundamental para impedir a reestruturação proposta pelo MEC. A discussão sobre democratização, reestruturação e autonomia atravessou todo o ano de 1982, até que o projeto CRUB-MEC foi enviada ao CFE - Conselho Federal de Educação, na forma de anteprojeto de lei, com novos prazos para receber sugestões da comunidade. A ADUFRJ promoveu, então, no ano seguinte, o II CONGRESSO DE DOCENTES DA UFRJ, que tinha ainda como tema principal a REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE, visando analisar o projeto CRUB-MEC-CFE e a consolidação do Estatuto da UFRJ, que já naquela época se mostrava inadequado.

Os Congressos organizaram encontros preparatórios e formaram grupos de trabalho sobre temas como Autonomia e Regime Jurídico, Democratização da Universidade, Carreira e Avaliação da produção, Administração Acadêmica, Financiamento e Prestação de Serviços, Ensino e Pesquisa, dentre outros, cujas propostas

serviram de base para as discussões.

As deliberações e relatórios sobre cada tema formaram um conjunto de proposições que serviram de subsídios ao movimento nacional e, internamente, como diretrizes para o processo de sucessão do então reitor Adolpho Polillo, que se aproximava. As reivindicações de eleições diretas e de democratização interna tomaram corpo e ganharam força, culminando na consulta direta à comunidade, com a participação dos três segmentos, que, negociada junto ao Conselho Universitário, resultou na eleição do professor Horácio Macedo como reitor.

O processo de eleição direta para reitor não foi consensual, mas serviu de referência para as eleições posteriores, em todos os níveis, desde o vice-reitor, que não pôde ser realizada junto à de reitor, causando grande resistência dentro da própria administração recém-eleita, até os chefes de departamentos. Os processos, porém, foram bastante diversificados em cada Unidade e Centro. As questões de ponderação dos votos de cada categoria e da extensão da paridade aos demais níveis foi polêmica, controversa que ainda hoje existe.

Em 1986, o governo federal fez nova investida na questão de reestruturação da Universidade, dentro de um contexto mais amplo de reforma geral da Administração Pública, propondo o famigerado projeto GERES. Em novembro daquele ano, a ADUFRJ organizou um SEMINÁRIO INTERNO SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE. A importância maior desse encontro residiu no fato de ter reunido, pela primeira vez, as entidades representativas de professores, alunos e funcionários da UFRJ - ADUFRJ,

ASUFRJ, DCE e APG, numa atividade conjunta, mesmo que sem caráter deliberativo, e no conteúdo de suas reflexões sobre o processo de democratização que es-

ção dos processos de escolha de dirigentes, representantes e plenárias nos trouxe, muito ainda há por fazer. Até hoje, por exemplo, nem todas as Unidades e Depar-



tava em curso na Universidade.

Uma das conclusões do Seminário foi de que a democratização interna não se esgotava nas eleições de dirigentes, representantes das categorias nos órgãos colegiados e mesmo na adoção de plenárias nos departamentos. A estrutura anterior permanecia praticamente intacta, condicionando fortemente as conquistas, ou seja, pouco ou nada se avançaria apenas mudando as pessoas na estrutura de poder. Quanto aos Estatutos, o Seminário vislumbrou a realização de um Congresso Interno das Categorias, precedido de encontros preparatórios, que pudesse nos levar a um processo Estatuinte.

Apesar das inegáveis conquistas e avanços que a democratiza-

tamentos adotaram os processos de eleições diretas ou instâncias plenárias de deliberação. Por outro lado, mesmo nos locais onde esses procedimentos estão consagrados, ainda há problemas sérios em relação às práticas administrativas, mecanismos de controle pela comunidade e relacionamento com os movimentos organizados.

Após duas gerações de dirigentes eleitos pela comunidade, o relacionamento com as categorias e seus movimentos organizados não é muito diferente das gestões anteriores. A dicotomia entre o movimento docente e estrutura universitária nas administrações eleitas é muito comum. A estrutura muitas vezes age precipitadamente, tomando iniciativas em nome do movimento que imagi-

na representar, talvez porque vários dirigentes eleitos tenham sido lideranças do próprio movimento, o que gera conflitos. Além disso, as gestões ditas democráticas são muito sensíveis às críticas, chegando às vezes a vincular o processo democrático conquistado ao sucesso de suas administrações, vindo em qualquer voz discordante uma ameaça de desestabilização.

Nas duas reitorias eleitas diretamente na UFRJ, as reivindicações de transparência administrativa e definição de políticas globais de pessoal, distribuição de recursos, patrimônio, ensino e pesquisa, por exemplo, com a participação da comunidade, permanecem sem resposta às expectativas de campanha. Parece que essas informações são privilégio de grupos selecionados, obedecendo a critérios arbitrários, ou que a eleição direta exige os dirigentes eleitos de dar satisfação de seus atos e de discutir suas propostas, que afetarão a todos. Mas o processo democrático não se restringe ao momento eleitoral, nem pressupõe consenso ou concordância incondicional, mesmo para posições explícita e anteri-

ormente defendidas. Como manter contato, motivar e obter participação da comunidade durante o exercício do mandato? A comunidade geralmente só é convocada para eleições e em épocas de crise!

As questões acima são resquícios autoritários e difíceis de serem superadas sem que haja nova estrutura e nova cultura para a organização da Universidade. O que já conseguiram até agora (e não foi nada fácil) foi apenas dar os primeiros passos, realizando eleições mais democráticas, mas ainda dentro da estrutura anterior - e paramos por aí. A estrutura que temos hoje na UFRJ é um modelo pensado nas décadas de 20 e 30, que possui uma lógica burocrática e centralizadora: "... o sistema de controle permanece tipicamente burocrático: todo o poder se organiza e se difunde de cima para baixo; cada esfera de poder gera outra, abaixo, mantendo-lhe o controle através da chefia. As unidades universitárias são dependentes do Conselho Universitário..." (1)

A estrutura vertical rigidamente hierarquizada é inconsistente com o processo educacional,

cuja organização deve ser maleável e flexível, compatível com os elementos dinâmicos que o constituem. "Ao analisarmos a estrutura da UFRJ, podemos perceber o poder decisório centralizado nos níveis hierárquicos mais altos do mesmo modo que o estudo dos documentos que regem a vida funcional dos docentes permite identificar um fluxo vertical normativo, de cima para baixo, não parecendo caracterizar um sistema de cooptação. A reserva sistemática e consciente de autoridade nos pontos mais elevados da organização torna mais lenta a resolução de problemas, desestimula a iniciativa e o senso de responsabilidade dos níveis médios e inferiores, desencoraja e deixa de vitalizar o pensamento independente" (2)

Em tal estrutura, que coloca a unidade básica das atividades fundamentais de ensino e de pesquisa - o Departamento, em último plano, tanto no que tange a recursos como em termos de responsabilidade e poder decisório dentro da Instituição, está o nó da questão. Mas esta mudança não passa apenas por sua formalização numa proposta de

reforma de Estatuto. Ela precisa nascer de um amplo debate no campus, envolvendo tanto a comunidade interna como a externa à Universidade, que gere um acordo em novas bases para um projeto de Universidade pensado, discutido e aceito pela maioria dos que nela trabalham, colaboram e usufruem de seus resultados - uma Estatuinte exclusiva e autônoma.

(1) Estrutura Organizacional e Administração de Recursos Humanos na Universidade Brasileira, Sonia M. de A. Nogueira e Cora B. de F. Rachid, Curso de Doutorado em Educação, Disciplina, Governo e Administração na Universidade Brasileira, Faculdade de Educação, UFRJ, Dezembro de 1982, p. 5

(2) Idem, p. 13.

(José Henrique Sanglard, é professor assistente do Departamento de Engenharia Naval da Escola de Engenharia da UFRJ e ex-presidente da ADUFRJ).

A Composição da Estatuinte

Antes de discutirmos qualquer coisa a respeito da estatuinte é preciso compreender que o problema atual da Universidade não é apenas administrativo nem acadêmico, mas eminentemente político. A crise econômica do país tem trazido conseqüências nefastas para a universidade pública. Qual deveria ser o papel da universidade na sociedade que queremos transformar? A universidade deve estar voltada para os reais interesses do povo brasileiro e não deveria ser um simples instrumento das classes dominantes.

A definição da composição da estatuinte certamente irá ter uma grande influência no novo estatuto. Esta composição vai indicar os rumos da estatuinte. Por esta razão, é fundamental que os representantes das classes diri-

gentes fiquem totalmente excluídos deste processo estatuinte, pois eles iriam manter as mesmas distorções e os mesmos vícios da atual estrutura. Os dirigentes universitários estão tão atrelados ao poder institucional que irão evidentemente defender os seus próprios interesses vinculados a uma estrutura ineficiente e burocrática.

Qual deve ser a melhor composição da estatuinte? se houver uma maioria significativa de professores, teremos um estatuto voltado preferencialmente para os interesses destes professores. Os defensores desta proposta alegam que os professores são os mais preparados, os mais inteligentes e os mais capacitados. Os alunos não teriam maturidade suficiente, enquanto que os funcionários são corporativistas e estariam

despreparados para elaborar um estatuto. Na verdade, esta proposta esconde uma concepção política autoritária, segundo a qual aluno deve absorver os conhecimentos passivamente, sem maiores questionamentos, e os funcionários devem ficar sempre submissos.

Seria possível uma universidade composta apenas por notáveis professores? Seria possível uma universidade sem funcionários? Obviamente que não. Cada segmento da comunidade acadêmica tem a sua importância e as suas responsabilidades. A universidade deve ser sempre analisada globalmente e a composição da estatuinte deve refletir esta concepção de totalidade.

A participação de professores, alunos e funcionários na mesma proporção iria contribuir para

que cada segmento pudesse dar a sua contribuição na estatuinte sem que qualquer um destes segmentos isoladamente prevalecesse sobre os demais. Mas apenas isto não basta. A universidade pública não deve ficar enclausurada em seus domínios. Os representantes da sociedade civil também deveriam não só participar da elaboração do novo estatuto, mas também deveriam fazer parte do colegiado superior da universidade.

Se estamos interessados em realizar transformações na UFRJ, a estatuinte exclusiva, democrática, soberana e com representantes da sociedade civil deve ser um caminho para estas transformações.

(Henrique Innecco é Professor da Escola de Engenharia da UFRJ)

Perfil do Cãodidático

Maior Qualidade - Ser silencioso. Não digo o que penso a respeito de nada. Se perguntado diretamente, enrolo que é uma beleza.

Mito - Roberto Campos.

Livro de cabeceira - Como vencer na vida sem fazer força.

Produto de beleza - Óleo de peroba. Uso todos os dias, pela manhã, para lustrar minha cara de pau.

Mulher inteligente - A cãodidática.

Personalidade - Francis Fukaiama.

Quem levaria para uma ilha deserta - Meu querido amigo, o Rodão. Ele é especialista em impedir que a comunidade universitária se manifeste. Passa o rodo em todo mundo. Utiliza, para isto, várias técnicas: convida reuniões suspeitas (marca na última hora, não define a pauta com clareza, não divulga a não ser para os meus amigos), impede a divulgação de informações

relevantes, defende prazos exíguos, etc.

Voto no plebiscito - Monarquia absolutista.

Quem deixaria numa ilha deserta - Estes estudantes, professores e funcionários chatos que cismaram que a UFRJ deve ser uma uni-

versidade democrática. Imagine que eles estão preocupados com o ensino, a pesquisa e a extensão!

Símbolo sexual - Zélia Cardoso de Melo.

Sonho de consumo - Estatuinte biônica (também conhecida como Conselhuinte). Ela vai: a) extinguir Unidades e fundir Centros, não em função de objetivos acadêmicos, mas de forma a aumentar a abrangência apenas das unidades que interessam a meus objetivos eleitores;

b) estabelecer regras eleitorais para cargos de direção (diretor de unidade, decano, reitor) que favoreçam minha eleição e a de meus amigos (inclusive a do Rodão). A maneira como é feita a eleição, atualmente, com toda a comunidade universitária participando dela, não me interessa. Queremos uma universidade da elite e para a elite. Vamos aprofundar sua privatização.



Congresso da ANDES-SN delibera princípios para Estatuinte

A ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior), em seu XII Congresso, realizado em Manaus, no período de 28/02 a 05/03/93, tratou dos processos Estatuintes nas Instituições Federais de Ensino Superior, na perspectiva de serem eles importantes instrumentos de democratização das universidades. Estiveram presentes 48 associações de docentes de universidades de todo o País, a ADUFRJ inclusive, representadas por 255 delegados. Foram aprovados na íntegra (11 ausências e nenhum voto contrário) os seguintes princípios:

A. Princípios de Condução

do Processo Estatuinte:

1 - Estatuinte soberana, exclusiva e democrática.

1.1 - A Estatuinte deverá ser soberana, isto é, em seu próprio âmbito se encerrará o processo Estatuinte, cabendo aos conselhos superiores da universidade apenas a aprovação do processo e a homologação de seu resultado.

1.2 - A Estatuinte deverá ser exclusiva, isto é, deverá ser uma assembléia reunida com a finalidade específica de elaboração do Estatuto.

1.3 - A Assembléia Estatuinte deverá ser composta por professores, funcionários e estudantes eleitos diretamente pela comunidade

de universitária e por representantes da sociedade civil organizada.

2 - Condição prévia.

A história da instituição e a avaliação da sua atuação no ensino, pesquisa e extensão deverão ser o ponto de partida do processo Estatuinte.

3 - Formulação de um projeto de universidade.

O processo Estatuinte deverá assegurar a apresentação, a produção e o debate das várias alternativas de concepções de universidade, com vistas à formulação de um projeto agregador.

B. O Papel do Movimento Docente no Processo Estatuinte.

1 - Ao movimento docente cabe apresentar propostas deliberadas em suas instâncias locais e compatíveis com as propostas das Associações de Docentes e da ANDES-SN para a universidade brasileira (Juiz de Fora, julho/86).

2 - O movimento docente deverá manter-se independente da condução institucional do processo Estatuinte: seu papel será o de promover eventos, difundir informações, etc.

3 - O movimento docente se empenhará na definição de prazos e condições adequadas para a condução democrática de todo o processo Estatuinte.

4 - Ao movimento docente compete lutar para garantir que a participação da sociedade civil se dê de forma democrática considerando o princípio da universidade comprometida com os interesses da maioria da população.



Estatuinte Pra Valer
Diretoria/Conselho Editorial: Pres. José A. Martins Simões, Vice-Pres. Philomena Gebrá, 1ª Sec. Marja de Lourdes Passos, 2ª Sec. Rosângela Motta, 1ª Tes. Elizabeth Accioly e 2ª Tes. Rosane Dias.
Jornalista Responsável: Rosa Maria Corrêa MT 15.804
Ilustrações: Roberto Houaiss
Diagramação: Paulo Guahyba
Editoração Eletrônica e Produção Gráfica: WLCA, rua do Senado, 230 sobreloja 206 a 210, Centro, Rio de Janeiro. Tels: 221-3640 e 242-3524. Redação: ADUFRJ, Centro de Tecnologia, sala D, 200 - Fundão. Tel.: 590-4799.



**ESTATUINTE
PRA VALER**

ADUFRJ

Filiada à
ANDES
Sindicato
Nacional

**UFRJ em
perigo:
Estrutura quer
fazer
próxima
reitoria.
(Pág. 2)**

**ASSEMBLÉIA
GERAL
DA ADUFRJ: 13/5**
Campanha
salarial
Indicativo
de greve

(Pág. 4)

IMPASSE NA ESTATUINTE: E AGORA, UFRJ?

A ADUFRJ tem defendido, em suas instâncias internas, juntos aos movimentos dos servidores e dos estudantes, junto à Reitoria, a importância da Estatuante para nossa Universidade. E isto, basicamente, por duas razões: ela nos permitirá delinear uma estrutura acadêmica e administrativa cujo funcionamento garantirá, por um lado, o avanço de nossa democratização interna e, por outro, sua adequação às formas como, no mundo contemporâneo, produz-se conhecimento científico, tecnológico, artístico, filosófico. Tanto a democratização interna quanto a modernização de nosso funcionamento reverterão na melhoria de nosso ensino, de nossa pesquisa, de nossa extensão.

A CONDUÇÃO DO PROCESSO ESTATUINTE PELA REITORIA E PELO CONSUNI

As propostas da Reitoria, apresentadas a partir de julho/92, previam a participação significativa dos Conselheiros (CONSUNI, CEG e CEPG) no formato da Estatuante. O novo Estatuto estaria concluído no 1º semestre de 1993. Atualmente, a Reitoria diz não estar defendendo nenhuma posição, ela está "neutra" (sic).

O CONSUNI estabeleceu que em abril/93 deliberaria o formato da Estatuante e em setembro/93 o novo Estatuto teria que estar pronto. Este calendário aprovado pelo CONSUNI foi proposto pelo Conselho de Centro do CCS, onde foi defendido com o argumento de que o novo Estatuto deveria estar pronto antes do processo eleitoral na UFRJ, que se iniciaria em outubro de 1993.

Em 22/4, o CONSUNI aprovou uma "Exclusividade": a Estatuante terá a função exclusiva de elaborar a proposta de um novo Estatuto. Não excluiu, portanto, a eleição da Estatuante pelos Conselhos, nem garantiu a soberania, que condicionou ao formato.

A PARTICIPAÇÃO DA ADUFRJ NO PROCESSO ESTATUINTE

Desde o início, a ADUFRJ discordou do formato e do calendário propostos pela Reitoria. A ADUFRJ realizou várias reuniões de unidade, lançou o jornal "Estatuante pra Valer", organizou dois debates (A Estatuante na UNB e na UFSC), apresentou a proposta aprovada sobre Estatuantes nas Universidades no XII Congresso da ANDES-SN, participou de debates organizados em unidades e Centros, enviou várias correspondências aos professores informando do

andamento das discussões dentro de nossa entidade e fora dela, realizou assembleias gerais sobre o tema Estatuante.

Em todas as instâncias de discussão e deliberação de nosso movimento foram apontados como fundamentais e deliberados os seguintes pontos, por unanimidade: A ADUFRJ quer Estatuante Exclusiva (isto é, com representantes eleitos diretamente pela comunidade. Não queremos eleição pelos Conselhos Superiores da UFRJ), Soberana e Democrática.

Denunciamos que os prazos da Reitoria e do CONSUNI indicavam uma tentativa de utilizar a Estatuante no próximo processo eleitoral, já que o calendário da primeira estava atrelado ao segundo.

A ADUFRJ defendeu, durante todo o tempo, que a avaliação da universidade deveria ser o início do processo e o calendário condicionado às discussões de conteúdo.

Um calendário que previsse o tempo necessário para estas discussões era fundamental. Outra razão nos fez insistir no calendário. Sabemos que a Estatuante, em qualquer universidade, é palco onde encenam-se várias lutas em torno da redistribuição do poder: entre os vários Centros, entre as unidades, entre as classes de professores, entre os segmentos etc.. Isto é inevitável, dado que o novo Estatuto poderá distribuir de forma equitativa o poder de deliberação entre as classes de professores ou não, redefinirá as relações entre os órgãos suplementares (COPPE, Hospitais Universitários, CAP, NCE etc.) e as unidades ou não, fundirá centros ou não, estabelecerá a participação relativa dos vários segmentos e classes de professores, funcionários e dos estudantes nos órgãos colegiados, tratará da forma de escolha dos cargos dirigentes na UFRJ (Reitor, decano, diretor de unidade).

Um calendário mais generoso permitiria que estas questões fossem explicitadas e debatidas publicamente por todos os envolvidos. A ADUFRJ sempre defendeu e promoveu as discussões públicas porque nelas os interesses ilegítimos não têm lugar. Elas são o espaço privilegiado no qual só podem ser defendidas as posições que resultam em benefício da instituição e não de grupos que têm se constituído em verdadeiros feudos que controlam nossa universidade.

Na Assembléia Geral da ADUFRJ de 28/4, a Diretoria e o Conselho de Representantes da ADUFRJ apresentaram a seguinte proposta para ser levada ao CONSUNI do dia 29/04: o CONSUNI só deliberaria sobre aqueles temas a partir de 17/06 e indicaria aos decanos e diretores de unidade a necessidade de colocar efetivamente estes temas em discussão pela comunidade. A partici-

pação da sociedade civil e a paridade ainda deveriam ser mais debatidas e ter esclarecidas suas consequências políticas antes de uma deliberação por Assembléia Geral da ADUFRJ. Desta forma, a ADUFRJ manteria a coerência na sua condução do processo Estatuante. Sempre tínhamos defendido que o CONSUNI não poderia deliberar sem que a comunidade fosse ouvida. Era preciso um prazo hábil para isso.

Foi apresentada uma outra proposta em nossa Assembléia: o CONSUNI deveria iniciar a deliberação sobre aquela pauta em 27/05 e terminar em 17/06, a ADUFRJ deveria participar desta Estatuante e a composição final da Estatuante deveria ter maioria relativa dos docentes em relação aos outros segmentos.

A segunda proposta foi a vencedora e a ADUFRJ levou esta posição ao CONSUNI de 29/4.

O IMPASSE NA ESTATUINTE

O CONSUNI do dia 29/4 tinha a seguinte pauta: formato, soberania, processo eleitoral e participação da sociedade civil. O Conselho de CAs. e a ASUFRJ defenderam, durante esta sessão, que nenhuma deliberação sobre a pauta deveria ser tomada antes de 45 dias, durante os quais deveria ser feita uma consulta à comunidade universitária.

O CONSUNI aprovou que entre os dias 27/5 e 17/6 delibera sobre os temas daquela pauta. Em função desta deliberação, OS ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS RETIRARAM-SE OFICIALMENTE DO PROCESSO ESTATUINTE.

A Estatuante da UFRJ vive, pois, um impasse. Como fazer uma Estatuante que mereça este nome, quando dois segmentos já retiraram-se dela?

O CONSUNI deliberou que só discutia a soberania depois de estabelecido o formato. Sem dúvida, aquele que convier aos interesses hoje dominantes na estrutura da UFRJ. Deliberou uma "exclusividade" que visa a inclusão de estatuintes indicados pelos Conselhos.

As deliberações tomadas pelo CONSUNI SIGNIFICAM QUE ELE QUER MANTER A ESTATUINTE SOB SEU CONTROLE.

A Reitoria divulgou um cartaz dirigido à comunidade universitária em que fala das deliberações do CONSUNI de 29/04, MAS ESCAMOTEIA O FATO ESSENCIAL DE QUE OS ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS SE RETIRARAM OFICIALMENTE DA ESTATUINTE. COMO PODERÁ A UFRJ FAZER UMA ESTATUINTE COM UMA REITORIA QUE ESCONDE DA COMUNIDADE, DELIBERADAMENTE, OS FATOS MAIS ESSENCIAIS?

E agora, UFRJ?

DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

Estrutura Quer Fazer a Próxima Reitoria a Qualquer Preço

Na última Assembléia Geral da ADUFRJ ocorreu um evento da maior gravidade para a UFRJ: houve uma tentativa de modificação da linha democrática que nossa entidade, a ADUFRJ, vinha imprimindo à condução do processo da Estatuinte. Isto foi feito através da participação organizada, articulada por professores que percebem algumas das maiores funções comissionadas e gratificadas na Assembléia Geral do dia 28/04. Suas posições e encaminhamentos foram autoritários, na forma e no conteúdo.

Na forma, através de dirigentes dando informes de instâncias da estrutura (congregações, conselhos de centro etc.) como se fossem instâncias do movimento (como se estas não existissem ou não tivessem importância...), tentativas de cassação da palavra de pessoa inscritas, provocações constantes à mesa etc..

No conteúdo, pelas resoluções tomadas: prazos exíguos para deliberação sobre formato e conteúdo da estatuinte, estabelecimento a priori da condição de maioria docente na sua composição e participação incondicional no processo Estatuinte.

Tais posições são frontalmente contrárias a tudo o que a ADUFRJ vem afirmando, desde pelo menos o ano passado, através de sua diretoria, do seu conselho de representantes e principalmente nas suas Assembléias gerais, e não são mero acaso. São consequência de uma política deliberada no sentido de privilegiar interesses eleitorais, adotada pela atual reitoria ao longo de todo o seu mandato.

Teria sido um ato fortuito da reitoria deixar o processo estatuinte para o seu último ano de gestão, para então querer forçar que todo o processo seja concluído antes das próximas eleições para reitor? Quais os motivos que realmente levaram a reitoria a relegar a sua principal bandeira eleitoral para o ocaso de



sua gestão?

É fácil constatar que a reitoria não foi capaz de se tornar “dirigente”, isto é, não foi capaz de organizar e expressar a vontade coletiva da comunidade universitária, com base num programa reconhecido como legítimo. Tal como um conhecido personagem da vida política nacional prometeu acabar com as “irregularidades”, com o caos administrativo, altos salários, nepotismo e com a farta distribuição de funções comissionadas e gratificadas, tudo isso com ampla participação da comunidade. Qualquer avaliação isenta mostra que os resultados estão longe de poderem ser considerados alvissareiros.

Diante desse quadro tornam-se claras as reais motivações que levaram a reitoria a protelar a “Estatuinte para Valer”, inviabilizando-a. A falta de projeto, a distância que separa as promessas do realizado, o isolamento político, a desarticulação, as decisões de “cúpula” (quem não se lembra de como foi elaborado pela atual reitoria o projeto de participação da UFRJ setembro/92 - no acordo MEC-BID?), res-

tringiram de forma decisiva o campo de atuação da reitoria. A palavra de ordem agora resume-se a “fazer a próxima reitoria a qualquer preço”.

A batalha selecionada como fundamental é a aprovação de normas eleitorais que restrinjam o poder decisório da comunidade universitária. A articulação no poder sabe muito bem que dificilmente poderá contar com o apoio dos estudantes, técnicos-administrativos e da maioria dos docentes.

O processo em curso na falsa estatuinte é, nessa perspectiva, emblemático. Todas as ações defendidas pelos representantes da “estrutura” apontam para a exclusão da comunidade. Assim, temos uma exclusividade que não é exclusiva pois pretende-se que o Conselho de sábios se configure num grupo à parte; a soberania não é soberana, pois submetida ao mesmo Conselho de sábios e a democracia é apenas “relativa”. Por isso, quando um porta-voz da reitoria afirma que os docentes devem ter 70% da representação na estatuinte, os estudantes 20% e os técnico-administrativos 10%, deve-se

apontar que essa é a verdadeira estratégia eleitoral defendida pela estrutura: preponderância dos Conselhos e, para legitimá-los, o hipertrofiamento da representação docente.

É preciso que as normas sejam reconhecidas como fruto de um processo de decisão coletiva. Daí a tentativa da estrutura de, irresponsavelmente, envolver a ADUFRJ nessa estratégia eleitoral conservadora.

O difícil para a estrutura é aprovar essas normas sem parecer o que elas realmente são: casuismo. Por isso, a cortina de fumaça da “conselhuinte” e a súbita presença das maiores funções comissionadas e gratificadas na Assembléia da ADUFRJ.

Somente através da mobilização de seus associados, de sua participação efetiva e maciça, poderão ser evitados eventos como os da Assembléia Geral da ADUFRJ do dia 28 de abril de 1993.

A associação dos Docentes da UFRJ, que traz em sua história a tradição da condução democrática de seu movimento, sempre se manteve, se mantém e se manterá autônoma de qualquer intervenção externa, seja ela da estrutura da universidade, de partidos ou tendências políticas ou de quaisquer grupos que defendam interesses próprios, em desacordo com o conjunto de seus associados.

Roberto Leher - Professor Assistente da Faculdade de Educação, Conselheiro e Ex-diretor da ADUFRJ.

Roberto Houaiss - Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitetura, Conselheiro da ADUFRJ

José Miguel Bendrao Saldanha - Professor Assistente da Escola de Engenharia, Conselheiro da ADUFRJ.

Pedro Antônio Peixoto Vieira - Professor Assistente da Escola de Química, Ex-diretor da ADUFRJ.

O COMEÇO DA HISTÓRIA

ESTATUINTE 3
PRA VALER

1978. Cenário. Os corredores do IFCS. Um cidadão meio perdido, sem conhecer ninguém, procurava convocar os professores para uma reunião onde deveria ser discutida a Reforma Universitária. Corta. Cena. Um anfiteatro do Centro de Tecnologia, razoavelmente cheio, onde professores tentavam discutir a importância de se repensar a Universidade naquele momento. Por que aquele momento? Porque vislumbrava-se uma mudança social e porque essa mudança deveria, necessariamente, refletir na Universidade.

O contexto histórico assim exigia. O movimento pela anistia havia começado e já estava nas ruas exigindo uma abertura política para o país. Abria-se, portanto, uma perspectiva para mudanças também na Universidade, há tanto tempo asfíxiada, sufocada e brutalmente apunhalada. Mas ainda vivíamos a ditadura. E as dificuldades eram enormes.

Esses eram os fatos. Porém a história não deve ser feita simplesmente de fatos. Porque a história é construída. E nossas atitudes são as respostas dadas às formas como essa ou aquela história foi construída. Por isso resgatar esses momentos em que a história do movimento docente começava a ser construída e repensar a importância que o movimento teve e tem para a Universidade.

A história do Movimento Docente na UFRJ começou a ser construída quando, em junho de 78, um grupo de professores se reuniu para discutir, ainda que informalmente e muito timidamente, uma “Reforma para a Universidade”. No meio da reunião a proposta: Criar uma Associação Docente para que melhor e com mais liberdade pudéssemos levar essa discussão. A reação dos conservadores não se fez esperar. Foi imediata. Uma Associação? Como? Por quê? Que coisa mais subversiva. Nada tinha a ver com aquela reunião



que queria pensar a “Reforma”. Mas a proposta foi insistentemente colocada: criar uma Associação sim e dentro dela discutir a “Reforma Universitária” e outros problemas que precisavam ser discutidos pelos professores. E eram muitos. E continuam sendo muitos. Foi feita “a concessão” para a proposta e, sob protestos de muitos, ela entrou como ponto de pauta para a reunião seguinte.

Foi o início de uma série de reuniões que se transformaram em concorridas Assembléias, onde a discussão nem sempre era fácil, pois a prática do debate político nos havia sido há muito cassada. Mas estavam dados os primeiros passos e as novas posturas iam, reconhecendo com certa dificuldade, tecendo idéias e ideais e alimentando esperanças. Entretanto, o que ainda dificultava o debate e qualquer ação era o total desconhecimento dos professores entre si e, mais, de seus Centros, de suas Unidades. A grande maioria dos professores não se conhecia e não conhecia sua Universidade. A ditadura do país e a ditadura interna da Universidade haviam trabalhado bem para que isso acontecesse.

A existência de uma Universidade livre, aberta e democrática não passava de uma utopia. Mas ia alicerçando nossos sonhos. E reforçando nossa determinação de luta. O autoritarismo minava as relações internas na Universidade e os conservadores e elitistas detinham a informação e dirigiam a vida científica, intelectual e acadêmica não deixando o menor espaço para

qualquer ação democrática. Esses setores não entendiam a prática política como um processo pedagógico. Ao contrário, interpretavam-na como um ato de subversão. Fomos acusados de prática de “assembleísmos” e “democratismos”. Mas resistimos e lutamos para que, independente e apesar dos conservadores e dos reacionários, o Movimento fosse iniciado e a Associação criada. Começávamos a construir, na prática, a História do movimento dentro da Universidade.

Assim, depois de quase um ano de incessantes discussões, muitos debates e infundáveis assembleias, conseguimos criar a Associação Docente da UFRJ, a ADUFRJ. Era o momento da utopia virar realidade. A importância da existência de uma Associação tinha, finalmente, sido reconhecida. Isso não representava o fim de uma luta, mas o início de um Movimento cuja primeira tarefa era a conquista de um espaço político e a democratização da Universidade.

Para o Movimento Docente, uma efetiva “Reforma” só poderia ser concretizada passando por princípios básicos como: garantia do ensino público e gratuito; melhoria das condições de trabalho para todos; melhoria da qualidade do ensino; verbas para a Educação, o que significaria recursos públicos orçamentários suficientes para garantir o ensino e a pesquisa na Universidade e transparência na distribuição e gestão desses recursos. Esta luta não tem sido fácil e ainda temos um longo caminho a percorrer. Mas é inegável que a atuação do

Movimento Docente tem sido um dos aspectos fundamentais para a sobrevivência da nossa Universidade.

Entendo que conseguimos ocupar um espaço político para o Movimento ao conseguirmos eleições diretas para todos os cargos de direção - do chefe de departamento ao reitor. E conseguimos legitimar esse Movimento Docente e a Entidade porque a construímos livre e independente das estruturas dominantes na Universidade.

É preciso não esquecer que a força do Movimento Docente está orientada na conquista desta independência. É, portanto, da competência e responsabilidade do Movimento, logo da maioria dos docentes que dele participa, tornar explícito seu conteúdo político-ideológico, colocado historicamente em defesa da Universidade livre e democrática.

O compromisso histórico do Movimento reflete-se nessas lutas: no passado, combatemos a ditadura; hoje, o avanço da política neoliberal. A Universidade ainda tem muito o que mudar. O poder continua muito centralizado e há uma crescente burocratização dos canais de comunicação. A Universidade não pode ser cúmplice da síndrome neoliberal que domina o país. Precisamos pensar e construir alternativas políticas que levem o país para outros rumos. A Universidade tem que estar presente nesta luta por uma sociedade mais justa.

Compete, portanto, ao Movimento Docente enfrentar abertamente os conflitos e exigir as transformações. Sua História sempre foi a do compromisso com as transformações. Sempre ousou e esteve marcado por uma luta aberta e corajosa. E é importante que sua História seja urgentemente resgatada.

Philomena Gebran

Professora Adjunta do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ 1º Vice-Presidente da ADUFRJ.

Assembléia da ADUFRJ de 06/05 não Delibera sobre O Indicativo de Greve para 13 de Maio

Foi feita uma avaliação pelos 59 professores presentes que apontou a necessidade de aprofundar os debates nas Unidades sobre a campanha salarial. Neste sentido, não se deliberou pelo indicativo de greve e nova assembléia foi

agendada com este objetivo para o dia 13 de maio de 1993.

POR UMA POLÍTICA SALARIAL IMEDIATA! PELA ISONOMIA E INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES!

PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS DA INFLAÇÃO (158,3% DE ABRIL DE 1990 A MARÇO DE 1993)! POR MAIS VERBAS PARA AS IFES!

Convocamos para: REUNIÕES DE UNIDADES:

de 10/05 a 12/05/93
ASSEMBLÉIA GERAL:
DIA 13/05/93 - quinta-feira
local: Auditório do Roxinho
horário: 14:00 horas
Pauta: Campanha Salarial Indicativo de Greve para dia 13/05/93.

Departamento de Tecnologia Farmacêutica Paralisa e Reivindica Condições de Trabalho

O corpo Deliberativo do Departamento de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade de Farmácia, em 20/4/93, tendo em vista:

a) a progressiva degradação de sua estrutura física, acelerada após as recentes obras do bloco B do CCS efetuadas pela Decania do CCS, e

b) o não atendimento às reivindicações após inúmeras gestões formais e informais junto à direção da Faculdade de Farmácia (a partir de 4/2/93) que alegava estar encaminhando as reivindicações à Decania do CCS e, diretamente, junto à Decania do CCS (a partir de 6/4/93),

decidiu paralisar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, à exceção das essenciais (manipulação de medicamentos destinados ao tratamento de doenças graves da população carente).

Em assembléia da comunidade



de da Farmácia, no dia 29/4/93, os funcionários, professores e estudantes da graduação e da pós-graduação apoiaram a decisão do Departamento e decidiram mobilizar-se em busca do atendimento às justas reivindicações dos docentes. A Congregação e os demais Departamentos, através do Conselho Departamental, deram apoio integral à pauta de reivindicações, que é a seguinte:

1) criação de comissão mista do Departamento e da Decania para viabilizar a recuperação das condições de traba-

lho do Departamento;

2) conserto imediato do sistema de ar condicionado e telefonia das salas e laboratórios do Departamento, e

3) conserto imediato dos danos causados ao Departamento pelas recentes obras do CCS.

A Decania do CCS atendeu, até agora, apenas ao item 1 da pauta, ao indicar os representantes e suplentes solicitados para compor a comissão.

O Departamento comunicou

à ADUFRJ a paralisação. A entidade encaminhou o assunto à sua Assembléia Geral de 28/4/93. Os professores nela presentes defenderam o encaminhamento pela entidade das reivindicações dos docentes.

O Departamento de Tecnologia Farmacêutica desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. É responsável por diversas disciplinas de graduação e pós-graduação da Faculdade de Farmácia. Desenvolve projetos na área de medicamentos e de cosméticos, em colaboração com outros centros de pesquisa, do país e do exterior. Estas colaborações se traduziram em diversos trabalhos apresentados em congressos e publicações em periódicos nacionais e internacionais. As atividades de extensão e prestação de serviços distribuem-se entre a Farmácia Universitária, compreendendo o Estágio Supervisionado em Farmácia, e análises de controle de qualidade de medicamentos e desinfetantes.

Comissão de Paralisação do Departamento de Tecnologia Farmacêutica



Diretoria/ Conselho Editorial: Pres: José A. Martins Simões, Vice Pres: Philomena Gebra, 1ª Sec: Maria de Lourdes Passos, 2ª Sec: Rosângela Motta, 1ª Tes: Elizabeth Accioly e 2ª Tes: Rosanne Dias. Jornalista Responsável: Rosa Maria Corrêa MT 15.804 - Ilustrações: Roberto Houaiss
Coordenação gráfica: Vicente B. Lima. Composição eletrônica CASTAG Tel.: 233-4343.
Impressão Monitor Mercantil Tel.: 233-4343. Redação: ADUFRJ, Centro de Tecnologia, sala D - 200-Fundão. Tel.: 590-4799

CONTINUA!



Adufrj MOVIMENTO

Filiada a ANDES-SINDICATO NACIONAL

Informativo da Associação dos Docentes da UFRJ

ANO II No. 11 - MAI/93

POLÍTICA SALARIAL E ISONOMIA: NOSSAS PROPOSTAS E AS DO GOVERNO

Nas Assembléias Gerais das 43 AD's em greve foi amplamente confirmado o eixo básico de nossa greve: uma política salarial com reajustes mensais pelo ICV-DIEESE. Também afirmou-se a necessidade de uma ampla isonomia: unificação da GAE em 160% (a Gratificação de Atividades Executivas, que atualmente é de 80%) , sua imediata incorporação e extensão das perdas dos planos econômicos (Collor, Bresser, URP) à todos os servidores.

Até o presente momento (31/05) O GOVERNO NÃO APRESENTOU NENHUMA PROPOSTA FORMAL AOS SERVIDORES. Mesmo sem ter assumido um compromisso claro, o governo insinuou suas intenções através de uma nota dirigida à imprensa, em reuniões com o comando de greve e em notícias nos jornais. A política salarial seria baseada na sua disponibilidade de caixa (receita corrente líquida) com reajustes quadrimestrais e antecipações bimestrais. Sua "isonomia" estaria limitada ao parcelamento alternado com os reajustes até o limite de 160% alcançado em dezembro de 93.

Houve uma audiência do CNUG (Comando Nacional Unificado da Greve) com o Ministro do Trabalho em 27/05. O governo naco apresentou proposta concreta e cobrou contra-proposta do CNUG. Este exigiu do governo que formulasse concretamente sua proposta de política salarial para que pudesse ser avaliada e só a partir daí poderia ser apresentada qualquer contra-proposta.

Alguns membros do CNUG, considerando haver aí um impasse, apresentaram como sugestão a constituição de uma comissão mista (membros do comando e assessores do governo) que se reuniria no dia 28/05 para trabalhar aspectos técnicos e uma nova audiência com o Ministro do Trabalho no dia 31/05 para negociar a política salarial.

O CNG/ANDES-SN foi contrário a esta proposta..

"Só haveria sentido de se ter comissão mista após haver concordância das partes sobre os pontos centrais da política salarial. Esta comissão teria, neste caso, o papel de ajustar aspectos técnicos da política acordada".

A comissão do CNUG foi à reunião com os assessores do governo no dia 28/05. Nesta, a comissão não apresentou qualquer contra-proposta sobre política salarial.

Em reunião realizada no dia 29/05 o CNUG reviu a orientação que havia sido firmada em sua reunião anterior. Isso se expressa na avaliação presente em seu relatório. Esta revisão, que significa uma retomada dos rumos originais, deveu-se, sobretudo, à intervenção dos representantes do CNG-ANDES-SN no debate que ali se travou.

O CNUG propõe a realização de uma Plenária dos Servidores Públicos Federais na próxima quinta-feira (03/06) para avaliação da Greve Nacional.

A avaliação do CNUG reafirma que a força da greve, a disposição de luta, tem que se fazer sentir no interior do CNUG e, por isso, faz os seguintes encaminhamentos:

a) nos estados deve se ampliar as articulações com todos os segmentos em greve fortalecendo os comandos unitários e as mobilizações conjuntas;

b) buscar ter o maior número possível de companheiros nas caravanas para Brasília dia 02/06 e na Plenária dos Servidores Públicos Federais em 03/06.

c) continuar exigindo do governo a apresentação

de proposta concreta sobre política salarial e isonomia.

Nós servidores públicos federais podemos obter uma vitória significativa nesta greve com a conquista da política salarial e ganhos relativos a isonomia. Para isso, é preciso reverter as formulações do governo que conduzem à institucionalização do arrocho salarial.

Imprimir uma postura firme ao CNUG continua sendo uma tarefa urgente, necessária e possível. Isto se dá em primeiro lugar **COM A MANUTENÇÃO FIRME DA GREVE.**

A expectativa de surgir uma proposta do governo e a necessidade de sua avaliação pela Assembléia Geral da ADUFRJ com o encaminhamento a ser dado ao Comando Nacional em Brasília levaram a Diretoria e o Comando Local de Greve a antecipar a nossa Assembléia para quarta-feira.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFRJ

Antecipada para Quarta-feira dia 02/06/93 às 14:00 horas no auditório do Roxinho.

Pauta: - Avaliação da Greve

- Escolha de Delegados para Plenária de Brasília

- Fundo de Greve

Diretoria da ADUFRJ e Comando Local de Greve.



Adufrj

Centro de Tecnologia, sala D-200
- Fundão - Tel 590-4799

Expediente Diretoria e Conselho de Representantes

Presidente	José A. Martins Simões	CCMN
1ª Vice-Presidente	Philomena Gebran	CFCH
1ª Secretária	Maria de Lourdes Passos	CFCH
2ª Secretária	Rosangela Motta	CLA
1ª Tesoureira	Elizabeth Accioly	CCS
2ª Tesoureira	Rosanne E. Dias	CFCH

ISONOMIA NA UFRJ NÃO EXISTE !!!

Conforme solicitado pela ADUFRJ, recebemos da Reitoria uma listagem com os 100 maiores salários do mês de Abril. Publicamos alguns exemplos e posteriormente faremos uma análise mais detalhada. A listagem está à disposição na sede da ADUFRJ.

Cargo	Nome da verba	Valor
Professor Titular	Proventos	19.009.676,70
	Anuênio LB112 Ina	13.665.068,07
	Mand Judicial Ina	16.028.959,39
	Grat Ativ Ld 13/92	28.030.908,87
	Art 180(FC/FG) Ina	132.336.102,81
	Anuênio LB112 Ina	51.611.080,09
	Grat Ativ Ld 13/92	105.868.882,24
Total de remuneracoes ----->	366.530.678,17	
Professor Adjunto	Proventos	10.138.494,24
	Anuênio LB112 Ina	70.136.799,34
	Mand Judicial Ina	8.548.778,34
	Grat Ativ Ld 13/92	14.949.818,06
	Art 180(FC/FG) Ina	81.221.031,32
	Grat Ativ Ld 13/92	44.979.825,07
	Total de remuneracoes ----->	249.974.746,37
Secretario Executivo	Proventos	11.475.583,14
	Anuênio LB112 Ina	54.133.868,36
	Mand Judicial Ina	9.676.211,70
	Grat Ativ Ld 13/92	17.844.776,84
	Dif.Individual Ina	1.154.176,21
	Art 180(FC/FG) Ina	85.102.497,93
	Grat Ativ Ld 13/92	68.081.958,34
Total de remuneracoes ----->	247.469.112,52	
Professor Titular	Proventos	19.009.676,70
	Anuênio LB112 Ina	7.413.773,91
	Grat Ativ Ld 13/92	15.207.741,36
	Art 180(FC/FG) Ina	71.796.930,78
	Anuênio LB112 Ina	28.000.803,00
	Grat Ativ Ld 13/92	57.437.544,62
	Total de remuneracoes ----->	198.866.470,37
Assistente Social	Proventos	11.475.583,14
	Anuênio LB112 Ina	42.266.572,01
	Mand Judicial Ina	9.676.211,70
	Grat Ativ Ld 13/92	19.384.237,70
	Dif.Individual Ina	3.078.502,29
	Art 180(FC/FG) Ina	62.737.958,04
	Grat Ativ Ld 13/92	50.190.366,43
Total de remuneracoes ----->	198.809.431,31	
Analista de Sistema	Vencimento	11.475.583,14
	Funcao Gratificada OP	2.042.426,47
	Anuênio LB112 Est	4.653.394,86
	Mand Judicial Est	9.676.211,70
	Grat Ativ Ld 13/92	54.929.389,85
	Grat D Fun Ld13/92 FG	3.390.427,94
	Art 62 Lei 8112/90	11.127.748,37
	Diferenca Individual	43.550.884,01
	Dif.Indiv.DL2365-OP	3.959.058,47
	Total de remuneracoes ----->	144.805.124,81
Procurador	Proventos	11.475.583,14
	Anuênio LB112 Ina	4.704.989,08
	Grat Ativ Ld 13/92	22.371.409,82
	Grat Ativ Juridica	5.111.507,65
	Dif.Individual Ina	2.506.548,00
	Anuênio LB112 Ina	11.460.372,61
	Vant Art193 LB112 Ina	27.952.616,12
	Grat Ativ Ld 13/92	44.724.105,80
Art Repres Juridica	11.475.583,14	
Total de remuneracoes ----->	141.782.995,36	

Assembléia da ADUFRJ de 06/05 não Delibera sobre O Indicativo de Greve para 13 de Maio

Foi feita uma avaliação pelos 59 professores presentes que apontou a necessidade de aprofundar os debates nas Unidades sobre a campanha salarial. Neste sentido, não se deliberou pelo indicativo de greve e nova assembléia foi

agendada com este objetivo para o dia 13 de maio de 1993.

POR UMA POLÍTICA SALARIAL IMEDIATA! PELA ISONOMIA E INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES!

PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS DA INFLAÇÃO (158,3% DE ABRIL DE 1990 A MARÇO DE 1993)! POR MAIS VERBAS PARA AS IFES!

Convocamos para: REUNIÕES DE UNIDADES:

de 10/05 a 12/05/93
ASSEMBLÉIA GERAL:
DIA 13/05/93 - quinta-feira
local: Auditório do Roxinho
horário: 14:00 horas
Pauta: Campanha Salarial Indicativo de Greve para dia 13/05/93.

Departamento de Tecnologia Farmacêutica Paralisa e Reivindica Condições de Trabalho

O corpo Deliberativo do Departamento de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade de Farmácia, em 20/4/93, tendo em vista:

a) a progressiva degradação de sua estrutura física, acelerada após as recentes obras do bloco B do CCS efetuadas pela Decania do CCS, e

b) o não atendimento às reivindicações após inúmeras gestões formais e informais junto à direção da Faculdade de Farmácia (a partir de 4/2/93) que alegava estar encaminhando as reivindicações à Decania do CCS e, diretamente, junto à Decania do CCS (a partir de 6/4/93),

decidiu paralisar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, à exceção das essenciais (manipulação de medicamentos destinados ao tratamento de doenças graves da população carente).

Em assembléia da comunidade



de da Farmácia, no dia 29/4/93, os funcionários, professores e estudantes da graduação e da pós-graduação apoiaram a decisão do Departamento e decidiram mobilizar-se em busca do atendimento às justas reivindicações dos docentes. A Congregação e os demais Departamentos, através do Conselho Departamental, deram apoio integral à pauta de reivindicações, que é a seguinte:

1) criação de comissão mista do Departamento e da Decania para viabilizar a recuperação das condições de trabalho

do Departamento;

2) conserto imediato do sistema de ar condicionado e telefonia das salas e laboratórios do Departamento, e

3) conserto imediato dos danos causados ao Departamento pelas recentes obras do CCS.

A Decania do CCS atendeu, até agora, apenas ao item 1 da pauta, ao indicar os representantes e suplentes solicitados para compor a comissão.

O Departamento comunicou

à ADUFRJ a paralisação. A entidade encaminhou o assunto à sua Assembléia Geral de 28/4/93. Os professores nela presentes defenderam o encaminhamento pela entidade das reivindicações dos docentes.

O Departamento de Tecnologia Farmacêutica desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. É responsável por diversas disciplinas de graduação e pós-graduação da Faculdade de Farmácia. Desenvolve projetos na área de medicamentos e de cosméticos, em colaboração com outros centros de pesquisa, do país e do exterior. Estas colaborações se traduziram em diversos trabalhos apresentados em congressos e publicações em periódicos nacionais e internacionais. As atividades de extensão e prestação de serviços distribuem-se entre a Farmácia Universitária, compreendendo o Estágio Supervisionado em Farmácia, e análises de controle de qualidade de medicamentos e desinfetantes.

Comissão de Paralisação do Departamento de Tecnologia Farmacêutica



Diretoria/ Conselho Editorial: Pres: José A. Martins Simões, Vice Pres: Philomena Gebra, 1ª Sec: Maria de Lourdes Passos, 2ª Sec: Rosângela Motta, 1ª Tes: Elizabeth Accioly e 2ª Tes: Rosanne Dias. Jornalista Responsável: Rosa Maria Corrêa MT 15.804 - Ilustrações: Roberto Houaiss
Coordenação gráfica: Vicente B. Lima. Composição eletrônica CASTAG Tel.: 233-4343.
Impressão Monitor Mercantil Tel.: 233-4343. Redação: ADUFRJ, Centro de Tecnologia, sala D - 200-Fundão. Tel.: 590-4799



Adufrj MOVIMENTO

Informativo da Associação dos Docentes da UFRJ

ANO II No. 12 - JUN/93

Filiada a ANDES-SINDICATO NACIONAL

AVALIAÇÃO DA GREVE NACIONAL DOS SPF's.

A manutenção pelo governo federal da política de descaso com o ensino público e o aprofundamento do arrocho salarial levaram os docentes da UFRJ a se engajar na greve nacional dos SPF's. Terminada a greve, cumpre avaliar seus ganhos, a participação dos docentes e, sobretudo, a direção futura que devemos imprimir ao nosso movimento.

Os ganhos salariais obtidos, consideravelmente aquém de nossas reivindicações, só foram possíveis pela força da greve unificada dos SPF's. É necessário ressaltar que nossa pauta já estava protocolada no Ministério do Trabalho desde o final de 1992 e nenhuma resposta tinha sido dada a ela antes da entrada em greve.

A ADUFRJ e a ANDES-SN consideraram equivocada a deliberação da Plenária dos SPF's de um indicativo de saída de greve, antes mesmo de ter sido adequadamente avaliada pelas entidades de base a proposta feita pelo governo. Isto enfraqueceu a posição dos servidores, que não puderam então apresentar uma contraproposta para ser negociada.

Nossa greve foi forte, tendo sido paralisadas praticamente todas as atividades de graduação. Na área da pós-graduação e nas atividades de pesquisa, em geral, as situações foram bastante diferenciadas entre os vários programas, mas é inegável que não se alcançou aí o nível de adesão verificado na graduação. É importante que a ADUFRJ analise estes dados e avalie o impacto diferenciado da greve em cada tipo de atividade acadêmica, principalmente se levarmos em consideração que este quadro se repete em todas as outras IFES e nas últimas greves.

Avançamos na organização e na força de nosso movimento. Fomos apoiados pelos estudantes, através do Conselho de Centros Acadêmicos, de sua participação em nossas reuniões de unidades, em nossas atividades públicas de greve etc.. Foi possível, também, realizar atividades conjuntas com a ASUFRJ, também participante da greve nacional, o que representou um acúmulo de forças e de organização para ambas as entidades.

A maior inserção do movimento docente junto aos SPF's ocorrida na greve é um ganho da maior importância, sobretudo em função da revisão constitucional, em outubro próximo. Sabemos que as parcelas conservadoras do Congresso se empenharão em suprimir a estabilidade, a aposentaria especial, o compromisso do governo com a universidade pública etc . .

É preciso dar continuidade à campanha salarial, já que nossos ganhos foram insuficientes. É preciso não apenas garantir nossos direitos constitucionais, mas ampliar as conquistas para cumprir adequadamente nossas tarefas e atender às necessidades do país em termos do ensino público, gratuito e de qualidade. Estas são as nossas próximas lutas.

E AS QUESTÕES JURÍDICAS NA ADUFRJ?

Na Assembléia Geral de terça-feira (22/06/93), serão discutidos os processos encaminhados pela ADUFRJ - Planos Collor (84%) e Bresser (26%). Esclareceremos também nossa posição sobre a questão dos 45%. Contaremos com a presença da Assessoria Jurídica da ADUFRJ.



DISPARIDADES SALARIAIS NA UFRJ



Na edição anterior publicamos alguns exemplos da relação dos maiores salários na UFRJ, fornecida pela Reitoria a pedido da ADUFRJ. Apresentamos agora outros dados de interesse que a análise preliminar daquele relação já nos mostrou. Uma análise mais detalhada está sendo preparada para a ASSEMBLÉIA GERAL de 3a. feira, 22/06.

A amostra é composta de 58 docentes e de 42 funcionários de outras categorias. Entre os professores, 29 são Titulares, 28 são Adjuntos IV e 1 é do 1º/2º Graus. Cinquenta e um por cento do total da relação são de inativos, sendo 30 professores (14 Titulares, 15 Adjuntos e 1 do 1º/2º Graus) e 21 servidores de outras categorias.

Os expedientes mais comuns que permitem elevar a remuneração total a várias vezes o salário básico são: mandatos judiciais do Plano Collor (84,32%); incorporação de funções comissionadas e gratificadas (FC/FG); vantagens permitidas pela legislação vigente tais como Artigo 184(?), Artigo 2 da Lei 6732/79, Artigos 192/193 da Lei 8112/90 (aposentadoria RJU) e vantagens/diferenças individuais ou pessoais - estas principalmente nos casos de analistas de sistemas e de procuradores.

Quanto aos mandatos judiciais, 40 professores e 29 funcionários de outras categorias já percebem os 84,32% do Plano Collor, além de um Administrador receber os 45% de equiparação com os militares. As demais vantagens com as respectivas legislações estão sendo analisadas e os resultados mais detalhados serão divulgados na ASSEMBLÉIA do dia 22. Compareça! Venha conhecer melhor este problema e discutir formas de desdobrar e encaminhar a questão!



ASSEMBLEIA GERAL DA ADUFRJ
DIA: 22 DE JUNHO DE 1993
LOCAL: AUDITORIO DO ROXINHO
HORARIO: 14:00 HORAS

PAUTA: * AVALIAÇÃO DA GREVE
* ISONOMIA
- Plano Collor, Bresser, 45%
- Disparidades Salariais na UFRJ
* ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA O XXVI
CONAD

SINDICATO NACIONAL

ANDES

XXVI CONAD: NATAL (RN)

DE 30 DE JUNHO A 3 DE JULHO

Adufrj

MOVIMENTO

Expediente

Diretoria e

Conselho de Representantes

Centro de Tecnologia, sala D-200
- Fundão - Tel 590-4799

Presidente

1ª Vice-Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

1ª Tesoureira

2ª Tesoureira

José A. Martins Simões

Philomena Gebran

Maria de Lourdes Passos

Rosangela Motta

Elizabeth Accioly

Rosanne E. Dias



Adufrj MOVIMENTO

Informativo da Associação dos Docentes da UFRJ

ANO II No. 13 - AGO/93

Filiada a ANDES-SINDICATO NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DA ANDES-SN

No período de 29-6 a 3-7-93 realizou-se em Natal-RN o XXVI CONAD (Conselho Nacional da ANDES-SN).

A ADUFRJ esteve presente com um delegado e dois observadores. Os temas tratados foram os seguintes: Movimento Docente e Conjuntura Nacional; Política Educacional; Seguridade Social; Questões Organizativas e Financeiras e Ciência & Tecnologia.

O material deste CONAD encontra-se à disposição dos associados na sede da ADUFRJ e estamos enviando neste Boletim apenas um resumo das discussões e deliberações sobre temas de interesse mais imediato dos professores:

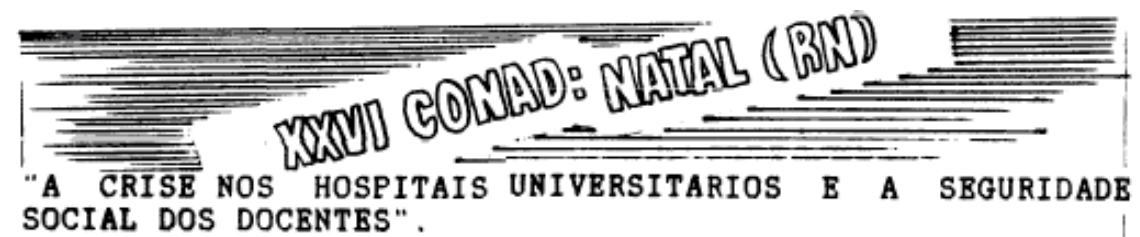
SOBRE OS 28,26% CONCEDIDOS AOS MILITARES

Desde o final de nossa greve, ao tomar conhecimento do reajuste de 28,26% concedido em janeiro de 1993 aos militares e estendido aos funcionários do Legislativo e do Judiciário, a ANDES-SN solicitou parecer de sua assessoria jurídica sobre a extensão

deste índice aos docentes. Na reunião do Setor das Federais, em vista do parecer que afirmava nosso direito de receber o reajuste, deliberou-se a seguinte estratégia: cada AD deveria reivindicar junto à Reitoria a extensão administrativa deste índice no pagamento de julho e a ANDES-SN faria o mesmo junto à SAF. Caso a resposta da SAF seja negativa ou não haja resposta, a ANDES-SN estará impetrando mandato de segurança coletivo pedindo a imediata incorporação aos vencimentos dos docentes através de medida liminar. Esta ação abrangerá todos os professores filiados à ADUFRJ.

CASO SUA SITUAÇÃO DE FILIAÇÃO NÃO ESTEJA REGULARIZADA, PROCURE NOSSA SEDE OU NOS TELEFONE.

Obs.: Enviamos à Reitoria da UFRJ, através do ofício no. 22/93, a solicitação da extensão do índice aos docentes.



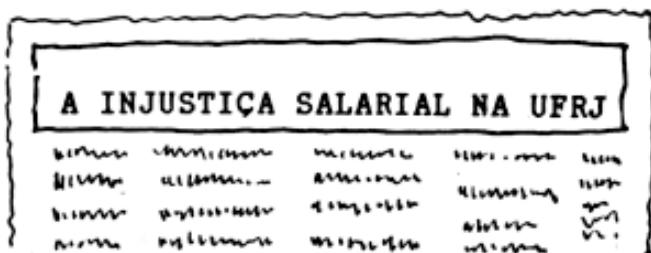
Quanto aos HU's foram destacadas questões tais como o descompromisso do MEC em custear o funcionamento destes, a crescente privatização como conseqüência da busca desesperada de recursos, as dificuldades de gerenciamento e ausência de uma política de recursos humanos e de aquisição de tecnologia, gerando uma grave distorção da relação docência e assistência. Outros assuntos abordados incluíram o processo de transformação dos HU's em Fundações, acelerando a escalada da privatização do serviço público, a terceirização, baixos salários e a questão da produtividade.

No 2º ponto, seguridade social, o XXVI CONAD reafirmou posição já definida do MD em defesa do SUS (Sistema Único de Saúde), entendendo ser dever do Estado assegurar à toda a população serviços de assistência à saúde de qualidade, com base nos princípios de universalidade e equidade. Nosso Sindicato tem-se posicionado contrário à implantação de planos de seguridade específicos para qualquer categoria, o que se configuraria um privilégio.

Desde a implantação do RJU nós, docentes, e os demais SPF's sofremos descontos de 6% sobre nossos vencimentos com vistas a custear o Programa de Assistência à Saúde previsto no art. 230 daquela legislação sem que, até o momento, tenhamos conhecimento do que, efetivamente, é feito com o montante recolhido.

O Grupo de Trabalho em Saúde e Seguridade da ADUFRJ encaminhou, recentemente, ofício ao Reitor da UFRJ solicitando esclarecimentos sobre a posição da ANDIFES e do próprio Reitor sobre uma proposta de utilização dos 6% do PSS.

Nos próximos números, divulgaremos mais informações sobre o assunto. Convocamos os colegas para integrarem o referido grupo no intuito de disseminar o debate sobre temas relativos à Saúde e Seguridade no interior de nosso movimento.



A disparidade salarial na UFRJ, assunto contido no último Boletim Movimento da ADUFRJ continua merecendo estudos e aprofundamento. Parte disso foi colocada na última Assembléia Geral (22/06/93) exposta por um Professor que vem se dedicando ao assunto. A partir desse trabalho, fortalecido por outros associados que se juntaram a iniciativa, foram feitas considerações que avançam na análise desses fatos, seus exageros e distorções.

Essa análise (assinada por dois desses professores) demonstra como melhor compreender as distorções salariais, através de uma série de tabelas distribuídas na referida Assembléia - e como os Procuradores da UFRJ (4 inativos e 2 da ativa), por exemplo, já percebem a GAE (Gratificação de Atividade Executiva) de 160%, enquanto os demais servidores da Universidade recebem apenas 80%. Alguns também recebem os 84,32% fruto de mandatos judiciais apesar de terem, na sua atividade pretendida como de defesa da instituição, impedido que o benefício se estenda aos recursos de terceiros, ou seja: as entidades representativas que os pleiteiam.

Esses exemplos são apenas alguns entre milhares de coisa que, claro, dão para arrepiar cabelos! No entanto os professores devem ter uma perspectiva responsável no levantamento dessas distorções diante da Reitoria sem abdicar de firmeza no requerimento de melhores e novas informações além de providências concretas. Recomendamos a consulta desse documento com suas tabelas, que está a disposição na sede da Associação. Quem sabe você não será mais um a se integrar ao grupo que está estudando o assunto? Afinal, como os próprios professores que assinam a análise dizem, isto é apenas o começo!

COMPRE E LEIA

"Universidade e Sociedade"
Revista da ANDES-SN

- Movimento Docente
- Universidade e Autonomia
- Greve nos Serviços Públicos
- Conjuntura Nacional



Adufrij

Centro de Tecnologia, sala D-200
- Fundão - Tel 590-4799

Expediente Diretoria e Conselho de Representantes

Presidente	José A. Martins Simões	CCMN
1ª Vice-Presidente	Philomena Gebran	CFCH
1ª Secretária	Maria de Lourdes Passos	CFCH
2ª Secretária	Rosangela Motta	CLA
1ª Tesoureira	Elizabeth Accioly	CCS
2ª Tesoureira	Rosanne E. Dias	CFCH



**Informativos da Adufrj-SSind publicados no período de
10/1992 a 12/1992.**

Adufrj MOVIMENTO

Informativo da Associação dos Docentes da UFRJ - ANO I - Nº 1 - out/92

OPINIÃO

A Universidade está em crise? Sim. Está em crise porque a economia do país está em crise. Porque a política do país está em crise. Porque a sociedade brasileira está em crise. O país todo é uma crise. Isto constatado, vem a indignação: e o que nós, professores da UFRJ, estamos fazendo contra tudo isso e, principalmente, contra a crise da Universidade?

Contra o contexto geral, protestamos, saímos às ruas, gritamos pelo impeachment já e exigimos a saída de um presidente. E mesmo assim, não somos a multidão de professores que deveríamos ser. Não que sejamos contra o impeachment. Mas protestar, sair às ruas, gritar, romper com a inércia a que já estamos acostumados, é difícil. E acabamos nos perdendo na multidão de estudantes.

E contra a crise da Universidade? Que fazemos? Muito, pouco, ou quase nada? Recebemos um salário indigno, temos um aumentinho ridículo, que não cobre a inflação que continua subindo mais rápido do que nossos salários.

Nossa luta não é e nunca será uma luta apenas salarial. É uma luta pela preservação de nossa Universidade. Pela garantia de nossas pesquisas, pela melhor qualidade de ensino. Por uma Universidade melhor.

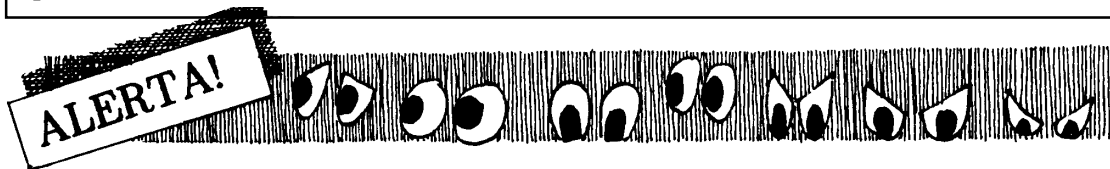
E por falar em tudo isto, gostaríamos de saber o que nossos colegas estão pensando, neste exato momento, sobre a Estatuinte. Esta pode ser uma boa e grande causa para darmos um salto qualitativo, uma virada no movimento docente.

Ainda há tempo. Ainda é tempo. E a luta é uma só! E só com nossa mobilização, só com nossa participação em todos os movimentos que convergem para um só, é que conseguiremos vencer a crise da Universidade, vencer a crise do país e caminhar para uma sociedade mais justa e mais digna. Todos merecemos isto.



Você sabia que foi gestado nos porões do Ministério do Trabalho e Previdência Social um conjunto de Projetos de Lei que esfacela a seguridade social e privatiza a saúde e a Previdência Social? E os Hospitais Universitários? A crise se agrava em escala crescente. Em resposta, o governo estabelece a Portaria 1125, que libera a criação das Fundações de Apoio com a finalidade de gerenciar a prestação de serviços de assistência médica nos hospitais de ensino. Vale perguntar: essa lógica é privatizante? E a Constituição, como fica?

Venha formar conosco um Grupo de Trabalho (GT) de Saúde para discutir estas questões.



A ANDES-SN alerta seus associados sobre advogados cariocas que estão procurando professores e propondo retirada do FGTS em tempo recorde. Há suspeita de corrupção. Vejam parecer da Assessoria Jurídica da ANDES-SN na ADUFRJ.

Calendário	9/10	Reunião do Setor das Federais da ANDES-SN
	10 e 11/10	III CONADE Extraordinário Pauta: Conjuntura nacional
	11 e 12/10	Plenária dos Servidores Públicos Federais

A farsa da isonomia

Após mais de dois meses de notícias desencontradas, finalmente sai o Projeto de "Isonomia" do governo. Desde junho, a ADUFRJ alerta seus associados para mais esta farsa. A intenção do governo sempre foi dar reajustes diferenciados. As "Gratificações" que os docentes receberam, além de não estarem incorporadas aos salários, são muito menores do que as recebidas por outras categorias. Na verdade, mesmo com as gratificações, estaremos muito abaixo da inflação.

Incluindo a gratificação de 30%, o reajuste linear de 20% e a correção da tabela, nosso salário-base sofreu uma correção total de 122% a partir de 1º de setembro. Desde janeiro, só recebemos 80% de antecipação (os reajustes de janeiro, fevereiro e março eram relativos a 1991), o que fornece um reajuste de 300%. No mesmo período, a inflação chega a 520%!!! Esta é a nossa perda salarial, só em 1992, sem considerar as anteriores.

Neste momento, uma comissão composta pela ANDES-SN, FASUBRA e ANDIFES tenta pressionar o MEC e a SAF para obter correções nas tabelas e/ou gratificações iguais para todos os servidores da União.

Com a "isonomia" do governo, estamos na seguinte situação:

Titular / 40 horas / Doutor	_____	=	Subtenente
Adjunto 4 / 40 horas / Doutor	_____	=	1º Sargento
Assistente 1 / 40 horas / Mestre	_____	=	Cabo
Auxiliar 1 / 40 horas	_____	=	Corneteiro de 2ª classe



Documentos na ADUFRJ:

- Projeto de Lei 3170/92, que concede antecipação de vencimento e de soldos dos servidores civis e militares, com seus anexos;
- Lei Delegada nº 13, de agosto de 1992, que institui gratificações de atividade para os servidores civis do Poder Executivo;
- Portaria nº 1125, de 21/7/92, e
- Projeto de Lei que dispõe sobre as relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior e Fundações de Apoio.

A Estatuante na UFRJ

O movimento docente entende que o processo da Estatuante é da maior relevância para a Universidade. Precisamos avaliar seu funcionamento atual e sua estrutura e discutir suas prioridades políticas. Sabemos que existem interesses particulares em mantê-la como está e articulações eleitorais para a ocupação de cargos na UFRJ. Não são estas as nossas preocupações. Queremos modificações profundas na estrutura e no funcionamento da Universidade.

A reitoria comunicou à ADUFRJ a seguinte proposta de composição da Estatuante: metade constituída pelo Conselho Universitário e a outra metade eleita entre os três segmentos de forma paritária. Esta proposta seria encaminhada ao Conselho Universitário no fim de setembro e logo submetida à aprovação.

A Assembléia Geral da ADUFRJ criticou esta proposta em dois pontos: a Estatuante deve ter todos os seus membros eleitos exclusivamente para este fim e o envolvimento da comunidade universitária no processo é fundamental, o que se torna impossível com o calendário proposto.

Ainda estão em discussão, por parte dos docentes, as questões da soberania e da composição da Estatuante.

Aprovamos em Assembléia Geral o seguinte calendário:

Até 30/11/92 definição sobre a composição e convocação da Estatuante pelo Conselho Universitário;

De 15/03 a 15/4/93 eleição e instalação da Estatuante.

Adufrj

Centro de Tecnologia, sala D-200

– Fundão – Tel 590-4799.

Expediente

Presidente

1ª Vice-Presidente

2ª Vice-Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

1ª Tesoureira

2ª Tesoureira

José A. Martins Simões

Philomena Gebran

Eronides da S. Lima

Maria de Lourdes Passos

Rosangela Motta

Elizabeth Accioly

Rosanne E. Dias

Adufrj MOVIMENTO

Informativo da Associação dos Docentes da UFRJ - ANO I - N° 5 - dez/92



SALÁRIOS: NOVA REALIDADE, NOVAS PERSPECTIVAS?

Na última reunião do Setor das Federais da ANDES/SN, nos dias 25 e 26 de novembro, estava em pauta a questão salarial. Alguns contornos foram delineados.

Na audiência que os Servidores Públicos Federais (SPF's) tiveram com o Ministério do Trabalho, em 23/11, houve um reconhecimento dos índices de perda salarial no ano de 1992, da ordem de 271,3% até outubro ou de 484,8% se for adicionada a inflação prevista para novembro e dezembro (25% e 26%, respectivamente).

O reconhecimento dos índices de recomposição salarial por parte do governo - por nós levantados, oriundos do DIEESE - demonstra, sem dúvida, uma nova realidade nas negociações salariais.

O novo contorno refere-se a uma proposta de implementação de "ética nas negociações". Nas últimas reuniões, os representantes do governo têm acenado para que todas as decisões passem pela mesa de negociações, evitando "balões de ensaio" veiculados na imprensa que confundem os servidores, incluindo, obviamente, nós, os professores. No entanto, as manchetes de vários jornais do país no dia 26/ 11 não confirmaram essas

preocupações. A negativa do governo de antecipação salarial ainda este ano somente nos foi informada na tarde do dia 25/11, via telefone. Isso não nos parece muito “ético”.

Além da atenção com essas contradições entre as pretensões declaradas e as práticas verificadas, devemos também nos preocupar com esses dados veiculados na imprensa. Geralmente, eles são imprecisos e parciais, gerando falsas expectativas. Por exemplo, anuncia-se índices de aumento sem especificar eventuais parcelamentos, descontos de antecipação etc. Assim, recomendamos o contato constante dos professores com os representantes de suas unidades na ADUFRJ, buscando informações para comparação com os dados da imprensa.

No dia 4/12, haverá nova reunião entre a coordenação dos SPF's e o governo, onde se deve começar a definir melhor nossas questões salariais. Estão em discussão: antecipação salarial, índice de reposição salarial e política salarial. Portanto, fique atento às reuniões de unidade e/ou assembleias que ocorrerão nos próximos dias para debater o assunto.

O arrocho salarial que vivemos e as variadas indefinições do governo Itamar requerem, de nossa parte, não só cautela com eventuais imprecisos acenos como também aumento de nossa mobilização. Temos algo em comum com esse governo. Devemos ser mineiros: firmes e desconfiados.

A ADUFRJ continua debatendo a Estatuinte:

o processo na Federal de Santa Catarina

A ADUFRJ promoveu mais um debate sobre estatuinte. Ele foi realizado em 26/11 no IFCS. O convidado foi o professor Marcos Ferreira, diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O professor Ferreira expôs o processo de formação da estatuinte, sua composição, seu significado para a UFSC. Foi um debate muito interessante. Da mesma forma que no debate anterior (a estatuinte na UNB), foi feita uma gravação, que está sendo transcrita para uma ampla divulgação.

Resumiremos aqui os principais pontos do debate. Para a composição da estatuinte havia três propostas iniciais:

- a) a do movimento docente, que propunha o voto universal, com cada eleitor votando em um representante de cada um dos três segmentos - professores, funcionários e estudantes; com isso, visava-se uma ampla exposição das propostas de cada candidato a delegado de cada segmento;
- b) a de eleger-se representantes de cada um dos centros da UFSC, que definiriam independentemente a composição e a forma de escolha de sua delegação, e
- c) a realização de fóruns com temas relevantes para a universidade; em cada fórum, seriam escolhidos delegados.

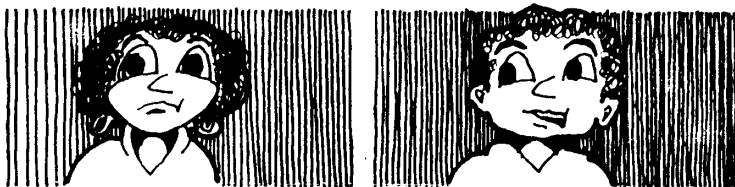
Após um longo debate na UFSC, dois aspectos prevaleceram: a estatuinte não teria apenas a função de elaborar um Estatuto, mas deveria promover a participação e discussão sobre o papel da universidade na sociedade. Em função disso, realizou-se uma negociação política entre as propostas e chegou-se ao seguinte resultado: as três propostas seriam contempladas com a indicação de 33 delegados escolhidos segundo cada um dos critérios.

Além disso, foram convidadas a enviar representantes cerca de 20 entidades - SBPC, entidades de classe, Assembléia Legislativa, CUT, Movimento dos Sem-Terra, Federação da Indústria e do Comércio etc.

O Conselho Universitário da UFSC concordou com a proposta final e aceitou o princípio de uma estatuinte exclusiva e soberana. A estatuinte foi instalada agora em novembro, praticamente no início da administração do novo reitor eleito.

Estas últimas questões demarcam bastante as diferenças entre o processo em curso na UFSC e o que vem ocorrendo aqui na UFRJ. Para chegar próximo dos resultados já alcançados na UFSC, precisaremos realmente de muito esforço. Nosso começo não foi dos melhores.

LDB:
iminência
de definição



No dia 1/12, poderá ocorrer a votação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Isso poderia ter ocorrido na última terça-feira, 24/11, mas um acordo entre os partidos majoritários adiou a votação. O assunto está em pauta e deverá ser votado até o fim do ano. A ANDES/SN sempre foi uma das participantes ativas do Fórum Nacional em Defesa do Ensino Público, que é o principal interlocutor da sociedade civil junto ao Congresso Nacional neste assunto.

A LDB visa a normatização dos fins da educação a serem seguidos em todo o país e, simultaneamente, os meios para atingir os fins almejados. Em última instância, a LDB normatiza a educação em todo o país, em todos os níveis de ensino. Trata-se de uma lei da maior importância, pois deriva diretamente da Constituição Federal e através dela muitas das questões relacionadas com a educação, presentes na Constituição, estarão regulamentadas, “na forma da lei”.

A ANDES/SN vem brigando no Fórum pelo 2º substitutivo do ex-deputado Jorge Hage que, apesar de contraditório, incorporou várias teses dos defensores da escola pública, referentes às verbas, democratização da educação, carreira docente, além de outras. Uma aprovação nessa linha muito nos beneficiaria contra a tendência majoritária na Câmara: os defensores do capital privado.

Na discussão do Setor das Federais em 26/11, foi bastante enfatizada a necessidade do movimento docente se incorporar ao esforço de convencer os parlamentares nesta semana.

CALENDÁRIO

1- Questão salarial

4/12 Reunião com o Ministério do Trabalho que comprometeu-se a apresentar um pacote contemplando 4 pontos: tabela única; restituição parcelada do FGTS a partir da suspensão das ações na justiça; reajuste linear e extensão da gratificação de atividade de 160% com possibilidade de parcelamento.

2 - Questão da Isonomia

16/12 Apresentação pela Comissão de Isonomia do documento geral para análise do Ministério do Trabalho.

3 - XXV CONAD (Conselho Nacional da ANDES/SN) - Piracicaba - SP

1 a 5/12

Pauta:

movimento docente e conjuntura
carreira docente
política educacional
ciência e tecnologia
saúde e seguridade social
política de relações internacionais
questões organizativas e financeiras



Centro de Tecnologia, sala D-200
- Fundação - Tel 590-4799.

Expediente Diretoria e Conselho de Representantes

Presidente	José A. Martins Simões	CCMN
1ª Vice-Presidente	Philomena Gebran	CFCH
2ª Vice-Presidente	Eronides da S. Lima	CCS
1ª Secretária	Maria de Lourdes Passos	CFCH
2ª Secretária	Rosangela Motta	CLA
1ª Tesoureira	Elizabeth Accioly	CCS
2ª Tesoureira	Rosanne E. Dias	CFCH



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 02/1991 a 06/1991.

EDITORIAL

PRIVATIZAÇÃO E ARROCHO SALARIAL FAZEM DE 91 UM ANO DE LUTA

O ano de 1991 prenuncia graves problemas para as IES. As questões colocadas pelo atual governo, tais como o achatamento salarial, a privatização destas instituições ou sua transferência para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, são problemas que necessitam ser debatidos e que, por isso mesmo, exigirão, mais do que nunca, a mobilização dos docentes. O curso de ação futura será determinado por tais decisões.

Contudo, existem também graves questões internas a exigir a atenção de todos. Face a gravidade da conjuntura nacional, a Diretoria da ADUFRJ entende que um novo estatuto é fundamental, mas entende também que ele deve resultar de um debate que envolva toda a comunidade da UFRJ. A ADUFRJ se propõe a participar na elaboração e encaminhamento de uma proposta dos docentes da UFRJ, através dos mecanismos que nossos associados julgarem mais adequados.

Três questões, contudo, não podem deixar de ser mencionadas.

Relativamente à LDB, a ANDES-SN e a ADUFRJ têm participado, ao lado de entidades que lutam pelo ensino público e gratuito, no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o que permitiu que o Projeto, oriundo da elaboração coletiva não fosse desconsiderado pelo Congresso Nacional, como era do desejo do Governo Federal. Sua aprovação pela Comissão de Finanças garante a continuidade da tramitação do Projeto na nova legislatura. Isto exigirá do MD mobilização e atenção para que as conquistas não venham a sofrer revezes.

A ANDES-SN e ADUFRJ estão avaliando o novo RJU, bem como os vetos de que trata a NP 286 e as 50 orientações normativas da Secretaria de Administração Federal. Propomos a realização de um debate no início do semestre onde os docentes possam avaliar e tirar dúvidas quanto à carreira docente.

Finalmente, no que se refere aos salários, o reajuste de 81% a partir de janeiro, não atende às reivindicações dos S.P.F. Nem mesmo as incorporações das gratificações instituídas pelo DL 2365/87 e do abono fixado pela Lei 7706 de 21/12/88, com a conseqüente adequação de toda a tabela salarial, o que implicaria num aumento adicional em torno de 45% ao salário dos docentes das Federais, foi aceito pela área econômica, apesar de encaminhamento favorável do MEC (Ver matéria sobre salários).

A ANDES-SN, articulada com os demais S.P.F., propõe uma intensificação da luta por salários justos. Nesse sentido, a ADUFRJ convoca os docentes para a Assembléia Geral que será realizada na primeira quinzena de março e conta com a participação maciça dos docentes. O momento é de luta e não permite acomodação.

A DIRETORIA

- Questão salarial S.A.F. desautoriza Ministro da Educação p. 2

- A LDB e a privatização das Universidades - p. 3

- SOS Universidades Públicas p. 3

- Vetos ao RJU - p. 4

- Informes Jurídicos - p. 2

- Pagamentos nas férias - p. 4

BOLETIM DA ADUFRJ

Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Telefone: 590-4799 ou 280-9322, ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP: 21944 - Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC: 30.315.005/0001/51

Composição e Arte: Expedito Rodrigues Calaça (TIT0)

Presidente: Cibell Reynaud

1º Vice-Presidente: Roberto Leher

2º Vice-Presidente: Leticia Legay Vermelho

1º Secretário: Índia Maria Borba (licenciada)

2º Secretário: Henrique Innecco Longo

1º Tesoureiro: Filadelfo Cardoso Santos

2º Tesoureiro: José Augusto Buarque

INFORMES JURÍDICOS

A ADUFRJ encaminhou ao nosso consultor jurídico, o Dr. H. A. Baeta, diversas questões de interesse dos docentes. Em resposta recebemos pareceres que poderão orientar a ação dos docentes e da própria A.D. Neste informe apresentamos um resumo destes pareceres os quais estarão a disposição dos interessados para uma consulta mais pormenorizada.

REDUÇÃO DAS FÉRIAS

A redução no período de férias de 45 dias para 30 dias prevista no artigo 77 do RJU (regime jurídico único) não pode ser aplicada aos docentes. A inconstitucionalidade desta medida é evidente. A Constituição assegura a irredutibilidade salarial e o princípio do direito adquirido.

O governo entretanto, reconheceu as falhas e editou M.P. restabe-

lecendo o período de férias de 45 dias.

PROFESSORES VISITANTE

É legal a não rescisão do contrato de trabalho do prof. visitante?

O artigo 8º, **Caput**, do Decreto nº 94664, de 23/07/87 regulamenta esta matéria:

“Poderá haver contratação de professores visitantes pelo prazo máximo de dois anos, na forma da legislação trabalhista, vedada a prorrogação ou renovação do contrato”.

Compete à autoridade administrativa adotar as medidas cabíveis na proximidade do término do contrato para rescindi-lo nos termos do decreto citado, sob pena de arcar com o ônus decorrente de sua manutenção, pelo fato de esse tipo de contrato destinar-se ao atendimento de “Programa Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão”, de acordo com as normas

estabelecidas pela IFE (Art. 8º, § 1º).

Acresce dizer que, findo o prazo contratual, se a autoridade administrativa consentir que o professor visitante permaneça irregularmente prestando serviço à instituição o contrato perde a sua natureza original, transformando-se a relação contratual em simples e comum relação de emprego, de acordo com a norma genérica prevista na CLT.

3 • URP'S de fev-dez 89:

O processo para o pagamento dos 26,05 % está em fase final de tramitação. A ADUFRJ vai lançar nota tão logo tiver novas informações

4 • Perdas do Plano Collor

A ADUFRJ está enviando procuração para a residência dos docentes que deverão ser devolvidas até final de fevereiro quando entraremos na justiça. Caso algum docente associado a ADUFRJ não receba a procuração até 25 de fevereiro, procure a Secretaria da ADUFRJ.

QUESTÃO SALARIAL: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DESAUTORIZA MINISTRO DA EDUCAÇÃO

A ANDES-SN e a FASUBRA enviaram ao Sr. Ministro da Educação estudo propondo a correção das tabelas de vencimentos dos professores e pessoal técnico-administrativo, distorcidas por sucessivos abonos e complementações, o que acabou desvirtuando as novas salariais previstas no PUCRCE.

As referidas entidades propuseram a incorporação da gratificação de 20% estabelecida pelo DL 2.365/87 e pelo abono

fixado pela Lei 7706/88, o que implicaria num aumento de cerca de 45% sobre os 81% concedidos aos SPF's.

O Sr. Ministro se pronunciou a respeito da solicitação através do Aviso Ministerial 026 de 4 de dezembro de 1990, enviada ao Secretário da Administração Federal, onde afirma:

“Finalmente, cabe observar que esta proposta, encaminhada ao MEC pela ANDES e FASUBRA, com o apoio da As-

sociação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, mereceu a acolhida deste Ministério, tendo em vista a sua coerência e adequação aos princípios do PUCRCE.”

No entanto,

O Secretário da Administração Federal nem considerou... E agora Ministro ?!

Docentes: só mobilizados conseguiremos nossos direitos. Participe das Assembléias !

A LDB e a Privatização das Universidades

A aprovação do Projeto de LDB pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados garante a continuidade de sua tramitação, agora em fase final, no Plenário do Congresso Nacional, onde a LDB poderá ser modificada. Este Projeto apesar de seus problemas, como a avaliação para o credenciamento das universidades, financiamento e fiscalização do ensino privado, é um instrumento valioso para a defesa do ensino público. O Projeto contempla o caráter público e gratuito das Universidades Federais, assim como os princípios da autonomia e de gestão democrática.

As tentativas do Governo Federal de interromper a tramitação do Projeto se justifica na medida em que o conteúdo da

LDB não vai de encontro aos seus objetivos: privatizar e modificar a função social das Universidades, no sentido de sua vinculação com o setor produtivo.

Agora, resta ao governo atuar no Congresso. Por isso, a participação das entidades científicas e sindicais, reunidas no Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, terá que ser sistemática, competente e unitária.

A ADUFRJ, através de seu Grupo de Trabalho em Política Educacional e de sua Diretoria, se propõe a organizar debates e eventos que possam ampliar a presença dos docentes nessa luta pela Universidade Pública, Gratuita, Laica e Democrática.

SOS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

A capacitação profissional se faz através da Educação, e este é um dever do Estado. Para exemplificarmos, a URSS e o Canadá aplicam, respectivamente, 7,2% e 7,7% de seus Produtos Internos Brutos na área educacional, enquanto que o Brasil aplica tão somente 3,6% do PIB.

Apesar disto, cerca de 80% das pesquisas produzidas em nosso país, e que resultam em um maior bem estar de nosso povo, são realizadas nas Universidades Públicas.

Artes, ciências, tecnologias é assim que construímos o futuro desta nação, que já é a 10ª mais industrializada do mundo.

Porque, então, liquidar com este patrimônio insubstituível?

Porque reduzir o salário de seus docentes a um nível tal que o mero atendimento de suas mais prementes necessidades já não é mais possível?

Quem pode estar interessado em um Brasil sempre dependente e reduzido ao papel de exportador de capitais?

A defesa de suas Universidades Públicas é, também, a defesa de um Brasil autônomo e senhor de seus destinos.

Lutamos contra a redução das verbas para as Universidades Públicas e lutamos contra o brutal arrocho salarial que inviabilizará seu funcionamento.

ADUFRJ

VETOS AO RJU

A lei 8112, Regime Jurídico Único (RJU), foi sancionada pelo presidente em 11/12/90. Essa lei, entretanto, não coincide com a redação original do projeto que teve onze de seus artigos vetados os quais ainda não foram apreciados pelo congresso. Três dias depois, em 14/12/90, o executivo edita a medida provisória (MP 286) que estabelece o reajuste salarial dos servidores públicos federais e militares e ao mesmo tempo regulamenta questões relacionadas ao RJU. Essa MP foi aprovada pelo congresso e transformada na lei 8162 em 08/01/91 (alguns juristas consideram que esta lei é inconstitucional porque os vetos ao RJU não foram apreciados). Em seguida, a Secretaria da Administração Federal (SAF) edita em 19/12/90 50 orientações normativas entre as quais algumas estão em conflito com a redação original do RJU.

O setor das federais da Andes-SN reunido em Brasília em 12/01/91, em uma primeira avaliação, considera que essas leis e ONS terão repercussões importantes para as seguintes questões:

I) O veto ao parágrafo 4º do Art 243 do RJU impede que o servidor incorpore o seu tempo de trabalho enquanto CLT à sua nova situação de estatutário. No entanto, a MP 286 em seu Art 7 e, posteriormente, o Art 7 da lei 8162/91, permite que o tempo de trabalho enquanto CLT seja contado para a aposentadoria e férias.

II) Estabilidade - Os

docentes concursados com mais de dois anos de exercício são estáveis. Os não concursados, segundo o Art. 19 das disposições transitórias da Constituição Federal, não tem estabilidade "nos termos da Lei". A ON nº afirma: "o servidor que não tinha estabilidade sob o regime trabalhista (caso dos docentes não concursados) não a adquiriu após ser submetido ao regime jurídico instituído pela lei nº 8112, de 1990".

III) Extinção do contrato de trabalho - O RJU original não prevê a extinção dos atuais contratos de trabalho, mas em transformação dos empregos e funções em cargos, de acordo com Art 243/§ 4º das disposições transitórias. O § 4º, entretanto, foi vetado e a lei 8112/90, em seu Art 7, afirma que:

"São considerados extintos, a partir de 12/12/90, os contratos de trabalho dos servidores que passaram ao regime jurídico único instituído pela Lei 8112, de 1990, ficando-lhes assegurada a contagem de tempo anterior de serviço público federal para todos os fins exceto:

I - anuênio;

II - incorporação da gratificação de que trata o art. 62 da citada lei;

III - licença-prêmio por assiduidade.

Parágrafo único - No caso do inciso III, o tempo de serviço será contado para efeito da aplicação do disposto no art. 5º.

A orientação normativa nº 50 de 04/01/91 afirma que "a extinção do contrato de trabalho dos servidores

abrangidos pelo art. 7 da MP 288/90, deverá ser consignada na parte das anotações gerais das Carteiras de Trabalho e Previdência Social e na respectivas fichas funcionais.

A ANDES-SN está analisando, junto com sua assessoria jurídica, as implicações da extinção dos atuais contratos de trabalho. Tendo em vista a controvérsia da questão, o Setor das Federais reunido em Brasília em 12/01, recomenda que os docentes não registrem a extinção de seus cargos até que esses estudos possam consubstanciar uma decisão definitiva. Nesse sentido, a ANDES-SN se reunirá com os reitores das Universidades Federais na ANDIFES, com o objetivo de solicitar o adiamento do cumprimento da ON nº 50. São as seguintes as recomendações do Setor das Federais da ANDES-SN em relação ao RJU:

1. A ANDES-SN e a FASUBRA devem procurar a ANDIFES com o objetivo de estabelecer normas e orientações comuns às Universidades;

2. A ANDES-SN (assessoria jurídica, comissão RJU) deve formular suas orientações normativas;

3. Os docentes devem retardar o registro da extinção do contrato de trabalho;

4. Elaborar estudo jurídico quanto à constitucionalidade da lei 8162;

5. Que somente as orientações normativas que não dependem da análise dos vetos sejam consideradas.

PAGAMENTOS A QUE TÊM DIREITO OS DOCENTES DAS IFES AO TIRAR FÉRIAS

Os docentes e servidores das IFES têm recebido pagamentos diferenciados. Na UFRJ esta situação é bastante confusa. Algumas unidades não informam corretamente os direitos e os prazos que devem ser obedecidos para usufruí-los, e a própria reitoria não cumpre a legislação em vigor.

Os docentes com férias em janeiro deveriam ter recebido em 02/01/91:

a) Salário de dezembro;

b) Adiantamento salarial (igual ao salário de dezembro);

c) Um terço do salário de dezembro (Art. 7º da constituição federal);

d) Abono pecuniário (1/3 do período de férias que correspondem a 15 dias);

e) Metade do salário de dezembro relativo ao adiantamento do 13º.

Excetuando-se, o item a os demais itens devem ser corrigidos pelo índice de 81%, e as diferenças pagas em folha suplementar.

Os itens d e e dependem de um requerimento do docente solicitando o benefício. Desse modo é necessário que o departamento de pessoal de cada unidade dê as informações precisas. O abono pecuniário deve ser solicitado até 15 dias antes do dia e mês do ingresso do docente na Universidade.

Os itens acima se aplicam sempre que o Docente entrar em férias.

Docentes se incorporam à luta dos servidores públicos

PROFESSORES IRÃO À GREVE

Um ano de governo Collor já mostrou a todos que a sua política está levando a classe média e todos os trabalhadores a um processo acelerado de pauperização jamais visto na história. Tal situação tende a se agravar, tendo em vista que o combate à inflação via recessão continua a ser o cerne da política econômica do governo.

No caso dos professores das universidades federais este problema se manifesta de forma particularmente intensa, pois a ausência de uma política salarial para os servidores públicos federais que permitisse a recomposição das perdas salariais fez com que seus salários fossem ceifados pela inflação.

Essa política de arrocho salarial e de privatização do patrimônio público certamente não será transformada pela ação isolada dos docentes ou de qualquer outra categoria, por mais organizada e influente que seja (como o demonstra o resultado das últimas greves). O momento exige que todos servidores públicos federais (SPF) e das estatais se articulem de forma organizada e coerente. Por isso, a ANDES-SN vem atuando junto aos demais setores dos SPF com o objetivo de construir uma pauta comum de luta, capaz de permitir a unificação do funcionalismo público, estatais e demais trabalhadores. A GREVE marcada para o dia 15 de abril é um passo importante neste sentido.

ANDES-SN não abre mão de sua independência e autonomia, mas defende intransigentemente a união dos trabalhadores dos setores público e privado em torno de uma pauta definida democraticamente. Desde a sua fundação em 1981 e especialmente desde a promulgação da Constituição em 1988, quando os servidores públicos federais passaram a ter direito à sindicalização (ocasião em que vários sindicatos e federações foram criados), a ANDES-SN vem atuando no sentido da articulação dos SPF. Este processo ganhou impulso no governo Collor, pois sua política de arrocho salarial e de privatização tornou a articulação dos SPF imperativa. Ao longo de 1990 o setor das federais

da ANDES-SN participou de todos os encontros de servidores públicos federais e estatais, estando hoje na coordenação nacional da articulação dos SPF.

- A Plenária dos Servidores Públicos Federais e Estatais discutiu e aprovou uma pauta de luta que apresenta os seguintes eixos principais:
- Política salarial unificada para todos trabalhadores;
 - Reposição das perdas salariais (hoje deixamos de receber cerca de 400% de reajuste salarial);
 - Derrubada dos vetos ao RJU (a ser votado em 9 e 10 de abril);
 - Defesa do patrimônio público.

A diretoria da ADUFRJ, considerando o processo de privatização em curso, a "Nova Política para o Ensino Superior do MEC", a insuportável situação de arrocho salarial e as tentativas de modificação casuística da Constituição, avalia que cabe aos sindicatos e associações buscar formas unificadas de luta. Somos SPF e a luta dos SPF é a nossa luta.

Como tarefa imediata, conclamamos aos docentes da UFRJ a avaliar conjuntamente nas assembleias gerais a nossa participação na greve marcada para 15 de abril. A diretoria entende que apenas com uma intensa mobilização poderemos pressionar o Congresso a aprovar uma política salarial que recupere as perdas salariais e ao mesmo tempo mantenha o poder aquisitivo dos salários, assim como a defesa do patrimônio público.

CALENDÁRIO DE LUTA

- 4 de abril - Assembleia Geral (CCMN, 14h)
- 7 e 8 de abril - Reunião do Setor das Federais da ANDES-SN
- 9 e 10 de abril - Paralisação (derrubada dos vetos ao RJU)
- 11 de abril - Assembleia Geral (decidir a greve do dia 15 de abril)
- 13 de abril - Reunião do Setor das Federais/ Plenária dos SPF
- 15 de abril - Assembleia Geral (Deflagração da Greve dos SPF)

**REPOSIÇÃO
SALARIAL
DE 400% !**

**ENSINO
PÚBLICO
E GRATUITO !**

**DERRUBADA
DOS VETOS
DE COLLOR
AO RJU !**

**Luís Pinguelli
opina sobre a
política
educacional** *pág.3*

**A ADUFRJ entra
na discussão do
"Projeto" de
Collor** *pág. 2*

UFRJ

promove debates

Dia 10/4 - As políticas econômicas de Collor e Geisel. Debatedores: senador Roberto Campos, ex-ministro Reis Velloso, prof. Antônio Barros de Castro e Aluísio Mercadante

Dia 11/4 - O projeto do governo para o ensino superior. Debatedores: ministro Carlos Chiarelli e os reitores da USP, UFF e da Universidade de Brasília

Modernidade de Collor arrasará o país

O governo Collor faz um ano e dá à nação um presente de grego. Cuidadosamente embrulhado na retórica da conciliação e do entendimento, a Casa da Dinda despachou para o país dos descamisados o reluzente pacote "Um projeto de reconstrução nacional" com todos os ingredientes de uma alentada receita que, asseguraram seus autores, será capaz de instalar brasileiros e brasileiras na terra prometida da modernidade e da fartura em um prazo de dez anos. Mais que esperanças, contudo, a iniciativa tem despertado suspeitas. Indaga-se, em primeiro lugar, pelo porquê desta repentina mudança de método em que a imposição de um sem número de medidas provisórias que desabaram sobre o país desde o início do governo é substituída pelo lançamento de um projeto aberto à discussão prévia do Congresso e da sociedade. E as respostas apontam para uma única direção: o espectro do fracasso. A tal única bala que o presidente dizia dispor para matar o tigre da inflação parece ter escapado pela culatra. Os indicadores sociais despencam, a miséria cresce, a recessão se aprofunda. O quadro, posto em contraste com as messiânicas promessas de campanha, exigia uma correção de rumos. Era preciso retomar a iniciativa; a popularidade caía, o consenso rareava mesmo no interior dos segmentos representados por Collor e que lhe financiaram a campanha. Surge o "Projeto".

Mas o leão está apenas ferido e, por isso, disposto ao ataque. Mais grave, o que se vê do outro lado é uma sociedade politicamente desarmada. Apesar das ações de resistência dos movimentos sindical e social, que reagem meio às tontas à degradação das condições de vida, o traço definidor do panorama nacional é a ausência de um projeto político global capaz de unificar lutas e se constituir em uma bandeira que sinalize para a superação real e definitiva do quadro de miserabilização progressiva a que se encontra secularmente submetida a população. É no interior deste panorama que se encaixa o "Projeto" de Collor. Independente de seus objetivos - indistintamente marcados pelas premissas das elites - a discussão que enseja é pertinente. E inadiável.

Não nos será possível, nos limites do espaço deste artigo, abordar especificamente, item por item, todos os pontos do "Projeto", mas é preciso, desde já, apontar para as concepções gerais do seu balizamento, para a ideologia que costura suas teses. E aí salta à vista, olímpica e dominante, a convocação à modernização da estrutura produtiva do país. Tudo pela modernização, tudo através da modernização. O conceito é escorregadio, presta-se a manipulações múltiplas. A primeira delas é a conotação de positividade agregada pelos aparelhos da ideologia dominante à idéia do moderno. Se é moderno é bom. Collor é moderno, jovem, varonil, ágil, vigoroso; por isso é bom - insiste a Rede Globo. Se o plano conduz à modernidade, poderíamos concluir, é igualmente bom. Ele-

mentarmente correto, mas apenas no interior de uma lógica formal minada por premissas falsas. O fato é que a concreticidade histórica não evidencia uma relação de causa e efeito entre a modernização produtiva e o bem estar das populações. Se é verdade que a economia brasileira se encontra estagnada em função do esgotamento da segunda fase da substituição das importações operada na década de 70 - como afirma corretamente o "Projeto" -, não é verdade que a retomada do crescimento através da incorporação de novas tecnologias irá reverter na melhoria do nível de vida das massas. O que é verdade, isso sim, é que a modernização poderá reativar a produção, abrir mercados externos, incentivar o consumo inter-industrial; mas isso significaria apenas maiores lucros para o capital. Só isso. Para os assalariados, desemprego e arrocho, como vimos nos anos 50 e 70.

É esta, pois, a discussão central: a formulação de uma estratégia de retomada do crescimento econômico *submetida* ao objetivo permanente e imediato do desenvolvimento social, à extirpação da miséria. Aí, sim, vai-se pensar em modernização, determinada por este objetivo. Trata-se, como se vê, de uma inversão de prioridades.

Como se não bastassem estas evidências gerais, o próprio "Projeto" se encarrega de sinalizar para os termos de sua concretização: tratamento privilegiado ao capital externo, pagamento integral da dívida externa, "enxugamento da máquina estatal" para fazer dinheiro para financiar a modernização (com a extinção do ensino gratuito, da estabilidade do funcionalismo e da aposentadoria por tempo de serviço) e a entrega das empresas estatais, Petrobrás inclusive, ao capital privado. Para a universidade, restaria o papel de mero instrumento dos conglomerados nacionais e internacionais, a quem passaria a servir na grande cruzada em busca do Santo Graal da modernização.

Em busca do tempo perdido

Ennio Candotti *

Um recente estudo da Sociedade Brasileira de Física mostra que nos últimos quinze anos o número de doutores e a produção científica (número de trabalhos publicados) na área multiplicaram-se por cinco. Em 1975, havia 210 doutores; em 90, 1.100. Estes números indicam que a década de 80 não foi de todo perdida para a ciência, como se poderia imaginar à primeira vista. Se considerarmos que os dados da Física são semelhantes aos de outras áreas, podemos concluir que houve crescimento. Mas este foi muito inferior aos que poderíamos ter alcançado com alguns investimentos a mais.

Gerou-se um monstro. Isso porque a multiplicação de mestres e doutores apoiou-se na política de tempo integral das universidades, no programa de bolsas da Capes e do CNPq. Os pesquisadores, uma vez formados, não encontram laboratórios e equipamentos para trabalhar e, muitas vezes, sua própria contratação por uma universidade tornou-se problemática, senão impossível.

A situação é facilmente quantificável: os recursos para a pesquisa permaneceram constantes ao longo de toda a década. O FNDCT, o PADCT e os auxílios do CNPq, juntos, nunca superaram a casa dos US\$ 150 milhões. Isto significou, com o passar dos anos, uma sensível redução dos investimentos "per capita doutorada".

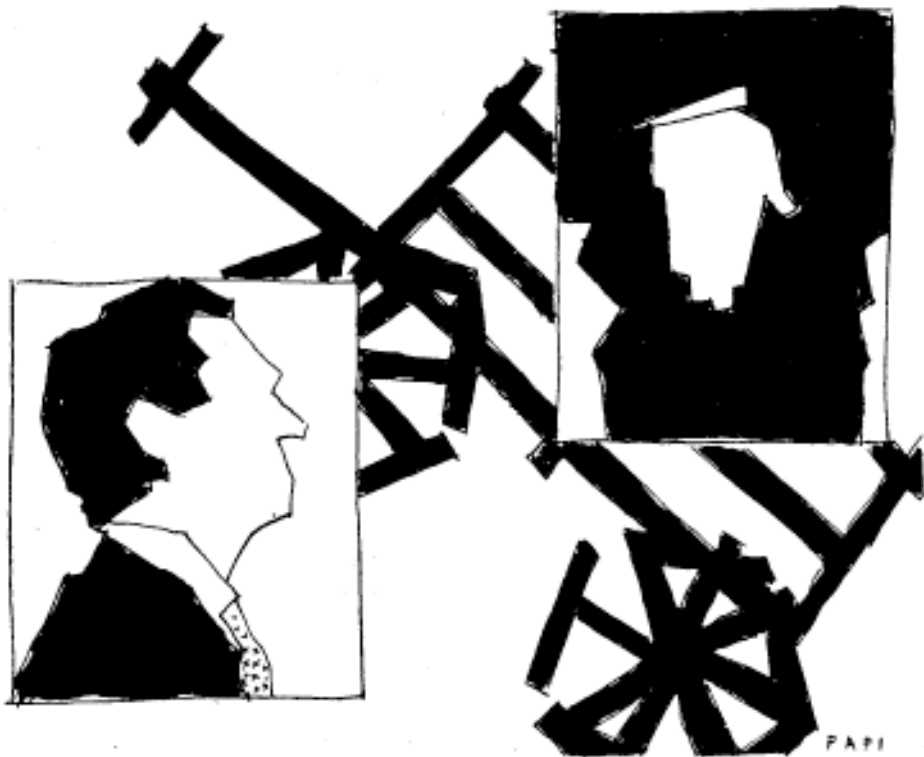
O estudo da Sociedade Brasileira de Física mostra também que se desejarmos crescer em Física nos próximos anos a taxas um pouco superiores às da década passada - por exemplo, duplicar a cada cinco anos o número de doutores - os investimentos necessários para equipamentos, bibliotecas e laboratórios são

estimados em 50 milhões de dólares por ano. Ou seja, quatro ou cinco vezes acima daquilo que a área da Física recebe atualmente. Esta estimativa é coerente com o crescimento do número de doutores na década passada.

Para 1991, o quadro é melhor, mas não muito animador: os auxílios do CNPq ficarão em apenas US\$ 24 milhões. Isto significa 7% de fomento (bolsas e auxílios), um nível muito baixo, nunca alcançado antes, muito longe do percentual considerado razoável de 30%. O FNDCT deverá receber pouco mais de US\$ 80 milhões (incluindo-se o empréstimo do BID) e para o PADCT estão previstos para este ano cerca de US\$ 120 milhões.

As prioridades do governo em ciência e tecnologia encontram-se nas áreas tecnológicas voltadas para a modernização do sistema produtivo. Mas nada parece estar ainda bem definido, uma vez que recente determinação do governo reduz para menos de 50% os recursos previstos no orçamento de 91 para os gastos em todas as áreas. É pouco provável que o governo considere C&T de modo diferenciado. Para tanto, seria necessária uma ampla discussão das metas e prioridades e a mobilização das universidades, dos institutos e dos pesquisadores. Não foi este o caminho escolhido pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e tanto menos pelo MEC. A negociação no próprio governo e no Congresso será difícil. E, novamente, um tempo precioso poderá ser perdido. A década de 90 não poderá ser semi-aproveitada.

* Professor do Instituto de Física da UFRJ e presidente da SBPC



boletim
Adufrj

Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Telefone: 590-4799 e 280-9322, ramal 325 - Ilha do Fundão
CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531, Rio de Janeiro - RJ
CGC 30.315.005/0001-51

Edição e Redação:
Leovegildo Leal - Reg. 14.796

Diagramação: Sérgio Luiz Papi
Colaborou nesta edição: Osvaldo Ritter
Arte final e Fotocomposição: Arte Final P.G. Editora

Impressão: Última Hora
Produção Editorial: Letra&Imagem Editora

Diretoria da ADUFRJ
Presidente: Cibeli Reynaud
1º Vice-presidente: Roberto Leher
2º Vice-presidente: Leticia Legay Vermelho

1º Secretário: Índia Maria Borba
2º Secretário: Henrique Innecco Longo
1º Tesoureiro: Filadelfo Cardoso Santos
2º Tesoureiro: José Augusto Buarque

Pinguelli: ensino superior está esclerosado

O professor Luís Pinguelli Rosa, coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, faz um diagnóstico sombrio da universidade brasileira: uma instituição pesada, burocrática e ineficiente. Mais. Para ele, é preciso perder a ilusão de que a universidade deve ser um condomínio de professores e funcionários, onde hoje impera - garante - a burrice e a preguiça. "A universidade está esclerosada e é preciso mudar", afirma, descartando as alternativas até agora sugeridas pelo governo Collor, que a seu ver parece empenhado em uma cruzada pessoal de vingança contra a ciência e a cultura. A solução, propõe Pinguelli, passa necessariamente por um controle da sociedade sobre a universidade. A seguir, os principais trechos da entrevista que concedeu ao Boletim Adufrj.

Qual a sua avaliação geral da política desenvolvida pelo governo Collor para o ensino superior?

- O governo foi positivamente omisso. Até agora, temos diante de nós apenas um fato concreto: a universidade tem sido vítima de um tratamento que a vê como coisa dispensável. Collor está empenhado em uma vingança contra a cultura e a ciência, setores que se opuseram à sua candidatura. O temperamental Collor não esquece. Quanto ao Chiarelli, pode-se dizer tudo, menos que seja criativo ou até mesmo austero.

Quais são os grandes males da universidade brasileira hoje?

- A universidade brasileira é pesada, burocrática e ineficiente. O ensino superi-

Ag. O Globo/Bia Marques



Pinguelli defende um controle social

or a nível nacional é uma coisa superada. Os currículos hoje são um horror. Os alunos não têm tempo para estudar. A universidade está esclerosada.

Como você vê a inserção da universidade no "Projeto" de reconstrução nacional de Collor?

- O "Projeto" não funcionará. Pode até ocorrer uma retomada do crescimento econômico, mas muito mais em decorrência de pressões da própria sociedade do que em função do plano do governo. Collor não aponta claramente prioridades setoriais para o processo de reativação econômica; não creio que ele venha a jogar tudo na automação industrial, o que se ocorrer, será perverso, com o desencadeamento de ondas crescentes de desemprego. Além disso, o governo não tem programas que suportem a formação de recursos humanos, lá que deixa tudo por conta da livre empresa. Se a universidade se reduzir, como quer Collor, a uma prestadora de serviços à burguesia, ela acaba.

Neste quadro, qual seria a alternativa que a sociedade poderia oferecer aos planos de Collor?

- Aí está o problema. O Brasil é um país semi-morto, paraplético, patético. Um país desarmado. Nem as Forças Armadas estão preocupadas com isso. A esquerda está desdentada. A direita deita e rola.

Voltando à universidade. O que você acha da proposta da avaliação interna e externa da área de graduação, como quer o projeto do MEC?

- Em princípio concordo com a necessidade de uma avaliação da universidade, mas pela sociedade. Para isso, seria necessário criar mecanismos que possibilitem aos partidos políticos, sindicatos e outras entidades da sociedade civil controlarem a universidade, além, é claro, do controle democrático da própria comunidade acadêmica.

Sobre o processo de escolha do reitor, você concorda com o sistema de lista triplíce?

- Não tenho objeção. A universidade está sendo vista como corporativa. É preciso acabar com a ilusão de que a universidade deve ser um condomínio de professores e funcionários. Já estou de saco cheio desta questão de escolha do reitor. O que há é muita burrice e muita preguiça. Não é justo que o suor do trabalhador sustente o lugar da burrice e da preguiça. Esta discussão da escolha deve ser relativizada.

Você concorda com a diferenciação de planos de carreira e de salários por universidade, como quer o MEC?

- Não, não concordo. Aí, defendo a unificação, o que não exclui a hipótese de diferenciação por atividades extras. Na Coppe, fixei o teto de 40% sobre o salário para este tipo de remuneração. Aliás, ninguém deveria dobrar o salário, mesmo no exercício de cargo de direção. Na administração do Horácio se criaram muitos marajás na Universidade.

E quanto à prestação de serviço social após a colação de grau que o MEC quer implantar?

- Desde que haja remuneração deste serviço, me parece uma proposta razoável. Só não sei se é factível, já que implicaria a criação de toda uma estrutura burocrática para sua viabilização. Já a opção de substituir o serviço pelo pagamento é demagógica, fundada na ideologia capitalista liberal. Enquanto princípio, sou contra.

E a avaliação para habilitação profissional do graduado?

- É besteira.

MEC investe contra universidade

A nova proposta do MEC para o ensino superior procura imprimir uma nova relação entre universidade, Estado e sociedade. Trata-se de um conjunto de diretrizes que implicam um novo ordenamento jurídico do ensino superior, especialmente no que se refere ao regime jurídico, à autonomia e ao sistema de avaliação das universidades.

Em nome da autonomia, um novo regime jurídico seria criado: "Universidade", que, embora não devidamente explicitado, aponta muito mais em direção à "relatividade" que propriamente à autonomia. O estatuto da universidade, por exemplo, terá que ser aprovado pelo presidente da República, o mesmo acontecendo com o reitor, que seria escolhido a partir de uma lista triplíce. Esta mesma "autonomia relativa" é que ditaria os termos da vida acadêmica e a gestão financeira da universidade brasileira: o processo de seleção de ingresso no ensino superior é de responsabilidade da universidade, desde que todas as vagas sejam preenchidas; uma lei definirá um orçamento global para as universidades, que poderão dispor desta verba segundo suas necessidades, desde que respeitem, na forma da lei, um teto para as atividades-meio e um piso para as atividades-fim.

Extremamente grave é a vinculação entre avaliação e financiamento. Por este mecanismo, o governo federal propõe um orçamento global para todas as universidades, a ser distribuído pelo Congresso Nacional a partir de certos "parâmetros de avaliação elaborados pelo MEC", nas palavras do texto "Uma nova política para o ensino superior" que o governo Collor pretende impor ao país. Os mesmos critérios determinam uma avaliação externa da graduação, que ficaria a cargo da Secretaria Nacional de Ensino Superior do MEC, através da qual seriam apurados índices de efici-

ência que, por sua vez, determinariam as dotações para cada unidade.

O projeto do MEC simplesmente explode a carreira docente unificada. De acordo com seu conceito de autonomia, as universidades poderão estabelecer planos de carreira e tabelas salariais diferenciadas, tanto entre as várias instituições como internamente. Desta forma, os departamentos mais "produtivos" poderão apresentar salários diferenciados.

Além da avaliação interna e externa a ser feita segundo os parâmetros do MEC (e não os da sociedade e da comunidade acadêmica), o governo pretende instituir uma avaliação individualizada para cada aluno: é o tal exame de capacitação profissional a ser feito por todos os alunos após a colação de grau. Também os resultados desta avaliação seriam considerados na distribuição dos recursos. Não é difícil prever em que resultaria isso: a transformação das universidades em "cursinhos preparatórios". A avaliação criteriosa do aluno pela própria universidade ao longo de todo o curso, obedecendo às características de cada universidade, parece ainda ser a forma mais séria e consistente de avaliação.

A proposta do MEC, fundada claramente na discriminação social, representa um passo importante no caminho da privatização total do ensino superior no país. A ADUFRJ considera, portanto, fundamental discuti-la. Assim, estamos preparando a reprodução do texto para distribuição na universidade com o objetivo de subsidiar um debate que organizaremos em busca de uma resposta alternativa à iniciativa do MEC. A universidade está cheia de problemas, sabemos. Mas não é na via da privatização e da elitização que poderemos resolvê-los.

Diretoria da ADUFRJ presta contas

A ADUFRJ apresenta os resultados financeiros do último exercício. Os documentos referentes aos números se encontram na sede da entidade à disposição dos associados.

ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa	154,57		
Caixa Econômica Federal S/A	437.406,06		
Banco Nacional S/A	19.636,04		
C.E.F. e Cad. de Poupança	45.480,92		
Banco Nacional S/A e NCB	7.918,71		
Aplicações Financeiras	10.887.579,95	11.388.178,24	
PERMANENTE IMOBILIZADO			
Móveis Ut. e Instalações	674,99		
Máq. e Equipamentos	443.433,20	444.108,19	
Total do Ativo			11.842.286,43
PASSIVO			
CIRCULANTE			
INSS a Recolher	111.434,00		
FGTS a Recolher	17.649,90		
Pis a Recolher	2.946,20		
IRRF a Recolher	12.936,29	145.166,39	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social			11.697.120,04
Total do Passivo			11.842.286,43
CONTAS			
		DÉBITO	CRÉDITO
de Contribuições de Associados			18.166.848,40
de Rendimentos de Poupança			47.812,54
de Receitas de Aplicações			3.902.657,39
de Recuperação de Despesas			9.515,13
a Previdência Social	432.270,47		
a Fundo G.T. Serviços	96.394,86		
a Pis	11.524,34		
a Contribuição Sindical	117,98		
a Serviços Prestados	265.150,00		
a Despesas c/ Viagens e Estádias	1.075.857,32		
a Contribuições Andes	3.522.461,87		
a Juros Passivos	12.261,74		
a Despesas Bancárias	213.742,07		
a Variação Monetária Passiva	2.124,36		
a Despesas Gerais	4.878.602,01		
a Patrimônio Social			
Superávit apurado neste exercício	11.626.926,44		
Totais	22.126.833,46	22.126.833,46	

Podres da UFRJ vêm à tona

No final do ano passado, a ADUFRJ recebeu da Reitoria da UFRJ uma cópia do relatório da auditoria do MEC sobre a prestação de contas do exercício de 1989. Publicamos abaixo as sugestões e conclusão final da comissão encarregada da auditoria. O objetivo desta publicação é divulgar um fato do interesse de toda a comunidade universitária. A íntegra do relatório da auditoria se encontra na sede da ADUFRJ à disposição dos associados para consulta.

A comissão sugeriu as seguintes medidas:

“a) Instaurar inquérito administrativo no Hospital Universitário, Núcleo de Computação Eletrônica, Prefeitura Universitária e Superintendência de Patrimônio e Finanças, objetivando quantificar e qualificar os responsáveis pela utilização dos recursos através do sistema de “Caixa 2”.

b) Promover tomada de contas especial no almoxarifado do Hospital Universitário e Núcleo de Computação Eletrônica, com finalidade de reintegrar nos estoques os materiais existentes sem registro, bem como regularizar as distorções existentes.

c) Instaurar inquérito administrativo no Setor de Transportes com vista a apurar a responsabilidade pelos desmanches de veículos e pela falta de conservação dos

mesmos, bem como por furto e colisão.

d) Instaurar inquérito administrativo no Setor de Compras pelo cancelamento de processo licitatório e posterior aquisição direta, proporcionando acréscimo de 652% sobre o valor obtido na licitação, bem como pela aquisição de 10 chassis e 12 carrocerias com pagamento antecipado à massa falida.

e) Instaurar inquérito administrativo com objetivo de apurar responsabilidade pelo pagamento de elevadores sem que os mesmos fossem entregues até a data do encerramento dos trabalhos (27.10.90), com agravante do atesto de que os equipamentos foram recebidos.

f) Instaurar inquérito administrativo na Superintendência de Patrimônio e Finanças para apurar a responsabilidade pelos

pagamentos indevidos de reajustamento de faturas relativas às obras do NCE, bem como pelo atraso e falta de pagamento de faturas, gerando multas e correção monetária.

g) Instaurar inquérito administrativo para apuração de responsabilidade pela emissão de cheque devolvido pelo banco ao fornecedor em prejuízo à Universidade.

h) Providências no sentido de instaurar inquérito administrativo conforme determinação do Sr. Ministro de Estado da Educação relativo à auditoria especial realizada nesta instituição.

i) Proceder, mediante comissão legalmente constituída, estudos visando avaliar a estrutura organizacional legal, frente à informal atualmente em funcionamento na UFRJ, apontando as distorções admi-

nistrativas que venham de encontro aos princípios de administração, da coisa pública, propondo medidas saneadoras objetivando maior eficiência, alcançando eficácia e economicidade no trato dos recursos e bens destinados ao ensino, educação, pesquisa e extensão em prol da formação de uma juventude acadêmica, esteio do Brasil de amanhã.

CONCLUSÃO - Face às impropriedades e irregularidades descritas neste relatório, que evidenciam desvios de bens e desvirtuamento dos objetivos estabelecidos no Orçamento Público, que resultaram em prejuízo à Fazenda Nacional, a Comissão conclui pela certificação irregular das contas do Administrador da Instituição, no exercício de 1989. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1990. (ass.) Alcides Lopes Gouveia Filho, coordenador; Antônio José Soares.

Informes jurídicos

• Com o objetivo de integrar as assessorias jurídicas de todas as ADs com a da ANDES para as lutas judiciais do movimento dos docentes, os advogados das entidades realizaram o seu I Encontro Nacional nos dias 15 e 16 de fevereiro.

• Em 1989, a Associação dos Docentes da UFRJ entrou na Justiça do Trabalho com uma Ação Cautelar Inominada postulando a inclusão nos salários dos professores do percentual de reajuste relativo à URP de fevereiro, suprimida ilegalmente pela Medida Provisória nº 32. Com a aplicação do índice de apenas 26,05% (sem a URP), as perdas multiplicaram-se nos meses subsequentes.

A 34ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho julgou a ação procedente e condenou a UFRJ a pagar as diferenças com juros e correção monetária. A Universidade recorreu, o que remeteu a disputa para o julgamento da ação principal; em meados de março passado, a mesma junta deu ganho de causa à UFRJ. A ADUFRJ já recorreu à segunda instância.

• A ADUFRJ, cumprindo decisão da assembléia, entrará com ação judicial de reposição das perdas salariais decorrentes do Plano Collor. Brevemente estaremos enviando cópias da procuração a todos os associados.

ANDES se filia a entidades internacionais

No X Congresso foi aprovada a filiação da ANDES-SN à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), à Confederação Mundial de Sindicatos de Profissionais do Ensino (CMOPE) e à Confederação de Educadores da América (CEA). A delegação da ADUFRJ, presente ao X Congresso da ANDES-SN, se absteve de votar nesta filiação tendo em vista que esta questão não foi debatida em assembléia.

X Congresso da ANDES

O X Congresso da ANDES foi realizado em um momento particularmente delicado e difícil para os docentes de todo o país. É desnecessário insistir no quadro de dificuldades enfrentadas pelos educadores em face da política (ou ausência de) educacional do governo. Neste contexto, o saldo mais significativo do encontro foi a compreensão consensual de que somente unificados com os servidores públicos federais e demais trabalhadores é que os docentes poderão enfrentar eficazmente o atual estado de coisas.

Realizado em Curitiba de 18 a 23 de fevereiro passado, o congresso contou com a participação de cerca de quinhentos docentes, dos quais oito delegados da ADUFRJ, e ocorreu no ano em que a Andes co-

memora uma década de existência. Na sessão de abertura, estavam presentes todos os ex-presidentes da entidade.

O congresso da Andes conseguiu tomar algumas decisões importantes para o encaminhamento das lutas dos docentes, entre as quais a prorrogação do prazo para a transformação das ADs em seções sindicais para fevereiro do ano que vem. Com a ampliação do prazo, a nossa entidade ganha tempo para amadurecer, via debate, um posicionamento mais seguro sobre a questão que, inclusive, leve em conta alternativas adotadas por outras ADs, como a Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, que optou por transformar-se em sindicato independente.

Reitoria absorve servidores

A Reitoria da UFRJ absorveu milhares de servidores da Tabela Temporária (TT) e Prestadores de Serviço (PS), dando uma interpretação equivocada do Regime Jurídico Único. Em nota oficial, publicada no BUFRJ nº 47 de 27/12/90, a Reitoria informou que os 4.056 servidores da Tabela Transitória e os 850 servidores Prestadores de Serviço seriam absorvidos pelo Regime Jurídico Único.

A contratação de servidores para a Tabela Temporária é um processo antigo na UFRJ. De acordo com o levantamento da Comissão de Sindicância, nomeada pela portaria nº 1.921 de 10/06/90 do Reitor, foram contratados 151 servidores em 1986, 1.434 servidores em 1987, 119 servidores em 1988, 2.561 servidores em 1989 e 28 servidores em 1990, totalizando 4.293 servidores da Tabela Temporária.

Durante todo esse tempo a ADUFRJ tem sempre se posicionado em defesa do concurso pú-

blico como a única forma de ingresso de servidores no serviço público. O X CONGRESSO da ANDES-SN aprovou uma moção apoiando a posição da ADUFRJ, que é uma bandeira histórica do movimento docente.

Moção

“O X Congresso da ANDES-SN, coerente com os princípios históricos do movimento docente, manifesta seu apoio à posição defendida pela ADUFRJ quanto à exigência de concurso público para o ingresso nas Instituições de Ensino Superior. A posição adotada pela Reitoria da UFRJ de absorver no Regime Jurídico Único os funcionários da tabela temporária, prestadores de serviço e professores visitantes, agravada pela ausência interna de discussão democrática, coloca em risco conquistas importantes para a construção de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.”

Convênios médicos

A questão dos convênios médicos continua sendo bastante polêmica, tendo em vista que o movimento docente sempre foi a favor de um sistema público de saúde de boa qualidade para toda a população brasileira.

A diretoria da ADUFRJ recebeu inúmeras solicitações de seus associados para a realização de convênios médicos. A Assembléia Geral da ADUFRJ discutiu este assunto e decidiu fazer uma consulta aos docentes antes de tomar qualquer decisão. Assim, foi enviado um questionário a todos os associados a respeito dos convênios médicos. Dos 311 associados que responderam à carta, 118 preferem que a entidade faça convênio com a Golden Cross, 65 preferem a AMIL, 43 escolheram outras empresas e 85 votaram em branco.

A diretoria da ADUFRJ manteve entendimentos com representantes da Golden Cross e Amil e solicitou parecer da assessoria jurídica da entidade a respeito dos contratos. A decisão final será tomada em assembléia geral.

Carreira docente

O Projeto de Lei da Câmara nº 4059/89 que trata das Diretrizes para os Planos de Carreira (DPC) ainda tramita no Congresso Nacional. Este projeto propõe que o poder Executivo, com a participação das entidades representativas dos servidores públicos, regulamente as matrizes salariais em um prazo de 90 dias após a aprovação das DPC, após o que as entidades deverão apresentar propostas de planos de carreira em 180 dias.

A ANDES-SN formou uma Comissão Nacional de Carreira para discussão das contribuições de todas as ADs-SSIND e para a elaboração de um relatório para ser apreciado no XXIII CONAD, que será realizado em Feira de Santana no mês de maio.

Editorial

O momento político atual é extremamente grave. A inflação continua em patamares elevados, os salários estão cada vez mais archoados e o país sofre com uma profunda recessão. A universidade pública está sendo ameaçada pelo governo Collor, que, sustentado pelos meios de comunicação, tenta confundir a opinião pública e denegrir a imagem das instituições federais de ensino superior.

Ações Jurídicas - Nos últimos meses, os servidores das universidades, através de suas entidades representativas, têm procurado o caminho do Judiciário para tentar recuperar perdas salariais. Em meio a informações equivocadas com relação a possíveis ganhos obtidos por esta ou aquela universidade, por este ou por aquele caminho, vêm surgindo na UFRJ pessoas politicamente inescrupulosas que pretendem confundir os docentes, tentando carrear para si uma representatividade que nunca tiveram. É importante reafirmar que a ANDES/SN e as ADs são os legítimos e legais representantes dos professores do ensino superior.

O objetivo do governo e do MEC. O "Projeto", além de retirar dos trabalhadores conquistas sociais importantes obtidas na Constituinte, tais como o fim da aposentadoria por tempo de serviço, o fim da estabilidade do funcionalismo público, propõe acabar com o ensino público e gratuito. O Projeto do MEC de "Uma Nova Política para o Ensino Superior" nada mais é do que um instrumento de viabilização do "Projeto", trazendo no seu bojo a proposta de privatização das universidades públicas.

Articulação do movimento docente - Diante deste quadro sombrio, a nossa associação de docentes tem um papel importante a cumprir. O **Boletim Adufrj**, que agora está sendo publicado mensalmente, está se tornando um importante veículo de articulação do movimento docente. Esta articulação é fundamental para travarmos a luta coletivamente em várias frentes, seja reivindicando melhores salários, seja atuando em defesa da universidade pública e gratuita.

Regime Jurídico Único - Com a aprovação definitiva do RJU, a ação jurídica também se tornou um importante instrumento de luta. A grande vitória dos servidores públicos federais foi a derrubada do veto ao Art. 240 (alíneas **d** e **e**), que garante o direito de negociação coletiva e o ajuizamento individual e coletivo frente à Justiça do Trabalho. Esta conquista assegura o exercício pleno dos direitos sindicais.

Chegou a hora de dizer não ao Projeto do MEC

O grande debate aberto pelo governo com o lançamento de sua "Proposta de Uma Nova Política para o Ensino Superior" entra na reta final. Aproxima-se o momento em que a sociedade brasileira, em especial os segmentos diretamente envolvidos no embate, terá que juntar todas as vozes comprometidas com a defesa de uma universidade pública e gratuita para o país em um sonoro e contundente NÃO ao empenho do governo Collor em transformar a universidade brasileira em mero balcão de negócios do grande capital, engrenagem auxiliar de um modelo de desenvolvimento liberal, elitista e concentrador cujo produto final não será outro que não o aprofundamento da miséria social. Mais que dizer não ao Projeto do MEC, contudo, é preciso dizer que universidade queremos.

A universidade que queremos é uma instituição voltada para os interesses gerais da sociedade, empenhada em estender os ganhos do saber a todas as camadas da população, inserida em um projeto geral de desenvolvimento balizado pelo objetivo de superação da miséria que consome a maioria da população brasileira. E esta é a proposta de universidade que vem sistematizada e explicitada no projeto elaborado pela ANDES/SN para a Lei de Diretrizes e Bases que acaba de entrar na pauta do Congresso Nacional. A sorte está lançada: de um lado, o Projeto do MEC; do outro, a proposta da ANDES/SN, enquanto expressão consensual do movimento docente de todo o país. É em torno, pois, da proposta da ANDES que se devem juntar aquelas vozes. Ela é a nossa bandeira.

A sociedade brasileira vive hoje um daqueles momentos em que é preciso escolher um caminho. Herança cruel de uma ditadura que parece ter dedicado



cada minuto de suas longas horas à empreitada de reduzir o país a um monte de entulhos, a crise por que passa a universidade não é circunstancial. Chegou-se ao fundo do poço. Ensino ruim, ociosidade, irresponsabilidade administrativa, evasão de alunos: tudo isso é verdadeiro. Oportunista, o governo agrega mentiras (como a de que a maioria dos alunos das universidades federais viria das classes altas) para desmoralizar a escola pública. Herdeiro legítimo da ditadura, procura omitir que foi exatamente a política edu-

cacional privatizante levada a efeito pelos governos militares que lançou a universidade brasileira no caos em que se encontra.

A questão é, pois, política. E exige respostas políticas. A pretexto de reconstruir a universidade, o governo tenta acabar de vez com o ensino público e gratuito no país. Aliás, o Projeto do MEC sequer se refere ao ensino superior privado, centrando sua artilharia na universidade pública e gratuita. É o que está em jogo, insistimos. É preciso erguer uma barreira às intenções do governo. O II CONAD Extraordinário da ANDES/SN, realizado em abril, fixou o dia 13 DE MAIO como Dia Nacional de Luta em defesa da universidade pública e gratuita, convocando todos os setores da educação, em todos os níveis, a se manifestarem contra o Projeto do MEC em comícios, atos públicos, debates etc. E a nossa voz será ouvida.

Calendário das atividades da ADUFRJ

- 13/5 - Debate sobre LDB no campus da Praia Vermelha
- 16/5 - Assembléia-Geral. Pauta: a) Avaliação da resposta do MEC à pauta emergencial protocolada em 30/04; b) Forma de participação da ADUFRJ na GREVE GERAL de 23/5
- 18 e 19/5 - Reunião do Setor das Federais da ANDES, em Brasília
- 18 e 19/5 - Reunião da Comissão de Carreira da ANDES, em São Paulo
- 23 e 24/5 - GREVE GERAL

- 30/5 - Assembléia-geral. Pauta: a) Avaliação da resposta do governo à greve geral. b) Proposta de data para o início da greve dos SPFs; c) Definição da empresa com a qual a ADUFRJ irá assinar convênio para assistência médica.
- 1/6 - Plenária do Setor das Federais da ANDES, em Brasília
- 2/6 - Plenária dos SPFs para definição da data do início da greve e sua organização, em Brasília

GREVE
GERAL
CONTRA O
GOVERNO
COLLOR!
23 A 24 DE
MAIO

Neoliberalismo e universidade

Pablo Sandoval Ramirez*

As políticas de ajuste a quem vêm sendo submetidas hoje as economias latino-americanas, sob as diretrizes do FMI incluem paralelamente uma profunda desvalorização do trabalho acadêmico em nossas instituições de ensino. Da mesma forma que se entrega progressivamente a regulamentação da dinâmica econômica às transnacionais e aos centros financeiros imperiais, aliena-se a eles a produção da ciência e da tecnologia, retirando-se de nossas universidades tal função.

As receitas neoliberais implicam, como é sabido, a privatização da economia, abandono de proteções alfandegárias e abertura ao comércio exterior, deixando o mercado sob o domínio dos monopólios; venda e destruição de empresas estatais; enormes reduções nos gastos sociais - entre outros, aqueles da educação e da investigação científica. Tais receitas resultam em profunda desvalorização salarial, inclusive dos trabalhadores docentes e não docentes das instituições de educação e cultural. No México, a perda salarial dos trabalhadores de menor remuneração chega hoje a 61,3% em relação ao nível de 1976. As verbas destinadas à educação em nosso país caíram em 1987 a 2,8% do PIB - cifra muito distante daquela recomendada pela Unesco, ou seja, 8%.

Um dos mecanismos centrais de transferência de recursos de nossa economia para a banca internacional, expressão da transferência da crise aos países dependentes e da consolidação da divisão internacional do trabalho definida pelo neoliberalismo, é o refinanciamento da dívida externa. Durante o governo de Miguel de la Madrid, entre 1982 e 1987, o México pagou, a título de "serviços" da dívida, uma importância superior ao seu montante. 1982 terminou assinalando uma dívida

externa total equivalente a US\$ 87 bilhões. Daí até 1987, foram pagos US\$ 97 bilhões - uma transferência líquida de cerca de US\$ 60 bilhões.

A chamada "modernização educativa" se insere nesta orientação do neoliberalismo: educação destinada a criar mão-de-obra para uma economia de perfil produtivo complementar aos dos USA, sem indústria de bens de capital, desarticulada e dependente. A "modernização educativa" significa a elitização do ingresso nas escolas, gestão antidemocrática, crescente limitação orçamentária, privatização, desvalorização salarial, redução das conquistas dos trabalhadores de educação, apresentadas como "excessivas"; exclusão dos sindicatos de qualquer participação na definição de políticas educacionais, na avaliação (contratação, permanência) do pessoal acadêmico etc.

Mesmo assim, crescem as ações dos povos, e dos trabalhadores da educação especificamente, por modelos de desenvolvimento e educação alternativos, de caráter democrático. Na dependência da amplitude, da profundidade destas ações, da solidariedade que despertam, da internacionalização de nossa luta, é que o século XXI nos encontrará, e vai nos encontrar, com um cenário em que a revolução científico-tecnológica e as tendências democratizantes hoje abertas inauguram uma nova fase da desalienação humana, de enorme criação intelectual, de transformação educativa e libertadora.

* Trechos da intervenção do prof. Pablo Sandoval Ramirez, Secretário de Organização do Sindicato Unico Nacional de Trabalhadores Universitários (SUNTU) do México, na Conferência Mundial de Educadores, convocada pela FISE e realizada de 2 a 7 de setembro de 1989 em Praga, Checoslováquia.

Congresso da CEA

Com a presença de representantes das organizações de docentes dos países do Cone Sul, mais México e Peru, realizou-se de 13 a 15 de março passado em Buenos Aires reunião preparatória ao XIV Congresso da CEA (Confederação dos Educadores Americanos), a ocorrer de 20 a 24 desde mês em Montreal, Canadá.

A não ser por questões secundárias e de forma, todos os quatro documentos apresentados pela delegação da ANDES/SN ao encontro - alteração estatutária, alteração da programação provisória, alteração da dinâmica proposta para o Congresso e tese sobre a unidade mundial dos educadores - foram aprovados. A Comissão Organizadora do XIV Congresso da CEA incorporou como texto-base da discussão a ser travada em torno do tema da unidade mundial dos trabalhadores em educação o documento apresentado pela ANDES/SN, fundado no princípio de que "Um processo de unificação só é verdadeiro quando é feito a partir de baixo, desde as bases sindicais e por sua efetiva vontade", como afirma o documento.

A inserção do jurídico na luta geral dos trabalhadores

Sayonara Grillo Coutinho*

As posturas tradicionais existentes no sindicalismo a respeito da utilização do instrumental jurídico oscilaram durante muito tempo entre duas posições dicotômicas: a primeira, de negação absoluta de utilização do direito e conseqüente desprezo por ações tanto no campo parlamentar quanto na esfera judicial, por entender que a lei e o Estado seriam meras expressões de vontade da classe dominante; e a segunda, de restrição das formas de encaminhamento da luta dos trabalhadores ao campo institucional, caracterizando uma postura de atrelamento ao Estado.

Tal dicotomia vem sendo progressivamente superada em paralelo ao aprofundamento das discussões concernentes ao caráter do Estado e dos próprios movimentos social e sindical. Atualmente verificamos uma postura intermediária, que entende a importância da utilização da via jurídica sem detrimento dos encaminhamentos políticos fundamentais. Na esfera específica do Direito, por sua vez, modificaram-se as posições conceituais; o Direito do Trabalho, por exemplo, passa a ser apreendido sob a ótica de sua contraditoriedade: como mecanismo que pretende a formação do consenso social, busca simultaneamente positivar garantias e conquistas dos trabalhadores e limitar e absorver os conflitos decorrentes da relação de trabalho.

No Brasil, onde o direito - mesmo o de matriz corporativista - é apreendido

sob o marco de legalidade repressiva, é necessário perquirir acerca da introdução na esfera constitucional de mecanismos processuais que buscam instrumentalizar as diversas modalidades de conflitos coletivos, tais como o Mandado de Segurança Coletivo (art. 5º LXX), a prerrogativa de representação pelas Associações (art. 5º XXI) e a de substituição Processual pelos Sindicatos (art. 8º III).

Se é certo que estas espécies de **class actions** ampliaram o leque de opções de atuação no judiciário, também é correto afirmar que introduzem novos dilemas aos movimentos coletivos. Tais instrumentos possibilitarão uma politização no jurídico ou se restringirão a jurisdicizar o político? A jurisdicização do político diz respeito a uma visão do conflito exclusivamente pela ótica legal. Assim, quando a mobilização é fraca opta-se pelo ajuizamento de um processo sem apontar para a ampliação da luta sindical; esta postura se baseia, em última instância, na crença da neutralidade do judiciário.

Politizar o judiciário através das ações coletivas é um desafio que as associações de classe têm neste momento da conjuntura brasileira. Buscar utilizar os instrumentos legais como suporte para a busca dos seus direitos legítimos sem a eles se restringir, ao mesmo tempo em que se busca desmistificar o judiciário enquanto locus de neutralidade e isenção: este é um desafio posto para os sindicatos e associações em suas relações com o Direito, a Lei e o Judiciário.

* Sayonara Grillo Coutinho é membro do Grupo de Consultoria Jurídica Sindical.

Usurpação de representatividade

Carlos Eduardo Baldijão *

A transformação da ANDES/SN em sindicato nacional se deu em novembro de 1988 em um congresso extraordinário, convocado única e exclusivamente para este fim, e realizado na cidade do Rio de Janeiro, co-patrocinado pela ASDUERJ. Este congresso atribuiu prerrogativa de seção sindical a todas as associações de docentes filiadas à ANDES e definiu um prazo para a transformação das ADs em ADs-Seções Sindicais, transformação esta que somente poderia efetuar-se com o estrito respeito aos estatutos das associações de docentes. Passados dois anos e meio, cerca da metade da ADs já se transformou em seção sindical do Sindicato Nacional ou está em processo de transformação.

Ao contrário da imensa maioria dos sindicatos, que foram construídos de cima para baixo, com estatuto-padrão, a ANDES/SN Sindicato Nacional nasce em um rico processo democrático em 1981 como Associação e se transforma em Sindicato Nacional dentro dos mesmos princípios. É na perspectiva de liberdade e autonomia sindicais, na luta contra a iniquidade da sustentação do sindicato pelo Imposto Sindical que a ANDES nasce, constitui-se em sindicato de fato e transforma-se em sindicato de direito.

A transformação em sindicato deu à

ANDES/SN e às ADs algumas prerrogativas importantes como o direito de negociar em nome da categoria e o direito de substituição processual. Hoje, além da continuidade da luta em defesa de uma universidade de qualidade, pública, democrática e autônoma, a ANDES/SN e suas seções sindicais representam também de direito os seus associados. Infelizmente, ainda existe o Imposto Sindical, hoje chamado de Contribuição Sindical, sustentáculo dos pelegos, que por não terem representatividade, necessitam de taxas obrigatórias para a manutenção dos seus sindicatos. Atrás do Imposto Sindical, várias entidades, inclusive, o SINPRO-RJ, processaram a ANDES/SN. Ao invés de procurarem o debate político, procuraram o caminho da Justiça e também foram derrotados. O Superior Tribunal de Justiça já deu a palavra final: a ANDES/SN é a entidade representativa dos docentes do ensino superior.

Com tranquilidade, continuaremos nossa luta em defesa do padrão único de qualidade para a universidade brasileira, consubstanciado na nossa proposta de LDB e nas nossas lutas em defesa das condições de trabalho e de salário dos docentes do ensino superior.

* Presidente da ANDES/SN

boletim
Adufrj

Associação dos Docentes da UFRJ
Ano XII - Nº 48 - Maio 91

Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Telefone: 590-4799 e 280-9322, ramal 325 - Ilha do Fundão
CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531, Rio de Janeiro - RJ
CGC 30.315.005/0001-51

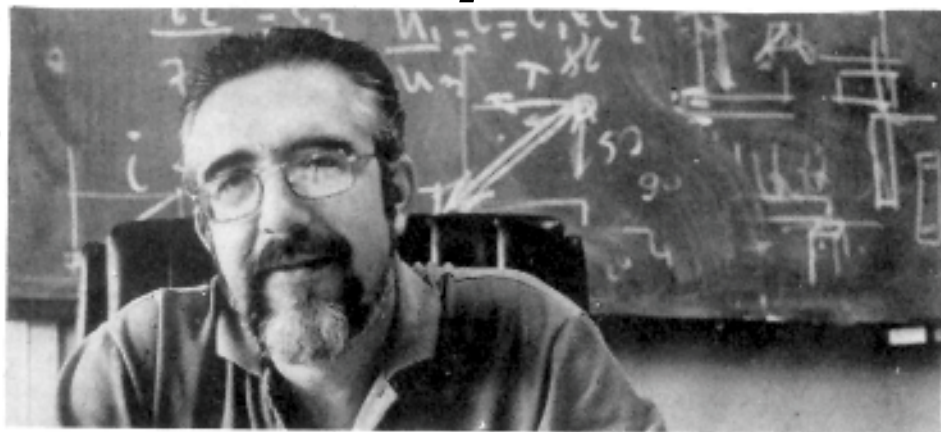
Edição e Redação: Leovegildo Leal - Reg. 14.796
Diagramação: Sérgio Luiz Papi
Arte final e Fotocomposição: Arte Final P.G. Editora

Impressão: Produção Editorial: Letra&Imagem Editora

Diretoria da ADUFRJ
Presidente: Cibeli Reynaud
1º Vice-presidente: Roberto Laher
2º Vice-presidente: Leticia Legay Vermelho
1º Secretário: India Maria Borba
2º Secretário: Henrique Innecco Longo
1º Tesoureiro: Filadelfo Cardoso Santos
2º Tesoureiro: José Augusto Buarque

Ibañez: é preciso ocupar todos espaços

Juan Pratinestros - F4



Para Ibañez, a universidade reflete a crise do país

O professor Antonio Ibañez Ruiz, reitor da Universidade de Brasília, está convencido de que, apesar de todas as dificuldades, ainda é possível - e necessário - fazer alguma coisa em favor da qualidade do ensino público superior no país. Necessário, porque é através da utilização de antigos espaços e criação de novos instrumentos que poderão ser tomadas iniciativas capazes de recuperar a credibilidade da instituição e dificultar as investidas dos setores interessados em acabar com o ensino público. Há pouco mais de um ano à frente da reitoria da UNB, o engenheiro Ibañez (ex-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília e ex-membro da Executiva Nacional da Andes) já pode exibir os resultados de algumas daquelas iniciativas. A seguir, os principais trechos da entrevista que concedeu ao Boletim Adufrj.

É indiscutível a gravidade da crise por que passa a universidade. Como superá-la?

- A superação da crise do ensino superior está vinculada à superação da própria crise da sociedade. No entanto, mesmo dentro de toda a precariedade da estrutura universitária atual é possível fazer alguma coisa. Se eu não visse saída para a universidade ficaria muito

difícil administrar. Vejo condições de operar algumas mudanças, que, por sua vez, apontem já na direção daquelas mudanças maiores, estruturais. Os estudantes chegam muito motivados à universidade; depois, passadas apenas alguns meses, vem uma grande frustração que só começa a ser superada com a proximidade da formatura. Minha meta é manter este pique dos estudantes durante todo o curso, o que vai exigir várias mudanças na área da graduação, como discussão de currículos, intensificação de intercâmbio entre as diversas áreas etc.

Você já implantou alguma experiência neste sentido?

- A universidade hoje só produz conhecimentos isolados, o que descaracteriza seu próprio espírito e propósitos originais. Estamos desenvolvendo uma experiência muito estimulante com a montagem do Centro de Ciências do Meio-Ambiente, cujo projeto-piloto engloba arquitetura, urbanismo, engenharia civil, química, geografia, educação, geologia e outras disciplinas. Se pudéssemos ter dois ou três centros desses...

Esta estratégia de interdepartamentalização seria suficientemente para que a universidade possa dar aquele passo em direção a um modelo ideal?

ADUFRJ vai em busca dos 84%

A ADUFRJ acaba de entrar na Justiça do Trabalho com uma Reclamação Trabalhista, pleiteando o pagamento pela UFRJ das diferenças salariais decorrentes do não reajuste dos salários de abril de 1990 com o IPC de março daquele ano (84,32%), conforme determinava a política salarial então vigente. Segundo a Lei 7.830/89, que regulava os reajustes, os professores deveriam ter tido reajuste em abril correspondente à variação acumulada do IPC dos meses de janeiro, fevereiro e março de 1990. Com a edição do Plano Collor I, este reajuste legal nos foi negado, o que acarretou uma perda salarial de 93,53% (que é o que se pede na ação), já

que, além da inflação de março, há um resíduo de 5% do IPC de janeiro que não foi pago no salário de fevereiro de 1990.

Caso a Junta de Conciliação e Julgamento julgue nosso pedido liminarmente, a UFRJ terá que efetuar o pagamento das diferenças de imediato, além da correção salarial. Se a liminar não for concedida, só teremos a decisão por ocasião da sentença.

A ADUFRJ entrou com o processo coletivo em nome dos associados. Caso você não seja filiado à entidade, providencie o mais depressa possível a sua inscrição, pois os novos associados poderão ter seu nome incluído no processo até a primeira audiência.

- Não. Trata-se apenas de um dos pontos de partida. Outra empreitada decisiva agora é levar a universidade para a sociedade, estabelecendo uma linha direta entre o conhecimento produzido e as necessidades sociais devidamente explicitadas pelas entidades organizadas da sociedade. Este trabalho nós já estamos desenvolvendo junto a sindicatos, associações de moradores etc. Recentemente a Universidade realizou um estudo de solo para identificar as causas da erosão que vinha ocorrendo em uma área da Ceilândia. É este tipo de trabalho que considero uma verdadeira atividade de extensão universitária, em que o conhecimento acadêmico é repassado para a sociedade sem paternalismo. Um dos resultados deste trabalho em Ceilândia, aliás, foi a elaboração e distribuição por moradores da área de folhetos defendendo a Universidade e mostrando as dificuldades que a instituição enfrenta.

É preciso, então, provar à sociedade que a universidade está viva. É isso?

- Desde que assumimos uma das nossas preocupações tem sido a de mostrar o que a universidade faz; as pessoas precisam sentir a importância do que se faz na academia. O nosso trabalho de controle de sangue faz hoje com que Brasília tenha o menor índice nacional de contaminação de Aids por via sanguínea. Outra atividade que eu poderia citar como exemplo daquilo que acreditamos ser a verdadeira extensão universitária é o nosso programa Semana Universitária. Já realizamos duas dessas jornadas, com pesquisas dirigidas, debates etc. Com um dia de trabalho aberto ao público, o que motivou, na primeira semana, uma participação de 3.000 estudantes secundaristas, número que subiu para mais de 5.000 na segunda semana.

Como vão suas relações com o MEC?

- Eu não as qualificaria de excelentes. Sempre tive o cuidado de não confrontar. Sempre divulguei minhas intenções claramente. Pessoalmente, não tenho nada contra o Chiarelli, mas vou defender minhas idéias sempre baseado na transparência de minhas atitudes. O governo alega que a universidade gasta muito, consumindo 75% das verbas da União destinadas ao ensino. Esta acusação não tem fundamento. A verba para as universidades deveria é ser maior, isso sim, já o MEC cuida apenas das universidades.

O que você acha das propostas de reformulação do ensino superior contidas no projeto do MEC?

- O projeto é privatizante e suas propostas correm nesta raia. A autonomia proposta, por exemplo, é parcial. É justo, e necessário, que a sociedade saiba o que a universidade está fazendo, como o dinheiro é gasto, mas quem deve controlar isso são as próprias entidades da sociedade civil, como congressistas, OAB, ABI, financiadores, sindicatos etc. A proposta do chamado "Projeto" é de autonomia financeira e não, como deveria ser e manda a Constituição, de autonomia de gestão financeira. A proposta do MEC joga a universidade à cata de recursos, o que poderá transformá-la em balcão de prestação de serviços, o que é extremamente perigoso.

Qual a sua visão geral do projeto?

- É preciso contextualizar este projeto do MEC no plano geral de desenvolvimento sonhado por Collor, baseado em um modelo neoliberal de desenvolvimento excludente e elitista. Trata-se de uma batalha a ser travada no campo ideológico. Nossa tarefa prioritária é garantir uma universidade pública e gratuita. É este o ponto nodal, decisivo neste momento. Devemos mostrar que a privatização significa atrelar a universidade a um modelo de desenvolvimento mórbido. A questão, repito, é ideológica.

Ação pela URP aguarda decisão

Em 10 de maio de 1989, a ADUFRJ entrou com ação cautelar na Justiça do Trabalho pleiteando o pagamento aos professores da URP (2,06%) referente ao mês de fevereiro de 1989. Em 10/02/90 foi proferida sentença pela juíza Elite da Silva Telles, da 34ª Junta de Conciliação e Julgamento reconhecendo o direito dos professores à diferença pretendida. Em 27/04/90, no entanto, a juíza indeferiu requerimento da ADUFRJ no sentido de que a Universidade fosse obrigada a pagar imediatamente os valores decorrentes da condenação, sob a alegação de que o pagamento só poderia ocorrer após o julgamento do recurso da Universidade. Em 4/5/90, o processo foi remetido para o Tribunal Regional do Traba-

lho. Em 28/5/90, o processo foi enviado para a Procuradoria do TRT, onde permanece até hoje.

Em 4/4/90 entramos com a ação principal, obedecendo a obrigação legal. Em 18/1/91, a juíza Leny de Sá Peixoto Pereira, também da 34ª Junta de Conciliação e Julgamento; proferiu sentença contrária negando o direito aos professores de receberem as diferenças pleiteadas, decisão que, de acordo com a lei, encerrou a ação cautelar por perda de objeto. Em 20/2/91, entramos com recurso ordinário junto ao TRT pela reforma da sentença da ação principal. Em 11/4/91, o processo foi remetido à Procuradoria, onde permanece até agora. Já estamos desenvolvendo contatos na Procuradoria para apressar a decisão.

II CONAD abre nova etapa de lutas

Ao final de um amplo debate nas Associações Docentes de todo o país, realizou-se em Brasília, de 11 a 13 de abril passado, a II Reunião Extraordinária do Conselho do Sindicato Nacional das Instituições do Ensino Superior (ANDES/SN), O II CONAD Extraordinário, com pauta centrada na "Proposta de Uma Nova Política para o Ensino Superior" lançada pelo MEC.

Animados pelos informes dos delegados dando conta da multiplicação em vários Estados de manifestações de docentes e estudantes contra o Projeto do MEC, os debates foram enriquecidos com a contribuição de diversos textos elaborados pelas ADs e pela diretoria de ANDES/SN, convergindo todas as discussões para o consenso de que as propostas governamentais são antagônicas às posições do movimento docente contra a privatização do ensino, em defesa da universidade pública e dos direitos da cidadania. Documento aprovado ao final do encontro define a universidade que o

movimento docente quer ver implantada no país: "A ANDES/SN defende a universidade pública, gratuita, autônoma, laica, democrática, competente e de qualidade por entender que o Estado deve garantir a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. A educação gratuita, em todos os níveis, é uma das principais garantias deste preceito."

A partir deste parâmetro e conscientemente da urgência da tomada de medidas efetivas, o II CONAD Extraordinário estabeleceu uma estratégia de ação imediata estruturada em quatro eixos: a) Campanha em defesa da universidade pública e gratuita, contra a proposta do MEC e pela agilização da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases no Congresso Nacional; b) Articulação com entidades da sociedade civil organizada; c) Atuação junto ao Poder Legislativo em todos os níveis; d) Atuação no interior das Instituições de Ensino Superior.

Quanto ao primeiro item, o maior destaque é a recomendação do desenca-

deamento de manifestações públicas em todos os Estados, com a fixação do dia 13 de MAIO como Dia Nacional de Luta de todos os setores da educação, das redes públicas e privada, em todos os níveis. Outro evento importante da campanha a ser encaminhada é a realização da Semana em Defesa da Escola Pública, de 7 a 13 de maio, com ato no Congresso Nacional do dia 13 a ser convocado em conjunto com as entidades do Fórum Nacional de Educação, SBPC, ABI, OAB, CUT etc. No segundo item, ficaram decididos, entre outros, encaminhamentos de articulação junto à CUT e partidos políticos para ação conjunta de combate ao Projeto Collor e de cobrança do CRUB e da Andifes suas posições sobre o Projeto do MEC. No que diz respeito à atuação junto ao Poder Legislativo, o II CONAD Extraordinário decidiu promover debates com parlamentares nas ADs, nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, convidando deputados federais do Estado. Outro

objetivo fixado foi o de conseguir sessões especiais nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais para discutir a universidade, com a presença dos reitores. Na Atuação no Interior das IES foram listados 12 encaminhamentos, entre os quais o da divulgação intensa junto aos estudantes e servidores do documento comparativo entre a proposta do governo e o Projeto de LDB da ANDES/SN, o da implementação, onde não exista, da articulação entre o movimento docente, o administrativo e o estudantil e a deliberação de que as Associações Docentes devem desenvolver esforços no sentido de que os docentes não encaminhem remendos à proposta do MEC, rechaçando-a em bloco.

Com seus encaminhamentos, propostas e deliberações, o II CONAD Extraordinário apresenta uma resposta vigorosa ao assalto do governo à universidade pública e gratuita. Cabe, agora, concretizar esta resposta no dia-a-dia da nossa prática sindical e docente.

Linha Vermelha: um gasto inútil

Rômulo Orrico Filho *

O humorista Millor Fernandes disse uma vez que não existe engenharia de tráfego no Rio de Janeiro. Millor estava quase certo, errou para baixo. A construção da auto-estrada chamada Linha Vermelha é uma prova de que não existe engenharia de transportes do Rio de Janeiro.

O problema dos transportes é que sua política de desenvolvimento tem-se situado a reboque de outras políticas. A política de transportes tem sido tratada apenas como uma política de investimento em infra-estrutura e com objetivos estranhos ao setor. As chamadas obras faraônicas sempre encontraram campo fértil no setor transporte.

Os recursos, disponíveis, assim como as ações de governo, deveriam ser canalizados para empreendimentos de alcance social cujos benefícios pudessem ser auferidos pelo maior número de pessoas. Este é o princípio que deve nortear a definição das prioridades em transporte. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro isto significa prioridade absoluta ao transporte de alta capacidade, ou seja, prioridade aos trens de subúrbio, ao metrô, às barcas e ao transporte coletivo em detrimento do transporte individual. A construção da auto-estrada ligando o campo de São Cristóvão ao Aeroporto Internacional não se insere entre as prioridades reais de transportes da Região Metropolitana. Diversas outras

ações e empreendimentos têm muito maior alcance e custo muito menor. O Estudo do Uso do Solo no Município do Rio de Janeiro, elaborado em 1990 pelo Instituto Municipal de Planejamento e pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente constatam claramente a ineficiência da Linha Vermelha. Segundo esse estudo, para essa auto-estrada, espera-se no ano 2000, no horário de pico, não mais que 1915 veículos no sentido de maior fluxo, cerca de 2900 pessoas. Serão investidos 140 milhões de dólares para atender a menos de três mil pessoas.

Cabem ainda algumas considerações quanto ao volume e origem dos recursos, dos quais US\$ 90 milhões serão pagos pelos cariocas e US\$ 50 milhões pelos brasileiros em geral. A hipótese levantada de cobrança de um adicional a tarifas de embarque apenas atenua esta situação. Os cálculos divulgados pelo governo do Estado dão conta de que serão necessários 7 anos para arrecadar 50 milhões de dólares, o que significa cerca de 20 anos para pagar a obra toda, ou seja, empata-se 140 milhões durante tão longo tempo em uma obra de utilidade duvidosa, inviabilizando inclusive a implantação e melhoria de sistemas de transportes de muito mais alta significação social.

* Coordenador do Programa de Engenharia de Transportes da COPPE

Collor quer destruir o SUS

O Grupo de Trabalho de Saúde da ANDES/SN (GT-Saúde) vem participando da Plenária Nacional de Saúde, que reúne organizações autônomas, independentes e comprometidas com a participação e deliberação democráticas das questões que envolvem a saúde no país. Esta plenária, que acompanhou ativamente todo o processo de tramitação do Projeto de Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS) no Congresso Nacional, considera ser hoje decisivo o aprofundamento dos esforços no sentido de garantir a implantação do SUS, com uma intervenção no processo organizativo da IX Conferência Nacional de Saúde, inicialmente marcada para o primeiro semestre do ano e adiada pelo Ministério da Saúde para novembro. O encontro girará em torno do tema "Municipalizar é o caminho", com três gran-

des temas na pauta de debates: Sociedade, Governo e Saúde; Implantação do SUS; e Controle Social.

Convocamos todos os docentes da área de saúde a discutir estas questões num momento em que a proposta do SUS corre o risco de ser inviabilizada pelos vetos que Collor impôs à Lei Orgânica de Saúde, que instituiu o SUS. A lei está em tramitação na Câmara, devendo ser votados brevemente os vetos presidenciais. Temos que derruba-los.

O GT-Saúde vem participando também da CIAEM (Comissão de Avaliação do Ensino Médico), que prepara protocolo de avaliação a ser aplicado a todas as escolas de medicina do país (públicas e privadas), utilizando como instrumento de referência o documento da OPAS "Metodologia de Avaliação das Escolas/Faculdades de Ciências da Saúde".

SBPC: ciência corre risco

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) não poderia ter escolhido um tema mais atual e apropriado para a sua 43ª Reunião Anual: Ciência e Sobrevivência. Marcado para a semana de 14 a 19 de julho próximo, o encontro, que terá como bases principais de eventos o Centro de Tecnologia e Faculdade de Letras da UFRJ, parte do pressuposto de que, assim como a própria sociedade que a contém, a ciência corre hoje no país sérios riscos de vida. É preciso, pois, discutir amplamente a inserção da ciência e suas instituições, entre as quais a universidade, no contexto geral da crise da sociedade.

Neste quadro, a programação contemplará, além dos simpósios, conferências, comunicações etc. que integram tradicionalmente as reuniões anu-

ais, um amplo cardápio cultural (música, cinema, teatro, exposição de fotos e pinturas) e uma série de atividades fora da universidade, com palestras, mesas-redondas e debates realizados em vários pontos da cidade do Rio (Cieps, inclusive) para discutir com a própria comunidade os problemas que mais diretamente lhe dizem respeito: saúde, transporte, educação, condições de trabalho e outros. Aqui, a SBPC faz uma convocação a todos os professores da UFRJ a que participem destes eventos.

A exemplo do que ocorreu na passagem da década de 70 para a de 80, a atual reunião anual da SBPC poderá inscrever-se no interior do desenvolvimento das lutas políticas e sociais do país como um agente catalisador do advento de um novo tempo de reflexão e conquistas.

Greve dos servidores

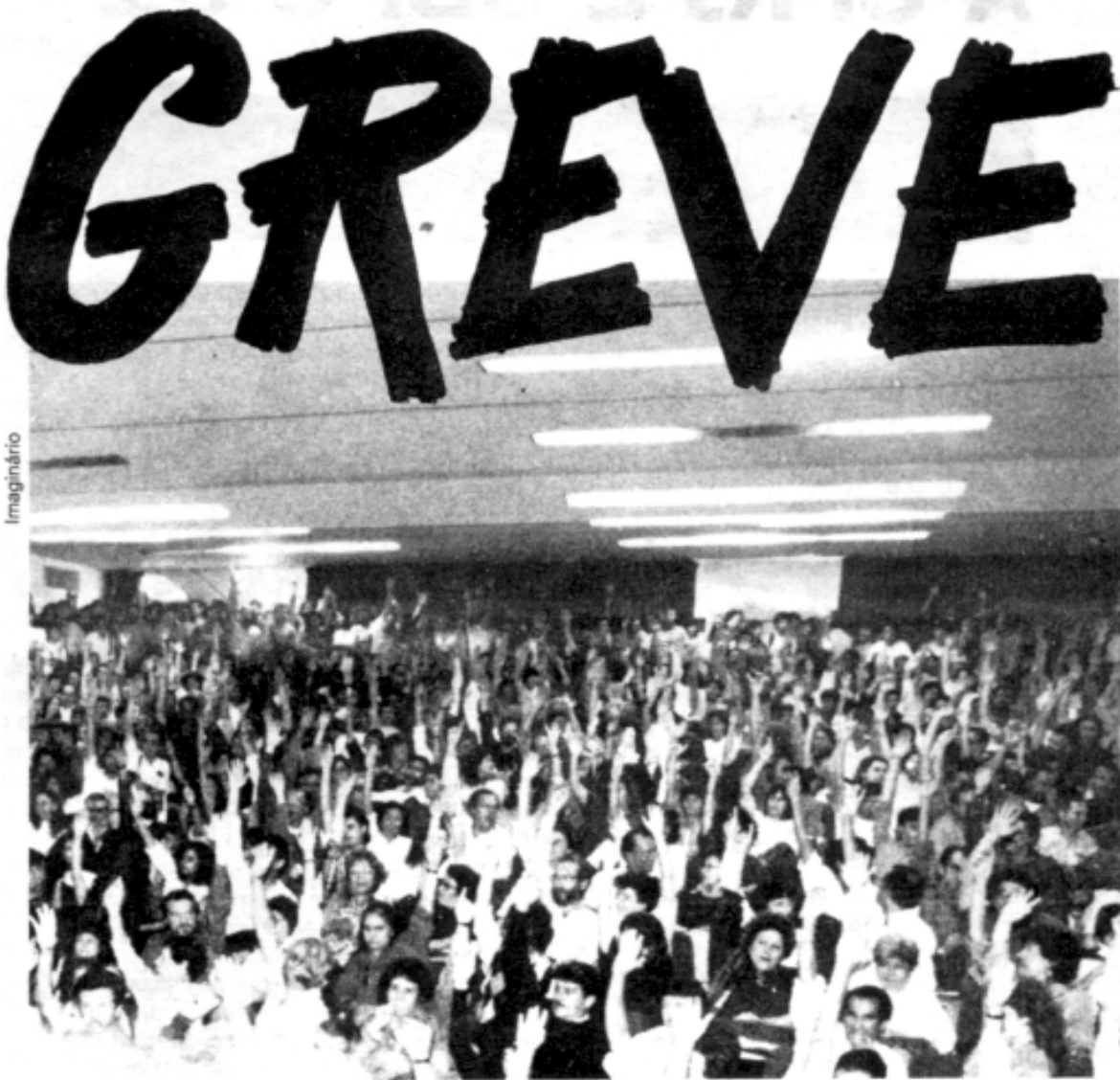
Foi realizada em Brasília no dia 5 de maio mais uma Plenária dos SPF. A ANDES/SN levou a esta plenária proposta de calendário para a discussão de deflagração da greve

dos SPFs, oriunda da reunião do Setor das Federais do nosso sindicato. Esta proposta foi aprovada por ampla maioria dos delegados presentes à plenária.

Professores respondem à investida de Collor contra o ensino público:

O grito de protesto que estava represado na garganta dos professores da UFRJ frente à política de devastação do ensino superior público e gratuito praticada pelo governo Collor explodiu na tarde da última terça-feira (11/6) na assembléia geral convocada pela *Adufrj*: Greve! Foi a resposta uníssona dos cerca de 600 professores presentes à assembléia, com apenas 3 (três) votos contra e 7 (sete abstenções), que passou a somar-se à decisão de 35.000 dos 50.000 professores universitários de todo o país que já se incorporaram à Greve Nacional dos Docentes deflagrada a partir da quarta-feira anterior.

Por todos os títulos e razões, a assembléia da *Adufrj* carrega particularidades que lhe proporcionam desde já, um caráter histórico. Em primeiro lugar pela grande participação dos professores, quase 600, número sem precedentes desde 1984, o que - uma indiscutível marca de representatividade à decisão de ir à greve e garante o vigor com que se dispõem os docentes da UFRJ a dar um basta ao governo. Outra característica da assembléia, que igualmente legítima e lastreia a deliberação de dizer não a Collor, é o fato de ter sido amadurecida em reuniões abertas prévias em praticamente todas as unidades da universidade. Além do mais,



estiveram presentes representantes e dirigentes das entidades do movimento estudantil (UNE e DCE) dos funcionários (*Adufrj*), estes em greve nacional desde o dia 5 deste mês, que expressaram sua solidari-

idade à paralisação dos docentes.

A pauta de reivindicações aprovada, ancorada na idéia-força da defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, é a mesma que unifi-

ca a greve nacional dos docentes, dividindo-se em cinco itens básicos: 1. Vencimentos e proventos; 2. Verbas para as IFES; 3. Política de pessoal; 4. Escolha de dirigentes; 5. Direitos sindicais. Quanto ao pri-

meiro item, o movimento reivindica a incorporação aos vencimentos e proventos das perdas provocadas pelos "Plano Bresser", "Plano Verão" e "Plano Collor" (respectivamente 26,06%, 26,05% e 93,54%), além de uma recomposição de 149,83% referente à deterioração real dos salários de 1º de abril de 1990 até agora. A aprovação de um índice consensual para a pauta de reivindicações será decidida na assembléia da *Adufrj* convocada para a sexta-feira (14/6).

A greve anda. A UFRJ sai à luta. Trata-se, agora, de reforçá-la ainda mais participando dos eventos programados pelo Comando de Greve Local da UFRJ, integrado proporcionalmente por membros indicados em reuniões dos vários centros e unidades de universidade. E a intensificação da nossa participação se torna mais decisiva num momento em que, baseado no alegado fracasso da greve geral de 22/23 de maio fabricado pela grande imprensa, o governo joga fichas na desmoralização de qualquer iniciativa da sociedade organizada em responder à sua política de arrocho e miséria social. O que está em jogo, mais do que salário e condições de trabalho para os professores universitários deste país, é o próprio destino da educação nacional e, por extensão, da própria sociedade.

Zélia passa o bastão para Marcílio e tenta vender uma imagem de indignação

Página 3

Greve geral de 22-23/5: fracasso ou sucesso? Depende de quem analisa

Página 4

Maculan promete para julho um retrato de corpo inteiro da UFRJ

Página 5

SBPC aquece turbinas para pensar lugar da ciência

A 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a realizar-se no Rio de Janeiro de 14 a 19 de julho próximo, tendo como bases principais de eventos o Centro de Tecnologia e a Faculdade de Letras da UFRJ, colocou-se a tarefa de, a partir do tema *Ciência e Sobrevivência*, provocar uma reflexão a respeito das relações mantidas entre si pelas instâncias acadêmico-científica e sócio-política no atual panorama nacional. A infra-estrutura de pessoal ficou garantida na assembléia realizada na terça-feira pelos funcionários da UFRJ, que, apesar de integrados à greve nacional da categoria, decidiram manter os serviços técnicos-administrativos necessários à realização da reunião. O *Boletim Adufrj* destaca a seguir, alguns dos principais eventos da programação entre os de interesse mais geral e mais de perto referentes à relação ciência/universidade/sociedade.

- Segunda-feira, dia 15, das 17 às 19 horas:
Encontro das entidades do Fórum Nacional pela defesa da escola pública.
Coordenador: José Pereira de Queiroz Neto (Universidade de São Paulo)
- Terça-feira, dia 16, das 14 às 17 horas

Mesa redonda: Políticas estaduais de Ciência e Tecnologia
Coordenador: Ennio Candotti (UFRJ)
Participantes: Antônio Brito (deputado federal), João Gilberto Coelho (Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia/RS) e José Goldenberg (Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República)

e Igor P. Blichenko (Instituto de Relações Internacionais de Moscou)
Simpósio: Alternativas para a defasagem tecnológica
Coordenador: Luciano Coutinho (Universidade Federal de Campinas)
Expositores: José Roberto Ferro (Universidade Federal de São Carlos); Desenvolvimento tecnológico da indústria; Pau-

volvimentista
Coordenador: João Paulo dos Reis Velloso (IBMEC)
Participantes: Dionísio Dias Carneiro (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); José Luiz Fiori (Instituto de Economia Industrial) e Luciano Coutinho (UNICAMP)

- Sexta-feira, dia 19, das 14:00 às 17:00 horas

Mesa redonda: O terceiro mundo e a nova ordem econômica

Coordenador: Fábio Erber (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Participantes: Samuel Pinheiro Guimarães (Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Paris); José Tavares de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Mauro Arruda (Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial de São Paulo)

Mesa redonda: Educação fundamental: o papel dos CIEPS

Coordenador: Lia Ciomar Macedo de Faria (Secretaria Municipal de Educação de Niterói).

Participantes: Jorge Ferreira da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Cecília Goulart Pacheco (Secretaria Municipal de Educação de Niterói) e Cecília Conde (Conservatório Nacional de Música).

A UFRJ É SBPC'91



- Quarta-feira, 17 das 14 às 17 horas
Mesa redonda: A guerra no Golfo e a nova ordem internacional
Coordenador: José Monserrat Filho (SBPC)
Participantes: Jorge Castaneda (Universidade Autónoma do México), Richard Falk (Universidade Princeton)

lo Tigre (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Constituição de um sistema nacional de inovação; e Celso Varga: (Empresa Varga) Uma experiência de inovação a nível de empresa.

- Quinta-feira, dia 18, das 14:00 às 17:00 horas
Mesa redonda: Crise do Estado Desen-

Professor: participe dos eventos da sua greve. A força do movimento é que poderá garantir a vitória

Carta ao leitor

Com a publicação da carta abaixo, o *Boletim Adufrj* abre uma coluna permanente de críticas, sugestões e reivindicações dos leitores. Mande sua carta. Ela certamente significará o fortalecimento da nossa entidade. **Prezados Colegas!**

Os docentes estrangeiros da UFRJ solicitam informações sobre o posicionamento da *ADURFJ* em relação à lei que os exclui da Aposentadoria integral.

Julgamos ser indigna toda e qualquer discriminação, tendo em vista o fato de que os professores brasileiros gozam dos mesmos privilégios nas universidades estrangeiras dos seus companheiros.

Além de tudo, o que nos prende a este país sempre foi a sua generosidade e compreensão que nos garantiam uma existência digna e segura, depois de termos dado os melhores anos de nossa vida à formação da elite brasileira.

Por vários motivos nem todos nós podemos nos tornar cidadãos brasileiros; lembramos, no entanto, que muitos estrangeiros colaboraram para o crescimento intelectual e artístico do Brasil.

Pedimos o pronunciamento de V.S. **Wira Selanski, Prof. Adjunto Faculdade de Letras**

No próximo número, o *Boletim Adufrj* publicará um artigo de um professor estrangeiro abordando o tema.

Um novo plano de carreira

O projeto de lei que define as Diretrizes para os Planos de Carreira (DPC) para os Servidores Públicos Civis já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente está no Senado aguardando a vez para ser discutido e votado.

A ANDES-SN formou uma Comissão de Carreira para definir uma proposta do movimento docente, a ser aprovada pelo XXIII CONAD. A partir de contribuições de algumas Associações de Docentes, esta Comissão de Carreira elaborou uma proposta preliminar, que contém avanços significativos em relação ao nosso Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE).

Antes de se definir um novo Plano de Carreira, é preciso definir exatamente a sua abrangência. A carreira única para todos os servidores públicos iria descaracterizar as especificidades das categorias. Assim, o plano de carreira deve ser exclusivo para todos os docentes do 1º, 2º e 3º graus das Instituições de Ensino Superior. No entanto, é preciso haver uma correspondência entre as diversas carreiras para que não haja distorções entre os níveis de estrutura global dos servidores públicos.

Este Plano de Carreira deve estar fundamentado nas bandeiras do movimento docente, tais como a isonomia salarial e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O ingresso na carreira deve ser feito exclusivamente por concurso público e o acesso à classe de Professor Titular também deve ser feito

unicamente através de concurso público.

A estrutura da carreira, aprovada pela Comissão de Carreira da ANDES, tem por objetivo incentivar a titulação do docente e o desempenho acadêmico. Deste modo, a carreira seria constituída pelas seguintes classes: Professor Titular-Doutor, Professor Doutor, Professor Mestre e Professor Graduado. Assim, o docente seria enquadrado na nova carreira de acordo com a sua titulação.

Para que esta estrutura de carreira seja efetivamente implementada, a instituição deve obrigatoriamente manter um programa de capacitação docente, garantindo condições concretas de afastamento do docente para a realização de cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento no Brasil ou no exterior.

A progressão funcional na carreira deverá ocorrer exclusivamente por titulação e por avaliação do desempenho do trabalho acadêmico, com a participação efetiva do corpo discente.

Quanto ao regime de trabalho, os docentes devem estar preferencialmente no regime de Dedicção Exclusiva e a instituição deve manter um percentual mínimo de docentes neste regime.

Nesta nova carreira docente, a avaliação das atividades acadêmicas deve ter uma grande importância.

O processo de avaliação deve ter como objetivo principal a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, inserida em um projeto global da instituição.

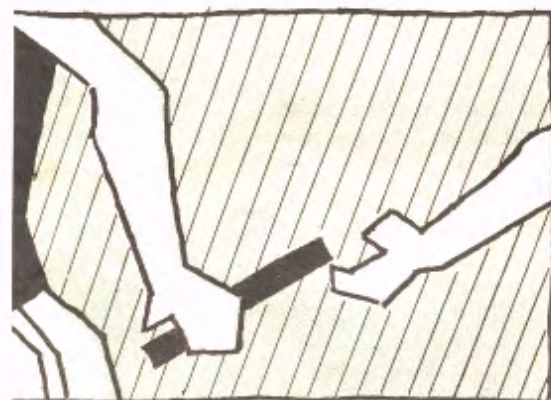
Associação dos Docentes da UFRJ
Ano XII - Nº 49 - Junho 91
Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200
Telefone: 590-4799 e 280-9322, ramal 325 O Ilha do Fundão
CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531, Rio de Janeiro - RJ
CGC 30.315.005/0001-51
Diretoria da **ADURFJ**
Presidente: Cibeli Reynaud
1º Vice-Presidente: Roberto Leher
2º Vice-Presidente: Leticia Legay Vermelho
1º Secretário Índia Maria Borba
2º Secretário: Henrique Innecco Longo
1º Tesoureiro: Filadelfo Cardoso Santos
2º Tesoureiro: José Augusto Buarque
Edição e Redação:
Leovegildo Leal - Reg. 14.796
Diagramação: Sérgio Luiz Papi
Arte final e Fotocomposição: Arte Final P.G. Editora
Impressão: Tribuna da Imprensa
Produção Editorial: Letra & Imagem Editora

Collor despacha Zélia e muda a equipe econômica para tudo continuar igual

A troca da equipe de plantonistas do Ministério da Economia, com a substituição da senhora Zélia Cardoso de Mello pelo polido embaixador Marcílio Marques Moreira, ensejou uma série de episódios que, somados, dão uma boa medida da dimensão da crise política, ideológica e mesmo moral por que passa a sociedade brasileira. O lado ridículo, patético, ficou por conta da grande imprensa (rádio e televisão incluídos), que, atolada no pântano da sua já tradicional incapacidade de operar análises de parentesco sequer remoto com a reflexão e a profundidade, desaguou em um mar de pieguice lacrimante de fazer inveja aos velhos dramalhões mexicanos, enchendo páginas e mais páginas, espaços e mais espaços, com loas à "sensibilidade", "altivez", "valentia", e "dignidade" da senhora Zélia. Houve exceções, é certo, poucas exceções. Mas apenas para confirmar a regra da subserviência temperada com falsa indignação.

Isso, contudo, já era esperado. Não na intensidade com que ocorreu, mas já era esperado. O que não se esperava - e aqui passamos a falar de um dos aspectos mais graves da crise - foi a perplexidade próxima à impotência que tomou conta da oposição, inclusive de seus segmentos mais conseqüentes, na apreciação do episódio e no posicionamento em relação a ele. A pouca gente ocorreu a elementar evidência de que a troca da senhora Zélia por Marcílio só poderá ser entendida no interior de uma reflexão mais abrangente a respeito da estratégia geral do governo Collor de equipar o Estado para o cumprimento das funções de gerente e financiador dos lucros do capital nacional e estrangeiro no país. Houve, é fato, intrigas palacianas, mas de peso secundário e absolutamente corriqueiras em governos deste tipo, sem bases políticas estruturadas, populista. Igualmente há de ter pesado pressões de natureza corporativista de um empresário apressado em encher cada vez mais rapidamente os bolsos de seus integrantes. Intrigas e pressões corporativistas, contudo, não vão ao cerne das razões da troca de ministros.

A pergunta central é: o que muda com a saída da senhora Zélia? Começamos a responder com uma das declarações da ex-ministra, a de que estava saindo com a convicção do dever cumprido. Está aí uma das poucas verdades que vieram à tona em toda essa embrulhada. De fato, a senhora Zélia cumpriu com rara eficiência a grande ordem que Fernando Collor lhe deu para submeter o Estado a uma gigantesca cirurgia rejuvenescedora de modo a capacitá-lo a financiar o novo ciclo de acumulação capitalista que se abre a nível mundial, baseado na incorporação maciça de tecnologia eletrônica aos processos produtivos. Era preciso, pois, recuperar a capacidade de endividamento do Estado, credenciando-o inclusive a bancar uma nova



PAPI

fase de endividamento externo via repasse dos recursos externos que para cá acorrerão. E a senhora Zélia foi fundo. O fechamento das torneiras dos gastos e financiamentos públicos empurrou o país para o buraco de uma das maiores recessões de que se tem notícia. Para os detentores do capital, tudo bem. Eles sempre têm reservas acumuladas para tais eventualidade. Assim, como sempre, a conta foi paga pelos assalariados, pelos de baixo: um agravamento sem precedentes dos níveis de desemprego e um aprofundamento cruel, genocida, da miséria social.

Feito, então, o serviço sujo pela equipe da senhora Zélia, o bastão desta macabra corrida de revezamento em busca de maiores lucros para o capital é passado para os punhos rendados do embaixador Marcílio, que, com cal-

ma, sapiência e leveza, passa a navegar nos mares menos encrespados da distribuição do butim da pilhagem entre os favorecidos de sempre: os de cima. E que não se conceda à senhora Zélia e sua equipe o benefício da dúvida de um eventual desconhecimento dos objetivos do jogo em que estiveram metidos. Isso equivaleria a um até desrespeitoso menosprezo ao preparo acadêmico desse lacrimoso grupo de jovens intelectuais. Mais que preparar, pois, o caminho para Marcílio, a senhora Zélia e sua equipe cumpriram tarefas que só poderiam ser concebidas e concretizadas no quadro geral da compreensão dos objetivos a que tais serviços serviriam e dos atos que a eles seguiriam.

O que efetivamente pode ter surpreendido a senhora Zélia foi a compreensão abrupta de que era descartável.

Como todo serviçal entorpecido pelas migalhas de mando, que lhe caíam às mãos no grande banquete do poder, certamente não percebeu que um mero sopro de um interesse político maior seria suficiente para varrê-la da cena. A Fernando Collor de Mello pode-se negar todas as qualidades, menos a do senso de oportunidade política. Vendo despencar sua popularidade, Collor dá então mais um dos seus golpes de mestre: muda tudo para não mudar nada. E a senhora Zélia foi despachada. Já que não se precisava mais dela, porque não usá-la como bucha de canhão? A lógica do poder é cruel. Não mais cruel, porém, que a política econômica de genocídio sistematizado friamente concebida e implantada pela senhora Zélia e sua equipe. Onde a sensibilidade?

22 E 23 DE MAIO**PARE
GREVE
GERAL**

Governo tenta desmoralizar greve geral para enfraquecer sindicalismo combativo

O governo parece ter abrigado um secreto temor de que ao final dos dois dias da greve geral convocada pelas três maiores centrais sindicais do país para os dias 22 e 23 de maio passado estaria com seu poder irremediavelmente ameaçado. E tanto foi assim que, ao final da greve, vendo que ao terceiro dia seus privilégios permaneciam intocados, saiu a cantar aleluias de gáudio e contentamento: "A greve fracassou!"

Algo anda errado. A verdade precisa ser resposta. Em primeiro lugar, a greve não foi proposta nem desencadeada em torno de nenhuma meta específica. Seu objetivo, desde sua concepção, foi o de manifestar um protesto nacional à política desenvolvida por Fernando Collor de Mello. O sucesso, portanto, do movimento só pode ser julgado a partir desta constatação. O medo de uma convulsão social por parte dos detentores do poder não é, aliás, de todo infundado. O Brasil vive hoje um acelerado processo de miserabilização sem par em sua história, fruto direto da política de arrocho desencadeada pelo governo Collor. Mas os trabalhadores, ao contrário do que quer fazer crer a propaganda oficial e oficiosa do governo, têm consciência do alcance de suas pernas; e aqui fica por terra outra falácia em torno do "irresponsabilidade das lideranças sindicais", da



Rio de Janeiro, Av. Rio Branco, dia 23 de maio, 14 horas

"inoportunidade do momento" e outras reflexões cevadas na lógica da falsa maturidade e do oportunismo encoberto.

Vista, pois, enquanto uma mobilização de protesto, a greve alcançou seus objetivos, especialmente no setor de serviços (comércio, transportes, ensino, funcionalismo, setor bancário etc.), em pra-

ticamente todas as capitais do país. Não vamos fazer aqui um balanço quantitativo e detalhado da paralisação, mas quem se deu ao trabalho de sair às ruas nos dias 22 a 23 de maio certamente se surpreendeu à noite com os relatos dos informativos da televisão, que, brigando com suas próprias imagens, insistiam em dizer que "a cidade viveu um dia nor-

mal", mostrando ruas desertas e portas fechadas.

Porque, então, a insistência no "fracasso" da greve por parte do governo, seus aliados da grande imprensa e o sindicalismo pelego personificado no senhor Medeiros? Antes de mais nada, é claro, o objetivo de qualquer governo ilegítimo (pode ser até legal) em desmoralizar o mais poderoso instrumento de luta dos assalariados. Em segundo lugar, está o empenho de Collor, desde o primeiro dia do seu governo, em enfiar uma cunha pelega, direitista, no movimento sindical do país - e a investitura de Magri no Ministério do Trabalho foi o primeiro sintoma disso; desacreditar as lideranças sindicais representativas é uma tarefa permanente.

Brigar com a verdade e incorporar o discurso oficial do fracasso da greve faz, portanto, exatamente o jogo da Casa da Dinda. O que é preciso, isso sim, é contabilizar e balancear erros e acertos, acumular lições - que para isso as greves também servem. No caso do ABC paulista, polo já histórico do movimento dos trabalhadores brasileiros, irradiador e referência de lutas, a lição parece clara: qualquer mobilização nacional de trabalhadores no país não poderá abrir mão da participação daquele segmento, cuja não adesão à greve seguramente contribuiu para que se montasse a mentira do fracasso da paralisação. Tira lições quem quer aprender, aprender para avançar. E é preciso saber tirá-las, onde e como tirá-las, principalmente quando se tem pela frente uma imprensa extremamente habilidosa em deformar e deturpar, como no caso das declarações de Lula a respeito da necessidade de atuar no Congresso rápida e espertamente transformadas em mensagem de abandono da luta fabril e sindical por essa imprensa.

Sem se constituir em um êxito total, cinematográfico, e mais que um laboratório de experiências, a greve geral de 22/23 de maio disse um não a Collor. E por isso foi vitoriosa.

Editorial

Professor

A rotina de nosso trabalho acadêmico às vezes nos impede de enxergar a realidade que nos cerca, por mais gritante que ela seja. Em certos momentos de nossa vida, somente um acontecimento inesperado faz com que caia a venda de nossos olhos. A greve

tem este poder. Ela quebra essa rotina e nos revela a realidade. A paralisação das atividades mostra efetivamente a importância do nosso trabalho acadêmico.

Hoje, mais uma vez, a greve se constitui em um instrumento legítimo de pressão e um direito constitucional. Não podemos esquecer que as

nossas grandes conquistas ocorreram durante as greves históricas: a lei da isonomia, a nossa carreira, os ganhos salariais e até mesmo o fortalecimento do movimento docente. Foi durante greves que surgiram as associações docentes, fortalecidas com a formação da Andes/Sindicato Nacional.

A greve está inserida em um contexto de real exercício de nossa verdadeira cidadania, enquanto cidadãos, enquanto docentes. As nossas reivindicações não se restringem apenas ao aspecto salarial. Lutar hoje por melhores salários significa defender a universidade pública e gratuita.

Maculan cobra plano geral para a universidade

Qualquer solução para a universidade brasileira passa pelo político, é essencialmente política. É preciso um planejamento de médio e longo prazos. A análise é do professor Nelson Maculan, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, depois de mais de um ano à frente da maior universidade federal do país, diz sentir na pele os efeitos da inexistência de um plano geral para a universidade brasileira. Maculan reclama ainda da ausência da universidade na reflexão sobre as questões gerais do país. "Falta utopias; a própria esquerda não apresenta projetos para a universidade. É preciso - e é o que faço e procuro fazer - generalizar, abrir discussões. É preciso uma utopia de pés no chão, que parta da pergunta: quais são os nossos problemas?", recomenda ele, que assumiu a reitoria sob a expectativa de mudanças drásticas e imediatas, o que, assegura, não tinham nem têm fundamento. A seguir, os principais trechos da entrevista que concedeu ao Boletim Adufrj.

Para onde foram as perspectivas de uma onda de demissões que alguns segmentos atribuíam à sua candidatura?

- Nunca prometi demitir ninguém; sei que é preciso fazê-lo, mas com critério. Já demiti umas quatrocentas pessoas, mesmo sob pressões por novas contratações por parte de diretores, decanos, chefes de departamento. A UFRJ tem realmente muita gente para a sua produção; criei várias comissões para equacionar esta relação e até julho colocarei à disposição da comunidade relatórios comparativos entre pessoal e produção efetiva. E por incrível que pareça, temos carência de pessoal em áreas decisivas, o que me levou a marcar um concurso público para outubro próximo para o preenchimento efetivo de 800 vagas.

Como o senhor, então, administra esta contradição entre a necessidade de contratar e a de demitir?

- A Universidade tem que atuar em todas as áreas, recuperando seu espírito universal, dizendo não à especialização: horizontalizar o trabalho, eis o caminho. À idéia de criar novos departamentos, devemos responder com a interdepartamentalização. Entre nós, o grande entrave a esta concepção se encontra na graduação, que procura ligar-se de forma imediatista ao mercado de trabalho, com as maiores resistências partindo dos próprios professores. Na pós-graduação, pelo contrário, já se trabalha neste sentido. A questão, enfim, não é o número de funcionários ou de professores, mas a utilização de recursos no interior de uma estratégia geral de estruturação da universidade.

Concretamente, como seria montada esta estratégia?

- Mas é aí que está o problema central. Depois de um ano aqui, constatei de perto as dificuldades de se administrar uma universidade face à inexistência de uma política global para o ensino no país. Para



Para Maculan, a universidade precisa refletir mais sobre as questões gerais do país

que serve a universidade? O governo não tem idéia. É preciso entender a universidade fundamentalmente como criação de conhecimento livre dos limites das salas de aula, com a intensificação do uso de bibliotecas, computadores, laboratórios em sentido amplo. Para isso, é preciso planejar a longo prazo, é preciso investimento, é preciso dinheiro.

Neste quadro, qual é a sua avaliação da "Proposta para uma política para o ensino superior", o "Projeto" do MEC?

- Em primeiro lugar, não se trata de uma proposta para a universidade brasileira, já que trata apenas da universidade pública e com a intenção declarada de privatizá-la. O que há, de fato, é uma campanha governamental para desmoralizar o ensino público, que, para mim, é o ponto de partida para qualquer discussão. É somente na universidade pública que pode florescer o pluralismo de idéias essencial à atividade universitária e acadêmica. Em segundo lugar, o pagamento do ensino, essencialmente elitista, não é solução financeira. Educação é obrigação do Estado. Que se paguem mais impostos, hábito pouco cultivado entre as classes altas do Brasil. Concordo com a avaliação externa, considero-a mesmo prioritária, desde que operada pela sociedade (outras universidades, deputados, vereadores). Ninguém nega que é preciso dar ao aluno

um bom diploma, mas é a própria universidade que deve construir os seus currículos, com autonomia total para a área acadêmica.

O governo Collor alega que seu projeto para a universidade traduz a preocupação de modernizar o país. O que o senhor acha disso?

- O que é moderno? É mandar satélite ou refletir os problemas do país? Do meu ponto de vista são as duas coisas; trata-se do mesmo falso dilema entre música popular x música erudita. Qualquer projeto de modernização tem de passar pelo social, pela preocupação social. A modernidade não pode desempregar ninguém. E eu não vejo esta preocupação nos planos de Collor. O moderno é criar conhecimento; mais que isso, porém, é criar condições sociais de produção de conhecimento.

É possível se pensar, hoje, em uma solução para a universidade?

- Qualquer solução passa pelo político, é essencialmente política. Concretamente, a solução hoje passa pela votação do projeto de LDB no Congresso Nacional. O Congresso, aliás, precisa usar as universidades como elemento auxiliar de sua prática diária, recorrer à universidade. Isto se constituiria, do meu ponto de vista em elementos decisivo para o conhecimento da universidade pela população conheci-

mento de sua potencialidade e, também, das suas dificuldades.

No campo das dificuldades, qual é a mais imediata?

- A que se refere ao dinheiro, é claro. O governo bloqueou, no Plano Collor 2, cerca de Cr\$ 7 bilhões destinados a gastos extra-pessoal, determinando que apenas 10% daquela quantia fossem liberados; outros 30% só saíram agora no fim de maio. Desse dinheiro depende o funcionamento de instituições com a Coppe, Museu Nacional, Biofísica, Microbiologia, Geociência e outras. A Coppe, por exemplo, é responsável pela formação da metade dos mestres e doutores em engenharia no país. O patrimônio da UFRJ está hoje ameaçado pelo baixo nível dos salários. O próprio reitor não chega a receber, no total, mais que 2 mil dólares por mês. A Medida Provisória 296, que discriminou os professores negando-lhes qualquer reajuste, expressa bem o que o governo pensa da universidade. Como dirigir uma universidade com um mínimo de eficiência com os salários atuais? Em um quadro como este, me preocupa muito a desarticulação, nas bases, entre as entidades representativas dos trabalhadores universitários; vencido este desafio, aí sim, acredito que estaremos preparados para superar as dificuldades - presentes e futuras.

Ensino e sociedade vivem a mesma crise

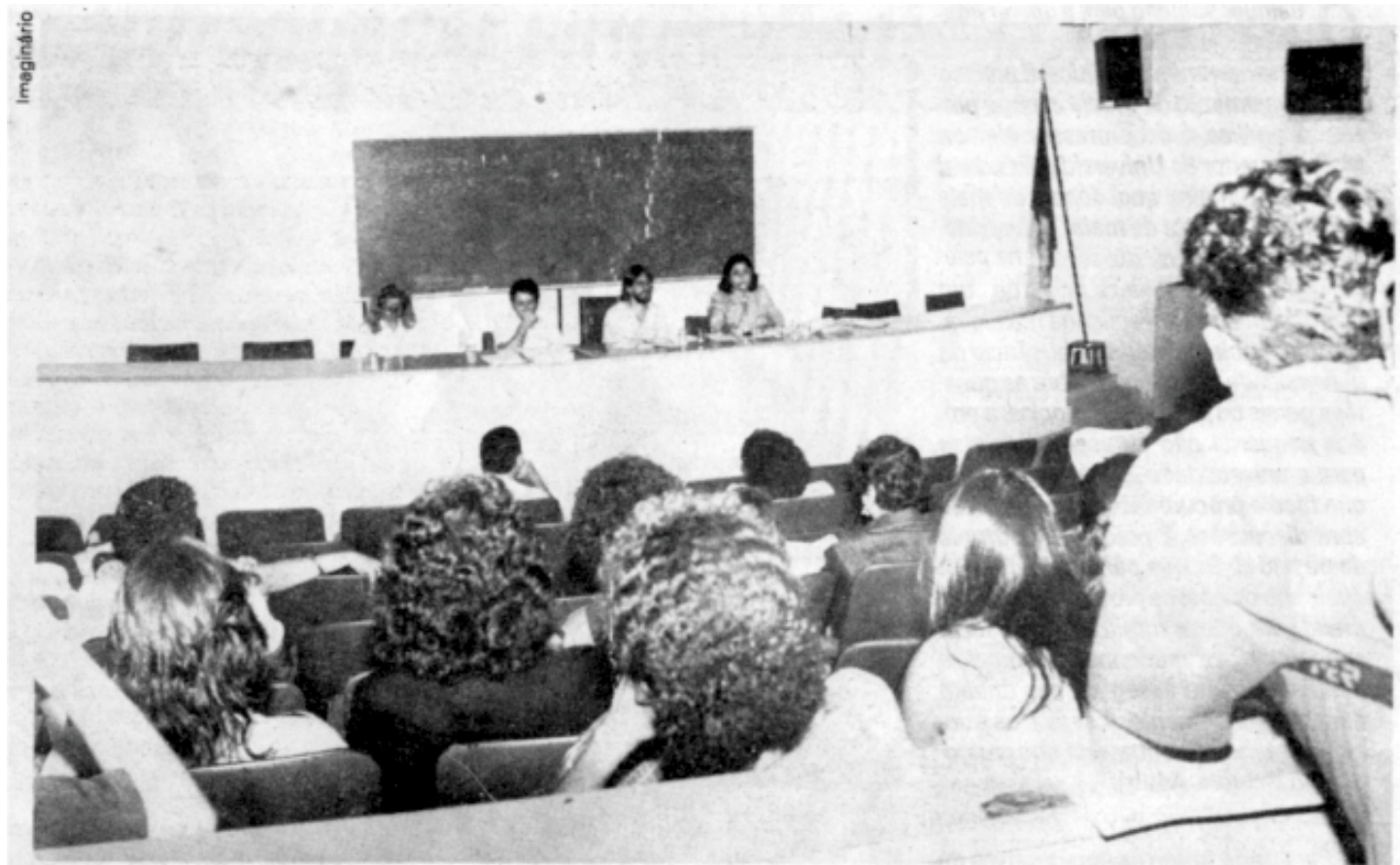
Uma constatação consensual emergiu do debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) promovido pela Adufrj no dia 13 de maio último no auditório do CFCH, na Praia Vermelha: a compreensão de que a crise do ensino superior no país só poderá ser entendida enquanto expressão dos problemas gerais da sociedade brasileira e, igualmente, só poderá ser solucionada na linha da superação daqueles problemas. Em suma, trata-se de uma questão política. Quanto aos caminhos e meios para enfrentar a crise, vistas as indisfarçáveis iniciativas do governo Collor no sentido de destruir o ensino público como das manifestações mais agudas da própria crise, também foi unânime a conclusão a que chegaram tanto os debatedores Maria Luíza Fontenelle (Dep. federal PSB/CE), Yolanda Lobo (professora da Fac. de Educação da UFRJ) e Roberto Abreu (presidente da Associação dos Docentes da UERJ) quanto os cerca de cinquenta professores e alunos presentes ao debate: apenas a mobilização da sociedade organizada, especialmente dos segmentos envolvidos no ensino, poderá garantir a sobrevivência do ensino público e gratuito no país.

Girando em torno do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional, a discussão foi aberta pelo vice-presidente da Adufrj, Roberto Leher, que, na condição de mediador do debate, destacou o fato de que o governo não está definindo propriamente uma política educacional, visto que o chamado "Projeto" do MEC sequer se refere ao ensino superior privado, limitando-se a investidas contra a universidade pública, responsável hoje por cerca de apenas 25% do ensino superior no país.

A professora Yolanda Lobo, com uma intervenção centrada na questão da autonomia universitária, iniciou sua fala com a alusão a que, à diferença do que ocorreu na época que precedeu a aprovação da primeira LDB, em 1961, a universidade hoje está praticamente

Yolanda: a sociedade parece ainda estar baseada na "autoridade" e não em um consenso democrático

ausente do debate. E isto, segundo afirmou, tem a ver com a situação da própria sociedade: "A instabilidade da universidade está ligada mais à insegurança da sociedade brasileira do que à da instituição universitária em si. A sociedade parece ainda estar baseada na 'autoridade' e não no consenso; nesta sociedade, qualquer autonomia é sempre algo de precário e com razão maior o exercício da autonomia universitária." Para Yolanda, a contradição entre a ênfase da defesa da autonomia universitária e intenção do governo de tutelar a instituição somente será resolvida na superação da precariedade das práticas democráticas no país. Para se defender, pois, do "ato de agressividade ao estatuto da autonomia universitária" representado pelo Projeto do MEC, ela recomenda um pro-



A conclusão geral das discussões foi a de que não se pode pensar a universidade fora do contexto sócio-político

cesso de auto-análise que pense uma política de expansão, de pesquisa e de formação de magistério que trabalhe a educação no país com as secretarias estaduais. Tudo isso, enfatizou, a partir do Artigo 207 da Constituição, que garante a autonomia administrativa, didático-científica e de gestão financeira e patrimonial da universidade.

Para Roberto Abreu, a discussão deve ser colocada a partir de dois parâmetros. O primeiro deles, afirmou, refere-se a que o que está em jogo não diz respeito apenas à educação formal dentro da escola, mas à própria sociedade que estamos discutindo; o segundo é a estratégia que está sendo posta em prática pelo governo federal, da qual a sociedade não está se dando conta. Tal estratégia, alertou, se articula aos seguintes termos: num primeiro momento, é lançada no mercado uma carta de intenções propondo questões; quando isso é assimilado, o governo lança medidas paralelas às anteriormente propostas, que na verdade inviabilizam todas elas - o que tem ocorrido sistematicamente não apenas na área da educação, mas em todas as esferas. É no interior deste procedimento, disse, que deve ser entendido o surgimento do "Projeto" do MEC ("um documento apócrifo", notou), uma proposta fragmentada que tenta jogar por terra todo um trabalho desenvolvido no âmbito da LDB. Além disso, observou, apesar de a tramitação do Projeto de LDB ter-se mostrado a mais democrática entre a de tantos projetos que pululam no Congresso, deve-se levar em conta que a composição deste Congresso é absolutamente contrária aos interesses da população brasileira, o que se refletiu nas comissões de Finanças, de Educação e de Justiça da Câmara Federal, com des-

taque para a atuação da deputada Sandra Cavalcanti, que manobrou até onde pôde para inviabilizar a tramitação do projeto, protelando por seis meses seu parecer como relatora da Comissão de Finanças e apresentando-o somente no último dia do prazo regimental e sob pressão; se vencido o prazo, o projeto seria arquivado. Invocando esta e outras experiências semelhantes, Abreu insistiu na necessidade da vigilância e de uma maior pressão da sociedade organizada sobre o Congresso, sob pena de o Projeto da LDB ir de vez para a gaveta. "Não estamos nos dando conta do que está em jogo é a própria educação", concluiu.

Abreu: o que está em jogo não diz respeito apenas à educação formal na escola, mas à própria sociedade

A deputada Maria Luíza Fontenelle foi buscar na lógica do capitalismo as raízes da crise do ensino e do projeto do governo de aniquilamento da universidade pública: "Na sociedade capitalista, a questão humana, a questão cultural, os valores sempre têm peso menor nas políticas estatais. Para o humano, sobra a alienação. Em tudo isso, há um aspecto particularmente cruel: a verdade oficial é apenas o que parece ser a verdade; é muito mais real a flor de plástico que a rosa que está no jardim." Em função deste mecanismo de manipulação do real pelo poder, observou, é que o modelo de universidade proposto pelo Projeto de LDB não ganha realidade. "É preciso romper com esta lógica do capitalismo", propôs.

Maria Luíza citou um exemplo de como a sociedade organizada pode romper a lógi-

ca do capital, lembrando o episódio da rejeição dos vetos de Collor ao Regime Jurídico Único no Congresso Nacional: "Não foi o Congresso que derrubou os vetos, mas os funcionários públicos federais, ameaçando greve geral, invadindo o gabinete do ministro; é isso que é preciso ser feito hoje". Ainda na linha

Maria Luíza: o marxismo é ainda uma ciência capaz de nos dar os elementos para mudar a realidade?

da conceituação mais global das práticas políticas que determinam o comportamento geral da sociedade, a deputada afirmou que a ditadura desenvolveu todo um esforço para destruir a crença de toda uma geração em sua própria capacidade de construir o mundo: "Qual será o caráter da universidade que queremos construir? É preciso buscar o que resta de bom em cada um de nós e responder a esta questão. É uma universidade capitalista? Ou o marxismo ainda é uma ciência capaz de nos dar elementos para transformar a realidade? Precisamos de um Projeto geral para a sociedade para pensarmos a universidade que queremos", finalizou.

Autonomia se faz ou se vota? A esta pergunta de um aluno, a resposta dos debatedores foi também única: se faz. Ou como afirmou um professor, fechando o debate: "A própria universidade é que deve pensar seu modelo. O MEC apenas distribui verbas; este Projeto de LDB também vem de fora. É no tratamento das 'feridas' que também poderemos forjar a nossa universidade."

Cólera pode contaminar toda a América

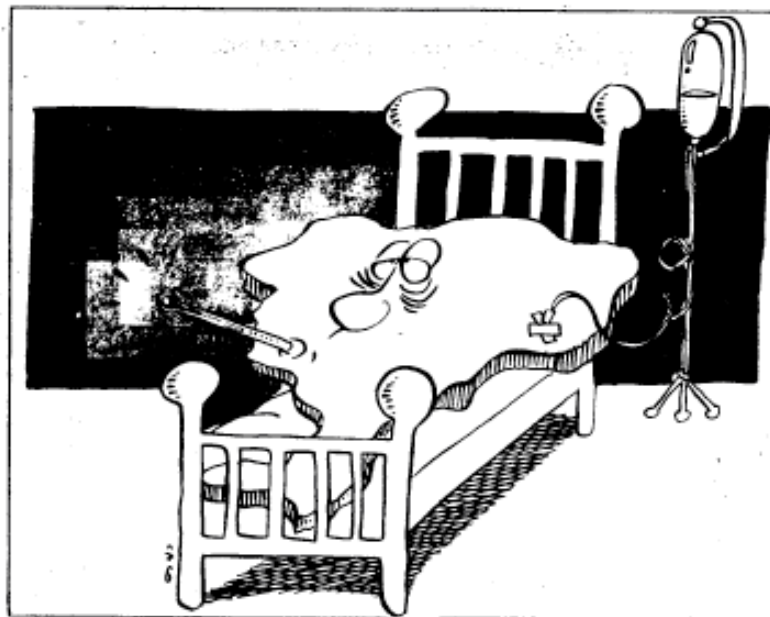
Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a epidemia de cólera que se alastra pelo continente pode se tornar a maior do século, atingindo todos os países da América. Peru, Equador, Colômbia, Chile, Brasil e Estados Unidos já apresentaram casos. A capacidade da doença se expandir e causar impactos sociais de maior ou menor gravidade depende da possibilidade e da viabilização de medidas de bloqueio das fronteiras e principalmente das condições sanitárias a que está sujeita a população de cada país, isto é, qualidade da água, destino adequado de dejetos, controle de vetores como moscas e baratas, higiene dos alimentos, das habitações, nível nutricional da população, eficiência da assistência fornecida pelos serviços de saúde. A doença não tem até hoje vacina eficaz para seu combate.

Ela é fundamentalmente uma doença dos miseráveis, pois é nos bolsões de pobreza e na ausência de assistência rápida e adequada que ela assume e mantém o caráter de doença altamente transmissível de rápida expansão, grave e fatal.

Segundo especialistas na doença, a sétima pandemia de cólera começou em 1936, em Celebes, na Indonésia, e durante 55 anos viajou através dos mais diversos meios de transporte, do camelo ao avião, atingiu a Indochina, cruzou a Índia, se propagando ao longo do Oriente Médio, até chegar a Chimbote, porto do Peru. Antes disto, na década de 70 atingiu o continente africano, Portugal e a Espanha, depois de tentar penetrar na União Soviética, onde foi barrada a partir de medidas enérgicas de higiene e isolamento, segundo o pesquisador francês André Dodin.

Nos países do Terceiro Mundo atingidos, a doença se torna endêmica, isto é, se mantém, propagando-se de acordo com a circulação de pessoas infectadas pelas diversas regiões, dependendo da velocidade destes deslocamentos o aparecimento de surtos.

Caco/Proposta - Jornal da reforma sanitária



O Brasil, assim como os outros países da América Latina que vem sendo atingidos, apresenta condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento do *vibrium cholerae*, agente causador da doença. A grande extensão de nossas fronteiras e a facilidade de meios de transporte que atingem facilmente centros urbanos, associadas às condições de miséria, ausência de saneamento básico e serviços de assistência médica adequados da maioria das regiões brasileiras, determinarão, ao que tudo indica, a rápida propagação da doença em nosso território, ficando a cargo das autoridades sanitárias a responsabilidade pela magnitude e gravidade do problema.

Hoje, mais de 70% da população brasileira estão concentrada nos grandes centros urbanos, 80% da população ganham de 1 a 2 salários mínimos e não tem esgoto sanitário, assim como 60% não têm serviço de coleta de lixo e abastecimento de água. A concentração se verifi-

ca tanto no espaço geográfico, determinada pela intensa migração, quanto na renda, pois 10% dos mais ricos controlam cerca de 48% ou metade da renda brasileira. No caso do Rio de Janeiro, o número de favelas cresceu na última década de 340 para 545 (dados do Instituto de Planejamento Municipal-Rio), abrigando cerca de um milhão de pessoas. Outro elemento que ratifica a gravidade da situação diz respeito à crise dos serviços de saúde, que no caso do Rio se traduz, por exemplo, em 50% de nossos leitos hospitalares desativados.

Ao mesmo tempo em que este quadro é evidenciado, as autoridades do governo, ou não se sensibilizam com a situação alarmante com que nos deparamos por estarem mais preocupadas com as questões monetárias numa clara demonstração de desprezo total pela população brasileira, ou perdem tempo preciso com soluções espetaculares e inadequadas que lhes dêem prestígio político como é o

caso do enlace entre o ministro da Saúde e a vacina "reconhecidamente ineficaz" contra as epidemias de cólera, ao mesmo tempo que sugere (através de suas campanhas nacionais e verticais) a responsabilidade da população pelo controle da doença através dos "seus hábitos de higiene".

Tão graves quanto as atitudes do governo federal face às responsabilidades no controle da epidemia, é a negação do risco desta para a população pelo atual secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, assim como seu descompromisso. A classificação de "paranóia" à polêmica sobre o assunto, se constitui em uma profunda contradição com relação a tudo que a autoridades científicas em geral - e em particular, os sanitaristas - vêm declarando sobre o assunto. Quer a epidemia se instale de forma abrupta, violenta, atingindo um grande contingente populacional, ou por surtos cíclicos sucessivos, medidas urgentes e adequadas de controle do meio-ambiente se fazem necessárias (garantia de cloração da água da rede de abastecimento da cidade, orientação e fornecimento de cloro para utilização em reservatórios de água em locais sem serviços públicos de tratamento), assim como orientação sobre higiene individual e dos alimentos, treinamento de profissionais da rede básica para a realização do diagnóstico precoce e tratamento imediato através da soroterapia, reativação de leitos, fornecimento de equipamentos.

Finalmente, como a cólera, ao que tudo indica, veio para ficar - como todas as outras inúmeras doenças determinadas pelas precárias condições de saneamento básico em nosso país e agravadas pela má nutrição de nossa população - conselhos estaduais e municipais paritários entre usuários e representantes do setor saúde devem ser constituídos a fim de que sejam determinadas, executadas e fiscalizadas as ações necessárias para modificar este panorama tão degradante da saúde pública em nosso país.

Andes/SN é eleita para direção da CEA em Montreal

A ANDES-SN participou - pela primeira vez como sindicato filiado - de duas importantes reuniões de educadores do continente, em Montreal, Canadá: a CMOPE (Confederação Mundial de Profissionais de Educação) realizou sua primeira Conferência Latino-Americana e a CEA (Confederação de Educadores da América) seu IV Congresso. Os eventos sucederam-se no período de 18 a 24 de maio passado.

Cerca de 40 sindicatos e associações de educadores de 25 países estiveram em Quebec, além de representações da FISE (Federação Internacional de Sindicatos de Educadores) e SPIE (Secretaria Profissional Intersindical de Educadores).

A Conferência da CMOPE discutiu, entre outros temas: 1. Prática educacional na AL e atuação do Banco Mundial; 2. Recomendação da OIT/UNESCO sobre "Condição de trabalho docente",

3. Plano de lutas. Entre as deliberações destacaram-se a condenação unânime da política do Banco Mundial, a propósito da luta pela transformação da "Recomendação" citada em "Resolução", devendo inclusive passar a abranger a docência de nível superior, realização da II Jornada Latino-Americana em Defesa da Escola Pública, na primeira semana de outubro.

O IV Congresso da CEA serviu fundamentalmente para tratar da reestruturação da entidade, que não pode reunir sua instância máxima em 1989: a cidade de Bogotá, para onde se marcara o evento, vivia a insegurança derivada da guerra do narcotráfico. Conjuntura econômica e social, política educacional, reforma estatutária e plano de luta foram os pontos principais de pauta.

Com o apoio da ANDES-SN e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, antiga CPB),

foi escolhida a República Dominicana como país-sede da CEA nos próximos 3 anos, ficando a presidência com o professor Sigfredo Cabral, da ADP (Associação Dominicana de Professores). O Secretariado ficou ainda composto por representantes da ANDES-SN e de organizações docentes do México e da Nicarágua, completando-se a executiva com sindicatos de Quebec, Costa Rica, Cuba, Colômbia, Equador, Jamaica e Uruguai.

Um relatório detalhado está sendo redigido e será divulgado pela ANDES-SN, que esteve representada pelos professores Carlos Baldijão (presidente), Paulo Rizzo (1º vice-presidente) e Sílvio Frank Alem, delegado indicado.

Greves docentes na AL

Docentes da Nicarágua, República Dominicana e Peru estão em greve: a política neoliberal de privatização da educação e o desrespeito aos educadores

é comum a toda a região. Nossa solidariedade aos companheiros.

II Encontro Americano de Organizações de Docentes de IES

A Coordenação do Fórum de Organização de Docentes de IES, criado no encontro do Rio de Janeiro (outubro de 1990), aproveitou os eventos de Montreal para reunir-se e estabelecer data, local e pauta do próximo evento: 6 a 8 de dezembro, México, "Universidade e Sociedade": 1. Conjuntura; 2. Defesa da Universidade Pública; 3. Condições de trabalho; 4. Unidade sindical internacional.

A atual coordenação do Fórum está constituída pela ANDES-SN, FENADUPE (Equador), SUNTU (México), ANDEN (Nicarágua), Coordenadoria Acadêmica (Chile).

(Transcrito do Boletim Adufrj - João Pessoa).

Crise financeira balança a Coppe

Maior centro de pós-graduação e pesquisa em engenharia da América Latina, a Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia - a Coppe, tida como um dos orgulhos da universidade brasileira e prova concreta de que é possível fazer ciência no país - amanheceu no dia 27 de maio último sob o impacto de uma greve dos seus funcionários, que reivindicavam não mais que elementares condições de trabalho: "Está faltando desde papel higiênico até produtos químicos para os laboratórios", explicava a funcionária Regina Dantas, da comissão de greve, segundo a qual a direção da instituição, ao ameaçar cortar o ponto dos grevistas, não entendeu que o objetivo central da paralisação foi exatamente o de somar forças em busca de uma solução para os já tradicionais problemas enfrentados pela Coppe. A realidade é que, faltando dinheiro, pouca gente se entende. "Ninguém tem mais tempo para trabalhar aqui; o assunto de todas as conversas é o dinheiro, ou melhor, a falta dele", desabafou o coordenador de um dos doze programas mantidos pela Coppe, que abriga 260 professores, mais de 1.800 alunos e cerca de 750 funcionários.

Esta última crise tem origem bem identificada. Até o ano passado, a liberação das verbas para a Coppe era feita pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que, de todo modo, também atrasava as complementações de bolsas. Com a passagem, este ano, da dotação orçamentária da instituição para a alçada da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, a Coppe foi atropelada pela edição do Plano Collor 2: da verba de Cr\$ 1 bilhão fixada para seu orçamento global para 1991, até o dia 23 de maio apenas 10% daquela quantia haviam che-

gado de fato aos seus cofres. Após um sem número de viagens a Brasília, dezenas de telefonemas e exaustivas gestões, o diretor da Coppe, Luiz Bevilacqua, obteve, por fim, a liberação parcelada demais 30% até julho. E foi com indisfarçado alívio que recebeu em seu gabinete no dia 31 do mês passado a notícia de que a primeira parcela fora depositada.

"Não creio na existência de uma estratégia de desgaste da Coppe, enquanto instituição do ensino público, por parte do governo, mas em incapacidade, principalmente do MEC. Não é possível, depois de trinta

anos, a Coppe passar por todas essas dificuldades", analisa Bevilacqua, para quem "nada funcionará neste país enquanto não se acabar com os desmandos, a corrupção e a sonegação por parte das empresas. Só o dinheiro doado pelo governo aos usineiros (Cr\$ 20 bilhões) daria para manter dez anos de Coppe com o dobro do orçamento de hoje". O professor Luís Pinguelli Rosa, Ex-diretor da instituição, prefere ser mais sintético. "O que está havendo é uma traição nacional. O governo quer acabar com a Coppe, afundar a Coppe."

Para além dos problemas extra-muros

que, de resto, condicionam todas as crises do ensino no país e que podem ser sintetizados na estratégia de privatização adotada pelo governo Collor, a Coppe parece de um mal particular que a submete a uma crise crônica: a falta de identidade na estrutura universitária. O que é a Coppe? Uma unidade? Um instituto? Ninguém sabe responder com precisão. A instabilidade daí decorrente, além dos inevitáveis atritos acadêmicos e corporativos, coloca uma permanente interrogação: de quem é a responsabilidade de garantir os recursos para o funcionamento da Coppe?

Segundo o professor Alberto Luiz Coimbra, idealizador e fundador da Coppe, seu diretor desde a fundação (em 1963) até 1973 - quando foi afastado do cargo pela ditadura em função de sua resistência ao arbítrio -, a solução passa pela imediata institucionalização da Coppe, com sua transformação em uma unidade com o mesmo *status* da Escola de Engenharia, por exemplo. Defensor do ensino público e gratuito ("do maternal ao pós-doutorado"), ele alerta para a existência de esforços no sentido de isolar a Coppe: "Há quem queira nos tirar daqui da UFRJ; mas é aqui, no Fundão, o nosso lugar. É essencial a proximidade institucional e física com a universidade". Considerado por grande parte da comunidade acadêmica como depositário de uma experiência que poderia ser utilizada na condução das coisas da Coppe na fixação de políticas de mais largo alcance, Coimbra (professor do pioneiro Programa de Engenharia Química e atualmente escrevendo o segundo volume de seu livro "Álgebra Linear Aplicada") recomenda uma concentração de forças: "Há hoje uma tendência à dispersão. Nos espalhamos demais. Devemos calçar o sapato que dá no nosso pé."



"O governo federal entende a educação como gasto, nós a entendemos como investimento fundamental à construção de uma sociedade desensolvida e justa."
ANDES/SN



Boletim da Adufrj-SSind publicado em 09/1990.

Boletim adufj

ANO XII - Nº46
SETEMBRO/90

Associação dos Docentes da UFRJ

Enquanto isso, no Centro de Tecnologia,
bloco D, sala 200. . .

Céus!

O nosso salário atual vale
1/4 do salário de março. . .
é bom conferir na página 3.



Com a edição do número 46 retomamos a publicação do BOLETIM ADUFRJ. Neste momento crítico para o Movimento Docente e para a Universidade Pública, em que assuntos de grande importância estão sendo decididos pelo Congresso Nacional, tais como o Regime Jurídico Único (RJU) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e os salários se deterioram cada vez mais, sentimos a necessidade de tornar mais eficiente a veiculação das informações. Pretendemos com este novo projeto gráfico possibilitar a afixação do boletim como jornal mural, de tal forma que sirva como instrumento para debates nas Unidades, divulgando melhor as informações e diversificando seu universo de leitores.

A questão salarial torna-se emergencial e portanto prioritária devido a inúmeros fatores. As perdas salariais de 93,54% que antecederam ao Plano Collor, acrescidas de 94,51% correspondentes ao índice ICV-DIEESE, já totalizam 276,45% até o momento. Lutamos para a reposição deste percentual, bem como pelo repasse de verbas no montante de 572.325.000 BTN para as Instituições Federais de Ensino Superior. Estas reivindicações são expressões legítimas da luta dos docentes pela manutenção e aprimoramento das Universidades Públicas.

A nível interno, ressaltamos a atuação da Comissão de Avaliação da ADUFRJ, que vem trabalhando inicialmente no sentido de apontar distorções salariais existentes nas folhas de pagamento. Nosso propósito é exigir uma gestão clara e responsável das verbas públicas em todas as instâncias administrativas da UFRJ.

No que se refere à representatividade do Movimento Docente na UFRJ, bem como a nível nacional, para fazer frente aos inúmeros desafios que se apresentam, torna-se imperativo o fortalecimento do Conselho de Representantes para que todas as Unidades participem das discussões e deliberações a serem tomadas pela ADUFRJ. Para tanto estaremos promovendo eleições para recomposição do Conselho de Representantes no mês de outubro.

Não basta neste momento a indignação individual. Precisamos avançar no sentido da organização da luta coletiva. A ADUFRJ, como legítima representante dos docentes da UFRJ, mais uma vez se coloca como o verdadeiro instrumento para a conquista de nossas reivindicações.

BOLETIM DA ADUFRJ

Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
 Telefone: 590-4799 ou 280-9322, ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP: 21944 - Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC: 30.315.005/0001/51

Edição, Redação e Arte: Paulo Apulcro Fonseca
 Reg.: MTb nº 13.644

Fotolito e Impressão: Projeta Estúdio Gráfico LTDA

Diretoria da ADUFRJ:
 Presidente: Cibeli Reynaud
 1º Vice-Presidente: Roberto Leher
 2º Vice-Presidente: Leticia Legay Vermelho
 1º Secretário: Índia Maria Borba (licenciada)
 2º Secretário: Henrique Innecco Longo
 1º Tesoureiro: Filadelfo Cardoso Santos
 2º Tesoureiro: José Augusto Buarque

Gostaria de fazer alguns comentários a respeito da edição de junho de 1990 do JORNAL DA UFRJ (ano 1, número zero). Em primeiro lugar é importante salientar que a ADUFRJ não faz parte do Conselho Editorial do referido jornal, conforme foi publicado nesta edição. Nem a Diretoria, nem o Conselho de Representantes, e muito menos a Assembléia Geral da ADUFRJ aprovou a participação da nossa entidade neste Órgão Oficial da UFRJ.

Além disso, fiquei estarelecido com a matéria "Mais de mil tentam a última chance de uma promoção automática". A reportagem saiu truncada e as minhas declarações foram distorcidas, dando a entender que eu estava defendendo as promoções por tempo de serviço. Na mencionada reportagem do JORNAL DA UFRJ apenas relatei que muitas promoções estavam atualmente ocorrendo de acordo com o Parecer Jurídico nº 169/89 de 13/12/89 da Procuradoria da UFRJ. Em momento algum admiti as promoções por tempo de serviço, conforme foi noticiado.

É importante lembrar que o nosso Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PURCE) foi aprovado pelo Decreto nº 94664 de 23/07/87, fruto de uma greve do movimento docente. De acordo com este plano, a progressão na carreira docente deve ocorrer exclusivamente por titulação e desempenho acadêmico. Esta foi uma conquista importantíssima para os docentes e para as Universidades, tendo em vista que anteriormente as progressões horizontais eram feitas automaticamente a cada dois anos e apenas as progressões verticais eram avaliadas por mérito.

É lamentável que a UFRJ tenha demorado tanto para implantar as normas de avaliação dos docentes. Além

disso, muitas Unidades também demoraram muito tempo para implantar seus critérios. Por causa deste atraso centenas de avaliações não foram realizadas convenientemente.

A avaliação por mérito é fundamental e certamente se fosse feita seriamente teríamos uma Universidade muito melhor e não estaríamos hoje sendo tão duramente atacados pelo Governo Federal.

Henrique Innecco Longo

2º Secretário da ADUFRJ



À Direção da ADUFRJ

Prezados Amigos,

Tenho recebido com alegria a correspondência da ADUFRJ. Considero adequada e em especial adorei a última que traz os dados de SALÁRIO E PESSOAL DE MAIO DE 90.

OBS.: 1) Quem e quantos ganharam mais de 700.000,00 em maio de 90. O que fazem, que leis e regulamentos possibilitam estes salários/rendimentos. O que fazer para ALTERAR ESTA SITUAÇÃO.

2) Acho importante que os contracheques sejam entregues abertos pois o dinheiro é público.

3) É bom publicar estes dados e eventos a cada 3 meses (atualizados).

Atenciosamente,

Pedro Augusto Lessa, Arquiteto Professor de História da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura.

"I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DE DOCENTES DE IES"

ORGANIZAÇÃO: ANDES-SN E FISE

RJ, 24 a 27 de outubro de 1990

LOCAL: Salão Pedro Calmon, Fórum de Ciência e Cultura.

TEMAS: Processo de Privatização da Educação Superior na América Latina.

Educação Superior e Sindicalismo.

Organização Sindical dos Docentes de IES na América Latina.

Arrocho Salarial: até quando?

Os docentes das Universidades Federais Brasileiras, como os demais servidores públicos e trabalhadores, foram duramente atingidos em seus salários. O plano de estabilização do governo que se instalou no país a partir de março é mais um elemento da série Plano Cruzado, Bresser, João Batista, Verão, Collor, e se diferencia dos seus antecessores apenas nos índices do arrocho salarial. Esses planos se fundamentam em uma premissa falsa: salário gera inflação. Os técnicos do governo esquecem que as correções salariais não são aumentos salariais e só se realizam após um período de inflação.

Assim, essas correções são conseqüências e não causas da inflação.

O plano Collor suprimiu o índice de 84,32% de março e o redutor de 5% sobre o IPC de janeiro, totalizando 93,54%; propôs como nova "política salarial" a correção pelo índice de **zero por cento**. As conseqüências desse arrocho já são mais do que evidentes, pois a inflação não caiu a zero e se estabelece acima de 10% ao mês.

Os docentes das IFES têm o direito de reivindicar ao governo ins-

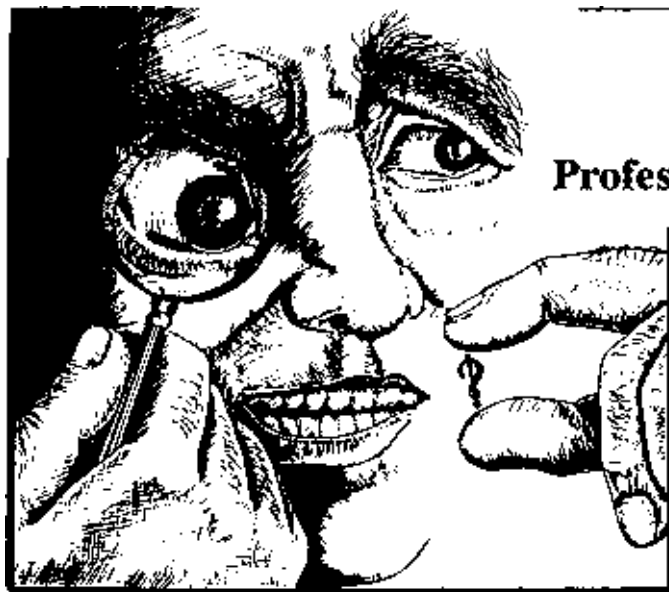
PROPOSTA DO GT-VERBAS PARA A PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL DE EMERGÊNCIA		
1. Salários a partir de 1/sep/90 1.1 Reajuste de 93,54% ⁽¹⁾ 1.2 Sobre o salário reajustado, aplicar o ICV-DIEESE ⁽²⁾ medido de 1/abril/90 a 31/ago/90. 1.3 Reajuste mensal pelo ICV-DIEESE.	2.2 Revogação dos itens da MP209 referentes a férias, recrutamento externo. 3. Verbas 3.1 Cumprimento do artigo 212 ⁽³⁾ da Constituição Federal, preservando os valores reais. 3.2 Repasse das verbas previstas no acordo de 1989 preservados os valores reais. 3.3 Repasse dos recursos,	previstos no orçamento de 90, para ciência e tecnologia, e para OCC (custos e capitais) das IFES, preservados os valores reais. 4. Abertura imediata de negociações com vistas à data base. 5. Criação de uma política salarial que preserve os salários da corrosão inflacionária. <i>O reajuste total reivindicado nessa pauta é de 276,45%.</i>
<small>(1) 93,54% é o resultado acumulado de 5% (referente ao redutor aplicado ao IPC de janeiro no reajuste de 1/fev/90), com 84,32% referente ao IPC de março (medido de 16/fev/90 a 15/mar/90). Isto é, $1,05 \times 1,8432 = 1,9354$, ou 93,54% (2) O ICV-DIEESE medido de 1/abr/90 a 31/ago/90 totaliza 94,51%. (3) O artigo 212 determina a aplicação pela União de pelo menos 18% da receita de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino.</small>		

talado em Brasília o total das perdas impostas aos seus salários. Contudo, com o propósito de obter uma solução rápida que recupere parte das perdas salariais, os docentes das Universidades Federais estão apresentando em caráter

emergencial uma pauta de reivindicações.

Desde que a sensibilidade do governo para resolver os problemas de ordem social e de interesse para o desenvolvimento do país é diametralmente oposta às nossas

aspirações, estamos convocando os docentes das Universidades e em particular da UFRJ para se manifestarem e se mobilizarem, fortalecendo o movimento docente, evitando que o governo deixe de atender nossas reivindicações.



Professor, dê uma olhadinha no seu contracheque...

MEXA-SE!

NOVA LDB PODE DESCREDENCIAR UNIVERSIDADES

Segundo avaliação do Grupo de Trabalho em Política Educacional (GTPE) da ANDES-SN, o texto aprovado na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados reflete a composição política, onde liberais, privatistas e defensores da escola pública tiveram que negociar a aprovação da referida Lei, após a superação de dificuldades iniciais, como a proposição da deputada Sandra Cavalcanti de simplesmente não haver uma LDB (uma vez que a Constituição já prevê verbas públicas para as instituições privadas...). Assim, apesar da hegemonia dos conservadores, a existência da Lei é positiva, com o reconhecimento da escolha dos dirigentes máximos das Universidades, por eleição direta, com mandato de 3 anos (podendo haver uma recondução) ou 4 anos (sem recondução); a prerrogativa da Universidade de estabe-

lecer seus quadros de pessoal; a previsão de ensino noturno; existência de plano de carreira para os docentes das Instituições públicas (ANDES-SN reivindica para as Instituições privadas); ingresso por concurso; progressão por desempenho e titulação; política para a capacitação de docentes, semestre ou ano sabático e adicional por tempo de serviço.

No entanto, no capítulo sobre Ensino Superior, há artigos que se confrontam radicalmente com os princípios históricos do movimento docente. O artigo que causou maior preocupação é o que impõe a necessidade de credenciamento para as Universidades, definido como prerrogativa do Poder Público Federal, após um processo de avaliação institucional conduzido pelo Conselho Nacional de Educação. Segundo a LDB aprovada, se

a avaliação não for favorável, a instituição passará a funcionar como Centro de Ensino Superior, sem a prerrogativa de autonomia definida no Art. 77 da Constituição.

Tendo em vista os efeitos do processo de sucateamento das Universidades públicas intensificado nos últimos anos, possivelmente várias delas vão perder sua condição de Universidade, passando a funcionar como Centro de Ensino Superior - já nascida como instituição de segunda categoria. É grave que o Estado, que deveria garantir um padrão de qualidade básico para todas as Universidades, reconheça instituições de categorias diferentes. Assim, teremos os "Centros de Excelência", com verbas do Sistema Nacional de C&T e instituições de ensino sem autonomia e verbas. No entender da ANDES-SN os princípios do padrão unitário de qualidade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se tornaram letra morta na LDB.

A ANDES-SN elaborou emendas no sentido de definir a instituição universitária, separando a avaliação institucional do credenciamento, posto que a avaliação é vista como processo permanente. No caso da avaliação evidenciar insuficiências decorrentes do não repasse de verbas por parte do Executivo, este será responsabilizado quanto ao não cumprimento de suas obrigações constitucionais e sociais. Rebaixar a categoria das Universidades seria reconhecer um sistema de ensino dual - de excelência e de ensino - e isentar o Estado de suas obrigações.

Há também outros artigos que a ANDES-SN modificou, especialmente os que se referem ao caráter do Fórum Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Educação, aos Sistemas de Ensino e ao Financiamento da Educação, que discutiremos em outra oportunidade.

Informes sobre o Regime Jurídico Único - RJU

O Regime Jurídico Único tem se constituído no grande ponto de discussão para os Servidores Públicos Federais - SPF's - neste último ano, desde a apresentação do Projeto de Lei de iniciativa do Governo Sarney, ainda em outubro de 1989. Em 05/04/90 expirou-se o prazo determinado pela Constituição Federal para a promulgação da Lei de RJU.

Mais uma etapa foi completada com a aprovação pelo Senado Federal - por unanimidade em acordo de lideranças - do substitutivo ao Projeto de Lei nº 069 do Senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União.

O substitutivo aprovado submete os servidores celetistas ao regime da Lei 1711/1952 e legislação complementar. O texto garante ainda a nomeação de estrangeiros, o direito às pessoas portadora de deficiências de se inscrever em concurso público. Há um grande avan-

ço nas discussões das relações sindicais que foram incorporadas por pressão dos SPF's.

Embora alguns pontos defendidos pelos SPF's estejam contemplados no substitutivo, outras questões prioritárias não foram incorporadas. A avaliação detalhada do texto aprovado está sendo feita pelas entidades dos SPF's.

Com a aprovação do substitutivo, o projeto volta para a Câmara que tem o poder de aprová-lo, emendá-lo e, até mesmo retomar o projeto anteriormente aprovado no seu interior. Tão logo saia da Câmara, seguirá para a sanção do Presidente, que poderá vetá-lo ou não. É importante lembrar que o

projeto de RJU deve ser aprovado ainda na atual Legislatura, sob pena de vermos apresentado outro texto oriundo do Poder Executivo.

A Comissão de RJU da ANDES-SN da qual a ADUFRJ faz parte, estará se reunindo para avaliar o documento aprovado e discutir as próximas ações a serem empreendidas.

A Diretoria da ADUFRJ já solicitou ao Consultor Jurídico da AD, Dr. Hermann Baeta, parecer sobre o substitutivo aprovado. Os associados que desejarem cópias do documento podem obtê-la junto à secretaria da Associação.

Agora, mais do nunca, os docentes devem acompanhar e participar dos eventos que visem pressionar a Câmara no sentido de se reunirem para votar imediatamente o RJU.

GT de Política Educacional da ADUFRJ

A ADUFRJ constituiu um Grupo de Trabalho de Política Educacional para discutir e elaborar propostas para o ensino superior em geral e para a UFRJ em particular. Não podemos nos conformar em sermos apenas espectadores das transformações feitas pelas cúpulas. A LDB ainda pode ser aprimorada e seus pontos positivos devem ser conhecidos por todos os educadores, para que possamos defendê-los. Temos o debate sobre ensino noturno na UFRJ, as modificações no vestibular, o processo de avaliação, entre outras questões a serem estudadas.

Estamos convidando todos os docentes interessados na discussão para participarem do GTPE. Cabe a nós, docentes, a iniciativa da luta por uma educação pública, de qualidade, e em consonância com as necessidades sociais de nosso país.

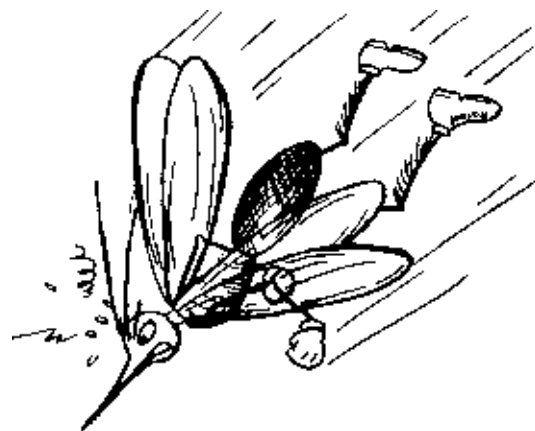
XXX Congresso Brasileiro de Química
III Jornada Brasileira de Iniciação Científica em Química
RJ, 08 a 11 de outubro de 1990.
Escola de Química do Centro de Tecnologia - UFRJ

Os Hospitais Universitários e seu financiamento através do SUS

Discute-se hoje que o financiamento dos Hospitais Universitários/Ensino deve ser feito através do SUS - (Sistema Único de Saúde), assim como as outras diversas unidades da rede, de acordo com sua "produtividade". Na realidade isto já vem se dando em alguns setores há algum tempo através das AIHPs... Autorizações de Internações Hospitalares Públicas. Assim, com exceção da folha de pagamento de pessoal, as responsabilidades da manutenção destes hospitais bem como seu controle seguem as mesmas regras da rede de saúde como um todo. A prevalecer a atual conjuntura em que as unidades hospitalares universitárias não cumprem seu objetivo de desenvolvimento de assistência especializada (atenção terciária e quaternária), estamos sujeitos ao risco de permanecer ainda mais pressionados, a basear nossa "produtividade" no atendimento cada vez maior das patologias que exigem um nível mais simplificado de atenção, substituindo outros serviços não integrados ou não existentes na rede. Mais grave ainda é o contínuo "inchamento" de nossas emergências que, além de já preencher em cerca de 1/3 à metade do atendimento necessário à rede, diga-se de passagem, nem sempre "verdadeiramente" emergências, não parecem alcançar nunca o seu perfil de atendimento adequado. A sua posição de integração na rede é de emergência também especializada, isto significa que deve cobrir agravos

emergenciais específicos. Outra questão que se coloca é, que sendo local de treinamento, a questão da "produtividade" tem, necessariamente, que passar por uma conceituação coerente com seu papel. Sem critérios definidos de atendimento para cada nível hierárquico da rede (HU/HE PAMS, Centros de Saúde, etc.) incorreremos nos mesmos erros. Além do mais, no que tange à participação da universidade na atenção aos níveis primário e secundário da saúde, através das unidades de atenção nestes níveis, ou da adequação da rede como um todo para o ensino, muitas das atividades, como as relacionadas à Saúde Coletiva não tem critérios definidos de financiamento.

Atualmente elas não são remuneradas através dos convênios MEC/MPAS. Finalmente, como o setor público se preparará para enfrentar a evidente concorrência com o setor privado, já que também não existem critérios concretos de priorização de financiamentos para o primeiro? E quanto à remuneração destes profissionais do Ministério da Educação ligados à área de saúde? Hoje são pior remunerados que seus colegas da rede previdenciária, apesar de acumularem as funções de docência e ações médicas inerentes ao ensino de Medicina. Estas perguntas necessitam respostas imediatas e uma mobilização que hoje infelizmente não se vê em nossas universidades, para fazermos frente a problemas tão graves.



ADUFRJ exige prevenção para Dengue hemorrágica no Rio de Janeiro

XXI CONAD acolhe proposta da ADUFRJ nos seguintes termos:

Os docentes das IFES reunidos no XXI CONAD da ANDES-SN, em Aracaju, no período de 30 de maio a 02 de junho de 1990, manifestam sua preocupação com a população do Estado do Rio de Janeiro, que se encontra diante da iminência de uma nova epidemia de Dengue, desta vez com grande probabilidade de casos com manifestações hemorrágicas e neurológicas.

Após a epidemia de 1986/1987 com grande parte da população susceptível do Estado atingida pelo vírus tipo 1, nada tem sido feito para o controle efetivo do vetor da doença e das condições para sua transmissão, culminando nos últimos períodos com a detecção do vírus tipo 2, em casos de Dengue. Diante do risco crescente de nova epi-

demia, desta vez muito mais grave, podendo atingir proporções catastróficas muito acima do tolerável em termos de padecimento para a população, assim como pelo impacto sobre o sistema de Saúde, despreparado para enfrentá-la, vimos exigir do Governo Federal e do Governo Estadual do Rio de Janeiro providências urgentes necessárias a uma situação de tal gravidade como esta com que nos deparamos.

Aracaju, 02 de junho de 1990

* Esta moção foi encaminhada ao Presidente da República, Ministro da Saúde, Governador do Estado e Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

Comissão de Avaliação da ADUFRJ solicita mais dados à Reitoria

A Comissão de Avaliação da ADUFRJ enviou aos docentes um relatório contendo as remunerações totais da folha de pagamento do mês de maio. Não foi possível realizar uma análise mais completa da política salarial na UFRJ, tendo em vista que as remunerações brutas da listagem englobam gratificações, comissões, jetons, quinquênios, horas-extras, atrasados, etc...

No entanto, foram constatadas na folha de pagamento de maio algumas remunerações exorbitantes, bem superiores a de um Professor Titular com Doutorado, 20 anos de serviço e em re-

gime de dedicação exclusiva.

Para se fazer uma análise mais profunda destes dados, será necessário um estudo mais completo dos meses anteriores. Por este motivo, a Comissão de Avaliação da ADUFRJ solicitou e já recebeu da Reitoria da UFRJ, em disquetes, as folhas de pagamento dos meses de março a agosto de 90. A Diretoria da Associação, por deliberação de Assembléia Geral, solicitou também ao Reitor: a) reafirmar a solicitação anterior de que os contracheques dos servidores sejam entregues abertos; b) divulgação imediata e ampla do resultado dos trabalhos da Comissão de

Sindicância instituída pelo Reitor, c) informações sobre contracheques suplementares existentes em algumas Unidades da UFRJ (fonte pagadora, critérios para o recebimento, número de servidores e sua respectiva distribuição nas Unidades).

A Comissão de Avaliação da ADUFRJ continuará trabalhando com estas informações e comunicando suas conclusões aos docentes na medida em que receba os dados solicitados à Reitoria. Estes dados (folhas de pagamentos e outros) ficarão à disposição dos sócios na sede da ADUFRJ para consulta.

Convênios

A Diretoria da ADUFRJ tem recebido inúmeras solicitações de seus associados para a realização de convênios diversificados tais como assistência médica, seguro de vida, etc.

A questão é polêmica no interior da ADUFRJ. Entretanto, além da defesa de uma política universitária adequada, objetivo principal de nossas lutas, outras demandas de nossa comunidade merecem ser consideradas. Solicitamos portanto sua colaboração no sentido de manifestar opinião e interesse sobre o assunto, enviando sugestões para a secretaria da AD.

Eleição para o Conselho de Representantes: É hora de fortalecer nossa entidade

O Conselho de Representantes da ADUFRJ, definido estatutariamente como órgão deliberativo, constituído por, no mínimo, um e, no máximo, três representantes por unidade, eleitos por votação direta e secreta entre os associados de sua respectiva Unidade, é um órgão da maior importância para o fortalecimento e democratização da ADUFRJ e do movimento docente.

Neste momento de arrocho salarial, corte de verbas, medidas provisórias, RJU, LDB, só há uma alternativa: nossa união e organização para potencializar a luta em prol de uma universidade autônoma, pública, gratuita e de qualidade.

Para isto, precisamos reestruturar o Conselho de Representantes. A ADUFRJ promoverá eleição nas Unidades que ainda não possuem representantes. PARTICIPE.

Unidades que devem eleger representantes/número de representantes e respectivos suplentes:

Colégio de Aplicação - 1 representante (1 suplente); COPPE - 3 rep. (3 suplentes); **Escola de Belas Artes** - 2 rep. (2 suplentes); **Escola de Comunicação** - 1 rep. (1 suplente); **Escola de Educação Física e Desportos** - 1 rep. (1 suplente); **Escola de Enfermagem Anna Nery** - 1 rep. (1 suplente); **Escola de Música** - 2 rep. (2 suplentes); **Escola de Química** - 1 rep. (1 suplente); **Escola de Serviço Social** - 1 rep. (1 suplente); **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** - 2 rep. (2 suplentes); **Faculdade de Direito** - 1 rep. (1 suplente); **Faculdade de Economia e Administração** - 2 rep. (2 suplentes); **Faculdade de Farmácia** - 1 rep. (1 suplente); **Faculdade de Letras** - 3 rep. (3 suplentes); **IFCS** - 3 rep. (3 suplentes); **Instituto de Biofísica** - 1 rep. (1 suplente); **Instituto de Biologia** - 1 rep. (1 suplente); **Instituto de Geociências** - 2 rep. (2 suplentes); **Instituto de Matemática** - 2 rep. (2 suplentes); **Instituto de Microbiologia** - 1 rep. (1 suplente); **Instituto de Nutrição** - 1 rep. (1 suplente); **Instituto de Pediatria** - 1 rep. (1 suplente); **Instituto de Psicologia** - 1 rep. (1 suplente); **Instituto de Química** - 2 rep. (2 suplentes); **Museu Nacional** - 1 rep. (1 suplente); **Observatório do Valongo** - 1 representante (1 suplente).

Calendário Eleitoral:

- Inscrição dos candidatos: 17 a 26 de outubro.
- Eleição: 31 de outubro de 1990.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

Colégio de Aplicação Representante: Clóvis de Figueiredo Neves Filho Suplente: Elianne de Azevedo Takche Mandato: outubro 88 a outubro 90 Número de sócios: 89 Representação: 2 representantes e 2 suplentes Escola de Engenharia Representantes: Oscar Acselrad, Pedro Francisco Albuquerque Filho, Francisco José Lins Peixoto Suplente: Theophilo Benedito Ottoni Filho Mandato: outubro 89 a outubro 91 Número de sócios: 219 Representação: 3 representantes e 3 suplentes Faculdade de Educação Representantes: Maria Eloisa Guimarães e Vera Vergara Esteves Suplentes: Regina Coeli Ávila	Alves Pereira e Catherine Laurence M. Carrieres Rato Mandato: outubro 89 a outubro 91 Número de sócios: 114 Representação: 2 representantes e 2 suplentes Faculdade de Medicina Representantes: Ana Maria Vergueiro Borralho, Antonio Vitor de Abreu, Paulo Feijó Barroso Suplentes: Ligia Bahia e Preci Haydée Grohmann Mandato: outubro 89 a outubro 91 Número de sócios: 265 Representação: 3 representantes e 3 suplentes Faculdade de Odontologia Representantes: Urubatan Vieira de Medeiros e Mirella Giongo Galvão da Silva Suplentes: Marcio Sayão de Miranda e Marcelo de Castro Costa Mandato: outubro 89 a outubro	91 Número de sócios: 70 Representação: 2 representantes e 2 suplentes Instituto de Ciências Biomédicas Representante: Vera Lúcia G. Morais Mandato: outubro de 89 a outubro 91 Número de sócios: 51 Representação: 1 representante e 1 suplente Instituto de Física Representantes: Oswaldo de Medeiros Ritter e Raphael de Haro Junior Suplentes: Marcus Venicius Cougo Pinto e Suzana Lehrer de Souza Barros Mandato: outubro 89 a outubro 91 Número de sócios: 108 Representação: 2 representantes e 2 suplentes Instituto de Macromoléculas Representante: Cristina Tristão	de Andrade Mandato: outubro 89 a outubro 91 Número de sócios: 11 Representação: 1 representante e 1 suplente Instituto de Tisiologia e Pneumologia Representante: Roberto Bravo de Souza Suplente: Roni Marques Mandato: outubro 89 a outubro 91 Número de sócios: 15 Representação: 1 representante e 1 suplente NUTES Representante: Eliane Brígida de Morais Falcão Suplente: Antonio Filomeno Mandato: outubro de 89 a outubro 91 Número de sócios: 10 Representação: 1 representante e 1 suplente
---	---	--	---

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

**Boletins e informes da Adufrj-SSind publicados no período de
03/1989 a 11/1989.**

EDITORIAL**As irregularidades na UFRJ e a luta contra as ameaças do governo**

A ADUFRJ tentou ao longo de muitos meses obter formalmente da Reitoria informações detalhadas e completas sobre funcionários técnico-administrativos e docentes contratados após o enquadramento na carreira. Obtivemos da Reitoria informações parciais. Manifestamos por diversas ocasiões nossa crítica, não aos funcionários contratados nestas condições e nem à necessidade de pessoal para várias funções na Universidade. Criticamos sim o procedimento utilizado nas contratações, decididas de maneira centralizada, sem um critério explícito, em número elevado e sem atender às necessidades das Unidades e dos Departamentos. Por mais de uma vez levamos ao Reitor nossa preocupação de que não bastam as intenções declaradas para administrar democraticamente uma instituição das dimensões da UFRJ, com milhares de funcionários, docentes e alunos. A folha de pagamento da UFRJ monta a mais de 20 milhões de cruzados novos mensais, superando alguns municípios de grande porte. Trata-se de uma administração complexa e difícil. Abri-la à crítica é uma forma de detectar erros para corrigi-los a tempo. Infelizmente não fomos ouvidos ou não fomos entendidos pelo Reitor, que preferiu fechar-se dentro do estreito círculo com que compôs sua administração e nos atacar sistematicamente, usando o velho método de nos acusar de elitistas e de acumpliciados com os setores mais retrógrados do MEC. Esquecem os que se utilizam dessa prática que tal estratégia sempre foi utilizada pelos ditadores. Basta lembrarmos que Stalin condenou à morte seus opositores, notórios defensores da revolução Soviética, alegando, falsamente, serem agentes contra-revolucionários.

Neste boletim, publicamos dados sobre as contratações que, infelizmente, comprovam nossas preocupações. Vários familiares de membros da administração superior da UFRJ estão

incluídos entre os contratados. Isto não é correto, pois não houve concurso público, seleção pública nem divulgação dos critérios para escolhê-los. Mesmo que sejam competentes para as funções que vieram exercer, poderia haver outros candidatos tão competentes quanto eles ou mais; não cabendo a quem decide no setor público usar seu poder em benefício de parentes, correligionários e amigos. Estas atitudes dão margem aos ataques que sofremos como servidores públicos, por setores elitistas interessados em desmontar o serviço público e em destruir a Universidade Pública. Cortaram as verbas da Universidade, cortaram as verbas da Pesquisa Científica e Tecnológica, atingindo a Universidade. Querem anular o papel do Estado na Educação, na Saúde, etc... Ameaçam com demissões. Por esta razão devemos ser rigorosos e os erros aqui criticados devem ser corrigidos pela Reitoria para não enfraquecer ainda mais a Universidade.

Somos contrários às ameaças de demissões feitas pelo Governo, que para nós são tão injustas e arbitrárias quanto a admissão feita sem concurso público, sem seleção pública, sem critérios explícitos. Do mesmo modo consideramos arbitrária e injusta a compressão de nossos salários o corte das verbas para as Universidades, ditadas por pressão dos credores da dívida externa e em nome da redução do déficit público, medidas embutidas ao chamado plano verão.

A greve geral foi uma demonstração do desagrado dos trabalhadores. Participamos dela integrados na ANDES em nível nacional e por decisão da Assembléia Geral da ADUFRJ. Será preciso agora continuar esta luta colocando especificamente o problema do salário dos servidores públicos, das verbas para educação e da democratização das Universidades.

A carreira docente com dois anos de atraso*página 3***O salário dos professores***página 4, 5 e 6***O trabalho na constituinte estadual***página 6***A ciência e tecnologia depois do plano verão***página 7*

Reajuste de mensalidade

A mensalidade atual da ADUFRJ é NCz\$ 2,39. Deste total, a quantia de NCz\$ 0,46 é enviada à Andes, já que todos os sócios da ADUFRJ são automaticamente filiados à Andes, a menos que expressem desejo contrário.

O VIII Congresso da Andes-Sindicato Nacional aprovou reajuste na mensalidade de NCz\$ 0,46 para NCz\$ 1,50. Além disso, as despesas da

ADUFRJ vêm aumentando e o salário dos nossos funcionários (três) encontram-se defasados. Por isso, a Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada em 9/3/89, aprovou reajuste da mensalidade da Associação para NCz\$ 4,00 a partir do mês de abril, sendo que, deste valor, NCz\$ 2,50 permanecerão na AD. A ADUFRJ informa que novos reajustes obedecerão aos índices de aumento do salário do docente.

Imposto Sindical

A ADUFRJ é contrária à cobrança compulsória do imposto sindical. O imposto é cobrado dos assalariados das empresas privadas e das estatais, por exigência da CLT, e representa 1/30 do salário de março. Entendemos que os sindicatos e as associações devam ser mantidos por contribuições voluntárias, porque o imposto obrigatório reforça o peleguismo no movimento sindical.

Como a sindicalização dos servidores públicos ainda não foi regulamentada pelo Congresso Nacional, consideramos que a cobrança do imposto é ilegal. Assim, por deliberação da Assembléia Geral de 9/3/89, encaminhamos à Reitoria solicitação de que o imposto sindical não seja descontado dos docentes da UFRJ e recebemos confirmação do Prof. Horácio Macedo de que procederá dessa forma.

Docentes na Comissão Eleitoral

Diante do Art. 6.º (transcrito abaixo) das normas da eleição para Reitor, elaboradas pelo Conselho Universitário, a Assembléia Geral da ADUFRJ, de 9/3/89, deliberou:

presidido, organizado e executado por uma Comissão Eleitoral composta por 5 (cinco) docentes, 5 (cinco) servidores técnico-administrativos e 5 (cinco) estudantes.

1. Que, por ser de natureza institucional, não compete à ADUFRJ, de acordo com os princípios de autonomia e independência em relação ao Estado, ao MEC, à Reitoria e aos partidos políticos, a responsabilidade pela eleição dos membros docentes da Comissão Eleitoral;

§ 1.º - O Conselho Universitário homologará a constituição final da Comissão Eleitoral.

2. sugerir que os docentes da Comissão Eleitoral sejam escolhidos por eleição direta, com ampla divulgação e urnas fixas em todas as Unidades, tendo direito a voto os professores da carreira do magistério.

§ 2.º - Os membros da Comissão Eleitoral serão eleitos em processo encaminhado pelas entidades representativas dos segmentos.

§ 3.º - Cada membro da Comissão Eleitoral terá um suplente escolhido no mesmo processo mencionado no parágrafo anterior.

§ 4.º - O presidente da Comissão Eleitoral, com direito exclusivo a voto de desempate, será escolhido entre os membros eleitos pelos componentes da Comissão.

Art. 6.º - O processo eleitoral será de responsabilidade institucional e

O tamanho do Rei Thorzinho

Yur Oddnanreff (após a perestroika)

Diz-se que Thorzinho tornou-se Rei das terras do Fundinho, das adjacências da Maré Mansa (nem sempre) e das distantes terras da Praia "Rubra" (não chamei de vermelha para evitar qualquer interpretação ideológica do texto). Seus camaradas, perdão, seus súditos, na maioria se dividiam em dois grupos: os que passavam trotes, chamados Trotekistas, e os ligados à multinacional (do leste, obviamente) Stanley, chamados Stanleynistas, resolveram fazer uma vaquinha para comprar um corte do mais belo tecido e ofertá-lo ao tão venerado Rei (eles não agüentavam mais aquela camisinha tão amassadinha, azulzinha do Rei Thorzinho). Thorzinho chamou imediatamente seus mais importantes colaboradores, todos DAS**. Entre eles, estavam: o das finanças, Amor-in, o da administração e pessoal, Joãozinho Trinca, e a do ramal, perdão da extensão, Irmã La Dulce. Após ampla consulta com a participação dos pintores (aqueles do quadro), os ferroviários (aqueles que desco-

briram que esse Reino é um trem bom) e os meninos do GEN DE*** (com tanta gente, há de ter uma alfaiate), mediram o tecido várias vezes e concluíram que o tecido só daria para fazer uma gravata. O Rei estranhou mas não lhes deu ouvido. Um belo dia, tendo que ir a outro Reino, levou consigo a peça e pediu a seu colega (esse não era camaradinho) monarca que chamasse seu (dele) alfaiate. O homem mediu o tecido, tirou as medidas do Rei (Thorzinho) diversas vezes e concluiu que se poderia fazer uma camisa, um terno, um colete e um lenço. O Tirano, perdão, o Reeleito, perdão, o Rei eleito, não se contentando, perguntou: "Como se explica tal *cousa*, senhor?". "Ah! - respondeu-lhe o outro - é que lá no seu Reino o senhor é considerado muito maior do que realmente é".

*YUR ODDNANREFF é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; colabora com o BOLETIM DA ADUFRJ; não colabora com: Jornal da Reitoria; com o Boletim da Reitoria; com a Folha Se-

manal da Reitoria; com Notícias da Reitoria, com a Reitoria em Foco; com Informativo da Reitoria; com O Pessoal; com O Pessoal do Quadro; com O Pessoal Fora do Quadro e com A Voz da Unidade (epa! essa escapou. Vi tantos exemplares dessa que pensei que também fosse publicação deles). (adaptado de Fábulas Fabulosas - Millor Fernandes)

** DAS - Dinheiro Acima do Social

***GEN D(E) - Gente Entendida em Nomeações de Esquerda e Direita.

Aviso: GENDE foi colocado como uma licença literária (ao invés de GEND). Como nesse reino se concede licença para coisas muito piores, temos o direito de também praticar esse pequeno ato democrático.

- Rui Fernando Pereira - professor do Instituto de Física/UFRJ

CONSELHO DE REPRESENTANTES

CCMN
Instituto de Física
José Antônio Martins Simões e Filadelfo Cardoso dos Santos (representantes); Odair Dias Gonçalves e Raphael de Haro Junior (suplentes).
Instituto de Geociências
Maria da Glória Pires de Carvalho e Isimar de Azevedo Santos (representantes)
Instituto de Matemática
Sem conselheiro
Instituto de Química
Sem Conselheiro
Observatório do Valongo
José Augusto Buarque de Nazareth (representante) e Lília Irmeli Arany Prado (suplente)
CLA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Sem conselheiro
Escola de Belas-Artes
Sem conselheiro
Faculdade de Letras
Maria Cristina Rigoni Costa, Vera Cristina Rodrigues Feitosa e Renata Gérard Bondim (representantes); Godofredo de Oliveira Neto, Jandyra Gonçalves Figueiredo (suplente) e Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagório (suplentes)
Escola de Música
Léo Affonso de Moraes Soares (representante); Vanda Lima Beliard Freire, Regina Maria Meirelles Santos e Neusa Gomes Nunes (suplentes)
CFCH
Faculdade de Educação
Luciane Maria Quintanilha Falcão e Marcelo Macedo Corrêa e Castro (representantes)

Escola de Comunicação
Kátia Maria de Carvalho Silva (representante) e Geir Nuffler Campos (suplente)
Escola de Serviço Social
Lília Lopes Guimarães (representante) e Dayse de Paula Marques da Silva (suplente)
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Sem conselheiro
Intitulo de Psicologia
Sem conselheiro
Colégio de Aplicação
Clóvis de Figueiredo Neves Filho (representante) Elianne de Azevedo Takche (suplente)
CCJE
Faculdade de Direito
Sem conselheiro
Faculdade de Economia e Administração
Josué de Souza Almeida (representante) e Almir Pita Freitas Filho (suplente)
CCS
Instituto de Ciências Biomédicas
Sem conselheiro
Escola de Enfermagem
Sem conselheiro
Faculdade de Farmácia
Hélio de Mattos Alves (suplente)
Faculdade de Medicina
Leticia Legay Vermelho, Aldo Franklin Ferreira Reis, Diana Maul de Carvalho (representantes); Fernando Sérgio Viana Martins e Susie Andries Nogueira (suplentes)
Instituto de Microbiologia
Sem conselheiro
Instituto de Nutrição
Elizabeth Accioly (representante); Rita

de Cássia Perrelli (suplente)
Faculdade de Odontologia
José Monteiro Neto (representante) e Francisco Jeter Ribeiro (suplente)
Instituto de Biologia
Sem conselheiro
Escola de Educação Física e Desportos
Alexandre Moraes de Mello (representante) e Eleonora Gabriel (suplente)
Instituto de BioFísica
Sem conselheiro
Instituto de Psiquiatria
João Ferreira de S. Filho (representante) e Ceres EI-Jaick Andrade (suplente)
Instituto de Pediatria
Arildo Pereira Franco da Fonseca (representante) e Peter Abram Likuornik (suplente)
Instituto de Tisiologia e Pneumologia
Ezemar Marques de Andrade (representante) e Aunir José Carneiro (suplente)
NUTES
Antônio Filomeno (representante) e Eliane Brígida de Moraes Falcão (suplente)
NPPN
Sem conselheiro
CT
Escola de Engenharia
Henrique Inneco Longo (representante) e Theophilo B. Ottoni Filho (representante)
Escola de Química
Sem conselheiro
COPPE
Sem conselheiro
Instituto de Macromoléculas
Esperanza A. V. R. Ribeiro (representante) e Bettina A. L. Calafate (suplente)
FORUM
Museu Nacional
India Maria Borba Moreira (representante) e Denise Pamplona Carvalho (suplente)

EXPEDIENTE

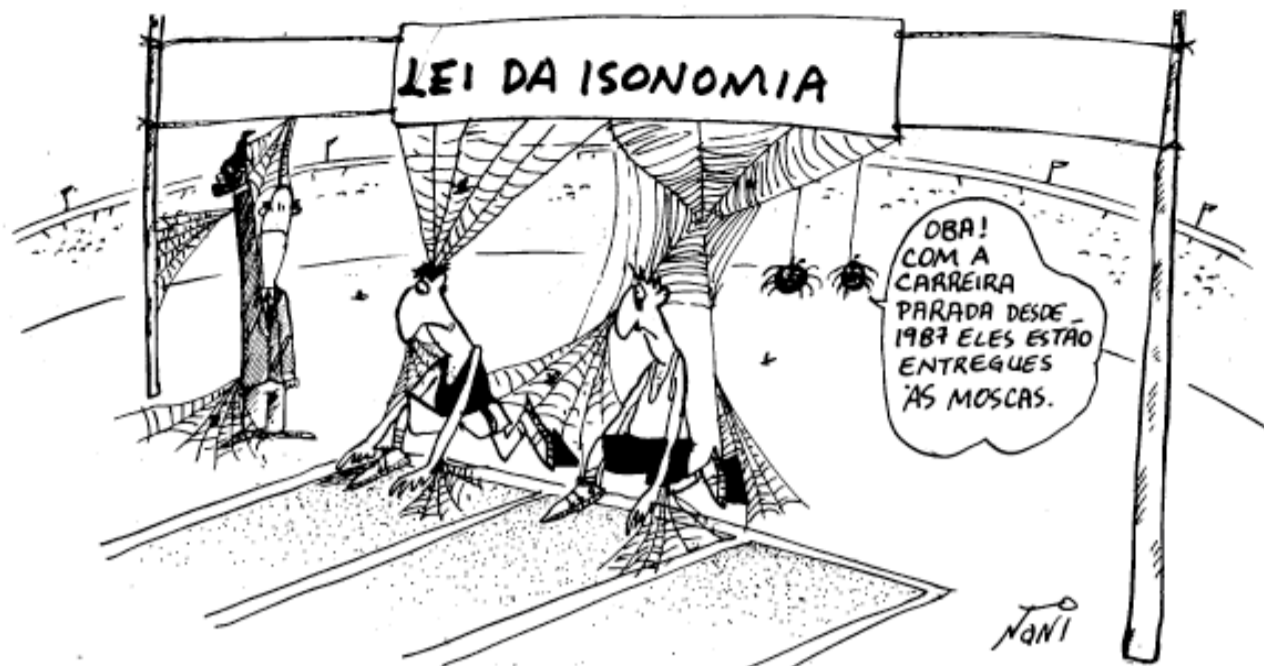
BOLETIM DA ADUFRJ —
Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
telefone: 590-4799 ou 280-9322
ramal 325 — Ilha do Fundão,
Cidade Universitária — CEP
21.944 Caixa Postal 68.531 —
Rio de Janeiro — RJ — CGC
30.315.005/0001/51
Edição e Redação: Edwiges Rego
Reg. Prof. n.º 19.150 MT
Diagramação: Jânio Costa
Composição e Fitolito: WJ
Fotocomposição Tel.: 273-5115

Impressão: Jornal dos Sports
DIRETORIA DA ADUFRJ
Presidente: Murillo Mendes Guimarães
1.º Vice-Presidente: Alexandre Magalhães da Silveira, no exercício da Presidência
2.º Vice-Presidente: Pedro A. P. Vieira (licenciado)
1.º Secretário: Maria Lúcia Pimentel
1.º Tesoureiro: Isabel Cristina F. da Cruz
2.º Tesoureiro: Nelson F. Fernandes

A carreira docente com dois anos de atraso

Um grupo de docentes do IFCS entrou com pedido, já encaminhado ao serviço jurídico, de que prevaleçam, no momento, as normas antigas para progressão funcional. A informação dada pelo Reitor na reunião do Conselho Universitário, em 9 de março, evidencia a situação irregular e o atraso da UFRJ em comparação com universidades que já concluíram o assunto: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Viçosa, Escola Paulista de Medicina e outras. Inexplicavelmente, nesta mesma reunião, o Reitor estabeleceu como último ponto de pauta a discussão da progressão funcional, tendo quatro pontos anteriores, absolutamente sem urgência, como concessão de títulos de Professor Emérito.

Na UFRJ, só depois de várias pressões, é que o assunto entrou em discussão. Embora o CEG e o CEPG tenham formulado suas propostas ainda em 1988, só foram levadas pelo Reitor para o Conselho Universitário nos últimos dias de janeiro e princípio de fevereiro deste ano. O BOLETIM DA ADUFRJ nº 43 publicou todas as propostas de progressão funcional, apresentadas em 1988 - a do CEG, a do CEPG, do Reitor e da ADUFRJ. Itens importantes permanecem também sem regulamentação, como o semestre sabático e a CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente -, que está há 17 meses com o mandato prorrogado e, atualmente, sem representação dos professores auxiliares. Ainda de acordo com a Lei da Isonomia, a CPPD deverá ampliar o número de conselheiros e suas atribuições. Es-



sas alterações, no entanto, dependem de regulamentação pelo Conselho Universitário, sendo que até agora nada se efetivou.

Consideramos este atraso de quase dois anos descaso com as questões acadêmicas da UFRJ, displicência com um dos aspectos importantes da vida docente: a carreira. Em consequência do descaso, os professores têm uma perda brutal no salário, tendo em vista que uma mudança de nível corresponde a 4% e, sobre este percentual incidem todos os outros. Por isso, entre outros motivos, a decisão de alguns do-

centes do IFCS de solicitar à Reitoria progressão funcional através de mecanismos anteriores à Lei da Isonomia trata-se de uma atitude compreensível, mas não devemos retroceder. A Lei da Isonomia trouxe exigências para progressão na carreira que estimulam a qualificação acadêmica como forma de avanço na vida universitária. Longe de nos afastarmos dessas exigências, devemos aperfeiçoá-las. Uma Universidade Pública só cumprirá seus compromissos com a sociedade, que a sustenta, se contar com um corpo docente academicamente qualificado.

O salário dos professores

Fábio Giambiagi(*)

A decretação do Plano Verão desatou uma série de controvérsias, dentre as quais uma das mais importantes é certamente a que se relaciona com o tema de salário real. Nesse sentido, é interessante analisar em que nível deverá se situar o poder aquisitivo dos professores universitários, considerando diferentes bases de referência para efeitos de comparação.

No cálculo do salário real, é fundamental determinar qual é o índice de preços adotado para deflacionar os dados observados de salário nominal. Isto se relaciona, por sua vez, com a hipótese de recebimento e de gasto dessa remuneração. No caso dos professores universitários, durante 1988 e até janeiro do ano em curso, o salário era recebido em torno do dia 25, havendo uma considerável concentração do gasto nos primeiros dias depois do recebimento do pagamento. Para simplificar assume-se a premissa - irrealista para cada indivíduo isoladamente, mas razoável como representativa da média do conjunto - de que o salário era recebido e gasto no dia 30. A partir de fevereiro, entretanto, o salário deverá ser pago apenas na proximidade do dia 10 do mês seguinte, isto é, com um atraso de 15 dias em relação a situação prévia, o que nos obriga a supor, portanto, que aquela premissa referente ao gasto no dia 30 deverá também ser deslocada de 15 dias. Em consequência, enquanto que o salário de janeiro é comparado com o suposto índice de preços de 30 de janeiro, o de fevereiro é deflacionado pelo suposto índice de preços de 15 de março, o salário de março pelo suposto índice de 15 de abril, etc.

Como se sabe, o IPC é um índice coletado entre os dias 16 de um mês e 15 do mês seguinte e centrado aproximadamente no dia 30. Por

outro lado, o INPC é coletado entre o primeiro e o último dia do mês e centrado em torno do dia 15. Nos cálculos feitos, então, considerou-se que até novembro de 1988 a inflação entre o início e o fim de um mês era dada pela inflação oficial do mês seguinte. A partir daí, as hipóteses utilizadas para deflacionar os salários de cada mês, foram as seguintes:

Dezembro de 1988 - Inflação efetiva: inflação oficial que teria sido divulgada em janeiro sem mudança de metodologia.

Janeiro 1989 - Inflação efetiva: inflação oficial de janeiro, correspondente a 50 dias, descontando a inflação efetiva dos 30 dias de dezembro e compondo o resultado com a inflação oficial de fevereiro, correspondente a 10 dias.

Fevereiro - Inflação efetiva de 45 dias entre 31 de janeiro e 15 de março: obtida compondo uma inflação hipotética de 4,0% entre o início e o fim de fevereiro com a inflação de 15 dias em março, dada uma taxa de inflação para o mês de março arbitrada em 6,0%.

Março - Inflação efetiva entre 15 de março e 15 de abril arbitrada em 6,0%.

Vale lembrar que considera-se que a partir de fevereiro o salário só é gasto no dia 15 do mês seguinte. Comparando os índices de salário com o índice de preço ao consumidor (IPC) relevante para o deflacionamento do salário dos professores, chega-se aos resultados expostos na tabela I. No caso do reajuste dos salários, para o cálculo do impacto percentual dos abonos - que, sendo fixos, correspondem a percentuais decrescentes na medida em que se sobe na escala salarial - foi considerado o salário do professor assistente de nível I.

Concluiu-se pela tabela que o salário pós-

Plano Verão dos professores é semelhante ao salário médio real de 1988. Deve-se atentar, entretanto, para duas questões. Em primeiro lugar, a média de 1988, foi rebaixada devido ao complemento das URPs de abril e maio, de modo que se a comparação fosse feita com o salário hipotético que teria sido recebido na ausência dessa medida, o nível de salário real depois do Plano ficaria abaixo do número obtido dessa forma. Em segundo lugar, se os salários forem reindexados e a inflação voltar a aumentar, fatalmente depois de março - último mês da tabela - haverá uma perda

contínua do salário real.

Em resumo, o salário real observado atualmente não representa perdas maiores em relação ao nível médio do ano passado. Entretanto, se o processo inflacionário durante 1989 tiver uma evolução semelhante à que seguiu ao Plano Bresser, na ausência de aumentos nominais corretivos haverá uma queda significativa do salário real ao longo do ano, o que resultará numa diminuição do poder aquisitivo médio em 1989 em relação ao ano passado.

(*) Professor da FEA/UFRJ.

Tabela I: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL DOS PROFESSORES

Mês	IPC relevante (a)	Taxa de variação (%) (b)	Índice de salário nominal (c)	Taxa de variação (%) (d)	Índice de salário real c x 100/a
Jan 88	100,0	n.c.	100,0	n.c.	100,0
Fev	116,0	16,0	112,3	12,3	96,8
Mar	138,4	19,3	168,3	49,9	121,6
Abr	163,0	17,8	168,3	0,0	103,3
Mai	194,8	19,5	168,3	0,0	86,4
Jun	241,6	24,0	198,1	17,7	82,0
Jul	291,6	20,7	233,2	17,7	80,0
Ago	361,6	24,0	318,7	36,7	88,1
Set	460,3	27,3	386,9	21,4	84,1
Out	584,1	26,9	469,8	21,4	80,4
Nov	752,3	28,8	739,0	57,3	98,2
Dez	970,5	29,0	931,9	26,1	96,0
Média	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	93,1
Jan 89	1327,9	36,8	1450,0	55,6	109,2
Fev	1421,9	7,1	1450,0	0,0	102,0
Mar	1507,2	6,0	1450,0	0,0	96,2

n.c. — Não considerado

Fonte: Depto. de Controle da Reitoria da UFRJ.

Mistério na UFRJ: As Contratações do Reitor

— Wanda Figueiredo —

Lei da Isonomia: Conquista pela metade

Fruto de uma greve nacional de professores e, depois, de funcionários, em abril de 87, a Lei da Isonomia (do grego isonomia: estado daqueles que são governados pela mesma lei) tornou obrigatória a entrada para a carreira de funcionários nas universidades federais através de concurso.

O artigo 3.º da Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987, é claro:

“As universidades e demais instituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, terão o único Plano de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor.”

Afinal, um sonho concretizado: carreira unificada entre federais autárquicos e fundacionais para professores e funcionários, com melhores salários. Com uma novidade: uma carreira específica para professores e outra para funcionários. Além disso, criou uma carreira própria para a Universidade, desvinculada do funcionalismo em geral. E uma vantagem: os concursos públicos passariam a ser realizados pela própria universidade e não mais pelo Sedap (ex-Dasp).

Na verdade, apesar da Lei da Isonomia completar dois anos em abril, até hoje a UFRJ não estabeleceu as normas para a realização dos concursos, nem para a progressão na carreira, CPPD e semestre sabático. (ver matéria na página 3). Também é verdade que, no momento, estão proibidos os concursos públicos pelo governo Federal. Mas, se a Reitoria da UFRJ descobriu formas de contratação que contornam a proibição federal, por que não usa tamanha criatividade para encontrar formas públicas e transparentes de realizá-las?



COMUNICAÇÃO: ZERO

Para se constatar como contratações pelo critério do fisiologismo e do clientelismo não levam a um aprimoramento da qualidade do trabalho, basta ver a precariedade de dois veículos de comunicação da UFRJ: *Notícias UFRJ* e a *Revista Pessoal*. Isto, apesar de contar com bom número dos jornalistas e comunicólogos. O *Notícias UFRJ* é um pobre tablóide de quatro páginas, formato 22x33cm. Em seu número 56, de janeiro, a metade do espaço é ocupada com a luta do Reitor para não cumprir a medida provisória n.º 33 que propõe o corte de servidores públicos nomeados sem concurso e com menos de cinco anos de serviço. Ai, o curioso é o título: nada tem a ver com a matéria: “Sarney, 1.º demitido. Não foi eleito. Tem menos de cinco anos. Não fez concurso.”

O que é deveras respeitável no *Notícias UFRJ* é seu expediente: tem um editor, um secretário de redação, dois chefes de reportagem, 10 repórteres e redatores, três diagramadores, dois supervisores e orientadores acadêmicos (professores da Escola de Comunicação). Enquanto isto, uma revista técnica de nível como a *Química e Derivados* - a mais importante do setor petroquímico - com 80 páginas, conta apenas com três redatores e dois colaboradores.

Nesta comparação, ficando na área universitária, o *Jornal da USP*, órgão oficial da universidade paulista, mostra também outra realidade. O n.º 75,

A UFRJ ainda não conseguiu aproveitar o talento de seus 13 jornalistas e cinco comunicólogos.

de 22/12/88, tem 32 páginas ricas em notícias bem elaboradas, com muita foto. Um movimento tablóide onde o reitor fala dos novos estatutos da USP. O vice-reitor analisa o Programa

BID/USP, que prevê aplicação de 158 milhões e 300 mil dólares em quatro anos, em obras, equipamentos e recursos humanos. Outras notícias, sobre esporte, cultura, segurança. E também (por que não?) o jornal abriga críticas ao novo estatuto, desfechadas pelo presidente da Associação dos Docentes. Pois do expediente do *Jornal da USP* constam, apenas, um diretor de jornalismo e editor, um editor assistente e um editor de arte. E a agência USP de Notícias tem um editor-chefe, um pauteiro e quatro correspondentes (em Bauru, Piracicaba, São Carlos e Ribeirão Preto). Nada mais. E para que mais?

A preocupação (justa) com pessoal, levou a Reitoria a lançar pela Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais - uma revista *Pessoal*, cujo n.º 0 saiu em fevereiro.

A revista, ao lado da entrevista do Reitor, tem matérias sobre o Plano Verão e a dívida externa, outra sobre (pasmem) a TV Pirata. A razão para analisar o sucesso deste programa do Globo? O fato de que 10 minutos dele são criados por cinco ex-alunos da UFRJ, da Escola de Engenharia. Pela matéria, fica-se sabendo que todos eles abandonaram a antiga profissão para serem humoristas. Assim, no balaio da *Revista Pessoal* cabe qualquer assunto extra-UFRJ. Porque são milhares de ex-alunos fazendo de tudo neste país: abrindo restaurante, refugiando-se em Portugal, e até só se

Afinal, a nova constituição vigora ou não vigora na UFRJ?

ocupando em procurar emprego.

E, na mal alinhavada matéria sobre o tratamento da AIDS no Hospital Universitário há frases lapidárias como esta: “A Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (SIDA) ainda não tem cura e isto vem expondo à flor da

pele os nervos mais sensíveis da ética médica.” Como é mesmo? Expor à flor da pele os nervos da ética? Na verdade, um samba do crioulo doido. E tem mais. A matéria fala da experiência de uma auxiliar de enfermagem que se espetou com uma agulha infectada e recebeu uma cantada de um funcionário que lhe entregava os frascos para coleta de sangue: “Quando o galã percebeu que os frascos seriam para o exame daquela jovem auxiliar de enfermagem, desfigurou-se e passou a adotar uma rispida postura, censurando-a em público. Várias pessoas na fila se afastaram de Maria da Guia, que ficou com o coração apertado, parecendo carregar todo o mundo em suas costas.” Mas que subliteratura é esta? Falto o repórter falar das lágrimas que escorriam em borbotões pela face rósea da donzela. Um tema tão sério, como o tratamento dos adictos pelos heróicos funcionários do HU, merecia um tratamento à altura.

A *Revista Pessoal* seria trabalho dos alunos da Escola de Comunicação/UFRJ? O expediente não esclarece. Assim, a UFRJ, apesar de contar em seus quadros com 13 jornalistas (entre os quais alguns conhecidos profissionais da imprensa), além de cinco comunicólogos, ainda não conseguiu aproveitar bem os talentos de que dispõe para mostrar suas grandes realizações. Segundo o editorial da revista, Getúlio Vargas, em 1931, definiu a UFRJ, então Universidade do Rio de Janeiro - como “modelo e exemplo” do ensino superior nacional. Se ainda o é, por que suas publicações não mostram

Depois de uma batalha infrutífera, a Associação de Docentes de UFRJ decidiu entrar na justiça para saber quantos funcionários administrativos o Reitor Horácio Macedo contratou, sem concurso, após a Lei da Isonomia, e seus respectivos salários. Foi a única saída - após 10 solicitações verbais e duas por escrito - para se obter informações de uma administração que não quer se comunicar. Se quisesse, aproveitaria seu respeitável contingente de jornalistas e comunicólogos.

esta realidade?

Mas, se do lado da gestão Horácio Macedo, a comunicação está capenga, do lado da Associação de Docentes da UFRJ ela é cristalina. Verbalmente, por escrito, ou judicialmente, o que ela quer saber é claro como água: o número de contratados após a Lei da Isonomia, seus nomes, data de contratação, cargos e respectivos e misteriosos salários. Afinal, a nova Constituição brasileira vigora ou não vigora na UFRJ?

A Reitoria da UFRJ contratou 3.330 novos passagei-

A UFRJ contratou mais 3.330 funcionários administrativos. Sem

ros, durante um ano e três meses - de julho de 87 a outubro de 88. Com isso, o número de funcionários administrativos se elevou de 8.426 para 11.756. Um substancial aumento de 40%, englobando profissionais para todo o gosto: borracheiros, pedreiros, físicos, engenheiros, jornalistas, paisagistas. A maioria foi contratada para órgãos da Reitoria.

Foi justamente depois da Lei da isonomia - que proíbe contratações sem concurso público - que o Reitor Horácio Macedo decidiu estas contratações. Autorizou, em média, seis contratações por dia, incluindo os fins de semana. Somente após muita pressão da Associação de Docentes da UFRJ - ADUFRJ - que ele, finalmente, publicou a relação (incompleta) dos novos contratados no Boletim da Universidade. Com um detalhe: os salários foram omitidos.

Agora, para saber exatamente como a Reitoria administra suas verbas com pessoal, a Associação de Docentes só encontrou uma saída: entrar com uma petição judicial em 28/03/89. O que se quer saber é muito simples: apenas o número dos funcionários e professores não enquadrados no Plano de Carreira da Lei da Isonomia, com nome, data de admissão, tipo de contrato, lotação, cargo e salário. Afinal, um pedido baseado na nova Constituição.

PRATO CHEIO

Para quem gosta, de fazer levantamentos, as listas de contratação de novos funcionários administrativos, fornecidas pela própria Reitoria, são um prato cheio. Dentre os 1.707 contratados como autônomos há, pelo me-

Hoje, o total de funcionários administrativos já atinge 11.411. E as contratações continuam.

nos, 68 eletricitistas, 66 pedreiros, 63 pintores, 11 engenheiros e 10 arquitetos. Esses novos profissionais elevaram o número de eletricitistas da UFRJ para 122, o de pedreiros para 99, o de pintores para 97, o de engenheiros para 95 (incluindo 27 engenheiros civis) e 53 arquitetos.

Com tanto engenheiro civil, arquiteto, pedreiro, pintor (que se supõe, de parede), pode se levantar a hipótese de que a UFRJ está se preparando para lançar um grande empreendimento imobiliário. Basta comparar: uma empresa de construção civil de porte médio, como a Wrobel Hilf, está construindo hoje, no Rio, 45 mil m2 de obras (seis prédios de apartamentos), e emprega cinco engenheiros, dois arquitetos e 25 pintores. Assim, comparati-

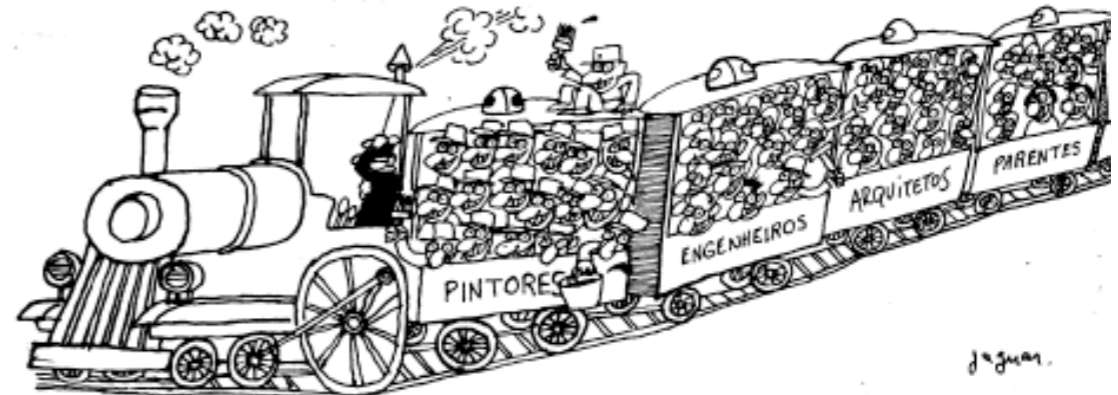
vamente, o volume de obras previsto pelo Reitor certamente será muito maior.

A dança dos números oficiais (fornecidos pela própria Reitoria) mostra que a UFRJ tem hoje 11.485 professores e funcionários enquadrados como estatutários e celetistas nas respectivas carreiras, nos vínculos 1 e 3. Excluindo 3.400 professores, ficam 8.085 funcionários. Como, segundo também informa a Reitoria, existem 3.330 novos contratados até outubro de 1988, o total de funcionários se eleva para 11.411 em atividade. Há, ainda, 38 estatutários, 625 celetistas e 56 do vínculo 5 que estão afastados, num total de 719. Contudo, nosso levantamento mostra que o número total do vínculo 5 é de 1.030 e não de 949 como informa a Reitoria.

Mas, pelo que se sabe, as contratações continuam. E, para isto, a Reitoria tem um procedimento elementar: o preenchimento de uma ficha de inscrição da Divisão de Seleção e Treinamento da Sub-Reitoria de Pessoal. Ali, dois itens são bem significativos: “Carta de Referência” e “Apresentado por”. Em vez do concurso exigido por lei, um simpático padrinho pode resolver o grave problema do desemprego. O fisiologismo e o clientelismo, ao que tudo indica, transformaram a UFRJ no sonho dourado de pintores, arquitetos, jornalistas, analistas de sistemas e outros.

A Associação dos Docentes só encontrou uma saída: entrar com uma petição judicial.

Desde setembro de 87, a Associação de Docentes vem travando uma verdadeira batalha para tentar desvendar o mistério que envolve tanta contratação (várias justas e necessárias). Em reuniões da diretoria, ou em debates, mais de dez solicitações verbais da lista de contratações e respectivos salários foram dirigidas ao Reitor. Finalmente, a 17 de novembro de 88, foi enviado o primeiro apelo escrito, repetindo o mesmo pedido: a relação dos funcionários e professores contratados e não enquadrados no Plano de Carreira da Lei da Isonomia, com nome, data de admissão, cargo e salário. E estabelecia um prazo para a resposta: 21/11/88.



Nova solicitação escrita, em 08/12/88, do advogado da Associação de Docentes, Dr. Hermann Assis Baeta. Mas, desta vez, o Reitor era informado de que haveria um pedido judicial, caso não atendesse ao pedido.

O Reitor ignorou também as solicitações escritas e foi mais longe: acusou a Associação de Docentes de ser responsável por uma possível intervenção do governo na UFRJ, por ter solicitado a lista de professores e funcionários contratados e não enquadrados nas respectivas carreiras. Pelo menos, mandou publicar no Boletim

da UFRJ (n.º 49, de 12/88) a relação da mão-de-obra extra-quadro, num total de 1.701. Mas, sem data de admissão e sem salário. O segredo é mantido. Não há transparência administrativa na UFRJ.

Assim, juntando dados de um verdadeiro quebra-cabeça, tem-se, então, os 1.701 autônomos contratados, mais 1.030 do Vínculo 5 (pagos pelo MEC). Juntando-se mais os 601 funcionários de convênios e Fundação Universitária José Bonifácio e 79 bolsistas chega-se aos 3.411 contratados.

PARENTES CONTRATADOS

Bastou apenas um rápido e superficial levantamento para se detectar a presença de parentes de funcionários da alta administração contratados para a UFRJ:

- Fernando Sampaio Amorim - **Sub-Reitor de Patrimônio e Finanças - SR3. Parentes contratados:**

1) Eleonora Ziller Camenietzki, esposa. Tec. Sup. de Computador. Vínculo 3. Não enquadrada. Registro 0025323;

2) Carlos Ziller Camenietzki, cunhado. Físico. Vínculo 5. Lotação SR1. Registro 0045385.

3) Elaine Santiago Simmer, ex-esposa. Médica. Vínculo 5. Registro 0037760;

4) Eduardo Camenietzki, cunhado. Músico. Vínculo 5. Lotação Grupo Vídeo, SG4. Registro 0040480;

5) Anderson Santiago Simmer, tem o mesmo sobrenome da ex-esposa. Assistente em Administração. Lotação SR3. Registro 0045068;

Carlos Ziller foi contratado em 21/07/87, e recebeu da UFRJ pelo menos até

outubro de 88. Neste mesmo período era funcionário do CNPq, lotado no Museu de Astronomia e Ciências Afins. Atualmente, está afastado da UFRJ.

- Maria Conceição Pinto de Goes - **Sub-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente SR1. Parentes contratados:**

1) José Roberto Pinto de Goes, filho. Técnico Assuntos Educacionais. Vínculo 5. Lotação SR1. Registro 0042583;

- Antonio dos Santos Ramos - **Superintendente Geral de Serviços Auxiliares da Sub-Reitoria de Pessoal - SG6. Parentes contratados:**

1) Nicea Ferreira Ramos, esposa. Assistente em Administração - Lotação Museu Nacional. Vínculo 5. Registro 0041206;

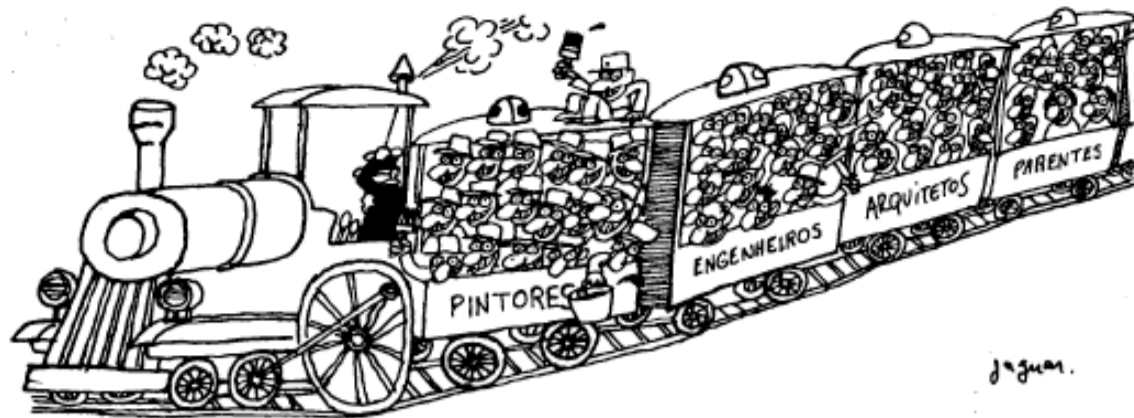
2) Rosângela dos Santos Ramos, irmã. Técnico em Secretariado. Lotação IFCS. Vínculo 5. Registro 0037291.

Os parentes estão posicionados no Vínculo 5, que lhes garante carteira assinada.

JUSTIFICATIVA ?

Em entrevista publicada no nº 0 da Revista Pessoal, o Reitor Horacio Macedo afirma que a interpelação da Associação de Docentes para que a Reitoria publicasse a relação das pessoas contratadas é uma ameaça de intervenção judicial na UFRJ. "É um processo que, no meu entender, apenas beneficia o que tem de mais retrógrado no MEC", afirma. E ele não poderia deixar de falar nas contratações:

Pessoal: Agora, vamos falar de um assunto polêmico: as contratações. Como o sr. as justifica?
Horácio: Olha só, esta universidade tem uma escola, a de Engenharia, que foi fundada em 1779, antes da Revolução Francesa. E isto é muito marcante. A UFRJ tem uma estrutura que foi estabilizada ao longo do período autoritário, num sistema de práticas administrativas e acadêmicas que são muito formais, e que não se quebram de dentro para fora. A máquina administrativa da nossa universidade trabalha num ritmo muito lento. Então, só se quebra isso com programas novos e gente nova. Esta é uma



necessidade real.

Pessoal: O sr. se comprometeu em assinar a carteira de todo mundo. Vai fazer também o concurso público?

Horácio: Eu farei toda a força. O problema do concurso são as condições técnicas, pois vão aparecer 500 mil pessoas. Mas nós ganhamos experiência no Vestibular “.

- Mas, afinal, por que é marcante o fato de a Escola de Engenharia ter sido criada antes da Revolução

Francesa? E se o sistema de práticas administrativas é muito formal, por que só pode ser quebrado de fora para dentro? Então, por que se lutou tanto pela autonomia universitária? É, pela resposta do Reitor, concurso público está longe de suas preocupações. “Vão aparecer 500 mil pessoas”. O Banco do Brasil, a Petrobrás já não realizam concurso para seus cobiçados empregos? E as universidades não vêm defendendo o acesso democrático?

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Após a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, abriu-se uma nova fase de trabalho para as entidades, movimentos sociais e partidos políticos: a participação na elaboração das novas Constituintes Estaduais. A elaboração da legislação complementar e das leis orgânicas municipais, após a promulgação das Constituintes Estaduais, serão outros momentos importantes na luta por uma sociedade mais democrática, onde os direitos individuais e coletivos estejam legalmente garantidos.

No Rio de Janeiro, a Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, iniciou seus trabalhos em dezembro de 1988. Através da pressão organizada das entidades da sociedade civil, articuladas no Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte-RJ, o regimento interno da Constituinte do Rio incorporou vários mecanismos de participação popular, como audiências públicas, possibilidade de emendas populares (que exigem um mínimo de três mil assinaturas), etc. No dia 13 de fevereiro, as cerca de cem entidades do Plenário, que organizaram vários grupos de trabalho e um seminário geral para discussão dos diversos temas, entregaram à Comissão Constitucional da Assembléia Legislativa propostas populares referentes aos temas de: Mecanismos de Participação Popular; Reforma e Políticas Agrária e Urbana; Direitos da Mulher, dos Negros, das Crianças, do Adolescente e dos Portadores de Deficiências; Poder Judiciário; Tributação e Orçamento; Ciência e Tecnologia; Saúde; Meio Ambiente e Educação, área em que foi criado o Fórum de Educação, do qual a Andes-Sindicato Nacional faz parte.

A Comissão Constitucional elaborou anteprojeto para a nova Constituição incorporando muitas das sugestões do movimento popular nas diversas áreas; no entanto,

pontos importantes não foram levados em conta e deverão ser objeto de pressão política nas fases seguintes do processo constituinte, através de emendas populares e outros procedimentos. Inicia-se agora a etapa das subcomissões, organizadas cada uma em torno de um grande tema, onde as entidades e movimentos poderão ser ouvidos em audiências públicas. Tal como aconteceu na Constituição Federal, a possibilidade de vermos consagradas na Constituição Estadual as propostas das entidades dependerá da capacidade de articulação e pressão política dos setores populares.

Além da composição da Assembléia Legislativa, predominantemente conservadora, dois grandes obstáculos existem. Em primeiro lugar, estão as dificuldades de organização e de uma atuação política eficaz que conte com uma intensa participação popular face ao momento de descrédito generalizado com as instituições. Em segundo lugar, é necessário que a atuação coletiva supere o corporativismo, ainda muito presente no nosso meio, que só vê as questões dentro do interesse imediato de categorias ou setores.

É fundamental a utilização de todos os meios legítimos de pressão política para que os deputados constituintes incorporem no novo texto propostas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e democrática; em particular, os professores e estudantes podem dar importante colaboração neste processo, discutindo as questões, ajudando na divulgação das informações, assinando e colhendo assinaturas para as emendas populares e participando dos diversos momentos de atuação junto à Constituinte Estadual.

Fazemos abaixo um relato sucinto dos

principais pontos mais diretamente ligados aos professores, em torno dos quais certamente ocorrerão debates e enfrentamentos políticos na Constituinte Estadual:

Educação

Um dos pontos mais polêmicos será certamente o da possibilidade de destinação de recursos públicos para instituições privadas, diretamente ou através de bolsas de estudos. A Comissão Constitucional, no seu anteprojeto, incorporou a proposta do Fórum de Educação de exclusividade de recursos para as instituições públicas. No entanto, não aceitou outras propostas do Fórum, como a garantia efetiva de manutenção da UERJ pelo estado e a democratização nas escolas de 1.º e 2.º graus. Este último ponto será também um dos mais acesos na discussão, juntamente com a questão da municipalização (ou não) do ensino e da composição do Conselho Estadual de Educação (ou de sua extinção).

Ciência e Tecnologia

Dois pontos se destacam:

1. a proposta, fruto da luta de vários anos da SBPC-RJ, da Andes e de outras entidades, para a destinação constitucional de um percentual mínimo (no caso, 2%) da receita tributária do Estado para o apoio à pesquisa científica e tecnológica, através da FAPERJ;
2. a criação, também proposta pelas entidades, de mecanismos de controle social democrático de projetos tecnológicos de grande impac-

to social, econômico ou ambiental (como as usinas nucleares). Em particular, a criação de órgãos, mantidos pelo Estado mas com atuação independente dele, para fiscalização e geração de dados e informação sobre os grandes sistemas tecnológicos.

Saúde

Na área de saúde, vários pontos polêmicos similares aos da educação ressurgem: a questão da destinação dos recursos públicos; o controle e fiscalização das instituições privadas; a descentralização e democratização do sistema; o papel e os recursos do Sistema Estadual de Saúde; o veto à comercialização de sangue, etc.

Participação Popular

Neste tópico, luta-se pela consagração de vários mecanismos democráticos, alguns dos quais já incorporados na Constituição Federal, como: o direito a ações coletivas impetradas por entidades de classe ou associações legalmente constituídas; a existência legal de plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei; o direito à informação e o habeas data; a participação dos trabalhadores nos colegiados de órgãos públicos estaduais onde seus interesses profissionais são objeto de deliberação, etc. Muitos pontos de discussão surgirão também no estabelecimento de uma legislação que dote o Estado e o cidadão de meios legais e de deveres adequados à preservação e à recuperação do meio ambiente.

Armas para conquistar nossa soberania

Há quatro anos, falava-se de uma Nova República, da criação de um ministério para ciência e tecnologia e da recuperação da universidade federal. Tudo, porém, não passou de boas falas. Na época, o Prof. Alberto Luiz Coimbra, fundador e ex-diretor da Coppe - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia -, esperava um governo mais coerente, que promovesse a pesquisa e o ensino pós-graduado nas universidades e mudasse o modelo sócio-econômico do Brasil. Mas o governo não seguiu exatamente neste sentido. Mais recentemente, em janeiro, determinou com o Plano Verão o fim do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); ameaçou exonerar indiscriminadamente funcionários com menos de cinco anos de serviço público e reduziu a um terço as verbas no orçamento da União destinadas aos órgãos de pesquisa. Na opinião do diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, Prof. Darcy Fontoura de Almeida, tais medidas apareceram como uma ameaça ao esforço de muitos anos na área da ciência e tecnologia e, por extensão, significavam um entrave para o desenvolvimento do país.

Dois meses depois do "choque verão", o Presidente Sarney reconsidera sua posição. Pela medida provisória nº 41, aprovada pelo Congresso, foi criada a Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia, diretamente ligada à Presidência da República, com o status, as atribuições e o acervo do antigo MCT. Para a comunidade científica, a primeira vista, esta decisão é bastante positiva e representa uma vitória na luta para que o governo se conscientize de que ciência e tecnologia devem ser setores prioritários.

OEFEITODOSCORTES

Como os institutos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vetados em 55% do seu orçamento, com a exceção do Centro de Tecnologia Mineral e do Museu Paraense Emílio Goeldi, a Coppe e o Instituto de Biofísica, órgãos suplementares da UFRJ, também encontraram-se, nesse primeiro trimestre, numa situação de colapso inédita, como explicou o Prof. Darcy:

- Estou na universidade, desde estudante, há quarenta anos, e nunca houve isso. Passamos momentos de dificuldade, com escassez de recursos, proibição de contratações e viagens ao exterior; número limitado de bolsas; enfim, sempre houve um obstáculo. Mas agora chegamos ao ponto de não ter um tostão para atender às necessidades institucionais. Só não fechamos totalmente porque, na esfera das universidades federais, os salários são pagos pelo MEC, de modo que as aulas continuaram, mas todo processo criativo dos projetos de pesquisa foi interrompido. Para ter uma noção da realidade, a manutenção das cobaias foi garantida com dinheiro do nosso próprio bolso. Nessas circunstâncias desfavoráveis, percebe-se uma intenção malévola de desmantelamento da ciência e tecnologia em favorecimento de interesses contra o país.

Pelo Diário Oficial, constatou-se que do MCT não sobrou praticamente nada na fusão com o MIC para compor o então Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. Foram extintos 116 cargos intermediários, de secretário geral aos do departamento de pessoal, justamente aqueles que preservam a memória da instituição, que reconhecem e sabem lidar com as peculiaridades inerentes ao setor. Ocorre que funcionários do antigo MIC estavam cuidando das questões de ciência e tecnologia, ou seja, um grupo despreparado como o próprio ministro Roberto Cardoso Alves, que declarou não conhecer nada do assunto.

- Isso nos deixava desorientados; o ministério que deveria se interessar por nossos problemas tinha outras preocupações na área da indústria e comércio, contou Darcy Fontoura.

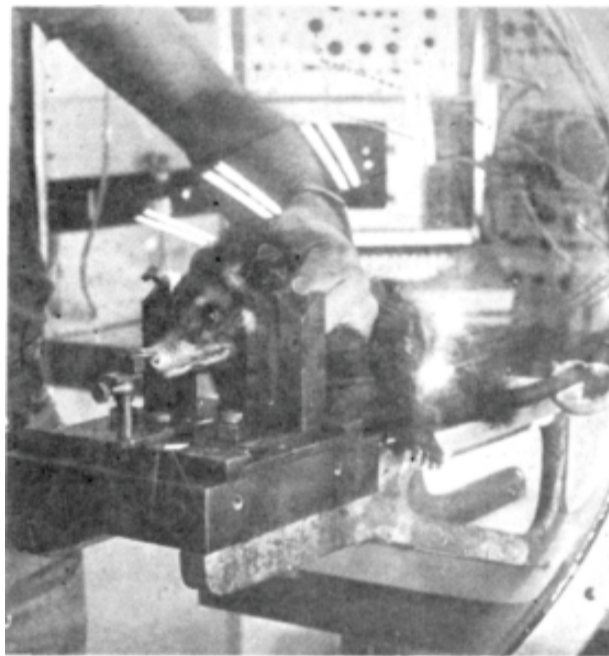
Esses fatos, segundo ele, contrastaram com a situação de três anos atrás, quando havia um ministério da C&T com dotações orçamentárias crescentes, procurando recuperar os níveis máximos a que haviam chegado na década de 70. O próprio governo federal apregoava a meta de 2% do PIB para C&T até o final do mandato do Presidente Sarney:

- A promessa foi publicada e repetida numerosas vezes. Assisti-



Laboratório da Coppe. Foto: Américo Vermelho

mos, então, a uma guinada fantástica na orientação política do governo! Sobretudo a partir da entrada do ministro Biasi, não consigo vislumbrar nada que tenha levado ao progresso da ciência e tecnologia do país, concluiu o Prof. Darcy.



Animal de experiência - Instituto de Biofísica. Foto: Almir Gomes

A CRISE NA COPPE

Na Coppe, os projetos tinham como contrapartida a verba do FNDCT - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia -, administrado pela Financiadora de Estudos e Pesquisa (FINEP) e atingido pelo veto governamental. Por isso, a indignação do diretor, Prof. Luiz Pinguelli Rosa, manifestada em fevereiro na mesa-redonda sobre as consequências das medidas econômicas para a política de ensino, pesquisa e tecnologia:

- Temos certeza do mérito de nossa entidade e do seu papel no cenário nacional. Somos o mais importante centro de pós-graduação em engenharia do país, com doze programas do mais alto nível, prestando colaboração aos mais variados estudos e projetos, como o da exploração de petróleo em águas profundas, plataformas off-shore, robótica submarina, revisão do sistema de segurança da usina de Angra e outras questões relacionadas à vida da cidade, como a análise das condições do viaduto do Joá, o caso do emissário submarino da Barra, o plano de emergência contra enchentes e a pericia no Bateu Mouche. Ora, a universidade e a Coppe, em particular, têm participado da sociedade pela competência, não só pelo dis-

curso. Portanto, não aceitaremos mais promessas nem soluções paliativas para a crise que inviabiliza nosso trabalho, porque é dever do estado manter a pesquisa tecnológica.

O Prof. Coimbra, a quem muito se deve pela implantação dos cursos de pós-graduação do Brasil, tendo iniciado em 1963 o programa de mestrado em engenharia química, no Instituto de Química da Universidade do Brasil, e, em seguida, a Coppe, com cursos de mestrado e doutorado para outras áreas da engenharia, viveu assim, nesse início de 1989, o risco de ver a instituição fechada. No entanto, sua preocupação maior volta-se para os problemas fundamentais do país.

PROBLEMAS CRUCIAIS

- Vivemos uma crise pontual que parece parcialmente resolvida. Pelo menos, não estamos mais diluídos e perdidos naquele ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. Porém, não se trata de um mar de rosas: da mesma forma que, sob certos aspectos, não tínhamos muito o que chorar pela extinção do MCT, é preciso lembrar que a Secretaria Especial é um órgão formal, burocrático, cuja criação não significa necessariamente a solução de problemas cruciais, como o atraso científico-tecnológico, a distribuição irregular e absurda da renda, a miséria e tantos outros. Por isso, ressalto que o corte das verbas e a extinção do MCT foram sinais da postura de um governo amorfo e incompetente, que mantém um modelo econômico voltado para fora. Essa é uma das grandes frustrações de instituições como a Coppe, porque vemos o potencial humano que formamos subutilizado.

Só nos dois últimos anos é que o chamado setor produtivo vem se aproximando da universidade e instituições de pesquisa. Através da Coppetec, que coordena os serviços prestados pela Coppe, nota-se o crescimento desse intercâmbio. E, pela primeira vez, no ano passado, a Petrobrás encaminhou à Coppe pessoal recrutado no Brasil inteiro, para especialização e formação de mestres para a empresa. Com este exemplo, o Prof. Coimbra reafirma a urgência de uma mudança radical que aproveite nossos próprios recursos humanos e material para o desenvolvimento científico em benefício do homem brasileiro.

- Não é xenofobia, mas é preciso dificultar a penetração de predadores, porque os empréstimos junto aos banqueiros internacionais estão submetidos a exigências novas, inclusive de importação de tecnologia.

Nesse sentido, vale registrar o ponto de vista do Prof. Leite Lopes, diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Para ele, a crise tem raízes profundas, desde que a ditadura, ao invés de integrar o Brasil na estrutura econômica mundial, simplesmente entregou o país, que ainda não reconhece que a ciência e a tecnologia são as armas com as quais devemos conquistar nossa soberania.

VESTIBULAR UNIFICADO

CEFET - UERJ - UFRJ

Estes são dados do resultado final do Vestibular Unificado CEFET-UERJ-UFRJ. Os dados de ocupação das vagas da UFRJ só poderão ser apresentados após a realização das matrículas que estão em curso.

Lembramos que o critério geral para a aprovação no Vestibular foi:

- 1ª fase
- a) Média 4,0 nas provas e nenhuma nota zero para as carreiras cuja relação candidato/vaga era igual ou maior que dois;

B) Média 3,0 nas provas e nenhuma nota zero para as carreiras de relação candidato/vaga, menor que dois alunos por vaga.

- 2ª fase: Exigiu o mínimo de média 3,0 para todos e nenhuma nota zero.

Os números de vagas e ocupação apresentados pela tabela referem-se ao conjunto de vagas das três instituições. Houve possibilidade de fazer uma 2ª opção de carreira. Por exemplo, o aluno que se

candidatou a Medicina, pôde optar por uma 2ª carreira, caso não atingisse o número mínimo de pontos para esta carreira. Poderia optar pela Nutrição ou Farmácia, por exemplo, da mesma área. Assim, carreiras de menor procura poderiam não ter, este ano, vagas ociosas. Acontece que o candidato aprovado em 2ª opção poderá não efetivar sua matrícula, mantendo assim, a ociosidade da vaga. Só com o término das matrículas será possível o quadro real de preenchi-

mento. A tabela mostra as carreiras que, apesar das vagas estarem preenchidas (última coluna à direita da tabela), poderão ter vagas ociosas em função da 2ª opção de carreira não ser confirmada com a matrícula. Por outro lado, há carreiras que ficarão com vagas ociosas porque não houve candidatos aprovados interessados em 2ª opção naquelas carreiras. Por exemplo, Desenho Industrial, Estatística, Engenharia Têxtil.

	Vagas oferecidas	Vagas preenchidas	Mínimo de pontos por carr. prioritizada	Mínimo de pontos por carr. alternativa
Administração	250	250	3.096	
Arquitetura	165	100	2.702	
Artes	150	20	2.656	
Astronomia	20	20	2.922	3.183
Pedagogia (UERJ - D. Caxias)	160	0		
Ciências Biológicas	160	160	2.977	
Ciências Contábeis	200	128	2.670	3.131
Ciências Econômicas	270	270	3.221	
Comunicação Social	160	160	3.371	
Ciências Sociais	200	104	2.688	2.542
Desenho Industrial	115	94	2.789	
Direito	600	600	2.629	
Lic. em Educação Artística	182	7	2.623	
Lic. Educação Física Feminina	160	76	2.752	2.913
Lic. Educação Física Masculina	100	16	2.743	2.977
Enfermagem	190	125	2.733	3.412
Engenharia	1.070	1.070	3.073	
Engenharia Química	300	300	3.082	
Estatística	100	11	2.793	
Engenharia Têxtil	50	16	2.785	
Farmácia	120	120	2.652	3.534
Filosofia	140	48	2.602	2.622
Física	200	116	2.793	3.191
Geologia	70	46	2.807	3.099
Geografia	90	56	2.963	2.956
História	160	91	2.744	3.088
Letras	870	114	2.658	
Matemática/Informática	380	380	3.228	
Medicina	240	240	3.638	
Meteorologia	40	40	2.863	3.066
Música — Corda e Arco	15	0		
Música — Corda Dedilhada	5	2	4.002	
Música — Percussão	2	0		
Música — Teoria Musical	10	3	3.112	
Música — Sopro	15	1	3.230	
Música — Teclado	33	7	2.873	
Música — Vocal — Canto	8	4	3.400	
Nutrição	120	83	2.708	3.515
Oceanografia	30	25	2.811	
Odontologia	110	110	3.412	
Pedagogia	300	26	2.727	2.629
Psicologia	200	200	2.601	
Química	100	73	2.726	3.069
Serviço Social	140	26	2.852	2.627
Lic. Biologia (UERJ - S. Gonçalo)	50	2	2.768	
Lic. Geografia (UERJ - S. Gonçalo)	50	0		
Lic. História (UERJ - Gonçalo)	50	1	2.688	
Letras (UERJ - S. Gonçalo)	100	0		
Lic. Matemática (UERJ - S. Gonçalo)	50	2	2.880	

Inscreveram-se 119.394 candidatos para 8.360 vagas

CANDIDATOS POR INSTITUIÇÃO

Instituição	Candidatos	Vagas
UFRJ	50.448	4.195
UERJ	66.854	4.005
CEFET	2.092	160

NÚMEROS GLOBAIS DA 1ª FASE

- Confirmaram inscrição: **94.044** candidatos
- Eliminados por falta ou por deixarem ao menos uma prova em branco : **48.260**
- Eliminados por tirarem zero em ao menos uma disciplina : **22.240**
- Eliminados por média (com todas as notas diferentes de zero) : **12.769**
- Candidatos aprovados para a segunda fase, após revisão : **10.775**
- (Obs.: deste total cerca de 67% priorizou a UFRJ na 1ª opção)
- **Dados da Comissão de coordenação do Vestibular Unificado, apresentados em reunião do Conselho de Coordenação do CCS.**

PARA REFLEXÃO

A primeira colocada do concurso, Adriana Bastos Conforto, de 17 anos, foi uma das que abriram mão de sua vaga na UFRJ, na carreira de Medicina, para cursar a Unicamp. Desde a divulgação da lista, no domingo passado, Adriana mostrava-se em dúvida sobre a escolha da universidade e acabou op-

tando pela Unicamp que, segundo ela, investe mais recursos em pesquisa. O pai, Sérgio, apoiou a decisão de Adriana, que deverá seguir no fim do mês para Campinas, onde morará durante os seis anos do curso.

O Globo 19 de março.

EDITORIAL

UFRJ:

Retrocesso da democracia

Temos que lutar para sair desta crise em que mergulhou a UFRJ. Embora a crise tenha origem anterior, ela se revelou em verdadeira grandeza com o processo eleitoral. A tentativa da reeleição do Reitor a todo custo, mobilizando grupos partidários internamente, burlando o estatuto e ignorando obstáculos legais através da ilusão, em nome da bandeira de autonomia demagogicamente manipulada, levou a Universidade ao caos. Externamente houve o desgaste do processo de eleição de Reitor e da própria imagem da UFRJ perante a opinião pública. Internamente, restaram a deterioração da autoridade da Reitoria no plano ético e a sua manifesta incompetência para levar a termo a sucessão do Reitor por não ter avaliado as possibilidades reais e as conseqüências desta aventura para UFRJ, levando à divisão interna entre categorias, pela manipulação dos funcionários recém contratados por processo de regularidade duvidosa, inclusive parentes de sub-reitores. Como uma das causas, temos a irresponsabilidade do Conselho Universitário quando aprovou as normas eleitorais, anti-estatutárias, e ilegais, omitindo-se sobre a reeleição de Reitor. Como explicar tal comportamento da maioria dos conselheiros? Com honrosas e dignas exceções, como entender a submissão deles à Reitoria? Sugere-nos cooptação, troca de favores pessoais e interesses de grupos partidários aliados do Reitor.

A ADUFRJ desde o ano passado previu tudo isto e manifestou-se contra o processo que então se delineava. Depois denunciou em seu BOLETIM as irregularidades das contratações e o neopotismo da Reitoria. Finalmente, colocou-se ao lado do CEG e do CEPG contra a tentativa de reeleição do Reitor e dos desmandos e burlas do processo eleitoral. Em razão de suas atitudes independentes e autônomas, a ADUFRJ foi acusa-

da de “direitista” e “conservadora”. Como represália, foi levada à justiça criminal.

Entretanto, a ADUFRJ não esmoreceu. Mantém-se firme na defesa da UFRJ e crítica às atitudes do Vice-Reitor, conduzido ao cargo de Reitor por obra da crise gestada pela Reitoria. Agora, assumindo plenamente o cargo, devemos cobrar dele a coragem de enfrentar os problemas que estão destruindo moralmente a UFRJ. A interinidade deve ter o seu tempo definido, para que não se comprometa o processo de renovação da administração universitária. A permanência de um Reitor sem mandato fragiliza ainda mais a autonomia da Universidade.

Pela atitude do MEC, até o momento, vemos que a confusão instalada na UFRJ atende plenamente a sua política de desmoralização da Universidade Pública.

Nossa responsabilidade como entidade representativa dos docentes é abrir o espaço de resistência contra a dissolução da nossa Universidade sob os olhos de desagrado dos inimigos do ensino superior público e de qualidade. Mantemos nossa fé na democratização da Universidade sem confundi-la com a cumplicidade, com a demagogia, o corporativismo e a incompetência acadêmica e política a que se assiste. A esmagadora maioria dos docentes demonstrou que não compactua com isto. Por isto, é necessário participar desta luta por mudanças em defesa da UFRJ ameaçada.

Torna-se urgente refazer o processo eleitoral para Reitor, desde as suas normas, para que as distorções e ilegalidades havidas neste não se repitam. O atraso nesta decisão pode levar a um retrocesso muito maior, comprometendo as frágeis conquistas democráticas conquistadas pelo movimento docente.

ESPECIAL

O Mergulho no Caos A Busca de Saídas

Página 5 a 10

A Lei de Diretrizes e Bases para educação brasileira

Página 3

O projeto do governo para regime jurídico único

Página 3

**ADUFRJ
ELEIÇÕES
EM SETEMBRO**

**DIRETORIA E
CONSELHO DE
REPRESENTANTES**

DIAS 27, 28 e 29

**URNAS NAS UNIDADES
PARTICIPE!**

Conquistas da greve nacional das IFES

A greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por melhores salários e em defesa da Universidade Pública apresentou um saldo positivo. Por sessenta e cinco dias, até meados de julho, professores de 38 IFES paralisaram suas atividades, conseguindo do governo o compromisso de uma suplementação de verbas que devem atingir 453 milhões de cruzados novos, a preços de abril, para ainda este ano.

O movimento lutou pelo aumento do percentual de verbas de OCC - Outros Custeios e Capital - para um patamar de 27,8% em relação ao orçamento geral da universidade. O montante das verbas não chegará a este nível, mas o governo liberou 60 milhões pelo MEC e enviou um projeto de lei para mais 170 milhões que, tendo sido aprovado na Comissão Mista de Orçamento, em 24 de agosto, foi para a Comissão Mista de Justiça e em breve entrará em votação no Congresso. Em seguida, o executivo deve encaminhar a liberação do restante da suplementação de 223 milhões (valores de maio).

Quanto à carreira, foi elevado o percentual da Dedicção Exclusiva no 3º grau de 40 para 50% e de 25 para

30%, no 1.º e 2.º graus, conforme constava da pauta de reivindicações. O projeto sobre a D.E., encaminhado pelo governo na Câmara e no Senado, já seguiu para sanção presidencial e, possivelmente, os efeitos financeiros destas mudanças, referentes a junho, julho, agosto e setembro, deverão ser pagos ainda em setembro.

Da mesma forma, foram conquistados os 5% para mudança de nível. Estas duas conquistas combinadas resultam em ganhos reais de salários conforme apresentado na tabela abaixo; lembrando, porém, que não houve reposição das perdas provocadas pelo arrocho salarial imposto pelo governo.

Ainda em função da greve das Universidades Federais, o governo autorizou a realização de concurso público para contratar 760 docentes, e reconheceu formalmente o direito dos docentes à aposentadoria integral. Este ponto, entretanto, foi deslocado para o Estatuto do Funcionalismo Público, cujo anteprojeto o governo apresentou no início de agosto para o exame das instituições e entidades do serviço público.

Tabela de percentual de aumento do salário para cada nível em função de: DE — 50% e diferença de Nível — 5%

Regime de Trabalho	Nível	Auxiliar (%)	Assistente (%)	Adjunto (%)	Titular (%)
PROFESSORES COM GRADUAÇÃO					
20 Horas	1	0,00	2,91	5,91	8,99
	2	0,96	3,90	6,93	
	3	1,93	4,90	7,96	
	4	2,91	5,91	8,99	
40 Horas	1	0,00	2,91	5,91	8,99
	2	0,96	3,90	6,93	
	3	1,93	4,90	7,96	
	4	2,91	5,91	8,99	
DE	1	7,14	10,26	13,47	16,78
	2	8,17	11,32	14,57	
	3	9,21	12,39	15,67	
	4	10,26	13,47	16,78	
PROFESSORES COM MESTRADO					
20 Horas	1		2,91	5,91	8,99
	2		3,90	6,93	
	3		4,90	7,96	
	4		5,91	8,99	
40 Horas	1		2,91	5,91	8,99
	2		3,90	6,93	
	3		4,90	7,96	
	4		5,91	8,99	
DE	1		10,26	13,47	16,78
	2		11,32	14,57	
	3		12,39	15,67	
	4		13,47	16,78	
PROFESSORES COM DOUTORADO					
20 Horas	1			5,91	8,99
	2			6,93	
	3			7,96	
	4			8,99	
40 Horas	1			5,91	8,99
	2			6,93	
	3			7,96	
	4			8,99	
DE	1			13,47	16,78
	2			14,57	
	3			15,67	
	4			16,78	

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ —
Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária — CEP 21.944 Caixa Postal 68.531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.005/0001/51
Edição e Redação: Edwiges Rego
 Reg. Prof. n.º 19.150 MT
Diagramação: Jânio Costa
Composição e Fôto: WJ
 Fotocomposição Tel.: 273-5115

Impressão: Jornal dos Sports
DIRETORIA DA ADUFRJ
Presidente: Murillo Mendes Guimarães
1.º Vice-Presidente: Alexandre Magalhães da Silveira, no exercício da Presidência
2.º Vice-Presidente: Pedro A. P. Vieira (licenciado)
1.º Secretário: Maria Lúcia Pimentel
1.º Tesoureiro: Isabel Cristina F. da Cruz
2.º Tesoureiro: Nelson F. Fernandes

DIRETORIA APRESENTA BALANÇO FINANCEIRO

A Diretoria da ADUFRJ prestou contas de sua gestão - biênio 87/89 - na última Assembléia Geral, realizada em 30 de agosto. Cópias do balanço geral de 88 e do balancete em 31/7/89 foram distribuídas para apreciação dos presentes. Os documentos, anteriormente aprovados pelo Conselho de Representantes, foram aceitos na Assembléia dos professores por unanimidade.

BALANCETE EM: 31/07/89

Móveis, Utens. e Instalações	674,99	
Contribuição Sindical	9,29	
Impostos	2.229,34	
Despesas c/Divulgação	3.316,05	
Despesas Administrativas	17.876,87	
Despesas c/Viagens e Estádias	1.645,00	
Contribuição Andes	13.083,48	
C.E.F. C/Caderneta de Poupança	586,49	
Salários	9.112,05	
PIS	104,76	
FGTS	835,13	
Deslocamentos	1.013,78	
Caixa	924,19	
Bancos	11.596,73	
Despesas Financeiras	321,84	
Férias	812,84	
Resultado de Ajustes	0,03	
Fundo Associativo		3.433,19
Imposto de Renda na Fonte		48,48
Contribuição de Associados		54.652,22
FGTS a Pagar		190,66
IAPAS a Pagar		721,01
PIS a Pagar		60,71
Receitas Financeiras		5.025,01
Vale Transporte		11,58
TOTAL	64.142,86	64.142,86

"BALANÇO GERAL", encerrado em 31/12/88, transcrito nas páginas 130 e 131 do Livro Diário nº 03.

ATIVO

CIRCULANTE	
Caixa	562.696,41
Bancos	1.866.752,81
C.E.F. C/Cad. Poupança	1.105.975,85
PERMANENTE IMOBILIZADO	
Móveis, Utens. e Instalações	674.991,99
Total do Ativo	4.010.420,06

PASSIVO

CIRCULANTE	
Contas a Pagar	255.041,50
FGTS a Pagar	104.850,00
IAPAS a Pagar	195.858,41
PIS a Pagar	21.675,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Patrimônio Social	3.433.195,10
Total do Passivo	4.010.420,06

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RESULTADO DO EXERCÍCIO" EM 31/12/88

FGTS	282.858,28
PIS	31.166,95
Férias	816.097,51
Salários	2.633.105,34
Participação em Congresso	516.664,00
Despesas Financeiras	14.532,43
Deslocamentos	679.853,00
Material de Consumo	1.002.916,60
13º Salário	638.071,44
Serviços de Terceiros	172.487,00
Vale Transporte	14.669,09
IAPAS	556.351,31
Despesas de Divulgação	1.789.092,00
Despesas Administrativas	4.512.142,32
Despesas c/Diárias e Estádias	315.600,00
Contribuição Andes	3.548.581,65
Contribuições de Associados	18.659.238,78
Receitas Financeiras	1.568.452,61
Fundo Associativo	
Superavit, verificado n/exercício que se transfere ao fundo supra	2.903.502,47
Total	20.427.691.390.427.691,39

DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM: 31/07/89

Multas	24,59
Fotocópias	1.171,84
Portes e Telegramas	2.514,88
Telefone	440,83
Lanches e Refeições	690,67
Despesas Diversas	966,83
Condução	275,95
Honorários	5.148,70
Material Escritório	6.251,13
Impostos e Taxas	16,17
Contribuições	186,60
Assinaturas	82,60
Despesas de Cartório	106,08
Total	17.876,87

CONSELHO DE REPRESENTANTES

CCMN
 Instituto de Física
 José Antônio Martins Simões e Filadelfo Cardoso dos Santos (representantes);
 Odair Dias Gonçalves e Raphael de Haro Junior (suplentes).
 Instituto de Geociência
 Maria da Glória Pires de Carvalho e Isimar de Azevedo Santos (representantes)
 Instituto de Matemática
 Sem conselheiro
 Instituto de Química
 Sem Conselheiro
 Observatório do Valongo
 José Augusto Buarque de Nazareth (representante) e Lília Irmeli Arany Prado (suplente)
 CLA
 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
 Sem conselheiro
 Escola de Belas-Artes
 Sem conselheiro
 Faculdade de Letras
 Maria Cristina Rigoni Costa, Vera Cristina Rodrigues Feitosa e Renata Gérard Bondim (representantes);
 Godofredo de Oliveira Neto, Jandyra Gonçalves Figueiredo (suplente) e Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagório (suplentes)
 Escola de Música
 Léo Affonso de Moraes Soares (representante); Vanda Lima Beliard Freire, Regina Maria Meirelles Santos e Neusa Gomes Nunes (suplentes)
 CFCH
 Faculdade de Educação
 Luciane Maria Quintanilha Falcão e Marcelo Macedo Corrêa e Castro (representantes)

Escola de Comunicação
 Kátia Maria de Carvalho Silva (representante) e Geir Nuffler Campos (suplente)
 Escola de Serviço Social
 Lília Lopes Guimarães (representante) e Dayse de Paula Marques da Silva (suplente)
 Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
 Sem conselheiro
 Instituto de Psicologia
 Sem conselheiro
 Colégio de Aplicação
 Clóvis de Figueiredo Neves Filho (representante) Elianne de Azevedo Takche (suplente)
 CCJE
 Faculdade de Direito
 Sem conselheiro
 Faculdade de Economia e Administração
 Josué de Souza Almeida (representante) e Almir Pita Freitas Filho (suplente)
 CCS
 Instituto de Ciências Biomédicas
 Sem conselheiro
 Escola de Enfermagem
 Sem conselheiro
 Faculdade de Farmácia
 Hélio de Mattos Alves (suplente)
 Faculdade de Medicina
 Leticia Legay Vermelho, Aldo Franklin Ferreira Reis, Diana Maul de Carvalho (representantes); Fernando Sérgio Viana Martins e Susie Andries Nogueira (suplentes)
 Instituto de Microbiologia
 Sem conselheiro
 Instituto de Nutrição
 Elizabeth Accioly (representante); Rita

de Cássia Perrelli (suplente)
 Faculdade de Odontologia
 José Monteiro Neto (representante) e Francisco Jeter Ribeiro (suplente)
 Instituto de Biologia
 Sem conselheiro
 Escola de Educação Física e Desportos
 Alexandre Moraes de Mello (representante) e Eleonora Gabriel (suplente)
 Instituto de BioFísica
 Sem conselheiro
 Instituto de Psiquiatria
 João Ferreira de S. Filho (representante) e Ceres EI-Jaick Andrade (suplente)
 Instituto de Pediatria
 Arildo Pereira Franco da Fonseca (representante) e Peter Abram Likuornik (suplente)
 Instituto de Tisiologia e Pneumologia
 Ezemar Marques de Andrade (representante) e Aunir José Carneiro (suplente)
 NUTES
 Antônio Filomeno (representante) e Eliane Brígida de Moraes Falcão (suplente)
 NPPN
 Sem conselheiro
 CT
 Escola de Engenharia
 Henrique Inneco Longo (representante) e Theophilo B. Ottoni Filho (representante)
 Escola de Química
 Sem conselheiro
 COPPE
 Sem conselheiro
 Instituto de Macromoléculas
 Esperanza A. V. R. Ribeiro (representante) e Bettina A. L. Calafate (suplente)
 FORUM
 Museu Nacional
 Índia Maria Borba Moreira (representante) e Denise Pamplona Carvalho (suplente)

Diretrizes e bases para educação

A Universidade Pública e a nova Lei de Diretrizes e Bases foi o tema do debate promovido em agosto, pelo Fórum de Defesa da UFRJ, no auditório do CFCH. Desde sua criação, em junho, o Fórum tem discutido amplamente a crise da universidade e, dessa vez contou com a presença do secretário da SESU/MEC, Edson Machado, e do relator da Comissão de Educação na Câmara, Deputado Jorge Hage, do PSDB-BA. Na audiência, professores da UFRJ e representantes da comunidade científica, interessados nos destinos da Educação Nacional, em especial, do ensino superior.

Na fase inicial, o relator destacou a importância da participação da sociedade como subsídio ao trabalho dos parlamentares, tendo em vista tratar-se de um processo decisivo, que pode se encerrar na própria Comissão sem que o projeto de lei precise ser aprovado no plenário do Congresso Nacional.

Em março, no início do ano legislativo, foi instalada a Comissão com 51 deputados, conforme a proporcionalidade das bancadas dos partidos na Câmara, sendo, porém, a flagrante maioria defensora dos interesses privatistas. Na primeira etapa de discussão, entre abril e junho, foi ouvida a comunidade organizada, em 30 audiências públicas com entidades civis, incluída a Andes-SN. Seis projetos oficiais de parlamentares foram encaminhados, um deles do Deputado Arnold Fioravanti, do PDS-SP, co-proprietário de faculdades particulares, e cerca de outros 50 documentos com projetos completos ou parciais, como o do grupo de trabalho de Política Educacional da Andes-SN. Segundo uma estimativa "ideal e otimista" do Deputado Hage, os trabalhos deverão estar concluídos em junho de 1990, mas ele alega que a matéria é extensa e, portanto, não está afastado o risco de atrasos, o que comprometeria todo esse processo para somente ser reiniciado em 91, quando assumirem os novos parlamentares eleitos.

Nos vinte capítulos previstos de seu substitutivo, o relator pretende tratar da conceituação da Educação, definir o campo administrativo e as conexões entre educação, trabalho, escola e sociedade. Alguns enganos devem ser corrigidos, como o papel da educação a serviço do mercado de trabalho, com a res-

ponsabilidade da preparação imediata de mão-de-obra.

Uma de suas preocupações é a garantia do direito à educação e reafirmação da educação como dever do Estado. O ensino básico é para todos, ou seja, desde a educação infantil ao ensino médio - unitário até 17 anos, não vedando a existência do curso normal e das escolas técnicas, como extensão do nível médio ou paralelo ao sistema educacional. Assegura a educação especial, para superdotados, deficientes e indígenas, a educação de jovens e adultos, o ensino noturno em todos os níveis e o sistema combinado de ensino à distância. Admite também a formação de

profissionais fora do sistema escolar, como no Senai, Senac e em cursos livres.

Quanto ao ensino superior, propõe a avaliação das instituições universitárias de cinco em cinco anos, a pluralidade das áreas de conhecimento, alta qualificação dos docentes, com pelo menos 1/3 em dedicação exclusiva, e a institucionalização da pesquisa como atividade fundamental para o desenvolvimento da ciência básica. Em termos gerais, a estrutura e os procedimentos burocráticos deverão ser simplificados e a consulta ao Fórum de Educação passará a ser obrigatório.

A LDB DO MEC

"O Sistema Educacional deve contribuir para a concretização dos pontos do texto constitucional, para a redução das injustiças sociais e eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação". Segundo Edson Machado, a proposta de LDB do MEC, que será encaminhada ao Congresso como mensagem do executivo, parte deste princípio e assim prevê metas para os diferentes níveis de ensino:

Nível fundamental

- reorganização do ensino fundamental na esfera dos municípios
- extinção gradativa do professor leigo
- valorização do magistério
- ação contra disparidades

Nível médio

- reconceituação funcional
- novas alternativas de formação
- ensino pós-médio, sem significar ingresso no nível superior

Nível superior

- as universidades serão criadas ou credenciadas pelo Congresso Nacional
- elevação do status de universidade. O status de universidade deve ser conquistado como resultado de um processo de maturação e desenvolvimento
- as universidades devem ter uma organização multi e interdisciplinar, assegurada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- abandono da idéia de universalidade dos campos de conhecimento, abrindo a possibilidade para universidades especializadas, com ênfase em uma determinada área do saber
- as universidades criadas e mantidas pelo poder público

terão regime jurídico próprio, distinto dos demais órgãos da administração pública

- as universidades deverão ter uma gestão democrática, com a co-participação dos segmentos que a integram e divulgação do desempenho educacional e da administração financeira

- a autonomia das universidades será exercida mediante nomeação de seus dirigentes em conformidade com o estabelecido em Lei

- o Reitor e Vice-Reitor das universidades federais serão nomeados pelo Presidente da República a partir de lista tríplice, sendo vedados mandatos consecutivos.

- os recursos públicos poderão atender as instituições de ensino comunitárias, confessionais ou filantrópicas

- o orçamento será global, incluindo salários dos docentes e funcionários. Carreira única e isonomia salarial serão extintos

Ensino de jovens e adultos

- novas formas e modalidades dentro do conceito de educação continuada
- estímulo ao ensino à distância e outras formas de conhecimento

Projeto do Governo para regime jurídico único

Por força de uma determinação constitucional contida no art. 39, caput, da Constituição Federal, o governo deverá instituir o Regime Jurídico Único (RJU) - estatutário para o funcionalismo público civil da União e, para isso, apresentou dois anteprojetos de lei elaborados pela Seplan: um que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos e outro que fixa diretrizes para os Planos de Carreira (DPC) da administração direta, autarquias e fundações públicas. A proposta do executivo está sendo examinada pelas instituições federais e suas entidades representativas, e será enviada ao Congresso Nacional até 27 de setembro.

A ANDES - Sindicato Nacional tem privilegiado a ação conjunta com a Fasubra e a Intersindical do serviço público federal, nesta fase de avaliação e definição das sugestões das entidades. Especificamente quanto às Instituições Federais de Ensino, a coordenação do setor na ANDES-SN tem se reunido em Brasília com os representantes das ADs, neste início de setembro, para um estudo detalhado do RJU e das Diretrizes dos Planos de Carreira visando encaminhar propostas ao MEC. A dificuldade está nos prazos exíguos para discussão de emendas ou mesmo para confecção inicial, verifica-se que o projeto do executivo contraria o art. 206 da Constituição Federal, que, no seu inciso V, prevê a elaboração de plano de cargos e salários específico para o magistério público. Ao incluir o magistério público no âmbito desta lei, o governo colide com o princípio constitucional da autonomia universitária e com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, (PUCRCE) conquistado com a Lei da Isonomia.

Estão excluídos do anteprojeto o legislativo, o judiciário, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Pú-

blico, mas não as Universidades. O problema é que o teor das normas dos planos de carreiras é fortemente administrativo e não contempla a natureza da carreira docente. A Universidade tem suas particularidades; é uma instituição acadêmica calcada no mérito, onde os cargos de chefia, por exemplo, têm outra dimensão, não sendo parte da progressão na carreira como nos demais serviços públicos.

Além disso, o RJU traz problemas básicos. O fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) deixará de ser depositado para o servidor público celetista, sendo transferido o saldo das contas do FGTS para conta de caderneta de poupança, resgatável parceladamente em cinco anos. Em troca, o governo acena com a estabilidade a partir de dois anos de estágio probatório do servidor, o que, para as universidades não representa um ganho, pois está prevista no PUCRCE. Os casos de demissão nas IFEs estão submetidos ao exame dos departamentos e os docentes têm amplo direito à defesa.

Um ponto positivo é a garantia da aposentadoria com proventos integrais e paritários com os salários dos servidores da ativa. Mas, pela avaliação da ANDES-SN, através do vice-presidente regional do Rio de Janeiro, Prof. Jorge Máximo, os anteprojetos revelam as intenções do governo de reduzir as despesas com o funcionalismo público, deixando de recolher o FGTS para os celetistas. E mais, com o RJU, o governo agrupa todo o funcionalismo num mesmo conjunto sobre o qual poderá exercer um controle mais eficaz. Assim, cresce o poder do governo para administrar as demandas, sobretudo salariais e trabalhistas, dos servidores, dando um tratamento uniforme às questões de cada setor, que no entanto, tem características diversas.

Como andam os salários nas IFES (E como corre a inflação)

Matéria publicada no BOLETIM DA ANDES - agosto/89

A recente greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, mesmo fortalecida com a greve dos Servidores Públicos, não conseguiu atenuar o arrocho salarial imposto pelo Plano Verão. Apesar do reajuste de 30% conseguido em maio ter superado em 10,23% a variação do IPC nos meses de fevereiro à abril, tal reajuste ficou muito abaixo da variação do ICV medido pelo DIEESE no período de janeiro à abril (91,99%).

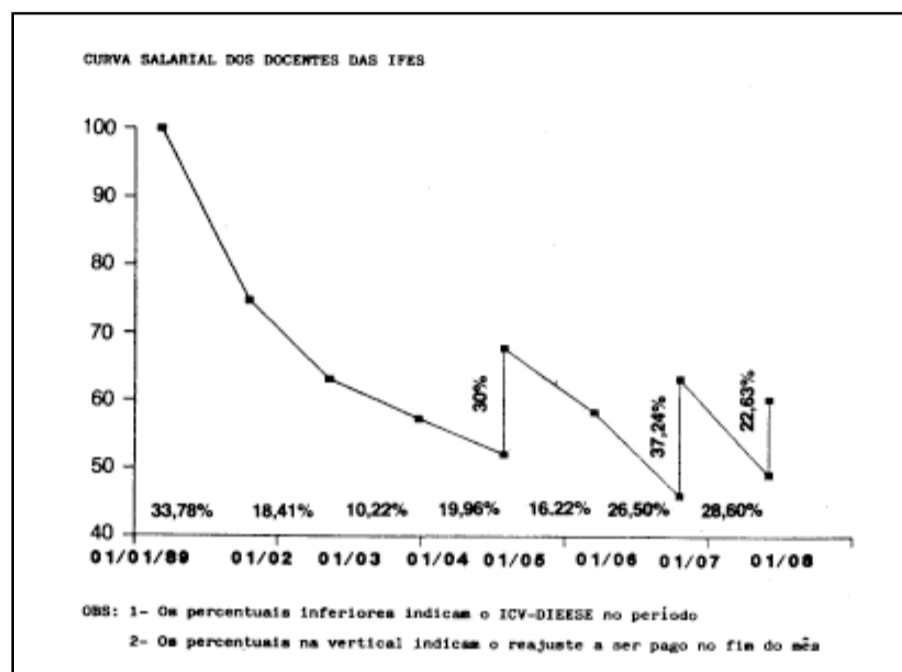
Para os trabalhadores do setor privado o arrocho foi ainda maior, uma vez que o reajuste relativo ao período de janeiro à abril foi igual apenas à variação do IPC de fevereiro a abril (17,84%).

Consideremos ao final a Curva Salarial dos Docentes das IFES, no período de 01.01.89 a 01.08.89.

O salário indicado no início de cada mês representa o valor pago naquele mês, comparado ao salário de janeiro (100). O salário no final de cada mês indica a remuneração já deflacionada segundo o ICV do DIEESE.

Os eventuais reajustes indicados no início do mês significam o aumento concedido naquele mês.

Desse modo, o salário de fevereiro, por exemplo, representou 74,74% do salário de janeiro, em termos reais. Para se chegar a



este valor basta deflacionar o salário de janeiro pelo ICV deste mês (33,78%), mediante o seguinte cálculo: $100:3378 = 74,75$.

Para calcular o salário de maio, por exemplo, deve-se não só deflacionar o de abril pelo ICV deste mês, bem como reajustar o valor deflacionado pelos 30% concedidos, de acordo com as contas: $57,28:$

$1.1996=52,09$ e $52,09 \times 1.30=67,72$.

No mês de agosto, aplicou-se o critério definido na Medida Provisória N.º 74, que assegura apenas reajuste igual à parte do IPC que exceder 5%. Como o IPC de julho foi de 28,76%, o reajuste considerado foi de 22,63%, conforme o cálculo seguinte: $1,2876:1.05=1.2263$.

Pela curva salarial, o salário de agosto vale 60,27% do salário de janeiro, registrando-se uma perda de quase 40%.

Para repor o salário de agosto ao nível de janeiro deste ano seria necessário um reajuste adicional de 65,92% conforme verifica-se a seguir: $100:60,27=1.6592$.

Na hipótese de ser derrubado o veto à Lei de Conversão n.º 06 (que modificou a MP n.º 56), o reajuste em agosto permanece igual a 22,63% para quem percebe acima de três salários mínimos e passa para 28,63% para os servidores com até três mínimos.

No entanto, se o parecer da Comissão Mista encarregada de apreciar a Medida Provisória n.º 74 for aprovada pelo Congresso e ratificado pelo Presidente da República, os índices serão diferenciados para quem percebe acima de três mínimos, devido ao efeito cascata.

Tal diferenciação provocaria uma pequena distorção na matriz de salários nos meses de agosto e setembro, que seria corrigida em outubro.

Neste mês, os salários dos servidores deverão ser iguais aos salários de julho reajustados pela variação do IPC verificada nos meses de julho, agosto e setembro.

Eleições na ADUFRJ

Conforme as normas para escolha de diretoria e dentro do prazo regulamentar, que se encerrou em 13 de setembro, duas semanas antes das eleições, um grupo de dez sócios inscreveu a chapa ADUFRJ-AUTÔNOMA E PLURAL para Diretoria da Associação durante o biênio 89/91, cuja eleição será realizada nos dias 27, 28 e 29 de setembro.

A chapa é composta pelos seguintes professores:

- Cibeli Cardoso Reynaud - Presidente (CLA)
- Roberto Leher - 1º Vice-Presidente (CFCH)
- Leticia Legay Vermelho - 2º Vice-Presidente (CCS)
- Índia Maria Borba Moreira - 1º Secretário (FORUM)
- Henrique Innecco Longo - 2º Secretário (CT)
- Filadelfo Cardoso Santos - 1º Tesoureiro (CCMN)
- José Augusto Buarque de Nazareth - 2º Tesoureiro (CCMN)

Fortaleça sua entidade, participe das eleições para Diretoria e Conselho de Representantes!

Reajuste de salários

Finalmente, o Presidente Sarney sancionou as leis que asseguram aos docentes do magistério superior os ganhos da Greve Nacional encerrada em julho. Sendo assim, as administrações das Instituições Federais

de Ensino devem proceder ao pagamento, ainda em setembro, dos valores devidos. A ADUFRJ já solicitou, por carta, à Reitoria da UFRJ que sejam atendidos os direitos dos docentes.

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1989

Ao
Prof. Alexandre Pinto Cardoso
Reitor em Exercício da UFRJ

O Diário Oficial da União do dia 18/09/89 publicou a nova tabela salarial com os ganhos obtidos pela Greve Nacional do 1.º semestre de 1989: diferença de nível de 4% para 5%, DE dos docentes do magistério superior de 40% para 50% e DE dos docentes de 1.º e 2.º graus de 25% para 30%.

Solicitamos que a Reitoria da UFRJ faça o pagamento destes ganhos na folha de setembro, incluindo os atrasados referentes aos meses de junho, julho e agosto.

Solicitamos também que o cálculo dos atrasados tome como base o salário de setembro, pois a inflação já corroeu os valores destes meses.

Caso o pagamento dos atrasados não seja feito no mês de setembro, exigimos então que o faça em folha suplementar, com a máxima urgência.

Alertamos a Vossa Magnificência que um atraso por parte desta Reitoria no atendimento dos direitos dos docentes implica em aumentar o arrocho salarial a que estamos submetidos pelo governo Sarney.

O mergulho no caos a busca de saídas

A tentativa ilegal do prof. Horácio Macedo se reeleger, lançou a UFRJ na pior crise de sua história. A posse deveria se dar no dia 4 de setembro, mas quatro mandatos judiciais impediram a festa da contestada vitória. O impasse só parece ter uma saída: a volta ao claro caminho da lei.

Wanda Figueiredo

As eleições para escolha do reitor na UFRJ saíram das manchetes dos jornais para a condição de ré na justiça. Em apenas três meses, já se elevam a quatro as ações impetradas: uma, do MEC, junto ao Supremo Tribunal Federal, e três do Procurador da República, Paulo Bessa, na Justiça Federal. Internamente, contra a reeleição do reitor Horácio Macedo, já haviam se manifestado os Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados, a Associação dos Docentes ADUFRJ-, vários colegiados de centros e de unidades.

Hoje, o campus universitário se transformou em campus de guerra. Com isto, o tempo roubado ao ensino e pesquisa, gasto pelos docentes em debates, reuniões, assem-

bléias, para discutir o caos, está resultando em um prejuízo incalculável para a universidade. Apenas um dado: para discutir o tema eleição e reeleição, em acaloradíssimos debates, já foram realizadas nada menos que 20 reuniões do C. Un., cuja duração total atingiria pelo menos 80 horas. Regimentalmente, o Conselho realiza duas reuniões ordinárias por mês, totalizando 22 anuais. E também se sucederam reuniões do CEG, CEPG, Conselhos de Coordenação de Centro, Congregações das Unidades.

Para tentar clarear um pouco o escuro que se fez na UFRJ, procuramos ouvir os quatro candidatos que concorreram à eleição para reitor: os professores Carlos

Montenegro, Carlos Russo, Horácio Macedo e Luis Pinguelli Rosa. Também ouvimos o Procurador da República, Paulo Bessa, o coordenador do Fórum de Defesa da Universidade, Rodolpho Paulo Rocco, e o respeitado cientista Carlos Chagas Filho. Para todos, a mesma indagação: as causas da crise e suas possíveis saídas.

Como causas, apontaram a tentativa do prof. Horácio Macedo se reeleger, a interferência indesejável de partidos políticos, especialmente o PCB e PC do B; a participação na eleição de professores aposentados, licenciados, de funcionários nomeados irregularmente, e de alunos que só iriam entrar na universidade no segundo semestre. Como saída, indicaram o caminho da conciliação entre as várias facções, e uma nova eleição, com a elaboração da lista sêxtupla, exigida pela Lei 5540 da Reforma Universitária. Apenas o prof. Horácio Macedo nega o óbvio e pergunta cândidamente: "Crise? Que Crise?" e só vê uma saída: sua posse.

Enquanto isto, o Procurador Paulo Bessa diz que, se o Conselho Universitário aprovar a posse do prof. Horácio Macedo, isto constituirá crime, que poderia ter como consequência a prisão dos conselheiros, com pena que varia de 15 dias a seis meses, mais multa.

Nesta busca de encontrar a luz no final do túnel, ficou claro que a saída só poderá ser um novo processo eleitoral, dentro da lei. Confira.

Enquanto isto, o Procurador Paulo Bessa diz que, se o Conselho Universitário aprovar a posse do prof. Horácio Macedo, isto constituirá crime, que poderia ter como consequência a prisão dos conselheiros, com pena que varia de 15 dias a seis meses, mais multa.

Nesta busca de encontrar a luz no final do túnel, ficou claro que a saída só poderá ser um novo processo eleitoral, dentro da lei. Confira.



Prof. Carlos Barbosa Montenegro
Candidato da chapa 1

ça: "Não vai sair nunca, porque a universidade é uma autarquia. E se a autonomia for derrotada, a lista sêxtupla é o que manda o estatuto da universidade, a lei de Diretrizes e Bases, todos os decretos sobre o assunto."

Candidato sem chapa, que recorreu a um mandato de segurança para se inscrever, o profl. Montenegro observa que se chegou a esse impasse na UFRJ porque não foram cumpridos os estatutos e regimentos. Antes de se candidatar, ele estudou o assunto e achou que seria uma lista sêxtupla. "Eu tive o trabalho de ler a lei. Jamais poderia pensar que o Conselho Universitário tivesse outra interpretação. A

Saída na lista sêxtupla

minha, está de acordo com os três mandatos de segurança. A autonomia, desde 45, foi a lista tríplice, depois sêxtupla. A constituição foi interpretada errôneamente."

"Zerar este processo é um absurdo"

O grande erro da administração Horácio Macedo foi o de colocar a universidade a serviço de um partido político, o PCB. "Não entendo como se pode dirigir uma universidade com um partido, qualquer que seja ele. Assim, não se forma nem um time de futebol, não se vai alugar nenhum,

principalmente com um partido que representa 1% do eleitorado brasileiro. "Ele vê a UFRJ dividida entre dois partidos: PCB e PT, e uma parcela do PDT.

Professor titular de obstetrícia, este carioca de 47 anos já enfrentou outra difícil eleição, para a Academia Nacional de Medicina, um fechado grupo de apenas 100 membros, reunindo médicos de renome. Ele se define como um candidato de centro, mas colocando-se acima de política partidária. "O que deve nortear a escolha é a competência. A universidade é um local de ensino, pesquisa e extensão. Não se pode fugir disso."

Nesse impasse na UFRJ, o prof. Montenegro tem duas certezas: de que o caminho será o da lista sêxtupla, e de que será candidato. "Acho um absurdo zerar esse processo. A saída seria compor essa lista completando com outros nomes, cuja escolha seria feita pelo colégio eleitoral. "Nesta lista, a seu ver, o prof. Horácio Macedo não poderia entrar, já que o estatuto não permite sua reeleição. "Temos que cumprir a lei. Onde estiver a lei, eu estou do lado. "

Existem duas saídas para a crise da UFRJ: ou a autonomia de Horácio Macedo, ou a lista sêxtupla. Esta é a opinião do prof. Carlos Montenegro, diretor da Maternidade Escola. Embora ache válida a autonomia, vê chances ínfimas de que isto aconte-

Temos que voltar à lei



Prof. Carlos Russo
Candidato da chapa 2

Para o engenheiro químico e decano do Centro de Tecnologia, Carlos Russo, toda a crise da UFRJ partiu de uma visão equivocada do ex-reitor Horácio Macedo que, na reunião do Conselho Universitário de 20 de outubro de 88, declarou que, pelo art. 207 da nova Constituição, a UFRJ tinha plena autonomia para eleger e empessar o reitor. "Foi baseado neste equívoco que o Conselho elaborou a resolução 2/88, que regulamentava o ato eleitoral e a posse do reitor pelo próprio Conselho."

Deslançado o processo - lembra o prof. Russo - a 30 de maio vem a ação impetrada pelo MEC junto ao Supremo Tribunal Federal, contestando a visão de autonomia plena da UFRJ. Em decorrência desta ação, cujo mérito ainda não foi julgado, o Conselho Universitário elaborou nova resolução - 5/88 - contornando o óbice de que o processo eleitoral se iniciava e se encerrava no âmbito da UFRJ: ela regulava a eleição, mas omitia o passo seguinte, que era a posse.

Durante o processo eleitoral, segundo o prof. Russo, ocorreram diversos encontros, entre principalmente as chapas 2 e 4, com a presidência da comissão eleitoral que, invariavelmente, demonstrava extrema parcialidade com a chapa 3, de Horácio Macedo. Mais ainda: após a eleição, a 10 de junho, houve uma reunião no gabinete do atual reitor Alexandre Cardoso, com a presença de todos os titulares das chapas e os vice-reitores das chapas 2,3 e 4, e a presidência da comissão eleitoral. Objetivo: dirimir dúvidas suscitadas quanto ao colégio eleitoral. "Ficou acordado excluir-se do colégio eleitoral os alunos inscritos no 2.º semestre de 89, que nunca tinham cursado qualquer disciplina, e também todos os professores demitidos ou afastados da universidade (docentes em doutoramento no exterior ou fora da sede). Propus que este acordo fosse realizado por escrito, mas minha proposta não foi aprovada."

Observa que, tanto é verdade este acordo, que a prof. Selene Alves, presidente da comissão eleitoral, antes da abertura das urnas, no dia 10 de junho, orientou as mesas apuradoras para não preencherem o quadro relativo ao número de eleitores nas sessões eleitorais, já que este número iria ser verificado. Mas isto não se deu. Esta orientação foi verbal, mas temos centenas de testemunhas. E basta verificar que, nos mapas de apuração, estes números não estão definidos.

O que se viu? Após a apuração, saiu um resultado, divulgado pela chapa 3, que tinha alcançado 50,24% dos votos. Houve vários recursos impetrados pelas chapas 2 e 4 ao Conselho Universitário, que não tiveram acolhida. E, para o prof. Russo, a chapa 3 não obteve maioria dos votos: "Se tivessem retirado as pessoas que combinamos, certamente a votação da chapa 3 estaria abaixo de 50%. Se tivesse havido esse expurgo das listas, e ainda assim houvesse um percentual acima de 50%, eles já teriam feito este expurgo. Quero que me provem o contrário."

Afirma que, se fosse ouvido, proporia uma discussão que viesse

apaziguar os ânimos, no sentido de estabelecer uma administração isenta de paixões político-partidárias. Isto, para dar apoio ao atual reitor Alexandre Cardoso para negociar uma administração de transição, até novo processo de escolha do reitor. "Dia 4 de setembro assume o prof. Alexandre, e ele precisa de uma equipe para administrar. Esta negociação é importante para que a universidade volte ao trilhos, encontre o caminho da normalidade institucional." Embora faça esta proposta de apoio ao atual reitor, ele também revela um desapontamento: "Eu esperava que ele tivesse a sapiência e a sensibilidade de não indicar para sua administração, pessoas notoriamente vinculadas ao ex-reitor Horácio Macedo, como o prof. Fernando Amorim, atual sub-reitor de Finanças, e o sr. João Eduardo do Nascimento Fonseca, sub-reitor de Pessoal e Serviços Gerais."

Volta à lei

Para a nova eleição, o prof. Russo observa que a nova lei de Diretrizes e Bases prevê uma lista tripla elaborada pelos colegiados eleitorais superiores das universidades. Mas, como ainda não foi aprovada, a saída, hoje, seria a lista sétupla, sem a participação do ex-reitor Horácio Macedo, não permitida pelo estatuto vigente. E lembra que o prof. Gilberto Velho, do Museu Nacional, escreveu um artigo no Jornal do Brasil onde define claramente a saída que, institucionalmente, devemos propor: zerar o processo e começar tudo de novo, dentro da lei. "Se vamos contestar a lei, vamos declarar a República Independente do Fundão. O que é um contra-senso. As mesmas pessoas que advogam a democracia plena, são as que se posicionam contrárias à democracia, porque não reconhecem o poder legislativo do Brasil."

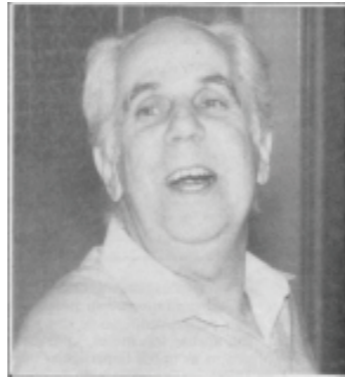
Vamos declarar a república independente do fundão

Seu sentimento, observando toda esta crise em que mergulhou a universidade é que, tendo a UFRJ um orçamento do mesmo porte do 3.º orçamento municipal do país, ela representa um cacife político de grande valia para os partidos menores. "Em todo o Brasil o PCB, o PT e, às vezes o PC do B estão brigando pelas administrações universitárias. Isto tem que acabar. Quando a instituição acadêmica fica atrelada a um partido político, ela é destruída na sua visão universal, dando margem aos diversos ismos a que nos acostumamos a ouvir: clientelismo, nepotismo, favoritismo. Neste quadro, as pessoas passam a ser atendidas no balcão da sub-reitoria de Finanças."

E quanto à proposta de divisão da UFRJ em duas universidades? "Uma sandice. Reconheço que a UFRJ é muito grande, com uma administração pesada, mas não é dividindo que vamos resolver." Para ele, o que resolve é a descentralização do poder, com a participação efetiva da administração por parte dos deanos, chefes de departamento, diretores de unidades, sub-reitores. "Eles não devem ser meros pedintes de recursos ao todo poderoso sub-reitor de Finanças. Se você é amiguinho dele, recebe ar condicionado, bolsas, equipamentos. Se não é, mandam que você faça um ofício, e o que pediu sai ou não."

Com a visão de quem é professor da UFRJ há 21 anos, ele faz um balanço da administração Horácio Macedo: "Acho que foi a que prestou maior desserviço à causa da universidade pública brasileira. Foi o reitor mais autoritário que já houve na UFRJ, travestido de um democrata. No entanto, ele tinha tudo para fazer uma boa administração, com o respaldo da comunidade. Mas ouviu mais o partido comunista do que a instituição acadêmica. Felizmente para nós, hoje ele é o ex-reitor." Lembra que quando Horácio Macedo pediu ao Conselho Universitário para se licenciar, ele aprovou com aplausos, porque considerava que a universidade deveria se rejubilar. "A melhor coisa que aconteceu nos últimos quatro anos na UFRJ, foi o afastamento de uma pessoa nefasta como Horácio Macedo."

Vitória contestada



Prof. Horácio Macedo
Candidato da chapa 3

Em meio à tempestade, um homem tranqüilo e, até, otimista? O ex-reitor Horácio Macedo, que concorreu à reeleição, quando se pede que aponte as causas do caos que se instalou na UFRJ, responde com outra indagação: "Que Crise?". E completa: "Houve uma eleição, uma chapa vencedora e chapas perdedoras. Um inconformismo dos que perderam. E a chapa vencedora aguarda a decisão do Conselho Universitário, que será respeitada, qualquer que seja ela."

O prof. Macedo afirma que não lhe cabe julgar as razões dos que perderam e não se conformam, mas todos os argumentos que ouve são de inconformismos. "Se outras razões existem, pergunte a eles. Mas é tão tranqüilo: houve uma vitória nítida, incontestável, com 52% dos eleitores, e 50,3% dos votos ponderados. Por uma ou outra contagem, a vitória é incontestável."

Com esta visão, ele só vê uma saída para a crise: a posse do reitor eleito. "Não vejo outra possibilidade do que a posse do eleito que, no caso, fui eu. E esta é uma questão que vai depender da ação da universidade junto aos poderes governamentais, que não concordam com o encaminhamento legitimamente deliberado na universidade. Porque 22 mil pessoas participaram da eleição. Que vamos dizer a eles? Que foi uma brincadeira?"

Químico industrial, há 35 anos professor do Departamento de Físico Química do Instituto de Química, do que muito se orgulha - "não sou um neófito, um arrivê" - o prof. Macedo foi eleito reitor em 85, por votação direta. Garante que, desde então, este é o processo em todas as universidades brasileiras, e que a nova constituição do Estado do Rio de Janeiro admite também este proces-

so. " Eu me oponho frontalmente à escolha indireta. O processo que escolhemos é que vai garantir a qualidade da universidade enquanto instituição voltada para um compromisso social."

Enfatiza que o processo eleitoral foi legítimo, conduzido corretamente, sem nenhum vício, e que seu resultado representa a manifestação inequívoca da comunidade acadêmica: professores, funcionários e estudantes. "Por isto, o resultado da eleição tem que ser objeto do mais profundo respeito. Não vejo, nas questões levantadas em torno da ponderação dos votos, nenhuma questão essencial, capaz de desqualificar o processo. Por isso mesmo, eu me oponho frontalmente a qualquer solução que se oponha a este resultado eleitoral. Não agrada a muita gente, mas é o que penso".

"Não vejo outra possibilidade que a posse do eleito: eu"

Objecções

Entre as objeções levantadas, está a grande influência de partidos políticos (PCB, PC do B). Seu ponto-de-vista se mantém inalterado: "Os partidos políticos devem influenciar na resolução de todos os problemas da política social do país. Excluir os partidos políticos ou sua influência na

universidade é uma questão absolutamente inimaginável e inaceitável. Isto não quer dizer que a universidade se torne um instrumento do partido político. A universidade vai ser o campo de embate dos partidos políticos e isto é legítimo. Não aceitar isto, é querer tapar o sol com a peneira." E carrega uma desconfiança: de que essas objeções partam contra os partidos de esquerda, que viviam na ilegalidade. "Isto me parece manifestação de um ranço político profundamente reacionário. E ponto final."

Outra objeção apontada pelas chapas 2 e 4 é de que votaram estudantes que só iriam entrar na UFRJ em agosto, logo, no 2º semestre. Mas o prof. Macedo garante que eles não votaram: apenas figuraram no cadastro geral. Mas diz não ter objeção de que sejam retirados do colégio eleitoral, a fim de se efetuar a ponderação dos votos dos alunos. "Isso é uma decisão do Conselho Universitário." Quanto à outra irregularidade, de que professores licenciados também votaram: "Não aceito como irregular o voto do professor licenciado, porque eles não perdem o caráter de professor, recebem salário e, às vezes, são bolsistas. Mas isto é uma decisão do Conselho Universitário, que deu a todos o direito de voto. E tenho dúvidas de que venha a tirar este direito."

Acompanhando atentamente as sucessivas reuniões do Conselho Universitário, o prof. Macedo se diz muito otimista: "Acho que, apesar das divergências, de afirmação odiantas, injustas, apaixonadas, acho que tudo será resolvido. Será um bonito passo à frente." E se diz tranqüilo, sem qualquer mal estar com toda esta ceulema que abala a UFRJ: "Apesar de tudo, não se pode ficar pensando pequeno. Tem-se que pensar grande. A gente tem que sonhar com este país."

Novo processo eleitoral



Prof. Luiz Pinguelli Rosa
Candidato da chapa 4

Candidato que obteve a preferência dos docentes e alunos, o prof. Luis Pinguelli Rosa, fundador e ex-presidente da ADUFRJ e da ANDES, vê a crise da UFRJ como fruto de um processo mal conduzido: o reitor decidindo se reeleger; contratações irregulares, que tornaram muitos funcionários em votantes dependentes da reitoria, pelo tipo de relação político partidária e de parentesco com pessoas em altos cargos. O emprego era trocado pelo apoio para a reeleição. "Um fato que não é novo nas universidades, a criação de um grupo de apoio interno, uma espécie de coronelismo, de curral eleitoral, na base da troca, da clientela."

Na UFRJ, foi uma política de terra arrasada

Diretor licenciado da COPPE, membro ao Conselho da SBPC, do Comitê Assessor do CNPq na Área de Energia e da Comissão de Energia Nuclear da Sociedade Brasileira de Física, o prof. Pinguelli detecta outro problema: o aparelhamento da universidade por partidos políticos. "Aqui, houve hegemonia de um grupo do PCB na reitoria, com apoio de outros grupos da esquerda tradicional, mas não da esquerda mais moderna." Um fato que, também, não é novo: à direita (Arena, PDS), dominava várias reitorias no país. A seu ver, na UFRJ foi uma política de terra arrasada, de ignorar todos os valores culturais, científicos, em função de interesses partidários e corporativos. E aponta, ainda, outro problema: um assistencialismo talvez bem intencionado, mas certamente incompetente. Basta ver os parcos resultados obtidos.

Mas, a seu ver, o problema maior talvez seja o desvirtuamento do debate sobre a universidade. Por este processo, ele foi limitado aos aspectos de disputa do poder pelas categorias e correntes partidárias. Foram deixadas em segundo plano as questões relativas à transformação da universidade no sentido de mudanças curriculares, abertura de novas áreas de estudo e pesquisa, ampliação de vagas, flexibilidade dos cursos, com

maior espaço para a interdisciplinaridade.

E aponta outro desvirtuamento: "Fala-se de autonomia para reeleger o reitor, contrariando o estatuto da URJ e a posição da ANDES, da ADUFRJ, da SBPC, entre outras do mundo acadêmico e científico, mas não se usa a autonomia para acabar com a disciplina de Problemas Brasileiros, uma herança do autoritarismo militar, sob medida para pasteurizar a cabeça dos estudantes, em favor de uma ideologia ou outra. E, também, não se fala em autonomia frente ao arbítrio do Estado, que usa o campus como via expressa para acesso ao Aeroporto do Galeão. Como resultado, um grande número de acidentes, devido à alta velocidade dos veículos, e uma grande insegurança pelo uso do Fundão como espaço aberto a toda espécie de crimes, desde assaltos até estupros, assassinatos e desovas de cadáveres. A reitoria não usa o conceito da autonomia para preservar o espaço físico do campus."

Para o prof. Pinguelli há, ainda, a questão ética, essencial em um local de formação de jovens, de produção e aplicação de conhecimentos. "Este processo eleitoral não foi ético, desde as posições da maioria do Conselho Universitário - cooptado -, ignorando o estatuto, através de subterfúgios tortuosos, obedecendo o reitor servilmente ou em troca de interesses individuais ou grupais. Mais ainda: a negação de fatos ocorridos como se fosse possível apagar a memória. Isto ocorreu quanto à decisão de corrigir as listas de eleitores como condição para suspender a impugnação das urnas, depois negada".

Observa: "É muito desagradável verificar que tudo isto está acontecendo, não pelas mãos da direita, mas de segmentos da esquerda mais tradicional, agora, aliados a setores residuais da direita, que nos reprimam na época da ditadura militar. É deplorável. A direção e conselheiros da ADUFRJ, símbolo da nossa luta contra a ditadura, foram, agora, levados à justiça por um cavaleiro ligado à reitoria, por terem denunciado irregularidades nas contratações de funcionários, entre os quais, e comprovadamente, parentes de sub-reitores. Colegas, ontem perseguidos pelo DOI, CODI, são, agora, ameaçados pelos setores que tomaram de assalto a Reitoria e lá passaram seus correligionários e amigos. Denunciar erros da admi-

nistração e criticar a Reitoria passou a ser desvio de direita na UFRJ.

Neste tortuoso quadro, lembra ele que já há os que pensam em sair com seus grupos de pesquisa, como que pedindo asilo em outra instituição onde haja liberdade e real autonomia acadêmica. "Há quem proponha separar a UFRJ em duas, criando uma espécie de UFRJ-2, como ocorreu na Universidade de Paris, para os que desejam trabalhar com mais liberdade. Isso talvez se resolva, dando efetiva autonomia aos centros e unidades, diminuindo o poder central do reitor e da burocracia da Reitoria, que decidiu ser a dona da verdade absoluta, impondo a lógica do partido burocrático aos produtores do conhecimento. Eles se assumem como vanguarda do proletariado, mas vivem do trabalho alheio, de quem ensina, pesquisa, estuda, e dos funcionários de apoio a essas atividades, lotados nos departamentos e unidades."

Aqui, houve hegemonia do PCB na Reitoria

A saída, para toda esta crise da UFRJ, segundo o Prof. Pinguelli seria um entendimento entre os setores que apoiam e os que são contra Horácio Macedo. Um novo processo eleitoral, com normas mais claras, mais legítimas, discutidas nos centros, no Conselho Universitário, CEG, CEPG. "Contestamos o valor da eleição como se deu, burlando o segundo turno."

Apesar de todos os percalços, sua visão é otimista: "Não sou saudosista. Pelo que vivi, a universidade é melhor hoje do que há 10 anos atrás. Há o que preservar: Não é um lixo. Apenas esta visão de partidização, de corporativismo é incompatível com a universidade. Estamos numa encruzilhada. Apesar de tudo, entramos no processo porque é preciso lutar para mudar e avançar. Somos otimistas e não desistiremos. Consideramos uma grande vitória termos ganho entre docentes e alunos, mostrando o absurdo da Universidade."

De olho na Lei

Paulo de Bessa Antunes

Em apenas três meses, desde maio último, o Procurador da República, Paulo de Bessa Antunes, entrou com três ações no Ministério Público, apontando a ilegalidade da reeleição do prof. Horácio Macedo. Pela ordem: a primeira delas, em maio último, uma ação direta de inconstitucionalidade da Resolução n.º 02/88 do Conselho Universitário (a que determinava que o nome do candidato mais votado seria homologado). A segunda, em julho, uma medida cautelar na 15ª Vara Federal. Foi pedida uma liminar para que fossem suspensos os efeitos das resoluções 5 e 6 (que reproduziram a resolução n.º 2). Trocando em miúdos: foi solicitado que o Conselho Universitário fosse impedido de homologar o nome do candidato vencedor, significando a paralisação do processo eleitoral. E, a terceira, uma ação ordinária, também na 15ª Vara, em agosto, visando anular as resoluções 5 e 6 por ilegais e inconstitucionais.

E Bessa não pretende parar. Já solicitou à 15ª Vara que pedisse ao Conselho Universitário a ata das reuniões em que teria sido aprovada a homologação do nome do prof. Horácio Macedo. Diz: "Se for verdade, em tese os membros do Conselho cometeram crime previsto no Código Penal, no artigo 330: desobedecer a ordem legal de funcionário público. No caso, a ordem do juiz de que não poderia haver essa homologação. E Bessa garante: "A aprovação do Conselho não vale nada. Juridicamente, é um ato inexistente. E, dependendo dos termos em que foi feita, poderia ser um crime de desobediência, com pena de 15 dias a 6 meses, mais multa."

Razões

Uma dupla razão levou Bessa, 33 anos, a se interessar pela sorte da UFRJ. Afinal, ali ele se formou em 79, na Faculdade de Direito. Foi fundador e secretário geral do histórico Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Caco - em 78. Hoje, o ex-aluno da UFRJ, além de um dos 17 procuradores da República no Estado do Rio (cerca de 400 em todo o país) é professor de Introdução ao Direito na Faculdade de Direito da PUC, e tem vários livros publicados.

Mas, qual é a função de um procurador da República que atua junto ao Supremo Tribunal Federal? O artigo 127, da Constituição, define sua função: a defesa da ordem jurídica do regime democrático e das instituições individuais e sociais indisponíveis." E, segundo Bessa, é um interesse social indispensável que a UFRJ cumpra a lei. "O ministério público tem o dever de zelar para que o direito do cidadão seja respeitado", justifica.

Com esta visão, e profissão, Bessa sintetiza a situação hoje da UFRJ: "Uma bagunça generalizada." Como procurador, argumenta: "A Constituição, no art. 207, diz que as universidades têm autonomia didático, científica, administrativa, financeira e patrimonial. A lei 5540, que todos atacam, diz exatamente a mesma coisa: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa, financeira, que será exercida na forma da lei e dos estatutos. E o estatuto da universidade, no art. 3.º, estabelece o que é essa autonomia, e diz que as reformas estatutárias deverão ser submetidas ao Conselho Federal de Educação. Não há nenhuma lei que tenha excluído isso do Conselho."

Na verdade - pondera Bessa - quando o Conselho Universitário diz que a lei mudou, é porque ninguém se deu ao trabalho de ler os documentos. Não mudou nada. O estatuto da universidade reproduziu a lei 5540, e seu artigo 73 diz que o reitor não pode se candidatar à reeleição, e estabeleceu a

lista sêxtupla para escolha pelo Presidente da República.

Na opinião do Procurador, o que está sendo feito é uma onda em torno de nada. "Uma coisa é que a gente acha que a lei é, e outra é o que realmente é. Se se quiser modificar a lei, há o caminho legislativo, e não rasgar a lei dentro da universidade. Entretanto, o Conselho Universitário nunca fez uma reunião formal para reformar seu estatuto quanto à forma de escolha do reitor, quanto à possibilidade de Horácio Macedo se candidatar. Numa universidade que tem Faculdade de Direito, é inadmissível que se comece a rasgar a lei, porque um grupo de pessoas iluminadas resolveu entender a constituição de uma forma que não é a que está escrita."

A UFRJ - lembra ele - é uma autarquia, como o IAPAS, o INPS, que têm autonomia, mas não soberania. E a soberania popular se manifesta através da lei e da Constituição. Assim, a autonomia da universidade é exercida na forma da lei. Indaga: "E se, amanhã, o Conselho Universitário entender que autonomia é parar de dar aula, ou que negro não pode estudar, ou acabar com o vestibular? Porque, nesta eleição de Horácio Macedo, se acabou com a legislação toda. A universidade tinha que cumprir, inclusive, o estatuto que eles mesmo fizeram. Se a gente não gostar da justiça, procure melhorá-la. O que não pode é, simplesmente, desconhecê-la. Se a universidade lutou pelo sistema democrático, ela não pode ser a primeira a rasgar a Constituição."

Outra crítica: a UFRJ se seduziu por determinadas bandeiras, que não se sabe se correspondeu a suas necessidades. "As pessoas estão invertendo as bolas. E quem está perdendo é a universidade que chegou a um ponto de dilaceramento interno que não tem mais volta." E, quanto à participação dos funcionários na eleição, Bessa se mostra a favor de uma participação ponderada, a exemplo do que acontece na PUC. Justifica: "Um professor de 20, 30 anos de carreira, tem melhor concepção da universidade do que um funcionário que entrou não se sabe como. As universidades de Harvard, da Sorbonne são famosas, porque seus pesquisadores têm padrão de excelência. Se Einstein fosse submeter suas pesquisas a um estudante de 1º ano, ele não chegaria alugar nenhum."



Se a gente não gostar da justiça, procure melhorá-la. A universidade não pode rasgar a Constituição.

Saída

A seu ver, a crise teria saída? "Se houvesse boa vontade, se se convocasse outra eleição, com regras claras, um controle bem feito das listas e o encaminhamento da lista sêxtupla ao Ministério da Educação." A outra opção é aguardar o julgamento das ações o que se dará em oito ou dez meses. Uma demora explicável: para responder a ação, a universidade tem 60 dias. Cada vara da Justiça Federal tem de 10 a 12 mil processos, e a ação da universidade tem que aguardar sua vez. Enquanto a ação não for julgada, nada poderá ser feito. Mas, se a universidade encaminhar a lista sêxtupla (de acordo com o artigo 16-1, da lei 5540), a ação perderá seu objeto. "É simples. Precisa apenas de boa vontade, desprendimento e preocupação com o interesse da universidade e não com interesses pessoais."

Em qualquer dos casos, ficaria ainda no ar a possibilidade de o procurador carioca entrar, ainda, com outra ação. Desta vez, contra a contratação dos 3330 funcionários pela gestão Horácio Macedo "Para isto, preciso apenas de mais elementos. Se os tiver, e constatar que foram ilegais, entro com a ação. Nossa função é pela legalidade."

IRREGULARIDADES

Durante o processo eleitoral na UFRJ, foram apontadas, especialmente pelas chapas 2 e 4, vários procedimentos irregulares, anti-estatutários e anti-regimentais da Reitoria, da Comissão Eleitoral (C.E.I.) e do Conselho Universitário. As deliberações do C.Un. consideradas questionáveis tiveram início ao aprovar, na resolução 02/88 para escolha do reitor, a inclusão como eleitores dos 3330 funcionários recém contratados pelo então reitor Horácio Machado, de forma irregular. Lotados, em sua maioria, na Reitoria e dependentes de regularização funcional prometida, foram usados como massa de manobra. Outras irregularidades:

- Não foi cumprido o artigo 15, parágrafo 3, da resolução 05/89, do C. Un., que obrigava a entrega antecipada das listas eleitorais para verificação;

- As listas de eleitores estavam extremamente adulteradas, o que foi constatado durante a votação, o que levou a chapa 4 a impugnar, por escrito, a abertura das urnas;

- Em reunião realizada no gabinete do reitor em exercício, com a presença dos candidatos, presidente da C.E.I. e reitor, todos acordaram que seriam feitas as correções das listas para retirar os nomes enquadrados nos casos irregulares. Isto não foi cumprido.

- Com o colégio eleitoral adulterado, com mais de 2 mil nomes irregulares, pelo cálculo dos votos ponderados feito à moda do C.E.I., foi dada a maioria absoluta ao reitor candidato pela estreita margem de cerca de 0,2%, depois mudada para 0,3%, burlando a realização do segundo turno, previsto pelas normas.

A razões apontadas não foram levadas em consideração pela C.E.I., que negou, inclusive, um recurso apresentado pelas chapas 2 e 4. Um segundo recurso ao C. Un., com novas provas de irregularidades na lista de eleitores, não obteve resposta. E houve um fato, considerado inexplicável: o reitor candidato Horácio Macedo anunciou o resultado da eleição pela TV Globo, antes de o resultado oficial ser conhecido até mesmo pelo reitor em exercício.

Previsão do caos

Prof. Rodolpho Paulo Rocco

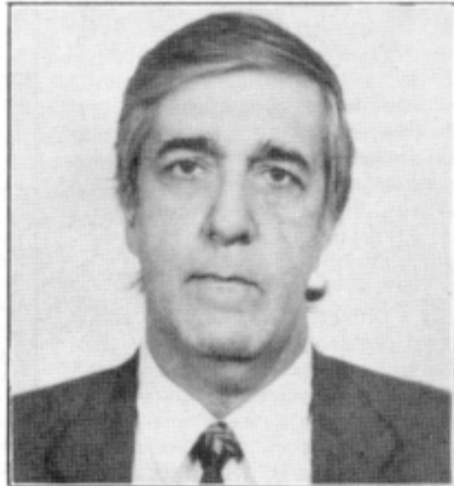
Quando o prof. Horácio Macedo anunciou ao Conselho Universitário, na reunião de 11 de maio de 89, que iria ser candidato à reeleição, o prof. Rodolpho Paulo Rocco, coordenador do Fórum de Defesa da UFRJ e diretor da Faculdade de Medicina, pediu-lhe publicamente que não se candidatasse. Previa o caos que iria se instalar.

Não precisava ser Cassandra para adivinhar o que sucederia." Assim, hoje é categórico: "A crise política teve uma razão básica: a tentativa de reeleição do reitor Horácio Macedo, contra o regime da universidade e contra a maioria dos docentes e alunos. Como dirigir uma universidade nesta situação?

Esta eleição só teve perdedores, e quem mais perdeu foi a UFRJ como instituição".

Também no Conselho, ele afirmou que Horácio Macedo foi o melhor reitor que a UFRJ já viu em atuação, e, no momento, está sendo o pior. "Porque foi ele que lançou a gente nesta crise, embora quem ele indicasse seria vencedor. E também, por sua tendência populista exagerada, e declarada publicamente, que obedece a linha de partidos políticos: PCB, PC do B e a ala trotskista do PT. Sou frontalmente contra partidarismos introduzidos na universidade. O único partido da universidade deve ser o da qualidade.

Como pano de fundo da crise, também



aponta as nomeações em número exageradíssimo de funcionários, nos últimos meses do ano passado, sem que fossem atendidas as parcas solicitações de funcionários do Centro de Ciências da Saúde e da Faculdade de Medicina. Dos mais de três mil contratados, a Faculdade de Medicina apenas recebeu um, isto mesmo remanejado do IBC, enquanto precisava de 22. E o CCS sequer foi consultado.

A política de pessoal e a econômico-financeira, segundo o prof. Rocco, não atenderam ao esperado. Foram resolvidas de forma centralizada e à revelia, na maior parte das vezes, dos centros e unidades que compõem a universidade. "Isto me incomoda. E é uma das origens da cri-

se institucional. Desagradou a um bom número dos funcionários mais antigos, alunos e professores. Não houve um critério da divisão da força de trabalho. Cheirou muito a clientelismo."

Como coordenador do Fórum de Defesa da UFRJ, criado há um mês e meio para discutir as soluções dos grandes problemas das universidades públicas e a situação institucional da UFRJ, ele perscruta mais longe as razões da crise. Vê as universidades públicas, há muitos anos, tendo limitação em sua atuação, de ordem econômica, administrativa, científica, com o desvirtuamento de seu papel principal,

O único partido da universidade deve ser o da qualidade

de fazer e difundir o saber.

Hoje, segundo o prof. Rocco, os dirigentes, desde reitor até os responsáveis pelas unidades e departamentos, transformaram-se em pessoas que precisam de correr atrás de verbas e de mais compreensão dos poderes, numa luta inglória. Eles têm que brigar, em primeiro lugar, por verbas, antes até de conseguirem qualificação melhor de seus cursos. E aponta, também, a proliferação de universidades, faculdades e escolas isoladas de ensino superior, resultando em um abastardamento da qualidade dos profissionais. "Há muitos excessos. É preciso discutir, agora, para que serve e a que serve a uni-

versidade. Afinal, se pergunta se o país deseja mesmo ter universidades para competir com as melhores do exterior, para que possa ter compensação política, com alunos qualificados.

Mas ressalta, também, que às vezes o pouco dinheiro que vai para a universidade é mal aplicado ou aplicado sem critérios. Exemplifica: o Hospital Universitário precisa de um aparelho de ressonância nuclear magnético, fundamental para inúmeras situações clínicas, e não consegue verbas para adquiri-lo. Isto, apesar de já contar com o elemento humano para usá-lo, formado na França e EUA.

A crise mais ampla da instituição universitária, na visão do prof. Rocco, foi constatada na última reunião do Conselho de Reitores da Universidade brasileira, realizada em julho, em São Luiz do Maranhão. Ali se viu um deprimente muro de lágrimas, cada um com problemas mais sérios, basicamente financeiros e relacionados com a real autonomia da universidade.

E ele não mostra otimismo quanto a uma saída para a crise da UFRJ: "Difícilimo". Contudo, prega um entendimento de alto nível entre as várias facções em que, agora, está decomposta a universidade. E, depois de ouvidas as representações de alunos e professores, entendimento com o MEC e o Congresso, enviando a lista para escolha pelo governo federal. E não vê, como solução para a UFRJ, sua divisão em duas. Não se pode subdividir, sem grave risco de se enfraquecer. A universidade é pluralista, mas é una, no sentido de defender sua autonomia de intervenções externas, porque estamos tão fracos."

A REAÇÃO DOS DOCENTES

Na UFRJ, internamente, as reações contra a candidatura de um reitor à reeleição se sucederam. Comunicados, abaixo-assinados, moções, mostraram uma posição firme da ADUFRJ, CEG e CEPG, de conselheiros do C. Un., do Fórum de Defesa da UFRJ, da Congregação da Faculdade de Medicina. Um ano de atenta vigília em defesa de uma universidade pluralista, voltada realmente para o ensino e pesquisa e respeitando as leis do país.

A primeira moção contrária à reeleição dos dirigentes da UFRJ se deu exatamente há um ano, em 18 de agosto de 88, quando havia apenas a ameaça de uma reeleição de Reitor em universidades públicas. Foi apresentada por nove conselheiros, manifestando inclusive, a posição da comunidade científica. O fato que motivou esta moção: o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) havia apresentado um projeto de lei ao Congresso propondo modificar a lei que impede a reeleição. Seu objetivo mais imediato era a reeleição do Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul. A argumentação dos docentes era de que uma universidade democrática exige a renovação de seus dirigentes, e de que a permanência em postos dirigentes é apenas conjuntural na vida docente. Esta moção foi engavetada pelo reitor Horácio Macedo que não permitiu que ela fosse votada no C. Un.

- A Diretoria, Conselho de Representantes e

Assembléia da ADUFRJ distribuíram, em 3-5-89, uma nota aos docentes da UFRJ denunciando, como ato anti-democrático e casuístico, a convocação pelo Reitor de uma reunião dia 4-5-89, com a finalidade de mudar o Estatuto da Universidade, para permitir a reeleição do Reitor. Lembrava que, quando da aprovação das normas da eleição para Reitor em 88, o C. Un. havia deliberado que não haveria mudanças no Estatuto. A ANDES havia deliberado que não deveria haver reeleição de reitores, e que também a ADUFRJ havia se posicionado contrariamente, ao rejeitar o projeto GERES e o projeto de Lei do deputado Victor Faccioni (PDS-RS) que permitiam a recondução dos dirigentes universitários. Razão da discordância: evitar o uso da máquina administrativa e as pressões dos dirigentes sobre os dirigidos em favor de si próprio.

Em abaixo-assinado, dirigido à comunidade universitária da UFRJ, dia 4-5-89, dez conselheiros do C. Un. explicaram o porquê de sua ausência da sessão especial do C. Un., convocada para analisar o artigo 73 do Estatuto, que veda a recondução de Reitor e Vice-Reitor: foi a forma encontrada para manifestar seu desacordo. Afirmaram ser inaceitável a interpretação de que as normas eleitorais já aprovadas superam o texto do Estatuto da UFRJ quanto à reeleição do reitor e do vice-reitor.

- Em moção do Conselho de Ensino para Graduados - CEG - ao C. Un., em 12-5-89, a proposta de reeleição foi considerada inoportuna, contribuindo para dificultar a concretização de eleições democráticas e autônomas na UFRJ.

- Nota do Conselho de Representantes da ADUFRJ aos Docentes, em 15-5-89, a favor da alternância do poder, ou seja, da não reeleição dos dirigentes universitários. Lembrou que os colegiados Superiores CEG e CEPG também são contrários, assim como os Conselhos de alguns Centros (CCS, CT, CCJE) e as Congregações de várias Unidades. E protestou quanto à forma pela qual a questão foi encaminhada na UFRJ, afirmando que, em nome da autonomia, não se repetiu a democracia.

- Resolução da Assembléia Geral da ADUFRJ, em 23/5/89, declarou que "o Reitor, ao se candidatar às vésperas das eleições, e a comissão Eleitoral, ao aceitar sua candidatura, impuseram a reeleição, tornando ilegítimo o atual processo eleitoral".

- Moção do CEG-CEPG ao C. Un., encaminhada em 24-5-89, propondo que fosse susgado, temporariamente, o processo eleitoral, para discutir novas normas, capazes de superar as profundas divergências internas, em conjunto com o CEG, CEPG, Conselhos de Curadores, ouvindo amplamente a comunidade universitária.

- Comunicado da Congregação da Faculdade de

Medicina, lido no C. Un. em 29-5-89, afirmando acatar a decisão do STF, no que diz respeito à inconstitucionalidade da Resolução N.º 2 do C. Un. da UFRJ, e pedindo respeito aos artigos, inclusive o que veda a recondução do Reitor. E manifestou preocupação com a vinculação político-partidária da administração superior da Universidade e seu permanente confronto com as autoridades governamentais.

- Nota do Conselho de Representantes e diretoria da ADUFRJ, em 29-5-89, analisando os impedimentos quanto à reeleição do Reitor, reafirma que o movimento docente sempre se posicionou contra a reeleição ou recondução de dirigentes universitários, ao mesmo tempo reapresenta as propostas da Assembléia, realizada em setembro de 88, para eleição do Reitor: "O Reitor e o Vice-Reitor formarão chapa, apresentarão obrigatoriamente sua equipe de sub-reitores no ato da inscrição e juntos constituirão a lista de seis nomes, caso seja necessário enviá-la ao MEC.

- Assembléia geral da ADUFRJ, em 21-6-89, aprovou nota considerando ilegítima a reeleição do Reitor e propondo a rediscussão do processo eleitoral.

- O Fórum de Defesa da UFRJ, criado em 21-6-89, para uma ampla discussão dos problemas da universidade, em sua terceira reunião, a 4-7-89, solicitou ao Reitor em exercício e aos membros do C. Un. a não homologação do resultado do processo eleitoral.

Clima de conciliação

Prof. Carlos Chagas Filho

Uma lúcida análise da crise da UFRJ é apresentada pelo prof. Carlos Chagas Filho. Definindo-se como um apaixonado pela universidade, a quem vem dedicando seu tempo integral desde 26, ele vê múltiplos aspectos negativos: a influência de partidos políticos, a eleição universal e má interpretação da autonomia, entre outros.

A palavra serena deste pesquisador, membro do Conselho de Pesquisas e professor de pós-graduação, foge de qualquer comentário pessoal. Mas, de olho no real, observa que a intromissão de partidos políticos na universidade é algo de grave, prejudicial, porque tira de seu desenvolvimento orgânico o caráter essencial que deve ter: o do pluralismo, ao qual deve se associar uma modernidade de ação, para que evolua.

Tendo assistido à revolução de 68 na universidade francesa e na Europa, o prof. Chagas diz se sentir muito à vontade para tocar no que considera um ponto essencial: "Os postos de comando da universidade não devem ser preenchidos por eleições universais. Elas trazem consigo compromissos inelutáveis, do mesmo modo que a filiação partidária, contraditória com a universalidade da instituição". E é categórico: "eleição universal não é aceitável."

Nas universidades que conhece - e são inúmeras em todo o mundo - o prof. Chagas afirma que a participação de funcionários na eleição é sempre limitada a um número relativamente pequeno e apresenta um exemplo nada exemplar: "Nas universidades latino-americanas, durante muito tempo, a eleição era tripartites, com igual peso de professores, alunos e funcionários. E é impressionante assina-

lar, como uma vez o fiz em uma reunião sobre universidade latino-americana no Peru, que a contribuição que elas deram para o progresso científico e tecnológico de nossa região é, em muitos casos, nula. "Ele considera que a eleição universal traz privilégio ao número e, com isto, muitas vezes pode ser aniquilada a qualidade, principal motivo da existência de uma universidade.

Quanto à autonomia, pela qual sempre se bateu, o prof. Chagas pondera que ela não pode deixar de reconhecer certos princípios básicos estabelecidos pelas leis do país. "Porque, se assim não fosse, as autonomias em mais de 50 universidades que temos, gerariam uma confusão que impediria o que há de essencial na vida universitária, que é o perfeito intercâmbio entre as várias instituições universitárias. Um professor adjunto ou um pesquisador da universidade A deverá ter livre trânsito na universidade M, num sistema de vasos comunicantes".

A solução para a UFRJ? Nada complicado. Seria simplesmente um enxugamento de sua atividade administrativa, e a concentração na busca daquilo que leva no futuro. "Como o Brasil é um país novo, esse futuro só poderá se fazer no respeito à tradição cultural do país e na ambição de realizar o melhor. O que só se faz com sacrifício e sem ambição pessoal. Na UFRJ, precisamos de um clima de conciliação e reflexão, em que os anseios dos funcionários



Eleições universais não inaceitáveis

sejam atendidos, como também o desejo dos docentes e pesquisadores que querem trabalhar."

Mas, não apenas na UFRJ, como em todas as outras universidades, o prof. Chagas detecta dois problemas graves: 1.º, uma burocracia excessiva, impedindo que pesquisadores e docentes tenham um auxílio eficaz. E, 2.º, o esvaziamento dos docentes e pesquisadores de suas atividades diretas, para participação em um número sem fim de comitês. Apesar da crítica, pondera que esta evasão se justifica, porque eles não encontram suficiente apoio para sua ação. Conselhos e comitês o fazem lembrar um fato importante da história dos EUA: "Quando Kennedy chamou um grupo de pessoas de confiança para discutirem a tola invasão da baía dos Porcos, todos, quando entraram na sala, eram contra. O resultado, entretanto, foi aconselhar ao presidente a fracassada invasão. "Um fato narrado no livro, Governo por Comitês, de autor americano.

Receita de universidade

Com sua visão cosmopolita, um pesado curriculum que inclui a criação do Instituto de Biofísica, mais de 20 títulos honoríficos, 15 condecorações e medalhas, membro de mais de 50 conselhos e cargos deliberativos em educação, e membro de 50 sociedades científicas e muito, muito mais, o prof. Chagas dá uma verdadeira receita de universidade:

"Para mim, a universidade é um centro de pesquisa no mais amplo sentido da palavra, e só assim ela pode atingir seus objetivos reais: a formação cultural. No mundo de hoje, ela deve desempenhar um papel importante na formação da imagem do país. Essa imagem é essencial, porque, pela investigação das condições da vida de um povo é que a universidade pode apresentar soluções àqueles que podem propô-las ou executá-las: o legislativo e o executivo.

No caso brasileiro, onde duas populações se superpõem: uma que tem um nível de vida que vai do apreciável até, lamentavelmente, ao suntuoso, e uma outra em que, cada vez mais, se acentuam as dificuldades de vida, é claro que a universidade deve se ocupar dos problemas culturais dessas duas populações. Mas equacionando-os, e não tentando resolvê-los. Porque isto significa tirar a função dos grupos sociais e governamentais que têm obrigação de fazê-lo.

Vejo a universidade sempre voltada para os problemas sociais, não para resolvê-los diretamente, mas para analisá-los na base científica que os campos de conhecimento das ciências humanas e exatas fornecem e, também, propondo soluções que só podem ser recebidas quando bem formuladas. E, para isto, o estudo e a pesquisa são indispensáveis.

Vejo, também, a universidade dedicada a um desenvolvimento científico e tecnológico, que pode fazer a sociedade avançar e fazer frente aos problemas do amanhã que, não tenhamos dúvida, serão de dimensões imensas. E acentuo algo pelo qual me bato há muitos anos: a universidade deve criar um conhecimento através de cursos curriculares, com o que pode atender às populações que, no Brasil, não só são carentes de alimentos e condições de saúde, mas também de um aperfeiçoamento intelectual. Assim, elas seriam colocadas em contato com os extraordinários progressos de nossa civilização, não ficando alheias àquilo que faz com que o mundo caminhe vertiginosamente.

E, para realizar esta finalidade, a universidade tem que se estruturar de maneira simples, objetiva e eficaz. Isto quer dizer que tanto no seu corpo docente, como administrativo, a universidade tem que colocar a primazia do mérito sobre qualquer outro valor.

O mérito deve ser a moeda corrente na universidade. Nada de pistolões, lobbies e, principalmente, neste espírito de conciliação, formação de uma unidade. Embora a palavra pacto esteja em baixa, eu diria que um pacto de desenvolvimento real da universidade. Acho isto possível. Nós, professores e docentes, temos uma missão fantástica, que é a de dar a esta criança que vem para nossas salas e laboratórios, nossa experiência e nosso desejo de servir ao Brasil e aos outros".

Para o prof. Chagas, o problema da universidade tem que ser discutido em termos altos, sem análise de personalidade, mas tendo em conta especialmente as funções da universidade e o modo de exercê-las. A seu ver, a universidade brasileira nunca encontrou verdadeiramente seu caminho. Para isto, será necessário que se defina sua posição no contexto da evolução do país, e diz, classificando-se antes como um otimista do real: "Tem-se que ver as coisas tais como são, para realizar alguma coisa de útil. Para vencermos essas dificuldades, temos que deixar de lado o orgulho, o egoísmo pessoal e sermos todos, para usar uma expressão bíblica, os samaritanos da inteligência."

REPERCUSSÃO

Em editoriais, artigos, notícias, a imprensa vem abrindo espaço para a crise da UFRJ. Em um desses artigos, o antropólogo Gilberto Velho, do Museu Nacional da UFRJ (JB de 28-7-89) diz que as universidades brasileiras, que sobreviveram ao regime militar, estão cometendo suicídio. "É hora de buscar soluções e sair do atoleiro." E propõe uma trégua entre os grupos que se enfrentam, zerando todo o processo, e reencaminhando a discussão dentro da lei.

Já o prof. e ex-decano do Centro de Ciência da Saúde da UFRJ, Wigand Joppert Filho (JB de 3-7-89), assume posição contra o voto de funcionários e alunos. A seu ver, o aluno deverá ter voz nos colegiados, e não voto. E que este tipo de eleição, em estilo nitidamente populista, irá necrosar por si mesmo. "O regime com voto paritário, recém introduzido nas instituições de ensino superior, é uma verdadeira subversão de valores. É a ignorância dirigindo o saber." proposta: que os postos de mando sejam providos, não por eleições, mas conquistados através do mérito, isto é, pelos docentes com mais títulos, mais trabalhos publicados, maior produção científica e dedicação ao ensino.

"Réquiem para uma universidade", é o título do artigo do cientista Rogério Cerqueira Leite (Folha de SP de 23-6-89) onde ele destaca que é essencial para a sobrevivência da universidade o princípio da primazia da qualidade intelectual. "A grande ofensa à universidade, a maior ameaça, ocorre quando o talento é preterido." Para ele, burocratas têm valores inadequados para a universidade e não poderão escolher conscientemente um reitor.

Um mea culpa, foi a tônica do artigo da profª Maria Valéria Penha, do Instituto de Economia Industrial da UFRJ (JB de 20-6-89) onde considera o caso UFRJ de responsabilidade coletiva. "Gostosamente, preferimos o caminho do despenhadeiro abaixo." Uma contundente análise da responsabilidade dos professores neste lastimável episódio eleitoral, ao se meterem num negócio cuja finalidade era, flagrantemente, ilegal. E propõe a eleição de uma lista sêxtupla que, sem vergonha de qualquer um dos seus integrantes, possam enviar ao MEC.

"Profunda perplexidade", título de uma também corajosa análise da profª de Política Social do IEI e sub-reitora de graduação da UFRJ, Vanilda Paiva (JB de 6-6-89). Ela analisa o processo eleitoral, com episódios consternadores, como a colocação de ônibus para deslocação da torcida, máquinas a serviço da reeleição, campanha rica em cartazes, jornais da chapa encabeçada pelo Reitor. E afirma que a universidade não pode ser atrelada a interesses partidários, ou usada como instrumento para objetivos alheios à vida acadêmica.

Não faltou a palavra do prof. José Goldemberg, reitor da Universidade de São Paulo. No artigo "A universidade degradada" (JB de 15-5-89), ele afirma que, numa democracia, não é possível respeitar apenas as leis que nos interessam, referindo-se à violação, na UFRJ, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. "A luta pela autonomia universitária, que levou à sua definição clara no artigo 207 da Constituição, não teve a finalidade de transformar as universidades em repúblicas autônomas. Seria abastardar a autonomia recém-conquistada, usá-la para perpetuar autoridades nos seus postos, como aconteceu no passado."

O tema ganhou vários editoriais. Um deles, "Eleição Arrevezada", do JB de 22-5-89, diz: "Num país em desenvolvimento como o Brasil, a universidade pública é um investimento caro e precioso... Transformar tudo isso num processo eleitoral sem critérios, é liquidar o espírito e a própria justificação do ensino superior." Lembra que continua em vigor a legislação que determina a constituição de uma lista sêxtupla da qual sairá o indicado, a critério do MEC ou do presidente da República. E lamenta que uma das principais universidades do país dê uma demonstração de absoluto desinteresse pelas normas legais. "Nada poderia ser mais deseducativo." Conclui.

Regulamentação da carreira docente

O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei da Isonomia foi uma conquista de abril de 1987. Alguns itens da carreira, no entanto, conforme está previsto na lei, devem ser regulamentados por cada Instituição Federal de Ensino (IFE). Na maioria das Universidades Federais, o processo já foi concretizado; na UFRJ, passaram-se dois anos para a elaboração das normas para progressão funcional na carreira do magistério, um atraso que causou perdas financeiras irreparáveis. Os docentes têm direito à retroação, mas os valores não vêm corrigidos.

Divulgamos a íntegra da Resolução do Conselho Universitário sobre progressão vertical e horizontal, publicada no Boletim da UFRJ, em 30 de abril desse ano.

Outro ponto da carreira, porém, continua indefinido. Desde outubro de 87, expirou o mandato da atual Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), mas o Conselho Universitário ainda não discutiu a questão.

O Prof. Mário de Oliveira, representante dos professores adjuntos e vice-presidente da CPPD, comentou sobre as consequências da demora do Conselho Universitário para regulamentar a carreira docente.

- Como membros eleitos mas com o man-

dato vencido, questionamos a legitimidade da CPPD; por outro lado, não há dúvida de que a situação atual é absolutamente legal, uma vez que o artigo 53 da Portaria 475, complementar ao Decreto 94.664, determina que "os atuais membros da CPPD e CPPTA existentes na IFE cumprirão o respectivo mandato até nova constituição das referidas comissões".

Reiteradas vezes, neste período e antes mesmo de outubro de 87, a Comissão manifestou diretamente ao Reitor, através de ofícios, a preocupação quanto a não definição pelo Conselho Universitário do que dispõe o artigo 6.º da Portaria do MEC, segundo o qual a constituição da CPPD será normatizada em cada IFE pelo Conselho Superior competente.

- Temos solicitado providências para que seja definida imediatamente a composição da nova CPPD e convocada a eleição. Mas o Conselho Universitário esteve às voltas com a eleição para Reitor e, em 30 de agosto, quando iria discutir o assunto, não houve quorum.

Durante esse tempo, deu-se prosseguimento aos trabalhos na CPPD. Segundo o Prof. Mário de Oliveira, os membros da Comissão não se sentem bem nesta situação, mas optaram continuar porque consideraram que, do contrário, os prejuízos dos docentes seriam

ainda maiores.

- Mas a CPPD age conforme a lei e, portanto, foi diretamente atingida pelo atraso na regulamentação da progressão funcional. A Comissão acolheu os processos dos docentes cujos interstícios para promoção venceram até o final de 1987 e os julgou de acordo com as normas antigas. Interstícios que venceram após este prazo não puderam ser analisados, pois a legislação vigente não permitiu mais este procedimento. Chegamos a sugerir que, em benefício dos professores, os processos tramitassem sob regulamentação anterior até que uma nova entrasse em vigor, mas isso não foi aceito pela Reitoria e também não contamos com o apoio da ADUFRJ.

Publicada a Resolução 02/89 do Conselho Universitário, constata-se que as normas merecem algumas correções. Para o Prof. Mário, há problemas técnicos para aplicação das normas

- Não está claro na Resolução a dinâmica a ser adotada na tramitação dos processos de progressão funcional de docente. Os processos estão sendo inicialmente encaminhados à CPPD, cuja competência, de acordo com o que estabelece a própria Resolução, refere-se apenas aos casos de recurso. Chegaram até nós

dois processos homologados pela congregação, em suas Unidades, sendo que um deles está completamente errado, mas não nos compete analisar, nem sabemos de quem é esta atribuição. Certamente, não há condições de o Reitor ler todos os processos antes de assiná-los.

O Prof. Mário de Oliveira considera positiva a descentralização das decisões sobre progressão dos docentes, passando para o âmbito da Unidade, mas prevê disparidades:

- Os Departamentos têm tido dificuldades de se situar dentro dos parâmetros firmados no capítulo II da Progressão, sobre a sistemática de avaliação, que atribui peso a cada conjunto de atividades e qualificação docente.

Por fim, levanta a questão da viabilidade administrativa de se proceder à promoção mediante avaliação de desempenho:

- É bom que a progressão não seja mais automática, mas isso levará ao aumento extraordinário do número de processos a serem julgados. Se antes só eram submetidos à avaliação os que iriam passar de auxiliar 4 para assistente 1 e de assistente 4 para adjunto 1, agora, os onze estágios de progressão se dão desta forma.

Resolução 02/89 do Conselho Universitário progressão funcional de docentes

Art. 1.º - Na carreira de magistério a progressão funcional poderá ocorrer.

I - Na mesma classe de um nível para outro imediatamente superior (progressão horizontal).

II - De uma classe para o 1.º nível de outra classe (progressão vertical).

Art. 2.º - A progressão horizontal far-se-á exclusivamente mediante avaliação de desempenho após cumprimento pelo docente de interstício mínimo no nível respectivo.

§ 1.º - O interstício mínimo será de 2 (dois) anos para docentes em atividade na Universidade.

§ 2.º - O interstício mínimo será de 4 (quatro) anos para docentes em atividades em órgão público.

Art. 3.º - A progressão vertical far-se-á por titulação, independentemente de interstício, para o nível inicial.

I - Da classe de Professor Adjunto, mediante obtenção de título de Doutor.

II - Da classe de Professor Assistente, mediante a obtenção de título de Mestre.

Parágrafo único - Na carreira de magistério para 1.º e 2.º graus, para o nível inicial:

a) da Classe E, mediante a obtenção de título de Mestre ou título de Doutor;

b) da Classe D, mediante a obtenção de certificado de Curso de Especialização;

c) da Classe C, mediante a obtenção de Licenciatura Plena ou Habilitação Legal;

d) da Classe B, mediante a obtenção de Licenciatura de 1.º Grau.

Art. 4.º - A progressão vertical, para docente sem titulação correspondente à classe superior, poderá ser feita mediante avaliação de desempenho acadêmico, observadas as condições fixadas nos parágrafos deste artigo:

§ 1.º - A avaliação será autorizada pelo CEPG, ouvida a Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente à vista de justificativa apresentada pelo candidato quanto à inexistência da titulação pertinente.

§ 2.º - O interstício mínimo no nível 4 da classe será de 2 (dois) anos para docentes em atividade na Universidade, ou de 4 (quatro) anos para docentes em atividade em órgão público.

§ 3.º - Para a avaliação do desempenho de docente afastado, a Universidade solicitará os elementos necessários ao órgão no qual o mesmo se encontra em exercício. Somente na hipótese de essas atividades serem consideradas pelo CEPG e pelo CEPG de qualificação suficiente, será autorizada a avaliação.

Art. 5.º - a avaliação para progressão horizontal deverá ser feita de acordo com perfil mínimo,

em consonância com normas e critérios básicos definidos em anexo, respeitadas as peculiaridades de cada área de conhecimento e levará em conta as atividades no ensino, pesquisa e extensão, incluindo aulas de orientação de teses e projetos acadêmicos, contribuições em congressos e eventos culturais, científicos, tecnológicos e artísticos, publicações e atividades pertinentes na administração acadêmica.

§ 1.º - A avaliação de desempenho de que trata este artigo será feita, respeitado o artigo 13 da Portaria 475/87 do MEC, por 5 (cinco) professores Titulares ou Adjuntos 4, portadores do título de Livre-Docente ou de Doutor, sendo pelo menos 1 (um) externo à Unidade do interessado.

§ 2.º - Excepcionalmente, nos casos em que não for possível atender ao disposto no parágrafo anterior, poder-se-á recorrer a especialistas de competência reconhecida pelo CEPG, ouvida a Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente.

Art. 6.º - A avaliação da progressão vertical prevista no artigo 4.º terá como base, além dos critérios referidos no artigo 5.º, o exame de memorial descritivo das atividades e a defesa pública de seu conteúdo, importância e embasamento teórico.

§ 1.º - A avaliação de desempenho de que trata este artigo será feita, respeitado o artigo 13 da Portaria 475/87 do MEC, por 5 (cinco) professores Titulares ou Adjuntos 4, portadores do título de Livre-Docente ou de Doutor, sendo pelo menos 3 (três) externos a esta Universidade.

§ 2.º - Excepcionalmente, nos casos em que não for possível atender ao disposto no parágrafo anterior, poder-se-á recorrer a especialistas de competência reconhecida pelo CEPG, ouvida a Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente.

Art. 7.º - A avaliação das progressões horizontal e vertical para a carreira de magistério de 1.º e 2.º graus, far-se-á na forma dos *caputs* dos artigos 5.º e 6.º, respectivamente.

Parágrafo único - A comissão de avaliação será composta por 2 (dois) professores Titulares ou de Classe E, nível 4 do Colégio de Aplicação e 1 (um) professor Titular ou Adjunto 4, externo àquele Órgão Suplementar, no caso de progressão horizontal, e de 1 (um) professor do CAp e 2 (dois) externos, com as mesmas qualificações, no caso de progressão vertical.

Art. 8.º - A iniciativa da proposta de constituição das comissões de avaliação será do Departamento a que pertença o docente, cabendo à Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente, a sua aprovação.

Parágrafo único - A comissão de avaliação de docentes do 1.º e 2.º graus, será submetida à aprovação da Congregação ou Colegiado equivalente do Colégio de Aplicação.

Art. 9.º - O resultado da avaliação de desempenho será homologado pela Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente, cabendo recurso da decisão à CPPD.

§ 1.º - Os recursos só serão admitidos por estrita arguição de ilegalidade e deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do relatório da comissão de avaliação, pela Congregação ou Colegiado equivalente.

§ 2.º - Os recursos serão apreciados pela CPPD no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3.º - Da decisão da CPPD caberá recurso final ao Conselho Universitário.

Art. 10 - A progressão vertical por titulação prevista no artigo 3.º produzirá efeitos a partir da data da obtenção do título correspondente.

Art. 11 - Os efeitos das progressões horizontal e vertical, por avaliação de desempenho, terão vigência a partir da data do pedido de progressão formulado pelo docente, respeitados os interstícios mínimos do artigo 2.º

Parágrafo único - Os docentes que tiverem completado os interstícios mencionados no artigo 2.º, entre 26 de agosto de 1987 e a data da publicação desta Resolução terão o prazo de 6 (seis) meses para fazer o requerimento de progressão a fim de que os efeitos sejam fruídos a partir da data de integralização dos mencionados de interstícios.

ANEXO DA RESOLUÇÃO N. 2/89 NORMAS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PROGRESSÃO DE DOCENTES

(Aprovadas nas sessões de 31 /01,16 e 21 /03,
04 e 11/04/89)

CAPÍTULO I

Da Avaliação

Art. 1.º - A avaliação de desempenho de docentes, candidatos à progressão funcional horizontal se fundamentará no Relatório de Atividades.

Parágrafo único - O Relatório de Atividades será acompanhado de documentos comprobatórios.

Art. 2.º - A avaliação de desempenho de docentes candidatos à progressão vertical, sem titulação correspondente à da classe funcional superior, far-se-á após a autorização prevista no § 1.º do artigo 4.º da Resolução n. 02/89, do Conselho Universitário, e se fundamentará no Relatório de Atividades, no Memorial descritivo referente à sua atuação na classe funcional em que se encontra e na defesa pública de seu conteúdo, importância e embasamento teórico.

Art. 3.º - Os docentes afastados nos termos dos artigos 16, 36, 47, 48 e 49 do Anexo ao Decreto n. 94.664/87, deverão proceder na forma do disposto nos artigos das presentes Normas.

§ 1.º - O docente afastado nos termos do art. 47 do citado Decreto deverá acrescentar à sua documentação uma avaliação detalhada de seu desempenho ou de seu Relatório, feita pelo orientador ou superior hierárquico.

§ 2.º - Para a avaliação do desempenho de docente afastado nos termos do art. 49 do citado Decreto, a Universidade solicitará os elementos necessários ao órgão no qual o mesmo se encontra em exercício, em consonância com o estabelecido no parágrafo 3.º do art. 4.º da Resolução n. 02/89 do Conselho Universitário.

Art. 4.º - Na avaliação do desempenho do docente serão consideradas sua qualificação e suas atividades no magistério, agrupadas da seguinte forma: Qualificação Acadêmico-Profissional; Concurso e Distinções; Ensino de Graduação e de 1.º e 2.º graus; Ensino de Pós-Graduação; Pesquisa e Produção Científica, Tecnológica, Cultural e Artística; Atividades de Extensão; Atividades Administrativas.

Art. 5.º - Para cada grupo de qualificação e atividades docentes, serão considerados itens específicos de avaliação segundo o definido nos parágrafos 1 a 7, admitindo-se acréscimos e exclusões de itens na descrição de cada parágrafo.

§ 1.º - Por qualificação acadêmico-profissional entendem-se:

- títulos de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado);
- pós-graduação em realização (mestrado e dou-

torado);

- títulos de pós-graduação “lato sensu”.

§ 2.º - Por concursos e distinções entendem-se: os concursos realizados para a carreira do magistério; prêmios recebidos em atividades ligadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, afins às atividades do magistério ou à formação profissional do docente; presidência ou condição de relator de reuniões científicas, tecnológicas, culturais, artísticas; atividade, na condição de especialista, relacionadas a comitês editoriais, comitês assessores e participação em júris culturais, científicos e tecnológicos.

§ 3.º - As atividades do docente no ensino de graduação e de 1.º e 2.º graus serão avaliadas tomando como base sua atuação, assiduidade e desempenho, bem como carga horária em disciplinas e requisitos curriculares, suplementares regularmente cadastrados na UFRJ ou integrantes de cursos objetos de convênios aprovados na UFRJ e compreendem ainda as seguintes atividades: coordenação ou supervisão didáticas, orientação acadêmica, participação em bancas de concursos para o magistério e outros concursos de seleção.

§ 4.º - As atividades do docente no ensino de pós-graduação, “stricto” e “lato sensu”, serão avaliadas tomando-se como base sua atuação e desempenho bem como carga horária em disciplinas cadastradas na UFRJ ou integrantes de cursos objetos de convênios aprovados na UFRJ e compreendem ainda as seguintes atividades: orientação e participação em bancas examinadoras de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

§ 5.º - Por pesquisa e produção científica, tecnológica, cultural, artística, entendem-se: editoração, autoria ou co-autoria de livros; publicação de artigos em periódicos; autoria ou co-autoria de trabalhos de circulação restrita; coordenação e participação de projetos cadastrados no SAG/UFRJ, ou aprovados pelo colegiado superior da Unidade; orientação de bolsistas de iniciação científica, artística e de aperfeiçoamento; orientação de monografia aprovada; organização e participação, com apresentação de trabalhos em reuniões ou eventos científicos, culturais, tecnológicos e artísticos; apresentações individuais e coletivas no campo das artes, autoria de composições artísticas; curadoria de coleções científicas, culturais e artísticas.

§ 6.º - Por atividades de extensão entendem-se: participação do docente em cursos de extensão regularmente cadastrados na UFRJ; atividades de ensino que caracterizam a integração entre a UFRJ e a comunidade atendendo projetos cadastrados no SAG/UFRJ ou aprovados pelo colegiado superior da Unidade, ordenação de bolsistas de extensão e a participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais, artísticos, desportivos e de assistência promovidos pela UFRJ para a comunidade.

§ 7.º - Por atividades administrativas entendem-se: funções na administração superior da Universidade; Decanias, Diretorias de Unidades e órgãos Suplementares; Diretorias Adjuntas; Coordenação de Cursos; Chefia de Departamento e Serviço; participação em colegiados superiores da Universidade, dos Centros e Congregação das Unidades; participações em Comissões e Grupos de Trabalho para tarefas administrativo-acadêmicas específicas; participação na administração superior da FUJB.

Art. 6.º - A avaliação do desempenho didático do docente, em cursos regulares da UFRJ contará com a participação discente.

Parágrafo único - Cabe à Unidade de ensino ou ao Órgão Suplementar definir a forma de participação discente, respeitadas as especificidades dos cursos.

CAPÍTULO II

Da Sistemática de Avaliação

Art. 7.º - No processo de avaliação será atribuído peso a cada um dos grupos do conjunto de atividades e qualificação do docente discriminados no art. 5.º

Art. 8.º - A soma dos pesos atribuídos ao conjunto de atividades e qualificações relacionadas no art. 4.º, será sempre igual a 100.

§ 1.º - Cabe ao Departamento propor o peso atribuído aos grupos do referido conjunto, norteando-se pelas suas características de atuação e vocação e refletindo, tanto quanto possível, o perfil de atuação do professor desejado pelo Departamento.

§ 2.º - O peso total atribuído às atividades acadê-

micas de ensino, pesquisa e extensão, conforme o descrito nos parágrafos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do Art. 5.º, não poderá ser inferior a 60 nem superior a 75.

§ 3.º - Somente serão incluídas nos grupos de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão aquelas previamente aprovadas pelos Departamentos e homologadas pelos Colegiados Superiores das respectivas Unidades ou Órgãos Suplementares.

§ 4.º - Às atividades correspondentes aos parágrafos 3.º e 4.º do Art. 5.º, parágrafo 5.º do Art. 5.º e parágrafo 6.º do Art. 5.º não poderão ser atribuídos, respectivamente, pesos superiores a 35.

§ 5.º - Os itens correspondentes à qualificação acadêmico-profissional aos concursos, às distinções e às atividades administrativas, conforme o descrito nos parágrafos 1.º, 2.º e 7.º do Art. 5.º, não poderão, respectivamente, ter seus pesos superiores a 25.

§ 6.º - A distribuição de pesos proposta pelo Departamento deverá ser homologada pela Congregação da Unidade, ou Colegiado equivalente, antecedendo o processo de avaliação.

Art. 9.º - A Comissão de Avaliação atribuirá até 100 (cem) pontos para cada um dos grupos citados no Art. 5.º que, multiplicados pelos pesos adequados fixados na forma do Art. 8.º constituem a pontuação de cada grupo. A pontuação obtida pelo docente é a soma das pontuações ponderadas dos grupos.

Art. 10 - A Comissão de Avaliação poderá convocar para esclarecimentos o candidato à progressão ou ouvir outros docentes da UFRJ.

Art. 11 - As atividades docentes já consideradas em promoções anteriores não serão avaliadas em nova progressão horizontal.

Parágrafo único - Excepcionalmente, a Comissão de Avaliação poderá considerar trabalhos cujas consequências se projetem para além do interstício anteriormente avaliado.

Art. 12 - A progressão vertical será avaliada à luz do desempenho do docente na classe funcional.

Parágrafo único - A defesa e a avaliação do memorial serão feitas, obrigatoriamente, em sessão pública.

Art. 13 - Será considerado apto à progressão horizontal o docente cuja soma das pontuações ponderadas de todos os grupos de conjunto seja igual ou superior a 7.000 (sete mil).

Art. 14 - Será considerado apto à progressão vertical o docente cuja avaliação satisfaça às seguintes condições:

a) a soma das pontuações ponderadas de todos os grupos do conjunto seja igual ou superior a 7.000 (sete mil);

b) cada soma das pontuações ponderadas dos grupos de atividades correspondentes aos parágrafos 3.º e 4.º do Art. 5.º, 5.º do Art. 5.º e 6.º do Art. 5.º sempre que incluída como item de avaliação, seja diferente de zero.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento e da Competência da Comissão de Avaliação

Art. 15 - O Diretor da Unidade deverá tomar as providências necessárias para constituição e instalação da Comissão de Avaliação que deverá se reunir no prazo de 60 (sessenta) dias a contar:

I - da data de recebimento do requerimento do candidato, no caso de progressão horizontal;

II - da data de autorização pelo CEPG, no caso de progressão vertical.

Parágrafo único - Qualquer candidato terá o direito de impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias, membros da Comissão de Avaliação.

Art. 16 - A Comissão de Avaliação, a contar de sua instalação, terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para concluir seus trabalhos e apresentar relatório com os critérios adotados, a sistemática de avaliação e parecer conclusivos circunstanciados.

Art. 17 - O Diretor submeterá à Congregação

da Unidade ou Colegiado equivalente, para homologação, o Relatório de Avaliação.

Art. 18 - O docente que não lograr a aprovação de sua progressão funcional somente, poderá pleitear nova avaliação de desempenho decorrido o prazo de 12 (doze) meses a contar da data da solicitação anterior.

Parágrafo único - Na hipótese de o candidato ser considerado apto na reavaliação prevista no “caput” deste artigo, as vantagens dela decorrentes somente poderão ser fruídas a partir da data da homologação pela Congregação ou Colegiado equivalente.

Art.19-Em nenhum caso esta Resolução se aplica para o ingresso na classe de professor Titular.

Das Disposições Transitórias

Art. 1.º - No que se refere ao Colégio de Aplicação, para efeito do disposto na presente Norma, o órgão equivalente ao Departamento é a Área Curricular, até que seja aprovada a reestruturação do CAP.

Art. 2.º - A indicação de 2 (dois) professores Titulares ou de professores nível 4 do Colégio de Aplicação, prevista no parágrafo único do art. 7.º da Resolução n. 02/89 do Conselho Universitário, sobre a progressão funcional de docentes, será feita mediante eleição pelo Corpo Docente do Colégio até que seja aprovada a reestruturação do CAP.

Parágrafo único - A eleição referida no “caput” dar-se-á a partir de uma lista contendo 1 (um) candidato de cada área curricular.

CONCESSÃO DO SEMESTRE SABÁTICO RESOLUÇÃO N.º 04/89

(Aprovada na sessão de 11/04/89)

Art. 1.º - Os professores titulares, adjuntos e assistentes, bem como os integrantes das classes D, E e de Professor Titular do 1.º e 2.º Graus que, após sete anos de efetivo exercício no magistério em IFE vinculada ao Ministério da Educação, tenham permanecido nos dois últimos anos em regime de 40 horas ou no de dedicação exclusiva, farão jus a seis meses de licença sabática, assegurada a percepção da remuneração do respectivo cargo ou emprego de carreira.

Parágrafo único - A concessão do semestre sabático tem por fim permitir o afastamento do docente para estudos ou aperfeiçoamento.

Art. 2.º - O semestre sabático será concedido ao docente que, dentro das exigências do art. 1.º, tiver o seu plano de trabalho aprovado pelo Departamento a que pertença e homologado pela Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente.

Parágrafo único - Na concessão do semestre sabático serão observados notadamente o mérito do plano de trabalho ou aperfeiçoamento e o desempenho acadêmico.

Art. 3.º - O Departamento deverá estabelecer uma escala para a concessão do semestre sabático aos docentes de modo que não haja prejuízo para as atividades acadêmicas.

§ 1.º - Em igualdade de condições, na elaboração da escala, os docentes mais antigos na carreira do magistério devem ser beneficiados.

§ 2.º - O Departamento não poderá pleitear contratação de pessoal docente, em caráter temporário ou permanente, para substituir docente no gozo de licença sabática.

Art. 4.º - Ao término da licença sabática, o docente apresentará ao colegiado departamento, num prazo máximo de 60 dias, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

Art. 5.º - A concessão da licença sabática dar-se-á por portaria do Diretor da Unidade ou do órgão Suplementar, publicada do BUFRJ.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1.º - No que se refere ao Colégio de Aplicação, para efeito do disposto na presente Resolução, o órgão equivalente ao Departamento é a Área Curricular, até que seja aprovada a reestruturação do CAP.

INFORME ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRJ - novembro de 1989 – nº 01

POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ADUFRJ

No dia 6 de outubro de 1989, tomou posse a nova Diretoria da ADUFRJ, gestão 89/91, no Salão Nobre da Decania do CT. Esta Diretoria é composta pelos seguintes professores:

Presidente	Cibeli Reynaud (CLA)
1º Vice	Roberto Leher (CFCH)
2º Vice	Leticia Legay Vermelho (CCS)
1º Secretário	India Maria Borba (Museu)
2º Secretario	Henrique Longo (CT)
1º Tesoureiro	Filadelfo Cardoso Santos (CCMN)
2º Tesoureiro	José Augusto Buarque (CCMN)

REGIME JURÍDICO ÚNICO

De acordo com o art. 39 da Constituição, a União instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores das autarquias. O Executivo, através da SEPLAN, já elaborou um anteprojeto para o RJU, que também trata da aposentadoria integral, conforme prevê o art. 40 da Constituição. Para debater estas questões, a ADUFRJ está promovendo um encontro com representantes da ANDES.

I ENCONTRO SOBRE REGIME JURÍDICO ÚNICO

Expositor - ANDES Seção Sindical

dia 28 / 11 / 89 às 14 horas

Local - Auditório do Roxinho (CCMN)

ASSEMBLÉIA GERAL

dia 28 / 11 / 89 às 15:30 horas

Local - Auditório do Roxinho (CCMN)

Logo depois do I Encontro sobre RJU, haverá uma ASSEMBLÉIA GERAL, com a seguinte pauta:

- 1 - Eleição de Delegados do IX CONGRESSO da ANDES (Londrina, fevereiro de 1990)
- 2 - Reivindicações do Setor das Federais
- 3 - Regime Jurídico Único
- 4 - Composição da CPPD
- 5 - Assuntos Gerais

MEDIDA PROVISÓRIA 106

O Governo Federal baixou a Medida Provisória 106 em 14/11/89. Com esta Medida, os salários de novembro serão reajustados em 26,06% a título de reposição salarial. As gratificações, auxílios, abonos, adicionais, etc... foram incorporadas ao salário, exceto a dedicação exclusiva, que é considerada como gratificação pela MP 106. Esta medida contraria o nosso Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (decreto nº 94.664 de 23/07/89), que considera a DE como regime de trabalho e não como gratificação. Além disso, a MP 106 cria uma outra gratificação, alterando na prática os diferenciais (5% entre níveis sucessivos e 10% entre uma classe para outra), conquistado pelo movimento docente.

AUDIÊNCIA COM O REITOR EM EXERCÍCIO

Neste primeiro Informe apresentaremos um relatório da audiência da Diretoria da ADUFRJ com o Reitor em exercício, Alexandre Pinto Cardoso, realizada no dia 14 de novembro. Nesta audiência estiveram presentes, pela Diretoria, os professores: Cibeli, Leticia, Roberto, Henrique, Filadelfo e José Augusto. Foram tratados os seguintes assuntos:

1- BANDEJÕES COMUNITÁRIOS

O Sr. Reitor convidou a ADUFRJ para participar de uma comissão paritária (proposta da ASUFRJ), envolvendo as entidades representativas dos professores, funcionários, estudantes e a Reitoria, para estudar questões referentes aos bandejões comunitários. A SR-4/SG-6 realizou estudos técnicos, que estão sendo analisados pela Reitoria e serão discutidos pelo Conselho Universitário, CEG e CEPEG. O Sr. Reitor quer que as entidades participem do processo de reestruturação dos serviços e da cobrança das refeições nos bandejões por causa do elevado custo operacional envolvido. De acordo com o Sr. Reitor, a deliberação final sobre este tema será do Conselho Superior de Coordenação Executiva. A Diretoria da ADUFRJ irá levar este assunto para ser discutido na próxima reunião do Conselho de Representantes, que será realizada no dia 23 de novembro.

2- CONTRA-CHEQUES E FGTS

A Diretoria da ADUFRJ solicitou uma discriminação mais detalhada dos lançamentos constantes nos contra-cheques, tendo em vista as diversas reclamações e solicitações de esclarecimentos de muitos docentes. O Sr. Reitor sugeriu uma reunião com o Sub-Reitor de Pessoal, para maiores detalhes e manifestou seu interesse em relação a esta questão. Sobre os depósitos do FGTS, o Sr. Reitor informou que os valores estão corretos, embora defasados.

3- REAJUSTE SALARIAL E MEDIDA PROVISÓRIA 95

O Sr. Reitor informou que em novembro os salários serão reajustados em 26,06% da MP 95 e mais o índice de correção mensal. (O reajuste total do mês de novembro será de 65,22%, segundo informações obtidas pela ADUFRJ no Serviço de Controle de Pagamento).

A Diretoria da ADUFRJ quis saber qual seria o posicionamento da Reitoria em relação ao pagamento da DE, tendo em vista que a MP 95 apresentou um retrocesso pois considera a DE como uma gratificação e não como um regime de trabalho. O Sr. Reitor comprometeu-se a manter a DE incorporada ao salário, como tem sido feito até então. As outras gratificações (raio X, periculosidade, etc.), que foram reduzidas pela MP 95, também serão mantidas sem qualquer redução.

O Sr. Reitor informou que recebeu instruções do Governo para pagar o 13º salário na folha de pagamento de novembro e que no próximo mês sairá uma complementação deste valor referente ao mês de dezembro.

4 - PROGRESSÕES FUNCIONAIS DE DOCENTES

A Diretoria da ADUFRJ levou ao conhecimento do Reitor o descontentamento de inúmeros docentes no que diz respeito a problemas com as progressões funcionais de docentes, prazos vencidos, normas inadequadas, especificidades de áreas, etc... Foi enfatizado a gravidade da questão, porém o Sr. Reitor não considerou crítica a situação e que os processos estão sendo encaminhados normalmente. O Sr. Reitor informou que a Resolução 02/89, que trata da Progressão Funcional de Docentes, será rediscutida. Atualmente esta discussão está sendo feita pela Comissão de Legislação e Normas e, em seguida, irá para o Conselho Universitário.

5 - COMPOSIÇÃO DA CPPD

O Sr. Reitor informou que os membros da CPPD estão com os mandatos vencidos e que os mesmos se sentem constrangidos nesta situação. O Sr. Reitor disse também que pretende realizar eleições ainda este ano para a CPPD ou, não sendo possível, no início de março.

A Diretoria da ADUFRJ solicitou informações a respeito da deliberação sobre a participação estudantil na composição da CPPD. O Sr. Reitor confirmou que foi aprovada pelo Conselho Universitário a participação de um estudante na CPPD. A Diretoria da ADUFRJ apresentou então sua posição contrária a esta deliberação, lembrando que a participação de um aluno teria um peso igual a representação de toda uma classe de professores. O Conselho de Representantes da ADUFRJ no dia 23/11/89 e a Assembléia Geral no dia 29/11/89 estarão também se posicionando a respeito deste assunto. O Sr. Reitor disse que não viu nesta proposta nenhuma questão de princípios e que isto servirá para quebrar o

corporativismo entre os docentes. Confirmou também que está na mesa uma proposta de participação dos funcionários na CPPD. A Diretoria da ADUFRJ frisou o papel da CPPD, que é o de assessoramento e da formulação da política de pessoal docente.

6- ELEIÇÃO PARA REITOR DA UFRJ

Solicitamos a posição da atual Reitoria a respeito da decisão do STF, que julgou inconstitucional a resolução 02/88 do Conselho Universitário, que tratava da eleição do Reitor da UFRJ. O Sr. Reitor nos entregou uma cópia do Diário da Justiça de 3/11/99, em que consta a decisão do Supremo Tribunal Federal:

..."No mérito, por unanimidade o Tribunal julgou procedente a ação e declarou a inconstitucionalidade da Resolução 02/88, do Conselho Universitário da UFRJ."

O Sr. Reitor disse que a eleição deverá ocorrer no próximo ano, de acordo com a legislação em vigor, e com a paridade entre os segmentos da comunidade. Se a eleição fosse hoje seria preciso enviar a lista sêxtupla, mas com as mudanças políticas ainda não se sabe como esta questão será tratada pelo próximo Presidente. O Sr. Reitor chamou a atenção para a luta pela autonomia, entendendo que a derrota no STF não pode impedir que se continue neste caminho.

7- PROFESSORES VISITANTES, SUBSTITUTOS E BOLSISTAS

A Diretoria da ADUFRJ apresentou ao Reitor alguns questionamentos levados por associados em relação a situações irregulares de determinados professores visitantes, professores substitutos e bolsistas (bolsa de apoio a docentes), no que diz respeito a salários, qualificação e a prazos de contratos vencidos.

Com relação aos bolsistas, o Sr. Reitor disse que não há o que temer, pois fazem parte do quadro temporário e só poderão entrar para o quadro permanente através de concurso. Desconhece qualquer irregularidade pois tanto os casos de bolsistas, como os casos de professores visitantes e substitutos são examinados pelo CEPEG. O Sr. Reitor solicitou que a ADUFRJ apresentasse os nomes irregulares. A Diretoria informou que não é a sua função apontar casos específicos, mas trazer, inicialmente, as denúncias, cabendo à Reitoria as providências necessárias.

INFORME ADUFRJ

O INFORME ADUFRJ é mais um veículo de comunicação da Diretoria da ADUFRJ com seus associados. A gestão 89/91 espera que assim possamos agilizar as informações e as discussões em nossa universidade.



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 03/1988 a 12/1988.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO X MARÇO/88

Nº41



Prof. Carlos Chagas Filho: cinquenta anos de dedicação exclusiva às atividades de ensino e pesquisa na Universidade Brasileira.

Contra o sigilo das decisões administrativas na UFRJ pág. 3

ADUFRJ repudia eleições irregulares pág. 7

Como fica o Salário dos Docentes pág. 8

EDITORIAL

Quem paga afinal pelo déficit público

O mês de março começou com o pagamento de 700 milhões de dólares dos juros de janeiro e fevereiro, como parte dos acordos econômicos, via Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, com os bancos internacionais. Na era Delfim Neto, os acordos com o FMI exigiam do governo uma reordenação econômica interna, que antecedia às tão conhecidas cartas-compromisso. Contudo, esta arrumação da economia brasileira sempre significou o achatamento salarial. A opção política da transição lenta, gradual e segura cria fórmulas de protelar e manter o atual governo. O pacto conservador continua impondo posições contrárias aos interesses sociais. Uma delas é a questão da Educação.

É do interesse do Ministro da Educação levar adiante o projeto de privatização do ensino universitário. Tenta-se levar para a sociedade um quadro bastante crítico das Universidades Federais. E isto torna-se mais grave quando o Ministro Mailson atribui o déficit público aos gastos com pessoal e o Ministro Napoleão declara que a relação custo-benefício nas Universidades é

defasada, justificando a privatização. Não se retrata com justiça os grandes avanços científicos e tecnológicos das IFES, apesar dos arrochos de verbas e salários que vêm sofrendo nos últimos dez anos. Em nenhum momento, o Ministro preocupou-se em esclarecer como e a quem têm sido destinadas as verbas do MEC, o que motivou várias entidades, entre elas a Andes, a entrarem com o pedido, no Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar o destino das verbas para Educação, definidas pela Emenda Calmon.

Dentro dessa conjuntura político-econômica, impõe-se o arrocho salarial, com a tentativa de congelar a URP para o funcionalismo público, como forma de diminuir o déficit público. O governo, no entanto, não assume que o nosso déficit decorre de casos como: Delfim, Capemi, Coroa-Brastel, Comind, Banespa, Sul-Brasileiro, Banco da Amazônia; e dos subsídios, mantidos intactos, aos grandes exportadores, às indústrias nacionais e multinacionais.

No mesmo momento em que o governo fala de

contenção da dívida pública, ele incentiva contratações irregulares, de afilhados políticos, "trens da alegria", elevando a folha de pagamento, ao invés de restituir o concurso público para o preenchimento dos cargos que se fizessem necessários.

É preciso uma grande mobilização dos professores, visando a uma recuperação salarial do que perdemos desde abril de 1987, via pauta salarial aprovada no último congresso da Andes, em janeiro de 88, e da manutenção deste salário ao longo do ano. Com o índice elevado de inflação mensal, só a correção mensal e integral pode diminuir as perdas salariais. A previsão é de que nossos salários sejam reduzidos à metade no seu poder aquisitivo, nos próximos dois ou três meses.

Na nossa avaliação, a profundidade do arrocho salarial e da política contrária às Universidades Públicas e Gratuitas está associada à aprovação do tempo de mandato presidencial e à nossa capacidade de indignação e mobilização. Já estamos cansados deste governo. Eleições em 1988!

DIRETORIA 87/89

A nova Diretoria da ADFURJ para o biênio 87/89 tomou posse no dia 7 de outubro. Com a proposta de trabalho autônomo e democrático, a chapa eleita pretende manter a tradição de luta da Associação no movimento docente, na defesa do ensino e da pesquisa e na democratização da Universidade e do país.

Para a etapa atual, a Diretoria apresenta alguns pontos primordiais de luta, partindo do princípio da autonomia da ADFURJ em relação a todo poder institucionalizado, no âmbito da administração da UFRJ, do Governo, das empresas, de partidos ou outros grupos políticos. O objetivo é a ampla participação dos docentes nas decisões da Associação para que se levem adiante as reivindicações dos professores em termos de salário, carreira e condições de trabalho, e para que se concretize a produção do ensino de alto nível, público e gratuito, indissociado das atividades de pesquisa e extensão.

Defende, portanto, mais verbas para a Universidade com a destinação dos recursos públicos para o ensino público supervisionados pela comunidade. Busca a descentralização da instituição para o fortalecimento dos colegiados e departamentos e o fim do clientelismo na política de pessoal.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DIRETORIA DA ADFURJ BIÊNIO 87/89 CHAPA AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Cargo	Válidos	Branco	Nulos
Presidente	813	187	53
1.º Vice-Presidente	856	144	53
2.º Vice-Presidente	818	183	52
1.º Secretário	812	188	53
2.º Secretário	825	176	52
1.º Tesoureiro	812	189	52
2.º Tesoureiro	799	201	53
Total de Eleitores: 2047			
Total de Votantes: 1053			

AOS PROFESSORES AUXILIARES

Os Professores Auxiliares que tenham concluído os créditos de mestrado ou curso de especialização até a data-limite de 31/08/87 têm direito a uma produção horizontal e devem solicitá-la junto à CPPD.

EXPEDIENTE

Boletim da ADFURJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade, Universitária- CEP 21.944- Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e Redação: Edwiges Rego

Reg. Prof. MT 19.150

Fotografia: Amauri Alves

Ilustração: Nani

Diagramação: Vicente Antonio de Castro

Reg. Prof. MT 15.219.

Composição: WJ Fotocomposição Tel.: 273-5115

Impressão: Jornal dos Sports

DIRETORIA DA ADFURJ

Presidente: Murillo Mendes Guimarães

1.º Vice-Presidente: Alexandre Magalhães Silveira

2.º Vice-Presidente: Pedro A. P. Vieira

1.º Secretário: José Luciano S. Menezes

2.º Secretário: Maria Lúcia Pimentel

1.º Tesoureiro: Isabel Cristina F. da Cruz

2.º Tesoureiro: Nelson F. Fernandes

O mais feliz de vocês

Florestan Fernandes



A morte de Henfil desencadeou um amplo movimento de combate à indiferença dos poderes públicos em face da Aids - porque não dizer - da falta de solidariedade e de simpatia diante dos aidéticos, pelos que acreditam "sãos" ou "seguros" contra a moléstia. O culto ecumênico celebrado em 11/1/1988, na Catedral da Sé, foi o ponto alto das homenagens coletivas a Henfil, tendo como principais celebrantes o pastor Edim Sued Abumanssur e o padre Júlio Lancelotti. A importância do ato estava referida à homenagem intelectual e política (não se pode separar as duas coisas na personalidade e na produção de Henfil) e a uma enfatização da consciência crítica do problema. No entanto, Henfil pairou acima do culto. O lirismo e o amargor tocantes de seus versos irão conosco pelo resto da vida. "E tenho amor. Muito amor. Mas nunca dei uma flor. Dou desenhos, dou textos, escrevo cartas sem contato manual, sem intimidade, sem entrega."



Com suas pungentes pergunta e resposta, dialeticamente unidas entre si: "Por que desenho, por que escrevo cartas e agora peças? Aqui, estão 14 anos de solidão. Minha arte, é fruto da minha impotência de viver com vocês." E sem rancor, no seu estilo de correr como sangue na veia dos outros: "Mas juro, pela minha mãe, que não vejo a

hora de pular aí e dar a minha solidariedade, a minha coragem, o meu amor a cada um, pessoalmente. Um dia vou rasgar o papel em que escrevo, rasgar o bloco em que desenho, rasgar até esse recado covarde e vou melar e bezuntar cês tudo com meu grande beijo. Vocês vão me reconhecer fácil; vou ser o mais feliz de vocês." (1) Convivi pouco com ele. Nem era preciso mais. As poucas vezes que falamos era como se formássemos uma cabeça e um coração. Por que essa crueldade da natureza e da vida e da cultura? Seremos privados de um talento único, daquele que se deu todinho, numa arte criada para exaltar a humanidade da pessoa e condenar os filisteus, os abusos do poder e o egoísmo dos poderosos. Escolhia adversários formidáveis: a grande burguesia, a ditadura militar, o imperialismo, os Estados Unidos. Entregava-se a aliados fracos, o ser humano despossuído e espezinhado, o trabalhador dentro



de sua luta incerta, a inteligência rebelde, os desesperados de toda espécie. Sua criação artística não visava à sua exaltação, o seu reconhecimento, a sua glória. Era uma entrega permanente de uma humanidade tão grande, que não cabia dentro dele e extravasava para fora. O verdadeiro artista, autêntico na sua cólera, predisposto ao perdão dos que acusava, demolindo-os pelo ridículo de suas vaidades, ambições e prepotências, em busca da perenidade do ser e do aperfeiçoar-se pelo amor e pelo sofrimento.

Pergunto: devemos misturá-lo com esse governo falso e cruel do "tudo pelo social" (só que o "social" dos que mandam e desmandam), para aumentar e dar outro sentido ao combate à Aids e ao convívio sem restrições a todos os aidéticos? Sua morte poderia acarretar essa implicação. Contudo, ela jamais poderia ser um alvo central. Todos sabemos que não existe, no Brasil, responsabilidade diante dos "malditos da terra", dos miseráveis, dos que trabalham e ganham o pão com o suor do seu rosto. O pão é lhe roubado, para engordar fortunas nacionais ou estrangeiras, privadas ou estatais. Há uma muralha de indiferença e

hipocrisia.

Por que esmagar a sua pessoa, a sua herança artística e política, a sua alegria de ser e viver, o seu exemplo, de encontro a essa muralha de pedra inabalável? Podemos condenar o governo e os serviços públicos de saúde por sua morte, um crime evidente por si mesmo. Todavia, nesse rol não aparecem os que se comovam com a perda que sofremos e com os males que afligem o Brasil e poderiam ser eliminados, reduzidos ou enfrentados com dignidade e respeito à condição humana.

Volto a Henfil. Ele nos põe frente a frente com a natureza do papel do intelectual, do artista, do criador em estado de comunhão com os seus semelhantes, com seus companheiros de jornada durante a vida, com os que nascerão depois: Ele é o nosso orgulho, uma fonte de inspiração e de compromisso, testemunha de que a condição humana deve ultrapassar o artista para que ele possa ser grande e ganhar outra dimensão de vida na memória dos homens e das mulheres e na memória histórica. Nisso a celebração do culto ecumênico atingiu o clímax, como um pleito aos que criam para servir e não servem para ser lembrados nem engrandecidos. O amigo, o companheiro, o homem que amou e recolheu o amor dizendo "Eu nunca dei uma flor" cedeu tudo que tinha e merece tudo que temos para dar. Caso raro entre os intelectuais, que desponta como a regra (não a exceção) de um humanismo socialista.



(1) Henfil, "Última Carta" Florestan Fernandes, professor emérito da USP, sociólogo e deputado federal pelo PT Artigo reproduzido do Jornal da USP - fevereiro 1988

Henfil foi um ser humano notável e com sua arte reforçou, em diferentes momentos, as lutas empreendidas pela Andes e ADFURJ. Lamentamos profundamente sua prematura morte, consequência de um governo absolutamente descompromissado com a saúde do povo brasileiro.

Há uma sensação generalizada de descrença e frustração no seio da população brasileira. Após anos de ditadura, foram criadas expectativas de que haveria importantes mudanças com o final do ciclo militar.

A primeira decepção foi o movimento pelas "diretas já" que, após reunir milhões de brasileiros em uma série de manifestações, terminou com as eleições indiretas decididas no Congresso.

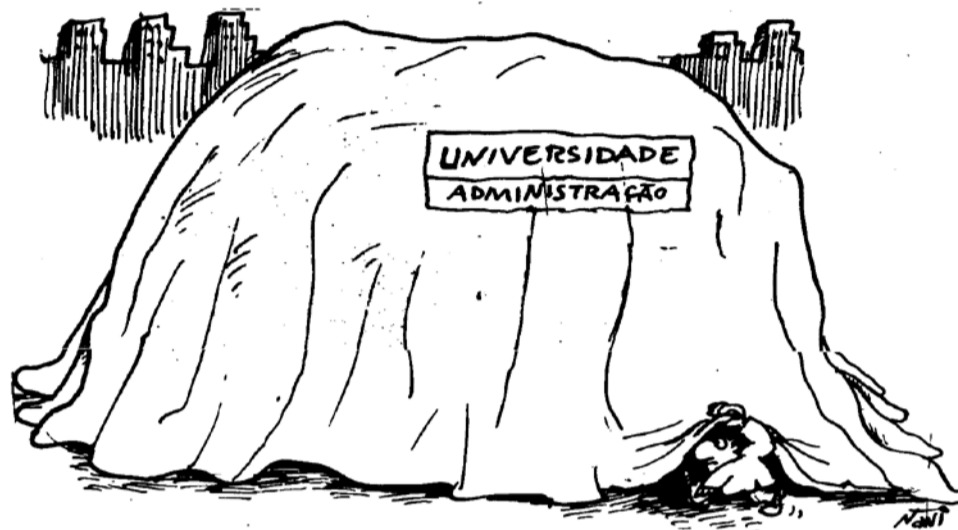
Em seguida, veio a morte de Tancredo Neves. Embora não tendo sido eleito pela população, provavelmente o teria sido se as eleições tivessem sido diretas. As manifestações ocorridas durante as semanas em que durou sua agonia deixaram claro o enorme carisma que possuía e as esperanças que estavam depositadas em seus ombros.

A terceira grande frustração ocorreu logo após as eleições de 1986, quando ficou claro para o povo que o Plano Cruzado havia sido um engodo, utilizado com fins eleitorais. Para uma população que acabava de dar seu apoio ao governo não poderia ter sido pior. A partir daquele momento abateu-se sobre todos uma enorme sensação de impotência e descrença, que persiste até os dias de hoje. A Universidade Pública Brasileira não poderia ficar imune a estes acontecimentos. Também ela viveu um processo de abertura democrática, onde a participação da comunidade acadêmica em seus destinos aumentou sensivelmente. O crescimento do movimento docente e de funcionários ao longo da década de oitenta é exemplar. Apesar disto há sérias dúvidas sobre os destinos da Universidade.

Uma série de acusações lhe são feitas atualmente, desde aquelas que apontam para o baixo nível de seu ensino e a qualidade duvidosa de sua pesquisa, até a má administração de seus recursos e o inchamento de seus quadros docentes e de funcionários. Cada uma destas

Transparência Administrativa numa Universidade Pública, Democrática e competente

João Saboya



questões merece uma longa análise, o que seria impossível no curto espaço deste artigo. Pretendemos apenas abordar, de forma sucinta, o problema da transparência nas atividades administrativas da universidade pública. O fato de a universidade ser mantida com recursos públicos em um país onde milhões de pessoas passam fome e as disparidades de renda são enormes cria uma responsabilidade adicional para aqueles que cuidam de sua gestão. Daí a

importância da transparência em sua administração. Sendo os recursos escassos - a atual discussão sobre o déficit público deixa isso bem claro, é preciso justificar, sem que haja margem a dúvidas, todos os gastos feitos pela universidade.

A transparência não deve significar a colocação de amarras sobre aqueles que, em última análise, respondem pelos rumos da universidade. Pelo contrário, uma das críticas feitas ao serviço

público é exatamente a falta de agilidade na tomada de decisões. Se desejamos uma administração ágil e eficiente é preciso que as responsabilidades sejam bem definidas, para que as ações possam ser decididas rapidamente.

Seria u contra-senso exigir que todas as decisões fossem tomadas pelos colegiados. A estes devem ser reservadas as grandes questões e a definição das principais linhas de ação. A maior parte das decisões do dia-a-dia podem (e devem) ser tomadas pelos dirigentes. Afinal de contas, eles foram escolhidos exatamente para isto.

Se, por um lado, os dirigentes possuem a procuração da comunidade universitária, que lhes é concedida no momento de sua escolha, por outro, eles não podem se negar a deixar bem claros seus atos. É esta a transparência que deve ser exigida da administração universitária. Esta questão torna-se ainda mais grave quando se trata da política de pessoal, especialmente no que se refere a contratações e níveis salariais. Não há razão que possa ser invocada para justificar o sigilo em relação às decisões administrativas. Foi contra este tipo de comportamento que lutamos no passado. Não vemos porquê temer a transparência que, além de ser uma prática democrática, tem a vantagem de deixar a comunidade bem informada, para defender a universidade pública contra os ataques que vêm de várias direções. A universidade pública possui hoje duas grandes responsabilidades. A primeira é a própria condução do ensino superior no país. A segunda é o volume de recursos que utiliza e que poderia estar sendo utilizado para outros fins. Sua melhor defesa é a livre circulação de informações, não apenas de idéias, mas também do processo de tomada de decisões.

João Saboya é chefe do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração/UFRJ.

FILIAÇÃO À UMA CENTRAL SINDICAL

Oswaldo de Medeiros Ritter • Professor do Instituto de Física/UFRJ

Qualquer delegado presente ao VII Congresso da Andes, em Juiz de Fora, se perguntado, não hesitaria em responder que o tema polêmico do Congresso foi a filiação a uma central sindical. Também nos grupos de trabalho, esse foi o assunto que mais mobilizou e, nos corredores, nos intervalos, foi o tema dominante.

Para se ter uma idéia do clima em que se desenvolveu a discussão, basta dizer que, nos grupos de trabalho, e também na plenária, foi cena comum ver delegados defendendo com veemência a filiação a uma central sindical, mesmo tendo que votar, na hora, contra a filiação, por deliberação das assembléias de suas ADs.

Na plenária que decidiu a questão, os discursos, tanto a favor como contra, foram inflamados, algumas vezes, emocionados e, não raro, desprovidos de argumentos bem desenvolvidos.

Na votação, ganhou a proposta contra

a filiação, por 122 votos contra 93, com 51 abstenções.

Em seguida, foram apreciadas duas propostas surgidas durante o Congresso:

- a primeira, da Diretoria da Andes, defendendo o indicativo de filiação à Cut; no VIII Congresso, em 1989, com uma série de medidas a serem implementadas durante esse ano, visando a uma aproximação com a Cut.

- a segunda, da Prof^a Helena, da Adunimep, sobre a importância do aprofundamento e ampliação do debate sobre a questão sindical, recomendando às ADs e à Andes a participação nos fóruns intersindicais e nos das duas centrais.

A primeira proposta de indicativo de filiação à Cut em 1989 venceu por 179 contra 43 votos, com 28 abstenções.

UMBREVE HISTÓRICO

Cabe, neste momento, recordar breve-

mente como a discussão vem sendo tratada no movimento docente.

Já na época do I Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), em 1981, havia uma deliberação dos professores favorável à criação de uma central sindical.

Esse Congresso indicou uma comissão pró-Cut, da qual a Andes fez parte, com o encargo de organizar a fundação da central do II Conclat a se realizar em 1982. Foi então que muitos problemas, opiniões e questões polemizaram as discussões, gerando, em certo ponto, duas correntes no movimento sindical. A Andes lutou muito para que ambas se integrassem e fosse criada uma central. Contudo, o consenso não foi alcançado e, em 1983, divide-se o movimento sindical e formam-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, Conclat, hoje Central Geral dos Traba-

lhadores (CGT).

Durante todo o tempo, a Andes tem investido no sentido da unidade do movimento sindical.

E AGORA?

Fazendo uma avaliação sobre o nível de discussão da questão sindical no interior do movimento docente, podemos concluir que, embora haja avanços em várias ADs, em muitas outras existem dificuldades a serem superadas para se instaurar o debate.

Em particular, na UFRJ, a discussão foi, até agora, precária e difícil de ser implementada entre os professores. Cabe a nós, docentes da UFRJ, face às deliberações do VII Congresso, desenvolvermos um amplo processo de debates que se inicie nas Unidades, procurando envolver o maior número possível de professores, para chegarmos ao próximo Congresso com união e um posicionamento claro sobre a questão.

ENTREVISTA

Prof. Carlos Chagas Filho

CINQUENTA ANOS DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Wanda Figueiredo

A façanha de completar 77 anos, tendo dedica do 50 ao trabalho de professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, torna o prof. Carlos Chagas Filho autoridade incontestada em uma das muitas teses que vem defendendo: a da atuação em regime de dedicação exclusiva à universidade. “Uso uma frase de Ramon y Cajal, prêmio Nobel de Medicina, em seu livro Conselhos sobre a Investigação Científica: Você só faz bem aquilo de que gosta, mas, para fazer bem, tem que se dedicar inteiramente ao que está fazendo.” Também lembra-se de um artigo de Tristão de Atayde, que o marcou muito, em que descreve uma viagem de bonde do Largo do Machado à Gávea. Assentado na frente, ele verificou a maneira pela qual o motorista conduzia o bonde. E escreveu que era um grande motorista, porque estava inteiramente vivendo a sua profissão, sentindo o que estava fazendo.

A finalidade da dedicação exclusiva é a integração total à vida universitária

“É o que exijo do verdadeiro universitário: que ele viva sua vida pensando na universidade, dando a ela o máximo de seus esforços e preocupações, sofrendo com seus dissabores e glorificando-se com suas vantagens e conquistas feitas por qualquer membro de sua instituição. Sempre disse e reafirmo que o tempo integral e a dedicação exclusiva não são necessariamente destinados a manter o universitário dentro das paredes de seu laboratório, escritório ou biblioteca. A finalidade do sistema é a de fazer com que ele possa se desligar de outros problemas materiais e se integrar totalmente à leitura, ao trabalho, e, sobretudo, à reflexão que a vida universitária exige. Só assim ele pode renovar seus conhecimentos, penetrar em domínios que não foram seus inicialmente, aprender novas técnicas e refletir sobre a integração do sistema educacional em qualquer nível.”, argumenta.

A Universidade está estrangulada em seu sistema curricular

Em sua sala de trabalho na UFRJ, com as paredes totalmente recobertas com diplomas e dezenas de títulos honoríficos, o prof. Chagas fala tranqüilo, sem pressa. A palavra corre solta, segura. Ele decide os rumos da entrevista:

“Vejo com certa preocupação que nossos sistemas universitários estão se desviando para discussões que se sucedem para tomar deliberações que poderiam ser obtidas em alguns minutos e levam dias. Vejo, também, que há um elemento indispensável na vida da universidade que se prende à concessão dos regimes de trabalho. Se, em princípio, sou a favor de que todos os membros do corpo universitário só tenham uma função e, temendo que não alcancemos esta situação tão cedo, acho que o sistema de retribuição salarial e o de promoção só pode ser feita pela avaliação do mérito. Na universidade, o mérito deve prevalecer sobre todas as condições de ideologia, parentesco, filiação política e queijanda.”

Partidário de dois tipos de promoção: a horizontal - que deve se basear principalmente no tempo de serviço, associado a uma avaliação menos rigorosa do mérito - e a vertical - exclusivamente ligada ao mérito. “Quando falo no corpo universitário, não faço distinção entre corpo docente, técnico e administrativo. Fazem todas parte de uma mesma comunidade. E só quan-

do houver uma inter-relação entre os três corpos, baseada na compreensão e na capacitação, é que a universidade poderá se realizar.”

UNIVERSIDADE ABERTA

A missão da universidade, para o prof. Chagas, é a de criar conhecimento, difundi-lo e fazer com que ele possa ser utilizado para a melhoria das condições de vida de todos. “Por isso, é que defendo a universidade como uma instituição de pesquisa *sensu lato*. Uma pesquisa que deve se estender à comunidade, e a esta parte da sociedade que cada vez mais se avoluma, daqueles que passam para a chamada terceira idade”. A seu ver, a universidade está estrangulada em seu sistema curricular, que, se é indispensável, deve ter suas malhas mais abertas, para que qualquer especialização seja precedida de um processo de acentuação. Isto para permitir a continuação de uma vida intelectual em consonância com a evolução do próprio pensamento humano.

Em seu sonho, ele visualiza a universidade aberta, dando cursos acurriculares, que poderiam ir de Plantão à Enologia ou à cozinha baiana, porque tudo isto é cultura no sentido mais verdadeiro da palavra, que é o conhecimento dos usos e costumes de um povo, que dão a verdadeira imagem de uma nação. “A imagem de uma nação nada tem a ver com o poder militar e os pomposos e muitas vezes inoportunos avanços tecnológicos.”

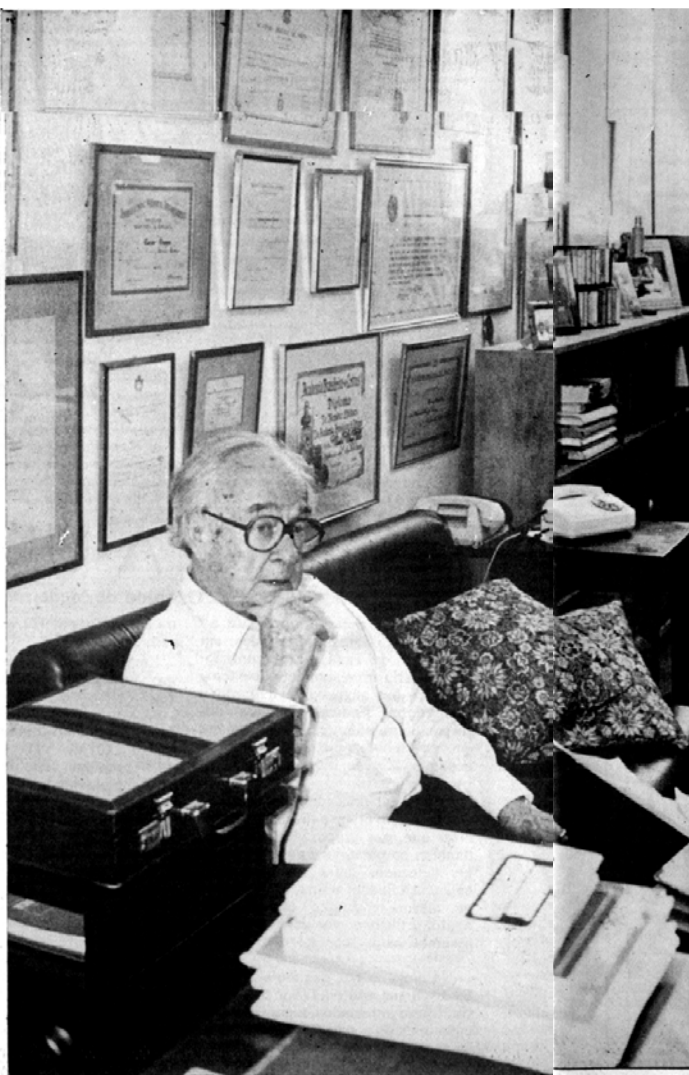
E uma constatação otimista: “O que me dá ânimo é a qualidade dos alunos que chegam, muitas vezes sem preparo básico, que é deficiente, terrivelmente triados no sistema vestibular, que é muito mais favorável aos que têm condições econômicas e culturais do que àqueles que vêm da grande massa popular, onde certamente há talentos e talentos que estamos perdendo. Sou contra os números baixos e favorável aos números “adequados”. Este adequado se refere ao número de alunos que possam ser atendidos pelos professores e pelas condições que a universidade possui, tendo-se em vista o mercado de trabalho, para que não se caia nos subempregos.” Ele lembra que, certa vez, nas províncias mais importantes da Índia formaram-se 30 mil engenheiros que, durante anos, não tiveram emprego. E são todos esses problemas que podem ser resolvidos na base da qualidade e do bom senso.”

Você só faz bem aquilo de que gosta.

Na verdade, segundo o prof. Chagas, precisamos de sair de um tipo de sociedade que não é capitalista, não é socialista, não é colonialista, para entrarmos numa sociedade pluralista, em que, satisfeitas as necessidades mínimas de cada ser, crianças, mulheres, homens, cada um possa partir para condições melhores, graças à sua capacitação e sua vontade de trabalhar. Esta sociedade pluralista exige, inicialmente, espírito de conciliação e compreensão. “Ela não se formará em um país no qual procura-se estabelecer uma constituinte e certos grupos de um e outro lado dizem que não a respeitarão se suas reivindicações não forem atendidas. Para esta sociedade pluralista é necessário um avanço fortíssimo no nível educacional e, mais ainda, que o dilema entre o direito do homem-indivíduo e o direito do homem-coletivo sejam conciliados. Esses limites não são fáceis de serem estabelecidos quando as paixões, as emoções e mesquinhos interesses pessoais são dominantes.”

CIÊNCIA NA UFRJ

“Estou fazendo um verdadeiro *meeting político!*”, constata sorridente o prof. Chagas, abrindo uma bre-



cha para que, afinal, a repórter possa indagar como vê a UFRJ, uma das maiores universidades do país, hoje com 25 mil alunos, três mil e quinhentos professores e oito mil funcionários. Afinal, desde 1926, o prof. Chagas acompanha sua evolução, como aluno, monitor, assistente, professor interino, catedrático, membro do Conselho Técnico Administrativo, diretor de Instituto Especializado, diretor de Faculdade, Decano e, finalmente, membro do Conselho Universitário. “Acho que, malgrado as críticas que são feitas hoje, o ensino melhorou consideravelmente. Os professores titulares das primeiras épocas da universidade eram, provavelmente, muito mais brilhantes do que os de agora, faziam garbo de eloquência, apresentavam-se sempre com um visual “à la belle époque”. Contudo, na grande maioria, a universidade era um emprego acessório na sua vida. A criação da Faculdade de Filosofia deu à universidade uma nova dimensão, e, ali, dezessete anos depois de sua criação, foi introduzido o espírito com que se formou nossa universidade.”

Queremos consertar o Brasil e só falamos em violência.

A administração Calmon, a seu ver, foi muito importante, porque sua compreensão, liberalidade e até mesmo coragem deu mão livre a todos os que tinham vontade de realizar alguma coisa. Dá um exemplo típico: a pesquisa metódica, cotidiana, apoiada pela reitoria, passou a ser feita desde esta época. “Quando inaugurei o primeiro laboratório experimental, em 37, era uma coisa raríssima, e vários professores ilustres vieram me aconselhar a desistir do intento. E, hoje, temos espalhados na universidade grupos de pesquisadores do mais alto nível. Evidentemente, há outros centros mais bem aparelhados no país, mas os que são bons na nossa universidade têm nível internacional.” Lembra, ainda, que a criação dos cursos de pós-

graduação, em 62, da qual participou, deu mais impulso à universidade. De um desses cursos, nasceu o monumental edifício universitário que é a COPPE. Mas também observa que a criação dos cursos de pós-graduação teve desvantagens, porque se multiplicaram, muitas vezes sem condições, e muitos deles substituíram cursos de especialização que eram mais importantes para o país. “Creio que os cursos de pós-graduação em especializações profissionais em nada incrementaram a universidade.

O verdadeiro poder nasce da capacidade de criar.

E acrescenta outra observação: “Sinto, atualmente, por parte de muitos dos meus colegas, um desejo de fazer parte de comitês, chefiar departamentos, de ter posições. E esse desejo é justificado porque estão todos convencidos de que suas idéias são as melhores e trarão benefícios à universidade.” Contudo, o prof. Chagas acha que a vida de extrema participação tem suas dificuldades, porque, quando tudo é decidido por comitês, comissões, conselhos, etc., os que participam o fazem à custa de seu trabalho intelectual, que tem que ser rotineiro. “Um agente criador, escritor, poeta, pintor, músico, etc., deve ser interativo e não bissexto. Têm que ser costumazes.” Mas ele também admite o perigo de que os melhores elementos se afastem dos comitês, comissões, comitês, porque abre-se a oportunidade a carreiristas que vêm nas posições um poder que é efêmero. “Porque o verdadeiro poder nasce da capacidade de criar e aí valoriza-se a posição não desejada, obtida pelas qualidades daqueles que a ela são elevados.”

Nossa pesquisa está subordinada a poderes administrativos e burocráticos mais altos.

Apesar de ver com angústia os melhores pesqui-

sadores gastando tempo em conselhos que são, às vezes, inúteis, ele se preocupa ainda mais com o tempo gasto em relatórios que são exigidos principalmente pelas agências financiadoras e que tiram do pesquisador grande parte de seu tempo. “Aí, a culpa não é da universidade, e não é sem ironia que vejo nos documentos dessas agências financiadoras o termo inovador de “gerenciamento de pesquisa”. Em sua significação semântica, além do mau gosto da palavra, ela indica que nossa pesquisa está subordinada a poderes administrativos e burocráticos mais altos, e não a esta extraordinária aventura do espírito que é a criação intelectual, a pesquisa científica e suas aplicações tecnológicas.”

Sou um otimista do real a partir do que existe.

No balanço final, uma posição otimista: “Sou dos que pensam que a turbulência que se fez na universidade depois da desejada queda do regime militar é um fato passageiro, talvez necessário, que, provavelmente, em pouco tempo, voltaremos ao sistema mais condizente com a vida universitária, que permita uma valorização escalonada dos seus valores mais representativos, mais integrativos da verdadeira função da universidade. Sou um otimista do real, a partir do que existe. Não aceito a atitude do brasileiro pessimista.” Mas também constata e não aceita a onda de ufanismo: “Não acredito que somos os maiores, capazes de coisas impossíveis. Queremos consertar o Brasil de um dia para o outro, se possível, a curto prazo ou mais longo, e devemos fazê-lo, deixando de lado slogans que nada dizem. O importante é meter a mão na massa. Falar somente na terrível violência que nos assola é incrementar o pessimismo com o qual nada se faz.” Em síntese, um otimista que sempre preferiu o duro ofício de plantar, para poder colher mansamente os frutos maduros, cada um em seu tempo certo.

ca não trabalha. Com 21 anos, forma-se em Medicina, e aos 27 já era professor titular. Aí começa uma ciranda de atuações em entidades científicas e paracientíficas nacionais e internacionais. O balanço é exaustivo. São mais de 20 títulos honoríficos em universidades como a de Paris, Toronto, Ibadan, Salamanca, Coimbra, Liège. Também 15 condecorações e medalhas, que incluem a de Comendador da Legião de Honra, França; a de Oficial da Ordem da Estrela Polar, da Suécia; a de Comendador da Ordem do Mérito, da Itália, e da Ordem da Cruz de Cristo. Já participou de mais de 50 conselhos e cargos deliberativos em educação, ciência e cultura, e é membro de nada menos que 50 sociedades científicas nacionais e internacionais. Desde 72, é o presidente da Academia Pontifícia de Ciências, da Itália, e em Roma já promoveu mais de 30 reuniões para discussão de temas científicos.

Suas atividades não param aí. Em 45, fundou o Instituto de Biofísica da UFRJ, que dirigiu de 46 a 64. Lutou pela criação do Conselho Nacional de Pesquisa e, mais tarde, foi seu conselheiro e diretor científico. Mais ainda: Embaixador/delegado permanente do Brasil junto à Unesco, Paris, e presidente do Comitê Internacional de Salvaguarda de Veneza. Estabeleceu os primeiros cursos de pós-graduação na área biomédica da UFRJ, onde já organizou 13 reuniões e simpósios científicos. Autor de quatro livros e editor de outros 16, além de ter escrito 200 artigos científicos em revistas nacionais e internacionais sobre bioeletrogênese.

Com tão intensa atividade, no Brasil, ele recebeu apenas quatro prêmios em ciência e tecnologia. Ele mesmo explica a extrema modestia da homenagem tupiniquim: “O que faço não dá lobo e, às vezes, as pessoas não querem ouvir o que eu digo e, quando escutam, não publicam.” Lembra que certa vez disse em um simpósio que, embora tivesse grande admiração pela arquitetura brasileira, ela era de forma e não de função, porque não levava em consideração a interação do homem com o ambiente em que vive. Ninguém quis divulgar. Herdei isto de meu pai - Carlos Chagas, descobridor da doença de Chagas - que, em saúde pública, ficou mais conhecido não pela reforma de saúde pública que fez, mas pelos artigos que publicaram contra ele no jornal Diário de Medicina.”

Uma característica de sua personalidade: não gosta de pedir. “Só pedi uma coisa: voto para entrar para a Academia Brasileira de Letras.” Vive sua vida na interface da ciência/cultura, e ciência/sociedade, mas admite que, em qualquer pessoa que entra para a Academia, há um componente de vaidade, “como também há com os que não quiseram entrar.”

Justifica sua entrada: “Ciência é uma parte da cultura do país. Achei que na Academia de Letras, que se diz representativa da cultura do país, deveria existir um cientista. Não me considero o melhor cientista do Brasil, longe disto, mas naquela ocasião (74), era o que tinha mais chances de ser eleito.” Vencendo, derrotou o que considera um dos melhores escritores brasileiros, José Cândido de Carvalho.



Você vai me massacar? Pode começar! É com esta indagação jovial e segura, e um sorriso de paz com a vida, que o prof. Carlos Chagas Filho recebe a repórter embasbacada com a leitura de seu currículo. Como uma pessoa com este valor, reconhecida internacionalmente, é tão desconhecida em seu país? Mas ele logo rebate: “Importante são os outros, não você. Sou contra o culto da personalidade. Nunca procurei dar publicidade ao que faço. O valor intrínseco do trabalho é o que vale a pena e não o que aparece.”

Nascido no bairro de Botafogo, mas dizendo-se mineiro, sozinho, ele desmente a fama de que cario-

É o imortal Carlos Chagas Filho agora está escrevendo a biografia de seu pai, já no 5.º capítulo, que deverá terminar este ano. Também iniciou a história de sua vida. Já terminou o período da infância, o da formação médica, e agora está abordando seu trabalho internacional. O término está previsto para março, com lançamento ainda em 88. Outro trabalho em fase de elaboração: um folheto contra a guerra nuclear.

O entrevistado dirige a entrevista. Pergunta e responde: "Problemas que mais me preocupam? Guerra nuclear, destruição da natureza, miséria do povo, problema educacional de modo geral, direitos humanos e a incompreensão oriunda de ideologias, diferenças de classe, particularmente o egoísmo individual e até mesmo nacional." Com sua visão de cientista de renome internacional, ele vê a ciência hoje mais tecnológica, muito dominada pelos poderes políticos e econômicos, o que é um entrave à essencial liberdade científica. "Hoje, os governos querem atrelar sua política internacional, em cujos acordos são muito mais ouvidas as classes produtivas,

os ministérios de Relações Exteriores, os economistas, do que a comunidade científica."

Mais gols

Desenvolvendo atividades com tamanho dinamismo, a ciência até agora consumiu todo o tempo do prof. Carlos Chagas Filho? A resposta surpreende: "Pratiquei todos os esportes, exceto o futebol." Neste, destaca-se como torcedor. Na última Copa do Mundo, foi visto vestindo a camisa verde-amarela da seleção. E até como torcedor não se impõe limites: defende as bandeiras do Fluminense, Flamengo, Corinthians, Atlético e Grêmio. "Minha preocupação, hoje, é que não estamos jogando pelas extremas. Fico apreensivo porque, numa decisão como esta última (Taça União) houve somente cinco chutes a gol pelo Flamengo e quatro, pelo Internacional. Muito pouco! Tem que chutar mais perto e de meia distância do gol!" Estas preocupações o absorvem, enquanto vai andando pela praia de Copacabana (dois quilômetros por dia) antes de ir para seu trabalho, no Fundão, onde atua como verdadeira antena internacional, dinamizando os contatos entre a UFRJ e outras uni-

versidades do mundo inteiro.

Outra diversão: ler livros, especialmente de Proust, Simenon, Zola, Dickens, Graham Green, Ortega y Gasset, Miguel de Unamuno. Em seu discurso, quando entrou para a Academia de Letras, fez uma referência especial a Simenon. Acha Ramon Gomes de La Senra o maior estilista da língua latina. "Como a Espanha foi pouco invadida pela tecnologia a partir do começo do século, os espanhóis são homens de reflexão. Único país do mundo em que o substantivo honra é concreto e não abstrato." Exemplifica: Uma vez, estava viajando de automóvel, de Madri para Barcelona e parou num lugarejo para tomar um xerez. Viu um homem muito pobre e quis pagar-lhe um xerez e uma sardinha: "Eu não posso aceitar. Eu não o conheço." O mesmo aconteceu em Barcelona, quando foi comprar uns mocassins para seu amigo, o caboclo Losir Vianna. Junto, vieram dois bilhetes de uma tómbola. Como ia viajar, ofereceu os bilhetes a um casal que também recusou, alegando não poder recebê-los de uma pessoa que não conheciam. "Talvez seja por isso que a língua de que mais gosto seja o espanhol. Também falo

bem o inglês, francês. Quase bem, o italiano, e cada vez falo menos o alemão, que já falei bem." No início do século, era a língua científica, e seu pai contratou uma governanta de Frankfurt, Elga Dinges, que lhe ensinou a língua e deixou-lhe uma mágoa. "Até hoje tenho raiva do belo alemão Kals, que veio ao Brasil e a levou para a Califórnia. Foi a primeira decepção feminina que tive na vida." Com ela, leu os primeiros livros e lembra-se de Wherther, de Goethe. "Não sei se, aos oito anos, era apaixonado por ela."

Se tivesse que recomeçar hoje, seguiria o mesmo roteiro de vida e não se arrepende de dedicar tanto tempo à ciência? "Como Piaff, eu diria: Je ne regrette rien." Acha que a característica de sua vida foi sempre a de gostar do que estava fazendo. "Pode ser até coisa paranóica, mas tive a infância mais feliz possível, passando férias na cidade de Oliveira, Minas, terra de meu pai. Sempre gostei de minha casa, meus colegas."

"Afim, um homem feliz neste mundo conturbado? "Feliz, sim. Realizado, não. O realizado é um infeliz, cristalizado. Quero sempre ver, fazer, realizar coisas."

INFORMES

URGENTE Da Coordenação das Federais

Foi incluído, na pauta da sessão de 09.03 da Câmara de Deputados, para votação em regime de urgência, o Projeto de Lei N.º 313/88, do Dep. Victor Faccioni (PDS), que permite a recondução de reitores, vice-reitores, diretores e vice-diretores, um número indefinido de vezes, sem alterar a sistemática de nomeação. A Andes, juntamente com a Fasubra e a Une, está trabalhando no sentido de obter a não aprovação do projeto, através de sua retirada de pauta, rejeição ou adiamento da votação. CRUB e SBPC também manifestaram-se oficialmente contrários.

CONGRESSO 88

O VII Congresso Nacional da ANDES foi realizado em Juiz de Fora, Minas Gerais, entre os dias 24 e 30 de janeiro. Neste período, houve também o II Encontro de Docentes das ADs das IES estaduais e o Seminário Nacional sobre Democratização das Universidades, no qual a Adufrj teve oportunidade de relatar sua experiência.

Na abertura do Congresso, estiveram presentes Associações Internacionais de Docentes, a UNE e a CUT. Durante a semana de trabalho intenso, os professores discutiram sobre a conjuntura política e econômica, a reestruturação da Universidade (verbas, democratização, estatuinte, avaliação, etc.), a filiação a uma central sindical e a campanha salarial, entre outros temas. As resoluções do Congresso, votadas nas plenárias de delegados, são muitas, e serão divulgadas no Boletim da Andes, mas possuem como eixo a defesa da Universidade Pública,

Gratuita e Competente.

Essa Universidade está sendo construída através da luta do Movimento Docente contra a política de privatização e esvaziamento promovida pelo MEC; pela manutenção e aperfeiçoamento da democratização na Universidade; por salários, equipamentos, instalações e pelo aprimoramento do PUCRCE, com a revogação da GRIPE, das 40 horas semanais e da Portaria 474, condições fundamentais para assegurar o desenvolvimento constante da competência acadêmica.

No que se refere à questão sindical, o Congresso deliberou favoravelmente pelo indicativo de filiação da ANDES à CUT. Até o próximo Congresso (janeiro de 89), discutir-se-á, nas Unidades, Centros e Conselho de Representantes, as vantagens e desvantagens da filiação, para que, em Assembléia Geral, a UFRJ posicione-se sobre o indicativo.

CPI DA EDUCAÇÃO

A ANDES conseguiu, com o apoio de vários deputados, em particular do deputado federal Hermes Zanetti (PMDB-RS), autor do pedido, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o destino das verbas para a Educação (Emenda Calmon). A CPI, após muita pressão para ser efetivada, começa atuar em março.

DIRETAS JÁ PARA PRESIDENTE

Conforme aprovado no VII Congresso da Andes, a luta por eleições diretas para presidente em 88 é prioritária para o movimento docente.

Nesse sentido, foi criado o Comitê Suprapartidário pelas diretas, através da articulação da Andes com entidades democráticas, populares e sindicais, com a coordenação da OAB e o apoio dos partidos políticos que lutam por eleições em 88 (MUP, PMDB, PTB, PT, PC do B, PSB).

No dia 23 de fevereiro, na sede nacional da OAB, em Brasília, foi realizada a reunião do Comitê, com a participação da Cut, OAB, Andes, Conam, Diap, Fenaj, CPB, que definiram a cor da campanha, o amarelo, e deliberaram que as entidades devem promover manifestações em cada estado, no mês de março.

CONTRA A EMENDA CENTRÃO

Em reunião com o grupo de constituintes que lutam pelas propostas da Andes e de outras entidades do Fórum de Educação - Florestan Fernandes (PT-SP), Hermes Zanetti (PMDB-RS), Otávio Elísio (PMDB-MG), Gumerindo Milhomen (PT-SP) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) -, foi definida a estratégia de atuação para esta fase decisiva de votações na Constituinte contra a proposta do Centrão.

A idéia é pressionar os constituintes para que retirem sua assinatura de apoio e votem contrariamente à "emenda Centrão". A assinatura, conforme é prática no parlamento, significa apenas concordância com a tramitação e não necessariamente resulta no voto favorável à emenda por aquele que a subscreveu. Mas é preciso vetar a preferência automática concedidas às

emendas com 280 assinaturas e que não passaram por debate democrático, porque poderão ser aprovadas, em suas partes destacadas, mesmo sem o voto expresso da maioria dos constituintes.

Seguindo orientação da Andes a todas as Ads, a carta enviada pela Adufrj aos constituintes que assinaram a proposta Centrão e a outros menos convictos, reafirma que a emenda é contrária, especialmente, aos interesses da Educação, da Escola Pública e do Magistério, opondo-se às sugestões e à emenda popular encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte pelo Fórum Nacional de Educação, integrado pelas seguintes entidades: Andes, CPB, SBPC, Ande, Une, Fasubra, Seaf, Cut, CGT, Anpae, OAB, Anped, Cedes, Ubes.

ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE AS PROPOSTAS EM QUESTÃO

Título VIII — Da Ordem Social I — EDUCAÇÃO

Projeto da Comissão de Sistematização	Projeto do Centrão
<p>1. Ensino Público e Gratuito Art. 240 — Parágrafo único "Para a execução do previsto no artigo serão observados os seguintes princípios: (...) IV — Gratuidade do ensino público."</p>	Retira o inciso IV
<p>Art. 241 § 1.º "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo."</p>	Retira o Parágrafo 1.º
<p>Art. 246 § 1.º § 1.º As comunidades interessadas poderão participar do controle da gestão financeira e patrimonial das universidades na forma da lei,</p>	Retira este parágrafo
<p>§ 2.º A educação superior far-se-á com observância do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da garantia de padrão de qualidade.</p>	Retira: "de garantia de padrão de qualidade" e substitue por: "e as atividades sociais e produtivas."
<p>Art. 249 — O ensino público fundamental terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, a ser recolhida pelas empresas, na forma da lei.</p>	Retirado

REVISÃO DO ENQUADRAMENTO

Finalmente, o Conselho Universitário decidiu-se, em sua última reunião de janeiro, pela revisão do Enquadramento. A propósito, lembramos nossa concepção de revisão, que foi aprovada em Assembléia Geral do dia 24 de novembro de 1987.

O atual desenvolvimento científico e tecnológico na Universidade Pública Brasileira certamente reflete suas condições materiais: biblioteca, equipamentos, laboratórios, salários, etc. Reflete também a qualificação de seus docentes e funcionários técnico-administrativos. Ensino e pesquisa exigem estudo e atividade acadêmica contínua de seus docentes que certamente precisam de apoio qualificado do corpo técnico-administrativo. É natural que no momento de enquadramento os objetivos que justificam a existência da Universidade não sejam esquecidos. Ao contrário, sejam lembrados e postos "na mesa". A carreira na Universidade deve servir à profissionalização na medida que estimule, ao lado de salários justos, o crescimento profissional de seus docentes e funcionários técnico-administrativos. O enquadramento não pode, portanto, ser encarado como forma de proporcionar ganhos financeiros desvinculados de critérios de qualificação profissional.

A qualidade do trabalho de ensino e pesquisa realizado na Universidade é responsabilidade institucional. O enquadramento, aí, deve ser focado não como etapa de alcance estritamente sindical ou ocasião de ganhos financeiros e "pulos" na carreira sem a correspondente qualificação exigida.

É com essa concepção que reafirmamos nossa posição contrária à passagem, sem concurso público, dos livres-docentes a Professores Titulares. Consideramos o enquadramento dos livres-docentes no cargo de Professor Titular, sem nenhuma referência ao fato de que eles estão nesse cargo por força de sentença judicial de 1ª instância que ainda não transitou em julgado, como um ato incorreto da Comissão de Enquadramento que deve ser revisado. Lembramos que muitos livres-docentes não entraram na justiça e que outros tiveram sentença contrária em 1ª instância.

Somos solidários à luta dos funcionários, em greve, pelo enquadramento imediato visando à obtenção dos efeitos financeiros da Lei de Isonomia. Nesse sentido, exigimos do MEC e do Governo que procedam ao enquadramento e não continuem com a política de protelação. Por outro lado, o enquadramento dos funcionários da UFRJ precisa ser revisado, pois apresenta várias incorreções.

As principais, a nosso ver, são:

1) Não foi exigida para todos a comprovação de diploma de 2.º grau ou de curso superior.

2) Houve casos de funcionários enquadrados como nível superior sem que a função exercida fosse compatível com a titulação.

3) Alguns funcionários foram enquadrados sem ter qualificação específica para o cargo.

4) O processo, como foi feito, sem passar pelos Colegiados, levou a injustiças, discriminando alguns funcionários que foram enquadrados em posição inferior a que deveriam ser.

O processo de enquadramento gerou distorções e injustiças que precisam ser prontamente revistas.

Além disso, os Órgãos Colegiados, dos Departamentos ao Conselho Universitário, foram aliçados do processo de enquadramento.

(Proposta apresentada pela Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ)

A respeito do enquadramento, a Assembléia Geral deliberou, também, que se promova *revisão imediata* do processo de enquadramento dos docentes e funcionários, independentemente do seu envio ao MEC. Tal revisão deverá ser realizada pela *Comissão de Enquadramento*, ouvindo-se os colegiados. Entende-se como colegiados: a) as Congregações ou Órgãos equivalentes para o pessoal lotado nas Unidades e Órgãos Suplementares; b) os Conselhos de Coordenação para o pessoal lotado nos Centros; c) os Colegiados Superiores para o pessoal lotado na Reitoria. Deverá caber sempre recurso ao Conselho Universitário em todos os casos em que houver conflito desses Colegiados com a Comissão de Enquadramento.

(Proposta apresentada pelo Plenário)

Assembléia Geral

Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 1987.

ADUFRJ REPUDIA ELEIÇÕES IRREGULARES

Em novembro de 1987, a Reitoria da UFRJ convocou eleições para Representante dos Professores Assistentes no Conselho Universitário, cargo que estava vago desde maio de 1987. As eleições formais (escolha dos delegados eleitores de unidades e centros) deveriam transcorrer paralelamente às eleições diretas, sob responsabilidade dos decanos e diretores das unidades, nos dias 25 e 26 de novembro.

No dia 25 de novembro, a ADUFRJ tomou conhecimento de que nas quatro unidades do Centro de Letras e Artes (CLA) e em outras unidades dispersas, as eleições não estavam se realizando, por deliberação de seus diretores e, no caso do CLA, por decisão conjunta decania-direção. Informado de tal situação pela ADUFRJ, o Sr. Reitor garantiu, no dia 26, a realização de eleições complementares nessas unidades.

Contudo, dias depois, a Reitoria considerou concluído o processo eleitoral, apesar de ter sido incompleto. Não foram abertas urnas no Instituto de Geociências e no Observatório do Valongo (CCMN); em nenhuma unidade do CLA; no Instituto de Psicologia, Escola de Comunicação, Faculdade de Serviço Social (CFCH); na Faculdade de Direito, Faculdade de Economia e Administração e Instituto de Economia Industrial (CCJE). Não foram realizadas eleições diretas (só houve eleição para delegados eleitores) na Coppead e no Pur (CCJE) e na Escola de Enfermagem Ana Neri (CCS). No CT, a urna não foi colocada nas unidades, apenas uma na decania; no CFCH, a lista de votação do IFCS não foi divulgada até hoje (há notícias de que a lista teria desaparecido) e não há ata da eleição direta na Faculdade de Educação.

No dia 1.º de dezembro, houve uma reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva que deliberou, por proposta do Reitor e do Vice-Reitor, encaminhar ao Conselho Universitário o encerramento das eleições. Com base nesses fatos, os Professores Assistentes reuniram-se com os cinco candidatos, no dia 9 de dezembro. Apurou-se que vários professores da Faculdade de Letras e da Escola de Música, na tentativa de votar, receberam a informação de que a decania considerava impossível a abertura de urnas devido à greve dos funcionários. Constatou-se, nessa reunião, que cerca de 35 por cento dos Professores Assistentes haviam sido, portanto, impedidos de exercer seu direito de voto e que, mesmo nas unidades em que as eleições foram realizadas, havia diversas irregularidades. Deliberou-se, então, pela solicitação ao Conselho Universitário da anulação das eleições diretas e realização de novas eleições em março de 1988.

No entanto, o Conselho Universitário, mesmo informado das irregularidades através da ADUFRJ e dos Professores Assistentes, decidiu, com 21 votos a favor e seis contra, pela homologação dos resultados, com base na conclusão de que o processo eleitoral transcorreu regularmente e sem qualquer impedimento para que os professores votassem. As argumentações apresentadas pela ADUFRJ e pelos Professores Assistentes foram ignoradas.

O Reitor convocou, então, para o dia 12 de janeiro de 1988, a reunião dos delegados eleitores para a eleição formal. Até esta data, nenhum resultado oficial da eleição direta havia sido divulgado, apesar de solicitado por delegados eleitores em

Centros.

No dia 7 de janeiro, a diretoria da ADUFRJ dirigiu-se à Reitoria solicitando cópias das atas das eleições nas Unidades. Uma parte foi entregue e o resultado geral, calculado pela Reitoria, foi apresentado.

Ao ler as atas, a ADUFRJ verificou que a cédula eleitoral utilizada nas eleições diretas não foi única: no CCMN e no CT, os professores Assistentes votaram em um único nome; no Museu Nacional, votaram para representante e suplente; no IFCS, na cédula em branco, os professores votaram, alguns, em um nome; outros, em dois. No CCS, havia Unidades em que os professores votaram em apenas um nome; outras em que votaram em representante e suplente e houve ainda votos em dois nomes indistintamente.

Na reunião do Colégio Eleitoral, os delegados eleitores do CCMN, do CT e do Fórum de Ciência e Cultura, tentando seguir o compromisso de eleger o candidato mais votado, pediram à Reitoria o resultado oficial da eleição direta. Surpreendentemente, os votos das cédulas diferentes foram reunidos como se fossem iguais. A Reitoria somou indistintamente os votos em um nome, votos para representantes, votos para suplente e os votos em dois nomes. O diretores da ADUFRJ e os delegados eleitores citados protestaram e questionaram a legitimidade e legalidade desse processo eleitoral.

Apesar disso, após quatro horas de reunião, o Reitor procedeu à votação, na qual sete delegados eleitores, entre os dez presentes, recusaram-se a votar: os representantes do CT (Erickson Almendra e Jorge dos Santos Pereira); do CCMN (Marta Barroso e Maria Antonieta); do Fórum (Índia Maria Borba e Denise Pamplona) e uma das delegadas do CFCH (Léa Sholl da Cruz Pereira). Outros três delegados eleitores votaram: Déia Maria Ferreira dos Santos, além de delegada, candidata, Eliezer Israel Benchimol (CCS), além de delegado, candidato, e Zuleide Faria de Melo (IFCS). O resultado da eleição foi de três votos para a Profª Déia Maria Ferreira dos Santos, como Representante dos Professores Assistentes no Conselho Universitário, e três votos para o Prof. Eliezer Israel Benchimol, para suplente.

A ADUFRJ vem apresentar aos colegas seu repúdio ao comportamento da Reitoria, que validou um processo eleitoral em que:

- não foi garantido o direito de voto a todos os docentes;
- não houve cédula única nem comissão eleitoral;
- a contagem dos votos foi feita de forma nitidamente irregular e
- as irregularidades apontadas foram totalmente ignoradas.

Finalmente, a ADUFRJ lamenta que dois colegas tenham aceito uma "representação", fruto de processo eleitoral tão deplorável e com o repúdio de tantos docentes. Abre-se um precedente muito sério para a Reitoria, que tinha, como compromisso básico de campanha, a democracia. E democracia não significa simplesmente a realização de eleições. As eleições precisam ser honestas e o direito de voto deve ser garantido.

Novas eleições estão por vir. Se não estivermos alertas, os fatos ocorridos na eleição para Representante dos Professores Assistentes podem se repetir, desmoralizando toda a luta que levamos por tanto tempo em defesa de uma Universidade verdadeiramente democrática.

O salário Docente em vigor

Em abril/87, o movimento docente conquistou um novo plano para a carreira do Magistério Superior e a tabela salarial, atualmente em vigor, que é calculada a partir de um salário base (SB) referente ao salário de Professor Auxiliar 1, em regime de 20 horas semanais de trabalho.

TABELA 1: PROFESSORES DE 20 HORAS SEM TITULAÇÃO

CATEGORIA	NÍVEL	SALÁRIO
Prof. AUXILIAR	1	AUX1 = SB
Prof. AUXILIAR	2	AUX2 = 1,04 AUX1
Prof. AUXILIAR	3	AUX3 = 1,04 AUX2
Prof. AUXILIAR	4	AUX4 = 1,04 AUX3
Prof. ASSISTENTE	1	ASS1 = 1,10 AUX4
Prof. ASSISTENTE	2	ASS2 = 1,04 ASS1
Prof. ASSISTENTE	3	ASS3 = 1,04 ASS2
Prof. ASSISTENTE	4	ASS4 = 1,04 ASS3
Prof. ADJUNTO	1	ADJ1 = 1,10 ASS4
Prof. ADJUNTO	2	ADJ2 = 1,04 ADJ1
Prof. ADJUNTO	3	ADJ3 = 1,04 ADJ2
Prof. ADJUNTO	4	ADJ4 = 1,04 ADJ3
Prof. TITULAR	—	TIT = 1,25 ADJ4

* Para os docentes com dedicação exclusiva, o salário de 20 horas deve ser multiplicado por 2, depois pelo percentual da titulação, quando existir, e, finalmente, calcular a DE de 40%.

A tabela reivindicada pelo movimento docente, através da Andes, tem a seguinte configuração:

TABELA 2: PROFESSOR 20 HORAS

CATEGORIA	NÍVEL	SALÁRIO BASE
Prof. Auxiliar	1	Aux1 = SB
Prof. Auxiliar 2	2	Aux2 = 1,05 Aux1
Prof. Auxiliar 3	3	Aux3 = 1,05 Aux2
Prof. Auxiliar	4	Aux4 = 1,05 Aux3
Prof. Assistente	1	Ass1 = 1,10 Aux4
Prof. Assistente 2	2	Ass2 = 1,05 Ass1
Prof. Assistente	3	Ass3 = 1,05 Ass2
Prof. Assistente	4	Ass4 = 1,05 Ass3
Prof. Adjunto	1	Adj1 = 1,10 Ass4
Prof. Adjunto	2	Adj2 = 1,05 Adj1
Prof. Adjunto	3	Adj3 = 1,05 Adj2
Prof. Adjunto	4	Adj4 = 1,05 Adj3
Prof. Titular		Tit = 1,27 Adj4

* Para os docentes com dedicação exclusiva, o salário de 20 horas deve ser multiplicado por 2, depois pelo percentual da titulação, quando existir, e, finalmente, calcular a DE de 40%.

Vale lembrar que o governo retirou, quando do pagamento do salário, após a aprovação da lei que deu a isonomia, o percentual de 20% por nível superior, alegando que estava embutido na nova tabela de salário. A partir de outubro/87, quando nosso salário estava em pleno declínio, o governo concedeu uma gratificação de 20%, que é calculada sobre o valor

do salário ou vencimento, conforme a lei da isonomia: 2 X (salário base + Titulação + DE) Salário base + Titulação (para professores em regime de 20 horas). Para maiores esclarecimentos estão mostrados os valores básicos para Professor Auxiliar 1 com regime de 20 horas de trabalho:

TABELA 3:

	SALÁRIO BASE	MÊS	ANO
Prof. AUXILIAR 1	7.600,00	ABR	87
Prof. AUXILIAR 1	9.120,00	MAI	87
Prof. AUXILIAR 1	10.944,00	JUN	87
Prof. AUXILIAR 1	10.944,00	JUL	87
Prof. AUXILIAR 1	10.944,00	AGO	87
Prof. AUXILIAR 1	11.784,50	SET	87
Prof. AUXILIAR 1	12.689,55	OUT	87
Prof. AUXILIAR 1	13.664,11	NOV	87
Prof. AUXILIAR 1	15.307,86	DEZ	87
Prof. AUXILIAR 1	19.153,19	JAN	88
Prof. AUXILIAR 1	20.913,36	FEV	88
Prof. AUXILIAR 1	24.299,23 (*)	MAR	88

(*)valor calculado a partir da consideração da URP de 16,19%

NOTA À IMPRENSA

PRESIDENTE DA ANDES

A Andes, representando cinquenta mil docentes da rede federal de ensino superior, vem a público para condenar qualquer alteração na política salarial que venha a aprofundar o arrocho dos funcionários públicos federais. Somos contra, neste momento, à retirada da URP. Não aceitamos que, sob orientação do FMI, o governo queira reduzir seu déficit, massacrando salarialmente os servidores da União. O déficit público foi contraído à revelia dos trabalhadores, através de uma política econômica desastrosa que desvia recursos públicos abundantes para socorrer empresas privadas falidas, para clientelismo político e para obras desnecessárias como a ferrovia norte-sul e usinas atômicas obsoletas e ineficientes, como Angra. Os professores universitários querem trabalhar em paz. Ensino e produção de saber fazem-se com condições dignas de trabalho. No entanto, não ficaremos apáticos enquanto parte considerável dos nossos salários são usurpados. Se preciso for, iremos à greve em defesa da Universidade Pública Brasileira.

Prof. Newton Lima Neto
Presidente da Andes

TABELA 4:

PROFESSORES 20 HORAS SEM TITULAÇÃO				
CATEGORIA	AUXILIAR	ASSISTENTE	ADJUNTO	TITULAR
1	1.000000	1.2373504	1.531.0360	
2	1.040000	1.2868444	1.5922775	
3	1.081600	1.3383182	1.6559686	
4	1.1248640	1.3918509	1.7222073	2.1527591
PROFESSORES EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA SEM TITULAÇÃO				
1	2.800000	3.4645811	4.2869008	
2	2.912000	3.6031644	4.4583769	
3	3.0284800	3.7472909	4.6367119	
4	3.1496192	3.8971826	4.8221804	6.0277255
PROFESSORES EM 20 HORAS COM TITULAÇÃO DE MESTRADO				
1	1.150000	1.4229530	1.7606914	
2	1.196000	1.4798711	1.8311191	
3	1.2438400	1.5390659	1.9043638	
4	1.2935936	1.6006286	1.9805384	2.4756730
PROFESSORES EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA COM TITULAÇÃO DE MESTRADO				
1	3.220000	3.9842683	4.9299360	
2	3.3488000	4.1436390	5.1271334	
3	3.4827520	4.3093846	5.3322187	
4	3.6220621	4.4817600	5.5455075	6.9318844
PROFESSORES 20 HORAS COM TITULAÇÃO DE DOUTORADO				
1	1.250000	1.5466880	1.9137950	
2	1.300000	1.6085555	1.9903468	
3	1.352000	1.6728977	2.0699607	
4	1.4060800	1.7398137	2.1527591	2.6909489
PROFESSORES EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA COM TITULAÇÃO DE DOUTORADO				
1	3.500000	4.3307264	6.0277255	
2	3.640000	4.5039555	5.5729711	
3	3.7856000	4.6841137	5.7958899	
4	3.9370240	4.8714782	6.0277255	7.5346569

* Para conferir seu salário, multiplique o valor da coluna de sua categoria pelo salário do mês referente da tabela 4 e calcule o quinquênio e os 20% de gratificação sobre esse valor.

EDITORIAL

Universidades, funcionários públicos e estatais unidos contra o pacote

A luta contra mais este pacote do governo não é só da Universidade. É uma luta conjunta de todos os funcionários públicos e dos trabalhadores das estatais para reverter a política de arrocho salarial, acentuada pelos recentes decretos.

A implantação do plano de isonomia, que unificou a carreira docente das Universidades Federais, deu um passo em direção à valorização do mérito acadêmico - mestrado e doutorado -, estimulou a dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa e definiu como data-base para o reajuste salarial o mês de março. Estas conquistas devem-se sobretudo à longa luta das associações de docentes e da Andes. Em março, após negociação com o MEC desde o ano passado, conseguimos o reajuste de 49,8% que, apesar de não ter coberto as perdas salariais bem maiores ao longo de 87, recompôs, em parte, o valor aquisitivo dos salários. Ainda nesta campanha, já nos preparávamos para o congelamento que o governo vinha anunciando, encaminhando, inclusive, por deliberação de Assembléia Geral, pedido aos colegiados da UFRJ para que se manifestassem publicamente.

O pacote chegou e trouxe, além do congelamento salarial que nos retira cerca de 30%, uma série de investidas contra as Universidades Federais. O pacote atinge frontalmente a Universidade Pública Brasileira: rebaixa salários de professores e funcionários; incentiva a evasão de seus quadros mais qualificados através de demissões e aposentadorias voluntárias (titulados com experiência suficiente podem deixar a produção de conhecimento e a formação de pessoal para servirem às em-

presas privadas como técnicos); proíbe qualquer contratação ou substituição no corpo docente e de funcionários técnicos-administrativos; e intervém mais ainda em sua autonomia extinguindo fundações.

Saindo do âmbito da Universidade Federal, encontramos no pacote a investida contra todo o serviço público federal, apontando para o processo de privatização, a que temos arduamente resistido.

Diante deste quadro, a Assembléia Geral da ADUFRJ, realizada no dia 12 de abril, decidiu pela paralisação no dia 13 de abril - Dia Nacional de Protesto - juntando-se, assim, aos servidores públicos e funcionários das estatais. Decidiu também apoiar o indicativo de greve conjunta de todas estas categorias. Desta forma, os docentes mostram que não aceitarão passivamente a arbitrariedade deste governo ilegítimo. A Andes e os representantes das associações de docentes reunidos em Brasília no dia 13 de abril unificaram a proposta de greve conjunta para o dia 27 de abril. Porém, na reunião nacional dos servidores públicos e funcionários das estatais, a proposta vencedora, foi a de uma greve conjunta nos dias 3 e 4 de maio.

Só fortalecendo as categorias é que conseguiremos unificar todas as forças no sentido de derrubar este pacote.

Compareça às assembleias da ADUFRJ e às manifestações dos servidores públicos e trabalhadores das estatais.

Divulgamos neste Boletim Especial alguns artigos de respeitados economistas, professores e jornalistas, publicados em diferentes jornais, como apoio às análises dos colegas.

3

Décio Garcia Munhoz

Finanças públicas, entre a farsa e a comédia

7

Antônio Cláudio Sochaczewski

Comenta sobre a contabilidade da quitanda

A CPI da educação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação foi instalada em 6 de abril, no Congresso Nacional. Proposta pela ANDES e solicitada pelo deputado federal Hermes Zanetti (PMDB-RS), a CPI deve investigar como estão sendo aplicados os recursos da Lei Calmon e apurar irregularidades no uso das verbas públicas na área da Educação. É uma vitória do movimento docente que pressionou junto aos deputados e partidos políticos. No dia 19 de abril, a ANDES prestou o primeiro depoimento na Comissão, cujo presidente é o deputado Hermes Zanetti.

Desacertos do governo e prejuízo dos trabalhadores

Décio Garcia Munhoz

Não teria sentido falar-se simplesmente na eliminação da URP para cálculo dos reajustes salariais, pretendendo assim um pseudo-reequilíbrio da economia. Afinal é preciso ter em conta que a rapidez com que a inflação se acelera deve-se ao fato de que a URP que inicialmente deveria servir para corrigir preços e salários - foi desde logo abandonada como elemento de orientação para os preços, que assim ficaram praticamente livres. Donde surpreende que agora se pretenda abandonar a URP também para os salários, mas com objetivos exatamente opostos, ou seja, para congelamento dos salários.

“A discussão que se deveria fazer quanto à URP é que se tornam insuportáveis para os assalariados as perdas de poder de compra, mesmo com os reajustes pela URP.”

A discussão que se deveria fazer quanto à URP é que tornam-se insuportáveis para os assalariados as perdas de poder de compra mesmo com os reajustes pela URP. Quem tenha tido dissídio em setembro último, por exemplo, obteve reajustes mensais (à base da URP) acumulando um aumento da ordem de 49,4% no semestre findo em fevereiro, enquanto o índice correto de preços que deveria ser utilizado o INPC (do IBGE, e que coleta os preços entre 1 e 31 de cada mês) - registra 122,4% de aumento no mesmo período (e mesmo o índice “biônico” do mesmo IBGE, com preços coletados até o dia 15 do mês - o IPC oficial -, cresceu em 104,2%). O que se constata é uma perda de salário real de aproximadamente 34% em seis meses - ainda que aplicada a URP - exigindo um reajuste próximo de 50% agora em março, apenas para voltar-se aos níveis de seis meses antes. O que, evidentemente, não elimina todas as perdas que os assalariados sofreram em cada um dos me-

ses, de setembro a fevereiro, reduzindo o poder de compra face ao empobrecimento que a política monetária impõe aos grupos indefesos.

“O valor real dos salários é rebaixado em aproximadamente 34% em seis meses, ainda que aplicada a URP. Em março, teria sido necessário um reajuste de 50% apenas para voltar-se aos níveis de setembro de 87.”

Pretender-se, por outro lado, reequilibrar as finanças do governo a partir de novas reduções nos salários do funcionalismo público é ridículo. Afinal, os dados do próprio Ministério da Fazenda (ver tabela na “Gazeta Mercantil” de 14/01/88) indicam que os salários ficaram em 27,2% das receitas do Tesouro em 1987. E mesmo com os reajustes recentes, especialmente de outubro de 1987 e janeiro de 1988, a política salarial, com as URPs, deverá provocar novas perdas salariais, e possivelmente a participação dos salários da administração direta da União fique, em 1988, abaixo dos 27,2% do ano anterior.

O que é inadmissível é ver repassar monotonamente o mesmo filme, já descolorido, da época da ditadura e que praticamente todos os ministros da área econômica, mesmo na Nova República, repisaram, pretendendo jogar nos ombros das estatais e do funcionalismo a responsabilidade pelos desacertos na gestão financeira do Estado. É sintomático que os dados que o governo deveria oferecer à sociedade, para uma análise imparcial, ou são omitidos (como no caso dos supostos déficits das estatais), ou são falseados (como no caso da participação dos salários nas despesas e no crescimento da dívida pública).

Fundamental é a nação saber o que vem ocor-

rendo com as finanças públicas em função da especulação financeira alimentada, especialmente a partir de 1981, pela política monetária e pela política de giro dos papéis do governo. É o que se procura demonstrar a tabela a seguir, com base nos dados do Tesouro e nos balanços do Banco Central.

É exatamente isso. Os encargos financeiros da dívida mobiliária, pagos pelo Banco Central ou contabilizados (correção monetária) sobre o valor dos títulos, crescem incontrolavelmente, e estão correspondendo a algo como sete vezes a folha de salários!

E é importante notar que além de tais encargos existem outros, até agora pendentes de contabilização correta nos registros do Banco Central. E tais acertos, que deverão ser feitos agora, vão obrigar, certamente, a emitir milhões de novos papéis da dívida pública!

“O que é inadmissível é ver repassar o mesmo filme da época da ditadura, em que se joga sobre os ombros das estatais e do funcionalismo a responsabilidade pelos desacertos na gestão financeira do Estado.”

Omitir a fonte de todos os problemas é um desserviço à nação. Falar-se em dispensa de pessoal para resolver os desequilíbrios é muito mais um desrespeito à sociedade, ao Congresso, ao presidente da República.

O que não se pode aceitar é que o país fique sob risco permanente das loucuras monetaristas. E muito menos que tais loucuras decorram de compromissos assumidos com o FMI, indevidamente em nome da nação. Afinal, como desconhecer que tais programas econômicos estejam destruindo vários países,

e especialmente a Argentina e o México? Discutir a política salarial, e a política econômica de modo geral, é necessário. Mas é de extrema importância que se faça um lembrete, uma advertência. A economia foi desestabilizada pela política monetária pós-Cruzado, com brutal transferência adicional de rendas para as instituições financeiras e para os aplicadores, em um montante em torno de US\$ 25 bilhões anuais.

“Os dados que o governo deveria oferecer à sociedade ou são omitidos (como no caso dos supostos déficits das estatais) ou são falseados (como no caso da participação dos salários no crescimento da dívida pública.”

Com isso, o país marcha para uma incontrolável explosão inflacionária. Donde deve-se desde logo admitir a inevitabilidade de um novo plano de estabilização, que segundo entendemos terá de ser assemelhado ao próprio Plano Cruzado, mas sem as ilusões do congelamento de preços ou da inflação “zero”. Desconhecemos, por outro lado, a possibilidade de redução dos encargos financeiros que sufocam o setor produtivo e desestruturam a economia, com formas alternativas que não sejam um novo programa não ortodoxo de estabilização. E essa parece ser a verdadeira questão a ser discutida na busca de uma saída para o impasse atual.

Décio Garcia Munhoz, 53, economista, é professor de Economia Internacional na Universidade de Brasília (UnB) e foi presidente do Conselho Federal de Economia.

Folha de São Paulo sábado, 5/3/1988

EXPEDIENTE

Boletim da ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, bloco D — sala 200 telefone: 590-4799 ou 280-9322 ranal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária — CEP 21.944 — Caixa Postal 68.531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.005/0001/51.
Edição e Redação: Edwiges Rego
Reg. Prof. n.º 19.150
Fotografia: Amauri Alves
Diagramação: Jurandir da Conceição Santos
Composição: WJ Fotocomposição 273-5115
Impressão: Jornal dos Sports

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Murillo Mendes Guimarães
Vice-Presidente: Alexandre Magalhães Silveira
2.º Vice-Presidente: Pedro A. P. Vieira
1.º Secretário: José Luciano S. Menezes
2.º Secretário: Maria Lúcia Pimentel
1.º Tesoureiro: Isabel Cristina F. da Cruz
2.º Tesoureiro: Nelson F. Fernandes

REPRESENTANTES NO CONSELHO

CCMN

Instituto de Física
José Antônio Martins Simões e Fidalvo Cardoso dos Santos (representantes); Odair Dias Gonçalves e Raphael de Haro Junior (suplentes).

Instituto de Geociências
Maria da Glória Pires de Carvalho e Isimar de Azevedo Santos (representantes)

Instituto de Matemática
Sem conselheiro

Instituto de Química
Sem Conselheiro

Observatório do Valongo
José Augusto Buarque de Nazareth (representante) e Lilia Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Sem conselheiro

Escola de Belas-Artes
Sem conselheiro

Faculdade de Letras
Maria Cristina Rigoni Costa, Vera Cristina Rodrigues Feitosa e Renata Gérard Bondim (representantes); Godofredo de Oliveira Neto e Jandyra Gonçalves Figueiredo (suplente)

Escola de Música

Léo Affonso de Moraes Soares (representante); Vanda Lima Bellard Freire, Regina Maria Meirelles Santos e Neusa Gomes Nunes (suplentes)

CFCH

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão e Marcelo Macedo Corrêa e Castro (representantes)

Escola de Comunicação

Kátia Maria de Carvalho Silva (representante) e Geir Nuffer Campos (suplente)

Escola de Serviço Social

Lilia Lopes Guimarães (representante) e Dayse de Paula Marques da Silva (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Sem Conselheiro

Instituto de Psicologia

Sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Ionilde Maria de Azevedo (representante); Eliane de Azevedo Takche e Paulo Baltazar (suplentes)

CCJE

Faculdade de Direito

Sem conselheiro

Faculdade de Economia e Administração

Josué de Souza Almeida (representante) e Almir Pita Freitas Filho (suplente)

CCS

Instituto de Ciências Biomédicas

Sem Conselheiro

Escola de Enfermagem

Sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Marta Côrtes Duarte (representante) e Hélio de Mattos Alves (suplente)

Faculdade de Medicina

Leticia Legay Vermelho, Aldo Franklin Ferreira Reis, Diana Maul de Carvalho (representantes); Fernando Sergio Viana Martins e Susie Andries Nogueira (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Sem conselheiro

Instituto de Nutrição

Elizabeth Accioly (suplente)

Faculdade de Odontologia

José Monteiro Neto (representante) e Francisco Jeter Ribeiro (suplente)

Instituto de Biologia

Sem conselheiro

Escola de Educação Física e Desportos

Alexandre Moraes de Mello (representante) e Eleonora Gabriel (suplente)

Instituto de Biofísica

Sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Ferreira da S. Filho (representante) e Ceres El-Jaick Andrade (suplente)

Instituto de Pediatria

Arido Pereira Franco da Fonseca (representante) e Peter Abram Liquornik (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Ezemar Marques de Andrade (representante) e Aunir José Carneiro (suplente)

NUTES

Antônio Filomeno (representante) e Eliane Brigida de Moraes Falcão (suplente)

NPPN

Sem Conselheiro

CT

Escola de Engenharia

Henrique Inneco Longo (representante) e Theophilo B. Ottoni Filho (suplente)

Escola de Química

Sem conselheiro

COPPE

Sem Conselheiro

Instituto de Macromoléculas

Esperanza A. V. R. Ribeiro (representante) e Bettina A. L. Calafate (suplente)

FORUM

Museu Nacional

India Maria Borba Moreira (representante) e Denise Pamplona Carvalho (suplente)

Finanças públicas, entre a farsa e a comédia

Décio Garcia Munhoz

Depois de longa expectativa, finalmente veio à luz o novo pacote, que, guardando semelhança com tantos outros que a tecnocracia vem impondo ao país desde muito tempo, preserva a característica de não tocar nas questões essenciais. Diferentemente, ao se utilizar as empresas estatais e o funcionalismo como “bodes expiatórios”, confessou o governo que pretende continuar desconhecendo que o único problema realmente existente, na área das finanças públicas, são os encargos financeiros que a agiotagem promovida pelo Banco Central com os títulos públicos acarreta ao Tesouro. É a velha ciranda financeira - a famosa loteria de ganhadores certos e perdedor eleito - o Tesouro, ou melhor, todos nós. O governo faz uma confusão proposital na questão das estatais, considerando déficits quaisquer investimentos que não sejam integralmente cobertos com recursos das próprias empresas. Ora, isso não existe, pois do contrário não haveria sistema financeiro e nem poupanças das famílias. E se esse critério for mantido, haverá quase que total paralisia de investimentos nas áreas vitais, básicas, da infra-estrutura econômica - rodovias, ferrovias, eletricidade, petróleo, portos, transportes urbanos, habitação, saneamento, telecomunicações etc. Afinal, não se pode esquecer que o absurdo conceito de déficit público introduzido pelo FMI em 1983 tinha o fim exclusivo de provocar um mergulho recessivo, visando forçar exportações que produzissem dólares para pagamentos dos juros da dívida. E qual o sentido de repetir um dramático e perverso processo de ajustamento externo, se o país vem fazendo os saldos comerciais necessários para cobertura dos juros?

“O que se vem fazendo no sentido de desmoralizar as empresas estatais constitui um crime de lesa-pátria e ainda vai custar muito ao país.”

O que se vem fazendo no sentido de desmoralizar as empresas estatais, e de paralisar investimentos estratégicos, constitui um crime de lesa-pátria e ainda vai custar muito ao país e especialmente aos empresários privados - que, adotando uma postura ideológica estúpida, aplaudem ingenuamente medidas que tecnocratas despreparados, ou simplesmente desenformados, adotam exatamente para obter apoio de determinadas lideranças locais e de instituições internacionais descompromissadas com o futuro do país.

Afinal, por que o governo nunca publicou a lista das estatais que contribuem para os tais déficits públicos, indicando o valor e origens dos déficits? Simplesmente porque a farsa - ou a comédia - ficaria a nu.

O ORÇAMENTO FISCAL

Quanto à questão do Orçamento Fiscal da União, outro núcleo de desinformação, nada existe de alarmante. O ano de 1987 fechou

praticamente equilibrado (déficit de Cz\$ 40,0 bilhões para um valor global de Cz\$ 1,27 trilhão de receitas correntes); as despesas de pessoal representaram 31,0% de tais receitas (que não incluem o Fundo Nacional de Desenvolvimento), situando-se em níveis próximos aos registrados ao longo da década - salvo, evidentemente, os anos de brutal arrocho salarial (1983 e 1984), que não podem ser aceitos como base para uma comparação séria; e ainda por luxo o Tesouro deixou com o Banco Central de presente em 1987, Cz\$ 175,0 bilhões de dinheiro emitido no ano. Donde se conclui que o Tesouro teve, de fato, um amplo superávit - desde que se admita o lógico, que dinheiro emitido (para que a economia possa funcionar) é da nação, não do Banco Central.

“O governo nunca publicou a lista das estatais que contribuem para os tais déficits públicos, indicando o valor e origem dos déficits. A farsa ou a comédia - ficaria a nu.”

As contas catastróficas que o Ministério da Fazenda vem apresentando à nação - enquanto sobram Cz\$ 400,0 bilhões no seu caixa - decorrem apenas de que os computadores do Ministério foram instruídos para aplicar URP nos salários, mas com inflação decaindo a cada mês, fechando o ano com 246,0%; a resposta dos computadores foi lógica, precisa, indicando que em tais circunstâncias estouraria tudo. O resultado, porém, teria sido exatamente contrário caso se assumisse inflação crescente, como o governo está fazendo para recalcular o Orçamento, ao considerar 600,0% de crescimento nos preços até dezembro. Por que, afinal, dois critérios diametralmente opostos?

Outra pergunta que qualquer pessoa poderia fazer: se está tudo bem, por que, então, estão estourando as verbas de pessoal de todos os Ministérios, como advertiram os ministros da área econômica? Ora deve-se responder - simplesmente porque o orçamento fiscal levado ao Congresso, e que registra tais verbas, revela uma inflação de aproximadamente 55,0% sobre o orçamento executado no ano passado (respectivamente Cz\$ 1,99 trilhão e Cz\$ 1,27 trilhão), e esse aumento de preços já foi registrado apenas nos três primeiros meses do ano. É por isso que as receitas do governo também vêm tendo um aumento explosivo, muito acima do previsto.

OS VERDADEIROS ROMBOS

O que existe de anormal nas finanças públicas é o custo financeiro da dívida, que cresce incontrolavelmente desde 1981, quando a ciranda financeira foi espetacularmente introduzida no país. Foi assim que uma dívida mobiliária de US\$ 10,0 bilhões saltou para US\$100,0 bilhões ao final de 1987 - porém agora com novos com-

ponentes além da dívida representada por papéis do governo, o que não vem sendo divulgado. E é surpreendente que o ministro da Fazenda não conheça essa realidade e o presidente do Banco Central conheceria? - em que a dívida mobiliária é apenas parte da história, devendo-se somar vultosas despesas financeiras que o Banco Central mantém pendentes de cobertura em sua contabilidade - um assunto sobre o qual já publicamos dezenas e dezenas de textos acadêmicos e artigos em jornais. E além dessa dívida as autoridades não deveriam esquecer que até o final de 1987 havia um grande número de OTNs registradas apenas com correção monetária, enquanto terão de ser resgatadas (e estão agora sendo resgatadas) pela correção cambial, com considerável aumento de custos.

Se o nível de desinformação sobre a real situação das finanças públicas é tão acentuado, o governo não deveria ter assumido quaisquer novas medidas para conter os supostos déficits. Até que conseguisse obter e fornecer à nação absoluta transparência sobre a “caixa preta” que é ainda hoje o resultado da gestão financeira Banco Central/Tesouro Nacional. Afinal, a nação precisa não só saber sobre a situação de absoluto descontrole das finanças governamentais mas especialmente as origens verdadeiras de um quadro caótico, e que requer remédios outros, específicos, e não necessariamente amargos, mas cujo encaminhamento terá de ser feito politicamente, à busca de uma solução que não desorganize ainda mais o país.

“Algumas perguntas permanecem no ar: onde estão os bilhões do caixa do Tesouro e das emissões em 86 e 87?”

Mas para que ninguém venha a dizer que estamos exagerando quanto ao absoluto descontrole das finanças públicas, é bom prestar uma última informação:

a) o Banco Central vendeu a mais, em 1987, perto de Cz\$ 400,0 bilhões em títulos públicos - sobrando na caixa do Tesouro Cz\$ 360,0 bilhões em 31 de dezembro, conforme demonstrativos pormenorizados liberados pelo Ministério da Fazenda, publicados na imprensa dia 14 de janeiro (e como se pode dizer agora que o governo não tem dinheiro em caixa? Outra mera fantasia);

b) essa venda desnecessária de papéis que superou Cz\$ 400,0 bilhões ao final de fevereiro último - está trazendo um encargo financeiro extra, ao Tesouro, de aproximadamente Cz\$ 80,0 bilhões por mês (Cz\$ 100,0 bilhões em março)! Ou um valor equivalente a toda a folha de pagamento do pessoal civil e militar! E tais encargos extras apenas em janeiro/março superaram largamente a toda a economia que o governo deverá fazer em 1988 com o



não pagamento da URP em abril/maio em valores atuais, algo como duzentos bilhões de cruzados.

“O custo financeiro da dívida cresce incontrolavelmente desde 1981, quando a ciranda financeira foi introduzida no país.”

Certo é que algumas perguntas permanecem no ar: onde estão os Cz\$ 400,0 bilhões do caixa do Tesouro? Onde estão os Cz\$ 175,0 bilhões das emissões de 1987? Onde foram os US\$ 5,0 bilhões emitidos (em cruzados, lógico) em 1986? A primeira questão tem resposta, com base em esclarecimentos do próprio governo, publicados na imprensa: o Banco Central, com o dinheiro do Tesouro, em seu poder, adquiriu títulos do próprio governo, no mercado!; o Tesouro tem aumento de custos financeiros e da dívida mobiliária, e o Banco Central “fatura” bilhões a cada mês. Ora, isso significa apenas uma transferência extraordinária, à revelia do Congresso, de Cz\$ 80,01/ Cz\$ 100,0 bilhões mensais para o Banco Central, engordando a “caixa preta”. Somando-se a isso US\$ 30,0 bilhões líquidos, da dívida externa assumida pelo Banco Central, sem autorização legislativa, e com destinação também não autorizada e nem fiscalizada. Enquanto isso, São Paulo ou Mato Grosso necessitam de autorização do Senado se quiserem contratar um empréstimo de mil dólares.

Estas questões merecem uma discussão mais séria. Enquanto isso, temos de resistir para evitar decisões que levem a nação à autodestruição, desorganizando o sistema econômico e pondo em risco a estabilidade das instituições.

DÉCIO GARCIA MUNHOZ, 53, é professor da Economia Internacional na Universidade de Brasília (UNB) e foi presidente do Conselho Federal de Economia.

Folha de São Paulo

A verdade sobre o pacote econômico

O governo federal divulgou, em 7/4/88, um novo pacote econômico, voltado sobretudo para o achatamento dos salários do funcionalismo, afirmando tratar-se de seu ataque eficaz e necessário ao déficit público.

Na verdade, o governo arrocha a folha salarial por outros motivos. Em primeiro lugar, porque não pretende atacar os interesses especulativos de quase todos os grandes capitalistas e empresários que operam pesadamente no mercado financeiro, especialmente com títulos governamentais (sobretudo OTNs); nem pretende cortar os subsídios com que uma enorme gama de empresas privadas se mantêm à base de recursos públicos; nem pretende enfrentar os credores internacionais, deixando de pagar a dívida externa. Com isso, ficam intocados os componentes responsáveis pela gigantesca dimensão e crescimento acelerado do endividamento interno: o financiamento da dívida pública, a dívida externa e os subsídios. O corte nos salários do funcionalismo, atingindo um componente secundário na geração da dívida, não terá efeitos significativos no enfrentamento do déficit. Trata-se, porém, para o governo de obter um desafogo, ainda que limitado e passageiro.

Mas a causa fundamental do arrocho é outra. A política econômica, comandada pelo FMI, está claramente orientada no sentido de reduzir a demanda interior e os custos dos setores exportadores da economia, para com isso elevar as exportações, tornando viável o pagamento da dívida externa. No centro da política econômica está, portanto, o arrocho salarial, com conseqüente recessão econômica.

Sob o pretexto de combater o déficit público, o governo congela os salários do funcionalismo. Mas deixando claras suas verdadeiras intenções, prepara-se para atacar os salários de todos os trabalhadores; eliminando também para eles a URP.

Ao mesmo tempo, para conter a inevitável reação dos trabalhadores, o pacote ameaça com o não pagamento dos dias parados em caso de greve, enquanto cresce rapidamente a repressão aberta contra todos os movimentos reivindicatórios, em escala comparável à vigente nas piores fases do regime militar.

Como uma reafirmação do caráter autoritário não apenas das medidas do pacote, mas também toda a ação global do governo, este mais uma vez recorre ao uso de decretos-lei, mesmo com a constituinte tendo decidido pela eliminação dessa herança da ditadura.

Além disso, como o governo atual coloca em último lugar na sua escala de prioridades a educação, ao lado da saúde, e, como sua política para o ensino superior é acima de tudo privatizante, o pacote eco-



nômico inclui medidas que têm efeitos devastadores sobre as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

ARROCHOSALARIAL

O decreto-lei 2425 congela os salários por dois meses, suspendendo os reajustes pela URP. Supondo-se, com otimismo, uma inflação mensal de 20% em abril e maio, o corte nos salários desde a última data-base (01103/88) atingirá 43%, segundo o índice calculado pelo Dieese. E, como já se viu acima, nada garante que, em junho, o governo não tenha extinto definitivamente a URP.

Além disso, são cortadas pela metade todas as "gratificações" e vantagens pecuniárias de qualquer natureza para os docentes que não se dediquem exclusivamente às IFES em que trabalham. Este fato é ainda mais grave porque esse corte atinge:

- a gratificação de 20%, conquistada a partir de 01/10/87

(D.L. 2365), que o movimento docente sempre lutou e luta para ter incorporada aos salários;

- a partir dos salários dos docentes correspondente aos incentivos a mestrado e doutorado, que a Sedap e a área econômica do governo insistem, contra a letra da legislação, em considerar como gratificações.

CORTEDEPESSOAL

A perda salarial tende a promover a evasão de docentes das IFES para as empresas privadas, agravando o estrangulamento já criado por decretos anteriores (de n.º 95.682 e 95.683), que proibiram a contratação de professores até mesmo para reposi-

ção dos que se aposentam, demitindo-se ou falecem. Esse estímulo à evasão é reforçado por duas outras medidas:

O DL 2424 oferece vantagens pecuniárias para os servidores públicos (com dois ou mais anos de serviço) que se demitam voluntariamente. E em um Projeto de Lei Complementar permite aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço para quem tenha pelo menos dez anos no serviço público. Em ambos os casos, é proibida a substituição dos que se afastem.

O D.L. 2425 impõe ainda o não pagamento dos dias parados em caso de greve, em evidente repressão preventiva aos prováveis movimentos de reação do funcionalismo.

VIOLAÇÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O governo, através de medidas adotadas pelo MEC, a Sedap e a área econômica, vem, desde o ano passado, ferindo cada vez mais a autonomia universitária das IFES: parte dos salários dos docentes (correspondendo aos incentivos a mestrado e doutorado) passou a ser interpretada como gratificação; servidores de outros órgãos governamentais foram lotados em IFES sem concurso público; docentes foram enquadrados como servidores técnico-administrativos e vice-versa; o plano de carreira de docente e servidores vem sendo sucessivamente adulterado, eliminando-se conquistas vitais para as IFES.

Agora, com o pacote econômico, a autonomia universitária é de novo violentamente atingida, ficando as IFES ainda mais limitadas para decidirem quanto ao desenvolvimento de suas atividades particularmente no tocante a seu quadro de pessoal.

Com esse conjunto de medidas, o governo mostra que, conjugadamente com o ataque geral desfechado contra o funcionalismo, ataca, também, drasticamente, o ensino superior público e gratuito, através do estrangulamento das IFES.

As Associações de Docentes das IFES e a ANDES, reunidas na Universidade de Brasília, declaram unanimemente que não se dobrarão frente à ofensiva governamental, que se unem à luta de todo o funcionalismo público federal contra o pacote econômico e que manterão a firme defesa da Universidade Pública e Gratuita.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1988.

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES

Associação dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Estudo conclui que salário não é a principal causa do déficit

Sérgio Léo

Segundo o estudo elaborado do Ministério do Trabalho, foi a crise no setor externo e o uso dos subsídios para sustentação política do governo que aniquilaram a capacidade de poupança do setor público, comprometendo a capacidade de crescimento do país.

BRASÍLIA - O colapso nas contas do Governo é provocado pela crise no setor externo e pelo uso clientelista dos subsídios ao setor privado, e não pelos salários do funcionalismo, segundo estudo concluído esta semana, no Ministério do Trabalho, pelos economistas Sérgio Cutolo e Carlos Alberto Ramos, assessores da Secretaria de Emprego e Salários. Ao contrário do que apregoa a equipe econômica, a crise nas contas do Governo não é nova, nem os salários são os principais responsáveis, afirmam os economistas.

A escolha dos salários do funcionalismo para sofrerem o ajuste "impostergável" obedece a critérios políticos e não técnicos, como fazem crer os economistas do Governo. Segundo o estudo elaborado no Ministério do Trabalho, foi a crise no setor externo e o uso dos subsídios para sustentação política do Governo (uma velha "peculiaridade" brasileira, segundo os economistas) que "aniquilaram" a capacidade de poupança do setor público, comprometendo a capacidade de crescimento do país".

Os gastos correntes com o consumo do Governo têm permanecido estáveis, de acordo com dados do IBGE compilados pelo estudo: as despesas de pessoal têm se mantido em torno de 7% do PIB e o consumo total do Governo (incluindo a compra de bens e serviços) tem ficado em torno de 10% do PIB, abaixo do que eram no início

dos anos 70. Já as despesas com juros da dívida interna e as transferências em subsídios ao setor privado subiram e, em alguns anos, chegaram a triplicarem relação ao início da década de 70.

Sérgio Cutolo e Carlos Alberto lembram que foi a combinação de uma receita de impostos, em ligeira queda nesse período, com um aumento das transferências (juros e subsídios) ao setor privado que reduziu a capacidade de investimentos do Estado brasileiro. A receita líquida do Governo (receita total, excluídas as transferências) passou de 17% do PIB, no começo dos anos 70, para cerca de 7% do PIB nos anos 1984 a 85, com reflexos negativos na poupança e no investimento do setor público.

A poupança do setor público caiu brutalmente a partir de 1973, quando era de 7% do PIB, para chegar a menos de 2% do PIB a partir de 1982. Em 1985, houve um déficit de 0,8% na poupança pública, que só se recuperou, com o Plano Cruzado, em 1986, quando chegou a 2% do PIB.

Para os investimentos, essa dança de números foi nefasta: enquanto nos anos 70 o setor público pôde aumentar os investimentos sem recorrer à poupança privada, nos últimos anos o Governo assistiu à queda em sua capacidade de investir - de 4,4% do PIB em 1970, a capacidade de investimento do setor público chegou a 1,8% em 1983, seu nível mais baixo, e a 2,5% do PIB em 1986.

Despesas Correntes do Governo

(Em % do PIB)

Anos	Pessoal	Bens e Serviços	Total
1970	8,29	3,03	11,2
1970	8,23	2,78	11,01
1972	7,91	2,80	10,71
1973	7,34	3,07	10,41
1974	6,78	2,86	9,74
1975	7,46	3,18	10,64
1976	7,15	3,35	10,54
1977	6,58	2,87	9,45
1978	6,31	2,76	9,67
1979	6,89	2,88	9,77
1980	6,18	2,83	9,01
1981	6,40	2,84	9,124
1982	7,40	3,10	10,50
1983	6,56	3,02	9,58
1984	5,63	2,61	8,24
1985	6,82	2,85	9,70
1986*	7,00	3,00	10,00

Fonte: IBGE

Remuneração média de alguns órgãos públicos

órgãos	remuneração média CZ\$
Ministério da Educação	17.396
Ministério do Interior	40.211
Ministério da Fazenda	82.909
Ministério Público	146.573
Consultoria Geral	146.191
IAA	144.458
ESG	29.267
SUNAB	47.328
Ministério do Trabalho	21.423
Ministério da Marinha	18.708

Fonte: Secretaria de Administração Pública (SEDAP) da Presidência da República.

E nossos atrasados?

2122924UFRJ BR
811068MNECG BR
TLA/MEC/BSB NR. 4776 04/04/88 (TAS)
MAG. REITOR
INFORMAMOS A V.S.A. LIBERAÇÃO RECURSOS PESSOAL
FONTE 000
VALOR CZ\$ 1.194.754.000,00
ORDEM BANCÁRIA N. 1199, 1203
CORDIAIS SAUDAÇÕES
CLEBER CARDOSO RIBEIRO
SECRETARIO/SOF

OS ECONOMISTAS E A URP

O Conselho regional de Economia, o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro associam-se à indignação dos trabalhadores e das forças progressistas do país no repúdio às medidas antidemocráticas e antipopulares de eliminação da URP para funcionários do governo federal e empresas estatais.

Não existe na história do país registro de medida de política salarial tão violenta quanto esta que, num espaço de dois meses, irá extrair mais de 30% dos rendimentos de uma categoria assalariada.

Embora o formato de decreto-lei e as ameaças de repressão e demissão lembrem a ditadura militar, pode-se dizer que nem mesmo o arrocho administrado por Roberto Campos nos anos 60, ou o arrocho de Delfim Neto nos anos 80, de triste memória, tiveram efeitos tão fulminantes sobre uma única categoria como o deste pacote.

Ao invés de extinguir os benefícios dos marajás; eliminar os espaços abertos à corrupção, parar de fazer loteamento político dos cargos públicos, ao invés de realizar a necessária reforma administrativa, o governo golpeia indiscriminadamente sua máquina, aprofundando as distorções que deveria corrigir.

Já atrasado em relação aos compromissos conservadores que em fevereiro abriram caminho, na Constituinte, à confirmação dos cinco anos, e atrasado na necessidade de oferecer provas de rendição ao FMI, o governo Sarney procurou o que considera a linha de menor resistência a medidas de aparência saneadora. Mas o alcance do decreto é obviamente limitado, porque fica muito longe de suavizar a crise financeira do se-

tor público, e não reduz a inflação.

O que as finanças públicas exigem é, essencialmente, rigor e seletividade na concessão de incentivos fiscais e subsídios, expansão da carga tributária sobre o capital, herança e altas rendas e elevação nos preços e tarifas dos bens e serviços que o setor público vende às empresas privadas. E não se deve esquecer que as principais causas da corrosão das finanças públicas são a aceleração inflacionária e a recessão.

Também não se deve ignorar que a relação entre déficit público e inflação é remota. Nossa inflação tem muito mais a ver com um conflito distributivo acirrado e politicamente mal administrado, com a indexação generalizada, e com as expectativas geradas pelo descontrole pós-cruzado do que com o déficit, mesmo porque estamos em plena recessão, situação em que as despesas deficitárias do governo não pressionam a base produtiva e o sistema de preços.

O pacote da URP representa mais um episódio na sucessão de erros de política econômica do governo Sarney e confirma a mediocridade daquele que é um dos piores governos de nossa história. Não buscou as reformas econômicas que o país necessita para enfrentar a pesada herança legada pela ditadura militar, e está virtualmente paralisado pela crise econômica, política e social cujo aprofundamento é de sua responsabilidade. Falta-lhe competência e, sobretudo, legitimidade. E falta ao país eleição presidencial neste ano, para dar credibilidade às ações de governo, e viabilizar uma superação da crise, sob a inspiração do exercício democrático do voto.

DIAS 4, 5 e 6 DE MAIO

Eleição da nova diretoria da ANDES

Eleição para o Conselho de Representantes da ADUFRJ nas unidades que se encontram sem representação

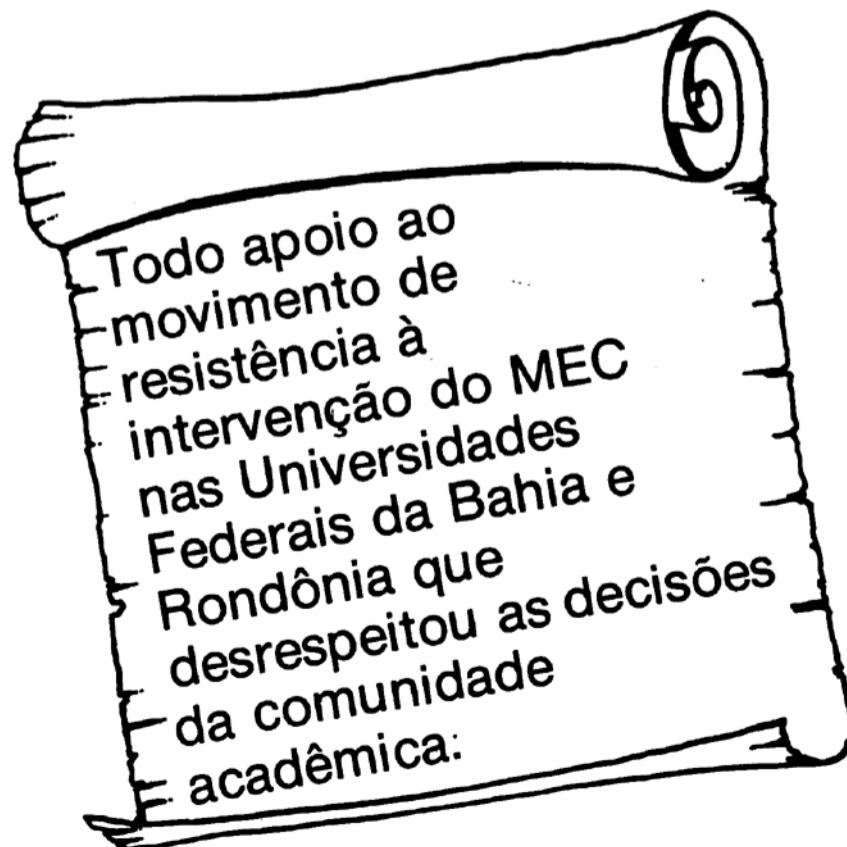
Participe! Fortaleça a ANDES e a ADUFRJ

INFORME

O Jornal do Brasil de 12/04/88 publicou, em duas páginas, o debate JB/MEC - A Universidade em Questão -, com o Ministro da Educação, o secretário da Sesu, o ex-reitor da Universidade de Brasília, Cândido Mendes e outros com uma linha similar de interpretação. Há um ataque global às Instituições Federais de Ensino Superior. A diretoria da ANDES contesta o caráter unilateral do

debate e dos argumentos da matéria e propõe a realização de outro debate e sua publicação no JB com o mesmo destaque. Desta vez, com a participação de todos os lados, inclusive as entidades ANDES, FASUBRA, UNE e CRUB. Uma comissão de professores tão numerosa quanto possível levará ao JB uma nota em nome da ANDES e das ADs. Será proposto também à TV Manchete que

um programa Debate em Manchete seja dedicado à questão da Universidade Pública, com a participação das entidades. A ANDES sugere a outras entidades, como SBPC, FASUBRA, UNE, CRUB, que se manifestem de Ensino Superior. A diretoria da possível levará ao JB uma nota em nome da explicitamente sobre a matéria do JB .



A contabilidade da quitanda

Antonio Claudio Sochaczewski

Depois das tentativas do Plano Cruzado e do Plano Bresser de fazer baixar a inflação através do controle de preços e salários (o que os economistas chamam de política de rendas), a população brasileira assiste, certamente sem compreender, a uma violenta guinada na política econômica em direção à mais pura ortodoxia. De repente, o déficit público passa a ser o grande vilão da história, responsável por todas as mazelas do Brasil. Políticos, empresários, economistas, todos são unânimes em aponta-lo como causador da inflação. Classifica-se esta postura de ortodoxa não com sentido pejorativo, mas porque ela está ligada às mais antigas teorizações a respeito do, processo inflacionário. Certamente esta visão singular é a de mais fácil compreensão pelo grande público. Se o governo tem um déficit, ele é obrigado a emitir; se emite, a maior quantidade de dinheiro em circulação faz os preços subirem. Tudo está explicado, ninguém mais é responsável pela inflação a não ser o Governo na sua voracidade de gastar mais do que arrecada. Os economistas sabem (e com certeza os empresários também) que as causas da inflação são mais complexas, sendo talvez o fenômeno mais complicado a desafiar a ciência econômica contemporânea. Evidentemente não cabe aqui discutir estes pontos polêmicos. Desejo apenas chamar a atenção para algumas confusões que se estabeleceram a partir do diagnóstico ortodoxo e suas conseqüências.

“O argumento de que os gastos de pessoal superam os recursos é rigorosamente falacioso, pois o resultado foi obtido pela forma com que foi montada a conta.”

Muito bem, suponhamos que a principal causa da inflação seja o déficit público. Nas discussões que vêm sendo travadas nos últimos meses entre economistas políticos, empresários, trabalhadores, não existe consenso, nem a respeito de alguns pontos iniciais que deveriam ser acordados para que a análise possa prosperar. Em primeiro lugar, o tamanho do déficit é desconhecido. Usa-se normalmente a proporção do déficit em relação ao PIB como medida de seu tamanho. A cada mês vemos estimativas variarem de 5%, 7% e até 10% do PIB sem que se conheça exatamente como se chegou a cada valor. Em segundo lugar propõe-se sua redução a 3% ou 3,5% do PIB como meta a ser atingida. Nin-

guém se pergunta como se chega a este número, mágico com certeza; por que 7% “é alto” e 3% “é razoável” ninguém sabe, muito menos suas implicações sobre a taxa de inflação. E por último, e não menos importante, o próprio conceito de déficit público é vítima de confusões imensas, misturando-se déficit operacional, nominal, déficit consolidado, necessidade de financiamento, conceito FMI etc. Certamente a grande maioria dos debatedores não entende as sutilezas por trás de cada definição. Por aí pode-se ter uma idéia da trapalhada em que se encontra a discussão.

“A redução do déficit público, na verdade, é uma questão essencialmente política de se definir quem vai pagar a conta.”

Recentemente, o Governo tentou clarear a questão mostrando mensalmente qual a insuficiência de recursos do Tesouro frente às despesas. A conclusão sistemática destes estudos é que as despesas de pessoal excedem às disponibilidades. Aí estaria o âmago do problema: a folha de pessoal é maior do que os recursos disponíveis, daí o déficit, daí a emissão, daí a inflação. A discussão passa a centrar-se exclusivamente de como se deve reduzir a folha, demitir pessoal, extinguir a URP, congelar salários etc. Os números concretos desta insuficiência são difíceis de serem obtidos, não se tem clara a metodologia adotada, a consistência das séries, mas a imprensa tem revelado aqui e ali indícios destes números. Com eles é possível montar um exemplo bem simples quase na linha da contabilidade dos quitandeiros que ao final de cada dia apuram ‘quanto entrou’ ‘quanto saiu’ e ‘quanto ficou’.

Suponhamos que no mês de março passado a receita bruta (isto é, total) do Tesouro tenha sido de Cz\$ 195 bilhões e que os principais itens de despesa sejam Pessoal (50 bilhões), Juros da dívida (40 bilhões), Subsídios (28 bilhões), Transferências a Estados e Municípios (20 bilhões) e Outras Despesas (custeio, investimento etc. 62 bilhões), totalizando Cz\$ 200 bilhões. O Tesouro tem portanto um déficit de Cz\$ 5 bilhões que será coberto ou por emissão ou por novos títulos de dívida (OTN). O Governo tem apresentado estes dados introduzindo o conceito de Receita Líquida Disponível e compa-

rando-a com as despesas de Pessoal. A Receita é líquida no sentido de que descontam todos os itens que não Pessoal. E é disponível exatamente para pagar Pessoal. É tautológico que o “déficit” se manifesta em uma insuficiência para pagar exatamente as despesas de Pessoal. A conta é simples: Receita Bruta (195) menos Juros (40) menos Subsídios (28) menos Transferências (20) menos Outras Despesas (62) = Receita Líquida Disponível (45). Os gastos de Pessoal superam os recursos. Daí toda a gritaria que os gastos com Pessoal representam 111% da Receita Disponível (50 sobre 45).

O argumento é rigorosamente falacioso, pois é fácil perceber que o resultado foi obtido pela forma com que foi montada a conta. De fato, vamos refazer a conta, mas agora definido disponível como aquele montante necessário para pagar, digamos, os Juros da dívida pública. Receita Bruta (195) menos Pessoal (50) menos Subsídios (28) menos Transferências (20) menos Outras Despesas (62) = Receita Líquida Disponível (35) inferior, de novo em 5 bilhões ao montante a pagar de juros (40). Poderíamos agora alardear que o “responsável” pelo déficit público são os juros da dívida, que o sistema financeiro é o vilão da história, que os gastos com juros representam 114% da receita disponível etc. etc.

“O tamanho do déficit é desconhecido. A proporção do déficit em relação ao PIB como medida de seu tamanho varia a cada mês, sem que se conheça exatamente como se chegou a cada valor.”

A mesma conta, evidentemente, pode ser feita escolhendo agora a “vítima” os subsídios e encontraríamos uma disponibilidade de apenas 23 bilhões para a necessidade de pagamento de 28 bilhões. Os vilões, agora, são os empresários. Estarrecedor em sua simplicidade, este é o jogo de contas que tem sido feito na questão do déficit público. Em nome de uma conta armada para resultados pré-selecionados propõe-se a política de redução da folha de pessoal, e o que é pior, silencia-se a respeito dos demais itens que compõem a despesa do Tesouro.

É evidente que se faz necessário ordenar as despesas de pessoal da União,

melhorar a qualificação do servidor, acabar com os funcionários fantasmas etc. e mesmo reduzir a folha. Mas carregar todo o ônus da contenção do déficit em cima do funcionalismo é eticamente injusto, politicamente inviável e, certamente, economicamente irrelevante. O déficit público deve ser atacado honestamente em todas as frentes; isto é, pessoal, subsídios, juros da dívida, e incentivos fiscais que nem aparecem na contabilidade pública (pois é receita não arrecadada). A barragem maciça de informações que se tem feito procurando mostrar a folha de pessoal como única responsável pelo déficit, e em última instância pela inflação, parece querer encobrir os outros “cúmplices” deste processo. São escassos, ou mesmo inexistentes, posicionamentos de empresários e banqueiros a favor de uma redução de subsídios, incentivos e juros com o mesmo vigor que propõem a redução da folha de pessoal.

Apenas um lembrete, para terminar. Estudos do Banco Central mostram que nos últimos 15 anos as despesas de pessoal como proporção do PIB têm-se mantido razoavelmente estáveis (em torno de 7%) ou mesmo carentes, enquanto que as despesas com subsídio mais que duplicaram (como proporção do PIB), o pagamento de juros internos mais que quintuplicaram, de juros externos mais que dobraram. A perda de receita por incentivos fiscais não está quantificada. Quando se examinam estes números não é difícil perceber o que deve ser feito para que o Governo possa aumentar sua poupança e, conseqüentemente, seu investimento, variável chave para a retomada do crescimento econômico. A redução do déficit público, na verdade, é uma questão essencialmente política de se definir quem vai pagar a conta. A menos de soluções arbitrárias ou de força não há como resolver o problema senão através do consenso negociado entre todos os participantes do processo, de maneira a repartir os ônus de forma equânime e justa.

Antonio Claudio Sochaczewski é Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro

Jornal do Brasil, 7/4/88

Matando rato com tiro de canhão

Joelmil Beting

Com o congelamento transitório da URP do funcionalismo federal, o governo está matando rato com tiro de canhão. O custo social (para os servidores federais e os empregados das estatais) é muito elevado para um benefício orçamentário quase desprezível. Isoladamente, o corte da URP mal alcançará 0,5% do PIB. Isso não vai desarmar os impactos predatórios do déficit público, que deve permanecer, até prova em contrário, acima de 5% do PIB. Nesse nível, não há como reequilibrar as finanças federais, estaduais e municipais.

O sacrifício tópico da renda salarial dos funcionários federais é tanto mais questionável porque decretado sobre uma exposição de motivos pouco séria e numa escala de prioridades nada justa. A prioridade no enxugamento do déficit estaria na redução ou na extinção de subsídios e incentivos, única forma de resgatar a receita líquida da União. No capítulo do pessoal, a prioridade estaria, não no valor já atrofiado do salário, mas no empreguismo obscuro, nos cargos acumulados e na baixa produtividade do trabalho.

“O custo social para os servidores federais e os empregados das estatais é muito elevado para um benefício orçamentário quase desprezível.”

O diagnóstico da Fazenda e da Seplan sobre o eventual colapso de caixa da União no pagamento do pessoal oscila “entre a farsa e a comédia”, na avaliação do professor

Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília. Segundo ele, a “contabilidade catastrófica” apresentada pela Fazenda e pela Seplan deriva de uma manipulação grosseira das projeções de receita e despesa: as projeções de receita estão subestimadas e as de despesa superestimadas.

“Na contabilidade apresentada pela Fazenda e pela Seplan, as projeções de receita estão subestimadas e as de despesa superestimadas.”

No orçamento fiscal da União, o “estouro” da despesa está numa previsão de inflação com dois pesos e duas medidas. A despesa com funcionalismo foi recalculada para uma inflação de 616%. A receita fiscal ainda contenta-se com 246%. Assim programados, os computadores estão apitando um verdadeiro alarme antiaéreo: vai explodir tudo. Para Garcia Munhoz, antes de arrochar ainda mais o salário do funcionalismo (abrindo espaço para o congelamento da URP também no setor privado), o governo deveria ter aberto a “caixa preta” de sua contabilidade orçamentária: quais são os critérios e os cálculos utilizados na projeção do déficit público?

E mais: antes de cortar a folha salarial da União, o governo deveria ter aguardado os resultados da guerra santa contra a sonegação, além de decretar uma redução escalonada dos subsídios, dos incentivos, dos repasses. E não menos importante: deveria ter iniciado uma

verdadeira devassa na política de endividamento praticada pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central.

Afinal, a dívida mobiliária da União cresceu, em termos reais, de um para dez nos últimos oito anos. Os encargos financeiros dessa dívida já beliscam o patamar apocalíptico de 11% do PIB. Foi uma dívida contratada, aqui dentro e lá fora, para financiar os rombos “administráveis” dos déficits passados.

Agora, já não é mais o déficit que contrata a dívida. É o serviço da dívida que realimenta o déficit.

Na administração das estatais, a preocupação maior dos dirigentes volta-se, esta semana, para a debanda dos profissionais de melhor qualificação e de maior aliciamento pelo setor privado. A combinação de arrocho salarial com estímulos para a demissão voluntária junta-se com o desencanto profissional dos últimos sete anos. O Estado-empresário endividado, deixou de empreender, de investir, de criar de inovar.

“Para Garcia Munhoz, o governo deveria ter aberto a “caixa preta” de sua contabilidade orçamentária: quais são os critérios utilizados na projeção do déficit público?”

No campo sensível da pesquisa, os profissionais gabaritados já vinham batendo em retirada, antes do incentivo baixados na semana passada. E o pior: não poucos cientistas estão de malas, prontas para o Exterior.

Folha de São Paulo Quarta Feira, 13/04/88

Essa evasão de cérebros não estava nos planos e nas promessas mudancistas da Nova República. Nem o esvaziamento profissional das estatais figurava no programa dos estatocratas de plantão.

“Em 1986, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo perdeu para a indústria e para o Exterior nada menos de 208 pesquisadores. Amortecido em 1987, o êxodo recomeça agora.”

O esvaziamento qualitativo do setor estatal da economia, no domínio crítico dos recursos humanos, não tem explicação é muito menos justificativa - quando o setor privado e contemplado, sob a gritaria contra a intervenção estatal na economia, com subsídios e incentivos que totalizam 54% da arrecadação tributária bruta.

O êxodo dos cientistas de chapa branca só não virou um escândalo nacional em 1987 porque estatais, institutos e fundações cuidaram de oferecer aumentos reais, sob forte competição do setor privado. Em 1986, no canto-da-se-reia do Plano Cruzado, o respeitadíssimo IPT Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, perdeu para a indústria e para o Exterior nada menos de 208 pesquisadores.

Amortecido em 1987, o êxodo recomeça agora.

Munhoz critica o corte de salário

BRASÍLIA - A dívida pública cresceu Cz\$ 1 trilhão em janeiro - Cz\$ 33 bilhões por dia aproximados - enquanto os gastos do governo com a folha de pagamentos foram de Cz\$ 66 bilhões. De posse destes dados, o economista Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, contesta os argumentos do governo de que é necessário reduzir os salários do funcionalismo público e das estatais para cortar o déficit público.

Para Munhoz, o efeito do corte nos salários dos funcionários sobre o déficit público será mínimo, mesmo que o governo reduza os vencimentos pela metade, já que em apenas dois dias os gastos com a, rolagem da

dívida pública corresponderam aos gastos de um mês com o pagamento de pessoal.

Em 87, segundo os dados apresentados por Munhoz, a dívida pública passou de Cz\$ 900 bilhões para Cz\$ 4 trilhões. Nos últimos sete anos, pulou de US\$ 10 bilhões para US\$ 100 bilhões. Segundo Munhoz, a única explicação para o governo tentar cortar o déficit por meio de arrocho salarial de seus funcionários é a política econômica imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com quem o governo começa a negociar.

O FMI defende redução de salários para permitir o aumento das exportações. Este receituário arrebitou

com a massa de salários do México e da Argentina e fará o mesmo com a do Brasil afirma.

Munhoz acredita também que o governo está preocupado com o crescimento da folha de pessoal porque está trabalhando com previsão de inflação para 88 de 246% , ou seja, inflação decrescente. Isto significa que os salários seriam reajustados acima da inflação, já que a URP se baseia na média inflação dos últimos três meses, ou seja, se a inflação cai no trimestre seguinte, o salário ainda será reajustado pela inflação dos meses anteriores.

Jornal do Brasil - Domingo, 13/3/88

EDITORIAL (1)

Os (Des) caminhos da Universidade

Estamos assistindo por parte do desgoverno da Nova República as maiores agressões à sociedade brasileira. São pressões sobre a Assembléia Nacional Constituinte, escândalos financeiros não apurados, corrupção generalizada, não realização de eleições diretas para todos os níveis e novo confisco salarial. Configura-se agora a (violência do governo contra as Universidades, não respeitando as eleições diretas para os cargos de Reitor (Rondônia, Reitor pró-tempore; Bahia, quinto mais votado; Unirio, último da lista na eleição direta), utilizando para tal um instrumento da ditadura que permite a escolha do Reitor a partir de uma lista sêxtupla. Precisamos avaliar o impacto desta situação quanto ao processo de democratização da Universidade. A Universidade, com sua capacidade de análise crítica dá sociedade, sempre foi alvo dos governos que não admitem - transformações sociais. Talvez resida aí o perigo em respeitar a vontade da comunidade universitária, expressa através de eleições diretas. Se, por um lado, eleições diretas na universidade podem significar perigo diante daqueles grupos que não querem mudanças sociais, por outro, o não acompanhamento crítico por parte da comunidade acadêmica da gestão dos dirigentes eleitos pode comprometer profundamente a credibilidade, no sistema de escolha de dirigentes na universidade. E isto torna-se muito mais grave se observarmos que a perda de credibilidade pode se instalar dentro

mesmo da universidade.

É o caminho dá indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão que se define a responsabilidade social da universidade: É o produto dessas atividades articuladamente desenvolvidas - isto é academia! - que a sociedade cobra.

Transformações internas na universidade que se afastem de sua natureza acadêmica; longe de significar um “preferência pelo social”, estará conduzindo a universidade à falência, senão de imediato, a médio e longo prazo. Uma universidade só se fortalece na medida que, no contexto de produção de conhecimento, forma pessoas, estando simultaneamente apta a estender à sociedade serviços de alta qualificação. Diferente disso a sociedade já oferece através de inúmeros cursos profissionalizantes de segundo grau, treinamentos técnicos intensivos, etc.

A importância da prioridade acadêmica na universidade é agora mais do que nunca uma forma de mostrarmos à sociedade que a garantia dos direitos conquistados levará a uma melhora da própria universidade e, conseqüentemente, da sociedade. O governo, quando não consegue desmoralizar a universidade que o critica, avilta toda a sociedade, afirmando que esta tem gastos, e não investimentos, ao sustentá-la. Cabe a nós mantermos a universidade, como centro de saber, disseminação e produção do conhecimento e, da cultura para podermos responder as questões sociais e lutar para que as conquistas obtidas sejam mantidas.

3

Contratações na UFRJ: exigimos concurso público e transparência Recursos próprios da UFRJ

5

As fundações Internas das Ifes

6 e 7

Um alerta sobre a precariedade das condições de trabalho na UFRJ

12

Vitória do Movimento Docente

VIOLENCIA X EDUCAÇÃO
ADUFRJ apóia as reivindicações e solidariza-se com a luta dos professores do 1.º e 2.º graus do Estado do Rio de Janeiro, que além de enfrentar a política de baixos salários e péssimas condições de trabalho, têm que enfrentar a violência e a força policial do governador do estado.
Prioridade para a Educação!
Pág. 8

CARTAS

ENTREVISTA

A Diretoria da ADURFRJ

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1988
Quero expressar os meus agradecimentos pela publicação em março do ano em curso de uma entrevista que dei ao Boletim da Associação. Foi uma reprodução perfeita do que disse à jornalista que fez a reportagem e que muito me satisfaz. Vários colegas têm-me dado conhecimento de que também a leram, o que indica o interesse que seu Boletim representa e a importância que tem dentro da nossa comunidade.

Com muito apreço, sou o colega e admirador
Prof. Carlos Chagas

CONTRACHEQUE

Rio de Janeiro, 02 de Junho de 1988.

Ao
Prof. Horácio Macedo, Reitor da UFRJ
Senhor Reitor.

A ADURFRJ tem recebido solicitações dos docentes, no sentido de esclarecer junto a Reitoria porque o contracheque dos docentes não especifica corretamente o regime de trabalho (docentes com DE aparece como 40 horas). É interesse dos docentes e da ADURFRJ que o contracheque especifique o regime de trabalho DE.

Esperamos a atendimento no prazo mais curto possível.

Atenciosamente, José Luciano de Souza Menezes

1.º Secretário da ADURFRJ

Rio de Janeiro, 03 de junho de 1988

Ao Sr. José Luciano de Souza Menezes

1.º Secretário da ADURFRJ

Informo ao Sr. Secretário que as correções de erros nos contracheques deve ser feita na Seção de Controle, 8.º andar da Reitoria, que está lá para isso. Informo também que desde outubro de 1987 vimos solicitando que as comunicações de enganos sejam enviadas para a competente Seção. Não nos parece, que a ADURFRJ tenha esta missão.

Cordialmente, Horácio Macedo

Reitor

Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1988.

Ao
Prof. Horácio Macedo, Reitor da UFRJ
Senhor Reitor.

Não entendemos porque V.S.a. se negou a providenciar a correção solicitada pela ADURFRJ em 02/06188.

Um expressivo número de docentes, em Regime de Dedicção Exclusiva tem procurado a ADURFRJ no sentido de informá-lo em relação à discriminação do Regime de Trabalho e solicitam imediata inclusão da Dedicção Exclusiva no contracheque. Não conhecemos nenhum docente cujo contracheque venha com Regime de DE. Tal erro passou a ocorrer após a publicação do enquadramento dos docentes no Diário Oficial da União.

Como esse erro não é isolado, nem irrelevante, vimos reite-
rar nossa solicitação de pronta correção.

A ADURFRJ, como representante dos docentes desta Universidade, sempre soube por quais canais encaminhar as legítimas reivindicações dos docentes, cremos que V.S.a. também o sabe, por esta razão, voltamos a nos dirigir ao Senhor Reitor.

Atenciosamente, Alexandre Magalhães da Silveira

1.º Vice-Presidente da ADURFRJ

Pela Diretoria da ADURFRJ

Racismo não!

MOÇÕES

Os professores universitários, reunidos no 7º Congresso Nacional da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), no ano em que acontece o Centenário da Lei Áurea, repudiam a utilização dos símbolos étnicos da população negra do Brasil como instrumentação ideológica das classes dominantes. Isto camufla diferentes formas de discriminação étnica às quais está submetida a maioria da população negra do país. Ao mesmo tempo solidarizam-se com os movimentos negros e demais grupos organizados que lutam contra a discriminação étnica no Brasil e no Mundo.

Juiz, de Fora (MG), 30 de janeiro de 1988..

7º Congresso

Os cem anos da "abolição" da escravidão estão na ordem do dia, mas, a contragosto de muitos, o oba-oba, no melhor estilo Sargenteli, que encerraria as comemorações do dia 13 de maio, transformou-se num momento de reflexão sobre a prática do racismo contra o negro, no país. Para o incômodo dos democratas raciais, a festa não acabou na manhã do dia 14, até porque aquela festa não era bem a nossa. Nós continuamos sendo barrados no baile (lembram-se da marcha contra a farsa da abolição, na Av. Presidente Vargas, no último dia 11 de maio?). A liberdade, como um direito natural do homem, uma vez usurpada, não é estabelecida através de atos de caridade ou compaixão. A liberdade do negro se fez, e se faz ainda, através de muita luta e de ações revolucionárias. O ano de 1988 está sendo profícuo para a reflexão sobre a cidadania do negro e a sua culminância certamente será no dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares.

Não obstante a situação dos negros da diáspora ser precária, vemos que nossos irmãos sul-africanos estão também sujeitos a um regime opressivo e explicitamente discriminador: o **apartheid**.

O Brasil, como democracia racial que é, cortou relações culturais com a África

do Sul, e não as econômicas, contribuindo, desta forma, para o apartheid. Ao impedir o intercâmbio cultural, o Brasil dificulta o trabalho de grupos do CNA (Congresso Nacional Africano) que realizam um serviço diplomático, buscando apoio internacional para a causa dos negros sul-africanos.

De qualquer forma, pode-se perceber pelo noticiário nos jornais, que a África do Sul e seu regime racista, apoiado pelos Estados Unidos e Israel (!), é um barril de pólvora. O apartheid encontra uma resistência cada vez maior dos negros e, para sobreviver, recrudescer: prende crianças, tortura mulheres, enforca jovens, mantém lideranças do CNA na prisão, com pena perpétua.

A pressão de fora para dentro também é grande no sentido de sensibilizar as autoridades sul-africanas. Crescem os movimentos pela libertação de Nelson Mandela, no mundo inteiro.

Nelson Rolihlahla Mandela, nasceu na África do Sul, em 18 de julho de 1918. Em 1944, entrou para o CNA, sendo eleito secretário geral da Liga Jovem. Junto com Oliver Tambo, atual presidente do CNA, Mandela defendeu muitas vítimas do apartheid. Em 1958, Mandela casou-se com Nonsamo Winnie Madikizela (Winnie Mandela). Em 1961, o CNA foi proscrito. Na ilegalidade, Mandela foi es-

A Diretoria e o Conselho de Representantes da Associação dos Docentes da UFRJ vem manifestar o seu repúdio quanto ao racismo, demonstrado pelo Exército e pela Polícia Militar, na repressão à Marcha Contra a Farsa da Abolição, realizada pelo Movimento Negro, no dia 11/05.

A reflexão sobre o papel do negro na construção deste país tem incomodado a muitos e desmitificado a chamada "democracia racial". Democracia esta que não resiste a uma passeata pacífica, a um debate ao vivo sobre a Negritude pela TVE e a uma crítica à Lei Áurea que divirja do estabelecido pelos livros de História oficiais.

colhido para liderar o Unkhonto, o braço armado do movimento de libertação sul africana. Ao retornar à África do Sul, após uma conferência em Addis Abeba, Etiópia, depois de 17 meses de ilegalidade, Mandela foi preso e condenado a cinco anos por incitar os africanos à greve de 1961 e por sair do país sem documentos legais. Em 1963, outros líderes do Unkhonto foram presos e julgados juntos com Mandela. Apesar do pedido da ONU (106 votos contra 1) pedindo a libertação dos líderes e de todos os presos políticos da África do Sul, oito homens: Goldberg, Sisulu, Mbeki, Mhlaba, Kathrada, Mtoadeli, Mlangeni e Mandela, foram condenados à prisão perpétua, desde 1964.

Hoje, na África do Sul, é proibido publicar as idéias de Mandela ou suas fotos. Mas, seu povo continua mobilizado pela sua libertação e a de todos os demais presos políticos, da mesma forma que o mundo também exige: "Libertem Nelson Mandela! Todo apoio ao Congresso Nacional Africano! Abaixo o apartheid!"

*Quem quiser mais detalhes sobre a luta contra o Apartheid leia o livro sobre uma das figuras mais representativas do movimento negro: Parte de Minha Alma, de Winnie Mandela, Editora Rocco, 1986.

EXPEDIENTE

Boletim da ADURFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, bloco D — sala 200 telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária — CEP 21.944 — Caixa Postal 68.531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.005/0001/51.

Edição e Redação: Edwiges Rego

Reg. Prof. n.º 19.150

Fotografia: Amauri Alves

Diagramação: Jurandir da Conceição Santos

Composição: WJ Fotocomposição

273-5115

Impressão: Jornal dos Sports

DIRETORIA DA ADURFRJ

Presidente: Murillo Mendes Guimarães
Vice-Presidente: Alexandre Magalhães Silveira

2.º Vice-Presidente: Pedro A. P. Vieira,
1.º Secretário: José Luciano S. Menezes,

2.º Secretário: Maria Lúcia Pimentel
1.º Tesoureiro: Isabel Cristina F. da Cruz

2.º Tesoureiro: Nelson F. Fernandes

REPRESENTANTES NO CONSELHO

CCMN

Instituto de Física
José Antônio Martins Simões e Fidalgo Cardoso dos Santos (representantes); Odair Dias Gonçalves e Raphael de Haro Junior (suplentes).

Instituto de Geociências
Maria da Glória Pires de Carvalho e Isimar de Azevedo Santos (representantes)

Instituto de Matemática
Sem conselheiro

Instituto de Química
Sem Conselheiro

Observatório do Valongo
José Augusto Buarque de Nazareth (representante) e Lília Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Sem conselheiro

Escola de Belas-Artes
Sem conselheiro

Faculdade de Letras
Maria Cristina Rigoni Costa, Vera Cristina Rodrigues Feitosa e Renata Gérard Bondim (representantes); Godofredo de Oliveira Neto, Jandyra Gonçalves Figueiredo (suplente) e Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagório (suplentes)

Escola de Música

Léo Affonso de Moraes Soares (representante); Vanda Lima Bellard Freire, Regina Maria Meirelles Santos e Neusa Gomes Nunes (suplentes)

CFCH

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão e Marcelo Macedo Corrêa e Castro (representantes)

Escola de Comunicação

Kátia Maria de Carvalho Silva (representante) e Geir Nuffer Campos (suplente)

Escola de Serviço Social

Lília Lopes Guimarães (representante) e Dayse de Paula Marques da Silva (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Sem Conselheiro

Instituto de Psicologia

Sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Eliane de Azevedo Takche e Paulo Baltazar (suplentes)

CCJE

Faculdade de Direito

Sem conselheiro

Faculdade de Economia e Administração

Josué de Souza Almeida (representante) e Almir Pita Freitas Filho (suplente)

CCS

Instituto de Ciências Biomédicas

Sem Conselheiro

Escola de Enfermagem

Sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Hélio de Mattos Alves (suplente)

Faculdade de Medicina

Letícia Legay Vermelho, Aldo Franklin Ferreira Reis, Diana Maul de Carvalho (representantes); Fernando Sergio Viana Martins e Susie Andries Nogueira (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Sem conselheiro

Instituto de Nutrição

Elizabeth Accioly (representante); Rita de Cássia Perrelli (suplente)

Faculdade de Odontologia

José Monteiro Neto (representante) e Francisco Jeter Ribeiro (suplente)

Instituto de Biologia

Sem conselheiro

Escola de Educação Física e Desportos

Alexandre Moraes de Mello (representante) e Elconora Gabriel (suplente)

Instituto de Biofísica

Sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Ferreira da S. Filho (representante) e Ceres El-Jaick Andrade (suplente)

Instituto de Pediatria

Arildo Pereira Franco da Fonseca (representante) e Peter Abram Likuornik (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Ezemar Marques de Andrade (representante) e Aunir José Carneiro (suplente)

NUTES

Antônio Filomeno (representante) e Eliane Brigida de Moraes Falcão (suplente)

NPPN

Sem Conselheiro

CT

Escola de Engenharia

Henrique Ineco Longo (representante) e Theophilo B. Ottoni Filho (representante)

Escola de Química

Sem conselheiro

COPPE

Sem Conselheiro

Instituto de Macromoléculas

Esperanza A. V. R. Ribeiro (representante) e Bettina A. L. Calafate (suplente)

FORUM

Museu Nacional

India Maria Borba Moreira (representante) e Denise Pamplona Carvalho (suplente)

CONTRATAÇÕES

Desde outubro de 1987, a Diretoria da ADUFRJ vem solicitando esclarecimento à Reitoria sobre as contratações feitas na atual gestão: número de contratações, nomes, lotação e salários dos contratados. Entre os docentes da UFRJ, variam as estimativas sobre quantos entraram para a Universidade, fala-se em 1200, 1500 e até 1800. No Boletim da UFRJ, a Reitoria publicou o nome de 596 contratados e a respectiva lotação. Todos os listados foram lotados na Administração Superior e Prefeitura.

Em agosto de 1987 a Reitoria contratou, por um ano (de julho de 87 a junho de 88), 960 funcionários, pelo menos. Como o contrato deste grupo termina em 30 de junho, as Diretorias da ADUFRJ e ASUFRJ solicitaram uma audiência com o sub-reitor de pessoal da UFRJ, que ocorreu no dia 15 de junho de 88. Obtivemos, então, as seguintes informações do próprio sub-reitor:

1. As contratações são justificadas pela necessidade de a Reitoria realizar seu plano de trabalho;

2. no início de 1986, as contratações eram feitas de forma indireta, via firmas de prestação de serviços, sendo que algumas contrataram pessoas selecionadas pela reitoria;

3. posteriormente, o mecanismo de contratação foi ampliado e passou das firmas para a contratação de autônomos, feita inicialmente na SR3 (Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças), que admitiu, em 1986, aproximadamente 200 pessoas para diversas frentes de trabalho. O processo seletivo foi precário porque as indicações eram feitas pelos setores ou pelas frentes acadêmicas que estavam encarregadas do Programa de Extensão da Maré;

4. ainda em 1986, a Reitoria reconheceu o vínculo empregatício dos autônomos (havia também autônomos contratados diretamente em algumas Unidades) e regularizou a situação de aproximadamente 600, independentemente de ação judicial. A lista dos 600 foi enviada para enquadramento na nova carreira;

5. até meados de 1987, a Reitoria voltou a contratar novos autônomos. Em julho, agosto e setembro, aproximadamente 1200 funcionários foram contratados por um ano, sendo que 660 já eram autônomos e 540, novos;

6. a partir de janeiro de 1988, a Reitoria voltou a contratar autônomos: 230 para o GEMD, 60 para a Comissão Cultural da Praia Vermelha e outros setores, e 80 a 90 para o Hospital São Francisco de Assis;

7. alguns autônomos do GEMD foram demitidos;

8. a política da Reitoria é de avaliar os contratados a partir de julho de 88, visando à renovação dos contratos, agora, por tempo indeterminado. Para proceder à avaliação, foi formada uma comissão geral, com a seguinte composição: três indicações do sub-reitor de pessoal; uma indicação de cada uma das demais sub-reitorias; uma do prefeito da Cidade Universitária; uma do NCE; uma do HU; uma do GEMD) e cinco representantes dos funcionários que serão avaliados. A avaliação final será baseada num memorial de auto-avaliação, na avaliação do chefe imediato e na avaliação do grupo, feita pelo coordenadores.

Observe que, enquanto a UFRJ tem 3300 professores, a partir, de 1986, segundo informações do sub-reitor de pessoal, foram contratados 2170 funcionários. Deste grupo, aproximadamente 1570 foram contratados a partir de 1987 e não tiveram seus nomes enviados para enquadramento na nova carreira dos servidores técnicos e administrativos. Seria esse o grupo a ser avaliado.

A ADUFRJ e a ANDES defendem de forma clara e inequívoca a realização de concurso público para contratação de professores e funcionários em caráter permanente, conforme determina a Lei da Isonomia, em vigor desde 10/4/87. A não realização do concurso público é um costume clientelista e fisiológico do governo federal, de muitos estados e municípios e, infelizmente, está se perpetuando na UFRJ. Neste processo, muitos são escolhidos conforme sua filiação partidária, laços de parentesco e amizade ou por troca de favores. O concurso público assegura o direito de todos os interessados de tomarem conhecimento de sua realização e a ele se candidatarem, apresentando um mínimo de competência. A Universidade Pública, portanto, não pode ter uma prática não pública de contratação de pessoal. Outro processo que não o do concurso público é viciado e fere os princípios históricos da luta pela democracia e pelo Estado de Direito.

Por outro lado, o concurso público exige uma definição a priori da alocação das vagas, de acordo com a necessidade das Unidades. Numa Universidade que se propõe democrática, essa definição deve ser feita com a participação dos órgãos colegiados e ter como objetivo as atividades fins da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, compreendidas de forma indissociável.

Recursos próprios da UFRJ

Importante discussão tem se desenvolvido no Conselho Universitário em torno das fontes de recursos próprios da UFRJ. Entende-se por recursos próprios aqueles que não são orçamentários via MEC, nem via projetos de pesquisa, mas oriundos de bens próprios da UFRJ (aluguéis, etc.). O Conselho Universitário, enquanto colegiado superior, quer ter conhecimento dessas fontes e do montante de recursos que elas geram. Sabemos que, se ao lado do Conselho Universitário o conjunto dos docentes não tem essa informação, tampouco a temos diretores e decanos. Certamente, o Conselho Universitário, tão logo consiga saber quais são as fontes de recursos próprios da UFRJ, caminhará no sentido de esclarecer e/ou definir os critérios de aplicação desses recursos.

A iniciativa dessa discussão partiu de uma moção assinada por um grupo de conselheiros e entregue ao Reitor, presidente do Conselho Universitário. A acolhi-

da não foi tranquila por parte da Reitoria, que, evitando responder diretamente a solicitação, apresentou o Orçamento Global da UFRJ, sem diferenciar as fontes do MEC e dos recursos próprios da Universidade. A reunião do Conselho Universitário do dia 9 de junho transcorreu em meio a um acalorado debate entre conselheiros que insistiam na discriminação clara das fontes e a Reitoria, que argumentava não ser necessário esse procedimento. Diante disso, esperamos que o Conselho Universitário mantenha sua posição de requerer o esclarecimento da Reitoria e lembremos que a transparência administrativa foi um dos compromissos assumidos na campanha eleitoral.

A ADUFRJ, desde sua fundação: em 1979, defende o princípio da gestão democrática no uso dos recursos de nossa Universidade. Nesse sentido também, a ADUFRJ luta para que os docentes sejam

informados imediatamente a respeito das fontes de recursos próprios. E mais, que saibam as vias institucionais existentes para discussão e deliberação de sua aplicação, e nelas possam efetivamente influir.

Reforçando a importância de uma administração transparente na UFRJ, transcrevemos as palavras do professor João Saboya, chefe do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração, publicadas no BOLETIM DA ADUFRJ nº. 41:

“Não há razão que possa ser invocada para justificar o sigilo em relação às decisões administrativas. Foi contra esse tipo de comportamento que lutamos no passado. Não vemos porquê temer a transparência que, além de ser uma prática democrática, tem a vantagem de deixar a comunidade informada para defender a Universidade Pública contra os ataques que vêm de todos os lados(...).”

A posição da ASUFRJ

A administração pública no Brasil e em especial o acesso ao serviço público é marcado por todo um processo de relações especiais e privilegiadas, que a máquina do Estado não consegue organizar nem tampouco controlar.

Este mecanismo a nosso ver é produto da própria contradição que se estabelece entre o poder do Estado e as leis que o regem. Todos nós sabemos, e é constitucional, que o acesso ao Serviço Público deve ser através de Concurso Público. No entanto, apesar disto, o próprio Estado apresenta mecanismos permanentes de restrição a este princípio abrindo espaço para a criação de formas de contratação, das mais variadas. Daí o quadro hoje colocado como consequência deste processo: inchaço de alguns setores da administração tanto federal como estadual e municipal; baixa qualidade de serviços prestados à população; péssimos salários e quase nenhuma perspectiva de carreira profissional, gerando desestímulo e emperramento da produção no seu âmbito mais geral.

O período da Ditadura Militar dos anos 70 foi o momento em que mais essas contradições se acirraram. Desta vez com a inserção direta dos militares do controle da Máquina Estatal. Os funcionários de alguns segmentos, estimulados pela iniciativa dos outros trabalhadores (metalúrgicos ABC, Contagem), em especial, aqueles que enfrentaram corajosamente a barreira da lei de greve, reagiram e foram à luta. Primeiro ao denunciar, através das primeiras greves, as péssimas condições salariais e funcionais. Mais tarde, na própria formulação de uma nova política tanto sindical, de articulação com outras categorias de trabalhadores, quanto de carreira, que se chocasse com a do DASP. São exemplos disto, funcionários das áreas de Saúde e Educação, principalmente, e onde os avanços foram mais consideráveis.

No final de 1984/início de 85, vários segmentos se articularam em função da luta pela regularização de todos os funcionários que não tinham vínculo permanente com suas instituições.

Esse movimento foi denominado de "tabelista" em função das inúmeras tabelas existentes no conjunto da administração. Várias mobilizações foram realizadas, através de atos públicos, pauta de reivindicações das campanhas salariais, caravanas à Brasília, articulações com parlamentares no Congresso, manifestos à imprensa etc. Estas iniciativas trouxeram como resultado, o decreto lei 2280/85.

Apesar de ser um decreto-lei, a conquista foi em parte assegurada. Previa este decreto-lei a absorção dos funcionários contratados até 07.85 e extinguiu todas as Tabelas Especiais a partir daquela data. Em várias Instituições, entre elas a UFRJ, este decreto não contemplava um considerável contingente de contratados posteriormente a esta data. Portanto, o problema não

estava resolvido na sua totalidade. Mais tarde com a Lei da Isonomia para as universidades os funcionários deste segmento conseguiram ser absorvidos como, também, todos os outros que prestavam serviço até 03.86.

A esta altura, ou seja, após o DL 2280, o Movimento Organizado dos Trabalhadores técnico-administrativos das Universidades já tinha muito claro que não lhe bastavam mais as lutas pelo enquadramento dos tabelistas e por melhores reajustes salariais. Era necessário sair do interior daquela política de pessoal caótica e passar a construir uma nova carreira que pudesse não só se adequar à realidade dos trabalhadores em educação, como também fosse capaz de reorganizar a política de pessoal sob os valores da competência, da transparência, do compromisso social e de padrões dignos de remuneração.

Para dar consequência a esta política, a FASUBRA em conjunto com as entidades de base, entre elas a ASUFRJ, deflagram um processo de construção de um Plano de carreira capaz de refletir estes princípios, entendendo que não seria o Governo Federal que o faria. Aprovado o Plano no Congresso nacional da categoria, os funcionários passaram a intenso processo de luta que levou cerca de dois anos, com quase um ano de negociações, do qual saíram vitoriosos.

Porém este processo de luta só apareceu no bolso do trabalhador da Universidade cerca de um ano depois da primeira vitória do processo. E qual a tarefa que se apresenta agora? E certamente a de impedir que esta política seja derrotada na prática. É a de garantir que ela seja implantada e vitoriosa.

Convencidos de que esta é a tarefa que se coloca, a análise da política interna de contratação se faz necessária.

Era real que naquele momento a UFRJ só poderia melhorar a sua produção, tanto no campo do Ensino como no da Pesquisa e Extensão, se fosse capaz de aumentar o seu contingente de funcionários que se encontrava bastante debilitado em função ou política de pessoal suicida das administrações anteriores. Este quadro o movimento já identificava mesmo antes da eleição para Reitor.

O que se questiona não é a necessidade da Instituição, pois a defesa é de que a mesma deva ser competente e tenha condições de funcionamento necessários para realizar o seu compromisso social. O que se questiona e se entende ter sido não só o primeiro, como o maior erro de método cometido, é o fato de que a necessidade de recrutamento chegou a níveis insuportáveis diante da proibição federal, e não se chamou a comunidade universitária organizada para discutir uma solução unificada para uma questão que, como já dissemos anteriormente, não afetava apenas a estrutura formal da Instituição, mas os movimentos organizados, dos professores, funcionários e estudantes.

Como consequência direta deste erro inicial, passemos ao segundo. A Reitoria, que havia sido eleita pela maioria das comunidades não buscou na mesma o apoio inicial necessário a um processo, de enfrentamento com o Governo Federal. Na medida que atendia uma demanda social, ganharia virtualmente o recrutamento público deste contingente.

Como a via escolhida diante do isolamento não foi a do enfrentamento, aparece o terceiro grande erro, este certamente o mais ruidoso deles, pois foi o que deflagrou todo o processo de crise que agora busca uma solução.

A Reitoria passa então a recrutar descentralizadamente esta força de trabalho. O que significa isso? Significa em primeira instância atropelo do órgão responsável pelo recrutamento de pessoal, com critério uniforme para todos (Sub-reitoria de Pessoal). A consequência deste atropelo foi: criação de tantos critérios quantos foram os órgãos selecionadores; política de remuneração sem padrão comum, beneficiando uns em detrimento de outros; falta de transparência no processo, pois foram utilizados métodos de recrutamento que iam desde a indicação pessoal até a publicação de anúncios de vagas em jornais de grande circulação.

Esta disformidade transformou-se numa contradição quando, em junho de 1987, por falta de verba para continuar mantendo este contingente na forma em que estava, a Reitoria é obrigada a tomar, de novo sozinha, uma decisão política e de juntar este contingente recrutado com um número ignorado de formas de seleção e remuneração. Introduz-se então um novo mecanismo no tratamento deste contingente. A administração destes trabalhadores estava agora centralizada e contratualmente submetida a um período determinado e a regularização pela via do concurso público, que seria

Facultado a UFRJ por um parágrafo do novo plano de carreira.

Em fins de janeiro deste ano, o Governo Federal aplica sobre o novo Plano de Carreira e sobre esta via de solução da crise um duro golpe. Através de um decreto, revoga o parágrafo do plano que permitia a regularização da força de trabalho pela via do concurso público. Outro duro golpe, aplicado pelo mesmo decreto, é a limitação feita à lotação global, ferindo duramente a autonomia da Universidade.

Entendemos que os cerca de 1.200 trabalhadores recrutados poderiam ter tido acesso à UFRJ através de outro processo que não este, mas que de forma alguma devem ser penalizados ou marginalizados, em função disso.

O conjunto de propostas que apresentamos a seguir tem por base, além deste histórico e avaliação, os seguintes princípios e deliberações congressuais, da categoria e dos trabalhadores em geral:

A) Política de pleno emprego para a classe trabalhadora em geral.

B) É considerado trabalhador técnico-administrativo da Universidade qualquer que seja a pessoa que aqui trabalhar.

C) Trabalho igual, tratamento profissional igual (princípio da isonomia).

D) O ingresso no quadro dos trabalhadores das IES dever-se-á dar pela via do concurso público.

E) Toda a força de trabalho não enquadrada no Novo Plano de Carreira, deverá passar ao quadro permanente de pessoal pela via do concurso público.

F) O único vínculo trabalhista com as Universidades deverá ser o do PUCRCE.

G) É princípio da entidade não defender a inadimplência.

Neste sentido, a Diretoria da ASUFRJ e o conselho de representantes apresentam para estas questões o seguinte conjunto de propostas:

1 - Que a ASUFRJ deflagre campanha local e proponha à FASUBRA a deflagração de uma Campanha Nacional pelo Concurso Público.

1.2 - Como primeiro passo desta campanha encaminhar um documento ao Governo Federal exigindo a abertura de concurso público para técnico-administrativos nas Universidades.

2 - Que a ASUFRJ proponha à Reitoria da UFRJ estabelecer um mecanismo de pressão junto ao Governo Federal exigindo abertura imediata do concurso público para técnico-administrativos.

3 - A comunidade Universitária, através da ADUFRJ, da ASUFRJ e do DCE, encaminhem em conjunto com a Reitoria uma política de enfrentamento com o Governo Federal para a realização do concurso ainda em 1988.

4 - Garantia do princípio da isonomia a todos os trabalhadores da UFRJ (FUJB, FIRMAS, AUTÔNOMOS, TABELAS ESPECIAIS, TEMPORAIS OU SIMILARES).

4.1 - Demissão somente por justa causa definida em lei, garantindo o direito de defesa e de recurso.

4.2 - A permanência deste contingente na UFRJ fica condicionada à aprovação e seleção no 1.º concurso público, observadas as determinações do PUCRCE:

4.3 - Denunciar publicamente qualquer irregularidade que venha prejudicar a segurança e a garantia de empregos desses trabalhadores.

4.4 - Que somente seja deliberada a formulação de um novo contrato para a tabela temporária após pronunciamento da CPPTA.

5 - Que não haja mais nenhuma contratação de pessoal sem que seja por concurso público.

6 - Que a ASUFRJ emita nota de repúdio a cada processo de contratação que não seja por concurso público: estendida à direção de cada unidade que isoladamente efetue contratações descentralizadas da área de pessoal da UFRJ.

A LUTA CONTINUA!
DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ASUFRJ

O Decreto-lei 95-904 e as Fundações Internas das IFES

O DECRETO-LEI 95.904 E AS FUNDAÇÕES INTERNAS DAS IFES

O Decreto n.º 95.904, de 07.04.88, determina a extinção das fundações criadas no interior das IFES, em sua maioria vinculadas às atividades de pesquisa. Esse fato exige da ANDES um claro posicionamento, à luz das resoluções de seus Congressos, materializados há anos na “Proposta da ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira”.

O projeto governamental para a universidade é essencialmente privatizante: trata-se de estabelecer e expandir o controle privado da atividade universitária. Para isso, de um lado o governo reforça a rede particular de ensino superior, dando-lhe apoio oficial e destinando-lhe verbas públicas. De outro, estrangula as IFES através do corte real de verbas e rebaixamento do poder aquisitivo dos salários, forçando as instituições e os docentes a captarem recursos, para complementação de verbas e salários, junto a empresas privadas e órgãos estatais; além disso, parte das suplementações de verbas ao logo de cada ano é destinada diretamente a grupos específicos de pesquisadores, ou mesmo individualmente. Desse modo, em um número cada vez maior de IFES vão crescendo tanto a dependência de atividades de pesquisa, extensão e mesmo de ensino em relação a agentes financeiros, quanto o controle de recursos públicos, no interior das universidades públicas, por grupos específicos.

As fundações criadas no interior das IFES constituem um passo à frente nesse processo essencialmente privatizante. Intermediando convênios, administrando sua exe-

cução, operando recursos, essas fundações vão se tornando peças-chaves no interior de muitas universidades e unidades. Muitas vezes, contribuem para a realização de atividades de qualidade elevada; muitas outras vezes, representam um peso adicional, travando burocraticamente atividades que precisam ser ágeis. Mas sempre, em todos os casos, cobram um preço elevadíssimo, fazendo avançar o processo de passagem de recursos e poder, das IFES enquanto instituições públicas, para núcleos privados no interior das mesmas.

Por essas razões, os Congressos da ANDES firmaram uma clara posição contrária à existência das fundações no interior das IFES. Essa posição implica na exigência de salários condignos e verbas de custeio e investimento adequados, com desenvolvimento da capacidade de gerenciamento pelas instituições, viabilizando-se assim a progressiva extinção da atual presença daquelas fundações no interior das IFES. Evidentemente, o desenvolvimento desse processo pressupõe um amplo processo de discussão em cada universidade e escola, e no conjunto da rede federal de ensino superior, único meio eficaz com precisão o caminho a ser seguido em cada realidade específica.

Ao governo federal, porém, não interessa barrar o processo de privatização da universidade pública, nem favorecer sua democratização. Empenhado em inviabilizar o funcionamento das universidades federais, o governo - além de congelar salários, - estimular demissões e aposentadorias, proibir reposição de professores, impor como reitores candidatos rejeitados pelas respec-

tivas comunidades

e ameaçar grevistas que se insurgem contra essa situação ataca agora as fundações internas das IFES do modo mais eficaz para desarticular a estas. Primeiro, o governo cria uma situação que força uma crescente dependência de considerável parte das atividades de pesquisa e extensão, e mesmo de ensino, em relação a essas fundações. Depois, de um só golpe sem qualquer discussão com a comunidade universitária, elimina as fundações e, com elas, desmantela muito da pesquisa, extensão e ensino. Também frente ao ensino superior, o governo tenta reproduzir a tática que já usou antes contra os movimentos democráticos e populares: rouba as bandeiras defendidas por estes, deturpa-as e passa a usa-las contra esses movimentos.

Algo semelhante se passa quanto à relação entre os regimes de trabalho de dedicação exclusiva (DE) e tempo parcial. A ANDES reivindica o estímulo ao regime de DE e a extinção de um dos regimes de tempo parcial, o de 40 horas semanais sem DE. O governo rejeita essas reivindicações e, agora, apresenta contra elas uma virtual punição contra os docentes em regime de tempo parcial, através do corte de metade das gratificações para o servidor público que não tenha apenas seu emprego no órgão federal em que está lotado. Ao mesmo tempo, o governo continua se recusando a extinguir nas IFES o aberrante regime de 40 horas semanais sem DE.

Os representantes das Associações de Docentes das IFES e a ANDES; reunidos em Brasília nesta data, reiteram as posições adotadas pelos sucessivos Congressos da entidade, expressas na

“Proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira”, contrária à existência de fundações internas às IFES, bem como de qualquer meio de privatização da universidade pública. Ao mesmo tempo, exigem que toda e qualquer medida relativa a essas fundações seja precedida de amplo debate público pela comunidade universitária, e seja adotada de modo a preservar e desenvolver a pesquisa, a extensão e o ensino nas IFES.

Portanto, as ADs das IFES e a ANDES rejeitam veementemente o Decreto 95.904, por se tratar de arma autoritária e voltada contra a rede federal de ensino superior. Esse decreto, bem como os decretos-lei 2.423, 2.424 e 2.425, o projeto de lei complementar de 07.04.88 e os decretos 95.682 e 95.683, todos pretensamente voltados para combater o déficit público, são na verdade instrumentos para, contornando as reais causas desse déficit, atacar os salários dos funcionários públicos, abrir o caminho para o ataque a todos os salários no país, provocar a recessão exigida pelo FMI, desarticular e privatizar o setor; público e estatal da economia e, no âmbito do ensino, golpear mortalmente o ensino superior federal.

Por isso, os docentes das IFES, junto com os demais servidores públicos e das estatais, lutam hoje pela revogação de todos esses decretos-lei, decretos e projeto de lei, em defesa dos direitos dos trabalhadores de todas as categorias e pela universidade pública e gratuita.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Associações dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Opção pelo regime estatutário

Respeito da aplicação da Lei n.º 7.662, de 17 de maio do ano em curso, que faculta aos servidores públicos federais a opção pelo regime jurídico estatutário, elucido a V.S.a. o seguinte:

I) são alcançados pela opção a que se refere o item I do art. 1º da referida Lei os servidores que:

a) em 13 de dezembro de 1974, ocupavam cargos efetivos em Quadros Permanentes dos órgãos da Administração direta dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Tribunal de Contas da União ou das autarquias federais, ou seja, na mesma data, eram regidos pela Lei n.º 1.711, de 1952;

b) sem interrupção de exercício, passaram a ocupar empregos de Tabelas Permanentes da União ou das autarquias federais. sob o regime da legislação trabalhista, em virtude de habilitação em concurso público;

II) a opção somente é permitida aos atuais servidores civis ocupantes de empregos das Tabelas Permanentes, excluídos os militares, assim considerados em 13 de dezembro de 1974;

III) a partir da data de apresentação do

termo de opção, ocorre a extinção do contrato de trabalho. Em consequência, deve ser adotado por esse órgão o seguinte procedimento:

a) indenização das férias vencidas, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais;

b) expedição da autorização de movimentação de contas para levantamento do FGTS, código 87;

c) início de nova contagem do tempo de serviço, para efeito de férias, a partir da data de apresentação do termo de opção, observadas as normas legais e regulamentares estatutárias pertinentes;

d) lavra, pelo Departamento de Pessoal, de portaria declaratória da nova situação funcional;

e) contagem do tempo de serviço público federal, prestado sob o regime da legislação trabalhista, para todos os efeitos;

IV) não cabe concessão de aviso prévio. Atenciosamente.

Marcondes Mundim Guimarães
Secretário de Pessoal Civil

Telex da Sedap

Complementando o disposto no telex-circular da Sedap, n.º 776, de 28/4/88, esclareço que os órgãos da administração federal direta e das autarquias federais deverão aguardar estudo referente à alteração do Decreto-Lei n.º 2424, publicado no Diário Oficial de 08/4/88, uma vez que pela sua redação original traz as seguintes situações:

1) O servidor celetista não tem direito de levantar o FGTS, por não trazer o DL 2424 norma autorizando essa medida, uma vez que se trata de rescisão não contemplada pela legislação do fundo;

2) o tempo de serviço, para efeito de dispensa ou exoneração de que cuida o mencionado DL é somente o prestado ao servidor público federal sem interrupção;

3) para efeito de cálculo da indenização não se aplica o disposto no artigo 117 da lei

n.º 1711, de 28 de outubro de 1952;

4) o órgão ou entidade deverá ter dotação orçamentária suficiente e adequada para atendimento das despesas. Até o momento, o governo não definiu o elemento de despesa por onde correrá a despesa;

5) além do mais, vários dispositivos do citado Decreto-Lei carecem de elucidação, como:

a) há ou não obrigatoriedade de administração federal e as autarquias federais concederem dispensa ou exoneração, uma vez que o cargo ou o emprego será extinto;

b) que espécies de afastamento serão contados como de efetivo exercício;

c) faz-se mister elucidar que gratificações entrarão na remuneração para efeito de dispensa ou exoneração; por outro lado, nenhuma menção se faz às indenizações.

Marcondes Mundim Guimarães
Secretário de Recursos Humanos da SEDAP

Mais contratações

É alarmante a proposta da sub-reitoria de pessoal para contratação de mais funcionários para UFRJ, agora pela via esdrúxula de "bolsas". Mais alarmante ainda é saber que esta proposta passou pelo Conselho Superior

de Coordenação Executiva. Esperamos que as Unidades e o Conselho Universitário se posicionem contrariamente a esta anomalia: Estará a UFRJ banindo definitivamente o concurso público?

Defeito Moral

Jânio de Freitas

Em sucessivos episódios, a repressão policial determinada por Moreira Franco á manifestações pacíficas, democráticas e legítimas; próprias da liberdade de cidadania, depressa subiu a um nível em que nada. a distingue dos momentos mais caracteristicamente truculentos da repressão em tempos ditatoriais.

Parte do centro do Rio e vários dos bairros a ele periféricos fórum convulsionados, ontem, com o fechamento de grande número de ruas até a pedestres, o fechamento de um dos dois túneis que ligam a zona sul à norte e ao centro, um engarrafamento desesperador. Para chegar a suas casas, moradores e trabalhadores daquelas ruas tinham que exibir documentos, nas barreiras de PMs, e aguardar que um deles fosse autorizado a acompanhá-lo ao endereço indicado. Como nos tempos de Médiçis.

Quem tinha compromissos a cumprir, por um dia teve que bancar o peemedebista. Impediram até o acesso de doentes a clínicas, para exames que lhes tinham exigido prévia e penosa preparação, de repente posta a perder por um meganha de Moreira Franco. Todos estes transeuntes absolutamente inofensivos, a maioria sem sequer saber do que se passava, e, no entanto, tratados aos empurrões e pontapés, aos palavrões, e ameaças de centenas e centenas de sujeitos bestializados pela posse de metralhadoras, fuzis, facas, bombas, capacetes, escudos com os significativos emblemas de trabucos e caveiras.

Boçalidades governamentais independem de

causas externas. Mas suas exposições públicas costuma depender de oportunidade. A que ontem foi aproveitada por Moreira Franco descreve-se em poucas palavras: estando os professores do estado há 25 dias em greve, um grupo deles pretendeu fazer um protesto pacífico, diante do palácio governamental. Nem chegavam a 200. Mas, ainda longe do palácio, foram cercados por 420 PMs, enquanto outros, às centenas, providenciavam o bloqueio de ruas até à distância de quilômetros.

Daí por diante, foi a baderna oficial generalizada. Nove pessoas, feridas. Por consequência de lançamento policial de bombas que o governo disse serem de "efeito moral". Não é verdade. Foram bombas de defeito moral. De quem, em vez de procurar soluções para os problemas de um Estado problemático, aciona a estupidez armada para dispor de tempo com que fazer manobrinhas políticas e acomodar concorrências públicas.

É desprezo também; mas não é só ele que este tipo de suposta governante tem dos cidadãos comuns, que trabalham, não roubam, pagam impostos. É desprezo também, mas é sobretudo medo de contraste que sobressairia do encontro. Cercar-se de polícia, metralhadoras, bombas, mais do que útil, é necessário.

Moreira não seria quem é se não fosse aquele do esquema SNI/Moreira Franco/Proconsult, da vergonhosa fraude eleitoral de 82. Saiu do PDS - ditatorialesco para o PMDB, na carreira mais sinuosa da política brasileira, mas não se traiu.

Folha de S. Paulo, 8/17/88

AVISO IMPORTANTE

PREVISÃO PARA PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA UFRJ EXERCÍCIO DE 1988

Entrega da Fita ao Banco do Brasil	Liberação dos Recursos pelo M.F. — Port. 043	Pagto. dos Servidores no Banco do Brasil —
22/01/88	20/01/88	28/01/88
22/02/88	22/02/88	29/02/88
22/03/88	22/03/88	28/03/88
20/04/88	20/04/88	28/04/88
20/05/88	23/05/88	27/05/88
20/06/88	22/06/88	28/06/88
18/07/88	20/07/88	28/07/88
22/08/88	22/08/88	29/08/88
19/09/88	21/09/88	28/09/88
22/10/88	19/10/88	27/10/88
21/11/88	22/11/88	28/11/88
12/12/88	14/12/88	19/12/88

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1988

Superintendência Geral de Patrimônio e Finanças

COMUNICADO

Comunicamos que, segundo decisão aprovada em Assembléia Geral, de 16/03/88, a mensalidade da ADUFRJ é reajustada conforme o salário-docente, sendo o valor atual, referente ao mês de julho, de Cz\$ 550, 00.

A normatização do PUCRCE

O Plano único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) ainda necessita ser normatizado no interior da Universidade. Vemos nessa oportunidade condições concretas de, a partir das nossas discussões, aperfeiçoar nossa carreira, contribuindo assim para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão na Universidade.

Por outro lado, a demora na definição destas questões causa prejuízos salariais aos docentes que, cumprido o interstício, aguardam o direito à avaliação com fins de promoção.

Há necessidade também de se definir as normas para a aplicação do semestre sabático e excluir definitivamente: o regime de 40 horas para as novas admissões que devem ser regime de Dedicção Exclusiva ou 20 horas, a GRIPE e o "marajalato" embutido nas funções, comissionadas.

Apresentamos as deliberações do Movimento Docente quanto à carreira., aprovadas na Assembléia Geral da ADUFRJ, em 29/06/88.

Propostas quanto:

I. ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE:

a) Conceito (Proposta)

Órgão de assessoramento ao Conselho Universitário e ao Reitor na formulação, acompanhamento e supervisão da execução da política de pessoal docente, sendo ao Conselho Universitário nas situações de política global e ao Reitor nas questões administrativas.

b) Atribuições:

Ao Conselho de Ensino para Graduados

Associação de Docentes da UFRJ vem encaminhando, através de seu Conselho de Representantes e Assembléia, a discussão e elaboração de propostas referentes à regulamentação interna do plano único de cargos e salários.

Em sua última assembléia, em 29 de junho, foram aprovadas propostas sobre a regulamentação da CPPD e do semestre sabático, que já foram enviadas a esse colegiado, no dia 06/07/88.

Quando à avaliação docente para progressão horizontal e vertical, foi iniciada a discussão a nível de Diretoria e Conselho de Representantes, tendo sido, inclusive, analisada a proposta em exame neste Colegiado, a respeito da qual enviamos as seguintes sugestões:

a) a progressão à classe de Professor Assistente será exclusivamente mediante obtenção de grau de Mestrado;

b) a progressão à classe de Professor Adjunto, na ausência do título de Doutor, far-se-á mediante apresentação de trabalho concluído de pesquisa, a nível de Doutorado, a ser defendido publicamente diante de uma banca;

Além das previstas em lei, apreciar as situações de acumulação de cargos e empregos.

c) Constituição (Proposta)

1. Um representante por classe da carreira do magistério superior; um do 1º e 2º graus; um docente por Centro; um do Fórum de Ciência e Cultura mais os respectivos suplentes eleitos; diretamente por seus pares.

2. Não devem pertencer à CPPD os docentes nos cargos de chefe de Departamento, vice-diretor, diretor, decano e membros de colegiados superiores.

3. Mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução imediata.

d) Disposições Transitórias:

Na primeira eleição, os representantes das categorias docentes deverão ter um mandato de três anos e os representantes dos Centros e Museu, um mandato de dois anos.

II. SEMESTRE SABÁTICO

Propostas:

a) Além do que está previsto na lei, consideramos que o mérito das propostas de aperfeiçoamento, para concessão de semestre sabático, deverá ser analisado e julgado, exclusivamente, pelo colegiado do Departamento.

b) Continuar com a luta pelo ano sabático.

CONCLUSÃO

A lei da isonomia completou 14 meses e ainda não sofreu uma regulamentação interna. Visando agilizar esta regulamentação, estamos apresentando as deliberações do Movimento Docente, aprovadas em Assembléia Geral, nas reuniões de Unidades e Centros, para os colegiados superiores.

c) na avaliação para progressão horizontal, a pontuação referente às atividades acadêmicas será diferenciada de acordo com a classe em que se encontra o docente;

d) a Comissão de Avaliação será por unidade, terá mandato de um ano, vedada a recondução, não podendo participar mais de um docente por departamento;

e) o regime de trabalho não será levado em consideração em qualquer avaliação, uma vez que é permitida ao docente a mudança do regime;

f) os aspectos a serem avaliados serão listados (para todas as unidades) tendo como referência as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sob a ótica da indissociabilidade.

Devido à importância desta questão para a vida acadêmica da UFRJ, consideramos fundamental que este Colegiado encaminhe sua proposta para discussão nas Unidades antes de sua deliberação.

Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ

EDITORIAL (2)

O papel da Universidade

Discute-se muito hoje o papel da universidade e sua relação com a sociedade. Constantemente essa discussão é impregnada de um complexo de culpa, como se a formação dos estudantes, a pós-graduação, a pesquisa científica e as demais atividades acadêmicas, bem como as eventuais atividades de extensão, não bastassem para justificar socialmente a instituição universitária.

A consciência crítica é desejável, mas o complexo de culpa, desnecessário. O que a universidade deve ser primeiro lugar é, orgulhosamente, universidade, ou seja, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. A reflexão crítica deve avaliar se a universidade está fazendo isto. Se oferece ensino desvinculado de produção de conhecimentos, estará funcionando como um colégio; se desenvolve pesquisa sem formar pessoal (ensino), estará se identificando com institutos especializados; se desenvolve atividades de extensão desarticuladas dos cursos de ensino e pós-graduação, estará simplesmente fazendo assistencialismo ou treinamentos técnicos colegiais. Em quaisquer casos, estará traindo sua vocação social que é desenvolver atividades universitárias, definidas inclusive por lei constitucional e, por isso mesmo, financiadas pelo dinheiro público.

Uma boa universidade é em princípio, aquela que tem produção acadêmica, oferece bons cursos, forma bons profissionais e bons intelectuais, realiza, bons seminários e conferências, publica bons trabalhos e livros, e promove, neste contexto, atividades de extensão. É claro que não é de se esperar a homogeneidade de todas as áreas do conhecimento. Essa é a meta, mas é natural haver uma diferenciação e uma situação dinâmica de mudança e evolução, como de fato ocorre. Olhando o passado, não há dúvida de que o rumo da universidade pública no Brasil é no sentido de melhorar. Há hoje mais doutores, docentes-pesquisadores reconhecidos pelo CNPq, mais teses, livros, trabalhos aceitos para Publicação em periódicos, projetos de extensão, tecnológicos; sociais e culturais.

Portanto, o problema é aprimorar essas atividades em toda sua amplitude,

e não buscar outros argumentos para justificar a existência da universidade. Esses outros argumentos costumam ser de duas ordens. De um lado os que dão absoluta prioridade à cooperação da universidade com empresas, ou defendem a transformação da universidade, totalmente ou em parte, em empresa, ou ainda estimulam os professores a criarem empresas conjuminadas à universidade. A idéia é transferir o conhecimento gerado pela universidade para a esfera da produção, desenvolver a tecnologia e assim contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. De outro lado, os que acentuam a função social da universidade entendida como atuação nas comunidades carentes, para resolver problemas sociais, compensar a deficiência ou ausência do Estado e a injustiça da divisão de classes com exploração ampliada das classes inferiores. Na verdade, os dois grupos de argumentos traduzem uma visão simplória da universidade, quando privilegiados no conjunto das atividades universitárias.

Deve-se reconhecer que a universidade, antes de mais nada, deve ser o lugar natural da atividade acadêmica - de ensino, estudo, pesquisa, reflexão crítica, criação, emulação cultural - tudo o mais decorrendo disso e se subordinando a isso. A universidade como um todo deve estar próxima dos problemas presentes da sociedade e do mundo, preservando o que vem do passado e olhando para o futuro. Nela, de forma pluralista, devem existir teóricos, práticos, acadêmicos de grande cultura, pesquisadores ativos na ciência, críticos de literatura e arte etc. Entre eles haverá gente cuja área do conhecimento, prática profissional e interesse intelectual levem a atuar na interface, seja com os problemas sociais, na extensão para apoio à comunidade, seja em projetos tecnológicos de interesse imediato. É preciso que os professores que estudam assuntos teóricos, teorias matemáticas, a relatividade geral, a filosofia, a cultura grega, a literatura francesa, a arte na Renascença, etc., não tenham vergonha do que fazem e não se sintam inúteis socialmente.

Ademais, há que se reconhecer a limitação da universidade para tudo fazer bem: salvar o mundo, fazer o que o Estado devia fazer, substituir as empresas nacionais, etc.

CHAPA ELEITA - BIENIO 88/90

XVII Conad/Porto Alegre, 2 de junho de 1988.

CHAPA 1: ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Presidente	Sadi Dal-Rosso	Universidade de Brasília
1.º Vice-Presidente	Carlos Eduardo Malhado Baldijão	Universidade de São Paulo
2.º Vice-Presidente	Maria da Glória Ribeiro da Silva	Universidade Santa Ursula-RJ
Supl. Presidência	Tanira Margarete Piacentini	Federal de Santa Catarina
• Secretário Geral	Silvio Frank Alem	Federal da Paraíba
1.º Secretário	Vanderli Fava de Oliveira	Federal de Juiz de Fora
2.º Secretário	Márcia Serôa da Motta Brandão	Federal do Amazonas
Supl. Secretaria	Carlos Peraro Filho	Federal do Paraná
1.º Tesoureiro	Marco Antônio Speri de Faria	Universidade Metodista de Piracicaba
2.º Tesoureiro	Eliane Novato Silva	Federal de Minas Gerais
Supl. Tesouraria	Mário Cloris Magalhães Almeida	Fed. Rural do Rio de Janeiro
Vice-Pres. Norte	Mário Cardoso	Federal do Pará
Suplente	Humsilka Maria O. de Amorim	Federal de Rondônia
Vice-Pres. Nordeste 1	Vacy Mendonça de Almeida	Federal do Ceará
Suplente	José Neuburgo de Oliveira	Federal do Piauí
Vice-Pres. Nordeste 2	Maria Luiza Martins Aléssio	Federal de Pernambuco
Suplente	Vera Lúcia do Amaral e Silva	Federal da Paraíba
Vice-Pres. Nordeste 3	Dan Oliveira Santana	Estadual da Bahia
Suplente	Gilsa Luiza da Motta Gomes	Federal de Sergipe
Vice-Pres. Rio	Jorge Máximo de Souza	Federal do Rio de Janeiro
Suplente	Deise Mancebo	Estadual do Rio de Janeiro
Vice-Pres. Leste	Fábio Corrêa Dutra	Federal do Espírito Santo
Suplente	Edilamar Rezende	Federal de Uberlândia
Vice-Pres. São Paulo	Pedro Paulo Roque Monteleone	Paulista de Medicina
Suplente	Edmundo Fernandes Dias	Estadual de Campinas
Vice-Pres. Sul	Marcos de Toledo Tito	Estadual de Londrina
Suplente	Luís Carlos Pinheiro M. Filho	Federal de Santa Catarina
Vice-Pres. R.G. Sul	Luiz Paiva Carapeto	Federal de Pelotas
Suplente	Marino Ledur	PUC — Rio Grande do Sul
Vice-Pres. Centro-Oeste	Nicanor Palhares Sá	Federal do Mato Grosso
Suplente	Sylvio Quezede de Magalhães	Universidade de Brasília

REGIÃO LESTE

APUEH	1.937	821	02	823	775	45	03
APES-JF	703	458	00	458	387	58	13
ADUFU	848	529	00	529	475	47	07
ASPUV	635	102	00	102	100	00	02
ASPESAL	133	72	00	72	60	12	00
PROEFEI	REALIZOU ELEIÇÃO MAS NÃO ENVIOU RESULTADO VIA ATA						
ADUFES	857	390	00	390	356	30	04
ADUFOP	152	82	00	82	72	09	01
ADMED	106	40	00	40	28	12	00
ADFUNREI	69	69	00	69	65	04	00
TOTAIS DA REGIONAL	5.440	2.563	02	2.565	2.318	217	30

RIO DE JANEIRO

ADUFRJ	2.117	903	03	906	791	92	23
ADUSU	442	245	01	246	227	16	03
ADUFF	1.653	529	02	531	488	33	10
ADUR-RJ	457	277	00	277	243	27	07
ASDUERJ	1.257	453	03	456	431	24	01
ADUNI-RIO	471	227	00	227	169	32	26
ADCEFET-CSF	338	198	00	198	194	02	02
TOTAIS DA REGIONAL	6.735	2.832	09	2.841	2.543	226	72

SÃO PAULO

ADUSP	481	160	00	160	151	08	01
ADEPM	542	179	00	179	166	13	00
APROPUC-Camp	775	291	00	291	229	48	14
ADUNICAMP	1.585	444	06	450	394	50	06
ADUNIMEP	244	125	00	125	116	05	04
ADUFSCar	425	228	04	232	199	26	07
APROFOC	181	68	00	68	61	05	02
TOTAIS DA REGIONAL	4.233	1.495	10	1.505	1.316	155	34

APURAÇÃO FINAL

A D S	Total Eleitores	Total Votantes DA AD	Total Votos em Trânsito	Total Geral de Votantes	Votos Chapa 1	Votos em Branco	Votos Nulos
REGIÃO NORTE							
ADUFPa	917	715	00	715	620	74	21
ADFCap	139	68	00	68	46	20	02
ADUA	310	295	00	295	253	37	05
ADUNIR	110	45	00	45	43	02	00
TOTAIS DA REGIONAL	1.476	1.123	00	1.123	962	133	28

REGIÃO NORDESTE							
APRUMA	495	182	00	182	164	15	03
ADUFPI	903	282	00	282	265	14	03
ADUFC	840	475	00	475	380	76	19
ADCESP	43	36	00	36	32	04	00
TOTAIS DA REGIONAL	2.281	975	00	975	841	109	25

REGIÃO NORDESTE II							
ADURN	1.288	583	00	583	531	39	13
ADUFPB-JP	1.012	503	14	517	494	19	04
ADUFPB-CC	790	386	01	387	351	28	08
ADUFERPE	385	201	00	201	176	22	03
ADUFEPE	1.188	599	09	608	547	55	05
ASPEC	91	61	00	61	59	02	00
ADURNE	270	71	00	71	56	13	02
ASDESAM	74	50	00	50	49	01	00
ADFURRN	350	152	00	152	135	16	01
TOTAIS DA REGIONAL	5.448	2.606	24	2.630	2.398	195	37

REGIÃO NORDESTE III							
ADUFAL	702	320	00	320	264	41	15
ADUFS (SE)	392	155	00	155	137	14	04
APUB	1.863	709	04	713	602	82	29
ADUFS (BA)	276	68	00	68	62	06	00
ADUNEB	208	107	02	109	94	07	08
TOTAIS DA REGIONAL	3.441	1.359	06	1.365	1.159	150	56

REGIÃO CENTRO-OESTE							
ADUFG	919	534	00	534	454	71	09
ADUFMAT	917	421	02	423	372	36	15
ADUFMEMS	383	64	00	64	61	03	00
ADUnB	609	389	09	398	349	44	05
TOTAIS DA REGIONAL	2.828	1.408	11	1.419	1.236	154	29

REGIÃO SUL

APUFPPr	1.878	857	02	859	630	165	64
ADUEM	456	225	00	225	214	09	02
APUFSC	1.541	597	06	603	507	64	32
ADUEL	941	474	00	474	440	30	04
ASCEFET-Pr	90	19	00	19	17	02	00
TOTAIS DA REGIONAL	4.906	2.172	08	2.180	1.808	270	102

RIO GRANDE DO SUL

APROFURG	480	198	03	201	142	58	01
ADUFPel	671	312	00	312	285	27	00
APUSM	1.139	363	02	365	223	125	17
ADUFRGS	1.429	536	01	537	430	101	06
ADUI	75	32	00	32	29	03	00
ADUCS	454	34	00	34	25	09	00
ADUCA	190	15	00	15	12	03	00
TOTAIS DA REGIONAL	4.438	1.490	06	1.496	1.146	326	24

OBS.: 1. Os números constantes da coluna "TOTAL DE ELEITORES" corresponde ao número de associados enviado pelas AD's nas listagens nominais à Comissão Coordenadora.

2. Os resultados das AD's ADUFPa, ADUA, ASPEC, APUB, APROPUC-Campinas, são os comunicados por telefone à Comissão. Até o dia 31/05 a Comissão não recebeu as Atas de Apuração Final.

3. Não foram lançados os resultados da APROEFEI devido a equívoco no envio da ata à Comissão. Não foi possível obter o resultado por telefone.

QUADRO GERAL DAS REGIONAIS

NORTE	1.476	1.123	00	1.123	962	133	28
NORDESTE I	2.281	975	00	975	841	109	25
NORDESTE II	5.448	2.606	24	2.630	2.398	195	37
NORDESTE III	3.441	1.359	06	1.365	1.159	150	56
CENTRO-OESTE	2.828	1.408	11	1.419	1.236	154	29
LESTE	5.440	2.563	02	2.565	2.318	217	30
RIO DE JANEIRO	6.735	2.832	09	2.841	2.543	226	72
SÃO PAULO	4.233	1.495	10	1.505	1.316	155	34
SUL	4.906	2.172	08	2.180	1.808	270	102
R.Grd. do SUL	4.438	1.490	06	1.496	1.146	326	24
SOMA FINAL	41.244	18.023	76	18.099	15.727	1.935	437

Votação na Constituinte

A DUFRRJ, seguindo orientação anteriormente aprovada nas instâncias de decisões do movimento docente, divulga para todos os professores o nome dos parlamentares que votaram contra nossos interesses na Constituinte, em dois pontos importantes. O primeiro é a questão do mandato do Presidente Sarney. Inúmeras entidades comprometeram-se a divulgar amplamente o nome daqueles constituintes que traíssem os interesses do povo brasileiro. Portanto, listamos abaixo os parlamentares do Rio de Janeiro que votaram nos cinco anos de mandato. Outra questão, esta de

interesse específico para os professores do 3º grau, é a aposentadoria especial. Por 260 votos contra 167, os professores universitários perderam o direito à aposentadoria especial (25 anos para mulheres e 30 anos para os homens), que foi mantida para os professores de 1º e 2º graus. Nesta votação, vários partidos e parlamentares progressistas tiveram posições divergentes, mas achamos importante divulgar os nomes dos parlamentares conforme compromissos assumidos anteriormente, e também como forma de pressão para a votação do 2º turno onde tentaremos, via emenda supressiva, que a aposentadoria especial volte para os professores do 3º grau.

A LISTA NEGRA

I. Votaram nos cinco anos para Sarney:

1. Afonso Arinos (PFL)
2. Aloysio Teixeira (PMDB)
3. Amaral Neto (PDS)
4. Arolde de Oliveira (PFL)
5. Daso Coimbra (PMDB)
6. Denisar Arneiro (PMDB)
7. Fábio Raunheitti (PTB)
8. Feres Nader
9. Flávio Palmier da Veiga (PMDB)
10. Gustavo de Faria (PMDB)
11. Jorge Leite (PMDB)
12. José Luiz de Sá (PL)
13. Messias Soares (PMDB)
14. Nelson Sabra (PFL)
15. Osmar Leitão (PFL)

16. Roberto Augusto (PTB.)
17. Roberto Jefferson (PTB)
18. Rubem Medina (PFL)
19. Simão Sessim (PFL)
20. Sotero Cunha (PDC)

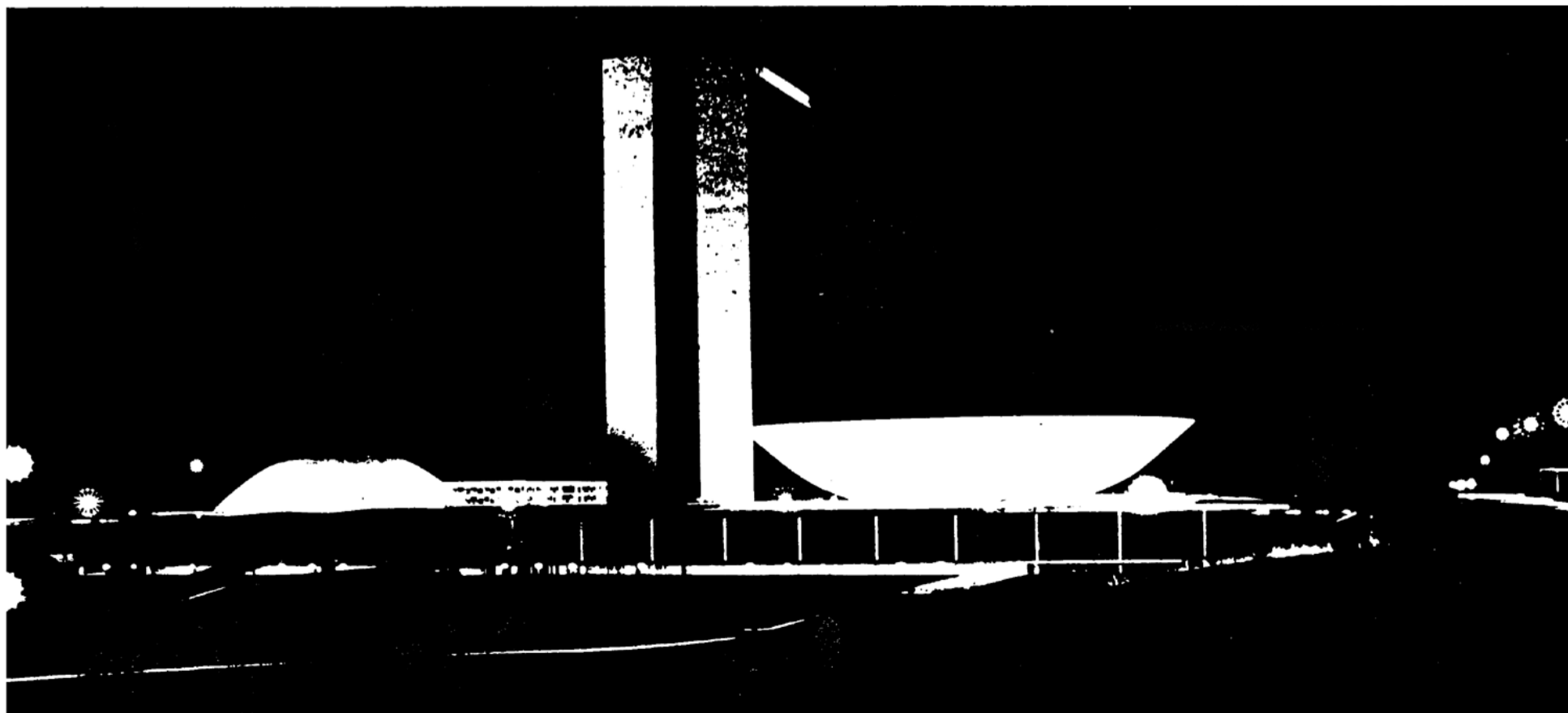
Abstenções: Osvaldo Almeida (PL);

II. Votaram contra a aposentadoria especial para professores do 3º grau:

1. Aloysio Teixeira. (PMDB)
2. Amaral Neto (PDS)
3. Arolde de Oliveira. (PFL)
4. Anna Maria Rattes (PMDB)
5. Artur da Távola (PMDB)
5. Bocayuva Cunha (PDT)
6. Cesar Maia (PDT)
8. Denisar Arneiro (PMDB)

9. Edmilson Valentim (PC do B)
10. Fabio Raunheitt (PTB)
11. Flávio Palmier da Veiga (PMDE)
12. Francisco Dornelles (PFL)
13. Jorge Leite (PMDB)
14. Luiz Salomão (PDT)
15. Márcio Braga (PMDB)
16. Nelson Carneiro (PMDB)
17. Noel de Carvalho (PDT)
18. Roberto Augusto (PTB)
19. Ronaldo Cesar Coelho (PMDB)
20. Sandra Cavalcanti (PFL)
21. Vivaldo Barbosa (PDT)

Lembrem-se disso nas próximas eleições!



Juiz concede liminar da URP

MARCO ANTÔNIO BARRETO LEITE E OUTROS, servidores públicos celetistas qualificados na inicial, propuseram em face da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO a presente ação cautelar inominada objetivando atalhar os efeitos do art. 1º, inciso VIII, do Decreto-lei 2425, de 07.04.88, que suspendeu a incidência da Unidade de Referência de Preços (URP) sobre os seus salários respectivos dos meses de abril e maio do corrente ano.

Requereram, assim, a procedência, inclusive com a concessão liminarmente, da medida cautelar.

DECIDO.

Reconheço comportado na demanda dos requerentes o pressuposto do *fumus boni iuris*, em face do interesse que justifica o direito de ação, como direito ao processo de mérito, ou seja, o interesse amparado pelo direito objetivo, na forma de um direito subjetivo do qual os suplicantes se consideram titulares, nos termos dos arts. 153, § 3º, e 170, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 468, da Consolidação das Leis do Trabalho, e art. 3º e § 1º e art. 8º, do Decreto-lei 2335, de 12.06.87, dispositivos que militam em prol do interesse Jurídico dos requerentes, caracterizando assim a plausibilidade do direito material.

Está, outrossim, objetivamente evidenciado o *periculum in mora*, pelo dano potencial a que se sujeitará o processo principal de não ser útil e eficaz aos requerentes com a demora na prestação jurisdicional. Tratando a causa de salário, que tem incontestável natureza alimentar, a demora na tutela satisfativa da pretensão dos requerentes pode determinar drásticas e incomponíveis conseqüências na capacidade econômica e financeira dos mesmos, pela hodierna e monocórdia desvalorização do poder aquisitivo da moeda, decorrente do direto reflexo da inflação ainda não convenientemente controlada em níveis suportáveis pelas medidas governamentais.

A supressão do reajustamento por dois meses do salário de umas poucas categorias de trabalhadores, como os ora requerentes, servidores públicos celetistas, desacompanhada da indispensável contrapartida da medida de congelamento dos preços de bens, de prestações, de serviços privados e públicos e mesmo de outros salários, muitos deles, inclusive, corrigidos mensal ou diariamente por índices de inspiração do próprio Poder Executivo (v.g. PNS, OTN, OTN fiscal etc), importa num verdadeiro e inoportuno "confisco do poder aquisitivo de salários pelo próprio empregador - o governo federal", como se deu pelo Decreto-lei 2425/88, com retroatividade in malam partem e conseqüente vício, em tese, de inconstitucionalidade.

Isto posto, presentes os pressupostos que ensejam a cautela, no escopo de assegurar utilidade e eficácia à ação principal, inclusive o requisito caracterizador da inoperância da medida se não atendida in initio litis e inaudita altera parte, nos termos do art. 804, do CPC;

CONCEDO, liminarmente, o pedido para incluir a requerida nos salários dos meses de abril e maio transato dos requerentes, respectivamente, os índices da Unidade de Referência de Preços (URP) desses mesmos meses, de acordo com os arts. 3º e 8º, do Decreto-lei 2335/87, que deverão ser pagos e mantidos, si et in quantum, no computo dos reajustamentos dos meses subsequentes.

CONCEDO, ainda, o pedido de pagamento das diferenças das URP's dos salários dos meses de abril e maio dos requerentes, em folha suplementar confeccionada pela requerida para esse fim.

COMUNIQUE-SE, por ofício, à requerida do teor desta decisão e CITE-SE, cientificando-se, ainda, a União Federal.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1988.

Alfredo França Neto

Rio de Janeiro, 06 de junho de 1988.

Magnífico Reitor:

Comunico a V.S.a., que deferi, nos autos da Medida Cautelar n.º 88.0015909-5, ajuizada por MARCO ANTÔNIO BARRETO LEITE E OUTROS contra a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (cópia da petição inicial em anexo) a medida liminar, com a finalidade de garantir aos requerentes, o reajuste dos seus salários no trimestre em curso - abril e maio, de acordo com o art. 3º do Decreto-Lei 2335/87, proferindo o despacho que segue em anexo.

Atenciosamente,

Alfredo França Neto - Juiz Federal - 18ª Vara

Nota aos professores

Nove liminares já foram concedidas sobre a ação cautelar dos docentes da UFRJ que tramita na Justiça Federal para o restabelecimento da URP, totalizando 450 docentes, entre estatutários e celetistas.

Cumprindo exigência da Justiça Federal, as procurações foram reunidas em blocos de cinquenta para compor os processos, que somam vinte e oito. Segundo avaliação do Dr. Hermann Assis Baêta, advogado da ADUFRJ, a demora se justifica por vários motivos, além do recesso, em junho, para descupinização das instalações do Tribunal Federal. Um deles é a sobrecarga dos trabalhos nas varas federais, ou ainda a formalidade de alguns juizes, como o da 11.ª Vara, que preferiu notificara Universidade antes de dar a sentença; de qualquer forma, a ação cautelar corre independente da citação.

O advogado explicou também que o procedimento correto é pagar salário de junho corrigido sobre o montante de maio com a URP. Mas deixou claro que só devem receber esses valores desde abril os docentes que tiverem liminar favorável, uma vez que os processos têm caráter individual. Caso a UFRJ não calcule os vencimentos de junho dessa forma, será necessário outra ação para incorporar a URP de abril e maio aos salários.

Dr. Hermann Baeta dará andamento às outras duas ações que se pretendem levar à Justiça posteriormente. Tão logo fique definida a questão da URP, tratará da correção monetária dos valores pagos com atraso. Mas só poderá entrar comandado de segurança reivindicando a integridade das gratificações a que os docentes têm direito quando realmente for caracterizada a lesão, ou seja, quando houver a redução dos salários na folha de pagamento, conforme o decreto governamental n.º 2323/88. Por outro lado, o Jornal do Brasil (02/06/88) veiculou a seguinte notícia: "Os funcionários públicos de nível superior com dois empregos ganharam mais 60 dias de prazo para optarem pelo emprego no governo, com salário integral, ou perderem 50% de suas gratificações, se continuarem em dois lugares. A opção, determinada pelo Decreto-Lei n.º 2423, vai atingir principalmente, segundo o Ministério da Administração, professores, médicos e advogados.

Na audiência com o Reitor, de 17 de junho, a diretoria da ADUFRJ foi informada sobre a autorização do pagamento da URP, em junho, aos docentes que obtiveram liminar favorável e que figuram nas duas primeiras sentenças que chegaram à Reitoria. Isto significa a correção dos salários de abril

e maio, e o cálculo do pagamento do mês de junho sobre o salário corrigido. Contudo, não está resolvida a situação dos docentes dos demais processos aprovados. Para a ADUFRJ, o não cumprimento da ordem judicial que determina o pagamento imediato, através de folha suplementar, se necessário, é incabível. Os docentes já foram penalizados com os cortes nos salários, pelo governo e não devem ser novamente penalizados pela administração da UFRJ, quanto ao recebimento de valores que lhes são de direito.

A ADUFRJ enviou correspondência notificando a todos os professores que já tiveram liminar favorável sobre o pagamento da URP de abril e maio. As listagens encontram-se à disposição na sala da Associação. Os docentes que ainda não assinaram as procurações têm prazo até 15 de julho para encaminhar o documento, via ADUFRJ.

URGENTE
Na sexta-feira,
08/07/88, 140
professores da UFRJ
receberam
a URP,
em folha
suplementar.

Assistência Jurídica

ADUFRJ contrata advogado

CONTRATO DE HONORÁRIOS

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, estabelecida na Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia - Bloco "D" - sala D 200, nesta cidade, inscrita no C.G.C sob o n.º 30315055-0001/51, neste ato representada pelo seu Presidente MURILLO MENDES GUIMARAES, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na Rua S. S. Wantuil, n.º 40 Bairro Estrela Dalva - CEP - 25.900 - Guapimirim - Magé - RJ, portador da carteira de identidade n.º 1333619 e inscrito no C.I.C. sob o n.º 618 546 467/53.

CONTRATADO: HERMANN ASSIS BAETA, brasileiro, casado, advogado, inscrito no O.A.B./RJ sob o n.º 12.128, inscrito no C.I.C. sob o n.º 048 175 037-87, com escritório na Rua México, n.º 70, grupo 403/405, Centro, nesta cidade.

OBJETO:

a) Consultoria e assistência jurídica permanente nos ramos de Direito Administrativo e Direito do Trabalho, em que a Contratada, como instituição, seja parte interessada.

b) A Consultoria e assistência serão realizadas, pessoalmente, ou por outros meios de comunicação, no escritório do Contratado.

c) Em casos excepcionais, o Contratado se obriga a locomover-se à sede da Contratante para, pessoalmente, participar de reuniões ou assembleias gerais.

CONSULTA 1ª: O Contratado se obriga a defender os interesses da Contratante, extra e judicialmente, propondo ou contestando ações, acompanhando-as nas instâncias que foram necessárias, durante a vigência do presente Contrato, com zelo e diligência.

CLAUSULA 2ª: A Contratante se obriga a remunerar o Contratado, a título de honorários profissionais, com a importância equivalente a 50 (cinquenta) OTNs, mensais, líquidos, ficando por conta da Contratante o pagamento do imposto de renda.

§ 1.: A remuneração será corrigida automaticamente com a variação das OTNs.

§ 2.: A presente estipulação não abrange os honorários de sucumbência, que reverterão em favor do Contratado.

CLAUSULA 3ª: Cabe à Contratante todas as despesas judiciais e extra judiciais, inerentes às causas e aos respectivos andamentos, inclusive passagens, estadias, etc., adiantando se for o caso, as importâncias que forem solicitadas pelo Contratado, tudo sob-controle de prestação de contas.

CLAUSULA 4ª: Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo ou, na impossibilidade desce, na esfera judicial, ficando, desde já, eleito o foro desta Capital.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1988

EDITORIAL

**TRANSPARÊNCIA
E ADMINISTRAÇÃO
DEMOCRÁTICA**

O Reitor, publicamente, atacou mais uma vez a ADUFRJ. A razão foi a solicitação, feita pela Associação, da lista dos professores e funcionários contratados e não enquadrados nos planos de carreira respectivos. Pedem-se informações sobre suas funções, a lotação e salários. Não se trata de negar, a priori, a necessidade e a capacidade profissional dessas pessoas. A questão é que não houve concurso público nem algum tipo de seleção transparente. Mesmo admitindo o fato como consumado, é preciso verificar a distribuição do pessoal, pois sabe-se que há Unidades e Departamentos carentes de funcionários e docentes, enquanto a Reitoria e seus órgãos anexos estão inchados e alguns Departamentos e Unidades são favorecidos pela atual política da UFRJ.

Mas, o mais grave, já levantado em reuniões e assembléias, são os comentários correntes de que houve, nessas contratações, boa parte de apadrinhamento por razões político-partidárias e pessoais. Há muito se argüi sobre a existência de uma estranha ficha com indicação pessoal dos candidatos às contratações pela Reitoria. O Conselho Universitário, o Conselho de Ensino de Graduação, o Conselho de Ensino de Pós-Graduação, os Conselhos de Coordenação dos Centros, as Congregações e os grupos de pesquisa não são ouvidos, como não o são os Departamentos. Houve contratações mediante uma decisão central, sem responder a nenhum pedido específico. Assim, duplicam-se funções, como o caso do Grupo Executivo de Manutenção e Desenvolvimento (GEMD), do Núcleo de Imagem e Vídeo, da garagem da Prefeitura. Inventam-se cargos inexplicáveis, como o de filósofo, historiador, físico, etc, lotados na Reitoria e não nos Departamentos e Unidades onde se realizam as atividades fins da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica.

Esta última desvinculou-se da atividade acadêmica e passou a ser um fim em si mesma. Para isso, contratam-se pessoas que não ensinam nem

pesquisam, mas que orientam e executam a extensão. Um sem número ainda de assessores foram contratados por afinidades ideológicas ou por fidelidade pessoal, muitos nem sequer prestando o expediente na Universidade, apesar de alguns receberem salários elevados, superiores aos da carreira.

Tudo isso são indagações, várias vezes levantadas e nunca respondidas. Não só na ADUFRJ, mas também em colegiados e no próprio Conselho Universitário, questionou-se a respeito desses pontos, mas não foi dado nenhum esclarecimento.

A democratização exige a transparência nas decisões da Reitoria, na administração, na destinação dos recursos financeiros orçamentários e dos recursos próprios. Numa administração democrática não deve haver nada a ser escondido dos que trabalham e estudam na Universidade. Por que, então, o Reitor nega-se a responder o pedido da ADUFRJ? Por que passa ao ataque acusando-a de policial e de ser responsável por uma possível intervenção na UFRJ, por querer saber o que é dever do Reitor informar, antes mesmo de ser solicitado a fazê-lo? Afinal, que está sendo escondido pela Reitoria? É fundamental tirar a limpo essa questão, corrigir os erros, caso eles, de fato, sejam confirmados. É um ponto de honra em defesa da Universidade Pública, tão atacada por aqueles que são contrários ao ensino superior público e gratuito e à indissociabilidade do ensino universitário da pesquisa científica e da produção intelectual, seja ela cultural, artística ou técnica. A transparência e seriedade são a melhor arma contra os que acusam a universidade de ser uma “sinecura de ociosos”.

Por decisão da Assembléia Geral, a ADUFRJ utilizará, inclusive, o caminho da justiça para obter as informações solicitadas. A transparência administrativa e o concurso público são bandeiras históricas dos que lutam contra o clientelismo e o fisiologismo, e pela democracia, pela moralização e qualidade das instituições públicas.

**Contratações
da Reitoria***Página 3***Eleição para
reitor em 89***Páginas 4 e 5***Universidade
sob controle***página 8***CAMPANHA
SALARIAL**

Nossa campanha salarial prevista para o mês de março foi mudada pelo Governo para janeiro e, com isso, a categoria terá uma diminuição do seu poder aquisitivo. Nossa reivindicação foi (admitindo a data-base em janeiro) um percentual calculado em função do índice do DIEESE de 54,87 %, mas o Governo nos acena com um aumento de 49,50% acrescido de um abono de Cz\$ 60 mil, tendo em vista que, a partir da lei aprovada no Congresso Nacional, as categorias que tinham data-base diferente de janeiro ganham apenas a diferença entre o mês da data-base anterior e o mês de janeiro.

Queremos receber em março a diferença entre o aumento concedido em janeiro e o da nossa data-base prevista na Lei da Isonomia.

Recursos Próprios

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1988

Ao
Magnífico Reitor da UFRJ
Prof. Horácio Macedo

A ADUFRJ, desde sua fundação em 1979, defende o princípio da gestão democrática no uso dos recursos de nossa Universidade. Neste sentido, vem lutando também para que os docentes e a comunidade universitária em geral sejam informados sobre as fontes, montante e as áreas de aplicação dos mesmos recursos.

Neste momento, consideramos de fundamental importância que a Reitoria da UFRJ esclareça as seguintes questões:

- 1- discriminação detalhada das fontes de recursos próprios da UFRJ, com os respectivos valores mensais;
- 2- discriminação detalhada da aplicação dessas verbas no exercício de 1987 e 1988;
- 3- divulgar os canais e vias institucionais existentes para a discussão desta questão, quer em caráter consultivo, quer deliberativo, para a aplicação dos mesmos.

Reforçando nossa luta no sentido de uma administração transparente na UFRJ, aguardamos o pronto atendimento a esta solicitação.

Atenciosamente,
Alexandre Magalhães da Silveira
1.º Vice-Presidente
Pela Diretoria da ADUFRJ

Lista dos Contratados

Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1988

Ao
Prof. Horácio Macedo
Reitor da UFRJ

Cumprindo deliberação da Assembléia Geral da ADUFRJ de 16/11/88, vimos solicitar a relação dos funcionários e professores contratados por esta Universidade sob qualquer vínculo, e que não estejam enquadrados no Plano de Carreira da Lei da Isonomia, de 10 de abril de 1987.

Nesta relação, ainda por exigência da Assembléia Geral, deverão figurar os seguintes dados relativos a cada funcionário ou professor: **nome completo, data de admissão, tipo de contrato, lotação, cargo e salário.**

Por último, e também por indicação da Assembléia Geral, pedimos que a lista seja entregue a ADUFRJ até 21/11/88.

Atenciosamente,
Alexandre Magalhães da Silveira
1.º Vice-Presidente da ADUFRJ
Pela Diretoria da ADUFRJ

Progressão Vertical

Rio de Janeiro, 29 de Novembro de 1988

Ao
Prof. Horácio Macedo
Reitor da UFRJ

No que se refere a proposta da Reitoria quanto à normatização da Progressão Vertical na carreira docente, vimos solicitar-lhe o seguinte esclarecimento:

- Se há parecer jurídico da Procuradoria Geral desta Universidade sobre a Progressão Vertical para Professor Titular a partir da atual Constituição, da Lei da Isonomia e do Decreto que a regulamenta.

Caso não exista ainda este parecer, sugerimos que seja solicitado a fim de dar publicidade aos professores. Entendemos ser esta informação fundamental para subsidiar as discussões que ora se desenvolvem.

Atenciosamente
Alexandre Magalhães da Silveira
1.º Vice-Presidente da ADUFRJ
Pela Diretoria da ADUFRJ

Brasília, 07 de dezembro de 1988.

Da: Presidência da Andes-Sindicato Nacional
Para: AD's federais e vice-presidentes regionais
A ANDES, o CRUB e a UNE acompanham a tramitação do projeto do orçamento de 1989 no Congresso Nacional.

Acaba de ser votada, em meio a muita desinformação, a proposta do relator geral, negociada com a comissão de orçamento. Embora a confirmar com dados definitivos, o orçamento das IFES está assim distribuído.

1. 17 bilhões - proposta original do executivo para todas as IFES.

2. 7,7 bilhões - emenda do relator para escolas técnicas.

3. 20 bilhões - emenda do relator para as IFES da Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, destinados a investimentos, tais como biblioteca, equipamentos, laboratórios, etc, não se tratando de custeio.

4. 16 bilhões (a confirmar) - conseguidos por pressão das entidades junto à comissão de orçamento.

5. Total de 60,7 bilhões.
A avaliação da ANDES, CRUB e UNE aponta dois problemas:

1. O volume insuficiente de recursos, pois para se chegar a 15% OCC/OG (pedido CRUB) são necessárias mais 30 bilhões, além dos números acima.

2. a vinculação regional dos recursos, implicando séria divisão possível dentro de todas as entidades. O relator geral continua intransigente quanto à idéia de alocar 20 bilhões para investimento só nas universidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A partir desse momento, a proposta do orçamento vai para o plenário do Congresso, devendo ser votada até o fim de semana.

Apelamos ação urgente das AD's em favor do aumento do volume de recursos para as IFES e contra a discriminação regional, pressionando:

a) os reitores para que se manifestem junto ao congresso.

b) os parlamentares das respectivas regiões, via contatos pessoais, telefonemas, telex, telegramas, etc.

De nossa parte, continuaremos nossa tarefa em Brasília.

Abraços,
Sadi Dal-Rosso
Presidente da Andes-Sindicato Nacional

Informações na UFRJ só por via judicial

Em reunião realizada no dia 14/12/88 do Reitor da UFRJ com os funcionários autônomos, o Reitor acusou a ADUFRJ de ser responsável por uma possível intervenção do Governo na UFRJ, por ter solicitado a lista de professores e funcionários contratados e não enquadrados nas respectivas carreiras. Nesta lista deveriam constar o nome completo, salário, data de contratação, tipo de contrato e lotação.

Essa não é a 1ª vez que a ADUFRJ solicita esta lista. Desde 1987 a Associação vem pedindo à Reitoria dados sobre os contratados, como também a transparência em relação aos

recursos próprios. Por entendermos serem questões de natureza pública sem qualquer justificativa de sigilo, não aceitamos a negativa da Reitoria em prestar as informações solicitadas. Assim a Assembléia da ADUFRJ decidiu usar dispositivo da nova Constituição que permite o caminho judicial para a obtenção de informações de interesse coletivo.

Essa solicitação foi feita pela ADUFRJ no dia 16/11/88 e por deliberação da Assembléia Geral a resposta deveria ser dada até 21/11/88.

No dia 12/12/88 o Dr. Hermann Assis Baeta, advogado da ADUFRJ, encaminhou uma carta ao Reitor com a

mesma solicitação e informando-o da entrada na justiça caso não fosse respondido plenamente.

Não entendemos porque uma prática transparente pode provocar a intervenção na UFRJ. Por que os docentes não podem tomar conhecimento desta lista?

A informação do Reitor não tem fundamento, no que diz respeito à solicitação da ADUFRJ, que não propõe nenhuma intervenção na Reitoria, mas apenas não abre mão de obter informações absolutamente normais numa instituição pública.

Pela Transparência Administrativa!

EXPEDIENTE

Boletim da ADUFRJ — Redação: Centro de Tecnologia, bloco D — sala 200 — telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 — Ilha do Fundão, Cidade Universitária — CEP 21.944 — Caixa Postal 68.531 — Rio de Janeiro — RJ — CGC 30.315.005/0001/51.
Edição e Redação: Edwiges Rego Reg. Prof. n.º 19.150
Fotografia: Amauri Alves
Diagramação: Jurandir da Conceição Santos
Composição: WJ Fotocomposição 273-5115
Impressão: Jornal dos Sports

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: Murilo Mendes Guimarães
Vice-Presidente: Alexandre Magalhães Silveira
2.º Vice-Presidente: Pedro A. P. Vieira,
1.º Secretário: José Luciano S. Mezzes,
2.º Secretário: Maria Lúcia Pimentel
1.º Tesoureiro: Isabel Cristina F. da Cruz
2.º Tesoureiro: Nelson F. Fernandes

REPRESENTANTES NO CONSELHO

CCMÑ

Instituto de Física
José Antônio Martins Simões e Fidalgo Cardoso dos Santos (representantes); Odair Dias Gonçalves e Raphael de Haro Junior (suplentes).

Instituto de Geociências

Maria da Glória Pires de Carvalho e Isimar de Azevedo Santos (representantes)

Instituto de Matemática

Sem conselheiro

Instituto de Química

Sem Conselheiro

Observatório do Valongo

José Augusto Buarque de Nazareth (representante) e Lília Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Sem conselheiro

Escola de Belas-Artes

Sem conselheiro

Faculdade de Letras

Maria Cristina Rigoni Costa, Vera Cristina Rodrigues Feitosa e Renata Gérard Bondim (representantes); Godofredo de Oliveira Neto, Jandym Gonçalves Figueiredo (suplente) e Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagório (suplentes)

Escola de Música

Léo Affonso de Moraes Soares (representante); Vanda Lima Bellard Freire, Regina Maria Meirelles Santos e Neusa Gomes Nunes (suplentes)

CFCH

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão e Marcelo Macedo Corrêa e Castro (representantes)

Escola de Comunicação

Kátia Maria de Carvalho Silva (representante) e Geir Nuffer Campos (suplente)

Escola de Serviço Social

Lília Lopes Guimarães (representante) e Dayse de Paula Marques da Silva (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Sem Conselheiro

Instituto de Psicologia

Sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Eliane de Azevedo Takche e Paulo Baltazar (suplentes)

CCJE

Faculdade de Direito

Sem conselheiro

Faculdade de Economia e Administração

Josué de Souza Almeida (representante) e Almir Pita Freitas Filho (suplente)

CCS

Instituto de Ciências Biomédicas

Sem Conselheiro

Escola de Enfermagem

Sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Hélio de Mattos Alves (suplente)

Faculdade de Medicina

Leticia Legay Vermelho, Aldo Franklin Ferreira Reis, Diana Maul de Carvalho (representantes); Fernando Sergio Viana Martins e Susie Andries Nogueira (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Sem conselheiro

Instituto de Nutrição

Elizabeth Accioly (representante); Rita de Cássia Perrelli (suplente)

Faculdade de Odontologia

José Monteiro Neto (representante) e Francisco Jeter Ribeiro (suplente)

Instituto de Biologia

Sem conselheiro

Escola de Educação Física e Desportos

Alexandre Moraes de Mello (representante) e Eleonora Gabriel (suplente)

Instituto de Biofísica

Sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Ferreira da S. Filho (representante) e Ceres El-Jaick Andrade (suplente)

Instituto de Pediatría

Arildo Pereira Franco da Fonseca (representante) e Peter Abram Likuornik (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Ezemar Marques de Andrade (representante) e Aunir José Carneiro (suplente)

NUTES

Antônio Filomeno (representante) e Eliane Brígida de Moraes Falcão (suplente)

NPPN

Sem Conselheiro

CT

Escola de Engenharia

Henrique Inseco Longo (representante) e Theophilo B. Ottoni Filho (representante)

Escola de Química

Sem conselheiro

COPPE

Sem Conselheiro

Instituto de Macromoléculas

Esperanza A. V. R. Ribeiro (representante) e Bettina A. L. Calafate (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante) e Denise Pamplona Carvalho (suplente)

ELEIÇÃO PARA REITOR NA UFRJ

A proposta da ADUFRJ

O Conselho Universitário da UFRJ definiu as normas da eleição do próximo Reitor. Inicialmente, por proposta da Reitoria, foi aprovada, na sessão do dia 20 de outubro, uma mudança do Estatuto da Universidade. Posteriormente, diante da resistência dos docentes e da comunidade da UFRJ, o Conselho voltou atrás. A sessão do dia 20, quando a própria estrutura da Universidade convocou parte do pessoal extra-quadro, foi um exemplo claro de que métodos fascistas também podem ser usados por aqueles que se dizem progressistas.

Praticamente, todas as propostas do Reitor foram aprovadas pelo Conselho Universitário, inclusive a que dá direito de voto aos 3.330 funcionários contratados e não enquadrados. O Conselho votou sem conhecer a lista com o nome completo, salário, lotação e tipo de contrato destes extra-quadro; muitos contratados na mais tradicional prática clientelista.

Além disso, pasmem os colegas, foi dado direito de voto a todos os alunos do CAP, inclusive os da 1ª série do 1.º grau. Realmente, a "vanguarda" das Universidades Brasileiras não ficaria satisfeita permitindo que fossem eleitores apenas os alunos do 2.º grau ou os maiores de 16 anos.

Decidiu-se também que a eleição será realizada em três dias; o primeiro turno, nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1989 e o segundo turno, nos dias 6, 7 e 8 de junho de 1989. Esse fato criará dificuldades na montagem de mesas eleitorais e na inviolabilidade das urnas. Espera-se que a estrutura da UFRJ não seja usada em nenhum momento das eleições.

Das Normas Eleitorais

- As normas deverão ser elaboradas por um Conselho, criado exclusivamente para este fim, composto por 3 membros do Conselho Universitário, 3 do CEG, 3 do CEPG e 5 de cada entidade (ADUFRJ, ASUFRJ e DCE).

Dos Eleitores

- Só terão direito a voto os professores e funcionários enquadrados nas respectivas carreiras e alunos regularmente matriculados.

Da proporcionalidade das Categorias

- Caberá aos docentes uma proporcionalidade mais expressiva do que aquela atribuída às demais categorias.

- A proporcionalidade a que se refere o item anterior será computada ten-

do como base o número de eleitores de cada categoria.

Da Comissão Eleitoral

- Esta comissão deve ser independente, representativa e responsável apenas pela condução de todo o processo eleitoral.

Dos Candidatos

- O Reitor e Vice-Reitor formarão chapa e apresentarão obrigatoriamente a sua equipe de Sub-Reitores no ato da inscrição.

- Juntos, o Reitor e Vice-Reitor vencedores, e sua equipe de Sub-Reitores, constituirão entre si a lista, caso seja necessário enviá-la ao MEC.

- Os elegíveis são apenas o Reitor e o Vice-Reitor que devem ser professores da UFRJ, pertencentes à carreira.

- O candidato que exerça função

comissionada deverá se licenciar da mesma no máximo até a ata de sua inscrição.

Da Inscrição dos Candidatos
- A eleição deverá ocorrer na última semana de abril ou na primeira semana de maio.

- A eleição deverá acontecer em um único dia e o eleitor deverá ser identificado através da carteira de identidade.

- A eleição poderá ser realizada em 2 turnos caso existam mais de 2 chapas e caso no 1.º turno nenhuma das chapas obtenha maioria absoluta. O intervalo entre os turnos deve ser de 15 dias e concorrerão apenas as 2 chapas mais votadas no primeiro turno.

Resolução do Conselho Universitário

Art. 1.º - O Reitor e o Vice-Reitor da UFRJ serão escolhidos em processos de eleição direta pelos docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes.

§ Único - O processo eleitoral iniciará-se e encerrar-se-á no âmbito interno da UFRJ.

Art. 2.º - Os votos de cada categoria serão apurados separadamente e ponderados de modo a tornar iguais os pesos de cada uma.

§ Único - A forma de ponderação mencionada no caput do artigo atribuirá a cada voto um fator multiplicativo cujo valor, para cada categoria, será o resultado do quociente entre o peso atribuído à categoria e o seu respectivo número de eleitores.

Art. 3.º - Serão declarados vencedores na eleição os candidatos a Reitor e a Vice-Reitor, integrantes de uma chapa, que conseguirem votação maior que 50% do somatório dos votos ponderados das três categorias.

§ Único - No caso de nenhum dos candidatos a Reitor e a Vice-Reitor, integrantes de uma chapa, conseguirem a votação estabelecida no caput deste artigo, proceder-se-á a um segundo turno de votação a que concorrerão, obrigatoriamente, apenas as duas chapas com maior número de votos ponderados conseguidos no primeiro turno, sagrando-se vencedora a chapa que obtiver mais de 50% do somatório de votos ponderados das três categorias.

Art. 4.º - Concorrerão à eleição chapas nas quais figurem os candidatos a Reitor e a Vice-Reitor.

§ 1.º - Cada chapa deverá apresentar

no ato de inscrição um resumo de programa de trabalho, além dos Sub-Reitores e Prefeito que integrarão a equipe da sua administração.

§ 2.º - As chapas inscritas, bem como a respectiva equipe, para concorrer no primeiro turno não poderá ser modificadas para a realização do segundo turno de votação.

Art. 5.º - Os candidatos a Reitor e a Vice-Reitor vencedores da eleição serão empossados pelo Conselho Universitário.

§ Único - Os Sub-Reitores e o Prefeito da chapa vencedora serão nomeados pelo Reitor imediatamente após a sua posse.

Art. 6.º - O processo eleitoral será de responsabilidade institucional e presidido, organizado e executado por uma Comissão Eleitoral composta por 5 (cinco) docentes, 5 (cinco) servidores técnico-administrativos e 5 (cinco) estudantes.

§ 1.º - O Conselho Universitário homologará a constituição final da Comissão Eleitoral.

§ 2.º - Os membros da Comissão Eleitoral serão eleitos em processo encaminhado pelas Entidades representativas dos segmentos.

§ 3.º - Cada membro da Comissão Eleitoral terá um suplente escolhido no mesmo processo mencionado no parágrafo anterior.

§ 4.º - O presidente da Comissão Eleitoral, com direito exclusivo a voto de desempate, será escolhido entre os membros eleitos pelos componentes da Comissão.

Art. 7.º - A Comissão Eleitoral será

empossada pelo Conselho Universitário e organizará o regimento do processo eleitoral, para ser homologado pelo Conselho Universitário.

Art. 8.º - Constituem o colégio eleitoral:

- 1) Todos os docentes do PUCRCE.
- 2) Todos os servidores técnico-administrativos do PUCRCE.
- 3) Todos os estudantes com matrícula ativa em qualquer dos cursos da UFRJ.
- 4) Todos os servidores extra-quadros com vínculo empregatício existente em 20 de outubro de 1988 e mantido na data da eleição.

§ Único - Incluem-se nos estudantes mencionados no item três os alunos dos cursos de pós-graduação lato sensu aprovados pelo CEPG e excluem-se os alunos dos cursos de extensão universitária.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1.º - O primeiro turno da eleição será realizado nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1989 e o segundo turno nos dias 6, 7 e 8 de junho de 1989.

Art. 2.º - A posse da Comissão Eleitoral pelo Conselho Universitário será até 30 de março e a homologação do regimento do processo eleitoral, pelo Conselho Universitário, ocorrerá até 13 de abril de 1989.

Art. 3.º - O calendário estabelecido nos artigos anteriores deve ser entendido como tentativa inicial de balizamento para o cronograma do processo eleitoral.

Aprovada em sessões realizadas nos dias 20/10, 10, 17, 22, 24 e 29/11, e 1/12/88

O parecer do serviço jurídico

Em atenção à consulta verbal de V. Magia, sobre a possibilidade de se indicar a direção da Instituição sem a interferência de outros órgãos, entendemos que a sistemática adotada pela Constituição, promulgada em 05 de outubro deste ano, que deu às Universidades AUTONOMIA didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207), trouxe uma nova condição para que se estabeleçam procedimentos com vistas à eleição dos dirigentes máximos; o que, aliás, já é adotado por algumas Universidades.

Entendemos que, independentemente da lei que se promulgará visando à democratização do ensino público (inciso VI do art. 205) pode e deve a Universidade começar a estabelecer as condições de provimento dos cargos de direção, através da eleição direta, como já se realizou em nossa Instituição, porém agora sob a necessidade de confirmação pelos órgãos que formavam o colégio eleitoral e dependência da escolha do Ministro da Educação na lista sextupla, por imposição das normas anteriores à Constituição.

A adoção deste procedimento - eleição direta não é propriamente de modificação ao Estatuto da Universidade, mas de adequação temporária à nova realidade constitucional, a ser formalizada mais adiante, estatutariamente, em função dos termos da lei a ser votada.

É importante verificar-se que a forma anterior da escolha dos dirigentes universitários, tirava totalmente da Instituição as condições de serem dirigidos pela real representatividade de sua sociedade, como quer expressamente o atual texto Constitucional.

Desta forma, depois de estabelecidas as regras para a eleição dos dirigentes é que, através dos órgãos competentes se negociará com as autoridades as condições de aprovação destas normas que, então, poderão ser incorporadas definitivamente, pelos procedimentos formais, ao Estatuto da Universidade.

Serviço Jurídico, 07 de novembro 1988
Luiz Mizaél Costa Carvalho Duque

Procurador Geral

Democracia e excelência acadêmica na universidade



- Ao falar da sucessão do Reitor, não podemos esquecer uma questão mais ampla que é a escolha dos dirigentes em geral. As eleições, nos moldes em que são realizadas, continuam a dar margem a práticas populistas na universidade.

Essa é uma das preocupações do Prof. João Sabóia, chefe do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração. Para ele, não é possível que, em nome da democracia, seja comprometido o nível de ensino da UFRJ. Pela vivência de anos na universidade, ele constata - e não tem receio de afirmar - que a crise da UFRJ é financeira e também acadêmica, relacionada sobretudo à grande absorção de docentes e funcionários sem a qualificação desejável:

- É um problema de falta de dinheiro, sim, basta ver o estado precário do prédio antigo aqui, na Praia Vermelha, ou o não pagamento das bolsas dos estudantes, mas há também o problema quanto à qualidade acadêmica, por se permitir o ingresso de pessoas pouco capacitadas. Acho o concurso público a maneira mais democrática de seleção, não apenas de professores, mas também de funcionários e alunos. Porém, nos últimos anos, a seleção para professores e funcionários não foi a ideal. Muitos que davam aula através de convênios foram efetivamente contratados para o serviço público por meio de concurso interno, que, no fundo, serve apenas para formalizar a entrada dessas pessoas. Ora, precisamos de gente de alto nível, mas, infelizmente, a UFRJ descuidou-se dos seus quadros. Isso vale tanto para professores quanto para funcionários.

Ele não acusa ninguém especificamente, porque vê generalizada nas universidades a prática de inchar os quadros de pessoal com futuros eleitores que podem, assim, favorecer uma determinada candidatura, tendo

em vista o peso de 1/3 para cada categoria na ponderação dos votos e a definição do colégio eleitoral irrestrito. Esse processo lembra-lhe o comportamento populista que se encontra no meio político do país, em que o candidato faz promessas e toma medidas para conseguir se eleger. Por isso, considera a transparência administrativa "importantíssima":

- É fundamental o controle dos gastos, saber porque a universidade, nesse momento, está sem dinheiro; como foram usados os recursos e como se dão essas contratações. Porque a universidade tem um alto custo para a população, sendo um compromisso muito grande para quem trabalha aqui. Se o nível do que realizamos é baixo, é uma irresponsabilidade. Daí a crítica que faço. Como passamos por um longo período de ditadura, a tendência é dar muita importância ao aspecto dito democrático, esquecendo o nível de excelência da universidade. O que a UFRJ tem que fazer é resgatar o alto nível de ensino.

Ele volta, então, a frisar que a discussão sobre eleições na universidade deve ser mais aprofundada e se resente que, na Economia e na Praia Vermelha, o debate sobre a eleição para Reitor no ano que vem tenha sido lento e tenha avançado pouco.

- Mas a universidade não pode ficar paralisada em torno da questão do Reitor, em detrimento de outras questões importantes que estão sendo relegadas a segundo plano. O regime de trabalho e a progressão vertical estão se arrastando há muito tempo e até hoje não estão resolvidos. No Departamento de Economia, por exemplo, há vários professores que, teoricamente, teriam direito à progressão vertical, mas estão parados, porque, simplesmente, as normas não foram definidas. Esses pontos também são cruciais para o funcionamento da universidade.

II CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ANDES

Posições da ADUFRJ defendidas no II Congresso Extraordinário da ANDES

A representação da ADUFRJ, constituída por 11 delegados escolhidos na Assembléia Geral do dia 16/11, levou ao II Congresso Extraordinário da ANDES as seguintes propostas:

I - Quanto à criação da ANDES-Sindicato Nacional

Uma vez garantida a sindicalização dos servidores públicos pela nova Constituição, deveríamos avançar no processo de transformação da ANDES em Sindicato Nacional para que pudéssemos fazer uso dos direitos legais de organização sindical que a nova legislação nos confere. Deveríamos, para isso, tomar deliberações que nos levassem firmemente nesta direção, e nos parecia claro que, no setor público, a questão estava razoavelmente esclarecida, embora, na maior parte das AD's, a discussão sobre sindicalização não tivesse tido muita participação. No entanto, dado que houve pouca discussão no setor particular sobre a criação deste sindicato nacional envolvendo professores das IES públicas e privadas, e que a representação deste setor (que congrega cem mil professores) no Congresso era muito pequena (reunindo representantes de poucas AD's), propúnhamos que decisões definitivas a este respeito não fossem tomadas naquele momento. Entendemos que a reorganização da ANDES em um Sindicato Nacional, englobando agora todos os professores do 3.º grau do país, deve ser um processo de construção política,

uma vez que depararia com a organização sindical anterior, no setor privado, baseada em sindicatos municipais de professores do 1.º, 2.º e 3.º graus. Esta nossa análise era, inclusive, reforçada pela posição de Sindicatos de Professores (Sinpros) de todo o país, em particular de Sinpros com direções atuantes e combativas, que propunham um processo de discussão ampla sobre a questão. Embora conscientes do caráter de urgência das decisões a serem tomadas, apresentado pela Diretoria da ANDES, propusemos que fosse estabelecida uma grande discussão nacional, com prazo determinado, em todas as faculdades e universidades com a participação dos Sinpros para decidir quanto à participação dos professores das IES privadas na ANDES-Sindicato Nacional e quanto à estruturação desta entidade. Esta proposta foi derrotada por larga margem de votos na plenária do II Congresso Extraordinário.

II - Quanto à transformação das AD's em Seções sindicais

Nossa proposta era manter ao máximo a estrutura das AD's e da ANDES na nova estruturação, devido ao fato de ser esta uma experiência histórica importante de organização autônoma e democrática, construída ao longo de anos pelo movimento docente em suas lutas salariais e pela melhoria da universidade.

Concretamente, propusemos que as AD's fossem consideradas como

organização básica na estrutura do novo sindicato do mesmo modo que as Seções Sindicais. Assim, poderíamos ter numa IES ou uma Seção Sindical ou uma AD com prerrogativas sindicais. Isso implicaria alterar-se o capítulo da proposta de estatuto da Diretoria da ANDES, incluindo aí, as AD's e admitindo que elas pudessem ter estatuto próprio e não apenas um regimento; evidentemente estando ligada à ANDES-Sindicato Nacional, o estatuto da AD deve ser compatibilizado com o da entidade nacional. Esta proposta, embora tivesse o apoio de algumas AD's de grandes universidades, foi derrotada amplamente nos grupos de discussão, o que nos levou a defender, na plenária, uma proposta bastante atenuada, no sentido de buscar preservar ao máximo a estrutura atual das AD's. Neste sentido, conseguimos que fossem aprovados alguns princípios gerais e, nas disposições transitórias, o artigo n.º 66 original foi modificado.

III - Quanto ao imposto sindical

No Congresso, parecíamos estar todos de acordo com o fato de que o imposto sindical obrigatoriamente recolhido é uma imposição autoritária injustificável sobre os trabalhadores. Esta é, aliás, uma questão de princípio, defendida por amplos setores dos trabalhadores no país ao longo das últimas décadas. Nossa proposta era a da devolução do imposto sindical a todos os professores e que as ADs e

a ANDES-Sindicato Nacional fossem mantidas exclusivamente pela contribuição voluntária de seus associados (como tem sido até agora).

A proposta original da Diretoria da ANDES, no entanto, remetia à decisão sobre a destinação do imposto sindical para os Congressos da ANDES. E, ao longo do Congresso, foram levantadas dúvidas (pouco pertinentes, ao nosso ver) sobre a viabilidade desta devolução e a destinação do imposto compulsoriamente recolhido. Nossa posição, juntamente com os delegados de várias outras AD's, era de que a devolução do imposto sindical deveria ser um ponto básico no novo estatuto e, portanto, deveria constar no estatuto. Sobre esta questão houve uma convergência de pontos de vista e nossa proposição foi amplamente acatada.

Embora minoritária em algumas questões centrais, a posição da delegação da ADUFRJ, mesmo levando-se em conta o acirramento natural das discussões no confronto de posições divergentes, foi sempre a de procurar contribuir construtivamente para que, neste processo de reorganização de nossa entidade nacional, fossem preservadas as conquistas do movimento docente - a autonomia, a participação democrática, a luta pela melhoria da universidade, etc. - e que um novo patamar de organização fosse atingido, incluindo agora a representação sindical constitucionalmente conquistada.

VIII CONGRESSO ORDINÁRIO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL
DE 14 A 18 DE FEVEREIRO DE 1989 — NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PAUTA:

1. Conjuntura
2. Indicativo: Filiação à CUT
3. Organização da Andes-Sindicato Nacional (estatuto, encaminhamentos)
4. Política educacional (constituintes estaduais, LDB, verbas)
5. Questões Setoriais (federais, estaduais e particulares)
6. Questões organizativas e financeiras
7. Relações internacionais

SEMINÁRIOS:

13/FEV/89 — 14h — Relações Universidade
Pública-Empresa
14/FEV/89 — 9h — Sindicalização

II CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ANDES

POSIÇÕES MINORITÁRIAS

Delegação da ADUFRJ no II Congresso Extraordinário

Os delegados da ADUFRJ ao Congresso Extraordinário da ANDES, realizado na UERJ no fim de novembro, para discutir sua transformação em sindicato dos docentes do ensino superior, levaram uma posição crítica decidida pela assembléia geral. Apesar de pouco numerosa, a assembléia da ADUFRJ que tratou desse assunto produziu um debate rico, cujos resultados repercutiram no Congresso da ANDES. Embora tenham sido críticas com respeito à posição geral da diretoria da ANDES, amplamente majoritária no Congresso e apoiada pela maioria das AD's, as propostas levadas pela ADUFRJ estimularam construtivamente os debates. Apesar de perdedoras globalmente, essas propostas influenciaram, de certo modo, nas decisões do Congresso, tornando mais flexíveis as posições da ANDES na transição para Sindicato Nacional.

Antes de descrever quais eram as propostas da ADUFRJ e como elas, juntamente com outras igualmente minoritárias (da ADUFF e da APUBH, por exemplo), influenciaram no Congresso, é interessante sintetizar qual foi a posição vencedora, da direção da ANDES. Esta, em face da nova Constituição permitir a sindicalização de funcionários públicos, propôs tornar a ANDES em Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, com todas as prerrogativas legais. As AD's passariam então a ser seções sindicais da ANDES - Sindicato Nacional e não mais entidades civis autônomas com estatuto próprio.

Eis aqui uma primeira crítica levada pela ADUFRJ: por que transformar obrigatoriamente as AD's em seções sindicais ao invés de deixá-las, opcionalmente, como entidades civis com prerrogativas de seção sindical dadas pela ANDES? Seria abrir um caminho alternativo que, ao ver da ADUFRJ, em nada prejudicará o papel da ANDES como Sindicato Nacional. Ao contrário, facilitará sua construção e fortalecimento, evitando cisões eventuais de AD's que resolvam continuar como AD's, pelo menos por enquanto. Haverá, de certo, dúvida no status da AD que optar por essa situação de manter-se como sociedade civil e receber a atribuição de seção sindical da ANDES. Mas, por que ser rígido nesse caso, se a história da ANDES jamais foi marcada pelo legalismo formal? Quando, em uma das greves das universidades federais, falaram em intervir na ANDES, a dificuldade era não haver uma estrutura formal onde efetivar a intervenção do governo. A ANDES não tinha sede real nem bens e seus diretores ficavam espalhados por todo o país. A informalidade era uma vantagem. Mudou isso agora? É claro que a transformação em sindicato obriga certa formalidade, mas por que não manter um grau de informalidade, como exemplo de sindicato livre - modelo de rebeldia à camisa de força do Estado com suas leis restritivas à organização dos trabalhadores?

Mesmo perdendo no embate principal de formulação dos capítulos do estatuto, esta concepção de maior flexibilidade acabou ganhando na plenária, sob a forma de princípios gerais a serem seguidos pela ANDES. Esses princípios aprovados são:

1- As AD's poderão preservar sua atual estrutura com total liberdade de organização restrita apenas a ser compatível com a estrutura nacional da ANDES quanto aos princípios básicos de representação da base no CONAD e no



Congresso e de contribuição financeira.

2 - Cada AD poderá:

(a) seja manter-se como associação civil filiada à ANDES enquanto encaminha na base a seção sindical, vedada a dupla representação;

(b) seja fundir-se no Sindicato Nacional como sua seção.

Não importa haver alguma contradição desses pontos gerais com alguns itens do estatuto, desde que a intenção política da direção seja de flexibilizar a estruturação do Sindicato Nacional. A certeza excessiva torna-se dogmática. Alguma dúvida é necessária para permitir novos caminhos construídos de baixo para cima. Haverá oportunidade de mudar o estatuto em novo Congresso e adaptá-lo à realidade, se for o caso.

Outro ponto defendido pela ADUFRJ, que foi vitorioso, diz respeito à devolução do imposto sindical - símbolo da burocratização sindical. Nesse caso não houve antagonismo maior com a proposta da diretoria da ANDES, que assumiu também esse ponto, corretamente.

Finalmente, a maior divergência foi a questão preliminar: a forma de transformação da ANDES em sindicato, incluindo todos os docentes do ensino superior - federal, estadual e particular. Quanto às universidades federais não há dúvida de que a ANDES já tem o papel de sindicato. Para as estaduais é natural estender esse papel. O problema está nas particulares, que participam pouco da ANDES, com honrosas exceções, e cujos docentes podem ser membros dos sindicatos de professores existentes. Esses sindicatos abrangem professores do 1.º, 2.º e 3.º graus - forma julgada mais avançada por alguns. Em um extremo alguns delegados, como os da ADUFF, defenderam o Sindicato Nacional de Trabalhadores em Educação, mais amplo ainda, envolvendo funcionários e professores dos três graus.

A posição da ADUFRJ foi de abrir uma discussão preliminar, buscando atrair para ela os docentes das universidades particulares e os sindicatos dos professores - por

iniciativa da ANDES e das AD's. O Congresso deliberaria um indicativo para ser levado a essa discussão. Essa proposta foi derrotada. Mas, a posteriori, terá de haver o debate amplo - como reivindicam vários sindicatos de professores e a seção de educação da CUT.

No Congresso ordinário da ANDES - Sindicato Nacional, em fevereiro próximo, será discutida sua filiação à CUT. Deverá ser aprovada, correspondendo ao reconhecimento, de um lado, do papel importante da CUT no sindicalismo brasileiro, e, de outro lado, da bem sucedida combatividade da ANDES revelada nas greves das universidades federais. Essa é a marcha inexorável da história. A ANDES teve, nas suas raízes, atuação ponderável na criação da CUT, tendo procurado apoiá-la após tudo fazer para evitar a cisão da CONCLAT em CUT e CGT. A última tentativa de evitar a cisão foi feita em uma reunião convocada pela ANDES, com os líderes de ambas, CUT e CGT.

A ANDES - Sindicato Nacional deverá, entretanto, continuar a preocupar-se com a universidade como instituição, defendendo-a pública e gratuita, com padrão elevado de qualidade acadêmica. Aí está o desafio: defender os docentes e a universidade na sua função social específica. Não basta ter melhores salários e carreira para os docentes, nem eleições de reitores. A universidade vai mal apesar dos reitores eleitos, muitos deles fisiológicos e incapazes de contribuir para a construção da universidade democrática, competente e transformadora. Está nas mãos da ANDES abrir a discussão desse processo de democratização da universidade para corrigi-lo e fazê-lo avançar.

Na última reunião anual da SBPC foi proposta uma ação conjunta desta com a ANDES para discutir a universidade. É hora de implementá-la politicamente.

A ANDES deverá ser um sindicato politizado e não corporativo. Essa politização é perfeitamente compatível com os propósitos da sua transformação em sindicatos.

A Universidade sob controle

SÃO PAULO - Autor, há três anos, de certas críticas ao sistema brasileiro de ensino superior, mais tarde consolidadas no livro **A Universidade em ritmo de barbárie** (editora Brasiliense, 1986), o professor José Arthur Giannotti, do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), admite que o diagnóstico arrasador que seu colega Edmundo Campos Coelho faz da instituição está, em linhas gerais, “absolutamente correto”. A partir dessa constatação, no entanto, o professor Giannotti, que é também pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), faz uma série de reparos - sempre ressaltando que ainda não leu o recém-lançado trabalho do sociólogo do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), **A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão**. “A entrevista de Edmundo Campos à revista VEJA é correta”, diz ele. “Mas tenho a impressão de que a notícia pode ser muito falsa”.

O que Giannotti quer dizer com isto é que Campos, em seu trabalho, acaba fornecendo um retrato pouco fiel da combatida universidade brasileira. “Para começar”, ele exemplifica, “o trabalho só apanha as universidades federais, quando se sabe que as três instituições estaduais paulistas (a USP, a Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, e a Universidade Estadual de São Paulo, Unesp) são responsáveis por aproximadamente 50% da produção acadêmica nacional”.

Mesmo no caso das universidades federais, acrescenta, seria preciso distinguir dois grandes blocos: o centro-sul e o norte-nordeste. “No centro-sul é onde se faz realmente o grosso das pesquisas”, lembra Giannotti. Ele acha também que, em pelo menos dois aspectos, o trabalho de Campos está completamente defasado. “Não é exato que os salários dos professores paulistas

sejam altos. Aqui sequer se paga a URP. Também não é exato que haja dinheiro para a pesquisa”. Esse dinheiro, que nunca é muito, ele explica, costuma ser depositado pelo governo federal no Banco do Brasil a cada três meses - mas, como as instituições beneficiárias não podem aplicá-lo, depois desses 90 dias já foi destruído pela inflação. “Toda a pesquisa está sendo posta em perigo pela situação quase hiperinflacionária que vivemos”, alarman-se o professor da USP.

Giannotti não põe em dúvida o fato de que a universidade brasileira, em sua tremenda crise, seja uma “cruzada pelo corporativismo, pela vagabundagem, pela ir responsabilidade, pela

“A Universidade está em crise, mas precisamos dela”

sinecura”. Teme, porém, que apenas denunciar os males, sem propor remédios, possa levar à idéia de que a universidade, de tão ruim, seria dispensável para o desenvolvimento do país. “A universidade está em crise, está uma porcaria, mas o Brasil necessita dela, afirma, “porque fora dela não vamos ter um processo de desenvolvimento industrial, tecnológico e cultural autônomo”. Giannotti não concorda com a conclusão de Campos em sua entrevista a **Veja**, segundo a qual a crise poderia ser resolvida no plano ético. “Não creio que possamos apelar para uma dimensão ética do homem para resolver as questões da Universidade no momento em que a sociedade brasileira está, de alto a baixo, corrompida”, diz Giannotti.

Ao contrário de vários de seus colegas, o professor paulista acha que a universidade, sem renunciar a “um espaço próprio, a um terreno livre”, deve ser controlada pela sociedade, através de sistemas de avaliação e de prestação de contas como os que existem em outros países - a Inglaterra, por exemplo. “Mas a Universidade não é a única burocracia brasileira que precisa de controle”, passa ao ataque Giannotti. “Todas as outras precisam - inclusive o Exército”.

Ele acredita, como Edmundo Campos, que dentro da Universidade brasileira prolifera um “baixo clero”, o enorme contingente de professores mal preparados. “O problema é que a expansão da Universidade foi feita de maneira caótica, sem nenhum programa de formação de quadros, e o resultado é que ela acabou invadida por um monte de gente sem qualificação para ensinar”, constata. Uma saída para essa distorção seria mexer no conceito da estabilidade de que gozam milhares de professores universitários, de modo a permitir que muitos deles sejam remanejados para outros órgãos públicos, “onde talvez sejam até mais felizes do que num laboratório ou numa biblioteca”.

É com irritação que José Arthur Giannotti reage às críticas freqüentemente feitas aos pesquisadores que não dão aulas ou aos professores que não fazem pesquisa. “A Universidade tem que comportar excelentes professores que pesquisem muito pouco, excelentes pesquisadores que não têm capacidade nenhuma de ensinar e - coisa raríssima - profissionais que são ao mesmo tempo excelentes professores e pesquisadores”, ele enumera. “E deve comportar, ainda, isto de que tantos de nós temos horror, mas que a meu ver não se pode dispensar: burocratas universitários competentes.”

É também com irritação que o filósofo responde aos que acusam a universidade de desperdiçar dinheiro público com pesquisas inúteis. “Ninguém pode saber o que é útil ou inútil numa tese”, ele argumenta. “Uma tese sobre geometria não-euclidiana no fim do século passado pareceria não ter nenhum sentido com a realidade - e, no entanto, um estudo desse tipo é que foi servir de base para a física de Albert Einstein”. O importante, segundo Giannotti, não é questionar a utilidade de um trabalho, mas permitir que em torno dele se arme um debate enriquecedor. “Mesmo que no início uma tese pareça alienada ou eivada de erros, pode-se formar a partir dela uma rede de pessoas pensando”, explica. “Assim, um trabalho muito ruim, mas que foi extremamente debatido, é melhor que outro, excelente, que fique dormindo na gaveta”.

Nesse sentido, Giannotti acha que a produção acadêmica brasileira pelo menos, nos domínios que lhe são mais próximos, as ciências humanas e a filosofia, tem sido “extremamente positiva”. É que hoje, ele explica, há uma produção em pirâmide, ou seja, uma produção média constante. “Antigamente, nós tínhamos, nessas áreas três ou quatro luzes que apareciam durante 50 anos, mas eram luzes isoladas, vagalumes”, diz Giannotti. “Hoje, há mais densidade, e isso faz avançar”. Ele acredita que o mesmo acontece em outros campos da cultura brasileira, como o jornalismo. “Perdem-se os grandes luminares, do jornalismo, os jornais de hoje são piores que os de antigamente, mas está se formando uma imprensa que começa a ser competitiva, tocada por profissionais medianos, mas competentes”. O professor da USP acredita, a propósito, que parte das críticas dirigidas à Universidade deveriam visar também outros alvos. “Outros setores da cultura brasileira, como a imprensa, também estão em crise, estão tomados pelo “baixo clero”.

(JB 11/12/88*)

Um equívoco sobre a universidade

Em referência à entrevista com o sociólogo Edmundo Campos, intitulada “As Academias do Ócio” e publicada na **Veja** n.º 49, o Prof. Roberto de Barros Faria escreveu carta ao editor da revista, com cópia para a ADUFRJ, autorizando e recomendando sua divulgação. Destacamos alguns pontos para publicação.

“Para começar, é, no mínimo, surpreendente que uma conceituada revista como **VEJA** tenha tido a coragem de publicar as afirmações feitas por esse senhor às quais não se apóiam em nenhum conjunto de dados concretos, em nenhum levantamento sério, em nenhuma estatística por mínima que seja, senão vejamos:

- Com relação ao “baixo clero” definido pelo Sr. Edmundo Campos como sendo o enorme contingente de professores mal qualificados e com titulação mínima, aos quais foi entregue, o grosso das funções universitárias”, devo dizer que nesse caso eu tenho dados que desmentem essa visão. O Departamento de Química Inorgânica do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro conta no momento com 13 professores em atividade (dentre os quais eu me incluo) dos quais 4 são doutores, 6 mestres e apenas 3 não possuem formação pós-graduada. As nossas cerca de 150 horas semanais de aulas estão distribuídas uniformemente entre esses professores correspondendo a uma média acima de 11 horas de aula por docente por semana. Valendo lembrar que o Parágrafo I.º do Art. 10.º da Portaria n.º 475 de 26.10.87, do Ministro da Educação, estipula um mínimo de 8 e

um máximo de 12 horas de aula por semana para os docentes em regime de 20 horas semanais ou envolvidos com atividades de pesquisa, que é a situação dos professores desse Departamento.

- Além disso, esse senhor cai em contradição ao afirmar que esse “baixo clero” promove as assembléias gerais de professores na UFRJ. Assembléias essas cujo interior já foi até, inúmeras vezes, mostrado ao vivo por diferentes emissoras de televisão. Nessas assembléias, qualquer um que peça a palavra pode falar e expor seus pontos de vista com total liberdade, sendo coibidas quaisquer manifestações que visem a cassar a palavra de quem quer que seja.

- Para se afirmar que 90% dos pesquisadores das universidades brasileiras não produzem absolutamente nada, nem nos laboratórios nem nas salas de aula, creio que também é necessário um levantamento cuidadoso para se afirmar tal coisa. Posso apenas afirmar que, no departamento onde estou lotado, todos os pesquisadores têm publicado os resultados originais de suas pesquisas com regularidade além de dar as aulas supracitadas, e o mesmo tenho observado ocorrer com os professores dos outros departamentos do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, ao qual está vinculado o Instituto de Química da UFRJ.

- A afirmação de que os estudantes não têm acesso ao mundo do conhecimento e da pesquisa também não tem fundamento. Há na UFRJ, de longa data, o programa de Iniciação Científica com o objetivo de propiciar, o mais cedo possível, o contato do aluno com a atividade de pesquisa.

O dinheiro do trabalhador

Abono pecuniário: refere-se ao direito do trabalhador de vender um terço de suas férias. No caso dos professores, os quinze dias de abono devem ser negociados quanto à maior parcela. A requisição do abono deve ser realizada no máximo quinze dias antes do período aquisitivo (dia de admissão na UFRJ) e não pode ser tratado sobre férias vencidas. Este direito está inscrito no artigo 143 da CLT.

Adiantamento do 13.º salário por ocasião das férias: segundo o artigo 3.º do decreto 57.155/65, o servidor que tiver o gozo de suas férias no período que compreende os meses de fevereiro e novembro poderá solicitar, com a devida antecedência, o adiantamento do seu 13.º salário.

Abono constitucional: gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Enquanto a regulamentação do PUCRCE não vem, os docentes podem tentar compensar seus prejuízos salariais através de um (ou de todos) os direitos citados.

PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL NO PUCRCE

Em 1987, conquistamos um novo Plano de Carreira Docente para as IES. Através dele procurou-se dar um perfil acadêmico mais nítido às diferentes categorias sem, contudo imobilizá-las nos níveis horizontal ou vertical.

O novo Plano pretende, por meio da progressão horizontal, mediante avaliação, estimular a atividade docente nos seus mais diversos aspectos, isto é, ensino, pesquisa, extensão e assistência. A progressão vertical, por sua vez, aponta para a necessidade da titulação específica.

Sabidamente, esta lei, votada no Congresso Nacional, deixa para as IES a responsabilidade pela definição das normas. Ao fazer uso de sua autonomia para traçar o perfil do seu docente, a Universidade mostra (e demonstra) seu próprio projeto de carreira docente. Cabe, pois, à instituição interpretar a carreira como instrumento de qualificação ou de remuneração.

Quando se opta pela carreira como uma forma de aumentar a remuneração, sua vida média diminui. Basta observar a carreira antiga. De certo modo, se abirmos mão definitivamente da titulação, a atual carreira também não durará muito tempo, teremos 90 por cento dos docentes titulares. Daqui a alguns anos, o modelo provavelmente poderá ser o

da USP. Mas, enquanto isso, a UFRJ discute as formas de progressão, tendo por base três propostas, considerando o que determina o decreto n.º 94.664/87.

Apresentamos a íntegra destas propostas e as sugestões do Conselho da ADUFRJ.

a) a progressão à classe de Professor Assistente será exclusivamente mediante obtenção de grau de Mestrado;

b) a progressão à classe de Professor Adjunto, na ausência do título de Doutor, far-se-á mediante apresentação de trabalho concluído de pesquisa, a nível de Doutorado, a ser defendido publicamente diante de uma banca;

c) na avaliação para progressão horizontal, a pontuação referente às atividades acadêmicas será diferenciada de acordo com a classe em que se encontra o docente;

d) a Comissão de Avaliação será por unidade, terá mandato de um ano, vedada a recondução, não podendo participar mais de um docente por departamento;

e) o regime de trabalho não será levado em consideração em qualquer avaliação, uma vez que é permitida ao docente a mudança de regime;

f) os aspectos a serem avaliados serão listados (para todas as unidades) tendo como referência as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sob a ótica da indissociabilidade.

PROGRESSÃO FUNCIONAL DE DOCENTES CEPG

Considerando o que determina o decreto n.º 94.664, de 23.07.87 em seus artigos 16.º, incisos I e II, parágrafos 1.º e 2.º e artigos, 47, 49, 53, 54 e 55.

Considerando o disposto na portaria 475, do Ministério da Educação, artigo 11.º, parágrafos 1.º e 2.º, artigos 12.º e 13.º;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Da Progressão Funcional

Art. 1.º - As progressões horizontal e vertical previstas no artigo 16.º, incisos I e II e parágrafos 1.º e 2.º do Decreto n.º 94.664 far-se-ão por avaliação do desempenho, tendo por base documentação apresentada pelos interessados nos termos da presente resolução, sendo que a progressão vertical far-se-á também por titulação, sem interstício.

CAPÍTULO II

Da Comissão de Avaliação

Art. 2.º - Cada Unidade Acadêmica da Universidade terá uma Comissão de Avaliação composta por três professores adjuntos IV e/ou titulares e respectivos suplentes constituída através de eleição pela Congregação, dentre indicações dos departamentos, oriundas dos respectivos colegiados.

§ 1.º - Das Comissões de Avaliação não poderão participar docentes de um mesmo departamento.

§ 2.º - Os presidentes de Comissão serão eleitos pelos seus pares.

§ 3.º - Os membros da Comissão de Avaliação, terão mandato de três anos vedada a recondução.

§ 4.º - A comissão se renovará anualmente por 1 terço.

Art. 3.º - As Comissões serão instituídas em portarias baixadas pelos Diretores de Unidades.

CAPÍTULO III

Do Direito à Progressão Funcional

Art. 4.º - Poderá fazer jus à progressão horizontal de um nível para outro imediatamente superior, e na mesma classe, o docente que cumprido o interstício de 2 (dois) anos naquele nível, protocolar requerimento na secretaria da respectiva Unidade, dirigido à Comissão de Avaliação, acompanhado de memorial descritivo das atividades e trabalho realizados.

§ 1.º - Para os docentes afastados de acordo com o artigo 49 do decreto n.º 94.664, o interstício a que se refere o caput deste artigo será de 4 (quatro) anos conforme o § 1.º do artigo 16.º do mesmo decreto.

§ 2.º - Em caso de pronunciamento favorável da Comissão de Avaliação, referendado pela Congregação da respectiva Unidade e homologado pela CPPD, o docente estará habilitado a progressão horizontal contada a partir da data de entrada da solicitação de progressão.

§ 3.º - Para o pronunciamento favorável da Comissão de Avaliação é condição necessária que o docente tenha atingido pelo menos 25 (vinte e cinco) pontos na análise de suas atividades de acordo com o Anexo I, para progressão horizontal na classe de Auxiliar, pelo menos 40 (quarenta) pontos na classe de Assistente e pelo menos 55 (cinquenta e cinco) pontos na classe de Adjunto.

Art. 5.º - Só poderá fazer jus à progressão vertical, da classe de Professor Auxiliar para Professor Assistente o docente que possua o título de Mestre.

Art. 6.º - Poderá também fazer jus à progressão vertical da classe de Assistente para a classe de Adjunto o docente, que, cumprido o interstício de 2 (dois) anos no último nível daquela classe, satisfizer as seguintes condições:

- Protocolar requerimento na secretaria da Unidade.
- Apresentar memorial descritivo das atividades e trabalho desenvolvido.

c) Justificar pormenorizadamente a não realização de programa de doutorado.

d) Apresentar trabalho por escrito contendo contribuições de natureza pessoal versando sobre a área de conhecimento do interessado a ser discutida em defesa pública.

§ 1.º - Para os docentes em afastamento nos termos do item I do artigo 49 do decreto n.º 94.664 o interstício a que se refere o caput deste artigo será de 4 (quatro) anos.

§ 2.º - A Comissão de Avaliação pronunciar-se-á inicialmente sobre a pertinência da progressão, considerando como condição necessária à aprovação que o docente obtenha pelo menos 50 (cinquenta) pontos na análise de suas atividades.

§ 3.º - Caso o pronunciamento da Comissão de Avaliação seja favorável, o processo deverá ser encaminhado à Congregação para referendo. Confirmada a aprovação pela Congregação da Unidade, esta deverá indicar 5 (cinco) nomes para a composição da banca que julgará o trabalho a que se refere o item d do caput deste artigo. Poderão fazer parte da banca Professores com doutorado ou equivalente, Professores Titulares, especialistas de notória competência e saber cujas indicações deverão ser submetidas ao CEPG.

§ 4.º - Em caso de aprovação em defesa pública do trabalho a que se refere o item d do caput deste artigo e conseqüentemente referendo da Congregação e homologação pelo CEPG, o docente estará habilitado a progressão vertical à classe de Professor Adjunto, contada a partir da data do protocolo do requerimento a que se refere o item a do caput deste artigo.

§ 5.º - A aprovação em defesa pública do trabalho a que se refere o item d do caput deste artigo não implicará em nenhuma titulação.

Art. 7.º - A participação discente na avaliação do desempenho didático do docente dar-se-á através da aplicação do questionário que poderá ser adaptado em função das peculiaridades de cada unidade.

Parágrafo único - Para subsidiar as informações as diretorias de ensino das Unidades deverão proceder a aplicação do questionário em todas as disciplinas ao fim de cada período, e encaminhar à Comissão de Avaliação.

Art. 8.º - Para a análise da produção acadêmica, serão incluídas apenas os trabalhos não computados em avaliações anteriores.

Art. 9.º - A progressão funcional por titulação dar-se-á, independentemente de interstício e avaliação, de qualquer classe para a seguinte, e no 1.º nível desta, exceto para o de Professor Titular, a partir da data de apresentação da documentação comprobatória devidamente reconhecida pelo CEPG.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento e da Competência da Comissão de Avaliação e dos Colegiados

Art. 10 - A Comissão de Avaliação reunir-se-á, por convocação do seu Presidente, sempre que houver requerimento de docente para avaliação e deliberará, em qualquer caso, com a totalidade de seus membros.

Art. 11 - A Comissão de Avaliação terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do requerimento do docente, para encaminhar o seu parecer, salvo nos casos de não atendimento pelo requerente das exigências previstas nesta Resolução.

Parágrafo único - Nos casos em que o requerente não atenda às exigências previstas nesta Resolução, a vigência da progressão referida no parágrafo 2.º do Artigo 4.º, será, contada a partir da data do atendimento dessas exigências.

Art. 12 - Cabe à Comissão de Avaliação

a) atribuir pontos aos itens constantes do Relatório de Avaliação e, no caso do subitem 1.1.2, aplicar o Anexo II (Avaliação discente), computando os valores obtidos, observados os limites de cada item:

b) solicitar ao docente, quando necessário, informações ou documentos suplementares;

c) solicitar assessoria de professores ou técnicos, membros da Comunidade Acadêmica, para o julgamento de assuntos específicos, quando julgar conveniente;

d) apresentar à respectiva Congregação parecer fundamentado, inclusive documentalmente.

Art. 13 - Cabe a Congregação da Unidade:

a) - manifestar-se em prazo inferior a 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação dos pareceres pela Comissão de Avaliação;

b) - compor banca examinadora do trabalho referido no item d do caput do artigo 6.º, a ser submetido ao CEPG;

c) - aprovar o resultado do exame a que se refere o § 5.º do artigo 6.º, a ser encaminhado do CEPG.

Art. 14 - No caso de designação de banca de exame do trabalho a que se refere o item d do caput do artigo 6.º, o CEPG deverá manifestar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data de indicação da banca examinadora pela Congregação.

Parágrafo único - O CEPG baixará normas sobre a composição das bancas em apreço.

Art. 15 - Cabe ao CEPG:

a) - a homologação de bancas de exames a que se refere o § 3.º do artigo 6.º;

b) - a homologação do resultado do exame a que se refere o § 3.º do artigo 6.º e seu encaminhamento a CPPD.

§ 1.º - Os recursos só serão admitidos por estrita argüição de ilegalidade e os prazos e instâncias são os previstos no Regimento Interno da CPPD.

Normas e critérios para Progressão Funcional Proposta do CEG

CAPÍTULO I

Da progressão funcional

Art. 1.º - Na carreira do Magistério a progressão funcional por titulação dar-se-á, independentemente de interstício e avaliação, nos termos do Artigo 12.º e seu parágrafo único da Portaria Ministerial 475 de 26.08.87, a partir da data de apresentação da documentação comprobatória.

Art. 2.º - As Progressões horizontal e vertical, previstas no artigo 16.º, incisos I e II e parágrafos 1.º e 2.º do anexo ao Decreto n.º 94.664, far-se-ão mediante avaliação de desempenho.

Art. 3.º - A avaliação do desempenho incidirá sobre as atividades diretamente relacionadas ao exercício do cargo ou emprego de magistério.

Art. 4.º - A progressão horizontal, de um nível para outro imediatamente superior, dentro da mesma classe, dar-se-á após interstício mínimo de 2 anos, mediante a avaliação de Relatório de Atividades do docente no interstício.

§ único - A progressão de que trata esse artigo dar-se-á após interstício de 4 anos no caso de docente em atividade em outro órgão público não acadêmico.

AR. 5.º - A progressão vertical de uma classe para outra imediatamente superior, exceto para a de Professor Titular, dar-se-á após interstício mínimo de 2 anos no nível 4 da classe, mediante a apresentação de Relatório de Atividades e Memorial Descritivo.

§ 1.º - A progressão de que trata esse artigo dar-se-á após interstício de 4 anos no caso de docente em atividade em outro órgão público não acadêmico.

§ 2.º - A avaliação de que trata o caput deste artigo deverá ser previamente autorizada pela C.C.P.D., de acordo com resolução específica

CEG/CEPG, à vista de justificativa apresentada pelo docente e julgada cabível, quando à obtenção da titulação pertinente.

§ 3.º - O Memorial Descritivo deverá conter a defesa escrita de seu conteúdo, destacando a importância de seu embasamento prático e/ou teórico, e abrangerá as atividades do docente na classe.

Art. 6.º - Os docentes afastados nos termos dos artigos 16.º, 36.º, 47.º, 48.º e 49.º do Anexo ao Decreto 94.664/87 deverão proceder da forma do disposto nos artigos 4.º e 5.º da presente resolução.

§ 1.º - O docente afastado nos termos do Art. 47 do citado Decreto deverá acrescentar à sua documentação uma avaliação detalhada de seu desempenho ou de seu relatório, feita pelo orientador ou superior hierárquico.

§ 2.º - Para a avaliação do desempenho de docente afastado nos termos do Art. 49.º do citado Decreto, a Universidade solicitará os elementos necessários ao órgão no qual o mesmo se encontra em exercício.

CAPÍTULO II

Da Comissão de Avaliação

Art. 7.º - A avaliação de desempenho dos docentes candidatos à progressão funcional será efetuada por Comissão de Avaliação, formada para tal fim, em cada Departamento.

§ 1.º - A Comissão de Avaliação será composta por 3 (três) professores Adjuntos nível 4 (quatro) e/ou Titulares e seus respectivos Suplentes, indicados pelo Colegiado do Departamento.

§ 2.º - Na composição da Comissão de Avaliação, um dos membros deverá ser do Departamento no qual se realiza a avaliação, o outro será de outro Departamento da mesma Unidade e o terceiro externo à Unidade, sendo idêntica a composição da suplência e seu eventual exercício.

§ 3.º - A Comissão de Avaliação será submetida à aprovação da Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente.

§ 4.º - Os membros da Comissão terão mandatos de 2 (dois) anos, podendo haver recondução.

Art. 8.º - A avaliação de desempenho dos docentes do CAP candidatas à progressão funcional será efetuada por Comissão Única de Avaliação, formada para tal fim, em cada Departamento.

§ 1.º - A Comissão Única de Avaliação de 1.º e 2.º graus será composta por 2 (dois) professores E 4 e/ou Titulares do CAP e seus respectivos suplentes e 1 (um) professor adjunto 4 ou Titular e seu suplente, externos à Unidade, indicados pelo Colegiado Superior da Unidade.

§ 2.º - A Comissão Única de avaliação de 1.º e 2.º graus, será submetida à aprovação da Congregação ou Colegiado equivalente do CAP.

CAPÍTULO III

Dos Critérios para a Avaliação

Art. 9.º - A avaliação de desempenho do docente candidato à progressão funcional se fundamentará no Relatório de Atividades e, no caso de progressão vertical, este será acrescido de um Memorial, referente à sua atuação na classe.

Parágrafo único - O Relatório de Atividades e o Memorial serão acompanhados de documentos comprobatórios.

Art. 10.º - Na avaliação do desempenho do docente serão consideradas sua qualificação e suas atividades no magistério, grupadas da seguinte forma: Qualificação Acadêmico-Profissional; Concursos e Distinções; Ensino de Graduação e de 1.º e 2.º graus; Ensino de Pós-Graduação; Pesquisa e Produção Científica/Tecnológica/Cultural/Artística; Atividades de Extensão; e Atividades Administrativas.

Art. 11.º - Para cada grupo do conjunto de atividades e qualificação docente, serão considerados itens específicos de avaliação, segundo o definido nos § 1 a 8 admitindo-se acréscimos e exclusões, a critério da Comissão de Avaliação, conforme as especificidades do Departamento.

§ 1.º - Por Qualificação Acadêmico-Profissional entende-se os títulos acadêmicos de Pós-Graduação "stricto" e "lato sensu", Mestrado e Doutorado em realização.

§ 2.º - Por concursos e Distinções entende-se: os concursos realizados para a carreira do Magistério; prêmios recebidos em atividades ligadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, afins a atividades do magistério ou à formação profissional do docente; presidência e/ou condição de relator de reuniões científicas/culturais/artísticas.

§ 3.º - As atividades do docente no ensino de Graduação e de 1.º e 2.º graus serão avaliados tomando como base sua atuação, assiduidade e desempenho, bem como carga horária em disciplinas e requisitos curriculares suplementares regularmente cadastrados na U.F.R.J. Compreendem ainda as seguintes atividades: orientação acadêmica, participação em bancas de concursos para o Magistério e outros concursos de seleção.

§ 4.º - As atividades do docente no ensino de Pós-Graduação, "stricto" e "lato sensu", serão avaliadas tomando como base sua atuação e desempenho, bem como carga horária em disciplinas cadastradas na U.F.R.J. Compreendem ainda as seguintes atividades: orientação e participação em bancas examinadoras de Dissertação de Mestrado e teses de Doutorado.

§ 5.º - Por pesquisa e Produção Científica/Tecnológica/Cultural/Artística entende-se: editoração, autoria ou co-autoria de livros; publicação de artigos em periódicos; autoria ou co-autoria de trabalhos de circulação restrita; coordenação de projetos cadastrados no SAG/UFRJ, orientação de bolsistas de Iniciação Científica, Artística e de Aperfeiçoamento; orientação de monografia aprovada; organização e participação com apresentação de trabalho em reuniões Científicas/Culturais/Artísticas; apre-

sentações individuais e coletivas no campo das Artes.

§ 6.º - Por atividades de Extensão entende-se: participação do docente em Cursos de Extensão regularmente cadastrados na U.F.R.J.; atividades de ensino que caracterizem a integração entre a U.F.R.J. e a comunidade atendendo projeto cadastrado no SAG/UFRJ, orientação de bolsista de extensão e a participação em eventos Científicos/Culturais/Artísticos/Desportivos promovidos pela U.F.R.J. para a comunidade.

§ 7.º - As atividades assistenciais são essenciais à Universidade, e têm por finalidade básica a manutenção de uma estrutura que permita as atividades fins de ensino, pesquisa e extensão, devendo portanto ser computadas, apenas para efeito de progressão, em qualquer das atividades fins previstas nos parágrafos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º desse artigo.

§ 8.º - Por Atividades Administrativas entende-se: funções na administração Superior da Universidade, Diretorias de Unidades e órgãos Suplementares, Diretorias Adjuntas, Coordenação de Cursos, Chefia de Departamento e Serviço, participação em Colegiados Superiores da Universidade, dos Centros e Congregação das Unidades. Serão considerados também participações em Comissões e Grupos de Trabalho para tarefas específicas. Estas e outras funções deverão necessariamente constar em dispositivos legais, ou em Portaria do Superior imediato, ou ainda ser devidamente comprovada pela autoridade competente.

Art. 12.º - A avaliação do desempenho do docente no ensino na U.F.R.J. contará obrigatoriamente com a participação discente e será feita por período letivo segundo modelo a ser estabelecido em resolução específica.

CAPÍTULO IV

Da Sistemática da Avaliação

Art. 13.º - No processo de avaliação será atribuído peso a cada um dos grupos do conjunto de atividades e qualificação do docente discriminados no Art. 11.º da presente norma.

§ 1.º - Cabe ao Departamento estabelecer o peso atribuído a cada grupo do referido conjunto, norteando-se pelas suas características de atuação e sua vocação, refletindo, tanto quanto possível, o perfil de atuação do professor desejado pelo Departamento, respeitados os limites fixados por esta Resolução, conforme o disposto no Art. 14.º.

§ 2.º - A distribuição dos pesos estabelecida pelo Departamento deverá ser homologada pela Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente, antecedendo o processo de avaliação.

Art. 14.º - Os pesos atribuídos aos grupos do conjunto de atividades e qualificação do docente, deve respeitar os seguintes limites:

- Qualificação Acadêmico-Profissional: peso igual a 10 (dez)
- Concursos e distinções: peso menor ou igual a 10 (dez)
- Ensino de Graduação ou 1.º e 2.º graus no CAP ou de Pós-Graduação: soma dos pesos dos dois grupos maior ou igual a 20 (vinte)
- Pesquisa e Produção Científica/Cultural/Artística/Tecnológica: peso maior ou igual a 20 (vinte)
- Atividades de Extensão: peso menor ou igual a 20 (vinte)
- Atividades Administrativas: peso menor ou igual a 20 (vinte).

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO REITORIA

Art. 1.º - A progressão nas carreiras do magistério poderá ocorrer, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, aos termos desta resolução:

I - de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe;

II - de uma para outra classe.

§ 1.º - A progressão de que trata o item I será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

§ 2.º - A progressão prevista no item II far-se-á sem interstício, por titulação, ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária mas que esteja. Ato mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva classe ou cum interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

Art. 2.º - Avaliação de desempenho do docente respeitará as peculiaridades da sua área de atuação e de conhecimento e levar em conta a sua atividade no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração acadêmica.

§ 1.º - Cada Unidade, ou Órgão Suplementar, elaborará um conjunto de normas de avaliação dos seus docentes de acordo com propostas dos Departamentos e aprovação da Congregação ou Colegiado Equivalente.

§ 2.º - As normas para a progressão a classe de professor titular serão aprovadas pelo Conselho Universitário.

Art. 3.º - A avaliação de desempenho será feita por banca especialmente organizada, constituída por professores titulares ou por professores adjuntos, portadores do título de livre-docente ou de doutor respeitando-se a seguinte composição:

I - Progressão horizontal: dois professores da Unidade, ou do Órgão Suplementar, e um professor de outra IES Federal.

II - Progressão vertical (exceto para a classe de professor titular): três professores do Centro e dois professores de outra IES Federal.

III - Progressão vertical para a classe de professor titulares dois professores do Centro e três professores de outra IES Federal. z Único - A proposta de constituição das bancas será do Departamento a que pertença o docente, cabendo a Congregação da Unidade, ou Colegiado Equivalente, a sua homologação.

Art. 4.º - O resultado da avaliação de desempenho será homologado pela Congregação da Unidade, ou Colegiado Equivalente, cabendo recurso desta homologação à CPPD, que poderá ouvir, em cada caso, o CEG ou CEPD Único - Da decisão da CPPD caberá recurso ao Conselho Universitário.

Art. 5.º - Os efeitos da progressão vigorarão a partir da data de integração dos interstícios mencionados no art. 1.º.

Parágrafo único - A soma dos pesos atribuídos aos diversos grupos deverá ser sempre 100 (cem).

Art. 15.º - A Comissão de Avaliação atribuirá até 100 (cem) pontos para cada um dos grupos citados no art. 12.º que multiplicados pelos pesos adequados, mencionados no Art. 14.º se constituem na pontuação de cada grupo. A pontuação obtida pelo docente é a soma das pontuações ponderadas dos grupos.

Art. 16.º - A comissão poderá convocar para esclarecimentos o candidato à progressão, e/ou, ouvir outros docentes da U.F.R.J.

Art. 17.º - As atividades do docente incluídas em promoções anteriores não serão avaliadas em nova progressão horizontal.

Parágrafo Único - A progressão vertical será avaliada à luz do desempenho do docente na classe.

Art. 18.º - Será considerado apto à Progressão Horizontal o docente cuja soma das pontuações ponderadas de todos os grupos do conjunto seja igual ou superior a 7.000 (sete mil).

Art. 19.º - Será considerado apto à Progressão Vertical o docente cuja avaliação satisfaça as seguintes condições:

a) a soma das pontuações ponderadas de todos os grupos do conjunto seja igual ou superior a 7.000 (sete mil);

b) a soma das pontuações ponderada do grupo Qualificação Acadêmico-Profissional seja diferente de 0 (zero);

c) a somadas pontuações ponderadas dos grupos de Ensino de Graduação e Ensino de Pós-Graduação seja diferente de 0 (zero);

d) a pontuação ponderada do grupo de Pesquisa e Produção Científica/Cultural/Artística/Tecnológica seja diferente de 0 (zero).

Art. 20.º - Os docentes ocupantes dos cargos de Reitor, Vice-Reitor, Sub-Reitores, Decanos, Diretores de Unidades e Órgãos Suplementares e Superintendentes de Sub-Reitorias poderão solicitar progressão funcional horizontal com isenção da apresentação de Relatório de Atividades referente ao período no cargo.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento e da Competência da Comissão

Art. 21.º - A Comissão de Avaliação reunir-se-á, por convocação do seu Presidente, sempre que houver requerimento de docente e deliberará, em qualquer caso, com a totalidade de seus membros.

Art. 22.º - A Comissão de Avaliação terá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do requerimento do docente, para encaminhar o seu parecer, salvo no caso de não atendimento pelo requerente das exigências previstas nesta Resolução.

§ único - Cabe ao Diretor da Unidade zelar pela observância do estabelecido no caput deste artigo.

Art. 23.º - Concluído o processo de avaliação, a Comissão apresentará Relatório, contendo os critérios adotados, a sistemática de avaliação e o resultado, encaminhando-o ao Colegiado do Departamento, para aprovação e divulgação.

§ único - A Comissão deverá apresentar parecer circunstanciado, levando em consideração o regime de trabalho do docente, o tempo em que o mesmo se encontra neste regime e a qualidade dos trabalhos apresentados.

Art. 24.º - O Departamento submeterá à Congregação da Unidade ou Colegiado equivalente, para homologação, o Relatório da Comissão de Avaliação, que deverá ser entregue a todos os seus membros no prazo mínimo de uma semana de antecedência.

Art. 25.º - Os recursos só serão admitidos por estrita arguição de ilegalidade e deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do relatório da Comissão pela Congregação ou Colegiado equivalente.

§ único - Os recursos serão apreciados pela C.P.P.D. no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 26.º - O docente que não obtiver a aprovação de sua progressão funcional, somente poderá pleitear nova progressão decorrido o prazo de 6 (seis) meses a contar da data da solicitação anterior.

Art. 27.º - A C.P.P.D., após a conclusão dos trabalhos, encaminhará os Relatórios aos Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduação, para conhecimento.

Art. 28.º - Os casos omissos, não resolvidos pela C.P.P.D., serão apreciados por uma Comissão Mista CEG/CEPG/CPD, composta por três membros especialmente designados.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 29.º - No que se refere ao Colégio de Aplicação, para efeito do disposto na presente Norma, o órgão equivalente ao Departamento é a Área Curricular, até que seja aprovada a reestruturação do CAP.

Art. 30.º - A indicação de 2 (dois) professores E 4 e/ou Titulares do Colégio de Aplicação e seus respectivos suplentes, previstos no § 1.º do Art. 8.º, será feita por eleição direta pelo Corpo Docente do Colégio, até que seja aprovada a reestruturação do CAP.

§ único - A eleição referida dar-se-á a partir de uma lista contendo 1 (um) candidato indicado por cada área curricular.

Art. 31.º - Para a 1ª Comissão Única de Avaliação de 1.º e 2.º graus, poderão ser eleitos professores E 4 e/ou E 2.

Art. 32.º - Para a 2ª Comissão Única de Avaliação de 1.º e 2.º graus, poderão ser eleitos professores E 4 e/ou E 3.

Art. 33.º - O disposto no item d do artigo 19º só será aplicado aos docentes do CAP nas progressões funcionais solicitadas a partir de 02 de janeiro de 1990.



Boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 01/1987 a 10/1987.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO IX JANEIRO/87

N ° 36

Instituto de Estudos Avançados: a USP e a interdisciplinariedade

O Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, USP, já em atividade, abrigará a interdisciplinariedade - que a burocracia e o autoritarismo fizeram esquecer. Agora é a vez de somar idéias e teses entre os campos especializados da fragmentada comunidade acadêmica. E ainda, buscar fora da universidade - em outros cientistas, pensadores e artistas - o ar novo de que tanto precisa. Conferências, colóquios, grupos de

estudos, ensaios. Fazer florescer a produção coletiva, a "uni"versidade. À frente, as questões da contemporaneidade: o economista norte-americano John Kenneth Galbraith, o jurista, historiador e cientista político Raymundo Faoro, o sociólogo Florestan Fernandes, os escritores angolano, Luandino Vieira, e português, José Saramago, o físico e reitor da USP, José Goldemberg, foram alguns dos primeiros conferencistas do IEA.

EDITORIAL

1 986 ficou para trás. É inevitável, neste momento, o balanço das nossas conquistas e frustrações. Algumas destas conquistas, como o processo de democratização na escolha dos dirigentes, a despeito de hesitações e de resistências a elas por parte de setores da nossa Universidade, colocam-se, por princípio, como ganhos, sobretudo pela inauguração de um novo tipo de relacionamento entre o poder e o movimento docente. São, ao lado disto, muitas, e evidente, as frustrações. A UFRJ navega ainda nos mares turvos e traiçoeiros da crônica falta de verbas. A ausência de manutenção dos nossos prédios, equipamentos e laboratórios chega, em alguns casos, a situações assustadoras.

O Governo continua sem entender as obrigações que possui para com a sociedade, a nível do ensino e da pesquisa. É um quadro que se agrava pela tabela de baixos salários pagos a funcionários e docentes, tabela não menos indigente pelo paliativo aumento de 25%, que efetivamente não atende às nossas reivindicações e às necessidades. A perpetuação de semelhante política conduz como se sabe, ao progressivo esvaziamento das instituições de ensino superior dos seus quadros mais competentes, com a conseqüente condenação dessas instituições ao estado de semifalência em que até hoje vivem.

Reconhecendo a necessidade de uma mudança de mentalidade por parte dos dirigentes da nação no que se refere à educação em geral e ao universo acadêmico em particular, a ADUFRJ manifesta o seu decisivo propósito de somar esforços junto à ANDES na luta que travaremos em 1987 por melhores condições de trabalho e por salários realmente dignos, que magnifiquem a nossa atividade e representem a sua importância para o desenvolvimento nacional.

Sabemos, portanto, que a luta continua.
E continuamos dispostos a lutar.

**25 % SALÁRIO
INDIGENTE. A
LUTA
CONTINUA!**



Após realizar seu I Congresso Interno, em abril passado, o Alojamento de estudantes da UFRJ promoveu a revisão acadêmica. É a resposta àqueles anos em que "ficamos entregues às baratas", e que tiveram como

conseqüência a irregular - e até predatória - ocupação de perto de um quinto dos quartos. Recuperar o alojamento para os estudantes é o que pede a comunidade. (Página 8)

**Extensão e
a Vida
Universitária**
(página 5)

**Entrepasto
Pesqueiro no
Fundão**
(página 7)

**UFRJ e a
política de
patrimônios**
(página 6)

NOTAS

POPULAR, CULTURA

Cultura Popular Brasileira, curso de extensão promovido pelo Centro de Letras e Artes, teve seu 1º módulo encerrado dia 22 de dezembro com a palestra **Ideário Crítico da Pesquisa Sívio Romero e Câmara Cascudo**, de Jerusa Pires Ferreira. O 2º módulo começou dia 5 de janeiro com **Artesanato**, palestra de Maria Augusta Rodrigues.

Aberto dia 1º de dezembro com a conceituação de **cultura** pelo antropólogo Gilberto Velho, em seu 1º módulo o curso fez conexões entre cultura e: ideologia (a dicotomia erudito/popular), folclore, história, sistema educacional, modernidade (exibição do filme **Bye Bye Brasil**, de Cacá Diegues), filosofia, política, ciência. E ainda, em três palestras: o negro, cultura e sociedade.

Carlos Rodrigues Brandão, José Américo Pessanha,

Leandro Konder, Muniz Sodré, entre outros, estiveram no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Largo de São Francisco, local das palestras. Do 2º módulo - até 14 de janeiro - constam ainda **Brinquedos, Arquitetura, Danas, Festas Populares, Música do Povo, e Manifestações Culturais nas Camadas Populares do Rio**.

Entre 2 e 16 de fevereiro ocorrerá o 3º módulo. **Literatura Oral no Brasil, Literatura de Cordel, o Demônio na Literatura Popular, Romanceiro Popular, Conto Popular, Literatura Oral Indígena, Lugar Comum e Incomum na Literatura de Cordel. Cultura Popular Brasileira** tem o apoio das Sub-Reitorias de Patrimônio e Finanças e Extensão e Desenvolvimento e Rectoria. Sempre às 18:00 h, de segunda-feira a quinta-feira.



CADERNOS DA ADUFRJ

Já estão quase prontos os **Cadernos da Adufrj**, nº 2. Avaliação da universidade e financiamento da educação formam o eixo desta revista, com artigos dos professores Jorge A. Guimarães, Jorge S.P. Guimarães, José Emmanoel de Souza Pinho e Moacyr de Góes. E ainda, **Tecnologia em país (capitalista) subdesenvolvido**, de Alberto Luiz Coimbra - que em abril de 81 já falava de reserva de mercado - e **A Imitação e o Sentido da Vida**, de Ronaldo Lima Lins. Continua de pé o convite para que os professores enviem pequenos ensaios e artigos para publicação.

CORAL

"Venha cantar conosco", o Centro de Ciências da Saúde está formando seu coral. Coordenado pela professora Ermelinda de Souza Barros da Escola de Música, o coral - aberto à comunidade de professores, funcionários e alunos - ensaia às terças-feiras e quintas-feiras, das 11.00 às 13:00 ho-

ras, no Quinhentão. Solte a garganta e junte-se a nós.

Recentemente foi criada a Oficina de Canto Coral, disciplina optativa, código MUM/ 103, aberta a todos os estudantes da UFRJ. Vale 1 crédito.

CORREIOS

A greve dos funcionários da Companhia de Correio e Telégrafos impediu que o Boletim nº 35, de novembro, fosse enviado às residências dos associados, como o fazemos sempre, tendo sido entregues aos departamentos da universidade. Ainda existem alguns exemplares do Boletim na sede da Adufrj, Centro de Tecnologia.

ERRATA

Cometemos grave falha no último **Boletim** (nº 35, novembro): o artigo que acompanha a programação geral da IX Jornada Científica, página 3, foi publicado sem o nome do autor, o professor Demétrio Alonso Ribeiro.

CARTAS

O ACESSO DO PROFESSOR ADJUNTO (3)

Peço desculpas aos colegas, por voltar no assunto, mas não poderia silenciar porque estaria concordando com as suas objetivações. Outros sim agradeço a gentileza em permitir as contraditas e publicá-las.

Quanto ao Item 6 do artigo 176 § 3º, cabe-me fazer as seguintes ponderações:

1 - Foi o grande jurista e Ministro Clóvis Ramallete, então Consultor Geral da República, no parecer N-55, que reconheceu estar, esta exigência superada, isto é, a do Concurso Público para o **acesso** do Professor Adjunto a Titular.

2 - O citado item 6 da Constituição do artigo 176, não fala de **acesso**, mas sim de PROVIMENTO.

3 - Não cabe jamais, em tempo algum ou em parte alguma, o concurso público para o **acesso**. Este ocorrendo será da classe inferior, logicamente de funcionário (interno) e nunca para os estranhos.

4 - O citado item ainda fala de "dependerá" substituindo a expressão anterior que era "mediante", que no entendimento de Clóvis Ramallete são situações diferentes.

5 - O cargo de Professor Titular não é mais isolado e sim de carreira.

6 - A hermenêutica jurídica é complexa. Se a simples reprodução de um artigo de lei fosse o bastante para dirimir dúvidas, não haveria necessidade do PODER JUDICIÁRIO, órgão indispensável para qualquer República-Democrática.

7 - Lembro-me ainda de uma aula desse eminente mestre Clóvis Ramallete, que dizia "AÍ RESIDE A DIFERENÇA ENTRE O ADVOGADO E O DESPACHANTE". Este conhece a lei, mas ignora o direito. O DIREITO não é apenas um artigo da lei.

8 - No caso desta postulação, há uma série de fatos, fatores e circunstâncias legais, profissionais e acadêmicas. Fundamentalmente lutamos pela discriminação do Professor Adjunto. Lamentavelmente a luta dos discriminados não empolga aos demais.

Ao finalizar, espero que a Diretoria da Adufrj compreenda que não se reivindica privilégios mas justiça para os Preteridos.

Prof. Walter Bloise

Presidente da ASPRAD

• NOTA DA DIRETORIA

O missivista não entendeu ainda que a Adufrj não pretende entrar em intermináveis discussões jurídicas. A posição do movimento docente com relação à titularidade é de natureza política e não puramente legal, já tendo sido claramente anunciada e defendida. Implica num concurso **aberto** de provas e títulos com o aproveitamento do mais capacitado. Somente assim, preservando-se a competência intelectual do nosso corpo docente, podemos aspirar por uma Universidade cada vez mais qualificada. Defendemos, portanto, a valorização da carreira docente, cujos ingressos, progressão e término sejam baseados no mérito e na produção intelectual, como também apontamos vias para a consecução de uma política de pessoal.

A inexistência de vagas para concurso, por sua vez, é um problema grave e geral do magistério superior, afetando todos os níveis da carreira, não apenas a classe dos adjuntos. A Adufrj e o movimento docente sempre lutaram contra esta injustiça, cuja correção permanece em nossa pauta de reivindicações.

Não lutamos, portanto, pela discriminação ou privilégios de qualquer uma das classes docentes, mas contra qualquer discriminação e pelos interesses do conjunto dos professores da UFRJ.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e redação: Aloy Jupia Braz (Reg. Prof 19014)

Fotografia: Amauri Alves

Diagramação: Vicente Antônio Teixeira de Castro (reg. prof. 15.219)

Ilustração: César Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente em exercício: José Henrique Sanglard

Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1º Secretário: Hélio de Mattos Alves

1º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

2º Tesoureiro: Nivalde José de Castro

REPRESENTANTES NO CONSELHO

CCMN

Instituto de Física

Raphael de Haro Júnior, Oswaldo de Medeiros Ritter (representantes); Sheila Chirola Garcia, Máximo Ferreira da Silveira (suplentes)

Instituto de Geociências

sem conselheiro

Instituto de Matemática

sem conselheiro

Instituto de Química

Marco Antônio F. Faria

Observatório do Valongo

José Augusto Buarque de Nazareth (representante); Lilia Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Frossard Barbosa, Maria Amália Amarante Almeida Magalhães (representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Escola de Belas-Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (representante)

Murilo Mendes Guimarães (suplente)

Faculdade de Letras

Sônia Salomão Khêde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho (suplentes)

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud (representante)

Ilda Maria Lauria Vasconcelhos (suplente)

CFCH

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão, Nilde Teves Ferreira (representantes); Clara Hetmanek Sobral (suplente)

Escola de Comunicação

sem conselheiro

Escola de Serviço Social

Maria Lúcia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Abreu Penna (representantes); Maria da Graça Franco Ferreira Schlicher, Olinto Antônio Pergoraro (suplentes)

Instituto de Psicologia

sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Moacyr Barreto da Silva Júnior, Ionilde Maria de Azevedo (representantes); Paulo Baltazar, Eliane de Azevedo Takche (suplente)

CCJE

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol (representante)

Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (representante)

Lia Hasenclever (suplente)

CCS

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva (representante)

Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Escola de Enfermagem

sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (representante)

Ana Maria Somaglia Albino (suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José

Roberto Lapa e Silva (representantes);

Norma Colino Sarmento Figueiredo,

Diana Maul de Carvalho, Vanda Marques da Silva (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Maria Genoveva Von Hubinger (representante)

Rosa da Glória Brito de Oliveira (suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (representante)

Eliane Moreira Vaz (suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy Guisophe Castro Teixeira, Ednilson Porangaba Costa (representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (suplentes)

Instituto de Biologia

Deia Maria Ferreira dos Santos (representante)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (representante)

Waldyr Mendes Ramos (suplente)

Instituto de Biofísica

sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (representante)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira (representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

Associação de Professores

Afrânio Raul Garcia Júnior (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Roni Marques (representante)

Roberto Bravo de Souza (suplente)

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (representante)

Antônio Filomeno (suplente)

NPPN

Paulo Roberto Ribeiro Costa (representante)

Maria Célia do Nascimento (suplente)

CT

Escola de Engenharia

Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar Acseirad, José Luciano de Souza Menezes, Osvaldo Pereira Filho, Carlos Elízio Barral Ferreira (representantes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Antônio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (representante)

Elisabeth Ermel Monteiro (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

Afrânio Raul Garcia Júnior (suplente)

1986, mais um ano de luta

FOI-SE o ano de 1986, mais um ano de luta, muito trabalho, novas experiências e aprendizado para o movimento docente. Sem pretender realizar uma análise pormenorizada dos acontecimentos que neles vivemos, há, porém, algumas questões que merecem ser ressaltadas e remetidas para uma reflexão maior.

O recente debate acerca do modelo de Universidade que desejamos, retomado com vigor a partir da divulgação da proposta do GERES e novamente posto em segundo plano após o recuo do governo, mostrou que ainda há muito o que fazer em termos de reestruturação e democratização da Universidade. Não basta, e nisto cremos haver consenso, eleger representantes e dirigentes para uma estrutura que nos foi legada, quase num mero exercício democrático de preenchimento de cargos. É necessário consolidar esta conquista e avançar no sentido de formular propostas para a reorganização interna da Instituição e de suas Unidades, para a natureza e a composição de seus órgãos colegiados, para políticas de pessoal, de ensino, pesquisa e extensão, de patrimônio, dentre outras, traçando planos para sua consecução. Com este intuito, a ADUFRJ planeja montar grupos de trabalhos onde se debata a

pesquisa, o ensino e a extensão, para, no início de 1987, dar prosseguimento às discussões acumuladas nos eventos já realizados em 1986, buscando contemplar as diversas visões sobre os temas propostos.

O processo de democratização exige hoje a avaliação crítica de questões ainda pendentes, quer no que diz respeito à paridade, por exemplo; quer em relação ao estágio em que se encontra o próprio processo.

Como prosseguir e consolidá-lo, é desafio em questão. O fato de termos conquistado, na prática, o direito de eleger nossos representantes e dirigentes provocou, de início, certa acomodação ante o sentimento confortável de dever cumprido e de problemas sanados. A realidade, porém, revelou-se complexa, trazendo novos desafios e responsabilidades.

Mais do que nunca a organização e participação dos movimentos das categorias mostraram-se necessários no acompanhamento e contribuição para superar os impasses com os quais nos defrontamos. O governo insiste na avaliação da Universidade, a partir de sua ótica. O que temos a apresentar como contrapartida? Evidentemente, todos aspiramos a uma Universidade competente e democrática. O corporativismo, entretanto,

impede qualquer referência à avaliação necessária e à situação de crônica, falta de verbas, de condições de trabalho e de crise salarial tornam a avaliação proposta pelo governo uma caricatura.

A questão de verbas e de salários aparentemente não sensibilizaram os professores o suficiente para uma clara manifestação de descontentamento geral.

Vários fatores contribuíram para uma posição ambígua, desde o alívio no imposto de renda e, em seguida, as expectativas em relação ao plano cruzado, até o impacto do anteprojeto do GERES, que desviou as atenções para outra direção, quando os funcionários já se encontravam em greve e crescia a campanha salarial dos docentes. Outro elemento a ser considerado foi, sem dúvida, o estímulo a processos judiciais para a obtenção de vantagens salariais individuais, para grupos específicos ou gerais, desde os casos de DAS e o acesso da livre-docência à titularidade, até possíveis isonômias internas e reposicionamento em referências do PCC. A ansiedade com que os docentes se lançaram individualmente a esses expedientes, sem uma coordenação ou maiores esclarecimentos sobre a questão, demonstrou, sem dúvida, a

insatisfação e a precariedade da situação salarial. Desde o instante em que tomou ciência deste procedimento a ADUFRJ procurou se inteirar da situação para esclarecer e orientar os professores.

Neste sentido, junto com a Regional da ANDES, estamos solicitando pareceres a juristas de renome a fim de nos fornecer subsídios para melhor atacar a questão, particularmente, no que se refere ao reposicionamento (12 referências), onde, a nosso ver, há alguma perspectiva de mais uma forma de luta para o movimento. As palavras de ordem do cruzado "tem que dar certo", repetidas à exaustão acabaram extrapolando o campo econômico para se constituir na tônica de um consenso ou unanimidade também forçada no plano político, inquestionável e a todo custo, inclusive no âmbito das questões internas da Universidade. As críticas ou vozes discordantes passaram a ser encaradas não como elementos normais de um convívio verdadeiramente democrático, mas como tentativas de subversão ou desestabilização deste processo e da administração, como política de terra arrasada ou como simples forma de marcar posições. A "síndrome da unanimidade" chegou mesmo

a questionar a necessidade de entidades representativas das categorias e qual deveria ser seu papel na nova Universidade que se constituía.

O último pacote econômico, divulgado logo após as eleições de novembro, nos mostra que as perspectivas para 1987, não são nada animadoras. O "realinhamento" de preços, a volta da inflação a níveis alarmantes, seja qual for o índice adotado, o aumento das tarifas dos serviços públicos, as dúvidas quanto ao disparo do gatilho salarial, as "negociações" dos reajustes de aluguéis e as surpresas que o leão nos reserva, devem certamente compensar, com sobras, os benefícios do congelamento anterior e o reajuste salarial que receberemos em janeiro, de apenas 25%. Além disso, nada indica mudanças na política do governo para as Universidades. As ameaças da avaliação formal reiterada pelo MEC e da retomada do anteprojeto do GERES no momento oportuno, ainda pairam sobre nós. As verbas devem continuar exíguas e em doses homeopáticas! Por tudo isso, manter a entidade ativa, crítica e participante foi uma conquista neste ano e permanece como um desafio para 87.

José Henrique Sanglard

VI Congresso Nacional da Andes

Entre 25 e 31 de janeiro, em Goiânia, a ANDES realizará seu VI Congresso Nacional. Os professores da UFRJ - em Assembleia Geral, dia 4 de dezembro - elegeram seus delegados ao Congresso: Cláudio Miguel Ávila, Gumercinda Nascimento Gonda, Ildeu de Castro Moreira, Índia Maria Borba Monteiro, José Emmanuel de Souza Pinho, José Luciano de Souza Menezes, Murilo Mendes Guimarães e Rui Fernando Rodrigues Pereira. José Henrique Sanglard foi indicado como delegado da diretoria.

Abaixo, publicamos o programa do VI Congresso da ANDES:

MOVIMENTO DOCENTE, UNIVERSIDADE E CONSTITUIÇÃO

data	hora	
23/1		ENCONTRO NACIONAL DE ADs DAS IES ESTADUAIS
24/1		SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE
		SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE
25/1	20h	VI CONGRESSO - Abertura e Plenária de Instalação
	9-13h	TEMA 1: Mov. docente e situação política nacional
26/1	15-19h	TEMA 2: Questões setoriais (part., est., fed.)
	20h	
27/1	9-13h	TEMA 3: Universidade - Reestruturação; Avaliação acadêmica;
	15-21h	Estatuintos; Verbas.
	21h	LIVRE
28/1	9-13h	TEMA 4: Constituinte
	15-21h	
	21h	LIVRE
	9-13h	TEMA 5: ANDES / Centrais Sindicais - a questão da filiação
	15-17h	TEMA 6: Questões organizativas e financeiras
29/1	17-21h	REUNIÃO REGIONAIS
	21h	LIVRE
	9-13h	PLENÁRIA TEMA 1
30/1	14-18h	PLENÁRIA TEMA 2
	19h	PLENÁRIA TEMA 3
	9-13h	PLENÁRIA TEMA 4
31/1	14-18h	PLENÁRIA TEMA 5
	19h	PLENÁRIA TEMA 6
		PLENÁRIA ENCERRAMENTO - MOÇÕES

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS, USP em suas raízes, a interdisciplinariedade

“Apagar” as fronteiras das especialidades - gabinetes e laboratórios - para intercambiar idéias, abrir as perspectivas do cotidiano acadêmico. “O Instituto de Estudos Avançados é sobretudo o instrumento para que a USP reencontre sua história”, fala o secretário acadêmico do instituto, professor Edgar de Barros.

Conferências, colóquios, seminários, grupos de estudos. Integrar os pólos de saber - fragmentários - da universidade: a contemporaneidade, como tema.

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, encontra-se numa situação desafiadora: como conseguir, com sua experiência de mais de meio século de vida, criar um fórum central onde seus membros possam intercambiar idéias entre si, convidando colegas a atravessar as fronteiras de suas especialidades e a interagir com cientistas, pensadores, artistas e escritores de projeção nacional e internacional? Assim começa o texto de proposta do Instituto de Estudos Avançados.

Em fins de julho passado, o reitor José Goldemberg designou comissão encarregada de criar as condições de tal organismo. Formada pelos professores Carlos Guilherme Motta - hoje coordenador *pro tempore* do instituto -, Alberto Carvalho da Silva - presidente da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo -, Gerhard Malmic e Alberto Luiz da Rocha, a comissão elaborou o perfil inicial do IEA, a partir de consultas à comunidade e da perspectiva de estruturas semelhantes como o *Institute for Advanced Study*, de Princeton, e o *Wissenschaftskolleg zu Berlin*.

Juridicamente, o instituto passa a existir a partir de novembro último, como explica o professor Edgar de Barros, secretário acadêmico: “Ele foi criado com a incumbência de mais tarde apresentar sua proposta para ser apreciada e votada pelo Conselho Universitário”. O regimento do instituto - aprovado *ad referendum* pelo Conselho Universitário - foi publicado no Diário Oficial do Estado, dia 17 de dezembro. No orçamento preliminar da USP, está prevista dotação de um milhão de cruzados.

Paralelo à constituição jurídica, já eram realizadas atividades desde agosto e esboçadas perspectivas: a primeira conferência do instituto foi de Raymundo Faoro e perguntava: **Existe um Pensamento Político Bra-**

sileiro?

RAÍZES, A INTERDISCIPLINARIEDADE

A reivindicação de tal espaço não é nova. “É como retomar o espírito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934, em volta da qual se criou a Universidade de São Paulo”, fala o professor Edgard. A fa-



Raymundo Faoro

culdade pretendia semear a reflexão interdisciplinar. “A essa época”, sublinha o professor, “a faculdade propiciava uma amplitude, uma abrangência de campos do saber, muito grande”. Sabia-se o que acontecia da matemática à química, da história natural à filosofia.

Mas isto o tempo levou; perdeu-se. “Exatamente pelo seu próprio crescimento, a faculdade fragmentou-se e, inserida no processo de burocratização ou esvaziamento da universidade, a interdisciplinariedade

de foi esquecida”. Com o surgimento de seis novos institutos (de Física, de Química,...), à faculdade coube apenas a área de Humanidades.

A universidade se isolou, em pedaços, em fragmentos. Hoje, vivemos muito mais um sentido de poli-universidade que de universidade. A produção intelectual - ainda que bastante interessante - vem muito atomizada, e assim não dá conta das questões contemporâneas, mais presentes, avalia o professor.

Desde os anos 70 que a comunidade acadêmica da USP vem tentando resgatar esta universalidade de campo, de saberes articulados, e reconduzir sua própria história. Em 79, essa perspectiva aflora com a acolhida aos professores cassados pela ditadura militar e que então voltavam à universidade. “Alguns centros do porte do *Institute for Advanced Study*, de Princeton, começaram assim. Em 1930, quando foi

Coube a José Goldemberg, físico, 58 anos - eleito reitor há um ano, após consulta a comunidade, levar à frente o projeto do instituto (“contribuição para o reerguimento cultural da USP”) declarou.

PERFIL

Com periodicidade - provavelmente mensal - a IEA promoverá uma conferência, de caráter mais amplo, na sala do Conselho Universitário, sob um **macrotema** da contemporaneidade. Foi o caso de John Kenneth Galbraith ao falar sobre controle de armamentos e poderio militar ou, do próprio José Goldemberg, ao falar sobre uma estratégia energética para o país. Já existem sete textos - frutos de conferências - em processo de edição.

Em linhas mais cotidianas, serão realizados colóquios menores - na sede do instituto, no antigo prédio



John Kenneth Galbraith

tudo o que já havia pensado, até numa conversa menos formal”, com professores de educação, filosofia, e outras áreas. Isto já foi realizado.

Há ainda, neste perfil do instituto, o professor-visitante, que desenvolverá algum trabalho, por período nunca maior que um ano, custeado pela universidade (com o equivalente ao salário mais alto da carreira acadêmica). Existem duas vias de acesso ao **estágio** de professor-visitante: pela apresentação de projeto pelo intelectual, artista, docente interessado, ou a convite do Conselho Diretor do Instituto (apoiado por um Conselho de Assessoramento).

Outro nível de atividades do IEA é a formação de grupos de estudos: “A USP possui 5.150 docentes, que apresentam suas considerações sobre temas de relevo, ou isoladamente, ou em grupos de três ou quatro”. O IEA vai catalisar a discussão de temas para projetar a posição científica e cultural da universidade. “O que a USP tem a dizer, por exemplo, sobre a questão ambiental - que envolve da ecologia à antropologia? Por enquanto, não tem nada a dizer. Vários colegas têm muito, mas nada há de articulado”, explica o professor.

Já existe um grupo sobre inteligência artificial - lógica, teoria da ciência, filosofia da linguagem - em

constituição, encabeçado pelo matemático Nilton da Costa. O instituto planeja entre oito e dez grupos de estudo. Toda produção será divulgada pelo IEA, visando estabelecer canais mais precisos com a sociedade.

Das conferências e colóquios já realizados, entram em fase de edição de texto: **Existe um Pensamento Político Brasileiro?**, Raymundo Faoro; **Os Limites da Revolução Burguesa no Brasil**, Florestan Fernandes; **A Gênese do Grupo BOURBAKI**, Jean Louis Koszul (matemático francês); **Para uma Nova Diplomacia na América Latina**, Antonio González de León; **Por uma Nova Estratégia Energética para o Brasil**, José Goldemberg; **Reflexões sobre a Língua Portuguesa**, Paul Teysse; **Controle de Armamentos e Poder Militar**, John Kenneth Galbraith; **O Mundo que o Português Criou: Revisitado**, Luandino Vieira e José Saramago, escritores angolano e português, respectivamente; e, ainda, uma palestra do historiador cubano Manuel Ramón Moreno Franginal.

Alguns temas de estudos de grupos mantidos pelo IEA também já foram definidos: a questão ambiental; a política científica e tecnológica, provavelmente coordenado pelo vice-reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho (com a participação dos professores Antônio Galvão Novaes, da Politécnica, Flávio Favas de Moraes, do Instituto de Ciências Biomédicas, e Eunice Duhram, do Departamento de Ciências Sociais); e, ainda, a nova sociedade civil; e a universidade.

O Conselho Diretor do Instituto de Estudos Avançados - USP é formado por seis membros: dois designados pelo reitor, que escolhe outros dois a partir de duas listas tríplices aprovadas pelo último Conselho Diretor do instituto; e dois, eleitos pelo Conselho Universitário dentre seus membros docentes. No máximo dois e no mínimo um dos membros do instituto deverão vir de fora da comunidade universitária.

À FRENTE, A CONTEMPORANEIDADE

Para 87, já garantiram que vêm ao IEA para **estágios** o linguísta francês Algirvas Greimas (École Pratique des Hautes Etudes,

A Extensão e a Vida Universitária em questão

Extensão universitária foi tema de encontro organizado pela professora Maria Helena da Silveira, dia 10 de dezembro, na Faculdade de Letras. Decanos, diretores de unidades, professores com projetos de extensão, monitores: um público restrito, mas “com a obrigação de fazer circular pela universidade tudo o que foi falado aqui”, frisou o professor Moacyr de Góes, superintendente da Sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão. Foram duas mesas-redondas: a de conteúdo teórico, pela manhã (com a presença do professor mineiro Fernando Massoti), e a prática de extensão, à tarde.

Da mesa da manhã - **Extensão: questão universitária** - participaram também o Diretor da Faculdade de Medicina, Rodolpho Paulo Rocco, o antropólogo Sérgio Leite Lopes, e o jornalista e professor da Escola de Comunicação, Nilson Lage. O professor Fernando Massoti, UFMG, debruçando-se sobre a história, afirmou que a massa de excluídos que o sistema de exploração produziu manifesta-se de duas formas: uma, como Antônio Conselheiro (Canudos); outra, como Padre Cícero.

Essas figuras - “categorias de ciências política no Brasil” - criam e recriam situações limites. “A universidade cabe estar em sintonia com a realidade, o que não ocorre porque ainda não assumimos o país. Para o professor, a extensão universitária é solução fora daqueles extremos que a história registra.

A experiência de quinze anos de extensão em Minas amadureceu bastante desde a greve de 84, quando a comunidade universitária **acordou** para o fato da sociedade negar-lhe valor (por desconhecê-la). “A extensão permite a democratização da pesquisa: produzir ciência trabalhando com o povo é fazer a universidade”.

Rodolpho Rocco falou da coesão pesquisa-ensino-extensão e sublinhou que, agora, é desencadear este processo (“não há mais o que se esperar só da teoria”). Já Sérgio Leite Lopes relatou sua experiência, que começa com a pesquisa e deságua em práticas de extensão quando estas ainda não eram uma filosofia ou política oficial na vida universitária.

Em Pernambuco, 1972, Sérgio pesquisou junto a operários de usinas de açúcar. No Rio, em 78, com o apoio da Pastoral Operária de Nova Iguaçu, fez trabalho “quase clandestino” sobre transporte coletivo na Baixada Fluminense. E as comunidades sempre respondiam com expectativas. Sérgio pediu o levantamento de experiências individuais, dispersas por toda a universidade, anteriores ao projeto que hoje se monta na SR-5.

“A universidade não tem o hábito da extensão”. Para o Professor Nilson Lage, ao mesmo tempo que a linguagem científica tenta obter a especificidade de denominadores comuns (para cercar o objeto de estudo), ela protege áreas de poder (mesmo entre segmentos da comunidade universitária): “em informação interdisciplinar isto é percebido com clareza”. Nilson falou sobre o intelectual recuperar a humildade no contato com a comunidade, respeitando-a (“não a tratando como simples objeto de produção acadêmica”).

No debate que se seguiu às exposições, o professor Luiz Carlos de Siqueira, Diretor do Instituto de Puericultura e Pediatría, alertou que não vai se fazer extensão por decreto ou pelo interesse do reitor em fazê-la. Fernando Massoti respondeu que é questão crucial uma política de mobilização pró-extensão universitária. Outra preocupação foi quanto à graduação: pediu-se mudança de currículo que permita maior entrosamento do estudante com as práticas de extensão.

À tarde, a extensão na vida universitária - quanto à carreira docente e discente - foi tratada pelos professores Moacyr de Góes, superintendente da Sub-reitoria de Extensão e

Desenvolvimento, Paulo Alcântara Gomes, Sub-reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa, e Fernando Amorim, superintendente da Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças. Para o professor Moacyr, a questão hoje é se (e em que medida) a extensão contará pontos para a carreira de funcionários e professores e créditos para os estudantes.

Paulo Alcântara considerou difícil mensurar algumas atividades e preferiu sugerir “gerar estímulos para os docentes dedicarem seu tempo também à extensão” (como, por exemplo, a interdisciplinariedade: “conjugar os interesses de segmentos da comunidade universitária em projetos de extensão”). Para Fernando Amorim, enquanto a extensão não for incorporada às atividades cotidianas da universidade, a graduação continuará a ser a via mais eficaz de democratização do conhecimento.

Segundo o professor Moacyr de Góes, desde novembro de 85 que o documento teórico sobre a extensão vem sendo discutido. “Depois de preparação e avaliado na SR-5, ele foi levado a cada unidade, cada departamento, em processo que culminou no **Seminário Maré**, em setembro. “Continuamos aguardando propostas de modificação em seu conteúdo”, assegura o professor.

Moacyr considera ainda que este encontro dá continuidade ao projeto de mobilização para as atividades de extensão que a Sub-reitoria vem encaminhando. “Prendemos que as pessoas levem às suas unidades as inquietações e propostas aqui sustentadas”. Cerca de 50% do público alvo compareceu ao encontro. Quanto a outra metade, o professor observou que se trata de uma parcela ainda por conquistar.

foto Folha da UFRJ



Favela da Maré

Política de Patrimônios da UFRJ

Adufrj prepara encontro em março

EM Assembléia Geral realizada no dia 27 de novembro pela Adufrj os professores decidiram que a política de patrimônios seria tema de debates sobre administração da universidade, em 87. “Se há a manutenção do Fundão, falando alto, de um lado”, assegura o reitor Horácio Macedo que “a parte da universidade fora do **campus** não fica esquecida”. Pelo contrário. Hoje, garante, “há recursos que antes não existiam”. Ainda insuficientes! bradam alguns.

Emperrando o processo está a resolução **13-61** do Conselho Universitário que recomenda a não injeção de recursos fora do Fundo (exceção para obras de conservação). “Onde for preciso - na medida do possível -, faremos obras, obras de conservação”, explica o reitor. E a **conservação** vem sendo feita, em prédios como o do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Largo de São Francisco; ou da Faculdade de Direito; da antiga Faculdade de Farmácia, na Praia Vermelha; e o Salão Leopoldo Miguez, da Escola de Música.

Contudo, esta não é a fração mais problemática dentre os patrimônios da universidade, até porque se encontra em plena utilização acadêmica. Imóveis desocupados: aqui, sim, fica com-

plicada a questão patrimonial. É o caso da antiga Maternidade Thompson Mota - à rua Afonso Cavalcanti, no Centro -, hoje, em ruínas, e “abrigo de marginais”. Para o reitor, “derrubar o que resta do prédio, enquanto não se vende o terreno, para subutilizá-lo como estacionamento, parece a solução”.

MEDIDAS JUDICIAIS

Ainda na rua Afonso Cavalcanti, a UFRJ possui o prédio tombado da Escola Anna Nery - já se planeja sua transferência para o Fundão - e o Pavilhão Carlos Chagas, hoje indevidamente ocupado por cursos da Faculdade Souza Marques. Este é também o caso do prédio da Avenida Mém de Sá, doado à Escola de Belas-Artes, ocupado por oficina de automóveis e o de terrenos em Itaguaí, ocupados por posseiros. Com relação a estes, a reitoria tentou acordo com o Governo do Estado, para enquadrá-los no programa **Cada Família um Lote**, o que não se concretizou.

Recuperar judicialmente os prédios é, em geral, o caminho (“é difícil perder prédios da União na justiça, mesmo que o processo demore”, garante o reitor). A UFRJ entrou com pedido de reintegração de posse do Hospi-

tal São Francisco, onde hoje está instalado o Centro de pesquisa e Assistência Integrada a Mulher e a Criança, CEPAIMC. “Há fortes restrições às atividades médicas nele desenvolvida” explica Horácio Macedo. INAMPS e Prefeitura do Rio estariam interessados em convênio para a utilização do prédio, que é tombado pelo patrimônio histórico.

Dois outros convênios já foram firmados pela reitoria, com a cessão dos prédios à rua Luís de Camões - permuta feita com a Prefeitura do Rio, por 10 anos, em troca do prédio do CAPES - e à rua Visconde do Rio Branco com o Projeto Pró-Memória por 20 anos. Além de recuperar o prédio, o Projeto Pró-Memória promoverá programas em comum à universidade, como a recuperação de documentos e livros raros. Abrigará provavelmente a sede da FUNARTE .

antiga Farmácia em obras



Casarão, mato e lixo



AVENIDA CHILE

Quanto ao terreno da avenida Chile a idéia da venda permanece sobre a mesa, apesar do reitor reconhecer “as fortes opiniões em contrário”. Nada ainda foi decidido. Como medida de proteção do patrimônio, foi fir-

mado contrato - termo de permissão - para o uso do terreno como estacionamento por seis meses. Isto evita que o terreno seja ocupado por ambulantes, como ocorrera há pouco.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

“Qualquer decisão que tomemos não pode ser unilateral. É preciso considerar que, sozinha, a universidade não tem condições de implementar projetos de grande porte”, fala Horácio Macedo. “Há pressões de vários lados para que aquele terreno não fique vazio, abandonado, enquanto decidimos o que fazer: a Arquidiocese do Rio nos pediu para cedê-lo à Pastoral dos Meninos da rua (Proposta derrotada por unanimidade no Conselho de Curadores). A comunidade vai voltar a pressionar”.

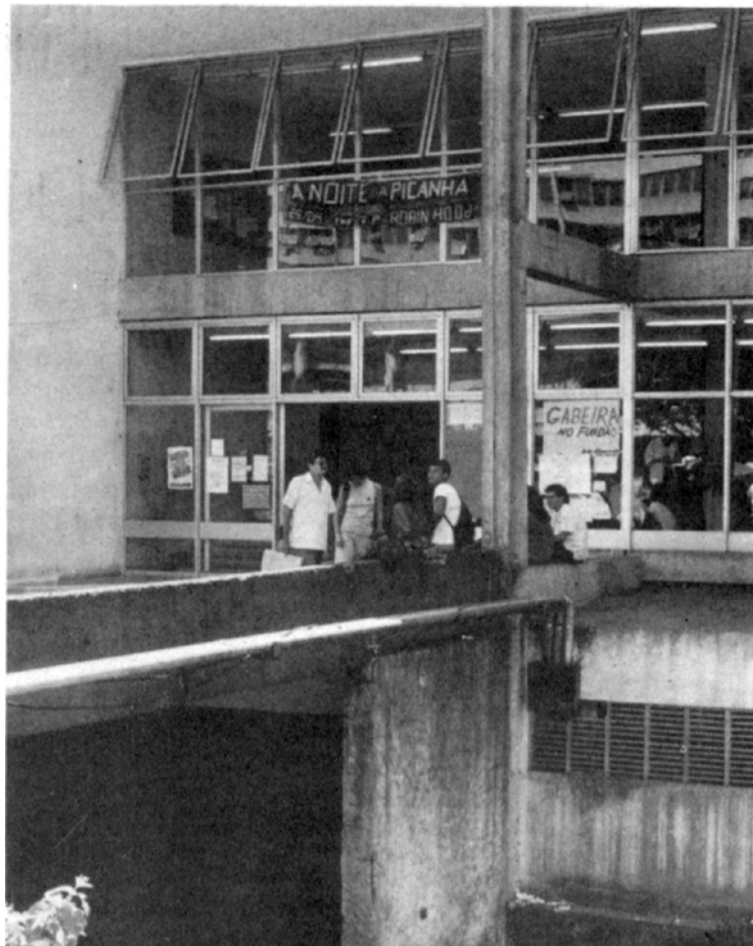
E a comunidade pressiona, como acontece com o Casarão, bem ao lado do Canecão - outro caso que está na justiça. Em péssimo estado de conservação, o casarão abriga um pagode nos fins de semana. Se houver condições para a reforma, o prédio pode ser transformado em creche ou escola de danças, por exemplo. Existe ainda a proposta do empresário Chico Recarey,

que pretende construir no local restaurante e casa de espetáculos. Além do aluguel, as bases do acordo envolveriam a recuperação das dependências esportivas da Praia Vermelha e a construção de salão de convenções, para a universidade.

RESOLUÇÃO 13-61

“Esperar que hoje ainda vigore isto é desconhecer tudo que aconteceu na universidade nos últimos anos”. Tal comentário é sobre a resolução do Conselho Universitário - de 1961 - que desestimula investimentos fora da Ilha do Fundão (Boletim 49, ano 13) e é feito pelo professor Marcos Jardim Freire, diretor do Instituto de Psicologia e coordenador do Condomínio da Praia Vermelha.

Formado pelos diretores de unidades e decanos lá situados, o Condomínio tenta obter soluções coletivas - e mais racionais - para problemas, até



Fundão

agora, tratados como individuais. Foi assim que se chegou ao plano de obras para a antiga Faculdade de Farmácia, abandonada desde a transferência. O prédio estava na mira de quase todas as unidades, sufocadas pelo crescimento, e sem espaços para onde se expandir. Até o Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq, havia pleiteado o prédio.

Está prevista, agora, a instalação da Biblioteca Central da Praia Vermelha, e de salas de aula de uso comum às unidades, além de salas de professores e de coordenação de cursos. Assim, a expansão das unidades passa a estar articulada, e “os recursos são melhor empregados”, explica Marcos.

A Adufrj prepara o encontro que em março vai começar a debater a política de patrimônios. Na pauta, as propostas para o terreno da Avenida Chile - como, por exemplo a defesa de projeto cultural - estarão em destaque.

Entreposto de Pesca no Fundão Encontra Oposição

Já há oposição no meio universitário à implantação de terminal de pesca de grande porte, em área da zona industrial da Ilha do Fundão, área hoje ocupada pela ECEX. Motivos da escolha do Fundão estão no **Memorial de Estudo preliminar**, elaborado pela CIBRAZEM, Sindicato dos Armadores, Secretaria de Planejamento do Município e escritório do advogado Jaime Lerner, e entregue ao reitor Horácio Macedo.

Membro de comissão encarregada pelo reitor de avaliar a proposta, o decano do Centro de Tecnologia, professor Carlos Russo, já manifestou-se contrário à instalação do terminal. Mas há quem diga **sim!** à proposta: em texto intitulado **A Pesquisa e o Mar**, o Instituto de Biologia relaciona os benefícios que o entreposto de pesca traria à atividade acadêmica.

Além da comercialização, o projeto prevê a estocagem, fabricação de gelo em escama e processamento de pescado. Isto, em cerca de 100 mil metros quadrados, divididos em sete blocos, para: processamento de pescado; comercialização e administração - de pescado e de sardinha, em blocos separados; estocagem, fabricação de gelo e oficinas; alojamento para caminhoneiros e restaurante; subestação; e centro de pesquisa (pólo de estudo do mar, administrado pela UFRJ).

O objetivo é a agilização da produção da indústria de pesca do Estado, com o fim do Terminal Pes-

queiro de Comércio da Praça XV, hoje obsoleto. Com o entreposto do Fundão, a universidade abriria seu potencial de “pesquisa no campo biológico, naval e costeiro”, assegura o **Memorial de Estudo**.

CIBRAZEM, SUDEPE, Sindicato dos Armadores, Sindicato dos Pescadores e Associação dos Pregoeiros - os interessados pela área - reivindicam à Prefeitura do Rio o recapeamento da rua 9, o asfaltamento de trecho de acesso de caminhões ao entreposto e a desapropriação do terreno da empresa McLaren para duplicação da pista de entrada da Ilha.

Em **A Pesquisa e o Mar**, o Instituto de Biologia aprova o entreposto de pesca, pólo de “produção de informações e de pesquisas” universitárias. Para a concretização de tais aspectos acadêmicos, exige: laboratórios e alojamento para pesquisadores, liberdade para a coleta de amostras de pescado e apoio, quando solicitados, de suas excursões de pesca, e taxa para a manutenção dos laboratórios.

O documento cita o Instituto de Biologia, a Escola de Química, o Instituto de Geociências, o Instituto de Nutrição e o Centro de Tecnologia, como unidades beneficiadas em suas atividades acadêmicas pela implantação do terminal. Sugere ainda a construção de grupos de trabalho para avaliar as “competências administrativas”, a amplitude de campo de pesquisas,

e os projetos específicos sobre recursos pesqueiros (área, estoques...).

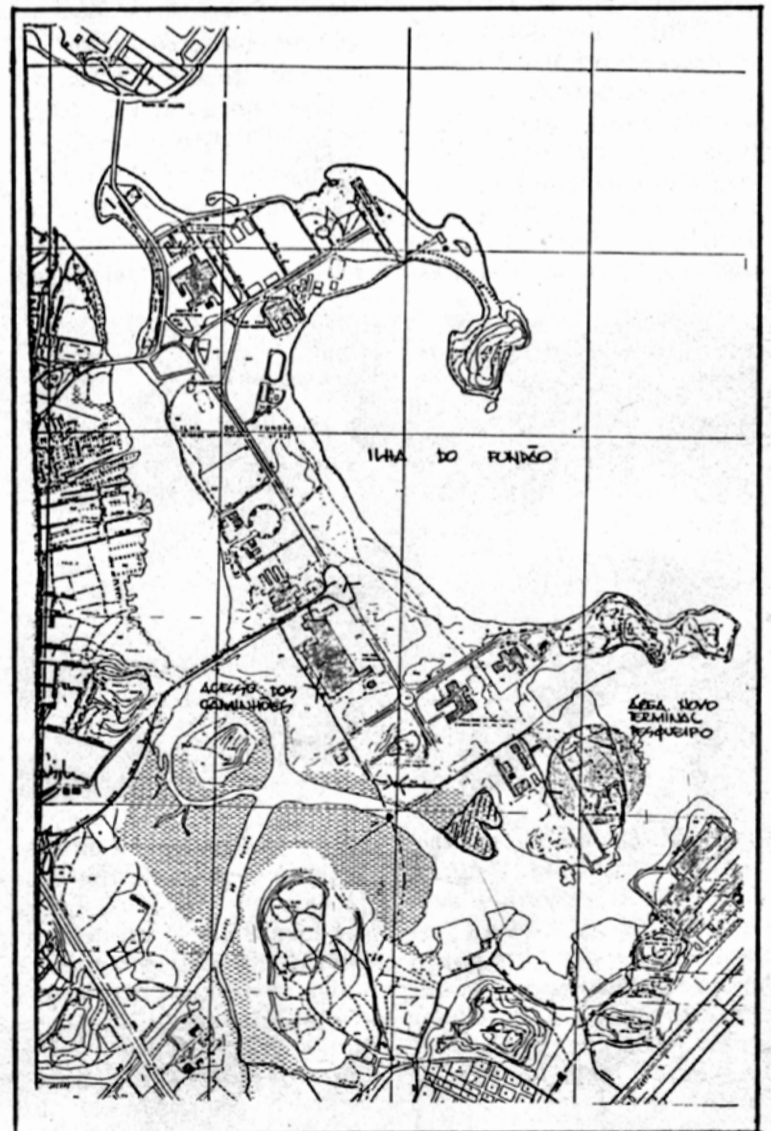
Ainda à introdução, o texto traça o perfil de possibilidades de pesquisa - pura ou aplicada, da ecologia à engenharia - que tem o mar como campo de trabalho; em especial, a biologia marinha.

Em carta enviada à reitoria e aos membros da comissão que avalia a proposta, o decano do Centro de Tecnologia explica o porquê de sua “veemente oposição face à proposta”: ao falar sobre a Praça XV, onde hoje é comercializado o produto da pesca, o professor Carlos Russo, cita a “presença contínua e prolongada de quase duas centenas de pessoas que perambulam pelo mercado à cata de sobras de pescado com a finalidade de revendê-lo”. Menciona ainda a ocupação indevida da universidade por terceiros - o caso da avenida Chile e dos terrenos em Itaguaí - para justificar: “Não posso de forma alguma aceitar qualquer proposta que propicie a presença não controlada de estranhos no **campus** universitário.

Para o decano, nem mesmo um instituto de pesquisa - acoplado ao projeto do entreposto - vale o preço, “alto demais, que não posso concordar em pagar”. Tal posição foi referendada pela quase totalidade do Conselho de Coordenação do centro (falta ouvir o diretor da Escola de Química, professor Benjamim Valdman, que não pôde

comparecer às reuniões em que o assunto foi discutido). A Congregação da Escola de Engenharia também manifestou-se contrária

ao projeto. Igual posição foi defendida pelos professores, em Assembleia convocada pela Adufrj, ainda em dezembro.



Revisão Acadêmica Muda Face do Alojamento

Ousa* abandonado pelas últimas administrações, o alojamento vive hoje profundo movimento de reorganização e reforma. Em abril passado, foi realizado o I Congresso Interno do Alojamento, que redefiniu sua estrutura, e, a partir do qual, formou-se a Coordenação Geral. Como principal consequência do movimento, a revisão acadêmica.

NOVE coordenadores - eleitos pela comunidade - estão a frente deste movimento, dividindo a chefia de departamentos de esporte e lazer, saúde, manutenção e reforma, sócio-cultural, imprensa e revisão acadêmica. "O alojamento havia passado por um período de desorganização política e administrativa que teve consequências graves sobre as condições de vida, aqui", garante Roseli Dutra, da Coordenação. Ocorriam, invasões de quartos, não havia manutenção, o café das manhã minguava "Ficamos entregues às baratas", brincam os coordenadores. O Congresso Interno, assim, foi o ponto de partida para a reorganização.

Foram quatro dias de encontro: no primeiro, definição de alojamento; no segundo, permanência e direito de moradia; no terceiro, reformas e alimentação; e no quarto, estrutura de poder e decisão, eleições e órgãos de representação. Do Congresso -

visão acadêmica significa corrigir as distorções causadas por estes últimos anos quanto à situação irregular de cerca de 110 quartos do alojamento. Moradia de estudantes da universidade, selecionados pelos critérios de carência e distancia de seus municípios ou cidades de origem, o alojamento viu a irregularidade se instalar, seja pela permanência após a conclusão de curso, a ocupação sem passar pela seleção, ou, simplesmente, por não pertencer à universidade.

Quanto aos formandos, o Congresso deliberou que eles teriam seis meses após o fim do curso, para deixar o alojamento. "Se o formando ingressar em outro curso", esclarece Roseli, "precisará pleitear nova vaga no alojamento". Existe o direito de agregação (dividir o quarto com um ou mais estudantes, sem que estes passem pela seleção). Só estudantes da

UFRJ possuem este direito. Como à época do Congresso já



um quinto do alojamento - este, com cerca de 500 quartos, divididos em dois blocos. O Congresso Interno também deliberou por prazo para que os irregulares deixassem o alojamento: 31 de outubro. Alguns saíram; outros, não. Hoje existem ainda 50 casos pendentes.

O processo de revisão acadêmica começou imediatamente após o Congresso, com a instalação de comissão aberta, com horário e local de reunião fixos. Foi à base do recadastramento - número do quarto, registro no DRE, nome e registro de agregados -, com banquinha à porta do alojamento, que o processo seguiu. 350 quartos foram recadastrados e foi dada uma semana a mais para que os 150 restantes fizessem o mesmo.

A comissão preparou, então, carta aos quartos não recadastrados, informando que caso isto não fosse feito, ele seria dado como vago. "Mesmo o irregular, para ter direito de ficar até o fim do prazo, teria de se recadastrar", diz Eliane Pereira, outro membro da Coordenação. Curiosamente existiam muitos quartos vagos sem que a comissão soubesse. "Às vezes, o estudante chegava ao fim do curso, fechava a porta e ia embora sem avisar". Quartos abertos ao fim do processo, foram encontrados abandonados, muitos em péssimo estado.

Cada módulo possui três quartos e um banheiro comum a eles. No alojamento vivem cerca de setecentos estudantes. Este número é

pouco preciso porque o estudante agregado é grupo pouco

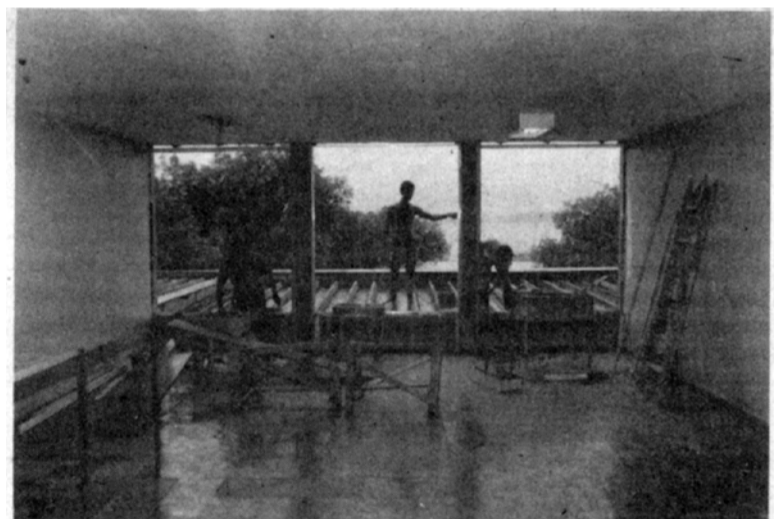
fixo.

Paralelo à revisão acadêmica, ocorreram as eleições para a Coordenação Geral. Os poucos que se negavam a recadastrar, primeiro foram contra o Congresso Interno, não o reconhecendo (através de abaixo-assinado). Com a

abertura de quartos, voltaram

assembleia", esclarece Alex. O Congresso Interno, agora, é anual. É o fórum máximo de deliberações no alojamento. Abaixo dele vêm as assembleias e o Conselho Geral - com um representante por andar e dois representantes por departamento - e a seguir a Coordenação Geral. O Conselho se reúne uma vez por mês para discutir o que a Coordenação fez naquele período.

A greve dos funcionários retardou o processo de abertura dos quartos, e o prazo de 31 de outubro foi superado. "A Comissão de revisão acadêmica manteve sempre a posição do Congresso interno. Só mudaria sua atitude se a comunidade voltasse atrás em suas deliberações", fala Roseli. Mas a pressão sobre a reitoria permaneceu. "O que confundiu o processo foi o vice-reitor Alexandre Cardoso ter garantido novo prazo, até ja-



Reforma de janelas do alojamento, conquista da Coordenação Geral, como a contratação de firma de limpeza, a portaria, a organização da biblioterca. Mas ainda há muito a consertar: infiltrações, caixa d'água e encanamento precários para segurança.

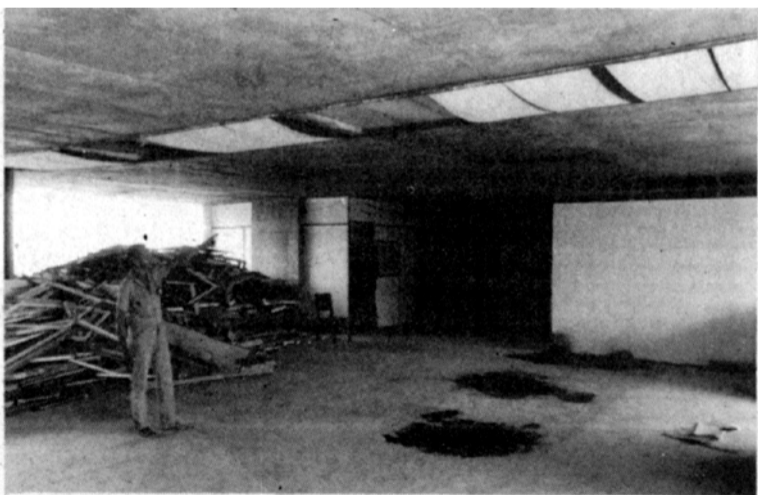
a pressionar, o que motivou assembleia para a reavaliação de alguns casos, como o de estudantes que invadiram quartos (rejeitados pela seleção ou sem passar por elas e que reivindicavam o direito de continuar neles.

Com a presença do reitor e do vice-reitor, a assembleia - com 230 estudantes - manteve a decisão anterior. "Eles não queriam assembleia O que fizeram foi pressão junto à reitoria para que houvesse uma negociação com os irregulares, o que atropelava as deliberações do Congresso, referendadas então por esta

neiro, aos descontentes", continua "Eles voltaram da reitoria dizendo que já eram regulares".

Com isto houve um descrédito do processo e dois quartos - que já haviam sido recuperados - foram invadidos. Na semana seguinte uma reunião na reitoria esclarecia o mal entendido. "A posição da reitoria, contrário ao que a comunidade enca. minhou, foi revista".

Agora, a universidade vai pedir à Justiça a reintegração de posse dos quartos daqueles que se negam a sair cerca de 50.



com 320 inscritos - participaram ainda Adufrj, Asufrj, DCE, reitoria, e subreitoria de graduação. "A mobilização dos moradores cresceu muito após o Congresso", afirma Alex Albani, um morador, "porque ele representou a esperança de melhorias".

Proposta pelo Congresso, a re-

existiam casais - alguns até com filhos - em que, ou ela, ou ele, não pertencia à universidade, sua permanência foi assegurada, apesar de proibidas agregações assim a partir de então. Outra deliberação: o pós-graduado que possuir bolsa de estudos não tem direito à moradia. Antes de abril, os irregulares eram quase

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO IX FEVEREIRO/87

N ° 37

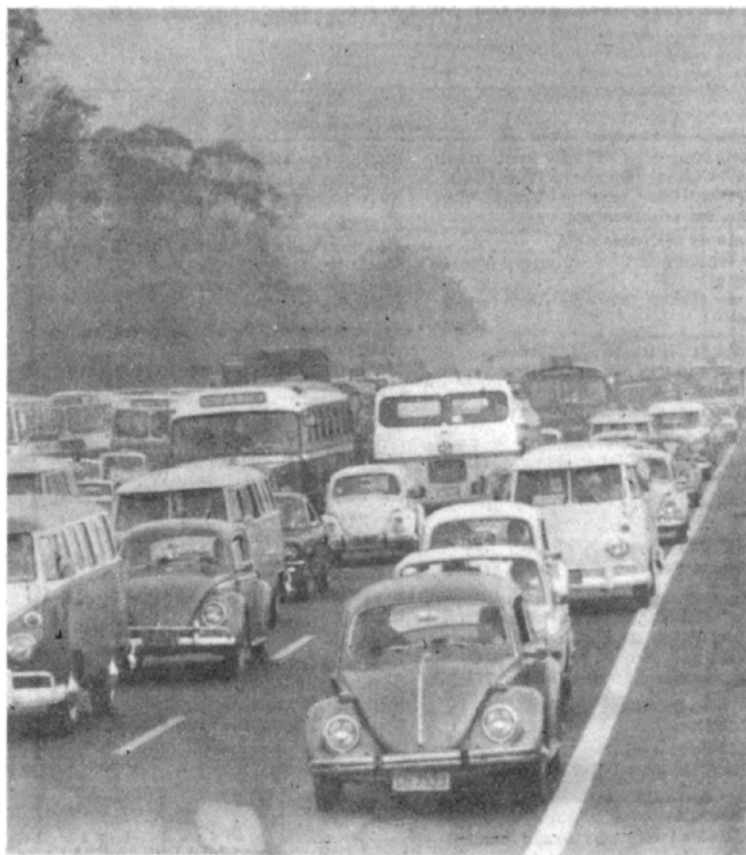
VI Congresso da Andes aprova indicativo de greve

O que pode acontecer com
os salários nas IES
Federais Autárquicas?

(páginas 4, 5, 6, 7 e 8)

Linha Vermelha ameaça o campus

(página 3)



EDITORIAL

Defender o Campus

UM novo golpe se prepara contra a Universidade. Neste país, onde a palavra "cultura" ainda desperta manifestações de ódio e "educação" provoca bocejos de enfado, não surpreende que isto ocorra. Somos um povo que assistiu, nos últimos trinta anos, à implantação de indústrias cujas prioridades atropelaram interesses muitas vezes mais legítimos, derrubando casas, matando pessoas e devastando a ecologia. Agora, anuncia-se a construção da chamada "Linha Vermelha", cujo traçado cortará o campus da Ilha do Fundão.

ATENDENDO às ambições da iniciativa privada, que explorará pedágios, postos de gasolina, restaurantes e motéis ao longo de seus vinte quilômetros de percurso, "quatro dos quais no interior da Ilha", o projeto não leva em conta, segundo se anuncia, as condições especiais exigidas pela pesquisa e pelo trabalho docente. No mundo inteiro, o setor universitário constitui a menina dos olhos da nação, o foco onde se concentram as atenções à espera de revelações científicas revolucionárias para o país e a humanidade. Aqui, ao contrário, ainda tratam a Educação e a Universidade como despesa, não como investimento. Os professores permanecem, a despeito de todos os protestos e reivindicações levadas ao MEC, estrangulados por baixíssimos salários e a Instituição, sem verbas dignas para sustentar-se, encontra-se em crise permanente. Em cima disso, no entanto, leiloa-se, a baixos custos, o terreno do campus da UFRJ, como se o mesmo estivesse abandonado e desabitado. Ontem era a transferência do terminal pesqueiro da Praça XV para o Fundão, hoje querem construir aqui uma auto-estrada!

POR falta de critérios na execução de obras rodoviárias, o Rio de Janeiro tornou-se uma cidade rasgada por viadutos que passam nas janelas de casas e de edifícios. Bairros residenciais, outrora belos e habitáveis, foram destruídos. Hoje, há clara consciência de que os veículos não podem monopolizar os recursos a ponto de oprimir o próprio homem que os construiu e vê esse conforto esvair-se de suas mãos pela incompetência da administração governamental ou pela demagogia dos políticos. Por muito menos, moradores do Jardim Botânico, meses atrás, conseguiram junto à Prefeitura mudar radicalmente um projeto viário que lhes tiraria o sossego. Outro exemplo nos deu a PUC/RJ, no caso da estrada Lagoa-Barra, cujo traçado teve de ser alterado para preservar o campus da Gávea.

A Associação dos Docentes da UFRJ considera um dever das autoridades, para uma saudável convivência democrática, consultar não só a comunidade acadêmica a respeito de uma obra que de alguma forma a atingirá, como também as populações das regiões diretamente afetadas. Considera, ainda, que o campus universitário, concebido e destinado aos objetivos da educação, da pesquisa e da cultura, como local de produção de ciência e de idéias, tem de ser preservado. A ADUFRJ saberá, como sempre fez, lutar pela sua defesa. Queremos "transporte" para o Fundão e não o "trânsito" alucinado de duzentos e cinquenta mil veículos por dia!

OS professores não permitirão que um viaduto passe por cima de suas salas de aula.

NOTAS

Terreno da Avenida Chile

A imprensa noticiou amplamente, em fevereiro, a violenta queda nos índices das Bolsas de Valores, nos últimos oito meses. Trata-se de uma tendência que se repercutiu nos Fundos de Ações, cujas perdas foram consideráveis.

A ADUFRJ pode avaliar, a esta altura, o acerto de suas posições com relação ao terreno da Avenida Chile, que a Reitoria desejava vender para aplicar o dinheiro no setor financeiro. Acreditamos haver evitado, com os protestos do movimento decente, uma transação de evidente prejuízo. A Universidade, hoje, não extrairia do "negócio" nem centavos de cruzado.

Continuamos insistindo que um Centro Cultural constitui um projeto

viável para o local, desde que haja decisão nesse sentido por parte dos nossos administradores. A venda do terreno não é, como dizem, uma questão menor. Reflete, isto sim, uma visão autofágica de graves conseqüências. As sugestões apresentadas em nossas Assembléias para a ocupação do terreno como espaço cultural, a curto prazo, enquanto se estuda a destinação definitiva, não mereceram atenção. A opção provisória adotada foi a concessão, pelo prazo de 6 meses, a um grande estacionamento. Com o objetivo de aprofundar essa discussão e propor alternativas à ocupação deste terreno e de outros casos - o "Casarão" na Praia Vermelha, por exemplo - a ADUFRJ estará promovendo em março um Encontro sobre Política de Patrimônio.

★★★

Constituinte

Com vistas à Constituinte, a ANDES realizará Grupos de Trabalho, em março. O Grupo **Arte e Cultura** será dia 10 de março, às 18h30min, no Centro de Letras e Artes da UNI-Rio (Avenida Pasteur, 404), enquanto o

Grupo **Ciência e Tecnologia** será dia 12 de março, às 11 horas, na Coppe. O Grupo de **Saúde** se reuniu dia 19 de fevereiro, no Hospital Antônio Pedro, em Niterói.

DIA ABERTO

A COPPE/UFRJ promoverá um Dia Aberto à Sociedade. O evento será realizado no dia 17 de março, de 09:00 às 18:00 horas e a sua programação consiste em:

- *Visita aos Laboratórios*
(09:00 - 10:00 horas)
- *Aula Inaugural*
(10:00 - 11:00 horas)
- *Inauguração do Laboratório de Computação Gráfica*
(11:30 - 12:30 horas)
- *Almoço*
(12:30 - 14:00 horas)
- *Mesa Redonda sobre Biotecnologia*
(14:00 - 15:30 horas)
- *Mesa Redonda Sobre Informática*
(15:30 - 17:00 horas)
- *Sessão de encerramento*
(17:00 - 18:00 horas)

A finalidade deste evento é abrir as portas da COPPE/UFRJ à comunidade mostrando o ensino e a pesquisa que desenvolve, bem como de promover debates sobre temas da atualidade. Poderão participar todas as pessoas interessadas.

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e redação: Aloy Jupia Braz (Reg. Prof 19014)

Fotografia: Amauri Alves
Diagramação: Vicente Antônio Teixeira de Castro (reg. prof. 15.219)

Ilustração: César Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente em exercício: José Henrique Sanglard

Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1º Secretário: Hélio de Mattos Alves

1º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

2º Tesoureiro: Nivalde José de Castro

REPRESENTANTES NO CONSELHO

CCMN

Instituto de Física

Raphael de Haro Júnior, Oswaldo de

Medeiros Ritter (representantes); Sheila

Chirola Garcia, Máximo Ferreira da

Silveira (suplentes)

Instituto de Geociências

sem conselheiro

Instituto de Matemática

sem conselheiro

Instituto de Química

Marco Antônio F. Faria

Observatório do Valongo

José Augusto Buarque de Nazareth (representante); Lilia Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Frossard Barbosa, Maria Amália Amarante Almeida Magalhães (representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Escola de Belas-Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (representante)

Murillo Mendes Guimarães (suplente)

Faculdade de Letras

Sônia Salomão Khéde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho (suplentes)

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud (representante)

Ilda Maria Lauria Vasconcelhos (suplente)

CFCH

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão, Nil-

da Teves Ferreira (representantes);

Clara Hetmanek Sobral (suplente)

Escola de Comunicação

sem conselheiro

Escola de Serviço Social

Maria Lúcia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Abreu Penna (representantes); Maria da Graça Franco Ferreira Schlicher, Olinto Antônio Pergoraro (suplentes)

Instituto de Psicologia

sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Moacyr Barreto da Silva Júnior, Ionilde Maria de Azevedo (representantes); Paulo Baltazar, Eliane de Azevedo Takche (suplente)

CCJE

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol (representante)

Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (representante)

Lia Hasenclever (suplente)

CCS

Instituto de Ciências Biomédicas

Márcia Taffarel e Silva (representante)

Jaderon Sócrates Lima (suplente)

Escola de Enfermagem

sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (representante)

Ana Maria Somaglia Albino (suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José

Roberto Lapa e Silva (representantes);

Norma Colino Sarmento Figueiredo,

Diana Maul de Carvalho, Vanda Mar-

garia da Silva (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Maria Genoveva Von Hubinger (representante)

Rosa da Glória Brito de Oliveira (suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (representante)

Eliane Moreira Vaz (suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy Guisophe Castro Teixeira, Ednilson Porangaba Costa (representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (suplentes)

Instituto de Biologia

Deia Maria Ferreira dos Santos (representante)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (representante)

Waldyr Mendes Ramos (suplente)

Instituto de Biofísica

sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (representante)

Instituto de Pediatria

Luiz Carlos de Siqueira (representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia

Roni Marques (representante)

Roberto Bravo de Souza (suplente)

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (representante)

Antônio Filomeno (suplente)

NPPN

Paulo Roberto Ribeiro Costa (representante)

Maria Célia do Nascimento (suplente)

CT

Escola de Engenharia

Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar Acselrad, José Luciano de Souza Menezes, Osvaldo Pereira Filho, Carlos Elzio Barral Ferreira (representantes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Antônio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (representante)

Elisabeth Ermel Monteiro (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

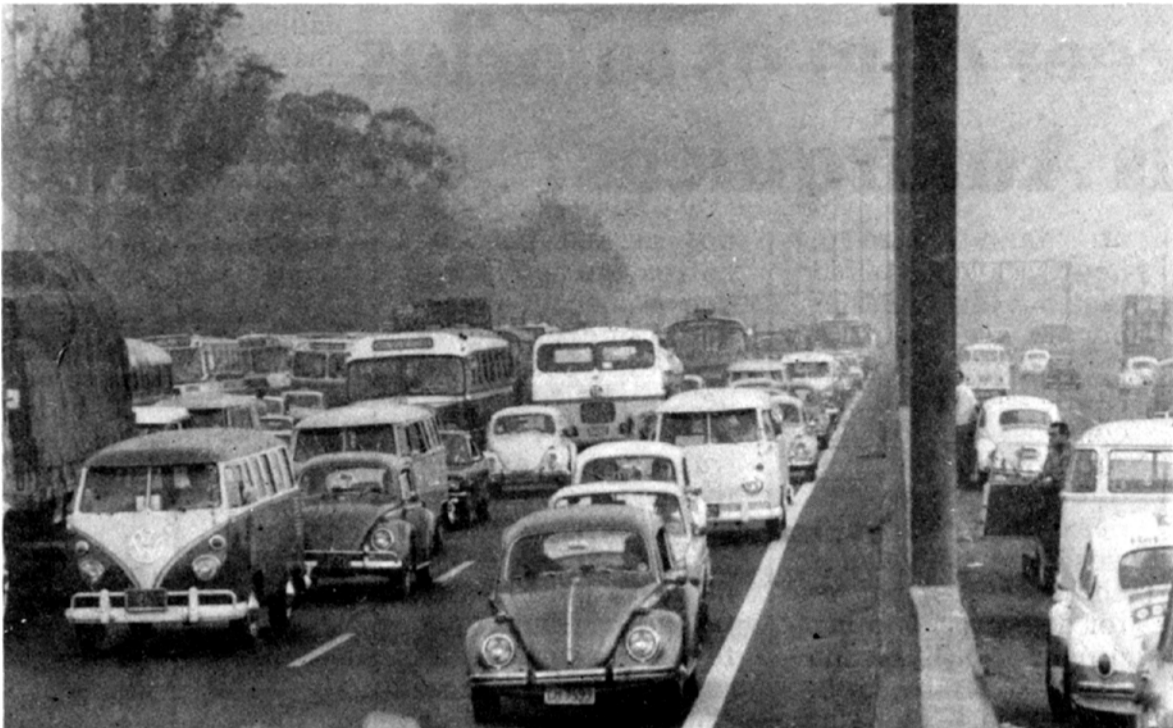
Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)



Linha Vermelha

no Fundão

preocupa

professores

PROFESSORES da UFRJ já se revelam preocupados com a falta de informações precisas a respeito do projeto **Linha Vermelha**, via expressa paralela à Avenida Brasil, que atravessará a Cidade Universitária. O edital de concorrência - a obra será entregue a iniciativa privada - foi assinado dia 9 de fevereiro.

Conforme afirmou o Diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), professor Luiz Pinguelli Rosa, em ofício à reitoria, "sem a consulta à comunidade, o projeto fere o princípio da Autonomia Universitária". Além do aspecto político, estão sem respostas questões técnicas e ambientais.

Para o professor Néelson Maculan Filho, Subdiretor da Coppe, o projeto precisa ser estudado pela universidade:

- Em princípio, não vejo sentido em uma auto-estrada atravessar o Fundão, ainda mais com a exploração de serviços - postos de gasolina, lanchonetes - nas mãos da iniciativa privada. Mas se a comunidade - após firme avaliação - achar que o projeto da Linha Vermelha vale a pena, então caminharíamos para a negociação das questões técnicas em que a obra implica.

O professor Maculan cita o caso da PUC, onde a negociação favoreceu à comunidade. Mas para realizar tal avaliação, sublinha o professor, é necessário que o Governo "revele" o projeto, tornando transparente suas características técnicas. Em entrevista ao **Jornal do Brasil**, de 15 de fevereiro, o Vice-Diretor da Coppe, Zielli Dutra, declarou que a "passagem de uma auto-estrada destruiria o Centro de Pesqui-

sas da Coppe, que é o maior da América Latina".

Representaria também, "o fim das pesquisas de laboratório (devido à poluição do ar), o fim da tranquilidade mínima necessária a uma academia, perigo para a vida das pessoas que transitam no campos e excesso de trepidação, impedindo exame de pesquisas com aparelhos de alta precisão", são algumas conseqüências que o professor Ziele atribuiu - na entrevista - à construção da via expressa.

O Diretor do Instituto de Geociências, professor Elmo da Silva Amador, também reclama que o Ministério dos Transportes apresentou o projeto sem qualquer consulta ("como se estivéssemos em pleno regime militar"):

- É aqui onde começa a remoção do entulho autoritário. Precisamos ser ouvidos.

Para ele, falta conhecer a "conveniência do traçado para, se for o caso, a universidade rechaçá-lo judicialmente". Ao falar sobre prováveis restrições ao projeto, o professor Elmo registra como essencial o aspecto ambiental. Como explicou, a área onde está localizada a Ilha do Fundão é das mais frágeis da Baía de Guanabara, pela parca circulação das águas e por ser rasa o assoreamento e a perda do equilíbrio ecológico com, por exemplo, o surgimento de águas mortas pode vir a ser a conseqüência de agressões desmedidas, como os aterros (fator de barateamento de custos da obra).

Para o professor Elmo, a Baía não comporta novos aterros:

- A massa crítica da universidade precisa se pronunciar sobre a Linha Vermelha - de engenhei-

ros e biólogos a cientistas sociais. Não sou contra o projeto, mas pressionaremos para não sermos prejudicados por ele.

Para evitar a agressão à Baía, o deputado estadual Carlos Minc (PT-PV) - também professor do Instituto de Geociências - enviou telegrama e carta à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e ao Ministro dos Transportes, lembrando que as obras de construção da Linha Vermelha precisam ser submetidas à conclusões de um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima).

- Este relatório é uma exigência legal para vias com mais de duas pistas. O Rima é elaborado por uma Comissão Interdisciplinar independente do proponente da obra, que deve, no entanto, arcar com as despesas da Comissão. Outro ponto relevante para a comunidade é a garantia de sessões públicas de análise do Rima. Ainda, garantido por lei, o relatório deve conter estudos de propostas de alternativas tecnológicas e locais, esclareceu o deputado.

O Vice-Coordenador do Programa de Engenharia Civil da Coppe, professor Rui Carlos Vieira da Silva, em memorando ao professor Pinguelli, sugere a convocação de reunião para esclarecimentos. A universidade convidaria autoridades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), do consórcio vencedor da concorrência, e da Divisão Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), órgão responsável pelo **Projeto Rio**, que urbanizou parte da Favela da Maré, quando Mário Andreazza era o Ministro do Interior.

A exploração de serviços ao

longo da rodovia também preocupa o professor Rui Carlos, pois aproximadamente 5 quilômetros da Linha Vermelha poderão "tangenciar por dentro a Ilha do Fundão". O professor lembra ainda que a Coppetec coordenou o projeto original da rodovia, a partir de esboço do Consórcio Brasileiro Alemão ENECON-DORSTCH, ainda na década de 70. Mas este traçado pode ter sido modificado com as obras de aterro do Projeto Rio. Já àquela época, o relatório da Coppetec mencionava que a Estação Meteorológica do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza e a Estação Experimental de Hidráulica do Programa de Engenharia Civil - este, então em construção - seriam prejudicadas pela via expressa.

Outra manifestação contrária à passagem da Linha Vermelha no interior da Cidade Universitária partiu do professor Pinguelli, que enviou o seguinte ofício (D-028-87) à reitoria, com cópias à ADUFRJ e ASUFRJ.

Face as notícias divulgadas na imprensa sobre o projeto de construção do novo acesso ao Rio de Janeiro, denominado Linha Vermelha, gostaria de manifestar o nosso total apoio à esta atitude governamental, pelos benefícios que trará a todos, principalmente à população que vive na periferia do Grande Rio.

"Gostaria entretanto de chamar a atenção de V. Magnificência para a inconveniência do traçado desta estrada passar dentro do Campus Universitário, o que certamente foi deliberado ainda no período da Velha República, sem consulta à comunidade universitária, o que certamente fere o princípio da Autonomia Univer-

sitária.

É tradição, a nível internacional, evitar-se a passagem de auto-estrada dentro dos campos universitários. Podemos citar, no Rio de Janeiro, o caso da PUC que conseguiu evitar a passagem da auto-estrada Lagoa-Barra dentro do seu campos.

"Sugiro portanto a criação, no âmbito da UFRJ, de uma comissão de especialistas em trânsito e em construção de estradas, que, de comum acordo com representantes da nossa comunidade, poderá sugerir eventuais alternativas de traçado, para exame posterior do governo federal.

"Tal assunto exige providências urgentes, em face das notícias divulgadas pela imprensa, de que já está sendo preparado o edital de licitação para a obra."

A reitoria também já se pronunciou a respeito, conforme o **Boletim da UFRJ**, número 7, de 12 de fevereiro "reivindicando a participação da UFRJ nas discussões sobre o problema "e instruindo o "Serviço Jurídico a fim de tomar providências cautelares". Foram enviados ainda telegramas ao Ministros da Educação e dos Transportes, onde o reitor frisa que a passagem da Linha Vermelha pelo campos, "constitui prejuízo para as nossas atividades científicas e tecnológicas além de representar uma ação direta contra o patrimônio da UFRJ".

A ADUFRJ está entrando em contato com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RJ), Feema, Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ) e o Sindicato dos Engenheiros do Rio, que já manifestaram suas preocupações com relação ao projeto.

O que pode acontecer com os salários nas I. E. S. Federais Autárquicas?

DURANTE o VI Congresso da ANDES, realizado no final de janeiro em Goiânia, a Plenária das IES Federais aprovou sua pauta de reivindicações e, por unanimidade dos delegados presentes, o indicativo de greve nacional para março, tendo em vista os baixos salários vigentes. Tais reivindicações - o plano único de cargos e salários, a isonomia plena de acordo com a nova tabela salarial corrigida pelo índice do DIEESE, a aposentadoria, integral, o retorno das verbas de custeio e de capital aos níveis de 1973 e a revogação do decreto que proíbe novas contratações nas IES Federais - foram remetidas a todos os associados ainda em fevereiro, através de circular da Diretoria. Reproduzimos, naquela ocasião, um texto divulgado no VI Congresso que mostrava as perdas do poder aquisitivo no período de março a dezembro de 1986, de 25% a 50%, dependendo do índice utilizado, intitulado "O QUE ACONTECEU COM OS SALÁRIOS NAS IES AUTÁRQUICAS?".

Com a perspectiva de uma greve salarial dos setores autárquico e fundacional, houve recomendação do VI Congresso para que se esclarecesse o significado da equiparação entre as Autárquicas e Fundações, a nível atuais, pois embora isto represente pequeno ganho para as Autárquicas, como veremos mais adiante, em nada melhora as condições salariais das Fundações. Tal situação teria efeito diferenciado nas Autárquicas e dificultaria a condução uni-

tária do movimento, sobretudo num período de greve. Em vista dessa preocupação legítima do setor fundacional e de haver recomendação explícita do VI Congresso nesse sentido, para que nessas Assembleias considerassem tais circunstâncias ao deliberar sobre o indicativo remetido às ADs, consideramos oportuno fazer algumas projeções sobre o que pode acontecer, a curto prazo, com os nossos salários, considerando as hipóteses de ação governamental já veiculadas pela imprensa, declarações de Ministros e de membros do governo.

A TABELA 1, em anexo, compara os salários nas Autárquicas e Fundações, durante o período de março a dezembro de 1986. Os valores apresentados são os mesmos que foram divulgados pela ANDES na campanha sa- larial do primeiro semestre do ano passado. Em alguns casos podem ocorrer pequenas variações entre os salários mostrados e os reais exatos, devido a aproximações ou erros de impressão, mas que não alteram em nada a ordem de grandeza dos valores utilizados. O salário exato de um Assistente 4, com DE e gratificação de nível superior (20%), por exemplo, nas Autárquicas, era de 11.496,02 cruzados, apenas 2 cruzados a mais que o valor correspondente na TABELA 1. Em vista disso, esta tabela será mantida como base para todos os cálculos, análises e projeções feitas.

É fácil notar que, com a correção dos salários das Fundações em março/86

pela média dos seis meses anteriores devido ao Plano Cruzado, houve violento achatamento dos salários nominais do setor e, consequentemente, grande aproximação com os salários das Autárquicas, de 20,0% para as Fundações e de 25,0% para as Autárquicas. É importante frisar que tais reajustes não significaram ganhos reais de salários, mas apenas correções parciais de perdas devido à inflação acumulada de janeiro a dezembro de 1986, medida por qualquer índice. Como era de se esperar, as diferenças absolutas dos salários vão de irrisórios 1.160 a pouco mais de 3.650 cruzados, com variação percentual de 8% a 44%, 5% menor no geral, do fim para o início da carreira.

Considerando a inflação oficial de janeiro (16,82%) que, na melhor das hipóteses deve se repetir em fevereiro, o gatilho salarial deverá ser acionado novamente em março. Em vista disso, o próprio Ministro da Administração, Aluísio Alves, deu declarações de que deve ser concedido o funcionalismo um novo reajuste de 15%, pois já recebemos 25% em janeiro, restando apenas a diferença para 40% em março, se o gatilho disparar de novo. Como o segundo reajuste incide sobre o primeiro, na verdade a nova aplicação do gatilho de 20% representará um reajuste total de 44% em relação a janeiro, ou seja, o índice para o funcionalismo deveria ser de exatos 15,2% em março.

O setor fundacional, por sua vez, terá direito ao disparo anual em março de 1987. A inflação acumulada no período de março/86 a fevereiro/87, estiman-

do a inflação de fevereiro em 20%; será de 71,25% - 22,16% de março a dezembro de 1986, 16,82% em janeiro/87 e 20% (valor estimado) em fevereiro/87. De acordo com a lei, 60% desse índice, ou seja, 42,75%, são obrigatórios e os restantes 28,50% são negociáveis com o empregador, no caso, o próprio governo.

Em qualquer hipótese, a antecipação de janeiro, de 20%, deve ser abatida, ou seja, se o governo conceder apenas o reajuste mínimo legal (42,75%), o complemento do dissídio em março será de 18,92%; se conceder a inflação oficial integral do período - 71,25% na nossa projeção - o complemento em março será de 42,71%. Nas tabelas 3 e 4 apresentamos a projeção do que representaria a equiparação salarial pela tabela do setor fundacional, após o dissídio do setor em março/87 e um "gatilho" especial de 15,2% para o funcionalismo e as Autárquicas.

A TABELA 3 faz a projeção para um complemento do dissídio de 20,0% para as Fundações, índice ligeiramente acima do mínimo legal, de 18,92%.

A TABELA 4 considera o caso do governo conceder o índice inflacionário oficial integral, correspondendo a um complemento de 42,71% em março. É bom lembrar que o gatilho para o funcionalismo ou as Autárquicas não tem amparo na legislação vigente e é uma concessão a critério do governo, podendo ou não ocorrer. Mais uma vez, tais "aumentos" não significam ganhos reais de salários, mas apenas correções de acordo com índices inflacionários.

de acordo com índices inflacionários.

de acordo com índices inflacionários.

TABELA 1

COMPARAÇÃO DOS SALÁRIOS 40H/DE - FUNDAÇÕES/AUTÁRQUICAS SITUAÇÃO DE MARÇO/86 e DEZEMBRO/86				
	FUNDAÇÕES	AUTÁRQUICAS	DIFERENÇA	DIF. %
TITULAR				
4	17.654,68	15.641,84	2.012,87	12,87%
3	15.781,21	14.219,82	1.561,39	10,98%
ADJUNTO				
2	15.217,64	13.660,42	1.557,22	11,40%
1	14.148,36	12.289,46	1.858,90	15,13%
ASSISTENTE				
4	13.642,25	11.494,02	2.148,23	18,69%
3	13.084,83	10.670,30	2.414,53	22,63%
2	12.550,40	9.841,18	2.709,22	27,53%
1	12.037,72	9.019,47	3.018,25	33,46%
AUXILIAR				
4	11.545,96	8.235,30	3.310,66	40,20%
3	10.996,15	7.531,83	3.464,32	46,00%
2	10.472,52	6.953,67	3.518,85	50,60%
1	9.973,82	6.648,48	3.325,34	50,92%

TABELA 2

COMPARAÇÃO DOS SALÁRIOS 40H/DE - FUNDAÇÕES/AUTÁRQUICAS SITUAÇÃO APÓS REAJUSTE(*) DE JANEIRO/87				
	FUNDAÇÕES	AUTÁRQUICAS	DIFERENÇA	DIF. %
TITULAR				
4	21.185,61	19.552,26	1.633,35	8,35%
3	18.937,45	17.774,77	1.162,68	-6,54%
ADJUNTO				
2	18.261,16	17.075,52	1.185,64	6,94%
1	17.607,92	16.257,88	1.350,04	8,30%
ASSISTENTE				
4	16.978,03	15.361,82	1.616,21	10,25%
3	16.370,70	14.367,52	2.003,18	13,94%
2	15.701,79	13.337,87	2.363,92	17,72%
1	15.060,48	12.301,47	2.759,01	22,43%
AUXILIAR				
4	14.445,26	11.274,33	3.170,93	28,13%
3	13.855,15	10.294,12	3.561,03	34,59%
2	13.195,38	9.414,78	3.780,60	40,16%
1	12.567,02	8.692,08	3.874,94	44,56%
	11.968,58	8.310,60	3.657,98	44,02%

TABELA 3

COMPARAÇÃO DOS SALÁRIOS 40H/DE - FUNDAÇÕES/AUTÁRQUICAS PROJEÇÃO DE EQUIPARAÇÃO PARA MARÇO/87				
	FUNDAÇÕES	AUTÁRQUICAS	DIFERENÇA	DIF. %
TITULAR				
4	23.422,73	22.524,20	2.898,53	12,87%
3	22.724,94	20.476,53	2.248,41	10,98%
ADJUNTO				
2	21.913,39	19.670,99	2.242,40	11,40%
1	20.373,63	18.729,07	2.400,43	12,82%
ASSISTENTE				
4	19.644,84	16.551,38	3.093,46	18,69%
3	18.842,14	15.365,22	3.476,92	22,63%
2	18.072,57	14.171,29	3.901,28	27,53%
1	17.334,51	12.988,02	4.346,29	33,46%
AUXILIAR				
4	16.626,18	11.858,82	4.767,36	40,20%
3	15.834,45	10.845,82	4.988,63	46,00%
2	15.080,42	10.013,27	5.067,15	50,60%
1	14.367,29	9.573,81	4.793,48	50,92%

TABELA 4

COMPARAÇÃO DOS SALÁRIOS 40H/DE - FUNDAÇÕES/AUTÁRQUICAS PROJEÇÃO DE EQUIPARAÇÃO PARA MARÇO/87				
	FUNDAÇÕES	AUTÁRQUICAS	DIFERENÇA	DIF. %
TITULAR				
4	30.233,98	22.524,20	7.709,78	34,23%
3	27.025,63	20.476,53	6.549,10	31,98%
ADJUNTO				
2	25.128,26	18.729,07	6.399,19	34,17%
1	24.229,34	17.696,81	6.532,53	36,91%
ASSISTENTE				
4	23.362,62	16.551,38	6.811,24	41,15%
3	22.408,02	15.365,22	7.042,80	45,84%
2	21.492,81	14.171,29	7.321,52	51,66%
1	20.614,83	12.988,02	7.626,81	58,72%
AUXILIAR				
4	19.772,68	11.858,82	7.913,86	66,73%
3	18.831,12	10.845,82	7.985,30	73,63%
2	17.934,39	10.013,27	7.921,12	79,11%
1	17.080,36	9.573,81	7.506,55	78,41%

TABELA 5

PROJEÇÃO DOS SALÁRIOS 40H/DE DAS AUTÁRQUICAS GATILHO/REAJUSTES DE 15,2% EM MARÇO			
	JANEIRO/87	MARÇO/87	DIFERENÇA
TITULAR			
4	19.852,26	22.524,20	2.671,94
3	17.774,77	20.476,53	2.701,76
ADJUNTO			
2	16.257,88	18.729,07	2.471,19
1	15.361,82	17.696,81	2.334,99
ASSISTENTE			
4	14.367,52	16.551,38	2.183,86
3	13.337,87	15.365,22	2.027,35
2	12.301,47	14.171,29	1.869,82
1	11.274,33	12.988,02	1.713,69
AUXILIAR			
4	10.294,12	11.858,82	1.564,70
3	9.414,78	10.845,82	1.431,04
2	8.692,08	10.013,27	1.321,19
1	8.310,60	9.573,81	1.263,21

conclusão

A FABELA 5 apresenta a projeção dos salários nas Autarquias considerando apenas o possível reajuste de 15,2% em março. As tabelas 6 e 7 mostram o efeito combinado do reajuste de 15,2% e a equiparação com as Fundações após o dissídio em março, em relação aos nossos salários atuais. A TABELA 6 considera a projeção de 20% para o complemento do dissídio fundacional e a TABELA 7 o índice correspondente ao complemento integral (42,71 %).

A TABELA 8 mostra os níveis salariais reivindicados pelo Movimento Docente, com valores de 1º de janeiro. Sobre esses valores devem incidir ainda os índices de inflação de cada mês, a partir de janeiro de 1987, inclusive. De qualquer modo, é fácil observar que os valores desta tabela são muito mais significativos que os da equiparação salarial acenada pelo governo. Se compararmos a projeção mostrada na TABELA 7, versão mais otimista da equiparação salarial do Governo, com a TABELA 8, isonomia plena reivindicada pelo Movimento Docente em janeiro, vamos observar que a segunda ainda significa aumentos de 26 a 70 pontos percentuais em relação à primeira, respectivamente para o Auxiliar (26,49%) e o Titular (70,76%).

A TABELA 9 atualiza os valores da TABELA 8, para o regime de dedicação exclusiva, considerando, para efeito de cálculo, uma inflação de 17% em janeiro e de 20% em fevereiro. Comparando as tabelas 7 e 9, agora na mesma data base (março/87), as diferenças tornam-se ainda mais acentuadas,



variando de 77,59% (Auxiliar) a quase 140% (Titular - 139,74%)! Tais números indicam, na realidade, o quanto os nossos salários estão defasados e corroídos pela inflação e que a equiparação com as Fundações está muito distante da isonomia plena que desejamos.

Além disso, trabalhamos nesta análise com valores brutos, sem considerar os descontos para a Previdência e o Imposto de Renda. Reajustes da ordem dos da equiparação (TABELA 7), por exemplo, podem significar a duplicação ou mais da alíquota do Imposto de Renda na Fonte, cuja mordida já se fez sentir

neste início de ano e no que teremos que pagar em relação ao exercício de 1986.

Juntos, esses abatimentos podem comprometer 30% ou mais do salário bruto apresentado nas projeções, ou seja, o que sobra no bolso é consideravelmente menor! A TABELA 10 mostra como será o desconto do Imposto de Renda na Fonte em 1987.

Vale ressaltar ainda que o processo de equiparação ou de isonomia não são instantâneos, como demonstrou a implantação da isonomia entre as Fundações, que se desenrolou por um período muito longo, mesmo considerando as particularidades e a

diversidade de situações encontradas. Após a aprovação pelo Congresso ou por decreto ainda que em março, há um prazo mínimo, de alguns meses, para a regulamentação do processo. A equiparação ou a isonomia deve portanto, percorrer um longo caminho, da assinatura da mensagem presidencial à implantação total, pois inclui uma nova carreira única e o reenquadramento de todo o magistério superior. Disto decorre que, mesmo que a equiparação projetada possa apresentar hoje números atraentes, com uma inflação mensal de dois dígitos esses salários caminharão rapidamente para a indigência! Uma inflação média mensal de 10% produz, em 90 dias, a redução de um terço (33%) do valor real dos salários; com uma inflação de 20% ao mês, no mesmo período a redução seria de mais de 70%! Os números e as projeções feitas indicam a necessidade do Movimento Nacional das IES Federais estar esclarecido, consciente, organizado e unido no reinício do período letivo.

O projeto de equiparação do Governo joga habilmente na divisão dos setores autárquicos e fundacional e na expectativa do atendimento de reivindicações nossas, de acordo com a sua ótica, visando arrefecer a manifesta disposição e determinação de luta do MD, ratificadas em Goiânia. Revela ainda uma manobra proletária na concessão da própria equiparação, visto que estabelece, na prática, um prazo mínimo em torno de seis (6) meses para a implantação de tais medidas.

A implantação da carreira única que desejamos, com a tabela salarial da isonomia plena, que dignifica o exercício do magistério superior, dependerá fundamentalmente da força que teremos juntos. As medidas de austeridade anunciadas pelo Governo após a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa certamente se refletirão nos salários e na política salarial do setor público. O Movimento Docente responderá, mais uma vez, à altura.

TABELA 6

PROJEÇÃO DOS SALÁRIOS 40H/DE DAS AUTARQUIAS - EQUIPARAÇÃO COM FUNDAÇÕES APÓS DISSÍDIO EM MARÇO

	JANEIRO/87	MARÇO/87	DIFERENÇA	DIF. %	
TITULAR	19.552,26	25.422,73	5.870,47	30,02%	
ADJUNTO	4	17.774,77	4.950,17	27,85%	
	3	17.075,52	4.837,87	28,33%	
	2	16.257,88	4.871,62	29,96%	
	1	15.361,82	20.373,63	5.011,81	32,63%
ASSISTENTE	4	14.367,52	5.277,32	36,73%	
	3	13.337,87	5.504,27	41,27%	
	2	12.301,47	5.771,10	46,91%	
	1	11.274,33	17.334,31	6.059,98	53,75%
AUXILIAR	4	10.294,12	6.332,06	61,51%	
	3	9.414,78	6.419,67	68,19%	
	2	8.692,08	15.080,42	6.388,34	73,50%
	1	8.310,60	14.362,29	6.051,69	72,82%

(*) + 20,0%

TABELA 7

PROJEÇÃO DOS SALÁRIOS 40H / DE DAS AUTARQUIAS – EQUIPARAÇÃO COM FUNDAÇÕES APÓS DISSÍDIO EM MARÇO

		JANEIRO/87	MARÇO/87	DIFERENÇA	DIF.%	
TITULAR		19.552,26	30.233,98	10.681,72	54,63%	
ADJUNTO	4	17.774,77	27.025,63	9.250,86	52,04%	(*) + 42,71%
	3	17.075,52	26.060,50	8.894,98	52,62%	
	2	16.257,88	25.128,26	8.870,38	54,56%	
	1	15.361,82	24.229,34	8.867,52	57,72%	
ASSISTENTE	4	14.367,52	23.362,62	8.995,10	62,61%	
	3	13.337,87	22.408,02	9.070,15	68,00%	
	2	12.301,47	21.492,81	9.191,34	74,72%	
	1	11.274,33	20.614,83	9.340,50	82,85%	
AUXILIAR	4	10.294,12	19.772,68	9.478,56	92,08%	
	3	9.414,78	18.831,12	9.416,34	100,02%	
	2	8.692,08	17.934,39	9.242,31	106,33%	
	1	8.310,60	17.080,36	8.769,76	105,52%	

TABELA 8

ISONOMIA SALARIAL PLENA ENTRE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES TABELA DA ANDES – VALORES DE 01/01/87

		DE - 50%	40H	20H
TITULAR		51.627,00	34.418,00	17.209,00
ADJUNTO	4	40.555,00	27.036,75	13.518,00
	3	38.624,56	25.749,71	12.874,85
	2	36.785,93	24.523,95	12.261,98
	1	35.034,22	23.356,15	11.678,07
ASSISTENTE	4	31.848,38	21.232,25	10.616,13
	3	30.332,35	20.221,57	10.110,78
	2	28.888,19	19.258,79	9.629,40
	1	27.512,56	18.341,71	9.170,85
AUXILIAR	4	25.010,35	16.673,57	8.336,78
	3	23.818,59	15.879,06	7.939,53
	2	22.685,33	15.123,56	7.561,78
	1	21.605,27	14.403,51	7.201,76

TABELA 10

O IR NA FONTE EM 87

Renda Líquida Mensal Cz\$	Alíquotas %	Parcela a Deduzir Cz\$
até 1.978,00	isento	-
sw 1.979,00 a 3.407,00	5	99,00
de 3.408,00 a 6.902,00	8	201,00
de 6.903,00 a 10.050,00	10	339,00
de 10.051,00 a 15.832,00	15	841,00
de 15.833,00 a 20.081,00	20	1.633,00
de 20.082,00 a 24.931,00	25	2.637,00
de 24.932,00 a 38.471,00	30	3.883,00
de 38.472,00 a 53.415,00	35	5.807,00
de 53.416,00 a 73.006,00	40	8.478,00
acima de 73.006,00	45	12.128,00

TABELA 9

ISONOMIA SALARIAL PLENA ENTRE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES TABELA DA ANDES – 40H/DE VALORES ATUALIZADOS JANEIRO/FEVEREIRO/87

		01/JAN/87	01/FEV/87	01/MAR/87
TITULAR		51.627,00	60.403,59	72.484,30
ADJUNTO	4	40.555,00	47.449,35	56.839,22
	3	38.624,56	45.190,73	54.228,88
	2	36.785,93	43.039,53	51.647,44
	1	35.034,22	40.990,03	49.188,04
ASSISTENTE	4	31.848,38	37.262,60	44.715,12
	3	30.332,35	35.488,84	42.586,61
	2	28.888,19	33.799,18	40.559,01
	1	27.512,56	32.189,69	38.627,63
AUXILIAR	4	25.010,35	29.262,10	35.114,53
	3	23.818,59	27.867,75	33.441,30
	2	22.685,33	26.541,83	31.850,20
	1	21.605,27	25.278,16	30.333,79

(*) INPC
Janeiro = 17%
Fevereiro = 20%

VI Congresso da Andes aprova indicativo de greve para Março

A plenária das IES Federais Autárquicas e Fundacionais, reunida em Goiânia, durante o VI Congresso da ANDES, aprovou por unanimidade o indicativo de Greve Nacional para março. A pauta de reivindicações e o calendário aprovado na reunião são os seguintes.

Pauta de reivindicações

- Adoção do Plano de Carreira Única para os docentes das IES federais conforme proposta protocolada no MEC em setembro de 1986
- Isonomia Salarial plena aos docentes das autarquias e fundações, conforme a tabela salarial, corrigida pelo índice de inflação calculado pelo DIEESE, no período de março a dezembro de 1986 (39,29) (ver tabela 8, página 7).
Obs.: os valores da tabela serão reajustados mês a mês pelo índice do DIEESE.
- Aposentadoria Integral
- Verbas de custeio e capital (a preço de janeiro) para:
 - a. retornar aos níveis de 1973: Cz\$ 14,5 bilhões; .
 - b. adicional de custeio e capital para pleno funcionamento: Cz\$ 5,8 bilhões.
- Revogação do decreto que proíbe a contratação de pessoal para quadro de professores nas IES Federais.

**Todos à Assembléia
Geral de 19
de março, às
14 horas,
no Roxinho**

Encaminhamentos

- Realizar Assembléias Gerais até o dia 20/03 para discutir:
 - a. o indicativo de greve em março e definição da data;
 - b. reposição ou não das aulas;
 - c. a questão do regime jurídico;
 - d. formas de sustentação do movimento a médio e longo prazo - Fundo de greve, formas adicionais de luta;
 - e. forte concretas de vinculação greve - questões da Constituinte
- RECOMENDAÇÕES:** que se discuta nas AGs que vão deliberar pelo indicativo de greve a importância da manutenção da unificação da luta, mesmo que saia a isonomia aos níveis salariais atualmente vigentes nas Fundações.
- a) Realizar reunião nacional das

- ADs das IES Federais em Brasília para a deliberação da greve nacional nos dias 21 e 22 de março, com continuação no dia 24 às 20 horas.
 - b. realizar assembléias gerais nas ADs nos dias 23 ou 24 de março para posicionamento frente à deliberação da reunião nacional.
 - c. realizar nova rodada de assembléias gerais no dia 26 de março para referendo ou não, a nível local, da decisão nacional.
 - d. imediata criação de fundos de greve em cada IES
- obs: tendo em vista a dinâmica dos fatos o Congresso delega à direção da Andes a possibilidade de antecipar o calendário.

Conad extraordinário, 20 a 24 de março (UNB)

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO — UFRJ

Reunião do Conselho de Representantes 12/03, 16:00h (Decania do CCMN)

Pauta: Campanha salarial

- indicativo de greve para fins de março
- reposição ou não de aulas

A questão do regime jurídico das IES

Linha Vermelha

assuntos gerais

Assembléias Gerais 19/03, 14:00h (Roxinho)

24/03, 14:00h (Roxinho)

Debate sobre Financiamento da Universidade, com Francisco Miraglia (ANDES), 17/03, 14:00h (Roxinho)

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO IX MAIO/87

N ° 38

Editorial

A greve acabou. A luta continua

MAIS uma vez, o movimento nacional dos docentes demonstrou, com a greve de 45 dias, que o fortalecimento da universidade brasileira, pública e gratuita, está em nossas mãos. Muitos serão os atropelos que teremos de vencer e que venceremos, sempre que soubermos conduzir nossas aspirações com firmeza e determinação. A campanha sistemática desenvolvida contra as instituições de ensino superior não se reveste apenas da falta de verbas e do desinteresse governamen-

tal em relação ao ensino acadêmico e à produção científica. Essa política perversa tenta gerar um comportamento de apatia e descreditação em relação à capacidade da comunidade acadêmica enfrentar suas questões.

A hora dos ganhos, é também a hora das reflexões. É o momento de parar e avaliar o que conquistamos, o que temos de conquistar e o papel do movimento docente frente a tais desafios. Sabemos agora que as vias para a construção da uni-

versidade que desejamos passa pelo enfrentamento da crise e a superação dos derrotistas. Os que não entenderam a oportunidade de uma união nacional em torno dos mesmos temas (obtida pela primeira vez) viram suas expectativas cair por terra e suas visões apocalípticas de repressões por parte do MEC se esfacelarem por força de uma adesão maciça do conjunto de professores.

A universidade está em nossas mãos porque cabe ao movimento docente, articu-

lado com os funcionários e os alunos, definir o que pretende com ela. É nossa prerrogativa constituir um fórum de discussões e extrair dessas discussões os rumos a seguir. É prerrogativa que não cedemos a ninguém! Em nossa luta, não acreditamos em "milagres" ou "heróis". Acreditamos em fatos e no debate claro e franco de todas as questões. Acreditamos na transparência das informações e na ação conjunta. A greve acabou. A luta continua.



**Greve:
Avaliação**

(páginas 4, 5)

**A Isonomia
Salarial**

(páginas 3, 6)

**XV CONAD/
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO**
(página 6)

UM dia neste país (acreditem) o ensino público - de 1º, de 2º graus e universitário - foi motivo de orgulho de nossos políticos, de nossos governantes e de nosso povo. Era exatamente aí que se formaram os grandes quadros de vida de nosso país. Quantos Portinaris, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Cezar Lates, Paulo de Frontin, Zerbinis e tantos outros foram educados na escola pública. E com que respeito se tratava os professores da rede pública. Pasmem, tinham até crédito na quitanda, tal era a sua importância. E a escola particular? A quem servia? Apenas, àqueles que, gozando de boa situação financeira e sendo seu futuro assegurado por hereditariedade, almejavam tão somente a obtenção de um diploma, sem qualquer outro compromisso (exceção feita às escolas confessionais). Com tal situação, o país mudava. Criava-se a consciência cívica. O povo, mais instruído, começava a se organizar e a pressionar pelas reformas de bases. Questionava, argüía, desconfiava. Estávamos próximos de conseguir transformar esse aglomerado de gente - chamada de brasileiros - em Nação. Estávamos próximos de iniciarmos o nosso desenvolvimento cultural, esportivo, científico, tecnológico e político. Enfim, estávamos a um



passo do nosso verdadeiro 7 de setembro. E aí? O sonho acabou (ou quase?). Sentindo o perigo, a oligarquia, os senhores do lucro, a casta da exploração, os apatacados sem pátria, os herdeiros das capitânias e os compromissados como capital estrangeiro reagiram pronta e agudamente. Tinham, como diziam eles, que cortar o mal pela raiz (ou será a competência pela raiz?). E onde estava a raiz? Na escola pública, no Orsina da Fonseca, no Pedro II, no Hermes da Fonseca, no Amaro Cavalcanti, no André Maurois (Ah! Que saudade). Pois bem, destruíram o que tínhamos de melhor. Atenção! Sai a competência, entra a esperteza. Bastaram alguns anos de uma política bem delineada e executada com precisão, obstinação e habilidade para que os alicerces de nossa educação popular ruíssem, destruídos por

esses bem adestrados cupins sociais. Foram necessários apenas alguns anos de aviltamento dos salários dos professores da rede pública - transformaram uma nobre profissão em mero biscate - e o corte das verbas de manutenção das escolas para que a destruição se tornasse, praticamente, irreversível. Foram necessárias apenas algumas vantagens, por que não dizer "guloseimas institucionais", à gulosa e inadvertida classe média para que se desse o tiro de misericórdia na rede pública de 1º e 2º Graus. Estigmatizaram a escola pública. A escola dos pobres, dos que tinham piolhos e perexas contagiosas. A classe média, deste país, ainda acaba no Paraíso. Ah! Que saudade do Colégio Joaquim Nabuco. Ah! Que saudade da Escola Argentina. Mas o que fazer? Ok! Vocês venceram (a primeira).

Batatas Fritas
E agora? Agora os mesmos algozes do ensino público de primeiro e segundo graus afiam e testam as suas garras no que restou de pé: A Universidade Pública. Atacam furiosamente usando a mesma estratégia. Tentam desmoralizar o trabalho da Universidade Pública a qualquer custo. Tentam mostrar a "ineficiência" universitária. Diminuem, a níveis insuportáveis, as verbas de manutenção. Se deliciam vendo ser destruídos os laboratórios e as bibliotecas. Achatam os salários que, cada dia mais, ficam defasados no mercado. E o que fazem? Insistem em fazer avaliações ("ineficiência universitária") criteriosas (?). São Mefistofélicos. Publicam, nos principais jornais, matéria detalhadíssima sobre a "ineficiência das Universidades Federais" e logo após solicitam que essas Universidades lhes enviem dados sobre sua produção. Mas que velhacos! Este filme não é inédito. O roteiro, o produtor e o diretor são os mesmos (ou muito parecidos). Mudaram o cenário, os artistas e os figurantes. E o final? Será o mesmo? Depende de nós. Ou lutamos, enquanto é tempo, para mudá-lo, ou teremos que dizer de novo: Ok! Vocês venceram. Batatas Fritas.

Rui Pereira é Professor do Instituto de Física da UFRJ

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e redação: Aloy Jupia Braz (Reg. Prof 19014)

Fotografia: Amauri Alves
Diagramação: Vicente Antônio Teixeira de Castro (reg. prof. 15.219)
Ilustração: César Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ
Presidente em exercício: José Henrique Sanglard
Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1º Secretário: Hélio de Mattos Alves
1º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila
2º Tesoureiro: Nivalde José de Castro
REPRESENTANTES NO CONSELHO CCMN

Instituto de Física
Raphael de Haro Júnior, Oswaldo de Medeiros Ritter (representantes); Sheila Chirola Garcia, Máximo Ferreira da Silveira (suplentes)
Instituto de Geociências
sem conselheiro
Instituto de Matemática
sem conselheiro
Instituto de Química
Marco Antônio F. Faria

Observatório do Valongo

José Augusto Buarque de Nazareth (representante); Lilia Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Elane Frossard Barbosa, Maria Amália Amarante Almeida Magalhães (representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Escola de Belas-Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (representante)

Murillo Mendes Guimarães (suplente)

Faculdade de Letras

Sônia Salomão Khéde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho (suplentes)

Escola de Música

Cibeli Cardoso Reynaud (representante)
Ilda Maria Lauria Vasconcelhos (suplente)

CFCH

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão, Nil-da Teves Ferreira (representantes); Clara Hetmanek Sobral (suplente)

Escola de Comunicação

sem conselheiro

Escola de Serviço Social

Maria Lúcia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Abreu Penna (representantes); Maria da Graça Franco Ferreira Schaller, Olinto Antônio Pergoraro (suplentes)

Instituto de Psicologia

sem conselheiro
Colégio de Aplicação
Moacyr Barreto da Silva Júnior, Ionilde Maria de Azevedo (representantes); Paulo Baltazar, Eliane de Azevedo Takche (suplente)

CCJE

Faculdade de Direito

Eliseu Alvares Pujol (representante)
Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Carlos Aguiar de Medeiros (representante)
Lia Hasenclever (suplente)

CCS

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva (representante)
Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Escola de Enfermagem

sem conselheiro
Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (representante)
Ana Maria Somaglia Albino (suplente)

Faculdade de Medicina

Celeste Carvalho Siqueira Elias, José

Roberto Lapa e Silva (representantes); Norma Colino Sarmento Figueiredo, Diana Maul de Carvalho, Vanda Marques da Silva (suplentes)

Instituto de Microbiologia

Maria Genoveva Von Hubinger (representante)
Rosa da Glória Brito de Oliveira (suplente)

Instituto de Nutrição

Rosângela Maria Neves Bezerra (representante)
Eliane Moreira Vaz (suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy Guisophe Castro Teixeira, Ednilson Porangaba Costa (representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (suplentes)

Instituto de Biologia

Deia Maria Ferreira dos Santos (representante)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (representante)
Waldyr Mendes Ramos (suplente)

Instituto de Biofísica

sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (representante)

Instituto de Pediatria

Luiz Carlos de Siqueira (representante)
Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Fisiologia e Pneumologia

Roni Marques (representante)
Roberto Bravo de Souza (suplente)

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (representante)
Antônio Filomeno (suplente)

NPPN

Paulo Roberto Ribeiro Costa (representante)
Maria Célia do Nascimento (suplente)

CT

Escola de Engenharia

Fernando Antônio Sampaio de Amorim, Oscar Acselrad, José Luciano de Souza Menezes, Osvaldo Pereira Filho, Carlos Elzio Barral Ferreira (representantes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (representante)
Sílvia Maria Cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Antônio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (representante)

Elisabeth Ermel Monteiro (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)
Afrânio Raul Garcia Júnior (suplente)

LEI DA ISONOMIA SALARIAL

Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei n.º 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei n.º 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei n.º 900, de 29 de novembro de 1969, e pelo Decreto-lei n.º 2.299, de 21 de novembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O inciso II do art. 4º fica acrescido da seguinte alínea **d**, passando o atual § 1º a parágrafo único, na forma abaixo:

“Art. 4º -

II-

d) fundações públicas.

Parágrafo único - As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.”

II - O art. 5º fica acrescido de um inciso e um parágrafo, a serem numerados, respectivamente, como inciso IV e § 3º na forma abaixo:

“Art. 5º -

IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de Direito Público, com autonomia administrativa, patrimônio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

§ 3º - As entidades de que trata o inciso IV deste artigo adquirem personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhes aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações”.

Art. 2º - São classificadas como fundações públicas as fundações que passaram a integrar a Administração Federal Indireta, por força do disposto no § 2º do art. 4º do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 2.299, de 21 de novembro de 1986.

Art. 3º - As universidades e demais instituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor.

§ 1º - Integrarão o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos previsto neste artigo:

a) os cargos efetivos e empregos permanentes, estruturados em sistema de carreira, de acordo com a natureza, grau de complexidade e responsabilidade das respectivas atividades e as qualificações exigidas para o seu desempenho;

b) as funções de confiança, compreendendo atividades de direção, chefia e assessoramento.

§ 2º - O Poder Executivo estabelecerá, no regulamento mencionado no caput deste artigo, os critérios de reclassificação das funções de confiança, de transposição dos cargos efetivos e empregos permanentes integrantes dos atuais planos de classificação de cargos e empregos, bem como os de enquadramento dos respectivos ocupantes, pertencentes às instituições fede-

rais de ensino superior ali referidas, para efeito de inclusão no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos.

§ 3º - Os atuais servidores das autarquias federais de ensino superior, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, sem prejuízo de sua permanência no respectivo regime jurídico, aplicando-se-lhes o direito no § 4º deste artigo.

§ 4º - A partir do enquadramento do servidor no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, cessará a percepção de qualquer retribuição nele não expressamente prevista.

§ 5º - O disposto neste artigo e seguintes aplica-se aos Centros Federais de Educação Tecnológica e aos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, subordinados ou vinculados ao Ministério da Educação.

Art. 4º - A data-base e demais critérios para os reajustamentos de vencimentos e salários dos servidores das entidades a que se refere o art. 3º desta lei serão os estabelecidos para as instituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de fundação.

Parágrafo único - Em decorrência do disposto neste artigo, não se aplicarão aos servidores das autarquias de ensino superior, incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, os aumentos ou reajustamentos de vencimentos e salários concedidos aos servidores da Administração Federal.

5º - Observado o disposto no caput do art. 3º, **in fine**, desta lei, os requisitos e normas sobre ingresso de pessoal nos empregos do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, bem como sobre transferência ou movimentação, promoção e ascensão dos ser-

vidores nele incluídos serão fixados no regulamento a que se refere o mesmo artigo.

Art. 6º - Não haverá, para qualquer efeito, equivalência ou correlação entre os cargos, níveis salariais e demais vantagens do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata esta lei, e os cargos, empregos, classes e referências salariais dos atuais planos de classificação e retribuição de cargos e empregos dos órgãos e entidades da Administração Federal.

Art. 7º - No prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta lei, o Ministério da Educação, em conjunto com a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, adotará as providências necessárias à aprovação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata do art. 3º desta lei.

Art. 8º - O enquadramento de servidores no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos produzirá efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês de abril do corrente ano.

Parágrafo único - As importâncias percebidas pelo servidor, no período compreendido entre o primeiro dia do mês subsequente ao da vigência desta lei e a data da publicação do ato do respectivo enquadramento serão deduzidas do montante a que venha fazer jus em decorrência da aplicação do disposto neste artigo.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se os § 2º e 3º do art. 4º do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, nele incluídos pelo Decreto-lei n.º 2.299, de 21 de novembro de 1986, bem como o art. 2º do Decreto-lei n.º 900, de 29 de

Continua na página 6

Circular do MEC aos Reitores das Universidades

CONSIDERANDO que o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Salários de que trata a lei n.º 7.596/87, encontra-se em fase de elaboração;

“Considerando o que estabelece a em 69/MEC, de 27/04/87, aprovada pelo Exmo. Senhor Presidente da República;

“Considerando o que ficou acordado entre o Ministério da Educação e os dirigentes das Instituições de Ensino Superior de que trata a lei no 7.596/87, bem como as entidades de classes, representantes dos servidores, expedite as orientações abaixo, dando início à aplicação da isonomia salarial às Autarquias e Fundações.

1 - A diferença do salário ou do vencimento concernente ao Magistério Superior deverá ser efetuada com base na classe e nível iguais aos da tabela já

aprovada;

2 - O pagamento dos incentivos referentes à titulação será efetivado para aqueles que tenham obtido grau de mestre ou título de doutor em curso regular de pós-graduação, até **10 de abril de 1987, e parecer favorável da CPPD, homologado pelo dirigente da Instituição.** As demais situações deverão aguardar nova orientação.

3 - A antecipação de 35% para os servidores administrativos dos grupos NM e NS, será calculada sobre o salário ou vencimento, mais as gratificações abaixo enumeradas:

a) Nível Médio - gratificação de apoio ao ensino e gratificação de desempenho à atividade de apoio,

b) Nível Superior - gratificação de nível superior, gratificação de apoio à atividade de ensino e a gratificação de ati-

vidade de técnico-administrativa.

4 - Não farão jus à antecipação de que trata o item 3 os servidores pertencentes ao grupo de serviços jurídicos, para que serão expedidas instruções posteriores.

5 - Com relação aos inativos e pensionistas o assunto está sendo estudado pela comissão interministerial, que deverá expedir instruções após a reunião do dia **19 do corrente mês.**

6 - Com relação ao grupo direção e assessoramento superiores, direção e assistência intermediária e as gratificações previstas no decreto/lei no 1.858/81, estão sendo estudadas e serão expedidas instruções posteriormente.

7 - Deverá ser informado o número de mestres e doutores por classe, nível e regime trabalho, bem como a estimativa mensal da folha suplementar, **com valo-**

res correspondentes aos incentivos em separado.

8 - A antecipação e a diferença de salário ou vencimento para os servidores administrativos e docentes, respectivamente, deverão ser pagas em folha suplementar até que seja aprovado o Plano Único.

9 - As orientações para as Instituições de 1º e 2º graus, integrantes da organização das IES, serão as mesmas expedidas pela secretaria de 1º e 2º graus. Para as Instituições de ensino subordinadas ou vinculadas ao MEC.

10 - A liberação dos recursos destinados ao pagamento da folha suplementar para o pessoal docente ocorrerá após recebimento das informações solicitadas e comunicado de que as atividades acadêmicas estão normalizadas. Ernani Bayer, Secretário SESU/MEC.”

13 de maio

Avaliação



CNG/ANDES

1

A POLÍTICA DO GOVERNO PARA A UNIVERSIDADE

A política econômica dos sucessivos governos, nas últimas décadas, tem tido, como características marcantes, o privilégio do grande capital nacional e estrangeiro, em detrimento dos interesses da maioria trabalhadora, e da absorção de tecnologia internacional, em detrimento do desenvolvimento científico e tecnológico independente. É dentro desse quadro geral que deve ser entendida a progressiva desobrigação do Estado em relação à manutenção dos serviços públicos essenciais, com seguidos cortes orçamentários nesse setor, ao mesmo tempo em que se busca criar mecanismos visando tornar aqueles serviços atividades-lucro para o capital privado. Visto dessa ótica, o caso particular da educação não foge à regra. A Universidade Pública Brasileira tem sido, ao longo desse período, lenta e progressivamente destruída. Isto tem se dado através de vários mecanismos: a constante diminuição das verbas públicas a ela destinadas; a falta de garantia de condições objetivas de trabalho que possibilitem atividades de pesquisa, ensino e extensão de bom nível; a inexistência de uma carreira única que estimule o aperfeiçoamento científico e profissional; mais recentemente, a impossibilidade legal de ampliação de seus quadros de docentes e servidores e, finalmente, a diminuição de salários, em termos reais, o que implica crescente evasão de quadros qualificados arduamente formados. Esta política, praticada por sucessivos governos, incluída af a Nova República, condenou a universidade Pública Brasileira e a situação de seus servidores ao atual estado de penúria e desestímulo, apontando para seu desmantelamento definitivo. Ao mesmo tempo, foram utilizadas verbas públicas para

a expansão indiscriminada das instituições privadas de ensino. Longe de ser um engano dos governantes, essa é uma política deliberada, decorrente de uma concepção global, segundo a qual o Estado deve aos poucos se desobrigar de todas as atividades consideradas não essenciais, inclusive o ensino superior, cedendo espaço ao capital privado e reduzindo os gastos públicos. Essa concepção encontrou uma expressão avançada no projeto GERES que, amplamente denunciado e rejeitado pela comunidade universitária, continua presente nos planos do governo para o ensino superior.

2

OS MOMENTOS FUNDAMENTAIS DO MOVIMENTO

DIANTE desse quadro e da negativa sistemática do MEC em responder à nossa pauta de reivindicações, encaminhada há mais de seis meses pela ANDES - por mais verbas, melhores condições de trabalho e melhores salários, em defesa da Universidade Pública Brasileira -, não restou aos docentes outra alternativa de ação que não a deflagração da greve nacional das IES Federais. Para que melhor se situem e avaliem os avanços alcançados pela greve é necessário um breve histórico de nosso movimento, analisando, inclusive, as táticas utilizadas por este e pelo governo. Inicialmente, é preciso frisar que os docentes souberam responder, de forma unitária, a todas as tentativas de procurar amoldar em relação à pauta de reivindicações. Isto ficou claro quando o MEC tentou encaminhar a solução do problema da Isonomia Salarial sem levar em conta os outros itens da nossa pauta. A esta tentativa, depois de esgotadas todas as outras formas de pressão, respondemos com a greve, que a um só tempo reafirmou a pauta unitária e acelerou a aprovação do anteprojeto de lei da Isonomia no Congresso Nacional. Foi a adesão maciça, decidida e unitária dos docentes à greve nacional que fez o MEC recuar, num primeiro momento, da posição de absoluto imobilismo e intransigência apresentada pelo Ministro Bornhausen em sua primeira audiência. Este recuo foi caracterizado pela apresentação, através do Secretário Ermani Bayer, de uma contraproposta às nossas reivindicações. Embora tal contraproposta, por ser imprecisa e insuficiente, fosse considerada inaceitável, nos dispusemos ao diálogo, tendo como resposta o fechamento das negociações por parte do Ministro. Alegou o Ministro ter sido esta fase apenas de



“conversações”, o que mostra sua tática de utilizar a pretensa abertura de negociações e seu fechamento como balões de ensaio. Como resultado direto da força e unanimidade da greve, o MD conseguiu isolar politicamente o MEC, no momento preciso em que este encerrava as negociações, recuava da contraproposta, não atendia nenhuma reivindicação e se preparava para iniciar um processo de punição aos grevistas. Ao invés de recuarmos, reiteramos a unidade do movimento e ampliamos nossa mobilizações. Reafirmamos a pauta de reivindicações e a greve como forma de luta. Conquistamos apoio explícito de parlamentares federais, que pressionaram o Ministro a retomar as negociações; do CRUB, que, além de apoiar as reivindicações, negou-se oficialmente a encaminhar qualquer forma de punição; da FASUBRA, que iniciou o processo de deflagração da greve dos funcionários; das entidades estudantis, neutralizando os grupos de estudantes dispostos a responsabilizar os professores pela perda de aulas. Como consequência, o Ministro viu-se isolado da opinião pública. Estes dois movimentos articulados, ou seja, greve e os seus resultados em termos de alianças e apoios externos ao movimento, forçaram o Ministro a recuar de uma posição de intransigência, reabrir as negociações e apresentar a atual proposta. É preciso ter claro que, se sentisse algum apoio da opinião pública, ou mesmo, mais restritamente, ao nível dos parlamentares ou do CRUB, a ação do Ministro

teria sido outra. Estaríamos hoje, provavelmente sofrendo os resultados da decretação da ilegalidade da greve, consequência lógica do reconhecimento, a pedido do próprio Ministro, do estado de greve.

3

A PROPOSTA DO GOVERNO

A contraproposta apresentada contém claramente alguns avanços, arrancados do governo pelo Movimento Docente. No que se refere à tabela foram recuperados parcialmente salários de docentes e funcionários, muito embora tal recomposição, embora significativa, seja insuficiente e facilmente deteriorável, como qualquer tabela salarial, diante da aceleração inflacionária e da política econômica do governo. Mais importante, obtivemos: a implantação da isonomia, eliminando definitivamente a injusta situação de remunerações diferentes pelo mesmo trabalho; o estímulo à progressão na carreira, através do estabelecimento de diferenciais salariais maiores entre classes e níveis; a valorização da dedicação do professor à universidade, à medida que se amplia significativamente o percentual de dedicação exclusiva, embora, a este respeito, seja essencial salientar que não está garantido o acesso, a esse regime, dos docentes que assim o desejarem; o incentivo à capacitação docente, através dos adicionais por mestrado e doutorado, embora a eficácia desse dispositivo seja limitada pela recusa do governo em autorizar as contratações necessárias à liberação dos docentes que buscam a titulação. Finalmente, forçamos o MEC a reconhecer a necessidade de que o montante de verbas de OCC seja fixado através de uma porcentagem da massa salarial. Este fato fará com que as verbas sofram acréscimos toda vez que o mesmo acontecer aos salários, como ocorreu agora, embora de forma parcial e insatisfatória. Por outro lado, são claros os limites e a insuficiência da proposta governamental: o MEC recusa a participação efetiva dos docentes, via ANDES, na comissão responsável pela elaboração do PCS; a portaria que garante que a ANDES será “ouvida” pela subcomissão do PCS está longe de resolver o problema, ainda mais se levarmos em conta que a filosofia do projeto GERES estará presente, por parte do MEC, na elaboração do novo Plano, o que implicará sérios riscos à autonomia que deve caracterizar o exercício da função docente; o percentual de OCC fixado situa-se em níveis muito inferiores aos reivindicados, embora o valor real das verbas

tenha crescido, conquanto de forma muito inferior ao postulado, em função do aumento da referida massa salarial; mantém-se permanentemente aberta a porta ao clientelismo, ao eleitoralismo, à medida que não se estabelecem critérios públicos adequados para a alocação de verbas para as IES, incluindo um percentual fixo mínimo por IES, o que abre espaço à política de incentivo aos “centros de excelência”, com a conseqüente possibilidade de estrangulamento financeiro de várias IES; não temos qualquer garantia quanto à concessão da aposentadoria integral, dependendo de “interpretações” da lei de isonomia e de “intenções” do governo; o MEC continua irreduzível no que respeita às contratações, ao mesmo tempo em que exige abertura de novas vagas em cursos noturnos, aumento da relação professor x aluno etc...; finalmente, o MEC mantém-se intransigente quanto ao atendimento da reivindicação de enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das IES Federais na carreira do Magistério Superior, embora se tenha obtido recuperação salarial parcial e a extensão dos incentivos à titulação e de DE a esses docentes.

4

O MOVIMENTO SUSPENDE A GREVE E CONTINUA A LUTA

ESSA proposta governamental foi apresentada pelo MEC como posição oficial, encerrando as negociações, quando apenas fora iniciada a fase preliminar, de conversações. Essa nova postura de endurecimento por parte do MEC encontrou uma situação distinta da existente quando o Ministro cancelou a contraproposta apresentada pelo SESu. De um lado, pela primeira vez desde o início da greve, não houve uma posição unânime por parte das AGs. Isto refletia o fato de que, dessa vez, o Ministério cedia parcialmente a uma parte de nossa pauta de reivindicações. A avaliação desse fato, associado à progressiva agudização da crise econômica e política, levou a que um considerável número de AGs - aproximadamente o mesmo das que propunham a continuidade - indicasse a suspensão da greve. Por outro lado, havia, ademais, clara indicação de que setores que até agora nos apoiaram não continuariam a fazê-lo. O CRUB demonstrou ser o primeiro interessado em restaurar a normalidade nos trabalhos. A FASUBRA deliberou pelo fim da greve dos funcionários. Do ponto de vista dos parlamentares, já havíamos obtido uma vitória política sobre o MEC, além do que nada nos

assegurava a manutenção de seu apoio, em função de problemas menos visíveis para quem não vive a universidade no seu dia-a-dia. Em função de todas essas considerações os docentes chegaram majoritariamente à conclusão de que a greve atingira, naquele momento, o seu apogeu, o seu máximo de força. A luta pela universidade pública e gratuita de modo algum poderia se esgotar com a atual greve, uma vez que permanecem no MEC e no governo uma concepção e uma política voltadas contra ela, a favor de privatização da produção do saber no País. Por isso, julgaram os docentes ser indispensável suspender a greve, substituindo-a por outras formas de luta e pressão, no momento em que se havia acumulado o máximo de força. Perder esse momento significaria enfrentar o enrígido do governo sem unanimidade interna e sem possibilidades de manter, com a mesma amplitude e firmeza, o apoio de diversos setores, conquistado pelos docentes; significaria, portanto, começar a perder parte da força acumulada. Com essa avaliação do momento de nossa luta, a larga maioria das AGs optou por suspender a greve, mantendo o estado de alerta e mobilização, no sentido de evitar retrocessos e conquistar os pontos pendentes de nossa pauta. Com isso, o movimento preserva o grande saldo político conquistado, sua unidade interna, as conquistas parciais em sua pauta de reivindicações e, ao mesmo tempo, lança sua força e capacidade de pressão e barganha na negociação do PCS, na definição dos critérios para dotação e alocação de verbas, na luta pela adoção da tabela salarial da ANDES como tabela definitiva, na luta pela aposentadoria integral e por contratações para as IES Federais. Ao mesmo tempo, todos os docentes expressam seu mais veemente protesto contra a obstinação do MEC em perseguir uma política de educação superior autoritária, clientelística e privatizante, e contra a falta de respostas sérias e adequadas a nossa pauta integrada de reivindicações. A reunião nacional do setor federal, em 30 e 31 de maio, avaliará o movimento e os passos a seguir. Então, como agora, a disposição dos docentes será a mesma: lutar, até a vitória definitiva, pela preservação e desenvolvimento da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente. Brasília, 07 de maio de 1987
COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS IES FEDERAIS
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR- ANDES

Continuação da página 3

setembro de 1969, e demais disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 041, DE 1987

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos da artigo 51 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossa Excelência acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, o anexo projeto de lei que "altera dispositivo do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei n.º 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei n.º 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências".

Brasília, 23 de fevereiro de 1987 -

José Sarney.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 024, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1987, DOS SENHORES MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CHEFE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que, alterando os artigos 4º e 5º do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com as modificações pelos Decretos-lei n.º 900, de 29 de setembro de 1969, e n.º 2.299, de 21 de novembro de 1986, institui na Administração Federal Indireta a figura jurídica da fundação pública, espécie em que passam a classificar-se as entidades fundacionais de que trata o § 2º do referido artigo 4º inclusive as fundações

de ensino superior mencionadas no § 3º do mesmo dispositivo.

2. O objetivo central subjacente a essa medida é o reconhecimento da natureza pública de tais instituições, a partir dos pressupostos que se identificam em sua constituição e condições de funcionamento, vez que, apesar de dotadas de personalidade jurídica de direito privado, foram e são criadas pelo Poder Público, recebem transferências orçamentárias da União e têm por finalidade precípua o desempenho de atividades típicas do setor público, por aplicação do princípio da descentralização administrativa.

3. Com efeito, embora incluídas as referidas entidades na Administração Federal Indireta, por força do disposto no § 2º do artigo 4º do Decreto-lei n.º 200, de 1987, com a redação dada pelo de n.º 2.299, de 1986, o fato é que o caráter nitidamente público das respectivas funções há muito vem se demonstrando incompatível com as condições estabelecidas, para sua constituição, no artigo 2º do Decreto-lei n.º 900, de 1969, como sejam a participação, no respectivo patrimônio e dispêndios correntes, de recursos privados equivalentes a, no mínimo, um terço do total, bem como a satisfação dos requisitos fixados nos artigos 24 e seguintes do Código Civil, as quais, por essa razão mesma, se exauriram no tempo e no espaço, por sua inadequação à realidade administrativa, ressalvada contudo a exigência de inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o que conferiria a indispensável publicidade ao ato.

4. Além disso, em consonância com antiga aspiração da comunidade universitária, o anteprojeto, mantendo embora a dualidade jurídica das instituições federais

de ensino superior - autarquias e fundações públicas -, vem garantir aos respectivos servidores docentes, técnicos e administrativos regime especial próprio de classificação, retribuição e provimento dos respectivos cargos e funções, observado o princípio de isonomia na área de recursos humanos das referidas instituições, não só no que diz respeito à equivalência salarial para funções iguais, como também no tocante à uniformidade de critérios para ingresso, mediante concurso público e para promoção a asc, com valorização do desempenho e da titulação do servidor.

5. Autarquias e Fundações Públicas, onde se ministre o ensino universitário, passam a ter portanto igual tratamento através de um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos e de reajustamentos salariais efetivados na mesma data-base, eliminando-se, dessa forma, diferenças que não se justificam, em se tratando de instituições mantidas pela União e com objetivos idênticos, porque integrantes do mesmo sistema de atividades federais.

6. O assinalado Plano Único, ademais, universalizará a exigência do concurso público para todos os cargos e empregos das instituições federais de ensino superior, o que expressa desde logo o exercício de uma prática democrática indispensável à constituição de entidades públicas sólidas e competentes.

7. Na certeza de que as proposições ora apresentadas representam importante passo no contexto da Reforma da Administração Federal, especialmente na área do ensino superior, onde, sem dúvida, se afirmarão como instrumento propulsor da constituição e implantação da nova universidade brasileira, temos a honra de propor a Vossa Excelência o encaminhamento do anexo antepro-

jeto de lei ao Congresso Nacional, caso mereça aprovação.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração- **Jorge Konder Bornhausen**, Ministro de Estado da Educação - **Aluizio Alves**, Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos da Administração.

Parágrafo único - Os Professores Colaboradores das Universidades Fundacionais que tenham se habilitado através de processo seletivo de provas e títulos para ingresso na Instituição ficam enquadrados na Carreira do Magistério Superior, obedecidos os graus de suas respectivas titulações.

observações

No dia 15 de maio, o Secretário Emani Bayer esclareceu algumas dúvidas de uma comissão de professores, confirmou o pagamento do quinquênio de docentes das Autarquias, após a regulamentação do Plano de Cargos e Salários (retroativo a 1º de abril).

Também informou que a elaboração de duas folhas suplementares - uma distinta para aqueles que possuem incentivos - não implicará na aplicação do gatilho sobre a tabela salarial básica em maio. O Secretário garantiu que o gatilho incidirá sobre o salário integral do professor, mesmo sobre os incentivos (as duas folhas eram necessárias para o controle do MEC e do Tribunal de Contas).

Sobre acréscimos nos valores da tabela de 1º e 2º graus, Emani Bayer afirmou que a regência de classe - 20 por cento - para as Autarquias está mantida até que o Plano de Carreira fique pronto.

Já a situação de livre-docentes, que por lei têm equivalência com os doutores, só obteve resposta do Secretário em outro encontro, no dia 19. A instrução do MEC - segundo ele - é de respeitar a correspondência entre o livre-docente catedrático por concurso e o doutor.

A gratificação de nível superior - 20 por cento - de docentes das Autarquias e, por extensão, das Fundações, garantida pela Lei 7.333/85, e a questão dos inativos serão respondidas em próxima oportunidade.

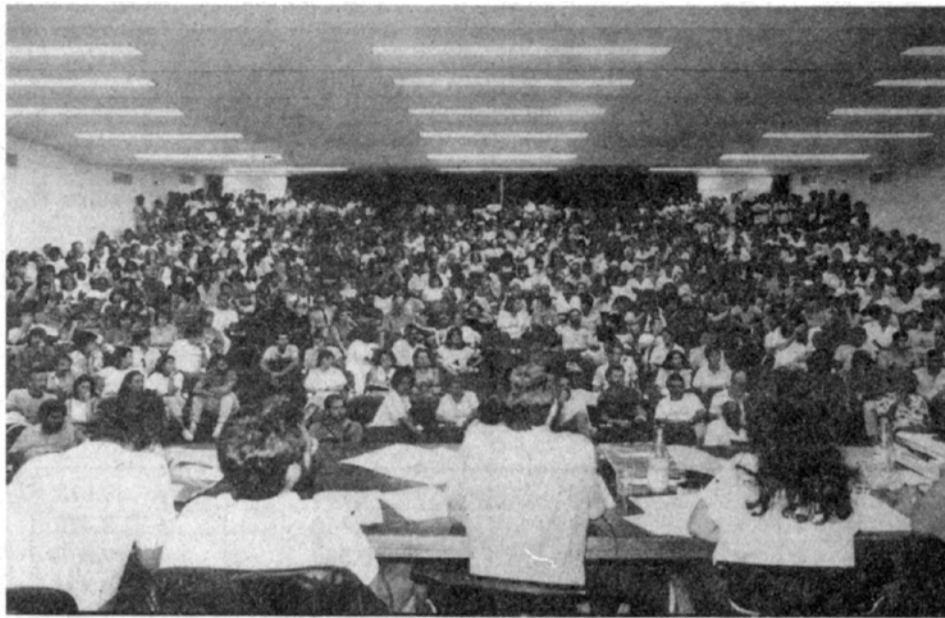
XV CONAD/Congresso Extraordinário

28/05 QUINTA-FEIRA	29/05 SEXTA-FEIRA	30/05 SÁBADO	31/05 DOMINGO
11 hs. Plenária de Abertura e Instalação (Aprovação da pauta e cronograma)	11 hs Plenária de Abertura e Instalação (Pauta, cronograma, questões de credenciamento)	09 hs Grupos Mistos TEMA 2	09 hs Plenária TEMA 1
14 às 19 hs Reuniões Setoriais		13 hs Almoço	13 hs Almoço
21 hs Plenária de Deliberação e Encerramento	15 hs Reuniões Setoriais TEMA 1	15 hs Grupos Mistos TEMAS 3 e 4	15 às 24 hs Plenária TEMA 2, 3 e 4 Plenária de Encerramento (Moções)

TEMA: Questões Setoriais
OBS.: o credenciamento será feito de 8 às 11 hs do dia 28/05

TEMAS: 1 - Questões Setoriais
2 - Constituinte
3 - Verbas e política de transição da ANDES
4 - Questões organizativas e financeiras
OBS.: o credenciamento para o Congresso será feito no dia 28/05 de 14 às 21 hs

45 Dias de Greve



24 de março. Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral no Auditório do Roxinho, decidem entrar em greve, seguindo o indicativo nacional. Em todo o país, 40 mil professores de 39 IES federais param suas atividades, por salários e verbas dignos.



8 de abril. Professores da UFRJ, UFF, UFRURJ, Uni-Rio e Cefet protestam em frente ao prédio do Ministério da Educação, no Centro. Na esquina, um furgão da Polícia Federal observava a concentração. Ao fim do protesto, os estudantes - solidários com a greve - "enterraram" o Ministro Bornhausen.



23 de abril. A Orquestra do Maestro Raul de Barros anima o VI Docente Dançante, forró indecente, no Circo Voador, na Lapa. À cerveja e ao chapéu-panamá de malandros da Antiga Lapa misturaram-se avaliações de greve. Acabou às 2 horas da madrugada.



8 de abril. O presidente da ADUFRJ, José Henrique Sanglard, dá informes sobre as negociações em Brasília durante passeata no Centro.



4 de maio. Assembléia Geral da UFRJ aprova o indicativo de saída de greve. Mas os 3.200 professores aguardariam a resposta nacional: a saída, marcada para 7 de maio, só ocorreria se expressasse o consenso entre os professores de todo o país.



9 de maio. Feijoada e choppelada de fim de greve no campus da Praia Vermelha. O cansaço dos 45 dias de luta espera até o final do jogo de futebol. No campo, Sócrates, professores e estudantes

AS NOVAS TABELAS

AQUI, a exposição de motivos apresentada pelo Ministro Jorge Bornhausen ao Presidente José Sarney:

Excelentíssimo Senhor Presidente, Tenho a honra de submeter à aprovação de Vossa Excelência os critérios para elaboração do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PCRE), destinado às Instituições Federais de Ensino Superior, decorrente da Lei 7.596 de 10 de abril de 1987, pelas razões que apresento à sua superior consideração:

1. É de conhecimento amplo que, ao longo dos últimos anos, ocorreu uma significativa redução dos salários reais dos funcionários docentes e técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior.

2. O efeito dessa perda salarial sobre o desempenho acadêmico das Instituições se fez sentir através de uma significativa evasão de pessoal mais qualificado, atraído pela melhor remuneração oferecida no mercado extra-acadêmico, aí incluídas outras entidades governamentais e empresas estatais, dificultando também o recrutamento de novos servidores.

3. O clima de desestímulo verificado nas Instituições Federais de Ensino Superior compromete seriamente os níveis de atividades dessas instituições, nos campos de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade.

4. A questão não se resume apenas aos níveis salariais, mas envolve a própria estrutura da carreira. A atual curva salarial apresenta distorções sérias, que desestimulam a qualificação do pessoal e não reconhecem o mérito do desempenho acadêmico.

5. Tal situação contrasta com outras ações que o Governo de Vossa Excelência vem desenvolvendo para acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, especialmente em áreas prioritárias.

6. Assim, Vossa Excelência aprovou o III Plano Nacional de Pós-Graduação, estabelecendo diretrizes seguras para o fortalecimento deste sistema de qualificação de recursos humanos. Complementarmente, Vossa Excelência recentemente aprovou a exposição de motivos, oriunda dos Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia; visando seja alcançada uma expansão sem precedentes dos programas de bolsas de estudos, se lhes assegure adequada retribuição quando retornarem e vierem a ser absorvidos pelas Universidades e Instituições de pesquisa governamentais.

A elaboração do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, determinada pela Lei 7.596 de 10 de abril de 1987, oferece singular para a superação das situações acima descritas. Para isto, submeto a Vossa Excelência as seguintes proposições que estão de acordo com as diretrizes do Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais.

A. Correção da curva salarial dos docentes, estabelecendo-se acréscimos salariais uniformes (4%) na passagem de um para outro nível da mesma classe de carreira, e (10%) de uma para outra classe. Quando do acesso através de concurso público de provas e títulos ao último nível da carreira, o

acréscimo será de 25%, de modo a estimular o alargamento do ápice da carreira, que hoje abrange menos de 10% do total de docentes.

B. Melhoria do diferencial de retribuição para os docentes em regime de dedicação exclusiva às atividades acadêmicas, passando dos atuais 25% para 40% do salário básico do regime de 40 horas semanais de trabalho.

C. Criação de incentivos salariais específicos, sob a forma de adicionais de 15% a 25%, respectivamente para os docentes que tenham obtido título de Mestre ou Doutor em cursos de Pós-Graduação.

D. Com relação aos servidores técnico-administrativos, serão introduzidas medidas que visam premiar o desempenho e competência através de:

- Estrutura de carreira em grupos, considerando-se nível de escolaridade e profissionalização;
- Estabelecimento de pisos adequados para cada grupo de cargos nos seguintes valores:

(I)- Apoio administrativo e operacional
AO Cz\$ 3.883,00

(II) - Nível Médio
MN Cz\$ 8.073,00

(III) - Nível Superior
MNS Cz\$ 13.150,00

- Correção de 30% sobre as tabelas vigentes para os servidores das Fundações Universitárias;

- Antecipação de 35% para os servidores autárquicos até que se efetive o enquadramento do Plano Único de Cargos e Salários.

E. Vale ressaltar que o Ministério da Educação e a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República prosseguem em seus estudos no sentido de estender os benefícios da isonomia salarial, subjacentes no Plano Único de Classificação de Cargos e Empregos, aos docentes e servidores técnicos e administrativos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, subordinados ou vinculados ao MEC.

Como conseqüência final das medidas propostas, ter-se-á uma recuperação efetiva dos salários dos docentes e servidores técnicos e administrativos em relação aos anos anteriores.

Certamente que a esperada melhoria do desempenho nas Instituições Federais de Ensino Superior depende não só da disponibilidade de docentes qualificados, mas também de adequadas condições materiais de trabalho. Nesse sentido, é intenção deste Ministério adotar como parâmetro, para assegurar às instituições um volume anual de recursos de outros custeios e capital, nos próximos orçamentos, correspondente a 15% do total de aplicações.

Em contrapartida, buscar-se-á maior produtividade dos recursos aplicados, pela utilização mais intensa da capacidade instalada das Instituições Públicas Federais, inclusive melhorando a relação numérica professor/aluno, através da ampliação de matrículas, utilizando-se horários ociosos, de preferência noturnos, e estendendo-se o calendário escolar.

Para acompanhar a efetividade dessas medidas, desenvolverá este Minis-

tério procedimento de avaliação pública das Instituições e cursos, além de exercitar a supervisão ministerial nos termos do Decreto-Lei 200.

A fim de subsidiar o estabelecimen-

to de critérios racionais para a alocação de recursos entre as Universidades Federais deverá ser criada Comissão integrada por representantes de comunidade acadêmica e científica e de setores

da sociedade.

Certo de contar mais uma vez com a costumeira atenção de Vossa Excelência, renovo meus protestos de estima e apreço.

Classe	Nível	Regime de Trabalho		
		20 horas	40 horas	DE
		Salário	Salário	Salário
Titular	-	16.416	32.832	45.965
Adjunto	4	13.087	26.174	36.644
Adjunto	3	12.583	25.166	35.232
Adjunto	2	12.099	24.198	33.877
Adjunto	1	11.634	23.268	32.575
Assistente	4	10.576	21.152	29.613
Assistente	3	10.170	20.340	28.476
Assistente	2	9.778	19.556	27.378
Assistente	1	9.403	18.806	26.328
Auxiliar	4	8.548	17.096	23.934
Auxiliar	3	8.220	16.440	23.016
Auxiliar	2	7.904	15.808	22.131
Auxiliar	1	7.600	15.200	21.280

INCENTIVOS PARA MESTRADO/DOUTORADO

	20 horas		40 horas		DE	
	15%	25%	15%	25%	15%	25%
Titular	2.461	4.104	4.925	8.208	6.894	11.491
Adjunto	4 1.963	3.272	3.926	6.544	5.496	9.161
Adjunto	3 1.889	3.146	3.795	6.292	5.284	8.808
Adjunto	2 1.815	3.025	3.630	6.050	5.081	8.469
Adjunto	1 1.745	2.909	3.490	5.817	4.886	8.143
Assistente	4 1.586	2.644	3.173	5.288	4.441	7.403
Assistente	3 1.526	2.543	3.051	5.086	4.271	7.186
Assistente	2 1.467	2.445	2.933	4.889	4.106	6.844
Assistente	1 1.410	2.351	2.821	4.702	3.946	6.582

PROPOSTA DE TABELA DE 1º e 2º GRAUS APRESENTADA PELO MEC

CLASSE	NÍVEL	20 HORAS		
CLASSE	NÍVEL	20 HORAS	40 HORAS	DE
E	3	12.126,00	24.252,00	33.952,00
	2	11.659,00	23.318,00	32.645,20
	1	11.211,00	22.422,00	31.400,00
D	4	10.192,00	20.384,00	28.537,60
	3	9.800,00	19.600,00	27.400,00
	2	9.423,00	18.846,00	26.384,40
C	1	9.060,00	18.120,00	25.368,00
	4	8.548,00	17.096,00	23.934,40
	3	8.220,00	16.440,00	23.016,00
B	2	7.904,00	15.808,00	22.131,00
	1	7.600,00	15.200,00	21.280,00
	4	7.169,00	14.338,00	20.073,00
A	3	6.893,00	13.786,00	19.300,00
	2	6.628,00	13.256,00	18.558,00
	1	6.373,00	12.746,00	17.834,00
A	4	6.013,00	12.026,00	16.836,00
	3	5.781,00	11.562,00	16.186,00
	2	5.559,00	11.118,00	15.565,00
	1	5.345,00	10.790,00	15.116,00

IMPRESSO

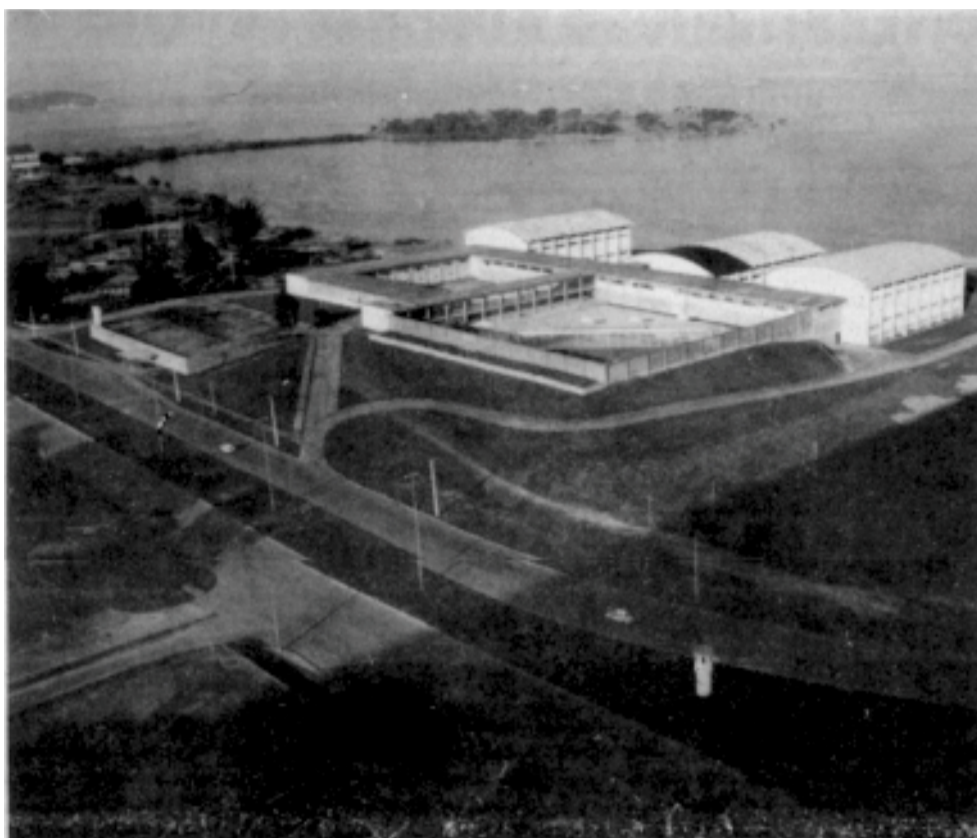
REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO IX AGOSTO/87

N ° 39



Vários carros já foram roubados na área da Escola de Educação Física. A falta de segurança é um problema no campus do Fundão. (Página 12)

O DESTINO DO ENSINO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO

Páginas 3, 4, 5, 6, 10 e 11

Prioridade para Universidade Pública

Páginas 8 e 9

EDITORIAL

O caminho a seguir

O governo assinou, afinal, o Plano de Cargos e Salários para as instituições federais. Durante três meses, o movimento dos docentes enfrentou negociações difíceis, em reuniões que por vezes varavam a madrugada, para defender um modelo de universidade que realmente atendesse as necessidades de ensino e pesquisa e os padrões de competência. Resistências de toda ordem e vícios, encastelados na hierarquia do MEC e da própria estrutura acadêmica, criaram óbvios embaraços que entravam em conflito com o perfil de universidade formulado pelo Movimento Docente e que nem

sempre puderam ser superados.

O PCS resultante de semelhante processo contempla algumas conquistas - quinquênio, semestre sabático, licença prêmio, entre elas - e deixa não atendidas reivindicações não menos importantes, como a aposentadoria integral. Em certos casos, introduz anomalias e doenças perigosas (a GRIPE - Gratificação de Incentivo à Produtividade de Ensino) que desvirtuam a atividade universitária, como está mundialmente concebida, através de gratificações que supostamente "incentivariam" o

ensino, mas que, na prática, afasta o docente do exercício da pesquisa. Sabemos que Universidade sem pesquisa não é Universidade, mas um Colégio de 3º grau. São anomalias que contavam com fortíssimos "lobbies" no interior da burocracia governamental e não puderam ser superados em mais uma demonstração das dimensões dos inimigos da universidade brasileira.

O balanço de tais negociações tem um grande saldo positivo: a consciência cada vez mais crescente de uma luta que não se trava de uma só vez e depende sobretudo de nós.

O movimento docente sabe, a esta altura, que seus adversários apostam na crise, alimentam-se dos velhos hábitos da nossa sociedade e estão bem armados dentro e fora das IES. Há, entretanto, uma experiência que constitui a nossa principal vitória. A defesa da universidade pública e gratuita será travada como já se travou: pela transparência das informações, pela insistência intransigente nas nossas convicções, pela participação coesa e maciça da nossa categoria. Os últimos 45 dias de greve e os três meses de negociação do PCS indicam o caminho a seguir...

CARTAS

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1987.
Prof. Carlos Russo
Decano do Centro de Tecnologia

Senhor Professor,

Em resposta a carta de V.S., de 13/07/87, na qual nos solicita a "mudança" da ADUFRJ para outras instalações, se possível no CCMN, lamentamos responder negativamente.

A Associação dos Docentes da UFRJ, como é do conhecimento de todos, desempenha desde a sua fundação, um trabalho de importância indiscutível no processo de transformação da nossa universidade, de forma a adequá-la a reações realmente democráticas, em favor de uma melhor convivência acadêmica e em defesa da competência. Foi fruto desse trabalho que hoje dispomos de uma estrutura de poder escolhida pelo voto, da qual faz parte, também eleito, o próprio Decano, do CT.

A importância de semelhante postura consolidou-se a tal ponto que hoje não temos dúvida em afirmar que se constitui em claro e inequívoco consenso, sem margens de polêmica.

A instalação da nossa sede na sala D-200, do CT, representou uma conquista, desde o início, quando a ADUFRJ se impunha no meio de um regime autoritário e antagonico. Ali se desenvolveu e cresceu. Ali construiu um fórum de discussões que se transformou num território da comunidade. Temos, por conseguinte, motivos históricos e políticos para não abrir mão do local de apenas 70m2 onde nos encontramos.

Conhecendo as dimensões do edifício do CT, de milhares de metros quadrados de área construída, estamos certos de que V.S., dinâmico como é, saberá encontrar espaço em outras cercanias.

Colocando-nos à disposição desta decania, sempre que se apresentarem questões de relevo para a universidade, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,
José Henrique Sanglard
Presidente da ADUFRJ

CT, 13 de julho de 1987
Prof. José Henrique Sanglard
Presidente da ADUFRJ
E/M

Sr. Professor:
É pública e notória a falta de espaço no CT para abrigar as atividades regulares de ensino, pesquisa e administração. Esse fato é agravado pela presença de três institutos básicos do CCMN que, por razões históricas, apenas, foram aqui localizados.

Já tive, por diversas vezes, oportunidade de aumentar com V.Sa. as possibilidades de a ADUFRJ ser transferida para as dependências do CCMN posto que, s.m.j., parece ter espaços melhor adequados para a localização e instalação definitiva da ADUFRJ de vez que, no CT, pelas razões acima expostas, não há qualquer possibilidade de expansão das atuais instalações.

Em face do exposto, reitero, a compreensão de V.Sa. para junto à Decania do CCMN, discutir a

mudança que, repito, se configura assaz importante para o CT.

Na expectativa de contar com a sensibilidade de V.Sa. para envidar todos os esforços e, até o final do corrente ano, efetivar essa transferência aqui fico ao dispor para colaborar com V.Sa., nessa tarefa.

Atenciosamente
Prof. Carlos Russo
Decano do CT

AOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS E À OPINIÃO PÚBLICA

O golpe do Governo contra a Universidade Pública

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES - traz ao conhecimento da opinião pública as recentes ações do Governo da Nova República, que mais uma vez atingem frontalmente a Universidade brasileira, um patrimônio essencial ao desenvolvimento e à independência nacional.

A política da Nova República para a educação não está isolada da política mais geral do Governo para a sociedade brasileira, política essa que vem impondo crescentes sacrifícios à maioria da população.

Na luta em defesa da universidade pública, os docentes, desde a criação de suas associações e da ANDES, têm como objetivo que a universidade pública brasileira seja efetivamente agente da soberania do País, produzindo e criando ciência e tecnologia e, como consequência, oferecendo cursos de qualidade e formando profissionais competentes. A rede pública de ensino, quando adequadamente custeada pelo Estado e apoiada nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, oferecendo salários justos a seus profissionais, será capaz de exercer sua função social.

Ao contrário do que propõem os docentes, o Governo da Nova República tem como política para a universidade brasileira o descompromisso do Estado para com a educação superior pública, através do fortalecimento das empresas privadas de ensino, da privatização crescente da pro-

dução intelectual e do estímulo à atividade de mera transmissão do conhecimento em detrimento da produção do saber.

Em contraposição a esta política, e em defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, os docentes deflagraram uma greve nacional entre março e maio deste ano, que teve como um dos seus desdobramentos a aprovação da Lei de Isonomia de nº 7.596. A lei previa 90 dias para que o Governo elaborasse o plano de cargos e salários, prazo que venceu em 14/07/87. Neste período, a comunidade universitária lutou para que o conteúdo do texto fosse efetivamente negociado. Infelizmente, apesar de exaustivas reuniões ocorridas no último mês, o decreto, finalmente assinado pelo Presidente da República dia 23/07, não contempla questões essenciais como aposentadoria integral, rompe acordos de greve, introduz novas e graves distorções e, como já era de se esperar, golpeia o princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e desrespeita a própria lei ao quebrar o princípio da isonomia.

Dentro das distorções destaca-se a introdução da gratificação de ensino, incentivo salarial que busca induzir os docentes a abandonarem a atividade de pesquisa. Por trás desta gratificação está a intenção, já manifestada publicamente pelo Ministério da Educação, de introduzir a discriminação entre centros de excelência e universidades especializadas em ensino, fato

grave que irá reforçar desequilíbrios regionais, além de afetar a produção científica e tecnológica nacional.

Na última audiência, dia 20/07, com o Presidente da ANDES e na presença de parlamentares, o Ministro afirmou responsabilizar-se pelas consequências das reivindicações não atendidas e pela introdução da gratificação de produtividade de ensino. Este é o único ponto em que estamos de acordo com Governo: cabe exclusivamente ao Ministro da Educação e ao Governo a responsabilidade pela crise que sobrevier nas universidades brasileiras em função do distorcido e incompleto plano de cargos decretado.

Os docentes do ensino superior, com a mesma determinação que os levou às conquistas salariais e a vantagens obtidas decorrentes da lei de isonomia, continuarão lutando pela aposentadoria integral, pela erradicação das distorções impostas pelo decreto - em particular a gratificação de produtividade de ensino, e reafirmam os compromissos assumidos com a sociedade brasileira em defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade no Brasil.

Brasília, 26 de julho de 1987
Associações de Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e Redação: Edwiges Rego

Fotografia: Amauri Alves
Diagramação: Vicente Antônio Teixeira de Castro (reg. prof. 15.219)

Ilustração: César Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: José Henrique Sanglard

Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1º Secretário: Hélio de Mattos Alves

1º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

REPRESENTANTES NO CONSELHO CCMN

Instituto de Física

Raphael de Haro Júnior, Oswaldo de Medeiros Ritter (representantes); Sheila Chirola Garcia, Máximo Ferreira da Silveira (suplentes)

Instituto de Geociências

Nelson Ferreira Fernandes (Representante)

Instituto de Matemática

sem conselheiro

Instituto de Química

Marco Antônio F. Faria

Observatório do Valongo

José Augusto Buarque de Nazareth

(representante); Lília Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Prossard Barbosa, Maria Amália Amarante Almeida Magalhães (representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Escola de Belas-Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (representante)

Murilo Mendes Guimarães (suplente)

Faculdade de Letras

Sônia Salomão Khêde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho (suplentes)

Escola de Música

Léo Affonso de Moraes Soares (Representante)

Vanda Lima Bellard Freire (Suplente)

Regina Maria Meirelles Santos (Suplente)

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão, Nilde Teves Ferreira (representantes); Clara Hetmanek Sobral (suplente)

Escola de Comunicação

Kátia Maria de Carvalho Silva (Representante)

Geir Nuffer Campos (Suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lúcia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Azevedo Penna (representantes); Maria da Graça Franco Ferreira Schlicher, Olinto Antônio Pergoraro (suplentes)

Instituto de Psicologia

sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Moscyr Barreto da Silva Júnior, Ionilde Maria de Azevedo (representantes); Paulo Baltazar, Eliane de Azevedo Takche (suplente)

CCJE

Faculdade de Direito

Eiseu Alvares Pujol (representante)

Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Josué de Souza Almeida (Representante)

Almir Pita Freitas Filho (Suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Marília Taffarel e Silva (representante)

Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Escola de Enfermagem

sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (representante)

Ana Maria Somaglia Albino (suplente)

Faculdade de Medicina

Leticia Legay Vermelho (Representante)

Aldo Franklin Ferreira Reis (Representante)

Diana Maul de Carvalho (Representante)

Maria Lúcia Fimentel (Suplente)

Fernando Sérgio Viana Martins (Suplente)

Susie Andries Nogueira (Suplente)

Instituto de Microbiologia

Maria Genoveva Von Hubinger (representante)

Rosa da Glória Brito de Oliveira (suplente)

Instituto de Nutrição

Elizabeth Accioly (Suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy Guisophe Castro Teixeira, Edilson Porangaba Costa (representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (suplentes)

Instituto de Biologia

Deia Maria Ferreira dos Santos (representante)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (representante)

Waldyr Mendes Ramos (suplente)

Instituto de Biofísica

sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (representante)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira (representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Representante: Ezemar Marques de Andrade

Suplente: Aunir José Carneiro

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (representante)

Antônio Filomeno (suplente)

NPPN

sem conselheiro

Escola de Engenharia

Oscar Azevedo, José Luciano de Souza Meneses, Oswaldo Pereira Filho, Carlos Elízio Barral Ferreira (Representantes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Antônio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (representante)

Elizabeth Ernel Monteiro (suplente)

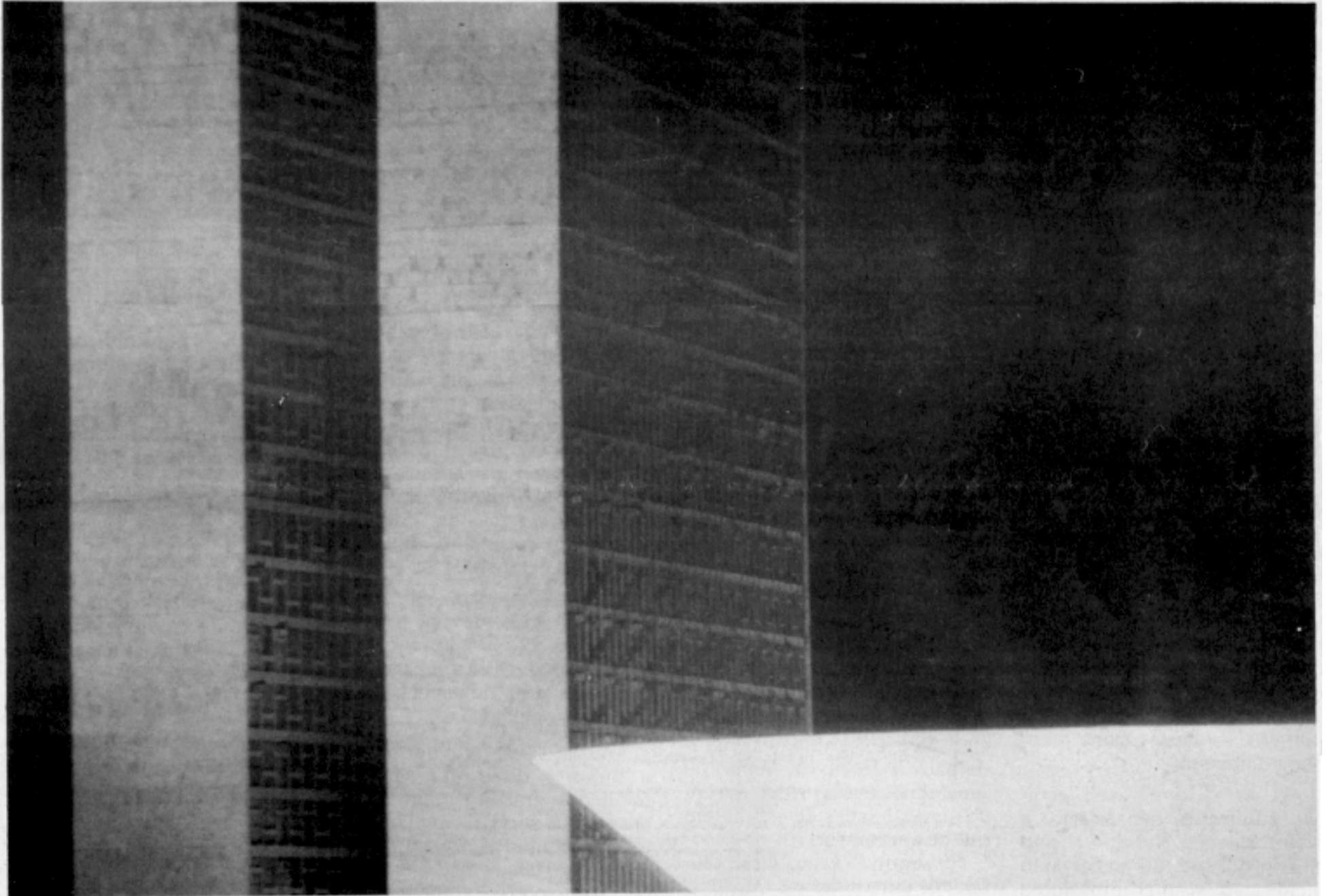
FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

Afrânio Raul Garcia Júnior (suplente)

Fórum de Educação pressiona Congresso Constituinte por teses progressistas

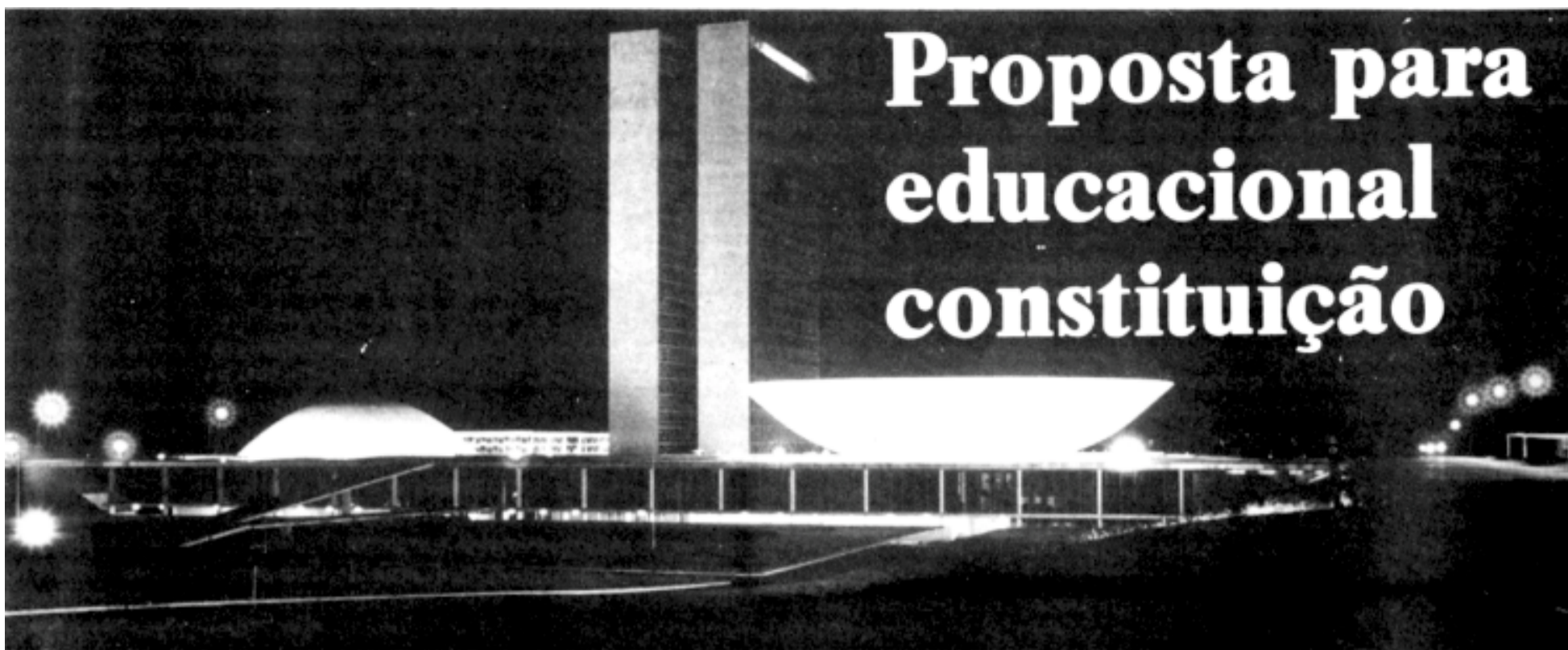


A pressão sobre os constituintes, para que se escreva com teses progressistas sobre educação, ciência e tecnologia a próxima Constituição, é um trabalho árduo, árido. É preciso garimpar as informações, acompanhar debates e votações, examinar relatórios e preparar documentos críticos: - Estar a par do que acontece nos corredores e gabinetes do Congresso Constituinte.

Este é o papel do "Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito", que surgiu como Fórum Nacional de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a partir do CONAD de Curitiba, em outubro do ano passado. "Educação" e "Ciência e Tecnologia" tomaram rumos diferentes, apesar de apresentarem teses-irmãs, na defesa da cidadania plena e da soberania do

país.

O Fórum da Educação reuniu 15 Entidades Gerais, que assinam 21 artigos, acompanhados de observações sobre o Sistema Tributário, do Orçamento e das Finanças e de um artigo de Legislação Complementar. É a "Proposta Educacional para Constituição", aqui publicada.



ART. 01 - A Educação, baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da soberania nacional e do respeito aos direitos humanos, é um dos agentes do desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão da realidade, visando à preparação para o trabalho e à sustentação da vida.

Art. 02 - O ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade é direito de todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

§ único - é dever do Estado o provimento em todo o território nacional de vagas em número suficiente para atender à demanda.

Art. 03 - É livre a manifestação pública de pensamento e de informação. Sobre o ensino e a produção do saber não incidirão quaisquer imposições ou restrições de natureza filosófica, ideológica, religiosa ou política.

§ único - É proibida toda e qualquer forma de censura.

Art. 04 - O ensino de primeiro grau, com oito anos de duração, é obrigatório para todas as crianças a partir de sete anos de idade, visando propiciar formação básica comum indispensável a todos.

§ único - É proibida toda e qualquer forma de censura.

§ 1º - Cabe aos Poderes Públicos a chamada à escola até, no mínimo, 14 anos.

§ 2º - É permitida a matrícula no primeiro grau a partir de seis anos de idade.

§ 3º - O ensino de primeiro grau, público e gratuito, será também garantido aos jovens e adultos que na idade própria a ele não tiveram acesso.

§ 4º - A União assegurará, supletivamente, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, os meios necessários ao cumprimento da obrigatoriedade escolar na forma do **caput** deste artigo.

Art. 05 - O ensino de segundo grau constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos. Visa assegurar formação humanística, científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica em todas modalidades de ensino em que se apresentar.

No segundo grau, serão oferecidos cursos de:

- I. formação geral;
- II. caráter profissionalizante, em que a formação geral seja articulada com formação técnica de qualidade;

III. formação de professores para as séries iniciais do 1º grau e da pré-escola.

Art. 06 - As instituições de ensino e pesquisa brasileiras devem ter garantido um padrão de qualidade indispensável para que sejam capazes de cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das con-

dições de vida, trabalho e participação da população brasileira.

§ 1º - As Instituições de Ensino Superior terão plenamente garantida sua autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira.

§ 2º - As Instituições de Ensino Superior brasileiras serão necessariamente orientadas pelo princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 07 - A formação, mediante estágios, deverá propiciar condições de aprendizagem condignas e compatíveis com cada área de especialização, na forma da lei.

Art. 08 - O Estado garantirá a todos o direito ao ensino público e gratuito através de programas sociais, devidamente orçamentados no seu setor específico, tais como:

I. transporte, alimentação, material escolar e serviço médico-odontológico nas creches, pré-escolas e escolas de 1º grau;

II. bolsas de estudo a estudantes matriculados na rede oficial pública, quando a simples gratuidade não permitir que continuem seu aprendizado.

Art. 09 - Inclui-se na responsabilidade do Estado, na forma do artigo 01:

I. A oferta de creches para crianças de zero a três anos e ensino pré-escolar dos quatro aos seis anos;

II. A garantia de educação especializada para os portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais em qualquer idade.

Art. 10 - O ensino, em qualquer

nível, será obrigatoriamente ministrado na língua portuguesa, sendo assegurado aos indígenas o ensino também em sua língua nativa.

Art. 11 - Anualmente a União aplicará nunca menos de 13%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita tributária, exclusivamente na manutenção e desenvolvimento dos sistemas oficiais de ensino, na forma da lei.

§ 1º - Para fins desse artigo excluem-se as escolas e centros de treinamento destinados a fins específicos e subordinados a Ministérios, Secretarias e empresas públicas, que não o Ministério da Educação.

§ 2º - É vedada a transferência de recursos públicos a estabelecimentos educacionais que não integram os sistemas oficiais de ensino.

Art. 12 - Serão criados mecanismos de controle democrático da arrecadação e utilização dos recursos destinados à Educação, assegurada a participação de estudante, professores, funcionários, pais de alunos e representantes da comunidade científica e entidades da classe trabalhadora.

Art. 13 - As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a recolher a contribuição do salário educação, na forma da lei.

§ único - Os recursos do salário-educação destinam-se exclusivamente ao desenvolvimento do ensino público oficial de 1º grau,

vedado seu emprego para qualquer outro fim.

Art. 14 - Anualmente a União aplicará nunca menos de 2% do valor do Produto Interno Bruto em atividades de pesquisa científica e tecnológica desenvolvida no país.

Art. 15 - O Estado autorizará a existência de escolas particulares, desde que não recebam verbas públicas, que estejam organizadas segundo padrões de qualidade e que sejam subordinadas às normas ordenadoras da educação nacional.

§ 1º - A existência de escolas privadas estará condicionada à observância daquelas normas, à garantia aos professores e funcionários da estabilidade no emprego, de remuneração adequada, de carreira docente e técnico-funcional e da participação de alunos, professores, e funcionários nos organismos de deliberação da instituição, bem como a garantia de que a constituição sustentará econômica e financeiramente o funcionamento da escola.

§ 2º - Cabe aos Poderes Públicos assegurar, através da fiscalização, a observância permanente dessas normas e condições, sob pena de suspensão da autorização para o funcionamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, na forma da lei.

§ 3º - Os estabelecimentos de ensino privado, em funcionamento na data de promulgação deste Ato, deverão ajustar-se aos dispositivos legais ou terão sua autorização de funcionamento suspensa, na forma da lei.

Art. 16 - Compete à União, elaborar o Plano Nacional de Educação, prevendo a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 17 - A lei regulamentará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino e a participação da União com vistas a assegurar padrões de qualidade, na forma do art. 1º.

Art. 18 - A lei regulamentará a participação da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora em organismos democraticamente constituídos para a definição e o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal).

Art. 19 - A gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira de todas as instituições de ensino de todos os organismos públicos e das instituições de pesquisa, além de todos os organis-

mos públicos de financiamento de atividades de pesquisa, extensão, aperfeiçoamento de pessoal docente e desenvolvimento científico e tecnológico, deverá ser democrática, conforme critérios públicos e transparentes.

§ 1º - As funções de direção e coordenação nas instituições de pesquisa serão preenchidas através de eleições pela comunidade da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os segmentos dessa comunidade.

§ 2º - A produção, a seleção, a edição, e a distribuição de material didático sob a responsabilidade do poder público devem ser submetidas ao controle social e democrático da comunidade, garantindo-se a representatividade dos diferentes pontos de vista, respeitadas as especificidades regionais e culturais.

Art. 20 - As normas de funcionamento e supervisão do ensino, fixadas em lei, visarão assegurar padrões de qualidade, na forma do artigo 01.

Art. 21 - A lei estabelecerá em nível nacional princípios básicos das carreiras do magistério público para os diferentes níveis de ensino, assegurando:

I. provimento de cargos e funções mediante concurso público de títulos e provas;

II. salário e condições dignos de trabalho e aperfeiçoamento profissional;

III. estabilidade no emprego, seja qual for o regime jurídico;

IV. aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço;

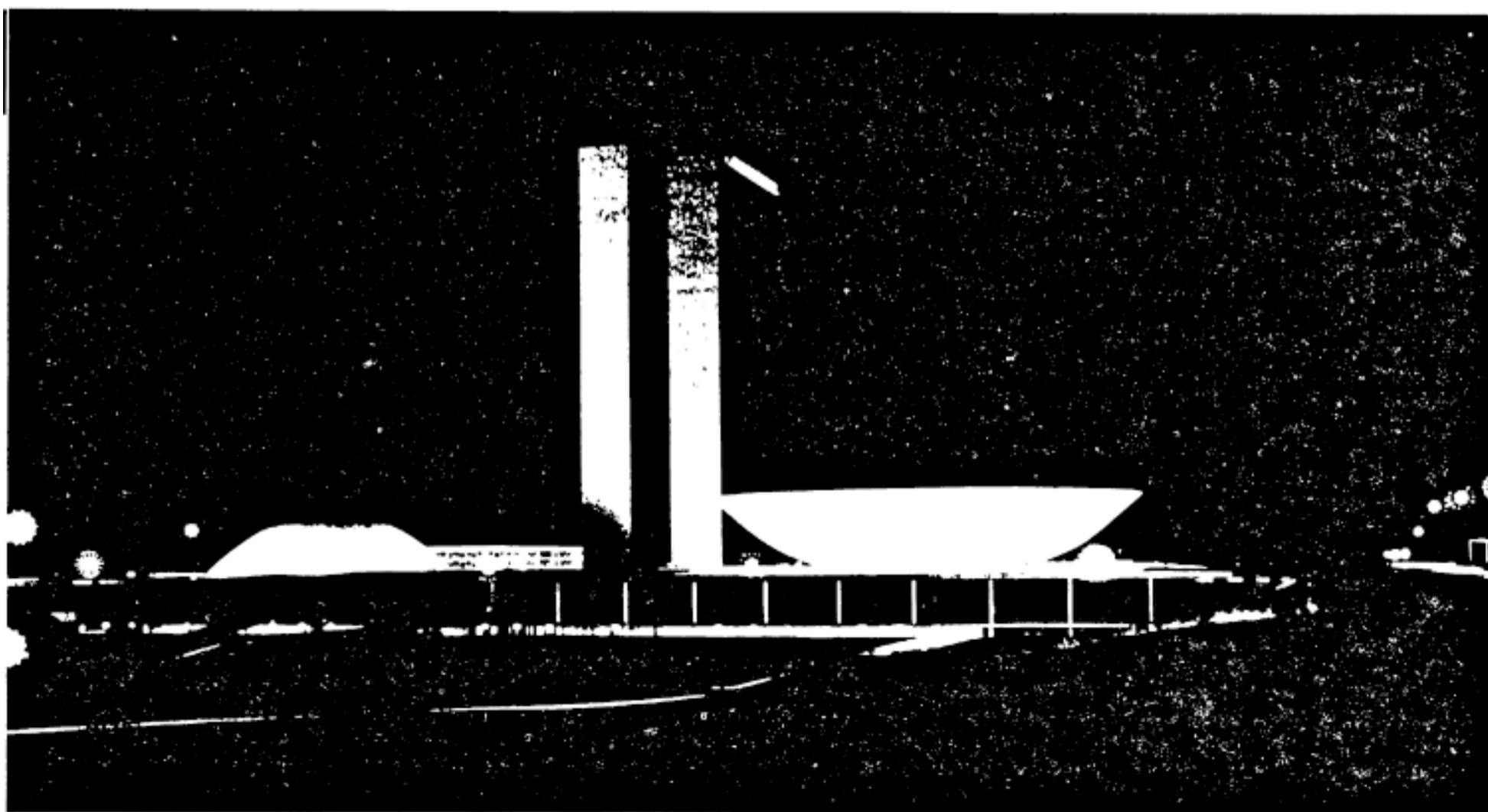
V. direito irrestrito à sindicalização;

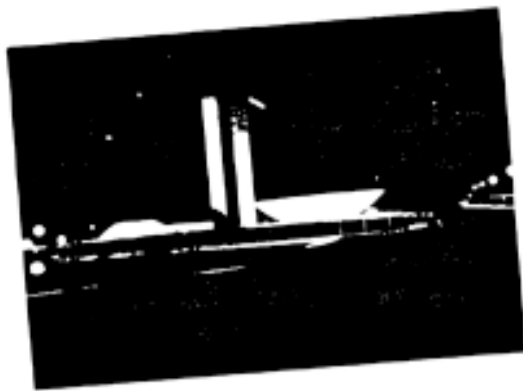
VI. condições para a elaboração e aplicação do estatuto do magistério municipal em todos os municípios que não cumprirem o estabelecido serão punidos na forma da lei.

Do Sistema Tributário, do Orçamento e das Finanças

Art. I - Integram a receita de impostos dos Estados, Distrito Federal e Municípios os tributos diretamente arrecadados, bem como aqueles que lhes forem transferidos nos termos da Lei.

Art. II - Os estabelecimentos privados de ensino não serão beneficiados por isenção fiscal de qualquer natureza, ficando sujeitos aos mesmos impostos que incidam sobre as atividades das demais empresas privadas.





Art. III - Os valores das receitas e das despesas dos Poderes Constituídos das esferas federal, estadual e municipal serão de domínio pú-

blico no que respeita às suas diversas origens e finalidades, modos de arrecadação e formas de emprego.

Da Legislação Complementar:

Art. I - A legislação complementar estabelecerá sanções para os casos de violação dos mandamentos Constitucionais.

Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito:

Ande - Associação Nacional de Edu-

cação

Andes - Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior

Anpae - Associação Nacional de Profissionais de Administração e Educação

CPB - Confederação de Professores do Brasil

Cedes - Centro de Estudos Educação e Sociedade

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Fasubra - Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Seaf - Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas

Ubes - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

Une - União Nacional dos Estudantes.

A ANDES espera conseguir um milhão de assinaturas a favor da Tese do Ensino Público e Gratuito em todos os níveis

COMO evitar lobbys conservadores, como do ensino privado ou dos latifundiários (leia-se União Democrática Ruralista, UDR)? Para as entidades do Fórum de Educação, a resposta é que só a pressão popular levará a uma Constituição popular.

Isto vem sendo tentado em vários níveis: na mobilização para manifestações de rua, como a realizada em 17 de julho, DIA NACIONAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE, até as propostas de dispositivos constitucionais populares, emendas com o mínimo de 30 mil assinaturas, em que as teses progressistas são defendidas. Cada cidadão e cada entidade pode apoiar três teses. Além **Ensino Público e Gratuito**, a ANDES apoia a **Democratização dos Meios de Comunicação e a Participação Popular**.

Democratização dos Meios de Comunicação e a Participação Popular.

Expectativas. Para o professor Ildeu de Castro, vice-presidente da Regional - Rio da Andes, vale a pressão popular. Se ela ocorrer, parlamentares de centro poderão acolher com mais simpatia teses de difícil acesso entre os mais conservadores.

- Precisamos fazer pressão sobre as bases eleitorais destes constituintes que tendem a ir contra as teses populares. Ir ao Congresso, conversar e apresentar teses é pouco. O trabalho do Fórum de Educação não pode ser esgotar aí. É hora de ir para as ruas mostrar que aqueles que votarem contra o povo jamais serão reeleitos. Ildeu lembra que as eleições paralelas

às de Governadores esvaziaram o debate sobre as novas normas constitucionais do país após a transição.

- Começou errado: ao invés de uma Assembléia Constituinte, independente e soberana, temos um Congresso Constituinte, vulnerável às pressões do Executivo. Só com o povo nas ruas, isto será corrigido concluiu.

Quanto ao **Movimento de Ciência e Tecnologia na Constituinte para o Desenvolvimento Social**, a Andes participou da Comissão Organizadora do Encontro nos dias 6 e 7 de abril, em Brasília -, onde discutiu-se o documento entregue mais tarde à **Subcomissão da Comunicação, da Ciência e da Tecnologia**.

Muito do trabalho do Fórum ocorreu

durante a elaboração de emendas ao ante-projeto do relator da Subcomissão de Educação, senador João Calmon (PMDB-ES), após 20 de maio. Muitos parlamentares acolheram teses e emendas, entre eles: Florestan Fernandes (PL-SP), Hermes Zaneti (Presidente da Subcomissão, PMDB-RS), Otávio Elísio (PMDB-GO), Gumercindo Milhoen (PT-SP), Cristina Tavares (PMDB-PE), Haroldo Saboia (PMDB-MA), Lidice da Mata (PC do B, BA) e Aldo Arantes (PC do B, GO). Antes, entre 23 e 30 de maio, porém, as entidades representadas no Fórum de Educação compareceram às audiências públicas da subcomissão. O Presidente da Andes, Newton Lima Neto, foi ouvido no dia 23, quando a **plataforma Educacional para a Constituinte** foi entregue aos parlamentares para exame após a votação do anteprojeto pela subcomissão, a avaliação da Andes do trabalho do Fórum era positiva, já que teses como o percentual mínimo da receita tributária vinculada ao ensino - 18%, no texto da subcomissão - fora aprovado.

Pela reconstrução do País

A falta de credibilidade do atual governo é uma tendência. O próprio governo construiu, passo a passo, o retrato da crise que representa. Compromissos não foram cumpridos. Promessas feitas e esquecidas. Algumas leis de exceção usadas sem cerimônia. O decreto-lei é ainda forma habitual de legislar. Há censura. O SNI e toda a estrutura policial continuam ativados. Líderes sindicais são presos com base na "Lei de Segurança Nacional". Pacotes econômicos são gerados e abortados por iniciativa e

interesse de setores conservadores da sociedade e para atender as pressões externas. Hoje, já não há pacote que resgate a credibilidade perdida no malogro do Plano Cruzado I e na sua manipulação eleitoral em novembro passado.

O processo constituinte em curso realiza-se num contexto político em que tendências conceituais diversas e contraditórias tentam imprimir suas marcas na Carta Magna. Já não há tanta nitidez sobre quem é o inimigo como havia nos tempos do regime militar.

Hoje, o arbítrio é sem dúvida disfarçado. Há políticos que pensam e agem como coronéis e generais vestindo roupas civis. Os fatos revelam o que a retórica tenta negar: a chamada transição democrática que vivemos, de caráter predominantemente conservador, tenta manter seus privilégios e evitar o avanço de propostas progressistas na constituinte. O governo a cada dia está mais identificado com os setores retrógrados da sociedade. A saída da crise passa hoje, necessariamente, pela legitimidade das urnas. De nada adiantarão

novas medidas econômicas ou reformas de caráter social sem um governo capaz de executá-las. A campanha por eleições diretas forjada junto à participação popular na e pela Constituinte, apesar de eleger representantes e preencher cargos para a administração, mas de construir, ao mesmo tempo, um novo projeto para o país. Tal projeto, é claro, não se concretizará espontaneamente. Cabe assumir este desafio. Eleições diretas, mais que uma palavra de ordem, é uma via necessária para a reconstrução do país!

Cérebros vazios e bolsos cheios

Paulo Canedo de Magalhães

NESSE momento em que a UFRJ, através dos seus Conselhos Superiores, decidiu implantar seu próprio Vestibular fora do chamado Vestibular Unificado do Rio de Janeiro, é importante que não se perca de vista o sistema educacional brasileiro como um todo, que hoje coloca nos bancos universitários um alunado despreparado para o exercício de suas atividades no aprendizado de nível superior.

Nos últimos vinte anos, as pressões econômica e social impostas pelo sistema esmagaram as mais otimistas perspectivas de ascensão dentro de nossa sociedade. Como "alternativa", foi criada uma expectativa de maior sucesso para a nova geração, de modo a sufocar um pessimismo generalizado, permitindo de forma artificial o ingresso dos jovens nas universidades. Uma tentativa de possibilitar aos pais projetaram nos filhos suas ambições desmanteladas por um sistema injusto concentrador de riquezas e de oportunidades.

Como o objetivo não era exatamente um esquema educacional eficiente, não houve investimentos governamentais no setor para uma voraz comercialização lucrativa, sem preocupações maiores com a qualidade.

Os anos 70 foram pródigos em aberturas desorientadas de escolas secundárias privadas que cresceram em seguida para o nível superior, formando a chamada indústria do ensino, e possibilitando o governo a se ausentar impávido do compromisso de estabelecer o padrão desejado de Educação.

A ausência da régua medidora de qualidade da Educação, nos vários níveis, era mais um estímulo à indústria do ensino desenvolver-se, num verdadeiro comportamento de engodo à sociedade. Estava sendo mais fácil obter diplomas, apesar do custo, sem que isso significasse Educação. Um sistema autógrafo, uma vez

que a cada dia a facilidade era conseguida com a mediocridade do sistema e não com aprimoramento educacional do povo.

E como fica a universidade sem que haja o suporte básico de aprendizado?

É determinante que seja restabelecida uma vigorosa ação estatal controladora da qualidade do ensino de 2º grau, seja por indução provocada por estabelecimentos estatais de ensino de qualidade inequívoca, que outrora constituíam-se em referenciais, seja por ações fiscalizadoras.

Dessas medidas dependem todo o atual projeto de desenvolvimento social e econômico do país. Não só as universidades delas dependem, mas também a possibilidade real dos menos favorecidos poderem concretizar suas almejadas ascensões dentro da sociedade, num contínuo alargamento de perspectivas e oportunidades.

Como pode a universidade brasileira desempenhar plenamente seu papel se a ela chegam jovens absolutamente despreparados?

Senão vejamos o caso dos aprovados na UFRJ pelo vestibular de 1985. Foram 4.093 estudantes que, após toda a maratona acontecida num centro como o Rio, conseguiram aprovação na respeitada e ambicionada Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das melhores do país. Se dessa população vitoriosa retirarmos os 10% melhores e piores, que estariam nos extremos de uma análise quantitativa, pode-se observar o desalentador resultado obtido em provas como a de física cujas notas variaram entre 15/100 e 48/100, estando a moda ao redor de 23/100. Similarmente, a prova de matemática levou a resultados variando entre 15/100 e 63/100, com moda perto de 20/100.

Vale ressaltar que esses números não estão escamoteando uma análise que engloba um

contingente de estudantes que "não gostam" de física ou matemática, pois dos 100 alunos aprovados para o Instituto de Física, os 80 centrais tiveram notas variando entre 20/100 e 55/100, com a moda perto de 33/100. Aqueles que se habilitaram à magistratura de matemática de 2º grau, na Faculdade de Educação, tiveram suas notas de matemática variando entre 15/100 e 33/100, com a moda ao redor de 20/100.

Que tal o vestibular para o curso de história, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, cujos aprovados na prova de história tiveram uma moda perto de 55/100? Ou o curso de Letras/Português-Literatura, onde a moda da prova de português foi de 53/100?

O mesmo fato aparece na prova de física dos alunos aprovados para as engenharias e medicina. As notas dos 80% centrais variaram entre 33/100 e 60/100, com moda em 40/100 e entre 33/100 e 58/100 com moda em 45/100 respectivamente.

Um pouco pior está o curso de arquitetura, cujos alunos apresentaram notas entre 18/100 e 43/100, com moda em 23/100 na prova classificatória de física.

Em 1986, viu-se uma repetição qualitativa do quadro exposto. Uma constatação de um quadro lamentável para o ensino brasileiro, uma perigosa realidade para nossos jovens.

É razoável que a aprovação de um candidato no nível superior possa se dar dessa maneira?

Considerando que não foram ocasionalmente difíceis as provas de vestibular nestes dois últimos anos, saltam-nos aos olhos pelo menos dois pontos para reflexão. Primeiramente, fica comprovado o agastado estado do curso secundário brasileiro. Em segundo lugar, observa-se a ilegitimidade do processo puramente classificatório do Vestibular

Unificado. Não faltam lugares nas salas de aula nem docentes na UFRJ, mas há que se ter seriedade nesse preenchimento.

A decisão tomada pela UFRJ de alterar as regras de seu vestibular é politicamente correta, à medida que, se implantada com êxito, contribuirá para a ruptura desse processo nocivo no Estado do Rio de Janeiro.

Cabe, no entanto, uma certa apreensão quanto à aplicabilidade da nova metodologia em 1987, uma vez que a UFRJ, já de há muito, não está envolvida com a responsabilidade da condução dessa tarefa, e a deliberação de fazê-la foi finalmente tomada muito recentemente (19/06/87).

Estão os Centros da UFRJ preparados, motivados e compromissados com a realização do vestibular por sua conta e risco? Temos condições de preparar, aplicar, corrigir, rever e classificar nas dezenas de milhares de provas de forma organizada e garantindo o sigilo?

A partida do processo foi dada agora e o vestibular está chegando. Os prazos são muito curtos e o engajamento das pessoas e das unidades da UFRJ parece ser tênue.

Basicamente a UFRJ é capaz de executar tão árdua tarefa com sucesso, mas urge a elaboração de debates, discussões e cronogramas na procura de motivação e compromisso de toda a comunidade da UFRJ para com o sucesso do empreendimento.

Não devemos correr o risco de a sociedade acabar preferindo o pernicioso esquema Cesgranrio por falha de condução do processo do vestibular 87/88 na UFRJ. Uma eventual falha será explorada pelos interesses da indústria do ensino ou por aqueles que se antagonizam ao ensino público no país.

Paulo Canedo de Magalhães
Professor da COPPE/UFRJ

CONVOCAÇÃO
GREVE GERAL
20 DE AGOSTO

UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Verbas públicas para quem ? e para quê ?

Cláudio Miguel Avila

UNIVERSIDADE, Sociedade e Estado apresentam relações que muitas vezes não são explicitadas nos discursos oficiais ou mesmo são muito distantes daquelas veiculadas. A universidade existe e cumpre um papel. Desvendar as linhas mestras das políticas governamentais que orientam e imprimem os rumos dos compromissos das Universidade é fundamental para que possamos, enquanto forças contra-hegemônicas, lutar pela transformação de seus possíveis papéis. A Universidade não é uma sociedade miniaturizada. Sua estrutura, seus compromissos, as tensões e contradições que surgem em seu seio são de uma natureza particular.

Entretanto, inúmeras das contradições presentes nas relações Sociedade-Estado, são, também aqui, identificadas. As relações sociais e econômicas deixam suas fortes marcas. Embora hajam variáveis previstas, aleatórias e mesmo indeterminadas - que modificam a transmissão à Universidade dos anseios do governo e/ou da sociedade, a Universidade não é uma ilha, ainda que a nossa se situe no Fundão.

A análise da nossa história pode identificar pelo menos três modelos econômicos marcantes: modelo agrário-exportador dependente (até 1930), modelo nacional-desenvolvimentista autônomo (1930 a 1950) e modelo de desenvolvimento associado-dependente. Os vínculos e os compromissos sociais da Universidade Brasileira variaram de acordo com tais modelos econômicos. Não analisaremos aqui a evolução da educação superior



brasileira. Nossa preocupação se prenderá ao último período (de aproximadamente 30 anos). Ele se caracteriza pela superação da contradição anteriormente existente entre modelos econômico político. O discurso governamental, após 1964, reafirma a inserção do Brasil no mundo. Substitui a ideologia do desenvolvimento autônomo pela ideologia da interdependência e da solidariedade ao bloco capitalista internacional e tenta submeter a Universidade a um modelo dependente, concentrador de riquezas e poder, modernizante, tecnicista, politicamente fechado e repressor. Surge toda uma legislação de exceção onde os direitos individuais e as possibilidades de organização social são cerceados. A Reforma Universitária consubstancia-se através da Lei 5540 de 28 de novembro de 1968 e do Decreto-Lei nº 464 de 11 de fevereiro de 1969. Por trás dessa legislação, além da busca da racionalização administrativa e da modernização da Universidade, havia a visão da educação como fenômeno isolado do resto do contexto social e político. A razão política deveria ser substituída pela razão técnica, a consciência crítica pela consciência ingênua: "Os professores existem para ensinar; os alunos, para aprender". A base da racionalidade administrativa acabou servindo para reforçar o controle externo da Universidade pelos órgãos da administração

federal. O cerceamento político e o controle externo intimidaram a comunidade universitária e reforçaram a centralização do poder em mãos de grupos conservadores, alguns inteiramente subservientes ao poder central. Essa Universidade submeteu-se a poderes autoritários e arbitrários internos e externos, submeteu-se à absoluta dominação que controlava desde a alocação de recursos e sua destinação até a escolha dos dirigentes e mesmo de funcionários e docentes. Essa Universidade submeteu-se a um poder que manipulava verbas e consciências, que tinha como importantes critérios de qualificação de pessoal - fosse príncipe ou escriba - grau de parentesco e a certidão ideológica. Muitas das contradições assimiladas nesse processo histórico ainda não foram superadas. A luta por verbas para educação, o aumento do número de vagas e a democratização representou, naquele momento histórico, uma resposta contra-hegemônica. O aumento do número de vagas atendia àquela visão tecnicista da política governamental. A rede do ensino superior cresceu, é verdade, só que basicamente a custa do ensino privado. Atualmente, a rede privada de ensino superior brasileiro, formada por Universidades e escolas, detêm mais de 70% do total de matrículas. O crescimento do ensino privado fez-se graças ao aumento da

demanda, mas também em função de estímulos governamentais. Recursos públicos foram e continuam sendo ali alocados, usualmente através de mecanismos que não o orçamentário - empréstimos, isenção de impostos, recursos para crédito educativo, para pesquisa e capacitação docente e até mesmo certos subsídios diretos. Tais instituições privadas vêm reivindicando verbas do MEC (Já até falaram em algo em torno de 30% do seu orçamento). Justificam tal reivindicação com inúmeros argumentos que convergem para o conceito de instituição privada prestadora de serviços comunitários. Tentam superar a questão Pública X Privado apelando para o caráter social dos serviços prestados. Querem garantir a superação de uma situação conjuntural difícil pela socialização de seus alegados prejuízos e busca de novos e inaceitáveis privilégios. Tentam, através de um grande lobby, imprimir na Nova Constituição Brasileira sua visão sobre a questão educacional. Ganham grandes espaços na imprensa e muitos advogados de defesa: jornalistas, pseudo-educadores, políticos e tantos outros a soldo de uma ideologia que tenta preservar as atuais relações de poder e tudo fazem para evitar transformações culturais, políticas, sociais, econômicas. A tática usada muda a cada momento. Falam em liberdade de escolha. Tentam injetar recursos públicos no ensino privado e privatizar o ensino público. Desqualificando os papéis da Universidade Pública, fazem crer à sociedade que a relação custo/benefício no ensino público é perversa e que as verbas lá aplicadas teriam utilização inadequada. Escamoteiam a realidade não esclarecendo que os serviços prestados pelo ensino privado superior são, via de regra, de baixa qualidade; que seus cursos são

menos formativas que informativos; que o compromisso dos docentes ali atuantes restringe-se à atividade aula, que a pesquisa raramente se inclui na formação discente ou mesmo na atuação docente, que os gastos para a viabilização dos cursos são minimizados a níveis contraproducentes e que a participação da comunidade na gestão universitária é mínima ou nula. Não podemos assistir silentes a alocação de verbas públicas para o ensino privado. Tal prática, mesmo quando privilegia Universidades consideradas como centros de bom padrão no ensino e na pesquisa, vai, na realidade, abrir uma brecha para que outras instituições privadas de ensino superior, mesmo sem bom padrão de qualidade, reivindicuem o mesmo tratamento. Tais verbas poderiam, por outro lado, permitir que tais instituições liberem recursos para ampliar áreas de maior lucratividade e menor compromisso social. A luta por verbas para o ensino público tem que ser constante. Queremos tornar a Educação prioridade nacional. Os recursos aplicados em Educação devem ser considerados como investimento e não como “despesa a título perdido”. É necessário garantir o crescimento progressivo da rede pública de ensino em todos os seus níveis. Mas não é bastante a alocação de recursos para a universidade pública. A própria visão do papel da Universidade deve ganhar cores novas. Entre suas funções clássicas, ela abriga o saber erudito, forma docentes, treina profissionais, presta serviços à comunidade e

forma ideólogos das classes média e dominante. Mas ela também deve criar conhecimento e despertar consciências. Ela deve refletir sobre a realidade e apresentar alternativas técnicas e políticas para a transformação da sociedade. Não é suficiente que ela seja modernizadora. Deve ser transformadora, reflexiva, criativa. Precisa ampliar seus compromissos com a sociedade. O bem público tem que ser gerido publicamente e tem que ter uma destinação pública. Não queremos uma Universidade reprodutora da ideologia de dominação da sociedade capitalista. Queremos uma Universidade e um Estado em que possamos ter um controle público dos investimentos. É necessário que a utilização das verbas públicas sejam transparentes. Transparência e democratização caminham juntas, sendo porém distintas. A questão da democratização da Universidade passa pela escolha de seus dirigentes, mas não se encerra aí: a participação coletiva na gestão pública deve ser viabilizada. A questão do poder acadêmico tem que ser também colocada. As relações entre docentes, funcionários e alunos são, em inúmeras circunstâncias, relações assimétricas. Aspectos técnicos não podem mascarar o político. Aspectos burocráticos não podem turvar a transparência político-administrativa ou substituir critérios funcionais de avaliação e controle. A democratização na Universidade Pública apenas se inicia e já apresenta algumas destas distorções. A Universidade deve ser um espa-

ço onde competência acadêmica, competência política e compromisso social sejam vertentes integradas de um mesmo fazer. Se na Universidade Pública geram-se distorções e sobrevivem contradições acumuladas ao longo dos anos, nas escolas privadas, o que ainda existe são, via de regra, aquelas relações centralizadoras e arbitrarias. O nepotismo e a intimidação. Não há a menor participação dos docentes, funcionários ou alunos na gestão do recursos da instituição. O próprio governo federal, apesar de possuir alguns instrumentos legais que poderiam interferir na regulação de certas relações de poder, não tem o menor interesse em assim proceder. A rede de poder nas mantenedoras das instituições privadas alcança o congresso Federal de Educação, o MEC, o Congresso Nacional. Crer que a alocação de verbas públicas no ensino privado, mesmo através da vinculação daqueles recursos a projetos específicos de pesquisa e extensão, ainda que sob controle da comunidade universitária poderia levar a desprivatização progressiva da universidade particular, é desconhecer a história da educação brasileira. É não ver o poder econômico e político daquelas instituições e supervalorizar a capacidade docente hoje. Não somos contra a existência da rede privada de ensino. Somos, sim, a favor do ensino público e gratuito em todos os níveis. Somos a favor do crescimento progressivo da rede pública e da

democratização do acesso a ela. O ensino privado pode existir como uma opção democrática de grupos da sociedade que tenham uma determinada ideologia e queiram subvencionar, com os seus próprios recursos, essa ideologia. Mesmo assim, essa opção tem que ser limitada por princípios gerais éticos, políticos e econômicos. A Universidade Pública Brasileira ainda tem uma infra-estrutura precária, uma democratização incipiente, má remuneração de seu corpo de docentes e funcionários, baixa produção intelectual e um produto terminal de qualidade pelo menos questionável. A “Universidade Pública Brasileira” ainda está por ser feita. Não podemos permitir que a transformem numa escola de 3º grau nem que a privatizem. Qualquer visão analítica simplista corre o risco de fixar a realidade em reduções que perdem o contato com o real e podem deixar de ser identificadas como relacionadas à imagem e ao objeto original. Falar em mais verbas para o ensino público, em verbas públicas para o ensino público, em gestão pública do bem público é resgatar a prioridade que a educação deve ter sem perder a visão de responsabilidade social. Só se construirá o futuro investindo na Educação. “Só com a escola pública se pode defender o ensino democrático em nosso país.”

Cláudio Miguel Ávila
Professor Assistente –
Departamento de Patologia/
UFRJ

- ADUFRJ -
ELEIÇÃO EM SETEMBRO
DÍAS 28, 29 E 30

Proposta relativa à Ciência e Tecnologia na Nova Constituição

ART. 1 A União, juntamente com os Estados, Territórios, Distrito Federal e os Municípios, promoverá o desenvolvimento tecnológico do país, das ciências básicas, naturais e sociais, difundirá os conhecimentos científicos e tecnológicos e zelará pelo acervo gerado pelas instituições de pesquisa com o objetivo de garantir o conhecimento da nossa realidade, a autonomia tecnológica, o desenvolvimento econômico e as condições de vida e trabalho da população.

§ 1º A União tomará medidas para que, anualmente, os investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia corresponderá à, no mínimo, 2% do produto interno bruto, garantido para tal:

I - Não menos que 5% do orçamento fiscal da União sejam aplicados, anualmente, em ciência e tecnologia, com destinação exclusiva para o setor público e gestão com a participação da comunidade científica e tecnológica e da sociedade civil.

II - Não menos que 1% do faturamento das empresas vinculadas à União seja destinado à pesquisa e desenvolvimento, com destinação exclusiva para o setor público e gestão com a participação da comunidade científica e tecnológica e da sociedade civil.

§ 2º A Universidade e demais instituições públicas de pesquisa devem ser parte integrante do processo de formulação da política científica e tecnológica e agentes primordiais desta política, que será elaborada pelo Congresso Nacional.

Art. 2 O mercado interno integra o patrimônio da Nação e sua ocupação conforme definição em Lei será orientada pela busca da autonomia tecnológica nacional e da melhoria das condições de vida e trabalho da população.

§ 1º Para atingir os objetivos deste artigo, a Lei ao disciplinar a ati-

vidade econômica, disporá sobre os investimentos privados e públicos, podendo condicionar ou limitar investimentos de pessoa física e empresas estrangeiras e estabelecer áreas de reserva de mercado para empresas cujo controle acionário e as direções administrativas e tecnológica sejam nacionais.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, e os Municípios, bem como as empresas a eles vinculadas, usarão seu poder de compra para promover a aquisição de bens e serviço às empresas cujo controle acionário e as direções administrativa e tecnológica sejam nacionais.

Art. 3 É garantido a liberdade de pesquisa científica, sempre que seus resultados sejam de domínio público.

Art. 4 Fica assegurado o controle social das aplicações da tecnologia.

§ 1º As organizações dos trabalhadores envolvidos terão garantia de participação nas decisões relativas à transformações tecnológicas no processo produtivo.

§ 2º A política tecnológica tomará como princípio o aproveitamento não predatório, a preservação e a recuperação do meio ambiente, bem como o respeito aos valores culturais da comunidade.

§ 3º A implantação ou expansão de sistemas tecnológicos de impacto social e econômico, preservados os direitos das nações indígenas, devem ser objeto de consulta à sociedade através de mecanismos que a Lei definirá.

§ 4º O Estado garantirá a criação de organismos especiais controlados pela sociedade civil e mantidos pelo poder público, capazes para, de modo independente, gerar e fornecer dados e informações sobre a implantação ou expansão dos sistemas tecnológicos tratados no parágrafo anterior.

§ 5º A política científica deverá

proteger o patrimônio paleontológico, arqueológico e histórico, ouvidas as sociedades científicas e também preservar e garantir o livre acesso à documentação histórica.

Art. 5 Os serviços de telecomunicação, lançamento e operação de sistemas espaciais, coleta e difusão de informações meteorológicas serão objeto de contínuo aperfeiçoamento tecnológico e estarão sob controle estatal.

Art. 6 São vedados a produção, a construção, o armazenamento e o transporte em território nacional de armas nucleares, químicas, biológicas e outras de igual efeito devastador.

Art. 7 A União deve assegurar a produção, divulgação e livre acesso de dados e informações necessárias ao pleno exercício da cidadania.

§ 1º As instituições encarregadas pelo poder público da coleta de dados e produção de índices serão submetidas à fiscalização e controle do poder legislativo e de entidades representativas da sociedade civil.

§ 2º Fica assegurado o acesso público às fontes primárias, metodologias de cálculo, estatísticas e dados necessários ao conhecimento da realidade social, econômica e territorial do país de que disponham a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º É vedada a transferência de informações para centrais estrangeiras de armazenamento e processamento de dados salvo nos casos previstos em tratados e convenções com cláusula de reciprocidade.

Art. 8 Dos direitos e garantias individuais.

§ 1º Todos os cidadãos, mediante o instituto do "habeas data", tem direito de tomar conhecimento do que constar a seu respeito de registros, públicos e privados, e do

fim a que se destinará, podendo exigir a verificação dos dados e sua atualização.

§ 2º A legislação ordinária fixará regimes especiais de prioridade para preservar a produção intelectual de inovações tecnológicas, tais como sistemas e programas de processamento de dados, genes e outros tipos de inovações que assim exijam.

§ 3º Aos autores de obras técnicas, literárias, científicas ou artísticas pertence o direito autoral de utilizá-las.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes)
- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)
- Federação Nacional dos Arquitetos (FNA)
- Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)

COMISSÃO DE COMPATIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica Industrial
- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
- Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte
- Fundação Oswaldo Cruz
- Federação Nacional dos Arquitetos
- Federação Nacional dos Engenheiros
- Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro
- Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo

Duas opiniões sobre a Constituinte :

● CIÊNCIA E TECNOLOGIA

HÁ quatro pontos fundamentais que encontram largo apoio na comunidade científica:

1. O Estado deve apoiar a pesquisa científica. Para o desenvolvimento da tecnologia devem ser previstas na Constituição formas de proteção que permitam o estabelecimento da reserva de mercado. A área da informática é um exemplo que se considera importante e que precisa ser ampliado para outros casos;

2. Considerar o território nacional como patrimônio da nação. Como território nacional entendem-se solo, subsolo, espaço aéreo, tudo, pela defesa do patrimônio mineral e do patrimônio genético que representa a variedade da flora e da fauna. Deve haver um reconhecimento desse patrimônio de sementes e defendê-lo explicitamente na Carta. Como exemplo, temos que 70% das espécies vegetais do planeta estão em regiões tropicais, dos quais 50%, no Brasil;

3. Absoluta garantia na Carta Constitucional do acesso aos dados significativos das instituições do governo para compreensão da realidade, como os dados sobre a contaminação na região de Angra. E, obviamente, o acesso à metodologia dos cálculos;

4. Proibição da fabricação de armas nucleares, tese que já conta com um abaixo-assinado com 35 mil assinaturas.

No geral, são as reivindicações de sempre: liberdade para a pesquisa científica, controle social das aplicações tecnológicas, de modo a garantir os direitos dos trabalhadores e da população.

Sobre as dificuldades, a primeira foi a extrema polarização na subcomissão sobre questões ligadas a interesses específicos de alguns constituintes que procuravam - e procuram - manter os privilégios do sistema de concessões, principalmente na área de telecomunicação. Assim, desvirtuaram a discussão. Há também pressões contra a política de reserva de mercado e contra o mercado como patrimônio de nação que em seu nome deve ser usado.

A discussão, contudo, não está encerrada. A SBPC está reunida com outras entidades científicas e há um grande espectro de apoio às nossas propostas.

Prof. Ennio Candotti do Instituto de Física/UFRJ

Editor da Revista Ciência Hoje, publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

● COMUNICAÇÃO

A separação entre conservadores e radicais se estabelece a serviço dos conservadores. É uma divisão reacionária. Se o projeto do Conselho Nacional de Comunicação (CMN) é radical, então estamos assumindo uma posição atrasada mais de 50 anos. Porque o CNM é praticamente uma adaptação do Federal Communication Commission, dos Estados Unidos, implantado com a política do **new deal**, em 1934.

Em síntese, existem duas grandes modalidades do sistema de comunicação: aquele que é gerido pelo Estado com um certo grau de democratização, no sentido de aceitar críticas e posições contrárias e de ter afinidade com as causas do povo, refletindo o interesse da nação, como a British Broadcasting Corporation, de Londres, e o CDC, do Canadá. E o que se constitui a partir de concessões do Estado.

A tendência estrutural da economia liberal é instituir o monopólio, do Estado ou privado. No nosso caso, o monopólio privado tem ingerência no Estado, já que, há quinze anos, o Ministro das Comunicações é designado pelo sr. Roberto Marinho e, por todo esse tempo, o secretário-geral do ministério é também uma pessoa de confiança do sr. Roberto Marinho. Um quadro típico da história da Velha República. O secretário Rômulo Furtado é bem o exemplo: sua esposa foi eleita deputada federal, por um desses territórios, para reproduzir a política do marido, que, por sua vez, representa outros interesses, dos grandes grupos que detêm o poder das Comunicações. Essa história do Rômulo Furtado me lembra um livro de Lima Barreto, que tomou para personagens figurões da política: **Numa casa-se com a Ninfa** e o sogra o elege por um estado afastado. De resto, a concessão de rádio como instrumento de barganha já é conhecida, é uma boa fonte de dinheiro."

"Não acredito que vamos ter algum avanço. Nesse ponto, sou pessimista. Nós estamos correndo o risco de parir um rato e de institucionalizar pela Constituição a direita autoritária no país.

O pensamento conservador articula-se como um pêndulo que vai do autoritarismo à anarquia da produção. E isso é antigo. O Papa Pio XI, na encíclica do 40º ano, já alertava que a livre iniciativa, sem controle, descamba para a anarquia.

De qualquer forma, é uma oportunidade política que se deve esgotar promovendo a discussão e estabelecendo um projeto progressista que escape a essa ambigüidade em que vive a elite. Apoio o projeto da deputada Cristina Tavares, embora particularmente faça algumas restrições, e da Federação Nacional dos Jornalistas. É fundamental reafirmar o controle estatal do sistema de telecomunicação."

Prof. Nilson Lage
Escola de Comunicação
UFRJ

Moção de Repúdio à Lei de Segurança Nacional

UM momento em que o país se esforça para entrar em período de plena vigência legal de suas instituições, formulando, inclusive uma Constituição que reflita as aspirações democráticas do povo brasileiro, a Associação dos Docentes da UFRJ repudia a utilização, frente aos incidentes ocorridos na Praça Quinze, de velhos dispositivos autoritários, como a Lei de Segurança Nacional, que permitem a invasão de domicílios, a prisão e a incomunicabilidade de suspeitos para posterior investigação.

Acreditamos que o Ministério da Justiça, a Polícia Federal e o Poder Judiciário possuem os meios necessários para apurar responsabilidades e punir culpados, resguardando os direitos de defesa do cidadão.

Nesse sentido, o apedrejamento do ônibus onde se encontrava o Presidente da República não deve servir de pretexto, para manipulações políticas, como aconteceu com a farsa de Leme ou do badernaço

de Brasília, ou para retrocessos. Que se descubram os responsáveis, mas que se archive definitivamente a Lei de Segurança Nacional, esta sim um atentado verdadeiro contra os direitos e a liberdade da nossa cidadania.

É lamentável que a Nova República, já começando a envelhecer, não haja aprendido a conviver com a dissidência ou com o uso normal das leis e só encontre, para exercitar seu desejo de permanecer, apoio nos truculentos atos institucionais da ditadura."

Tal moção foi posteriormente endossada pela Associação dos Servidores, em Assembléia Geral, e pelo Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ.

José Henrique Sanglard
Presidente da ADUFRJ



Cadernos da ANDES, A Questão das Verbas e o Financiamento da Universidade (nº 3, Juiz de Fora, abril de 1987) e **Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte** (nº 4, Brasília, maio de 1987 - editado com apoio da revista **Humanidades**, Editora Universidade de Brasília).

Textos e comentários críticos em cuja origem está o I Seminário Nacional Sobre o Financiamento da Universidade, em Goiânia, em janeiro passado. Este é o perfil, de **Cadernos da Andes**, nº 3. Para começar, o Senador João Calmon pergunta "quem deverá se opor, na Constituinte, à manutenção do princípio de vinculação obrigatória de recursos ao ensino?" (em **Mobilização Permanente**, página 5).

A Diretoria da ANDES apresenta **A Questão de Verbas para as IES Federais**. O professor Carlos Alberto Longo assina **Por um Orçamento Confiável**, seguido por uma análise da **Dotação Orçamentária de Universidades**, elaborada por Elisa Wolynech, da Universidade de São Paulo (USP). A questão salarial é tema de **O que Aconteceu com os Salários nas IES Autárquicas?**, de Marco Antônio Pereira, e **Evolução Recente dos Salários nas Fundações**, de Sadi Dal Rosso, documentos de valor histórico porque resgatam o arrocho salarial, o desgaste, que levou os professores à greve. Há também, a **Avaliação do Programa Nova Universidade**, anteriormente apresentado durante o XIV CONAD, em Curitiba, em outubro de 1986.

Já o **Caderno da Andes**, nº 4, **Plataforma do Ensino Superior para a Constituinte** é fruto de debates do IV Congresso Nacional da ANDES, realizado em Vitória, em janeiro de 1983, com o texto final aprovado pelo CONAD Extraordinário de Brasília, em março passado. Está Dividido em oito tópicos: **Educação; Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente; Arte, Cultura e Comunicação; Saúde; Direitos da Pessoa; Direitos do Trabalhador; Organização Sindical e Formas de Participação e Exercício da Cidadania.**

Impressões de Viagem: Lenigrado, Erivan e Moscou, de Joel Teodósio e Anna Alice Mendes. Editora Novos Rumos, 1987. Com fotos.

Recordações de 13 dias de viagem através de três cidades soviéticas. Em Lenigrado, a solidariedade do povo, o trabalho e o sentimento de solidez que a cidade evoca. O Museu do Hermitage, palácio de inverno dos czares, e o Palácio de Verão da czarina Catarina, em Pushkin, em restauração desde o fim da Segunda Grande Guerra.

Na Armênia, a preservação da cultura e da história de um povo, cujas tradições vêm do século X A. C. e não desapareceram com a invasão pela Turquia, em 1915. Erivan é a capital.

Em Moscou, as comemorações da Revolução Socialista de 1917, na Praça Vermelha. O livro não pretende examinar a estrutura social soviética, mas revelar o trabalho e a solidariedade de seu povo, sentimentos colhidos durante a viagem.



Falta segurança no Campus

LOCALIZADA numa área com quatro milhões e 800 mil metros quadrados, a Cidade Universitária sofre os mesmos problemas de violência e falta de segurança que afetam outros pontos do Rio de Janeiro. A lista de casos inclui roubo de carros, assaltos nos corredores, desova de cadáveres e desaparecimentos “misteriosos” do patrimônio da Universidade. Professores, alunos e funcionários vivem essa ameaça cotidianamente e já não definem mais horários críticos, como o fim da tarde, porque, ultimamente, as ocorrências verificam-se, sem a menor cerimônia, a qualquer hora do dia.

Para dar conta, ou não, da situação, o Corpo da Guarda dispõe de 130 homens, que se dividem, cumprindo horário de 12 horas, para fazer a vigilância, dia e noite, do campus do Fundão, de todas unidades do Centro e Praia Vermelha. O chefe da segurança, Antônio Avandê Dias da Silva, há nove anos no cargo, monta uma escala diária. Descontados os motoristas, a chefia, os licenciados e/ou em férias, resta para a Ilha um efetivo de apenas 12 a 14 vigilantes, durante o dia, e seis, à noite, incluindo os funcionários com hora extra.

Os 25 postos de guarda estabelecidos pela Segurança e os nove estacionamentos são, portanto, precariamente atendidos, só com a cobertura externa das unidades. Aproveitando-se dessas condições, tomaram o relógio da secretária da ADUFRJ, Elisa de Oliveira, no dia 15 de abril, às 9h10min, nos corredores entre os blocos E e F do Centro de Tecnologia.

“Para uma área extensa como a do CT, temos dois a três homens, quando temos, e eles ficam nos locais de maior concentração.” Antônio Avandê explica que, para corrigir essa defasagem, seria necessário o ingresso

de 800 novos contratados, o que não é possível porque a Secretaria Especial de Administração Pública não autoriza contratações - a última admissão para vigilância foi em 1970 -. Os pedidos anuais de pessoal, encaminhados à Reitoria, via Prefeitura, como os pedidos de equipamentos e viaturas voltam sem solução.

Pelo convênio com a Polícia Militar, o 17º Batalhão de Polícia cede 51 policiais por 24 horas, revezando-se em quatro turnos. Duas patrulhinhas cedidas pela Universidade, conforme o acordo, rondam pelo setor da Engenharia, Reitoria, Coppead; e pela Prefeitura, Hospital até o Catalão. Para o Prefeito José Coimbra, “uma boa medida é tentar trazer o Cel. Flávio para assessorar o trabalho de segurança”. Antes, de ser substituído no 17º BP, “o Cel. Flávio desenvolveu um plano de ação muito bom na Ilha e nas áreas carentes vizinhas, com um policiamento comunitário”.

O prefeito admite que a orientação seria bastante válida porque, além das dificuldades pela falta de viaturas, armamentos e do equipamento de radiofonia - essencial para a velocidade e eficiência da ação conjunta Guarda-PM - outro problema é o despreparo do Corpo de Vigilância.

“Muitos eram vigias de obras na época da construção do campus e foram aproveitados. Hoje, seguem um serviço de rotina, sem a devida noção do que é o trabalho de segurança.” Avandê, por sua vez, considera que a equipe está amadurecida e mais consciente. Quanto aos negligentes, eles são advertidos verbalmente, por escrito ou são suspensos, “mas, de modo geral, já conheço os que não gostam de trabalhar e os coloco por aqui mesmo, bem à vista”.

Há, porém, quem prefira garantir-se toman-

do algumas medidas sobre as áreas mais desguarnecidas. No centro de Tecnologia, fora do horário normal de aulas e nos fins de semana, só é permitida a entrada pelo bloco A e é preciso deixar um documento na portaria. Segundo determinação do Decano Carlos Russo, divulgada em circular, quem entra pode ter as bolsas revistadas na saída.

“Outra iniciativa importante”, comenta o diretor adjunto do Instituto de Física, Júlio Maria Neto, “é alertar as pessoas que deixam carteiras e outros objetos à vontade, nas salas. Já desapareceu o gravador de um professor, da sua sala, e foram roubadas ferramentas de pequeno porte dos laboratórios. O pior é quando somem computadores, como andou acontecendo aqui, no CT. Na verdade, a própria disposição dos prédios não permite controle. Há muitas entradas e o campus tem vias públicas, enfim, tudo facilita a circulação de estranhos à comunidade universitária”, que, depois, costumam ir embora nos carros de professores e alunos, preferencialmente Fusca e Brasília.

Nesse ponto, a Faculdade de Letras é a mais cotada. A professora Ecila de Azeredo Grünwald, do setor de Letras Francesas, foi uma das primeiras vítimas, tão logo foi instalada a Faculdade, em 1984. Depois, renderam a professora Mônica Rector e tiraram-lhe o carro. Atualmente, a incidência chega até dois carros “puxados” por semana, como aconteceu entre os dias 24 e 30 de junho. Primeiro, levaram a Brasília 78 da professora Alzira Macedo, do Departamento de Linguística; o carro seguinte foi de uma aluna.

Muito parecido o caso da professora Miriam Freitas, também do Departamento de Linguística: há um mês houve uma tentativa de roubo. O carro foi estacionado em frente

à Faculdade e foi encontrado na rua. A ignição estava quebrada, fizeram ligação direta, mas o sistema de alarme impediu a passagem de gasolina. No dia seguinte, porém, acabaram levando a Brasília da sua aluna.

“Se um hospital tem cinco por cento de infecção hospitalar, está talvez dentro da taxa normal de contágio e risco, mas, se tem cinquenta por cento, não é fatalidade, é negligência e uma providência precisa ser tomada.” A professora Alzira, mesmo antes de ser roubada, já tinha opinião formada: “Sempre reclamei à diretoria e falava com os guardas daqui, mas eles se recusavam explicitamente, alegando que eram designados para segurança da parte interna, ou seja, do prédio e não do estacionamento. Diziam também que não tinham segurança nem condições de combater bandidos. Só que eu pedia, pelo menos, uma ajuda, olhar de longe, aparecer de longe, para mostrar que havia alguém por perto, mas nem isso. Agora, com o esquema de senhas e, com o dinheiro, eles estão lá fora.”

Desde o dia 1º de julho, dois guardadores autônomos e um vigilante, funcionário da Universidade, estão controlando o estacionamento da Faculdade de Letras, de 6h30min às 18h30min. Pagando a taxa diária de cinco cruzados, destinada exclusivamente ao pagamento dos guardadores, os motoristas recebem um cartão numerado que deve ser apresentado na saída. A decisão foi tomada em assembléia da comunidade de Letras, derrotando a que defendia que a segurança no campus é responsabilidade oficial da Reitoria. Para a professora Cristina Mota Maia, que também teve o Fusca roubado do estacionamento, “a solução é muito doméstica.” No fundo, todos sentem que a questão da violência e da segurança é mais ampla e deve ser tratada nesse nível, sem paliativos.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO IX SETEMBRO/87

N ° 40

Independência e Autonomia - A Força do Movimento Docente

O momento do final de uma gestão é sempre, ao mesmo tempo, um momento de balanço e de reflexão. Posta diante de seus dois anos de mandato, a atual diretoria da ADUFRJ DESPEDE-SE CONSCIENTE DE QUE CUMPRIU O SEU PAPEL Foram dois anos de um trabalho estafante no sentido de defender a entidade, em suas principais vocações (a de fortalecer a sua voz, de conquistar benefícios e de consolidar ganhos), e de superar antagonismos e incompreensões provenientes, às vezes, de setores do próprio movimento.

Entramos, entretanto, com o compromisso de alinhar um perfil que fosse a um só tempo coerente com as mais antigas aspirações da nossa universidade (incluindo a democratização como princípio) e bastante combativo para não nos deixar submergir em nenhuma circunstância. Defender, quando necessário: mas também saber criticar. Mesmo nos instantes menos claros em que se estabeleciam novas relações com o poder, gerando em muitas cabeças idéias confusas sobre os papéis da administração e da entidade, não perdemos de perspectiva os tópicos que, desde a ditadura, construíram e nortearam o movimento docente para que o mesmo chegasse aonde estamos. Hoje, uma convicção profunda, produzida pela prática, cresceu e se irradiou entre os professores da UFRJ: a necessidade de conservarmos, como o nosso principal instrumento, a autonomia e a independência da ADUFRJ.

Se não nos tivéssemos deixado guiar por semelhante lema já nem estaríamos aqui despedindo-nos dos que acreditaram no Movimento Docente porque teríamos perdido completamente a razão de existir. Em meio a obstáculos sérios, como a greve de 45 dias, aprendemos que a transformação da universidade brasileira sustenta-se na força de tais convicções. Sem elas ruiriam a capacidade de mobilização e organização dos docentes, bem como o exercício de articulação com as demais categorias, sob o impacto da indecisão e sob o império das meias verdades.

A clareza deste princípio tornou-se, sem dúvida, a grande responsável pelo resgate da greve como forma de luta e a necessidade de uma AD autônoma para conduzir o processo. A primeira greve de todo o setor federal constituiu-se num marco não só por unificar o setor em suas reivindicações, mas principalmente por forjar uma unidade nunca antes alcançada, que soube trabalhar as divergências sem comprometer os objetivos maiores em jogo. Isto foi possível graças à perfeita sintonia entre o Comando Nacional, os Comandos Locais e, a base de tudo, o respeito às deliberações das Assembléias Gerais. Todas as propostas e encaminhamentos do Comando/ Conselho e Diretoria da ADUFRJ, formulados à luz dos indicativos nacionais, foram aprovados pelas nossas Assembléias Gerais. Todas as informações e análises repassadas na íntegra, o que proporcionou um clima de confiança e segurança na condução do processo por todos que apostaram na força da união e na justiça das causas defendidas.

Reerguer a universidade brasileira, depois de tantos golpes e conspirações contra sua importância, quer ao nível da pesquisa, do ensino e de suas ligações com o restante da comunidade, constitui uma tarefa a ser desenvolvida por etapas. Muitos precisarão se empenhar nessa tarefa, muitas eleições serão indispensáveis. Aqui se encerra um período; outro se inicia. Mas nesse processo que se desdobra com suas novas dificuldades e problemas a resolver deixamos de nossa prática o que consideramos de mais importante: a transparência na utilização das informações, para uma discussão aberta e sólida, a combatividade na luta por nossas reivindicações, a crítica sem parti pris diante de qualquer instância de poder que ameace a inteligência da vida acadêmica ou os avanços democráticos.

Estas são as verdades inteiras que agora, em outras frentes, continuaremos a defender. Até breve.

A Diretoria da ADUFRJ

Ciências Sociais no IPCJ contra o parecer do CPE



Professores do IFCS são contra o parecer do CFE sobre a extinção dos cursos de Ciências Sociais (Página 7)

Altos salários na UFRJ

(PÁGINA 3)

Diretoria convoca eleições e apresenta Balanço Financeiro

(PÁGINAS 4 E 5)

COTAR-X veta gratificações indevidas

(PÁGINA 8)

CARTAS

VIGILÂNCIA

As Autoridades da UFRJ e Comunidade Universitária

Os vigilantes da UFRJ vêm, pela presente, levar ao conhecimento da Comunidade o estado em que se encontra a Seção de Segurança e Vigilância da Universidade e cobrar das Autoridades os pedidos efetuados por nossa Chefia e as promessas feitas pela administração da UFRJ.

A Seção de Segurança e Vigilância, criada em 1964, constante do Regimento Interno da Universidade, elaborado em 1970 com aprovação do Conselho Federal de Educação, é composta de um quadro de agentes de vigilância regulamentado através do Decreto nº 85.354 de 12 de novembro de 1980 e pela Portaria (ANTI-GO DASP) de nº 01.141 de 04 de Setembro de 1981 (Quadro Registrado no Departamento de Polícia Federal). Desde o ano de 1971 (16 anos), não teve sequer um servidor admitido para seus quadros. Em contrapartida, 59 (cinquenta e nove) servidores deixaram a Seção de Segurança por motivos diversos, como demissões, falecimentos, aposentadoria etc.

Por puro desinteresse das Autoridades durante estes anos, o patrimônio da UFRJ e a Comunidade Universitária estão entregues à própria sorte.

Faltam-nos pessoal, equipamentos, viaturas, instalações, ou seja, não temos condições de trabalho.

Para amenizar, quanto ao problema de pessoal, a Administração lotou em nossa Seção, durante estes anos, vários servidores oriundos de Ministérios (servidores em disponibilidade) e da própria Universidade, a título de "QUEBRA-GALHO", que, por estarem despreparados e muitos sem a mínima condição de trabalhar em uma Seção de Segurança, só vieram a prejudicar a imagem da Seção.

Através do Convênio realizado com a Polícia Militar do Estado, para policiamento do Campus, firmado em 30 de setembro de 1986, (aprovado pelo Conselho Universitário com orçamento, na época, em torno de Cz\$ 600.000,00 (Seiscientos mil cruzados) para compra de equipamentos, ficou estabelecido, em contrapartida, que nossa Seção receberia duas viaturas e equipamentos.

Foi-nos prometido pessoal qualificado, armamento, instalações dignas, treinamento e etc., porém até a presente data tudo ficou somente nas promessas.

Não nos estão dando a mínima condi-

ção de trabalho, e por isto, quase que diariamente o **campi** vem sendo vítima de depredações, roubos, funcionários assaltados e veículos furtados, e sempre culpam-nos por tais fatos.

Centros de Ensino, como o CT, CLA, CCMN e CCS, localizados no Campus do Fundão, devido ao estado caótico da Seção de Segurança e Vigilância, só têm um vigilante por turma em serviço, assim mesmo, em alguns, só durante à noite, o que é até um risco para o próprio vigilante. Nas Unidades localizadas no Centro da Cidade e na Praia Vermelha, o estado é o mesmo.

Assim é que, por tais fatos, tomamos a seguinte posição:

Pela gravidade do fato, a partir desta data, estamos dando um prazo de 72 horas para as Autoridades da UFRJ se pronunciarem à respeito, pois queremos ter condições para que possamos trabalhar condignamente e limpar nossa imagem, desgastada pelas circunstâncias em que nos puseram.

QUEREMOS:

Pessoal qualificado;
Viaturas (prometidas) para rondas no **campi** ;
Instalações dignas;
Fardamento e equipamentos.

SOMOS CONTRA:

A contratação de Firma especializada em vigilância, como vêm sendo cogitado ou articulado por algumas lideranças da UFRJ, pois não queremos que, após trabalharmos durante 20 anos (em média), sob as piores condições de trabalho, sejamos afastados de nossas funções somente para beneficiar o interesse de terceiros...

Temos a solução!

Após o término do prazo acima mencionado, caso as Autoridades não tomem uma posição, nós os vigilantes, faremos uma paralisação de advertência e nos mobilizaremos, por melhores condições de trabalho.

Queremos trabalhar, ou seja, dar proteção ao Patrimônio e a Você.

Contamos com o vosso apoio.

Decreto 1971/82

O Consultor Geral da Republica emitiu parecer (SR-031, de 17de julho) em que reconhece a pertinência e a propriedade da aplicação do Decreto/lei 1971/82 aos dirigentes integrante do grupo DAS das Universidades Federais Autárquicas. Dois dias depois, o De-

creto-lei nº 2.338/87excluiu todas as Universidades Federais da abrangência do 1.971. Assim, em 19 de julho, o famoso e polêmico decreto faleceu. Mas deixou seqüelas nas Universidades.

O parecer SR-031 tornou irretorquível, meridiano e incontroverso o direito de os dirigentes do grupo DAS da UFRJ receberem, desde a data da posse no cargo até o dia 20 de julho, maior remuneração paga na universidade (nos dias de hoje 146.929 cruzados). Com a política de respeito aos direitos, e de valorização da atividade administrativa de interesse acadêmico, a Reitoria resolveu:

1º) Pagar os atrasados dos colegas professores e servidores técnico-administrativos do grupo DAS que tinham sentença judicial favorável ao pagamento segundo o 1.971. Com duplo respaldo: o da sentença e o do parecer SR-031.

2º) Estender aos dirigentes do grupo DAS, que não haviam entrado na Justiça, os benefícios do 1.971. Com o respaldo simples mas inquestionável, do parecer SR-031.

Não se estenderam os benefícios do 1.971 aos diretores de órgãos suplementares de vez que não estão diretamente amparados nem pelo decreto, nem pelo parecer, pois não integram o grupo DAS. Esta questão está sendo analisada.

Algumas vozes opinaram contrariamente ao pagamento dos atrasados. A Reitoria não concorda com estas opiniões. A Universidade não está tendo generosidade em pagar os atrasados, nem está fazendo favores: está cumprindo a obrigação de obedecer a leis e sentenças. O que foi errado foi não termos pago, mês a mês, ano a ano, que era legitimamente devido aos colegas dirigentes.

Com o pagamento dos atrasados (que montou a quase 30 milhões de cruzados) fica o problema do 1.971 saneado na UFRJ. Fez-se justiça que já tardava. E materializou-se mais um passo da política da Reitoria em relação aos servidores: democrática e cristalina.

Horácio Macedo
Reitor

A
Jornalista Regis Farr

cc/: Magnífico Reitor Horácio Macedo
Presidente da ADUFRJ José Henrique

Sanglard

Presidente da ASUFRJ Iraides Coelho

Segundo a matéria publicada pelo Jornal do Brasil em 22/08/87, estão sendo pagas pela UFRJ remunerações equivalentes ao mais alto salário de analista do Núcleo de Computação Eletrônica, aos diretores de unidades. Estes pagamentos, de valor muito superior ao mais alto salário de professor titular com doutorado e em dedicação exclusiva, foram feitos aos sub-reitores, superintendentes e assessores da reitoria, decanos e diretores que entraram na justiça contra a UFRJ e, agora, teriam sido estendidos a todos os diretores, segundo a notícia. Estariam assim onerando a verba de pessoal da UFRJ em detrimento de outros pagamentos de atrasados. Na qualidade de diretor de um órgão da UFRJ venho solicitar que sejam esclarecidas à opinião pública os seguintes pontos:

1) Não recebi tal remuneração e nem entrei na justiça contra a UFRJ, bem como há outros colegas diretores que não entraram na justiça e que não receberam tal pagamento até a presente data.

2) Manifestei-me contrário ao recurso individual à justiça em reuniões com integrantes do órgão que dirijo e em debate com o Reitor e outros dirigentes da UFRJ, realizado no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza pela Associação de Docentes no ano passado.

3) Julgo necessário desfazer o mal entendido criado sobre quem recebe o quê, sem com isso julgar a atitude dos sub-reitores, superintendentes e assessores da reitoria, decanos e diretores que se acharam no direito de interpor recurso judicial e que ganharam a remuneração, embora tenha discordado deles.

4) Não considero que os professores, o corpo técnico e administrativo e os dirigentes da UFRJ recebam salários altos comparativamente aos do mercado de trabalho qualificado para pessoal com formação e experiência acadêmica, científica, técnica ou administrativa nas empresas privadas e mesmo nas estatais.

5) Considero, entretanto, mais adequada para a luta por melhores salários a atuação coletiva através das associações, reivindicando-os junto ao governo, como ocorreu recentemente quando se conquistou uma nova tabela salarial para todos na universidade, inclusive com gratificações para os dirigentes, que deverão passar a ser pagas regularmente, revogando a situação em que cada um ganhava conforme a sentença judicial que conseguia.

Luiz Pinguelli Rosa
Diretor da Coppe

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e Redação: Edwiges Rego

Fotografia: Amauri Alves
Diagramação: Vicente Antônio Teixeira de Castro (reg. prof. 15.219)
Ilustração: César Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: José Henrique Sanglard
Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1º Secretário: Hélio de Mattos Alves
1º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

REPRESENTANTES NO CONSELHO

CCMN

Instituto de Física

Raphael de Haro Júnior, Osvaldo de Medeiros Ritter (representantes); Sheila Chirrola Garcia, Máximo Ferreira da Silveira (suplentes)

Instituto de Geociências

Nelson Ferreira Fernandes (Representante)

Instituto de Matemática

sem conselheiro

Instituto de Química

Marcelo Antônio F. Faria

Observatório do Valongo

José Augusto Buarque de Nazareth

(representante); Lília Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Prossard Barbosa, Maria Amália Amarante Almeida Magalhães (representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Escola de Belas-Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (representante)

Murillo Mendes Guimarães (suplente)

Faculdade de Letras

Sônia Salomão Khêde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho (suplentes)

Escola de Música

Léo Afonso de Moraes Soares (Representante)

Vanda Lima Bellard Freire (Suplente)

Regina Maria Meirelles Santos (Suplente)

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão, Nil-da Teves Ferreira (representantes); Clara Hetmanek Sobral (suplente)

Escola de Comunicação

Kátia Maria de Carvalho Silva (Representante)

Geir Nuffer Campos (Suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lúcia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Azevedo Penna (representantes); Maria da Graça Franco Ferreira Schlicher, Olinto Antônio Pergoraro (suplentes)

Instituto de Psicologia

sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Moscyr Barreto da Silva Júnior, Ionilde Maria de Azevedo (representantes); Paulo Baltazar, Eliane de Azevedo Takche (suplente)

CCJE

Faculdade de Direito

Eiseu Alvares Pujol (representante)

Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Josué de Souza Almeida (Representante)

Almir Pita Freitas Filho (Suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Márcia Taffarel e Silva (representante)

Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Escola de Enfermagem

sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (representante)

Ana Maria Somaglia Albino (suplente)

Faculdade de Medicina

Leticia Legay Vermelho (Representante)

Aldo Franklin Ferreira Reis (Representante)

Diana Maul de Carvalho (Representante)

Maria Lúcia Fimentel (Suplente)

Fernando Sérgio Viana Martins (Suplente)

Susie Andries Nogueira (Suplente)

Instituto de Microbiologia

Maria Genoveva Von Hubinger (representante)

Rosa da Glória Brito de Oliveira (suplente)

Instituto de Nutrição

Elizabeth Accioly (Suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy Guisophe Castro Teixeira, Edilson Porangaba Costa (representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (suplentes)

Instituto de Biologia

Deia Maria Ferreira dos Santos (representante)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (representante)

Waldyr Mendes Ramos (suplente)

Instituto de Biofísica

sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (representante)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira (representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Representante: Ezemar Marques de Andrade

Suplente: Aunir José Carneiro

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (representante)

Antônio Filomeno (suplente)

NPPN

sem conselheiro

Escola de Engenharia

Oscar Azevedo, José Luciano de Souza Meneses, Osvaldo Pereira Filho, Carlos Elízio Barral Ferreira (Representantes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Antônio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (representante)

Elisabeth Ernel Monteiro (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

Afrânio Raul Garcia Júnior (suplente)

Altos salários na universidade

Baseados no Decreto-lei nº 1.971/82, dirigentes e funcionários da UFRJ recorreram à Justiça para receber a remuneração prevista para o grupo DAS (Direção e Assessoria Superiores) das Universidades Federais Autárquicas. Em cumprimento à decisão judicial, foram liberados os atrasados do período de 86 até abril de 87 e corrigidos os salários.

No total, onerou-se o orçamento da Universidade com pagamentos da ordem de Cz\$ 30 milhões, porque, com o parecer do Consultor Geral da República, que autorizou a aplicação do Decreto 1971, a reitoria resolveu estender o benefício a todos os dirigentes.

O referido decreto foi editado em 1982. Alguns dirigentes de então solicitaram sua aplicação e, após poucos meses, o MEC desautorizou o pagamento. Nesta época, a diferença entre o salário de Professor Titular e o de Analista de Sistema do Núcleo de Computação eletrônica era pequena. A partir de 1986, grande número de dirigentes entrou na Justiça com vista à aplicação do decreto-lei, ou seja, perceber a maior remuneração paga na UFRJ. Como a iniciativa foi individual, a sentença variou: a 58 especificou o salário de Professor Titular (hoje, Cz\$ 82.459,00); a 20 o salário de analista de sistema (hoje, Cz\$ 146.929,00). Entre docentes e funcionários, 78 pessoas passaram a perceber o salário mediante sentença judicial.

Em 19/7/87, o Decreto-lei nº 2.338 excluiu todas as Universidades Federais da abrangência do Decreto-lei nº 1971, mas a Reitoria pretende continuar pagando aos que possuem sentença judicial até que seja regulamentado o novo Plano de Cargos e Salários. Tal procedimento reflete negativamente, num momento em que os servidores esperam os atrasados do quinquênio:

- Foi um passo errado politicamente. Da minha parte, não entrei na justiça, não tive aumento de salário, mas recebi, em duas parcelas, os Cz\$ 850 mil atrasados, enquanto o abono de Cz\$ 250, concedido pelo Governo para a faixa salarial de até cinco mínimos, ainda nem foi pago, comentou o diretor da Escola de Engenharia, Prof. Antônio Cláudio. Ele chegou a enviar ofício ao reitor sobre o Decreto 1971, mas não solicitou ao Tribunal o pagamento da remuneração por um problema

ético, que envolve sua postura diante do corpo social:

- Temos aumentado as exigências na Escola. Recentemente, dispensamos nove professores e estamos insistindo no cumprimento do horário dos funcionários. Por isso, quero deixar tudo bem claro: não estou fazendo carreira administrativa. Não julgo quem tenha apelado à justiça, mas não concordo com uma complementação equivalente ou maior do que o salário.

No seu contracheque, vêm registrados Cz\$ 58 mil, referentes ao nível da carreira acadêmica, e Cz\$ 4 mil 819, pelo cargo de direção. Antônio Cláudio afirmou ainda que, se os Cz\$ 850 mil representarem um desserviço e for preciso resgatar a fisionomia da UFRJ diante da opinião pública (que fala dos "marajás"), ele abre mão do que recebeu:

Como diretor de Órgão Suplementar - o Instituto de Biofísica - o Prof. Darcy Fontoura de Almeida não recebeu pagamento adicional. Para ele, a atividade administrativa exercida pelo docente deve ser recompensada. Mas essa participação individual pelo bem coletivo encerra ônus que não se traduzem em dinheiro. Portanto, não se justifica aumentar o salário de forma anômala, passando a ser motivo de atração financeira para o docente:

- A questão dos Órgãos Suplementares está sendo estudada, mas fui informado de que quatro dirigentes já receberam as vantagens do decreto. Mas defendo o encaminhamento interno, através das associações. Jamais recorrerá à justiça, porque a relação patrão-empregado da empresa privada não se aplica à Universidade, que é uma instituição peculiar, de que eu mesmo sou parte, e que precisa ter a autonomia assegurada por outros canais. Além disso, deve haver uma tabela estipulando a remuneração conforme a função desempenhada, porque diretor, decano, reitor têm atribuições diferentes.

A proposta da ADUFRJ fixa a seguinte proporção sobre o maior salário da universidade: Cz\$ 82 mil 459.

- 1) 15% para chefes de departamento, coordenadores de curso ou equivalentes;
- 2) 25% para diretores de unidades, institutos, escolas ou equivalentes.
- 3) 35% para decanos de centros, sub-reitores, pró-reitores, vice-reitores ou equivalentes;
- 4) 45% para reitores ou equivalentes.

Sobre os ganhos financeiros dos dirigentes da UFRJ

A história da Universidade Pública Brasileira, mostra, entre outras coisas, a luta dos docentes por uma carreira acadêmica que valorize a atividade docente aliada à pesquisa, entendendo que a produção de conhecimentos e formação de profissionais de alto nível, sintonizada com a melhoria da qualidade de vida da população, é o seu fim último.

A atividade administrativa, vista enquanto meio, sempre foi uma das possíveis atividades dos docentes que se posicionam historicamente contra uma Universidade administrada exclusivamente por administradores profissionais. Isto porque temos considerado que as decisões administrativas devem estar intimamente ligadas aos objetivos da Universidade e portanto de responsabilidade última basicamente dos docentes.

A década de 1980 está marcada por uma luta coletiva pela criação de um plano de Carreira e Salários isonomicamente definidos para todas as Universidades Públicas Federais. E não podemos esquecer do esforço cotidiano que temos tido por verbas para a manutenção e desenvolvimento das atividades acadêmicas.

A década de 1980 também está marcada por uma luta incansável dos docentes, ao lado dos alunos e dos funcionários, por eleições diretas de seus dirigentes. Entendíamos e entendemos que apenas por este caminho poderá surgir um compromisso explícito dos dirigentes com os objetivos da Universidade, coletiva e organizadamente decididos.

O comportamento dos dirigentes da UFRJ que individualmente e/ou enquanto grupo buscam ganhos pessoais à margem de toda esta história não contribui para a construção de uma instituição democrática, academicamente sólida e prestigiada pela coerência de seu discurso e seus procedimentos em relação à coisa pública.

Este comportamento instala na Universidade o lugar do privilégio, associa o cargo de dirigente à possibilidade de ação para vantagens pessoais. Não se trata de saber se o decreto foi ou não obedecido, mas se este deve ou não ser obedecido, uma vez que ele fere frontalmente a Lei maior que temos publicamente defendido: o plano de carreira e salários, direitos e deveres para todos coletivamente assumidos a partir de critérios social e moralmente aceitáveis.

A autonomia da Universidade deve ser também requerida para estas situações. Se nós nos orientássemos exclusivamente pelo que está nos decretos, não teríamos escolhido nossos dirigentes pela eleição direta e certamente a composição deste Colegiado seria outra.

O nosso julgamento da Lei vigente decidia que ela não deveria ser obedecida e elegemos diretamente os nossos dirigentes.

Diferenças salariais gritantes existem e são frutos de toda uma conjuntura histórica que a partir de um

poder centralizado vem criando normas e Decretos favorecendo sistematicamente pequenos grupos. O Decreto-Lei 1971/82 é apenas um exemplo. Essas diferenças se reproduzem na Universidade e se agudizam na UFRJ quando são utilizados Decretos como este.

Entendemos que os dirigentes assumiram quando em suas campanhas eleitorais, o compromisso de não só gerir recursos já definidos, como a lutar por mais recursos e geri-los exclusivamente para fins coletivos e coletivamente definidos. A legitimidade da continuidade desta luta - eleger diretamente os dirigentes e obter recursos para a Universidade - se enfraquece muito com fatos como este. Por sermos financiados pelo dinheiro do contribuinte, estamos permanentemente sobre o julgamento da opinião pública, que sistematicamente convocamos para apoiar nossas reivindicações e nossas lutas.

Há poucos dias foi veiculado no interior da Universidade, assim como em jornais de grande circulação, informações à respeito dos ganhos financeiros dos dirigentes da UFRJ. No entanto, algumas questões que julgamos importantes não se encontram esclarecidas e por isso solicitamos a este Conselho que se manifeste em nome da transparência da vida Universitária:

- a) Recorrer à Justiça, contra a Universidade para a aplicação do referido decreto foi uma decisão apenas à nível individual, ou uma decisão de grupos colegiados?
- b) Desde quando na UFRJ, os dirigentes e DAS vem solicitando a aplicação deste Decreto?
- c) Qual a participação deste Conselho na definição do que seria considerado o maior salário da Universidade e no encaminhamento da decisão de pagar os atrasados nivelando todos os ganhos no processo de aplicação deste Decreto?
- d) A relação completa dos beneficiários deste Decreto, seus cargos, a ordem de entrada na justiça, as respectivas sentenças e as quantias auferidas.
- e) A relação completa dos atuais DAS na UFRJ.
- f) Será que a regulamentação do plano de carreira das Universidades Públicas Federais caracterizará o grupo dirigente como financeiramente privilegiado e afastado da carreira docente?

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1987

Eliane Brígida de Moraes Falcão - Representante dos Professores Adjuntos do CCS no Conselho Universitário da U.F.R.J.

Hatisaburo Masuda - Representante dos Professores Adjuntos no Conselho de Coordenação do CCS/UFRJ.

Adalberto Vieyra - Representante dos Professores Adjuntos na Congregação do Inst. de Ciências Biomédicas.

Marília Taffarel - Representante dos Professores Adjuntos na Congregação do Inst. de Ciências Biomédicas.

NOTA DA DIRETORIA

A questão dos quinquênios

A distribuição dos últimos contracheques, mantendo distorções que já podiam ter sido corrigidas, surpreendeu e provocou um clima de inquietação entre os professores da UFRJ, reunidos em sua Assembléia Geral, no dia 31 de agosto de 1987. Não se compreendeu o motivo pelo qual a administração da UFRJ não pôs em prática, ainda este mês, o que estabelece a Lei da Isonomia.

Considerando que:

1 - O Plano Único de Cargos e Salários está vigindo desde 23 de julho de 1987;

2 - De acordo com os artigos 31 e 35 do decreto 94.664, que regulamentam o PCS, o pagamento dos quinquênios deveria ser calculado sobre o "vencimento ou salário do respectivo emprego ou cargo de carreira";

3 - Esperava-se o pagamento dos quinquênios atrasados a partir de 1º de abril de 1987;

4 - A nova tabela salarial contida no decreto 94.664 se encontra legalmente em vigor e é definida pelo artigo 31 e seus parágrafos;

5 - Os efeitos financeiros da isonomia são retroativos a 1º de abril de 1987 e que os quinquênios teriam de

ser calculados sobre os vencimentos totais.

Não se entende por conseguinte, a manutenção da chamada "folha suplementar" (diferença da isonomia) no pagamento de agosto de 1987 e o pagamento dos quinquênios relativos a agosto calculado sobre o salário básico da Lei anterior à isonomia.

Não vemos razões para que se proteja a concessão de ganhos mais do que conquistados, o que, com o processo inflacionário em curso, significa uma perda evidente.

O SÁLARIO DOS DOCENTES,

DESDE ABRIL DE 1987, INCORPORA OS ACRÉSCIMOS DE TITULAÇÃO E DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, EXISTINDO RESPALDO LEGAL PARA A APLICAÇÃO DESTAS MEDIDAS.

No sentido de corrigir as anomalias acima apontadas, o movimento docente, em decisão de sua Assembléia Geral, exige imediatas providências por parte dos dirigentes universitários, com o pagamento integral do que nos é devido.

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1987.

Diretoria da ADUFRJ

O perigo da Gripe

A gratificação Individual de Produtividade de Ensino é um processo de esterilização em massa da inteligência na Universidade Pública Brasileira!

Prof. Carlos Chagas/UFRJ

“Será concedida aos professores de ensino superior, em caráter individual e por opção da instituição de ensino, a gratificação de produtividade de ensino - GRIPE correspondente a 20% do salário básico. A gratificação será concedida ao docente que, submetido ao regime de 20 horas semanais de trabalho, ministre, no mínimo, dez horas-aula e ao docente em regime de quarenta horas ou de dedicação exclusiva, no mínimo 14 horas”. (Arte 32º do Decreto-lei n.º 94.664 (O diretor do Instituto de Biofísica, Darcy Fontoura, não se sente incomodado pelo artigo que estabelece a Gripe, porque, para ele, está aberta a possibilidade de controlar a aplicação dessa medida - Ela é opcional e de caráter individual. Aqui, por exemplo, nem

10 por cento dos docentes estariam interessados numa complementação de salário que representaria seu suicídio acadêmico. Dar 14 horas de aula é cortar o trabalho de pesquisa em que a maioria está empenhada. Mas, se não for o caso de se inventarem cursos para cumprir a carga horária e se o docente não está envolvido com pesquisa ou orientação, a Universidade pode aprovar os 20% e fazer o controle. O Prof. Maculan, da Coppe, considera que faz parte das tarefas do docente dar aulas, fazer pesquisas, orientar alunos. Não se deve, portanto, privilegiar uma atividade em detrimento das outras. Dentro do movimento docente, o objetivo é lutar para que a Gripe não seja implantada no âmbito das IFEs.

O movimento docente e a Gripe

A GRIPE - Gratificação Individual de Produtividade de Ensino - é um instrumento decretado pelo Governo para dar seguimento à sua política educacional para o ensino superior. Dentro do objetivo maior de descompromissar-se com a educação pública e de transformar a maior parte das IFES em simples formadoras de mão de obra (transmissão do saber) em detrimento da produção de saber, o governo procura, através de medidas como a GRIPE (adicional de 20% para os docentes com 14 horas-aula por semana) introduzir o essencial do seu projeto GERES.

É inadmissível imaginar-se qualquer qualidade no trabalho de 14 horas em sala de aula para um docente em 10 hs. Todos os docentes que exercem com responsabilidade suas funções sabem que 1 hora em sala de aula demanda 3 horas de atividades de ensino distribuídas entre a preparação renovada do curso, a atualização bibliográfica, a assistência aos alunos, a elaboração de avaliações, a correção das avaliações, preparação de aulas práticas, etc. Este aliás, é o critério usado nas Universidades Estaduais Paulistas (USP, UNICAMP, UNESP) já que, pelo Estatuto, um docente em DE ministra no máximo 6 horas aula por semana o que equivale a 18 horas de atividades de ensino por semana e, por via de consequência, 22 horas por semana para as atividades de pesquisa e extensão. Impossibilitados de dedicarem-se às atividades de pesquisa e extensão, teremos ou continuaremos a ter, departamentos apenas ministrando aulas, transformando suas unidades ou Universidades em grandes colégios de 3.º grau. E, sem pesquisa e extensão e com carga-horária elevadíssima, a qualidade do trabalho em sala de aula fica profundamente comprometida.

Mas para o Governo pouco importa. O Governo não está, na verdade e a despeito da retórica, interessado na qualidade do ensino e na produção intelectual da Universidade Brasileira. O MEC raciocina em termos de cruzados, ou melhor, em termos da relação custo/benefício. Em outras palavras, para o MEC importa quantos alunos são formados por cruzado investido. É o próprio Governo que realiza e estimula estatísticas mostrando que as Universidades privadas gastam menos na formação do mesmo número de profissionais graduados; afinal a privatização precisa ser freqüentemente enaltecida. Então, através da GRIPE, procede-se a uma racionalização de recursos através de um investimento menor (20% de incremento salarial para aqueles que se propõem a ministradores de aula), contornando assim o grave problema da oferta represada de disciplinas nas IFES que vem ocorrendo em função da sistemática proibição de contratação de pessoal, cuja revogação foi um dos eixos da greve nacional realizada pelos docentes do ensino superior no 1.º semestre deste ano.

Assim, mais do que quebrar o princípio da isonomia - ao estabelecer pagamento diferenciado entre os docentes - a GRIPE golpeia o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para implantação, na prática, da nociva política governamental para o ensino superior brasileiro, estabelecida pelo projeto GERES.

O Governo, em nome da “autonomia da universidade” delegou por decreto a implantação da GRIPE em cada IFE ao seu colegiado superior. Alertamos para o caráter tático da decisão porque o Governo, habilmente, jogou a questão intra-categoria docente. E a discussão já está ocorrendo dentro das IFES. Vários colegas

movidos por interesses fundamentalmente financeiros dispõem-se a requerer a referida gratificação, desatentos, desavisados ou mesmo contrários às ponderações apresentadas pelo movimento docente. Observam-se, de outro lado, colegas e dirigentes elocubrando saídas imaginativas para “driblar” a GRIPE, ampliando artificialmente - mesmo que envolto por um nobre arrazoada acadêmico - sua carga em horas-aula. Imagina-se dividir turmas da mesma disciplina, fazer rodízio de carga elevada entre docentes, transformar o conteúdo e o número de créditos de disciplinas, criar novas disciplinas, brigar pela responsabilidade de disciplinas de outros departamentos, enfim toda a sorte de artifícios para se chegar às 14 horas semanais de sala de aula. Além de tais mecanismos serem condenáveis dentro dos rigores da ética acadêmica, constituem-se em caminhos politicamente incorretos pois levam a Universidade Pública a cair na armadilha da desmoralização, armadilha essa tão ao gosto do MEC nestes tempos. Isto porque o Governo vem tentando, como uma das suas táticas contra o ensino público e gratuito, colocar à opinião pública que as Universidades Públicas não são sérias. Ao contrário, além de caras, ineficientes, pouco produtivas e ociosas, apresentam toda a sorte de irregularidades administrativas. Seria, portanto, ingenuidade supor que o MEC não fiscalizará rigorosamente a carga individual de 14 horas-aula por semana por professor até porque, segundo o Ministro, o objetivo da GRIPE é de “oferecer cursos noturnos para possibilitar o acesso das camadas populares ao ensino gratuito”. Desprezando-se esta evidente demagogia governamental, já que sabemos que não é a GRIPE que implantou os cursos noturnos, antiga e permanente reivindica-

ção da ANDES, fica a pergunta: qual deveria ser, frente a todos esses considerandos, a atuação do movimento docente?

Este é o momento importante de provar, definitivamente, que o Movimento Docente não é corporativo. Este é o momento de provar, definitivamente, que o objetivo maior do MD é a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente. Este é o momento privilegiado que temos para, dentro da categoria, politizarmos e conscientizarmos ainda mais nossos colegas quanto aos princípios defendidos pela ANDES e pelas ADs. É, evidentemente, uma luta árdua que poderá trazer alguns reveses ao movimento docente. Mas já aprendemos que a nossa força advém, acima das conquistas e dos reveses conjunturais, da determinação e da firmeza com que defendemos nossos inarredáveis princípios.

Assim trata-se, de forma prioritária, que as ADs trabalhem para derrubar a GRIPE no âmbito da sua IFE, travando o debate, procurando conscientizar os professores, suportando às pressões, discutindo com alunos, funcionários e administração, para que o colegiado superior não aprove a implantação da GRIPE a nível local.

Se conseguirmos um número expressivo de IFES que não implantem a GRIPE estaremos desmoralizando este aspecto negativo do Plano Único de Carreira, e criando condições políticas para que os 20%, que nos foram cassados, sejam, em nome da isonomia, incorporados aos salários de todos os docentes de ensino superior das IES Federais.

VAMOS A LUTA

São Carlos, 15 de agosto de 1987

Prof. Newton Lima Neto
Presidente da ANDES

CFE aprova o fim das Ciências Sociais

Nos bastidores do MEC, montava-se mais uma peça cujo enredo parece não agradar o público que busca mudanças no ensino contra as fórmulas autoritárias e pela formação do pensamento crítico e do desenvolvimento da ciência. O primeiro ato começa com a Indicação n.º 9/85, apresentada ao Conselho Federal de Educação pelo Conselheiro Mauro Costa Rodrigues, e desenrola-se no Parecer n.º 233/87, do relator Pe. Antônio Geraldo Amaral Rosa. Do texto, destaca-se uma fala: "E quanto à conversão dos cursos de Ciências Sociais em cursos de Estudos Sociais, com Licenciatura de 1º Grau e Plena, (...), entendemos, em vista da exposição a que procedemos, que este Conselho lhe possa ser favorável". E assim o foi. Cai o pano, vêm os comentários:

- A reação foi de repúdio ao parecer do Conselho Federal de Educação. Particularmente, não acredito que essa decisão vai vingar, porque é absurda. Tivemos uma reunião inicial, quando foi apresentado o problema e formamos uma comissão no departamento, mas ainda não foi tomada qualquer providência. Talvez os professores estejam acomodados com a idéia de que a medida é ilógica e, por

isso, impossível. Agora, conversando sobre isso, vejo a necessidade de empreender uma ação mais eficaz contra uma tentativa que ameaça o ensino e a pesquisa na área de Ciências Sociais no Brasil. Não se admite agrupar as disciplinas de História e Geografia em Estudos Sociais e ainda transformar o curso de Ciências Sociais em formação de professores de 1º e 2º Graus para essa estrutura deficiente, afirmou a Profª Filipina Chinelli chefe do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia/UFRJ.

Algumas instituições encaminharam ao CFE consultas sobre a possibilidade da conversão. Seus argumentos ponderados na Indicação falam das semelhanças de estrutura curricular entre os cursos em questão, apontam as dificuldades do mercado de trabalho para bacharéis em Ciências Sociais e defendem a melhor preparação de professores, que estaria prejudicada pela inadequação entre a formação em nível superior e as exigências da atual organização do ensino de 1º e 2º graus: "O correto teria sido, com a implantação da reforma de ensino decorrente da Lei 5692/71, que, (...), essa transformação em cursos de Estudos Sociais fosse de-

terminada a todas as instituições que à época mantinham licenciatura em Ciências Sociais".

O presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia e professor do Departamento de Ciências Sociais da USP, Gabriel Cohn, tem uma opinião totalmente oposta, como declarou em artigo publicado na Folha de São Paulo, de 23 de junho/87. Para ele, "é a área inteira de Estudos Sociais que deve ser substituída por uma solução pedagógica e culturalmente mais consistente, (...). Não será portanto a existência da licenciatura em Estudos Sociais que poderá ser tomada como paradigma para a reformulação de cursos de 3º grau. Trata-se de um caso clássico de colocar-se o carro adiante dos bois. A quem pode interessar isso afinal?"

Através dos Estudos Sociais propõe-se o diálogo entre disciplinas que abrangem a mesma área de estudos, facilitando o entendimento do meio social, mas a justificativa não recebe apoio. Tendo sido aluno de Delgado de Carvalho, o Profº Jorge Luiz Werneck, chefe do Departamento de História do IFCS, é a favor das articulações, nunca das fusões:

- Minha geração foi formada para dar aula e, no Colégio de

Aplicação, procurávamos articular História, Geografia, Sociologia, Economia, baseados na concepção que o Profº Delgado nos passou, mas para isso não é preciso juntar tudo em uma disciplina.

Conclui-se que o parecer do CFE, aprovado no dia 12 de março deste ano, contraria as entidades representativas das Ciências Sociais, a Comissão de Licenciaturas da SBPC e a proposta de introdução da Sociologia como matéria obrigatória no 2º grau, aprovada na 3ª Conferência Brasileira de Educação, em 1984. Como agravante, não se tem a efetiva participação dos profissionais da área. À parte, uma Comissão Especial, com membros do Conselho e da SESU do MEC, estudam o novo currículo para os cursos de Estudos Sociais. Resta a expectativa de como será a cena final. Desde já, "o movimento docente alerta a sociedade e a comunidade acadêmica em geral para o fato de que a pretensão que agora se intenta tornar realidade não é nova, já tendo sido tentada pelos governos da ditadura militar, tendo merecido àquela época a mais ampla repulsa da Universidade e da sociedade civil." (análise da ANDES sobre o parecer do CFE).

Tendo em vista a aprovação pelo Conselho Federal de Educação, em 12 de março de 1987, do Parecer do seu Conselheiro Pe. Amaral Rosa, S.J. (PUC-RJ), o qual propõe a extinção dos cursos de Ciências Sociais no Brasil e sua substituição por cursos de Estudos Sociais dedicados à formação de professores de 1º e 2º graus, com a constituição de uma Comissão formada pelo CFE e pela SESU /MEC para, no prazo de seis meses, apresentar proposta de novos currículos para esses cursos, a ANDES, por deliberação da Plenária Nacional das Associações de Docentes e da sua Diretoria, reunidas em Brasília em 27 e 28 de junho de 1987, manifesta seu veemente repúdio a esta decisão do CEF.

O movimento docente alerta a sociedade e a comunidade acadêmica em geral para o fato de que a pretensão que agora se intenta tornar realidade não é nova, já tendo sido tentada pelos governos da ditadura militar, tendo merecido aquela época a mais ampla repulsa da Universidade e da sociedade civil. Por esta razão, não foram implantados os cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais, apesar da manifesta vontade do regime militar em criá-los e dos mecanismos políticos ditatoriais que detinha em suas mãos.

Hoje, porém, a tentativa do CEF é mais grave e envolve novas dimensões. Em primeiro lugar, ela se constitui numa violência contra a autonomia universitária, uma vez que altera currículos sem qualquer consulta à Universidade e às categorias profissionais interessadas e desconsidera as notórias manifestações

Em defesa dos Cursos de Ciências Sociais e da Autonomia Universitária
(Análise do Parecer do CFE que extingue os cursos de Ciências Sociais)

das mesmas, ao longo de nossa história recente, contra tais alterações.

Além disso, a decisão do CFE retoma a tese segundo a qual toda produção de um pensamento crítico sobre a sociedade brasileira e as relações sócio-culturais vigentes deveria ser substituída pela produção de profissionais "especializados" na reprodução ideológica de conceitos e valores "consagrados" pelo Poder e pela cultura dominante.

Busca-se, assim, alcançar a utopia mais cara a todas as ditaduras, ou seja, a difusão de um saber dócil e servilmente adequado à reprodução das relações políticas de dominação vigentes.

O mais grave problema, porém, que envolve a atual decisão do CFE é que, se implementada pelo MEC, irá constituir-se na ponta-de-lança da reforma universitária preconizada pelo Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior - GERES -, reforma essa já repudiada por todos os setores da comunidade acadêmica.

Ao esvaziar a produção do saber crítico e

separá-la da formação profissional, a classe dominante - através do CFE e do governo - aparta a produção e a difusão do conhecimento, dissocia o ensino da pesquisa, reduz a Universidade à mera condição de formadora de mão-de-obra e reprodutora da ideologia dominante.

A decisão do CEF beneficia, ainda, o capital "educador" na medida em que diminui os custos de manutenção do ensino superior rebaixado em sua qualidade - aprofundando, assim, a tendência privatizante hoje em vigor.

É para nós inaceitável o esvaziamento da universidade de seu conteúdo científico que tal projeto pretende pôr em prática, transformando as universidades em escolas de 3º grau, meramente transmissoras de um saber que não produz, para a formação técnica de profissionais do magistério de 1º e 2º graus. Denunciamos o caráter obscurantista e retrógrado deste projeto que procura eliminar da universidade brasileira a formação científica em Ciências Sociais, pretendendo certamente reduzir o desenvolvimento da capacidade de

análise científica da sociedade brasileira, com intuítos nada difíceis de perceber.

Continuamos com firmeza e decisão nossa luta em defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, crítica e de alta qualidade, capaz de produzir e comunicar o conhecimento rigoroso da realidade e que a habilita a cumprir a função que lhe deve caber de gente da soberania científica, tecnológica, artística e cultural da nossa sociedade, no interesse da maioria da população brasileira.

Por todas essas razões, o movimento dos docentes universitários, reunidos em torno das ADs e da ANDES, não considera a referida decisão do CFE como um ato específico de violência contra os cursos de Ciências Sociais, mas sim, como uma ação deliberada no sentido de implantar, por vias transversas, um modelo de universidade já repudiado pelos diversos setores da Universidade brasileira, além de considerá-la como um atentado à liberdade do pensamento e à autonomia universitária.

O movimento docente exige a imediata sustação de todos os processos que objetivem operacionalizar esta decisão espúria e arbitrária do CFE, exigindo ainda que esta, ou qualquer outra alteração dos currículos e da estrutura da Universidade brasileira respeitem o princípio da ampla discussão democrática entre seus diversos setores e a autonomia das instituições de ensino superior frente ao MEC e ao CFE.

Brasília, 28 de junho de 1987

Comissão Técnica controla atividades com radiação

Há três anos, o Conselho universitário instituiu uma Comissão Técnica de Assessoramento à Reitoria para Atividades com Radiações - a COTAR-X. Desde então, foi montado um esquema para regulamentar o trabalho dos servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que operam com radiações ionizantes. Atualmente, os resultados da atuação da COTAR-X mostram-se mais concretamente e causam polêmica.

Pelo artigo 5º da Resolução nº 02/85 do Conselho Universitário, a Comissão trata das questões relativas à proteção, aos benefícios e aos dispositivos legais que se referem às atividades dos servidores com contato **direto e habitual** com Raios ou substâncias radioativas. Isto inclui o controle da execução dos exames médicos e das condições das fontes de radiação.

- Mas, de modo geral, olham a Comissão só por um lado. Nunca se dirigiram a mim reclamando por proteção, mas gritam, dando murros na mesa, por causa do dinheiro da gratificação, desabafa a Prof. Vergínia Reis Crispim, do Departamento de Engenharia Nuclear, ao explicar as dificuldades para organizar e desenvolver o trabalho da Comissão. Ela integra, desde 85, o grupo de oito componentes da COTAR-X e foi responsável pela elaboração do Manual de Instruções.

A Lei n.º 1234, de 14 de novembro de 1950, que dispõe sobre o trabalho direto e habitual com radiação, sofreu alterações por decreto em 78 e 79, mas, basicamente, a legislação vigente confere direitos e vantagens aos servidores, como regime máximo de vinte e quatro horas semanais de trabalho, férias de vinte dias consecutivos por semestre e gratificação adicional de 40% do vencimento. As categorias que podem ser designadas para operar com fontes radioativas são: Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Odontólogo, Químico (na especialidade de radioquímico), Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Radiologia, Agente de Serviços Complementares (cineangiocardiografia e hemodinâmica), Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Sanitarista, Professor de Ensino Superior, Auxiliar de Ensino e Pesquisador (nas áreas de Biofísica, Radioquímica, Radiologia, Radioterapia, Medicina Nuclear e Engenharia Nuclear).

HISTÓRICO

Antes da formação da COTAR-X, o servidor declarava desempenhar atividades com radiação, requerendo o benefício, o diretor da unidade assinava uma portaria designatória para ser publicada no Boletim Oficial da UFRJ e, por fim, a gratificação era incorporada à folha de pagamento.

- Ou seja, tudo caminhava muito solto. Recebemos denúncias que mostravam muitos casos em que o pedido era arquivado ou liberado para publicação conforme a amizade do servidor com o diretor. Por isso,

foi uma verdadeira revolução quando se começou a moralizar esse sistema, o que incomodou muita gente que nem passa perto de uma fonte de radiação, mas que recebe os 40%. A Profª Vergínia lembra também que, nos dois meses antes da criação da Comissão, houve uma verdadeira corrida para garantir a gratificação. Mais tarde, porém, verificou-se que, dos 215 novos pedidos dessa época e dos processos antigos, a maioria estava irregular.

- Fizemos um levantamento no serviço de comunicação. Esta etapa foi lenta, porque muitos processos estavam desaparecidos, alguns estavam presos no serviço de microfilmagem ou com a própria pessoa, no fundo da gaveta, conta Vergínia.

Em fevereiro de 84, o sub-reitor de pessoal e serviços gerais suspendeu a concessão de novos pedidos e a publicação de portarias de designação. A partir da Resolução do Conselho Universitário, muda a rotina. Os processos devem passar pela Comissão, que dá um parecer favorável se todas as exigências estiverem cumpridas.

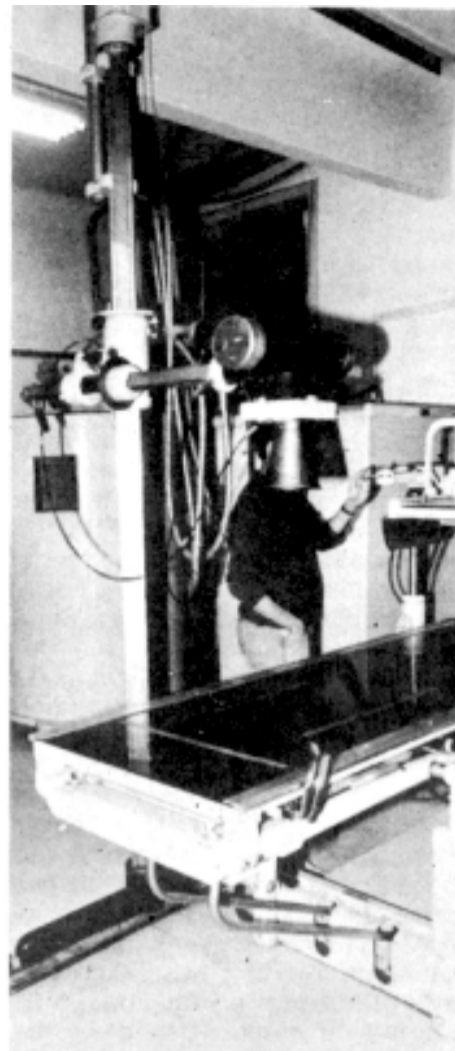
Os servidores foram comunicados de que deveriam apresentar a documentação citada no artigo 2º das Normas 01/86 da COTAR-X através de circular enviada junto com o Manual de Instruções, em setembro do ano passado. O prazo de entrega estendeu-se até finalmente o último dia 30 de julho. Mesmo assim, alguns processos não chegaram, outros voltaram aos servidores para completar exigências, mas não retornaram à Comissão. Desses, 26 são da Faculdade de Medicina (desde 29/10/86), seis do Instituto de Física, cinco da Odontologia, inclusive do diretor Prof. Roberto Braga.

Normas

A cada três anos, a portaria designatória deve ser renovada, obedecendo o mesmo esquema dos pedidos novos mencionados na ficha individual a função a ser exercida, a na-



na maternidade-escola, o setor de radiologia serve de depósito e a inspeção constatou apenas o uso esporádico do equipamento



Inspeção na Maternidade-Escola

tureza e a localização das fontes de radiações as doses recebidas ou previstas; os meios de proteção radiológicas utilizados; o horário de trabalho junto às fontes; aprovação do exame médico periódico e a especialização profissional que habilita o servidor ao tipo de atividade que declara. Por fim, os chefes imediatos, nos colegiados de departamento ou programa, assinam como responsáveis, tendo que enviar mensalmente à COTAR-X a frequência dos servidores atingidos por essa regulamentação, que prevê um período mínimo obrigatório de 12 horas semanais junto às fontes de irradiação.

Os médicos alegam que não são técnicos e que, portanto, não podem estimar a dose que o paciente recebe e a que ele mesmo se expõe, o que é um conhecimento básico e obrigatório. Há também a confusão entre horário com carga horária e declaram até 40 horas de trabalho, o que fere as normas de proteção radiológica.

- Precisamos do horário para organizar a inspeção. Assim, podemos apurar problemas como os do Departamento de Prótese da Faculdade de Odontologia. Do cadastro de equipamentos de radiação, não consta a única fonte de lá, mas, pelo horário, anotado no formulário, às quintas-feiras, de 13h30 min às 15h30min, 12 pessoas utilizam a mesma fonte, fato tecnicamente inviável. A verdade é que fazem cópias de algum processo considerado perfeito. Agora, sentem-se ameaçados porque não deixamos escapar nada, assegurou o físico, Silvério Cretana, supervisor do Serviço de Proteção Radiológica.

Secrad

O Secrad vem-se estruturando desde julho para colaborar com a COTAR-X, fiscalizando o cumprimento dos dados fornecidos pelos servidores e inspecionando as instalações e

equipamentos com uma equipe de seis especialistas.

Todos os casos estão registrados, como o do dia 29 de julho. A secretária do Departamento de Patologia e Diagnóstico Oral entregou a frequência do mês já contando os dias 30 e 31. Segundo ela, era melhor adiantar suas tarefas pois, no dia seguinte, a chefe do departamento Profª. Rita Azevedo, seria operada.

- Ficou claro que a frequência dos funcionários foi confirmada dois dias antes, se é que não deixam a ficha pronta desde o início do mês. Depois, a própria Profª. Rita esteve aqui tentando amenizar o erro, contou Silvério.

O presidente da COTAR-X, Prof. José Carlos Borges, do Departamento de Engenharia Nuclear, empenhou-se na criação do Secrad para prestar serviço à comunidade acadêmica e fundamentar a análise dos processos pela Comissão, que sofre muitas pressões, agora também dentro do próprio grupo, por parte do representante da área médica, que é a mais atingida.

O Departamento de Clínica Médica já enviou ofícios responsabilizando a COTAR-X pela vida dos pacientes no caso de uma paralisação de protesto contra a perda das gratificações.

- Ninguém quer perder uma vantagem de anos, mesmo que, na realidade não tenha mais direito a ela. Mas nossa função é uma questão de justiça, avaliando também os casos não previstos na lei. De qualquer forma, estamos submetidos ao reitor e, quando nosso parecer é desfavorável, cabe a ele a palavra final, concluiu o Prof. Borges.

Recentemente, foi aprovado o pagamento da gratificação a uma funcionária do Instituto de Ginecologia, que é enquadrada como agente administrativo, mas há 20 anos trabalha manipulando a bomba de cobalto. Ela tem toda a documentação, o controle do Instituto de Radioproteção e Dosimetria, mas nunca havia recebido um centavo. Quanto à Maternidade-Escola, a decisão do reitor foi pela suspensão das gratificações e a interdição do serviço de radiologia. A Maternidade-Escola constitui um problema típico. Numa área em que os exames radiológicos são desaconselhados, surgem vários processos requerendo a gratificação, porém, pela inspeção da equipe do Secrad, não foi confirmada a atividade direta e habitual dos docentes com radiação nem condições adequadas para a utilização do equipamento.

Comissão Técnica de Assessoramento à Reitoria-COTAR-X

- José Carlos Borges - Departamento de Engenharia Nuclear
- Vergínia Reis Crispim - Departamento de Engenharia Nuclear
- Umberto Perrota - Departamento de Cirurgia
- Roberto de Souza - Departamento de Engenharia Térmica
- Erich Meyer - Departamento de Física de Sólidos
- Ricardo Tadeu Lopes - Departamento de Engenharia Nuclear
- Carmem Lucia M. de Oliveira - Departamento de Engenharia Nuclear
- Álvaro Tourinho Junqueira Ayres - DAMS

A COTAR-X encontra-se instalada no prédio da FAU (Reitoria) sala 213, atendendo ao público das 8 às 12h e das 14 às 16h.

IMPRESSO

REMETENTE

ADUFRJ
CX. POSTAL 68531
21944 RIO DE JANEIRO RJ

BOLETIM

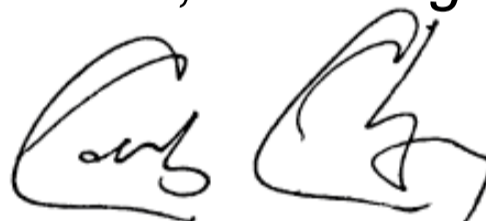
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
ANO IX **OUTUBRO/87** **ESPECIAL**

SOBRE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Nós não podemos esterilizar os nossos talentos, as nossas capacidades criadoras, a iniciativa dos nossos docentes “pedindo-lhes” que dêem mais aulas, seja para a criação de cursos noturnos, seja para melhor provimento dos seus próprios orçamentos.

O que é necessário é um salário real que permita a subsistência de um docente pesquisador.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1987



Prof. Carlos Chagas Filho

“As 14 horas em sala de aula estimuladas pela GRIPE significa o estrangulamento da pesquisa e da extensão nas IFES e o drástico rebaixamento da qualidade do ensino, acarretando, dessa forma, a redução da Universidade à condição de “colégio de 3º grau”, mero reproduzidor do saber gerado alhures, incapaz de produzir conhecimento, ao mesmo tempo que leva o professor universitário à simples condição de repassador de conhecimento, sem qualquer compromisso com o produto que gera.”

ADUFRJ - Página 2

“A GRIPE golpeia o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para implantação, na prática, da nociva política governamental para o ensino superior brasileiro, estabelecida pelo projeto GERES.” ANDES - Página 4

“É escandaloso que no novo Plano de Cargos e Salários haja um substancial reforço financeiro do grupo dirigente e sequer apresente uma linha de destaque para a função docente enquanto pesquisador ou produtor de conhecimento! E, numa visão limitada e distanciada da função docente, proponha 20% de gratificação sobre o salário àqueles que, distanciados do processo ENSINO e PESQUISA, aceitem exercer a função de repassador de conhecimentos.”
Representantes de Professores Adjuntos do CCS - Página 3

A DECISÃO DO CCS

Nas reuniões dos dias 14.09.87 e 16.09.87, dos docentes das diversas unidades do Centro de Ciências da Saúde amplamente convocados pelo Decano e contando com a participação dos representantes dos docentes nos diferentes colegiados da UFRJ, foi exaustivamente discutido o plano de classificação de cargos.

Três itens mereceram atenção especial:

01. A aplicação do Artigo 32 do anexo ao Decreto 94.665 que trata da concessão da gratificação de produtividade de ensino;

02. A aplicação do Art. 10 que trata do regime de trabalho especialmente no que se refere ao limite mínimo de carga horário de aulas; e

03. A aplicação do Artigo 14, parágrafo 2.º, que trata da excepcionalidade do regime de 40 horas semanais.

As discussões continuarão. Entretanto os docentes presentes às reuniões decidiram aprovar, em relação aos dois primeiros itens, o que se segue abaixo, a ser encaminhado aos Colegiados competentes.

Para efeito da execução do Artigo 10, itens e parágrafos e especialmente o parágrafo 1.º da portaria 475 de 31.08.87 que regulamenta o decreto 96.664 de 23.07.87, define-se como atividade de Ensino:

a) As atividades de ensino de graduação ministrada para grupos de alunos na forma de aulas teóricas e práticas e atividades de seminário, de laboratório, ou de campo;

b) As atividades de ensino de pós-graduação ministrada para grupos de alunos na forma de aulas teóricas e práticas e atividades de seminário, de laboratório ou de campo;

c) A orientação de estudantes de graduação no modelo tutorial;

d) A orientação individual de estudantes de pós-graduação até o limite de 03 orientandos por docente.

Parágrafo Único: Será obrigatório um mínimo de 25% das atividades do docente aplicada como prevista no item a, acima definido.

Entendemos que estas são atividades regulares de ensino que, desenvolvidas no contexto da produção de conhecimentos (pesquisa), traduzem o perfil docente desejado para a Universidade Pública Brasileira e atendem às exigências dos regimes de trabalho correspondentes.

Ao analisarmos este conjunto de atividades não encontramos argumentos que justifiquem a adoção da gratificação de 20% ora em discussão na UFRJ.

Nossa decisão é pela rejeição de sua implementação.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1987.

DOCENTES DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA U.F.R.J.

CONAD

Moção aos Colegiados Superiores das IFES

O Plenário do XVI Conselho Nacional das Associações de Docentes, reunido em São Luiz, Maranhão de 04 a 07/09/87 em nome dos docentes das Instituições de Ensino Superior Federais, Estaduais e Particulares de todo o país,

Considerando que:

1 - A Gratificação Individual de Produtividade de Ensino - GRIPE, criada pelo PUCRCE, Anexo do Decreto 94.664 de 23/07/87, será ou não aplicada em cada IFES conforme decisão do respectivo Colegiado Superior;

2 - A garantia da qualidade de cada hora de aula ministrada exige a utilização, em média, de duas outras horas aplicadas em preparação renovada do curso, atualização bibliográfica, assistência aos alunos, elaboração e correção de avaliações, preparação de aulas práticas etc., do que decorre o fato de que seis ou sete horas em sala de aula, exercidas com seriedade profissional, significam dedicação ao ensino de perto da metade da jornada de trabalho do docente em regime de dedicação exclusiva, destinando-se a outra metade à pesquisa e à extensão;

3 - As 14 horas em sala de aula estimuladas pela GRIPE significam o estrangulamento da pesquisa e da extensão nas IFES e o drástico rebaixamento da qualidade do ensino, acarretando, dessa forma a redução da Universidade à condição de colégio de 3.º grau, mero reproduzidor do saber gerado alhures, incapaz de produzir conhecimento, ao mesmo tempo que leva o professor universitário à simples condição de repassador de conhecimento, sem qualquer compromisso com o produto que gera;

4 - A adoção da GRIPE significaria penalizar os docentes que desenvolvem atividades de pesquisa e extensão, por se destinarem unicamente aos que não as desenvolvem, ao mesmo tempo que o MEC suprime a gratificação de nível superior, que abrange todos os docentes das IFES;

5 - Até o presente momento, os três Colegiados Superiores de IFES que se posicionaram rejeitaram a GRIPE;

E considerando que:

1 - O regime de trabalho de 40 horas semanais poderá ser adotado excepcionalmente em cada IFES, apenas no caso do respectivo Colegiado Superior assim o decidir, conforme a citada Portaria n.º 475;

2 - A Universidade Pública e Gratuita, para ser de fato autônoma, democrática e competente, precisa ter prioritariamente docentes profissionalizados, para quem a docência seja atividade exclusiva e não complementar;

3 - Complementarmente, nos casos em que seja necessário, para trazer à IFES a experiência gera-

da em atividades outras que não a dos docentes em regime de dedicação exclusiva e a coberta por convênios, escritórios modelos etc., esse papel deverá ser desempenhado por professores em regime de 20 horas semanais;

4 - O regime de 40 horas semanais, dado o progressivo rebaixamento salarial sofrido pelas IFES, tornou-se na prática uma ficção, com os docentes contratados por esse regime reduzindo sua jornada de trabalho na IFES e combinando-a com outros empregos e/ou atividades remuneradas, convertendo a docência em atividade acessória;

5 - A utilização plena de 40 horas semanais de trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão nas IFES, com o docente em condições de dar o melhor de si à instituição, implica em dedicação exclusiva a esta;

6 - A manutenção do regime de 40 horas, sem Dedicação Exclusiva, nas IFES autárquicas, e sua reintrodução nas fundacionais, implicaria em subscrever e remunerar uma jornada de trabalho que é fisicamente impossível praticar e que, nos eventuais casos em que venha a ser de fato praticada, só poderá sê-lo com evidente desgaste do professor e desqualificação de seu trabalho, ferindo ainda o direito dos docentes, como trabalhadores que são, a jornada nunca superior a 40 horas semanais;

7 - A desmoralização frente à opinião pública das Universidades e Escolas Superiores Federais, caso optassem pela renúncia à pesquisa e à extensão, pela sua conversão a escolas de 3.º grau exclusivamente de ensino, pela adoção de um regime de trabalho fictício - abrindo dessa forma o caminho à política governamental de destruição do ensino superior público e gratuito;

8 - O fato, significativo em si mesmo, de até hoje não ter sido apresentada argumentação alguma em defesa do regime de 40 horas sem Dedicação Exclusiva, dentro do objetivo de se construir uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente;

9 - Até o momento deste evento, os três Colegiados Superiores de IFES que se posicionaram rejeitaram o regime de 40 horas.

Propõe a esse Colegiado a recusa à adoção da GRIPE e do regime de trabalho de 40 horas semanais sem Dedicação Exclusiva.

Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1987.

Associação dos Docentes da UFRJ-ADUFRJ

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ADUFRJ - Redação: Centro de Tecnologia, bloco D - sala D 200 - telefone: 590-4799 ou 280-9322 ramal 325 - Ilha do Fundão, Cidade Universitária - CEP 21.944 - Caixa Postal 68.531 - Rio de Janeiro - RJ - CGC 30.315.055/0001/51.

Edição e Redação: Edwiges Rego

Fotografia: Amauri Alves
Diagramação: Vicente Antônio Teixeira de Castro (reg. prof. 15.219)

Ilustração: César Coelho

DIRETORIA DA ADUFRJ

Presidente: José Henrique Sanglard
Vice-Presidente: Gumercinda Nascimento Gonda

1º Secretário: Hélio de Mattos Alves

1º Tesoureiro: Cláudio Miguel Avila

REPRESENTANTES NO CONSELHO CCMN

Instituto de Física

Raphael de Haro Júnior, Osvaldo de Medeiros Ritter (representantes); Sheila Chirola Garcia, Máximo Ferreira da Silveira (suplentes)

Instituto de Geociências

Nelson Ferreira Fernandes (Representante)

Instituto de Matemática

sem conselheiro

Instituto de Química

Marcelo Antônio F. Faria

Observatório do Valongo

José Augusto Buarque de Nazareth

(representante); Lília Irmeli Arany Prado (suplente)

CLA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Elane Prossard Barbosa, Maria Amália Amarante Almeida Magalhães (representantes); Maria Angela Dias Elias, Raphael David dos Santos Filho (suplentes)

Escola de Belas-Artes

Vladimir José Machado de Oliveira (representante)

Murillo Mendes Guimarães (suplente)

Faculdade de Letras

Sônia Salomão Khêde, Jandyra Gonçalves Figueiredo (representantes); Suzana D'Ávila, Alberto de Souza Pinto Filho (suplentes)

Escola de Música

Léo Afonso de Moraes Soares (Representante)

Vanda Lima Ballard Freire (Suplente)

Regina Maria Meirelles Santos (Suplente)

Faculdade de Educação

Luciane Maria Quintanilha Falcão, Nil-da Teves Ferreira (representantes); Clara Hetmanek Sobral (suplente)

Escola de Comunicação

Kátia Maria de Carvalho Silva (Representante)

Geir Nuffer Campos (Suplente)

Escola de Serviço Social

Maria Lúcia de Paula Petiz (representante)

Maria Inês Souza Bravo (suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Beatriz Maria Alasia de Heredi, Lincoln de Abreu Penna (representantes); Maria da Graça Franco Ferreira Schlicher, Olinto Antônio Pergoraro (suplentes)

Instituto de Psicologia

sem conselheiro

Colégio de Aplicação

Moscyr Barreto da Silva Júnior, Ionilde Maria de Azevedo (representantes); Paulo Baltazar, Eliane de Azevedo Takche (suplente)

CCJE

Faculdade de Direito

Eiseu Alvares Pujol (representante)

Carlos Augusto (suplente)

Faculdade de Economia e Administração

Josué de Souza Almeida (Representante)

Almir Pita Freitas Filho (Suplente)

Instituto de Ciências Biomédicas

Márcia Taffarel e Silva (representante)

Jaderson Sócrates Lima (suplente)

Escola de Enfermagem

sem conselheiro

Faculdade de Farmácia

Maria Magdá Stefanini Simões (representante)

Ana Maria Somaglia Albino (suplente)

Faculdade de Medicina

Leticia Legay Vermelho (Representante)

Aldo Franklin Ferreira Reis (Representante)

Diana Maul de Carvalho (Representante)

Maria Lúcia Fimentel (Suplente)

Fernando Sérgio Viana Martins (Suplente)

Susie Andries Nogueira (Suplente)

Instituto de Microbiologia

Maria Genoveva Von Hubinger (representante)

Rosa da Glória Brito de Oliveira (suplente)

Instituto de Nutrição

Elizabeth Accioly (Suplente)

Faculdade de Odontologia

Aracy Guisophe Castro Teixeira, Edilson Porangaba Costa (representantes); Carmelo Sansone, Maria José Santos Alencar (suplentes)

Instituto de Biologia

Deia Maria Ferreira dos Santos (representante)

Escola de Educação Física e Desportos

Armando Alves de Oliveira (representante)

Waldyr Mendes Ramos (suplente)

Instituto de Biofísica

sem conselheiro

Instituto de Psiquiatria

João Romildo Bueno (representante)

Instituto de Pediatría

Luiz Carlos de Siqueira (representante)

Rita Maria Cavalcante Brasil (suplente)

te)

Instituto de Tisiologia e Pneumologia

Representante: Ezemar Marques de Andrade
Suplente: Aunir José Carneiro

NUTES

Eliane Brígida de Moraes Falcão (representante)

Antônio Filomeno (suplente)

NPPN

sem conselheiro

Escola de Engenharia

Oscar Acaelrad, José Luciano de Souza Meneses, Osvaldo Pereira Filho, Carlos Elízio Barral Ferreira (Representantes)

Escola de Química

José Vitor Bomtempo Martins (representante)

Silvia Maria Cruzeiro da Silva (suplente)

COPPE

Antônio Gianella Neto, Juan Carlos Garcia de Blás (representantes)

Instituto de Macromoléculas

Cristina Tristão de Andrade (representante)

Eliabeth Ernel Monteiro (suplente)

FORUM

Museu Nacional

Índia Maria Borba Moreira (representante)

Afrânio Raul Garcia Júnior (suplente)

AVALIAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Contra a gratificação individual de produtividade de ensino

O caminho que a Universidade Pública Brasileira vem percorrendo, pode ser visto, apesar de todas as crises, como um caminho que busca superar a tendência indigna e mesquinha de servir às classes dominantes através de simples formação de técnicos especializados. Um esforço incansável, por vezes oscilante tem sustentado a luta de fazer da Universidade Pública Brasileira um espaço de formação de recursos humanos criativos, capazes de atender ao desafio de transformar este país subdesenvolvido em um país moderno e desenvolvido.

O desafio de investir nesta transformação, e de preparar os recursos humanos necessários, passa pela Universidade, e ela só se mostrará competente se for criativa e crítica, e não mera repassadora de conhecimentos. Uma Universidade criativa e crítica, e por isso pujante e inquieta, só possível se estiver alicerçada no binômio ensino-pesquisa.

Tantas tem sido as investidas contra esta concepção de Universidade que chegamos ao ponto de tratar a

expressão "indissociabilidade do ensino e pesquisa" quase como um chavão, ou uma bandeira vazia de significados, tal a quantidade de vezes que vem sendo necessário repeti-la. Envolvidos que somos pelo modismo e "novidades", sentimo-nos muitas vezes tentados a encarar, com suave condescendência, propostas que ferem toda uma concepção da Universidade que privilegia o espaço universitário como produtor de conhecimento e gerador de recursos humanos competentes, não só em habilidades específicas, mas capazes de pensar, refletir, criticar e buscar as soluções que um país tão complexo como o nosso necessita.

A Universidade Pública Brasileira certamente não está respondendo com a velocidade adequada a este desafio, mas por isso mesmo perguntamos: é possível a um docente desta Universidade ajudar na formação deste tipo de profissional sem que ele próprio seja um exemplo deste profissional? É possível o docente ser ele próprio um exemplo, sem que ele cotidianamente exercite estas habili-

dades? É possível o docente estudar, pesquisar, analisar, refletir, estando em média 14 horas por semana em sala de aula? É justo para com a sociedade que a sustenta que a Universidade fortaleça o sistema administrativo e de repasse de conhecimento em detrimento da busca de novos conhecimentos?

É escandaloso que no novo plano de cargos e salários haja um substancial reforço financeiro do grupo dirigente e sequer apresente uma linha de destaque para a função docente enquanto pesquisador ou produtor de conhecimento! E numa visão limitada e distorcida da função docente, proponha 20% de gratificação sobre o salário, àqueles que, distanciados do processo criativo, ou seja, ENSINO e PESQUISA, aceitem exercer a função de repassados de conhecimentos.

Concordamos com o Prof. Carlos Chagas Filho, quando diz que esta é uma proposta de esterilização da inteligência do professor. É humanamente impossível a quem quer que seja, permanecendo 14 horas por se-

mana em sala de aula, conseguir pesquisar, e preparar-se adequadamente para atuar em sala de aula. O que irá conseguir neste ritmo é simplesmente alguns trocados a mais no final do mês, e ao longo dos anos conviver em uma Universidade repassadora de conhecimento, estagnada, e incapaz de uma avaliação crítica de si própria e da sociedade como um todo.

Não podemos deixar de ser duros na avaliação desta proposta: trata-se de uma proposta de corrupção do professor em troca de moedas. Pede-se-lhe que abdique de trilhar o caminho do crescimento intelectual, que renuncie ao ato de ensinar e pesquisar, de pensar e fazer pensar, e sobretudo abandone o projeto de fazer da Universidade Pública Brasileira uma instituição digna e inquieta, a casa dos profissionais comprometidos com a tarefa de fazer avançar o conhecimento e de preparar profissionais capazes de se engajar na luta pela transformação deste país.

Colegas, pelo que está acima dito

fica claro o nosso sentimento de revolta por tão descarada investida contra o trabalho docente. Convidamos a todos que reflitam cuidadosa e profundamente sobre esta proposta. Já, já estaremos nos colegiados votando sua aceitação ou seu repúdio. Representantes eleitos que somos nos preocupamos em agir de acordo com a vontade coletiva, substanciada em análise séria e comprometida com a construção de uma Universidade Pública Brasileira, que tenha como primado o desenvolvimento da capacidade criativa e crítica de sua comunidade.

Deixamos aqui, como estímulo a esta reflexão, pronunciamento recente do Prof. Carlos Chagas Filho, em reunião Universitária da UFRJ. (Em anexo).

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1987

Representantes dos Professores Adjuntos do CCS no Conselho Universitário; no Conselho de Coordenação de Centro do CCS; das Congregações do ICB, do Instituto de Microbiologia, do Instituto de Biologia, do Instituto de Nutrição.

PRONUNCIAMENTO DO PROF. CARLOS CHAGAS FILHO

A Universidade, sendo uma instituição destinada à formação cultural de um país, o que significa ajudar a formar a própria imagem de uma Nação, não pode deixar de ser essencialmente uma instituição de pesquisa. Como há 33 anos eu disse no Congresso das Universidades em Istambul, uma Universidade é uma instituição de pesquisa. Por isso é que ela pode ensinar. Evidentemente, a pesquisa a que me refiro é a pesquisa mais ampla, não aquela que se limita exclusivamente ao laboratório, às investigações de campo, mas que se estende pelas bibliotecas e, direi até, pelos corredores da vida. Sem o conhecimento da cultura antropológica, seja de tudo aquilo que o homem faz para melhorar a sua qualidade da vida, para se integrar à sua própria personalidade, para compreender o seu destino, vale dizer cultura no mais amplo sentido da palavra - e para isso é que a Universidade é feita - ela só pode ser realizada com

a inquirição, a indagação, a perscrutação de tudo aquilo que mulheres e homens vêm em torno de si. Por isto mesmo é que considero deva ser a associação da pesquisa ao ensino a mais íntima possível e me preocupo muito com o excesso de carga didática que em nossas Universidades está se procurando dar. Também como me arrepiam certas expressões que encontro no dia a dia da minha vida, como esta de "gerenciamento da pesquisa", que eu realmente não sei o que significa e que, de um certo modo, tira até a componente lírica que toda a investigação tem que ter.

No tocante a essa divisão que se procura fazer entre professores que só ensinam e que só pesquisam, também ela me parece absurda. O que é certo é que há professores que só "gostam de ensinar", mas como é que eles ensinam? Só podem ensinar depois de ter lido, estudado, criticado, comentado, refletido sobre o que leram nos livros e artigos científicos escritos por outros. Isto é uma forma de pesquisar.

O querer carregar os professores de mais aulas, a título evidentemente pecuniário, como se quer fazer, ainda que seja opcional, apresenta grandes perigos porque na situação econômico-financeira em que vivemos, todos os dias, todos os meses o salário diminui. De modo que é natural que, com as exigências da vida, a pessoa queira procurar melhorar as suas "entradas". Isto é grave porque a pessoa vai dispensar muito mais tempo em aulas do que em reflexão, quando o contrário é que deveria ser feito. E aqui estou usando a expressão "reflexão" no sentido de raciocínio, de estudo, de experimentação, de crítica, de debate, etc.

Este sistema colegial que se impõe às Universidades - e isto porque no Brasil a Universidade ainda é considerada como um liceu, um "colégio" graduado - sempre existiu. No meu tempo de professor iniciante, não só no ensino como também na pesquisa na Universidade, eu dava pelo menos 3 horas de aula por semana no Curso

de Biofísica e 3 horas no Curso de Física da Faculdade de Farmácia e aí eu ganhava mais pelas 3 horas da Farmácia. Foi para mim um alívio quando o Governo eliminou esta possibilidade e eu tive de viver com o orçamento da Faculdade de Medicina.

O que mais me surpreendeu, quando cheguei à Europa, logo depois de empossado e já com a experiência que tinha de Professor Interino, foi que ao invés das 3 aulas por semana, o professor na Sorbonne dava no máximo 42 aulas por ano, ou seja, mais ou menos 1 aula por semana, o que permitia a ele pesquisar, refletir, pensar na aula que ia ser dada. Acho que a autonomia da Universidade é essencial, como é também essencial que a Universidade saiba administrar a sua autonomia porque, na verdade, há muitos que, falam na autonomia mas têm medo da mesma. Lembro-me de que quando foi feita a Universidade então chamada do Brasil, já era eu professor e convenci o Professor Leitão da Cunha a dar uma grande auto-

nomia de salários à Universidade. A Universidade teria o seu quadro próprio, que seria administrado por ela mesma. Pois bem, foram os professores titulares que pediram que isso fosse abolido quando saiu o Decreto criando a Universidade do Brasil.

O problema é muito grave, mas é preciso ficar evidente que:

- 1.º) - a autonomia da Universidade deve ser a mais ampla possível e administrada pela própria Universidade;
- 2.º) - nós não podemos esterilizar os nossos talentos, as nossas capacidades criadoras, a iniciativa dos nossos docentes "pedindo-lhes" que deem mais aulas, seja para a criação de cursos noturnos, seja para melhor provimento dos seus próprios orçamentos.
- 3.º) - O que é necessário é um salário real que permita a subsistência de um docente pesquisador.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1987
Prof. Carlos Chagas Filho



A GRIPE - Gratificação Individual de Produtividade de Ensino - é um instrumento decretado pelo Governo para dar seguimento à sua política educacional para o ensino superior. Dentro do objetivo maior de descompromissar-se com a educação pública e de transformar a maior parte das IFES em simples formadoras de mão de obra (transmissão do saber) em detrimento da produção de saber, o governo procura, atrás de medidas como a GRIPE (adicional de 20% para os docentes com 14 horas-aula por semana) introduzir o essencial do seu projeto GERES.

É inadmissível imaginar-se qualquer qualidade no trabalho de 14 horas em sala de aula para um docente em 10 hs. Todos os docentes que exercem com responsabilidade suas funções sabem que 1 hora em sala de aula demanda 3 horas de atividades de ensino distribuídas entre a preparação renovada do curso, a atualização bibliográfica, a assistência aos alunos, a elaboração de avaliações, a correção das avaliações, preparação de aulas práticas, etc. Este aliás, é o critério usado nas Universidades Estaduais Paulistas (USP, UNICAMP, UNESP) já que, pelo Estatuto, um docente em DE ministra no máximo 6 horas aula por semana o que equivale a 18 horas de atividades de ensino por semana e, por via de consequência, 22 horas por semana para as atividades de pesquisa e extensão.

Impossibilitados de dedicarem-se às atividades de pesquisa e extensão, teremos ou continuaremos a ter, departamentos apenas ministrando aulas, transformando suas unidades ou Universidades em grandes colégios de 3.º grau. E, sem pesquisa e extensão e com carga-horária elevadíssima, a qualidade do trabalho em sala de aula fica profundamente comprometida. Mas para o Governo pouco importa. O Governo não está, na verdade e a despeito da retórica, interessado na qualidade do ensino e na produção intelectual da Universidade Brasileira. O MEC raciocina em termos de cruzados, ou melhor, em termos da relação custo/benefício. Em outras palavras, para o MEC importa quantos alunos são formados por cruzado investido. É o próprio Governo que realiza e estimula estatísticas mostrando que as Universidades privadas gastam menos na formação do mesmo número de profissionais graduados; afinal a privatização precisa ser freqüentemente enaltecida. Então, através da GRIPE, procede-se a uma racionalização de recursos através de um investimento menor (20% de incremento salarial para aqueles que se propõem a ministradores de aula), contornando assim o grave problema da oferta represada de disciplinas nas IFES que vem ocorrendo em função da sistemática proibição de contratação de pessoal, cuja revogação foi um dos eixos da greve nacional realizada pelos docentes do ensino

superior no 1.º semestre deste ano. Assim, mais do que quebrar o princípio da isonomia - ao estabelecer pagamento diferenciado entre os docentes - a GRIPE golpeia o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para implantação, na prática, da nociva política governamental para o ensino superior brasileiro, estabelecida pelo projeto GERES. O Governo, em nome da "autonomia da universidade" delegou por decreto a implantação da GRIPE em cada IFE ao seu colegiado superior. Alertamos para o caráter tático da decisão porque o Governo, habilmente, jogou a questão intra-categoria docente. E a discussão já está ocorrendo dentro das IFES. Vários colegas movidos por interesses fundamentalmente financeiros dispõem-se a requerer a referida gratificação, desatentos, desavisados ou mesmo contrários às ponderações apresentadas pelo movimento docente. Observam-se, de outro lado, colegas e dirigentes elocubrando saídas imaginativas para "driblar" a GRIPE, ampliando artificialmente - mesmo que envolto por um nobre arrazoada acadêmico - sua carga em horas-aula. Imagina-se dividir turmas da mesma disciplina, fazer rodízio de carga elevada entre docentes, transformar o conteúdo e o número de créditos de disciplinas, criar novas disciplinas, brigar pela responsabilidade de disciplinas de outros departamentos, enfim toda a sorte de artifícios para se chegar às 14 horas semanais de

sala de aula. Além de tais mecanismos serem condenáveis dentro dos rigores da ética acadêmica, constituem-se em caminhos politicamente incorretos pois levam a Universidade Pública a cair na armadilha da desmoralização, armadilha essa tão ao gosto do MEC nestes tempos. Isto porque o Governo vem tentando, como uma das suas táticas contra o ensino público e gratuito, colocar à opinião pública que as Universidades Públicas não são sérias. Ao contrário, além de caras, ineficientes, pouco produtivas e ociosas, apresentam toda a sorte de irregularidades administrativas. Seria, portanto, ingenuidade supor que o MEC não fiscalizará rigorosamente a carga individual de 14 horas-aula por semana por professor até porque, segundo o Ministro, o objetivo da GRIPE é de "oferecer cursos noturnos para possibilitar o acesso das camadas populares ao ensino gratuito". Desprezando-se esta evidente demagogia governamental, já que sabemos que não é a GRIPE que implantou os cursos noturnos, antiga e permanente reivindicação da ANDES, fica a pergunta: qual deveria ser, frente a todos esses considerandos, a atuação do movimento docente?

Este é o momento importante de provar, definitivamente, que o Movimento Docente não é corporativo. Este é o momento de provar, definitivamente, que o objetivo maior do MD é a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente. Este é o momento privilegiado que temos para, dentro da categoria, politizarmos e conscientizarmos ainda mais nossos colegas quanto aos princípios defendidos pela ANDES e pelas ADs. É, evidentemente, uma luta árdua que poderá trazer alguns reveses ao movimento docente. Mas já aprendemos que a nossa força advém, acima das conquistas e dos reveses conjunturais, da determinação e da firmeza com que defendemos nossos inarredáveis princípios. Assim trata-se, de forma prioritária, que as ADs trabalhem para derrubar a GRIPE no âmbito da sua IFE, travando o debate, procurando conscientizar os professores, suportando às pressões, discutindo com alunos, funcionários e administração, para que o colegiado superior não aprove a implantação da GRIPE a nível local. Se conseguirmos um número expressivo de IFES que não implantem a GRIPE estaremos desmoralizando este aspecto negativo do Plano Único de Carreira, e criando condições políticas para que os 20%, que nos foram cassados, sejam, em nome da isonomia, incorporados aos salários de todos os docentes de ensino superior das IES Federais.

VAMOS A LUTA

São Carlos, 15 de agosto de 1987

Prof. Newton Lima Neto
Presidente da ANDES